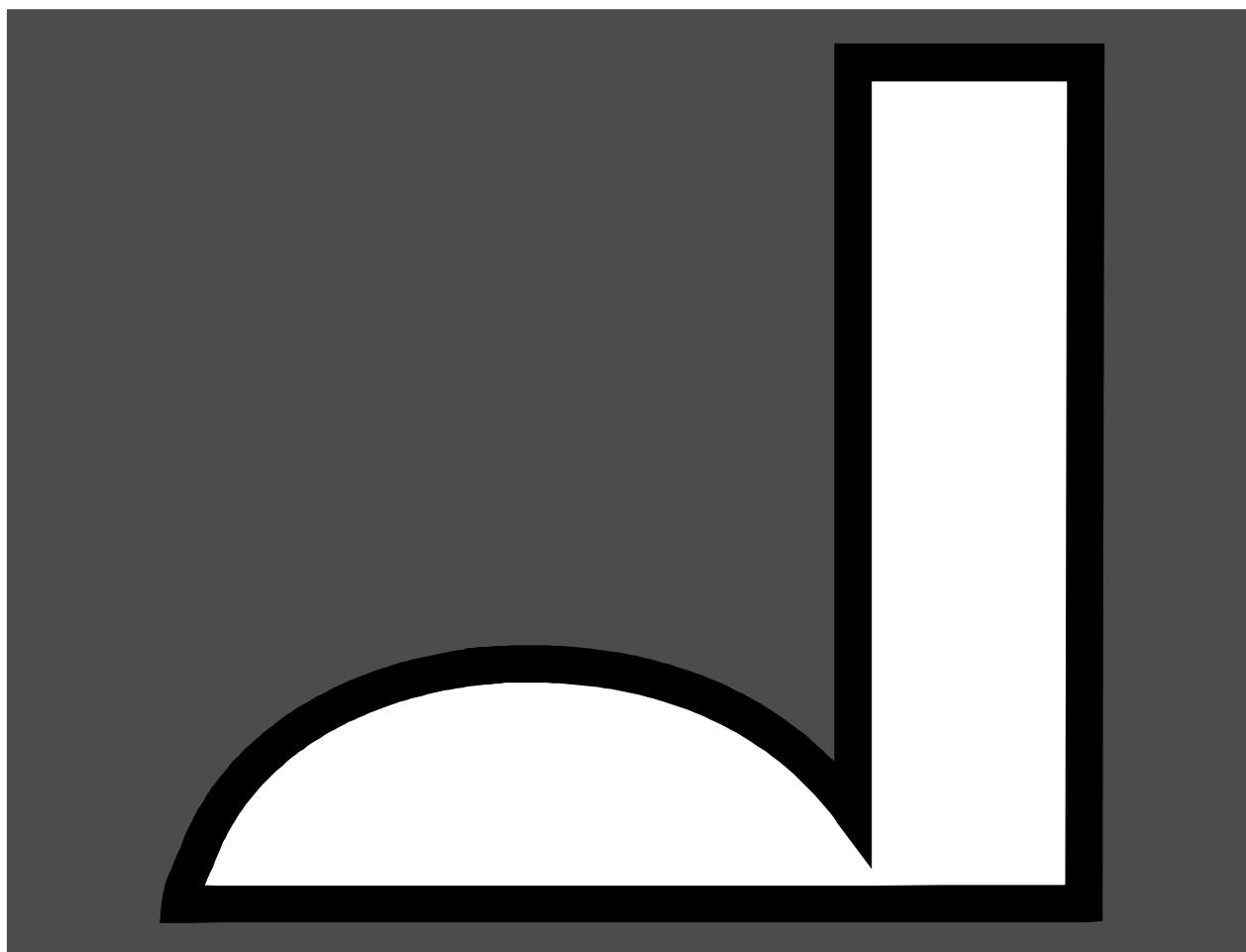




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento Nº 3, de 2005-CN,
para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por
Agentes Públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
(Reuniões da Comissão e das Sub-Relatorias: Plenário, Contratos, Fontes Financeiras,
Fundos de Pensão, IRB e Normas de Combate à Corrupção)

VOLUME VII/IX

ANO LXI - SUP. AO Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

1.1 – Plenário

1ª Reunião, em 09/06/2005	5	38ª Reunião, em 22/09/2005	3202
2ª Reunião, em 14/06/2005	19	39ª Reunião, em 29/09/2005	3208
3ª Reunião, em 21/06/2005	50	40ª Reunião, em 04/10/2005	3222
4ª Reunião, em 23/06/2005	209	41ª Reunião, em 05/10/2005	3293
5ª Reunião, em 28/06/2005	322	42ª Reunião, em 06/10/2005	3294
6ª Reunião, em 29/06/2005	470	43ª Reunião, em 19/10/2005	3362
7ª Reunião, em 30/06/2005	508	44ª Reunião, em 25/10/2005	3367
8ª Reunião, em 30/06/2005	543	45ª Reunião, em 09/11/2005	3413
9ª Reunião, em 05/07/2005	638	46ª Reunião, em 10/11/2005	3450
10ª Reunião, em 06/07/2005	802	47ª Reunião, em 16/11/2005	3506
11ª Reunião, em 07/07/2005	966	48ª Reunião, em 22/11/2005	3565
12ª Reunião, em 12/07/2005	1097	49ª Reunião, em 30/11/2005	3592
13ª Reunião, em 13/07/2005	1240	50ª Reunião, em 01/12/2005	3623
14ª Reunião, em 14/07/2005	1410	51ª Reunião, em 05/12/2005	3693
15ª Reunião, em 19/07/2005	1456	52ª Reunião, em 06/12/2005	3761
16ª Reunião, em 20/07/2005	1586	53ª Reunião, em 07/12/2005	3842
17ª Reunião, em 21/07/2005	1735	54ª Reunião, em 14/12/2005	3899
18ª Reunião, em 26/07/2005	1742	55ª Reunião, em 15/12/2005	3901
19ª Reunião, em 27/07/2005	1838	56ª Reunião, em 21/12/2005	3901
20ª Reunião, em 02/08/2005	1868	57ª Reunião, em 18/01/2006	3941
21ª Reunião, em 03/08/2005	1894	58ª Reunião, em 01/02/2006	3979
22ª Reunião, em 04/08/2005	2028	59ª Reunião, em 02/02/2006	4013
23ª Reunião, em 09/08/2005	2096	60ª Reunião, em 09/02/2006	4045
24ª Reunião, em 11/08/2005	2109	61ª Reunião, em 15/02/2006	4073
25ª Reunião, em 11/08/2005	2256	62ª Reunião, em 21/02/2006	4152
26ª Reunião, em 16/08/2005	2370	63ª Reunião, em 15/03/2006	4160
27ª Reunião, em 17/08/2005	2389	64ª Reunião, em 29/03/2006	4211
28ª Reunião, em 18/08/2005	2393	65ª Reunião, em 04/04/2006	4263
29ª Reunião, em 23/08/2005	2488		
30ª Reunião, em 24/08/2005	2599	1.2 – Contratos	
31ª Reunião, em 25/08/2005	2701	1ª Reunião, em 30/08/2005	4362
32ª Reunião, em 31/08/2005	2755	2ª Reunião, em 13/09/2005	4414
33ª Reunião, em 01/09/2005	2827	3ª Reunião, em 22/09/2005	4437
34ª Reunião, em 01/09/2005	2827	4ª Reunião, em 27/09/2005	4492
35ª Reunião, em 14/09/2005	2855	5ª Reunião, em 05/10/2005	4558
36ª Reunião, em 15/09/2005	3035	6ª Reunião, em 18/10/2005	4618
37ª Reunião, em 21/09/2005	3081	7ª Reunião, em 19/10/2005	4683
		8ª Reunião, em 20/10/2005	4786
		9ª Reunião, em 25/10/2005	4850
		10ª Reunião, em 08/11/2005	4943
		11ª Reunião, em 09/11/2005	4981

12ª Reunião, em 10/11/2005	5016	12ª Reunião, em 13/02/2006	7321
13ª Reunião, em 16/11/2005	5077	13ª Reunião, em 14/02/2006	7383
14ª Reunião, em 23/11/2005	5104	14ª Reunião, em 15/02/2006	7436
15ª Reunião, em 24/11/2005	5145	15ª Reunião, em 16/02/2006	7437
16ª Reunião, em 29/11/2005	5179	16ª Reunião, em 20/02/2006	7484
17ª Reunião, em 30/11/2005	5220	17ª Reunião, em 21/02/2006	7535
18ª Reunião, em 13/12/2005	5223	18ª Reunião, em 22/02/2006	7667
19ª Reunião, em 14/12/2005	5290	19ª Reunião, em 02/03/2006	7669
20ª Reunião, em 15/12/2005	5350	20ª Reunião, em 06/03/2006	7743
21ª Reunião, em 21/12/2005	5379	21ª Reunião, em 07/03/2006	7799
22ª Reunião, em 28/12/2005	5387	22ª Reunião, em 08/03/2006	7810
23ª Reunião, em 03/01/2006	5492	23ª Reunião, em 09/03/2006	7883
24ª Reunião, em 17/01/2006	5582	24ª Reunião, em 10/03/2006	7940
25ª Reunião, em 25/01/2006	5682	1.5 – IRB	
26ª Reunião, em 26/01/2006	5729	1ª Reunião, em 06/10/2005	7981
27ª Reunião, em 02/02/2006	5785	2ª Reunião, em 15/12/2005	8003
28ª Reunião, em 07/02/2006	5868	3ª Reunião, em 10/01/2006	8012
29ª Reunião, em 08/02/2006	5912	4ª Reunião, em 11/01/2006	8026
30ª Reunião, em 09/02/2006	5979	5ª Reunião, em 02/03/2006	8059
31ª Reunião, em 16/02/2006	6081	6ª Reunião, em 14/03/2006	8082
32ª Reunião, em 22/02/2006	6196	7ª Reunião, em 14/03/2006	8106
33ª Reunião, em 02/03/2006	6218	1.6 – Normas de Combate à Corrupção	
34ª Reunião, em 07/03/2006	6267	1ª Reunião, em 10/01/2006	8133
35ª Reunião, em 08/03/2006	6313	2ª Reunião, em 17/01/2006	8228
36ª Reunião, em 09/03/2006	6432	3ª Reunião, em 19/01/2006	8289
37ª Reunião, em 14/03/2006	6442	4ª Reunião, em 24/01/2006	8330
38ª Reunião, em 15/03/2006	6515	5ª Reunião, em 26/01/2006	8395
39ª Reunião, em 16/03/2006	6527	6ª Reunião, em 31/01/2006	8427
1.3 – Fontes Financeiras		7ª Reunião, em 01/02/2006	8474
1ª Reunião, em 13/09/2005	6566	8ª Reunião, em 02/02/2006	8497
2ª Reunião, em 20/09/2005	6621	9ª Reunião, em 06/02/2006	8517
3ª Reunião, em 27/09/2005	6633	10ª Reunião, em 07/02/2006	8553
4ª Reunião, em 04/10/2005	6707	11ª Reunião, em 08/02/2006	8584
5ª Reunião, em 06/10/2005	6742	12ª Reunião, em 09/02/2006	8610
6ª Reunião, em 11/10/2005	6774	13ª Reunião, em 13/02/2006	8645
7ª Reunião, em 18/10/2005	6841	14ª Reunião, em 14/02/2006	8660
8ª Reunião, em 16/11/2005	6851	15ª Reunião, em 02/03/2006	8697
1.4 – Fundos de Pensão		16ª Reunião, em 06/03/2006	8722
1ª Reunião, em 11/01/2006	6878	17ª Reunião, em 08/03/2006	8738
2ª Reunião, em 12/01/2006	6903	18ª Reunião, em 09/03/2006	8754
3ª Reunião, em 24/01/2006	6934	19ª Reunião, em 14/03/2006	8766
4ª Reunião, em 25/01/2006	6997	20ª Reunião, em 14/03/2006	8785
5ª Reunião, em 26/01/2006	7039	21ª Reunião, em 16/03/2006	8808
6ª Reunião, em 30/01/2006	7070	22ª Reunião, em 22/03/2006	8823
7ª Reunião, em 31/01/2006	7103		
8ª Reunião, em 02/02/2006	7169		
9ª Reunião, em 07/02/2006	7203		
10ª Reunião, em 08/02/2006	7231		
11ª Reunião, em 09/02/2006	7265		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 31ª Reunião, realizada em 16/02/2006.

Ao décimo sexto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, às quinze horas e cinco minutos, na sala 9 da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo relator da Sub-comissão de Contratos e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma e Waldir Raupp, , reúne-se a Sub-relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores Sérgio Perrenoud Vignoli (aeropostal), Dinaldo dos Santos Galindo, Gilberto Alves Setúbal e Michael Abud Atie Junior. O Deputado anuncia a presença do Senhor Sérgio Perrenoud Vignoli e convida-o sentar-se à mesa, informando que o mesmo prestou o Termo de Compromisso de praxe para em seguida fazer suas qualificações e logo após ser inquirido pelo relator, prosseguindo o depoente passou a ser questionado sobre uma licitação que sua empresa participou e comprometeu-se enviar para esta Sub-relatoria a sua proposta enviada a esta licitação com os correios. O Presidente declara que o depoente passa a ser considerado como investigado e não como testemunha. Às quatorze horas e trinta minutos é suspensa a sessão. A reunião é reaberta às dezessete horas e trinta e nove minutos para o depoimento do Senhor Dinaldo dos Santos Galindo que se faz acompanhado de seu advogado Dr. Bruno Rodrigues número 2042/A OAB/DF, tendo prestado o Termo de Compromisso de praxe. Inicialmente o depoente faz suas qualificações e após é inquirido pelo relator. Às dezoito horas e cinquenta minutos é suspensa a sessão para que a relatoria fosse se munir de documentos. Reaberta a reunião o Relator continuou com a inquirição do depoente, sobre se conhecia vários nomes apresentados, sendo respondido que alguns conheciam outros não, apresentou bilhete que correspondia a um pedido de liberação de dinheiro para pagamento de fiscalização do trabalho. Exibiu também documentos que solicitavam paga-

mentos (mensalão-INSS) e recomendava que estes documentos fossem destruídos. Às dezenove horas e quarenta e cinco minutos início depoimento do Senhor Gilberto Alves Setúbal, sendo inquirido para que fizesse uma apresentação de sua vida profissional, o que foi feito. O depoente foi questionado sobre operações financeiras da Empresa Beta e também se conhecia várias pessoas nominadas. Foi solicitado pelo Relator que o depoente envie à Comissão, relação de todos os ICMS pagos pela empresa em todo o Brasil. Às vinte e uma horas e vinte minutos, início do depoimento do Senhor Michel Abud Atie Júnior, que passou a relatar de como veio a pertencer ao grupo Beta, bem como a outras empresas do mesmo grupo. Faz solicitação a sua assessoria informações processos restrições de INSS, requeridas do grupo Beta e Skymaster, todos os requerimentos em curso, solicitação ao Tribunal de S. Paulo, auditoria em todos os procedimentos no INSS das empresas mencionas com mais brevidade possível e assim que tiverem os ofícios prontos, os levaria pessoalmente em mãos ao Tribunal de São Paulo, A Presidência suspende o depoimento, podendo chamá-lo a qualquer momento e encerra a presente reunião às vinte e três horas e quarenta e nove minutos e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a trigésima primeira reunião da sub-relatoria de contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número 3/2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa está a ata da reunião anterior e na forma regimental coloco em votação propondo previamente a dispensa da sua leitura. Os senhores parlamentares e as senhoras parlamentares que aprovarem a ata que está sobre a mesa que permaneçam como se encontram. Por unanimidade, aprovada. Esclareço que a pauta dessa reunião se destina a oitiva do Sr. Sérgio Perrenoud Vignoli, da empresa AEROPOSTAL, do Sr. Dinaldo dos Santos Galindo, do Sr. Gilberto Alves Setúbal e do Sr. Michel Abud Atiê Júnior. Solicito à assessoria que faça ingressar ao recinto, Sr. Sérgio Perrenoud Vignoli para que possamos, então, ter a primeira oitiva dessa tarde. Bem, agradeço a presença do Dr. Sérgio Perrenoud.

Observo, ao nobre depoente, que ele comparece nesta sessão na condição de testemunha. Por esta razão, ele assinou o termo de compromisso firmado na forma do artigo 203, do Código de Processo Penal em vigor. E nesses termos então o depoente, ao assinar esse termo se compromete, nos termos deste mesmo dispositivo que mencionei sob as penas da Lei a dizer a verdade no que souber no lhe for perguntado. Embora, na condição de testemunha não seja obrigado a prestar qualquer depoimento contra si próprio por força do princípio constitucional que assegura o direito a não auto-incriminação de um depoente. Então V.Sa. está obrigado a dizer a verdade, a não se calar diante de quaisquer fatos que forem argüidos. Salvo aqueles fatos que, evidentemente, possam lhe comprometer diretamente em qualquer prática de ilícito de qualquer natureza. Feita a advertência, passaremos então a argüição. Também observo que o depoente se faz acompanhar, se faz, não se faz acompanhar de advogado, comparecendo sozinho a esta sessão. É de praxe, nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. Sérgio, que nós venhamos a conferir a faculdade dos depoentes querendo, fazerem uso da palavra previamente com a liberdade que assim desejarem. Então, assim sendo fica facultada a V.Sa. o uso da palavra se assim o quiser para tecer quaisquer considerações que entenda pertinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Muito obrigado, Deputado. Eu gostaria, inicialmente, está dando para escutar? De, obrigado. Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar os presentes aqui, o Sr. Presidente, e os senhores deputados, né? Agradecer inclusive essa oportunidade de poder vir aqui esclarecer pessoalmente o que se passou na empresa nesse período que eu estava presente. A minha idéia de esclarecimento é-- começou com a surpresa que eu tive do relatório, do relatório que teve se não me falha a memória, em novembro do ano passado que foi relacionado o meu nome, não é. E até, também, de eu ter que vir assim prestar esse depoimento aqui. Isso não é, não imaginava que fosse precisar fazer esse tipo de esclarecimento. Mas é bom que seja assim. Acho que esse trabalho dos senhores é muito bem feito. E acredito que, que vai se chegar a um final aí a contento para todos, né. Eu gostaria de fazer o seguinte, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu entreguei, quando eu tive essa, essa... Meu nome saiu no relatório, eu tomei a iniciativa, eu não tinha sido escutado, foi o que me surpreendeu, não tinha sido escutado ainda. Eu tomei a iniciativa de colocar alguns

esclarecimentos para os senhores membros da CPI. Eu não sei se o senhor deve ter recebido esse meu documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós recebemos, temo-lo em mãos.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, que eu entreguei foi no ano passado, final do ano passado. Mas, esse depoimento foi entregue para todos os membros da CPI para que todos tivessem, tomassem conhecimento. Que é o que, o resumo, o resumo, é a síntese do que eu tenho a esclarecer. Eu vou fazer o seguinte, o Sr. Deputado, eu vou, como eu tenho pessoas aqui que não têm conhecimento desse depoimento, eu gostaria de lê-lo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, por favor.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque é um documento, inclusive não é longo, é um documento rápido, são quatro páginas apenas com um espaço grande. Então é fácil da gente poder, rapidamente eu vou colocar para todos terem já uma noção geral do que eu, do que, do que, quais são as minhas colocações, não é? Então, eu vou iniciar aqui a leitura e, qualquer coisa; podem me interromper a qualquer momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O documento foi entregue, foi no período de dezembro que foi redigido a quatro mãos. Quem participou fui eu e meu sócio Hélio Ribeiro, que fomos; nós fomos os iniciantes, os fundadores da AEROPOSTAL. Isso foi entregue mais ou menos em 15 de dezembro e foi encaminhado ao Senador Delcídio, ao Deputado Osmar Serraglio, ao Deputado José Cardozo e a todos os membros da CPI. Bom, então vou iniciar a leitura: "Resolvemos, de forma espontânea, lhes endereçar esta carta já que não tivemos a oportunidade de depor e nos defender na CPML para lhes oferecer fatos e dados que, acreditamos, irão esclarecer e demonstrar que são totalmente infundadas as graves acusações que foram atribuídas no relatório parcial do sub-relator, Deputado José Cardozo. Não houve, de nossa parte, ou pela AEROPOSTAL, empresa que fomos sócios, qualquer ação ou intenção de burlar ou prejudicar a concorrência 45/2001, realizada pela ECT com vistas à contratação de linhas da Rede Postal Noturna. Ao contrário, sempre fomos movidos por boa-fé e pela convicção de que a participação de nossa empresa adicionaria competência e competitividade à prestação de serviços de transportes aéreos de cargas. Daí nossa enorme surpresa e tal inconformação ao ver nossos nomes incluídos no relatório parcial do Deputado José

Eduardo Cardozo. Vamos aos fatos. Inicialmente, um breve histórico da criação da AEROPOSTAL. Nós formamos a empresa em 2000, o Hélio, aportando quarenta anos de experiência em aviação, inicialmente como Oficial da Aeronáutica e nos últimos vinte anos como Diretor Operacional de empresa de prestação de serviços aéreo. O Sérgio – Sérgio sou eu – com formação em administração e há vinte anos atuando como empresário e consultor técnico. A idéia era combinar nossas experiências empresariais em muitos aspectos complementares e formar uma empresa moderna e diferenciada para competir no segmento de transporte aéreo de carga, que nos parecia com amplas possibilidades de crescimento no Brasil e no exterior. As qualificações e o potencial da AEROPOSTAL foram logo reconhecidos pela empresa americana EVERGREEN. E as empresas firmaram, em 2000, um contrato de parceria para explorar o mercado de transporte de carga no Brasil, com foco nas demandas da ECT e, especificamente, na licitação 010/2000”. Tem aqui, para os senhores fica à disposição, inclusive quem quiser tem uma cópia desse documento. Os senhores já têm, não é, Deputado? Mas fica aqui à disposição quem quiser dar uma lida mais detalhada, tem os anexos, o anexo número um que mostra o contrato que foi realizado. “Para dar uma idéia da dimensão da EVERGREEN, basta mencionar que essa empresa atua em mais de trinta localidades no mundo. Possui três mil e quinhentos empregados, mais de duzentos clientes e dispõe de uma frota de quarenta aeronaves, aviões e helicópteros”. Era uma empresa, bom, vou continuar na releitura senão não quero interromper aqui. “A AEROPOSTAL, já autorizada pelo DAC,”. Quero deixar isso bem claro, que a AEROPOSTAL, quando começou a operar em 2000, ela já estava autorizada pelo DAC, quando se formou. Tem o anexo dois aqui que mostra a autorização do DAC. “Nascia então com a ambição e as amplas possibilidades de se tornar uma das empresas líderes no mercado de transportes de cargas aéreas. A associação entre a AEROPOSTAL e a EVERGREEN durou até 2001, quando a sócia americana, por razões estratégicas, decidiu excluir o mercado brasileiro das suas áreas de atuação. Eu espero que a essa altura os senhores e senhoras parlamentares já estejam claro que a AEROPOSTAL não era uma empresa de fachada, nem criada por laranjas e com objetivos escusos, muito pelo contrário, tratava-se de uma empresa séria, formada por profissionais experientes, já com reconhecimento internacional. O sócio americano se foi, mas a idéia e visão de futuro em que se assentou a criação da AEROPOSTAL permanecia. Foi quando fomos procurados pelo Sr. Roberto Kfoury. O Roberto se apresentou com as creden-

ciais de dezoito anos de experiência no ramo de logística e planos de negócios interessantes para a AEROPOSTAL. Então, fazia todo o sentido incluir o Roberto na sociedade e o fizemos em agosto de 2001”. Quero deixar bem claro isso que no momento do aparecimento do Roberto fazia todo o sentido incluir o Roberto na sociedade, o que foi feito em agosto de 2001. O anexo três tem a cópia do contrato social em que o Roberto foi incluído na empresa. O fato de Roberto ter participado da direção e da composição societária da empresa BETA é, provavelmente, a principal razão que levou o Deputado José Cardozo a concluir que havia conluio entre a BETA e a AEROPOSTAL. Gostaríamos de deixar muito claro que o nosso entendimento era, e ainda é, de que o Roberto não tinha mais nenhum vínculo com a empresa BETA. Foi o que o Roberto nos garantiu na época, ao assinar o contrato social declarando que não havia qualquer impedimento legal ao seu ingresso na nossa empresa e continua garantindo, conforme atesta a sua defesa. A empresa, com sua nova formação societária, decidiu então participar do pregão 45/2001, realizado pela ECT com vistas à contratação de linhas da rede Postal noturna. Não pretendemos, nesse documento, entrar no mérito nos detalhes dessa concorrência, queremos apenas chamar a atenção dos ilustres parlamentares para os seguintes fatos, a participação da AEROPOSTAL foi absolutamente irrelevante para a validade do processo e o resultado final do pregão. A AEROPOSTAL não obteve ganho de qualquer natureza em decorrência desse processo. Em relação a irrelevâncias da participação da AEROPOSTAL basta lembrar que além da BETA e SKYMASTER também participou do certame a empresa TOTAL LINHAS AÉREAS, empresa sobre a qual não pesa nenhuma acusação, que a exemplo da nossa empresa foi eliminada do certame por apresentar preços superiores ao das duas finalistas. Portanto, fica demonstrado que foi absolutamente inócua a participação da AEROPOSTAL no processo em que sua participação não teve nenhuma influência na validação do processo e nos resultados finais desse pregão. Srs. parlamentares, não há, no relatório parcial do ilustre Deputado José Cardozo, rigorosamente nenhuma prova de que houve de nossa parte, conluio, ou pior, formação de quadrilha para burlar uma concorrência. E nem poderia haver porque simplesmente nunca houve qualquer intenção ou ação de nossa parte nesse sentido. Finalmente, gostaríamos de abordar a questão da ausência de certificado de avaliação das empresas aéreas, o Cheta. Que acredito, embasa a conclusão do Deputado José Cardozo de que o Sérgio cometeu crime de falsidade ideológica ou mesmo de que a AEROPOSTAL seria uma empresa de fachada. Inicial-

mente, é preciso registrar que o processo de obtenção desse documento estava em curso, conforme demonstra documento enviado pelo DAC, o anexo quatro aqui do documento. E que a AEROPOSTAL trabalhava para atender a todas as condições necessárias para que fosse emitido. Então, eu quero ressaltar um pouco mais isso e deixar que a AEROPOSTAL trabalhava para vender todas, atender todas as condições necessárias para que fosse emitido esse certificado, porque estava em curso esse processo. Segundo, com base no estabelecido em licitações anteriores, ou nos editais relativos à concorrência número 010/2000, e o pregão 011/2000, era nosso entendimento que esse documento só seria necessário por ocasião da homologação do contrato, no caso da AEROPOSTAL sair vencedora. E estávamos convencidos de que até lá teríamos o documento expedido. Como se sabe, a AEROPOSTAL não venceu a concorrência e, portanto, a falta desse documento também se tornou irrelevante. Srs. parlamentares, espero que as informações, os esclarecimentos aqui prestados e nos dispomos a prestar quaisquer outros que se julguem necessários. Estamos até aqui, né? “Sejam suficientes para lhes convencer da nossa total inocência em relação as graves acusações que nos foram imputadas. Sr. Relator Osmar Serraglio, confiamos no seu discernimento e espírito de justiça diante da ausência de provas dos fatos dados e os esclarecimentos aqui apresentados. Não inclua no seu relatório os nomes de Sérgio Perrenoud Vignoli e Hélio Ribeiro, esses são nomes de cidadãos honestos. Atenciosamente Sérgio Perrenoud...”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço imensamente as palavras de V.Sa. e vamos então iniciar a arguição. Novamente alguns fatos foram citados pelo senhor, mas eu quero algumas especificações, por isso nós vamos reprisá-los. A empresa AEROPOSTAL foi fundada em que ano?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Em 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 2000. Qual era o quadro societário original?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Era o Hélio Ribeiro e eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor. O Sr. Hélio Ribeiro, que vinculações ele mantinha com a atividade de serviço aéreo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ele tem uma empresa de helicópteros. Ele trabalha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Presta serviços de helicóptero. Ele presta serviços à PETROBRAS há muitos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ele, como eu estava até dizendo aqui no início. o Hélio, ele, ele sempre foi da área da aviação, ele foi da Aeronáutica muitos anos, né, foi Oficial da Aeronáutica e nos últimos vinte anos como Diretor Operacional prestando serviços, acho que ele trabalhou também na, aquela empresa de táxi aéreo conhecida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Uma empresa de táxi aéreo, ele trabalhou também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é piloto de helicóptero?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, ele é dono da empresa, ele é sócio da empresa e essa empresa presta serviços inclusive à PETROBRAS já há muitos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, qual a empresa que ele trabalhou de táxi aéreo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: A empresa atual dele é L VIA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): L VIA? Táxi Aéreo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É. Ah, ele trabalhou na LÍDER antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na LÍDER. Agora ele não é piloto?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Sim, ele já foi piloto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já foi piloto, certo. O senhor conheceu o Sr. Hélio Ribeiro em que circunstâncias?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O Sr. Hélio Ribeiro é co-cunhado meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seu co-cunhado. A sua vinculação com o serviço aéreo começou quando?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Com o próprio Hélio. O Hélio sempre demonstrou interesse em tentar trabalhar na área de transporte aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que atividade o senhor exercia antes de montar a AEROPOSTAL?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu tenho uma empresa de consultoria com o meu irmão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Consultoria de que área?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Econômica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Consultoria econômica?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É. E tenho um posto de gasolina também, mexo com revenda de combustíveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Revenda de combustíveis?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Revenda de combustíveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor, quando montou a AEROPOSTAL, continuou com a sua empresa de consultoria?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Continuei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é o nome da empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: CONSULTEC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CONSULTEC. O senhor presta consultoria para que tipo de empresas?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Para empresas, é que funciona como uma espécie de representação, eu sou, estou junto com o meu irmão isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Contatos, assim, dentro, na área de energia, dentro da PETROBRAS, temos alguns contatos. Fazemos ligações com empresas até estrangeiras, empresas estatais--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que empresas estatais o senhor presta serviços de consultoria?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Basicamente, nós prestamos à PETROBRAS e, nós prestamos à PETROBRAS não, não era a PETROBRAS, a empresas japonesas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são as empresas?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: MÁRIO BENI(F), MITSUI--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E estatais brasileiras só a PETROBRAS?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Só a PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CORREIOS, normalmente o senhor prestou?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca prestou. O posto de gasolina seu é o AUTO POSTO 5 ESTRELAS, não é isso?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fica em São Paulo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, fica aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fica aqui em Brasília?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Fica aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De que empresa o senhor é sócio?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Dessas empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só dessas?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Só dessas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A CONSULTEC.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, o AUTO POSTO 5 ESTRELAS e a AEROPOSTAL que não sou mais sócio, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deixei de ser sócio em 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da CONSULTEC?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, da AEROPOSTAL, 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da AEROPOSTAL. É, o senhor resolveu então com o Sr. Hélio formar a AEROPOSTAL. Quando o senhor formou a AEROPOSTAL o senhor conhecia o Sr. Ioannis Amerssonis?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conheceu depois?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antônio Mourato Coelho?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não conhecia. Eu, depois eu tive contato com ele porque o Antônio, ele é da área de aviação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu errei, eu botei um Coelho indevidamente.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não tem Coelho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse mato tem muito coelho, mas o nome dele é Conceição.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Está certo.

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. O senhor conheceu quando o Sr. Mourato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu o conheci uma vez, pouquíssimas vezes por questões de, ele é da área de transporte. Ele é uma pessoa experiente com transporte que, que tinha até a possibilidade de conseguir carga. Então ele era um mercado em potencial também. Então, conversei poucas vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem o apresentou?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Acho que foi o próprio Roberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Roberto Kfourí. O senhor sabe exatamente a data, o momento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ah, não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a fazer algum negócio com o Sr. Mourato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não cheguei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Ou seja, não há nenhuma transação sua com o Sr. Mourato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não há.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conheceu a empresa SKYMASTER?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, nunca conheci a empresa. Eu cheguei, a empresa, nunca, nunca, nunca tive nela, não conheço a empresa, conheço de nome, de falar pelas notícias do jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca teve contato com ninguém da empresa SKYMASTER?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, nunca tive contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a fazer alguma transação econômica?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nunca fiz nenhuma transação econômica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem contatos no mundo político?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum amigo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nenhum amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já auxiliou em alguma campanha eleitoral financeiramente ou trabalhando na campanha?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Hélio Ribeiro mantém algum contato com o Sr. Ioannis Amerssonis?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Mantém algum contato com o Sr. Antônio Mourato Conceição?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele mantém algum contato com o a empresa SKYMASTER ou algum de seus sócios?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que vocês conheceram o Sr. Roberto Kfourí?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O Roberto Kfourí foi, o conhecimento dele foi justamente nessa, nesse período de que a gente fazia acompanhamento dessa, dessas licitações e pregões que tinham do CORREIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí uma pergunta-- o senhor montou a empresa no ano 2000--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nessa mesma sala conversamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No ano 2000?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: No ano 2000 eu não o conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, quando foi que o senhor conheceu o Sr. Kfoury?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi, acho que em 2001 no decorrer desse, dessas licitações que haviam. Porque eu quero dizer, deixa-me fazer um pequeno comentário. Esse projeto nosso, o nosso trabalho, a nossa intenção de, de desenvolver a nossa empresa era com a EVERGREEN. A EVERGREEN é uma empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um grande empresa--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho que é a segunda maior empresa de transporte aérea que tem no mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas eu vou chegar lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deixa só eu lhe dizer o seguinte. Então, o nosso foco era a EVERGREEN. De repente a EVERGREEN começou a complicar, não demonstrava o mesmo interesse, não conseguíamos fechar as coisas, tinham certas exigências, começaram a ter alguns empecilhos. E nós tentamos, então, vimos que o investimento era muito alto, a EVERGREEN que estava, ela era o sócio capitalista que ia disponibilizar aeronaves para nós. Porque tem o investimento da aeronave é um investimento muito alto. E o Roberto então se colocou como uma opção de que ele poderia até nos trazer uma aeronave, poderia. E ele tinha uma vasta experiência parece em manutenção, até em questões de motores, de tudo. Então, ele, e estava, e foi o que nós soubemos por ele, eu estou saindo de uma empresa, ele tinha já essa, esse conhecimento de muitos anos, né? Apesar de que o Hélio tinha conhecimento de aviação também, mas numa área que não é de transporte, de transporte aéreo; transporte aéreo que eu digo de carga, mexe com helicóptero. E nós achamos que fazia sentido incluir o Roberto para nos dar uma, um suporte nessa questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é o que senhor conheceu o Sr. Roberto?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu, eu tenho, eu não me lembro o relacionamento, exatamente, isso faz tempo. Mas eu acredito que tenha sido numa,

nessas reuniões que teve do CORREIO assim, reuniões que eu digo de licitação, de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de reunião?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não era nem reunião, os pregões que tinham, ele comparecia. Nós participamos, a primeira vez que eu falei com o Roberto eu me lembrei agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: A primeira vez que eu conheci o Roberto foi em 2000 quando nós participamos do primeiro, da primeira licitação, da primeira licitação juntamente com a EVERGREEN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi-- o senhor apresentou proposta nesse pregão?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu apresentei proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em nome de que empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Da AE-ROPOSTAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas em consórcio com a EVERGREEN?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não, não em consórcio com a EVERGREEN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia um consórcio formal com o EVERGREEN?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Havia um contrato formal com a EVERGREEN. Que é o contrato que está aqui, inclusive, esse contrato foi feito justamente para essa licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual era a licitação, o senhor lembra?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Licitação 010.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Licitação 010?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Uma licitação, concorrência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A modalidade de concorrência, licitação 010.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Na realidade, vou dizer o seguinte, vou explicar um detalhe, na realidade isso não ficou registrado porque nós comparecemos, nós demos à proposta, nós formamos a empresa para participar disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do leilão 10/2000.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, mas nós não participamos efetivamente porque nós tivemos, ficou faltando um documento para nós na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor apresentou a proposta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu apresentei os envelopes e a proposta, mas depois, no início da, da, como faltava um documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a ser aberto o envelope? Veja, a licitação, na concorrência o senhor apresenta os envelopes fechados, são os envelopes da proposta e os envelopes da habilitação. Se o senhor apresentou, e se constatou que faltava um documento, é porque foi aberto o envelope da habilitação numa sessão pública.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O senhor sabe que eu não me lembro--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E foi inabilitado.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não me lembro que foi, acho que foi isso. Foi o que foi visto na época e nós até retiramos o nosso envelope. Porque ficou faltando o... Eu me lembro o que faltou, nós tínhamos uma outra empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem como retirar.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ficou faltando Certidão Negativa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, o senhor não tem como retirar. O senhor abriu a licitação, o senhor teria que ser considerado inabilitado.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não me lembro, Deputado, se chegou a ser aberto, eu não me recordo disso. Tanto que não ficou registrada a nossa participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não ficou registrada a participação na licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, como se nós não tivéssemos participado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos a cópia da licitação aqui nós vamos checar.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu até tenho aqui. Quer ver, eu trouxe aqui para o senhor, só um lembrete, não sei como eu tinha isso guardado no meu arquivo morto. Tudo o que eu tive na época, oh, os documentos que eu tive para participar dessa

licitação. Cópias de tudo. Ficou faltando à Certidão Negativa do INSS. E eu tinha, até aqui, oh, o pedido de Certidão Negativa de débito do INSS, que o INSS forneceu, mas eu não tinha a Certidão Negativa, estava em greve, aquela coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe se apresentou a proposta, é isso?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu apresentei, eu tenho certeza. mas eu não sei se ela chegou a ser aberta, isso eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas para que o senhor pudesse retirar a proposta teria que assinar uma desistência.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, eu não me lembro se eu cheguei a assinar essa desistência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o envelope tinha que estar lá.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, deveria estar. Mas eu, eu não sei se isso foi--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Peço a assessoria que cheque, por gentileza se a empresa AEROPOSTAL em consórcio com a EVERGREEN participaram da concorrência número 10.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: 010, tá. Mas eu tenho certeza eu compareci lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conheceu o Sr. Roberto Kfouri nessa sessão?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nessa sessão, porque nós éramos novos no mercado, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: E várias pessoas, várias pessoas da área de aviação vieram conversar conosco: "Vocês são da onde? Estão vindo de quê? Que tipo de aeronave vocês têm?". O Roberto Kfouri foi um deles. Houve várias--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu me lembro também que nessa licitação estava o Wagner Canhedo estava lá. A VASP estava lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Wagner Canhedo. A VASP estava lá. Os senhores conversaram mas até a evolução dele ser seu sócio tem uma grande quilometragem. Os senhores se conheceram. E aí, como é que foi o contato, marcaram o contato? Como é que foi?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, foi só um cumprimento ali não tivemos mais contato nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí depois, quando o senhor voltou a vê-lo novamente?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Quando a minha empresa já estava, nós estávamos sentindo que essa associação com a EVERGREEN não estava conseguindo ser concluída.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que, hein?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não sei, Deputado. É uma coisa que até me surpreende até hoje. Porque, de repente, as coisas não, não fecharam. Porque era um projeto muito interessante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ia mexer muito com o mercado, com o mercado de transportes aéreos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sem dúvida.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ia ser uma empresa pesada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi que o senhor rompeu com a EVERGREEN?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Para lhe dizer sinceramente nós não chegamos a romper. Houve assim um esfriamento. O Hélio chegou a ir aos Estados Unidos para tentar ver se melhorava isso. Mas eles começaram a fazer certas exigências difíceis de conseguir atender. Como, por exemplo, até, “Ah, tem que ter um contrato concorrente”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o contrato de consórcio o que senhor tinha com a EVERGREEN era apenas para a concorrência número 10?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Sim, mas se estendia, tinha prorrogação. Era para--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem cópia do contrato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ah, tenho. No meu documento tem aqui. Se o senhor quiser, eu tenho aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu tenho esse documento aqui.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O senhor tem, não é? Deixa eu lhe mostrar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Aqui. Esse contrato está em inglês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu tenho uma cópia em português, mas como a cópia que eu tinha em português não tinha a assinatura dos dois eu trouxe esse. Mas dá para o senhor perceber perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No microfone, por gentileza.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Desculpa. O contrato é muito bom, é um contrato fantástico. Um trabalho exaustivo para conseguir esse contrato, nós trabalhamos duramente para conseguir isso. Eles iam fornecer todos os equipamentos, treinamento de pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui fala que os senhores tinham recebido autoridade, a autorização do Departamento Brasileiro de Aviação Civil para operar, mas os senhores não tinham recebido. O senhor tinha a autorização, mas não tinha o *Chater*.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O *Chater* não, o *Chater*, o Cheta é vinculado à aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Cheta, não *Chater*.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ele é vinculado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): *Ok?* Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Autorização jurídica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É autorização jurídica, não autorização de voo. É porque no contrato--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque a autorização de voo é uma autorização específica da aeronave. Não é uma autorização---

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É porque aqui o que me chama a atenção no contrato é que diz, “considerando que AEROPPOSTAL recebeu a autorização do Departamento Brasileiro de Aviação Civil para operar transportes de carga, passageiros e Postal e de postagens, durante o período de 3/2000, a 3/2001”.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu vou lhe mostrar aqui. Deixa eu lhe mostrar. Olha aqui, é esse aqui que ele está se referindo, justamente a essa autorização. Aqui, olha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, esse nós sabemos. Agora, o contrato, com a EVERGREEN, ele dá a impressão

que o senhor já está com tudo em ordem, pelo menos a impressão--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, mas é o funcionamento da empresa de aviação, ela tem características próprias. Ninguém tem, a medida que a aeronave vai ser especificada--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum-hum.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Aí então é feito o Cheta que é um processo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, sim, nós já estamos aqui entendendo tudo de aviação atualmente.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu vou lhe dizer francamente, eu não sou um *expert* nesse assunto também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas eu sei disso, né, eu senti isso. Que essa, veja aqui, quer ver?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem que falar no microfone porque senão.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Quer ver, eu quero lhe mostrar só aqui o seguinte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, isso nós conhecemos.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: “Autorização de... Como a empresa social... Como empresa autorizado o funcionamento jurídico da empresa AEROPOSTAL transporte aéreo pelo prazo de doze meses”--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor observa que é autorização para... Funcionamento jurídico, o senhor não tem autorização para levantar voo, está certo? O que me chamou a atenção no contrato da EVERGREEN, ela parte do suposto de que os senhores estão totalmente em ordem, não é? Olha aqui.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não, a EVERGREEN estava, não, a EVERGREEN estava ciente disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “A AEROPOSTAL recebeu a autorização do Departamento Civil Brasileiro para operar, para operar, olha, carga Postal etc. de, de Correio Postal durante o período inicial de 13 de março de 2000, até 13 de março de 2001”.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, talvez essa palavra tenha dado essa margem, mas eles tinham sim. Nós começamos a preparar os manuais todos com

eles, juntamente com a EVERGREEN, mandamos todos os manuais para a aprovação do [inaudível] --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas, é que talvez... É--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Doutor, Deputado. O senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas para que não seja derrubado pelo inglês, mas ele diz, “AEROPOSTAL [áudio em inglês: 33’32” – 33’39”2”].

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas eu posso lhe assegurar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para operar o agendamento de passagem, carga e--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Essa operação seria realmente o passo seguinte, a partir do momento, nós tínhamos um prazo inclusive, sabe por que, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Schedule.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deixa eu esclarecer uma coisa, um ponto aqui que eu acho que é importante. Nós tínhamos um prazo para operar, para começar a operar essa, você não ganha a concorrência e começa a trabalhar no dia seguinte. E eu lhe garanto que a EVERGREEN estava ciente de todo o trabalho de finalização da aeronave. Até porque, nós estávamos discutindo com ele, a gente tinha que ver a aeronave que ia trazer que ia ser o DC-9; que era uma aeronave que ia entrar no Brasil que não tinha operação no Brasil. Então estavam cientes e eles trabalharam conosco, nós contratamos gente para começar a montar os manuais, o DC-9, o treinamento. Foi discutido até o treinamento e os pilotos irem para os Estados Unidos fazerem o treinamento das aeronaves lá. Então eles estavam cientes disso que teria que ter a aprovação, plenamente, tenho certeza absoluta disso. Não tenho a mínima dúvida quanto a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma coisa também me chama a atenção aqui. Voltando agora a leitura.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ele fala que a AEROPOSTAL recebeu a autorização [áudio em inglês: 33’49.6 – 35’05”] Durante o período inicial [final do trecho em inglês] Por que é que essa coisa, esse período inicial aqui? De onde se tirou esse período?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Por quê? Por causa da aprovação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da jurídica? Porque nesse período--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É o senhor vê que tinham consciência daquele documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Talvez não tivessem consciência que o senhor tinha a Cheta.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Tinham sim, Deputado, certeza que eles tinham, certeza que eles tinham, nunca houve essa dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, esse contrato tinha prazo de validade até quando?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não recordo. Deve estar escrito até aí. Acho que era dois mil e... Sinceramente eu não, acho que era 2002, era um prazo até bom. Posso dar uma olhada? Oh!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “Até abril, período de abril de 2006, pode ser estendido pelas partes por consenso mútuo”.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É. Um prazo com bastante tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi rescindido esse contrato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Em 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve uma rescisão formal? Não?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não houve, mas nós poderíamos até questionar isso. Nós nunca vamos, nós não poderíamos fazer uma coisa dessa com a EVERGREEN. O senhor, não é? Mas, poderíamos questionar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a data em que, o senhor lembra aproximadamente de quando foi?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ah, foi, acho que no início, meados de 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, porque ele, ele foi firmado em 24 de julho de 2000.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, é porque na realidade a aproximação iniciou-se--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o Sr. Roberto Kfouri entrou na empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: 2001, quando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi depois do término desse contrato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, quer dizer, o Sr. Roberto Kfouri entra depois do término do contrato?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Depois do término do contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele entra justamente para tentar alavancar alguma alternativa, é isso?--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que foi essa negociação com o Sr. Roberto Kfouri, quando é que começa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois é, ela começa, ele se apresentou a nós como uma pessoa que tinha possibilidades inclusive--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor o procurou ou ele o procurou?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ele procurou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele procurou, falou, o que é que ele disse?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ele falou que ele tinha a possibilidade de conseguir, através de negociações, conseguir uma aeronave, que nós estávamos com a empresa montada, que ele estava, que ele tinha saído da BETA. Que ele tinha saído de uma outra empresa que eu não conhecia a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi em que mês, mais ou menos, de 2001, o senhor lembra?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mais ou menos agosto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agosto de 2001.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Acho que ele entrou, acho que foi julho, agosto, mais ou menos isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Julho, agosto. Nós estamos verificando os autos da concorrência número 10, consta que o senhor comprou o Edital, consta que o senhor fez uma consulta, mas o senhor não apresentou propostas.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, é aquilo que eu lhe falei na, realidade nós comparecemos,

mas nós fizemos a retirada da proposta, então não chegou a ser aberta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma das coisas muito comuns que às vezes acontece--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi uma falha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidentemente, nós temos que trabalhar com suposições, por favor o senhor não, tem toda a liberdade, nós temos que trabalhar permanentemente com suposições. É muito comum, por exemplo, quando chega alguém diferente para apresentar a proposta, essa pessoa ser procurada pelos licitantes para que convença que essa pessoa não participe da licitação. Houve algum entendimento seu, na oportunidade, com o Sr. Roberto Kfoury ou com alguém da SKYMASTER para o senhor não apresentar essa proposta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas, Deputado, mas nem de longe, não há a possibilidade de disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: De maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que me parece estranho o que senhor tenha comparecido e não apresentado a proposta. Se a proposta estava lacrada como o senhor percebeu que faltava um documento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque nós já sabíamos que estava faltando esse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Você foi fazer o que então?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nós conversamos com a pessoa, eu fui lá para prestar porque, o senhor não acredita, o documento era, era a Certidão Negativa do INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: E estava para me chegar a qualquer momento, e nós estávamos desesperados. No final da concorrência chegou o documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Por fax.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nós então não tínhamos. Então falou assim: Ah! Então nós vamos

inabilitar vocês. Então para vocês começarem assim inabilitados, é melhor, é melhor vocês não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor falou para a Comissão de Licitação que não tinha documento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Falei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sem apresentar proposta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, com a proposta na mão. Apresentamos a proposta, aí falei, olha, falta o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a pegar o protocolo da proposta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Protocolo da proposta, não me lembro se pegamos e desenvolvemos, quem entregou essa proposta no dia, o Deputado, foi o Hélio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor estava junto?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Estava junto, estava eu e Hélio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor entregou e falou: "Falta um documento".

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não lembro se nós comentamos, não me lembro o que nós falamos, não me lembro se foi falado isso. Mas eu e são que isso ficou claro. Não me lembro se nós chegamos a falar isso. É... não sei por que isso ficou claro. Não me lembro o que foi que houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Porque, veja, há uma data marcada para o senhor apresentar a proposta.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho que eles abriram essa proposta e olharam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se abriram, há uma grave irregularidade na licitação porque o senhor tem que ter entregue a proposta. Essa proposta só pode ser aberta no momento que começa a fase de habilitação, todas as propostas são abertas ao mesmo tempo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O senhor tem razão, eu tenho a impressão, eu acho que eu estou fazendo me lembrar aqui, eu acho que abriram, viram: "Não podemos aceitar isso aqui".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, o senhor não está, não foi credenciado na licitação, não consta que o senhor apresentou proposta, portanto a sua proposta não foi aberta oficialmente.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois é, não foi aberta oficialmente, na realidade então ela foi

aberta. Porque acontece o seguinte. Exatamente esse documento, aqui, que era o documento que eu apresentei na época, é que eles me falaram: Olha, isso aqui eu não posso aceitar. É o pedido de Certidão Negativa de Débito. O senhor entendeu?! Aí: “é melhor vocês retirarem a proposta”. Falou... Tanto que eu procurei até o, porque tem lá o... Como é que chama? O... Aquele relatório final, não é, da licitação. Eu achei que meu nome estava citado lá e não estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então veja, há uma grave irregularidade nessa licitação. Porque se o senhor apresentou a proposta teria que ser inabilitado, ou então o senhor teria que apresentar um pedido formal de desistência da licitação. Porque, pela Lei, o senhor teria que fazer o pedido de desistência para poder desistir ou de retirar a proposta. O senhor não pode simplesmente pegar a proposta e ir embora para casa, isso não existe.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Tem razão, tem razão Deputado, mas nós não fizemos, essa formalidade não foi feita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a entregar essa proposta? Aí abriram a proposta e falaram: “O senhor vai ser inabilitado, vai embora!”

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: [Riso] Acho que foi mais ou menos isso, não nesses termos mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi mais ou menos isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem falou isso para o senhor? Foi o Presidente da Comissão de Licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi alguém da Mesa lá, não sei se foi o Presidente. Alguém da Mesa, da Mesa de Licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais uma da concorrência número 10, hein?! O que, veja, nós estamos investigando a possibilidade de conluio de empresas. O senhor não manteve nenhum diálogo de entendimento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: De maneira alguma. Não tinha nem conhecimento, não sabia nem onde eu estava pisando, Deputado, naquela época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, mas veja, na verdade o senhor chegou até a fazer uma consulta sobre a documentação, o senhor sabia um pouco onde estava pisando?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Como assim, consulta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há uma consulta formal da empresa AEROPOSTAL sobre itens do Edital, o senhor estava bem orientado--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ah, não, isso sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em relação a que podia fazer consulta, etc. Quem comandava essa parte de licitação para o senhor? Foi uma consulta tecnicamente bem feita?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho que foi o Hélio que providenciou isso. Ele tinha gente, ele tem o pessoal que trabalha com ele que nos orientou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o senhor sabia que não poderia ganhar essa licitação se o senhor não estava com todos os documentos em ordem?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas eu tinha total esperança que eu ia ganhar. Eu tinha quase certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o senhor não tinha o documento exigido, o senhor estava fora da licitação.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas eu acho que esse pedido de Certidão Negativa aqui. Eu achava que até o momento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um pedido de Certidão Negativa atenderia a falta da Certidão Negativa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não. Eu tinha certeza. Eu achava que o documento, a Certidão Negativa ia chegar a tempo hábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Presidente dessa comissão de licitação é um depoente nosso aqui, o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não me recordava disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não consta da ata, não consta absolutamente nada.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não consta da ata, é ata não consta não. Eu já procurei isso, até achei que tinha alguma coisa que dissesse isso. Não, mas não consta, não consta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem ganhou a licitação foi a empresa BETA, justamente quem trabalhava nessa empresa o Sr. Roberto Kfourri.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não me lembrava disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles foram os vencedores dessa licitação, e quatro dias antes eles tinham feito aquele acordo com a empresa SKYMASTER.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, que eu acho que eu fiquei tomando conhecimento pelos jornais, há pouco tempo aí agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aliás, foi a BETA e a SKYMASTER. A sua proposta--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eles tinham feito acordo nessa época?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua proposta era para que linha?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Linha G e linha, não me lembro, era uma letra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): F?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não me lembro se era F, mas eu tenho essa proposta escrita, eu tenho. Eu infelizmente não trouxe, teu a cópia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram três linhas licitadas, K, F e G. Ah, são cinco linhas, é H.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho que foi. Eu tenho esse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor poderia mandar uma cópia da sua proposta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Posso, sem problema. Posso, eu tenho isso, eu vi mas não achei que era relevante isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse caso é relevantíssimo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Está certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor compareceu.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Compareci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma das linhas foi ganha pela empresa BETA, que é a empresa justamente que depois de, da qual é afastado o Sr. Kfourir, que vai ser seu sócio. O senhor comparece nessa licitação, não apresenta proposta nenhuma, está certo? E naquele momento o senhor tinha um contrato com a EVER-GREEN. Ou seja, ali o senhor não tinha a Cheta, só que naquele momento não era exigida a Cheta.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não era exigida a Cheta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor estava rigorosamente em ordem naquele momento. Tinha aviões e tinha a Cheta.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Tinha quem me fornecesse os aviões, né--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só não tinha, segundo o senhor declara.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: A Certidão Negativa do INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Embora o senhor tivesse rigorosamente em dia com o INSS.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Rigorosamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até porque o senhor não tinha por que ter em dívida?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: A Certidão Negativa eu recebi no mesmo dia na, mesma hora, eu até cheguei a comentar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No mesmo dia, na mesma hora como?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu recebi por fax, era no Rio de Janeiro que estava sendo providenciado, eu recebi, chegou depois a cópia por fax. Falou: Oh, chegou a Certidão Negativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o senhor tinha a Certidão Negativa de débito em que momento, na hora--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Depois que já tinha acabado, depois que tinha acabado. Estava indo embora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa certidão que o senhor recebeu?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O fax o senhor tem?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Olha, eu tenho que pesquisar esse fax. Mas eu, eu, eu tinha na época esse fax. Esse fax é um documento tão antigo, foi em 2000, né, não, era-- não guardei esse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor recebeu por fax?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Por fax.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, é uma situação também mais ou menos estranha porque jamais uma Comissão

de Licitação poderia ter devolvido uma proposta: Vá embora. Será indagação ao Sr. Carlos Augusto Lima e Silva que deverá voltar depois aqui.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu só fiquei lá assistindo a concorrência, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor ficou lá assistindo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, porque já que eu estava lá--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, veja, é curioso, o senhor teve tempo para providenciar a Certidão Negativa. Não providenciou?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu providenciei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não devia para a Previdência, tinha aviões, tinha tudo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O Hélio veio do Rio, veio para cá para participar. Nós viemos prontos para fechar esse negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Achávamos que nós íamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o meu, eu esqueci ligado.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não sei se desliguei o meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Bem, mas então aí depois o senhor foi procurado pelo Sr. Kfour e aí, o Sr. Kfour disse que poderia arrumar, ajudar para o senhor, arrumar aeronaves.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Isso foi bem depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Kfour falou à época que ele tinha contatos com a Diretoria do CORREIO?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Como é que é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele comentou com o senhor se ele tinha contatos com a Diretoria do CORREIOS?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o contato do Sr. Kfour com o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não sei, Deputado. Eu não tinha esse, essa visão. Eu fiquei sabendo de algumas, de algum contato, algumas coisas que aconteceram pela imprensa, por sinal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conheço oi Sr. Lima Sena?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Conheci, nós fizemos uma visita ao Sr. Lima Sena junto com o pessoal da EVERGREEN aqui na sede do CORREIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso antes da licitação ou depois da licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deputado, eu acho que foi depois. Porque a correria foi muito grande com a licitação, aí depois nós os trouxemos aqui para conhecer, fomos mostrar as empresas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora se eu sou sócio americano e o senhor não entra na licitação porque esqueceu a certidão, eu rompo com o senhor, eu rompo com o senhor. Será que não foi esse o fator do rompimento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, o rompimento foi um ano depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas olha, eu sou seu sócio, tenho uma empresa de nome, o senhor está tudo em ordem para ganhar uma licitação, para entrar, uma licitação que viabilizaria a empresa, o senhor esqueceu a Certidão Negativa de débito?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não conseguimos em tempo hábil. Realmente isso foi, foi um peso que realmente desagradável. Mas continuamos, continuamos trabalhando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Continuamos trabalhando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí o senhor veio com o Sr. Lima Sena junto com o EVERGREEN?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Chegamos a fazer uma visita ao Sr. Lima Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma visita, o que ele era na época?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ele era na época, acho que era diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diretor?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E os senhores foram fazer visita a que pretexto?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mostrar a empresa que se propunha, não é? O que é que a

empresa tratava, trouxemos alguns *folders* da empresa, alguns prospectos. Para tomar conhecimento, enquanto ele, depois mostrar a associação, o nome da empresa, apresentamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que também nos chama a atenção é que, à época, o Sr. Lima Sena era o diretor de operações e foi Presidente da Comissão de Licitação, é uma coisa um pouco inédita isso para mim. Normalmente os diretores designam outras pessoas. Nós vamos até verificar se ele estava no exercício da diretoria nessa época. Mas, foi o único contato o que senhor teve com o Sr. Lima Sena?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Roberto Kfourri não falou que era amigo do Sr. Lima Sena?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não. Não falou que era amigo. Não falou que era amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não falou?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Bom, aí ele ficou seu sócio, não é?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi o percentual que ele passou a ter na empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: 50%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 50%. Quer dizer, o senhor deu metade da sua empresa para o Sr. Kfourri. Por que, hein, tanta coisa? Sem ter nenhuma viabilidade ainda?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque foi uma forma, na época, que nós, eu e o Hélio conversamos e o que se chegou a conclusão, o que se colocou foi o seguinte: É melhor a gente ter 25% e tentar botar essa empresa para voar do que não ter nada. Porque nós, os americanos não estavam mais cumprindo com o prometido, não é? As coisas. Garantindo a garantia que nos necessitávamos. Então se o Roberto Kfourri se prontificou a isso nós falamos: Bom, é melhor termos metade de alguma coisa do que não termos nada. Pelo menos, vamos fazer mais uma tentativa de botar essa empresa para voar. Estava com a empresa montada, escritório, tínhamos perdido um tempo danado, tínhamos trabalhado horrores nisso. Vamos tentar fazer isso aí, ele vai conseguir a aeronave, vamos tentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum-hum. Bom, aí então chegou o ano de 2001, o pregão 045, como os senhores decidiram participar desse pregão?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque, como eu lhe falei, durante esse período todo já estava esse andamento, existia esse andamento do processo já, a empresa já estava desgastada em termos de, assim, de tempo já, passou-se muito tempo, eu, por exemplo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A época já não tinha mais contato com a EVERGREEN?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não tínhamos mais contato com a EVERGREEN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: E tinha esse pregão, 45, e nós resolvemos então tentar para ver se conseguia, com esse pregão, fazer a empresa voar finalmente. Conseguia um contrato definitivo com o CORREIO para tentar, vê... Era uma tentativa final, praticamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor já tinha tentado um contrato de leasing, alguma coisa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O Roberto é que tinha alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com que empresa, hein?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não sei, não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No microfone, por favor.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não sei da empresa, não me recordo. Mas tinha alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra que aeronave que era, quais aeronaves que eram?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não era uma aeronave nenhuma da EVERGREEN. Era, acho que não sei se um 727, alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um 727?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: 727.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De que empresa o senhor lembra?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não lembro, era uma empresa estrangeira, não era do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas havia contrato já?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Havia andamentos. Ele me mostrou uma vez no escritório dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem essa documentação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não sei se eu tenho especificamente alguma coisa. Mas é capaz de eu ter alguma coisa, algum fax, alguma coisa do período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É um 727?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Era um 727.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certeza?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Acho que sim, certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. A empresa o senhor não lembra?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: A empresa que era o contato, realmente não me recordo. Não, não me fixei nisso. E aí eu estava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É curioso porque na proposta o senhor fala que é um 707, não é isso?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: 707. Ah, tinha um 707 também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Também tinha um 707.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não era só o 727?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não era só o 727, acho que tinha o 707 também, parece que tinham duas opções de aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantas aeronaves 707 tinha?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Acho que era uma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma? Porque olha só aqui. AEROPOSTAL vai operar com aeronaves, plural, 707, cargueiro com capacidade de 38 toneladas, carga palletizada que deverão estar de acordo com as especificações ações da ECT. O senhor afirma aeronaves 707 e quem assina é o senhor?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não tenho recordação que fosse aeronaves.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o que está dito aqui.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, que foi, é que eu acreditava que ia se concretizar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até porque tinha que ser duas pelas exigências "editorícias".

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, pois é, não me recordava especificamente disso, mas era uma atribuição nesse ponto, era o Roberto que estava me assessorando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Orientando.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Assessorando nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia o que senhor precisava da Cheta para entrar naquela licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deputado, eu, eu sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabia?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Sabia, mas eu não tinha a exata noção. Porque é assim, vou dizer o seguinte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia, mas não tinha a exata noção, por favor, explique melhor?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, não, não é o seguinte. Porque existia o seguinte, existia sempre um prazo, não sabia a noção do prazo que seria esse negócio, que prazo que seria necessário isso. Agora eu tinha a convicção de que nós conseguiríamos, eu estava convicto disso, eu particularmente estava convicto disso de que nós conseguiríamos a tempo hábil. Porque tinha um prazo para iniciar o contrato, para operar, né? Nós conseguiríamos esse documento. Até porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabia que o senhor tem apresentar isso na proposta? O senhor já era escolado, o senhor já tinha uma vez não entrado na licitação porque esqueceu de juntar para a habilitação a certidão de débito da dívida fiscal.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, Deputado, isso aí foi uma jogada comercial. Isso aí foi uma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que, eu não consigo entender jogada comercial, juro.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Para ver, era um momento, era a hora de conseguir um contrato e ver se fazia essa empresa levantar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas como é o que senhor podia conseguir o contrato se o senhor não tinha documento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Edital exigia o que senhor apresentasse na licitação.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas eu o teria, eu teria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, veja, naquele envelope, aquele mesmo que o senhor esqueceu de colocar a Certidão Negativa, tinha que estar a Cheta. Tinha que estar lá.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, concorda?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Concorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então como é que o senhor imaginava ganhar essa licitação? Se não tinha o documento?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Quando eu fosse fechar esse contrato eu teria o Cheta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não tinha. O senhor jamais fecharia o contrato porque o senhor seria inabilitado. O senhor sabe disso. Se o senhor fosse um jejuno em licitação eu até entendo, mas V.Sa. era um consultor econômico, já tinha sido prejudicado numa licitação que tinha feito a mesma situação.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu achava, vou lhe dizer, falando sinceramente assim, eu achava o Cheta para mim, nessa altura, depois de tudo o que tinha se passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No microfone, por favor.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Todo o tempo que teria se perdido nisso, eu achava que o Cheta era uma coisa praticamente secundária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A autorização para voar secundária?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho que eu ia conseguir adquirir isso, eu tinha a possibilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não no momento que o senhor teria que apresentar.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Sim, mas aí eu teria que apresentar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tinha o contrato com as aeronaves, concorda?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Estavam em tabulados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estavam em tabulados. Vamos ver o Edital do pregão, eu tenho aqui. O Edital é de uma clareza meridiana. Está aqui. Com certeza o senhor leu, não é? O Edital. Documentos relativos, habilitação. Está aqui, olha: Documentos relativos a qualificação técnica: "A – certificado de propriedade, contrato de leasing ou outro tipo de contrato de aquisição ou locação, que garanta a posse ou disponibilidade de aeronaves no prazo definido para o início da operação. Com capacidade, especificações que atendam as exigências consignadas nas fichas técnicas afins". Estava claro que o senhor não tinha mais o contrato com a EVERGREEN, o senhor não poderia ter juntado. Aqui exigia que tivesse um certificado de propriedade, um contrato de leasing ou outro contrato. O senhor confesadamente acabou de nos revelar que não tinha. "Dois – certificado de homologação da empresa transporte aérea o Cheta, expedido pelo DAC nos termos do artigo 66, parágrafo primeiro da autoridade Aeronáutica. O senhor sabia que não tinha". E aí o Edital, como não podia ser diferente diz o seguinte: "Para fins de habilitação, além dos documentos descritos nos pré-citados itens 321 a 324, esse item que eu li é o 324". A empresa deverá apresentar na sessão do pregão, ou seja, basta ler isso aqui para o senhor saber que na sessão do pregão, no envelope da habilitação o senhor tinha que apresentar: O certificado que o senhor tinha a posse de avião, seja de leasing, propriedade e etc., e a Cheta. O senhor não tinha nem um nem outro como o senhor esperava ganhar essa licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu vou dizer uma coisa. Essa questão que o senhor falou, inicialmente aí que tinha que ter o contrato de leasing, eu tinha a..., eu tinha assim, a possibilidade, eu achava que tinha a possibilidade, até por comentários da, que a EVERGREEN tinha feito há pouco tempo atrás, que se eu tivesse um contrato--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas veja, vamos ver--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe que o senhor não teria o contrato.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria impossível o senhor ter contrato se o senhor não poderia ganhar a licitação. O senhor não poderia ganhar essa licitação porque o senhor tinha que apresentar esta documentação. Logo o senhor sabia, homem experiente e inteligente que é,

que o senhor jamais ganharia esta licitação. O que faz uma empresa entrar numa licitação sabendo que não tinha os documentos? O senhor percebe?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu-- concordo com o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a lógica? O senhor, por favor, não me use a lógica de que o senhor precisava do contrato. Porque eu e o senhor sabemos, e todos que nos assistem nesse momento que o senhor jamais teria esse contrato, o senhor sabe, eu sei e o mundo sabe.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Mas na época eu não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabia que, não tendo essa documentação, o senhor achava que ia ganhar essa licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Hoje em dia eu vejo, realmente eu vejo que realmente é muito difícil. Mas eu não tinha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor achava que ia ganhar a licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu fazia força para isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Poderia fazer a força que quisesse --

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu estava desesperado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora não tendo a licitação o senhor jamais ia ganhar. Considerando que o senhor na outra licitação desistiu antes de apresentar a proposta porque não tinha o certificado.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, apenas me permita concluir. Por que na primeira licitação que o senhor participa o senhor desiste de entregar a proposta quando o senhor não tinha o certificado de débito? E nesta, sabendo que não tinha dois documentos, insiste? Quer dizer, qual é a lógica? Por que o senhor desistiu naquela, que inclusive o senhor tinha aviões, o senhor tinha a EVERGREEN, a EVERGREEN não a EVERYGREEN. A EVERGREEN por trás e nessa o senhor não tinha a EVERGREEN, não tinha avião, não tinha nada. E falou: Não, essa eu vou ganhar! Como ganhar? Impossível.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu vou dizer o seguinte. Inclusive, nós tínhamos até, eu tinha, e realmente, tem que, a primeira coisa, tem que se lembrar que tinha se passado da primeira licitação

para essa dois anos, praticamente, não é? Dois anos, praticamente. Eu, eu estava realmente já é-- vendo, exaurido já com essa, com essas tentativas todas. Eu verifiquei várias outras licitações, pregões e tal. Então eu achava que era uma cartada final para tentar ver se conseguia alguma coisa e convencer uma cartada final para tentar convencer, ver se conseguia alguma coisa com os americanos, ver, alguma coisa que eles conseguissem retomar as negociações com a gente. E, eu imaginava que realmente não era uma coisa segura. Mas era uma tentativa final para tentar conseguir isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vou fazer uma pergunta: Quanto tempo o senhor acha que o senhor conseguiria trazer esse avião? Se o senhor ganhar, vamos lá, a Comissão de Licitação dormiu no ponto, ninguém viu que o senhor não tinha documento, os outros participantes não viram que o senhor não tinha documento, ninguém foi para a Justiça, todo mundo dormiu em berço esplêndido. Quanto tempo o senhor acha que o senhor ia conseguir a Cheta e os aviões?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não tenho a noção exata porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, mais ou menos?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: -- Porque eu não sou da aviação para saber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não sei, acho que semana, quinze dias, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em quinze dias o senhor conseguia a Cheta e os aviões?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Licenciar o avião para voar no Brasil.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Talvez mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um mês, talvez.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Um mês, talvez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, eu acho que pelo menos um mês, o senhor não acha? Porque, olha que o senhor tem que ser craque para conseguir a Cheta e o avião em menos de um mês.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Aí dependia do que já estava em andamento nas solicitações--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas considerando que o senhor estava em andamento, o senhor acha que conseguiria trazer para o Brasil. Ou seja, ganhou, o senhor consegue locar, regularizar a entrada do avião no Brasil, e conseguir a Cheta tudo em. Quanto tempo o senhor acha que vai isso?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É... Era-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seis meses, pelo menos, não?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Chega a tudo isso não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei não, quanto o senhor achava, estou me baseando pela sua crença.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: É, eu acho que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor estava há anos tentando conseguir isso e não estava conseguindo a Cheta.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois é, tanto que depois--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No microfone, por favor.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Depois dessa concorrência, tal, realmente, não se se passou mais pouco tempo, não vou conseguir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto tempo o senhor achava mais ou menos--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Isso não vai, não vou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto tempo o senhor achava: O senhor fala: Eu vou entrar para ganhar, eu quero o contrato. Quanto tempo o senhor achava que se ganhar o senhor vai conseguir o avião e trazer a Cheta? Não é possível que o senhor não tenha feito o cálculo?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não tinha essa avaliação pessoal minha, Deputado. Eu achava que essa questão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quinze dias o senhor falou? Uns quinze dias, um mês.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Quarenta e cinco dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quarenta e cinco dias, o senhor sabe que coisa curiosa, pelo Edital o senhor tinha que voar em dez dias.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Dez dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O início das operações está marcado para o dia 24 de dezembro. A reunião do pregão foi realizada no dia 17. O senhor tinha sete dias para, se todo mundo, vamos lá. Se todo mundo cochilasse, todo mundo eu digo é a Comissão de Licitação não percebesse que o senhor não tinha o contrato da aeronave nem autorização para voar. Se ninguém licitante percebesse isso e não fosse para a justiça. Se todo mundo cochilasse, desse uma sorte medonha, o senhor ia ter que conseguir os aviões, a Cheta em sete dias, contratar tripulação e o avião estar operando. O senhor acha factível que a comissão acredite que o senhor se pautou por isso?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Era, era realmente, concordo com o senhor que esses prazos de dez dias, realmente ia ser impossível no prazo de dez dias. Agora eu vou lhe dizer, Deputado, sinceramente. Eu fiz uma tentativa achando que era, era uma tentativa final de tentar ver se eu conseguia alguma coisa, para tentar ver se conseguia alavancar a empresa. Era, era... Pode ser uma tentativa meio desesperada, meio... Até... Perda de tempo mas eu achava que com isso poderia tentar. Não, nada mais do que isso. Tentava, tentava conseguir fazer com que essa empresa voasse para compensar todo o trabalho já feito, todo o trabalho realizado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, realmente. Agora, uma outra coisa para mim, que me chama muito a atenção. O senhor veja como a situação, ela é...

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.Sa. permite dizer é delicado, na medida em que o senhor não me dá uma explicação. Até acho que o senhor pode ter sido usado nesse processo. Mas com o seu depoimento hoje, o senhor apenas, me perdoe dizer, apenas confirma as convicções dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que agora o senhor participa ativamente desse procedimento. Se o senhor dissesse aqui: Não, eu fui usado, eu não sabia, foi o Roberto que me botou para assinar. Aí nós íamos ter uma dúvida. Agora, neste caso, vamos, vamos rememorar os fatos, está certo? Aliás, o senhor agrega mais um fato a nossa convicção, pelo menos a minha, pessoal. O senhor já ia participar da concorrência 10, estranhamente não entra com a proposta, desiste. E naquele momento o senhor tinha o contrato com a EVERGREEN. Um contrato que, pelo que nós pudemos deparar podia ir até 2006. O senhor tinha aviões, não tinha a Cheta. Mas naquele momento o Edital não exigia a Cheta. Então o senhor tinha, só que misteriosamente o senhor falou: Eu não vou entrar

porque não tinha um documento que tinha condições de ter. E considerando que o senhor está parceiro de uma empresa americana como a EVERGREEN, é estranho que uma pessoa entre numa licitação sem ter um documento tão facilmente passível de ser obtido. O que nós dá uma sugestão de que o conluio possa ter começado nesta sessão, quando o senhor comparece. Algum tipo de acerto pode ter sido feito naquele momento com o senhor. E aí começa o seu contato com a empresa BETA e com o grupo SKYMASTER. Eu estou levantando a tese--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Por favor, não, não faça essa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou o senhor fornece elementos para nós, para mostrar a sua inocência ou essa convicção está cada vez mais forte. Permita-me terminar. O senhor, posteriormente, chama para sócio, com 50% das suas cotas sociais, o diretor da empresa BETA, diretor esse que mesmo depois que entrou, mesmo depois que entrou na sua empresa continuou a assinar atos, aditamentos contratuais como membro da BETA. Posteriormente a isso, o senhor entra numa licitação que o senhor, homem inteligente, consultor que é, sabe que não tinha a menor condição de ganhar, menor. O senhor não tinha os aviões, nem tinha a autorização para voar. Sabe que seria inabilitado. E aí se pergunta: Por que é que alguém entra? Eu lhe respondo: A modalidade agora não é mais concorrência, a modalidade é pregão. Para quem conhece licitação, o pregão tem uma diferença da concorrência. Na concorrência, a primeira etapa que se segue à apresentação das propostas é a habilitação. Quem está inabilitado está fora. No pregão é diferente. No pregão, primeiro se abre as propostas. O envelope da habilitação fica lá embaixo. Lá embaixo, em cima da mesa, ou em algum lugar, lacrado. Quando o senhor entra ninguém saberia que o senhor não tinha nem avião nem Cheta. Só o senhor sabia que o senhor estava contribuindo para fazer uma disputa que na verdade não existia porque o senhor estava em conluio com a BETA e com a SKYMASTER. Na medida em que o senhor sabe que o senhor não ganharia o envelope da habilitação nunca seria aberto. E portanto jamais se revelaria ao mundo nem mesmo a quem compulsasse, em princípio, os autos, que o senhor levaria aquele envelope embora, que o senhor não tinha nenhuma situação. Foi por isso que o senhor tinha tanta certeza que o seu envelope não seria aberto que o senhor assinou essa declaração. A declaração que o senhor assina é uma declaração exigida. Em que o senhor assina e diz o seguinte: "A AEROPOSTAL declara que tem conhecimento de que o preço contido nessa proposta inclui todos os custos,

despesas tais como e sem se limitar a", aí vem uma série de declarações. E aí o senhor disse: "Que atende a todas as exigências técnicas mínimas constantes do seu Edital e anexos". O senhor mesmo agora acabou de nos dizer que sabia que não tinha a Cheta. Que sabia que, efetivamente, não tinha os contratos de... Ou seja, o senhor assina uma declaração falsa. E é isso que qualifica crime. O senhor assinou uma declaração falsa com consciência que não tinha. O senhor acabou de confessar aqui, que sabia que não tinha. Portanto, materializadora deste crime. Por que é que alguém cometeria um crime com tanta segurança? Porque sabia que o seu envelope de habilitação não seria aberto, porque perderia a licitação. Ou seja, salvo o senhor nos mostre, por A mais B alguma outra tese; eu que até esse momento, efetivamente, até nem quis considerar o senhor como investigado para lhe dar a chance de uma defesa. Porque como o nosso relatório parcial não foi votado, eu tenho esta faculdade, lhe permitir ser testemunha, com esse seu depoimento, da forma que está colocado, V.Sa. apenas confirma. Primeiro: que cometeu o crime previsto no Código de Processo Penal, perdão, no Código Penal ao assinar essa declaração. Segundo: comprova a sua participação no conluio e no crime de formação de quadrilha com a empresa BETA e SKYMASTER. Tirando a hipótese que V.Sa. apresente uma outra versão e eu lhe faculta essa possibilidade, antes que esse depoimento encerre, considerando que V.Sa. apresente a verdadeira situação e que possa inocentá-lo a manter-se o depoimento. Eu já lhe digo antecipadamente, essa relatoria passará, a partir do momento, a considerá-lo como investigado pelos crimes tipificados no relatório parcial. Para todos os fins de direito. E pediremos, ao Ministério Público, assim que acabar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que V.Sa., mesmo sem necessidade de investigação, seja denunciado por esses crimes. A palavra com V.Sa.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deputado, eu quero dizer de voz aqui que eu não fiz conluio nenhum com essas empresas. Eu tive um contato mínima, minimamente com essas empresas. Eu fui lá de boa-fé, acreditando, fui, recebi essa possibilidade de fazer isso assim. Eu não sei se foi um advogado que falou, foi uma coisa: Não, você pode ir lá assinar esse negócio. Você pode, isso aí depois a gente resolve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.Sa. foi usado, foi envolvido, foi enganado por quem?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não cheguei a essa conclusão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quem V.Sa. foi enganado?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu fui enganado por quem me informou que poderia participar disso e que teria a chance, conseguiria essa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi enganado pelo Sr. Roberto Kfourri?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho que ele teve uma grande influência nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o senhor se considera enganado pelo Sr. Roberto Kfourri?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Considere-me que eu não sabia de todas as verdades que se passavam, eu não fui informado de todas as verdades que se passavam. Realmente não fui informado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, hoje o senhor não afasta a hipótese de o Sr. Roberto Kfourri ter usado o senhor e sua empresa--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ah, não afasto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não afasta? O senhor acha que ele pode ter utilizado o senhor para montar essa farsa nesta licitação?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pode.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode ter utilizado?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu lhe digo o seguinte, Deputado,--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É um outro dado, o Sr. Hélio José Ribeiro, seu sócio, vira sócio da empresa PROMODAL com 20% da sociedade, que é, pertence ao Sr. Antônio Mourato, o senhor sabia disso?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Soube, eu soube que ele fez isso. Ele participou um tempo lá com, por um período lá, acho que não sei por que ele, bem porque, mas isso aí já não me diz respeito. Eu não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor acha que o Sr. Hélio também o usou? Porque veja--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, eu acho que o Hélio também foi usado como eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele virou sócio.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não sei bem porquê. Acho que também foi usado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor acha que também foi usado?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que o senhor acha que ele também foi usado?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque tinha a experiência dele, na época, na área de helicópteros, ele estava participando de concorrência também com a PETROBRAS e eu acho que houve interesses em se aproximar dele. Eu realmente não consigo definir exatamente o que se, o que aconteceu, o que ocorreu por trás na época. Eu, hoje em dia, Deputado, vou lhe dizer claramente, o quadro é completamente diferente. Nós estamos conversando, nós estamos conversando num quadro--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Atual, e que todas as informações estão em cima da mesa, e que eu fiquei surpreso com tudo o que eu vi divulgado na imprensa. Eu não tinha a mínima noção disso, Deputado, na época. Eu não tinha a mínima, essa questão então da nossa primeira licitação lá que nós participamos, isso foi uma casualidade assim. Aquele negócio. Mas não tinha a mínima, eu lhe garanto que não teve a mínima possibilidade de combinação de nada, mas não teve, nunca passou pela minha cabeça nem pela do Hélio uma coisa desse tipo. Uma negociação desse tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teria como demonstrar objetivamente para essa sub-relatoria, como é o que senhor foi usado? Teria provas que nos levassem ao convencimento de que o senhor realmente não teve nada a ver com isso? Porque nessa conjuntura a palavra de V.Sa. é importante, como sempre é, mas não suficiente.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Olha, eu vou lhe dizer o seguinte, eu não sei porque que das dificuldades que eu passei para que a minha empresa alavancasse. Porque que a própria, eu vou lhe dizer uma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu vou lhe dizer que eu vou dizer o seguinte, uma coisa eu senti no ar uma época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o senhor sentiu?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Que a empresa, a minha empresa, teve um momento em que eu fiquei sabendo que alguém de uma dessas empresas, não sei qual foi, foi aos Estados Unidos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da BETA ou da SKYMASTER?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não sei. Foi--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi aos Estados Unidos.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Chegou-me aos ouvidos isso, me disseram: “Olha, teve gente que foi aos Estados Unidos falar com a EVERGREEN”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para tentar prejudicar a sua empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu acredito que foi, mas eu falei: “Ué, isso não tem problema nenhum. Olha, esse negócio é perigoso, os caras foram lá direto falar com a EVERGREEN, com o Presidente”. Isso estava o Hélio junto, ele falou assim: “Mas não tem problema, nós temos o nosso contrato Sérgio, não se preocupe com isso. Eu falei assim:” Rapaz, esses caras, a gente não sabe quais são as ligações que eles têm. Você não sabe que pressão, força de pressão eles têm ““! Eu não posso lhe dizer quem foi e afirmar o que aconteceu. Mas depois disso, não deu mais para frente a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor têm informações se essas empresas BETA-- ou SKYMASTER.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não tenho como provar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): -- Mantinham algum tipo de relação diferenciada com os diretores dos CORREIOS?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não tenho, Deputado. Deputado, eu vou dizer aqui, eu vou dizer aqui. Essa relação da SKYMASTER com a BETA, eu fiquei sabendo pelos jornais. Eu vi numa revista uma vez que tinha um contrato, tinham um contrato de, de, registrado em Cartório, né. Eu fiquei surpreso. Então comecei a entender porque que eu não conseguia fazer com que a minha empresa funcionasse. Comecei a entender as coisas. Eu não tinha a mínima noção de onde eu estava pisando. Eu achava que ia conseguir, eu fiz de tudo para fazer a empresa funcionar. Eu não imaginava que tinham essas combinações por trás. Quando eu conversava com um, conversava com outro, encontrava assim superficialmente na, nas licitações, nos pregões que haviam, que houvesse uma, uma pressão tão forte por trás. Que o interesse fosse tão pesado, que houvesse tanto, tanta, tanta dificuldade para conseguir um negócio desse. Eu fui inocente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum-hum.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu me considero, Deputado, que eu fui inocente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, seria muito importante que o senhor nos ajudasse a ter provas. Porque veja, no estado em que se encontra a sua situação é delicada para essa CPI.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu gostaria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não posso afastar, a priori, a tese de que o senhor está falando a verdade. Aliás, o senhor tem a presunção de inocência até prova em contrário. Mas do jeito que as coisas estão, como está, o senhor tem crimes praticados. O DAC, havia um tipo de relação especial do Sr. Kfoury, ou da empresa BETA, ou da SKYMASTER com o DAC?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não. Que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem o senhor manteve contato com o DAC na época?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Chegamos a fazer uma visita também ao DAC, junto com a EVERGREEN ao diretor do DAC, ao...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Venâncio Grossi.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Venâncio Grossi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que foi a conversa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Foi ótimo. Ele achou que, puxa que bom que vai acontecer uma empresa assim, querendo entrar no mercado, isso vai alavancar uma concorrência maior. Fomos muito bem recebidos lá, ficamos lá um tempo, entendeu? O Hélio tem, já trabalhou na Aeronáutica, ele tem essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu indago se o senhor tem alguma coisa a revelar à CPI que eventualmente, sendo de importância, ensejasse a possibilidade de nós termos uma sessão secreta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Deputado, eu acho que não sei se isso seria necessário. Porque o que eu tenho; o que eu tenho de informações, que agora estão, estão se saindo mais, mais próximas, ou que estão, que estão aparecendo mais. É o que eu tenho visto que os senhores conseguiram descobrir. Que tem aparecido na imprensa. Eu tenho ficado de, do ano passado para cá, espantado com o que eu estou assistindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós também.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Espantado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por isso que--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu estou, eu fiquei, eu comecei a entender o quadro assim falar: Puxa, agora que eu estou entendendo o que se passou. Porque eu não conseguia. Mas era muita inocência minha achar que eu conseguir entrar nesse mercado fechado, era fechado demais. Eu achava que com essa possibilidade da EVERGREEN. Então eu fiz de tudo para tentar trabalhar. Eu queria trabalhar. Eu vou dizer uma coisa. Eu acredito que o CORREIO e o Brasil perdeu uma boa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, não tenho dúvida.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O senhor pode verificar o meu trabalho até no meu posto de gasolina. Eu tenho tudo corretamente, eu faço tudo corretamente, nunca recebi nada, nunca ganhei nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não tenho dúvida disso.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não sei se o senhor tem informações do tipo, o meu Imposto de Renda à disposição, se o senhor tem interesse em ver isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Temos, temos, veja, eu não tenho nada--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Aí tem todos. Eu não tenho assim, sempre, por exemplo, na questão do meu posto, do posto de gasolina, de coisa, eu sempre fiz tudo, faço tudo correto. E eu queria que essa empresa trabalhasse da mesma forma. Eu sempre falei isso quando contratava com as pessoas. Eu sempre falei: Olha, nós vamos trabalhar. Não, claro, trabalhar corretamente. Mas não aconteceu isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós estamos investigando tudo--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Então, Deputado, estou falando aqui de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): -- Nós estamos investigando todas as pessoas nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. A bem da verdade nós não temos até o momento, nada contra o senhor, anão ser o seu envolvimento nesse fato....

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Pois é, o meu azar foi ter feito essa relação...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Que foi para mim, para mim parecia oportuno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é o problema? é que objetivamente ou o senhor mostra a sua inocência. Que na situação que está, não é se inverter, porque nós temos tantas informações que o envolvem, a assinatura da declaração, o envolvimento com o Sr. Roberto Kfourri, a participação nessa licitação. Ou o senhor prova a sua inocência ou nós não temos como demover a nossa convicção acerca do caso. E agora é uma questão que cabe ao senhor aprovar. Por isso que eu lhe pergunto se eventualmente alguma coisa que pudesse ser dita em seu favor, e para que o senhor não tivesse nenhum outro receio de dizê-lo, o senhor gostaria de dizer em sessão secreta?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: A questão da sessão secreta eu me ponho à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor tem fatos a dizer?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Eu não sei, acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o senhor não tiver fatos--

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, mas eu tenho de dizer o seguinte. Eu posso talvez, o que eu quero dizer é o seguinte, eu realmente, como o senhor falou aqui, eu realmente me considero, falando claramente, eu me considero que fui enganado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Isso eu posso dizer a qualquer momento. Eu me considero que fui enganado. Eu me considero que eu fui, eu fui inocente nesse processo, tá? E que eu, a minha intenção era de trabalhar honestamente, de botar uma empresa alavancada, de fazer esse, esse mercado de transporte aéreo ser, trabalhar, é trabalhar de forma até mais séria. Entendeu? Porque existia na época, também, um tempo atrás, se via quando a gente começou a pensar, grandes empresas que, que a própria VARIG, a própria VASP que tinham o controle disso. Então empresa, eu achei que uma empresa, com um potencial de uma empresa estrangeira, seria oportuno e teria esse mercado, teria o potencial muito grande. Nós estávamos pensando em levar encomendas para os Estados Unidos. Estávamos pensando em levar encomendas para a China. Nós tínhamos até a possibilidade de conseguir isso com o DAC, até documentos do DAC que nos abriu essa possibilidade. Nós tínhamos um mundo na nossa frente que nos trazia coisas, fazer ligações da Argentina, pegar flores da Colômbia,

levar para Miami. Nós tínhamos uma série de projetos em vista. Isso tudo não era só o CORREIO, né? Então, eu estava empolgadíssimo com isso. Eu estava muito animado com isso. Agora, realmente, eu não consigo entender como é que, Deputado, isso de repente começou a dar tudo para trás. Isso começou a não, não fechou nada. Eu tenho a impressão, Deputado, vou lhe falar aqui abertamente. Hoje em dia eu imagino, Deputado, hoje em dia, que eu tenho a, a visão melhor, na época eu não tinha. Quando nós entramos, entrando, falando que estávamos representando uma empresa como a EVERGREEN. O *frisson*, o tumulto que causou isso no mercado brasileiro--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Imagino.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Hoje em dia que eu tenho a visão, na época não tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deixa eu fazer uma pergunta.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Nós até inocentemente falávamos com a pessoa: Ah, nos vamos trazer três aviões, temos mais sete aeronaves disponíveis nos Estados Unidos, vamos trazer. Imagine esse pessoal dessas empresas daqui o susto que eles levaram, eles falaram. Isso vai acabar com a gente, foi isso, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Sérgio, veja, o Sr. Roberto Kfourri é uma pessoa bastante experiente em licitações. Por que não foi ele que foi levar a proposta da sua empresa?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Porque eu morava em Brasília, só por isso, pediram para mim. Eu até achava que não era o momento ainda, será que não é melhor esperar, aguardar mais? Não, vai lá!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem lhe orientou, o Sr. Kfourri?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: O próprio Kfourri.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem lhe pediu para o senhor assinar essa declaração?

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Qual declaração?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A declaração que pode lhe enquadrar em crime.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Ninguém pediu para assinar, como eu moro em Brasília, não custa nada, no mínimo você vai ver quem está participando, vai ter a experiência, vai, vai ver o que está acontecendo. Falei: Então vamos lá! Pode ser até que

ganhe, se ganhe alguma coisa. Que a gente consiga o avião, ganhe, consiga o contrato. Tá bom, então, eu vou lá. Eu vim, sem ter esse detalhamento todo, Deputado, eu não tinha na minha mente na minha cabeça. Eu achava que, pela informação que eu tive de lá, pela orientação que eu tive, pelo que me disseram, valia à pena eu ir lá e ver se conseguia... E depois vi que não deu. E vi que não deu, falei: Olha, não deu. Nunca ia me passar na cabeça que isso ia causar esse tumulto todo, não é? E tinha sim, então eu achava que, assim: Bom, vai dar. Achava que a possibilidade é meio difícil, mas às vezes dá, a gente consegue batalha esse troço aqui. A orientação que eu tenho é essa vou cumprir. Como eu morava ali. Não custa nada, um instantinho, pega ali o carro, vai ali, é perto da sua casa, do seu escritório, vai lá. Tá. Não vale muito à pena. Mas, também não tem má vontade. Falei: Eu fui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Suspendo a sessão por cinco minutos.

Sessão suspensa às 16h30

Sessão reaberta às 16h32

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Eu indagaria se V.Sa. tem mais alguma questão a apresentar a esta comissão, alguma declaração? Por favor.

SR. SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI: Não, acho que, acho que de momento foi o que eu tinha colocado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Eu não vou encerrar o depoimento de V.Sa., não sei se será necessário ouvi-lo novamente. Mas caso seja necessário eu o chamarei. Para evitar a formalidade de ter que aprovar uma convocação, eu declaro suspenso o depoimento de V.Sa., para que caso seja necessário possamos chamá-lo novamente. Então, suspendo a sessão. E suspendo a sessão por 15 minutos.

Sessão suspensa às 16h33

Sessão reaberta às 17h38

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a presente sessão. [soa a campainha] Solicito que, de imediato, seja conduzido ao recinto o depoente Dinaldo dos Santos Galindo, que deverá tomar assento a essa mesa. Bem, de início, esclareço que o Sr. Dinaldo dos Santos Galindo prestará depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha. Portanto, assinou o Termo de Compromisso, na forma do Artigo 203, do Código de Processo Penal, Termo esse que em que se compromete, nos termos desse dispositivo da nossa legislação, sob as penas da lei, dizer a verdade e não se omitir, no que souber e responder que lhe for perguntado,

não sendo, naturalmente, obrigado a prestar qualquer depoimento contra si próprio, por força do Princípio da vedação da auto-incriminação, consagrado no texto da Constituição Federal. Quero, também, observar que o depoente, Dinaldo Galindo, se faz acompanhar do Doutor Advogado Bruno Rodrigues, OAB do Distrito Federal nº 2042-A, a quem saudamos e agradecemos aqui a presença junto à essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Bom, senhor Galindo, eu agradeço a vinda de V. Sa. à essa CPI e, como de praxe, nós costumamos facultar, de plano, a palavra ao depoente, caso deseje fazer algum tipo de exposição preliminar acerca dos fatos que estão postos sob investigação. Tem, Vossa Senhoria, em querendo, a palavra, de início.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Agradeço a oportunidade. Apenas gostaria de ressaltar que, pelo que eu tenho verificado no site da CPMI, o período em foco é 2000, 2001 e 2002 e, nesse período -- o período anterior, de 1989 a 1999, trabalhei na IMPRESSÕES(F) ANTÔNIO AUGUSTO. Em termos de 2000 --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode falar um pouquinho mais próximo, por gentileza?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: -- No ano 2000-2001, na realidade eu trabalhei em outras empresas, completamente em outro mercado, em outra área e só no segundo semestre de 2002, que eu conversei com o Sr. Roberto, que foi ele que me convidou a ser contador da AEROPOSTAL. A partir daí, em abril de 2003, voltei a trabalhar, também, para o Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Bem, então eu gostaria, então, agora com mais detalhes, que nós pudéssemos resgatar, um pouco, da história da sua ação. Qual é a formação profissional?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sou Economista, Bacharel em Economia, registrado no Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo, sou Bacharel em Contabilidade, registrado. Também no Conselho Regional --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é Economista e Bacharel em Contabilidade.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Isto. Sou Economista e Contador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E Contador.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nos dois, Conselho Regional de Economia e Conselho Regional de Contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: E Administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais foram as suas atividades profissionais desde o momento em que V. Sa. formou como Economista ou como Bacharel em Contabilidade?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Trabalhei em empresas de assessoria, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais foram?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A SS Consultoria, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): SS Consultoria. Consultoria do que?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Da parte contábil e fiscal, planejamento, consultoria na sua amplitude normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Que mais?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 89, dezembro de 88, melhor dizendo, fui prestar um serviço para a empresa PROMODAL, que não conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Prestar pela SS Consultoria?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Pela SS Consultoria, perfeito. E, após, o trabalho efetuado fui convidado a fazer parte da empresa, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parte da empresa.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: -- Isso final de janeiro de 89.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 89.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 89 entrei como Contador da empresa PROMODAL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LIMITADA --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 89 o senhor entrou, [tumulto] mas como funcionário, com carteira assinada. Contador, da PROMODAL --

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Logística e Transporte Limitada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logística e Transporte Limitada. Ok.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que é a primeira empresa no Grupo, na realidade. Não existia o Grupo naquela momento. É um segmento específico do-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em 89?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 89.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 92, quando já existia a TECNOCARGO TRANSPORTES, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TECNOCARGO,--

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ok.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que iniciou as atividades dela em julho de 1990, fiquei como Gerente Contábil,--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da TECNOCARGO?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Da TECNOCARGO. Das duas empresas. PROMODAL E TECNOCARGO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor acumulou as duas situações?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: As duas situações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ok.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: E, em 1994, me tornei Gerente Geral Administrativo das empresas. Essa situação perdurou até outubro de 94.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí do Grupo GTP, já.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É. A GPT vai aparecer, foi constituída no ano, se não me engano, final de 95 ou início, final de 1994 ou início de 1995.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, em 94 o senhor fica como Gerente Geral e Administrativo, das duas?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Das duas empresas, colocado em Guarulhos --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da TECNOCARGO e da PROMODAL.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: -- PROMODAL. Colocado no município de Guarulhos, onde nós temos toda a parte operacional das empresas. A Presidência, toda a parte...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ficam em São Paulo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: São Paulo e Moema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois, em 94, o senhor ficou Gerente Geral e daí?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Essa situação perdurou até outubro 98--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outubro de 98.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: -- 98, no qual houve proteção de crise econômica, terceirização da maioria dos funcionários, eu dei uma assessoria de mais um ano, já como contabilista e economista e saí da empresa em dezembro de 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em outubro de 98 aconteceu o quê?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em outubro de 98 a empresa, ela teve, começou com problemas econômicos, principalmente o quê? A questão da desvalorização cambial, que nós tínhamos lá, porque o foco todo da empresa, definia isso, [inaudível], da seguinte forma. O que é PROMODAL e TECNOCARGO? Elas são a linha de extensão, são parte da linha de montagem das empresas multinacionais, das empresas eletro-eletrônicas de Manaus. Nós subíamos com matéria-prima e descíamos com produtos acabados. De tal forma que a dependência do Grupo é muito forte com relação à Manaus. Então a consequência era de imediato. Em 98, com a questão cambial, você tem um trauma, digamos assim, com relação ao parque industrial de Manaus, que, naquele momento, só para ter uma idéia, em 1994, fabricava mais ou menos quatro milhões de equipamentos, televisores. Em 98 chegou a fabricar sete milhões e a previsão é chegar em doze milhões, em 2000. Com a questão cambial, houve, travou-se essa situação e parou, estabilizou, o mercado, em mais ou menos em seis, milhões de unidades e, com isso, a empresa que era uma prestadora de serviços sofreu essas consequência. Investimentos tudo, foram travados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, em outubro de 98 nós tivemos essa crise.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Essa crise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí sua situação como é que ficou?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A minha situação foi continuar dando uma assessoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor saiu da empresa.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sai da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saiu da empresa. E aí o senhor dava assessoria como um --

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Como autônomo, registrado no INSS, todo aquele procedimento correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha outras empresas que o senhor assessorava antes?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Naquele momento não. Porque, na realidade, nós não esperávamos que fosse uma situação de seis meses ou pouco menos que isso, mas que não ocorreu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Peço silêncio, por gentileza, às pessoas que acompanham aqui.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em dezembro de 99 nós encerramos a nossa parte e eu passei para outras empresas, que são armazéns gerais, que são outras empresas que tinham interesses, também, em Manaus, mas totalmente diversos do --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desvinculada do--

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Desvinculadas, completamente, do Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor continuou prestando a sua consultoria para o Grupo GPT, digamos assim?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na realidade. o Grupo GPT, nesse momento, você tem o ano de 98, 99, no qual a BETA, fazia parte do Grupo, a nível operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA começou a fazer parte do Grupo operacional em que ano?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: 97 ou 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 97, 98.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Deve ter isso em contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, aí então o senhor, a partir de 98, ficou como autônomo, trabalhando para a empresa. Posteriormente a isso. O senhor assessorava que empresa, então na época, em 98?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nesse momento, a própria PROMODAL LOGÍSTICA --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PROMODAL LOGÍSTICA.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A BETA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA, também.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: E a TECNOCARGO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ok.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sendo que, no caso da BETA, mantive meu trabalho, meu relacionamento, com eles porque nós havíamos desenvolvido um trabalho de recuperação de crédito de ICMS de empresa que transporte aéreo, que foi o primeiro caso, no Estado de São Paulo, de recuperação desses valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não conheço bem essa parte de recuperação de créditos, me explica, mais ou menos, como é que é isso, como é que funciona?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Basicamente, a questão do transporte aéreo, de forma, assim, bem simples, importante ver um pouquinho do passado. Antes da Constituição de 88, estava na área da não incidência de impostos. Então os seus custos estavam daquela forma. Não haviam impostos. Com a Constituição, a partir... dado o ICMS, da parte de serviços e os Estados, a partir de abril de 89, já queriam cobrar a média de 12%. Quer dizer, um impacto de 0% para 12%. Um impacto muito grande. Então houve toda uma situação judicial, verdadeira guerra com relação essa questão da tributação e, em dezembro de 96, o Senado Federal que, cumprindo sua atribuição, fixou que a alíquota de ICMS para empresas de transporte de carga aérea, para contribuinte, é 4%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 4%.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Novamente houve uma série de brigas, só que é passado os 90 dias do prazo legal, a partir de abril de 1997, teoricamente teria pacificado, portanto, haveria o recolhimento --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dos 4%, em todos os Estados.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dos 4%. Em todos os Estados, federal. O Senado foi lá e bateu o martelo e pacificou a situação. Só que, nesse momento, ele criou uma situação totalmente adversa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senado?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não o Senado. A própria situação em si.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual seria?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Por que? Considerando, inclusive, o Deputado Onyx Lorenzoni comentou isso, mais ou menos em agosto, setembro, num depoimento, com bastante propriedade, aconteceu um fato bem interessante, que é a questão da planilha de custos. Quando o legislador, ele instituiu um tributo porque o Estado queria aumentar sua base de tributação, pensou que teria pacificado com esse 4%. Só que não foi feita a conta extremamente básica e simples, qual seja? Vamos considerar os aviões DC-8 e 707, que são que são os que mais foram mais comentados aqui, inclusive é a base do Correio, aí, não é? Porque são aviões de longo curso. Então São Paulo-Manaus, um exemplo bem simples, São Paulo-Manaus nós temos, aí, 3000 quilômetros, são mais ou menos duas horas e meia, três horas de voo, 4000 quilômetros, desculpe, são mais ou menos três horas de voo. Se nós considerarmos, um fato muito simples é o seguinte: o custo, uma hipótese de R\$ 1.000,00, a empresa pega o cliente e então, hoje, vai fazer o conhecimento, uma WB(F) de R\$ 1.000,00, que é apenas para cobrir seus custos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fazer o que, uma?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Um conhecimento aéreo ou a WB(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A WB(F).

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A WB(F) é uma guia. Um conhecimento aéreo, na legislação brasileira, evidentemente ficou sob responsabilidade do Estado, com cada regulamento, CONFAZ, tudo direitinho. Quando é WB(F) é internacional. Então para você emitir um conhecimento aéreo, você tem que ter a permissão. Que é a EDF(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): EDF(F), o que é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Autorização de impressão de documento fiscal. Estão, se nós pagamos --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): AIDF.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: AIDF. Aquela que está dentro do Regulamento, todos os Estados são obrigados a ter o mesmo procedimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cada Estado, então, tem a regra para a sua AIDF, ou não? Ou é unificado pelo --

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Na realidade cada Estado tem autonomia, porque o ICMS é devido pela sua essencialidade. Então, o Estado ele tem direito, por ser autônomo, de ir até 25%. Alguns casos. Então, se... isso é uma coisa interessante, ser

de 25% que é o... na realidade o gerador tem de ser crédito. E o Senado Federal, ele constituiu os 4%, ele colocou o limite auto-específico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com limite?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O limite de 4%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ok. Não mais que 4%.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não mais que 4%. Então, isso para contribuinte e não contribuinte 12%. É a questão de regulamento, tranquilo, está tudo zerado, Constituição, tudo direitinho. Então vamos considerar uma hipótese bem simples, usando os próprios equipamentos, que é o que está acontecendo com esse crédito de ICMS. Considerando o valor de R\$ 1.000,00 como só cobrindo os custos de uma empresa. Não importa o nome, empresa área, regular, tudo tranquilo. Ora, se ela emitiu o seu conhecimento aéreo vai ter o que? Obrigatoriamente, que reservar R\$ 40,00, que é o seu débito que vai ter que estar recolhendo aos cofres. No entanto, não importa o tipo de aeronave, 707 ou DC-8, não importa o seu ano, sua capacidade, o maior custo dele vai ser o combustível. Esse custo vai variar entre 45 e 55%. Até aí, tudo bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 45 a 55%.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Varia. Depende da empresa aérea, mas a situação vai ser mais ou menos um padrão desse. Desse valor, o que acontece? Os Estados, eles gravam o combustível QAV(F), 1 ou 2, que é querosene de aviação, em 25%. Então, se nós considerarmos uma vez, que o custo de R\$ 500,00 na realidade, aí está embutido o quê? Um ICMS de R\$ 125,00. Então no primeiro momento, em abril de 1997, quando cada Estado esperava receber o seu ICMS, houve o quê? Usando um termo mais simples, levou um tiro pela culatra, deu um tiro no pé. Porquê? No primeiro mês de recolhimento, ao invés de receber R\$ 40,00, o Estado, não importa, da federação, ficou devendo R\$ 80,00. Foi, praticamente, três por um. Essa situação, a partir de abril de 97, é que gera hoje, porque as grandes empresas estão com créditos a receber. Então, o legislador, anterior a 89, as empresas aéreas estavam na área da não incidência, a ansiedade em tributar e não analisar os custos, uma conta bem simples, gerou uma situação completamente adversa. Então esse crédito, evidentemente cada Estado procura limitar ao máximo. No caso específico do Estado de São Paulo, o Regulamento do ICMS, ele é muito bem claro, está documentado, então se tem alguma lá entre o Artigo 90 ao 98, que é es-

pecífico, que dá todos os procedimentos, você tem as Portarias [inaudível], que é do ICMS e que dá todos os procedimentos inclusive dão a hierarquia. Tantos valores você pode conseguir dentro de um Posto Fiscal, a partir daí é só o DEAT(F) e tomou um conceito desse trabalho. Nós fizemos o que? De 1997 a junho de 99 nós já tínhamos acumulado quase R\$ 2.000.000,00. Então pleiteamos [tumulto] o resgate desse dinheiro. Esse resgate, bem, está sempre extremamente limitado. Existe todo um condicionante. Só que em 98 o Estado do Paraná, para fazer um benefício fiscal para a Volvo, começou a aceitar que ela vendesse os caminhões, os cavalos mecânicos, mediante a sessão de crédito dentro do seu Estado. Então você não tem condições de transferir um ICMS de um Estado para outro, mas você tem um precedente que foi aceito pelo CONFAZ. Então, baseado nessa situação e de que esse crédito de ICMS é advindo de um diferencial de alíquota, aí nós pleiteamos e foi um trabalho bem árduo, porque existe o que? Uma série condicionantes do próprio Regulamento da ICMS, da própria Secretaria da Fazenda, que é uma forma, evidentemente, de amenizar esse impacto e fazer a mediana, mediana daquele segmento específico. No caso da empresa de transporte aéreo não havia mediana. Então, tentou-se forjar uma situação com empresa de transporte rodoviário, o que não tem nada a ver, porque são custos diferentes, situações diferentes, realidades diferentes. Mas chegou-se num consenso de tal forma que, no final de 99, nós fizemos os processos e, quando eu saí em dezembro, mesmo assim eu via, eventualmente, na BETA, porque eu tinha necessidade porquê? Porque eu era o Procurador, eu que fiz o processo, eu acompanhei esse processo até o final. Em julho ou agosto do ano 2000 a BETA foi a primeira empresa aérea a receber o crédito, alguma coisa em torno de R\$ 1.700.000,00.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso no Estado de São Paulo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: No Estado de São Paulo. Na época. Esse valor você pode --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto tempo demorou a tramitação desse processo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Demorou mais de um ano. Isso aí, no mínimo. É um trabalho complicado que, dependendo do valor, hoje você tem todo, após essa situação a própria Secretaria da Fazenda procurou fazer todo um trâmite, então, facilitar mas ao menos controlar melhor. De tal forma que, você... vou chutar, aqui, um valor que eu sei que não é muito diferente da realidade, até R\$ 100.000,00 o próprio Posto, ele pode liberar contanto que o DEAT(F)

tenha feito a primeira fiscalização, você sofre, no mínimo, quatro fiscalizações nesse período, independentes e em setores diferentes. Por que? Porque você tem que ter controle, o quê? De que a origem e o destino foi dentro do Estado, que o cidadão é contribuinte do ICMS, então, existe toda uma série de situações que são muito bem amarradas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma dúvida aqui, quer dizer, esse valor que o senhor falou que foi o primeiro processo, para a BETA, não foi para as outras empresas?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Só BETA, porque é específico a ela. Agora o que acontece é que o próprio Regulamento foi aprimorado no ano 2001-2002 e permitiu que você, empresa, que tem um crédito aprovado, em princípio você vai pagar os tributos do próprio Estado, você pode vender esses tributos, esse crédito, para outras empresas que estejam com débito, ao invés de sacar em dinheiro vai fazer isso, é normal, está previsto na Constituição, previsto no Regulamento do ICMS e já houve um atenuante que, como lá por 99 para 2000, aliás, 2000/2001, a MTC(F) também participou desse processo e começou-se a permitir que esse crédito de ICMS também fosse utilizado da mesma forma que foi feita no Paraná, liberando para equipamentos novos. Então, um caminhão, fabricado dentro do Estado ou alguns veículos, combustível, ficou bem específico a combustível e, o caso da BETA, o quê que aconteceu? Esse R\$ 1.700.000,00, ele nunca se tornou dinheiro vivo, mas ele foi o quê? Transferido não sei se para a Shell ou para a Petrobrás. Pra quem, na época, se trabalhava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para compensar outros créditos. É possível a conversão em pecúnia disso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dificilmente. Porque, na realidade, você, empresa, você tem um crédito, como é que é feito isso? Você não tem um cheque, não tem um valor. Você vai ter o seu livro fiscal, a sua documentação, a sua aprovação, você vai negociar isso no mercado, com outras empresas, no qual as duas tem que ir no Posto Fiscal do qual você, empresa aérea está alocado, para que seja conferido e aceito e, ao mesmo tempo, tem que ir no Posto Fiscal dessa outra empresa que está comprando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu posso negociar com outras empresas?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Você pode negociar, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso, por exemplo, a BETA poderia negociar com a PREMODAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não. Isso não seria possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em nenhuma hipótese?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na-quele momento, não. A legislação na época não o permitia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não permitia.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Ela permitiu assim, o combustível e o pagamento do próprio DUEC(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois passou a permitir?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim, porque depois foi aprimorado. Em 2001 o caso inicial foi a BETA, que iniciou o processo. A partir daí, você tem centenas de empresas que estariam com a mesma condição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E daí, depois, 2000/2002, passou a poder, por exemplo, poder negociar com outras empresas?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olha, sim, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do mesmo Grupo, inclusive?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza. Seria possível. Haveria possibilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há condicionantes para isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não há condicionantes. A partir do momento que você apresente os dados e que as duas contabilidades, os dois Livros Fiscais, sejam fiscalizados e aceitos pela Secretaria da Fazenda, não há restrição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem que ser aceita pela Secretaria da Fazenda.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Obrigatoriamente. Não é uma coisa aleatória. É previamente aprovado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Independente da condição operacional da empresa do mesmo Grupo, isso é perfeitamente possível.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O ICMS vai querer a parte dele, então olha, se, de um lado, ele vai ter que perder o crédito e de outro lado há uma empresa que tem débito com ele e sendo fiscalizado, confrontado, confirmados, os valores, é o próprio Estado que vai fazer o encontro de contas, que para ele é muito mais vantajoso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Quer dizer, esse Processo é no Estado de São Paulo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a BETA ingressou, também, em outros Estados com isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. Nós fizemos pesquisas, fizemos solicitações no Estado do Amazonas, o Estado do Amazonas, no seu Regulamento, não contempla com tantos detalhes, mas temos o precedente do Estado do São Paulo e Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque na verdade esse ICMS diz respeito ao Estado no momento em que há o abastecimento do avião, seria isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. A origem é o Estado de São Paulo, ele é muito bem amarrado na... [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por exemplo, o senhor abastece o avião em Manaus. Aí, no caso, o ICMS é do [tumulto] Estado do Amazonas.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Inclusive, essa foi uma das questões levantadas para não permitir, nós tivemos que olhar, fazer a demonstração inequívoca, de que a empresa de transporte aéreo, ela não transporta combustível, ela vai colocar o mínimo possível, evidentemente com os 10% adicionais exigidos pelo DAC para rota de fuga e... o interesse dela é transportar, então, quanto mais leve for o avião, maior o volume cúbico vou ter condições de transporte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De transportar. Em tese esse é um Processo que pode ser colocado em todos Estados brasileiros?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Ele é feito pelo CONFAZ em todos os Estados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em todos Estados.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em todos Estados. Esse é o motivo de você ter uma VARI-IG, uma TRANSBRA-IL com créditos de duzentos milhões, cem milhões, todos. [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí com o Estados diferentes.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Aí é questão de onde está centralizado o seu capital, onde está centralizado o início da sua operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, burocraticamente, como é que funciona isso? O senhor tem, o avião vai levantar vôo, para poder levantar tem que ter a WB(F), seria isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Obrigatoriamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E para ter a WB(F), precisa ter a AIDF?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim, isso é obrigatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem expede a WB(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O conhecimento é o Setor Fiscal. O que existe o seguinte: no início da operação, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [tumulto] O AIDF, não é o Setor Fiscal?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: [tumulto] É autorização de impressão de documento fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Aí, com base nisso.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Um detalhe interessante dentro desse contexto, o que aconteceu? Quando a Constituição, em 88, criou o ICMS, nós tivemos um prazo de três meses para se adequar. Todos os Estados se adequaram. Porque até então o transporte, ele era gravado pelo IST, que é o Imposto Sobre Transporte, 5% era um DARF, você pagava no final do mês, resolvia o problema, estava resolvida a situação. No Estado de São Paulo nós tivemos um problema sério, por quê? Porque, de 1º de abril a 30 de abril, que seria a vigência da função do Estado exercer o controle sobre o ICMS, a Assembléia não tinha aprovado ainda. Então, no dia 31 de março você, empresa, que está com documento fiscal, você poderia, teoricamente, até dia 30 de março, ir na Receita Federal, ela era obrigada a te dar essa autorização, a AIDF, porque estava sob competência dela. Agora a partir do primeiro dia útil de abril a competência passou a ser do Estado. E, em abril de 1989, o Estado de São Paulo ainda não havia aprovado a legislação, não havia aprovado o Decreto que criaria o Regulamento do ICMS. Só foi feito durante a vigência, durante o mês de abril. Então a vigência real do ICMS do Estado de São Paulo, foi a partir de primeiro de maio. Então muitas empresas que ficaram sem documento fiscal dentro do mês de abril, tiveram dificuldades, porque não puderam se socorrer nem na Receita Federal nem ao [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, burocraticamente, eu

tenho, por exemplo, um avião em Manaus, por exemplo, como é que funciona? Eu abasteço, preencho uma guia, como é que funciona, burocraticamente, isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na realidade, há todo um controle. Na realidade, o que nós usamos, porque, como os aeroportos são de competência do Governo Federal, não existe, então, um controle extremamente rígido, então existem planilhas que, são essas planilhas, inclusive, que nós utilizamos desde o início, que nos ajudou, em muito, a fazer esse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas planilhas são da INFRAERO, ou não?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: São aceitas. Na realidade, são o controle da empresa, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da empresa.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Da empresa, porque ela vai juntar três situações, pelo menos. Você tem que atender à INFRAERO, você tem que atender ao DAC, e você tem que ter um controle do que você está recebendo. Então o que eu tenho ali? Eu vou ter um documento em qual vai me identificar a data, a sigla do avião, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso é uma planilha.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Uma planilha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem um nome específico, é uma planilha.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É uma planilha de controle.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma planilha de controle. Está...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que a gente pode, evidentemente, ter condições de mostrar ao senhor, oportunamente. Nessa planilha, você vai ter, primeiro a identificação do vôo, porque você vai ter, inclusive a numeração desse vôo, é controlado, é identificado lá no PANROTAS. Você tem a nomenclatura do avião, que é a sua placa de identificação, por exemplo, PP-GPT e você tem o nome do piloto, que é obrigatório ter, porque ele é o responsável pelo vôo, somente sairá o vôo com autorização dele. Você tem um levantamento, que é feito pelo pessoal de terra, quanto aquele avião tem de carga e quanto de combustível ele precisa ou o limite máximo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A partir desse documento, que é um documento padrão, que todo o voo é feito dessa forma, ele é passado para seu controle operacional, é passado, simultaneamente, para a empresa de combustível que você tenha contrato, normalmente Shell ou Petrobrás, isso já é um controle automático e no qual você sabe: aquele voo vai, precisar por exemplo, de 20.000 litros. [tumulto] E você vai ter, em seguida, a placa do caminhão que entrou, que foi abastecer, o nome da pessoa que abasteceu, porque ele é responsável--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso fica tudo na planilha.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Tudo na planilha. Ele é o responsável, se ele colocou errado, não fechou direito, toda situação de acidente, então você tem controle do avião, da pessoa, inclusive, que [inaudível] que fez e você pode, ainda, enriquecer com mais algumas coisas. Nós fizemos o que? Nós acrescentamos o que? Que, muitas vezes, o avião pode ser uma lotação, então, um único conhecimento vai entrar lá, então vai estar lá, o número do conhecimento ou dos conhecimentos. Então essa planilha, tem mais um detalhe importante, além da placa do veículo e do nome do cidadão, ele vai ter o número da autorização de combustível. Essa autorização é a chave de tudo, na realidade é que mostra a credibilidade desta operação, porque você vai fechá-la durante o dia, você pode ter “n” voos ou um só, que seja, ou um mês, após isso você vai receber a Nota Fiscal da Petrobrás. Nessa nota fiscal, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois do abastecimento.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Depois do abastecimento, ou, então, você, na parte burocrática, você vai receber essa Nota Fiscal, porque no voo, não é o piloto, o piloto, no máximo vai fazer, vai dar uma assinatura ou *right*, assinatura do recebimento do combustível, naquela planilha onde está aquela autorização de combustível. Quando nós recebemos a Nota Fiscal, ela, obrigatoriamente, tem que identificar esse documento, essa autorização de abastecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Nota fiscal faz referência à planilha.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Faz referência. Se não fizer, não há condições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E essa planilha, ela fica com a empresa ou vai para outro lugar?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A autorização de abastecimento, que é da Petrobrás, que é um *ticket* que o próprio caminhão é obrigado a dar,

uma das vias fica no posto de abastecimento dele. Da PETROBRAS. [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma das vias da planilha, da autorização.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Essa planilha é administrativa. Ela vai juntando todas essas informações, de tal forma que você tem um controle efetivo do que aconteceu, até na hora anterior, isso é possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Sabe-se tudo que aconteceu.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Até manual, se fosse o caso, mas ela é completa. Então você tem controle da situação, tanto do voo, horário de partida, uma série de situações ali, onde você, de forma indireta você consegue controlar toda a situação. Com isso você fecha as Notas Fiscais e, no final do mês, você tem todo o controle.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora e o AIDF?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O AIDF é um documento fiscal. Eu preciso, eu estou acabando o meu talão de notas, eu vou hoje, é tudo eletrônico, eu vou solicitar ao Posto Fiscal, vou informar: Olha, o meu *lock*, meu conhecimento, aqui é o nº 10.000 e a minha previsão, nos próximos três meses, eu vou precisar de 10.000 conhecimentos. Então, ele vai me dar autorização, essa autorização não vem para mim, pode vir uma via, se for o caso, mas ela vai para quem? Para a gráfica que eu escolher, gráfica essas que tem que estar autorizada pela Secretaria da Fazenda Estadual. É uma amarração completa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o AWB(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É a dinâmica --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o AWB(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O AWB(F), na realidade, que a gente, é um vício, digamos assim, da linguagem, da parte da aviação, mas é o Conhecimento Aéreo, que é o Modelo 9, no Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso é emitida para cada voo.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Obrigatoriamente, para cada cliente. Onde tem destaque de ICMS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem emite o AWB(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É a empresa de transporte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa de transporte, ele emita o AWB(F) para quem?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Para o seu cliente, para fazer a cobrança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, entendi.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É uma Nota Fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma nota fiscal exclusivamente do serviço prestado. O documento que permite fazer a inspeção do recolhimento de ICMS ou do cômputo do ICMS é o AIDF?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O AIDF? Não, o AIDF que permite você ter o documento, você ter um talonário de Nota. Aquele talonário de Nota é o real, ele está legalizado, ele está sendo controlado pela Secretaria da Fazenda. Exemplo, que já tive casos, em que você tem uma empresa que tem um consumo médio de Conhecimentos ou Notas Fiscais, vamos dizer, de 1000 unidades/mês. Num determinado mês você pedir 5000 unidades com certeza vai vir a Fiscalização, vai querer saber porque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em todos os Estados, por exemplo, que a BETA opera, ela tem que mandar o AIDF respectivo para a Secretaria Fazenda daquele Estado.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nós temos aí a questão... É um outro lado, agora, que é a questão do Conhecimento Multimodal, porque nós temos tomar o cuidado, o seguinte: Eu, empresa, eu tenho sede no Estado de São Paulo. Eu estou fazendo o meu trabalho. Tenho uma filial em Manaus, que é meu forte, vamos dizer, eu preciso ter filial aonde eu vou ter o maior faturamento. Eu não vou precisar, necessariamente, de ter filiais em todos os Estados. No caso específico da BETA naquele momento, no momento que nós trabalhamos até 99 ela tinha matriz São Paulo e filial Manaus, era, essencialmente, esse o nosso trajeto, essa a nossa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito, mas por exemplo se o senhor tem que abastecer o avião na Bahia, por exemplo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, nesse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos imaginar que tivesse, como é que fica o recolhimento do ICMS na Bahia?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Cada início de prestação... porque o que foi falado foi o seguinte. Nós temos uma luta já antiga que é a questão do Conhecimento Multimodal, no qual ficaria uniforme e você teria a origem. O próprio Estado, nós, na própria PROMODAL LOGÍSTICA, conseguimos no que o próprio conhecimento, ele viesse com, digamos, com espaço para ser identificada a parte área e a rodoviária, porque eu, empresa, eu me comprometo a transportar um produto do cidadão de São Paulo para Manaus e vou, por exemplo, no caso aéreo. Mas naquele momento eu não tenho avião mas eu, PROMODAL, estou vendendo esse serviço. Esse cidadão, quando comprou o serviço, ele vai querer a cobrança minha. Não querer de um sub-contratado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu entendi. Se, por exemplo, a BETA fizesse um vôo para Salvador para um trabalho específico, particular. Quando ela vai abastecer, como é que ela recorre o ICMS?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Quando a empresa não tiver filial, ela vai pegar uma guia do próprio Posto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do próprio Posto lá do aeroporto?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: De lá, exatamente. Possivelmente ela nem vai abastecer, porque é um pouso, não teria necessidade de início de operação. Se necessitasse, obrigatoriamente. Está previsto na legislação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom. Então já tivemos uma aula de ICMS, muito obrigado, ICMS mais companhia área. O senhor ficou, então, em 98/99, prestando essa consultoria para as empresas, dentre as quais a BETA. E depois?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: No ano 2000, 2001, eu participei de uma outra empresa que é a questão do Armazém Geral, que é um programa do Estado do Rio de Janeiro e Estado do Amazônia, que é um armazém incentivado na cidade de Rezende,--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem alguma coisa a ver?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nada a ver. [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sócios, nada? [tumulto] O senhor deixou de prestar serviço para a BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Totalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No ano 2000/2001. Depois?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Tive meu escritório de contabilidade, contava, já, com algumas empresas, mais ou menos, acredito eu, que foi julho para agosto de 2002, eu tive contato com Roberto Kfouri.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2002?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: 2002. Segundo semestre de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não o conhecia até então?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, eu conhecia. O Roberto Kfouri eu conheci na BETA, na PROMODAL, no prédio de Moema, mais ou menos em --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando conheceu?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 98 para 99, porque ele estava um período que ficou, tinha a sala dele lá em Moema. Eventualmente, umas duas vezes ele me solicitou uma documentação, levei pessoalmente, até conversamos uns dois ou três minutos, mas não tive, assim, nenhum contato maior. Foi, até, uma grata surpresa, porque, como autônomo, precisava de um novo cliente, recebi a visita dele e, de pronto, me explicou que estava com uma nova empresa área, que estava independente --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que era a AEREOPOSTAL.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que era a AEREOPOSTAL. Aí nós conversamos, essa documentação, inclusive, estava, ainda, no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que documentação?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A constituição da empresa foi no Rio de Janeiro e nós ajudamos, apenas, a fazer a alteração contratual de transferência da matriz do Estado do Rio de Janeiro para o Estado de São Paulo. Então foi a partir desse momento que eu tive um pouco maior conhecimento da AEREOPOSTAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a fazer outro serviço para a AEREOPOSTAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. Mais ou menos novembro para dezembro começou, a AEREOPOSTAL fez uns dois vôos de experiência, nesse período eu fiquei em tempo integral com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foram os vôos da AEREOPOSTAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Outubro, novembro. Outubro/novembro de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De que ano?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: 2002. Nesse período eu fiquei tempo integral porque eu precisava, evidentemente, algum problema, estava tempo integral. Em dezembro de 2002, mais ou menos lá pelo dia dez nós encerramos a parte ostensiva de ficar *full-time*, eu continuei com a contabilidade normal dele, até porque estava com poucos funcionários, até hoje, inclusive, continuo fazendo trabalho para a AEREOPOSTAL, porque, na realidade, são dois funcionários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a AEREOPOSTAL não tem aviões, não é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não tem aviões. Ela iniciou aquele processo, parecia que iria viabilizar a situação toda e eu não sei, se posso falar o nome aqui, mas isso acontece. Em dezembro de 2002, nós temos que ver uma coisa importante, porque você tem duas ou três empresas áreas, mas no final de 2002 até o primeiro trimestre de 2003, nós temos a entrada de uma outra empresa, que é a BRASMEX, com avião DC-10. Que é um avião de grande capacidade, duas ou três vezes mais que um DC-8, e que isso desbalanceou muito o mercado, talvez as pessoas não falem o nome da BRASMEX, mas não tem problema, porque, na realidade, ela entrou no mercado, disputou e, com isso, ela ocupou o espaço das outras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em 2002.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dezembro de 2002, primeiro trimestre de 2003. Então é a entrada de um DC-10, que é um avião que, dentro da realidade de São Paulo-Manaus, ele não teria carga todo o ano, mas vamos dizer, pelo menos 60% do tempo ele seria adequado para essa situação e quando houve, de fevereiro para março, a queda normal das operações no carnaval e toda aquela situação própria, econômica, então inviabilizou a própria BRASMEX, tanto é que um ano não houve... Então foi um excesso de empresas dentro do mesmo ano. Então foi uma conjunção de esforços desnecessária, vamos dizer, se houvesse uma melhor sinergia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, depois de 2002 o senhor terminou com a AEREOPOSTAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Eu continuei trabalhando para a AEREOPOSTAL com a parte contábil quando, em janeiro o Antônio Augusto me chamou e --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Janeiro de 2003?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na realidade foi em dezembro. Nós conversamos, realmente umas duas vezes, pediu uma assessoria minha, eu fui dar a assessoria, previamente pedi a autorização,--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para que empresa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Para a PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A PROMODAL, novamente.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Primeiro a PROMODAL não estava, sabia que já tinha passado um processo de cisão, toda aquela situação toda. E em abril de 2003, eu não sei se foi 30 de abril de 2003 eu fui convidado a ficar *full-time*, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na PROMODAL.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com o Grupo PROMODAL, assumindo novamente Guarulhos, que é a Administração de Guarulhos, que é a parte operacional, administrativa/operacional, fazendo as duas situações. De abril de 2003 até janeiro de 2004, praticamente, eu fiquei nessa função e em fevereiro de 2004 eu fui registrado como Diretor Administrativo da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS, situação essa que foi de fevereiro de 2004 a outubro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Até outubro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o senhor saiu?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Aí, na realidade, a situação econômica do Grupo já não estava favorável, com toda essa história, já estava inoperante, passei a dar minha assessoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Para o Grupo GPT. Dentro daquela situação, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em outubro de 2004.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A partir de novembro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o senhor parou de trabalhar *full-time* para a...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu trabalhei *full-time* para eles até dezembro, na realidade, porque nós acompanhamos, ainda, novembro e dezembro, mas em dezembro, com férias, janeiro,

então, a partir daí eu fiquei dando assessoria, tanto para o Grupo GPT, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como para a PROMODAL

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Como para a AEREOPOSTAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): AEREOPOSTAL. O senhor voltou para a AEREOPOSTAL, novamente.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. A AEREOPOSTAL eu sempre me mantive, desde o início. Eu fiquei *full-time* só aqueles dois meses de operação --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Kfouri permanece com a AEREOPOSTAL? Ou não?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O Roberto Kfouri, em março do ano passado, ele havia me solicitado para fazer os cálculos de rescisão de todos, porque que ele ia, porque já tinha sido a terceira ou quarta vez que ele tinha conseguido a prorrogação do DAC e, a partir daí, não teria mais condições de conseguir, ele tentou novos sócios, uma série de situações. Não conseguiu. Então, ele tinha pedido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, se eles não tinha nenhum tipo de atividade, objetivamente, eles não tinham aviões, que tipo de consultoria o senhor prestava para eles?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A contabilidade, porque eu tenho o meu programa contábil, eu registro os funcionários, a folha de pagamento desse pessoal, sempre foi feita pelo escritório. Na realidade sou eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eles têm pessoal?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Tinham funcionários até agora, novembro. 30 de novembro os dois últimos foram demitidos. Porque, agora, já está decidido, já encerraram as atividades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem eram os sócios. Ou quem são os sócios, hoje, da AEREOPOSTAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Desde o início eu conheci o Roberto Kfouri e o Gilberto Kfouri. O Roberto Kfouri com 95%, se não me engano e o Gilberto com 5%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Hélio e o senhor Sérgio não são...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, esses são anteriores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Anteriores à sua chagada na AEREOPOSTAL. [tumulto]

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na AEREOPOSTAL. E estavam só lá no contrato social na época anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Então, atualmente, o senhor trabalha com o Grupo GPT?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim, estou dando assessoria, ainda, para o Antônio, por causa de toda essa situação, mas também, já, evidentemente, dentro do escopo do que nós já nos comprometemos, em 2006 já partir para novos clientes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Ioannis, Ioannis, o senhor conhece o Sr. Ioannis Amerssonis --

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza, Sr. Ioannis Amerssonis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a participação dele na BETA, societária?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em julho ou agosto de 2002, desculpe, 1999, o Sr. Ioannis, ele me deu a procuração específica, porque ele, como sócio majoritário, na época, ele tinha 90% do capital da BETA, Sr. Ioannis Amerssonis e 10% é Marli Sr. Amerssonis, a esposa do Seu Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas havia o contrato com o Sr. Mourato, não havia?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Essa informação, realmente, não procede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não procede.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O que existia é que, em maio de 1998, mais ou menos maio de 98, o Sr. Ioannis entrou com 30% no capital da PROMODAL LOGÍSTICA, que foi até providencial, porque aí caracterizou, mesmo, a questão de coligadas. Isso é importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando que o Sr. Antônio Augusto saiu da BETA? Qual foi o ano?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Quando eu saí, em dezembro de 99, o Grupo, ele estava intacto, o conceito do Grupo, que era atender a Zona Franca de Manaus, seja pelo Aero-direto, Rodo-aéreo ou Rodo-fluvial, estava por completo. Agora, soube, posteriormente, da cisão que houve entre maio e junho de 2002, que foi confirmado lá em agosto e de que ele já não faziam parte. Nesse instante, ficou bem claro, na mídia, de que o Seu Antônio Augusto, ele pro-

curou a sociedade com a SKYMASTER, se não me engano, que estava comprando uns aviões da TAM, os Fokker, tinha uma propaganda, apareceu isso nos jornais e, posteriormente, esse foi o convite quando a AEREOPOSTAL já não estava mais escondendo, não ia conseguir agüentar o custo relação na [inaudível], por exemplo e inclusive, Dona VARIG, TAM, abaixaram seus custos, seus preços, para poder conseguir manter o mercado, foi ativado, foi procurado ativar o que é PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS, que já havia sido constituída em 2001, mas que não estava operante. E a partir daí o esforço todo foi o que? Em 2003 treinamento de pilotos, ir para os Estados Unidos, buscar avião...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a razão do atrito entre o Sr. Ioannis e o Sr. Mourato, qual foi?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sinceramente eu desconheço, porque em dezembro de 99 --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estava em ordem?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu achava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Michael Abud Atie, quando ele entra como sócios da BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não tenho essa informação. Eu conheci o senhor Michael --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não é sócio da BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu conheci o senhor Michael possivelmente em julho, agosto de 99, se não me engano foi mais ou menos nessa época, ele era Diretor Financeiro-Administrativo do Grupo e fui saber agora, segundo semestre de 2002, que estava em com Grupo B, que ele tinha ido lá com o Ioannis. O dia-a-dia deles, realmente eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se ele é sócio da empresa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não tenho essa informação. Não tenho, realmente, não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis se ocupa do que na empresa? Empresa que o senhor trabalhou lá.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: No período que eu trabalhei ele cuidava da própria BETA, da BEX, da PROLOGISTICA(F), [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas que atividades na BETA realizava, se era o Sr. Ioannis?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Ele era sócio. Ele era o dono, então, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas ele tinha gerência, que segmentos de atividade gerencial ele exercia?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olha, eu ficava mais em Guarulhos. Então eu sabia que tinha, que eles eram sócios, pela documentação, pelo dia-a-dia, mas eu não convivi na região de Moema com eles. Eventualmente, quando nós íamos a Moema, havia reunião, estavam todos presentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem claro exatamente qual era o papel gerencial dele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Realmente, não teria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teria. E o Sr. Michael Abud Atie?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Foi nosso diretor financeiro. [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor trabalhava ligado a ele? Ou não?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nos últimos três meses sim, porque fiquei subordinado a ele nessa função, inclusive o próprio crédito de ICMS já ficou sob a nossa administração e eu fui dando assessoria nesse... específico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Sr. Michael Abud Atie sempre se dedicou à parte financeira.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: No período, os três meses, praticamente, que eu trabalhei com ele, sim, que seria o último trimestre de 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Por que o Sr. Roberto Kfouri saiu da BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Conversei com o Roberto, li, evidentemente, os depoimentos em novembro, essa coisa toda, eu entendo que o Roberto sempre quis ter a sua própria empresa área, pelo menos sempre demonstrou isso e, ali, se demonstrou isso. Os espaços já estavam ocupados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe algum conflito entre o Sr. Kfouri e o Sr. Michael Abud Atie?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem ciência de contas no exterior do Ioannis Amerssonis?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca soube?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nunca soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E do senhor Sr. Michael Abud Atie?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem ciência?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não, nem sentido, uma vez que a gente conheceu em três meses, é um assunto totalmente dentro do Estado de São Paulo, o serviço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eles viajavam muito para o exterior?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não tenho essa... na época, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem [inaudível].

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 99, não. Com certeza, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A contabilidade pessoal do Sr. Michael Abud Atie o senhor fazia?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, nunca tive acesso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E do Sr. Emersones?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Também não, nunca tive acesso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Mourato tinha conta no exterior?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não tenho porque, bem claro. Em maio de 98, em maio de 98, na constituição, na mudança, da entrada do Sr. Ioannis, essa alteração nós, na contabilidade, inclusive, fomos receber meses depois. Não tínhamos... tínhamos a informação que era sócios não tinha a documentação. Esta foi aparecer, praticamente, no final do ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe que papel teve o Sr. Michael Abud Atie no litígio entre o Sr. Mourato e o Sr. Emersones(F)? Sabe se é verdade que o Sr. Abud Atie teria aplicado um golpe no Sr. Mourato? Que trouxe um prejuízo ao Sr. Mourato de nove a doze milhões de reais?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olha, isso com certeza não apareceu, não foi divulgado. Mesmo porque, quando eu entrei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca soube disso.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nunca soube. Mesmo, quando eu entrei, esse pessoal não estava lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, onde a empresa BETA tem filiais hoje?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não trabalho com a BETA hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas até o momento que o senhor saiu?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nós tínhamos a matriz em São Paulo, a filial número um em Guarulhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos lá: Matriz em São Paulo.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Matriz São Paulo, Capital, a filial Guarulhos, dentro do aeroporto e a filial Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais nenhuma outra filial.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O conceito que eu te passei, que realmente é o correto do Grupo GPT, era atender o mercado de Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, não tinha filiais no Distrito Federal, não tinha no Rio Grande do Sul, nem no Rio de Janeiro nem na Bahia, nem em Pernambuco, nem no Ceará.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza nenhuma delas foi anterior a 31/12/99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período que o senhor foi Diretor, quem eram os principais clientes da BETA, claro, além dos Correios?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Eu fui Diretor da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas no período, perfeito, no período em que o senhor prestou consultoria, ou teve relações com a BETA, quais foram os principais cliente da BETA além dos Correios?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Naquele momento, 98/99, nós víamos a BETA não como uma empresa independente, mas como o braço aéreo da PROMODAL. Portanto --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O principal cliente era a PROMODAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: PROMODAL, que era...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor prestou consultoria nos períodos que vão de 2003, até 2004, 2005...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Para a PROMODAL. Nunca para a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas para o Grupo GPT?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Mas a BETA já tinha saído do Grupo no primeiro semestre de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o período que o senhor esteve com a BETA é exclusivamente...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Foi 98 para 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 98/99.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: [inaudível] ICMS, onde [inaudível] procuração...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Só isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse período era só a PROMODAL o cliente?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O principal cliente era a PROMODAL. Eventualmente, porque você tem que fazer uma média, você tem um espaço, você vai atender as outras companhia áreas, existe uma troca normal de favores dentro do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não lembra de outros clientes além da PROMODAL?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não vejo ninguém excepcional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de fiscalização os Estados fazem sobre as cargas dos Correios? Os estados?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na época, nós não tínhamos o contrato com o Correio, não havia vínculo nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na época em que o senhor estava na BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A BETA não. Naquele momento nós tínhamos, o trabalho era, essencialmente, a própria operação. Não havia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas os senhores eram sub-contratados, não eram, de alguma empresa área?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: 99, não, não tem essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Das outras empresas, o senhor não lembra disso.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, seria... seria a PROMODAL AÉREA. PROMODAL LOGÍSTICA, porque --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, não, eu digo a BETA. No período em que o senhor trabalhou na BETA. A BETA em 99 já era sub-contratada de empresas áreas, transporte de carga.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, você pode ter sido sub-contratado pela própria VARIG, pela TAM, como a PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS, quando recebeu seu avião, já sub-contratou a VARIG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de fiscalização estadual se faz nessas cargas que transportadas como sub-contratados dos Correios?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não há necessidade de uma fiscalização especial para uma sub-contratação. Porque o processo todo --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu digo a fiscalização de ICMS.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não haveria porque, na realidade, quando você é sub-contratado, o que vai acontecer é um contrato que, o máximo vai ter incidência de ISS, que não é o caso, inclusive, porque é locação de equipamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a empresa que contratou vai pagar ICMS.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Ah, sim. Quem foi emitente do conhecimento, tem. Isso vai ser feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas como é essa fiscalização, como é que funciona?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Procedimento normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é o procedimento normal?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dependendo da situação, dependendo da sua variação dentro da Secretaria ou algum outro problema ou porque foi sorteado aquele tipo de segmento, vem a fiscalização, vai pedir todos os seus livros fiscais e vai fazer um acompanhamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): *In loco*, na carga, --

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Muitas vezes *in loco*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Acontece isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na carga, eu creio que é muito difícil, porquê? Porque o desembaraço vai ser feito pela Receita Federal. Você já tem todo um trabalho dentro dos aeroportos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A INFRAERO faz algum tipo de fiscalização nessas cargas?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Hoje, eu não teria condições de informar, porque é parte operacional, não seria minha área.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA, o senhor tem ciência se ela tem mais créditos de ICMS a receber além daqueles que o senhor recebeu no Estado de São Paulo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza. Tanto ela, como todas as demais empresas aéreas tem crédito porque é um trabalho, como te falei, mecânico, é uma coisa já exponencial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só checar, um pouquinho, as alíquotas de ICMS. Alíquota para transporte de carga rodoviária é 12%, é isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a alíquota interestadual para transporte de carga área é 4%.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alíquota interna para serviços de transporte é 12%.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: 12%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso? Aqueles créditos que o senhor resgatou, de ICMS para a BETA, qual foi o uso dado para eles?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A partir do momento que finalizou, que assinei a documentação aprovando, foi alguma coisa em torno de setembro, outubro de 2000, posteriormente eu sei que foi negociado com o, se não me engano com a Shell, mas eu não posso afirmar porque eu já não estava mais no dia-a-dia da empresa. Eu sei que foi negociado com uma empresa de... porque era a Shell, no primeiro momento, depois passou à Petrobrás, mas eu não sei qual foi o momento dessa separação --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E que altera.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que alterou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque, apenas verifique se nós estamos certos, pela legislação do Estado de São Paulo o transporte de carga aérea, permite utilização de ICMS para custear despesa de combustível, isso foi apenas até 03 de julho de 2003, depois não mais pode, confere?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Essa informação já não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Pode pagar estabelecimento fornecedor. É possível?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Através do crédito que fica em casa, que eu te falei, que é feito as duas, os dois documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estava disposto, no item um, parágrafo 2º, [inaudível] de pagamento de aquisições feitas por estabelecimento comercial até o limite de 30% do valor de cada operação de compra de bem destinado ao Ativo Permanente para a utilização direta na sua atividade comercial. Isso é possível?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Aí você começa a ter, na realidade, o que? O Estado, ele é obrigado a ceder o crédito porque é inevitável, mas ele começa a pronunciar o que? Começa a criar condicionantes para evitar ou postergar essa possibilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode haver, também, a transferência para as empresas interdependentes.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que é a questão, te falei, até, dos [inaudível] ter feito 30%, porque nesse momento e, quando eu voltei para o Grupo e tal, verificando a questão da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS, uma das coisas que nós

verificamos é da possibilidade de nós quitarmos os débitos das demais empresas do Grupo provando isso, evidentemente, com o crédito que eu tenho de uma empresa do Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, para transferir o crédito para empresa interdependente, precisa anuência do Secretário da Fazenda do Estado.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Primeiro passo é primeiro validá-lo, a nível de Posto Fiscal, duas fiscalizações, pelo menos, validar um DEAT(F), receber o aceite e aí sim você, empresa, vai dizer o seguinte: O destino que eu quero ter é este, posso? Aí que vai ser feita a definição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quem define é o Secretário do Estado, da Fazenda, do Estado de São Paulo.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dependendo do valor, acredito que seja, deve ser o Secretário, mas ele vai delegar, e vai dar uma quantificação. Até R\$ 100.000,00 é o Posto, até R\$ 800.000,00 é o DEAT(F), [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso da BETA, com certeza era sempre o Secretário da Fazenda, pelos valores envolvidos.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Porque há um detalhe: porque a partir do momento que você, empresa aérea, você iniciou um processo e foi aceito, foi fiscalizado e validado, automaticamente você já pode fazer esse crédito mensalmente, você não precisa deixar acumulando, para chegar a um valor estratosférico. Você pode trabalhar essa situação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso uma empresa é interdependente, quando uma delas por si e seus sócios acionistas, respectivos cônjuges e filhos, foi titular de 50% ou mais do capital da outra é isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. Duas, mas duas situações, o conceito da Receita Federal e o conceito do Estado do São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Estado de São Paulo é esse que lhe dei.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: São Paulo é esse, exatamente. Ele já subiu para 50%, que é mais um condicionante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Bom, no caso, o senhor, único caso de recuperação de crédito que o senhor sabe da BETA, foi esse que o senhor atuou. O senhor não tem mais nenhuma idéia de outro.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. Não houve mais nenhum [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses créditos, dentro das três alternativas, pelo que o senhor se lembra, foi só custeado para combustível?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim, foi diretamente para combustível porque é um grande negócio, [tumulto] capital.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, relativamente a fornecedores, o senhor não lembra de ter feito [inaudível] esse dinheiro.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não seria feito de uma forma [inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E empresa interdependente, o senhor não lembra?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não lembra.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Mas seria indicado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria possível.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Seria possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse caso foi feito, o senhor lembra?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não foi feito. Tenho certeza que não foi feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, nos lugares, se bem que aí, talvez, o senhor não tenha condições de informar, mas indago da mesma maneira. Nos lugares em que não tinha filiais, pelo que o senhor diz, então, teria que ser procurado o Posto do aeroporto para pegar a guia, a AIDF.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não a AIDF, a guia avulsa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A guia avulsa, perfeito. Quem é o Sr. Marcelo Campos o senhor conhece?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O Marcelo Campos agora, em maio de 2005, eu fiquei, inclusive, no mesmo escritório que ele, ele estava cuidando da análise do Passivo do Grupo GPT, para fazer o pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Advogado?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É Advogado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele cuida de que área?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Seria, exatamente do Passivo das empresas. Analisar, o valor do Passivo, qual é a forma de pagamento --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é falencista? Qual é a área de atuação dele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu diria que de empresas. O específico não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Advogado muito tempo do Grupo GPT?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu conheci naquele instante, em maio de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Maio de 2005. O senhor mantém contatos freqüentes com ele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olha, é eventual, porque foi mais ou menos até outubro de, outubro/novembro que eu tive contato, pelo menos uma, duas, três vezes por semana e realmente, de janeiro para fevereiro eu não tive mais nenhum contato com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito, o senhor conhece o Sr. Pedro de Souza?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Já ouvi falar dele, sim, mas em 99, não o conhecia, foi em 2003, maio de 2003, quando assumi essa parte de Guarulhos, me foi informado que tinha uma pendência, mas não tive contato maior com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o que ele fazia?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu sei que ele dava uma assistência. Dava uma assistência para a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para a BETA? Para o Grupo GPT?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Entendi que era o Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assistência de que tipo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na parte fiscal, que eu saiba, na parte contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele era contador o que ele era?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não sei. Ele dava uma assistência, eu sei disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim mas assistência contábil dava o senhor. E ele, que tipo de assistência dava?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Quando eu entrei, alguns funcionários foram demitidos. Então, eu não fiquei com o histórico retroativo a 2002, até esse período. Na realidade, eu tive que me socorrer --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca conversou com ele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Já cheguei a conversar com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o que ele fazia exatamente?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Ele fazia relatórios, queria ajudar na parte de ICMS, de INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ajudar como?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu disse, ICMS eu já conheço, já fiz todo o trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É Advogado ele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não sei. Tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sinceramente, eu não entendi ele bem que tipo de ajuda ele faria.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na realidade, o que eu percebi, que é uma dificuldade da empresa, que resistiu, [inaudível] acho que duas empresas, é que muitas vezes pessoas de outras, ou para fazer uma média você começa a ter...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente, pois não.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Você começa a ter pessoas que vem, que precisam de emprego. A empresa já estava numa situação cada vez mais encurtando, bem difícil. Nós temos o quê? Quando eu entrei, na realidade, a sensação que eu tive, foi redução de custo e redução de mão-de-obra. Basicamente, foi isso que nós fizemos. E, no caso dele eu sei que ele estava dando uma assessoria, ou daria uma assessoria na qual eu não tive contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sinceramente, eu vou lhe ser franco. Eu não entendi nada.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Mas é o que eu tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o que ele fazia, exatamente?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não sei, porque comigo, no meu período a partir de abril, maio de 2003, não tive mais papo com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas depois o contato que o senhor teve com ele, foram a propósito de que?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, ele veio me visitar, dizer que ele ia dar uma assessoria, ajudar e tal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que área?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na área fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assessoria na área fiscal? Ele é lobista?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não sei, não posso afirmar, só sei que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o senhor conhece todo o ICMS, aliás, eu fiaria a minha empresa ao senhor. Agora que assessoria ele daria para o senhor?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Foi isso que eu falei, inclusive, falei com o Antônio, não preciso de assessoria, tanto é que nunca mais apareceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele foi contratado pela empresa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, de maneira alguma. Eu já deixei claro, --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor falou serviços para a...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que ele prestaria serviço, ele veio se apresentar --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele nunca prestou serviço?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dentro de minha gestão, de maneira alguma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dentro da sua gestão, não. Depois [tumulto]

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não [inaudível]. Na hora que entrei já foi, por isso eu não posso te afirmar do passado qual era... porque não foi só ele, mais pessoas se apresentaram como dando assessoria para a empresa e, na realidade, em nenhum instante teve...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período em que o senhor

trabalhou para a BETA, eles estavam quites com a Previdência Social?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A BETA, em princípio, sim, principalmente por que.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos só [inaudível]. Que os nomes são muito parecidos, não é? Então nós temos a BETA, vamos ver, porque tem uma BETA e outro BETA. São duas BETAs, não é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, o senhor tem a BRASEF(F) primeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BRASEF que depois virou BETA.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que depois virou BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O nome é BETA, como é que é o nome?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS. E a outra é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Você tem a BEX, que é a empresa de transporte que é rodoviário. Na realidade, se nós pegarmos o Grupo GPT, vamos ver que o Grupo [inaudível] é exatamente igual. [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos lá. Tem a BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS que é a BETA.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que é a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí tem uma bem parecida que é a BEX, como é que é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, BEX, que é --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BEX?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Be, E, Xis. Que é a BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES. Qual das duas é devedora da Previdência?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não saberia dizer. Porque nós tivemos contato com BETA, praticamente, no final de 98. A contabilidade dela é totalmente terceirizada. Nós não tínhamos essa informação. Quando nós pegamos essa contabilidade,

que foi de julho de 98 a julho de 1999, quando todo o Grupo saiu de Guarulhos e foi para Alphaville, para a Avenida Piracema, aí houve a unificação das empresas, parcial, principalmente mais a parte operacional. Então, eu cuidei da parte fiscal da BETA, que era a questão do ICMS, desde o primeiro momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, na contabilidade da BRAZILIAN EXPRESS e da BEX, elas estavam consideradas regulares com a Previdência?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A informação que eu tenho sim, porque os problemas do Grupo, para nós, começou a partir de agosto, setembro de 98, a partir do mês da crise econômica, a partir do momento que a SHARP fechou, faliu, praticamente, ainda equilibrou mais alguns anos, mas era o grande credora nossa. Então a partir daí, houve dificuldades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando começou a dívida com a Previdência?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não teria essa informação, eu, realmente, não posso te afirmar, posso [inaudível], mas não era na minha área, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem cuidava disso na empresa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Era a terceirizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Era da JCS, da SS Consultoria, se não me engano, foi, no momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas era onde o senhor trabalhou.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Trabalhei em 89.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E continuava?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, porque quando eu saí, eu fiquei totalmente no Grupo. A BEX, inclusive eu não sabia. A BETA não sabia que estava, ainda com esse pessoal, que estava terceirizado. Porque é normal, nós não convivemos com eles. Só fomos conhecer, a BETA ter esse envolvimento operacional, já em julho de 98, tanto é que na primeira análise é que nós verificamos a questão do ICMS e já partimos para essa área, que aonde que eu fiquei mais focado, realmente. O meu escopo era esse. Tinha mais contadores, tinha mais pessoas, eu não posso...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pedro de Souza alguma coisa a ver com assessoria para a obtenção de Certidões Negativas de Débito da Previdência?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não tenho essa informação, porque não convivi com ele, realmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor conhece o Léo Botelho?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu vi no relatório, mas [tumulto].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que relatório? Que relatório o senhor viu?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Lá nos requerimentos. Eu verifiquei a semana passada a situação, tem um requerimento que fala, aparece o nome dele também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não entendi nada.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O requerimento, no site da CPMI dos Correios, você tem aquela parte dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, o senhor olhou o site.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olhei, tenho acompanhado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quem é o Sr. Léo Botelho?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O que eu vi é o que está escrito lá. Questão de problemas no ICMS e COFINS da --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca falou com o Sr. Léo Botelho?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, que eu saiba, realmente, não. Não me lembro, porque ele não tem envolvimento. Até 1999 nós não tínhamos informação de ninguém disso aí, não existia esse tipo de coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe alguma relação do Sr. Léo Botelho com a empresa BETA ou com o Sr. Mourato?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, realmente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é um funcionário da BETA de nome Gledson(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Gledson(F)?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gledson(F).

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Teve um, no Setor Fiscal chamado Gledson(F), sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gledson(F), o quê que ele faz lá?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Ele saiu, não, fazia. O Gledson(F), ele trabalhou na parte fiscal, inclusive comigo e saiu; eu saí em outubro, ele saiu, praticamente a mesma coisa, outubro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outubro de 2004?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: 2004, ele saiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele saiu, trabalha aonde hoje?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que ele saiu o senhor sabe?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Saiu como todos nós saímos na época. Porque a empresa, realmente, estava...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas continua a prestar serviços?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em outubro de 2004 cessou, realmente, a parte operacional da empresa, a parte administrativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): William(F), quem é? O senhor conhece algum funcionário chamado William(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. De nome assim não. Teve muitos funcionários, O Gledson(F), sim, porque era Setor Fiscal e era comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece a Senhora Regiane Vencingueri(F) Pimentel?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ela é do Seu Mourato?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A Regiane é a secretária do Sr. Antônio Augusto. Inclusive a primeira pessoa que eu vi --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela cuida da parte gerencial da empresa, qual é o papel que ela tem na empresa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, ela é secretária pura, mesmo. Secretária, que eu saiba só do Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só, pessoal.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mexa com as contas bancárias dele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Isso não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Porque, realmente, o meu trabalho sempre foi operacional em Guarulhos, não em Moema. Mas uma pessoa de absoluta confiança...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Alguém na BETA, pelo que o senhor sabe, ia a bancos, fazer saques de dinheiro?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A BETA, inclusive, desde 99, que eu saiba, foi para, se não me engano, o endereço deles é na Castelo Banco no antigo prédio das Linhas Corrente. Se não me engano é lá. É lá. Então não tenho vivência com isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe se alguém ia fazer saques.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não conheço o --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem ciência que existiam muitos saques em dinheiro na conta da BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem ciência. O senhor alguma vez teve alguma informação de pagamentos a autoridades dos Correios do governo a políticos que a empresa BETA tenha feito?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca soube de nada nem ouviu nada?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa BETA, ou o Sr. Mourato tem relações com políticos ou com autoridades, que o senhor saiba?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olha, o que eu sei é o que apareceu nos jornais, não tenho dúvida, que foi aquela contribuição feita no final do ano, na véspera da eleição do Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os oitocentos mil reais.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Os oitocentos mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. Isso eu fiquei sabendo. Mais alguma outra contribuição?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Mourato, o Sr. Ioannis, conhecem, mantém contatos de amizade com políticos?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não convivo com eles. Não tenho nem acesso a eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe de algum tipo de pagamento que o Sr. Mourato ou a BETA tenham feito à VARIG ou a funcionários da VARIG?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, pelo contrário. O que eu sei é que a PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS alugou o avião, o DC-8, o GPT, em janeiro, fevereiro e março de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve contatos com o senhor José Carlos Rocha Lima? Conhece?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Já vi o Sr. Rocha Lima, sim, já vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando, em que momento?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Uma ou duas ou três vezes, em reuniões na empresa PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na PROMODAL. Sabe precisar a época?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 2004. No primeiro trimestre de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem conhecimento que o Sr. Mourato mantém um *flat* em São Paulo no bairro de Cerqueira Cesar?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, dependendo do local, inclusive, já estive lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Ministro Rocha Azevedo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim. Já estive nesse endereço, uma vez, pelo menos, para pegar uma assinatura dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele mora lá?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se ele dá festas lá?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): tem ciência se políticos frequentam esse local?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve ciência que a empresa SKYMASTER contratou, em agosto de 2002, o Sr. Mourato para auxiliá-los nas atividades junto aos Correios?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Isso eu vi na revista Época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): À época não soube?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Li essa revista

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Época, não. À época o senhor não soube? [tumulto]

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Mas, realmente, não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabia. Quais os contatos que o Sr. Mourato mantinha nos Correios?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se ele mantinha contatos com o Sr. Hassan Gebrin?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor manteve algum contato com o Sr. Hassan Gebrin?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Humberto Mota?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem ele nem o senhor, que o senhor saiba.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Carlos Augusto Lima Sena.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, conheci na quinta-feira quando...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando veio aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vejo que o senhor é assíduo...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Telespectador da TV Senado. [risos]

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não esperava estar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Maurício Coelho Madureira?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Luiz Carlos Corsato(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se o Sr. Mourato mantinha contato com ele?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Garcia Mendes?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe algum nome de pessoas do Correio com quem ele mantivesse contato?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, realmente, não conheço. Não é da minha área em nenhum instante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um dia o senhor chegou a assistir, como telespectador assíduo, da nossa TV Senado, o senhor chegou a ver o depoimento do Sr. Ioannis Amerssonis, o último dessa CPI?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Olha, para ser sincero, foi no momento que o senhor suspendeu a sessão, que acho que foi no dia 20 de dezembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, isso, não encerrei, ainda,

aquele depoimento. O senhor chegou a ver que nós exibimos uma fita aqui? De vídeo.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não isso eu vi no Jornal Nacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor viu no Jornal Nacional.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Vi, vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Naquela fita havia uma diálogo entre o Sr. Ioannis, o Sr. Mourato e um funcionário da SKYMASTER, perdão, da BETA. Quem era o funcionário? O senhor lembra?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não conheci, não é da minha época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles ali estavam falando de algum tipo de acerto para a ECT, para VARIG, discutindo uma planilha, o senhor já viu alguma planilha que tivesse esses índices de acerto para a VARIG, para a ECT?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. Lincoln Pereira Frade?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O senhor Lincoln, em dezembro de 2002, quando até eu fui fazer, até, uma visita para o Antônio Augusto, ele estava, inclusive, com uma pequena sala, ele veio, me cumprimentou, porque eu o conheci em 95 para 96, quando ele era segurança e até ele me informou que estava saindo naquele dia. Eu até achei estranho, mas foi uma conversa agradável, tranquila, então, foi o único momento que eu tive contato com ele, praticamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Sr. Lincoln Pereira Frade falou aqui, para nós, que, a pedido do senhor Roberto Kfourri, pagou vinte mil dólares para o senhor Carlos Eduardo Lima Sena. O senhor ouviu falar alguma coisa disso, antes, claro que isso aparecesse na CPI?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, realmente, não tinha essa informação. [inaudível] tem essa informação, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que o Sr. Lincoln Fraude... Fraude, olha só [risos] Frade, fazia viagens para transportar dinheiro?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu posso afirmar que, até dezembro de 99, não existia nada disso, nunca existiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabia disso.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: E são centenas de funcionários e todo mundo [inaudível] a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas pergunto se o senhor conhece algumas pessoas, o senhor conhece o Sr. Geraldo Pereira?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É o Diretor Administrativo da PROMODAL LOGÍSTICA, durante muitos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que relações que ele tem com fiscais do trabalho?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que eu saiba nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada? Conhece?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. José Vanderlei(F) de Medeiros, conhece?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Conheci. O Sr. José Vanderlei(F) de Medeiros era o *Controler* que, inclusive, foi que assumi, fundi, vamos dizer assim, a administração de Guarulhos mais as funções dele, isso em maio de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Sr. Marco Antônio Pereira de Souza quem é?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece. Paulo Vilhena?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Maurílio Rosa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Valdivino Oliveira Silva Júnior?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Luiz Fornari?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Márcio Nozari(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Márcio Nozari(F)? Eu acredito que esse nome, até veio uma comunicação, acho que é de parte de informática, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da BETA? Ou de que empresa?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Do Grupo mesmo. Do Grupo GPT, da época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Luiz Henrique Cardoso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Grupo MODAL mantém relação com os Bancos Chaim e Curi? O senhor sabe?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Que eu saiba, que o Grupo mantém mais é com o BRADESCO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chaim e Curi, não, o senhor sabe?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Banco Santos?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Banco Santos, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mantém relação com o Banco Santos?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Teve. Um momento que teve com o Banco Santos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que época?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Em 2004 houve um relacionamento que teve. Teve [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de situações, aplicações?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Venda de duplicatas de cliente. Normal, o preço era normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Banco Industrial?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O Banco Industrial, se não me engano, entrou em 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 99. E que tipo de relações mantém?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Foi no início, um Banco normal, passou a ser mais um parceiro,

na época, mas não era mais, não estava na minha área, mas eu me lembro, perfeitamente, desse nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Marcelo Campos, qual é o nome do escritório de advocacia para o qual ele trabalha?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É Cintra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cintra com “S” ou com “C”?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com “C”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cintra Advogados, é isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: deve ser, Cintra Advogados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cintra Advogados.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Porque, na realidade, nós sempre tratamos a nível pessoal e na documental.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece Lauro Pascoaleto(F) Júnior?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou suspender a sessão por cinco minutos para pegar uns documentos, o senhor permite? Em cinco minutos nós retornamos. Suspensa a sessão. [soa a campainha]

Sessão suspensa às 18h50

Sessão reaberta às 19h02

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Apenas me valendo dos seus ensinamentos de ICMS. O senhor chegou a falar inclusive, me foge até o nome, agora. Da guia...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: AIDF?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não AIDF, a multi.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A multimodal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Multimodal. Exatamente. O Estado de São Paulo aceita o Conhecimento Multimodal?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não aceita...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Existe a --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está ligado? Agora sim.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: -- a nível federal, desde 2000 está sendo tentado conseguir a uniformidade, têm sido feito acordos no CONFAZ, preparando para, exatamente, essa situação. Porque, dependendo do tipo de carga, você vai ter diversas modalidades, criaria um empecilho muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Então está sendo moldado, ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se o Grupo GPT tem problemas trabalhistas?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Infelizmente ele tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Tem. Hoje nós temos desde outubro de 94, 2004, melhor dizendo, nós temos uma quantidade grande de funcionários que ainda não receberam seus direitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem cuida da parte trabalhista é o Sr. Geraldo Pereira, internamente?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, a parte trabalhista, até a presente data, que eu saiba, está sob a coordenação, também, do Dr. Marcelo. Marcelo Campos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Doutor Marcelo Campos? E que papel o Sr. Geraldo Pereira, e que papel o Sr. Geraldo tem relação à essa questão trabalhista? Ele opera o que? Opera Recursos Humanos? O que faz o Sr. Geraldo Pereira no Grupo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O Sr. Geraldo Pereira ele é Diretor, quando voltei, entrei, lá no Grupo, entrei, em dezembro de 2003, em maio de 2003, ele até o período anterior, estava como Diretor Geral da empresa, da PROMODAL. Então ele cuidaria de tudo, eu me reportaria a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até que ano?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dentro de 2003 e parte de 2004. Porque, na realidade, a PROMODAL LOGÍSTICA, ela parou de funcionar, obteve faturamento, alguma coisa em torno de julho ou agosto de 2004, é o seu último faturamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem ciência de alguma propina paga a Fiscais do trabalho?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não tenho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos um documento, aqui, bastante curioso, quero mostrar ao senhor. É um bilhete do Sr. Geraldo Pereira para o Sr. Antônio Augusto, está assim, escrito a mão: Referência ao Fiscal do Trabalho. Solicita liberação de oito mil reais, referente à fiscalização do trabalho. O que seria isso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Interessante que isso aí não tem data, teria que ter uma data. Do lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Saber que período está sendo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente. Aqui nos parece, a impressão que nos dá é que é um bilhete para pagamento de propina ao Fiscal do Trabalho. O senhor concorda?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, sim. Porque ninguém, pode. [tumulto] Tem que ver se é autêntico. Mas ninguém pode pagar nada para a Fiscalização do Trabalho, [tumulto]. É um documento interno, olha, o senhor veja. É um bilhete do Sr. Geraldo Pereira para o Sr. Antônio Augusto, referência OC, não sei o que é OC, Fiscal do Trabalho. OC. Fiscal do Trabalho. Solicito a liberação de oito mil reais, referente à Fiscalização do Trabalho. Aliás, eu nunca vi uma CPI com tanto documento escrito de jabá. Primeira vez que eu vejo tão documentada. Mas vamos. [risos] É impressionante isso aqui. Nós estamos falando do Pedro Souza. O senhor sabe de situações que o Pedro de Souza tenha prestado trabalhos para o Grupo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Como eu comentei contigo disse. Quando eu entrei, naquele período, o Sr. Pedro de Souza ele entrou, ele cumpria as pessoas, ele tinha relacionamento com alguns funcionários de forma amigável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Funcionários de aonde? Da empresa... da BETA?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Da PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da PROMODAL.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Nós conversamos realmente, ele se apresentou como vindo a nos ajudar, achei estranho, porque quando conversei com o dono da empresa nunca foi falado nada sobre essa parte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele queria ajudar o senhor na parte de ICMS?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não. Mal chegou, não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na parte de ICMS?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na parte de ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ICMS.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: E aí nós conversamos e no primeiro contato, já fui explicando a questão do ICMS de São Paulo e aí, já fomos deixando bem claro, que existia o seguinte. Nós estamos ali para fazer um trabalho, por ordem do Sr. Antônio Augusto e que nós iríamos fazer, inclusive, de redução de mão-de-obra se fosse o caso. Então se houve alguma assessoria anterior desconheço, mas a partir daquele instante...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi exatamente que ele o procurou?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Foi março, março ou abril de 2003. Precisaria ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Março de 2003. Depois disso não sabe se ele prestou algum serviço para o grupo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, se teve, porque, na realidade, o seguinte, até junho de 2003, eu fiquei no terceiro andar da Avenida Miruna, a partir de junho nós transferimos todo mundo para Guarulhos. A Direção ficou lá. Quem esteve lá, eu poderia afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas na parte de ICMS, não prestou nenhum serviço?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não prestou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não prestou?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza. Dentro da minha Gestão não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que nós temos vários pagamentos feitos a ele. Olha aqui, olha. Autorização de pagamento do Grupo GPT, PROMODAL. Data, 13 de

abril de 2003. Autorização. Favorecido, quem é o José Vanderlei(F) de Medeiros?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Era o *Controler* que eu sucedi, que houve a iniciação do [tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, favorecido Pedro de Souza.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Perfeito. Está aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dez de abril de 2003, Departamento de Contabilidade. Sim. Aqui nós temos, olha, o Sr. Vanderlei(F), olha que interessante. Quem é o Sr. Marcelo Naufau(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: É o Diretor Financeiro da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Sr. José Vanderlei(F) manda para o Sr. Marcelo Naufau(F) uma solicitação de pagamento confidencial. Está escrito no e-mail. E está aqui, olha que interessante. Recomendável a eliminação deste documento após sua leitura.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: A data, por gentileza?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A data, 06 de maio de 2003. Marcelo, favor programar os pagamentos abaixo, favorecido: Cheque-frete. O que é cheque-frete?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não era da minha área, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Data, 15 de maio de 2003. Valor, dez mil reais. Referência Pedro Vieira de Souza. Remuneração referente a agosto de 2002. Os favorecidos, cheque-frete, data 31 de maio de 2003, valor dez mil reais, referência Pedro Vieira de Souza, remuneração referente a maio de 2003, à disposição para maiores detalhes, Vanderlei(F), *Controler* do Grupo GPT. E curioso é recomendável a eliminação desse documento após sua leitura. Outro. Olha aqui. Marcelo, de José Vanderlei(F) Medeiros para Marcelo Naufau(F). Recomendável a eliminação desse documento após a leitura. Marcelo, segue abaixo a programação dos pagamentos ao PIS/COFINS 2002. Olha que interessante. Aí vem tudo, 90.000, favorecido, cheque-frete, referência Pedro Vieira de Souza. Está aqui. PIS/COFINS 2002, março 90.000, abril 90.000, maio 90.000, total R\$ 900.000,00. Aí tem primeiro pagamento, segundo pagamento, terceiro pagamento. O que pode ser isso aqui?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Dentro do meu período não houve isso daí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor... O que seria?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso é o pagamento de PIS/COFINS?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não posso ver. Não sei o tratamento que foi dado naquele período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que o Sr. Pedro Vieira de Souza tem a ver? Favorecido, cheque-frete, de R\$ 900.000,00.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu não sei. Eu não tenho, realmente, esses dados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Contabilidade da empresa registra esses pagamentos? O senhor sabe?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Tem que estar constando, nenhum pagamento é possível ser feito sem estar contabilizado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí tem uma [risos]... é impressionante. Uma outra tabela, em anexo está assim: 20.000 de penhora, depois PIS/COFINS, 20.000. INSS, [risos] mudança da fiscalização R\$ 5.000,00. INSS passado R\$ 15.000,00. PIS/COFINS R\$ 20.000,00. RFTT, R\$ 10.000,00. R\$ 15.000,00, INSS do passado. PIS/COFINS, setembro, outubro, parte. Depois, PIS/COFINS, 20.000 e INSS “taime”, time, dá impressão que é time e não “taime”, o time do INSS, R\$ 15.000,00. Depois, no 05 de novembro mais R\$ 5.000,00 para mudança de fiscalização do INSS. Engraçado, a 05 de outubro, mudança de fiscalização; 05 de novembro, dá impressão que é um “mensalão” para o INSS. Olha aqui, ó. Depois tem R\$ 20.000,00, PIS/COFINS de outubro, parte, depois [inaudível] PIS/COFINS, parte. Depois 17.500 para o INSS time? “Taime”? 10.000 em INSS do passado. 15.000 PIS/COFINS. Aí vem 05 de dezembro, mudança de fiscalização, aqui. Total 127.000, o outro 263, total R\$ 390.000,00. E aqui nós temos outras, olha. Sempre o Sr. Pedro Souza relacionado. Tinha passado isso? O senhor tem idéia que documentos estranhos são esses?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, realmente não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, isso não passou, por enquanto é do Pedro. Quem é Márcio Augusto J. Bonart(F)?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O Bonart(F) era o antigo encarregado do Setor Fiscal, inclusive o chefe do Gledson(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Encarregado fiscal da empresa.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Do Setor Fiscal da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que é J. BONART(F), SERVIÇOS, EMPRESA DE SOCIEDADE CIVIL LIMITADA.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Empresa dele, não é? Terceirizado, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É terceirizado. Ele recebeu, também, 1.645. Recebeu menos.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Com certeza deve ser o salário dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está aqui a nota. Serviço de apoio administrativo. Digitação do arquivo. [risos] [tumulto] Cuidar de tributos, mas digitar arquivo.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu estou acompanhando, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem explicação para isso? Quem na época comandava esse setor? Era o senhor Geraldo Pereira?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Para mim seria o Sr. José Vanderlei(F), o *Controler* que teria controle de toda essa situação, com certeza, era a própria função.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então eu solicito à Assessoria, que elabore pedido de convocação para prestar depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor José Vanderlei(F) de Medeiros. O senhor Marcelo Naufau(F). O senhor Pedro Vieira de Souza. Quando é que encontraram o senhor Pedro Vieira de Souza?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe. É uma tarefa para a Polícia Federal. Sr. Pedro Vieira de Souza, solicito a inclusão em pauta com máxima urgência, o primeiro, José Vanderlei(F) de Medeiros e Marcelo Naufau(F). E do senhor Geraldo J. Pereira. Solicito a inclusão para a aprovação em pauta da próxima Reunião Administrativa que se inclui, então, em pauta em caso de urgência, para encaminhamento ao Deputado Osmar Serraglio. Bem, eu agradeço imensamente o depoimento de V. Sa., se necessário for, nós pediremos a sua colaboração novamente. Antes um detalhe, apenas: O senhor mantém contatos com fiscais do ICMS da Secretaria da Fazenda?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na realidade o que aconteceu, o último momento que nós tivemos na empresa é em junho de 2004, eu protocolei no Posto Fiscal em Guarulhos o pedido de recuperação do ICMS, nos mesmos moldes, mais ou menos em R\$ 2.800.000,00 da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Secretaria da Fazenda do estado, quem que efetivamente processa essas pedidos de restituição de ICMS?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Primeiro o próprio Posto Fiscal, no qual são feitos uma série de documentação. É protocolado. No protocolo já sai a pessoa responsável. Vai ser feita a primeira fiscalização. A partir da primeira fiscalização, passa para o DEAT(F), que vai fazer a segunda fiscalização. Isso, inclusive, não existe uma pessoa específica, na verdade é feito todo um controle e você submete ao que o sistema determinar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Você vai na empresa, no Posto Fiscal, no Posto Fiscal vai ao chefe do Posto Fiscal e após a análise...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, quando é um valor muito grande...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Ele é obrigado a fazer todo o trâmite completo e vai ser passado, dependendo do valor, se não me engano acima de R\$ 100.000,00, após a prévia do Posto Fiscal, vai direto para o DEAT(F), vai direto para a Secretaria da Fazenda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Na Secretaria da Fazenda como é que se processa isso lá dentro?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O você tem o órgão próprio, que vai processar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é o órgão próprio?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: O DEAT(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem comanda o DEAT(F) em São Paulo?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na sua época quem comandava?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Eu precisaria de lembrar, eu estou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí, quem despacha é o Secretário?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Na última instância vai ser o Secretário. Evidente que na época, no início do processo, hoje, vai ser uma coisa pacífica, então já existe todo um controle interno dentro da Secretaria, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas nesse procedimento inicial quem foi que deu o despacho primeiro.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, eu fui no Posto, são mais de duas mil páginas, toda documentação, protocolei, está meu nome lá e fui na recepção, tudo tranquilo. A partir daí fui informado que, dentro do prazo de três a seis meses vai haver, lá, uma fiscalização e aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí vai.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Aí, sim que a gente vai saber quem vai ser o fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor manteve contato com o senhor Eduardo Guardia?

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não manteve. Não conhece. Perfeito. Agradeço imensamente o depoimento de V. Sa. e...

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Fico a vossa disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais nada. Agradeço imensamente a V. Sa. e, se necessário for, chamaremos V. As. a prestar novo depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. DINALDO DOS SANTOS GALINDO: Fico a vossa disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Suspensa a sessão, por ora, para que possamos ter o terceiro depoimento desta tarde, lembrando aos senhores que nós teremos, ainda, mais outro depoimento além desse próximo, serão quatro depoimentos na noite de hoje, agradeço imensamente. [soa a campainha]

Sessão suspensa às 19h19

Sessão reaberta às 19h44

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a presente Sessão, nós passaremos de imediato agora ao 3º depoimen-

to desta noite. Nós solicitamos à assessoria que faça ingressar ao recinto, tomar assento nessa Mesa o Sr. Gilberto Alves Setúbal para que possa então prestar o seu depoimento. Presente o depoente Gilberto Alves Setúbal, que se faz acompanhar do Dr. Sérgio Rosental que é Advogado do nobre depoente. Agradeço a presença do Sr. Gilberto Setúbal, por atender a este convite, agradeço a presença do Dr. Rosental que já outras vezes esteve conosco aqui nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E de imediato apenas afirmo que o Sr. Gilberto Alves prestará depoimento na condição de testemunha, razão pela qual ele assina o termo de compromisso na forma do Artigo 203 do Código de Processo Penal. Sr. Gilberto, neste ato, se compromete nos termos do Artigo 203, a que aludi há pouco, e sob as penas da lei a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado. Evidentemente, em respeito ao princípio da vedação da auto-incriminação, afirmado no texto da nossa Lei Maior, ele não está obrigado a depor contra si próprio, no demais, todavia, tem a obrigação legal de não se omitir e de dizer a verdade como dito sob pena de incorrer nos crimes [inaudível] a nossa legislação penal. Bem, é de praxe na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito que nós, de início, concedamos a palavra ao depoente para que, querendo, faça uso dela expondo aquilo que julgar cabível, claro desde que tenha pertinência com o objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, tem Sr. Gilberto a palavra, caso queira dela fazer uso.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Boa noite, agradeço a oportunidade e estou aqui à disposição para que possamos esclarecer as dúvidas e a necessidade desse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem. Sr. Gilberto, eu cumprimento mais uma vez o senhor, vamos então ao depoimento. O senhor poderia fazer uma rápida exposição da sua vida profissional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito. Tenho 40 anos, sou casado, tenho três filhos. Iniciei a minha carreira profissional trabalhando num escritório de contabilidade, depois--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é Contador formado?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sou Bacharel em ciências contábeis e Administrador. Posteriormente, trabalhei no BANCO ITAÚ, em outras oportunidades trabalhei em uma empresa de autopeças e uma indústria de espumas. E depois o meu outro emprego foi no Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor entrou para o Grupo GPT?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: 1º de setembro de 94.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1º de setembro de 1994.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi especificamente para que empresa do Grupo GPT?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, veja bem, eu trabalhei na área financeira. A área financeira ela sempre foi unificada como sendo uma área corporativa onde a gestão era feita de todas as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor entrou quais eram as empresas do Grupo GTP?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: TECNOCAR-GO TRANSPORTES e PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E PROMODAL. Bem, o senhor entrou exercendo que função?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Foi na área financeira, trabalhava na área como planejamento de fluxo de caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Planejamento de fluxo de caixa. Bem, a partir daí o senhor teve alguma evolução funcional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Posteriormente, houve uma reestruturação, algumas pessoas se desligaram do Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano foi isso?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Isso foi entre 94, final de 95, início de 96.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 95 e 96. Sim.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: E eu passei a assumir a parte da área financeira em 95, e aí--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor fala assumi a parte financeira, qual o cargo que o senhor tinha?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Gerente financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerente financeiro. Em 95?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu assumi a função--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerente financeiro. Perfeito.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: 95, 96, foi na transição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor comandava, então, o setor financeiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Veja bem, eu era um funcionário da área financeira em que cuidava da parte de pagamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pagamentos?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Pagamentos em geral.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 95 e 96 tinha tido algum acréscimo no Grupo GPT de alguma outra empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Aí posteriormente surgiu a empresa TRANSMAQ.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano foi?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Foi em 96 para 97.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 96 para 97. Depois?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: E aí depois tivemos a criação de algumas outras empresas que a BRAZILAN EXPRESS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, existia a BRAZILIAN EXPRESS Transportes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu confundo, é a BRAZILIAN EXPRESS Transportes. Sim.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: E posteriormente, a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA em que ano entrou no Grupo GPT, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, eu acho que foi em 97.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 97. Perfeito. Bem, o senhor ficou como Gerente financeiro a partir de 95 e depois?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: E aí prosseguiu na mesma função.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até quando?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Até 11 de julho de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 11 de julho de 2002. E o que aconteceu dia 11 de julho de 2002?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu fui demitido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi demitido. Por quê?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Porque houve uma reestruturação, foi um processo em que houve uma cisão do Grupo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi a cisão entre o senhor Ioannis Amerssonnis e o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí houve a separação e o Sr. Ioannis ficou com a empresa BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o senhor foi demitido sem justa causa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sem justa causa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor foi trabalhar onde?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, eu saí, fiquei um período ausente, tentando fazer algumas outras coisas que me suportassem e, posteriormente, foi convidado pelo Grupo BETA para trabalhar lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo senhor Ioannis Amerssonnis?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando é que o senhor voltou para o Grupo BETA ou começou a trabalhar diretamente na BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, foi em março de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Março de 2003. Qual a função?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Gerente financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerente financeiro. E aí? A partir daí?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Até... Aí eu continuo até hoje--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Continua até hoje trabalhando lá. No período quando o senhor passa, o senhor começou a trabalhar no Grupo GPT em 1994, na área financeira.

Nesse primeiro período a quem é que o senhor respondia diretamente no Grupo GPT?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em 1994, respondia para o senhor Alexandre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alexandre?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Que era o meu superior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois, quando o senhor é promovido para Gerente financeiro, quem era o seu...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele já era o Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, já em 94, o senhor respondia para o Diretor Financeiro, o Sr. Alexandre. Depois, em 95 e 96 também respondia para o Sr. Alexandre, até 2002, sempre foi o Sr. Alexandre o seu chefe?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Aí houve algumas mudanças, depois teve o Sr. Nelson, o Sr. Ricardo, o Sr. Valdir, o Sr. Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nelson, Ricardo, Valdir, Michel.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: E com todos eles eu também me reportava direto ao Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, vamos lá. O Sr. Alexandre, qual era o sobrenome dele, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Alexandre Del Papa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alexandre Del Papa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Nelson?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nelson Musto(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu pensei que fosse monstro [risos] eu falei nossa! É Musto(F). O Senhor Ricardo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Rutlet(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rutlet(F). como se escreve Rutlet(F)?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: R U D G L E.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Valdir?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Gozi(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gozio(F)?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Gozi(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr Michel?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Michel Atiê. Quando é que o Sr. Michel Atiê assumiu as funções no Grupo GPT?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O Sr. Michel Atiê ele entrou no Grupo em 99 como Consultor do Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do Grupo BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Do Grupo GPT, desculpa. Do Grupo GPT, até então.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Depois? Ele entrou como Consultor.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Aí depois ele assumiu a Diretoria Administrativa Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi que ele assumiu?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Foi em 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2000, e virou Diretor Administrativo Financeiro. Ficou no lugar de quem? Do Sr. Valdir?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tinha o Sr. Valdir... Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No lugar do Sr. Valdir.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Dinaldo trabalhou com o senhor? Dinaldo Santos Galindo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele trabalhava no Grupo GPT, nesse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que ele fazia, exatamente?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele cuidava da parte contábil da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da parte contábil da empresa. O senhor lembra de que período a que período ele trabalhou?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, quando eu entrei no Grupo GPT, ele já estava lá e ele saiu, se não me falha a memória, não sei o mês, mas em 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, o Grupo GPT tinha sua contabilidade terceirizada, não era?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em algum período ela foi terceirizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não recordo, porque não era na minha... Essa área, eu não tinha esse relacionamento, mas eu acho que em algum momento ela foi terceirizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, quando o senhor vai para a Grupo BETA, em março de 2003, o senhor era o Gerente financeiro, quem era o seu superior no Grupo BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Era o senhor... Direto, para mim, tinha o Sr. Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, O Sr. Michel Atiê, então, na separação, ficou com o Grupo BETA ele era o Diretor Financeiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele também assumiu a posição de Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E que outras funções ele tinha na empresa, além de Diretor Financeiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele é que depois, posteriormente, assumiu a Presidência do Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi que ele assumiu a Presidência do Grupo BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu acho que foi logo em seguida, 2003, eu não saberia dizer a data.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem o convidou para ir para o Grupo BETA, foi o Michel Abud Atiê ou o Sr. Ioannis Amerssonnis?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O Sr. Michel Abud.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Michel Abud. E aí ele ficou Presidente do Grupo BETA, até quando?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Até hoje ele é o Presidente executivo do Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a função do Ioannis Amerssonnis na empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O Sr. Ioannis é o sócio majoritário e ele é a pessoa que cuida dos relacionamentos... Alguns relacionamentos comerciais que em determinados níveis que ele é que cuida, ele tem contato com... Processos comerciais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Comerciais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Operacionais, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As relações políticas também são feitas pelo Sr. Ioannis Amerssonnis, político-institucionais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O que é que o senhor fala como relações políticas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como, por exemplo, dirigentes de estatais como os CORREIOS...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sem dúvida que ele deve ter participado de algumas reuniões. Eu não acompanho a esse nível. Mas, eu acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O senhor falou que o senhor Ioannis Amerssonnis é o sócio majoritário. Quem são os minoritários?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Hoje, o Grupo BETA ele é composto do Sr. Ioannis e o Sr. Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel Atiê. Qual o percentual que o Sr. Michel Atiê tem?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: 10%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tem 10%. Em que momento o Sr. Michel Atiê adquiriu essas cotas, o senhor saberia dizer?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não saberia dizer para o senhor em que momento, em que período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha carteira assinada o tempo inteiro, profissional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor alegou que o senhor deixou de trabalhar por o Sr. Mourato por uma questão, digamos assim, de reestruturação. Na época, ao que nós sabemos houve uma, eu digo assim, uma briga entre o Sr. Mourato e Sr. Amerssonnis. A briga que houve entre o Sr. Mourato e o Sr. Amerssonnis foi a razão da sua demissão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que o senhor sabe desse atrito que houve entre o Sr. Mourato e o Sr. Amerssonnis?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, enquanto eu... Porque eu, no período de cisão eu fiquei no Grupo GPT. E esse processo de briga, quer dizer,

de separação em si, eu pouco acompanhava, para que pudesse entender qual era o motivo ou qual era a razão dessas mudanças, nós só soubemos que houve uma separação do Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe exatamente a razão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Pontual, a razão, no momento em que nós estávamos lá, nós não... Eu não tinha esse conhecimento. Agora, posteriormente, quando depois eu já ingressei no Grupo BETA é que isso por conversas nós--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: --Nós ficamos entendendo ou tentando entender que talvez o motivo da separação foi justamente a forma de gestão que se existia ou que se tentava se praticar no Grupo. O senhor Antônio Augusto, pela posição dele, de soberano que ele era, e de que tudo no Grupo GPT era conduzido e o Antônio é que dizia... Mandava fazer, não faz, a última palavra era dele e, por ter essa forma de soberano é que o Sr. Ioannis por já ter a intenção de praticar uma gestão de forma mais transparente, mais profissional é que justificou a possível cisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi aí que justificou-se a possível cisão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não digo que talvez seja esse o único, porque eu não conheço, eu estou falando que os assuntos que chegaram aos nossos conhecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel Abud foi pivô em alguma situação que implicasse essa... Esse litígio entre os dois?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não é do meu conhecimento isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem idéia se algum dos dois foi lesado ou se sentiu lesado por uma perda patrimonial em que alguém teria dado um golpe em alguém?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Após o senhor ter sido demitido da BETA o senhor teve algum contato com o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi e qual a razão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Como é do conhecimento, eu saí do Grupo GPT e as minhas ver-

bas rescisórias não foram devidamente liquidadas. E tanto é que eu entrei com um processo trabalhista faltando dois dias para prescrever.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi exatamente?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu saí 11 de julho de 2002, deve ter... A minha Advogada ela entrou em 9 de julho de 2004 porque, até então, eu tentei, de forma amigável, receber as minhas verbas rescisórias e sempre essas situações se protelando e, como venceria a prescrição, foi o único meio que eu tive para tentar segurar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu direito. As verbas rescisórias totalizavam quanto na época, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, elas totalizavam cento e dez mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 110 mil reais. E aí o que aconteceu? O senhor entrou com uma ação...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu entrei com a ação, tivemos duas audiências, uma, ninguém da parte dele compareceu e a outra compareceu dizendo que não teria um acordo. Foi aí que eu entrei em contato com Sr. Antônio para tentar receber, de uma forma ou de outra... O Sr. Antônio para que para que pudesse resolver esse problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que é que o senhor falou para o Sr. Antônio?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu falei que eu precisava receber minhas verbas rescisórias. Eu acho que eu não estava pedindo nada além do que era meu direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que ele disse?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele entendeu, reconhece só que ele alegava que as condições financeiras dele, no momento, estavam difíceis e pedia sempre um pouco de paciência, para que eu aguardasse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o processo continuou tramitando?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: E continua tramitando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até hoje?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve nenhum acordo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Antônio não chegou a fazer algum pagamento para o senhor?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De quanto?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele me fez um pagamento, em dinheiro, de cinco mil reais e depois me fez um outro pagamento, em cheque, de mais cinco mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dez mil reais. Isso consta do processo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não consta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos uma informação de que, à época, quando o senhor conversou com o Sr. Mourato o senhor teria dito a ele que, caso não fizesse um acordo financeiro com ele, o senhor denunciaria situações de irregularidades da empresa. Isso confere?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Desconheço essa afirmação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor há de concordar comigo que é estranho alguém pagar em paralelo, sem constar do processo, dez mil reais sem que seja objeto de uma negociação na Justiça. Por que é que o Sr. Mourato pagaria para o senhor dez mil reais, isso não constou do processo e o processo continuou em curso?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: A alegação do jurídico dele era que, como ele tinha vários processos trabalhistas e tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: --Se naquele momento ele pactuasse o acordo judicial--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: --Se ele fizesse esse acordo ele automaticamente estaria dando condições para que se fizesse... Os outros funcionários solicitassem também o mesmo acordo. Foi aí que ele me pediu um prazo, foi postergado a próxima audiência e nesse ínterim ele me acertou esses dez mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí ele acertou os dez mil reais com o senhor?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve recibo desse pagamento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não houve recibo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso que nos chama um pouco a atenção, porque que garantia tem o Sr. Antônio Augusto lhe pagar, cinco mil reais foi em dinheiro, cinco mil, em cheque.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que garantia ele tem que depois será computado na hora do acordo? Ou da sentença, se não houver acordo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Acredito... Eu tenho certeza que, pela credibilidade que ele tinha na minha pessoa, que eu fui e recebi esse valor com a intenção de esperar até a próxima audiência e não teria intenção de fazer nada em contrário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nega, então, que tenha dito a ele que iria como um informante, vamos dizer assim, que o senhor “botaria a boca no mundo” caso ele não pagasse?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nego tranquilamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nega?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nego.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi seu último contato com o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Se não me falha a memória, foi em setembro de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a razão do contato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Foi justamente ele me antecipar cinco mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes ele já tinha pago os outros cinco, quando?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Foi o primeiro que ele pagou. O primeiro foi em setembro e o segundo em outubro, se não me falha a memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, após o início dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Hoje exatamente quais são as funções do Sr. Michel Abud Atiê na BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É o Presidente executivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que é que ele faz enquanto Presidente executivo, quais são as atividades que ele exerce mais diretamente?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele gerencia todo o Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A parte financeira, a parte operacional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo. Ele tem conhecimento da parte operacional, da parte financeira, da parte comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tudo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tem conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor trabalhava com o Sr. Mourato, o senhor chegava a fazer saques em Banco em dinheiro para o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Cheguei a fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a fazer? O senhor lembra, mais ou menos, as quantias que o senhor sacava?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, era relativo isso, variava esses valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aproximadamente, eram frequentes os saques?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, o que acontece? O Grupo GPT tinha uma operação que é uma operação rodoviária. Na época se tinha aproximadamente mil carretas que faziam todo o processo rodoviário. Necessariamente essas carretas, para que elas pudessem circular, nós tínhamos que fazer adiantamentos diários aos carreteiros. Então isso era necessário que eu fizesse o saque em dinheiro, para que eu pudesse fazer essas antecipações de contrato a carreteiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em média, os saques eram da ordem de quanto?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, eles variavam bastante, de dez, vinte, trinta mil reais...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sacava esse dinheiro e entregava para quem?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Se ele... Eu sacava o dinheiro e mandava para a área operacional fazer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o operacional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, tínhamos vários operacionais lá, nós tínhamos várias pessoas responsáveis pela área operacional, e era a pessoa que administrava e fazia a liberação dos carreteiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma vez esse dinheiro foi entregue diretamente ao Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Dinheiro de carreteiro não ia ao Sr. Mourato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse dinheiro era só de carreteiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: [inaudível] Nós sacávamos o volume, sacava e mandava para a área operacional, para o pagamento dos adiantamentos dos carreteiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca fez saques que o senhor entregasse para o Sr. Mourato, em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Algumas vezes. Como ele era o dono da empresa, solicitava alguns valores e eu entregava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, que quantias que o senhor entregava para ele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Era relativo também, cinco mil, dez mil--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o maior saque em dinheiro que o senhor lembra de ter entregue para ele, o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não me recordo. Por que era cinco, dez, quinze--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): vinte, vinte e cinco, trinta?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não sei. Não me recordo, pode ser até que tenha acontecido alguma coisa de vinte a trinta mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor entregava o dinheiro no setor operacional havia algum registro de quanto o senhor havia entregue?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse registro ficava colocado onde?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Esse registro, toda a parte de registro e documentação disso era enviado à área contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quando o senhor entregava para o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu entregava a ele e ele solicitava e não tinha... Não é que não tinha, eu entregava nas mãos dele e o registro dizia que era para despesas do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor sacava em dinheiro, então, ia para a parte operacional ou para o Sr. Antônio Augusto. Alguma outra pessoa recebia esse dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, normalmente era o Sr. Antônio Augusto, e algumas situações em que ele estava em reunião, em que eu não pudesse entregar em mãos eu entregava para a secretária dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é a secretária dele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Dona Regiane.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dona Regiane, então entregava para a secretária dele. O senhor trabalhou com o Sr. Roberto Kfourri?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma vez o senhor entregou dinheiro para o Sr. Roberto Kfourri?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Nunca entreguei dinheiro para o Sr. Roberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor entregava para Regiane ou para o Sr. Mourato. Ela fazia algum recibo, nada, nada, nada?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nada, ela não fazia nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Quer dizer, as únicas pessoas que o senhor entregava esses saques em dinheiro era para o Sr. Mourato, Da. Regiane e para o setor operacional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com que frequência o senhor fazia esses saques?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Diariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diariamente o senhor fazia os saques.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Os correteiros pegam diariamente, porque o volume era muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para o Sr. Mourato, o senhor sabe dizer a periodicidade?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Era esporádico, eu não saberia. Poderia ter vezes que, numa semana solicitasse duas vezes como não solicitar nenhuma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que Banco o senhor fazia esses saques?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, nós tínhamos conta em vários Bancos, mas, normalmente, tinha o BANCO SAFRA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BANCO SAFRA. Quando o senhor fazia os saques em dinheiro no BANCO SAFRA ou, até vou reformular a pergunta, o senhor quando sacava dinheiro para o Sr. Mourato, sacava da mesma conta, do mesmo Banco que sacava para os correteiros?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Veja bem, a gestão nossa é uma gestão única. E cada empresa tinha a sua conta-corrente, a sua administração independente. O que cabia-me, de acordo com a disponibilidade de caixa qual a empresa que tivesse alguma disponibilidade eu fazia o saque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra que quando a senhor sacava para o Sr. Mourato, era sempre de uma mesma conta, de uma mesma empresa ou era indiscriminado?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Independente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É independente. Era variado?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ratifico que, de acordo com a nossa disponibilidade, eu fazia o saque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Da. Regiane Vencingüeri(F) ela acompanhava esses saques, fazia registro, tinha ciência dessas movimentações financeiras?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem das pessoais do Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nas pessoais do Sr. Mourato, ela acompanhava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas ela acompanhava? A Da. Vencingüeri(F) que papel é que ela tinha no relacionamento com o Sr. Mourato, ela cuidava da parte financeira da empresa...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Secretária do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas ela cuidava de algum tipo de situação de pagamento da empresa ou era exclusivamente pessoal do Sr. Antônio Augusto?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Se ela cuidava de alguma parte financeira, era exclusiva do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o senhor ouviu alguma notícia, boato ou conhece algum fato que envolva pagamento de propina para alguma autoridade ou político?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca foi do meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe de algum pagamento que tenha sido feito a parlamentar ou pessoa da área política?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma vez o senhor fez alguma entrega de dinheiro para alguém? Além dessas pessoas que o senhor descreveu, para terceiros, nunca?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Mourato se reunia frequentemente com políticos?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era amigo de algum político, de algum parlamentar?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O Sr. Mourato, as coisas dele eram muito fechadas, muito... Essas coisas, como era num escalão inferior, não era do meu conhecimento isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se o Sr. Mourato tinha contas no exterior?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se o Sr. Mourato fazia remessas de dinheiro para o exterior?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor, em algum momento, ouviu dizer que o Sr. Mourato ou a própria empresa BETA faziam pagamentos para dirigentes da VARIG ou dirigentes de alguma outra empresa aérea?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, nunca ouvi esse comentário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. José Carlos Rocha Lima?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece. O senhor conhece um *flat* que o Sr. Mourato tinha na rua Ministro Rocha de Azevedo, em São Paulo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece. Nunca esteve lá?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha ciência de um contrato entre a SKYMASTER e o Sr. Mourato, feito em agosto de 2002, para que o Sr. Mourato assessorasse a empresa SKYMASTER?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não tinha acesso a essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conheceu o Sr. Hassan Gebrin ou ouviu falar dele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Humberto Mota?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Carlos Augusto de Lima Sena?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Maurício Coelho Madureira?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Luiz Carlos Scorsato(F)?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Garcia Mendes?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhecia os contatos do Sr. Mourato com funcionários do CORREIO?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Relações que o Sr. Mourato mantivesse com funcionários da empresa SKYMASTER?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tinha contato com o pessoal da SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de contato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Relacionamento comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Comercial?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor presenciou algum contato ou diálogo entre eles?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, nunca tive a oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, o senhor já disse que o Sr. Amerssonnis tem 90% da empresa e o Michel Abud é proprietário de 10%. O senhor sabe se isso está devidamente registrado?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Está.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está devidamente registrado. Que papel tinha o Sr. Roberto Kfourri na empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele era o Diretor Operacional da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diretor Operacional da BETA. O que é que fazia o Diretor Operacional da BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele cuidava da parte operacional, eu não saberia explicar o detalhe, mas ele cuidava de toda a parte operacional da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor voltou para

a BETA, ele estava lá trabalhando ainda, ou já tinha saído?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Quando eu voltei em 2003?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isto.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele já tinha saído.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tinha saído, quer dizer, quando foi que ele saiu, o senhor se lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu acho que foi em 2001, se não me falha a memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2001. Por quê é que ele saiu, o Sr. Roberto Kfourri?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não saberia informar ao senhor, essas informações não chegavam a nós da área financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Só depois ficamos sabendo que houve a saída de um Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o senhor soube ou sabe se o Sr. Michel Abud Atiê ou o Sr. Ioannis Amerssonnis têm contas no exterior?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca ouviu falar isso?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, eles viajam frequentemente para o exterior.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também não acompanho, a não ser que seja para acompanhar *check C* de aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me parece que eles viajam com frequência para os Estados Unidos e Europa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis Amerssonnis mais para os Estados Unidos e o Sr. Michel Abud para a Europa, me parece.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não é do meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se eles têm algum tipo de empresa *off-shore* no exterior?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, trabalhando na BETA, o senhor também faz saques em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também, porque nós temos uma operação rodoviária, que necessita que eu faça saque em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de operação rodoviária que existe na BETA?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: São transportes que nós fazemos a nível do Brasil para transporte de carga, normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Transporte de carga. A BETA tem caminhões?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: A BETA não, o Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Grupo BETA. O Grupo BETA tem que empresa que opera com caminhões?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tem a BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA Rodoviária. E aí o senhor faz saques diários também como fazia...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da ordem de quanto?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: dez, quinze mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dez, quinze mil reais. Qual o destino desse dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Para a área operacional e a parte rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor entrega volumes em dinheiro para o Sr. Amerssonnis ou para o Sr. Michel Abud Atiê?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca. A conta que o senhor faz esses saques qual é?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Normalmente a que tem disponibilidade, da mesma forma que eu fazia a gestão anterior. Mas, normalmente na BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, o senhor às vezes saca de outra empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: De acordo com a disponibilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, da empresa BETA... Me foge agora o nome dela inteiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor também saca em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Algumas vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E para pagar da BETA Rodoviária?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é estranho isso, do ponto de vista contábil?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Contabilmente, depois disso, eu entendo que deve ser acertado em mútuos entre as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é que coordena essa operação contábil, é o Sr. Michel Atiê?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele é o responsável por tudo e tem a pessoa responsável para a área contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde a BETA possui filiais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu vou falar para o senhor a nível de Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa aérea?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: São Paulo, Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São Paulo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Manaus. Só?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu acredito que Recife também, Salvador, se não me falha a memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Recife e Salvador. Perfeito. Distrito Federal, que o senhor saiba, não tem?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não sei se tem, acredito que possa até ter, mas como eu não tenho acesso a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A essa informação. Rio Grande do Sul, o senhor também não sabe. Rio de Janeiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O Grupo BETA tem filiais nessas localidades, necessariamente eu não sei dizer se a BETA aéreo tem aberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor lembra dos clientes da BETA, além dos CORREIOS, no caso da BETA que faz os transportes aéreos, quem seriam os clientes da BETA, fora os CORREIOS?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eles têm várias. Tem a SIEMENS, SAMSUNG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): SIEMENS, SANSUNG?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: ACTUAL, VICTÓRIA CARGA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Bahia, por exemplo, quem que seriam os principais clientes, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, eu não saberia dizer, especificamente, no Estado da Bahia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): DHL?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Algumas [inaudível], mas eu não sei se seria específico da BETA aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor... A BETA vai transportar carga, obviamente ela tem que pagar ICMS como é que funciona essa operação?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Como assim? Eu não entendi a sua pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA, obviamente ela vai transportar carga e ela tem que... Obviamente os seus aviões têm que ser abastecidos, uma operação desse tipo, de abastecimento implica pagamento de ICMS, naturalmente. Como é que funciona essa situação?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, a apuração do ICMS, de impostos é feita toda pela área fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é que comanda a área fiscal?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Atualmente, é o Sr. Wagner.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Wagner...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Wagner Rocco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Wagner Rocco. Quando o senhor fala atualmente, significa desde quando?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não tem um ano ainda de empresa, porque ele era responsável pela área contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hoje ele é o responsável, quem era antes dele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tiveram várias pessoas, tiveram o Sr. Maurício, Sr. Carlos Ailton.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Maurício o quê?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Maurício, deixa eu ver se eu lembro o sobrenome dele. Eu vou puxar aqui para ver se eu lembro, Maurício... Agora, é porque é esquisito o nome dele. Agora eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Wagner Rocco, Maurício, quem mais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Carlos Ailton.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Carlos Ailton, o sobrenome?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem mais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Aí vai ficando mais para trás aí eu não saberia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Carlos Ailton e o senhor não lembra mais.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não lembro mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, isso fica na parte da área fiscal. O senhor não tem idéia de como funciona essa questão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, porque o que vem para nós, eu vou falar a nível genérico do Grupo BETA, são as guias--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para pagamento.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Já devidamente ok para que eu possa efetuar o pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor faz os pagamentos das guias do ICMS?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Do Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que Estados o senhor paga guias de ICMS?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Pagamento de impostos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas para que Estados? O ICMS é estadual. Para que Estados o senhor paga ICMS pela BETA, o senhor paga essas guias?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não saberia informar para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com certeza o senhor paga para o Estado de São Paulo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim. São Paulo, sim. É que as guias vêm e eu nem me atento a que localidades se refere aquele recolhimento. Só vêm para que eu possa efetuar o pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, são guias de vários Estados ou só guias do Estado de São Paulo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Tem guias do Estado de São Paulo e algumas localidades, se não me falha a memória, nós enviamos, fazemos uma transferência para a filial para que ela recolha lá porque alguns Estados não pode ser recolhido em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso específico da BETA aérea, eu acredito que deve ser o maior pagamento de ICMS o da BETA Transportes Aéreos.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As guias de ICMS são de São Paulo, de onde mais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Um volume é de São Paulo, agora eu acredito que eu deva remeter algum numerário para Manaus, para pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Manaus, onde mais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Recife também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor manda para Recife para pagamento, com certeza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Se não me falha a memória, porque quando eu mando às vezes, pode ser que seja da parte rodoviária ou da parte aérea, eu não me atento a saber se a localidade--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque veja, em tese, a BETA opera em vários Estados, o senhor teria que mandar para vários Estados, o senhor não se lembra de mandar para vários Estados?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É o que eu falei para o senhor, eu posso até transferir algum numerário, mas é pagamento de ICMS, como vem lá a solicitação. E aí eu não fico associando a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E como é que o senhor faz essa remessa de numerário?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu faço, nós temos uma filial, eu transfiro o dinheiro daqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem como relacionar para a CPI todos os Estados que o senhor remeteu pagamento de ICMS?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nesse momento, não saberia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse momento, com certeza não, mas o senhor poderia encaminhar à CPI todo o pagamento de ICMS discriminando as diferentes Unidades da Federação?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu tenho que me recorrer à área contábil e pedir a abertura desses valores de ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Quanto tempo o senhor demoraria para nos encaminhar esse estudo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu preciso ver com a área contábil, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que nós vamos solicitar formalmente isso--

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Porque...Bom, nós estamos tentando entender algumas coisas.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, a operação contábil em si, como funciona o senhor não sabe como é, o senhor só paga a guia?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Só faço o recolhimento da guia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor sabe se existe algum tipo de fiscalização estadual nessa questão do ICMS sobre as cargas que o CORREIO transporta?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Excelência, eu não acompanho essa parte de fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem da INFRAERO também o senhor não tem idéia?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nada, nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem idéia se a BETA resgata créditos de ICMS?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Se ela resgata...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desculpa. Créditos de ICMS. Porque existe um procedimento pelo qual existe o resgate de créditos de ICMS. O senhor sabe me dizer?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não saberia dizer para o senhor essa operação de créditos ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se transfere para outra empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem idéia do uso que a BETA faz sobre esses créditos de ICMS?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o senhor Marcelo Campos?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca viu essa pessoa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um Advogado?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pedro de Souza, quem é o Sr. Pedro de Souza, o senhor não trabalhou com ele no Grupo GPT?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Nunca trabalhei com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conhece ele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Já o vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Na PRO-MODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que ele faz na PRO-MODAL?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não saberia qual era... O que ele estaria fazendo lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tem uma sala lá?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não, nunca, no tempo em que eu estive lá não tinha nenhuma sala específica para o Sr. Pedro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele trabalhava lá.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, ele não trabalhava lá, eu o vi algumas vezes lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor o viu, ele fazia o quê?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele às vezes estava lá na Presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Com o Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Antônio Augusto Mourato. E o senhor não sabe de que assunto ele tratava? Na empresa ninguém comentava o que ele fazia?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não era do meu conhecimento. Eu o via lá na presidência, como a minha área era independente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o senhor sabe que ele era o Sr. Pedro de Souza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Porque eu o vi lá algumas vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, eu também posso ver uma pessoa na empresa, mas como é que o senhor sabe que ele era Sr. Pedro de Souza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Conheci, vi lá e me apresentaram ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem apresentou, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Acho que foi o Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele lhe apresentou dizendo o quê?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É porque, às vezes, eu podia estar entrando na sala do Antônio para falar qualquer assunto e ele estava lá ou estava em trânsito e me apresentou "É o Sr. Pedro de Souza".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que o Sr. Antônio Augusto gravava contatos na sua sala?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, o que existia lá era um monitoramento que existia nas salas. Agora, que ele gravava isso, eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor então não sabe se o senhor foi gravado em alguma conversa dentro da sala do Sr. Mourato?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma vez na sala do Sr. Mourato o senhor conversou sobre pagamento de propina a alguém?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não conversei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve nenhuma conversa com o Sr. Ioannis, o Sr. Mourato, sobre propinas?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Comigo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com senhor.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor participou de alguma reunião na sala em que estava o Sr. Mourato e o Sr. Ioannis? O senhor foi chamado alguma vez lá?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu sempre tinha condições de acessar a sala do Sr. Antônio Augusto, quer com Sr. Ioannis ou com qualquer outra pessoa que ele me solicitasse. Agora, específico o Sr. Antônio Augusto e o Sr. Ioannis tratando de propina, eu nunca participei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor adentrou alguma vez à sala deles não tendo... Em que ele lhe fez perguntas operacionais, ele e o Sr. Ioannis?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Operacionais ou financeiras?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Financeiras, operacionais?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim. Pode ter perguntado. A posição do caixa, como é que está, tem dinheiro, não tem...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele chegou a falar de alguma vez de acerto com os CORREIOS na sua frente?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a falar de alguma coisa de pagamento de combustível?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Pagamento de combustível?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Pagamento de combustível, nós fazíamos normalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem é que o senhor fazia o pagamento de combustível?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Para a Companhia... Teve a Petrobrás, inicialmente, depois a Shell.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as notas fiscais eram expedidas e encaminhadas para que setor, desses pagamentos?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Elas eram para o setor operacional, que fazia a conferência dos abastecimentos e, posteriormente, iam para a área fiscais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca foi chamado para falar sobre pagamento da conta combustível?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Conta com-bustível? Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Nunca trocou nenhum diálogo acerca disso, ter certeza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Conta com-bustível. Fazia o pagamento do combustível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra de alguma vez, especificamente, numa conversa na sala do Sr. Mourato, o Sr. Mourato ficava sentado assim naquela cadeira de fundo e o senhor Ioannis normalmente ficava sentado à direita dele, não é? Para quem entra na sala. O senhor lembra de alguma vez em que sentados os dois ali o senhor conversou alguma coisa sobre a questão de combustível com eles?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Especificamente não. Não recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não recorda?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, eu não recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra, especificamente, de algumas notas de combustível que não correspondiam à verdade e que o senhor teve que pagá-las?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca foi falado com o senhor isso?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca foi falado isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem certeza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Absoluta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. Léo Botelho?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Já o vi também na PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Léo Botelho?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O que é do meu conhecimento, é uma pessoa que prestava uma consultoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Consultoria? Que tipo, hein?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não sei informar ao senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a fazer algum pagamento ao Sr. Léo Botelho?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não recordo, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não recorda?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ao Sr. Pedro de Souza, o senhor chegou a fazer algum pagamento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Acredito que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor acredita que não. Léo Botelho o senhor tem certeza que não fez ou não se recorda?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, eu não me recordo de ter feito para o Léo Botelho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembra de algum contrato que ele tivesse com a empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Essas coisas não vinham para o nosso conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não lembra que empresa ele tinha, o Sr. Léo Botelho?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o funcionário de nome Gledson?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Willian?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Willer era o Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diretor Financeiro, durante quanto tempo ele foi?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele entrou lá eu acho que foi em 2002... Não, minto. Ele entrou eu acho que foi em 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O nome dele é Willian ou Willer?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Willer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Willer. Willer, o sobrenome é?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Giordano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Willer Giordano. Ele foi o Diretor Financeiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o seu chefe, então?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma vez o Sr. Willer Giordano comentou com o senhor ou mandou o senhor fazer algum pagamento a funcionários da VARIG ou da Empresa de Correios e Telégrafos?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, nunca mandou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra de ter feito algum pagamento à VARIG, pagamento de alguma despesa à VARIG, alguma coisa necessária de ser paga?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, à VARIG nós fizemos algum pagamento em função de algumas operações, onde ela se utilizava em alguns momentos de nossa aeronave, algum fretamento, alguma coisa dessa natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre um contrato dessa natureza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não digo a nível de se existia contrato ou não, mas o pagamento era dessa natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O senhor, obviamente, ao cuidar da parte financeira o senhor recebia determinações para que fizesse pagamentos à empresa SKYMASTER, não era isso?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso era mensal?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Foi. Foi, por um período foi mensal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que era feito esse acerto de pagamento, o senhor pagava em dinheiro, pagava em cheque, como é que funcionava?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O pagamento era feito numa transferência direto para a conta da SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as vezes a SKYMASTER transferia para os senhores, ou não?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): À vezes transferiam para os senhores e outras os senhores transferiam?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é que determinava esse valor de pagamento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: A área operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso, especificamente, era o Sr. Kfourir?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o Sr. Roberto Kfourir que determinava...?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Que era o Diretor da área operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso constava de alguma planilha, de algum documento, como é que era feito isso burocraticamente?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O que existia, o que vinha à área financeira era um documento onde se acusavam as horas voadas quer SKYMASTER, quer BETA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na planilha?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não chegava a ser uma planilha, um documento onde ele demonstrava as horas voadas da BETA e as horas voadas da SKYMASTER. E, no final apontava se deveria ser feito o pagamento à SKY ou se eu deveria receber da SKY.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria esse documento aqui?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Não é esse documento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não é esse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem esse. O senhor viu alguma vez esse documento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque esse documento ele mostra aqui a receita bruta da BETA, você veja, é exatamente o que o senhor diz, olha, linha "F", linha "C" e tal, o que chama atenção nessa planilha é que tenha aqui, olha, acerto para os CORREIOS e acerto VARIG. Um valor que tem levado ao convencimento dessa CPI que esse é algum tipo de pagamento de propina para os CORREIOS e algum tipo de propina para a VARIG. O senhor nunca tinha visto um documento semelhante a esse?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi essa planilha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem com essas despesas operacionais, nada?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não recebia o detalhamento da operação. Vinha um único documento onde ele só identificava as horas voadas e a quem deveria ser feito o pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O pagamento da SKYMASTER era sempre feito por transferência bancária? Sempre? Nunca houve nenhuma remessa em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca fiz nenhuma remessa em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é que é o Sr. Lincoln Pereira Frade?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É segurança particular do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que ele era responsável por gravações na sala dele ou que cuidava daquele equipamento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: O que era do meu conhecimento é que ele era o responsável pelo monitoramento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De segurança?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: De segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabia, como eu já disse... Gravação?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Se ele fazia gravação específica, eu não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Lincoln se relacionava bem com o senhor?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Normal, nunca tive problemas com o Sr. Lincoln.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se ele fazia saques em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Meus saques da área financeira, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca fez?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Meu não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outros saques, ele fazia?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a relação do Sr. Lincoln com o Sr. Roberto Kfourir?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não saberia a relação deles. Que ele era segurança--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram amigos?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu nunca presenciei nada que criasse algum desconforto entre eles, que chegasse ao meu conhecimento, eu nunca presenciei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É absolutamente normal, pelo tipo de operação que a BETA desenvolve, a compra de dólares, moeda estrangeira. Qual era a casa de câmbio que utilizava o Sr. Mourato para a compra de dólares?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não saberia, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca comprou dólares?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Comprei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em uma casa de câmbio. Eram várias, a gente fazia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não saberia dar o nome para o senhor, agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma casa de câmbio o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É que às vezes até utilizamos até de Banco, porque, por que é que nós comprávamos? Era justamente na neces-

sidade da tripulação viajar para o exterior, para fazer algumas viagens, nós temos que fazer manutenção de aeronave que é feita no exterior. Então, nessas circunstâncias nós comprávamos dólar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, o senhor comprava de casa de câmbio?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Casa de câmbio, às vezes até por intermédio de Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Bancos, nós veremos depois, eu quero saber de casas de câmbio, quais são as casas de câmbio que o senhor comprou, parece difícil que o senhor não lembre de nenhuma.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não me recordo, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não se recorda ou não quer dizer?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma casa de câmbio? Nenhum que endereço que o senhor foi comprar dólar?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não me recordo porque, normalmente, às vezes eu cotava e às vezes passava para o próprio Antônio Augusto, em algumas situações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor cotava, o senhor lembra do nome de quem o senhor cotava.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eram várias, agora, como faz tempo que era feito isso, eu não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na BETA não se faz?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu compro às vezes, mas direto com uma instituição financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na BETA, o senhor não compra com casas de câmbio?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu utilizo uma instituição financeira, que compra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a instituição?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Banco RENDIMENTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Banco RENDIMENTO. O senhor compra dólares do Banco RENDIMENTO? O senhor compra dólares--

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É que eles abastecem um cartão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como, um cartão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É que existe aí uma modalidade se a tripulação vai voar tem um cartão tipo cartão de crédito, que você abastece ele para que eles possam viajar e lá eles utilizam um cartão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é mais fácil utilizar um cartão de crédito internacional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Pode até ser, mas nós não temos essa prática.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê? Quer dizer, não é mais fácil ter um cartão de crédito internacional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim, mas aí cada tripulação que vai, é um comandante, é outro, quer dizer, teria que ser específico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um cartão de crédito da empresa, como eu imagino, habitualmente se faça, parece esse estranho esse negócio de comprar dólares para que abastecer um cartão de crédito específico--

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É a modalidade que o Banco tem de uma operação que ele--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Banco RENDIMENTO?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Banco RENDIMENTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É específica desse Banco?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor não tem comprado dólares em outro lugar, além do Banco RENDIMENTO?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só no Banco RENDIMENTO. Desde que o senhor voltou para a BETA, só Banco RENDIMENTO.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quando o senhor trabalhava com o Sr. Mourato, o senhor diversificava?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eles faziam as cotações e, sinceramente, eu não me recordo os nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem certeza que o senhor não se recorda das casas de câmbio?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Casas de câmbio ligadas ao Toninho da Barcelona, o senhor operou alguma vez?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca ouvi falar nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Willer ele já saiu da empresa ou permanece lá?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Saiu da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando ele saiu?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2004.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ou final de 2003... 2004, início de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a razão da saída dele, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe a razão da saída do Sr. Willer?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. Geraldo Pereira?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele... Na época que eu estava no GPT ele era Diretor comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Comercial? Não era administrativo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Na época em que eu estava lá era comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No GPT. Ele cuidava da parte trabalhista da empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Quem é que cuidava da parte trabalhista?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: A parte trabalhista estava subordinada à área administrativa financeira que é a área de recursos humanos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem comandava?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eles tinham uma menina, uma figura de uma menina lá que cuidava disso que era... Reportava pelo Diretor Administrativo Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor conhece o Sr. José Vanderlei de Medeiros?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Marco Antônio Pereira de Souza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Paulo Vilhena?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Murilo Rosa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Valdivino Oliveira Silva Júnior?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Luiz Fornali(F)?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Márcio Nozari?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Márcio Nozari foi um Diretor Operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano, o senhor lembra?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Olha, ele ficou na empresa eu acho que até 2003, final de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Luiz Henrique Cardoso, ou seu sócio Enrico?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Enrico, conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é? Quem são?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Ele cuidava de um segmento dentro do Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que segmento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Que era de encomendas expressas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Encomendas expressas. Era um segmento vinculado a que empresa?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É uma... Ele cuidava de uma modalidade, de um modal de transporte, que correspondia ao transporte de pequenos volumes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Transportes de pequenos volumes. Quem que é... Bom, Geraldo Pereira o senhor já respondeu?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. José Vanderlei de Medeiros, quem é?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece. O senhor viu alguma vez uma autorização de pagamento dessa natureza? Já que o senhor pagava, o senhor já viu documento desse tipo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Isso aqui era um modelo de autorização de pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do Grupo PROMODAL?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aqui "Emitente: José Vanderlei de Medeiros". Quando o senhor estava lá, quem é que emitia?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conhecia, quer dizer, cada área que precisasse que fazer algum pagamento ele tinha que fazer essa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era exatamente este modelo que está aqui?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nós chamamos de "AP" que é autorização de pagamento, onde ele vinha o sintético do pagamento que tinha que ser feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, por exemplo, aqui, a aprovação, quem é que assina essa aprovação aqui, o senhor sabe dizer, conhece a assinatura?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E essa supervisão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por exemplo, um pagamento

para o Sr. Pedro de Souza, está aqui, a data é 13 de abril de 2003, Certo? Alguém que... Essa assinatura de quem é, o senhor não se recorda?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem da supervisão?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem teria que aprovar essa autorização de pagamento, normalmente?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Quem era o solicitante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O solicitante. O emitente, o José Vanderlei de Medeiros, seria ele quem aprovaria aqui?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Poderia ser ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a supervisão dele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Seria o chefe superior dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o departamento financeiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A contabilidade dá o “Recebido”?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Marcelo [inaudível], o senhor lembra dele?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não trabalhei com ele, eu sei de nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que é cheque-frete, o senhor ouviu essa expressão alguma vez?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nós temos os cheques que fazemos pagamentos dos carreteiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cheque-frete?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja que interessante, olha... Mas é um cheque, é cheque normal?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É um cheque normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que se chama cheque-frete, porque paga frete?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Pagamento de fretes dos carreteiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que engraçado! Olha aqui, “Favorecido: cheque-frete, valor: dez mil reais, referência: Pedro Vieira de Souza”, me parece que o Sr. Pedro Vieira de Souza não era nenhum carreteiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não sei, eu falei para o senhor, eu não sei, especificamente, o que o Sr.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja que interessante, será que esse cheque-frete não é o pagamento em dinheiro que o senhor socava para pagar carreteiros?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o que é que é esse cheque-frete? É um cheque, mas o senhor não pagava em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Os carreteiros sim, mas é que o senhor está--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, o que é que é o cheque-frete, se o senhor pagava em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: É que eram cheques referentes a fretes, a adiantamentos, carreteiros, ao transporte rodoviário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não era pago em dinheiro?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Sim, mas eu para fazer o pagamento em dinheiro eu tinha que sacar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, então é o cheque que o senhor sacava?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em algumas situações sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o cheque-frete era o cheque que era dado para o senhor para o senhor descontar em dinheiro e fazer pagamento?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Em algumas situações. Em outras, pagava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, veja que interessante, o que parece é que o Sr. Pedro Vieira de Souza que é uma pessoa que ninguém sabe dizer que fazia na empresa ele recebia através de um cheque-frete, olha “Remuneração referente a agosto de 2002, remuneração referente a maio de 2003”. E quem assina é o *controller* do grupo, o Sr. José Vanderlei de Medeiros.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu não conheci esse *controller*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha outra coisa estranhíssi-

ma aqui, olha os valores que estão com cheque-frete. PIS/COFINS 2002, olha aqui, o que é que tem a ver o PIS/COFINS com o favorecido do cheque-frete? Nada a ver, concorda?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No entanto, o senhor veja aqui, olha, novecentos mil reais é o total, pago em três parcelas, trezentos, trezentos, e trezentos, favorecido: Pedro Vieira de Souza, referência: Pedro Vieira de Souza, favorecido: cheque-frete. E olha que interessante, recomendável a eliminação desse documento após sua leitura. Parece aqueles documentos do James Bond, em que o agente secreto come o papel para não deixar vestígio. O senhor já viu alguma coisa desse tipo, um papel com esse escrito no Grupo PROMODAL?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi. Nunca vi esse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui, olha, Marcelo, quem é o Presidente é o Marcelo [inaudível], o Sr. José Vanderlei de Medeiros. “Recomendável a eliminação desse documento após sua leitura”, “Segue abaixo programação dos pagamentos referentes a PIS/COFINS 2002”, aí tem, aí tem “Favorecido: cheque-frete, referência: Pedro Vieira de Souza”. O senhor não tem noção do que seria isso?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não tenho noção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí veja aqui uma outra relação estranhíssima que nós temos também. E é até curioso porque aqui tem os desenhinhos do lado, tem uns raiozinhos e os sorrisozinhos. Aí tem “Vinte mil reais, penhora, vinte mil PIS/COFINS, cinco mil INSS, mudança da fiscalização”. Eu desconheço esse tipo de pagamento “Mudança de fiscalização”, a não ser propina. E, olha aqui, isso se repete, “Mudança de fiscalização, INSS passado, mudança de fiscalização”, e o senhor veja a rotina, olha, a mudança de fiscalização foi dia 5 de outubro, depois 5 de novembro, depois 5 de dezembro, depois 5 de janeiro, dá a impressão de um “Mensalinho” do INSS. O senhor já viu alguma vez se esse tipo de pagamentos no grupo em que o senhor trabalhou?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E olha, e é tão confuso que chega um total que vai de setembro de 2002 a 21 de abril, de trezentos e noventa mil reais. Nunca viu?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Nunca vi esse documento. Desculpa, inclusive a data dele aí, desde abril de 2003, eu saí em 11 de julho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, é que eu queria... 11 de junho?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu saí em 11 de julho de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente. É antes. Agora, o senhor nunca viu documentos dessa natureza?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, eu nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é Zenir Espanhole(F)?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Márcio Augusto J. Bonar(F)?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Também não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isabel, quem é Isabel? Nivaldo?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cristina?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Cristina eu acho que era a menina da contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da contabilidade. Quer dizer, esses papéis o senhor nunca chegou a ver?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, eu, em princípio não tenho mais nenhuma questão a fazer a V.Sa. não sei se gostaria de fazer algum outro comentário adicional?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidentemente talvez seja necessário que nós o convoquemos novamente para prestar depoimentos se algum fato contraditar com o depoimento de V.Sa.?

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E, se necessário, V.Sa. será chamado.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Estarei à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Muito bem. Eu agradeço imensamente a V.Sa. Nós vamos passar agora a seguir ao último depoimento dessa noite que é do Diretor Financeiro, Michel Abud Atiê, da empresa, que, com certeza, poderá talvez esclarecer melhor diversos aspectos que foram aqui argüidos a V.Sa.

SR. GILBERTO ALVES SETÚBAL: Eu também agradeço e me coloco à sua disposição e de qualquer pessoa da CPML para quaisquer esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço também. Suspensa a Sessão por três minutos para que possamos então nos preparar para o próximo depoimento.

Sessão suspensa às 20h52

Sessão reaberta às 21h29

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão, passemos ao quarto depoimento desta Sessão. O depoimento que será prestado é o Sr. Michel Abud Atiê Júnior. O Sr. Michel Abud Atiê Júnior irá prestar este depoimento como testemunha, até esclareço a razão. Embora mencionada a empresa BETA, da qual o senhor pertence ou a qual o senhor pertence ao quadro societário, o relatório parcial não foi ainda votado. Então, evidentemente algumas considerações estão sob exame, razão pela qual nós estamos considerando o senhor ainda como testemunha até a presente data, mas a qualquer momento obviamente poderá passar à condição de investigado. Essa é a razão pela qual o senhor assina o termo de compromisso, na forma do Artigo 203, do Código do Processo Penal. V.Sa. está obrigado a falar a verdade, a não se omitir a dizer tudo o que sabe, apenas excluía qualquer declaração que possa ser usada contra V.Sa., uma vez que vige no nosso direito o princípio da vedação da auto-incriminação, o que lhe assegura, portanto, nesses casos não produzir prova contra si próprio. Presente, mais uma vez, nosso Advogado Dr. Sérgio Rosental, OAB São Paulo nº 114806, a quem, mais uma vez, saúdo e cumprimento pela presença. Sr. Michel, como o senhor sabe já tendo aqui comparecido. O senhor querendo pode fazer uso da palavra pelo tempo suficiente para abordar, se assim o quiser, quaisquer situações que tenham a ver com os fatos sob investigação na CPI, tem V.Sa., se o quiser, a palavra.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Bom, eu gostaria de, acho que, começar, sobre o principal fato que vem afetando a BETA, eu gostaria de dizer que a BETA é uma empresa constituída dentro de uma integridade profissional. Atua no mercado de forma absolutamente correta e alguns comentários que são feitos pertinentes à BETA a gente não concorda e acredita que isso é

um envolvimento, meramente, de coincidências e isso não está sendo devidamente considerado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Agradeço a V.Sa. Embora em depoimento anterior V.Sa. tenha esclarecido a sua relação com a empresa BETA, vamos retomar alguns pontos. Que o senhor pudesse fazer uma rápida descrição da sua atividade profissional, qual foi ao longo da sua vida.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Bom, eu vou iniciar falando, fui *controller* de uma indústria automobilística.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu primeiro emprego, como é que começa a sua vida?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O meu primeiro emprego, Excelência, foi um pouco menos do que *office boy*, um pouco menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Menos que *office boy*, só *boy*.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Fui auxiliar de copista.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Auxiliar de copista.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso. Tirador de cópia, Excelência. Estou falando de trinta e poucos anos atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Fui auxiliar de vendas, numa distribuidora. Depois trabalhei numa grande empresa multinacional...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: SUIFT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que o senhor fazia na SUIFT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Era auxiliar contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor é formado em contabilidade?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem formação superior?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Tenho, mas não contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que área?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Administração de empresa. Pois não. Depois da SUIFT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Trabalhei na... Pode ser até que eu me engane um pouco a ordem, da SUIFT eu trabalhei na DURR, é uma empresa alemã, fui auxiliar de pessoal, auxiliar de contabilidade. Depois vim trabalhar na... Deixa eu me lembrar... Na RIM Metalúrgica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual metalúrgica?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: RIM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): RIM. Sim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Como assistente do gerente financeiro. A seguir eu fui trabalhar na PHILIP MORRIS como analista contábil, fui promovido para encarregado de contabilidade. Fui trabalhar numa empresa chamada ENVAIROTECH(F) como contador geral.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano o senhor trabalhou na ENVAIROTECH(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Em... Faz tantos anos. 1978, aproximadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 78?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: 78 ou 79.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A que ano o senhor trabalhou na ENVAIROTECH(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Aproximadamente um ano e pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Depois trabalhei na VOLKS, *controller*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi *controller* da VOLKS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, na área de controladoria, controle central, trabalhei na BRASILIT, FORTILIT, MALLORY, CINERAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre como *controller*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Fui diretor na FORTILIT, fui diretor na MALLORY.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diretor de que área? Financeira?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Diretor na MALLORY, diretor na CINERAL, diretor no Grupo GPT e Presidente no Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o seu primeiro contato com o Grupo GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ele ocorreu exatamente quando eu trabalhava numa empresa de eletrônicos, a área administrativa e financeira--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso na Daewoo Cinerall.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Daewoo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Essa minha função englobava também a área de logística, foi aí que eu conheci o Sr. Ioannis, eu terceirizei a parte de logística exatamente com o Sr. Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o seu primeiro contato com o Grupo GPT foi com o Ioannis Amerssonnis?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso. Em... Há 11, 12 anos atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Aí o senhor conheceu o Sr. Ioannis Amerssonnis, terceirizou a parte de logística, para que empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Para a PRÓ-LOGÍSTICA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para a PRÓ-LOGÍSTICA. Aí, como o senhor vai parar na GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Bom, o nosso relacionamento passou a um pouquinho mais do que profissional, a gente acabou tendo uma intimidade um pouco maior. Isso foi crescendo e até o momento que ele disse que eu gostaria que eu trabalhasse no Grupo GPT, e o Grupo GPT estava atravessando um momento difícil conforme eu falei à última reunião, à última oitiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum-hum.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: E acabou finalmente em 99 ele me convidando para trabalhar no Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor assumiu que função?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Na época foi como consultor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como consultor. O senhor

era contratado como pessoa física como consultor ou como pessoa jurídica?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como consultor pessoa física?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E portanto, o senhor dava consultoria em que área para a Grupo GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não era uma área específica, mas principalmente financeira, um pouco da parte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tributária também?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Também. Também, envolvendo a parte bancária, a parte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Contábil?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Contábil não, mas o princípio básico era que a gente pudesse tirar o grupo de uma situação complicada que ele estava passando naquele momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em 99. O senhor permaneceu como consultor do Grupo GPT até quando?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu não consigo precisar. Eu acho que uns oito meses, aproximadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Aí eu passei a ser Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí já Diretor Financeiro da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Diretor Financeiro, administrativo e financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso já foi em 99 ou já no ano de 2000?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Meados de 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Meados de 2000. Depois disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Bom, teve, no finalzinho, antes da separação, da cisão, eu passei a Vice-presidente do grupo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ainda durante--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Ainda, enquanto o Sr. Mourato estava integrado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor passou a Vice-presidente, financeiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, Vice-presidente do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vice-presidente do grupo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: E foi um pouquinho antes da cisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E depois?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Depois houve a cisão e eu passei a Presidente do Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já automaticamente, Presidente do Grupo BETA?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que momento o senhor fica sócio da BETA.?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O Sr. Ioannis me convidou naquele momento da cisão para que a gente formasse uma nova sociedade e que a gente pudesse estar junto. Então começamos a discutir isso e, acho que oficialmente, legalmente foi constituído, se não me falha a memória, em novembro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Novembro de 2004. O senhor tem, qual a sua quota parte da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: 10%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 10%. Novembro de 2004?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Desculpe, Excelência, eu estou aqui, não é tão importante para mim a data, nem essa situação é importante para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Antes, de fato, o senhor tinha algum contrato já com o grupo, de societário, não registrado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, tinha um contrato com o grupo que era uma sociedade por quotas de participação no qual a gente tinha intitulado uma parte do resultado desse grupo a gente iria ter uma divisão desse negócio, foi essa a proposta que o Sr. Ioannis fez para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No momento da cisão?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Logo depois disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo depois da cisão?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o senhor permanece como o Presidente do grupo até hoje?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As empresas que compõem hoje o Grupo BETA quais são?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: PRÓ-LOGÍSTICA BEX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PRÓ-LOGÍSTICA. Que mais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: BRAZILIAN EXPRESS Transportes Aéreos, que é a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: A BEX, que é a BRAZILIAN EXPRESS Transportes. A BEST que é BRAZILIAN EXPRESS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BEST?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: BEST.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BRAZILIAN...?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Serviços de Transportes, se não me falha a memória. É uma agenciadora de carga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BEST. Que mais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Basicamente, são essas que estão ativas e tenho a *Holding* que é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BRAZILIAN EXPRESS.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que empresas inativas que pertencem ao grupo, quais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ao grupo, a BELT que não está sendo utilizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BELT? Outras empresas que tenham participação acionária ou de quotas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TRANSQUADROS, pertence ao grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ah, TRANSQUADROS. Perdão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TRANSQUADROS, pertence ao grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É BETA Rodoviária o nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É. Ela, foi mudado a nome, é BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BETA Rodoviário. Essa empresa, foi adquirida, chamava TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Chamava TRANSQUADROS, Ela foi adquirida--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que faz essa empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Transporte rodoviário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Transporte rodoviário. E uma empresa... TÁTIVA, é isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ah, sim, desculpe, Excelência, TÁTIVA foi uma empresa que nem chegou a ser adquirida, havia um contrato de se fazer uma associação, o ex-sócio acabou desistindo da operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o ex-sócio?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Acho que... Excelência, eu preciso estava até ver o nome dele aí, não me recordo agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o sócio da TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Era o Sr. Francisco Souto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da TRANSQUADROS, Francisco...?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Souto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve alteração societária da TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, na TRANSQUADROS, nós não compramos a TRANSQUADROS, a TRANSQUADROS ela, o que é que aconteceu é que ela estava encerrando as atividades e nós fizemos um acordo em relação a ativos e...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fez um acordo quanto a ativos...?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: E a carteira de clientes para que ele pudesse honrar com os compromissos de débitos fiscais que ele tinha, então, nós compramos esses ativos mediante--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram os ativos da TRANSQUADROS, o senhor lembra?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: São veículos, tinha aproximadamente 271 veículos, entre carretas, cavalos que é a parte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí foi criada a BETA Rodoviária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: A BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como uma nova empresa ou como uma alteração social da TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não. Como uma nova empresa, a empresa dele efetivamente não foi adquirida, a empresa do Sr. Francisco Souto não foi adquirida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi adquirida?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não foi adquirida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor adquiriu os ativos só?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Os ativos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então não houve transferência societária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor criou a BETA Rodoviária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: BETA rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BETA rodoviária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: BETA rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Então, os ativos da TRANSQUADROS foram passados para a BETA Rodoviária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é que é o dono da BETA Rodoviária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É o Grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas qual--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É a BETA Holding a que controla toda--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a BRAZILIAN EXPRESS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: BRAZILIAN EXPRESS Holding.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A outra empresa, a TÁTIVA, também vendeu os ativos para o senhor pela mesma operação?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, aí foi uma operação diferente. A TÁTIVA era uma aquisição da empresa com uma divisão societária do antigo dono. Então, ele ficaria com 30%, O Grupo BETA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O nome do dono?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu não me recordo agora, Excelência, mas isso é fácil--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, a assessoria se pudesse, por gentileza, levantar o sócio da empresa TÁTIVA(F) peça para fazer uma pesquisa lá embaixo [inaudível] fácil?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas eu posso fornecer também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o senhor pode fornecer. Então aí, como é que foi--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Nós fizemos a aquisição... Uma compra da empresa no valor estipulado, fizemos o contrato, e esse contrato previa o pagamento pela compra do negócio em si.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O negócio também era carretas e--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não, esse negócio é uma logística de material promocional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logística de material promocional? O que vem a ser logística de material promocional?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Logística de material promocional, vou dar um exemplo aqui de Bancos. O Banco faz uma campanha ou a Coca-Cola faz uma campanha a nível nacional no ponto de venda e precisa levar esse material urgente nesse ponto de venda a nível nacional. Então, normalmente isso é feito de uma forma, vamos dizer assim, meio estabanada porque é sempre feito em cima da hora. Então, esse trabalho é feito por nós, de forma organizada, onde

essa distribuição é feita com veículos próprios, organizado, enfim, toda essa estrutura, a gente controla o estoque de material promocional--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É mais uma consultoria?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não, é uma logística mesmo, é uma logística especializada em material promocional. As indústrias elas não têm... Colocam o material promocional num lugar onde não é adequado, não controlam esse estoque, o material fica desatualizado. Então, essa logística ela faz um trabalho mais profissional nesse segmento. Nossa compra, Excelência, ela foi feita uma aquisição normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da empresa. E os senhores ficaram, então, donos da TÁTIVA, pela *BRAZILIAN EXPRESS Holding*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas isso, de fato, acabou não acontecendo. Nós pagamos, mas não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não levaram? Por quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Bom. [risos]. Preciso explicar, Excelência? [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu preciso conhecer bem o Grupo BETA em todas as suas empresas. O que aconteceu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O que houve é que essa aquisição por motivos de, vamos dizer, desentendimento com o vendedor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com antigo proprietário?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --É. Ele resolveu inclusive tomar a decisão de interromper até o processo de... não é de homologação, é de... Autorização...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Autorização para quê? Quer dizer, não chegou a ser firmado o contrato social?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não foi, não foi mudado o contrato social.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas foi firmado um contrato? Não foi é registrado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O contrato previa que se fizesse a mudança dos sócios. Isso acabou não acontecendo. Ele bloqueou as procurações. E aí houve um desentendimento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não entendi completamente. Quer dizer, ao invés de--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Houve uma aquisição de uma empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Que inicialmente, tinha um contrato--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que é essa TÁTIVA, é isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Isso. Tinha um contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era mais de um sócio?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Era um sócio só. Se não me engano, era ele e a esposa, uma coisa assim. Mas, era ele e a esposa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Num determinado momento ele, por qualquer motivo, acabou havendo um desentendimento e ele--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A razão do desentendimento, qual foi?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Eu acho que foi pontos de vista de administração, enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Então ele retirou as procurações. E naquele momento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sinceramente, eu não estou entendendo a transação, se o senhor me permitir, talvez nem seja importante, mas, procurações para quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Procuração para a assinatura de cheques, para movimentação de contas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que não foi feita a transferência societária de uma vez e foi feita procuração?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Deveria ter sido feita, esse foi o motivo pelo qual houve até essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, por que é que o senhor outorgou procurações e não se passou o nome da empresa de uma vez para os senhores?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Deveria ter sido feito, isso foi sendo postergado para se fazer, os pagamentos foram ocorrendo, isso já deveria ter sido feito, entramos em processo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas havia alguma razão? Por que é que já não se fez direto, e se faz procuração?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não, é simplesmente pelo tempo que se leva para fazer a procuração, porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para transferência de contrato é simplérrima.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Existia na cláusula de contrato levantamentos que estavam sendo elaborados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, pendentes, do ativo, do passivo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: E aí houve alguns entendimentos e aí acabou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve um rompimento?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer. Então, a TÁTIVA não pertence hoje--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não pertence. Nunca pertenceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca pertenceu formalmente, mas tinha numa procuração que era dada à BRAZILIAN EXPRESS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Tinha e foi interrompida--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): À BRAZILIAN EXPRESS. E foi interrompido porque houve a revogação.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, entendi. E aí então se resolveu... E os senhores chegaram a pagar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Pagamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E...

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso é um processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É um processo. Os senhores acionaram o proprietário? A assessoria depois levantará o nome do proprietário, por gentileza, para que nós possamos... Alguma outra empresa, que os senhores adquiriram nessas condições?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Deixa eu pensar um pouquinho, Excelência. Tem uma outra empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é o nome?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ela chama a LÓGICA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): LÓGICA. O que é que faz a LÓGICA?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: A LÓGICA também é material promocional--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A mesma coisa da TÁTIVA?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: A mesma coisa que a TÁTIVA. Assim que nós desfizemos o negócio, nós fomos em busca de uma outra empresa, mas acabamos adquirindo somente a carteira de clientes dele, uma vez que ele estava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, não adquiriu a empresa, mas carteira de clientes.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Uma vez que ele estava fechando a empresa como acho que ele acabou fechando e nós adquirimos, basicamente, a carteira de clientes. Mas isso não tem... Eu estou citando isso muito mais para esclarecimento, isso não tem uma razão social, um CGC, um CPF, um C G C dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais alguma outra empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Que eu me recorde, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Muito bem. As suas funções como Diretor Financeiro da BETA, exatamente quais eram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Da BETA ou do Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do Grupo GPT, perdão.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Como Diretor Financeiro eu cuidava das áreas de recursos humanos, contabilidade, financeiro, fiscal e informática.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o senhor ficou então do ano 2000 até a cisão, até 2004?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não. 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí depois, em seguida, o senhor vai para Presidente da BETA, só que em 2002 também como Presidente do grupo? Não, aqui agora não está batendo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, mas já 2002 praticamente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor vai para a BETA em 2002, mas não como o Presidente do grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Já como Presidente do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já como Presidente do grupo. 2000 a 2002?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: No Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Grupo GPT.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, era isso que o senhor fazia como Diretor Financeiro, cuidava de todos esses setores. Pega aquela documentação para mim, por favor. O Sr. Mourato tinha freqüentes contatos com políticos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Olha, Excelência, que eu tenha conhecimento, dentro do que eu podia visualizar no dia-a-dia, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No dia-a-dia não, mas com que políticos o senhor viu ele se encontrar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, realmente eu não vi ele se encontrar com nenhum político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com nenhum político em geral. Qual a relação do Sr. Mourato com Sr. Carlos Eduardo Lima Sena, Diretor dos CORREIOS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O Sr. Antônio Augusto ele tinha realmente um contato, não digo freqüente, mas ele tinha um contato com o Sr. Sena, e eu não estou dizendo que ele é um político--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, claro. E qual era a razão do contato? Eram amigos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu acho que transcendia um pouco ao relacionamento profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram amigos mesmo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, eu acho que passava um pouco desse... Do relacionamento profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Pelo menos eu sentia isso, não sei se tenho o sentido adequado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a se encontrar alguma vez com o Sr. Lima Sena?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Que eu me recorde, nunca, eu não sei a fisionomia do Sr. Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o papel que o Sr. Kfouri tinha na época?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ele era o Diretor de Operações da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diretor de Operações da BETA. E o que fazia exatamente o Diretor de Operações?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ele cuidava de toda a parte da manutenção, de pilotos, enfim, de toda a parte aérea que faz o avião decolar e... Enfim, toda essa área era de responsabilidade do Sr. Roberto assim também como a área comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Sr. Kfouri mantinha contatos com o Sr. Lima Sena?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, o Sr. Roberto, eu não me recordo, talvez ele tenha tido porque algumas vezes ele foi discutir alguma coisa operacional, não sei se exatamente com o Sr. Sena ou com pessoal que estava abaixo do Sr. Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele ia muito a Brasília tratar de assuntos relativos aos CORREIOS ou ele ficava mais fixo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ficava mais fixo em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ia de vez em quando a Brasília?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor sabe com quem que ele mantinha contatos em Brasília?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, eu não sei dizer, Excelência, eu não sei exatamente com quem que ele... Mas eu sei que ele ia falar com o pessoal de operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o pessoal de operações?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Qual a relação... O senhor conheceu Sr. Lincoln Frade?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que fazia o Sr. Lincoln Frade?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Era o segurança particular do seu Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode-se dizer que ele era o homem de confiança do seu Antônio Augusto?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, sempre foi tido por todos assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como uma pessoa de...

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: De extrema confiança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o senhor se recorda do Sr. Lincoln Frade ser responsável por fazer pagamentos da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não. Não, pagamento da empresa, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, levar dinheiro para alguém?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não era nem função dele, nem do meu conhecimento. Porque o Sr. Lincoln não era parte da atividade da minha atribuição dentro da empresa. Ele era um, vamos dizer, um secretário, um segurança particular do Sr. Antônio. Então, mesmo que eu quisesse saber alguma coisa dele, eu não tinha autonomia para isso, é como mexer com algum segurança de V.Exa. Eu não tenho essa autonomia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Agora, o senhor soube de uma viagem que o Sr. Kfoury fez com o Sr. Lincoln para Brasília?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não soube?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca tinha ouvido dizer que o Sr. Lincoln tinha sido responsabilizado para levar vinte mil dólares para o Sr. Carlos Lima Sena?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca soube disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Nunca soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia saque, em dinheiro, nas contas do Grupo GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Saques em dinheiro. Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O Grupo GPT ele tem algumas atividades, uma delas o rodoviário, assim como o nosso grupo tem hoje, também uma parte rodoviária e que nós trabalhamos com o motorista das carretas, dos caminhões. Esse pessoal ele trabalha, usualmente, com dinheiro porque ele não tem conta, é um pessoal que... Conta em banco, então ele trabalha com dinheiro, ele precisa passar no pedágio, precisa pagar, ele vai numa estadia, enfim... Ele abastece com dinheiro. Então esse dinheiro normalmente é sacado para... Que é feito um adiantamento para esse pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Mourato ou o Sr. Ioannis, quando estavam juntos eles recebiam dinheiro vivo desses saques?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Que eu lembre, é muito pouco. Sr. Antônio Augusto, às vezes, pedia algum valor para passar o fim de semana, para alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem que ele pedia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Normalmente poderia ser para mim, podia ser para o Gilberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a fazer saques, o senhor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, nunca. Nem para mim, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando ele pedia para o senhor que sacasse esse dinheiro o senhor designava quem para fazer isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Normalmente, eu encaminhava essa autorização assinada, no caso, por ele, para a área financeira para que tomasse providência disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A área financeira é o Sr. Gilberto?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sr. Gilberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele então pegava o dinheiro e passava para o senhor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Depende da situação, se eu tivesse pedido ele passava diretamente para mim para que eu desse para o Sr. Antônio, senão

ele passava... Se o Sr. Antônio tivesse pedido, ele passava diretamente para o Sr. Antônio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, aqui nós temos uma pequena contradição no depoimento, porque ele diz que só passava diretamente para o Sr. Antônio e para a secretária, Da. Regiane?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Regiane.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É que pode, é o que eu estou dizendo, pode ter acontecido de alguma vez, como eu acabei de dizer, se fosse eu que tivesse pedido, se o Sr. Antônio pedisse para mim, a ordem natural é que ele devolvesse aquilo que eu pedi para que eu entregasse para o Sr. Antônio, uma vez que o pedido tinha partido de mim, se foi o Sr. Antônio ele passaria direto para o Sr. Antônio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais as quantias mais elevadas que o senhor lembra que passou em dinheiro para o Sr. Antônio?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, por volta de dez, quinze mil, alguma coisa assim, nessa ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma coisa assim. Esses saques que eram feitos para encaminhamento do Sr. Antônio Augusto eram de uma conta especial?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Os saques que eram feitos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para que, por exemplo, ele saca um dinheiro para a passar um fim de semana, de onde que eram esses saques?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Em que banco que eram sacados?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que conta, que Banco?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Se não me falha a memória, o banco que a gente mais utilizava era o BANCO SAFRA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, era uma conta pessoal dele ou da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, o caixa funcionava assim, é um caixa único, as empresa que têm recursos, elas efetivamente são aquelas que são sacadas o recurso para que não ficasse em

préstimo nas outras. Então se a TECNOCARGO tinha dinheiro, era sacado da TACNOCARGO. Eu não estou falando dessas quantias relativamente menores, mas era esse o modo de funcionar dessa operação. Então, eu não sei precisar, mas todas as empresas quando disponível eram possíveis de ser sacadas sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí estava... Não importa a empresa. O senhor via onde tinha lá a possibilidade e sacava.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Porque depois era o feito o ajuste de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O ajuste contábil.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Que é a transferência de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso era contabilizado como?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Depende da situação, se era um adiantamento para despesa, ele tinha que mostrar os comprovantes e era contabilizado como despesa, senão era retiradas alguma coisa assim, pró-labores dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Constava então formalmente isso, isso era sempre contabilizado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Bem, o Sr. Kfoury mantinha contatos com políticos, não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Que eu saiba não, nunca vi, isso eu nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca viu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que o Sr. Mourato fazia remessas de dinheiro para o exterior?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabia que ele tinha *off-shores*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso a gente sabia, porque uma das empresas era uma sociedade externa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, uma *off-shore*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que ele mantinha essa *off-shore*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, eu nunca perguntei para ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era alguma questão vinculada à empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Desculpe, eu não entendi a pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É uma questão vinculada à empresa a manutenção dessa *off-shore*, era uma atividade negocial, era pessoal dele?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu não sei explicar se era dele, eu nunca perguntei esse assunto para ele, eu realmente, esse assunto eu não sei explicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós sabemos que, já temos depoimentos nesse sentido, que havia compra de dólares por parte da empresa. Qual a finalidade da compra de dólares?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: A compra de dólares que a empresa fazia era única e exclusivamente ou basicamente, que eu me recordo, para o pessoal que ia viajar para fora do país, essa é a forma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E era entregue em dinheiro para eles?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, era... Sim, a forma como era feita, quem vai viajar tem uma cota dependendo de onde vai viajar, tem uma autorização e isso é entregue em espécie.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em espécie, em dólares?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Em dólares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia algum tipo de administração de cartão da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu não me recordo, se não me engano, houve uma modalidade de cartão, o ATM, se não me falha a memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que é um ATM?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É um cartão que você abastece ele com uma quantidade de dólares para sacar fora do país.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E aí então, a tripulação recebia, mas outras vezes era pago em espécie em dólares para--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim, depende do ano, porque essa modalidade foi autorizada pelo Banco Central, não faz muito tempo, pelo que eu tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós já temos informações que essas compras, ou algumas dessas compras, eram feitas em certas empresas, em corretoras de câmbio, quais eram as utilizadas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, todas as compras eram feitas em corretoras reconhecidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, não tenho... Tanto é verdade, que hoje o nosso grupo ele está comprando numa que eu posso mencionar porque eu sei que é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, hoje, o Grupo BETA. Quem é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: É o Banco RENDIMENTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Banco RENDIMENTO. Agora, na época da PROMODAL, essa compra de dólares eram várias corretoras?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eram várias corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não lembra o nome de nenhuma?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, nenhuma. Nenhuma. Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram grandes quantidades de dólares que eram comprados?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não era significado não. A tripulação ela habitualmente ela tem que fazer uma reciclagem. Então, ela vai para fora, e normalmente vai uma equipe grande. Vai todos os pilotos, têm que fazer a reciclagem e aqui no Brasil não é permitido fazer. Então, esse pessoal vai para fora e eles precisam de dinheiro. Quando a gente abastece, por exemplo, o avião fora do país, também é pago em dólar. Por exemplo, ele vai fazer um cheque nos Estados Unidos, em algum país fora do Brasil esse abastecimento, porque a gente não tem o crédito nesses países o abastecimento é feito *cash*. E isso é comprado dólar, porque tem que ser pago em dólar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem que ser pago em dólar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Na boca abastecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O senhor chegou a ser subordinado ao Sr. Roberto Kfoury?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Roberto Kfourri respondia diretamente para o Sr. Mourato.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não ao senhor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a ter uma desavença com o Sr. Roberto Kfourri?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Desavença... Profissional?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu perguntei desavença, o gênero o senhor me explica.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: [risos]. Não. Desavença eu acho que a gente tem todo dia com todo mundo, mas uma desavença que possa ser motivado algum rancor alguma... Acho que nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E desavença sem rancor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso todo dia eu tenho com todos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Particularmente, com o Sr. Kfourri, qual foi a desavença?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, é do dia-a-dia, às vezes ele queria comprar alguma peça que eu achava que... Desavença de estoque de peças, enfim, isso é normal no dia-a-dia, eu sempre tive na minha vida e vou continuar tendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos informações que o senhor foi um dos responsáveis diretos, se não o responsável pela saída do Sr. Roberto Kfourri. O senhor confirma isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Jamais poderia ter sido, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Porque, primeiro, para que eu fosse o responsável primeiro eu teria que ter sido o chefe dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor era um homem influente, o senhor consta que "pediu a cabeça" dele, usando o português habitual das situações?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, isso não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor era contra a permanência dele na empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca foi consultado sobre isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca conversou com o Ioannis Amerssonnis?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Evidentemente que a gente conversa sobre todas as pessoas da empresa, eu devo ter conversado, sem dúvida nenhuma, e não uma, várias vezes, mas não que a gente tenha chegado à conclusão. O que acontece é que o Ioannis, efetivamente, por motivo muito simples, retomou a empresa e o Sr. Roberto estava à frente da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Então, ele entendia que a empresa tinha que ter uma outra reorganização. Só isso

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Foi isso. Agora, normalmente se responsabiliza algumas pessoas sobre determinados acontecimentos, o que não é verdadeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca ouviu dizer que o Sr. Antônio Augusto tinha conta na Suíça?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que esse é uma fato que nós temos comprovado aqui?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Nunca ouvi falar. Aliás, é uma surpresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca soube disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor manteve ou mantém contatos com o senhor José Carlos Rocha Lima?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca manteve?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Conheço ele, não mantenho contato. Ele, uma vez eu encontrei com ele no Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Grupo GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra se o Sr. Carlos

Augusto Lima Sena chegou a ir alguma vez à sede do Grupo GPT, em Moema?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não tenho conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Brigadeiro Venâncio Grossi?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca o viu lá?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu não conheço o brigadeiro, mas acho que ele nunca esteve lá, enquanto eu estive lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós sabemos que ele esteve.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, é certeza que não esteve e se ele estivesse lá eu não conheceria ele porque eu não conheço o Sr. Venâncio Grossi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor soube de algum tipo de pagamento feito pelo Sr. Mourato ou pela empresa BETA, antes ou depois da cisão, para a VARIG?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Bom, antes, que tipo de pagamento, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu digo pagamento literalmente de propina a dirigentes da VARIG, VARIG LOG?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, eu não tenho... Eu posso afirmar categoricamente que enquanto eu estive lá isso, pelo menos que eu tenha visto, nunca aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem assistido à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até porque, a empresa está sendo investigada e imagino que o senhor acompanhou o depoimento do Sr. Ioannis Amerssonnis nesta CPI.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Eu mais conversei com ele do que acompanhei, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, mas ele estava aqui, o senhor não podia conversar com ele. O depoimento dele aqui.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Sim. Ele conversou comigo o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que o Sr. Antônio Augusto gravava as conversas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ele me contou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Antônio Augusto contou?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não. O Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabia antes disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabia. E há uma conversa entre o Sr. Ioannis que eu acho que até não ficou muito bem para o Sr. Ioannis, porque ele negou ter havido a conversa em que participam da conversa o Sr. Antônio Augusto, o Sr. Ioannis e um funcionário da empresa que entra, que era justamente da gestão financeira. E no momento em que eles estavam conversando, fala-se de acertos com a ECT e com a VARIG. O que é que o senhor sabe desses acertos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ele me comentou sobre isso, o que me ocorre é que naquele momento, naquele contexto, eu não sei explicar da fita, não vi a fita, não vi o depoimento dele, mas o que eu fiquei imaginando é que esse acerto ECT, porque tinha um acerto todo o mês como tem até hoje, Excelência, todo o mês a gente fala assim “Tem que fazer o acerto da ECT”, qual é o acerto da ECT? Tem que se calcular toda a hora voada, toda... e depois tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Perdão, a fita é muito clara, ele fala em acerto, ele fala em acerto e fala em dinheiro “Já paguei”.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ah, isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E seu nome é citado na fita.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não acredito, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seu nome é citado. O senhor pode não acreditar, mas que é citado é citado. Se necessário, até podemos passá-la?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Desculpa falar dessa forma. Eu estou dizendo que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está com a transcrição da fita aí. [inaudível]. Pede para providenciar a transcrição, por favor. Mas, o senhor é citado na fita, o senhor não está presente, é bem verdade, mas o senhor é mencionado, fala-se do acerto, acerto VARIG...

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Porque tudo isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles estão discutindo uma planilha de custos.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas, sempre houve um acerto de... Deixa eu explicar, Excelência. As horas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não me diga que é horas voadas porque não é, é dinheiro. Fala “Eu já paguei, o mês tal já foi pago”. Ninguém está discutindo, sinceramente, vamos simplificar a nossa conversa, porque ninguém está discutindo ali hora voada, e nós temos absoluta convicção de que é uma planilha semelhante a esta. Aqui, o senhor já viu uma planilha desse tipo? O que é curioso é que os números batem rigorosamente. Ou seja, essa planilha, a Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso antes mesmo da quebra do sigilo. Portanto, o que é curioso é que aqui fala, olha, “Receita bruta”, bate tudo. Tudo, tudo [inaudível] e tem um item aqui que fala “Acerto ECT: Cento e vinte e três mil [inaudível] zero dois”. Não é hora voada, “2,5% sobre o faturamento líquido CORREIO”. Ou seja, não tem nada de hora voada. “Acerto VARIG, Comissão 1,5%, sete mil setecentos e noventa e quatro”. O senhor saberia explicar o que é isso aqui? E eles estão conversando exatamente sobre isso na fita. Ou seja, até o momento da fita todo mundo negava que essa planilha existisse, agora fica difícil. Porque eles estão discutindo exatamente isto. E, curiosamente, uma das datas em que na fita se fala de pagamento é a data de um pregão?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Chamar atenção o seguinte, eu estou vendo aqui em cima--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Abril de 2002.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Abril de 2002, nós já tínhamos separado a empresa, então como é que é possível... O Sr. Ioannis já não estava mais lá, se não me falha a memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, os senhores tinham um acordo operacional.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não voava mais para a SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não estou falando de acordo formal, eu estou falando de acordo informal, das disputas de licitações em que, obviamente, havia uma partilha-- Isto aqui? --Ou seja, havia uma partilha disso, as operações, me lembra a assessoria encerraram no começo de abril de 2002. Então, esta é a última planilha, é a última planilha, está certo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas, ele está... O senhor disse... É que eu estou partindo do princípio do que o senhor falou que estava se discutindo essa planilha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, era algo semelhante a essa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas, esta data que eu chamo atenção, já havia separado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não estou dizendo que é esta a planilha, eu estou dizendo que era uma planilha semelhante a esta. Como as operações encerraram aqui, isto é perfeitamente compatível inclusive com as operações das empresas, porque havia uma partilha, não estou dizendo apenas de sub-locações, eu estou falando da partilha das licitações das linhas. Bate tudo, você sabe que bate tudo. Bate o quanto foi a Receita, quanto uma passou para outra, tudo casadinho com o sigilo bancário, o que me chama atenção é que essa planilha apareceu aqui como um papel, que eu posso... Uma pista de investigação. Só que quando os números todos vêm, bate perfeitamente. O que foi transferido com o que não foi. E uma parcela olha “Acerto ECT, acerto VARIG”. Ou seja, a fita, mais isso, mais sigilo bancário nos leva à total convicção de que esses valores dizem respeito a alguma coisa, e obviamente só pode ser propina. Porque eu não consigo ver, ninguém consegue me explicar o que é que teria a BETA ou a SKYMASTER de pagar para ECT 2.5% sobre o faturamento líquido e nem o que teria que ser pago à VARIG. VARIG LOG, no caso, imagino. Comissão de 1.5%. Isso se confirma também por uma outra micro planilha, olha aqui. Uma era da BETA, outra era da SKYMASTER?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, eu não sei explicar, não sei explicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca viu uma planilha desse tipo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não tenho conhecimento desse planilha, não conhecimento desse acerto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas na fita o senhor é mencionado.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, eu continuo afirmando. Eu não sei o que pode ter se falado, duvido que eu tenha algum conhecimento disso falado na fita. Eu não acredito nisso. Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque falaria o seu nome na fita se o senhor não sabe nada disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, eu não sei, eu não tenho por quê aqui não falar a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Talvez, o senhor pode não falar a verdade, se eventualmente o senhor tiver algum envolvimento nos fatos de pagamento de propina, e a convicção que a fita somada com quebra de sigilo mais esse papel nos leva, é que alguém nos CORREIOS recebia cento e vinte e três mil e quarenta e sete, 2.5% sobre o faturamento. Considerando que o Sr. Roberto Kfouri era pessoa que trabalhava na empresa, considerando que o Sr. Lincoln era um segurança, um homem de confiança do Sr. Mourato, considerando que o Sr. Lincoln, depois dizendo que certa feita pediram que ele entregasse vinte e cinco mil dólares para Sr. Carlos Lima Sena, considerando que ele disse que foi feita uma viagem no mesmo avião sem que ele percebesse que o Sr. Roberto Kfouri ia junto, ele apenas como transportador do dinheiro, considerando que existiam saques de dinheiro na empresa e compra de dólares, considerando que ele falou inclusive que foi-lhe dado um endereço que era da Academia de Tênis aqui em Brasília, que lá ao chegar surpreendeu-se ao ver o Sr. Kfouri, considerando que depois o Sr. Kfouri lhe disse que era para pagar ao Sr. Carlos Lima Sena e considerando que o Sr. Lima Sena negou ter viajado, terminantemente, com ele, até que eu lhe mostrasse que ambos viajaram no mesmo vôo, de acordo com o documento que a empresa TAM nos havia entregue, eu posso lhe assegurar que a suspeição sobre tudo isso, tende agora a ser prova.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Excelência, eu gostaria de fazer uma observação que eu acho que é importante, dentro desse contexto aí. Eu não tenho nada contra as pessoas mencionadas, mas é sabedor das pessoas que há uma... Houve uma, vamos dizer, um litígio entre o Sr... Pelo que a gente sabe entre o Sr. Lincoln e o Sr. Antônio. E que eu não sei aonde que pode estar todo esse envolvimento, dessa história toda, onde que vai chegar essa história toda, mas eu acho que tem que ser apurado, tem que ser apurado, porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, eu não sei qual é a razão do litígio, o que eu sei é que o que o Sr. Lincoln falou aqui, bateu tudo. Rigorosamente, bateu tudo, até agora. E sabe o que é que bateu mais, que nós descobrimos? No dia em que o Sr. Roberto Kfouri estava viajando... Perdão. Ele viajou no dia 28, no dia 29 ele

saiu da Academia de Tênis às 16h30. Nesse mesmo dia 29, a BETA entregou uma proposta para uma dispensa de licitação. Sabe o que é curioso? Essa proposta para essa dispensa de licitação consta com uma cópia para, ou foi entregue para quem ela ia ser entregue, mas com uma cópia para o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena, não sei até porque ele teria que receber essa cópia. E sabe o que é mais curioso? Quando se entrega proposta, se protocola. Essa foi juntada aos autos sem protocolo, o que mostra que foi entregue em mãos. Sabe quem ganhou a dispensa de licitação? A empresa BETA. Então veja. O Sr. Lincoln traz vinte mil dólares para cá, segundo o depoimento dele, para pagar o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena, segundo a versão dele. Diz que recebeu esse dinheiro do senhor, ele diz que pegou lá na empresa dólares. Sabemos que a empresa comprava dólares. Diz que veio no mesmo avião sem saber e que se surpreendeu quando, ao chegar na Academia de Tênis estava lá quem tinha dado o dinheiro, ele foi usado como uma mula transportadora de dólares porque nós sabemos, que atualmente está mais do que comprovado que dólares subindo em avião pode implicar grande confusão. Mas, se estourasse a confusão, isso seria para o Sr. Lincoln, não seria para o Sr. Roberto Kfouri, nem para ninguém da empresa, ele chega na Academia de Tênis, no dia 28, entrega o dinheiro, posteriormente, o Sr. Kfouri diz que era para pagar ao Sr. Lima Sena, um pagamento, porque dá, inclusive, a entender que teriam outros pagamentos, esse teria sido um dos pagamentos. Pois bem, nós fomos levantar isto. Checamos na TAM que os dois voaram na mesma data, checamos Academia de Tênis, O Sr. Roberto Kfouri realmente esteve lá, passou a noite lá e saiu às 16h30, portanto passou a manhã em Brasília. Checamos tudo isto. Quando eu fui arguir o Sr. Roberto Kfouri, no seu segundo depoimento, ele não disse absolutamente nada, negou. Disse que o Sr. Lincoln era um cafajeste, onde se viu falar da honra dele, inclusive chegou a dizer mais "Como é que ele não sabia que estava no mesmo vôo que eu? É impossível". E eu perguntei, não é claro, então, o senhor saberia se estivesse no mesmo vôo dele, e é o que ele disse "Claro". Até que eu lhe mostrei que ambos viajaram no mesmo vôo, na data que nos foi apontada pelo Sr. Lincoln, no horário que nos foi apontado pelo Sr. Lincoln, que ele ficou hospedado na Academia de Tênis de Brasília, como o Sr. Lincoln disse. Ele não soube explicar, disse que aquilo era uma armação, e eu lhe perguntei: Que armação? Uma armação de seis anos antes? Em que um dirigente arma, um coitado de um segurança arma, para seis anos depois estourar uma bomba, como se soubesse que haveria uma CPI um dia? Ele não soube explicar. Depois disso, nós continu-

amos investigando e agora nós temos um mãos, uma proposta não protocolada, entregue com cópia ao Sr. Carlos Eduardo Lima Sena. Estranhamente, não protocolada, porque tudo seu protocolo no Poder Público. E foi juntada ao processo sem o protocolo, portanto foi entregue em mãos, em mãos por alguém da BETA exatamente no dia 29. Data em que o Sr. Kfoury estava aqui, em que há a acusação de vinte mil dólares. E o resultado é: Quem ganha? É a empresa BETA?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Que ano é que foi isso, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2000.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas, em 2001, nós não ganhamos nenhuma licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, foi dispensa de licitação?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Mas nós não ganhamos nada--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem sim, nós temos aqui, se o senhor quiser...

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ah, 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2000.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: 2000. pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Não é que pode ser. É. Nós temos a documentação.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: 2001 é que-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não há dúvida. Como também na fita o seu nome é citado, não há dúvida, disso não há dúvida. Eu quero a explicação, para que o senhor me permita concluir que, ou não houve nada disso, que é uma construção, como o senhor disse, de coincidências, no início do seu depoimento, de comentários que evidentemente, não dizem respeito a nada e que o senhor também não tem nada a ver com isto. Porque, caso não seja apresentada uma tese convincente para explicar todas essas coincidências, nós chegaremos à conclusão que houve pagamento de propina e que o senhor participava desse processo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não. Jamais eu participei de processo de envolvimento que envolvesse propina não é no grupo BETA. Na minha vida.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na fita o Sr. é mencionado.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência eu não sei em que contexto foi mencionado eu não conheço a fita, não sei como é que foi feita essa fita.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A fita o Sr. sabe como foi, foi gravado na sala uma conversa do Sr. Ioannis Amerssonis com o Sr. Mourato.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Mas o que diz que essa fita que eu subornei alguém? Que eu levei dinheiro aproximado alguém?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por enquanto eu estou lhe perguntando o que o Sr. sabe.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu estou afirmando que não é possível, a não ser que alguém tenha mentido, mas, não é possível que alguém tenha dito que eu subornei alguém, que eu levei dinheiro para alguém. Porque isso não é possível, isso não é verdade, eu vim a Brasília conforme eu afirmei, antes dessa CPMI, cinco vezes na minha vida em 34 anos profissional.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não disse que o Sr. veio a Brasília, eu disse que o Sr. é mencionado na conversa--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não conheço o Carlos Sena, se eu ver na rua em qualquer lugar não conheço ele, as pessoas do CORREIO pouco eu conversei--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. já teve alguma vez no Flat na Rua Ministro Rocha Azevedo, 482 apartamento que pertence o seu Mourato?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Acho que tive uma vez sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fazendo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele me chamou para conversar depois que a gente terminou a cisão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conversar o quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Conversar sobre negócios, sobre um cliente especificamente que ele gostaria de também fazer operações para esse cliente, enfim, foi uma coisa absurdamente comercial.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram os contatos do Sr. Mourato, Antônio Mourato nos CORREIOS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nos CORREIOS?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Hã, ele sempre tratava de reajustes, de reequilíbrio econômico, basicamente isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com quem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu acredito que com o Sr. Sena.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Mourato tratava diretamente com o Sr. Sena de reequilíbrio econômico?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, porque é área operacional que despachava esse assunto.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Sr. Kfourì?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Às vezes o Sr. Kfourì às vezes o senhor....

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem cuidava na empresa da participação em licitações?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O Sr. Roberto e o Sr. Antônio.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Antônio, então não causaria estranheza ao Sr. que quem trouxesse qualquer proposta para participar de licitação e dispensa seria o Sr. Roberto?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desculpe, excelência que trouxesse?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma proposta para uma dispensa de licitação ou para uma licitação, quem em tese, traria para Brasília seria o Sr. Roberto Kfourì?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Seria o Sr. Roberto Kfourì na época que ele foi gestor.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na época que ele foi gestor. Então seria natural, que se houvesse uma apresentação de uma proposta numa apresentação de licitação fosse o Sr. Roberto Kfourì que trouxesse?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Exatamente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. participava das elaborações dessas propostas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Do cálculo da proposta, a proposta em si ou dos dois?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De um, de outro e de dois a pergunta se estende a todos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nenhum deles.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o desdobramento é desnecessário.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Depois que eu perguntei que eu percebi, desculpe Excelência essa hora da noite tem que ter um... Pernoite.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [Risos]. O Sr. Mourato tinha contatos com Sr. Hassam Gebrin?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Hassam Gebrin. Excelência, quem foi o Sr. Hassam Gebrin?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ex-Presidente dos CORREIOS.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não tenho conhecimento. Esse, realmente eu não sei.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Humberto Motta?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não tenho conhecimento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Maurício Coelho Madureira?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não, pelo que eu sei eu não posso afirmar porque seu Madureira, se não me engano ele entrou depois da cisão e aí a gente não tinha mais contato com o Sr. Antônio, pouco tinha contato com ele. Desconheço se ele tinha contato depois da cisão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Luis Carlos Corsato(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É possível, é possível porque ele trabalhava na área de operações, eu mesmo tive uma vez de ele para tratar de reajuste de reequilíbrio econômico, é uma pessoa que tratava desse assunto quando Diretor não atendia ou não podia atender coisa do gênero.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. José Garcia Mendes?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não conheço. Não sei se ele esteve também. Pode ser até que tenha tido, mas eu desconheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Mourato costumava dar presentes, mimos, para os funcionários dos CORREIOS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O Sr. Mourato sempre fazia isso, não com o pessoal dos CORREIOS, ele tinha habitualmente fazer isso com clientes, bancos, amigos, enfim--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CORREIOS não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu acredito que sim, eu acredito que sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): DAC?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu acho que toda, toda... Vamos dizer, todo o pessoal mais próximo ele fazia realmente isso, não só clientes, bancos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de presentes, de mimos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele comprava vinho, comprava charuto--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aquecedores?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Aí eu não sei dizer--
DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É porque o Sr. Lima Sena recebeu de presente dois aquecedores.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu desconheço isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foram pago dois aquecedores inclusive com o cartão de crédito do Sr. Lincoln.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso eu não tenho.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. nunca soube dessa história?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem leu na revista?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu estou recordado que apareceu numa revista, se não me engano em alguma coisa parecida, mas isso eu acho que foi depois da cisão, alguma assim eu não sei se é verdadeiro ou não, não dei importância a isso, não sabia disso. Também não tinha conhecimento porque eu não estava lá.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca teve esse conhecimento, mas isso constou da revista o senhor não leu essa matéria dos aquecedores? Eu eu li.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Tinha um teor da mesma forma que estava escrito que o Sr. Antônio era dono de um grupo BETA, tinha alguns absurdos--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E essa história não é tão absurda não, inclusive o Sr. Mourato quando veio aqui disse com fala dos aquecedores, aí tem uma confusão porque ninguém se entende nessa história, o Sr. Mourato disse que mandou o aquecedor e que o outro reembolsou, o Sr. Lima Sena fala, é uma confusão medonha o que consta que realmente é que foi pago. Temos o cartão de crédito do segurança do Sr. Mourato, o Sr. nunca pagou essa, essa despesa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, o que era instruído pelo Sr. Antônio Augusto para pagamento do cartão do Sr. Lincoln era feito. Isso foi uma, agora evidentemente que se está lá uma compra no cartão de crédito eu não fiscalizo a conta, não podia fazer isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. frequentemente pagava o cartão de crédito do seu Lincoln?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Algumas vezes sim, quando pedido pelo Sr. Antônio era pago sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram as despesas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nem sempre era possíveis de identificar, como no caso que o senhor está dizendo aí, não sei se verdadeiro ou falso, mas está lá, o Sr. está dizendo eu estou acreditando, mas se tem algum pagamento de uma casa, por exemplo, sei lá, extra ou qualquer coisa assim. Não tem especificado a compra que foi feito, então nós não temos como investigar na área financeira. Se está no cartão de crédito

só se viesse os comprovantes, para justificar aquela compra. Então esse cartão de era aprovado pelo Sr. Antônio. Agora o conteúdo do cartão não dá para saber, Excelência. Então, se ele comprou um ou dez aquecedores ou não comprou nenhum eu não sei dizer. Aliás, eu não via isso, mais do que isso. O pessoal da área financeira é que fazia esse controle.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, passamos agora para sua fase já como Diretor da BETA, o senhor como Presidente da BETA o senhor comanda todo o grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito, uma vez que a parte financeira o senhor dê uma atenção a ela?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, a gente sempre puxa uma sardinha para aquilo que nós conhecemos mais.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conhecemos mais, é verdade. O Sr. Ioannis costuma se encontrar com políticos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, no último, na última oitiva eu até estranhei quando saiu aquele assunto sobre o Deputado João Herman, a sua pergunta foi feita endereçada a mim. O senhor me perguntou a BETA... E eu tive atentamente lendo em casa.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O depoimento.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O depoimento, peço desculpas, mas tem uma lógica muito clara, o senhor está me dizendo o envolvimento da BETA com político, não existe. Não existe nenhum, o Sr. Ioannis(F) utiliza a BETA, para alguma vantagem da BETA? Não, eu digo que não, não me passaria em falar dentro desse contexto uma amizade particular do Sr. Ioannis(F) naquele momento. Nem da minha parte, porque talvez eu nem conhecesse, se ele tivesse um outro amigo político vizinho da casa dele, que ele nunca iria me dizer. Então essa amizade do Sr. Ioannis com o Deputado João Herman eu conheço há muito tempo, desde que eu conheço o Ioannis, mas jamais me passaria, da mesma forma que o senhor está me perguntando aqui sobre o contexto de alguém conhecer alguns políticos eu estou respondendo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Deputado João Herman nós já sabemos da situação.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O que eu tenho conhecimento, a não ser que tenha um vizinho que ele nunca me disse--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outros amigos políticos o Sr. Ioannis(F) tem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu desconheço qualquer outro, amigos, agora eu estou falando da parte de amizade do Sr. Ioannis(F), profissionalmente não tem nenhum político, nem o Sr. Herman nunca entrou na BETA.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor pessoalmente tem contato com políticos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ninguém, absolutamente ninguém?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu vim a Brasília cinco vezes.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, em São Paulo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nem em São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Funcionários da Fazenda Estadual?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem contatos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Contatos sim. Contatos a gente tem com todo mundo, Excelência.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem com todo mundo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu venho aqui a Brasília, venho falar eventualmente com a Presidente da ECT, embora não seja um político faz já foi, não é? E está voltando agora, ao Sr. Airton Dipp, não é.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, assim.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Assim como na Secretaria da Fazenda, eu vou falar muitas vezes com o Diretor--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Presidente dos CORREIOS o senhor já falou?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Falei uma vez.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com quem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O Dr. Airton Dipp.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O assunto?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi exatamente, porque não havia o reequilíbrio econômico que nós havíamos solicitado, não estava sendo repassado na forma que nós entendíamos os repasses naturais para a BETA.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Agora, e funcionários da Fazenda do Estado de São Paulo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim. Sempre que necessário eu vou falar com o Diretor do DAT.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Diretor do DAT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O atual eu não conheço, o anterior... Desculpa, Excelência. O anterior a esse que está no exercício da função agora.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É seu amigo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que faz o DAT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O DAT é um órgão que fiscaliza as operações de ICMS do Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor vai tratar com ele o quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós temos um crédito de imposto na BETA, especificamente, a BETA sempre é credora, geradora de créditos de ICMS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum-hum.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A legislação no Estado de São Paulo permite a recuperação desses créditos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Então, não só com ele, eu vou conversar com quem for necessário para operação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fazer valer os seus direitos.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Claro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor se encontra com essa pessoa que comandava o DAT fora da Secretaria da Fazenda do Estado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor almoça em restaurantes com pessoa dessa área?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca almoçou com nenhum fiscal?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ninguém do DAT da Secretaria da Fazenda, autoridades?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor frequenta um restaurante japonês próximo ao Tênis Clube?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Tênis Clube.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Alphaville? Aliás, o senhor tem um gosto semelhante ao meu, consta que o senhor gosta muito de macarrão com camarão, confere?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso mesmo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é um pessoa que temos gostos parecidos. O senhor frequenta o restaurante?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Como é o nome do restaurante, Excelência?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor frequenta algum restaurante em Alphaville?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, faz muitos meses que eu não vou nesse restaurante, mas frequento,.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor já frequentou esse restaurante com almoços, com autoridades?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Que eu me recorde nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem certeza? Nunca. Puxe pela memória.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Restaurante.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é um habituê desse restaurante. O senhor vai se lembrar, o senhor é habituê também do Rufino, o senhor gosta de frutos do mar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Muito, bastante.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em relação a esse restaurante o senhor frequenta com pessoas, autoridades?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Que eu me recorde nunca, Excelência. Eu realmente não me recordo de, autoridades?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Ioannis o senhor nunca foi lá com autoridades?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Várias vezes.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com agentes administrativos de Estado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca, não me recordo disso

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem no Rufinos? Não lembra de almoçar com ninguém?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nem no rufinos. Não lembro de almoçar com ninguém. Não só no Rufinos como nenhum restaurante. Não é no Rufinos não é nesse restaurante que você está falando, eu realmente vou se é o restaurante que eu estou pensando, aliás eu vou em todos em Alphaville não só esse.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse o senhor é mais habituê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, eu não tenho almoçado fora. Faz tempo que não saio nem para almoçar não dá tempo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Jantar, almoçar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Jantar também não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não lembra tanto no Rufinos quanto nesse próximo ao Tênis Clube de Alphaville o senhor não lembra de nada, nenhum almoço?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não lembro, não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis disse que não lembrava da conversa e tinha uma fita.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não lembrava?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não lembrava de uma conversa na sala de Augusto Mourato, nós exibimos uma fita para ele, que ficou até chato, desagradável, o senhor não se lembra mesmo, não é? Puxa pela memória, puxa um pouquinho vamos ver se a gente lembra alguma coisa? Nenhuma autoridade da Secretaria da Fazenda, nenhum Advogado.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, Advogado com certeza absoluta em quase todos os restaurantes sempre que necessário eu vou almoçar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Advogados ou pessoas que atuam na Secretaria da Fazenda? Especialistas em ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não é possível, Excelência. Especialistas em, ICMS é uma outra coisa, estamos falando de autoridade, por exemplo, que nem o senhor está mencionando Diretor do DAT eu nem conheço o Diretor DAT atual.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, mas o antigo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O antigo eu fui falar com ele acho que uma vez.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Eduardo Guardia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca teve contato?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não ouvi falar. É diferente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não ouviu falar, que especialista de ICMS que o senhor almoçou lá?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não estou dizendo que eu almocei com especialista, eu digo é possível que eu tenha almoçado com especialista do ICMS, porque é uma matéria que me interessa, eu tenho Advogado até especialista em ICMS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Léo Botelho o senhor conhece?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Conheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É um assessor tributário--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assessor de quem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Da assessoria em tributos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele é um Advogado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não sei dizer se ele é um Advogado especificamente, mas ele atua nessa área, assim como tem um monte de gente que atua nessa área.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas imagino que seja, se ele não é Advogado ele assessora no quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: São processos de tributários. Por exemplo, parcelamento de impostos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ICMS, resgate de ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Resgate de ICMS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele assessora no quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Todo o processo, por exemplo, o crédito de ICMS, especificamente da Aviação Civil no Brasil é novo, não é? Então isso foi elaborado--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tão novo assim, primeiro que conseguiu um resultado foi a BETA, primeira restituição foi a BETA o senhor conhece bem a tecnologia. Agora, qual, como?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Por isso que eu digo que é novo, foi a partir de 2000.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Puxa.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É novo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seis anos depois não é tão novo assim, vocês têm vários processos de restituição de ICMS, não é tão novo assim, ele assessora só que o senhor, ele Léo Botelho ele assessora no quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Assessorou no passado, mais de três anos atrás, não assessora mais, foi num processo de reestruturação de parcelamento de impostos e também de dessa--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reestruturação de parcelamento de impostos, como assim, me explica isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O grupo BETA conforme eu propus o grupo GPT. passou por dificuldades financeiras, um deles foi o não pagamento de impos-

tos e havia um débito pendente e isso foi parcelado. Foi levantado feita uma auditoria, um levantamento e isso foi parcelado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Secretaria da Fazenda parcelou?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não estou falando da Secretaria de Fazenda... Todos os impostos foram parcelados, não foi só Secretaria da Fazenda até porque--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Léo Botelho assessorou em todas as esferas, ou foi só na Secretaria da Fazenda dos Estados?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu acho que em todas às esferas, exceto INSS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora que tipo de assessoramento alguém precisa dar para um parcelamento tributário? Porque me parece levanta-se a dívida, a Secretaria faz a dívida, o senhor vai lá com o Advogado, eu não posso pagar, o Sr. parcela, parcela assessoramento diz respeito a quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ao próprio levantamento do débito e também se há a possibilidade de recuperação de contencioso desses débitos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então ele é um contabilista?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele entende dessa parte.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é um contabilista?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não é um contabilista.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é contabilista não é Advogado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele entende desse processo--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele foi fiscal?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não tenho conhecimento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. tinha à sua disposição um corpo jurídico aceitável, precisava do assessoramento dele para quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Veja só, Excelência, existe na área tributária diversas nuances que no dia-a-dia, e o próprio Advogado que hoje nós temos na época não tinha, hoje tem, não época não tinha. Por isso que esse trabalho não é feito mais externamente. É feito internamente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele agilizava os processos na Secretaria da Fazenda, seria isso ou em outros órgãos tributários?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não é que agilizava. Por exemplo, esse processo, vez de que ele chegue de uma forma não a contento da Secretaria ele é moroso, demora. Então, existe indicadores de performance de combustível versus tarifário, e tudo isso é um processo bastante extenso, que tem que ser planilhado de acordo com aquilo que a Secretaria entende como adequado. É esse o trabalho que é feito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa CPI tem uma fita gravada de uma conversa do Sr. Ioannis com o Sr. Mourato e o Sr. Léo Botelho. Eles conversavam sobre gasolina, perdão, gasolina não, combustível e ICMS. O que poderiam eles estarem conversando a seu ver. Se ele cuidava, se ele cuidava de parcelamento tributário?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: E também recuperação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, de ICMS, sim. O que estariam eles conversando?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: ICMS sobre, desculpe ICMS sobre.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sobre combustível?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sobre combustível.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós temos vários tipos de ICMS sobre combustível eu não sei precisar, pode ser combustível sobre o diesel.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, estamos falando da BETA aviões.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Poderia ser esse assunto, não sei.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual assunto?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Assunto de recuperação de crédito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. deveria saber o Sr. é o homem que comandava?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ:, mas eu não estava na sala.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):, mas eu imagino que o Sr. tenha ciência que conversaram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não tenho a menor idéia, se eu não estava na sala se eu não estava eu não tenho idéia.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Falavam gastos de combustível?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Gasto de combustível pode ser também do rodoviário, pode ser da atividade rodoviária que havia uma modelagem.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu lhe dissesse que havia Fraude nessa questão que isso foi conversado seria estranho aos seus ouvidos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Impossível, impossível.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque impossível?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Porque eu estou afirmando eu conheço o ICMS da empresa, afirmo aqui quem quiser ouvir que isso não é possível.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque que não é possível?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não é possível, porque eu cuido do ICMS da empresa, sei o que eu estou falando. Não tem um centavo errado no ICMS a não ser uma falha humana. Impossível ter um centavo errado, um centavo. Não estou dizendo 10 mil reais, não tem.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem na recuperação de ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nada, nem um centavo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem um centavo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nem um centavo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se houvesse o senhor seria o responsável? Se houvesse, nós poderíamos tem certeza que o senhor assume todas as responsabilidades?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Todas as responsabilidades, todas sem exceção. Pode ter um erro humano, uma vírgula, o cara fez algum engano. Mas criminalmente jamais. Esse processo é auditado por uma empresa de primeira linha.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foram dois processos de auditoria, duas empresas diferente, eu não lembro se uma delas foi a PRICE, mas eu tenho todo esse processo montado eu posso encaminhar ao senhor.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o assessoramento na questão do ICMS que o Sr. Léo Botelho dava qual era?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O senhor está falando da BETA, do grupo, de quem?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para todo mundo agora.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: No caso da BETA foi uma recuperação do imposto que eu asseguro que

está 100% certo. Aliás eu posso enviar uma cópia do processo de auditoria--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria bom, seria ótimo

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso eu tenho fácil.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu gostaria imensamente. Então assessorou nessa parte do ICMS.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Do resto do grupo, uma parte eu não acompanhei, Excelência. Eu não sei o que ele fez no resto do grupo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele recebeu pagamento de quanto?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nesse caso aí--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Em todos os casos, o senhor pagava contratos o que o Sr. Léo Botelho recebeu de pagamentos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Existiu um pagamento ele eu não lembro os valores, mas eram feitos pagamentos provenientes dos serviços, sem dúvida. Eu não lembro, e também não sei em que época 2003 o senhor está falando, se em 2002. Realmente em 2002, por aí nós, nós deixamos de fazer esse processo com o Sr. Léo Botelho.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto que ele recebeu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, eu não sei afirmar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foram quantias elevadas.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não sei afirmar. Aquilo que o Sr. está me perguntando eu sei afirmar, ICMS que eu acho que era uma grande preocupação eu estou lhe afirmando.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor afirma que não há irregularidade tanto na geração do crédito e na restituição ou ambos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nos dois.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos dois, não há? Se houver o senhor se responsabiliza?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu me responsabilizo? Não é 1%, é 100%.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o Sr. Léo Botelho não ajudou o senhor no INSS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não era atividade, não era especialidade do Sr. Léo Botelho.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De quanto era a dívida do INSS, no auge da crise?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, eram 12 empresas, eu não tenho a menor condição de--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram as empresas devido oras de INSS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não sei dizer, eu sei que tinha algumas empresas devedoras.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não sei afirmar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA era?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência eu não tinha a preocupação da BETA, eu tinha um grupo na mão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todo o grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pois é. Que eram 12 empresas mesmo que tenha sido quatro meses atrás, eu não saberia dizer.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu dissesse que a BETA é devedora do INSS o senhor estranharia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não vou estranhar, só não lembro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu dissesse que é muito uma empresa devedora de INSS, disputar licitações e ganhar e continuar contratada. Porque a Constituição não permite que devedores do INSS, o senhor ficaria estranhando que eu dissesse também?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, porque o valor aí eu não vou concordar com V.Exa. pelo seguinte, todo o débito da empresa ela foi parcelado no momento que ela foi identificado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi identificado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, não sei precisar data, nós estamos falando de seis anos atrás a data exatamente eu não sei, mas assim que foi identificado foi feito um levantamento e foi parcelado. Naquele momento, não tinha o débito para a instituição. Tinha o débito interno. Não o débito reconhecido, porque o débito, existe uma diferença entre o débito reconhecido pela companhia e pelo débito reconhecido pela instituição isso foi uma contribuição espontânea.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu dissesse que no processo de licitação, a BETA apresentou uma certidão de uma outra empresa do grupo para dizer que estava exonerada da Previdência o senhor acharia estranho?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Absurdamente estranho porque eu nunca vi isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor se responsabilizaria por isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não sei porque eu não vi, não era eu que fazia a licitação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem fazia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O Sr. Roberto Kfourri.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, e houve uma troca de certidões o responsável é o Sr. Roberto Kfourri?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, mas eu desconheço o assunto.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta é--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Seria o Sr. Roberto, mas eu desconheço esse assunto.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se eventualmente numa licitação, vou dar um exemplo aleatório, em tese a BEX BRASILIAN EXPRESS TRANSPORTES tivesse utilizado uma certidão CND juntado numa licitação que a BRASILIAN EXPRESS disputou, o senhor acharia que quem teria que ser o responsável por isso seria o Roberto Kfourri, não o senhor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não entendi bem a colocação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Numa licitação ou no momento de celebração de um contrato exige a CND, Certidão Negativa De Débito,ok. Vamos imaginar que naquele momento a BRASILIAN EXPRESS seja devedora da Previdência, mas seja juntada ao procedimento administrativo uma certidão de uma outra empresa, por exemplo falando em tese a BEX BRASILIAN EXPRESS TRANSPORTE, BRASILIAN EXPRESS TRANSPORTES isso é juntada a certidão da outra para se encobrir o débito tributário e a possibilidade de contratação da BETA, quem seria o responsável por esse "equivoco"?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Se foi na época do Sr. Roberto, seria o Sr. Roberto.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não teria nenhuma responsabilidade frente a isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Tanto é que eu desconheço esse assunto.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem assessorou os senhores no parcelamento do débito tributário, perdão do INSS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi o Sr. Pedro de Souza, INSS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é Pedro de Souza?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também era um assessor que foi levado pelo senhor--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós falamos dele agora, perdão, Excelência, eu...

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Roberto Kfourri?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, o Sr. Léo Botelho.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, o Sr. Pedro de Souza tem relações com Sr. Léo Botelho?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não, não eu não sei se tem relações ou levou, alguma coisa assim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem levou seu Pedro foi o Léo Botelho?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não sei se tem relações ou levou alguma coisa assim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele cuidava de INSS o Sr. Pedro de Souza?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ou indicou, eu ao sei.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou indicou. O Sr. Pedro de Souza era entendido em quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Em INSS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Entendido em INSS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: INSS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Advogado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Parece que sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é especialista em Direito Previdenciário ou em INSS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência eu não sei responder.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi que ele foi contratado, Sr. Pedro de Souza?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu acredito que por volta de 2001, alguma coisa assim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ficou mais tempo trabalhando lá na empresa.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu sei, posso dizer até 2002.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até 2002?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Hum-hum. Depois disso eu não tenho conhecimento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

O senhor conhece a expressão cheque frete?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Cheque frete normalmente, há... Sempre que tinha um pagamento a carreteiro alguma coisa assim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

E era cheque, não era em dinheiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não era em dinheiro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Não era em dinheiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, era cheque.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

O senhor não falou que era em dinheiro que pagava os carreteiros por isso que tinha saques?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim. Se fosse pagamento em dinheiro é uma coisa, ou fosse feito em cheque onde ia se sacar o dinheiro, ou esse pagamento, como é que era feito os cheques, deixa eu lembrar. Era emitido um cheque para pagamento a carreteiros. Esse cheque era descontado como adiantamento para pagar o carreteiro. Então era chamado cheque para frete, então o cheque frete era só destinação que vinha a sendo feita.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Sinceramente eu me perdi, o pagamento do carreteiro era feito em dinheiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Em dinheiro, mas o cheque.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Quem descontava recebia um cheque frete, então por exemplo, vamos imaginar que eu fosse o Gilberto, o senhor fala: Olha vai sacar lá dinheiro para pagar os carreteiros. Aí o Sr. me dava um cheque frete

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Parecia uma denominação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

O Sr. conhece essa autorização de pagamento aqui? Se é do estilo do grupo, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Se é do?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Do grupo PROMODAL mesmo, o Sr. já viu isso alguma vez?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Nunca viu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, eu não conheço esse documento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Não é esse documento, esse é um modelo do documento que estava na empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É documento da empresa sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

É da empresa não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Da época.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Quem é o Sr. José Vanderlei de Medeiros?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: José Vanderlei, não conheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Não conhece?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Que eu me recordo eu não conheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Ele foi *controller* do grupo GPT.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pode ser que eu tenha encontrado com ele uma vez.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Controller. Essa assinatura aqui o senhor conhece?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Não? Esta?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não é estranha. Não é estranha, eu não me recordo. Essa aqui me parece que eu não conheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Esta aqui?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Também não. Veja que interessante. Isso aqui é uma autorização para pagamento para o Sr. Pedro de Souza, esse especialista em INSS que foi apresentado pelo Sr. Léo Botelho?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não sei se apresentado ou indicado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Sim, não importa. Eu tenho aqui em mãos um e-mail do Sr. José Vanderlei de Medeiros que chegou a essa CPI *controller* do Grupo GPT, veja que coisa interessante. Ele é do Sr. José Vanderlei de Medeiros para o Sr. Marcelo Naufall(F) quem é Marcelo Naufall(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu conheço o Marcelo Naufall(F) ele é Diretor Financeiro do Grupo GPT.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Diretor Financeiro, quer dizer, substituiu o senhor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Substituiu o senhor. Aqui está o Sr. José mandando para o Marcelo, Marcelo, veja que interessante. Recomendável a eliminação desse documento após sua leitura. Olha o que está escrito aqui. "Recomendável a eliminação desse documento após a leitura". Parece coisa de filme de James Bond. Só já viu alguma coisa

assim amanhã na empresa. “Marcelo favor programar os pagamentos abaixo. Favorecidos cheque frete, era o cheque frete data 15 de maio de 2003, valor 10 mil reais. Referência Pedro Vieira de Souza. Remuneração referente a agosto de 2002”.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desconheço essa, não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já já chegaremos lá. Outra, “favorecido, cheque frete, 31 de maio de 2003, valor 10 mil reais. Pedro Vieira de Souza, referente a maio de 2003”. Ou seja, o cheque frete está sendo utilizado para pagamento do Pedro Vieira de Souza, que não tinha nada a ver com fretes. Ou seja, o Sr. Pedro Vieira de Souza foi pago em dinheiro. Claro? Ou seja, é uma operação até curiosamente semelhante a que a SKYMASTER fazia em outra proporção, ou seja, a coisa é contabilizada como pagamento de frete, e é desviada para pagamento do Sr. Pedro Vieira de Souza, veja que interessante. Portanto, não há nenhum vínculo formal com Pedro Vieira de Souza formalmente para a empresa pagamento de frete, e é ele que recebe. Veja o que é mais surpreendente, anexo a esse documento. Com outro e-mail também. “Recomendável eliminação desse documento após sua leitura. PIS/COFINS 2002”, sua época, hein?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: sim, mas.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Março, abril, maio, junho, julho agosto, setembro, certo? Valor total, 900 mil reais. Primeiro pagamento 300 mil, segundo pagamento 300 mil, terceiro pagamento 300 mil, é um parcelamento do PIS COFINS, o que é isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência eu não tenho a menor idéia, porque essa data nós tínhamos separado o grupo há um ano. Exatamente em 10 de abril de 2003--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas os débitos são do seu período?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O que foi feito depois eu não posso--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas era devedor, devia-se PIS/COFINS nessa época?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É muito difícil falar.--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E veja que interessante favorecido cheque frete referência Pedro Vieira de Souza?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu desconheço isso. Desconheço até se eu afirmar isso eu estou sendo leviano, porque foi feito uma... [Telefone Tocando]. Perdão, Excelência.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha um outro cálculo que vem anexo, esse aqui tem um rostinho sorrindo, depois tem um raio de tristeza...

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: [Risos].

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Setembro de 2002, 20 mil penhora, 20 mil PIS/COFINS, parte. 5 de outubro INSS mudança de fiscalização, 5 mil reais. Porque é que se paga uma mudança de fiscalização, o que é isso? E me parece um tipo mensalinho, olha aqui, olha. 5 de outubro, 5 mil. Depois 5 de novembro, INSS 5 mil. Depois 5 de dezembro 5 mil, 5 de janeiro 5 mil... Ou seja, todo o mês se paga 5 mil reais para uma mudança de fiscalização, isto aqui veio junto com essa questão aqui do Sr. Pedro Vieira de Souza, o nosso especialista em INSS. Aqui temos mais... INSS passado, o que que é isso aqui, o senhor sabe explicar esses número?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, eu não tenho a menor idéia do que se trata pelo seguinte. Se existiu algum débito esses débitos que estão aí mencionados não foi basicamente uma parte deles na minha gestão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguns são, esses COFINS são.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Aqui, Excelência, são, são setembro de 2002 separado outubro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os anteriores COFINS são, olha, março 2002, abril 2002, maio 2002, junho 2002 isso aqui é 2002?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós separamos exatamente em abril.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Março já é seu.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Março como separamos eu não sei se foi pago PIS e COFINS do mês anterior, e isso não era, nós já estávamos no processo de separação o que tem que se entender é que o processo de separação, não ocorre no momento seguinte, existe uma discussão sobre o tema e tal, vai se afastando a sociedade, vai se discutindo. Agora o que foi feito, de que empresa que é essa, Excelência.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei, cabe ao eu perguntar o senhor eu tenho esses documentos aqui, que é do grupo é, tem um da TECNO CARGO aqui.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, esse não é.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TECNO CARGO. Quem é Zenir Espanhole(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não, eu desconheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já é depois da sua época?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, como o senhor me mostrasse uma coisa.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é tão estranho ao senhor porque o senhor conhece o Sr. Pedro de Souza, sabe o que ele fez--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O que o senhor me perguntou sobre o Pedro de Souza eu disse. O Sr. está me perguntando do débito do qual eu já tinha saído de lá, eu não tenho como responder. Março de 2002 nós saímos em abril, o mês de competência de março eu não sei o que foi feito, eu não estava lá.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Sr. Pedro de Souza estava contratado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desse eu falei.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos observar que ele recebeu com um cheque frete?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Em 2003 eu não está na empresa há mais de um ano, eu ao sei o que foi feito, quem fez, como fez, porque fez, eu não tenho como dizer.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a remuneração é relativa a agosto de 2002, maio, percebe? Ele foi pago o serviço o ano passado, o ano anterior.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Agosto de 2002, nós tínhamos separado há quatro meses.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, me permita dizer que é estranho que os pagamentos não tenham sido feitos sempre assim. Isso aqui é que nós chamamos de *modus operandi*, porque é que era pago o contrato, o Sr. Pedro era pago através de cheques, como é que ele era pago? Na sua época ele era contratado o senhor. tem que saber como é que ele era pago.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele foi pago se não me engano com apresentação de nota fiscal.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cheques, pessoa física, pessoa jurídica?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Se não me engano pessoa jurídica.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a pessoa jurídica?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não me recordo, Excelência, não me recordo. Não me recordo mesmo. Não me recordo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse, esse processo do Sr. Pedro de Souza aí foi um período curto em que estava já o grupo separando e o Sr. Léo Botelho recebia como?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também, se não me engano através de--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cheque frete também?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, com apresentação de... Da empresa dele se não me falha a memória.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está contabilizado isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Está. Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu duvido que esteja. Vou ser muito franco eu duvido que esteja, o senhor tem como apresentar rapidamente os livros contábeis da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Tenho.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque nós temos muita documentação que depois, então eu vou deixar para confrontar com os livros. Mas a sensação que eu tenho é que isso foi pago em dinheiro, pela operação cheque frete e contabilizado como frete.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, a gente não pode dizer, Excelência, do que--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque não há outra razão de ser para esse cheque frete aqui não ser--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não posso--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aliás é tão interessante que vem acompanhado recomendável a eliminação desse documento após a leitura, alguém não seguiu a ordem, algum incauto não seguiu a ordem porque veio parar nas mãos da CPI.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, eu não posso responder depois de um processo de separação, por atos constituídos um ano depois. O senhor há de convir que tem o menor sentido da gente fazer analogia da BETA ter feito isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem conta no exterior?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor viaja freqüentemente ao exterior?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que país?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Viajo para Aruba, Estados Unidos, Peru.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Consta que o Sr. Amerssonnis vai mais a para Europa e o senhor mais para os Estados Unidos não é assim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, eu vou.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ao contrário?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O Sr. Ioannis(F) vai mais para os Estados Unidos e eu vou mais para a Europa.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o senhor tem essa [inaudível] européia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Porque eu tenho. Uma questão de preferência de região.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que regiões o senhor gosta da Europa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Todas, sem exceção.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual aquela que o senhor visita com mais...?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Paris, Inglaterra, enfim, todos os países até... África, alguns países, Egito, Grécia.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas a Europa quais países o senhor visita com mais frequência?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: França, Itália.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Suíça?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Suíça eu fui uma vez.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem conta naqueles bancos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Afirmo ao senhor, nunca tive conta em nenhum lugar não da Suíça, do mundo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É Procurador de alguma *off-shore*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. O Sr. Ioannis(F) viaja para os Estados por [inaudível]?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele gosta muito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Miami, ele vai frequentemente a Miami e tem conta em Miami o senhor sabe?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem *off-shore*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Que eu saiba não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele vai a turismo a Miami?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são os principais clientes da BETA na Bahia, por exemplo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Clientes na Bahia. Exemplifico é SEMPTOSHIBA.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Bahia SEMP TOSCHIBA. Quem mais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: São poucos clientes na Bahia.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: DHL faz algumas operações.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): DHL. Pernambuco?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência regional assim é difícil dizer nós tínhamos uma operação da CLARO.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CLARO em Pernambuco?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que mais? Os principais, apenas.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Esse aí é o principal.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos aéreos, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não, rodoviário, logística, encomendas.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rio de Janeiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Rio de Janeiro nós temos a TIM.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TIM, aéreo também?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual que é aéreo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Depende do cliente e depende da--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos concentrar o aéreo, Bahia quem que é aéreo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Bahia aéreo, não tem hoje trabalhamos com agenciamento de carga.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pernambuco?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pernambuco também não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CLARO não é aéreo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é aéreo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não temos um cliente aéreo. Nós começamos a fazer a rota a partir novembro de 2005.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É recente, Rio de Janeiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Aéreo nessas praças nenhum.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rio Grande do Sul?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não, a não ser quando teve a linha do CORREIO que permitia adicional de carga.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que era cliente?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A própria TAM embarcava com a gente. A VARIG

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A DHL?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A DHL Embarcava com a gente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PIGATO(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: PIGATO(F) embarcava.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me explica o seguinte, há uma curiosidade que nós temos aqui, quando a BETA, a BETA aérea. Sim, fica mais fácil ser BETA aérea, não é? Quer encaminhar uma encomenda de cidade para outra, São Paulo a Brasília?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Hum-hum.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que é a operação contábil de pagamento de imposto, como é que funciona isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Aéreo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aéreo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Bom a operação aérea, se ela é feita, nós temos que separar em duas etapas, uma é feita com aeronave própria ou com terceiros, a BETA primeiro tem que estar voando para Brasília de avião, coisa que ela não faz. Então nunca vai ter essa operação a BETA voando para Brasília, porque ela não tem.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São Paulo, Manaus, por exemplo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: São Paulo Manaus sim,.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funciona?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Fazendo dentro da BETA o abastecimento, o senhor quer saber sobre o crédito de ICMS?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O abastecimento de São Paulo é feito em São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é feito em São Paulo, ta.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso. O crédito é de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O crédito é de São Paulo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Exato. Em Manaus, quando abastecida a aeronave em Manaus é gerado um crédito em Manaus.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Manaus.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Os conhecimentos de transporte em São Paulo, que são o débito dessa história aí, em São Paulo aqueles embarcadores em São Paulo são a conta devedora de São Paulo, aqueles que embarcam em São Paulo,.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Manaus?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Aqueles que embarcam em Manaus são débitos da origem em Manaus.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são os documentos que são expedidos para essa comprovação?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A W B.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A W B?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que se faz o recolhimento disto, do ponto de vista do ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Bom, o ICMS nós somos sempre credores em qualquer Estado, em qualquer situação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Porque a alíquota do ICMS a nível estadual, ela varia de 25, de 17 a 25%.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: E o tarifário na cobrança da carga é 4%.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 4%.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Se a gente tivesse uma margens, teria que ter uma margem de seguradamente 6 ou 7 vezes o valor do combustível, que não é possível, para ser igual.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. É aí que o senhor tem sempre um crédito de ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Em todas os Estados nós temos crédito de ICMS, por isso que eu digo assim, é impossível ter dívida de crédito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor já pediu restituição de crédito em todos os Estados?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós estamos entrando com processo em todos os Estados, aonde a gente vê que é a possível entrar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Amazonas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Amazonas é difícil.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Porque eles reconhecem que existem crédito, mas não aprovam essa liberação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não vai à justiça?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, estamos fazendo o processo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É grande a quantidade de crédito no Amazonas que o senhor tem a receber?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Por volta, um pouco mais de 10 milhões.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 10 milhões. Em São Paulo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não sei precisar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve várias instituições em São Paulo já?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Várias não, nós tivemos duas.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só duas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais os valores?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: 2 milhões e 300. As coisas que eu, eu falo, Excelência.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, pois não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: E 1 milhão cento e pouco.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só essas duas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Só.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outros Estados teve alguma?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São Paulo foi pioneiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E essas AWBs elas ficam arquivadas na empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ficam.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com aquela planilha que fala de quanto houve de abastecimento tudo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não. Não é assim que funciona.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funciona?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A AWB é um conhecimento de transporte aéreo, ele é emitido de forma sistemática e ele é arquivado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Depende da idade ele é arquivado dentro da empresa senão ele é arquivado fora da empresa, numa companhia de terceiros apropriada para arquivo de documentos. Documentos de abastecimento também faz parte do processo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde ficam arquivados as AWBs?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Uma parte, depende da idade, fica na empresa e uma parte fica fora da empresa.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Chama, a empresa chama STOR(F)

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): STOR(F)?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, é um empresa especializada em arquivos de documentação fiscal.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito, e no poder público arquiva essa AWBs em algum lugar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Deixa eu lembrar. Não sei dizer, não sei dizer, não sei dizer. Mas seguramente o Estado de São Paulo, tem toda a cópia do arquivo magnético da documentação do ICMS da BETA.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Fazenda do Estado de São Paulo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os outros Estados o senhor nunca, o senhor chegou a pedir formalmente?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: No Estado de Amazonas sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pediu formalmente?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outros Estados?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós estamos em processo, porque avião é uma coisa um pouco diferente do normal, o avião se tivemos que fazer um pouso alternativo para um Estado, que não está previsto por problema de pano é da aeronave nós estamos voando para fora do Estado onde a gente tenha uma base, uma filial. Então isso requer quando o abastecimento naquele Estado, um registro de uma filial naquele local que muitas vezes a gente pode não ter. Aquele crédito fica perdido, a não ser que se monte um processo individualizado naquele Estado. Então a aviação é um pouco diferente do normal, não é.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do normal, não é? Agora, há, quem fiscaliza isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O ICMS?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu sei que são as fazendas dos Estados respectivos, mas como é que se processa essa fiscalização?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Do--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Para ressarcimento?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, para geração, quem está fiscalizando quem se realmente é aquilo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O valor?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor que emite a AWB, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que dados constam na AW B?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Veja só existem parâmetros de comparação entre o valor transportado e a carga, o peso do combustível na tarifa. Então esse, esses comparativos são feitos... Eu estou falando um pouco que eu conheço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor é importante.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele é feito setorial, então todos os setores da aviação tem um referencial que chama Iva que é um referencial entre combustível, preço do combustível e tarifa. Então, eles medem isso para ver se as notas fiscais de abastecimento estão adequadas com o faturamento, eles não tem, eles têm--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que é fisicamente AWB assim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É um documento, parece uma fatura.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma fatura, aí diz o local da origem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Local da origem, a carga transportada, o valor cobrado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a empresa que emite?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A nossa empresa que emite.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem recebe??

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Quem recebe as cópias da AWB.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cliente?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O outro acompanha a carga.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O outra acompanha a carga?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Uma fica registrado com a gente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Em Manaus tem o processo de ficar isso é informado a Secretaria da Fazenda para embargo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos outros Estados não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nos outros Estados não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O único lugar que é informado é lá?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Basicamente é lá.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esperto os amazonenses?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Claro que são.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja só, é coisa você estava falando me ocorreu uma coisa, não entendo nada disso me corrija, mas vamos imaginar, se as outras fazendas de Estados não fiscalizarem basta o senhor emitir uma AWB com origem em outro Estado, por exemplo, um Estado que o senhor tenha facilidade de restituição, em São Paulo, tá? O Sr. emite a AWBs e em outros Estados e ninguém fica sabendo. E aí o senhor pega todo o montante de ICMS da AWB e consegue restituição em São Paulo que mais facilidade seria fácil burlar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Porque o senhor falou do débito, Excelência, o débito quanto mais se emitir pior para a empresa que quer fazer uma.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor disse que o transporte de carga, é só o senhor localizar.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Mas veja só.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como se toda a operação seria feita por São Paulo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não dá para fazer isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O crédito advém do abastecimento, abastecimento na aviação tem duas empresas, basta que se cheque esse crédito junto as companhias--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quem vai checar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Mas é muito simples. Primeiro que o Estado de São Paulo só permite que se faça a recuperação desse crédito, junto à companhia de abastecimento do qual ela mesmo fornece. Então ela é uma.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela quem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Esta companhia que fornece o combustível. Então ela sabe literalmente, melhor do que a companhia aérea, quanto que ela abasteceu então tamanho do crédito que ela vai fornecer, ela tem como auditar isso, com o pé nas costas, ela sabe melhor do que ninguém.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja se eu quisesse receber mais, se eu quisesse jogar todo esse crédito de ICMS, que eu tenho de aviões que levantam de outros lugares e que foram abastecidos para receber por São Paulo eu teria que contar com uma certa complacência da auditoria da Secretaria da Fazenda do Estado.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não só isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que mais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Auditoria da companhia que vai receber esse crédito, ela--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que companhia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pode ser a SHELL ou a PETROBRAS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos caso os senhores trabalham com a PETROBRAS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não com a SHELL.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca mudou para a PETROBRAS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, nós 99 trabalhamos com a PETROBRAS, hoje trabalhamos com a SHELL, desde aquela época até hoje.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 99 para cá é SHELL

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A SHELL se ela dá as notas fiscais de abastecimento ela sabe 100% de qual valor.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SHELL sabe, mas a AWB é preenchida só com a referência dos os senhores.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, mas quanto menor for emitido, primeiro, os clientes, tem que se partir do seguinte princípio, todos os clientes da companhia aérea, primeiro eles são fiscalizados no aeroporto, no aeroporto se aparecer como é fiscalizado a carga.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Por órgãos da Receita, então eles fiscalizam a carga.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A receita não vai se preocupar com ICMS, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, eles se preocupam e tem fiscalização tanto é, se tem um documento irregular eles brecam a operação. Porque toda a carga ela tem que ser acompanhada principalmente no aeroporto, dentro do aeroporto com a AWB.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, sim, veja. A AWB está lá, mas se colocar que a avião foi abastecido em São Paulo, na AWB a receita não vai nem está aí, vai saber quando foi abastecido e quando não foi, claro que haverá uma desconcórdância com as empresas fornecedores de combustível. Claro, óbvio. Mas isso só se poderia ser identificado pela auditoria da Secretaria da Fazenda do Estado respectivo. Se essa auditoria cochilar ... Bola no gol?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, é difícil, Exceção.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque, parece tão simples, basta que a auditoria lá tropece. Que eu tenha alguém com influência lá dentro, que permita conseguir e o senhor joga todos, com exceção da Amazonas que esses são espertos, mas todos os outros créditos em ICMS o senhor joga já Secretaria do Estado que o senhor recebe, no caso de São Paulo que é fácil de receber instituição, o senhor conseguiria lá receber restituição a auditoria não checa as notas de origem pega a AWB e o senhor recebe bonitinho que o senhor teria dificuldade de receber em outros Estados.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, eu vou dizer uma coisa, a SHELL no caso ela opera com auditoria de primeira.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a SHELL não vai pegar a AWB--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu posso só complementar, ela sabe exatamente quanto foi abastecido, 100%.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, claro, não tenho dúvida.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Outra coisa, ela faz uma auditoria, uma auditoria em todo o processo contábil. Além da parte fiscal é feita uma auditoria por uma empresa de auditoria externa. As empresas não tem interesse em fazer essa aceitação do crédito porque ela preferiria receber em dinheiro e não ficar possivelmente exposta a um passivo contencioso lá na frente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a SHELL... Veja, ela não vai chegar a AWB?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Checa uma a uma, A SHELL checka, assim como o posto fiscal checka, o DAT checka.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O DAT é Fazenda do Estado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É. Todos eles checkam.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as operações antecedentes, são checadas também?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Como assim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o ICMS tem operações antecedentes, não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Como antecedentes.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funciona o ICMS? O senhor é especialista.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não sou especialista eu sou um pouco metido, Excelência.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há operações sucessivas, há créditos e débitos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sucessiva na--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nas cargas, em geral, como é que são feito esses cálculos, hein?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Confesso que eu não entendi, Excelência. Talvez seja o adiantado da hora.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, não, as operações sucessivas que são feitas com ICMS, no que antecede aquela situação.

Isso, como é que funciona isso? O ICMS é um jogo de créditos e débitos, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Permanentemente. Vai se somando situações sucessivas, isso aqui não tem nenhum reflexo nessa operação que o Sr. está dizendo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, deixa eu, eu não sei se eu entendi bem a pergunta. Existe um ponto inicial em que se tem uma compra de combustível e uma venda de serviço no caso de tarifa aérea.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isto.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Muito bem. Isso, pela forma de cálculo é pelas alíquotas que eu demonstrei é credor em qualquer Estado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sempre, sempre ele vai ser credor. No momento que é homologado em crédito de ICMS é zerado aquele crédito e começa-se a acumular novamente os créditos em função desse diferencial das alíquotas. De 17 ou 25% para 4%.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse resgate que o senhor faz o senhor recebe em créditos não de ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, em pagamento de combustível, quer dizer, é uma geração de recursos para a própria empresa que abastece.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É a própria empresa. Eu não sei se eu consegui explicar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A própria BETA recebe os créditos, não é isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Recebe, quem recebe os créditos na verdade é a SHELL.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: E a BETA deixa de pagar o combustível.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O processo de restituição na Secretaria da Fazenda o senhor recebe os créditos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu recebo autorização para utilizar aquele crédito para vender ou teoricamente transferir para a SHELL.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não só para SHELL o senhor pode transferir para outras empresas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, exclusivamente no Estado de São Paulo é para, agora está um pouco restrito mudou a legislação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor pode transferir para a empresa do mesmo grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pode, isso pode.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor transferiu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não consegui ainda. Já pedi faz um ano e pouco e não consigo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca transferiu nada para outro lugar?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não consegui é diferente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o senhor não conseguiu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Está o processo parado na Secretaria da Fazenda.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conseguiu transferir?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para que empresa o senhor queria transferir?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Para a BEX, tem uma dívida pequena e queria liquidar essa dívida.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor usou com combustível agora?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Combustível.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com a SHELL?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Com a SHELL.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PETROBRAS não?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E para empresa de fora do grupo o senhor usou? Porque tem um permissivo na legislação porque se houver a autorização do secretário é possível.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, nós tentamos usar quando era permitido e era permitido naquela época, para aquisição de... Não lembro se era cavalo mecânico ou carreta e nós fizemos uma operação dessa em fomos autuados, inclusive, por fazer essa operação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com que empresa os senhores fizeram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Se não me engano com a SCANIA, eu não sei precisar, mas se não me engano com a SCANIA, isso foi há quatro, cinco anos atrás alguma coisa assim. E fomos autuados.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos lá qual foi a utilização que os senhores fizeram com os créditos resgatados até agora no Estado de São Paulo, despesa de combustível?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi 80%.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pagou fornecedores?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum. Transferência para a empresa INTER INDEPENDENTES?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não, não foi autorizado até agora.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi autorizado até agora?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quais são as solicitações que o senhor fez? Foi só para a...

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, nós fizemos uma série de solicitações ao Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais foram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Vários, um deles foi.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos a todas, quais foram?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós pedimos um regime especial de compensação de importação de bens, para o senhor ter uma idéia na relevância do fato, nós temos um crédito no Estado de São Paulo que deve ser superior a 10 milhões e importamos um avião e tivemos que pagar 500 mil reais na importação e estamos pagando esses 500 mil reais na importação, porque não foi liberado a compensação. O modo de ver é realmente é uma discrepância, não é Excelência? Ter um crédito de 10 milhões e quando se importa um produto não se pode compensar, no caso a aeronave, isso foi recente no final do ano passado. Essa solicitação até hoje não foi aprovada, não foi despachada. A outra também é uma autorização para compensação dos créditos para efeito de importação em matéria de insumos para indústria de aviação, peças e componentes também não foi... O repasse para empresas associadas ou que do mesmo grupo econômico.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Licitações?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi para que pudesse utilizar nas outras empresas do grupo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais foram as empresas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Seriam todas que a BETA pudesse utilizar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi especificada nenhuma delas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não me recordo se foi especificado, mas não era esse o objetivo. Se foi, foi errado porque era para usar para todas.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então a empresas que não eram do grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nenhuma. Nenhuma.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma. Quer dizer, efetivado só até agora é combustível?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Só.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E foram só duas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Só duas, tem parado faz três anos um processo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe as datas, mais ou menos de que foram elas?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Provavelmente mais de dois anos está parado um crédito de ICMS dentro do Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas os que foram obtidos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A data que foi obtida?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais ou menos, aproximadamente e os valores para que nós possamos ter mais clareza disso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Acho que um deles foi 2001 e o outro foi 2003.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2001, 2003?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde, onde a BETA tem filiais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, que mais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rio de Janeiro?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Espírito Santo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Espírito Santo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Bahia.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bahia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pernambuco.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pernambuco?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Brasília.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Brasília?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Manaus.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E Amazonas, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desculpa.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rio de Janeiro tem, o Sr. falou?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Tem, Rio de Janeiro tem.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rio Grande do sul tem?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Tem, desculpa eu falei.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ceará?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ceará não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que faz a operação com ICMS aqui no Ceará?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: No Ceará na parte aérea nós não temos vôo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na parte aérea não tem vôo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: No Ceará não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então eu imagino que o senhor não é cadastrado no ICMS desse Estado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Na parte aérea não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Notas tínhamos uma filial fomos fechando ou já fechou, mas nunca teve uma operação aérea recentemente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os senhores tem *leasing* de aeronaves?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, não *leasing* não, aquisição de aeronave.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é aquisição na forma de *leasing back*?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não é uma operação de financiamento da aeronave.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funciona?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É uma operação com Acsi Bank(F).

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A assessoria me forma que um dos contratos que os senhores dividem ou dividia no SKYMASTER o senhor operava no Ceará?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Operava.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Ceará o contrato da SKYMASTER, mas os senhores operavam?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: É verdade, é verdade.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que fazia o pagamento de ICMS nesses casos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Naquela época são tantas coisas, mas é verdadeiro, no Ceará operamos sim, e não foi só no Ceará também operamos em outros Estados no Rio de Janeiro, nós operamos tem que levantar todos aí.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses lugares que o senhor não tinha filiais como é que era o pagamento de ICMS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O pagamento ele poderia ser feito em São Paulo, o pagamento de ICMS.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum-hum. Como é que é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O pagamento era feito em São Paulo, porém com o crédito no Estado correspondente. Então, na fatura do abastecimento aparecia o local aonde estava abastecido, então no Estado de São Paulo entrava esse crédito. Embora tivesse sido pago em São Paulo. Essa era uma das reivindicações que a gente tinha feito. Concessão interestadual para que a gente não tivesse.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas filiais são recentes, porque não existiam há pouco tempo atrás, pelo menos nessas investigações que estamos fazendo.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Essas filiais é verdadeiro, são recentes, mas como foi lembrado aqui no Ceará nós voamos, o pagamento era feito em São Paulo, o crédito para lá e o Estado de São Paulo não aceitou o crédito embora tenha sido pago São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não poderia, o crédito é de outro Estado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Mas ele poderia fazer, como foi pago em São Paulo ele fazer acerto fazendário.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Obviamente não é possível, até esse acerto fazendário se dá a rua já se diluiu, houve um requerimento nesse sentido?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nós discutimos com a Secretaria, esse foi um dos pontos que a gente está pagando no Estado de São Paulo, entendíamos que se a gente fosse discutir com outro Estado, um pagamento do Estado de São Paulo que não tinha sido feito naquele outro Estado, nós entendíamos que o Estado de São Paulo deveria se responsabilizar pela crédito pago em São Paulo. Então era um direito que a gente tinha pago em São Paulo. E por esse motivo se houvesse um crédito a gente diria que esse crédito deveria ser devolvido por São Paulo. Uma vez que outro Estado nem recebeu o dinheiro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sinceramente essa eu não entendi, me explique, já é a noite também.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: São Paulo sempre pagou o abastecimento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Do combustível. Porque ele só destaca na nota fiscal a origem aonde foi abastecido. Por exemplo, nós não tínhamos filiais como bem lembrado no Ceará.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há quanto tempo foram criadas essas filiais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ah, recente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Deve ter um pouco menos de 2 anos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a informação que nós temos porque o senhor só tinha a filial de Manaus--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Manaus, Porto Alegre e São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E São Paulo. Ou seja, como é que os senhores faziam para pagar o ICMS desses lugares que não tinha filiais que não estava cadastrado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Exatamente o que eu estou falando, então São Paulo pagava, por exemplo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): AWB, a essa altura do campeonato já está misturando tudo AWB paga como?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: AWB paga no Estado de São Paulo é especificado que esse abastecimento claramente na fatura de abastecimento e identifica que embora pago em São Paulo, ele foi um abastecimento de outro Estado. Mas pago no Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A fatura identifica isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Identifica claramente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, a informação que nós temos é que a filial de Porto Alegre foi aberta em 2002, Manaus sempre teve e filiais em 2005?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu acabei de dizer o seguinte, nós temos filiais.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): OK.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A BEX(F) está aberto em Porto Alegre eu posso estar errado aqui há pelo menos uns 10 anos, Porto Alegre a filial que nós es-

tamos falando da BETA aéreo, a BETA aéreo é mais recente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pergunto o seguinte, não caso, por exemplo, de não ter filial. Como é que você fiscaliza se o senhor só emitia Estado de São Paulo. Porque aí aquele sistema que o senhor falou que era difícil fazer fica mais fácil ainda de burlar.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não, veja só, quando as tantas Secretarias da Fazenda, como a fiscalização como a auditoria, elas expurgam essas notas fiscais que são de abastecimento fora do Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem expurga?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A própria, o posto fiscal, o DAT e a auditoria assim como a SHELL não aceita que se faça dessa forma. Então nós estamos numa discussão grande, porque se pago no Estado de São Paulo, nós entendemos o seguinte, o senhor recebeu um cheque você tem um crédito me devolve uma parte disso que eu paguei. Agora se não é aqui, me diga onde vou receber porque eu paguei aqui. É essa a lógica do negócio. Há uma controvérsia grande em relação a e isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está tramitando na Secretaria da Fazenda?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Mas ainda está a nível de discussão. Eles não aceitam isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Naqueles créditos que o senhor recebeu havia situações desse tipo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não havia?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não. Foram expurgados, até outro Estado foram expurgados.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é o Sr. Marcelo Campos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Marcelo Campos é um, eu conheci o Marcelo ele é Advogado, se não me engano, do Sr. Antônio.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do Sr. Antônio?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cuida de que área?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência eu só posso fazer ar que eu conheci ele, eu não tenho a menor informação a respeito dele.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. conheceu seu Dinaldo do Santos Galindo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim, ele trabalhou poucos meses comigo na área contábil.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No grupo PROMODAL?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: No grupo GPT.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desde que o senhor me perdoa sempre que eu também errar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor, o que é que e ele fazia exatamente o Sr. Dinaldo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele cuidava da parte contábil e fiscal.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Contábil e fiscal?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Isso. Teve uma época anterior que ele cuidava da parte administrativa também, mas eu desconheço, foi anterior a minha data, à minha época.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. No período que o senhor trabalhava com o Sr. Dinaldo o Sr. Pedro Vieira o assessorava na questão tributária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, o Sr. Dinaldo trabalhou comigo três meses.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse período o Pedro Vieira já--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, nem foi apresentado a ele antes?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Que eu lembre não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele disse que sim, que ele achou estranho que foi apresentado a uma pessoa que ia cuidar da área dele, que ele não sabia a que propósito isso--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Só se foi no ano de 1999. Porque--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período que ele trabalhava lá?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi depois disso? Aí nós podemos estar, algumas coisas dá a impressão que a gente pode estar até... Existe vários anos aí que nós estamos nos referindo e pode ter uma confusão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pedro trabalhou todos esses anos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu não sei, eu não posso afirmar exatamente sobre 2 anos dos quais deve ter trabalhado 6 meses. Depois se ele continuou eu não sei. O Sr. Dinaldo trabalhou comigo 3 meses em 99.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu sei que depois ele voltou ao grupo GPT.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas restituições de crédito que o senhor mencionou, as duas eram apenas da BETA, e as outras empresas do grupo também tiveram restituições?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, não... Não fiz nenhum processo, eu, particularmente, não tenho conhecimento de nenhum processo de restituição das outras empresas.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do grupo BETA?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Do grupo BETA, sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não fez?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não fiz.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São só esses? E do grupo PROMODAL?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Também não fiz, se foi feito foi depois da minha gestão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então é só do grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Só BETA.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só BETA?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não foi nem grupo BETA, só da BETA.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas então o senhor estava falando eu interrompi para não perder a oportunidade o Sr. Pedro ele trabalhou todo esse tempo para a empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, vamos dizer, no período que eu conheço ele trabalhou uns 6 meses quando muito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E qual foi o período?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, não me recordo exatamente, mas eu posso assegurar que entre 2000.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Dinaldo disse que foi apresentado a ele, “mas o que é que esse homem vem fazer aqui que eu não sei”.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência, o Dinaldo, se não me engano, eu entrei no grupo em maio, junho de 99, o Dinaldo saiu em outubro de 99 não é possível. Como é que ele foi apresentado, só se ele apresentou na hora da saída, olha está aqui o seu, não é possível. Não acredito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele mentiu à essa CPI?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não acredito, o Dinaldo é muito correto, ele deve ter sido apresentado talvez quando ele voltou, aí sim. Há uma confusão que de datas. Ele pode ter sido apresentado ao seu Pedro, eu insisto nisso depois quando ele voltou ao grupo GPT nessa época eu não estava mais.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pedro também trabalhava para a grupo GPT para todo mundo ele trabalhava só para a BETA para a GPT?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele trabalhou para a grupo GPT.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para o senhor não trabalhou?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Léo Botelho para o senhor ele trabalhou?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Trabalhou um período.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De quando a quando?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi no finalzinho do processo de separação ele estava terminando um parcelamento, uma coisa assim, eu não sei se precisou um pouquinho antes um pouco depois, mas se foi um ou dois meses eu não sei precisar. Mas foi algo em torno disso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é Gledson?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência tem algumas pessoas que podem ser citadas aqui que eu não tenho conhecimento. Pode ser até que seja algum funcionário, mas eu desconheço esse nome.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem outro funcionário nome parecido com Willian da parte financeira?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Willer.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que, que fazia o Willer?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Era Diretor financeiro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele fazia o quê, subordinado ao senhor, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saiu da empresa quando?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: 2003.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Foi um ajuste na empresa que foi feito, uma reorganização da empresa e ele saiu.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saiu indisposto como senhores?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, ninguém sai muito contente, não é Excelência, mas não alguma indisposição.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, o senhor teve algum atrito com o Sr. Mourato?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não, só os normais pela minha.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Consta que o senhor teria numa transação dado um prejuízo de 9 a 12 milhões de reais, houve essa discussão?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: 9 a 12 milhões, não me recordo disso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teria sido o ponto de, digamos assim, o ponto de atrito entre o Sr. Amerssonnis e o Sr. Mourato, é verdade?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu teria ocasionado um prejuízo de 9 a 12 milhões.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E que aí houve um acordo informal e que o senhor na verdade é dono de 50% da BETA, mas ficou só com 10% formalmente o que o senhor tem a dizer sobre isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Me perdoe pode vir [risos].

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor, a vontade. A liberdade de expressão é garantia constitucional.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O maior absurdo que eu já vi na minha vida.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso não é verdade?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sem comentário. Precisa saber aonde que eu dei, de que forma, e que eu tenho 50% da sociedade. Também desconheço isso.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O grupo PROMODAL tinha débitos trabalhistas??

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ah, toda empresa tem, o grupo PROMODAL também tinha.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem cuidava desses débitos, hein?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Posso dizer até o momento em que eu estive lá.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Era a Selma.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Diretor responsável?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Era eu.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o senhor?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem falava com os fiscais da área. Quem conversava?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Como fiscais da área?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fiscais do trabalho?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ah, era o pessoal da área de Recursos Humanos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia pagamento de propina para fiscais?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desconheço totalmente pagamento de propina para algum fiscal.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Geraldo Pereira quem é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não tenho a menor idéia, nunca ouvi falar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja um bilhete que nós temos aqui, olha. Para o Sr. Antônio Augusto de M. Geraldo J. Pereira?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O senhor me perguntou quem é Geraldo J. Pereira.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desculpe, eu conheço, é um Diretor, Diretor da, do, da parte de agenciamento de carga. Geraldo Pereira, sim.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha aqui, olha, é dele um bilhete dele, O C fiscal do trabalho solicita a liberação de 8 mil reais referente a fiscalização do trabalho.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Que época foi feito.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei, não está datado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Desconheço, tem coisas que eu não vou poder responder.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse bilhete o senhor nunca viu?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca vi.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso aqui é propina documentado.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: A assinatura não é minha.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas está claro que é do Geraldo Pereira, mas esse pagamento obviamente passou pela financeira. Ele liberava pelo fluxo da empresa, o senhor não lembra disso aqui?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca vi isso, nunca vi esse. Nunca vi. Seguramente não passou por mim e também não foi da minha área, não foi na minha época.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque eu não vejo outra explicação pagar 8 mil reais para fiscalização do trabalho só pode ser propina. Eu não vejo que outra razão de ser, não é?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sem dúvida. E se fosse da minha época eu deveria ter me envolvido no assunto desse, do qual eu posso afirmar que jamais eu me envolvi.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor já almoçou com o Sr. Marcelo Campos?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Pode ser.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Naquele restaurante japonês, aquele que nós falamos há pouco, aquele da comida que nós dois gostamos.

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: [Risos]. Devo ter almoçado, Excelência, uma ou duas vezes almocei com o Marcelo Campos e foi as vezes que eu almocei com ele.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quais assuntos que o senhores cuidavam, ele era Advogado, o que ele fazia mesmo, o senhor chegou a falar já?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Advogado do Sr. Antônio Augusto.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E na época ele cuidava de que interesse da empresa?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Ele cuidava do Sr. Antônio Augusto eu só conhecia ele depois do processo da cisão.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Dinaldo disse que trabalhou com ele um período?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Eu trabalhei.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não o Dinaldo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: O Dinaldo é possível.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que área? Tributária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Excelência tem coisas que eu não sei responder, essa época que foi Advogado do Antônio Augusto não foi da minha época.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não advogava causas da BETA, nem administrativamente?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nunca, nunca.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi almoçar com ele, porque ele estava junto com Sr. Antônio foi um dia que a gente conversou depois do processo de separação você vai conversar.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lá naquele restaurante de Alphaville?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Nem sei se foi lá.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acho que foi?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não sei que o senhor está falando porque.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que me chamou atenção o prato, eu até vou lá, eu não conheço o restaurante como eu soube que o senhor comia esse prato lá é tão bom eu quero ir lá conhecer essa é só a razão, a questão gastronômica, exclusivamente. O senhor não lembra se foi nesse restaurante?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Não lembro, não lembro, não lembro.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pobre ser sido no Rufino?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: No Rufino pode ser.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre com o Antônio Augusto ou sozinho?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ: Sempre com o Antônio Augusto, sempre, ele é Advogado dele, acompanhava ele.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Eu vou fazer algumas solicitações à assessoria, algumas solicitações para a expedição de ofícios. Eu solicito ser expedido, tenho em lista as investigações feitas por essa Comissão Parlamentar de Inquérito seja expedido o ofício a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em caráter de urgência solicitando, primeiro, informações sobre todos os processos de restituição de ICMS requeridos por todas as empresas do grupo BETA, e pela empresa SKYMASTER. Solicito ainda que se informe quais foram concluídos os valores de créditos restituídos. Bem como todos os requerimentos relativos à ICMS. Todos os procedimentos em curso. Solicito também que seja expedido o ofício ao egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde nós faremos uma solicitação para que sejam feitas, ou que seja feita, nunca podemos fazer determinações, mas, uma solicitação tendo em vista as investigações feitas e a colaboração daquele Tribunal, auditoria em todos os procedimentos de relativos a ICMS, restituição... Da empresa ou das empresas do grupo BETA e da SKYMASTER. Solicitaria que no ofício fosse pedido a maior brevidade possível tendo em vista o tempo de atividades dessa CPI. Então que

solicitasse a maior brevidade possível e assim que o ofício estiver pronto solicitaria que esse Relator fosse informado porque eu visitarei pessoalmente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde farei pedido em pessoa a atual Presidente recém eleito conselheiro Robson Marinho. Eu não tenho por ora mais perguntas a fazer ao senhor, mas eu não vou encerrar o depoimento de V.Sa. Eu acredito que nós teremos que felizmente para nós ou infelizmente para o senhor a necessidade de termos novamente o senhor conosco, convívio. Porque possivelmente teremos mais perguntas a lhe fazer, eu tenho o depoimento do Sr. Ioannis Amerssonnis ainda pendente e terei o seu, então portanto eu não vou encerrar o seu depoimento para que eu não tenho a formalidade de nova convocação que será feita. Então fica V.Exa. ciente que está suspenso, oportunamente nós vamos solicitar, se necessário, a presença de V.Sa. nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Desde já eu agradeço imensamente a presença de V.Sa. a essa Comissão, peço desculpas pelo horário são 23h48min. Saiba V.Sa. que nós também estamos aqui só nessa atividade por cerca de 10 horas no dia de hoje. O que é extremamente exaustivo, não é? Uma vez que tivemos o dia preenchido por outras atividades parlamentares, então peço a V.Sa. que nos desculpe. Mas, infelizmente são os ônus do ofício. O meu e o seu. Doutor Advogado também ossos do ofício de V.Sa., acompanhar o depoimento. Então na forma regimental declaro suspenso o depoimento do Sr. Atiê devendo ser retomado oportunamente, de acordo com decisão dessa Sub-relatoria na forma regimental com prévia cientificação do depoente. No mais no que se refere a essa Sessão, não havendo mais depoimentos a serem coletados, com a suspensão desse depoimento eu declaro encerrada a presente Sessão na forma regimental. [soa a campanha]

Sessão encerrada às 23h49

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 32ª Reunião, realizada em 22/02/2006.

No vigésimo segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e trinta e um minutos, na sala 15 da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo Sub-

Relator da Sub-Relatoria de Contratos e ainda com as presenças dos parlamentares, Senadora Heloísa Helena, Senador Romeu Tuma, reúne-se a Sub-relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores, Geraldo J. Pereira, Marcelo Naufal, Pedro Vieira de Souza, José Vanderlei de Medeiros e Willer Martins Giordano. O Sub-Relator convidou o Senhor Geraldo J. Pereira a tomar assento à mesa, informando que o mesmo prestou o Termo de Compromisso de praxe e deporá como testemunha, se faz acompanhar do advogado, Carlos Alberto Polonio, OAB – SP 159.806. A seguir solicita ao depoente que faça as suas qualificações, tendo o mesmo passado às suas explanações, explicou que fazia parte da área de vendas de 1988 a 1995, em 1996 passou a trabalhar na área operacional da empresa. Logo em seguida o presidente passa a questionar o Sr. Geraldo Pereira, perguntou a ele se conhecia os Srs. Pedro Vieira de Souza e José Vanderlei de Medeiros, tendo a sua pergunta sido respondida positivamente pelo depoente, o Presidente agradece a presença dos depoentes e encerrando a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos. E, para constar, eu, *José Roberto de Oliveira Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 32ª reunião da Sub-relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo requerimento número 3/2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Está sobre a Mesa a ata da reunião anterior e na forma regimental coloco em votação, propondo desde já a dispensa da sua respectiva leitura. Os senhores Parlamentares que aprovam a ata da reunião anterior que permaneçam como se encontram. Aprovada. Observo aos senhores Parlamentares, aos senhores, aos senhores e senhoras presentes, que a pauta dessa reunião da Sub-relatoria de Contratos da CPI dos Correios destina-se às oitivas dos senhores Gilson de Carvalho

e Olivier Stephne Marie Ferraton. Relativamente ao seu Gilson de Carvalho, eu gostaria de observar que essa Sub-relatoria acaba de receber um requerimento, alegando a impossibilidade de o depoente comparecer, e o requerimento se prende a situações de saúde. Nos foi encaminhado aqui um amplo relatório médico sobre a situação atual do senhor Gilson, que foi examinado por nós. E, realmente em fase das circunstâncias e da gravidade do quadro clínico, nós julgamos que seria indiscutivelmente desumano coletar esse depoimento de viva voz nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Um dos princípios que marca a ordem jurídica/brasileira é o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e, como tal, isso implica na consideração do estado de saúde das pessoas e, do natural agravamento em que essa situação se coloca, diante de um depoimento prestado a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Por evidência, isso não se aplica a casos clínicos menores, mas a casos da gravidade que estão aqui expressos nesse relatório médico e no prontuário que nos foi encaminhado com as devidas declarações, com a evolução clínica, prontuário médico. E, apenas para registros, que nos foi encaminhado o prontuário médico do ano de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Então, à vista disso, nós julgamos interessante converter o presente depoimento para que ele nos seja prestado por escrito pelo depoente, em face das suas condições clínicas. Ou seja, essa Sub-relatoria não irá dispensar o depoimento, mas vai converter o depoimento em que, ao invés de ser prestado na forma oral a esta Comissão, seja prestado na forma escrita. Então, por essa razão, essa Sub-relatoria determina a Assessoria que prepare as questões por escrito, para serem encaminhadas ao nobre depoente convocado para tarde de hoje. Ele prestará o depoimento na condição de testemunha, deverá ser encaminhado a ele também o termo de compromisso, para que tenha o valor de prova testemunhal plena o depoimento que será prestado por ele por escrito. Evidente, caso sejam necessários esclarecimentos adicionais ao depoimento prestado por escrito, essa Sub-relatoria avaliará o procedimento, se encaminhará novas perguntas por escrito ou se buscará um depoimento *in loco* onde se encontra, claro, *in loco*, com o depoente, para que possa esclarecer eventuais detalhes, mas por ora, nos parece suficiente que preste um depoimento por escrito a partir de indagações feitas por esta Sub-relatoria. Então, portanto, determino à Assessoria que com a agilidade necessária preparem os questionamentos do senhor Gilson, que estavam feitos para à tarde de hoje, para serem encaminhados em conjunto com o termo de compromisso de testemunha. Caso necessário for, nós nos colocamos à disposição para qualquer esclari-

mento por parte do advogado, que eventualmente assessoro o senhor Gilson de Carvalho. Então, fica convertido o depoimento do senhor Gilson por escrito, peço que se junte esta justificativa com toda a ficha clínica e evolução do estado clínico do senhor Gilson de Carvalho aos autos desta Comissão Parlamentar de Inquérito para que se tenha por justificada, de pleno direito, a decisão desta Sub-relatoria. Então, teremos apenas na tarde de hoje um único depoimento, que é o depoimento do seu Olivier Stephne Marie Ferraton. Peço, então, que a Assessoria conduza o depoente a este recinto e, desde já, declaro que o nobre depoente irá depor na condição de testemunha como esclarecerei em breve na presença dele, e ele se faz acompanhar do Sr. Joel Fernandes Pereira da Fonseca, OAB do Rio de Janeiro 40.561, Diretor Jurídico da XEROX DO BRASIL e de Vanderli de Souza Teles, OAB Distrito Federal 2220, que é advogada também da empresa XEROX. Eu peço, por gentileza, que tomem assento à Mesa. O senhor Ferratone se fará acompanhar de tradutor, apenas gostaria até de deixar à disposição do senhor Ferratone, porque embora ele fale português, evidentemente um depoimento dessa natureza exige um certo nível de precisão e, por essa razão, ele se fez acompanhar já previamente solicitado por este Senado de um tradutor de inglês e um tradutor de francês. Eu imaginei que, sendo a língua pátria do Sr. Ferratone, o francês, ele tivesse talvez, mais facilidade de falar na sua língua pátria, mas ele me informou que após permanecer vários anos em outros países, como Hungria e outros, ele talvez pudesse falar inglês. Então, eu deixo ao critério de V. Sa. Fazemos em francês? Então, faremos em francês. O Relator fala as duas muito mal, então esse é um problema grave, aliás, a única que eu consigo falar fluentemente é o português e, assim com certa dificuldade. Então, eu gostaria de dizer ao senhor depoente... Eu vou falar o mais pausadamente possível, se necessário. O senhor depõe, enquanto testemunha, claro que o senhor só não é investigado, logo o senhor assina um termo de compromisso, em que o senhor se obriga a dizer a verdade e a não se omitir diante dos fatos que aqui forem indagados. Claro, o senhor não é obrigado a depor nada contra a sua própria pessoa. Há um princípio na Constituição Brasileira, como também nas dos outros países democráticos, que veda uma pessoa a ter de prestar depoimento contra si próprio, a se auto-incriminar. Então, portanto, o senhor se julgar em algum momento que alguma questão que pode lhe incriminar, o senhor tem o legítimo direito de deixar de responder e, claro, esta Comissão avaliará o seu silêncio.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:
Está bem, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Feita esta observação, eu agradeço a presença do senhor Gilson. Senhor Gilson, perdão, hoje eu estou terrível, o senhor Olivier, e iniciaremos, então, o nosso depoimento. É de praxe na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que querendo, o depoente possa fazer uso inicial da palavra. Então, indago se o senhor gostaria de fazer alguma exposição inicial sobre o assunto, para que obviamente, então, tomasse uso da palavra de imediato. Não sei se tem esse interesse de falar alguma coisa sem ser perguntado a início?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Pode provavelmente me apresentar, rapidamente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Eu sou Olivier Ferratone. Eu sou Presidente da XEROX DO BRASIL. Cheguei no Brasil um ano atrás, desculpe o meu “portunhol”. Então, a XEROX, é uma companhia com cidadania no Brasil, nós estamos no Brasil há 40 anos. É uma companhia de duas mil e quinhentas pessoas, e estamos muito orgulhosos, como eu sou francês também, de ser uma companhia muito, muito brasileira. É uma honra de estar aqui com vocês, na verdade e, se podemos ajudar, queremos fazer algo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço as palavras de V. Sa., então passo de imediato a arguição. Apenas para precisão melhor. V. Sa. assumiu a Presidência da XEROX em que ano?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Três anos, janeiro de 2005, um ano atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em janeiro de 2005, um ano atrás. Antes disso, o senhor não tinha nenhum contato com a XEROX do Brasil?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O senhor conhece o projeto chamado CORREIO HÍBRIDO?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o senhor conhece desse projeto?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Conheço todo o objetivo desse projeto. Conhecer a lógica desse projeto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Qual a avaliação que

a XEROX faz desse projeto? É um projeto positivo ou negativo para os interesses brasileiros?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Bem, penso que há positivos e negativos. Positivos são a oferta ao mercado de fazer uma maneira diferente de produção, de distribuição. O ponto negativo é provavelmente, como vai funcionar, é uma concorrência ou não? Porque este projeto é 100% com os CORREIOS. Só há uma razão de pensar que há bons pontos e pontos negativos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A XEROX chegou a ter interesse em participar desse projeto?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que termos?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Em responder uma solicitação que pensamos foi uma solicitação interessante, foi uma solicitação que queremos responder, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento a XEROX pensou em disputar uma licitação, uma concorrência, para fazer parte do conjunto de empresas que executaria esse projeto?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se a XEROX em algum momento optou, ou teve o desejo de participar da licitação que tratava do CORREIO HÍBRIDO?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim, fizemos todo o necessário para participar. Então, na última semana decidimos de não responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Quem eram às empresas que se associariam a XEROX para participar desta licitação?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não tenho a lista dentro da minha cabeça. Então, temos uma lista da EMBRATEL, temos também COBRA e outras companhias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): EMBRATEL, COBRA.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: São os dois que me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que o senhor se lembra. Certo. Pelo que nos consta a empresa COBRA seria a líder do consórcio?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isto? Por que razão esse consórcio não apresentou uma proposta na licitação?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Há muitas razões. A primeira foi que a COBRA decidiu de mudar sua posição por outro interesse. Também dificuldade que tínhamos em responder a solicitação, temos dificuldade de poder apresentar uma resposta bem construída, com um nível de informação que não nos ajuda muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor falou que a COBRA mudou de interesse?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor poderia explicar melhor isso como aconteceu?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não foi neste ano Presidente, então, [inaudível] que foi que a COBRA decidiu mudar de objetivos, de tratar outros contratos, outras atividades. Não sei mais que isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a decisão de não participar da licitação foi da COBRA?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exclusivamente da COBRA?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se dependesse da XEROX os senhores participariam da licitação?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Participariam?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A COBRA chegou a explicar para os senhores a razão desta mudança de orientação?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Penso que não foi aqui nesse tempo, então, que o único que podia, que entendeu foi que a COBRA decidiu de mudar de objetivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mudar de objetivos. Quanto tempo antes da licitação a COBRA informou aos associados desse consórcio que estaria desistindo da licitação?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Três semanas, três dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Três dias antes?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor também falou em dificuldade de obter informações. Que tipo de dificuldades eram essas?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Foi a dificuldade de poder responder com todos os segmentos que temos. Um projeto desse tamanho necessitou um grande nível de detalhes. O nível de detalhes que tínhamos nesta solicitação, não nos ajuda, foi um princípio de... Como você poderia dar um preço de um carro, quando o carro não é construído e você não tem todos os procedimentos para construir o carro?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa dificuldade de informação vinha dos CORREIOS ou de onde?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Do CORREIO e da decepção das expectativas dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a dificuldade de informação vinha do próprio CORREIO do órgão responsável pela licitação seria isso?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Das pessoas que criaram o documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Das pessoas que--

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Da solicitação do documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Certo. Apenas para tentar precisar um pouco mais. Na licitação ela começou com um edital, com o primeiro documento.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia dificuldade de informação para a elaboração da proposta, é isso?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Com os segmentos que tínhamos foi difícil de fazer uma proposta, uma proposta especialmente financeira, de poder ser uma situação confortável para o sucesso da operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Ou seja, as informações dadas pelo Poder Público, digamos pelos CORREIOS não eram suficientes para elaboração de uma proposta?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem condições de precisar quais eram essas informações que faltavam?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não tenho comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem com o senhor?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não. Podemos-- Temos todos os procedimentos que podemos dar a você por escrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por escrito, certo. O senhor poderia nos mandar por escrito, esses elementos das informações que faltavam, é possível?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, eu solicitaria em nome dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que o senhor nos mandasse esses elementos, para que nós pudéssemos avaliar exatamente as informações que existiam. A XEROX constatou de alguma forma, algum tipo, alguma espécie de dificuldade anormal em obter essas informações por força, digamos assim, de uma má vontade ou de alguma situação decorrente dos CORREIOS?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ao que o senhor atribui essa falta de informações?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Penso que para o CORREIO é um desafio, também de construir um CORREIO HÍBRIDO com uma experiência local limitada, é um desafio também. Sua falta de experiência pode ser a razão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o senhor não avaliaria que houve uma má fé, mas que houve uma falta de experiência, ou o senhor acha possível que ter havido uma má-fé em dificultar às informações para favorecer um outro grupo?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor acha que não houve má-fé?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Houve uma primeira concorrência em 16 de fevereiro de 2004, a COBRA TECNOLOGIA compareceu através do seu representante, e segundo consta da documentação relativa a esse primeiro processo licitatório, a empresa XEROX também já integrava o consórcio naquela licitação. Isso é verdade?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, então, na primeira licitação de 16 de fevereiro de 2004 a COBRA já integrava o consórcio.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a desistência se deu nas vésperas da licitação de agosto de 2004?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A apresentação da proposta em 16 de fevereiro de 2004, ela foi feita de uma forma criteriosa ou também era de uma situação, digamos assim, confusa?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem condições de informar?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. De alguma forma a XEROX poderia nos informar sobre isso?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Sim, asseguro que sim. Sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. De que maneira poderia ser feito?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Podemos comunicar a você de maneira por escrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Os seus advogados?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não, não é um colega--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor gostaria de também de vir junto à Mesa para dar esclarecimentos técnicos ou não? Se fosse possível, nós poderíamos tomar o seu testemunho também, e se houvesse concordância? Então, eu pediria que o senhor se sentasse junto à Mesa e, também assinasse o termo de compromisso, porque aí nós poderíamos ter o depoimento do Presidente, o senhor concorda?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Exato, então aí ficaríamos com o Presidente e com alguém técnico seria bom. O senhor poderia vir à Mesa? Nós precisaríamos de uma cadeira a mais. Não, não, é bom deixá-lo porque se precisarmos de apoio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como é que vamos fazer?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor pode vir mais para cá. Há lugar para todo mundo aqui. Se você pudesse pegar o compromisso já me passa, o senhor também vai assessorar. Então, eu vou suspender apenas uns dois minutos a sessão, enquanto se preenche o termo de compromisso.

Sessão suspensa às 15h22

Sessão reaberta às 15h24

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, também, então prestará o seu testemunho nessa oportunidade, o senhor Márcio Augusto Lassance Cunha Filho, que também na condição de testemunha, e as mesmas observações que fiz quando do início do depoimento principal, ficam valendo também para V. Sa. relativamente ao compromisso de dizer a verdade. Ele também se fará acompanhar dos advogados que foram declinados a início, então, que assessorarão juridicamente os dois depoentes. Então, a pergunta que eu fazia era a seguinte: na concorrência de fevereiro de 2004 a COBRA TECNOLOGIA, ela também participava junto com os senhores desta concorrência. Efetivamente a proposta que foi apresentada ou que seria apresentada em 16 de fevereiro de 2004, ela estava perfeitamente delineada em seus aspectos técnicos ou também apresentavam dificuldades? Dirijo agora à pergunta ao Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não. A proposta também apresentava dificuldades. Era confusa a maneira como a gente entendeu o edital. O que o Olivier falou no começo era sobre o edital. O edital era grande, profundo, um projeto muito grande e essa era a dificuldade que a gente tinha de estabelecer um preço e uma proposta técnica que

conseguisse atender aquilo. Então, era confusa. A resposta é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Olivier disse que não vislumbrava nenhuma má-fé por parte das autoridades dos CORREIOS na ausência de informações. O senhor compartilha desse entendimento?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim, sim. Todas as perguntas do processo licitatório envolvem uma série de questionamentos que são feitas anteriores, e todas às perguntas feitas foram respondidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Também, nessa concorrência de 16 de fevereiro de 2004, a COBRA TECNOLOGIA seria líder do consórcio?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Seria, seria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Houve grande variação da proposta de preço apresentada pelos senhores, ou que seria apresentada na licitação de fevereiro de 2004 e aquela que foi colocada em agosto de 2004?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quais as razões?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a razão, o senhor sabe precisar?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sinceramente eu não sei, justamente pelo motivo que eu estou falando. Quer dizer, como era confuso, eu não sei se o entendimento que o outro grupo tinha a respeito da proposta era um entendimento melhor que o nosso ou diferente. Esse é o motivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, voltando agora ao senhor Olivier e com a complementação do senhor Márcio. Senhor Olivier, o senhor tem ciência de quem foi que puxou o processo de formação desse consórcio? Quer dizer, qual foi a empresa que iniciou o processo de contatar os senhores ou os outros participantes para formar esse consórcio?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não sei, não sei. Então, para XEROX foi normal. Foi uma obrigação de trabalhar com parcerias. Primeiro, porque não temos a qualidade, a capacidade de fazê-lo sozinhos e, também, temos um grande mercado de gráfica, indústria gráfica, e foi normal de responder e de poder fazer um custo. Então, eu não sei quem ini-

ciou. Estou seguro que a XEROX foi um dos que iniciou também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Senhor Márcio, quem foi que tomou a iniciativa? Se o senhor se lembra desse período.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Pode repetir?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi que tomou a iniciativa de contatar a XEROX ou se foram os senhores que tomaram a iniciativa para formar o consórcio?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Para montar um grupo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Um grupo.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Para essa licitação de 16 de fevereiro, já havia um grupo formado para o qual nós fomos convidados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E qual era o grupo? O senhor lembra?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Um grupo formado pela empresa chamada S2C.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): S2C é uma australiana?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a representante australiana no Brasil?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Se não me engano filial dessa empresa, não da PRINTSOFT, australiana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela é a filial da PRINTSOFT, australiana.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não sei se era filial ou representante, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, então esse grupo já estava formado-

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E os senhores foram contatados para participação da licitação de 16 de fevereiro 2004.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Isso. Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O grupo que se reuniu na licitação de 16 de fevereiro de 2004, é o mesmo grupo de agosto de 2004?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o mesmo grupo. Quem tomou a iniciativa para manter esse grupo de agosto de 2004, o senhor lembra?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Quem tomou a iniciativa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para manter este grupo. Ou foi natural?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Foi natural.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi natural. Certo. A partir da participação anterior?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse consórcio que estaria sendo formado para agosto de 2004, senhor Olivier, qual a participação da XEROX nele?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: A participação da XEROX foi de trabalhar, sobretudo, os elementos de equipamentos onde a XEROX tem capacidade de fornecer esse mercado. Foi um dos elementos que a XEROX teve a participação da XEROX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Talvez mais apropriado, agora, ao senhor Márcio. Essa concorrência de fevereiro de 2004, evidentemente, que os senhores participaram de reuniões com os outros, digamos assim, membros daquele que seria o consórcio. Havia muitas desavenças nessas reuniões? Havia dificuldade de entendimento?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Bastante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bastante? Por quê?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Por entendimento, ou pelo próprio entendimento do edital. Eu acho que esse é o principal motivo. A gente tentando compreender como que a gente conseguiria montar um grupo capaz de responder com exatidão a tudo que o CORREIO estava exigindo naquele edital. Essas desavenças normais de negociação. Nada--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada anormal?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Nada anormal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Tanto que os senhores chegaram até a formular a primeira proposta.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A proposta para a participação da segunda licitação já estava formulada e assinada pelos participantes?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim. Não, a gente formulou outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, ou seja, não é a mesma proposta?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, quando os senhores já tinham chegado ao entendimento quanto a proposta, quando houve a desistência da COBRA em participar da licitação de agosto de 2004?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não, não chegamos a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não havia um entendimento?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não. Não chegamos nem assinar o acordo operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não chegaram a assinar o acordo operacional?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Essa razão de não assinatura foi em decorrência de desavenças?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Foi em decorrência-- A gente ia assinar isso no fim de semana anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os termos estavam todos acertados?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Os termos estavam-- Os termos básicos estavam todos acertados a menos da proposta comercial propriamente dita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Menos a proposta comercial? Essa faltava detalhes ainda?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Faltavam alguns detalhes e a gente ia terminar quando a COBRA desistiu, e a gente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas os senhores acham que seria possível o entendimento em torno da proposta comercial?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Acredita que sim.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ainda, para o senhor Márcio, porque essa parte talvez, ele tenha mas condição de informar. Quanto tempo foi gasto na análise da licitação no período que antecede a licitação de fevereiro de 2004?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: A gente conseguiu constituir o grupo que formaria o consórcio após a licitação, se não me engano, por volta de 10 de janeiro. A partir daí, houve um trabalho intenso de entendimento do edital e da capacidade de cada um de nós para poder cumprir. Eu acredito que intensamente uns vinte dias de trabalho, mais ou menos, vinte a trinta dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Antes de fevereiro de 2004, os representantes da XEROX chegaram a se reunir com a equipe técnica dos CORREIOS responsável pelo projeto do CORREIO HÍBRIDO para esclarecer os pontos do projeto?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Que eu me lembre, não. Especificamente, não, especificamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem mantinha contatos com a equipe dos CORREIOS por parte do consórcio? O senhor lembra?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não lembra?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como se dava a coordenação entre as empresas que viriam a ser integrantes do consórcio para a elaboração da proposta comercial para

a participação da concorrência de fevereiro de 2004? Era a própria COBRA que coordenava?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: A COBRA seria líder. Não havia dentro das nossas reuniões um líder específico para poder fazer essa coordenação ainda. Todos nós participávamos dessa coordenação de uma certa forma. A COBRA seria líder por exigência do edital, porque a gente precisava ter um líder que fizesse a interface com o CORREIO, a partir do momento em que fosse homologada a solução.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

DO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor tem noção se cada integrante do consórcio dirigia diretamente a equipe técnica dos CORREIOS para obter informações da sua respectiva parte ou não? Ou havia algum tipo de centralização nesse contato?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não. Existia uma centralização desse contato. Não existia uma... Nós não íamos sozinhos. A gente tinha uma espécie de centralização disso para falar com os CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

DO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Isso quem fazia o senhor não lembra?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Eu não me lembro que era exatamente. Se não me engano a S2C que fazia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Seria a própria S2C?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Certo. Em relação à licitação de fevereiro de 2004. Ainda haviam acentuadas dúvidas sobre o edital ou o campo de dúvida era pequeno?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Mais uma vez. O edital ele tinha muito profundo. O projeto é um projeto muito grande e as dúvidas-- Quer dizer, quando você lê o edital aparentemente você não tem dúvida, quando você vai montar a proposta comercial e precisa entender os detalhes daquilo que você está colocando, as dúvidas sempre aparecem. Então, ainda era muito confuso no dia 16 de fevereiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

DO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor teria cópia da proposta que teria sido ofertada na licitação de fevereiro de 2004?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

DO CARDOZO (PT-SP): Não tem?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Onde está essa proposta?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Está com os nossos advogados no Rio que representavam o consórcio. Lá o escritório do Ulhôa Canto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O escritório do Ulhôa Canto?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Está lá sob custódia?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

DO CARDOZO (PT-SP): Eu vou ler um trecho, senhor Olivier e senhor Márcio, de uma matéria que saiu no CORREIO BRAZILIENSE. Essa matéria saiu no dia 23 de junho de 2005. Eu vou pedir que os senhores me comentem. Eu vou perguntar aos senhores sobre essa matéria. Vou tentar ler bem pausadamente, qualquer dificuldade, por favor, senhor Olivier o senhor me avise. A matéria do CORREIO BRAZILIENSE, diz o seguinte: "Há poucos dias da data para a entrega e abertura das propostas marcada para 18 de agosto de 2004, a COBRA TECNOLOGIA, empresa controlada pelo BANCO DO BRASIL, desistiu repentinamente de participar da licitação jogando no lixo meses de estudo, análise jurídica e elaboração de projetos e, também, uma proposta mais favorável aos cofres públicos, cerca de 1.8 bilhão pelo serviço contratado, conforme informações obtidas pela reportagem. A subsidiária do BB, BANCO DO BRASIL, havia se juntado às empresas PRINTSOFT, XEROX, INTERPRINT, MULTIFORMAS, IGB e EMBRATEL para a formação de um consórcio. O valor que seria proposto pelo grupo liderado pela COBRA corresponde a menos da metade do ofertado pelo único licitante que se habilitou. No centro da polêmica à licitação, está o fornecimento do software, programa de computador, para recebimento e processamento de distribuição das informações relativas aos documentos para serem impressos já em locais próximos da entrega, é o que se chama CORREIO HÍBRIDO. No consórcio montado pela COBRA o fornecimento desse software ficaria a cargo da multinacional australiana PRINTSOFT pelo preço aproximado de dez milhões de reais. Já o software da POSTEL que existe há doze anos no mercado e, portanto, tende a ficar cada vez mais barato, foi cotado a cem milhões de reais na licitação, além de outros três milhões pelo serviço de manutenção". É esta a matéria do CORREIO

BRAZILIENSE. Pergunto ao senhor Olivier. O senhor tem idéia do preço que estaria – não havia sido formalizada ainda a proposta comercial – mas qual seria a base de preço dessa proposta aproximada? O senhor lembra, ou saberia dizer?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:
Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Márcio, o senhor saberia dizer?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não? Não tem idéia dessa base de preço?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: A base de preço é essa, 1.8.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1.8, essa seria a base de preço?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, poderia subir um pouco para mais, um pouco para menos, mais não passaria disso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Isso. De novo. É uma proposta feita em cima de interpretações próprias de um edital confuso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Ou seja, essa informação, então, de que o valor seria de cerca de 1.8 bilhão procede?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Procede. Está correto. A matéria também afirma o seguinte... Porque o valor final da proposta foi da ordem de quatro bilhões e alguma coisa, mas depois foi feito... Havia um erro aritmético e recalculando-se caiu para dois bilhões e alguma coisa. Aliás, é um erro, eu não entendo muito de... Não seria nem aritmética, eu acho que a gravidade é tão grande que seria matemático, mas nos chamou atenção um pouco esse equívoco. Seja como for, houve esta situação. E aqui se diz o seguinte, que o fornecimento do software ficaria a cargo da multinacional australiana PRINTSOFT. Confere isso, senhor Olivier? Confere?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:
Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a PRINTSOFT?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:
Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O preço era realmente aproximado de dez milhões de reais pelo software?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Eu não me lembro exatamente qual era o preço, mas era alguma coisa em torno disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, ou seja, de certa maneira essa informação ela procede. O senhor acredita quando a matéria fala que o fornecimento do software era da ordem de dez milhões de reais?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve a oportunidade de examinar a proposta vencedora do CORREIO HÍBRIDO, senhor Márcio?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não. Eu pessoalmente, não.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve, senhor Olivier?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:
Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. O senhor não sabe o valor do software que foi apresentado pela POSTEL? Isso o senhor não tem idéia?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem idéia.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, a pergunta. Esse software da PRINTSOFT era um software mais moderno do que aquele que a POSTEL apresentaria? O senhor tem noção disso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Pra mim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, senhor Márcio, depois o senhor Olivier.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Eu não sei qual era o software que a POSTEL ia apresentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não acompanhou mais?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Eu não posso dizer. Não sei qual era o software que ele ia apresentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Certo. Agora, o software da PRINTSOFT era um software mais moderno?

SR. MÁRCIO AUGUSTO L. CUNHA FILHO :

Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Moderno e atualizado?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): E o senhor tem comentário sobre isso senhor Olivier?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não. Penso o mesmo que o senhor Márcio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Pensa o mesmo que senhor Márcio. Quer falar alguma coisa? Por favor.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: E

penso que elementos jurídicos que podemos apresentar passar a vocês sobre nosso nicho, nossos problemas que encontramos com o exatamente software, ou qualidade, ou densidade de informação. Temos informação que podemos divulgar a vocês rapidamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor tem isso rapidamente para nos fornecer?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Seria muito interessante para que nós pudéssemos fazer uma análise comparativa. Agora voltando. Quer dizer, o software custaria em torno de dez milhões. O senhor lembra aproximadamente o preço da customização? Quer dizer, da adaptação de quanto seria? O senhor Olivier não se lembra?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O senhor Márcio se lembra disso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FI-

LHO: Eu não me lembro, exatamente como é que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Esses três milhões, serviço de manutenção. O senhor não sabe se seria mais ou menos isso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O senhor tem idéia, senhor

Márcio, de quem poderia ter sido a fonte dessa matéria do CORREIO BRAZILIENSE?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não tenho a mínima idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): No depoimento que foi prestado a essa CPMI o senhor Leandro Vergara Raimundi, que é o atual Presidente da COBRA, declarou que a razão pela qual, fundamental, eles desistiram da participação nessa licitação se deveu ao fato de que as empresas que participariam do consórcio não conseguiram se organizar e se entender, e que por não existirem pontos pendentes de esclarecimentos eles desistiram. O senhor poderia primeiro, o seu Olivier e depois seu Márcio, comentar essa afirmação do Presidente da COBRA?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE:

Não foi aqui. Tenho uma idéia pessoal dentro de todas as discussões que, então, não foi aqui. Não sei, não podia afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O senhor não pode afirmar. Senhor Márcio?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Olha, pelo que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Pelo que eu depreendi, o senhor entendia que era possível o entendimento. Não estava em impossibilitado de entendimento?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: Não, a gente-- Mais uma vez. As desavenças-- O edital é um edital muito grande. O projeto é um projeto grande. As desavenças que existiam eram desavenças de negociação, nada que a gente não pudesse --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Contornar?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA

FILHO: -- Contornar. Talvez isso tenha um caráter mais importante para COBRA e levou-os a desistir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta ao senhor Olivier, que depois também será feita ao senhor Márcio. Senhor Olivier, o senhor ouviu algum comentário, teve alguma informação ou sabe de algum fato que possa implicar em que a COBRA tenha desistido dessa concorrência para facilitar que a licitação tivesse apenas um único concorrente, que no caso foi o consórcio que venceu? Ou seja, o senhor tem informação de que alguma maneira a COBRA manipulou essa desistência

ou que sofreu pressões de alguém para desistir, para que houvesse um único concorrente nessa licitação? Senhor Olivier.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Você podia imaginar tudo pode ser verdade, ou não pode ser verdade, aqui não pode afirmar, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ultrapassando o plano da imaginação que todos nós podemos ter. O senhor teve alguma informação sobre isso?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve algum indício que pudesse ter algum tipo de pressão para que a COBRA desistisse, para que tivéssemos apenas um único licitante?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve. Recebeu, ou ouviu algum boato, alguma informação que o senhor ouviu à época?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Boato tem o tempo todo, mas nenhum indício que --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada que pudesse verificar.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não, não nem levando isso em consideração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em outras palavras, o senhor nunca soube, senhor Márcio e senhor Olivier, a ordem fica a critério dos senhores, de alguma interferência política para que a COBRA desistisse? Senhor Olivier.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não. O senhor conhece o Eduardo Armon, da empresa COBRA?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece, senhor Márcio?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se ele teve alguma participação nessa decisão, senhor Márcio, da COBRA não concorrer?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na verdade, o senhor Eduardo Armon ele teria sido um dos que teria operado a saída da COBRA internamente. Ele seria, então, Vice-Presidente de Negócios da COBRA. O senhor tem alguma informação disso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não. Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, os senhores já disseram. Souberam da desistência da COBRA três dias antes da data marcada para a licitação, é isso?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Úteis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Três dias úteis antes, perfeito. Os senhores foram notificados disso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Fomos

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes da notificação tinham recebido essa informação?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Ou seja, os senhores foram surpreendidos por essa notificação?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os senhores trabalhavam já com essa hipótese de desistência quando receberam a notificação?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não trabalhavam com essa hipótese?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Olivier, o senhor sabe dizer qual foi a reação das demais empresas que integram o consórcio quando souberam da desistência?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Bom, não foi aqui. Então, eu posso imaginar que todo o trabalho que foi para possuir uma área postal e assim para poder responder ou não responder é um pouco difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Senhor Márcio, o senhor estava presente na época, o senhor Olivier não. Qual foi a reação dos outros participantes do consórcio com essa decisão de COBRA?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Bom, a três dias da licitação, ficamos perplexos, mas entendemos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não dos senhores. E dos outros?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Os outros também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos ficaram perplexos?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Todos, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguém reagiu mais fortemente?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguém reagiu mais fortemente, contestou a COBRA, tentou reverter a decisão?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não. Na verdade, naquele momento o que a gente buscou foi tentar recompor o grupo, tentar de uma maneira rápida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vocês tentaram ainda fazer uma proposta?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Tentamos ainda recompor alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Olivier foi possível? A recomposição do grupo não foi possível por quê?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não. É uma questão de competição, de tecnologia. É um sujeito complexo e penso que foi triste. Ao mesmo tempo a proposta não foi feita, só então, bom...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, foi complicado?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve tempo para reaglutinar o grupo. Seria isso?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve tempo. Senhor Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Mais uma vez. Um edital grande, confuso. Três dias antes, substituir uma empresa que era líder do consórcio e que ia ser a integradora de informática no nosso consórcio. A gente tentou, mas não conseguiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve reunião para isso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Houve...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Olivier, não sabe. O senhor Márcio? Houve?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi na reunião? O senhor lembra?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Reunião para quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para tentar, ainda, apresentar a proposta mesmo sem a COBRA.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Foi o restante do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os outros estiveram presentes?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: É. O restante do grupo. Não uma reunião formal, um pedaço do grupo já estava em São Paulo reunido para fazer o acordo operacional. Quando a gente soube da notícia, nós tentamos nos articular por telefone mesmo. Eu não me recordo se houve reunião, porque eu viajei nesse fim de semana e acabei não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabendo se houve uma reunião formal?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não sei se houve uma reunião formal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas contatos existiram?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Com certeza sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma das coisas que nos chamou a atenção nessa concorrência de agosto de 2004, e faz parte da auditoria apresentada pelo Tribunal de Contas da União, se refere a uma cláusula que pelo menos a primeira vista, nós estamos fazendo uma análise sobre isso, podia qualificar uma restrição à competição de eventuais participantes. Essa cláusula, ela veda a soma dos atestados das empresas que integram o consórcio, do ponto de vista de obter a qualificação técnica. Eu sei que aí já é mais difícil para o senhor Olivier captar, então, eu vou dirigir a pergunta ao seu Márcio, se for necessário isso. Ou seja, o edital ele veda a soma dos atestados das empresas e diz que a qualificação seria obtida por um atestado de uma empresa avaliada individualmente. Isso nos parece que é uma restrição clara à competitividade, pelo menos a auditoria do Tribunal de Contas da União apontou isso. Houve até a suspensão do contrato, numa liminar que depois foi revista, mas ainda não houve o julgamento de mérito ao Tribunal de Contas da União. A seu ver, essa cláusula é restritiva, ou ela se justifica tecnicamente?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Nós achamos que é restritiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Restritiva?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o correto a seu ver seria haver a somatória dos atestados?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O próprio Presidente da COBRA também compartilhou desse entendimento. Porque é evidente. Na medida em que essa cláusula ela restringe a competitividade ela afasta a licitante força, evidentemente, que a licitação fique na mão apenas de alguns que possuíssem esse atestado de capacitação técnica e, claro, poderá configurar eventual hipótese do edital dirigido. Claro? Essa é a suspeita que investiga essa CPI, claro, por evidência, nós vamos continuar investigando, independentemente da decisão que será tomada oportunamente no mérito pelo Tribunal de Contas da União. O senhor tem noção, senhor Márcio, de outras exigências restritivas constantes nesse edital?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Se não me engano foram três pontas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quais foram?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Eu posso pedir para o advogado me ajudar, por favor?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, Doutora, embora não sob testemunha, mas na condição de Assessora Jurídica, é legítimo que intervenha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais foram os pontos restritivos considerados?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Além da capacitação técnica que já foi --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Somatória dos atestados.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES:-- A somatória dos atestados, observamos também quanto a aplicação da legislação do software. Se tratava, ou seja, de uma condição que chamamos também de híbrida, porque era uma meia propriedade e do ponto de vista jurídico seria difícil entender um bem público que tem o seu limite de propriedade no Brasil e pode ser comercializado extra muros. Ou seja, se compatibilizando às condições que estavam estabelecidos no edital, no meu ponto de vista, e aí eu estou colocando o ponto de vista legal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Compatibilizando com a legislação sobre comercialização de software, somente o software derivado, que é o software customizado havia um conflito entre o que a lei prescreve e o que foi definido no edital. O outro ponto referiu-se aos aspectos de objetividade da proposta, às condições financeiras, ou seja, a base, a elaboração da base de custo ela tinha um caráter subjetivo à medida que se deveria propor o custo para o software básico, para os demais softwares, para a impressão e uma série de outras atividades acessórias, inclusive, de engenharia de manutenção dos centros, a atividade de treinamento, seriam projetos a serem desenvolvidos posteriormente, inclusive, até para a validação de conselho de classe, mas estariam inseridos nesses custos. Então, o que se foi questionado, à época, foi a impossibilidade de estabelecer uma equivalência entre propostas na medida que não havia um parâmetro. Deveria se colocar uma base de custo que denominamos assim, de uma mera estimativa. Eu acho que analisando a questão em termos concretos e de administração financeira, é muito difícil se definir o custo de uma obra sem que antes tenha o projeto, sem que antes tenha a devida validação do projeto pelo conselho de classe e todos os requisitos legais, mas este custo já compunha o preço do software. Ele estaria embutido no preço do

software e não do preço da impressão. Então, do ponto de vista legal de tudo aquilo que a Lei 8666 exige e a própria Constituição em termos de princípios constitucional, é uma objetividade de julgamento, uma possibilidade de estabelecer parâmetros de comparação ou mesmo uma identificação, se tratava de um preço exequível ou etc. Comparando os dois pontos legais, entendemos, também, que não estaria confrontando, não estaria de acordo com a legislação. Então, foram esses três pontos legais, de ponto de vista legal que foram questionados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, seriam três pontos. Primeiro a habilitação em que se entende, ou pelo menos, é a opinião da empresa que essa somatória de atestados qualificaria uma restrição à competitividade e, portanto, obviamente ofensivo da Lei 8666 e da Constituição.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O segundo ponto seria um visto contra descrição do objeto que estaria em desacordo com a Legislação Nacional que disciplina a matéria. Seria isso?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Não, não. Não seria o objeto, seria a questão do software.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, do objeto da aquisição?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: A aquisição não era composta só pelo software, era todo um sistema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, uma parte do objeto seria assim? Ou seja, haveria um vício na descrição de parte do objeto, a parte do software?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Eu não consideraria um vício de descrição uma incompatibilidade entre toda a legislação de cessão de direitos de um software.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da cessão de direito, não da descrição do software?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Não da descrição do software, mas da cessão de direito de um software.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está claro.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Ou seja, o que estabelece a legislação e o que foi definido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, ficou claro. E, o terceiro ponto, seria a ausência de uma uniformidade de

critérios que permitissem propostas equivalentes e, portanto, geradora de subjetivismo decisório na hora do julgamento, caso houvesse, claro, mais de um participante.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Exato. Até porque era por técnica e preço, tem toda aquela ponderação, ou seja, em termos de cálculo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, haveria um caráter extremamente subjetivo no julgamento técnico?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Hum, hum. Era o que sinalizava todas as cláusulas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que é um dos vícios clássicos de condução de licitação.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Hum, hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. O senhor Olivier e o senhor Márcio concordam com essa narrativa feita pela Doutora?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Olivier concorda?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A XEROX chegou a ingressar com alguma impugnação administrativa ao edital ou mesmo com alguma ação judicial questionando esses aspectos? Senhor Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Com impugnação administrativa para segunda eu não me lembro se a gente entrou, mas com judicial sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Entraram com ação judicial?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o desfecho dessa ação, se é que já houve desfecho?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: O Joel pode me ajudar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dr. Joel, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Doutora então, que está atuando na ação. Qual a situação da ação judicial?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Ainda está na fase de instrução, uma cautelar e a anulatória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi dada a liminar?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Foi dada a liminar. Ela foi suspensa imediatamente no dia seguinte pelo Presidente do TRF. Continua suspensa, tanto que a licitação teve seu prosseguimento e a contratação, o que não invalida a continuação da ação, como impetramos uma cautelar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi o Presidente do TRF quem suspendeu?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Sim, foi o Presidente do TRF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que à época...

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Foi uma suspensão de segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma suspensão de segurança.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Uma suspensão de segurança, sobre o fundamento do interesse público.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, aquela hipótese excepcional da legislação, não foi o exame da liminar mas em razão do interesse público?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. E a ação continua tramitando até hoje?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Continua tramitando ainda, com, inclusive, o BR POSTAL, com um dos litisconsortes passivos. Estamos na fase de defesas e réplicas. Ainda continua tramitando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Ainda é uma ação cautelar?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Ainda é uma ação, não cautelar, anulatória, ou seja, a ação na verdade visou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma ação ordinária de anulação.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: De anulação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. A senhora poderia, e aí o senhor, eu tenho que formalmente perguntar: O senhor Olivier e senhor Márcio concordam com essa afirmação feita pela advogada? Referendam essa afirmação?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os senhores poderiam nos encaminhar cópia desta ação judicial para o exame da Comissão Parlamentar de Inquérito?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Sim, inclusive a cópia, o processo é público.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É público, se a senhora pudesse nos mandar nos ajudaria bastante. Tramita onde?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Teve toda uma tramitação também no TRF, porque sobre a suspensão de segurança, entramos com um Mandato de Segurança realmente, contra a suspensão de segurança, e depois também --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E esse Mandato de Segurança foi julgado ou não?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Foi julgado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí vocês perderam. Foi negado?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Aliás, ok. Foi negado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi negado.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: E, entramos também com Agravo de Instrumento e foi negado, mas a ação Ordinária --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Permanece.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: --Ela teve o seu curso. Está nesse momento, o BR POSTAL fez a contestação e a XEROX, acho que na última sexta-feira, apresentamos a réplica, que esta ainda em fase de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Se a senhora pudesse por gentileza, nos mandar a cópia disso, nós agradeceríamos imensamente, que facilitaria os trabalhos da nossa investigação parlamentar. Senhor Olivier, a XEROX DO BRASIL teria algum interesse econômico afetado, diretamente pela implantação do projeto CORREIO HÍBRIDO?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Bem, como quando você me perguntou, quando você me perguntou que pensou, o que a XEROX pensou do CORREIO HÍBRIDO. Temos um mercado muito desenvolvido de gráfica, de companhia de publicidade, de companhia de transporte, de companhia de... Que fazem hoje todo o trabalho que o CORREIO HÍBRIDO

quer tomar. Isso é um risco em potencial para um mercado grande e que existe hoje e que sobrevêm com essa atividade, e não estou seguro pessoalmente que trará benefício para o cliente final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Ou seja, de certa forma, eu posso, então, dizer, que a implantação do projeto CORREIO HÍBRIDO, se choca com interesses, digamos empresariais da XEROX?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não só empresariais unicamente. A XEROX é um mercado desenvolvido de gráfica, não é unicamente da XEROX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas como membro desse mercado, aí assim?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim, então, quando se falou de publicidade, de transporte, de documentos, não é XEROX, é um outro mercado. É um mercado enorme que existe hoje e que tem riscos de desaparecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É possível dizer que essa concepção que seria gerada pelo CORREIO HÍBRIDO POSTAL, que seria de certa forma a produção descentralizada de documentos, ela seria contrária à estrutura produtiva da empresa XEROX que teria caminhado para a produção centralizada?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não, temos a possibilidade de associar-nos para outras parcerias para desenvolver uma impressão descentralizadora, não é um problema, hoje existe a tecnologia para fazer isso e existe as competências para fazer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Evidentemente, os senhores devem ter alguns estudos financeiros acerca das eventuais perdas para a XEROX com a implantação do projeto CORREIO HÍBRIDO. Os senhores têm diagnosticado quanto a XEROX DO BRASIL perderia a partir do momento que for implantado esse projeto?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não analiso dessa maneira, penso que, poderia ser também a vontade de nosso cliente de telecomunicação, ou setor de Banco, lhe interessar de fazer uma edição, produção, desse empresário. Por quê? Porque quando o gasto de impressão é menor que o gasto do CORREIO, e isso parece interessante. Então, o mercado potencial é muito difícil de identificá-lo. Setor de Banco, todo mundo sabe que 70% da atividade dentro do Rio e São Paulo. São Paulo, só não foi uma para nós, e não

é para nós hoje um desafio que queremos continuar a trabalhar neste mercado, que podemos oferecermos aos clientes uma possibilidade de fazer uma edição, produção de distribuição descentralizadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Senhor Olivier, o senhor tem conhecimento se a XEROX em outros países integra o pool de empresas que exploram o CORREIO HÍBRIDO?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Eu sei que tem. Temos uma história dentro da Itália.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na própria Itália?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Itália e também Alemanha onde não foi um sucesso de desenvolver essa atividade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi um sucesso? A XEROX tem uma avaliação crítica desse projeto na Itália?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não é uma crítica, não foi dentro desses países um sucesso porque, porque a noção de um tamanho menor que o Brasil. No Brasil provavelmente há uma oportunidade melhor de desenvolver isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E maior.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor Márcio, o senhor tem algum comentário sobre isso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, fica com a mesma opinião. Senadora Heloísa Helena tem V. Exa. a palavra pelo tempo que desejar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Primeiro, agradecer a delicadeza e a generosidade da V. Exa. e saudar os convidados. Bom, senhor Olivier, eu sou uma pessoa muito franca, sincera, não se assuste, portanto. Embora, no mundo da política se reivindique muito os chamados “temperos da civilidade” que eram reivindicados por Platão como essenciais para sobrevivência no mundo da política, os chamados “temperos da civilidade”, portanto, moderação, prudência, tudo isso eu acho que é vigarice, cinismo e dissimulação no mundo da política, respeitosamente ao Platão, mas no mundo da política tem disso. Portanto, na minha avaliação, tanto no mundo da política como no mundo dos negócios, existe de tudo: gente honesta e gente bandida. Existe de tudo. Existe um zoológico completo de jararacas, de ratos, de onças,

de coelhinhos. Existe de tudo no mundo da política e no mundo dos negócios. No Interior, eu sou do Sertão de Alagoas. No interior quando se briga dois grupos muito poderosos, tem uma expressão no interior que diz assim “é briga de cachorro grande”. Quando dois grupos poderosos, sim, eu digo isso sem nenhum problema, porque eu gosto muito de cachorro, muito, tenho muitos, mais de doze, então, isso seria briga de gente grande. E no mundo dos negócios há de tudo: conspirações contra o interesse público, conspirações como no mundo da política contra os interesses da humanidade, há de tudo. Então, para nós é muito difícil entender esse processo. Por quê? Claro, que o Deputado José Eduardo, ele até fez alguns questionamentos sobre qual a motivação econômica que poderia haver, e V. Sa. foi, inclusive, sincero. Deixou claro que existe claramente, uma motivação que pode ser econômica, contrária ao CORREIO HÍBRIDO, óbvio, seria cinismo dizer que não há, e V. Sa., corretamente, sinceramente, disse que há. Não apenas para o setor gráfico, mas para o transporte, para a publicidade. A nota, inclusive, uma circular da SIGRAF número 74 de 2005, trata exatamente disso. Eles dizem, inclusive, que estão conversando com muitos Parlamentares que fazem a CPI dos Correios, acredita que a investigação do projeto será importante, dizem, inclusive, que o que se questiona no setor gráfico é o projeto em si. Dizem claramente, na circular, que há implicações nocivas do CORREIO HÍBRIDO, tanto para o setor gráfico quanto para a população em geral. Claro, que alguém pode dizer que realmente existe problemas em relação à dinamização da economia local, à geração de emprego, à geração renda. Se eu tiro um determinado setor que de alguma forma dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda, ou na área de transporte, ou na área de publicidade, ou na área do setor gráfico, isso é fato. Os senhores estariam zelando pelos interesses econômicos dos senhores, poderiam dizer que não eram apenas os interesses econômicos, porque poderia ser lesível aos interesses da sociedade em relação à geração de emprego, do mesmo jeito que o setor público poderia dizer que para eles, por mais que os argumentos sejam importantes, para ele vale o interesse público e, portanto, a economia a ser feita pelo setor público. Então, poderia haver justificativas corretas dos dois lados. Eu fico muito impressionada, essa questão das exigências restritivas nos editais de licitação, é o que mais a gente tem visto. Não consigo vislumbrar nessa licitação. Posso estar completamente errada, mas como eu não ponho a mão no fogo, para que churrasco ela não vire em relação aos processos de instrução de editais de licitação, porque criam especificações técnicas, detalhes, como vimos

na investigação dos CORREIOS, onde uma única empresa no planeta Terra poderia se capacitar para ganhar a licitação. Então, tudo é possível. Realmente fraudam o processo de instrução do edital. Fraudam a licitação. Fraudam a execução contratual com seus aditivos, gangues partidárias se beneficiam disso, delinquentes no mundo da política de luxo se beneficiam também, e tudo pode, realmente, acontecer. Agora, qual a lógica que poderia haver? A questão da COBRA ter, pela sua saída abrupta, supostamente abrupta, tem inviabilizado a participação dos senhores. Poderia se ver de dois lados. Poderia dizer: Ora a COBRA agiu com todo o respeito, às jararacas e cascavéis. A COBRA teria agido, conspirando favorável. A COBRA se retirou abruptamente do consórcio para viabilizar os interesses da POSTEL. Podia ter acontecido isso. Podia também ter dito um conluio em a que COBRA se retiraria para supostamente a XEROX dizer: “Ora, como se retirou abruptamente, eu fui prejudicada e, portanto, eu vou *ad infinitum*, entrar com processos administrativos ou jurídicos, para inviabilizar o CORREIO HÍBRIDO, que me prejudica economicamente”. Então, como nós saberemos quem está com a verdade? Veja só. Ela poderia ter feito duas coisas. Porque conspirar contra os interesses da humanidade e contra o interesse público, infelizmente o que não falta, é notório saber de alguns políticos quase que genéticos, difícil identificar. Então, existem claramente interesses econômicos dos senhores, interesses econômicos que no mundo do capitalismo, embora eu seja uma socialista de carteirinha, eu entendo, mas há interesses econômicos que acabariam sendo prejudicados da XEROX, dos transportes, de outros setores, poderiam dizer: “Não, não é apenas o interesse econômico do empresário em si, mas tem o interesse da população, dos postos de trabalhos que seriam desestruturados, do desemprego que poderia aumentar”. E do outro lado, existe o interesse público que pode também dizer que, embora eu entenda essa situação, mas objetivamente em nome do interesse público, a diminuição dos custos é melhor para a estrutura dos CORREIOS, para supostamente uma maior eficácia no usuário do serviço. Aí, a danada da COBRA sai, rapidamente, sorrateiramente como os ofídios fazem, com todo o respeito aos ofídios, porque são maravilhosos, possibilitam até que as pessoas tenham medicações muito interessantes, mas sai lá sorrateiramente. Aí os senhores, conforme palavras dos senhores “ficaram perplexos”, entenderam, não tentaram reverter a situação, acionaram judicialmente para que a COBRA reparasse supostos danos que pudesse ter sido feito. Não. Então, fica danado para mim tentar identificar a lógica desse processo todo. Entende, senhor Olivier? Fica muito difícil

porque ora na imprensa diz que haviam grupos políticos conspirando para a POSTEL, ora dizem que haviam grupos políticos conspirando para a XEROX, haviam grupos políticos e econômicos com interesses próprios, por mais que pudessem ser justificados no campo ideológico, social, financeiro ou o que quer que seja. E, para nós da Comissão Parlamentar de Inquérito é uma trabalhadeira muito grande, sabe o Deputado José Eduardo. Porque aqui é uma quebradeira de sigilos bancários, fiscal e telefônico, porque infelizmente, ainda não tem, aliás, já conseguem mentir para o detector de mentira, porque dizem que tem técnicas específicas para isso. Então, eram as primeiras considerações que eu gostaria de fazer porque com o depoimento que eu vi do representante da COBRA, o depoimento do coordenador do programa, todos os detalhes jurídicos e os depoimentos de V.Sas., que nós agradecemos muito a presença, não conseguimos ainda me fazer, fazer um juízo de valor em relação a isso. Então, eu gostaria que os senhores pudessem ajudar mais. Se os senhores acham que houve, houve conspiração política, houve outros interesses, houve uma manipulação maior. O que foi que eles fizeram mesmo, se tem algo dos bastidores que não foi disponibilizado ainda para a gente, porque pode parecer realmente isso, eu estabeleço mecanismos para obstaculizar algo que me seja lesivo, certamente Darwin não pensou nisso, mas naquilo que unifica os estudos da Biologia a velha sobrevivência das espécies e pode ser a sobrevivência no mundo da política também. Então, eu gostaria que os senhores disponibilizassem ou não, se existem alguns outros detalhes, detalhes do conhecimento de V. Sas. que de alguma forma possam indicar um processo de promiscuidade entre a estrutura vencedora, entre grupos políticos, econômicos. Porque até o momento, não estou convencida de que isso possa ter acontecido. Ainda continuo achando que são brigas grandes, não há dúvidas que existem interesses políticos e econômicos sempre, sempre. Não existe neutralidade nem na ciência. Não existe neutralidade nem na matemática que eu amo, e que certamente mais cedo ou mais tarde vou voltar para a universidade, mas não existe neutralidade. Então, se os senhores têm mais alguns ingredientes, ou subsídios, ou indícios, ou elementos que possibilitem a essa Comissão melhor identificar o processo de suspensão do CORREIO HÍBRIDO. Tem algum novo elemento? Algo que possa ser mecanismo de suspeição?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Olivier.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim, eu vou responder, falar em francês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele vai falar em francês. Então, se o tradutor pudesse, por gentileza, fazer uso do microfone.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: (Auxiliado por tradutor) Vou responder em francês, pois V. Exa. falou muito, falou de muitas coisas. Falou de muitas coisas, não muito. [risos] Não tenho certeza de ter entendido tudo. Eu vou começar pela primeira coisa, que é a estratégia da XEROX em relação ao CORREIO HÍBRIDO. Ao oposto do que V. Exa., pensa, parece pensar, para mim é algo que vai afetar as economias locais. Isso porque uma empresa como a ECT, que tem uma vasta estrutura vai destruir economias locais, que me parecem muito necessárias num país como o Brasil. E para a XEROX, que não é mais a grande empresa que era há dez anos atrás, que hoje é uma empresa média, de porte médio, é importante desenvolver as economias locais. O segundo ponto, é que além de ser importante desenvolver as economias locais, é importante desenvolver as competências locais. E a nossa estratégia é desenvolver relações com parceiros locais e ajudá-los a desenvolver suas competências. Não sabemos responder a sua pergunta, em saber se há uma conspiração ou não, pode ser que sim, pode ser que não.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Alguém mais quer fazer uma [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Márcio deseja falar, fazer alguma ponderação?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Então, está tudo muito bem senhor Olivier, muito bem. Veja. V. Sa., porque tem essas coisas aqui V. Exa., V. Sa., mas é tudo uma porcaria só. [risos] Então, V. Sa., apresentou uma justificativa, absolutamente coerente com uma visão econômica. Está tudo, muito bem. Eu já defendi um projeto aqui, era até da autoria do Aldo. Foi uma calamidade para aprovar o projeto que, supostamente, poderia aparecer algo atrasado, que era a substituição dos bombeiros do posto de combustível pela máquina automática. Por quê? Muitos diziam que ao retirar, quer dizer, muitos diziam que ao retirar o bombeiro do posto de gasolina, poderia com isso... Até disseram que poderia diminuir os custos do posto, baratear o preço da gasolina. Eu achava que não. Mesmo que viva a automação, a alta tecnologia, a ciência e a tecnologia e os adventos tecnológicos, eu achava que era essencial preservar postos de trabalho nos postos. Então, V. Sa., pode ter toda a razão. Ora, na visão dos senhores, preservar o que dinamiza a economia local, preservar postos de trabalho, pode, inclusive, ser importante. Quanto mais empregos eu estou

gerando, mais arrecadação eu posso ter, mais pessoas para comprar e para vender, mais pessoas felizes. Está tudo, muito bem. Portanto, eu também defendo muito a economia local e, tenho muita preocupação naquilo que destrói a economia local, mas isso é uma visão econômica que eu compartilho das mesmas preocupações, mas não é o objeto do debate aqui. Portanto, tudo isso, as parcerias locais, tudo, tenha certeza, V. Sa., que eu tenho a mesma preocupação. O que pode desestruturar parques produtivos e destruir milhões de postos de trabalho, eu tenho muita preocupação e acho legítimo que haja preocupação. Entretanto, partamos do pressuposto do que há de melhor, e que não seja perfumaria, nem de V. Sa. e nem minha, floreio político nem de V. Sa. e nem minha, isso é fato. Entretanto, a motivação do debate nessa Comissão, não é a visão do impacto de uma proposta de CORREIO HÍBRIDO na economia local. Eu até discuti isso e achar o debate muito importante, também. A motivação é: se houve ou não tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa, que levou objetivamente os senhores a entrarem com muitas ações judiciais para impedir a instalação do CORREIO HÍBRIDO. Ora, porque se era por uma visão de economia local e que eu compartilho inteiramente as preocupações de V.Sa., é um outro debate. Não levaria em nome da estruturação da economia local várias ações judiciais para impedir a instalação de um projeto. Entendeu? Então, eu até agradeço bastante a forma sincera de V.Sa., mas eu até agora acompanharei muito mais o debate judicial em relação ao tema. É só Presidente. Eu agradeço a delicadeza e a sinceridade do senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço a Senadora Heloísa Helena, agora seguindo a trilha percorrida pela Senadora algumas dúvidas me ficaram. As ações que foram propostas pela XEROX, e aí se me permite eu vou me dirigir ao advogado, e depois apenas os senhores confirmem o depoimento, eu acho que seria melhor. As ações visavam obstar o projeto CORREIO HÍBRIDO ou tentavam reverter alegadas ilicitudes do processo licitatório?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Nenhuma ação tem pela XEROX, em termos de impedir a realização do projeto CORREIO HÍBRIDO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As ações não foram propostas para impedir o projeto?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Não, em nenhum momento.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Diretamente, não.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: É claro, que a gente compreende bastante as dificuldades de entendimento desse projeto ou da complexidade, inclusive, de V. Exa., exatamente, porque ele do ponto de vista judicial foi analisado por várias vertentes, não pela XEROX, teve outras ações como a da ABIGRAF, como a da ABRAFORM que fez, obviamente, os questionamentos sobre outros aspectos que não a questão da XEROX. Mas a XEROX entrou no meio do processo com uma ação, até porque não foi dado o prazo entre questionamentos e propostas, e nós temos uma Lei 8666, que ela foi homologada quando não se tinha ainda... Foi na época da máquina de escrever porque não tinha nem um 286 à mesa. Então, nós tratamos uma questão de um sistema complexo desse com a legislação que teve um referencial completamente diferente, mas mesmo assim, pelos princípios gerais, todas as ações da XEROX foram o questionamento da legalidade do edital. É claro que nesta, na legalidade, por exemplo, as cláusulas anti-isonômicas que, por exemplo, se reputa como contrárias aos princípios constitucionais que é anti-isonômica. Se uma cláusula exige uma capacitação técnica que haja uma comprovação apesar da vedação, sobre quantidades e mínimas etc, mas de uma forma específica, há uma exigência que nenhuma empresa brasileira tem condições de atender, apesar de a gente saber que o Brasil não é tão mal assim, tem todo, ou seja, desenvolvimento de informática é bastante significativo. Então, se há uma cláusula anti-isonômica nesse sentido, é claro que eu acho que existe o espaço para questionamento jurídico, ou seja, a legalidade, a legitimidade, o interesse de agir é caracterizado. Então--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas uma observação. Existiram algumas ações que questionavam a implantação do projeto do CORREIO HÍBRIDO, mas não da XEROX?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Não da XEROX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A ABIGRAF por exemplo, entrou com uma ação na justiça que questionava, inclusive, a legitimidade do CORREIO em face do monopólio funcional de desenvolver esse projeto. Então, aí que eu volto a pergunta. A XEROX não entrou com essas ações que tentavam inviabilizar a implementação do projeto, o ataque judicial da XEROX foi em relação a ilicitude do procedimento licitatório?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Do procedimento, em nenhum momento teve uma ação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os senhores confirmam as palavras da advogada, senhores Márcio e Olivier?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim, sim.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas para efeito de formalização. Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Só em relação à COBRA. Houve alguma ação, reparação de danos, novas reuniões? Aconteceu alguma coisa em relação a isso? Porque eu não sou do mundo dos negócios, mas eu ficaria absolutamente surpresa com uma situação como essa. Houve alguma coisa? Novas reuniões, alguma tentativa judicial de reparação de danos, ou algum embate, alguma coisa assim ou nada? Ou como percentualmente, por que a informação que eu tinha, posso estar errada, é que percentualmente a XEROX, inclusive, tudo isso que a gente usa aqui de equipamentos e outras coisas, no mercado gráfico do Brasil, é o que? 60% ou mais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Olivier.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Participação de V. Sa.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Sim, provavelmente 70%.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): 70% muito obrigada. Mas os senhores participaram inclusive da discussão--

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Desculpe, quando você falou de digital, porque é um mercado muito mais grande.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, mas os senhores participam das discussões que a própria ABRIGAF faz. Eu acho normal isso, porque se eu fosse de um setor eu participaria das decisões da Associação.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Na atividade da XEROX dentro desse mercado, temos uma participação grande como você falou de digital, se você tomar todas [inaudível] representar 5 ou 10%.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Está bem. O Deputado está rindo porque eu uso muito a expressão. Porque depois que eu virei nome de orquídea eu tenho que rir muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que a Senadora normalmente nos brinda chamando todos de flor, e ela brindou V. Sa. também com a mesma homenagem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Com todo respeito, é uma brincadeira que eu uso, é uma força de expressão, e até me deram, virei nome de flor. Mandaram classificar uma orquídea com o meu nome para minha alegria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma homenagem ilustre Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Os senhores participaram, porque, como foi informado que a ação, que a entidade deu entrada-- Eu vejo isso com absolutamente naturalidade. Absoluta naturalidade. Os senhores participaram dessa discussão também, normal?

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Quando chegou no Brasil em janeiro de 2005, a minha decisão não foi de ir a uma situação legal contra COBRA, tinha outros problemas mais importantes que isso neste momento. É só explicar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, sim. Mas outros problemas mais importantes. Mas isso era um problemão. Também não era, senhor Olivier? Um problema muito grande esse para os senhores também?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A razão pela qual os senhores não entraram com uma ação contra o COBRA foi uma razão jurídica, de política econômica?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Ou de outros afazeres mais problemáticos e que não achavam que a atenção deveria? Senhor Olivier.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Se não tenha a posição muito clara sobre as prioridades da XEROX no Brasil, e a fazer uma ação contra a COBRA por qualquer razão não foi uma prioridade.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Dra. Advogada pede a palavra pela ordem sobre ratificação posterior dos depoentes. Doutora.

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Isso foi um tema que V. Exa. insistiu em termos do porquê, mas eu vou dar uma opinião aqui do ponto de vista legal, como foi afirmado nos depoimentos nem o termo de consórcio naquele momento tinha sido ratificado. Era uma minuta. E, fazendo uma analogia com a própria Lei de Licitações, mesmo quando há uma revogação de um processo, uma anulação de um processo, não cabe o direito de indenizar. Eu acho que, ou seja, dando a minha opinião aqui unicamente do ponto de vista legal, se eu estivesse sendo consultada aqui se deveria ou não acionar a COBRA, não existiria base legal para

isso justamente por estar numa face de negociação sem qualquer compromisso ainda ratificado.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Mas houveram algumas reuniões, algumas coisas, procuraram a COBRA. Porque eu sinceramente eu estou impressionada. Porque algo que envolve por mais que o senhor Olivier tivesse problemas maiores para resolver, e aí V. Sa. até muito sincero sempre aqui. Eu sinceramente eu não ficaria só entre-- Tudo bem, e isso não está de âmbito da complexa subjetividade humana. No mundo dos negócios não é uma coisa simplória, é algo de impacto econômico vital. Ser impossibilitado, perder a capacitação de disputar algo com um montante tão grande como esse, eu imagino que haveriam outras ações, claro que pode ser que a senhora tenha sido até consultada anteriormente. Não foi consultada?

DRA. VANDERLI DE SOUZA TELES: Sim, mas eu estou dando a minha base de advogada.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Sim eu sei mas está no pós, entendeu? Então, só se alguém foi consultado antes. Existe probabilidade de ganho judicial? Aí alguém disse não. Porque a senhora está sendo correta, tecnicamente está dizendo. Agora, eu sinceramente fico impressionada, que independente da complexa subjetividade humana algo que envolve um montante, interesses econômicos, sobrevivência de grupos tenha sido tratado simplesmente no campo da perplexidade, mas tudo bem eu agradeço bastante a V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas a questão é que pelo depoimento anterior o termo de consórcio não havia sido assinado ainda, quer dizer, apenas para confirmar esse aspecto, ou seja, estavam em fase de entendimentos preliminares, então, não havia uma obrigação jurídica da assinatura e judicialmente pela avaliação do Jurídico, eu pessoalmente até compartilho isso dificilmente teriam possibilidade de êxito.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Pois é, mas é impressionante é que isso, por que é uma coisa é a advogada com argumento técnico falar isso agora, mas eu fico impressionada sinceramente, a não ser que eu antecipadamente quisesse que o negócio mesmo não se realizasse, portanto, tudo que viesse-- Eu estou tratando até, fazendo um exercício de me pôr no lugar. Se eu realmente não quisesse que o negócio fosse efetivado independente de qualquer coisa, eu também ficasse só no campo da perplexidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que na verdade houve um outro concorrente que entrou e ganhou a licitação, então, esse é um aspecto a ser ponderado por nós também.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Eu sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor Márcio, queria falar alguma coisa. não? Nada. É uma outra questão também que me ocorre a partir do questionamento feito pela Senadora Heloisa Helena, aí eu dirijo a pergunta ao senhor Márcio. Então, eu posso fazer até aos dois, senhor Olivier e senhor Márcio. A XEROX chegou a ter acesso à proposta do consórcio BR POSTAL que venceu, chegou a examinar essa proposta, analisa-la, ou não? Senhor Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, confirma, o senhor não sabe senhor Olivier. Em algum momento chegou ao conhecimento da XEROX, eu vou perguntar ao seu Olivier e ao Marcio a mesma pergunta, que a COBRA estaria se sentindo desconfortável com a situação de empresas que entregaram o consórcio que estavam demandando em juízo contra a licitação.

SR. OLIVIER STEPHNE MARIE FERRATONE: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Soubemos no dia em que a gente recebeu a notificação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse foi um dos argumentos que foi utilizado pelo Presidente da COBRA. Ele disse aqui que havia um certo desconforto por parte da COBRA sendo um órgão governamental pelo fato de empresas que iriam compor o consórcio terem ingressado na Justiça contra a licitação, e que COBRA não se sentia bem de certa forma de compartilhar um consórcio por quem questionava ações do governo, a qual a COBRA pertence, ou a administração que a COBRA pertence. O senhor em algum momento antes da notificação soube desse desconforto?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca foi informado disso?

SR. MÁRCIO AUGUSTO LASSANCE CUNHA FILHO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Olivier também não teria condições de saber porque não estava no Brasil na época. Indago se algum dos senhores Parlamen-

tares tem mais alguma questão a apresentar. Deputado Pannunzio? Não. Desiste. Bom da parte desta Relatoria eu agradeço imensamente a presença do senhor Olivier, do senhor Márcio, de seus advogados, bastante esclarecedor o depoimento e será obviamente objeto de análise dessa Sub-relatoria. Antes de encerrar a sessão eu declaro encerrada o depoimento, com meus agradecimentos sinceros aos senhores. Apenas informo aos presentes Parlamentares que na próxima quinta-feira nós teremos depoimento dessa Sub-relatoria em pauta que será divulgada ainda no dia da hoje, claro, então, na próxima quinta-feira pela manhã e a tarde teremos depoimentos, então já ficam os senhores Parlamentares que aqui acompanham os nossos trabalhos cientificados. Agradeço imensamente aos senhores e, na forma regimental, portanto, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 16h38

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 33ª Reunião, realizada em 02/03/2006.

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às doze horas e trinta e um minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo, Sub-Relator da Sub-Relatoria de Contratos e ainda com as presenças dos parlamentares, Senadora Heloísa Helena, Senador Romeu Tuma, Deputado Onyx Lorenzoni, reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores, Geraldo J. Pereira, Marcelo Naufal, Pedro Vieira de Souza, José Vanderlei de Medeiros e Willer Martins Giordano. O Sub-Relator convidou o Senhor Geraldo J. Pereira a tomar assento à mesa, informando que o mesmo irá depor na condição de testemunha, já tendo assinado o Termo de Compromisso. O mesmo se faz acompanhar do advogado, Carlos Alberto Polonio,

OAB – SP 159.806. A seguir solicita ao depoente que preste as informações iniciais que considerar pertinentes. O Presidente passa a questionar o depoente. Após vários questionamentos o Presidente passa a palavra à Senadora Heloísa Helena que inquiri o depoente. A palavra volta ao Presidente que inquiri o depoente. O Presidente pergunta ao depoente se quer que seu depoimento seja feito em caráter reservado a fim de poder disponibilizar informações que considere relevantes, o depoente declina da sugestão. O Presidente pede a assessoria técnica que providencie ofícios ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público, considera necessária a continuidade das investigações. O Presidente encerra o questionamento do depoente e suspende a sessão às treze horas e trinta e quatro minutos para a chamada do próximo depoente. Às treze horas e trinta e oito minutos reinicia a sessão chamando o depoente Sr. Marcelo Naufal, informando que o mesmo irá depor na condição de testemunha, já tendo assinado o Termo de Compromisso. O Presidente passa a questionar o depoente. Após os questionamentos o Presidente suspende a sessão para almoço, às quatorze horas e dezenove minutos, estabelecendo o retorno para as quinze horas. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos o Presidente reabre a sessão esclarecendo que o depoente José Wanderlei não foi encontrado em tempo hábil para ser intimado e está sendo convocado novamente para a próxima 3ª feira às onze horas e o depoente Willer às quinze horas, este, até as quatorze horas do dia de hoje ainda não havia sido encontrado pela Polícia Federal a quem já foi entregue o mandado de condução coercitiva. O Presidente convoca à mesa o senhor Pedro Vieira de Souza, informando que o mesmo está nesta CPML na condição de testemunha, já tendo assinado o Termo de Compromisso. Os Termos foram entregues à Secretaria para compor o acervo de documentos da Sub-Relatoria. O depoente presta suas primeiras declarações. O Presidente inquiri o depoente. Após a inquirição o Presidente solicita sejam remetidos ofícios à Receita e ao INSS e TCU, sobre parcelamento de dívidas da Tecnocargo e Promodal. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, convocando nova reunião para o dia sete de março de dois mil e seis, terça-feira, às onze horas. E, para constar, eu, *José Roberto de Oliveira Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 33ª reunião da Sub-relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3 de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos CORREIOS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a mesa está a ata da reunião anterior, que na forma regimental, coloco em votação propondo, de imediato, a dispensa da sua leitura. Os Srs. parlamentares e as Sras. parlamentares que concordarem com o texto da ata, que permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião é destinada às oitivas dos Srs. Geraldo J. Pereira, da empresa PROMODAL, Sr. Marcelo Naufal, também ex-funcionário da empresa PROMODAL, Pedro Vieira de Souza, da BETA, PROMODAL e outras e José Vanderlei de Medeiros e Willer Martins Giordano. Os Srs. Geraldo Pereira e Marcelo Naufal estão acompanhados dos seus Advogados. O Sr. Pedro Vieira não está acompanhado de Advogados, estando presentes estes depoentes. Solicito, então, à assessoria que faça ingressar ao recinto o primeiro depoente, o Sr. Geraldo Pereira. Observo que o depoente se faz acompanhar do Dr. Carlos Alberto Polônio, que está inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo nº 159806. Que fique então registrado, e os nossos agradecimentos à presença do depoente e do Dr. Advogado, que nesse momento o assessoria. Observo que o Sr. Geraldo José Pereira será ouvido nesta reunião da Sub-relatoria na condição de testemunha. Portanto, assina o termo de compromisso na forma do Artigo 203, do Código de Processo Penal. E, nesse termo de compromisso, o depoente compromete-se, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado. Evidentemente, o depoente não está obrigado a prestar nenhum depoimento que o incrimine, por força do princípio da vedação da auto-incriminação, constante do texto da nossa Constituição Federal. No que disser respeito, porém, a fatos que não o incriminem ele tem o dever de dizer a verdade e não se omitir, sob as penas da lei. Feito o esclarecimento, eu indago se V.Sa. desejaria fazer uso da palavra de início, tecendo qualquer comentário ou consideração acerca do objeto da sua convocação nesta Sessão da CPMI. Por favor.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: A princípio estou aqui, conforme o que fui convocado, para prestar os esclarecimentos que V.Sa, desculpa, V.Exa. assim fizer e gostaria de me apresentar. Meu nome é Geraldo José Pereira, eu trabalhei na PROMODAL Logística e Transportes, uma das empresas do Grupo GPT, no

qual eu cuidava da parte de vendas e a parte operacional dessas operações de carga aérea. Eu entrei na empresa em 1988 como funcionário CLT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1988.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Isso foi até 1998, quando eu fui desligado da empresa e retornei, na mesma função, em 1999, atendendo sempre à área de vendas e à área operacional da PROMODAL e Logística e Transportes, que é uma agência de carga aérea, de 99, desculpa eu assumi... Eu montei uma empresa individual, Geraldo José Pereira Representações, e passei a prestar serviço no mesmo segmento, que era a área de vendas, no qual eu sempre trabalhei, e fiquei até 2003. Final de 2003. No início de 2004, basicamente fevereiro, eu comprei uma parte na sociedade de uma empresa chamada GEOLOG Logística e Transportes Ltda. que nada mais é do que uma agência de carga. Quer dizer, eu saí de uma representação que era minha, prestando serviço para uma empresa e passei a ser empresário, em uma parcela, dessa empresa GEOLOG. E a GEOLOG passou a prestar serviço para várias empresas do segmento eletro-eletrônico de Manaus e é o que ela faz até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço as palavras de V.Sa. e passo então aos questionamentos relativos a arguição. O senhor iniciou na empresa PROMODAL em 1988. Antes disso, trabalhava em que área?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: De 86 a 88 eu trabalhei numa empresa também de agenciamento de carga aérea.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a empresa?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: ITD TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ITD. E antes de 86?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Então é o seguinte... Desculpa, eu posso retornar um pouquinho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Então é o seguinte. Eu, aos 15 anos eu iniciei a minha jornada de trabalho como *office boy* numa casa lotérica que era do meu cunhado. Isso eu fiquei até os 18 anos trabalhando como *office boy* e serviços gerais e aos 19 anos, foi de 82 a 84, eu passei a ser balconista, nessa lotérica. Saindo de 84, quando passei a trabalhar no BANCO NACIONAL, ficando até 1986. Em 86 eu saí do Banco Nacional para entrar na ITD TRANSPORTES, como assessor comercial. Fazia a parte de vendas. Em 88 eu saí dessa empresa, ITD TRANSPORTES, e comecei

cei a minha jornada agora na PROMODAL Logística e Transportes, em 1988. De 88 a 95 é somente parte de vendas. 96 a 98 eu já comecei a fazer a parte de vendas e a parte operacional... De operação, que era fazer coleta e entrega das mercadorias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De que maneira o senhor foi contratado pela PROMODAL? Quer dizer, como é que senhor teve o contato com a PROMODAL para começar a trabalhar lá, foi o senhor que se ofereceu ou alguém... Como foi?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, é o seguinte, o Sr. Antônio Augusto, que é o dono da PROMODAL, ele era Superintendente da ITD TRANSPORTES e, quando eu trabalhei com ele um ano e meio, mais ou menos, quase dois anos, de 84 não foi bem um ano inteiro, ele saiu para montar a PROMODAL Logística e ele falou assim “Olha, tenho interesse que você venha trabalhar comigo”. Até porque já me conhecia e eu tinha me dado bem na área de vendas. Foi ele que me colocou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na ITD, o senhor trabalhava na área de vendas, exclusivamente?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Exclusivamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí então o senhor vai por convite do Sr. Antônio Augusto, que o senhor conhecia desde a época da ITD, trabalhar na PROMODAL. O senhor era amigo do Antônio Augusto, já na época.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. Eu conheci ele na ITD.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, então, o senhor vai trabalhar e assume que função quando entra na PROMODAL.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Vendas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vendas.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Assessor comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assessor comercial. Ora, o senhor falou também que mexia com a parte operacional.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Isso é o seguinte, de 96... de 88 até 95 eu só cuidei, exclusivamente, da parte de vendas. A partir de 96 eu me desloquei de onde eu trabalhava na empresa para Guarulhos, onde funcionava a parte de vendas e a parte operacional, que era a coleta e a entrega das mercadorias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que vem a ser essa parte operacional? Descreve, mais ou menos, para

nós, o que é que vem a ser e que papel o senhor tinha nessa atividade.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Então vamos lá. Eu, como vendedor, com uma equipe de vendas comigo, eu ia até o cliente e conquistava o cliente angariando a carga dele e fechavam-se os contratos. Contrato basicamente não era mais do que um acordo comercial com o cliente. E, a partir daquela data, eu começava a ligar para o cliente, minha equipe ligava para o cliente, perguntando se tinha carga para Manaus hoje, se tinha carga para Manaus amanhã. E recebia, em retorno, o seguinte, amanhã eu tenho quinhentos quilos de carga para Manaus. O que acontecia? Eu, na parte operacional, deslocava os veículos, subcontratados e contratados nossos, para fazer essa coleta, essas mercadorias todas coletadas vinham para o depósito, era feita a paletização dessa mercadoria dentro dos paletes da aviação e levada para o aeroporto para ser embarcada nas companhias áreas que destinavam-se a Manaus... 90% Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 90% para Manaus. Então, o senhor ficava com essa parte de operação, do recebimento das mercadorias e do encaminhamento para as empresas áreas.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Perfeito. E, no destino, nós tínhamos a filial e a filial se encarregava de fazer a mesma coisa, retirava do aeroporto, levava para a empresa e fazia a distribuição e a entrega nos clientes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor comandava essa área ou era subordinado de alguém nessa área?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Nessa época aqui essas duas áreas aqui era minha. Eu que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor comandava essa parte operacional das cargas--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Em São Paulo. De clientes privados. Em relação aos CORREIOS, o senhor não mexia com as cargas.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Nunca mexi com CORREIOS. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era só, então. O senhor trabalhava na captação do cliente e na operação dessa carga dos clientes.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em relação à questão do espaço

nos aviões, era o senhor que decidia também ou havia alguém que decidia isso? Por exemplo, eu quero contratar a carga de alguém, o senhor vai pegar a carga de alguém, como é que o senhor sabe em que avião vai... Quem decide isso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Então. Eu era que decidia. Meu pessoal fazia a reserva, tinha uma área de planejamento que fazia a reserva. Por exemplo, até as 14h eu sabia que eu tinha de mercadoria cinco toneladas de carga e, dependendo, a companhia que tinha melhor horário de voo para Manaus, eu fazia a reserva nessa companhia área. Ou, muitas vezes, nem sempre era possível fazer no melhor voo, porque estava cheio e isso ficava para outros voos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse período de 88 a 95... O senhor assume em 95 essa parte operacional, não é isso? De 95 a 99 que o senhor mexe com isso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A 98... De 95 a 98 quais eram as companhias áreas que o senhor embarcava essas mercadorias.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: 95 a 98 VARIG, TRANSBRAZIL, VASP, era a melhor opção que nós tínhamos aí. E também em 98, eu acho que foi 98, eu não me recordo a data exatamente, a BETA começou a fazer operações para Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 98 a BETA começa.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu acho que foi... A data eu não me recordo exatamente, acho que foi 98, a BETA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o senhor começa também a embarcar--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Uma parte da carga da BETA, uma parte na VARIG, TRANSBRAZIL...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Nesses aviões da BETA em que as cargas eram embarcadas, nós tínhamos cargas compartilhadas com os CORREIOS? O senhor sabe me dizer isso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não. Porque é o seguinte, esse voo ele era exclusivo para agenciamento. Então esse voo o saía de São Paulo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O da BETA.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: O da BETA. Saía de São Paulo, ia a Manaus e voltava. Eu tinha uma reserva de quatro a cinco posições e ela vendia

para outros agentes de carga, concorrentes meus, espaço naquele avião. Nessa época aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor comandava que quadro de pessoal na filial de Guarulhos nesse período?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Olha, uns três vendedores, que trabalhavam comigo, e uma equipe operacional de umas 40 pessoas, com ajudante e Gerente de operações. Umas 40 pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. Pedro Vieira de Souza.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Pedro Vieira de Souza.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Olha, a informação que eu tenho do Pedro, eu já o vi na empresa, até porque eu não trabalhava exatamente lá onde é a administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Minha parte era Guarulhos, mas, as vezes que eu ia para uma reunião lá em Moema, onde ficava a base da empresa, algumas vezes nós esbarramos nos corredores, até porque eu não ficava muito... A minha área de vendas me exigia que eu estivesse muito na rua. Então, provavelmente... Eu ia pouco lá na empresa e quando esbarrava com ele, uma hora você pergunta "quem é esse cara"? Não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: E a informação que nós tínhamos é de que ele prestava uma assessoria tributária, alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assessoria tributária. O senhor sabe em que assuntos?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não sei. Esse assunto não era tratado na minha área.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor ouviu, de alguma forma, dizer que ele mexia com INSS.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor, em algum momento, sentou com ele para ter alguma reunião de trabalho.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. [inaudível] trabalho não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca sentou?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Com ele, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o José Vanderlei de Medeiros?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: O José Vanderlei de Medeiros, conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Ele trabalhou, eu acho que uns seis meses na empresa, como *controller*, alguma coisa nessa área de administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha algum trabalho conexo ao dele?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Tinha o trabalho, o seguinte. Anualmente era feito um orçamento para o ano seguinte dos quais eu tinha que preencher, dentro do meu segmento o que eu pretendia dar de receita, mês a mês, durante do ano e o que eu... Minha expectativa de despesas relacionadas a operação. Então, eu tinha que mandar para a controladoria esse meu orçamento todo o mês de novembro e, após todo esse trabalho, no ano seguinte... Desculpa, nos meses seguintes nós tínhamos que apresentar esses números, de receita e o que eu dei de despesa para saber se o meu orçamento dessa parte estava sendo correto e essa parte ia para o Vanderlei. Ele que fazia toda a parte de resultados da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Toda a parte de resultado. Quem é o Sr. Marcelo Naufal?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Marcelo Naufal, ele foi Gerente e Diretor de uma das empresas aí do GPT, e hoje... Desde agosto de 2005 ele é meu sócio na GEOLOG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é seu sócio?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Na GEOLOG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa empresa, a GEOLOG, não é isso?--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: GEOLOG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela tem alguma vinculação com o grupo GPT?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. Ela teve... Essa empresa é o seguinte, ela chamava-se ZENA SERVICE--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ZENA... SERVICE?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: ZENA SERVICE. Ela foi do Antônio Augusto e de mais alguns sócios dele, até o ano de 2003. Aí 2003, eu acho que novembro de 2003, uma coisa assim, essa empresa perdeu o seu principal e único cliente que ela tinha e ficou congelada. Então, em 2004, fevereiro de 2004, eu adquirei junto com mais dois sócios, adquirei a participação nessa empresa aí. Até então... Porque é o seguinte, eu tinha interesse em sair para o mercado. Eu não tinha mais interesse em ficar trabalhando na GPT ou no Grupo PROMODAL. Então eu passei a querer montar a minha companhia, minha agência de carga. E num entendimento com o Antônio Augusto, ele me falou "Olha, eu não gostaria que você saísse agora, se você me esperar mais um pouco eu te ajudo a você a montar a sua". O receio dele é de que eu saísse para mercado, até por ser uma pessoa de vendas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E levasse os clientes.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: --E levasse os clientes dele. Então ele tentou, de toda a forma, me assegurar para eu não sair. Só que, como eu estava disposto a sair realmente e essa empresa estava sem faturamento, eu fiz um acordo com ele paguei um "X", eu e meu sócio, e administrei a empresa com o compromisso moral de que não fosse entrar nos clientes dele. Foi um acordo que nós fizemos. Agora, eu não vou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, embora vocês atuem no mesmo ramo, vocês atuam mais ou menos em acordo em relação a clientes?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não é acordo a clientes. Seria o seguinte, eu, pelo menos, eu não entrar nos clientes que era dele. [inaudível] hoje não tem mais nenhum cliente, mas é justamente nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hoje não tem mais clientes? Como assim? A PROMODAL?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: A PROMODAL não existe mais, hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não existe? Por quê?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Ela deixou de estar no mercado. Problemas financeiros, alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor então, obviamente, também opera com companhias aéreas. Quais são as companhias aéreas que o senhor opera desde a data da criação de da sua empresa?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu trabalho com a VARIG, a TAM, a SKYMASTER e, muito, muito

pouco, com a BETA. Mas, já trabalhei, já trabalhei em 2004 com a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O senhor, em 20 de outubro de 2004, fez um pagamento à SKYMASTER, de dezessete mil e oitocentos e quarenta e oito e vinte e cinco reais. A que se deve esse pagamento?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Transporte de carga da GEOLOG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da GEOLOG?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Da GEOLOG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: inclusive, tem até...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu cheguei a fazer pagamento com o meu próprio dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, esse é um pagamento seu, porque nós não temos a quebra do seu sigilo, mas temos da SKYMASTER.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não, justamente. E não foi só um não, tem mais. Tem uns quatro ou cinco, que eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que o senhor paga da sua pessoa física para a SKYMASTER?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque não tinha recursos para pagar e se eu não embarcasse a carga eu perdia o cliente. [risos]. Então aí eu tinha que fazer a opção, ou eu colocava do bolso ou eu perdia o cliente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, aí o senhor pagou diretamente--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Paguei, e recuperei esse dinheiro...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem a notas documentando toda essa transação?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Tenho. Toda, toda a contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as notas são emitidas pela sua empresa?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Pela minha empresa. Conhecimento de transporte, tem a WB da companhia aérea, tem o depósito saindo da minha con-

ta, e o depósito voltando para a minha conta, quando a GEOLOG me pagou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece uma expressão “cheque-frete”?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: “Cheque-frete”, que eu saiba, é pagamento de carreteiro, essas coisas, normalmente usa essa nomenclatura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a ver essa expressão no período em que trabalhava na PRO-MODAL?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. Eu não tinha contato lá, nessa área administrativa, eu não saberia dizer, mas, justamente esses valores que eu sei que esse “cheque-frete” que a gente escutava era justamente pagamento de carreteiros, motoristas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o senhor chegou... Porque esse “cheque-frete” até onde nós sabemos era para pagamento de carreteiros. Eram cheques em que se sacava, em dinheiro, no banco, para pagamento de carretos ou de operações com os carreteiros. Seria isso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o senhor chegou a ouvir dizer que o “cheque-frete” ele era utilizado para encobrir situações de pagamentos outros que não fossem para carreteiros.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca soube disso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque a informação não chegou dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos aqui, olha, veja, eu queria mostrar para o senhor um e-mail do Sr. José Vanderlei de Medeiros para o Marcelo Naufal, seu sócio hoje na empresa. “Solicitação de pagamento, confidencial, inclusive com uma advertência curiosa ‘Recomendável a eliminação deste documento após sua leitura’”. Parece aquelas coisas de filme de James Bond. “Marcelo, favor programar os pagamentos abaixo. Favorecido, ‘cheque-frete’, Pedro Vieira de Souza”. Ou seja o Sr. Pedro Vieira de Souza ele era pago com dinheiro levantado com o “cheque-frete”, portanto, pago em dinheiro. É um operação estranha. O senhor já tinha ouvido falar disso alguma vez?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tinha?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor então não tem idéia do que efetivamente do que o Sr. Pedro Vieira fazia, e por que é que ele recebia pagamento de serviços?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, eu não sei o que ele fazia, a única... Está muito baixo. O que eu sempre soube e, pelas poucas vezes que eu vi o Pedro na empresa, foi que ele prestava assessoria tributária para o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Advogado? O senhor sabe?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe o ramo de atividade, a formação dele?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor mexia com fiscalização, com o setor de fiscalização?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. Nunca atendi um fiscal na minha vida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca atendeu.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Nunca atendi um fiscal na minha vida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Haveria alguma razão para o senhor pedir alguma liberação de dinheiro para fiscal do trabalho?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para fiscal do trabalho, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor se recorda de alguma vez ter pedido alguma liberação de dinheiro relativamente a situação de fiscalização? E, se o senhor não mexia com fiscalização, haveria sentido o senhor pedir em liberar dinheiro para a fiscalização, alguma coisa assim?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Olha, eu acho que teve uma vez, eu não lembro a data específica, foi em 99, 2000, mais ou menos. Houve uma questão de valores operacionais para atendimento de fiscalização. O que é que foi isso? Existia um valor dentro da minha área, dessa área operacional, que era um fundo fixo de cinco mil reais. Ele não atendia à necessidade de fazer todos os pagamentos diariamente do que eu tinha para fazer o quê? Liberação de motoristas para viagem, liberação de pagamento de entrega de carga,

que tem algumas empresas grandes, até magazines, que você, quando chega com a mercadoria, você está com a carreta lá, carreta de 14 metros, carreta grande, de carga, eles têm as próprias equipes de descarregamento chamados "chapas". Então você tem que fazer os eventuais pagamentos a vista. Então, para isso tinha o fundo fixo lá. E também, é sabido na época e também hoje, de que não existe vôos, fretamentos de avião, cargueiros, saindo de Manaus e indo para o Brasil inteiro. Então 90% ou 95% do mercado hoje atua diferente. Ele tira a carga em avião cargueiro até São Paulo e daqui ele pega caminhões e distribui a nível Brasil, principalmente aqui o Sul e Sudeste. Então, com esse dinheiro que eu tinha no meu fundo fixo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No fundo fixo.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: --Eu tinha que liberar esses caminhões, quando vinha mercadoria de Manaus, para fazer a viagem. E, por uma determinação da diretoria financeira, eu só poderia recuperar esses cinco mil reais para fazer novas operações quando apresentasse todos os comprovantes de entrega, os recibos de pagamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, isso não tem nada a ver com fiscalização?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: --Vou chegar lá. Quando eu mandava esse dinheiro para o departamento financeiro, voltava o dinheiro para mim. Teve uma situação, que eu vou chegar agora no que o senhor perguntou, que o RH teve uma fiscalização, acho que deve ser do trabalho, [inaudível] do trabalho, e eles me pediram "Eu preciso dos documentos de cartão de ponto, tudo que está"... Das empresas TECNOCARGO e PROMODAL, que estavam dentro carretas. Por que dentro de carretas? A empresa ela mudou de... Ela estava em Guarulhos, a PROMODAL, a TECNOCARGO, a BETA estava em outro canto. Mudou-se para Barueri. Em Barueri foi feito um arquivo maior que essa sala aqui, por empresas separadas, só que foi... Nós mudamos, cada um voltou para a sua origem. Por quê? Porque não conseguimos pagar o aluguel no local, que era muito caro, a mercadoria... Cada empresa foi para um lugar. A TECNOCARGO foi para o prédio da SHARP, em Campo Limpo, a PROMODAL voltou para o depósito, em Guarulhos, a BETA voltou para Guarulhos, para outro local e os arquivos ficaram dentro de carretas. E onde é que estavam as carretas? Então eu tinha carretas lá no Campo Limpo e tinha carretas lá na PROMODAL, onde eu ficava, só que eu tinha dentro, carretas que tinham os arquivos, carretas que tinham móveis de escritórios. Então eu tinha que trazer todo esse material para o depósito,

abrir as carretas, descarregá-las e fazer essa operação. O que aconteceu? Eu não tinha dinheiro dentro do meu caixa e eu falei “Como é que eu vou contratar caminhão, motorista de cavaleiro mecânico que vai buscar essas carretas, voltar para a empresa para eu abrir isso aí e contratar chapa”?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não sei se entendi direito, mas, por que é que os prontuários estavam dentro de carretas? Para mim não está clara a lógica.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque é o seguinte. Eu vou retornar. Nós tínhamos um arquivo central, então nesse arquivo central ficava o arquivo morto e o arquivo do dia-a-dia. Nesse arquivo. Quando nós mudamos, dentro dessas unidades não tinha espaço suficiente para você montar os arquivos. Então o que foi feito? Ficou dentro de carretas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Arquivos dentro de carretas.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eram arquivos, documentos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as carretas ficavam sem utilizar.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Sem utilizar. Tinha 1.200 carretas. Sobrava carreta. O que aconteceu? Trouxemos isso para Guarulhos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse não é um arquivo morto é um arquivo “vivo”, porque ele andava, ele--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não é que ele andava, ele ficava parado. Esse arquivo ficava parado, dentro de carretas, trouxemos as carretas para dentro da empresa, fizemos toda a separação da documentação. E aí é o seguinte “Quanto custou isso? Custou ‘X’, ia custar ‘X’”. Só que eu falei com o Antônio Augusto, eu falei “Antônio, eu posso até separar tudo isso e fazer os arquivos, só que vai lhe custar--”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantas carretas--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eram seis carretas com arquivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o senhor precisava trazer essas seis carretas com o arquivo para a sua sede?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para a minha sede, botar na plataforma e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As carretas estavam para-das onde?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: --Tinha carretas paradas no Campo Limpo, onde ficava a TECNOCAR-

GO e tinha umas duas carretas que estavam comigo lá na empresa. Totalizando umas seis, sete carretas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, essas não precisavam ser transportadas?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: É, mas precisava tirar de um lugar depois ir para o outro, porque o pátio fica do outro lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não entendi. Não entendi.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu tinha um pátio operacional do lado direito e a parte de depósito, do outro lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram seis carretas, onde é que estavam as carretas?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Seis carretas estavam no Campo Limpo. E aqui na PROMODAL devia ter mais duas carretas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tudo com prontuários?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não é só com prontuários. Lá tinha todos os arquivos, tinha comprovante de entrega, tinha móveis--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, seis estavam em Campo Limpo... E as outras?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Do lado do depósito da PROMODAL. Num terreno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do lado? Quantas eram?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Umas duas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Duas. O senhor precisava então descarregar essas carretas e levar--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. É o seguinte eu precisava transportar essas carretas, de onde elas estavam no Campo Limpo, para Guarulhos, colocá-las na plataforma, abri-las, tirar tudo que tinha dentro delas para separar o que era arquivo e mandar para o RH quais eram os documentos do RH, que eles haviam pedido. Então, o que acontecesse? Eu não tinha dinheiro para fazer essa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, precisava de dinheiro para que? Pagar quem?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu não tinha funcionário assim disponível para fazer essa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha que contratar motoristas...

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Contratar motorista, que tenha cavalo mecânico, não motorista, motorista com cavalo mecânico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o senhor numa operação de 1.500 carretas-

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: 1.200 carretas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --1.200 carretas, o senhor não tinha como operar seis?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, espera aí, nós nunca tivemos veículo próprio, as carretas eram próprias, mas os cavalos mecânicos eram terceirizados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, o cavalo mecânico, os senhores operam diariamente com eles.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Diariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, os senhores têm uma rotina de cavalos mecânicos.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Tem. E cada um custa duzentos reais, para fazer uma operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Duzentos reais, uma operação. Então o senhor teria que contratar, para seis carretas, o cavalo mecânico?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para seis carretas, o cavalo mecânico. Ok?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para descarregar essas seis carretas e fazer a separação, eu tive que contratar vinte ajudantes, no mínimo, não lembro agora quantos foram, mas estou falando o mínimo, porque vamos colocar aí cinco em cada carreta ou quatro em cada carreta dessa aí, para fazer a operação. Isso também custa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto custa cada ajudante desses?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Uns quarenta reais, por dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, em um dia, o senhor descarregou tudo, imagino. Não é possível.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Descarregamos tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então aqui quarenta reais por dia, foi 800 reais.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Isso. Aí nós temos mais o que? Os conferentes. Então, para cada carreta um conferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Está ok? O número mais ou menos de cinquenta reais, por conferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais mil reais?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Após isso aqui... Nós estamos falando em diária. Só que, para fazer essa operação, depois a separação, teve que separar por empresa, e separar o que? Por--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto é que o senhor gastou nessa operação toda?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Gastei... É um pouco distante... Eu acho que foi em 99 ou 2000, não lembro [inaudível]. Uns quatro mil e quinhentos reais, mais ou menos, essa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o senhor pediu esse dinheiro.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não. aí é o seguinte, conversando com o Sr. Antônio Augusto, eu falei "Olha, eu preciso fazer uma operação. E ele até ficou bravo comigo porque isso já deveria ter sido feito antes. E, outra coisa, eu deveria organizar esse arquivo. Para isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor? Mas não era o RH que tinha que organizar.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, mas esse aí estava lá dentro... O arquivo ia ficar lá em Guarulhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, o senhor cuidava da parte operacional, não da parte de pessoal.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Desculpa, Excelência. Aqui no era só material do RH, aqui tinha material... Comprovantes de entrega, tinha uma série de departamentos. E essa parte de armazenagem desse arquivo morto ficou decidido que ia ficar lá em Guarulhos, porque lá tinha espaço. Então o que é que eu fiz? Eu tive que contratar um pintor diário, comprei cal, pintou lá uma área onde tínhamos uma manutenção--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor que pagava com o seu fundo isso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: --Eu paguei com o dinheiro que eu pedi, não foi com o meu fundo fixo,

foi com o dinheiro que eu pedi. Ok? Então eu gastei uma quantia em dinheiro--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas era o senhor que gerenciava essa parte lá? Não era o senhor. O senhor cuidava--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: --Operacional era minha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --E a parte administrativa, quem cuidava?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, aí era lá na administração. Só que é o seguinte, eu não posso separar, Excelência, porque lá naquela unidade, quem estava administrando era eu. Então é o seguinte, quando me pediram, me pediram “Dá para você fazer isso”. “Com certeza”. “Só que eu vou precisar de dinheiro para fazer isso”. E foi o que eu pedi, pedi dinheiro para o senhor Antônio Augusto, ele me mandou uma quantia... De tudo que eu gastei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dinheiro para carreta--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para comprar... Contratar o cavalo mecânico--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cavalo mecânico, pintor...

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Isso. Parafusar lá, uma pessoa que parafusou todas as...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto o senhor gastou nisso tudo? Parafusador...

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Eu sei que eu gastei uma quantia em dinheiro, cinco mil e poucos reais, seis mil reais e devolvi mil e poucos reais, eu devolvi para a empresa junto com os recibos de tudo que eu tinha gasto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, deram o dinheiro para o senhor?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: O Antônio Augusto mandou o dinheiro para mim. Por quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor pediu para o Sr. Antônio Augusto, diretamente?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Pedi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O dono da empresa?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Pedi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que ele fez? Ele mandou em dinheiro para o senhor?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Mandou em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, foi verbalmente? Como é que o senhor fez?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Primeiro eu falei por telefone com ele e depois eu mandei... Ele falou assim “Então escreva para mim o que o senhor precisa, que eu vou mandar para você”. Por quê? Porque o Antônio Augusto, por isso ter estipulado pela diretoria financeira ele não quis, e foi praxe isso, e teve outras vezes que teve outros valores... Que teve valores de operação que, quando não tinha dinheiro no caixa, ele falou “Não, não vai parar uma operação porque o financeiro porque o financeiro fez uma regra”, então é o seguinte, para não desmoralizar ou criar um clima junto ao financeiro o que é que ele fez? “Você liga para mim e eu resolvo aqui e te mando o dinheiro”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, então o senhor ligou para ele e ele mandou o dinheiro para o senhor?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: E ele falou “Faça um papelzinho para mim, pedindo o dinheiro”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, se o senhor falou com ele por telefone, para que é que o senhor precisaria mandar um bilhetinho para ele?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque ele precisava justificar também, acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se era um negócio totalmente por fora do caminho burocrático normal da empresa, o senhor precisaria mandar um bilhetinho para o dono da empresa, para ele dar um dinheiro para o senhor, para ele justificar?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Isso. Isso foi o que ele me pediu que eu fizesse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o senhor mandou [inaudível] “Sr. Antônio Augusto...

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: “Sr. Antônio Augusto, solicito liberação de um valor “X”--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a fazer um orçamento desses gastos todos?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não pegou um papel prévio?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não. Só pedi um valor para ele, ele mandou para mim e depois eu devolvi mil e poucos reais que sobrou do que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que é OC?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: É Ordem de Caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ordem de caixa. Pois é, como o senhor já sabe, nós temos um bilhete seu aqui. O senhor reconhece que foi esse bilhete?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Isso. Foi [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, veja que curioso. Está assim “Para: Sr. Antônio Augusto, De: Geraldo J. Pereira. Referência OC, entre parênteses, fiscal do trabalho”.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está aqui, olha.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: É. Mas não é fiscal do trabalho, é para entendimento à fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor está discutindo é com o senhor mesmo. É o que o senhor escreveu “Fiscal do trabalho”.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui não está parafuso, pintura, carreta. Isso aqui é fiscal do trabalho. Solicito a liberação de oito mil reais referente a fiscalização do trabalho.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para atendimento à fiscalização do trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor vai me desculpar, mas essa sua história não está batendo. Não é o que está escrito aqui. O senhor confessa então que havia uma fiscalização do trabalho, na época, na empresa. Qual foi a data que foi...?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não me lembro. Foi entre 99 e 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 99 e 2000.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não lembro a data efetiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na PROMODAL?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Na PROMODAL e TECNOCARGO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem alguma prova de que o senhor pagou esse dinheiro para essas carretas, que houve essa locomoção?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Foi enviada toda para o Sr. Antônio Augusto junto com a devolução de mil e poucos reais dessa OC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi feito por escrito, uma prestação de contas?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Escrito, prestação de contas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que o senhor faz uma operação por escrito de uma prestação de contas numa coisa totalmente informal, que é um bilhete que o senhor manda para o Presidente da empresa.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque ele me pediu que fizesse assim, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por quê não fez diretamente, como o senhor sempre fazia o custo, o gasto do seu fundo. O senhor nunca gastou o fundo com bilhetinhos diretamente.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque é o seguinte, porque existia uma norma na diretoria financeira que eu só poderia retornar a receber novamente esses cinco mil reais se eu tivesse os comprovantes de pagamento desses cinco mil. Então se eu mandasse mil, recebia mil de volta. Isso era praxe da diretoria financeira e o Antônio Augusto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No entanto, o senhor não pede para o diretor financeiro, o senhor pede para o Presidente da empresa.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Ele negou para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele quem? O Diretor Financeiro negou?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: O financeiro negou... Negou, não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o senhor solicitou, o senhor fez por escrito também?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: O quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O dinheiro.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não. Eu pedi, eu falei assim, olha “Eu preciso de um fundo fixo aqui de, pelo menos... A minha briga era essa. Eu precisava de quinze mil reais de fundo fixo. Só que eles achavam o seguinte, que a filial estava gastando demais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, espera aí, mas ele negou... O senhor precisava dessa operação para entender o departamento de RH e o financeiro negou os oito mil reais.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Então desculpa. Vamos voltar um pouquinho o assunto. O pedido não foi para essa operação. Eu tinha uma solicitação de um fundo fixo de, pelo menos, quinze mil reais.

Para essa operação, eu não tinha os quinze mil. Todas as vezes que eu pedia que aumentasse o valor do fundo fixo a diretoria financeira falou “Não. Cinco mil está ótimo porque, de acordo com o que você tem de gastos aqui, mais ou menos, tem dado isso”. Só que é o seguinte, tem dado, quando eu comprovo”. Só que tem dia que eu ficava sem dinheiro no caixa, então eu pedia sempre que aumentasse esse valor para dez ou quinze mil reais. Então, nessa operação, como eu não tinha esse dinheiro no fundo fixo, pedi diretamente ao Sr. Antônio Augusto. Agora, Excelência, com todo o respeito a todos vocês aqui, se fosse um negócio escuso, um negócio de qualquer tipo de coisa, eu jamais escreveria um negócio--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor me desculpe, mas eu nunca vi tanta escrita como nessas empresas que nós estamos investigando. Aqui nós temos contrato de *lobby*, temos partilha de licitação, temos... Como é que é? Está aqui, olha, favor destrua. Nós temos de tudo aqui, temos contabilidade de coisas que eu nunca vi na minha vida. Eu juro por Deus. Eu sempre... É curioso que em cursos de direito normalmente se fala “Quem quer provar corrupção por recibo, jamais conseguirá a prova de delito”. E eu sempre achei isso, até esta CPI, porque eu nunca vi tanto recibo de situação estranha como essa, inclusive esse seu bilhete. Porque, é muito pouco crível que o senhor, me desculpe, que o senhor fosse fazer uma operação para pintar parede, primeiro que não era sua competência. Em segundo lugar, que guardar arquivo em carreta, e aí o DRH precisa, é o senhor que precisa fazer descer a carreta, e o senhor tem que pagar o cavalo mecânico, em uma operação habitual e, obviamente, como normalmente se pagam os cavalos mecânicos na empresa, e não é pelo senhor, aquilo sairia pelo pagamento normal das operações da empresa, ela é uma empresa transportadora. Quer dizer, no seu caso específico, o senhor tem que contratar um cavalo mecânico onde isso já se faz parte de um conjunto de contratações habituais. Quer dizer, todos os indícios existem aqui, de que houve um pagamento de propina. Se não o senhor não escreveria fiscal do trabalho. O senhor fala “Fiscalização do trabalho”. É fiscal, pagamento para o fiscal. Veja, “OC fiscal do trabalho”. “Solicito a liberação referente à fiscalização do trabalho, não é relativo aos trabalhos de transporte, é fiscalização do trabalho.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Mas, Excelência, com todo o respeito a todos vocês aqui, isso foi... O que eu estou falando aqui é extremamente o que ocorreu. Se está escrito de uma forma que vocês não estão entendendo, por qualquer motivo, isso foi o que realmente o que aconteceu. Se a empresa trabalhava

errado em termos de botar arquivo dentro de carreta, infelizmente foi uma situação que eu peguei e eu tive que resolver. E resolvi como? Pedindo ao dono da empresa que me... Fizesse esse pagamento e eu o reembolsei ele ainda, num valor “X” que sobrou desse caixa. Essa é a verdade. Agora... E mais pura verdade. Se é um negócio que gera dúvida ou não, vocês podem até não acreditar, mas foi realmente, Excelência, o que aconteceu. Não tenho motivo, eu jamais escreveria um bilhete para fazer qualquer tipo de coisa errada dessa natureza e eu no nunca atendi um fiscal na minha vida. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor algum dia viu uma planilha de custos relativamente a pagamentos a serem compensados entre a empresa BETA e SKYMASTER com os CORREIOS?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: BETA, SKYMASTER e CORREIOS, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca viu isso? Nunca passou pela sua mão?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Que eu me lembre não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a participar de reuniões com o Sr. Antônio Augusto, na sala dele, na sede da empresa?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Participei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Participou de reuniões? Que assuntos trataram?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: De estratégia de vendas, para aumentar faturamento. Simplesmente profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa questão de trabalho o senhor nunca tratou? De... Essa questão que envolve esse dinheiro o senhor nunca tratou na sala com ele?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que ele gravava as reuniões que lá ocorriam?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Para minha surpresa eu... Falavam muito, não é? Que gravavam-se, que ele gravava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já falavam na época?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Já falavam, na época, que ele gravava. Agora, eu, como ia pouco lá na sede, não tive... Nunca percebi nada gravando e agora a gente sabe que era gravado realmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se alguma conversa com ele foi gravada?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Minha?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sua.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Acredito que não. Não tinha motivo de gravar uma reunião comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele chegou a se gravar sozinho, inclusive, na própria sala.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: [risos]. Não. Comigo, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive falando ao telefone.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: [risos]. Comigo, eu tenho certeza, porque que eu estive poucas vezes estive na sala dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nessa data... Ou nesse período de 99 a 2000 o senhor esteve com ele, na sala dele?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Devo ter estado. Com certeza. Posso ter tido lá com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o senhor disse que esse dinheiro então era para pagamento das carretas que estavam com arquivo da empresa porque não podiam estar... E depois ficaram onde, esses documentos?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Ficaram arquivados dentro das... Guarulhos é grande lá, nós temos uma unidade bem grande. Foi montado os arquivos em dois locais--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Guarulhos mesmo?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Em Guarulhos. E ficaram lá à disposição--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto tempo ficaram nas carretas, esses documentos?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Olha, uns seis meses, mais ou menos. Uma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja que coisa misteriosa. O senhor tem espaço, num local grande, podia ter feito isso antes, deixa paralisado seis carretas, portanto, dinheiro da empresa, do negócio da empresa, com documentos--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Mas, Excelência...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Fica a seu encargo, que não tem nada a ver com o DRH, fazer a o transporte dos documentos que estão na carreta, fazer a reforma,

contratar pintura, fazer tudo isso. E, nada dessa versão bate com o texto que o senhor escreveu.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Excelência, com todo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu só posso lhe dizer que se o senhor quiser manter essa versão, o senhor tem todo o direito de fazê-lo, mas a nossa convicção é que, infelizmente, o senhor está faltando com a verdade a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Claro que você não precisa declarar nada que vá se auto-incriminar.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Mas, Excelência, com todo o respeito a todos aqui, que estão me escutando aqui, essa foi a verdade. Se a empresa cometeu o erro de deixar os documentos dentro de carretas e isso chegou numa conclusão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, tinha espaço, é uma quantia irrisória cinco mil reais. Deixa seis carretas paradas. Imagina o custo disso. Quer dizer, não tem o menor nexa, o menor cabimento--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Mas, veja bem, nós tínhamos... A empresa tinha 1200 carretas, tinha... Essas carretas que estavam sendo utilizadas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Empresário, quando tem bem que não precisa, vende, não deixa o dinheiro parado, isso não existe, deixar carreta com arquivo e principalmente numa empresa que está em operação. Se está sobrando carreta, vende. Não fica imobilizado seis meses, o senhor sabe disso melhor do que eu--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Tudo bem. Só que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não podemos ser, desculpe, ingênuos a ponto de acreditar numa versão como essa--

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Senadora Heloísa Helena, tem perguntas a fazer? Senadora Heloísa Helena, tem perguntas? Por favor.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Eu quero saudar o depoente, seu Advogado, a todos os presentes. Eu não tive a oportunidade, até porque sabe o Deputado José Eduardo que, embora eu me considere muito amada por Deus, ele não me deu ainda a possibilidade da onipresença--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ainda.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): --Ainda. [risos]. Há controvérsias. E eu estava na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e esta nossa CPI ela

é tão ampla, porque, infelizmente, são muitas as ramificações dos crimes contra a administração pública que traz do banditismo eleitoral à vigarice política, a tudo condenado no Código Penal e no Código Eleitoral e em outras coisas mais, a pouco nós estávamos lá, Deputado José Eduardo, tratando de Gerentes financeiros dos Fundos de Pensão, de corretoras, Agentes autônomos, Gestores dos fundos exclusivos, tratando de uma suposta energia que, nem eu que fui uma boa aluna de física, inclusive quântica, conseguia identificar tudo aquilo que lá estava, e agora nós estamos aqui tratando de carretas, cavalo mecânico [risos] e outras coisas mais. Então, como eu não tive a oportunidade de ver o início do depoimento de V.Sa. e as resposta a serem dadas ao Deputado José Eduardo, eu queria fazer uma pergunta muito objetiva, até porque o senhor sabe por quê está aqui. Não está a passeio, nenhum de nós aqui estamos, é evidente que é quase que uma obrigação nossa a presunção da inocência, para qualquer um que vai prestar depoimento. Mas, nem o senhor nos conhece, nem nós conhecemos o senhor. E a empresa em que o senhor fez parte ela entrou nessa história de uma forma, digamos, absolutamente distanciada daquilo que significa o zelo à administração pública e, portanto, à probidade administrativa. Tinham informação as mais diversas. Informações que podem ser desmanteladas, desmontadas ou consolidadas após o relatório do Sub-relator e o relatório final da CPI que trazia desde os elementos de que a empresa teria sido beneficiada em um contrato porque tinha feito uma solene e escandalosa doação de campanha ao Presidente Lula, a outra que tinha ganho contratos no Governo anterior, também porque fazia doações vultosas ao Governo anterior. E todas essas empresas elas acabavam sendo beneficiadas com fraudes, desde os processos de instrução dos editais de licitação, a licitação, os aditivos contratuais, portanto, tudo aquilo que está no Código Penal, como intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, tráfico de influência, corrupção passiva e ativa, tudo que, no linguajar comum, é patifaria política e empresarial, está sendo investigado aqui. Então, como o senhor, ao responder aos questionamentos do Sub-relator, por mais que seja legítimo dele, não acreditar, e de mim também, porque são fatos que, digamos, que ficam distanciados da lógica formal. Mas, suponhamos que o senhor esteja com a verdade e nós estejamos interpretando de forma diferente. De tudo isso que o senhor acompanhou como um funcionário da empresa, de tudo que o senhor vem acompanhando por, obrigatoriamente, ser uma pessoa que queira se informar em relação ao que está saindo na imprensa ou é absolutamente natural que o senhor faça, seu Advogado

faça, isso é absolutamente normal para dar consistência ou àquilo que o senhor acha que é verdade absoluta, ou às teses que os senhores irão defender para se proteger de qualquer ação penal. Ponto. De tudo isso que o senhor tem observado, da sua vivência na empresa, o senhor acha que estava tudo absolutamente centrado nos marcos da honestidade e não haviam relações promíscuas com o poder público, que estava tudo absolutamente certo? A análise que senhor tem da vivência que teve na empresa, de tudo isso que o senhor tem acompanhado, de alguma forma, pelos meios de comunicação, o senhor está absolutamente tranquilo com a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, o senhor está absolutamente tranquilo e acha que a empresa que o senhor fez parte ela não cometeu nada que pudesse ser contestado pela Legislação em vigor ou hoje o senhor acha que foi tudo muito bem, tudo normal, as licitações, as relações com o poder público, as relações com a fiscalização trabalhista, o senhor acha que está, absolutamente, tudo dentro do chamado marco da legalidade? É isso?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Senadora, com todo o respeito aí, eu sempre fui uma pessoa que eu procurei trabalhar dentro daquilo que foi-me pedido, dentro das minhas funções, que era fazer a comercialização das cargas do setor privado, porque eu nunca tratei com o setor público, e a parte operacional. Então eu tinha delimitado, dentro dos meus poderes, eu tinha delimitado esse tipo de negócio, que é o que me davam a liberalidade para eu fazer. Quanto às demais empresas do grupo que tinham, as negociações elas sempre foram todas feitas, fechadas entre as empresas. Então, o que acontece? Eu não tinha contato e nem participava de reuniões para tratar assuntos que pudesse sugerir qualquer tipo de problema nessa área, ou vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Quer dizer, se houve isso que está acontecendo, que eu... Seria leviano da minha parte se eu falasse que eu sabia, que eu via, que eu tinha conhecimento. Então, dentro daquilo que eu fazia, sempre foi feito dentro da legalidade a minha parte operacional a minha parte de vendas sempre foi feito dentro da legalidade. Inclusive, querendo acreditar ou não, eu acho que é como a senhora mesma falou, vocês têm o direito de não acreditar em mim, por não me conhecer. Mas, eu disse, ali naquele depoimento que eu estou dando, eu, primeiro, é o seguinte, eu sou uma pessoa de palavra. Quem me conhece, minha família, as pessoas que me conhecem sabem que eu sempre fui uma pessoa, e vocês podem buscar fonte aonde vocês quiserem, que eu sempre fui uma pessoa correta. E eu não trairia um princípio meu, uma coisa que o meu pai me ensinou, quer dizer, que é seguinte, a coisa mais importante que uma pessoa

tem é o nome dela. E eu jamais queimaria meu nome numa situação dessa. Pode até parecer, Senadora, que isso aqui... “Olha, você fez um bilhete lá. Por que é que você fez direto para o dono da empresa”? Porque ele me deu essa liberalidade. Ele falou “Faça dessa forma”. Então eu fiz dessa forma para atender o que ele me pediu. Agora, se o procedimento foi errado, até acredito, hoje você com tudo que está acontecendo aqui eu acho que existia uma forma melhor de se fazer, mas tudo que eu disse aqui, eu reitero, é a verdade. E tenho pessoas que podem até dizer que isso realmente é verdade, porque participaram junto comigo da operação. Então, eu gostaria só de responder essa é de... É de coração mesmo. Eu jamais faria um negócio desse tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou ler para o senhor uma matéria, que a assessoria até me encaminha agora, que foi publicada na Folha de São Paulo, no caderno Dinheiro. “Operação Zaqueu. Executivos e empresários, contador e auditores do Ministério do Trabalho são suspeitos de irregularidades. PF prende 25 acusados de fraude, em Manaus. A Polícia Federal prendeu ontem 25 pessoas em Manaus, entre auditores fiscais, 10 do Ministério do Trabalho, empresários, sete, executivos, sete, um contador, acusados de envolvimento no esquema de fraudes na fiscalização dos ambientes e irregularidades de contratações trabalhistas. A chamada ‘Operação Zaqueu’ deflagrada na madrugada de ontem cumpriu 41 mandados de busca e apreensão em Manaus e São Paulo. Foram apreendidos nas residências dos fiscais carimbos do Ministério para rescisões contratuais, documentos relativos a autuações realizadas em 1997, para as quais, conforme a lei, as penalidades já estariam prescritas, além de três lanchas, armas e oitenta e quatro mil reais em dinheiro. O esquema começou a ser desvendado pela Polícia Federal em setembro do ano passado, quando um empresário do setor de segurança privada denunciou ao Ministério Público Federal a tentativa de extorsão de um auditor fiscal. Para livrá-lo multa, o fiscal queria o pagamento em troca de madeira. E chegou a detalhar em um bilhete a espécie que ia receber”. E aí vai. “Os fiscais envolvidos, quase um quarto do total em atividade no Amazonas, que conta com 39 profissionais para a fiscalização, são acusados de atuar de diversas formas. Reduziam o valor das multas ou deixavam de fiscalizar empresas, mediante o pagamento de um salário mensal. A ação do grupo não seguia uma coordenação única, os fiscais atuavam individualmente. Às vezes dividiam negócios entre si, segunda a PF. Não há informações sobre o valor de propina, mas o cruzamento dos dados dos sigilos fiscais e bancários

dos auditores do trabalho revelou incompatibilidade entre os valores que recebiam como funcionários públicos, com o salário mensal bruto de nove mil reais e o patrimônio que construíram. O eixo da ‘Operação Zaqueu’, alusão ao nome de um fiscal corrupto que se converteu, conforme conta a Bíblia, foi anunciado pelo Delegado federal Reinaldo de Almeida César, no final da manhã em Manaus, às 12h só um mandado de prisão não havia sido cumprido, João Luiz do Vale Nogueira, ligado à empresa TECNOCARGO. Estava foragido”. A TECNOCARGO pertence ao grupo GPT, não?

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Pertence.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, portanto, o que eu quero dizer a V.Sa. é que evidentemente V.Sa. tem presunção de inocência. Mas, esta Sub-relatoria entende que os indícios existentes, de envolvimento das empresas do grupo GPT em irregularidades de fiscalização, no trabalho, claro, já anunciados por situações anteriores e que foram reforçados, enquanto indícios, não enquanto prova, com o bilhete de V.Sa, no nosso entender não estão descaracterizados pelo depoimento que V.Sa. presta. Não estou dizendo que existe prova nenhuma contra o senhor, a presunção de inocência prevalece. Porém, o depoimento de V.Sa, a meu ver, pela absoluta dissintonia ou, usando as palavras da Senadora Heloísa Helena, pela ausência de compatibilidade com uma lógica formal, não nos permite descaracterizar esse indício. Pergunto então a V.Sa. se V.Sa. gostaria de prestar um depoimento reservado sobre esta matéria? Que pudesse falar coisas que não pode falar neste momento.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Sobre isso aqui?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Sobre o depoimento de V.Sa. Sobre o recibo...

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, não. Eu só queria deixar claro para vocês... Para todos os presentes que o que eu relatei eu sustento porque é a verdade. Eu não tenho o que falar mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, eu solicito à assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, em primeiro lugar, que encaminhe ofício ao Ministério do Trabalho pedindo informações sobre as fiscalizações realizadas nas empresas do grupo GPT, no período que vai de 88 a 2003, particularmente a empresa PROMODAL, inclusive com a relação dos fiscais que estiveram presentes nessas operações e cópia dos autos de infração eventualmente lavrados no período. Segundo, solicito encaminhamento de cópia do depoimento do ora depoente, como cópia do documento que eu exibi,

do bilhete, como cópia desta matéria ao Ministério Público do Trabalho e também ao Ministério do Trabalho, solicitando a abertura do respectivo inquérito policial, no primeiro caso, e de sindicância, no segundo, para fins de apuração da ocorrência de eventual crime de corrupção. Terceiro, solicito que, não havendo fatos novos até a conclusão dos trabalhos da Sub-relatoria, conste na proposta de relatório, a ser encaminhada ao Relator Osmar Serraglio, a convicção da Sub-relatoria de que existem indícios da prática de crime de corrupção relacionado ao Ministério do Trabalho, no que se refere especificamente à empresa PROMODAL e o ora depoente, propondo-se, claro, não como afirmação conclusiva, pela ausência de provas, mas o prosseguimento desta investigação como recomendação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Havendo fatos novos, V.Sa. será chamado novamente a depor. Se quiser prestar algum esclarecimento que julgue oportuno, estamos à inteira disposição de V.Sa. Mas, não havendo fatos novos, se V.Sa. conseguir documentos, provas que possam infirmar esses indícios que estou aqui apontando, por gentileza, nos encaminhe e, nesse caso, nós reconsideraremos a decisão de fazer a menção no relatório final a esses indícios, caso contrário, não havendo nenhuma outra demonstração probatória, nós não temos outra alternativa, a não ser afirmar que é da nossa convicção que há existência de indícios, não de prova, de indícios da prática de crime, corrupção está mantida.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Excelência, eu vou agora tentar resgatar esses documentos. E até o próprio depoimento, eu acho que da pessoa que recebeu isso, que ele recebeu um documento meu com o retorno de dinheiro ainda disso, eu vou tentar pegar esta documentação e encaminhar para você.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria bom.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Porque justamente--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive com a indicação na contabilização da empresa, das datas e situações porque aí nós checamos com a fiscalização feita no período do Ministério do Trabalho. Havendo convicção de que descaracterize o indício, obviamente nós não teremos nenhuma vontade em fazer informações que são levianas, mas pela simples versão de V.Sa. de difícil construção lógica, se me permite, pode até ser aprovado, mas de difícil consistência nós manteremos a convicção de que estão de pé os indícios verificados, não só pela situação anterior noticiada pela imprensa, mas como também pelo bilhete que efetivamente V.Sa. emitiu.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Então Excelência eu posso terminar? Então é o seguinte, eu vou fazer este levantamento junto à empresa, ver se ela tem os arquivos, ainda porque a empresa esta paralisada, eu vou conversar hoje com a empresa vou tentar--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [risos] Se me permite a brincadeira talvez em uma carreta ainda hoje.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: Não, eu não duvido, eu não duvido. Então é o seguinte, eu vou tentar levantar essa documentação e vou ter o maior prazer de vir aqui mostrar para vocês.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós agradeceríamos imensamente porque obviamente o nosso dever aqui não é prejudicar ninguém, mas apenas a busca e apuração da verdade.

SR. GERALDO JOSÉ PEREIRA: E outra coisa, falando desta forma que nós estamos falando aqui, eu estou falando uma verdade, mas o que acontece? Quando você não tem, não conhece a operação e como ela funcionava dentro da empresa, então parece que o negócio é estranho, mas se você tomar conhecimento de como as coisas funcionavam dentro da empresa, é puramente a verdade, aí encaixa o negócio. Como era feito. Não porque num modelo de empresa hoje isso não deva acontecer, mas naquele momento era a situação que acontecia e infelizmente passou na minha mão.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. É por isso que eu digo que são indícios, se fossem provas nós não estaríamos propondo o prosseguimento da investigação. Agradeço imensamente o depoente o Dr. Advogado pela presença e se houver a possibilidade de trazer novos elementos probatórios para que nós possamos infirmar esta convicção, nós o receberemos de bom grato. Suspensa a Sessão para que possamos a seguir ter um novo depoimento. [soa a campainha]

Sessão suspensa às 13h35min.

Sessão reaberta às 13h38min.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Lembro aos senhores que nós teremos ainda mais quatro depoimentos ainda no dia de hoje, sendo que nós vamos parar para almoço depois deste segundo depoimento. Há uma solicitação generalizada Senadora Heloisa Helena... Uma acusação de que esse Relator está infligindo maus tratos a assessoria e uma violência aos direitos humanos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-LA): [risos] V.Exa. sabe que com relação a V.Exa. eu vou ficar com o requinte de ficar aqui. Libera os funcionários para almoçar e V.Exa. aqui, sem almoçar e eu faço companhia, não tem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tenho a menor dúvida disso. Aliás, eu estou precisando ter a elegância de V.Sa. eu estou precisando perder alguns quilos, V.Exa. e não V.Sa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-LA): Eu acho que a magreza nem sempre é uma coisa boa viu, eu acho que a magreza é mais um sofrimento mesmo. Carga excessiva de trabalho.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos então chamar o próximo depoente que é o Sr. Marcelo Naufal. Solicito à assessoria que conduza o depoente até a Mesa. Inicialmente eu agradeço a presença do depoente do Marcelo Naufal e do Dr. Advogado Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, inscrito na OAB São Paulo, sobre o número 67165, a quem também agradeço novamente a presença a esta comissão parlamentar de inquérito. Esclareço de início que o Sr. Marcelo Naufal irá depor na condição de testemunha, tendo portanto, assinado o termo de compromisso na forma do Artigo 203 do Código de Processo Penal. O depoente se compromete nos termos deste dispositivo sobre as penas da lei, a dizer a verdade naquilo que lhe souber e for perguntado, não podendo se omitir em relação a esses fatos, salvo no que concerne a eventuais situações cuja declaração possa trazer a sua própria incriminação, por força do princípio da vedação da auto-incriminação constante do texto da Constituição Federal. Indago se V.Sa. gostaria de fazer de início alguma ponderação preliminar sobre a razão da convocação a essa comissão parlamentar de inquérito, se quiser tem a palavra.

SR. MARCELO NAUFAL: Bom dia a todos. Eu só queria esclarecer que eu sou profissional de mercado, eu atuo na área financeira há 22 anos, fui contratado pela PROMODAL no dia 11 do novembro de 2002 e me desliguei em agosto de 2004. Minha carreira profissional eu estive no Banco Nacional e durante 16 anos fui funcionário da SHARP, nos últimos cinco anos como financeiro e estou à disposição para responder o que precisar.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço. Bem, iniciando então a arguição de V.Sa., quando que V.Sa., ou até reformulando porque você já disse que ingressou no dia 11 do novembro de 2002 na PROMODAL. Antes de trabalhar na PROMODAL, trabalhava onde?

SR. MARCELO NAUFAL: Antes da PROMODAL eu trabalhava na IRGA LUPÉRCIO TORRES. Que é uma empresa--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como chama?

SR. MARCELO NAUFAL: IRGA LUPÉRCIO TORRES.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): IRGA LUPÉRCIO TORRES.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Na verdade eu fui contratado, justamente, eu sai de lá--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que atividade a IRGA exerce?

SR. MARCELO NAUFAL: IRGA é transportes pesados, quando tem aquelas carretas enormes aí na rua, com aqueles montes de eixo levando--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor trabalhava na IRGA desde quando?

SR. MARCELO NAUFAL: Eu fiquei seis meses na IRGA.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seis meses. E antes disso?

SR. MARCELO NAUFAL: Antes disso eu trabalhei na PREDIAL LOGÍSTICA.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PREDIAL LOGÍSTICA. Quanto tempo você trabalhou na PREDIAL LOGÍSTICA?

SR. MARCELO NAUFAL: trabalhei um ano e meio.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes disso?

SR. MARCELO NAUFAL: Na SHARP durante 16 anos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): SHARP. Também na parte de logística?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, a SHARP eu entrei na contabilidade, depois eu fui para a auditoria interna, depois eu fui para a SID INFORMATICA, SID TELECOMUNICAÇÕES até ir para a SHARP, na verdade era o GRUPO MARTRILINEA(F).

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o senhor foi parar na PROMODAL?

SR. MARCELO NAUFAL: A PROMODAL eu fui parar pelo seguinte, porque na época o Diretor Financeiro era o Francisco Antônio Prieto que trabalhou comigo em 98 na SHARP, então ele já me conhecia de SHARP e precisava de uma pessoa para atuar como Gerente Financeiro e acabou me convidando.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor já conhecia o Sr. Antônio Augusto Moraes?

SR. MARCELO NAUFAL: Eu conhecia ele, eu vi ele umas duas, três vezes de vista na própria SHARP porque ele transportava para a SHARP na época, 97, 98.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E o senhor já entra, quando entra

dia 11 de novembro de 2002 na PROMODAL, entra exercendo que função exatamente?

SR. MARCELO NAUFAL: Eu era Gerente Financeiro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E permaneceu Gerente Financeiro todo o período que lá trabalhou?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Eu fiquei Gerente Financeiro até agosto de 2003, que aí sim eu virei Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor entrou quem era o Diretor Financeiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Era o Sr. Francisco Antônio Pietro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que o Sr. Pietro saiu da empresa?

SR. MARCELO NAUFAL: Olha, na verdade ele teve algumas divergências que eu não sei quais foram com a direção--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Antônio Augusto?

SR. MARCELO NAUFAL: --Isso. E por incrível que pareça eu entrei na empresa e fiquei com ele duas semanas e ele acabou saindo. [risos] Então na verdade a pessoa que entrou--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah... Ele saiu logo no início de 2003?

SR. MARCELO NAUFAL: Duas semanas. Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem assumiu depois dele?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade quem assumiu logo depois foi o Sr. Paulo Castelo Branco.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Paulo Castelo Branco.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Que acumulou a função de Vice-presidente e financeiro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele pôs o Sr. Paulo Castelo Branco... Ficou então comecinho de 2003 até agosto de 2003, poucos meses?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, não. Ele ficou na verdade até meados de dois mil e... Até meados de 2003.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como Vice-presidente?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até meados de 2004 então?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, 2003.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele entrou no comecinho de 2003?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí saiu?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade ele entrou em dezembro de 2002 e saiu mais ou menos em maio de 2003.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah! Em maio de 2003?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. De maio mais ou menos de 2003 até justamente agosto de 2004 o Sr. Antônio acumulou a função.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De Vice-presidente, não de Diretor Financeiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Não toda a função. Na verdade ele começou a passar a ver o todo o movimento financeiro, a assinar todos os cheques da empresa...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então apenas para entender que agora me confundiu. O senhor entrou em 11--

SR. MARCELO NAUFAL: 11 do 11 de 2002.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como Gerente Financeiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Respondia pelo Sr. Pietro?

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pietro saiu em dezembro de 2002?

SR. MARCELO NAUFAL: Duas semanas depois.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Duas semanas depois.

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente. Início de dezembro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sai o Sr. Prieto e entra o Sr. Castelo Branco.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Aí eu respondi para o Sr. Castelo Branco.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Castelo Branco acumulava--

SR. MARCELO NAUFAL: Vice-presidente e Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vice-presidência e Diretor Financeiro.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso...

SR. MARCELO NAUFAL: Depois disso, o Sr. Paulo Castelo Branco saiu em maio.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saiu em maio.

SR. MARCELO NAUFAL: E aí o seu Antônio acumulou toda a função da empresa. Na verdade todos respondiam para ele.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Vice-presidência e a diretoria financeira?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até o senhor assumir a diretoria financeira.

SR. MARCELO NAUFAL: Em agosto.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em agosto.

SR. MARCELO NAUFAL: Aí eu fiquei exatamente nessa função durante um ano.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Como Gerente Financeiro, exatamente, quais eram as suas atividades na empresa?

SR. MARCELO NAUFAL: As minhas atividades na empresa eram estritamente ligadas justamente a área financeira, eu era responsável das contas a pagar, contas a receber, o contato com os Bancos e basicamente isso. Toda a rotina financeira.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Toda a rotina financeira e depois como Diretor Financeiro...

SR. MARCELO NAUFAL: Acabei acumulando a função de...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De gerente também?

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor teve algum acréscimo de competência funcional quando passou a ser Diretor Financeiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, porque a procuração que eu tinha como Gerente Financeiro ela se manteve como Diretor Financeiro que era restrita às assinaturas de cheque, a endosso de duplicatas, eu não podia assinar contratos de espécie alguma.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Quando o senhor sai da PROMODAL, o senhor vai trabalhar onde?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade eu continuei prestando serviços para o grupo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, sim, de que maneira?

SR. MARCELO NAUFAL: Nós temos um contrato até hoje com SAMSUNG e a gente gerencia este contrato.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor fala nós é a PROMO-DAL?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Nós é a GPT.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A GPT?

SR. MARCELO NAUFAL: GPT tem um contrato com a SAMSUNG.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor gerencia o contrato GPT, SAMSUNG?

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que condição o senhor tem uma empresa--

SR. MARCELO NAUFAL: Oi?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem uma empresa?

SR. MARCELO NAUFAL: Hoje eu tenho uma empresa que o Geraldo que é o depoente anterior é meu sócio e eu entrei na empresa em agosto de 2005.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O nome da empresa é?

SR. MARCELO NAUFAL: GEOLOG LOGISTICA E TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor... A GEOLOG gerencia este contrato?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, na verdade a GEOLOG, ela trabalha estritamente no ramo privado, ela não tem contato nenhum com órgãos públicos e nós temos vários outros clientes. Na verdade, a SAMSUNG nos dá condição e nos dá lastro para fazer a GEOLOG crescer. A gente atua principalmente em Manaus e em São Paulo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período que o senhor era Gerente Financeiro, Diretor Financeiro, o senhor tinha alguma interface do seu trabalho com os contratos ou com atividades dos CORREIOS?

SR. MARCELO NAUFAL: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma, absolutamente nada?

SR. MARCELO NAUFAL: Nada.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a ter contatos com autoridades dos CORREIOS?

SR. MARCELO NAUFAL: Nenhuma também.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a ter contatos com pessoas do mundo político?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Nenhum.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Antônio Augusto Morato tinha contatos com pessoas do mundo político pelo que o senhor saiba?

SR. MARCELO NAUFAL: Olha, nunca vi, nunca vi.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desconhece qualquer contato?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Nunca vi.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. MARCELO NAUFAL: Conheço.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. MARCELO NAUFAL: Pedro Vieira de Souza é uma pessoa que me foi apresentada quando eu entrei na empresa que fazia, na verdade a parte de planejamento tributário da empresa.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Planejamento tributário?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem apresentou o senhor? Quem é que apresentou o Pedro Vieira de Souza ao senhor?

SR. MARCELO NAUFAL: O contador na época que era o José Vanderlei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece o Sr. Léo Botelho?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece? Já ouviu falar no nome dele?

SR. MARCELO NAUFAL: Já ouvi falar.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando ouviu?

SR. MARCELO NAUFAL: Assim esporadicamente, mas nunca tive nenhum contato nunca soube... Não sei a fisionomia dele.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe se o Sr. Pedro Vieira de Souza tem alguma relação com o Sr. Léo Botelho?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E exatamente o que vinha a ser a atividade de planejamento tributário que o Sr. Pedro Vieira de Souza desenvolvia?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade, até onde a gente sabe, ele ficava buscando oportunidades principalmente de parcelamento de impostos e acompanhava se tinha alguma fiscalização ou alguma multa, para justamente poder atuar no parcelamento disso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não entendi bem. Quer dizer, o planejamento... Eu não entendi bem o que é atividade planejamento tributário. Ele espera vir uma multa?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Aí eu não sei também porque é diretamente com a contabilidade e a controladoria, na verdade a minha área é extremamente financeira.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o parcelamento tributário, eu não preciso ter uma pessoa específica. Basta que empresa procure o órgão público respectivo.

SR. MARCELO NAUFAL: Com certeza.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual exatamente o papel do Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. MARCELO NAUFAL: Até aonde eu sei, era isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele cuidava de parcelamentos de dívidas tributárias?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quando havia alguma fiscalização ele mantinha o contato com o fiscal também? Ou não?

SR. MARCELO NAUFAL: Até aonde eu sei, eu não lembro de ele ter feito nenhum contato ou de ele ter comentado alguma coisa.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, por exemplo, havia uma fiscalização tributária na empresa era ele quem cuidava da fiscalização?

SR. MARCELO NAUFAL: Provavelmente ele assessorava a contabilidade no acompanhamento da fiscalização. Justamente para a busca de documentos, para ver onde estão esses documentos, a nível realmente de suporte, não é?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tinha alguma... Cuidava de questões da empresa junto ao INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Até onde eu sei, sim.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de questões ele tratava com o INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tem idéia?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Não tenho.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a sentar alguma vez com ele em alguma reunião de trabalho?

SR. MARCELO NAUFAL: Que eu me lembre não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Quem é o Sr. José Vanderlei de Medeiros?

SR. MARCELO NAUFAL: Então, o Sr. José Vanderlei de Medeiros justamente ele era o contador da empresa quando eu entrei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Ele se auto denomina *controller* do grupo.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Pode ser.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Ele seria o *controller* do grupo?

SR. MARCELO NAUFAL: Pode ser, pode ser.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): O senhor chegou a pagar multas no período em que o senhor cuidava das contas da empresa?

SR. MARCELO NAUFAL: Multas em que sentido?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Multas tributárias ou do INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): E existiam multas pendentes?

SR. MARCELO NAUFAL: Sim, na verdade, a empresa entrou com recurso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Foi objeto de recurso tributário. E o senhor sabe se esses recursos foram acolhidos?

SR. MARCELO NAUFAL: Sinceramente, eu não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Não sabe o resultado?

SR. MARCELO NAUFAL: Até onde eu sei, eles ainda estão tramitando.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Essas multas diziam respeito a que situação tributária? INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): O senhor não sabe dizer que tributos eram?

SR. MARCELO NAUFAL: Eu não sei dizer se era PIS/COFINS, se era INSS, não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Quer dizer, pode ser PIS/COFINS?

SR. MARCELO NAUFAL: Pode ser.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Nós temos aqui em mãos um e-mail que eu tenho perguntado reiteradamente aos depoentes. Mas antes disso eu gostaria de indagar, o que é cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Cheque-frete na verdade é, são pagamentos que a gente fazia principalmente para despesas de pequena monta, porque na verdade a transportadora com 1.200 carretas ela depende jus-

tamente do carreteiro, ela depende do combustível, e ela depende dos agregados para fazer a distribuição e as entregas. Então a gente adotava esse critério de sempre ficar com algum recurso em mãos para fazer este tipo de pagamento e eventualmente também--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Seria para os carretos?

SR. MARCELO NAUFAL: --Não, a gente usava também para o pró-labore também.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Pró-labore de quem?

SR. MARCELO NAUFAL: Dos diretores e do Sr. Antônio.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Por que um pagamento de pró-labore ele é pago com cheque-frete? Porque eu não entendi inclusive pelos seus antecessores, o "cheque-frete" era um cheque que era emitido pela empresa para saque em dinheiro.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Ou não, não é?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Isso não foi dito para nós até agora. O "cheque-frete" poderia ser de dado para alguém?

SR. MARCELO NAUFAL: Você endossa atrás e você deposita.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Para pagamento de frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, aí sim para pagamento de pró-labore, por exemplo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): E porque chama cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: É o critério que eles usaram... Na verdade, quando eu entrei na empresa, já existia isso. Então, eu só dei continuidade. Na verdade, a minha área não era nem financeiro, era uma pagadoria. Você paga o que lhe pedem, não é?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Ou seja, houve caso de pagamento de pró-labore em dinheiro, pela emissão de cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Sim.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Por quê?

SR. MARCELO NAUFAL: Olha, de repente, a pessoa precisa do dinheiro para fazer alguns pagamentos ou para fazer alguma coisa, não sei. Tem gente que gosta de ficar com dinheiro e são cinco, dez mil reais.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Havia grande quantidade de dinheiro?... Relativamente a esses pagamentos que foram sacados em dinheiro pelo "cheque-frete", eram quantias elevadas?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto mais ou menos?

SR. MARCELO NAUFAL: Cinco, dez, quinze mil reais. O máximo que eu cheguei a sacar foi vinte mil reais.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O máximo foi vinte mil reais em dinheiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Em dinheiro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para se encaminhado a quem?

SR. MARCELO NAUFAL: Ou ficava no caixa que a gente ia distribuindo ou passava para a diretoria...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E sempre com a denominação cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Cheque frete, na verdade doutor, é uma particularidade...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso era contabilizado como?

SR. MARCELO NAUFAL: Depois é recolhido o recibo tanto de combustível, quanto vale dos carreteiros porque eles assinam vale, eles têm pedágio, eles têm uma série de coisas...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E no caso do pró-labore?

SR. MARCELO NAUFAL: O pró-labore também. É contabilizado o nome da pessoa e quanto foi operado.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem recebia pró-labore com o cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso... Eu não tenho essa informação porque os recursos eram entregues na diretoria, a gente não sabe quem recebia.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem da diretoria o senhor entregava?

SR. MARCELO NAUFAL: Para o Sr. Antônio Augusto. Ele sempre fez questão de algumas coisas tratar pessoalmente. Justamente por, teve um período de extravio de documentos, começou a sumir coisas, então ele preferiu começar a ele mesmo tomar algumas providências, não é?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual era o seu papel nessa situação do cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Olha, sinceramente, Deputado eu só fazia o pagamento.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, quem pedia para o senhor o “cheque-frete”, como é que funcionava, quem autorizava o pagamento via “cheque-frete”, como é que era?

SR. MARCELO NAUFAL: Geralmente sempre era o seu Antônio.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu Antônio ligava para o senhor?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Um papelzinho, Marcelo, “cheque-frete” de tanto e assinava.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só isso e o senhor liberava?

SR. MARCELO NAUFAL: Sim, sim porque é a assinatura dele não é.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assinatura dele. E o dinheiro era entregue para ele?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Isso no caso--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A contabilização disso não passava para pela sua mão?

SR. MARCELO NAUFAL: Não ela ia para a contabilidade como “cheque-frete”, Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “Cheque-frete” Antônio Augusto?

SR. MARCELO NAUFAL: “AA”.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “AA”. Ou seja, não havia, mas nenhuma indicação era isso que passava pela sua mão?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, todos não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguns?

SR. MARCELO NAUFAL: Alguns.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia uma parte que era “cheque-frete”--

SR. MARCELO NAUFAL: E outras eu recolhia todos os comprovantes, não é?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o celular da Senadora Heloísa Helena... Está chamando a Senadora. Infelizmente, ela não está. Saiu momentaneamente da sala.

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade, Deputado, era uma pequena parte disso porque a grande maioria...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era para o frete mesmo.

SR. MARCELO NAUFAL: Anteriormente...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O “cheque-frete” quando vem “AA” era um dinheiro entregue para o Sr. Antônio Augusto e aí ele dava o destino que lhe era provido?

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o senhor sabia que era para pagamento de pró-labore se isso não passava na sua mão?

SR. MARCELO NAUFAL: Porque ele me dizia que era para pró-labore.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, ele dizia? Quer dizer que a única indicação que o senhor tinha que era para pagamento de pró-labore era a palavra do Sr. Antônio Augusto?

SR. MARCELO NAUFAL: Não necessariamente porque, por exemplo, eu tinha outros diretores na empresa e que eu não emitia cheque para eles para pagamento de salário.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem, por exemplo?

SR. MARCELO NAUFAL: O próprio Sr. Paulo Castelo Branco.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabe?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele recebia em dinheiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Ou um desses cheques.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora na contabilidade quando consta “cheque-frete”, “AA”, era saque em dinheiro encaminhado ao Sr. Antônio Augusto?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso. Ou o próprio cheque.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou o próprio cheque?

SR. MARCELO NAUFAL: Porque aí ele faz o endosso no verso, como ele é o dono da empresa, ele pode fazer o repasse para quem ele quiser, não é?

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos, por exemplo, aqui em mãos um documento curioso. É um e-mail encaminhado do Sr. José Vanderlei de Medeiros para o senhor. Então, está aqui: Solicitação de pagamento, confidencial. E aí vem uma estranha cláusula que é assim: recomendável a eliminação deste documento após a sua leitura. Lembram um pouco aquelas coisas do *James Bond*. “Marcelo favor programar os pagamentos abaixo. Favorecido: cheque-frete; valor: dez mil reais; referência: Pedro Vieira de Souza, remuneração referente a agosto de 2002”.

SR. MARCELO NAUFAL: Certo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Favorecido cheque-frete; valor: dez mil reais; referência: Pedro Vieira de Souza. Quer dizer, esses eram pagamentos que foram feitos ao Sr. Pedro Vieira de Souza, era isso?

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, ele foi remunerado em agosto de 2002 e maio de 2003 por dez mil reais?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses cheques eram entregues para o Sr. Pedro Vieira ou era dinheiro?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, eram cheques.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram cheques que foram entregues a ele?

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesses casos eram cheques dados diretamente a ele. Contra recibo que foram contabilizados na empresa com pagamento a Pedro Vieira de Souza.

SR. MARCELO NAUFAL: Pedro Vieira de Souza.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso fica descriminado?

SR. MARCELO NAUFAL: Sim.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque está escrito então se é uma operação absolutamente transparente “recomendável eliminação deste documento após a sua leitura”?

SR. MARCELO NAUFAL: Olha, é... Então, exatamente... E porque ele não foi eliminado? Por que ele chegou nas suas mãos? [risos]

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [risos]. Essa é a segunda pergunta.

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente. Porque eu sou financeiro e o que eu pago eu preciso de documentos. Então, eu acho inadmissível eu não sei porque ele escreveu isso, mas eu não vou eliminar documento nenhum.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele mandava sempre vários documentos com essa característica.

SR. MARCELO NAUFAL: Não muitos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos vários aqui.

SR. MARCELO NAUFAL: Não muitos. O senhor pode até pelo movimento da empresa, eu emitia 18 mil conhecimentos de fretes por mês.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses cheques eram nominais ao Sr. Pedro Vieira?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MARCELO NAUFAL: Sempre “cheque-frete” é nominal a empresa endossado atrás.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que não era feito... É estranho. O senhor vai me permitir... Por que é que eu pago um prestador de serviço com cheque com endosso atrás e não pago com cheque nominal?

SR. MARCELO NAUFAL: Ora Deputado, pode ser porque não existe um contrato escrito da prestação de serviços.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode ser um contrato verbal e não haveria nenhum problema.

SR. MARCELO NAUFAL: Pode ser um contrato verbal.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, nos parece que aqui há uma tentativa, digamos assim, camuflar essa relação. Ou seja, de não mostrar que há esse pagamento. Porque o senhor veja, o pagamento é feito com “cheque-frete”, é feito com cheque não nominal. Haveria alguma razão para isso?

SR. MARCELO NAUFAL: Nenhuma. Inclusive, eu quero deixar bem claro justamente isso. Eu nunca destruí nem eliminei nenhum documento que me foi dado. Inclusive os próprios bilhetes do Sr. Antonio era motivo de eu contabilizá-los.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor contabilizava todos os bilhetes?

SR. MARCELO NAUFAL: Por quê? Porque justamente como era uma prática comum na empresa fica mais fácil falar, “Olha o financeiro fez isso, fez aquilo”. Então eu aguardava tudo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui eu tenho uma outra, olha aqui. PIS/COFINS 2002, recomendável à eliminação deste documento após sua leitura. “Marcelo segue abaixo programação dos pagamentos referentes ao PIS/COFINS”. Aqui estão os valores, olha. Tem março, noventa mil. Primeiro pagamento. Veja aqui, tem uma coluna que fala valor... Valor, valor, valor. Primeiro pagamento, segundo pagamento, terceiro pagamento. Agora veja aqui, olha. Embora sejam três pagamentos, há quatro identificações de valores. O que é isso aqui?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade eu lembro bem deste documento. Este documento era uma forma que a gente ia propor justamente para fazer o parcelamento de PIS/COFINS, tá certo? Mas depois a empresa optou por entrar com recurso diante da multa e isso não se concretizou.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, então isso aqui não foi pago?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque que então consta como favorecido “cheque-frete” referência a Pedro Vieira de Souza?

SR. MARCELO NAUFAL: Era uma sistemática que ele tinha de colocar isso. Sempre tudo que se tratava de impostos ele colocava, Pedro de Souza.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E favorecido cheque-frete. Se não foi pago, porque coloca favorecido cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: É mais isso não foi pago.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E porque essa referência cheque-frete?

SR. MARCELO NAUFAL: Aí eu não sei. Aí o senhor teria que perguntar para o Vanderlei que emitiu o documento não é? Não foi pago.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui tem uma outra relação, olha aqui, bastante curiosa, inclusive com sinalzinhos estranhos e com alguns estão sorrindo e outros têm o raio. Quer dizer, uns são bons, outros são maus.

SR. MARCELO NAUFAL: Certo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Penhora, vinte mil. PIS/COFINS, vinte mil. INSS, mudança de fiscalização, cinco mil; quinze mil, INSS passado. Vinte mil PIS/COFINS, parte; dez mil, RFTT. Quinze mil, INSS passado. Vinte mil, PIS/COFINS, setembro outubro, parte. Vinte mil PIS, COFINS, parte. Quinze mil INSS time.

SR. MARCELO NAUFAL: *Time*.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): *Time*, tempo. É isso?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): *Time*, INSS *time*, em inglês *time*, é isso? Ou *time*?

SR. MARCELO NAUFAL: Aí dá para ver *time*.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou *time*.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se for *time* é tempo. Se for *time* é *time*. O que significa um pagamento de quinze mil reais para o *time* do INSS ou para o *time* do INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Eu realmente não sei. Desconheço.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem a TIME TRAVEL, eu estou me lembrando, teria alguma coisa a ver aqui?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei, pode ser. Pode ser que foi pago o INSS dela.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que pagaria cinco mil reais da mudança de fiscalização do INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Olha Deputado--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): O que é isso? O senhor já viu esta planilha alguma vez?

SR. MARCELO NAUFAL: Já.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): O que é isso aqui?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade eu só vi ela... Isso não me lembra de ter acontecido absolutamente nada. Mas pelo que eu me lembro especificamente esses cinco mil reais não é mudança de fiscalização. Na verdade parece que estava tendo fiscalização na TECNOCARGO ou PROMODAL e começou a fiscalização na outra empresa, inversamente, dizendo não é? Ou PROMODAL/TECNOCARGO ou TECNOCARGO/ PROMODAL.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. MARCELO NAUFAL: E isso, pelo que eu me lembro na época, foi o valor que o Pedro cobrou para justamente continuar atuando na outra empresa para acompanhar a fiscalização.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se observar. Todo o mês tem esse pagamento.

SR. MARCELO NAUFAL: Todo o mês. Cinco mil por mês.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele ficava observando a fiscalização.

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Não é observando, ele ficava acompanhando.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que significa acompanhar a fiscalização?

SR. MARCELO NAUFAL: Acompanhando é justamente dando suporte para o departamento contábil e de controladoria para dar os documentos necessários que o fiscal precisa com a maior rapidez possível.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto tempo ficou lá esta fiscalização?

SR. MARCELO NAUFAL: Sinceramente eu não lembro.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque olha, cinco de outubro, cinco mil reais, mudança de fiscalização. Aí teve um pagamento dia 5 de novembro para o INSS “time(F)” ou “time” e nesse mesmo deer(F), INSS, mudança de fiscalização.

SR. MARCELO NAUFAL: Então eu só queria lembrar Deputado--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois tem, olha, em novembro dezessete mil e quinhentos reais para o INSS time(F) ou time.

SR. MARCELO NAUFAL: Se o senhor me permite, posso...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Pois não, por favor.

SR. MARCELO NAUFAL: Até aqui eu não estava na empresa.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Até aqui o senhor não estava.

SR. MARCELO NAUFAL: Dali para baixo eu estava.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Bom, então vamos daqui para baixo.

SR. MARCELO NAUFAL: Este documento foi emitido anteriormente a minha chegada.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): PIS/COFINS, “parte”, PIS/COFINS, “parte”. Isso era pagamento do PIS/COFINS?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei. Sinceramente eu não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Mas aí o senhor já estava na empresa, olha.

SR. MARCELO NAUFAL: Sim, mas eu não me recordo de ter sido feito esses pagamentos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): INSS passado, INSS passado. Olha que interessante, o senhor tem, INSS passado tem como se fossem parcelas mensais: dez mil em janeiro, 21 de janeiro. Dez mil, 21 de fevereiro. 21 de março, dez mil. 21 de abril, 21 de dezembro, 21 de novembro. Todo o mês novembro tinha o pagamento de dez mil reais para o INSS.

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade pode não ter sido para o INSS e sim para a assessoria que o Pedro de Souza estava dando.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): De acompanhar a fiscalização.

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Cobrava bem para acompanhar a fiscalização. Imagine dez mil reais por mês mais outros cinco que seriam para ele. E esse INSS time(F) ou time?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei. Realmente desconheço.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): Depois tem pagamento do PIS/COFINS. Dezembro, “parte”.

SR. MARCELO NAUFAL: Também não sei. Eu não sei, foi pago só uma parte justamente do tributo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO

(PT-SP): RFTT o que é isso?

SR. MARCELO NAUFAL: Não sei. Sinceramente eu não sei.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vinte mil penhora? O senhor sabe o que é isso?

SR. MARCELO NAUFAL: Também não sei. Isso foi setembro de 2002, eu não estava na empresa.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isto aqui nos dá a impressão de ser pagamento de Caixa 2. O senhor seria possível que fosse?

SR. MARCELO NAUFAL: Não, não. Eu não vejo desta maneira.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se fosse Caixa 1, o senhor lembraria, não é, deste período que o senhor está na empresa, aqui olha.

SR. MARCELO NAUFAL: Não, justamente por isso Deputado...

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive a expressão INSS time(F) nos passa pela cabeça que pudesse ser um pagamento de corrupção para a fiscalização do INSS e que o Sr. Pedro Vieira tivesse uma relação privilegiada.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso eu desconheço, mesmo porque eu não tratava com ele os assuntos da empresa diretamente, eu só fazia os pagamentos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Este documento, autorização de pagamento. Quem é o Sr. Zenir Espanholi(F)?

SR. MARCELO NAUFAL: Zenir(F), se eu não me engano é uma funcionária de Manaus. Era, uma funcionária de Manaus.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor veja aqui, o pagamento dezenove mil trezentos e vinte, noventa e oito. É praxe, os pagamentos serem quebrados. No entanto os pagamentos que estão aqui registrados não são quebrados, veja como as quantias são secas. Novecentos mil, trezentos mil, trezentos mil, trezentos mil, não tem quebrados no parcelamento. Também aqui, olha, vinte mil, quinze mil. Quer dizer, parece estranho que pagamentos do INSS sejam todos assim, a seco, com valores redondos, esse aqui mostra diferença, esse é quebrado.

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade Deputado, quando o senhor mostra este documento o documento anterior que o senhor mostrou da Zenir(F), ele é uma autorização de pagamento.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas em valor quebrado.

SR. MARCELO NAUFAL: Esse pagamento efetivamente saiu.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse saiu.

SR. MARCELO NAUFAL: Os outros pagamentos foram todos previsão, nenhum deles que e eu me

lembre acabou saindo, salvo os de dez mil para o Sr. Pedro de Souza.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou pode ter saído pelo cheque-frete. Que é o indício que nós temos aqui um dinheiro pago. Então o senhor veja aqui. Quinze de maio de 2003. Tem aqui, dez mil reais. E veja como bate com os pagamentos.

SR. MARCELO NAUFAL: Com certeza, um por mês.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um por mês. Por exemplo, esse a JOTA(F) BONAR, esse pago direitinho, bonitinho.

SR. MARCELO NAUFAL: Esse foi pago com a autorização de pagamentos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A nota anexa.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu interroguei agora pouco o seu sócio, o Sr. Geraldo, sobre esse bilhete estranho: “Solicito a liberação de oito mil reais referente à fiscalização do trabalho”. Isso aqui passou pela sua mão?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele foi dirigido diretamente ao Sr. Antônio Augusto, que era justamente quem mexia com o “cheque-frete” que ele recebia em dinheiro.

SR. MARCELO NAUFAL: Isso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabe explicar a razão, veja, fiscal do trabalho. Nós partimos de indício de que isso possa ser um pagamento de propina ao Fiscal do Trabalho.

SR. MARCELO NAUFAL: O que não é verdade.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que foi nesse caso?

SR. MARCELO NAUFAL: Na verdade, pelo que eu sei, e pelo que a gente conversou--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem lhe contou a versão foi o seu sócio?

SR. MARCELO NAUFAL: Ele me contou a versão que o senhor já sabe, tá certo? E eu vejo isso 100% como provável que aconteça, porque os documentos eles realmente são acondicionados nos baús das carretas e realmente quando há fiscalização a gente tem prazos e realmente precisa remover todos os paletes dentro das carretas, precisa trazer as carretas e precisa ver manuseio o delas.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E depois volta para as carretas?

SR. MARCELO NAUFAL: Volta para as carretas. Isso naquela época. Porque quando eu entrei na empresa já existia o arquivo já em Guarulhos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, eles vinham e voltavam das carretas?

SR. MARCELO NAUFAL: Até se fazer o arquivo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E porque não se fazia o arquivo de uma vez por todas?

SR. MARCELO NAUFAL: Acabou fazendo. Porque, justamente cresceu tanto a empresa. São mil e duzentas carretas aí fica complicado, cada vez que acontece algum problema. Principalmente, Deputado, pelo seguinte, porque a atividade da empresa, ela mexe também com carreteiros, ela mexe com agregados, com terceiros... Então vira e mexe a gente tinha problema.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o custo de manter um arquivo itinerante, porque ele anda, pode andar, é realmente um absurdo.

SR. MARCELO NAUFAL: Exatamente.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso que nos pareceu pouco, eu falo isso ao senhor com toda a franqueza, nos pareceu pouco verossímil, o depoimento do Sr. Geraldo.

SR. MARCELO NAUFAL: Então, só para o senhor ter uma idéia, se os senhores quiseram até olhar, o arquivo hoje da GEOLOG é dentro da carreta. [risos]. Está certo. A gente ainda não acondicionou em um lugar, ele funciona exatamente assim.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E toda a vez que precisar procurar alguma coisa tem que descarregar a carreta.

SR. MARCELO NAUFAL: Geralmente sim, mas como a GEOLOG é uma empresa menor, a gente já catalogou de uma forma que fica bem mais fácil. Na verdade, o que é a carreta para a gente? É um baú, é um salão, só que móvel. Como se você tivesse nesse salão, só que móvel, você transporta ele para onde você quiser. Não existe o caminhão, é o cavalo mecânico, você aluga.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Você saberia explicar esses símbolos que estão do lado desses pagamentos. Os raios e os sorrisos. Com “sorrisos” esta duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais e com os “raios” cento e vinte sete mil e quinhentos reais. Total: trezentos e noventa mil, portanto são pagamentos a serem feitos, mas alguns com “raios” e outros com “felicidade”. O senhor saberia explicar a razão desse código?

SR. MARCELO NAUFAL: O senhor quer que--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca viu este documento antes?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Explicar eu digo que não, agora, a gente poderia imaginar.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então imagina para mim.

SR. MARCELO NAUFAL: Eu imagino que a parte de cima pode ter sido feita e a de baixo não, é um “sorriso” e um “raio”. E lembrando novamente que até aqui eu não estava, né.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a de cima pode ter sido paga e a segunda não apaga. Poderia ser o contrário, não paga com um “sorriso” e um “raio”...

SR. MARCELO NAUFAL: [risos] Exatamente. Depende de que lado que você vê, né.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O problema é que eles vêm em seqüência, talvez faltasse pagar isso ainda, né?

SR. MARCELO NAUFAL: Pode ser, eu não posso afirmar porque eu não conheço. Essa letra não é minha.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E de quem é essa letra, o senhor sabe?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Só sei que eu como canhoto, o senhor está vendo aqui, essa letra não é minha.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece, conhecia, tem ciência ou tinha ciência de uma Caixa 2 na empresa.

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Soube de alguma situação de corrupção específica, compra de fiscais?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe da manipulação de certidões do INSS?

SR. MARCELO NAUFAL: Não.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor nunca questionou o fato deste documento ser encaminhado com esta cláusula para ser destruído depois de lido?

SR. MARCELO NAUFAL: Eu questionei uma vez o modelo e ele falou: “Ah, eu acho melhor destruir”. Eu falei, “Por que Vanderlei?”, “Não sei”. Então eu falei: “Olha, desculpa, mas a próxima vez então que você queira que eu destruía alguma coisa, você não manda para mim, porque eu como financeiro, eu registro tudo”, justamente por esta particularidade. Eu acho que a contabilidade--

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele soube explicar porque ele colocava esta advertência?

SR. MARCELO NAUFAL: Não. Ele falou que era uma prática que já vinha também na empresa e ele... Agora, a gente como financeiro, como vindo de uma empresa que faturava um bilhão por ano, a gente não pode viver de deduções ou de diferença, a gente precisa de documentos.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós vamos ouvi-lo hoje ainda, quem sabe nos explique a razão deste mistério. Da minha parte eu estou satisfeito com o depoimento de V.Sa., se necessário for V.Exa. será novamente convocado para prestar depoimento da condição de testemunha. Contra V.Sa. não há nenhum indício, nenhuma situação concreta que possa haver alguma imputação que eu deva fazer referência neste momento.

SR. MARCELO NAUFAL: E eu que agradeço, estou à disposição para o que precisar.

SR. PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço. Suspensa a Sessão. Nós vamos paralisar por cerca de 40 minutos... 50 minutos, para almoço. Tem mais três depois. [inaudível]. É, mas nós vamos ter que atrasar um pouquinho, porque eu já estou sendo acusado de tortura da assessoria, tratamento desumano. Então está suspensa a Sessão, retornando dentre 50 minutos, ou seja, às 15h nós retomaremos. [soa a campanha].

Sessão suspensa às 14h19.

Sessão reaberta às 16h35.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):Reaberta a sessão. Na nossa pauta de hoje nós teríamos ainda por designação as oitivas do Sr. Pedro Vieira de Souza das empresas BETA e PROMODAL, do Sr. José Vanderlei de Medeiros do Grupo GPT e do Sr. Willer Martins Giordano BETA PROMODAL. O Sr. José Vanderlei de Medeiros, segundo informações que foram passadas pela Secretaria só foi localizada no dia de hoje e notificado hoje pela manhã o que, obviamente, lhe dá direito regimental de não comparecer e que, claro, terá que ser respeitado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Há pouco conversei com o Sr. José Vanderlei de Medeiros, indaguei se ele poderia comparecer amanhã para depoimento, ele disse que tinha dificuldades e aí também ele está no seu prazo regimental de poder não comparecer, uma vez que a intimação foi feita hoje apenas. Então, nessa perspectiva nós designamos a oitiva do Sr. José Vanderlei de Medeiros do Grupo GPT para a próxima terça-feira às 11h, ele já foi cientificado por mim, por telefone, mas solicito à assessoria que expeça a devida comunicação para a intimação oficial. O Sr. José Vanderlei de Medeiros do Grupo GPT irá prestar depoimento às 11h na próxima terça-feira. Quanto ao Sr. Willer Martins Giordano da

BETA PROMODAL, até às 14h nos foi informado pela Polícia Federal que ele não havia ainda sido localizado, claro, e portanto, nós não tivemos como fazer a intimação do Sr. Willer. Nessa perspectiva nós pedimos urgência à Polícia Federal a localização do Sr. Willer e determinamos ou remarcamos a sua oitiva para terça-feira às 13h. Então o Sr. José Vanderlei na terça às 11, o Sr. Willer na terça-feira às 13. Lembro que já estavam designados os outros três depoimentos para a próxima terça-feira. Então, nós teremos cinco depoimentos na terça-feira, além dos três, os dois que agora se designam. Também teremos cinco depoimentos na quarta-feira e mais cinco na quinta. Então, portanto, nós teremos uma pauta pesada na Sub-relatoria com quinze depoimentos na próxima semana. Apenas solicitaria à assessoria que cuidasse da verificação do cumprimento das intimações, está certo? Para que nós não possamos... Não podemos ter mais atrasos nesses depoimentos, então seria muito importante que caso nós não seja localizado um depoente nós possamos substituí-lo por outro. Aliás, a pauta da semana passada foi feita com grande antecedência, com quinze dias de antecedência e será importante que ela já tenha sido devidamente cumprida. Portanto, teremos apenas hoje mais um depoimento apenas, que é o depoimento do Sr. Pedro Vieira de Souza que prestou serviço para a BETA e para a PROMODAL. Solicito à assessoria que faça ingressar ao recinto o Sr. Pedro Vieira de Souza. Sr. Pedro Vieira de Souza comparece sem assessoramento de advogado, cumprimento V.S^a pela presença e saúdo V.S^a, e esclareço, previamente, que V.S^a irá prestar seu depoimento na condição de testemunha para essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Por esta razão assinou o termo de compromisso firmado nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal. Por este termo de compromisso V.S^a se compromete, sob as penas da lei, a dizer a verdade, a não se omitir quando perguntado em tudo que souber e que, claro, que, obviamente, possa prestar depoimento sem se auto-incriminar. A Constituição Brasileira veda a possibilidade de alguém ser obrigado a auto-incriminar-se, é o princípio da vedação da auto-incriminação, portanto, V.S^a se em algum momento imaginar que a pergunta que lhe for feita puder, na resposta, trazer alguma situação que o incrimine poderá puro e simplesmente não responder, mas os outros fatos em que, obviamente, isto não se qualifique V.S^a tem o dever legal de prestar depoimento dizendo toda a verdade sob pena, claro, de incorrer na prática de crime, inclusive, passível até, eventualmente, de prisão em flagrante. Agradeço a V.S^a, é de praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que nós venhamos a deferir a palavra ao depoente de início para que com liberdade inquirindo possa pronun-

ciar-se sobre as razões pelas quais, obviamente, ele aqui comparece. Então V.S^a querendo pode fazer uso da palavra a partir da agora.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Primeiro posso chamá-lo de Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, por favor.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deputado, eu soube na sexta-feira que estavam me preocupando e não estavam me localizando. Eu liguei aqui para a Secretaria e me identifiquei e estou aqui para responder as perguntas que eu puder responder para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço a V.S^a. Começo, então, a arguição. V.S^a tem que formação profissional?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Sou Engenheiro Civil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Engenheiro Civil. Formado por onde?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Por Taubaté.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Taubaté? Estado de São Paulo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano V.S^a se formou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deixa-me ver aqui... 70... 27 anos atrás, dá setenta...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 27 anos atrás, tá bom. A minha idade.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem algum outro curso superior, alguma outra formação técnica?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais foram as suas atividades profissionais no período posterior a que V.S^a deixou a faculdade?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu trabalhei na engenharia, fui engenheiro das construtoras em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Construtoras?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É Alfredo Matias, Em Geral, Envio...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre atuando como engenheiro civil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Sempre atuando como engenheiro. A Souza Miller.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Souza Miller?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Essas aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Posteriormente ao trabalho nessas construtoras, a que ramo de atividade o senhor...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu montei uma firma, a firma GUIVALE Engenharia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: GUIVALE Engenharia. Guilherme, Vanessa, Alexandre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Guilherme...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Vanessa e Alexandre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem são Guilherme...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: São meus filhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Guilherme, Vanessa e Alexandre? Pois bem. E essa empresa GUIVALE...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu atuei em Ubatuba durante quase 14 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o ramo de atividade dessa empresa?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu fazia prédio a preço de custo, fiz obras para a Prefeitura, essa atuação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Prédios?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Prédios. A preço de custo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela funciona ainda essa empresa?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Está parada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor começou com a GUIVALE, qual foi o ano, o senhor lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor saiu das construtoras, o senhor montou a GUIVALE? Lá em Ubatuba?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Uma empreiteira, lá em Ubatuba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Começou a trabalhar em que ano?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu fiquei em São Paulo, fui para Ubatuba, é que faz tanto tempo, são 32 anos com 54, mais ou menos, uns 22 anos. Quinze anos em Ubatuba, eu estou há 7 em São Paulo, mais ou menos. Eu estou há 7 em São Paulo, então quinze anos eu fiquei lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quinze anos na GUIVALE? Agora, GUIVALE é um nome fantasia?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É um nome fantasia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É uma empresa individual que o senhor tem?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: GUIVALE Engenharia e Construções Ltda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Representação de material de construção?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Essa é outra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Guilave Engenharia e Construções Ltda. Eu tive um depósito de material de construção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Esse é o nome fantasia como depósito para material para construção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa que era a empresa individual?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? A GUIVALE Comércio e Representação de Material...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É limitada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É limitada?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Além disso, antes de eu montar a empresa eu tive uma vidraçaria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o nome da vidraçaria?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: GUIVALE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também GUIVALE?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Tudo GUIVALE. Tenho uma fábrica da box, vendi pedra e areia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também GUIVALE?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Daí eu vendi pedra e areia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por sua conta?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Por minha conta. E tinha uma fábrica de bloco, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que chamava? Também GUIVALE?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu arrendei uma fábrica de bloco e trabalhava porque o mercado de engenharia estava fraco, eu era novo em Ubatuba e tinha que fazer alguma coisa, então eu comecei a trabalhar nessa parte de comércio até montar a GUIVALE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está certo. Aí o senhor montou a GUIVALE, alguma outra empresa?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. GUIVALE...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa San Martin?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: San Martin é antes, é de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É antes da GUIVALE?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É antes da GUIVALE, São Paulo. San Martin Engenharia e Construção Ltda. Daí eu tive uma Pedro Vieira de Souza ME.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pedro Vieira de Souza ME? O que é Pedro Vieira de Souza ME?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É que é micro empresa. Daí você usava o seu nome com ME.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E o que fazia a Pedro Vieira de Souza ME?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na época tinha nota pedra e areia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor continua ainda trabalhando com a GUIVALE?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Está parada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi que o senhor parou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu parei em 2000 quando eu vim para São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 2000 o senhor foi para São Paulo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu vim para São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E começou trabalhar no quê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Em nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em nada?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Cheguei em São Paulo como engenheiro, o mercado não estava propício, daí tinha um amigo meu que trabalhava com parte de INSS, Receita Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é esse seu amigo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É o Palhares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Palhares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Palhares? O nome dele completo qual é?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei, José Palhares, infelizmente ele faleceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele fazia, o Sr. José Palhares?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Ele trabalhava com INSS, Receita Federal, parcelamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [inaudível]

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não, ele trabalhava com parcelamento de INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de trabalho?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O trabalho de parcelamento. A empresa... Parcelamento administrativo, e a empresa tinha algum débito administrativo e ele parcelava a dívida perante o órgão para a empresa pagar. Parcelamento de 60 meses como determina a... Daí ele me explicou porque eu estava querendo fazer alguma coisa, e ele me explicou como fazer isso. E eu, na verdade, nem sabia o que é que era INSS e nem Receita e ele me ensinou, e daí eu conheci um amigo meu, apresentou Léo Botelho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Léo Botelho?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Léo Botelho ele é Engenheiro Químico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Engenheiro Químico?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Engenheiro químico. [risos] Não tem nada a ver com o Palhares.

Esse me foi apresentado por Antônio Carlos, um amigo meu de Caraguatatuba que é perto de Ubatuba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é Antônio Carlos? Antônio Carlos do quê? O senhor lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não lembro. Antonio Carlos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele apresentou o Sr. Léo Botelho para o senhor?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Isso. Eu morava num flat, o Léo falou: O Antônio Carlos falou que você está aqui morando em São Paulo e tal e me apresentou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Sr. Léo Botelho fazia?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei o que ele fazia. Eu sei que ele me apresentou para a PROMODAL, para o Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a atividade do Sr. Léo Botelho?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei dizer, ele é engenheiro químico, e ele trabalhava com políticos também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com políticos?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Trabalhava com políticos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que políticos?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele trabalhava com política?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Falou que trabalhava com política, ajudava nas campanhas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu vou lembrar... Eu falo o nome. Isso, Arnaldo Faria de Sá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Trabalhava com o Sr. Arnaldo Faria de Sá?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu fazia, não sei se é trabalho, ou se é assessoria, não sei dizer, eu sei que ele me apresentou na época em 2000 para o Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele apresentou o senhor para o...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o Sr. Léo Botelho então conhecia o Sr. Michel Atiê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E me apresentou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Porque ele falou que o Michel tinha assumido as empresas como diretor financeiro e queria por em ordem a parte tributária, e ele me apresentou e o Michel queria saber o que eu fazia. Eu disse: Olha, Michel eu estou iniciando a fazer, faz um ano que eu faço parcelamento de dívida administrativa, porque eu sou engenheiro, não posso na parte judicial porque teria que ser advogado. Ele falou: Então faz um favor, Pedro, então levanta para mim tudo que tem no grupo, são 12, 8 empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual grupo que era?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Era a PROMODAL LOGÍSTICA, BETA, PROMODAL, a TECNOCARGO TRANSPORTE, TECNOCARGO DA AMAZÔNIA, a *TIME TRAVELS*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é Time(F), é *TIME*?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Era um grupo de todas as empresas do Grupo GPT.[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa era uma das dívidas que nós tínhamos se era Time(F) do INSS ou era *Time* do INSS.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não, era *Time* empresa. E Daí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): *TIME*? Só *TIME*?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: T I M E.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [risos] Mas é empresa do que a *TIME*?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei, também. Eu sei que na época era uma empresa de transporte de carga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): *TIME*? E aí o senhor fez o levantamento da dívida.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Daí passaram para mim, eu tinha 72 CNPJs, o grupo inteiro que é no Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 72 CNPJs?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Porque eram filiais em todo lugar, Manaus, São Paulo; todo lugar tinha filial, daí eu fiz o levantamento todinho junto com o

contador, porque essa parte você sabe que o contador tem mais experiência, fizemos juntos. Levou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o contador?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na época, o Moacir. Daí levou um ano e pouco esse levantamento. Passei todo o levantamento, foi ICMS, Receita Federal, INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era devedora de tudo isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, era uma dívida administrativa, não tinha sido ajuizado nenhuma dívida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas dívida administrativa é dívida.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Por isso que pediu para levantar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ICMS, Receita Federal, INSS, o que mais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só os três.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E eles tinham Certidão Negativa de Débito?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Se existe uma dívida ela não pode ter uma certidão de débito. Então, o que foi feito? O Michel pediu para mim, eu fiz o levantamento...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi feito esse levantamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: 2000, 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, antes disso eles tinham essas dívidas não pagas? Aí o senhor levantou em 2000, 2001?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Daí o que eu fiz? Eu pedi para fazer o parcelamento perante os órgãos, eu fiz todo o parcelamento de todas as dívidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor fez todo o parcelamento das dívidas?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Todo o parcelamento, tudo em 60 meses. Eles começaram a pagar... Na primeira parcela que pagam, se emite uma certidão. É isso aí. Esse trabalho que eu fiz inicial para o grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E eles pagaram depois as parcelas?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Essa parte interna... Eu não era empregado, eu era um...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um prestador de serviço? Agora me diz uma coisa, o parcelamento da dívida é um direito do contribuinte. Por que é que tem que ter um escritório que cuida do parcelamento? Se é um direito que basta a pessoa chegar lá e conseguir?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O certo seria o contador da empresa ou alguém da empresa fazer esse serviço. Se eles me contrataram, então eu fiz, se alguém lá dentro não tinha capacidade ou não de fazer, Deputado, eu não sei, me contrataram, dei meu preço e fiz. Eu acho até que teria que ter alguém dentro da empresa para fazer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É até curioso, porque...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Talvez desse muito trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós tivemos um depoimento aqui, inclusive, de um dos responsáveis da área financeira da BETA que diz que estranhou quando contratam uma pessoa para cuidar disso, que era o senhor e que ele não via razão dessa contratação.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Quem me contratou na época foi o Michel Atiê com o endosso do dono da empresa, o Sr. Antônio Augusto. Se alguém falou que não tinha, eu não sei. Se o dono contrata e o diretor financeiro contrata.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quanto o senhor cobrou por esse trabalho?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Ele paga 10 mil por mês para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 10 mil reais por mês para mim.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só que adêxito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se conseguisse parcelar?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Depois do serviço pronto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que significa serviço pronto?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É parcelamento com a certidão na mão, tudo certinho, a empresa correta, porque eles queriam por a empresa em ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 10 mil reais por mês?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É dava mais ou menos isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Durante quantos meses?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Pagava um mês, não pagava, ficava três meses sem pagar, foi complicado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quantas parcelas de 10 mil reais o senhor recebeu?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Devo ter recebido uns 180 mil, 18 meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 180 mil reais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É mais ou menos isso aí, Deputado. Mas o trabalho... O senhor está achando que é muito? Eu não acho que é muito não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, eu não sei nem se é muito ou se é pouco, eu não consegui entender qual é o trabalho. Explica para mim.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Então eu vou explicar qual é o trabalho. Chega 3h da manhã na fila do INSS, na fila da Receita, pega uma senha, fica até abrir para ser recebido e espera até as 3, 4, 5 horas da tarde e daí eles dão a relação desse CNPJ com a dívida, e assim vai, são setenta e poucos CNPJs. O senhor vai 4 horas da manhã, fica na fila, pega uma senha. O senhor sabe como é o sistema do INSS e a Receita no Brasil é através de senha, e fica lá. Então é um trabalho, não é um trabalho... Se fosse tão fácil eles teriam feito, se fosse tão fácil. Então para mim foi muito trabalhoso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, aí o senhor pega... Tinha que viajar?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu viajava, não pagavam para mim estadia, não pagavam nada, eu viajava por minha conta. Eu fiz o trabalho todo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor pegava a certidão e daí?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não pegava a certidão, eles não queriam a certidão, eles queriam o parcelamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí qual o seu trabalho?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, eu já fiz todo esse trabalho até entregar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, o senhor pega a certidão, uma vez levantada a certidão que consta a

dívida, o senhor só entra com requerimento de parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não é a certidão, eu pego o levantamento da dívida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. Aí o senhor entra com o requerimento pedindo o parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Daí eu entro no INSS com toda documentação de cada empresa, dou entrada e peço um parcelamento. Isso aí levou um ano e pouco, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu trabalho então é pegar a certidão da dívida e entrar com o requerimento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não é pegar a certidão da dívida, é fazer o levantamento da dívida hoje. Se me contratarem hoje, eu faço até hoje. Se me contratarem hoje: Pedro, a minha firma está com uma dívida, faz um levantamento para mim. Eu faço o levantamento de toda a dívida da empresa tanto na esfera...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Junto com o contador?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É porque o levantamento, qualquer um pode ir no INSS com uma procuração e pedir o levantamento e eu faço o parcelamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o que eu não estou conseguindo entender é o seguinte? Vamos imaginar que a empresa pegue um *office boy*, por exemplo, um *office boy*, ele vai lá, fica na fila às 4 da manhã, vai e pega, tem o levantamento, depois disso o contador faz o requerimento, pede o parcelamento e vai lá protocola. É esse o serviço?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Talvez eu tivesse feito na época o serviço de *office boy*, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu estou perguntando se é isso, eu preciso entender.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Talvez não seja tão simples assim, mas é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a dificuldade que tem além dessa de pegar a fila e fazer o requerimento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Nenhuma, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que precisa contratar uma pessoa especializada, que tem um escritório especializado nisso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Primeiro, eu não tenho escritório especializado nisso, eu era pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o José Palhares tinha?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, também não. Pessoa física. Lá não tinha escritório nenhum. Fazia o trabalho, não tinha escritório. Em São Paulo nunca tive escritório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Objetivamente, é um trabalho físico?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Físico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só físico?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só físico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o tempo inteiro que eu perguntava para as pessoas qual era o seu trabalho, falavam que era uma consultoria tributária.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, que consultoria, não tem consultoria nenhuma, não tem nada a ver com consultoria, nunca dei consultoria tributária. Eu fazia parcelamento. Primeiro o serviço...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o tempo que demora um processo de parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Uma empresa hoje leva em torno de... Para deixar prontinho o parcelamento, pagar a primeira parcela em torno de 30 dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 30 dias?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É, porque o órgão é devagar. Para o senhor pedir um parcelamento, no mínimo tem que preencher uns dez papéis, no mínimo, um parcelamento só, só um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor há de concordar comigo no seguinte sentido, o senhor conseguiu 72 parcelamentos?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantos parcelamentos o senhor conseguiu?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi um total de 12 empresas, 10, não lembro... Foi o total das empresas. O problema são os CNPJs. Uma empresa tinha assim 10 CNPJs, o senhor tinha que levantar em cada lugar que tinha o CNPJ a dívida. Entendeu? Daí junta tudo, entra, o processo é [inaudível] Cada empresa. Você entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada que o contador da empresa não pudesse fazer?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Nada que o contador da empresa não pudesse fazer, com certeza, até hoje faço esse serviço e sempre falo: Por que o contador não faz?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor cobra por parcelamento? Como é que são os seus honorários?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não... Para fazer, vão pagar 10 mil depois de todo o trabalho que eu tive e foi pagando para mim, está devendo para mim até hoje também, também estão me devendo, também não acabaram de pagar também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo trabalho todo qual o valor que o senhor acertou com eles?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na verdade não teve valor: Vai dando toda a assessoria para a gente, vai fazendo todo o trabalho disso aí, nós vamos pagando para você 10 mil por mês. Eu falei: Então tá bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas 10 mil por mês dá 18 meses. O senhor falou que demora trinta dias um parcelamento.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não, Deputado. Eu estou [inaudível] Um parcelamento normal, pega uma empresa, um CNPJ e vai lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos lá, o senhor demorou um ano...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Demorou mais de ano todo esse trabalho. Eu terminei esse trabalho em 2001 quando foram feitos todos os parcelamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem 72 CNPJs, portanto, o senhor tinha que pegar 72 filias. Certo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor pegaria 72 filias, daria para o senhor fazer, mais ou menos, em dois, três meses?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O senhor acha?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tenho certeza. Se o senhor for todo dia pegar uma fila...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só que eu não consegui fazer em dois, três meses, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Porque não é tão simples, não é tão matemático assim, apesar de ser engenheiro civil não é tão matemático assim. Eu sei que eu levei esse tempo todo, porque o INSS... Daí o seguinte, na época o INSS teve uma greve, ficou quatro meses em greve, três meses em greve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E esses meses em greve o senhor estava recebendo 10 mil reais por mês?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não estava recebendo nada, eu recebi depois que eu fiz todo o trabalho, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor ganhou os 10 mil reais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu recebi, lógico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se o senhor não fez nada no período da greve. O que é que justificativa esse pagamento ao senhor?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O que justificava? Eu fiz o que combinei com eles, eles tinham que cumprir o que eu combinei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Espera um pouquinho, o que eu estou achando estranho, é o seguinte, o senhor me permite. O trabalho que o senhor está fazendo não é um trabalho de consultoria, é um trabalho operacional, se eu pegar um *office boy*, vamos supor que eu pegue 10 *office boys* ganhando 500 reais. Está certo? Vamos lá...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O senhor está achando que o valor de 10 mil por mês foi muito? Eu tinha uma firma de engenharia, a GUIVALE, eu pagava o meu engenheiro por mês 10 mil e outros pagavam engenheiro 2 mil reais por mês. Tem hoje engenheiro que ganha 3 mil por mês, e engenheiro que ganha 20 mil por mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê? Porque o trabalho é mais qualificado. No seu caso a qualificação do seu trabalho reside no quê? Veja, pelo que o senhor descreveu...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só uma pergunta, por que é que eles me contratam então?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é isso que eu quero saber.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Aí tem que chamar o Sr. Michel Atiê aqui e o Sr. Antonio e falar porque me contrataram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é exatamente isso, porque veja o seguinte: Objetivamente, se eu pegar 20 *office boys* pagando 300 reais para eles por mês, 400 reais, vamos pagar bem.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E por que não pegaram?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é a pergunta. Por que é que alguém gasta 180 mil reais num trabalho que *office boy* pode fazer?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas eu também pergunto, por que não pegaram. O senhor acha que eu forcei alguém a me contratar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é amigo de gente do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem nenhuma relação de amizade?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não, normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor mantém uma relação estreita com a fiscalização do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem amigos dentro do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conversa com eles?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não. Eu... Parcelamento, fiscalização, tirar uma certidão, normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não se encontra periodicamente com gente do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Não me encontro periodicamente com gente do INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fala ao telefone com gente do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Se eu precisar de uma... Eu estou prestando um serviço ao senhor e preciso de uma certidão, daí saber... Porque cada empresa tem um posto, cada empresa tem um posto, depende do posto. Eu trabalhei para a Associação Itaquerense de Ensino do Sr. Camilo lá em Itaquera e na fiscalização lá de Itaquera, eu trabalho em Moema, se eu trabalho em Cotia, eu tenho que ir lá em Cotia.

Entendeu? Normal. Porque o fiscal, se a gente for lá e falar: Quero falar com o fiscal, eles nos atende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas por que é que o senhor teria que falar com o fiscal, se o senhor cuida da parte de parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O senhor perguntou por quê? Porque houve lá no grupo GPT, teve uma fiscalização em 2002 do INSS e da Receita Federal que eu não estava, quem estava atendendo era o próprio GPT. Aí me chamaram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas por que chamaram o senhor?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei, também. Me chamaram para eu atender fiscalização que tinha entrado uma briga com o pessoal e me chamaram para atender. Daí eu e o Dinaldo que era o contador lá na empresa nós atendemos a fiscalização de duas empresas do grupo. Teve a fiscalização da TECNOCARGO DA AMAZÔNIA que foi outro pessoal que atendeu lá em Manaus e teve também uma fiscalização da GPT que foi uma outra pessoa que atendeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora quando o senhor atende a fiscalização o que o senhor faz?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Apenas atendo a fiscalização com documentação, dar atenção para eles, tudo que eles pedem leve para eles, uma parte mais...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas isso qualquer funcionário da empresa pode fazer, não?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Por isso que deu confusão, deu uma briga entre o fiscal e me chamaram para eu apaziguar. E eu fui lá atender.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor apaziguou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Pelo menos começou a fiscalização e terminou a fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E deu multa?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Lógico de deu tanto na TECNOCARGO TRANSPORTE como no INSS, como na Receita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Multas pesadas ou não?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi em torno, uma faixa de 1 milhão, na Receita foi, parece que... No INSS foi 1 milhão e 400.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram as irregularidades que eles tinham detectado?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Recolhimento de GFIP errado, essa parte não sei. Se o fiscal multou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor não vai discutir com o fiscal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Não é minha parte isso aí. Eu não vou discutir a multa que ele vai dar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o senhor não vai discutir o mérito da multa com o fiscal? O senhor não vai discutir a questão técnica com o fiscal, o que o senhor faz?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu faço acompanhamento da fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o que é o acompanhamento da fiscalização? Se o senhor não vai discutir tecnicamente? O que é que o senhor faz?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: A fiscalização fiscaliza cinco anos a empresa, então pega a documentação, ele quer toda a documentação, recolhimento de GFIP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas isso aí a empresa dá.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Então. E por que se dá, se não deu problema por que me chamaram? É me chamaram. O que eu posso fazer, também?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o senhor, por parcelamento, cobrou 180 mil reais. Para esse trabalho de acompanhamento da fiscalização, quanto o senhor cobrou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi 5 para a Receita e 5 para o INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 5 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É para atender. É, o fiscal quer você toda hora: Vou a tal lugar, eu quero você, você tem que ir lá, tem que ficar do lado dele pegando papel, quero esse papel, você sai, vai lá na firma procurar, daí vai pegar papel de cinco anos atrás, você que tem que buscar o papel, você que tem que procurar, você leva para ele. Sabe quanto tempo levou a fiscalização na empresa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantos?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mais de ano, atendendo o cara toda semana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor recebia 5 mil reais por mês?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi mais ou menos na faixa, continuando 10 mil reais pelo trabalho, 5 de um e 5 de outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 5 mil de....

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: 5 mil da Receita e 5 mil do INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então 10 mil, além dos 180 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Isso não tem nada a ver, esse foi um trabalho que eu fiz dois anos antes. Isso aqui é 2002/2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quanto o senhor ganhou nesse trabalho de 2002?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Teoricamente eu ganhei, mas não ganhei, estão me devendo ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas teoricamente o senhor ganhou... E praticamente ganhou quanto?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi uns 120 mil, estão me devendo ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estão devendo 120 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pagaram os 120 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Pagaram. Estão me devendo, dos dois serviços que eu fiz para o grupo todinho estão me devendo 80 mil ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o senhor ganhou em torno de 200 mil reais para acompanhar os fiscais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, para acompanhar o fiscal não, Deputado. Eu estou falando do global desde 2000 até 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O parcelamento foi 180 mil? Está certo? Esse trabalho de acompanhar os fiscais, de ir lá e pegar papel quando ele pede...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Uns 80 pau, mais ou menos, não lembro de cabeça, Deputado, mas foi numa faixa disso aí. Ganhei bem?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, para pegar papel para fiscal eu acho que é um bom salário, profissão valorizada essa, o senhor ganha mais que um advogado que trabalha...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O senhor acha?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu tenho certeza.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu acho que não. Um advogado tributarista para cobrar uma fiscalização numa empresa ganha muito e muito dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas um advogado tributarista faz um trabalho, eu estou falando de um advogado, por exemplo, recém-formado vai ganhar mil, 1.500 reais por mês.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Um recém-formado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se poderia fazer um trabalho desse mais barato.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Podia fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só atender fiscal, ser simpático, pegar papel.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É o que eu falo, Deputado, a opção é de cada um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, o cara quer gastar mais dinheiro gasta, não quer...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O dinheiro é dele, ele poderia chegar para mim e falar: Eu pago metade do valor, ou não pago nada, e eu falar eu não trabalho, ou eu trabalho. Eu já perdi serviços que eu dei um preço, “não queremos”, está bom, não faço e tem outros que interessam. Até um dia eu falei: Michel, você não precisa me contratar para fazer esse serviço é tanto que em Manaus me contrataram. Tanto que em São Paulo, na GPT, Deputado, contratam um advogado para acompanhar a fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor telefona muito para o pessoal do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Se eu telefono muito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu quebrar o seu sigilo telefônico, ou o senhor pode nos colocar à disposição vai aparecer muito telefonema para gente do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Manda quebrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas vai aparecer?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não vai aparecer. O que é que é pessoal do INSS?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gente que trabalha com as [inaudível] De parcelamento, fiscais.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu digo até os fiscais que eu trabalhei, estão lá, está lá a empresa, começou a trabalhar e terminou trabalhando lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foram esses fiscais, o senhor lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu lembro, o da Receita Federal, depois eu passo para você.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não lembra: O senhor teve um ano com eles e não lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Um é do INSS, foi o Eider.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eider do INSS, é só ele?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Só teria ele e o outro, deixa me ver aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era só um fiscal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Era um fiscal só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eider. E I D E R, é isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. E Y D E R.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É I ou Y?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E Y D E R.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E Y D E R? Eyder? O sobrenome o senhor não lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do INSS. E da Receita quem é?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E da Receita, eu não lembro o nome dele, mas depois eu posso passar, eu ligo aí e deixo aí o nome, é o... Não lembro, Deputado. Porque o meu trabalho com fiscal era ele aqui, eu aqui, dou documento e não tem, não tinha...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor trocou telefonemas com eles?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, trocou quando ele ligava pedindo documento, o documento está aqui, ligava para mim. Eu, normal, numa fiscalização o fiscal deixar o telefone dele, é normal numa fiscalização, deixar o telefone, eu tenho que deixar o meu. Ele precisa do documento, eu estou indo na empresa tal dia e quero você lá, quero esse documento, é normal deixar o telefone. Não tem que dizer nada de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor trocou bastante telefonemas com eles nesse período?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na fiscalização? Lógico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por isso que eu perguntei ao senhor se apareceria numa quebra.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não precisa nem... Eu até passo o telefone deles sem problema nenhum. Durante a fiscalização é lógico, normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E com o pessoal de parcelamento da dívida, o senhor mantém contato?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Parcelamento não, parcelamento você pega o processo todinho, vai no balcão do INSS: “Olha, quero fazer um parcelamento, está aqui a documentação”. Não é fiscal, quem pega é uma pessoal lá do órgão, entendeu? Não precisa de ser fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ICMS o que o senhor apurou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Nada. Eu só fiz um parcelamento na época do grupo, foram só e nunca mais trabalhei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles estavam devendo ICMS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, eu acho que muito pouco na época, eu tenho até hoje esse parcelamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que se consegue dever ICMS? Explica para mim.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu nunca trabalhei com ICMS, eu fiz porque eles pediram, pedi para o contador, ele foi lá e fez todo o serviço, o meu negócio era mais INSS e Receita mesmo, ICMS eu não tenho experiência nenhuma, também não conheço fiscal nenhum, não tenho telefone de nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor fez o parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Normal, na própria agência, normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Léo Botelho ajudou o senhor nessa questão do ICMS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não meche com ICMS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu acho que ele mexe, se ele mexeu para a BETA direto, eu não tenho participação nenhuma. Inclusive, depois que teve a cisão eu também fiz serviço para a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o senhor recebia esses pagamentos, esses 10 mil reais? O senhor recebia em dinheiro, chequê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Cheque, tudo cheque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nominal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Nunca recebi um dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha contrato assinado?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na época que eu estive com o Michel Atiê eu fiz um contrato e daí o Antonio pediu para não assinar o contrato, perguntou se podia ser um um contrato verbal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei, também, eu queria ter assinado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a ter um contrato assinado?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Não quis assinar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca teve?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Nunca tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a razão de não querer ter um contrato assinado?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Também não sei, eu pedi para assinar e como ele falou que não, confiar na palavra, eu confiei e não deu problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O contrato era assinado, não era assinado, mas porque o senhor não recebia cheques nominais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deputado, aí eu não sei. Essa parte eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor recebia cheque. Como era o chequê? Era um cheque...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: 5 mil, ou 10 mil, ou 20 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era ao portador ao senhor?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Assinava, eles carimbavam atrás como se fosse dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como se fosse dinheiro? Endossado atrás?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Endossado atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que não emitiam um cheque ao senhor ao portador?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu perguntei até uma época por quê...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que falaram para o senhor?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Era parte interna da empresa, você recebe o seu combinado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parte interna da empresa?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É, não sei. Não entendo isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que o senhor fazia com o cheque, depositava na conta bancária?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Depositava na conta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, esses cheques estão depositados na sua conta?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na minha conta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se nós quebrarmos o seu sigilo nós vamos verificar todos os cheques depositados?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: A maioria dos cheques, não sei se todos foram depositados, mas a maioria dos cheques eu depositava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os que senhor não depositava, o que o senhor fazia com ele?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Sacava em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sacava em dinheiro?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Está no imposto de renda lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem declarado imposto de renda?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Tenho certeza, está tudo declarado o que eu recebi lá como autônomo. Se eu recebi 200 mil num ano, está declarado que eu recebi 200 mil, se eu recebi 180... Porque não era só de uma empresa, Deputado. Eu trabalhei para outras empresas também, como eu falei a Associação

Itaquerense de Ensino, o Sr. Camilo que o senhor conhece lá de Itaquera.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a sua relação com o senhor Marcelo Naufal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O Marcelo quando eu o conheci no grupo ele era o diretor financeiro. Eu tinha contato mais com o Deraldo, o dono da empresa mandou eu tratar diretamente esses serviços sempre com o Deraldo, mas conheço o Marcelo, conheço o Geraldo, conheço o Antônio, conheço o Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E qual o seu relacionamento com o Sr. José Vanderlei de Medeiros?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Muito bom na época, muito bom, tratava com ele, muito bom, tratava com ele sem problema. Na verdade, eu conversava com todos eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Marcelo Naufal o senhor se reunia sempre com ele ou não?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Aonde?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lá na empresa?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a trabalhar com ele?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Claro, normal, normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele sabia que o senhor fazia?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Sábia, lógico que sabia. Todo mundo sabia, não tenho o que esconder nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acho que ele não lembrou direito hoje no depoimento dele.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas devia lembrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não sabia exatamente o que o senhor fazia na empresa.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, sabia que era parcelamento, ele sabe que é parcelamento, quando era para tirar certidão, eu tirava certidão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele pedia?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, ele não, eu tratava direto com o Dinaldo, o meu tratamento era Dinaldo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era com o Dinaldo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Dinaldo, o Marcelo eu conhecia, como conhecia o Gerado, mas não tinha amizade, eu não sou amigo, não sou nada, mas conhecia sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor trabalhava para a Beta e para a PROMODAL, para todas?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: No início era um grupo só, depois houve a separação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o senhor continuou trabalhando para a PROMODAL? Não?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Continuei onde em 2002 teve a fiscalização que me chamaram para atender essas 12 empresas, porque a GPT estava sendo atendida por uma Advogada e a TECNOCARGO AMAZÔNIA estava sendo atendida em Manaus. Me pediram para apagar um fogo porque teve um problema lá com o funcionário, com o fiscal. De repente, o fiscal não quis mas falar aquilo, queria que mudasse a fiscalização e daí me chamaram: “Pedro. Vai lá...”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde foi isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi lá onde era a firma da MIRUNA, ali perto de Ibirapuera.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí teve que mudar o fiscal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, mudou a pessoa da... O fiscal não muda numa fiscalização, o que mudou foi o funcionário que estava atendendo a fiscalização. O fiscal começa ele e termina com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos alguns pagamentos da Beta para o senhor, o senhor se lembra?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: BETA? É que para mim, Deputado, não tinha BETA, era um grupo de 8, 10 empresas, entendeu? A não ser que o senhor fale que eu tinha pagamento da BETA depois da separação. É antes ou depois?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que nos parece curioso...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Então, fala para mim, é antes ou depois da separação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois, foi em 2003.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Da BETA em 2003 impossível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São pagamentos pequenos aqui.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas BETA é impossível 2003, já estava separado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BETA, 21 de fevereiro de 2003, 576 reais.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deve ser PROMODAL, TECNOCARGO, PROMODAL...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 17 de abril de 2003, 333 reais, é isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): é porque nós temos um sigilo bancário da BETA, então o senhor recebeu da BETA dia 21 de fevereiro de 2003, 576 reais, 14 de abril de 2003, 333 reais.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas eu trabalhei para a BETA depois da cisão, eu falei para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o que é que é esse pagamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei, esse valor baixo assim, eu não estou entendendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os altos o senhor lembra? [risos]

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Os altos eu lembro, lógico. Eu fiz um contrato com eles no valor de 70 mil reais e outro contrato com ele no valor de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, uma coisa que nos parece estranha é que realmente os seus pagamentos não só não tinham contratos, como nós temos uma avaliação de que há uma maquiagem para esconder o seu pagamento. O senhor recebia, pelo menos, é o que nós temos aqui.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Maquiagem?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É. Eles tinham cheque que eles chamam de cheque frete. O que é um cheque frete, o senhor sabe?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Na época eu perguntei quando falaram que iam pagar, e falaram... Eu falei: O que é cheque frete? Também não sabia o que era cheque frete. A primeira vez, cheque frete, eu não sei o que é cheque frete.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí pagaram o senhor com cheque frete?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu nem sei, davam o cheque na minha mão, agora eles punham lá, eu não sei a denominação que eles colocavam, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, porque o cheque frete é, em tese, um cheque para pagar frete. E o senhor [inaudível] Nenhum?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No entanto, eles pagavam o senhor com cheque frete.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Cheque frete não, pagavam com cheque normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O problema é que os valores que o senhor recebeu...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Cheque normal, Deputado, como cheque frete?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que internamente eles chamavam de cheque frete, e aí os valores que o senhor recebeu não são compatíveis com os valores do cheque frete.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Tem uma água para mim, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu pediria que pudesse trazer uma água, por gentileza para o depoente. Na verdade, o cheque frete é um cheque que eles utilizavam para sacar o dinheiro no Banco para passar e eles faziam esta mesma operação como se fosse para sacar dinheiro para o frete para pagar o senhor.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Será que só pra mim eles faziam isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu acho que um monte de gente, aliás, não é só o senhor, porque o senhor nós conseguimos pegar o documento, nós estamos querendo pegar os outros caras também.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Então é o seguinte: Era uma prática normal da empresa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu diria que é uma prática anormal da empresa.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, era uma prática normal, quero falar, no sentido que pagava só dessa maneira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É uma prática anormal costumeira, digamos assim, ou seja, eles camuflavam.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu fui mais um que recebeu cheque frete?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deve ser. O cheque frete era utilizado para pegar em dinheiro e alguns, vários rece-

biam o cheque frete ali, pelo que foi revelado hoje, tinha gente que recebia pagamentos, muito estranho. E o seu caso nós temos aqui documentado por documentos internos da empresa. Por exemplo, no dia 15 de maio de 2003 o senhor recebeu sua remuneração referente à agosto de 2002, 10 mil reais, cheque frete.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Posso olhar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não. Documento interno da empresa. Favorecido cheque frete. Veja como é curioso, o pagamento é como se fosse para o frete.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não tem nome, meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas está aqui referência: Pedro Vieira de Souza, remuneração referente à agosto de 2002. Quer dizer, a forma de pagamento foi o cheque frete, mas o senhor recebeu por 10 mil reais dia 15 de maio. E aqui também, 31 de maio de 2003, mesmo mês, 10 mil reais referente à maio de 2003. Está vendo? E o que é mais curioso olha, 2002 e maio de 2003.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Lembra que eu falei para o senhor que eles atrasaram pagamento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas veja que engraçado. Eles estão pagando maio de 2003 e agosto de 2002, não tinha sido pago. E olha aqui que interessante, recomendável eliminação desse documento após a sua leitura. Ou seja, é uma maquiagem para pagar o senhor.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Maquiagem? Como assim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estão pagando o senhor sem dizer que estão pagando o senhor e estão pedindo para inutilizar o papel que tem a prova que o pagamento foi para o senhor.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei porque. Se eu recebi, eu prestava serviço, maquear por que, falar para eliminar papel para quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor fez algum parcelamento do PIS/COFINS de 2002?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi feito parcelamento não, teve a fiscalização do PIS, Cofins.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Teve parcelamento anterior que foi em 2000, 2002 foi fiscalização do PIS/COFINS da Receita Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Receita Federal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então me explica isso aqui, PIS/COFINS 2002, março, 90 mil, três pagamentos: 30 mil, 30 mil, 30 mil. O que é isso aqui?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Favorecido cheque frete, referência Pedro Vieira de Souza, olha o senhor aqui.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não. Eu não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas Pedro Vieira de Souza é o senhor, não é?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não, pode procurar em todo lugar isso aí, eu não sei o que é que é. Qual o valor?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 900 mil.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deve ser a multa do PIS/COFINS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas multa certinha, assim redondinha?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: 1 milhão é pouco. Eu não acho que é novecentos não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é o valor que está aqui. É um e-mail mandado de José Vanderlei de Medeiros para o Sr. Paulo César Castelo Branco que à época trabalhava na empresa.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: é um Diretor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Recomendável eliminação desse documento após sua leitura. Aí olha, Marcelo...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E foi eliminado? Não foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Segue a baixo a programação dos pagamentos referentes ao PIS, Cofins 2002. Que diabo de pagamento é esse redondinho, certinho, 30 mil reais por mês?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Desculpa eu não recebi. Com certeza absoluta eu não recebi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas alguém recebeu.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei. Isso é com a parte interna da empresa, Deputado, eu não sei dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Referência Pedro Vieira de Souza.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu segui a fiscalização, passei os valores da multa, tudo certinho. Agora como foi feito eu não posso falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos ver esse outro papel. Setembro de 2002, 20 mil penhora, setembro de 2002, 20 mil, PIS/COFINS, parte, 5 de outubro, 5 mil, INSS, mudança da fiscalização. O que é isso aqui?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu acho que não é mudança... Não, é o que eu falei, não é mudança da fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o que está escrito aqui, mudança de fiscalização.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Está escrito aí, não sei porque está escrito aí, não foi mudança da fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que é?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi alterado a pessoa da empresa que estava atendendo a fiscalização e eu exigi a mudança, a pessoa, e eu fui atender, não é mudança da fiscalização, eu, eu fui atender no lugar da pessoa que estava atendendo, entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E os 5 mil reais então era para o senhor?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É, é para mim, não é mudança fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E INSS passado? PIS/COFINS 20 mil parte. 10 mil, RFTT. O que é RFTT? Receita Federal, não?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Para mim quando se dirige a PIS, Cofins é a Receita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, mas teve 10 mil da Receita.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não se dirige para a Receita RF, se diz PIS/COFINS é a dívida...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que é RF?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 15 mil INSS passado. PIS/COFINS, 20 mil, PIS/COFINS 20 mil, INSS Time.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deve ser a administração da Time.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 15 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deve ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 5 mil, INSS, outra vez mudança de fiscalização.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É aquela que eu falei para o senhor do...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 20 mil, PIS/COFINS. Olha, num mesmo mês 40 mil reais pagos PIS/COFINS em duas parcelas.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só uma pergunta: Pago ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dia 7 de novembro 20 mil.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só uma pergunta, o senhor está mostrando o papel, foi pago isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não sei.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Então, tá bom. Eu também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se não é para pagar, que é isso aqui?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A interpretação que o seu antecessor deu é que o sorrisinho era pago e o riozinho era a pagar. Que aqui nós temos uma bolinhas com sorriso e outra com raio. E olha que curioso. Vamos pegar só o mês de novembro. 20 mil dia 1º de novembro PIS/COFINS; 7 de novembro, seis dias depois mais 20 mil, PIS/COFINS; sete dias depois 20 mil; 21 mais 15 mil, é um semanão. PIS/COFINS, 15 a 20 mil reais toda semana. O que é que é isso? O parcelamento não é mensal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas isso aqui não é parcelamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei, esse sorrisinho aí é parte interna. O financeiro não esteve aqui?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ninguém sabe explicar o que é isso. E mostra os papéis da empresa.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E está como pago isso aí?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pago para alguém.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Para o parcelamento não foi pago, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele diz que não foi pago, o depoente anterior.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: No parcelamento não foi pago, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele disse que não, que não houve em 2002 pagamento de parcelamento. O depoente que saiu daqui que era o Diretor Financeiro disse que não.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Em 2002?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Disse que não. Ele disse que não houve pagamento de 2002 de parcelamento. Ele falou: Eu garanto que não foi pago. Foi bem taxativo.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Como garante, se está o sorrisinho, não quer dizer que foi pago? Mas o senhor falou aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, a dedução que foi feita aqui.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas se está o sorrisinho não foi pago?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não sei.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Ele falou se foi pagou ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem gente que pode sorrir quando não paga.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mas ele sorrindo aí, ele falou se pagou ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele falou que acha que deve ser isso.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora e tem esse outro... E veja aqui como bate.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Deputado, o senhor está mostrando o documento para mim que eu não tenho acesso à empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor que fez esse trabalho para a empresa.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Espera aí, o trabalho eu fiz, a parte financeira, pagamento não tem nada a ver comigo. Eu fiz o trabalho, e recebi pelo meu trabalho, só isso. Entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E olha que coisa curiosa. Deixa-me mostrar para o senhor aqui. Vamos fazer um cálculo aqui. 15 mil, PIS/COFINS, 20 de novembro 15 mil, 30 mil, 20 mil, 50 mil; 7 de novembro 70 mil, PIS/COFINS 20 mil, 90 mil, não é? Vamos olhar aqui, novembro 90 mil.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei. E o cheque tem que pago sem fundo, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que cheque sem fundo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Pode ter cheque que foi pago...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui tem cheque sem fundo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei, não pode ter pago e não ter recebido? Dado o cheque e não ter recebido?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Receita?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não estou falando que isso é a receita. Quem está dizendo se isso foi pago para a Receita? Eu não sei se foi pago para a Receita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas que cheque sem fundo? Agora me perdi.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Agora o senhor perdeu. Não pode se pagar um... A empresa paga, eu tenho cheque comigo não minha mão que eu não recebi até hoje?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não tem BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da PROMODAL?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Do grupo, tem três, quatro cheques que estão pendentes de 10 mil reais cada um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da PROMODAL?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Da PROMODAL que está comigo, eu não recebi, nem depositei, porque as contas estão todas erradas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas tem alguma coisa a ver esse cheque com isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não. 10 mil, Deputado, 10 mil, 10 mil, 10 mil; não tem nada a ver com 20 mil, com 30 mil, com os 900 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que chama atenção é que esse é um documento da empresa que fala de um pagamento de PIS/COFINS de 2002, 90 mil, o depoente anterior diz que não foi pago nada e essa outra listinha do sorriso bate direitinho 90 mil.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E o senhor mostrou isso para ele?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mostrei. E se o senhor calcular, vejam que são três pagamentos de 30 mil reais e numa semana, sempre na semana dá 30 mil reais. 28 de novembro, 30 mil; 7 e 14, 20 mil, 40 mil, isso subiu, 40 mil que tinha sido pago menos antes.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Quando foi feito o parcelamento, quando teve a fiscalização, eles não pagaram e foi feita uma entrada na justiça, uma advogada entrou na justiça questionando os valores da fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, em 2002 havia essa fiscalização do PIS/COFINS.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Existia e junto com o INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não acha estranho ter toda essa situação de parcelamento e pagamento do período que tinha fiscalização? O senhor não acha que isso não é uma forma de pagamento de propina de fiscal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Olha, eu não vou falar que é, que não é, porque da minha parte não. Eu atendi a fiscalização, foi multada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não participou de nenhum tipo de acordo de pagamento de propina para fiscal na época?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, não, de jeito nenhum. Foi multada a empresa tanto no INSS como na Receita. Era para pagar à vista ou em duas ou três parcelas e daí chegamos a conclusão vamos entrar questionando [inaudível] Na justiça, tem esses processos todos lá, entramos na justiça questionando valor da multa dos fiscais e até hoje tem esse processo lá. Tanto da TECNOCARGO Da AMAZÔNIA que teve uma multa de quase 2,5 milhões, quase 3 milhões, teve uma multa da TECNOCARGO TRANSPORTES e da PROMODAL e foi... Entramos com uma ação questionando os valores tanto o INSS como a Receita. Não foi pago nada referente a multa de contrato, eles contrataram advogado, eu já estava fora, eu só atendi a fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas sabe que às vezes o fiscal pode, por exemplo, lavar a multa errada para depois ser derrubada na justiça. O senhor sabe disso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Pode.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode. É freqüente até, ele lava a multa errada sabendo que depois [inaudível] Na justiça depois prescreve e não paga nada.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só que não aconteceu isso, sabe por quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Porque na última decisão eles perderam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem perdeu?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Às vezes a multa pode ser maior. Por exemplo, tem uma multa de 20 milhões, 30 milhões, eu aplico uma multa de 2 milhões e pego uma propina de 900 mil. O senhor percebe? Quer dizer, há vários jogos que se conhece, infelizmente, da fiscalização corrupta e às vezes são multas erradas propositalmente, às vezes são multas colocadas a abaixo do valor, propositalmente feitas para favorecer o cliente. às vezes até nem é caso de corrupção, mas é concussão, ele é chantageado. Nós sabemos que, infelizmente, acontece no Brasil em todos os seguimentos de fiscalização, embora eu creio que seja uma minoria de fiscais que faça isso, que é uma classe que merece o nosso máximo respeito, mas isso aqui está soando mal a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Está pegando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está pegando. O senhor nunca participou de nenhum procedimento de cooptação de fiscal que lhe pediu dinheiro? Nunca?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Inclusive, eu nem ousaria falar até para dar voz de prisão para mim, se eu ousaria em querer pagar alguma coisa. Então da minha eu volto a falar de novo, teve quatro fiscalizações na empresa e eu fui contratado para atender apenas duas fiscalizações, Deputado, duas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora vamos precisar melhor, quais foram as duas fiscalizações que o senhor foi contratado?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: TECNOCARGO TRANSPORTES e PROMODAL Logística. Foi para isso que eu fui contratado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi contratado?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi na faixa de 2002 para 2003, nesse mesmo período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Receita Federal...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TECNOCARGO era a Receita Federal e INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Isso. Os dois. Nesse mesmo... PIS/COFINS e INSS. No mesmo período teve fiscalização da TECNOCARGO DA AMAZÔNIA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Espera aí, a TECNOCARGO 2002, 2003.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: A TECNOCARGO TRANSPORTE DE SÃO PAULO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De São Paulo? Ok. 2002, 2003? A PROMODAL foi quando?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Também. Foi no mesmo período, na mesma época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o mesmo fiscal que fazia tudo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. O fiscal da Receita é um e o fiscal do INSS é outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não. Mas o fiscal da Receita pegou a TECNOCARGO e a PROMODAL? O mesmo fiscal?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Espera um pouquinho só, espera aí, vou ver se eu lembro. Eu acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não sei qual que foi um, qual que foi o outro, eu não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra os nomes dos fiscais? O senhor ficou de lembrar.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Já falei, Eyder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O outro.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Da Receita, não estou lembrando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O Eyder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E da Receita?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu não estou lembrado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, o Eyder pegou a TECNOCARGO em São Paulo e a PROMODAL?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. Eu acho que ele pegou duas empresas a TECNOCARGO e a PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pegou as duas ao mesmo tempo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É, mas isso não depende, isso aí eu vem do órgão, isso não é a gente que... Vem fazer a fiscalização, o órgão vem e manda uma intimação e fiscaliza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o INSS também era?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Esse agora recente foi uma empresa só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu acho que foi a Tecnocargo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, Receita foi TECNOCARGO, INSS foi TECNOCARGO e PROMODAL?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a outra TECNOCARGO...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Da AMAZÔNIA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa o senhor não cuidou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. E também nem o GPT. A empresa GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A GPT também não foi o senhor que cuidou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, também não fui eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também foi Receita Federal e INSSN?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não sei dizer. Eu sei que teve a fiscalização e quem estava cuidando era uma Advogada. E Manaus eu também não sei quem atendeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor trabalhou TECNOCARGO em São Paulo e PROMODAL?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E trabalhei para a BETA também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando que foi a fiscalização da BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Depois da separação das empresas, eles me contrataram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioanis com o Sr. Antonio Augusto?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. O Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois da separação.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O Antônio ficou com o grupo GPT e o Sr. Ioanis ficou com a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A separação dos dois?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quando foi que o senhor trabalhou para o BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi 2003, 2004, mais ou menos isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também fiscalização?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Também fiscalização, me contrataram também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o senhor fez trabalhos de atendimento da fiscalização, chamemos assim, da TECNOCARGO DE SÃO PAULO, da PROMODAL e da BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2002, 2003 para a TECNOCARGO SÃO PAULO e PROMODAL, 2003, 2004 para a BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: E fiz também para outras empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas em relação a essas empresas o senhor tinha antes também feito o problema do parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Fiz em 2000 e 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2000 e 2001?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Daí eu parei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí foram que empresas que tiveram o parcelamento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Todas do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todas do grupo?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Todas, todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor cobrou na época para o parcelamento 180 mil reais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Mais ou menos isso aí. Só que eu parei, em 2001 eu parei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Parei. E aí me chamaram de volta em 2003, início de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto o senhor cobrou pelo trabalho da **TECNOCARGO** e da **PROMODAL** para atender a fiscalização?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi na faixa de 120, 130 mil, mais ou menos isso aí, foram 120, 130, 140 mil reais, mais ou menos isso, eu não sei de cabeça, é mais ou menos isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais ou menos 140 mil reais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Isso, mais ou menos isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor recebeu todo esse valor ou não?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, estão me devendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só pagaram só 80, foi isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Estão devendo para mim 80 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estão devendo 80 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Estão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As duas empresas?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a BETA quanto o senhor cobrou?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Foi 80 mil de uma empresa, foram 10 parcelas de 8 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem? Da BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dez parcelas de 8 mil?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso para atender a fiscalização do INSS?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, da Receita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da Receita, PIS/COFINS.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É, PIS/COFINS, e 40 mil do INSS, foi 5 mil por mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E 40...?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Do INSS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da BETA também?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Da BETA também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o senhor recebeu 120 mil reais da BETA?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi, apenas para entender, vamos dizer assim, recepcionar os fiscais 120 mil da BETA, aproximadamente 140 da **TECNOCARGO** e **PROMODAL**, sendo que o senhor recebeu só 80? A BETA lhe pagou direitinho?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Pagou direito, pagou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E do parcelamento foi 180 mil reais?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É, foi mais ou menos isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, que dos anos de 2001 a 2004, em quatro anos.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Vamos por cinco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Vamos por cinco de 2000 a 2005, me pagaram até 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Começou em 2000?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: É. Atrasada. 2000, me pagaram até 2005. Foi 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, seis anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor recebeu 300 mil, 520 mil reais, é uma média de 100 mil reais por ano, aproximadamente.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Só que tira 80.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, que o senhor não recebeu, mas o ajustado seria isso?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: O que eu recebi 400 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, praticamente uma média de... Considerando que o senhor...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Seis anos. Quando deu a média?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cinco anos.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não. 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e estão me devendo ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2005 não, o senhor não tem 2005 aqui.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não tem, talvez não é, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não está aqui 2005.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Tá. 2004 está bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente, são cinco anos.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Cinco anos. Pouco ou muito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei, eu ainda não entendi direito o seu trabalho, mas até o final da CPI eu vou entender como é que é essa recepção dos fiscais, prometo ao senhor que eu vou tentar entender como é que funciona a recepção de fiscais.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não é só recepção, Deputado, não é só recepção, Deputado, eu fiz todo o trabalho de parcelamento que não tinha nada a ver com fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que é o pegar a dívida e entrar com requerimento?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: De 72 CNPJs do Brasil inteiro. Brasil inteiro. Concorde? Brasil inteiro. Viajava, Manaus, Campinas, tinham filiais em todo lugar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, realmente é um...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu acho que é um trabalho...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exhaustivo. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, alguma coisa a mais que o senhor queira declarar? Nós vamos avaliar essa situação, evidentemente, nós temos uma suspensão da licença de corrupção aqui e é nessa linha que nós estamos investigando porque, evidentemente...

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu só vou ficar devendo para o senhor o nome do fiscal da Receita Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se pudesse nos passar, por gentileza.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu passo amanhã, eu já ligo para a secretária, que eu já passo o nome dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu pediria, então à assessoria que nós encaminhemos ofício à Receita Federal e ao INSS indagando da fiscalização nas empresas TECNO-CARGO DE SÃO PAULO e PROMODAL anos de 2002 e 2003 quais foram as irregularidades constatadas, as multas aplicadas e os fiscais responsáveis. Também que nós indagemos aos órgãos competentes fazenda do Estado de São Paulo, Receita Federal e INSS sobre os processos de parcelamento dos anos de 2000 e 2001 das empresas do Grupo GPT, que nos informe o número de processos relativos a esta questão.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu tenho quase todos eles, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Oi?

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Eu acho que eu tenho quase todos eles, se eu tiver eu mando, não sei se eu tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ainda ser expedido o ofício ao Tribunal de Contas do Estado da São Paulo solicitando uma auditoria nesses procedimentos de parcelamento de dívida dessas empresas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do Estado, no caso de ICMS, perdão do Estado de São Paulo. No caso da Receita Federal e de INSS do TCU.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Solicito que se peça com a maior brevidade possível e urgência a colaboração das autoridades, tendo em vista, o prazo dessa Comissão.

são Parlamentar de Inquérito. No mais, Sr. Pedro, não tenho mais a lhe perguntar hoje, talvez seja necessário nesse momento se fatos novos aparecerem o senhor venha nos brindar com outro depoimento.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Não, com certeza, sem problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço imensamente a presença de V.S^a.

SR. PEDRO VIEIRA DE SOUZA: Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E assim sendo, não havendo mais depoentes para hoje à tarde nós redesignamos os dois depoimentos que estavam previstos para hoje do Sr. José Vanderlei Medeiros e o Sr. Willer Martins Giordano para a próxima terça-feira, respectivamente, às 11 e às 13h, portanto, fica convocada nova reunião desta Sub-relatoria para a próxima terça-feira com início às 11h quando serão ouvidos cinco depoentes. Assim sendo, não havendo mais nada a tratar na presente reunião, declaro encerrada na forma regimental.

Sessão encerrada às 17h44

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 34ª Reunião, realizada em 07/03/2006.

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às onze horas e dezenove minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo, Sub-Relator da Sub-Relatoria de Contratos e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Valdir Raupp, Wellington Salgado e Ideli Salvatti, Deputados Gustavo Fruet, Juíza Denise Frossard, Antônio Carlos Pannunzio, Arnaldo Faria de Sá e Geraldo Thadeu, reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores, José Vanderlei de Medeiros (Grupo GPT), Waldir Freire Cardoso (Sócio da Empresa U.S. Men-

donça Express Ltda) e Paulo Maurício Sales Cardoso (Responsável pelo Jurídico da Diretoria Regional da ECT no Pará durante gestão de Waldemir F. Cardoso), informa ainda que a secretaria da Comissão da Sub-relatoria, manteve contatos com os depoentes Waldir Freire Cardoso e pela esposa do mesmo, foi dito que o convocado encontra-se em lugar não sabido e que o seu celular está avariado, sobre o depoente Paulo Maurício Sales Cardoso, o mesmo foi contactado por meio telefônico e através de AR mas estava confirmada a sua vinda, diante de tais fatos o Senhor Presidente resolveu tomar providências para os comparecimentos das duas pessoas mencionadas, através da Polícia Federal, solicitou ainda, que a secretaria da presente reunião entrasse em contato telefônico com o Senhor Paulo Maurício Sales Cardoso e que o colocasse em linha com o Presidente, isto foi feito, o Deputado José Eduardo Cardozo falou pessoalmente com o Senhor Paulo Maurício Sales Cardoso e o mesmo informou que já se encontrava no aeroporto em São Paulo rumo à Brasília e que confirmava assim o seu depoimento ainda no dia de hoje. O Sub-Relator convidou o Senhor José Vanderlei de Medeiros a tomar assento à mesa, já tendo assinado o Termo de Compromisso. O mesmo se faz acompanhar do advogado Fabio Antônio Tavares dos Santos, OAB/SP – 116430. A seguir solicita ao depoente que preste as informações iniciais que considerar pertinente. Reaberta a reunião passou a fazer perguntas ao depoente, tais como: se poderia afirmar taxativamente que na parte de fretes na empresa não haviam pagamentos em dinheiro, sendo que foi afirmado pelo depoente que: “Na parte de frete não havia tais pagamentos em dinheiro”, se sabia informar que os saques endereçados ao senhor Antônio Augusto eram em quais valores, informando o depoente que eram da ordem de 500.000 (quinhentos) mil reais, perguntado se conhecia o Sr. Geraldo Pereira informou que sim e que o mesmo não tinha nenhuma responsabilidade trabalhista na firma e que estas responsabilidades ficavam com o departamento de recursos humanos, foi exibido um bilhete assinado pelo senhor Geraldo Pereira e perguntado se conhecia tal documento, respondeu que não, perguntado se conhecia o Senhor Léo Botelho, informou que não conhecia mais sabia que o mesmo era a pessoa relacionada com os diretores da empresa, não sabendo informar se o mesmo prestou ou prestava algum serviço para tal empresa, perguntado se conhecia acertos que foram observados em planilha com a ECT e a VG, respondeu que não, perguntado sobre o conhecimento do senhor Reberto Kfourti o depoente afirma que o ele se apresentava como sócio da TCB. Após vários questionamentos o Presidente dá por suspenso o depoimento do Senhor

José Wanderley, informando a ele e ao seu advogado que se tiver necessidade o mesmo poderá ser chamado novamente, solicitando então que a sua assessoria procure analisar os três depoimentos anteriores a esse para que haja um confronto de quem está faltando com a verdade, porque com o depoimento de hoje, as coisas vão se esclarecendo e dando transparência de que não existe tanta verdade e se comprovado tais fatos poderá haver uma acareação entre as três pessoas. Às treze horas e cinquenta minutos foi suspensa a reunião devendo retornar às quinze horas. Reaberta a reunião às dezesseis horas e cinco minutos onde é convidado a depor o Senhor Paulo Maurício Sales Cardoso, sendo informado que o mesmo já assinou o termo de compromisso pois vem a esta comissão na condição de testemunha, e que não está acompanhado de advogado, iniciando seus esclarecimentos sobre sua vida profissional, esclarecendo que já se encontra afastado dos Correios a cinco anos. O Sub-Relator faz perguntas, sobre a relação do depoente com o Senhor Valdemir Cardoso. O mesmo ainda, lê uma nota taquigráfica em sua posse, que relata o depoimento do Senhor Valdemir Freire Cardoso. Perguntado se o depoente tem conhecimento de quem pediu a recontratação do Senhor Mauricio Marinho, tendo recebido como resposta que não. O depoente relata que ficou surpreso com a sua convocação para vir a Brasília para tratar de assuntos, e quando aqui chega, recebeu a sua carta de demissão, o que lhe abalou bastante, e que tudo que já disse já foi consignado no processo judicial que moveu contra os Correios. O Sub-relator questiona se o depoente tem conhecimento de que o Senhor Walmir Freire Cardoso era irmão do Senhor Valdemir Freire Cardoso, respondeu que tinha conhecimento, inclusive que o senhor Walmir Cardoso era sócio da empresa U.S.Mendonça Express Ltda. afirmou que sim. O depoente diz ter conhecimento que a empresa dos Correios fez denúncias para a Polícia Federal sobre a empresa U.S.Mendonça citada. Diz também que sobre as licitações, somente dava seu parecer jurídico. O Sub-relator suspende às dezessete horas e vinte minutos a reunião devido a votação nominal no plenário da câmara. Reaberta a sessão às dezessete horas e quarenta minutos. O Sub-Relator reinicia a sessão questionando o depoente sobre fraudes existentes nos correios. Afirma o depoente que em toda a sua carreira profissional não cometeu nenhum ato de corrupção. Encerrando os trabalhos a Presidência voltou a informar que pelo não comparecimento do Senhor Walmir Freire Cardoso, solicitava que a assessoria da Sub-relatoria providenciasse a vinda do mesmo por meio coercitivo junto à Polícia Federal, ficando marcado o seu novo depoimento para o dia quatorze próximo, terça-feira, às

treze horas. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos às dezoito horas e onze minutos, convocando nova reunião para o dia sete de março de dois mil e seis, terça-feira, às onze horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 34ª reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº. 3 de 2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Está sobre a Mesa a Ata da reunião anterior e na forma regimental a coloco em votação propondo a dispensa da sua leitura. Os Parlamentares que concordarem com a aprovação da Ata que permaneçam como se encontram. Aprovado. Esclareço que a pauta dessa reunião é destinada as oitivas dos Senhores José Wanderley de Medeiros do Grupo GPP, Walmir Freire Cardoso, sócio da empresa US MENDONÇA EXPRESS LTDA e Paulo Maurício Sales Cardoso responsável pelo jurídico da direção regional da ECT no Pará durante a gestão do Sr. Valdemir Cardoso. De início cumpre informar aos Senhores e as Senhoras que nós recebemos três informações relevantes para a Comissão Parlamentar de Inquérito. A primeira delas vem do Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso cujo depoimento está marcado para hoje a tarde. Segundo informa a secretaria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso diz que não recebeu a convocação para comparecer no dia de hoje e prestar depoimento. Todavia, ele estava ciente, devidamente desta convocação conforme registro passado por essa secretaria que manteve contato com o Sr. Maurício por duas vezes. Eu vou falar, ou tentar falar, com o Sr. Maurício ainda no dia de hoje. Caso se configure o seu não comparecimento fica já determinado por este Sub-Relator a condução coercitiva do Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso. Solicito à Assessoria que expeça ofício à Polícia Federal para que traga o depoente sob Vara a essa Comissão para prestar depoimento na próxima semana. Gostaria de evitar essa medida e tentarei evidentemente fazer com que ele compareça voluntariamente à essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Vou, inclusive me certificar

da tramitação burocrática se em ordem e se confirma a impressão que tenho, será mantida a condução coercitiva. Também relativamente ao Sr. Walmir Freire Cardoso. O Sr. Walmir Freire Cardoso foi cientificado através da sua esposa desse depoimento, porém, a sua esposa diz que o Sr. Walmir Freire Cardoso está em lugar incerto e não sabido e que, inclusive, o seu telefone celular estaria danificado por uma queda em alguma poça d'água, ou coisa que o valha. Parece à Sub-Relatoria que os Senhores depoentes, em alguns casos, antevendo o fim da CPI querem se furtar ao depoimento. Quero deixar claro que a Sub-Relatoria não tolerará esse tipo de comportamento nem que tenhamos que fazer Convocações Extraordinárias aos sábados e aos Domingos, esses depoentes serão ouvidos. Então se pensam que haverá algum tipo de relaxamento dessa Sub-Relatoria na tentativa de furtarem-se aos depoimentos, saibam aqueles que tentam utilizar essa estratégia, que essa estratégia encontrará forte resistência dessa Sub-Relatoria. Não admitirei que o Congresso Nacional, esta Casa seja desrespeitada por pessoas que querem se furtar a prestar esclarecimentos ao parlamento brasileiro. Nesse sentido fica também determinada a condução coercitiva do Sr. Walmir Freire Cardoso, que será então solicitada o dia de hoje à Polícia Federal em data a ser marcada na semana que vem provavelmente na quarta-feira. Também, recebemos informação de que através do esposo da Senhora Kezia Maria do Nascimento Costa, cujo depoimento é marcado para amanhã de que ela não virá depor porque estaria com crise depressiva. Não nos foi encaminhado nenhum atestado nem nada havendo, portanto, fundada convicção desta Relatoria de que em se consumando este fato também haverá uma tentativa de evitar-se o depoimento. Sendo assim essa Relatoria aguardará o comparecimento da Da. Kezia que foi regularmente intimada para comparecer amanhã. Caso a Da. Kezia não compareça de imediato será determinada também a condução coercitiva da Da. Kezia. Então, portanto, essa Relatoria afirma o seu compromisso de que esses depoentes serão ouvidos em qualquer condição nem que eventualmente o Sub-Relator tenha que retardar a entrega do relatório ao Relator que eu tenho certeza compreenderá que a verdade ultrapassa os limites de qualquer estratégia que evidentemente se configure por parte de depoentes que não queiram comparecer a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Aliás, esse tipo de conduta, a priori, já traz uma suspeição por parte dessa Sub-Relatoria em relação as pessoas que não querem prestar as informações que devem à sociedade brasileira e ao parlamento brasileiro. Então, portanto, esta má conduta, se configurada, implicará na reação imediata

da Sub-Relatoria com a determinação da condução coercitiva na forma legal porque temos poderes para isso e poderes serão usados na perspectiva de que a investigação Parlamentar seja assegurada em toda a sua dimensão. Nesse sentido, então, em confirmando que o Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso a quem vou falar telefonicamente com ele ainda hoje e o Sr. Walmir Freire Cardoso que estaria em lugar incerto e não sabido, não comparecerão no dia de hoje, eu determinarei hoje a condução coercitiva dos dois. Mas aguardarei, obviamente, o desfecho da tarde de hoje para verificar se isso está realizado. De uma forma ou de outra em não sendo reaberta a sessão no período da tarde pela ausência dos depoentes, já fica por determinado em sessão pública a condução coercitiva dos dois depoentes que a nosso ver se subtraem indevidamente da convocação, de comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, não respondendo à convocação. Solicito à Assessoria que faça entrar ao recinto o Sr. José Wanderley de Medeiros para que preste depoimento na forma regimental. Agradeço a presença do Sr. José Wanderley de Medeiros que se faz acompanhar do Dr. Advogado Fábio Antônio Tavares dos Santos, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo sob nº 116.430. Agradeço imensamente a presença do Dr. Advogado, do Senhor depoente, que atenderam a convocação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aliás, nesse momento eu elogio o depoente porque, pelo jeito, alguns depoentes querem se furtar a prestar depoimento que obviamente não será tolerado por essa Sub-Relatoria. Como é de praxe, nós facultamos de início a possibilidade do depoente em querendo fazer uso da palavra, relatando fatos que julgue oportuno a cerca das razões que obviamente ensejam a convocação de V. S^a a esta Comissão ou de outros aspectos pertinentes e objeto dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, em requerendo, tem V. Exa a palavra. V. S^a

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Boa tarde a todos. Na realidade eu estou aqui na busca efetivamente de entender a razão da minha convocação, pelo menos, pelo que aparenta na justificativa da minha convocação, mas de qualquer forma independente disto eu estou plenamente à disposição em esclarecer todos os pontos que se fizerem necessários e que estiverem em meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço as ponderações preliminares de V. S^a e peço então que V. S^a se possível nos dê uma descrição rápida da sua vida profissional em breves linhas.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A minha vida profissional se iniciou em 80. Em 1980 eu

trabalhei como funcionário de uma empresa por cerca de 10 anos, BARDELA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BARDELA?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: BARDELA S.A..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a sua função na BARDELA?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu comecei como office-boy e terminei como Coordenador de Departamento de Contabilidade de Custos. Contador da empresa, mais objetivamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é formado em Contabilidade?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Em Contabilidade e Administração de Empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que faculdade?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Guarulhos. Faculdades Integradas Guarulhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A FIG.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E fiz pós-graduação na Álvares Penteado. FECAP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na FIG e na FECAP. Depois da BARDELA o Senhor trabalhou aonde?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Trabalhei na empresa do GRUPO BRASILPAR SERVIÇOS FINANCEIROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BRASILPAR. Que função?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Contador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ingressou em que ano na BRASILPAR?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ingressei em 1992. Em Junho de 1992.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1992. Posteriormente?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Aí eu sai dezembro de 95 de lá e trabalhei a partir de janeiro de 96 até junho, 30 de junho de 1996 na GRADIENTE. Trabalhei em diversas empresas do grupo, sendo a última a GRADIENTE ÁUDIO E VÍDEO LTDA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): GRADIENTE. Depois da GRADIENTE?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu trabalhei no grupo GPT de julho...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na GRADIENTE também foi Contador?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu fui Contador depois virei gerente da controladoria das unidades de áudio e vídeo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Senhor foi para o Grupo GPT. Em que ano?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu fui no dia 10 de julho de 2002 até... Tive vínculo com a empresa até maio de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até maio de 2003.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu vínculo profissional era com que empresa do Grupo GPT?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: PROMODAL LOGÍSTICA E TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Unicamente com a PROMODAL?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Vínculo empregatício unicamente com a PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor prestava algum tipo de Assessoramento a outras empresas ou era em geral para o Grupo?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. A minha função era de controle, ou seja, gerente de controladoria, no nível gerencial. Ok? E a PROMODAL foi a empresa onde eu fui registrado. Mas eu exerci a função de controladoria do então chamado Grupo GPT, composto basicamente pela PROMODAL, TECNOCARGO TRANSPORTES e uma série de pequenas empresas sem operação, praticamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi de 10 de julho de 2002 a maio de 2003.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois de maio de 2003?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Aí depois de maio de 2003 eu ingressei na consultoria, prestando consultoria para empresas em processo de reestruturação. Eu tive dois grandes projetos. Um que foi de setembro de 2003, até janeiro de 2005 em Santa Catarina, numa grande empresa de tecidos, ramo de tecidos, e de janeiro de 2005 até agora estou prestando

consultoria também numa reestruturação de um grande laboratório de análises clínicas de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o Senhor não prestou mais serviços para o GRUPO PROMODAL?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, de maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o Senhor ficou relativamente pouco tempo no GRUPO PROMODAL, meses...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: 11 meses precisamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a razão pela qual o Senhor saiu da PROMODAL?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu entrei no GRUPO PROMODAL para fazer um trabalho que seria, com um grupo de colegas, quer dizer, era um ex-Executivo da GRADIENTE, com um ex-Diretor da GRADIENTE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem eram?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Claive Tanganelli.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E o outro Executivo que foi o Diretor Financeiro, Fábio Gomes Rosão. E eu fui convidado a trabalhar lá para desenvolver um trabalho aqui ao GRUPO PROMODAL se propunha a fazer que era de profissionalização da empresa. A empresa carecia de uma administração voltada a resultados e havia uma grande vinculação, uma pouco obediência à hierarquia no sentido de que era um relacionamento informal da Presidência com sua equipe. Ele queria se afastar um pouco dos negócios para poder fazer isso. Então eu entrei para fazer esse trabalho. Neste período... Eu nunca tinha trabalhado numa empresa pequena assim. E de fato me deparei com uma dificuldade de me acostumar com as características de uma empresa onde o clima organizacional é muito complicado. É um ambiente muito, digamos assim, propício a fofocas, essas coisas. Então, o trabalho profissional, ele é pouco, é, digamos assim, respeitado, talvez não seja essa palavra adequada. E dentro da minha atribuição específica que era propiciar a empresa informações para que ela tomasse decisões na sua gestão de negócios. E à medida que eu vi que isto não estava acontecendo achei por bem que não faria sentido ali continuar e aí eu pedi demissão, na realidade, eu preciso criar uma justificativa para ficar melhor entendido. Eu pedi demissão no dia primeiro

de abril, parece brincadeira, mas foi primeiro de abril. Alguns dias depois eu recebi uma, um convite do Sr. Antônio Augusto para ir à sua casa. Quando ele lá me chamou, quis saber as razões da minha saída. Me pediu a minha impressão sobre a situação da empresa. Disse estar disposto a implementar algumas mudanças nesta empresa e que contaria com a minha ajuda se eu pudesse ajudar. Então, mesmo que eu confesso, me senti envaidecido porque estava sendo reconhecido meu mérito profissional. Então resolvi de fato continuar prestando serviço por mais algum tempo. Porém, em meados de maio de 2003 eu vi que a situação de fato não iria mudar e aí eu juntamente com o Diretor corporativo da época, já do grupo GPT concluímos que não iria haver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o Diretor?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Silvio França.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Silvio?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: França.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): França. Aí o Senhor resolveu sair. Como é que o Senhor foi contratado pela GPT. Quem o trouxe?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Foi esse Senhor Claive Tanganelli, que era Diretor da GRADIENTE aí ele foi convocado pelo Sr. Antônio Augusto para fazer esse trabalho de profissionalização. Na realidade ele foi convocado para dois trabalhos. Esse para profissionalização e o segundo que era administrar a cisão que havia havido entre o Sr. Antônio Augusto e o seu sócio. Desculpa eu não vou lembrar o nome dele todo. Johannes. Por quê? Foi uma separação confusa, tumultuada com sérias pendências.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a razão da separação?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não sei. Nunca ficou claro. Eu confesso...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se pudesse ficar um pouquinho mais perto do microfone.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Confesso que nunca me ficou claro exatamente quais foram. Objetivas aparentemente nenhuma, tá. Me parece que foi mais uma briga de namorados. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós também não entendemos até agora algumas coisas desta cisão. Quer dizer, na verdade o Senhor não conhecia o Sr. Antônio Augusto antes de trabalhar na empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Olha, pessoalmente não. Ele era um fornecedor de transporte para a empresa GRADIENTE Eletrônica porque a grande atividade fim do Grupo GPT é fazer transporte aéreo através da PROMODAL, sobretudo no trajeto Manaus/São Paulo, São Paulo/Manaus e rodo fluvial, também no mesmo itinerário. Então ele prestava sobretudo na empresa TECNOCARGO o transporte de eletroeletrônicos de Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor conhece o Sr. Marcelo Naufal?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Marcelo Naufal?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: O Sr. Marcelo Naufal, ele deve ter entrado no Grupo GPT por volta de setembro de 2002, quando da saída do Senhor Fábio Gomes Rosel. O Senhor Fábio Gomes Rosel era o Diretor e o Sr. Maurício entrou, o Sr. Marcelo entrou como gerente trazido pelo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerente de que área? Financeira?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Financeira. Ele trazido pelo então Diretor corporativo que era o Senhor Francisco Prieto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Francisco Prieto. No caso do Sr. Marcelo Naufal era subordinado ao Senhor?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Nós éramos subordinados ao Diretor Corporativo. À Direção Corporativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que era na época--

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Na realidade precisa ficar bem claro que na época, nos meus 11 meses passei por quatro Diretores corporativos. Senhor Claive Tanganelli, Senhor Francisco Prieto, Sr. Paulo César Castelo Branco e finalmente Senhor Silvio França.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foram esses quatro. Os Senhores respondiam então prá--

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: cada um deles isoladamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): prá cada um deles isoladamente. Certo. Nós temos aqui alguns, algumas mensagens que nos chamaram atenção que foram encaminhadas pelo Senhor para o Sr. Marcelo Naufal. Então o Senhor veja aqui. De José Wanderley de Medeiros para

Marcelo Naufal. Assunto: Solicitação de pagamento. Confidencial. Recomendável a eliminação desse documento após sua leitura.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ah--hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro? E aqui nós temos. Marcelo, favor programar os pagamentos abaixo favorecido cheque frete. Data 15 de maio de 2003. Valor, 10 mil reais. Referência: Pedro Vieira de Souza. Remuneração referente a agosto de 2002. O que é um cheque-frete?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Deputado, eu não reconheço esse e-mail como enviado por mim, conteúdo dessa mensagem como enviado por mim, embora tenha meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não reconhece como seu?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse e-mail é o seu?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Esse era o meu e-mail na época. Era o meu e-mail na época. Essa mensagem é uma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o Sr. Marcelo Naufal reconhece ter recebido do Senhor esses e-mails num depoimento que ele prestou a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Deputado, eu não posso emitir opinião sobre o qual o Sr. Marcelo Naufal afirma que fui eu o emitente desse e-mail. Evidentemente posso ver, esse e-mail foi emitido perfeitamente por mim, porém eu não reconheço o envio deste e-mail.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe dizer o que é um cheque-frete?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Nunca ouvi essa nomenclatura. Cheque-frete... Eu nunca ouvi esta nomenclatura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os depoentes da empresa, eles dizem o seguinte, que... Aliás unanimemente. Todos. Que a expressão cheque-frete ela era utilizada justamente para viabilizar o pagamento de fretes. Então, por exemplo, a empresa emitia um cheque, esse cheque implicava em que eles fossem sacados do Banco em dinheiro e esse dinheiro era para pagamento dos fretes como na forma usual que a empresa trabalhava. O Senhor nunca soube disso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não procede, porque todos os pagamentos de fretes estavam suportados por notas, a WB nos casos de companhia aérea ou notas de frete no caso de companhia de transporte. Era emitido uma nota fiscal. Isso era um pagamento de um fornecedor normal via Banco normalmente. Não havia essa modalidade de pagamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que, na verdade, esses cheques-fretes eles permitiam saque em dinheiro. Havia muito saque em dinheiro na empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não é do meu conhecimento que houvesse. Eu eventualmente assinava alguns cheques porque eu tinha procuração para tal, mas a emissão de documentos na empresa, de cheques na empresa, eles só se destinavam a três grandes coisas. Primeiro: A transferência de numerários entre empresas a título de contrato de mútuo. Segundo: Para a retirada do Sr. Antônio Augusto. Para valores retirados, autorizados, retirados pelo Sr. Antônio Augusto. E terceiro: Quando alguma negociação em particular, um acordo por negociação de dívida exigia que assim o fosse. Todos os demais controles, todos o que o demais pagamentos eram feitos por sistemas eletrônicos de dados com autorizações nos Bancos. Eletrônicos disponíveis nos computadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu depoimento me surpreende, porque todos os depoimentos que nós coletamos da empresa falam de cheque-frete e de saques feitos em dinheiro para pagamentos dos fretes.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Deputado, com ...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um minutinho só, o Sr. Paulo Maurício está na linha, se no Senhor me permitir, suspender por três minutos. Por gentileza. [Soa a campainha]

Sessão suspensa às 12h40

Sessão reaberta às 12h41

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Apenas para informar aos Senhores Parlamentares que eu acabo de manter um contato com o Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso que me informou que virá depor, que já está no aeroporto vindo à Brasília. Então, evidentemente fica dispensada a sua convocação coercitiva como determinada por este Sub-Relator, claro, em se confirmando a presença do depoente.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Voltando, Deputado, o que eu queria dizer, o Senhor estava se referindo aos cheques efetuados em dinheiro no Caixa ou nos Bancos. Isso evidentemente não era algo que eu possa assegurar que não houvesse porque a

minha, a minha função eventual era na assinatura do cheque, voltava para a Área Financeira, para os trâmites necessários. Evidentemente eu não posso afirmar porque nunca vi, nunca presenciei, nunca ouvi qualquer menção a que isso fosse um procedimento usual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Naturalmente o Senhor como Controler do grupo saberia se esses fretes fossem pagos em dinheiro.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Claro que saberia. Além do controle eu era o responsável pela área contábil da empresa. Eu saberia perfeitamente se algum pagamento tinha sido feito de qualquer outra forma que não na forma das transferências eletrônicas ou eventualmente do cheque, mas no caso eu saberia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E isso é absolutamente surpreendente para esse Sub-Relator porque o Sr. Marcelo Naufal e outros depoentes atestaram que esse pagamento era feito em dinheiro e que o cheque, a expressão cheque-frete era uma expressão usual na empresa justamente para esses descontos em dinheiro, porque era impossível não haver o pagamento, a não ser por via de efetivo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não reconheço essa expressão. Nunca ouvi. Não faz nem sentido essa expressão cheque-frete. Porque cheque-frete?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é... é uma expressão..

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não conheço, nunca a vi e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor não reconhece esse e-mail como o seu...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, eu não reconheço esse e-mail...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a expedir e-mails com essa expressão: "Recomendável eliminação desse documento após sua leitura"?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não recomendo até porque não haveria motivo de fazer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exato. Nós temos um outro aqui, veja. Também seu. José Wanderley Medeiros enviado para Marcelo Naufal com cópia para Paulo César Castello Branco. Encaminhamento de solicitação de pagamento. Recomendável eliminação desse documento após sua leitura. E aqui nós temos uma

discriminação de pagamento do PIS/COFINS. O Senhor também não reconhece?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não reconheço. De maneira nenhuma. O que eu estou estranhando, Deputado, é o seguinte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor pudesse falar no microfone, por favor...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: O que eu estou estranhando é que em que ambas as frases, elas trazem no assunto a menção de que ela foi encaminhada de alguma outra recebida. Não parece?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, é do Senhor...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, o assunto... não, quem conhece--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Encaminhamento de solicitação. Alguém solicitou o pagamento ao Senhor.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Só uma explicação. Quando nós... quem conhece o Outlook da Microsoft sabe que quando se recebe uma mensagem e se responde a essa mensagem, ele traz uma mensagem em cima que é uma resposta, Reply. Quando é encaminhamento, ou seja, eu recebo do Senhor e quero encaminhar para alguém. Eu uso a mensagem encaminhamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Porém eu não estou vendo aqui porque supostamente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sensação que nós temos é que o Senhor recebeu uma solicitação de pagamento e determinou essa programação para o Senhor, no caso aqui o Sr. Marcelo Naufal.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Desculpe, Deputado. Eu não reconheço isso como sido emitido por mim. Eu posso assegurar que não fui eu, recomendando uma perícia na parte de informática dessa empresa, porque esse e-mail não foi preparado por mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, esse e-mail é seu?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Esse endereço de e-mail, esse tipo de assinatura no e-mail era meu, esse telefone era meu, exatamente o tipo de e-mail que eu emitia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Menos com a expressão "recomendável a eliminação desse documento após a sua leitura".

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Até porque eu nunca tive nenhum motivo para escrever, nunca tratei de nenhum assunto nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive foi narrado por uns depoentes que achavam estranho essa recomendação que V. S^a faria e disse que chegou a perguntar o porquê disso ao Senhor.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, desculpe Deputado, isso não é verdade. Não é verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É... Realmente agora, é mais um depoimento que me surpreende.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Nesse caso, eu não posso evidentemente acusar ninguém. Mas eu recomendaria à Comissão que fizesse uma perícia nos computadores, inclusive, quanto à data de emissão dessas correspondências. Porque não foram efetivamente emitidos por mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é o Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: O Sr. Pedro Vieira de Souza foi-me apresentado por volta de setembro de 2002 pelo Senhor Francisco Prieto como um Assessor do Sr. Antônio Augusto para tratar de assuntos de natureza tributária no caráter federal e estadual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que exatamente fazia na parte tributária?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Na parte tributária ele mantinha, ele atendia as fiscalizações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que significaria atender as fiscalizações?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Fazer a recepção. A fiscalização. Receber todas as solicitações de documentação e prestação de informações. A manter e cobrar junto à empresa, com o cumprimento dos prazos e apresentação dessa documentação à fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe a formação profissional do Sr. Pedro Vieira?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não tenho idéia qual seja.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Engenheiro Civil e no depoimento prestado à CPI disse que não conhece absolutamente nada de tributos. Ele prestou esse depoimento agora na semana passada. E nos chamou atenção que ele exatamente disse que um dos seus trabalhos era receber fiscais e o outro era providenciar parcelamento de tributos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele fazia isso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Fazia isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que me chamou a atenção é que o parcelamento tributário é uma medida do ponto de vista burocrático, relativamente simples, pelo menos, em tese.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ah-hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se levanta o débito e se faz um requerimento.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que a empresa precisaria contratar alguém para fazer um trabalho que qualquer pessoa da empresa poderia fazer?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Evidentemente que todos os processos de parcelamento que a empresa possuía foram formalizados antes da minha chegada lá. Ao que me consta, os trabalhos do Sr. Pedro de Souza foram requeridos, tendo em vista que ele se teria um grau de parentesco com alguém que teria uma função importante junto ao INSS. E isso permitiria agilização de alguns processos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então ele teria um grau de parentesco com alguém do INSS?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Seria um irmão, alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um irmão dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E isso agilizaria os processos. O Senhor saberia o nome da pessoa com quem ele teria um grau de parentesco?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria o irmão dele que trabalharia no INSS.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não sei em que posição do INSS, mas eventualmente seria o irmão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria o irmão dele. Porque nos espantou, inclusive, o valor pago a ele. Esse parcelamento, a empresa pagou 180 mil reais, segundo ele declara e...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Pagou a quem?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ao Pedro Vieira. Ele mesmo declara que recebeu 180 mil reais.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Deputado, eu preciso, é importante que eu faça o seguinte esclarecimento. O Sr. Pedro, o grupo GPT era um grupo, que se o Senhor quiser, eu fiz um gráfico aqui que mostra como era a estrutura societária dele, composto mais ou menos de 14 empresas. Essas 14 empresas a minha função, abrangia cobertura de cerca de 11 dessas empresas. Dentro dessas 11 empresas pela qual eu era responsável, eu só efetuei um pagamento para o Sr. Pedro de Souza durante todo esse tempo. Foi um pagamento de um ressarcimento de despesas de restaurante. Não sei se tinha táxi ou estacionamento, alguma coisa, e o valor não atingia a mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Ele diz que os honorários que ele recebeu por esse trabalho eram da ordem de 180 mil reais e disse que recebeu alguns, nesses cheques, que são exatamente esses que seriam os cheques-fretes, que seriam cheques da empresa, com um endosso atrás e que, inclusive, isso estaria devidamente depositado nas contas bancárias dele. O Senhor tem notícia desses cheques? Ele falou que recebia em torno de 10 mil reais por mês. Bate um pouco com o documento que temos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Olha, eu nunca assinei nenhum cheque destinado a pagamento ao Sr. Pedro de Souza diretamente nesses valores. Evidentemente como eu disse, assinei vários cheques. Porém, eu nunca efetuei nenhum pagamento que tenha sido endossado com destino ou que eu tenha recebido a informação que tivesse como destino Sr. Pedro Souza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo que ele nos narra eram cheques da PROMODAL que tinham sido endossados e aí, portanto, a partir daí efetuado os pagamentos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Deputado, também não sei até aonde a CPMI já alcançou isso. O Grupo GPT tinha por hábito, por solicitação direta do Sr. Antônio Augusto a solicitação de numerais com uma certa frequência. Havia uma grande concentração até hoje não explicada...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saque em dinheiro.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Em dinheiro. Segundo. Esses cheques eram assinados até onde, eu me lembro, esses cheques eram nominais ao Sr. Antônio Augusto ou nominais à empresa GPT participações. Eram cheques de valores variados. Podiam ser de 5 mil, poderiam ser de 48 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O maior que o Senhor se lembra?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não lembro. Talvez 50, 60 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E como era contabilizado isso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Na realidade a contabilidade estava na minha mão e eu contabilizava todos esses cheques como um adiantamento de retirada do Sr. Antônio Augusto. Por quê? Porque, primeiro, que a situação de lucro da empresa ela não permitia que fizesse esse tipo de retirada. Ela não tinha lucros para poder fazer a retirada. Então esse assunto era um assunto que mereceria um tratamento adequado do ponto de vista tributário, ou seja, para que seja feito o recolhimento dos impostos correspondentes a estes, a essas retiradas. Ora, evidentemente esses cheques eram, eu recebi, na realidade a autorização vinha diretamente do Sr. Antônio Augusto para a Área Financeira ou através do Diretor Corporativo à Área Financeira. O que eu recebia era um cheque para assinar com uma observação, a finalidade era que se destinava com duas destinações sempre. Cobertura conta-corrente do Sr. Antônio Augusto, cobertura conta-corrente GPT. O destino posterior desses cheques--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: --Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor descarta a hipótese do destino desse dinheiro ser para o pagamento de frete?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Cheque, serviço prestado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Descarto absolutamente. Não há. Não havia possibilidade. Toda a prestação de serviço de frete era suportado por notas, a WB no caso a companhia... ou o frete. Eu não me lembro o nome do documento, mas de frete.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Ou seja o pagamento de frete ou de despesas eventualmente não seria feito dessa maneira?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: De maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem dinheiro para pagar pedágio, gasolina?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. O pedágio era por conta do carreteiro. Ele recebia um adiantamento, um recibo, com um recibo, prestava conta no retorno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não era dessa forma?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: De maneira nenhuma. De maneira nenhuma. Todos os pagamentos eram perfeitamente registrados e legitimados por documentação, a não ser este que eu me referi há pouco que seriam as retiradas do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É. Eu vou lhe dizer que o seu depoimento está sendo muito rico e importante para essa CPI porque ele vem numa outra direção completamente diferente de outros depoimentos que, evidentemente, em confirmando as palavras de V. S^a levarão a vários depoentes ao crime de falso testemunho. Então apenas para precisar. Todo esse pagamento da parte de fretes ele era feito como? Ele era feito através de cheques?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas para detalhar.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Em sua grande maioria eles estavam suportados por uma nota fiscal, uma nota fiscal fatura e um boleto de cobrança. Uma vez por boleto de cobrança isso era pago através dos sistemas eletrônicos que os Bancos colocam à disposição. Se não me falha a memória, naquela época era o BRADESCO que a empresa operava. E isso era implantado no sistema em um determinado período da tarde havia uma autorização eletrônica. Algumas delas feitas por mim, mas lembrando que era uma atribuição da Área Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor pode afirmar

taxativamente que na parte de frete não havia pagamento em dinheiro?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Posso, em espécie, de maneira nenhuma, todos suportados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse pagamento feito diretamente ao caminhoneiro é através de um recibo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Recibo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E era dado em dinheiro a ele?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não posso assegurar que não, porque o caminhoneiro geralmente é uma pessoa simples, alguns deles não possuíam conta, então eu não posso assegurar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas era feito.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Mas eram valores pequenos. Era tipo 500 reais, trezentos reais. Coisa muito pequena, nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada expressivo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Nada, era para pagar pedágio. O combustível ele não pagava. O combustível a empresa tinha um...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era só o pedágio.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Só o pedágio basicamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, quer dizer, o volume dessas operações era bastante pequena?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Pequena, desse tipo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo o Senhor pode afirmar que esses saques em dinheiro não era para isto. Pelo menos no volume que eram pagos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Com certeza, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. O Senhor sabe qual a situação tributária da empresa no momento que o Senhor assumiu? E no momento que o Senhor deixou quais eram as dívidas que existiam?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A empresa, ela tinha um parcelamento de diversos impostos que montavam cerca de 2 milhões, 400 mil reais quando de lá saí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: 2 milhões e 400 mil. E aí tinha de toda natureza, INSS, PIS, COFINS e ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pedro Vieira ele conseguiu um parcelamento no INSS.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: No período anterior a minha chegada, é verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então por isso dava a certidão negativa de débito da empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: É verdade. Certidão negativa com efeito de positiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com efeito de positiva. Certo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O outro serviço que ele fazia que o Senhor mencionou de atendimento de fiscais. Qual a necessidade de eu contratar uma pessoa para atender fiscais?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Bom, esta é uma pergunta que eu evidentemente sabia que ela seria feita, está certo. Porque é lógico. Na minha posição e com a competência profissional que eu julgava ter eu me achava perfeitamente competente para lidar com isso aí. Mas porque que isso não foi feito? Eu estranhei como todos, por que a presença de um terceiro nisso? Primeiro foi me justificado que o Sr. Pedro Souza seria uma pessoa de sistema confiança do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Pedro Souza era de extrema confiança do Antônio Augusto.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Do Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Segundo foi a informação que eu recebi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que o Senhor recebeu.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E que... E como ele teria... Perdão. Atuado em situações semelhantes anteriormente, o Sr. Antônio Augusto determinou que assim fosse feito. Eu questionei ao meu Diretor porquê disso. A resposta que recebi foi que de fato era verdade, que o meu foco naquele momento devia ser a preparação de orçamento e de relatórios gerenciais para tomada de decisão. E era verdade. Eu tinha...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, não se meta nesse assunto.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não foi com esses termos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Pode se inferir até isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Mas o que diga, de fato eu tinha uma outra prioridade importante naquele momento na empresa e que foi-me pedido que focasse nesse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi que lhe pediu isto? Que o Senhor não--

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Quem me comunicou foi o Senhor Francisco Prieto mais por uma determinação do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, ou seja, o Senhor não entrar nessa área...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, como eu digo insisto em dizer que nunca houve essa expressão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, certo, claro, claro.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E se quer ensinasse a mim supor que tivesse uma finalidade diversa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o Senhor teve notícia que a fiscalização receberia algum tipo de vantagem ou propina da empresa para algum benefício?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu nunca tive nenhuma prova testemunhal, documental, presencial de nada disto. Até porque é importante ressaltar. Dentro do papel a que se propunha fazer o Sr. Pedro de Souza ele o fez muito bem, ou seja, ele exerceu exatamente a cobrança, acompanhamento, a exigência com relação à apresentação de todas as informações prestadas pela fiscalização. Cumprimento de dados, de datas, perdão. Inclusive, em momentos em que por algum momento a gente, a rotina atrapalhava a prestação daquela informação ele pessoalmente levava a documentação na repartição determinada pela fiscalização. Portanto, o que eu posso assegurar é que toda a ação, o comportamento do Sr. Pedro Souza perante a mim sempre foi de que ele estava fazendo essa atribuição a que teria sido dada a ele de forma

mais rigorosa e honesta possível. O Senhor vai falar? O Senhor achou evidência de que o processo de fiscalização foi moroso, foi alongado desnecessariamente? Eu não tenho essa avaliação. A avaliação que eu tenho que a duração dos processos e eu saí de lá com quatro processos em aberto que se iniciaram no final de 2002 e quando eu saí de lá não estavam concluídos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não estavam concluídos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A demora ou a morosidade ou a duração do processo, eu posso julgar pela complexidade das empresas, ou seja, as fiscalizações estavam concentradas na PROMODAL Logística e TECNOCARGO que eram as operações de maior volume, com uma série de pagamentos de prestação, de serviços a terceiros e conseqüentemente a fiscalização pediu um levantamento muito grande de documentos. É importante também dizer, ela é uma empresa completamente desorganizada em termos de arquivos, sobretudo, até o ano de 2000. Essa desorganização em termos de localização de documentos era um grande empecilho ao desenvolvimento dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde ficavam arquivados os documentos?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Olha, dizer para o Senhor que nós achamos o material numa carreta em Manaus e achamos arquivo morto numa carreta nas instalações de Guarulhos num condomínio de ratos, é... É por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era bem desorganizado.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Extremamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidentemente esse trabalho que fez o Sr. Pedro Vieira de Souza é um trabalho que nos chama a atenção, porque ele diz que recebeu se não me falha a memória para este atendimento dos fiscais na ordem de 120 mil reais só para isto. O Senhor em algum momento contabilizou algum pagamento ao Sr. Pedro Vieira?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: O pagamento que eu fiz ao Sr. Pedro Souza e que passaram pelas empresas pelas quais eu respondia pela controladoria e contabilidade só foi aquele a que eu me referi...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqueles mil reais.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Se tanto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Portanto, o Sr. Pedro Vieira

foi pago numa espécie, se correto que ele falou. Eu não creio que ele mentiria de que recebeu, de uma Caixa 2 na empresa. Ou de como é a palavra usual atualmente em dinheiro não contabilizado.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Eu não posso afirmar isso primeiro porque as evidências o que eu vi ao longo de 11 meses dentro daquela empresa, eu acompanhava o faturamento, eu monitorava a performance dessa empresa, eu posso errar, evidente, a ressalva vai, mas nunca encontrei qualquer evidência de Caixa 2. Faturamento, subfaturado, superfaturado, despesas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Caixa 2 poderia ser formado a partir desses saques de dinheiro do Sr. Antônio Augusto.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Fora da estrutura da empresa? Eventualmente, sim. Ou seja, a partir do momento. A CPI, a CPMI já deve ter feito isso, eu não vou ensinar o trabalho a CPMI, mas um rastreamento a partir dos cheques que foram emitidos ao Sr. Antônio Augusto e para essa conta GPT cuja movimentação era exclusiva dele, eu acho que ela pode responder várias questões, inclusive, limpar eventualmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acho que esse seu depoimento joga um novo foco a essa, a essa questão porque como os depoimentos vinham harmonicamente na linha do pagamento de frete, inclusive, com o nome cheque-frete, não é, nós tínhamos, talvez, a possibilidade que isso pudesse ter ocorrido, mas o depoimento de V. S^a mostra que realmente haviam saques expressivos em dinheiro e que obviamente não era para um pagamento que era declarado. Considerando o que o Sr. Pedro Vieira de Souza reconhecidamente recebeu por estes cheques, então isso nos dá a impressão e a necessidade de nós aprofundarmos essa investigação. Pois não.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Chamar a atenção que sobre três empresas do grupo, ou quatro empresas do grupo eu não tinha qualquer acompanhamento. Portanto, vamos supor, podemos supor que poderia haver essas empresas. Empresas seriam a ZENASERVICE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Zena...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: ZENASERVICE

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ZENASERVICE. Essa o Senhor não acompanhava?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não acompanhava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Porque ela tinha uma gestão totalmente independente. Tinha uma outra sociedade, uma contabilidade própria. Eu não controlo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ZENASERVICE...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: ZENASERVICE. PLAVANE(F)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PLAVANE(F)

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Deixa eu mostrar aqui Deputado, por favor, aqui foi um gráfico que eu fiz da a estrutura societária do grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do grupo GPT.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Esta empresa não tinha sobre esta e sobre estas duas empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então era a PLAVANE (F), a ZENASERVICE. Qual a outra?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: MORATO LEITE EMPREENDIMENTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): MORATO LEITE EMPREENDIMENTOS.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E essa que é uma *offshore*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A LASKER BUSINESS..

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ou LASKER (F)..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela fica aonde?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei, acho que Panamá. Acho, não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E qual o papel da LASKER?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era remetido muito dinheiro por ela?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Nunca foi remetido dinheiro a ela. Não que eu tenha conheci-

mento. Mas pela contabilidade da empresa nunca foi feito. Não há remessa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor já não reconheceu esse e-mail como sendo da sua autoria. Mas o Senhor vê alguma lógica nesses pagamentos aqui expressos? Aqui se fala: PIS/COFINS 2002. E aí nós temos valores de 90 mil reais, por exemplo, no mês de março que são três pagamentos. Olha, é curioso. Março, valor, em quatro de abril 30 mil, em 11 de abril 30 mil, em 23 de abril 30 mil. Quer dizer, totalizando 90 mil em março.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ah, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em abril 90 mil. E a mesma coisa. Há alguma lógica? Diz alguma coisa? Ou lhe diz algo esses números?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Olha, os números não me dizem nada. O objeto PIS/COFINS 2002, a única coisa que eu sei é que a empresa estava em atraso com as contribuições referente a esse exercício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, os valores seriam mais ou menos esses ou não?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Nunca os valores seriam esses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Redondos?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, não faz o mínimo sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque mais uma vez aparece valores redondos favorecido cheque-frete.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E Pedro Vieira Souza.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É curioso que expressão cheque-frete sempre aparece entre aspas como se fosse alguma referência outra.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não legítima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não legítima, exatamente. O Senhor saberia dizer, os volumes que o Senhor tem notícia desses saques endereçado ao Sr. Antônio Augusto, chegavam da ordem de quanto mensalmente aproximadamente?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eram valores elevados pelo menos para o meu padrão de consumo. Uma coisa perto de 400, 500 mil reais mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 500 mil reais por mês que eram endereçados ao Sr. Antônio Augusto?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Antônio Augusto ou diretamente à empresa GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou o Sr. Antônio Augusto ou a GPT?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ou GPT que eram em uma conta de movimentação exclusiva dele, ou da secretária dele, enfim...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A secretária dele era a dona...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Regiane.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): D^a Regiane. Ela movimentava a conta?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não sei se ela emitia os cheques. Ela controlava...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela controlava a conta?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, da ordem de 500 mil reais. Na contabilidade da empresa consta isso.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ou deveria constar porque foi a orientação que eu passei e até o momento que lá estive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era essa a orientação.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Era essa a orientação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma outra lista que nós recebemos. Não sei se o Senhor conhece essa lista. Queria que desse uma olhadinha, se conhece...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Relação de pagamentos... Não, Senhor. Não conheço. Alguma nomenclatura tipo *TIME*. *TIME* é empresa do GRUPO TECNOCARGO TRANSPORTES...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que a dúvida que nós tínhamos era *TIME* ou *TIME(F)*. Poderia ter um outro sentido. Mas então aqui o Senhor acha que é da própria *TIME* da empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu estou também inferindo que seja da empresa *TIME*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da *TIME*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui nós temos. Ao lado dos pagamentos um sorrisinho desenhado e aqui um raiozinho o Senhor já viu alguma vez esse tipo de coisa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, Senhor. Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os pagamentos são todos redondos olha setembro com 2002 penhora. Foi setembro de 2000, PIS/COFINS. Depois outubro 5 mil, INSS, mudança de fiscalização. O Senhor sabe o que seria essa mudança de fiscalização?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, Senhor. Não tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quinze mil passado, INSS. PIS/COFINS parte. RFTT.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: TT era um símbolo usado para TECNOCARGO TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): RF é Receita Federal?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TT seria TECNOCARGO TRANSPORTES.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas autorizações de pagamento o Senhor conhece. O Senhor... São usuais? São usuais?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: É um tipo de autorização para os pagamentos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Normalmente eram feitos assim.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Com justificativa, autorizações, com protocolo da contabilidade. Era exatamente essa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Esse é o meu visto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse é o seu visto. Quer dizer, então, quando a coisa ia na conformidade do que deveria ser era assim que se processava?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Até porque eles partiam, no caso, nesse tipo de pagamento, eles partiam da minha área.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da sua área. O Senhor conhece o Sr. Geraldo Pereira?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é o Sr. Geraldo Pereira?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ele foi Diretor, é Diretor do GPT. Na época ele tinha o nome de Diretor de Vendas e Planejamento Aéreo, ou seja, a operação aérea ele era o Diretor responsável por ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve alguma fiscalização do trabalho no período em que o Senhor estava na empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Várias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Várias. E eram freqüentes as regularidades?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram as regularidades?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ausência de CIPA, ausência de... Eu não vou lembrar de todos os casos, os Senhores me perdoem mas, aquelas normas acessórias, PCMSO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Faltava tudo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Faltava tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E foram lavradas multas e recolhidos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E que papel o Sr. Geraldo Pereira tinha nessa parte trabalhista? Ele tinha alguma interface?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Nenhuma. O RH era a minha responsabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O RH era a sua responsabilidade. Em algum momento o Senhor sabe se houve uma determinação, uma solicitação do Sr. Geraldo Pereira para algum dinheiro solicitado para um fundo para que ele fizesse uma reforma para arquivos, alguma coisa parecida?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, Senhor. Não faz sentido, ou seja, se tivesse havido, haveria uma nota, uma prestação de serviço pela cons-

trução. Nunca. Não. Nunca tive conhecimento qualquer dessa... movimentação

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eventualmente, por exemplo, o Sr. Geraldo Pereira quisesse... Parece que realmente a situação de arquivos era confusa da empresa e que existiam seis carretas com um material relativo aos recursos humanos, estariam alojadas em lugares diferentes. É possível isso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Poderia ser possível. Porém, a empresa contratou um serviço de um arquivo morto. É meio estranho. Passível pode ser mas ela tinha uma empresa de arquivo morto contratada para fazer toda essa guarda desses documentos do RH. Estranho ter conhecimento. Como eu citei anteriormente num processo de fiscalização da Receita Federal, uma série de contratos de carreteiro bem como algumas notas de prestação de serviço de balsa, serviços de balsa de Manaus foram encontradas em carreto em Manaus. Mas daí a dizer que nós possuímos nesse universo de carretas com documentação de RH, me parece estranho e desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor desconhece isso. E o Senhor deveria conhecer porque o Senhor comandava o RH. Seria natural que o Senhor conhecesse.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Certamente. Inclusive o contrato da empresa de gestão do arquivo morto foi feito contrato por mim e o acompanhamento era do meu pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era do seu pessoal. Ou seja, havia uma empresa então contratada para organizar o arquivo morto.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não vou me lembrar o nome, mas isso é facilmente levantado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Sr. Geraldo não tinha nada a ver com isso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tinha nada a ver com isso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que nós temos em mãos um bilhete do Sr. Geraldo Pereira para o Sr. Antônio Augusto. Então, referência OC, fiscal do trabalho. Solicito a liberação de 8 mil reais referente à fiscalização do trabalho.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Desconheço. Não conheço nem a nomenclatura OC. Não sei o que é. Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só espero que não seja Ordem de Serviço... [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é... O que o Sr. Geraldo Pereira nos contou e eu sinceramente eu vou dizer ao Senhor o que disse naquele momento na presença dele, que não me pareceu verossímil o depoimento dele. É que ele tinha um fundo que ele operava. Ele tinha algum fundo que ele operava?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Depende do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Oficialmente?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Mas não me consta, nunca me constou criação, suprimimento de qualquer fundo na mão do Sr. Geraldo Pereira. Desculpa, nunca ouvi, tomei conhecimento nem nunca. Nunca. Nunca tive conhecimento disso. E me pareceria estranho que isto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que assim o fosse. Porque ele diz então que ele recebeu uma missão, que a missão era o seguinte: Havia uma fiscalização do trabalho e que precisava encontrar alguns documentos e que esses documentos estavam colocados em seis carretas. E que o DRH havia solicitado a ele que descarregasse essas carretas. Então, ele tinha que pagar os cavalos mecânicos das carretas. Ele pediu um dinheiro. E aí pediu também mais dinheiro para fazer uma reforma para colocar os arquivos carregar as carretas. O Senhor poderia comentar se isso seria usual?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não faz sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não faz sentido nenhum.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A contratação. É evidentemente que qualquer movimentação de carreta era feita por funcionários contratados. As vezes contratados de forma não adequada, porque em frente as instalações da então TECNOCARGO em Guarulhos, porque eu acho que hoje ela mudou de nome, fica uma série de funcionários avulsos. Não é? E eram contratados para fazer serviços desse tipo. Não é? Então, seria normal que no caso de uma movimentação de carga ele tivesse a contratação. Porém, os pagamentos não seriam feitos através de nenhum fundo. Teriam sido registrados, pagos pela... Registrados pela contabilidade e pagos pela tesouraria, que ele tinha uma tesouraria dentro da unidade de Guarulhos. Então, não faz sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não faz nenhum sentido?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Para mim, não. E outra coisa. E muito mais uma construção de qualquer imóvel. Porque isso, veja bem, agora na minha posição. Não basta apenas saber se existe a disponibilidade ou não de recurso. Uma construção tem uma série de implicações com prefeitura, com uma série de órgãos públicos, quer dizer, não poderia ser feito à revelia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele fala de uma pequena reforma para adaptar os arquivos lá em Guarulhos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, olha, vamos tentar. Ele cita datas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não cita datas.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Na minha época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele fala em torno de 2002, se não me falha a memória.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Na minha época eu não tomei conhecimento de nenhuma operação deste...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, o Senhor acha que essa operação fugiria dos padrões normais daquilo que o Senhor conhece?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Fogem de qualquer padrão de empresa organizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Poderia não fazer, fazer sair dos padrões daquela TECNOCARGO e PROMODAL que existia antes de num primeiro semestre de junho de 2002. O que eu posso dizer, nunca tomei conhecimento e não aconteceu na minha época. Se aconteceu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tinha contratado uma empresa para organizar arquivo morto.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Contratei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parece que não há sentido nessa versão.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não há sentido. Desculpe. Pode até ser verdade, mas não me parece verossímil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a impressão que a Sub-Relatoria teve também em relação a esse depoimento que foi aqui prestado. Falei isso, inclusive, na oportunidade que me parecia difícil a sustentação. Me parecia mais

que esse bilhete tinha a ver com o pagamento de propina para um fiscal de trabalho, porque, aliás, essa CPI tem revelado hipóteses interessantes e curiosas de anotações de pagamento de propina. E aqui se fala teve liberação de 8 mil reais referente à fiscalização do trabalho, fiscal do trabalho, ou seja... Não há remuneração.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: É importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do trabalho por parte do fiscalizado só pode ser--

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: É importante enfatizar o seguinte. Como eu disse na época em que lá estive, a empresa foi fiscalizada e sofreu autuações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E autuações essas que quando cabíveis recursos foram e quando não foram pagas. Então, desconheço qualquer endereçamento de um processo de fiscalização diferente deste.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Sr. Marcelo Naufal, o Sr. Geraldo José Pereira, o Sr. Dinaldo Galindo, o Senhor conhece todos?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. O Sr. Dinaldo Galindo me substituiu quando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum deles soube explicar exatamente o motivo da razão, o motivo da razão, o motivo da contratação do Sr. Pedro Vieira de Souza. O Senhor acha isso aceitável dentro do que o Senhor conheceu na empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Sr. Dinaldo... quem são as outras pessoas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Marcelo Naufal, o Sr. Geraldo José Pereira e o Sr. Dinaldo Galindo. Nenhum dos três em depoimento à CPI soube explicar por que o Sr. Pedro Vieira foi contratado.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Olha, o Sr. Marcelo Naufal, eventualmente até poderia não saber, embora eu acho que seria impossível ele desconhecer a natureza do trabalho que ele desempenhava. Está certo? O Sr. Geraldo ele poderia, talvez, não soubesse o detalhe, poderia conhecer a pessoa mas também... Eventualmente poderia não saber. Agora, o Sr. Dinaldo na qualidade de uma pessoa que me substituiu e que teria as atividades afetadas pela... Afetadas no sentido, porque existiam, acabava existindo uma integração de atividades, porque quem tinha que suprir

documentos era a minha área. O Sr. Pedro de Souza só fazia o follow-up e cobrança, certo?. Então, acho eu difícil que o Sr. Dinaldo não soubesse o propósito da... Do trabalho do Sr. Pedro Souza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha difícil que ele não soubesse?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Acho difícil. Para não dizer impossível. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. O Senhor chegou a ter contato com o Sr. Pedro de Souza em algum momento?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Vários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vários. E qual era o assunto tratado?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Sempre assuntos envolvendo a assuntos à fiscalização, cobrança de documentação. Porque acontece o seguinte. Haveria uma certa animosidade entre ele e meu funcionário Contador, então, eles não conseguiam se comunicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que, hein?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não sei, essas personalidades. O Senhor conheceu o Sr. Pedro Vieira de Souza...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conheci.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ele é uma pessoa até engraçada, porém chucra, rude... [risos]

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E isso criava algumas turbulências. Mas tive vários contatos com o Sr. Pedro de Souza, sobretudo no período em que as fiscalizações se acentuaram basicamente de novembro de 2002 até o período em que saí. Mas sempre no campo do atendimento das fiscalizações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a conhecer uma pessoa chamada Léo Botelho?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu não conheci o Sr. Léo Botelho. Eu sei que era alguém do relacionamento de ambos. Do Sr. Antônio Augusto e do Sr. Pedro Vieira de Souza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Pedro Vieira de Souza. O Senhor sabe se ele prestou serviço à empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Desconheço. Acho que não, porque nunca efetuei nenhum pagamento, nenhuma nota fiscal, contrato, nada que vinculava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe em que área atuava o Sr. Léo Botelho?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem idéia?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos aqui alguns documentos que eu pediria que o Senhor desse uma olhadinha. Do grupo GPT ao Banco Rendimento, o Sr. Antônio Carlos, transferência de valores. Autorizamos entre as contas sem cobrança de CPMF, pro-logística, transferência, 997 mil 280 reais.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ah-hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em 15 de abril de 2002. Nós temos nesta data, veja, muitas transferências. O Senhor tem idéia da razão disso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Bom. Primeiro a ressalva que foi um período anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Anterior ao Senhor.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Isso me parece uma movimentação de mútuo e era desta forma que as movimentações de mútuo entre empresas ocorriam. E me parece, e nessa época, ela sim tinha um relacionamento de grupo onde haveria, seria legitimado era transferência de numerados entre elas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Elas faziam, então, empréstimos entre si?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Era mais ou menos um sistema de caixa único, não é. Onde uma única empresa faria a gestão de todo o caixa da empresa. Então esse numerário navegaria entre as empresas através do contrato de mútuo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para pagamento de contrato de mútuo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Tudo isso está amparado em contrato de mútuo. Sobretudo, nos contratos, só como ponto importante nos contratos de mútuo com a BETA, foi um ponto, era um dos pontos que ficou pendente na separação onde eu particularmente atuei no sentido de equalizar as posições para que houvesse o acerto final das contas, se bem que embora tenha saído de lá...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, eram verdadeiros contratos de mútuo eram operações meramente contábeis?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Aquilo que eu pude testemunhar e acompanhar e contabilizar eram operações normais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Normais?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Normais e usuais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso da BETA, por exemplo, nós temos aqui, veja, em abril de 2002 uma transferência de três milhões 719 mil, 895 reais. Isso seria mútuo também?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: É difícil supor, Deputado, uma vez que eu não estava lá na época. Eu não conheço número, mas tem toda a característica de ser uma movimentação de mútuo. Mas eu não posso assegurar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E isto era pago depois regularmente ou...?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Olha, era importante entender, eu não sei se a CPI também chegou lá, mas como seria essa operação na época em que as empresas eram, pertenciam a um grupo só. A BETA fazia efetivamente o transporte aéreo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o Senhor fala pertenciam a um grupo só Sr. Johannes e Sr. Antônio juntos?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Juntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Tá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tá.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Então, quem efetivamente fazia o transporte de carga? A empresa que vendia espaço na aeronave do transporte de carga era a empresa BETA. Empresa essa que também tinha a concorrência dos CORREIOS. Porém, a detentora da posse das aeronaves era a PROMODAL Logística. Quem era efetivamente a efetiva proprietária das aeronaves era a PROMODAL Logística. Então, a operação era mais ou menos assim. A PROMODAL locava as aeronaves para a BETA e aí já surgia uma movimentação entre elas e um aluguel a receber. Ok? Não passava por mútuo, porque até onde eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A PROMODAL locava as aeronaves...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Aeronaves à BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, a proprietária das aeronaves era a PROMODAL?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A PROMODAL. Mas a PROMODAL contratava também o serviço da BETA para fazer o transporte da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da carga que ela contratava.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: --Da carga que ela contratava. Então a conta era assim existiam contas a receber oriundas de aluguel, existia um ativo mobilizado que era da PROMODAL e existia uma conta fornecedores que era a relação entre BETA e PROMODAL, ou seja, a BETA era um fornecedor da PROMODAL. Era uma relação confusa. Confusa. E as operações financeiras transitavam pelo contas de mútuo e além disso ainda existia uma conta de mútuo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Existia uma conta de mútuo. Agora, a relação entre a empresa BETA e SKYMASTER, o Senhor chegou a verificar como funcionava?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Eu imagino que fosse uma relação meramente comercial. Não conhecia qualquer outra relação, inclusive, a SKYMASTER foi tanto prestadora como tomadora de serviço do próprio GRUPO PROMODAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos uma planilha em mãos que faz uma comparação, um acerto de contas, digamos assim, BETA/SKYMASTER, em que há uma, alguns índices que nos chamaram atenção. Um deles é acerto ECT. Acerto com os CORREIOS. O outro, acerto VARIG. O Senhor chegou a ver uma planilha?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Acerto?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): VG, VARIG.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Eu desconheço. Eu particularmente fiz um acerto de contas entre a PROMODAL e a SKYMASTER. Existiam contas a receber e contas a pagar entre as duas empresas que eu intermediei e deixei acertado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para que se viabilizasse.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Para que se viabilizasse. Tem planilhas sobre isso e deve estar à disposição da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor em algum momento soube de algum tipo de vantagem, pagamento, propina

que se fazia, autoridades dos CORREIOS por parte da BETA?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca teve informação?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Nunca tive informação. O que eu queria dizer é o seguinte. Eu pensei que a pergunta ia caminhar para isso, eu me antecipei. Pergunta é: Pelo grupo GPT, pela PROMODAL o Senhor viu, tem alguma testemunha? Eu posso lhe assegurar e com uma convicção de quase 100%. Nunca, durante o período que estive lá, qualquer transação comercial ou financeira ou de qualquer ordem entre o grupo GPT e CORREIOS. Houve, sim, uma tentativa por duas ocasiões do grupo GPT se habilitar para licitações do CORREIOS. Uma em outubro de 2002 e outra por volta de março de 2003. Ambas sem sucesso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Através de que empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS. E na época o Senhor sabe se houve algum tipo de discussão de propina?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Não posso testemunhar. Não presenciei. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Antônio Augusto mantinha com um tipo de relação que o Senhor soubesse com área política ou políticos que o Senhor tivesse presenciado ou visto?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. Presenciado e visto não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ouvido?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com quem?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não foi citado nomes. Era uma pessoa bem relacionada. A expressão era: “De bom relacionamento a nível de Governo”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom relacionamento a nível de Governo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Agora, em que esfera que eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quando se fala bem relacionamento a nível de Governo seria com os CORREIOS, o Senhor sabe de que setor?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei, não posso, não tenho como precisar porque nunca ouvi concretamente nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses comentários que o Senhor ouviu se prendiam a que época, aproximadamente, quando o Senhor os ouviu?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Vamos dizer assim, talvez, quando eu ouvi pela primeira vez, foi logo quando eu entrei em 2002. Depois eu não ouvi mais. Não ouvi menção e nem tive nenhuma evidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De qualquer favorecimento.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu sou obrigado, e também conhecimento público, conhecimento da CPMI é que houve uma doação de campanha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Foi de 800 mil reais a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Mas só isso, mas fora isso eu não tenho nenhum dado de qualquer relacionamento político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ouviu falar de algum tipo de relação estreita entre o Sr. Antônio Augusto e o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não conheço o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca ouviu nenhuma relação?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Seria de onde?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria dos CORREIOS.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não, nunca ouvi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Roberto Kfourri, o Senhor conheceu?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o papel que ele tinha na empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Oficialmente naquilo que eu posso testemunhar ele era sócio de uma empresa chamada TCB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: TCB que veio prestar serviços à PROMODAL TRANSPOR-

TES AÉREOS na locação de aeronave, ou seja, ele tinha uma aeronave...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Roberto Kfouri tinha aeronave? Não. A TCB que tinha.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não a TCB. A TCB parece que tem capital boliviano ou colombiano. Alguma coisa assim. Era uma empresa quebrada. Folha, processo, condição tributária e trabalhista quebrada e imagino que nunca foi me dito isso, o Sr. Antônio Augusto deveria ter algum interesse em adquirir essa empresa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, por favor, continue...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Então, aí o Sr. Antônio Augusto aparentemente tinha interesse em adquirir essa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TCB? E ela tinha aviões, a TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Tinha dois aviões. Aliás, verdadeiras carroças, muito antigos, uma manutenção muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TCB quer dizer transportes...

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Transportes de Cargas, boliviana?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Pode ser. Eventualmente pode ser. Não sei. Tinha duas aeronaves... Então o Sr. Roberto Kfouri se apresentou como um sócio dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TRANSPORTE CHARTER DO BRASIL, me informa a Assessoria. Pois não.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Então o Sr. Roberto Kfouri seria sócio dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a BETA, alguma das empresas do grupo GPT pagava alguma coisa para essa empresa?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Para a TCB?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não. A BETA não. O GRUPO PROMODAL sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PROMODAL pagava.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não é que pagava. Ele fazia... Era o seguinte, essa empresa

como eu disse era uma empresa quebrada, ela fazia locação das suas aeronaves para exploração da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A PROMODAL pagava o aluguel? Não. Reconhecia a despesa, registrava, porém como ela vinha suportando as demais operações ela tinha um mútuo com essa empresa, um contrato de empréstimo, porque ela vinha pagando todo o custo operacional das aeronaves, combustível, combustível não, perdão, todo o custo operacional, pessoal, de terra e pessoal de tripulação. Então, isso formou uma conta também a receber da PROMODAL por conta disso, entendeu. Então, mas tinha um aluguel. Ela locava essa aeronave. Não sei se me fiz claro?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acredito que sim. Quer dizer, era uma locadora de aeronaves.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ela era uma companhia aérea que podia explorar o transporte, mas ela...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, nós detectamos pagamentos da empresa SKYMASTER também para esta empresa TCB.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Pode ser. Ela pode ter alugado espaço na TCB. SKYMASTER além de ter seus próprios aviões, as vezes ela vendia mais porque ela tinha espaço e contratava, era muito usual nesse segmento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E essa TCB, ela fazia, eu não entendi direito uma coisa, ela tinha relação com outros países? O Senhor citou a origem.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A origem do capital dela?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A origem do capital.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A origem do capital dela, dos sócio, de alguns dos sócio dela, que eu não me recordo se era boliviano, deve ser, pelo nome, ou colombiano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é brasileiro, aqui não tem a ver com Bolívia.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Então eu não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram Bolivianos ou Colombianos, os sócios da TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: É, junto com o Sr. Roberto Kfourri. O Sr. Roberto Kfourri ele tinha relação na área política? O Senhor tem idéia?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desconhece isso?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Especificamente na empresa BETA, o Senhor sabe precisar que atuação ele tinha?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Sei que ele teve alguma atuação lá até porque tinha uma questão pendente também de um carro dele que ele tinha ficado com o carro que era da BETA e que precisava ser acertado isso, dentro das pendências entre BETA e GRUPO PROMODAL existiria uma relação, uma pendência envolvendo um veículo dele, então, suponho que ele tivesse alguma outro tipo de atuação junto a empresa BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo o Senhor nunca teve um contato mais estreito com o Roberto Kfourri?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Estreito não. Eu participei de reuniões, eu confesso, tumultuadas com o Sr. Roberto Kfourri porque eu estava presente a reunião constava como Diretor Corporativo o Senhor Francisco Prieto na época e se discutia a operação em si. Era uma operação para o grupo GPT extremamente danosa do ponto de vista, porque suportar aquela estrutura de uma empresa quebrada, drená-la...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: A TCB. Consumia muito recurso. O Sr. Roberto Kfourri atuava para querer receber. E aí eu ouvia discussões por causa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Antônio Augusto não se posicionava?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não se posicionava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual seria essa lógica dele insistir nessa questão da TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Eu acho o que o Sr. Antônio Augusto sonhava em voltar a ter aeronaves próprias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E a TCB era aquilo que estava mais à mão naquele momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Roberto Kfourri seria sócio da TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Consta que ele fosse sócio da TCB. Se o Senhor falar, olhou algum contrato social que apareceu? Eu nunca tive acesso. Mas ele se apresentava como tal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se apresentava como sócio da TCB?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Como sócio da TCB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele se apresentava como sócio? O Senhor conheceu o Sr. William Martins Jordano?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o Sr. William?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: O Sr. William seria o meu par no grupo BX ou grupo BETA. Está certo? Ele tinha como característica, como peculiaridade que ele tinha sido o Controler do grupo quando era um só, dos dois grupos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então de certa forma ele o antecedeu?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ele me antecedeu. Ele saiu quando da separação. Ficou uma lacuna e depois de um certo tempo eu cheguei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: E tive contatos com ele mas sempre no escopo da solução daquelas pendências a que eu me referi anteriormente que foram os remanescentes do processo de separação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a relação do Sr. William com o Sr. Morato?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Até quando eu lá estive nenhuma. Não tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele era ligado ao Sr. Johannes?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Ao Sr. Johannes. Inclusive nesse processo de separação meu não usual, o grupo que foi levado era mais ou menos nesse sentido. Era assim, os amigos ou aqueles de confiança do Sr. Johannes e aqueles de confiança do Sr. Antônio Augusto. Então, o Sr. William era tido como

um homem de confiança do Sr. Johannes, portanto, acho muito difícil que houvesse um relacionamento do Sr. William com o Senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Antônio Augusto em face do litígio entre ambos.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Acho difícil. Não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Voltando um pouco ao Sr. Pedro Vieira de Souza. Teria algum tipo de relação ou trabalho junto ao DAC?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Sr. Pedro de Souza não. Não que eu nunca presenciei. Não me parece que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria só uma atuação exclusivamente de natureza tributária?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o Senhor teve alguma informação sobre o GRUPO PROMODAL ou à empresa BETA quando estavam juntas trabalhar na questão de restituição de ICMS?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Houve um processo de restituição de ICMS, um crédito por combustíveis. ICMS incidente sobre combustíveis. Quem cuidou, inclusive, desse processo num período anterior foi o Sr. Dinaldo que apareceu anteriormente. Ele que operacionalizou isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Dinaldo que operava. Como é que é... Essa é uma operação que se destinava ao Estado de São Paulo exclusivamente.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que Estado de São Paulo, se em tese o ICMS é devido sempre que as aeronaves levantam vôo?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Era, bom, eu não sei precisar, Deputado, eu acho que eu não tenho elementos suficientes para esclarecer esse ponto. Então eu não sei. Não posso, não tenho como contribuir nesse caso. Isso foi um processo que deve ter acontecido entre 2000, 2001, eventualmente, esse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse processo 2000, 2001.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: 2000, 2001. Não foi na minha época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se o Sr. Léo Botelho tinha alguma coisa a ver com esse processo?

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Não sei. Não imagino. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acredito que da nossa parte. Eu não sei se a Assessoria tem alguma solicitação. Mas eu estou extremamente satisfeito com o depoimento de V. S^a. Eu só não vou formalmente encerrá-la. Eu vou explicar. O seu depoimento me parece absolutamente colocado dentro da mais absoluta normalidade. É que eu não sei se surgirão fatos novos que, talvez, me permitam ter que chamá-lo para esclarecimento e eu aí pediria a sua colaboração.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Fico à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, embora eu não tenha de imediato... Relativamente ao depoimento de V. S^a, eu obviamente não tenho nada a fazer qualquer ponderação nesse instante, mas é um depoimento que me parece extremamente esclarecedor em face daquilo tudo que nós estamos investigando. Então se for necessário eu pedirei um novo comparecimento de V. S^a para evitar ter que apresentar novo requerimento, a discussão de quando será a reunião etc, eu vou, apenas, suspender o depoimento de V. S^a se necessário for eu entrarei em contato com o Senhor redesignando a data, caso contrário declararei por encerrado, apenas como uma forma de agilidade na obtenção de informações, já que nós estamos chegando ao final dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. JOSÉ WANDERLEY DE MEDEIROS: Perfeito. Eu tenho todo o interesse em colaborar. Eu só pediria que quando for necessário que avise com alguma brevidade, porque eu tenho compromissos comerciais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não temos nenhum interesse em trazer transtornos de nenhuma natureza a V. S^a. Eu apenas pediria, então, antes de suspender o depoimento, à Assessoria, que pedisse, solicitasse com a máxima urgência a transcrição deste depoimento do depoente e que se já transcritos encaminhassem a este Sub-Relator, se possível ainda hoje a tarde os depoimentos respectivamente do Sr. Marcelo Naufal, do Sr. Geraldo José Pereira, do Sr. Dinaldo Galindo, do Senhor Gilberto Setúbal. Essa Relatoria quer analisar a possibilidade de ocorrência de crime de falso testemunho relativamente à esses depoentes e uma

vez configurado eventual falso testemunho nós solicitaremos de imediato a abertura de inquérito policial e representaremos ao Ministério Público. Portanto, solicito se não foram transcritos ainda por gentileza que encaminhem a essa Sub-Relatoria para em confronto com o depoimento prestado hoje nós pedimos a abertura imediata do inquérito respectivo à eventual crime de falso testemunho em relação a esses quatro depoentes. Eu junto com a Assessoria analisarei hoje a tarde o confronto desses depoimentos. Agradeço imensamente V. S^a, Dr. Advogado pela presença e vou então declarar suspenso o depoimento podendo ser redesignada nova data. Suspenso então o depoimento e suspensão a sessão por 5 minutos e nós continuaremos com o depoimento do Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso que já está presente e irá, então, prestar normalmente o depoimento conforme solicitado. Agradeço a ambos. Suspensão a sessão por 5 minutos. [Soa a campainha]

Sessão suspensa às 13h41

Sessão reaberta às 16h03

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Solicito à Assessoria que traga ao recinto, para que tome assento junto à Mesa, o Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso que é o novo depoente desta tarde. Dr. Paulo Maurício Sales Cardoso comparece a essa Comissão Parlamentar de Inquérito desacompanhado de Advogado, mas prestará seu depoimento na condição de testemunha. Portanto, ele firma o compromisso nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal de dizer a verdade, não se omitir sobre aquilo que souber e que lhe for perguntado. Evidentemente, eventuais omissões ou inverdades ditas serão punidas na forma da lei. Também é importante que se diga que o depoente não está obrigado a prestar qualquer depoimento que se volte contra si próprio, na medida que a Constituição Federal assegura a vedação da auto-incriminação nos termos do art. 5º, 63. Então, portanto, este é o termo de compromisso. E V. S^a nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E, como de praxe, nós facultamos a palavra ao depoente para, em querendo, tecer as considerações que julgar oportunas acerca do objeto desta investigação Parlamentar. Tem V. S^a, em querendo, a palavra.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Na verdade, eu gostaria de colocar, principalmente, limites do que eu sei, para que pudesse até direcionar, as perguntas, enfim, as informações que eu puder dar aos Senhores. Eu não sou mais funcionário da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS desde o ano de 2001. E de lá para cá tenho atuado como Advogado, na iniciativa privada, inclusive, de alguns colegas. Então, o que sei hoje, pós 81, seria mais em

função das ações judiciais, que eu patrocino em nome de alguns colegas, de alguns clientes, ex-funcionários que me procuram como ex-funcionário do CORREIO pela confiança que detenho. Eu sempre trabalhei na Diretoria Regional do Pará, salvo no início da minha carreira nos CORREIOS, onde após a aprovação na Escola de Administração Postal, por volta de 1981, eu trabalhei até em meados de 82, 83 em Brasília, depois fui transferido para o Pará. E lá fiquei, tive uma curta passagem no Rio de Janeiro antes de ser dispensado, questão aí de três, quatro meses, nem tem grandes relevâncias. Então, fico à disposição. Um outro detalhe importante, eu era Administrador Postal e passei a atuar como Advogado da instituição a partir de 1993, mais precisamente em junho de 93. Então, os conhecimentos como Advogado que tenho são a partir dessa data. De 93 para trás é outro o Advogado dos CORREIOS lá nas Diretorias do Pará. É só. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ouvimos as primeiras palavras de V. S^a, então, comecemos aqui com a arguição. V. S^a ingressou na EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em que ano?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu fiz aquele concurso de Administrador Postal, acredito eu, se não me engano a turma de 78. E lá fiquei até a formatura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Formatura de 78?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: 1978. E conclui em 1981, quando fui admitido como Administrador Postal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Então o Senhor iniciou a sua carreira como Administrador Postal. Em que unidade começou a trabalhar?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Aqui em Brasília mesmo, no Departamento de Serviços Gerais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E depois disso, qual foi a sua evolução funcional?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Bom, transferido para Belém, em 1982, acredito eu, eu trabalhei na área de Serviços Gerais, na área de Suprimento, na área de Operações, na área de Planejamento e concluí, como eu já disse, em 93, junho de 93, passei a compor o quadro de Advogados da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que ano o Senhor concluiu o curso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Em 1986.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 93 o Senhor passou a integrar... Concurso interno?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não. Não, na verdade, não houve concurso, porque como Administrador Postal naquela época já era um cargo de nível superior, então, na verdade, foi apenas uma mudança de cargo. Não houve nenhuma vantagem financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve muitas situações dessa transposição funcional nos CORREIOS?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olhe, eu acredito que sim. Houveram outros casos. Não posso lhe dar certeza, mas com certeza o meu caso não foi isolado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas isso era uma decisão de conveniência, oportunidade de administração ou havia uma regra estabelecida geral?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Pelo que eu me lembro, a própria Diretoria da empresa, atendendo a critérios que ela própria estabelecia, quando havia interesse que o funcionário ocupasse determinados cargos, em que é exigido uma certa graduação que a pessoa tinha, eles faziam essa transposição de cargo nessa... uma transposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca se suscitou a inconstitucionalidade disso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Que eu tenha conhecimento, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Posteriormente o Senhor, como Advogado, começou a trabalhar em 93 no Departamento Jurídico da empresa.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Brasília?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não, não, sempre em Belém. Sempre Belém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E lá permaneceu exercendo que funções?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Fui Assessor Jurídico durante todo o tempo que permaneci lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um cargo de confiança?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Cargo de confiança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor iniciou na condição de Assessor Jurídico em que ano?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Foi em 1993.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já em 93?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Já em 93. Eu já fui, não... Eles fizeram a readaptação do cargo, e logo em seguida eu fui nomeado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor foi nomeado por quem? Quem era, melhor dizendo, quem era o seu imediato, superior hierárquico, quem que o Senhor Assessorava como Assessor Jurídico?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Deputado, o CORREIO sempre fez algumas, eu não sei precisar exatamente em que momento, mas, salvo engano, posso estar enganado, mas se não me falha a memória, naquela ocasião as portarias de nomeação ainda eram da responsabilidade do próprio Diretor Regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do próprio Diretor Regional?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Isso. Ele tinha que propor para o Chefe do Departamento Jurídico Nacional, digamos assim, que depois que aprovava, submetia à Diretoria, eu não sei o rito, e essa autorização para a Diretoria Regional e o próprio Diretor Regional é que lavrava a portaria. Depois de um certo tempo, acho que até já mudou, e eles desvincularam o Departamento Jurídico do Diretor Regional e passou tudo a ser subordinado ao Departamento Jurídico Nacional em Brasília. Então eu não sei precisar exatamente o ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, de fato quem o indicou para esse cargo? Ou quem o escolheu para esse cargo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, esse problema lá no Pará, a notícia que eu tenho é o seguinte. Havia um Assessor Jurídico em mil novecentos e... Até 1992, era um Senhor já de bastante idade. E ele não rendia a contento, o tal Departamento Jurídico dos CORREIOS estava nas mãos de uma empresa terceirizada, de escritório jurídico, porque ele não tinha condições de exercer satisfatoriamente. Então, o que o me foi dito, é que eu estava sendo indicado por ser um técnico que tinha conhecimento, eles, digamos assim, tiveram que me testar para ver se eu tinha condições de acompanhar isso. Tanto que eu fui chamado aqui à Brasília pelo então Chefe do Departamento Jurídico do CORREIO, naquela ocasião, em 1993, ele conversou longamente comigo, inclusive pediu que eu fizesse

se um estágio, que eu me submetesse a um estágio na Diretoria de Minas Gerais, e lá eu permaneci uns três meses. E justamente porque ele entendia que a estrutura que nós tínhamos lá no Pará não ia me dar o suporte necessário, até pela minha própria inexperience como Advogado, que apesar de ser, de ter me formado em 86, eu, na verdade, não exercia com regularidade a profissão, até pela minha atividade como funcionário do CORREIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, quem foi que o escolheu para este cargo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: A escolha naquela época foi do Diretor Regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Sr. Waldemir Cardoso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Waldemir Cardoso, antes de trabalhar no Pará e trabalhava no Rio de Janeiro. Não é isso? Ou eu estou enganado. É isso mesmo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, eu não tenho assim notícia de toda a carreira funcional do Sr. Waldemir, mas ele realmente trabalhou no Rio de Janeiro, mas, acredito que antes de ir para Belém, posso estar enganado, mas ele trabalhou no Nordeste.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Nordeste. Quando ele foi para o Rio de Janeiro é que ele levou o Senhor também, não é isso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Isso, já em dois mil e...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhecia o Sr. Waldemir Cardoso antes de ser nomeado para o Pará?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não. Ele era funcionário antigo. Na verdade, quando eu cheguei lá, ele já trabalhava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, então o Senhor foi em 1993 para o Pará e foi designado então pelo Sr. Waldemir Cardoso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não, eu fui para o Pará em 1982.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assumiu o cargo de Assessor Jurídico, melhor precisando, por decisão do Sr. Waldemir Cardoso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Sim. Dele, com o aval do chefe--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, ele não o conhecia antes disso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Conhecia. Eu trabalhei com ele, ele já Diretor Regional, eu trabalhei também como Assessor de Planejamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como Assessor de Planejamento. Então já o conhecia e aí o escolheu para ser Assessor Jurídico.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o Senhor trabalhou quanto tempo com o Sr. Waldemir?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Até ele ir para o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E isso foi em que ano?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Acho que foi início de 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Senhor foi com ele para o Rio de Janeiro?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Fui. Houve o convite e eu aceitei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor foi ocupar que cargo na Diretoria Regional do Rio de Janeiro?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Coordenador de Suporte, salvo engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Coordenador de Suporte. Depois disso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Depois disso, quando houve um desentendimento do Sr. Waldemir com o então Presidente do CORREIO na época, não sei explicar as razões, nós, eu fui destituído da função e retornei para a Diretoria do Pará, onde, segundo depoimento da chefe de Departamento Jurídico em juízo, só vou dizer isso porque ela disse isso em juízo, o Senhor Hassan teria pedido a ela, quer dizer, determinado a ela que me demitisse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Hassan Gebrin?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Senhor Hassan Gebrin.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não sei lhe dizer. Essa informação eu não tenho, sinceramente, não tenho. O que sei, volto a dizer, foi estranho para mim aquela demissão. Eu recorri à justiça e em de-

poimento prestado em juízo, a Chefe do Departamento Jurídico do CORREIO alegou isso, que tenha recebido ordens do Senhor Hassan Gebrin para que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi uma demissão sem justa causa?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Sem justa causa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor depois de demitido, o que fez?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu passei a advogar, passei a atuar na iniciativa privada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Pará?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Lá no Pará mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor advoga em que área?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Tributária, e sou também professor de Direito Constitucional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Direito Constitucional. Perfeito. O Senhor tem uma relação de amizade com o Sr. Waldemir Freire Cardoso, ou não?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, eu não diria que é uma relação de amizade porque eu não freqüento a casa dele, não tenho grandes contatos com eles, a não ser no nível profissional. Mas tenho muita consideração com ele, considero ele um dos melhores administradores com quem eu trabalhei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E que relação o Senhor tem com o Sr. Maurício Marinho?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Somente profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi que o Senhor trabalhou com ele. Em que período?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, diretamente com o Marinho, eu não cheguei a trabalhar, quer dizer, ele, nem como subordinado nem como chefe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Mas trabalhavam na mesma unidade?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Trabalhávamos na mesma unidade lá no Pará e no Rio de Janeiro também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, quando o Sr. Waldemir foi para o Rio de Janeiro ele levou o Sr. Maurício Marinho e levou o Senhor também?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que outras pessoas foram levadas por ele?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Vamos ver aqui, se eu me recordo. Bom, de Belém, foi eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: O Sr. Fernando Augusto Alves da Silva... foi também o Sr. Maurício Marinho, que à essa época já trabalhava em Brasília e tem também um outro, deixa eu ver se eu me lembro, eu acho que foi o Sr. Carlos de Souza Montenegro que, salvo engano, ou é de Pernambuco ou era da Paraíba. Não sei bem, não sei precisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Foram essas quatro pessoas que foram com ele para o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve um momento em que o Sr. Maurício Marinho pediu exoneração dos CORREIOS. O Senhor lembra desse episódio?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Esse episódio é muito antigo. Isso demanda lá a década de 80, salvo engano. Eu não sei precisar datas. Mas realmente ele chegou a um determinado momento que ele pediu demissão. Eu não sei, eu acho que já foi na administração do Senhor Rezek, José Eduardo Rezek. Não dou certeza, não. Em que ele pediu demissão e foi para a iniciativa privada. Lá permaneceu durante muitos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E depois ele retorna aos CORREIOS?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Retornou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra em que época ele retorna?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, salvo engano, foi em 92.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 92. Como é que ele retorna? O Senhor lembra?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, essa informação eu tenho mais como notícia recente, por conta da minha atuação profissional. Eu fui contratado por uma outra pessoa, não vem ao caso aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Meu cliente, que está envolvido no mesmo processo que foi movido contra ele pelo Ministério Público do Trabalho por conta dessa readmissão. Então o que eu posso dizer desse caso é o que eu vi nos autos. O que eu vi nos autos é que houve um acordo judicial, o Advogado do CORREIO foi do escritório jurídico que prestava Assessoria. Foi posto do CORREIO, foi o então Gerente de Recursos Humanos, e, enfim, o que o eu posso dizer? Aquela ocasião, aí eu já vou dizer isso como Advogado, eu me lembro que era uma questão controversa e a Diretoria da empresa insistia em que naquele momento ela tinha, digamos assim, ela poderia fazer. Sobre esse detalhe, inclusive, não sei, talvez, os Senhores já tenham conhecimento, mas nas contas da empresa de 1992, essa questão foi levantada pelo TCU. Que, inclusive, através do acórdão 15 de 1997, considerou aquele ato, salvo engano aqui, eu posso ler rapidamente, foram 10 pessoas envolvidas naquele ano, exercício de 92, não sei se o Sr. Maurício Marinho era uma delas, porque aqui no relatório não discrimina isso. Mas àquela altura a Diretoria da empresa foi considerada a responsável por essa decisão que o tribunal entendeu que não era legal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Se o Senhor quiser, eu tenho aqui a cópia do acórdão e eu posso repassar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu gostaria imensamente, se o Senhor puder, eu agradeço. Eu vou ler um trecho aqui do depoimento do Sr. Waldemir Cardoso a essa CPI, para que V.S.^a possa estabelecer os comentários. Eu era o Relator naquele depoimento e eu disse o seguinte acerca do Sr. Maurício Marinho. E na época ele dizia que saiu dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, porque o salário era baixo, Waldemir Cardoso. É o que ele dizia. Eu: Então o Senhor veja que ele mentiu em juízo. E o CORREIO, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS fez um acordo em um processo que ele mentiu. Porque ele não disse que saiu por causa disso. Olha, a história que ele conta na petição inicial dessa ação que os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS fizeram um acordo através do escritório que nós estamos vendo.

“Decorridos aproximadamente dois anos da transferência da Diretoria Regional do Mato Grosso para a Diretoria Regional do Pará, por necessidade de serviço de efetivo trabalho desenvolvido em diversas áreas ocorreu a transferência do então Diretor Regional Wilson Correa para a DR do Pará”. Aqui começa o erro, creio eu. “A partir do fato claramente exposto o reclamante efetuou diversas tentativas no sentido de que fosse liberada a sua transferência à Diretoria Regional de origem, com sede na cidade de Campo Grande, porém, por necessidade de serviço o reclamante permaneceu na DR do Pará até dezembro de 84, face à problemas familiares aliados à impossibilidade de transferência, apesar das substituições ocorridas a nível da Diretoria, não restou alternativa ao reclamante da época, se não a rescisão do contrato de trabalho”. Então, o Sr. Maurício Marinho mentiu, digo eu. Claro, disse o Sr. Waldemir. O Senhor me permite uma consideração? Eu não lembro dos fatos do Marinho, mas esse era um fato também. Os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não facilitava a transferência de ninguém. Digo eu: Mas veja, o Senhor falou que ele dizia que tinha saído porque o salário era baixo. Na verdade, ele para conseguir voltar inventou uma história, que, aliás, não tem o menor fundamento jurídico. Se ele pediu demissão, pediu porque quis. Ele não tem que voltar. O que é espantoso, porque, veja, eu vou agora lhe falar um pouco como Advogado. Se ele fez um pedido administrativo dessa ordem e se defere, eu lhe garanto que a situação é de burla ao concurso público, lesividade ao patrimônio público. Então o que se usou aqui aparentemente foi um subterfúgio, ele entrou com uma ação com os CORREIOS, contra os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e curiosamente o Advogado, sem uma base jurídica, fez um acordo para que ele fosse reintegrado, quando ele não tinha nenhuma razão na solicitação de reintegração. E por ser um acordo judicial, consta formalmente, ninguém questionou, isto é um expediente que, infelizmente, se usa para burlar o princípio do concurso público em certas situações, ou seja, um funcionário que estava sendo acusado pede demissão, volta depois com um acordo e o escritório de advocacia orientado por alguém faz um acordo que evidentemente é inaceitável do ponto de vista jurídico. E isto encobre em uma reintegração indevida aos quadros. Pela sua própria narrativa, a razão que ele alegou para não sair não é esta que ele narra na própria petição inicial. O Senhor, em algum momento, tomou contato com esse processo de reintegração como Assessor Jurídico?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu não era Assessor Jurídico na época, eu só assumi

em 93. Não época eu era Assessor de Planejamento. Então, o que eu posso dizer sobre isso é mais o contexto geral. Não foi apenas o Sr. Maurício Marinho, foram diversas pessoas que passaram por esse processo naquela ocasião. E qual é o procedimento? Se, digamos assim, havia processos judiciais, até onde eu sei, havia processos judiciais e houve uma abertura por parte da Diretoria da empresa para que se fizesse esse tipo de acordo, a própria Diretoria, através da área de Recursos Humanos fazia uma proposta e isso ia até a Diretoria da empresa, que autorizava ou não o acordo. Esse era o procedimento que era adotado. Não posso afirmar que isso foi adotado no caso do Sr. Maurício Marinho, porque como disse, na época eu era Assessor de Planejamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. É, o que nos pareceu estranho é pura e simplesmente os CORREIOS ter aceito esta reintegração, ou essa readmissão, que seria o termo mais correto aplicado ao caso. É que na verdade, em primeiro lugar há uma discussão se isso poderia ser feito do ponto de vista constitucional ou não.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas tendo superado isso, por que se entra com uma ação e se faz um acordo para se atender exatamente aquilo que a parte pede. Então nos pareceu claramente que isso era uma situação de superação da discussão, se poderia haver a readmissão ou não. É a impressão que nos deu. Quem à época era o Assessor Jurídico que admitia esse tipo de situação? O Senhor saberia dizer?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, eu acredito que não passou pela Pessoa Jurídica. Não passou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso é possível na estrutura dos CORREIOS?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Seria, como ele disse, pela própria situação atípica. O Dr. Cauby é uma pessoa de idade, a ocasião, e não havia a confiança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Assessor é o Dr. Cauby?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Dr. Cauby Guimarães. Não havia, isso era voz corrente na Diretoria na época, não só o Dr. Waldemir, mas os antecessores dele que trabalharam comigo, não tinham confiança no trabalho da Assessoria Jurídica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Então, na verdade, quem fazia efetivamente esses trabalhos jurídicos, quem assessorava o Diretor à ocasião é esse escritório jurídico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O escritório BARRA BRITO?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: BARRA BRITO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, porque, na verdade, nós temos aqui, nós levantamos todos os casos de readmissão por acordo judicial, e nós temos aqui aproximadamente 48 casos de readmissão judicial, que segue o mesmo modelo. O que nos parece que é uma burla feita de um procedimento até que planejado, dentro uma perspectiva maior. Esse escritório BARRA BRITO, ele mantém que tipo de relação com o Sr. Waldemir Freire Cardoso? O Senhor sabe?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Atualmente, o Senhor diz?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, na época, quando o Senhor entrou na Assessoria Jurídica?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Quando eu entrei na Assessoria Jurídica o escritório já trabalhava na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Via licitação. E posteriormente houveram outras licitações e ele ganhou, pelo menos, duas na época da minha gestão, ele ganhou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A modalidade da licitação foi convite?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não, Senhor, foi aquela de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tomada de preços?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Foi aquela tomada de preços, com aquele critério diferenciado, não estou lembrando agora exatamente o tipo. Foi tomada de preços. O critério de julgamento, técnica de preço. Técnica de preço. Pelo menos uma delas foi. Eu não lhe dou certeza se as duas foram, mas uma delas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a modalidade?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Tomada de preços.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tomada de preços. Por técnica e preço. Isso em que ano foi? O Senhor lembra?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO:

Não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi depois de 93?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Sim, sim, já depois que eu assumi a Assessoria Jurídica, houveram pelo menos duas licitações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre por técnica e preço?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não posso lhe dar certeza. A última, acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi em que ano?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não me lembro. Não tenho assim noção de tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma questão curiosa. A lei de licitações atual, que é a Lei 8.666, ela entrou em vigor em 93.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a lei de licitações ela é muito clara, se não me falha a memória, no art. 46 quando ela diz que o tipo técnico e preço só pode ser utilizado em alguns casos excepcionais, dentre os quais os serviços predominantemente intelectuais. Está certo? Então óbvio que isso abre uma possibilidade de utilização desse tipo. Porém, sabido que o tipo técnica e preço, ele permite induções de contratação, porque a licitação por técnica sempre envolve um certo subjetivismo. Então, é curioso esse tipo de coisa, porque nós estamos vendo um escritório que participou de uma situação suspeita do período anterior, a nosso ver, e posteriormente é contratado dentro de uma licitação, onde o critério pode envolver algum subjetivismo. E é importante observar que o próprio Tribunal de Contas da União questionou essa contratação. O Senhor tem notícia desse questionamento do TCU?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Tenho. Esse questionamento do TCU, na verdade, não foi pela contratação regular. Foi aquela situação excepcional que o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dos processos.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Dos processos. O que aconteceu? Deixa eu ver. Isso foi em 97. Eu trouxe até um expediente aqui para passar às mãos dos Senhores, uma cópia. Um sindicato naquela ocasião resolveu fazer uma ação individual para pedir doze referências salariais para cada sindicalizado. A técnica adotada pelo sindicato é realmente de tumultuar. Eles sabiam que a nossa situação era precária.

Eu era o único Advogado na ocasião. Tinha alguns, acho que dois estagiários e algumas auxiliares. Ele sabia que a gente não teria condições de ter, de até presença física, em doze cidades. Quem conhece o Estado do Pará sabe que algumas dessas cidades distam até 500, 600 quilômetros de distância. Então a tática foi realmente para tumultuar para ver se a gente perdia algum prazo e assim eles conseguiriam ter êxito nessa demanda, que era uma demanda absurda, tanto que nenhuma, pelo menos na Diretoria do Pará todas as ações foram julgadas improcedentes. Mas isso tumultuou muito o trabalho. E eu, preocupado com aquela situação, propus ao Departamento Jurídico na época que contratasse, pelo menos, mais um Advogado em caráter temporário, por um período de seis meses, dois estagiários. Porque eu queria, pelo menos, um Advogado militante que pudesse me auxiliar a organizar toda aquela operação de guerra que foi feita. Teve dias que foram vinte e tantas audiências. E é humanamente impossível um só Advogado coordenar toda essa situação. Eu submeti essa minha proposta ao Departamento Jurídico em Brasília, mas eles não acataram a minha idéia. Eles entenderam que a contratação direta e por emergência de escritório de advocacia seria alternativa técnica mais consentânea. Tem até aqui uma cópia desse expediente. E assim foi feito. Com base nessa decisão administrativa do então Chefe do Departamento Jurídico, houve essa contratação de emergência, do escritório BARRA BRITO, só que o gerente de administração à época, não sei se administração, enfim, a contratação, o órgão responsável pela gestão, digamos assim, do procedimento, ele cometeu uma falha grave, e que não foi observada a tempo. Eu estava, realmente, muito envolvido com essa operação e acabei não dando a atenção que deveria. E ele marcou, na verdade, o início do contrato, após, digamos, uns dois meses que isso tinha acontecido. É um absurdo. Se é uma contratação por emergência, realmente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi o responsável por isso, foi o--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Foi o gerente da administração da época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que era... Qual o nome?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Acho que era o Paulo Antônio Dantas da Silva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Paulo Antônio Dantas da Silva.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Salvo engano. Então, ele cometeu um erro. Em vez de retroagir a data da vigência do contrato, já que a

emergência se configurava efetivamente no início das ações, e não do momento em que ele fechou o contrato, encerrou o procedimento, e assim foi feito, com essa defasagem. Então de fato, quando o contrato terminou, aquele período, não havia só pequenos resíduos. Então o auditor do TCU entendeu assim que foi uma falha grave, e apesar de todas as argumentações no sentido de que houve essa falha formal, o tribunal entendeu, apesar de não ter batido na tecla da antieconomicidade, como decisão final, entendeu que houve uma falha e multou o gestor à época, o Sr. Waldemir Cardoso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com certeza. Quem foi que escolheu, uma vez foi uma contratação por dispensa de licitação, quem foi que escolheu o BARRA BRITO? Por que o BARRA BRITO?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Na verdade, essa decisão foi, tecnicamente eu fui consultado e concordei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas uma coisa o Senhor concordar, outra coisa é sugerir que seja. Quem foi que sugeriu que fosse o BARRA BRITO?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Vamos... Eu estou tentando aqui concatenar as idéias porque já faz algum tempo. Bom, o que aconteceu naquela época? Deixa eu puxar aqui pela memória. Nós fizemos, nós não, a Área de Contratação, fez uma consulta de preço. Me lembro que foi feita uma consulta de preço, para dar uma estimativa de valor, até para evitar questionamentos futuros. E houve uma reunião, da qual participei eu, Diretor Regional, Gerente de Contratação. Não sei se mais alguém, justamente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Waldemir participou?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Participou. E, então, por consenso, até pela própria, digamos assim, pelo, vamos e convenhamos, abstraindo a questão de qualquer irregularidade de licitação, eu posso assegurar que tecnicamente o escritório BARRA BRITO sempre trabalhou muito bem, durante o tempo que eu trabalhei com eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tirando as hipóteses da re-admissão.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não. Digo assim, Para a empresa, para a empresa, para a empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para a própria empresa, neste caso eles foram os responsáveis por readmissões...

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não vou entrar no mérito desse caso, mas digo assim, como o trabalho jurídico dele sempre foi muito eficiente. Nós tínhamos até o momento em que eu saí do Departamento Jurídico em 2001, um dos menores passivos trabalhistas do Brasil. Então é muito bem administrado isso. E isso com certeza também se deve ao trabalho deles. Então, tecnicamente eu concordei, e participei dessa decisão e considerei que ela foi acertada. Eles realmente mobilizaram toda a estrutura necessária e nós não tivemos, como eu já disse, foram, salvo engano, 492, eu estou com esse número na cabeça, pode ser que seja um pouco diferente, mas todas as ações, nós não perdemos nenhuma, tivemos presentes em todas elas. O sindicato que arrumou todo o esquema para nos atropelar acabou sendo atropelado. Muitas dessas audiências foram, ou melhor, muitas dessas ações acabaram encerradas justamente pela ausência do reclamante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E foram consultados outros escritórios de advocacia sobre preço, condições?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Com certeza. Houve uma consulta prévia. Eu me lembro bem que houve uma consulta prévia. Isso deve ter no processo licitatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não consta. Há um parecer de V.S^a que diz o seguinte, veja: "Levado a caso Departamento Jurídico, o mesmo autorizou a contratação emergencial do escritório de advocacia, para atender as necessidades. Considerando a urgência que o caso requer, contatamos o escritório jurídico BARRA BRITO. O qual nos apresentou a seguinte proposta:" Daí tem a proposta: "Assim sendo submetemos o caso para a sua apreciação, com o nosso parecer favorável a contratação do escritório BARRA BRITO, por emergência para prestação dos serviços judiciais nos âmbitos administrativos, por seis meses o valor mensal de 12.466 reais". V.S^a assina--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --o parecer. Ou seja, não há nenhuma notícia de outro escritório de advocacia contratado.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: É verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não nos pareceu que esse dispositivo atende as regras da lei de licitação no art. 26, porque não há uma justificativa do preço nem esclarecimento do por que essa empresa, o escritório jurídico

BARRA BRITO foi a contratada, coisa que são requisitos exigidos neste dispositivo da lei de licitações. Você pode até apreciar, para caso, seja engano da minha parte. Porque não houve essa contratação de outros escritórios, foi direcionado ao BARRA BRITO?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha o que eu posso garantir, é que foi feita essa consulta prévia. Não foi por nós não. Esse contato foi feito pela própria área de administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não constou no processo de dispensa.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Se o Senhor está dizendo, eu estou acreditando no Senhor. À primeira vista, eu realmente não tenho essa informação para lhe dar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, quem escolheu o BARRA BRITO, quem foi que botou o guizo pra você: “é o BARRA BRITO”?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, é difícil dizer, com certeza, fomos eu, Dr. Waldemir e o Gerente de Administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Waldemir atribuiu ao Senhor. No depoimento à CPI, no depoimento dele é o seguinte, eu, o Relator: “A coincidência é que é o mesmo escritório”. Eu falando da situação. “Waldemir Freire Cardoso. Ele trabalhou conosco durante um longo tempo. Um bom prestador de serviço”. Eu: “Quem escolheu escritório BARRA BRITO?” Ele: “A Diretoria regional através de licitação”. Eu: “Não. Aqui houve emergência”. O Sr. Waldemir: “Nesse caso aí?”. Digo eu: “Sim, mas porque foi o BARRA BRITO escolhido?” Waldemir Cardoso: “O próprio Assessor Jurídico”. “Quem?”, perguntei eu. “O Sr. Cardoso?” Disse ele: “É o Paulo Maurício”.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, quer dizer, ele atribui ao Senhor a escolha do escritório BARRA BRITO. O Senhor tem alguma relação pessoal com os proprietários desse escritório?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É amigo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não. Não tenho nenhum relacionamento pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem causas em comum?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca teve nenhum tipo de contactação? Recebeu recursos desse escritório?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca. Segundo o TCU a alegação de ter ocorrido essa contratação emergencial, ela não se sustentaria. Na oitiva do Sr. Waldemir houve uma explanação, inclusive, que nós fizemos na oportunidade para descaracterização dessa necessidade. Eu vou ler para o Senhor os trechos do depoimento. Sr. Waldemir Cardoso: “Essa emergência aconteceu, porque inesperadamente chegaram aquelas ações, quinhentas e tantas ações a que me referi”. Aí falo eu: “Mas deixa eu mostrar ao Senhor o que o TCU fala. O quadro revela que antes de outubro de 1997, mês em que foi aprovada a dispensa 27.197, que é essa, visando a contratação do escritório BARRA BRITO, por 180 dias, alegando estar configurada a situação de emergência, já estavam sentenciados e encerrados 358 projetos dentre os 504 ouvidos”. Então, ou seja, o Senhor foi contratado por emergência para os 504, só que dos 504, 358 já estavam encerrados. Cabendo notar que tais processos haviam sido tratados pelo mesmo escritório com a cobertura do contrato 11.955, já era o próprio BARRA BRITO que cuidava dos processos que estavam encerrados, ou seja, já o BARRA BRITO, cuidava dos quinhentos, quando houve um novo contrato com o BARRA BRITO de 504 processos, tinham sido encerrados os 358. Portanto o termo aditivo excedeu a vigência, ou seja, no momento em que se estendeu para 500, já tinham sido encerrados esses 358. Permaneciam portanto para acompanhar apenas 146 processos. Desses 146 processos, 130, seriam sentenciados e encerrados antes da assinatura do contrato emergencial, ou seja, era 500, antes, efetivamente da assinatura do contrato, dos 146, 130 foram encerrados. Isto foi no dia 30 de outubro de 1997. Restaram então para o seu acompanhamento com a cobertura do novo contrato em questão, apenas 16 processos, ou seja, foi feito uma nova emergência para acompanhar 530, segundo fundamento que consta do processo, mas, na verdade, foram só 16 os processos que foram acompanhados pelo BARRA BRITO. Assim com a cobertura desses contratos adicional totalmente desnecessário, o escritório BARRA BRITO no decurso

de 6 meses, recebeu carga irrisória de 16 processos, dos quais 10 dos 16, 10 se encerraram nos dois dias iniciais da vigência do contrato. Então, dos 16, 10 se encerraram nos dois primeiros dias da vigência, portanto, ficaram seis. Teve um acréscimo de 12.466 reais na época em seus pagamentos mensais. Pode se afirmar também que mantidas as bases do contrato original vigente, de 47.57 reais por processo por mês, o valor pago em razão desse novo contrato seria bastante para o complemento de 1572 processos/mês adicionais do período de seis meses de vigência, ou seja, tomando-se por base o contrato anterior, o valor seria suficiente para 1500. O valor desse contrato implicava em 500 e ficaram só seis para serem acompanhados efetivamente, logo após a assinatura do contrato. Mesmo considerando-se a intenção sub-reptícia e descabida de compensar episódio da carga adicional de trabalho, que acarretada pelos 504 processos que comento, que foram anteriormente absorvidos com a cobertura do contrato 11.995, para o escritório BARRA BRITO que desde o mês de agosto até o dia anterior da assinatura do contrato 9.497, que envolveu 1.166 processos por mês, equivalente a média de 369 processos ao mês, esse novo contrato além de compensá-lo com a vantagem, quer dizer, mesmo que tivesse pago o excedente, teria saldo suficiente para mais 450 processos mês, ou seja, pelo valor do contrato antigo poderia ainda receber 450 processos mês. Não só o BARRA BRITO não recebeu praticamente os 500, mas ficou só com seis, recebendo a remuneração relativa a esse potencial. Cabe ressaltar ainda a extrema facilidade relativa a condução dos processos em questão, nas quais as 504 reclamações foram clonadas, ou seja, copiadas, eram iguais, demandando evidentemente contestações também clonadas, que não fluíram ou que não se verificaram nos presentes autos. Não estão aqui nos presentes autos. As audiências convocadas em maioria impondo arquivamento do processo pela ausência do reclamante ou sua extinção sem julgamento de mérito, fica patente o atentado aos princípios da legalidade, da legitimidade, da moralidade, da economicidade, advinda a contratação direta ora abordada com integral prejuízo dos CORREIOS, uma vez que os 16 processos relativos à reclamações do CINCOR, ainda remanescentes na data da assinatura do contrato, deveriam continuar sendo tratados no escopo do contrato 11.995 anterior, cuja vigência estendeu até 24 de abril de 98 por força de termo aditivo. Em síntese, não havia emergência. O que o Senhor comentaria dessa análise?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: O comentário que eu tinha que fazer, nós já fizemos para o TCU. Nós achamos que houve uma interpretação equivocada por parte do editor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Efetivamente a emergência devia ser considerada a partir do momento que essas ações entraram. Houve indubitavelmente uma falha de assinar esse contrato com data posterior. Devia ter sido assinada a partir do momento que a emergência se configurou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor há de convir comigo que a não assinatura do contrato da emergência na data que a emergência havia, *per si* já desqualificaria emergência. Não bastasse isso no momento em que o contrato assinado, os processos na sua grande maioria já estavam extintos? Ou seja, a assinatura do contrato foi totalmente irregular.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: A assinatura do contrato poderia ter sido feita na data em que foi. Não há dúvida, porque não poderia se fazer, assinar um contrato com data anterior. Estou dizendo a vigência dele. A vigência dele deveria ter começado a partir do momento em que a situação emergencial se configurou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a questão poderia ser resolvida por perdas e danos, se prestaram serviços sem cobertura contratual, ou por qualquer outra situação. Assinatura posterior de um contrato não legitima o passado.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: O que eu estou falando é o seguinte: Faria a situação, e já houve decisões do TCU nesse sentido. Você faz o processo de emergência, mas a vigência daquela emergência, não pode ser a do final do procedimento, deve ser o quê? O momento em que aquela emergência se configurou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o processo de emergência ele tramita durante um período em que as ações já estavam resolvidas. Aqui está o processo.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Foi essa a argumentação que nós encaminhamos ao TCU, o que eu ia falar é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor está absolutamente convencido que não há nenhuma irregularidade nesse contrato, apesar de no momento da contratação terem dez processos apenas para serem cuidados, com uma carga de quinhentos. E houve pagamento desse período todo.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Volto a repetir. Houve uma falha formal, por quê? Porque a vigência dessa emergência deveria ser a partir

do momento em que essa situação de anormalidade efetivamente começou e não no momento em que foi assinado o contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja aqui a falha do Ministro Relator do TCU, Ministro Guilherme Palmeira: “No episódio duas falhas importantes foram cometidas pela DRPA. A primeira foi não ter formalizado o novo contrato em data compatível com os eventos que justificavam”. Que é a falha que V.S^a diz. “Quando isso aconteceu em outubro restavam pendentes apenas 16 processos oriundos de situação emergencial. A segunda falha, porém, mais grave, foi não restringir explicitamente o novo contrato apenas ao excedente de processos verificado nos meses de agosto e setembro daquele ano. Em vez disso optou-se pela segunda contratação do escritório, a preço certo pelo período de seis meses. Estimando-se uma carga de trabalho da ordem de 390 processos por mês, quando na verdade eram apenas 16. Em função dessas falhas o preço mensal médio por ação trabalhista do novo contrato, dada a simplicidade dos respectivos processos, encerrado rapidamente no Judiciário, situou-se ao longo dos seis meses de sua duração em patamar significativamente mais elevado do que aquele estabelecido no primeiro contrato, ocasionando na prática, vamos corretamente concluir que o reajustamento de preço por via oblíquo do contrato anterior”. Ou seja, não há dúvida de que houve a falha formal e grave. Porém o principal equívoco, diz o Ministro Relator do TCU, foi o fato do Senhor no momento em que celebra o contrato, ter autorizado a sua celebração, com a carga que já não mais existia. E isto, claro, obviamente, implicou entre aspas, num superfaturamento do preço pago a esse escritório durante seis meses, quando os processos já haviam sido encerrados nos dois meses que interligaram um contrato e outro.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Senhor Deputado, eu não autorizei. O Senhor está colocando uma palavra forte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, o Senhor autorizou. Perdão.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu não autorizei essa contratação. Eu não tenho poderes para isso. Eu apenas dei um parecer jurídico, que foi acatado pela autoridade competente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assim sendo, submetemos o caso à sua apreciação com o nosso parecer favorável à contratação do escritório jurídico BARRA BRITO, por emergência para a prestação de serviços judiciais, por seis meses.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Autorização é outra coisa completamente diferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o parecer jurídico foi emitido pelo Senhor?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidentemente o Senhor é membro da administração que formou a convicção da celebração do ato.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem tanta responsabilidade como quem autorizou.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não estou negando isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A questão é meramente semântica.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Mas vamos colocar os pingos nos “is”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não há dúvida nenhuma. Se vamos discutir objetivamente, V.S^a colaborou com a edição desse ato e tem responsabilidade sobre ele. E a minha pergunta--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não estou dizendo isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a minha pergunta objetivamente é: Porque que V.S^a, então, concorda em assinar um contrato com uma carga obviamente muito superior de remuneração àquela que seria compatível com os 16 processos que ficariam em cargo desta empresa, sendo que pouquíssimos, vários deles, os 16, acabaram ainda antes dos seis meses. Por que preço certo? Por que esta carga, se obviamente os contratos, os processos e V.S^a tinha condições de fazer essa avaliação já estavam terminados?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: É, volto a dizer, o mote, o mister, a razão desse, dessa questão foi a que eu coloquei aos Senhores. Houve aquela situação de tumulto, a autorização para licitar veio lá da Administração Central e essa condução de preço, foi feito pela Área de Contratação. Como técnico, jurídico, eu não tive nenhuma ingerência nesse preço, eu não saberia dizer ao Senhor se houve superfaturamento ou não, porque essa avaliação de preço não foi feita por mim, como Assessor Jurídico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o tempo necessário da

emergência, sim. Que foi o prazo máximo que a lei admite para contratação de emergência.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: O tempo de emergência nós computávamos, fizemos uma... Nós fizemos essa, digamos assim, esse mapeamento da situação, contada a partir do momento que essas ações ingressaram, conforme já expus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor atribui a alguém a responsabilidade por esse equívoco? Se é que admite que houve um equívoco, claro.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Em relação à vigência, à vigência, realmente foi uma decisão equivocada lá da Área de Contratação, do qual eu sou responsável também, porque não atentei, não tive condições na época, pelo tumulto que deu o nosso trabalho de dar uma melhor Assessoria nesse ponto. Mas sobre qualquer outro aspecto, eu não tenho nada a dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Voltando um pouco aqui à readmissão do Sr. Maurício Marinho também com aquiescência do escritório BARRA BRITO. O Senhor saberia dizer quem foi que, é evidente como o Senhor mesmo disse, o Assessor Jurídico, ele dá o parecer. Agora, quem concordou que o Sr. Maurício Marinho voltasse, mediante orientação jurídica do escritório BARRA BRITO? Quem foi que decidiu?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não saberia dizer? E à época, o Senhor não saberia, óbvio, como já disse, saber se o Assessor Jurídico foi consultado sobre este ato?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A razão da escolha do Senhor para o Sr. Waldemir, ele tinha direito a quatro Assessores no Rio de Janeiro. Ele formou exatamente por que queria que o Senhor fosse ao Rio de Janeiro, acompanhá-lo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, vou dizer o que aconteceu com essa escolha, eu relutei muito em aceitar. A minha esposa foi contra, ela não queria e acabou se configurando que ela tinha razão. Nós naquela ocasião, eu estava pensando como pensei seriamente muitas vezes, em sair da empresa, porque profissionalmente eu não tinha, digamos assim, mais campo para crescer profissionalmente, vamos dizer assim. Eu já era Assessor Jurídico, tinha interesse em progredir na profissão e não via perspectiva, a si-

tução da empresa nunca permitia que houvesse uma melhora, não só no aspecto profissional, precaríssima a situação dos advogados do CORREIO, não sei como está hoje, mas na minha época era terrível, nas Diretorias menores, inclusive no Rio de Janeiro quando eu estive lá, também percebi a precariedade. E a questão financeira, claro. Então, era uma perspectiva, digamos assim, de você progredir dentro da empresa. Já que eu não tinha campo para como Advogado, indo para o Rio de Janeiro na condição de coordenador, eu me colocava numa outra função, poderia ser aproveitado, de repente, até vir para Brasília, onde eu havia trabalhado. Não, obviamente, na posição de Advogado, quando eu fui para Brasília, para o Rio de Janeiro abri mão dessa condição, porque fui atuar como Administrador. Então, eu expus francamente isso quando o Dr. Waldemir me convidou e as minhas dúvidas, a minha insegurança, a minha incerteza, nunca tinha trabalhado no Rio de Janeiro. E o que foi que aconteceu? Ele propôs e assim foi feito, que eu fizesse uma espécie de teste. Então, ele já nomeado Diretor Regional lá, eu passei, acho que uns dois ou três meses na condição de visitante, digamos assim, ainda não tinha sido formalmente transferido, para ver se eu conseguia me adaptar a aquela nova realidade. Após isso, foi conseguido pela Diretoria da empresa viabilizar todo o programa de, digamos assim, de criação dessas coordenadorias e eu então aceitei esse desafio, entendi dessa forma. E estávamos lá trabalhando, quando houve uma ruptura entre o então Diretor Regional Waldemir Freire Cardoso e o Presidente, o Senhor Hassan Gebrin. Não posso entrar no mérito dessa questão, porque não tenho, não presenciei. Tudo que soube foi pelos, que aliás me magoou profundamente, foi não o fato de terem tomado aquela decisão para funcionário que tinham 20 anos de casa, mas sim da forma como foi feita. Tudo que eu soube foi pelo boletim interno, digamos assim, ou seja num belo dia a gente abre o boletim interno: “Olha, você está transferido de volta para a Diretoria do Pará”. Paciência, eu sou funcionário, se eu não gostar eu saio, vou ter que atender. E depois já aí a minha situação pessoal, como voltei a trabalhar na Diretoria do Pará, profundamente deprimido, estressado com aquela situação, recebo um telefonema para: “Olha, você tem que se apresentar em Brasília no dia seguinte para tratar de um assunto de interesse da empresa”. Foi essa a informação que eu recebi. Chego lá, a Chefe do Departamento Jurídico me atende muito bem, “Olha, está aqui a sua carta de demissão”. Quer dizer, uma situação acima de tudo vergonhosa para uma instituição. Você convocar um funcionário para 2000 quilômetros, para entregar uma carta de demissão, é uma coisa que magoou profundamente. E foi por isso que

eu recorri ao Judiciário. Eu me senti profundamente magoado com aquela forma absurda de se tratar um funcionário, não por ser eu, mas nenhum funcionário merece ser tratado com tamanho descrédito. Se quisesse apurar a irregularidade que o fizesse, abrisse um processo como fazem, normalmente a empresa sempre peca, pelo menos na época que eu estava lá, pecava pela regularidade de procedimentos, mas infelizmente não foi o que ocorreu no meu caso e para minha surpresa maior, convocada como testemunha da empresa, não por mim, a Chefe do Departamento Jurídico na época, doutora Sônia em juízo disse que me demitiu, porque o Senhor Hassan Gebrin mandou que ela assim procedesse. A justiça então configurou, considerou configurado aí o assédio moral e aplicou uma indenização, que a empresa está recorrendo até hoje, mas por meios protelatórios, não acredito que consiga rever a decisão aqui no TST e então foi essa a história. Até onde eu sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Hassan Gebrin em depoimento prestado a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ele respondendo uma pergunta ao Deputado Silvio Torres, em relação ao que acontecia na regional do Rio de Janeiro, disse o seguinte: “Eu não tenho dúvida disso, não há outra razão. Primeiro ele não me conhece e nem eu o conheço. Ele nunca trabalhou próximo a mim. Então, quando relatei essa questão quis dizer exatamente a isso, porque para mim só pode ser uma vingança. Ficou claro e evidente que o relatório do Maurício Marinho, perdão, perdão, que está falando. Relatório que está aqui com o Sr. Relator, no relatório que está aqui com o Relator está dito. Está se formando uma quadrilha no Rio de Janeiro. Estava se formando uma quadrilha no Rio de Janeiro. Não tenho dúvida disso e o líder dessa quadrilha é o Waldemir. Ele não era o chefe. Era o líder de uma quadrilha, eu não tenho dúvida disso e a minha interferência, a minha avaliação é que isto é uma retaliação”. Então o Sr. Hassan Gebrin vem dizendo que o Sr. Maurício Marinho quando acusa irregularidades, ele estaria o retaliando, porque ele teria desbaratado uma verdadeira quadrilha no Rio de Janeiro, o que o Senhor tem a comentar sobre essa afirmação do Sr. Hassan Gebrin?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu vou comentar como Advogado. Eu não vou comentar nem como pessoa, como envolvido nessa situação, que tudo que eu tinha que dizer sobre esse assunto, já o fiz em juízo e a justiça já se pronunciou. Então, me reservo ao direito de em relação a minha pessoa, nesse caso, isso me deprime profundamente, eu considero esse episódio para mim encerrado. Tenho muitos amigos no CORREIO e se tiver oportunidade de

um dia voltar a trabalhar lá, numa outra situação, não terei nenhum escrúpulo em ir, continuar trabalhando com a mesma dedicação que eu sempre tive. Mas vamos analisar isso como Advogado. Ora, se o Sr. Hassan Gebrin tinha conhecimento da formação de uma quadrilha, ele no mínimo pecou por omissão. Olha, se ele tinha provas de que existiu uma quadrilha, por que ele não processou? Por que ele não denunciou ao Ministério Público, como fez em situações muito mais corriqueiras, muito menos graves? Isso é uma acusação muito séria. Não pode ser feita simplesmente aqui perante os membros do Congresso Nacional, sem apresentação de provas. Isso é uma leviandade. Me parece mais um desespero de uma pessoa que foi condenada pelo TCU, não por contratinhos aí de meia dúzia de reais, mas por contratos vultosos de milhões de reais. Não conheço o Sr. Hassan Gebrin, não o estou acusando de nada, até porque não tenho conhecimento das atitudes dele, não, como ele falou em relação ao Marinho ele podia estar se referindo a mim. Nunca nem cheguei a conhecê-lo pessoalmente. Então, em relação a isso, acredito que foi no, sei lá, ninguém gosta de ver o seu nome envolvido em situações desabonadoras e certamente ele usou do expediente de atacar, porque se viu, digamos assim, encurralado, numa situação de graves irregularidades como as que têm sido denunciadas aqui pelos Senhores e por toda a imprensa. Então, o que eu posso dizer em relação a isso, é que se alguma quadrilha foi formada, foi com a conviência do Sr. Hassan Gebrin, que até onde eu sei foi ele que autorizou a minha ida para o Rio de Janeiro e até o momento que ele resolveu me destituir, depois me despedir, por telefone, por fax, e-mail, sei lá o que ele usou, nenhuma vez fui convocado a depor, nenhuma acusação me foi feita. Vejam que a própria Chefe do Departamento Jurídico do CORREIO, indicada por ele na gestão dele, vai a juízo e diz que recebeu ordens dele para me demitir. Não se falou em irregularidade, não se falou em mau desempenho e muito menos em formação de quadrilha. Então, eu considero isso uma leviandade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Waldemir tinha alguma relação com o ex-Deputado Roberto Jefferson?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, eu vi, vi, posso afirmar, porque vi alguns contatos de gabinete do Sr. Waldemir Freire Cardoso com o Deputado Roberto Jefferson. Não só dele como de outros Parlamentares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Roberto Jefferson exerceu

alguma influência para nomeação do Sr. Waldemir para o Rio de Janeiro?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não sei, eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe. O Senhor chegou a manter contato com o ex-Deputado Roberto Jefferson?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu encontrei o Deputado Roberto Jefferson aqui em Belém, uma vez, lá em Belém, ainda não tinha, ainda não havia nenhum indício, assim, de ir para o Rio de Janeiro. Ele esteve em visita ao Estado e numa procissão fluvial que tem lá na véspera do Sírrio, nós estávamos lá, os Diretores do CORREIO, os gerentes do CORREIO e o Sr. Roberto Jefferson esteve lá conosco, de passagem. Foi a primeira vez que eu o conheci pessoalmente. Um encontro meramente informal. E lá no Rio de Janeiro eu me lembro de tê-lo visitado uma vez numa clínica. Ele estava, tinha passado por uma cirurgia e eu fui fazer uma visita de cortesia para ele. Os dirigentes do Rio de Janeiro naquela ocasião. Foram as duas vezes que eu me lembro de ter tido algum contato pessoal com o Sr. Roberto Jefferson.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor mantinha contatos telefônicos com o Sr. Roberto Jefferson?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca. Em algum momento o Senhor soube de alguma influência que ele queria exercer, favorecendo empresas ou pessoas na regional do Rio de Janeiro ou no Pará?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, que tenha sido do meu conhecimento não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece a empresa US MENDONÇA? Já ouviu falar?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que essa empresa faz? Atua em que ramo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu acredito que ela já esteja fechada. Mas ela foi uma transportadora de cargas de caminhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A quem pertencia?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: O nome da pessoa eu não sei, posso lhe dizer, lhe afirmar que o gerente dessa empresa é o irmão do Sr. Waldemir Freire Cardoso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cujo nome é Walmir. Sr. Walmir Freire Cardoso. Era o gerente dessa empresa. Essa empresa mantinha contratos com a--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Na Diretoria do Pará mantinha vários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabia que o Sr. Walmir era proprietário dessa empresa?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Volto a dizer. O que eu sei é que ele era gerente desta empresa, eu não, o contrato social dessa empresa, assim, para ver se é, essa informação eu não tenho para lhe dar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os indicadores dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mostram, que na verdade o Sr. Walmir era proprietário desta empresa. O Sr. Ulisses Mendonça, em nome da qual US MENDONÇA, a empresa está registrada, ele era um colega do tempo de Marinha do irmão do Sr. Waldemir. E tudo nos leva a crer que a utilização do Sr. Ulisses Mendonça como o proprietário desta empresa, era uma maneira de encobrir o verdadeiro proprietário, porque se caso ficasse evidenciada a relação de parentesco, evidentemente, a situação seria desconfortável para o Diretor Regional, Sr. Waldemir. Nós identificamos procurações em que o Sr. Ulisses Mendonça confere amplos poderes para o Sr. Walmir gerir e administrar a empresa US MENDONÇA, o que nos mostra que evidentemente essa empresa era uma empresa que tinha um, entre aspas, laranja aparentemente de fachada, pertencia ao irmão do Diretor Regional e essa empresa era contratada pelos próprios CORREIOS. Mais tarde em 2001 o Sr. Walmir Freire Cardoso ingressou nos quadros societários da empresa US MENDONÇA explicitamente. US MENDONÇA Express LTDA-ME, essa empresa era uma empresa distinta da US MENDONÇA, firma individual. Então, ou seja, fica absolutamente claro e evidenciado a relação que existia entre esta situação, entre essas empresas e no seu ramo de atividade. O Senhor se lembra se a empresa US MENDONÇA chegou a ser contratada por dispensa de licitação em algum momento?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, a minha participação nesses processos de licitação é muito pequena, é mais no parecer jurídico. Então eu realmente, correndo o risco de parecer desatento, alguma coisa nesse sentido, mas eu não tenho, as-

sim, notícia de... Não tenho na memória, o nome das empresas por quem eu emitia, a fazer análise desses pareceres, que aliás nem sempre eram feitos por mim. Havia mais um advogado, que acredito eu que nessa época aí que a U S Mendonça começou a atuar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não lembra de nenhuma contratação emergencial da US MENDONÇA?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: É possível que tenha sido feita, mas eu não tenho assim, não posso afirmar nem que houve nem que não houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Waldemir agia de alguma forma a influenciar a contratação dessa empresa, favorecendo-a?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, juridicamente eu não posso informar. O meu parecer é como eu disse, eu recebia o projeto pronto para analisar sob aspecto formal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor era homem de confiança do Sr. Waldemir, tanto que ele o leva para o Rio de Janeiro.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Ele leva para o Rio de Janeiro, mas não para tratar dessa questão de contratação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Mas era uma pessoa de confiança e ele o colocou no cargo logo após, embora advogado recém-formado ou sem experiência advocatícia, V.S^a assume um cargo de Assessoria Jurídica, prestigiado para exercer uma função para a qual, inclusive, estava iniciando.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não estou negando isso. Estou querendo apenas dizer o seguinte: Que eu nunca fui consultado pelo Sr. Waldemir Freire Cardoso, para discutir esses assuntos, essas questões eram tratadas com o gerente de contratação, de administração, enfim, a pessoa que geria os contratos e como a própria Comissão de Licitação, eu particularmente não tive nenhum envolvimento nessas situações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem a ciência de uma sindicância que foi instaurada ali na Diretoria Regional do Pará, para apurar atividades do Diretor Waldemir com vistas a favorecer contratos do seu irmão, Walmir, através da empresa US MENDONÇA, de maneira a que isso trouxesse prejuízo para ECT, inclusive, até de eventual recebimento de propina por parte do Diretor Regional? O Senhor teve ciência dessa sindicância?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu acredito que isso já foi depois que eu saí da empresa. Olha o que eu sei sobre essa questão é o seguinte: Esse relatório do TCU, que nós já nos referimos bastante, depois da tentativa frustrada de demissão do Sr. Waldemir pelo Hassan Gebrin, que ele retornou depois por ordem judicial, a empresa fez umas acusações contra ele para a Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os CORREIOS?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: CORREIOS. Mandou uma documentação para lá. Esse eu tenho conhecimento e até porque o Dr. Waldemir, depois que eu saí do CORREIO me contratou para auxiliá-lo nessa resposta desse relatório para o TCU. Então, este procedimento que hoje está lá na Polícia Federal, realmente, eu tenho conhecimento até pela minha atividade profissional. Porque não diverge muito, porque a base das acusações--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor advoga para o Sr. Waldemir, ou para o Walmir?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para o Sr. Walmir não, mas para o Sr. Waldemir tem algumas ações que eu advogo para ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Nós temos aqui em mãos um depoimento prestado pelo Sr. Edvaldo Ferreira Leite. O Senhor conhece?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Edvaldo Leite. Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele era proprietário da empresa EDCAR?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: EDCAR. Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. Ele diz o seguinte, ele relata uma série de situações irregulares verificadas na Diretoria Regional do Pará, então, ele acaba dizendo o seguinte: Que em 1997 ele também, através, da EDCAR ganhou a tomada de preços, referente a transportes de livros da FNDE, cujo frete de Belém a Marabá e possivelmente para qualquer outra localidade, era de 67 centavos por quilo transportado, a exemplo do preço que já era cobrado por ele para o transporte de carga expressa. Que o preço de 67 centavos por quilo, foi dado por ele próprio devido ao privilégio de informações que ele possuía dentro da Diretoria Regional do Pará, ou seja, ele diz que ele possuía o privilégio. Que as informações eram passadas pelo irmão do Diretor Regional à época, Sr. Waldemir Freire Cardoso.

Que as mesmas eram confirmadas posteriormente pelo próprio ex-Diretor Regional no apartamento dele, ex-Diretor Regional que o depoente freqüentava na avenida 25 de setembro. Que durante os anos 96, 97, houve participação do depoente nas condições acima descritas, onde ele e o Sr. Walmir ganharam dinheiro, muito mais do que o Walmir, do que o próprio depoente. O que em 1998 o Walmir resolveu ficar com todo o bolo. Pois mais tarde ele disse que nesse período a receber o pagamento referente ao faturamento mensal, o depoente levava a parte que correspondia ao ex-Diretor em dinheiro vivo à residência dele e entregava a ele pessoalmente. Que as vezes se foram diversos, o dinheiro era entregue ao ex-Diretor Regional nas dependências da própria Diretoria Regional da ECT do Pará, que foi a partir de 95 que o ex-Diretor Regional colocou o seu irmão na empresa do depoente, para que ele acompanhasse e aprendesse exatamente como funcionava a empresa, para em seguida aplicar-lhe o golpe já descrito, que a partir da entrada do irmão do ex-Diretor da Regional à EDCAR, o próprio Walmir muitas vezes era quem fazia o recebimento do dinheiro da parte que cabia ao ex-Diretor. Que esse valor foi levantado sugerido pelo próprio Diretor Regional, que também realizou os cálculos relativos a diferença orientando a sua funcionária dona Elza que, entretanto, ao receber este valor fez o seu repasse ao Diretor Regional, que justificou ao depoente que estava precisando de dinheiro para pagar compromisso político e que por isso o ex-Diretor descobriu o erro na falha de pagamento do depoente. Que o acréscimo desse faturamento gerou o repasse quase integral por parte do depoente para o Waldemir. Que os contratos de transporte de cargas são direcionados na DR Pará, para a empresa US MENDONÇA a partir de 1998, que todas as transportadoras da cidade de Belém sabem que a US MENDONÇA era favorecida pelo DR Pará. Que o gerente da REOP (F) Pará à época trabalhava na GETA (F) de Belém, Sr. Ajax, combinava tudo com o Walmir para que o US MENDONÇA fosse favorecida no transporte das cargas. Que chegou a participar de um desses favorecimentos, recebendo das mãos do Sr. Paulo Dantas, da igreja de nossa Senhora de Fátima um convite para cinco empresas indicadas pelo depoente, que foi a única vez que participou de favorecimento desse tipo. E aí vai.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Acusações graves.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bastante graves. Em síntese ele diz que havia um favorecimento da empresa US MENDONÇA que pertencia, na verdade, ao irmão, conforme há indício que essa CPI já tem e que havia o

pagamento de propina para o Sr. Waldemir. O Senhor teve algum dia ciência desse tipo de favorecimento do Sr. Waldemir em troca de recursos?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, no entanto, o Senhor acompanhava as licitações e dava o parecer jurídico em relação a elas?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Muitas delas sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se a empresa US MENDONÇA venceu procedimentos licitatórios, durante o período em que V.S^a era Assessor Jurídico?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Vários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos informações aqui pelo que levantamos, que a empresa US MENDONÇA venceu diversos processos licitatórios.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: É verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sendo ela convidada para todos os processos de convite. Ela sempre era convidada para os processos de convite. Como é que se selecionava as empresas para o procedimento de convite? Por que ela sempre era convidada?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Essa informação o Senhor vai obter do gerente da Área de Contratação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Jurídico, obviamente, supervisiona isso?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não. O Jurídico do CORREIO não supervisiona esse tipo de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas deveria.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Dentre as nossas atribuições, dentre as nossas atribuições da época, não estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor permitir, já estava em vigência na época a lei de 1993 a 8666, essa lei quando trata do convite, ela explicitamente diz que: "Havendo cadastrados em número superior aos convidados, terá que ser sempre acrescentado mais um, para fins de se fazer a não repetição do convite". A Assessoria Jurídica teria que apreciar sobre esse aspecto.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Na área de gestão de contratos do CORREIO, foi contra-

tado em função disso, um advogado, só para acompanhar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas obviamente na medida em que o Senhor Assessorava o Diretor Regional e ele quem dava possivelmente atos decisórios da licitação, como homologação, possivelmente, passava pelas suas mãos o procedimento licitatório e caberia a V.S^a checar as pessoas que estão convidadas, verificar se os dispositivos legais estão sendo aplicados. Nunca lhe chamou a atenção a presença permanente da US MENDONÇA nesse processo?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 1998, a US MENDONÇA ganhou 7 procedimentos licitatórios, cinco na modalidade de convite, 2 na tomada de preços. Em 99, a US MENDONÇA ganhou 7 processos licitatórios, 4 na modalidade de convite e 3 na tomada de preços. Em 2000, a US MENDONÇA ganhou 5 procedimentos licitatórios, 4 na modalidade de convite e 1 na tomada de preços. Em 2001, a US MENDONÇA Express LTDA, ganhou juntamente com outras empresas um processo licitatório na modalidade de pregão e um na modalidade de convite. Do período de 98 a 2000 foram pagos a US MENDONÇA e US MENDONÇA Express o total de 3 milhões 428 mil 600 reais. Nunca lhe chamou atenção essa vitória permanente desse grande ganhador da US MENDONÇA?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca constatou nenhum direcionamento nas licitações para a US MENDONÇA?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A ECT, todavia, através de Comissão de sindicância, apurou diversas irregularidades nos processos de contratação da empresa US MENDONÇA, nos convites de tomadas de preços. Vamos ver o que registra os próprios CORREIOS. Primeiro: “Na maioria dos processos, na pasta onde são arquivados documentos, não foram encontrados avisos de recebimento AR, comprovando a entrega do convite aos licitantes”. Ou seja, o convite é um instrumento convocatório desta modalidade e óbvio, nos procedimentos licitatórios há que se atestar o recebimento do convite pelos mínimos, pelo mínimo de três pessoas convidadas. No entanto, curiosamente, não estava lá o aviso de recebimento, comprovando que as empre-

sas receberam. V.S^a nos processos que examinou não notou esse detalhe?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, é difícil falar, porque eu não tenho aqui a documentação em mãos, mas qualquer irregularidade que é observada na análise desses processos, constava dos pareceres jurídicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas não constaram.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Se não constaram, não foram observados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor acha normal, por exemplo, propostas licitantes serem recebidas antes da autorização do Diretor, para desencadear o procedimento licitatório? Ou seja, antes de ser aberto o procedimento licitatório, tinha sido entregue a proposta. O Senhor acredita que isso é um procedimento normal?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha, eu não tenho aqui os elementos em mãos para fazer uma análise jurídica do caso, então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a Auditoria do Tribunal de contas constata isso, que nós tivemos vários casos de procedimentos licitatórios, em que a proposta foi apresentada antes da respectiva autorização da abertura do procedimento.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não considera isso uma irregularidade grave?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha eu não estou aqui para fazer juízo de valor. Eu volto a dizer, tem que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor como Assessor Jurídico se constatasse isso teria que barrar o procedimento.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Todas as irregularidades a ser observada no procedimento, deveriam ter sido relatadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na verdade o convite 4998, foi autorizado no dia 20 de fevereiro de 98, e aprovado pela Assessoria Jurídica em 30 de 4 de 98. Sendo que na pasta relativa ao processo foram encontradas as propostas Brasil Assessoria e Serviços de Transportes com data de 3 de março de 98, ou seja, antes mesmo da autorização de V.S^a, na Assessoria Jurídica, nós já tínhamos a proposta apresentada. Isso V.S^a não chegou a detectar?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Volto a dizer. Tem que analisar o processo, porque todos os advogados, todos os advogados têm competência para fazer essa análise. E nem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas no final era V.S^a?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não, não. Muitos deles já vinham, o próprio advogado até pela urgência, ele já fazia o parecer jurídico e encaminhava para a Comissão. Então, teria que ver no processo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para homologação do Diretor, imagino.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Sim, sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Daí passava por V.S^a?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não necessariamente, eu passei muito tempo fora na Diretoria, eu fiz consultoria para o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas nos processos que V.S^a assina...

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Mas os processos que eu assino com certeza, é minha, claro, então, eu volto a dizer, eu não tenho elementos em mãos aqui para julgar, mas obviamente se a minha assinatura está posta lá, porque fui eu que fiz o procedimento, fui eu que analisei o procedimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um outro detalhe, por exemplo, eu vou ter que suspender, porque nós temos votação nominal na Câmara, se V.S^a me permite eu tenho que ir lá votar e retorno em 5 minutos. Muito obrigado. Suspensa a sessão por 5 minutos.

Suspensa a sessão às 17h19

Reaberta a sessão às 17h41

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Bem, após essa breve interrupção em decorrência da votação na Câmara, voltamos então à arguição do Sr. Paulo Maurício. E nós estávamos exatamente arguindo a sua questão nos contratos que a US MENDONÇA mantinha com os CORREIOS na regional do Pará, quando V.S^a era o Assessor Jurídico do Diretor, Sr. Waldemir. Nós mostramos a nossa convicção de que a US MENDONÇA era uma empresa que pertencia ao Sr. Walmir, irmão do Sr. Waldemir, que embora ele se intitulasse como gerente da empresa, ele tinha uma procuração de amplos poderes do Sr. Mendonça para negociar. E em decorrência disto nós estamos aqui indagando de V.S^a, exatamente, ali a sua responsabilidade nesses

processos de licitação em que V.S^a emitiu manifestação opinativa. Então, nós retratamos todos os processos licitatórios que foram vencidos por US MENDONÇA, foram 7 processos licitatórios em 98, 7 em 99 e 5 em 2000, e 2 em 2001. O que implicou no pagamento da US MENDONÇA de três milhões 428 mil e 600, ao longo destes anos. E nesses processos várias irregularidades foram constatadas, algumas já argüi a V.S^a. Então, continuo a argüir acerca das irregularidades que foram constatadas nesses procedimentos licitatórios, em que existe uma suspeita de favorecimento da US MENDONÇA. Há casos, por exemplo, em que propostas do licitante foram recebidas no mesmo dia em que o convite, ou que o, que a carta convite foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica, para desencadear o processo. Ou seja, antes mesmo do recebimento da carta convite, propostas foram encaminhadas. Note-se que nesse caso, é o convite 50 de 98, a Assessoria Jurídica que V.S^a ocupava, em 5 de maio de 98, fez a chancela e no mesmo dia foram recebidas as propostas, ou seja, as empresas no dia em que V.S^a chancelou a carta convite, encaminharam propostas. V.S^a em algum momento atentou para essa situação?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Olha. Como eu disse, tinha que analisar caso a caso assim, pelo tempo, porque são tantas situações que é difícil. O que deve ter ocorrido, é que devido a alguma situação premente, esse processo foi montado e no mesmo dia foi encaminhamento para nós com um pedido de que analisássemos esse parecer com urgência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E no mesmo dia a proposta foi encaminhada? Ou seja--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Acredito--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As empresas sabiam dos termos da licitação antes da publicidade. Porque vamos recordar a carta convite é encaminhada ao mínimo de três pessoas e tem que ficar fixada em local de público acesso. Se foi no dia de chancela de V.S^a, as empresas já estavam apresentando propostas antes da publicidade.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Só analisando. Assim--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A análise, a análise está feita. Agora, em confirmando esses fatos V.S^a reconhece que há uma grave irregularidade?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Teria que analisar o processo, para poder me manifestar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sem dúvida.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO:

Assim, sem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas falando em tese se confirmado esses fatos, V.S^a reconhece que é uma irregularidade, uma ilegalidade flagrante?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu digo o seguinte: Está tudo, todo e qualquer ato da minha responsabilidade, que tenha sido gravado ou que seja confirmado no processo, com certeza, não fugia a nenhuma delas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja por exemplo um outro caso: Propostas de licitantes recebidas antes da aprovação da carta convite, ou seja, antes do Senhor apreciar a carta convite, nesse instante já tinham mandado a proposta. O que nos mostra e nos dá uma suspeição do tradicional conluio de carta convite, ou seja, se acerta com três empresas antes mesmo da carta convite ser aprovada, já está tudo acertado, aí apenas se monta formalmente o processo para se dar uma aparência de legalidade à situação.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu vou relatar para o Senhor todo esse caso, e claro casos individualizados vão ter que ser analisados individualizadamente. O que aconteceu? Qual era o procedimento? E acho que isso resolve a questão, eventualmente falhas que se eram obviamente da minha responsabilidade, eu não vou negar isso. Qual é o procedimento em tese? O procedimento normal? Constatada a necessidade, o órgão responsável por aquela atividade pedia a autorização para o Diretor Regional, que se cancelado encaminhava para o órgão lá de contratação, que elaborava o edital e esses editais em matéria de... Caso específico de transporte, é um modelo padrão, pré-aprovado pelo departamento competente. Então, na verdade, aquela chancela nossa ali é mais uma formalidade legal, porque já havia um acerto, digamos assim, prévio que aquele modelo padrão seria aprovado pela Diretoria da empresa e seria adotado. Pois bem. Feito isso encaminhava-se o processo para a Comissão de licitação, que fazia o procedimento todo e antes da chancela do Diretor Regional, nos casos previstos em lei, a gente faria uma outra apreciação. Apenas naqueles casos previstos em lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, veja--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: É assim que é formatado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): -- a situação de padronização dos atos convocatórios é absolutamente normal e desejável a administração pública. O que surpreende

é que antes do visto formal de V.S^a e, portanto, antes da publicidade alguém tenha apresentado a proposta. Quer dizer, como é que alguém pode saber do convite antes da publicidade? A não ser que já tenha tido algum contato informal e obviamente acertado a apresentação das propostas. E isso não me parece usual, ao contrário, nos parece a indicação de fraude clara, onde se faz um acerto entre três licitantes, alguém já vai ganhar e depois apenas eu monto formalmente aquilo que dará aparente legitimidade ao que nada de legítimo tem.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Como eu disse, não estou aqui para fazer juízo de valor. Estou apenas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um juízo fático, nem é de valor.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Os fatos que eu tenho de conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha possível uma adjudicação ser feita antes da apresentação de uma proposta de licitação?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Fica difícil, não é, fica difícil essa linha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Porque eu não tenho como responder essa pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas veja, eu estou indagando se o Senhor vê alguma possibilidade jurídica disto? Porque pelo que me conta a adjudicação é o último ato do procedimento licitatório. Em alguns procedimentos é o penúltimo, porque as vezes se faz homologação depois da adjudicação. Mas o certo é que a adjudicação seja o último. Agora, se a adjudicação é o ato que reconhece que alguém venceu a licitação, como é que alguém pode ter adjudicado o objeto da licitação, antes de ter apresentado a proposta? O Senhor concorda comigo que é estranho?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é. E é o que acontece. Veja aqui, olha, no convite 6 de 2000, a ata da reunião de adjudicação é datada do dia 20 de janeiro de 2000. Só que as propostas inclusive da ganhadora, são do dia 27 de janeiro, ou seja, a licitação foi adjudicada antes da proposta ser apresentada. A reunião da adjudicação foi feita antes da proposta ser apresentada. Se o indicador objetivo da fraude e V.S^a como Assessor Jurídico, obviamente, deve ter observado, que quando

participou da reunião, ou analisou a adjudicação, as propostas não existiam.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Volto a dizer, a minha responsabilidade deve ser medida na medida em que eu cometi as falhas que estão devidamente gravadas no processo. Se estão, me reservo ao direito de me manifestar no fórum competente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Veja um outro caso inclusive mais ainda curioso. A adjudicação feita antes da carta convite ser aprovada pelo Senhor. A Ata da adjudicação, que é o último ato da licitação, ela é do dia 25 de setembro de 2000. Perdão. A análise da aprovação da carta convite é do dia 25 de setembro de 2000 e a adjudicação ocorreu três dias antes, 22 de setembro. Ou seja, se reconheceu a vitória do licitante, antes mesmo de ser expedida a carta convite, ou seja, o indivíduo tanto presumiu que haveria uma licitação, mandou a proposta, saiu vitorioso e depois foi divulgado o convite. O Senhor percebe? Ou seja, não há dúvida que há falhas formais, mas parece que as falhas formais são na boa montagem de um processo licitatório fraudulento, ou seja, erraram nas datas da montagem do processo, porque ninguém erra desta forma do ponto de vista lógico, seqüencial na vida. Ninguém faz uma reunião de adjudicação depois ou antes da proposta ser apresentada. Ninguém faz uma reunião de adjudicação antes da carta convite ser expedida. É na hora que foi montado o procedimento, é que erraram as datas, alguém fez uma trapalhada formal. Mas parece que esse procedimento licitatório já estava decidido e curiosamente quem ganha? A US MENDONÇA. A US MENDONÇA cujo gerente formal é o irmão do Diretor Regional, que adjudica as licitações, que homologa as licitações, e com a característica desse Diretor, esse gerente ter uma procuração de amplos poderes para gerenciar a própria US MENDONÇA, que nos leva à convicção de que era proprietário da US MENDONÇA. Isto reforçado com um depoimento de alguém que fala que a US MENDONÇA era favorecida e que ele próprio era favorecido, fecha ao que nos parece um esquema de corrupção. Veja, diversos contratos de prestação de serviços celebrados com US MENDONÇA, não tiveram limite de valor global estipulado, tendo ocorrido de pagamentos de valores bem acima do limite contratual, ou seja, os pagamentos feitos a US MENDONÇA foram muito acima dos limites. Exemplo, o contrato 9698, foi firmado com a vigência de um ano e valor global de 32 mil 696. Foi prorrogado por mais de um ano. O valor global pago na vigência desse contrato foi de 306 mil, enquanto que o valor total ultrapassado já considerado da prorrogação em reajuste, foi de 209 mil. Portanto, pagamentos muito

superiores àqueles que seriam admissíveis em relação aquele contrato. Outro, contratos que já haviam sido encerrados e que não foi celebrado aditivo contratual, prorrogando prazo e continuaram a ser pagos, ou seja, contrato encerrado, que continua a ser pago. Exemplo: Contrato 162/99, encerrado em 30/10/2000, que até outubro/2001, portanto, um ano depois continua a ser pago sem nenhum aditamento, sem rigorosamente haver nenhuma formalização disso.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Bom, eu, gestão de contrato não é a minha praia, mas o que eu posso dizer é o seguinte: Salvo engano, aí a situação já se confunde até com próprias administrações. Acho que o Sr. Waldemir ficou na Diretoria até fevereiro/ 2001, acho que a partir daí já temos um outro Diretor Regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, parece que sim.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Posso estar enganado em relação a data.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas é que o contrato foi encerrado em 30 de outubro de 2000, que a irregularidade se prolonga até outubro de 2001, ou seja, é uma situação que permanece. Agora, veja o que me chama atenção e aí a pergunta é diretamente a V.S^a A Assessoria Jurídica dá a chancela em certos atos e partindo do pressuposto que V.S^a profissional gabaritado que é, dá a chancela na data em que afirma. V.S^a chancela situações em data em que obviamente não poderia deixar de conhecer a irregularidade. Porque, veja, se a adjudicação, a ata da adjudicação é anterior a chancela de V.S^a, das duas uma, ou V.S^a faltou com a verdade no momento em que fixou a data ou V.S^a sabia da irregularidade. Se faltou com a data, ou se errou a data, terá sido um mero equívoco? Mas atenção imensa, porque efetivamente V.S^a terá errado datas em vários processos, ou então, V.S^a no momento em que acerta a data, já sabia que tudo tinha acontecido e aí V.S^a então seria co-participe de um esquema de fraudes.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Deputado, o que o eu posso dizer é o seguinte: Objetivamente, conforme o Senhor me pediu. Eu nunca participei de nenhum esquema de fraude, favorecimento de quem quer que seja. Se falhas ocorreram, repito, podem ter ocorrido e devem ter ocorrido. E serão analisadas em cada caso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se me permite V.S^a, limitar as falhas a essa situação, eu acho que é minimizar o que se verifica. Nós temos reuniões de adjudicação

de uma licitação realizadas antes da expedição da carta convite.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO:

Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isto não é uma falha.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu não participei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É crime.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu não participei, volto a insistir, de nenhum esquema montado para favorecer quem quer que seja, durante todo o tempo que geri a Assessoria Jurídica. Durante todo o tempo da minha vida profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor explicaria esse universo de fraudes, que obviamente favorecem a empresa US MENDONÇA, que é da propriedade do irmão do Diretor, que da qual o Senhor é pessoa de confiança, que o leva para o Rio de Janeiro também depois mais tarde.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu não tenho como explicar isso, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No processo de sindicância da empresa de CORREIOS há um despacho do então Presidente Hassan Gebrin de 28 de fevereiro de 2002, no sentido de que a inspetoria regional do Pará, em conjunto com Assessoria Jurídica do Pará, acompanhasse um assunto dessa irregularidade junto ao Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal do Município de Belém e para os quais foram encaminhadas as conclusões da Comissão de Sindicância. O Senhor sabe, ou sabia do andamento desses processos hoje?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não. Eu nunca fui comunicado. Eu nunca fui chamado a depor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem advoga em nenhum desses processos?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Não, volto a lhe dizer, aquele caso específico, pode até ser o mesmo processo, desculpa, não tenho números para lhe dizer. Eu sei que existe um procedimento específico tramitando na Polícia Federal em Belém. Existe, existe, agora não posso lhe afiançar que seja esse ou que tem dados novos aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja. Evidentemente nós trabalhamos com a presunção de inocência de todos aqueles que aqui sentam e não poderia ter sido diferente,

o que não nos leva a desprezar indícios e indicações necessárias ao procedimento da investigação.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO:

Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que nos chama a atenção, em todo esse episódio e se V.S^a me permite, eu vou fazer esta colocação para que V.S^a me forneça argumentos para desconstituir essa avaliação, porque nos interessa a verdade. Basicamente o seguinte: O Deputado Roberto Jefferson em depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, depôs dizendo o seguinte: Que no Brasil as indicações dos cargos de confiança sempre se dão com o objetivo de arrecadação de recursos eleitorais para as campanhas. Eu argüi quando disse isso se ele também fazia isso, ele disse sim. Ele deixa claro que as suas indicações para cargos de confiança, se faziam com o mesmo espírito que segundo ele todos os partidos fazem indicações de cargos de confiança, ou seja, arrecadação de recursos eleitorais. O Sr. Maurício Marinho que foi flagrado aqui, num caso onde uma fita registra situações em que ele diz: "Há um esquema de arrecadação para o Sr. Roberto Jefferson e o partido". Se apresentando praticamente como um preposto. Posteriormente as relações do Sr. Marinho de âmbito funcional nos levam a regional do Rio de Janeiro e a regional do Pará, onde fica claramente comprovado que o Sr. Roberto Jefferson tem uma relação estreita com o Sr. Waldemir, que foi Diretor Regional do Pará e Diretor do Rio de Janeiro, inclusive, possivelmente responsável pela sua indicação no caso do Rio de Janeiro. Está claro que o Sr. Waldemir trabalha com um grupo de Assessores de confiança, entre os quais V.S^a faz parte desse grupo. Está claro que na Diretoria Regional do Pará existem irregularidades gravíssimas dentre as quais efetivamente nós temos: Primeiro um escritório de advocacia contratado em situação claramente, reconhecidamente irregular para cuidar de um número exorbitante de ações, em face do momento que ele é contratado, ele recebe uma carga de remuneração para 500 processos, na verdade cuidou de 16 no momento da contratação. Esse mesmo escritório de advocacia, foi quem orientou a readmissão de pessoas de forma bastante suspeita, dentre as quais o Senhor próprio Maurício Marinho, pessoa que se integra a este esquema. Sr. Maurício Marinho que havia saído dos CORREIOS anteriormente, com uma suspeita de desvios de recursos, inclusive, porque se encontrou um ar condicionado na casa dele com placa patrimonial dos CORREIOS e aí então ele pede estranhamente demissão, regressando mais tarde, sob orientação, como V.S^a mesmo reconhece desse escritório de advocacia, que em outro contrato foi beneficiado de

uma maneira curiosa, não havendo prova inclusive no processo que outros escritórios de advocacia tenham sido consultados por V.S^a. Se constata que na Diretoria Regional do Pará, uma empresa a US MENDONÇA que pertencia ao irmão do Diretor Regional, tinha claros beneficiamentos em procedimentos licitatórios. Alguns dos quais com irregularidades inacreditáveis, como, por exemplo, a adjudicação ser feita antes da apresentação da proposta. Todos esses indicadores formam uma convicção dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que havia um esquema possivelmente comandado pelo Deputado Roberto Jefferson de captação de recursos. Esquema que existia no Pará, que se tentou implantar no Rio de Janeiro, que recebeu uma reação do Presidente Hassan Gebrin, dizendo que uma quadrilha se formava no Rio de Janeiro e que mais tarde tenta se implantar aqui em Brasília, quando o Sr. Maurício Marinho era flagrado e quando, então, se tentava estender os tentáculos para outros cargos do CORREIO, entre os quais segundo parece a Diretoria de informática. Ou seja, dentro da própria lógica do Sr. Roberto Jefferson, do depoimento dele, estaria justificado um esquema de corrupção ou de captação, digamos assim, de recursos para financiamento eleitoral. E todos os indícios que estão aqui colocados parece apontar nessa linha que, inclusive, se V.S^a me permite, com a participação do Assessor Jurídico, que atuou no Pará e depois foi deslocado para o Rio de Janeiro. Diante desta versão apresentada por esse Sub-Relator, que é uma versão que nós estamos investigando. Que argumentos V.S^a teria no mérito, para dismantelar esta construção que nós fizemos, na perspectiva de demonstrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que nós estamos errados nesta avaliação?

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO:

Olha, objetivamente falando, eu não participei de nenhum esquema de corrupção, nunca soube da existência de nenhuma, de nenhum esquema montado para favorecer quem quer que seja. Sobre a questão do Maurício Marinho como disse, eu não participei em nenhum momento das decisões. Então eu não posso afirmar se é levianidade minha levantar qualquer tipo de hipótese, seja em relação a pretensa saída dele do CORREIO, quando teria ocorrido suspeita de que ele estava desviando ar condicionado para a casa dele, seja no retorno dele que tenha sido feito com favorecimento de Deputado A, Deputado B. Sequer posso falar no Rio de Janeiro, porque passei lá três meses. Ainda estava me adaptando quando fui surpreendido com retorno. Então, em relação a episódio Maurício Marinho e possíveis ligações com o Deputado Roberto Jefferson, eu não tenho como dizer aos Senhores pelo simples fato de que eu não disponho dessas

informações. Conclusivamente sob a minha responsabilidade. Enquanto Assessor Jurídico, apesar de todas as limitações, a falta de estrutura que a própria empresa reconhece, eu tenho certeza que se foi feito uma auditoria com o rigor, que foi feita essa, pelo que o Senhor está me mostrando, certamente esse problema vai, deve ocorrer hoje em dia, tenho certeza disso que está ocorrendo ainda hoje. Não só na Diretoria do Pará, como na maior parte das Diretorias do CORREIO. Basta que se faça uma auditoria com o mesmo grau de profundidade que foi feita essa, pelos dados que o Senhor está me dando. Volto a dizer. Eu não tenho conhecimento in loco da situação. Porque a Empresa Brasileira de CORREIOS e Telégrafos, eu posso afiançar aos Senhores, e acredito que hoje a situação não mudou muito, é uma empresa estruturalmente muito frágil na sua atividade meio. Corpo jurídico é absolutamente insuficiente para dar qualquer suporte mais, digamos assim, mais certo para certas irregularidades. A Área de Contratação não é diferente. O que obviamente, obviamente, devida a essa deficiência pode sim gerar situações de fraude, pode não, geraram comprovado está, Sr. Maurício Marinho já disse, os relatórios do TCU estão aí apontando. Mas eu posso garantir da minha parte, da minha parte, que não houve nenhuma participação em qualquer tipo de esquema. Elementos, provas não as tenho, não as tenho porque não participei, se não participei não só não posso acusar, como também não posso inventar aqui argumentos para ilidir uma possível responsabilidade de quem quer que seja. Volto a insistir. Os erros que cometi, se devidamente comprovados, aceito plenamente a responsabilidade que me cabe. Como advogado eu deveria ter tomado a iniciativa, se eu não tinha estrutura, de cobrar isso dos meus superiores, o que aliás fiz insistentemente. Mas infelizmente os recursos, que os Senhores todos trabalham no serviço público sabem melhor do que eu. Quanto mais você precisa mais a demanda aparece, mais a situação surge. E infelizmente a legislação brasileira permite e aí já falando como advogado, uma série de situações e, inclusive, as vezes de redações ambíguas, que permitem diversas interpretações, que são usadas por pessoas inescrupulosas para lesar o erário público. Isso é fato. Não vamos esconder a realidade. Mas sobre a minha participação em qualquer tipo de episódio fraudulento, eu posso dizer aos Senhores com a convicção de que não fiz. Se errei e acredito que tenha errado, errei não dolosamente, errei porque falhei na minha avaliação jurídica, porque não tive condições de dar a atenção que o caso merecia, é possível. Mas isso infelizmente eu não posso agora dizer aos Senhores conclusivamente, porque não tenho, não examinei como eu dis-

se todas essas acusações, sequer foram levadas ao meu conhecimento. A situação da minha dispensa do CORREIO já foi aqui relatada. Não vou ficar repetindo. Se houve essa auditoria, acredito que tenha havido, pelos elementos que o Senhor dispõe, eu não fui chamado em nenhum momento, sequer mandaram uma correspondência para que eu depusesse ou deixasse de depor. Nunca fui convocado para qualquer tipo de esclarecimento e não tendo conhecimento dessas, desses dados, dessa documentação toda, infelizmente eu estou aqui na condição, realmente, de aceitar as suas colocações e analisar isso com mais vagar na época oportuna. Uma coisa posso garantir, tenho a convicção, não participei de nenhum esquema de favorecimento para quem quer que seja. Vivo uma vida tranqüila, tenho orgulho dos meus filhos, não vou aqui ser piegas como certas pessoas que vieram aqui e choraram frente a essa Comissão e depois foi comprovado aí diversas situações que absolutamente são incompatíveis com o decoro ou qualquer tipo de moralidade. Falo de coração aberto, não tenho conhecimento de qualquer uma dessas graves irregularidades, no sentido de ter participado de algum conluio para favorecer qualquer tipo de Deputado ou qualquer tipo de empresa. Se falhei, falhei por tecnicamente. Falhei na minha missão como advogado, como Assessor Jurídico, como consultor do CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, apenas um breve reparo. Esses levantamentos desses dados foram feitos pela Comissão de Sindicância dos CORREIOS. Não foi pela auditoria do Tribunal de Contas da União. Essas irregularidades--

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Pois não. É dessas que eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exato. E apenas para concluir a compreensão dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. O que nos chama a atenção é que o escândalo envolvendo o Deputado Roberto Jefferson começou no ano 2005. Claro? E foi o que levou a instauração dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E toda essa situação que nós estamos apurando e inclusive uma confirmação da visão do Deputado Roberto Jefferson, no sentido de que indicações para cargos políticos geram arrecadação de recursos para campanhas eleitorais, curiosamente é feita por um depoimento prestado em 2001, portanto, quatro anos antes de acontecer um escândalo de investigação nessa CPI. O empresário Edvaldo Ferreira Leite ao depor sobre as irregularidades verificadas na regional do Pará, que trabalhou V.S.^a, disse o seguinte, isso em 2001: Que em fins do ano de 1995, a LTR-6 sofreu um grande aumento em

seu faturamento, a empresa dele, por conta de uma diferença de quilometragem não paga pela ECT e que referia-se ao custo fixo de viagem não realizada por falta de condições de tráfego nas estradas e que o depoente nunca havia cobrado a ECT. E que esse valor foi levantado sugerido pelo próprio ex-Diretor Regional, o próprio ex-Diretor Regional, o Sr. Waldemir sugeriu ao empresário que apresentasse essa conta aos CORREIOS, que também realizou ele, o Sr. Waldemir os cálculos relativos a diferença orientando a sua funcionária, dona Elza, que, entretanto, ao receber esse valor fez o seu repasse ao Diretor Regional, ou seja, pagou propina ao seu Diretor Regional, que justificou o depoente que estava precisando de dinheiro para pagar compromisso político. Então, portanto, 5 anos antes do escândalo enunciado pelo Deputado Roberto Jefferson, da confissão que o Deputado Roberto Jefferson fez à CPI, que a seu ver os partidos políticos sempre indicam cargos de confiança para honrar com compromissos políticos, um empresário denunciava o Sr. Waldemir, pessoa que tinha ligação estreita com Roberto Jefferson e pessoa a quem V.S.^a Assessorou, de arrecadar dinheiro para honrar compromissos políticos. Então, portanto, me parece que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, no que se refere ao ciclo inicial de apuração dessa investigação, dificilmente poderá ter desconfirmada a convicção de que existia, sim, em torno do Deputado Roberto Jefferson, um núcleo arrecadatário dentro da lógica que ele próprio expôs nessa CPI. Evidentemente a extensão do universo de pessoas que participaram, digamos assim, desta, deste grupo nos diferentes momentos da vida política, Deputado Roberto Jefferson, arrecadando esses recursos para eventualmente campanhas eleitorais, será objeto de apreciação em relatório final, ou seja, aqueles que participaram, aqueles que não participaram, aqueles que são culpados, aqueles que não são culpados, serão devidamente individualizados. Mas uma convicção parece clara, 5 anos antes do escândalo do Mensalão, nós já tínhamos indícios de que a corrupção existia nos CORREIOS, talvez não por petequinhos, mas por um esquema montado para arrecadação de recursos eleitorais. É isso que vai caminhando e caminha a convicção dessa Sub-Relatoria. Eu agradeço imensamente o depoimento de V.S.^a Se necessário for será novamente chamado. Deputado Pannunzio alguma ponderação?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Fico à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço imensamente V.S.^a e nós analisaremos com todo o cuidado o seu depoimento, para fins de avaliação probatória final.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO:

Deputado, eu gostaria de fazer um pedido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Eu tive que desmarcar uma série de compromissos em Belém, infelizmente houve algum problema aí com a parte técnica aqui da Comissão e até hoje eu não recebi a comunicação formal. Então, alguns compromissos desses profissionais e eu precisaria de um documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO: Que justificasse a minha presença aqui em Brasília hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Solicito à secretaria que expeça o atestado respectivo do comparecimento do nobre advogado a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que depôs na condição de testemunha. Agradeço imensamente a V.S^a E informo aos Senhores Parlamentares presentes, que o próximo depoente que seria o Sr. Walmir Freire Cardoso não veio. Segundo informado pela Assessoria dessa CPML, a esposa do Sr. Walmir, ela foi contatada e informou que o marido estaria no interior do Pará e que o celular dele teria caído dentro d'água e que ele estaria sem contato. Nós temos, portanto, uma avaliação que a vista dos fatos que foram objeto de exposição. O Sr. Walmir parece que quer se furtar ao depoimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, imaginar que ele não teve esse contato e que está portanto foragido da própria esposa é o que parece um pouco surrealista, embora, tudo seja possível nesse país. Assim sendo essa Sub-Relatoria determina a Assessoria a expedição de condução coercitiva pela Polícia Federal para o Sr. Walmir Freire Cardoso, uma vez que temos fundadas suspeitas de que o Sr. Walmir Freire Cardoso está se ocultando dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Evidente que o Sr. Walmir Freire Cardoso voluntariamente for localizado, conseguir fazer o seu celular funcionar e entrar em contato com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, talvez ele não tenha que passar o constrangimento de ter que ser trazido aqui sob Vara pelas autoridades policiais. Mas como temo que isso possa não acontecer, nós determinamos à Polícia Federal que conduza coercitivamente o Sr. Walmir Freire Cardoso, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na próxima terça-feira às 13 horas, remanejando-se eventuais outros horários da pauta da próxima terça-feira. Também quero registrar aos Senhores presentes e as Senhoras, que mantive contato via telefônica com a advogada da empresa

SKYMASTER e informei que caso se confirme que Da. Kezia não comparecerá ao depoimento de amanhã, idêntica medida será tomada com a determinação de pronto por essa Sub-Relatoria da condução coercitiva da depoente. Assim sendo, não havendo mais nada a tratar em face da ausência do Sr. Walmir, que fica então determinada a condução coercitiva, essa Sub-Relatoria encerra a sessão de hoje. Lembrando aos Senhores e as Senhoras que nós teremos amanhã cinco oitivas, cinco oitivas convocadas a partir das 11 horas da manhã. Está na forma regimental encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 18h14

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 35ª Reunião, realizada em 08/03/2006.

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quinze horas e vinte e seis minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, Sub-Relator da Sub-Relatoria de Contratos, reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva às quatorze horas da Senhora Kesia Maria do Nascimento Costa (Skymaster) e dos Senhores Luiz Carlos Scorsatto (Correios) e Hécio Aunhão (Siemens) e às quinze horas dos Senhores Marcelo Campos (Beta Promodal) e Wellington Cavalcanti Santiago (Beta Promodal). É solicitado a fazer parte da mesa como primeiro depoente o Senhor Hécio Aunhão, o mesmo se faz acompanhar do Termo de Compromisso e do advogado Julio Cezar Alves, OAB/SP – 100705. A seguir solicita ao depoente que preste as informações iniciais que considerar pertinente, em seguida passou a fazer perguntas ao depoente tais como: Sabia que a NEC queria fazer parte da licitação? – Não sabia, inclusive a NEC não tinha os aparelhos dentro das especificações na licitação. O Presidente Informa que recebeu

uma petição enviada pela advogada de Kesia Maria do Nascimento Costa, mencionando a impossibilidade de comparecer por estar com problemas mentais “fobia social” acompanhado pelo atestado médico enviada de sua advogada Dra. Rita de Cássia Miranda, atestado este, pelo SUS do Estado do Amazonas, o Presidente solicita a assessoria da comissão que solicite ao posto médico do Senado Federal, que faça uma análise técnica do referido atestado e até exames na paciente e, caso seja negativo, poderá formalizar sanções legais contra a depoente. Às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos é finalizado o depoimento, fazendo uma breve pausa para em seguida, tomar o segundo depoimento do Senhor Luiz Carlos Scorsatto, que assinou o respectivo Termo de Compromisso, fazendo a seguir suas qualificações sendo após inquirido pelo Relator, às dezesseis horas e vinte e nove minutos é suspensa a reunião devido a realização de votação na Câmara dos Deputados, retornando às dezenove horas e dez minutos e questionado falou sobre o arrendamento de empresas aéreas que prestam serviços aos Correios e também sobre como são realizadas a licitações para contratação dessas empresas. Às vinte e duas horas foi suspensa novamente a reunião em razão de outra votação na Câmara dos Deputados, sendo reaberta às vinte e duas horas e vinte minutos deu-se o prosseguimento ao depoimento do Senhor Luís Carlos Scorsatto. Às vinte e três horas e cinquenta minutos em seu depoimento do Senhor Wellington Cavalcanti Santiago que após compromissado fez sua apresentação pessoal informando que trabalhou na Beta Promodal por cerca de cinco anos como analista econômico, sendo que sua atividade principal era controlar o fluxo de caixa, nas nove empresas do grupo; informou que conhecia a expressão “cheque-frete” explicando o seu funcionamento. Mostrada uma planilha ao depoente o mesmo negou que já tinha visto tal planilha e perguntado se conhecia o conteúdo da mesma, também disse que não, mas no momento que o sub-relator perguntou-lhe sobre o que representava a planilha, respondeu que para ele aquela planilha era contábil e não uma planilha de fluxo financeiro, pois estava muito mal feita, momento em que o Presidente solicitou que apontasse as falhas verificadas, tendo o mesmo apontado a rubrica da SATA, ocasião em que o Presidente disse ao depoente que o mesmo estava mentindo e que por estar sobre o compromisso de dizer a verdade poderia ser preso em flagrante, diante de tal atrito o Presidente resolveu suspender o seu depoimento informando-lhe que o mesmo será reconvocado oportunamente, ficando o mesmo cientificado de tal fato. A uma hora do dia nove, reiniciou a reunião agora com o depoimento com o Senhor Marcelo Campos que tomou assento à mesa

e depois de ter sido informado que o mesmo prestou o Termo de Compromisso de plaxe, foi informado que estava ali na condição de testemunha, respondendo as indagações do sub-relator, disse ser advogado do grupo GPT, com sede na cidade de Manaus e que tem como presidente o Senhor José Augusto que é amigo pessoal do depoente, razão pela qual foi contratado como advogado do grupo já citado, que perguntado se conhecia o Senhor Pedro Vieira, afirmou que sim. Se conhecia o Senhor Léo Botelho, respondeu que o conheceu através do Senhor José Augusto quando o mesmo era sócio do Senhor Ioannis, no tempo em que os mesmos eram sócios da empresa BETA. Descreveu de como funcionava o transporte noturno de cargas aéreas na Zona Franca de Manaus. Indagado se conhecia o Senhor Antônio Morato, disse que sim, e se sabia que o Senhor Morato tinha amigos políticos, respondeu que sim, que o mesmo tinha amigos políticos com vistas ao projeto da BR 363 para ligar Manaus com o resto do Brasil. Se sabia se o Senhor Antônio Augusto mantinha contatos com o ex-Deputado Severino Cavalcanti, disse saber que em razão dos dois terem as mães morando no condomínio Alfavile em São Paulo, tinham contatos sim, perguntado se conhecia vários ex-presidentes dos Correios que mantinham contatos com o Senhor Antônio Augusto, respondeu que não tinha conhecimento disto. Se sabia que o Senhor Pedro Vieira tinha alguma ligação com o DAC, respondeu que não sabia desta artimanha. Se sabia se o Senhor Antônio tinha alguma ligação com o Brigadeiro Venâncio Grossi, disse saber que sim em razão dos mesmos estarem envolvidos com o transporte de cargas aéreas. Às duas horas e vinte e sete minutos do dia nove, foi encerrada a reunião tendo o depoente se colocado à disposição da sub-relator quando se fizer necessário. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos, E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 35ª Reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento número 03 de 2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE COR-

REIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa a Ata da Reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada. Esclareço que a pauta desta Reunião é destinada às oitivas da Sra. Késia Maria do Nascimento Costa, da SKYMASTER, Sr. Luis Carlos Scorsato, dos CORREIOS, Sr. Hércio Aunhão, da SIEMENS, Sr. Marcelo Campos, da BETA-PROMODAL e Sr. Wellington Cavalcanti Santiago, da BETA-PROMODAL. Nós designamos como primeiro depoente o Sr. Hércio Aunhão, da SIEMENS. Peço que a Assessoria, por gentileza, o introduza a esse recinto para que possa, então, tomando assento à Mesa, iniciar o depoimento. O depoente se faz acompanhar de Advogado Dr. Júlio César Alves, inscrito na OAB/SP sob número 100.705, a quem saudamos a presença, do Dr. Advogado, e também do Dr. Hércio. Dr. Hércio irá prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de testemunha. Portanto, assina termo de compromisso celebrado na forma do art. 203 do Código de Processo Penal, onde se compromete dizer toda a verdade no que souber e que lhe for perguntado e também se compromete a não se omitir diante dos fatos a que for indagado; ressalvados aqueles fatos que evidentemente possam se qualificar como auto-incriminações, uma vez que o art. 5º e 73 da Constituição Federal estabelecem o princípio da vedação da auto incriminação. Facultando, portanto, a nenhuma pessoa ao prestar depoimento declarar fato que possa ser utilizado contra si mesmo em eventual tipificação criminosa. Esse é o termo de compromisso. É de praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que nós, de início, facultemos ao depoente a possibilidade de querendo fazer uso da palavra. Então, Sr. Hércio, se V.S^a. assim o desejar, tem V.S^a. a liberdade, querendo, de fazer as considerações iniciais que julgar oportuna acerca do objeto de investigação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu gostaria de dar boa tarde a todos e me coloco à disposição para poder esclarecer os fatos assim que forem perguntados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço, Sr. Hércio. O Senhor mantém que tipo de relação com a empresa SIEMENS DEMATIC?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Bom, atualmente eu respondo por uma divisão da SIEMENS LTDA. A SIEMENS LTDA., hoje, quando nós falamos de SIEMENS DEMATIC é uma empresa que está sendo separada do nosso grupo, ela é uma outra divisão, uma divisão especializada em logística. Eu já fui responsável comercial da SIEMENS DEMATIC e desde março de

2003 eu exerço uma função como responsável do Desenvolvimento de Novos Negócios nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Então, agora apenas pegando a sua evolução pessoal. Qual é a sua formação profissional?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu sou Engenheiro Eletricista, formado em 74.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor trabalhou em que empresas antes da SIEMENS?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Minha passagem por outras empresas foi muito curta, questão de seis meses. Na época, quer dizer, praticamente a única empresa a SIEMENS LTDA..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ingressou na SIEMENS em que ano mesmo?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Iniciei como estagiário ainda em 74.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1974 como estagiário? Depois disso qual foi a sua evolução funcional na empresa?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Bom, eu passei por diversos setores, diversas áreas. Eu tive a graça de, realmente, poder visitar vários locais diferentes da nossa empresa, inclusive no exterior. Passei por divisões de Projetos, Engenharia, Gerenciamento de Contratos, Marketing, Diretoria Comercial de Vendas, basicamente em duas outras empresas do próprio grupo. A última a SIEMENS DEMATIC, como o Senhor se referiu, e a primeira MAXI TECH, uma empresa na época da Lei da Informática.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os postos que o Senhor ocupou, dentro de uma síntese, quais foram? O Senhor começou como estagiário...

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Comecei como estagiário, Engenheiro de Vendas, Engenheiro de Projetos. Eu passei como responsável de Marketing de Automação, passei a Gerente de Vendas dentro da SIEMENS LTDA., Gerente de Vendas da MAXI TECH, Diretoria Comercial da SIEMENS DEMATIC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é Diretor Comercial da SIEMENS DEMATIC?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O Diretor Comercial da SIEMENS DEMATIC, hoje, é o Sr. Valério Zorzi Garcia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o Senhor foi Diretor em que ano?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Fui Diretor Comercial entre 2001, quando nós adquirimos a MANNESMANN DEMATIC RAPISTAN. Eu iniciei lá em junho de 2001 e fiquei até março de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes do Senhor ser Diretor Comercial, a sua função qual era?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Era Gerente-Geral de Vendas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em que ano?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Até 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso, depois de Diretor Comercial?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Então eu retornei para a SIEMENS LTDA. em março, em abril de 2003 e ocupo um cargo de Desenvolvimento de Novos Negócios. É um cargo que externamente tem a função como Diretor Regional de Vendas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor representava a empresa SIEMENS em procedimentos licitatórios?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu representava a empresa em vários processos, sim. Posso, inclusive, deixar claro, logicamente nesse caso, nos CORREIOS eu era representante legal da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor atuava como representante legal da empresa nos procedimentos licitatórios dos CORREIOS. A SIEMENS freqüentemente participa de procedimentos licitatórios?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A SIEMENS, ela...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [Pronunciamento fora do microfone]. Pois não, perdão.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A SIEMENS, se nós olharmos os cem anos da SIEMENS no país, ela participa de toda essa área de infra-estrutura, e infra-estrutura basicamente é Governo. Então a SIEMENS tem uma participação efetiva nesses assuntos; e eu tive a felicidade de participar em vários eventos desse porte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Em relação aos CORREIOS, portanto, o Senhor foi representante legal da SIEMENS em várias licitações de que período a que período?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nós começamos exatamente no período de modernização dos CORREIOS, naquele projeto chamado PAST. Isso é de 95, e acompanhei esse projeto até a minha saída da SIEMENS DEMATIC em 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Segundo os dados do sistema CNPJ, o Senhor seria sócio, teria 100% das cotas da SIEMENS DEMATIC. Isso é correto?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A SIEMENS LTDA. era -

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, perdão. A SIEMENS DEMATIC ela, efetivamente, pertence de forma integral à SIEMENS LTDA?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não tem qualquer participação societária, portanto, nas outras empresas?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Sou empregado CLT normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, a empresa MANNESMANN RAPISTAN foi adquirida pela SIEMENS. Quando foi iniciada as tratativas?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: As tratativas iniciaram-se na Europa, quando foi exatamente no dia 17 de abril de 2000. A EITEX(F) MANNESMANN vendeu a divisão dela automobilística, de projetos e o consórcio BOSCH-SIEMENS. Colocaram um desejo de compra dessa empresa. Então isso ficou, nos próximos três meses até julho, agosto, isso ficou a nível do antitruste europeu que deu o “de acordo”, mas antes o antitruste americano vetou e esse processo continua até abril de 2001, quando foi--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, quando começaram as negociações? O Senhor sabe precisar?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Exatamente 17 de abril de 2000. O mês de abril de 2000 foi o mês onde os consórcios se formaram e colocaram uma intenção de compra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E em abril de 2001, quer dizer, passado um ano, aconteceu exatamente o quê?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Passado um ano houve então o “de acordo” do antitruste tanto europeu quanto americano; em abril, realmente, de 2001 a SIEMENS segregou essa parte de logística numa nova empresa e quando teve exatamente a liberação do antitruste americano ela criou a SIEMENS DEMATIC em maio de 2001. SIEMENS DEMATIC AG, quer dizer, Sociedade Anônima na Europa e nos Estados Unidos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, a consumação do negócio, da aquisição da MANNESMANN foi em maio de 2001?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Maio de 2001. Para todos os efeitos comerciais e legais só a partir de maio de 2001 que a SIEMENS pode--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tratativas começando em abril de 2000 e consumação do negócio, digamos assim para efeitos do Brasil, em maio de 2000.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem ciência de uma licitação em que participaram empresa MANNESMANN RAPISTAN junto com a ALSTHOM, com a SIEMENS e com a BROCKVELD? Nessa licitação, que foi a concorrência 016/99 dos CORREIOS, tanto a MANNESMANN quanto a BROCKVELD teriam sido inabilitadas por falha nas propostas técnicas. O Senhor ainda se recorda dessa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor poderia nos dizer mais ou menos o que aconteceu nesse procedimento licitatório?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Bom, essa é uma licitação de 99, como o Senhor mesmo disse, número 016/99, e teve a abertura de preço, exatamente que nós vimos, de dezembro. Foi no dia 22 de dezembro quando nós fomos convocados para entregas dos documentos de habilitação, da parte toda técnica e as propostas econômicas. Nessa ocasião estivemos presentes as quatro empresas, foram abertos os envelopes de habilitação, todos listaram esses envelopes, como é de praxe, e em seguida deixou-se à disposição de todos os participantes a parte técnica para ser licitada também. Após o que deu-se por encerrada a Sessão, porque como é uma licitação de menor preço, existiam alguns requisitos mínimos técnicos. Então foi encerrada a reunião exatamente para que o corpo técnico dos CORREIOS fizesse uma análise primária dos requisitos técnicos para depois ter a convocação da parte financeira. No mês seguinte, então janeiro, essa Comissão especial de licitação voltada à parte técnica se reuniu e eles, após análise das, vamos dizer assim, necessidade de esclarecimento de todos os proponentes, eles nos solicitaram, via fax, que nós respondêssemos àqueles itens que eles achavam que não estavam muito claros ou que poderiam conter divergência quanto ao edital. Isso foi feito em janeiro. Com certeza toda as empresas tiveram, umas mais, outras menos, necessidades de esclarecimentos. Quando, finalmente, em 15 de fevereiro de 2000, eles divulgaram então, via uma Ata de reunião, onde eles deixaram claro que todo o procedimento técnico foi seguido e resolveram, por fim, habilitar as empresas ALSTHOM e o consórcio

SIEMENS e desabilitar, por não cumprimento de alguns requisitos mencionados claramente no edital, as empresas MANNESMANN DEMATIC RAPISTAN e BROCKVELD. Isso teve logicamente uma continuidade. A empresa MANNESMANN entrou com um recurso administrativo questionando alguns pontos. Esse recurso foi analisado e possivelmente em 17... Perdão, deixa eu ver se estou lendo correto. Em 17 de fevereiro foi publicado então... Não, eu pulei uma parte. Só para deixar claro. Depois de 15 de fevereiro, o Diário Oficial da União promulgou esse resultado preliminar, habilitando duas empresas e desabilitando duas. Após isso a MANNESMANN, quando houve essa divulgação do Diário Oficial da União, ela interpretou um recurso administrativo que foi analisado e, por fim, veio uma resposta quanto a esse recurso no dia 13 de abril de 2000, praticamente dois meses após, onde eles confirmaram, a Comissão Especial de [inaudível 00:15:07] confirmou o resultado publicado anteriormente no Diário Oficial da União. Isto é, habilitando as empresas ALSTHOM e SIEMENS e mantendo desabilitadas as empresas MANNESMANN e BROCKVELD.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi uma licitação longa. Na verdade, a abertura das propostas comerciais se deu em abril de 2000 e essa declaração dos contratos apenas em início de 2001. Por que é que houve tanta demora nessa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A abertura da proposta financeira, como o Senhor disse, ocorreu no dia 19 de abril de 2000. Ali foram... A licitação continha três lotes com sites diferentes no Brasil. E o quê é que aconteceu? Como, tenho certeza que é de praxe, o órgão ECT, ele tinha, após a divulgação dos ganhadores, como o menor preço, eles tinham budget interno, que começaram a aferir exatamente as propostas vencedoras junto desse budget interno. E o que aconteceu? Nós estamos falando do mês quatro de 2000 e logo no final do ano de 2000, também um período longo, oito meses, a ALSTHOM se pré-qualificou, após inúmeras melhorias no projeto, buscando sempre manter, com certeza, como a SIEMENS, o melhor procedimento técnico e de requisitos que pudessem dar garantia aos CORREIOS, procurando melhorar, por que o preço, as condições finais de negociação. Então em dezembro, quer dizer, passados oito meses, a ALSTHOM já teve condições de assinar o contrato dela. A SIEMENS ainda não estava pronta. Nós procuramos, exaustivamente, com nossos fornecedores, porque a nossa empresa é uma empresa integradora de sistemas e nós temos a expertise de análise de fluxo de movimentação de materiais. Então nós fomos buscar vários fornecedores. A nossa proposta tinha equipamentos importados e

buscamos, então, com isso, que, nesse mês ainda de janeiro nós não tínhamos, janeiro de 2001, não conseguimos. A ALSTHOM assinou o contrato dela e nós continuamos até setembro de 2001. Mais nove meses pesquisando novas possibilidades, junto, logicamente, com a equipe técnica dos CORREIOS que avaliava, finalmente, se a nossa alternativa era adequada e se cumpria os requisitos do edital. Então nós só conseguimos estar prontos, próximos àquele desejo dos CORREIOS, exatamente em setembro, quando finalmente nós conseguimos assinar esse contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente qual é o objeto dessa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O objeto é o sistema de movimentação interna, de triagem interna de cargas. O que significa isso? Os CORREIOS já tinham colocado numa licitação de 96 máquinas de triagem. Essas máquinas de triagem elas classificam cartas em formato normal, carta pequena, metade do formato A4. Classificam também revistas e classificam pacotes e encomendas. Então, qual era o objetivo dessa licitação? Desde que é coletado o material postal nas agências, esse material é levado, naturalmente, com caminhões grandes ou pequenos, até os sites dos CORREIOS. Esse material pode chegar no nível térreo ou no subsolo. As máquinas geralmente são em pisos elevados, no terceiro, quarto, quinto ou no sexto andar, como no caso da Cidade Nova, que é o lote que nós fornecemos. Então nós temos que levar esse material que são colocados em caixetas; caixetas são caixas, tipo caixas de cerveja antigas, eu sou da época que cerveja ainda era em garrafa. Então, aquela caixa grande e plástica sem as divisórias, as cartas e as encomendas eram colocadas ali e transportadas, de que forma? Via esteiras, via elevadores conectados às esteiras e tinham que chegar na máquina de triagem. E do outro lado, a máquina de triagem é muito rápida. Nós, por exemplo, fornecemos uma máquina que tem a capacidade de ler 50 mil endereços por hora. Então, a máquina tem uma produção altíssima. Na saída da máquina, saía o quê? Saía a parte postal que tinha que ser colocado novamente nessas caixetas e levadas diretamente para o subsolo ou primeiro andar de novo. E como que ele é transportado? Via esteiras, novamente. Esse é o objetivo dessa licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa licitação, ela começou na gestão do, então Presidente dos CORREIOS, Egídio Bianchi. No período em que foi celebrado o contrato, quem era o Presidente dos CORREIOS? O Senhor lembra?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O Egídio Bianchi eu lembro bem porque a assinatura desse contrato deu-se junto a ele. Depois vieram dois ou três.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é? Porque começou com o Egídio Bianchi e aí o contrato foi assinado. O Senhor lembra quem era o Presidente?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Foi assinado na gestão do Egídio Bianchi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi na gestão do Hassan Gebrin?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, nem na do Hassan Gebrin. Era um outro Presidente que era da ELETROPAULO, antiga de São Paulo. Ele teve uma passagem curta e foi assinado exatamente com ele. Temos inclusive uma foto desse evento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acredito que deve estar havendo alguma confusão, porque acho que foi na gestão do Sr. Hassan Gebrin.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Ele chegou posteriormente, mas a assinatura deu-se via um outro Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, era Hassan Gebrin. O contrato foi assinado no dia 28 de setembro de 2001, o Sr. Hassan Gebrin. O Senhor assina.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu fiz uma confusão, porque antigamente, no outro contrato, foi com essa pessoa da ex-ELETROPAULO. Está correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha insistência nessa questão da Presidência, se prende a um aspecto. Nós temos um depoimento do Sr. Maurício Marinho, que é, na verdade, a pessoa responsável talvez pela origem dessa CPI. O Sr. Maurício Marinho foi exatamente flagrado num ato de corrupção, numa fita nos CORREIOS. Ele chegou a prestar depoimentos a essa Comissão Parlamentar de Inquérito e negociou, inclusive com o Ministério Público, um depoimento na perspectiva da delação premiada; e em um dos trechos desse depoimento, o Sr. Maurício Marinho diz o seguinte: Ele dizia que havia acertos nos CORREIOS, que havia corrupção nos CORREIOS. Ele diz o seguinte: “Que o acerto era difícil com as empresas multinacionais, como por exemplo, a UNYSIS, a SIEMENS, a NEC, a IBM, a CEGELEC, entre outras. Que as dificuldades tinham como origem, possivelmente, os acertos efetuados anteriormente na gestão do Sr. Hassan Gebrin.” Ou seja, ele dizia que à época em que ele estava nos CORREIOS, ele tinha dificuldade de fazer acertos com as multinacionais, porque, em princípio, os acertos já tinham sido feitos pelas multinacionais na época do

Sr. Hassan Gebrin. O Senhor participou de algum tipo de acordo, entendimento, em nome da SIEMENS, com o Sr. Hassan Gebrin ou com pessoas do período da gestão do Sr. Hassan Gebrin?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nunca. A nossa empresa não tem o hábito de fazer isso. É contrário, explicitamente, ao nosso Código de Ética.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor saberia por quê é que o Sr. Maurício Marinho teria mencionado especificamente essas empresas, particularmente a SIEMENS, como fazendo acertos na época do Sr. Hassan Gebrin?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a conhecer uma matéria publicada pela Revista Carta Capital, acerca desta concorrência 016/99?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Cheguei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o conteúdo?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O conteúdo, inclusive tenho ele comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor está de acordo com essa matéria? O que o Senhor diria dessa matéria?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu acho que essa matéria é uma matéria que foi--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor pudesse sintetizar a matéria, aquilo que o Senhor lembra dela.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A matéria diz basicamente o seguinte, ela tem, inclusive, uma chamada muito forte, mas deixando isso de lado, ela foca algo como uma... Tivesse ocorrido algum problema nessa licitação, 016, onde as empresas deveriam ou teriam sido, previamente estabelecido ou estabelecido um relacionamento, ou até a própria ECT, quer dizer, os CORREIOS, teriam na época alguma intenção de aquisição dessas empresas. Então é uma matéria que ela, em si, ela traz à tona um acordo de intenção de compra futura dessa empresa, de uma empresa que participou da licitação, a empresa BROCKVELD, que na qualidade de sub-fornecedor foi feita uma Ata de reunião onde a nossa empresa e a empresa ALSTHOM, separadamente, fizeram uma ata de reunião onde haveria um compromisso futuro de compra; uma vez que essa empresa BROCKVELD ela se classificava, na época, e após ter sido desqualificada tecnicamente dessa concorrência, ele se qualificava como representante comercial autorizado de uma empresa americana, chamada PORTEC, que é uma empresa que fabrica um dos equipamentos que faziam parte desse sistema. Então, saiu uma notícia amarrando

esse acordo como se tivesse ocorrido algo para tirá-la da licitação, o que nunca ocorreu, e como se houvesse alguma coisa que as empresas tivessem provocado sobre faturamento junto aos CORREIOS. É uma matéria que não é verdadeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com base nessa matéria, a CPI ouviu o proprietário da empresa BROCKVELD, o Sr. Brockveld. Ele relata, dentre outras coisas, à Comissão Parlamentar de Inquérito, em primeiro lugar, que o Sr. Roberto Nakashi, que seria o representante, na oportunidade, da empresa MANNESMANN RAPISTAN, e que vai ser ouvido por essa Comissão Parlamentar de Inquérito na próxima semana, teriam oferecido a ele dois milhões de reais para que a BROCKVELD não participasse da licitação. Segundo ele, a MANNESMANN estaria participando na licitação apenas para legitimar o certame, uma vez que já haveria tratativas, possivelmente, para a aquisição da MANNESMANN pela SIEMENS. A BROCKVELD teria aparecido como uma intrusa, furando um acordo naquela licitação. O que o Senhor teria a dizer acerca dessas afirmações feitas pelo Sr. Brockveld?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Bom, primeiro eu não conheço essa afirmação. Ela nunca existiu, que eu tenha tomado parte ou conhecimento. Eu fiquei sabendo dela pela oitiva desse empresário da BROCKVELD. Eu não teria nada a comentar sobre isso. Acordo entre as empresas nunca existiu, tanto que foi um certame duro, onde a própria MANNESMANN foi desclassificada, a ALSTHOM conseguiu assinar o contrato antes de nós e tem um problema grave com os CORREIOS, que acredito que seja de conhecimento dessa Sub-Relatoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual problema?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A ALSTHOM tem um processo junto aos CORREIOS, porque ainda não entregou os equipamentos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em decorrência dessa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Decorrencia dessa licitação, que tinha três lotes. Só a SIEMENS entregou, quer dizer, a SIEMENS, após esse período de um ano e quatro meses, tentando melhorar tecnicamente e comercialmente a proposta, já entregou esse equipamento em março de 2004 e estamos vencendo esse período de garantia de dois anos que encerra-se agora, em março de 2006. Tem a aprovação total e integral dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Brockveld?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu fui apresentado a ele, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Precisamente eu não sei lhe dizer, mas foi na altura dessa licitação e, quase com certeza, após a desclassificação dele, quando ele já apareceu com essa vontade de fazer esse acordo, que daria uma garantia a ele, que eu acho, como representante comercial, de um valor que poderia ser importante a ele. No nosso preço, só para ter uma idéia, esse equipamento corresponde a um e meio, 1.8%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na verdade, no dia que foram apresentadas as propostas, que foi aberta a licitação, o Senhor estava presente?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu estava presente. Eu era representante legal da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor que levou a proposta da SIEMENS?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu que entreguei a proposta e eu mesmo que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou ler um trecho do depoimento do Sr. Brockveld. Quem está arguindo na oportunidade sou eu e o Sr. Brockveld declara o seguinte: Trecho do depoimento – Sr. Brockveld: “Levamos. Trouxe todo mundo para que o Advogado, para qualquer coisa que acontecesse, mas a gente estivesse ali preparado. A hora que a gente chegou no 7º andar, não sei que andar foi aquele lá do prédio dos CORREIOS, foi um alvoroço. A gente chegou cinco minutos antes da abertura da licitação. Foi uma coisa assim cômica, que perturbou todo mundo. O que você está fazendo aqui? Por que você veio a essa licitação? Não entra.” Aí eu indaguei: “Quando o Senhor fala todo mundo, eram só os participantes que estavam perturbados ou a Comissão de Licitação também estava perturbada?” Sr. Brockveld: “Não, não, a Comissão não. Eu acho que os participantes, porque todos eles eu conhecia. O Diretor da SIEMENS eu conheço, da ALSTHOM eu conhecia, e o da RAPISTAN, também. Tanto que nesse meio ali chegou para nós e falou assim: “Olha, vai embora. Não apresenta a sua proposta. Depois, a gente foi a primeira intervenção.” Eu: “Quem falou isso?” Sr. Brockveld: “O Roberto Nakashi. E aí ele falou: “Olha, se você quiser, você leva uma participação disso aqui, e vai embora. Falou assim. Te dou tanto e você não apresenta.” Isso me aborreceu. Hoje me ar-

rependo. Deveria ter pego.” Eu: “Quanto ele ofereceu?” Sr. Brockveld: Dois milhões. Pergunto eu: “Dois milhões de reais?” E eu ainda: “O Sr. Roberto Nakashi ofereceu dois milhões de reais para o Senhor cair fora da licitação?” Sr. Brockveld: “Foi. Eu, lamentavelmente, não tive a...” E aí para e eu interrompo. “Ele fez em nome de quem essa proposta?” Sr. Brockveld: “Olha, tanto que eu achei tão ridícula, é onde naquele momento estava junto ali, eu, o meu Advogado e o Félipos(F); um olhou para o outro e falou assim: “Olha, você tem estado que a gente passou a noite inteira dilapidando a proposta, checando que não houvesse nenhuma falha, para que não fosse, nós ficamos a noite inteira no Hotel Nacional, do dia 21 para o dia 22, repassando a proposta. 06h00 da manhã saímos correndo para a licitação. Não dormimos naquela noite.” Eu: “O Sr. Roberto Nakashi fez essa proposta, o Senhor acha que em nome da RAPISTAN?” Ele: “Acho que sim.” Eu pergunto: “Em nome da RAPISTAN?” Ele disse: “Eu acho que sim.” Eu: “É uma coisa curiosa, porque quem iria ganhar, pelo que haveria informado, seriam as empresas ALSTHOM e SIEMENS. Ele seria mais um dos participantes, que avisa para o Senhor sair fora?” Ele: “É, mas naquele momento a RAPISTAN já sabia que não ia fazer. Ela estava sendo adquirida.” Eu: “O Senhor acredita que a RAPISTAN já estava acertada com as outras duas?” Alguém fala MANNESMANN. Eu digo: “O nome dela é MANNESMANN. É que a anterior era MANNESMANN, não era a RAPISTAN. Senadora Ideli Salvatti: “É que ela já tinha sido adquirida?” Sr. Edson Brockveld: “Estava sendo, já. O nome da empresa é MANNESMANN DEMATIC RAPISTAN.” Ou seja, o que o Sr. Brockveld declara é que ele teria aparecido meio de surpresa na licitação. Na hora que ele chegou, teria havido um alvoroço entre os participantes. Ou seja, uma situação inesperada, porque à primeira vista estaria tudo combinado em relação aos vitoriosos. A RAPISTAN estaria apenas figurando, para dar certa legitimidade à licitação, uma vez que já haveria o processo de aquisição da RAPISTAN e pelas datas que o Senhor passa, de certa forma isso já era um pouco verdadeiro. As propostas foram apresentadas no dia, em abril de 2000. Não é isso?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: As propostas são de dezembro de 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As propostas são de dezembro de 99. É que o Senhor tinha falado propostas iniciais de abril de 2000.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, abril de 2000 foi quando a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 19 de abril de 2000. Foi o que o Senhor mencionou.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, abril de 2000--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A proposta em dezembro e foi aberta em abril de 2000.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, não, não. A proposta econômica foi aberta em abril de 2000 após, logicamente, a análise do recurso impetrado por uma das licitantes e o julgamento técnico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nessa data mencionada pelo Senhor, a data então da abertura das propostas, já havia o início do processo de negociação.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Na data que foi a abertura das propostas, estava ocorrendo isso, a nível mundial, como uma intenção de compra. Mas na época da entrega das propostas não se falava nada disso. A alegação dele de que poderia existir uma cobertura eventual, isso improcede completamente. Quanto à oferta que foi feita a ele também--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve nenhum entendimento entre os Senhores e a MANNESMANN em relação a essa licitação, previamente?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nada. Nenhum relacionamento. Entramos para concorrer normalmente como se faz em uma licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor estando presente naquela data que ele cita, houve esse alvoroço quando ele chegou?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu desconheço esse alvoroço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não presenciou isso?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu não presenciei. Eu estava na época presente com mais duas pessoas da minha equipe. Ninguém presenciou isso, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor então não se recorda disso?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não. De forma alguma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se a NEC iria participar dessa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu fiquei sabendo, logicamente pelo depoimento dele onde ele diz que teria inclusive um acordo com a NEC, que até me surpreendeu que, posteriormente, teria um acordo e não tinha acordo nenhum; eu achei estranho isso. A NEC ela é uma grande fornecedora a nível mundial e concor-

rente nosso nas máquinas de triagem, isso ela é sim. Ela desfruta o mercado, palmo a palmo, com a nossa empresa no mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas os Senhores têm algum tipo de relação comercial com a NEC?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não. Somos concorrentes declarados a nível mundial. O marketing, ponto a ponto é disputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Brockveld afirma, textualmente, que a NEC desistiu de participar do consórcio com ele, dois dias antes da entrega da proposta, por um pedido da SIEMENS. Isso não é verdadeiro?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não procede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve nenhum entendimento entre os Senhores e a NEC no período que antecede essa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, não houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabia que a NEC queria disputar essa licitação com a BROCKVELD?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não. Eu conheci, na verdade, na licitação onde foi mencionado que a NEC teria feito até uma visita. Um dos atestados que eu lembro, que presenciei, a NEC estava fazendo uma visita a um sites que foi anexado ao processo da BROCKVELD, na época. Agora eu também não entendi, eu sinceramente, falando como técnico, a NEC não tem nenhum equipamento desses que está aqui na licitação. É interessante isso para mim também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A nossa Assessoria me dá uma informação no seguinte sentido, que uma das razões pelas quais a BROCKVELD foi desqualificada na licitação, se prende ao fato de que o certificado que ela apresenta é um certificado de visita. Era emitido em nome da NEC, porque estavam se preparando para participar da licitação. Aí a NEC teria surpreendido a BROCKVELD com essa desistência, dizendo que tinha sido um pedido da SIEMENS para que ela não participasse.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O pedido da SIEMENS não procede de forma alguma, e quando eu analiso o relatório técnico dos CORREIOS, os CORREIOS deixa bem claro que o atestado técnico de visita foi feito pela NEC. Não é o motivo principal da desclassificação, porque, tecnicamente falando, ela não cumpriu mais de trinta itens e tem uma frase dos CORREIOS que deixa bem claro que, se ele tivesse que cumprir aqueles itens técnicos, eles teriam forte implicação de preços. Significa o quê? A proposta financeira da BROCKVELD

deveria conter preço muito abaixo do necessário para cumprir o que estava no edital.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de relações o Senhor mantém com o Sr. Roberto Nakashi?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Depois que nós adquirimos a MANNESMANN DEMATIC, ele era na época, já, um Consultor; quer dizer, ele não era um empregado CLT. Ele prestava serviços à nossa empresa porque ele é um expert em análise de fluxo de materiais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele estava presente naquele dia daquela licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Ele estava presente. Eu tenho a assinatura dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele representava a empresa MANNESMANN?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Representava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o Senhor se recorda de ele ter, antes da abertura das propostas, ficado conversando com o Sr. Nakashi? Antes da apresentação das propostas ficar conversando com o Sr. Nakashi?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não notei nenhum movimento desse tipo. Não presenciei e não notei nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor se recorda da proposta da SIEMENS nessa licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Me recordo da proposta da SIEMENS, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi o preço ofertado pela SIEMENS?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Vinte e oito milhões, quer dizer, o preço nós tínhamos uma composição em reais--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram três lotes?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eram três lotes. O lote vencedor meu, ele foi... Quando nós pegávamos a parte da moeda forte e traduzíamos pelo euro da época, ele dava um equivalente em reais a ordem de vinte e oito milhões e setecentos mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E em relação aos três lotes somadas as propostas estaria na ordem de quanto? O Senhor lembra aproximadamente?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Permita-me só dar uma olhadinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, por favor. Nós temos aqui que o preço para os três lotes foi da ordem de setenta e oito milhões de reais. Eu pediria que V.S.^a--

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Bom, essa foi a conta de um documento oficial, a licitação era pública, de qualquer forma. Então o preço da SIEMENS ele, na época...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A ALSTHOM foi trinta e cinco milhões, SIEMENS vinte e quatro milhões e a ALSTHOM dezessete milhões.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: É, o preço, o valor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O preço contratado.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O contratado da SIEMENS ele mudou de vinte e oito para vinte e quatro milhões, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De vinte e oito para vinte e quatro milhões, por que esse decréscimo?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Esse decréscimo ele veio, como eu estava falando no início, ele veio de uma série de racionalizações voltadas a equipamentos que antes eram basicamente importados. Então nós alteramos a tensão de controle dos equipamentos, buscamos uma tensão que o equipamento fosse mais robusto e, que, nós pudéssemos depender o quanto menos de peças importadas. Racionalizamos também a nossa forma de trabalho, todo o nosso gerenciamento, todos os nossos custos de instalação e com isso conseguimos uma redução, que eu tenho certeza que na época não era o que os CORREIOS ainda esperava, porque foi difícil essa negociação, mas chegamos a esse valor de vinte e quatro milhões e setecentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Brockveld declarou aqui que o preço que teria sido ofertado – por que eu digo “teria sido”? – porque nós sabemos que como ele foi inabilitado, o envelope da BROCKVELD foi levado lacrado, não foi aberto.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Foi devolvido numa reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Sr. Brockveld disse que a proposta que ele apresentou e que teria como comprová-la, inclusive encaminhando a esta Comissão, embora até o momento nós não tenhamos recebido a comprovação da proposta do Sr. Brockveld, declarou ele que era da ordem de quarenta e oito milhões de reais para os três lotes. Com lucro bruto de 30%. O Senhor acha que isto era factível, essa proposta?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Com certeza, não é fácil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Porque trata-se de um sistema, de uma solução, altamente complexa. Com equipamentos de precisão. Tanto que existe um requisito técnico que cuida do fluxo desse material. Isso é pontuado, isso é penalizado. Então, com certeza, com esse valor ele não conseguiria fornecer. Primeiro, lotes um e três tinham reformas, e reforma existe algo imponderável, aí. Quer dizer, todo o problema, se amanhã eu derrubo um prédio como aquele de São Paulo, do Jaguaré, acho que são vinte e cinco ou vinte e oito andares, porque eu vou furar a laje para passar o meu equipamento, o problema é meu. Então, eu duvido que ele tenha sequer levado em consideração algum risco ou dano que ele iria ter causado à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que argumenta é que, a ALSTHOM e a SIEMENS não fabricam esses produtos que estariam fornecendo aos CORREIOS, e que, ao contrário, ele, a BROCKVELD, é uma fabricante e que, portanto, poderia vender por preços mais baixos. É precedente?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não procede. A SIEMENS participou dessa licitação com o consórcio SIEMENS; e no consórcio SIEMENS, nós tínhamos uma divisão de Constance, no Lago de Constance, na Alemanha, que a SIEMENS ELECTROCOM(F), na época, especializada em área postal, fez todos os centros de distribuição dos CORREIOS alemães. Todos aqueles centros automatizados, mecanizados que são os mais automatizados do mundo, estão na Alemanha e foram feitos pela nossa empresa, que participou no consórcio, nessa época. Então, não procede essa colocação, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. A SIEMENS fornece, então, fabrica esses equipamentos?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: A SIEMENS fabrica em Constance e fornece esses equipamentos, mundialmente falando. E nós temos também, uma outra divisão da SIEMENS ELECTROCOM(F), em Gran Rapids(F), nos Estados Unidos, que forneceu todo esse complexo também para a USPS Americana. Então é equipamento testado e conhecido mundialmente. Se o Senhor me permitir, eu gostaria até de mostrar. Não sei se é do seu interesse. Eu fiz aqui um pequeno resumo do que se trata a complexidade desse equipamento. Aqui eu passo rapidamente, são as datas de contratação de entrega, onde tem fotos, exatamente do que está

instalado nos sites da Cidade Nova, no Rio de Janeiro. Inclusive, Sr. Deputado, nós fomos contratados em setembro de 2001 e, logo após, nós tivemos três aditivos a esse contrato. Porque o contrato original dizia três sites, quer dizer, na verdade cinco sites aqui, na Cidade de São Paulo, onde esses equipamentos deveriam ser instalados. Nesse período longo de negociação, mostrou-se inviável colocar esses equipamentos aqui em São Paulo, porque havia uma demanda muito grande no Rio de Janeiro, exatamente no site da Cidade Nova. Então, esse nosso contrato foi todo refeito para uma modelagem que não tinha sido ofertada na época, mas como nós tínhamos preços unitários de todos esses equipamentos, tivemos que adaptá-lo a esse novo site da Cidade Nova, no Rio de Janeiro. Aí esse preço teve uma outra pequena redução; quer dizer, no fim, nós mudamos: local de entrega, a relação de equipamentos, foram acrescidas ou diminuídas, com relação à proposta original. Isso é o que o Senhor tem nesse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os equipamentos envolvidos nessa contratação são fabricados pela própria SIEMENS?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são aqueles que não são fabricados?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O que eu posso dizer que não é fabricado, e tem inclusive naquela foto ali, é um deslizador s que ele traz o material--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deslizador?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Deslizador helicoidal. Ele é um shuts(F) e chamado assim tecnicamente. Ele traz o equipamento aqui de cima, nesse andar verticalmente. Isso é um espiral que transporta essa caixeta, de forma que ela não despenque e seja controlada. Esse equipamento não é e, é o objeto dessa denúncia da PORTEC que é a fabricante desse equipamento a nível mundial. Ela está nos Estados Unidos e, na época, inclusive no depoimento, se o Senhor me permitir, a BROCKVELD teria alegado que nós causamos, inclusive, a perda da representação comercial que ele tinha com essa empresa. Porque na época que nós--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa como é que chama?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: PORTEC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É ela quem produz o deslizador helicoidal?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Ela que fornece, ela fabrica e ela que, realmente, nos forneceu. Inclusive, se

o Senhor me permite adiantar nesse tema, nós fizemos à época esse acordo de uma compra futura, porque ele se dizia representante comercial dessa empresa e nós tínhamos que comprar, porque é um equipamento que não se fabrica e existe uma expertise toda especial para ele. Depende do tamanho do material, do peso do material, do fluxo do material. Então é coisa realmente para *expert*. Nós adquirimos esse equipamento, não como ele dizia a minha matriz fora do país, quem adquiriu o material foi a própria SIEMENS DEMATIC e RAPISTAN LTDA. em Diadema, diretamente da empresa PORTEC, nesse percentual que lhe comentei entre 1.6 e 1.8%, e não tivemos nenhuma indicação dessa empresa quanto a um eventual representante comercial autorizado no país. Esse é o resumo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Além desse deslizador helicoidal, outros equipamentos não são produzidos?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Existem outros sim. Por exemplo, tem o elevador especial, também para elevação desse material, chamado elevador de caixetas, que são os dois elementos mais importantes nesse fluxo de material. Esses equipamentos não são produzidos pela nossa empresa. Então quem fornece esse elevador é a NORAK.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, esses são os dois únicos componentes fundamentais?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não são os dois únicos. Porque, o quê é que acontece? Nesse transporte de materiais existem, por exemplo, uma manta de borracha que ela transporta os materiais. A manta de borracha eu também não fabrico. Tem firmas especializadas que fabricam essa borracha. Então eu compro e adequo aos roletes, à nossa parte mecânica. Agora, o que é o segredo desse equipamento? É o controle eletrônico. Então, todo controle eletrônico para evitar choque, para que a caixeta possa fazer curva noventa graus, curva de quarenta e cinco graus, possa ter uma elevação de quase trinta e cinco graus, uma descida também de trinta e cinco graus, é o sistema de comando eletrônico; e esse é uma expertise nossa. Todos os equipamentos de controle, o Senhor me desculpa, porque também são SIEMENS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, esses produtos, pelo que eu entendi, também não são produzidos pela BROCKVELD? Também não fabrica esses produtos.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Esses que eu lhe mencionei não são fabricados por ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não. Que produtos

ela produziria e que os Senhores não produzem e que estariam incluídos nesse objeto da licitação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nós produzimos muito mais equipamentos que eles não produzem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, então a afirmação dele de que o preço poderia ser inferior porque eles produzem, não tem a menor procedência.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não procede. A não ser que ele trabalhe sem margem de lucro. Pode ser, mas não procede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Brockveld não recorreu contra a sua inabilitação. O Senhor sabe dizer a razão pela qual ele não ofertou esse recurso administrativo?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele faz uma afirmação, relativamente à razão dele de não recorrer. Ele diz que firmou cartas de intenção com a SIEMENS, que lhe foram oferecidas justamente para que ele não recorresse. Ou seja, ele disse que diante da sua inabilitação, a SIEMENS o teria procurado e ofertado que ele poderia fornecer para a SIEMENS parte dos equipamentos relativos a este contrato; e firmou, então, ou teria firmado, então, certas cartas de intenção. O depoimento dele basicamente nesse trecho diz o seguinte – Eu pergunto a ele: “Aí o Senhor, então, é procurado pela SIEMENS e pela ALSTHOM e quem que o procurou pela SIEMENS, quem o procurou pela ALSTHOM, para pedir que o Senhor não recorresse?” O Sr. Brockveld: “Todo contato eu sempre fiz com os Diretores pela SIEMENS, com o Sr. Hércio Aunhão. Ele era Diretor-Geral da SIEMENS DEMATIC, que é a unidade de movimentação.” Aí eu pergunto: “E o outro?” Ele responde: “Sr. Jean Bernard Devraignes, que é o Diretor da ALSTHOM.” Eu: “Sim, eles procuraram o Senhor em conjunto. Os dois juntos ou separadamente?” Ele: “Separado.” Eu: “Separadamente, o que eles disseram ao Senhor?” Sr. Brockveld: “Que esse processo de licitação, até pelos últimos anos, que todo o histórico dentro dos CORREIOS e, esse era uma continuação de outros contratos, a zero de 27 de 96, a 29, a 28 de 96, lote um e dois; quer dizer, eram contratos anteriores de máquinas de triagem, máquina dessa coisa toda; e que eram, pelo tamanho do contrato, de interesse muito grande das duas empresas em estarem continuando com esses contratos. E que queriam então, não queriam que eu entrasse com recurso, porque isso ia atrasar muito esse processo. Os anteriores já estavam extremamente atrasados. Já tinha vindo aditamento de modernização, de reavaliação, dos contratos anteriores que, em dólares, eram bem maiores do que esse; que os equipamen-

tos eram semelhantes.” Aí eu pergunto: “Quando eles lhe procuraram, ficou claro que eles tinham algum tipo de acordo com os CORREIOS?” Sr. Brockveld: “Não, na verdade nunca pensei nisso, porque eu nunca tive essas pessoas. Todas as pessoas dos CORREIOS, inclusive o Presidente da licitação, é uma pessoa que eu conheço há muito tempo. Ele sempre foi um técnico, o Engenheiro Marcelo de Castro. Eu nunca tive nenhum, nada que transparecesse e desabonasse nenhum deles. Nessa esfera com quem sempre tive contato não acho que, pelo menos naquela esfera; nessa esfera com quem sempre tive contato, não acho que, pelos profissionais da carreira dos CORREIOS e que não era para mim e nunca foi e nunca tive nenhuma.” Eu pergunto: “Mas eles comentaram que tinha algum tipo de acordo com os CORREIOS?” Ele: “Isso quem falou foi a SIEMENS e a ALSTHOM, que não acerto, mas que eles precisariam do interesse de todos para que eles continuassem com esses contratos.” Eu: “Quando se fala interesse de todos, é interesse também dos CORREIOS?” Diz ele: “Subentende-se que sim. Agora, quem, eu não sei.” Eu: “Claro, mas a impressão que o Senhor teve, então, é que havia um acerto entre as duas empresas e alguém dos CORREIOS?” Diz ele: “A impressão que eu tive é que nós todos da empresa, foi esse. Olha, tudo que eu ouvi foi sempre pela imprensa. Até essa própria matéria aí, que depois boatos, daqui e dali, que eu não vou reproduzir, porque não tenho provas. São coisas que eu ouvi. Então, fica até ruim para mim isso.” Eu: “Então, mesmo o Senhor não pronunciando nomes, o que o Senhor ouviu? É que existia algum tipo de pagamento indevido para as autoridades dos CORREIOS? É isso?” Disse ele: “Isso. Por sinal, inclusive. Tanto que eles receberam o sinal e imediatamente eu tinha que dar o meu sinal, para eu começar a produzir os meus equipamentos.” Eu: “Não entendi. Quando receberam o sinal?” Sr. Brockveld: “Depois do acordo feito.” Eu: “Então, vamos aguardar. Vamos seguir etapa por etapa. No momento em que eles procuraram o Senhor para o Senhor não recorrer, eles não falaram em nenhum tipo de acordo com os CORREIOS?” Sr. Brockveld: “Não, falaram que era para mim fazer o acordo com eles e não entrar com recurso para não transbordar.” Eu: “Mas não chegaram a citar que eles estavam acordados com alguém dos CORREIOS?” Ele: “Não.” Eu: “Não chegaram? Naquele momento não chegaram?” “Perfeito.” “Daí então o Senhor opta por não apresentar o recurso e ser contratado por elas?” Ele: “Exato.” Eu: “Esse contrato foi por escrito. Diz ele: “Por escrito.” Eu: “Em que data foi esse contrato firmado?” Diz ele: “Da ALSTHOM dia 23 e da SIEMENS dia 24. Dia 23 à noite. Então, dia 23 à noite, eu e nosso Advogado fomos à ALSTHOM, no escritório

da ALSTHOM, e assinamos esse contrato. Até tinha um empecilho no meio.” Eu: “Então está aqui. Abre aspas, SIEMENS avaliou a proposta 0016 da BROCKVELD, enviada através da correspondência de 26 de 2000 e 24 de 2000, e aceitou as condições de fornecimento de acordo apresentadas. Essa correspondência o Senhor tem, essa aqui?” Ele: “É a própria proposta”. Que daí foi entregue para ele com os valores. Digo eu: Abre aspas. “A SIEMENS assegura que caso seja contemplada com um ou mais lotes da concorrência em referência, de que irá os itens das propostas de quantidades a serem entregues no projeto, nos preços das planilhas já negociadas e condicionando ao seguinte: A) atendimento integral das condições técnicas, condições comerciais, para os itens um e dois, dos lotes um, dois e três, a SIEMENS estará se empenhando para negociação futura, repassará um desses dois pacotes para a BROCKVELD”; “Como assim? Para passar um ou dois pacotes? A BROCKVELD está orçando as suas melhores condições de fornecimento de equipamentos de PVC, para as concorrentes e para a SIEMENS e, se realizará dentro da sua oportunidade de repassar esses itens? Quer dizer, na verdade aqui é uma promessa de sub-contratação da BROCKVELD?” Ele: “É isso.” Eu: “A ALSTHOM avaliou a proposta. Aqui a mesma coisa, a ALSTHOM assina documento praticamente semelhante. Ele: “E daí? Isso foi feito na ALSTHOM, à noite, e aí com a SIEMENS. A gente não conseguiu no dia assinar, porque ele “não, não estou podendo”. Então, nós vamos entrar com recurso, porque tinha que me garantir que o meu trabalho ia chegar ao final, ia ter meus negócios. Aí, não é que estou em Brasília que venho em outras reuniões, mas podem ficar tranquilos que na semana que vem a gente conversa. “Não, então eu sinto muito”. Aí eu vim para Brasília. Quando eu cheguei ao aeroporto. Isto é um fato.” Eu: “Já para recorrer? Já no último dia?” Ele: “Ele estava esperando no aeroporto. A gente sentou no restaurante do aeroporto. “Não faz isso”. Contratou essa folha pronta, assinou e eu voltei ao aeroporto mesmo. Foi isso que aconteceu.” Eu: “O seu jurídico chegou a apreciar esses contratos?” Sr. Brockveld: “Não, não. Havia o tempo de se fazer o que foi feito. Lógico que isso não é um contrato, tanto que se fosse mais consistente esse contrato, se tivesse cem mil reais...” Eu: “Então, na verdade, esse acordo foi feito um dia antes do vencimento do prazo de recurso que o Senhor interporia contra a desclassificação da sua proposta técnica. É isso? Bem, então voltando aqui à seqüência. Então o Senhor chegou a desistir por escrito do recurso ou apenas não apresentou? Ou seja, o Senhor chegou a não apresentar o recurso apenas ou chegou a fazer uma desistência formal?” Ele: “Não. Eu só não apresentei.” Eu: “Só não apresentou? Não

houve uma desistência formal?” Ele: “Não precisava.” Sr. Hércio, houve realmente a celebração entre a SIEMENS e a BROCKVELD, desse termo de intenções? De sub-contratação futura?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Ocorreu sim, na qualidade, a BROCKVELD se qualificou naquela época como sub-fornecedora, como eu deixei claro, após a desclassificação dessa, tecnicamente. Quer dizer, o fato da existência do Sr. Edson, em assinar o documento, era um interesse dele, do nosso não havia nenhum interesse, porque ele não tinha realmente condição nenhuma, alguma, após o relatório técnico dos CORREIOS, de impetrar até um recurso. Poderia ter feito, estava liberado para fazer. Tanto que o nosso documento não menciona nada que ele não pode ou não deve, ou não tenha que entrar com recurso. Então isso realmente não procede, mas o acordo nós fizemos e um acordo de compra futura. Ele se classificando como subfornecedor de alguns equipamentos. Equipamentos esses que eu que eu mencionei. Então na verdade o shuts(F), esse deslizador helicoidal, estavam lá. Nos lotes que eu não sabia que nós íamos ganhar, tinha alguns outros equipamentos, que no lote dois, futuramente, nem foram utilizados. Então esse resumo dele que tinha mais ou menos, na época, um valor de um ponto quatro milhões, reduziu-se para algo em torno de setecentos mil reais, quando da época da aquisição. Então se isso é motivo para ele não entrar com recurso, onde ele diz, pelo que o Senhor falou ele tem uma proposta de quarenta e oito a cinquenta milhões e que seria vencedora, ele devia tê-lo feito. Não havia nenhuma intenção, eu nem consigo imaginar alguém trocar o valor de setecentos mil, ou um pouco abaixo, por quarenta e oito milhões. Então isso não ocorreu, não teve essa pressão de que ele não entrasse, mesmo porque já correu o recurso da MANNESMANN, recurso esse que ele também recebeu como eu. Ele podia ter se manifestado também em cima desse recurso. O prazo legal atravessou-se e só foi ter uma resposta dos CORREIOS no mês quatro. Então os CORREIOS também ficaram, praticamente, dois meses analisando esse recurso impetrado. Então ele teve todo o direito, toda a chance de impetrar esse recurso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O documento que o Senhor firmou com a BROCKVELD, é esse?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Confere. É esse mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que nos chama atenção é que, primeiro, o documento realmente foi feito no prazo de recurso. O Senhor concorda comigo?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Lamentavelmente ocorreu. Tanto que a reunião verificou a pressa que ele tinha de fazê-lo, quer dizer, ele queria se garantir de alguma coisa porque ele estava perdendo tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Agora o Senhor não era obrigado a fazer esse documento?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não era obrigado a fazer esse documento, mas na qualidade de sub-fornecedor, olhando que, o nosso cliente que poderia ter um equipamento com menor risco de importação que já teria ele chegando aqui no país, com uma empresa que poderia fornecer assistência técnica aos CORREIOS localizada no país; então isso seria, eu trocando importar um equipamento do mesmo fornecedor por alguém que se qualificava nacionalmente para prestar o serviço, era um ganho, no fim, para os próprios CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, se o Senhor não tinha essa premência de evitar que ele recorresse, por que foi feito um contrato, assim, tão a toque de caixa? Veja, é um contrato que do ponto de vista gráfico é escrito à mão, é uma coisa assim daquelas situações estranhas. No preço unitário escrito à mão, aí tem completado à mão. Quer dizer, uma coisa muito estranha do ponto de vista de grandes empresas numa operação. Dá a impressão que realmente foi feito meio às pressas o contrato. Senão, teria sido redigitado o contrato. O Senhor veja, há várias inclusões à mão.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: São inclusões que eu mesmo fiz, de próprio punho. Como foi apresentado ela gerava dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas por que não redigitar o contrato, como normalmente se faz quando se tem tempo? Se o Senhor não tinha essa premência de que eles não recorressem, por que fazer um contrato tão às pressas, dessa forma?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Na verdade nós fomos várias vezes pegos de surpresa. Esse foi um daqueles momentos, que eu poderia muito bem não ter ido, ele disse que eu já o estava esperando, eu não estava esperando. Na verdade ele estava esperando por mim. Quer dizer, eu estava com outras tarefas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É real essa história do aeroporto?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: É real. Foi exatamente naquele restaurante ao lado esquerdo da área de embarque do aeroporto. Aconteceu lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual aeroporto?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Aqui de Brasília. Naquela rampa do lado esquerdo. Ele já estava me esperando. Quer dizer, ele tinha a pressa, à minha empresa não causava nada, porque, como lhe falei, para mim era um simples contrato que poderia vir a se confirmar no futuro, porque era uma intenção de compra futura, dentro dos requisitos regulatórios do edital, o que é muito importante. Então eu vejo aqui, uma disputa entre empresas que foi trazida, o Senhor me desculpe dizer, para um fórum de debates que não o é. O fórum de debate teria um outro, de fato, que não este aqui. Onde ele estava pleiteando algo e eu, na condição de, digamos, fornecedor de soluções, achei por bem, não tenho nada a dever, posso fazê-lo. Agora, ele, já posso até completar a historinha, que ele não cumpriu exatamente o que está aí, porque aí ele tenha que seguir as condições de garantia desse projeto, que eram dois anos, as garantias todas, de performance do equipamento, que ele não garantia na proposta e também as condições comerciais. Quer dizer, ele ignorou como um simples fornecimento de produtos, que ele se classificou, na época, de forma diferente; devido a isso, não houve nenhum negócio de fornecimento por ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor veja, do ponto de vista da disputa comercial, entre a BROCKVELD, a SIEMENS, isso efetivamente não nos interessa no sentido próprio. Isso é uma questão comercial. Agora, na medida em que pode ter existido um conluio entre os licitantes e, segundo ele, até sugere um conluio entre licitantes e a administração, aí nos interessa, porque isso pode configurar uma prática criminosa. Ou seja, se confirmada a versão dele de que ele desistiu de um recurso em troca de uma subcontratação, evidentemente isso pode configurar a prática de um dos delitos, de um dos crimes previstos na Lei 8.666/1993. Eu não vou nem discutir quem seriam os co-partícipes desse delito, porque inclusive o próprio denunciante pode ser atingido por isso. Mas seja como for, o que nos chama a atenção é que realmente é um contrato atípico, do ponto de vista de ser feito entre licitantes com uma promessa futura em caso de vitória na licitação, ele é feito visivelmente com pressa, o Senhor mesmo reconhece que assinou o contrato no aeroporto e, evidentemente, isso dá um indicador de conluio. Especialmente porque um contrato foi firmado não só com a SIEMENS, mas foi firmada com a ALSTHOM, a outra vencedora. Ou seja, por que é que as duas vencedoras da licitação, ou aquelas que venceriam a licitação, teriam, ambas, interesse rápido em subcontratar um mesmo concorrente que é justamente aquele que perdeu e que está ameaçando recorrer? Eu não estou dizendo nem que, eventualmente, isso tenha

sido provocado pelos Senhores. Pode ser que tenha sido provocado por ele, dizendo: “Olha se eu não for sub-contratado eu vou recorrer, vou na justiça, vou paralisar a licitação”; e os Senhores talvez tenham sido pressionados a isso. Não estou fazendo juízo de valor. O que estou dizendo é que, pela base fática que nós temos, realmente parece ter sido feito um contrato às pressas, com muita rapidez, ele não recorreu. É um contrato estranho, porque o Senhor teria toda tranqüilidade do mundo depois de vencer a licitação de fazer a subcontratação; não havia esse impeditivo, não havia porque assinar essa intenção de subcontratação futura, a não ser para segurar alguma coisa. Por que é que eu faço um pré-contrato? Por que é que eu faço uma carta de intenções? É para que alguma coisa seja consumada naquele momento. O Senhor não tinha pressa, ele tinha. Ora, se o Senhor não tinha pressa, por que é que o Senhor assina uma coisa correndo, no aeroporto? É aí que traz a suspeição para a CPI, que, realmente, tenha havido um conluio entre os licitantes. O que o Senhor ponderaria acerca dessas afirmações que fiz?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Com certeza o conluio nunca existiu, nunca foi pensado, nunca foi falado, sequer, e nunca entrou em discussão nem com a BROCKVELD e nem com outras empresas. Volto a dizer, pode ter sido um deslize, realmente, de ter assinado essa intenção de compra futura, mas naquela época ele era, já, qualificado como sub-fornecedora, exato, no sentido tenho a palavra; onde se qualificava como representante legal dessa empresa. Esse equipamento estava mencionado na minha proposta; inclusive, na minha planilha interna de preços, que eu posso lhe mostrar, mas eu não gostaria de entregar, esse equipamento é nominado. Quer dizer, eu tenho esse equipamento nominado na minha planilha de preços. Quer dizer, o fato de eu ter assinado esse documento, simplesmente ele me diz o seguinte: “Olha, eu não estou fazendo nada errado porque eu já tenho esse equipamento aqui e isso foi considerado aos meus custos.” Então, ele se classificou como representante, eu tinha isso importado, por que não fazer com a aquisição no país? Foi exatamente o que nós fizemos. Não houve conluio, nunca houve conversa nenhuma com as outras empresas e, muito menos, com essa empresa BROCKVELD, no sentido de que ele não recorresse. Porque eu volto a dizer, a alegação dele, de trocar cinquenta milhões, em uma proposta vencedora, como ele diz, por algo chamado de quatrocentos e vinte e seis mil reais, que é o final, eu acho que é uma brincadeira. Eu não consigo entender. O Senhor me perdoe. Pode ter ocorrido um deslize, como eu falei, mas foi na qualidade de estar tão preocupado, que como o Senhor disse, na

noite anterior ele foi procurar a ALSTHOM, para tentar segurar pelo menos os equipamentos que ele se dizia representante. Quer dizer, ele se pré-qualificou de uma forma, para tentar ter uma segurança de um fornecimento futuro. É assim que eu analiso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, evidentemente, à nós da CPI, o que nos interessa é a busca da verdade, seja ela qual for. E todos os depoentes que aqui vêm tem, obviamente, a presunção que dizem a verdade. Nós temos dois depoimentos coniventes: o seu e o do Sr. Brockveld. Ambos merecem a maior credibilidade. Eu vejo três hipóteses, do que pode ter acontecido, não me ocorre outra. A primeira, o Sr. Brockveld está falando a verdade. A segunda, o Senhor está falando a verdade; e, claro que a afirmação da verdade de um, implica na ausência de verdade do outro. Mas penso numa terceira hipótese. É possível se pensar, enquanto tese, imagine o seguinte: o Sr. Brockveld resolve participar dessa licitação com a NEC. Seja por verdade ou não, ele suspeita que a NEC desistiu por uma ação da SIEMENS, pode ter ocorrido ou ele pode imaginar que isso tenha acontecido. No mundo negocial nós sabemos como as relações se colocam, há relações de interesse, de discussão, mesmo dos concorrentes. Você fala: “está bem, você entra aqui que eu não entro lá.” Então, há um acordo. A NEC desiste, ele se sente atingido e fala “não, eu sei que eu vou perder essa licitação, mas eu vou entrar até o fim, eu vou criar confusão”. Ele vem e apresenta a proposta. Sabia até que não atendia aos documentos, porque tinha um termo de vistoria da NEC. É inabilitado. Ele chega para os Senhores e fala assim “eu vou criar confusão nisso aqui, até o final. Ou os Senhores me dão uma sub-contratação, ou eu permaneço aqui até o final.” Os Senhores dentro da situação que estava colocada, dizem o seguinte “tá bom. Vamos dar um capote nele. Faz esse termo de pré-contratação e depois vamos contratar coisa nenhuma mais tarde.” Veja, essa é uma terceira versão. Em que os Senhores teriam sido, possivelmente, “pressionados por ele” a assinar esse contrato e já sabiam, de antemão, que não iriam contratá-lo. Falam assim “ah, é assim? Ele vai nos chantagear? Está bem. Então, agora assina que depois ninguém vai contratar. Ele que vá reclamar na justiça os seus direitos”. Essa é uma terceira alternativa, em que nenhum dos Senhores talvez tivesse dizendo totalmente a verdade e parcialmente a verdade. Relativamente, essa é a terceira versão que eu estou dizendo. Que elementos o Senhor daria para mim, para que eu pudesse me desconvencer de que essa pudesse ser uma versão correta, para a explicação dos fatos?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Bom, como já mencionei, nós não falamos, nunca, com a NEC para que ela não tomasse parte dessa licitação. No próprio depoimento do Sr. Edson, que eu pude ouvir, ele deixa claro que ele teria um pré-acordo com a NEC, mas que ele não tinha, como consorciado, um documento consorcial, preparado na antevéspera de uma licitação. É interessante que uma empresa se diga realmente consorciada, e depois deixe claro que essa consorciada teórica não participou deixando na mão. Você viu que não tinha nenhum documento assinado na antevéspera da entrega dessas propostas, quer dizer, isso eu acho realmente interessante. O fato da NEC participar ou não, eu também já lhe comentei que eu achava até estranho a participação da NEC. Porque ela não tem equipamentos de movimentação de materiais que é o objeto licitatório. Não tem nenhum. Ela tem máquinas de triagem, que não era o elemento licitatório. Aqui tinha algo de proteção, câmeras, segurança, ela não tem nada desse equipamento. Ela compra tudo. Então, eu achei estranho isso, sistema de controle, também, ela não tem. Então, eu acho estranho que houvesse esse acordo com a NEC, dela participar. Mesmo assim, esse documento que o Senhor mencionou da vistoria do site que a NEC teria feito, a própria análise técnica dos CORREIOS deixa claro que, se houvesse sido uma menção de que a NEC era participante, até como sub-fornecedora, como de fato ele diz que seria, esse documento poderia ter sido aceito. Quer dizer, então, essa versão três eu acredito que ela não, em hipótese alguma, ela poderia ser realidade; e eu volto a insistir na versão, se o Senhor me permitir, um, onde a SIEMENS está dizendo a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A NEC, mesmo que a NEC tivesse aceitado uma eventual sub-contratação, isso feriria o edital. Porque o edital exigia que a própria empresa que participava fizesse a vistoria. Então aí, haveria--

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu só achei interessante que no relatório técnico não menciona que a NEC não teria sido mencionada como a subfornecedora ou proponente, também. Quer dizer, eu acredito que se tivesse sido mencionado ela como sub-fornecedora declarada, além de ser--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se houvesse um entendimento entre os Senhores e a NEC, ela diria: “Não quero que conste nada. Eu não quero é viabilizar nenhuma outra empresa”. Aí faria esse sentido. O Sr. Brockveld argumenta que a NEC desistiu da concorrência através de uma comunicação do Sr. Marcos Sakamoto. O Senhor tem contato com o Sr. Marcos Sakamoto?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Quando eu vi isso, eu tentei me lembrar do Marcos Sakamoto. Eu não me lembro dele, eu me lembro, sim, de outra pessoa. Tenho outro nome. Também é nissei, mas não se chamava Marcos Sakamoto. Não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Brockveld diz ainda que este sub-contrato, essa proposta de contratação futura, eventual, que o Senhor assinou com ele daria, tanto a sua, como a assinada pelo ALSTHOM, daria a ele cerca de doze milhões de reais. Esse preço confere?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Na minha parte deixei muito claro o valor, reduzi para, praticamente, 5% desse valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual seria o valor da parte específica da SIEMENS?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Esse valor foi adquirido por quatrocentos e vinte e seis mil reais. Esse é o valor. Valor que ele sabia, porque constava de uma planilha que fazia parte dessa intenção de compra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa pessoa da NEC que o Senhor mencionou, que o Senhor disse que não conhecia o Sr. Sakamoto, qual seria essa outra pessoa?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu não disse que eu não conhecia, eu não me lembro do Sr. Marcos Sakamoto; mas eu me lembro de uma outra pessoa, que era o Sr. Tadeu. Eu só lembro do primeiro nome, conhecido como Tadeu. Esse sim eu via várias vezes, porque a ICT(F) tem um setor grande de engenharia e nós nos cruzávamos às vezes, ele saindo de reunião e eu entrando em reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Relativamente ao lote da SIEMENS, qual seria, mais ou menos, o valor da contratação da BROCKVELD?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Quatrocentos e vinte e seis mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só isso?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Só isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E em relação aos outros lotes, porque há mais dois lotes da ALSTHOM. Talvez fosse--

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu acho que, agora que eles estão tentando pensar. Quer dizer, doze milhões significa então que, praticamente ele iria fazer todo o sistema de movimentação de materiais para ALSTHOM, o que para nós ele não iria fazer. Só esses equipamentos específicos, nas quais ele se qualificou como fornecedor, que tinha uma representação comercial

no país. Eu tenho inclusive uma proposta que ele fez, eu posso demonstrar. Essa proposta menciona esses equipamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Se o Senhor me permite, essa proposta foi enviada por ocasião da definição da contratação final, onde deixa bem claro o shuts(F) helicoidal para caixetas. É esse o único equipamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa é a proposta que ele fez para a contratação pelos Senhores?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Para a contratação por nós, onde ele coloca itens fora do escopo que é o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teria condições de nos entregar uma cópia desse material?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Sem dúvida. Aqui tem os preços dele. Se eu somar os preços vezes as quantidades, vai dar mais de seiscentos e cinquenta, quase setecentos mil reais. Ele não cumpre o que é reajuste, nem condições de pagamento e não fala nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que os Senhores não viabilizaram a contratação com ele? Exatamente, quais foram pontos? Não firmaram a sub-contratação?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nós não firmamos porque ele não cumpriu, exatamente, os requisitos regulatórios, obrigatórios. Eu não estava comprando um simples equipamento. Para comprar um simples equipamento eu fiz direto, comprei da PORTEC. Desde o início da minha proposta, o equipamento era PORTEC e continuou PORTEC. Ele não conseguiu se adequar às condições na época da contratação. Quer dizer, ele rompeu, na verdade, essa intenção de compra futura. Onde diz bem claro aqui que “atendimento integral das especificações técnicas a serem definidas no projeto e condições comerciais idênticas ao do edital”. Esse foi o motivo básico, que foi o rompimento unilateral por parte dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores foram notificados pelo Sr. Brockveld, para que cumprissem, digamos, essa carta de intenções. E os Senhores contra-notificaram o Sr. Brockveld, no dia 11 de dezembro de 2002, dizendo o seguinte: “Surpreendidos com a notificação de V.S^{as}. permitimo-nos pela presente, no sentido de esclarecer-lhes que não houve por parte da signatária inadimplemento de qualquer obrigação acordado entre nossas empresas. Seja em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2000, ou em qualquer outra ocasião, contrariamente ao que V.S^{as}. insistem, equivocadamente, em argumentar. Desta feita, portanto, pela presente im-

pugnada, em toda sua extensão, os pleitos de alegações contidas nesta notificação por pretensão notificada por V.S^{as}. que é, flagrantemente, ilegítima, desprovida de qualquer amparo fático e legal. Essa contra-notificação serve também a finalidade de prevenir responsabilidades e prover a conservação e a ressalva de direitos da contra-notificante. Sem o prejuízo de todo o exposto, é possível que tenha ocorrido entendimento equivocado de V.S^{as}., etc. O Senhor, em nenhum momento nessa contra-notificação, salienta a razão pela qual não houve a contratação. Por quê?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nós não salientamos por vários motivos. Primeiro nós já tínhamos superado, inclusive, a fase de fornecimento. Quer dizer, já passamos a fase de contratação pela proposta dele, que é de fevereiro, e nós adquirimos o equipamento, conforme cronograma com os CORREIOS, em maio e junho do mesmo ano. Então essa notificação já veio muito posterior a tudo, ao fato comprovado e, inclusive, como eu lhe falei no início, a empresa não foi comunicada via PORTEC, da qual nós adquirimos diretamente, que existia, inclusive, o representante legal, como ele se qualificou na época da assinatura dessa intenção de compra futura. Então não achamos que tínhamos que dar mais explicações, estava claro o motivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A que é que o Senhor atribui o Sr. Brockveld ter prestado esse depoimento? Porque é um depoimento que, de certa forma nos surpreende, e daria, em tese, uma certa dimensão de credibilidade, porque ele é auto incriminatório. Na medida em que ele próprio confessa ter desistido de uma licitação em troca de uma subcontratação, ou seja, ele próprio se assume co-partícipe de um conluio em uma licitação. A que é que o Senhor atribuiria um depoimento dessa dimensão, em que a pessoa inclusive se auto-incrimina? Qual a razão pela qual, na sua versão, ele estaria mentindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu não saberia nem dar uma razão. Tanto que quando eu, eu fui surpreendido, fortemente, pela notícia da Carta Capital, que é uma notícia que misturou completamente os fatos. Trouxe alegações e afirmações errôneas, misturou contratos dos CORREIOS, misturou nome de fornecedor, quer dizer, é uma notícia totalmente infundada, desde o início. Então esse processo já nasceu muito complicado desde o início. Com coisas pegadas num canto, no outro, de ouvi falar aqui, ouvi falar ali, sem nenhum fato claro. Então, eu só posso, lamentavelmente, deixar muito claro. Eu desqualifico esse depoimento e acho que ele não teve nenhum outro fim, a não ser tumultuar o trabalho dos Senhores aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, da nossa parte, evidentemente, nós temos dois depoimentos contraditórios e cabe investigar se nós conseguimos chegar a alguma conclusão até o término dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, ela será obviamente apresentada nos relatórios; seja para atribuir a veracidade da nossa convicção em relação ao que depõe V.S^a., seja em relação ao Sr. Brockveld. Se eventualmente não chegarmos a nenhuma conclusão, e mantivermos a idéia de que pode existir o indício de conluio, nós remeteremos ao Ministério Público, para que o Ministério Público, então, prossiga a eventuais investigações no caso. Então, diante desse quadro, eu não tenho mais nenhuma pergunta a fazer a V.S^a.. Agradeço, imensamente, a colaboração. Não sei se V.S^a. teria mais alguma coisa a declarar a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, só posso agradecer também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum outro fato que deseje fazer ponderação ou que julgue importante em relação ao que ora aqui se investiga?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não. Só vou deixar a cópia como foi prometido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço. Pois não, Dr. Advogado, com todo o direito.

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Se o Senhor me permitir, eu só vou retomar a sua última pergunta, se eu tenho algo a dizer. Só para complementar, essa notificação, realmente nós recebemos já, praticamente, no final do ano quando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa que o Senhor contra-notificou?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Essa que eu contra-notifiquei. --quando o fato, em si, gerador da aquisição teria ocorrido nos meses de maio e junho de 2002. Passado isso, mesmo após esse período, eu recebi insistentemente ligações da empresa BROCKVELD como que cobrando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em que período?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Exatamente no período de 2002. Período longo, onde ele, como se tivesse cobrando algo com relação àquele documento que nós firmamos. Porque eu achava que era até como ressarcimento, mas nós não tínhamos que ressarcir-lo nada, mas ele insistia com vários telefonemas de manhã, de tarde e de noite, querendo buscar alguma coisa, que eu não saberia dizer o quê. Mas ele realmente deu

muito trabalho nesse ponto. O meu telefone tocava várias vezes por dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu telefone celular?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Meu telefone celular. Eu nunca entendia o que ele queria, porque ele não tinha nada, realmente, a pleitear.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Mas eram telefonemas feitos cobrando alguma postura?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Cobrando realmente uma posição ou alguma forma que nós pudéssemos tê-lo ressarcido de algo que nós nunca nos comprometemos e ele mesmo deixou de cumprir a parte dele nesse acordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, esses telefonemas eram feitos em tom normal, digamos assim?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não eram ameaçadores, mas eram tons de cobrança forte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, ele não chegou a fazer ameaças. O Senhor não se sentiu ameaçado por isso?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Eu não me senti diretamente ameaçado, mas as cobranças eram muito fortes na minha empresa e pessoalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em nenhum momento ameaçou ouvir a imprensa ou fazer denúncias?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Ele dizia que iria colocar um trombone na frente da minha empresa, pôr barricada, aquele tipo de coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [risos] Certo. Mas nada mais além disso?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Nada mais além disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais algum outro fato?

SR. HÉLCIO AUNHÃO: Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço então imensamente o nosso depoente, o Dr. Advogado que, gentilmente, aqui também esteve presente acompanhando V.S^ª.. Se necessário for, acredito que não será, nós solicitaremos mais informações à V.S^ª.. Apenas desejaria que os documentos que foram citados, se, por gentileza, pudessem nos serem entregues, eu agradeceria imensamente. Nós teremos ainda mais depoimentos nessa tarde. Apenas de imediato uma informação. Nós recebemos aqui uma petição...

SR. HÉLCIO AUNHÃO: O Senhor permite?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor, fique à vontade. Recebemos aqui uma petição assinada pela Dra. Rita de Cássia Miranda Consentino, OAB/SP, 95.175, em nome da Sra. Késia Maria do Nascimento Costa, uma das depoentes marcadas para hoje à tarde. A petição é a seguinte: “Késia Maria do Nascimento Costa, testemunha intimada para prestar depoimento perante esta respeitável Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por intermédio da Advogado e bastante procuradora infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de V.Ex^ª., informar a impossibilidade do comparecimento da depoente, na data designada para a sua oitiva, qual seja 8 de março de 2006. Tal impossibilidade deve-se ao fato de estar a depoente em precárias condições emocionais, qualificadas pelo médico psiquiatra Dr. Ector César L. Rei, CRM/AM 2.914, como, abre aspas, “tratamento mental com quadro clínico compatível com fobia social”, fecha aspas. Na forma do que estampa o incluso atestado médico. Desta forma, ante ao justo motivo exposto e comprovado pelo incluso atesto médico, vem que (?) (01:22:43) de V.S^ª., a deferir o adiamento da oitiva ora pleiteada, ao tempo em que ressalta que o presente Requerimento não deve ser recebido como estratégia para causar embaraços às investigações, mormente que de todas as intimações e solicitações desta respeitável Comissão, sempre foram atendidas por todos ligados à SKYMASTER AIRLINES LTDA. Outrossim, se propõe a requerente a apresentar toda a gama de documentos que V.Ex^ª. julgue necessário para comprovar o aqui alegado. São os termos em que requerendo, respeitosamente, o deferimento da postergação da data para a oitiva da depoente, pede deferimento. Assinada Dra. Rita de Cássia Miranda Consentino.” Aqui em anexo um atestado médico. Infelizmente, no fax não está legível o nome do médico. Já pedi à Assessoria que tentasse pegar uma outra cópia com o nome do médico, mas é assinado numa unidade do SUS do Estado do Amazonas. Diria que a letra, também, não é daquelas facilmente decodificáveis, mas pelo que se pode entender está dito que a paciente Késia Maria tem, realmente, problemas e ele dá um período de 30 dias para que ela pudesse, efetivamente, comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Evidentemente, nós estamos diante aqui de uma situação em que, claro, não se pode colocar a priori em dúvida a palavra do doutor que subscreve essa questão, e nós temos o prazo de vencimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito também; razão pela qual esses 30 dias podem ser fatais para o interesse dessa Comissão em ouvir a depoente. Nesse sentido, eu determino em despacho a essa petição, que seja feita uma perícia médica, pelos médicos do Senado, em

D. Késia Maria do Nascimento Costa, para comprovar realmente o estado de saúde dela. Se comprovado, evidentemente, nós teremos que buscar outros métodos investigativos. Se, eventualmente, se comprovar que ela não atende, essa Sub-Relatoria diligenciará para a apuração de eventual delito praticado pelo médico que subscreve esse atestado, bem como oficializará ao CRM do Amazonas para as providências éticas cabíveis. Esta vistoria pode ser perfeitamente determinada, segundo o precedente do Senado Federal, já ocorridos em outras Comissões Parlamentares de Inquérito. Então, portanto, diante de já ser um precedente, me parece digna de pleno direito que pode ser feito, esta Comissão Parlamentar de Inquérito então, através do seu Sub-Relator decide desta maneira, ou seja, que se faça uma inspeção médica na depoente, para se avaliar realmente as reais condições de depoimento. Em havendo eventual fraude a Sub-Relatoria tomará as providências cabíveis e determinará a condução coercitiva da Sra. Késia. Em se comprovando a impossibilidade clínica de prestar o depoimento, evidentemente haverá o respeito por princípio natural que deve-se colocar nesses casos. É esta a decisão da Sub-Relatoria. Peço à Assessoria, portanto, que tome os encaminhamentos devidos, para que, ainda o mais rapidamente possível, se possível amanhã ou na próxima segunda ou terça-feira, nós façamos a inspeção médica na D. Késia Maria do Nascimento Costa, para confirmação do diagnóstico. Se confirmado, evidentemente, haverá que ser respeitado o estado clínico da paciente e veremos a possibilidade de resposta, inclusive por escrito, eventualmente de eventuais indagações. Caso contrário, se não confirmado, as providências legais e criminais serão tomadas na forma legal e pertinente por esta Sub-Relatoria. Nós vamos suspender a Sessão por cerca de cinco minutos. Nós teremos ainda mais três depoimentos no dia de hoje e teremos agora, como próximo depoimento o Sr. Luis Carlos Scorsato. Solicito à Assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito que já prepare o Sr. Luis Carlos Scorsato para iniciarmos o próximo depoimento e, advirto que os demais depoentes que tenham relação com os fatos depoentes, ou os fatos a serem objeto de depoimento sobre o Luis Carlos Scorsato, relativamente aos CORREIOS, portanto, os depoentes Marcelo Campos e Wellington Cavalcanti Santiago não deverão ficar presentes nesta sala, assistindo o depoimento. Deverão ficar em local apropriado, uma vez que se tratam de depoimentos que envolvem fatos conexos e não devem ser presenciados pelos demais depoentes. Suspensa a Sessão por cinco minutos.

Sessão suspensa às 16h54.

Sessão reaberta às 17h41.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Solicito à Assessoria que faça adentrar ao recinto o depoente Luis Carlos Scorsato, que prestará depoimento na condição de testemunha. Sr. Luis Carlos Scorsato comparece a essa Comissão Parlamentar de Inquérito desacompanhado de Advogado e prestará seu depoimento na condição de testemunha. Assim sendo, firmou o compromisso na forma do art. 203 do Código de Processo Penal; e por esse compromisso, o depoente, na forma na lei, se compromete a dizer toda a verdade, a não se omitir diante dos fatos perguntados, embora não seja obrigado a prestar qualquer depoimento contra si próprio, por força do princípio que veda a auto-incriminação no Direito Brasileiro, previsto no art. 5º, 73 da Constituição Federal. É este o termo de compromisso. Primeiro agradeço à V.Sª. pelo atendimento à convocação e é de praxe que, querendo V.Sª., possa fazer uso da palavra para tecer quaisquer considerações pertinentes ao objeto da sua investigação parlamentar que julgue eventualmente importantes. Tem V.Sª. a palavra.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu agradeço, Deputado, mas me coloco à disposição de V.Exª. para os esclarecimentos necessários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço, Dr. Scorsato. Bem, o Senhor é servidor de carreira dos CORREIOS. Em que ano o Senhor ingressou nos quadros dos CORREIOS?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu entrei na empresa primeiro na escola de Cartão(F) Postal, em 1980. Em julho de 82 eu fui admitido já como funcionário dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 82 como funcionário. O cargo qual era?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Administrador Postal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Depois?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu fui lotado, inicialmente, na Diretoria Regional do Mato Grosso do Sul. Fiquei durante três anos e meio no Mato Grosso do Sul e em 86 eu vim para Brasília, para a Administração Central. Desde então eu exerço atividade na Administração Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Mato Grosso do Sul, o Senhor ocupou algum outro cargo, além de Administrador Postal?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu fui Chefe da Agência Central durante um ano e meio. E depois eu fui chefe da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que ano?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 1980 a 1981. Meados de 81.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi antes do Senhor ser funcionário admitido por concurso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Perdão, deixa eu me acertar. Na verdade, eu fui a Mato Grosso do Sul em julho de 82.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Julho de 82?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Julho de 82. Aí, eu ocupei a função de Chefe da Agência Central, fiquei uns seis meses sem função, e aí eu fui como Chefe da Agência durante um ano e meio. Isso foi até metade de 85.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor começou a ser o Chefe da Agência Central em que ano?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 1984.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. E aí o Senhor ficou como chefe da agência central de 84 até...?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Durante um ano e meio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até 85. O Senhor foi indicado por alguém para ocupar esse cargo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve nenhuma indicação política?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois desse cargo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí eu fui designado como Gerente da Região Operacional do Mato Grosso do Sul, de Campo Grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Já em 85.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Depois?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Depois eu pedi transferência para Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mais em função familiar, Deputado. A minha mulher tinha os pais

dela que residiam aqui e ela não se adaptou muito a Campo Grande. Então, eu decidi pedir transferência para Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor foi transferido para que cargo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vim a princípio para a Inspeção Geral. Durante o ano de 86 eu fui Inspetor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não ocupava cargo de confiança?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Cargo de Inspetor é uma função de confiança na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conseguiu esse cargo de confiança por alguma indicação política?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí eu fui trabalhar no então departamento de Correspondência Agrupada, quando eu ocupei a função de Chefe de Seção. Acho que eu durante um ano, um ano e alguma coisa. E daí eu fui designado para ser, durante um ano e alguma coisa, Chefe da Divisão de Vale Reembolso, da área financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em que ano?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso em 89.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí em 90 eu fui trabalhar na área operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Área operacional? Em que função?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí fui como Chefe da Divisão de Transporte Aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem o indicou para essa função?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, não houve uma indicação, houve, digamos, uma solicitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De quem?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se não me engano, na época, o Chefe de Departamento, se não me engano, era o Dr. Amauri Carniceli(F), se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi ele quem sugeriu?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É. Eu trabalhei com o Amauri Carniceli(F), só não estou lembrado se foi no DCA(F) ou então no DETRA(F), mas acho que foi o Amauri Carniceli(F) sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Então o Senhor foi chefe da área operacional...

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Chefe da Divisão de Transporte Aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso de 1990 até...?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até 1994.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 90 a 94.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí eu fiquei um ano e três meses como Assessor do Chefe do Departamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assessor do Chefe de Departamento. Alguma indicação política aqui?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não. Até porque o cargo era... O nível hierarquicamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Depois?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí, depois desse ano e três meses, eu voltei a ocupar a função de Chefe do Transporte Aéreo. Até 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, quer dizer, o Senhor ocupou de 90 a 94, depois de 95 a 2001.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em 2001 eu fui designado Chefe de Divisão, que eram três divisões nessa unidade, do centro e de controle. Unidade responsável pelo controle diuturno da operação da RPN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma indicação política aqui?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em 2003 eu fui indicado para ser Chefe de Departamento. Na época, o Departamento de Encomendas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Departamento de Encomendas. Alguma indicação política?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, nenhuma. Em 2000... Eu fiquei no Departamento de Encomendas de março de 2003 até junho de 2004. Até 30 de junho. Dia primeiro de julho eu fui designado para assumir o Departamento de Encaminhamento e Administração da Frota. Julho de 2004, onde fiquei até dia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chefe de?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Chefe do Departamento de Encaminhamento e Administração da Frota.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também sem indicação política?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Sem indicação política. A partir do dia 15 de junho eu fui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Junho de 2004?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 2005, já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí depois de 15 de junho de 2005, o que aconteceu?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí eu fui designado Assessor do Chefe da Diretoria de Operações. Função que ocupo até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve indicação política aqui, também?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é o chefe da Diretoria de Operações, hoje?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É o Everton Luis Cabral.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Quer dizer, o Senhor atua na Rede Postal Noturna desde 1990.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Direta ou indiretamente, sim, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aliás, o Senhor e o Sr. Paulo Nish(F) são tidos como os técnicos mais capacitados para entender da Rede Postal Noturna. Isso é verdade?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu diria que militamos há bastante tempo, então, até isso é natural, que a gente tenha adquirido conhecimento depois de atuação durante tanto tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Como o Senhor é funcionário antigo, descreva para nós como é que funcionava a RPN antes do ano 2000 e depois do ano 2000.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Rapidamente, até 2000, na verdade, os CORREIOS tinha muito pouco gerenciamento sobre a rede. Por quê? As tarifas eram instituídas pelo DAC. O DAC tinha a portaria específica para ser aplicada à RPN. O DAC dizia quais eram as empresas que podiam participar, trabalhar

nos CORREIOS. Então, praticamente não tinha uma gestão efetiva sobre essa parte de atuação. A partir de 2000, com a liberação do DAC, digamos assim, o os CORREIO passaram a ter que realmente atuar mais fortemente em cima desse mercado e fazendo contratações sem nenhuma amarra, digamos assim, por parte de acerto com as empresa. Hoje nós contratamos as empresas que estejam atendendo à regularidade fiscal, que atenda às condições legais estabelecidas. Então nós temos, hoje, uma atuação, digamos, muito mais dinâmica com a RPN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes de 2000, quais eram as empresas que operavam?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade são as empresas regulares, Deputado. Basicamente eram VASP, VARIG e TRANSBASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só essas três? Antes de 2000?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tinham algumas empresas pequenas, que também são empresas regulares, só que empresas regionais. Então, elas atuavam nas linhas menores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas em nível nacional, só essas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só essas três.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois de 2000?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Depois de 2000... No início de 2000 nós tínhamos ainda três empresas, essas três empresas aéreas regulares, digamos assim, operando. A VARIG, a VASP e a TRANSBASIL. A TRANSBASIL via INTERBRASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TAM antes de 2000, também não operava?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A TAM tinha linha sim, antes de 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí, a VASP em 2000 teve aquele problema que V.Ex^a. conhece, o problema da certidão. Em 2001, com a falência da TRANSBASIL, a INTERBRASIL deixou de operar com os CORREIOS, porque ela usava as aeronaves da TRANSBASIL, então automaticamente, ela deixou de operar com os CORREIOS. E hoje nós não temos empresas regulares. A TAM também não opera mais com os CORREIOS. Hoje, empresas regulares de transporte aéreo nacionais, não tem nenhuma que opera com os CORREIOS mais hoje. Porque tem as

empresas de porte aéreo nacionais e regionais. A TOTAL, por exemplo, que opera com os CORREIOS, é empresa aérea regular mas é regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, a BETA e a SKY-MASTER são...

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: São empresas de transporte aéreo não regular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TOTAL?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É uma empresa de transporte aéreo regular, só que regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Regular regional. E a TAFF?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A TAFF... Deputado, eu posso ter uma pequena dúvida nesse sentido aqui, mas eu acho que ela está como também empresa aérea regular... Desculpa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para classificar uma de regular e não regular, qual é o critério?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela tem vôos... Ela se compromete junto ao Diretor do DAC, ou CLA – Comissão de Linhas Aéreas – ela dá um determinado trecho, então ela se compromete a voar. Independentemente de ter ou não ter passageiros, ela se compromete a voar aquele trecho. Então ela tem obrigação de cumprir aquele trecho. Por isso que são chamadas regulares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Em algum momento os CORREIOS já estudaram a viabilidade, técnica, legal, econômica, financeira para operar as principais linhas da RPN por meio de aeronaves próprias?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Esse estudo já foi desenvolvido, Deputado, de... Se não me foge a memória entre 98 e 99. Foi inclusive na época lá do grupo de trabalho para analisar as implicações técnicas, implicações jurídicas dessa alternativa. Porque houve na... V.Ex^a. deve ter conhecimento, teve uma consultoria prestada para os CORREIOS em 97 que sinalizou essa possibilidade, que daria uma maior flexibilidade na gestão desse sistema, tão importante e tão vital para ECT. Então se estudou. Mas aí, eu imagino que até em função, que na época se encaminhava mais para privatização do que para estatização, então esse estudo, eu acho que, em função disso, pode ter ficado um pouco comprometido também e não teve maior sequência. Mas que esse estudo, que esse assunto tenha sido objeto de constantes... Que alguém traz o assunto à tona de volta, tem sido freqüente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A seu ver, seria vantajoso para os CORREIOS operar com aeronaves própria?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, financeiramente eu tenho algumas restrições quanto a isso. Financeiramente sim. Eu digo e eu vou explicar porque acho financeiramente, porque eu tenho minhas dúvidas. Porque o fator, digamos, o fator leasing não é preponderante no custo do transporte aéreo. Ele é significativo, mas não é de maior... Que tenha maior peso. Então eu não sei se os CORREIOS teria essas condições. Mas eu posso, se V.Ex^a. quiser falar depois sobre isso, mas da concorrência seis, nós que fizemos agora recente no final do ano passado, final de 2004 início de 2005, há uma sinalização de que os CORREIOS possa começar a assumir determinados custos. Por exemplo, nós prevemos a possibilidade, de num determinado momento, assumirmos o fornecimento do combustível de companhias aéreas. Então, seria o maior insumo, maiores contribuições de custo; e, nós prevemos essa possibilidade de, após estudos, evidentemente, porque vai ter que analisar como é que vai fazer esse controle, de assumir esse custo e ir abastecendo obviamente da planilha de custos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. O Senhor chegou a integrar e integra comissões de licitação nos CORREIOS. Desde que data o Senhor começou a integrar as comissões de licitações que trabalharam a questão da rede aérea noturna?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Comissões especiais, V.Ex^a. está se referindo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As que dizem respeito à RPN. Na Comissão, sempre funções especiais na RPN.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: São comissões designadas especificamente para aquele assunto completo, então são designadas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca houve licitação da RPN pela Comissão geral de licitações?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Quando menores, sim. São feitos por Pregão, várias licitações por Pregão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor participa sempre das especiais, nunca da geral?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na minha atividade, como gestor, como responsável pelo Departamento de Encaminhamento e Administração a Frota, alheio à própria vontade da ECT, nós tivemos que fazer diversos processos licitatórios. Dispensa de licitação, pregões e, por vontade exclusiva desse sistema, nós

fizemos duas concorrências. Foi a concorrência 02, em 2001. Aí, eu fazia parte da Comissão, mas eu fazia parte como equipe técnica. Não era, digamos, a minha contribuição nessa Portaria. Foi simplesmente prestar apoio técnico. E na concorrência 06, de 2004, aí eu atuei, realmente, de uma forma mais atuante. Atuei de uma forma mais atuante. Mais ou menos isso. Eu tinha uma maior atribuição nessa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, desde 2000 então, o Senhor participa de Comissões de licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu participo de duas, Deputado. Da 002 e da 06.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui, por exemplo, eu vou avançar um pouco mais o depoimento de V.S^a. e daqui a pouco vou ter que suspender porque se iniciou a votação do processo de cassação do Deputado Roberto Brant. Eu teria que suspender para votar e depois retorno. Mas vamos seguir um pouquinho mais. Em 20/06/2000 houve uma portaria que a PRTPR 066 de 2000. O Senhor era o chefe de divisão da DEGEF(F) e foi designado com o Sr. Paulo Eduardo de Lima para compor a equipe de apoio técnico Comissão Especial de Licitação. Ou seja, o Senhor não integrava a Comissão, era da equipe de apoio técnico. Não é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como eu referi, eu dei apoio técnico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. A função do Senhor era elaborar as especificações técnicas, definir os critérios técnicos de julgamento, prestar assessoramento técnico à Comissão Especial de Licitação sempre que lhe solicitado, prestar assessoramento na análise de todos os assuntos relacionados à licitação, etc. Elaborar minuta do edital, a minuta do contrato. Já em 2004, o Senhor, sendo Chefe de Departamento, também, e aí, passou a integrar a Comissão Especial de Licitação, como membro dela. A Comissão Especial de Licitação em 2000, essa que o Senhor assessorava, era composta por cinco membros e, tinha como Presidente, o Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto Lima Sena. Outros dois membros da Comissão Especial de Licitação eram também pessoas que exerciam funções diretas ao Diretor de Operações, o Sr. Carlos Augusto de Lima Senna. Era o Sr. Jânio César Luis Pohren, Sr. José Garcia Mendes, e em 2004, a Comissão especial de licitação era composta por oito membros, tendo como Presidente o, então, Diretor de Operações, o Sr. Maurício Coelho Madureira; sendo que outros sete membros, seis eram pessoas que exerciam funções subordinadas ao Diretor de Operação, que era o Sr. Paulo Nish(F), o Senhor, o Sr. Delamari(F) Pereira,

o Paulo Eduardo de Lima, o Arlindo Gomes de Lima e o Júlio Yasuaoki(F). O que me chama atenção, um pouquinho, nessas Comissões é que, curiosamente, não há nenhum impeditivo legal nisso, mas são sempre formadas Comissões de Licitações com pessoas diretamente subordinadas ao Diretor de Operações. Ou seja, pessoas que, em tese, estão submetidas à influência direta do Diretor de operações; E com uma coisa inclusive curiosa, que eu pelo menos, me parece que é pouco usual, é o Diretor de uma unidade ser o Presidente da Comissão. Por que se usa essa técnica?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, primeiro, essas Comissões Especiais, elas são instituídas quando o objeto é realmente um objeto que merece uma dedicação especial, que merece assuntos. V.Ex^a. há de convir comigo, que as pessoas mais indicadas para fazer esse tipo de [inaudível 00:20:07] são pessoas que atuam na área. Então, são pessoas que conhecem o assunto. Não têm dedicação exclusiva, mas têm, uma atuação muito forte porque conhecem o assunto. Se V.Ex^a., por exemplo, vai antes de 2004, assim como em 2001, 2000. São pessoas ligadas à área de operações, porque conhecem o assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu entendo perfeitamente. Agora, o Senhor veja, da mesma forma que aconteceu em 2000, é perfeitamente possível formar uma Assessoria Técnica que dê suporte à Comissão de Licitação. O que nos parece estranho é que, na verdade, quando eu tenho um Presidente da Comissão de Licitação que é Diretor de Operações e todos os demais membros subordinados a ele, é evidente que há uma relação hierárquica posta lá. E este Presidente passa a ter um controle da Comissão de Licitação quase que absoluto, inclusive pelo temor reverencial dos seus membros. Quer dizer, não que exista algum impeditivo legal. A lei apenas exige que nós tenhamos a maioria de pessoas de carreira. Não é verdade? Embora ali fale em três membros, sendo dois de carreira. No mínimo. Agora, é estranho, primeiro por que, como é que um Diretor de Operações vai presidir uma Comissão de Licitação? Por que é que ele se auto-designa, digamos assim, como Presidente da Comissão de Licitação e não designa algum de seus subordinados? Segundo, por que colocar todos da mesma linha hierárquica? Não seria mais recomendável, mesmo que não fossem familiarizados com o tema, colocar outras pessoas que aí, com o suporte técnico, poderiam dar uma independência de julgamento à Comissão de Licitação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, se V.Ex^a. observar vê que não são do mesmo nível hierárquico. Então aí tem diversas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não entendi o que o Senhor falou.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu digo que não são pessoas do mesmo nível hierárquico. Tem desde o Diretor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos subordinados ao mesmo vértice, que é o Diretor. Os membros da Comissão de Licitação são todos subordinados. Por exemplo, nessa Comissão de Licitação do ano 2000, o Presidente era o Sr. Carlos Augusto Lima Sena, que era o Diretor do Operações, e todos os outros membros são subordinados a ele.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em 2005, na verdade, 2004, o coordenador, digamos, número dois, aquele que responde no caso do Presidente não estar, não era da área de operações. Que era da área administrativa. Marcos Gomes da Silva. Era o Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Marcos Gomes da Silva. Era o Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2004. Oito membros, Presidente, Diretor de Operações, Maurício Coelho Madureira. Dos outros sete membros, seis eram pessoas que exerciam funções subordinadas.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso. E a sétima não era da área de operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas os outros seis eram.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eram. Deputado, nós temos que admitir que quem consegue trabalhar... Porque tem que fazer levantamentos técnicos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sem dúvida. Mas para isso tem uma Assessoria Técnica. O Senhor integrou uma Assessoria Técnica de uma Comissão.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas da área de operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sem dúvida. O Senhor integra a área de operações, aí eu coloco pessoas com certa independência funcional, para que possam ter mais liberdade. O problema é que eu coloco o Diretor de Operações como Presidente e coloco todos os seus assessores como subordinados. Ou seja, aquele que não seguir a ordem do Presidente da Comissão de Licitação vai para rua.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, se permite discordar, eu digo que subordinação não sig-

nifica submissão. Acho que cada membro que estava aí tem a sua responsabilidade. Porque estava assinando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Subordinação não significa submissão. Mas o insubmisso deixa de ocupar o cargo. Ou seja, a subordinação ela existe estruturalmente. Uma pessoa pode ser insubmissa ocupando um cargo; mas com certeza, na maior parte das vezes, perde o cargo. Porque é um cargo de confiança, de livre provimento e livre remuneração. Então, o que me causa espécie nessa questão é exatamente eu colocar... Eu sou Diretor, eu me auto denomino Presidente da Comissão de Licitação e coloco todos os meus homens de confiança para presidir a Comissão. Olha, é muito estranho.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Pois Deputado, eu diria uma coisa a V.Ex^a., se me permite. Eu não admitiria assessores meus que aceitassem tudo que eu pedisse. Até porque senão, o que eu tivesse eventualmente fazendo errado eu não ia saber nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Talvez por isso o Senhor não teria chegado ao cargo de Diretor de Operações. O Senhor não exerceu o cargo que eu estou mencionando. [risos]

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: [risos] Eu tenho certeza que é o comportamento, também, dos meus superiores hierárquicos. Eu acho até para o Administrador se salvaguardar, é preciso que os seus assessores digam a verdade quando alguma coisa não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, na verdade, a lei exige que sempre que um membro da Comissão de Licitação discorda, ele declare em ata as discordâncias. Agora, uma pessoa que tem amor ao emprego, declarar que discorda do seu chefe, precisa ter um certo nível de resistência. É isso que eu estou dizendo. Não estou dizendo que todas as pessoas lá são desse tipo, mas, estruturalmente, me parece algo pouco recomendável. A melhor maneira de controlar uma Comissão de Licitação é fazer assim.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, mas eu posso garantir uma coisa, a participação direta do Presidente, que no caso era o Diretor, foi mínima. Porque quem definiu, quem definiu o objeto, o que contratar, qual era a demanda--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram gente de confiança dele.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas Deputado, baseado em critérios técnicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos critérios técnicos nós vamos

entrar já, já; e nós temos claros indícios de alguns casos de condução de licitação. Mas, independentemente disso, o que eu quero dizer é que quem faz o edital é o mesmo time. Quem processa licitação é o mesmo time. Quem julga licitação é o mesmo time, ou seja, é o mesmo time comandado por um homem só, que, inclusive, se auto coloca como Presidente da Comissão de Licitação. Do ponto de vista de técnica administrativa, é muito ruim isso. Não que exista ilegalidade. Repito, não é ilegalidade. Mas é estranho, realmente, que uma coisa seja feita sem tal diversificação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se V.S^a. analisar os membros da Comissão, vai ver que são todas pessoas que atuam na área técnica, que conhecem o assunto. Então, quem vai designar uma Comissão dessa, Deputado, até para ter uma certa confiança de que vai conseguir chegar ao objetivo almejado, tem que designar pessoas que tenham condições de fazer o trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “Vai chegar ao objetivo almejado?” Qual é o objetivo almejado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A condição operacional favorável para empresa. Quando se faz uma licitação você tem um objetivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O problema é quais são os objetivos. Eu posso ter pessoas de confiança para conduzir uma licitação. O Senhor percebe? Ou, é mais fácil conduzir uma licitação quando tenho pessoas da minha confiança para as quais eu nomeio os cargos que me assessoram, do que colocar numa licitação pessoas que eu não tenho nenhuma relação hierárquica com o vínculo. Por isso que o princípio da imparcialidade é um princípio que governa administração; ou seja, quanto mais um grupo de pessoas de confiança atua numa área, menor, digamos assim, a possibilidade de divergência. Se eu quero conduzir um processo de licitação, quem que eu vou colocar? Pessoas estranhas ou aqueles que eu conheço e tenho ascendência? A resposta parece óbvia.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, me permite, mas eu vou discordar de V.Ex^a.. Na verdade--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acredita que, com pessoas estranhas, o Senhor conduz melhor a licitação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, veja o seguinte, na verdade, se, imaginando a submissão que V.Ex^a. está imaginando---

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não. A subordinação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Independentemente da pessoa estar numa ou na outra área, se a pessoa não tiver uma firmeza, uma determinação de que vai fazer buscar o melhor para empresa, Deputado, independe de qual é a área--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são os critérios da licitação que são utilizados? De julgamento. O tipo de licitação? Qual é o tipo de licitação utilizado na Rede Postal Noturna?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tem desde o Pregão eletrônico, até Pregão presidencial e até concorrência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o tipo de licitação é o menor preço?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Menor preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor concorda que o menor preço é bastante objetivo? Ou seja, eu posso não entender nada de avião, mas eu sei que cinco é menos que seis. Eu não preciso ter um grupo de pessoas afinadas para esse julgamento. Claro, na parte da análise da aplicação dos requisitos, das especificações técnicas, eu preciso ter assessoramento técnico, mas para isso que existe o grupo de Assessoria Técnica que o Senhor integrou, como houve naquela licitação de 2000.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa equipe é técnica, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu entendo. [risos] É tão técnica que são todos os técnicos no mesmo setor, comandados pelo mesmo homem. E o que eu quero dizer ao Senhor é o seguinte, se o Senhor me der a incumbência, “conduza essa licitação”, eu vou colocar quem? Pessoas que eu não conheço ou pessoas que estão afinadas comigo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas V.Ex^a. está partindo de um pressuposto que houve uma determinação para conduzir a licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Eu estou partindo do pressuposto que é mais fácil ter essa situação. Veja, se eu quero ter absoluta garantia de que não haverá nenhum tipo de orientação hegemônica, eu coloco pessoas diferentes. Distantes, que não se conhecem, que não têm relação subordinada. Agora, se eu quero dar a hegemonia para alguém conduzir um processo, eu coloco um time afinado. É uma questão, me parece, de difícil discordância. Eu não estou aqui afirmando que as pessoas foram colocadas para isso. Ainda. Eu estou falando do ponto de vista estrutural. É muito

mais fácil conduzir uma Comissão de Licitação quando todos me são subordinados e todos são pessoas da minha confiança. É difícil rebater esse argumento, mas eu gostaria, se o Senhor pudesse me explicar, como que, tendo todos subordinados numa Comissão de Licitação, eu tenho mais dificuldade de conduzir uma licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. está partindo de pressupostos que, eu faço questão absoluta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ainda não. Eu estou falando de questão estrutural.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou partindo do pressuposto, Deputado, que todos os membros das comissões designadas tinham um objetivo, que era o quê? Buscar condição mais favorável para a empresa. Eu não tenho dúvida disso. Então, eu parto desse pressuposto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fosse assim, a lei não precisaria colocar a regra que a maioria dos membros tem que ser cargos de confiança. Tem que ser cargos efetivos ou cargos de carreira. Por quê? O que a lei quer é a objetividade. O que a lei quer é a imparcialidade. Então, ela exige que não sejam todos cargos de confiança, sejam de carreira. A lei exige isso. O que foi feito aqui? A maioria de carreira. Mas pessoas de carreira que ocupam cargos de confiança.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas nem todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos de carreira, mas que ocupavam cargos de confiança. Veja. Vou pegar aqui. Olha que interessante, é uma maneira interessante, porque a lei, a meu ver, poderia até ser aperfeiçoada. Deveria dizer que pessoas que não ocupam cargo de confiança, mas sejam de carreira. Olha o que acontece aqui. Veja como é uma maneira de dar um drible na intenção da lei. Sr. Jânio Luis Pohren, Assessor Executivo do Diretor, cargo de confiança. Sr. José Garcia Mendes, chefe do DEGEL(F), cargo de confiança. Está aqui. Carlos Augusto Lima Sena, ele, o Diretor, homem de confiança dele próprio. O Senhor, homem de confiança. Todos membros de confiança. Ou seja, todos os ocupantes da Comissão de Licitação, do ano 2000, eram homens de confiança, ocupavam cargo de confiança. Eram de carreira? Eram. Mas ocupavam cargo de confiança. Quando a lei vem e diz que a maioria tem que ser membro de carreira, a intenção é fixar no quadro permanente e tirar, exatamente, essa dimensão da confiança na perspectiva da busca estrutural da imparcialidade, e não é o que acontece aqui.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Deputado, aí tem cargo de confiança, existe uma coisa e função gratificada é outra. Deputado, eu não consigo entender, digamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não vamos entrar em questões semânticas. Na verdade não seria nem cargo de confiança. Emprego de confiança. Não vamos entrar nessa discussão. São designações de função de livre, digamos, escolha. Essa é a idéia que eu estou dando para cargo de confiança. Não vamos aqui--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas são pessoas designadas, por quê? A princípio demonstraram capacidade técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou porque são amigas e têm a confiança daquele que nomeia. Perdão, imaginar que no Brasil todos os ocupantes de cargos de confiança sejam sempre as mais qualificadas, o Senhor conhece tão bem o serviço público como eu, não é verdade. As pessoas são indicadas por razões políticas, indicadas por razões de confiança subjetiva que pode ser a técnica ou pessoal. Aqui eu não sei. Estou falando do ponto de vista estrutural. Pode ser que o Sr. Carlos Augusto Lima Senna, por exemplo, tenha uma avaliação criteriosíssima e escolhe sempre os melhores técnicos. Como pode ser que não tenha. Pode ser que ele escolha os mais próximos, aqueles que ele pode melhor conduzir. Não sei, não estou entrando nesse mérito. Por isso que me parece que a composição das Comissões de Licitação é, no mínimo, estranha. Onde todos, todos, todos são pessoas que têm relação de confiança com o Presidente da Comissão de Licitação; que, por sua vez, responde para si próprio.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, esse é um julgamento seu, pessoal. Eu não vou entrar no mérito. Eu tenho absoluta confiança de que as pessoas foram designadas... Eu vou responder mais, agora, por aquelas que participam mais diretamente; são pessoas que estavam incumbidas de desenvolver um projeto importante e, por isso, foram usadas pessoas que nós consideramos tecnicamente capazes. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Acho razoável o que o Senhor coloca, mas lembro que o Senhor é uma dessas pessoas. Então, esse também é um julgamento próprio seu, em auto defesa, inclusive da situação. Concorde? Já que o Senhor é uma dessas pessoas. Mas eu prossigo. Era comum na ECT a adoção desse procedimento, de designar pessoas integrantes da mesma cadeia hierárquica para compor as Comissões Especiais de Licitação? Porque os CORREIOS tem várias Comissões Especiais de Licitação, mas em todos os setores dos

CORREIOS. É comum isso? Colocar sempre gente da mesma linha hierárquica? Ou isso era uma característica das licitações da rede aérea noturna?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vou responder, mas não conheço outras áreas suficiente para responder. Eu imagino que quem faz um contrato de licitação, por ser um objeto complicado de contratar, eu imagino que vai botar pessoas, tecnicamente, em condições de fazer isso. Eu respondo pela área de operações--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A pergunta que eu fiz não é essa. A pergunta é "se é comum nos CORREIOS colocar gente da mesma linha hierárquica". Não estou falando da capacitação técnica.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não sei. Eu respondo pela área que eu estava, não posso responder pelas outras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é filiado a algum partido político?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apoiou candidatos?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não teve nenhum responsável político para a indicação de Chefe de Departamento no DENCO(F) e no DENAF(F)?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca teve. Sempre foi uma escolha técnica?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Sempre foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor deixou a função de Chefe de Departamento do DENAF(F) em 15 de junho de 2005. Por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A Diretoria de Operações, como todas as Diretorias, houve troca de Diretoria e o Diretor houve, por bem, designar outro Chefe de Departamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Teve alguma relação com as denúncias em apuração nesta CPI?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu imagino que foi porque a pessoa que assume a Diretoria, vai botar pessoas que considera adequadas para ocupar o departamento, eu imagino.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor participava da con-

fecção das minutas, dos editais de licitação da REDE POSTAL NOTURNA?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Participava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De todos?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não vou dizer de todos, mas eu diria que tenho uma contribuição na confecção dos editais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso na parte técnica? Especificações técnicas...

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Técnica, dimensionamento, demanda; sempre com uma contribuição de pessoal técnico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando eram definidas as linhas e a capacidade de carga a ser transportada e, ainda, o respectivo número de *pallets*, necessários por trecho, era considerada a frota das aeronaves disponíveis das empresa áreas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. O que nós consideramos, e veja o seguinte, inclusive consta do parecer que nós fizemos para o CASSI(F), que nós utilizamos os modelos de aeronaves no mercado nacional, para definir a estimativa, o preço de referência. Não foi considerada a frota nacional para definir, digamos, o objeto a ser contratado. Foi definido exclusivamente em função da demanda interna de carga da ECT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Obviamente os Senhores tinham em mãos a disponibilidade das aeronaves em território nacional. Quando faziam isso, os Senhores consideravam essas disponibilidades quando definiam as especificações, de maneira a garantir que mais de uma empresa pudesse participar?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não havia necessidade disso. Até porque, em nenhum momento nós pedimos para que fosse alocada essa ou aquela aeronave. O que nós pedimos é, definimos “olha, nesse trecho, nós precisamos de uma ou mais aeronaves que me transporte a carga daqui para cá em quantidade--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só que às vezes algumas especificações técnicas dizem qual é a aeronave. Isso nós sabemos como se faz licitação. Ou seja, se eu coloco a especificação “A”, “B” ou “C” e, só uma aeronave em território nacional atende à especificação, evidentemente, seria a mesma coisa se eu dissesse o nome da aeronave.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Sim, se eu pedisse qual aeronave que eu queria, mas os CORREIOS não pediu isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é isso que eu estou dizendo. Vamos imaginar o seguinte: eu peço o seguinte ao Senhores, vamos fazer uma licitação para esse equipamento aqui e eu faço um tal universo de descrições que, evidentemente, só uma empresa produz. Eu não preciso dizer que esse objeto é daquela empresa, mas, ao fazer as especificações, eu estou identificando o objeto e fazendo isso. O mesmo eu faço--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se eu fizer o inverso do que V.Ex^a. está afirmando, sim; mas, os CORREIOS não fez isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O mesmo eu faço com os aviões. Ou seja, se eu fizer um certo número de especificações das aeronaves, eu, fatalmente, estarei identificando o modelo de aeronave que eu preciso. E, ao identificar o modelo de aeronave que eu preciso, eu estarei marcando as cartas para uma licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas eu tenho que saber que tipo de especificação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já, já nós vamos chegar lá. A minha pergunta, por hora, é a seguinte: se os Senhores consideravam as disponibilidades existentes de aeronaves ao fazer as especificações? De modo a evitar que só uma empresa pudesse disputar e ganhar uma licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não se fazia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso nós tivemos um cuidado muito grande, para evitar que houvesse qualquer tipo de questionamento, de direcionamento. O que nós dissemos, “nós precisamos desse volume de carga, nesses horários, com essas quantidades de *pallets*.” No mercado, quem tiver condições que me atenda e me dê uma proposta mais vantajosa para os CORREIOS. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, os Senhores não precisavam consultar o DAC para saber os aviões disponíveis?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até porque, se os CORREIOS quiser consultar, ele pode entrar diariamente no rádio on-line e tem lá as aeronaves.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas consultavam?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não consultava, mas se eu quiser consultar hoje eu sei quantas aeronaves tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas para elaborar os editais, os Senhores consultavam o DAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não havia necessidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso colide com a informação que nós temos. Parece que os Senhores consultavam o DAC, exatamente antes de elaborar os editais de licitações para saber quais eram os aviões cargueiros disponíveis no Brasil.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, inclusive eu ouvi isso, um dia em um depoimento, houve essa consulta, eu sinceramente não estou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor desconhecia isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vi inclusive num depoimento outro dia. Eu desconheço essa informação. Até porque se precisasse consultar, Deputado, eu não precisaria ir ao DAC. Nós temos um site do DAC, atualizado diariamente, que diz as aeronaves que estão no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, mas na época, talvez, não tivesse site. Ano 2000, 2001. Eu, pelo o que eu me lembro, nem computador eu tinha. Não tinha site disponível no ano 2000. No ano de 2000, site do DAC? Eu não acredito. Seja como for, a informação que nós temos é que os Senhores consultavam. Isso nos causou surpresa.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso foi de que época, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em geral. Sempre que os Senhores elaboravam um edital de licitação, os Senhores consultavam para saber quais universos disponíveis no Brasil. E, a partir daí, faziam as descrições das aeronaves. Colide um pouco com o que o Senhor está informando à CPI.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até porque não há necessidade, Deputado. Se os CORREIOS quisesse saber, era só consultar o site que tem lá todo dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja o seguinte, na última concorrência que foi realizada em novembro de 2004, a concorrência número 06 de 2004, destinada à licitação da nova malha da RPN, em 11 itens licitados, somente foram apresentados proposta por duas empresas em apenas três itens. Sendo que em todos os demais, apenas uma empresa apresentou proposta e sagrou-se vencedora. Há, inclusive, a representação da VARIG LOG junto ao Tribunal de Contas da União, que foi apresentada anteriormente à realização desta

concorrência, em que ela apresenta argumentações de direcionamento da licitação e há pontos virtuais concorrentes por linha licitada. Ou seja, aquilo que a VARIG LOG antes do resultado denunciou, verificou-se na licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí, Deputado, eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas uma observação. É curioso, porque normalmente a gente faz isso com publicação em jornal; quer dizer, quando se sabe o resultado e publica no jornal para ninguém ver. A VARIG LOG fez uma solicitação ao TCU dizendo que ia ganhar e bateu.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: VARIG LOG ia ganhar no TCU?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, fez uma representação dizendo quem iria ganhar, antes, e bateu. Tal linha vai ganhar tal, tal linha vai ganhar tal, e coincidiu.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, agora eu quero fazer diversos esclarecimentos, porque é um assunto que tem levantado muitos questionamentos aqui e eu gostaria de fazer aqui algumas colocações. Primeiro, Deputado, a VARIG LOG entrou com recursos não só no TCU, entrou com recurso na Justiça, entrou com recurso em várias instâncias. Se esse edital tivesse o mínimo de vício, ele não teria passado. Eu posso assegurar a V.Ex^a.. Por que é que ele passou por todas as instâncias? Porque os CORREIOS tem justificativa e eu faço questão de esclarecer a V.Ex^a., sobre cada um dos itens que foram colocados naquele edital. E tenho como comprovar a V.Ex^a. que, contrariamente do que vem sendo afirmado, inclusive, na imprensa, que houve direcionamento, em nenhum momento os CORREIOS teve interesse em direcionar para essa ou aquela empresa, em nenhum momento nós tivemos qualquer intenção de favorecer esta ou aquela empresa. Agora, se os CORREIOS... Eu acho que mais do que um direito dos CORREIOS, é um dever de definir o objeto adequado que vai licitar; porque se os CORREIOS não tiver o direito de pedir o que ele quer, como é que vai fazer uma contratação? Não há como.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, nós não podemos confundir definição do objeto com restrição de competitividade. Definição de objeto é uma coisa. Quando eu demarco as cartas de uma forma, de uma maneira, que só certas empresas podem disputar certas linhas, isso significa restrição de competitividade, significa negação dos princípios da licitação, significa crime. Ou seja, é estranho que a VARIG LOG tenha, em uma representação anterior à apresentação das propostas,

dito quais seriam as concorrentes que atenderiam os requisitos de cada uma das linhas se não houvesse restrição bastante acentuada da competitividade, feita pela definição dos requisitos técnicos.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, vou dizer uma coisa a V.Ex^a., os CORREIOS não contratam só transporte aéreo. Os CORREIOS contratam também transporte de superfície. O que é ele faz? Mercado, eu preciso de oito toneladas nesse trecho, nesses horários e 19 metros cúbicos. Qual é o equipamento que melhor se encaixa nisso? É um caminhão. O toco. Mas significa que ele vá ganhar com o toco? Não, Deputado. O mercado vai responder. Agora, se os CORREIOS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está fugindo um pouco daquilo que o Senhor está dizendo. Veja a representação da VARIG LOG. Está dito o seguinte, “nesse ponto cabe as seguintes observações sobre as linhas citadas às especificações técnicas exigidas para cada trecho.” Lembro que isto foi feito antes da apresentação das propostas. O anexo um no edital apresenta as fichas técnicas das linhas a serem operadas, identificando em cada um dos trechos a capacidade de carga *payload*. O número de *pallets* e o tempo de solo necessário para cada operação. Fixa, portanto, tal anexo às especificações técnicas necessárias para a habilitação na concorrência. A primeira linha constante do anexo um, é de número 90601, correspondente ao trecho Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza. Nesta linha a capacidade de carga exigida é de 43 mil quilos, com utilização de 18 paletes por ciclo. Analisando-se atentamente os documentos anexos, constata-se que as únicas empresas do ramo capazes de operar tal linha em condições competitivos são: BETA CARGO e SKYMASTER AIRLINES LTDA., que operam quatro aeronaves de modelo DC-8, família 60 e 70, com idênticas características exigidas no edital, conforme se observa no manual de funcionamento da aeronave.” Curiosamente quem entra aqui? As duas empresas. Vamos lá. “Da mesma forma ocorre nas linhas 60901 e 5011, que somente poderão ser operadas em condições competitivas com aeronaves de modelo DC-8, que possuem capacidade de carga de 43 mil quilos com utilização de 18 *pallets* por ciclo. Resta, claro, que nessas três linhas, apenas duas empresas terão condições de oferecer preços competitivos, haja vista serem as únicas que possuem as aeronaves DC-8 que são “praticamente” exigidas pelo edital.” Veja, o Senhor não exigiu DC-8 no edital, mas especificações técnicas que foram colocadas, carimbam DC-8. E quem tem DC-8? SKYMASTER e BETA.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu vou só dar um exemplo de um Pregão que os CORREIOS fez na semana passada, só para desmistificar um pouco. Porque a VARIG, obviamente, ia recorrer porque ela tem interesse. Agora, a lei fala que o interesse público não deve se sobrepor ao interesse do particular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Faz parte do interesse público a isonomia, a probidade.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Com certeza. Nós sempre procuramos obedecer aqueles cinco: isonomia, razoabilidade, todos aqueles. Então, Deputado, os CORREIOS fizeram um Pregão recentemente agora, semana retrasada, que a demanda foi de quatro mil e quinhentos quilos. Qual era a aeronave mais adequada? Uma TR, certo? Uma TR é mais adequada. Quem ganhou, quem deu menor lance? Uma empresa que ofereceu quatro Caravans. Então, dizer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi essa licitação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Semana retrasada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estou falando de uma de antes dessa CPI. Estou falando de uma licitação, como várias outras se repetiram, cujas especificações técnicas carimbam pelo manual técnico da aeronave DC-8, e as únicas empresas que tinham DC-8 era a SKYMASTER e a BETA.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, até agora [inaudível – 00:47:03] dos CORREIOS. Os CORREIOS precisam dessa demanda. Então, o que é que há de inconveniente, se uma aeronave é mais adequada, que se encaixa melhor. Não significa que vai ser ganhadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Posso lhe dar uma boa solução para isso? Sem conduzir a licitação, dá mais tempo para se conseguir mais aeronaves no exterior.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí é outra história que acho que não podemos entrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, na medida em que eu dou um prazo de 30 dias, só quem tem essas aeronaves no Brasil é que pode disputar. Se eu programasse isso com tempo e desse um prazo maior, para que equipamentos fossem buscados no exterior, eu teria totais condições de atender essa situação sem demarcar as cartas.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, sobre essa história--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sobre essa história, eu vou ouvi-lo daqui a pouco. Eu vou suspender o depoimento e voltamos, então, para que nós possamos votar no processo de cassação. Voltamos já, já. É o tempo de eu votar e retornarmos. Suspensa a Sessão. [soa a campainha].

Sessão suspensa às 18h24

Sessão reaberta às 19h02

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Nós estamos aqui coletando depoimento do Senhor Luis Carlos Scorsato, que depõe a essa Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de testemunha. Nós antes da suspensão da Sessão, nós indagávamos ao Senhor a questão relativa a eventual direcionamento de licitações. Nós ponderávamos que em face do pequeno número de aviões de carga disponíveis no país as especificações acabavam de certa maneira orientando, a nosso ver empresas para que saíssem vitoriosos dos procedimentos. E aí então se coloca uma questão. Por que é que nas licitações não se dava prazo maior para a obtenção de equipamentos, aeronaves? Porque em geral os prazos eram muito exíguos, 30 dias isso era impossível. Parecia recomendável que do ponto de vista técnico as estações dessem o prazo maior, para que as empresas conseguissem providenciar as aeronaves. Nesse caso não teria sido melhor dar prazos maiores, aumentar a competitividade e evidentemente com a maior oferta da competitividade se ter preços e condições melhores de prestação de serviço?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte, Deputado, sobre a concessão de prazo para internizar a aeronave, inclusive o CORREIO já qual fez uma experiência nesse sentido em 2001, lamentavelmente os resultados não foram--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, o mercado não respondeu como o CORREIO esperava, tanto é que a licitação teve que ser revogada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a licitação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 002 de 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 002 de 2001?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso. Foi concedido o prazo para internizar da aeronave, foram--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E foi revogada por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Preço excessivo, preço excessivo. Ela ficou, se não me foge a memória, foi a que eu fazia parte como--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a razão da revogação não foi diretamente relacionada ao prazo, ou seja, o fato de ter se apresentado preços excessivos numa licitação, em momento algum isso tem a ver com prazo maior, o problema verificado foi outro.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela foi revogada, que mesmo com a concessão do prazo para a internizar a aeronave, houve o preço excessivo, esse benefício, teoricamente que seria, que poderia ter sido em função da maior competitividade para trazer a aeronave, não se verificou nessa licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O fato de não se verificado uma licitação, não quer dizer que não pudesse verificar em outras, talvez a falta de hábito ou de situações geraram nisso, isso não implicaria que nas licitações futuras pudessem reduzir o prazo para 30 dias?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu acho que até para tirar essa dúvida, eu acho que não há nenhum inconveniente que se faça uma licitação para ver as vantagens advindas dessa facilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que não se fez?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque nós tínhamos, Deputado, nós não fizemos agora, porque nós tínhamos uma questão a ser resolvida, questões operacionais--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os técnicos nunca levantaram esse problema?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os seus técnicos nunca levantaram esse problema, conceder mais 60 dias, 90 dias, mais prazos? Uma coisa tão óbvia.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até, porque veja o seguinte, o prazo para internizar a aeronave, segundo algumas informações gira em torno de 180 dias, até a própria, recurso interposto por uma das empresas licitantes. "Eu preciso no mínimo 180 dias". Nós tínhamos uma situação complicada na RPN em 2004. Houve um aumento da demanda de carga, graças ao crescimento da economia e a, o CORREIO tem reflexo direto, quando a macro economia cresce a demanda para o serviço do CORREIO tem uma, uma influência direta, só para terminar, Deputado, por favor. Nós tínhamos cortes diários de carga, algo em torno de, nós gastávamos por dia, na média em média 30 mil reais, 28 mil e 500 reais por causa do corte de carga. Esse não é o único fator complicador numa história dessas, quando você tem corte de carga, a carga chega atrasada, é cliente que deixa de ser atendido. Então nós

tínhamos o trecho, o Aeroporto de Guarulhos estava saturado, nós precisávamos fazer uma estruturação, então nós tínhamos urgência, então o que se fez nessa situação, Deputado, não era, não trazia vantagem para o Poder Público dar uma concessão maior, porque isso leva... Uma licitação, V.Ex^a. sabe leva muito tempo, tanto é que depois de 10 anos de tentativas de licitações, conseguimos pela primeira vez concluir uma. Então, havia uma necessidade premente de regularizar aquela situação, que estava... Um corte de carga diário com problemas, atraso de aeronave, porque o trecho no terminal de carga principal nosso está saturado, você começa a atrasar linhas, então urgia que se fizesse uma reformulação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas vocês fizeram um número imenso de licitações de 2000 para cá, foram muitas licitações, muitas... Muitas, muitas licitações o que me parece estranho é, porque nós sabemos que o edital, ele tem um prazo mínimo entre a data da publicação e a apresentação das propostas, mas não o prazo máximo. O Senhor poderia ter ao longo de um contrato de um ano, por exemplo, ter dado 6 meses se quisesse, para apresentação das propostas, poderia. Isso forçaria, evidentemente a possibilidade de encontrar novos equipamentos, estou falando em tese. O que me espanta, os seus técnicos nunca apontaram essas necessidades?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: De internalizar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dar mais prazo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa é uma hipótese que se levanta, é uma hipótese, eu reforço e repito aqui, V.Ex^a., até para levantar essa dúvida, mas eu queria aqui citar o serviço do Ministro Vilaça que ele falou: “O fato de você permitir trazer novos equipamentos, não significa necessariamente que isso vai ser uma economia”. Em tese.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando aumenta a competitividade?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em tese quando aumenta a competitividade, em tese você tem condições de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Quanto mais empresas possam concorrer maior a competitividade.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se V.Ex^a. tiver tomado conhecimento, as duas empresas que entraram com essa questão, internalizar prazo, evidente que elas tinham mais interesse próprio do que para o, naquele momento o melhor, a melhor situação para a admi-

nistração, para o interesse público era que se fizesse uma licitação para regularizar a licitação, nós temos compromissos com os nossos clientes, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deixa eu perguntar uma coisa, os seus técnicos defendiam essa tese? De mais prazo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa tese, Deputado ela não é nova.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta, que a tese não é nova eu sei. Os seus técnicos defendiam essa tese?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela não foi cogitada agora por causa da urgência que a situação apresentava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu digo ao Senhor que ela foi cogitada pelos seus técnicos, ela foi cogitada pelos seus técnicos, o Senhor conhece o Senhor Roberval Borges Corrêa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele foi Diretor comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor Roberval Borges Corrêa respondendo para a Diretoria de operações da ECT no seu relatório do DIOP(F) de 2 de 2000, submetido à reunião de Diretoria da empresa, relativamente a retificação da contratação de empresas provenientes a dispensa de licitação 001 de 2000 disse o seguinte: “Com relação a esses resultados, cabe esclarecer que as linhas G, J e K serão executadas com a aeronave 707, disponibilizando-se 38 toneladas para a ECT, em todos os trechos. Enquanto que hoje o máximo disponível é de 20 toneladas na linha K e de 11 toneladas nas outras linhas, deve se esclarecer que é possível conseguir-se uma redução nos preços de operação. Desde que se dê um tempo de pelo menos 60 dias, para que os operadores obtenham equipamentos mais adequados para as operações. E se garanta, um período de pelo menos um ano de execução das linhas, para a justificar possíveis investimentos. Tão logo seja normalizado esse período emergencial a intenção da área operacional é fazer uma avaliação completa do modelo de gestão, buscando uma adequação ao final da RPN”. Como se observa no ano 2000 já, o Senhor Roberval respondendo num período em que se afastou o Senhor Lima Sena da Diretoria, estava preocupado numa situação que nos parece de absoluta obviedade. No entanto as concorrências que se realizaram, inclusive a concorrência de 2004, para a implantação da nova malha da rede postal aérea noturna a concorrência número 6 de 2004, em face das exigências que estão lá colocadas no edital, somente a empresa que tivesse

aeronave disponível é que poderia concorrer. Ou seja, um diagnóstico feito em 2000, com absoluta obviedade é ignorado pelo o setor de operações dos CORREIOS, obviamente facilitando a restrição da competitividade, obviamente facilitando o conluio das empresas BETA e SKYMASTER, inexoravelmente faz com que novos equipamentos não sejam trazidos para o Brasil, com redução da competitividade. Que comentário o Senhor teria acerca disso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, primeiro, como V.Ex^a. citou, essa, esse relatório, V.Ex^a. leu aí, é de 2000. Tanto é que em 2001 se fez isso, Deputado eu volto a frisar, foi feito, porque quando você tem uma estrutura, que mesmo que de uma forma não ideal, você consiga atender a operação de área, você pode fazer uma licitação, eu vejo essa possibilidade, eu acho que não, com concessão de prazo, eu não sei qual é a prazo se é 120, 180, 60, concessão de prazos, agora naquele momento, Deputado, a situação exigia que se fizesse uma licitação para implantar uma nova malha o mais rápido possível, e é isso, nós procuramos responder, demonstramos qual era a situação de Guarulhos, qual era a situação do corte de carga diário, V.Ex^a. tem conhecimento e sabe que o corte de carga, ele compromete não só o Correio, mas basicamente os nossos clientes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, perdão.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mais custos, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que me espanta é que o diagnóstico feitos em 2000, em que pese uma licitação tenha sido feita em 2001, uma coisa óbvia, que obviamente não foi responsável pelo fracasso da licitação em 2001, simplesmente tenha sido abolida, e mais, os Senhores trabalhavam sim com as informações do DAC de aviões, o Senhor disse que não sabia disso. Claro, trabalhavam sim, sabe quem diz isso? Os CORREIOS, veja só. Quando houve uma Audiência Pública realizada para apresentação do novo modelo da RPN, de esclarecimentos relativos à concorrência 6 de 2004, o Senhor Luiz Otávio Gonçalves sócio e Diretor comercial da SKYMASTER, analisando a minuta do edital fez a seguinte indagação à Comissão: “Início do serviço de até 30 dias, não é um prazo muito grande? Pois vai possibilitar que empresas que nem tenham os aviões possam participar, prejudicando até as empresas que já prestam serviços”. Evidente o Senhor Luiz Otávio defendia os interesses da SKYMASTER, quando menor o prazo mais marcadas as cartas ficam, os CORREIOS informou, veja, os CORREIOS, a sua empresa em resposta a essa questão: “A ECT

considera o prazo bastante razoável, todavia o edital prevê que o início do serviço se dará em até 30 dias, após a homologação dos vencedores pela Diretoria da ECT, mas obviamente todas as circunstâncias serão observadas. A ECT está considerando a relação de aeronaves fornecidas pelo DAC, que operam no Brasil. E acredita que as aeronaves serão disponibilizadas para a licitação”. Essa afirmação contradiz o seu depoimento, que há pouco dizia que não trabalhava com essa informação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu falei, Deputado, não é que não contradiz, eu falei que eu desconheço o que V.Ex^a. falou que o DAC, o CORREIO consultou o DAC, eu digo desconheço a consulta. É isso que eu falei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quem respondeu isso era exatamente a Comissão que o Senhor participava, não? É uma consulta ao edital da licitação número 6 de 2004, o Senhor é membro da Comissão de licitação, essa resposta foi feita pelo grupo que o Senhor integrava, o Senhor não sabia disso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, sobre essa consulta eu volto a afirmar. Eu não tenho conhecimento dela. Até, porque eu volto, eu repito e afirmo. Se tivesse qualquer interesse de consultar, Deputado, o DAC tem um site diariamente atualizado em 2004, já existia esse site, então, não havia, porque consultar o DAC. Se foi, eu desconheço a consulta isso que eu estou dizendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria nos informa que o site DAC permite a consulta de aeronave por aeronave, se se conhecer o prefixo, caso o contrário não é possível a consulta.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, você consulta o rab on-line, pelo tipo da aeronave que você quer, você pode entrar, te dá uma relação de todas as aeronaves.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então os Senhores consultavam esse site?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Esse site eu conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor pegava as informações do DAC para trabalhar na licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor pegava essas informações para trabalhar na licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu conheço o site do rab on-line, o prefixo não é verdade, é um equívoco por parte do--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, então, eu não estou nem discutindo essa questão que é menos importante para mim, o Senhor objetivamente acessava o site para ter as informações que o Senhor disse que não tinha?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. acha que é algum crime consultar o site do DAC que é público?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não tenho por diversão consultar o site do DAC no meu fim de semana, imagino que V.Sa. faça isso por atividade profissional, e se fazia era para pesquisa das aeronaves disponíveis para fazer a licitação, coisa que é um referencial de dados que o Senhor disse que não tinha.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu volto a afirmar, o que nós usamos para fazer a licitação, para definir o objeto a ser contratado, que foi feito por uma equipe técnica não fomos nós, foi uma equipe técnica designada para isso, foi definir a demanda, eu volto a repetir isso é mais do que um direito, é um dever da administração definir objeto adequado que atenda as suas necessidades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a consulta que o Senhor fazia ao site do DAC era por mera curiosidade?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Pois quando V.Ex^a. afirma: “Olha, vocês fizeram consulta”. Se houvesse a necessidade você consulta. Se houver necessidade pode consultar o rab on-line.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que o Senhor disse que não trabalhava com essas informações, eu lhe perguntei duas vezes.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela não servia para--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor espera um pouquinho, calma não precisa se exaltar. O Senhor espera eu acabar a pergunta. Porque quem argüiu pode interromper, mas quem responde tem que esperar o comando. Eu lhe disse o seguinte, objetivamente o Senhor disse que não trabalhava com essas informações. Eu fiz duas vezes a pergunta e o Senhor consultava esse site para quem?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Para definir o objetivo não, consultava para-- Nós informamos, se V.Ex^a. observar, nós temos no relatório que fizemos para o CACE. “Nós estamos usando os tipos do modelo de aeronave disponíveis no mercado, para definir

a estimativa de preço”. Nós respondemos para o TCU, inclusive, formalmente essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, está vendo aqui, olha, a resposta é a ECT está considerando a relação das aeronaves fornecidas pelo DAC que operam no Brasil, para quê? Justamente para essa questão do edital. Sabe quem dá essa resposta? Exatamente o pessoal, a Comissão que trabalhava em Audiência Pública. E o Senhor assina a ata dessa Audiência Pública, portanto o Senhor sabia dessa informação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não era para definir objeto, Deputado, o que a gente usou... A gente, nós não, mais do que ninguém, Deputado, o CORREIO é mais vítima, o Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou ler de novo, vamos ver se é objeto ou não: “A ECT considera o prazo de 30 dias bastante razoável, todavia o edital”. O Senhor falou no edital, aliás, na Audiência Pública só se pode falar em edital. “Prevê que o início do serviço vai até 30 dias após a homologação dos vencedores pela Diretoria da ECT, mas obviamente todas as circunstâncias serão observadas. A ECT está considerando a relação de aeronaves fornecidas pelo DAC, que opera no Brasil e acredita que as aeronaves serão disponibilizadas para a licitação”. Ora meu Deus isso não tem a ver com objeto da licitação? Claro que sim. A Comissão que o Senhor participa e que trabalhou na Audiência Pública declara explicitamente que está considerando as aeronaves disponíveis no Brasil, por relação enviada pelo DAC.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, quando a gente diz está considerando, Deputado, eu volto, eu acho que, faço questão de esclarecer, tentar esclarecer com detalhes isso. Nós não temos como definir objeto diferentemente do que foi definido, independentemente de permitir um prazo para termos a aeronave, o objeto a ser licitado não vai fugir muito disso, Deputado, não vai fugir, porque até, porque eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O objeto a ser licitado que são as linhas aéreas não, mas as aeronaves que vão percorrer as linhas, as condições da empresa, uma coisa é o objeto da licitação, outra coisa são as condições de uma empresa para participar da licitação, o objeto da licitação é a linha, as condições da empresa é ter certas aeronaves que atendam certas especificações, nisso o Senhor tem discricionariedade, nisso que há, ao nosso ver a demarcação das cartas do jogo, porque ao especificar as aeronaves as condições de participação da empresa, não do objeto, é que V.S^{as}. considerando o universo das aeronaves propunham um prazo exíguo

e fatalmente viabilizavam que apenas certas empresas pudessem ganhar, que são as empresas que tem as aeronaves cujas especificações técnicas favoreciam, essa é, mas vamos prosseguir um pouquinho. Pregão 45 de 2001, o Senhor lembra desse pregão?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi realizado em dezembro de 2001, nesse pregão havia uma cláusula que impediu a participação da empresa VARIG LOG, principal concorrente das empresas BETA e SKYMASTER. Naquele momento as empresas BETA e SKYMASTER, estas que tinham os aviões que atendiam as especificações. Tinham um termo de sub-contratação, um termo em que firmado antes da licitação dizia: “se você ganhar eu fico com metade, se você ganhar eu fico com a metade”. Quer dizer, tinha uma parceria pré-licitatória, um pacto pré-nupcial que eu nunca vi, sinceramente antes em licitação, explícito, declarado, assumido inclusive pelas empresas em depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto essas empresas tinham este conluio contratual previamente fixado.

Essa cláusula que proibia a participação da VARIG LOG, dizia o seguinte: “Proibia a participação de empresas que exercessem ramos de atividades concorrentes com os CORREIOS”. Claro? Só isto em si já era restritivo, inconstitucional, anti-isonômico, quem diz não sou eu, o Tribunal de Contas da União, a meu ver, com toda a razão, mas veja só, além disso, além de dizer que não podia participar a empresa, que mantinha a concorrência em outros setores com os CORREIOS, o edital restringia a participação de licitantes que arrendassem aeronaves de empresas que não atendessem as exigências de regularidade fiscal.

Ou seja, a Constituição proíbe que uma empresa que deva para o FISCO, não possa manter contrato com o Poder Público, perfeito, agora, impedir que eu arrende aeronaves de uma empresa devedora do FISCO, significa não permitir que os aviões da VARIG LOG pudessem ser alugados por outras empresas e fatalmente significa que os únicos aviões que poderiam participar eram aqueles que estavam especificados e se afastava qualquer possibilidade de uma outra empresa arrendar os aviões da VARIG LOG, se já era inconstitucional a regra de impedir um concorrente de participar, isso apenas porque disputa atividades comerciais com os CORREIOS, de inconstitucionalidade extrema e aberrante, é a idéia de que eu não posso alugar, enquanto empresa privada aeronaves de quem deva para o FISCO, essa é uma cláusula claramente fotografada dizendo: Os aviões da VARIG LOG não poderão ser contratados por ninguém para entrar na licitação. E com isso, claro, eu favoreci as empresas

que tinham aeronaves, já dadas com aquelas especificações reduzindo ainda o pequeno universo nacional de aviões que tinham aquelas especificações. Como é que o Senhor avalia esta cláusula? Qual a razão de ser desta cláusula?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade são duas cláusulas, Deputado, vamos uma de cada vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ao seu critério.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A primeira delas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O espírito das duas é o mesmo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Afastar a VARIG LOG e os aviões dela.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Vamos por parte, Deputado, a primeira delas diz o seguinte: Diz respeito a não permissão de participação do certame de empresas que prestassem serviço concorrentes. Deputado, essa foi uma decisão estratégica da empresa. Já foi discutida, já foi analisada e julgada pelo TCU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como inconstitucional.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O TCU considerou como excesso de zelo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [Risos] Perdão.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É isso que o TCU disse Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Excesso de zelo não, é inconstitucionalidade, ofensa ao princípio de isonomia, não é excesso de zelo, é ilegalidade, excesso de zelo é um primor, excesso de zelo é a pessoa zelosa que cuida de alguma coisa com o cuidado extremado, inconstitucionalidade não é excesso de zelo, é desrespeito ao interesse público.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só para terminar. O TCU transmitiu ao CORREIO recomendações e o CORREIO cumpriu integralmente as argumentações dadas pelo TCU, eu não me sinto, digamos, em condições de acrescentar nada a esse respeito, eu acho que foram decisões estratégicas da empresa, como disse, e já foram tomadas providências todas relativas a esse assunto, então... Agora quanto às outras cláusulas, essas cláusulas de exigir regularidade fiscal de empresas arrendadoras, eu me permito dizer que eu não considero ela restritiva sobre nenhuma hipótese e eu vou dizer o porque. Inclusive o TCU, fizeram um relatório recomendando que ela fosse retirada, o Ministro Aguiar falou: “Primeiro ouça os técnicos da empresa,

porque concluíram isso”. Eu vou dizer, porque é que eu não considero restritiva. Primeiro, a própria lei ela prevê que você pode exigir das empresas contratadas atestado de saúde financeira, índice de liquidez geral, índice de liquidez seco, índice de liquidez corrente, para garantir que a empresa que está contratando, dê uma garantia mínima para que essa empresa consiga cumprir o contrato. Então essa é uma exigência que você, a lei te dá, para você ter uma certa garantia de cumprir o contrato. Quando você, vamos imaginar que eu tenho uma empresa que ela está em dia com o FISCO e tem equipamento, que interesse ela tem de subarrendar as aeronaves delas para outra empresa participar. Por isso que eu não vejo como restritiva, por quê? Se ela tem condições de regularidade fiscal e tem condições, e tem aeronave ela vai participar direta, Deputado, se ela não tem regularidade fiscal, eu vejo como uma forma de burlar a legislação, permitir que haja essa contratação e veja o seguinte, Deputado. Se a empresa está devendo para o FISCO, está devendo para o INSS, está devendo para a Receita Federal, está devendo, a qualquer momento ela pode ter suas aeronaves arrestadas, aí aquela garantia de lá, índice geral ativo de um, tornam inócuo, porque se permite que se contrate uma empresa, porque quando se contrata um avião, é diferente de você contratar, numa obra de engenharia você contratar alguém para fazer um muro, diferente, quando você contrata a aeronave aquele é o meio principal de operação, se a empresa que está te arrendando a aeronave ela quebrar e já aconteceu isso no caso da Transbrasil, a Transbrasil usava os aviões da [inaudível – 23.53.4], já aconteceu isso. O CORREIO tem o seu serviço interrompido abruptamente, veja o seguinte, Deputado. Eu não vejo como restritivo essa cláusula, se o TCU entender que deve ser retirada, ele vai obedecer com toda a certeza, mas eu não vejo que isso seja--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Scorsato, o Senhor é uma pessoa que conhece profundamente a licitação, talvez mais que eu. O Senhor imaginar que uma empresa contratada não pode locar equipamentos de quem deva para o FISCO, é uma coisa tão estranha que seria o mesmo que exigir o seguinte: Quando o Senhor compra uma escrivaninha de uma empresa que vende para o Poder Público, exigir que a fábrica de parafuso, que vendeu o parafuso para parafusar a escrivaninha também estivesse adimplente com o FISCO, me perdoe o que a Constituição Federal proíbe é efetivamente o quê? Que o Poder Público contrate alguém devedor do FISCO. O fato de eu alugar, eu que sou contratado, alugar aviões de uma empresa devedora, não tem nenhum óbice constitucional por evidência. Por que é

que não tem? Porque eu não posso impedir ao devedor do FISCO que comercialize. Não posso impedir que alguém pratique atos de comércio. O aluguel de avião de uma empresa para a outra é um ato privado, não tem nada a ver com o Poder Público. Eu tenho, por exemplo, será que a empresa, digamos, Forcefield que aluga os aviões para a SKYMASTER, estava quites com o FISCO nas Ilhas Britânicas? Será? Qual relevância tem isso do ponto de vista da contratação pública? Nenhuma. O argumento que V.Sa. utiliza, de que a empresa poderia quebrar, parte de um pressuposto equivocado. Primeiro de que todo o devedor do FISCO está na situação falimentar. O que não é verdadeiro. Segundo lugar, se V.Sa. quisesse usar esse argumento, a cláusula do edital devia ser o atestado de saúde financeira da empresa que loca e não o débito fiscal. A regra da Constituição efetiva, que está colocada é para evitar que as pessoas devam para o FISCO. A questão da saúde financeira, não está na Constituição, está num outro dispositivo da Lei 8666, que é dar garantia da contratação, quisesse os CORREIOS certificar-se que a empresa que loca não vai quebrar, deveria e a meu ver ainda sim inconstitucionalidade, exigir o atestado de saúde financeira da empresa que loca e não a situação de irregularidade com o FISCO. Ora, esta exigência, portanto é claramente restritiva, ela tira do mercado nacional aviões que poderiam ser locados por empresas entre empresas. Ela tira uma fatia de aeronaves que poderia viabilizar outros concorrentes. É de uma obviedade, me perdoe o Sr. Scorsato isso, que me surpreende a argumentação de V.Sa., fosse efetivamente a questão do débito fiscal algo que leva necessariamente a insolvência e não é, mas se fosse nem assim se justificaria, porque a restrição constitucional é para quem deve para o FISCO não poder ser contratado diretamente pelo Poder Público, caso contrário quaisquer equipamentos, quaisquer situações de locação de pessoas que trabalham para o Poder Público, quaisquer aquisições de insumos teriam que exigir por parte daquele que vende para o contratado também a certidão negativa de débito, isto não existe, não se pode colocar essa restrição, ou seja, essa foi uma maneira para dizer o seguinte: Cláusula primeira: VARIG LOG não entra. Cláusula segunda: Os aviões da VARIG LOG não podem entrar. Por quê? Para se fazer uma reserva de mercado para quem tem esses aviões, não há justificativa técnica, jurídica plausível me perdoe essa sua explicação, quem foi que decidiu colocar essa cláusula? Quem foi que decidiu colocar a cláusula no edital, quem foi o mentor dessa idéia?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Vamos fazer um histórico dessa cláusula, essa cláusula na verdade já consta, a gente fez até o levantamento e encaminhamos

para o TCU de 10 a 12 processos licitatórios. Estranhamente o TCU só foi considerar essa cláusula restritiva agora, inclusive quando ela analisou o pregão 105, ela disse claramente que não havia nenhuma cláusula restritiva nesse pregão. Agora, em 2006 ou final de 2005 o TCU, os técnicos do TCU, o Ministro Ubiratã pediu que fosse no Ministério do CORREIO sobre o motivo dessa cláusula, mas eu, aí, Deputado, cada um tem, eu tenho aqui a seguinte certeza: Restritiva ela é não era, Deputado. Porque se a empresa tem irregularidade fiscal, porque é que ela vai se sujeitar a arrendar as aeronaves para outra empresa e quando V.Ex^a. coloca o exemplo do parafuso é diferente da aeronave, quando você contrata a aeronave você está contrata o... Você está arrendando, digamos, o bem principal do serviço. Se a empresa que tiver arrendando ela tiver problemas, se tiver a aeronave arrestada, o CORREIO vai ter comprometido de serviço. Veja o seguinte, Deputado, se o TCU, eu tenho certeza que ele vai analisar isso com carinho, entender que deve ser retirada, apesar de já constar desde 2001 essa cláusula e nunca ter sido questionada, nenhum questionado foi efetuado pelo Correio, nada que foi, nós deixamos de obedecer as recomendações. Se o TCU entende como restritiva, nós retiraremos a cláusula, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só que o passado de todas as licitações ficaram mantidos, na verdade são licitações nulas, são contratos nulos, porque restritivos oferecido por isonomia, aliás, se me permite eu vou mudar de assunto, porque possivelmente não chegaremos a uma harmonização de entendimento, dizer que uma cláusula que restringe empresas que aluguem aviões de outras devedores não é restritiva, é difícil de sustentar. Dizer que uma causa que restringe a participação não é restritiva, eu não consigo entender. Não consigo entender como é ampliativo uma cláusula que restringe, mas a tese de V.Sa. e eu respeito. Prossigo. A VARIG LOG teve rescindido o seu contrato, não é verdade? Por má execução de serviços, ela realmente prestava mal os serviços?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É... Ela até que começou prestando bons serviços, até que um serviço dentro das condições, não o ideal, mas prestava um bom serviço, ela começou com um serviço até aceitável. Mas no decorrer do contrato ela começou a apresentar problemas absolutamente que complicavam toda a nossa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, ela executou mal o contrato ou inexecutou o contrato, por isso foi rescindido?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela executou de uma forma absolutamente insatisfatória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi inadimplente, executou mal o contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Lei 8666, eu estou sem a lei aqui eu vou citar de cabeça o art. 87, diz que no caso de inexecução total ou parcial de um contrato, devem ser aplicadas sanções administrativas a empresa inadimplente. São 4 as sanções, primeira advertência, segundo é a multa, terceira é a suspensão do direito de licitar e contratar com o poder público e a quarta é a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público, foi aplicado uma sanção dessa a VARIG?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, que eu saiba o contrato foi rescindido, essa é uma decisão, foi estratégico da empresa, eu não posso responder por isso, mas o que se chegou a decisão foi por não aplicar a pena e suspensão, porque a VARIG operava dois contratos mais, a linha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi aberto esse processo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: --Índia, a linha J.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi aberto o processo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O processo foi encaminhado a área jurídica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas uma observação, a pena é de suspensão do direito de licitar e de contratar, essa pena não atingiria os contratos em curso, mas impediria a VARIG LOG de participar de licitações futuras. A minha questão é, por que não foi aberto o processo contra a VARIG LOG?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas ele pede também... Eu vou só discutir, porque na verdade, digamos, a minha, o meu grau de atuação não chegava a essa, a esse nível, mas eu vou, ela também não poderia, por exemplo, ser prorrogado o contrato. Porque a prorrogação é contratação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não prorrogação é extensão da vigência de um contrato. A renovação do contrato é um novo contrato. Independentemente dessa discussão a minha questão é: Não é faculdade administração punir ou não punir, havendo a situação de inexecução total ou parcial do contrato há um dever sob pena de prevaricação de ser aplicada a sanção administrativa.

Quem decidiu nos CORREIOS não abrir processo para punir a VARIG LOG?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não teria condições de afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem teria competência para determinar a abertura desse processo há época?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu imagino que, essa foi uma decisão estratégica da empresa. Né Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que tomou essa decisão estratégica?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não saberia dizer, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A quem competia tomar as decisões estratégicas na época?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A quem competia? Imagino, se é uma decisão... Porque veja o seguinte: A direção da empresa entendeu que era, naquele momento não era adequado aplicar essa penalidade. A quem competia essa decisão, eu não tenho informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja que curioso. Embora a VARIG LOG tenha tido rescindido o contrato e não tenha sido aberto o procedimento de punir a VARIG LOG. A VARIG LOG ingressou com uma ação na justiça na sexta-feira para suspender a cláusula restritiva, mas logo seguida na segunda-feira desistiu dessa ação, nós já temos acesso aqui a informações, um parecer jurídico que dizia que não era aconselhável que a VARIG continuasse com essa ação, esse é um outro problema, na ocasião o Sr. José Carlos Rocha Lima presidia a VARIG e mais tarde construiu uma sociedade comercial com o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho da sim logística que a época do pregão era o Presidente da empresa BETA. Vamos construindo as coisas. A empresa BETA mantinha a divisão de cargas com a empresa SKYMASTER, a esta CPMI o Sr. Lincoln Pereira Frade ex-segurança e motorista do Sr. Morato declarou o seguinte: “Sr. Lincoln, o Senhor Rocha Lima era ou é não sei ainda muito amigo do Sr. Antônio, mas ele ia também lá”. Eu: “Ele ia muito lá?”. Ele: “Ia”. “Em que período o Senhor lembra?”. “2001, 2002”. “Na época tinha algum cargo?”. “Não na época não, eu fiquei sabendo depois que ele foi ser Presidente da Sim(F)”. “Da Sim(F)? Mas antes disso qual a função, lembra o que ele fazia?”. O Senhor Rocha Lima?” “É?” “Não sei o Sr. Antônio visitava ele muito na VARIG LOG, ele era Presidente da VARIG LOG”. “Lincoln Pereira Frade, é porque o Sr. Antônio montou

duas lojas da VARIG LOG e ficou muito amigo do seu Rocha Lima”. Todas as coisas bastante interligadas. Um outro aspecto do pregão 45 de 2001, foi a participação da empresa AEROPOSTAL, o Senhor lembra dessa empresa AEROPOSTAL?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado eu lembro dessa empresa do nome dela sim, eu acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa AEROPOSTAL, ela tinha como sócio o Roberto Kfourri, o Senhor Roberto Kfourri, havia trabalhado até pouco tempo antes de participar do quadro societário da empresa AEROPOSTAL, perdão da empresa BETA. Ela participou do leilão, deu lances, não ganhou, perdão o pregão não ganhou no pregão e foi embora. Agora nós sabemos que no pregão a fase de lances, antecede a fase em que abre os envelopes daqueles que ganham. Então quando a empresa AEROESPACIAL disputou ninguém sabia o que tinha no envelope dela comprobatório da sua capacitação. Sabe o que tinha? Não tinha. AEROPOSTAL não tinha a cheta que era exigida, é a licença para voar e não tinha aviões. Ou seja, ela entrou numa licitação disputando um contrato que já jamais poderia executar.

Os donos da AEROPOSTAL aqui vieram e ninguém conseguiu dar uma explicação para isto, a única explicação possível era que a AEROPOSTAL entrou no pregão 45, para simular uma competitividade impossível, para simular que mais empresas disputavam dessa licitação, para dar uma legitimidade efetiva a um pregão que não tinha legitimidade, porque a restrição era muito clara, porque havia sido afastada a VARIG LOG, porque os seus aviões não poderiam ser utilizados e para que não ficasse tão evidenciado que só duas empresas efetivamente poderiam participar dessa licitação, criou-se um concorrente fictício, que não podia voar, nem podia ter licença para voar. Ou seja, evidentemente, parece evidenciado a essa CPI a fraude, o conluio e que obviamente tinha participação de gente dos CORREIOS. Gente que colocava estas regras no edital, gente que restringia licitação, gente que afastava a possibilidade de aeronaves outras serem contratadas por eventuais concorrentes. Veja, o Senhor quer fazer algum comentário, pois não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu posso só?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Esse pregão, até, eu estou mais, digamos, eu tomei conhecimento mais até depois de que eu comecei a responder, que eu estou responsável pela resposta ao TCU, ao CGU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nesse Pregão a TOTAL também participou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos primeiros lances e caiu fora?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela foi desclassificada, porque ela, a proposta dela foi mais que 10% acima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, já entrou contrariando o edital, quer dizer é inacreditável que uma pessoa lendo o edital apresente uma proposta acima do valor do edital, apenas quando não quer ganhar mesmo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, só uma, a lei do pregão fala--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu estou confundindo, é verdade, ela não entrou na disputa, porque o seu lance estava acima da variação do pregão, eu me confundi, perdão. Mas na verdade, o conluio é evidente dessas empresas do CORREIO aéreo, não sabemos nem se a TOTAL tinha a capacitação prevista, talvez não tivesse, nós não sabemos disso, porque o envelope não é aberto no pregão. Ou seja, as cartas estavam marcadérrimas e era evidente que por mais conluio que BETA e SKYMASTER tivessem, nós não temos dúvida desse conluio, porque tem até um contrato assinado, um contrato conluio assinado, como poucas vezes eu vi na minha vida, dizendo: Se você ganhar eu fico com 50%, se você ganhar eu fico com 50%. Um conluio documentado, isso era evidente, atestado, aprovado, indiscutível, mas era evidente que esse conluio contou com a participação de autoridades dos CORREIOS, que restringiram objeto, que afastaram empresas, que eliminaram a possibilidade de outras aeronaves serem capturadas, que a SKYMASTER e a BETA chegaram atual em conluio não temos dúvida, já constou inclusive no relatório preliminar, o que estamos investigando é que autoridades do CORREIO beneficiaram isso, quem foram os responsáveis?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, com certeza eu não tenho nenhuma informação para dar a esse respeito. Eu tenho, convicção nesse caso, Deputado, o CORREIO fez o edital e aquela, porque em função da... dos transtornos que o CORREIO teve com a VARIG LOG na operação daquele contrato. Eu acho que essa foi uma cláusula em função de defender a própria empresa, certo. Se--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que empresa? Os CORREIOS?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: De defender a própria empresa, porque V.Ex^a. deve ter lido, deve ter

visto no processo que eu também, para responder ao TCU, os transtornos causados pela VARIG LOGÍSTICA foram realmente bastante expressivos no Correio, então o Correio... Uma decisão estratégica do CORREIO eu não, eu só estou colocando aqui qual era a situação no momento. Ta? E como eu já frisei, como esses assuntos já foram julgados, rejuogado e analisado e transmitido as recomendações e foram cumpridas, eu não vejo como acrescentar mais nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu me lembro que há pouco o Senhor citava os 5 princípios do capó do art. 37 da Constituição, legalidade publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. Nesse lance dessas cláusulas a impessoalidade não foi cumprida, moralidade não foi cumprida, além desses cinco, isonomia não foi cumprida, ou seja, uma empresa pública não tem interesse de pessoas, de mercado, empresa pública cumpre a lei, cumpre a Constituição. Mesmo que fosse de interesse atingir um concorrente, uma empresa pública não pode agir desta forma. O que me parece toda via mais curioso, é que embora o pretexto fosse defender a empresa pública, atingido um concorrente que era a VARIG LOG, creio eu que o objetivo não tinha esta nobreza de espírito, porque ela favoreceu imensamente duas empresas ou mais empresas que atuavam em conluio evidente. Ou seja, a pretexto de se atingir um concorrente dos CORREIOS, no fundo se criou um nicho de mercado com eliminação da competitividade, criando-se cláusulas restritivas que claramente deixaram a algumas empresas a possibilidade de mandarem e desmandarem do CORREIO aéreo noturno, a possibilidade de praticarem preços superfaturados, porque só elas podiam participar com indícios que nós temos, alguns quase prova de pagamento de propinas a autoridades dos próprios CORREIOS, essa é situação que nós estamos investigando, para avaliar a extensão da coisa. E verificar que pessoas serão criminalmente responsabilizadas por esses verdadeiros desmandos que aconteceram ao longo dos anos 2000 e 2005 da Rede Postal noturna.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu poderia estar fazer uma colocação, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Primeiro. V.Ex^a. diz que... Vamos analisar a situação daquele momento, eu vou analisar a situação daquele momento de 2001. Em função daquela situação, eu acho que mais do que o CORREIO atacar a VARIG LOG, eu acho que o objetivo foi defender a própria empresa, segundo Deputado é claro que o CORREIO é uma empresa pública, agora ela é também empresa. O Correio, ele precisa

defender os interesses e precisa gerar lucro, eu não tenho muita dúvida, Deputado que essa empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou interromper para dizer uma coisa para nós, talvez nos alonguemos numa coisa que não tenhamos acordo. O interesse dos CORREIOS, não é o interesse de uma empresa, é o interesse do Estado brasileiro, é o interesse da Administração Pública. Eu me lembro de um ilustre administrativista italiano, que não vem ao caso citar, que diferenciava o interesse público primário e secundário, o interesse primário é o interesse público, o dado pela lei, o dado pela Constituição, o secundário é dado pela pessoa governamental, ele dizia com absoluta clareza, o interesse secundário o da, o da empresa, nunca pode se sobrepor ao primário, não existe interesse comercial em empresa estatal que possa vir acima da lei, que possa estar acima da isonomia, estar acima do interesse público, porque o interesse público é dado pela lei, dado pela coletividade, nessa linha me perdoe o argumento de V.Ex^a. não me convence, mas seria um argumento meramente teórico, de concepção.

O que me assusta não é essa discussão, a discussão daquele que acha que é possível utilizar um empresa estatal para matar um concorrente privado, essa é uma discussão teórica o que me assusta é a discussão da improbidade, o que me assusta é a criação de um nicho de mercado, o que me assusta é a vedação de aeronaves serem utilizadas ou não poderem ser utilizadas por outros, justamente para permitir que um universo restritíssimo de aeronaves pudesse participar das licitações, é isso que me assusta, enquanto a discussão se coloca no plano de concepção de Estado, da concepções de Estado de direito, nós poderíamos dizer que eu estou certo, que o Senhor está errado ou que o Senhor está errado e está certo, agora essa tese defesa dos CORREIOS implicou no atingimento dos CORREIOS.

Quando viu a ausência da competitividade levar um mercado a ser manipular com preços superfaturados, com pagamentos excessivos e com desmandos de toda a ordem ao longo de 5 anos, pelo menos os anos investigados nos CORREIOS, ou seja, a pretexto de defender os CORREIOS se atingiu o erário, a pretexto de defender os CORREIOS se atingiu a moralidade pública, a pretexto de se defender os CORREIOS, se rasgou a improbidade e a Constituição Federal, a lei e o interesse público. Portanto eu acho que a questão que poderia ser aparentemente teórica, ela infelizmente deixa o plano teórico e passa para o plano da ética, da probidade e esse é o mais grave e esse que cabe a essa Comissão investigar e punir os infratores. Mas eu prossigo antes do pregão 45 de 2001, que foi

realizado para a contratação das linhas A e C, a ECT havia contratado a empresa SKYMASTER por uma dispensa de licitação 03 de 2001, que foi realizada em 26 de junho de 2001. Onde a empresa SKYMASTER começou a operar linhas, algumas horas apresentar a sua proposta comercial para ECT.

Antes dessa dispensa de licitação número 003 de 2001, a empresa que tinha sido contratada era a VARIG LOG, que tinha vencido a dispensa de licitação número 2 de 2001, realizada em 8 de maio de 2001, após 48 dias prestando serviços a ECT entendendo ou não serem satisfatórios, rescindiu o contrato com a VARIG LOG e no mesmo dia realizou a dispensa de licitação número 3 de 2001, onde a SKYMASTER sagrou-se vencedora e começou a voar no mesmo dia. Indago a V.Sa.: Antes da contratação da VARIG LOG em 8 de maio de 2001, a operação das linhas A e C. A ECT permaneceu cerca de 1 mês transportando as cargas dessas linhas por meio da viação aérea comercial, VAC. Ou seja, sem ter a ECT contrato firmado com uma empresa específica para operação da linha, haja vista o contrato anterior mantido com a empresa INTERBRASIL ter sido rescindido no dia 10 de abril de 2001, pelo fato de que aquela empresa estava impossibilitada de continuar operando de forma eficiente. Por que a ECT rescindiu o contrato com a VARIG LOG no dia 25 do 6 de 2001, e contratou a empresa SKYMASTER no dia seguinte, porque a ECT não utilizou a VAC, viação área comercial até contrataram uma nova empresa, a exemplo do que fez no período de 10 de abril de 2001 e 8 de maio de 2001?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Está falando 2001?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2000/2001.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte, Deputado, eu vou aqui... A Transbrasil ela foi, ela foi, ela abriu falência, eu acho que foi em março, eu não lembro exatamente a data. O que é que aconteceu? Aí o Correio... Eu não estou lembrado agora eu não lembro até, porque não fez parte dos pagamentos efetuados aqui, qual foi o meio utilizado entre 10 de abril e... V.Ex^a. falou 9 do 8, 5 do 9. Não 9 do 5.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, vamos esquecer as datas, a questão é a seguinte: Foi rescindido o contrato com a VARIG LOG. No dia seguinte fez-se uma dispensa de licitação por emergência para contratar a empresa SKYMASTER, começou a operar no mesmo dia, anteriormente tinha sido encontrada uma solução no período que vai de 10 de abril de 2001 a 8 de maio de 2001, que era a contratação da empresa VAC. Por que é que não se utilizou para aquela situação da VA-

RIG LOG a empresa VAC? E se optou por uma contratação de emergência feita as carreiras da empresa SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: VAC na verdade não é empresa, VAC é uma modalidade de transporte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, não é viação aérea comercial?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso, é uma, é uma, é um transporte onde você, é utilizado para efeito de pagamento um índice tarifário publicado pelo DAC. Então a aviação aérea comercial não é uma empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parece, a Assessoria me informa que agora é como um (?) particular remetente uma encomenda, podia poderia ter sido perfeitamente ser usado a VAC nesse caso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A VAC?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse caso para substituir a situação da SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso, foi o seguinte, inclusive de 95 a 97, quando não tínhamos contrato com o Correio, usamos quase dois anos de VAC. O inconveniente da VAC, Deputado é que não há contrato firmado, tá, então se houver atraso não há multa a ser aplicada, se não tiver condições de operar, não opera, não há multa a ser aplicada, então é um meio de transporte muito pouco confiável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No entanto os Senhores utilizaram um mês?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso, porque é que não foi possível contratar? Eu acho que uma vez tido rescindido o contrato com a Interbrasil, por isso que não havia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia, no anterior parece que havia.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tá. A partir do momento que o contrato com a VARIG LOG foi rescindido, a própria lei fala que você faz uma cotação por emergência e (?) a emergência. Então, nós já fizemos, Deputado de 2 mil alheio a vontade da ECT até hoje umas 10 dispensas de licitação, todas elas forçadas a fatos alheios ao Correio. Esse procedimento adotado tem sido idênticos em todos os processos de licitação quando se utilizou a dispensa de licitação, porquê? Se é emergência eu não posso deixar a carga no chão, a utilização da aviação comercial é um paliativo que não atende operacionalmente ao Correio, não atende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, perdão?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A utilização da aviação comercial, como eu estava falando aqui, ele tem... Ela se caracteriza basicamente por de carreira, usavam [inaudível] da aeronave e ela tem os seus horários, não é horários definidos pelo Correio. Então o que o CORREIO fez quando a VARIG... O contrato foi rescindido utilizou todos, digamos, as formas de contratar o mais rápido possível, de forma a atender os interesses do Correio, para que não houvesse suspensão do serviço--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Podia ser usado a VAC não, podia ter sido usado a VAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado o problema da VAC, como eu já falei, tem que ter avião de Manaus para São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Poderia ter sido usado não poderia? Em tese poderia ter sido usado, não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Evidentemente não iria atender, mas pode.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que não iria atender, se atendeu um mês?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte: Esse pagamento que você está falando, que V.Ex^a. está falando aí ela foi pago o preço de VAC, parece que para SKYMASTER, mas ela seguia com os horários do Correio, pelo que eu estou lembrando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu não falei nada disso, eu estou falando o seguinte, a minha pergunta é: Se ao invés de fazer uma dispensa de licitação as carreiras, como foi feita se poderia ter sido utilizada a VAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Podia usar a VAC. Eu poderia usar, eu não poderia nem usar a RPN eu não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja se nós estamos errados nessa cogitação, sabe o que aconteceu numas dessas dispensas de licitação? Uma das dispensas de licitação feita à carreira, há época era Diretor de operações e Presidente da Comissão de Licitação, o Sr. Lima Sena. Houve um vigilante, o Sr. Lincoln que aqui veio depor, que falou que o Sr. Roberto Kfoury, da empresa BETA pediu para ele levar 20 mil dólares para Brasília. Deu a ele endereço da Academia de Tênis aqui de Brasília, um lugar muito aprazível, moro lá, para levar o dinheiro, ele quando chegou após pegar o avião encontrou no quarto indicado o Sr. Roberto Kfoury, que tinha pedido para ele levar o dinheiro, ele falou: "Ué você aqui?" Ele

falou: “É eu vim no mesmo avião que você. No mesmo avião que você”. “Quer dizer você pediu só para eu trazer o dinheiro?” “É”. “Para quê?” “Para entregar para o Sr. Carlos Lima Sena dos CORREIOS”.

Ao ser perguntado sobre isso o seu Kfourri negou, falou que nunca viajou com Sr. Lincoln, que era um absurdo, que o Sr. Lincoln era um mentiroso, até eu mostrar para ele a data da viagem que os dois estavam no mesmo voo, até eu mostrei para ele, que no dia que ele estava aqui, nesse dia, no dia seguinte a viagem, quando ele estava de manhã, saiu uma dispensa de licitação feita nos mesmos moldes. A carreira em que ganhou a empresa BETA. Curiosamente essa dispensa de licitação não foi protocolada, foi entregue em mãos com cópia para Carlos Augusto Lima Sena. Ou seja, todos indicadores são de que embora os Senhores pudessem utilizar a VAC, essas dispensas de licitações eram feitas como as licitações, eram feitas por alguma razão sinistra. Num caso específico nós temos, praticamente provado pelos indícios, não temos recibos da propina, aliás, esperar que haja recibos de propina para condenar alguém será muito difícil sair do Código Penal o crime de corrupção. Seja lá da modalidade ativa ou passiva, seja como for a verdade é que nós temos provado que a autoridade dos CORREIOS recebiam dinheiro e todos esses indicadores que estão colocados, que começam com o Presidente da Comissão de Licitação sendo o Diretor de operações, tendo o seu subordinados a seu mando, as cláusulas restritivas da licitação, as regras do jogo, as dispensas de licitação. E agora a comprovação de pagamento numerário, elevam sobremaneira as suspeitas desta Comissão de que a coisa transcendia o conluio, mas era um conluio com pagamentos de autoridades dos CORREIOS, para que isso fosse viabilizado. Por isso será que não era utilizado a VAC? Será que não era por isso que se fazia uma dispensa de licitação às carreiras, para que em 24 horas alguém desse a proposta e começasse a voar, por que já sabia que era a empresa que ia ganhar?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado eu posso agora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Primeiro, Deputado eu acho eu não expliquei bem o que é VAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é uma empresa como eu pensava, é uma sistema que se utiliza, que se paga?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É mediante a utilização dos voos regulares de passageiros, os porões de aeronave, não atende questão de prazo, não atende questão de capacidade dos porões. Ou seja, é

um meio altamente inadequado de usar para transporte regular, porque ele não é um transporte regular, é um transporte que depende de umas empresas aéreas terem um voo naquele horário, eu diria que o uso da VAC para uma linha dessa magnitude é completamente inadequado. Tá? Segundo, V.Ex^a. precisa anotar aqui, que haveria... Já que V.Ex^a. está colocando algumas, fazendo algumas colocações. Nessa mesma época, Deputado, estava em andamento a concorrência 002 de 2001. Isso que ela foi... Agora vamos fazer agora o lado inverso, vamos pensar no lado inverso, se houvesse interesse em favorecer essa ou aquela empresa, não seria mais cômodo homologar a licitação, já que elas tinha sido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dependendo das condições não, dependendo das condições eu já criava as condições operacionais, dependendo das condições eu já dava enquanto a licitação estava em curso, a vitória para a empresa que mais tarde ganharia a licitação, ou então para a sua parceria a BETA. Eu já criava as condições operacionais de imediato num conluio, são milhões a cada mês, milhões a cada mês, é um contrato altamente lucrativo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É um contrato grande, o transporte aéreo é caro. Mas eu digo, Deputado, essa empresa que V.Ex^a. cita, elas tinham tido a melhor proposta nessa concorrência 2, em 6 linhas. Então, vamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, as outras não podiam participar, não podiam alugar aviões da VARIG LOG.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 002, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, 002.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nessa participaram 14 empresas, 18 sendo 14 habilitadas. Então essas duas empresas ganharam 6 linhas, as duas juntas ganharam 6 linhas, eu vejo o seguinte: Agora eu vou aqui fazer outra colocação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que fase estava a licitação quando houve a dispensa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela estava em andamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Andamento ela está desde o edital, considerando que uma concorrência tem prazo médio de 6 meses, como o Senhor mesmo disse, a demorada ficou 6 meses de contrato para alguém.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: As propostas foram abertas dia 7 do 6 de 2001 e dia 23 do 8 de 2001, ela foi revogada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela foi revogada a licitação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi revogada por preço excessivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hum...

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja, tenho que colocar, eu acho que temos que ter o princípio da boa-fé, se houvesse qualquer interesse em fazer alguma coisa não recomendável, se homologaria essa licitação sem deixar nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. O Senhor sabe que às vezes as negociações nem sempre chegam ao certo, inclusive quando se fala em pagamento de propina, às vezes revogar uma licitação é a forma pela qual eu viabilizo o pagamento da propina, às vezes exatamente forçar a barra, quando eu não tive os acertos necessários numa licitação e franqueio uma parte para negociar o resto é o caminho que se segue, não é assim, as coisas não são tão lógicas no mundo da corrupção, pelo menos a experiência me diz que não são, mas veja uma coisa importante, no período que foi usado a VAC que empresas operaram com os CORREIOS?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nessa linha?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, quando foi usado a VAC no período que vai de 10 de abril de 2001 a 8 de maio de 2001?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Quais empresas que operavam?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu não lembro, não estou lembrado não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SKYMASTER operou também.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Operou, Luiz Otávio afirmou que a empresa SKYMASTER também operou.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Será que a SKYMASTER não era entre aspas a VAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, veja o seguinte, está havendo uma confusão aqui, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, não.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou falando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu usei de uma forma irônica. Será que a operação chamada VAC não era uma operação da viação civil etc.etc.etc., mas cuja a única empresa que fazia chamava SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu quero esclarecer, Deputado eu quero tentar deixar bem claro essa história de VAC, para a gente poder deixar uma coisa bem clara.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos lá.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: VAC, a VAC tem uma tarifa própria e ela é descompromissada com os horários do Correio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu entendi perfeitamente.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela não tem, ela não tem nenhuma penalização se ela cancelar vôo, se ela atrasar vôo. Então ela é uma modalidade de transporte que decididamente, Deputado não atende para quem quer ter a qualidade que o serviço tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é um homem de boa memória, o Senhor lembra até a data de abertura de envelopes de licitações, eu nem lembro de licitações que eu participei na minha vida, data de abertura de envelope. Então o Senhor lembra quais foram as empresas que trabalhavam na VAC para os CORREIOS na época?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na VAC... Até hoje--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso quais são as empresas que--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hoje nós pagamos VAC--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. Não estou falando de hoje, estou falando do período específico que a VAC foi utilizada pelos CORREIOS, quais as empresas que transportaram cargas pelo sistema VAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deveria ter umas 10.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deveria ter VARIG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deve ter ou foram? Aquele mês as 10 operaram ou só a SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu imagino que todas as empresas aéreas regulares--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor imagina ou tem certeza?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu imagino, porque até hoje nós usamos a VAC, Deputado para--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu estou falando daquele período, a VAC foi utilizada com que empresas? Aí o Senhor não lembra?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Pois é, mas eu digo, eu deduzo que era a VASP, a VASP não existia mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua memória é fotográfica quando o se fala de aberturas de envelopes de licitação, mas no caso da VAC--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que nós não estamos chegando... O que é a VAC, nós até hoje--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu entendi o que é a VAC, eu quero saber que empresas operaram com o CORREIO por esse sistema naquele período? Só isso, concretamente o Senhor acha ou tem certeza?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não posso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não lembra?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não lembra?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quanto tempo é necessário para uma empresa começar a operar. Se eu chegar hoje para a SKYMASTER: SKYMASTER, quanto tempo você bota os teus aviões?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Numa emergência, Deputado, o que é que, o que é que viabiliza a operação de uma empresa? É a empresa ter avião, por quê? A estrutura de terra, você liga para a SATA ou para SEASPORT(F) ela te... Ainda mais nesses aeroportos de maior, esses aeroportos grandes de maior movimento tem, eu diria que no mínimo duas prestadoras de serviço, SATA e SEASPORT(F). Então

você tem... Quanto tempo eu não sei, mas, eu não sou empresário de transporte aéreo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Considerando a infra-estrutura necessária, o Senhor conhece empresa aérea ou serviço de transporte aéreo noturno, maior que qualquer empresário, competente nós elogiamos o Senhor como uma das pessoas que mais conhecem o RPN. Quanto tempo é necessário normalmente para um início de operação considerando aquilo que deve ser aportado por uma infra-estrutura?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Para V.Ex^a. ter uma idéia, nós fizemos uma dispensa de licitação, depende de cada empresa, nós fizemos uma licitação em maio de 2005 em função da cassação do certificado da aeronavegabilidade da PENTA e nós pedimos a proposta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não entendi.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O DAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, cassou o certificado de quem?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em maio de 2005 cassou o certificado da aeronavegabilidade da PENTA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De quem?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Certificado da aeronavegabilidade da PENTA, PENTA ou PENA, eu acho que era Pena, e nós fomos informados, tivemos um fax na sexta-feira a tarde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Fizemos proposta, pedimos proposta na segunda-feira para logo cedo, para que apresentassem até meio dia ou coisa assim, para começar a operar no dia, ou seja, acho que duas empresas, sei lá se foram todas que conseguiram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas nessas, eu sei que foram vencedoras, nessa dispensa de licitação, Deputado, teve a RICO ganhou duas linhas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): RICO?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A Rico nas duas linhas, a ABAETÉ(F) ganhou uma, a TAFF ganhou uma e a outra foi... Agora me foge a memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É curioso como mudaram as empresas depois do começo dessa CPI, antigamente era só a BETA e SKYMASTER, SKYMASTER e BETA,

agora tem um monte de empresa, essa CPI marchou na linha competitividade do CORREIO aéreo noturno.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O CORREIO trabalha com 10 empresas, tem 10 empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas antes só duas ganhavam uma parte. A pergunta é o seguinte, quer dizer, esse prazo varia, este prazo varia de empresa para empresa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É o seguinte a empresa que tiver uma aeronave disponível, ela pode começar isso, em 3, 4 horas ela pode, eu vejo que ela--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma empresa, por exemplo, que opera no sistema, pode começar em 3, 4 horas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se ela tiver nave disponível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a infra-estrutura é só aeronave disponível?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Digamos, é uma condição até para você--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a condição única?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É ter a aeronave, se tiver a aeronave já dá para começar rápido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dá para começar rápido?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Dá para começar rápido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja que estranho então. A SKYMASTER no dia 26 do 6 de 2001, tinha condições de operar de imediato as linhas A e C da DL número 003 de 2001, agora 22 de março de 2005, tendo os aviões, tendo tudo, ela foi consultada pela ECT se poderia dar início a operação das linhas 90601 e 6091 no dia 1 de abril de 2005. Veja o que a SKYMASTER respondeu: "Quanto à data de início do serviço, esclarecemos que devido à necessidade de montarmos a infra-estrutura necessária ao atendimento das linhas 90601 e 60901 dentro dos padrões exigidos pela ECT, necessitamos de no mínimo 30 dias, motivo pelo qual inserimos a data de 2 de maio de 2004". Como é que o Senhor explica que uma mesma empresa que opera a tantos anos, que tem know-how, que tem infra-estrutura, afirme que num caso precisa de 30 dias e no outro poucas horas, se o fator que determina segundo o Senhor disse é só aviões?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado eu vou aqui, até transcrever, o que é que nós dissemos para a TCU, são situações diferentes, Deputado, um é caracterizado pela emergência da situação e o outro é

pela prudência. Se você faz... Quando você prevê um contrato de longa duração--

DEUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na emergência nós podemos ser imprudentes?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não é imprudência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que você falou prudência e emergência. Eu não consigo verificar, por que eu seria imprudente na emergência?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A emergência é caracterizada para você defender a instituição e evitar, até por uma imposição legal, Deputado, a lei 6538 Art. 3º, o fato que o CORREIO tem obrigação de prestar serviço com continuidade. Então nós temos que, além do aspecto comercial, nós temos também um aspecto legal para atender. Então se nós... Não pense V.Exª, que seja, por exemplo, interessante ou agradável para o CORREIO fazer pesquisa, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, veja, eu não eu acho que há confusão, eu não estou falando dos CORREIOS, estou falando da SKYMASTER, que os CORREIOS têm que prestar serviço de forma contínua, perfeito. O que eu estou perguntado é: Por que a empresa SKYMASTER em um caso pode começar a voar em horas e no outro precisa de 30 dias, o que os CORREIOS devem manter a prudências, eficiência, tudo eu não estou discutindo isso, a minha questão é: Como se explica que uma empresa que só precisa se ouvir, ter aviões disponíveis para poder voar e tendo aviões disponíveis para poder voar, pode voar em poucas horas, num caso assina um contrato as 4 e as 6 já está transportando carga e no outro alegando a necessidade de infra-estrutura precisa de 30 dias, se a infra-estrutura como o Senhor diz é só o avião, como se justifica dois pesos e duas medidas para uma mesma balança? Para uma mesma empresa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu imagino, quem está respondendo aqui agora eu li a resposta, conheço é da minha época. Talvez o seguinte, você imagina quando você vai fazer, assinar um contrato. Para no mínimo um ano de duração. Você precisa ter uma estrutura já bastante forte, para você poder atender aquela estrutura, inclusive com o pessoal próprio de terra para você atender a sua linha. Quando você... Porque a emergência, o que quer dizer emergência? E não é só a SKYMASTER que atendeu nesse prazo, Deputado isso é o que eu queria deixar bem claro para V.Exª, que não é só a SKYMASTER que atendeu no tempo solicitado, a emergência, as empresas, eu imagino até que pode custar mais caro um pouco, porque vai ligar para determinadas empresas: "Olha preciso

que você me providencie uma estrutura nesses aeroportos, tal, tal, tal”. Imagino até que fique mais caro, porque você pede uma coisa de última hora. Mas há condições mesmo que precárias de você posicionar aeronave, assim que eu entendo, eu não empresário de transporte aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor entende de transporte aéreo mais que qualquer empresário e veja que curioso, as linhas das quais a SKYMASTER pediu os 30 dias, têm semelhança em termos de capacidade de carga transportada e tempo de voo com as linhas operadas anteriormente, não há a menor justificativa para num caso, eu vou lhe dar uma justificativa. Num caso ter poucas horas e no outro caso 30 dias, a única justificativa que nós temos é a seguinte: Precisa de um certo tempo, os técnicos aqui ouvidos precisa de um certo tempo, realmente não dá para começar a levantar em horas, uma empresa só levanta em horas sabe quando? Quando ela já sabia de antemão que ia ganhar, quando ela já tinha acertado previamente as coisas, quando ela já tinha obviamente acertado com as autoridades.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela não tinha como saber, Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tinha, como não? Se houver, se confirmar a suspeita que nós temos, que havia um acordo entre autoridades dos CORREIOS e as empresas mediante pagamento de propina, tinha sido acertado realizava a propina no momento que se colocava, por exemplo, “VARIG LOG está operando vamos tirar, o que a gente vai colocar no lugar? Consulta, acertei com a empresa SKYMASTER, acertei com a empresa BETA”. Rescinde e 2 horas depois está voando, já acertei um mês antes, já tinha providenciado tudo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas primeiro que não foi duas horas, Deputado, vamos deixar as coisas bem claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foram 4?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Posso esclarecer?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Com licença, no dia 25 do 6, nós consultamos o mercado para mandar cotação de preço, o mercado já estava sabendo que o CORREIO estava demandando isso, primeiro, nós instituímos o prazo até as 12 horas do dia 25, do dia 26 para apresentarem a proposta, certo? Então eu quero só fazer um parêntesis, para deixar registrado a transparência que o CORREIO trabalhava esse tipo

de processo, por favor, Deputado, isso eu sei, só... Nós poderíamos, o CORREIO teria a prerrogativa de chegar e contratar direto, não tinha? Numa emergência tem a prerrogativa. Mas nós e até, eu até consultei o Marcelo sobre isso, ele falou: “Olha, toda via se recomenda que se procure consultar o mercado”--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Recomenda não, o Marçal, inclusive meu amigo de muito tempo, ilustre comentarista da área de licitações, conhece muito bem o art. 26 da Lei 8666, que fala para dispensar uma licitação, o Senhor tem que justificar o preço, o Senhor tem que dizer porquê escolheu aquele e, portanto pressupõe uma consulta de mercado. Não é uma faculdade consultar o mercado, o Senhor tem que fazer isso, art. 26, aliás o art. o 89 da lei diz que se o Senhor não fizer esse procedimento é crime.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, se me permite eu vou ler.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O art. 26, pois não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É admissível, (?) comentado da lei de licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da lei de licitações.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: “É admissível escolher um determinado sujeito sem admitir qualquer espécie de disputas entre os particulados”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, não é disputa, o professor Marçal é muito preciso, é perfeitamente possível contratar com dispensa de licitação sem disputa. Isso não quer dizer que o Senhor não tenha que consultar o preço de mercado, para saber qual é o preço viável. O que o art. 26 diz é que o Senhor tem que fazer um levantamento de mercado, isso não é disputa.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, olha Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. A tese que V.Sa. defende, não é a tese do meu amigo, Marçal.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que V.Ex^a., desculpe Deputado, o que eu estou dizendo, que em situação de emergência o CORREIO tem sim, qualquer empresa pública teria a prerrogativa de contratar direto uma empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tenho dúvida.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só para terminar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos sintonizar. Dispensa de licitação está prevista na lei art. 24 inciso IV, que fala da

contratação de emergência. É claro que não precisa fazer licitação, sabemos disso, ponto. Pode contratar sem licitação? Pode. Pode contratar sem haver disputa? Pode, agora o art. 26, exige que o Senhor justifique o preço, como é que o Senhor justifica o preço? Fazendo uma consulta de mercado, documentando, tem que ter um procedimento. Por que escolheu aquele fornecedor, é isso. É isso que a lei diz. Portanto, vamos esquecer o nosso amigo Marçal, que ele não está dizendo o que você está dizendo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu queria terminar o raciocínio, Deputado se possível para mostrar a transparência que o CORREIO procura dar a esse processo. Ele consulta sempre de 8 a 10 empresas, no mínimo o mercado potencial apresentar o preço, segundo, Deputado, os, as pessoas responsáveis pela análise das propostas que são apresentadas, eles não tomam conhecimento na empresa antes que as propostas, que se encerre o prazo para a apresentação da proposta, junto com o nosso chefe, ou seja, nós procuramos dar uma transparência toda a esse processo, Deputado. Por isso eu posso garantir, eu participei de vários processos e posso lhe garantir, tá? Quando V.Ex^a. fala o mercado, Deputado, qual é o mercado? O mercado lamentavelmente nós não temos nenhuma empresa nesse país que contrata objeto parecido com o nosso. Nós somos o mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós estamos discutindo o prazo, o Senhor estava falando do prazo, eu estava falando como é que uma mesma empresa pode levantar voo 3 horas, 3 horas não, eu estou aguardando explicação das 3.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso, eu estava explicando isso, vamos imaginar que meio dia e meia a SKYMASTER já tomou conhecimento de que ela tinha a melhor proposta, porque ela apresentou proposta de 334 mil reais, certo? Então foram entabular as negociações para trazer uma proposta mais vantajosa para a ECT, até o que se conseguiu foi 314, se não me engano, às 4:56 ela formalizou aceitando a nossa proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E levantou voo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que foi 19 e 50.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 3 horas não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele já tinha, ele já estava sob aviso, que ele tinha a melhor proposta, Deputado, veja o seguinte eu estou colocando aqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tá bom, 6 horas. Do contra-

to assinado que é o momento que ele está obrigado, [Risos] menos de 3 horas ele estava levantando voo, ele podia estar de sobre aviso em relação ao que ele quisesse, de sobre aviso estava o mercado inteiro, o que eu quero questionar é como é que uma mesma empresa com linhas de capacidade idênticas, pede para infra-estrutura num caso 30 dias e no outro em poucas horas levanta voo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: São situações diferentes, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As linhas são semelhantes, os estudos técnicos mostram.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Uma é da concorrência 6 e a outra é a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Formalmente sim, agora as linhas, não me preocupa se uma chama 6 outra 20, se for uma em 2000 ou 2005, o que eu estou dizendo ao Senhor é que as linhas que foram, que ele pediu 30 dias, são linhas que exigem a mesma situação operacional daquelas que ele levantou um poucas horas. Isso só reforça a convicção nossa, salvo o Senhor me dê uma explicação plausível e eu gostaria de ouvi-la, que a SKYMASTER já estava acertada previamente, já tinha feito o acordo antes.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu não, sinceramente não vejo a mínima condição de ter acordo antes, porque o contrato com a VARIG estava em vigor, então não havia como--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores não instauraram um processo para rescindir. A partir do momento que decidiu que ia rescindir o da VARIG, é óbvio, presume-se que os Senhores começaram a verificar a possibilidade de contratar diretamente, não foi de um dia para outro e aí iniciou-se a negociação, acertaram-se os ponteiros, ficou claro que era a SKYMASTER que ia emprestar e no momento que estava tudo certinho, pronto para o avião decolar, falou: "É agora rescinde, pede proposta, ninguém entra". Teve uma empresa que pediu 30 dias. "Não dá, é agora a SKYMASTER, a BETA". Que então é fantástica ela pede 30 dias para funcionar, 30 dias e no mesmo dia já está operando pelo preço da SKYMASTER que era inferior, é evidente um conluio, era evidente que houve um acerto prévio, na minha opinião, mas por favor me propicie a possibilidade de eu demolir essa fraude, por isso que eu não quero construir fraudes do nada, todo o indicador mostra isso, por favor, me convença que não há fraude nesse caso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou colocando aqui, Deputado, dados técnicos qual é a situação.

Eu vou só, uma hipótese, apesar de V.Ex^a. conhecer mais o transporte aéreo, eu conheço transporte aéreo da RPN, não conheço o detalhe, mas eu imagino o seguinte: Se você vai fazer o contrato a longo prazo, você vai começar a programar de repente as suas aeronaves para fazer cheque nas aeronaves, porque quando você começar, você está com as aeronaves em dia, eu imagino, as aeronaves com cheque feito e com tudo, porque eu tenho um contrato a longo prazo planejado. Até, porque, Deputado o próprio contrato, o próprio edital estipulava: Olha vamos começar o prazo e depois a gente, até 20 dias após o contrato. Veja o seguinte, porque é que você imagina isso? Então é uma hipótese que eu estou levantando, eu digo, eu não sou especialista nessa parte de cheques e coisa, mas eu imagino o seguinte: As empresas quando vão fazer um contrato já duradouro, elas querem se, acertar, digamos botar todos os aviões que tiver que entrar em cheque, para poder começar o contrato sem problema, eu imagino.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deixa eu perguntar uma coisa para o Senhor, porque é que em 2005 os Senhores resolveram mandar pintar os aviões?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós não resolvemos mandar pintar, Deputado, nós prevemos essa possibilidade, por quê? Deputado já que estamos contratando aeronave toda para nós, eu acho que é uma propaganda institucional gratuita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores exigiam que as empresas só pudessem levantar voo com o avião pintado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores exigiram?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não, não. Nós dissemos que nós temos a prerrogativa, foi só uma previsão, uma possibilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores não chegaram a exigir isso isto?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha que interessante. Sabe o que é interessante? Porque recentemente a empresa SKYMASTER nos pediu uma audiência, a semana passada, em que o Senhor Luiz Otávio veio aqui com advogado etc. e tal, para nos dar explicações do caso e eu fiz questão de me reunir com a empresa SKYMASTER, junto com toda a Assessoria para que não houvesse dúvida do que estava sendo discutido

ali. E quando nós perguntamos o porquê é que ele havia pedido 30 dias para isso, ele disse para nós: “É porquê o CORREIO estava exigindo a pintura das aeronaves”. Ele tinha que pintar primeiro, para voar depois, essa foi a explicação dos 30 dias. Eu achei estranho isso, ele afirmou que pediram o prazo de 30 dias para iniciar as operações era para as aeronaves ficassem paradas para que fossem pintadas. Disse que tinha que raspar todas as camadas de pinturas, tinham que raspar até 3 camadas de pintura, que ao raspar a pintura alguns rebites poderiam se soltar e teriam que ser fixados novamente, por isso ele precisava de 30 dias. Agora o Senhor pura e simplesmente dá um tiro de canhão na tese do Senhor Luiz Otávio, porque o Senhor Luiz Otávio nos disse que era uma exigência, e nos espantava, porque o Senhor tem razão. É, é verdade a Assessoria me lembra, ele diz que a reunião foi com o Senhor, inclusive, dessa exigência. O Senhor Luiz Otávio disse que tinha resolvido com o Senhor e o Senhor havia exigido essa pintura. E nos espantava, porque sabendo que o Senhor é uma pessoa ociosa das suas funções, o Senhor não tinha formalizado isso. A única coisa que nós encontrávamos no contrato, é a contratante reserva-se o direito, isso que o Senhor disse, de colocar o material promocional de seus produtos e serviços, dadas pelas especificações técnicas que são definidas pela contratante. Não houve formalização dessa tal dessa pintura, portanto, o Senhor acaba de dar um tiro de canhão na versão da SKYMASTER.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que houve, Deputado, aqui eu vou dizer o que está acontecendo. Nós fizemos reuniões, eu acho que foram uma ou duas, tá os empresários todos que venceram a licitação e perguntamos, fomos ver, inclusive prazo para a pintar as aeronaves, porque era a intenção da ECT realmente, eu não sei como é que está hoje esse projeto, mas era a intenção da ECT utilizar a prerrogativa, agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor exigiu os 30 dias? O Senhor exigiu os 30 dias? Perdão, o Senhor exigiu a pintura para começar a operar?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O mercado me disse que gastava em torno de... Algumas disseram que conseguiam mais rápido, outras menos rápidas, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor exigiu?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não exige.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não exigiu, o Senhor dá um tiro de canhão na versão do Senhor Luiz Otávio, colocando por terra, porque a única razão que ele deu para pedir

30 dias nesse caso, era exatamente a necessidade de pintura. E quando nós perguntamos: “por que no caso o Senhor voava naquela linha tal tantas horas e em outro caso?” “Ah porque estava exigindo a pintura e eu precisar pintar os aviões para levantar vôo, por isso que eu pedi 30 dias”. Eu falei: “Mas o Senhor falou em infraestrutura”. “A infra-estrutura era a pintura”. O Senhor dispara um tiro de canhão na tese da SKYMASTER. Mas vamos prosseguir. Boeing 707, qual é a sua avaliação para a operação das linhas da RPN?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A minha avaliação em que sentido, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São boas aeronaves, não são boas, são adequadas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Qualquer tipo de aeronave se bem manutida(F) ela atende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que é?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Qualquer aeronave se bem manutida(F) ela atende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se tiver manutenção boa. Então o Boeing 707, está bom para operar?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se atender as especificações, se atender a demanda de carga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi elaborada a última concorrência para a contratação das linhas da nova malha da RPN, os CORREIOS consideraram as aeronaves Boeing 707, disponíveis no país, tendo em vista que algumas linhas exigem 35 toneladas de capacidade de carga, numa quantidade de 13 *pallets* ou não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu volto a repetir aqui, Deputado, é um fórum muito insistente, em nenhum nós pedimos qualquer tipo de aeronave, nós demonstramos quais são as combinações possíveis para você atender essa demanda do Correio. O que CORREIO fez, eu acho que é isso, mais do que um direito é um dever de procurar adquirir um serviço, adquirir um produto que atenda e dê preferência claro, sempre buscando o melhor custo possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não consideravam as aeronaves?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Já falei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja o que diz o Sr. Carlos Augusto Lima Sena, no dia 2 de junho de 2000, o Sr. Carlos Augusto Lima Sena encaminhou ao chefe de departamento jurídico da ECT, um relatório elaborado por um grupo de trabalho, encarregado da realização de estudos necessários para a definição da

nova malha operacional da RPN, contendo o seguinte comentário:--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Que data é essa, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2 de junho de 2000, “A questão básica que se apresenta nessa situação é que não é possível fazer uma contratação normal dessas linhas, para um período de 6 meses. Porque não existem no mercado nacional as aeronaves adequadas para as necessidades da ECT. Conforme ficou demonstrado na dispensa de licitação realizada em janeiro de 2001, quando a ECT por essa razão viu-se obrigada a contratar equipamentos 707, para 4 dessas linhas, equipamentos estes extremamente ultrapassados e que não oferecem a confiabilidade necessária para a execução da RPN. Ou seja, o seu superior, o Presidente da Comissão de Licitação que o Senhor integrou, Dr. Carlos Augusto Lima Sena faziam análise das aeronaves, dizia que eram extremamente ultrapassadas, que não oferecem a confiabilidade necessária e o Senhor nesse momento nos diz muito anos depois, que essas mesmas aeronaves podem perfeitamente, desde que bem mantidas executar o serviço.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu volto a repetir que depende da manutenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Sr. Carlos Augusto Lima Sena mentiu ao dizer isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não estou falando que ele mentiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou dizendo que a aeronave bem manutida(F), ela atende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o Sr. Carlos Augusto Lima Sena, quando diz que os aviões 707 são ultrapassados e não oferecem a confiabilidade necessária para RPN está errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu digo que é evidente que aeronave mais moderna hoje, tem o 777.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É evidente que todo dia aparece, eu não estou perguntando se é mais moderno ou não é moderno, eu estou perguntando sobre a afirmação do Senhor Lima Sena que colide com a sua, o Senhor Lima Sena está dizendo que os equipamentos são extremamente ultrapassados e atenção, não oferecem a confiabilidade necessária para a execução da Rede Postal noturna. Ele está errado ou o Senhor está certo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu queria novamente manter aquilo que eu disse, bem manutenida(F), a aeronave bem manutenida(F) ela tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor Lima Sena está errado, o Senhor Presidente da Comissão de Licitação, o Senhor Diretor de Operações na época que o Senhor era assessor técnico daquela Comissão de Licitação estava errado ao fazer esse comentário. Pergunta, resposta?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado eu não teria comentário para fazer a esse respeito, se me permite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor está com dificuldade de dizer que ele está errado? Ele está errado ou está certo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou dizendo que a aeronave depende da manutenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta é ele está errado ou está certo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele pode ter tido, eu não sei que época estava em 2001--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta é: Ele está certo [Risos] Ou está errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Quem sou eu para julgar alguém?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na sua opinião, eu também não julgo, mas eu digo que aquela parede é bonita que aquela é feia, o Senhor está errado o Senhor está errado, o Senhor mesmo disse, o Senhor está errado o Senhor não me julgou é sua opinião, da mesma forma que o Senhor disse que eu estava errado quando fiz as análises que fiz a pouco, eu pergunto: O Senhor Lima Sena estava errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele está muito certo quando diz que são aeronaves antigas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quando diz que não oferece a confiabilidade, ele não diz antigas, ele diz extremamente ultrapassadas, o que é bem diferente, eu sou antigo, mas eu não acho que sou ultrapassado, agora não oferecem a confiabilidade necessária.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós não tivemos problemas, não sei como está agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta é: Está certo ou errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vou responder, nós não tivemos problemas, nas linhas ope-

radas com esse tipo de equipamento, recentemente não tivemos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor estivesse num teste de múltipla escolha e eu falasse assim: Essa resposta é certa ou errada? Não tem alternativa nenhuma das anteriores, é certo errado ou errado o Senhor marca o X no certo ou errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor deixaria em branco a questão.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que o Senhor tem como deduzir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu estou fazendo a pergunta para o Senhor, é certa ou errada a afirmação do Senhor Lima Sena, eu não quero deduzir eu quero que o Senhor responda?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu digo que depende da manutenção. Só isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja a alternativa [Risos]. A questão de confiabilidade não depende de manutenção, a afirmação do Lima Sena é: "Que os Boeings 707 não oferecem confiabilidade necessária". É certo que não oferecem ou é certo que oferecem? Se o Senhor disser dependendo da manutenção pode oferecer ele está errado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Dependendo da manutenção pode oferecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então ele está errado? O Senhor está contestado o seu chefe, Veja só, apesar do Diretor de operações, seu chefe, pessoa que o Senhor respeitou, Presidente da Comissão de Licitação, dizer que as aeronaves estavam ultrapassadas, já eram--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso foi o relatório que ele fez, é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, ele encaminhou ao chefe de departamento jurídico o relatório elaborado por um grupo de trabalho, não sei nem se o Senhor participou desse grupo trabalho, eu vou checar, hein? É um grupo de trabalho, vai ver que o Senhor estava lá dizendo que era ultrapassado. Olha [Risos]. A Assessoria localiza quando puder quem é que participou desse grupo de trabalho.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se é do corrente 2, eu participei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor que disse. Aí o Senhor tem que concordar consigo mesmo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se é do corrente 2, eu participei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ai, ai. Eu vejo que foi o Senhor que disse isso, hein? Vai ver que foi o Senhor que disse que era confiável.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O Senhor está deduzindo que fui eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos ver nós temos, ele vai pegar o relatório para ver se o Senhor participou desse grupo de trabalho. Vai ficar engraçado se o Senhor participou.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu volto... Eu acho que eu já muito claro nisso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [Risos] claro o Senhor não foi, vamos ver se o Senhor assinou o grupo de trabalho, vamos partir do pressuposto que o Senhor não tenha participado desse grupo de trabalho.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu fazia parte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vamos ver se foi o Senhor que assinou, vamos ver, calma. Eu vou lhe dar o benefício da inocência até prova em contrário, vamos localizar. Esse grupo de trabalho, não importa quem participou, já dizia que essas aeronaves eram ultrapassadas, no entanto a ECT aceitou que a BETA e a SKYMASTER operassem com essas aeronaves ultrapassadas, por quê? Se o grupo de trabalho endossado pelo Presidente da Comissão de Licitação, pelo Diretor de operações Carlos Augusto Lima Sena encaminhou para o jurídico o relatório dizendo isso, de um grupo de trabalho, dizendo que as aeronaves estavam ultrapassadas, por que se aceitar depois que BETA e SKYMASTER participem com essas aeronaves. Sabe que interessante? As empresas BETA e SKYMASTER são as que mais possuem aeronaves modelo Boeing 707, dentre as empresas transportadoras de carga. E depois no ano 2000 talvez, porque eram aeronaves mais baratas, porque ninguém queria mais, cresceram a frota com essas aeronaves. Por que é que o CORREIO diz que é ultrapassado, não é confiável e depois aceita?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado o CORREIO pede, eu volto aqui a tentar ser claro sobre esse assunto, os CORREIOS dizem qual é a sua demanda e diz quais são os horários que ele quer que sejam cumpridos, se a empresa A ou B entrar com o determinado tipo de aeronave e ela não cumprir os horários, ela tem as multas resultantes de operações deficientes. Não há... Se a aeronave, ela tem a manutenção e se opera dentro do horário, não tem nada o que fazer fora disso não, não há nada o que fazer, se a

empresa disponibiliza e ela cumpre os horários, não há nada a fazer. Nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor pode fazer as especificações técnicas do aparelho que o Senhor quer e o que o Senhor não quer. O Senhor mesmo disse que essas especificações eram feitas.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí poderia dirigir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando vai afastar o modelo ultrapassado dirige, quando vai fazer as especificações não dirige? Se o modelo não oferece segurança não há nenhuma ofensa em isonomia, eu dizer que esse modelo não pode aparecer, eu tenho justificativa técnica, o que causa espécie é que os Senhores dizem num grupo de trabalho técnico, que as aeronaves não são confiáveis e aceitam e justamente as duas empresas, as que estão lá sempre ganhando tudo, essas são as que tem o maior número dessas aeronaves. Se o CORREIO entender que essas aeronaves não dão a confiança necessária, deveria tê-las afastado com justificativa técnica que, por que não fez?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tem que ver o contexto, se o Diretor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O contexto é mandar para o jurídico.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que eu posso dizer, eu volto... Eu me, a minha posição é: Depende da manutenção. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está certo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: E tem um contrato a ser cumprido, as empresas tem que cumprir o contrato dentro do--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor costumava ir a sede da BETA e da SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me informa a Assessoria que não há rubricas, o Senhor Lima Sena quem assina o relatório, mas não há rubricas de quem teria feito esse estudo. Bem a questão é a seguinte... Aliás, a Assessoria me dá a informação que parece que até a seguradora se recusava a fazer seguro das 707.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa informação eu não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não procede?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa informação eu não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não tem essa informação? Se confirmar isso aí realmente, seguradora só não faz segura quando o risco do “bicho” cair é grande, não é?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Senhor Lima Sena estava certo no relatório, se ele estava certo no relatório, porque é que se deixa essas empresas operando, estranho, não é? O Senhor costumava ir--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho pouco provável, porque eu tenho.. Elas têm apresentado, eu acho que nenhuma empresa voa sem seguro, eu acho, ao menos é o que eu penso, eu acho que não procede, mas eu não tenho a informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor visitava a sede das empresas que prestavam serviços de transporte aéreo na ECT? Foi alguma vez a sede da BETA?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acho que o Sr. Antônio Augusto?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não conheço Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Sr. Ioannis?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sede da SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é amigo de alguns dos donos dessas empresas, BETA e SKYMASTER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu tenho relação comercial com eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só comercial?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Amizade não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tenho amizade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falava freqüentemente com eles, com os proprietários dessas empresas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até pela minha atribuição, Deputado? Eu tinha que ter contatos por telefone com a freqüência bastante razoável, com todas as prestadoras de serviço de transporte aéreos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em assuntos estritamente profissionais?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só dos interesses da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles ligavam para assuntos pessoais?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós tínhamos uma relação respeitável, comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sempre falava com eles então da sede dos CORREIOS?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Normalmente sim, eu acho que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A expressão normalmente deixa alguma dúvida, o Senhor falava com eles, encontrava com eles em outros lugares?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu falei o seguinte, todas as empresas, todas as bases tem o meu telefone do serviço, o meu telefone celular e o meu telefone de casa, eu nunca tive nenhuma restrição em dar o meu telefone, até porque eu tenho muita confiança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eram sempre relação comerciais?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Exclusivamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não mantinham relações de amizade?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, amizade eu não tinha, eu diria que uma relação respeitável comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aniversário o Senhor ligava para cumprimentá-los?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não, eu acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Natal?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Acha ou tem certeza?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não sei, então não devo ter ligado, pode ter coincidido a gente fica com medo, mas eu não conheço aniversário de ninguém, eu não sei a data então, pode ter coincidido, por isso que eu não quero dizer: Não liguei. Porque vai que eu liguei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vai coincidir.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas eu não conheço a data de aniversário de ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o aniversário de Jesus Cristo? Aí o Senhor lembra?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Lembro, Natal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ligava no Natal para eles? Para dar boas festas, eles ligavam para o Senhor para desejar boas festas, coisa que amigos fazem?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Normalmente não, Deputado, fica difícil eu lembrar, Deputado, porque não era, não era rotineiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, sim. A minha pergunta é aquelas coisas de amigo, o Senhor ligava para um, feliz Natal. Ligava para o Senhor, feliz Natal tinha essas coisas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu diria que eu não lembro de nenhuma ligação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não lembra ou não houve?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu tenho medo vai que tenha havido uma ligação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguém ligaria para o Senhor no natal se não é seu amigo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: As pessoas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pessoas que não são meus amigos, não ligam no Natal.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Por isso que eu digo, eu posso afirmar, eu com toda a certeza, eu não fiz nenhuma ligação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor afasta a hipótese de receber ligações no Natal? Natal, aniversário?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu garanto com toda a convicção que não lembro de nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Jacques Labussiere(F) ?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hoje eu acho que ele é... Eu não sei se hoje ele ainda é, mas ele foi o meu chefe de departamento durante, eu acho que uns 3 ou 4 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi funcionário da ECT, chefiou o departamento de transporte, gerenciou a RPN, depois se aposentou foi gerenciar uma empresa de transporte aéreo, qual empresa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que ele é representante da TAFF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, transportes Aéreos Fortaleza?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor foi subordinado do Senhor Jacques Labussiere(F)?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Fui subordinado do Senhor Jacques Labussiere(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois de quanto tempo que deixou os CORREIOS, o Senhor Jacques Labussiere(F) assumiu a TAFF?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu não tenho essa informação, eu sei que recentemente, até quando eu estava a frente do departamento, ele era o representante da TAFF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele continuava a manter contato com os seus colegas dos CORREIOS do departamento de transportes?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, que eu saiba não, que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que o Senhor saiba não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que é a sua relação com o Senhor Jacques Labussiere(F), o Senhor é amigo dele?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como eu estava falando, Deputado eu fui subordinado dele durante 4 ou 5 anos, eu não sei quanto tempo, mas eu acho que um longo tempo, então eu tinha uma relação de chefe subordinado, não é? Basicamente a relação que eu mantenho ainda, é claro que não é o meu chefe hoje, mas eu digo, mantenho uma relação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele exerce alguma influência dentro dos CORREIOS?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Que eu saiba nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sobre o Senhor também não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor Rocha Lima que relação o Senhor tem com ele?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O Rocha Lima, Deputado, eu até, ele era o Presidente, eu era o chefe de divisão, não tinha relação nenhuma com ele, então--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não é amigo dele?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor disse que não conheceu, mas apenas confirme, o Sr. Antônio Morato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis o Senhor conheceu?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor mantém contato com o Ioannis frequentemente?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Agora não, que eu não estou mais a frente do departamento de gestor, mas na época eu mantinha sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor Roberto Kfour, o Senhor conheceu?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O Roberto Kfour eu conheci, mas faz muito tempo que eu não o vejo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor tinha relações de amizade, falava sempre com o Senhor Roberto Kfour?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Falava sempre com o Senhor?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O Dr. Roberto Kfour, eu acho que eu conheço ele só por telefone, eu falei uma vez, eu acho que estive umas duas vezes nos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca se encontrou fora do Correio? O Senhor nunca foi na Academia de Tênis, se encontrar com ele?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, eu não quem sou eu para freqüentar a Academia de Tênis. Eu não sou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra que eu falei agora pouco daquela estranha situação do Sr. Lincoln, não é? Falar que transportou os 20 mil dólares, vamos

resgatar um pouco para o Senhor ver que coisa interessante, olha, está aqui o Sr. Lincoln Frade alega que trouxe 20 mil dólares para ser entregue ao seu Carlos Augusto Lima Sena na data, praticamente na data da apresentação das propostas da dispensa de licitação 003 de 2000. Curiosamente a dispensa de licitação cuja proposta foi entregue em mãos.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A 003 de 2001?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. No dia anterior o Sr. Lincoln disse que trouxe 20 mil dólares para o Senhor Lima Sena, o Senhor Lima Sena negou, disse que não estava aqui nada, nunca viajou com ele, aí vem a relação da TAM, estavam no mesmo voo, ele se hospedou na Academia de Tênis, no dia seguinte ele apresentou a proposta em mãos para alguém, nem protocolo tinha, estava discriminado na proposta com cópia, aliás é engraçado alguém entregar proposta de especificação com cópia para o Diretor de operações Carlos Augusto Lima Sena, aquele que o Lincoln disse que receberia os 20 mil dólares. Pois bem está confirmado, estiveram aqui no dia 29 ocorreu a dispensa de licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Dia 29?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dia 29 de junho de 2000, eles viajaram no dia 28, a Academia de Tênis acusa que o Senhor Roberto Kfour saiu as 16:30 horas do dia 29 e no dia 29 ocorreu a dispensa de licitação, quem ganhou? A empresa BETA para a operação de 5 linhas da RPN dentre elas a linha F, a dispensa de licitação era para 5 linhas, quem ganhou a linha F foi a empresa BETA.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não foi em julho, foi, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Junho de 2000.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 03 eu estou tentando lembrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode ter certeza que foi. Aí as empresas enviaram as suas propostas, para o chefe de departamento, o Sr. José Garcia Mendes enquanto que a BETA foi a única das empresas que enviaram cópias com uma situação de cópia para o Sr. Carlos Augusto Lima Sena. Bem, analisada a correspondência enviada pelo Sr. José Garcia Mendes, solicitação de proposta de preço as empresas, não se identificou recomendações, no sentido de que as respostas contendo as propostas comerciais fossem enviadas DGU(F) com cópia para o Diretor de operações o Sr. Carlos Augusto Lima Sena, curiosamente é uma decisão da BETA, por alguma razão, mandar a cópia para o Lima Sena,

aquele mesmo que dizia o Lincoln recebeu os 20 mil dólares. Bem, verificou-se apenas que a correspondência de solicitação de cotação de preço do departamento de gestão operacional, foi encaminhada para as companhias aéreas com cópia para a Diretoria de operações, a propósito verificou a análise dos outros processos que a empresa BETA, sempre que enviava correspondência ao departamento de gestão da ECT, seja apresentando proposta comercial, seja em seus pleitos de reequilíbrio, fazia com cópia para o Sr. Carlos Augusto Lima Sena. A BETA era a única empresa que sempre fazia pleitos e mandava a cópia para o Sr. Carlos Augusto Lima Sena. Sobre essa dispensa de licitação, essa que nós estamos falando, as propostas foram recebidas no dia 29 de junho de 2000, dia posterior da chegada em Brasília do Senhor Roberto Kfourie e o Sr. Lincoln Pereira Frade e acerca das dispensas de licitação, vejam os comentários que temos a fazer, primeiro: Em janeiro de 2000, a ECT rescindiu os contratos com a VASP por ela não ter comprovado a autenticidade das certidões negativas de débito junto ao INSS. Desta forma houve a necessidade de se contratar por dispensa de licitação, a DL número 02000, com fundamento da emergência as linhas que vinham ser operadas pela VASP, linhas F, G, H, J e K. A VARIG foi a vencedora da linha F, tendo apresentado o preço por operação diária de 43592 e 11, enquanto a BETA naquela oportunidade cotou 45 mil 908, certo? Então a VASP foi rescindida, fizeram uma emergência. A 001 de 2000, a Varig ganhou, preço 43, 592, a BETA apresentou 45.908. Esse contrato foi assinado com vigência de 60 dias. Podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 6 meses o que de fato ocorreu. Então a VARIG foi contratada para operar a linha F, pelo valor de 43 mil reais, a BETA perdeu, porque tinha apresentado 45 mil. Passados 6 meses acabou o contrato. Então em 29 de junho de 2000, aí foi realizado a tal da dispensa de licitação 3 de 2000, aquela que aconteceu, aqui 29 de junho de 2000. Aquela que no dia 28 tinha aparecido em Brasília o Sr. Lincoln Frade e o Senhor Roberto Kfourie. Aquela que o Lincoln falou que trouxe os vinte mil dólares para o Senhor Lima Sena. Perfeito. Sagrou-se vencedora para a F a empresa BETA. Sabe quanto foi o preço da BETA? seis meses antes a BETA tinha ofertado quarenta e cinco mil. Quem ganhou foi a VARIG quarenta e três mil. Sabe qual foi o preço que a BETA ganhou? Noventa e cinco mil quinhentos e sete, quase o dobro, seis meses depois. Como o Senhor explicaria essa elevação tão grande em seis meses? Haveria alguma razão técnica ou a razão seria só os vinte mil dólares?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu não analisei a dispensa, porque eu não lembro dela direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teria justificativa técnica para isso? Para avaliar em seis meses o dobro da proposta da empresa? A única justificativa que eu vez plausível, foram os vinte mil dólares ou mais, não sei se foi apenas uma parcela.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí já é uma dedução de V.Ex^a., eu não vou discutir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é minha, eu tenho um depoimento que diz que trouxe o dinheiro. O depoente nega que viajou no mesmo vô, eu tenho a prova que voaram no mesmo vô, tenho a prova que o depoente tinha o dinheiro, que estavam hospedados no mesmo hotel, ou que o Senhor Kfourie estava hospedado no hotel, tenho a prova que no dia seguinte foi entregue em mãos, sem protocolo uma situação, coisa atípica, tenho prova de que a proposta foi entregue com cópia para o Senhor Lima Sena, coisa estranha, não era pedido. Tenho prova de que seis meses antes a mesma empresa, a vencedora, a acusada agora de subornar o Diretor de operações dos CORREIOS, simplesmente ganhou uma dispensa de licitação com praticamente o dobro do preço em 6 meses, daquilo que havia ofertado 6 meses antes. Se o Senhor me disser que isso é uma mera dedução minha e não é prova de corrupção escancarada, me perdoe. Mas eu prossigo, esse contrato que foi firmado com noventa e cinco mil--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu poderia ir ao banheiro rapidinho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor quer ir ao banheiro, pois não, eu suspendo, mas voltamos ao assunto já, suspensão a Sessão por 3 minutos.

Suspensa a Sessão às 20h47

Reaberta a Sessão às 20h50

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Nós estávamos falando desta fatídica, a número 3 de 2000, dispensa de licitação 3 de 2000. Então vamos lá, o raciocínio que eu fazia era o seguinte: A VARIG foi vencedora 6 meses antes por quarenta e três mil quinhentos e noventa e dois, a BETA cotou quarenta e cinco, seis meses depois, em 29 de junho de 2000, a ECT realizou a dispensa de licitação número 3 de 2000. A BETA apresentou a proposta para o preço diário de 95 mil 507 reais. Qual a explicação que o Senhor técnico contaria para uma elevação tão substantiva?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não me lembro exatamente, mas eu acho que nesse caso, o

seu assessor deve ter essa informação, foram juntos na verdade... Porque quando ela ganhou a D e a F, eram duas linhas e eu acho que nesse processo, eu não tenho certeza, mas virou uma linha só. Ou seja, o avião subia e descia, eu acho que aconteceu isso, Deputado. Eu não tenho essa informação, mas eu acho que foi isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso só vale a partir da concorrência 10, segundo a Assessoria, nesse caso não valia.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Então eu não estou lembrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem explicação realmente.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não estou lembrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja outros dados curiosos. VARIG, a VARIG cotou para essa dispensa o preço de sessenta e cinco mil 006, mas desistiu dessa dispensa alegando que não possuía aeronave adequada para operar a linha, já que também havia vencido a linha J, preferida a execução apenas da linha J, só que é um dado curioso. O preço de referência utilizado pela ECT, para a linha F foi setenta e oito mil. Então, veja, 6 meses antes foi cotado a BETA por 45, o próprio CORREIO trabalhou com setenta e oito, só que a empresa que ganhou, ganhou com noventa e cinco mil quinhentos e sete. Essa dispensa de licitação que na véspera o vigilante diz que levou vinte mil dólares para o Sr. Carlos Augusto Lima Sena. A variação, portanto, em seis meses daquilo que foi ofertado pela BETA e do que foi o resultado, foi de 108,4%. Enquanto que os indicadores de custo utilizados pelo setor variaram em percentual bem inferior. Na época o dólar caiu 0,60%. O IGPM subiu 3,17%, o combustível elevou-se 24,11%. No período que vai de 7 de 1 de 2000 e 29 de 6 de 2000. Portanto, nenhum dos valores, nenhum dos indicadores, nada, absolutamente nada justifica uma elevação de 108%.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que eu posso dizer para V.Ex^a. é: Se isso foi questionado pelo TCU, foi respondido, eu sinceramente desse processo, eu não estou lembrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu acho que isso não chegou a ser questionado pelo TCU, é um questionamento nosso, dos nossos suspeitos?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas eu acho que se não houve o levantamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja então o que conclui a nossa Assessoria técnica, dessa forma utilizando-se a

variação integral desses indexadores sobre a proposta oferecida pela empresa BETA, em janeiro de 2000, que foi de quarenta e cinco mil, novecentos e oito, e levando-se em consideração a participação de cada item do custo da proposta, encontraríamos aproximadamente o valor de 50 mil reais 689 e 31(F), por operação diária para junho de 2000, ou seja, quase a metade do que foi ofertado pela BETA, o preço utilizado como referência pela ECT, foi de setenta e oito, ou seja o próprio preço da ECT, pela variação tomando-se por base o preço da BETA e o praticado pela VARIG, já estava com indicação de superfaturamento, mas foi ainda acima, muito acima o resultado. O contrato firmado com a empresa BETA oriunda da dispensa de licitação número 3 de 2000, tem vigência inicial de 60 dias, contado a partir de 10 de julho de 2000, sendo posteriormente prorrogado até o final de setembro, a partir de outubro de 2000, começou a vigorar um outro contrato, firmado com a empresa BETA, que havia vencido a concorrência 10 de 2000, realizada em 25 de julho de 2000, 4 dias após a empresa BETA e SKYMASTER firmarem aquele termo de compromisso de sub-contratação. Nessa concorrência somente disputaram a linha F, as duas empresas e conforme declarado a essa CPMI pelo Sr. Morato, Presidente então da BETA há época, a preferência natural em vencer a licitação era da BETA, já que vinha prestando o serviços nessa linha dos CORREIOS. Ou seja, o próprio dono da BETA à época disse que a preferência natural era dele, em depoimento a essa CPMI. Por conta dessa concorrência a BETA operou a linha F de outubro de 2000 a abril de 2005, o valor com que ela venceu a concorrência foi de cento e noventa e três mil novecentos e quarenta. Convém observar que essa linha F a partir da concorrência 10 de 2000, teve a sua especificação modificada, foi aí que teve modificada com o percurso que anterior era somente de ida, passou a contemplar a volta também. E o que é mais curioso, veja o que eu chamo atenção para a dispensa de licitação número 3. No dia 7 de junho de 2000, os CORREIOS encaminharam uma correspondência à empresa BETA. A empresa BETA cotou os noventa e cinco mil reais.

E os CORREIOS mandaram um ofício para a empresa BETA dizendo o seguinte: Que, a correspondência CTDJO 2242 de 2000, encaminhado a empresa BETA, informando que em razão da impossibilidade da contratação da empresa, que havia apresentado a melhor proposta, no caso a VARIG, porque a VARIG havia desistido, estava consultando a empresa BETA sobre interesse em operar a linha F, para tanto a condição essencial seria a redução do preço cotado inicialmente. Já que o preço máximo de referência da ECT era 78 mil. Essa correspondência foi encaminhada

numa sexta-feira dia 7 de junho de 2000, solicitando um posicionamento da empresa a respeito até as 11 horas daquele mesmo dia, só que a empresa BETA não aceitou reduzir. E através de outra carta do dia 7 também, dia 7 de 7 de 2000, a ECT informou que aceitava o preço por ela cotado. O Senhor teria alguma explicação para isso? O Senhor que conhece tão bem a RPN, como é que pode variar tão fortemente, porque é que os CORREIOS dizem que o preço é inaceitável, depois no mesmo dia aceitam?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, é o seguinte, Deputado, administrar não é uma coisa muito exata. Deputado. O que eu vejo é o seguinte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As vezes pode ser até bastante inexata.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Pode, mas nem sempre é, pela descrição aí, eu não estou... É difícil lembrar uma coisa de 2000, até, porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem memória boa, o Senhor lembrou de várias datas.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se não fez parte, a princípio não tinha feito parte do questionamento sobre isso. Mas o que está muito claro aí? O CORREIO fez as tentativas necessárias para diminuir o preço, para que ela desse as condições e semelhança da VARIG, fez, tomou a iniciativa, eu acho que a gente não pode ignorar as providências que o CORREIO adota, o CORREIO, Deputado, o CORREIO não é culpado pela restituição do mercado aéreo, o CORREIO é vítima. O CORREIO busca, o CORREIO trabalha, o CORREIO--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nisso nós concordamos totalmente.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O CORREIO trabalha, agora tem uma hora que o mercado diz: "O meu preço é esse". O que é que o... O CORREIO não tem como suspender o serviço, entendeu? Então agora que todos os esforços são despendidos para que haja sempre uma condição favorável para a ECT, Deputado, V.Ex^a, providência e vê que não há como negar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, o Senhor vê que aqui houve um esforço substantivo, não é? A carta foi mandada no dia 7 de 7 pedindo para que reduzisse o preço, no mesmo dia 7 de 7 a BETA diz que não e no mesmo dia 7 de 7 o CORREIO resolveu aceitar o preço.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque a VARIG tinha dito que não operava, eu imagino o que está sendo relatado aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não se consultou outras empresas, não se viu outra alternativa, contou-se com o preço superfaturado de 108% do valor original?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí no caso seria uma nova DL, que teria que ser feito, a única alternativa seria essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E observe que o próprio contrato foi prorrogado, o próprio contrato superfaturado foi prorrogado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, essa aí voltou a operar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não prorrogado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em 8 de outubro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão foi prorrogado, foi 60 dias original e foi prorrogado depois.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se foi dia 7--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja aqui, está aqui, o contrato firmado com a empresa BETA oriunda a especificação 03 tem vigência iniciada em 60 dias, contado a partir de 10 de 7 de 2000, sendo posteriormente prorrogado até o final de setembro, por mais 2 meses, agosto e setembro.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque entrou em vigor a 010.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com preço superfaturado, não se tentou outra dispensa, não se tentou absolutamente nada e é exatamente a dispensa da licitação que houve os 20 mil dólares, a acusação. Bem, o Sr. Antônio Augusto Morato tinha influência nos CORREIOS?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, como eu falei, eu não conheço o doutor Morato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que ele chegou a afirmar um contrato com a empresa SKYMASTER da concorrente dele, que era um contrato em que ele praticamente assumia a prerrogativa de fazer *lobby* junto aos CORREIOS, para conseguir contratos para o seu concorrente a SKYMASTER, inclusive tinha uma participação nos contratos que a SKYMASTER recebia, um contrato bastante pitoresco, é o primeiro contrato de *lobby*, pelo menos que eu vi escrito na--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tomei conhecimento pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É realmente espantoso.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não posso, não tenho nada sobre isso, porque eu não conheço o Dr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As análises realizadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Comissão Parlamentar de Inquérito, os processos de contratação verificaram uma fragilidade imensa nos cálculos para a definição dos preços de referência do serviço de transporte aéreo, uma hora se utilizava o relatório da consultoria ROLAND BERGER, outra hora se utilizava preços cotados em outras licitações. Chamou a atenção dessa Comissão o fato de que o preço de referência utilizado pela ECT no pregão 45 de 2001, para a contratação das linhas A e C foi exatamente o preço contratado junto a SKYMASTER, em junho daquele ano, atualizado no tempo até dezembro. É estranho que a ECT tenha se utilizado desse preço contratado em junho a SKYMASTER, exatamente pelo fato de que a contratação se deu por emergência, sendo a contratação realizada de um dia para o outro com a SKYMASTER, começando a operar 2 horas após a prestação da proposta, ou seja a ECT está numa posição bastante frágil em razão da necessidade de se dar continuidade a prestação do serviço da operação dessas duas linhas e essa situação frágil foi conhecida pelo Senhor, no seu depoimento. Por que é que os CORREIOS utilizaram, ao invés de utilizar a consultoria da ROLAND BERGER, utilizaram como preço de referência na licitação, no pregão 45 o preço da SKYMASTER, considerando que este preço foi obtido numa dispensa de licitação em que o Senhor mesmo reconhece a emergência e a necessidade de submeter a situações de mercado das mais prementes?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, sobre isso aí o esclarecimento é o seguinte: Esse pregão 045, é o preço da referência... A regra base da ECT para definir a estimativa de preço é preço em vigor, porque nós somos o mercado, isso aqui eu acho que já deixo aí claro. Não há similaridade no mercado com tipos de serviço que o CORREIOS contrata, você não acha similaridade no mercado, então a regra básica é preço vigente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a consultoria da ROLAND BERGER?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado nós temos “N” balizadores, eu gostaria de contar sobre os indicadores, para demonstrar... Digamos, o que o contrato, o que o CORREIO paga? Eu acho que até para a gente tentar desmistificar essa informação a toda hora na imprensa, eu acho que tem como a gente tentar conversar sobre isso. Então 2001, Deputado,

no pregão 045, sei que eu analisei todo o processo, eu fiz uma resposta para o TCU, está aqui, eu acho que não está aqui não. Como é que foi calculado? Nós tínhamos um preço de referência, que foi obtido estimativa de preço para DL 02, Deputado ele foi com base na concorrência 002 de 2001, que as propostas foram abertas dia 7 do 6 de 2001. Ou seja, menos de 6 meses do pregão 045, nós damos 2 referenciais para a DL 02, concorrência 10 e a concorrência 2. O CORREIO tinha acabado de ir ao mercado, consultado o mercado, Deputado, tínhamos propostas recentes que davam uma certa segurança, o que é que o mercado estava praticando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A concorrência 2 não foi aquela que foi revogada?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi revogada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a base? Eu não entendi.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós usamos para concorrência DL 02, a concorrência 2 e a DL, e a concorrência 10. O que eu digo é: Foi revogado por preço excessivo, mas o mercado disse para o Correio: “Olha, o meu preço é esse”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desculpa, eu não entendi, se a licitação foi revogada por preço excessivo, como é que o mercado diz que o meu preço é esse?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O mercado disse que o preço é excessivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então não é excessivo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi a resposta do mercado, apesar do mercado dizer que estava cobrando vinte e dois mil reais a hora, o CORREIO instituiu nesse pregão 16 mil reais a hora, porque ele foi em torno de 22% acima do que nós tínhamos como referência, ou seja, se V.Ex^a. analisar aqui o processo, vai ver que o preço médio por hora voada cobrado na concorrência 2, foi de 22 mil e 700 reais a hora. Nós instituímos com o valor de referência no pregão 045, 16 mil reais a hora. E Deputado, é importante registrar aqui, deixar registrado, o CORREIO não tem só um indicador, nós temos vários indicadores de transporte aéreo, Deputado, por isso que fica difícil--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que nesse caso que eu citei, os Senhores utilizaram o preço da SKYMASTER, obtido numa dispensa de licitação feita a toque de caixa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não foi o preço da SKYMASTER, foi o preço que utilizamos, foi o seguinte, de um processo licitatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi uma dispensa de licitação, perdão.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi de um processo licitatório, foi uma dispensa de licitação por emergência, onde o Senhor mesmo reconhece que havia uma fragilidade imensa, que havia necessidade de contratar rápido, que tem que submeter as circunstâncias e, no entanto este preço de referência tirado numa dispensa de licitação, balizou uma licitação futura.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A referência da DL 02, Deputado, ela teve como base dois processos licitatórios, a concorrência 02--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve como base o preço da empresa SKYMASTER.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, qual você está falando?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da dispensa.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou falando que a concorrência 2, a DL 02 foi preço de estimativa de preço, foi com base na concorrência 2 e concorrência 10.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. É a Assessoria me lembra e isso também estava claro, que a concorrência 10 tinha um objeto completamente diferente da concorrência 2. Portanto, na medida em que tinham objetos diferentes, o valor que foi tomado como base, foi da dispensa de licitação da empresa SKYMASTER.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O objeto é diferente, mas o preço por hora voada--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o preço tomado como base foi da dispensa de licitação, é só olhar o processo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O preço então vigente corrigido, é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, o Senhor pegou como o preço base o praticado pela SKYMASTER, numa dispensa de licitação, como se fosse o preço de mercado de referência. E o que espanta é que, além desse preço estar superfaturado, pelas condições que nós já descrevemos ao Senhor, a elevação de 108%, quando não havia justificativa, a verdade é que mesmo que não se tivesse percebido que houvesse um superfaturamento etc. etc. etc., pegasse aquele preço como referência, sendo obtido uma dispensa de licitação, sem nenhum outro estudo técnico, outros indicadores que dispunha, por que foi pego esse preço?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu vou responder o que nós informamos ao TCU, formalmente através de... A empresa respondeu, o que é que houve, Deputado?, por que é que foi utilizada essa estimativa de preço? Porque essa estimativa se originava de 2 processos licitatórios, concorrências recentes, Deputado, então eram preços que nós tínhamos tido uma sinalização do mercado de qual era o preço que estava cobrando e veio na 02, até porque foi... O preço cotado foi de 22 e 700.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deixa eu fazer, olha, veja que coisa interessante. Vamos construir o nosso raciocínio. 6 meses antes a VARIG tinha ganho com 43 mil dia, a BETA tinha apresentado 45 mil. Abriu-se a dispensa licitação 003. O preço referência era 78 mil?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Da linha F.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da linha F, 78 mil, de acordo? Portanto acima dos estudos já que a Assessoria fez. A justificativa dava, vai, 30, 40%, esse estava muito mais, a BETA ganha com 95 mil. Não é isso? A SKYMASTER ganha com 95 mil.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA, tanto faz elas atuavam sempre numa estreita parceria, como é que com base nessas situações os Senhores chegam a utilizar esses valores? Veja, na DL 03 de 2000, 29 de junho de 2000, o valor referência é 78 mil, na concorrência 10, foi 98 mil.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na concorrência 10?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi 98 mil.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É diferente, a carga contratada era diferente, isso seria importante que fosse trazido, a carga contratada é diferente, a rota era diferente, Deputado, entendeu? E uma coisa eu gosto, eu quero garantir a V.Ex^a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. A rota era a mesma, diz a Assessoria, a diferença que era ida e volta?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ida e volta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso tudo dá essa diferença aqui?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte: O mercado tem suas leis que nós não podemos ignorar, V.Ex^a. é um perfeito conhecedor desse assunto e sabe que o mercado tem suas leis, em momento X ele dá um preço--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que eu não posso acreditar é como é que os CORREIOS, com tantas variantes e índices, escolhe como índice de referência um obtido numa dispensa de licitação por emergência. Perdão. É inconcebível.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado eu vou dizer quais são os indicadores que o CORREIO utiliza. Quais são os balizadores?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O ROLAND BERGER, índice tarifário do DAC de cargas. Os preços praticados no CORREIO, que o CORREIO é o próprio mercado e mais recente eu tive a curiosidade de... Nós temos mais dois indicadores que eu fiz até, eu fiz uma simulação, nós fizemos uma simulação, de quanto ficaria a RPN se fôssemos aplicar a portaria que o DAC publicava exclusivo para a RPN na época, eu tive essa curiosidade, também tive a curiosidade com a informação do DCA recente, sobre custo, onde ele dá a informação de 70% dos insumos que compõe o transporte aéreo. No compito final, nosso preço é 79. O que o DAC diz com os custos de transporte aéreo, Deputado, todos os indicadores--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses índices de DAC, não é para a VAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, é uma confusão, o índice tarifado de carga, o índice é muito claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não é com base nisso que a VAC fixa o preço?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós transportamos carga, nós temos como referência, nós transportamos carga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas então, esse é para outra coisa.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não esse é custo de aeronave--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não é para a VAC? A VAC não se baseia nisso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, isso aqui é custo por hora voada, por tipo de aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A operação VAC, não se baseia nesse custo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que isso aqui está havendo uma confusão da VAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos lá.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou falando índice de tarifário do DAC, diferente do tarifário carga doméstica, porque o tarifário carga doméstica chamam lá transporte de jornais, revistas até restos mortais. Tá? E dentre eles também carga convencional. Então veja o seguinte Deputado, ele é o índice de referência, nós temos usado ele como todos os indicadores que nós temos, onde é que nós podemos buscar informações Deputado? Nós buscamos informações do DAC, que é o órgão legalmente constituído para fazer, para fazer a, digamos, o controle do transporte aéreo do país, todas as informações nos conduzem a situação de que não há como caracterizar nenhum subfaturamento em todos os processos que a gente fez, Deputado, essa é a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agora há pouco caracterizei um para o Senhor. Há 2 minutos, da dispensa de licitação 03.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Da qual?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da 03, eu mostrei que o preço oferecido pela BETA era 45, os índices que poderiam levar poderia chegar a 60, que o preço de referência do CORREIO era 78 e ganhou o com 95, se isso não é superfaturamento... Só nesses minutos seguintes aqui passados.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa 03 (?) não houve questionamento, agora que está havendo, o que eu, houve uma situação aí atípica, onde a empresa vencedora não teve o controle de prestação de serviço. E em segundo lugar não aceitou. Então veja o seguinte: Houve uma decisão administrativa, uma decisão por quê? Não havia como parar o serviço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E há a acusação dos 20 mil dólares, o Senhor está esquecendo dessa parte.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não sei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas eu gostaria que V.Ex^ª. levasse em consideração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou levar em consideração, mas me leva em consideração em outros aspectos. Os Senhores tomaram como consideração com valor de referência para a concorrência 10, exatamente uma contratação por emergência é estranho, mas veja só, o preço de referência nessa licitação foi de 370 mil reais. Quem venceu a licitação? A SKYMASTER, a linha F.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Qual é o edital?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o mesmo, é a concorrência 10.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É o 045, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, pregão 045. Quem venceu foi a SKYMASTER, foi a SKYMASTER, o preço de referência da licitação foi de 370 mil. Sabe quanto a SKYMASTER ofertou? 369 mil e 500.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O menor lance foi 394.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Venceu a SKYMASTER com 369 mil e 500 reais, não é isso? Venceu a SKYMASTER depois reduziu após negociação para 369.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Contrato foi assinado em dezembro de 2001 e decorridos 2 anos de vigência a ECT, utilizando da consultoria do brigadeiro Venâncio, entendeu que o contrato encontrava-se superfaturado. Os CORREIOS, sou eu, os CORREIOS disse que estava superfaturado, sua empresa. Razão pela qual teria chamado a SKYMASTER a negociação, foi feita uma negociação com todas as empresas, todas aceitaram menos a SKYMASTER. Como o valor inicialmente do contrato foi muito próximo ao preço de referência da ECT, utilizados no pregão 45 de 2000, diferença de apenas 500 reais e nesse período de 2 anos o contrato só sofreu uma repactuação de 16,37% de dezembro de 2001, em nível bem abaixo da variação dos índices do setor aéreo IGPM, querosene de avião e dólar americano, pode-se afirmar que o preço de referência da ECT em dezembro de 2000, foi de 370 mil reais, também se encontrava superfaturado. E se comprovou na medida em que o preço que vinha sendo cobrado em dezembro de 2003, pela SKYMASTER de 429 mil 987, caiu para 213 mil e 990 naquele pregão, a SKYMASTER alega que subfaturou, que não podia perder espaço etc.etc.etc. Todos os estudos técnicos mostram que esse preço da SKYMASTER estava na faixa de mercado. O que o Senhor teria a comentar sobre isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado vamos primeiro desmistificar algumas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes da sua resposta, apenas uma informação que a Assessoria me passa. O DAC afirma que os seus preços de referência não são aplicáveis aos contratos dos CORREIOS, são feitos para

remessa eventual de carga. Os contratos da ECT são volumosos, são de longo prazo, tem garantia de rendimento ainda que não haja carga, portanto, o próprio DAC afirma que o seu cálculo com base na planilha deles não procede.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu falo que é balizador, Deputado, eu falo que são balizadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não posso balizar algo com algo que não serve, se o DAC fornece valores, que ele próprio reconhece que não serve, eu não posso utilizar como balizamento, não posso utilizar como baliza algo que não me baliza.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado nós precisamos para definir a estimativa de preço, alguma coisa mais ou menos concreta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que sirva, não que não sirva.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí veja o seguinte, aí há críticas, qual é... Existe alguma outra forma de o CORREIO se localizar, se situar no mercado? Existe?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A consultoria da ROLAND BERGER poderia ter sido repetida como outra consultoria, no entanto, os Senhores preferem a dispensa de licitação da SKYMASTER ao invés de contratar uma consultoria que poderia perfeitamente fazer uma análise de mercado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A consultoria ROLAND BERGER foi demonstrado para o TCU e para o CGU, a aderência que a ROLAND BERGER tem com o preço estipulado pela ECT, já foi demonstrado isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, o Senhor me desculpe.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Já foi demonstrado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso foi utilizado o preço de referência da SKYMASTER. O caso que nós estamos examinando, o Senhor não utilizou a ROLAND BERGER, o Senhor utilizou o praticado pela SKYMASTER num dispensa de licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como regra nos obedecemos o que está nas licitações, você pega o preço da última licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só que dispensa de licitação não é licitação, permita, dispensada de licitação, é licitação dispensada, se a licitação foi dispensada, é que não houve licitação. Me parece que o raciocínio ele--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se nós tomarmos como referência para essa dispensa a concorrência 02, que tenha sido realizada no dia 07--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, a referência que o Senhor teve para essa dispensa indicava o valor de 78 mil. O preço obtido foi 95 mil.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou falando da linha --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Voltemos para a F. O Senhor tinha uma referência, que ao nosso ver já estava superfaturado de 78, ganharam com 95 e depois o Senhor utiliza isso.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado essa como V.Ex^a. acabou de ler são atípica, a empresa vencedora aquela que teve uma proposta, disse que não podia operar. Ai Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E foi utilizada como referência, não foi? E foi utilizada mais tarde como referência. O atípico foi utilizado como referência.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não, porque a proposta, veja o seguinte, Deputado tem que analisar que é o seguinte: Se a empresa diz que não opera... Deputado, para mim, a coisa, me desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, por favor.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A coisa que eu considero aqui atípica, é usar uma proposta escrita, uma proposta escrita de uma empresa, utilizar isso como referência para todos os processos licitatórios dos CORREIOS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas forma os Senhores que utilizaram, não fui eu, os Senhores que utilizaram a contratação dessa empresa numa situação atípica onde o preço de referência tinha sido ultrapassado, onde Senhores mesmo escreveram uma carta para a empresa dizendo que estava sendo excessiva e utilizaram depois para licitação. O preço de uma dispensa por emergência foi utilizado como referência, apesar do seu evidente superfaturamento. É isso que parece mostrar uma conivência com os desejos das empresas operadoras desse sistema.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, nesse, nesse processo, dezembro de 2001, a BERGER, que forma o custo por hora voada, indicava um custo de 340.935.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu estou falando da outra lá embaixo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A 045.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Prossiga, por favor.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O custo para voar de linha com demanda similar, indicava o valor de 375 mil reais, o índice do DAC, não se aplica, mas é um balizador, é uma referência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não se aplica não é balizador, pelo amor de Deus.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A gente usa como balizador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o DAC diz que não serve de baliza, como que o Senhor vai usar como balizador? Apenas para justificar o seu preço? O DAC informa que as cargas estão muito mais elevadas, que é inadequado, que é outro tipo de coisa, como é que eu vou usar como baliza uma coisa que o próprio DAC que faz diz que não serve, apenas para justificar o meu preço? Não, por favor.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não estou justificando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só porque é mais alto? Para dizer que o meu está bom? Se quem faz diz que não serve, não serve.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não uso como estimativa de preço, mas uso como balizador, Deputado. Deputado, nós não temos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é balizador? O que é balizador?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Uma coisa que me dá uma sinalização, o preço posicionado é esse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se a pessoa que faz o cálculo, diz que não serve como baliza, não siga como orientação isso que eu estou fazendo, como é que o Senhor segue?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É o seguinte, isso é para transporte esporádico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro muda o preço, a carga é maior, outra realidade, outra dimensão, não serve.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tem que ver também o que incide sobre o contrato do CORREIOS, são horários rígidos que tem aplicação de multa. Então veja o seguinte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O DAC disse que não serve. O D A C.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele me deu aqui o DAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem faz esse cálculo, diz para o Senhor: “Não use isso para isso, hein?”.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: OK, o DAC acabou de dar agora em agosto de 2005, qual é o custo por tipo de ar nave, por hora de vôo? Deputado, se eu for aplicar isso, nós vamos gastar-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não serve como balizamento isto.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 186 serve, Deputado ele me dá o custo por hora voada, entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O DAC diz que isso não serve.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. tem que entender, Deputado que o CORREIO precisa buscar informações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Contrate uma outra consultoria capacite técnicos, o que foi feito na sua gestão para capacitar técnicos para isso? O que foi feito durante os 5 anos, para que o CORREIO tivesse informações precisas, para ter preço de mercado? Posso responder? Diga que eu estou errado. Nada! O que foi feito?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. conhece relatório, inclusive que foi feito logo depois que assumimos, foi feito um relatório, onde nós solicitávamos, porque havia necessidade e há, como em qualquer atividade há necessidade de se atualizar para saber se o preços, se a referência que estamos usando... Deputado, nós mais do que ninguém queremos ter segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que foi feito entre os anos 2000 e 2005, do ponto de vista de capacitação de técnicos, de informação de estrutura, de contratação de consultorias, para analisar se a composição de custos e a fixação de empresas de referência da RPN?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A necessidade de atualização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que foi feito, a minha pergunta é o que foi feito para capacitar técnicos, criar estrutura e resolver esse problema?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Precisa ser feito mais, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que precisa ser feito mais, eu não tenho dúvida, eu perguntei o que foi feito?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi contratado o brigadeiro, foi solicitada aquela consultoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acaba de concordar comigo. Se foi contratado o brigadeiro Venâncio Grossi e ele constatou superfaturamento, pelo amor Deus.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não Deputado é isso que eu queria falar, ele não constatou subfaturamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acaba de me dar razão *in totum*?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Vamos voltar ao assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não saí dele.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: São coisas diferentes, V.Ex^a. perguntou o que é que foi feito, a única consultoria depois de 2001, foi o BRAUNI(F), em 2001, a BRAUNI(F) alguma coisa e em 2003 alguma coisa, foi contratado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Venâncio Grossi?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É o seguinte, 2003, Deputado, V.Ex^a. compõe isso está aqui no relatório que respondemos, havia a sinalização marco econômicos de que está havendo redução, queda do dólar e queda do combustível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Portanto devia cair o preço?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso, a área de operações, Deputados, já se antecipou mandou para o grupo de trabalho. O 170, diversos propostas, olha, você, na renovação, na prorrogação, na renovação dos contratos, propostas da área de operações é essa, essa, essa, se V.Ex^a. observar a nossa resposta, vai ver que estão muito parecidos com aquilo que o Brigadeiro Venâncio Grossi e aquela equipe, o grupo de trabalho negociou com as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, olha. Pelo que eu estou entendendo do que o Senhor me disse, a única iniciativa objetiva, concreta, real, para a análise dos custos foi a contratado do Brigadeiro Venâncio Grossi, e o Brigadeiro Venâncio Grossi constatou que estava havendo um superfaturamento, a única iniciativa feita é constar que tem superfaturamento, ou seja que a minha tese estava correta e que a sua estava errada. Depois que o Venâncio Grossi parou a consultoria, os preços voltaram ao patamar de origem, a tese da SKYMASTER tem alguma coerência, embora a nosso ver errado, ele diz: “Não, eu subfaturei na época do Venâncio Grossi, estava certo antes, estava certo depois, no período Venâncio Grossi ele errou os cálculos, estava lá embaixo”. Agora a sua interpretação dos fatos nos mostra

que realmente a única iniciativa que foi feita, mostrou que os preços estavam superfaturados.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputados, eu vou, eu estou tentando me explicar, e aí eu não sei se não explico direito, ou V.Ex^a. me fez uma pergunta objetiva, objetiva. O que é que foi feito? Consultoria, consultoria, Venâncio Grossi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A única consultoria provou que havia superfaturamento.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que estava havendo? Eu quero deixar muito bem esclarecido, em 2003, nós tivemos em 2002 com o ano eleitoral uma disparada do preço do querosene e uma disparada do dólar, ao final já a partir do segundo trimestre de 2003 já começou, havia a sinalização clara de que estava havendo queda do dólar e queda do preço do querosene.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais uma razão para cair o preço que não caiu.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, caiu, não caiu em 2003? No final de 2003, foram feitas negociações com as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A do Venâncio Grossi e depois subiu de novo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, Deputado, veja bem, eu estou falando dos prestadores de serviço como um todo. As propostas que o CORREIO, área de operações mandou para o grupo de trabalho, elas são absolutamente aderentes àquilo na concessão feita, nós não tínhamos mandado o DAC, porque não era na época da prorrogação, que nós mandamos proposta para o grupo de trabalho, para analisar a redução dos preços na prorrogação dos contratos, Deputado isso está claro tenho documentos aqui, já foram mandados para a TCU, nós tínhamos tomado a iniciativa, na verdade, Deputado, em nenhum momento se pode dizer que estávamos superfaturados. O que havia? A situação macro econômica mudou, havia condições de baixar os preços, Deputado, é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A condição econômica quando sai o Brigadeiro Venâncio Grossi, subiu o dólar e tudo voltou como era, por favor isso não coincide com os índices, por favor, o estudo do Brigadeiro Venâncio, não tem a ver não, não está baseado em queda nada. Nada! Por favor, a consultoria do Venâncio Grossi mostrava que os contratos estavam superfaturados. Não tinha nada a ver com a partir de agora--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diz isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele pode ter dito aqui na Comissão, lá ele não falou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele foi bem taxativo quando aqui disse, a coisa está rigorosamente clara, não havia indicadores que no momento que ele assumiu tinham baixado, não haviam indicadores que mostraram que no momento em que ele saiu tinha subido. Portanto, me desculpe as suas próprias palavras demonstram a tese do superfaturamento quando o Senhor reconhece legitimidade e credibilidade ao trabalho do Brigadeiro Venâncio Grossi.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não reconheci legitimidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele estava errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. fez uma pergunta e eu respondi, qual foi a consultoria contratada--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Brigadeiro Venâncio Grossi estava errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu digo que não houve nenhuma inovação no trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só nos preços que caíram?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Os preços, não, Deputado, eu digo em função da situação macro econômica, havia condições de fazer uma renovação dos contratos para abaixo sim, a área de operações antes da instituição do grupo de trabalho já tomou essa iniciativa, Deputado, eu acho que eu estou tentando ser claro, mais claro possível para que haja uma, para contribuir da melhor forma para CPMI. Havia condições de baixar os preços, mas não significa estar superfaturados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não foi isso que o brigadeiro Venâncio Grossi disse, não era que a partir do momento que ele assumiu magicamente os preços caíram 200%, como efetivamente foi, o preço praticado era mais de 400, caiu para 200, não foi dólar, não foi combustível que justificou, ele disse claramente estavam superfaturados, estavam acima do preço.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. está se referindo a linha A e C? Eu estou falando as linhas como um todo, Deputado a situação macro econômica, eu vou tentar ser bem incisivo. Em final de 2003, permitia que fosse renegociados os preços para baixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu lhe digo claramente que o

estudo Brigadeiro Venâncio Grossi, diziam os contratos estavam superfaturados, mesmo que a condições marco econômicas dissessem para reduzir o preço, não era na proporção apontada, a proporção apontada foi claramente na linha de superfaturamento, e posso lhe garantir que a subida dos preços depois da mudança da direção dos CORREIOS, também não se deu por elevação do dólar, por elevação do querosene, nem nada disso. Não houve essa subida. Então, quer dizer, pelo seu próprio argumento a volta que não tem subida de dólar, que não tem nada, estaria também colocada no patamar de superfaturamento, percebe como a sua avaliação se me permite a franqueza, não é consistente?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado eu volto aqui a frisar, V.Ex.^a fez uma pergunta, o que CORREIO fez em termos de contratação de consultoria de 2000 a 2005? Duas consultorias, BRAUNI(F) e Venâncio Grossi, é essa a história, o doutor Venâncio Grossi com os trabalhos que eu saiba, em nenhum momento ele apontou superfaturamento, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele falou claramente na CPI.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, só para terminar, por favor, eu quero deixar bem claro isso. Em 2003 a situação macro econômica indicava possibilidade de renegociação dos contratos para baixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E depois de 2004, indicava a subida vertiginosa que tiveram?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só para terminar. Indicava essa possibilidade, a área de operações, o departamento do qual eu estava à frente, fez propostas concretas para o grupo de trabalho dizendo: “Olha, essa linha pode passar para tanto, pode passar para tanto”. Se V.Ex.^a observar o que o grupo de trabalho 296, negociou com as empresas e a nossa proposta, vai ver uma semelhança muito grande, Deputado, com exceção à linha A e C, não fizemos a proposta, porque ela não estava na época de renovação. Mas que a situação macro econômica caracterizava... Eu acho que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Presidente, o Brigadeiro Venâncio Grossi disse claramente nessa CPI: “Os preços de referência praticados pelos CORREIOS era excessivos”.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele disse isso, mas me permita discordar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele estava errado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa afirmação, até porque, o fato de ser superfaturado, Depu-

tado tem que ter alguma sinalização disso, não há nenhuma sinalização de que os contratos estavam superfaturados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As sinalizações são muitas, o estudo do TCU e do nosso mostra claramente, mesmo que o Senhor estivesse certo agora, as condições macro econômicas do final de 2004, não sugeriam a elevação dos preços voltando ao patamar anterior, se o Senhor está certo que no final de 2003 índices macro econômicos justificavam a queda, esses mesmos índices macro econômicos do final de 2004 não justificavam a ascensão que tiveram, a sua tese cai por aí.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, sabe pelos estudos que alguma coisa que eu tenho lá, quanto é que era o preço da linha A e C no final de 2003? 380 mil reais. Foi instituído um preço de referência 345, eu não achei aonde foi, qual foi a origem dessa referência. Agora a linha foi 203.990, utilizar isso como referência para os demais processos, Deputado eu acho que é uma certa desconformidade do processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me permita ler um trecho do nosso relatório parcial e eu gostaria que V.Sa. comentasse. O relatório parcial diz o seguinte: “Relativamente aos parâmetros adotados pela ECT, tem-se registrado pela auditoria interna da empresa, que a estimativa de preço realizada pela ECT não é suportada por metodologia consistente. O relatório produzido registrou que inexistia pesquisa de mercado ou de evolução histórica dos custos para servir de base para a formação do preço final de cada operação nas licitações. Observou-se que em alguns casos foram apresentados apenas os custos das últimas aquisições, pregou 11 de 2000, 10 de 2001, 37 de 2001, 45 de 2001, contrato número 11 mil e 8 de 2001, 19 de 2003, 52 de 2003, afirmou-se ainda que apesar de a partir de 2001, se exigirem nas licitações as planilhas de formações de custos por parte das empresas aéreas, a análise dos valores ficava prejudicada pela carência de especialistas do DENAF”. Ou seja, não havia especialistas para isso lá. “Quanto ao assunto a ECT afirmou que em processos licitatórios, para estimar o valor de referência da linha a ser contratada, toma como base valores das últimas contratações, assim como utiliza a planilha de custo hora voada, fornecida pela empresa ROLAND BERGER em 1996, fornecida por ocasião da prestação de serviço da consultoria da empresa francesa AEROPOSTALE. Reconheceu a ECT ainda que esses estudos precisariam ser revisados--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Significa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É de 96, tinha que ser revis-

to, estamos em 2006. 10 anos antes, em virtude das mudanças que se verificaram em todos os setores conjunturais, o que torna pouco convincente afirmar que os valores apresentados podem ser aplicados a realidade. Ou seja, os técnicos não consideram os valores obtidos por meio de estudos da ROLAND BERGER, uma referência segura, em síntese os estudos da ROLAND BERGER segundo os próprios CORREIOS não são seguros, as contratações não são seguras, nada é seguro. E no entanto, o único estudo feito do Brigadeiro Venâncio Grossi que mostrava que os valores são superfaturados e V.Sa. recusa, com base em quê? Se nem os próprios CORREIOS reconhecem que existem estudos capacitados para demonstrar isso, e mais, embora a ECT tenha passado a licitar a planilha de custo das empresas dos certames licitatórios, relatório da área técnica apresentado ao REDIR, número 21 de 2003, de 28 de maio de 2003, assegurava que era necessário uma melhor qualificação técnica dos órgãos gestores dos contratos de transporte aéreo, notadamente no que concerne o conhecimento dos custos de cada tipo de aeronave que opera a RPN, recomendando-se, inclusive, a contratação de consultoria cujo escopo seria o de prestar informações detalhadas sobre a participação de cada insumo na formação global do custo de transporte aéreo, ou seja, os CORREIOS reconhecem que não tem capacitação técnica, que não tem técnicos, que não tem estudos para afirmar com segurança os valores de referência de mercado, são os CORREIOS que afirmam isso, tal afirmativa decorre do fato de que só assim seria possível analisar de forma sustentável a planilhas de custos apresentada pelas empresa dos certames, pois é de fundamental importância que os profissionais da área gestora dos contratos, tenham condições técnicas de avaliar a aderência das informações prestadas pelas empresa em suas planilhas de cálculo.

Em face o disposto até o momento é possível vislumbrar que a área técnica da ECT não possuía parâmetros confiáveis de preços em que se basear, para adotados os valores de referência fixados nas licitações, muito menos tinha condições de avaliar a coerência dos preços ofertados, tal situação é impensável que ocorra numa empresa pública de total grandeza e magnitude, principalmente se considerarmos que esta área de transporte aéreo de carga postal, é de fundamental importância para a sua atividade fim, além de ser responsável por uma das mais significativas rubricas de sua despesas, essa situação persiste até os dias atuais, a informação que de quando se iniciaram os estudos com vistas a verificar a melhor forma de elaborar [inaudível] de licitação com base em custos, a presidência da ECT o suspendeu e contratou o Consul-

tor Brigadeiro Venâncio Grossi, segundo conclusão da auditoria interna da ECT, o relatório então produzido não modificou a situação anterior da empresa, uma vez que esse não registrou as fontes de dados utilizados para a obtenção de preços e ainda, porque persistem grandes diferenças entre os valores orçados pelo Consultor, os adotados pela ECT e os efetivamente praticados pelos concorrentes dos Pregões imediatamente posteriores. Assim, consoante afirmado pela própria empresa permanece inexistindo na ECT uma metodologia consistente, que propicia uma análise eficaz das planilhas de custo apresentadas pelas licitantes. Há necessidade de urgente de qualificação do seu corpo técnico, ou seja, os próprios CORREIOS, a sua empresa diz: “Nós não temos condições de avaliar com segurança os preços”. E, no entanto o Senhor vem a esse CPMI com absoluta segurança e diz: “Os preços estão bons, não havia superfaturamento”. Se o próprio CORREIO reconhece que não havia condições técnicas de fazer isso, se os próprios CORREIOS reconhece que a consultoria da ROLAND BERGER está defasado, se o próprio DAC reconhece que o balizamento que o Senhor se refere, não pode ser utilizado com que base V.Sa. afirma que não havia superfaturamento?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, primeiro, sobre essa leitura toda, essa necessidade de atualização dos técnicos foi levantada por um grupo de trabalho, tá de março a abril de 2003, da qual eu fiz parte, inclusive, se V.Ex^a. verificar eu tenho assinatura nesse relatório. A gente sente a necessidade de realmente de uma atualização nesse sentido, para saber se um trabalho que foi realizado em 97, ele é aplicável integralmente aos dias de hoje? Porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o Senhor sente essa necessidade, o Senhor está tão seguro em afirmar que não havia superfaturamento?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, os indicadores que nós temos disponíveis, eles não me dizem que há superfaturamento, Deputado, essa afirmação, digamos, informação, dedução de que há superfaturamento, essa dedução de que há superfaturamento, foi feita com base numa proposta escrita num pregão que se V.Ex^a. observar, ele está destoando de preço de todos os demais. Certo? Então, assim, como fica, tem o CORREIO precisa de uma segurança maior e de uma atualização para realmente ter, mais do que ninguém o CORREIO quer ter uma informação segura de qual é o custo, para você pagar qual é o preço justo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que não fez nada para obter essa informação segura durante anos? Por que é que não tomou iniciativa de capacitar técnicos, não

fez a revisão da ROLAND BERGER, porque nada foi feito? Sempre se baseou em contratações de dispensa de licitação para utilizar preço de referência.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não foi dispensa de licitação, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dispensa de licitação 003, foi utilizada como referência.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte, o que eu queria dizer, essa necessidade de atualização, nós pedíamos, inclusive, o relatório que foi apresentado, porque nós temos essa necessidade. Agora daí a dizer, Deputado, daí a dizer, que nós, não é possível confiar nos preços de referência do CORREIO, assim como eu não posso afirmar que ele possa se aplicar integralmente, também não há como dizer que está errado. Então há uma necessidade, precisam os técnicos da ECT precisam saber, OK, eu posso aplicar isso? Eu posso aplicar integralmente ou não? Dizer que estão errados, é precipitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Permita ler, vamos ver se há precipitação nisso: “No âmbito da dispensa de licitação número 003 de 2000, a ECT enviou carta a empresa BETA, em 7 de 7 de 2001, informando que em razão da impossibilidade de contratação da empresa que apresentou a melhor proposta, no caso a VARIG, estava consultando a empresa BETA sob interesse em operar a linha F, mas a condição essencial seria a redução do preço cotado inicialmente, já que o preço máximo de referência da ECT seria 78 mil, a BETA não aceitou e a ECT contratou o preço de 95 mil 507, acontece que nessa oportunidade, dia 7 de 7 de 2000, já havia sido publicado o edital da concorrência 10 de 2000, para as várias linhas da RPN, entre elas a própria linha F, na ocasião dessa concorrência, essa linha F já havia sofrido alteração na sua rota, sendo incluída a volta também com a necessidade de utilização de duas aeronaves simultaneamente, com isso caso dobrássemos o preço de referência da ECT de 78 mil, encontraríamos o valor de 156 mil, no entanto, o preço referência utilizado pela ECT nessa concorrência, realizado no mesmo mês do envio da carta foi de 197 mil 914.

Ou seja, ida e volta, volta e ida, dobra-se. E o preço de referência utilizado do mesmo mês, no caso teria de ser 156 mil, sabe o valor utilizado? 197 mil, muito a acima, o preço ofertado pela BETA em janeiro, atualizado por variação integral dos indexadores de praxe do setor de transporte aéreo, de avião, dólar americano e IGPM já considerando que agora a linha era de ida e volta, seria aproximadamente de 110 mil reais”. Ou seja, cerca de 55% do preço de referência da ECT. Ou seja, utilizando-se o preço ofertado pela

concorrente em janeiro, aplicando-se o IGPM, variação do dólar americano e querosene de avião, a BETA teria um preço de referência de 110 mil reais.

E, portanto o preço de referência dos CORREIOS não tinha nenhuma justificativa, estava 55% a mais do preço utilizado pelo ECT. Esses cálculos são simples, poderiam ter sido feitos, aqui dá sim, mesmo que nós não tenhamos outras referências, utilizar as referências, proposta apresentada pela empresa. Não, na verdade esses índices não foram aplicados e o preço de referência dos CORREIOS estava superfaturado, portanto beneficiando e balizando as empresas para que apresentarem proposta com aparência de legitimidade, quando legítima não era.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu não estou bem lembrado, mas eu sei que nessa concorrência por ser, até por ser objeto diferente das mais, foi usado o ROLAND BERGER como referência, uma coisa... eu não sei... Que é bom ficar claro aqui, Deputado, é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Objeto é rigorosamente o mesmo. O objeto era rigorosamente o mesmo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não da concorrência 10, foram as 5 linhas que foram então--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da linha F.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não é rigoroso, tanto é que ele acabou de afirmar, Deputado que inclui ida e volta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas computando a ida e volta dobra-se o preço nós estamos muito acima.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Dizer que eram dois objetos, não dá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o mesmo objeto, eu não falei dois objetos, ida e volta, o cálculo nosso é que o mesmo objeto, só que um vai e outro volta, quem volta segue o mesmo caminho que vai, nós estamos dobrando o preço, o problema é questão de lógica de quem não entende nada, e aí o que é que nós temos então nesse caso? Nós temos que o preço de referência estava 55% acima daquilo que deveria ser de referência, depois o resultado então deu quase 100% a mais.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Quem chegou ao valor de 110 mil reais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A nossa auditoria.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não entendi?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse estudo todo foi feito pela nossa auditoria.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que chega para o CORREIO é diferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que chega de onde?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Os relatórios que foram aplicados, que foram feitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso aqui foi feito por nós pela CPI, eu estou perguntando por causa disso, os estudos são exatamente esse, eu peguei o preço de ida, como quem vai e vem, dobrei, dava quanto? Se nós dobrássemos o preço de referência da ECT de 78 mil daria 156 mil, no entanto o preço de referência utilizado pela ECT nessa concorrência foi de 197 mil.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não tenho dados para discutir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No mesmo mês. Se eu disser que no mesmo mês tem variação, não dá, não tem justificativa.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte, eu não posso... Sobre esse assunto, eu não tenho realmente aqui em mãos. Eu não tenho aqui em mãos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria me lembra que são dias... O Senhor não precisa ter em mãos, o Senhor está dizendo que no mesmo mês são dias de referência, eu tenho o preço de referência diferente, com objetos idênticos, como é que o Senhor explica isso? Não tem explicação, a não ser o favorecimento claro das empresas com preço de referência superfaturado, que é o que o Brigadeiro Venâncio Grossi disse a CPI?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. teve a oportunidade de ler as respostas que o CORREIO deu para o TCU e para--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é mais um do que CORREIOS, que está vindo aqui.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: V.Ex^a. tem a oportunidade de ler as respostas, porque foram anexados documentos, comprovando tudo que disse, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria que nos faz isso é do TCU, o Senhor pode ficar tranquilo que está tudo sendo tudo examinado, o problema é que as respostas não são consistentes, não batem, veja o Senhor não me explica isso daqui.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É difícil lembrar uma coisa de 2000, aqui de cabeça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra a data de apresentação de proposta, sabe preços de cabeça.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O seu assessor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os dados são verdadeiros, eu não estou enganando o Senhor, nem teria a razão de enganar, eu estou dizendo para o Senhor: "Olha, aconteceu isso". Em 7 de 7 de 2000, já havia sido publicado o edital da concorrência de 2000, para várias linhas da RPN, entre elas a própria linha F na ocasião dessa concorrência a linha F tinha sofrido alteração em sua rota, sendo incluído a volta também, com necessidade de utilização de duas aeronaves simultaneamente, com isso caso dobrasse o preço de referência da ECT, que era de 78 mil, chegaríamos a 156 mil, no entanto o preço de referência utilizado pela ECT nessa concorrência, realizado no mesmo mês do envio da carta foi de 197 mil, como o Senhor me explica?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Agora, eu posso fazer uma pergunta, ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Embora seja estranho o depoente arguir o inquiridor.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não pode, então tá bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Poder pode, peço deferência a V.Ex^a. para que eu possa entendê-lo, me coloco na condição de arguido e prometo dizer toda a verdade sob pena de ser preso em flagrante de delito.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque se fosse adotado o valor de 110 mil reais, já que estamos usando aqui... Não haveria, eu imagino que essa correção foi feita pegando o preço praticado pela VASP, eu imagino.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, nós pegamos o preço dos Senhores de referência do mesmo mês. Era 78, como foi dias de diferentes entre a dispensa de licitação e a concorrência, pegamos 78 multiplicamos por 2, ora, quem vai, volta, o preço equivalente dava 156, a preferência de referência era de 197 no mesmo mês, por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Do Senhor não, do CORREIO, Deputado. Não é do Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é o CORREIO, o Senhor é homem que mais entende de RPN, trabalhou 20 anos, setor técnico, membro das comissões de licitações.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu tenho a lembrança, que nessa foi usado por ser um objeto novo de referência, porque foram cotadas 5 linhas, foi usado o ROLAND BERGER para a linha G, K, F, foram 5 linhas, K e alguma outra foram 5 linhas, é diferente do que estava em vigor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a linha era a mesma tudo era igual, não tem saída, viu? A linha era igual tudo era o mesmo, o mês era o mesmo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foram dados da ROLAND BERGER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando é mais alto é a ROLAND BERGER, dependendo do caso que interessar... Pelo amor de Deus, você eu usa um preço de referência para uma linha num mês com dias de diferença, como é que eu justifico que só por dobrar, eu mudei a referência? Não tem lógica.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não é por dobrar, existe uma lógica em tudo que é feito--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Realmente há uma lógica em tudo que é feito, o difícil é entendê-la dentro das regras legais.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi o seguinte, foram contratadas 5 linhas da concorrência 10, 5 linhas. Eu não poderia pegar, para a linha F vou usar essa referência, para a linha K vou usar outro, foi usado como padrão para essa licitação... ROLAND BERGER foi isso para todas as linhas, ou seja, linhas que foram, vem sendo por causa da DL 03 e 02 de 2000, foram 5 linhas nessa concorrência, foram 5, por isso que eu digo, o objeto é diferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não era amigo do pessoal da SKYMASTER não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Telefonemas só?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu trabalhava só, telefonemas institucionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só institucionais? Nada de aniversário?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não sei do aniversário dele, não sei aniversário de ninguém, de nenhum fornecedor eu sei aniversário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é nós constatamos na quebra do sigilo telefônico do Senhor Luiz Otávio da SKYMASTER, que ele efetuou 14 ligações para sua residência, inclusive no dia de Natal no ano de 2001,

exatamente no mês da realização do pregão 045 de 2001, vencido pela SKYMASTER com um preço considerado superfaturado pela própria ECT, pelo Brigadeiro Venâncio Grossi, o que teria levado o Senhor Luiz Otávio no dia de Natal a ligar para o Senhor, o Senhor que há pouco afirmou que: "Dia de Natal? Não". Não havia relação de amizade que justificasse as ligações?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Veja o seguinte, como V.Ex^a. falou, tem que ter amizade, ele deve ter ligado, eu imagino que se V.Ex^a. está afirmando, deve ter ligado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não estou afirmando, consta no sigilo telefônico, está documentando.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eventualmente, como eu digo, eu não posso afirmar, porque eu não lembro, mas é possível, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ligou no Natal para o Senhor por quê? Ele ligou no dia do Natal para quê? Para discutir o pregão?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Evidente que se ele ligou no dia de Natal, ele deve ter ligado para dar feliz Natal, com certeza, mas isso não significa que não há relação de amizade, eu tenho relação comercial muito respeitável com todos os fornecedores, sempre tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor há pouco negava que essa relação comercial levasse a ponto das pessoas ligarem para sua casa, dar feliz natal.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu falei que o meu telefone todo mundo conhece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O dia de Natal o Senhor negou. Quando eu perguntei do aniversário da morte de Jesus Cristo, o Senhor falou: "Não, não me lembro".

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu sinceramente não lembro dessa ligação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas está registrado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até, porque veja o seguinte, Deputado, eu realmente não tenho, não tenho prazer de desfrutar amizade das pessoas. Eu tenho A minha vida--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe por que chama a atenção? O Luiz Otávio era Diretor comercial da SKYMASTER, não era Diretor operacional.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É quem trabalha na parte da empresa, é ele que controla toda a parte operacional da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Diretor comercial.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas eu acho que não tem o Diretor operacional, eu acho que não tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, eu não entendi?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que ele acumula as funções, Deputado, a menos que no CORREIO quem trabalhava... O contato era do Dr. Luiz Otávio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tratava de problemas operacionais dos CORREIOS na sua casa nos horários de expediente ou fora do expediente? Qualquer hora do dia.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se era na minha casa, era fora do expediente, porque aí no horário de expediente eu estava no serviço, eu estava todo dia no serviço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E no dia de Natal, não deve ter sido então.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deve ter sido para o meu telefone particular, deve ter sido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deve ter sido “feliz Natal”?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu imagino que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “Obrigado por todo o apoio”.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Feliz Natal, apoio é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles ganharam o pregão 45 naquele mês.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ganharam o pregão 45 naquele mês, os CORREIOS reconheceu que está superfaturado, foi um presentão.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nessa época eu estava no centro de controle, eu trabalhava durante a noite, então a minha atividade era mais, era noturna, sabe?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Eu sou avisado de que começou a votação do outro processo de cassação. Vou ter que infelizmente suspender retornamos a seguir com o seu depoimento, até, porque nós temos mais dois depoimentos essa noite, suspensa a Sessão por alguns minutos.

Sessão suspensa às 21h50

Sessão reaberta às 22h24

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Nós continuamos com o depoente, o Senhor Luis Carlos Scorsato. Bem, os contratos com a RPN, que eram firmados pelas empresas sempre que era admitido que se pudesse contratar parte da aeronave, havia a previsão contratual de que havendo disponibilidade de espaço na parte reservada RPN, a ECT poderia comercializar esse espaço, inclusive junto à própria empresa de transporte aéreo, abatendo-se o valor correspondente da respectiva fatura mensal. A RPN, ou na operação da RPN os CORREIOS sempre ocupavam todos os espaços em todos os trechos?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Está ligado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, nós temos uma ocupação bastante, bastante próxima do quase, do total, principalmente quando era feito com bloqueio. Mas existiu determinados trechos que haviam uma certa, digamos, folga, um certo espaço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia. Em algum momento os CORREIOS chegou a comercializar esses espaços?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, na verdade, nós... Isso houve bastante comercialização, chamado até de cargo industrial na época, foi mais eu acho que em 2000, eu não lembro exatamente o ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a ver em que ano? Em 2000?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que em 2000, eu não lembro exatamente o ano, Deputado. Mas é uma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, por que sempre quando existe um espaço disponível, o CORREIO não comercializa? Com a própria empresa, inclusive?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Agora eu não sei se V.Ex^a. tomou conhecimento, o CORREIO instituiu um serviço novo chamado *consignment*. É justamente para captar carga nos trechos de retorno, para uma melhor ocupação das aeronaves. Agora nós temos um serviço, um produto que tem essa finalidade. Nós não tínhamos até então, nós não tínhamos até então.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, porque é que nunca nesses vôos em que havia disponibilidade o CORREIO comercializou com as empresas, isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade o CORREIO tem a sua, digamos tem um bloqueio, certo, um bloqueio, sei lá, 10, 15 toneladas, certo? A venda desses espaços, a venda de carga nesses trechos de retorno, a captação de cargas sem ter, digamos uma ferramenta hábil, hoje nós temos que é *consignment*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Poderia ser negociada com a própria empresa transportadora, por exemplo, o Senhor poderia, o contrato permitia isso, vender esse espaço para a SKYMASTER, por exemplo, abatendo o custo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se ela tivesse o interesse de comprar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era oferecido para elas essa compra?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade não, Deputado, porque na verdade o que a gente fazia? Quando contratava o bloqueio, na verdade procurava-se contratar muito próximo da realidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O CORREIO nunca fiscalizou a possibilidade das empresas estarem utilizando esses espaços para transportarem carga dela sem pagar ao Correio?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, pelo fato de envolver diversas bases, de envolver todo o pessoal operacional, eu vejo pouca possibilidade que tenha havido algum tipo de atitude não recomendável nesse sentido, porque havia orientação, se eventualmente houvesse e tinha a nossa orientação como normatização para que se houvesse a ocupação do espaço que é contratado pelo CORREIO, que fosse abatido para ser informado para ser abatido a fatura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve algum caso em que se constatou isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que houve uma turbina, eram coisas muito esporádicas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais as empresas que foram pegas nesse flagrante de delito?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se não me falha a memória, eu me lembro, eu acho que foi quando a VARIG ainda fazia Porto Alegre-São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa VARIG?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se não me foge a memória, faz muito tempo, só sei que recentemente nós não temos tido... Se teve com certeza foi informado pelo departamento, com certeza foi abatido na fatura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que é quê, mas veja, além de ter, se eu pegar e abater da fatura a empresa fica muito estimulada a isso, eu arrisco, se pegar pegou, se não pegar não pegou, seria o caso de aplicar uma sanção dura, inclusive rescisão de contrato.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso é realmente uma situação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que levaria a rescisão do contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora não foi feito isso quando foi pego.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não houve esse tipo de incidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falou que no caso de uma turbina da VARIG?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Foi cobrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ser cobrado é o mínimo. Veja o seguinte: Eu constato uma situação, só cobro então a empresa está na boa, se pegarem eu pago, se não pegarem eu não pago, o problema é a rescisão do contrato, tem que tomar uma medida punitiva vigorosa.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ela consultou o CORREIO na época se podia. Houve uma autuação prévia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora de transportes sem a empresa informar, nunca se pegou nada?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não, eu espero que isso não tenha ocorrido Deputado, porque realmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que era feita a fiscalização para verificar se isso ocorria ou não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como é que funciona, Deputado? As bases, elas recebem, nós temos supervisores que fiscalizam o embarque e desembarque da carga e elas informam de sistema o STAN, Sistema de Transporte Aéreo Nacional, elas informam eventuais ocupação do espaço pago pelo Correio. Certo? Então se eles têm [inaudível – 2:51] normatização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor fiscaliza isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso aí é pelas próprias bases, os supervisores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O supervisor local?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós temos supervisores nas bases.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele vai sempre checar no vôlei e atestar?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele tem essa incumbência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos informação que isso ocorria com frequência, ou seja, que frequentemente era carga transportada pelas empresas, em espaço que efetivamente deveria ser dos CORREIOS.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, essa informação realmente é bastante... Porque se isso ocorreu realmente é uma atitude inadequada. O que tem que ser verificado é se ela estava usando o espaço do CORREIO ou não, tá digamos se o CORREIO--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A nossa informação era, por exemplo que no trecho de Manaus-Brasília-São Paulo, os aviões voltavam sempre abarrotados, era uma rotina voltarem abarrotados, para efeito dos CORREIOS--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se V.Ex.^a. observar, por exemplo, nós tínhamos um bloqueio de 5 posições de *pallets* de Manaus para São Paulo. Certo? Manaus-Brasília-São Paulo, então as outras, 5, 6, 7 posições era um direito da companhia contratada trazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, se isso aconteceu, eu tenho que chegar à pressuposição que houve uma falha do supervisor local, uma falha ou um suborno?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A princípio--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Com certeza. Se houve utilização do espaço que nós pagamos, com certeza foi uma atitude inadequada. Sem a devida compensação financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Em novembro de 2004, quando foi realizada a concorrência 06 de 2004, para a contratação das linhas da nova malha da RPN, a cotação do dólar americano estava na casa de 1 dólar para 2,75 reais, e atualmente em razão da desvalorização da moeda norte-americana, essa relação caiu para 2,12. De acordo? É natural que quando sobe o dólar, as empresas peçam reajuste de preços. E será natural, portanto, que quando cai o dólar, os CORREIOS refaçam os preços. O CORREIO tomou alguma iniciativa agora para reajustar para menos os preços?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nós tivemos esse cuidado, fizemos essa simulação, porque na verdade, se me permite, nesse período o dólar realmente teve uma queda de 7,98%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): é verdade?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele caiu de 2,75 para 2,53, quando foram o início da operação. Ao mesmo tempo, Deputado. O combustível ele tem uma majoração de 7,55%, então nós fizemos uma simulação, para ver se caracterizaria a situação de reequilíbrio para baixo, na verdade como o combustível tem uma participação, tomando como média todas as planilhas de custo de todas as empresas, de 48,3% com uma majoração de 7,55%, ele dá o impacto nos custos de 3,64, a queda do dólar era de 7,98, com a participação média de 16,73 sobre os custos, ela dava um impacto de menos 1,33. Ou seja a atualização dos valores não é vantajoso para a ECT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor tem esse estudo técnico feito?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Temos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu pediria que encaminhasse a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para que nós possamos então efetuar--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu digo que nós fizemos essa simulação, até porque nós estamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor pudesse passar essa simulação para nós, o Senhor poderia entregar em quanto tempo para nós?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vou achar essa simulação... no dia que nós fizemos analisamos a situação. Ela, os dados são concretos, avaliação do combustível, o valor que fizemos e como era vantajoso para a ECT no momento não fazer a alteração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando é que o Senhor poderia entregar o estudo para nós?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu teria que agora, porque na verdade nós fizemos o estudo, trabalhamos, mas digamos não ficou, eu não sei se ficou formalizado se nós formalizamos isso, mas nós analisamos com certeza, se ficou formalizado nós encaminharemos a CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma dúvida nos contratos atuais, o combustível não é atualizado automaticamente?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Atualmente sim, ele é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então como é que se justifica?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu estou falando, Deputado, do período de 25 do 11 até 30 do 04, aí não houve--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o combustível não é reajustado quinzenalmente no contrato? Independentemente de re-equilíbrio contratual?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Quinzenalmente no contrato?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é que quinzenalmente reajustado o combustível?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas é que o contrato não está em vigor Deputado, o preço do combustível do dia 25 do 11 até o início do contrato, ele sofreu uma majoração de 7,55%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor pegou o valor da proposta e atualizou o preço do combustível, é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, mas não foi atualizado. Tá? É o seguinte utilizou-se o preço original da proposta para vigorar a partir do mês de maio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): “O equilíbrio econômico financeiro do contrato, se verifica no momento da apresentação da proposta”. Então, pelo que eu entendi, o Senhor pegou o preço do combustível do momento da proposta até o momento da assinatura do contrato, atualizou e com base nisso está dizendo que o baixar do dólar não faz o desequilíbrio, é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, desculpa eu não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O equilíbrio econômico financeiro se define no momento da apresentação da proposta. Não é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade, a apresentação da proposta é quando eventual reajuste na renovação do contrato, então é isso, na verdade o re-equilíbrio não é em cima disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O equilíbrio econômico financeiro de um contrato se define no momento em que o licitante apresenta a proposta da licitação. É ali que se faz a fotografia do equilíbrio econômico financeiro. Então, há um espaço entre a proposta e a assinatura do contrato. Pelo que eu entendi que o Senhor me disse. O Senhor fez o seguinte: O Senhor pegou o preço do combustível no momento da apresentação da proposta, verificou o preço do momento da assinatura do contrato. A partir daí ele foi sido registrado quinzenalmente, mas não

houve o reajuste quinzenal desde o momento entre a proposto e contrato, é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Para início do contrato em vigor, foi adotado o preço da apresentação da proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem poderia ser diferente, é quinzenal, o reajuste quinzenal?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Ele teve diversas variações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deixa eu ver se entendi. O problema que o Senhor está colocando, é que não houve o reajuste entre a proposta e o valor da assinatura do contrato? E isso teria trazido uma situação em que mesmo com a compensação da queda do dólar, não justificaria um reajuste de preços a menor para os CORREIOS, é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isto? Esse estudo foi feito formalmente?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu digo, Deputado, foi feito formal, eu tenho aqui a informação, inclusive, nós trabalhamos, eu tenho pessoa que trabalham comigo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu pediria que o Senhor mandasse. Qual o período de tempo que passou entre a apresentação da proposta e a assinatura do contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A apresentação da proposta foi dia 25 do 11 e o início da operação foi primeiro de maio, então foram quase 5 meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quase 5 meses. Então se o Senhor pudesse passar esse estudo para nós, nós estaremos verificando esta análise dos preços atuais e da sua prática. Quando é que o Senhor poderia nos entregar isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu vou ver, se está formalizado eu posso entregar amanhã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se não está formalizado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aí eu vou ter que fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Botar no papel, em quanto tempo o Senhor nos entrega?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de um certo momento os CORREIOS ficaram preocupados com as condições de operação das empresas. E se até um certo momento não exigiam a CHETA que é um Certificado de Homologação de Empresas de Transportes Aéreos, que autoriza a voar, a partir de um momento começaram a exigir a CHETA nos editais, de acordo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A CHETA credencia a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes não exigiam, a partir de um certo momento começou a exigir a CHETA.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A CHETA sempre exigia, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não havia um momento muito claramente posto para nós, que o momento em que a empresa AEROESPACIAL disputa, a concorrência 10, não é isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A concorrência--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de um certo momento era exigido a CHETA, antes disso não era exigido a CHETA, não importa isso não vem ao caso. A verdade é que a partir de um certo momento se exige a CHETA como autorização. O que nos chama atenção é que ao verificarmos o sistema de transporte aéreo nacional dos CORREIOS, nos dados do STAN(F), nós constatamos que no período de 19 de abril a 8 de setembro de 2004, a aeronave modelo DC8-G2F prefixo PRSQI da SKYMASTER, realizou operações da RPN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de um certo momento, a empresa de CORREIO, os CORREIOS ficaram preocupados com as condições de operação das empresas e se até um certo momento não exigiam a CHETA, que é o certificado de homologação da empresa de transportes aéreos que autoriza a voar, a partir de um momento começaram a exigir a CHETA nos editais. De acordo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A CHETA, acredito que é... credencia a empresa, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes não exigiam, a partir de um certo momento começou a se exigir a CHETA.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A CHETA sempre se exigiu, doutor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Não. Havia um momento, um momento muito claramente posto para nós que é o momento em que a empresa aeroespacial disputa,

era quando, acho que a concorrência 10, não é isso? A partir de um certo momento era exigida a CHETA, antes disso não era exigido a CHETA. Mas não importa. Isso não vem ao caso. A verdade é que a partir de um momento se exige a CHETA como autorização. O que nos chama atenção é que ao verificarmos o sistema de transporte aéreo nacional dos CORREIOS, dados do STAN, nós constatamos que no período de 19 de abril a 8 de setembro de 2004, a aeronave modelo DC-8 G-2F prefixo PRSKI da SKYMASTER, realizou operações da RPN sem condições, já que só obteve autorização do DAC para conduzir operações a partir do dia 15 de setembro de 2004.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Sem o certificado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente. Porque que a ECT não controlou a regularidade das suas aeronaves que prestavam serviços. Como é que o Senhor explicaria isto?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu não tomei conhecimento dessa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não era fiscalizado isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, dentro do meu parco entendimento de transporte aéreo, eu acho que o DAC não autoriza uma aeronave a levantar voo se não tiver certificado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há uma sindicância do DAC aberta para apurar esta situação. Quando nós informamos o DAC desse fato que nós constatamos o DAC abriu uma sindicância. O DAC não sabe explicar como essa aeronave levantava voo sem autorização dele.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Então, não temos conhecimento, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores nunca checaram isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não temos conhecimento. Porque a princípio, Deputado, como V.Ex^a. afirmou, se ele levanta voo é porque o DAC autoriza. Se ele autoriza é porque está legalizado. Aí nós não tínhamos como checar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegava a ver as planilhas de custos da BETA e da SKYMASTER? Essa foi verificada.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como em todas as empresas, os processos a gente olhava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, nós temos em mãos uma planilha bastante curiosa que confirmaria a tese

que nós estamos trabalhando sobre ela na investigação. É a planilha de acertos de custos entre a BETA e a SKYMASTER, ou seja, a BETA e a SKYMASTER tinham um acerto permanente de custos entre elas e curiosamente, quando eles estavam fazendo as contas de quem deveria pagar o que para quem, colocavam lá os custos, etc. e havia um item na planilha que era acerto com a ECT, ou seja, propina colocada na planilha. Em algum momento o Senhor chegou a ver esta planilha?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca chegou a ver? Jamais?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Até porque não exige. Obviamente isso não foi apresentado oficialmente. Então eu desconheço qualquer...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. O Senhor mostrou bastante zelo por essa questão tributária, ou seja, mesmo não admitindo aviões que efetivamente pudessem ser cedidos por empresas que eram devedoras tributárias, de acordo com o Senhor isso seria recomendável porque isso haveria uma indicação de que a empresa poderia falir, etc. o Senhor apresentou essa versão aqui. Isso me leva a crer que havia uma fiscalização severa nos processos de licitação relativamente a CND, Certidões Negativas de Débito, das empresas do CORREIO Aéreo. É verdade?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é. Nós constatamos uma coisa curiosa. Na concorrência 10, de 2000, a empresa BETA apresentou uma certidão da Dívida Ativa da União positiva, positiva. No entanto, no verso, um procurador da Fazenda Nacional em despacho simples confere ao documento efeitos de negativa. Não é aquela certidão positiva com efeito de negativa que tanto se expede. É uma certidão positiva que no verso tem um despacho de um procurador da fazenda e que diz que o efeito é negativa. Quando nós olhamos essa certidão, nos causou impacto. Mas espera aí. Isso não era aquela certidão normal. Era atípica. Nós estamos diligenciando na Procuradoria da Fazenda para entender o que aconteceu neste caso. Em contatos informais até agora ninguém soube nos explicar. Eu hoje mesmo falei com o Procurador-Geral da Fazenda, pedindo, se ele poderia com a maior agilidade possível, informar que certidão era essa. Os Senhores ao ver uma certidão desse tipo, totalmente atípica da BETA não fizeram nenhuma gestão para saber se a certidão era correta?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já que tinham tanta preocupação com a questão tributária.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não tenho a menor condição de lembrar disso agora, porque eu possivelmente não tenha visto essa certidão. No documento de regularidade fiscal, eu sei que eles são analisados e com bastante critério, Deputado. Não sei. Aí eu não teria comentário a fazer. Porque o que eles sabem que os documentos eram analisados. Se a empresa A ou B tem problemas de regularidade fiscal, ela normalmente é inabilitada. Agora, essa informação, Deputado, eu não teria condições de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o responsável para analisar essa regularidade fiscal no processo de licitação, é a Comissão de licitação não é? Suponho?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: No processo licitatório?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Ou em dispensa de licitação, quem faz esse exame?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É o seguinte, Deputado, essa licitação, concorrência 10, eu não lembro se foi, como é que ela se procedeu, porque faz tanto tempo. Mas normalmente, tem o que, tem o especialista da área de, que analisa essa documentação financeira, a gente usa pessoas que conhecem essa, pede auxílio, pede auxílio da área jurídica, tá, normalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, no processo não constou nada em nenhum exame embora seja uma certidão bastante atípica.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não conheço essa certidão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E vimos que isso existe em processo de dispensa de licitação ainda. Ou seja, se aquela certidão foi irregularmente expedida nós temos várias situações de nulidade.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só para... A verificação da regularidade, digamos, com o... para fazer o pagamento realmente é feito uma checagem se ela está com a certidão em dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a dispensa de licitação também tem que ser feita porque é condição para habilitação, perdão, na licitação é condição de habilitação e na dispensa é condição de contratação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Com certeza, é obrigatório... fiscal...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor veja aqui, eu tenho aqui a cópia da certidão. Veja aqui que coisa interessante, olha, eu já expedi ao Procurador-Geral da Fazenda, Dr. Manuel, falei com ele hoje, inclusive. Veja aqui. Certidão quanto à Dívida Ativa da União. Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. Está aqui. Certidão positiva. E não tem na certidão a declaração de que havia o parcelamento, portanto, certidão positiva com efeitos negativos, como normalmente se coloca. Porém veja que curioso. Um despacho no verso, olha, Procuradoria da Fazenda Nacional, certidão 001 de 2000. A Procuradoria da Fazenda Nacional confere à certidão em epígrafe o efeito de negativa. Conforme artigo 206, do Código... Nacional, tendo em vista que os débitos tributários inscritos no número tal estarem em análise. Como assim estarem em análise? Estranhíssimo isto, não é. Em todo o caso, nós estamos verificando a regularidade disso, assinado por um procurador da Fazenda Nacional. É estranho, não é.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A princípio tem credibilidade a assinatura de um procurador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja. Primeiro precisa ver se é a assinatura de um procurador mesmo, não é.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Pois é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, eu posso ter uma falsidade, uma falsificação. O que é estranho é que é uma certidão atípica, pelo menos daquelas que nós habitualmente costumamos ver. Pelo menos é o que nos parece. A própria Procuradoria da Fazenda não saberia explicar o que é exatamente isso e me parece que ninguém teve o cuidado de checar isso. Mas nós vamos checar direitinho e se eventualmente houver irregularidades nisso nós tomaremos as providências cabíveis aqui. O Senhor conhece o Senhor Izio Mauro Kudchevic(F).

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Kudchevic(F)? Ele foi gerente de transporte da regional do Rio de Janeiro. Ele foi Diretor lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor, foi o Senhor que o exonerou da função que ele exercia?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Como, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor que o exonerou da função que ele exercia?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não. Essa é uma atribuição da própria Diretoria Regional. Não tenho nenhuma participação até porque não é atribuição da... fazer esse tipo de atitude.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parece que ele foi transferido por uma unidade que era cercada por um conjunto de favelas do Rio de Janeiro para trabalhar durante a madrugada. O Senhor sabe desse fato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tenho a menor informação, Deputado. Eu sei, eu conheci o Izio, tá, tive alguns contatos com ele, lá, como gerente de transporte da regional do Rio de Janeiro, mas eu não tive nenhuma informação, não sei que atividade ele está exercendo agora, não sei nada, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece a empresa AUTROTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é essa empresa? Que faz essa empresa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É uma empresa que faz rastreamento de veículos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rastreamento de veículos. O CORREIO tem contato com essa empresa?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não sei se hoje tem, Deputado. Ele tinha. Ele tinha. Até foi um contrato firmado em 98. Ele teve um contrato que eram 34 veículos da Diretoria Regional do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia algum problema nesses contratos?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Problema não, Deputado. O que havia era, essa empresa foi contratada para rastrear 104 veículos e o que saiu, V.Ex^a. deve saber, saiu no jornal O Dia, foi publicado no jornal O Dia, que haveria, inclusive cita meu nome, eu teria sido responsável pela autorização, promulgação...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas qual é o programa nesse contrato? O que houve com o contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade, Deputado, é o seguinte, o que houve? Eu vou dizer qual foi a minha participação exatamente nesse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Primeiro o que aconteceu no processo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que aconteceu? Qual era o problema que tinha?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Na verdade era o seguinte, essa empresa foi firmado um contrato em 98, com a AUTROTRAC e esse contrato venceu a princípio acho que em 2004, alguma coisa assim, foi

prorrogado, tá. E a partir disso, eu assumi o departamento em julho de 2004 e nós recebemos um, tomei conhecimento de uma tomada de preços que estava sendo feito para técnico, perdão, para fazer uma nova contratação. De rastreamento Tá? Existia nessa época um grupo de trabalho composto por pessoas da área de operações, da área de segurança, da CIPRO da Diretoria Regional do Rio de Janeiro e de São Paulo, para um estudo sobre a gestão, digamos, diretrizes corporativas do rastreamento. Tá? No contato que eu tive com o grupo de trabalho, me disseram que não era, a forma com que estava sendo contratada não era exatamente o caminho que o grupo estava imaginando para o rastreamento, para o projeto corporativo para a empresa, porque o departamento fez sob a minha gestão. Então eu pedi suspensão temporária da tomada, da técnica e preço, com definição corporativa sobre o projeto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E manteve então o contrato com a AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O seguinte. A participação. O contrato com a AUTOTRAC ele tinha em vigor ainda, ele estava em vigor, isso foi em setembro, ele vigoraria, acho que até início de 2005, alguma coisa assim. O que foi feito depois, prorrogação, eu não tive participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Senhor não teve participação?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, foi a única participação. O departamento teve nesse processo foi essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor Izio era um bom funcionário, dirigente?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu acho que eu encontrei o Izio, acho que umas duas vezes. Eu acho que eu encontrei o Izio numa reunião de serviço aqui em Brasília, acho que eu encontrei umas duas vezes. A gente não tem muito contato com os gerentes regionais, não é, Deputado, porque estão sob a subordinação administrativa da Diretoria Regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque ele foi exonerado?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tenho a menor informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não tem a menor informação, não? Tem alguma coisa haver com esse processo?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que não. Eu imagino que não. Eu imagino que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor Izio, ele mandou um e-mail para essa Comissão Parlamentar de Inquérito dizendo o seguinte, que na verdade, ele estava contrário aos procedimentos adotados nesse caso desta empresa da AUTOTRAC e que ele foi exonerado por intervenção sua, exatamente para viabilizar esta situação absolutamente irregular que o próprio TCU pede agora que o Senhor Luís Carlos Scorsato, Sr. Maurício Coelho Madureira, Senhor Nelson da Adjunto prestem justificativas do porque tiveram esta inércia em abrir a licitação. Ele disse que ele se opunha ao procedimento que estava sendo adotado pela ECT, que portanto foi exonerado do cargo que ele ocupava e colocaram ele para trabalhar numa área cercada por favelas no Rio de Janeiro, para trabalhar durante a madrugada, quer dizer, uma punição pesada.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas Deputado, eu posso lhe assegurar com toda a convicção. Eu jamais tive nenhuma interferência, nenhuma solicitação, para que nenhum Diretor Regional designasse esse ou aquele funcionário, Deputado. Essa é uma mentira, é uma afirmação completamente absurda. Eu jamais tomaria uma atitude dessas. Até porque, Deputado, não foi feito nada de irregular nesse processo. Não, o que eu fiz foi um ato administrativo, Deputado. Foi um ato administrativo, simples, para evitar que se comprasse alguma coisa que não atendesse ao Correio. Em nenhum momento eu jamais teria uma atitude de solicitar que qualquer Diretor, designasse esse ou aquele funcionário para determinada função, Deputado. Não é nossa atribuição. Eu não tenho a menor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele relata aqui que havia uma queda de braços. Que na verdade havia uma pressão para que se contratasse por inexigibilidade de administração a empresa AUTOTRAC. E ele diz que, relata toda uma série de situações. Ele diz o seguinte: Os CORREIOS renovaram no ano passado contra três pareceres do Departamento Jurídico e sem licitação, contrato de rastreamento de veículos de comunicação com AUTOTRAC, empresa do ex-piloto de Fórmula 1, empresário Nelson Picquet, a AUTOTRAC é desde 1998, responsável pelo serviço de localização e bloqueio de 34 caminhões dos CORREIOS do Rio e de transportadoras contratadas pela empresa, obrigadas a ter o mesmo sistema. Atualmente o contrato é de aproximadamente 276 mil. A operação suspeita aconteceu na direção de operações sob comando de Maurício Madureira, exonerado pelo Presidente Lula e acusado de irregularidades pelo Deputado Roberto Jefferson. Não foi a primeira renovação sem licitação em benefício da AUTOTRAC. Em 2003, no fim do contrato

302 de 98 os CORREIOS já haviam estendido o compromisso por um ano alegando inexigibilidade em licitação. Ano passado, entretanto, a situação foi peculiar. A associação do Rio de Janeiro tomou, iniciou tomada de preços informal com cinco empresas seis meses antes do fim do contrato previsto para 20 de junho. Em 22 de abril a AUTOTRAC enviou carta aos CORREIOS solicitando início do processo de renovação. Queda de braço acabou depois de pedido de suspensão. A consulta mostrou que as firmas tinham preços inferiores à AUTOTRAC, mesmo já incluídas na proposta, além dos 35 caminhões, 10 sprinters, a instalação da central de controle dos aparelhos dos caminhões, manutenção e envio de mensagens que as AUTOTRACs cobravam. A pedido da DIOP, O Departamento Jurídico de Brasília, Assessoria Jurídica do Rio, a gerência de administração deram quatro pareceres contrários à inexigibilidade da licitação, tendo em vista a farta oferta de empresas capazes de prestar o serviço. O impasse se instalou. A DIOP passou a pressionar a Diretoria Regional para fechar novamente com a AUTOTRAC. A queda de braço acabou 11 de agosto quando o Rio já estudava a contratação temporária por três meses de 17 veículos. O chefe do departamento de frota Luís Carlos Scorsato, da DIOP, enviou carta, solicitando a suspensão temporária da tomada de preços, o gerente de transportes, Izio Mauro Kudchevic(F) questionou a medida e alertou que a decisão era de alto risco. Foi exonerado no dia seguinte pelo Diretor Regional Nelson de Andrade Júnior. A AUTOTRAC renovou a prestação de serviço por contratação emergencial com dispensa de licitação por 180 dias. O acordo já foi novamente estendido por seis meses. Isso está em vigor. A AUTOTRAC continua a rastrear 34 caminhões no Rio. Scorsato continuou no cargo até quinta, quando foi exonerado, uma semana após Madureira. O ex-Diretor chegou a ser nomeado como Consultor de Diretoria mas acabou afastado após um dia revelar que voltará à Presidência. Os CORREIOS negam favorecimento à AUTOTRAC. Essa é a matéria, não é?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São corretos os dados que estão aqui?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, isso não tem o menor fundamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vou dizer, primeiro. Eu quero deixar muito claro. Eu nunca tive nenhuma interferência e com qualquer Diretoria Regional para, eu quero reforçar isso, para designar esse ou tirar aquele funcionário. Isso não é verdade. A par-

ticipação da área de operações, sob o meu departamento, o que é que foi então foi um processo, um ato administrativo. Olha, suspenda até que a gente tenha uma diretriz corporativa para o assunto. Agora, como foi dizer que eu fui responsável pelo contrato. Isso não é verdade. Não era nossa atribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a carta para suspender a licitação foi sua?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Temporariamente. Até porque, Deputado, o que o grupo de trabalho responsável para definir diretrizes corporativa que estava imaginando, por rastreamento de veículo, não era exatamente aquilo que a tomada, o edital técnica e preço estava contratando, então, havia uma insegurança no que contratar, até porque recentemente, Deputado, V.Ex^a. deve saber, existem várias tecnologias de rastreamento. Então tem que ver, se localmente, que tipo de tecnologia. Então não havia convicção. Agora, chamar isso, que se favoreceu alguém, Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a AUTOTRAC continua até hoje e o novo sistema não foi implantado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não sei, Deputado. Hoje--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, na prática a sua carta de suspensão apenas viabilizou novas contratações da própria AUTOTRAC sem licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, a minha carta foi um ato de preservação dos interesses da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem decidiu foi o Senhor mesmo que decidiu pedir a suspensão ou o Senhor recebeu ordem de superior?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Pela suspensão? Não, a decisão foi do departamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem tomou a decisão?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor mesmo tomou a decisão--

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em função de informação que eu recebi do grupo de trabalho que estava conduzindo o processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Só que até agora nada foi implantado de novo. O sistema continua o mesmo e a AUTOTRAC continua e no dia seguinte do Senhor, que denunciante ter apresentado a sua, o seu inconformismo ele foi exonerado do cargo. Coincidência.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Para mim isso é novidade. Eu não sabia. Eu não sei onde é que ele trabalha. Eu não tenho nenhuma...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quero apenas observar que esta, aqui está a carta do Senhor.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Carta do dia 11 de agosto de 2004, solicitamos a V.S^a. suspender temporariamente a tomada de preços cujo objeto é contratação de sistema de rastreamento de veículos para essa Diretoria, haja vista que está em curso a elaboração de projeto corporativo estabelecendo diretrizes inerentes a esse tema, a qual será utilizada nacionalmente nos processos de aquisição das tecnologias.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso o Senhor mandou no dia 11 de agosto.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: 11 de agosto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No dia 16 de agosto há uma cota no verso da sua carta. Ao COPERCONSUL Gerard(F) Trata-se de decisão de alto risco. Visto que necessariamente nos deixará sem rastreamento. Estamos com contratação provisória e dependemos de prosseguimento da atual licitação. Não havendo tempo hábil para esperarmos novo projeto corporativo. Assinado Senhor Izio Mauro, gerente de transportes. Está aqui a cota. Em seguida ele é exonerado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em seguida ele é exonerado.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado. Eu volto a frisar isso. Eu não sei nem onde é que o Izio trabalha. Nunca tive um relacionamento próximo com o Izio. Eu não sei porque ele afirma que eu teria interferido nisso. Não tem o menor fundamento isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que eu fiz, e volto a reprisar, foi preservando o interesse da empresa, Deputado. Foi porque não havia segurança de que o que estava sendo contratado era o produto mais adequado. É isso. Agora, daí a dizer que houve qualquer tipo de segunda intenção, Deputado, vai uma distância muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a exoneração dele então foi mera coincidência?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu não sei, eu não sei, eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor mantém algum tipo de contato com os Diretores da AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles têm ligações com o Senhor?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não fazem ligações?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca recebeu ligações dos Diretores da AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu teria que... É aquela história, Deputado, eu, eu era o responsável pelo departamento que gerenciava isso, mas eu não, até porque o rastreamento eu não conheço nada, então, eu tinha praticamente eu não tinha interferências nesse processo. Tinha o grupo de trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor manteve contato telefônico com o pessoal da AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, como V.Ex^a. chama Diretores da AUTOTRAC. Eu não tenho. Eu conheço tudo de AUTOTRAC, que acho que é Toscano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Toscano.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É. e um cabeludo que não sei o nome dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E um cabeludo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Reuniões do CORREIO só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles iam falar com o Senhor quê? O Senhor não tinha nada haver com o contrato.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eles tinham contrato com o Correio. Todas as reuniões que eu participei com esse pessoal, Deputado, foi reunião com o grupo, com equipe, porque era, porque nós estávamos implantando o ERP, então, tinha que adequar o sistema, tal, para que ele tivesse... como que fala, com o novo ERP. Na verdade era só assunto técnico, Deputado. Mas era...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, não. Mas esse contrato não era com a unidade do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse contrato não era com a unidade do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas o acompanhamento, digamos, a demanda que o RP, quem fazia era esse grupo de trabalho, a equipe. Na verdade, eu acho que ele foi lá umas duas ou três vezes, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Espera...

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: A gestão do contrato, pagamento, era para o Rio de Janeiro, Deputado, mas as digamos, as...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse grupo de trabalho foi constituído para quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Para definir as diretrizes do rastreamento, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para o Brasil inteiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Para o Brasil inteiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que empresas foram ouvidas pelo grupo de trabalho?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, são várias, inclusive, eu acho que tenho aqui se V.Ex^a. quiser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, a AUTOTRAC foi chamada para se reunir com o grupo de trabalho por que?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não, não. Fui do contrato entrou em vigor, o rastreamento entrou em vigor, porque ela já tinha, ela já fornecia rastreamento para 34 veículos no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o grupo de trabalho que tratava do redimensionamento da coisa, o que o grupo de trabalho tinha a ver com o contrato do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que o grupo de trabalho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tinha a ver com o contrato do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu conheço tão pouco de rastreamento... Mas eu vou dizer o seguinte: na verdade era o contrato, mas nós somos, o DENAF, a própria DIOP, ela tem, ela define as diretrizes, ela define o que precisa fazer para que haja uma amigabilidade...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu entendi, o grupo de trabalho está fazendo estudo para instituir um novo modelo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã-hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso. Se era para instituir um novo modelo, porque ele tinha que manter contatos com a empresa que tratava do contrato do Rio de Janeiro tratando de assuntos do contrato do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, os trabalhos, eu participei, eu acho que uma ou duas reuniões só, tá. Mas eu poderia trazer. Se eu fosse explicar sobre isso. Eu não conheço nada de rastreamento. Nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja. Eu não estou perguntando. Eu quero entender porque que um contrato que diz respeito à superintendência do Rio de Janeiro, exclusivamente superintendência do Rio de Janeiro, a empresa contratada tinha que manter algum tipo de discussão com o grupo de trabalho que não tinha nada haver com esse contrato, mas tinha a ver com uma reestruturação desse sistema.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, é o seguinte. Na verdade, as adaptações necessárias no sistema para que ele converse, para que ele fosse adaptado ao ERP, esse trabalho todo era conduzido por Brasília junto com a AUTOTRAC. Agora, a gestão do contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Espera aí, agora eu não entendi. Como é que é?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Digo, essas necessidades de aprimoramento, digamos, de adaptações do sistema para eles ter conversa, vamos dizer, conversa com a ERP, conversar com a ERP, eram conduzidas, eram discutidas com a administração central. A gestão do contrato com a AUTOTRAC gestão, pagamento, controle, é tudo feito pelo Rio de Janeiro. Certo? Mas aí se instituiu a ERP. A equipe, Brasília, discutia, olha, precisa fazer isso para poder conversar com o sistema. Precisa instituir essa funcionalidade. Por que? Para que o sistema atendesse ao...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Espera aí. O grupo de trabalho, agora eu me perdi completamente. O grupo de trabalho não estava planejando uma reestruturação sistêmica? Ou estava cuidando dos contratos em curso?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Diretrizes corporativas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. O que tinha que ver esse grupo de trabalho com a operação concreta do contrato do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, vamos aqui tentar esclarecer, porque...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tudo está gerando questionamentos e dúvidas. Eu nunca vi uma coisa... [Risos]

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que se fez, Deputado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É verdade.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O que se fez, Deputado, eu posso garantir a V. Ex^a

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Que essas reuniões feitas na empresa, normalmente eram feitas numa mesa lá fora, com cinco, dez, quinze pessoas participando. É. Fora da minha sala. Lá na própria, cinco, dez, quinze pessoas, olha, eu preciso disso, preciso que você tente implementar isso porque ele continuava prestando serviço para o CORREIO de rastreamento. Também o seguinte: para o sistema que ele fornece informações para o CORREIO para ele ser amigável ao ERP tinha que ficar acertando detalhes para que fosse incluídas funcionalidades...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Continua incompreensível para mim, talvez por deficiência minha. Se esse grupo existia para planejar um novo sistema, só para isso, ele não cuidava da operação desse contrato de questões de como dialogava, nem nada. Ou esse grupo de trabalho planejava o sistema ou ele cuidava da operação do sistema. O Senhor falou que ele cuidava do planejamento de um novo sistema. Essa inclusive a razão pela qual o Senhor pediu para suspender a licitação.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Isso. Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, que diabo a empresa AUTOTRAC conversava com esse grupo de trabalho que não tinha nada haver com essa missão?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, veja o seguinte. Existia independentemente de ter um estudo para definir diretrizes comparativas, existia um contrato, não sei se existe hoje mais, em vigor com a AUTOTRAC. Certo? Se nós instituímos um sistema corporativo na empresa, que é o ERP e o sistema que

está fazendo rastreamento. Porque nós, lá, aqui em Brasília se acompanha diariamente esses caminhões que são rastreados para ver como é que está, então, faz o acompanhamento. Para que ele fosse amigável ao ERP. Eu estou falando disso aqui. Volto a dizer. Não conheço nada desse sistema, não conheço nada de rastreamento. Havia essa disposição, e inclusive, acho que eram duas pessoas. Era Toscano e mais esse cabeludo que não sei quem é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cabeludo. [Risos]

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essas duas pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Iam lá discutir o que devia ser adaptado a esse sistema que devia ser amigável ao ERP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conversava? Não estava em operação o contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não estava em operação o contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O contrato estava em operação. [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, veja. Eu imagino que esse contrato já, já permitia esse diálogo, não? Ou eles faziam o monitoramento que não seria para monitorar nada.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, Deputado, o ERP, na área de transporte de CORREIO é recente, ele começou a ser implantado, digamos, ser estruturado já faz tempo. Mas até ele chegar na área de transporte para... É coisa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E todas as supervisões do Brasil tem esse contrato?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: De?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou só o do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Do rastreamento nosso contratado com a AUTOTRAC só Rio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só o Rio?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É só Rio. Que eu saiba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E com outras empresas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que ele tem outras. Isso... ele tem nossos terceirizados

eles tem algumas que tem o Picquet como fornecedor AUTOTRAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos têm AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não sei se todos, Deputado, mas tem grande parte das nossas linhas tronco são rastreadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há outras empresas que operam com essas unidades?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hoje tem uma gama muito grande de empresas de rastreamento. Tem uma gama muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas há outras empresas que operam com as outras unidades do Brasil? Sem ser a AUTOTRAC.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Outras empresas que operam contratadas pelo Correio?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então a AUTOTRAC está contratada em todas as unidades?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, só tem rastreamento, contrato pelo Correio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Só Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As outras unidades não tem esse rastreamento?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Linhas terceirizadas, tá, elas têm rastreamento, linhas de transferência carga, elas têm rastreamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, eu, não sei se já é o horário noturno, mas eu não estou entendendo absolutamente nada. A questão é o seguinte, esse serviço de rastreamento existe em outras unidades além do Rio de Janeiro?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Contratados pelo CORREIO não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E contratada por quem seria? Seria pelo Correio, imagino?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: O CORREIO também terceiriza linhas, por exemplo, ele contrata uma linha de transferência de carga, contrata, vamos imaginar aqui uma empresa X, aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí a empresa contratada tem o monitoramento. Porque no caso do Rio de Janeiro houve contratação pelos CORREIOS, nos outros casos não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque aí, foi, Deputado, esse contrato foi em 98, antigo, eu vou ler só rapidinho, o que eu li do histórico. Havia um assalto muito forte no Rio de Janeiro, então, se decidiu para segurança da carga e do pessoal envolvido fazer linha rastreada. Isso foi em 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, mas isso tem também nos outros Estados esse problema. Porque no Rio de Janeiro se resolveu se contratar especificamente pelos CORREIOS uma empresa e nos outros Estados que também tem assalto de carga, no meu também tem, em São Paulo está cheio de assalto de carga, porque nos outros se admite esse rastreamento sendo feito pela própria empresa transportadora?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, não tenho a menor informação, isso foi feito em 98. Não tenho a menor informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E porque esse grupo de trabalho, agora eu volto a pergunta chave que não tem nada a ver com o contrato do Rio de Janeiro, está planejando um sistema de nível nacional. Porque que esse grupo de trabalho tinha que se reunir com a AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu acho que eu tentei ser claro nesse sentido. O que é que tem que fazer, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O problema pode ser meu. Eu, realmente não tem lógica nenhuma, o que você está dizendo, pode ser um problema meu.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tem lógica. A lógica existe. Nós estávamos, eu vou tentar de uma forma bastante simples...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Didática. Porque eu não estou conseguindo entender direito. Pois não.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Bastante simples. O ERP foi implantado na empresa e o sistema de rastreamento, ele foi a essa discussão com a equipe técnica, não foram Diretores, foi equipe técnica da AUTOTRAC. Olha, precisamos fazer isso para fazer o controle sem ter que CORREIO digitar dados, ele pega a informação direto no sistema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não estou entendendo nada. Mas esse... Vamos tentar a última vez, tá. Objetivamente. Se esse grupo de trabalho planejava um

futuro sistema, porque que ele tinha que se reunir para discutir aspectos operacionais concretos do contrato do Rio?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque existia um contrato em vigor e você procurava ter o melhor resultado possível desse contrato em vigor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a competência do grupo de trabalho não era essa!

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Hã?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A competência do grupo de trabalho não era essa!

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas ela conhece, ela sabe, por exemplo, não sei necessariamente se era a mesma pessoa que fazia um e outro trabalho, tá, não sei necessariamente se era a mesma pessoa. Mas existia. Porque existe pessoas na empresa e eu não me incluo, porque eu não conheço nada desse assunto, tá, que tem uma maior intimidade com esse assunto de rastreamento de veículos, desses sistemas e tal. Então, essas pessoas eram incumbidas de junto com os técnicos, técnicos, Deputado, da AUTOTRAC, a discutir a melhor forma que o sistema pudesse trazer os melhores resultados possíveis para a empresa. Só isso, Deputado. Entendeu. Mas era reunião de técnico, discussão técnica de técnico com técnicos. Não havia... [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu desisto. Eu sinceramente não vou tentar aprofundar essa investigação mas eu sinceramente confesso a minha inaptidão para entender o que exatamente aconteceu nesse caso. Agora... o Senhor mantinha contatos telefônicos com o pessoal da AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tinha não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não tinha relação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor recebeu telefonemas com o pessoal da AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Que eu lembro, se lá no serviço foi algum, mas eu não tinha contato com ninguém. Eu digo, conheço duas pessoas da AUTOTRAC só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o cabeludo. O Senhor... [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a conversar por telefone com o pessoal da AUTOTRAC?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Acho que não. Lá no serviço, pode ter ligado alguma vez, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para falar o que com o Senhor?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, eu era o gestor do transporte aéreo do Correio, Deputado. O que é que tem, qual é o inconveniente que a gente ter, discutir um assunto com fornecedor. Eu posso assegurar o seguinte, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inconveniente, não tem nenhum, desde que eu entenda a razão pela qual o Senhor que não tem nada haver com o contrato do Rio de Janeiro, nem com o grupo de trabalho, resolve entrar em contato com o fornecedor da empresa do qual o Senhor é acusado de beneficiar efetivamente com a prorrogação de um contrato com a demissão exatamente do gerente que o Senhor pôs em ato ilícito.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Em nenhum momento eu tive contato com a AUTOTRAC. Se houve alguma ligação, houve alguma ligação, mas se houve duas durante todo o tempo, foi muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma já houve.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Houve?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Juro por Deus. Não lembro. Mas se houve, a gente tem aqui uma situação difícil. Não, o que o eu quero deixar muito claro, Deputado, se houve alguma ligação foi e eu volto a dizer isso, eu sempre tratei assunto relacionado à empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se houve foi para tratar o quê? Se houve foi para tratar o quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Tinha o contrato com o Correio, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não era da sua competência tratar disso. Afeta a unidade do Rio de Janeiro. Ao Senhor caberia planejar o Sistema Nacional, a execução do contrato do Rio de Janeiro não estava afeta ao Senhor. Quando muito podia ter conversado com os membros do grupo técnico do trabalho. Embora não tenha entendido a razão. Mas vamos imaginar que esteja dizendo algo procedente, teria que conversar com o pessoal do grupo técnico, não com o Senhor. Se houve ligação foi para tratar o quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: De repente para marcar uma reunião para discutir esses assuntos, porque nós tínhamos, Deputado, apesar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma reunião com o Senhor?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, eu digo, a reunião que teve, Deputado, eu nunca tive um contato com os técnicos da AUTOTRAC. Quando eu participei da reunião, até foi um ponto curioso, para se saber o que estava se tratando, mas eu nunca tive uma participação direta nesse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No telefone o Senhor conversou com o Toscano ou com o cabeludo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não sei o nome do cabeludo. Que eu lembro não conversei com nenhum dos dois, Deputado. Se houve, mas eu não lembro de ter conversado com nenhum dos dois. Eu não tinha necessidade de conversar com eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me espanta, porque teria uma ligação deles com o Senhor, se não havia necessidade de diálogo.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Se houve alguma ligação, eu não sei se houve, mas foi porque, Deputado, mais uma vez, eu quero deixar claro. Nós tínhamos a... corporativa de definir as diretrizes. E nós temos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. Só para nós concluirmos em face do avanço da hora. Se houve ligação foi para tratar de que assunto, se o Senhor não tratava do assunto não tinha necessidade de falar com ele.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Contrato de rastreamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor não tinha necessidade de falar com ele, teria conversado com o Senhor por telefone por que? Se o Senhor não tinha necessidade de conversar com ele a ligação se deu por quê?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Deputado, V.Ex^a. imagine eu como chefe do departamento, precisa ter uma reunião tal para discutir. Eu digo: tá bom. Eu via com o pessoal quando é que se podia fazer essa reunião, eu pedia para o pessoal agendar essa reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele solicitava para o Senhor uma reunião com o grupo de trabalho que não tinha nada haver com o contrato do Rio de Janeiro.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Porque, Deputado, nós tínhamos demanda para a AUTOTRAC. AU-

TOTRAC, nós precisamos que você faça essa funcionalidade. É isso, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Mas eu posso assegurar a V. Ex^a..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não houve nenhuma, meu Deus, eu preciso esclarecer. Não houve nada que possa suscitar qualquer dúvida nesse aspecto. Eu posso assegurar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que outras empresa se reuniram com o grupo de trabalho? Que outras empresas se reuniram com o grupo de trabalho?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Sobre o rastreamento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Imagino que esse é o assunto do grupo de trabalho.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Aquele grupo responsável pelo rastreamento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exato.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu acho que teve vários. Eu vou pegar aqui o processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Empresas que se reuniam com eles.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu vou pegar aqui o processo e te responder, Deputado, eu digo, eu não participei direto do processo. Então, o trabalho foi feito por esse grupo, estava em andamento, aí foi suspenso, porque houve a substituição da equipe. Nós implementamos isso aqui para o trabalho que foi apresentado, Deputado. O trabalho que foi... A resposta que foi dada ao TCU, está tudo aí, Deputado. Eu posso assegurar uma coisa. Eu não tenho a menor intimidade com esse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Mas qual foram as empresas que eles dialogaram?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Então tem que ver aí, porque eu não participei, Deputado. Eu não tinha envolvimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor manteve contato com outras empresas?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não. Acho que com nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só com a...

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: É... Não... Só com... Se...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. A pergunta.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Eu participei de reuniões lá na empresa com várias pessoas, tá, técnicos, técnicos do CORREIO e técnicos da AUTOTRAC. Participei de várias reuniões. Duas ou três.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas com técnicos de outra empresa não?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Não, não. É porque tratando sobre o contrato em vigor, Deputado, o assunto da reunião com técnicos da AUTOTRAC e técnicos do CORREIO foi por contrato que estava em vigor. Que isso fique muito claro, Deputado. Não era sobre projetos corporativos. Isso, nós estávamos com ele. Nós estávamos tratando o contrato em vigor. Atualização e melhora da performance do contrato em vigor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu me rendo. Não ficou claro para mim. Mas eu solicito à Assessoria que officie aos CORREIOS pedindo cópia desses contratos com a AUTOTRAC. Nós vamos solicitar uma auditoria do Tribunal de Contas da União em todos esses contratos, mesmo que não seja suficiente até o término dessa CPI, nós encaminharemos ao Ministério Público Federal... Já tem? Então eu gostaria de analisar essas auditorias em face dessas informações. Eu posso ficar com essa cópia?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então nós temos aqui a cópia do grupo de trabalho.

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Essa aqui é a cópia da nossa resposta ao TCU. Onde tem, inclusive, aqui, nós fizemos parte aqui do que o grupo de trabalho estava desenvolvendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Então aqui está a cópia da resposta do Tribunal de Contas União, mas para efeitos de relatório final, mesmo que não dê para concluir, eu gostaria de que nós trabalhássemos um pouco nesses contratos firmados em face da denúncia feita pela imprensa e dos termos do próprio depoimento do depoente. Alguma questão mais da Assessoria? Não? Agradeço ao Sr. Scorsato. Desculpe o tempo que nós levamos aqui na sua oitiva, mas foi realmente uma oitiva de grande valor e esclarecimento para nós aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradeço a V. Sa., se necessário for, nós o chamaremos novamente a depor. Agradeço imensamente. Suspensa a Sessão.

Lembrando que nós temos ainda mais dois depoimentos para o dia de hoje. Talvez para as primeiras horas de amanhã uma vez que já são 23 horas e 21 minutos. Suspensa a Sessão por três minutos.

Sessão suspensa às 23h21

Sessão reaberta às 23h50

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a presente Sessão. Solicito à Assessoria que faça ingressar ao recinto e tomar assento frente à Mesa o Senhor Wellington Cavalcanti Santiago. Senhor Wellington Cavalcanti comparece a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, desacompanhado de advogado e prestará seu depoimento na condição de testemunha. Para tanto, assinou o termo de compromisso firmado com base no artigo 203 do Código de Processo Penal. Por este termo de compromisso, o Senhor Wellington Cavalcanti se compromete na forma da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado. Evidentemente, ele não está obrigado a prestar nenhum depoimento contra si próprio por força do princípio da vedação da auto-incriminação estabelecida no artigo 5º, 73 da Constituição Federal. Agradeço a presença de V.Sª. nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E como de praxe, nós costumamos facultar a todos os depoentes que querendo possam fazer uso da palavra para tecer quaisquer considerações que julguem oportunas relativamente ao objeto desta investigação parlamentar. Tem V.Sª. em querendo, a palavra.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: A todos uma boa noite. Meu nome é Wellington Cavalcanti Santiago. Eu fui funcionário da empresa BETA PROMODAL no período de 2000 a 2005, onde tinha um cargo de Analista Econômico-Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem. Então vamos começar exatamente desse ponto tocado por V.Sª. O Senhor ingressou na empresa BETA no ano de 2000?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: 2000. Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para exercer que função?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Analista Econômico-Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Analista Econômico-Financeiro. Como é que o Senhor foi contratado pela BETA? Quem o indicou? Como é que foi o contato?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: A convite do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. Antônio Augusto onde?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu conheci numa oportunidade numa empresa que eu trabalhava e pós contato ele gostou muito do trabalho que eu desenvolvi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que empresa era essa que o Senhor trabalhava?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: CCE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele transportava produtos para a CCE.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Transportava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele conheceu o Senhor, então, que função o Senhor tinha na CCE?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Também Analista Econômico- Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Então ele o convidou para trabalhar como Analista Econômico-Financeiro. Quem era o seu chefe imediato na BETA quando o Senhor entrou?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: A princípio eu tinha o Gilberto Setúbal que era...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gilberto Setúbal.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Perfeitamente. Ele era o tesoureiro. Acima dele tinha o Michel Abbud Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo que o Senhor entrou, o Senhor Michel Abbud Atiê já estava na empresa.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Perfeitamente. Era o Diretor Financeiro da época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Posteriormente houve mudanças nisso?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Desculpe. Houve sim com o tempo, né? Esse tempo eu diria na cisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A cisão foi a briga que houve entre o Sr. Morato e o Sr. Ioannis?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Perfeitamente. Em junho de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em junho de 2002.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí o Senhor permaneceu na empresa BETA.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Continuei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Trabalhando então agora subordinado a quem?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Houve várias mudanças, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Então, passou-se vários Diretores, né? Foi a passagem de um para outro foi muito pequena. Muito pequena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor lembra os nomes dos Diretores a quem o Senhor esteve subordinado?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: De alguns lembro sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais o Senhor lembra?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Fui subordinado ao Prieto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Prieto.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Fui subordinado ao Fábio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fábio?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Fábio. O sobrenome eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não. Sim...

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: O Fábio, fui subordinado a mais uns dois ou três que eu não me recordo o nome, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor sempre foi Analista Econômico, 5 anos trabalhou lá.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Sempre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve nenhuma progressão de cargo?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não, não, não. Foi sempre meu cargo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor saiu em 2005 por que?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Logo após, haver a cisão, a empresa ela passou por alguns momentos de dificuldade e com isso ela, houve um enxugamento. Não havendo mais espaço para mim chegou-se a uma conclusão que as portas estariam abertas. Fui ao mercado, bati em outra porta, por sorte também uma empresa de logística, e hoje permaneço nessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual empresa o Senhor trabalha?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: MURTRANS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): MURTRANS. Bem. O seu papel como Analista Econômico na BETA consistia no que, exatamente?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Positivo. Logo que eu entrei na empresa, até o momento em que permaneci, a minha posição era exclusivamente voltada a números, ou seja, a nível de planejamento financeiro, fluxo de caixa, operações financeiras, enfim, tudo endividamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tudo endividamento.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o Senhor então assessorava toda a parte de fluxo de caixa, para quem se pagavam as coisas, para quem se recebia, etc.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Isso. Perfeitamente. Era o fluxo de caixa diário de toda a empresa, sendo um fluxo de caixa projetado aonde você tem toda uma análise, futura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre na empresa BETA? Ou também do GRUPO PROMODAL?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não. Era todas as oito empresas que compunham o Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todas as empresas do Grupo GPT.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porém quando há a cisão o Senhor fica na BETA?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Perfeitamente. Não. Não. Desculpe. Perdão. Da BETA não. Eu fiquei para o lado do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ficou com o Antônio Augusto. Está certo. Aí trabalhando em que empresa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Nas empresas que sobraram para o Sr. Antônio Augusto, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Porque das oito empresas foram divididas quatro e quatro, né? E eu fiquei do lado PROMODAL, TECNOCARGO, que eram divididas TECNOCARGO DA AMAZÔNIA e TECNOCARGO TRANSPORTES, a própria GPT em si.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor conhece a expressão cheque-frete?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Já ouvi falar, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é isso, hein?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Veja bem, Deputado, a minha área como eu já havia falado para o Senhor, era uma área voltada a fluxo de caixa. Sabia-se sim que tinha cheque-frete por que? Porque é uma rubrica que existia no fluxo, porém, existia determinadas rubricas que era restrita à tesouraria, aonde eu firmei anteriormente que a pessoa a quem eu respondia que era Gilberto Alves Setúbal era o responsável, então, eu, se o Senhor me perguntar como é esse cheque-frete, eu não saberia lhe dizer. Existe? Existe. Existia a rubrica? Existia sim. Como era diluído não sei lhe dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe para que fim?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não sei, Deputado, porque existia rubricas, como eu já frisei que eram restritas a tesouraria, a quem manipulava o dinheiro em espécie que isso eu não fazia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E era o Senhor Gilberto Setúbal que operava isso.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Era o responsável. Quando se tratava de dinheiro em espécie era voltado ao Gilberto Setúbal na minha época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando era dinheiro em espécie. Então o cheque-frete sempre era dinheiro em espécie?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu não estou afirmando que o cheque, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Cheque-frete era dinheiro em espécie. Eu digo o seguinte. Existia rubricas voltadas à tesouraria sobre a responsabilidade do Gilberto Setúbal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O cheque-frete era uma deles.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Era uma deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se o cheque-frete foi utilizado para saques em dinheiro, em situações, que depois, ou seja, eram emitidos pela empresa para saques em dinheiro para uso da própria empresa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Até onde vai ao meu conhecimento, Deputado, o cheque-frete era feito da seguinte forma, até onde vai o meu conhecimento, repito. Quando você tem uma empresa de transportes onde você tem vários carreteiros que precisam de um adiantamento para poder se locomover, era feito um determinado cheque, era se sacado um determinado valor e era distribuído em dinheiro para aqueles que iam viajar até onde vai ao meu conhecimento. Isso eu não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que era para esse fim.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora o volume de cheque-frete era alto?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Na rubrica?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na rubrica.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Onde vinha no caixa. Eu só não posso lhe afirmar o valor preciso, mas realmente ele tinha um determinado valor expressivo em virtude de um número de carretas serem grandes diariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra, mais ou menos, quanto que era a rubrica mensal do cheque-frete?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: No momento não lembro. Não lembro Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. José Wanderley de Medeiros?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Conheci perfeitamente. Ano de 2000, foi o nosso Controller trazido pelo Diretor Financeiro Prieto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo Senhor Prieto.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor conheceu o Senhor Pedro Vieira de Souza?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Conheci, sim, Senhor. Ele era, fazia um trabalho de Assessoria tributária aonde eu não tinha nenhum acesso porque era ligado diretamente com a Diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era ligado diretamente à Diretoria.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe que tipo de assessoramento ele fazia?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Tributário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o que ele fazia?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Ele era voltado à área tributarista, mas eu não sei explicar direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele fazia.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: O que era voltado à Diretoria, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor sabe se ele tinha algum trabalho junto ao INSS.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não saberia dizer isso. Perfeito.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela sua contabilidade passavam pagamentos ao Senhor Pedro Vieira de Souza?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Nada que tivesse o nome dele, viu, doutor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Nada, nada que tivesse o nome dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca foi nada pago para ele contabilizado?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Pelo meu fluxo de caixa não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na verdade, toda informação que nós temos é que ele era pago com cheque-frete. É possível?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Aí que está. Como eu falei para o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não teria acesso a essa informação. Perfeito.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Era restrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a ver alguma vez um e-mail desse tipo. Olha, de José Wanderley Medeiros para Marcelo Naufal. O Senhor conhece Sr. Marcelo Naufal?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que fazia o Sr. Marcelo Naufal?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Até o recente momento ele é a pessoa que ainda acompanha o Sr. Antônio Augusto na área financeira, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Com a saída da última pessoa que foi o Senhor Fábio, então o Prieto também trouxe o Sr. Marcelo Naufal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Olha. Recomendável eliminação desse documento após sua leitura. O Senhor já viu algum documento assim lá?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca viu?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha aqui. Favorecido: Cheque-frete. Data. Valor, 10 mil reais. Referência, Pedro Vieira de Souza. É estranho para o Senhor esse tipo de e-mail?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: É porque eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estava totalmente fora da sua alçada. O Senhor sabe se a empresa devia PIS/COFINS?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não tenho como saber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não tinha acesso a isso.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não tinha acesso a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está certo. O Senhor já ouviu falar do Senhor Léo Botelho?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Conheço, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Senhor Léo Botelho fazia?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Era para mim a mesma atribuição que o Senhor Pedro de Souza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também assessorava na parte tributária.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Diretamente com a Diretoria, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, o Senhor não sabe exatamente o que ele fazia.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu não sei. Porque era o seguinte, Deputado, a minha sala, como era um trabalho confidencial, é um trabalho realmente voltado para a Diretoria à Presidência, era uma sala à parte onde só trabalhava a minha pessoa. Então, todo esse pessoal, como o Senhor Pedro de Souza e demais, eles iam direto para a Presidência, para a Diretoria que era do outro lado. Eu não tinha acesso, nem tão pouco eles a mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu não tenho como afirmar o que o eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. Lincoln Pereira Frade?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Conheci, sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era, ou quem é o Sr. Lincoln Pereira Frade?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Ele era a pessoa responsável na época, por toda a segurança do Grupo GPT, inclusive pela segurança particular do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor sabia que ele fazia filmagens na sala do Sr. Antônio Augusto?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

A filmagem, ela era pública e notória para todos os empregados porque essa Câmara que ficava do lado de fora todo mundo via.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Mas e qual era a razão dessas filmagens. O Senhor sabe?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Até onde eu sei, Deputado, isso se deu-se na cisão quando alguns documentos foram tirados da Mesa do Sr. Antônio Augusto, e estava muito aquela polêmica, e realmente aconteceu. E ele muito preocupado com todo o direito, pediu para que a segurança que o próprio Lincoln ele é que se encarregava de fazer isso, organizar essa questão aí de câmaras, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor sabe se alguma das vezes que o Senhor se reuniu com o Antônio Augusto o Senhor foi filmado na sala?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não. Que eu tenha conhecimento se fui não sei, viu, doutor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe se é possível.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a ver, como o Senhor mexia com contas.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Algumas planilhas que envolviam acertos de contas entre a empresa SKYMASTER e a empresa BETA?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Negativo. Das minhas planilhas nada se passou por isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca viu uma planilha?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não. Se existia, doutor, foge do meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Veja. Eu vou ler um trecho do depoimento do Sr. Lincoln Frade a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Sou eu, primeiro começo falando o seguinte. Aqui consta, estou falando de uma planilha,

acerto ECT. Estava mostrando para ele esta planilha. O Senhor já viu essa planilha alguma vez na vida?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Negativo, doutor. Nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Veja, então aqui diz. Aqui consta acerto ECT. 123 mil e 47. 2.5% sobre o faturamento líquido do Correio, ou seja, dá impressão que alguma coisa era paga pelo CORREIO na ordem do 2.5, todo mês se pagava 2.5. Então, por exemplo, esse mês de abril teria sido pago 123 mil reais por esse acerto para os CORREIOS. Nós presumimos que deva ser propina para alguém. Aqui tem. Veja aqui. Acerto ECT. Olha. Certo? Então, pergunto eu, Sr. Lincoln, é esta a planilha que o Senhor viu? Ele diz: Sim Senhor. Esta planilha foi mostrada para mim por um dos funcionários da empresa, Senhor Wellington Cavalcanti Santiago. Ele era uma pessoa de bom relacionamento com o Sr. Antônio Augusto. Ele trabalhou na parte financeira. Ele fazia as planilhas dos custos mensais e tudo mais e o Sr. Antônio Augusto ficou muito amigo desse rapaz.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Deputado, infelizmente ele foi infeliz em dar essa declaração, viu, muito infeliz. Porque até todas as planilhas que eu fazia eram planilhas voltadas a endividamento, planejamento financeiro, fluxo de caixa projetado. Esse tipo de informação eu não as tinha e nunca as tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Porque ele teria dito que o Senhor mostrou essa planilha para ele?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não tenho a mínima idéia, viu, doutor. Sinceramente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor que mexia com fluxo de caixa, com pagamentos.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor não mexia com pagamentos que a BETA devia fazer à SKYMASTER ou recebimentos que a BETA deveria ter da SKYMASTER?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Isso não entrava nas contas da empresa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Entrava mas não na rubrica BETA para a SKYMASTER, nem SKYMASTER para a BETA. Entrava em diversos. Eu não sei o que era diversos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Como assim diversos?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Uma rubrica diversos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, os pagamentos que a BETA fazia...

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não sei se era a BETA, doutor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou que a SKYMASTER para a BETA, entraria em diversos.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Poderia ser. Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor recebia esse material para análise?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Para análise isso vinha das mãos do Gilberto Setúbal. Gilberto Setúbal na realidade, doutor, ele era a pessoa que tinha todo um vínculo com Michel Abbud Atiê, o Ioannis e o próprio William Jordano onde eles traziam os números e dizia aonde eu deveria apropriá-los. Eu apenas trabalhava o fluxo projetado. Se eles chegavam para mim e falassem: Olha, eu quero que você aproprie em averbações, eu vou apropriar em averbações. Agora. Para abrir essa rubrica averbações é que eu não saberia informar ao Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja aqui, olha. Eu vou continuar falando do depoimento do Sr. Lincoln. Eu digo... Sr. Lincoln fala o seguinte. Essa planilha eu vou ser sincero para o Senhor. Eu tive informações dessa planilha. Eram custos referentes a aeronaves, linha A, F, C e por aí vai. Mostrava o quanto se gastava por cada linha, em combustível, em comissários e também o que era repassado para o pessoal da Varig no caso. Eu. Porque repassavam para o pessoal da Varig? Isso eu não consigo entender. De fato nós temos uma palavra planilha desta nas mãos e que tem duas coisas curiosas, quer dizer, consta, não é, que teria uma fita que teria filmado esse encontro do Sr. Ioannis, Senhor Augusto e Senhor Léo Botelho. Então a pessoa teria entrado na sala. É isso? Perguntou ele. E eles conversariam sobre essa planilha e essa planilha nós temos uma planilha aqui e imagino que possa ser a mesma ou similar. Ela tem dois itens que nos chamaram a atenção, um falava acerto ECT e outro acerto VG, o que nos leva a crer acerto Varig. O acerto ECT seria então pagamento a propina aos Diretores do Correio. Seria isso, Sr. Lincoln? Não posso afirmar isso para o Senhor. Eu: Não tem certeza? Esse acerto Varig. Porque se pagava à Varig? Porque ontem o Senhor Rocha Lima esteve aqui e disse que não tinha razão nenhuma para pagar à Varig. O Senhor tem idéia do

que seja isso? Sr. Lincoln: Não tenho, sinceramente, não. Eu: Mas chegava a falar que tinham que pagar a Varig, Sr. Lincoln diz, sim. Eu: Mas falavam que tinham que pagar à Varig um acerto com a Varig. Sr. Lincoln: Pelo que eu li nessa planilha estava acerto Varig ECT. Eu: Chegou a ver? Ele disse: Cheguei. Eu: Se pudesse pegar a planilha para ele verificar se a mesma planilha. Está aqui. A planilha é esta. Mostrei a ele esta aqui. É parecida com esta. Esta. Eu: Aqui consta, e vem aquele trecho que especificamente eu li para o Senhor, né? Então aí vai agora. Aí vem. Essa planilha foi mostrada por mim por um dos funcionários dentro da empresa. Eu: Ah é? O Senhor lembra? Esse funcionário não sei se trabalha ainda, ta?. Eu: Como é o nome dele? Ele: Wellington Cavalcanti Santiago. Eu: Wellington? E ele completa: Cavalcanti Santiago. O que ele fazia? Era uma pessoa de bom relacionamento com o Sr. Antônio Augusto. Mas o que ele fazia na empresa? Trabalhava na área financeira, fazia planilhas dos custos mensais e tudo mais e o Sr. Antônio Augusto era muito amigo desse rapaz. Era subordinado diretamente ao Sr. Antônio Augusto. Eu: O Senhor Wellington, então ele mexia com essa planilha? E eu perguntei ainda: O Senhor Wellington lhe mostrou? Por que? Ele disse: Ele como tinha acesso a várias informações, ele um dia resolveu mostrar esses documentos para mim, e eu falei: Mas porque esses documentos estão com você? Não. Teria dito o Senhor. Eu vi lá com o Sr. Antônio Augusto. Eu peguei. Eu peguei. E eu descobri depois que esse rapaz ele tinha vários problemas. Eu passei um dossiê para o Sr. Antônio Augusto sobre ele. Que problemas ele tinha? Lincoln Frade: Ele teve um problema numa empresa chamada CCE. Eu: CCE? O que ele fez? O Sr. Lincoln Frade: Ele deu uma, isso é, foi passado por mim, não sei se é fato, uma fraude dentro e ele foi mandado embora e realmente eu descobri muita coisa. Ele é era uma pessoa que mentia e conseguia enganar as pessoas. Era incrível. Ele dizia que era piloto de avião, mostrava as fotos dentro do avião, eu comecei a verificar a vida dessa pessoa. Realmente era tudo falso. A vida dele era toda falsa. Fui até a família dele. Era muito próximo ao Senhor Augusto? Muito, muito próximo. Como eu, mas ele foi de uma maneira bem diferente. O Sr. Antônio pegou muita confiança nesse rapaz. Ele mexia muito com esse dinheiro, com esses cálculos. Lincoln Pereira Frade. Sim, sim. Com tudo.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Infelizmente eu não sei o porquê dele, Deputado, atingir não só a mim como a outras pessoas, a raiva que ele tem. Até porque ele... Essa pessoa ele foi posta para fora da empresa e não é muito bem-vista, nem por nenhum dos Diretores que o puseram, nem tão

pouco pelo Sr. Antônio Augusto pelas mentiras que ele fazia. Era o contrário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que mentiras, hein?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu não sei dizer que mentiras. Foram conversas de corredores que se comentavam, coisas que ele andou fazendo e por isso foi posto...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de coisas?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não sei dizer, Deputado, eu sei que ele foi posto para fora da empresa de forma desagradável, e que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Antônio Augusto relatou ele teria, talvez, cometido algumas irregularidades em contas de supermercados...

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu também não sei lhe dizer o que foi. Eu sei dizer que ele foi posto para fora da empresa, né e de forma não muito legal, por grandes erros que ele cometeu e...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o seu Roberto Kfouri?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele fazia na empresa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Na época ele era Presidente da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor considera o Sr. Roberto Kfouri uma pessoa correta dentro daquilo que o Senhor viu?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu não tinha aproximação com o Sr. Roberto Kfouri para chegar ao ponto de dizer se ele era ou não correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vou lhe dizer porque. Porque o Sr. Roberto Kfouri fez um depoimento também muito forte contra o Sr. Lincoln, dizendo que ele era mentiroso, que mentia. Só que infelizmente quem mentia era o Sr. Roberto Kfouri.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Veja bem. É o que eu acabei de falar para o Deputado. Nos corredores da empresa, logo após a saída do próprio Lincoln, foi a mesma, eram as mesmas palavras que nós escutávamos, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Agora quem de certa forma ficou mau perante a CPI foi o Sr. Roberto Kfouri, ao contrário do Sr. Lincoln. O Sr. Lincoln afirmou taxativamente da mesma forma que ele afirmou que o Se-

nhor mostrou para ele essa planilha, que o Sr. Kfouri, havia pedido que ele levasse 20 mil dólares a Brasília para pagar ao Sr. Carlos Augusto de Lima Sena e que isso teria sido pedido que ele fosse num vôo de avião, que ele ao chegar se dirigiu à Academia de Tênis aqui em Brasília e lá encontrou o Senhor próprio Roberto Kfouri que apenas utilizou ele como transporte dizendo que tinha viajado no mesmo avião dele. Ele não havia percebido. Quando aqui foi argüido sobre isso o Sr. Roberto Kfouri negou terminantemente que tivesse viajado no mesmo avião, negou terminantemente que tivesse dado os 20 mil dólares, negou terminantemente que tivesse dito que havia pago o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena. Disse inclusive textualmente. Era impossível que tivesse viajado no mesmo avião que ele e ele não tivesse me visto. Só que aí nós mostramos ao Sr. Kfouri a relação da TAM de passageiros. Eles tinham viajado no mesmo vôo. Mostramos um ofício da Academia de Tênis de Brasília que mostrava que o Sr. Lincoln havia falado a mais absoluta verdade. E agora estamos chegando a uma situação em que há um processo de dispensa de licitação em que a BETA foi favorecida no dia em que ele estava aqui, tudo nos levando a crer que pelo Senhor próprio Carlos Eduardo Lima Sena que em tese teria recebido os 20 mil dólares, ou seja, o Sr. Lincoln não mentiu. O Senhor faz a mesma afirmação aqui, que o Sr. Lincoln mentiu em relação.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu lhe dissesse que existe fita gravada relativamente ao Senhor examinando esta planilha? O que o Senhor me diria?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu desejaria ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor negaria terminantemente?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca manuseou essa planilha?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: De forma alguma, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem conversou sobre isso?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: A planilha, para o Senhor ter idéia, está muito mal feita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não se faz uma planilha assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque não se faz?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Se o Senhor observar, doutor, isso aqui é uma planilha feita por um principiante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Primeiro. Primeiro: a forma como está feita não se faz planilha desse jeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Primeiro, doutor. Se o Senhor observar aqui em cima... Observe uma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Daqui de cima, ele colocou, a pessoa que fez, não sei, eu não sei que sentido ele usou para se montar isso aqui. Não sei, sinceramente não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor, o que o Senhor está vendo de problema na planilha.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Para mim está muito mal feita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque, não se faz assim como?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Primeiro. Isso não é uma planilha a nível de fluxo de caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É uma planilha de quê?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Acredito eu que a nível contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu não sei. Só estou presumindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir do que o Senhor tem essa presunção?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Pela visão financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Só simplesmente pela visão financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que aspecto de visão financeira levam a crer que isso é uma planilha contábil?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu estou tendo uma visão contábil disso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que? Que aspectos lhe induzem a crer que essa é uma planilha contábil?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Pelas rubricas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê? Quais são as rubricas que seriam referentes a uma contabilidade?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Está muito específico, doutor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exemplo?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Ele trabalha exclusivamente com despesas voltadas a impostos e inclui basicamente as receitas da Infraero e mais voltada para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde está a Infraero. Eu não vi.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Está aí embaixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mostra, por favor.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Infraero. Aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): SATA--

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

É. Infraero. Aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui. O que mais?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Ele basicamente se volta para isso, ó... Se o Senhor pode observar não é uma coisa, não é uma planilha...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe que eu vi essa planilha várias vezes e nunca havia atentado para isso. E o Senhor em menos de um minuto conseguiu detectar essa planilha com mais rapidez do que eu em 15 dias. E o Senhor dirá a essa Comissão que nunca viu essa planilha, fazendo análises sem ter olhado?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Lógico, o Senhor deixou na minha frente, aqui...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu lhe afirmo que o Senhor olhou muito pouco essa planilha para chegar a essa conclusão.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não, mas isso aqui para quem tem visão financeira, Deputado, é fácil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É só bater os olhos e saber a rubrica de imediato. Parabéns. O Senhor é um homem brilhante. O Senhor sem olhar essa planilha, sabia analisá-la, que ela é contábil, sabia as rubricas, sabia que era imposto.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Doutor, as rubricas estão aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembra que o Senhor está sob compromisso, se eventualmente faltar com a verdade, poderá ser preso em flagrante nesse momento por crime de falso testemunho. Eu não quero chegar a esse extremo. Mas peço que V.S^a. não falte com a verdade a esta Comissão. Essa Comissão exige respeito absoluto por parte daqueles que depõem. V.Sa. sequer olhou essa planilha. V.Sa. sabia exatamente o que tinha essa planilha. O que me leva a crer e está sendo filmado, isso pode ser exibido, que essa planilha inclusive estava virada para cá a maior parte do tempo e V.Sa. sabia exatamente os itens dessa planilha. O que me leva a crer que estudou esse depoimento. O que me leva a crer que sabia dessa planilha. O que me leva a crer o que o Sr. Lincoln Frade falou a verdade. Eu peço que V.Sa. não falte com a verdade a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Positivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor já tinha visto essa planilha antes?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Negativo. Nunca vi, Deputado. Sinceramente nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E sabia de cor e salteado os itens sem ter lido. Apenas batendo os olhos. Sabia que era uma planilha contábil, sabia que não era planilha financeira. V.S^a. conversou com quem sobre esse depoimento que prestou hoje?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Com ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi a última vez que conversou com o Sr. Antônio Augusto.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Ontem antes de vir para cá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que conversaram?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Simplesmente, falei que viria e ele pediu que eu falasse toda a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o Senhor foi se encontrar com o Sr. Antônio Augusto, a pedido dele ou de V. Sa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não, eu procurei quando recebi a intimação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu o procurei para saber o motivo que eu estava sendo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque V.S^a. não se dirigiu a esta Comissão e procurou exatamente o investigado para se informar sobre o que deveria depor?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: A primeira pessoa que veio em mente, doutor, foi o Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para saber o que o você deveria dizer. Se ele mandasse mentir o Senhor mentiria.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Negativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então porque perguntou a ele o que deveria dizer, se V.Sa. tinha intenção de dizer a verdade, foi consultar ele o que, se V.Sa. queria respeitar o povo brasileiro e dizer o que devia falar foi procurar o Sr. Antônio Augusto para ter que tipo de informações?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Negativo, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.S^a. foi procurá-lo para ver o que ele orientava sobre o que dizer. Não há outra explicação. V.S^a. foi orientado pelo Sr. Antônio Augusto para prestar depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, dentro da versão que favorecia o investigado. Me faça crer o contrário. Não há nenhuma razão para procurar o investigado a não ser para saber o que ele quisesse que V.Sa. dissesse. Estou errado?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Deputado, eu procurei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.S^a. está como testemunha. V.S^a. começa a entrar pelo campo de sair como incriminado. Peço que medite sobre isso e diga a verdade a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu estou falando a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.S^a. foi procurar o investigado para perguntar o que deveria dizer. Foi o que V.S^a. disse. Foi pedir orientação a aquele que nós estamos investigando sobre que narrativa de fato deveria fazer. V.S^a. foi exatamente procurar as informações que deveria dizer aqui. V.Sa. acabou de dizer isto. E foi procurá-lo para que ele dissesse o que deveria dizer.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu fui procurá-lo para saber o porquê eu estava sendo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o ofício dizia? O ofício que o Senhor recebeu dizia a razão da intimação. Se o Senhor tivesse dúvidas deveria procurar a Comissão Parlamentar de Inquérito. O Senhor foi procurá-lo para saber o que deveria dizer. Homem de confiança que era do Sr. Antônio Augusto, possivelmente pode ter participado dos mesmos delitos, pode ter participado das mesmas fraudes, a menos que nos diga a verdade e V.Sa. possivelmente será enquadrado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito como co-autor do crime de bando ou quadrilha pelo depoimento que dá hoje a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Mas eu estou falando a verdade, Deputado. Não estou mentindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sequer olhou esta planilha. Felizmente nós temos imagens, felizmente, isto será apresentado ao Juiz de Direito que mostrará que V.Sa. conhecia muito bem essa planilha antes de olhar, felizmente essas imagens estão documentadas, e V.Sa. chegou à conclusão que era uma planilha contábil, antes mesmo de bater os olhos, sabia a rubrica tributária sem mesmo bater os olhos, essa planilha ficou inclinada quase todo o tempo eu observei, a fita mostrará. V.Sa. conversou na véspera do depoimento com o investigado. V.Sa. procurou o investigado para saber o que diria. Foi perguntar ao investigado sobre o que deveria depor a esta Comissão. E quer fazer crer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que vem aqui de boa fé? E vem acusar o Sr. Lincoln que diz o que o Senhor mostrou isto para ele? Dizer que ele era o mentiroso? Eu peço que V.Sa. medite, suspensa a Sessão por 5 minutos. [soa a campainha]

Sessão suspensa às 00h23

Sessão reaberta à 0h28

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. V.Sa. quando estava aguardando o depoimento do Sr. Scorsato o Senhor falava ao telefone com alguém passando informações sobre o que falava o Sr. Scorsato. Quem era?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não estava...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com quem o Senhor falou ao telefone durante o primeiro depoimento?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Com minha esposa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor comentava o depoimento do Sr. Scorsato com sua esposa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos testemunhas.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Senhor falou com sua esposa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eu até pedi para ele o horário que eu ia voltar amanhã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falou ao celular e fazia comentários sobre o depoimento do Sr. Scorsato?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não. Com ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu quebrar o sigilo telefônico de V.Sa. acusará que telefone?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Fique à vontade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O telefone da sua esposa.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: 915018...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas esse telefonema V.S^a. deu?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Ele estava presente na hora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não era quando ele estava lá.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Fique a vontade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em todas as horas que o Senhor telefonou aqui... À vontade eu estou, porque as medidas serão tomadas na forma da lei. V.Sa. então só teve esse telefonema.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Fique a vontade. Só este.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais nenhum?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Mais nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Os especialistas do Tribunal de Contas da União, que estão acompanhando o seu depoimento pela internet nesse momento, todos dizem que essa planilha é uma planilha financeira. Todos. Que a planilha, inclusive, é rigorosamente exata. Ela bate com os números todos das contas dos sigilos que nós quebramos. No entanto, V. Sa, num simples piscar de olhos após ter conversado ontem com o Sr. Antônio Augusto desafia todos os auditores que examinaram a essa planilha que reconhecem que era uma planilha financeira e diz que era uma planilha contábil.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não, veja bem. Foi o que eu falei, para mim é uma planilha contábil, porque para mim está mal feita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Todos os auditores dizem que a planilha é muito bem feita.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Então, contraria o que o eu disse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Ou seja, V.Sa. em dois minutos formou um juízo de valor para desacreditar a planilha que foi apresentada a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, planilha da qual existem fitas mostrando conversa sobre ela na sala do Sr. Antônio Augusto, ou seja, V.Sa. mente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito de forma escancarada na perspectiva de proteger e defender a tese do Sr. Antônio Augusto, pessoa a quem o Senhor procurou ontem para saber o que deveria falar a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Onde que o Senhor encontrou com o Sr. Antônio Augusto ontem?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu fui procurá-lo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Onde?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Fui procurá-lo na Faria Lima. É um escritório que ele tem lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Um escritório na Faria Lima. O Senhor ligou para ele antes?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Marcou um horário?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Marquei um horário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem estava presente na reunião?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Estava ele e o advogado dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O advogado dele estava presente.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Estava presente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Porque o advogado dele estaria presente nesse caso?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não sei. Primeiro eu conversei com o Sr. Antônio e falei: Olha, eu recebi uma intimação, queria saber a respeito de que é isso? E fui me encontrar com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): E o que ele disse?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Simplesmente que eu falasse toda a verdade. Que ele não tinha nada para esconder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): E essa foi a conversa. Durou quanto tempo?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Foi rápida. No máximo 40 minutos de conversa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Tudo isso foi dito em 40 minutos. Fale a verdade. Demora três minutos, talvez, entre um bom dia ou boa noite. Fale a verdade e até logo. Porque 40 minutos?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu estou dizendo assim, aproximadamente 40 minutos, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Mais uma vez, advirto V.S^a. que a partir desse momento V.S^a. não é mais testemunha, passa a ser considerado como investigado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Registre-se para todos os fins de direito então que deixa de ser testemunha o depoente e passa a ser considerado como investigado para fins de eventual imputação delituosa. O Senhor já viu o Sr. Morato encontrar-se com políticos?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Nunca o vi, Deputado. É como eu falei para o Senhor. Minha sala era uma sala ao lado e eu não tinha contato diretamente. Só quando ele me chamava para saber de alguns números, entendeu? Eu não sei, realmente, não sei lhe afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca viu ele se encontrar com nenhum político?

SR. LUIS CARLOS SCORSATO: Nenhum. Se foi, foi na minha ausência. Não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. José Carlos de Rocha Lima.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Conheço, sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De onde o Senhor conhece?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Da empresa mesmo do Grupo GPT quando ele tinha uma empresa chamada SIM DA AMAZÔNIA a qual estava fazendo parte do Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em algum momento o Senhor ouviu falar de algum acerto de pagamento entre a Varig e Sr. Morato e funcionário dos CORREIOS?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Negativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma vez ouviu falar de propinas a pagamento de autoridades dos CORREIOS?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Negativo. Negativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que relações o Sr. Morato mantinha com o Sr. José Carlos Rocha Lima?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Acredito eu que meramente comercial, até porque a empresa SIM, ela também fazia parte do Grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor já ouviu falar do Sr. Hassan Gebrin?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Nunca ouvi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Humberto Motta?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. João Henrique de Almeida?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Carlos Augusto de Lima Sena?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Maurício Coelho Madureira?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Luís Carlos Scorsato?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. José Garcia Mendes?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Paulo Nish(F).

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde a empresa BETA possuía filiais?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não tinha filiais. A empresa ela...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela não tinha filiais no Amazonas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não. Era apenas CNPJs, não eram empresas fixas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eram filiais?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Eram filiais, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram os clientes que a BETA possuía no período em que o Senhor trabalhou na empresa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Do meu conhecimento era basicamente CORREIOS, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia outros clientes?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Aí já não sei lhe falar, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desde quando estas, esses diferentes CNPJs nos Estados existiam?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Aí eu também não sei falar isso para o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ouviu falar da empresa PIGATTO?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA tem, ou tinha quando você trabalhava lá créditos de ICMS a receber?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Isso que eu falei anteriormente aqui. Eu não sei. Essa parte aí tributária já não, foge do meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se a BETA requereu algum levantamento de créditos de ICMS?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu não sei isso não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece Sr. Marcelo Campos?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Doutor. Conheço sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Quando o Senhor o conheceu?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Eu conheci na empresa mesmo. Ele sempre visitava a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Ele era advogado da empresa?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Ele era advogado direto do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Em que área?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Aí já não sei lhe dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor fazia pagamentos a ele?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Não, nunca fiz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Passou pela sua mão pagamentos a ele?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Nada, nada, nada, nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. William Martins Jordano?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Jordano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Quem é ele?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Ele foi Diretor Financeiro no tempo da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): No tempo da BETA.

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Quando houve a cisão ele foi junto com o pessoal. Junto com o Prieto, com o Gilberto Setúbal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Foram para a BETA?

SR. WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO:

Foram tudo para a BETA. Na divisão foram juntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Eu vou suspender o depoimento de V.S^a. V.Sa. será remarcada a data para prestar novo depoimento a partir das investigações que nós faremos sobre V.Sa. a partir de agora. Requeiro à Assessoria que prepare a quebra do sigilo telefônico, telemático e financeiro para submetermos à próxima Reunião Administrativa da CPI dos CORREIOS em relação ao depoente. Não vou encerrar o depoimento de V.S^a. Está suspenso o depoimento. V.Sa. será reconvocato em data oportuna para prestar a continuidade do depoimento. Suspenso o depoimento. [soa a campanha]

Sessão suspensa à 0h37

Sessão reaberta às 1h00

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Solicito à Assessoria que faça entrar ao recinto o Dr. José Marcelo Cintra de Campos. O último depoente desta noite.

Agradeço a presença do depoente, inclusive, o depoente durante o dia tinha um ato processual no STJ e perguntou se poderia se ausentar daqui e eu imaginando que as coisas seriam mais tranquilas no dia de hoje disse que achava que antes as 19 horas não acabaríamos o depoimento e pedi que comparecesse aqui às 19. Nós já viramos o dia, estamos a uma hora da manhã e só agora V.Sa. então apresenta ao depoimento. Eu peço desculpas, mas realmente nós tivemos depoimentos que, talvez, pudessem ser tranquilos, hoje, transformaram-se em complicados. Agradeço imensamente a V.S^a. V.Sa. vem depor na condição de testemunha. Vem depor na condição de testemunha tendo, portanto firmado o termo de compromisso na forma do artigo 203 do Código de Processo Penal. Exerce a profissão de advogado conforme está aqui colocado e evidentemente tem ciência de que não deverá prestar o depoimento se omitindo de dizer a verdade e respondendo as perguntas ressalvadas se eventuais situações que obviamente possam implicar em algum tipo de delito, uma vez que a Constituição Federal garante esta vedação da não auto-incriminação dos depoentes. Ciente, com certeza, o depoente dessas suas prerrogativas. É praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, nós facultarmos a palavra aos depoentes para que, querendo possam fazer uso dela acerca do objeto da investigação sobre eventuais razões que julgam oportunas declarar. Se quiser tem V.Sa. a palavra nesse momento.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Bom, Deputado, face ao adiantado da hora, eu estou à disposição absolutamente convencido do que eu possa vir a prestar aqui para contribuir e colaborar com

os trabalhos aí desenvolvidos por essa CPI. E fazendo uma pequena ressalva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Que na condição de advogado provavelmente eu estou sendo chamado aqui por função do meu cliente Antônio Augusto. E eu pediria a V.Ex^a. que quando o assunto migrasse por uma questão de sigilo profissional eu evitasse falar por uma questão que V.Ex^a. bem conhece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem razão V.Ex^a. no que se refere às matérias atinentes a eventual outorga de procuração para questões postas ao exame de V.S^a. Evidentemente o sigilo profissional o garante nessas questões e será respeitado por essa Comissão na forma da legislação em vigor. Nesse ponto bastará que V.S^a. decline a causa que efetivamente patrocina para que evidentemente fique inteiramente garantido o sigilo legal a que tem direito. V.S^a. exerce a profissão de advogado desde quando?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu exerço desde 1983.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1983. V.S^a. é advogado do pessoal do Sr. Antônio Augusto ou das empresas que ele possui?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Das empresas. Mas eu as vezes, eu o aconselho por uma questão de ética, existem outros advogados de áreas que eu não milito, ele me pergunta, eu respondo, mas nada que interfira o trabalho do outro colega.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. V.S^a. advoga em que áreas?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Direito Público, Direito Civil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Direito Público seria particularmente Direito Administrativo e Direito Tributário, seria isso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seriam as matérias de especialidade de V.Sa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.S^a. advoga para as empresas do Grupo GPT, portanto, ou não?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou quais empresas desse grupo V.S^a. advoga?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: A GPT ela tem, vamos chamá-la de holding.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não tem exatamente, mas ela tem a figura de uma holding. E o Sr. Antônio Augusto no ano de 2002 foi obrigado a cindir as empresas com o antigo sócio dele que era o Sr. Ioannis e coube a ele a direção das empresas PROMODAL, PROMODAL LOGÍSTICA E TRANSPORTES, PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS, TECNOCARGO e TECNOCARGO TRANSPORTES DA AMAZÔNIA. Então são dessas empresas que eu cuido do passivo tributário e eventualmente de ações normais de cobrança, de, enfim, mas só isso. A GPT, por exemplo, ela não tinha, assim, um grau de endividamento, algum problema de ordem maior. O grande endividamento hoje das empresas é no que se refere às empresas PROMODAL e TECNOCARGO, que são empresas com sede em Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com sede em Manaus.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Originariamente. Hoje elas foram transferidas para São Paulo porque elas estão praticamente inoperantes. Mas, na verdade, o surgimento das empresas foi na cidade de Manaus, porque o Antônio Augusto, ele foi um desbravador quando do início lá do Pólo Industrial de Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor é contratado para ser advogado, digamos assim, para causas específicas das empresas ou tem um contrato, digamos assim, permanente de prestação de serviços?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Para cada causa eu tenho um contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. As causas que V.S^a. advoga para as empresas são de âmbito administrativo ou tributário ou outra qualquer?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ambas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ambas. Administrativo e tributário. Na parte administrativa é no que concerne a licitações, presumo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, nunca fiz isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que área administrativa o Senhor presta serviços a eles?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Na área administrativa na parte tributária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre na área tributária.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Sempre na parte tributária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Na parte tributária.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Para o Senhor ter conhecimento, eu nunca li um contrato público do Senhor Antonio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Então é sempre na parte tributária. Na parte tributária em âmbito federal, estadual ou municipal?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mais na federal. Mais pelo volume de ações que ele tem no âmbito federal. Tem alguma coisa estadual mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São execuções fiscais?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: São.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então V.S^a. atua como advogado em execuções fiscais. Perfeito. Essas execuções fiscais são processos então que não estão submetidos a sigilo de nenhuma natureza.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): São execuções fiscais propostas em relação a que tipo de dívidas tributárias?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele tem muita. Há uma controvérsia nessa matéria...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fale mais próximo do microfone porque não está gravando.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não está gravando. Desculpe. V.S^a. também conhece bem o ilustre professor, existe muita controvérsia nas cobranças no ramo de transportes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Então é a incidência do PIS, do COFINS, enfim, é um cipoal jurídico difícil mas basicamente é a carga tributária que sobrecarregou demais as empresas, então vem gerando um grau de endividamento muito alto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): INSS, tem ações propostas

em relação e que o Senhor atue evidentemente como advogado?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Existe ação mas nós não fomos ainda citados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Citados. Perfeito. Como o Senhor conheceu o Sr. Antônio Augusto?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Antônio Augusto eu conheci de uma forma curiosa. Um amigo, deixa eu explicar para que V.Ex^a. possa entender. Eu sou jogador de golfe nas minhas horas vagas e eu como joguei relativamente bem, eu representei o Brasil em algumas ocasiões, e isso gerou um prestígio muito grande no clube do qual eu sou sócio. E por força disso eu conheço uma série de empresários, de capitães de indústrias, de multinacionais e empresas locais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E quando houve o evento Camaçari, eu era muito amigo, eu sou muito amigo do Presidente da Ford à época, mister Terry, e ele me perguntou alguma dessas partidas matinais, ele me perguntou se eu conhecia alguém de transportes, porque ele estava com problema de logística, tendo em vista que a iniciativa era construir a fábrica em Camaçari. Camaçari todos nós sabemos, Bahia, longe, difícil, da ponta consumidora que é o Sul, Sudeste. E eu me pus a campo. Isso foi no ano final de 99/2000. E falando com um amigo comum, Cláudio, ele falou: Olha eu tenho um amigo assim, o Antônio Augusto que tem uma empresa grande de transportes, então, aí vim a conhecer o Antônio Augusto. E apresentei a ele. Falei: Olha, Antônio Augusto, depois existe essa oportunidade, se você quiser participar eles estão desenvolvendo todos os fornecedores, enfim, não é, toda a malha assistencial da empresa Ford em Camaçari. E assim foi feito, mas o negócio efetivamente não prosperou, mas ficou a amizade. E naquele momento eu conheci também o Sr. Ioannis que era o sócio do Antônio Augusto, isso ano de 2000, 2001. Depois para minha surpresa, naquela época eu não advogava para o Antônio Augusto. Aí o que aconteceu? Eu tomei conhecimento da cisão em 2002, fiquei chateado porque eu notava que existia muito carinho entre os dois ali. Mas, enfim, eles entenderam se separar, eu não era ninguém para dizer que... E o Antônio depois começou a ter um grau de endividamento muito alto e ele passou a perder os advogados dele, então, eu disse: Olha, Antônio, não é a minha área específica, mas se você quiser eu posso te dar uma mão. E assim eu comecei a trabalhar para o Antônio como um amigo, conselheiro, e depois passei a exercer efetivamente,

efetivamente as ações, assumir as ações do Antônio. E tanto é que eu advoguei por mais de dois anos para o Antônio, nunca recebi um tostão dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tá. Então, o Senhor trabalha...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Depois ele começou, ele conseguiu um contrato, deu uma melhoradinha, então ele achou por justiça me pagar, repassar honorários para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é pago pelas empresas do Grupo GPT?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Pela GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com contrato assinado?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Através de cheques nominal?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Tudo, impostos recolhidos, tudo perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Senhor Pedro Vieira de Souza?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Senhor Pedro Vieira de Souza?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Pedro Vieira de Souza que eu tenho conhecimento ele é engenheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas que tipo de serviço ele prestava para o Grupo GPT?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ah, eu sei que ele fazia assim quando eles iam participar de licitação, concorrência, o Senhor Pedro fazia as certidões, as buscas de certidões, esse trabalho administrativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certidões negativas de débito.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que mais ele fazia, o Senhor sabe?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu só tenho esse conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o Senhor Pedro seria

contratado para obter certidões negativas de débito? Que é uma coisa relativamente simples?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu não sei responder, Deputado. Até pela internet você consegue, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é. O Senhor em algum momento chegou a ter contatos com o Senhor Pedro Vieira de Souza, profissional, em relação às questões tributárias que o Senhor patrocinasse?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Algumas vezes eu solicitei ao Pedro porque ele vinha tratando na parte administrativa alguns processos, porque, deixa eu explicar para o Senhor, existe um endividamento em parte junto à Secretaria da Fazenda de Estado em Manaus, a Receita Federal em Manaus e uma parte em São Paulo. Então, eu não tinha essa possibilidade de deslocamento. Então, quando eu pedi ao Antônio que me apresentasse alguém do grupo para me auxiliar no trabalho de levantamento completo das empresas, eu vim a conhecer o Pedro nessa área. Eu sabia até então que o Pedro fazia a busca de certidões, mas nada além.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele o ajudou em relação a questões da secretaria das fazendas dos Estados?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Ele me disse exatamente em que pé. O objeto e o pé de cada processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí na parte relativa a impostos estaduais?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E federais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estaduais e federais. Quer dizer, ICMS e aí no caso impostos federais também.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E federais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Senhor Léo Botelho?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Conheci o Léo Botelho. Conheci, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Senhor Léo Botelho?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Que eu sei o Léo Botelho trabalha aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabia. Que tipo de atividades ele exerce?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Eu sei, sem faltar com a verdade com o Senhor eu também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele mexe com a parte tributária?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Não. Comigo ele nunca mexeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca sentou com o Senhor para participar do ICMS?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Aqui há uma coisa curiosa porque o Senhor Pedro Vieira prestou depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito e ele disse que não mexia com a parte de tributos estaduais. E que ele só mexia com a parte de tributos federais.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Bom. Eu não posso me recordar assim com absoluta precisão, mas que a parte federal com certeza ele fazia sim. Mas estadual também o grupo tem pouquíssima coisa. É quase que chega a ser irrelevante Deputado. O grande, o grande...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Mas a BETA tinha grande parte de ICMS a ser recuperada.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

É, mas aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Foi a primeira empresa a conseguir uma recuperação, pelo que sabemos, no Estado de São Paulo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: A

BETA, eu digo para o Senhor, quando eu comecei a ter noção do que era a BETA houve a cisão do grupo. E a BETA até onde eu sei ela não pertencia ao Antônio Augusto. Eu sei da origem da BETA porque quem me contou isso foi o próprio Antônio. Como é que foi a história? O Sr. Ioannis era o funcionário da Vasp na época e conheceu o Antônio, daí aquela coisa toda, assim como outros contatos que o Antônio tinha por força da necessidade do transporte aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Mas aí eu soube que, o Antônio me contou passado. Eu não vivi isso. Esse momento deles. Eu soube que foi constituída a BETA, a BETA, e com aquisição de uma aeronave através do contrato de leasing e o Sr. Ioannis e a Senhora dele eram proprietários, eram os titulares do contrato social. Então, o que é que ha-

via? Dentro do transporte INTERMODAL como eles chamam, eu não sei falar exatamente, é que eu ouvi bastante, então, por osmose eu aprendi. Mas a busca desse TRANSPORTE INTERMODAL é exatamente a segurança no transporte como também o barateamento na escala. E a BETA era uma das empresas porque quando Manaus começou a precisar do transporte aéreo efetivo, quando ela passou a ter uma sofisticação dos eletrônicos, com a chegada dos eletrônicos, então, muitas empresas, essas que fazem celulares, essa coisa toda, essa tecnologia embarcada que eles falam, o que ela precisava? Ela precisava da segurança e da velocidade daquilo que era produzido em Manaus para chegar na ponta consumidora. Então, era usado um meio de parte, um meio de transporte aéreo. Mas isso também está acabando, porque é muito caro você transportar esse tipo de equipamento via aérea. Então, você tem apesar de todo os acenos fiscais dos outros Estados, principalmente Manaus que é Zona Franca, aquela coisa toda, hoje você vê uma Samsung voltou para São Paulo, construiu uma fábrica em Campinas e tantas outras mais. Quer dizer, então, transporte aéreo ele passou a ter um outro, um outro enfoque e um outro volume.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Tá. Então é isso que eu sei da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): O Senhor comentou que o Senhor Pedro Vieira de Souza cuidava da parte administrativa de situações tributárias. O que ele fazia exatamente?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Não. Ele... Eu não afirmo ao Senhor que ele exatamente cuidava da parte administrativa. Ele era uma pessoa que fazia como a gente chama, serviços spot(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é um serviço spot(F)?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele pegava, por exemplo, olha a TECNOCARGO vai entrar numa concorrência. Então, precisa como é que... Vamos pedir uma certidão negativa, parcelar a dívida, vamos pedir uma positiva com efeito de negativa através do mandato de segurança, enfim, era essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele não era advogado. Então ele não mexia com mandato de segurança. Ele mexia com a parte administrativa.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Com a parte administrativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No depoimento de ontem pres-

tado pelo Controller da empresa do Grupo PROMODAL, ele nos falou que segundo ele tinha informações o Senhor Pedro Vieira de Souza tinha um parente que trabalhava no INSS e que isto facilitava profundamente as gestões dele na parte administrativa. O Senhor tem ciência desse fato?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Em absoluto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também nos chamou atenção o próprio depoimento do Senhor Pedro Vieira de Souza. Ele nos disse que foi contratado para dois tipos de atividades, um era o parcelamento, não é, realmente de dívidas. E o outro era aquilo que ele chamou de atendimento de fiscais. Ou seja, quando os fiscais compareciam, ele os recepcionava, servia café, pedia os livros, etc. e etc. como uma espécie de relações públicas, um *public relations* especializado entre níveis de fiscalização. Eu manifestei a minha surpresa porque eu desconhecia essa atividade de relações públicas na parte de fiscalização, mas o que me surpreendeu é o quanto ele recebeu por esse serviço. Ele disse que para obtenção desses parcelamentos ele recebeu da empresa BETA cerca de 180 mil reais. E que para esse serviço de acompanhamento de fiscais ele recebeu acho que da ordem de 140 mil reais, ou teria ajustado um pagamento elevado.

Quando eu indaguei a ele o que ele fazia no parcelamento, ele disse que apenas obtinha as dívidas e depois fazia o requerimento padrão. Nada mais. Eu indaguei a ele se era um trabalho que poderia ser feito por qualquer office-boy. Ele disse: Sim. É um trabalho que poderia ser feito por qualquer office-boy. Eu perguntei a ele: Então porque o Senhor é contratado? Ele disse: Está aí uma boa pergunta. Eu não sei. O meu cliente deve saber porquê me contrata. Evidentemente algo nos parece estranho nessa contratação, e claro, a suspeição se coloca em relação a algum tipo de tráfico de influência no INSS, pela obtenção de certidões e obviamente, diria eu, até de atendimento de fiscalização, com quem sabe até suborno de autoridades públicas relativamente, ou seja, alguém que teria algum tipo de especialização nesta área. Hoje mesmo nós estamos vendo um caso curioso de uma certidão. Eu queria mostrar a V.S^a. Nos surpreendeu diante da, é evidente que diante do depoimento do Senhor Pedro Vieira de Souza nós começamos a vasculhar as situações de certidões negativas que eram obtidas para a prática de licitações. Uma certidão que nos chamou a atenção é uma certidão obtida pela BETA. Essa certidão obtida pela BETA, veja, é uma certidão de dívida ativa, portanto, positiva. No entanto, nos termos da certidão não está certificado que ela tenha efeitos negativos como

às vezes acontece, por força do parcelamento. O que existe é no verso, um despacho, da Procuradoria da Fazenda Nacional, e que diz: A Procuradoria da Fazenda Nacional confere à certidão em epígrafe o direito de efeito de negativa conforme artigo 206 tendo em vista que os débitos tributários inscritos sob número tal, etc. e etc. estar em análise.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Não pode fazer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É claro que não pode fazer isso. Ou seja, está se dando efeito negativo para débitos tributários que estão em análise.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Análise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não há parcelamento.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E não comporta isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não comporta isso, ou seja, é uma situação absolutamente atípica. Imediatamente nós ao detectarmos a certidão nós oficiamos a Procuradoria da Fazenda Nacional, eu mesmo falei hoje com o Procurador-Geral da Fazenda, e pedi a ele com a maior agilidade que, por favor, nos informasse do que se trata este assunto, ou seja, nós temos uma terrível suspeita. Considerando o caráter atípico do trabalho do Senhor Pedro Vieira de Souza, considerando uma certidão a nosso ver atípica e absolutamente indevida, nós temos a fundada suspeita de que a empresa BETA pudesse atuar licitações sendo devedora de tributos e mediante certidões que não correspondem à realidade. Indago: V.S^a, já viu alguma vez uma certidão desse tipo?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Nunca, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E como tributarista concorda que realmente a certidão parece muito estranha.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Absurdamente estranha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a impressão que nós temos também. V.Sa. não se recorda de ter visto na empresa BETA nenhuma certidão desse tipo?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Nunca. Até porque, Deputado, como eu falei anteriormente, a BETA foi uma coisa assim que eu vi *en passant*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Porque eu fiquei, quando eu efetivamente comecei a conhecer o grupo, eles já estavam em processo de cisão, então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não acompanhou especificamente.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Eu nunca vi um livro da BETA, eu conheço o dono da BETA e mais ninguém da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Não conheço nem a Senhora do Sr. Ioannis. Sei que mora em Alphaville mas nunca vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Claro. O Senhor sendo amigo do Sr. Morato, sabia se ele mantinha relações com parlamentares, com políticos, era amigo de pessoas do mundo político?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Olha, eu tenho conhecimento que ele tinha, não sei precisar exatamente quem, quais parlamentares, por causa do grande projeto da BR-163.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Porque aí precisava realmente o esforço do Governo do Amazonas, o esforço do Governo do Mato Grosso para colocar essa estrada efetivamente em curso. E isso eu participei em várias reuniões, não com parlamentares, mas em audiências públicas, até teve um trabalho muito bem-feito pela TREVISAN em São Paulo, fazendo a reunião de todos os esforços, de todas as ações para sensibilizar o Governo Federal efetivamente para que fosse locado recurso ou para privatização da estrada através de uma PPP, aquela, perdão, a privatização que não aconteceu ainda ou através da PPP, que era Parceria Público Privada que ainda não aconteceu. Porque isso? Porque exatamente o Antônio sempre me confessava que o dia que essa BR-163 vingasse, a história do transporte em Manaus seria diferente. Eles não dependeriam tanto do Rodo-Fluvial que hoje você tem lá duas ou três empresas que fazem um verdadeiro cartel, então o preço é complicado porque elas se combinam e você fica meio refém delas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Ok. Então, além disso, o transporte que normalmente leva de Manaus a São Paulo 10 dias por conta de todos os problemas infra-estruturais que nós temos e, enfim, mas nós temos que conviver com isso. A BR-

163 ela possibilitará a redução para três dias e meio a quatro dias. Isso é uma economia fabulosa de frete, de todos, de tudo que compõe a cadeia. Então, esse foi o grande projeto que nós tentamos e ainda não abandonamos. O que é um problema que V.Ex^a. sabe. É difícil fazer vingar uma estrada dessa magnitude. Então, esse conhecimento o Antônio Augusto tinha com esse pessoal. Aliás, Antônio Augusto, ele sempre, ele foi uma pessoa de vanguarda, ele consegue ver uma coisa que normalmente a maioria não consegue ver. Ele tem uma visão é o que eu chamo, brinco com ele assim, uma visão helicóptero, ele não é muito bom na condução do avião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Às vezes o helicóptero não aterrissa muito bem. [Risos]

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Não. Ele não é muito, vamos dizer assim, ele não tem aquele rigor administrativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Não é um administrador.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele é mais assim, eu até brinco, às vezes, olha, calma, Antônio, não vai dar uma de Julio Verner aí porque senão a coisa fica inviável, mas por conta disso. Esse foi sempre o grande projeto de vida do Antonio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se dentre esses políticos que participavam ele mantinha algum tipo de relação com o ex-Presidente da Câmara, ex-Deputado Severino Cavalcanti?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Não. Ele tem uma coincidência feliz. A mãe do Antônio Augusto é vizinha da mãe do Severino lá na Aclimação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem sabia que a mãe do ex-Presidente morava em São Paulo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele mantém contatos com o Severino Cavalcanti?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É uma coisa assim muito, muito... Nem sei mais... Quando o Presidente assumiu a Presidência ele telefonou para cumprimentá-lo mas não tem nada...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tinha relações políticas mais estreitas.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Nem porque teria razão de ser, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Entendo eu, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outros parlamentares o Senhor lembra que ele mantinha contato?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Olha. Eu não diria... Ah, sim, eu não vou dizer parlamentar, mas eu digo pessoas do Governo, por exemplo, o Governo do Amazonas foi feito muito esforço junto ao Governador Eduardo para que ele--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eduardo?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Atual Governador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E também o Governador do Mato Grosso para que eles...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mato Grosso do Sul ou o outro, o Mato Grosso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mato Grosso. Para que eles entendessem a necessidade e alternativa. E isso da construção da BR-163 da pavimentação, na verdade, ela existe. O que falta são 600 quilômetros a serem pavimentados. Então, é isso que, esse esforço aqui que vai possibilitar. Só para o Senhor ter uma idéia. Um dos grandes problemas hoje da exportação, agora indo, migrando para a exportação é a questão portuária, a questão de você chegar com a soja. Aí o Senhor vai dizer. Mas porque soja? Existe o Blairo Maggi, Governador, que tem todo aquele, o polígono da soja exatamente onde está a BR-163. Então o que acontece? O caminhão para usar o porto de Paranaguá porque de Santos é inviável porque o valor agregado é muito baixo do caminhão de grão, ele faria esse circuito em três dias, mais o desembarço no porto e o navio para chegar no ponto onde a BR-163 desembocaria são 10 dias de costa. Então, a alternativa da BR-163 principalmente é para o escoamento da soja, e claro, aí, tem um, é um gerador de tributos, de oportunidades dos dois Governos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Então essa foi a grande tratativa do Antônio. Ele aproveitou que ele fazendo a perna de descida pela BR-163 teria um trânsito justificado, tendo em vista, que são centenas, milhares de caminhões que se deslocam aqui para a região Sudeste. Quer dizer, nós fazemos o

caminho inverso. Nós temos que mandar a mercadoria para cima e descemos para depois subir. Então, tinha apelo, tinha sensibilidade. Agora, especificamente, Deputado, assim, eu não tenho lembrança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe que tipo de relação o Sr. Antônio Augusto mantinha com o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece Carlos Augusto de Lima Sena? Não?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Nunca ouvi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Hassan Gebrin?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hassan Gebrin?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se ele tinha algum contato específico com o Senhor Antonio Augusto?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O que ele faz, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi ex-Presidente dos CORREIOS.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Humberto Motta? Também não? João Henrique de Almeida?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: João Henrique da Varig?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): João Henrique Presidente dos CORREIOS.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, eu conheço o João Henrique que foi Presidente da VARIG LOG. Por coincidência chama João Henrique.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode ser outro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Esse efetivamente, eu não conheço, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Maurício Coelho Madureira?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:

Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Luís Carlos Scorsato?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Garcia Mendes? Paulo Nish(F)?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. Roberto Kfourì?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Conheci o Roberto Kfourì exatamente no projeto Camaçari.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também naquela oportunidade.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Porque na verdade, como é que foi a história? Quando nós íamos encontrar o Presidente da Ford, nós marcamos um jantar aí no Rubayat(F)da Faria Lima. E apareceu um Senhor enorme, árabe, que se apresentou como Roberto Kfourì. E eu, muito prazer, tal. E num dado momento o Antônio saiu para telefonar, qualquer coisa, foi ao sanitário, não me lembro, e o Kfourì me interpelou. O Antônio precisa dizer a esse Presidente que eu também sou o dono do transporte aéreo. E eu como estava sendo apresentado a ele eu fiquei assim meio atônito com a coisa. Eu falei: Ué. Tá bom. Então eu acho que isso é um problema que o Senhor tem que falar com ele. Não é comigo. E a segunda vez que eu estive...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele era dono de alguma empresa?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele se intitulou dono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da BETA?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Ele falou do transporte aéreo. Ele não falou exatamente se era a BETA ou outra empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu fiquei assim meio deslocado. Eu falei: Quem é? Primeiro que não era nem para ele vir a esse jantar. Já que ele veio, está bom, não? Às vezes o Senhor sabe, São Paulo é muito comum isso. Aqui em Brasília também. Você aproveita a mesma reunião fala de assuntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De vários assuntos.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Bom, aí, até posteriormente eu comentei com o Antônio. Antônio, quem é esse fulano? Ah, é o Roberto, tal. Eu estou com um problema com ele, é um Diretor meu lá que faz a parte aérea. Eu disse: então você fica atento. Porque ele disse, não é Diretor não. Ele está falando que é dono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, e o que o Sr. Antônio Augusto comentou quando você deu essa informação?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Antonio, ele pegou e fez assim, aquele jeitão do Antônio que o Senhor conhece, ele esteve aqui, como quem disse, se ele acha isso, deixa ele achar. E no ano, depois nunca mais vi o Roberto Kfourì. Eu soube até que ele andou aí uma parte que eu tenho que tomar muito cuidado porque é uma questão do sigilo profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do sigilo profissional. Pois não.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas eu soube que ele teve ações, assim, vamos dizer, ele passou do campo profissional para o campo pessoal. Parece que dando algum. Não posso afirmar isso, mas o conjunto probatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: As evidências levam a crer isso. Que parece que de alguma forma ou de outra ele se valia da briga da ex-mulher do Antônio para se inserir num processo. E eu entendo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No processo negocial?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Eu entendo que ele deveria querer obter algum tipo de vantagem, não financeira, mas uma vantagem estratégica para retornar para o posto que ele achava que julgava ter...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na empresa do Sr. Antônio.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então ele de certa forma se intrometia no litígio entre o Sr. Antônio e a esposa para obter algum tipo de vantagem nesse tipo de situação.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. E a segunda vez que eu sentei com o Sr. Kfourì foi por ocasião do ano de 2004, que eu até estranhei. Ele veio para comprar uma aeronave do Antônio porque o Antônio quando separou, quando houve a cisão, ele

pegou uma empresa chamada PROMODAL Transportes Aéreos e fez uma jogada porque o Antônio precisava do avião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Senão ia perder os contratos que ele tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Porque como ele era um, era um grupo provedor de logística, ele precisaria cumprir todas as etapas, senão, o contrato dele já perderia o objeto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Então, ele no desespero, o que ele fez? Ele comprou, ele "*leasou*" uma aeronave. E essa aeronave, o que aconteceu? Eu tenho uma convicção pessoal que o Antônio sempre foi vítima de uma grande conspiração. E essa aeronave veio checada, perfeita, não havia nada que dissesse o contrário. E em três meses de operação, depois que o Antônio conseguiu o contrato muito bom com a VARIGO LOG ele tentou no ano anterior participar da licitação dos CORREIOS, mas ele foi desclassificado de plano. Mas ele já vinha mantendo um... E eu participei disso, por isso que eu fiz menção, Deputado, do João Henrique.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Presidente João Henrique, da VARIG LOG precisava de uma aeronave com as mesmas características dessa que o Antônio havia adquirido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia adquirido.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas a VARIG LOG, por problema da Fundação, por problema de endividamento não podia comprar mais nada, mas ela precisava também dessa aeronave com aquela configuração. E o Antônio fechou um contrato muito bom com a VARIGO LOG. Então, a questão do CORREIO, ela não... passou a ser secundária, passou a ser terciária, porque ele... O problema é você trazer a aeronave para São Paulo e depois subir vazia. Não se paga. O transporte aéreo é muito caro. Mas a VARIG LOG, ela fez essa contratação da aeronave e ainda permitiu um pequeno espaçamento para o Antônio, da necessidade diária que ele tinha de Manaus. E essa aeronave depois de três meses teve uma turbina queimada e foi exatamente no ponto onde o Antônio era vulnerável. Quando ele adquiriu a aeronave

ele tinha que ter, como determina a regra, uma turbina sobressalente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele não tinha?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele não tinha porque não havia dinheiro para comprar a turbina sobressalente. Mas como a aeronave veio absolutamente checada e em ordem, então, sobre sabe que tem a garantia, aquela aeronave poderia voar tantas mil horas sem o menor problema. Qualquer problema que houvesse seria reparada pelo proprietário da aeronave. E essa aeronave estranhamente teve uma turbina queimada que eles chamam de partida quente. Até eu entender isso, para que V.Ex^a. possa entender o que eu quero dizer, seria a mesma coisa que um carro funcionando o Senhor pega e dá a partida até queimar o motor de arranque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, pode ter havido uma sabotagem.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Foi. Eu não tenho dúvida disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem teria interesse em sabotar? Os antigos sócios? Concorrentes?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Deputado. É difícil porque...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi isso, hein?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Isso foi em março de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, havia tido a cisão...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele estava reestruturando portanto uma empresa dele.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele de 2002 até 2004 ele que tinha uma série de contratos, porque ele é histórico lá em Manaus, porque ele é pioneiro, ele passou a perder sistematicamente os contratos porque como ele estava com um grau de endividamento já elevado, então ele tinha que... ele não gozava mais dos benefícios de mercado. Então, por exemplo, ele contratava um transporte aéreo da Varig, ele tinha que pagar à vista. Ele não gozava dos dez mais 15 dias, aquela história que nós sabemos e só que ele recebia pelos contratos sempre 20, 30 dias depois de conferida a mercadoria e entregue. Então, aquilo começou a abrir um buraco financeiro na estrutura do Antônio. Eu falei: Antônio, vamos buscar mais contratos. Faça alguma coisa. Eu não sei fazer isso.

Eu sou advogado. Mas eu posso, sei lá, apresentar, eu conheço tantas pessoas que podem te ajudar. E ele é uma pessoa que eu tenho um carinho muito especial, uma pessoa que eu gosto muito. E... mas ele resolvendo problema da aeronave, aí tinha que pagar o leasing da aeronave, aí ele começou, aí ele tinha um apartamento, ele emprestou, ele fez uma alienação fiduciária no apartamento e obteve dinheiro, pagou a turbina, depois a turbina não veio, um rolo danado. Por fim ele acabou perdendo o contrato da Varig e perdendo a aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não pagou o leasing?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele suportou pagar Deputado, durante 10 meses. A aeronave ficou 7 meses parada. Então, o que aconteceu? Quando V.Ex^a. me pergunta a respeito da parte tributária, aí eu tenho que entrar um pouquinho no sigilo profissional porque ele também foi vítima por parte dos ex-empregados e destruição dos provedores, dos computadores, então, nós tivemos um trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso na cisão?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não propriamente na cisão. Veio acontecendo conforme foi havendo um enfraquecimento financeiro das empresas. Então, perdia-se um contrato, então, ficava difícil manter aquele mesmo quadro. A PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS, durante sete meses o Antônio conseguiu pagar todo o staff, piloto, co-piloto, gerente, os mecânicos, o pessoal administrativo. Ele conseguiu, a custa de muito sacrifício. Muito, muito. Eu participei, eu vivi isso com ele. E ainda atormentado pela ex-mulher, aquela coisa toda. Então, eu não sei como esse homem está vivo. Sinceramente eu não sei. Ele é um herói. Agora, aí o que acontece? Quando ele perde o contrato da Varig, que teria sido uma grande rampa de retorno do Antônio para pagar já o endividamento que havia acontecido nos anos anteriores, ele perde o contrato. Somado à perda do contrato da Varig ele tem a aeronave por via de consequência, ele perdeu o contrato por conta da aeronave quebrada. Aí veio o reflexo do fechamento da inoperância da PROMODAL TRANSPORTES AÉREOS. Então, é como o Senhor bem sabe, aquilo vai uma coisa puxando a outra e foi gerando. Aí, de uma hora para outra teve que desativar o galpão em Guarulhos. Agora eu vou contar o fato mais grave que houve. Um mês depois do fato da aeronave, ele foi vítima de um roubo fabuloso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Roubo?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Roubo. Um roubo fabuloso que eu atuo nesse proces-

so. É um processo delicado porque tem desdobros aí tremendos. Então, o que aconteceu? É aquela velha sistemática. O comercial vende, a indústria produz e o transportador é que fica com a onça nas costas como nós chamamos. Então, o que que houve? A apólice de seguro dele não permite que ele armazene mercadoria por mais de 15 dias, senão, a apólice torna-se sem efeito. E houve uma grande aquisição por parte de Casas Bahia e outras grandes do ramo, mas quando a mercadoria começou a chegar, Antônio armazenando a mercadoria ia entregar, não tinha o espaço. Não, espera mais uma semana, espera mais uma semana. E evidente que essa informação vazou e teve seqüestro, teve um horror.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seqüestro de funcionários?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Pegaram o chefe da segurança, seqüestraram, levaram para casa dele, pegaram a mulher, filho, foi um horror, tem um inquérito policial grande nisso. E esse roubo ele alcançou a soma de 8 milhões de reais em 2004, que o Antônio pagou integralmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estava a descoberto no seguro, portanto.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É, o seguro falou: Simplesmente o Senhor não podia ter armazenado. Agora eu pergunto a V.Ex^a. Como é que ele teria feito? A mercadoria chega de Manaus, como é que ele faz para devolver mercadoria para Manaus? Quem cobra esse custo? Então, para não perder o seguro, para não perder a própria companhia ou contrato, ele suportou. Então, ele, durante 14 ou 15 meses, não me recordo agora com exata precisão, ele foi sendo descontado dos serviços efetuados de uma parcela até que se atingisse a importância dos 8 milhões. Ele suportou isso herculeamente. Mas tudo isso tem um efeito colateral. O endividamento também se apresentou mais elevado. Então, hoje o que se busca, o Antônio ele quer um... Está lutando. Essa é a verdade. Está atormentado por problemas que V.Ex^a. sabe, pessoais, familiares, aquela coisa toda. Mas em verdade é essa, essa é a resenha da vida do Antônio. E eu tenho por convicção...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falava que tinha encontrado uma outra vez com o Roberto Kfourri.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Foi no Rubayat. Não, foi no Rubayat, e a segunda vez...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A segunda vez.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Foi em 2004 quando a aeronave estava parada o Sr. Kfoury apareceu na empresa para comprar a aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele queria comprar essa aeronave?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É, do jeito que ele queria comprar eu também queria comprar, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que você queria comprar?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Queria comprar até de forma ofensiva, oferecendo, vamos dizer, 1/3.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1/3 do valor do avião.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É, 1/3. No resumo final da ópera seria 1/3. Quer dizer, eu não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, era um leasing. Ele queria comprar a parte que já havia sido paga do *leasing*, é isso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ah, sim, porque essa aeronave é um leasing, o resíduo do leasing era mínimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Entendi. Certo. Ele queria pagar, e havia o contrato.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Porque esse avião ele foi muito bem comprado. Esse avião, ele custou um milhão e seiscentos ou o *leasing* era de um milhão e seiscentos, um milhão e setecentos mil dólares, mas ele quitado pelas benfeitorias que ele sofreu, ele já passava a valer 2 milhões e meio de dólares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso, o Sr. Roberto Kfoury atuava por conta própria ou ele tinha alguma relação com o Sr. Ioannis da BETA?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Que eu saiba ele nunca teve relação com o Ioannis. Nunca soube disso. Eu sei que era estranho. A GPT era uma empresa que o Senhor entrava lá, como um clube, sabe, tinha a ala do tênis, a ala do hípico, a ala do amendoim, e, na verdade, era isso. Ela já era cindida por si só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas todos ali, dentro daquela falsidade costumeira

apertando a mão, mas na verdade o grande prejudicado nisso tudo foi o Antônio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor lembra que clientes a BETA tinha fora dos CORREIOS?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não tenho...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou conviveu pouco com a BETA?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não tenho noção, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor se recorda se a BETA ou empresas do GRUPO PROMODAL tinham créditos de ICMS a receber? Restrições?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu tenho conhecimento disso. Uma vez o Antônio me falou que havia um crédito. Eu nunca consegui efetivamente ver esse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca atuou nesses casos?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Eu sabia que havia um creditamento por força de uma resolução ou de uma instrução normativa da própria Secretaria da Fazenda que as empresas aéreas gozavam do benefício, passavam a ter um crédito de ICMS. Mas eu efetivamente eu não tenho conhecimento desse processo. Eu não... Eu lembro até que o Antônio uma ocasião me pediu para dar uma olhada no processo. Eu olhei, até estava com um grande, o segundo homem da Fazenda Estadual, como é que é o nome dele, ele se aposentou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Segundo homem da Fazenda do Estado de São Paulo?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Como é que ele chama? Tabajara. Dr. Tabajara. E eu perguntei ao Dr. Tabajara. Dr. Tabajara? Ele falou: Olha, essa não é uma questão que eu cuido, aqui a Secretaria da Fazenda ela é subdividida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor, não entendi, o Senhor estava com o Dr. Tabajara e o Sr. Antônio Augusto. Eu não entendi a situação. Perdão.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Eu procurei o Dr. Tabajara.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Que era o homem que mais entendia disso, e ele é conhecido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em que época?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Deputado, deixa eu lembrar? Ele estava na ativa. Sem chance, assim, de errar muito, eu acho que foi em 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2002. E aí o Senhor procurou o Senhor Tabajara para falar de créditos da restituição?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É, porque o Dr. Tabajara, eu participei de alguns cursos o que o Dr. Tabajara deu na FMU, na PUC, sobre ICMS, ele é uma grande autoridade nisso. E eu na condição de aluno, eu fui procurar o mestre Tabajara.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E eu coloquei, mas de uma forma muito abstrata para ele, porque eu não tinha o processo. Eu falei: Dr. Tabajara, existe um processo de uma empresa BETA aqui, junto à Secretaria da Fazenda, que parece que ela é detentora de créditos tributários oriundos de operações de ICMS de aquisição de querosene, de QAV, de querosene de aviação. Ele disse: Olha, eu não posso dizer nada, mas eu posso dizer qual a Comissão que efetivamente cuida dessa área. Eu disse: Ah, não é com o Senhor? Não, aqui é assim, tem uma Comissão que cuida de indústria, tem uma Comissão que cuida de postos de gasolina, aquelas diferenças que existem entre nota de compra, das próprias concessionárias de carro, aquela coisa toda. E aí ele me direcionou para essa Comissão. Eu não me recordo agora, eu me lembro que era um asiático, um japonês. E o processo estava em correição. A divisão dele lá estava em correição. E aí eu não pude acessar o processo, também nunca mais voltei lá, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se o Senhor Léo Botelho cuidava desse processo?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas eu sei que existe... Eu soube que o Léo Botelho andou, também, mas não sei o que ele efetivamente fazia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mexia com isso.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu soube por alto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas eu nunca compulsei os autos, efetivamente, nunca, mas também soube que esse Léo Botelho uma vez havia mexido, intercedido lá, mas não, que eu saiba

acho que esse crédito nem foi homologado, ainda nem foi autorizado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA, parece que foi uma das primeiras a receber uma restituição. Pelo menos é a informação...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ela recebeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É. A primeira restituição sim, não sabemos exatamente ainda a quantidade, que nós estamos oficializando a Secretaria da Fazenda do Estado para averiguações.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu posso colaborar com V.Ex^a. nesse sentido porque eu efetivamente eu não conheço o processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a estudar como é que são obtidos esses créditos, não? O Senhor já esteve lá?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu fui numa consulta informal para ver se efetivamente aquilo tinha procedência ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, talvez, possivelmente, apenas pergunto, mas creio que talvez V.S^a. não deva saber a resposta. A BETA já utilizou créditos de ICMS para custear despesas com o combustível?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Deputado, eu imagino, eu nunca vi a contabilidade da BETA, mas em se tratando, aí eu posso falar porque eu conheço a área. Como é um tributo por homologação, por lançamento, talvez, ela tenha exercido, mas ela fica sujeita ao crivo da administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. O Senhor não acompanhou isso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se utilizou créditos a pagar fornecedores?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Também não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E se transferiu seus créditos de ICMS para empresas interdependentes?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Não, e acho que nem... Mas a BETA não tem interdependência, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei. Nós estamos exatamente avaliando isso.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Porque ela só como transportadora aérea...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, mas parece que talvez ela pudesse ter outras empresas.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Eu conheço essa matéria de interdependência no âmbito federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: No âmbito federal há um decreto que regula isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós estamos apurando exatamente esses aspectos.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Mas estadual eu desconheço se tem esse cabimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe onde é que a BETA tinha filiais?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Filiais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exato.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Que eu saiba só Guarulhos e Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Guarulhos e Manaus.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Guarulhos e Manaus. Que era o eixo que ela utilizava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela está registrada no cadastro de contribuintes do ICMS no Estado do Amazonas pelo que o Senhor sabe?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Não sei, Deputado. Provavelmente sim, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Porque o DAC é rigoroso, tem um crivo todo até que se expeça a autorização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que é o Sr. Marcelo Campos?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Eu. Sou eu mesmo. [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu li aqui errado. [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Duas horas da manhã e estamos misturando. Aqui está Marcelo Cintra.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
É. Até devia ter esclarecido a V.Ex^a. --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu que deveria ter visto.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: -
- no intróito. Mas, na verdade, eu tomei conhecimento da minha convocação pelo site...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Eu não fui oficialmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque nós não tínhamos a informação de que o Senhor é Marcelo Cintra, apenas Marcelo Campos.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
E José. Tem o José.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, e tem o José. É aí que está dando a confusão dos nomes aqui, porque o Senhor é José Marcelo Cintra de Campos.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu jamais me escusaria a comparecer, até porque quando eu vi Marcelo Campos, PROMODAL, eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só podia ser o Senhor.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu me apresento como Marcelo Campos, então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Portanto embora não justifique a minha pergunta às duas horas da manhã, efetivamente está clara a confusão de nomes. Quem era o Sr. William Martins Jordano(F)?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Deputado. Não me tenha como ironia a resposta. Foi o que saiu agora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Não.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Perdão. Esse que saiu é o Wellington. William. Eu sei que esse rapaz trabalhou para o Antônio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS:
Mas eu não sei qual foi a função. Eu explico o porquê. A GPT, ela tinha uma locação ali atrás do Shopping

Ibirapuera, a Miruna, acho que é Miruna. E eu sou meio ruim para gravar nome, aquela região do Ibirapuera, então, eu fico confuso, fala que é a região dos índios e a região dos pássaros, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, é verdade.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Então, eu lembro que o Antônio num determinado momento, ele reuniu todas as empresas nos dois andares. Então, veio pessoal do aéreo, veio pessoal da logística, veio pessoal de rodoviário, fluvial, aquela coisa... Eu lembro desse rapaz William, mas efetivamente eu não posso afirmar para o Senhor, para V.Ex^a. se ele era gerente de alguma... Eu lembro que ele era empregado da empresa, agora, eu não sei exatamente qual era a função dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E o rapaz que saiu daqui o Senhor conhecia?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Esse eu sei que trabalhava no financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Trabalhava do financeiro. Ele era pessoa próxima do Sr. Antônio Augusto?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu acredito que sim. Ele mexia, ele fazia o financeiro, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Era uma pessoa de confiança.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Acredito que sim, né? Uma posição delicada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. O Senhor chegou a ser procurado pelo Sr. Antônio Augusto quando soube que ia prestar esse depoimento?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Deputado, eu falei com o Antônio Augusto hoje a hora que eu fui justificar para o Senhor a minha eventual ausência e o Antônio Augusto me ligou e perguntou onde eu estava. Eu disse: Eu estou aqui a sua disposição em Brasília para depor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Eu estou até envergonhado de você, você não tem nada haver com essa história toda, mas... Eu falei: Não, Antônio, eu estou aqui atendendo a uma convocação pública de um ato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não fez nenhuma solicitação para o Senhor desse depoimento.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque justamente o depoente que antecedeu, disse que se reuniu ontem com o Sr. Antônio Augusto.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. O depoente que o antecedeu.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Perdão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos espantou um pouco esse tipo de... da forma com que a coisa foi conduzida. O Senhor não foi procurado pelo Sr. Antônio Augusto?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Aliás eu tenho conversado com o Antônio, assim, muito eventualmente, o Antônio não está muito bem de saúde. Ele ficou agora um bom tempo na praia. Ele estava esgotado e com segurança a última vez que eu vi o Antônio já monta uns 15 dias. Com certeza, uma semana antes do carnaval já não via o Antônio. Mas eu falei algumas vezes com ele por telefone até por assuntos profissionais. Mas não falamos de CPI. Eu confesso a V.Ex^a. que eu acompanhei bastante o trabalho da CPI quando do início e... três ou quatro meses para cá eu estou absolutamente à margem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exausto de acompanhar os trabalhos.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Eu louvo até... [Risos] A forma como o Senhor conduz de forma muito profissional, bonita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas efetivamente os passos e o paripasso eu não tenho acompanhado. Até porque o escritório está pegando fogo lá. [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Imagino. O Senhor sabe se o Senhor Pedro Vieira tem alguma ligação com o DAC?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Pedro, aquele das certidões?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, aquele das certidões, aquele do atendimento a fiscais.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele me parece uma pessoa um pouco. [Risos] Espacial aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com certeza. O depoimento dele foi bem especial aqui.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas no DAC, não tem, DAC...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não haveria razão aparentemente?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. O Antônio ele, o Antônio, quem conhece mais DAC do que Antônio? O Antônio é, ele vai para o aeroporto, a mãe dele me falou que o Antônio frequenta o aeroporto desde os 16 anos de idade, quer dizer, ele até pela maneira como ele põe a calça ele fica conhecido... [Risos]

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É uma marca que a gente respeita do Antônio. Quer dizer, ele... Identificação relativamente fácil, né? [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, é... Alguma pergunta de vocês aí? E que relação o Sr. Antônio Augusto, pelo menos que o Senhor saiba, tem com o brigadeiro, ahn, está fugindo, agora nessa altura já comecei a... Venâncio Grossi. Daqui a pouco se eu trocar o nome do Senhor novamente o Senhor me perdoe.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu tenho conhecimento. Eu conheço o Brigadeiro Venâncio Grossi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que relação que ele tem com o...?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Venâncio, o Brigadeiro, perdão... Não tenho essa intimidade toda com o Brigadeiro. O Brigadeiro Venâncio Grossi foi contratado quando ele aposentou-se para exatamente para obter a autorização do Antônio para voar. Mas ele conhece, né? Ele era autoridade que expedia a autorização, quer dizer, ele conhece todos os meandros da coisa. E eu nunca me arrisquei a ver, mas eu vi o processo de autorização, V.Ex^a. deve ter parcial conhecimento, mas é uma coisa absolutamente técnica, complicadíssima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É terrível.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É terrível. E ninguém mais do que uma pessoa do gabarito do Brigadeiro para dar os passos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma das coisas que nos surpreendeu aqui recentemente, foi o depoimento do Sr. Carlos Eduardo Augusto Lima, Carlos Augusto Lima Sena, você vê que eu já estou trocando os nomes, né?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Hã-hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi que ao depor, após alguma relutância, ele reconheceu que esteve numa reunião com o Sr. Morato e o Brigadeiro Venâncio Grossi na sede da empresa PROMODAL. Nos pareceu estranho isso. Que um Diretor dos CORREIOS faria com o Brigadeiro Venâncio Grossi e à época ele era o comandante do DAC, digamos assim, e o Sr. Morato. O Senhor tem notícia do porque teriam se reunido? O superintendente do DAC, o Sr. Morato, o Senhor Lima Sena na sede da empresa PROMODAL quando ainda o Sr. Antônio Morato era o Presidente da BETA?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E também, Deputado, se o Senhor me permitir, até um esclarecimento, Antônio nunca foi Presidente da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, ele assumia, ele se assumia como.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Sim, mas é, eu nunca conheci o Antônio como Presidente da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles tinham, na verdade, um contrato informal, ou, formal e informal de divisão com... de parte de bens com o Sr. Ioannis, e a empresa BETA era dividida entre ambos e ele, o Sr. Ioannis ficava totalmente afastado da administração e o Senhor, o Senhor Augusto é quem, na verdade, tomava as medidas e agia como Presidente da BETA.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Deputado, do pouco tempo que eu convivi com a BETA, não foi isso que efetivamente eu identifiquei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor via a situação?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Ioannis como dono da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Antônio Augusto?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O que eu sei, eles nunca me falaram isso, mas por, vamos dizer, por dedução, eu entendi que quando da Constituição da BETA o Ioannis não tinha o recurso na sua totalidade e o Antônio deveria ter. Mas essa sociedade sempre foi do Ioannis e da Senhora dele. Eu acho que o Antônio não era uma figura. É quase próxima. É como uma linha paralela, estão juntas mas não se encontram. O que o Antônio tinha efetivamente era o quê? Ele tinha um interesse em ter o controle da operação aérea mas efetivamente Antônio não fazia

operação aérea. Quem cuidava da BETA e respondia pela BETA do que eu vi nesse período foi o Ioannis. Eu não conheço o...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso o Senhor não... Certo...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, no que o Senhor observava, quem era o dono era o Sr. Ioannis, mas o Sr. Ioannis não tinha nenhum poder de gerência na empresa, pelo que consta.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ah, não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o Senhor Augusto quem tocava?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele já tinha o poder de gerência?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Tinha, o Ioannis estava lá. Eu ia com muita frequência lá no escritório, mas o Ioannis estava lá todos os dias. E não é só a figura, é que a BETA até pela sofisticação do transporte que é o aéreo, claro, ela dispendia, assim, uma atenção maior, porque os custos são elevados. Mas da mesma forma como o Antônio tinha a PLANAV, outras empresas que compunham o GRUPO GPT. Mas a BETA era mais uma, vamos dizer assim, uma agregada dentro da cadeia INTERMODAL, agora o Ioannis mandava na BETA. Nunca soube do Antônio Presidente da BETA e o Ioannis afastado. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Que relações o Sr. Antônio Augusto mantinha com a empresa SKYMASTER?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Péssimas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria até, inclusive, lembra e confirma o que o eu disse. O Sr. Ioannis afirma que no período que lá estava o Sr. Antônio Augusto ele nada fazia na empresa. Isso não é verdade?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu acho que não. Eu entendo que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor disse que a relação que o Sr. Antônio Augusto mantinha com a SKYMASTER, eram péssimas. Por que?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Péssimas. Péssimas. Porque eram concorrentes, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, na verdade não eram tão péssimas assim, eles tinham um contrato quando da BETA de partilha de resultados das licitações e o Sr. Antônio Augusto chega a ser, inclusive, contratado, num contrato muito estranho, pela SKYMASTER para conseguir clientes.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu tenho conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, um contrato como poucas vezes eu vi na minha vida que se explicita um *lobby* de uma forma... [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inacreditável.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Tão profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tão profissional. Aliás, poucas vezes eu ouvi situações, diria, questionáveis, colocadas no papel como eu vejo nessa CPI. E essa realmente é surpreendente. Além de um contrato de partilha de licitação que é feito antes de um procedimento licitatório, nós temos também um contrato de *lobby* onde se usa a expressão *lobby* entre a SKYMASTER e o Sr. Antônio Augusto em que ele, que podia ser rescindido inclusive na hipótese de mudar a direção dos CORREIOS, o que mostrava que o Sr. Antônio Augusto tinha algum tipo de ingerência lá. Mas quando o Senhor fala péssimas, como se explicaria então essa partilha, esses contratos?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu tomei conhecimento desse documento que V.Ex^a. citou através daquela reportagem da revista Época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu digo péssimas pelo seguinte. Eles eram concorrentes ferrenhos, né? Ele e mais outras empresas quando disputavam. Eu não estou dizendo a figura do Antônio Augusto, eu estou falando sobre BETA e SKYMASTER. E quando da participação junto aos CORREIOS, eu sei que eles, puxavam para lá, para cá, para cá, enfim, cada um querendo a sua porção. E isso evidentemente, digo, péssimas no sentido comercial, não havia assim, era um na verdade querendo passar por cima do outro ali mesmo, passar no sentido comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Comercial.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E eu lembro que quando da cisão, voltando ao capítulo da cisão, o Antônio Augusto ficou refém da BETA. Não pelo Ioannis não, mas pela nova cultura adotada pela BETA

que era a figura do Senhor Michel Atiê na questão de rigor de pagamentos, rigor nos recebimentos. Então, claramente você via, assim, o Antônio ser diariamente compelido. Eu ouvi isso muitas vezes jantando com o Antônio, ligava o empregado dele, Sr. Antônio ficou três toneladas no chão, seu Antônio, e isso gerava um problema enorme porque você contratualmente tinha que entregar como exemplo dez toneladas, entregava sete. Isso quebrava a nota, quebrava a cadeia, perdão, do transporte da mercadoria na sua totalidade, chegava em parte no fornecedor, chegava em parte na ponta final. Então, o Antônio. Eu falei: Antônio, procura outra empresa. Ele falou: Mas eu não tenho crédito. Eu não tenho crédito. E aí que aconteceu dele se aproximar da SKYMASTER, porque a SKYMASTER, na verdade, é a grande concorrente da BETA em Manaus. São as duas que fazem o escoamento da produção pela linha A, pela via aérea. Mas é o que eu conheço. Mas eu sei também que isso durou, Antônio Augusto nunca teve bom relacionamento com o Luiz Otávio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tinha?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Ele tinha bom relacionamento com o Jaime que era o, efetivamente, o cérebro da operação de aeronaves da cargas, SKYCARGAS, não era nem SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Então, porque que o Antônio tinha um bom relacionamento? E como eu disse para V. Ex^a, o Antônio está no aeroporto desde os 16 anos de idade e o Jaime também tem 30 anos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Jaime Lousada Bacelar?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Ele. Uma pessoa muito boa, que está sofrendo muito com tudo isso aí, porque o pouco que eu conheci do Jaime, eu só vi esse homem trabalhar. Mas a relação do Antônio. Eu até, o Antônio, devia na ordem de 500, e perto de 600 mil reais, a SKYMASTER chegou a pedir a falência da GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a pedir?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Chegou a pedir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi isso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Isso foi no ano de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então mais recentemente, 2004.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: 2003. Deputado eu posso depois te dar data a V.Ex^a. com mais precisão, eu também estou cansado, a minha cabeça--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos nós já estamos.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas com certeza foi em 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Kfourir, ele tinha alguma relação com...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Só para concluir, Deputado. E aí eu fui, quando, como o Antônio precisava efetivamente do transporte aéreo, eu pessoalmente me dirigi ao Senhor Jaime Bacelar em Guarulhos, disse: Vim na condição de advogado do Antônio e de amigo do Antônio. Eu quero saber se eu posso firmar um acordo com vocês no sentido de parcelar esse débito e retomar as operações aéreas de Manaus para cá. Ele até, doutor, eu não o conheço, mas estou vendo que o Senhor é uma pessoa, tudo bem, Senhor Jaime, vamos fazer um negócio. Aí ele me puxou um acordo que já havia sido feito e não cumprido, quer dizer, não na integralidade. Eles conseguiram pagar duas parcelas depois pelos problemas todos de aeronave, aquela coisa, não vingou. Eu disse: Jaime, confie que agora existe um contrato novo. Ele vai ter recurso para pagar isso aí. E isso ainda levou uma negociação de dois ou três meses que passou pelo crivo do Luiz Otávio e mais outros sócios lá da SKYMASTER, que eu não sei quantos são, mas parece que são quatro ou cinco. Mas enfim, e efetivamente, houve o aceite. E aí nós pedimos, fizemos o pedido junto ao juízo do feito e ele suspendeu momentaneamente o pedido, mas que houve pedido de falência, houve mesmo. Foi difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso no início de 2004?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Se V.Ex^a. permitir, depois eu até mando parte para os autos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor advoga também na área trabalhista? Não?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que a dona Regiane Vecingueri(F), ao ser indagada da sua atividade pro-

fissional que exercia para a empresa, ela disse que o Senhor atuava na área trabalhista.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Na verdade não que eu trabalho na área trabalhista. Eu peguei a coordenação, portanto, eu tenho uma pessoa que faz a parte trabalhista que não é contratada do meu escritório, contratada pela própria GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E ela se reporta a mim na questão profissional. Então eu tenho todos os feitos trabalhistas mas efetivamente eu não atuo, até quando esses feitos a mim foram passados, o que eu fiz? Eu de imediato sub-estabeleci sem reservas, todas as reclamações trabalhistas para esse escritório que é em Guarulhos, que é a grande concentração das reclamações. Ultrapassa a 300.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 300 reclamações trabalhistas?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Em Guarulhos. Então efetivamente eu tenho lá esse escritório em Guarulhos, por problema de logística mesmo. E a matéria que eu não domino. Eu mal domino a minha, a trabalhista eu não, efetivamente não faço, mas nós bem sabemos como homens do direito o que é que é uma sentença, o que é um despacho, o que é um agravo, então, eu sinalizo para o Antônio onde a coisa está mais periclitante ou não. Da mesma forma nas questões falimentares. Eu tomo muito cuidado para falar com isso porque os contratos firmados pela GPT prevêem que no caso de hoje recuperação judicial, anteriormente à nova lei, era o pedido de concordata. Eles seriam rescindidos de pleno direito imediato. Então, foi uma, uma engenharia para tentar conter essa fúria dos credores. E muitos créditos também eles não têm uma origem real, verdadeira. Eu não posso crer, por exemplo, que um posto de gasolina acione o seu Antônio Augusto com valores de 700, 800 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 700, 800 mil reais?!

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não há posto de gasolina que tenha capacidade. Isso foi, sem dúvida alguma, Deputado, uma fábrica de papéis porque o Senhor imagina, na época, 1300 carretas subindo e descendo, você efetivamente precisa ter um controle rigoroso. Então, com uma simples autorização o motorista chegava e sacava do posto 300 reais, dizia que colocava 500 de óleo. Então, cada caminhão que passava lá tinha, quer dizer, o problema é outro. E pneu, e tudo isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma das coisas que nos espanta também um pouco aqui na CPI é a informação de que

o Sr. Antônio Augusto recebia mensalmente grandes somas em dinheiro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: De onde?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da própria empresa PROMODAL. Isso quem revela foi o próprio ex-Controller da empresa. Segundo o depoimento prestado essa semana, era emitido um cheque para saque de dinheiro que era entregue em espécie ao Sr. Antônio Augusto. Parece que a denominação dada a esses cheques, embora o Controller não se lembra, mas outros se lembram, era cheque-frete. Quando nós perguntamos, a versão de vários dos empregados que foram aqui ouvidos, Sr. Antônio Augusto, era que esse dinheiro era para pagamento dos frenti, dos fretistas, está certo, ou seja, para operação de frete. No entanto, o Controller que aqui depôs disse claramente que não, que os pagamentos para essa situação eram feitos diretamente pelas empresas contratadas, que isso passava por ele, e que o dinheiro dado para os motoristas era muito pequeno e não justificavam aqueles gastos. Ele chega a dizer que o Sr. Antônio Augusto recebia em dinheiro aproximadamente 500 mil reais por mês. O Senhor tem notícia disso? Porque eram feitos esses saques, ou o que obviamente fazia com 500 mil reais por mês?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Com frequência habitual?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Segundo o Controller, sim.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E esse dinheiro ia para onde?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É essa a pergunta que nós nos fazemos. O Senhor desconhece isso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu, totalmente. Eu tenho pavor de você sacar... Quanto? 500 mil reais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. No mês, eram saques periódicos, dez, vinte mil reais, trinta mil reais, que totalizados num período mensal daria em torno de 500 mil reais.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa é inclusive a razão pela qual nós tivemos que mudar um pouco a ótica da análise do nosso, da nossa quebra de sigilo porque nós tivemos que rebaixar a situação de saques para que pudéssemos pegar esse universo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu não posso, o que me ocorre agora, talvez, fosse o

quê? Uma fuga do problema com a ex-mulher, alguma coisa assim, nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se for só isso...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Pois é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estaria de bom tamanho pelo menos aos olhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Nossa suspeita é que outras situações possam estar implicando em pagamentos em dinheiro, inclusive, com beneficiamento de autoridades, ou situações em lugares de fiscalização e outras do gênero.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: E eu pergunto se V.Ex^a. me permitir. Eu me questiono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Antônio Augusto tem contratos com empresas privadas e não tem contratos públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando ele atuava na BETA tinha em relação aos CORREIOS e é exatamente desse período que nós temos algumas situações documentadas que nos causam espécie, ou, o próprio pagamento do Senhor Pedro Vieira de Souza era feito com, entre aspas, segundo documentos internos da empresa, cheque-frete. Ou seja, havia uma espécie de aparente caixa-dois encoberta nesse tipo de situações.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu me lembro até que V.Ex^a. já mencionou os valores, eu até assustei, porque que cento e oitenta mil...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também temos situações como de denúncias envolvendo remessa ou pagamento de dólares para autoridades dos CORREIOS como aquela que acontece com o Senhor, feita pelo Sr. Lincoln Frade. O Senhor conhece o Sr. Lincoln Frade?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conheceu?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, Deputado, eu até eu comentei isso, com quem foi? O Lincoln. Eu sempre ouvi falar essa figura do Lincoln, Lincoln, porque ele era o chefe de segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Do grupo, do Antônio. Eu me lembro até uma ocasião, até foi na praia. E eu disse: Antônio. Eu não tenho nada haver com isso, porque a nossa amizade foi sendo construída tijolinho por tijolinho, mas, por exemplo,

com relação a essa parte administrativa de cheque-frete, isso aí, eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desconhecia.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Desconheço. Totalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas em relação ao Sr. Lincoln, o que o Senhor ouviu?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu falava. Antônio, eu não gosto dessa figura de empregado da empresa dentro da sua casa. Eu percebia muita fofoca, assim, da... Eu tenho três filhos, Deputado, e os meus filhos, à exceção do mais velho que tem 20 anos, têm convivência com as filhas do Antônio, então, criança conversa com criança e aí você passa a ouvir o que às vezes não quer ouvir, comentários de empregadas domésticas por conta de informações que vêm da empresa. Essa combinação nunca foi saudável, seja em qualquer família. Eu acho, eu tenho por norma as pessoas que trabalham para mim no escritório...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de informações?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: O Sr. Antônio gasta muito aqui. Ah, mas seu Antônio ganha muito lá. Sabe, essa, porque o muito de uma pessoa menos favorecida é a ótica diferente da realidade das coisas. Claro, o Antônio é uma pessoa que, pôxa, começou do zero, conseguiu construir um patrimônio, depois viu aquilo sendo diluído sem concorrer efetivamente para destruição, para corrosão desse patrimônio todo, ele é um, eu sempre brinco com ele, você é um *self made man* que você administrativamente, Antônio, eu não comento muito. Mas você é uma pessoa muito envolvente, uma pessoa que, você exala simpatia. E o Antônio é um camarada assim, o Senhor me permita, eu estou me alongando, mas o Antônio, por exemplo, ele não deixa você pagar uma conta. Então, o que eu passei a adotar das poucas vezes que nós temos uma oportunidade de almoçar, assim, num restaurante. Eu finjo que vou ao banheiro e já deixo o cartão para pagar porque senão ele paga. É da natureza dele. Ele, problemas de que tem de origens, lá, ele tem esse espírito provedor das coisas. E voltando à questão dessa, até dessa promiscuidade entre empregados, eu nunca vi. Isso é uma coisa muito subjetiva, Deputado, eu não quero entrar na esfera.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, claro.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Mas eu não confundo. Eu não gosto dessa... O meu funcionário, o meu empregado do escritório não acessa o empregado da minha casa. Não que eu vá esconder

nada. Eu acho que são mundos diferentes. Eu tenho por hábito quando eu chego em casa todos os problemas eu deixo na porta de casa e quando eu chego no escritório todos os problemas domésticos eu procuro deixar também na porta do escritório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabia o que o Sr. Lincoln, o Sr. Lincoln... O Sr. Antônio Augusto gravava as conversas na sala dele?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, eu soube...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabia disso?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não, eu soube quando houve o...

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Incidente na CPI?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu soube pela Rede Globo, pelo Jornal Nacional. Eu, inclusive, devo ter sido filmado “n” vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabendo.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Não. Eu devo imaginar. Eu sei que houve, depois eu perguntei ao Antônio. Que história é essa, Antônio, de fitas, de gravação? Ele disse: Não, é que quando houve a cisão eu notei que alguns documentos vinham sendo extraviados da minha mesa. Eu falei: Antônio, você está certo disso porque sua mesa é um pouco, desculpe, é um pouco. Mas ele, é aquela coisa, ele sabia exatamente o que o ele tinha em cima da mesa dele e nas gavetas. Mas então ele naquelas, naqueles rompantes ele disse que mandou instalar câmara em todas as alas, todos os compartimentos e habitáculos lá do escritório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o que aconteceu?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Aí eu soube que o Lincoln quando eu o demiti tinha, não sei se exatamente a cópia ou os originais das fitas, e as usou. Eu falei: Mas isso é crime. O que ele está fazendo é crime. Eu ainda orientei. Antônio, vá à delegacia, faça um B.O. que você tomou notícia desse fato agora. Essa prova da forma como ela está sendo omitida é ilegal. Nada impede a quebra do sigilo fiscal, telefônico, bancário, dentro do que a Constituição, dentro do que o mandamento legal determina, agora, exercício arbitrário das próprias razões V.Ex^a. bem sabe que não tem cabimento. Antônio, essa prova até, até onde eu posso acrescentar alguma coisa, essa prova...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se foi realmente furtada...

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: É. Então eu sugeri. E parece que essa providência foi tomada por ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso eu desconheço.

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu falei: Faça um Boletim de Ocorrência, você tem todo o direito de fazer. E isso não deixa de ser do acervo da empresa, da propriedade da empresa. Então, eu sugiro, até me ofereci. Ele falou: Não. Não quero mais mexer nisso, não sei o que. Que tudo isso, Deputado, migra para o problema da ex-mulher. Aí tem uma conexão forte. E o Antônio não é uma pessoa do enfrentamento, o Antônio não é uma pessoa belicosa, ele, ele... Ele quer deixar como está, sabe, porque ele não, não que ele tenha medo de alguma coisa. Não é da natureza dele buscar o direito dentro daquele vigor que o advogado tem. Não. Ele... Eu acho que ele... Eu não diria que ele fosse superior a isso. Só que a reação dele é diferente da minha. Eu buscaria o meu direito até a última gota. Mas ele não consegue. Ele não... Eu não sei se também se ele já não está cansado de levar tanta, tanta bofetada como eu vi ele levando da vida. Ele não merece. Eu sei e isso eu garanto a V.Ex^a. que ele não merece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Alguma questão mais? V.Ex^a. tem alguma outra coisa a mais a nos informar que pudesse ser útil à investigação?

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Eu tenho a informar que quantas vezes V.Ex^a. precisar da minha apresentação, eu estarei à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço imensamente a V.S^a. e até são duas horas e 27 minutos, antes que eu troque mais uma vez e pergunte a V.S^a. quem é V. Sa. [Risos]

SR. JOSÉ MARCELO CINTRA DE CAMPOS: Que nem Maluf. Não sou eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço imensamente a presença de V.S^a. e vou encerrar a presente Sessão lembrando aos Senhores e as Senhoras que amanhã às dez horas da manhã, ou seja, daqui a algumas horas nós teremos novo depoimento. Amanhã teremos apenas um único depoimento que, talvez, comece um pouco em atraso na medida em que haverá uma Reunião Administrativa convocada pelo Presidente Delcídio Amaral às 10 horas. Está marcada para nosso depoimento o Senhor Valdecir José de Souza também para as 10. Então, esse depoimento, terá início logo após encerramento da reunião dos sub-

relatores, relatores adjuntos com o Presidente Delcídio Amaral. Na forma regimental, portanto, declaro encerrada a presente Sessão. E informando que amanhã logo após encerramento da reunião com o Presidente Delcídio Amaral nós teremos a retomada das oitivas por esta sub-relatoria. Declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 02h28 do dia 09/03/2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 36ª Reunião, realizada em 09/03/2006.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às treze horas e vinte e três minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor Valdecir José de Souza, representante da empresa Pigatto. O Presidente esclarece que o depoente está em condição de testemunha e assinou o Termo de Compromisso de praxe. O Sub-relator inicia inquirindo o depoente, tendo o mesmo informado que já trabalha na Pigatto há cerca de três anos e meio, exercendo a função de gerente financeiro, sendo ainda sua atribuição organizar as atividades da empresa. O depoente disponibilizou documentos a assessoria da Comissão. O Presidente informa que a agenda da próxima semana será disponibilizada até sexta-feira. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos às catorze horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 36ª Reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de inquérito criada através do Requerimento Nº 3/2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa encontra-se a Ata da reunião anterior, a qual coloco em votação propondo de imediato, na forma regimental, a dispensa da sua leitura. Os Senhores Parlamentares que aprovam a Ata que permaneçam como se encontram. Aprovado. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se unicamente a oitiva do Sr. Valdecir José de Sousa da empresa PIGATTO OTM. Solicito à Assessoria que convide o depoente para ingressar ao recinto tomando assento à Mesa para o início da oitiva. Agradeço imensamente a presença do Sr. Valdecir da empresa PIGATTO, ele se faz acompanhado de advogado e prestará o seu depoimento na condição de testemunha. Obviamente firma o termo de compromisso na forma legal do artigo 203 do Código de Processo Penal e se compromete a dizer a verdade do que souber no que lhe for perguntado embora, nos termos da Constituição Federal não seja obrigado a prestar nenhum depoimento que o coloque na condição de auto-incriminar-se. Eu queria agradecer a presença de V.Exª., apenas esclarecer que não há nenhuma investigação em relação a V.Sª., nenhuma investigação em relação a empresa PIGATTO. A convocação de V.Sª. se deve exclusivamente para prestar um testemunho relativamente a formas de operação que tem relação com o CORREIO, com a Rede Postal aérea noturna, dos CORREIOS. Exclusivamente isto, não há absolutamente nenhum fato, absolutamente nada sobre investigação de V.Sª. Por isso eu agradeço imensamente a colaboração e a presença, tenho certeza, que o depoimento de V.Sª. será de grande utilidade para a compreensão de certos fatos que estão posto em investigação. É praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar que o depoente, querendo, faça uso da palavra, fazendo ponderações que julgo oportunas. Tem V.Exª. se quiser uso da palavra.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Pó enquanto, não teria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Pois bem, então vamos lá. O Senhor trabalha em que empresa?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Rodoviário PIGATTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rodoviário PIGATTO?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Isto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rodoviário PIGATTO exerce que tipo de atividade?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Agenciamento de carga aérea.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agenciamento de carga aérea.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, os seus clientes contratam a PIGATTO para fazer o transporte aéreo, rodoviário não?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente, o aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só o aéreo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Nós fizemos rodoviário do cliente até o aeroporto, o trecho, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: E do aeroporto até o próximo aeroporto, mais da cidade do cliente e o trecho terrestre até o destino --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Quanto tempo o Senhor trabalha na PIGATTO?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: 3 anos e meio aproximadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual sua função na PIGATTO?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Gerente Administrativo Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerente Administrativo Financeiro. Na PIGATTO, esse cargo de Gerente Administrativo Financeiro dá ao Senhor que atribuições?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: A parte financeira; contas a pagar, receber departamento pessoal, procedimentos da empresa, acompanhamento, controles, desde a parte de faturamento, toda a operação quando começa parte, tudo que envolve valores a gente vai acompanhando e tendo que verificar a correta, o correto fluxo de trabalho, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Bem, com que empresa a PIGATTO trabalha na questão do transporte aéreo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Praticamente todas as companhias aéreas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todas as companhias?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais seriam?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: VARIG, TAM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TAM.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: GOL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): GOL.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Hoje, no caso tem a... como fornecedor também nós temos os CORREIOS, os próprios CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como fornecedor como? Como transportando carga com os Senhores?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Porto Alegre, São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porto Alegre, São Paulo. Ou seja, os transportam até a empresa aérea, a carga do CORREIO.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, GOL e que mais?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: E outros, a PIGATTO ela realiza transporte emergencial aéreo também. Então além dessas companhias conhecidas têm outras que, de táxi aéreo que fazem também percursos aéreos onde que a gente acaba fretando algumas aeronaves.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa BETA é contratada dos Senhores?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Ela foi contratada durante um período e é contratada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É contratada ainda hoje?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: É uma fornecedora de serviços.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, é um cliente dos Senhores?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Nós somos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, os Senhores é que são clientes deles, perfeito. Claro. A empresa SKYMASTER?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: A SKYMASTER nós temos cadastro, trabalhamos com eles, atualmente eles não oferecem disponibilidade aérea para a gente poder trabalhar como fornecedor. Então, atualmente nós estamos trabalhando com eles em virtude do, de não oferecer, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: O serviço que a gente necessita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, vocês trabalham mais com a BETA então do que com a SKYMASTER?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Mais com a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais com a BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Mais com a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso da relação com a BETA tem a ver com cargas dos CORREIOS ou apenas cargas empresas privadas?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, estritamente são empresas, nosso ramo é praticamente autopeças, então são mais montadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais montadoras?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: E seus fornecedores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando os Senhores trabalham com os CORREIOS qual é a empresa aérea que faz o transporte?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Bom, os CORREIOS atualmente eles estão utilizando, se eu não me engano, a SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SKYMASTER.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Mas isso cabe no caso a eles escolher o fornecedor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles escolhem o fornecedor, claro. Quer dizer no caso da BETA a operação dos Senhores se deve exclusivamente a cargas privadas?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Como é que funciona a operação de remessa da carga da PIGATTO pela BETA de Porto Alegre a São Paulo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: De Porto Alegre a São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Porto Alegre a São Paulo, atualmente, nesse ano desde o, praticamente desde o segundo semestre do ano passado não

tem mais o avião que, eles não disponibilizaram mais esse trecho, né? Quando teve... nós --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o período que teve, o Senhor lembra?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Praticamente anterior ao primeiro semestre de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Anterior ao primeiro semestre de 2005. Então quer dizer foi 2004...

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: 2003, 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2002 não?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: 2002 tinham outras companhias também, em virtude de ser fornecedores tinha movimento com eles, mas eu não posso garantir se é Porto Alegre esse trecho Porto Alegre – São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, com certeza 2003 e 2004 era uma operação Porto Alegre – São Paulo feita com a BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: É o BETA e outros operadores da BETA dentro de um dos fornecedores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De um dos fornecedores. Como é que era essa operação com a BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Como qualquer outra companhia, nós entregamos as notas fiscais, as mercadorias, e junto com o nosso conhecimento que acompanha a carga, né? Então é um procedimento deles fazerem pesagem e conferência. E entregamos em Porto Alegre e eles encaminham a carga até São Paulo, nesse trecho que o Senhor solicitou, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse trecho.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Porto Alegre até São Paulo pela BETA, entregamos as mercadorias, notas fiscais, o conhecimento aéreo emitido por nós que é o mesmo que nós vamos cobrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O conhecimento aéreo é emitido por eles?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: O nosso, o nosso, só a documentação da PIGATTO. O conhecimento aéreo deles, eles que tem a responsabilidade de emitir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De emissão. Quer dizer, os Senhores emitem o conhecimento aéreo, relativamente à carga que os Senhores embarcam ou que recebem. Que recebem não, né?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Que recebemos para poder embarcar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, a carga que recebe para poder embarcar.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E eles então emitem o conhecimento aéreo deles relativamente à carga que receberam.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente, que é o-- toda a cobrança que.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma coisa que nos chamou bastante atenção é que, pelo que nós apuramos até agora é que os conhecimentos aéreos da empresa BETA, eles são emitidos por São Paulo. É normal isso? Porque em tese, pelo que nós apuramos também o conhecimento aéreo teria que ser emitido pelo local em que, com base no local em que há o recebimento da mercadoria pela empresa. O Senhor tem ciência dessa situação?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Tenho, tenho. Olha, para segurar a mercadoria e todo o trajeto na parte, vamos dizer fiscal, a mercadoria é acompanhada pela nota fiscal e pelo nosso conhecimento aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Então está totalmente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Regular, enquanto mercadoria de transporte da parte dos Senhores?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente. E claro que eu estou, no caso, contratando o fornecedor que é a BETA. Ela sim ela vai ter que me dar a sua nota fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Para.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria o conhecimento aéreo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: No caso da BETA, ela emitiu os conhecimentos todos por São Paulo. A operação acontecia da seguinte forma: ao entregar as mercadorias, toda a documentação da PIGATTO para a companhia BETA, ela para poder garantir a conferência dos documentos que nós pesamos, antes de entregar para a companhia nós pesamos volumes, carga, até porque nós pagamos por quilo, né? Então

eles emitiam a AWB e nos entregavam um fax. Esse AWB é emitido por São Paulo. A BETA sempre emitiu por São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A AWB emitida por São Paulo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente, a AWB que é a nota fiscal do fornecedor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, não teria que ser emitido por Porto Alegre?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha, é um ponto de entendimento. Porque, hoje, como eu disse a BETA é um fornecedor aéreo. Em qualquer lugar, no caso do país que eu queira contratar um serviço aéreo que, aeronave, helicóptero eles vão me entregar a nota fiscal do local de origem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do local de origem.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Nesse caso seria São Paulo. E eu acredito que a BETA, eu não sei qual é, como que a BETA, ela--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Faz isso?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Controla ou faz isso junto aos dois Estados. Bem que o ICM é um imposto no caso aéreo é no caso nacional, né? O mesmo valor para todos. O nosso nós recolhemos normalmente lá no sul se creditamos da AWB ela dá uma nota fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Agora, curiosamente, ela então emite por São Paulo. As outras companhias aéreas fazem isso?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, não, as companhias não. As outras companhias não. Tudo na hora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As outras companhias, é sempre-- permitido com base...

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Porque eles têm escritório no próprio aeroporto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No próprio aeroporto. Quer dizer, a única empresa que emite a AWB como se fosse de origem São Paulo é a BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: São Paulo, Exatamente seria a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há alguma fiscalização dessa emissão de AWB no Aeroporto de Rio Grande do Sul, em Porto Alegre?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha, nós temos assim, normalmente acontece de fiscalizações

acontecerem no aeroporto aonde que muitas vezes a gente é solicitado comparecer, mas mais para acompanhar o processo, acontece, acontece eu digo, assim, até seguidamente nos aeroportos aonde que eles solicitam muitas notas fiscais da empresa que é contra a PIGATTO. Nota fiscal e o conhecimento aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora no caso, o fato de ser emitido o AWB por São Paulo, isso traz implicações tributárias e perda de receita para o Estado do Rio grande do sul, imagino.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha, pelo fato deles não terem uma empresa no sul eu não sei como que a BETA, eles tratam dessa legislação estadual o pagamento dos impostos estaduais nesse sentido, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria me informa que desde 2002 a BETA tem uma filial também no Rio Grande do Sul. Isso é o que nos chama a atenção. Se eles têm uma filial no Rio Grande do Sul, porque emitem, emitem a AWB por São Paulo? Estranho.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente. No aeroporto praticamente todo esse período da BETA sempre foi AWB emitido por São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre por São Paulo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Sempre por São Paulo, nunca eles disseram até para o nosso, para o meu conhecimento, né? Era sempre, porque eles não, a unidade emissora era São Paulo, nesse trecho Porto Alegre São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o Senhor não saberia dizer porque é que acontece dessa maneira?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, porque esse motivo não saberia lhe dizer. Até a gente não vai, por exemplo, na parte da empresa, não procura tentar entender até, porque não tem muito interesse da nossa parte, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: O importante é por exemplo, eu pagar os tributos no caso em cima do meu faturamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse é um problema da BETA não é seu. O Senhor paga direitinho os seus tributos está resolvido.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exato. É, mas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para nós essa operação tem

que ser um pouco aprofundada na investigação. Porque nós sabemos que a BETA, ela tem pedidos de restituição de ICMS no Estado de São Paulo. Então, nós não sabemos até que ponto isso pode envolver uma operação, digamos, com certa dose de irregularidade, na medida em que eu emito AWB por São Paulo, em tese o Estado de São Paulo é que seria o beneficiário desse tributo, quando na verdade não deveria ser, e aí então eles pedem por alguma razão essa restituição de tributos mais tarde. Nós sabemos, por exemplo, que eles têm algumas pessoas contratadas, especializadas em obter essa restituição algumas, inclusive, com contratações um pouco suspeitas. Então, é esse o objeto de investigação. Claro, ou seja, nós já tínhamos as informações, o Senhor apenas confirma de que a AWB deles seria sempre emitida por São Paulo.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Numa operação que nos parece rigorosamente estranha quando se tem uma filial na unidade. E, portanto um comportamento suspeito da empresa que é Exatamente o que nós estamos investigando. A encomenda que o Senhor embarcava pela BETA é destinada a local no Estado de São Paulo ou a local em outro Estado?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: No Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre no Estado de São Paulo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: No Estado de São Paulo. E tem, pela BETA só no Estado de São Paulo, só que nós temos, claro, outras unidades pelo Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo Brasil.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: De acordo com cada cliente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas no caso da BETA era sempre para São Paulo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Para São Paulo, nesse percurso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse percurso. O Senhor sabe se a fiscalização do ICMS do Rio Grande do Sul fez alguma fiscalização específica sobre esse caso da BETA? O Senhor se recorda de alguma situação?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, não, recordar alguma situação, assim, focada nesse ponto, não. Agora, seguido tem a fiscalização nos aeroportos aonde que tanto aeronave pequena, grande, mercado--

rias, tudo que é embarcado nós temos que comprovar a procedência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas em relação à AWB, expedida.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Da BETA pelo que eu saiba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca viu nada?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Nunca vi comentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós tínhamos informações que a PIGATTO reserva diariamente um *pallet* nas aeronaves da BETA, isso é verdadeiro?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Hã... A BETA é um fornecedor, não é no fato assim, reservar que eu queria só deixar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, pois não.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha, eu tenho uma determinada carga. Tem espaço hoje para a aeronave? Então tá, me reserva um *pallet*, né? Então a pessoa vai reservar de acordo com a carga que eu vou ter durante o dia, um ou dois *pallets* ou mais, muitas vezes nós temos bem mais, mas não utilizamos só a BETA, daí sim entra outras aeronaves cargueiras de outros fornecedores. Então não era praticamente reservado diário, se caso não ocupar esse espaço a gente vai ter que pagar ou algum compromisso assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Simplesmente de acordo com o movimento do dia nós ligamos, e olha me reserva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me reserva esse amanhã

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Me reserva que esse eu vou usar, praticamente diário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está certo. Os clientes da PIGATTO cuja remessa era da BETA era freqüentes, é a DHL?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: A DHL ela até de um certo ponto é uma outra empresa que efetua transportes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também efetua.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exato e provavelmente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Usa diretamente com a BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente, clientes iguais a PIGATTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Igual a PIGATTO, concorrente da PIGATTO.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: É, a PIGATTO não chega a ser bem concorrente pelo fato do ramo da PIGATTO ser expresso, né? Mas é uma outra empresa que está aí no mercado trabalhando com alguns clientes parecidos com nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito, tentando explorar um pouco o seu conhecimento da área. Como é que a BETA se apropria dos créditos de ICMS em relação aos serviços prestado por elas, o Senhor tem idéia como é que funciona isso?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha, normalmente eu posso assim, a BETA eu não sei como que ela possa fazer, mas se eu estou emitindo um conhecimento em Porto Alegre eu só vou poder me creditar até pelo ponto fiscal que é do meu conhecimento, eu só vou poder me creditar do ICMS aéreo no momento que eu tiver notas de prestadores de serviços, cujo ICM seja da mesma alíquota, 4%, 4% e que seja de origem em Porto Alegre. Eu pago ICMS aéreo 4% das unidades que eu faturei. Então, assim, eu só posso me creditar do ICMS que a VARIG, que a TAM, que a GOL, com que a unidade contratou. Eu contratei de Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Independente se eu contratei uma empresa, por exemplo, de Porto Alegre, São Paulo, Salvador, no caso de um fretamento eu posso utilizar uma empresa de outra unidade. Ela vai me prestar conta com uma nota fiscal. Na determinada a de pagamento do valor do ICMS eu vou pegar tudo que eu faturei, os 4%, tudo que eu contratei, transporte aéreo 4% que me originou esse faturamento e pagar para o Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. No caso da BETA, então, ela se creditaria?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Os AWB da BETA eu não vejo aonde que ela pode se creditar, porque ela está simplesmente, ela está faturando, ela está faturando e ela vai ter que pagar 4%. Ela não tem, eu não vejo, ela não está sub-contratando. Eu posso me creditar pelo fato de estar contratando um fornecedor de serviço, estar solicitando só os seus serviços, né? Então eu posso para não ter que pagar o ICMS em du-

plicidade. Nós pagarmos o fornecedor também. Então como o tomador de serviço é a PIGATTO, né? Cabe a PIGATTO é pagar o imposto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. Perfeito.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Então eu não consigo ver aonde que a BETA pode ser restituir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como ela pode se creditar.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Porque, a não ser se a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do caso de combustível, por exemplo, da BETA. Ela se creditaria?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Do combustível? Hã... Bom, nós, pelo fato de ser um imposto estadual, o combustível eu acredito que a gente pode de acordo com a, com que ela optou a forma contábil dela, poderia se creditar impostos federais, tipo PIS que entra combustíveis lubrificantes. Eu não sei se o combustível, a nota fiscal de combustível que eles pagam destacado ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí no caso, vamos imaginar que o ICMS, parece que sim, no caso do ICMS de combustível, então se o AWB está emitido por São Paulo o crédito seria em relação a São Paulo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: O crédito seria em relação, hã, o combustível por São Paulo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, ou não?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Ou para abastecer a aeronave que gerou aquele faturamento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como a AWB é emitida por São Paulo possivelmente o creditar para o abastecimento seria feito por São Paulo.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Se fosse prestador de serviço sim, agora combustível, provavelmente a legislação é bem específica nesse caso. Nós, eu vou estar me creditando de uma prestação de serviço, combustível não é uma prestação de serviço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Então teria que analisar muito, e nesse ponto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, mas supondo que haja o pagamento. Aí o crédito seria por São Paulo e decorrencia da AWB?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente daí ele poderia se creditar, se caso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí no caso por local da emissão da AWB?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: É, a origem do faturamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então se creditaria em tese em combustível no Estado de São Paulo, do ICMS.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: No caso a BETA não é, se fosse possível, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, eu acredito que o Senhor não tenha idéia de como que a BETA, como a BETA utiliza os créditos dela no ICMS, eu imagino que não deva ter.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Essa eu não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As referências.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não tenho como--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como saber, claro.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu não chego a imaginar também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem idéia, porque veja o seguinte, o transportador de carga ele é contribuinte de ICMS, não é? Como o transporte de carga é feito em alguns Estados e a BETA não tinha filiais nesses Estados, o Senhor tem idéia de nos casos de não existir filial como é que funciona a operação do ICMS?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: O ICMS aéreo no caso da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isto. No caso dele não ter filiais?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: De não ter filiais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Teria que recolher tudo pela unidade, ela estaria faturando tudo pela unidade matriz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela matriz.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Ela só teria como se creditar no Estado aonde que gerou faturamento que era a matriz, porém, pelo meu ponto de vista ela teria que fazer todos os trabalhos relacionados ao Estado dela também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, a Assessoria indaga: e quando

a operação é iniciada no Estado que ela não tem filial, seria também pelo Estado da matriz?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Aí é um, tem um estudo, eu acredito que teria que analisar pelo fato de ser fretamento de aeronave, que em muitas vezes é bem diferente do terrestre, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diferente da outra situação.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente. Pelo terrestre a gente faz uma distribuição tributária que acaba pagando para os dois Estados, né? No caso do ICMS aéreo, um fretamento de uma aeronave que é a mesma legislação por uma aeronave da BETA, da VARIG, se solicitar uma carga coletando em Porto Alegre nesse mesmo trecho para São Paulo, ela vai deslocar uma aeronave de São Paulo. E coletar em Porto Alegre e levar de volta para São Paulo. Ela não vai originar em Porto Alegre, levar para São Paulo e voltar para Porto Alegre. Ela sai em origem São Paulo – Porto Alegre, Porto Alegre – São Paulo, pelo meu ponto de vista, né; Eu sei se essa aeronave, de repente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí teria que analisar.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Fazer outro trajeto, ela saiu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perguntar uma coisa para o Senhor. Esse aqui é um conhecimento aéreo da BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Relativamente a PIGATTO?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então aqui está o expedidor Rodoviário PIGATTO, o destinatário é Rodoviário PIGATTO.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Nossa filial em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Filial em São Paulo, em Guarulhos.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aqui consta então localidade, Guarulhos.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Guarulhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que seria a emissão por São Paulo.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exato, pela própria BETA, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela própria, BETA, ou seja,

a BETA emitindo o seu conhecimento aéreo sempre por São Paulo, quer dizer, aqui estaria a prova Exatamente que V.S^a. mencionou.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Esse percurso sempre é por São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é sempre por São Paulo.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Esse percurso Porto Alegre – São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Perfeito. Bem, o transporte de carga que o Senhor faz pela BETA, há um compartilhamento do avião entre as cargas da PIGATTO e dos CORREIOS?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, não tem compartilhamento, é simplesmente o que eu consigo ter de carga durante o dia, se eu vejo um montante que nós comentamos logo no início de *pallet*, se eu vejo um montante que vai preencher um *pallet* ou dois eu aviso, porque são espaços consideráveis para uma aeronave. Então nós informamos antes. Mas, porém não é garantido, eu coletei, não tem nenhuma, como o Senhor perguntou se é a partir, entre carga do CORREIO e a PIGATTO, né, a PIGATTO, simplesmente o que eu tenho de carga, eles vão me dizer tem espaço na aeronave--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas os aviões da BETA que transportam cargas da PIGATTO, há casos em que transportam da PIGATTO e transportam dos CORREIOS?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Sim, sim, sim. Esse de conhecimento nosso, porque na época eles davam prioridade--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para os CORREIOS?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Para a carga do CORREIO. O que sobrava eles--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que sobrava eles davam para as empresas privadas, dentro das quais a PIGATTO?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: É, muitas vezes a gente esperava um, para poder redirecionar a carga ou para a VARIG ou para a BETA ou para outra companhia muitas vezes estava esperando, oh vai ter espaço, não vai ter, e olha vai ter espaço, por quê, não, espaço que hoje nós temos é para os CORREIOS, por exemplo. Então não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tinha.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas houve casos em que

transportou-se carga dos CORREIOS junto com cargas da PIGATTO?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe precisar o período em que esse transporte ocorreu, mais ou menos que havia o compartilhamento de cargas?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu acredito, eu poderia explicar o seguinte. Esse percurso Porto Alegre – São Paulo, ele tinha uma aeronave. Uma aeronave num determinado horário então era justamente, ele não tinha como, o período que nós transportamos com eles de acordo com a, em torno de 2002, 2003, 2004 e início de 2005, primeiro semestre e essa aeronave, ela só saía de um horário não tinha duas, né? Que pudesse colocar em uma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, portanto todos os transportes que foram feitos pela PIGATTO nesse período, obviamente eram compartilhados com os CORREIOS?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu acredito que sim, se os CORREIOS tem carga todo dia, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, perfeito.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Teve casos de outras aeronaves do CORREIO que eu, por exemplo, que eu fiquei sabendo de aeronaves da BETA, em Porto Alegre teve. Mas praticamente a noite que era o horário da movimentação que eu tinha, tenho conhecimento, uma aeronave só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma aeronave só? E havia uma, uma situação de uso comum do mesmo pallet? Ou eram *pallets* diferentes?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, os *pallets* da PIGATTO, eu não, o Senhor pode, poderia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por exemplo, no mesmo *pallet* ia mercadoria dos CORREIOS e da PIGATTO ou eram sempre *pallets* separados, por exemplo, CORREIO de um lado--

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Os *pallets* da PIGATTO, nós, estritamente da PIGATTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): é da PIGATTO, são separados.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente, nós temos *pallets* que nós mesmos trabalhamos, né? Eu digo trabalhamos no momento que recebe São Paulo é um *pallet* praticamente só para a PIGATTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Normalmente, do ponto de vista da capacidade do avião o Senhor tem idéia de quanto que a PIGATTO transportava naquele evento?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha, tem, não posso dizer estritamente para a BETA, porque nós trabalhamos com todas as companhias. Então teve 3, 4 *pallets*. Tem aviões que eles, acredito que seja, eu não tenho idéia, mas é de 8 a 12 *pallets*, eu não tenho esse valor preciso, não, a quantidade de *pallets* que o avião comporta. Mas a PIGATTO tem muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 13, 13 *pallets*, né?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A PIGATTO chegou a transportar quantos? Mais ou menos.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Olha em torno de, por dia, por dia se fosse fretar uma aeronave a gente poderia até colocar, mas é que não sei tudo no mesmo horário, então eu acredito que nesse caso propriamente seria em torno de uns, uma média de uns 2 *pallets*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Média de 2 *pallets*. Houve mais.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Houve mais e houve menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra, especificamente, de algum caso da BETA um maior número de *pallets* transportados?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Da BETA eu acredito que se houve um torno de uns 3 *pallets*, eu acredito--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 3 *pallets*.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu não tenho certeza, porque um *pallet* a gente colocava, 2 *pallets* até então tinha. Em São Paulo, por exemplo, eu recebia de 4 a 5 *pallets*, mas não vinha só da BETA, vinha de outras aeronaves também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em 2003, 2004, 2005. Quanto que a PIGATTO cobra em relação ao peso da mercadoria transportada?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Bom, tem, nessa parte que, em virtude do que nós cobramos até por, não sei se realmente era necessário, porque o que nós trabalhamos tem muitas empresas que também concorrentes que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Vão estar acompanhando também. Acredito pelo fato de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não gostaria de dizer?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu não sei se eu poderia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em média, mais ou menos, uma coisa que não o comprometesse com os seus concorrentes, apenas para a gente ter uma base de preço.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: O que nós cobramos do cliente ou o que nós pagamos para o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, o que o Senhor cobra do cliente, do seu cliente mais ou menos em média. É evidente que há casos o Senhor vai cobrar menos. Se um cliente liga para o Senhor, está certo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu vou colocar uma margem em cima, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, por favor, por favor.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu acho que eu fico comprometido até com os próprios clientes, né? Para dar uma margem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor der uma margem razoável para cima, os clientes vão ficar felizes, que pagam menos.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eles vão acabar brigando comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Coloca o preço máximo, coloca o preço alto que o Senhor cobra, está certo para todos os clientes ficarem felizes e dizer nossa eu trabalho bem com a PIGATTO, eles me cobram preço menor.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, bom, vou jogar um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um valor.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Um percentual... O que é que eu posso, não seria real.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu posso dizer que pode variar de acordo com as condições de 0,98 a 1.20 por quilo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não em percentuais que o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não em percentuais, em valor real.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Ah, em valor real não, eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em valor de real.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu no caso, eu acompanho mais por percentuais a lucratividade. A negociação é feita pela área comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acompanha os percentuais.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Exatamente. Acompanhou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe o valor de preço/quilo, por exemplo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Seria com a área comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Até essa era a minha dúvida em questão de percentuais de lucro, né? Lucratividade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quanto que a BETA cobra da PIGATTO, o Senhor saberia dizer? Acho que isso não teria problema, talvez em revelar?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Não, não, não teria porque ela cobra praticamente por quilo eu não me recordo na época o que é que, eu acredito que esteja em torno de 1 a 1 e... Eu posso levantar todas as tabelas que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual seria o preço máximo?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Eu acredito que em torno de, não posso dizer aproximado também, em torno de uns 2 reais, no período de... É que eu, cada percurso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tem uma característica, né?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Tem um valor e cada fornecedor é um valor também. Claro que ele não foge muito de um fornecedor para o outro, mas eu posso conseguir--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois, posteriormente, ou talvez o Senhor pudesse mandar para nós para nós termos um balizamento aí relativo a essa questão. Alguma questão antes? Não? Bom, da minha parte os principais esclarecimentos que o Senhor tinha a dar se prendiam Exatamente a essa questão do conhecimento aéreo e a confirmação de que realmente as AWBs são emitidas por São Paulo, está certo? Que eram uma referência que nós tínhamos, é um ponto em investigação e V.S.^a então ajuda imensamente a Comissão Parlamentar de Inquérito apenas, claro, atestando e documentando aqui a verdade com esta AWB. Relativamente essa questão da carga transpor-

tada pela BETA se necessário for e nós solicitamos aos Senhores, os Senhores poderiam dizer qual foi o transporte 2003, 2004 e 2005 feito pela BETA?

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Com certeza. Eu tenho toda a documentação necessária desses transportes já separados e tranqüilamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, eu pediria que se o Senhor pudesse encaminhar à CPI com a maior brevidade possível, porque nós estamos--

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Ah, já providenciei tudo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já providenciou, já está aqui? Que maravilha, ótimo, já estão aqui então. Então, olha, eu agradeço imensamente, porque já nos agilizou, e a PIGATTO ganhou um cliente, quando eu precisar transportar cargas no Rio Grande do Sul [Risos] pode ter certeza que eu utilizarei a empresa, pela eficiência, inclusive.

SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA: Pela agilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Agradeço imensamente V.S^a., obrigado, hoje nós não teremos outros depoimentos, até porque nos concentraremos aos trabalhos administrativos na parte da tarde na Sub-Relatoria, tendo em vista que nós precisaremos apresentar ao nosso Relator e ao Sub-Relator até o final da semana que vem. Assim sendo, agradeço imensamente V.S^a. e não havendo mais nada a tratar na presente sessão nós declaramos encerrada a sessão e ainda no dia de hoje divulgaremos a pauta da oitiva da Sub-Relatoria para a próxima semana. Encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 14h00

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 37ª Reunião, realizada em 14/03/2006.

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, ainda com a presença dos seguintes parlamentares Senadores Álvaro Dias, Romeu Tuma e Leomar Quintanilha e dos deputados Onyx Lorenzoni, Nelson

Meurer, Inaldo Leitão e Juíza Denise Frossard reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Srs. Willer Martins Jordano, da Beta, o Sr. Marco Antônio Pereira, da BETA, o Sr. Lauro Pasqualetto Júnior, da Beta, a Sra. Kesia Maria do Nascimento Costa, da Skymaster e do Sr. Roberto Naccache, da Mannesmann. Inicialmente foi dada a palavra ao depoente Willer Giordano pelo Sub-Relator. Informou que exerceu a Diretoria Financeira das empresas Promodal, Beta, Prologística Beta, Tecnocarga e que saiu do Grupo GPT para exercer outras atividades de consultorias em outras empresas e que manteve relações apenas funcionais com os senhores Morato, Ioannis e Atiê. Informou também que nunca manteve relações com o senhor Kfourir. O depoente afirmou ainda que foi contratado pelo Grupo GPT para exercer a função de captação de negócios para o Grupo, e que não conheceu o senhor José Carlos Rocha Lima. O depoente informou que entre ele e a empresa uma transação de um carro para seu uso e que depois o dinheiro da compra foi devolvido ao senhor Ioannis. O depoente disse que não conhece nenhum Diretor dos Correios e que desconhece, como Diretor Financeiro, ter pago qualquer importância a pessoas estranhas a empresa. Que sobre a fita que assistiu anteriormente é sobre um trecho entre os senhores Ioannis, Antônio Augusto e do depoente que desconhecia a origem da fita. Perguntado se tinha acesso às planilhas de fluxo-financeiro disse ter levado a planilha de gravação da fita para consulta dos presentes. Se conhecia o acordo entre Skymaster com a Beta, respondeu não conhecer tal acordo. Foi lido ao depoente cópia do diálogo entre ele depoente e o Sr. Morato, sendo que reconheceu tal diálogo contido na fita, mais não recordava de detalhes contidos naquela fita. Se conheceu o senhor Leo Botelho, informou que sim e que o mesmo foi chamado pelo senhor Michel para trabalhar na empresa, mas não recordava o que fazia lá. Se conheceu o senhor Pedro de Souza, disse que sim e se sabia porque que o mesmo era bem remunerado na Empresa, não tinha conhecimento do porquê. Se conhecia a expressão cheque-frete, que conhecia como utilizada para pagar carreteiros. A reunião é suspensa às quinze horas e doze minutos para a entrada da próxima depoente. Às quinze horas e vinte e quatro minutos é reiniciada a reunião com a entrada da senhora Kesia Maria do

Nascimento Costa, na condição de testemunha. Inicialmente a depoente havia solicitado a suspensão do seu depoimento, alegando problemas de saúde, atestados por um laudo médico. A sub-relatoria decidiu que fosse designada uma equipe médica do Senado Federal para Manaus para que fosse realizada um exame, onde se constatou que ela estava em perfeitas condições de prestar depoimento nessa comissão. O sub-relator solicita à assessoria cópia dos exames realizados pela equipe do Senado para que seja encaminhado ao Conselho de Medicina do Estado da Amazônia a fim de que seja apurado se houve falta de ética por parte do médico que primeiramente examinou a depoente. A reunião está suspensa para a advogada falar em particular com o sub-relator e é reaberta no mesmo minuto. O sub-relator faz uma série de indagações à depoente. O sub-relator pergunta quando a depoente conheceu o senhor João Marcos Pozzetti, a depoente responde que no ano de 1991 e que mantém com o mesmo uma relação estável de marido e mulher desde 1998. A depoente informa que conheceu um americano que mantinha relações comerciais com o seu marido a respeito de trabalho junto ao DAC, mas que não sabia informar como isso funcionava. Às quinze horas e cinquenta e nove minutos é suspensa a reunião com o término do segundo depoimento. Às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos é reaberta a reunião para o depoimento do senhor Marco Antônio Pereira Costa, na condição de testemunha, acompanhado de seu advogado Jorge Merched Mussi, OAB – SP 34694. Perguntado se conhecia o senhor Leo Botelho respondeu que sabia que o mesmo respondia pela assessoria fiscal da empresa Beta e que exerceu a função de diretor da mesma. Se sabia se a Beta usava os créditos de INSS para comprar alguma coisa, respondeu que sim, mas não sabe informar se era para o pagamento de combustível. Que a empresa Tativa mantinha alguma ligação com a Beta, mas não sabe informar que tipo de negociações eram realizadas. Que a empresa Transquadros também mantinha negócios com a Beta, que os negócios com a Tativa não decolaram e com a Transquadros tiveram algum sucesso. Às dezessete horas e trinta e três minutos é suspensa a reunião para que seja reiniciado em seguida com o próximo depoimento. Às dezessete horas e cinquenta minutos reiniciou a reunião com o depoimento do Senhor Lauro Pasqualetto Júnior da Beta, que passou a ser qualificado pelo sub-relator, informando que é cunhado do senhor Ioannis, sendo que exerce a função de consultoria Bel-logística, que sabe estar sendo realizada pela Beta um trabalho de cópias de documentos que deverão vir para CPMI em que esta documentação lhe foi informada pelo advogado Sérgio Rosental que

é da mesma empresa que são cerca de 270.000 (duzentos e setenta mil cópias), que trabalha em Barueri-SP. Informando ainda que os conhecimentos aéreos são expedidos em São Paulo, disse que isso se dá em função da gerência ser lá e nos outros estados só existem filiais, tem informações gerenciais de todas as operações realizadas no Brasil. Que foram criadas as regionais da empresa em razão de haver necessidade de se controlar as filiais, perguntado se conhecia os senhores Léo Botelho e Pedro Vieira, respondeu que não os conhecia. Foi encerrado o depoimento às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. Às dezoito horas e cinquenta minutos foi reiniciada a reunião agora com o depoimento com o senhor Roberto Naccache, que depois firmar o termo de compromisso de praxe, passou a discorrer sobre sua evolução funcional, informando que é engenheiro consultor de alto nível. Que foi sócio da empresa Ratmam, que foi posteriormente comprada pela Mannesman. Que atua até hoje como consultor da Mannesman-Dematic que é um só grupo. Que lembra da licitação da Mannesman com os Correios, sendo ainda que participaram da mesma as empresas Austan, Siemens, Mannesman e Brokel. Que o acordo entre estas empresas têm empresão que era ficção criada pela mídia. Que nunca ouviu falar em propina paga aos Correios. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos às dezenove horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 37ª Reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº3/2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa está a Ata da reunião anterior, e na forma regimental a coloca em votação propondo aos Senhores Parlamentares presentes a dispensa da leitura. Os Senhores Parlamentares que aprovam a Ata que permaneçam como se encontram. Aprovada, por unanimidade. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitivas dos Srs. William Martins Jordano, da BETA, o Sr. Marco Antônio Pereira, da BETA, o Sr. Lauro Pasqualetto Júnior, da BETA, da Sra. Kesia

Maria do Nascimento Costa, da SKYMASTER e do Sr. Roberto Naccache, da MANNESMANN. Já está aqui convidado pela Assessoria a tomar assento a esta Mesa o primeiro depoente desta tarde que é o Sr. William Martins Jordano que se faz acompanhado na oportunidade do Dr. Advogado Jorge Merched Mussi que o acompanha e a quem saudamos também, Dr. Advogado o nobre depoente pela presença e pelo atendimento imediato à convocação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Esclareço, ao nobre depoente, que também já está ciente o Advogado, que o Sr. William Martins Jordano depõe na condição de testemunha, uma vez que não há nada, até este momento, que possa implicar em qualquer imputação a ser feita contra ele, o que, claro, poderá ser feito após esse depoimento e com a consideração de que passa a ser investigado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Nesse sentido esse depoimento, prestado na condição de testemunha, implica em que tenha ele assinado o termo do compromisso na forma do art. 203 do código do Processo Penal, onde ele se compromete a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, e também não se omitir diante das questões, salvo eventuais circunstâncias em que ele possa prestar depoimento contra a si próprio, porque a Constituição Federal veda a auto-incriminação dos que prestam depoimento em juízo ou em Comissões Parlamentares de Inquérito. É praxe da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar as palavras iniciais do depoente, caso queira fazê-lo, sobre as razões da sua convocação e sobre outros aspectos que digam respeito ao objeto posto em investigação nesta Comissão. Tem V. S^a., em querendo, o uso da palavra.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Boa tarde, Exmo. Presidente da Comissão, Deputados, Senadores e presentes. Meu nome é William Martins Jordano, tenho 43 anos, formado em administração de empresas e especializado em finanças. Atuo no mercado como Executivo desde 1979, não como Executivo desde o início mas nos últimos 20 anos. Atuo principalmente na área de controladoria, gestão de negócios e, nos últimos sete anos, também na Área Financeira. Sempre fui contratado pelas empresas para exercer funções dentro da Área Financeira, resolver problemas de gestão das empresas. Procurando sempre ajudar os empresários no caminho que leve a empresa à capacitação financeira, contábil, e com o objetivo de aferir lucros. Então, esse é a minha função.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço as primeiras palavras do depoente. Quero de imediato fazer um registro. O Dr. Advogado que acompanha o Dr. William, antes do início dessa sessão, ciente de que nós tínhamos re-

cebido o depoimento do Dr. Ioannis uma fita de áudio e vídeo que teria sido gravada na sala do Sr. Antônio Morato, então à época Presidente da BETA, nos solicitou que pudesse ele, na pessoa do depoente, ver esta fita. Como já houve a exposição pública e, evidentemente, já fato notório em relação a ela, não havia porque nós não atendêssemos o pedido feito pelo Dr. Advogado. Por essa razão nós deferimos o pedido e, antes dessa sessão, pôde o Dr. Advogado e o depoente verem a fita que foi exibida relativamente ao depoimento do Sr. Antônio Carlos, perdão, Sr. Antônio Morato Leite. Assim sendo então, obviamente, tem já ciência o depoente Dr. Advogado do teor desta fita, razão pela qual nós não teremos o porque exibi-la aqui, a menos que seja efetivamente necessário. Início então o depoimento de V. S^a. perguntando. Quando V. S^a. começou a trabalhar na empresa BETA.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Especificamente BETA não, mas era um grupo de empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): GPT.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim, com o nome de GPT. Isso foi um de junho de 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um de junho de 2001.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor foi contratado pela BETA, quer dizer, quem o levou até lá, quem o indicou?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu tinha um relacionamento profissional e de amizade com o Sr. Michel Atiê desde 1988 quando trabalhávamos na BRASILIT, uma multinacional francesa do grupo SANGOBAN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi o Sr. Michel Atiê que o levou para o Grupo GPT?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim, pela minha experiência no Setor de Controladoria e de Finanças.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em junho de 2001, o Sr. Michel Atiê exercia que função?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ele era Diretor Financeiro, na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Diretor Financeiro. O Senhor foi contratado pelo Grupo GPT para trabalhar em que função?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Passar a ser Diretor Financeiro e dividir as responsabilidades

com o Sr. Michel pelo volume grande de empresas que tinha no grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor era o Diretor Financeiro. O Sr. Michel passou para que função?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Logo após, ele foi promovido a Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Vice-Presidente. Quer dizer, o Senhor exercia a Diretoria Financeira do Grupo GPT. O Senhor mexia com que empresas no exercício das suas funções?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: PROMO-DAL, BETA. Deixa eu lembrar, que faz algum tempo. PROLOGISTICA, BEX, TECNOCARGO, de maior volume acho que eram essas, essas cinco empresas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BELT – Brazilian Express Logística e Transportes?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A BELT, após a cisão do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Após a cisão do grupo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TRANSQUADROS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Eu já não estava mais na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TÁTIVA?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E LOGICA?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Perfeito. O Senhor permaneceu Diretor Financeiro da empresa desde primeiro de junho de 2001 até quando?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Até cinco de março de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cinco de março de 2003. O Senhor sempre exerceu essa mesma função?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sempre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor saiu em cinco de março de 2003, por que razão?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque fui buscar uma outra oportunidade e tentar um trabalho independente na área de consultoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na área de consultoria?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor prestou consultoria para esse grupo depois que saiu da empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Quais foram as empresas que o Senhor trabalha, ou trabalhou depois disso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Trabalhei... consultoria várias empresas pequenas, alguns trabalhos esporádicos, nada contínuo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: E no final de 2004 fui trabalhar na IBEP. Consultoria na IBEP, que é uma empresa editora e gráfica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Ou seja, depois de março de 2003, o Senhor não manteve mais nenhuma relação profissional com o Grupo GPT ou quaisquer das empresas do grupo?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nenhuma porque tiveram também substituições do cargo do Diretor Financeiro da minha saída.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Quer dizer, o Senhor não manteve mais nenhum tipo de relação profissional?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a sua relação com o Sr. Antônio Augusto Morato?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Funcionário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não tem relação de amizade com ele?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Ioannis?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Michel Atiê?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Tive pelo tempo que nós convivemos. Desde 88, são quase 18 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ainda tem uma relação de amizade com o Sr. Michel Abud Atiê?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A gente acaba se afastando pelos compromissos do dia-a-dia, ele no trabalho dele e eu no meu, então fica difícil ter um relacionamento mais próximo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não teve depois de 2003 nenhum tipo de relação profissional com esses três?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem com empresas que eles tenham?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Roberto Kfourri, qual sua relação com ele?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nenhuma. Quando eu entrei na empresa alguns meses depois ele saiu da empresa. Não me lembro quantos meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a razão do Sr. Kfourri ter saído da empresa, o Senhor lembra?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que o Sr. Ioannis e o Sr. Antônio Augusto estavam assumindo todas as empresas e acho que não existia compatibilidade entre eles, entre o Sr. Roberto Kfourri e os demais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que foi esse o motivo. Até onde eu sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Bom, as empresas TRANSQUADROS, TÁTICA e LÓGICA o Senhor não teve nenhum contato com elas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Eu acho que elas são posteriores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Posteriores. Exatamente qual o papel funcional do Diretor Financeiro no Grupo GPT?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: No meu caso, especificamente, eu fui contratado pelo GPT justamente para viabilizar as empresas financeiramente e ajudar na gestão financeira especificamente. Trazer linha de crédito para que a empresa pudesse crescer, investir, ter capital de giro. Então na realidade foi esse o trabalho. E a minha principal função, e combinada com o Sr. Michel, ou o objetivo dessa função principal, era capacitar a empresa para que ela fosse auditada por uma empresa de primeira linha. Então esse era o meu trabalho e pela minha experiência em grandes corporações e empresas multinacionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor conhece o Sr. Wellington Cavalcanti Santiago?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ele foi um funcionário da Tesouraria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da Tesouraria. Ele trabalhava na Tesouraria exclusivamente?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Na Tesouraria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele chegou a ser seu subordinado?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Por um período pequeno, sim, no GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No GPT. Todo o período o que o Senhor trabalhou ou o Senhor lembra exatamente qual--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu trabalhei de junho de 2001 até maio de 2002 no GPT, depois da cisão até cinco de março de 2003 na BETA, no grupo BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nas empresas que eram do Sr. Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então ele foi seu subordinado durante esse período?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Durante esse período, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. José Carlos Rocha Lima?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe quem ele é?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu sei que ele é uma pessoa do Setor de Transportes, Aéreo, ou coisa do tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas não sabe mais que isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, nunca conversei com essa pessoa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu a empresa SIM LOGISTICA.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não conheci a empresa, ouvi o nome, mas nunca, nem sabia a localização dela porque não passava por mim os contratos sociais de empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem idéia de que tipo de relação o Sr. Morato tinha com o Senhor Rocha Lima?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Eu nunca os presenciei juntos e também eu nem fisicamente sei como é o Senhor Rocha Lima.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: O Senhor fazia depósitos nas contas dos sócios ou operava com numerário da empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Só quando solicitado por eles. Mas não na conta, fazia a retirada e transferia para eles o dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No dia 18 de agosto de 2001 o Senhor depositou a quantia de 37 mil 506 reais e 36 centavos na conta do Sr. Ioannis Amerssonis. O Senhor sabe a que título esse depósito foi feito? É uma quantia relativamente alta.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim, é alta, mas eram várias empresas e muitos pagamentos por dia, lembrar especificamente de um, a não ser que tivesse condições de ver um documento para tentar lembrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me informa a Assessoria que esse dinheiro saiu da sua conta particular e foi para a conta do Sr. Ioannis.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ah, um carro que ele comprou e eu devolvi o dinheiro para ele. Porque quando você é Diretor você tem alguns benefícios dentro da empresa, você pode ter um carro, você pode ter um plano de saúde... ele havia comprado o carro e a empresa depois recomprou esse carro e eu devolvi o dinheiro para ele. Era de um Honda Civic preto. 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um Honda Civic preto. O Senhor lembra a chapa ou não?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que era DAN mas não lembro o número.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Honda Civic 2002, não pode ser porque o pagamento foi em 2001.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ah, então é 2001. Eu não lembro direito, eu sei que era um Honda, foi quando eu entrei na empresa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, então como é que foi a história? O Senhor comprou, a empresa comprou um Honda Civic--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: O Sr. Ioannis falou assim: “Eu vou comprar do meu dinheiro esse Honda para você ir trabalhar”... eu estava com um carro só na minha casa, eu preciso de um carro para trabalhar. Ele falou “eu compro, assim que você

começar na empresa, a empresa te devolve o dinheiro e você me paga.” Eu falei: “Tá bom”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi isso, essa foi a operação, foi relativamente a esse carro.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Para eu ter o carro para eu poder trabalhar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse carro constou da sua declaração de Imposto de Renda?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não porque ele ficou dois meses, saiu pelo mesmo valor que entrou. Dentro de um mês, acho que foi um mês, dois meses, coisa do tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu juro que agora não entendi nada. Eles compraram o carro para o Senhor?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Senhor reembolsou depois de dois meses.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, ele comprou o carro com o dinheiro dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o dinheiro dele, Ioannis.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas para o Senhor usar.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque na empresa até você ter o carro vai demorar uns dois meses, eu preciso do carro agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Está certo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Senhor depois pagou ele, quando recebeu da empresa.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Aí a empresa, o Grupo GPT, teria que comprar um carro para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Comprou esse carro que ele havia pago, e aí devolvi o dinheiro para ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, passado o dinheiro para o Senhor.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor pagou para ele.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E esse carro, o que aconteceu com ele depois?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ficou na empresa como sendo do GPT. A empresa comprou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não entendi porque o dinheiro foi para a sua conta privada então.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque chegou a passar para o meu nome, o carro, antes de vender para a empresa. Falei então: “Fica com você o carro, passa para o seu nome”. Passei para o meu nome. Ele falou: “Não, vou precisar desse dinheiro.” Falei: “Então eu vou vender para a empresa.” “Tá bom”. “E eu te pago esse dinheiro”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas para entender direito. O Senhor precisava de um carro para trabalhar, fazia parte do seu acerto como Diretor da empresa.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Um benefício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis pegou o dinheiro dele e comprou o carro.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: “Usa esse carro.”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, o carro era para a empresa, não era para o Senhor.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Para meu uso. Mas o que acontece? Num cargo desse você pode ter como benefício um carro, depois de um período. Por exemplo, dois anos após eu ficar com o carro, o carro poderia ser transferido para mim de uma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exato. Eu não entendi porque o dinheiro veio para sua conta. Porque se o carro ia ficar na empresa, depois seria transferido para o Senhor--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque estava no meu nome. Eu tinha que fazer a coisa legal, eu tinha que vender o carro para a empresa para depois pagar o Sr. Ioannis, como se eu tivesse feito empréstimo para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que que não colocaram o carro no nome da empresa de uma vez?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque demoraria algum tempo para ter o carro. E ele comprou o carro imediatamente para mim poder usar e ir até o trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas qual a diferença de tempo

em relação a colocar o carro no seu nome ou nome da empresa? Não vejo diferença.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Foi definido ser feito e foi feito dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora o Senhor há de convir comigo que é uma operação um pouco estranha. Porque se o Sr. Ioannis poderia ter colocado o carro em nome dele, ou nome da empresa, porque ele compraria o carro, colocaria no seu nome, para remeter o dinheiro para a sua conta para depois o Senhor devolver o carro para a empresa e receber da empresa de volta? Se o carro é da empresa porque essa transação foi feita dessa forma?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei, provavelmente ele queria evitar, sei lá, algum atrito com o sócio dele, de estar colocando um Diretor Financeiro indicado pelo Michel. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Sr. Antônio Augusto?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora. Quer queira quer não, ele não evitou o atrito, na medida que depois o Senhor--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acabaram tendo a cisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, esse dinheiro o Senhor pagou para o Sr. Ioannis?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque ele é que havia pago o carro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque ele é que havia pago o carro--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: E a empresa devolveu o dinheiro para ele. Como se estivesse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o carro ficou no nome da empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É como se ele tivesse comprado, falou assim “eu vou comprar o carro porque ele precisa do carro imediatamente e a empresa depois me reembolsa.” Como o carro foi transferido para o meu nome, porque seria um benefício a ser usufruído por mim, como Diretor da empresa, eu devolvi o dinheiro para ele em vez da empresa devolver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, deixa eu ver se eu entendi. O Senhor precisava de um carro.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis pegou o dinheiro dele e comprou o Honda Civic.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Colocou no seu nome?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Passados dois meses o Senhor--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Vendeu para a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, antes disso o Senhor recebeu o dinheiro da empresa e depositou na conta do Sr. Ioannis.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí depois o Senhor tinha esse carro, passou para o nome da empresa o carro, e recebeu esse dinheiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Não o dinheiro que eu recebi eu passei para o Sr. Ioannis, devolvi para o Sr. Ioannis, pois o carro estava no meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esses 37 mil 506, o Senhor tinha recebido da empresa para sua conta?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A que título?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque o carro estava no meu nome, eu estava vendendo o meu carro que estava no nome, para a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Veja. O Senhor tinha 37 mil 506 reais, que o Senhor pagou o Sr. Ioannis. Esse dinheiro era de quem? Era seu?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Era meu porque o carro estava no meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o carro estava no seu nome. Depois posteriormente a empresa tem que ter passado esse dinheiro para o Senhor, ou o Senhor perdeu--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Depositou na minha conta, por isso que saiu da minha conta para do Sr. Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, há um depósito nesse valor correspondente na sua conta, da empresa BETA?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E foi feita--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que GPT, não sei se BETA. Acho que GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra a chapa desse carro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: DAN, não me lembro o número.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): DAN.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um Honda Civic 2001. Agora, que operaçãozinha confusa, não?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nossa Senhora!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia alguma razão para uma triangulação--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. A razão que eu vejo, e que foi discutida na época, é que eu precisaria de um carro exatamente por causa da distância.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu moro em Jundiá e iria trabalhar em Moema, a distância é razoável, são quase 80 quilômetros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Então, precisaria de um carro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Muito bem. O Senhor conheceu quem eram os contatos da BETA ou da SKYMASTER, nos CORREIOS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? O Senhor conheceu o Senhor Hassan Gebrim?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não faço idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Humberto Motta?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): João Henrique de Almeida?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Carlos Augusto de Lima Sena?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já ouviu falar de Carlos Augusto de Lima Sena?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Já ouvi, mas eu nunca o encontrei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Senhor ouviu falar dele?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ouvi falar que ele era alguém no CORREIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que relação ele tinha com a empresa BETA o Senhor sabe?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ouviu algum tipo de informação de que ele recebia propinas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Isso não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Soube de alguma vez que alguém teria dado um pagamento via o Sr. Roberto Kfouri a ele?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Isso eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Maurício Coelho Madureira, conhece?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Luís Carlos Scorsato?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Garcia Mendes?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Paulo Onish? Lembra de algum outro nome dos CORREIOS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não porque a relação do CORREIO com a empresa, ela tratava com os sócios e área comercial. Como eu tratava da Área Financeira o meu relacionamento comercial, com clientes, e no caso o CORREIO era um cliente da empresa era zero.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a relação que a BETA tinha com a VARIG LOG?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Que eu lembre nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor como Diretor Financeiro

se recorda de alguma razão para algum tipo de pagamento ser feito pela BETA à VARIG LOG?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Algum pagamento feito na base de percentual sobre linhas áreas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. A seu ver não haveria nenhum propósito para um pagamento desse tipo?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Que eu saiba não. A não ser que tem algum propósito comercial, e eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, evidentemente, se houvesse algum contrato o Senhor saberia, como Diretor Financeiro que é?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Com certeza deveria saber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor conhece o Sr. Lincoln Pereira Frade?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Era um segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era um segurança. O Senhor tinha contato com o Sr. Lincoln?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, porque o trabalho dele estava ligado aos sócios da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais sócios exatamente?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que mais Antônio Augusto. E a parte de prédio também, alguma coisa do tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe das relações que ele mantinha com o Sr. Kfouri?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Veja, o Sr. Frade, depondo a essa CPI, prestou o seguinte depoimento. Eu vou ler um trecho do depoimento. Eu estava argüindo e aí eu digo o seguinte. “Aqui consta...” e eu estava mostrando para ele uma planilha, “acerto ECT – EMPRESA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS – “123 mil e 47, 2,5 sobre o faturamento líquido do CORREIO...” ou seja, dá a impressão que alguma coisa era paga pelo CORREIO na ordem do 2,5. Todo o mês se pagava 2.5. Então, por exemplo, nesse mês de abril teria sido pago 123 mil reais para esse acerto, para os CORREIOS. Nós presumimos que deva ser propina para alguém. E acerto VG que nós imaginamos VARIG, Comissão

1.5%. “Então, é essa planilha que o Senhor viu?” E eu mostrei para ele uma planilha. O Sr. Lincoln disse: “Sim, Senhor. Essa planilha foi mostrada para mim por um dos funcionários da empresa, Sr. Wellington Cavalcanti Santiago, ele era uma pessoa de bom relacionamento com o Sr. Antônio Augusto. Ele trabalhou na parte financeira. Ele fazia as planilhas nos custos mensais e tudo mais. O Sr. Antônio Augusto ficou muito amigo deste rapaz.” O Sr. Wellington Cavalcanti Santiago era amigo do Sr. Antônio Augusto?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não posso dizer porque eu nunca os vi juntos. Só no horário comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tinha função de elaborar planilhas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sob o meu comando. Planilhas solicitadas provavelmente pelo Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor tem ciência de planilhas que ele tenha elaborado?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A maioria não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? E a minoria?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: As que eu solicitava sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais o Senhor solicitava, para que ele elaborasse? Que tipo de planilhas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Pagamentos por empresa, projeção de fluxo de caixa para eu poder trabalhar financeiramente com o fluxo de caixa das empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SKYMASTER e a BETA tinham algum tipo de relação em que implicava em compensação de pagamentos entre uma e outra?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não entendi a pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SKYMASTER, empresa SKYMASTER, empresa aérea, mantinha algum tipo de relação comercial com a empresa BETA que implicava em transferência de numerário de uma para a outra, como compensações por serviços prestados ou situações do gênero?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eles tinham um acordo que quando eu entrei na empresa já existia, que era voar para os CORREIOS, em linhas diferente para que o CORREIO tivesse o atendimento em 100%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, havia meses que a BETA tinha que pagar coisas para a SKYMASTER e meses que a SKYMASTER tinha que pagar coisas para a BETA, havia uma conta, digamos assim, de compensação.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Era calculada em relação aos vôos feitos para os CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em relação aos vôos e aos custos todos.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Custos operacionais e tudo mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Bom, o Senhor assistiu previamente aquela fita de vídeo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa fita de vídeo foi gravada na sala do Sr. Antônio Augusto. Foi assumidamente gravada pelo Sr. Lincoln, que disse que recebeu a missão do Sr. Antônio Augusto de gravar reuniões que existiam nesta sala. O trecho que foi exibido pelo Sr. Ioannis, e que o Senhor teve oportunidade de ver, é um trecho de uma reunião realizada entre o Sr. Antônio Augusto, o Sr. Ioannis, sendo que num certo momento o Senhor adentra à sala, e há um diálogo. O Senhor reconhece a existência e a ocorrência dessa reunião?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não sei da procedência, mas olhando a fita parece que existiu realmente essa reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas eu não sei a procedência da fita. Isso que o Senhor comentou do Lincoln--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sinceramente a procedência da fita eu também desconheço. Então essa é uma questão... outra. Ela chegou aqui a essa Comissão parlamentar de inquérito por uma pessoa que nos entregou--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu sei, mas para eu afirmar 100%--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora a reunião efetivamente o Senhor se recorda daquela reunião?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eram várias reuniões. Eu trabalhava em média 10 horas por dia e várias reuniões. Mas especificamente de um trecho de três minutos, eu não vou lembrar se foi aquilo realmente que eu falei, o que era o assunto porque também eu estou afastado há quase, mais de 4 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas à primeira vista...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Parece que existiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Existiu a reunião. Efetivamente o Senhor reconhece Sr. Antônio Augusto, Ioannis...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Apesar de eu aparecer meio de costas... Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De costas é o Senhor, pelo menos é a impressão que nós temos. Parece realmente. Naquela reunião, visivelmente, estava se discutindo uma planilha que, inclusive, com o Senhor portava ela na mão, não é verdade?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor tem tinha acesso a essas planilhas que implicavam nesse acerto de contas entre a BETA e a SKYMASTER. Tinha acesso a essas planilhas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Como Financeiro eu tinha que respeitar os acordos comerciais acertados. Então eu tinha que conferir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Conferir, então o Senhor tinha acesso a essa planilha, por isso que o Senhor entra com a planilha na mão e troca algumas idéias e dá algumas idéias e dá informações...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Que estão relacionados a esses vãos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A esses vãos.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Dentre as duas empresas para atender os CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Eu vou ler um trecho do Senhor aqui agora do depoimento que prestou aqui o Sr. Ioannis Amerssonis. Eu falo: “Agora o Senhor vê que foram utilizadas algumas expressões na fita que o Senhor disse que nunca tinha ouvido.” Porque eu perguntei ao Sr. Ioannis o seguinte. “Alguma vez o Senhor ouviu falar em acerto nos CORREIOS?” E fiz uma série de questões com base na fita. Ele disse: “Nunca ouvi.” Negou em uma reunião que tivesse tratado disso aí, e nós mostramos a fita durante a sessão. Aí então eu digo isto: “Agora o Senhor vê que foram utilizadas algumas expressões na fita que o Senhor disse que nunca teria ouvido, e de fato, pelo menos, ouvido o Senhor tinha, porque era impossível que não tivesse ouvido o que foi falado ali. Especialmente quando ele se levanta e fala de acerto com os CORREIOS e fala de acerto com a VARIG. Isto bate rigorosamente com a planilha...” que,

já já eu mostrarei ao Senhor. O Senhor percebe? Ou seja, há um diálogo. “Este funcionário. Quem é este funcionário o Senhor lembra? O que estava na fita. O Sr. Ioannis.” “Esse aí era o Administrativo Financeiro.” Eu pergunto: “Então, entre o administrativo financeiro, como é o nome dele?” “Ele diz: “William”, portanto o Sr. Ioannis reconhece a sua presença na fita. Eu. “Exatamente.” Aqui o perito Molina coloca identificado o Sr. William, ele identifica o Sr. William o Senhor e ao diálogo. Os Senhores também falam de uma questão da PETROBRAS. O que é isso da PETROBRAS? O Senhor sabe? Eu vou ler um trechinho. “William”, o Senhor falando. “Da SKYMASTER o Senhor viu o papel?” O papel é a planilha dos acertos. O Morato: “Vi. Está aqui. Ele aqui, tá aqui.” Morato: “Me explica só uma coisa. Cadê aqueles 200 paus que eles mandaram?” William: “200? Não, aqueles 200 eles desconsideraram.” Morato: “Não tinha que ser mandado?” William: “260 paus, né? William: “Ele já excluiu, ele já excluiu.” Morato: “Assim oh, CORREIO a favor da BETA, valor de 200 mil.” William: “Planilha, né?” Morato: “Será emitida. Você emitiu?” William: “Está emitida.” Morato: “Planilha.” William: “Isto é crédito. 400.” Morato: “E se o cara se negou a pagar é porque ele vai pagar.” William: “Pagamentos.” Morato: “Deu dois. Deu esse valor?” William: “Isso dá um, três, quatro, total.” Morato: “Somando aqui” William: “Aqui é CORREIO. 426 menos. Não é isso?” Morato: “Certo. Melhor falar isso para ele. A planilha e a conta.” William: “E aí deduziu esse.” Morato: “Tá.” William: “Agora ele fez a conta sem incluir. Esse deduziu, esse e acabou dando um problema interminável. Não dá para entender. O que que ele fez? Ele pegou esses dois, um, três, nove, tirou tudo isso, mas como ele foi tirar 426 se ele devolveu?” Morato: “Não, mas ele não pagou isso.” William: “Então...” Morato: “Exatamente.” Morato: “Saldo a favor da BETA”. William: “Nós tínhamos esse preliminar.” Morato: “Isso é só de Fevereiro?” William: “Só de fevereiro.” William: “Ele mandou hoje. Dá 730 e poucos. Eu estou conferindo.” Morato: “Depois confere isso para mim daí.” William: “200 mil de diferença.” Morato: “E tem os dois, tem aquele.” William: “260.” Morato: “Que eles mandaram essa semana, né?” William: “É, eu vou dar uma olhada.” Morato: “Tá bom, faz o favor.” Ioannis intervém e diz: “O que eles estão mandando, está dando 700 e pouco?” William: “É do CORREIO.” William: “734 mil.” Amerssonis: “E pela nossa conta?” William: “Nossa prévia era 953.” E aí vem uma frase do Senhor: “120 paus é acerto do CORREIO, né? E tem mais 30 mil. 28 mil que é VARIG.” Frase sua. Sr. Morato: “VARIG.” William: “Então pode ser essa diferença, viu Antônio?” Morato: “Vamos checar se essa é a diferença.” William: “Tá.” Amerssonis: “Está descontando tudo?” William: “Não. 50%. 120 mil

é sonegado.” A palavra é sua. Amerssonis: “Ah, os 120 mil?” William: “É.” Morato: “É 240 exatamente.” William: “E da VARIG?” Morato: “Da VARIG, já pagamos um mês só da VARIG. Anota isso aí.” Já pagamos um mês só da VARIG. Anota aí. William...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Quem falou isso aí?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Morato. William: “Tá.” Morato: “Desculpa.” Isso começou dia 24 de dezembro. Assessoria já sabe de cor a fita. Morato: “Foi no dia que nós pagamos cinco. Foi dia 25. 26 de dezembro. Encerrou o mês de dezembro.” Morato: “Em janeiro nós já pagamos.” William, o Senhor, “Agora, janeiro não descontou nada?” Morato: “Vamos por a 25%.” William: “Que é a taxa que se cobra.” Morato: “25%.” Amerssonis: “Você falou com o Rocha sobre aquele negócio lá das ilhas?” Morato: “Falei.” Morato a Amerssonis: “Positivou?” Amerssonis: “Está falando notícias boas sobre a VARIG.” É natural que depois de algum tempo o Senhor não se lembre de uma situação desse tipo... Deixe-me cumprimentar a minha Juíza Denise Frossard. É absolutamente natural que o Senhor não se recorde da reunião, mas será absolutamente não natural que o Senhor não se recorde de algumas expressões suas que obviamente diziam algo que o Senhor tinha clara ciência, tendo uma planilha em mãos.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Então, mas pelo que eu entendi eu fazia a leitura da planilha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fazia a leitura da planilha e estava bem inteirado. E uma das coisas que o Senhor falava, 120 paus. A frase é sua. Aliás, o Senhor teve um azar nos diálogos que as frases mais redondas são as suas... “120 paus é acerto do CORREIO, né”. O Senhor pergunta. “E tem mais 30 mil, 28 mil que é VARIG”. O que é esse acerto do CORREIO que estava na planilha que o Senhor mencionou?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Como eu mencionei anteriormente, provavelmente era um acerto comercial. Sr. Antonio, eu conferi a planilha, tinha que confirmar com ele, né? É isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, veja só o seguinte. É um acerto comercial com os CORREIOS. Quem tinha que receber dos CORREIOS era a BETA. A BETA tinha... Vendedor?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei, alguém que negociasse comercialmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O CORREIO não tem quem negocie comercialmente. O CORREIO contrata por

licitação. E a palavra acerto tem uma característica de propina.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nesse caso eu estava fazendo a leitura da planilha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Mas então o Senhor chegou a ler planilhas que tinham essa palavra “acerto dos CORREIOS”.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu recebi as planilhas para conferir o que eles diziam que tinha que ser conferido. Os vãos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a planilha tinha lá a expressão “acerto dos CORREIOS”?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acredito que sim, se eu mencionei, deveria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E porque constaria numa planilha a expressão “acerto dos CORREIOS”?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não sei explicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor como Diretor Financeiro não dava para entender o que acontecia numa planilha?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu tinha que seguir a instrução que foi-me passada para ser conferida de um cálculo de uma parceria entre duas empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o Senhor operava situações de pagamento. A quem era pago esse dinheiro que era o acerto dos CORREIOS. De que forma era feito esse pagamento?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Todos os pagamentos que passavam por mim eram solicitados através de documentos ou pelo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro então o que o Senhor conferia. O Senhor pegava a planilha e o Senhor teve que pagar esse dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu não pagava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para quem foi esse dinheiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não pagava. Então deixa eu explicar. A minha função era conferir os pagamentos e atender a solicitação dos sócios da empresa para saques em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa questão de acertos dos CORREIOS foi saque em dinheiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funcionava esse saque em dinheiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Vinha uma solicitação de saque em dinheiro, eu emitia o cheque, sacava o dinheiro, a Tesouraria entregava para a pessoa que havia solicitado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E que no caso quem solicitava?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas é para qualquer cheque, nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidentemente não era qualquer pessoa que solicitava. Quem solicitava esse pagamento em dinheiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sempre os sócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E eram?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: O Antônio Augusto como Presidente do grupo, às vezes o Sr. Ioannis e às vezes o Sr. Michel. Mas em ocasiões e vários pagamentos diferentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Todos os meses essas planilhas tinham essa expressão “acerto dos CORREIOS”?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não lembro se todos os meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas alguns meses tinha.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que, acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E era sempre pago em dinheiro vivo, o “acerto do CORREIO”?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não sei se era pago em dinheiro. Eu fazia o saque e entregava para a solicitação.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Entregava, quer dizer, esse dinheiro, essa parte, esse “acerto do CORREIO”, o Senhor fazia o saque e entregava para quem?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mandava a Tesouraria entregar para o Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre o Sr. Antônio Augusto. Sr. Ioannis também?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que mais, que eu me lembre, é que faz muito tempo,

pode ter havido um ou outro, não quero cometer nenhuma calúnia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas houve alguma vez que o Sr. Ioannis recebeu?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não se lembra, certo. E aí vem. Acerto VG. VARIG. O que é esse acerto VARIG?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas estava na planilha.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Estava escrito, mas eu não sei porque eu não negocieei-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou mostrar uma planilha para o Senhor.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Se eu tivesse negociado eu lembraria, mas não foi negociado por mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A planilha está aqui? A fita é de fevereiro e eu tenho aqui em mãos uma planilha de abril. Eu pergunto se a planilha que eventualmente o Senhor estava discutindo naquela reunião, a mesma porque essa é de abril, mas se tinha esta feição?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Provavelmente, sim. Era esta a planilha. Quem elaborava esta planilha?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ela vinha pronta. Oh, desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ela vinha pronta da SKYMASTER e nós fazíamos a conferência consultando o Departamento de Operações da BETA para checar os vôos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Departamento de Operações quem cuidava era o Sr. Kfourri?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Um período sim, depois outro o Sr. Michel, depois outro Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa planilha então era do conhecimento do Sr. Antônio Augusto Morato, do Sr. Ioannis, Sr. Kfourri.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Provavelmente ou sim?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque eles que definiram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eu não entendi o porque o “provavelmente”.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque eu não sei se eles sabiam que era montada desse jeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor estava numa reunião discutindo a planilha com eles, o Senhor acredita que eles não tinham ciência dessa planilha?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ciência da planilha eles tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dessa planilha, por exemplo, eles tinham ciência?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Porque o Senhor acha que eles negaram o tempo inteiro que conheciam essa planilha aqui?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não posso responder por eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está certo. O Senhor veja aqui. Saldo a favor da BETA, 230 mil, o Senhor vê que os valores são muito próximos daquilo que são falados na fita. Aí tem aqui. Acerto ECT. 2.5% sobre o faturamento líquido do CORREIO. 2.5% sobre o faturamento... O que significa isto aqui?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que mandava incluir isso aqui na planilha. O Senhor sabe?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente os sócios das empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca perguntou o que era isso aqui?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A minha missão na empresa era conferir os trabalhos, conferir os trabalhos operacionais e rentabilizar e efetuar os pagamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E isso aqui o Senhor conferia então, o Senhor via 2.5 faturamento líquido e fazia esse pagamento.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: De acordo com uma solicitação. Eu não fazia nenhuma solicitação

dos sócios, porque eu não sei o que era, então não ia tirar esse dinheiro sem ter uma solicitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora veja aqui, acerto VARIG, Comissão de 1.5%. Agora a pouco eu perguntei ao Senhor se a VARIG tinha alguma razão de receber pagamento da BETA. O Senhor disse que não. No entanto a VARIG recebia, ou alguém da VARIG recebia 1.5%.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É o que está escrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe dizer o que é isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse outro resuminho aqui, o Senhor chegou a ver alguma vez?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor veja que interessante, olha. Quando está aqui, valor acerto VG, está linhas A e C. E curiosamente essas linhas A e C foram linhas que tiveram uma disputa entre a VARIG e a BETA. A VARIG, inclusive, chegou a impetrar um mandado de segurança e depois desistiu do mandado de segurança, porque existiam regras muito restritivas para a VARIG, inclusive, julgadas inconstitucionais pelo Tribunal de Contas da União. A VARIG tinha contratos e depois houve uma rescisão desses contratos, dizendo que a VARIG não prestava bem o serviço. Logo depois disso os editais começaram a proibir que empresas que concorriam com os CORREIOS pudessem disputar essas licitações. O que evidentemente é inconstitucional. Mas não bastasse isso se impedia que empresas não poderiam alugar os aviões de quem disputava concorrência com o CORREIO em outras áreas. Era a maneira de impedir até que os aviões da VARIG fossem alugados. A VARIG chega a impetrar um mandado de segurança a meu ver com razão, porque a cláusula era restritiva, e misteriosamente através inclusive de fundamentação no momento que eu vi, dos Advogados da VARIG, desistem da ação, nessas linhas A e C e aí se paga uma Comissão de 1.25%. O que leva a essa Comissão Parlamentar de Inquérito a supor que alguém na VARIG recebia propina para ter feito esta acomodação, ou seja, alguém nos CORREIOS recebia 2.5% sobre 90% do faturamento e curiosamente aquilo que o Senhor diz, confirmando a existência dessa planilha, bate

todos os números batem com as movimentações dos meses. Considerando, portanto, então que o Senhor discutia isso com o Sr. Antônio Augusto, óbvio, aquela fita apenas confirma esta planilha na linha de que existia um acerto com os CORREIOS. O Senhor tem, conhecendo bem as finanças da empresa, conhecendo bem a realidade financeira da empresa, alguma versão para esse acerto ECT que não seja essa que a CPI tem que é pagamento de propina?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teria alguma outra explicação para esta rubrica “acerto ECT” que não fosse pagamento de propina?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei responder a essa pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teria alguma outra explicação. Eu tenho que entender, se o Senhor não sabe responder.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei se essa sua ou se outra, não sei nenhuma das duas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é um homem que conhecia bem as finanças, o Senhor era Diretor Financeiro. Haveria alguma outra razão?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei dizer se é essa ou outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa nós já estamos cogitando, haveria alguma outra que lhe passa a cabeça?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, não tendo, nós ficamos com esta. Era pagamento de propinas. Em relação à VARIG o Senhor tem alguma outra explicação para isso que não fosse um pagamento de um suborno para alguém da VARIG?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Poderia ser uma comissão, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Comissão do quê? A VARIG, uma imobiliária aérea.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim, mas pode ser uma comissão, algum serviço que ela prestou, não sei. O que ela presta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor mesmo disse que não tinha razão para pagamento.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, eu não sei, eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, o Senhor conheceria. Eu perguntei, “o Senhor conheceria, tal...” O Senhor falou: “Não”. O Senhor não teria nenhuma outra razão para essa questão da VARIG?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É curioso e a Assessoria me diz isso, que depois de abril não havia talvez mais razão para esse acerto com a VARIG, então, talvez isso tenha sido o último mês em que isso tenha acontecido porque o acordo teria, não havia mais a subcontratação naquele período ou qualquer situação que justificasse. Então, na verdade, a sua, o seu depoimento apenas reforça a convicção dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que, acho que já é até mais que convicção a vista de tudo aquilo que nós estamos apurando aqui. Bem, mas vamos prosseguir aqui. A BETA tinha um acordo operacional com a SKYMASTER, aliás é a primeira vez na minha vida, e olha que eu mexo há muitos anos com licitação, que eu vejo um acordo entre dois concorrentes dizendo o seguinte? Quem ganhar a licitação sede 50% para o outro, firmado antes da licitação. Quer dizer uma prova escrita do conluio evidenciado. Isso justificaria a sua frase aqui. Está descontando tudo? Não, 50%. Esses 50% seria relativo a esse acordo operacional entre a BETA e SKYMASTER?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Deveria ser relacionado aos vãos que eu comentei no início.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aos vãos. O Senhor conhecia esse acordo operacional, 50%. Nós temos cópia escrita dele aqui.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não se recorda?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, tem uma outra coisa curiosa. Veja a frase simbólica do Sr. Morato. Ele diz: “Da VARIG já pagamos um mês, só da VARIG. Anota isso aí”.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Recebendo uma instrução.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desculpa, isso começou dia 24 de dezembro. Quer dizer, o pagamento começou dia 24 de dezembro. O Senhor sabe o porque dessa data? Lhe lembra alguma coisa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então eu vou tentar lembrar. Dia

24 de dezembro de 2001, que esta data mencionada pelo Sr. Morato foi a data de início da operação das linhas A e C licitadas pelo meio do pregão 45 de 2001, vencido pela SKYMASTER em conluio, a nosso ver já demonstrado com Aeropostal, empresa que pertencia ao Sr. Roberto Kfoury e a BETA. Nesse pregão a VARIG LOG impetrou um mandato de segurança contra as cláusulas respectivas do edital dia 3 de 2 de 2001, porém desistiu da ação no dia seguinte. Dia 14 de 12 de 2001. Alegando de caso vencesse a licitação a VARIG LOG não poderia cumprir o contrato sem descumprir a cláusula vitalícia que proibia a utilização de aeronaves de empresa em situação de irregularidade fiscal juntamente uma das restrições atacadas por mandato de segurança. Ora, se a VARIG LOG pudesse contratar com os CORREIOS, evidentemente a aplicação da cláusula estaria afastada. Logo não haveria que se falar em inadimplemento contratual. Diz a Assessoria. Ou seja, a data de 24 de dezembro é a data em que começa a operação em que a VARIG LOG foi afastada. A operação em que havia uma cláusula restritiva da VARIG LOG, que a VARIG LOG impetra um mandato de segurança e desiste no dia seguinte. E é nesse dia que começa a operação que a VARIG foi afastada que a VARIG LOG recebe uma Comissão. E o Sr. Antônio Augusto diz: Da VARIG já pagamos um mês só da VARIG, ou seja, parece que havia, sim, um pagamento de propina para alguém da VARIG para aceitar esse conluio entre BETA e SKYMASTER. Esse foi um pregão onde o superfaturamento está evidenciado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito e um superfaturamento alarmante, daquela ordem de 10 e 20% apenas. É muito maior. Agora, veja. O Senhor usa uma expressão aqui. Sr. Morato diz: “Em janeiro nós já pagamos. No cheio”. No cheio. Aí o Senhor fala. Agora, janeiro. O Senhor fala: “Não descontou nada?” O que teria que ter sido descontado nesse pagamento de janeiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo. Precisa ver em relação ao quê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí o Sr. Morato diz. Veja, é a mesma seqüência. O Sr. Morato diz. Desculpa. Isso começou no dia 24 de dezembro, é a data do pregão. Morato ainda. Foi no dia que nós pagamos 5, foi dia 25, 26 de dezembro encerrou o mês de dezembro. Aí ele diz: “Em janeiro nós já pagamos, no cheio”. Sr. William: “Agora janeiro não descontou nada?” Morato: “Vamos por a 25%”. William: “Que é a taxa que se cobra”. Que taxa é essa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não lembro. Não me recordo. 25%?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É. Que é a taxa que se cobra.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Posso ver?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pode. Por favor.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Para ver se eu lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo. Nem pela planilha tem nada relacionado a 25%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É. Isso é uma das coisas que nós até agora não identificamos. Veja que a fita começa com uma frase que confirma o seu depoimento. Diz o Sr. Morato: “Da SKYMASTER, o Senhor viu o papel?” Ou seja. Dá realmente a impressão que a planilha veio da SKYMASTER.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim, como eu mencionei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como o Senhor mencionou. E, relativamente à sonegação? O Senhor fala em sonegação ali, na fita. O que se sonegava?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Talvez eu tenha dito, isso é sonegado, é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É alguma coisa assim. *[Você está com a transcrição da fita nessa parte da sonegação, por favor? Aqui eu não achei. Hã? Então eu acho que não está sublinhado aqui. Não, mas aqui não. Onde é que está a sonegação? Aqui não. É, aqui não tem. Então passa para mim, por favor. Deve estar no comecinho aqui...]* Ah, está aqui. Finalmente achamos. 120 paus é acerto do CORREIO. VARIG, e tal. Morato: “Vamos checar se é essa diferença”. Sr. William: “Está, tá”. Amerssonis: “Está descontando tudo?” William: “Não. 50%. 120 mil é sonegado”. É o Senhor que fala.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente eu estou conferindo a planilha, está certo? Da divisão dos 50% entre as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Quando se divide a receita tem que se dividir o imposto. Correto?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que a linha da SKYMASTER, se eu me recordo era

uma linha que tinha um valor de faturamento maior do que o da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não lembro com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Então, significava o quê? Que existia uma compensação, também de imposto, então a BETA tinha que emitir um conhecimento para recolher o ICM no qual a SKYMASTER fez o pagamento, ou que ela teria que recolher.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que é sonogado?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acredito que a SKYMASTER não recolheu ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SKYMASTER não recolhia o ICMS.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: E nós emitimos a nota fiscal contra a SKYMASTER para ter e dispor a tributação ou o valor do ICMS dos 50% que era da parte da BETA. Você entendeu? Quer que eu tente explicar de novo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me explica direitinho porque agora eu me perdi. É que nem a história do carro. Como é que é?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Faturamento de um milhão você recolhe 17%, você vai recolher 170 mil de ICMS, está certo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ok.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Faturamento de quinhentos mil você vai recolher metade, está certo? O faturamento maior era da SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Então ela deveria recolher 170.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não recolhia.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Aí eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor fala, “é sonogado”.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente eu estou falando do ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da SKYMASTER?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Da SKYMASTER, da planilha que eu recebia da SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então havia uma sonegação de ICMS da SKYMASTER.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não posso afirmar porque eu não controlava a contabilidade deles, mas a princípio, contabilmente, sim. A planilha demonstrava isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor fala. “Não, 50%. 120 mil é sonogado”. Amerssonis: “Ah, os 120 mil?” O Senhor fala. “É? É”. Não é um “É” só, são dois “És”. É sonogado.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente eu estava dizendo dessa parte do ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É sonogado.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas não por nós porque... Mas não por nós porque a minha missão era tornar a empresa auditada. Então para que isto acontecesse não podia sonegar imposto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E o que a PETROBRAS tinha a ver com isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que a conversa da PETROBRAS é uma outra conversa. Eu acho que é uma dívida da TECNOCARGO com a PETROBRAS, estava negociando parcelamento dessa dívida de diesel, de combustível para, ou para caminhão ou para aeronave. Poderia ser também querosene de aviação. Agora não me recordo qual das duas. Nós tínhamos dois problemas com a PETROBRAS, em relação a querosene, em relação a dívida de diesel com a PETROBRAS estava sendo negociado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha aqui, esse trecho também aqui está. “Tudo bom? Como vai o Senhor?” O Antônio Augusto: “Filho, você viu o Michel?” O Senhor disse: “Não.”. Ele falou assim: “Preciso pegar um papel. Ah, bem”. Aí o Senhor fala: “Ele falou assim: Ah, não tá bem e tal”. Ele: “É, então?” Aí o Senhor diz: “Eu fui na PETROBRAS e tem um tal de Paulo. Quem é esse cara?” Perdão. Quem disse é o Antônio Augusto: “Eu fui na PETROBRAS e tem um tal de Paulo, quem é esse cara?” O Senhor responde. “É um supervisor”. Ele: “O que esse cara está me pedindo para confirmar que não sabe?” Aí o Senhor diz: “Os caras breparam porque respondeu em bilhetezinho”. Ele: “Estou começando a negociar com ele. A gente podia ir devagar”. Aí o Senhor fala: “Ta bom. Eu vejo o que tem”. O que é essa conversa da PETROBRAS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Tem uma dívida da TECNOCARGO da BETA com a PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é esse negócio de bilhetezinho?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo, bilhetezinho. Talvez...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é esse Paulo?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Paulo era Supervisor da Área Comercial da PETROBRAS. Fornecia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Combustível?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É, eu acho que combustível de aviação, ou da transportadora não me recordo, se ele é da aviação ou de terrestre. Mas era um supervisor comercial. Ele vendia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor diz: “Os caras brecharam porque respondeu em bilhetezinho”. O que é isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente eles brecharam o fornecimento porque em vez de ser feito de uma forma formal através de carta o Sr. Antônio Augusto deve ter feito um bilhetezinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa aí está meio difícil, viu?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não lembro, estou tentando chutar, mas não lembro. Eu acredito que seja relacionamento a alguma coisa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Existia algum esquema da BETA com a PETROBRAS para que pudesse ser feito um faturamento de combustível que propiciasse à BETA ter uma maior margem de restituição posterior de ICMS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Eu acho que quem atendia era a SHELL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a PETROBRAS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Querose-nhe de aviação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a PETROBRAS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Por isso que eu estou dizendo, eu não lembro se é uma dívida que a BETA tinha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo que nós sabemos, primeiro da PETROBRAS e depois passou a ser a SHELL.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas quando eu entrei já era a SHELL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já era a SHELL quando o Senhor entrou. Então o Senhor não tem ciência de alguma questão que havia envolvendo a PETROBRAS com ICMS--

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A PETROBRAS, provavelmente, era alguma dívida de abastecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Dívida de abastecimento.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que eu quis dizer assim, não adianta mandar um bilhetezinho, tem dizer o pedido formal e ver o que está devendo. Não é bilhetezinho que resolve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, essas planilhas então eram elaboradas pela SKYMASTER?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu recebi a planilha da SKYMASTER para conferência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os valores, se o Senhor pudesse dar uma olhadinha aqui, porque agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a planilha. Todos os valores da planilha são calculados com percentual de 90% sobre o faturamento líquido total dos CORREIOS. Todos os valores da planilhas são calculados sobre um percentual de 90% sobre o faturamento líquido total dos CORREIOS.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Especificamente qual linha?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são as linhas? A e C e F. As linhas A e C e F é 90%.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Qual rubrica nós estamos falando. 90% de que rubrica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais as rubricas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Tudo é calculado sobre 90% das linhas. Mas que rubrica?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, na verdade os números aqui, agora eu entendi o que você está dizendo. Os números que estão aqui são todos tirados de 90% do valor do faturamento líquido. Então os números batem todos com 90% do faturamento líquido. O que nos leva a uma indagação, e os 10% restantes? O Senhor saberia dizer por que tudo isso é composto?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe dizer.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Agora não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque há 10% do faturamento líquido que não está aqui computado no acerto entre as empresas.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que existe um percentual de multas por atraso, coisa do tipo e acho que a média ela devia ser de 10%. Eu acredito. Não tenho essa certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Segundo a Assessoria diz, a multa não entraria nesta conta aqui.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Os 10% poderiam ser multas por atraso de entrega, coisa do tipo. Eu sei que existia penalizações fortes por atraso de horário. Eu não sei responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Está certo. É que essa aqui está diferente... Está aqui. É que o Senhor observa bem vi, no valor do acerto da acerto da [inaudível] e BETA está aqui. “Faturamento, linha F, parte SKY, linha A e C, multas, faturamento total”. Aí tem 90%. Está certo? Faturamento.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas essa planilha eu não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As multas, elas já estão deduzidas aqui, olha.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas essa eu não me lembro, a que eu me recordava era...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era só daquela. Na verdade esta, este aqui é um extrato desta planilha.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: .

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É um resumo. E aqui mostra claramente o seguinte, que é 90% do faturamento total. E os 10%? Multa não pode ser porque já está computado aqui.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe dizer?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. O Senhor tinha ciência dessa ação que a VARIG LOG entrou e depois teve uma desistência?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde a BETA possui filiais, o Senhor lembra?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Manaus, São Paulo, Porto Alegre, acho que Recife.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Manaus, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Distrito Federal?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo das linhas, como um todo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rio de Janeiro?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas essas daí o Senhor tem certeza?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Essas eu acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe nominar clientes da BETA em outros Estados nesses em que havia filiais? Por exemplo. Em Porto Alegre nós sabemos que tinha a Pigatto.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA tinha créditos de ICMS a receber? O Senhor lembra?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que Estados?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E nos outros Estados não?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem idéia de qual o uso que a BETA faz dos créditos de ICMS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eles utilizaram uma vez para pagamento de combustível da SHELL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pagamento de combustível da SHELL.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve algum aumento de transferência para empresas interdependentes conforme a legislação de ICMS permite?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Se houve, muito pouco. Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não se recorda?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já houve utilização de ICMS para pagar créditos de fornecedores além das despesas com combustível?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. No meu período, no período que eu estive não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. Léo Botelho?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Léo Botelho?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ele foi chamado à empresa por indicação do Sr. Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel? Para fazer o quê?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não sei especificamente o porque ele foi contratado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): é um dos mistérios. O Sr. Léo Botelho é uma das pessoas que todo mundo sabe que ele foi contratado mas ninguém sabe exatamente dizer o que ele fazia. Consta que parece que ele mexia com ICMS. O Senhor tem alguma idéia disso, restituições de ICMS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Havia pagamentos feitos ao Sr. Léo Botelho pela empresa, que passasse pela sua mão?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Havia o pagamento de uma empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a empresa o Senhor lembra?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que era SIMPAR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): SIMPAR. Se pagava à empresa SIMPAR. Havia um contrato com a SIMPAR?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, contrato acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Pagamento de um projeto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De um projeto?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me lembro. Não me recordo neste momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o Senhor não sabe precisar exatamente o que fazia o Sr. Léo Botelho?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Exatamente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele trabalhava junto a quem, na empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ao Sr. Michel e aos sócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aos sócios. Alguma coisa que refletisse na sua área diretamente?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma coisa que para nós é um mistério é o seguinte. Em princípio o crédito de ICMS, ele passa a existir ou a incidência do ICMS passa a existir, no momento que a aeronave levanta voo. Ela abastece, levanta voo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: No abastecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No abastecimento. É... Isso nos leva a supor que a BETA deveria ter créditos de ICMS em relação a outros Estados além de São Paulo. Não é isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela levantava voo em outros Estados.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim. Mas dependia de onde ocorria o faturamento. Uma das maiores rotas era Manaus/São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o abastecimento acontecia também em outras cidades.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Manaus, a maioria Manaus/São Paulo, e depois nas rotas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então Amazonas, teria...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É. Mas acredito que tinha crédito em Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se a BETA não tinha filiais nas outras localidades e não estava registrado no caso cadastro de contribuintes do ICMS de cada Estado, como ela operava? Ela não tinha filiais.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Quais Estados?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estados que ela não tinha filiais. E ela operava várias linhas.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ela só operava onde ela tinha as filiais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, operava em lugares que não tinha filiais.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saberíamos dizer como ela fazia isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo. Teria que consultar a contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que fazia o Sr. Marcelo Campos na empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Marcelo Campos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Não conhece?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhecia o Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que fazia o Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que ele trabalhava na consultoria com atendimento de fiscais, coisa do tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Atendimento de fiscais.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que sim, fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse é um serviço que nós descobrimos aqui, inclusive, não tinha ciência desse ramo de atividade. O Sr. Pedro Vieira de Souza, ele declarou a essa CPI que tinha dois tipos de trabalhos, ele atendia fiscais e cuidava de parcelamento de crédito. Na parte do parcelamento de crédito eu perguntei o que ele fazia. Ele disse que ele levantava a dívida, da parte da dívida do INSS e da Receita Federal, e entrava com o Requerimento, pedindo parcelamento. Eu perguntei se ele redigia o Requerimento. Ele falou que não. Era um Requerimento padrão. E eu perguntei quanto que ele ganhou para fazer esse trabalho para a BETA ele disse: 180 mil reais. Me parecia um trabalho muito bem remunerado. Eu indaguei a ele se era um trabalho que

não poderia ser feito por um office-boy. Ele disse: Pode. Eu perguntei então porque o Senhor recebeu 180 milhões para fazer um trabalho que qualquer pessoa pode fazer. Ele disse: Boa pergunta. Quem tem que responder é quem me contratou? O Senhor saberia responder porque foi contratado o Sr. Pedro Vieira de Souza para um trabalho de segundo ele apenas apresentar um Requerimento de parcelamento?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque foi contratada essa pessoa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se ele tinha alguma influência no INSS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O *controller* do Grupo GPT disse que ele tinha um irmão no INSS e que, portanto, criava facilidades lá dentro. O Senhor tem ciência disso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca soube disso? Nunca ouviu boatos sobre isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E outro trabalho que ele fazia, como o Senhor disse, era atender fiscais. Segundo ele, ele era chamado, servia um cafezinho para o fiscal, pedia os livros para a empresa, etc, e recebeu 140 mil reais se não me falha a memória da BETA para atender fiscais. Por que se contratou alguém para atender fiscais?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não atendo fiscal. O meu acordo com o Michel era não atender nenhum fiscal e simplesmente resolver os problemas da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O contador pode atender, imagino.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Pode.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que se contratou alguém por 120 mil reais? Sabe dizer?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe dizer. Na época nós detectamos, agora, semana passada na CPI uma cer-

tidão falsa, uma certidão positiva com uma declaração de um procurador da Fazenda dizendo que devia ser recebida aquela certidão como negativada, para todos os fins de direito porque os créditos estavam em avaliação. Nós achamos estranho isso. Mandamos, falamos com o Procurador-Geral da Fazenda Nacional que já nos confirmou, a certidão é falsa, o procurador que lá está constamos que nunca assinou aquela certidão. O Senhor tinha participação em alguma questão relativa a essa parte de obtenção de parcelamento do INSS ou de conseguir certidões negativas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem fazia isso na empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Os sócios e a Área Comercial da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Sr. Pedro Vieira de Souza também atuava nessa parte?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acredito que sim, eu desconhecia esse trabalho. Eu desconhecia esse trabalho dele. Para mim era o atendimento aos fiscais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o Senhor chegou na empresa e o Senhor resolveu botar a casa em ordem, pelo menos o Senhor diz isso, a idéia é que pudesse depois ser auditado por uma grande empresa. Qual era a situação da empresa, do ponto de vista tributário?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ela tinha alguns parcelamentos e a gente, nós iríamos fazer um trabalho para equalizar com novos parcelamentos, ou seja, quitar parcelamentos que já estavam em andamento e fazer novos parcelamentos para colocar em dia toda a situação tributária da empresa. Esse era a estratégia. E fazer a empresa gerar caixa para poder pagar depois. Por isso que tinha que se corrigir as operações de cada empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Léo Botelho intervinha nessa parte federal, ou só cuidava de ICMS?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Que eu me recordo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não intervinha não parte federal?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era só o Sr. Pedro Vieira de Souza.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acredito que, do meu ver era só para atender fiscal, se ele intervía em outra coisa, eu não lembro.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: O Senhor teve reuniões com o Sr. Pedro Vieira de Souza?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Só comentários sobre que documentos que o fiscal gostaria de estar olhando e auditando, e ele me relacionava esses documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele era eficiente do ponto de vista de convencer os fiscais? O Senhor sabe disso que o Senhor acompanhou?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acredito que ele ganhava um tempo para poder apresentar a documentação. Organizar. Porque quando houve a cisão ocorreu um problema sério nos arquivos, então, alguns arquivos ficaram um período de tempo perdidos, com a cisão das empresas. E nós tivemos que contratar uma empresa chamada História Alphaville para organizar esses arquivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqueles e-mails estão aí? Aqueles e-mails? O Senhor então, quando o Senhor entrou na empresa, tinham parcelamentos mas tinham outras dívidas a serem parceladas. O Senhor lembra dessas dívidas parceladas diziam respeito a quê?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A impostos estaduais e federais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estaduais e federais. Estaduais ICMS, não?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também. Estado de São Paulo era devedor?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acredito que deveria ser dividido por empresa, empresa credora, empresa não credora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Aí teria que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Impostos federais onde é que tinha a dívida? INSS tinha?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: INSS eu acredito que existia sim em algumas empresas. Quando eu falo, quando eu falo em federal ou estadual tem que se analisar a situação de cada uma das empresas, não dá para falar no geral. São várias empresas, não posso falar de todas, tem que olhar cada uma

para poder dar a certeza em relação a que imposto, e a que empresa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra se o montante era elevado da dívida?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: A empresa estava com a situação financeira um pouco melhor da entrada do Sr. Michel que é uma pessoa extremamente capacitada na gestão de negócios, com uma experiência muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel tinha relações fortes com a Secretaria da Fazenda no Estado de São Paulo?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Sr. Léo Botelho?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Que eu tenha conhecimento, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Certo. Quem trouxe o Sr. Léo Botelho para a empresa foi o Sr. Michel?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel quem trouxe.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quem trouxe o Sr. Pedro Vieira?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente também o Sr. Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Disse o Sr. Pedro Vieira que foi o Sr. Léo Botelho?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas eu não fui apresentado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Embora ele também não saiba dizer direito o que faz o Sr. Léo Botelho. Ele também, embora indicado ele não sabia precisar exatamente o que o Sr. Léo Botelho, que tipo de atividade ele trabalhava.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Na minha visão de dentro da empresa... [risos]

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Na minha visão é ele que eles teriam sido indicados pelo Sr. Michel, agora, se veio através do Léo Botelho, isso eu não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe dizer.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor... Nós temos aqui alguns e-mails da empresa que a Assessoria vai trazer já já, que eram encaminhados para as pessoas dentro da empresa e que diziam o seguinte. Favor inutilizar após a leitura. E ali tinham algumas operações, estranhas. O Senhor já ouviu a expressão cheque-frete?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Desculpe?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cheque-frete.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É um cheque-caixa, isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o é um cheque-caixa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É um cheque da empresa a favor da própria empresa para você sacar no caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque chama cheque-frete?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque eu acredito que no passado existiam pagamentos para os carreteiros poderem seguir a viagem. Faz o cheque para o pagamento do frete.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa é uma terminologia da empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Da empresa. Eu nunca tinha ouvido falar até entrar na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, e houve à partir de um momento que não se pagava mais o frete com esse cheque?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que o Senhor falou o seguinte. No passado se utilizava...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acredito que no passado se utilizava para pagar viagem dos carreteiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E no presente, como é que se pagava?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Também pagava uma parte em dinheiro. Esse cheque era utilizado também para pagar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Pagamento de alguns serviços.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se era também para pagamentos...

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Pagamento de salários, saques dos sócios, quer dizer, se utilizava muito esse critério.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O *controller* da empresa esteve aqui e nos disse o seguinte, que na verdade o cheque-frete praticamente já não era mais utilizado mais para pagar fretes. As quantias que se dava, que os fretes eram pagos diretamente para as empresas, através de contratos.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Nós estávamos colocando um sistema para fazer o pagamento automático.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então que isso não existia mais. E que a expressão cheque-frete era utilizada justamente como o Senhor disse, cheque para a própria empresa levantar em dinheiro. Isso era freqüente ser levantado em dinheiro, quantias?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram levantadas para quem?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Para pagamento de frete, alguns, para caixinha das filiais, então se sacava o dinheiro para repor os caixas das filiais, onde tinha o adiantamento de carreteiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não era em dinheiro em espécie ao Sr. Antônio Augusto?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Só quando solicitado por ele. Mas era utilizado também para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então esse acerto da ECT também foi obtido dinheiro levantado pelo cheque-frete?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Provavelmente sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o cheque-frete serve também para operações, digamos assim, não ortodoxas.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Para mim é para saque em dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou como diria um depoente que esteve na CPI, para despesas não contabilizadas.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: [risos] Não, mas as despesas eram contabilizadas, todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Contabilizada para o Sr. Antônio Augusto. O que ele fazia com o dinheiro, tirando

a planilha que fala acerto para ECT, acerto VARIG o Senhor não tem a contabilização disso.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não, eu tenho a despesa do Antônio Augusto, é isso mesmo, alguém solicitou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como ele gastou nós não sabemos contabilmente. Veja que interessante o que nós temos aqui. Olha aqui. De José Wanderley de Medeiros para Marcelo Naufal. O Senhor conhece Marcelo Naufal?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): José Wanderley de Medeiros?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Recomendável eliminação desse documento após a sua leitura, parece filme do James Bond. E aqui tem, favorecido cheque-frete. Referência: Pedro Vieira de Souza. Ou seja, o Sr. Pedro Vieira de Souza também recebia com o tal de cheque-frete, da mesma forma que o acerto da ECT, da mesma forma que o acerto da VARIG. O Senhor trabalhou... Cinco de março de 2003.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Cinco de março de 2003. Nenhum destes era o período que eu estava...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, isso aqui é PIS/COFINS 2002, olha.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: De abril...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo depois.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu sai cinco de março.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nossa, o Senhor bateu na trave [risos].

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Quase.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas veja aqui que interessante. As dívidas do PIS/COFINS o Senhor lembra. O Senhor acha possível que esses valores sejam tão redondos assim? Olha aqui. 900 mil, 300 mil. Ninguém deve PIS/COFINS com 000 dessa forma sem centavos e nem nada, não é verdade?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu desconheço porque é posterior a minha...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a dívida é 2002, olha. PIS/COFINS 2002.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Mas eu não me recordo do número exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra que era algo semelhante a isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque isso está parecendo outra coisa. Primeiro pagamento, segundo pagamento, teve um pagamento dia quatro de abril, de onze de abril, de 23 de abril, isso não é de parcelamento tributário. E são números redondos.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso aqui está parecendo pagamento de propina. O Senhor percebe? “Recomendável eliminação desse documento após sua leitura”.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não conheço nem as pessoas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor já viu alguma coisa desse tipo antes?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor vê que tem sorrizinhos e raiozinhos. Penhora 20 mil, PIS/COFINS 20 mil, 5 mil INSS mudança de fiscalização, 5 de outubro de 2002”. O Senhor estava lá. O que é isso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Cinco de outubro de 2002 já estava na BETA. Provavelmente isso é das pessoas que ficaram na Área Financeira do GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É. Olha o e-mail, GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor não era do GPT?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não. Na cisão da BETA, eu fiquei no GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não estava mais com o GPT. Certo. Então dessa o Senhor se livrou também.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Na trave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na trave. [risos] Bom, aqui vai... O Senhor conhece o Sr. Geraldo Pereira?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que fazia o Sr. Geraldo Pereira?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ele era o gerente geral da PROMODAL Agência de Cargas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Existiam arquivos guardados em carretas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Inicialmente sim. Depois da cisão eu transferi para a STORE, uma empresa que faz arquivo em Alphaville.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi essa transferência?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Maio de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Maio de 2002. O Senhor lembra se o Sr. Geraldo Pereira teve alguma tarefa de fazer uma reforma para colocar arquivos lá em Guarulhos?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso em que período?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período que obviamente só pode ter antecedido essa contratação da empresa, porque depois de contratada a empresa acredito que não ia fazer ele reforma para guardar arquivo lá em Guarulhos, não é verdade?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o seguinte, o Sr. Geraldo consta que o Sr. Geraldo teria, houve um dia que o RH precisava de documentos, estavam todos eles em carreta, e ele pediu para descarregar as carretas, para achar os documentos, eram seis carretas de documentos, aí ele descarregou, etc e tal, teve que pagar os carreteiros ou o cavalo mecânico para tirar aquilo tudo, e depois disso ele fez uma reforma numa sala para fazer arquivos. O Senhor lembra de um episódio desse tipo?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria possível ter havido isso? Depois que o Senhor contratou a empresa que faria o arquivamento das coisas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Precisa ver as datas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, depois que o Senhor contratou a empresa, teria lógica?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Foi após eu contratar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não sei se foi após, ou antes. Antes o Senhor não lembra, eu quero saber após, o que fazia essa empresa, que fazia os arquivos?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu desconheço, o STORE, que eu estou mencionando, ela faz armazenamento de arquivos, de documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela que guarda.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É uma empresa especializada nisso. Mas isso só aconteceu a partir da cisão do GPT e BETA. Anteriormente era, era em condições precárias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes disso o Senhor lembra se o Sr. Geraldo Pereira ter feito uma reforma para acomodar as situações?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu lembro que existiam arquivos dentro de carretas e a minha preocupação era preservar os documentos, por isso que eu contratei a STORE, após a cisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, antes de o Senhor contratar a STORE, o Senhor lembra de algum episódio, que chegou lá a fiscalização do trabalho, precisava de documentos, descarregou as carretas. O Sr. Geraldo Pereira teve que fazer uma sala, reformar uma sala para colocar arquivos?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Isso é possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra disso?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Lembrar eu não lembro. Mas é possível porque até o momento os arquivos estavam arquivados precariamente e alguns em carreta realmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Agora se ele fosse fazer a reforma, como é que seria feita essa reforma, quem custearia essa reforma?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Ele tinha um caixinha na empresa, como gerente ele tinha caixinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele poderia pedir um reforço para esse caixinha para fazer uma reforma para guardar arquivos?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Poderia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra que quando o Senhor contratou a empresa existia naquele momento uma salinha já feita com arquivos?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Poderia existir?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Poderia existir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Acomodaria seis carretas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu não sei dizer porque eu não conheço o local.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Existia, quando o Senhor contratou a empresa, ainda arquivos em carretas?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Alguma coisa sim. Pouca coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o mais?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Aí eu não sei porque a minha preocupação era separar documentação das empresas que estariam ficando com o Sr. Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Ele nos contou uma história muito pouco verossímil. Eu tenho em mãos um bilhete dele, que diz o seguinte. Para Antônio Augusto, de Geraldo Pereira. “OC, fiscal do trabalho. Solicito a liberação de oito mil reais referente à fiscalização do trabalho”.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu desconheço este bilhete porque não foi endereçado a mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A história que ele nos contou é que, como a fiscalização do trabalho teria ido fazer uma fiscalização ele precisou pagar uns cavalos mecânicos para descer as carretas, depois pegou um dinheiro para reformar uma sala para guardar os arquivos, etc, etc e etc. História que nos pareceu bastante engenhosa mas não convincente. Isso aqui está parecendo mais pagamento de propinas. Havia a dívida ou irregularidades trabalhistas na empresa?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Aí não menciona a empresa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Na PROMODAL, no Grupo GPT, havia irregularidades?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que havia um passivo trabalhista, com um risco de passível trabalhista no mínimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Sim. Porque a empresa passou por dificuldades financeiras no passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor se recorda e-mails com essa expressão: “Recomendável eliminação desse documento após sua leitura”?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais alguma coisa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, da nossa parte eu agradeço o Sr. William, eu acho que o seu depoimento foi bastante elucidativo particularmente no que se refere a esta planilha. Até o momento nós não sabíamos onde era feita esta planilha. Apenas uma pergunta. O Senhor acha possível que a contabilidade tivesse acesso a esta planilha?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Acredito que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha que não tinha? Quando o Sr. Lincoln fala dessa planilha e que isso teria sido mostrado a ele pelo Sr. Wellington, o Senhor acha isso possível?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu desconheço a relação de amizade e confiança entre os dois. Eu não poderia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Sr. Wellington teria acesso a essa planilha?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Poderia ter acesso, dentro da Área Financeira, da minha mesa ou da mesa de alguém. Não de uma maneira formal, sabe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso é uma planilha visivelmente financeira, não é contábil.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: É um encargo de contas financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que curiosamente aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, quando veio depor o Sr. Wellington, ele sem ver a planilha praticamente, eu a mostrei assim e ficou ela inclinada de ponta cabeça, ele disse que essa era uma planilha mal feita, que era contábil, não era financeira e até porque mencionou em impostos que estavam colocados sem ter notado a planilha, embora tivesse dito que nunca tivesse visto a planilha antes. Isso obviamente nos levou a suspeita de que ele pudesse estar tentando encobrir a verdade em relação a essa planilha e ele próprio, momentos depois quando nós dissemos que ele seria enquadrado em falso testemunho, nos disse que havia se reunido com o Sr. Antônio Augusto na véspera do depoimento. Claro. Então, portanto, o Senhor não acha impossível então que esta planilha pudesse ter chegado ao setor de contabilidade?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Desculpe?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não acha impossível que essa planilha pudesse ter chegado ao acesso do Sr. Wellington?

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Na contabilidade ou ao Sr. Wellington?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ao Sr. Wellington.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Eu acho que poderia pegar na mesa, na minha mesa, na mesa do Financeiro, da Tesouraria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De qualquer um.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Porque ele trabalhava fisicamente dentro do Departamento Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Numa sala separada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso apenas reforça a nossa convicção sobre o falso testemunho, a nosso ver já evidente, do Sr. Wellington, que será obviamente indiciado por crime de falso testemunho a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu agradeço sinceramente ao Senhor, Sr. Deputado, Sr. Deputado, Sr. Advogado, já estou elegendo o Senhor, nunca se sabe o futuro. Agradeço imensamente, se necessário for, acho difícil, a CPI está praticamente no seu final, mas se necessário for o Senhor será novamente chamado a prestar, como testemunha, depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradeço imensamente ao Senhor.

SR. WILLIAM MARTINS JORDANO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Suspensa a sessão por três minutos. [soa a campanha]

Sessão suspensa às 15h13

Sessão reaberta às 15h24

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Passaremos ao segundo depoimento da tarde, nós trouxemos a depoimento, que já está sentada a essa Mesa, a Sr^a Kesia Maria do Nascimento Costa, a quem agradecemos a oportunidade e a presença que se faz acompanhar da Dr^a. Rita de Cássia Consentin(F), já veterana dessa Comissão Parlamentar de Inquérito a quem também saudamos a presença. De início um rápido esclarecimento, havia uma solicitação feita pela D^a. Kesia Maria do Nascimento Costa para o adiamento deste depoimento e juntado a um atestado médico, alegando a impossibilidade do comparecimento. Nessa perspectiva na última reunião nós decidimos fazer uma inspeção

médica, que foi feita por profissionais do Senado Federal na cidade de Manaus. E a conclusão é de que D^a. Kesia tem totais condições de prestar o depoimento, nessa perspectiva e a razão pela qual essa Sub-Relatoria determinou a oitiva na tarde de hoje, a partir da avaliação dos profissionais médicos que examinaram D^a. Kesia, posteriormente, eu solicitaria a Assessoria que encaminhasse a esse Relator cópia do laudo dos peritos do Senado Federal, para que nós possamos oficiar ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, esse laudo para eventual apuração de infração ética do profissional que expediu o atestado médico anterior. Bem, D^a. Kesia, eu agradeço imensamente a presença de V.S^a e de início, é praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que se faculte a palavra querendo, ah, a Assessoria me lembra, já é o cansaço, D^a. Kesia aparece aqui para prestar depoimento na condição de testemunha. Portanto, Dr^a. Rita pela ordem. Pois não, doutora. É só apertar o botão.

DRA. RITA DE CÁSSIA: Excelência, eu gostaria que V.Ex^a. reconsiderasse, tendo em vista que o relatório parcial indica algumas condutas, imputa conduta ilícita à D^a. Kesia. Colocando inclusive a tipificação penal. Portanto, eu gostaria que ela fosse ouvida na qualidade de investigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que o relatório parcial não foi votado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, então é uma situação opinativa deste Relator. Então, como nós [corte na gravação – áudio 2ª parte – 2:46:06] O relatório parcial ele tinha esta característica, ou seja, ele não teve uma apreciação das imputações feitas pela opinião dessa Relatoria. Se eventualmente o depoimento da D^a. Kesia nos convencer hoje da sua inocência, ela será inclusive retirada da proposta encaminhada ao relatório final. Claro? Se não nos convencer, será mantida, se agravar, será colocado a mais. Por isso, como então não existe, não tem, ele é, até o momento, uma opinião do Relator, não existe uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito, é esta a situação que nós temos tomado. Inclusive há precedentes anteriores, em que nós ouvimos como testemunha. Porque o relatório parcial não é um relatório, ele passou a ser recebido apenas como uma documentação opinativa preliminar do Relator. Não chegou a ser votado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, mas eu agradeço a intervenção de V.S^a. D^a. Kesia será ouvida como testemunha e se compromete em dizer a verdade no que se souber e não se omitir no que lhe for perguntado, apenas não sendo obrigada a depor contra si própria, por ser vedada pela Constituição Federal o princípios da auto-incriminação. A Senhor, se for perguntada alguma coisa que possa lhe incriminar, a Senhora não

está obrigada a dizer a verdade. Nós não gostaríamos que assim fosse, mas não está obrigada constitucionalmente. No mais, no que a Senhora não for obviamente envolvida em eventuais atos delituosos, a Senhora tem a obrigação de dizer a verdade. Tem V.S^a a palavra se quiser fazer uso dela, como de praxe nós fazemos para considerações preliminares, acerca do objeto dessa investigação. Não vai fazer? Pois bem. Então começo então a arguição de V.S^a, qual é a sua formação profissional?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sou fonoaudióloga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fonoaudióloga. A Senhora formou-se um fonoaudióloga em que ano?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: O ano passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O ano passado?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exerce a profissão?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu sou autônoma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhor é autônoma, então a Senhora tem consultório?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Atende na sua própria casa, eventuais clientes?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Quando me ligam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando ligam. Então a Senhora trabalha como autônoma, não trabalha em nenhuma clínica especializada?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu trabalho num Centro de Reabilitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Num Centro de Reabilitação, onde fica esse Centro e qual o nome dele?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu prefiro manter o Centro...

DRA. RITA DE CÁSSIA: Deputado, posso falar com o Senhor?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, pela ordem ou deseja falar comigo?

A reunião foi suspensa para a advogada falar em particular com o sub-relator e é reaberta no mesmo minuto

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. A Dr. Advogada nos explica que a D^a. Kesia tem receio de ao divulgar o nome do Centro, possa eventualmente prejudicar a sua atividade profissional, por isso que ela diz que não gostaria de declarar. Mas evidentemente essa é uma situação em que ela depõe como testemunha, eu apenas peço então a Advogada que ela escreva o nome, constará dos anais da CPI, mas nós não divulgaremos, como não se trata a priori de nenhuma situação sob investigação da CPI a sua atividade como fonoaudióloga e desse Centro, então não haverá nenhum problema, apenas para que conste, se necessário for, nós colocaremos em público perguntas, caso contrário, não.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Este Centro fica em Manaus?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Fica em Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fica em Manaus, a Senhora trabalha há quanto tempo nele?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu comecei em agosto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Começou em agosto?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Logo depois que eu me formei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes disso qual a sua atividade profissional?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Só estudava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora só estudava. Tinha alguma atividade comercial antes disso, alguma empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era sócia de alguma empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: CONFETE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CONFETE? O que fazia a CONFETE, ou o que faz a CONFETE?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Roupas, uniformes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Roupas, uniformes. É uma loja?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fornece para lojas?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Fabricação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É uma fábrica.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais alguma outra empresa que a Senhora é sócia?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Antes da CONFETE a Senhora já tinha trabalhado em alguma empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: FINDER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): FINDER. O que fazia a FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Relês, né, relê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Relê, certo. Quando tempo a Senhora trabalhou na FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu acredito que um ano e meio, mais ou menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De que ano a que ano?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: 91.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De 91 a 92?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: A 92.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que função a Senhora tinha na FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu trabalhava na linha de produção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Linha de produção. Saiu da FINDER por quê?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Redução de quadro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora foi demitida da FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Fui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No ano de 92?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A FINDER passou por uma grande crise, na época chegou a falir, me parece.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora não tem mais informações sobre isso?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora tem alguma atividade junto a empresa SKYMASTER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora fala idiomas estrangeiros?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora mantém algum tipo de relação com o Sr. Pozzetti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu sou esposa dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora é esposa dele. A Senhora é casada desde quando com o Sr. Pozzetti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu não sou casada no papel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De união estável, desde quando?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu acho que 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desde 98. Tem filhos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem filhos. A CONFETE continua existindo ainda?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não é mais nossa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora vendeu a CONFETE?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem são os proprietários da CONFETE?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu não sei informar, que é o meu marido que cuida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que cuida da CONFETE, antes disso quem é que era dono da CONFETE?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu era sócia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora e quem era o outro sócio?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: O meu esposo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o Senhor próprio Pozzetti. Mas só os dois?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora não é mais sócia de nenhuma empresa, pelo que a Senhora se lembra?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Quando a Senhora conheceu o Sr. João Marcos Pozzetti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Quando que eu conheci?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Logo, foi em 91.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 91?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Que eu conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como a Senhora o conheceu?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Ele era empregado lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele trabalhava também na FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que função que ele exercia na FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele era Diretor Financeiro da FINDER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora o conheceu em 1991, portanto?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de que data a Senhora começou a residir no mesmo endereço que ele? A Senhora lembra? Foi em 98?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora conhece a empresa QUINTESSENCIAL GROUP?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece? Nós temos uma procuração que a empresa QUINTESSENCIAL GROUP outorgou a Senhora, para ser procuradora dessa empresa. E essa procuração justamente legítima a Senhora a assinar... Legítima, está um pouco de eco aqui, se pedirem ao som que pudesse dar uma olhadinha aqui para nós. Não sei. OK? A empresa QUINTESSENCIAL

GROUP grupo outorgou para a Senhora uma procuração para que a Senhora assinasse um contrato de arrendamento de aeronaves DC-8 com SKYMASTER. A Senhora tem ciência dessa procuração?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Deputado, o que aconteceu é que eu tenho costume de uma vez ou duas vezes na semana apanhar o meu marido para almoçar na empresa e quando eu cheguei na empresa, ele estava em reunião. Estava com um americano e depois ele pediu que eu assinasse o papel e eu assinei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora nem sabe exatamente o que assinou?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora lembra quem era esse americano?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu só o vi uma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembra o nome dele?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Meu marido até falou na época, mas eu não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora não lembra. Como ele era fisicamente?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Alto, branco. O cabelo dele grisalho, os olhos azuis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Idade, mais ou menos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: 50 e poucos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora nunca mais o viu?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nunca mais vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca mais o viu. Ele era americano?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Falava português?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora nem falou com ele?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora continua ainda

representando, porque essa procuração lhe permitiu representar a empresa QUINTESSENCIAL, a Senhora continua ainda representando essa empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Na realidade esse documento era apenas uma formalidade para o DAC. Como é que é o nome?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Agora ela não pode interferir. Fale à vontade não tem problema, o que a Senhora lembra? Não precisa falar o nome certo. Não tem problema.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Era apenas uma formalidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Sim, uma formalidade para quê, o seu marido chegou a explicar para a Senhora?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Para a liberação do DAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Para a liberação do DAC. Do quê, a Senhora sabe se eram aviões?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

TA: Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Não tem certeza?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

TA: Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): A Senhora nunca esteve reunida então com essa pessoa que lhe outorgou a procuração?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

TA: Não, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Não sabe o nome; e sabe o que é que ele fazia na empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Não sei, eu só o vi uma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Depois a Senhora nunca viu mais ninguém dessa empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Nunca mais vi. Só assinei esse papel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): A Senhora assinou alguns contratos de arrendamento de aeronaves, a Senhora lembra disso?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

TA: Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Em nome da empresa QUINTESSENCIAL. Lembra?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Que eu saiba, eu assinei três contratos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Assinou tres contratos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E assinou como representante dessa empresa, a QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora lembra disto?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembra disto. Há uma cláusula no contrato, nesses contratos que dizem o seguinte, que é na parte final desses contratos: “Em testemunho do qual, a arrendadora, que é a empresa, a QUINTESSENCIAL, e a arrendatária, que é a empresa SKY-MASTER, fazem cada uma que este arrendamento fosse assinado por seus executivos devidamente autorizados, em três vias originais no dia mês e ano acima descritos”. A arrendatária, assina a Senhora, pela QUINTESSENCIAL e pela arrendadora assina o seu marido, João Marcos Pozzetti.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu achei interessante falar que foi assinado por seus executivos devidamente autorizados. Ou seja, a Senhora sabe quem eram os executivos devidamente autorizados?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora, além de assinar esses contratos desempenhou algum outro tipo de atividade para a empresa QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nenhuma, só assinei esse contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora recebeu algum tipo de salário ou pagamento da empresa QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nunca recebi nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora chegou a participar da discussão das cláusulas desse contrato?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Nunca tive nenhuma participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que a Senhora assinou o contrato?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Como eu falei para o Senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu marido deu para a Senhora assinar?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Deu o papel para mim assinar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde ele deu? A Senhora estava aonde?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COS-

TA: Na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Na própria empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Na própria empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): E a Senhora assinou lá?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COS-

TA: Assinei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Tinha gente presente?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Só o meu marido e o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Só a Senhora e o seu marido?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COS-

TA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Quer dizer foi o seu marido que lhe pediu que assinasse a procuração, e o seu marido que lhe pediu que assinasse os contratos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COS-

TA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): A Senhora tem idéia, porque é que QUINTESSENCIAL e a SKYMASTER firmaram esses contratos de arrendamento, pelo prazo de 10 anos? Porque é pouco usual em contrato de *leasing* de avião um prazo tão longo. A Senhora tem idéia desse prazo, porque é que foi pactuado dessa forma?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Deputado, eu não tenho nenhum tipo de participação nem envolvimento no negócio do meu marido. Eu apenas assinei esse documento, somente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Certo. O item 2.5 dos contratos de arrendamento, contém uma previsão sobre o pa-

gamento de encargos, quando houve o atraso dos pagamentos, conforme descrição a seguir, o item 2.5 diz o seguinte: "No advento em que a arrendatária deixar de pagar, quer dizer, no evento em que a arrendatária deixar de pagar qualquer parcela do aluguel básico, o aluguel adicional, reserva de manutenção, quaisquer outros pagamentos indevidos, a arrendatária concorda em pagar ao arrendador, os juros de mora a taxa da libor, mais 2.50% por ano, calculado em uma base por dia sem remissão". A Senhora, eu tenho que fazer todas as perguntas apenas para constar, a Senhora me entenda, nem que a Senhora tenha que ser repetitiva, eu tenho que constar tudo, a Senhora, como era representante da empresa QUINTESSENCIAL, saberia o porquê que a empresa SKYMASTER teria que pagar as parcelas mensais de arrendamento com atraso?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Como eu já disse antes para o Senhor, eu não tenho nenhum tipo de participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Apenas que a Senhora confirme que também não saiba se for assim, a arrendadora, por que é que ela não requereu a retomada? A sua empresa, que a Senhora representa, ela não requereu a retomada das aeronaves quando houve atraso nos pagamentos? A Senhora sabe dizer?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Eu não sei responder para o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Foram vários pagamentos realizados com atraso e o normal nesses casos, quando uma empresa tem dependência em relação à locadora, é que ela retome a aeronave, nós temos aqui todo o quadro de pagamentos feitos com atrasos. A Senhora sabia que havia pagamentos atrasados à QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA:

Como eu já disse para o Senhor antes, eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUAR-

DO CARDOZO (PT-SP): Não sabe?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COS-

TA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUAR-

DO CARDOZO (PT-SP): Detectamos uma estranha coincidência, no dia 25 de maio de 2005, foram pagas 7 parcelas de 95 mil dólares à QUINTESSENCIAL, totalizando 1 milhão 605 mil 975 mil e a SKYMASTER efetuou outros pagamentos de arrendos mensais nessa data, ocorre que esse dia que foi lido o Requerimento de criação dessa CPMI, ou seja, nesse dia a SKYMASTER fez uma série de pagamentos para a empresa QUINTESSENCIAL. Considerando que a empresa QUINTESSENCIAL tem sede nas Ilhas Britânicas

Virgens, nós suspeitamos que essa foi uma maneira de remeter dinheiro para o exterior, numa operação a nosso ver ilícita, para se tentar obviamente escapar da investigação ou das conclusões dessa CPI, a Senhora tem ciência de algum desses fatos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não tenho, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Perfeito. A Senhora conhece a empresa SKYTRADE?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Já ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa SKYTRADE, o que é que a Senhora ouviu falar sobre ela?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Só ouvi mesmo, falar dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora sabe a quem ela pertence?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A quem ela pertence?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Rodrigo Otávio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Rodrigo Otávio, o que ele tem de relação de parentesco com o Sr. Luiz Otávio?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: É filho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É filho do Luiz Otávio?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora tem idéia ou sabe que a SKYTRADE vendeu uma aeronave para a empresa QUINTESSENCIAL, que é essa empresa que a Senhora representa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabia. A Senhora foi também quem assinou o contrato de arrendamento dessa aeronave pela QUINTESSENCIAL, enquanto que o Marcos Pozzetti assinou pela SKYMASTER, a mesma aeronave, essa aeronave foi vendida pela SKYTRADE, que é de propriedade do filho do Senhor Rodrigo Otávio para a QUINTESSENCIAL, que Senhora representa e esse contrato de arrendamento foi assinado pela a Senhora com o Sr. Pozzetti. A Senhora não tinha idéia de que essa aeronave do contrato, já tinha sido ven-

dida para a empresa que a Senhora representa pelo filho do Sr. Luiz Otávio?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora, além da QUINTESSENCIAL representa alguma outra empresa ou tem procuração de alguma outra empresa, que o seu marido pediu que a Senhora assinasse?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que saiba não. A Senhora nunca recebeu nenhum pagamento da SKYMASTER pelo arrendamento dessas aeronaves?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nunca recebi nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora já foi alguma vez as Ilhas Virgens Britânicas?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nunca fui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora vai freqüentemente ao Exterior?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já foi alguma vez?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Uma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para onde?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Para Miami.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em companhia do seu marido?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora ficou exclusivamente em Miami, durante quantos dias?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu acredito que uma semana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora não se deslocou de Miami para outros lugares?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nós fomos visitar os filhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os filhos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Do meu marido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os filhos do Sr. Pozzetti moram em Miami?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não, eles faziam intercâmbio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele têm quantos filhos?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Dois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles ainda estão em Miami?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já voltaram para o Brasil?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estão em Manaus?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Está um em Manaus e o outro em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A conta para onde foram efetuadas as remessas relativas aos arrendamentos pagos na QUINTESSENCIAL, fica na agência de Miami do BANK OF AMERICA, a Senhora esteve nessa agência do BANK OF AMERICA quando esteve em Miami?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nunca estive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se o Pozzetti esteve?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já ouviu falar da empresa FORCEFIELD?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é a empresa FORCEFIELD, a Senhora sabe?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que a Senhora ouviu falar sobre ela?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: A mesma coisa da QUINTESSENCIAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que seria?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Alguma coisa de aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma coisa de aeronave?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: É, eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem acesso. A Senhora sabe a quem pertence a FORCEFIELD?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: A quem pertence não, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe quem é que representa a FORCEFIELD no Brasil?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Agora no momento eu não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não lembra?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é que pode movimentar a conta da QUINTESSENCIAL em Miami, a Senhora sabe?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem idéia. A Senhora sabe se o seu Rodrigo Otávio Savassi Gonçalves, que é o filho do Sr. Luiz Otávio e que reside em Miami também, ele teria poderes para movimentar contas da QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei responder, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Recentemente um Delegado Federal que trabalha conosco na Comissão Parlamentar de Inquérito, recebeu uma ligação de uma pessoa que dizia falar do exterior. Que nos apresentou uma denúncia. Que de certa forma tem alguma proximidade com aquilo que nós estamos investigando e concluindo. Essa denúncia diz o seguinte: Que a empresa FORCEFIELD mantém também uma conta no CITY NACIONAL BANK em Miami, Estados Unidos da América, o Presidente da SKYTRADE INTERPRISE INCORPORATION, o Senhor Rodrigo Otávio Savassi Gonçalves movimentaria a conta da FORCEFIELD no banco e assinaria como responsável pela firma nos termos informados. Essa conta seria distinta da que nós tínhamos até então ciência, mas também seria recebedores de pagamento e de arrendamento pela SKYMASTER e a FORCEFIELD, a Senhora já ouviu falar dessa conta movimentada pelo Rodrigo Otávio?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? A Senhora sabe quantas aeronaves a QUINTESSENCIAL possui?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se ela arrenda aeronaves para outras empresas?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não sabe. Em algum momento a Senhora recebeu telefonema ou deu telefonema para a direção da QUINTESSENCIAL no exterior?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Em nenhum momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se a QUINTESSENCIAL tem algum Advogado constituído do Brasil?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Pozzetti alguma vez chegou a comentar de algum Advogado da empresa para a Senhora?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: O meu marido ele não comenta assunto de negócios dele, ele não comenta comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. A Senhora tem idéia do valor das aeronaves que são arrendadas da QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não tem idéia, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos dados que dizem que a SKYMASTER paga a QUINTESSENCIAL o valor de 95 mil dólares mensais, para cada aeronave. Sendo que a SKYMASTER arrenda 3 aeronaves, a Senhora tinha ciência disso?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que data que a Senhora assinou os contratos, a Senhora lembra? Assinou no mesmo dia, em dias diferentes?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu acho que foi em 2002 e 2003. Eu acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer foram datas separadas, não foi tudo no mesmo dia.

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está certo. A Senhora recebeu algum tipo de orientação do Sr. Pozzetti, antes de me prestar esse depoimento?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele não comentou nada com a Senhora?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele acompanhou aqui até Brasília?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não comentou absolutamente nada em relação ao que a Senhora deveria depor ou deveria dizer?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Somente o que eu sei, é o que eu estou falando para o Senhor, não tenho nenhum tipo de envolvimento com a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em nenhum momento ele disse o que a Senhora deveria falar, deveria se omitir?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não disse nada? Não tocou no assunto desse depoimento durante toda a viagem, nem nos dias que antecederam?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Comentar, comenta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O quê?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Ah, ele viu o meu nervosismo e apenas pediu para ter calma, falar somente a verdade, como eu realmente não tenho conhecimento do que acontece, dos negócios dele e para eu falar somente aquilo que eu sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós trabalhamos. É convicção dessa Comissão Parlamentar de Inquérito já, mas nós aguardávamos o depoimento de V.S^a, para verificar se de alguma maneira essa convicção poderia ser abalada, na idéia de que a empresa QUINTESSENCIAL, é uma empresa que pertence efetivamente a todos ou a proprietários da própria SKYMASTER. Que na verdade a empresa QUINTESSENCIAL é uma empresa formada

num paraíso fiscal, justamente para permitir que aviões que já foram adquiridos pela empresa SKYMASTER, fossem colocados por esta empresa e se fizessem arrendamentos fictícios dessas aeronaves com a perspectiva de remessa de recursos indevidamente para o exterior. A Senhora confirma ou desconfirma essa avaliação da Comissão Parlamentar de Inquérito ou ignora totalmente alguma resposta acerca dela?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, nós trabalhamos com a convicção de que a empresa QUINTESSENCIAL pertence na verdade ao seu marido e aos sócios da SKYMASTER. Que na verdade a criação desta empresa foi uma estratégia para a remessa de dinheiro para o exterior indevida, ilegal da forma que foi feita. Ou seja, os aviões já haviam sido adquiridos pela empresa SKYMASTER, inclusive o fato da SKYTRADE já ter adquirido o avião e ter passado para a SKYMASTER apenas reforça essa convicção e esses aviões foram colocados para as empresas das ilhas, para essa empresa, a QUINTESSENCIAL como propriedade deles, apenas para se simular um arrendamento, como uma forma de remessa de recurso para o exterior. A minha pergunta é: A Senhora já ouviu ou tem alguma informação de que o seu marido é dono da QUINTESSENCIAL?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não, não tenho nenhuma informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma informação acerca disso?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora teria alguma posição, alguma informação que pudesse desconfirmar esta impressão que nós temos, de que a QUINTESSENCIAL pertence aos donos da SKYMASTER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Como eu já disse antes para o Senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora não sabe?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu não sei, eu não participo dos negócios dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, a Senhora não, embora sendo a procuradora não teria nenhum argumento para descaracterizar essa situação? Está certo. A Senhora, quando intimada por essa CPI em algum momento chegou a perguntar ao seu marido, por que é que a Senhora estava sendo intimada, se havia al-

guma coisa irregular por trás dessa operação que nós estamos investigando?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Depois que houve a CPMI dos CORREIOS, foi que eu comecei a entender.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Começou a entender?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: O que estava acontecendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele lhe deu alguma explicação?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a explicação?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Que foi o documento que eu assinei, que estava dando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa confusão?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas nada mais que isso ele explicou?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Nada mais que isso. Ele procura me preservar dessas coisas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito um certo conflito entre o depoimento de V.S^a e do seu marido, o Sr. Pozzetti. Eu me recordei quando eu perguntei a seu respeito: “Quem era a dona Kesia?” Ele pediu por razões pessoais para não declinar quem era. Eu até não havendo nenhuma razão de fazer isso, não declinei. Mas posteriormente ele nos dá a entender que a Senhora teria sido contatada realmente pela empresa, que ele não tinha nenhuma intervenção nisso. Então realmente há uma colisão entre o seu depoimento e o do seu marido Pozzetti. Que apenas reforça a convicção dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, de que realmente a empresa deve pertencer a ele e a Senhora foi apenas utilizada como uma procuradora que obedecia as suas ordens e, portanto, poderia através da Senhora operar a empresa no Brasil. Claro, porque, realmente o depoimento do Sr. Pozzetti ele chega a falar de pagamentos a um Advogado da empresa no Brasil e nos causou estranheza então, porque é que não seria esse Advogado o Procurador. Ele chega a omitir a relação que ele tinha com a Senhora, que é de união estável. Ele chega, inclusive, a dizer que a Senhora por alguma razão negocial, tinha sido contatada pela

empresa e que não tinha mais informações. Portanto, obviamente, eu não tenho nenhuma razão para duvidar do seu depoimento, mas tenho razões para duvidar do depoimento do seu marido, que claramente colide com o seu e apenas mostra que naquele momento ele achava que poderia encobrir alguma coisa dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Havia alguma outra Kesia, que trabalhou na empresa SKYMASTER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não havia nenhuma outra Kesia. A Senhora não conheceu nenhuma outra Kesia que prestasse algum tipo de serviço para a SKYMASTER?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca conheceu. A Senhora conhece o Sr. Proietti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando que a Senhora conheceu o Sr. Proietti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Sim. Já faz tempo que eu conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando, mais ou menos, a Senhora conheceu?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Ah, eu acho que já faz, foi logo quando eu conheci o Pozzetti também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na mesma época. O Sr. Proietti a Senhora conheceu como?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu fui apresentada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo Sr. Pozzetti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele fazia o quê na época em que a Senhora o conheceu?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Senhora não sabe. Ele já era amigo do Sr. Pozzetti?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Amigo dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles trabalhavam juntos, a Senhora se lembra?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe. A quem pertencia a empresa FINDER, a Senhora lembra?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Eu não sei, porque eu só trabalhava lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só trabalhava lá. Certo. A Senhora sabe se o Sr. Proietti tinha alguma relação com os proprietários da empresa?

SRA. KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe. Bem, da nossa parte, D^a. Kesia eu agradeço imensamente o depoimento de V.S^a, agradeço a Dr. Advogada, não há mais nada a perguntar a V.S^a, posso dizer que pese V.S^a não tenha muita informação a nos dar, essa Comissão Parlamentar de Inquérito, o seu depoimento foi de grande importância para nós, exatamente para que nós pudéssemos confirmar um conjunto de situações que nós já presumíamos que estivesse acontecendo. Agradeço imensamente a D^a. Kesia, Dr. Advogada, Dr. Rita. Suspendo a sessão então por três minutos, para que possamos, então, chamar o próximo depoente. Suspenda a sessão.

Sessão suspensa às 15h59

Sessão reaberta às 16h54

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Passaremos ao terceiro depoimento dessa Sessão. Presente o Sr. Marco Antônio Pereira de Souza Costa, que se faz também acompanhar pelo Dr. Advogado Jorge Merched Mussi que também, normalmente, saudamos a presença. Sr. Marco Antônio, agradeço a presença de V.S^a e esclareço que também vem depor na condição de testemunha tendo, portanto, assinado o termo de compromisso na forma do art. 203 do Código de Processo Penal. V.S^a, ao assinar esse termo se comprometeu sob as penas da lei a dizer a verdade no que souber e do que lhe for perguntado, não sendo obrigado, claro, a depor contra si próprio nos termos do que estabelece a nossa Constituição Federal. Bem, eu indagaria se V.S^a deseja fazer uso da palavra, como sempre nós facultamos aos depoentes que querendo possam falar, comentar ou dar qualquer informação acerca do objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tem V.S^a querendo o uso da palavra.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Boa tarde a todos, boa tarde, Deputado. O meu nome é Marco Antônio Costa, eu trabalho na área de Administração e Finanças há, aproximadamente, 25, 30 anos; trabalho em algumas empresas multinacionais, empresas de Consultoria Financeira e Consultoria de Controladoria, algumas de renome: a KPMG trabalhei mais de 10 anos, trabalhei na WARNER, em outras empresas sempre nessa área de Controladoria e Finanças. Trabalhei durante um período curto também no grupo que compreende uma das empresas que é a BETA durante um ano, assim que soube do... Tomei conhecimento da convocação desse convite para vir à CPI, aqui na Sub-Relatoria de Contratos para poder prestar algum esclarecimento. Estou à disposição no que for me perguntado e que eu souber de livre espontânea vontade. O meu Advogado entrou aqui em contato e até mesmo antes de eu receber a convocação pelo CORREIO, a gente já estava aqui marcado para vir, estou à disposição, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço imensamente V.S^a. Qual a sua formação profissional?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu sou formado em contabilidade, Ciências Contábeis e Bacharel em Direito, alguns cursos de especialização pós-graduação em Comércio Internacional, cursos na área de Controladoria e Finanças.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor é colega meu e do Dr. Jorge.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não chego nem aos pés.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é isso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Mas não exerço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. O Senhor ingressou no grupo GPT ou na BETA em que ano?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu nunca trabalhei no grupo GPT, na verdade, eu trabalhei na BETA, especificamente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre na BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Sempre na BETA, na verdade, eu entrei lá exatamente no dia 1º de julho de 2003 e saí exatamente no dia 30 de junho de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi depois da cisão?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Depois da cisão, a cisão foi muito tempo depois, foi em 2002, alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor entrou dia 1º de julho de 2003 e saiu...

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: 30 de junho de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que saiu?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na verdade, novos desafios; agora eu tenho uma empresa de consultoria na Área Financeira, foi uma decisão de carreira mesmo. Decidi em não ser empregado mais e ter... E hoje presto serviço de Assessoria em algumas empresas de recuperação, um pouco na esteira dessa Lei de Falências nova, de tentar recuperar as empresas e o juízo de valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor prestou, ou presta algum serviço de consultoria à empresa BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, atualmente, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E depois de junho de 2004 prestou?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na empresa BETA não, eu fiz um trabalho de 30, menos de 30 dias numa empresa, um dos donos do grupo BETA o Sr. Ioannis Amerssonis logo depois da minha saída, já no esteio da minha saída.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Chama-se YOUNG CONFECÇÕES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): YOUNG CONFECÇÕES.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na verdade, ele tinha um negócio de confecções que ele queria liquidar, eu ajudei na época a negociar alguns passivos que tinha, foi um trabalho curto. Já no primeiro dia da minha saída. Na época o Presidente-Executivo do grupo pediu, já que eu estava saindo estaria mais tempo disponível, se eu pudesse ajudar a negociar esse passivo, mas foi só durante o mês de julho de 2004, mais ou menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que função o Senhor exercia na BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu era Diretor Administrativo-Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O tempo inteiro de 1º de julho de

2003 a 30 de junho o Senhor foi Diretor Administrativo-Financeiro?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi seu antecessor?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: O meu antecessor que eu vim a conhecer depois foi o Sr. William Jardini(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): William?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Mas eu não sei exatamente, o período de vacância entre a minha entrada e a saída dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabia precisar?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei precisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor respondia para quem na empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu respondia para o Diretor-Presidente-Executivo, o Presidente-Executivo, o Sr. Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Michel Atiê? Como é que funciona a operação de remessa da carga da BETA de Porto Alegre para São Paulo, o Senhor sabe?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Em que aspectos, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nos aspectos operacionais mesmo, como é que funciona?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na verdade, essa parte operacional não era da minha responsabilidade, não tenho detalhes técnicos operacionais para poder prestar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a parte de pagamento tributário, como é que funciona? Porque há necessidade de pagar ICMS, não é isso? Do combustível, em síntese, das situações de abastecimento da aeronave. Como é que funciona, por exemplo, a operação de remessa da carga da BETA de Porto Alegre para São Paulo? A questão do encaminhamento do conhecimento aéreo, como é que funciona isso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eram emitidos conhecimentos aéreos para poder toda a carga, não existiam nunca nenhuma carga da BETA que não saiu um conhecimento aéreo que é a AWB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): AWB, isso.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É a expressão que se usa de transporte de cargas. Todo o conhecimento tinha essa AWB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde é que era emitido o AWB?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Era emitido em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que não era emitido no Rio Grande do Sul?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei. Era assim quando eu entrei, na verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que não seria correta a emissão do AWB no local em que, efetivamente, o Senhor tem o crédito a ser feito?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Talvez, talvez fosse isso. Na época, na verdade, o Grupo estava sofrendo um processo grande de profissionalização e foram desenvolvidos alguns trabalhos de investigação tributária para ver se a empresa estaria fazendo corretamente tudo que deveria fazer dentro dos conformes da lei, mas essa área de ICMS não é minha especialidade, na época, como Diretor, obviamente, com a concordância sempre do Michel, porque era ele que decidia tudo, contratamos especialistas na área de ICM para que nos apresentassem relatórios e alguns relatórios foram produzidos e estão de posse da empresa, e essa parte fiscal ficava mais na área de contabilidade mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós tivemos aqui o depoimento do representante da PIGATTO que era um cliente da BETA em Porto Alegre. Ele nos deu, inclusive, cópia do conhecimento aéreo que fica claro que o conhecimento aéreo da BETA era encaminhado de São Paulo para Porto Alegre. Eu indaguei a PIGATTO se isso era usual, ele disse que não, que o correto seria a emissão em Porto Alegre, e não sabia explicar porque é que a BETA usava essa operação. Saberia explicar porque é que isso era feito dessa maneira?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei, na verdade, essa parte operacional fiscal não é de meu conhecimento, é uma área muito específica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem cuidava da empresa disso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Da empresa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na empresa quem cuidava dessa parte da BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: O Departamento de Contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem comandava?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Tinha um contador lá de nome Mastrocola (F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mastrocola (F)? Essa orientação vinha do Sr. Mastrocola (F)?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não sei dizer se a orientação era dele ou era do Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fala mais perto do microfone?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não sei dizer se era do Mastrocola (F) ou do Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor foi contratado na BETA pelo Michel? Ele que o conhecia?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Pelo Michel. Não, na verdade eu sofri um processo de recrutamento de uma empresa de *headhunter* especializada, na época, em localizar e contratar funcionários. Ele entrevistou várias pessoas e eu fui, na época, escolhido e contratado por ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se quando a situação decorria de cargas vindas de Manaus para São Paulo se o conhecimento aéreo era emitido na origem?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não me recordo bem, mas eu acho que de Manaus era em Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É isso que nós temos a informação, de Manaus é em Manaus, como era correto, porém nos outros Estados a informação que nós temos é que a BETA emitia por São Paulo. Evidentemente, isso dá uma inversão na questão da tributação, imagino, porque o ICMS que deveria ser pago no Rio Grande do Sul passou a ser recolhido em São Paulo.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É a consequência é que, na verdade, se a pessoa recolher no Estado errado ela fica devendo no Estado de origem que deveria ter recolhido, consequentemente, fica com crédito em São Paulo, e que deveria ser ressarcido. Se esse erro foi cometido na época, eu não me lembro mais dos relatórios, mas tem

relatórios, vamos dizer, de especialistas que foram feitos para poder exatamente a empresa poder vir a fazer corretamente que esse era um dos trabalhos que eu tinha sido contratado, se isso aconteceu, eu não sei, porque eu fiquei muito curto espaço de tempo, se isso foi corrigido ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA chegou a pedir alguma restituição de crédito de ICMS em São Paulo?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Do meu conhecimento não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Léo Botelho?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, não conheço o Sr. Léo Botelho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não conhece e nunca ouviu falar dele?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, ouvi falar no nome dele dentro da empresa, mas não o conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Léo Botelho?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É um assessor que estava ligado direto à Presidência da empresa, isso de ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cuidava do quê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei precisar do Léo Botelho o que ele cuidava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é um dos mistérios dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, todo mundo ouviu falar do Sr. Léo Botelho, sabe que ele prestava uma Assessoria, mas ninguém sabe dizer exatamente do que ele trabalhava.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, porque eu nunca o ouvi, eu nunca falei com ele, nunca estive com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas imagino que o Senhor deveria ter algum tipo de noção em relação ao que trabalho esse Senhor fazia. A informação que nós temos é que ele mexia justamente com ICMS.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na área fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mexia na área fiscal?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na área fiscal, na Assessoria...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Estado de São Paulo?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Isso eu não sei precisar, mas a Assessoria dele, do que eu ouvi era na área fiscal. Exatamente o que na área fiscal, em que esfera da área fiscal. Porque não tratava nada comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe como o Fisco do Rio Grande do Sul fazia a fiscalização da contribuição da BETA, na medida em que não havia conhecimento aéreo emitido pelo Estado?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei, que me recorde não houve nenhuma fiscalização do Rio Grande da época que eu estive lá, que foi curto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A PIGATTO que é um cliente da BETA, ela reservava diariamente um palete nas aeronaves da BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não sei precisar, na área operacional eu não lembro, eu não lembro nem do nome PIGATTO, para falar a verdade, o volume de clientes lá é muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que se dá aí, tecnicamente falando, a apropriação dos créditos de ICMS pela BETA em relação às operações de transporte de carga aérea, o Senhor sabe descrever?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Especificamente, na verdade, a BETA era credora do ICMS por conta do combustível, ela tinha créditos tributários a serem reembolsados por conta do combustível, porque a carga aérea tem uma tributação muito mais baixa do que os créditos oriundos do pagamento do combustível. O combustível eu acho que paga 25, se não me falha a memória, e a BETA, na saída, tem 4% e acabava sobrando um pedaço bem expressivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E aí então ela pedia restituição com base nisto?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Isso, teria que pedir, tem que entrar com um processo no posto fiscal, na Secretaria da Fazenda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parece que a informação que nós temos é que o Sr. Léo Botelho é que cuidava desses processos. O Senhor não sabe dizer?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei dizer. Enquanto estive lá eu não vi, de meu conhecimento, nada que ele tivesse envolvido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe o uso que a BETA fez dos créditos de ICMS? Se ela pagou despesa com combustível, se pagou estabelecimentos de fornecedores?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Existia um processo em andamento, quando eu entrei lá, que ainda eu não me lembro se em julho de 2004 ele já estava concluído em que a intenção da empresa era usar esses créditos tributários, inclusive, para comprar matéria-prima que seria o próprio combustível. Esse processo estava mais ou menos encaminhado, e no último trimestre antes da minha saída, eu não me recorde se, eu não me lembro de nenhum pagamento foi utilizado do combustível, utilizando-se crédito tributário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não se lembra?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não lembro, porque os últimos três meses também eu fiquei envolvido num projeto novo que foi a compra de uma empresa de transporte rodoviário que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual era a empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Era a antiga F SOUTO, eles compraram essa empresa no Parque Industrial e nos últimos três meses eu me afastei especificamente, porque, inclusive, fisicamente não era no mesmo lugar nos últimos três meses que estive lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que empresas foram adquiridas no período que o Senhor esteve lá, o Senhor lembra?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Lembro algumas, na verdade foi adquirido. Foi adquirido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A F SOUTO é a TRANSQUADROS?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: A TRANSQUADROS. É, porque era F SOUTO TRANSQUADROS, tinham dois nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TRANSQUADROS e o que mais foi adquirido?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: E foi adquirido também uma empresa de encomendas expressas, agora me fugiu o nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Encomendas expressas?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Era uma empresa menor, na verdade, o gru-

po tinha uma empresa de courier, de encomendas expressas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era a TATTVA, não?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: A TATTVA, exatamente. Foi adquirida essa TATTVA até antes da TRANSQUADROS, mas era uma empresa bem pequenininha, exatamente essa mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. A TATTVA era uma empresa de courier?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Uma empresa de courier.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. E ela chegou a ser adquirida propriamente?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Chegou a ser adquirida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Passou a transferência societária para..?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: A transferência societária, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não? Por quê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Era um acordo entre os donos, eu não sei, foi feito um contrato de cessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que era o dono da TATTVA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: era o Sr. Carlos Gaspar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Carlos?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Gaspar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E essa empresa mantinha alguma operação ligada à BETA em que sentido?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, ela não tinha nenhuma operação ligada com a BETA, assim, se, eventualmente, houve alguma coisa que eu não saberia precisar, talvez a TATTVA antes de ter sido adquirida possa ter usado os aviões da BETA para transportar alguma carga dela. Eventualmente, eu não sei nem precisar se isso realmente aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes disso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Antes, mas como um cliente normal, se ocorreu foi isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se ocorreu foi isso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a TATTVA hoje continua pertencendo ao grupo, o Senhor não sabe.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Essas empresas: a TRANSQUADROS, a TATTVA eram devedoras de ICMS, credoras, o Senhor sabe?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei precisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe precisar?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei precisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas por que tantas empresas adquiridas para atuar no mesmo ramo, hein? Eu não consigo entender a lógica empresarial disso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, na verdade, existe... Que era estratégia do Michel, na verdade, que ele nos passava, é que ele queria diversificar a quantidade de serviços que o Grupo prestaria: Então a TATTVA apesar de ser uma empresa de encomendas expressas, ela é especializada em marketing promocional. A BEX não, ela atendia alguns clientes de courier normal, quando você compra alguma coisa pela internet, como na LOJA AMERICANA.com entrega, a TATTVA era marketing promocional. Então, quando você faz uma promoção para a Copa do Mundo tem que distribuir bola e tal. Então ela era diferente no mercado. E a TRANSQUADROS era a parte rodoviária que o Grupo não possuía. Era uma estratégia de diversificação, na verdade, não, é? De interdependência para ter uma dependência menor, economicamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o dono da TRANSQUADROS, o Senhor lembra?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: O Sr. Francisco Souto. A composição acional eu não lembro, para mim é o Sr. Francisco Souto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve a formalização da aquisição também da TRANSQUADROS ou não?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Houve um contrato, na época, firmado entre eles para a transferência de ativo imobilizado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca foi consumado?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, na verdade, era transferência de ativos, né? Ele não comprou o CGC, digamos assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na TATTVA também?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na TATTVA também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que eram sempre feitos esses contratos e ele não adquiria a empresa de uma vez? Essa é uma questão que eu não consigo entender a lógica, o pessoal gostava sempre de deixar, o Sr. Ioannis deixava a coisa sempre no meio do caminho, por quê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Nessas duas empresas eu posso dar um juízo de valor, porque exatamente foi, eu não, mas eu, se fosse adquirir uma empresa, não gostaria de comprar uma empresa que, eventualmente, pudesse ter processos trabalhistas e fiscais dos quais eu seria sucessor da responsabilidade se eu tivesse adquirido essa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as duas empresas tinham essas condições?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não. Se, eventualmente, aparecer, você nunca sabe. O processo trabalhista pode acontecer de uma hora para outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TRANSQUADROS e a TATTVA tiveram um bom desempenho de gestão nas mãos do Sr. Ioannis?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu acho que no começo ela não deu, vamos dizer, o retorno que os...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma das duas?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Nenhuma das duas. A TRANSQUADROS eu posso falar menos ainda, porque tive um contato muito, muito estreito com ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a TATTVA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: A TATTVA não decolou muito em termos de venda, vamos dizer, foi um período...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Foi um período de aprendizado, é um mer-

cado diferente, você lida com pessoas diferentes, com clientes diferentes, você precisa de um tipo de enfoque diferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA jogava, eventualmente, despesas que ela tinha para essas empresas de maneira a fazer um jogo contábil para fins de pagamento tributário?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, isso não podia ser feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Porque não era legal. Você não pode fazer esse tipo de coisa. Então, não tinha nenhuma instrução formal de fazer. Se isso aconteceu em algum momento foi erro, ou deveria ter ido serro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve uma instrução para isso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve operação de ICMS em relação a essas empresas?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, que eu tivesse conhecimento nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Essa empresa aqui a TRANSQUADROS e a TATTVA, o Senhor chegou a analisar a operação contábil dessas empresas? A informações que nós temos é que as duas perderam dinheiro no período posto sobre a gestão da BETA, ou seja, que elas, após a aquisição, começaram meio que se esvair no seu rendimento. Isso é verdade?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É. Na questão da TRANSQUADROS eu não posso precisar, realmente, era um mercado meio novo, mas da TATTVA, realmente, ela não decolou, ela perdeu o faturamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não diria que ela não decolou, eu diria que ela aterissou. É verdade?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Diminuiu o faturamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu acho que era um mercado que era de desconhecimento dos executivos, das pessoas comerciais, os operacionais do grupo. A TATTVA...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o antigo proprietário se desligou da empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, o antigo proprietário, na verdade, passou trabalhar no Grupo como Diretor Regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Passou a ser Diretor Regional do Grupo?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Isso. Na verdade, eles tinham um acordo que do qual eu não tive acesso, quer dizer, tinha um contrato entre eles que eu não tive acesso, mas ele se desligou do negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se o antigo dono da TATTVA continuava ainda na gestão, o que é que levou a essa diminuição de... Quer dizer, a BETA assumiu e a empresa começou a murchar, e parece que a F. SOUTO também?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: A TATTVA era uma empresa bem pequeninha na mão do dono, o cara estava cuidando no dia-a-dia e ele resolvia todos os problemas. Quando a TATTVA veio para o grupo, ela era uma gota no oceano dentro do volume de operações. E ela perdeu essa personalidade, essa agilidade em prestar um bom serviço aos clientes que ela atendia. Então isso, num primeiro momento, até se perceber isso, realmente, ela diminuiu. Eu não sei depois o que é que acabou acontecendo com ela. Mas a TATTVA foi absorvida pelo Grupo e acabou perdendo um pouco a...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Aquela coisa de administração de dono mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A TATTVA era uma empresa interdependente e também a outra, a TRANSQUADROS, era uma empresa interdependente do ponto de vista tributário da BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, interdependente, tributariamente não, depois que elas vieram para o grupo aí você administra um grupo se reservando os aspectos fiscais e tal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando que se configura a interdependência?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Em que aspecto, operacional?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tributário? Para fins...

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu acho que não tem interdependência tributária. Você pode ter interdependência financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Financeira. Para efeitos tributários o que seria interdependência financeira?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Interdependência financeira é quando você transfere para um momento de caixa de dificuldade de uma empresa através de [inaudível] para uma outra empresa como se fosse um empréstimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos imaginar o seguinte, vamos imaginar que a TRANSQUADROS tivesse dificuldades de caixa. Se ela tivesse dificuldades de caixa eu poderia, eventualmente, aportar para ela o recurso para salvá-la de uma situação?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Momentânea sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Momentânea sim?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Vários conglomerados trabalham assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos imaginar que a TRANSQUADROS e a TATTVA comessem a miniguar, em tese, a BETA poderia transferir recursos para ela?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Através de contratos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Através de contratos de seria perfeitamente possível?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Seria possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E crédito de ICMS poderia ser transferido?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o Regulamento do ICMS lá de São Paulo, o art. 84 diz o seguinte: Poderá o Secretário da Fazenda autorizar: 2) a transferência de crédito acumulado entre o estabelecimento de empresas que não forem interdependentes. Então só quando não forem interdependentes?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então no caso da TRANSQUADROS e da TATTVA poderia haver essa transferência em tese?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Eu, como eu disse, a área de ICMS não é muito complexa e cada Estado tem um regulamento próprio. Mas eu quero acreditar que não. Até, porque o objeto social tem que ser o mesmo. Teria que ser olhado com mais calma, porque a transferência de ICMS de uma empresa para outra tem muitos detalhes, e nem sempre é possível. Mesmo entre empresas interdependentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): É. Quando for interdependente o Secretário pode autorizar.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Tem que ter sempre uma autorização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Do Secretário. Seria possível uma estratégia, por exemplo, de eu contratar e adquirir empresas para fazê-las minguar para depois transferir crédito de ICMS para elas? E, obviamente, fazer uma obtenção de restituição?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Poderia ser uma estratégia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Qual a vantagem dessa estratégia teria? O Senhor que é um financista?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Seria você ter a possibilidade de recuperar alguns tributos que você tenha dificuldade de recuperar, porque nós sabemos das dificuldades de caixa do Estado e normalmente são difíceis de ser restituídos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): E no caso, se tiver uma outra empresa interdependente eu jogo o crédito para ela e tento recuperar isso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Isso. Isso num passado longínquo era um planejamento tributário até comum até que o Fisco...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Começou a pegar no pé?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: É, começou a trancar as possibilidades de evasão não, é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Certo. Nós temos a suspeita que isso esteja acontecendo com o grupo da BETA, nós temos uma denúncia de que essa era a operação, que as empresas eram compradas e aí se explicaria um monte de empresas compradas, dentre as quais as duas que eu mencionei, mas há outras que eram utilizadas no sentido de irem minguando para depois haver um jogo com o ICMS. Como os conhecimentos tributários eram emitidos todos por São Paulo e havia alguma facilidade de obtenção de restituições e

operações em São Paulo, obviamente, então a BETA ao invés de pagar o ICMS no Rio Grande do Sul, em outros Estados jogava toda a sua operação contábil para São Paulo, por isso que o conhecimento aéreo era emitido por São Paulo. Propositamente, para gerar créditos em São Paulo e depois fazer operações com o ICMS. O Senhor como Diretor-Financeiro tinha ciência dessa operação?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Não, não tinha e até aonde eu participei de qualquer reunião não era objetivo para comprar as empresas, fazê-las minguar para a transferência de tributos. Não era esse objetivo ou, pelo menos, não era essa a mensagem que o Sr. Michel Atiê nos passava nas reuniões que nós tínhamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Não era isso que ele falava?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Não era isso que ele falava, se existia, se, eventualmente, existia, não era isso que ele falava. Realmente, o objetivo era diversificar negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Se essa denúncia for correta há aí uma fraude fiscal.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Se for correta sim, mas tanto que ela tinha um departamento, um Diretor que cuidava só de novos negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Era o seu Paulo Vinhori na época. Ele tinha a incumbência de encontrar bons negócios para poder tirar um pouco a dependência de um determinado negócio no Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Porque veja, alguma coisa é estranha. Não consegui entender porque é que os conhecimentos aéreos eram sempre emitidos por São Paulo. Não há lógica, não há lógica nenhuma, uma vez que eu estou me expondo a situações problemáticas nos Estados de origem. No entanto, se eu tiver facilidades na Secretaria da Fazenda de Estado, por exemplo, se eu tiver um bom assessor que tem facilidade de trânsito eu poderia conseguir situações vantajosas para a empresa, se eu conseguisse comprar empresas que minguariam e o Secretário de Estado autorizariam essa transferência de crédito, com isso eu burlaria o sistema tributário e teria fortes vantagens para a empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA

COSTA: Não era essa a mensagem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não era essa a mensagem?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Se existia algum tipo de coisa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor desconhece?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Completamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Pedro Vieira de Sousa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: O Sr. Pedro eu conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Pedro Vieira de Sousa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É um assessor tributário do Grupo, eu cheguei a conhecê-lo uma ou duas oportunidades que ele esteve na sede do Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que ele fazia exatamente?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Assessorava o Grupo na área fiscal, parcelamento de tributos, ele tinha sido contratado antes de eu ter entrado no Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes de ter entrado no grupo. Agora o Senhor sabe que tipo de assessoramento era esse?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Era a única coisa que a gente sabia que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele era especialista em Direito Tributário?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Parece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é Engenheiro Civil?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Mas foi assim que ele me foi apresentado, na verdade, ele tem sido contratado antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No depoimento que ele esteve aqui, ele disse que não entendia nada de tributos. Eu o perguntei: “O Senhor é um especialista?” Ele: “Eu não entendo nada de tributos.” Aí ele dizia o seguinte, que ele fazia duas coisas, cuidava de parcelamento tributário e cuidava de receber fiscais. Essas são as duas atividades dele. No parcelamento tributário ele disse que ele fazia, ele ia lá, levantava cedo, inclusive, dizia que os ganhos dele... Levantava cedo, pegava uma fila

desde as 4 da manhã e conseguiu o levantamento da dívida. E depois conseguia levantar a dívida, ele preenchia o Requerimento padrão e pedia o parcelamento. Esse era o seu serviço.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Bom, foi antes da minha época... E era a única mensagem que ele cuidava de parcelamento e assessorava direto ao Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe, na sua época ele recebeu pagamentos da empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Recebeu pagamentos da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra quando que ele recebeu?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não lembro, Deputado. Na verdade, ele tinha um saldo a receber do passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era elevado?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não me lembro, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque ele chega a falar que recebia 10 mil reais por mês e que chegou a receber 180 mil reais por esse trabalho de parcelamento tributário de pegar cedo nas filas para levantar.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não lembro, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí eu perguntei: “Mas qualquer pessoa não pode fazer esse trabalho?” Ele disse: “Pode. Sim, pode.” E eu falei: “E por que é que o Senhor é contratado?” Ele falou: “Boa pergunta. Tem que perguntar para quem resolveu me contratar para fazer isso.” E aí eu pergunto para quem resolveu contratá-lo. O Senhor sabe dizer porque ele foi contratado para fazer um trabalho que um office boy faria?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei, porque ele foi contratado antes de 2003, na verdade, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Ele já tinha até prestado alguns serviços, eu não sei precisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O controller do Grupo GPT chegou a informar à CPI que ele tinha um amigo, perdão, um irmão no INSS que lhe dava certa facilidade de trânsito para negociar situações de débito lá. O Senhor tinha essa informação?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca soube disso?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Nunca soube. O meu contato com ele foi se restringiu na época que ele tinha créditos financeiros a receber da empresa, ele me foi apresentado e recebi a orientação de fazer alguns pagamentos para ele, que eu não sei precisar quanto foi, agora, não conseguiria nem lembrar, porque eu não dei nem importância para isso. Recebi uma ordem: “O Senhor, por favor...”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem dava a ordem?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Era o Michel Atiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o Sr. Michel Athiê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Que era o Presidente-Executivo do Grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. E o outro trabalho que ele tinha, que ele disse que recebeu, acho que 120 ou 140 mil reais, é que ele atendia fiscais, quando o fiscal ia lá ele mandava servir um café, pegava os livros e etc. Eu não conheço bem essa especialidade de atendimento de fiscais, ou de relações públicas de setor de fiscalização. Por que é que a empresa o contratava para fazer isso, o Senhor sabe?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei, porque eu, realmente, não conheço essa profissão, mas de qualquer maneira na minha época ele não atendeu nenhum fiscal. Se atendeu, não me foi comunicado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não lembra?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não lembro não, não me foi comunicado mesmo. Até, porque é curto o período de tempo e a gente teve muito pouco de fiscalização naquele período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teve algum contato maior com o Grupo GPT, não?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, eu tive, na verdade, um contato único, eu não conheço o Sr. Antônio Augusto, só de nome, obviamente, com o Geraldo, na época, que era um representante da Área Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Geraldo Pereira?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Geraldo Pereira uma única vez, que ainda era para poder fazer uma conciliação de saldos entre

as empresas... Resquício da cisão, na verdade, o pessoal queria, realmente, liquidar esses saldos da cisão. Ele esteve lá porque tínhamos que fazer um encontro de contas e ele era o responsável pelo GPT, depois encaminhei uma outra pessoa do Grupo, na verdade, que trabalhava no meu departamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se o Sr. Pedro Vieira também trabalhava para o Grupo GPT?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei precisar, porque eu não trabalhei no GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele chegou a trabalhar, ele trabalhava também. E o curioso é que os pagamentos eram sempre feitos de uma forma maquiada, ou seja, ele recebia de uma maneira que na contabilidade não aparecia Sr. Pedro Vieira de Souza. Como é que eram feitos os pagamentos ao Pedro Vieira de Souza na BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu recebia instruções do Michel sempre, todos os pagamentos vinham com algum bilhete alguma rubrica, ou nas APs de pagamentos, autorizações de pagamento, ele assinava todas elas, nenhum pagamento poderia sair sem a autorização dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E era pago em cheque?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Pago em cheque. Na verdade, eu mandava emitir o cheque por ordem dele e entregava para o Sr. Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, não era emitido um cheque nominal ao Sr. Pedro Vieira?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não me recordo, Deputado, não me recordo se era emitido nominal...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou era emitido um cheque para o Sr. Michel Abud Atiê? Era contabilizado o pagamento ao Pedro Vieira de Souza?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: A contabilidade eu não sei, porque quem cuidava da contabilidade era uma outra pessoa. Na verdade, como adiantamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como assim como adiantamento?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Saída de caixa, eram cheques sacados, vamos dizer, ao portador ou sacado no caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram sacados no caixa? Ou seja, não constavam, oficialmente, Pedro Vieira de Souza, constava como cheques sacados no caixa? Por quê? Se era um contratado regular da empresa por que é que se fazia... Também aqui essa operação de não constar o nome do moço?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem lhe dava esse ordem era o Sr. Michel Abud Atiê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca questionou porque se pagava dessa forma?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu sou empregado, na verdade, ele é o dono da empresa, um dos acionistas, é o Presidente-Executivo, eu tenho que cumprir ordens.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Léo Botelho recebia seus honorários, seus pagamentos também da mesma forma?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Isso eu não sei precisar, se recebeu eu não soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não soube?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É curioso que as duas empresas, embora separadas, continuem com o mesmo modus operandi para pagar o Sr. Pedro Vieira de Sousa, é como se nenhuma das duas gostasse de constar, oficialmente, pagamentos a esse Senhor?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei precisar porque. Na verdade, era muito mais fácil identificar o beneficiário que até em termos fiscais é muito melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa BETA devia bastante tributos quando o Senhor assumiu?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Devia bastante tributos. Tinham alguns parcelamentos em andamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas tinham outros débitos em aberto sem parcelar?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não me recordo. Tinha alguma coisa na área

federal, eu não cheguei a ter tempo disso, mas a gente estava fazendo o levantamento para poder entrar com os processos de parcelamento, mas eu mesmo estava...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas essa devia ser uma questão estratégica para a empresa, porque pela Constituição Federal as empresas devedoras do Fisco não podem ser contratadas pelo Poder Público. E prestando a BETA, ou tendo a BETA contratos com os CORREIOS ela não poderia, na condição de inadimplente, ter sido contratada.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não conheço toda a legislação, mas sim, ninguém pode prestar, até onde eu sei, nenhum tipo de serviço a uma empresa pública sem ter CND.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exato. E nós temos alguns problemas de CND na BETA. Nós temos uma CND falsa do ano 2000, antes da sua entrada, não posso falar absolutamente nada, mas foi justamente o ano em que o Sr. Pedro Vieira de Souza foi contratado, eu não posso estabelecer por ora nenhuma conexão, mas é tudo muito estranho, uma CND falsa já é conhecida no seguinte sentido: ela é uma certidão positiva com um despacho atrás de um Procurador da Fazenda que determina que seja recebida com efeito negativo, porque os créditos estão em análise, em análise.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu nunca vi uma certidão assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem eu e nem o Procurador que assinou, porque, segundo o Procurador-Geral da Fazenda, diz que o Procurador não assinou aquela certidão que consta de um processo de licitação que envolve a empresa BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Ou você tem a certidão limpa ou uma certidão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De parcelamento, ação positiva com efeito negativo?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Com efeito negativo porque você está pagando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aquilo não existe, mas existiu e os CORREIOS não perceberam, como eu percebi, o Senhor percebeu que aquilo era um problema. A empresa BETA tinha contatos com políticos?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não que fosse do meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece Deputados, Senadores Parlamentares?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que mantinham contato ou relações políticas com a empresa BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis era amigo de algum político?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei. Ele sempre estava aqui em Brasília, viajava muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele falava constantemente com políticos?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei, na minha presença, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ele tinha relação de alguma natureza com dirigente dos CORREIOS?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu acho que comerciais, outro tipo de relação, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com que pessoas?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não sei precisar, não sei precisar mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor em algum momento ouviu dizer que havia um pagamento de propina para agente do CORREIO por parte da BETA?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Nunca houve isso durante o tempo em que eu estive lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O sr. Ioannis recebia muitos saques em dinheiro da empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não. Não sei se eram saques para ele, ou seja o que for, mas eram emitidos vários cheques sacados no caixa por ordem da presidência...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para ele ou para o Sr. Michel Abud Atiê?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Para a presidência, vamos dizer. Tanto faz um como o outro, na verdade, o Sr. Michel Atiê era o

Presidente-Executivo, e ele, vamos dizer assim, era o dono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos a informação e estamos [inaudível] de que eram freqüentes e elevados os saques que eram... Mensalmente, chega a ordem de quanto o dinheiro que era dado em dinheiro para o Sr. Michel Abud Atiê e para o Sr. Ioannis Amerssonis?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Eu não sei precisar, eu era responsável pela emissão dos cheques, de conferências, os valores e tal, não sei precisar, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais 500 mil reais por mês?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei se tudo isso, mas é possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Às vezes mais que 500 mil?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não, não sei, acho que não, eu estou chutando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Entre 300 e 500 mil?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: É possível, porque, na verdade, os pró-labores e tal, quer dizer...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que os pró-labores eram pagos em dinheiro? Será que eram pró-labores? Bom, a minha pergunta talvez esteja errada, era pró-labore para os sócios ou era um outro tipo de pró-labore?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não sei, na verdade, eu recebia instruções de emissão dos cheques e não me cabia nada contestar emissão do cheque, eu sou empregado, apesar de ser Diretor, emite o cheque, me dá o cheque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem recebia essa quantia em dinheiro era só o Sr. Ioannis Amerssonis ou o Sr. Abud Atiê também?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Os cheques eram entregues para os dois, muitas das vezes deixava-se sobre a mesa do Sr. Michel Atiê, que é o Presidente-Executivo, nem sempre o Sr. Ioannis estava lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem fazia os saques?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na Tesouraria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Tesouraria faziam os saques no caixa?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: O pessoal da área...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem que seria?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na época quem cuidava, vamos dizer, da gestão de Tesouraria é o Sr. Gilberto Setúbal, que eu acho que ele está lá até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Gilberto Setúbal? Sim?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Inclusive, se o cheque era depositado ou sacado eu nem sei precisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nem sabe precisar?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Na verdade, eu me preocupava com a emissão do cheque e até, vamos dizer, não era por caixa dois era sempre por caixa um, quer dizer, essa figura, ele era sempre o caixa oficial da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sem dúvida, o problema é o caixa, ou as despesas não contabilizadas e o dinheiro que era sacado em dinheiro para o Diretor-Executivo, o Presidente, é aí que o caixa dois poderia operar. Claro, ou seja, eu tenho uma despesa que é retirada, aliás, é a mesma coisa que acontece no caso da empresa SKYMASTER, o mesmo caso que acontece no caso, a empresa SKYMASTER em 5 anos chegou a ter saques em caixa da ordem de quase 50 milhões de reais daquilo que nós levantamos. O GRUPO PROMODAL, o Sr. Antônio Augusto também recebia quase 500 mil reais/ mês, segundo o depoimento do Controller, em dinheiro. Sabemos que o grupo, que a BETA também recebia. É o mesmo modus operandi, por alguma razão todo mundo gosta de pegar em dinheiro vivo. Isso é colocado no caso do GRUPO PROMODAL como o cheque frete, como se fosse para pagar frete, é sempre a mesma operação, ou seja, há indicadores de que há o mesmo modus operandi dessas empresas. E V.S^a apenas com o seu depoimento confirma isso que nós estamos deduzindo. Alguma coisa aí? Bom, da nossa parte estou satisfeito, é um depoimento breve até pela brevidade de tempo que o Senhor esteve na empresa.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Agradeço. Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas uma última pergunta, o Senhor conhecia o Sr. Roberto Kfoury?

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Não conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conheceu? Foi depois...

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Só de nome porque eu sei que era um dos sócios do GPT, como o Antônio Augusto, também. Não sei nem precisar o rosto, eu não o conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço imensamente V.S^a. Suspensa a Sessão por mais 3 minutos para que possamos ouvir o quarto depoimento dessa tarde.

SR. MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA COSTA: Obrigado. [soa a campanha]

Sessão suspensa às 17h34

Sessão reaberta às 17h59

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a sessão. Apenas para efeito de registro. Diante da certidão falsa que nós encontramos em processos de dispensa de licitação da empresa BETA, datada do ano de 2000, nós noticiamos aos CORREIOS para que encaminhasse a essa Comissão Parlamentar de Inquérito mediante requisição, todas as certidões CNDs da empresa BETA. E a cada dia nós nos espantamos mais quando investigamos a questão aqui do CORREIO aéreo noturno, então falo isso apenas para efeito de registro dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Os CORREIOS nos diz o seguinte: que encaminham em anexo cópia da CND e CRF apresentados pela empresa BETA por a ocasião da DL – Dispensa Licitação 001 de 2000, que é essa a certidão que a Procuradoria Geral da Fazenda nos informa que é falsa. Aí diz o seguinte: que embora não tenhamos localizadas as citadas certidões, ou seja, o CORREIO não tem as certidões da empresa BETA da dispensa de licitação. Consultamos a página da internet da Previdência Social onde foi possível verificar que a empresa estava regular à época, ou seja, é impressionante. E mais ainda: não foi possível obter a mesma informação em relação ao fundo de garantia por tempo de serviço. Por oportuno bem como pelas notícias que têm sido veiculadas, esclarecemos que conforme o disposto no manual de licitações da ECT – MANLIC, a certidão negativa de débitos relativa à dívida ativa da união não é exigida em processo de dispensa de licitação por emergência. Por esta razão estamos anexando cópia, ou seja, quando se contrata por emergência nos CORREIOS ninguém pede a certidão de dívida ativa, e claro então, é perfeitamente possível contratar devedores da, do Estado, quando se contrata por emergência o que é claramente vedado pela Constituição Federal. Resta saber, como é que nunca isso foi objeto de apreciação por parte do departamento jurídico dos CORREIOS, está certo? Peço que conste isso em registro do nosso relatório

em primeiro lugar informando aos CORREIOS que a Constituição está em vigor, e que portanto, é necessário esse tipo de exigência. E que o manual deve ter esse tipo de situações, e segundo lugar, há que se apurar realmente quem foram os mentores de uma orientação normativa interna que disse que não precisa ter certidão negativa de débito quando o contrato é por emergência. Ou seja, é claro, inclusive em situações que você paga mais caro, porque é emergência. Então é realmente inacreditável o relatório deverá fazer expressa menção a essa questão, inclusive sugerindo uma apuração interna nos CORREIOS sobre o responsável por esse entendimento de que em processo de dispensa de licitação por emergência não precisa ter certidão negativa de débito federal, é realmente algo impressionante. E se isso se confirmar vai uma sugestão para o relatório que o Tribunal de Contas da União faça uma inspeção em todas as contratações de emergência dos CORREIOS em todas as áreas para verificar se há devedores. Para efeitos de eventual responsabilização das autoridades administrativas na forma da lei e questionamento inclusive da validade dos contratos firmados. Fica aqui então a sugestão para o Relator. Bem, vamos então agora iniciar o quarto depoimento desta tarde, penúltimo depoimento. Que é o depoimento do Sr. Lauro Pasqualetto, que se faz acompanhar também do Dr. Advogado aqui presente, a quem saúdo pela presença. E dizer que V.S^a comparece compromissado como testemunha. Ou seja, V.S^a não é investigado e portanto, se compromete a dizer nos termos do art. 203 de Código de Processo Penal sobre as penas da lei claro, a verdade não podendo se omitir, claro, não lhe sendo obrigado, ou não sendo obrigado ao Senhor prestar qualquer depoimento contra si próprio, porque a Constituição Federal assegura esse direito da vedação da auto-incriminação. Portanto, agradeço a presença de V.S^a, do Dr. Advogado que mais uma vez já também veterano desta Comissão Parlamentar de Inquérito acompanhando aqui diversos depoentes. É de praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito facultar a palavra ao depoente para que teça considerações sobre o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito ou informações que julgue relevantes ficando a seu critério, portanto, usar nesse momento a palavra.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Boa-noite, Excelência, boa-noite aos presentes. O meu nome é Lauro Pasqualetto Júnior, tenho 51 anos, casado, 2 filhos, formação em Economia e me coloco à disposição para tentar ajudar no que possível a essa Comissão de Inquérito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, o Sr. Lauro, qual é sua formação profissional?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu sou economista.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É economista. Formado por onde?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: FMU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela FMU, aliás já fui professor do curso de economia da FMU mas na cadeira de Direito.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu não exerço a profissão. Só sou formado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ingressou na BETA em que ano?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Bom, eu comecei num grupo, não era grupo BETA ainda, mas eu comecei na BELT LOGÍSTICA...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BELT LOGÍSTICA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Isso, em setembro de 2001 para prestar serviços de controles, organizar controles da BELT LOGÍSTICA que era uma empresa que era do Sr. Ioannis, não fazia parte do grupo GPT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Depois da BELT LOGÍSTICA, perdão, o Senhor fazia o que na BELT LOGÍSTICA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Exatamente essa parte, controles gerenciais e ajudei a administração dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, ótimo. Depois disso?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Depois disso em abril de 2002 houve a cisão do grupo GPT, criou-se o grupo BETA...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até lá o Senhor ficou na BELT LOGÍSTICA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Até lá eu fiquei na BELT LOGÍSTICA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu cargo exatamente qual era?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eles chamavam de controle, mas é mais controle de informações, criar relatórios que possibilitassem a uma obtenção no resultado gerencial mais rapidamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo, depois de 2002?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Depois, abril de 2002 houve a cisão do grupo GPT e aí o Senhor, houve então a separação das empresas, elas vieram para Barueri onde eu estava com a BELT, e em julho foi incorporada a BELT ao grupo. Então a parte administrativa toda foi incorporada pela administração geral do grupo BETA. Então, eu continuei como funcionário da BETA, aí sim funcionário da BETA, tentando criar a mesma linha de controle, o mesmo controle até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso em 2002? Na BETA quem foi o seu, digamos assim, chefe imediato?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Na BETA?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Bom, eu me reportava hierarquicamente ao Diretor Financeiro e tinha funcionalmente ao seu Michel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel era o Vice-Presidente Financeiro e depois virou o Presidente Executivo, e o Diretor Financeiro, quando o Senhor entrou quem era?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Na época era o Senhor Willer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Depois ficou três meses sem Diretor aí veio o Sr. Prieto, ficou um mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Depois de dois meses entrou o Senhor Marco Costa e ficou acho que um ano, mais ou menos um ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Marco Costa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: É, Marco Antônio Pereira Costa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Depois disso?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Depois disso, depois do Marco Costa teve o Sr. Paulo Vinholi que é o Diretor Financeiro atual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, ele é o atual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele é o atual. O Senhor permanece trabalhando até hoje na BETA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor ingressou na BELT LOGÍSTICA, quem o levou para lá?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu fui convidado pelo seu Márcio Nozari.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Márcio Nozari?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: É. Ele era Diretor de Logística do grupo na época e cuidava da pró- logística. Mas ele também cuidava particularmente da empresa BELT que era um empreendimento do seu Ioannis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a sua relação do Sr. Ioannis?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, eu sou parente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parente por quê? Por afinidade?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, eu sou cunhado dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, parente por afinidade. O Senhor é cunhado dele. O Senhor é casado com D^a Marli Pasqualetto?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, ela é minha irmã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela é sua irmã? Está perfeito, ela é sua irmã?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Ela é esposa do Sr. Amerssonis?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E sócia da BETA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Ela foi sócia da BETA no começo e atualmente ela não faz parte da sociedade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o Senhor entrou para trabalhar na BELT LOGÍSTICA o Sr. Ioannis já tinha casado com dona Marli?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não foi ele quem o levou para a empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, na realidade eu passei por um processo, teve uma indicação e o Sr. Márcio Nozari resolveu me contratar na época, inicialmente foi mais uma consultoria, não consultoria, porque eu fiz os controles para a BELT LOGÍSTICA, criei uma estrutura de controle. Então era trabalho físico além da consultoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós, essa CPI requisitou uma série de documentos à BETA que até agora não foram entregues. O Senhor saberia dizer o porquê?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Isso aí eu sei que estava sendo preparado e um dos itens que eu me lembro foi cópia dos conhecimentos de embarque. Cópia física. Isso monta aproximadamente 150 mil cópias. Então é um processo que você não consegue tirar num curto prazo de tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Curto prazo de tempo que o Senhor fala é mais de 40 dias?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu diria que cento e cinquenta mil cópias usando copiadoras todos os conhecimentos estão encadernados em livros é mais de 40 dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A estimativa para a entrega será quando terminar a CPI, imagino?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não. Se a gente puder antecipar as informações, imagino eu, aí teria que consultar lá o pessoal, via relações, né? É mais fácil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O problema é que nenhuma satisfação nos foi dada até o momento, e nós estamos entendendo como um grave descumprimento da empresa em relação à documentação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela ordem Dr. Advogado, por favor.

SR. ADVOGADO: A empresa apresentou uma justificativa para isso explicando da dificuldade, parece que todos os documentos somados não apenas esses conhecimentos, chegavam a um montante de duzentas e setenta mil cópias. Não apenas o deslocamento de funcionários para obter essas cópias, ainda há a despesa financeira com tudo isso, duzentas e setenta mil cópias são muitos documentos. Então foi apresentado uma justificativa sim, o que me parece é que houve solicitação por parte desta Comissão e também por parte de órgãos fiscais, a mesma solicitação pedindo

que alguma coisa fosse entregue a eles, pode ser que alguma coisa tenha sido entregue a eles então e...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não a nós.

SR. ADVOGADO: E não a V.Ex^a., exatamente. Mas a empresa vem tentando obter esses documentos mas não é fácil...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não haveria impedimento que nós sentássemos e tentássemos discutir o que seria prioritário. O que nos parece estranho é que além dessa informação, nada foi providenciado, nem os documentos que poderiam ser uma maneira mais simples, entregues. Ou por exemplo a amostragem do conhecimento aéreo, poderíamos ter discutido isso. O problema é que a empresa infelizmente se limitou a dizer da dificuldade e não nos apresentou mais nada.

SR. ADVOGADO: Basta que se converse a respeito então, V.Ex^a. demonstre o...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): é que infelizmente não teremos mais tempo. Porque a CPI está acabando nós vamos fazer constar do relatório que a empresa descumpriu a determinação e acho que isso não pesa bem contra a empresa, porque poderia ter perfeitamente já nos mandado pelo menos algumas coisas.

SR. ADVOGADO: Não é intenção da empresa de modo algum descumprir alguma determinação dessa CPI, então se for possível apontar os documentos que seriam prioritários a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que agora, o Senhor percebe nós estamos, já reclamamos várias vezes com a empresa, já entramos em contato, cobramos e não houve essa disposição. Embora não seja intenção da empresa em desatender à CPI, foi o que de fato ocorreu. E nós temos a impressão que deve ter havido uma posição deliberada da empresa em dizer isso, nós vamos informar isso à Receita Federal, à Polícia Federal para que providencie todos os documentos na continuidade da CPI como também a nossa impressão ao Ministério Público Federal para que avalie essa situação, especialmente a parte dos conhecimentos aéreos, por razões que nós ainda estamos aprofundando investigando e vamos pedir a continuidade das investigações.

SR. ADVOGADO: Perfeito. De todo o modo a intenção da empresa realmente é colaborar e no que for possível então, se for possível a indicação dos documentos prioritários, então, realmente a empresa atenderá sem mais delongas a sua solicitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço apenas que o ideal seria que as coisas ultrapassasse o mundo das

intenções. Vamos continuar a arguição. Como é que é a remessa de carga da BETA de Porto Alegre para São Paulo? O Senhor sabe dizer?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Remessa de carga da BETA?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, a operação de remessa de carga para efeitos de emissão do conhecimento aéreo, como é que funciona?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu não saberia responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que o Senhor não saberia responder? O Senhor não mexe com isso?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, a minha parte é mais, é como eu lhe falei relatórios gerenciais, aonde eu recebo das unidades as informações gerenciais para fechamento do mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fechamento financeiro?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Gerencial, não é financeiro. Porque você faz pela época do fato e não do caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): João, João. Onde é que o Senhor trabalha fisicamente?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Barueri.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Barueri. O Senhor tem uma sala só sua ou o Senhor compartilha a sala com outras pessoas?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu compartilho com outras pessoas, eu divido com o pessoal dos suprimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem são as pessoas que trabalham na sua sala?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Joaquim Fernando Dias, atualmente a Rita, e o Edson.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tem alguma sala reservada que só o Senhor e o Sr. Ioannis têm acesso?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há na empresa uma sala com essas características?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não há? O Senhor não tem idéia do porque o conhecimento aéreo na BETA é sempre emitido de São Paulo?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Bom, a matriz é em São Paulo. Mas tem filial...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o consumo de combustível é no local em que a avião é abastecido. E a correto seria que o conhecimento aéreo fosse emitido no local de origem, ele é sempre emitido de São Paulo. Por exemplo, segundo nós temos aqui o depoimento da PIGATTO que é uma cliente do Rio Grande do Sul que nos passou cópias do conhecimento aéreo, esse conhecimento aéreo é sempre emitido no Estado de São Paulo, ninguém consegue esclarecer a exata situação do porque isso ocorre. O Senhor teria condições de explicar?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Posso tentar. Nós não temos filial em Porto Alegre. Ela foi aberta recentemente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mesmo depois disso os Senhores continuam fazendo o mesmo procedendo?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu acho que ainda não está legalmente autorizada a emissão de conhecimentos de Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A filial de Porto Alegre existe desde 2002?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Então eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso que nos surpreende o Senhor como controller da empresa não tem ciência que a filiar?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O Senhor está confundindo controlo oro que está acima da Controladoria com a minha função que é gerencial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do ponto de vista gerencial não é importante ter um dado de que há uma filial em funcionamento?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, porque a gente trata as operações como linhas. Então, tem lá um Relator da linha Manaus, um relatório da BEX encomenda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque é que se abre uma filial na empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Normalmente para fazer operação na praça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim e não é importante saber isso do ponto de vista gerencial da empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Se fosse necessário que se tivesse apuração por filial sim. Mas não existe apuração por filial existe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os Senhores fazem por linhas aéreas?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: é por timo de produto que a empresa trabalha, ela tem encomendas expressas, ela tem logística, ela tem transporte rodoviário, ela tem transporte aéreo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então transporte aéreo Porto Alegre São Paulo, por exemplo, o Senhor gerencia?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, eu não gerencio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou tem informações gerenciais, tem informações gerenciais?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu tenho informações da linha de produto que é o aéreo. Então se você embarca, no caso da época que o Senhor deve estar falando eu acho que era o CORREIO o que a gente tinha é a linha do CORREIO lá. Então tem uma apuração de resultado do CORREIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor não tem ciência de uma filial sua lá. Mesmo sendo o controlador da empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu não sou o controlador da empresa. Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor recebe informações gerenciais na empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Recebo informações gerenciais do departamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha possível receber informações gerenciais dos departamentos sem saber de uma unidade que o Senhor tem um orço alegre, e os clientes privados como é que funciona?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O Senhor está afirmando que essa unidade ela estava aberta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desde 2002?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: E funcionando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desde 2002?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu realmente não tem essa informação de que ela estava aberta e funcionando desde 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): é a informação que nós temos, inclusive, de depoimentos aqui prestados por membros da empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Desculpe, Excelência, mas eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas como é que, porque é que o conhecimento aéreo é emitido de São Paulo. O único lugar pelo que consta tem emitido na origem é de Manaus todos os lugares outros o conhecimento aéreo é emitido de São Paulo para?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não concordo, porque recentemente a gente abriu Recife, em final do ano passado, e Recife começou a operar conseguiu a autorização para poder emitir e ela emitiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor soube disso?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Pelas informações que veio de lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor recebe informações desse tipo de coisa! Há pouco o Senhor acabou de me dizer que não sabia da informação de 2002, porque o Senhor não trabalha com isso, o Senhor acaba de dar informação que no final do ano passado recebeu dados de Recife. É a mesma situação. Por que é que no caso de Recife o Senhor recebeu informações e Porto Alegre não?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O Senhor permite eu me explicar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Foi criada a Rota do Sol. É uma nova linha que entra Recife nessa linha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. E Porto Alegre não? É só porque não é nova? O Senhor tem uma informação de que é uma unidade criada em Recife, uma filial criada em Recife e isso faz parte das suas atribuições, mas não tinha informação da unidade criada em Porto Alegre. Ou seja, ou o Senhor recebe informação de tudo ou não recebe informação de nada. Por que o Senhor recebeu num caso e no outro não?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: A informação de 2002 era do CORREIO fechado. Então, quanto que a Área Operacional me passava que foi o resultado de faturamento, eu queria um relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí mudou o relatório, é outro, agora o Senhor recebe a informação de...?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Agora eu tenho a Linha do Sol.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor recebeu a

informação da filial? Antes o Senhor não recebia, agora recebeu. Por que é que dois pesos e duas medidas? Ou o Senhor recebe a informação de tudo e gerencia tudo ou o Senhor não gerencia nada.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Concorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor argumentou comigo, em Recife abriu etc, o Senhor tinha todos os dados presentes, mas em Porto Alegre o Senhor não tinha nenhum dado, embora seja uma unidade mais antiga, aberta há mais tempo, com operação mais tradicional. É difícil acreditar que o Senhor receberia só informações parciais.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Nesse caso, como eu estou explicando para V.Ex^a., tinha a Rota do CORREIO ela me vinha fechada. Hoje em dia, você tem a Rota do Sol, na Rota do Sol, que vai São Paulo, Recife... São Paulo, Salvador, Recife, então é uma linha nova aonde as informações estão chegando diferentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As informações agora chegam diferentes?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Agora estão chegando diferentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que, hein?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Uma necessidade gerencial da empresa. Do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor disse que isso não era importante para gerenciar! Que ter uma unidade aberta em Porto Alegre não era relevante. Por que agora passou a ser relevante?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Por conta dessa linha que é a nova linha do Sol.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a diferença de ser uma linha nova ou uma linha antiga, do ponto de vista de saber que tem uma filial aberta lá?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Bom, se criou também o outro fator que é as regionais. Então hoje você tem, além 2000 e, finalzinho de 2005 para esse ano de 2006, está se criando no relatório as regionais. Então agora vai existir divisão por regionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E antes não existia as filiais?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não existia o relatório por regionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não existia o relatório por regionais, agora passou a existir?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: De 2006 para frente começou a existir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De 2006 para frente, mas 2004 a 2005, o Senhor sabia que foi criado Recife?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, Recife foi no final de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes, portanto, da implementação do novo relatório que foi em 2006, como é que o Senhor sabia de 2005?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Por isso que houve a necessidade de mudar o relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o relatório foi chegar depois de 2006, como é que o Senhor sabia que em 2005 foi criado Recife?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Excelência, o orçamento desse ano, ele já estava galgado em regionais. Certo? Daqui para frente serão controladas por regionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor só soube em 2006 que foi criado a unidade Recife em 2005?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não. Quando foi criado nos primeiros faturamentos eu questionei como lançar aquilo lá, foi se falado da Rota do Sol e aí, agora, esse ano, estava sendo desdobrado em regionais, temos um Diretor Regional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor questionou essa mesma questão em Porto Alegre em 2002, como é que o Senhor deveria fazer os faturamentos?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Ele vinha na forma de faturamento do CORREIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Faturamento do CORREIO, sem especificar que havia lá uma filial?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E as empresas privadas, como é que fazia? A PIGATTO, por exemplo, porque veja, a PIGATTO transportava de Porto Alegre e trabalhava com a filial dos Senhores. Como é que era o faturamento?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Da PIGATTO?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, a PIGATTO é em Porto Alegre?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Bom, eu não saberia te dizer, especificamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja que há uma contradição clara no seu depoimento. O mesmo argumento que o Senhor usa para justificar que sabia de Recife não vale para Porto Alegre quando as razões são idênticas. O Senhor tinha também clientes privados, não era só o CORREIO que operava em Porto Alegre, no entanto, o Senhor desconhece a unidade de Porto Alegre e assim tenta justificar o porque que o conhecimento era emitido por São Paulo. Quando na verdade o Senhor tinha já uma filial em funcionamento em 2002, o Senhor tinha que ter emitido lá o conhecimento aéreo. Porque na medida que o Senhor faz isso, o Senhor cria uma distorção no ICMS e joga todo o ICMS para São Paulo. Vamos imaginar que a empresa tivesse um esquema, que permitisse trabalhar com a questão do ICMS em São Paulo. Ela usa uma estratégia para concentrar todo o ICMS em São Paulo e a partir daí faz N situações que nós estamos investigando, como, por exemplo, conseguir restituições com certa rapidez que outros não conseguem, ter técnicos contratados especializados para conseguir com influência a obtenção desses créditos. Contratar empresas e mingua-las do ponto de vista econômico para depois posteriormente jogar créditos de ICMS, com a autorização do Secretário da Fazenda, para eventualmente conseguir receber os créditos de uma maneira de clara burla tributária?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Desculpe, Excelência, mas eu não entendo nada de crédito de ICMS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Léo Botelho?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca ouviu falar desse homem?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe que ele mexia com isso na empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não. Da época que eu trabalhei lá eu nunca ouviu falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pedro Vieira de Souza, o Senhor conhece?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Pedro Vieira de Souza também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conhece, nunca viu? O Senhor é um dos poucos da empresa que nunca ouviu falar desses dois nomes, porque todos conhecem.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Lamento, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca o viu?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor se reúne com Casa de Câmbio e doleiros?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca se reuniu?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembro que V.S.^a está como testemunha?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu respondendo pela Aérea de Câmbio do grupo desde agosto de 2002, mas nunca operei com doleiros e nem Casa de Câmbio. Eu faço fechamentos normais via Corretoras autorizadas pelo BANCO CENTRAL e latreado nas importações de partes e peças que a empresa faz e, quando necessário para compras de dólares para viagem eu utilizo o cartão do BANCO RENDIMENTO que foi um negócio, foi um instrumento que eu insisti para que fosse usado lá dentro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa faz, paga fornecedores em dólares ou euros?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Fornecedores externos são pagos na moeda que vem na DI, na Declaração de Importação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas faz operações com doleiros para pagar fornecedores externos?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A empresa faz operações com doleiros?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor viaja frequentemente ao Exterior?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi a última vez que o Senhor viajou?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Viajou uma única vez em 94.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só em 94. Para que país?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Fui a Disney.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Miami, Orlando?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Orlando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, fora disso o Senhor não saiu mais do país?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis viaja frequentemente para fora do país?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Ele viaja a passeio, vai para Miami.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Sr. Michel Bud Atiê para Europa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com bastante frequência?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Pelo menos quando ele sai de férias ele costuma dar uma esticada na Europa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor saberia dizer como é que o fisco do Rio Grande do Sul fiscaliza o ICMS da BETA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Como eu lhe falei, Excelência, crédito ICMS eu não conheço nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A PIGATTO reserva diariamente um palete nas aeronaves da BETA, isso é verdadeiro?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Diariamente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um palete, produtos dela, para os transportes dela, isso é verdade? Ou quando fazia, quando era cliente da BETA, ela reservava um palete diariamente?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu não tenho essa informação, teria que perguntar para a Área de Operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acompanhou as aquisições das empresas TATTVA, LÓGICA e TRANSQUADROS pelo GRUPO BETA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não acompanhou?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe dizer por que é que não houve alteração no contrato social dessas empresas?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: De qual?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TATTVA, LÓGICA e TRANSQUADROS?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não saberia dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabe dizer. Por que o negócio da TATTVA foi desfeito?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O que eu fiquei sabendo assim, por informações, é que eles não se entenderam lá e...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles quem?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O Sr. Michel com o dono da TATTVA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que era o nome do dono da TATTVA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Se não me falha a memória era Carlos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não seu entenderam, por quê?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu não sei as razões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA utilizou crédito de ICMS acumulado para transferir para empresas interdependentes para TATTVA LÓGICA e TRANSQUADROS?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Desconheço o assunto crédito de ICMS, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu sinceramente eu não consigo entender bem o que é que o Senhor faz lá, agora eu me pergunto. O Senhor não tem informação de nada da empresa, o Senhor é um controlador, o Senhor não sabe dos contratos, o Senhor não sabe das filiais, o Senhor não sabe do ICMS, no entanto, é uma pessoa que mexe com o gerenciamento, gerenciamento do quê?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não é gerenciamento, são informações gerenciais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são as informações gerenciais que Senhor trabalha, que o Senhor não tem informação nenhuma?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu criei um relatório onde se tem um faturamento, entra com as despesas variáveis, despesas fixas, despesas administrativas financeiras e apuro um resultado. Eu criei uma fórmula de relatório que eu conseguisse traduzir todas as atividades e conseguisse consolidar num único resultado geral. Então, tentar fazer um plano de contas que pudesse ser, plano de contas gerencial, de forma que pudesse ser utilizado um mesmo documento para todas as empresas. Então, por exemplo, você vai encontrar uma linha dentro de um relatório de uma empresa, que ela não vai usar nunca. Porque aquela não é atividade dela. Só que está ali no relatório dela para poder consolidar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que consta no relatório?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Como eu lhe falei. Você tem um faturamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Faturamento?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Impostos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Impostos.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Tem descontos, despesas, desculpa, descontos, comissões, faturamento líquido, depois você vem com os custos variáveis, que aí é de cada um das empresas, é um tipo. Você tem lá uma linha que é nos custos variáveis, manutenção de aeronave, e isso o Senhor vai encontrar no relatório da logística também, só que logística não tem manutenção. Essa linha é sempre em banco. Então foi uma fórmula de consolidar esse relatório de um jeito mais rápido, para que a Diretoria conseguisse ter a visão imediata do que estava acontecendo no grupo, a nível de resultado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu trabalho é só fazer esse relatório?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Esse relatório, peguei a parte de câmbio também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A parte de câmbio, o que é que o Senhor faz com câmbio?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O câmbio, como eu tinha uma experiência da minha época passada, das outras empresas que eu trabalhei, exatamente o fechamento de câmbio para pagamento de fornecedores no Exterior, lastreado em DIs. Então é contratação de câmbio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor mexe com essa contratação de câmbio?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Ioannis, ou Michel Atiê recebem elevadas quantias de saques em dinheiro, eles adquirem, eles vêm a adquirir moeda estrangeira com esse dinheiro? O Senhor faz essas operações?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Valores elevados não. Normalmente, quando eles viajam eles pedem para mim comprar dólar, tipo viagem, 5 mil, 6 mil, 7 mil, e eu compro via alguma corretora, que é a cotação, isso quando eles querem em papel moeda, senão eu insisto para colocar no cartão que é mais seguro. Eu compro via cotação onde você tem o boleto do BANCO CENTRAL que é assinado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fora isso não há troca por dólares de dinheiro? Fora de épocas de viagem.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Que eu tenha conhecimento. não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor então não faz nem operações pessoais para ele fora dessas pequenas quantias de viagem?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembro que V.S^a está sob juramento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim, eu não faço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor só mexe com câmbio para pagamento de fornecedores? Quais são os fornecedores atuais?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: E atualmente para financiamento também que nós adquirimos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que financiamentos?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Do EXIM BANK, nós temos duas aeronaves novas, onde existem parcelas semestrais que a gente tem remeter o principal, juros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor remete via Banco Central?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Além do relatório do câmbio, que mais o Senhor faz?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Minha função atualmente é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Valendo dos ensinamentos, do conhecimento do Senhor, porque eu entendo muito pouco de câmbio, como é que funciona essa questão do cartão?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Em que sentido?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que é a operação? É um cartão de crédito? Como que funciona?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, ele é um cartão de débito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funciona a operação?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Toda vez que o pessoal vai viajar, eu tenho um cadastro na cotação DTVM, da BRAZILIAN EXPRESS, normalmente é pela BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS, aí eu cadastro nome do funcionário, esse cartão sai em nome do funcionário, eu peço a carga para esse cartão. Aí o que é que acontece? Então, eu fecho a... ele vai fazer um curso, vai ter despesa de estadia, esse cartão pode ser utilizado para pagar o hotel, pode ser utilizado para pagar restaurante, pode ser utilizado para você sacar dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dinheiro que já fica depositado no banco que opera esse cartão?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Fica depositado no cartão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E esse cartão pertence a que instituição?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Ele é do BANCO RENDIMENTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BANCO RENDIMENTO. Então o Senhor deposita na conta do cartão, digamos assim?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Na realidade eu não deposito, eu peço à Cotação que carregue o cartão, ela gera a conversão em reais, me manda o boleto de venda do BANCO CENTRAL para que colha a assinatura e aí é feito o carregamento nesse cartão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Via BANCO RENDIMENTO?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Via BANCO RENDIMENTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há valores máximos nesses cartões que podem ser firmados de depósitos ou não?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim, 20 mil dólares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só 20 mil dólares. Esse é o máximo de cada cartão?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Cada cartão, ele pode acumular no máximo 20 mil dólares, ele não pode ficar com saldo superior a 20 mil dólares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Há um cartão apenas na empresa ou são vários cartões?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, existe para cada viajante que vai ao Exterior existe um cartão em nome do viajante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantos cartões a BETA, por exemplo, no ano de 2003, tirou aproximadamente?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: 2003 ainda não existia essa modalidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 2004?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: 2004 foi a época que trouxemos o primeiro DC-8, começamos com o primeiro DC-8, eu acho que foram abertos 4 cartões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quatro cartões. Os sócios da empresa, o Sr. Michel e o Ioannis utilizam os cartões?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O Sr. Ioannis não, o Sr. Michel fez um para pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pessoa física. O Sr. Ioannis não utiliza os cartões?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, eu acho que o seu Ioannis eu acho que deve utilizar outra forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles têm contas no Exterior, o Senhor sabe?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não. Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor em argumento momento fez algum depósito em conta no Exterior?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Remeteu dinheiro para offshore?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabe se o Sr. Ioannis tem offshore, Michel Abud Atiê tem offshore?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Desconhece?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor mexe com câmbio, mexe com relatório, mexe com o que mais que o Senhor disse? Com que outra atividade o Senhor mexe?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Só essas duas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só essas duas. O seu trabalho é com câmbio e o relatório. Um dos itens do relatório são impostos. Então, o Senhor tem informações de todos os impostos que a empresa deve, do que paga, acredito eu.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Veja. Ali há uma informação gerencial. O que eu tenho ali é a apuração que tem que ser feita, ou seja, quanto que aquele faturamento gerou e quanto que seria o imposto devido por aquele faturamento. Ele é pura e exclusivamente gerencial, ele não é o financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas ele é gerencial de cada operação e da totalidade das operações?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor sabe onde o Senhor tem situações de créditos ou de débitos tributários? O Senhor recebe essa informação?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Como assim, onde?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O local, o Estado, por exemplo, o ICMS?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu ainda não faço esse relatório por Estado, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor faz por operação?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim. Operação. BEX encomenda, ela tem ICMS, só se for ICMS de substituição, uma coisa assim, um ICMS que é do

cliente, não é nosso. E no caso da BEX ela tem sim o ISS, tem PIS, o COFINS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora é só da operação, o Senhor não tem a visão macro do processamento? Ou seja, de quanto a empresa deve do PIS, nada. O Senhor tem daquela operação específica?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Isso. E no momento que ela ocorreu. Porque o próprio faturamento que ali está, eu não sei quando ele vai se realizar a caixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No caso da empresa TRANSQUADROS, TATTVA e LÓGICA, o Senhor tem esses relatórios gerenciais englobando essas empresas?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não só a BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falou que era para unificar todas as empresas do Grupo com esse relatório?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim, mas essas empresas elas não fizeram parte do Grupo. Eu não cheguei a desenvolver um relatório para essas empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais as empresas que tem esse relatório?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: BETA RODOVIÁRIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BETA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: BEX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): BEX?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: PRO LOGÍSTICA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): PRO LOGÍSTICA?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Que agora não é mais só PRO LOGÍSTICA, está englobado LOGÍSTICA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): LOGÍSTICA.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: BETA. E o CONSOLIDADO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o CONSOLIDADO. São só essas empresas que o Senhor faz o relatório?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor trabalha com câmbio para todas essas empresas?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, a única que mexe com câmbio é a BETA AÉREO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA AÉREO é a única que mexe com câmbio?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: É a única que necessita peças do Exterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma coisa é curiosa. Nós temos uma denúncia, uma informação que o Senhor tem constante contatos com doleiros. É uma informação que nos chega e na medida que o Senhor mexe com câmbio, eu acho que isso reforça um pouco a suspeita de que realmente o Senhor possa estar operando em situações específicas, porque uma empresa destinar alguém só para mexer com câmbio, se for uma questão mais cotidiana de pagar apenas fornecedores, eu acredito que não é tão, diria, necessário ter uma pessoa do seu nível confinada a esse tipo de trabalho. O relatório gerencial também me parece que ele é um mero relatório informativo, ele não é analítico, ele não exige uma situação qualquer, causa estranheza você ter um segmento, uma unidade, que só faça isso. Então é isso que nos coloca, quer dizer, há informações que o Senhor mexe constantemente com doleiros.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu não mexo com doleiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive chegou a negociar com Toninho da Barcelona.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não mexo com doleiros nunca negocieei com Sr. Toninho da Barcelona.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem com prepostos dele?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Nem preposto dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Maurício Mastrocolla?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Conheço, ele foi Contador do grupo há um tempo atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando ele foi Contador do grupo?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu acho que em 2004 até meados de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deixou de ser por quê? O Senhor sabe?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, aí eu já não sei porque é que ele saiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais são os fornecedores que recebem em dólar ou euro?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Euro, Excelência, não tem nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor comprou euros?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca comprou euro? Só dólar?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Só dólar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem recebe dólar?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Tem a (?) Consult, que é conhecida como a AMP. Tem a (?) e a AMCC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): AMP AMCC, quem mais?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: DELTA AVIATION.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): DELTA.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: AERO TURBINE, tem a WEST Colstin(F). São diversas, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): As notas dessas empresas são emitidas em dólares? Como é que elas são emitidas as dólares?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Elas são invoices, são emitidas em dólares que são necessárias para o desembaraço da mercadoria no aeroporto, senão eu não sou apto a pagar para o exterior nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas pequenas operações de câmbio, elas eram feitas onde? Quando o Senhor ia comprar dólar para viagem, essas coisas?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Normalmente, a cotação entrega no local que eu designo. Ou seja, se o viajante vai, estivesse no Aeroporto de Cubica que é o, onde nós temos uma, a parte operacional, onde ficam os pilotos, o pessoal da manutenção. Se eu pedisse que fosse entregue lá, eles entregariam lá. Se fosse para uma viagem de um Diretor ou de um gerente que estivesse situado em Barueri, eu peço para entregar em Barueri.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é o seu salário mensal na empresa?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: O meu salário mensal gira em torno de 5 mil e pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 5 mil e poucos reais. Esses são os seus únicos ganhos?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sim. Não, desculpa, eu sou aposentado também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É aposentado também?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Sou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a sua renda familiar é acrescida de algum outro ganho?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Não, só o da minha esposa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua esposa trabalha no quê?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Ela é secretária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Trabalha aonde?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Fundação Getúlio Vargas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A renda familiar quanto é?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Na faixa de uns 7 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 7 mil. O Senhor tem bens?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Tenho um apartamento, um carro e uma dívida enorme.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei se dívida é um bem ou é um mal.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Eu acho que é um mal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Esses são os seus únicos bens, o carro e o apartamento?

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Tem mais alguma coisa... É só? Não? Bom, da nossa parte, eu estou satisfeito. Quero dizer ao Senhor que as suas informações colidem com outras que nós coletamos na CPI sobre a sua atuação funcional. Obviamente nós vamos continuar investigando isso e passaremos também, após o término da CPI, as informações para continuidade das investigações do Ministério Público e da Polícia Federal. Para o momento, é o que nos importava argüir ao Senhor. Agradeço a presença de V.S^a.

SR. LAURO PASQUALETTO JÚNIOR: Espero ter atendido no melhor possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu espero que sim também. Dr.

Advogado também agradeço a presença. Está suspensa a sessão e nós poderemos, então, iniciar em breve, imediatamente o último depoimento da noite.

Sessão suspensa às 18h46

Sessão reaberta às 18h48

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Solicito à Assessoria que faça ingressar no recinto o último depoente dessa noite o Sr. Roberto Naccache. Agradeço a presença do depoente, Dr. Roberto Naccache, que aqui se faz presente sem acompanhamento do Advogado. O Dr. Roberto Naccache irá prestar seu depoimento na condição de testemunha na forma do art. 203 do Código de Processo Penal. Por esse termo de compromisso, na forma da lei, V.S^a se compromete a dizer toda a verdade, não podendo se omitir no que souber e no que lhe for perguntado. Sendo, todavia, vedado qualquer obrigação a V.S^a de prestar depoimento contra si próprio pelo princípio consagrado na Constituição Federal. Eu iria indagar se o Senhor quer fazer uso da palavra, uma vez que é uma faculdade que dá normalmente aos depoentes dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que, querendo, possam tecer considerações iniciais. Tem V.S^a, desejando a palavra.

SR. ROBERTO NACCACHE: Boa tarde a todos e ao nobre Deputado, e estou às ordens para responder o que for perguntado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a sua formação profissional?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu sou Engenheiro com pós-graduação em Finanças.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Engenheiro com pós-graduação em Finanças. Quais foram as empresas que o Senhor trabalhou?

SR. ROBERTO NACCACHE: Basicamente, trabalhei para o INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS no Estado de São Paulo e posteriormente durante 25 anos para a, inicialmente, RAPISTAN. A RAPISTAN foi adquirida pela MANNESMANN e a grosso modo, posteriormente, a SIEMENS adquiriu a MANNESMANN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor ingressou na RAPISTAN em que ano?

SR. ROBERTO NACCACHE: Em 1974.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Função?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu era Gerente de Engenharia e Fábrica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi o sua evolução funcional?

SR. ROBERTO NACCACHE: Em 76 eu me tornei Sócio-Gerente da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da RAPISTAN?

SR. ROBERTO NACCACHE: Da RAPISTAN. Como uma pequena participação, isso até 1993, quando a MANNESMANN comprou a empresa, ela exigiu que eu vendesse minha participação, então de 93 a 98 eu permaneci como Gerente Geral da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso?

SR. ROBERTO NACCACHE: Depois disso, em outubro de 98, eu creio, eu passei a atuar como Consultor, eu montei a minha própria empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como que chama a empresa?

SR. ROBERTO NACCACHE: CONFLOW com 'N', CONSULTORIA TÉCNICA LTDA., e a CONFLOW passou o atuar como consultora com exclusividade para a MANNESMANN e, posteriormente, SIEMENS até agosto do ano passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De 98 até agora o Senhor é Consultor. Continua prestando consultoria ainda em empresa.

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu continuo atuando como Consultor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como foi o processo de aquisição da MANNESMANN, RAPISTAN DEMATIC pela SIEMENS? Quando começou? Quando iniciaram as tratativas?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu acredito que foi por volta de 2001. Na época existiam duas... O que aconteceu? A MANNESMANN vendeu a parte de telefonia para a VODAFONE EQUITATE e separou uma parte da alta tecnologia que eles denominaram de ATECH – ADVANCED TECHNOLOGY. Essa parte entrou, vamos dizer, praticamente em leilão e na época existiam duas empresas candidatas que eram a THYSEN(F) e a SIEMENS. Eu creio que isso, por volta de maio ou abril de 2001, foi feito uma última oferta e a partir disso, então, se eu não estou enganado, foi em 2001, aí a SIEMENS assumiu, a SIEMENS e BOSCH compraram esse pacote, vamos dizer, chamado ATECH que dividiram, eu acho, que 25% para a BOSCH e 75% para a SIEMENS. A BOSCH ficando com uma empresa do grupo e a SIEMENS ficando com as restantes que incluía a MANNESMANN DEMATIC RAPISTAN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Depois da consumação do negócio a SIEMENS criou a divisão SIEMENS DEMATIC LTDA. É isso?

SR. ROBERTO NACCACHE: Na realidade, foi mudança de nome, porque esse grupo, a MANNESMANN DEMATIC, ela transformou em SIEMENS DEMATIC, mas era o mesmo grupo, era a mesma empresa, vamos dizer, a nível mundial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra da concorrência 16 de 99 dos CORREIOS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Lembro muito bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual era o objeto dessa concorrência?

SR. ROBERTO NACCACHE: Era a aquisição de vários sistemas de transporte de caixetas para algumas agências do CORREIO, entre elas, vamos dizer, da rua Mergenthaler em São Paulo, terminal do Tietê, Benfica no Rio, algumas agências do interior num sistema simples, no interior de São Paulo. Eu me lembro bem, porque eu fui o homem que, vamos dizer, coordenou dentro da MANNESMANN a preparação da proposta para essa concorrência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foram as empresas que participaram da concorrência, o Senhor lembra?

SR. ROBERTO NACCACHE: Lembro. ALSTHOM, SIEMENS, MANNESMANN e BROCKVELD.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor, na fase de elaboração da proposta, chegou a ter algum contato com o pessoal da SIEMENS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E nenhum momento houve um entendimento com a SIEMENS sobre essa matéria?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem com a ALSTHOM?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não. Absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve. E com a BROCKVELD também não?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve. O que aconteceu com essa concorrência em relação à MANNESMANN?

SR. ROBERTO NACCACHE: Infelizmente, nós deixamos de entregar um desenho, eram, eu acho que oito desenhos, nós entregamos sete desenhos, alguém falhou na montagem do pacote e, por outro lado, o CORREIO considerou que nossas demonstrações de capacidade de fornecer sistemas eram fracas. E então a MANNESMANN foi desclassificada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BROCKVELD também?

SR. ROBERTO NACCACHE: A BROCKVELD também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Venceram a ALSTHOM e a SIEMENS.

SR. ROBERTO NACCACHE: Que eu saiba sim. A ALSTHOM duas partes e a SIEMENS uma parte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe por que demorou tanto tempo entre a abertura das propostas e a celebração dos contratos? A abertura das propostas foi feita em abril de 2000, e a celebração dos contratos foi feita no início de 2001. Por quê?

SR. ROBERTO NACCACHE: Realmente, veja. Aí eu era Consultor Técnico para empresa, não tive nada, nenhum conhecimento disso e, inclusive, como a MANNESMANN não ganhou, nós ficamos fora completamente do processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra quando o contrato foi assinado, quem era o Presidente dos CORREIOS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Dos CORREIOS? Não cheguei a conhecer, a saber o nome dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu o Sr. Hassan Gebrin?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos um depoimento prestado ao Ministério Público que diz que no período, ou, citando o período atual dos CORREIOS havia uma constatação, isso dita por alguém dos próprios CORREIOS, que na época atual o acerto era difícil com as empresas multinacionais, como, por exemplo a UNISYS, SIEMENS, NEC, IBM, CEGELEC, entre outras. Que as dificuldades tinham origem, possivelmente, dos acertos efetuados, anteriormente, na gestão de Hassan Gebrin. O Senhor tem ciência de algum tipo de acerto, de negociação conduzida pelo Sr. Hassan Gebrin?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não. Realmente, não tenho nenhum conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conheceu a matéria publicada na revista Carta Capital a respeito da concorrência 16 de 99?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu ouvi falar, mas não li a matéria, eu ouvi falar que saiu alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não chegou a ler?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não li.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Senhor ouvir falar dessa matéria?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu ouvi que saiu uma matéria, mas não sei qual o teor dela, realmente não me interessei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na verdade, ela denuncia um conluio entre as empresas que participavam da licitação, a empresa SIEMENS, a empresa ALSTHOM e, de certa forma, a empresa MANNESMANN, dizendo que a empresa SIEMENS e a ALSTHOM iriam ganhar, e a MANNESMANN, como já estava em processo de compra pela SIEMENS, teria, obviamente, atuado nesse conluio. É mais ou menos isso, em linhas gerais.

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu acho que isso é um pouco de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ficção?

SR. ROBERTO NACCACHE: Ficção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso não aconteceu?

SR. ROBERTO NACCACHE: Sinceramente, eu acho que é ficção. Não, nós estávamos brigando mesmo, a briga foi feia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual era a proposta da MANNESMANN, o Senhor se lembra?

SR. ROBERTO NACCACHE: Em termos de valores?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De valores. Eram três lotes.

SR. ROBERTO NACCACHE: Veja, talvez eu fale, mas eu creio que no total, uma das partes era trinta e poucos milhões, a outra era 26 ou 29 milhões, a terceira em torno de uns 30 milhões também. Eu acho que dava perto de uns 90 milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perto de uns 90 milhões. O preço da BROCKVELD, segundo consta, seria de 48 bilhões para os três lotes. assegurando um lucro bruto de 30%. Isso era exequível?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, eu não gostaria aqui de falar dessa empresa porque ela...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não da empresa, mas da proposta. A proposta era de 48 milhões, o Senhor considera que isso é exeqüível, considerando-se que a margem de lucro era de 30%, bruto?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não. Eu estou no ramo há muito tempo, eu acho que isso não seria possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha que isso é inviável?

SR. ROBERTO NACCACHE: Inviável, absolutamente. Tanto é que a BROCKVELD foi desqualificada porque não cumpria com todas as exigências técnicas, segundo o próprio pessoal do CORREIO, as falhas da proposta dela poderiam acarretar custos não consideráveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a MANNESMANN também foi desqualificada, perdão, inabilitada.

SR. ROBERTO NACCACHE: Mas por razões não de custo, não razões técnicas, foi falta de um desenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi um vício da proposta?

SR. ROBERTO NACCACHE: Foi um problema da proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi um erro na proposta.

SR. ROBERTO NACCACHE: Um erro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um erro imperdoável.

SR. ROBERTO NACCACHE: Infelizmente, a pessoa que cometeu o erro, não adianta demiti-lo, o erro estava feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é um caso grave. Quem foi o responsável por esse erro?

SR. ROBERTO NACCACHE: Um Gerente de Engenharia, infelizmente, uma falha de contato de proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual o nome do Gerente? O Senhor lembra?

SR. ROBERTO NACCACHE: Li Tang Men.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Li Tang...

SR. ROBERTO NACCACHE: Li Tang Men.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Li Tang Men? Isso é um nome só, ou são dois nomes?

SR. ROBERTO NACCACHE: Três nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Li Tang Men?

SR. ROBERTO NACCACHE: Li Tang Men. Tang, como Tang, o refresco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Japonês. Chinês. Só pode ser chinês. Então o Sr. Li Tang Men trabalha na empresa até hoje?

SR. ROBERTO NACCACHE: Trabalha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele foi responsável pelo equívoco?

SR. ROBERTO NACCACHE: No meu ponto de vista, era um desenho que não continha coisa alguma, era simplesmente uma cópia de um desenho e...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi punido por isso?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê? Não foi um erro grave?

SR. ROBERTO NACCACHE: Veja, aí se eu fosse o GERENTE eu o teria punido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o gerente da época? O Senhor lembra?

SR. ROBERTO NACCACHE: O nome dele era João José Guirado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): João José Guirado. Bom, quer dizer que Sr. Guirado não ficou tão irado assim com o Sr. Li..

SR. ROBERTO NACCACHE: [risos] Deve ter ficado, mas não tomou nenhuma atitude mais drástica não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. BROCKVELD, em depoimento à CPI, afirmou que a ALSTHOM e a SIEMENS não fabricam os produtos que vendiam aos CORREIOS, e por isso a BROCKVELD poderia oferecer preços mais baixos. Isso é verdade?

SR. ROBERTO NACCACHE: Na época, eu acredito que não. Eles eram integradores. Eles não fabricavam uma boa parte dos produtos. Agora, deixa eu colocar a coisa de uma forma. Num sistema desse tipo, o componente mecânico que eles não fabricavam era a menor parte. Esses sistemas têm um componente de engenharia de instalação e de controles elétricos, de material elétrico, muito grande. Então, vamos dizer, a parte mecânica se torna irrelevante no negócio. Então eles, realmente, não fabricavam essas partes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor recorreu da inabilitação da MANNESMANN?

SR. ROBERTO NACCACHE: A MANNESMANN recorreu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A MANNESMANN recorreu?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu creio que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor estava presente na apresentação das propostas e durante os atos da licitação?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu estava presente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A MANNESMANN recorreu e não teve acolhido o seu recurso?

SR. ROBERTO NACCACHE: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou ir à Justiça?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, a impressão que eu tenho é que o pessoal do CORREIO pediu que não se bloqueasse o processo, eles queriam que as instalações fossem feitas porque o interesse que nós sentimos do pessoal, nós tivemos contato com o pessoal de Engenharia num esclarecimento da...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o pessoal que mantinha contato com o Senhor nos CORREIOS? Quem eram as pessoas?

SR. ROBERTO NACCACHE: Um deles era o Gerente de Engenharia do CORREIO, era Marcelo o nome dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Macedo? Marcelo Macedo de Castro?

SR. ROBERTO NACCACHE: Pode ser, eu não tenho lembrança do nome completo dele, mas o CORREIO demonstrou claramente que o interesse era terminar as instalações e operar os sistemas, ou seja, modernizar os CORREIOS. Então, eles pediram às empresas que não recorressem. E eu acredito, porque, como eu não tinha mais influência gerencial na empresa, eu era um assessor técnico na época, eu acredito que a MANNESMANN atendeu esse pedido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teve algum contato de Consultoria com a SIEMENS ou com a ALSTHOM?

SR. ROBERTO NACCACHE: Posteriormente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o Senhor teve?

SR. ROBERTO NACCACHE: Depois dessa, vamos dizer, da ALSTHOM e da SIEMENS vencerem a concorrência, a MANNESMANN se propôs a fornecer equipamento para a ALSTHOM e quem trabalhou esse negócio fui eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fornecimento para este projeto?

SR. ROBERTO NACCACHE: Para este projeto. Nós tentamos até, vamos dizer, fazer o projeto para a ALSTHOM e perdemos, e a ALSTHOM acabou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A MANNESMANN chegou a fornecer para a ALSTHOM e para a SIEMENS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não forneceu. Nós fizemos uma proposta de fornecimento de engenharia originalmente para a ALSTHOM e a ALSTHOM acabou comprando de uma empresa francesa, essa engenharia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a SIEMENS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Para SIEMENS, nós não fizemos nenhuma proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, o Senhor chegou a prestar alguma consultoria para a ALSTHOM ou para a SIEMENS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, para a SIEMENS, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para a ALSTHOM sim?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não consultoria, eu agi como um elemento técnico por parte da MANNESMANN na tentativa de vender engenharia para--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor recebeu alguma coisa da ALSTHOM?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Teve algum contrato com a ALSTHOM?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Nada, nada, nada.

SR. ROBERTO NACCACHE: Nada. Eu era Consultor exclusivo para a MANNESMANN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acabou não prestando serviço para a ALSTHOM?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, só para a MANNESMANN. Eu tinha um contrato de exclusividade com a MANNESMANN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a MANNESMANN não fez nenhum contrato com a ALSTHOM?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só depois ela foi vendida para a SIEMENS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Depois a MANNESMANN foi vendida para a SIEMENS, e ainda assim não fez nada para a ALSTHOM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor tinha ciência que a NEC iria participar dessa licitação junto com a BROCKVELD?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, aqui eu posso falar na minha afirmação, mas eu acredito que eles disseram, ouvi falar que a NEC ia participar junto e no fim a NEC não estava junto com a BROCKVELD.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Segundo o Sr. Brockveld, ele, inclusive, apresenta documentos aqui a NEC desistiu de participar do consórcio dois dias antes da entrega das propostas. O Senhor tinha ciência disso?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu fiquei sabendo na ocasião que a NEC não estava junto com a BROCKVELD. Agora, detalhes desse tipo eu não tomei conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele disse que foi a pedido da SIEMENS que isso aconteceu.

SR. ROBERTO NACCACHE: Também, veja, eu não tinha contato com a SIEMENS nessa época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe dizer por que o Sr. BROCKVELD não apresentou recurso contra a sua inabilitação na concorrência? A MANNESMANN apresentou, o BROCKVELD não apresentou. Sabe dizer a razão?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu tenho a impressão que eles fizeram um acordo com a SIEMENS para vender parte do material para a SIEMENS e com isso eles ficariam quietos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor chegou a presenciar esse entendimento?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, eu não presenciei, eu sei... Veja, quem está no meio e é bem informado tem que saber das coisas. Então, eu fiquei sabendo que havia esse acordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor soube desse acordo?

SR. ROBERTO NACCACHE: Posteriormente, veja, hoje eu tenho contato muito íntimo com a SIEMENS, porque quando a SIEMENS comprou a MANNESMANN eu passei a trabalhar para a SIEMENS e privar, vamos dizer assim, com o pessoal da SIEMENS, então eu fiquei sabendo das notícias todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor se lembra quem lhe informou isso ou quem lhe contou?

SR. ROBERTO NACCACHE: Foi o Hércio Aunhão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Hércio Aunhão. O que ele contou exatamente, para o Senhor?

SR. ROBERTO NACCACHE: Que ele havia feito um acordo de comprar da BROCKVELD algumas, são calhas, a gente chama de “schutz”, são calhas em espiral por onde desceriam as caixetas. Que a BROCKVELD se dizia representante de uma empresa canadense, e que, na realidade, não era representante dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele chegou a mencionar para o Senhor que ele havia feito esse acordo para a BROCKVELD não recorrer?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não sei se foi por isso. Veja, ele não me falou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele falou exatamente para a Senhor?

SR. ROBERTO NACCACHE: Que eles iriam comprar da BROCKVELD esse material.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E falou por que iria comprar da BROCKVELD?

SR. ROBERTO NACCACHE: Porque a BROCKVELD se dizia representante exclusiva dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas tinha alguma coisa a ver com recursos da BROCKVELD?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, eu não posso afirmar, realmente, eu estaria inventando se eu fizesse essa afirmação. Não tinha conhecimento disso, formal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas a propósito do que o Sr. Hércio Aunhão contou isso para o Senhor?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, isso foi... veja, nós trabalhávamos na mesma empresa, no mesmo

nível, vamos dizer, ele era Gerente Comercial, eu era o Consultor de alto nível da empresa e nós almoçávamos juntos, e somos amigos, vamos dizer, hoje. Então, comentando de negócios, isso surgiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E exatamente como é que foi que ele comentou com o Senhor essa questão? Se o Senhor pudesse retratar a conversa.

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, aí está difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mais ou menos.

SR. ROBERTO NACCACHE: Comentando, vamos dizer, dentro da própria empresa como vai fazer uma coisa ou outra, as calhas, vamos comprar da BROCKVELD. E nada, além disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eu lhe perguntei quando o Senhor colocou isso, foi, relativamente, por que a BROCKVELD não apresentou recurso, o Senhor falou: “ah, porque fez um negócio”. Que elementos o Senhor tem para deduzir que esse negócio que impediu a interposição de recurso?

SR. ROBERTO NACCACHE: Veja, isso é uma impressão minha aqui, vamos dizer, a promessa desse negócio foi como que um “cala boca”. Eu acho que era conveniente, na época, fazer esse negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi uma impressão sua ou o Senhor teve essa informação de alguém?

SR. ROBERTO NACCACHE: É impressão que eu tenho, eu não posso afirmar que formalmente que isso ocorreu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É porque, exatamente, o que o Sr. Brockveld afirma é isso. O Sr. Brockveld afirma que aconteceu exatamente isso.

SR. ROBERTO NACCACHE: Esse é o ponto de vista dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso, e coincide, no caso, com a sua impressão. Até com outras evidências para se confirmar isso. Os contratos ou minutas, cartas de intenção, chamamos assim, firmado entre as empresas BROCKVELD e SIEMENS, e BROCKVELD e ALSTHOM foram celebrados no dia 23 e 24 de fevereiro nos dois últimos dias para apresentação do recurso, ou seja, parece reforçar essa convicção e um deles, inclusive, com a SIEMENS foi firmado no Aeroporto. Rabiscado, uma situação bastante curiosa. Eu vou ler para o Senhor um trecho do depoimento do Sr. Brockveld para que o Senhor possa comentar. Eu pergunto a ele: “Aí o Senhor, então, é procurado pela SIEMENS

e pela ALSTHOM, que quem o procurou pela SIEMENS e quem o procurou pela ALSTHOM para pedir que o Senhor não recorresse?” O Sr. Brockveld: “Todo contrato, eu sempre fiz com os Diretores pela SIEMENS e o Sr. Hécio Aunhão. Ele era o Diretor Geral da SIEMENS DEMATIC que é a unidade de movimentação. E o outro é Jean Bernard Devraignes, que é o Diretor da ALSTHOM”. Eu: “Sim, eles procuraram o Senhor em conjunto, os dois juntos, ou separadamente?” Diz ele: “Separado. E eu: “Separadamente, o que eles disseram ao Senhor?” O Sr. Brockveld: “Que esse processo de licitação até pelos últimos anos, que todo histórico dentro dos CORREIOS e isso era uma continuação de outros contratos a 027 de 96, 029 de 96, lote 1 e 2, 29 e 26, quer dizer, eram contratos anteriores de máquina de triagem, máquina dessa coisa toda e que era, pelo tamanho do contrato era interesse muito grande das duas empresas em estarem continuando com esses contratos. E queria então, não queria que eu entrasse com recurso porque tinha atrasado muito esse processo, os anteriores já estavam extremamente atrasados, já tinha havido aditamento de modernização de reavaliação dos contratos anteriores que, em dólares, eram bem maiores do que esses em que os equipamentos eram semelhantes”. Aí eu pergunto: “Quando eles lhe procuraram ficou claro que eles tinha algum tipo de acordo com os CORREIOS?” O Sr. Brockveld: “Eu não, eu, na verdade, nunca pensei nisso porque eu nunca tive essas pessoas, duas pessoas do CORREIO, inclusive, o Presidente da Licitação é uma pessoa que eu conheço há muito tempo, ele sempre foi um técnico, o Engenheiro Marcelo de Castro. E eu nunca tive nenhum, nada que me transparecesse, que desabonasse nenhum deles, eu não acho que, pelo menos, naquela esfera. Nessa esfera com que sempre tive contato não acho que pelos profissionais de carreira, CORREIO, e que não, para mim, nunca foi, nunca tive nenhuma”. E eu pergunto: “Mas eles comentaram que tinha algum tipo de acerto com os CORREIOS?” O Sr. Brockveld: “Isso quem falou foi a SIEMENS e a ALSTHOM. Que não acerto, mas que eles precisariam, era interesse de todos que eles continuassem com esses contratos.” Eu: “Quando se fala “interesse de todos”, é interesse também dos CORREIOS?” Diz ele: “Subentende-se que sim, agora, quem, eu não sei”. Eu pergunto: “Mas a impressão que o Senhor teve, então, é que havia um acerto entre as duas empresas e alguém dos CORREIOS?” O Sr. Brockveld: “A impressão que eu tive e que nós todos da empresa tivemos foi essa. Olha, tudo que eu ouvi foi sempre pela imprensa, até essa própria matéria aí e depois boatos daqui e dali, que eu não vou reproduzir porque eu não tenho provas, são coisas que eu ouvi, e fica até ruim para mim isto”. Eu:

“Então, mesmo o Senhor não pronunciando nomes, o que o Senhor ouviu é que eles existia algum tipo de pagamento indevido para autoridades dos CORREIOS, é isso?” Diz ele: “Isso. Por sinal, inclusive, tanto que eles receberam o sinal e, imediatamente, tinham que dar o meu sinal para eu começar a produzir os meus equipamentos”. O Senhor chegou a ouvir dizer que havia alguma propina paga para alguém dos CORREIOS nessa licitação?

SR. ROBERTO NACCACHE: Absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca ouviu nada?

SR. ROBERTO NACCACHE: Absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum boato, nada, nada, nada?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí disse eu: “Não entendi. Quando receberam o sinal?” O Sr. Brockveld: “Depois do acordo feito”. Digo eu: “Então vamos aguardar, vamos seguir etapa por etapa. No momento que eles procuraram o Senhor para o Senhor não recorrer, eles não falaram nenhum tipo de acordo com os CORREIOS?” O Sr. Brockveld: “Não. Falaram que era para mim fazer o acordo com eles e não entraram com recurso para não transbordar”. “Mas não chegaram aceitar que eles estavam acordados com alguém dos CORREIOS”. Disse ele: “Não”. Eu: “Não chegaram, naquele momento não chegaram? Perfeito. Daí, então o Senhor opta por não apresentar o recurso e ser contratado pelas duas?” Diz ele: “Exato”. “Esse contrato foi por escrito?” “Por escrito”. “Em que data foi firmado?” “Da ALSTHOM dia 23 e da SIEMENS dia 24, dia 23 à noite. Então, dia 23 à noite eu e o nosso Advogado fomos a ALSTHOM, no escritório da ALSTHOM e assinamos esse contrato, até tinha um empecilho no meio”. Então está aqui. Abre aspas. Eu leio um pedaço do contrato para ele. Leio mais trecho do contrato, ele confirma que aquele é o contrato e aqui prossegue um pouco mais do depoimento dele. Ele diz que não recorreu exatamente por causa disso. Fala que estava esperando no Aeroporto. “A gente sempre sentou no restaurante do Aeroporto”. Pegou a folha e assinou, isso com o Sr. Aunhão da SIEMENS. Disse que o jurídico não apreciou o contrato. E aí, basicamente, então, ele disse que sequer chegou a desistir do recurso, não usou o termo “desistência”, formal. Quer dizer, nesta parte o depoimento do Sr. Maurício Brockveld confirma um pouco a sua impressão, no que se refere a um acordo entre a empresa para que ele não recorresse. O Senhor estava no CORREIO no dia da entrega da proposta em

dezembro da 2002? O que o Senhor fez naquele dia? Por que o Senhor estava lá?

SR. ROBERTO NACCACHE: Porque o Gerente novo da MANNESMANN o Sr. Guirardo era recém-chegado na empresa e vinha de uma empresa de química, de uma indústria química, e ele pouco conhecia do nosso negócio. Então eu fui assessorá-lo na concorrência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu leio um outro trecho do depoimento do Sr. Brockveld, não sei se aí vai haver concordância com o Senhor. O Sr. Brockveld falou o seguinte: “Levamos a proposta, trouxe todo mundo para que o Advogado para qualquer coisa que acontecesse mais, a gente tivesse ali preparado. Na hora que a gente chegou no 7º andar, não sei que andar foi aquele lá no prédio do CORREIO, foi um alvoroço, a gente chegou 5 minutos antes da abertura da licitação, foi uma coisa assim cômica e perturbou todo mundo. ‘O que você está fazendo aqui’, ‘por que você veio nessa licitação?’ ‘Não entra’”. “Foi verdade isso? Houve um alvoroço quando ele chegou?”

SR. ROBERTO NACCACHE: Houve um alvoroço porque nos surpreendeu que uma empresa do porte dela, da BROCKVELD, e na situação que ela se encontrava, que era de inadimplência e que não tinha capital, não tinha um parque fabril e não tinha tecnologia, se propusesse a entrar numa concorrência daquele padrão. Então realmente nos surpreendeu, e a impressão que se teve ali é que eles estavam entrando como alguma finalidade escusa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual seria?

SR. ROBERTO NACCACHE: Atrapalhar o negócio, atrapalhar a concorrência para de alguma forma poder obter alguma vantagem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa foi a impressão que o Senhor teve?

SR. ROBERTO NACCACHE: Essa foi o impressão que eu tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a conversar com ele naquele momento?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não conversou?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem se aproximou dele?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, não. Nós nos cumprimentamos porque o Maurício da BROCKVELD trabalhou para mim, trabalhou na minha empresa e uma

peessoa que estava junto com ele, o Filipo Kokinos(F) também trabalhou na minha empresa, sob minha gerência, inclusive, tendo sido demitido por justa causa, processado e condenado por estelionato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi demitido?

SR. ROBERTO NACCACHE: O Filipo Kokinos(F) que chegou junto. Então eu demiti uma pessoa em 1998. Demiti o sujeito porque ele estava roubando a minha empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estava roubando a sua empresa, o Kokinos(F)?

SR. ROBERTO NACCACHE: Sim. Demiti por justa causa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que ele fazia?

SR. ROBERTO NACCACHE: Ele era Gerente de Vendas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E que golpe ele aplicou?

SR. ROBERTO NACCACHE: Ele fechava negócios, combinava uma forma de pagamento em vários cheques e etc. E pegava esses cheques, endossava e depositava na conta dele. Aliás, eu trouxe até o processo comigo, porque eu tinha a sensação que isso ia surgir, então eu tenho todo o processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o Senhor pudesse deixar uma cópia para nós.

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu posso enviar uma cópia?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por favor.

SR. ROBERTO NACCACHE: É a única, mas eu envio uma cópia se quiser ver para aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não precisamos ler agora.

SR. ROBERTO NACCACHE: São 70 páginas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele foi condenado?

SR. ROBERTO NACCACHE: Foi condenado a dois anos, dois meses e vinte dias de reclusão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele começou o trabalhar com o Sr. Brockveld?

SR. ROBERTO NACCACHE: E ele foi trabalhar na época, não sei se ele trabalhava formalmente com o Brockveld, mas ele estava lá como, vamos dizer, apoiando o Brockveld.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apoiando o Brockveld?

SR. ROBERTO NACCACHE: É. Então eu, na realidade, não tinha a menor vontade de conversar com esse cara, nós não tínhamos um relacionamento muito cordial na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí eu pergunto para ele: “Quando o Senhor fala todo mundo eram só os participantes que estavam perturbados ou a Comissão de Licitação também estava perturbada?” Ele disse: “Não, não, a Comissão não, eu acho que os participantes, porque todos ali eu conhecia, o Diretor da SIEMENS eu conheço, da ALSTHOM eu conheço, eu conhecia o da RAPISTAN também. Tanto que nesse meio ali chegou para nós e falou assim: ‘Olha, vai embora e não apresente a sua proposta, depois a gente, foi a primeira intervenção, depois a gente...’”. “Quem falou isso?”, diz ele. “O Roberto Naccache”. E ele falou: “Olha, se você quiser você leva uma participação disso aqui e vai embora. E falou assim: ‘Te dou tanto e você não apresenta’. Isto me aborreceu. Hoje eu me arrependo, devia ter pego”. “Quanto ele ofereceu?” Disse o Sr. Brockveld: “Dois milhões.” Digo eu: “Dois milhões de reais? O Sr. Roberto Naccache ofereceu 2 milhões de reais para o Senhor cair fora da licitação?” Disse ele: “Foi. Eu, lamentavelmente, não tive a...” “Ele fez em nome de quem essa proposta?” Diz ele: “Olha, tanto que eu achei tão ridícula, naquele momento estava eu, o meu Advogado e o Filipo, um olhou para o outro e falou assim, ‘olha você tem estado que a gente passou a noite inteira dilapidando a proposta’. Deve ser *lapidando*. “Checando que não houve nenhuma falha para que não fosse, nós ficamos a noite inteira no Hotel Nacional no dia 21 para o dia 22 repassando a proposta, às 6 da manhã, lacrando e saímos correndo para a licitação. Não dormimos naquela noite”. Eu disse: “O Sr. Roberto Naccache fez a proposta, o Senhor acha que em nome da RAPISTAN?” Diz ele: “Acho que sim”. Eu digo: “É uma coisa curiosa porque quem iria ganhar? Pelo que haveria de informação, seriam as empresas ALSTHOM e SIEMENS e ele seria mais um dos participantes que avisaria para o Senhor sair fora?” Diz ele: “É. Mas naquele momento a RAPISTAN já sabia que não ia fazer. Ela estava sendo adquirida.” “O Senhor acredita que a RAPISTAN já estava acertada com as outras duas?” Aí intervém a Senadora Ideli Salvatti: “É que ela já tinha sido adquirida?” Sr. Edson Maurício Brockveld: “Estava sendo já adquirida.” Naquele momento em que isso aconteceu, ela estava sendo adquirida?

SR. ROBERTO NACCACHE: Absolutamente, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ainda não?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já havia tratativas?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não. Veja, a tratativa... As tratativas eram públicas, a THYSSEN e a SIEMENS estavam fazendo propostas, inclusive, eu creio que a decisão só saiu mais de um ano depois dessa época. Eu gostaria até de comentar alguma coisa: Primeiro, eu nunca faria uma proposta dessa por várias razões. Uma delas é que eu não tinha autoridade para isso. Uma outra razão: Conhecendo a empresa BROCKVELD como eu conhecia, porque eu era obrigado, estando no ramo, a conhecer os concorrentes, e eu conhecia a BROCKVELD, eu sabia que ela não tinha a menor chance de participar da concorrência, porque ela seria desqualificada a priori. Porque ela não tinha estrutura para isso. Era uma empresinha pequena, cheia de dívidas, sem tecnologia própria, não tinha estrutura para entrar. Então, eu, se fosse um dos dirigentes das empresas que estava participando, não temeria a BROCKVELD. Nunca faria uma proposta dessa. Em primeiro lugar. Em segundo lugar eu não tinha um relacionamento amigável com esse Sr. Maurício porque ele...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor disse que havia uma suspeita que ele poderia estar entrando para tumultuar a licitação. Em tese...

SR. ROBERTO NACCACHE: Isso a impressão que eu tinha. Agora, veja, eu vou encurtar a coisa, eu não fiz proposta nenhuma, absolutamente. Eu tenho a sensação aqui que isso tudo que está se falando tem algum cunho político no meio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como seria?

SR. ROBERTO NACCACHE: Tumultuar esta CPI. Isto... Olha, é a minha palavra contra a dele, tem um monte de mentiras aí. Esse trecho final tem um monte de mentiras. Realmente, quando eles chegaram causou um mal-estar entre as pessoas presentes, causou um mal-estar, sem dúvida. Agora, daí a se dizer que se fez alguma proposta, absolutamente, ninguém fez proposta nenhuma para esses camaradas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor em nenhum momento naquela oportunidade chegou para conversar com ele e com a outra pessoa que o Senhor mencionou até que foi condenada criminalmente, o Sr. Filipos?

SR. ROBERTO NACCACHE: O Filipos Kokinos(F) não. O Filipos eu não mantenho até hoje um relacionamento bom, eu tenho a impressão que ele, se puder me matar, ele me mata, porque realmente eu fui a principal testemunha contra ele, e que até no processo,

eu li, o Juiz disse que o meu testemunho foi relevante para a condenação. Então ele, realmente, não gosta de mim. E, claro, eu não tenho simpatia nenhuma por ele, uma vez que ele roubou a minha empresa. Quanto ao Maurício Brockveld eu não tenho nada contra, nem a favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor chegou a conversar com ele ou com o Sr. Filipos naquela oportunidade?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, vamos deixar claro, cumprimentei como uma pessoa sociável, certo? Não vou hostilizar ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas chegou a conversar com ele?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não, não conversei. Eu simplesmente cumprimentei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que o Senhor acredita que o Sr. BROCKVELD depois de tanto tempo passado estaria agora prestando esse depoimento? Qual a intenção do Sr. Brockveld de dizer que o Senhor teria tentado suborná-lo?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu acho que isso tem alguma influência do Filipos, eles estão querendo se vingar de mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Brockveld teria alguma razão para se vingar do Senhor?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, a empresa dele perdeu concorrências consistentemente para a SIEMENS DEMATIC. Perdeu consistentemente. Inclusive, fez ameaças rudes contra o pessoal da SIEMENS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de ameaças ele fez?

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu não vou colocar aqui mais lenha na fogueira, mas ameaças, inclusive, físicas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em relação a quem que ele fez ameaças?

SR. ROBERTO NACCACHE: O Hércio Aunhão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Hércio não declarou na CPI nenhum tipo de...

SR. ROBERTO NACCACHE: Infelizmente, ele foi defendido pelo pessoal dentro de uma feira porque o pessoal da BROCKVELD quase o agrediu lá dentro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quase o agrediu dentro de uma feira?

SR. ROBERTO NACCACHE: Por quê? Porque eles consideravam que nós estávamos trazendo preços baixos para ganhar da BROCKVELD. Quando você entra numa concorrência pública na Infraero, por exemplo, você entra com o menor preço, qual é o crime que existe nisso? Quando o seu preço é menor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Sr. BROCKVELD teria uma razão para tentar se vingar do Sr. Aunhão. Na verdade, pelo que conta, depois a SIEMENS não honrou aquela carta de intenções posteriormente e, talvez aí a razão da irritação dele com o Sr. Aunhão. Mas em relação ao Senhor, por que é que ele inventaria essa história?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, se ele está mancomunado com o Filpos, eu acho que o Filpos tem um boa razão para querer, vamos dizer, se vingar de mim, ou criar problemas para mim. Quanto ao Brockveld eu não tenho, vamos dizer, ele trabalhou para mim, saiu da empresa porque ele quis, nunca tive nada contra ele, converso com ele, tenho um relacionamento normal. Não gosto de homem, não gosto, especialmente, dele. Mas não tem nada, realmente, não fiz proposta...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia alguma coisa nessa licitação que, a seu ver, pudesse favorecer as vitórias da ALSTHOM e da SIEMENS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Olha, realmente, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Nada no edital? Nada na condução do procedimento?

SR. ROBERTO NACCACHE: Nada, nada, tudo absolutamente genérico, se eu posso dizer. Por quê? A sensação que eu tive aqui, a preparação do edital foi de tal forma a não favorecer ninguém, a permitir que o máximo de empresas entrassem, essa foi a sensação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, se o Senhor tiver razão esta é a primeira licitação nos CORREIOS que nós vemos com essa característica, pelo menos, as que passaram aqui pela CPI, porque todas tinha alguma coisa.

SR. ROBERTO NACCACHE: Realmente, o Marcelo... Eu tive a impressão, eu sou um Engenheiro, eu me considero bom Engenheiro, e o Marcelo me deu uma impressão de agir com muito critério. A gente sempre tenta puxar a brasa para a sardinha da gente. Então, as vezes que nós íamos lá conversar, obter informações, claro, a gente tenta... Olha, põe a cor da minha empresa e tal. E, nada, nada. Ele era muito rígido com as coisas. Então, eu não vejo que tivesse alguma coisa que beneficiasse alguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor nunca soube de nenhuma notícia de algum comportamento irregular nessa licitação das pessoas dos CORREIOS?

SR. ROBERTO NACCACHE: Não. Eu elogio o comportamento deles porque, realmente, me pareceu muito limpo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Bem, da nossa parte nós estamos satisfeitos com o depoimento de V.S^a. Não há mais nada por ora a tratar. Se necessário for, nós pediremos novas informações ao Senhor, que agradeço a disposição com que veio de pronto a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu posso mandar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se pudesse encaminhar para nós a cópia do processo criminal contra o Sr. Filpos, nós agradeceríamos imensamente.

SR. ROBERTO NACCACHE: Eu vou mandar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu agradeço imensamente. Nós vamos, então encerrar a Sessão de hoje, lembrando que esta Sub-Relatoria tem depoimentos amanhã. São dois depoimentos. Então, nós teremos apenas um depoimento amanhã, sendo que o depoimento do Sr. Roberto Kfour, por solicitação do seu Advogado, foi transferido para quinta-feira. Então, portanto, nós teremos o último depoimento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito dessa Sub-Relatoria na quinta-feira. Assim sendo, na forma regimental, declaro encerrada a presente Sessão, informando aos Senhores e às Senhoras que amanhã nós prosseguiremos com mais um depoimento, tendo o último depoimento da Sub-Relatoria na próxima quinta-feira. Encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 19h30

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 38ª Reunião, realizada em 15/03/2006.

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quinze horas e trinta e cinco minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, ainda com a presença do Senador Heráclito Fortes,

reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Márcio Eduardo Nozari, representante da empresa Beta. A seguir convida o depoente para sentar-se à mesa, apresentar sua qualificação pessoal e descrever sua atuação na Beta. Em seguida faz perguntas ao depoente. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos às dezesseis horas e quinze minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO

CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 38ª Reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº. 03/2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa está a Ata da Reunião anterior, a qual coloco na forma regimental em votação, propondo a dispensa da sua leitura. Os Senhores Parlamentares que a aprovam, que permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta dessa Reunião é destinada à oitiva do Sr. Márcio Eduardo Nozari, única oitiva do dia de hoje. Peço à Assessoria que faça o depoente ingressar ao recinto tomando assento à Mesa, para que possa prestar o seu depoimento.

Agradeço a presença do depoente e também agradeço a presença do Dr. Advogado, Antônio Celso Fonseca Pugliese, inscrito na OAB/SP nº. 155.105. De início eu devo desculpas para os Senhores pelo atraso do início desse depoimento, mas eu explico a que se deve. É que depois de marcada essa nossa oitiva, a Sub-Relatoria designou para hoje a oitiva do Sr. Duda Mendonça, e nos parecia perfeitamente possível combinar, em face da premência de tempo, as duas oitivas. Ocorre, exatamente pela situação que antecedeu a própria oitiva numa discussão, se a Sessão seria aberta, seria fechada, quem poderia fazer perguntas, etc., a reunião administrativa da CPI, ou a parte administrati-

va da Sessão, se estendeu. E quando iniciou o depoimento do Sr. Duda Mendonça, já tardiamente, como eu estava inscrito para fazer arguições, eu não podia vir para cá antes de fazer a arguição. Aliás, arguições infrutíferas, porque ele se recusou a responder todas as perguntas, amparado num *habeas corpus* que foi impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal. Mas, seja como for, então essa é a razão do atraso. Eu tinha remarcado horário para às 14h e estamos uma hora e trinta minutos atrasados.

Felizmente, hoje só temos o depoimento de V.Sª., razão pela qual eu peço sinceras desculpas ao Senhor, ao constrangimento da espera. Bem, esclareço de início que V.Sª. vem depor na condição de testemunha, uma vez que não há nenhuma imputação e investigação nesta CPMI contra V.Sª.. É por essa razão, que V.Sª. assina termo de compromisso na forma do art. 203, do Código de Processo Penal, onde assume o compromisso de dizer a verdade no que souber e não se omitir no que lhe for perguntado. Não está V.Sª., todavia, obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, 73, da Constituição Federal, uma vez que a Constituição Federal veda que as pessoas sejam obrigadas a depor contra si próprio. É de praxe dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que os depoentes que aqui compareçam possam, querendo, fazer uso da palavra, abordando questões pertinentes ao objeto dessa investigação. Se assim o quiser, tem V.Sª. a palavra.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Primeiramente, boa tarde. Meu nome é Márcio Eduardo Nozari, casado, 43 anos, Engenheiro, especializado na área técnica de logística e estou aqui disposto a poder ajudar ao máximo possível essa oitiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço imensamente V.Sª.. Começo então aos questionamentos. V.Sª. já disse que é Engenheiro. Quando que V.Sª. ingressou nos quadros da BETA? Em que ano?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu ingressei num grupo de empresas do Sr. Ioannis Amerssonis, em junho de 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em junho de 1999. Num grupo de empresas?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu, especializado na área de logística, fui contratado para desenvolver as atividades de logística em algumas empresas do Sr. Ioannis, que ainda não tinham uma atividade expressiva no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quais eram essas empresas? O Senhor sabe enumerar?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: PROLOGÍSTICA(F), BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS, que é a BEX, e dois anos depois uma nova empresa especializada na logística de varejo, chamada BRAZILIAN EXPRESS LOGÍSTICA E TRANSPORTES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor, quando ingressou no grupo, não trabalhava na BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. Em nenhum momento eu exerci alguma atividade na BETA. Minha especialidade era logística, eu não tive nenhum tipo de contato com a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não teve nenhum tipo de contato com a BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor começou a trabalhar em junho de 1999 e foi até que ano trabalhando?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu trabalhei lá até agosto de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que unidade o Senhor trabalhava?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: A parte de logística, ela ficava nessas três empresas, ali na Castelo Branco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não chegou a trabalhar em Porto Alegre?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. A BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES, eu vou denominar BEX agora, até para evitar confusões, ela tinha lá uma filial e ela expedia carga de Porto Alegre para algumas localidades do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, e a BEX mantinha, então, contratos com a BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. A BEX agenciava o espaço aéreo de diversas companhias aéreas e também utilizava o espaço da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou em algum momento a cuidar da filial de Porto Alegre?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Da BEX, eu era responsável sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E cuidava das relações da BEX com a BETA, em Porto Alegre?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: É, existia uma tarifa interna predefinida, que a BEX teria que pagar para a BETA para o uso daquele espaço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Qual era a função que o Senhor exercia, exatamente?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu era o Diretor Operacional e Comercial das três empresas de logística do grupo. Basicamente, fazia armazenagem de produtos e distribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor foi contratado de que forma pela BETA? Alguém lhe indicou, alguém lhe conhecia?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu estou há 20 anos no mercado de logística, passei por grandes empresas, uma delas o CARREFOUR, e como o meu nome tinha uma certa expressividade no mercado de logística, o Ioannis acabou sabendo disso e me fez uma proposta para desenvolver essa atividade no grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor já conhecia o Sr. Ioannis antes?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que o Senhor saiu em agosto de 2003 da BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu fui demitido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A razão?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu fui demitido pelo Presidente do grupo, o Sr. Michel Atiê, por divergências profissionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor poderia dizer quais são as divergência?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu, como profissional de logística, eu prezo pelos dois principais investimentos de uma empresa de logística, que é pessoas e tecnologia. Sem esse investimento, você não consegue desenvolver nenhuma atividade no meu segmento. Infelizmente, esses investimentos não eram feitos e eu não concordava com a condução dos investimentos nessas áreas e eu não conseguia desenvolver o meu trabalho. Comecei a ter atritos com o Michel e ele acabou achando, por bem, me demitir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso prestou algum serviço para alguma das empresas do Sr. Ioannis?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, não prestei. Eu só queria retornar um pouquinho para terminar a minha resposta; inclusive, ao sair do grupo, ao ser demitido do grupo, eu abri um processo trabalhista contra eles, que ainda está em andamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê? O Senhor foi demitido por justa causa?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. É que a minha saída de lá teria que ser cumprido, pelo menos algumas condições mínimas de rescisão, e isso não foi cumprido e eu achei por bem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Entrar com uma ação trabalhista. Ainda está em curso?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Ainda está em curso. Desculpe complementar, acabei interrompendo a sua sequência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sempre foi Diretor Operacional e Comercial? Sempre a mesma função? Desde 1999 até 2003?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Até a minha saída.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o Senhor chegou a vivenciar a cisão do grupo?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a verdadeira razão da cisão? Por que é que o Sr. Ioannis Amerssonis brigou com o Sr. Antônio Moratto?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eles tinham visões diferentes da condução da empresa, na parte de gestão, principalmente, e na parte de investimentos. A princípio eles não chegaram a um consenso e acabaram achando, por bem, se separar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe alguma acusação de que um dos sócios teria lesado o outro?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não tenho nenhuma informação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Senhor saberia precisar exatamente a divergência ou quais eram os aspectos de divergência que tinham o Sr. Ioannis e o Sr. Moratto?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Acredito o que principal ponto é que o Ioannis gostaria de profissionalizar a empresa, e ele e o Antônio Augusto irem para um conselho, o Antônio Augusto achava que deveria continuar conduzindo a empresa e com isso prejudicaria o desenvolvimento dos profissionais dentro da empresa. E com isso, eles não chegaram a um consenso sobre, de como estruturar a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa era a questão fundamental ao seu ver?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Essa era a questão fundamental, na minha opinião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, o Senhor ao exercer o cargo de Diretor Operacional e Comercial da BEX, mantinha que tipo de contatos com a BETA? Porque naturalmente a BEX vendia as vagas de espaço aéreo na BETA. Qual a interface que o Senhor tinha com o trabalho da BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu simplesmente pegava a carga dos clientes, com origem em Porto Alegre e disponibilizava isso no aeroporto de Porto Alegre, para que a BETA trouxesse para São Paulo. A partir de São Paulo eu, de forma rodoviária ou através de outra companhia aérea, distribuía para o destino no qual aquela mercadoria se destinava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Um dos clientes que Senhor tinha em Porto Alegre, era a empresa PIGATTO.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. O PIGATTO, ele é um agenciador de carga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor é concorrente dele?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Seria um concorrente dele. Ele contratava espaço com a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, ele fazia o mesmo trabalho o que Senhor fazia?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: O mesmo trabalho que eu fazia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque nós tivemos aqui um depoimento de um representante da PIGATTO, que nos prestou importantes declarações. Como é que é essa remessa de carga da BETA de Porto Alegre para São Paulo? Como é que funciona a operação?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Olha, da BETA, especificamente, eu não saberia te dizer. Sobre a BEX, existia uma emissão de uma AWB, da BEX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BEX emitia uma AWB? Em Porto Alegre?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Em Porto Alegre, a BEX. E essa mercadoria ela carregava na BETA, ou na TAM, ou na Gol, dependendo do espaço disponível. Porque nem sempre eu conseguia espaço na BETA para fazer esse carregamento. Como era uma vida independente, eu teria que ter todas as opções do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): AWB é um conhecimento aéreo. Agora, evidentemente o Senhor tomava con-

tato, ou tinha ciência do conhecimento aéreo emitido pela BETA? A própria PIGATTO nos mostrou cópias desses conhecimentos.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Olha, exatamente como funcionava a parte de conhecimento da BETA, eu não saberia te dizer, porque eu nunca olhei. Se o Senhor falasse da BEX, eu saberia responder com precisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos declarações que mostram, que o conhecimento aéreo emitido pela BETA, ele era um conhecimento emitido por São Paulo. O Senhor tem a ciência disso?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teria que receber uma cópia do conhecimento aéreo da BETA. O Senhor não recebia?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, porque veja, o quê acontece? Quando eu emitia o conhecimento, simplesmente a partir daí, eu abastecia a área de controladoria, que fazia toda a apuração fiscal, e isso servia para me cobrar os clientes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas o Senhor recebia uma cópia do conhecimento aéreo da BETA.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Sinceramente, eu não me recordo, porque eu não manipulava esses documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas teria que receber, era um comprovante.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Teria que receber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor nunca viu esses conhecimentos?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu não me recordo, sinceramente. Porque era um nível de detalhe operacional, que eu não via o fluxo por onde percorria, realmente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os conhecimentos aéreos da BETA, pelo menos o que nós temos aqui, eram emitidos por São Paulo. Eles emitiam um fax para Porto Alegre e faziam desta forma. Isso é irregular, não? Pelo o que o Senhor conhece?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Olha, a informação que eu tenho na área de logística, é que toda vez que você tem uma fonte de mercadoria de uma origem para um destino, ele tem que ter uma filial para

emissão de um conhecimento para aquele destino, e recolher os tributos correspondentes a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o fato deles emitirem esta AWB por São Paulo, implicava que eles só recolhessem ICMS em São Paulo, do combustível que abastecia as aeronaves?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu não tenho conhecimento se isso realmente acontecia. Se isso efetivamente aconteceu, estaria correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe que tipo de fiscalização a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul fazia em relação a esses embarques? No que se refere ao ICMS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Havia alguma fiscalização que o Senhor recebia?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu não me recordo. Se tivesse alguma fiscalização, ela ia direto para a parte corporativa do grupo e eu não tinha nenhum conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A PIGATTO reservava diariamente um palete nas aeronaves da BETA? O Senhor tem ciência disso?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu não sei precisar se era um palete, que ela utilizava o espaço era um fato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não saberia dizer se era um palete?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, não saberia dizer. Porque como eu não administrava a BETA, eu não saberia dizer que espaço ela estaria cedendo para a PIGATTO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Considerando, o Senhor conhece bem ICMS, embora não tenha mexido isso com a BETA; como é que a BETA se apoderava dos créditos de ICMS? Como é que funcionava essa mecânica? O Senhor sabe dizer?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não saberia, Deputado. Eu não mexia com os tributos da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem mexia com isso, lá na BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Provavelmente a área operacional da BETA junto com a controladoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na época que o Senhor trabalhou, quem exercia essas funções?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu vou tentar puxar da memória, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Veja, toda a área administrativa, desde a minha época, que tomava conhecimento disso e tratava disso, estava com o Michel Atiê, que era o Diretor Administrativo Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Michel Atiê? Bom, o Senhor teve ciência, em algum momento, se a BETA tinha créditos de ICMS a receber?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem sabe se ele utilizou esses créditos para pagamento de combustível ou alguma coisa do gênero?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Também não, Doutor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não. Veja, a BETA não tinha filiais em todos os lugares que ela operava.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Em Porto Alegre, acredito que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de quando começou a ter a filial em Porto Alegre? O Senhor lembra? A nossa informação é que vem de 2002.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não saberia responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funciona a questão do AWB, quando a empresa aérea não tem filial no local? Como é que funciona a emissão, o Senhor sabe dizer?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: A princípio, seria incorreto emitir uma AWB que não fosse de origem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Efetivamente, o Senhor teve ciência que o Sr. Ioannis tinha algum tipo de relações com pessoas da área política?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: A única informação que eu tenho, é que ele tem um cunhado, que eu não sei se é Deputado ou Vereador de Sorocaba. É a única informação que eu tenho no período que eu trabalhava lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deputado ou Vereador de Sorocaba? O Senhor não sabe o nome?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não sei. É tão distante, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não saberia lembrar se é Deputado ou Vereador ou, pelo menos, o nome?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Infelizmente não consigo trazer na memória, agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não lembra? Um cunhado?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Cunhado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, a Assessoria me pede para lhe fazer uma pergunta, ainda naquela vertente anterior. A carga da BEX estava coberta pela AWB da própria BEX. Todavia, como a BEX tinha garantias de que não haveria problemas com o fisco, em razão de a carga viajar sem a AWB da BETA, que assegurava a regularidade fiscal do transporte? Já havia essa garantia, de que não haveria problema com o fisco, pelo fato de viajar com a AWB da BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Vamos lá. Como eu falei para o Senhor, eu não acompanhava o processo fiscal da BETA. Eu não saberia dizer se o que a gente chama de AWB mãe, que é da companhia aérea, da BETA estava regular ou não. As outras empresas aéreas que eu utilizava, eu tinha certeza disso, porque eu sabia que elas tinham filial lá. Como da BETA eu não sabia, se não existisse filial da BETA lá, estaria incorreta a AWB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É curioso, porque na PIGATTO fica claro que eles mandavam um fax de São Paulo para Porto Alegre, tanto que isso nos foi dado cópia. Será que não faziam este mesmo procedimento com o Senhor?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu ia com uma frequência muito pequena em Porto Alegre. Era uma filial pequena, era um faturamento muito baixo e eu não acompanhava esse detalhe operacional, que pudesse existir lá. Então, é por isso que eu não consigo afirmar nada para o Senhor, se isso efetivamente acontecia lá na filial em Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria possível que só a carga viajasse com o AWB da BEX?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu acho pouco provável, teria que ter uma AWB mãe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se eu soubesse que não haveria fiscalização no Rio Grande do Sul, eu poderia fazer isso. Aliás, o nome das empresas são muito parecidos.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: É, todas eu acho que é BRAZILIAN EXPRESS alguma coisa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, vamos imaginar que tivesse, porque o nome da empresa que é emitido no AWB, não a sigla BEX, talvez qualquer fiscalização que olhasse se confundisse com o nome da empresa. Seria possível isso? Porque aí, ou seja, pode ser que essas cargas viajassem só com o AWB da BEX.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Doutor, eu não sei. Eu acho pouco provável, porque quem fiscaliza isso, num posto fiscal qualquer ou no próprio aeroporto, teria que ver que aquela AWB Master é de uma companhia aérea; e a BEX não era uma companhia aérea. Então eu acho pouco provável, apesar dos nomes serem similares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Parece estranho o Senhor não ter ciência dessa AWB; ela teria que ser encaminhada ao Senhor.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Veja, quando eu faço uma operação e tenho os documentos fiscais, qual é a minha preocupação? A minha preocupação é: aquele AWB gera uma receita, para que eu pudesse acompanhar o negócio, e a parte documental vai para a área de controladoria para fazer toda a entrada dos livros e todas as apurações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então a BEX deve ter arquivado isso? Porque a PIGATTO tem.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Como a PIGATTO é de Porto Alegre, e lá era uma filial da BEX, essa documentação, com certeza, iria para o corporativo do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para o corporativo do grupo, que ficaria em São Paulo?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Que ficaria em São Paulo, ali na região de Moema, que onde fazia toda a contabilidade, livros fiscais...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essas cargas que eram agenciadas pela BEX, elas compartilhavam espaços nos aviões, quando havia carga dos CORREIOS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Compartilhavam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe descrever o percentual de ocupação disso?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não saberia dizer. O que eu posso falar é que não era muito, era pouco. O espaço disponível era pouco, por isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para as empresas privadas?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Para as empresas privadas; tanto que eu utilizava muito TAM e Gol para trazer as mercadorias para cá, porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A maior parte era dos CORREIOS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: É, está ocupado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe precisar, exatamente, o espaço que normalmente tinha?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve algumas vez, que o Senhor se lembra, que existiam mais cargas privadas do que a dos CORREIOS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Provavelmente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, voltando então às relações políticas do Sr. Ioannis; quer dizer, o Senhor lembra que havia um Deputado ou Vereador de Sorocaba, com quem ele mantinha contatos, que talvez fosse cunhado dele.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em relação à autoridade dos CORREIOS, o Senhor se lembra de alguém que fosse próximo do Sr. Ioannis, ou próximo do Sr. Michel Abud Atiê, dos CORREIOS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Olha, a BETA, por ser uma empresa separada das minhas atividades e sendo os CORREIOS o principal cliente da BETA, o relacionamento com os CORREIOS era sempre feito pelo Ioannis e pelo Michel, na minha época. Então, não tinha praticamente nenhuma informação, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Praticamente nenhuma informação disso?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não presenciava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca chegou ao seu conhecimento de qualquer contato mais estreito?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. Isso era tratado por eles, diretamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a ter contato com o Sr. Roberto Kfoury?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Na época que eu estive no grupo, ele foi o Diretor-Geral da BETA, por um período que eu não saberia te precisar; mas foi Diretor da BETA por um período, talvez dois ou três anos. Não me recordo o período correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: E ele que conduzia a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe de eventuais relações que ele tivesse com o mundo político?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teve alguma vez, algum contato com o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já ouviu falar?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Já ouvi falar nele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Senhor ouviu falar dele?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Que era um Diretor dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma informação específica, sobre relações que ele mantivesse com o Sr. Ioannis, com o Sr. Antônio Augusto?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, Deputado. Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Algum momento chegou a informação ao Senhor, que havia algum tipo de pagamento de propina a autoridades dos CORREIOS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. Isso aí... Não, nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve, certa feita, um roubo de cargas, na BEX, muito grande. Uma carga que era da LEXMARK e da SONY?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: BEX... Olha, da minha época, eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não se recorda de um grande roubo de carga?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, da BEX não. O que eu me recordo é que, depois que eu saí do grupo, eu fiquei sabendo que teve um grande roubo de carga da PROMODAL. Fiquei sabendo isso pelo mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi da PROMODAL e seriam cargas da LEXMARK e da SONY?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu lembro que eram celulares SONY e SAMSUNG, que foi o que chegou a mim, pelo mercado; mas da BEX não, na minha época, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não chegou?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o Senhor ouviu acerca desse roubo de cargas? O Senhor lembra alguma coisa?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Informações que eu tive do mercado, que foi um roubo vultoso, se não me engano saiu na imprensa que era em torno de oito milhões de reais. Eu, por acaso, tive um contato com pessoas da SAMSUNG. A informação que eu tive é que a PROMODAL iria pagar esse roubo através de serviços. Essas são as únicas informações que eu tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Mas havia seguro dessas cargas?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não saberia afirmar para o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não saberia dizer. Em relação ao Sr. Antônio Augusto, que tipo de relação o Senhor mantinha com ele, durante o período em que ele integrava o grupo que o Senhor trabalhava?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Veja, o Ioannis me contratou, eu trabalhava nas empresas de logísticas que estavam embaixo do Ioannis. O Antônio Augusto ficava num escritório ali em Moema e períodos, talvez em dois a três meses, nós fazíamos uma Reunião de Diretores lá e onde eu tinha o contato com o Antônio Augusto. Então era um contato--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde era essa Reunião, era na sala do Sr. Augusto?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Uma sala de Reunião que ele tinha no prédio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabia que o Sr. Antônio Augusto gravava Reuniões na sala dele, com uma câmera de televisão escondida?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Olha, o que eu sei é que existia na segurança, ali do corporativo, um sistema de gravação. Agora, o que exatamente gravava, eu não saberia dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem operava esse sistema?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Era o Chefe de Segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembra do nome dele?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Lembro, Lincoln.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a conhecer o Sr. Lincoln?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: De passar na portaria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de relação ele tinha com o Sr. Antônio Augusto?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: O que eu sei é que ele também era segurança pessoal do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma pessoa da confiança do Sr. Antônio Augusto?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Pelo menos é a informação que eu tive, no período que eu trabalhei na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Relação que ele tinha com a sua empresa, nenhuma?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nenhuma. Ele era segurança da parte corporativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de relação o Sr. Lincoln mantinha com o Sr. Roberto Kfoury, o Senhor sabe?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca ouviu?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor estava na empresa quando o Sr. Lincoln foi demitido?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, não estava. Já tinha saído.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. Michel Abud Atiê mantinha algum tipo de relação especial com o fisco, particularmente na parte de ICMS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu não saberia afirmar. Eu sei que o Michel era um... Pelo menos, transmitia um conhecimento grande na parte tributária; mas se ele tinha algum relacionamento, eu não saberia afirmar para o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor chegou a conhecer o Sr. Léo Botelho?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: O Léo Botelho, eu tive um contato uma única vez, quando fui apresentado num restaurante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem apresentou o Senhor ao Léo Botelho?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: O Sr. Ioannis. Nós estávamos num almoço de trabalho, ele e mais dois executivos, e o Léo Botelho passou e ele nos apresentou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele os apresentou a que título? Quem era o Sr. Léo Botelho?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não deu nenhum título. Depois eu perguntei, do que se tratava, e ele disse que era um consultor, que ajudava o grupo em alguns assuntos que ele não me detalhou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe se eram assuntos tributários, se tinha a ver com o ICMS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não saberia dizer, Deputado. Eu sei que era um consultor e aí nunca mais entrei em detalhes, não perguntei, não encontrei mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. O Sr. Pedro Vieira de Sousa, o Senhor conheceu?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. Esse nome para mim é novo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor, em algum momento, ouviu algum boato de que a BETA trabalhava com certidões falsas, da Fazenda Federal ou do INSS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, pelo contrário, a BETA sempre, dentro do grupo, era a empresa que estava sempre completamente regular, no que se refere à parte de tributos. Essa é a informação que eu sempre tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: É, a BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não é bem verdade. Nós já detectamos uma certidão falsa deles, no ano 2000, e a própria contratação do Sr. Pedro Vieira de Sousa é, para nós, bastante suspeita, porque recebeu quase trezentos mil reais, para atender fiscais e para cuidar de parcelamentos tributários em operações simples; e uma das certidões, do ano de 2000, é falsa, segundo, já reconheceu, a Procuradoria Geral da Fazenda da

União. A Assessoria me informa que acaba de descobrir uma outra certidão da BETA, só que era uma certidão positiva e que os CORREIOS não viu que era positiva. Bem, mas nós temos algumas denúncias, que se colocam aqui, e que, particularmente, o denunciante diz que o Senhor teve algumas participações em algumas questões. Claro que, obviamente, nós estamos investigando e eu penso ter que lhe perguntar sobre isso. A denúncia diz que o Senhor, de certa forma, participou da realização de acordos entre a ECT e a VARIG. O Sr. conhece o Sr. Rocha Lima?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: O Rocha Lima, eu fui apresentado num único contato, num evento social. Foi apresentado como um Diretor da VARIG LOG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca participou de reuniões com o Sr. Rocha Lima?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe que tipo de transações, a BETA tinha com a VARIG LOG?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: A única informação que eu tive do grupo, eu não sei se ele chegou de fato, mas ele tinha como objetivo comprar uma franquia da VARIG LOG; mas eu não saberia afirmar se isso aconteceu efetivamente, mas era uma informação que eu tinha, que era uma idéia comprar uma franquia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era comprar uma franquia. Fora isso o Senhor nunca teve nenhum contato?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nenhum, Deputado. Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca participou de nenhuma transação entre BETA e VARIG?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sabia que existia um acordo operacional entre BETA e SKYMASTER?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que era esse acordo?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não tenho detalhes. Eu sei que, teve uma época que as duas empresas estavam com dificuldade de colocar as aeronaves para voar, e eu sei que eles fizeram um acordo operacional, mas eu não tenho detalhes desse acordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor participou da elaboração deste acordo?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor, em algum momento, participou da elaboração de propostas das licitações da BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nunca, Deputado. Nunca vi na minha vida uma licitação, lá dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece o Sr. Mastrocola?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Maurício Mastrocola era o contador do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor Mastrocola fazia a contabilidade de que empresa?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: De todas as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive da que o Senhor trabalhava?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que contatos o Senhor tinha com o Sr. Mastrocola?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Na parte contábil nenhuma, porque o meu único contato era na parte de controladoria, que me apresentava os resultados econômicos das empresas que eram de minha responsabilidade. Mas, na parte contábil, não tinha função nenhuma, não era a minha atividade. Encontrava em corredor com o Maurício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor se encontrou alguma vez com o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem falou ao telefone com ele?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Falou ao telefone com alguém dos CORREIOS, alguma vez?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem teve encontros ou reuniões com eles, junto com o Sr. Antônio Augusto ou com o Sr. Ioannis?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu nunca participei de nenhuma atividade junto aos CORREIOS, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca participou de nenhuma atividade em relação aos CORREIOS?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nunca participei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Relativamente as certidões... Pois não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, suspensa a Sessão por alguns minutos.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, não, não, sem suspensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, não. Então, permanece.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Só para esclarecer, o meu Advogado, ele só pediu outra vez para ratificar, com um pouco mais de veemência, qual era a minha função no grupo, até para que fique um pouco mais claro as perguntas e minhas colocações de não participação junto à BETA. Então, eu, como especialista da área de logística, eu simplesmente armazenava e distribuía os produtos. O meu único interface com a BETA é quando existisse espaço vazio de Porto Alegre para Manaus, era poder utilizar esse espaço. Como eu só tinha essa responsabilidade, eu não tinha convivência, nem contato sobre informações do que se refere às atividades da BETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que funcionava a filial da BETA em Porto Alegre? Quem comandava essa filial?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Isso era feito direto por um grupo de pessoas da BETA, dentro do aeroporto. Agora, que grupo, que pessoas, eu não saberia responder para o Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor mantinha interface, quer dizer, quem lhe avisava que tinha espaço de carga? Como é que era essa operação?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: As pessoas que tomavam conta da operação da BETA no aeroporto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu não saberia responder para o Senhor, porque aí, o Gerente Operacional de Porto Alegre é que entrava em contato com as operações da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerente Operacional de quem? Do Senhor ou...

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Da BEX. O Gerente da BEX, que existia em Porto Alegre. Entrava em contato, com o quê eles chamam de operação aeroportuária, para saber se tinha espaço ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Senhor nunca conversou com as pessoas que cuidavam da BETA, sendo o seu principal transportador?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, mas acabava não sendo o principal volume de movimentação da BEX de Porto Alegre a Brasília; era muito pequeno. Então, não era algo importante. A maior operação da BEX lá, era a rodoviária de Porto Alegre para o resto do Brasil. Então, ele era um fornecedor pequeno, para a operação da BEX, que era um pedacinho das atividades, que eu exercia, de logística, no grupo como um todo. Era muito insignificante para a minha atividade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi a última vez que o Senhor esteve com o Sr. Ioannis?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Muito tempo, acho que uns 30 dias antes de eu ser demitido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando foi a última vez o que Senhor falou por telefone com alguém do grupo BETA?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Só antes de eu ser demitido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso não teve mais contato?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, só me encontrei nos processos trabalhistas.

SR. ADVOGADO ANTÔNIO CELSO FONSECA PUGLIESE: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. ADVOGADO ANTÔNIO CELSO FONSECA PUGLIESE: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Eu só encontrei com o Ioannis, eu falei um mês antes, desculpa. No processo trabalhista encontrei na audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Eu vou aproximar o Senhor do microfone, aqui.

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: E não tive mais contato com ninguém, que eu me recorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor foi procurado por alguém, antes desse depoimento?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ninguém o procurou, nem um Advogado, nenhum telefone, nada, nada?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não recebeu nenhuma solicitação sobre o que viria depor de alguém? Pois não.

SR. ADVOGADO ANTÔNIO CELSO FONSECA PUGLIESE: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Deputado, o meu Advogado está me lembrando de que existe uma pessoa comum, que é amiga minha e também é conhecida do Ioannis, que entrou em contato comigo, dizendo que talvez fosse interessante conversar com o Ioannis, antes de eu vir para cá. Então, esse é o único contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é essa pessoa?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Sérgio Fortes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Sr. Sérgio Fortes?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Ele foi um Diretor Operacional do grupo, antes da minha entrada, eu não o conheci no grupo; mas conheci muito o filho dele, que era meu amigo, e que a gente acabou fazendo uma amizade, porque existe relacionamento com o filho dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele falou que o Sr. Ioannis havia dito, pedido para o Senhor conversar com ele?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não. Talvez fosse interessante, eu conversar com o Ioannis antes de vir até aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que o Senhor disse ao Sr. Sérgio Fortes?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Quando ele me falou isso, eu não respondi nada, conversei com o meu Advogado e ele falou para não entrar em contato com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor imagina que o Sr. Sérgio Fortes estava atendendo algum pedido do Sr. Ioannis?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não acredito, acho que foi uma espontaneidade dele ao ligar para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tinha algum medo, que o Senhor pudesse falar alguma coisa que, eventualmente, trouxesse problemas para ele ou para alguém?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não acredito, porque como eu era distante das operações da BETA e, principalmente, dos CORREIOS, que ele conduzia com o Michel, eu não tenho nenhuma informação que pudesse prejudicá-lo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor teve ciência de irregularidades de natureza fiscal, trabalhista, praticadas pelo grupo BETA, do período que o Senhor estava lá trabalhando?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Olha, da BETA, especificamente, não. Das empresas onde eu trabalhava, nem todas as pessoas eram contratadas e existiam ali pendências trabalhistas. Inclusive, a minha própria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua própria situação. Então havia muitas irregularidades de âmbito trabalhista, o Senhor diria?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Muitas não, existiam algumas irregularidades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E do ponto fiscal?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Do ponto fiscal existia débito de impostos, que eles estavam buscando financiamento; mas eu não sei o quanto era e nem se conseguiram. Eu só tenho essa informação, me dada em Reuniões de resultado econômico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Não há mais detalhes sobre isso?

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Não, não tenho muitos detalhes sobre isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da nossa parte, eu estou inteiramente satisfeito com V.S^a., claro que se for necessário, novos esclarecimentos à luz--

SR. MÁRCIO EDUARDO NOZARI: Espero que eu possa ter colaborado com alguma informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Acredito que sim. Seja como for, havendo novas informações a serem obtidas por nós junto a V.S^a., V.S^a. será solicitado, em havendo tempo, a prestar novo depoimento e, então, nós sugeriríamos uma nova oitiva e, aí já em sede, que foge à alçada dessa investigação parlamentar. Agradeço V.S^a. imensamente, agradeço ao Dr. Advogado, imensamente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes de encerrar, gostaria de dizer que foi transferido o depoimento de hoje, que também seria tomado do Sr. Roberto Kfoury, da empre-

sa que trabalhou para a empresa BETA, sócio-proprietário da empresa AEREOESPACIAL, para amanhã às 11h. Então, portanto, será às 11h o depoimento do Sr. Roberto Kfourir, que creio, mantidos os prazos estabelecidos para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, será o último depoimento, que será coletado por esta Sub-Relatoria. Agradeço imensamente, mais uma vez, ao Senhor e ao Dr. Advogado e, se necessário for, o chamaremos de volta. Assim sendo, na forma regimental, não havendo mais depoimentos a serem tomados nessa Sessão, declaro encerrada a presente Sessão e, convocando nova Reunião dessa Sub-Relatoria, para amanhã às 11h, para a oitiva do Sr. Roberto Kfourir. Encerrada a Sessão.[soa a campainha]

Sessão encerrada às 16h15.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 39ª Reunião, realizada em 16/03/2006.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às doze horas e vinte e sete minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo, e ainda com as presenças da Deputada Juíza Denise Frossard, e do Senador Romeu Tuma. Reúne-se a Sub-Relatoria de Contratos da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Roberto Kfourir, que se faz acompanhar do seu Advogado o Dr. Marcelo Luiz Ávila de Bessa, OAB/DF 12.330. O Presidente informa que o Sr. Kfourir está dispensado de prestar termo de compromisso em razão de agora estar depondo na qualidade de investigado. Por ser a terceira vez que o Depoente comparece a esta Sub-Relatoria, a Presidência passou, de imediato, a fazer suas inquirições, sendo feitas perguntas a respeito de licitações ocorridas com a participação das empresas BETA e SKYMASTER. Perguntado se algum dia foi sócio da empresa TCB, respondeu que não. Disse que nunca foi proprietário da BETA, mas sim da BRASEP. Disse que às vezes assinava como

Presidente da BETA tão somente por questões de procedimentos internos da empresa, frente ao mercado. Afirmo categoricamente que um documento apresentado pelo Presidente, no qual consta que ele é sócio da empresa BETA, não é real. Repete categoricamente que nunca foi sócio da BETA, que era apenas diretor-operacional. Mostrado um documento com cotações, apresentou explicações a respeito, esclarecendo que aqueles números foram projetados, de forma generalizada (macro), visando minimizar prejuízos, caso algo grave ocorresse no mercado, como alta do dólar, um aumento substancial de salários etc. Em seguida passou a prestar esclarecimentos acerca de preços praticados no mercado, à época, pelas Companhias Aéreas, fazendo uma relação com o preço apresentado pela BETA. O Presidente, contudo, explicou que não pediu essa explicação, mas sim o porquê de um aumento de cerca de 108% no preço da BETA quando prestou serviços ao Correio com dispensa de licitação. O Depoente disse que o aumento se deu porque a empresa não tinha, quando iniciou o serviço, noção dos preços praticados para a execução do serviço. Disse também que um dos motivos do aumento foi o número de multas que a empresa tomou. Que a empresa era multada até por um atraso de 5 minutos e que eles não tinham noção de que esse tipo de procedimento oneraria a empresa. Que a partir desse momento descobriu o motivo pelo qual a VASP e a VARIG tinham um preço tão alto, mas que, mesmo assim, o preço da BETA continuava 20% menor do que os preços praticados pelas referidas Cias. Aéreas. Que a dispensa de licitação foi precedida de uma pesquisa de mercado realizada junto a 7 empresas, e não simplesmente com a BETA. O Presidente diz que o processo de dispensa de licitação foi montado, pois há um relatório apresentado pela BETA no dia 3/7/00 e outro, igual, apresentado no dia 7/7/00. Explica o Presidente que a montagem existiu porque o Correio fez uma consulta à BETA para que houvesse a redução do preço a fim de que a contratação se efetivasse. Como esta consulta está datada do dia 7 e há um relatório acerca desta consulta datado do dia 3, claro está, segundo o Presidente, que houve uma tentativa de *montagem* do processo quando se apresentou outro relatório idêntico no dia 7. Finalizou o Presidente explicando que o relatório do dia 7 foi, provavelmente, feito por gente “inábil”, que teria se esquecido de alterar as datas. Conclui o Presidente afirmando categoricamente que tudo isso, o fato do Depoente ter entregue sua proposta diretamente, em mãos, ao Sr. Carlos Eduardo Limaceno, enquanto que todas as outras empresas que apresentaram proposta as protocolaram, além de outros dados por ele também mencionados, demonstra que houve uma montagem de

um processo para que a BETA ganhasse uma licitação supervalorizada, mediante o pagamento de propina. A Sessão foi suspensa às treze horas e trinta e cinco minutos e reaberta às treze horas e quarenta e cinco minutos. Ao retornar, o Depoente passou a tentar explicar as questões levantadas pelo Presidente. Diz que os procedimentos realizados pela BETA, inclusive a entrega da sua proposta em mãos, sem protocolo, era normal. Respondeu que sim e que a BETA sempre usava de tal expediente. Quanto à concorrência número 010 de 2000 se lembra quais as empresas que participaram, respondeu que de fato foram a BETA e a SKYMASTER. Questiona se tem conhecimento de certidões falsas passadas pela BETA. Responde que não tem nenhum conhecimento. Afirma o presidente que tem em sua posse, cópia de certidões falsas apresentadas aos correios, pelo depoente, e mostra ao depoente. Relata que não tem o conhecimento desta certidão e que as mesmas não são passadas por ele, mais sim por funcionários dele. Que não tinha conhecimento de como eram montados estes processos de licitação, afirmando ainda que somente entregava os documentos devidos em envelope fechado. Pergunta o relator se ele não sabe quem foi que fabricou os documentos falsos, quem foi. Responde que não sabe; apenas confiava na presidência que entregava ao mesmo o envelope fechado, com os documentos devidos. Reunião suspensa por alguns minutos às quatorze horas e cinquenta minutos. Reaberta a reunião às quinze horas e dezesseis minutos, com a continuação do depoimento do Senhor Roberto Kfouri que continuou a discorrer sobre as operações da BETA. A presidência informa ainda que aguarda documentos do depoente até o relatório final, encerrando assim esta reunião as quinze horas e quarenta e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião da Sub-Relatoria de Contratos às quinze horas e quarenta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Declaro aberta a 39ª Reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento nº 3/2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRA-

FOS. Sobre a Mesa está a Ata da reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da sua leitura. Os Parlamentares que aprovarem que permaneçam como se encontram. Está aprovada. A pauta nessa reunião se destina unicamente à oitiva do Sr. Roberto Kfouri. Solicito à Assessoria que faça ingressar ao recinto o Sr. Roberto Kfouri, tomando assento a esta Mesa. Dr. Roberto Kfouri se faz acompanhar novamente do Dr. Marcelo Luiz Ávila de Bessa, inscrito na OAB do Distrito Federal sob nº 12.330, a quem saudamos, também, a presença.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dr. Kfouri. Agradeço a presença de V.Sª., e é a terceira vez que V.Sª. aqui comparece, embora em dois depoimentos. O segundo depoimento foi interrompido para que nós pudéssemos prosseguir após o exame de alguns documentos. E relativamente ao depoimento de hoje, que é continuidade do anterior, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos preliminares. Em primeiro lugar, hoje, V.Sª. não será ouvido mais como testemunha. A partir do momento em que nós temos uma convicção preliminar de que V.Sª. pode ter imputações objetivas e concretas decorrentes das investigações Parlamentares, V.Sª. passa a ser considerado como investigado. E, é nessa condição, que V.Sª. iniciou o segundo depoimento e continuará esse depoimento nessa condição do dia de hoje.

Apenas eu gostaria de registrar a V.Sª. a razão pela qual nós quisemos fazer o prolongamento desse depoimento. Até o presente momento, nós estamos convencidos de um grande conjunto de imputações criminais delituosos contra V.Sª. A tendência até este momento do relatório, é pedido de indiciamento de V.Sª. junto ao Ministério Público, autoridades policiais competentes em vários delitos criminais, e também em outros de natureza civil. Sem prejuízo também de questões relativas à Receita Federal e outras situações de investigação em curso. Por prudência, para verificar se o Senhor teria algum elemento novo que pudesse nos auxiliar nessas investigações no seu final, uma vez que essa Sub-Relatoria pretende nesse final de semana encaminhar os seus trabalhos ao Relator Osmar Serraglio, eu decidi ouvi-lo.

A sensação que nós temos é que em que pese V.Sª. tenha tipificações até o momento colocadas na convicção deste Sub-Relator, V.Sª. possivelmente agiu em certos momentos a mando de outros. E nesse sentido, até para que se pudesse ter uma avaliação mais segura, inclusive, do futuro da própria dosimetria da pena ser aplicada ou então até em situações que podem chegar ao entendimento com o Ministério Público sobre eventual delação premiada, é a intenção da Sub-Relatoria argüi-lo novamente. Até para que

lhe dê a oportunidade de tentar desconstituir convicções nossas.

Nós não temos nenhuma intenção de sermos injustos. Por isso ouvi-lo ao final nos apareceu prudente, oportuno, não só para que V.S^a. pudesse derrubar convicções que nós já temos, mas que são convicções que podem ser derrubadas pela prova em contrário, seja para que V.S^a. talvez pudesse transformar convicções suspeitas, seja para que nós então pudéssemos ter definitivamente confirmado com a consciência tranqüila as imputações que constarão contra V.S^a. no relatório final. Então é nesse sentido que peço a presença de V.S^a. Não há outro significado, não há outra razão de ser. Até porque há alguns fatos que nós ainda não o argüimos. E essa é a razão pela qual então para que nós possamos ouvi-lo sobre tudo aquilo que diz respeito à nossa investigação, que nós estamos trazendo aqui. Embora não seja o início de seu depoimento, porque ele é continuidade do outro, eu indago se V.S^a. quer fazer preliminarmente o uso da palavra para alguma consideração?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu estou aqui como estava das outras vezes tentando esclarecer naquilo que eu puder ajudar. Eu não tenho todas as informações, mais uma vez a minha parte na empresa, eu era empregado, a minha parte na empresa era a parte operacional de uma empresa aérea, e o que eu puder ajudar nesse sentido... E me fiz representar, claro, por essa empresa junto a alguns clientes e, inclusive, aos próprios CORREIOS na situação de Diretor da Empresa, na parte operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor conhece o Sr. José Garcia Mendes?

SR. ROBERTO KFOURI: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é?

SR. ROBERTO KFOURI: Ele é uma pessoa que trabalha nos CORREIOS e da parte operacional, na parte onde nós encaminhávamos as cotações, preços, coisas desse tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor mantinha freqüente contato com ele?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, Senhor. Apenas nos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a manter contatos telefônicos com ele?

SR. ROBERTO KFOURI: Pode ser que durante esse tempo uma ou duas vezes. Pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que razão?

SR. ROBERTO KFOURI: Querendo às vezes saber questão de preço. Muitas vezes ele pedia uma negociação, renegociação de preço, pode ser que tenha acontecido isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a função específica dele nos CORREIOS em relação ao CORREIO AÉREO NOTURNO?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não tenho essa informação. O Sr. Mendes fazia parte da gestão operacional dos CORREIOS e normalmente ele mandava, pedia para que nós encaminhássemos algumas propostas para ele. O que ele fazia eu não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Propostas em que sentido?

SR. ROBERTO KFOURI: Propostas de preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. ROBERTO KFOURI: Quando o CORREIO abria uma Licitação ele... Ou Licitação, ou preço, ou carta convite, alguma coisa assim ele pedia para as empresas, não só a nossa empresa como qualquer empresa, a cotação de preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era ele que cuidava por exemplo das Dispensas de Licitação?

SR. ROBERTO KFOURI: Não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quando ele pedia encaminhamento de propostas era para Dispensa de Licitação, para Licitação?

SR. ROBERTO KFOURI: Pedia encaminhamento de proposta. Qual era a função dele--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas como pedia encaminhamento de proposta? Eu não entendi. Porque normalmente a Licitação tem o edital, o convite tem a carta convite, a Dispensa de Licitação, sim, há uma consulta.

SR. ROBERTO KFOURI: Existe uma consulta formal dos CORREIOS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para avaliação de preços?

SR. ROBERTO KFOURI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então é nesse sentido que ele tinha contato com o Senhor?

SR. ROBERTO KFOURI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Senhor pessoalmente ou com a empresa?

SR. ROBERTO KFOURI: Comigo eventualmente. Com alguém da parte comercial. Eu não tenho certeza

disso se ele falava com mais alguém. Eu conversei com ele talvez poucas vezes, quatro, cinco vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a relação do Sr. José Garcia Mendes com o Sr. Carlos Eduardo de Lima Sena?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que ele fazia parte do mesmo departamento. O Sr. Sena era o Diretor e o Sr. Mendes era uma espécie de gerente. Eu não conheço a hierarquia dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor se recorda que falou com ele no telefone só uma ou duas vezes?

SR. ROBERTO KFOURI: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pessoalmente se encontrou alguma vez fora dos CORREIOS?

SR. ROBERTO KFOURI: De jeito nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca.

SR. ROBERTO KFOURI: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sempre lá nos CORREIOS?

SR. ROBERTO KFOURI: Sempre nos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Especificamente nessa parte de Licitações e Dispensas, qual era o seu papel? O Senhor já descreveu isso, o seu papel. Mas eu quero apenas recapitular o que o Senhor já disse a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. O que o Senhor fazia?

SR. ROBERTO KFOURI: Não entendi bem a pergunta, Deputado. Desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando a BETA ia participar de uma Licitação. Obviamente o Sr. Mendes ou alguém, qual era o seu papel? O Senhor elaborava propostas, o que o Senhor fazia?

SR. ROBERTO KFOURI: A empresa, não especificamente eu, mas a empresa, ela dividia o encaminhamento de uma proposta de duas maneiras. Existia a proposta documental, essa proposta documental era feita através--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Proposta documental que o Senhor chama são os documentos para habilitação?

SR. ROBERTO KFOURI: Documentos para habilitação. Essa proposta, o documental era feita através da Contabilidade, Financeiro, Departamento Financeiro, Departamento de RH, aquilo que envolve Fundo de Garantia, coisas desse tipo, e o Presidente do grupo, o Sr. Antônio Augusto, para nos auxiliar, ele contratou uma empresa pequena de advocacia, mas é especialista--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não lembro. Mesmo as pessoas eu tentei puxar pela memória, cada hora era uma pessoa que fazia esse trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual era a empresa?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não lembro. Ele contratou essa empresa de advocacia, uma pequena empresa que era especialista na documentação que fazia... checava toda a parte de documentação e entregava esse envelope praticamente pronto. A minha função, a nossa função era discutir com a parte comercial os preços, discutir com a Presidência da empresa e nós encaminhávamos os preços. Essa era a função da empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo que me lembro num depoimento anterior, o Senhor chegou a dizer que o Senhor era responsável pela montagem final da proposta e pelo encaminhamento da proposta.

SR. ROBERTO KFOURI: O encaminhamento da proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor era quem apresentava a proposta à empresa--

SR. ROBERTO KFOURI: Algumas vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Tinha ciência da proposta.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim. Como eu falei, nós tínhamos uma empresa de advocacia que fazia toda a proposta documental, todo o envelope documental e nós fazíamos... Eu interagía mais com o grupo na proposta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua Diretoria era responsável por isso segundo o Senhor chegou a declarar aqui.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim. Juntamente com a Presidência do grupo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na apresentação da proposta. Juntamente com a Presidência do grupo, o Dr. Antônio Augusto.

SR. ROBERTO KFOURI: Dr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece a empresa TRANSPORTES CHARTES DO BRASIL? TCB?

SR. ROBERTO KFOURI: Conheço, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que faz essa empresa?

SR. ROBERTO KFOURI: Essa empresa é uma empresa que está no Brasil já mais ou menos... ela é bem antiga no Brasil. Deve estar no Brasil mais ou me-

nos há 15 anos. Empresa de capital nacional. E é uma empresa que nunca trabalhou seriamente no mercado de cargas. Ela sempre disponibilizou o avião dela para outras empresas para fazer transporte de produtos em outras empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a relação que a TCB tem com o GRUPO PROMODAL?

SR. ROBERTO KFOURI: A TCB ela fazia, como falei, ela fazia o vôo *charter* e a PROMODAL detém... era uma das maiores agentes de carga do País, ela colocava o produto dela dentro dos aviões da TCB, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não entendi. A PROMODAL colocava os aviões?

SR. ROBERTO KFOURI: A PROMODAL colocava a carga dela, uma parte da carga dela, também, nos aviões da TCB, como ela fazia isso com todas as empresas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ela não pertencia ao GRUPO PROMODAL?

SR. ROBERTO KFOURI: Não pertencia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a sua relação com a empresa TCB?

SR. ROBERTO KFOURI: A minha relação com a TCB, nunca tive grande relação com a TCB, mas houve um determinado instante que o Sr. Antônio Augusto, ele teve interesse em adquirir os aviões da TCB, que eram aviões que já estavam nacionalizados, já estavam aqui no Brasil, e ele pediu para que eu fizesse um trabalho de consultoria junto à TCB para verificar a viabilidade de comprar ou não esses aviões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor algum dia foi sócio dessa empresa?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não fui não. Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que segundo o depoimento prestado pelo Sr. José Medeiros, corria a informação que o Senhor seria sócio da TCB.

SR. ROBERTO KFOURI: [risos]. Eu acho que ele confundiu TCB com AEROPPOSTAL ou alguma coisa assim. Nunca fui sócio, eu fiz um trabalho para o Sr. Antônio Augusto, de consultoria para ver se os aviões eram viáveis ou não, para que ele pudesse adquirir esses aviões. Foi isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, o financiamento de aviões, como é que ele é feito? Quem é que conseguia

junto aos Bancos o financiamento das aeronaves na empresa BETA? Quem é que negociava? Por exemplo, quem negociava com o GE Capital? Que era um Banco que fazia financiamentos.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, eu tenho a impressão que esse dado é um dado de 2004. Eu não tenho informação. Nenhuma informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que curiosamente, na apresentação que é feita pela BETA à GE CAPITAL para mostrar que a empresa tinha condições de obter o financiamento, a TCB é incluída como uma empresa do grupo PROMODAL.

SR. ROBERTO KFOURI: O que aconteceu depois de 2001, Deputado, eu não tenho informação. Fizemos o trabalho de consultoria para TCB e chegamos à conclusão que a empresa não era viável. Os aviões não eram viáveis. Esse relatório foi apresentado para o Sr. Antônio Augusto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA mentiu então?

SR. ROBERTO KFOURI: Isso foi feito em 2002. Não sei. Não posso fazer juízo de valores. Não sei o que a BETA falou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se eu lhe disser que a BETA diz que a TCB pertencia ao GRUPO PROMODAL ela mentiu.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei. Isso aconteceu muito depois da minha saída da empresa. Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca foi dono da BETA?

SR. ROBERTO KFOURI: Não. Eu fui dono da BRASER(F)[14.36.6].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da BRASER(F). Mas, da BETA nunca foi dono.

SR. ROBERTO KFOURI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que na Secretaria da Fazenda do Amazonas o Senhor figura no quadro societário da empresa BETA juntamente com o Sr. Amerssonis--

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa. Eu não tenho essa informação. Essa informação está completamente errada, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é o que acontece. A Secretaria da Fazenda do Amazonas figura o Senhor como proprietário da empresa BETA.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência se eu fosse sócio dessa empresa eu não teria aquele documento cartorial que o Senhor conhece me destituindo dos poderes... O Senhor sabe disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. ROBERTO KFOURI: Não tem nenhum sentido essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que é que foi feito registro na Secretaria da Fazenda dizendo isso?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei. O Senhor está me pegando de surpresa com essa informação. Eu não tenho nenhuma ciência disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É estranho, não?

SR. ROBERTO KFOURI: Estranho. Podemos averiguar. Devemos averiguar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que às vezes o Senhor assina correspondências como Presidente da BETA?

SR. ROBERTO KFOURI: Isso é mais uma questão de posicionamento no mercado. Quer dizer, o Senhor pode se apresentar como um Diretor, como um Diretor Operacional, e muitas vezes, no mercado de carga Brasil, com os agentes de carga, como Presidente. Eu acho que isso aí é um título que é muito mais um procedimento interno da empresa do que alguma coisa que a gente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdoe. Não. Não é um procedimento interno da empresa. Presidente de uma empresa é Presidente de uma empresa. Diretor é Diretor até frente a obrigações jurídicas que se assume. O que parece não é o Senhor se apresentando, é o Senhor assinando documentos, como Presidente da BETA. Documentos oficiais.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim. Isso pode ter acontecido, como eu falei para o Senhor, nós apresentamos alguns agentes de carga como Presidente, como Diretor Operacional, Diretor Superintendente. Isso nunca foi importante para nós. Eu não sabia que isso aí depois de cinco anos pudesse ser importante para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro que é.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sabia disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até porque o Senhor não poderia saber na época porque não saberia que teria essa Comissão, evidentemente.

SR. ROBERTO KFOURI: Exatamente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teria esse dom de adivinhação. Mas é evidente que uma pessoa que se intitula como Presidente de uma empresa, e que tem registrado na Secretaria da Fazenda de um Estado como sócio dessa empresa, começa a despertar uma certa suspeita nesta Comissão, relativamente à sua real participação na empresa. Particularmente quando o Senhor nos narra que adquiriu aquela empresa inicial, a BRASER(F)[16.52.6], fez um leasing de um avião por um milhão de dólares à época e depois vendeu a empresa por cem mil reais ou seja--

SR. ROBERTO KFOURI: Pela diferença do passivo e do ativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, começa em certo momento a haver suspeita, que o Senhor pode representar alguém dos interessados.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, o Senhor tem todos os contratos comercial. Aliás, o Senhor me perdoe, o Senhor me pediu da outra vez, é que os contratos sociais da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o Sr. Augusto e o Sr. Ioannis são experts em contratos de gavetas. Experts. Descobrimos vários.

SR. ROBERTO KFOURI: É mesmo? Eu não sabia disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deveria saber. Vários dos Senhores operaram. Eles tinham partilhas do patrimônio extra-oficial, eles tinham um acordo operacional BETA e SKYMASTER, que o Senhor sabia bem, já falou sobre isso, isso era um contrato, digamos assim, reservado, privado.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu falei sobre os contratos de *backup*, sim Senhor. Isso não era nenhum contrato de gaveta, isso era registrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não nos surpreenderia se houvesse um contrato de gaveta eventual, sendo proprietário da BETA. Ou de parte da BETA.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, desculpa, isso não tem o mínimo sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que é que o Senhor assinava como proprietário da BETA? Falsidade ideológica? Crime?

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, dentro de uma empresa... Desculpa, eu não sei se alguém pode dizer que se a empresa estava certa ou errada. Desculpa. Isso era um procedimento interno--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, Senhor. O Senhor assinou documentos públicos. Documentos públicos não é interno da empresa. Documento público tem fé pública, documento público com qualificação dessa forma constitui crime, falsidade ideológica.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, o Presidente do grupo, o Presidente da BETA apreciando nos contratos dos CORREIOS era o Sr. Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em vários documentos nós temos que o Senhor assina como Presidente.

SR. ROBERTO KFOURI: Como eu falei para o Senhor, junto ao mercado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que na Secretaria da Fazenda o Senhor aparece como sócio?

SR. ROBERTO KFOURI: Nós devemos investigar isso. Eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu devo investigar. O Senhor pode investigar, mas eu devo, que é meu dever.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, eu devo, também, porque eu nunca tive essa informação e isso para mim é uma completa surpresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidentemente, como investigado, o Senhor tem o direito de faltar à verdade a esta Comissão. Não direito de faltar à verdade, mas pode fazer em sua defesa.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não faria isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas já o fez quando houve acusação do Sr. Lincoln, aquele que o Senhor chamou de mentiroso, farsante, etc., quando disse que viajou com o Senhor no mesmo voo e V.S.^a negou. Disse que era impossível não vê-lo no mesmo voo. E nós provamos que o Senhor estava no mesmo voo.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpe, Excelência. Primeiro que eu não chamei com esses adjetivos. Inclusive, quem o chama de "Lincoln fraude" por diversas vezes é V.Ex.^a, e principalmente que fala que ele era um canalha também foi V.Ex.^a. Eu nunca falei isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu falei que era um canalha?

SR. ROBERTO KFOURI: Num dos depoimentos o Senhor falou que eu me referi a ele como um canalha. E eu nunca falei isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falou farsante.

SR. ROBERTO KFOURI: Não. Eu falei desqualificado e mentiroso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou lhe mostrar o seu depoimento. Agora, eu pediria que V.S.^a, quando eu chamei o Senhor de fraude, foi por equívoco de lingüística. Eu não cometo equívoco de lingüística assinando documentos. Não me intitulo por cargos que eu não tenho. Pode ficar tranqüilo que o nosso equívoco é diferente. Aliás, outros também haverão de sê-lo. Está aqui. Documento encaminhado pela Secretaria da Fazenda do Amazonas. Sócios: Ioannis Amerssonis, Roberto Kfouris, acredito que é o Senhor, Marli Pasqualetto Amerssonis. Sócios ativos.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa. Esse documento eu não conheço. Esse documento não é real.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós não temos o hábito de falsificar documento na CPI.

SR. ROBERTO KFOURI: Nem eu nunca tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor pode observar... enviado pela Chefia de Gabinete da Secretaria de Fazenda do Amazonas. Um fax.

SR. ROBERTO KFOURI: Mas o Senhor há de convir que nem todo documento da Secretaria ou de qualquer outro... são documentos que estão absolutamente corretos. Esse documento não está correto. Eu afirmo para o Senhor, confirmo com o Senhor, esse documento não está correto. Isso nunca existiu. Isso talvez--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui estão as inscrições, os sócios, os mandatários, Deldimo(F)[21.32.6] Bahia Marques, Aloizio, Contador Dinaldo dos Santos.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim. Mas eu desconheço completamente esse documento. Precisamos investigar e eu vou investigar a fundo esse documento. Porque isso não é real. Gostaria de ter, inclusive, uma cópia disso, Excelência. Por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.Ex.^a. requeira e terá.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu gostaria, por favor, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não será um favor, será um direito seu. Aqui a resposta oficial da Secretaria da Fazenda do Estado, encaminhado ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito declarando o CNPJs, aqui os extratos respectivos dos CNPJs em que V.S.^a. consta oficialmente como sócio da empresa.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu afirmo ao Senhor, eu desconheço esse documento. Esse documento não é real, eu nunca fui sócio da BETA. Eu nunca fui sócio. Eu era um Diretor Operacional, ok?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Correspondência dirigida aos CORREIOS. Dirigida ao Sr. José Garcia Mendes. Departamento de Gestão Operacional, com cópia ao Sr. Carlos Augusto Lima Sena. Estamos encaminhando nossa proposta de cotação de preços para operações das linhas da REDE POSTAL AÉREA NOTURNA, conforme carta referencial. É uma proposta, portanto um documento oficial encaminhado pela empresa para a instrução de um procedimento administrativo nos CORREIOS. Assina Roberto Kfourri, Presidente da BETA. O Senhor reconhece essa assinatura?

SR. ROBERTO KFOURI: Sim. Essa assinatura é minha. E veja, Excelência, essa carta é uma carta padrão, uma carta padrão da empresa, e deve ter sido um erro de secretária, alguma coisa assim. Porque o Senhor sabe e o CORREIO sabe, todo mundo sabe que o Presidente do grupo, o Presidente da BETA era o Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então veja que situação curiosa. No dia 28 de junho de 2000, o Senhor assina como Presidente, depois mais tarde o Senhor sai da empresa e assina como Diretor Operacional da empresa. Nós temos várias situações realmente curiosas, envolvendo as suas assinaturas em documentos oficiais.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu já esclareci por diversas vezes, mas estou aqui à disposição do Senhor, como sempre, para tentar esclarecer de novo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu diria que o Senhor respondeu às perguntas, não esclareceu. Então aqui está a prova documental que V.S^a. assina documentos como Presidente da BETA e está cadastrado na Secretaria da Fazenda do Amazonas como--

SR. ROBERTO KFOURI: Nós vamos averiguar, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o que estamos fazendo, averiguando. O Senhor encaminhou uma correspondência à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em meados de 2000, assinada pelo Sr. Kfourri. Ele informava que os custos de aviação da BETA da Linha "F" eram basicamente distribuídos na seguinte proporção: 40% representavam combustíveis; 30% correspondiam a custos indexados à variação do dólar americano; e 30% correspondiam a custos mais remuneração indexados à variação do IGPM. Isso é correto?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, provavelmente, se foi encaminhado, eram os números da época. Isso muda mês a mês. O Senhor sabe disso. O Senhor pode me repetir os números, por favor?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 40% combustíveis, 30% custos indexados à variação do dólar americano, e 30% correspondiam a custos mais remuneração indexados à variação do IGPM.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu poderia ter acesso a essa carta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A carta está aí a mãos...?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu posso explicar. Nessa cotação nós demos uma cotação com o preço de... nessa linha, com o preço de 95 mil reais e alguma coisa. E por negociação do Sr. Garcia Mendes, dos CORREIOS, ele pediu uma redução nesse preço. E nós informamos o seguinte: Esse preço poderia ser negociado, poderia ser reduzido de 95 para 89 desde que nós pudéssemos fazer uma remuneração mensal baseado nesses números. O Senhor pode ver que esses números estão bem arredondados, que um número aproximado. 40% de combustível, 30 de custos e dólar e 30 de custos de remuneração. Então isso quer dizer o seguinte: se nós déssemos um preço e esse preço fosse vigorar durante seis meses, nós poderíamos abaixar esse preço desde que o CORREIO acompanhasse alguns custos. Então, isso não espelha a realidade, ele espelha simplesmente que nós não sairíamos completamente do mercado. Acho fica bem explicado isso, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A minha pergunta não foi essa. A minha pergunta é se esses percentuais equivalem a uma situação equilibrada da remuneração da BETA.

SR. ROBERTO KFOURI: Esse percentual ele não deixava com que a empresa perdesse muito, caso o dólar sofresse um aumento, caso o combustível sofresse um aumento muito grande. Nós minimizaríamos os custos no sentido, nós podíamos reduzir o preço e minimizaríamos nossos prejuízos caso houvesse alguma variação dessa no mercado. Eu acho que mais uma vez está muito bem explicado isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, então eu entendo que partindo desse seu raciocínio que o Senhor desenvolve agora, se eventualmente reajustes financeiros fossem dados com base nesta situação, o Senhor estaria satisfeito no ponto de vista de uma remuneração adequada na empresa?

SR. ROBERTO KFOURI: Naqueles seis meses, sim. Durante um período pequeno esse reajuste, ele poderia minimizar os prejuízos da empresa. Ele minimizaria os prejuízos da empresa. Isso é bem claro, Excelência. Isso não quer dizer que reduziria, isso não quer dizer que esses números fossem números fixos.

Não. Eram números básicos, o Senhor vê que são números 40, 30 e 30. São números aproximados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse caso aqui o Senhor mencionou há seis meses. Qual seria a outra variável de composição de custos que poderia implicar numa inadequação ou eventual reequilíbrio de preço futuro? Que variável desequilibraria essa balança?

SR. ROBERTO KFOURI: As variáveis, acho que ela estão bem equacionadas. Veja, aqui não está tudo. Por exemplo, o sindicato dos pilotos concede um aumento muito maior do que o previsto. Então isso não consta nessa avaliação. Isso simplesmente era para minimizar grandes prejuízos para a empresa. Então nós poderíamos abaixar o preço, desde que nós tivéssemos algum mecanismo de recomposição num caso de qualquer calamidade de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei se entendi bem a sua resposta. Que outro fator desequilibraria uma relação se os CORREIOS adotassem sempre essas premissas que aqui estão postas? Essa carta como fator de reajuste do equilíbrio econômico-financeiro futuro?

SR. ROBERTO KFOURI: Mais uma vez, esses números são números macros, 40, 30, 30, são números macros, números que viriam a minimizar grandes prejuízos. Esses números não são números computados na ponta do lápis. O combustível não representa 40%. Podia ser que na época representasse 42, 45, 50, 37, mas foi simplesmente alguns números para minimizar os prejuízos caso alguma coisa grave acontecesse no mercado, paridade de dólar, grandes aumentos salariais, aumento de salário mínimo, grandes aumentos de combustível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas objetivamente que outra variável poderia alterar essa equação?

SR. ROBERTO KFOURI: Foi o que falei para o Senhor. Uma das variáveis que me recordo agora é o aumento, por exemplo, do Sindicato dos Pilotos, que tem uma representativa bastante grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, tirando essa hipótese de elevação salarial essa equação estaria perfeita.

SR. ROBERTO KFOURI: Por exemplo a INFRA-ERO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou algum outro tributo que entrasse em vigor.

SR. ROBERTO KFOURI: Alguns impostos. Quer dizer, eu acho que isso aí é... E o tipo do avião, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria me diz o seguinte, que pelo que, à primeira vista aparece, o IGPM dessa época seria o índice mais agressivo do ponto de vista da sua remuneração do que outras eventuais fórmulas que pudesse incidir.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei. Eu não sei se em junho, julho de 2000 o IGPM era um fator... Eu não tenho essa informação. Não consigo mensurar agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em janeiro de 2000, época, portanto, que o Senhor estava na empresa, os CORREIOS rescindiriam contratos com a VASP com operações de cinquenta e seis linhas que vinham sendo operadas por aquela empresa. O Senhor lembra disso? Problema de dívidas?

SR. ROBERTO KFOURI: Cinquenta e seis linhas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seis linhas, perdão.

SR. ROBERTO KFOURI: Quando nós fomos chamados houve um problema com a VASP. Eu tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra disso.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como a ECT necessitava dar continuidade à prestação do serviço de transporte a essas linhas, foi aberto o processo de Dispensa de Licitação nº. 01 de 2000 para contratação por emergência. O Senhor lembra disso.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dentre as linhas objeto dessa dispensa estava a Linha “F”.

SR. ROBERTO KFOURI: Lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A VARIG venceu a disputa para essa Linha “F” ofertando o preço de quarenta e três mil, quinhentos e noventa e dois, onze reais, por operação diária. E a BETA cotou quarenta e cinco mil, novecentos e oito. O Senhor lembra?

SR. ROBERTO KFOURI: Não lembro dos números, mas o Senhor está falando e eu acredito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ainda bem. Dessa vez o Senhor acreditou em mim.

SR. ROBERTO KFOURI: Mas, eu sempre acreditei, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A ECT firmou contrato com

a VARIG por 60 dias, podendo ser renovado por iguais sucessivos períodos, até o limite de seis meses. Decorrido o prazo de seis meses sem realizar o processo licitatório necessário, a ECT viu-se obrigada a contratar mais uma vez por Dispensa de Licitação por emergência, no caso a Dispensa de Licitação nº. 3 de 2000. O Senhor lembra?

SR. ROBERTO KFOURI: Não lembro, mas eu continuo acreditando no Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ela foi realizada no dia 29 de junho de 2000. Nessa dispensa a VARIG havia cotado o menor preço. Sessenta e cinco mil reais. A BETA ofertou o preço de noventa e cinco mil reais. Ou seja, 108% superior ao seu preço ofertado seis meses atrás. Em janeiro de 2000, que foi de quarenta e cinco mil, novecentos e oito. Como a VARIG havia vencido a disputa para outra linha e não iria dispor de aeronaves suficientes, preferiu abrir mão desta Linha “F”. Pergunto: Por que é que o valor... se o Senhor tinha mesmo estipulado essas regras, essa cláusula e falou do prazo de seis meses, exatamente seis meses depois a BETA apresentou um valor de noventa e cinco mil reais, quando o preço que havia ofertado antes era quarenta e cinco mil, exatamente seis meses antes. Por que esta diferença tão grande, o Senhor lembra?

SR. ROBERTO KFOURI: Bom, eu mais uma vez, eu não sei qual é a influência desses preços. Mas eu posso fazer algum esclarecimento, e gostaria que esses números fossem anotados porque são números bastante interessantes. O preço anterior praticado pela VASP era de quarenta e três mil reais. Aproximadamente quarenta e três mil reais. E a VASP voava com aeronave 737 com a capacidade de quinze toneladas. Eu acho que é essa a consideração, Excelência, que a Assessoria talvez tenha deixado de verificar. A VARIG apresentou um preço de sessenta e cinco mil, com avião 727, com a capacidade de vinte toneladas. E nós apresentamos um preço de noventa e cinco mil, com o avião 707 carregando quarenta toneladas. A relação preço/tonelada, da VASP, quarenta e três mil dividido por quinze toneladas, isso dá um custo por aquilo de 2.86... Eu gostaria muito de fazer esse esclarecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor fará. É que eu não perguntei isso.

SR. ROBERTO KFOURI: 2.86 reais por quilo. Eu chego lá, Excelência. Por favor, eu gostaria de esclarecer isso. A VARIG, com um preço de sessenta e cinco mil, com um avião de vinte toneladas, ela representaria um preço de 3.25 reais por quilo. E a BETA a noventa e cinco mil, com avião de quarenta toneladas representa

2.37. Ou seja, vendo pelo custo/tonelada, quando se compara o avião, nós vemos o seguinte: O preço da BETA era o preço menor, o preço da VASP era 20.6% acima e o preço que a VARIG deu era 37% acima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, perdão, eu não pedi a comparação sua com as outras empresas. Eu pedi a comparação da BETA com a BETA.

SR. ROBERTO KFOURI: Mas o Senhor não acha esse dado bastante relevante, Excelência, que nós apresentamos o preço em 2000 menor do que a VASP e menor do que a VARIG?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, eu não pedi ainda, claro, no momento oportuno eu vou lhe lembrar que o CORREIO não usava aeronave inteira, ele usava parte. Então esses seus dados são questionáveis. Permita responder a pergunta que eu faço. E não a que o Senhor deseja responder. Eu não lhe perguntei a comparação do seu preço, não com a VARIG e com a VASP. Pedi a comparação do seu preço com o seu preço. A minha pergunta não se referiu a uma análise em relação à outra. A minha pergunta foi: O Senhor, seis meses antes, está aqui, nós já mostramos para ele isso aqui. Mas eu lhe perguntei o seguinte: A BETA havia ofertado um preço seis meses antes, de quarenta e cinco mil novecentos e oito com os aviões da BETA.

SR. ROBERTO KFOURI: Foi na primeira Licitação, não é Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi na primeira Dispensa de Licitação. Me permite concluir. Em seis meses, esse preço que o Senhor apresenta agora, passou à ordem de noventa e cinco mil quinhentos e sete, aumento de 108%. Por quê?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, a primeira Licitação que nós fizemos, a primeira cotação que nós informamos ao CORREIO, nós não tínhamos base suficiente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vocês já eram subcontratados. Os Senhores conheciam bem o serviço que prestava.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, subcontratar é o Senhor colocar o seu avião à disposição de uma terceira empresa. Trabalhar diretamente com os CORREIOS é outra coisa completamente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então o Senhor não tinha noção de custos quando não eram subcontratados. Não tinha idéia de quanto gastava com as aeronaves.

SR. ROBERTO KFOURI: Noção a gente sempre tem. Mas tanto é que seis meses depois nós resolve-

mos reajustar porque provavelmente nós estávamos com bastante prejuízo nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas haja prejuízo. 108% de diferença?

SR. ROBERTO KFOURI: Seis meses depois, nós estamos falando do ano de 2000, me parece que nessa época houve uma evolução muito grande do dólar, que passou de um e pouco, um e quinze, para três reais. É um conjunto de informações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou lhe dar um conjunto de informações. Nós fomos atrás disso. Não queremos ser injustos. Veja só. Dólar americano no período, variação negativa 0,60%. IGPM 3,17%. Combustível. Esse variou. 24%. Se o Senhor aplicar estes índices, o Senhor vai chegar sabe a que valor? Cinquenta e seis mil. A sua proposta foi de noventa... Os índices que o Senhor colocou na sua carta, que valiam por seis meses, que durante seis meses cobrariam o Senhor. No reequilíbrio eventual seria exatamente isso. E no interessante o Senhor ofereceu noventa e cinco mil. Logo, se compararmos com o preço que o Senhor praticou no primeiro contrato, me desculpe, a empresa não era jejuna, a empresa sabia exatamente os custos. Já atuava no ramo, sabe exatamente o que tinha. O superfaturamento... Eu não quero levar em conta, ainda, o preço das outras empresas. Quero levar a sua empresa.

SR. ROBERTO KFOURI: Seria interessante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu farei. Calma, nós chegaremos lá. Eu quero confiar no seu preço, não quero basear no de outros, eu quero basear no seu preço. O seu preço implica num superfaturamento nesse contrato da ordem de dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos. Pelo seu índice que valia por seis meses, pela sua proposta, com os mesmos aviões.

SR. ROBERTO KFOURI: Tá. A sua Assessoria tem os valores de multa que nós pagamos para os CORREIOS, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdoe, multas não compõem planilha de custos de ninguém. É só executar bem o serviço que não tem problema.

SR. ROBERTO KFOURI: [risos] Excelência, nós tivemos multas na ordem de quatrocentos, quinhentos, seiscentos mil reais por mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora veja que coisa curiosa. O Senhor quer me convencer que o seu preço é pela sua má execução do contrato. Ou seja, é o primeiro

caso na vida em que eu vejo que alguém executa mal o contrato e onera o cliente para cobrir o preço futuro da sua má execução. Impressionante.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor sabe que se atrasa o avião cinco minutos, nós pagávamos, se não me engano, na época 10, 20% de multa. Se atrasasse meia hora. 50% de multa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por isso que não pode atrasar.

SR. ROBERTO KFOURI: Quando nós compusemos essa multa, pois essa experiência nós não tínhamos, nós vimos que nós... foi assim um problema muito sério, financeiro na empresa. E nós nos apresentamos e falamos: olha, não dá para trabalhar desse jeito. Nós mandamos carta, inclusive, até para Presidência dos CORREIOS informando que essas multas eram muito grandes para quem estava iniciando um serviço. E nós não suportávamos esses preços. Eu tenho a impressão que os próprios CORREIOS viram, porque empresas que estavam trabalhando no mercado por anos, por décadas, estavam com o preço maior que o nosso. Empresas que estavam há décadas no CORREIOS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Atrasa cinco minutos quanto que é?

SR. ROBERTO KFOURI: Não me lembro, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A multa começa a partir de trinta minutos. Está aqui no contrato. Veja, por favor, não vamos faltar com a verdade à Comissão. Nós temos toda a documentação e estudamos com cuidado. A partir de trinta minutos de atraso, horário previsto incorrerá um desconto de 30% no valor do trecho a ser executado.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim. Continua. Podemos continuar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de quarenta e cinco minutos, inclusive, de atraso horário previsto incorrerá um desconto de 20%. A partir de sessenta minutos, inclusive, de atraso horário previsto incorrerá num desconto de 25% do valor do trecho a ser voado.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim, por favor. Continue.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor quer até cento e vinte minutos?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu quero até cento e vinte minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A partir de cento e vinte minutos,

inclusive, com atraso no horário previsto contratualmente incorrerá um desconto de 40%.

SR. ROBERTO KFOURI: Aí nós pagamos, isso o Senhor pode ver também, nós pagamos alguma coisa por ordem de quatrocentos, quinhentos, seiscentos mil reais por mês nos primeiros meses. Isso deu um impacto muito profundo na empresa, e aí que nós vimos por que é que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse dado é importante. Eu pediria que levantasse todas as multas aplicadas à BETA no período-

SR. ROBERTO KFOURI: No comecinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --porque se forem multas desse tipo, o contrato deveria ter sido rescindido por inadimplência. Ou seja, aí haverá mais um problema de convivência do setor dos CORREIOS com a BETA. Por gentileza, levantem isso.

SR. ROBERTO KFOURI: Então, aí nós descobrimos por que é que a VARIG e a VASP e a TRANSBRASIL trabalhavam com o preço tão alto. E nós aumentamos o preço e o nosso preço continuou sendo proporcionalmente menor, 20% menor que o da VASP e 37% menor do que da VARIG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os estudos técnicos que nós fizemos é que o preço da VASP era 50% menos que o seu, da VARIG menos que o seu, a tonelagem que o Senhor dá do avião, comparativa, não procede, porque os aviões eram reservados em parte, portanto o fato de ser um avião A, B ou C com tonelagem não procede em relação aos estudos técnicos todos que foram feitos.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpe, Excelência, nós estamos falando de alguns trechos, e veja uma coisa. Trechos como São Paulo, Brasília, por exemplo, o avião voa com a capacidade máxima. São Paulo, Porto Alegre, capacidade máxima. São Paulo, Salvador com a capacidade máxima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sr. Kfourir... veja, a empresa é contratada para voar com o avião e transportar aquela quantidade de carga. Se o seu avião comporta mais ou menos, me perdoe, saía até mais barato para o Senhor ter aviões maiores porque o Senhor poderia alocar essa carga para pessoas privadas e abaixar seu custo. É exatamente o inverso. Ou seja, quanto menor o avião, mais carga ocupada pelo CORREIO. E inexoravelmente ele só vai ter aquele ganho. Então, por gentileza, não subestime nossa capacidade de entender os fatos.

SR. ROBERTO KFOURI: Não estou fazendo isso de jeito nenhum. Só quero dizer o seguinte: Nós somos contratados para voar num trecho, em alguns trechos, e nós precisávamos ter aviões de quarenta toneladas. E o avião nosso era de quarenta toneladas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que o da VARIG podia fazer o contrato com menos toneladas?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, pode ser que nesse contrato de dez anos o contrato tenha mudado e houve necessidade de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A tonelagem era exigida no Edital, na convocação. O CORREIO não contrataria uma empresa com aviões menores. A tonelagem era aquela. O Senhor com o avião maior, o Senhor podia reduzir custo, porque podia vender espaço para empresa privada e baratear o seu custo. É o inverso, quanto menor o avião mais caro ele tem que cobrar para o Correio porque o voo era exclusivo. O raciocínio é rigorosamente o inverso. Se não fosse voo compartilhado, se ficasse carga do CORREIO sobrando, aí eu vou entender. Se fosse mais de um voo, aí eu entenderia, mas não procede o argumento tecnicamente. E estou fazendo uma análise comparativa com o seu preço. E vou lhe dar a razão do por quê disso. Veja como tudo casa engenhosamente.

Essa Dispensa de Licitação que estou falando que o Senhor apresentou o preço de noventa e cinco mil reais, teve uma proposta entregue quando o Senhor estava em Brasília, no dia 28 de junho, um dia depois o Senhor ter viajado com o Sr. Lincoln no voo, aquele voo em que ele disse que o Senhor levou vinte mil dólares para pagar para o Diretor de Operações, o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena. Veja as estranhas coincidências que nós temos. O Sr. Lincoln... qual foi o adjetivo que o Senhor usou para qualificá-lo?

SR. ROBERTO KFOURI: Desqualificado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aquele “desqualificado” chega a essa Comissão Parlamentar de Inquérito e diz que ele recebeu do Senhor uma solicitação, transporte de vinte mil dólares para Brasília, que o Senhor lhe deu o endereço. Endereço na Academia de Tênis. O Senhor disse mais, que levou quando chegou em Brasília nesse apartamento era o Senhor quem estava lá. Ele se espantou. E aí ficou claro que os Senhores tinham voado no mesmo voo. Que ele lhe deu os vinte mil dólares. E o Senhor disse para ele depois: “Esse dinheiro era para pagar uma parte do que nós sempre pagamos para o Sr. Carlos Eduardo Lima Sena”. Eu perguntei ao Senhor disso, se ele era um desqualificado. “Eu nunca viajei no voo com ele”. E eu lhe mostrei que os

Senhores viajaram no mesmo vôo por uma relação de passageiros da TAM, lhe mostrei que o Senhor ficou hospedado na Academia de Tênis naquele dia. E mostrei que o Senhor ficou até as 16h30 do dia 28 na Academia de Tênis. E neste dia 28 pela manhã a BETA apresentou uma proposta, uma proposta dessa Dispensa de Licitação por noventa e cinco mil reais, 108% acima do seu valor anterior. Será que a explicação técnica não foram os vinte mil dólares pagos ao Sr. Carlos Eduardo Senna?

SR. ROBERTO KFOURI: Muito bem. Posso ir por partes, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não. Por gentileza.

SR. ROBERTO KFOURI: A Dispensa de Licitação que o Senhor se refere, que parece que isso foi feito na “calada da noite”, eu tenho aqui um relatório do próprio CORREIO que ele fala o seguinte: O DGO, com base nas informações, consultou as seguintes empresas, para esta Licitação que o Senhor se refere. Então vamos ver à “calada da noite” que isso aconteceu. Ela consultou a L SUL TRANSPORTES AÉREOS(F), ALA – ABAETÉ LINHAS AÉREAS, ela consultou a TAM TRANSPORTES AÉREOS MERIDIONAIS, ela consultou a TRANSBRASIL S.A. LINHAS AÉREAS, ela consultou a PENTA, a TAF LINHAS AÉREAS, a TCB – TRANSPORTE CHARTER DO BRASIL, a TRIP, a TRANSPORTES AÉREOS REGIONAL DO INTERIOR PAULISTA, a UNEX – UNIVERSAL TAXI AÉREO, a BM TÁXI AÉREO LTDA, a FLY BRASIL TRANSPORTES AÉREO LTDA., o CORREIO consultou para essa Licitação que parece que foi na “calada da noite” TÁXI AÉREO BUMERANGUE, TOTAL LINHAS AÉREAS. A VARIG – VIAÇÃO RIO-GRANDENSE, ela consultou a RIO SUL LINHAS ÁREAS, ela consultou a BETA – BRAZILIAN EXPRESS e a SKYMASTER. O CORREIO, desculpa, qual foi o termo que o Senhor usou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dispensa de Licitação.

SR. ROBERTO KFOURI: Dispensa de Licitação. Foram consultadas 17 empresas das quais sete empresas participaram. A BETA fez a cotação para quatro linhas, e só ganhou uma. Então, veja, essa Dispensa de Licitação o CORREIO consultou todas as empresas brasileiras de aviação que tinham alguma condição, tem até táxi aéreo aqui, alguma condição de competir. Ela consultou todas as empresas. Seis empresas se interessaram, sete empresas se interessaram, uma delas foi desqualificada. A BETA apresentou proposta para quatro linhas e foi ganha uma. Então, essa coisa de “Dispensa de Licitação” parece que foi uma coisa assim na “calada da noite”. Desculpe, Excelência, se alguém, se algum Ministério, se algum órgão pede

uma cotação, e nós temos uma empresa, nós vamos dar essa cotação. Se é dispensa, se é carta convite, isso não era importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual a data desse relatório, por favor?

SR. ROBERTO KFOURI: 7 de julho de 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Evidente que nós estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu talvez o Senhor nunca mais tenha a oportunidade de participar de Sessões desse tipo. Aliás, na condição de Parlamentar, mas não na condição de investigado, no futuro. Mas eu quero dizer...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem sabe, Excelência. Se eu seguir os seus conselhos--

SR. ROBERTO KFOURI: Se os meus conselhos valem, toda vez que o Senhor usa esse tom de ênfase, de convicção, não lhe cai bem. Da outra vez que o Senhor usou, da viagem, não lhe caiu bem porque eu lhe mostrei. Lembra? A carta dizendo que o Senhor tinha viajado. E agora vou ter que lhe mostrar uma outra coisa sobre este relatório. Este relatório que o Senhor cita. Sabe que existiram duas versões desse relatório? O Senhor sabe que este relatório está montado de uma forma muito estranha no processo? Era a próxima pergunta que eu ia lhe fazer. Mas o Senhor felizmente já se antecipou com a ênfase. A mesma ênfase da viagem. Eu vou lhe mostrar aqui. Era um dos dados gravíssimos que nós vimos nesse processo, era exatamente esse relatório. No processo de Licitação, há uma coisa muito misteriosa em relação a esse relatório. Eu tenho ele aqui em mãos.

SR. ROBERTO KFOURI: Esse relatório foi feito por quem, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já lhe falo. O Senhor tem em mãos. O Senhor pode ver quem assinou.

SR. ROBERTO KFOURI: É que eu não sei quem é DGO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É daquele funcionário que eu abri perguntando que comanda... veja quem assina, por favor. Quem assina o seu?

SR. ROBERTO KFOURI: É o Sr. José Garcia Mendes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor conhece ele, não? Eu comecei perguntando... É o departamento que ele comandava.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não quem é DGO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E quem está dando de acordo aí do lado? Veja quem dá a assinatura de acordo.

SR. ROBERTO KFOURI: É o Sr. Augusto Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Carlos Augusto Sena. Eu o chamo de Carlos Eduardo... Aquele dos vinte mil dólares que houve a acusação. Bem... Veja que interessante. Aqui está o processo. Eu tenho esse mesmo relatório firmado em duas datas diferentes. O Senhor sabia? Está aqui. Recebi o original sete de julho de 2000, e assinado no dia 7 de julho de 2000. Este relatório consta da página 227 do processo do CORREIO. Posteriormente, na página duzentos e vinte e um, eu tenho este mesmo relatório assinado no dia três de julho. O mesmo relatório, no mesmo tom, na mesma situação, assinado em duas datas diferentes. É estranho, não?

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor quer agora que eu saiba o porquê é que alguém fez dois relatórios aparentemente iguais com datas diferentes? Eu não tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou tentar lhe dizer. Nós temos a idéia. Porque entre o primeiro relatório e o segundo relatório, houve uma consulta à BETA. Essa consulta dizia... Veja que coisa interessante. Olha só. O relatório do dia três, que é idêntico do dia 7, idêntico. Veja que coisa impressionante. Por isso foi bom. Como eu falei, essa ênfase quando o Senhor usa, preveja tempestades. Esse relatório assinado no dia 3 de julho, estava assinado pelo Sr. José Garcia Mendes, não tinha o “de acordo” do Sr. Carlos Augusto Lima Sena. Não tinha. No dia 3. É o mesmo relatório. E diz o seguinte: “Alternativa, contratação...” Mesma coisa. Só para conferir aqui. Pode ter vários... pelo jeito eles faziam vários--

SR. ROBERTO KFOURI: Esse documento foi pego ontem pela sua Assessoria, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente. O Senhor pegou ontem esse relatório? O Senhor viu que nós trabalhamos com transparência. É que o Senhor pediu um, não pediu os dois. Esse foi o problema. O Senhor viu os dois. Viu que eram datas diferentes?

SR. ROBERTO KFOURI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse é o primeiro e esse é o segundo. Aqui. Está aqui o segundo. Olha aqui, dia 3. Eu vou ler o relatório assinado no dia 3. Atenção. Dia 3, que é idêntico ao do dia 7. O mesmo. Negociação. “O DGE convocou as empresas que apresentassem as melhores cotações obtendo os seguintes resultados

– ele convocou no dia 3. E aí diz: Diante das negociações das restrições de oferta do mercado aeroviário, o DGE é favorável à cotação das empresas conforme a seguir: BETA, SKYMASTER...”, etc. Então, ou seja, no dia 3 há um relatório juntado nos autos que diz que fez uma negociação com a BETA e a BETA não concordou em reduzir. Só que a carta para BETA foi expedida no dia seguinte desse relatório. Nós temos aqui a carta do dia quatro. Perdão, dia 7. Está aqui. Olha que interessante.

No dia 3 tem o relatório que concluiu a negociação com o Senhor. Só que, no dia 7, veja: “Com relação ao processo de contratação do qual esta empresa apresentou proposta para operar a Linha “F”, informamos a V.S^a. que a ECT aceita a proposta formulada através da sua carta”, etc. e tal. Antes disso, no dia... No próprio dia 7, aceitou. Está aqui a outra carta. “Em relação ao projeto de contratação promovido pela ECT informamos que essa empresa apresentou a segunda melhor proposta. Tendo em vista a impossibilidade de contratação da empresa que apresentou a melhor proposta, consultamos V.S^a. sobre o interesse da BETA operar a referida linha. Como condição essencial, todavia, para que esta empresa já contemplada, citamos a necessidade de redução do preço em relação à oferta inicial, noventa e cinco mil, quinhentos e sete. Então veja, no dia 3 há um relatório no processo dizendo que concluiu as negociações. No dia 7 há uma carta dizendo que era condição essencial que os Senhores reduzissem o preço. E no dia 7, mesmo dia da expedição da carta se faz o mesmo relatório com a mesma conclusão no dia 3.

Sabe como é que se chama isso em Administração Pública? Montagem de processo. Montagem de processo para se tentar justificar... por pessoa inábil. Datou errado. Esqueceu que o relatório do dia 3... tinham esquecido de consultar os Senhores para fazer aquele relatório. Só que fizeram o relatório sem consultar e esqueceram de tirar a cópia. Então ficou dois relatórios, dias três e sete. Veja no dia 3. Linha F. “Em virtude da inexistência de aeronave adequada para operar a linha, a VARIG ficou impossibilitada de assumir essa operação, assim convocou-se a BETA, segunda empresa na cotação, que não aceitou qualquer redução”. No dia 3 há um relatório dizendo que a BETA não aceitou a redução, e a carta foi mandada no dia 7. E aí então fizeram o relatório no dia 7. É que quando tinham feito o relatório esqueceram que tinham que oficializar o acordo. Isto é uma montagem errada por gente inábil de um processo para se justificar o injustificável. No dia 3 foi juntado aos autos um relatório idêntico do dia 7, e no meio, a carta da consulta.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, posso desanuviar um pouquinho a situação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deve. Por favor.

SR. ROBERTO KFOURI: Na minha terra a gente fala que de repente alguém cobra o escanteio, sai para a área e cabeceia. Porque de repente o Senhor fala... posso dar a minha versão?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É para isso que o Senhor está aqui.

SR. ROBERTO KFOURI: Veja, eu não sei o que aconteceu lá dentro. Mas eu vou dar a minha versão. O primeiro relatório o Senhor fala que é do dia 3, que o preço era noventa e cinco mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não mudou nada, o mesmo preço da proposta original.

SR. ROBERTO KFOURI: Muito bem. Essa primeira proposta o Senhor falou que o foi do Sr. Mendes e não tem o “de acordo” do Senhor Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A proposta foi sua. O primeiro relatório--

SR. ROBERTO KFOURI: Não. A proposta foi minha, não. O primeiro relatório que o Senhor leu, o Senhor falou que foi dia 3 e tem a assinatura do Sr. Mendes e não tem a assinatura do Sr. Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É verdade.

SR. ROBERTO KFOURI: Muito bem. Esse preço era de noventa e cinco mil. Aí nós mandamos aquela carta dos oitenta e nove. Dizendo o seguinte: nós podíamos reduzir. Isso no dia 7, reduzir noventa e cinco para oitenta e nove, desde que os preço--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que dia foi isso?

SR. ROBERTO KFOURI: Dia 7. Isso foi encaminhado por fax. E no próprio dia 7, o Senhor... imagino que o Sr. Garcia Mendes, tenha encaminhado, então, falando o seguinte: “Olha, nós não conseguimos abaixar. E aí deu o “de acordo” com o Sr. Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse depoimento seu só reforça a nossa convicção e vou lhe dizer o por quê. No dia 3 o relatório diz que os Senhores já haviam recusado. Está aqui. Me permita ler.

SR. ROBERTO KFOURI: Sim, e foi recusado. Ele foi aceito nessas condições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, Senhor. Perdão. Não é isso. O Senhor tem o relatório em mãos. No dia 3 foi firmado um relatório dizendo que os Senhores haviam

sido consultados e se recomendava contratar por noventa e cinco. No dia 3. O Sr. José, que o Senhor conhece, falou: “Olha, pode contratar”. Aí lembraram que embora no relatório dizendo que tinham consultado os Senhores, não tinham. Aí fizeram a carta. E no mesmo dia fazem o relatório.

E aí veja que a carta no dia 7 assinada por quem? Pelo Sr. Zé Garcia Mendes. “Em relação ao processo de contratação promovido pela ECT, informamos que esta empresa apresentou a segunda melhor proposta em termos econômicos, para a operação da Linha “F”. Tendo em vista a impossibilidade de contratação da empresa que apresentou a melhor proposta, consultamos V.S^a. sobre o interesse de a BETA operar a referida linha, como condição essencial, todavia, para que essa empresa seja contemplada temos a necessidade de redução do preço. Os dados que dispomos com relação ao custo de transportes aéreos, nos permite concluir que o valor máximo por operação admitido por essa linha, é de setenta e oito mil reais. Motivo porque solicitamos V.S^a. analisar a nossa proposta, informando o seu posicionamento até às 11h de hoje”.

SR. ROBERTO KFOURI: Perfeito. Excelência, mais uma vez, nós temos o preço de noventa e cinco... Estou supondo também... Demos um preço de noventa e cinco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós estamos falando coisas nos autos que não tem pé, nem cabeça.

SR. ROBERTO KFOURI: Três de junho de 2000. Então, vamos tentar supor, e inclusive, acho que a suposição é bastante lógica. Nós apresentamos um preço de noventa e cinco mil, houve uma tentativa de negociação e nós falamos que não podíamos abaixar esse preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando houve?

SR. ROBERTO KFOURI: Provavelmente entre o dia 3 e o dia 7.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Só que no dia 3 já havia sido dito pelos CORREIOS que os Senhores não aceitavam o valor. Já acabou a sua versão.

SR. ROBERTO KFOURI: Veja, o que o CORREIO vai fazer, Excelência, eu tenho que justificar o que minha empresa fez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem levou a proposta de Dispensa à Licitação, a três de 2000? Foi o Senhor que encaminhou?

SR. ROBERTO KFOURI: A Dispensa de Licitação daquelas dezessete empresas que foram convocadas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, a sua. Quem levou a da BETA?

SR. ROBERTO KFOURI: Provavelmente fui eu, porque eu vi a data.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor entregou essa proposta?

SR. ROBERTO KFOURI: Provavelmente, Excelência, o que aconteceu em junho ou julho de 2000, provavelmente eu devo ter entregue em mãos para o Sr. Mendes, e eu devo ter deixado uma cópia com a secretária ou com o próprio Sr. Sena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. ROBERTO KFOURI: Esse era um... A empresa faz isso normalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. ROBERTO KFOURI: Por que o quê? Fazíamos isso normalmente? Nós encaminhávamos a proposta desse jeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que é que o Senhor encaminhava a cópia ao Sr. Lima Sena? O Senhor tinha que entregar a proposta para quem lhe pediu. Por que é que o Senhor dava a cópia para o Sr. Lima Sena?

SR. ROBERTO KFOURI: Se eu... toda correspondência do departamento nós mandamos para pessoa responsável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todas as empresas fazem isso?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei se as empresas fazem isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhuma faz isso. Quero dizer o seguinte. Eu vou lhe dizer mais, nenhuma empresa apresentou proposta em mãos. Nenhuma empresa deixou de protocolar a proposta. A única proposta entregue em mãos foi por V.S^a. No dia seguinte da acusação do Sr. Lincoln da entrega dos vinte mil dólares. Esta proposta o Senhor entregou em mãos, e curiosamente, porque isso não se faz em propostas de Licitação, não se deixa cópia com o superior, se entrega a quem vai processar e julgar. Curiosamente a sua proposta vem sempre, sempre que o Senhor apresenta propostas diz: "Aos cuidados do Sr. Lima Sena". Por quê? Isso não é usual. Nenhuma empresa faz isso.

Por que é que a sua é a única empresa que entrega em mãos? Quer saber o por quê, Sr. Roberto? Porque havia o entendimento para o Senhor vencer essa Licitação superfaturada por noventa e cinco mil

reais. Um claro superfaturamento em relação ao seu próprio preço. Ali houve o pagamento de uma propina ao Sr. Lima Sena, comprovada pela declaração do Sr. Lincoln, demonstrada no superfaturamento, demonstrado que o Senhor estava em Brasília, que foi o Senhor que entregou a proposta no dia seguinte da viagem do Sr. Lincoln, caracterizada fundamentalmente por uma situação de difícil ou impossível resposta com uma montagem de um processo rigorosamente irregular.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, se nós tivemos entregue a documentação só para o Sr. Mendes, o Senhor ia falar assim: "Por que é que entregou em mãos para ele?" Nós fizemos o processo mais claro e aberto possível. A carta ao Sr. Mendes e cópia à Diretoria do CORREIO. Isso sempre foi feito dessa maneira. Porque o Senhor falou de protocolo, eu gostaria que o Senhor encontrasse uma carta nossa protocolada. Nós nunca fizemos isso. Eu acho que o nosso contrato era um contrato--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a única empresa que não protocola Dispensa de Licitação--

SR. ROBERTO KFOURI: Nós devemos pagar por isso, então, porque a empresa deixou de protocolar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. Ninguém nesse País, nem em outros, que quer ter um documento que seguramente é apresentado deixa de protocolar, para ter prova. Isso não existe, Dr. Roberto Kfourir. O Senhor conhece o mundo administrativo, como eu também conheço. O Senhor mexeu anos com Licitação.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, eu não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca pegou recibo de proposta em Licitação?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, nós começamos esse processo no ano 2000. Nós estamos falando de 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca pegou recibo de Licitação?

SR. ROBERTO KFOURI: Nós estávamos operando pela primeira vez com órgão público há seis meses--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Minha pergunta é: O Senhor nunca pegou recibos de Licitação? Quando o Senhor entrega a proposta, nunca pegou? Sempre deixava lá?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei. Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu lhe digo que pegou, porque nós

temos várias assinaturas suas, Toda vez que o Senhor entrava numa Licitação o Senhor pegava recibos. Mas nessa Dispensa de Licitação V.S^a. não pegou.

SR. ROBERTO KFOURI: As propostas eram apresentadas, inclusive, por fax. Muitas propostas eram por fax.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De Licitação não, de dispensa, eu imagino.

SR. ROBERTO KFOURI: Muitas propostas para os CORREIOS eram feitas por fax.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dispensa de Licitação?

SR. ROBERTO KFOURI: Essa Dispensa, aquela das dezessete empresas? Que participaram as dezessete empresas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todas as 17 empresas protocolaram. Estão todas aqui. Todas protocoladas. Nenhuma mandou cópia ao Sr. Lima Sena.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu vim para Brasília, entreguei para o Sr. Mendes e uma cópia para o Sr. Lima Sena. É o processo mais claro, mais transparente do que esse, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Transparentíssimo. De uma transparência cristalina. O processo montado de ponta cabeça, com o relatório para lá e para cá, com uma acusação que o Senhor deu vinte mil dólares para o indivíduo que o Senhor mandou a cópia que não precisava, sem protocolo, entregue em mãos, na confiança. “Transparência total”. Olha, a Assessoria até me adverte para um outro fato pitoresco aqui. Uma das empresas consultadas é a empresa FLY BRASIL. O Senhor conhece? A FLY BRASIL mandou por fax. Sabe de quando o fax? Do dia quatro. Um dia depois do relatório que diz que ela foi consultada.

Ou seja, é mais um poder de antevisão da equipe dos CORREIOS. No dia quatro faz o relatório dizendo que consultou uma empresa, cuja proposta só chega no dia seguinte. O relatório é encartado antes, depois diz que o Senhor não concordava em aceitar. Só que o Senhor concordou em aceitar numa consulta que veio depois do relatório. Alguém errou nesse relatório. Alguém se equivocou e juntou nesse processo posteriormente de uma montagem fraudulenta desse procedimento de Dispensa de Licitação. É evidente. Nós só não sabemos dizer quando foi feita essa montagem. Mas existe montagem.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor deve averiguar isso junto aos CORREIOS. Como é que eu vou responder o que fez um departamento dos CORREIOS? Eu acho que isso está sendo averiguado, inclusive.

Deve ser levantado. Por que isso aconteceu? Eu não tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A convicção é que houve na verdade um pagamento de suborno à autoridade dos CORREIOS. Não só essa vez, outras. Nós temos evidências de planilha da empresa BETA que fala de acerto com os CORREIOS.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu desconheço. Como eu falei desconheço isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a nossa convicção, e claro V.S^a. não é obrigado a prestar depoimento que o incrimine, é que V.S^a. não só os conhece como participou ativamente sendo a pessoa que levou dinheiro ao seu Carlos Eduardo Lima Sena, nos termos da acusação feita e a nosso ver praticamente provada nesse processo. A menos que V.S^a. mostre fatos e evidências que derrube essa convicção. Mas a cada palavra de V.S^a. só se reforça a confissão de que realmente V.S^a. não tem como derrubar uma realidade inexorável. Olha, uma outra carta que a Assessoria me mostra. A seguir. É uma outra evidência da montagem do processo. Há uma carta do dia dois de outubro, montada no processo e que fala de fatos que não tinham ocorrido na época ainda. Ou seja, se revelam fatos que não tinham efetivamente acontecido. No caso, a contratação da empresa SKYMASTER. Aliás, assinada também todas pelo Sr. José Garcia Mendes. Todas. Aqui se fala: “Conforme acordado e realizado, etc. etc. etc., informamos que a partir dessa operação, a linha G da RPN operada por essa empresa passa de operar de acordo com as especificações descritas. Revela fato que efetivamente não havia acontecido. Então, portanto, há um conjunto de... veja como combina. Suspensa a Sessão. [soa a campainha].

Sessão suspensa às 13h36.

Sessão reaberta às 13h46.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a Sessão. Então, agora sintetizando aqui, até por um relato da Assessoria, os fatos que foram ditos. O Chefe do Departamento de Gestão Operacional, Sr. José Garcia Mendes, encaminhou correspondência à empresa BETA no dia 7 de julho, solicitando que ela se manifestasse se aceitaria prestar os serviços. Mas colocou, no dia 7, como condição essencial, a necessidade de oferecer desconto, já que o preço de referência da ECT sinalizava que o valor máximo seria de setenta e oito mil reais. A correspondência solicitava que a BETA se manifestasse até às 11h daquele mesmo dia, 7 de julho de 2000, uma sexta-feira. A BETA respondeu no mesmo dia, mantendo o seu preço ofertado, portanto, sem concessão

de desconto e começou a voar já na segunda-feira seguinte, dia 10 de julho de 2000.

O que mais me impressiona é que, no processo de Dispensa de Licitação nº 3/2000, há um relatório do Departamento de Gestão Operacional nº. 4, datado de quatro dias antes da consulta à BETA, portanto, dia 3 de julho, em que o Sr. José Garcia Mendes sugere ao Diretor de operações, Sr. Carlos Augusto Lima Sena, tendo em vista que a empresa BETA não havia concordado em reduzir seu preço, que fosse contratado ao preço de noventa e cinco mil e quinhentos e sete reais. Estranho, portanto, que o Sr. José Garcia Mendes tenha conseguido adivinhar, quatro dias antes de encaminhar a carta, que a BETA não aceitaria o valor. Da mesma forma, causa espécie que a proposta da Dispensa de Licitação tenha sido apresentada sem protocolo, em mãos, por V.S^a., Sr. Roberto Kfourri, com cópia ao Sr. Carlos Eduardo Lima Sena. Proposta apresentada no dia seguinte à fatídica viagem com o Sr. Lincoln em que ele diz ter trazido, a seu mando, vinte mil dólares para serem pagos ao Sr. Carlos Eduardo Lima Sena.

Considerando, portanto, a situação estranha da montagem do processo em que os atos procedimentais não se justificam, inclusive com situações ditas com datas como se soubesse antes o que aconteceria depois. Isso se repete em vários atos. A sensação que essa Comissão Parlamentar de Inquérito tem, é que esse processo de dispensa de Licitação foi montado, para justificar uma Dispensa de Licitação de preço, inequivocamente, superfaturado, tomando como base a própria contratação anterior da BETA, num valor de superfaturamento de 108% e que, obviamente, a nosso ver, implicou o pagamento de propina a autoridades responsáveis, nos termos da denúncia do Sr. Lincoln, com coincidência de datas e fatos.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, nós já discutimos esse assunto, só quero recordar que essa carta foi enviada no dia 28 de junho de 2000, então me parece que o Sr. Mendes responde no dia 3 de julho, ou seja, alguns dias depois. Então não houve nenhuma mágica. Se nós encaminhamos essa carta no dia 28 de junho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, o relatório--

SR. ROBERTO KFOURI: --O relatório data do dia 7 de julho, quer dizer, então houve tempo o suficiente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A proposta é do dia 28 de junho.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, a carta nossa é do dia 28 de junho. A nossa carta informando os preços é do dia 28. A carta que foi entregue. A proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É quando o Senhor estava aqui em Brasília. O Senhor viajou dia 27 com o Sr. Lincoln.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, eu não viajei com o Sr. Lincoln. Eu viajei para Brasília--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que o Senhor viajou com o Sr. Lincoln, o Senhor viajou. Estava no mesmo avião.

SR. ROBERTO KFOURI: Estava no mesmo, não quer dizer que viajou junto, Excelência. O Sr. Lincoln era uma pessoa que estava na empresa para espionar, ele mesmo fala que ele gravava, que ele tinha esse tipo de coisa, ele espionava as pessoas e eu não sei qual foi o motivo dele ter vindo. Isso nós já discutimos, exaustivamente, na última vez. Eu acho que se torna desnecessário voltar a falar quais os nossos procedimentos, inclusive com o Sr. Lincoln.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É verdade. A viagem foi dia 28 e a proposta, dia 29. É isso. Mas, veja--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não. A proposta é do dia 28.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A dispensa é do dia 29. A proposta é do dia em que o Senhor viajou. O Senhor fez a proposta e viajou para cá, para trazer a proposta. Então, vamos aos fatos. Dia 28 o Senhor elabora a proposta da empresa, pega um avião com o Sr. Lincoln, sem saber, diz o Senhor--

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não. Eu não peguei avião com o Sr. Lincoln. Eu peguei o avião, se o Sr. Lincoln pegou o avião e embarcou pela porta de trás--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Pegou um avião que, por coincidência, estava o Sr. Lincoln no avião. Duas pessoas da mesma empresa. Coincidência, segundo a sua versão. Vou seguir a sua versão. O Senhor pegou um avião para Brasília e o Sr. Lincoln subiu no mesmo avião e não sabe dizer o por quê. É o segurança da sua empresa. O Senhor vai, se hospeda na Academia de Tênis, no dia seguinte vai e leva uma proposta de uma coisa importante para sua empresa, entrega sem pegar o protocolo. Sem pegar o protocolo.

SR. ROBERTO KFOURI: O que era normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Normal. Ou seja, normal só para empresa BETA. Ninguém nesse País deixa de protocolar propostas. Eu trabalho há anos. A BETA é realmente atípica. Aliás, há nesses fatos uma série de situações atípicas. Uma viagem de duas pessoas da mesma empresa, um segurança que, obviamente,

não teria por quê vir a Brasília, e ninguém sabe explicar o por quê.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu sei explicar, talvez, Excelência. O Senhor falou o seguinte: “Me dê um motivo para eu quebrar o sigilo do Sr. Lincoln”. Eu falei: “Olha, não tem esse motivo”. Eu não tenho motivo. Eu só gostaria de informar ao Senhor o seguinte. Após a saída do Sr. Lincoln desta Comissão, ele comprou um carro Renault Clio, zero quilômetro, com a placa DSA-4557, que foi licenciado no dia 21 de fevereiro de 2006. O Senhor poderia esclarecer quem ligou para o Sr. Lincoln, para quem que o Sr. Lincoln ligou, eu acho que seria muito interessante o Senhor fazer esse tipo de pesquisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor soube disso?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, se tem uma pessoa falando, mentindo descaradamente contra mim, eu tenho que tentar buscar informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é que o Senhor buscou essas informações?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu fui pesquisar. Eu soube que ele estava com um carro zero e fui ver--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem lhe falou?

SR. ROBERTO KFOURI: --Ah, Excelência, desculpa. Eu soube que ele estava. Não lembro--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem lhe falou?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não lembro quem me falou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor percebe? Aí já começa a desacreditar. Veja, o Senhor tem uma denúncia a fazer, o Senhor vai ter que colocar o começo, meio e fim dela. Quem lhe falou que o Sr. Lincoln comprou um carro?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, a placa dele é DSA-4557, chapa de São Paulo, licenciou no dia 21 de fevereiro de 2006. O Senhor veja o que aconteceu. Uma pessoa que disse que estava desempregada--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi a data da compra?

SR. ROBERTO KFOURI: Não sei. O licenciamento foi 21 de fevereiro de 2006.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele depôs em dezembro, na CPI.

SR. ROBERTO KFOURI: Então. O Senhor vê que foi logo após. Ele comprou um carro zero quilômetro, uma pessoa que estava desempregada, estava

sempre com problemas financeiros. O Senhor veja o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, objetivamente, qual é a acusação? O Senhor disse que alguém o subornou para dizer isso. Quem?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei. Como o fato é tão estranho, eu acho que cabe a esta Comissão investigar, ver o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, se um depoente compra um carro ou deixa de comprar, enquanto testemunha, salvo exista uma acusação de que ele foi comprado para prestar o depoimento, eu o investigo. Agora, me perdoe. Eu não posso saber de evoluções patrimoniais, especialmente dessa forma que o Senhor apresenta, “olha, ele comprou um carro”. Veja, o Senhor está insinuando que ele foi subornado. Ele foi subornado por alguém?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei. Eu só sei o seguinte. Eu o acuso de mentiroso. Isso eu o acuso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, o que ele falou até agora foi provado.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpe, Excelência, o Sr. Lincoln fez uma declaração que ela foi contestada pelo Sr. Antônio Augusto, D^a. Regiane, por Sr. Michel Atiê, o Sr. Ioannis, o Sr. Gilberto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos investigados. Todos.

SR. ROBERTO KFOURI: Todas as pessoas, oito ou dez pessoas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todas as pessoas que faltaram com a verdade a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, por várias vezes.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que não dá para chegar a essa conclusão nesse instante. Mas, dez pessoas falaram que o Sr. Lincoln estava mentindo. Inclusive eu. Aliás, veementemente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vou citar-lhe um exemplo, apenas. Vamos ver quem mente e quem não mente. Nós tivemos o depoimento do Sr. Ioannis aqui. Uma das pessoas citadas. Perdão, agora sou eu que estou falando. Mas, eu acompanhei, eu estava aqui. O Sr. Ioannis, esse homem que falou que o outro era mentiroso. Chegou aqui. Eu perguntei para ele: “O Senhor teve uma reunião na sala do Sr. Antônio Augusto, o Senhor e o Senhor Antônio Augusto, em que discutiram, em algum momento, acerto dos CORREIOS”? “Não, Excelência, em hipótese nenhuma”. Eu perguntei para

ele doze vezes, isto, doze. Falei: “Houve uma reunião em que ele estava sentado aqui, e o Senhor estava sentado lá”. “Não, Excelência”. “O Senhor se lembraria disso”? “Claro que eu me lembraria”. “Então não houve”? “Não”. Até que desceu a tela e a reunião estava gravada. Esta pessoa, me permita, é a pessoa que o Senhor está utilizando para invocar a--

SR. ROBERTO KFOURI: Uma das 10 pessoas que eu falei. Falei da D^a. Regiane, falei do Sr. Michel Atiê, falei do Sr. Ioannis-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me perdoe. Agora eu é que estou com a palavra, ainda não lhe dei. Todas essas pessoas que o Senhor citou, todas, tinham que se defender do depoimento. O que eu lhe posso dizer ao Senhor, é que inclusive o Senhor, quando mencionei o depoimento do Sr. Lincoln, o Senhor tropeçou. Porque o Senhor estava no mesmo avião dele. A data foi correta. E mais, o Sr. Lincoln hoje, ao que nos consta, está empregado. Empregado, até porque contactamos várias vezes ele, inclusive para buscar informações e ele parece estar empregado. Pelo menos, nos reportamos ao local do emprego dele. Portanto, caso o Senhor me faça uma afirmação direta, houve suborno, me dê mais indicadores de quem falou isso para o Senhor, eu não tenho como, sequer, considerar o fato de um depoente ter comprado um carro dois meses depois de ter vindo aqui. Eu não analisei a condição econômica do Sr. Lincoln, ele está empregado, portanto o Senhor disse que está desempregado, há toda indicação de que o Sr. Lincoln está empregado, porque nós nos comunicamos com o local do emprego dele, desde ele depôs em dezembro. Desde que ele depôs em dezembro. Então, portanto, ou o Senhor faz uma referência explícita ou essa CPI desconsiderará de plano essa colocação.

SR. ROBERTO KFOURI: Então, Excelência, se essa CPI não puder fazer essa investigação, nós o faremos na Justiça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. A CPI poderá fazer se o Senhor desse elementos.

SR. ROBERTO KFOURI: Aliás, faremos mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tenha dúvida. Acho que o Senhor poderá fazê-lo e, se provar que ele foi subornado, provará um delito que ele praticou. Mas não provará que ele não viajou com o Senhor naquela data. Porque isso está provado.

SR. ROBERTO KFOURI: Os motivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os motivos, quais seriam?

SR. ROBERTO KFOURI: Os motivos que seriam, o Sr. Lincoln era uma pessoa que gravava, a pessoa que estava... ele mesmo fala isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele gravava a mando do Presidente da sua empresa. O seu Presidente. Ele era contratado para gravar, a pedido do seu Presidente, a quem o Senhor estava servindo naquela Licitação. Porque diabo mandaria o Sr. Antônio Augusto, o Sr. Lincoln fiscalizar o Senhor numa situação desse tipo, em que ele foi vitorioso, superfaturado?

SR. ROBERTO KFOURI: Muito bem. O Senhor foi agora ao ponto. Provavelmente, é porque havia alguma desconfiança com relação à minha saída da empresa, ao meu descontentamento com a empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, ele viajou no avião para seguir o Senhor, por onde o Senhor ia em Brasília, é isso? Porque o Senhor poderia sair da empresa--

SR. ROBERTO KFOURI: Seria uma das hipóteses, Excelência. Se eu estava me relacionando com alguém mais, se eu estava vindo mesmo aqui. Eu não sei. Eu não sei. Tem que perguntar para ele, e não para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor estava saindo da empresa, naquela época?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, eu estava, eu era dono de uma empresa aérea, fui dono de uma empresa aérea--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, quando teve essa Licitação, o Senhor estava saindo da empresa? Isso foi um ano depois.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, se eu saí um ano depois eu já não estava contente de algum tempo antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [risos]. Perdoe, essa tese é estranha.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpe, não é tese. Essa é minha convicção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor estava descontente. Então o Sr. Antônio Augusto, sabendo do seu descontentamento, deixou o Senhor um ano trabalhando, e ficou botando um espião, para onde o Senhor pegava o avião ele ia atrás. Se o Senhor fosse para a Europa, ele ia atrás. É isto? Esta é a tese?

SR. ROBERTO KFOURI: Veja, eu só acho o seguinte. Agora o Senhor vai colocar objeção, vai colocar alguma interpretação no meu sentimento? Eu estou

falando, eu estava descontente, eu não estava contente, e talvez isso tivesse que ter acontecido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aliás, o Senhor me lembra de uma outra. A própria viagem ao Rock'n Rio, onde o Senhor foi fotografado com ele, contradiz. Ele foi lhe acompanhar, dar segurança para filha do Sr. Antônio Augusto e para o Senhor. Foi depois desse evento.

SR. ROBERTO KFOURI: Ele era segurança do Sr. Antônio Augusto e foi fazer a segurança da filha do Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, a pessoa que fiscalizava o Senhor, acompanhava, era fotografado com o Senhor...

SR. ROBERTO KFOURI: Que, aliás, o Senhor mostrou as fotos aqui das meninas, de doze anos de idade. Elas têm dezesseis hoje, elas tinham doze anos de idade, na época. Aquela foto que o Senhor mostrou, são crianças de dezesseis, não, eram crianças de doze anos, na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o qual é o problema?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, nenhum. Eu estou falando que eram crianças de doze anos. Ele foi acompanhar crianças de doze anos, e não de dezesseis anos. Eu me enganei, porque eu falei dezesseis anos. Eram doze anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O que não muda, objetivamente, nada. Agora, a sua tese da espionagem do Sr. Lincoln a mando do Sr. Antônio Augusto contra o Senhor, realmente é surpreendente.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que nós vamos esclarecer, nós vamos a fundo nisso na justiça, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E prometo ao Senhor, que se o Senhor demonstrar que o Sr. Lincoln fiscalizava o Senhor, a mando do Sr. Antônio Augusto, como verdadeiro agente do FBI, eu escrevo um livro e vou bater recordes--

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu serei o primeiro comprador do seu livro. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Convido o Senhor para o lançamento, e diria, e o nome, já digo: "O espião que ninguém conhecia".

SR. ROBERTO KFOURI: Eu vou comprar a primeira edição. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Muito bem. Bem, depois dessa fatídica Dispensa de Licitação, da viagem com o Sr.

Lincoln etc., foi realizada a Concorrência 10/2000, do dia 25 de julho. O Senhor lembra dela?

SR. ROBERTO KFOURI: Lembro. Não com detalhes, mas lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quatro dias antes dessa Licitação, a BETA e a SKYMASTER firmaram aquele termo de compromisso de subcontratação de caráter irrevogável e irretroatável. Em que elas estabeleciam aquela partilha de que quem ganhasse a Licitação receberia 50%. Aquele contrato, sinceramente, eu nunca vi na minha vida.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, o Senhor já me mostrou esse contrato, esse contrato data de 2002, foi a primeira vez que eu estive aqui. O que havia era um contrato de backup, não é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, é um contrato de compromisso de subcontratação firmado antes da Concorrência 10, em que as empresas se comprometiam a ceder, reciprocamente, caso ganhassem, 50%--

SR. ROBERTO KFOURI: Isso é uma exigência da própria legislação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é.

SR. ROBERTO KFOURI: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De que lei?

SR. ROBERTO KFOURI: Da 8666, na subcontratação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Artigo, por favor. Qual artigo? Eu conheço a Lei 8666. Em todos os artigos, não existe nenhum artigo na 8666 que diga que licitantes, antes da Licitação, têm que firmar um compromisso de quem ganhar cede para o outro. Isso não só não existe como é, clamorosamente, ilícito.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, o Senhor está se referindo a um contrato de backup onde, se houvesse quebra de um avião, a outra empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é isso. O contrato não diz isso, perdão.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor me mostrou dois contratos. Esse é o contrato que eu tinha conhecimento dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse contrato diz que a empresa que ganhar as licitações cederá 50% para a outra, do resultado. É esse contrato que é interpretado como de backup. Mas que, na verdade, era um ajuste prévio oficializado de conluio em Licitação. Aliás, nunca vi isso por escrito. Aliás, me lembra a Assessoria, o contrato

diz o seguinte. [risos]. Que, no caso desse ajuste, uma empresa usava uma aeronave numa semana e a outra usava na outra. Era a partilha que era a negação do backup. Ou seja, era a partilha.

SR. ROBERTO KFOURI: Esse contrato eu não tomei conhecimento dele, eu tenho o contrato--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor falou que conheceu. Eu mostrei para o Senhor aqui, e o Senhor falou que conheceu.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, o Senhor mostrou um contrato, era um contrato de fornecimento de aeronave, de backup, esse contrato foi uma exigência dos CORREIOS, esse contrato está firmado, esse contrato está--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me perdoe, esse contrato nunca foi exigido pelos CORREIOS, não fazia parte do edital da Licitação, nós perguntamos a todos os membros dos CORREIOS, ninguém disse que sabia desse contrato. Então, por gentileza--

SR. ROBERTO KFOURI: É um contrato de subcontratação. É essa a informação que eu tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão, subcontratação vem depois da contratação. O Senhor concorda comigo? Esse contrato foi feito antes da Licitação. Ninguém subcontrata quem não é contratado. Isso não existe. Isso é um contrato de partilha de “botim de licitatório”. Perdoe dizer a verdade. É um conluio de empresas que dizem o seguinte: “Não importa quem ganhe, será isto”. Não é subcontratação, em hipótese nenhuma.

SR. ROBERTO KFOURI: Esse contrato não foi assinado por mim, eu não tenho conhecimento desse contrato, e me coloco à disposição--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No outro depoimento o Senhor disse que tinha. Comentou--

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não. O Senhor mostrou um contrato, que era um contrato de fornecimento de aeronave caso uma aeronave quebrasse. Caso houvesse problema com aeronave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse contrato, eu nunca mostrei para o Senhor, porque ele não existe. O que eu mostrei é esse contrato que eu estou me referindo ao Senhor.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu desconheço, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vou lhe mandar a fita do seu depoimento mostrando o contrato em que o Senhor comentou. E eu li o contrato.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor já mostrou esse contrato. Pediu, inclusive, para eu analisar esse contrato. Eu disse que eu não tinha condição de analisar o contrato. Mas não foi assinado por mim, e foi com data posterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é esse contrato que o Senhor está falando. Mas vamos lá. Nessa concorrência, as únicas empresas que concorrem à Linha “F”, a Linha “F” é essa da dispensa de Licitação. Só duas empresas entram na Licitação para concorrer à Linha “F”. Quais são as empresas? Vamos ver se a gente faz um esforço para lembrar. Linha “F”, aquela linha da dispensa de Licitação 003/2000. Aí sai a Concorrência nº. 10. Só entram duas empresas para disputar a Linha “F”. Vamos ver se a gente se esforça para lembrar quais são as duas empresas. Quem o Senhor acha que foram as duas que entraram para disputar?

SR. ROBERTO KFOURI: Não foi a TRANSBRASIL, porque ela operava essa linha e ela carregava carga do CORREIO em porão de avião, disponibilidade muito ruim. Isso o Senhor pode verificar. A TRANSBRASIL fazia essa linha com avião de carreira. Isso, a disponibilidade de carga era terrível, o CORREIO estava sofrendo muito com essa situação. A outra empresa que fazia essa linha era a VASP, que fazia com 737-200, com uma capacidade de quinze toneladas. E o CORREIO precisava de um avião de trinta, trinta toneladas para fazer. Então, as únicas empresas, da época, que tinham condição de fazer foram algumas empresas onde o CORREIO pediu para que elas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque, na dispensa, foram consultadas onze, agora, na Licitação só duas podiam entrar. Por quê?

SR. ROBERTO KFOURI: Entrou quem teve interesse. São dezessete empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quais eram as empresas que entraram? O Senhor não falou. Quais eram as duas empresas que entraram para disputar?

SR. ROBERTO KFOURI: Nessa Licitação foram a FLY, A VARIG, A SKYMASTER, A TAF, A BETA e a TAM--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Concorrência 10, não estou falando da dispensa da Licitação, não. Isso é dispensa. Já passou. Já foi. Eu estou falando na concorrência, porque vem depois. Concorrência, que vem depois. Concorrência 10. Vamos ver se o Senhor adivinha. Duas empresas só, entraram para disputar a Linha “F”. Quais são as empresas?

SR. ROBERTO KFOURI: As empresas que tinham aviões necessários para fazer essa linha. Provavelmente, eram a BETA e a SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. BETA e SKYMASTER. Até porque, a VARIG foi impedida de participar por uma cláusula dos CORREIOS, manifestamente inconstitucional, que dizia que quem participasse de aspectos que disputassem com os CORREIOS, isto seria impedido. Perdão, agora eu é que cometi um erro. É o Pregão 45. É que é tanta confusão--

SR. ROBERTO KFOURI: [risos]. É que o Senhor coloca tanto número, tanto dado que mesmo a gente, e nós estamos falando de aspectos do ano 2000, o Senhor coloca tanto número, tanto dado que a gente fica perdido aqui. Porque, veja, é completamente ingloria a nossa defesa. Porque eu me sinto assim batendo numa “parede” e, aliás, uma “parede” assim daquelas que nem Jericó conseguiria derrubar. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu gostaria que essa “parede” fosse demolida. O problema é que a “parede” é feita por papéis e provas. Se fosse apenas por palavras, seria fácil demoli-la. Mas, veja só, de fato na Concorrência 10 não tinha esta cláusula. Mas, misteriosamente, só duas empresas entram. BETA e SKYMASTER.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor está falando da 045 ou 010, agora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 010. Concorrência, não o Pregão. A Linha “F” tinha dobrado de percurso. O Senhor lembra disso?

SR. ROBERTO KFOURI: Não lembro, mas acredito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na concorrência, só a empresa BETA e SKYMASTER, e a Linha “F” tinha dobrado de percurso, já que agora a ida seria ida e volta. Ida e volta. A BETA venceu com o preço de cento e noventa e três mil e novecentos e quarenta, por operação diária. Cento e noventa e três. Está falado. Agora, quem fala agora não fui eu, foi o Sr. Morato, seu chefe. O Sr. Morato veio aqui. Olha o que o Sr. Morato disse. O Sr. Morato, Presidente, da época, declarou à CPMI que a preferência para vencer aquela Licitação era da BETA, pois já vinha prestando serviços para os CORREIOS. Quando eu perguntei para ele, “Espera aí, mas os Senhores conversavam, BETA e SKYMASTER, antes”? Nós trocávamos idéias, conversávamos etc. etc.”. “Vocês combinavam a proposta”? “Não, não fazíamos”. “Mas a BETA já prestava serviço nessa linha, não é”? “Claro, ela tinha preferência, então a SKYMASTER reconhece que nós tínhamos preferência”.

SR. ROBERTO KFOURI: É o que o Sr. Morato falou. Desculpa, eu não posso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele reconhece o conluio. É só pegar o depoimento dele e ele diz, sacramenta. Preferência em Licitação, em relação a outro concorrente, só existe em conluio. Ou seja, claro, pelo depoimento dele, me permita dizer, do seu chefe, do seu Presidente, era--

SR. ROBERTO KFOURI: Então o Senhor reconhece que era o Presidente, que eu não era Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Confio na sua palavra. Até porque, isso nós estamos sob investigação. Não posso afirmar que o Senhor era o Presidente. Apenas que o Senhor assina como Presidente e consta como sócio em Manaus. Por quê? Ele não era seu Presidente?

SR. ROBERTO KFOURI: Claro. O Senhor está absolutamente correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele disse que tinha a preferência.

SR. ROBERTO KFOURI: Se ele falou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se ele falou, o Senhor obedeceu ordem.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei que contexto ele falou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Contexto? O depoimento na CPI, eu perguntei sobre aquele contrato e ele falou claramente: “É preferência, na discussão com a BETA e com a SKYMASTER, a BETA tinha preferência”. Pois não. Ótimo. Preferência. Agora, vejam só que curioso: “Os CORREIOS contratam a BETA, essa que tinha a preferência, disputou com a SKYMASTER, que tinha aquele contrato de conluio etc. e tal”. Bem, a operação tem início dia 1º de outubro de 2000 e vigora, depois de várias prorrogações, até abril de 2005. Ao longo do tempo o preço sofre repactuações e reequilíbrios, de modo que, ao final do contrato, o preço estava em duzentos e oitenta e três mil e setecentos e setenta e dois e setenta e cinco centavos. No segundo semestre de 2003, entendendo que os preços estavam elevados no segmento de transporte aéreo de carga, a ECT contrata a Consultoria do Brigadeiro Venâncio Grossi, para ser realizado um estudo de custo nas linhas contratadas. Como fruto desse trabalho, a ECT vem renegociar com as companhias áreas e BETA e concorda reduzir seu preço então vigente de duzentos e cinquenta e oito mil, para duzentos e trinta e três mil. Por que é que a BETA concordou em reduzir 10%?

SR. ROBERTO KFOURI: Não tenho idéia, Excelência. Foi após a minha saída.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor concorda comigo que ninguém que não tenha um preço com gorduras, resolve tirá-las?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não posso dizer. Mais uma vez, contrato de doze meses é diferente de um contrato inicial. Eu não conheço o assunto, foi após a minha saída, eu não tenho nada a responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me permita fazer um raciocínio ao Senhor, o Senhor veja se estou certo ou errado. Se esse era o preço justo, naquele momento, pode-se afirmar também que a aplicação sobre ele da variação integral dos indexadores do setor, combustível de aviação, dólar americano e IGPM, aquele que o Senhor menciona na carta, teria mantido o seu valor real no decorrer do tempo. Concorde?

SR. ROBERTO KFOURI: Não sei. Mais uma vez, aqueles valores eram valores de referência. Eu nunca afirmei que aqueles valores foram valores reais. Aqueles valores eram para minimizar grandes perdas, caso houvesse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eram valores aceitáveis pela empresa.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não. Era um valor provisório, um valor para minimizar grandes perdas da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Assessoria inclusive me lembra o seguinte, que esses valores estavam colocados inclusive na planilha de renegociação de valores. Portanto, valores--

SR. ROBERTO KFOURI: Eram valores, nós estávamos trocando um valor de um contrato de alguns meses por um contrato mensal, e a gente reduzia esse preço e falava: "Olha, se acontecer qualquer problema grande na economia, nós tínhamos que ter algum mecanismo de proteção".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na renegociação que foi feita é dado índice a índice, ponto a ponto, mostrando os custos. Então, nesse ponto, a renegociação foi feita mostrando os custos. Então, veja o nosso raciocínio. Se é válido esse raciocínio para o futuro, também o é para o passado. Claro. Logo, caso mantivermos esse preço já reduzido, conforme negociação ocorrida no segundo semestre de 2003, tanto para a frente, como para trás, utilizando, para tanto, a variação integral dos indexadores do setor, iremos encontrar o preço

equivalente ao longo do tempo, de modo que será o preço justo de cada momento. Ou seja, o Senhor pega aquele preço, vai para trás, vai para frente, para verificar como é que foi o preço. Então, veja lá. O preço equivalente representaria o preço, em cada época da vigência do contrato, que proporcionaria à BETA a obtenção do mesmo patamar de remuneração que o preço negociado no segundo semestre de 2003. Assim, fazendo esses cálculos, encontramos os seguintes valores. Aqui eu tenho um cálculo pormenorizado. E com base nesses índices que o Senhor colocou na carta em que o Senhor referenciou esse edital, para o passado e para o futuro, veja o que nós encontramos: Período que vai de 1 de outubro de 2000 a 3 de julho de 2001. Superfaturamento do período: doze milhões e duzentos e oitenta e cinco mil. De 1 de julho de 2001 a 30 de setembro de 2001, dois milhões e cento e dez mil. De 1 de outubro de 2001 a 30 de setembro de 2002, quinze milhões e quatrocentos e setenta e oito mil. E aí vai. E o total de superfaturamento é da ordem de trinta e três milhões e novecentos e sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta e cinco, de 2001 a 2005. O que é que o Senhor teria a comentar sobre esse raciocínio que eu, há pouco, desenvolvi?

SR. ROBERTO KFOURI: Nada, Excelência. Até porque, em 2003, eu estava tentando cuidar dos meus negócios. Eu saí em 2001, saí dia 5 de julho de 2001, eu não posso responder--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha que o raciocínio que eu apliquei é errado?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não tenho condição de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor é um homem que conhecia bem. Mostrou que conhece.

SR. ROBERTO KFOURI: Se eu tivesse oportunidade de pegar uma planilha, nós podemos compor esse preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu apenas compus o preço. Fiz a aplicação dos índices que o Senhor mesmo sugeriu naquela carta.

SR. ROBERTO KFOURI: Aqueles índices não têm nada a ver com essa realidade, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós pegamos a realidade passada, futura--

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, aqueles índices são índices de proteção de um determinado momento. Não têm nada a ver com o futuro. Isso foi três anos antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, a Assessoria até diz o seguinte... Porque a Assessoria não queria cometer o erro. Eles pegaram a planilha da renegociação, detalhada, adequada, então os preços que foram apresentados pela BETA, com a composição de custos, foram aplicados no passado e no futuro. Então, pelas informações da própria BETA, nós tivemos trinta e três milhões de superfaturamento e, do período que o Senhor estava na empresa, nós tivemos da ordem de vinte milhões.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não posso dizer que aconteceu em julho de 2000, eu não tenho esses números. Eu poderia até, me prontificar a tentar verificar o que aconteceu, e mostrar para o Senhor depois. Agora eu não tenho condição de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja só, em junho de 2000, naquela época, o preço cotado era de noventa e cinco mil e quinhentos e sete, para a operação da Linha “F”, sendo que o preço, ofertado pela própria BETA em janeiro, era quarenta e cinco mil. Projetando por esses índices, revelados pela própria BETA na renegociação, o preço da BETA correto seria cinquenta mil e seiscientos e sessenta e oito, e não noventa e cinco mil.

SR. ROBERTO KFOURI: É aquele que a VASP era 20% maior e a da VARIG era 37% maior que a gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E pelos custos da BETA...

SR. ROBERTO KFOURI: Era maior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era menor. A proposta feita na dispensa de Licitação da VARIG era menor do que a do Senhor.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, nós mostramos aqui, eu tenho certeza que a sua... o Senhor está mostrando tantos números que a sua Assessoria pode constatar que os nossos números estão corretos. O nosso preço era 20,6% menor que o da VASP e trinta e tantos por cento menor que o da VARIG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pelo cálculo que relaciona com o espaço no avião, a proposta da VARIG era muito menor que a sua. Era sessenta e poucos mil reais.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, mas um outro tipo de avião. Um avião de vinte toneladas. Um avião de vinte toneladas é diferente de um avião de quarenta toneladas. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): VARIG era trinta e nove mil, VASP, sessenta e nove mil. Considerando que carga não precisa de conforto, mas de transporte, consi-

derando que o espaço dos CORREIOS poderia ser transportado por aqueles aviões e não havia exigência maior, considerando que o seu avião era maior e sobrava, portanto, espaço, considerando que o Senhor podia negociar esse espaço, o seu preço fixo tinha que ser menor do que o dela. A relação que o Senhor faz não procede.

SR. ROBERTO KFOURI: Procede, excelência. Claro que procede. Nós disponibilizamos um avião de quarenta toneladas, contra um avião de vinte toneladas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não ficava... Os aviões... Não importa. Veja, o que eu quero ponderar ao Senhor é o seguinte, os aviões da VARIG podiam fazer o serviço na tonelagem exigida.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, Senhor. Me perdoe, a exigência era aviões de trinta e cinco, quarenta toneladas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois eu lhe digo que os aviões da VARIG, apresentados na proposta, atendiam àquilo que foi transportado pelo Senhor. Logo, o Senhor tinha ociosidade. Logo o Senhor podia baixar seu preço, porque o Senhor poderia vender, como vendia, os espaços da sua mercadoria para outros. Logo, o seu preço tinha que ser menor, e não maior porque o avião era maior. Era o inverso.

SR. ROBERTO KFOURI: Mas era menor. O nosso preço era menor, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como, era menor?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, o nosso preço era 2,37--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A VASP, trinta e nove mil, a VARIG, sessenta e nove mil. O Senhor apresenta noventa e cinco, e é menor?

SR. ROBERTO KFOURI: O nosso preço por quilo era 2,37 reais por quilo. E o preço de VARIG era 3,25 reais por quilo, esse número eu já dei, basta checar esse número, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eu não estou falando de contratar por quilo. O Senhor está falando do quilo transportado. Nós estamos falando do quilo que o avião transporta. Perdão, “eu quero contratar um avião para transportar uma tonelagem. Eu vou pagar pela tonelagem que eu transporto, e não tonelagem total do avião”. Meu Deus! O seu cálculo, até permita, um menino de primário percebe isso, o seu cálculo leva em conta a capacidade total do avião. Então, pelo seu raciocínio, se uma empresa entra e apresenta o “con-

corde”, o preço teria que ser muito mais lá em cima. E é o inverso. Porque, o que o CORREIO paga não é pelo preço do que o seu avião poderia transportar, porque o avião não era exclusivo. Eu até admitiria esse raciocínio se o avião fosse exclusivo. Mas era só pelo espaço lá. Pelo espaço lá, no seu avião, sobra. Nos outros... Está lá. O que o Senhor tem que calcular não é em relação ao que o seu avião pode transportar, é em relação ao preço efetivamente transportado. Meu Deus! Isso é de uma obviedade cristalina. Por favor, não menospreze a nossa capacidade.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, esse avião, a capacidade de cubagem desse avião é 160 metros cúbicos. Num 737 a capacidade são 80 metros cúbicos. Eu só tenho a dizer ao Senhor o seguinte, se um dia o Senhor tiver o desprazer de ter um avião--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu adoraria ter, não de carga.

SR. ROBERTO KFOURI: --Eu proporia o Senhor encher esse avião de carga de isopor, e pagar por quilo, e eu queria ver se o Senhor conseguisse voar de São Paulo até Manaus.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É pela carga transportada. Pelo amor de Deus!

SR. ROBERTO KFOURI: Não, é por quilo ou é por volume? Porque, pela carga transportada, o CORREIO exigia o avião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que seja por aquilo ou por volume, o seu raciocínio não se aplica. O que eu estou querendo dizer é o seguinte, o Senhor está fazendo um cálculo em relação ao espaço do avião e a remuneração. Na medida em que o CORREIO não exigiu uma aeronave exclusiva, até porque não ia precisar de todo o avião para transportar toda a sua carga--

SR. ROBERTO KFOURI: Ele precisava sim, Excelência. O CORREIO precisava sim. Em alguns trechos ele precisava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em alguns trechos. Por que é que o CORREIO, então, aceitava os aviões da VARIG? Por que sabia que aquela capacidade permitia operar.

SR. ROBERTO KFOURI: Porque até então, até no ano 2000, não havia empresa fornecendo avião para os CORREIOS, Excelência. Havia VARIG, VASP e TRANSBRAZIL até o ano 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, na dispensa de Licitação a proposta diz quais são os aviões. Há um estudo técnico. Os CORREIOS mesmos reconhecem que isso seria factível. Nós não estamos discutindo tamanho de avião e quanto que...

SR. ROBERTO KFOURI: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor está! Aliás, esse cálculo que o Senhor está fazendo de tamanho de avião, que aí justificaria o valor, isso é um dado seu, que ninguém nunca considerou, em nenhum processo. É que o Senhor está fazendo para justificar o superfaturamento. Perdão. É evidente que quem paga é pelo que efetivamente é transportado, não pela vaga disponível. Não há como o Senhor justificar uma coisa dessas.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, o Senhor está dizendo que “uma dúzia de laranja na feira, uma dúzia de laranja do CEASA, é tudo a mesma coisa porque é uma dúzia de laranja”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não é isso não. É que o Senhor está fazendo eu pagar “pelo tamanho do carrinho que eu transporto no supermercado, e não pelo que está dentro”. Veja só, imagine o Senhor, “eu chego no supermercado Peg e Pag”, e o cálculo é o seguinte, “eu comprei uma dúzia de laranja”, aí ele fala assim: “o preço seu é vinte reais”. Eu falo: “Por quê?” “Porque, olha o carrinho que você transportou”.

SR. ROBERTO KFOURI: “Não, porque a laranja é muito melhor do que a laranja do seu vizinho. Porque a laranja é pequenininha, sem caldo e azeda”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas eu não estou falando de produto, eu estou falando de transporte.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu falei de quilo, o Senhor falou que não vale, eu falei de volume, o Senhor falou que não vale, eu falei de avião, o Senhor falou que não vale. O que é que vale?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, eu não estou falando da laranja, eu estou falando do transporte da laranja. Pouco importa para os CORREIOS se o carrinho é dourado, se o carrinho tem almofada, porque laranja não exige coisa almofadada--

SR. ROBERTO KFOURI: Nós estamos falando do produto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --O produto seu é o transporte. Por isso é o carrinho, não a laranja. Vamos lá, é transporte. Vamos mudar. O Senhor não é dono da carga, o Senhor é dono do transporte. Eu não pago no supermercado pelo tamanho de carrinho, eu pago pela mercadoria que eu compro. É evidente. E mais, os seus aviões não alteraram de seis meses para trás. Não alteraram, é o mesmo avião. Aí o Senhor vai dizer: “Nós éramos inexperientes”. Meu Deus! Que inexperiente! o Senhor operava com os aviões. O Se-

nhor fez um preço de quarenta e cinco e depois subi para noventa, em seis meses. Por quê? O avião não mudou, é o mesmo.

SR. ROBERTO KFOURI: E todas as multas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah, é a multa. Quer dizer, o preço são as multas.

SR. ROBERTO KFOURI: Claro, as multas, a inexperience, nós pagamos pela nossa inexperience, pelas multas, pagamos por tudo. Fizemos um outro-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inexperience.

SR. ROBERTO KFOURI: Inexperience, porque era a primeira vez, nós estamos falando de janeiro de 2000 a julho de 2000, quando nós iniciamos os trabalhos dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deu balanço negativo, então, no período. Contábil? Não deu.

SR. ROBERTO KFOURI: Provavelmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não deu. Voltemos, então, aqui ao outro resultado. Convém ressaltar que, nessa oportunidade, a Linha “F” era só de ida. Assim, dobrando o valor de cinquenta mil e seiscentos e oitenta e nove encontraremos o valor de cento e um mil e trezentos e setenta e oito. Certo? Então, vamos pegar.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, eu não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Concorrência 10 teve ida e volta. Lembra? Lembra que era ida e volta?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Concorrência 10 foi criada ida e volta. Antes, era só ida, e o preço que se pedia era para a ida e para volta. Então vamos lá. Quando foi fixado, o Senhor ofereceu o valor de quarenta e cinco, se o Senhor corrigisse pelos índices que a BETA forneceu, dava cinquenta. O Senhor propôs noventa e cinco. Mas eu estou adotando os índices do Senhor, quarenta e cinco para cinquenta. Se fosse dobrar, daria cento e um mil e trezentos e setenta e oito. A BETA apresentou, no mês seguinte, ou seja, no mês de julho, no processo da concorrência, o valor de cento e noventa e três mil e novecentos e quarenta. Trazendo no tempo aquele valor negociado no segundo semestre de 2003, pelos custos apresentados pela BETA, em virtude da Consultoria do Brigadeiro Grossi, que é considerado o justo nessa linha de raciocínio, encontraremos o valor de cento e vinte e oito mil e duzentos e quarenta.

Ou seja, pela planilha de custos que a BETA apresentou depois, aplicando-se no passado, aquele

preço que foi na Concorrência 10, que só entraram as duas para disputar, as velhas duas, de cento e noventa e três mil, seria de cento e vinte e oito mil. Então, portanto, veja a comparação. Preço oferecido pela BETA na concorrência: Cento e noventa e três mil. Preço corrigido no tempo, a partir da proposta de janeiro de 2000: Cento e um mil. Preço trazido no tempo, para trás, a partir da renegociação do segundo semestre de 2003: Cento e vinte e oito mil.

Ou seja, por qualquer índice que o Senhor pegue, o do futuro, que são os custos da BETA, a proposta da BETA, houve um evidente superfaturamento da Concorrência 10. A concorrência em que entraram apenas BETA e SKYMASTER. A concorrência que o Sr. Augusto disse que a BETA tinha preferência. A concorrência em que BETA e SKYMASTER já tinham um acordo firmado de partilha de 50% dos resultados para cada uma. A concorrência foi realizada no dia 25 de julho de 2000, sendo que no dia 21 a BETA e a SKYMASTER firmaram um termo de compromisso de subcontratação. Nessa concorrência, só disputaram BETA e SKYMASTER. Na concorrência, a BETA apresentou certidão falsa. O Senhor sabia que a BETA apresentava certidões falsas? Que ela era devedora e fraudou o FISCO apresentando certidões negativas falsas?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, desconheço completamente esse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas era o Senhor que preparava, supervisionava as propostas apresentadas--

SR. ROBERTO KFOURI: Eu apresentava as propostas. Isso era da área financeira, da área de RH. Eu desconheço completamente esse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A certidão que a empresa BETA apresentou nesta concorrência era falsa. E, curiosamente, embora qualquer pessoa, ao ver aquela certidão, causava espécie, a empresa SKYMASTER não impugnou o concorrente. Nem o pessoal dos CORREIOS notou que era falsa. Quando nós vimos aqui na Assessoria aquela certidão, por que é que nos chamou a atenção? Por que é que nós chegamos a essa minúcia? Porque havia a contratação de um cidadão, no ano 2000, chamado Pedro Vieira de Souza. O Senhor sabe quem é?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas ele sabe quem é o Senhor, ele falou que o conhecia.

SR. ROBERTO KFOURI: Pode ser que ele me conheceu. Não o conheci, nunca falei com esse cidadão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi um conhecimento unilateral.

SR. ROBERTO KFOURI: --E o Senhor pode, inclusive, o Senhor já tem o meu sigilo, ver se houve qualquer contato meu com ele ou dele comigo. Eu nunca falei com esse cidadão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois bem, o Sr. Pedro Vieira de Souza ele foi contratado pela empresa BETA para dois tipos de trabalhos interessantes. Um deles, ele diz que é atendimento de fiscais. Eu desconhecia essa modalidade de prestação de serviço-

SR. ROBERTO KFOURI: Eu também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --O Senhor também? Ele era contratado pela empresa BETA para recepcionar fiscais, servir café, segundo ele próprio diz, quando o fiscal pedia um livro, ele trazia. Fazia uma espécie de *public relations* com a fiscalização. Pelo que eu me lembre, ele disse que ganhou por esse trabalho da BETA cento e quarenta mil reais. Um trabalho bem remunerado. Da mesma forma ele trabalhou para a empresa BETA para conseguir parcelamento de crédito tributário. Eu falei para ele: “Mas, qual é o seu trabalho”? Ele falou: “A gente levanta a dívida tributária, e aí pede parcelamento”. Eu falei: “Mas o Senhor redige o requerimento”? Ele falou: “Não, é um requerimento padrão”. Eu falei: “Como é o procedimento”? Ele falou: “Eu vou lá na repartição, levanto o crédito, preencho o requerimento e dou entrada”. Eu falei: “Quanto o Senhor ganhou da BETA, para isso”? Calculou: “Cento e oitenta mil reais”. Eu falei: “Mas, espera um pouquinho, esse trabalho não pode ser feito por qualquer office-boy”? Ele disse: “Pode. Mas eu levanto cedo. Tem que chegar 4h da manhã na fila para levantar o débito. Pego senha”. Eu falei: “Sim, mas não poderia ser feito por qualquer office-boy”? Ele falou: “Sim”. Eu falei: “Por que é que o Senhor foi contratado pela BETA”? Ele disse: “Sabe que às vezes eu me pergunto isso, sabe que às vezes eu me pergunto por que é que eu fui contratado”?--

SR. ROBERTO KFOURI: [risos]. Eu não conheço esse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Esse é o depoimento do Sr. Pedro Vieira de Souza a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Contratado no ano 2000. E, na Licitação que o Senhor menciona, havia uma certidão falsa do INSS. Era tão clamoroso que a Assessoria, analisando os documentos, me mostrou e eu falei: “Mas isso não existe”. Era uma certidão positiva, porque existem as certidões positivas com efeitos negativos. Claro. Quando há um parcelamento. Mas era uma certidão positiva, que no

verso tinha um despacho, de um Procurador da Fazenda Nacional, que dizia o seguinte: “Esta certidão deve ser considerada com efeitos negativos, porque os créditos tributados estão em análise”. Quando eu vi, disse: “O que é isso”? Imediatamente entrei em contato com o Procurador-Geral da Fazenda e pedimos um ofício. E a resposta veio. Aquele Procurador, nunca, segundo ele, havia assinado aquela certidão. Portanto a BETA apresentou aos CORREIOS uma certidão falsa. Tem cópia aí da certidão? Vou mostrar ao Senhor.

SR. ROBERTO KFOURI: Não adianta, porque-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas foi o Senhor quem apresentou.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, minha área era puramente operacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era o Senhor quem operava a apresentação nas licitações.

SR. ROBERTO KFOURI: Era operacional com relação a avião. O Senhor já me perguntou isso, o que é que eu fazia, várias vezes. Eu não tenho nenhum acesso a documento, eu nunca tive, eu não tenho nem acesso à área--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja aqui. Veja se o Senhor já viu uma certidão desse tipo--

SR. ROBERTO KFOURI: Da empresa, de pagamento, eu nunca assinei um cheque da empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Ela passou na sua mão. Certidão quanto à Dívida Ativa da União... positiva. Está vendo? Olha que interessante aqui no verso, olha: “A Procuradoria da Fazenda Nacional confere a certidão e epígrafe-

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor já leu isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já li hoje?

SR. ROBERTO KFOURI: Acabou de ler aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não li.

SR. ROBERTO KFOURI: Não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não.

SR. ROBERTO KFOURI: Perdão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Li outro dia, num depoimento, talvez o Senhor tenha acompanhado. “A Procuradoria da Fazenda Nacional confere a certidão em epígrafe efeito negativo conforme o art. [inaudível][43:01.7], do Código Tributário, tendo em vista que os débitos tributários inscritos com o artigo “tal”, processo “tal”, estar

em análise. Isso não existe. O procurador aqui subcreve e disse eu nunca assinei isso, não reconheço a minha assinatura.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que isso aí está em análise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor apresentou uma proposta na Concorrência 10--

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, mais uma vez, eu quem encaminhou a proposta, quem encaminhou a proposta era eu, eu falei que a parte, toda a parte documental da empresa era feita pelo Presidente da empresa, juntamente com o escritório de Advocacia. A minha responsabilidade era apresentar esses documentos. Eu não tenho nenhuma ingerência sobre esse documento, nenhum conhecimento eu tenho desses documentos. A minha proposta era a proposta. O que nós fazíamos diretamente era a proposta econômica. Isso para mim não diz nada, Excelência. Desculpa. Eu acho que tem que ser apurado isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor foi enganado pelo Presidente da empresa?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, Não. Como, enganado? Eu pedi os documentos e os documentos me vieram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. O Senhor leva... Eu, se alguém me pede para levar um documento falso para alguém e eu estou entregando em nome da minha empresa um documento falso, ou eu fui enganado ou tinha ciência, porque eu não entregaria. O Senhor entregaria uma certidão falsa?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que isso deve ser esclarecido juntamente com as pessoas da BETA, com a BETA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma coisa já está esclarecida. É falsa. O Senhor levou uma certidão falsa para participar de uma Licitação. O Senhor disse que não sabia.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor está falando aí que houve um parcelamento de crédito? Parece que houve um parcelamento de crédito--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não houve. Houve, mas, nesse caso, a certidão fala que os créditos estavam sob análise. E o Procurador--

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não tenho a informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então vamos aqui. Olha aqui. "Ata da Concorrência número 10". É a conferência que entrega depois a ata. A ata tem sempre a conferência.

E a Comissão de Licitação confere tudo. Olha aqui. "Concorrência 10/2000", a Comissão foi ticando, olha, "Contrato Social, Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Fiscais". Assinatura: "Roberto Kfourir".

SR. ROBERTO KFOURI: Quem entregou. Quem entregou o documento, fui eu, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E na sua presença foi aberto o envelope e conferido um a um.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não foi na minha presença, não. Isso a gente fazia, a Comissão do CORREIO era um plenário--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. A Lei de Licitação exige que isso seja feito em Sessão pública.

SR. ROBERTO KFOURI: Então foi em Sessão pública, mas não foi na minha presença, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor assinou.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, eu assinei como recebido. Agora, deixa eu explicar para o Senhor o que aconteceu. Nós dávamos os envelopes na Comissão, esses envelopes eram analisados, existiam computadores inclusive vendo esses envelopes e isso aí voltava e falava "está faltando esse documento" ou "o documento está íntegro". Eu simplesmente levava esse documento, quem apresentou a proposta fui eu. Quem apresentou a proposta, Excelência, fui eu. Agora, o que tinha no envelope, eu achei que tivesse toda a documentação correta. Agora, se tivesse algum documento que não está de acordo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A Comissão certificou, olha, tudo direitinho--

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sabia disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --"De acordo: Roberto Kfourir", a assinatura do membro da Comissão de Licitação, responsável pela análise de documentos. Estão aqui. Da. Vânia ou Tânia, não sei. Com essas assinaturas, olha aqui. Ou seja, ou o Senhor tinha ciência--

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não tinha ciência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Ou alguém o enganou.

SR. ROBERTO KFOURI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fazendo que o Senhor portasse um ato criminoso, dentro do envelope.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não tinha conhecimento disso. A sua outra--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem tinha, então?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei. Eu acho que quem montava esse documento era a Presidência do grupo. Agora, eu não sabia, eu estou sabendo disso agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o Senhor vai querer me fazer crer que o Presidente do grupo é que montava o envelope da proposta?

SR. ROBERTO KFOURI: Não. O Presidente do grupo ele contratou um escritório de Advocacia que, juntamente com o RH, juntamente com a contabilidade montava os documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não examinava nada?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não tenho esse tipo de conhecimento para examinar. E veja uma coisa, o Senhor está mostrando um documento que, aparentemente, só agora ele foi descoberto que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mil perdões.

SR. ROBERTO KFOURI: Me perdoe o Senhor. Que conhecimento eu tenho para falar que esse documento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qualquer pessoa com um mínimo de vivência negocial sabe que a certidão “não tem pé nem cabeça”. Qualquer pessoa. Dizer que crédito analisado está com efeito negativo... Pelos termos, é que nos chamou atenção. O que é isso? Imediatamente, quando nós constatamos a fraude ou a suspeita de fraude, imediatamente comuniquei à Procuradoria da Fazenda e a Procuradoria da Fazenda ficou perplexa com a falsificação, qualquer pessoa ficaria. No entanto, a Comissão dos CORREIOS não viu, o pessoal lá realmente talvez não... Passou. Aliás, tem muita coisa que “passa batido” naquela Comissão, como diz a BETA. Nós já vamos ver outras. Mas “passa batido”. O pessoal dorme, cochila, e não percebe que tem uma situação, e nem o seu concorrente. O concorrente, porque se sabe que concorrente de Licitação fiscaliza tudo. Até o perfume que o Senhor está no dia para ver se faz uma impugnação. Mas a SKYMASTER também, olha... Que concorrente bonzinho! Não viu. Não impugnou. O Senhor percebe? Isso é tudo muito suspeito. Aliás, um outro dado que a Assessoria me passa. Sete meses antes, conforme eu tinha lido no início, a VASP tinha sido retirada, porque deu uma certidão falsa. Então, não passa pela cabeça de qualquer cidadão normal que as certidões não comesçassem a ser analisadas, a partir daí, com grande preocupação. Até porque, nós estávamos também num período que, eu me recordo muito bem, era turbulento. Eu me lembro. “A

VASP apresentou certidão falsa”. Não é possível que alguém, em sua consciência, não analisasse isso com cuidado. No entanto, o Senhor apresentou sem olhar. Os CORREIOS não viram, seu concorrente não viu. Ninguém viu. Miopia coletiva.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, [inaudível][49:09] os envelopes ele saíam lacrados de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem o enganou?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que quem... Se isso não está de acordo, alguém que fechou o envelope. Alguém colocou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor não sabe quem fechou o envelope, da sua unidade, o Senhor operava isso, o Senhor declarou a essa Comissão que preparava e aparelhava as propostas.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, esse era um assunto, o assunto documental não era o assunto da minha responsabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, na medida em que o Senhor não indica os suspeitos, das duas uma. Ou o Senhor quer encobri-los, ou o Senhor é o suspeito. A pergunta é: Quem efetivamente teria enganado o Senhor, fazendo com que o Senhor pagasse, entre aspas, “este mico” descoberto anos depois, de levar uma certidão falsa?

SR. ROBERTO KFOURI: Olha, quem fechava esse envelope era a Presidência do grupo. Então, eu acho que o Senhor deve perguntar a ele, deve perguntar para o Sr. Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então foi o Sr. Antônio Augusto--

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor deve perguntar para o Sr. Antônio Augusto. Porque ele é que era responsável, juntamente com o escritório de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor quer me fazer crer que o envelope de uma Licitação era fechado pelo Presidente do grupo?

SR. ROBERTO KFOURI: Era a responsabilidade. Nós dividíamos responsabilidade. Se ele contratou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era ele quem supervisionava. O Diretor de operações, o Senhor, não. Era o Presiden-

te. O homem que cuidava que das licitações não via nada. Quem via era o seu superior.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, como eu falei, eu não tenho conhecimento jurídico para analisar se o documento é bom ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso não é jurídico. Isso qualquer pessoa bate os olhos e vê.

SR. ROBERTO KFOURI: Tanto é que, só cinco anos depois que o Senhor está vendo. Quer dizer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É que eu não pude ver na época. Mas eu garanto ao Senhor que, na época... os concorrentes não, o concorrente. Porque tinha só um, a SKYMASTER. Aquele que tinha o contrato que dividia, seu parceiro de conluio etc. E que o Sr. Antônio Augusto disse que a preferência era da BETA. Aquele não viu. Os CORREIOS não viu.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não tenho parceiro de conluio. Desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BETA. Perdão. É que o Senhor é Diretor, o Senhor responde pela BETA? Não é Presidente que eu estou falando, estou falando do Diretor. E aqui no caso, veja só a situação, ninguém viu. "Passou batido". Questão óbvia. O Senhor não viu.

SR. ROBERTO KFOURI: Quantas pessoas assinaram esse documento, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Três.

SR. ROBERTO KFOURI: Estou vendo cinco assinaturas aí. E seis assinaturas lá em cima. Não, sete. Muitas assinaturas aí, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Onde o Senhor está vendo assinaturas aqui? Não, isso aqui é do coitado do moço que autuou o processo. O Senhor está querendo incriminar o infeliz que bate o carimbo. Este coitado é o que menos tem culpa. Acho.

SR. ROBERTO KFOURI: Desculpa, são seis assinaturas aí. "Passou batido" por todo mundo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É a Comissão de Licitação. E ninguém viu.

SR. ROBERTO KFOURI: Aparentemente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bacana. Ótimo. Isso porque são técnicos pagos para isso. E o Senhor quer me fazer crer que o Presidente da empresa fecha o envelope e o Diretor de Operações, que cuida da área, não vê nada.

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não vê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estranha a relação hierárquica.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu confiava [risos] na Presidência da empresa, não é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é que quem faz atividades operacionais de fechar envelopes e examinar documentos, nunca é o Presidente da empresa. Me perdoe.

SR. ROBERTO KFOURI: Não. E nem eu fechava o envelope.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então quem era?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que devia ter alguma [risos] secretária a mando de alguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor vai participar de uma Licitação e não sabe quem cuidava do aparelhamento da proposta que o Senhor vai levar? Isso não existe. Uma pessoa que vai participar de uma Licitação sabe tudo tem lá. Não é possível que alguém vai a Brasília sem saber os documentos que estão lá dentro. Não é possível que uma pessoa que cuide de Licitações, não saiba a proposta que vai apresentar e nem saiba os documentos que estão dentro da proposta.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, apenas para lembrar. Esta Concorrência 10, que nós já, desde o relatório parcial dissemos que ela era visivelmente conduzida com todas as características, duas concorrentes etc. etc. tem mais este ingrediente, que foi descoberto agora. Certidão falsa da empresa BETA. Quando foi feita a dispensa de Licitação 3/2000, aquela fatídica, qual era a situação fiscal da BETA, o Senhor lembra?

SR. ROBERTO KFOURI: 3/2000?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. ROBERTO KFOURI: Não sei que concorrência é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É aquela da bendita... Não. Dispensa 3/2000. Aquela fatídica. Dispensa de Licitação 3/2000 Aquela da viagem. Aquela da Academia de Tênis. Aquele lá do dia da Academia de Tênis. [risos].

SR. ROBERTO KFOURI: [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor lembra qual era a situação fiscal da BETA, na época?

SR. ROBERTO KFOURI: [risos] Não, não lembro. [risos]. A situação o quê? Econômica? Financeira?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe que nós descobrimos uma outra coisa inacreditável? Quando nós

descobrimos essa certidão falsa, nós oficiamos aos CORREIOS para que nos esclarecessem o que é que era aquilo, e recebemos uma resposta que realmente me surpreendeu. Resposta é, que o manual de Licitação dos CORREIOS não exige como documentação apresentada a comprovação da regularidade fiscal das Fazendas Estadual, Municipal e Federal. Ou seja, ao que é exigido pela Constituição Federal, ninguém pode ser contratado em débito com a fazenda, o manual dos CORREIOS esquece de pedir para o concorrente.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu tenho a impressão que isso sempre aconteceu. Não foi nessa Licitação. Sempre aconteceu. Então eu acho que seria interessante verificar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma pessoa, dotada de grande genialidade, coloca todos os requisitos e não coloca o necessário, pela Lei de Licitações, pela Constituição etc.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei quantos anos têm os CORREIOS, Excelência, mas eu acho que desde o começo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Especialmente, depois que uma empresa, numa Licitação, apresentou certidão falsa. Ou seja, por que é que numa Licitação tem que apresentar certidão e na Dispensa não tem? Eu lhe digo por quê. Porque havia uma intenção deliberada, um conluio dentro dos CORREIOS, das autoridades responsáveis de permitir que empresas que deveriam pudessem ser contratadas, como a BETA e como a SKYMASTER.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. ROBERTO KFOURI: Por que isso nunca aconteceu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): ...Certidão falsa aqui agora?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu acho que isso está sendo investigado. Eu acho que antes de isso aí ser investigado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que a certidão é falsa, é.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não tenho essa informação. O Senhor está me mostrando agora um documento. Eu acho que isso aí está sendo investigado. Eu acho que se houver qualquer fraude, eu acho que alguém tem que pagar por isso, não é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro. E aí, tirando a hipótese do Senhor nos demonstrar cabalmente quem

foi o responsável por isso, a suspeição cai sobre os ombros de V.S^a.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, é como eu já falei para o Senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por isso, eu estou insistindo para ajudar. Quem foi o autor da proeza na BETA. O Senhor falou que é o Presidente.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu já falei que isso aí ficava a cargo da contabilidade, da área financeira--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É muito difícil imaginar que o Presidente e o Senhor não tenham atuado em conjunto nesse caso.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu nunca--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se ele disser num depoimento “Não sabia, quem montava isso era Sr. Kfourir”, a suspeição maior será sobre o Senhor, porque cabia ao Senhor aparelhar a documentação na Licitação e não ao Presidente da empresa. O Senhor percebe? Por isso é que eu estou insistindo que o Senhor aponte o “caminho das pedras”. Na medida em que o Senhor não aponta o “caminho das pedras” com exatidão, talvez o Senhor é que terá que percorrê-lo.

SR. ROBERTO KFOURI: Estamos aí, Excelência, o que nós podemos fazer é tentar esclarecer o melhor possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós temos várias evidências daquilo que o Senhor nega. A atuação de servidores dos CORREIOS em favor das empresas BETA e SKYMASTER. Eu peço para o Senhor comentar algumas coisas. Um. Essa primeira... Nós já vimos, da certidão. Vou até pular essa, porque... O Senhor tem algum comentário a fazer, como é que o Senhor explica que toda uma Comissão de Licitação não percebeu que essa certidão era falsa?

SR. ROBERTO KFOURI: Não. Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dois. A BETA apresentou outra certidão da Dívida Ativa da União para assinar o contrato decorrente da Licitação. A anterior estava com validade vencida. Desta vez, positiva. Quero repetir. Na hora de assinar o contrato, a certidão anterior estava vencida. A BETA apresentou para as autoridades dos CORREIOS uma certidão de dívida tributária positiva. Sem efeitos negativos. Isso foi arquivado. E o contrato foi assinado com uma certidão positiva, da BETA. Ou seja, o indivíduo responsável pelo exame da documentação ou é míope, tem ilusões de ótica, e onde está escrito positivo leu negativo, ou eu não

consigo encontrar uma outra explicação a não ser um grave conluio. A primeira certidão é falsa. A segunda é positiva. Eu gostaria que o Senhor comentasse isso. Não há conluio?

SR. ROBERTO KFOURI: Não tenho nada a comentar, Excelência. Eu nunca tive contato com esses documentos. É a primeira vez que eu estou ouvindo isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor sabe, esse expediente, quem foi que examinou?

SR. ROBERTO KFOURI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Sr. José Garcia Mendes. Aquele mesmo daqueles relatórios trocados, aquele mesmo que nós mencionamos a carta errada. Aquele mesmo que era subordinado ao Sr. Carlos Augusto de Lima Sena, aquele mesmo que praticou todos esses atos inexplicáveis naquela Dispensa e que o Senhor falou com tanta ênfase no relatório, eu lhe mostrei que havia as cartas erradas, datas trocadas com suspeita do relatório ser montado, este mesmo Senhor recebeu uma certidão positiva como se fosse negativa. Há indício de conluio, o Senhor acha?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei, Excelência. Eu não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acho que não há? Não há indício de conluio?

SR. ROBERTO KFOURI: Não sei. Não posso afirmar nada. Na minha gestão nunca houve nenhum tipo de conluio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu só vou dizer ao Senhor que nesse caso aqui dessa certidão negativa o ofício de encaminhamento foi assinado pelo Sr. Michel Abud Atiê. Essa não foi o Senhor. Vamos ver uma outra situação curiosa. Olha aqui. Vou lhe mostrar. Olha que coisa fantástica. Tenho a impressão que nós tivéssemos mais seis meses de CPI eu ia aprender muito, coisas que eu nunca vi na vida. Olha aqui. BETA. “Conforme o nosso fax, segue cópia autenticada dos comprovantes de regularidade com a Fazenda Fiscal. Sr. Michel Atiê”. Está aqui. Certidão quanto à Dívida Ativa da União. Positiva. Sem nenhuma ressalva. Olha que coisa fantástica. O Sr. Michel Abud Atiê assina que está regular com a Fazenda Federal, junta uma certidão positiva e nem se deu ao trabalho em fazer incluir aquela ressalvinha no verso.

SR. ROBERTO KFOURI: O Senhor perguntou para ele, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Nós descobrimos agora.

SR. ROBERTO KFOURI: Acho que ele poderia esclarecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sei. Mas era o Senhor que operava essa área. O Senhor era o responsável.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu era o Diretor Operacional e eu encaminhava essas propostas aos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor sabe por que é que eu não tenho esperança de obter esclarecimentos do Sr. Atiê? Porque o Senhor encaminhou a outra, e também não me esclareceu!

SR. ROBERTO KFOURI: O envelope fechado em São Paulo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fechado. O Senhor não encaminhou... Está fechado? É a sua empresa, a sua área de operação. Ele vai dizer para mim: “Alguém botou para eu assinar, eu nem sabia”. Eu não consegui a sua explicação também. Nem quem fez, nem nada.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu falei quem fez. Eu disse quem fez. Eu falei que foi a contabilidade, juntamente com--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem? Nomes. Pessoas.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei, Excelência. Eu não sei quem estava. É ano 2000, eu não sei! Talvez o Sr. Gilberto. Eu não sei. Área de Contabilidade, junto com a área de RH, que eu não me o nome e juntamente com um escritório de Advocacia, contratado exatamente para isso. E sob a supervisão do Sr. Antônio Augusto. O que é que o Senhor quer que eu fale mais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Considerando que a inscrição dos débitos da Dívida Ativa da União foi realizada no ano de 1998, segundo consta da ressalva posta na certidão falsa, parece que as remissões buscavam conferir credibilidade ao documento caso alguém quisesse fazer uma pesquisa. Que em abril de 2000 falsificou uma certidão para apresentar aos CORREIOS ou para outros fins, como tomar empréstimos em Banco oficial, habilitar-se em programas de incentivos fiscais, no caso as empresas estabelecidas na região da Zona Franca de Manaus, que até setembro de 2000 a BETA não possuía certidão da Dívida Ativa da União. Ou seja, ela participou de licitações onde, em princípio, uma mera consulta...

SR. ROBERTO KFOURI: Em 98, isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 98 é que foi feita a inscrição na Dívida Ativa. Até 2000 a BETA não tinha a

certidão da Dívida Ativa negativa até setembro de 2000. Pode-se concluir que entre janeiro e setembro de 2000 a BETA não possuía uma certidão apta para contratar com a administração pública, porém a empresa foi contratada em duas dispensas de Licitação e uma concorrência. Consultada sobre as certidões, a ECT informou não tê-las encontrado. Veja que interessante. O CORREIOS não encontra as certidões do período. Informou, porém, que em caso de dispensa de Licitação, como já disse ao Senhor, supostamente em obediência ao manual de Licitação da estatal, MANLIC, a empresa solicita somente as certidões referentes ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E só não solicita da Dívida Ativa da União. Ou seja, nos casos de maior risco para a administração pública, menores são os controles com cara(F)[1:02:11.4] infringência aos dispositivos da Constituição Federal e demais dispositivos que [inaudível] [1.02.15] a matéria. Aqui agora vem aquele seu episódio, que também nós colocamos como indício de conluio. Veja o caso da SKYMASTER.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].[1.02.32.2]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Suspensa a Sessão por três minutos.

Sessão suspensa às 14h50.

Sessão reaberta às 15h17.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): [soa a campainha] Reaberta a Sessão. Como lembra o depoente, nós estávamos colocando algumas questões em que nós avaliávamos que haveria um conluio de autoridades dos CORREIOS e funcionários com essas irregularidades. Porque, as irregularidades relativas à operação das empresas SKYMASTER e BETA já constaram do relatório preliminar. E nós estamos agora avançando na linha, para fechar o relatório, das pessoas envolvidas nos CORREIOS. Essa é a razão pela qual... o Senhor veja que situação interessante. Eu vou pedir o seu comentário. Nós abordamos aqui a dispensa de Licitação 3/2000 que teve toda aquela... Processos trocados etc. E veja que situação curiosa acontece com a empresa SKYMASTER. Aí não é a sua. Veja só.

Uma situação análoga. Em 27 de julho de 2000, em relação a uma dispensa de Licitação Linha "G"... É 29 de junho de 2000, a SKYMASTER apresentou a terceira melhor proposta para a Linha "G", que a empresa operava até então. Estavam na sua frente as empresas FLY BRASIL e TAF. Em 3 de julho de 2000 a ECT solicitou informações à FLY BRASIL sobre a capacidade da empresa de prestar os serviços da Linha "G" com o prazo de resposta até 4 de julho de 2000,

muito parecido tudo, às 12h. No mesmo dia, solicitou informações ao DAC sobre a capacidade da empresa FLY BRASIL de operar com aeronaves DC-8. A empresa FLY BRASIL informou que não teria condições de prestar os serviços, por não ter conseguido celebrar contrato com a empresa que alugaria o avião. Quem é a empresa que alugaria o avião? A empresa BETA.

A resposta foi encaminhada às 12h50 do dia 4 de julho de 2000. O DAC somente respondeu no dia 13 de julho de 2000, data do expediente, com registro de entrada do documento na Diretoria de Operações dos CORREIOS. No dia 4 de julho de 2000 a ECT solicitou informações à TAF, segunda colocada, sobre a capacidade da empresa de prestar os serviços da Linha "G", com prazo de resposta até o dia 5 de julho de 2000, às 12h. A TAF apresentou carta do DAC com exigência para realizar a vistoria da aeronave que a empresa estava alugando. A carta informa que a ECT poderia ficar despreocupada, que a empresa cumpriria o contrato ainda que tivesse de subcontratar os serviços, nos dias iniciais de operação, caso a aeronave alugada não estivesse no País no dia 10 de julho de 2000.

É até curioso, porque a empresa quase pede de joelhos, ela implora essa situação aos CORREIOS. Porém, no dia 7 de julho, a SKYMASTER foi consultada sobre a possibilidade de operar a Linha "G", conforme se verifica no expediente CT DGEL 242/2000, assinado por quem? Pelo Sr. José Garcia Mendes. No dia 3 de julho de 2000, portanto, em data anterior aos acontecimentos acima, o Sr. José Garcia Mendes apresentou o relatório DGEL 004/2000, primeira versão, tratamos do documento finalizado, não de uma minuta, informando sobre a convocação da SKYMASTER. O mesmo relatório informa que a empresa FLY BRASIL não teria apresentado documentação exigida no processo, tendo sido desclassificada e que, em consequência, foi convocada a segunda colocada, a TAF, que também foi desclassificada.

Ou seja, na mesma data, o mesmo relatório no dia 3 de julho, antecipa coisas que não tinham acontecido no dia 3 de julho. Mesma situação idêntica da parceira BETA. Observa-se que, antes de solicitar informações às empresas, a ECT já tinha o parecer pronto. Mesma coisa. O encaminhamento de correspondências da empresa servia apenas para cancelar o que já estava decidido. Com efeito, a segunda versão do relatório DGEL 004/2000 desta vez datado de 7 de julho de 2000 e também assinado pelo Sr. Diretor de Operações Carlos Augusto de Lima Sena repete exatamente os termos da primeira versão do relatório de autoria do Sr. José Garcia Mendes. Então veja, a mesma situação que aconteceu na BETA, aconteceu

com a SKYMASTER. Dois relatórios, antecipações... O que nos leva a crer que há uma montagem posterior desses procedimentos licitatórios. O Senhor atribuiria esta semelhança desses procedimentos a alguma coincidência? Ou a o quê? O Senhor saberia dizer?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, com respeito à empresa FLY, nós mandamos uma carta no dia 5 de julho de 2000 para os CORREIOS, dizendo, essa carta foi assinada por mim, porque eu fui procurado no dia 3 de julho, pelo Sr. Dilson Prado, dessa empresa FLY, que queria que a BETA fornecesse aeronaves para a sua empresa em atendimento à Linha “G”. Esse Dr. Dilson Prado é aquele mesmo que comprou a TRANSBRASIL por um real. O Senhor lembra disso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Lembro.

SR. ROBERTO KFOURI: Que ocupou a casa aqui do Presidente da TRANSBRASIL e não queria sair, e cortaram luz, aquela coisa toda. Muito bem. Ele também nos solicitou que nós assumíssemos os custos de handling, INFRAERO, combustível etc. etc. porque aquela empresa não tinha condições financeiras para iniciar os serviços. E ele diz também não estar preocupado pelo preço apresentado aos CORREIOS, já que teria, na mesma aeronave, um serviço de transportes que poderia complementar sua receita. Solicitou também, e eu fiquei até abismado com a incompetência dessa pessoa, e expliquei um pouco e tentei explicar e usei alguns termos que a gente usa normalmente, como fluxo de caixa, capital de giro. E minha surpresa, ele pediu para que eu explicasse para ele o que era um fluxo de caixa e o que era um capital de giro.

Quer dizer, existiam algumas pessoas e algumas empresas, esse especificamente, eu mandei essa carta para o CORREIO, datada no dia 5 de julho, existiam algumas pessoas e algumas empresas querendo se aproveitar de uma Licitação, querendo entrar numa Licitação, querendo ter esse contrato, para depois contratar aeronaves. E sem a mínima condição financeira, sem o mínimo capital de giro, inclusive o Senhor sabe que o capital de giro para trabalhar nos CORREIOS é bastante elevado, porque se trabalha do dia 1 ao 30 e se recebe no dia 19 do mês seguinte. Então nós temos aí combustível de quase dois meses, pagamento de combustível, que é o maior custo da empresa. Então veja, as empresas que se ofereceram para cotar. Eu não estou aqui defendendo a SKYMASTER, não tenho nada a favor ou contra a SKYMASTER. Mas eu estou dizendo que quem, uma das empresas que fez a cotação para essa linha, para a Linha “G” foi essa empresa onde eu fiz essa carta para os CORREIOS explicando quem era essa empresa e quem era o dono dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, será que nesse caso não há uma certa similitude de situações com o que aconteceu depois com a empresa AEROPOSTAL?

SR. ROBERTO KFOURI: Veja, uma coisa é o Senhor não ter nem aeronave, não ter absolutamente nada, outra coisa é entrar numa Licitação onde havia, por trás, algum suporte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas como suporte? A AEROPOSTAL não tinha nem a CHETA, nem aviões. E pertencia ao Senhor. É a mesma coisa.

SR. ROBERTO KFOURI: Só que nós tínhamos dez dias para começar. Não fomos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós já discutimos isso. Mas, em dez dias conseguir avião etc. [risos]. Eu vou lhe dar uma versão. Vê o que é que o Senhor acha. Mas, antes vou lhe fazer uma pergunta. A AEROPOSTAL ela tinha, antes da Licitação, um contrato com a EVERGREEN. E a partir de um certo momento a EVERGREEN passou a não mais fornecer, manter o contrato com a AEROPOSTAL. É verdade?

SR. ROBERTO KFOURI: É verdade. Ela não... Porque o primeiro contrato que ela fez, o primeiro contato e contrato que ela fez com a AEROPOSTAL, antes da minha entrada, foi dar um suporte completo. Financeiro inclusive, treinamento de piloto, handling, aeronaves, capital de giro, combustível, aviões, inclusive suporte financeiro para que a empresa começasse. Com a perda do contrato naquela Licitação 010 onde a AEROPOSTAL entrou, eu não estava na empresa, e ela não conseguiu, faltou um documento, alguma coisa assim, isso o Sérgio já falou, exaustivamente, a respeito disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é que faltou um documento. Faltava tudo.

SR. ROBERTO KFOURI: Ele retirou a proposta, porque o documento não chegou a tempo. E nessa época a AEROPOSTAL ficou um pouco desacreditada com a EVERGREEN. Eu mantive contato com a EVERGREEN e através do Vice-Presidente Comercial, inclusive não era brasileiro, mas o nome dele era Jorge, porque ele era português, ele era Vice-Presidente da América Latina, Comercial, e nós fomos a ele e ele falou: “Olha, o suporte financeiro para comprar mesa, computador, aluguel etc. e tal, eu acho que a empresa não vai dar, mas os aviões continuam, o contrato vai até 2006”, o Senhor mesmo constatou isso. “Nós temos possibilidade de colocar aviões tipo DC-8, que é o tamanho do avião 707, até dois aviões”. E colocamos esses aviões rapidamente. Porque é uma empresa que

tem uma representatividade bastante grande. É uma empresa grande. Duvido que ela seja a segunda maior empresa do mundo como falou o Sérgio. Mas é uma empresa grande e ela tinha condições de colocar esses aviões em dez dias. Uma semana, dez dias.

Muito bem, aí o Senhor me pergunta: “O avião chegou, e o CHETA”? É a próxima pergunta de V.Exa., porque depois de três vezes eu já conheço inclusive uma parte da sequência. [risos] Tenho até esse direito de conhecer uma parte da sequência. Com relação ao CHETA, Excelência, eu gostaria, o Senhor se refere também ao Código Brasileiro de Aeronáutica, eu gostaria de ler, rapidamente, o que o Código Brasileiro de Aeronáutica prevê, do § 1º, do art. 66. Ele fala aqui sobre os padrões mínimos de segurança aérea estabelecidos no RBHA, que é a bíblia da aviação brasileira. Estamos falando do Código Brasileiro de Aeronáutica. Eu gostaria inclusive de deixar uma cópia disto com a sua Assessoria. Ele fala: “Compete à autoridade Aeronáutica promover a segurança dos vôos devendo estabelecer os padrões mínimos de segurança...”

Então ele começa o seguinte: “Os padrões mínimos serão estabelecidos em regulamento brasileiro de homologação Aeronáutica a vigorar a partir de sua publicação. Esses padrões são conhecidos como regras do SEGVÔO, ou melhor, as regras que estabelecem o padrão mínimo de segurança para operações tanto de aeronaves de pequeno porte como as de grande. Dentre os RBHs, está o RBH 11, que estabelece legalmente que qualquer pessoa física ou jurídica pode pedir isenção de qualquer regra do SEGVÔO. Ou seja, regra de regulamentos, autoridade aeronáutica baseada no RBHA 1125. O RBH 11 deixa em aberto a possibilidade de qualquer pessoa requerer à autoridade Aeronáutica a isenção das regras dos RBHAs, conforme procedimento estabelecido no próprio regulamento. Cabe à autoridade Aeronáutica acatar ou não o recebimento”.

Muito bem. Aí ele continua dizendo o seguinte: “Sempre que a autoridade Aeronáutica assim o determinar, os procedimentos estabelecidos nesse regulamento devem ser aplicados para isentar pessoas ou categorias de pessoas das disposições de uma regra julgada fundamental”. Item 1125 fala: “Petições para elaboração das regras e para isenção”, e fala o seguinte, na alínea “a”: “Qualquer pessoa interessada pode solicitar ao DAC a emissão, modificação ou anulação de uma regra. Quer seja ela fundamental ou não dentro do espírito da Seção 1121 deste regulamento. Pode ainda solicitar uma isenção permanente ou temporária de qualquer regra em vigor no SEGVÔO”. Eu gostaria de encaminhar esse documento a V.Exa^a.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com prazer. Agora, eu não entendi o que é que isso mudaria a nossa convicção.

SR. ROBERTO KFOURI: É o seguinte, o CHETA é um dos regulamentos que prevê o RBHA e, tendo-se o avião, estabelecemos com o DAC que existe uma empresa responsável pela manutenção desse avião, nós poderíamos inclusive, a Autoridade Aeronáutica Brasileira poderia inclusive nos isentar, por um tempo ou definitivamente, do CHETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isentou?

SR. ROBERTO KFOURI: Nós não chegamos a pedir, porque nós estávamos esperando, Excelência, o avião. Esse procedimento eu não sei se foi o mesmo procedimento adotado pela VARIG LOG até abril de 2001, onde a VARIG LOG voou sem o CHETA. Esse documento está à disposição e eu gostaria de enfatizar o seguinte, que, como eu havia dito, Excelência, nós tínhamos algumas opções, algumas opções quando nós entramos na Licitação. Opções de avião, nós tínhamos opções inclusive do CHETA. Então, nós poderíamos, sim, solicitar ao DAC, caberia à autoridade dar ou não. A EVERGREEN já tinha feito uma visita ao DAC, ao Brigadeiro Grossi, já tinha feito uma visita inclusive aos CORREIOS, para sentir a seriedade, e nós poderíamos trazer o avião e solicitar ao órgão regulador máximo um desvio da regra, conforme consta os documentos que contém o RBHA e a própria Convenção Aeronáutica Brasileira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, acho interessante conhecer bem o código em questão, porém, o edital da solicitação exigia a CHETA. Se, eventualmente, o Senhor não tinha a CHETA e achava que tinha condições de obtê-la numa autorização especial, o Senhor deveria ter impugnado o edital. O problema é que o Senhor não tinha a dispensa Aeronáutica, não tinha a CHETA e foi assinada uma declaração que o Senhor teria todos os requisitos do edital, pelo Sr. Vignoli. Portanto, num crime de falsidade ideológica. Posteriormente a isso, fica evidente que o Senhor não tinha condições de operar se ganhasse. E aí vem a dúvida, porque entrou na solicitação, e eu não vou voltar a essa pergunta, já discutimos bem isso. Mas, uma das suspeitas que nós temos é a de que havia uma estratégia da empresa SKYMASTER e da empresa BETA de evitar novos concorrentes no mercado. Até que ponto o Senhor, ao associar-se nessa empresa, fazia parte da estratégia, era uma questão que parece particularmente interessante. Nós temos notícia de que ou a empresa SKYMASTER ou a BETA ou as duas teriam procurado a empresa EVERGREEN nos Estados Unidos.

SR. ROBERTO KFOURI: Fomos nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Para tentar impedir que cedesse aviões--

SR. ROBERTO KFOURI: Não, não foi para tentar impedir. Nós fomos conhecer a empresa, nós fomos conhecer o potencial dessa empresa e conhecer a seriedade com que ela encarava esse quase sócio brasileiro, que era--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na época em que o Senhor trabalhava na BETA?

SR. ROBERTO KFOURI: --Sim. Eu acho que é normal conhecermos o mercado aeronáutico, e desde que a empresa tenha alguma razão para querer Senhor (conferir áudio neste trecho) entrar no Brasil, vamos avaliar essa empresa para saber que empresa é essa, qual é a seriedade dela, qual é o tamanho dessa dela, qual é o potencial dela, e as aspirações e coisas desse tipo. Eu acho que faz parte do nosso negócio conhecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A informação que nós tínhamos, é que não foi para conhecer. Foi exatamente para tentar minar a possibilidade da entrada da EVERGREEN no mercado brasileiro. E aí, como, posteriormente, o Senhor se associa à empresa AEROPPOSTAL, surge a dúvida. Será que o Sr. Kfouri não era ele, sim, um agente infiltrado da BETA para impedir que aquela empresa operasse e pura e simplesmente, então, utilizou essa empresa como uma cobertura, que é a convicção que temos, para uma disputa de Licitação fraudulenta, que não houve entre BETA e SKYMASTER?

SR. ROBERTO KFOURI: Então, Excelência, em vez de Roberto Kfouri seria Roberto “Kfraude”. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aí eu concordo com o Senhor, mas eu acho que aí foi um bom trocadilho. Sem sombra de dúvida. Realmente seria o “kfraude”, como o outro seria também o “kfraude”. E, no caso, o Senhor afasta essa hipótese?

SR. ROBERTO KFOURI: Completamente, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, não é estranho que o Senhor tenha procurado a empresa EVERGREEN para saber a seriedade para disputar com outros sócios? Visivelmente, o Senhor não tinha interesse nenhum enquanto BETA que entrasse no mercado a EVERGREEN. Seria um concorrente fortíssimo.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu acho que conhecer o mercado é um dever de todos nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, é um dever de todos nós, mas, na verdade, os Senhores foram tentar impedir que a EVERGREEN entrasse no mercado brasileiro. Me parece uma coisa óbvia. Tanto que a EVERGREEN depois para, pura e simplesmente, com a relação com a AEROPPOSTAL, que ficou uma empresa sem CHETA, sem avião e aí o Senhor entra como sócio. Segundo o Senhor Sérgio Vignoli, o Senhor oferecia para ele a possibilidade de conseguir aviões etc.--

SR. ROBERTO KFOURI: Nós estávamos entrando com a nossa experiência, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí não conseguiu os aviões, a empresa não fez nada e o mercado ficou preservado para a BETA e SKYMASTER.

SR. ROBERTO KFOURI: O Sr. Sérgio ele foi muito inocente achando que uma empresa área se faz do dia para a noite. Eu acho que é por isso que ele se sentiu enganado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Senhor não era inocente. O Senhor entrou--

SR. ROBERTO KFOURI: Não. Nessa área de aviação, a gente conhece bem, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Muito bem. Portanto, isso, dificilmente, o Senhor conseguirá quebrar a nossa convicção de que essa empresa foi utilizada, e talvez até o próprio Sr. Sérgio, como um biombo para a manutenção do conluio BETA-SKYMASTER.

SR. ROBERTO KFOURI: O muro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na Dispensa de Licitação 01/2000 a SKYMASTER foi contratada ao preço de oitenta e quatro mil reais para a operação da Linha “G”. São Luís/Teresina, Brasília/Rio de Janeiro, Brasília/Teresina/São Luís. Na Dispensa de Licitação 3/2000, a linha foi alterada troca do Rio para São Paulo. A SKYMASTER venceu ao preço de cento e cinco mil reais. Na concorrência 10/2000, novamente a linha foi alterada, troca de São Paulo pelo Rio. A SKYMASTER ofereceu cento e trinta e dois mil e perdeu.

A empresa BRATA, que pertencia ao Controlador da VASP venceu, ofertando oitenta e dois mil e setecentos e sessenta e oito. Veja que curioso. A ECT solicitou à BRATA um desconto de 5% sobre o preço, alegando que o preço de referência para a linha era de setenta e um mil e oitocentos e vinte e cinco reais. Isso foi em agosto de 2000. A SKYMASTER, porém, operava a mesma linha, idêntica, definida em janeiro de 2000, ao preço de oitenta e quatro mil. E para a BRATA, que ofereceu a setenta e quatro, pediram 5%

de desconto. E a SKYMASTER operava com oitenta e quatro mil. A empresa não aceitou a redução proposta pelos CORREIOS e a ECT revogou a Licitação. Veja que coisa curiosa. A empresa SKYMASTER operava por um valor acima. A outra, a BRATA, ganhou, abaixo da SKYMASTER, pediram 5%. Não deu, revoga. O Senhor acha que nisso aqui há um indicador de conluio, ao seu ver?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, não tenho condições de julgar. Foi da SKYMASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O Senhor acha normal isso?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei em que termos foi. Desculpa, eu não tenho condições de julgar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Observe que quando a BETA cotou noventa e cinco mil, o preço de referência dos CORREIOS era setenta e oito. A Licitação não foi revogada e a BETA foi contratada por noventa e cinco. Ou seja, dois pesos e duas medidas. A outra, coitada, a BRATA, do grupo da VASP, do Controlador da VASP, contratou menos que a SKYMASTER e pediram 5% e revogaram porque o preço era excessivo. O Senhor apresentou naquela fatídica dispensa, noventa e cinco, pediram para diminuir. O Senhor não diminuiu e contrataram.

SR. ROBERTO KFOURI: O avião da BRATA, Excelência, era o 737, um avião de quinze toneladas. O avião que fez, provavelmente, da SKYMASTER e da BETA, da BETA eu tenho certeza que era avião de quarenta toneladas. Então, os aviões eram diferentes. Mais uma vez, nós falamos de preço sobre o valor dos aviões. Eu acho que esse é um assunto que nós vamos passar horas discutindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, eu não estou discutindo avião. Eu estou discutindo os dois pesos e duas medidas. Por que é que a coitada da empresa BRATA, que apresentou um preço inferior à SKYMASTER tinha dado um preço acima do de referência e pediram para reduzir e não reduziu, e revogou. E, por que é que no seu caso, que deu noventa e cinco, acima do preço de referência, manteve? A nossa convicção é que foram os vinte mil dólares. Por isso que eu quero que o Senhor diga a razão--

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, não me consta que nós tenhamos operado essa linha. Eu acho que essa linha foi operada tempos depois--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu estou apenas mostrando dois pesos e duas medidas.

SR. ROBERTO KFOURI: É que eu não tenho conhecimento de causa para dizer por que é que o preço era esse ou aquele. Eu não tenho esse conhecimento agora, Excelência. Posso tentar levantar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A SKYMASTER chegou a oferecer cento e trinta e dois mil por essa linha e depois operou por oitenta e um e quinhentos, justamente quando a BRATA ofereceu setenta e um. É impressionante a maleabilidade, oferece cento e trinta e dois, depois opera por oitenta e um. A BRATA tinha oferecido setenta e um, perdeu, porque não baixou 5%. E depois a SKYMASTER opera por oitenta e quatro mil. Mas vamos lá, na dispensa de Licitação 03/2000, de 29 de junho de 2000, o preço de referência para a Linha "F" era de setenta e oito mil reais. Na concorrência 10/2000, cujo edital foi publicado em 23 de junho de 2000, o preço de referência era de noventa e oito mil reais. A Linha "F", a partir dessa Licitação passou a ser de ida e volta. Para comparação, dividimos o preço de referência, de cento e noventa e sete mil e novecentos e quatorze, por dois. A BETA foi contratada por cento e noventa e três mil e quinhentos e quarenta. Ou seja, ofereceu um desconto sobre o preço de referência dos CORREIOS. Considerando o caso da SKYMASTER, descrito no item anterior, vemos que as linhas e os preços de referência são ajustados de modo a justificar o preço de contratação dos CORREIOS. Ou seja, é o inverso. Em vez de servir de parâmetro para contratação, o preço de referência é para justificar o preço que se contrata. Outro efeito é a dificuldade de fiscalização dos contratos pelos órgãos de controle, uma vez que as constantes alterações dificultam a comparação entre as diversas contratações. Tudo isso nos leva à convicção plena, a nosso ver, prova, de que há um conluio deliberado, acertado, ajustado, entre os funcionários dos CORREIOS, sua Direção e as empresas SKYMASTER e BETA. É um conluio de evidências tão grande, tão forte como poucas vezes eu vi na minha vida. E aí eu concluo, perguntando ao Senhor. O Senhor tem notícia de pagamento de propina da empresa BETA ou da SKYMASTER a autoridades dos CORREIOS?

SR. ROBERTO KFOURI: Não, Excelência. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos esses indicadores de conluio, portanto, foram mera coincidência?

SR. ROBERTO KFOURI: São indicadores que eu acho que nós temos que investigar. Seria muito importante, o que nós estamos fazendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor acha, então, que

foram meras coincidências e que nunca houve pagamento de propina?

SR. ROBERTO KFOURI: Não. Nunca houve. Pelo menos da minha parte, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se houvesse pagamento de propina, o Senhor saberia?

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu não sei se eu saberia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que não sabe?

SR. ROBERTO KFOURI: Porque não sei. A minha parte era operacional. Se o avião tivesse ruim, eu saberia. Agora, se houvesse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Senhor nunca sentiu nenhuma facilidade especial com dos funcionários com a BETA? Mesmo quando recebem certidões falsas e não vêm, certidão positiva e não vêm. Nunca sentiu?

SR. ROBERTO KFOURI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu estou satisfeito. Da minha parte, quero reafirmar o que disse no início. V.S^a., infelizmente, não conseguiu demover a convicção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na figura deste Sub-Relator, em relação à sua inocência no caso. Então, nessa perspectiva, fica aberto ao Senhor poder apresentar novos documentos, novos fatos, até a apresentação do relatório.

SR. ROBERTO KFOURI: Excelência, eu agradeço muito a oportunidade, mais uma vez, de estar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Olha, uma pergunta interessante que a Assessoria me passa, antes de encerrar. O Senhor tinha conhecimento de um relatório de um Grupo de Trabalho dos CORREIOS, de maio de 2000, que criticava as aeronaves 707, utilizadas pela BETA e a SKYMASTER, por serem ultrapassadas e pouco confiáveis?

SR. ROBERTO KFOURI: Eu ouvi alguma coisa a respeito, na época, Excelência. Foi uma consultoria, e o pessoal dos CORREIOS queria mudar bastante a malha atual. Eu não sei o que aconteceu depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No entanto, não mudaram, desprezaram a consultoria e, com isso, favoreceram as empresas BETA e SKYMASTER.

SR. ROBERTO KFOURI: Eu não sei o que aconteceu. Eu não sei se essa nova composição poderia melhorar, facilitar ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sensação que nós temos é que isso só não foi mudado, porque aí houve um pa-

gamento de propinas, que se ajusta periodicamente. Eu não chamaria de Mensalão, porque não sei se é mensal, mas que depois é registrado em custos mensais da planilha da BETA, mesmo depois do Senhor ter saído da empresa isso aconteceu. Ou seja, nós temos a convicção de que a corrupção nesse setor, começa de 2000 a 2005, não posso lhe afirmar, além da empresa BETA e SKYMASTER, que havia em outras empresas.

Nós vamos recomendar no relatório que outras empresas sejam estudadas. Nós investigamos a empresa BETA e a empresa SKYMASTER, porque são da origem da denúncia formulada pelo Deputado Roberto Jefferson. Começamos na SKYMASTER, chegamos na BETA, mas nós vamos recomendar que todas as outras empresas do CORREIO AÉREO NOTURNO, no período que vai de 2000 a 2005, sejam investigadas. A nossa convicção vai na linha de que essas empresas foram beneficiadas, atuavam em conluio evidente e que há provas irrefutáveis de que as autoridades dos CORREIOS atuavam, absolutamente, com complacência em relação a isso. Temos, a nosso ver, provado a corrupção em relação ao Sr. Diretor dos CORREIOS, Carlos Augusto Lima Sena, por entendermos que todo o contexto fornece, não apenas indícios, mas provas substantivas de corrupção a justificar a solicitação de seu indiciamento, também de V.S^a., neste caso.

Da mesma forma, entendemos que as fraudes fiscais verificadas, que os relatórios apresentados, que os superfaturamentos evidentes, realmente mostram a atuação, nesse segmento, de uma verdadeira quadrilha, como dizíamos no relatório inicial, qualificada por sua atuação no Código Penal e, como tal, nós faremos constar no relatório, não só o período de abertura dos processos respectivos, mas também, pediremos a ação da Receita Federal, a ação do Tribunal de Contas da União, dos órgãos investigativos para que a investigação continue, além das conclusões a que nós chegamos.

Se V.Sa, até o final do relatório, tiver informações a prestar, dados a nos fornecer, que possam nos demover dessa convicção, coisa que, infelizmente, nesse depoimento não foi possível, ou possam acrescentar no sentido de mostrar que V.S^a. foi apenas um instrumento de ação de gente superior, que puder ser detectada e, obviamente, punida, nós estamos à inteira disposição de V.S^a. Não sei se será fácil termos um depoimento extraordinário de V.S^a. Até o relatório acho difícil, mas estamos à inteira disposição para, independentemente do relatório apresentado ao Deputado Serraglio, ouvir V.S^a., receber informações para que possamos até, eventualmente, a tempo, antes da votação, mudar uma convicção que, nesse momento, inclusive, após

o depoimento de V.Sa, parece muito enraizada, pelo menos da parte deste Sub-Relator.

Agradeço a V.S^a., imensamente. V.S^a., independentemente das arguições duras que tivemos que fazer, sempre compareceu aqui, não se furtou a vir, e, nesse ponto, quero elogiá-lo. Os demais, infelizmente, sou obrigado a manter as convicções com que abri esta reunião. Agradeço ao Dr. Advogado, que também com, sempre, urbanidade, inclusive, quando negociamos a data desse depoimento, nos deu a palavra que o Senhor compareceria e mostra que fiz bem em confiar na palavra do Dr. Advogado que, pelo que sei, tem uma atuação profissional marcada por ética irrepreensível. Assim sendo, declaro encerrada a presente Sessão, devendo a Assessoria agora, uma vez que nós encerramos a fase depoimento, salvo a algum fato extraordinário, ocupar-se na elaboração do relatório final a ser encaminhado a S.Ex^a. o Relator Osmar Serraglio. Agradeço a todos os Senhores. Declarado encerrada a Reunião desta Sub-Relatoria. [soa a campainha].

Sessão encerrada às 15h47.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13/09/2005.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quinze minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Gustavo Fruet Sub-Relator da (DNA, SMP&B Fontes Financeiras), ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Ideli Salvatti, Íris de Araújo, Heloisa Helena, e os Deputados Asdrúbal Bentes, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Eduardo Paes, Medeiros, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Murilo Zauith e Silvio Torres reúne-se a Sub-Relatoria Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva da

senhora Kátia Rabello. Compareceu também a essa reunião a Senhora Ayanna Tenório (responsável pelo levantamento de informações para a CPMI no Banco Rural). O Deputado Gustavo Fruet solicita a requisição de cópias dos processos do Banco Rural e a Sra. Kátia Rabello diz que enviará. Encerra-se a presente reunião às dezoito horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB–PR)

– Declaro aberta a primeira reunião da Sub-relatoria da DNA/SMP&B e fontes financeiras, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva da Sr^a Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural, que já se encontra à mesa, havendo já, com concordância também da sub-relatoria, a participação da Sr^a Ayana Tenório Torres de Jesus, vice-presidente de suporte operacional do Banco Rural. Também registro a presença do professor, ex-ministro, José Carlos Dias, advogado da Dr^a Kátia. Ambos já assinaram o termo de compromisso na condição testemunha.

Esclareço que estamos fazendo essa reunião da sub-relatoria nesta sala, para efeito de registro, devido à publicidade, porque uma outra subcomissão, também desta CPMI, está nesse momento tomando outros depoimentos. Acredito que será também muito objetivo. Nós temos aqui depois um rol de questionamentos, em função das investigações.

Concedo a palavra à Dr^a Kátia Rabelo.

A SRA. KÁTIA RABELO – Muito obrigada, Deputado. Boa tarde a todos.

Neste momento tão conturbado da vida de nosso País, gostaria de contextualizar o papel do Banco Rural, analisar suas conseqüências e apresentar as decisões tomadas pelos acionistas frente aos acontecimentos.

O Banco Rural tem 75 agências, mais de dois mil funcionários e trinta mil clientes. Em sua maior parte, esses clientes são pequenas e médias empresas, com pouca sofisticação e difícil acesso ao crédito. Foi nesse nicho que o Rural se estabeleceu e cresceu.

O principal idealizador desse modelo chamava-se José Augusto Dumont. A pessoa que ele atribuiu

poderes para realizá-lo foi Júnia Rabelo, minha irmã. Juntos, durante dez anos, eles comandaram a transformação de um pequeno banco em um grande conglomerado financeiro.

Peço a V. Ex^{as} paciência para conhecerem um pouco da minha história pessoal: Dos doze aos vinte anos de idade, mantive dois interesses aos quais me dediquei: o estudo da dança e o curso de ciências biológicas. Com apenas vinte anos fundei uma escola e um grupo de dança, O Primeiro Ato.

A certa altura, a minha irmã Júnia me convidou para trabalhar no banco, assumindo a pequena área de comunicação. Gostava de trabalhar com Júnia, nossa relação era baseada no respeito, no carinho e na admiração mútua.

Em 26 de fevereiro de 1999, às doze e trinta, recebi a notícia do acidente da morte de minha irmã. Após o choque inicial, assumi a missão de substituí-la no banco e a responsabilidade por duas meninas, suas filhas. Coloquei-me ao lado do José Augusto Dumont, referendando a confiança que Júnia depositava nele. Entendi que a minha função era ser a interface entre o acionista controlador – meu pai- e os executivos do banco.

Júnia era uma mulher muito forte. Com a sua morte, jogos de poder se deflagraram internamente, e atuei para manter a unidade do grupo.

O estilo de gestão do José Augusto Dumont era informal, não hierárquico, pessoal e centralizado nele mesmo. A melhor descrição que ouvi a seu respeito foi feita pela sua secretária: “Meu chefe é um otimista; às vezes corre muitos riscos por conta dessa característica.”

Realmente o Zé, como era chamado na intimidade, tinha um dom único para lidar com pessoas e situações controvertidas. E fez isso, por diversas vezes, com clientes e funcionários do banco. Ele sempre dava mais uma chance. Essa conduta colocou o banco em grandes dificuldades muitas vezes e, em outras tantas, foi o caminho para sair delas.

Apesar de toda confiança e autonomia que o José Augusto tinha para lidar com o banco, uma questão me preocupava: o futuro. Dessa preocupação, surgiu o documento Rural nos Próximos Dez Anos, formulado em janeiro de 2003 e realizado pela renomada consultoria Amaná-Key. Nesse documento, identificamos os pontos fortes e fracos na gestão do nosso negócio.

O banco havia crescido depressa demais e já não era possível administrá-lo de maneira informal. Nossos maiores desafios eram desenvolver sistemas de controle sem perder a agilidade e desenvolver pessoas.

Dizem que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar, mas, no Rural, ele caiu. No dia 4 de abril de

2004, outro acidente fatal atingiu o então Vice-Presidente José Augusto Dumont e deixou a minha vida e a do banco novamente de pernas para o ar.

Fomos em frente. Sabíamos que precisávamos mudar. Contratamos as consultorias McKinsey e Accenture para desenvolver um projeto que extraísse o máximo da nossa potencialidade. O primeiro semestre de 2004 terminou, apesar de todo o trauma, com um lucro de R\$60 milhões. O segundo semestre ia bem quando veio a intervenção no Banco Santos. Assim como outros bancos de menor porte, o Banco Rural perdeu depósitos. Sobrevivemos, porém fomos forçados a reduzir despesas, fechando agências e demitindo pessoas.

Em 7 de janeiro de 2005, o Banco Rural e minha família sofreram mais uma dura perda: a do fundador, acionista-controlador, Presidente do Conselho, Sabino Rabelo, meu pai.

Para mim, mais uma vez, não houve espaço para luto. A redução de ativos causada pela crise do Banco Santos colocou em evidência alguns créditos que chamavam pouca atenção no passado. Um deles era o empréstimo para a agência de publicidade SMP&B. Iniciamos a discussão desses créditos com o Banco Central e, paralelamente, buscamos negociar o seu recebimento. É importante ressaltar que era José Augusto o negociador direto desse e de vários outros grandes créditos do banco.

Enfim, no dia 13 de junho, explodiu a crise que abala a política no País. Descobrimos que, além de uma dívida que não conseguíamos receber, tínhamos mais um problema: nosso cliente usava o Banco para efetuar pagamentos a Parlamentares. Quero deixar claro que não temos participação nessa história. O Banco foi usado, nada além disto. Prova do que digo é que todos os passos dessas transações estão registrados nos controles internos, nas fitas de caixa e até no Coaf. É absurdo imaginar que o Banco, se cúmplice de um esquema de corrupção, tratasse de produzir as provas do delito, enviando todos os dados a autoridades fiscalizadoras.

A triste verdade é que o Banco Rural viu, em poucos meses, sua imagem ser duramente arranhada. No intuito de reconstruí-la, o acionista adotou uma medida jamais vista no Brasil: incluiu em seu balanço todas as recomendações do Banco Central no que diz respeito a créditos duvidosos, o que implica em reconhecer R\$130 milhões de prejuízo com conseqüente redução de patrimônio. Essa conduta é a prova do nosso compromisso com a verdade, atitude corajosa jamais vista neste mercado, que apresenta um rompimento com o passado e começa uma nova história para o Banco Rural.

Como Presidente Executiva deste Banco desde 2001, quero deixar claro que não pretendo fugir às minhas responsabilidades e que decidi olhar à frente, auxiliada por profissionais de primeira grandeza. Hoje temos a felicidade de contar com a ajuda dos consultores: Luiz Nelson de Carvalho, Gustavo Loyola e Paolo Zaghen. Tais nomes dispensam apresentações. Tendo tido acesso a todas as informações do sistema financeiro rural, aceitaram o desafio de orientar os caminhos a serem trilhados por este novo banco que ora surge.

O compromisso dos acionistas com esses consultores é o de seguir toda e qualquer recomendação que apresentarem. Ainda para este semestre, preparamos uma profunda reestruturação que reverá a malha de agências do Banco e reduzirá as despesas para nos adequarmos à nova realidade.

Agradeço a confiança dos clientes e colegas do Banco Rural e de todos aqueles que estiveram e permanecem do meu lado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Passo ao questionamento. Fica a seu critério, Dr^a Ayana Tenório Torres para os esclarecimentos ou até com a contribuição do Dr. Reginaldo que tem ficado auxiliando nos trabalhos da CPMI.

Estabeleci o roteiro, Dr^a Kátia Rabelo, em função de todas as dúvidas que surgiram ao longo das investigações.

Passo ao questionamento:

Entre as atribuições do Banco ou da direção do Banco deve constar a definição das diretrizes estratégicas. A Resolução nº 2554, do Banco Central, determina que as instituições financeiras implantem controles internos para as atividades por ela desenvolvidas, bem como define como responsabilidade da diretoria dos bancos a adoção das medidas necessárias ao atingimento dos objetivos da citada resolução.

Em razão do exposto, pergunta-se: há órgão da auditoria interna no Banco Rural? Como foi a atuação desse órgão, se existe, entre os anos de 2000 a 2005? V. S^a poderia apresentar ou enviar posteriormente a esta Comissão os relatórios elaborados por essa unidade de controle?

A SRA. KÁTIA RABELO – Vou pedir licença para passar a palavra à Dr^a Ayana Tenório Torres.

Primeiro, queria explicar a presença da Dr^a Ayana aqui. Ela é Vice-Presidente do Banco, há pouco mais de um ano, na área de suporte operacional. E, portanto, foi a pessoa responsável por todo o levantamento de informações feito nesse período, desde que esse caso veio à tona.

Realmente, a Ayana tem um domínio muito grande, portanto, técnica e hierarquicamente, essa área de controle interno está sob a autoridade dela.

Então, ela, junto com toda equipe, desenvolveu um trabalho bastante profundo e extenso a esse respeito. Peço a Dr^a Ayana tente responder à pergunta.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A empresa, na realidade, tem toda uma estrutura que acompanha a questão da legislação, até porque são prestadas todas as informações aos órgãos o tempo inteiro, Banco Central. E a maior prova disso é o fato de que o Coaf é um órgão que, entre outras áreas do Banco Central, nos fiscaliza e nos acompanha.

A grande prova do próprio sistema e do funcionamento de sistemas como esse dentro da empresa é que todas as informações referentes a saques estão devidamente homologadas junto ao Coaf, que é um órgão do Banco Central.

Com relação a todos os sistemas, não só temos uma área de auditoria, que tem um papel de acompanhar efetivamente toda operação, tanto interna quanto externa da companhia, como uma área de *compliance*, que tem o papel de acompanhar as regras extremamente definidas que dizem respeito a qualquer procedimento ilegal ou legal dentro do Banco.

Existem os dois departamentos e, estrategicamente, é uma das coisas com as quais temos um cuidado muito grande e, nesse caso, inclusive, se comprovou que estávamos efetivamente atuando.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – No caso do Coaf, a partir de 2003.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O Coaf tem uma legislação a partir de 2003, mas a regra com relação a saques acima de R\$10 mil, inclusive em espécie, não é de 2003, mas de período anterior.

Teoricamente não só isso, mas regularmente sofremos inspeção dos próprios órgãos do Banco Central com relação à checagem das áreas de controle, como funcionam, e tudo isso vem sendo desenvolvido com muita força.

Uma das coisas que temos feito pesadamente nos últimos anos, e no último ano em especial, é a questão de tecnologia, que é fundamental dentro dessas áreas. Então, mais do que nunca, essas áreas têm tido investimentos agressivos no intuito de garantir cada vez mais. Mas, indiscutivelmente, tem todo um sistema de acompanhamento e gestão que está vinculado a essa questão, não só pela questão regulamentar, mas pela questão inclusive do próprio negócio que exige que se tenham acompanhamentos para evitar problemas no próprio negócio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB-PR) – Seria possível o envio desses relatórios?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não tem dificuldades, enviaremos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB-PR) – Nessa linha também, pergunto sobre a existência de auditorias externas realizadas no Banco Rural, entre os anos 2000 e 2005, e se seria possível também o recebimento das auditorias, independente de qualquer trabalho do Banco Central.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Sem problema nenhum. Hoje, a nossa auditoria oficial é a Lloyd, que anualmente ou a cada trimestre faz as averiguações devidas e que a cada colocação de balanço tem que estar demonstrando a questão efetiva do Banco. Será mandado com a maior brevidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Em depoimento prestado na CPI, a Sr^a Renilda, esposa do Sr. Marcos Valério, narrou que o ex-Ministro José Dirceu realizou reunião com a direção do Banco Rural, em 2004, no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, com o objetivo de acertar com o Banco como se daria o pagamento dos empréstimos feitos por Marcos Valério junto ao Banco Rural. A pergunta é: essa reunião ocorreu? V. S^a, Presidente, ou o vice-Presidente, participou dessa reunião ou quem participou? E se, efetivamente, existe esse tema tratado, conforme relatado?

A SRA. KÁTIA RABELO – A reunião aconteceu, na verdade, não foi uma reunião, foi um jantar, estávamos presentes eu, um outro diretor do banco e o Ministro, e nós não tratamos do assunto da dívida do Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O Banco Rural tem uma participação no Banco Mercantil de Pernambuco em processo de liquidação extrajudicial, sendo 22% de propriedade do Banco Rural. O Sr. Marcos Valério intermediou ou intermediava interesses do Banco Rural junto ao Governo Federal, particularmente a cerca do processo de liquidação extrajudicial do Banco Mercantil de Pernambuco?

A SRA. KÁTIA RABELO – À primeira pergunta a resposta é sim, o Banco Rural possui cerca de 22% das ações do Banco que está ainda sob intervenção, da parte do Banco Mercantil de Pernambuco que ainda se encontra sob intervenção do Banco Central.

Qual foi a outra pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação à intermediação de interesses por parte do Sr. Marcos Valério.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim. O Sr. Marcos Valério foi um facilitador para a interlocução do Banco Rural junto a várias pessoas no tratamento dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A senhora poderia nominar quais essas pessoas do Governo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Perfeitamente. Uma das pessoas com a qual nós tratamos desse assunto foi o Ministro José Dirceu. Nós posicionamos – na verdade, eu, pessoalmente, posicionei – o Ministro de qual seria a situação dessa massa liquidanda, com as minhas limitações técnicas e dando uma posição um pouco superficial até, mas demonstrando qual seria a nossa visão da situação dessa massa e de quais seriam as possibilidades, tanto para o acionista controlador como para o minoritário, no caso, o Banco Rural, quanto para, no caso, o Banco Central, que seria a outra parte. Nós posicionamos o Ministro dessa condição de como essas coisas estavam caminhando.

O Ministro José Dirceu foi a única pessoa com a qual eu conversei sobre esse assunto dentro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E avançou a negociação, após essa conversa?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, não existiu, em nenhum momento, uma negociação; o que existiu foi um posicionamento, porque existem ações movidas pelo acionista controlador correndo na justiça e existem pareceres internos do Banco Central, vamos dizer, referentes a essas ações. Então, o que nós fizemos nos nossos encontros foi posicionar como estava o andamento dessas ações, como estava o andamento, vamos dizer, por parte da visão que o Banco Central vinha nos referenciando nesse sentido. Não houve, de fato, uma negociação da solução do assunto, nós não chegamos a esse ponto de conversa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o Ministro José Dirceu chegou, eventualmente, a intermediar ou marcar alguma reunião no Banco Central, com o Presidente do Banco Central ou com o diretor da área de fiscalização?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o Marcos Valério também não? Não marcou nenhuma reunião?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não que seja do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Foi noticiado no relatório da CPMI do Banestado... Não, antes, o que V. S^a teria a esclarecer em relação a notícias também veiculadas de que o Banco Rural utilizaria títulos indexados ao dólar para quitar dívidas do Banco Mercantil de Pernambuco junto ao Banco Central? Só para registro, os títulos do Mercantil valem cerca de 900 milhões no mercado, e o Banco Mercan-

til estima que sua dívida com o BC e outros credores monta a 250 milhões. O BC contesta esses valores. Segundo notícias veiculadas, o Diretor de Liquidação, Dr. Gustavo Vale, estima que a dívida seja superior a R\$2 bilhões. O impasse estaria no índice a ser utilizado para a correção, como quer o Mercantil, o Selic, como deseja o Banco Central. Ou seja, teve alguma ação nesse sentido?

A SRA. KÁTIA RABELO – Peço desculpas por não ser a pessoa talvez ideal tecnicamente para explicar essa... vamos dizer, é um assunto bastante complexo, tenho visto pessoas que conhecem profundamente e que têm se debruçado sobre esse assunto debaterem o assunto várias vezes, porque ele dá margem a várias interpretações. E, naturalmente, a interpretação do Banco Central ou de pessoas ou de diretores do Banco Central é uma, não necessariamente entre eles a mesma.

Na verdade, o Banco Rural comprou o Banco Mercantil de Pernambuco em 1995. Desde então, temos acompanhado, vamos dizer, esse processo. E a intenção do Banco Rural foi a de resolver, ou seja, de levantar essa liquidação e a forma de fazê-lo, ao longo desse tempo, foram aventadas diversas formas, por parte do Banco Central inclusive e de pessoas do Banco Central que por lá passaram, em governos anteriores, inclusive, porque esse caso já vem de outros governos, não é?

Então, na verdade, o que existe é uma massa de papéis que está em poder do Banco Central; esses papéis valorizaram muito. Então, existe essa questão dos juros, se os juros são devidos, qual o contrato, enfim, a ser seguido, quais os juros a serem seguidos em determinado período e essa é uma discussão que está na Justiça.

Então, o pleito do Banco Rural, no caso, é que se levantasse a liquidação e fosse feito qualquer tipo de acordo, no sentido de que o acionista controlador abrisse mão das ações que ele tem na Justiça e que, se ele tiver sucesso, poderá ter um custo muito alto para a União, para o Banco Central – não sei exatamente como funciona isso –, mas que fosse feito um acordo e que esses papéis fossem devolvidos ao acionista controlador e que, dessa forma, o acionista pagaria os juros.

O Banco Rural viria sempre a reboque até por que ele não tem o poder de decisão nesse caso por ser acionista minoritário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, de qualquer maneira, houve ajudar financeira do Proer, era de conhecimento do Banco Rural essa ajuda e é conhecimento também que, apesar dessa situação, a eventual negociação dos títulos do Banco

Mercantil de Pernambuco podem vir trazer lucros ao Banco Rural? Trabalha-se com esse cenário?

A SRA. KÁTIA RABELO – São dois cenários bem diferentes: um cenário foi a compra do Mercantil, da dita parte boa, que foram as agências, o Banco Rural assumiu os passivos trabalhistas, parece-me até a um certo valor, não conheço muito bem, porque eu não tinha a função de Presidente à época. Na verdade, eu tinha acabado de entrar no Banco. Mas esse momento de adquirir essa parte do Banco é um. E depois, com o correr do tempo, o Banco Rural foi adquirindo essas ações, entendendo que esse lastro de posse no Banco Central, no futuro, poderia ter algum valor.

Então, entendemos que pode ser, sim, um bom negócio para o Banco Rural se essa liquidação for levantada e se esses títulos voltarem, ou seja, passarem a ser posse dos acionistas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso está formalizado no Banco Central? Há esse trabalho junto ao Banco Central para a solução ou não?

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso vem sendo, já foi formalizado várias vezes, em várias propostas. Inclusive, houve, em um momento, uma proposta de leilão, esse leilão chegou a ser editado – é difícil lembrar as datas, não me lembro exatamente a data –, mas eu sei que houve uma proposta de leilão, chegou a ser publicado e, finalmente, o leilão não ocorreu. Então, de fato, esse assunto tem tramitado. Parece-me que houve uma reunião, inclusive, de Diretoria, em que esse assunto foi colocado. E, desde então, a posição do acionista tem sido a de tentar na Justiça provar a sua razão, enfim, aquilo que ele acha que é o justo e o Banco Central na sua defesa. E, correndo em paralelo a essas ações na justiça, há a tentativa de um acordo, até porque, o acionista controlador, que é o Dr. Armando Monteiro, um senhor de idade muito avançada, tinha um interesse muito grande de ver essa situação resolvida, quer dizer, de poder ver a solução acontecer. Então, ele estava, e acredito que continue muito interessado num acordo que a gente imagina que pode ser bom para ambas as partes.

Acredito que isso esteja formalizado no Banco Central, por diversas vezes, e já por um longo tempo. Pelo menos, imagino, desde 1996, 1997 – quase dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação ao Banco Econômico, existe alguma relação de ordem comercial? Qual a relação com o Dr. Ângelo Calmon de Sá, o controlador do Banco Econômico?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, fiz uma visita ao Dr. Ângelo, há pouco tempo. Tive o prazer de

estar com ele, porque o grupo ligado à família dele tem aplicações no Banco Rural; fui lá como banqueira para agradecer a um aplicador. Não tenho... Nem eu nem nenhum diretor sob minha ordem jamais conversou sobre o Banco Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Alguma relação com o Banco Milênio, de Portugal?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não conheço esse banco.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Foi noticiado no relatório da CPMI do Banestado que o Deputado José Mentor teria retirado informações graves, segundo essa informação, em relação ao envolvimento do Banco Rural no caso objeto daquela CPMI. O banco que V. S^a preside tem alguma relação com membros deste Parlamento? Tem notícias de alguma denúncia envolvendo membros desse parlamento e o Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – As notícias que tenho são as veiculadas pela imprensa. Internamente, no banco, não tenho nenhuma notícia desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Foram feitas negociações com o Deputado José Mentor durante a CPI do Banestado?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Teve algum negócio jurídico com o Deputado José Mentor ou com o escritório do qual ele participa?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A senhora confirma que o Banco Rural pagou à empresa Tolentino & Melo R\$654.762,00?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não tenho esse dado de cabeça, mas acho que é possível que tenha sido. Você tem?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Existe um pagamento, que foi feito – deixe-me pegar a data correta – em janeiro de 2004, no valor de R\$654.762,00, por um serviço pelo escritório. O escritório do Tolentino é um escritório direcionado a questões tributárias. Inclusive, ele tem um sócio, que é um especialista nessa área, especificamente, e ele prestou um serviço à gente nesse período, onde foi pago esse serviço efetivamente a ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Na área?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Tributária.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Há um registro de que foram dois momentos, duas consultorias.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – R\$654.115,00. Uma em janeiro e... Deixa só eu pegar as datas corretas para a gente não ter dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A senhora tem os contratos ou as consultorias?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Aqui não, mas posso mandar o que eu tiver, referente a essa documentação, para vocês sem problema nenhum. Deixa só eu confirmar as datas. Rogério Tolentino, uma de 10 de fevereiro de 2004, no valor de R\$650.762,00, e 12 de junho de 2005, no valor de R\$115.000,00. Na realidade, é um escritório com serviços tributários e o sócio dele é uma pessoa chamada José Roberto Melo, que tem uma experiência bastante profunda nessa área. Então, ele nos prestou serviços e tem, efetivamente, essas duas notas fiscais de prestação de serviços dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– V. S^a conhece o Sr. Glênio Guedes, que é procurador do Banco Central, que recebeu aproximadamente R\$900.000,00 oriundos das contas de Marcos Valério? Segundo a denúncia, ele teria sido o responsável por arquivar processos referentes ao Banco Rural na sua área de atuação.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não conheço essa pessoa. Ouvi, li, parece-me, na imprensa sobre esse assunto e, pelo que li, sei que ele é Procurador da Fazenda. Foi isso que eu li. Teria uma ação junto ao chamado Conselhinho, inclusive tem uma matéria do **Valor** que fala sobre a questão dos votos favoráveis ou desfavoráveis e vi também na imprensa que existiria um pagamento das empresas, não sei se pessoal, do Marcos Valério para ele. É o conhecimento que tenho sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Teria alguma informação de que havia algum processo ou alguns processos referentes ao Banco Rural, que estavam sob a relatoria dele?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, eu tenho conhecimento de alguns processos administrativos que foram oriundos do Banco Central e, pelo que eu consigo entender, esses processos, uma vez julgados no Banco Central, existe um recurso chamado Conselho, que é composto por membros de entidades públicas e privadas. Sei que houve alguns vários julgamentos de processos do Banco Rural nesse conselho e sei que houve penas variadas. Eu sei que o Banco Rural foi condenado em algumas, não é um assunto que eu tenho de cabeça o resultado de cada um deles, mas eu posso levantar e enviar.

Agora, eu desconheço qualquer participação dessa pessoa nesses nossos processos. As pessoas que eu sei que atuavam nesse processo eu conheci

num caso uma advogada, a nossa advogada a Dr^a Ariadna, e sei que teve um diretor nosso que fez a defesa oral. Parece-me que a apresentação da defesa é feita de forma oral, não sei se sempre, mas me parece que essa defesa já foi feita uma vez por um diretor do Banco.

É isso que eu sei sobre o assunto Conselhinho e esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Reitero essa solicitação, até para, porque nós solicitamos ao Banco Central com relação a todos os julgamentos, particularmente os que envolvam a presença desse Procurador, Dr. Glênio.

A SRA. KÁTIA RABELO – Perfeito, isso nós podemos enviar a cópia, quer dizer... não sei se a gente tem a cópia dos processos, mas enfim... temos, né? Dos processos administrativos e do que estiver em poder do banco relativo a esses julgamentos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – V. S^a ou o Banco possui alguma relação com a Corretora Bônus Banval?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a RS Empreendimentos, que recebeu recursos da citada corretora?

A SRA. KÁTIA RABELO – RS Empreendimentos?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E Participações.

A SRA. KÁTIA RABELO – E Participações. É isso, Ayana? É porque existem várias empresas com o mesmo nome de RS, então eu nunca sei de quem se está falando. Eu vou dizer qual a RS que eu conheço e de que nós, o Banco Rural, é sócio, tá? Nós somos sócios de uma empresa que trabalha com crédito consignado que se chama RS, essa empresa na verdade foi criada a partir da compra de uma empresa que tinha sede no Rio de Janeiro, chamava-se GNPP, é uma sociedade entre o Grupo Rural e o Grupo Séculus. Então é a empresa RS que eu conheço. Da qual o Banco Rural é sócio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O Banco Rural, não a senhora pessoa física?

A SRA. KÁTIA RABELO – O Banco Rural, eu não, eu não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E é sócio dessa empresa o Sr. Haroldo Bicalho?

A SRA. KÁTIA RABELO – O Sr. Haroldo Bicalho foi sócio dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A senhora não lembra as datas de entrada e saída?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, não lembro, até porque o Sr. Haroldo é um relacionamento, quer dizer, ele entrou para a sociedade através do relacionamento dele com o Grupo Séculus, e saiu também da mesma forma. Nós não tivemos participação nesses acordos de entrada e saída do Sr. Haroldo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Essa empresa, esse Grupo Séculus, a senhora poderia dar mais alguma informação sobre esse grupo?

A SRA. KÁTIA RABELO – O Grupo Séculus trabalha com relógios, com jóias, e a informação mais importante que eu tenho da área de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No Rio de Janeiro?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, não, em Belo Horizonte. A confusão é porque essa empresa, a RS, veio de uma empresa que tinha sede no Rio de Janeiro, que se chamava GNPP e a gestão da RS esteve, desde então, a cargo do grupo Séculus.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o grupo Séculus nunca trabalhou com crédito ou no mercado financeiro.

A SRA. KÁTIA RABELO – Recentemente, me parece que eles compraram um banco.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A senhora não lembra o nome.

A SRA. KÁTIA RABELO – Banco Emblema.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Emblema.

V. S^a conhece Antonio Oliveira Claramunt, Toninho da Barcelona.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Segundo investigações desta Comissão ele recebia recursos da MTB e repassava a Bonus Banval*.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não conheço essa pessoa. Obviamente que eu li nos jornais sobre ele, mas eu não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual o destino dos recursos recebidos pela RS Empreendimentos da Barcelona Tour e da 2S Participações, por intermédio da Bonus Banval?

A SRA. KÁTIA RABELO – Acredito que essa empresa não seja a empresa da qual a gente é sócio. Então, não tenho a menor idéia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Porque a informação que nós temos dessa RS também de Belo Horizonte e que teria recebido recursos através dessa empresa Barcelona Tour e da 2S Participações, e com essa relação, via Bônus-Banval.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não tenho conhecimento dessa informação, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Essa empresa também, a ES Empreendimentos e Participações, contratou também o escritório Tolentino e Melo, em 2004, para consultoria tributária?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não saberia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A senhora poderia eventualmente...

A SRA. KÁTIA RABELO – Se essa empresa for a mesma da qual nós estamos falando, com certeza, eu consigo esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu pergunto se tem, enfim, alguma relação e algum esclarecimento sobre algumas empresas. Primeiro, a Rural International Bank e Banco Rural Europa.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim, Rural International Bank e Rural Europa são duas subsidiárias do Banco Rural. O Banco Rural Europa é um banco europeu, regido pelas leis da Comunidade Européia, fiscalizado pelo Banco Central Português. Uma fiscalização consolidada com o Banco Central do Brasil e é um banco de 20 milhões de patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Rural International...

A SRA. KÁTIA RABELO – O Rural International Bank é um banco sediado em Nassau, e não tenho os números de cabeça, porque tenho dificuldade de guardar, mas eu posso também levantar. E também auditado pela mesma auditoria que nos audita aqui, que é a Deloitte, e também fiscalizado pelas autoridades do Banco Central das Bahamas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Com o Trade Link Bank?

A SRA. KÁTIA RABELO – Temos uma relação comercial de longa data com o Trade Link Bank.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas há sociedade do Rural com essa empresa?

A SRA. KÁTIA RABELO --Não há sociedade do Rural com o Trade Link Bank.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E a relação comercial é de que natureza?

A SRA. KÁTIA RABELO – O Trade Link Bank, assim como vários outros bancos estrangeiros, empresta dinheiro para o Rural, financia operações de comércio exterior, principalmente operações de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou mencionar algumas aqui: SMP&B Bank Corporation?

A SRA. KÁTIA RABELO – Vou repetir para ver se entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– SMP&B.

A SRA. KÁTIA RABELO – Bank Corporation? Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– SM Import e SM Comex?

A SRA. KÁTIA RABELO – Também nunca ouvi falar. Só queria frisar que eu não conheço, naturalmente, o nome de todos os clientes do banco. Então, pode existir algum cliente que é exportador e que tenha esse nome, que realmente eu não conheço. Não tenho, enfim, o nome de todos os clientes do banco de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só para dar clareza, essas empresas, em algum momento, apareceram com conexão não com importação e exportação, mas com relação à remessa de recursos para o exterior nessas operações que estão sendo investigadas pela CPMI.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não conheço essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Radial Enterprise?

A SRA. KÁTIA RABELO – Radial Enterprise... aí tem outro problema de coincidência de nomes. Existe uma empresa que pertence ao nosso grupo que se chama Radial Participações, eu não vou saber dizer. Não é isso? É Radial Participações, porque o banco, dentro do seu estatuto, não pode ter imóveis, então os imóveis que seriam, no caso, em nome do banco ficam em nome dessa empresa. Essa Radial Enterprise, eu não conheço, não temos nenhuma relação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Kanton Business Corporation?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– RS Administração e Construções? Pode ser uma confusão nos nomes.

A SRA. KÁTIA RABELO – Também não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O banco tem alguma relação com Antônio Kalil Cury?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não conheço... Não me lembro do nome dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Jader Kalid Antônio?

A SRA. KÁTIA RABELO – Conheço esse nome e sei que é uma pessoa conhecida em Belo Horizonte. Relacionamento social com pessoas do banco. Parece-me que ele é advogado em Belo Horizonte. Já ouvi falar outras denúncias contra ele na imprensa, mas a informação que eu tinha sobre ele é que ele seria advogado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Banco Rural fez pagamentos para alguém no exterior, a pedido do PT?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Fez algum pagamento no exterior a pedido de Marcos Valério?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Algum pagamento no exterior a pedido de Duda Mendonça?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por que aparecem, na remessa de recursos para a Conta Dusseldorf, num determinado momento, operações via Banco Rural Europa? São operações absolutamente distintas do Banco Rural Brasil?

A SRA. KÁTIA RABELO – O Banco Rural pode afirmar e eu afirmo que o Banco Rural não fez nenhum pagamento para a Conta Dusseldorf, ou seja, não saiu nenhum dinheiro do Banco Rural para essa conta. Agora, algum cliente do Banco Rural Europa pode ter, sim, enviado dinheiro para essa conta. Essa informação é sigilo bancário lá. Para eu tornar pública essa informação, teríamos de quebrar o sigilo lá.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual a razão do empréstimo ao PT? Quem solicitou esse empréstimo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu tive conhecimento desse empréstimo ao PT depois que ele já tinha sido feito. A pessoa que...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual a data em que a senhora tomou conhecimento? Lembra?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu só não sei o que eu devo fazer...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não tem problema. Foi uma observação da Senadora. Qual a data em que a senhora teve conhecimento do empréstimo? Não a data do empréstimo.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não me recordo da data precisamente, não.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O empréstimo é de quando, Ayana?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O empréstimo é de 12 de agosto de 2003.

A SRA. KÁTIA RABELO – O que eu queria dizer a respeito, que acho importante, é que o valor era um valor consideravelmente pequeno em relação aos ativos do banco na época. Então, não seria – vamos dizer – importante eu saber desse empréstimo. Foi tratado como um cliente como outro qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O banco já tinha emprestado dinheiro alguma vez para o PT?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não que eu saiba.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Empréstado para algum Partido político?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por que lhe chamou atenção esse empréstimo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, ele não me chamou atenção, porque eu fiquei sabendo depois, num comentário *en passant* do José Augusto comigo, se haveria algum problema pelo fato de ser um Partido político. Achei que não deveria ver nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quem solicitou o empréstimo em nome do PT?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu corro o risco de não estar sendo... Não tenho segurança nessa resposta, porque eu não participei. Foi o Zé Augusto que fez esse empréstimo. Mas imagino que tenha sido o Delúbio, mas estou fazendo inferência, uma coisa que eu gostaria de não fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A senhora o conhece?

A SRA. KÁTIA RABELO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Esteve com ele nesse período ou não?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu estive com ele em 2004. Estive com ele no enterro do Zé Augusto e estive com ele, depois, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como foi o primeiro contato? Ele se apresentou à instituição ou ele foi levado por alguém?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele foi levado pelo Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O Marcos Valério já tinha relações anteriores com a empresa?

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quais as garantias que foram dadas a esse contrato?

A SRA. KÁTIA RABELO – O contrato do PT?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Do PT.

A SRA. KÁTIA RABELO – Pode ver, Ayana?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Um aval, onde os avalistas do contrato primário eram o Delúbio, o José Genoino e, no primeiro contrato, o Marcos Valério. Logo depois, houve uma reforma no contrato e passou a ser Delúbio Soares e o Genoino. Queria só fazer uma correção: a data do primeiro contrato é 14 de maio de 2003. Só que como a gente trabalha numa modelagem onde os contratos têm prazos curtos, eles

giram a prazos curtos, então, a data do primeiro vencimento desse contrato foi 12 de agosto de 2003. Por isso que está com essa data de 12 agosto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E esses avais são comuns?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – São comuns. É uma das formas de dar empréstimo entre o banco é através de avalistas ou carta de crédito, aí vai, de acordo com a operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas pelos bens dos avalistas, conforme a quebra do sigilo fiscal que temos, é suficiente para a garantia de um contrato dessa natureza?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Deixa eu só aprofundar um pouco, Gustavo, um pouquinho só.

Nesse empréstimo especificamente foi efetivamente só o aval, o aval dos dois, na realidade são três: o Marcos Valério, o Genoíno e o próprio Delúbio, que estavam entrando como avalistas da operação.

A SRA. KÁTIA RABELO – Acho importante, se V. Ex^a permitir, que as empresas do Sr. Marcos Valério tinham uma movimentação expressiva e tinham realmente condições financeiras de, ele como avalista, como sócio dessas empresas, tinha condições financeiras de arcar com esse aval.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas depois ele foi retirado do aval, não é?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Houve uma renovação e ele saiu do aval. Acho que, nesse ponto que a Kátia está colocando, é até muito importante a gente colocar a questão da SMP&B, não só a SMP&B, mas o grupo SMP&B – porque, na realidade, são seis empresas que estão relacionadas. Para se ter uma idéia, os dados que estão disponibilizados em nível de informação hoje aqui com a CPMI, durante o período de 2000 até 2005, houve movimentações da ordem de R\$ 500 milhões nas contas do cliente SMP&B, mais DNA, mais Grafitti, que é um grupo de empresas.

Então, é muito engraçado, porque quando a gente está fazendo a avaliação dessa corporação e dessa história toda, a gente consegue separar muito bem a questão política da questão empresarial. Porque essa empresa começou conosco há mais de dez anos e tem uma história de vida conosco que é extremamente sólida. E isso justificou, na realidade, para nós que estávamos administrando efetivamente a empresa, de enxergar esse cliente como um cliente e acompanhá-lo e prestar serviços que estão relacionados a esse aspecto.

Então, o fato de o Marcos Valério entrar de alguma forma como avalista junto com dois outros representantes, no caso desse contrato, teve validade efetivamente de aval, aval como garantidor da operação de três

milhões. Três milhões é uma operação, teoricamente, para a gente, em termos de volumes, à época, que não representa uma operação significativa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas, nesse momento, o Marcos Valério, quer dizer, já apresentou o Delúbio e foi já a partir desse momento que ele se dispôs a fazer esse papel de facilitador junto ao Governo Federal?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade o Marcos Valério teve uma relação com o José Augusto Dumont anterior a essa data. Ele já era cliente do banco e os dois tinham uma proximidade muito grande, tinham negócios, enfim, o José Augusto fazia empréstimos já para ele, pessoa física, parece-me que antes disso. Na verdade a SMP&B já era cliente há alguns anos, anteriormente. Então, nessa época, parece que ele começou a ter um contato com Delúbio, não sei se ele já tinha contato antes, e de fato ele se tornou esse facilitador numa interlocução.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Qual o saldo devedor hoje desse empréstimo? Ele está sendo executado?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O contrato do PT, na realidade, está vencendo no dia 12 de setembro de 2005. Então, nesse momento, não existe... desculpe... Ah, venceu ontem, ok? Então, 12 de setembro de 2005. Normalmente, pelos procedimentos nossos, a gente tem 30 dias para entrar em procedimento de execução, ok?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E o saldo devedor?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – E o saldo devedor: 6 milhões, 563, 904.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quinhentos...?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – 563, 904.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Com relação aos empréstimos do Sr. Marcos Valério, quer dizer, no período de 2003 a 2004, foram quantos empréstimos realizados?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Do Banco Rural às empresas dele?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Tenho aqui, na realidade, um histórico da empresa inteira durante todo o período em que ele era cliente nosso e que, ao todo, entre cartas de fiança, empréstimos, mútuos, contas garantidas, num vulto do que eu acabei de colocar com relação ao cliente, ao todo, em torno de 19 empréstimos.

Hoje, efetivamente, temos quatro contratos que estão em processo de execução.

Você quer saber exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Depois, se puder os identificar...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Posso, posso identificar. Há dois deles que são os mais efetivos: o empréstimo da SMP&B, um empréstimo no valor de 19 milhões, que foi tomado no dia 26 de maio de 2003, em que o último valor é de 38 milhões, 491 mil, o valor ajuizado.

Então, esse é o valor que está efetivamente na ação. É um processo em que, nesse caso, as taxas são normais. Todos os contratos da SMP&B têm taxas normais. Esse, por acaso, é CDI mais 12%. E esse contrato, especificamente, tem três tipos de garantias que estão vinculadas a ele diretamente. O Cristiano, o Ramon e o próprio Marcos Valério são avalistas, como modelagem normal nossa.

Existe um termo garantidor da DNA como devedor solidário – inclusive, nesse caso, se co-responsabilizando, no caso de ser devedor solidário; existe um domicílio bancário do Banco do Brasil se comprometendo a pagar o que devia à DNA, via Banco Rural. É uma forma que a gente teria, além do contrato que a gente tem como garantia, que é o contrato junto ao Banco do Brasil, que também foi anexado.

Para a gente, essas três garantias – que são os três avalistas, mais o termo garantidor, mais o domicílio bancário –, são formas de a gente efetivamente servir de aval dentro desse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só uma pergunta: esse é um dos contratos que ele alega que foi contraído junto ao Banco Rural para repasse às pessoas indicadas pelo Delúbio?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Esse...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Banco Rural tinha conhecimento disso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Esse é um empréstimo que foi tomado junto à SMP&B.

Kátia, você quer completar?

A SRA. KÁTIA RABELO – Quero.

É difícil responder. O Banco Rural tinha conhecimento. Toda vez que a gente tenta falar disso, fica muito difícil, porque, na verdade, é uma entidade. Nós temos que falar das pessoas.

Eu tive conhecimento de que o Sr. Marcos Valério teria disponibilizado esses recursos, de acordo com as orientações do Sr. Delúbio, depois da morte do Dr. José Augusto Dumont.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E seria com relação só a um empréstimo?

O SR^a KÁTIA RABELO – Não. Aos dois empréstimos, porque – Ayana me ajuda! – são dois empréstimos...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – São dois empréstimos.

A SRA. KÁTIA RABELO – Um é SMP&B e outro é Graffiti.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu só ia pedir uma gentileza. Antes de falarmos no outro...

A SRA. KÁTIA RABELO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nessa garantia do Banco do Brasil, houve uma autorização expressa do Banco do Brasil para a utilização desse contrato?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O que tenho efetivamente é uma autorização de domicílio bancário, em que o Banco do Brasil se compromete a pagamentos da DNA serem feitos no Banco Rural. E, no contrato, existe ele como anexado, mas existe uma cláusula, de fato, no contrato que não nos autoriza a usar isso como garantia efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E isso fere alguma norma bancária?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não fere nenhuma norma bancária, não existe nenhuma ilegalidade, porque as outras garantias que tenho... E acho que, mais importante do que isso, Deputado, é caracterizar que esse cliente tem história junto ao banco extremamente sólida. Quer dizer, a relação com a empresa SMP&B e com todas as suas coligadas não é uma relação que começou em 2000, mas uma relação que tem em torno de dez anos dentro da companhia.

Então, é muito engraçado, porque a gente consegue separar fortemente essa questão do processo efetivo que a gente está discutindo desse cliente que tem uma história efetivamente muito sólida junto ao banco.

Quando ele nos solicitou o dinheiro, nós fizemos alguns estudos. Então, só para se ter uma idéia dos montantes que a gente está falando: desses 525 milhões, que é um número que a gente fala dos cinco anos de convivência das diversas empresas – então, são seis empresas que nós, aqui, estamos tratando, efetivamente, vinculadas ao Sr. Marcos Valério – só 36 milhões dizem respeito a origens de empréstimo.

Então, um empréstimo para uma empresa que tem uma história efetiva conosco de crédito e de transações, de uma forma muito mais ampla, como ele tinha e como nós víamos, a título de cliente, esse valor de 19 milhões, que estava sendo concedido, não é uma coisa que fugia aos padrões normais de uma operação de crédito com um cliente natural.

Acho que esse é um ponto importante que observamos na perspectiva de cliente, porque acho que é

muito importante a gente separar os clientes, porque, na realidade, estamos falando da SMP&B, da DNA, da Graffiti e das outras empresas que, de alguma forma, estavam vinculadas a essa corporação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Existe algum processo administrativo do Banco Central em função desse contrato de empréstimo?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não existe nenhuma ação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E com relação ao outro contrato?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O outro contrato... É uma parte só. Esse contrato, na realidade, agora inclusive fizemos o provisionamento dele, após todo o fato, mas nada que chamasse a atenção como uma operação fora dos padrões.

A gente sempre fala de padrões normais. Quando falamos de padrões normais, isso é característica cotidiana. Acho que é importante separar, porque esse termo é muito técnico. Quando a gente fala em “operações normais”, é qualquer operação em que existe um comportamento que não foge aos padrões e que, de alguma forma, chame a nossa atenção.

Então, não só essa operação, mas essa outra, da Graffiti, é uma operação que, neste momento, devido a toda essa discussão geral, foi provisionada. É um dos créditos que, agora, foi supervisionado, neste momento, na apresentação dos resultados do balanço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E foi publicado?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Foi publicado. A Graffiti e o valor do empréstimo. Acho que esses dois são os mais importantes: o empréstimo da SMP&B, de 26 de maio de 2003, no valor de 19 milhões, que, hoje, são 38 milhões, 491.

Esse é o valor ajuizado. Então, está lá como processo. E a Graffiti, em que o valor é de 10 milhões, na origem, e a data do empréstimo é 12 de setembro de 2003. No dia 16 de agosto de 2005, que é quando foi ajuizado, é de 17 milhões, 409.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E esses contratos, durante a execução, foram renegociados ou não?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eles sofreram renegociações, em algumas situações, e houve renovações que fazem parte da história normal dessas operações.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Até seria possível, depois, talvez, o Reginaldo identificar, naquelas relações que nós temos, quais são os empréstimos que se referem à renovação ou...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Existe uma relação, que é esta que tenho aqui, que está dis-

ponibilizada e que foi encaminhada para os senhores. Todos os empréstimos estão colocados, inclusive com as garantias.

Esse documento tem a cédula, o tomador, o CPF, o avalista, a garantia, o tipo de liquidação – se está liquidado ou se está renovado. Tem toda uma especificação extremamente detalhada de todos os empréstimos. E o mais importante: essa relação não tem só esses contratos, mas ela tem, inclusive, todas as operações que, de alguma forma, o Marcos Valério entrou como avalista, como aval. Há outras em que ele é, na realidade, avalista, mas não necessariamente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, considerando esse histórico dele, outras vezes ele deixou também de pagar empréstimos bancários ou não?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Deputado, está aqui: 19 milhões, 034 mil, 296; valor ajuizado: 38 milhões, 491 mil. 22 de junho de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Esse é o primeiro?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Esse é o primeiro: 19 milhões; e o segundo, 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, considerando o histórico dele, quer dizer, em algum momento, ele deixou de pagar outros empréstimos?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, não. Ele tem um comportamento em que ele liquida, ele paga.

Então, você vai ver vários outros que estão aqui que tem liquidação. Você vai entrando na operação dele e verifica que ele, então, tem empréstimos liquidados. Historicamente, ele tem questões de renovação e questões de liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E já foram ajuizadas outras ações de cobrança contra ele?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Temos, hoje, ajuizado com ele, esses três – acho que são três que temos ajuizado hoje: um é da SMP&B, um da Graffiti e um dele, pessoa física, inclusive, que também está sendo ajuizado neste momento. Existe uma negociação estratégica que também foi ajuizada. São quatro que, neste momento, são ajuizados. E existe um contrato em que foi feita uma negociação junto à DNA, que é um outro contrato. Há uma ação judicial, inclusive com negociação vinculada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E ele, depois, recebeu novos empréstimos?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Ele tem história, como cliente; e não é ele, mas as empresas dele. Acho muito importante a gente separar. Existe ele, como cliente e pessoa física, e existe ele como o

dono das empresas, em que ele entra como avalista ou como aval, que é a característica...

A SRA. KÁTIA RABELO – Como sócio ou como avalista.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Ou como sócio, ou como avalista.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E há expectativa de o banco receber esses recursos?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, me permita só...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...insistir nessa pergunta de V. Ex^a: há outras ações que foram ajuizadas, no passado, com relação às empresas? Um grupo, SMP&B, DNA etc. do Sr. Marcos Valério? Quer dizer, é uma tradição, uma operação dele com o banco também, na sua ficha junto com o banco de negócios, ter outras ações ajuizadas?

Foi o que o Presidente perguntou e não foi respondido com clareza.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me!

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Senador, aqui, tenho 19 créditos que foram concedidos a Marcos Valério. E o mais interessante: das seis empresas dele – só as empresas; aí não estou incluindo ele, como cliente, ou os sócios dele, como clientes, ou qualquer relação que ele tenha a mais –, são dezenove empréstimos que foram feitos ou fianças, ou cartas de crédito, ou contas garantidas, que possam ter sido concedidos a ele, como empresa, e, desses, só tenho cinco, hoje, que estão em processo. Então, todos os outros...

E temos um caso, que é o da DNA, cuja documentação, inclusive, também foi disponibilizada aos senhores, porque foi solicitada. É um processo anterior, um crédito concedido. Esse, inclusive, foi negociado na Justiça.

Mas o importante colocar é o seguinte: temos 19, ao todo, na história dele – das quatro empresas somente, é importante colocar isso. E, desses 19, em que a DNA é uma das empresas que está aqui, dentro da minha lista, temos um caso com eles, que é o processo de 1998, com o qual houve uma negociação judicial que finalizou o caso.

Dos 19, um foi ajuizado, e, agora, tenho mais quatro numa situação específica.

A nossa crença – Kátia, por favor, complemente – é que ele, como cliente, pagaria. Essa é a nossa crença e era assim que a gente discutia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim, Senador Rodolpho Tourinho, por favor.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou com uma dúvida em relação à pergunta colocada pelo Senador César Borges. Só para haver muita clareza, porque acho que é muito importante: essa questão de terem sido concedidos empréstimos, quando já se tinha uma ação executiva em andamento. A senhora confirma isso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Sim.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É de 1998 essa ação?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Essa é uma ação de 98 que foi finalizada em 2003.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E, mesmo com essa ação em andamento, depois foram concedidos empréstimos com garantias frágeis, no meu entendimento?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eu queria voltar, mais uma vez. Acho que é complicado, mas é importante a gente frisar isso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, não é complicado, não. Eu só queria que a senhora confirmasse ou não.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Com o maior prazer.

De 2000 a 2005, a gente está falando em movimentação em torno de 525 milhões, já, de alguma forma, excluindo as renovações. A gente teve até o cuidado de tirar aquilo que parecia não dinheiro novo, mas dinheiros reais. Isso é uma coisa importante. A gente tem tido muito cuidado para ser muito pragmático.

Nós somos surpreendidos, de alguma forma, com essa coisa toda, porque essa entidade, essa SMP&B era vista como uma cliente.

Então, como cliente... É interessante! A gente tem uma empresa que tem 525 milhões em movimentações; 250 milhões só de teds e docs, vindas de grandes corporações, que entravam, de alguma forma, na história dessa empresa. Duzentos e cinquenta milhões de docs e teds que vinham de outras corporações; na realidade, dinheiro que vinha diretamente do mercado por meio de docs e teds. Na realidade, essas formas são oficiais de transferência de dinheiro.

Então, esse cliente, como cliente, não tem características que chegassem a você botar uma luz vermelha para acompanhá-lo de uma forma técnica, OK? De uma forma técnica.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas há expectativa de recebimento desse recurso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Há expectativa.

Você quer completar, Kátia?

A SRA. KÁTIA RABELO – Quero.

Eu acho que o Banco Rural trabalha, e cresceu, e se posicionou no mercado dentro de uma modelagem em que existe um relacionamento muito próximo com o cliente. Então, às vezes, o cliente passa por uma situação de dificuldade, você faz um acordo com o cliente, e esse cliente, por algum motivo do negócio dele, a empresa dele volta a crescer, a empresa dele passa a ter condições de pagar. E o fato de você ter tido que fazer um acordo com ele no passado não impede que você volte a trabalhar com ele no futuro, desde que a empresa – o cliente, que a gente chama de empresa – tenha demonstrado capacidade financeira de arcar com aquele débito.

Então, a percepção é de que essas empresas tinham capacidade – acho que qualquer pessoa que analisar a movimentação financeira das empresas vai concordar que as empresas tinham, sim, capacidade financeira de arcar com o débito.

Agora, concordo com o fato de que as garantias eram frágeis. Aí acho que entra muito do estilo do José Augusto de administrar. Havia muito aquela coisa da confiança na pessoa, enfim, era o estilo dele administrar.

Como eu disse no meu texto, acho que, muitas vezes, o Banco Rural recebeu de vários devedores sem, talvez, uma garantia ou um contrato; uma formalização às vezes frágil, mas em função de um relacionamento em que o Banco tinha sido parceiro no passado e, naquele momento, às vezes o cliente preferiu pagar o Banco do que um outro credor em função de um relacionamento.

Então, isso é uma característica do Banco Rural até então.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois não, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Queria confirmar, por favor. Eu queria voltar porque não entendi.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Pois não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Essa questão desse empréstimo de 98, ele continua em execução?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, não, ele foi fechado, foi feita uma negociação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Qual é o valor que seria?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Em 2003, ele era um valor de 9 milhões, na origem.

Na realidade, não houve um sigilo quebrado, referentemente a 98 a 2000. Esse processo está na mão da CPMI. Todo o processo foi entregue como prova documental e, dentro desse período todo, ao final, houve o fechamento da negociação no valor de 2 milhões.

No entanto, houve diversas outras. Como é um contrato de longo prazo em que foram feitos...Porque é assim: no contrato da DNA, tivemos o problema com ele. Foi havendo várias negociações e, durante as negociações, eles iam pagando parte desse dinheiro.

Então, existem pagamentos que foram feitos na época, durante o período de negociação. Isso está tudo descrito na documentação. Ao todo, recebemos 7 milhões e alguma coisa efetivamente, desse valor de 9, e há taxas que eram bastante expressivas naquele momento, em torno de 59% ao ano.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, houve aí, no caso, uma perda?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Houve uma perda.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Com clientes. Houve uma perda e foi preciso recorrer à Justiça para se buscar... Mesmo assim, vocês emprestaram valores de 19 milhões, valores de origem, mais 10. Cerca de 30 milhões.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eu queria só voltar: de 2000 a 2002, circularam, a crédito, nas contas das empresas de Marcos Valério, em torno de R\$180 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A senhora há de convir que circulação de dinheiro, de TED, como a senhora se referiu, não é medida para concessão de crédito, não é?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É, mas, na realidade, existe...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – São medidas para avaliação do que passa na conta.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Na realidade, a história bancária de um cliente acontece pela forma como ele se comporta ao longo do tempo.

Então, em 2003, quando foi feito o acordo, eu não tinha uma ação pontual, de 1998, que estava sendo feito um acordo em 2003.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu só não concordo...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES DE JESUS – Mas um cliente que tem...Respeito, por favor.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ... quando V. S^a coloca que, em função dessa movimentação... Movimentação em caixa não quer dizer absolutamente nada para concessão de crédito. Para concessão de crédito, sim, o que interessa é a história

passada, que não era boa. Vocês perderam dinheiro para esse cliente.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Na nossa administração, na questão de relacionamento com o cliente, vários aspectos são levados em consideração.

Eu concordo, efetivamente, que o fato de o dinheiro passar na conta não significa necessariamente um bom cliente, mas, sem dúvida nenhuma, o fato de ele ter empresas de porte que, de alguma forma, dá fidedignidade àquela empresa e que ele tinha uma história, uma empresa que tinha um acesso ao mercado efetivo, que recebia premiações, que era a nossa agência há mais de oito anos, quer dizer, tem toda uma relação que não é uma relação só de cliente, mas uma relação também de um prestador de serviço, que tinha uma história junto a gente.

Então, a separação acho que a gente faz por aí.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Deixa eu terminar só...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só vou fazer, depois, duas perguntas rápidas, e já vou respeitar a inscrição, para evitar que...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, só para encerrar, é o fato de o Banco Central não ter pegado isso, porque ele deveria pegar esse outro empréstimo de 19 e o de 10, ele já deveria ter ido em cima. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Até nós solicitamos ao Banco Central umas informações com relação a eventuais processos nesse período, mas são duas bem objetivas, só para terminar, Dr^a Kátia Voltando à questão da condição do Sr. Marcos Valério como facilitador: além do contato com o Ministro José Dirceu, ele apresentou para outras pessoas do Governo, defendeu ou prometeu defender alguns interesses do Banco Rural junto ao Governo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O empréstimo concedido para a Sr^a Maria Ângela Saragoza, que é a segunda esposa do ex-Ministro José Dirceu, para aquisição do apartamento, foi coincidência ou foi uma operação normal de crédito?

A SRA. KÁTIA RABELO – A operação é absolutamente normal. Inclusive, tenho os dados. A Ayana está com todos os dados dela, vem sendo paga regularmente. É uma operação normal.

Agora, acho importante dizer que não posso afirmar, porque, mais uma vez, vou ter que imaginar. Não faz parte do nicho do banco crédito imobiliário. Então, imagino que talvez tenha sido um pedido do Zé Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A senhora saberia ou teria idéia de quem pediu a ele?

A SRA. KÁTIA RABELO – Vou ter que imaginar de novo, tá? Imagino que o Marcos possa ter pedido. Não sei. Não acredito que o Zé Augusto não tinha relacionamento com o Ministro José Dirceu para ele fazer um pedido desses. Qualquer outra pessoa pode ter intermediado isso. Não é o foco do banco, mas é uma operação absolutamente normal. Alguém deve ter sido o intermediário desse empréstimo, que é normal.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou parar a minha intervenção aqui. Vou abrir a lista.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

Eu só pediria à senhora que, depois, nos deixasse esse texto.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por favor, identifique a lista para nós para fazermos a leitura e nos prepararmos, pelo menos psicologicamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Pompeo de Mattos, Deputado César Borges, Deputado ACM Neto, Deputado Murilo Zauith e o Senador Rodolpho Tourinho. Increvo-lhe agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Senadora, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiro, cumprimento o Dr. Carlos Dias, a Sr^a Ayana e a Sr^a Kátia.

Como temos dificuldade de estabelecer a onipresença, e há duas ou três CPLs funcionando também, e não estava anotado na Ata, qual foi exatamente a data, o mês – um mínimo de precisão possível – em que a Dr^a Ayana chega ao Banco Rural?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – 12 de abril de 2004.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – 12 de abril de 2004.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a Dr^a Kátia?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não tenho de cabeça. Assumi a Presidência do Conselho do Banco em 1999; deve ter sido em março, porque a minha irmã morreu em fevereiro, no dia 26.

Fiquei um tempo na Presidência do Conselho. Depois, fui para a Presidência Executiva, parece-me

que em 2001 – acho que foi em setembro, mas posso levantar esses dados, se for importante.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está excelente. Se não foi essa data, poderá ser disponibilizado depois.

Dr^a Kátia, todos nós da CPMI temos tentado fazer o exercício de nos relacionarmos, especialmente diante de um momento complicado como este em que se encontra a Nação brasileira. Sempre partimos do pressuposto de que os depoentes que aí estão podem ser pessoas inocentes, que nada têm a ver com todo o banditismo político e o grande esquema de corrupção de monstruosas ramificações, que é a razão de existir desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Entretanto, tenho certeza de que, se V. S^{as} estivessem nos nossos lugares e estivessem analisando toda a complexidade política, porque não é uma complexidade técnica, há um esquema montado politicamente, e, para nós, fica mais difícil ainda quando, digamos, se atribui, de alguma forma, a metodologia de relação do Banco com o cliente a uma pessoa que aqui já não mais está – uma pessoa que morreu –, então, fica muito difícil identificar qual o procedimento que essa personalidade fazia frente aos seus clientes.

Mas a situação é muito grave, Dr^a Kátia. Aí, sinceramente, fico fazendo um exercício para tentar descolar V. S^a do conhecimento dessa operação tão grande que foi estabelecida no Banco Rural. Por quê? Porque eu não consigo ser convencida sobre a história do passado, dos 500 milhões de movimentação até especialmente numa empresa de publicidade, em que o órgão público pode depositar R\$100 mil e que, desses R\$100 mil, R\$95 mil são retirados para pagar rádio, televisão, empresas – se é que foram pagos. Se não o foi, ninguém sabe.

Veja onde o Banco Rural está inserido nesse gigantesco esquema de corrupção, que é a razão de existir desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O que a CPMI analisou?

Primeiro, o Banco Rural aparece em uma situação muito, muito, muito ruim, porque está envolvido em associação com doleiros, em remessa de dólar para o exterior – que vai ou não para a conta de Duda Mendonça –, em crimes contra a Administração Pública, em intermediação de interesse privado, em exploração de prestígio, em tráfico de influência, em corrupção ativa e passiva.

Em um dos contratos feitos pelo Sr. Marcos Valério para supostamente emprestar ao PT, ele introduziu, como garantia, a cópia de um contrato dos Correios, no qual ele – o Sr. Marcos Valério – encaminha ao gestor administrativo do contrato uma autorização para que o recurso desse contrato com os Correios fosse deposi-

tado no Banco Rural. O recurso nunca foi depositado no Banco Rural. O gestor administrativo depositou em outro banco, e o Banco Rural, que tinha, como garantia de um desses contratos, o contrato dos Correios, acabou também não fazendo absolutamente nada. Absolutamente nada!

O esquema montado é tão desprezível, que fazemos esforço gigantesco para acreditar que tudo se tratava da modelagem do banco, do relacionamento muito próximo do cliente, de que o banco entendesse a capacidade financeira do cliente em arcar com o seu débito.

Sem nenhum preconceito com as instituições de crédito – embora saibam todos exatamente o que penso delas no mundo capitalista –, sem nenhum preconceito, não é possível mesmo imaginar modelagem com algum tipo de cliente, com muito vinculação política. É como se fosse caridade ou filantropia.

O pior é que a análise dos faxes que saíam das agências do Banco Rural era tão sórdida, Sr^a Kátia! Lindo dia, Fulano de tal providencia um carro-forte, e o pessoal da DNA ou de não sei quem vai lá. Quando chegavam ao banco, a senha era “vim buscar a encomenda”. Uma vez, um veio buscar a encomenda de 50 e saiu com 200. É uma coisa muito estranha! Junto com tudo isso, havia toda uma rede de corrupção montada. Depois, há os indícios relevantes apresentados pela imprensa no procedimento investigatório de que o Banco Rural supostamente teria sido poupado pelo Sr. Mentor, na CPMI do Banestado. Outras discussões são feitas, como a de que, supostamente, várias outras contas teriam sido abertas no Banco Rural para, de alguma forma, acabar possibilitando irrigar o esquema de mensalão que foi estabelecido.

O Sr. Marcos Valério, de alguma forma, só pagava em dinheiro os empréstimos passados ou pagava em serviços? Ele já pagou em serviços de publicidade para não pagar exatamente em dinheiro? É muito difícil! Sinceramente, fica muito difícil acreditar. Fica, realmente, muito difícil acreditar que o Banco Rural, não sei exatamente quem, que ninguém soubesse de nada, não acompanhasse, de alguma forma, a chamada saúde financeira da empresa, algo que possibilitasse a história sólida do banco. Fica muito difícil.

Então, eu queria que a senhora se posicionasse, aqui, como um Parlamentar que tem a obrigação constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, no caso específico, ou as relações promíscuas estabelecidas com gangues partidárias, com empresários apaniguados da estrutura do poder ou com instituições de crédito. Se a posição estivesse invertida, como a senhora analisaria, segundo as informações que estão disponibilizadas de alguma forma? Porque é evidente que a senhora deve

ter, até por uma questão de mecanismo de proteção da instituição que representa, analisado tudo o que está sendo publicado, os indícios relevantes que têm sido apresentados à opinião pública, porque não são mais denúncias apenas, são indícios relevantes de crimes contra a administração pública e uma articulação do Banco Rural para viabilizar coisas extremamente desprezíveis, que eu nem gostaria mais de repetir, porque era uma coisa realmente assombrosa. É, realmente, assombrosa.

Então, me diga, Sr^a Kátia, outros detalhes que a senhora lembrar, outros detalhes. Como é que a senhora soube? A senhora disse que soube do empréstimo depois da morte do Sr. José Augusto*. Então, eu queria que a senhora pudesse detalhar para a gente como é que foi isso. A senhora estava lá como uma empresária, como disse anteriormente, mais dedicada à área da música, a outras áreas, mas como a senhora, de alguma forma, acompanhava o funcionamento do banco? Como a senhora analisava o Marcos Valério na relação com o banco? Exatamente quem contou, como a senhora disse, se se preocupou ou não, na relação Marcos Valério, PT, Delúbio, ou quem quer que seja? Se a senhora, por algum momento, ficou mais tranquila por achar que era uma relação com um Partido importante, o Partido da estrutura de Governo ou não. Detalhe um pouco para nós essa – eu não queria dizer o **modus operandi** – vivência de V. S^a no banco.

A SRA. KÁTIA RABELO – V. Ex^a me desculpa, eu estou com muita dificuldade de ter... V. Ex^a fez muitas perguntas. Eu não sei... Eu queria ser objetiva, porque...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas tente. Eu sei, porque infelizmente tem um horário ali e a gente fica olhando. Mas...

A SRA. KÁTIA RABELO – Pois é. Eu não sei o que é que eu respondo, né, assim...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas comece a responder alguma coisa, Sr^a Kátia.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu preciso saber o quê. Se a senhora puder ser um pouco mais objetiva, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiro: se a senhora estivesse no meu lugar, como a senhora estaria se sentindo? A senhora acharia que o Banco Rural tinha feito o quê? Caridade? Ou era modelagem da relação, mesmo? Ou a senhora estaria profundamente desconfiada da participação dessa instituição de crédito num esquema gigantesco de corrupção? E, depois, detalhe um pouco sobre como era o dia-a-dia de V. S^a, porque nós estamos fazendo um esforço gigantesco, Sr^a Kátia, para tentar separar aqueles que podem ser acusados injustamente e

aqueles que, de fato, têm relação com o esquema de banditismo político, que tem muitos setores econômicos e partidários envolvidos também, e a gente fica fazendo um esforço muito grande.

Tenha certeza, Sr^a Kátia, que o nosso problema maior é porque, às vezes, alguns sentam na tribuna da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos dão algumas informações, ou de forma lacônica, ou mais detalhadas, mais ou menos sofisticadas, e depois a realidade é implacável e uma quebra de sigilo se encarrega de desmontar tudo o que a pessoa disse. Então, isso, por mais que a gente queira ter paciência, que é nossa obrigação também tê-la, a gente vai ficando com dificuldade, porque a gente tenta acreditar no depoimento de alguém e, depois, a realidade implacável, com as quebras de sigilo, vai mostrando o contrário.

Então, que a senhora se posicione em relação a este momento, ou se estivesse aqui ou como cidadã – como cidadã. Como a gente diz muito, as mulheres e homens de bem e de paz insistem, mesmo que a realidade diga não, em educar os seus filhos que é proibido roubar. Ou se estivesse como Parlamentar. Ou diga para a gente como era a vivência no banco, porque precisamos saber.

A SRA. KÁTIA RABELO – Perfeitamente. Vou tentar ser o mais objetiva possível. A senhora falou em esforço grandioso. Tenho feito, Senadora, um esforço grandioso na minha vida, nos últimos seis anos, à frente do Banco Rural.

Como relatei aqui, perdi a minha irmã, que era presidente do banco. Na época, nem diretora eu era, eu era superintendente de um pequeno departamento de comunicação. Eu tinha, a minha vida inteira, me dedicado à dança e eu vi, no momento da morte da minha irmã, uma missão. E essa missão que eu vi não era com o dinheiro, para fazer os acionistas do Banco Rural ficarem mais ricos, porque eu achava que, realmente, não era uma razão suficiente para o sacrifício que foi e que é. Eu decidi me manter na presidência e assumir esse lugar pelas pessoas do Banco Rural, porque o Banco Rural, Senadora, é uma instituição financeira, mas é uma empresa formada por pessoas dignas, honestas, extremamente trabalhadoras.

Eu peço desculpas se eu me exaltar, mas quando eu começo a pensar nessas pessoas e no prejuízo que essas pessoas têm tido, fico realmente... é difícil manter a calma. Do mesmo jeito que V. Ex^a está dizendo que é difícil a paciência, tem hora que tem que ser, realmente, muita.

E quero dizer, correndo o risco de ser até culpabilizada de alguma coisa – mas não importa, estou sendo muito sincera -, eu quero dizer a V. Ex^a que acho realmente muito difícil para V. Ex^{as}, para as pessoas

em geral e até para pessoas do meu relacionamento acreditar que nós não sabíamos o que estava ocorrendo. É difícil, sim, e é por isso que estou muito feliz. Por um lado, é muito difícil estar aqui, mas por um lado, estou muito feliz de poder contar com a Dr^a Ayana. Eu brinco às vezes com ela, que ela não tem nada a ver com isso, que tem um ano de banco, mas ela é uma pessoa que tem uma visão lógica, que consegue fazer o trato da informação para nos ajudar a entender o que aconteceu, porque fomos pegos de surpresa e à medida em que as notícias iam caindo em cima de nós é que íamos correndo atrás de tentar entender o que estava acontecendo.

Vou tentar. Já vou tentar admitindo que, de fato, é muito difícil.

O primeiro ponto é: existem situações que são estanques, elas não comunicam entre si, que é a situação do empréstimo, essa relação do empréstimo, com essa pessoa, essa empresa que precisa de crédito e que tem uma capacidade financeira, e que existe ali um relacionamento, e você acredita que o cara, de fato, vai honrar esse empréstimo, ele está precisando e tal, e de outro lado, o movimento do cliente enquanto cliente, no movimento diário da empresa dele. Então, de fato a gente não enxergava os dois lados, a maneira que foi feito.

Eu só queria fazer alguns comentários sobre a fala da senhora: eu não sei de nenhum contrato dos Correios. Existe?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É Banco do Brasil. O contrato é o contrato do Banco do Brasil.

A SRA. KÁTIA RABELO – É o contrato do Banco do Brasil. Eu não sei nada de Correios, não sei nem o meu CEP.

Então, a maneira que era feito, era feito de uma forma que eu, quando digo eu, a minha área interna responsável de acompanhar os saques, o que a área percebia? Uma empresa que tinha capacidade, porque a principal preocupação em relação à lavagem de dinheiro, a essa questão da idoneidade, enfim, do recurso é a origem do recurso. Inclusive, foi muito curioso, porque no dia em que saiu, em que vazou aquela matéria da **ISTOÉ**, que era o relatório do Coaf, que o único que vazou foi o do Banco Rural, porque era o único que existia, porque o Banco Rural foi o único que informou diariamente essas movimentações, como manda a norma. Então, o Coaf e o Banco Central já possuíam esse relatório há dois anos e o Coaf entendeu, Senadora, que aquela movimentação era normal, como disse a Dr^a Ayana, por quê? Porque ela tinha um padrão. Então, ela obedecia a esse padrão, esse padrão obedecia à capacidade financeira. Os clientes que a agência tinha, ou seja, que essa empresa tinha

eram clientes sobre os quais não pairava nenhuma suspeita. Então, estávamos muito tranquilos quanto à origem do dinheiro.

Na verdade, o que a gente via? A gente via o saque, porque eu não entendo muito, mas eu estudei um pouco para tentar entender o que estava acontecendo, o saque era registrado na agência em Belo Horizonte e aí era feita uma documentação entre as agências, mandando entregar o dinheiro. Na verdade, existem duas formas que esse dinheiro...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Kátia, eu poderia apresentar, se você quiser.

A SRA. KÁTIA RABELO – Você quer apresentar?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Quero, acho que vale a pena.

A SRA. KÁTIA RABELO – Nós já fizemos essa apresentação, já, para algumas pessoas, enfim, outras entidades que questionaram o banco com essa justíssima, enfim, perplexidade.

Eu queria dizer a V. Ex^a, V. Ex^a está-me pedindo para eu me colocar no seu lugar – nossa, é muito difícil. V. Ex^a imagine a minha perplexidade quando eu ouvi alguém falando na televisão: “Ah, os Parlamentares vão lá na agência de Brasília receber dinheiro.” Não me lembro de quem estava do meu lado, eu olhei: “O que é isso? Esse cara está louco”. Daí a um dia, ou sei lá, eu descobri que isso acontecia. E descobri mais: descobri que o registro do recebimento desse dinheiro, Senadoras, era feito de uma forma que não tem jeito de apagar. Esta Comissão tem toda essa documentação. É muito fácil perceber isso, porque ele vem desde o fax, o sistema, a fita de caixa, o livro contábil, toda uma série de documentos onde o nome da pessoa aparece, em toda essa série de documentos, até chegar ao cúmulo do recibo, com o xerox da carteira de identidade.

Então, eu fico imaginando, também me colocando, como V. Ex^a disse, no lugar de um caixa ou de um gerente de agência, onde entra um Parlamentar – que ele saiba ou não que aquela pessoa é Parlamentar. Eu, por exemplo, não conheço as pessoas. E pessoa vem, ela entra, todos os documentos contábeis do banco estão lá registrados no nome da pessoa, ela vem, recebe o dinheiro, assina um recibo, tira o xerox da carteira de identidade e fica supertranquila com isso.

Então, para mim, também é muito difícil imaginar que essas pessoas imaginassem que estavam fazendo parte de um megasquema tenebroso de corrupção, quando as pessoas que recebiam esse dinheiro iam lá, da maneira mais normal do mundo, assinavam recibo, tiravam xerox da carteira de identidade. E o banco fazia isso de uma forma... É o crime mais imperfeito

da história da humanidade, porque tudo é registrado e enviado para o órgão fiscalizador, que é o Banco Central, e para o Coaf, o qual também não percebeu nenhuma anormalidade.

De fato, depois posso discorrer sobre isso aqui ou em qualquer situação que V. Ex^a desejar, apesar de todos esses cuidados, isso aconteceu. As medidas que vão ser tomadas, daqui para a frente, eu posso discorrer, se alguém se interessar. Mas a verdade, foi isso que aconteceu, dentro do Banco Rural. A Ayana tem um estudo que ela fez dos vários procedimentos de saque e as transferências, como o dinheiro ia. Se for do interesse de V. Ex^{as}, pode ser bastante esclarecedora...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Como eu vou ter de me reinscrever, Sr. Presidente, por causa do meu... É só para dizer para a Dr^a Ayana que não tem nada a ver o que eu perguntei há pouco com o Banco do Brasil. Não tem nada a ver. A senhora disse “ao contrário do Banco do Brasil”. É contrato com banco privado... Correios.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Bem a informação que eu tenho aqui, eu posso confirmá-la, efetivamente só para a ratificação da informação real, eu não estou com a apólice do contrato na minha mão, Senadora.

É que o contrato que está como garantia dessa operação de 19 milhões da SMP&B...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não é essa que...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Qual é a operação? Desculpe...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Todas as operações que foram feitas das empresas e os empréstimos do Sr. Marcos Valério. Quais as garantias que foram dadas?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – As que eu estou tratando efetivamente aqui...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Dr^a Ayana, eu estou fazendo um esforço para nem questioná-la, a não ser que a senhora... Esse não é um debate técnico.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Lógico que não.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Tem toda a articulação política que montada e quem é honesto intelectualmente sabe que é. A não ser que a senhora tenha dados a nos fornecer e informar, se a senhora conhecia, se relacionava com o Sr. Marcos Valério, com o Sr. Delúbio ou com qualquer uma outra pessoas.

A senhora não se relacionou com nenhuma dessas pessoas?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Senadora, eu entrei no Banco em abril de 2004...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, pronto. Exatamente por isso que esse não é um debate...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – ...e efetivamente as minhas respostas são técnicas em cima de dados.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – ...porque tecnicamente é impossível dizer que foi uma operação nos moldes do sistema capitalista. É impossível dizer que essa operação corresponde à lógica e à racionalidade do sistema capitalista.

Nem vou introduzir o que a Sr^a Kátia até mesmo disse da surpresa que ela tinha, imagino a surpresa muito maior, ao identificar para onde iam os carros fortes que saíam com o dinheiro e a forma como ele é distribuído, e o que era feito. São coisas tão sujas e desprezíveis que fica até difícil a gente ficar todo o tempo repetindo.

Quero me reinscrever novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Já está reincrita, V. Ex^a, até dei uma tolerância maior pelo número de presentes. Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti... ou ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs Parlamentares, D. Kátia, D. Ayana e o causídico que a acompanha, eu quero fazer primeiro um rápida leitura, até porque tenho um pouco de experiência vivida no Banco do Brasil. Então, temos um pouco desse traquejo bancário e uma vivência política até por conta da missão que recebemos, no meu caso, do povo gaúcho.

Olhando a grosso modo e vendo a indignação da Senadora Heloísa Helena, a impressão que passou para nós desde o começo, o Banco Rural, primeiro, que é um Banco de esquema, de um “esquemão” do Marcos Valério.

A partir desse esquema que o Marcos Valério operava precipuamente com o Banco Rural e se detectou isso, saltou aos olhos e ficamos todos impressionados.

Fomos atrás de documentos e os documentos que vinham, vinham incompletos. Um dia tinha uma coisa; noutro, faltava outra. Quando não era o que tinha, não era o que faltava, era o que não vinha.

Enfim, isso aconteceu a ponto de irritar a CPMI. Sei que uma vez a senhora teve uma reunião com a cúpula da CPMI – essa foi uma informação que eu tive. A senhora teve uma conversa com o Senador Delcídio... Enfim, alguém do banco veio para ter uma conversa...

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se não a senhora, mas teve um grupo que veio do Banco até para aparar as arestas. Eu inclusive fui um dos que solicitei, como bancário: chame o pessoal do Banco. Há coisas aqui... Eu vi que havia coisas que o próprio pessoal da CPMI não entendia, em função da burocracia bancária.

Eu disse: vamos estreitar, porque o Banco vai ter de nos fornecer de um ou de outro. E nós não vamos lá pegar na tarraxa, na marra. Enfim, não é no constrangimento, mas é no convencimento, no argumento, na discussão.

Eu acho que aquele encontro foi proveitoso porque se avançou – eu tenho convicção e sei que avançou substancialmente.

Enfim, demonstrava uma coisa de desorganização, passava essa impressão à CPMI... Na questão específica do Marcos Valério, do PT, do Delúbio, dava a impressão de que o Banco era uma espécie de “casa da mãe Joana”. O Marcos Valéria meio que mandava no banco. É essa a impressão. Havia empréstimos que não pagava, mas no entanto ganhava outros. Negociava, dava um prejuízo. No Banco do Brasil se você der um prejuízo seu nome vai para a CL. O nome dele fica no gancho. No caso, o Banco fez o empréstimo, a negociação, tomou um prejuízo e continuou. Sei, há toda uma história pela frente, mas a realidade é essa.

Esse contrato com o PT, para mim, não está bem esclarecido até agora. Gostaria que V. S^a anotasse para depois responder. Foi feito um contrato de financiamento com o aval de Delúbio, de José Genoíno e de Marcos Valério. Como é que Marcos Valério, em determinada altura do campeonato, saiu fora? Qual foi o procedimento técnico para tirar Marcos Valério? Gostaria de ter essa informação. Tecnicamente, como saiu do financiamento? Como é que se comprava isso? Inclusive qual foi a explicação perante o Banco Central?

Dinheiro encomendado, no Banco, por essas vias. Pode até haver um procedimento, mas não é convencional. Não é um procedimento normal do banco pagar milhões em *cash*. Não é um procedimento normal, não adianta. Sou do Banco do Brasil e não se faz isso. Ainda mais requisitar um carro-forte para sair do Banco. Não é procedimento legal. Esse procedimento tinha que ligar as antenas da direção do Banco, do gerente do Banco. O gerente do Banco tinha que acordar e dizer: onde estamos? Na casa do Alibabá? Abre-te, Sésamo! Abria-se a tesouraria e o dinheiro caía. Então, mesmo as informações do Coaf. Chequei e muitos dos saques no Banco Rural não estão no Coaf. Ou foi falha do Banco Rural em mandar ao Coaf ou foi falha do Coaf em anotar as informações que o Banco Rural mandou.

O Coaf disse que não recebeu as informações. Aliás, gostaria de fazer esse questionamento a V. S^a.

Enfim, tudo acaba no Banco Rural. O caso de Duda Mendonça, por exemplo. Arrodeamos, arrodeamos, acabamos no Banco Rural, por via reversa. Quero saber de V. S^a a respeito do Banco Rural Europa, das empresas de *trading* que operavam lá. O que tem o Banco Rural com o Banco Rural Europa? Qual é a ligação entre um e outro? Gostaria que me explicasse, bem como sua responsabilidade em relação ao Banco Rural Europa.

A mesma coisa sobre financiamento de apartamento. V. S^a mesma disse que o Banco Rural não financia apartamentos. Naquele caso, para a mulher do José Dirceu, nesse caso específico, saiu. Não foi o José Dirceu que fez, quem morreu é que teria feito, enfim, mas vai nos causando uma impressão muito forte. Já falei do transporte de dinheiro em carro-forte.

São questões que vou mencionando para V. S^a para que possa obter uma resposta. Passa-me a impressão de que o Banco Rural é uma espécie de “casa da mãe Joana”.

Uso uma expressão para dizer que coração de banqueiro... conta-se uma história nos bancos – e a gente que é bancário sabe. Dizem que houve um tempo em que se comprava um coração – já sobre essa questão da troca de corações, de transplantes – em lojas. Havia uma loja que vendia corações. O cidadão chegava, olhava um coração, via a aparência e levava. Enfim, esse, aquela, quem vendia fazia a propaganda. Diziam: esse aqui é o coração de um moço, morreu de acidente, tinha 18 anos. Enfim, era até mais caro o coração de um jovem. O outro coração era de um jovem, atleta, 30 anos, um maratonista. Apareceu, lá no canto, um coração lindo, vistoso, bonito. O cidadão, interessado em comprar um bom coração, olhou e disse: e esse aqui, bonito, vistoso? Quanto é um coração tão bonito quanto esse? Disseram: mas esse é de um cidadão que morreu com 70 anos. Mas com 70 anos? Como é que pode ter um coração com uma aparência tão boa! Deve ser o coração de alguém que não teve angústia, que não teve problema nenhum. A quem pertencia um coração desse? Pertencia ao dono de um banco. Dizem que os donos de banco não têm coração. Olham a ficha financeira, não olham a relação pessoal, o entendimento, não olha nos olhos, não olha o carinho, a amizade. É capitalista. Vi, aqui, que no caso de Marcos Valério o negócio foi feito pelo coração. Talvez, se entenda por que alguns morreram do coração. Eram negócios feitos com o coração quando se tinha que fazer com a razão. Eram operações bancárias, operações matemáticas. E, nesse aspecto, vejo que, em relação ao Marcos Valério, não havia isso.

Então gostaria que a senhora respondesse a essa primeira bateria, para eu dar sequência.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu vou tentar. É difícil gravar, porque são muitas perguntas.

Tecnicamente, a retirada do aval do Marcos do contrato do PT.

Em primeiro lugar, não sou uma técnica da área de crédito, como deixei bem claro aqui, mas, de alguma forma, o bom senso demonstra que, se os dirigentes daquele Partido, que são os principais responsáveis pelas contas do Partido, estavam avalizando um empréstimo, talvez o aval do Marcos Valério fosse desnecessário, um excesso que se considerou dispensável em algum momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desculpe retrucar, mas aí eu me assusto mais, até porque teria algumas coisas para falar, no final, em favor do banco, mas a sua resposta me impressiona. Se o banco exigiu o aval do Marcos Valério para dar o financiamento, quanto mais para renovar. Se eu pego o aval de alguém para me emprestar dinheiro e depois, quando chega o vencimento, ele não me paga e quer renovar, mais do que nunca eu quero me garantir. Se eu já estava “com o pé atrás” para dar o financiamento, fico com “os dois pés atrás” se tenho que renovar por falta de pagamento ou pelo pagamento de valor insignificante, como foi o caso.

A SRA. KÁTIA RABELO – Talvez seja o desconhecimento mesmo da modelagem com a qual o banco trabalha.

Recentemente, por ocasião da intervenção que houve no Banco Santos, como todos os outros bancos médios e pequenos, o Banco Rural teve uma perda expressiva de passivos – não sei se é do conhecimento de V. S^{as}. Então o banco, para honrar esses passivos, tinha que receber os créditos. E nós conseguimos receber um valor de créditos num prazo curtíssimo. Por quê? Porque o prazo das operações do Banco Rural é tradicionalmente curto. É a maneira como o banco trabalha. É a única maneira de um banco do nosso porte sobreviver.

Então, quando V. Ex^a se refere a refazer a operação, para o Banco Rural, essa reforma é automática, desde que se considere que aquele devedor mantenha as condições que possuía no início.

Estou aqui defendendo uma situação e um empréstimo que foi feito por uma pessoa que trabalhou durante quinze anos no Banco Rural, que produziu grandes lucros. Se ele fosse tão bobo assim, não teria gerado os lucros que o Banco Rural, na verdade, gerou no passado. E achou que, naquele momento, aquele cliente, o PT, era uma instituição séria o suficiente para

tomar emprestados R\$3 milhões com o aval de seus dois dirigentes e responsáveis.

Continuo acreditando que o PT, até onde entendo, vai honrar esse empréstimo que foi feito ao Partido, com o aval de seus dirigentes. Eu realmente acho... Enfim, é como vejo essa situação.

A relação entre o Banco Rural e o Banco Rural Europa... Talvez o senhor não estivesse atento no momento em que falei sobre o Banco Rural Europa, porque já respondi ao Deputado.

O Banco Rural Europa pertence 100% ao Banco Rural. É uma subsidiária, é um banco europeu, regido pelas leis da Comunidade Européia, fiscalizado pelo Banco Central, em fiscalização consolidada com o Banco Central do Brasil, e auditado por um auditor independente.

Em relação a qualquer consideração sobre a idoneidade moral ou os controles do banco, é muito importante e acho que é de extremo valor ser considerado que existem vários órgãos de muita seriedade que fiscalizam as instituições financeiras neste País. O Banco Central fiscaliza o Banco Rural, que tem um auditor independente, a Deloitte, que o fiscaliza. O Banco Rural informou, sim, ao Coaf, talvez essa divergência de entendimento seja no valor, porque existe um valor que é obrigado a ser informado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É de cem mil.

A SRA. KÁTIA RABELO – Pode explicar, Ayana, por favor.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É de cem mil reais, ou individualmente ou coletivamente, o somatório dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas existe a necessidade do registro em dinheiro de dez mil. Não é isso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, mas aí já é outro procedimento. São dois procedimentos: dez mil é um procedimento e cem mil, uma informação direta.

A SRA. KÁTIA RABELO – Todos esses foram observados. Não temos até o momento nenhum questionamento do Banco Central sobre a forma ou sobre os nossos procedimentos nesse correr desses dois anos, porque o Coaf, a norma manda você informar até às 16h. Então a Coaf recebeu essa informação ao curso de dois anos e o Coaf não viu nada de estranho na movimentação dessa empresa, da mesma maneira que nós não vimos.

Então, o que acho importante dizer é que não apenas a diretoria do Banco Rural ou pessoas, enfim,

não quero me estender, mas, enfim, não apenas o Banco Rural nas suas diversas instâncias não percebeu que existia alguma coisa tenebrosa acontecendo, como todos os órgãos fiscalizadores, os auditores independentes e as pessoas que têm essa qualificação também não o perceberam. É isso a única coisa que posso dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom. Deixa eu colocar mais algumas questões, aliás, primeiro, fazendo um comentário.

Eu acho curiosa essa questão do PT, volto a insistir, porque agora a senhora ficou com uma garantia do empréstimo, que, com juro e correção monetária, chega a quase sete milhões de reais... Têm garantia para pagar o Delúbio Soares, morto financeiramente, e o Sr. José Genoíno, que agora ganhou uma aposentadoria do seis mil, pegou o boné e foi embora. Sabe quando a senhora vai receber esse dinheiro, se depender do Delúbio e do Genoíno, dessas garantias que o Banco diz que tem, “o dia em que o Sargento Garcia prender o Zorro”. Não vai receber nunca, a não ser que o PT, pelo PT... Porque o PT vai ter que fazer um sorteio do que pagar. Não é? Porque não tem como pagar tudo. É coberta curta: se tapar os pés falta para a cabeça. Se ele resolver pagar uma, vai faltar para outra. Não tem dinheiro. É uma coisa impressionante. Enfim, mas o banco é seu, o prejuízo não é meu. O Banco é particular, mas é bom a senhora se antenar com as suas gerências para ver esse procedimento, porque, na medida em que o Marcos Valério saiu do processo...

Aliás, eu quero fazer uma outra pergunta para a senhora a respeito do próprio Sr. Marcos Valério. Eu vi operações do Marcos Valério onde ele dava como garantia dinheiros aplicados no próprio Banco. Ou seja, ele tinha CDBs aplicados no Banco e fazia um financiamento no mesmo valor do CDB. Isso aconteceu no Banco? Depois a senhora me responda se aconteceu. Eu já vi operações em bancos onde ele apresentava, fazia um financiamento de dez milhões e dava como garantia um CDB de dez milhões que já tinha no Banco. Aliás, uma curiosidade muito grande – não é? – alguém pedir um financiamento de dez milhões tendo dez milhões disponíveis na conta. É claro que é para lavar dinheiro. É claro que é para fazer esquema, para dar origem para o dinheiro que não tem origem. Esse é um procedimento conhecido nos bancos.

Uma outra informação, às vezes, até para contrapor a seriedade do Banco Central, às vezes sim, às vezes não, que o diga o Banco Santos e os aplicadores do Banco Santos, o Banco Central só viu o Banco Santos depois que o Banco Santos desapareceu, antes ele não enxergou o Banco Santos.

Garantia do Delúbio...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PA) – Só trinta segundos, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu quero me reinscrever, porque são tantas as perguntas, e eu acho que é importante nós aprofundarmos este tema, porque, ainda que alguém transite na conta bancária, sei lá, 550 milhões para fazer um refinanciamento, tem que ser revestido de garantia, e nesse caso do PT é um flagrante negócio de padrinho. Se confiou muito mais no Governo. Foi muito mais para beneficiar o Governo. Ah, o PT, o Partido do Governo, vamos fazer de qualquer jeito, vamos favorecer. Se depender de operação bancária, se tem um jeito de como não deve ser feito uma operação bancária, deve ser desse jeito, porque é um negócio mal feito.

E eu concluo, Sr. Presidente, digamos assim, meio às avessas, elogiando o Banco. Ocorre que o Banco Rural, nesse aspecto, atuou de forma tão improvisada e tão espontânea, em um imprevisto espontâneo que acabou pegando todo o mundo. A espontaneidade acabou pegando porque esse negócio de chegar no banco e pegar dinheiro no caixa, valor em espécie, pegar na tesouraria, de chamar o carro-forte, enfim, de transferir por papel, emite o documento num banco e saca no outro, isso exatamente permitiu que eles deixassem o DNA lá – não a empresa, mas o DNA da impressão digital e que foi por conta disso que a CPMI acabou, por esses caminhos às avessas, que eu chamo de não-convencional, acabou pegando todos esses.

Então o banco acabou prestando de forma indireta um serviço para a CPMI, mas com certeza esse não é o modelo de um banco funcionar, entregando dinheiro na tesouraria por recado, por bilhete, enfim, por quem indica, por telefone, por senha, como disse a secretária do Marcos Valério, pela roupa da pessoa, a pessoa com a camisa vermelha, uma blusa azul chega lá no banco e por conta disso saca o dinheiro. Identifica-se depois, é verdade, identifica-se, mas a primeira identificação... Alguns iam buscar encomenda, mas até deixaram o documento lá, a assinatura, mas, via de regra, era indicado pela cor da roupa com que chegava lá. Isso não é um procedimento do banco. Só lamento, mas preciso dizer isso. Embora tenha acabado, por via indireta, contribuído para que nós descobríssemos tudo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado.

A senhora quer se manifestar?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não consigo saber qual foi a pergunta.

Não é para responder?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Passo então a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora não me respondeu a pergunta, se tinha aplicação do Marcos Valério para cobrir.

A SRA. KÁTIA RABELO – Ah, sim, é verdade. Você tem essa informação, Ayanna?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Tem uma carta de fiança da DNA, por exemplo, que dá garantia aos empréstimos da SMP&B, mas na realidade é uma empresa que dá garantia, com uma determinada aplicação, a uma outra que esteja do outro lado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então eu só quero consolidar – desculpe, Sr. Presidente, mas só para clarearmos, senão não fica claro, essa é uma linguagem bancária que eu entendi bem. Significa dizer que a DNA, a empresa DNA, que é, em última análise, do Sr. Marcos Valério, tinha uma aplicação no banco, é isso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A DNA é uma empresa que tem determinados sócios que são diferentes, em alguns casos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Entre eles o Marcos Valério.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – ...em alguns casos, da SMP&B. Então, eu tenho uma operação, uma carta de fiança, que está na documentação, inclusive, oficializada, onde a DNA coloca um dinheiro à disposição, que é uma aplicação efetiva, como garantia de uma operação da SMP&B.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu quero traduzir na linguagem popular para ficar gravado, Sr. Presidente, permita-me.

Significa dizer que a DNA, que tem como um dos sócios o Marcos Valério...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Um dos sócios.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...que é o que manipula tudo, efetivamente, tinha uma aplicação de quantos milhões? Não lembra?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Quatro milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quatro milhões. Tinha uma aplicação de quatro milhões no banco, ou seja, tinha dinheiro aplicado no banco, quatro milhões a juros, sei lá, de nem 1% ao mês. É isso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É importante colocar que são empresas completamente diferentes com operações separadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, isso a senhora já disse. Eu estou traduzindo. Não é essa a preocupação.

Aí então o Marcos Valério, através de uma das suas empresas em sociedade, tinha lá quatro milhões aplicados com juro de 1% ao mês, nem isso.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É uma carta de fiança.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, o dinheiro estava aplicado.

Aí ele pegou esse dinheiro e deu, através de uma carta de fiança, em garantia para um financiamento no mesmo banco. Ou seja, se ele quisesse esses quatro milhões ele poderia tirar esses quatro milhões e dar para o PT. “Não, está aqui, sai da minha conta, sai da conta da SMP&B”. Não, ele deu em garantia para o banco, pagando quanto para o banco por mês? Três, quatro por cento de juros. Bota operação. Quem é que, tendo quatro milhões no banco a juro de 1% ao mês, tira um empréstimo no mesmo banco daquele valor com o juro de 4%, 5%? E não é só no seu banco, isso não é só no Banco, não é um privilégio do Banco Rural*. Em outros bancos ele fez isso também. Eu vi, constatei e só queria confirmar. E aí tem também.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu queria... Desculpe, não sei se posso falar.

Eu só queria reiterar que não houve lavagem de dinheiro dentro do Banco Rural. Todo o estudo que nós fizemos da movimentação das contas das empresas do Marcos Valério têm origem conhecida. Essa origem são os clientes, as empresas que colocavam dinheiro, com movimentação de uma empresa para outra, e os empréstimos bancários, e isso tudo bate com as saídas. Então a ilicitude desse recurso, a razão pela qual essas empresas depositavam dinheiro nas empresas do Marcos Valério, eu não posso dizer nada sobre isso. O que eu posso afirmar, com toda certeza, é que todo dinheiro que entrou no Banco Rural tinha origem conhecida e nós não identificamos nenhum recurso sem origem conhecida dentro das empresas.

Você quer completar, Ayana?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, eu acho que é exatamente isso, Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB - PR) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Sr^a Kátia, a Sr^a Ayana e o Dr. José Carlos Dias, e quero fazer várias perguntas. A primeira delas é que, na documentação que veio do Banco Rural, foi possível identificar aquele sistema onde aparecia quem sacava em dinheiro, em espécie, na boca do caixa. Foi exatamente por conta dessa identificação que se conseguiu fazer as vinculações partidárias ou com pessoas ligadas a empresas que estão sendo agora investigadas em termos de remessas para o exterior, como a Garanhuns, Bônus-Banval.

Esse procedimento, como a Sr^a Kátia colocou, era um procedimento, que, para quem estava procedendo algo não muito lícito, em tese, deixava a digital. Mas é interessante que essa digital ficou em alguns documentos. Em outros, não. Então, eu queria entender por que em alguns tem digital e em outros não tem. Apesar de todos os procedimentos, de ter ficado equipe do Banco Rural aqui dentro, de ter ido equipe da CPI ao Banco Rural, nós continuamos, ainda, com um volume significativo de saques em dinheiro, na boca do caixa, sem identificação.

Então, era um procedimento para alguns casos, mas para outros, não. E não são valores pequenos. Não vale nem o argumento de que é uma regra do Banco Central, mais rígida, a partir de 2003. Não é nem isso, porque só no ano de 2003, de saques a boca do caixa, significativos, a amostragem feita pela nossa assessoria, temos mais de 3 milhões - 3,220 milhões. Tem cheque de 300 mil, tem cheque de 200 mil – saque na boca do caixa de 200, 300, 250, de todo tipo de valor. No ano de 2004, também, tem quase meio milhão. E tem ainda no ano de 2005. Então, eu queria saber por que esse procedimento, a gente não consegue... E era obrigatório identificar quem saca.

Isso aqui é uma amostragem. Amostragem. Isso aqui pode ser, inclusive, muito maior, porque a assessoria pegou apenas saques mais expressivos. Então, essa, para nós, continua sendo uma coisa absolutamente preponderante, quer dizer, para nós é fundamental identificar isso, porque, inclusive, nós continuamos dizendo, e eu quero repetir isso aqui, que a impressão que dá é que veio identificada uma determinada parte, que interessava identificar, e outra não. Então, essa é uma pergunta.

A outra pergunta é na mesma linha. A assessoria tem um, das, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, 10, 11 páginas, com espaçamento bem... de favorecidos ou depositantes que não têm identificação. Não se consegue identificar quem depositou ou quem recebeu. E começa desde valores de 3,358 milhões, por ordem decrescente, que assessoria fez, e vai até 30 mil. Inclusive, há vários lotes que chamam mais a atenção porque são valores repetidos oito, 10, 12, 15 vezes, alguns bem redondinhos, de 100 mil, 200 mil, 150 mil, mas outros quebradinhos. É interessante: 111.685,02. Aparece várias vezes. Então, isso, para nós, também é de fundamental importância identificar. Isso aqui é na quebra de sigilo de 2000 para cá. Neste levantamento não tenho as datas para identificar quanto é por ano. Nesta amostragem que a assessoria fez tem valores significativos de R\$1.390.000,00 no ano de 2000; R\$4.961.000,00 no ano de 2001; R\$1.700.000,00 no ano de 2002; R\$3.220.000,00 no ano de 2003;

R\$471.000,00 no ano de 2004 e R\$86.000,00 no ano de 2005. Então, para mim, é de fundamental importância que possamos identificar senão a quebra do sigilo bancário do Rural continua sendo absolutamente insuficiente para podermos fazer todo o trabalho.

A SRA. KÁTIA RABELO – Vou ter muito prazer em responder essa pergunta sua. Quando nós identificamos o que estava ocorrendo, quer dizer, para o que o Banco estava sendo usado começamos a fazer um levantamento de documentos. Na verdade, ao levantar esses documentos nós identificamos que não só tinha, não era só o sistema do fax, existia um e.mail, que não era só um e.mail eram vários. Essa operação, essa digital era deixada em vários documentos e não somente em um. Ela culminava lá num xerox da carteira de identidade com um recibo, mas ela estava documentada nominalmente em uma série de transações e inclusive no sistema, que é uma coisa impossível de rasurar o sistema sem que isso apareça depois, sem que sobreviva a uma análise mínima.

Querida tocar num ponto que é fundamental para o Banco Rural que foi a entrega de documentos. Quando vimos o que tínhamos em mãos ficamos em pânico porque vimos que aquilo ali era uma bomba que estava na mão da gente e vimos que essa bomba era virtualmente, estava ali, estava de um jeito que não tinha o que fazer, não tinha como mexer. Enfim, a nossa decisão foi de organizar essa documentação e vamos entregar tudo. Tinha lá uma lista de nomes e sabíamos que isso ia causar o que está causando mas a nossa decisão foi de entregar tudo.

Começamos a separar esses documentos porque a documentação de uma agência é de vários clientes e tínhamos que separar a documentação referente a esse cliente para não correr o risco – e isso seria um horror para o Banco – que a movimentação, que o documento de outros clientes entrassem no bolo. Então, começamos a separar essa documentação e, de fato, começamos a estudar e depois vou pedir Ayana – e sei que você vai falar melhor do que eu mas porque para mim isso é muito importante.

Marcou-se a data e lembro-me bem que o Presidente do Banco Central foi à imprensa e fez algum tipo de ameaça. Então, o Reginaldo, que está aqui à mesa disse para nós que é humanamente impossível entregar isso que está sendo pedido nesse prazo.

A Dr^a Ayana, que veio de Caruaru – e lá parece que o pessoal não acha nada impossível – arregimentou 50 pessoas dentro do grupo, fez um mutirão e ficaram trabalhando o fim de semana inteiro para conseguir, de fato, entregar toda aquela documentação, que foi sim entregue em dia e até hoje não temos nenhum

caso registrado de alguma documentação que tenha faltado. Estou falando besteira?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, Kátia. Na realidade, tivemos quase 40 solicitações. Estive com a Ideli e falamos sobre isso e hoje não existe débito de absolutamente nada que foi solicitado, quer dizer, todas as solicitações foram devidamente entregues.

A SRA. KÁTIA RABELO – Porque às vezes o que acontecia é que se pedia uma coisa e era entregue aquela coisa. O que começou a acontecer? Começamos a ver na imprensa e por parte dos Parlamentares um clamor de que o Banco Rural estaria escondendo documentos, mas sabíamos que não estávamos escondendo documentos, porque sabíamos, havíamos entregue e tudo. E mais, num dia próximo ao dia da entrega do documento... Ayana, você se lembra do dia em que foi a polícia federal lá no Banco?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, a data não.

A SRA. KÁTIA RABELO – Num dia próximo ao dia da entrega, tivemos a visita da polícia federal de uma forma até elegante, mas bastante firme. E a polícia federal veio... eles tinham entrevistado, não é entrevistado que se chama não, é... convocado para depor, sei lá, um ex-tesoureiro, e essa pessoa sabia cada passo do processo. Então, o delegado chegou com o pedido exatamente de cada passo, de cada documento. Ele sabia muito bem, porque ele era tesoureiro. Então, a polícia chegou com esse pedido. Então, pedimos ao delegado que tivesse a fineza de nos esperar tirar xérox. Tiramos xérox da documentação, porque a gente tivesse também uma segurança do Banco de que esses documentos existiam de fato lá dentro do Banco, e, graças a Deus, eles estão lá...

O SR. (Orador não identificado) – Dia 10 de agosto.

A SRA. KÁTIA RABELO – Dez de agosto, o dia que a polícia foi. E aí a gente entregou 11, 12. Uma coisa assim. E aí, enfim, quando houve essa entrega, nossos advogados acompanharam tudo direitinho lá no juiz, acabou indo para o Supremo. E começou a falar assim: o material que está no Supremo é nitroglicerina pura. A gente falava assim: Meu Deus do céu, mas o que foi para a CPMI é mais. Por quê? Porque a CPMI pediu mais.

Nós temos aqui o documento. Acho que não vem ao caso. Enfim, os documentos que estavam de posse da CPMI eram muito mais profundos, porque CPMI pediu mais coisa do que o juiz, que veio através do pedido. Então, depois veio a notícia: a pólvora pura virou traque. Claro, porque aqui tinha muito mais coisa, tinha muito mais documento do que lá. Mas o fato é que esse clamor constante de que o Banco estaria

protegendo, o Banco... Fico imaginando que as pessoas devem pensar: Já sei, escolheu esses aqui para Cristo e jogou aos leões, às feras. E protegeu os seus amigos, seja lá o que for. Então, queria dizer que todos os documentos foram entregues. Não existe assim... pode ter havido erro numa folha. Não existiu nenhum documento de nenhuma pessoa que não tenha sido entregue. Todos os documentos foram entregues. O que acontece é que existia da parte do cliente uma forma, um procedimento que ele muda, num determinado momento, esse procedimento. Então, o procedimento atendia sim às normas do Banco Central e a toda a legalidade. Tanto que em outros bancos foi feito dessa forma, e que eu saiba não existe nenhum questionamento sobre isso. Apenas parece que no Banco Rural, em algum momento, existiu um excesso de zelo de registrar todo esse nome, todos os nomes dessas pessoas, talvez para garantir que realmente as pessoas estivessem recebendo. Não sei explicar por que houve essa mudança. Mas em algum momento houve essa mudança e isso é a única explicação que temos para dar para o fato de os outros documentos não terem. Agora, quero deixar... frisar um ponto: não era obrigatório fazer isso. Todas as outras entregas foram feitas de acordo com as normas do Banco Central e de acordo com a lei. Essa história de blusa amarela, isso jamais aconteceu no Banco Rural dessa forma. Toda entrega de dinheiro dentro do Banco Rural foi devidamente documentada. Isso é o que tenho a dizer.

Gostaria, Ayana, se puder tecnicamente complementar com mais segurança.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eu queria fazer na realidade uma colocação sobre três aspectos, Senadora. E, por favor, fique à vontade para... Queria falar um pouco da lógica de como era feito o processo do saque e a diferença entre uma e outra. Acho que é uma coisa importante.

Depois queria falar um pouco sobre disponibilidade de documentação, o que aconteceu, inclusive a questão da fraude que foi colocada em algum momento com relação aos arquivos do Banco; e, ao final, a ida do grupo até o Banco, que aconteceu na semana passada. Ficaram conosco a sexta e o sábado e voltaram no domingo, e não estão finalizados, inclusive, ainda os trabalhos.

Na realidade, nós dividimos o procedimento com relação a saques em dois momentos: um período que é até 2003, meados de 2003, e um período que é de 2003 para frente. Como acontecia no primeiro período, que é importante colocarmos? Normalmente, os saques ocorriam em Belo Horizonte, que era a sede das empresas a que nos referimos. Então, não existia, como prática normal, a movimentação que chamamos de in-

teragências, que era de alguma forma a transferência do dinheiro a ser pago em uma outra localidade.

O que acontecia? Normalmente, alguém da SMP&B ia até a agência, preenchia toda documentação obrigatória, segundo as regras do Banco Central, documentação de espécie e toda legalização de uma forma geral. A autorização estava assinada devidamente pelos diretores da empresa. Aquele saque era procedido. Ele pegavam e levavam o dinheiro. Então, não existia, na realidade, nenhuma documentação específica com relação a entregas, casos raríssimos que eu não tenho de cabeça, mas eu acho que devem ter dois ou três casos – por favor, me corrija – nesse período anterior a 2003. Pode ser que eu esteja errada com relação aos números, mas não há nada significativo referente a esse período.

Então, o fato, na realidade, acontecia na própria agência onde a conta existia e era uma pessoa da própria SMP&B que fazia o saque do dinheiro. Teoricamente, não necessitaria de ninguém assinar, porque, quando a própria pessoa estava procedendo ao saque, ela levava.

O que acontecia esporadicamente? Acho que também há alguns casos desse jeito. Por exemplo, tem um caso na Agência São Paulo, de que eu me lembro claramente e é um dos exemplos que temos aqui, onde... Como se procedia? Não existia aquele negócio dos *fax's* naquele momento. Então, a pessoa se apresentava na agência de São Paulo, uma pessoa da SMP&B – era assim que se operava em 99% dos casos, posso estar enganada sobre um caso ou outro – e desse cheque, já assinado, endossado e com toda documentação legalizada, era passada uma cópia para Belo Horizonte, para o gerente da agência, que olhava o cheque, conferia a assinatura, checava. Sabia-se quem era a pessoa, era da própria SMP&B que ia ali, procedia ao saque e, então, finalizava a operação. Então, até 2003, tudo funcionava normalmente desta forma. Então, não havia nada que tivesse a ser assinado, ou qualquer questão vinculada a isso.

A falta de documentos que sentimos dessa diferença de período, Senadora, é justamente a falta do vínculo ao procedimento, onde a própria empresa fazia os saques. E a partir daí a ação dela era a de um cliente que estava com dinheiro na mão dela. Então, esse é um momento que temos.

Em 2003, não sabemos exatamente o que houve. É importante colocar esse aspecto. Mas foi justamente quando o Coaf começou a exigir a identificação a partir das 16 h. Então, há um fato relevante: começa um nível de exigência maior com relação a essas questões todas. E acho que eles começam a fazer saques com o nome de outras pessoas. Nos parece que Zé

Augusto, atento a essa questão dessa mudança no comportamento e talvez até por causa do Coaf mesmo, é pura inferência, pura inferência, porque a gente só está analisando – é assim, a gente está analisando um fato pra trás... Então, a única coisa que você tem de fato é o que está registrado. Surge uma orientação dada por José Augusto Dumont para as agências de fazer um procedimento diferente. E o que é que muda no procedimento? Todas as vezes que alguém for fazer um saque, começar a documentar.

Tem algumas exceções? Continua tendo. Quando a própria SMP&B, nas pessoas dos seus representantes, autorizados a assinar, autorizados a fazer, chegavam no banco e se apresentavam, necessariamente não precisava comprovar, porque a pessoa estava ali, presente, mostrando um documento, com identidade na mão, automaticamente a operação finalizava desse jeito. Mas se viesse uma outra pessoa fazer, o que é que acontecia? Aquela série de e-mails e de *fax's* e as documentações que começam a surgir a partir daí. A SMP&B avisava que tinha um saque que ia ser procedido, dizia quem era a pessoa que ia fazer o saque, essa pessoa comparecia à agência, completamente documentada, efetivando esse saque, e a partir daí eu tinha isso documentado: que a pessoa foi lá, autorizada, com autorização da empresa, com os documentos legais, com um cheque que me autorizava a fazer.

Então, esse era um procedimento dentro da própria agência e aí começam a surgir algumas pessoas que sacam em BH e que têm também documentações de e-mails e de documentação referente à identidade ou CPF dessas pessoas dentro da agência.

O que começou a surgir de diferente? Começa a surgir de diferente o fato de surgirem outras agências: surge a agência de São Paulo, surge a agência de Brasília. E, aí, começa o processo que são a questão do que a gente chama de interagência.

A interagência, como é que se procedia, Senadora? Existe um saque oficial, em BH – então, todo o procedimento legal que está vinculado ao Banco Central era feito corretamente dentro da agência, conforme as regras e a lei -, e eles diziam o seguinte: “Olha, eu gostaria, no entanto, que esse dinheiro fosse pago a fulano de tal, em tal canto”. Então, todos os procedimentos eram feitos: informação ao Banco Central da disponibilidade de dinheiro, a solicitação da disponibilidade de dinheiro, a fita-caixa, a movimentação. Quer dizer, tudo que se procederia numa situação para qualquer cliente era feito e está completamente documentado. A pessoa ia até a agência e ela retirava isso, apresentando as documentações e colocando essas documentações, inclusive deixando anexadas.

A colocação de que 100% da documentação está aí – eu coloquei isso para a Senadora, na semana passada: tudo o que nós temos no Banco Rural foi disponibilizado à CPMI.

Eu acho, assim, uma coisa que ficou muito clara para a gente era que existia, de fato, uma coisa que “fugiu” ao controle da gente, gerencialmente, que, quando foi percebido, até pela própria história do Banco ou de qualquer outra questão, que não haveria outra forma de a gente conseguir tratar uma situação como essa, que era uma situação crítica e de crise, que não com a verdade. Então, a decisão que se tomou era que tudo que a gente tivesse dentro da empresa seria disponibilizado.

O que acontece esporadicamente? Acontece, esporadicamente, de não haver uma documentação, por exemplo, da pessoa que sacou na ponta. Por quê? Porque, como isso não era um procedimento legal, vinculado à legislação ou ao que quer que seja, e muito mais, a nosso ver, olhando para trás, um cuidado do vice-presidente de então de não correr risco de o dinheiro ser entregue e o próprio cliente vir a reclamar dessa questão, da forma como estava sendo feita, de controles que começaram a ser feitos na paralela.

E a coisa mais impressionante que acho que talvez seja o grande ponto que a Kátia chegou a colocar: eu tenho um processo onde está completamente documentado, totalmente documentado. E, assim, documentado a um ponto que assusta a quem olha e fala assim: “Mas por que tem isso? Por que não tem aquilo? O que está faltando?”

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Por favor! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Subscreve, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é só o seguinte: quanto mais me explicam, mais eu fico..... Porque é o seguinte: há uma exigência de identificação a partir de R\$10 mil de saque em dinheiro, desde 1998. Desde 1998! Portanto não consigo entender que, para alguns casos, identifica; para outros casos, não identifica.

E veja bem, a pergunta que fiz ainda é mais grave, porque, além da amostragem que temos, significativa, de quase 12 milhões – apenas de amostragem – entre 2000 e 2005, há estas páginas todas aqui. Aqui, não se consegue identificar quem depositou e quem sacou, ou seja, qual foi o caminho do dinheiro dentro do Banco Rural. Então, é um pouco mais grave ainda, entende, do meu ponto de vista.

Eu tenho aqui outras perguntas, sobre outras questões. Mas, Sr. Presidente, já me vou reinscrever para fazer as outras perguntas.

Agora, com relação ao Banco Rural, se não tivermos esclarecimento sobre por onde andou o dinheiro, essa parte significativa do dinheiro das contas do Marcos Valério... E veja bem, temos requerimento para retroceder a 1997. Então, já estamos com toda essa problemática de 2000 a 2005. Imaginem a hora que tivermos o de 1997 a 2000.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Viu, Senadora, é que, por tolerância, como eram poucos os inscritos, eu tinha permitido 15 minutos e tinha dado um prazo de 5 minutos de tolerância.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, mas já estou me inscrevendo para as outras questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está certo. Já está inscrita.

Dr. Reginaldo, gostaria de falar?

Por favor. É só apertar ali, por favor!

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Só ia comentar que há alguma interpretação quanto a depósito, quem depositou, está certo? Quando é feita a leitura, o senhor já trabalhou em banco, hoje, existe uma exigência mínima de quais os dados que têm para ficarem guardados numa fita. Então, nós não guardamos o nome de quem depositou. Isso é norma do Banco Central. Então, tem os dados que identificam qual o banco em que está sendo feito o saque através da compensação. E esse é o máximo que temos. Isso é quanto aos depósitos. Quanto aos saques, muitos saques foram feitos pelo próprio pessoal da SMP&B, como a Ayana falou. Então, temos um documento assinado pelo pessoal da SMP&B.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, não tem assinatura.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Não, mas a pessoa que recebeu foi a SMP&B.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, é com isso que não concordamos. O que ocorre? Essa SMP&B não existe. A SMP&B não saca em Banco. Empresa não saca em Banco. Quem saca é um ser humano, uma pessoa física, gente. Não é pessoa jurídica, é gente. Então, em nome da pessoa física, qual foi a pessoa que sacou? É isso que estamos reclamando que o Banco não tem. Pode ser um cheque da SMP&B, nominal para a SMP&B. Mas, foi lá o Pompeo de Matos e sacou. Então, tem que dizer que o Pompeo de Matos sacou um cheque da SMP&B endossado para a SMP&B, mas, a pessoa é física.

O que ocorre: estamos aqui com um drama na Casa. Existem vários deputados, cujos assessores

foram lá e sacaram. Aparece lá dezoito. Só que tem centenas de operações que foram sacadas do mesmo jeito que não aparece ninguém. Esses próprios deputados dizem: os nossos apareceram. Mas, e os outros que não aparecem, porque não aparecem? Por que empresa jurídica não saca em Banco. Ela não é gente, não é ser humano. Tem que alguém ir lá e, em seu nome, a seu mando, em poder do documento. E é isso que não se tem prova nenhuma. Temos dezenas, centenas de documentos – aqui tem um, por exemplo, de R\$550 mil reais. Alguém foi lá na boca do caixa... R\$450 mil reais e saiu com um saco de R\$450 mil reais nas costas – parecia um Papai Noel carregando, porque carregar R\$450 mil reais não é fácil. E a gente não sabe quem é o felizardo que levou os R\$450 mil reais. É em nome da SMP&B? É em nome da SMP&B. Mas, foi uma pessoa que fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Está certo. Vou pedir, por favor, para respeitarmos, porque senão estou prejudicando os demais inscritos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas acho que contribui.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não, a tolerância é importante e foi oportuna.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Poderia só fazer um fechamento? Senadora, o pessoal do Banco Central esteve lá, o pessoal do TCU esteve conosco lá, com uma lista inicialmente de 30 pessoas, que foi o nosso último contato que estávamos aprofundando. A informação que temos é que foi aprofundado o que estava faltando. Estamos aguardando a volta dessas pessoas para os esclarecimentos finais do que faltar. A pessoa do TCU levou uma outra lista lá na hora, que começamos a identificar. E volto a afirmar que estamos completamente à disposição para esclarecer o que falta, de acordo com aquilo que a gente efetivamente tem como documentação do Banco ou aquilo que é exigência.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Qual é a data da última listagem?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eles estiveram conosco sexta e sábado passado. Desculpa, qual a data?

A SRA. (Oradora não identificada) – Não, tudo bem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, até por justiça, é importante registrar que a reunião que tivemos no Banco Central com a Sr^a Ayana e mais representantes foi extremamente proveitosa. A equipe que foi lá também voltou. Mas, continuamos com as lacunas, ou seja, em termos da investigação continuamos com esses vácuos onde poderemos estar cometendo grandes injustiças, porque pessoas que

poderiam estar comprometidas com o esquema vão passar imunes, porque não se consegue localizar a identificação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Deputado Gustavo Fruet, Presidente da Sub-relatoria, senhores que nos honram com a presença hoje aqui, Sr. Presidente, acho que V. Ex^a já fez uma inquirição bastante minuciosa, muitas foram ditas, perguntadas, outras respondidas e outras nem tanto. Também os Senadores que me antecederam, em particular a Senadora Heloisa Helena, fez considerações aqui bastante apropriadas com relação a nossa perplexidade.

Vou procurar, portanto, Sr. Presidente, me ater mais a fatos que ficaram relativamente para mim ainda obscuro, necessitando de esclarecimentos.

Primeiro, é o fato de que o Banco Rural considerava a empresa e o grupo de empresas da SMP&B do Sr. Marcos Valério como sendo de uma relação especial, uma relação de alta confiança de um cliente preferencial, a ponto de ele ter empréstimos de altas somas no nome das empresas e também no nome pessoal dele. Não foi dito aqui, quanto, efetivamente, ele tomou dos bancos, quanto o Sr. Marcos Valério conseguiu de empréstimo pessoal do Banco Rural.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não tenho esta soma de cabeça, não. Você consegue encontrar isso aí, Ayana? São vários cruzamentos; fizemos alguns que imaginamos que fossem esclarecedores mas alguns...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Ao longo dos 5 anos, que é o que a gente focou, Senador, R\$53.881 milhões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – No pessoal do Marcos Valério?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, não. Das empresas.

A SRA. KÁTIA RABELO – É porque nós não temos... Você tem, Ayana, separado?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Pessoal de Marcos Valério, R\$915 mil, nos 5 anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque nós conseguimos diagnosticar R\$3,5 milhões, depositados nas contas do Marcos Valério. Do Banco Rural para as contas pessoais do Sr. Marcos Valério.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O que me consta aqui como documentação... E eu posso aprofundar mais ainda. Mas este é o número oficial do Banco: R\$915 mil.

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso é empréstimo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tenho informações aqui, da quebra do sigilo bancário, que chegou a R\$3,5 milhões em depósitos do Banco Rural,

instituição bancária, feitos na conta da pessoa física do Sr. Marcos Valério.

A SRA. KÁTIA RABELO – Mas essa... Bom, o que eu imagino é que o depósito...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é empresa; é pessoa física.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não pode ser volume de movimentação, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, não pode. A informação que nós temos aqui... Eu queria confirmação do Banco.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É... Isso ele teria que... A informação que eu tenho aqui, dele, efetiva, do Sr. Marcos Valério Fernandes, é de R\$915 mil. Ele, hoje, na realidade, tem um dos empréstimos dele que foi agora... Entrou em processo judicial, no valor de R\$400 mil.

A SRA. KÁTIA RABELO – Desculpa, porque quando fala depósito do Banco Rural, é uma conta do Banco Rural ou é um cheque do Banco Rural que pode ser de qualquer outra pessoa depositado na conta do Marcos Valério. Uma transferência, por exemplo, de uma conta da empresa dele para a conta dele pessoal. É um depósito do Banco Rural. Acho que é isso que tem que ficar claro. Dinheiro do Banco Rural e dinheiro do acionista, ele saiu através de empréstimo neste montante.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que sai como depósito do Banco Rural para o Sr. Marcos Valério, no caso de empréstimo.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Empréstimo, sim.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, no caso de empréstimo é diferente. Você pode explicar, por favor, Reginaldo?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Quando é depósito, ele pode ser feito em dinheiro ou em cheques. Quando nós falamos em empréstimos, esses valores aqui são valores líquidos. Nós somamos todos os empréstimos liberados da conta dele. Ele não entra com o registro histórico de depósito. Ele é um líquido de empréstimo. Então, é uma linguagem nossa, técnica, pela expectativa de uns R\$3 milhões, pelos nossos registros. Mas, existe um detalhe, Sr. Senador. R\$915 mil são os valores principais. Esses empréstimos podem ter sido renovados e, quando há uma renovação, parece que está se emprestando de novo, ou dinheiro novo, mas, na verdade, há uma rolagem da dívida. Então, a gente tem que analisar a conta toda de uma forma... Está certo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Pode ser um depósito em conta, também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu queria, se possível, que o banco fizesse esse esclarecimento.

A SRA. KÁTIA RABELO – A gente levanta, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De qualquer forma, fica muito claro de que o Sr. Marcos Valério e suas empresas eram clientes do Banco Rural. E foi o Banco Rural escolhido por ele, o Sr. Marcos Valério, e, também, pelo Sr. Delúbio Soares como sendo o intermediador de captação de recursos para o PT, para um partido político. Eu vi hoje à tarde que não é prática comum do Banco Rural emprestar a Partidos Políticos, mas emprestou, primeiro, ao PT e depois emprestou às empresas do Sr. Marcos Valério, que repassou ao PT. Então, eu pergunto: quanto é o conhecimento de que esses recursos tomados pelo Sr. Marcos Valério, através de suas empresas que chegam neste total de R\$55 milhões, foram para repassar ao Partido dos Trabalhadores?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu tomei conhecimento desse fato após a morte do Doutor José Augusto. Eu não vou saber precisar exatamente o dia...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O ano?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele morreu dia 4 de abril...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De 2003?

A SRA. KÁTIA RABELO – De 2004.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por que, então, seria escolhido o Banco Rural para este tipo de operação? Qual interesse estaria vinculado à preferência do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio Soares pelo Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – O Marcos Valério era cliente do Banco Rural há algum tempo já. E uma das empresas dele era fornecedora; era a agência de publicidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele era cliente do Banco do Brasil também, do BMG e provavelmente de outras instituições. Por que o Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele pediu empréstimo também no BMG, como é do conhecimento de V. Ex^a com certeza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele concentrou no BMG e no Banco Rural.

A SRA. KÁTIA RABELO – Parece que sim, até onde tenho conhecimento.

Na verdade, ele tinha movimentação expressiva dentro do Banco Rural; além de ser nosso cliente, nós éramos clientes da empresa dele também. Existia um relacionamento antigo com a empresa, não com ele. É importante frisar que ele entra na empresa depois

que ela já era nossa fornecedora de serviços de publicidade. E ele foi realmente a pessoa que fez essa interlocução com o Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na história da análise do cliente Marcos Valério e suas empresas, o banco, porque é obrigação da instituição zelar pelos valores e pelo interesse dos acionistas, verificando o cadastro e o desempenho, não verificava que o Sr. Marcos Valério era, na verdade, um aventureiro que intermediava interesses? E me desculpe, Sr^a Kátia, porque estamos aqui procurando entender esse tráfico de influência. Então eu queria também a sua confirmação.

Houve reunião, ou reuniões, entre o Banco Rural e seus dirigentes e o Ministro José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu já respondi que sim; houve.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então nós podemos supor que essa intermediação feita pelo Banco Rural tinha por trás interesses maiores para que o Banco Rural tivesse o apoio do Governo, para que ele tivesse sucesso nos seus interesses, por exemplo, de adquirir instituições bancárias outras, como o Banco Mercantil?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, não, porque as datas são totalmente não-coincidentes. O Banco Rural adquiriu o Banco Mercantil de Pernambuco em 1995. Nós estamos falando de episódios que aconteceram em 2003 e em 2004. Então são situações que não coincidem.

O que existiu de fato foi um pedido de empréstimo do Sr. Marcos Valério, ou seja, ele pediu empréstimo para as empresas dele, que tinham, sim, capacidade financeira. Qualquer pessoa que olhar a documentação que está de posse desta CPI...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permita-me. Essa parte, nós já conhecemos.

Eu queria saber qual foi o assunto tratado com o Ministro Dirceu e qual era o interesse. Porque também entram aí outros interesses de instituições financeiras que não têm ainda a sua situação definida pelo Banco Central. E haveria interesse do Banco Rural e do próprio Delúbio em encontrar uma solução para esse tipo de problema.

Então qual era a motivação? A senhora estava presente nessa reunião com o Ministro José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu estava presente em uma delas. Na verdade, eu estava presente em uma reunião e em um jantar. E ele teve também um encontro com o meu pai antes disso. Meu pai tinha alguns pleitos, ele era um empresário...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele quem? O Ministro José Dirceu?

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso.

Meu pai era um empresário de idade avançada e tinha o desejo de contribuir com algumas situações do País. Ele era uma pessoa que tinha umas idéias meio diferentes e achava que podia conversar com o Ministro e, enfim, mostrar algumas situações.

Por exemplo: eu tenho uma carta dele que posso encaminhar depois para esta CPI, sugerindo uma mudança na regulamentação que diz respeito a loteamentos. Ele era favorável ao aparecimento de favelas. Não vou me estender, mas, enfim, ele considerava importante uma interlocução com o governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a contribuição dele era a sociedade que ele queria dar através do Ministro José Dirceu. Seria isso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não havia interesses comerciais e da própria instituição?

A SRA. KÁTIA RABELO – Nesse caso, não até porque... Ele sempre trabalhou com loteamento, ele gostava muito de trabalhar com casas populares – ele tinha esse sonho. Mas vamos deixar isso de lado. Era um dos assuntos.

Na verdade, é muito importante para um empresário uma possibilidade de interlocução dessa, até para conhecer os planos do governo, o que aquele dirigente está imaginando...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eventualmente tratar de algum assunto de interesse da própria instituição, seria normal.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sem dúvida, vou chegar lá. Já tinha até mencionado isso aqui hoje, por isso estou fazendo essa referência que não tinha feito antes. Por exemplo: existe uma lavra de nióbio, e meu pai ficou sabendo disso, e tinha uma concorrência em que ele tinha entrado, mas a concorrência foi impugnada. Ele tinha o desejo de que isso fosse reaberto; ele fez um pleito.

O Ministro respondeu, formalmente – ele deve até ter essa documentação lá – dizendo que não era possível – claro, que era um negócio, uma oportunidade de negócio. E existia a parte chamada podre do Banco Mercantil de Pernambuco, que, como já disse aqui, ficou sob liquidação, com esses papéis que eram cambiais, que são valorizados de acordo o dólar, indexados em dólar. Quando o dólar deu aquela subida, esses papéis subiram muito de valor. E, na época da compra da parte dita boa do banco, as pessoas que trabalharam nessa negociação identificaram que esses papéis poderiam, no futuro, se tornar um bom negócio. Então o Banco Rural adquiriu, aos poucos, no correr desses anos, uma parte das ações desse Banco Mercantil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem intermediou esse encontro, foi o Delúbio com Marcos Valério...

A SRA. KÁTIA RABELO – Qual?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O encontro dos dirigentes do senhor seu pai com o Ministro José Dirceu? Quem fez a intermediação, quem marcou o encontro?

A SRA. KÁTIA RABELO – Nem sei dizer com certeza, porque foi o encontro do meu pai que eu não estava presente...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o que a senhora estava presente então?

A SRA. KÁTIA RABELO – O que eu estava presente foi com Marcos Valério, que marcou. Não sei se ele marcava direto, com quem ele falava.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Podemos supor que o Ministro José Dirceu soubesse, efetivamente, dos empréstimos do Partido dos Trabalhadores com a sua instituição, com a instituição do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não posso afirmar isso, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas é fácil supor isso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não estou aqui para supor, V. Ex^a concorda? Posso supor muitas coisas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem hora que a senhora faz muitas suposição. Faz análise...

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, em nenhum momento o Ministro tratou, na minha presença, dessas dívidas. O que era colocado para ele o tempo todo é que o banco era um banco de Minas Gerais, conceituado, considerado...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas um banco que prestava tantos serviços para o Partido dos Trabalhadores, e ele era o grande líder do Partido dos Trabalhadores...

A SRA. KÁTIA RABELO – O Delúbio fazia, de vez em quando, essa interlocução. Ele esteve presente em uma das reuniões, referenciava o banco, mas em nenhum momento era explicitada a questão dívida: quanto devia, para quem devia.

Estou sendo sincera, não tenho nenhum interesse de defender nem de atacar ninguém aqui. Estou dizendo o que aconteceu.

Por exemplo: esse jantar que eu tive com o Ministro foi um jantar de mais...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a sua inteligência a leva a imaginar assim muito claramente, os indícios são muito fortes de que há ali um tráfico de influência.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não posso afirmar isso; realmente não posso afirmar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

O Banco Rural tem aeronave?

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa aeronave foi utilizada, eventualmente, por Marcos Valério e Delúbio Soares?

A SRA. KÁTIA RABELO – Por Marcos Valério, sim. Por Delúbio, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca, ele nunca entrou numa aeronave do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – Posso contar uma história rapidinho: quando saiu essa notícia... Como temos um morto na história, fica difícil fazer uma afirmação: ele nunca voou. Mas, de repente, estavam em São Paulo Delúbio e José Augusto, estavam indo para Brasília e um deu carona para outro. Isso pode acontecer, isso acontece muitas vezes. É normal a gente vê. Enfim, o Banco Rural dá carona no avião dele para pessoas muito pouco importantes, Senador, às vezes para um motorista, para uma cozinheira...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é. A posição da Senadora Heloísa Helena, que traz certa incredulidade a nós...

A SRA. KÁTIA RABELO – O senhor me permite terminar?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não. O meu tempo está se esgotando.

A SRA. KÁTIA RABELO – Vou chegar lá.

Eu não sei se o Delúbio voou. Ninguém me pediu autorização. Nessa época, meu pai era vivo, e a autorização era pedida para ele. Depois, disseram que tinham marcado com a Secretária do José Augusto. Isso é uma mentira. A Secretária do José Augusto nunca marcou vôo. Isso era uma coisa que o meu pai mantinha, era um dos poucos poderes que ele ainda tinha, e ele não delegava para ninguém. Então, eu não tenho nenhum registro.

O que nós fizemos? Fomos ao hangar e mostramos a foto do Delúbio para os pilotos. Vocês viram esse senhor voando nos nossos aviões? Falaram: não. Aí fizemos uma nota na imprensa: "Não, o Delúbio nunca voou". Porque, às vezes, é muito difícil a gente afirmar certas coisas. Concordam? Então, o Delúbio – eu fiz essa checagem – nunca voou nos nossos aviões, porque meus pilotos... A menos que meus pilotos estejam mentindo. Nós mostramos o retrato para eles.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora reconheceu que é possível que ele tenha voado por uma carona.

A SRA. KÁTIA RABELO – É. Mas o piloto teria visto, porque é uma figura... Enfim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Podem não ter se lembrado?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Gostaria de fazer uma consulta aos Senadores. O Senador Renan Calheiros vai iniciar a Ordem do Dia e pediu a suspensão dos trabalhos das Comissões. Temos com poucos inscritos. Se houver votação, os Senadores serão prejudicados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Passo a palavra, então, ao Deputado Murilo Zauith e depois ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os depoentes. Quero iniciar.

A senhora, como Presidente do Banco, sabe que o banco é uma concessão governamental regida por uma carta patente que o banco possui. Ela tem de ser regida dentro das normas do Banco Central. E uma das normas que o Banco Central tem é que a senhora não pode conceder empréstimos sem garantia, porque põe em risco não só a instituição, mas também os clientes que têm seus depósitos no banco.

Quando a senhora falou em garantias, em nenhum momento a senhora falou em garantia real. É norma do banco a nenhum cliente pedir garantias reais pelo volume de recursos que a senhora tenha emprestado para o Marcos Valério e para o Partido dos Trabalhadores ou foi um caso específico deles não ter pedido garantia real? Porque a movimentação financeira das empresas do Marcos Valério... é uma prestadora de serviço que movimentava muito dinheiro, mas a garantia... Ele tinha garantias reais disso? A senhora nunca utilizou essas garantias, do patrimônio, do demonstrativo dessas empresas? Que patrimônio ela possuía? A senhora não fala nada disso.

A SRA. KÁTIA RABELO – Em relação à norma do Banco Central, da obrigatoriedade de existirem garantias reais em função de colocar em risco o banco, não sei. Reginaldo, você pode me ajudar nisso?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Eu vou falar uma coisa por experiência: todo empréstimo é feito com garantias, certo? E nessa garantia...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Garantias e avais.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – E avais.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Garantia real nenhuma.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – É. O contrato foi apresentado, porque seria aquele do

Banco do Brasil. Estou falando de fatos que realmente não foram reparados na ocasião.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E não era garantia real, porque é um contrato, como agora o caso que está havendo com as empresas, os prestadores de serviço já cancelaram os contratos com os serviços, com as empresas do Sr. Marcos Valério. A senhora tem idéia de qual foi o seu prejuízo agora com essa movimentação toda que está havendo com o Banco Rural, com as empresas, com o Partido? Qual é o seu prejuízo nisso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Fico triste que o senhor não tenha acompanhado a publicação do nosso balanço, porque...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Triste, não. Estou perguntado à senhora...

A SRA. KÁTIA RABELO – Fico triste, porque...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...estou perguntando qual vai ser o seu prejuízo com essa movimentação, porque estão começando a vencer esses empréstimos e não vão ser pagos.

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, antes de todo esse escândalo vir à tona, o Banco Central já tinha começado a questionar essas operações, porque, como eu disse no meu texto inicial, o valor relativo dessas operações passou a ser importante porque, quando o senhor coloca a questão da norma e da garantia real e da, vamos dizer, concessão, trata da estabilidade da saúde financeira do banco, isso, de fato, existe. E como é feita essa análise pelo Banco Central? Pelo tamanho do banco, ou seja, a capacidade que o banco tem de honrar aquele risco porque banco trabalha com risco.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas não é só o Banco Central, a senhora publica o seu balanço nos jornais...

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...para mostrar para o seu cliente que o seu banco está com uma boa saúde, com solidez...

A SRA. KÁTIA RABELO – Perfeito.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...mas, no momento em que a senhora mostra hoje para o Brasil que o banco fazia esses empréstimos temerários, a senhora está colocando em risco a sua instituição.

A SRA. KÁTIA RABELO – É. Na verdade, o que existe é isso: existe uma norma do Banco Central pela qual ele acompanha as grandes operações, porque essas operações, claro que grandes, eram relativas a quê? Ao tamanho do banco, à capacidade que o banco teria de enfrentar esse sinistro. Então, houve um momento em que, pela nossa perda de ativos causada pela intervenção do Banco Santos, essas operações

começaram a chamar a atenção. E, aí, começa uma discussão com o Banco Central sobre o recebimento dessas operações. Exatamente no decurso, se V. Ex^a me permitir terminar, acho que vai ser interessante.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, a senhora já contou essa história aqui.

A SRA. KÁTIA RABELO – É. Então, no decurso dessa negociação estourou a crise que estamos vivendo agora e, aí, fomos aprofundar nesses créditos. A verdade é que muitas garantias reais que V. Ex^a pode ter, eventualmente, de um cliente, podem sinistrar. Posso, por exemplo, ter um cliente plantador de soja e ter uma geada e, simplesmente, o meu cliente perder a soja dele toda e me dá um prejuízo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não dá prejuízo, se tem uma classe, a senhora me perdoa eu falar isso, mas não acontece, porque o banco não empresta sem garantia da fazenda, do produtor rural, que toma a terra, e sou de uma região onde acontece muito isso. A senhora está-se equivocando...

A SRA. KÁTIA RABELO – Bom...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...como Presidente do Banco, ao falar que o banco empresta dinheiro para o produtor rural sem garantia rural. Se tem uma coisa que não faz é...

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu gostaria de informar...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Agora, eu queria continuar mais com a idéia, porque temos um tempo aqui e quero segui-lo. Quero passar a minha preocupação como um correntista do Banco ouvindo toda essa exposição da senhora.

A SRA. KÁTIA RABELO – O Banco publicou seu balanço...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não sou correntista do Banco, mas, pela sua exposição, mostro a preocupação do correntista vendo um banco sendo colocado dessa forma. E, conversando com alguns especialistas do sistema financeiro, fazem uma análise de que um banco nunca emprestaria esse volume de dinheiro, essa renovação sem ter garantia. Existem duas hipóteses levantadas por ele que um aprofundamento, mas isso demora muitos anos, isso não se faz em meses, para se garantir esses empréstimos, ou seria uma forma de, desse contato com o Governo, e ter conseguido a conta de empresas governamentais, com aplicações num banco, dando cobertura para esses empréstimos, com spread diferente de juros, de aplicação ou com uma garantia no exterior. Lá fora, alguém, no exterior, como a senhora tem um banco também na Europa, alguém está avalizando isso na Europa, garantindo esses empréstimos. Porque o pessoal com quem conversei acha muito simplista

falar que o banco vai ter o prejuízo porque emprestava dinheiro com aval do Sr. Delúbio e do Sr. Genoíno. Ninguém acredita no negócio. O que estou passando para a senhora é a análise que o seu correntista tem, e a população também.

A SRA. KÁTIA RABELO – O senhor terminou?

Eu queria informar que o Banco Rural empresta, sim, dinheiro para o produtor rural. Existe hoje o CPR, que é a Cédula de Produtor Rural, onde você tem esse papel como a garantia de uma *commodity*, às vezes, até boi no caso, e existe todo um sistema de garantia. Existem outros casos também de sinistro em bancos, por exemplo, existem vários casos no banco, desde que eu estou, de empresas...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Posso ajudá-la?

A SRA. KÁTIA RABELO – Se o senhor me deixasse terminar, o senhor me ajudaria muito,

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, um aval, a senhora está falando que empresta o dinheiro para um produtor rural, ele dá como garantia a safra dele, dá garantia o boi que está no pasto, mas simplesmente um aval dele não. A senhora está pegando um patrimônio que ele vai ter ou tem.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim, que pode acontecer de ser perdido.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas existe o seguro.

A SRA. KÁTIA RABELO – O rebanho dele pode pegar uma doença e morrer inteirinho. Tem o sinistro e outros casos menos, digamos, agradáveis. Temos casos no banco, que eu passei, de clientes que trabalhavam com o banco há mais de dez anos e que, um belo dia, deram cano na praça inteira e sumiram. Acredito que pessoas que lidem com segmentos de bancos, que trabalham no sistema financeiro sabem que isso existe. Existe, às vezes, operamos com um cliente por dez anos, com a garantia real, o Banco trabalha muito com recebíveis...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, mas tudo bem.

A SRA. KÁTIA RABELO – ...e você toma esse "cano".

Eu acho importante frisar que o volume, o tamanho desse sinistro em relação ao tamanho do banco, isso é que é muito importante quando analisamos a solidez de um banco.

Então, nesse caso que vivemos, a nossa decisão, a decisão do acionista nesse momento, como a situação desse cliente, que era um cliente que, no momento, se apresentava com uma fortíssima capacidade financeira, porque atendia empresas de primeira linha, porque movimentava grandes somas de dinheiro, essa situa-

ção mudou do dia para a noite, ele começou a perder contratos, ou seja, ele perdeu essa capacidade.

O acionista do Banco Rural exatamente para prestar para esse cliente, que confiança no Banco, essa segurança ele assumiu esse prejuízo, ou seja, jogamos essa dívida inteirinha em provisão, o que significa jogar, assumir como prejuízo essa dívida, e o acionista foi abatido no seu patrimônio no valor de 131 milhões. Isso é muito complicado para um Banco.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senhora está colocando como prejuízo para o Banco. Quer dizer, a senhora diz que esse empréstimo não está calçado.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, não, eu não disse isso, é muito diferente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, estou perguntando.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu disse que foi provisionado. Vou explicar para o senhor. Quando provisionamos, isso significa que o Banco deixa de considerar parte do seu patrimônio. Então, o patrimônio do banco hoje é menor. O acionista hoje tem um banco menor. Isso incide sobre a capacidade de operar do banco, porque o banco só pode operar...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tudo bem, só quero que a senhora ilustre. Vai terminar o meu tempo. A senhora está dizendo que vai provisionar isso dentro do banco.

A SRA. KÁTIA RABELO – Já provisionamos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Vai aparecer no balanço?

A SRA. KÁTIA RABELO – Já apareceu.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Sim, então já apareceu?

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tudo bem. Isso daí contabilmente vai aparecer. Estou perguntando para a senhora se esse empréstimo está calçado ou não está calçado, porque daqui uns anos, a senhora vai entrar na Justiça, daqui uns anos, quando acabar tudo isso, daqui a dois, três, cinco anos tem um acerto e acaba toda esta conta.

É isso que eu quero que a senhora explique.

A SRA. KÁTIA RABELO – O valor está provisionado nesse momento. Na realidade, na hora em que provisionamos, não consideramos isso nos valores do banco, mas consideramos isso como capazes de recuperação. Já existe uma ação judicial, desde o dia 26 de agosto, e começa agora uma discussão sobre...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tudo bem, contabilmente está tudo certo.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas eu estou perguntando: esse empréstimo vai ficar como prejuízo mesmo ou está calçado e só vai aparecer na contabilidade, para passar esse momento?

A SRA. KÁTIA RABELO – Esse empréstimo vai ser cobrado do seu devedor na Justiça da forma que o banco cobra todos os seus devedores que não honram os seus compromissos. É isso que eu posso dizer. Posso dizer também que eu tenho muito pouca esperança de receber a totalidade desse dinheiro, infelizmente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, é só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero retomar esse ponto colocado aqui, talvez para clarear um pouco. Quero retomar dois pontos inicialmente. Esse é o primeiro, depois o outro colocado pela Senadora Ideli.

Perguntaria à senhora, o que o Deputado está se referindo é o seguinte: qual é a garantia que têm esses empréstimos que foram lançados em crédito de liquidação? Porque é isso que pode, no futuro, retornar depois da execução. Então, quais são as garantias hoje? Qual o valor e quais são as garantias desse empréstimo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Desculpe, eu não entendi a pergunta do senhor. O senhor quer saber qual a garantia do empréstimo ou qual a garantia de que eles foram provisionados?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, não. Não, a garantia do empréstimo hoje, porque ele está provisionado, ele continua como empréstimo. Ele está lançado...

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ...num crédito de liquidação, mas ele tem garantia.

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Isso é o que eu quero saber: qual é o valor deles?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ah, certo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E que garantias eles contêm hoje?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eu vou repetir o que está, hoje, na ação judicial que nós estamos entrando, oficialmente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, não precisa isso. Diga só.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Então, é assim: R\$38 milhões é o valor do débito. Nós estamos

entrando com uma ação em cima dos avalistas Cristiano Ramon e o Marcos Valério. Estamos acionando a DNA, a partir também dos bens, como devedor solidário – é outra ação que a gente está entrando. E estamos, inclusive, analisando profundamente, agora, essa outra hipótese que é o fato de eu ter, o Banco do Brasil, colocado a DNA como banco solidário. Na verdade, se compromete... Domicílio bancário. O domicílio bancário...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas o domicílio bancário não lhe dá garantia de nada.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É. O domicílio bancário, eu lhe diria que, na hora que tinha o débito no passado, esses valores da DNA que entram no Banco do Brasil...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Se entrasse.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – ...automaticamente deveriam ter passado pelo Banco Rural, não é? Então, eu tenho, hoje, brechas.

Poderiam ter sido retidos se eles tivessem nos repassado no momento devido. Então, legalmente, tanto a ação da SMP&B quanto a ação da Grafitti, judicialmente, esses são os argumentos que estão sendo frisados.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O da Grafitti são 17 milhões?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O da Grafitti são 10 milhões na origem, 17 milhões finais; 19 milhões a SMP&B, na origem, e 38 no valor de correção.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, essa era a pergunta colocada pelo... O que, para mim, me deixa... Outra vez: são 38 milhões mais 17. São empréstimos com muito pouca garantia, essa é que é a verdade, porque domicílio é se e quando tiver e passar dinheiro.

Agora, a senhora se referiu, também, a uma fiança da DNA. Esta fiança estava lastreada em CDB?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não, não. Na realidade, eu cometi foi um engano. O Reginaldo chegou a... Na realidade, a carta de fiança, me desculpe, foi, de fato, falha minha. Reginaldo, você poderia explicar, por favor, a questão da carta de fiança?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É simples fiança.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – É uma fiança que ela tinha com o contrato do Banco do Brasil e o banco não emprestou o dinheiro para a DNA. Ele foi fiador dela.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É. Então, eu só quero colocar a fragilidade, outra vez, dessas garantias, porque se encerra o processo de vencimento, lança em crédito de liquidação e você

está – a rigor, são 38 milhões mais 17, são 55 milhões – baseados em aval de Marcos Valério e mais nada de DNA nessas relações.

Eu não concordo também. Acusei antes, aqui, até o próprio Banco Central, nesse momento, porque, na medida em que essas operações foram refeitas, o Banco Central já devia ter-se manifestado de alguma forma, porque ele tem que acompanhar, é obrigação dele acompanhar operações com irregularidades. E reforma de operação é uma irregularidade, desde que você não agregue novas garantias, que não foi o caso. Então, foi irregularidade.

Mais uma vez, eu acho que outra vez a culpa do Banco Central, por mais uma razão, porque o principal avalista dessas operações é alguém que foi executado pelo banco e que deu prejuízo ao banco no passado. Então, outra vez, eu acho que é outra irregularidade dentro desse processo e que acho difícil que o banco, isso já no meu entendimento, por vontade própria, sem nenhuma outra razão, faça uma operação de valor, hoje, de R\$55 milhões sem nenhuma outra motivação. É difícil a gente deixar de imaginar ou seja uma motivação política, ou seja até um tipo de garantia lá fora.

Vocês têm que entender que nós temos que pensar nisso, mesmo porque em algum momento a senhora se referiu a que o Banco Rural Europa não fez a transferência, mas que alguém poderia ter feito. É claro que poderia. Eu não posso deixar de imaginar que um banco com a experiência do banco que vocês têm não tivesse alguma cobertura nessa operação. Acho que isso é importante para a gente, para a gente avaliar. É nossa responsabilidade verificar isso e, sobretudo, também, essa questão da responsabilidade do Banco Central.

Há outra irregularidade, inclusive já fazendo a ligação com a outra operação, quando o Marcos Valério sai de avalista na operação em que o PT – Partido dos Trabalhadores – tomou, e não há a substituição de avalista. Houve alguma agregação de novas garantias, ou simplesmente livrou o Marcos Valério disso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Ele entra, inicialmente, não era nem assinando no local normal, ele assinou na frente da proposta, e na segunda proposta, de fato, ele não aparece. Fica o Genoino e fica o Delúbio, que são, na realidade, os representantes do PT, oficiais da instituição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É estranho que os senhores tenham concedido esse crédito a mais, assim como é estranho o Banco Central não ter se manifestado. Teve o avalista, mas retirou o avalista. Não se pode fazer isso. Quer dizer, a rigor liberou o Marcos Valério da operação com o PT. Hoje

o Marcos Valério não tem nenhuma responsabilidade nesta operação com o PT.

Discordo também dessa questão da modelagem do Banco, que é tão tratada aí. A modelagem é uma forma do Banco querer agir ou de agir, mas não pode contrariar o Banco Central. Então, há toda uma modelagem aqui apresentada. Por exemplo, não se pode fazer reforma automática. Hoje, a reforma foi tratada aqui várias vezes, inclusive o Senador César Borges perguntou sobre o que teria sido depositado na conta de Marcos Valério. Mas reforma não pode ser tratada como coisa normal. Quero, outra vez, discordar deste funcionamento.

Voltando ao ponto inicial colocado pela Senadora Ideli Salvatti – pena que S. Ex^a não esteja presente, porque não tenho a lista –, quero lembrar, e gostaria que a senhora confirmasse, Dr^a Ayana, a respeito da questão de comunicação feita ao Coaf, coisa que deveria ter sido feita. O Manual de Normas de Instrução do Banco Central, nº 215, no Capítulo V, Item “a” – só para caracterizar bem –, diz que deve ser comunicada qualquer operação acima de R\$10 mil quando se verificar a possibilidade de crime. Isso é o que diz a Resolução. Então, quando houver indício de algum crime, tem-se que comunicar ao Coaf.

Por que vocês comunicaram em alguns casos e em outros casos não? No caso em que vocês comunicaram, ou registraram, foi por que acharam que havia indícios, crimes ou o quê? Fica essa pergunta, que é muito incômoda para vocês.

Quanto a essa questão do indício de crime, o que os bancos fazem, hoje? Como os bancos não sabem ou é difícil distinguir, nas suas inúmeras agências, o que é indício de crime, já que ele não pode passar isso de funcionário a funcionário, eles fazem a comunicação entre agências, ou seja, a posição correta de um banco, hoje, é comunicar toda e qualquer operação acima de R\$10 mil, coisa que vocês não fazem. Então, eu queria entender um pouco essa questão do indício de crime, porque deixa no ar uma dúvida muito grande do porquê são feitos em alguns casos e em outros, não.

Outra coisa – já para ganhar tempo –: sou contra aquilo que V. S^a colocou que “era funcionário da empresa”. Não tem nada a ver: Ou comunica tudo, ou comunica quando tem indício de crime. O fato de ser pessoa jurídica, não tem nada a ver com a história. Tem que fazer.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES DE JESUS

– Vou tentar responder a pergunta de V. Ex^a. Queria, depois, que o Reginaldo, na realidade, confirmasse a questão da regra.

O que tenho conhecimento da regra do Banco Central, Coaf, é que valores acima de R\$100 mil têm

que ser comunicado no mesmo dia que a operação foi feita, ou o somatório total daquele dia de movimentação feito na conta atinja o valor de R\$ 100 mil.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Ou acima de R\$10 mil, se houver indício de irregularidade.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES DE JESUS

– Isso. No caso especificado, todas as operações que ficaram com esta característica, elas foram devidamente informadas ao Coaf. É tanto que existia uma divergência, às vezes, de número de Coaf, que eram apresentados dos nossos números maiores do que eram percebidas aqui pelos números. Por quê? Porque, naquele dia, em vez de ser R\$50 mil, uma operação normal, eram três operações de R\$50 mil, que faziam um total de R\$150. Então, automaticamente a gente avisava.

Com relação à questão da não informação – aí eu vou falar e, por favor, o Reginaldo me corrija, porque pode ser uma questão de eu ser leiga –, a pessoa que ia até a SMP&B era uma das diretoras da SMP&B, e ela assinava pela empresa. Então, na hora em que ela própria assinava o documento de transação, em espécie – ela estava presente na frente do caixa – e apresentava a documentação, efetivamente ela era uma representante oficial daquela empresa na hora do saque. Então, o que ela tinha de comprovar era que ela era ela.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O que acontece aí é que a gente...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O Davi, neste caso, na realidade, na própria documentação, indicava que era ele que ia receber. E, aí, ele tinha de assinar. Mas a documentação vinha oficial...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A senhora veja o seguinte: estamos com vários critérios. Então, o que acontece hoje? Tem-se, por amostragem, aquilo que foi dito pela Senadora Ideli Salvatti. Pode-se ter inúmeras pessoas envolvidas nisso. Essa é a nossa grande preocupação. Pode-se ter inúmeras pessoas envolvidas e não identificadas, porque uma dessas relações têm três milhões – a relação que estava aqui, da Senadora Ideli Salvatti –, e foi feita por amostragem. Pode haver ainda mais do que isso em uma outra relação, eu não sei exatamente o valor. Ou seja, pessoas podem estar envolvidas nisso. Isso tem de ser recuperado.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Permita-me, na minha ignorância, mais uma vez, dizer que um cliente chega ao meu caixa, me pede um saque de R\$100 mil de um dinheiro que está na conta dele, faz o saque e entrega esse dinheiro a outras pessoas. O

banco não pode se responsabilizar por aquilo que o dono fez dessa forma.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, não. É o primeiro. O primeiro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – *(Inaudível.)*

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Beneficiária original, Senadora, a nossa informação – queria, mais uma vez, que o Reginaldo ratificasse o que estou colocando, porque ele tem conduzido, inclusive aqui, com os senhores, toda a averiguação – é que todas as documentações referentes a saque em espécie, dentro dos procedimentos da legalidade e da obrigatoriedade, foram feitas. O que acontece, em alguns casos, e acontece de fato, é que quando o próprio dono do dinheiro, teoricamente representante oficial daquela instituição, vai até a instituição, saca o dinheiro, pega o dinheiro e entrega para alguma outra pessoa, quando isso não é obrigatório, como legalidade, o acompanhamento...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não parece ser esse caso da Senadora Ideli Salvatti. Quero deixar isso claro.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Estamos à disposição para averiguar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero deixar essa dúvida, que considero muito séria e muito importante. E quero expor mais uma: a senhora tem, hoje, o levantamento daquilo que foi enviado para o exterior em conta CC-5? Vocês usaram isso?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Eu não, eu não tenho... Essa informação eu não...

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade,...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Nunca usaram a CC-5? Deve ter sido o único Banco que não usou isso.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Calma.

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, essa informação, esse tipo de movimentação aconteceu há muitos anos, há dez anos, que foi a movimentação investigada na CPI do Banestado. Realmente, a Ayana dificilmente poderia saber alguma coisa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Recentemente não foi enviado nada? Vocês têm uma subsidiária 100% integral lá fora. Não fazem depósitos em CC-5?

A SRA. KÁTIA RABELO – Você sabe? Essa legislação parece que mudou muitíssimo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não. A CC-5 é antiga. É bem antiga. É de estranhar. Quero deixar isso como mais uma interrogação. Há um requerimento meu sobre isto: transferência para o exterior via CC-5.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES DE JESUS

– Desculpe, a pergunta do senhor...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Perguntei sobre transferências para o exterior via conta CC-5. Se vocês têm uma subsidiária integral, que é o Banco Rural Europa, e não utilizam da CC-5, não dá para entender.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Imagino que, se existe uma lei que permite essa remessa, o Banco Rural...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A lei é de anos e anos...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O Banco Rural está trabalhando, com certeza, dentro da lei. É isso o que eu posso, com toda a certeza, afirmar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O meu tempo acabou. Mas estou pedindo também essa informação. Deixo todas essas dúvidas, que não são pequenas.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – V. Ex^a está falando dessa operação, das empresas que dizem respeito ao que a gente está discutindo?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Do Banco Rural, de transferências para fora.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – De uma forma ampla?

A SRA. KÁTIA RABELO – Qualquer transferência feita pelo Banco Rural para fora, isso eu não sei se...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – De transferência de vocês para vocês lá fora – vocês têm uma subsidiária integral –, ou para *trade link*.

A SRA. KÁTIA RABELO – Essas transferências são para clientes, na verdade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Transferências, são transferências da CC-5?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há alguma para esses clientes citados, que também sacavam em espécie?

A SRA. KÁTIA RABELO – Deixe eu... Não, eu não tenho o registro disso. Deixe explicar uma coisa para V. Ex^a: esses bancos, lá fora, são bancos regidos pela regulamentação lá fora. Então, o movimento dessa contas...O que estamos fazendo aqui hoje? Estudando toda movimentação da conta de determinadas empresas, porque houve uma quebra de sigilo. No começo, quando vazou o relatório da Coaf, e que foi o único banco que vazou esse relatório – não sei o porquê, mas acredito que era o único banco que estava enviando essas informações regularmente, então, este relatório existia e, por isso, ele vazou. E nós ficamos numa situação muito difícil, porque existia o sigilo, e a imprensa queria os nomes das pessoas e a gente não podia dar. Então, hoje, estamos numa forma

semelhante com relação a essas movimentações no exterior: existe um sigilo, que nós temos que respeitar; nós não podemos informar a movimentação dos nossos clientes no exterior.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não é a movimentação dos clientes no exterior, porque isso eu sei que não pode. Eu não posso pedir nenhuma movimentação do Banco Rural Europa, porque ele é regido pela lei da Comunidade Européia. Mas eu posso pedir – e aí o sigilo quebrado permite – a movimentação...

A SRA. KÁTIA RABELO – A movimentação dessas contas? Não existe; não existe. Dessas contas...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Já pedi por escrito e acho que fica mais fácil, inclusive, há outras pessoas que vão falar.

A SRA. KÁTIA RABELO – Acho que uma movimentação em geral do Banco Rural para o exterior é uma coisa muito vaga, e acho que é impossível responder isso, imagino.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O sigilo está quebrado para isso.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Dessas contas, sim.

A SRA. KÁTIA RABELO – Dessas empresas. Nós não podemos quebrar o sigilo do Banco de outros clientes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Obrigado, Senador.

Passo aos reinscritos. Já reinscrevo, a pedido, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Concedo a palavra a nobre Senadora Heloísa Helena, por 10 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, nesses processos já começo a ficar com dó, com pena dos trabalhadores do Banco: os mais antigos, os mais novos, que nada têm a ver com as relações políticas promíscuas que são estabelecidas e que certamente acabarão sendo penalizados.

Vou voltar, não sei se foi a Dr^a Ayana ou a Dr^a Kátia ou o Dr. Reginaldo, não sei quem trabalhou sobre essa questão da identificação dos beneficiários primeiros em relação ao que aqui foi colocado por vários Senadores.

A SRA. disse: “Acho que o Tribunal de Contas da União fez, com o apoio técnico do Banco, uma nova listagem para identificar quem são os beneficiários”. Onde está esta listagem?

A SRA. KÁTIA RABELO – Foi um grupo, que foi acertado na quinta-feira, que não foi da sexta-feira, foi da sexta-feira anterior – é até bom a data fechar. Estivemos, na quinta-feira, e acertamos a ida de três entidades lá: uma pessoa do Banco Central, que está

aqui dentro da CPMI; uma pessoa do TCU, que está trabalhando com vocês na CPMI e um pessoal da Polícia Federal para checar a fraude.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, isso daria conta do preenchimento do chamado o vazio dos beneficiários. Este documento já está pronto?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eles trabalharam conosco sexta-feira e sábado desta semana; ficaram de voltar com mais informações. Porque eles levaram, inicialmente, Senadora, trinta cheques que eles tinham alguma dúvida. Nós preparamos os trinta cheques, conversamos, apresentamos toda a documentação naquela oportunidade, o rapaz do TCU levou uma relação um pouco maior, porque ele estava incomodado. Estamos à disposição, inclusive, o próprio Reginaldo está *full time* nisso. Estamos aguardando agora o retorno para outros aprofundamentos que eles achem que por acaso a informação não está devida.

E o pessoal da Polícia Federal que foi checar os nossos sistemas, porque existia aquela questão que a gente poderia ter fraudado alguma coisa, estiveram a tarde inteira checando a parte técnica do Banco, a parte de tecnologia, porque surgiu, em algum momento, que a gente poderia ter mexido no sistema, e eu estive pessoalmente com eles ao final da tarde. Estamos esperando o laudo deles, que, pra gente, é bastante importante, até para ratificar o que a gente vem dizendo: que não existe, efetivamente, nenhuma negativa do Banco de mostrar as coisas. O que ouvi, da parte deles, é que eles não tinham encontrado nada. Mas não recebi nada oficialmente ainda.

Imagino que esse pessoal deve estar voltando esta semana para finalizar, o que é importante. O que disse a Senadora Ideli é que, de fato, a gente não tem nenhum interesse em negar qualquer informação que tenhamos. Aquilo que nós, por acaso, não tivermos, aí vai ficar difícil. Por exemplo, pode estar faltando algum nome daqueles *e-mails*, o documento final, porque era uma operação humana que tinham pessoas fazendo e que, de repente, podem não estar lá. Quer dizer, a gente pode garantir que 100% dos faxes estão com a identidade e o CPF lá. Os 100% talvez eu não possa garantir, mas posso garantir que tudo que temos dentro do Banco Rural e que nós tínhamos na hora em que o caso estourou, foi entregue à CPMI, e está disponível para, a qualquer momento, voltarmos a averiguar. E este é um fato bastante importante para nós, Senadora, porque, cada vez que de alguma forma fica claro que a gente possa estar negando informação, e agente, do lado de lá, está com cinquenta pessoas, o tempo inteiro, trabalhando, com o objetivo, de fato, de entender, e eu, pessoalmente...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Foi aberto algum procedimento interno no Banco em relação aos empréstimos que foram feitos sem aval?

A SRA. KÁTIA RABELO – Vai fazer noventa dias. Hoje é dia 13 de setembro, e esse processo começou no dia 13 de junho. Então, é engraçado que estamos aqui justamente noventa dias depois disso. Eu posso dizer que temos trabalhado, em média, 10 a 12 horas por dia, com um grupo bastante grande, aprofundando e tentando, de fato, entender, da mesma forma que está sendo feito aqui, as questões das informações.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Dr^a Kátia, eu queria que a senhora tentasse disponibilizar com mais precisão, já que está desde 1999, e, às vezes, a senhora nos demonstra um razoável conhecimento sobre a dinâmica do sistema financeiro, em outros momentos, a senhora diz que não consegue identificar absolutamente nada, porque se dedicou ao mundo da música, das artes, então, fica mais difícil para entendermos isso. Mas, politicamente, quem a senhora via, qual foi o momento em que V. S^a identificou relações políticas no Banco, ou se em algum momento ouvia falar de que havia segurança na estrutura do Banco em função dos empréstimos estarem sendo feitos com pessoas, de alguma forma, articuladas com a estrutura do Poder, mesmo tendo dito anteriormente que não ouviu o Ministro José Dirceu ou qualquer outra personalidade, mas a senhora não ouvia falar nada, estava todo mundo muito seguro de que todas essas operações estavam sendo montadas, e que todas iam ser pagas, e que não havia nenhum prejuízo para o Banco?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, o que pode dar essa impressão para V. Ex^a em alguns momentos é que tem alguns assuntos no quais me aprofundi mais até em função dos acontecimentos, porque, depois que as coisas vieram à tona, fomos realmente buscar. Por exemplo, questão de garantia de empréstimos. Eu nunca entrei nisso. Isso não fazia parte das minhas atribuições. Isso era uma atribuição a partir de um determinado valor relativo ao meu patrimônio líquido, como eu estava explicando antes, isso só me dizia respeito no momento em que essa dívida pudesse significar um risco para o Banco. E eu tinha um CO, como é chamado lá fora, que era um executivo, que era a pessoa em quem a minha irmã confiava, e que era a pessoa em quem eu confiava, e que era a pessoa realmente que tinha, vamos dizer, o conhecimento tácito do crédito, que lidava com o crédito há anos. Então, de fato, tem algumas informações que só fui me inteirar delas depois, e que, na época, realmente, eu não tinha...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sempre foi natural no Banco Rural esses saques em volume muito grande? Isso acontece com outros setores também, ou com prefeituras, ou com empreiteiras? Acontece muito esse volume muito grande de saque em espécie?

A SRA. KÁTIA RABELO – Em primeiro lugar, quero deixar bem claro que não tínhamos conhecimento disso. Existe uma área específica que acompanha isso; isso é um acompanhamento técnico que não chegava até o meu conhecimento, porque essa área técnica não identificou nenhuma anormalidade àquilo que a Ayana chama de normal, assim como o Coaf também, assim como o Banco Central, como ninguém identificou nenhuma anormalidade nessa movimentação de saque. Então, eu, pessoalmente, não tinha conhecimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas, Dr^a Kátia, ninguém...

A SRA. KÁTIA RABELO – Qual é a outra pergunta?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...se quer comentava com a senhora esse tipo de procedimento? A própria...

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...utilização da estrutura física do Banco...

A SRA. KÁTIA RABELO – De forma alguma.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Porque a Sr^a Simone disse que, inclusive quando um Parlamentar, não sei quem foi que falou da cor da blusa, não era nem pela cor da blusa que você sacava, era porque o Sr. Marcos Valério ligava para a Sr^a Simone e dizia: “A pessoa que vai pegar o dinheiro, qual é a cor da blusa que você está?” Ela dizia: “Estou com uma blusa vermelha”. Aí, alguém chegava para ela e dizia: “Vim buscar a encomenda”. E ela disse que usava a estrutura física do Banco.

Então, quer dizer que a senhora nunca ouviu falar absolutamente nada? Porque veja, Dr^a Kátia, se ponha, não é nem no meu lugar, mas no do cidadão, da cidadã comum, que, como eu gosto de repetir, quer ensinar aos seus filhos que é proibido roubar, ela sabe como funciona um banco. Ela pode não saber a complexidade técnica, porque até a senhora, que é a Presidente do Banco, disse que não sabe, imagine uma cidadã comum! Mas ela sabe que talvez ela jamais chegue ao gerente, não é? Ela sabe as dificuldades que ela tem na relação com o Banco, ou na relação com o cheque especial, ou na relação com uma conta. Então, imagina como é que ela se sente vendo – está certo a senhora dizer que do mesmo jeito a senhora como a Dr^a Ayana também disse que não caberia ao

Banco fiscalizar o que as pessoas faziam com o dinheiro sacado; é verdade, se pagavam o “mensalão”, alugavam hotéis de luxo para promover orgias sexuais ou fazia coisas mais desprezíveis e deploráveis, é evidente que quem estava lá, entregando o dinheiro, que era sacado, não sabia, não tinha obrigação de procurar saber. Mas tinha algo sobre a saúde financeira do Banco. De alguma forma, quando a senhora disse que viu o Ministro José Dirceu... Eu fico falando do Ministro José Dirceu não é por nada em relação a ele, até porque eu sei que, por mais que ele possa ser um adversário político meu, jamais faria nenhum procedimento sem o aval do Presidente Lula, o aval da cúpula palaciana do PT. Então, quando eu falo sobre ele é porque ele acabou sendo questionado e a senhora disse que o viu em um jantar, mas que não sabe se foi tocado absolutamente nada em relação a isso. Ninguém comentava, politicamente? Eu sei que fica difícil falar sobre pessoas mortas, é uma coisa até constrangedora para nós, porque tem um pai e uma irmã, um diretor financeiro do Banco, então, eu sei o que é isso, porque eu também tenho um irmão que foi assassinado, como era filho de pobre ninguém nunca achou quem o matou, essas coisas todas. Mas, vamos deixar os mortos descansados. Em nenhum momento a senhora, como parte da família, em nenhum momento falava sobre isso: que estava tudo tranqüilo?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em nenhum momento ninguém comentou com a senhora, nem um funcionário do Banco, nem um dirigente mais importante do Banco, nem ninguém da família? Ninguém comentava absolutamente nada sobre a relação do Banco com o Sr. Marcos Valério? Com o Governo? Com os saques do PT ou de qualquer um outro partido político, em nenhum momento?

A SRA. KÁTIA RABELO – Sobre saques, em nenhum momento....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ou sobre qualquer relação política, D. Kátia, por Nossa Senhora! Porque a gente...

A SRA. KÁTIA RABELO – A relação política, eu já explicitarei aqui qual foi, qual existiu.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

A SRA. KÁTIA RABELO – Existiram três encontros: um, do meu pai, e dois meus com o Ministro José Dirceu...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, aí, desculpe-me ficar perguntando, não eram conversas pessoais, óbvio! Então, eram conversas institucionais. Eram conversas demoradas?

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe-me estar perguntando esse detalhamento, mas é de minha obrigação fazê-lo.

A SRA. KÁTIA RABELO – Para mim não tem problema nenhum responder.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eram conversas demoradas? Tratavam sobre detalhes do Banco? Da globalização? Das instituições de crédito? Dos juros? Porque precisamos saber. O que estamos investigando é um gigantesco esquema de corrupção, e colocam o Banco Rural também como parte deste esquema de corrupção. Então, a senhora tem de nos convencer de que não estavam. Então, o que efetivamente conversavam? Tratemos da senhora, já que não fica bem tratar de outras pessoas que aqui já não estão.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim. Eu nunca ouvi nenhuma dessas pessoas comentar sobre pagamento de Parlamentares fosse esse pagamento feito dentro das agências do meu Banco ou fora. Essas pessoas fizeram isso sem o meu conhecimento. Isso eu afirmo...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim. Mas alguém dizia: “Não se preocupe que os empréstimos, ou com o nome do PT, ou com aval de dirigentes do PT, ou do Marcos Valério para repassar”. Ninguém dizia à senhora: “Fique tranqüila”, e nem a senhora estava intranqüila na época?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu estava bastante intranqüila.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim. E como a senhora se posicionava quando estava intranqüila? Falava com quem?

A SRA. KÁTIA RABELO – Falava com o Marcos Valério.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E ele dizia o quê?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele dizia que este dinheiro tinha sido repassado ao PT, que a pessoa que sabia disso era o Delúbio, e que este dinheiro tinha sido repassado para pagar dívidas do Partido, e que ele iria nos pagar. Repetia...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muitas vezes a senhora conversou com o Marcos Valério?

A SRA. KÁTIA RABELO – Conversei várias vezes com ele, principalmente depois que o José Augusto morreu, porque eu não podia me dar ao luxo de, simplesmente, não gostar do Marcos Valério e não conversar com ele, sendo que ele me devia uma soma considerável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E quando a senhora conversava com algum dirigente do PT: ou o José Dirceu ou o Delúbio?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não conversei.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A senhora não disse que conversou?

A SRA. KÁTIA RABELO – Com o José Dirceu?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Conversava sobre o quê?

A SRA. KÁTIA RABELO – O primeiro encontro, que foi no Palácio, tratamos, basicamente falamos do meu pai – foi muito rápido. Um pouco nos posicionando sobre o Mercantil de Pernambuco, aquela questão do levantamento da liquidação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Lembra-se do ano?

A SRA. KÁTIA RABELO – Lembro-me. Outro dia levantaram até a data, porque parece que, no Palácio, isto é registrado. A informação que tive foi de que foi no dia 6 de agosto de 2003. Eu estava com o Dr. José Augusto nessa época, ainda. Achei que estava errado, porque era coincidência demais, porque o jantar...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Como a senhora estava lá com o Sr. José Augusto, que era quem entendia disso, ele comentava alguma coisa? Desculpe-me, estou terminando.

A SRA. KÁTIA RABELO – Foi o primeiro encontro que tive com o Ministro. Foi bastante formal; ele foi bastante formal e não se falou em dívidas sequer do PT ou de ninguém. Falou-se do meu pai, dele como empreendedor e tal. Sabe, essas coisas como “Ah, ele é mineiro; o Ministro é mineiro”, esse papo, posicionando sobre como estava o andamento da questão do levantamento da liquidação do Mercantil. No jantar, que foi longo, ficamos possivelmente mais de duas horas, o Ministro falou bem mais do que eu e o meu colega. Ele discorreu durante algumas horas, acredito que mais de uma hora, sobre o País, o que estava sendo feito, as mudanças, a política, a economia, o que ia acontecer. Eu não vou saber, pois ele falava muito em taxas. A taxa disso subiu... Desculpem a minha ignorância, é sincero, não tenho muito cabeça para decorar esses números. Ele falava dos números da economia, se posicionava. Então, o jantar foi acontecendo e acontecendo e, num determinado momento do jantar o meu diretor colocou: “Olha, Ministro, nós queríamos aproveitar a oportunidade para posicioná-lo, mais uma vez sobre como está o andamento lá do levantamento da liquidação do Mercantil”. E aí nos posicionamentos, conversamos mais um pouco sobre generalidades, e o jantar acabou.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E nada com nenhum dirigente? Mas a senhora já sabia anteriormente que o Marcos Valério repassava para um

Partido e, mesmo assim, a senhora, quando estava com as pessoas deste Partido, não falava sobre isso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não. Nunca toquei no assunto. Era a única pessoa que eu tinha; nunca toquei no assunto, e ele também não. Com o Delúbio, sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com o Delúbio a senhora falava?

A SRA. KÁTIA RABELO – Com o Delúbio, sim

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quantas vezes encontrou com ele?

A SRA. KÁTIA RABELO – Encontrei com o Delúbio, sei lá, um par de vezes. Não sei precisar quantas vezes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muitas vezes?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, poucas vezes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe-me, mas par não é ...

A SRA. KÁTIA RABELO – Três ou quatro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não quis levantar nenhuma contradição. É o tipo de linguagem. É a mesma coisa se eu disser com um jeito meu nordestino de falar. Lá não se diz par. Par é dupla. Então, não é par, foram algumas vezes.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu pensava que fossem duas. Depois que me lembrei que o havia encontrado no velório.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Conversas longas? Questionava sobre isso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não. Muito rápido. Ele...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Onde?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele foi uma vez ao Banco.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – No par, nas outras, era onde?

A SRA. KÁTIA RABELO – No velório do José Augusto, parece-me. Acho que duas vezes no Banco, uma coisa assim. É o que eu me lembro. Ele afirmava que o dinheiro, de fato, tinha sido usado para dívidas do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas, preocupava-lhe que ele ia receber o dinheiro, ele garantia que ia? Porque a senhora não ia se preocupar com as dívidas que o PT fez na campanha com dinheiro emprestado. A senhora queria saber se iam pagar a senhora.

A SRA. KÁTIA RABELO – Exatamente. Como era dito que era para pagar dívidas, eu confesso que moralmente isso não me agredia, sabe, Senadora? Eu achava que, se o Partido tinha dívidas e precisava de ajuda para pagá-las, eu não me sentia agredida.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei, flor, mas você ia precisar receber o dinheiro.

A SRA. KÁTIA RABELO – Claro, e isso estava me incomodando muito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É isso que eu quero saber, porque a sua solidariedade, a caridade ao PT – desculpe a ironia, é porque, da minha parte... Eu estou dizendo no que interessa ao banco. Eu quero saber da senhora como dirigente de um banco. Por mais que a senhora pudesse ficar sensibilizada e achar que moralmente podia fazer isso, como seria para a senhora receber? Daqui a pouco, muitos amigos meus vão querer fazer empréstimo no banco da senhora.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu queria fazer uma distinção muito clara.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, então diga da sua intenção de receber o dinheiro.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu fiquei sabendo que esse dinheiro emprestado ao Marcos tinha sido usado, repassado pelo PT para pagar dívidas do PT. Depois que tudo já estava feito. Então, eu tive de administrar uma situação que já existia. Eu nunca soube de saques e pagamentos para parlamentares; nunca soube, nunca ouvi falar disso. Eu quero deixar isso muito claro.

A minha preocupação em receber existiu, sim, em vista de que eu tive uma situação na minha mão, que caiu no meu colo, negociação da qual eu não participei, e eu não era a pessoa que negociava com o Marcos Valério. Existia uma relação pessoal. Então, eu tive que, de fato, estabelecer uma relação que eu não tinha, no passado, com essa pessoa, uma relação com o Marcos Valério; e ele repetia, prometia que ia pagar, que ia pagar, às vezes de maneira... até deixava a entender assim: “Ah, eu vou pagar, mas também vou ficar de mal”. Assim, sabe?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – De mal como?

A SRA. KÁTIA RABELO – Assim, “também vamos encerrar a relação com o banco”, vamos supor. Ou “deixo de ser cliente do banco”, vamos supor, certo?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E ele dizia que ia pagar como?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele não falava como; ele falava às vezes data, por exemplo: dia tanto do tal, o dinheiro vai estar na conta. Era assim, sabe? E executar judicialmente um devedor... V. Ex^a provavelmente não sabe, mas é muito difícil receber uma dívida judicialmente. É muito complicado. A empresa dele tinha capacidade de pagar; ele prometia que ia pagar. Então, nós estávamos ali, naquela tentativa de receber. Era essa a situação.

Agora, a relação dele com os políticos, eu não compartilhava dessa relação. V. Ex^a entende? Eram relações diferentes. Quando eu estava na presença do Ministro, eu tinha uma relação de banqueira com uma autoridade, com o “primeiro ministro”. Ele vinha, falava o que achava que deveria ser colocado, e eu colocava aquilo que...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é mesmo que a senhora disse? O “primeiro ministro”?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor, então, agradeço à Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço ao Presidente, à Senadora Ideli Salvatti e ao Deputado Pompeo de Mattos. Sr^a Kátia, Sr^a Ayana, eu procurarei ser bastante breve.

Sr^a Kátia, confesso a V. S^a o seguinte: eu não sei se sinto pena da senhora ou se sinto repulsa. Se eu partir para sentir pena da senhora, eu vou ter de me convencer de que a senhora, como proprietária do banco, de fato, não tinha conhecimento das operações que os seus principais executivos realizaram; de todo o imbróglio em que eles acabaram envolvendo a instituição financeira de propriedade de V. S^a.

Caso eu não me convença dessa tese, evidente que eu hei de sentir repulsa, assim como esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional e o Brasil, porque o Banco Rural acabou sendo muito mais do que uma mera instituição financeira utilizada para a montagem desse esquema de corrupção, do Sr. Marcos Valério com o Partido dos Trabalhadores. Foi, na verdade, um dos artífices e um dos agentes protagonistas que viabilizou esse esquema.

Muito bem. Quando o Sr. Delúbio Soares foi ouvido pela CPMI dos Correios, eu fiz um primeiro questionamento a ele, com base naquilo que ouvi de técnicos do mercado financeiro, com base naquilo que ouvi de economistas. E vou repetir a mesma pergunta à senhora. Hoje, acho que fiz a pergunta à pessoa errada. Talvez ele não fosse o sujeito mais apropriado para me dar aquela informação, mas a senhora certamente será.

Perguntei a ele e repito: como o Banco Rural, uma instituição de renome nacional, deu crédito e formatou os empréstimos nos moldes que fez, seja oficialmente com o Partido dos Trabalhadores, seja, principalmente, com o maior montante com o Sr. Marcos Valério? Porque as regras básicas de mercado indicam que não se deve dar empréstimos a hospital, a igreja e a partido político.

O PT, antes de chegar ao Governo, não havia contraído empréstimo bancário algum. Não se tem notícias de que essa seja uma prática habitual por

parte dos políticos, não porque eles não queiram, mas porque as instituições financeiras não aceitam fazer, justamente porque carecem de garantias. E se, por um lado, a senhora podia desconhecer que o destino final dos recursos levantados pelo Sr. Marcos Valério era a transferência para parlamentares e para partidos da base aliada, por outro, não podia desconhecer o empréstimo oficial dado ao Partido dos Trabalhadores, fugindo, assim, a uma regra, como disse aqui, habitual do mercado.

Então, a senhora mesma disse que não cuidava dos créditos, que não era a senhora quem avaliava os créditos. Quem foi a pessoa responsável dentro do Banco Rural por dar a palavra final de que os créditos deveriam ser dados ao PT e claro que também ao Sr. Marcos Valério? Que os empréstimos deveriam ser concedidos?

A SRA. KÁTIA RABELO – Nos empréstimos concedidos ao PT, quem deu a palavra final foi o Sr. Augusto Dumont, e nos empréstimos concedidos ao Sr. Marcos Valério, na verdade, às empresas do Sr. Marcos Valério, também foi o Sr. José Augusto Dumont quem deu a palavra final, que era o vice-presidente na época.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu sei.

Então, pressuponho que o Sr. Augusto era uma pessoa que privava da confiança de V. S^a. V. S^a confiava no Sr. José Augusto, tinha nele um executivo competente, alguém que, portanto, tinha autonomia para tomar decisões da ordem que tomou. Estou correto?

A SRA. KÁTIA RABELO – É verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Também não gosto de falar daqueles que estão ausentes, mas, na nossa opinião, era absolutamente impossível que o Sr. José Augusto desconhecasse o destino desses recursos. Sabe por quê? Do contrário, os empréstimos não teriam sido concedidos. Se o Sr. José Augusto não soubesse que os recursos levantados pelas empresas do Marcos Valério tinham como objetivo principal o abastecimento de partidos da base aliada, os empréstimos não teriam sido dados, porque careciam de garantias, das garantias tidas como normais pelo mercado.

E posso concluir, por essa lógica que apresento neste momento, recorrendo às palavras do Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério disse, com toda clareza, que, quando ele tomou os empréstimos com o Banco Rural, o fez com uma garantia: a garantia política, a garantia do conhecimento do então Ministro Chefe da Casa Civil e todo-poderoso do Governo, o Sr. Deputado Federal José Dirceu.

É evidente que, se o Marcos Valério se fiou nessa garantia, o Sr. José Augusto também se fiou nessa garantia. Foi uma garantia de natureza política. Estou certo ou estou errado?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não posso afirmar se o senhor está certo ou está errado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas a senhora não me disse que privava da confiança. Será que o Sr. José Augusto, queira ou não, era um funcionário de V. S^a, ele iria tomar as decisões que tomou tendo os riscos que tinha, sem sequer comunicar a V. S^a, sem sequer, na reunião do conselho do Banco Rural, participar a V. S^a; ou, então, no convívio social que ele poderia eventualmente desfrutar com V. S^a, ele nunca fez referência alguma?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu preciso fazer um comentário com o senhor. Eu conheci realmente, e aliás vou aproveitar essa oportunidade, muito bem o Dr. José Augusto. Foi uma das pessoas mais admiráveis que eu conheci na minha vida, e eu tinha verdadeira adoração por ele e nutro por ele ainda hoje um carinho imenso, que eu levo comigo. Queria deixar isso bem claro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

A SRA. KÁTIA RABELO – Zé Augusto tinha uma maneira muito peculiar, como eu disse aqui na minha abertura, de proceder com relação a devedores, e uma coisa eu posso afirmar, conhecendo ele como eu conhecia: ele sabia, porque ele conhecia as movimentações das empresas do Marcos Valério, ele sabia os clientes que o Marcos Valério tinha e ele, se emprestou dinheiro para o Marcos Valério, eu tenho certeza, que ele iria cobrar esse dinheiro do Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tenho dúvida.

A SRA. KÁTIA RABELO – Estivesse o Marcos Valério se fiando em quem fosse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dona Kátia, eu não tenho dúvida, mas, na minha opinião,...

A SRA. KÁTIA RABELO – Conhecendo o Zé Augusto, eu tenho certeza que ele iria cobrar do Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dona Kátia, eu não tenho dúvida que ele cobraria, porém ele, um profissional, como a senhora diz, competente, aplicado, de confiança da senhora, ele não iria conceder esses empréstimos sem que houvesse uma garantia ao lado, sem que houvesse uma caução, que nós vamos ter que descobrir se houve ou não, sem que houvesse um outro amparo de fontes onde o Banco de V. S^a pudesse abastecer os seus

cofres, para poder compensar eventuais perdas, mas eu continuo.

Por que... Onde é que existe a contradição? A senhora mesmo disse que o Marcos Valério foi visto como um facilitador, não é? Do acesso que a instituição de V. S^a pretendia ter com o Governo Federal e, em especial, com a figura do Ministro José Dirceu. A senhora disse aqui, ou então me corrija, por favor.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, na verdade, eu não disse que nós pretendíamos isso. Isso aconteceu de uma maneira natural.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Despretensiosamente.

A SRA. KÁTIA RABELO – É, exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com um Ministro de Estado?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, não, eu não quero dizer que foi despretensioso com o Ministro, eu quero dizer é que, como o Marcos Valério era um prestador de serviço, era da agência de publicidade que atendia o Banco, era um devedor do Banco, ele tinha contato com o Banco. Então ele sabia das questões do Banco. Então por exemplo: ele tomou conhecimento da questão do Mercantil de Pernambuco e ele se ofereceu. Eu acho muito importante colocar isso, porque foi assim: você procurou o Marcos Valério para ser lobista? Não. Não fui procurar Marcos Valério em lugar nenhum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem. A senhora pode até não ter procurado, eu acredito que não o procurou...

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele se ofereceu para marcar uma entrevista...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ele se ofereceu como um lobista...

A SRA. KÁTIA RABELO – Não, para marcar uma entrevista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Na concepção...

A SRA. KÁTIA RABELO – Não vejo isso como lobista, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, senhora, na concepção mais fiel da palavra. Ele se ofereceu como alguém que poderia intermediar uma relação do Banco junto ao Governo Federal e que, para tanto, construiria um acesso ao então Ministro José Dirceu, e o banco achou que era bom, não é?

Eu não sei se, no lugar da senhora, eu não faria diferente de, pelo menos, aceitar conversar com o Ministro. Claro que jamais iria colocar minha instituição a serviço, como a senhora colocou ou como o Sr. José Augusto colocou, de um esquema tão ardiloso como esse. Agora, o Sr. Marcos Valério foi utilizado como

uma ponte. Isso não há dúvida. E é como lobista mesmo, porque ele, muito mais do que publicitário, muito mais do que aplicador, muito mais do que investidor, é lobista. Isso não há dúvida.

Agora, com relação à figura do Sr. Delúbio Soares. Chegaram algumas informações não oficiais e não comprovadas a alguns membros desta CPI que dirigentes da instituição financeira de V. S^a, dirigentes do Banco Rural, haviam, ao longo do ano de 2003 e no início de 2004, até o primeiro semestre, recolhido um arcabouço consistente de provas que pudessem, em qualquer eventualidade, comprometer o Sr. Delúbio Soares, até mesmo com a gravação de reuniões, com a gravação de telefonemas, com a filmagem de encontros.

Eu quero saber se existe alguma fundamentação?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não há nada?

A SRA. KÁTIA RABELO – Nada, absolutamente nada que seja do meu conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu também tomei conhecimento dessa teoria, os jornalistas nos pressionaram. Nunca ouvi falar disso. Não sei... Não acredito que José Augusto fizesse uma coisa dessa. Não sei. Não tenho... Não existe...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – As minhas últimas perguntas, Sr. Presidente, serão muito rápidas e objetivas: a senhora falou aqui que mantinha, o Banco Rural mantinha relações comerciais antigas com o Trade Link. É verdade?

A SRA. KÁTIA RABELO – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que, em muitas das matérias já elaboradas nos diversos meios de comunicação do País, tenta-se construir não apenas a existência de uma relação comercial, mas até mesmo a existência de uma relação societária entre pessoas dirigentes do Banco Rural e o Trade Link?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, o Trade Link Bank é um banco que tem relações comerciais, como falei, ele empresta dinheiro para o Banco Rural e trabalha com o Banco Rural há muitos anos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Apenas isso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Apenas isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca houve e nem há...

A SRA. KÁTIA RABELO – Nunca houve e nem há...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...nenhum membro do Banco Rural que tenha qualquer participação societária no Trade Link? Isso está fora de cogitação?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não. Fora de cogitação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A última pergunta: A senhora deve saber que quebramos os sigilos bancários de dez fundos de pensão nas operações por eles realizadas com o Banco Rural e com o BMG. Portanto, no máximo daqui a uma semana, teremos o espelho completo daquilo que foram os negócios realizados por esses dez fundos de pensão com o banco de V. S^a. Então, queria apenas que, se V. S^a pudesse colaborar com esta CPI, se V. S^a pudesse antecipar daquilo que será trazido de informações à CPI, os principais negócios feitos pelo Banco Rural com os fundos de pensão, sobretudo numa análise evolutiva dos investimentos dos fundos de pensão no banco de V. S^a. Quais foram as principais operações? Em que fundos de pensão elas estavam concentradas? E como se operaram essas negociações, esses acertos?

A SRA. KÁTIA RABELO – Essa questão é bastante técnica. Eu só queria voltar um pouquinho, antes de respondê-la, quando V. Ex^a disse que poderia haver alguma forma de caução desses empréstimos, enfim, exógena. Só queria voltar a afirmar que esses empréstimos foram feitos às empresas do Sr. Marcos Valério; eles foram provisionados integralmente, e nós até hoje – estamos executando – não recebemos, sob nenhuma forma, nenhum pagamento por esses empréstimos.

Em relação aos fundos, eu não sei negócio de sigilo. Não sei o que posso falar. Aquele trabalho a gente pode mostrar? Está quebrado? Então, você pode apresentar, por favor, Ayana?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está quebrado, mas não quer dizer que pode ser liberado. É diferente. Só faço essa advertência até porque... Sou do Banco do Brasil, da Previ, e revelarem-se números aqui é ruim para a CPMI e para a senhora.

A SRA. KÁTIA RABELO – Ah, tá.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Mas eu acho que pode falar da relação...

A SRA. KÁTIA RABELO – Falar de proporcionalidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Pompeo, então solicitaria... Quero então recompor a minha pergunta. Naquilo que a senhora se sentir à vontade para revelar, por favor,

revele. Mas, então, se a Sr^a Ayana dispuser de algum documento, de algum demonstrativo, que ela, por favor, possa passar às mãos do nosso Sub-relator e atual Presidente, Deputado Gustavo Fruet.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Todas as informações já foram encaminhadas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não são as aplicações...

A SRA. KÁTIA RABELO – A informação sobre as aplicações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Com as aplicações consolidadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso.

A SRA. KÁTIA RABELO – Você pode apresentar?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Acho que agora não, por causa da questão do sigilo.

A SRA. KÁTIA RABELO – Acho que tem uma informação importante...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque vi que a Sr^a Ayana possui um documento que deve ser uma síntese das principais.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É, na realidade, aquela síntese.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso. Acho que essa síntese poderia ser disponibilizada ao Sub-relator.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – De fato, não sei se, efetivamente...

A SRA. KÁTIA RABELO – É, aí temos de proteger o cliente.

Queria dizer uma coisa que acho que é muito importante: fizemos um estudo sobre a relação da proporcionalidade de aplicação desses fundos no Banco Rural. Não vou especificar os fundos; por isso, acho que não tem problema nenhum. Essa relação é maior no governo passado do que no atual Governo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Em valores absolutos ou proporcionalmente?

A SRA. KÁTIA RABELO – É proporcionalmente. Proporcionalmente ao tamanho do banco, ela decresce. Acho que é uma informação importante.

É isso mesmo, Ayana? Eu disse que, em relação aos depósitos totais do banco, essa relação diminui ou se mantém praticamente igual?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Ela varia, Kátia, da realidade, historicamente em 2001, 2002 e 2003, até 2004 – representa quase 4%. E, hoje, devido à questão da queda dos depósitos do banco, elas são

de montante, de aumento de volume, representa 6%. Só que tenho uma queda hoje, efetiva, no meu...

A SRA. KÁTIA RABELO – Não sei se ficou claro: no passado, essas aplicações...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – ...no meu... nas aplicações bastante grande. Então, percentualmente, inclusive, tem uma... (*inaudível*) por causa disso.

A SRA. KÁTIA RABELO – ...representavam entre 3 e 4% do total do depósito.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Quatro por cento. A representatividade é muito baixa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O BMG foi mais beneficiado, então.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, olhe o fato. Se, por exemplo, analisarmos o BMG, que já disponibilizou os documentos...

A SRA. KÁTIA RABELO – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...percebemos que, como os bancos, principalmente os pequenos e médios bancos, tiveram aumento de capital, é quase impossível que percentualmente não haja uma diminuição. Claro que é uma diminuição. Agora, em valores absolutos, quando vamos analisar, às vezes há uma elevação considerável. Mas vamos aguardar.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Você não vai ter surpresas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos lá, então? Obrigado Deputado.

Concedo a palavra à penúltima oradora, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, vamos ver se eu consigo ser bem objetiva aqui, porque, na minha primeira intervenção, nós acabamos ficando meio em um samba de uma nota só: apenas um tema

A SRA. Kátia nos disse que as empresas do Marcos Valério tomaram, ao longo do período em que vêm operando com o Banco Rural, 19 empréstimos, créditos. Não é? No total.

A SRA. KÁTIA RABELO – Se a senhora quiser conversar com a Ayana esse assunto, eu acho que vai ser mais produtivo. Eu não tenho esses números na cabeça – ela tem mais do que eu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É mas... Mas, assim, eu estou anotando, e, pelas anotações do que já foi falado, são 19 créditos, empréstimos ou outro tipo de operação, sendo que ficou pendente um de 1998, que acabou sendo negociado judicialmente. E agora, nós temos quatro, não é?, pendurados aí por conta da situação atual.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Em 1998, foi finalizado efetivamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Acabou finalizado judicialmente.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Judicialmente encerrado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desses 19, há cinco, um judicialmente quitado e quatro pendurados, como é a divisão no tempo? Quantos são antes de 2002, quantos depois de 2003?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – O de 1998 não está aqui, porque esse levantamento é de 2000 a 2005 – então ele está fora. Então, os quatro a que a gente está se referenciando são de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Mas eu perguntei dos 19.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – De 2000 a 2005?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Hã!

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – E esses que têm a maior expressividade, Senadora, são de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – 2003.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Porque, na realidade, dizem respeito a esse empréstimo de R\$10 milhões e R\$19 milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está bem.

Bom, então assim, havia uma forma de operar com empréstimos até razoável, não é? São 19 operações em...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Que, na realidade, é conta garantida, carta de fiança...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essas coisas todas.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Essas várias formas que você tem com seis empresas.

A SRA. KÁTIA RABELO – São várias empresas e várias pessoas, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, deixe-me fazer a seguinte pergunta: o de 1998 foi assinado no dia 19 de agosto de 1998, para vencer no DIA 19 de outubro de 1998. Portanto, este aqui é um empréstimo que tem uma vinculação eleitoral muito clara, não é? Muito próxima, não é? É “boca de eleição”. “Boca de eleição” em 1998.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não estava na Presidência nessa época.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem algum informação a respeito disso?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não tenho nenhuma informação a esse respeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E de 1998, porque aí teve depois um aditivo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é bem curioso, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Porque as datas são assim: 19 de agosto...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. O banco não tem nada a ver com isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – 19 de agosto de 1998, vencendo 19 de outubro de 1998. Esse é um empréstimo feito em 1998 do Banco... Naquele procedimento: empréstimos para as empresas do Marcos Valério, tendo contrato das empresas em que o Marcos Valério trabalhava com o Governo de Minas, empresas estatais dadas como garantia – modelito igualzinho ao que nós estamos tratando agora. Na boca da eleição para o Governo do Estado, PSDB/PFL articulados lá. Depois teve um aditivo; algumas coisas foram pagas, e aí foi feita uma renegociação e tal, uma repactuação da dívida em 1999. E, nesse período 1998/1999 até 2003, quando houve a negociação judicial, esse empréstimo ficou se arrastando, sem ser pago, com uma empresa que, segundo as informações e as declarações tinha solidez junto ao banco?

A SRA. KÁTIA RABELO – Quer responder Ayana? (Pausa.) Ele foi sendo quitado ao longo do tempo. A informação que a gente tem... porque nós estamos olhando e analisando. V. Ex^a é... nós estamos analisando...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a dívida é de R\$14 milhões! A dívida era de R\$14 milhões, a que foi...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A dívida original, R\$9 milhões.

A SRA. KÁTIA RABELO – A dívida original é de R\$9 milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim. A dívida era de 9...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Nove milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...teve uma pequena parcela paga, foi reequacionada em 1999. Aí, de novo, não houve o pagamento. Quando chegou lá no acordo judicial em 2003, a dívida chegava perto de R\$14 milhões com uma empresa que, segundo V. S^{as} declararam inúmeras vezes, tinha solidez junto ao banco. E, aí, é engraçado que essa empresa que, segundo V. S^{as}, tem a solidez junto ao banco, não quitou integralmente esse débito entre 1998 e 2003 e faz um acordo judicial, pagando apenas R\$2 milhões e renegociando em pagamento de serviços.

Esse pagamento de serviços teve contrato?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu desconheço. Sinceramente, eu desconheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem como comprovar que serviços foram prestados para saldar esses R\$12 milhões que não foram pagos?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A informação que me consta aqui é de que houve pagamento – liquidação do débito que se encontrava em tal valor: R\$2 milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – R\$2 milhões. Agora, a dívida era de R\$14 milhões!

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Que eles vieram pagando ao longo do tempo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não, não... No acordo judicial, a dívida era de R\$14 milhões – está aqui.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É de R\$13.901.000,00 – precisamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou, aqui, com o acordo judicial.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É de R\$13.901.000,00 – precisamente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Treze – e, aí, foram pagos dois e, segundo informações que nós temos é que os outros R\$12 foram pagos em serviços. Aí, eu pergunto: tem comprovantes desses serviços?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não tenho essa informação. Eu tenho que levantá-la.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é a empresa que presta serviços de publicidade ao Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – Hoje, nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E à época?

A SRA. KÁTIA RABELO – À época, a SMP&B.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A SMP&B.

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E não a DNA.

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer que a SMP&B foi quem pagou em serviços, sem comprovante, sem a gente ter contrato dessa informação?

A SRA. KÁTIA RABELO – A senhora está afirmando uma coisa de que eu não tenho documento – eu não tenho conhecimento disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem. Eu estou só tentando tirar algumas informações.

Agora, esse procedimento não impediu que nem bem um mês e pouco depois dessa renegociação – de R\$14 milhões só terem sido pagos R\$2 milhões – fossem feitos novos empréstimos, nas mesmas condições. Como se justifica isso em termos bancários?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não sei... Não é este o número que eu tenho – porque a informação que eu tinha era um pouco diferente: que existia um pagamento

ao longo de um período e que chegou num certo momento em que se executou e, aí, lá na Justiça se fez um acordo. Era essa a informação que eu tinha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. Foi feito o pagamento. O empréstimo original era de R\$9 milhões.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – R\$9 milhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pagou alguma coisa – foi renegociado, foi repactuado em 1999. De novo, pagou-se algo residual e, em 2003, havia R\$14 milhões de dívidas – foram pagos R\$2 milhões e os outros R\$12, segundo declarações, viraram serviço do qual não se tem comprovantes, mas apenas declarações. Inclusive quem prestava serviço não era a devedora, não era a DNA; era a SMP&B. Então, como é que uma pode pagar o serviço pela dívida da outra? Não consigo entender como se faz isso, mas nada disso impediu que, menos de dois meses depois, quarenta e poucos dias, o Banco Rural fizesse novamente empréstimos, ou seja, repetisse o modelo: empréstimos às empresas do Marcos Valério, tendo como garantia contratos com empresas. Aí, agora, já não mais com o Governo do Estado de Minas, mas empresas do Governo Federal. Este, do meu ponto de vista, é um procedimento, em termos bancários, incompreensível.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Srª Senadora, se a senhora permitir, eu só gostaria de fazer um racional.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois não.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Na realidade, existe um contrato de R\$9 milhões, em que a taxa era de 35,68. E, em 1998, houve uma primeira negociação com eles, onde essa taxa, com a negociação, foi aumentada para 59,19. Nessa ocasião, começaram-se a fazer pagamentos, e o total desses pagamentos chega em torno de R\$5,8 milhões e, ao final, em 11 de abril de 2003, houve uma negociação final, depois de duas ou três negociações ao longo do processo, onde se finalizou, judicialmente, um pagamento de R\$2 milhões, e que foi efetivamente encerrada a questão.

Então, esse é o processo jurídico.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois de uma negociação judicial desta, onde se tem R\$14 milhões para receber e se recebem apenas R\$2 milhões, menos de dois meses depois fazer tudo igual? Eu quero dizer que, em termos bancários, é incompreensível.

A SRA. KÁTIA RABELO – Mais uma vez, com todo o respeito que eu já manifestei, eu quero dizer – eu preciso dizer – como de fato as coisas aconteciam dentro do Banco Rural, está certo? Eu imagino

– eu vou ter que, aquela velha história, de inferência mesmo: pela forma como o Dr. José Augusto costumava atuar, ele vendo as empresas do Marcos Valério – DNA – crescendo, ganhando clientes novos, clientes com grande poder financeiro, a empresa passando a receber grandes contratos, ele poderia ter visto ali uma possibilidade até de reaver aquilo que tinha perdido no passado. Isso não é incomum na prática bancária.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Srª Kátia, deixe-me só fazer uma pergunta: antes de se chegar... porque o acordo é tão próximo, não é? É tão próximo o acordo judicial com a obtenção do empréstimo... Houve algum aceno do Marcos Valério para redução da dívida, para o acordo judicial, no sentido de ele influir em alguma coisa de interesse do Banco Rural junto ao Governo Federal?

A SRA. KÁTIA RABELO – Senadora, eu não participei. Se eu falar qualquer coisa, eu vou estar mentindo, porque eu não participei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, deixe-me perguntar o seguinte: por que o Marcos Valério, o Cristiano de Melo Paz e o Delúbio Soares participaram da audiência com o Ministro José Dirceu em que se fizeram presentes a senhora, o seu pai, o Dr. Sabino Correia Rabelo e o Sr. José Augusto Dumont?

A SRA. KÁTIA RABELO – Desculpe, deve haver algum engano.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não houve essa reunião?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não houve. Essa aí não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não houve?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu nunca estive com meu pai e José Dirceu e Cristiano.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Cristiano declarou que existiu essa reunião.

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele deve ter confundido, talvez, as pessoas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora desmente? Não...

A SRA. KÁTIA RABELO – Desminto totalmente. Eu nunca estive nessa reunião. Pode até ser que tenha sido aquela que eu falei que teve com meu pai e ele tenha se confundido, mas eu não estive. Com certeza absoluta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Marcos Valério tinha alguma procuração ou alguma determinação formal ou informal para tratar da questão do Banco Mercantil de Pernambuco junto ao Banco Central?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por que na agenda da Srª Fernanda Karina Somaggio há registros

de contatos do Sr. Marcos Valério com os seguintes diretores do Banco Rural: José Augusto Dumont, João Heraldo Lima, Plauto Gouveia, Guilherme Rabelo? A senhora poderia nos informar que assuntos o Sr. Marcos Valério tinha a tratar com tantos diretores do Banco Rural?

A SRA. KÁTIA RABELO – Bom, eu acho que já foi dita aqui muita coisa, mas eu vou repetir. José Augusto está mais do que explicado, não é? Quem mais que tem aí na agenda da moça?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está na agenda da Karina.

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu acho que ele era um devedor do banco. Eventualmente, ele pode ter precisado falar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí, tratava com todos esses diretores?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eventualmente, ele pode, por exemplo, tá? Ele conhecia o diretor Plauto de fora do banco. Então, não sei, pode ter sido algum outro encontro. Eu realmente acho difícil explicar essa agenda.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora sabe nos dizer quem por parte da diretoria...

A SRA. KÁTIA RABELO – Quem mais? É João Heraldo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É... Eu tenho informação dos que estão na agenda, marcados na agenda do Marcos Valério com diretores do Banco Rural: José Augusto Dumont, João Heraldo Lima, Plauto Gouveia e Guilherme Rabelo, em datas diferenciadas, inclusive.

A SRA. KÁTIA RABELO – José Augusto, com certeza, eles tinham muitos assuntos a tratar, não é, porque tinham várias dívidas pra tratar. O Plauto, eu sei que eles tinham um contato extrabanco; eles se conheceram no exterior, por acaso. Talvez o Guilherme, quando assumiu essa parte da conta, porque houve um momento em que o Guilherme assumiu – o diretor da conta saiu e o Guilherme assumiu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí ele ficou...

A SRA. KÁTIA RABELO – Talvez ele possa ter... Não sei qual prazo, porque isso aí é muito antigo, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, tem coisas mais antigas.

A SRA. KÁTIA RABELO – Ou talvez não tenha acontecido, não é? Porque tem coisas que estão escritas na agenda dessa moça que eu tenho certeza de que não aconteceram.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quem, a senhora sabe informar, quem, de parte da diretoria

do Banco Rural acompanhou o Sr. Marcos Valério e o Deputado Virgílio Guimarães na ida ao Banco Central para tratar da intervenção do Banco Mercantil de Pernambuco?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não sei. Não sei dizer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não sabe. A senhora tinha conhecimento de que o BMG também estava interessado na aquisição do controle acionário do Banco Mercantil de Pernambuco? Que havia, na realidade, uma espécie de disputa entre Banco Rural e BMG?

A SRA. KÁTIA RABELO – A senhora fala de quando isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da...

A SRA. KÁTIA RABELO – Quer dizer, na verdade eu nunca soube disso, mas... é porque...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não teve essa informação...

A SRA. KÁTIA RABELO – Nunca tive isso, e nós estamos falando de dois episódios, não é? Primeiro, que foi a aquisição do que a gente chama a parte boa, não é? Felizmente, o Banco Rural teve muito sucesso nessa aquisição, conseguiu virar o banco, torná-lo positivo em seis meses, manteve funcionários, agência, toda aquela história, não é? E fizemos direitinho o dever de casa, graças a Deus. E depois tinha a outra demanda, que era a dita parte podre. Eu nunca soube que existisse interesse do BMG por esse assunto, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Nélio Brant, Diretor do Banco Rural.

A SRA. KÁTIA RABELO – Ele foi Diretor do Banco Rural.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi Diretor. A senhora tem conhecimento que ele foi Diretor antes do BMG?

A SRA. KÁTIA RABELO – Tenho, tenho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem, não é? A senhora...

A SRA. KÁTIA RABELO – Posso fazer um apertinho? É porque...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois não.

A SRA. KÁTIA RABELO – É porque existem três bancos com sede em Belo Horizonte. Então, assim, os executivos quando saem de um banco...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os mineiros são espertos!

A SRA. KÁTIA RABELO – Eles têm pouca escolha, não é? Não é como São Paulo que tem 300 bancos para o executivo poder ir trabalhar. Então, fica meio... Essa situação aí é meio inevitável.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora... O Banco Rural Europa tem depósitos nas contas do publicitário Duda Mendonça, nas Ilhas Cayman?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estas são...

A SRA. KÁTIA RABELO – O Banco Rural Europa não tem depósitos nas contas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque esta foi uma informação prestada pelo...

A SRA. KÁTIA RABELO – A informação é que existe uma transferência, mas o Banco Rural Europa não depositou dinheiro na conta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ou seja, alguém depositou o dinheiro por intermédio do Banco Rural Europa, que coisas muito diferentes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Diferentes.

A SRA. KÁTIA RABELO – Acho muito importante deixar bem claro isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Sr. Cristiano de Mello Paz, ele, no seu depoimento... O Cristiano era, juntamente com o Sr. Marcos Valério, réu na ação de execução movida pelo Banco Rural contra a DNA, aquele empréstimo de 1998, e, no depoimento dele, ele disse ter adquirido um terreno nas proximidades de Ouro Preto, pertencente ao Sr. João Heraldo Lima, na época que ele era Diretor do banco.

A SRA. KÁTIA RABELO – Diretor de qual banco?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Rural. E o Sr. Cristiano era processado, ou seja, o João Heraldo era Diretor do Banco Rural...

A SRA. KÁTIA RABELO – Certo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Cristiano era réu numa ação do Banco Rural contra o... E, neste mesmo período, houve uma aquisição de um terreno nas proximidades de Ouro Preto. O Sr. João Heraldo comprou do Cristiano.

Esse tipo de procedimento, a senhora teve conhecimento disso? Isso foi tratado na Diretoria? Foi considerado como algo ético, profissionalmente, na instituição? Um diretor do banco negociando com um réu do banco um procedimento desse? Teve alguma informação?

A SRA. KÁTIA RABELO – Eu não sabia, eu não sabia, e esse fato veio à tona com a quebra do sigilo. No entanto, correndo o risco de ser indiscreta, eu sei, porque conheço a família do João Heraldo, sei que ele se endividou no pagamento...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desse...

A SRA. KÁTIA RABELO – Da doença da mãe dele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da mãe.

A SRA. KÁTIA RABELO – Da mãe dele. Então, acho...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Teve um problema familiar aí nesse...

A SRA. KÁTIA RABELO – É, eu conheço e afirmo que realmente ele se... Eu não acredito que uma pessoa que tivesse outros tipos de ganhos, que pode estar sendo aventado, contraísse empréstimos em outros bancos, que eu sei que ele contraiu, com juros tão altos. E acho que realmente a situação financeira dele foi difícil durante um tempo, em função dessa adversidade que ele passou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tenho aqui uma notícia de que o Deputado Raul Jungmann requereu cópia dos processos contra o Banco Rural, apreciados pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, entre 1998 e 2004. Segundo a notícia, são cinco processos, sendo que, destes processos, dois foram arquivados e três tiveram as penalidades substancialmente reduzidas, inclusive há uma outra notícia aqui também de investigação do Ministério Público Federal, na questão de evasão de divisas também do Banco Rural, onde foram identificados laranjas; 328 laranjas, através das movimentações das contas CC5 num valor aproximado de quase US\$5 bilhões.

Esse tipo de processo, tanto a investigação como esses cinco processos, eu queria que V. S^a pudesse comentar alguma coisa, porque me parece, inclusive...

A SRA. KÁTIA RABELO – Pois não, vai ser um prazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...na questão da evasão de divisas, que é a denúncia do Ministério Público Federal, aponta como uma das principais irregularidades a falta de dados que identificam o remetente e o destinatário das quantias. Então me pareceu algo um pouco recorrente, do que nós estamos tratando aqui também na questão de identificar os dados do Banco Rural na nossa investigação.

A SRA. KÁTIA RABELO – A senhora poderia...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A última pergunta. São essas cinco ações, das quais duas estão arquivadas e três com penalidades substancialmente reduzidas, que foram feitas entre 1998 e 2004, contra o Banco Rural, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. A outra é a investigação que o Ministério Público Federal está fazendo da questão de evasão de divisas e contas CC-5, pela qual foram identificados 328 “laranjas” utilizados no esquema da remessa. Inclusive, esse processo está na 4^a Vara da

Justiça Federal de Minas Gerais. Há, portanto, esta investigação ainda; os outros são dois processos arquivados e três com multas substancialmente reduzidas.

A SRA. KÁTIA RABELO – Sobre o Conselho de Recursos, parece-me que já saiu este assunto, e ficamos de enviar porque não tenho de cabeça os processos, as penas e – até aprendi essa palavra – a convalidação, porque, na verdade, não é uma absolvição, mas uma diminuição da pena que possa ter ocorrido.

O que sei, na verdade, é que esse conselho é uma instância, vamos dizer, que os bancos têm para recorrer a decisões de processos do Banco Central. Sei também, por meio de uma matéria do jornal **O Valor** – e eu já sabia disso no passado –, que dentro do próprio Banco Central, pela forma que os processos administrativos são instruídos e correm lá dentro, às vezes, diferentes departamentos chegam a diferentes conclusões. Isso demonstra, a meu ver, que pode, sim, haver uma diferença de entendimento quanto a esses julgamentos e suas respectivas penalizações. Então, para isso existe esse conselho. Até onde sei, ele é composto, em parte, de pessoas do Poder Público e privadas e que esses julgamentos, na sua grande maioria – li isso em uma matéria no jornal –, são favoráveis aos bancos.

São essas as informações que sei, e esse detalhamento enviaremos.

Alguém anotou isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Fruet, como o Deputado Jungmann pediu isso na CPMI da Compra de Votos, do Mensalão, acho que poderemos compartilhar essas informações, mas talvez valha a pena requerer o processo do Ministério Público Federal sobre as contas CC-5.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PA) – Só isso que não havia sido requerido.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

A SRA. KÁTIA RABELO – Não vou responder à segunda não?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero corroborar o pedido do processo que o Ministério Público está promovendo até para que tenhamos acesso à documentação, Sr. Presidente, subscrevendo o documento – não sei se alguém da assessoria pode nos auxiliar – no sentido de pedir ao Banco Rural cópia dessa operação financeira que o Marcos Valério fez em 1998.

A SRA. KÁTIA RABELO – Já foi disponibilizada para a CPMI.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já está toda disponibilizada, inclusive os pagamentos?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Sim. Esse processo já está todo disponibilizado, já está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, aí está o processo judicial.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E os pagamentos que foram feitos extrajudicialmente?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Não tem pagamento extrajudicial?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não tem pagamento extrajudiciais? Deve ter, sim. O Banco deve ter executado o saldo corrigido.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Houve pagamentos bancários.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Hum, hum.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pagamentos diretos de parcela. Então, quero toda história do financiamento e não o processo judicial porque esse a CPMI já tem. É a operação interna do banco que culminou depois do processo, que já temos. Mas essa primeira fase a CPMI não tem, e ela é importante para nós. Assim, poderemos fazer o cálculo de quanto efetivamente era o financiamento, as datas em que houve amortizações, enfim, todo o procedimento.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero pedir o seu auxílio e o da Dr^a Ayana. São quatro operações que o Marcos Valério deve para o banco.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – As quatro que estão sendo executadas neste momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Uma de R\$19 milhões, de maio de 2002, que está em R\$38,5 milhões.

O SR. (Orador não identificado) – Maio de 2003.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu tinha anotado 2002. A outra, de R\$10 milhões, de setembro de 2003, que está em R\$17 milhões. E as outras duas?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Há uma em nome do Sr. Marcos Valério. (Pausa.) Deixe-me encontrar. Marcos Valério, R\$400 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quatrocentos mil?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Isso. E a última é da Estratégica, R\$226 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Duzentos e vinte e seis mil?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Isso. Elas estão em execução.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é valor final delas hoje?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A soma, de cabeça, 226 mais...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, não. Esses R\$400 mil são nominais ou é valor final?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É o valor final. É o valor que estou buscando hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O valor final?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o banco teria haveres de 30, 40, 55...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Trinta e oito mais 17...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cinquenta e seis a cinquenta e sete milhões?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Trinta e oito mais 17 mais 530 – precisamente a de Marcos Valério – mais 226 da Estratégica.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em torno de R\$56 milhões são os haveres que o banco tem do Sr. Marcos Valério, que não se vão fazer receber também.

Sr. Presidente, rapidamente, farei uma consideração e, depois, uma afirmação e a entrega de um documento à Dr^a Kátia. Dentre os que participaram da CPMI do Banestado, há quem diga que uma parte de tudo aquilo que o Banestado fazia o Banco Rural passou a fazer – é leitura, o tempo vai se encarregar disto: jogo de CC-5, operações não claras, laranjas operando no banco, enfim, as operações por meio do Banco Rural na Europa, com a transferência de recursos para o exterior. Temos de checar bem isso.

Impressionam-nos esses saques em *cash*. O Banco pode argumentar que é normal que alguém vá lá sacar. Mas em *cash* uma vez, duas vezes, dez vezes, 30 vezes, 40 vezes, 50 vezes, R\$1 mil, R\$2 mil, R\$10 mil, R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, R\$500 mil, R\$800 mil? Uma vez foi feito um saque de R\$800 mil no Banco Rural. Então, impressionam-nos. O Banco, no mínimo, tinha de ver que não era normal essa situação, disponibilizando uma sala especial para os cheques.

Depois, empréstimo para quem tinha dinheiro, empresa no seu nome e, ao mesmo tempo – em que pese tivesse dinheiro depositado no Banco –, fazia no mesmo Banco empréstimo em nome da outra empresa. Quer dizer, quem tem dinheiro depositado não faz empréstimo. São sinais que o Banco tinha de ter começado a verificar.

Da mesma forma, o empréstimo do PT. Como o PT faz o empréstimo, exige garantia e, dali a pouco, renova o empréstimo e abre mão de garantia – e da

principal garantia? O Presidente Lula disse que dava um cheque em branco para o...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Deputado, o senhor permite?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois não.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Consta em nossos registros esse empréstimo engatilhado com CDB, que tem garantia, é a fiança da DNA.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É a fiança que a gente corrigiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual?

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A fiança.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – A carta de fiança que foi dada ao Banco do Brasil garantindo o contrato com a DNA e o Banco do Brasil.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Foi a pergunta que o Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o contrato?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – O contrato de R\$4 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ah, dos quatro milhões?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Quatro milhões. Há o CDB que foi aplicado, à época, de quatro milhões. Isso é o que tenho conhecimento.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – É uma carta de fiança.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é isso o que estou dizendo. Como alguém tem dinheiro depositado...

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Não, mas...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Garantia de carta fiança. É uma carta de fiança.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma é do Banco do Brasil. Contrato do Banco do Brasil.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Contrato da DNA com prestadores de serviço ao Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Nesse contrato do Banco do Brasil, há uma cláusula que exigia uma carta de fiança. O Banco deu a carta de fiança.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Correto.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA

– Em contrapartida, ela depositou quatro milhões no Banco Rural.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Pronto. É isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Perfeito. Perfeito. Mas quero dizer que tem dinheiro e, ao mesmo tempo, faz o financiamento.

A mesma situação é a do empréstimo do PT. Volto a insistir: o PT faz um financiamento, que tem como avalistas o Delúbio, o Sr. José Genoino... O Marcos Valério é que dispunha de recursos, porque o Delúbio e José Genoino não têm recursos para suportar financiamento de dois ou três milhões, como é o caso, e que agora viraram seis milhões e que o Delúbio e o José Genoino absolutamente não têm como pagar. Eu diria assim: como o Presidente disse que dava um cheque em branco para o Roberto Jefferson, não tem como dar um crédito para o Delúbio e para o José Genoino, que não vou receber deles. O banco, se depender deles, não recebe.

E tudo isso eu digo para fazer uma afirmação final e que considero derradeira e forte e, quem sabe, até repetitiva, mas que não é demais afirmá-la: tive o cuidado de, em examinando os documentos da CPMI, ver os saques *in cash* do Banco Rural, quem sacou, quanto sacou e quando sacou. E aí, por conta desses saques – dia, local, agência, valor, a pessoa identificada –, foram identificados vários sacadores, tendo batido aqui na Câmara e dado no que deu essa questão que envolveu os colegas Parlamentares – por via direta, um ou dois; e por via indireta, outros, em função de que os assessores sacaram.

Mas ao mesmo tempo em que existem milhões e dezenas de saques com identificação, existem milhões e dezenas, centenas de saques que não têm identificação nenhuma. Vou repetir. E anotei aqui para que pudéssemos ter uma leitura: eu fiz um resumo de 2000 até março de 2005; são 650 operações de depósito, ou seja, 650 depósitos, que importam em R\$77 milhões, que não têm quem depositou, caíram do céu.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Podem ser várias coisas, não é?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Eu posso fazer um...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois não.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – ...um aparte.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Os depósitos, como expliquei à Senadora, eles são identificados por meio dos cheques que foram depositados e, na leitura da documentação que foi enviada para a

CPMI, tem o nome do banco, tem o nome das contas, quer dizer, cabe agora...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – ...buscarmos o banco que...

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Não sabemos o nome das pessoas, certo? Mas as contas, lá, estão identificados a praça, o banco, a agência, o nome da conta e o valor. Nos depósitos.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Essa lista... acredito que essa lista que estou achando, e o Deputado também, é justamente a que o pessoal que esteve lá conosco checando.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – E nem quando fazemos a planilha explicando a origem e o destino, não temos condições de colocar, porque não temos acesso a outros bancos: “temos os números, temos as datas, temos os valores”. Eles não informam os nomes dos correntistas. Então...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dos depósitos?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Dos depósitos, dos correntistas que fizeram os depósitos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Mas veja bem: depósitos de R\$800 mil, R\$300 mil, R\$550 mil, R\$450 mil, R\$450 mil, esse é um cuidado que o banco... é elementar que o banco vai ter que ter um cuidado. São operações de altíssimo valor, de altíssima expressão. No Banco do Brasil, tu vais lá e localizas. No Banco do Brasil tu localizas. No Banco Rural não localiza.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Esperamos responder cada um... o pessoal que esteja indo fechar o material agora, acho que na próxima semana, acredito, estejam... todas as informações que foram dadas referentes a essa relação tenham respostas individualizadas. Em algumas situações, vai ser isso que o Reginaldo está falando e pode ocorrer uma ou outra situação que, de fato, tenha ocorrido...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu já considero grave... Vamos avançar, mas já considero grave, porque operações de alto valor o Banco tinha que ter o cuidado, porque aqui o Banco tem os documentos, o Banco disponibilizou algum documento. Está aqui o controle de transferência. Tem um controle de transferência. Não tem o nome da pessoa no controle de transferência. Isto é que é básico na operação bancária: tem que ter o nome de quem depositou. Tem que ter o nome. Não é cheque.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA – Esse documento para nós, eu não sei se... Eu acho que é em dinheiro, estou certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) –

Sim.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA

– Quem depositou para nós foi a SMP&B.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – A SMP&B

contra a SMP&B.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não

disse?

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA

– Sim. O documento está assinado por ela.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não,

não. Voltamos à dicotomia... Se o senhor me trazer a SMP&B aqui para tomar água desse copo, renuncio a meu mandato. Eu vou lhe fazer uma provocação.

O SR. REGINALDO EUSTÁQUIO DA SILVA

– Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O

que é que o senhor acha? Ela não vai beber nunca essa água. Eu vou voltar a repetir aqui o que tenho insistido, eu estou fazendo a discussão do bancário com o banqueiro e não é possível que o bancário vá ganhar do banqueiro. O banqueiro tem que saber mais que o bancário. Até porque senão eu vou virar banqueiro e vocês viram bancários. Desculpe a expressão, mas não tem como a SMP&B depositar dinheiro. Tem que ser uma pessoa física, um ser humano, um bípede, uma pessoa que caminha, que anda, que vá lá e deposite o dinheiro. Desculpe a expressão, mas volto a insistir, para eu terminar, Sr. Presidente, quero fazer a operação invertida.

Se temos operações de depósito expressivas, R\$77 milhões, e que talvez consigamos perquirir, percorrer e até buscar, é possível, é um trabalho hercúleo, mas por falta de um controle do Banco. Quem sabe consigamos, em parte. Agora, e os saques em cheque, como vamos fazer? São 63 saques na boca do caixa, que somam R\$11,8 milhões e que ninguém sacou. Aí aparecem vários cheques SMP&B. Aí volto à tese de novo, SMP&B não é gente, não é ser humano, não é pessoa, não tem como sacar. Alguém tem que ir lá em seu nome. Pode alguém em nome da SMP&B vir aqui e beber toda a água do meu copo, mas a SMP&B não bebe nunca. Alguém foi lá. É possível com muita dificuldade buscar quem depositou, especialmente aqueles que foram em cheque, mas muitos são em dinheiro, e o que é em dinheiro não vai buscar mais. Mas aqui é o inverso.

A pessoa foi lá, levou um cheque e sacou dinheiro vivo. Sessenta e três saques, R\$11,8 milhões. E quero dizer uma coisa importante, aliás, duas. Sr. Presidente, são 18 Deputados que estão sendo apontados pela CPMI, e esses Deputados, senão todos, acho que quase todos eles, em decorrência de saques dessa

natureza no Banco Rural. E eles chegaram lá e apareceu o nome deles. Quem me diz que nesses 63 saques de valores que, volto a repetir, em 2000, R\$800 mil; ainda em 2000, R\$300 mil; em janeiro de 2001, R\$550 mil; em janeiro de 2001, R\$450 mil. Mais R\$450 mil, mais R\$550 mil. No mesmo dia R\$900 mil. Saque de R\$611 mil, de R\$510 mil, em 2001. Ou seja, antes deste Governo, antes do Governo do PT, só para citar. E depois, no Governo do PT, segue a ciranda. É a mesma coisa.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que esses colegas Deputados foram pegos porque há a identificação deles nos saques desses cheques. Quantos outros que foram lá sacar e não ficaram com a identidade? Estão aí. Então, daqui a pouco, é o que eles dizem, vão fazer injustiça com os que pegaram. E 63 outros podem ter sacado e não aparecem, porque o Banco não teve o cuidado de ver para quem entregou o dinheiro. Aí volto a repetir, entregaram para o da blusa azul, para o da blusa amarela, para o magro, para o alto, para o gordo, para o careca, para o que tem cabelo, enfim, esta é a questão.

Considero isso grave porque de duas uma: ou o Banco prevaricou em não ter essas anotações para saber para quem ele pagou R\$11 milhões em 63 operações ou o Banco, o que seria muito pior, sabe para quem entregou, tem os faxes, tem os documentos, e escondeu. Claro que, em sã consciência, me dói acreditar nessa hipótese, mas é uma ou outra. Ou o Banco não pegou a identificação de quem levou dinheiro – e é uma irresponsabilidade de um banco entregar para uma pessoa, como aqui vou confirmar, dia 25 de janeiro de 2001, alguém sacou R\$550 mil e no dia 25, ou seja, no mesmo dia, mais R\$450 mil, dois saques que juntos dá R\$1 milhão. Sacaram num dia e o Banco não anotou quem pegou todo esse dinheiro. É impossível um gerente, um funcionário, um colega meu bancário entregar meio milhão de reais ou R\$1 milhão de reais para alguém sem colocar o nome, pegar assinatura, identificar quem vai levar essa sacola de dinheiro. E se o Banco não fez isso, o Banco prevaricou e vai ter que responder. E se o Banco anotou e está escondendo, o que é muito pior. Não sei qual delas é pior.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Obrigado, Deputado. É até a linha de investigação. Ao final, deverão responder também.

Peço a compreensão de todos. Por liberalidade, concedo a palavra, para uma rápida intervenção, ao Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Muito

obrigado, Sr. Presidente. A liberalidade se dá porque eu estive até agora em uma Subcomissão tratando também de um assunto da nossa CPMI.

Sr. Presidente, Srs. Depoentes, Sr. José Carlos Dias, farei apenas duas perguntas muito rápidas. A primeira pergunta é se esse montante devido pelo Sr. Marcos Valério – não tive a oportunidade de ouvir, se essa pergunta já foi respondida – já está provisionado como perda.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Está provisionado como perda e já está em processo de execução judicial.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A segunda pergunta é a seguinte: desde quando o Banco opera com crédito consignado?

A SRA. KÁTIA RABELO – Na verdade, o Banco Rural tem uma sociedade com outro grupo que se chama RS, e é essa sociedade, essa empresa, que opera com crédito consignado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desde quando?

A SRA. KÁTIA RABELO – Isso tem... Nossa, meu Deus! Reginaldo, você tem idéia das datas? Cinco anos. Desculpe-me. Deixe-me lembrar. Infelizmente, eu vou pela data, pelo ano de quem morreu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Talvez cinco não, porque só foi em 2003 que surgiu.

A SRA. KÁTIA RABELO – Mais de cinco; com certeza, mais de cinco. Já relatei aqui que se trata de uma empresa que foi comprada pelo Banco, aliás, por essa sociedade. Durante muito tempo, ela ficou resolvendo problemas do passado, porque era uma empresa que tinha muitos problemas. Depois, constitui-se a RS. Deve fazer uns dez anos, acredito – mais ou menos o tempo em que estou no Banco.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora sabe dizer qual é o montante de crédito consignado?

A SRA. KÁTIA RABELO – Nossa Senhora!

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não sabe?

A SRA. KÁTIA RABELO – Prefiro dizer depois com certeza a...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora também não sabe?

A SRA. KÁTIA RABELO – Ayana, você sabe o valor da carteira? Valor da carteira, Senador?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Exato. O valor da carteira.

A SRA. KÁTIA RABELO – Algo entre R\$300 milhões e R\$400 milhões.

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Algo entre R\$300 milhões e R\$400 milhões.

A SRA. KÁTIA RABELO – Algo entre R\$300 milhões e R\$400 milhões.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Farei uma última pergunta. A senhora chegou a vender alguma parte da carteira?

A SRA. KÁTIA RABELO – Não chegamos a vender, não chegamos a vender.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E nem foi procurada para vender?

A SRA. KÁTIA RABELO – É. Nós tentamos vender.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Pela Caixa Econômica Federal?

A SRA. KÁTIA RABELO – Houve uma análise, mas não houve sucesso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas foi a Caixa Econômica Federal?

A SRA. KÁTIA RABELO – Foi a Caixa... Não só a Caixa; vários...

A SRA. AYANA TENÓRIO TORRES – Caixa, Banco do Brasil.

A SRA. KÁTIA RABELO – Logo após a crise do Santos, várias instituições financeiras...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas foi uma destas duas: ou o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal.

A SRA. KÁTIA RABELO – A Caixa Econômica Federal estudou, mas não se viabilizou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sem querer ser insistente nem fazer provocação, quero tomar a liberdade, Sr. Presidente, de entregar à Dr^a Kátia esta lista de que a CPMI dispõe – não sei se é a mesma, mas S. S^a pode conferir depois –, com as 650 operações de depósito de que não há confirmação e os 63 saques, 63 cheques que foram sacados e de que ainda não há comprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Receba, formalmente, Deputado Pompeo de Mattos. Na seqüência, formalizaremos a entrega ao Banco, até para conferir com o que está sendo investigado.

Agradeço ao Deputado Silvio Torres a presença. Efetivamente, hoje se reuniram duas Subcomissões. Agradeço também à Sr^a Ayana, ao Sr. Reginaldo, à Dr^a Kátia, ao Professor José Carlos Dias, a toda a equipe, aos Parlamentares, e encerro os trabalhos, convocando uma reunião do Pleno para amanhã a fim de realizarmos a oitava do ex-Ministro Luiz Gushiken.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 18 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 20/09/2005.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quinze minutos, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Gustavo Fruet, e ainda com as presenças dos Senadores Jéferson Peres, Ideli Salvatti, Heloísa Helena, Efraim Morais, José Jorge e Geraldo Mesquita Júnior e dos Deputados Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Eduardo Paes, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão e Sílvio Torres reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Ricardo Annes Guimarães, em seguida passa a palavra ao depoente. Pela ordem de inscrição questionaram o depoente os seguintes parlamentares: Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Jefferson Péres. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezenove horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Declaro aberta a segunda reunião da Sub-relatoria DNA, SMP&B e Fontes Financeiras, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Ricardo Guimarães, que já se encontra

à mesa, junto com seu advogado. Registro também que o Sr. Ricardo já assinou o termo de compromisso. Consulto o Sr. Ricardo se gostaria de fazer alguma intervenção no início ou se podemos passar já para as perguntas.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, podemos passar para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem.

Dr. Ricardo, são fundamentalmente quatro linhas. Na primeira delas, peço a V. Sª para falar sobre a questão da carteira referente ao crédito consignado, ou seja, uma das linhas de investigação é a de que pode ter ocorrido um benefício ao Banco BMG com edição de medida provisória, principalmente a partir de 2003, autorizando a consignação em pagamento de pensões e aposentadorias, pagas pela Previdência Social. A primeira pergunta é se isso é fato ou se, efetivamente, já existe um histórico de trabalho da instituição nessa área?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Está bom.

Boa-tarde a todos.

Eu queria deixar, então, claro que o BMG começou no crédito consignado, no empréstimo com desconto em folha, desde 1998. Somos um banco focado, somos um banco de empréstimo, que não tem talão de cheque. Não fazemos outros tipos de serviço e praticamente não temos outros produtos.

Crédito consignado, então. Focamos o banco em 1998 e fomos desenvolvendo. Já no ano de 2000, já éramos considerados líderes nesse mercado. Já trabalhávamos em diversos Estados da Federação. Já atuávamos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás. Trabalhávamos também, já em 2001, em várias Prefeituras, em muitas capitais importantes, como Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, sempre numa posição de liderança, sempre numa posição destacada, porque era o nosso negócio. O nosso banco é voltado para isso.

Não temos agências, mas temos correspondentes bancários. Temos uma estrutura enxuta, um custo fixo baixo, porque esses correspondentes bancários se subdividem em agentes bancários. Eles são a nossa força de venda. Eles trabalham sob comissão.

Em 2001, já éramos, então, líderes. Já tínhamos recebido prêmios, por exemplo, da Fundação Getúlio Vargas e da revista **Conjuntura Econômica**, como o melhor banco de financiamento do País. Também continuamos o nosso foco em 2002, em 2003. Ampliamos o nosso mercado para outros Estados, como Maranhão, Bahia, Alagoas, Santa Catarina, e para outras Prefeituras também. Fizemos convênios também com

servidores públicos civis federais, com Forças Armadas e com diversos Tribunais de Contas e de Justiça.

Então, quero dizer que, no final do ano de 2002, já tínhamos essa participação destacada, já éramos líderes nesse segmento, já tínhamos trezentos correspondentes bancários que se subdividiam em agentes. Já tínhamos vinte mil agentes que trabalhavam para esses correspondentes. Então, já tínhamos uma atuação no Brasil todo.

Antes de a Medida Provisória nº 130 ser implantada, ela foi amplamente discutida com toda a sociedade. As centrais sindicais, como a CUT, a Força Sindical, a CGT e todas as outras, se envolveram nisso e se interessaram. Isso foi discutido com a Febraban, com a ABBC, com a ABEL, de *leasing*, com vários setores da sociedade. O que a Medida Provisória nº 130 significava? Estender os benefícios do crédito consignado que já eram feitos no setor público para os celetistas, para os empregados da iniciativa privada. Então, é por isso que as centrais sindicais se envolveram, porque elas entenderam que o crédito consignado era um empréstimo a juros baixos, simplificado, de fácil acesso para as pessoas, que não tinham muitas exigências, não precisava de avalistas, não precisava de consulta ao SPC/Serasa.

Então, eles se engajaram nesse processo para levar esse benefício aos funcionários celetistas. E foi feita a Medida Provisória nº 130, que, além de atender, permitir o crédito consignado aos celetistas, regulamentava a participação das centrais sindicais nesses convênios de uma instituição financeira com empresas... E lá falava que para os aposentados do INSS sairia uma regulamentação posterior.

Isso foi em setembro de 2003. A CUT, imediatamente, assinou convênio com dezenove bancos; a Força Sindical assinou com outros tantos bancos, e todos os bancos começaram ao mesmo tempo, com as mesmas taxas e com as mesmas condições. Então, não houve benefício ou privilégio para ninguém.

Como eu disse, isso para atuar com as empresas privadas e cada banco ia procurar o convênio com o sindicato e com a empresa para se tornar cliente. Como eu disse, na Medida Provisória nº 130, falava que os aposentados seriam regulamentados depois. E foram. O crédito consignado para os aposentados, houve um decreto-lei em outubro e houve uma instrução normativa do INSS em novembro de 2003, falando o seguinte: “o crédito consignado pode ser feito aos aposentados somente pelos bancos pagadores”.

Na realidade, quando foram feitos essa instrução normativa e o decreto-lei em novembro de 2003, abriu-se o crédito consignado aos aposentados, mas restringindo. Só 36 bancos poderiam atuar. São os bancos

pagadores, são os grandes bancos do Brasil, aqueles pagadores dos benefícios dos aposentados. São os maiores bancos, os bancos de agências, de redes.

O banco BMG, no caso, como não era um banco pagador – e a maioria dos bancos médios ficou fora. Acontece que esse mercado não foi explorado, ele não foi interessante para esses bancos. Cinco meses depois que essa instrução normativa foi feita, nenhum banco tinha-se habilitado a se conveniar ao INSS, não se interessou a trabalhar com esse produto, de taxas baixas e crédito facilitado. Apenas em maio, cinco meses depois da instrução normativa, a Caixa Econômica Federal se conveniou ao INSS. Nenhum outro banco se interessou. Não era um mercado atrativo para eles.

Em agosto de 2004, nove meses depois da instrução normativa do INSS de novembro de 2003, o Governo, até atendendo um pleito dos próprios aposentados, a única classe do Brasil que estava impedida de ter o crédito consignado, porque os funcionários públicos podiam ter, os celetistas da iniciativa privada poderiam ter e os aposentados teoricamente poderiam ter, mas alguns setores, alguns bancos tinham a reserva e não estavam utilizando, não se interessavam por esse nicho de mercado.

Aí o Governo, para democratizar o crédito, para facilitar, para dar acesso aos aposentados desse crédito facilitado, abriu para todos os bancos. O BMG, que já era líder em todos os segmentos, já era premiado, eu falei do prêmio da Fundação Getúlio Vargas, nós ganhamos esse prêmio cinco vezes. Ganhamos esse prêmio da Gazeta Mercantil também duas vezes, como o melhor banco de financiamento do Brasil. Ganhamos o prêmio da Riskbank, que é uma outra que analisa bancos, é uma outra empresa de *rating* de classificação de bancos, ganhamos duas vezes.

Bom, o BMG já estava estruturado, o BMG já tinha uma equipe de vendas, mil agentes espalhados pelo Brasil. O BMG, como normalmente em outros lugares, foi o primeiro Banco que se juntou à Caixa Econômica Federal. O BMG nunca teve exclusividade dia nenhum, porque o primeiro banco foi a Caixa Econômica Federal, o segundo banco foi o BMG.

O BMG entrou, foi um sucesso. O BMG mostrou que aquele produto era um sucesso. Aquele produto que era desinteressante para os bancos que poderiam atuar, o BMG mostrou que foi um sucesso. Ele, com a rede de vendas dele, com o anúncio que ele fez, a forma agressiva de atuar, de vender, mostrou que era um sucesso e despertou a atenção dos outros bancos. A partir daí, trinta dias depois que o BMG ficou junto com a Caixa, mais três bancos se habilitaram. Assim, hoje, são 44 bancos habilitados.

Só para dar um exemplo. No último mês, onde havia quarenta e quatro bancos operando – no mês de agosto –, o BMG e o INSS divulgaram o quanto de crédito consignado foi feito com o aposentados. O BMG, pelos números que temos e pelo total que o INSS divulgou, fez quase 30% desse mercado, por essa nossa forma de agir, que vem desde 1998. Em 2003 já éramos líderes, reconhecidos nesse mercado e bastante premiados.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Antes de avançar na questão da Caixa Econômica, quero historiar um pouco o banco. Trata-se de um banco sem agências, sem um número expressivo de agências, como os bancos comerciais. O foco é, fundamentalmente, no varejo, o crédito consignado. Pergunto-lhe, também, o que representam, hoje, na carteira, o servidor público, os aposentados e o celetistas.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O Banco está na família, a família atua no mercado financeiro há 75 anos. O primeiro banco a ser fundado foi o Banco de Crédito Predial, em 1930. Foi fundado pelo meu bisavô, por meu avô e por meu pai, que ainda está presente e é presidente do conselho. E comigo, agora, que sou a quarta geração do banco.

O banco, desde 1998, se consolidou, se focou. Como é um banco de médio porte, tentamos maximizar os nossos recursos. Então, somos focados em um produto. Não temos agências. Temos filiais em dez localidades, em dez cidades. Essas filiais são de andares. Não recebemos visita do público. Não temos movimentação de dinheiro dentro das dependências do banco, não temos talão de cheque. Nem eu, nem minha família, nem os vice-presidentes do banco têm cheques do banco. Não é o produto com o qual atuamos. Trabalhamos só com empréstimos, basicamente. Hoje, o crédito consignado representa 90% das nossas operações de crédito. Dentro do crédito consignado, os aposentados, que são 22 milhões de pessoas, constituem um público muito grande e representam cerca de 45% dos nossos ativos. Em termos de clientes do funcionalismo público estadual, municipal, federal, em torno de 30%. O restante, 15%, são celetistas, empregados da iniciativa privada. Hoje, temos convênios com mais de 1,5 mil empresas da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação à carteira do BMG, foi objeto de negociação com a Caixa Econômica com relação aos créditos consignados ou não?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Uma parte da carteira... Posso explicar? Se estiver me alongando o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não. Por favor.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Houve, em novembro de 2004, um evento que afetou um pouco a liquidez do mercado, principalmente de bancos médios e pequenos. Foi a intervenção no Banco Santos. A partir daí, o BMG, por causa desses 20 mil agentes, tínhamos uma “originação” de operações muito forte. Praticamente todos os dias esses agentes estavam na rua, estavam indo atrás dos clientes, estavam fazendo operações. Estávamos passando por um processo de liquidez limitado, de baixa liquidez, naquele momento, para os bancos médios. Então, procuramos alternativas no mercado. Uma dessas alternativas que encontramos foi fazer cessão de crédito. Cedemos parte da carteira, parte dos nossos créditos, para instituições do mercado. Assim, fomos trabalhar, procurar, e conseguimos fazer alguns convênios, inclusive. Fizemos primeiramente um convênio com a Cetelem, que é uma financeira do grupo francês Paribade; com o Grupo Itaú; e, também, uma parte, um convênio, com a Caixa Econômica Federal. São convênios de longo prazo que temos, convênios de três anos. Nós nos comprometemos a fazer a cessão de crédito de um valor mensal com essas instituições, além de outras cessões, quando o nosso volume de operações fosse muito grande, pontuar as outras cessões, pontuar as que fazemos, porque nós não temos o convênio mensal, obrigação mensal, mas que fizemos com mais de 10 bancos, outras cessões com outros 10 grandes bancos, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, particularmente, com relação à Caixa Econômica?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Fizemos. Então, dentro disso, fizemos um convênio com a Caixa Econômica Federal para ceder parte dos nossos créditos que geramos no INSS para a Caixa Econômica Federal, onde ela também está tendo como se fôssemos um operador levando clientes para ela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, especificamente com a Caixa, como se dá essa operação? Qual o percentual? Como foi feita essa contratação? Utiliza-se a estrutura da Caixa? Digamos assim, a *expertise* é do BMG, com relação a consignação dos créditos. É isso? Como é feita a distribuição ou a intermediação?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É. Utiliza-se só a estrutura do BMG. A *expertise* é do BMG, a operação é gerada dentro do BMG, os nossos agentes, os nossos correspondentes vendem o financiamento do BMG. Aí, o BMG, recebendo essa carteira, cede em torno de R\$100 milhões por mês para a Caixa Econômica Federal. Então, passamos essa carteira para a Caixa Econômica Federal, e, com o resultado para a Caixa Econômica, ela passa a ter acesso aos clientes, está

criando uma base de clientes, está tendo resultado e nos passa o dinheiro para fazermos a operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Dr. Ricardo, dentro dessa linha também para consignar, 90% praticamente do banco dizem respeito a esse tipo de crédito.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Com relação a outros investimentos do banco. Por exemplo, emissão de títulos no exterior, e, na seqüência, vou-lhe perguntar com relação aos fundos de pensão. Mas, com relação a outros tipos de investimentos, o banco também lança títulos no mercado?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Lança, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E o que representa isso dentro do volume de atividade do banco?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O banco, desde a primeira vez que lançamos, em 1995, já fizemos diversos lançamentos, com os diversos... Sempre tem algum banco, porque, como nós não temos clientela, não atingimos o cliente final, sempre tem algum banco de fora que coordena esses lançamentos para nós. Já teve diversos bancos reconhecidos, desde 1995. Fizemos um montante, desde 1995, em torno de US\$500 milhões, colocados no mercado externo e, hoje, temos, a vencer, em ser, operações em ser, em torno de US\$300 milhões. Eu mesmo acabei de voltar agora do que chamamos de *road show*, que é uma apresentação que se faz para investidores internacionais, para bancos que têm os seus clientes. Estivemos na Ásia, na Europa, nos Estados Unidos, e fizemos um lançamento agora de US\$200 milhões, com prazo de três a cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, há, então, os créditos consignados e esses títulos com um grande volume de investimento no banco.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Nós temos o crédito consignado, que é a operação ativa que chamamos. E, na parte passiva, nós temos a cessão de crédito com esses bancos que eu citei, esses convênios que temos, temos os bônus externos, porque é com esse dinheiro que fazemos as nossas operações, e temos outras alternativas que acho que o senhor vai.., que são os CDBs e os fundos de recebíveis nossos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E com relação, especificamente, a esse tipo de operação. O que representa isso no banco? E vou-lhe perguntar, particularmente, com relação aos investimentos das fundações, em especial as ligadas a empresas públicas.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Nós sempre fomos um banco de nicho, um banco de um mercado especializado, um banco especialista em alguma coisa, focado para fazer. Como eu disse, temos que maximizar os recursos. Então, focamos num determinado segmento para tentar fazer bem feito e ser competitivo.

Antes de 1998, nós éramos focados em financiamento de veículos – veículos leves e veículos pesados. O mercado mudou, e nós também mudamos o nosso foco. Mas o que quero dizer com isso? Quando nós éramos focados em veículos, a operação era de dois anos, de três anos. E, como nós não temos agências, o nosso público alvo para captação, para vender CDB, sempre foi o investidor institucional, sempre foi o fundo de pensão, porque ele aplica num prazo mais longo que a pessoa física não aplica, que a pessoa jurídica não aplica, e ele tem dinheiro para aplicar. O fundo de pensão aplica, ele tem muitos recursos disponíveis, ele aplica em diversos bancos, em bancos grandes, bancos médios, bancos pequenos. Então, sempre tivemos isso como foco, desde a década de 80, tendo fundos de pensão como clientes. Para se ter uma idéia, o volume de fundos de pensão que tínhamos em 1996, 1997, 1998, é maior do que o volume que temos hoje, em CDB. E, se considerarmos os fundos de recebíveis também, o volume que tínhamos em 1996 são valores históricos também, tem-se que corrigir. Se corrigirmos os volumes de 1996, são muito maiores do que os valores aplicados hoje. Fundos de pensão de entidades privadas, de entidades públicas federais, de entidades públicas estaduais, de toda a natureza. Hoje, temos esses fundos como clientes nossos, criamos também fundos de recebíveis. Às vezes, fala-se que o fundo tem uma aplicação no BMG. São naturezas diferentes. Uma coisa é aplicar em CDB de um banco, e, na linguagem de mercado, fala-se que está aplicando, que está tomando o risco do banco, está assumindo o risco do banco. Outra coisa é aplicar em fundos do banco. Por exemplo, o nosso banco tem uma boa classificação como um banco médio, é classificado pelas empresas de *rating*, pelas empresas de classificação de risco de banco como A, é um banco classificado de risco A, que é um bom risco. Os nossos fundos, que têm a garantia dos nossos recebíveis, que é um fundo auditado por auditoria independente, é montado por um escritório de advocacia independente, é registrado na CVM, tem o risco de classificação triplo A, que é o melhor risco de classificação que existe num mercado de banco em termos mundiais. E o nosso fundo dá um rendimento muito acima do que uma aplicação triplo A dá. Qualquer outra aplicação triplo A que se fizer no mercado, hoje, vai estar em torno de, no máximo, 100% do CDI, até menos do que isso. O nosso

fundo rende 108%. Então, aplicar no fundo BMG, nos fundos de recebíveis triplo A, com um rendimento alto de 108%, é um ótimo negócio, é uma ótima gestão de caixa. Então, acho que isso demonstra que quem está aplicando conosco tem as razões e os motivos para estar escolhendo. E não está aplicando diretamente no Banco BMG, tem outras garantias adicionais que é o nosso ativo, é parte da nossa carteira que está lastreando aquele fundo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só para constar também: nesses valores, com relação ao patrimônio líquido, com investimentos de 1996 até julho de 2005, verifica-se que houve um aumento em relação ao patrimônio líquido na aplicação dos fundos e das fundações, na participação total há uma diminuição do percentual das fundações com relação, imagino aqui, ao patrimônio do banco...

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, com relação à participação pública federal especificamente, quero perguntar-lhe, Dr. Ricardo, da Fundação Real Grandeza, porque ela passa a ter investimentos em junho de 2002, dezembro de 2002, e passa a ter um aumento expressivo a partir de junho de 2003, iniciando em 66.245, sendo que em julho de 2005, 111.124, acabando sendo o maior investimento dos fundos em relação a essa carteira.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Vou, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Claro, por favor.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Primeiro, citei que os valores de 1996 são até, em valores nominais, bem parecidos com o de 2005 e que, se fizer a correção, os valores de 1996 são até bem maiores. E, relativamente também ao tamanho do banco, o que se tinha em 1996, proporcionalmente ao patrimônio do banco, proporcionalmente ao ativo do banco, as nossas dependências por fundo de pensão eram muito maiores naquela época. Está aqui a participação de fundos de pensão em relação ao patrimônio do banco em 1997. Por exemplo, significava 192% do nosso patrimônio; em relação à participação dos fundos de pensão público federal, significavam 92% do nosso patrimônio. Hoje, em 2005, a participação total dos fundos de pensão representa 51% do nosso patrimônio contra 200%, em 1997, e apenas 20% do nosso patrimônio contra 92% – são 20% de participação dos fundos de pensão público-federais contra 92%, em 1997. Em relação à Real Grandeza, é interessante notar que, em dezembro de 2002, ela tinha R\$58 milhões aplicados com o BMG. Agora, em junho de 2005, ela tem R\$109 milhões. É engraçado. Se o senhor pegar esses R\$58 milhões em

dezembro de 2002 e corrigi-los pela taxa aplicada pelo banco, que é Ambid mais 1,5%, até junho de 2005, praticamente os R\$55 milhões viram R\$98 milhões. Então, só a permanência daquele dinheiro que estava na conta em 2002 explica 90% do dinheiro que ela tem hoje. Ela só manteve o patrimônio e cresceu mais um pouco. Na minha opinião, cresceu pouco porque o patrimônio do banco cresceu muito mais. Ela teria espaço para crescer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ou seja, nesse caso, não houve depósitos novos. Houve a correção.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Praticamente fizemos essa correção, mantendo o que ela tinha em dezembro de 2002, que estava aplicado e corrigindo esse valor até agora, dá uns R\$98 milhões, e ela tem R\$ 109 milhões. O que houve a mais foi o crescimento de R\$98 milhões para R\$ 109 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Fechando esse primeiro bloco, ficam claros o histórico e o perfil do banco. É uma situação diferente da de outros bancos de que tivemos informações e que há um nicho muito claro tanto na questão do crédito consignado, na cessão de crédito ou nos títulos, no bônus, como em relação a esses investimentos em CDB e das fundações.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Objetivamente, está claro que o perfil do banco não é o de um banco comercial, como um banco tradicional, como as grandes redes. Então, qual era a motivação do BMG, no dia 17 de janeiro de 2003, ao emprestar R\$2,4 milhões para o PT, sendo que, pelo que levantamos, não é da tradição do banco esse tipo de investimento e nunca havia feito empréstimo a nenhum partido político?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Está certo. Deixe-me falar, então. Disse que 90% do banco é focado, mas temos outras áreas de atuação. Como eu disse também, somos um banco de empréstimo. Somos um banco cuja mercadoria que vendemos é o empréstimo, e o nosso lucro é o *spread* bancário. Analisamos as operações. Não temos outros tipos de serviço, não temos outras receitas adicionais. Analisamos os créditos que temos oportunidade de fazer e concedemos o crédito para aquele que julgamos que valha a pena o risco e que esteja de acordo com as condições regulamentares que um banco pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Especificamente, qual foi a razão? Quem solicitou esse empréstimo ao banco? Como funcionou essa operação? Foi um dirigente partidário ao banco e solicitou esse empréstimo?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi o Sr. Delúbio Soares, que pediu ao banco um empréstimo nesse valor, no montante de R\$2,4 milhões. O banco fez as análises, teve ainda uma garantia, o aval de um empresário que, naquela época, em fevereiro de 2003, era rico e com certo conhecimento em Belo Horizonte e em Minas Gerais e que era sócio de empresas conhecidas. O banco concedeu o crédito com as motivações anteriores de que falei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor se refere ao Marcos Valério?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ao Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas quem apresentou o Delúbio ao banco? Houve um contato prévio?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O Delúbio chegou ao banco através de um correspondente do Banco BMG. Não foi através do Sr. Marcos Valério, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor se lembra o nome dessa pessoa?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi o Sr. Rui Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Esse senhor Rui Guerra é de Brasília ou de Minas?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ele é de São Paulo e de Brasília. Ele fica em São Paulo e em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nesse empréstimo, as garantias foram os avais, inclusive do Sr. Marcos Valério.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Nesses empréstimos, foi concedido um valor de R\$2,4 milhões ao PT e teve como garantia o aval do Presidente do Partido à época, Sr. José Genoíno, do Tesoureiro do Partido à época, Sr. Delúbio Soares e do empresário Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Na sequência, a informação que temos é a de que o Marcos Valério retirou o aval e ficou remanescente o aval do Sr. Delúbio e do Presidente do PT José Genoíno. É isso?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não. Não é, não. Como eu disse, fez parte da aprovação do crédito o aval do empresário Marcos Valério. Ele não retirou o aval, não. A operação foi renovada, algumas vezes, e, depois de uma segunda renovação, o Sr. Marcos Valério não assinou a renovação, mas ele continua como avalista, porque, no corpo da renovação, fala que as condições especiais dos mesmos garantidores permanecem a mesma. Temos uma nota promissória com a assinatura válida do Sr. Marcos Valério, e

um pagamento dos juros que foram cobrados desse empréstimo do PT foi feito pelo avalista ou por uma empresa do avalista.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Insistindo, Dr. Ricardo, nessa questão do empréstimo ainda: quando foi dado o aval, tanto do Presidente do PT quanto do Tesoureiro, que garantias eles dão ou basta a assinatura, ou o compromisso de pagamento desse empréstimo? Isso é usual no empréstimo bancário?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Primeiro, tínhamos a garantia do recebimento por um partido para a empresa, para o tomador que tinha lastro para receber um dinheiro desse. Foi-nos mostrado o fundo partidário dos recebimentos dos militantes, havia o aval de um empresário rico, que tinha patrimônio para responder por aquele aval, e é importante também o aval do presidente e do tesoureiro, mais como um aval pessoal, na realidade, moral, que significa que eles têm um comprometimento na operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Hoje, em que situação está? Qual é o saldo devedor? Qual é a situação do banco? O senhor imagina que vai receber esse recurso ou isso vai ser executado e qual é o saldo devedor?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Hoje, o saldo devedor está em torno de 3 milhões e 300 mil. Venceu final de agosto, dia 22 agosto, e estão sendo executados o Partido e os três avalistas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só para constar também, recebemos do Banco Central, em resposta do pedido de informação, feita por esta CPMI, com relação a esse empréstimo, o Banco Central informa que foi realizada uma inspeção modular, análise da situação econômico-financeira, data-base 28/02/2003.

Como resultado da análise das operações com o PT, no valor de 2,4 milhões, e com a SMP&B Comunicação Ltda., no valor de 12 milhões, foi determinada e atendida a constituição de provisão constitucional de R\$301mil, em decorrência da reclassificação da operação com a SMP&B para nível de risco mais elevado.

Antes de entrar na análise desses empréstimos das pessoas jurídicas, pergunto com relação a esse empréstimo para o PT: isso foi provisionado pelo banco?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi, em 2003.

Foi um empréstimo de 2,4 milhões, e o Banco Central recomendou que fizéssemos uma classificação – a classificação é dos bancos. Pode-se classificar o cliente de “A” até “H”, de acordo com o que se entende do risco dele.

O banco havia classificado o PT como “A”... Não, foi em relação à empresa SMP&B. Tínhamos classificado como “A”, e o Banco Central recomendou que fosse classificado como “C” e, classificando-o como “C”, temos que fazer uma certa provisão de 0,5%, o que foi feito, desse valor citado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Ricardo, vamos fazer só uma mudança, em função das outras comissões que estão trabalhando.

Antes de continuar, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Ricardo, quem é o seu advogado?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Dr. Sérgio Bermudes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Banco BMG tem, como foco principal, o crédito consignado. E por que fez empréstimo ao PT? Era consignado ao fundo partidário?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não. O banco tem, como foco, o crédito consignado, 90% do nosso ativo está em crédito consignado; mas o banco analisa outras operações também. O banco vive de empréstimo; o empréstimo é o nosso produto. Quando existe uma operação considerada boa pelo banco, mesmo não estando totalmente no nosso foco, o banco analisa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – **A priori**, a operação teria sido considerada como boa. E, hoje, é considerada boa?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Dois anos depois, a percepção mudou. Houve uma deterioração notória, pública do crédito. E mudou, sem dúvida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na pergunta do Deputado Gustavo Fruet, a informação é que já está sendo processada. O vencimento não foi recentemente?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi. O vencimento foi próximo ao final de agosto. Se não me engano, 22 de agosto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que tão rápida execução? O banco, normalmente, não transfere para CL, não demora um pouco mais para tomar essa providência judicial? Por que tão rapidamente processou o PT?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Olha, achamos que, como houve uma deterioração clara, uma deterioração notória da percepção do risco de crédito, achamos que deveríamos tomar uma atitude mais enérgica, uma atitude mais rápida, no intuito de defender o nosso crédito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se a intenção é defender o crédito do banco, houve essa

mesma preocupação na concessão de um empréstimo tão vultoso para um cliente político?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Houve. Quero deixar claro que, primeiro, o valor é grande sim; dois milhões e quatrocentos mil reais é um valor significativo em qualquer lugar. Mas, em termos bancários, não é um valor que possa ser considerado vultoso. O banco tem outros créditos, o banco tem patrimônio. Então, não é um valor considerado vultoso dentro do banco. E tomamos, para fazer a concessão do crédito, todas as garantias e todas as precauções que se requer. Foi um crédito bem analisado para ser feito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor falou em aval moral. O que é aval moral? Não conheço isso.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O banco já estava coberto do aval da parte financeira. Como eu disse, o partido tinha condições; tinha lastro para receber esse valor; tínhamos um avalista, também empresário, conhecido, com patrimônio, que garantia essa parte.

A parte do banco também, temos que entender que, num banco, uma concessão de crédito não é simplesmente a análise fria e objetiva dos números. Há a parte do conhecimento, a parte do comprometimento dos dirigentes e dos acionistas, essa parte subjetiva.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual é a parte subjetiva nesse empréstimo para o PT?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, não teve. Estou falando em relação aos avais. Ter o aval do Presidente do Partido e do Tesoureiro do Partido era importante para a gente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Numa resposta ao Deputado Gustavo Fruet, foi informado que o Marcos Valério fez um pagamento. Além desse pagamento, ocorreram outros pagamentos?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Houve. O próprio Partido, o próprio PT fez pagamentos de juros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quantos pagamentos?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Fez quatro pagamentos de juros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sabe os valores?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Acho que, somando os quatro pagamentos, deve estar na casa dos R\$800 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Poderia mandar esses comprovantes para a Comissão?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já foi pedido isso, Sr. Presidente? (Pausa.) Então,

eu queria esses comprovantes, porque, até então, eu desconhecia que o PT tinha pago alguma coisa. A história que sabíamos é que o Marcos Valério tinha pago uma de R\$350 mil...

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – ...e que ele estaria cobrando isso do Partido. Mas a informação que tínhamos até agora era a de que o PT não havia pago nenhuma outra. Então, o PT pagou?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O PT pagou três ou quatro vezes e, se não me falha a memória...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Aproximadamente que valores?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Se não me falha a memória, em torno de R\$800 mil o que o PT pagou, fora esses R\$350 mil do Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é a ligação do BMG com os fundos de pensão e com as fundações?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É ligação comercial, ligação de negócios, que nós temos desde que o Banco BMG, nessa forma de atuar, existe, pelos motivos que falei: a gente empresta por um período de dois, três anos, e os fundos de pensão são os clientes que têm esses recursos para aplicar num banco por um período desses.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Houve alguma compensação do BMG com os fundos de pensão por ter feito esses empréstimos para o PT?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, nunca. Inclusive, porque eu já mostrei que o nosso relacionamento é muito antigo. Desde 1996, os valores eram maiores do que são na realidade. Não houve crescimento de participação de fundos, não houve nada disso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Houve alguma razão de mineiridade entre Marcos Valério e o BMG para fazer esse empréstimo para o PT?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Relação de?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mineiridade.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, não houve, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O relacionamento entre o Marcos Valério e o BMG qual era?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Apenas comercial, apenas comercial. Pouco, esporádico.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Além da Caixa Econômica Federal, do Itaú, da Cetel, outros dez bancos socorreram a liquidez do BMG. Quais foram os outros dez bancos?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Eu posso citar, não posso? Eu não estou ferindo nada do sigilo bancário: seria Bradesco, seria Votorantim, seria Unibanco, ABN, Real, ABC. Esses que me vêm à cabeça agora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Aproximadamente, qual é o valor dessa operação?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – De cessão de crédito?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É, cessão de crédito.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ah, temos em torno de 4,5 bilhões de cessão de crédito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em quanto tempo isso?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – As cessões de crédito foram feitas mais a partir de, como eu disse, novembro de 2004. Aí, cedemos parte da carteira que carregávamos naquele momento e começamos a ceder também as carteiras que eram feitas mensalmente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é a situação do banco hoje? É boa, é ruim? Qual é a avaliação?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – A situação é muito boa, Deputado. Graças a Deus, a gente tem uma situação...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é o último balanço publicado? Quais os resultados?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O último balanço publicado foi o de junho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É boa a situação? É ruim, é média, é periclitante, é perigosa ou ela é boa?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Demos um resultado importante, demos um resultado de R\$260 milhões no semestre. Temos um patrimônio de R\$780 milhões, um ativo, mostrado no balanço, de R\$2 bilhões, mas que, na realidade... (Pausa.) mas, com as cessões, esse ativo chega a R\$6,5 bilhões. Então, uma situação de caixa confortável.

Temos uma situação boa, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já está provisionado o eventual prejuízo desse empréstimo?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Estão provisionados os valores. O Banco Central, na última inspeção dele, em junho de 2005, dois anos após esses créditos estarem na nossa carteira, sugeriu – e nós acatamos – a provisão de 100% desses valores, que já está demonstrado nesse balanço do primeiro semestre de 2005.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua percepção é que esse dinheiro do empréstimo ao PT, mesmo com a garantia do aval de Marcos Valério, vai ter problemas ou vai ser resgatado?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Deputado, a nossa percepção é que esse empréstimo vai ser pago.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por quem?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Pelo PT. A gente tem confiança. O PT tem, pelas nossas análises, condições de pagar. Acho que vai ser pago sim. Essa é a nossa percepção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você acha que o Lula vai ser reeleito?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ah, isso eu não sei. Aí não é a minha parte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Porque essa execução certamente se dará além de 2006, e a sua afirmação de que o PT vai pagar está presumindo que o Lula vai ser reeleito.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Aí, é a execução que vai dizer, não é, Deputado? Aí é parte da execução, e a gente vai ver. Essa é apenas a minha opinião pessoal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O empréstimo do BMG ao PT foi feito ou é só documental?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, completamente feito. Inclusive, os valores... É bom dizer também o seguinte: como nós não somos banco que temos conta corrente, temos talão de cheque, o valor total – os 2,4 milhões menos o IOF – foi depositado na conta do PT, que ele nos indicou o banco no qual ele mantém a sua movimentação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é o banco?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – No caso, foi o Banco do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu queria requisitar esse documento para provar que esse empréstimo, feito pelo BMG, por meio de um TED, foi transferido para o Banco do Brasil, conforme está informando o Sr. Ricardo Guimarães.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Dr. Ricardo, até agora, indo para os empréstimos feitos pelo Marcos Valério: o Marcos Valério ou uma de suas empresas não era cliente do banco, não havia anteriormente uma relação comercial com ele ou houve?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não. Foi a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim.

Bom, então, vou lhe perguntar especificamente sobre esses empréstimos, começando pelo seguinte: o primeiro empréstimo do PT foi no dia 17 de fevereiro de 2003, correto?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O primeiro empréstimo para a SMP&B, do Marcos Valério, foi no dia 24 de fevereiro de 2003.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É, 25, que tinha na minha cabeça. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Próximo.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Mas acho que não muda, né?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A primeira pergunta – e eu queria perguntar desta coincidência: no dia 20 de fevereiro de 2003, houve uma reunião da diretoria do BMG com o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual foi o objeto dessa reunião?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – O objeto foi uma inauguração que nós... de uma empresa alimentícia de produtos enlatados que a minha família tem na cidade de Luziânia. A gente ia fazer uma inauguração, e foi a oportunidade para convidar o Ministro José Dirceu para estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o Marcos Valério e o Delúbio acompanharam essa audiência?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Sim. Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Os dois. E comentaram sobre esse empréstimo? Há coincidência de um empréstimo ter sido três dias antes, e o outro, quatro dias depois?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E quem marcou a audiência na Casa Civil?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Também nessa mesma linha, só para fechar essas relações: o senhor conhece a Sr^a Maria Ângela Saragoza?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ela foi esposa do ex-Ministro José Dirceu. Ela trabalha no BMG.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Em qual função ela trabalha?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ela é psicóloga na cidade de São Paulo. Ela atende os funcionários do BMG de São Paulo e também os nossos correspondentes e agentes bancários.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E ela foi contratada quando?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ela foi contratada em novembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Como é que ela foi apresentada? Quem solicitou a contratação da Sr^a Maria Ângela?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Quem pediu foi o Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ele pediu quando? O senhor se lembra? Foi nesse período também?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi próximo...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ou seja, após os empréstimos também?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi próximo, foi próximo dessa época de novembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Está certo. Com relação aos empréstimos...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu já vou me retirar para a dos Bingos, posso fazer uma?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Claro, por favor!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Boa-tarde, senhor!

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Boa-tarde!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Só uma curiosidade: o Sr. Marcos Valério não era membro do Governo, não era filiado ao Partido do Governo, por que um banco como o seu precisava do Sr. Marcos Valério para um encontro com o Ministro-Chefe da Casa Civil?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não... não... Um banco, o nosso banco, talvez, não precisasse, não. Acho que... mas...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Por que, então? Ele se ofereceu?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ele falou que poderia, talvez, marcar uma agenda pra nós.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ele se intitulava uma pessoa influente no Governo?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não sei, Senador. Para isso, ele falou que poderia tentar marcar e conseguiu, efetivamente, marcar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Com brevidade?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Talvez. Não sei o que é que seria brevidade; não sei precisar, não. Mas, muito longo, não foi, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E, após esse encontro do dia 20 de fevereiro de 2003 – houve essa conversa com o Marcos Valério sobre a Sr^a Maria Ângela, em novembro de 2003 –, houve algum outro encontro com o Ministro José Dirceu?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É... depois, houve um encontro com o Ministro José Dirceu, nessa época, em 2004, quando teve esse problema de liquidez no mercado, que eu mencionei, da liquidação do Banco Santos. O meu pai esteve com o Ministro José Dirceu, tratando desses assuntos de liquidez do mercado e vendo, conversando sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas nunca houve nenhuma conversa com relação aos empréstimos?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta adicional?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois não, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que razão o banco decidiu empregar a ex-esposa do Ministro José Dirceu?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Olha, ela... é... na época, ela já... a gente já estava olhando uma contratação de uma pessoa, de uma psicóloga em São Paulo; ela estava apta para exercer essa função. Foi feita a entrevista com ela. Ela realmente trabalha no banco, está lá até hoje. Ela tem o serviço, nós temos lá trabalhos dela. Ela tem lá a disponibilidade dela para atender o nosso pessoal...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas quem pediu? Foi o Zé Dirceu?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Quem pediu foi o Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Dr. Ricardo, nessa linha também: houve algum encontro da direção do banco, do senhor ou do seu pai, com o Presidente Lula antes ou depois das eleições?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Houve, sim; houve, com o meu pai, um jantar com o Presidente Lula, na época das eleições, com empresários mineiros. E houve também uma oportunidade, depois que o Presidente Lula foi eleito Presidente. Não sei nem se é... Mas teve a oportunidade pelo menos de apertar a mão dele, num evento em São Bernardo do Campo. Como temos um convênio ali, como falei, com as centrais sindicais e com os sindicatos – temos com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo –, houve uma festividade ali, e estivemos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Somente retornando àquele personagem Rui Guerra: foi ele que apresentou o Delúbio e, depois, o Marcos Valério à direção do banco?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi ele que apresentou ao Delúbio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ao Delúbio.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Ao Marcos Valério, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação aos empréstimos específicos do Marcos Valério... E aí, enfim, vou apelar: se o senhor tem essa informação ou, posteriormente, se o banco pode nos mandar esses dados.

O primeiro empréstimo é no dia 25 de fevereiro de 2003, no valor de R\$12 milhões.

Pergunto se o senhor sabia o destino desse recurso, onde foi depositado, quais as garantias que foram dadas e em que fase se encontra hoje esse empréstimo?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi feito um empréstimo de R\$12 milhões à empresa SMP&B, com os avais dos sócios da empresa, três sócios: o Sr. Ramon, o Sr. Cristiano e o Sr. Marcos Valério. E havia, ainda, uma garantia adicional de uma trava de domicílio bancário – eu acho que já está familiarizado com os nomes todos – de um contrato com a Eletronorte.

O valor foi depositado, um TED integral, de 100% do valor, somente descontado o IOC e o IOF, na conta da SMP&B, no banco em que ela mantém movimentação, que, se não me engano, era o Banco Rural. E esse empréstimo está liquidado – esse da SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ele foi liquidado porque houve um outro empréstimo ou foi renovado?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, em janeiro de 2004, ele foi liquidado. Foi feito um empréstimo à Graffiti, uma outra empresa do Sr. Marcos Valério, ligada ao Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No dia 28 de janeiro?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso. Depósito em dinheiro, Graffiti Participações Ltda., quatorze milhões, novecentos e oitenta e sete mil. É isso?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, esse empréstimo da SMP&B foi liquidado?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Esse empréstimo de doze milhões da SMP&B foi liquidado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Bom, daí vem esse segundo empréstimo, que é da Graffiti.

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Veio o empréstimo da Graffiti. Mesma coisa: foi feito o empréstimo à empresa, são avalistas os três sócios já citados e há também uma garantia adicional de um domicílio bancário de um contrato com os Correios. E esse empréstimo está também com ação de execução. Venceu agora, no princípio de setembro, dia 1º ou dia 8 de setembro, e está em execução.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor se lembra do saldo devedor?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Em torno de R\$23 milhões, em números redondos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E dessa garantia do contrato dos Correios? Quer dizer, é a trava de domicílio bancário, mas também os recursos a serem repassados para a agência. É isso a garantia dada por esse contrato?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – É. É a trava do domicílio bancário daquele que vem em nome da SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor se lembra o valor do contrato da SMP&B com os Correios ou se houve alteração do valor inicial para o valor desse contrato?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Era um contrato de R\$72 milhões e, depois, houve uma alteração para noventa... Era de R\$90 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Bom, então, esse empréstimo é em execução.

Com relação ao empréstimo feito em abril de 2004 para a Empresa Rogério Tolentino, no valor de R\$10 milhões?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Foi feito um empréstimo à Empresa Rogério Tolentino, e nós, nessa época, tivemos como garantia um CDB-BMG. Era da DNA, estava aplicado no banco e garantiu essa operação, que consideramos de risco baixíssimo: um empréstimo com a garantia do CDB.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, só por curiosidade: era esse CDB que foi

dado agora para o INSS, numa execução de uma das empresas do Sr. Marcos Valério?

Desculpe-me, não sei se está havendo essa discussão judicial por parte das empresas. É esse CDB?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Uma parte desse CDB, apenas R\$600 mil reais, foi transferida ontem – ou está sendo transferida hoje – à Justiça, numa execução do INSS contra a DNA. Está sendo transferida por determinação judicial.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No valor de R\$600 mil?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Seiscentos mil reais aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E esse empréstimo agora foi renegociado? Esse empréstimo de 10 milhões da Rogério Tolentino?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não. Esse empréstimo venceu também, e pedimos a penhora desse CDB para liquidarmos o empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, com relação ao último empréstimo que foi realizado – Dr. Ricardo, não estou com o valor aqui –, que é um empréstimo de um pouco mais de R\$3 milhões?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Três milhões e meio de reais para a SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Para a SMP&B. É isso aí!

Em que fase está esse empréstimo?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Também é um empréstimo que, hoje, está ao redor de 5 milhões, 4 milhões e tanto; 4 milhões e 800 mil, como garantia dos avais dos três sócios, e está em fase de execução também.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tinha a informação – enfim, não seria função precípua ao conceder o empréstimo –, qual seria a destinação desses recursos?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não, não tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, nesse período, o que esses empréstimos representaram com relação ao patrimônio de referência da instituição?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Em relação ao primeiro empréstimo, eram 12 milhões, em 2003. Então, era em torno de 3% do patrimônio, alguma coisa assim; e menos ainda em relação ao ativo total. Hoje, o somatório desses empréstimos, considerando esse inclusive, o que tem garantia de CDB – que é o de quase risco zero –, está, atualizado, em torno de R\$40 milhões. E temos um ativo entre créditos da carteira e cedido em torno de R\$7 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O banco já havia feito empréstimo anteriormente com alguma agência de publicidade ou tido como aval contratos de publicidade com o Governo?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Já tinha feito, sim. Já tinha feito empréstimo para agências de publicidades, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Também em Minas Gerais?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Também em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E com relação à reclassificação? Houve a determinação do Banco Central para o provisionamento ou foi própria iniciativa do BMG?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Agora, em 2005, houve a recomendação do BMG. E o BMG também entende, o BMG concorda, houve uma deterioração. E é conservador fazer essa provisão, sim, tanto que estamos executando. Mudamos até a forma que a gente, antes, estava renovando.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E com relação a esses empréstimos do Marcos Valério? Alguma vez o Delúbio Soares ou alguém ligada à direção partidária do PT, se manifestou com relação à utilização desses recursos e eventuais garantias?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Olha, depois foi até público, né? Nós fizemos um empréstimo em 2003. Em julho de 2004, nós recebemos uma carta da pessoa física do Sr. Delúbio Soares, falando que ele também – não me lembro dos termos usados – era aval desses empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quem nos entregou isso aqui, na verdade, foi o Marcos Valério. Ele entregou na Polícia Federal e repassou para a CPMI. Diz o seguinte: “Pela presente, assumo, junto a este Banco, o compromisso irretratável e irrevogável de garantir como avalista e devedor solidário, todas as operações empréstimo afirmadas por Vossas Senhorias, com Rogério Lanza Tolentino Associados, Gravite Participações Ltda, SMP&B Propaganda Ltda., DNA Propaganda Ltda. e Partido dos Trabalhadores. Atenciosamente, assina Delúbio Soares em julho de 2004.” Quer dizer, isso serve como garantia?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Não. O Banco não pediu essa carta. Chegou por espontânea vontade deles, não sei por que, o Banco não pediu. Não foi considerado isso aí como garantia porque, inclusive, mais de um ano depois que o empréstimo foi concedido e o Banco apenas recebeu e, para te falar a verdade, não teve nenhuma... Foi nada importante na decisão do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Muito bem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu preciso me ausentar momentaneamente e pediria à Vossa Excelência que consentisse que eu fosse substituído pelo meu colega de escritório, Gustavo Fernandes de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– À vontade. Até porque da minha parte, já não há mais questionamento. Ouviu, Sr. Sérgio? Até seria breve. Da minha parte, fique à vontade. Mas eu até consulto o Sr. Ricardo. O senhor gostaria de fazer mais alguma observação?

O SR. RICARDO GUIMARÃES – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Consulto os Parlamentares se querem fazer algum questionamento.

Da minha parte, são essas as observações. Agradeço a todos.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 3ª Reunião, realizada em 27/09/2005.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quinze minutos, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Gustavo Fruet, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti e dos Deputados Asdrúbal Bentes, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Pompeo de Mattos, Sílvio Torres e Geraldo Thadeu, reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Rogério Lanza Tolentino, advogado da empresa DNA Propaganda e de todas as empresas do Sr. Marcos Valério. Em seguida, porém não foi possível a oitiva do Senhor Glenio Guedes, porque o depoente não foi localizado. Fizeram uso da palavra os Deputados Onyx Lorenzoni, Sílvio Torres, Pompeo de Mattos, Geraldo Thadeu e Sílvio Torres e os Senadores Álvaro Dias e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezenove horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Declaro aberta a Subcomissão de fontes financeiras da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através de Ato da Mesa para verificar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Esclareço que esta reunião tem na pauta a oitiva do Dr. Rogério Tolentino, que já se encontra à Mesa.

Antes de começar o depoimento, quero registrar que teríamos hoje, também, o depoimento do Sr. Glênio Guedes, Procurador da Fazenda Nacional. Porém, ele mandou uma comunicação, datado de hoje, do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

“É de meu maior interesse prestar os esclarecimentos devidos. No entanto, a notificação para este fim chegou ao meu conhecimento somente ontem à noite, sendo-me praticamente impossível, em razão de agenda, comparecer na data de hoje. Assim, peço-lhe que remarque nova data a seu critério, notificando-me com antecedência no seguinte endereço (...), pondo-me à inteira disposição.

Glênio Guedes.”

Esclareço que o Dr. Glênio Guedes, segundo informação, está de licença médica da Procuradoria. Portanto, não foi localizado. Somente ontem que a assessoria o localizou no Rio de Janeiro. Diante dessa situação, nós o reconvocamos e fica já marcado para a próxima terça-feira, às 14 horas o depoimento do Sr. Glênio Guedes.

Antes de passar ao questionamento, conforme solicitado, vou conceder a palavra inicialmente ao Dr.

Rogério Tolentino para fazer os esclarecimentos que julgar necessários.

Com a palavra o Dr. Rogério Tolentino.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sr. Presidente, demais membros desta sub-relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, os senhores presentes a esta reunião, boa-tarde!

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria agradecer a rara oportunidade que tenho de trazer a V. Ex^a e a esta douta subcomissão, bem como à Comissão como um todo, determinadas situações, determinados fatos, a bem da verdade, e que esta reunião onde sou convocado para prestar alguns esclarecimentos a V. Ex^a, me permite também esclarecer determinados fatos. Não sei se, no curso dos nossos debates, ou da nossa conversa, assim me coloco, teria motivação para tanto.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me apresentar, porque, a bem da verdade, criou-se, pela mídia, a história “Dr. Rogério Tolentino, sócio do Marcos Valério”.

Meu nome é nome é Rogério Lanza Tolentino, sou brasileiro, casado, tenho dois filhos, um deles é advogado, e uma filha de 17 anos. Sou formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 1973, portanto, há 33 anos advogo sistematicamente. Entre as minhas atividades, milito na advocacia na área comercial, na área civil, na área empresarial, na área de família. Fui membro efetivo do Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais, de 1987 a 2000. É um Tribunal de Justiça Desportiva, mas as questões levadas à apreciação naquele egrégio sodalício são questões relevantes de direito e que mistura também a paixão nacional, que é o futebol. A composição desse tribunal, apesar de ser de justiça desportiva, na sua maioria, tem como membros desembargadores, procuradores de justiça e advogados, ou seja, é um tribunal eminentemente técnico na área de justiça. Apenas para ilustração, o Ministro Saulo de Figueiredo Teixeira nos deixou um TJD após ter sido nomeado para o Superior Tribunal de Justiça, o que o retirou do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Também fui membro do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais, no período de 1989 a 1992, como representante da Associação Comercial de Minas Gerais, tendo sido seu Presidente em 1990/1991. O Conselho de Contribuintes, como todos sabemos, é um tribunal administrativo que julga as questões de impostos estaduais. Fui assessor jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais de 1989 a 1996, na assessoria do eminente desembargador Aírton Maia, na condição de assessor jurídico do Tribunal de Justiça. Fui também juiz, membro efetivo da classe jurista do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais,

no período de 5 de agosto de 1998 a 4 de agosto de 2000, tendo participado das eleições em que foi eleito o ex-Presidente Itamar Franco como Governador de Minas Gerais. Também para minha honra e satisfação, fui indicado em lista sêxtupla para composição do ex-Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais no quinto constitucional em 1999, indicado pela OAB. Tenho, também para minha satisfação, o Diploma de Honra ao Mérito que me foi outorgado como personalidade destaque judiciário pelo Clube dos Advogados de Minas Gerais, que é talvez a instituição de classe mais antiga do Brasil, fundada pelo Inconfidente Cláudio Manoel da Costa. Tive a felicidade de ser honrado pelo Clube dos Advogados como advogado destaque no ano de 1984. Também pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi-me outorgado um diploma pela minha contribuição nos trabalhos da elaboração da Constituição Estadual que foi promulgada em 1989.

Esse é o meu currículo profissional, numa breve síntese, apenas para que esta Comissão tenha uma noção do profissional.

Nesses 32 anos de advocacia, tenho entre os meus clientes da área particular e da área de empresas a SMP&B Publicidade, hoje SMP&B Propaganda, há dezoito anos e a DNA Publicidade e Propaganda, há questão de cinco, seis anos, pontualmente, sendo que, para a SMP&B, sempre advoguei naquele critério que nós, advogados, chamamos de advocacia de partido. Posteriormente, pela minha proximidade com a empresa, em 2002, fui convidado pelo Marcos Valério, sócio-cotista dessas empresas, a constituir um escritório de consultoria, não de advocacia, juntamente com um outro colega advogado, que já prestava os seus trabalhos na área técnica, fiscal. Esse colega é um ex-funcionário do Ministério da Fazenda, já tendo ocupado relevantes cargos, como Delegado da Receita Federal e Coordenador de Legislação Tributária do Governo Federal – se não me engano, no período de 1992. Enfim, constituímos essa empresa de consultoria – ressaltando, mais uma vez, não de advocacia, porque muito tem se dito, mas, não, é uma consultoria.

Nessa oportunidade, Sr. Presidente, se me fosse permitido, também de uma forma muito singela, rapidamente, três fatos me criaram um certo constrangimento, de natureza profissional e também porque envolveram pessoas. Eu gostaria de deixar isso claro, porque a imprensa, de uma forma equivocada, veiculou essas matérias, que, por seu turno, foram, como até hoje são, veiculadas no site do Partido dos Trabalhadores, de uma forma que considero não desrespeitosa, mas totalmente equivocada, porque, assim, foi colocado na imprensa. Em primeiro lugar, ela

diz, de uma forma singela: a conexão Marcos Valério atinge também os tucanos. É uma mentira. Como eu já disse anteriormente, eu ocupei o Tribunal Regional Eleitoral na vaga destinada aos advogados no biênio de agosto de 1998 a agosto de 2000, quando, naquela oportunidade, em determinado momento até marcante, porque se julgaram as contas dos dois candidatos mais relevantes da eleição disputada, as contas do Senador Eduardo Azeredo foram aprovadas por unanimidade – é um colégio eleitoral – bem como as do Senador Itamar Franco. Também lembro – porque foi um dia em que praticamente o Tribunal encerrava as suas atividades, depois daquele período todo – que as contas do Senador Eduardo Azeredo foram relatadas pela eminente Juíza Federal Ângela Catão e a corte, por unanimidade, aprovou as contas. As contas do ex-Presidente Itamar Franco foram relatadas por mim, Rogério Tolentino, na condição de juiz do Tribunal Regional Eleitoral e aprovadas por unanimidade pela Corte. Agora, todos sabemos – inclusive V. Ex^{as}, Parlamentares – que essas contas eleitorais têm até um encadernamento diferente no Tribunal Eleitoral. A capa do processo é diferente. Já na época em que eu compus o eleitoral se discutia sobre a conveniência de levar a Corte à aprovação dessas contas. Mas se entendeu que era um ato solene e que a Corte deveria aprovar, porque as contas vêm de um órgão técnico do Tribunal já devidamente demonstradas, analisadas, e incumbe à Corte apenas o procedimento de “acolho o parecer técnico da Casa e aprovo as contas”.

Esse é o voto que é dado nos tribunais eleitorais e, a bem da verdade, até no TSE, porque o juiz, nesse momento, não se imiscui naquela conta, porque o Tribunal já faz aquela apreciação, que é muito técnica.

Então, a imprensa veiculou de uma forma maliciosa: “Sócio de Valério aprova as contas de Azeredo”. Como eu já disse anteriormente, fui constituir uma consultoria com Marcos Valério em 2002. Em 2000 eu estava nas minhas funções, que não impedem a advocacia, de juiz eleitoral na Corte Eleitoral, como jurista. Esse é um fato isolado.

Outro aspecto que também foi veiculado tentando-se arranhar a imagem do Senador Eduardo Azeredo – e isso está no *site* do Partido dos Trabalhadores – foi de que eu, na condição de relator de alguns processos, teria absolvido o então candidato de propaganda eleitoral. Ora, todos sabemos, V. Ex^a, Parlamentares, sabem que as cortes eleitorais não julgam quem fez e o gasto da publicidade; elas julgam a propaganda no período eleitoral, se ela é permitida ou não, se pode ou não bem público.

Esses foram alguns processos que a imprensa catalogou naquele período e, maliciosamente, jogou

na imprensa, dizendo que o sócio de Valério também absolveu o Senador Eduardo Azeredo. É uma mentira! À unanimidade, o Senador, então candidato, foi absolvido porque a propaganda dele não foi considerada irregular, obedecido o critério do calendário eleitoral.

O terceiro item, que me incomodou profundamente – e esta é uma rara oportunidade de tratar dele ao vivo e para todos –, foi a questão de que, ainda no Tribunal, eu já patrocinava uma ação que envolvia interesses do Senador Eduardo Azeredo. Mentira também!

O Ministério Público Estadual – e isso já foi debatido exaustivamente perante esta Comissão –, em um processo investigativo que começou em 2000 e que, posteriormente, a respeito dele se ajuizou uma ação no fórum da capital mineira, que teve a sua competência deslocada em razão do foro privilegiado do então Senador Eduardo Azeredo, uma questão que envolve o Enduro da Independência, que V. Ex^{as} conhecem demais.

Eu estou elencado como advogado das empresas nesse processo, assim como o Senador e o seu Vice – consta no *site* do Supremo Tribunal – aguardamos o julgamento do Tribunal – e também fez-se muita confusão nisso do Supremo Tribunal Federal – na questão de um julgamento de uma Adin, onde se discute no Supremo se pode o Ministério Público, isoladamente, promover os chamados processos investigativos.

Há uma corrente no Supremo que entende que deveria haver uma atuação conjunta entre o Ministério Público e a Polícia competente para instaurar o inquérito, outra corrente entende que o Ministério Público, isoladamente, não pode.

Esse processo encontra-se sobrestado, aguardando o julgamento. Esses três fatos estão elencados, eles até hoje permanecem em um *site* na internet, e colocam a coisa de forma acintosa, desrespeitosa e totalmente equivocada. É por isso que eu gostaria de fazer apenas esse registro, porque ele é desrespeitoso com relação à minha atuação naquele momento do Tribunal, que não guarda a menor relação com os fatos que hoje são desenhados, discutidos e apurados perante esta Casa Parlamentar.

São essas as pequenas explicações. No curso dos nossos debates, colocho-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, inclusive esses que eu julgo que deveria, por uma questão de justiça comigo mesmo e, no caso específico, com o Senador Eduardo Azeredo, que foi colocado nesse procedimento, dessa forma um tanto quanto solta. A mídia comprou também de uma forma equivocada e as coisas permanecem dessa forma. Não é uma realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Dr. Rogério.

Da nossa parte, também, há clareza com relação – e é importante esse esclarecimento – da sua atividade profissional com relação à sociedade nessa empresa de consultoria.

Toda a linha de indagação vai ser sobre esses fatos que foram trazidos seja pelo Sr. Marcos Valério ou pelas investigações. Até para que se tenha oportunidade de esclarecimento hoje.

A primeira pergunta que faço é: porque o senhor fez o empréstimo de 10 milhões no BMG para o PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sr. Presidente, em determinado momento, o Marcos Valério, em conversa comigo, disse-me que iria tomar um empréstimo ao BMG da ordem de 10 milhões. Já havia conversado com a direção do BMG e o empréstimo seria concedido. Perguntou-me se haveria algum problema para mim, Rogério, que esse empréstimo fosse tomado por mim. Naquele momento já me assegurava: “Rogério, a DNA vai oferecer uma garantia, que é o próprio investimento que tem em um CDB. Isso garante o empréstimo”. Evidentemente, não vi como negar por minhas relações. Como já disse, fui advogado da empresa durante 18 anos. Tinha uma relação pessoal e uma relação, naquele momento, até societária, em uma outra empresa que nada tinha a ver com o empréstimo e com esses fatos. Disse-lhe que tudo bem. Assim foi feito. Foi tomado esse empréstimo. Aqui, hoje, tenho a oportunidade de falar a respeito, até mesmo para que não fiquem dúvidas. Confunde-se muito a questão da Tolentino e Melo com o Rogério Tolentino, que sou eu, e a forma.

Juridicamente, vieram as informações técnicas para V. Ex^{as}. Consta Rogério Lanza Tolentino e Associados. Na realidade, Rogério Lanza Tolentino sou eu, pessoa jurídica. Aí sim, sou eu o advogado.

O empréstimo de 10 milhões, Sr. Presidente, foi tomado por Rogério Lanza Tolentino e Associados. Desculpem-me, já que estou sempre repisando, nada tem a ver com a Tolentino e Melo. Temos aqui uma cópia do contrato, que coloco à disposição de V. Ex^a, apesar de saber que já na Comissão existe isso, e documentos que talvez não tenham vindo à discussão, como este, por exemplo: a deliberação do conselho de cotistas da DNA – registrado na Junta Comercial – deliberando que haveria uma caução nesse empréstimo com relação a uma aplicação em CDB no mesmo montante.

Aqui, a empresa que tomou é Rogério Lanza Tolentino e não Tolentino e Melo. Como isso gerou essa dúvida maior, tomo a liberdade de deixá-lo com V. Ex^a. Está aqui a deliberação e o termo de constituição de penhor de títulos e de outras avenças, que é realmen-

te esse CDB. Por coincidência – e neste momento também sou obrigado a confessar a V. Ex^{as} –, o BMG tomou a medida judicial de executar. Tanto é verdade que tenho aqui a cópia da execução, para a qual já fui citado, em que o próprio BMG, já em seu pedido, fala em execução em 24 horas, aquele estilo jurídico todo, “sob pena de serem penhorados os créditos objeto do contrato”, etc. O contrato foi tomado dessa forma e existe já a execução. Creio que há uma semana o Dr. Ricardo Guimarães esteve aqui e, em uma nota publicada pela Agência Câmara, admitiu que foi emprestado ao Rogério, que existe um penhor. Na realidade, aqui está. O contrato é mais um excesso de papel, porque me parece que já existe, mas vamos aqui ao contrato e às constituições de garantia. Aqui a execução, já ajuizada perante a 34ª Vara Cível de Belo Horizonte, onde esse CDB já foi penhorado. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Antes da questão da garantia e da execução. Também é uma pergunta a ser feita, só para esgotar a questão do empréstimo. O documento que recebemos é de um empréstimo feito em nome de Rogério Lanza Tolentino e Associados.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, foi feito em nome da pessoa jurídica?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E não da pessoa física?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Certo. Mas por que esse empréstimo foi feito para o PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem. Não foi feito para o PT. Marcos Valério disse-me: “Rogério, vou precisar de 10 milhões. Estou tomando no BMG. O pessoal do BMG empresta o dinheiro. Só que neste momento preciso que o empréstimo seja em seu nome, porque as outras empresas já estão com empréstimos. Você teria algum inconveniente? Eu, inclusive, estou dando... A DNA vai dar uma garantia a esse contrato”. Eu disse: “Não tem o menor problema”. Mas nesse momento não me disse que esse empréstimo era o PT. Certo? O empréstimo saiu e, posteriormente, ele me comunicou. E o senhor vai verificar aqui – evidentemente, estou colocando à disposição de V. Ex^{as}; fica difícil para mim – quando foi liberado o empréstimo, e aqui eu já trago, inclusive quebrando o sigilo, porque não houve. Existe um sigilo, eu imagino, da Tolentino e Melo, que é uma empresa para a qual o Marcos Valério nunca assinou um cheque e

para a qual nunca foi feito nenhum pagamento, V. Ex^a já deve ter constatado isso. Dessa empresa o senhor não tem nenhuma referência. E eu trouxe aqui toda a movimentação financeira dela, desde a época em que essa conta do empréstimo foi aberta.

Olha, em 26 de abril de 2004, creditou-se nessa conta R\$9.962.440,00. Houve três cheques que foram emitidos – e eu pediria a atenção de V. Ex^a. Eu trouxe aqui a cópia emitida pelos bancos. Por quê? Porque, nesse momento, o Marcos falou comigo: “Rogério, do que caiu na sua conta, você emite três cheques para mim”. Ele transferiu, então, para a 2S, que é uma empresa dele, que já foi por demais mencionada aqui, o cheque de seis milhões e quatrocentos e um cheque... Também a imprensa noticia isso aqui. Foi a questão da Bônus Banval, “que foi um cheque da Tolentino e Mello”. Não, não foi cheque da Tolentino e Mello. Aqui está um cheque de dois milhões e seiscentos e oitenta e outro de setecentos e setenta e dois, que o senhor tem cópia. Fica fácil. Olha aqui, este aqui foi para a 2S, a fotocópia. Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pode. Vamos lá.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Então, aqui, a copia dele, que foi para a 2S, o cheque que eu estou fazendo menção e que está aqui o gráfico dele emitido pelo Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tenho outro valor aqui. Esse é da 2S, que foi de seis e quatrocentos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Dos dez milhões, foram creditados nove milhões e seiscentos e pouco. Correto? É a operação bancária. Seis milhões quatrocentos e sessenta e três e tarara – olha o cheque aqui – foi para a 2S. Porque talvez a questão... Né?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ahã!

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Muito bem. Dois cheques – muito se discute para onde foi – é nominal a, porque o Marcos pediu, a Bônus Banval. A cópia dele, depósito na conta dessa empresa da Bônus Banval. Porque se discute aí com uma certa, às vezes partindo de uma premissa equivocada, que esse dinheiro, de repente, foi para outro canto. Não, esses dois cheques foram para a Bônus Banval, conforme esse demonstrativo. Então o senhor vai verificar: nove e novecentos menos setecentos e setenta e dois, dois milhões e seiscentos, seis e... CPMF: 37... Essa conta corrente foi a R\$143,00, da operação financiamento BMG, do empréstimo tomado pela...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Relator, por favor! Só se ele poderia informar as datas, para a gente...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Está aqui. A data é de 26 de abril, todos os cheques.

O SR. (Orador não identificado) – De 2003?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, de 2004. O empréstimo foi tomado em 2004. Naquela data, aberta uma conta no Banco do Brasil – esse histórico aqui. Isso aqui é documento emitido pelo Banco do Brasil. Foi creditada a Rogério Lanza Tolentino a operação de 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tudo no mesmo dia?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exatamente no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Creditado e sacado através de três cheques.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, sacado não, depositado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim, transferido.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Transferido, porque o dinheiro não era para mim. O Rogério se prestou a tomar o empréstimo. Caiu na conta. Tão logo caiu, três cheques foram emitidos, e eles estão aqui, com as suas fotocópias emitidas pelo Banco do Brasil. Um cheque maior foi para a 2S, e os outros cheques emitidos foram diretamente... Ele falou: “Eu vou precisar mandar uns cheques para a Bônus Banval”. Mandou, então, esses dois cheques. E a operação com o Rogério Lanza Tolentino iniciou e terminou aqui. Daqui para frente, até a presente data, nós temos aqui um extrato mensal, porque nessa conta não houve movimentação financeira. Então, o sigilo bancário com relação a essa operação está aqui.

Então, acredito que, independentemente de qualquer situação ou outro juízo de valor, a operação técnica é esta aqui: foi tomado um empréstimo, existe uma garantia, que, inclusive, já está sendo penhorada pelo BMG esta semana, numa execução, e esses 10 milhões tiveram este destino final: seis milhões foram para a conta 2S. E consta da contabilidade da 2S que, segundo informações também que tenho, já foi disponibilizado o CD, a contabilidade da 2S encontra-se na Casa, foi disponibilizada à Polícia Federal bem como à Procuradoria. Ou seja, uma relação em que a 2S transferiu esses cheques, conforme está aqui – também eu trouxe –, para esses valores, e, posteriormente, e aí já é dos debates da CPMI, como foi feito, aí o Marcos depois, aí a Bônus-Banval pagou a alguém, a pedido do Delúbio, e depois retornou-se com esse dinheiro à 2S. A ida... Estão aqui os dois cheques saídos deste valor. Marcos fez essas transferências e retornou, também por ordem do Delúbio, segundo consta dos depoimentos, esses valores à 2S.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor é sócio da 2S também ou não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor.

Sr. Deputado, eu até agradei a oportunidade para desmistificar certas coisas independentemente de juízos de valores, porque misturaram-se muitas coisas, inclusive com a minha. Alguns Parlamentares não estavam aqui no momento... Algumas situações em que eu... Porque eu sou advogado da SMP&B há 18 anos. Posteriormente, em 2002, o Marcos convidou a mim e a outro colega que dava assessoria para as empresas também a montarmos uma consultoria, consultoria que levou esse nome “Tolentino e Melo Consultoria Empresarial”, que não tem nada a ver com a advocacia que Rogério Lanza Tolentino sempre teve, há 33 anos, com atividades extras, igual eu tive, no Eleitoral, no Tribunal de Justiça. Não tem nada a ver.

Então, ela se misturou aqui em 2002, e a imprensa confundiu determinados fatos e aí veio o empréstimo. Falam: “foi a Tolentino que mandou” ou “foi o Tolentino que mandou”. A Tolentino é a empresa, o Tolentino sou eu.

Então, o motivo de estarmos aqui hoje – eu gostaria, estou inteiramente à disposição – é exatamente para colocar os fatos nos devidos lugares...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nunca fui, Deputado.

A 2S é 2S de Santiago, que é sobrenome da mulher do Marcos, a Renilda. A 2S foi criada, é uma empresa, vamos chamar, em função de que? Porque ela é uma apenas empresa que tem a conta e valores que gerencia. O Marcos até, na CPMI, teria dito isso. Ou seja, com a 2S ele pagava contas dele, particulares, outros empreendimentos que ele tinha como a Cepel. O senhor está me entendendo? Pela 2S transitou dinheiro dele. Esse empréstimo que eu peguei passei para ele, mas eu nunca fui sócio da 2S. Existe Tolentino e Mello, que tem um terço do Marcos Valério, um terço meu e um terço do José Roberto, consultoria, e existe... O José Roberto tem a atividade dele de advogado durante muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor só tem essa sociedade com o Marcos Valério? Não existe outra empresa em que o senhor tenha se associado com o Marcos Valério? Nenhuma? Só essa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Só essa, Deputado, em abril de 2002. Daí esse tumulto quando até fala “o sócio do Valério aprovou...” Eu tenho 33 anos de advocacia, eu não caí de pára-quebras nessa

história. Existem alguns momentos em que eu estou envolvido pela minha intimidade de tempos com essas empresas. Eu advogo para a SMP&B há 18 anos e advogo pontualmente para a DNA a quatro ou cinco anos. Então, criou-se...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nós vamos trabalhar o empréstimo, as garantias, mas essa parte técnica, pode ser até um pouco chato, mas eu vou pedir para nos ajudar. Quer dizer, o senhor também presta serviço de advocacia para o Marcos Valério e para as empresas dele. Correto?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sou advogado de todas as empresas de Marcos Valério... Só esclarecendo para que fique coisa... Da SMP&B eu sou advogado já há 18 anos, antes de surgir Marcos Valério na SMP&B. Eu estou na SMP&B, se não me engano, desde 1988, prestando assessoria a eles. Marcos Valério chega em 1996, dentro desse episódio que já foi bastante discutido. E eu continuo como advogado da SMP&B. Perfeito?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu estou na SMP&B há 18 anos, desde... Eu falei 1988 ou 1998? Não, 1988.

O Marcos Valério chegou, Deputado, se não me engano, a data precisa eu não sei, mas em 1996, quando ele agregou a SMP&B Comunicação à figura do então Vice-Governador de Minas Clésio Andrade. Marcos Valério chega com Clésio Andrade e eles constituem como SMP&B Comunicação. A Publicidade era uma empresa já enfrentando problemas enormes. Também foi colocado desta forma. Ela, inclusive, ainda existe com o nome de Solimões.

Então, à SMP&B Publicidade, em que um sócio faleceu, Marcos chegou em 1996. Como ela era inviável, como é até hoje, que tem procedimentos fiscais e débitos, criou-se uma SMP&B Comunicações, com o Sr. Clésio Andrade. Às vésperas da eleição de 1998 o Sr. Clésio Andrade desincompatibilizou-se, e, posteriormente, as empresas continuaram com Marcos Valério. Como elas eram competidoras e concorrentes no mesmo mercado e alguns clientes começaram a se sentirem incomodados com isso, por causa de plano de ação e essa coisa toda, surgiu a empresa chamada Graffiti, que nada mais é do que a titular de 50% das cotas da DNA. Isso nós estamos falando das empresas quando elas existiam, porque hoje elas já não existem mais. Então, a Graffiti detinha 50% da DNA e, dos outros 50%, 40% de Margareth, que é viúva de Daniel Freitas, que é outra grande confusão, e às vezes se cometem algumas injustiças. O Daniel é falecido, sobrinho do Vice-Presidente José Alencar. A DNA é

inquilina de um prédio de propriedade da Coteminas, onde até existe um escritório do Dr. José Alencar até hoje, mas não tem nada a ver, não guarda a menor relação. Por coincidência, a SMP&B é inquilina de um prédio da Petros, onde ela funciona até hoje, desde os idos de – não quero errar – 1986, qualquer coisa, e de repente – até se debateu muito nesta CPMI – esse prédio vem a ser de propriedade de Ricardo Sérgio de Oliveira. Mas a SMP&B é inquilina desse imóvel, como todos lá. Então, todos passaram a ser inquilinos – não é verdade? – dessa situação.

Então, esse é o quadro das empresas, e a gente vai repetindo para que todo mundo possa entender, porque há uma certa confusão nisso, principalmente comigo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, até para ajudar a compreender a contabilidade e o que ele apresentou. Marcos Valério informou à Polícia Federal que enviou recursos via Bônus-Banval: 900 mil para o PL, 750 mil para o PT do Rio de Janeiro, 120 mil para o PT do Distrito Federal, 940 mil para o PT – aqui não há identificação –, 1 milhão e 200 mil para o PP, totalizando R\$3 milhões e 915 mil. Ou seja, houve um repasse direto de recurso para a Bônus Banval. É isso? Não se trata de crédito com a Bônus Banval?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, veja bem, vou dar uma explicação no limite do meu conhecimento, porque as operações, paga a quem, isso não é comigo, eu nunca estive envolvido nessa operação de vai para quem.

As operações de transferências foram efetivamente feitas desta forma, e se os valores não são esses, há um erro matemático, porque os valores estão aqui com relação até aos cheques, porque se tem uma cópia, correto? Em determinado momento, Marcos Valério transferiu para a Bônus-Banval – e aqui está a contabilidade, e esta é oficial. Talvez alguma coisa solta possa gerar equívoco, mas vamos tomar... Porque isso aqui me foi entregue, oficial, com os documentos que eu lhe entrego aqui, com relação a dois cheques de minha emissão. Foram transferidos para a Bônus-Banval esses valores aqui, que, posteriormente, depois de alguns repasses que já são do conhecimento da CPMI, foram recambiados para a empresa 2S através desses pagamentos. Inclusive, os cheques estão elencados aqui, que vou deixar com V. Ex^a, porque talvez...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas por que 2S e por que aqueles cheques emitidos para essas empresas relacionadas aqui?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, não, esses cheques não foram emitidos por essas empresas. A Bônus-Banval – e aí o senhor me

desculpe, eu não sei informar – enviou esse dinheiro – e, ao que consta, a pedido de Delúbio, certo? Foi para a Bônus.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A pedido do Delúbio? Ele que pediu para mandar para a Bônus Banval.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Segundo o Marcos Valério já explicou. Correto? Então, esse dinheiro foi para a Bônus.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É que está havendo uma dúvida nisso.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tá. Só para...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tem certas horas que ele afirma que não foi o Delúbio.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, eu estou dizendo o seguinte: eu não sei informar, porque isso não é da minha alçada. O dinheiro foi para a Bônus e teria sido repassado para alguém. Esse alguém, Deputado, eu sei tanto quanto o senhor, por informações da CPMI. Foram repassados, e alguns valores voltaram à 2S. A contabilidade aponta a remessa desses valores, os depoimentos apontam quem recebeu ou teria recebido da Bônus, e, como não se gastou esse dinheiro todo, a sobra – vamos dizer – lá na Bônus o Marcos pediu de volta e a Bônus enviou para a 2S de volta através desses cheques dessas empresas, que estão contabilizados e relacionados nesta relação da contabilidade dele, que neste momento eu tenho porque me entregaram. Então, toda a operação financeira de valores e detalhada é esta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas por que essas empresas? É coincidência? Isso foi uma mera... É um ato unilateral da Bônus Banval ou era de conhecimento da 2S ou do Marcos Valério ou de quem cuida...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Que viriam dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dessa forma, exatamente.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não seriam, não. Ele mandou para a Bônus Banval para efetuar determinados pagamentos e pediu o dinheiro de volta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, foi creditado e ninguém questionou o porquê dessas empresas?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, porque, simplesmente, ele queria recambiado o dinheiro que ele mandou. Mandou nove e gastou – estou só exemplificando – quatro, ele tem cinco de crédito com a Bônus-Banval. A Bônus-Banval recambiou esses cin-

co ou quatro para ele. O senhor está me entendendo? É a explicação...

Como?

O SR. (Orador não identificado) – Para a gente entender melhor, quanto ele mandou e quanto ele recambiou?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu estava com outra planilha, mas o senhor pode ler, Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A planilha que tenho aqui informa que foram remetidos à Bônus Banval...

O SR. (Orador não identificado) – O senhor tinha falado 2 milhões e 680.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O senhor me desculpa. Eram 2 mais 700... É porque eu estava ainda num ambiente de uma certa informalidade, de poucas pessoas, e a gente já havia avançado um pouco na conversa. Então, seria até conveniente se fizessemos a xerox para acompanhar... R\$9.783.009,33.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Esse é o valor líquido, que foi do empréstimo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou tirar uma cópia aqui para distribuir.

O valor líquido do empréstimo está aqui.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O valor líquido do empréstimo é uma coisa, o valor que foi encaminhado para a Bônus é outro, porque foram aproveitados do empréstimo apenas dois cheques meus, você está entendendo? Um de 2 milhões e tanto e outro de 700. Mas o Marcos enviou para a Bônus cheque da 2S, além dos meus dois.

O SR. (Orador não identificado) – Além dos seus dois?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É. Não foram enviados. A confusão está no seguinte sentido: como tirei 9 e 700 e tanto aqui, estes 9 e qualquer coisa não foram eles que foram para a Bônus Banval. O Marcos me pediu três cheques.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi para a própria dele. Não significa que esses 6 ele enviou esse valor de lá – enviou mais ou menos. Dois cheques deste empréstimo, emitidos por mim foram, que significam 3 milhões, 460 e 850, que é 770, com esse valor que o senhor acabou de mencionar.

O SR. (Orador não identificado) – São 2.680.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Na realidade, o que foi encaminhado pela 2S na sua totalidade? Assim é contabilizado: R\$9.783.009,93.

Repasse para o PT, com intermédio da SMP&B: 3.915 redondo. Está na contabilidade. O que ocorreu? Devoluções efetuadas por Bônus-Banval com depósito no Banco do Brasil. Lista, total devolvido: 6.796,70. É o saldo na conta-corrente e que voltou dessa forma nesses cheques que aqui estão elencados.

Essa é a informação contábil da operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Estou pedindo para tirar uma cópia só para registrar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, também queria uma cópia porque é importante para termos uma leitura. Está claro que são só três cheques, mas esses três cheques depois se desencadeiam numa série de outras operações.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Na realidade, pagamentos pela Bônus Bonval e depois voltando para ele, que são operações diversas, porque ele também não veio num volume só.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É um empréstimo inicial de 10 milhões e entram líquido 9.962,440, no empréstimo líquido. Desse valor, o Dr. Rogério passa os cheques totalizando 3.460,850 – vou tirar cópia – e totaliza com mais R\$6.322.159,33 com cheques nominiais passados pelo Marcos Valério, totalizando R\$9.783.009,33.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Por exclusão, se o Marcos enviou para a Bônus Banval – e está aqui a cópia de dois cheques de minha emissão – e o valor é 9, excluindo esses 2, o restante foi da 2S, porque a confusão é que esse empréstimo do BMG teria sido feito uma triangulação: veio em meu nome e foi direto. Não. Ele tirou e falou: “Faça três cheques para mim”. Depositou na conta da 2S e dois foram direto para a Bônus Banval. E que ele complementou com cheque dele da 2S.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois ele picou, vários cheque pequenos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Só exemplificando: foram 9 em três cheques. Gastou-se 3 ou 4 lá da forma que já foi desenhada e retornou-se à 2S um determinado valor, também de uma forma em vários pagamentos. Essa é a operação financeira da 2S/Banval. Agrega-se aqui a operação tomada – ela entra, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Daí há uma devolução da Bônus Banval de R\$5.861.212,63 através de depósitos no Banco do Brasil, de cheques das empresas Dínamo Distribuidora de Petróleo, Lagard do Brasil, Capcom Comércio e Importação, Lord Indústria e Comércio Ltda, Itafarma Importação e Exportação, Pecuária Novo Horizonte,

Sigma Projetos de Engenharia e Construção e depósitos diversos no valor de 2 milhões e 669 mil reais.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Estão elencados aqui, inclusive, alguns cheques que voltaram – 500 da Bônus. Ele mandou para a Bônus e a Bônus, retornando o dinheiro, mandou cheque que ela não tinha na contabilidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Veja bem, quero uma cópia, até porque fica uma curiosidade, senão uma grande dúvida, maior ainda, Presidente Gustavo Fruet, porque, na medida em que foi um cheque de 2 milhões e 680 do Tolentino direto para a Banval, mais um cheque de 772 direto para a Banval, encerrou. Daí passou um cheque de 6.473 para 2S, que depois passou para Bônus-Banval. A Bônus-Banval devolveu. Devolveu por quê?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, a explicação que tenho e que também já foi explicado, é a seguinte: foi repassado a Bônus Banval um determinado valor que teria um destino, correto?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que seria o PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Efetuados alguns pagamentos, a sobra desse dinheiro retornou a Marcos Valério, porque, a bem da verdade, o dono desse dinheiro era o PT, na contabilidade de Marcos Valério.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, veja bem...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Essa é a explicação técnica...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...mas veja bem que não bate, veja bem que não bate. Esses nove milhões e pouco, através de dois cheques seus, foram para a Bônus-Banval, mais seis milhões e pouco que o senhor passou para 2S, que em tese teria ido para a Bônus-Banval também. E Marcos Valério diz que esse dinheiro é do PT.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...que é para o caixa dois do PT. Depois, em vez de o PT pagar o Marcos Valério, devolver para o Marcos Valério, curiosamente a Bônus-Banval devolve para o Marcos Valério através de cheques para de vários clientes. O que me autoriza uma leitura, que na verdade são clientes da Bônus-Banval que estão contribuindo com o caixa do Marcos Valério, porque o dinheiro não é o mesmo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Deputado....

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é devolução, não é pagamento.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – eu não tenho conhecimento de fato e técnico sobre a matéria. O que me trouxe aqui a uma explicação foi que, na realidade, de uma forma equivocada, confundiram-se esses valores e a origem deles, um valor saiu desse empréstimo tomado no BMG que foram transferidos a Bônus Banval. Por alguma determinação, e aí eu não sei informar, porque isso não é do meu dia-a-dia, uns pagamentos do PT foram efetuados pela Bônus-Banval, e por algum motivo não se gastou todo esse dinheiro. Esse dinheiro então, foi estornado não para o PT, porque quem gerenciava esse dinheiro era o Marcos Valério, que ficou claro para todo mundo, nessa contabilidade que ele tinha desses empréstimos com relação ao PT, mas dentro da contabilidade dele. V. Ex^a pode até discordar, mas estou dizendo o seguinte: a minha posição aqui é que eu não sei porque eu não sou o contador e eu não sou o operador dessa situação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Entendo a sua situação. Quanto mais o senhor explica, menos a gente compreende, até porque essa explicação não pode vir do senhor porque em tese o senhor não deveria saber, embora eu veja que sabe bastante, sabe mais do que estamos pedindo, porque não estamos pedindo essa explicação. O senhor é que está dando.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu estou-lhe dando essa explicação...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, está dando, mas ela não convence.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – ...não, mas eu não vim aqui para convencer os senhores, eu vim para prestar um esclarecimento porque eu tomei dez milhões. E aqui eu trouxe um documento, que até então esta CPMI não tinha esse documento, e até gerou algumas dúvidas, Deputado. A questão de juízo de valor, o que foi feito ou que deixou de fazer...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas veja bem...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas estou dizendo o seguinte, o senhor entendeu? É porque falam assim: o Tolentino tomou. O Tolentino tomou, aqui foi emitido um cheque que não existia à disposição da CPMI, que é um cheque que eu emiti e foi para a Bônus-Banval, agora a mecânica onde passa da linha de suposição de V. Ex^a com relação a Bônus-Banval, aí já não é da minha alçada, o senhor está entendendo? Eu vim aqui para trazer esclarecimento. Olha, é o seguinte, não vamos partir de uma premissa equivocada, um número é este por causa disso, e está aqui documentalmente. Agora, daqui para frente é outra história.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu acho melhor o senhor separar, porque o senhor vai criar mais confusão. O seu problema são os três cheques, e está esclarecido.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas é que estou esclarecendo aqui...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esses três cheques para mim estão esclarecidos. Agora quanto ao mais...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quanto ao mais, Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...virou samba do crioulo doido.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Aqui, respeitosamente, Deputado, e respeitosamente, não é da minha conta...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estou dizendo assim, da forma que o senhor está falando aqui. O empréstimo... porque havia uma certa dúvida, e o Deputado Fruet, logo no início que estávamos aqui, bem informalmente conversando, é a função de se era da Tolentino e Melo ou Rogério Lanza Tolentino que tirou esse empréstimo. Então, a minha documentação é toda para mostrar a origem da coisa. Aí, como V. Ex^a diz, daí para frente é outra história. Dizendo respeitosamente: não é da minha conta, ou seja, isso aí é contabilidade, é outra história, é Marcos com o PT, com a contabilidade dele, não é comigo, Rogério, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas existe isso? É possível alguém emprestar dinheiro? Ele tem autorização do Banco Central para isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu não saberia responder isso para V. Ex^a, até mesmo porque o Marcos Valério em diversos momentos já respondeu a questionamentos dessa ordem. Eu, Rogério, advogado, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É porque da primeira vez que ele veio nós não tínhamos o grupo de informações que nós temos hoje. Eu acho que está amadurecendo para uma nova convocação. Mas a questão é que não há empréstimo dele para o PT.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. O empréstimo formalizado, documentado...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É a palavra dele somente.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A palavra dele e a palavra do Delúbio, dentro daquilo que ele já disse. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas ele não está executando o PT por esse empréstimo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Está executando... Do contexto execução, a ação judicial que compete ao Marcos Valério contra o PT não é um procedimento de execução, que é esse onde o título é formal, uma letra de câmbio, igual existe essa execução que eu estou mostrando a V. Ex^a. O que existe é um procedimento de caracterizar, por meio de outras provas, num procedimento ordinário, que ele tomou esses empréstimos que repassou ao PT. E aí, sim, depois de uma sentença, num procedimento ordinário de provas e de se comprovar que isso efetivamente ocorreu – não estou dizendo, não é verdade? – aí há um título executivo judicial que ele poderia vir a executar no PT. No momento, há um descompasso entre isso, juridicamente falando. É evidente que sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor que assina essa ação? A petição?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. As execuções sofridas pelas agências e as demandas contra o PT que não são processo de execução... Banco Rural e Banco BMG executam, porque eles estão calçados num título.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não. Eu me refiro na relação dele com o PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ele propôs uma ação em São Paulo ou em Belo Horizonte?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Propôs uma ação em São Paulo, porque o escritório de advocacia de um dos advogados – porque nós somos hoje quatro advogados que cuidamos dessa estrutura jurídica toda que envolve o Marcos Valério – cuida disso em São Paulo.

O processo ainda está na sua fase inicial, desenhando essa relação em termos de provas no Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou seja, ele quer comprovar que esse dinheiro foi emprestado para o PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Apesar de ele não poder emprestar dinheiro?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É. E que seria credor do PT em decorrência de tudo. E como se pretende provar isso na Justiça? Com todos esses fatos envolvendo essas questões todas.

Se vai provar ou não lá na frente é uma questão de prova judiciária. Mas ouve, sim, a ação. Está em curso em São Paulo, sendo que o Banco BMG e o Banco Rural ajuízam em Belo Horizonte ações de Execuções, aí sim, por valor líquido e certo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E quem pediu para o Marcos Valério o empréstimo? Quem solicitou a ele que fizesse os empréstimos junto aos bancos?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, infelizmente essa intimidade dessa relação eu confesso a V. Ex^a que não sei. Como ela surgiu, como foi e como evoluiu? Eu sei tanto quanto V. Ex^a com relação aos depoimentos já prestados à Procuradoria e aqui nesta CPMI sobre a forma como isso se originou. Mas, na realidade, seria ordem subjetiva achar que foi assim ou assado. Confesso a V. Ex^a que não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Rogério, o seu escritório havia emprestado dinheiro antes? A sua empresa de advocacia?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nunca! Eu emprestei numa contingência, porque o Marcos me disse: Rogério e estou precisando arranjar R\$10 milhões. Eu conversei com o pessoal do BMG e eles irão me emprestar. Eu preciso tomar esse dinheiro. Vamos tomar em nome da sua empresa? Eu, Rogério. Mas a DNA dá uma garantia de que não tem o menor problema. Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E por falar nessa garantia, o BMG está executando esse empréstimo da sua empresa. Essa garantia também não foi dada pelo Marcos Valério numa execução de INSS em Minas Gerais?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Discutiu-se isso num momento em que existe um procedimento judicial do INSS contra a DNA.

Quando se noticiou pela mídia a questão de propriedades rurais que de repente poderiam não atender àquela garantia em juízo, porque foi apenas garantia para possibilitar a discussão, o próprio INSS se encarregou de promover uma busca de algo e detectou essa aplicação da DNA. Ela tentou a penhora. Ao que me consta não conseguiu, porque o Tribunal Regional Federal parece que não acolheu esse pedido e atendeu a um agravo de instrumento interposto pelo BMG, por meio do advogado Sérgio Bermudes, trazendo essa garantia para o processo aqui, porque ela é garantia dessa dívida e não poderia ser motivo de uma penhora em função dessa garantia de penhor que existe.

É mais ou menos, mas é uma discussão que não está afeta, porque eu não sou advogado do BMG e nem cuido dessa parte do INSS, e nem sou advogado das execuções, mas a questão do BMG, tenho certeza de que o Tribunal Regional não acolheu o pleito do INSS, de deslocar para essa penhora.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tinha conhecimento dos outros empréstimos feitos pelas outras empresas do Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Depois era do conhecimento de todos, que realmente ele tinha tirado esses empréstimos e passou. Negar isso é...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Depois da CPMI. Mas eu digo antes, porque já tinha ocorrido empréstimo antes do seu. Ele já tinha feito outros empréstimos, não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – No curso do dia-a-dia da empresa já se sabia que ele tomou esses empréstimos e passou. Claro que veio a domínio público com a CPMI, mas falar-se hoje que ele tomou empréstimo e que ele não contou a ninguém que teria repassado. Não, essas coisas... Os sócios dele tomaram conhecimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece o Delúbio Soares e Silvío Pereira?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual a relação deles com V. S^a, com o seu escritório?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Comigo?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É. E com as empresas do Marcos Valério.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Com o meu escritório, nenhuma; com as empresas de Marcos

Valério, também já foi debatido à exaustão; e comigo e com o Rogério, foram encontros casuais. Alguns com o Delúbio, outros com o Silvío, em termos de encontrar no próprio Partido, algumas vezes que eu fui em São Paulo e aqui em Brasília, mas encontros casuais. Nunca participei de conversas; nunca tive outro tipo de intimidade a não ser sentar, tomar um cafezinho e conversar sobre alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor poderia explicar a questão da compra do apartamento da Sr^a Maria Ângela Saragoça, em novembro de 2003, lembrando que o contrato de compra e venda foi assinado em 18 de dezembro de 2003 e registrado em cartório em 6 de fevereiro de 2004?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, parece-me que há um grande equívoco nisso. Pela imprensa, tomei conhecimento que a Ângela, ao vender o apartamento dela, foi em busca de um apartamento maior. O.k.? E aí ela precisou tomar um empréstimo pelo Sistema Financeiro e eu não conheço essa operação. A operação de que eu participei, eu comprei e não houve promessa de compra e venda; houve a lavratura da escritura. Eu paguei R\$ 115 mil. Certo? Então, aí talvez haja uma confusão com relação... E eu lembro de que saiu uma reportagem no **Estado de Minas** – e pode ter também saído no **Correio Braziliense** – nesse sentido, mostrando que depois a Ângela comprou um apartamento maior. E aí eu não sei o que aconteceu. A coisa até ficou chata porque arranhou um pouquinho em termos de que eu estaria dentro daquele contexto. O meu contexto não: eu comprei o apartamento da Ângela, paguei e lavei a escritura. Então não houve promessa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como o senhor ficou sabendo da venda do apartamento? Alguém lhe falou? Quem foi?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Olha, se alguém disser em contrário está sendo equivocado. A bem da verdade, o apartamento da Ângela, também, pela imprensa foi colocado e parece que tomou umas outras conotações. Mas foi o seguinte: o Ivan Guimarães queria comprar o apartamento da Ângela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O Ivan Guimarães, ex-diretor do Banco Popular?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exatamente. O Ivan Guimarães, um dia...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele já depôs na CPMI, era Presidente do Banco Popular e agora é conselheiro de três empresas, ganha R\$ 36 mil por mês.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, infelizmente isso eu não

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sorte dele, não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Deputado, um dia na sede lá do PT, tomando um cafezinho – ali embaixo, tem um café, quem conhece o PT, ali tem algumas mesinhas – estavam o Ivan Guimarães, o Silvío Pereira. Ivan queria comprar o apartamento da Ângela e disse que não tinha condições de comprar, e que queria ele, Ivan, naquele momento – a conversa era nesse sentido –, o apartamento atendia às necessidades da mãe dele, em função da localização e tudo. E ele não tinha condições de comprar. E aí ele brincou e me perguntou: você quer comprar o apartamento da Ângela? É... eu não tenho condições, você alugaria para a mamãe, e um dia se eu tivesse condições e você quisesse se desfazer, tudo bem, eu veria, lá na frente se eu tenho condições. E você estaria ajudando a uma série de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quais pessoas?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Todos os envolvidos na transação, inclusive por se tratar da ex-mulher, na época, do Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer: ele lhe falou isso.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A conversa foi nesse nível: olha, nós temos um problema, você não quer investir, comprar um apartamento? Eu comprei o apartamento. A conversa foi essa. Então, alegar-se que não sabia que o apartamento era da Ângela, mulher do José Dirceu, isso é balela. A realidade é a seguinte: o Ivan quis comprar o apartamento e não tinha condições financeiras naquele momento; na brincadeira, me ofereceram e eu comprei. E eu tenho o apartamento, está registrado em meu nome e, se precisar de comprovar, aliás, se a comprovação disso passar pela necessidade de até vender esse apartamento, ele fica colocado à venda para qualquer um dos senhores para a gente lavar a escritura amanhã, sem o menor problema, porque ele está declarado no meu Imposto de Renda, está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não é isso. Sendo bem franco, Dr. Rogério.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Preço de pechincha, é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Depende. (Risos.)

Pelo menos os meus cento e quinze.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Rogério, brincadeiras à parte. Sejam objetivos. O que nós queremos caracterizar é que isso é tráfico de influência. Quer dizer, o senhor já tinha comprado apartamento de alguém? O senhor conheceu o apar-

tamento antes de comprar ou comprou por essas motivações?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Comprei, Deputado. Estou sendo de absoluta franqueza com Vossa Excelência, me foi colocado numa roda assim, o Ivan falou: “Olha, eu estava querendo comprar o apartamento. Atende pela localização? A mamãe não tem condição. O apartamento é da Ângela.” Não precisa falar determinadas coisas, Deputado, vamos ser francos. O apartamento é da Ângela, a ex-mulher de José Dirceu. Está embutido na conversa, não está? Quem quer... A Ângela não é qualquer um, é a ex-mulher de José Dirceu. “E aí você estaria nos ajudando. Me ajuda e depois eu compro o apartamento de vocês, se for o caso”. Então, essa foi a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor não tinha nenhum imóvel em São Paulo ou já tinha outro imóvel?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Não tinha e não tenho. Só tenho este. Agora, para mim, pensei e comprei. Dentro desse contexto. Mas não foi colocado nada como “Ah..., porque é o Zé”. A Ângela é uma das ex-mulheres de José Dirceu. Ok. Eu vou querer esse apartamento um dia porque atende a minha mãe e eu não tenho condições de comprar”. E eu comprei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o senhor alugou para a mãe dele ou não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Está alugado para a mãe dele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E foi pago à vista, em dinheiro e não em cheque?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quando?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quanto?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu já disse e eu estou repetindo aqui, agora: foi no cafezinho, lá no PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso é onde. Estou perguntando quando.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah! foi um pouco antes. Desculpa, porque eu não entendi. A conversa foi ali no cafezinho. O momento, Deputado, foi um pouco antes. Eu não saberia precisar: vinte dias, trinta dias, do momento em que se lavrou a escritura. Se a escritura foi lavrada em novembro, a conversa pode ter sido em outubro. Estou dizendo para o senhor, mediou esse intervalo aí. Não demorou. Eu falei: tudo bem. E daí a pouco nós lavramos a escritura, porque

eu efetivei o negócio, correto? Então, pode ter mediado trinta dias, por aí.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Ivan eu conheço desse período de 2003 para cá, porque algumas vezes, Deputado, eu fui ao Banco do Brasil. Eu sou advogado das empresas, então, eu conheço essas pessoas. Eu já fui ao Banco do Brasil, visitando, essa coisa toda. Então, eu conheço muitas pessoas do Governo nesse sentido, apesar de não ter relação pessoal.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o senhor o conheceu o Sr. Ivan Guimarães lá no Banco ou no PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Eu conheci o Ivan Guimarães no Banco. Quando da transação é que a conversa saiu no PT.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual transação, doutor Rogério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, de me oferecer o apartamento. É porque ele está me perguntando quando e onde e eu estou tentando esclarecer. Eu conheci o Ivan Guimarães no Banco do Brasil. A nossa conversa depois foi, um dia, casualmente, no PT...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quem assinou a escritura e comprou e pagou foi o senhor mesmo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como? Foi o senhor que foi lá e assinou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu sou o comprador.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E a Sr^a Ângela não se surpreendeu com a sua presença no momento da aquisição?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu acho que não. Não houve surpresa nenhuma não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Sr. Ivan Guimarães estava presente nesse dia?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Ivan estava presente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E aí ele o apresentou para ela?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A operação toda foi concatenada, gerenciada, ou qualquer termo nesse sentido, pelo Ivan Guimarães. Não tem meia dúvida com relação a isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o senhor conhece o Sr. Ivan Guimarães, segundo ele mesmo disse, desde março ou abril de 2003,

correto? Em torno disso, um pouquinho menos, um pouquinho mais...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pode ser até menos. É, seria...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, quer dizer, se o senhor me conhecer neste ano e ano que vem eu lhe pedir para comprar um apartamento para botar a minha mamãe, o senhor compra?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu já deixei claro o seguinte...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, eu estou sendo pragmático e objetivo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Compraria, Deputado. Por que não? Se fosse para ajudar o senhor, eu compraria. Para ajudar...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para ajudar, eu compreendo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, espere aí, Deputado. O senhor fez a pergunta nesses moldes. Para ajudar minha mamãe, eu estou respondendo que eu ajudaria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu acho que está bem. O senhor está indo muito bem no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ainda neste ponto, com relação à contratação dela no BMG, o senhor teve conhecimento ou teve participação?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não tive participação nenhuma, mas sei, nos moldes que o próprio Marcos já relatou, ele solicitou, ela se submeteu a uma avaliação, o BMG a contratou. Sei também que ela tirou um empréstimo, depois, pelo sistema financeiro de habitação via Banco Rural. Na época foi ajudada pelo José Augusto, que infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, como advogado do Marcos Valério, o senhor acha que isso tudo foi coincidência, todas essas operações, dos empréstimos, da contratação e da compra do apartamento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Coincidência em que sentido, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou isso... O senhor, como advogado, não foi consultado com relação aos empréstimos?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E também não foi consultado com relação a outros procedimentos na empresa, nessa relação com o PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, são...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Coincidência que o senhor foi objetivo hoje de afirmar que, através do contrato com Ivan Guimarães, comprou, sabendo de que se tratava o imóvel.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o que nós estamos querendo caracterizar, Dr. Rogério, e aí também sendo muito objetivo...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – ...se existem indícios, não da sua parte, mas por parte de algumas pessoas envolvidas nesse suposto empréstimo de corrupção e tráfico de influência, então há uma enorme coincidência nas datas dos empréstimos, na data desse contrato dessa compra que o senhor faz do apartamento da Maria Ângela...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – ...e, na contratação dela, junto ao BMG e no empréstimo Banco Rural, todas elas com a participação do Sr. Marcos Valério, seu cliente.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor não sabia, não tinha conhecimento disso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Deputado: como que foi conversado com o Marcos a questão de arranjar emprego para a Ângela ou de tentar arranjar um empréstimo, isso eu não saberia dizer a V. Ex^a. O fato é que foi arranjado, não é verdade? Da mesma forma como me foi solicitado aqui: “Você não quer comprar o apartamento da Ângela?” Eu comprei. Agora, como que isso foi colocado, eu não saberia dizer. Só posso-lhe afirmar que foi feito, mas como que foi, que dia e como foi a conversa, “vamos ajudar a mulher do Zé”, isso ou aquilo, não saberia dizer a V. Ex^a porque nessa conversa eu não estive presente. Se fosse alguma conversa que eu estivesse presente e que pudesse dar o meu testemunho e que se não fosse alguma coisa de natureza profissional, que eu estivesse ali como advogado, nesse caso específico, eu poderia falar, eu diria a V. Ex^{as}, mas eu não estive presente à forma que isso foi conduzido. A consequência foi que a Ângela arranhou emprego no BMG, a Ângela conseguiu obter um determinado valor para complemento, e esta operação que V. Ex^a diz é uma operação dela com o futuro, que eu vi que houve uma confusão de coisa, porque, no passado, foi compra e venda. Na frente, é que eu não sei o que ela fez. Se houve aí, parece que houve uma promessa de compra e venda; e isso eu

vi pela imprensa no **Estado de Minas** ou no **Correio Braziliense**, se não me engano.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Deputado Fruet, só acrescentando.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Claro, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Marcos Valério confirmou ao Ministério Público que ajudou a Maria Ângela a comprar esse apartamento, ele confirmou.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exatamente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não teria sido ele o responsável pela sua colaboração, ao adquirir o apartamento? Ou foi o Marcos Valério que lhe pediu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Senador, eu só queria entender o fecho da pergunta do senhor, que confesso que eu me perdi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se não foi o Marcos Valério que lhe pediu para adquirir esse apartamento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele me pedir?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não foi, não, Sr. Senador, isso...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele declara que ele estava empenhado em ajudar a Sr^a Maria Ângela, tanto é que ajudou com o empréstimo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Perfeito. A colocação dele é a colocação que ele fez, e, na verdade, o Marcos auxiliou na questão de ajudar no empréstimo e arranjar uma colocação para ela no BMG, perfeito? Mas com relação à aquisição que eu fiz, não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só registrando uma curiosidade, Deputado Fruet, é que a Dona Maria Ângela declarou apenas R\$42 mil como valor do apartamento adquirido, exatamente o valor do empréstimo obtido junto ao BMG. Não sei o que pode isso significar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, se V. Ex^a permite, é exatamente a pergunta que o Deputado Fruet me fez no início, a questão se existia ou não uma promessa de compra e venda. A imprensa noticiou... e parece que há qualquer coisa com relação à aquisição, se de repente na promessa de um apartamento novo, mas não com relação ao antigo, mas, no novo, também – e estou falando por dedução minha – pelo que eu vi no noticiário, não tem nada a ver já com Marcos Valério, é uma questão comercial dela, com o vendedor dela da unidade nova que ela

acabou de adquirir. O senhor está-me entendendo? Isso eu vi perfeitamente pelo noticiário da imprensa, e a coisa ficou aí...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas registrei como curiosidade o fato de ter declarado, para efeito de escritura, o mesmo valor do empréstimo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Do financiamento, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos a outro tema. Em julho, o Deputado Robert Jefferson trouxe novamente o seu nome para o centro das atenções. Ele afirmou no jornal português **Expresso** que Valério esteve três ou quatro vezes com Antônio Mexias, em nome do Ministro José Dirceu, para negociar a Varig. Em agosto, na CPMI do Mensalão, o Deputado Jefferson afirmou que o Valério estaria envolvido nas negociações da Varig pela TAP e afirmou que a solução para a dívida do PT e do PTB passava pela compra da Varig. Antes de Valério confirmar a viagem a Portugal, o Deputado Jefferson disse à Comissão de Ética que o publicitário havia viajado a Portugal, acompanhado do tesoureiro do seu partido, Emerson Palmieri, e de Rogério Tolentino. A intenção, na época, do Deputado Jefferson, era atingir o ex-Ministro José Dirceu, dizendo que Valério, inclusive, havia se apresentado às autoridades de Portugal em nome do Governo brasileiro. Na sequência, ele afirmou que a viagem se destinava a buscar R\$24 milhões, parcela de um pacote que poderia chegar a R\$120 milhões, sendo que a origem seria a transferência das contas de investimento do IRB no exterior para o Banco Espírito Santo. O próprio Valério incluiu seu nome na operação Portugal, dizendo ele: “Nos hospedamos no Hotel Tivoli, na avenida Liberdade, Lisboa. No dia 25, fomos a Portugal Telecom. Palmieri e Rogério Tolentino ficaram me esperando do lado de fora.”

Pergunta: qual o motivo da sua viagem a Portugal, em companhia de Marcos Valério e Emerson Palmieri?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, Portugal, nós temos que dividir em duas etapas. Há uma viagem em que teria havido esse encontro do Marcos Valério com o Ministro ou ex-Ministro Mexia. Isso foi em outubro, e nessa viagem eu não fui a Portugal com o Marcos. Inclusive tomei a liberdade, se V. Ex^a achar conveniente – até mesmo porque o Deputado Arnaldo Faria de Sá tinha curiosidade de ver meu passaporte – eu trouxe meu passaporte e xeroquei. Então, em outubro eu não estive em Portugal. Fui a Portugal, acompanhado Marcos Valério. Inclusive nessa viagem de janeiro, em que o Emerson Palmieri foi a Portugal conosco, eu estava presente, que já foi declarado pelo próprio Marcos e o Palmieri...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Em 2004?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi janeiro de 2004. O passaporte está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – 2005?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – 2005.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor não quer checar o passaporte?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Aqui o carimbo de Portugal: 26/01/2005. Essa viagem tem essa conotação, é que parece até brincadeira. Mas, na realidade, V. Ex^a vê que o próprio Emerson, em dois momentos tenta sair de uma construção feita, com todo respeito, pelo ex-Deputado Roberto Jefferson. Essa história de ida, essa coisa eu desconheço, eu Rogério. A história da ida do Palmieri eu conheço, pois eu estive presente. É inacreditável, mas é a verdade, tanto é que o Emerson, em duas oportunidades, desqualifica esse momento. O Roberto Jefferson disse que o Marcos sairia do Brasil como representante do Governo brasileiro. Depois, V. Ex^a vai verificar que o Emerson minimiza essa situação, fala como representante do PT, porque ele sabe que isso não é verdade. E, num segundo momento, o Emerson Palmieri disse que não participou da reunião, porque ele sabia que eu poderia desmentir, porque eu estive presente e, na realidade, não se participou dessa reunião, correto? E o Emerson, então, vem confirmar isso.

Então, a viagem do Emerson, eminentes Deputados, eminentes Parlamentares, se deveu a isso. O Emerson confessou, sabia que eu e o Marcos iríamos a Portugal. O Marcos tinha um interesse muito objetivo com relação às contas de publicidade da Telemig Celular, que poderiam... porque nós tínhamos informação. Isso também já ficou muito claro, inclusive pelo próprio depoimento do Daniel Dantas. A Portugal Telecom conversou no Brasil com o representante do Grupo *Opportunity*, com relação à eventual venda. Isso foi lá atrás, isso poderia acontecer a qualquer momento, essa venda. Como foi uma surpresa geral a venda, ou a tentativa de venda com o grupo italiano, que se imaginava, da inimizade, que eles nunca poderiam se entender, e hoje se discute essa possibilidade de venda.

O Marcos, então, tinha muito interesse em continuar com a publicidade da Telemig Celular, que poderia vir a ser da Portugal Telecom. E, com isso, pela competência e excelência do serviço que vinha prestando, ao entendimento das pessoas envolvidas, que ele poderia também entrar na conta da Vivo, que é a operadora controlada pela Portugal Telecom e pela Telefônica, que são os maiores anunciantes do Brasil em termos de publicidade e que é um mercado que é

aspirado e desejado por todas as agências. Então, este era o real interesse do Marcos Valério com relação à Portugal Telecom. No mais, eu desconheço qualquer assunto. E não foi tratado. Dessa reunião eu não participei, mas não seria tratado esse assunto. Nas outras duas vezes em que eu estive presente com o Marcos Valério em Portugal, fomos conversar sobre o eventual aproveitamento das empresas dele, DNA e SMPB, no contexto se a Portugal as adquirisse.

E V. Ex^a pode me indagar: por que você foi junto? Porque DNA e SMPB – a CPMI trouxe isso à baila – já pontualmente sofriam alguns tipos de procedimentos judiciais. A SMPB, antiga Solimões, tem processo de execução, correto? Ela tem procedimentos investigativos que envolvem inclusive o problema do enduro, da independência que está no Supremo. São procedimentos de natureza judicial que eu, Rogério, tinha conhecimento. O Marcos queria a minha presença como advogado para que, de repente, se necessário... As explicações de ordem técnica seriam mais condizentes na boca do advogado da empresa do que dele, que é apenas um empresário. Então, a minha presença se deveu a esse aspecto. Se a apresentação das empresas... Ele teria de falar de algumas coisas que, no contexto, você olha e fala: mas a sua empresa é fragilizada nesse setor, você tem um problema de uma atuação da Receita Federal, você tem uma execução antiga que você não pagou, você tem um envolvimento em uma situação assim, assim e assada que o Ministério Público questiona, como, por exemplo, uma dação em pagamento do Credireal, que estaria também envolvendo o Governo de Minas, não é verdade? Então, são situações pontuais que eu, advogado, teria condições... A minha presença nesse evento Portugal se restringe a esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Qual a razão de ele ter noticiado que o Sr. Marcos Valério solicitou essa audiência em nome do Governo brasileiro, o que foi, inclusive, confirmado por autoridades do...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Emerson, que é uma pessoa de bom trato, não sei quem é que conhece ele, o Emerson mentiu. E a distância em que nós dois nos encontrávamos da portaria do prédio enquanto o Marcos solicitava o nosso ingresso no prédio, seria impossível o Emerson ou qualquer outra pessoa que estivesse na nossa distância ouvir o que ele estava falando, que ele se chamava Marcos Valério, que ele era representante disso ou daquilo. Se ele falou, ele falou para a moça e a moça registrou. O Emerson ouvir? Nunca. E afirmo: o Marcos ter-se apresentado como representante do PT? Por quê, se nós já estivemos em Portugal duas vezes anteriores e está aqui?

Ele já esteve em outubro, quando do encontro com o Mexia, que surgiu essa coisa toda. Posteriormente ele esteve duas vezes, comigo. Por que ele se apresentaria como representante do PT? Para impressionar Emerson Palmieri, que nem estava, nesse momento, em condições de ouvir? Seria realmente fora de propósito e questão da lógica.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Gustavo, quais eram as duas vezes em que ele esteve? Uma em janeiro e a outra...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – As datas?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Estão aqui. Desculpe, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Uma o senhor já disse que foi dia 25 e dia 26. E a outra?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, nós estivemos no final do ano, em 20 de dezembro, em novembro, 19 de novembro, aqui pelo carimbo, em 20 de dezembro e essa de janeiro. O meu passaporte acusa essas três entradas em Portugal. Marcos esteve mais uma, Deputado, em outubro, que é a questão do Mexia, OK? Então, na realidade, Marcos Valério foi a Portugal quatro vezes. Rogério foi três, sendo que a última na companhia do Emerson Palmieri, correto?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação a isso aqui, ainda, mais uma coincidência. Claro, não peço um juízo subjetivo, mas objetivo. Como advogado o senhor conhece ou não conhece. As empresas de Marcos Valério passaram a ter contratos de volumes maiores de publicidade com a Amazonas Celular, Telemig Celular e a BrasilTelecom, principalmente a partir de 2003. Segundo os dados da CPMI, são valores superiores a R\$130 milhões, contratos de mídia, contratos de prestação de serviço nesse valor total. Em algum momento o Marcos Valério tratou, em nome do Damião Dantas, junto com representantes do Governo brasileiro ou com representantes do Governo português sobre a aquisição da venda da Telemig?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, nunca tratou, não, Excelência. Com relação a esses gastos de publicidade, o que eu posso lhe afirmar – isso também já foi afirmado por quem é o próprio dono da empresa – as telefônicas têm um desempenho muito grande em termos de publicidade, uma competitividade enorme. Então, tem determinados momentos que realmente é um gasto muito maior do que em momentos... comemorações específicas. Por exemplo, Belo Horizonte praticamente é rodeada de *outdoors* com relação à Telemig celular em momentos como o Dia dos Pais. Há essa agressividade com relação à telefônica.

Houve um momento, também explicado, porque se ouviu o próprio Daniel explicando à CPMI, não é novidade, com a mudança do tal sistema CDMA para GSM. Isso também mobilizou a Telemig em uma motivação financeira grande. Mas eu só estou falando como observador. Não conheço a intimidade, não conheço a contabilidade, não conheço os gastos, não sei como é feita a publicidade. Isso não é do meu dia-a-dia. O senhor está entendendo? A gente sabe porque está por ali.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Até já foi tirado cópia, então vai ser distribuído agora dos impressos.

Um outro tema.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu perguntaria se o senhor gostaria de ficar com os meus passaportes. São dois passaportes, porque um teve o seu prazo de vencimento expirado e ele tem um visto americano que eu conservo porque tem validade de alguns anos. Então, são dois passaportes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Em depoimento à Polícia Federal, em setembro, o Deputado José Mentor admitiu que recebeu R\$120 mil do senhor. Segundo informou a Polícia Federal, teriam sido prestados serviços de maio a julho de 2004, e os pagamentos foram feitos em duas parcelas, em Belo Horizonte, uma com o cheque pessoal do senhor e a segunda com cheque da empresa 2S Participações, na qual, segundo informação, o senhor teria sociedade também com Marcos Valério. Não sei se é 2S ou 2F.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, é a tal 2S, em que definitivamente não sou sócio dele. Já ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Também o Deputado José Mentor foi denunciado pela Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, de que quando era Relator da CPMI do Banestado teria dado informações privilegiadas a pessoas e empresas que eram objeto da investigação, entre elas o Banco Rural, em cujo jatinho particular ele teria viajado, como também o próprio Marcos Valério. Ele declarou que não aprofundou as investigações do Banco Rural, apontado na época como envolvido em um gigantesco esquema de remessas ilegais de dinheiro para o exterior, porque havia um risco de quebra do sistema bancário nacional. Disse ainda que não denunciou o Banco Rural porque a empresa não estaria no foco das investigações. Os delegados da Polícia Federal, segundo as matérias veiculadas, consideraram o depoimento inconsistente.

Uma pergunta: o senhor conhece o Deputado José Mentor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desde quando?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Desde que...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor falou com ele quando era Relator da CPMI do Banestado? Era um contato anterior ou foi posterior?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu posso ter conhecido o Deputado como relator da CPMI. Nessas idas e vindas ao Congresso, eu posso ter passado no próprio Partido dos Trabalhadores. Então, eu não lhe poderia afirmar, mas também não nego que poderia ser em um desses eventos. Agora precisar em qual circunstância eu o conheci seria temerário de minha parte, mas foi em um desses momentos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Em relação aos pagamentos, qual a natureza dos serviços por ele prestados e por que esse valor de R\$120 mil?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Em primeiro lugar, também com relação ao Deputado José Mentor, nós temos que esclarecer aqui que é um grande equívoco, inclusive por parte do Deputado José Mentor. Na semana passada, no dia 12, o Deputado José Mentor esteve comigo em Belo Horizonte. O Deputado José Mentor vem afirmando sistematicamente que eu emiti uma nota contra a Tolentino & Melo e, de repente, os serviços jurídicos... Até imaginei qual é o raciocínio dele: poderia ser mais fácil estar vinculado, porque um cheque do Marcos Valério, em função de toda essa problemática que aconteceu. Mas, na realidade, admitindo que fosse da Tolentino & Melo, nós sabemos que é uma empresa que também teria participação, nessa consultoria, do Marcos Valério. E ele recebeu um cheque da 2S. Ele mesmo alega – e é a verdade verdadeira – que são cheques que não foram descontados na boca do caixa. Foram efetivamente depositados na conta do escritório de Advocacia José Mentor, um escritório que ele tem em São Paulo. Mas aí agora que vem a questão de equívoco, que eu esclareci com ele. Eu falei com ele que na realidade eu não tinha como admitir nem permitir, se fosse o caso.

O Deputado José Mentor foi contatado. O Marcos pediu a ele, em determinado momento, e essa conversa foi comigo, encomendou a ele alguns trabalhos de natureza jurídica. Na cabeça de José Mentor... E estou falando porque essa é a conversa que eu tive com o José Mentor, Deputado, para ser preciso, segunda-feira, dia 12, porque segunda-feira está muito presente, foi agora, às 19h30min, em Belo Horizonte. Ele esteve em

Belo Horizonte comigo, fez questão de divulgar esse evento, voltou no sábado para encontrar-se comigo e encontrou-se comigo no meu escritório, às 16h30min, quando eu mostrei para ele toda a documentação que inclusive eu já tinha retificado em função do equívoco. Disse-me o José Mentor que, conversando comigo nesses momentos todos, e depois em ligação do escritório dele com o meu, o serviço seria por conta de Tolentino & Melo. Mas na realidade nunca foi. O serviço foi por conta da empresa 2S, que é única e exclusivamente do Marcos Valério. E eu mandei esta carta de correção para ele e vou deixá-la com V. Ex^a:

“Reiterando comunicações verbais a V. S^a...

Essas são as tais notas que ele já mostrou em alguns eventos. E até falei com ele: olha, Deputado, se isso for relevante para V. Ex^a com relação aos seus procedimentos no Congresso, no Conselho de Ética e tudo, eu, Rogério, me disponho a ser sua testemunha, se isso for relevante. Mas a questão do José Mentor está restrita aqui nesta carta:

Reiterando comunicações verbais feitas a V. S^a e em atendimento às normas fiscais que disciplinam emissão de notas fiscais, informamos que as Notas Fiscais Série A 117, 130, datadas de 22 de junho de 2004 a 30 de julho de 2004, respectivamente emitidas por este escritório, deverão ter como usuário final do serviço de advocacia nela mencionados a Empresa 2S Participações etc.

Assim, entendemos que a falha cometida por V. S^{as} quanto ao nome da pessoa jurídica destinatária final do serviço de advocacia deveu-se ao fato de que os mencionados serviços foram contratados pelo Dr. Rogério Lanza Tolentino a pedido do sócio da 2S Participações Marcos Valério Fernandes de Souza, de quem é advogado. Ademais, as duas empresas têm como endereço o mesmo logradouro em Belo Horizonte.

Atenciosamente.”

Muito bem. Formalizei isso, carta com AR para o José Mentor, que encaminhou esta semana, no curso da semana, uma carta pedindo que... Aqui, José Mentor. Referindo-se aos serviços profissionais, ele queria, em função de sigilo profissional. Assim, ele teria dito à Polícia Federal, e já disse aí, que só mostraria os serviços elaborados depois que consultasse o cliente. Ele mandou a correspondência, que foi respondida pela 2S, dizendo a ele, ao escritório de advocacia, que, em atendimento tal, tal... Ele disse que pode mostrar e justificar o serviço da 2S Participações.

Então, em resumo, o que ocorreu – e isso pode parecer estranho, Deputado, mas não é, e eu trouxe inclusive aqui algumas cópias de contrato – é que eu, Rogério, sou advogado do Marcos Valério, sou advogado das empresas do Marcos Valério. No dia-a-dia,

quando há necessidade da contratação de um profissional com área específica, como, por exemplo, contratamos dois advogados criminalistas em função de CPI, o Dr. Marcelo Leonardo e o Dr. Paulo Sérgio de Abreu e Silva, sou eu que faço o contato com os advogados, conversamos e tudo. A contratação foi pela 2S, que, na realidade, é a financeira do Marcos Valério. Ele é que vai pagar, não sou eu, o Rogério. Às vezes, as pessoas confundem e mandam correspondência para mim, como se eu, Rogério. Então, para que V. Ex^a verifique aqui: Contrato 2S Participações; contrato de serviços advocatícios.

E isso aconteceu com o Mentor no passado. Ele achava que Tolentino & Melo era a tomadora de serviço. Não, Tolentino & Melo não foi tomadora, até mesmo porque a minha contabilidade... Inclusive o sigilo dessa empresa foi quebrado, pela participação do Marcos Valério. V. Ex^a já deve ter comprovado que toda a minha contabilidade foi exposta. Não há um cheque sequer de pagamento a terceiros, com relação a políticos, quem quer que seja, e um cheque assinado pelo Marcos Valério nessa Tolentino & Melo, que existe de abril de 2002 até a presente data. Não existe, porque ele não fez. E essa 2S é que contratou o Mentor e pagou. O Mentor, quando falo Mentor é o escritório de advocacia, recebeu um cheque, que trago aqui para V. Ex^a. A CPMI apurou que caiu um cheque na conta dele da 2S, de R\$60 mil. Mas, na realidade, o escritório de advocacia recebeu R\$60 mil, porque eu efetuei o pagamento, e a contabilidade da 2S me fez o retorno do pagamento: são dois cheques de R\$120 mil. José Mentor recebeu R\$120 mil da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dois cheques de R\$60 mil.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Dois cheques de R\$60 mil, por serviços contratados pela 2S Participações, que é uma empresa do Marcos Valério. Ele contratou determinado serviço, que depois ele iria verificar, segundo ele, em qual empresa ele teria o repasse, se esses trabalhos do Mentor poderiam ser aplicados na SMP&B, na DNA ou na Estratégia Marketing e Promoção, em função da questão jurídica que se colocava.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É, infelizmente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desculpe, preciso fazer uma pergunta, não posso

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Porque são três empresas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...não estou conseguindo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – ...que tratam com os órgãos públicos...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, vamos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – ...porque a Tolentino não trata com órgão públicos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dr. Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pois não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Precisamos nos recompor aqui.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Claro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quer dizer que o Dr. José Mentor, ou melhor, o escritório do Deputado José Mentor foi contratado para prestar serviços jurídicos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – À 2S.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – À 2S?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Que é uma empresa do Marcos Valério.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Aí o escritório se confundiu e achou que estava contratando com o senhor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Fazendo um serviço para mim, Rogério Tolentino, que sou advogado. A defesa dele vem nessa linha.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele se confundiu. Então, depois que apareceu o dinheiro depositado na conta, os dois cheques de R\$60 mil, que saíram da 2S, não da Rogério Tolentino Associados...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...ou qualquer coisa assim, é que se foi verificar e se descobriu que havia um engano, conforme o senhor disse, porque quem o tinha contratado, ele não sabia, tinha sido a 2S. Ele sequer chegou a falar com o senhor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, chegou Deputado. Eu conversei com ele...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, não, à época, estou dizendo, não é agora não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah!

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – À época.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – À época, conversei com ele, Deputado, porque o Marcos me perguntou, no primeiro momento: “Em que momento você conheceu o Deputado Mentor? Quando Relator da CPMI do Banestado?” Falei: não me lembro o evento.

Segundo, Marcos Valério contratou um serviço com ele, que o Deputado Mentor se reportou a mim, Rogério. “Rogério, o Marcos, através das empresas dele, quer um serviço assim, assado”. E o Mentor, o escritório dele, ele conversou algumas vezes comigo, rapidamente, e posteriormente fui ao escritório dele levar um cheque, o segundo cheque de RS60 mil...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Da 2S?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – ...da 2S. Eu entreguei no escritório dele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor que levou o cheque?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Levei e entreguei no escritório dele, perfeito? Agora, veja bem, Deputado, não sei por que cargas d’água e surpreendido com essa situação que surpreendeu a todos, tendo um cheque da 2S do Marcos Valério, ele, num primeiro momento e daí por diante na imprensa, falava assim: “Ah! Eu contatei com o advogado, Rogério Tolentino, é um serviço jurídico”. Sim, mas não foi com o Rogério. Quer queira ou não, e para ele também está claro, ele recebeu um cheque da 2S.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas quando foi contratado, o senhor conversou com ele?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Conversei com ele, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quais eram os serviços?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Os serviços, que a 2S já disponibilizou... Ele efetuou três trabalhos que não estão em meu poder, mas eu tenho uma anotação. São sobre dispensa e inelegibilidade de licitação na publicidade; direitos dos trabalhadores e tipos de contrato de trabalho; lei de responsabilidade fiscal e contrato de prestação de serviço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso o senhor tratou com ele quando ele se encontrou então com o senhor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele me disse que esse serviço tinha sido solicitado pelo Marcos Valério e que o Marcos falou que ele conversasse comigo sobre a entrega e depois o pagamento. Essa foi a minha participação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas isso foi à época, então?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – À época.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não foi agora, no dia 12/09?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor. Dia 12...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso aí não foi combinado?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, dia 12, Deputado, depois dessas declarações na imprensa e essas questões, ele me procurou para falar: “Rogério, eu tenho uma nota fiscal...” E tem mesmo, coitado, ele emitiu e recolheu o imposto. Eu falei: só que o tomador final não sou eu. Então, você tem que fazer o procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É da época isso? Qual a data, Torres? Foi emitido o recibo?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi quando?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele emitiu a nota e recolheu o imposto.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quando?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Lá em 2004, Deputado. Em 30 de julho de 2004 e em 22 de junho. Esse é o documento oficial, que eu posso deixar, que é o que ele mandou.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quais as datas?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dr. Rogério,...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pois não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Deputado José Mentor deu uma entrevista no **Correio Brasileiro**, que foi publicada hoje. Foi perguntado a ele o seguinte: O senhor alega que os R\$120 mil que recebeu de Marcos Valério foram repassados pelo escritório Tolentino? Está escrito aqui. Foi a pergunta feita para ele.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele não alega que foi repassado pela 2S, alega que foi repassado pelo escritório Tolentino. Que tipo de serviços jurídicos o senhor prestou a eles? – perguntaram ao Deputado José Mentor na entrevista. Ele respondeu o seguinte: “Estou aguardando uma autorização da Tolentino para divulgar esses estudos”. Ele não tinha autorização? Por que ele não tinha uma autorização?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vou lhe mostrar agora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, mas qual a natureza? Por quê? Que tipo de sigilo...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Absolutamente nenhum.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...poderia ter um contrato tão simples como esse que o senhor falou.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Também concordo com V. Ex^a. Mas o Deputado Mentor... Eu vi essa entrevista, eu li a entrevista no **Estado de Minas**, não sei se ela é absolutamente idêntica à do **Correio**.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, é desse jeito.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, o Deputado Mentor teve essa autorização e eu posso, como vou deixar aqui agora para os senhores, no dia 22 de setembro... Porque ele, dentro de uma certa formalidade, não sei também onde ele quer chegar... No dia 15 de setembro, ele me comunicou, perguntando se ele podia divulgar para as autoridades competentes os trabalhos que ele realizou. Respondi a ele, eu não, a 2S, falou: pode publicar onde você quiser aqui. Agora, a forma como ele coloca na imprensa, se é dessa forma, estou desmentindo neste ato, porque ele já tem um documento que ele não tem... Deputado, estou dizendo documentalmente que ele fez o serviço, que ele pode publicar e que o serviço foi para a 2S, sim, em que pese que ele conversou com o Rogério Tolentino. Mas não foi para o Rogério e não foi para a Tolentino, foi para a 2S, que é uma empresa do Marcos Valério.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor quer dizer que, apesar de ele ter dito no **Correio Brasileiro** que estava aguardando a sua autorização, ele já tinha essa autorização? Não havia motivo nenhum para ele aguardar a autorização?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não diria ao senhor, porque seria temerário da minha parte em função de correio. Mas está aqui postada no sedex, e mandei pelo fax. Quero crer que, pelo fax, ele recebeu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor conversou com ele no dia 12. No dia 12, o senhor não o autorizou a divulgar? Ele não perguntou ao senhor nesse dia se ele podia divulgar? Porque é um assunto de fundamental importância para a defesa dele, que é ele comprovar que recebeu recursos em troca de um serviço prestado. Isso só foi resolvido no dia 15? Há três meses que ele está sendo exposto na mídia porque não conseguia comprovar os serviços. O senhor não acha temerário é dizer isso para nós?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não sou o advogado dele e não conheço a linha de defesa que ele tem perante o Conselho de Ética ou onde ele vai eventualmente responder pelos procedimentos dele. O

fato é que, no dia 15, ele me postou via fax. O senhor está entendendo? E eu respondi à 2S.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor está dizendo que foi excesso de zelo e de ética por parte dele?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Excesso de zelo da parte dele, talvez até mesmo porque ele tem um procedimento a enfrentar aqui. Juridicamente, era preferível ele ir comprovando documentalmente. Já disponibilizo a V. Ex^{as} o pedido dele, para que isso seja oficial, a minha resposta e a minha negativa, de inclusive falar: Olha, para a Tolentino & Melo você não tem, não fui eu e não posso, mesmo que quisesse. Por quê? Porque a minha contabilidade está aqui.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, acho que V. Ex^a pôde captar todo o desenvolvimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só uma pergunta, Dr. Rogério. De quem é essa assinatura no cheque?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É minha.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É sua assinatura. Então, tem uma, daí o senhor foi ressarcido pela 2S?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pela 2S, que já me ressarciu. Inclusive, essa é a movimentação financeira da 2S, que acusa o pagamento do cheque do Deputado Mentor no pessoa jurídica, escritório.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quando ele recebeu aqui, por essa movimentação?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Gustavo Fruet, estou acompanhando e houve várias intervenções, então também quero fazer as minhas, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Claro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria entender: o Dr. Tolentino fala em notas fiscais dos serviços prestados. As notas fiscais estão sendo entregues?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Estão sendo entregues neste momento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quais são as datas das notas fiscais?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Era isso que o Deputado ia perguntar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor lembra da data das notas fiscais?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, tenho xerox delas aqui. Acabei de passar o mês de junho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor está com elas na mão.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não tem necessidade, Deputado, porque recusei essas notas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem um problema sério.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tenho. Qual?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como é que o senhor recusa a nota um ano depois?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, Deputado, veja bem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como não, Deputado? Em que mês nós estamos? Em que ano estamos, Dr. Rogério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – **Nunca aceitei essas notas na minha contabilidade, Deputado. Se eu emitir uma nota contra a Rede Globo, por exemplo, qualquer pessoa pode emitir. O Deputado...**

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A pergunta é...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é que tinha essas notas, só para eu entender? Na posse de quem estavam essas notas?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só para explicar, o Dr. Rogério acabou de entregar. O Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As notas estão aqui, Senadora. As notas foram enviadas. Segundo a carta que está aqui com postagem, inclusive registrada urgente, uma foi enviada em 2 de agosto de 2004 e a outra em 25 de agosto de 2004.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas foram enviadas de quem para quem?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Do Mentor para o meu escritório.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer, o Mentor tinha as notas fiscais do serviço que ele prestou?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, ele mandou essas notas fiscais para o escritório do Dr. Rogério, em 2004. Inclusive, com o imposto apurado e ele recolheu, de apenas uma nota, o imposto de renda e o PIS/COFINS, em apenas uma. A outra não tem o recolhimento anexado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – V. Ex^a me permite?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Permito, sim, é claro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É só um complemento da linha de raciocínio sobre o que ocorreu. O Escritório de Advocacia Mentor encami-

nhou para o Rogério essa documentação. O Rogério disse a ele que esse serviço, o tomador final não era a Tolentino & Melo, e sim a Empresa 2S.

Um segundo, Deputado, só para fechar o raciocínio.

Encaminhei à Empresa 2S, que tem isso contabilizado, e avisei ao escritório do Mentor. No momento, estou a deduzir que, surpreendido com isso agora, ele ainda tentou essa alegação: “Fiz para o Tolentino & Melo”, como se não existisse nada com o Marcos Valério.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas a pergunta é: o senhor recebeu uma nota fiscal de prestação de serviço...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – E encaminhei à contabilidade de quem é tomador do serviço...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só um pouquinho. Não. O senhor, aqui, por esta nota fiscal de serviço, é o tomador de serviço. Portanto, como teria que ser o procedimento? Explique-me como teria que ser o procedimento na época. Como teria que ser o procedimento? Explique-me.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já falei uma vez e vou retomar o assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Comuniquei ao Deputado José Mentor que o escritório dele emitiu uma nota para a Tolentino & Melo que não corresponde ao tomador final. E estava encaminhando para a 2S de Marcos Valério, tanto é verdade, Sr. Deputado, que, na contabilidade da 2S, aponta esses pagamentos.

Com relação ao problema fiscal, a minha contabilidade não é tomadora desse serviço. A questão do José Mentor Escritório é uma questão da contabilidade que não sei responder a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Um momentinho. O senhor tem um problema fiscal grave.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se eu tenho, vou resolvê-lo. Mas, acho que não, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, vou lhe explicar. E o senhor sabe o que vou lhe dizer, certo? O senhor não é consultor há 18 anos sem saber o que vou lhe dizer agora.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vamos lá.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que o senhor teria que ter feito? O senhor teria que ter feito uma devolução ao prestador de serviço, que, basea-

do no documento que o senhor emitiu, ou seja, uma carta, anularia essa nota...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A carta de correção.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas de que data é a sua carta de correção?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É essa quando verifico que ele insiste que para mim já não existia mais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas, não é possível que o senhor verifique só um ano e tanto depois que a bomba explode.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, não é...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...Ministério da Fazenda...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas eu quero repor aqui. Vamos lá. É que este é um tema complicado e, quando as pessoas querem confundir em vez de entender, é fácil de confundir. Mas, vou tentar ser bem didático.

O escritório de José Mentor emite uma nota contra o senhor. O senhor paga – porque um dos cheques o senhor pagou e assinou. O.k.? Isso, do ponto de vista fiscal, independente das suas alegações, caracteriza que este documento – ou pelo menos um deles – referente aos 60 mil teria que estar com o senhor, até porque houve o recolhimento de apenas uma nota fiscal, que está comprovado ali. Há o recolhimento do DARF, tanto do Imposto de Renda quanto o referente ao PIS/COFINS. O.k.?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Certo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que deveria ter acontecido, lá no ano de 2004, seria um documento seu devolvendo a nota fiscal, dizendo que o tomador era outro. E o senhor até poderia ressaltar o seu pagamento. O senhor pagou, mas o tomador é outro e há que ser anulada a Nota Fiscal nº 130 – se não me falha a memória – e a nº 117, uma de 22 de julho e a outra de 30 de julho. E curioso é que o recolhimento do imposto dessas notas foi só em agosto, e de uma delas não foi recolhido. O senhor teria que ter mandado isso de volta e ele teria que ter anulado – e essa original teria que estar na contabilidade do escritório dele – essa e emitido a competente nota fiscal contra a 2S.

Já que nada disso foi feito, aí tem um crime fiscal. Isso é evidente. Agora, o aspecto que é mais complicado, e aí o problema não é seu, vai ser o do Sr. José Mentor, é que aí tem uma mentira. E uma mentira que se sustentou por mais de ano e só é reparada agora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte? O senhor foi beneficiário de um recolhimento de Imposto de Renda na fonte.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o Darf foi recolhido no seu nome.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Segundo o José Mentor, Deputado?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, estou perguntado se o senhor foi, porque são dois mil e tantos reais recolhidos em nome da Tolentino Associados.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Na minha contabilidade – inclusive o sigilo da empresa está quebrado –, não consta esse benefício porque a empresa nunca aceitou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, mas ele foi imediatamente recolhido.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não saberia responder a V. Ex^a isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dr. Rogério, deixe-me terminar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É só para tentarmos organizar. E eu, até por liberalidade, acho que é interessante, pelo número de Parlamentares.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É porque somos só nós três.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não tem problema, isso acho que enriquece o questionamento. Mas é que eu tinha dado a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desculpe-me, Ideli, só vou terminar isso.

Consta no Darf recolhido um recolhimento a favor de sua empresa, de dois mil, setecentos e pouco, e outro recolhimento de novecentos. Isso vai diretamente. O senhor é o beneficiário direto, então isso tem que entrar na sua contabilidade, não tem como, porque o senhor é creditado disso. No final de 2004, quando o senhor prestou declaração de impostos, o senhor deve ter nominado esse recolhimento. O senhor deve ter recebido ou cópia dele ou uma informação. Querria, então, que o senhor explicasse como isso depois foi resolvido.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, como foi resolvido eu ainda não sei, ou como será resolvido. O fato é que o Deputado Mentor... É necessário que se faça a visão macro do problema. Recentemente... Para o Rogério, esse é um caso superado, porque, quando ele emitiu essa nota, nós desconhecemos a nota. Estou a acreditar, se V. Ex^a me permite essa linha de raciocínio, que quando o

Deputado Mentor se assustou na CPMI porque um cheque do Marcos Valério tinha caído na conta dele, ele saiu com uma alegação que de repente isso teria sido de outra empresa. Verificado recentemente, e por isso o Deputado me procurou, a nossa conversa foi no seguinte sentido: Olha, quem conversou com você fui eu, na condição de advogado do Marcos Valério. O seu documento fiscal não se aproveita a uma empresa da qual participo, ela tem que ser, como tomadora, a 2S. Em resumo, o que ocorre? O Deputado Mentor não está recusando ou não admitindo que não recebeu, simplesmente hoje ele tem consciência de que o trabalho por ele realizado... E isso é importante, ele não está saindo com uma desculpa esfarrapada: Não, não conheço o Marcos Valério, não fiz o serviço. “Não, efetivamente recebi cento e vinte mil e trabalhei para o Marcos Valério no meu escritório.” Se nesse momento aí algum problema de natureza fiscal existe, tem que ser consertado, apenas o que for. Mas, na realidade, o Deputado Mentor está assumindo que ele recebeu e que ele prestou um serviço para a empresa 2S. Porque se ele falasse “Ah! Não, é a Tolentino”, aí ele estaria fora do Marcos Valério, que geraria um desconforto para ele na Comissão de Ética. Não, ele está assumindo: “Recebi e trabalhei e é do Marcos Valério”. Então, não tem fuga disso. O problema aqui, fiscal, se a minha empresa estaria com esse benefício, ele tem que corrigir, não é verdade? Tem que haver uma correção de natureza fiscal, como V. Ex^a fala. Mas, em resumo, a bem da verdade, porque seria fácil se eu estivesse aqui para camuflar ou arranjar um benefício para o Deputado Mentor: Não, não é o Marcos Valério não, foi comigo mesmo. Não, não foi comigo mesmo não, é com o Marcos Valério. E ele sabe e está admitindo. Recebi R\$120 mil da 2S, que é uma empresa única e exclusivamente de propriedade do Sr. Marcos Valério, por um serviço que fez. Agora, se por isso ele vai ser apenas ou não vai, é outra história. Mas ele está admitindo que num primeiro momento, na imprensa, e até hoje dá essa impressão: o Mentor está querendo uma saída, uma tangente, uma saída à francesa para o problema. Não, Dr. Mentor, o escritório dele...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na imprensa e na Polícia Federal, não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Também, onde que ele foi. Porque eu inclusive, Deputado, me propus a falar: Dr. Mentor, essa história que o senhor, através do seu escritório, fez para o Sr. Marcos Valério, se o senhor quiser pode me convocar, vou até a Comissão de Ética, se isso é interessante para o senhor. Agora, se ele andou falando coisas até então, de dois ou três meses para cá, porque assustou todos os envolvidos, passa a ser um problema que tem que ser

desmentido. E eu lhe estou afirmando, com os documentos, que ele já tem conhecimento. O Deputado José Mentor recebeu R\$120 mil, através de dois cheques de R\$60 mil, de responsabilidade da empresa 2S, por serviços jurídicos prestados e que ele reconhece.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Um que eu emiti, Deputado, como às vezes eu já emiti em outras situações. Eu emito um cheque e depois tenho o ressarcimento, porque eu sou um advogado antigo. Então, isso não está eximindo o Deputado Mentor ou eu. Porque para o Deputado Mentor seria até muito fácil ele receber um cheque do Rogério pessoa física e estar fora do problema. Poderia ser até uma operação triangular do Marcos Valério. Mas eu estou lhe confessando que não foi, que até o meu cheque foi a mando e ordem de Marcos Valério. Foi para...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi o primeiro ou o segundo cheque que foi no seu nome?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O meu foi o primeiro, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Primeiro cheque.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Então, o senhor percebeu, Deputado? Porque para ele seria fácil ele falar: recebi um cheque do Rogério Tolentino numa relação física.

O SR. (Orador não identificado) – Recolheu, não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É. Agora, aí o problema de recolhimento. Mas o que é certo, Deputado, é que o Deputado Mentor recebeu por conta e ordem de Marcos Valério R\$120 mil. Aí é uma questão de juízo de valor na Comissão de Ética e uma questão de não alterar. Pronto. O que ele falar além disso é mentira.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – E quem foi que escolheu o escritório do Deputado Mentor? Qual a especialidade do escritório?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já me foi colocado que o Mentor prestaria um serviço, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Quer dizer que o senhor não foi consultado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Não fui consultado sobre qual advogado, não é? Numa questão, essa aí, já me foi colocado dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Pelo Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pelo Marcos Valério, evidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Numa outra linha de investigação, Dr. Rogério, a Presidente do Banco Rural, Dr^a Kátia, falou que o Marcos Valério...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Fruet!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Ah! Sim. Por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É porque ainda quero tratar desse assunto. Se o senhor vai trocar, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Por favor, Senadora. Por favor, vamos lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...ainda entender.

Eu fui pegar toda a documentação que foi entregue pelo Dr. Tolentino. Então, primeiro, eu acho importante deixar registrado, que há duas notas fiscais que podem ser tranqüilamente periciadas se estão devidamente adequadas em termos de data, ou seja, a veracidade das duas notas fiscais, pelo bloco de notas fiscais da empresa, do escritório, porque têm numeração, obviamente.

A outra coisa é que, referente às duas notas fiscais, tem o recolhimento à Secretaria da Receita Federal, com uma – como é que chamamos essa história aqui? – autenticação bancária datada de 6 de agosto de 2004 e a outra de 4 de agosto de 2004. Portanto... E nominal à Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C. Além disso, tem os dois envelopes com os carimbos devidos dos Correios encaminhados a Tolentino e como remetente José Mentor, Pereira Mello e Souza Advogados Associados. Portanto, a nota fiscal, a comprovação do serviço fiscal, o recolhimento do imposto, o envio à época adequada estão absolutamente comprovados de forma inequívoca pelo escritório. Portanto, que não paire nenhuma dúvida de que isto aqui tenha tido qualquer tipo de ter sido produzido agora para esquentar a versão inclusive de que foi ao Sr. Tolentino, não é? Ao Tolentino & Melo.

Então, todo esse período...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, permite-me?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é, mas...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, permite-me?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... não foi ao Tolentino, foi à 2S, mas é o seguinte: há agora duas cartas aqui, uma da Tolentino & Melo e outra da 2S Participação. Mas eu não consigo...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, permite-me?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... ver qual é a... A não ser a declaração dele de uma conversa feita com o Deputado Mentor, recentemente. Eu quero tentar entender o que é que está sendo produzido aqui.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Posso tentar explicar para a Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive porque é o seguinte: se a sua empresa recebeu há mais de um ano notas fiscais que não eram devidas, que não eram corretas, e não tomou nenhuma providência, quer tomar agora? Eu não consigo entender como é que se dá esse tipo de procedimento.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – V. Ex^a me permite?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Isso é simples, Senadora, porque não é uma questão de...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nada é simples, atualmente.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É simples na medida em que, em que pese essa documentação fiscal, a questão, primeiro... V. Ex^a está absolutamente correta quando diz que essa documentação não foi fabricada. Ela retrata, absolutamente, um documento fiscal. Pois bem. A questão não é só de consertar agora. Eu estive, pessoalmente, com o Deputado José Mentor, e a história verdadeira, em que pese esse documento fiscal, que é hábil, é que o Deputado José Mentor recebeu, sim, dois cheques, num total de R\$120 mil, por ordem e conta da empresa 2S, que é de propriedade do Sr. Marcos Valério. O Escritório de Advocacia de José Mentor prestou esse serviço sim.

Com relação à existência do serviço, ele existe. E, neste momento, não estou aqui para incriminar, porque essa conversa nós tivemos pessoalmente, e numa boa. Estou indo à Polícia Federal porque já solicitei um encontro com o Dr. Luiz Flávio Zampronha, que é o Delegado encarregado do inquérito, e essa mesma história vai ser relatada a ele, como outras que aqui estou relatando e esclarecendo a V. Ex^{as}.

Vejam bem: não se está tentando camuflar nenhuma verdade, Senadora. O Deputado José Mentor também não está fugindo da responsabilidade dele porque, num primeiro momento, poderia até se imaginar – e seria razoável que se pensasse dessa forma – que nós estaríamos tentando, via uma empresa qualquer que não tem a figura do Sr. Marcos Valério em seu quadro societário, justificar. O próprio José Mentor... Seria muito mais inteligente para ele ficar com um cheque meu na pessoa física, porque eu não tenho nenhum tipo de problema dessa ordem, e ele omitir essa infor-

mação. Não. Ele trouxe. E eu estou trazendo, de livre e espontânea vontade, um cheque que eu dei, por conta e ordem do Sr. Marcos Valério, e ele, o Deputado Mentor – e V. Ex^a pode indagar do Deputado se essa não é uma verdade –, está assumindo que recebeu da 2S. Esse documento fiscal tem que ser corrigido, e não importa ser pelo Fisco. Essa correção vai importar em alguma penalidade de natureza fiscal.

Estou aqui à disposição. Podemos chamar o Deputado José Mentor. Ele está sabendo. Eu até me dispus a ser testemunha dele no Conselho de Ética. O Escritório de Advocacia – porque o cheque está aqui e não foi dado à pessoa física – é o Escritório de José Mentor. O cheque da 2S é do Escritório do Deputado José Mentor. Só não era viável ser com Rogério Tolentino ou com Tolentino e Melo (*Tolentino, Melo e Associados*). É com a 2S. E ele admitiu isso, porque não se tem como fugir dessa verdade. Era preferível o cheque de um qualquer. Então, que ele ficasse com o cheque de Rogério Tolentino – pessoa física. Não. O Deputado teve a dignidade de aceitar, e eu estou fazendo um elogio a ele. Esta história aqui não é confusa. Ela está desaguando porque ainda há o resultado de uma publicação da mídia que leva a esse tipo de confusão. Eu viajei lendo isso hoje, e não retrata a realidade: “O Deputado José Mentor recebeu R\$120 mil em dois cheques, por conta e ordem da 2S”. Ele sabe disso. E eu irei dizer na Polícia Federal, ainda nesta semana, ao Dr. Zampronha, porque esse é um caso que fica em aberto, e essa verdade tem que ser a verdade.

Agora, alguma penalidade, Deputado, com relação a alguma situação ainda fiscal que não foi revelada, será nivelada. Se existe aí algum fato omissivo da parte da Tolentino e Melo, como V. Ex^a bem pontuou, que deveria ter tomado um procedimento... Porque qual o procedimento que nós tomamos? Comunicamos à 2S, e ela contabilizou isso. Se há algum equívoco da minha empresa, ela será apenada, fiscalmente falando, desculpe-me o termo. E se a José Mentor Advocacia também tivesse a pensar... Mas a verdade verdadeira é que existe um valor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dr. Rogério, desculpe-me interromper – estamos interrompendo muito –, mas é apenas para que o Sub-Relator possa dizer o seguinte: o nosso entendimento é de que, desde que foi divulgado o fato de que o Deputado José Mentor teria recebido R\$120 mil por parte do Sr. Marcos Valério, passou-se todo esse tempo, e ele ficou exposto, sendo execrado com problemas pessoais, tudo isso, porque não houve como, essas notas não aparecerem, e sequer foi permitido que ele divulgasse os trabalhos que realizou e que comprovariam que ele recebeu esse dinheiro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se V. Ex^a me permite...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dr. Rogério, isso é que é simples de entender. O restante é que está difícil. O que não dá para entender é que vocês tenham deixado as coisas acontecerem.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Essa simplicidade eu concordo com V. Ex^a. O Deputado José Mentor é quem teria que ter tomado essa atitude, mas ele se escondeu atrás de não sei o que. Não sou eu o Advogado dele para saber qual é a linha, o que ele pretendia, mas esta simplicidade é que ele deveria ter: “Espere aí! Esse cheque foi de quem? Como é que é essa história?” E somente agora, depois de dois meses, ele “escondendo” uma situação que agora, quer queiram, quer não queiram, quer gostem, quer não gostem, a verdade verdadeira – apesar de que pode haver alguma infração de natureza fiscal – é que o Deputado Mentor recebeu R\$120 mil sim, por um serviço prestado pelo escritório de advocacia. Aí, a questão agora é de juízo de valor, subjetivo. Mas essa é a verdade. Seria simples, mas nunca foi proibido ao Mentor de tomar a liberdade de mostrar esses trabalhos; ele é agora, dentro de uma conduta que alinhou, onde pretendia chegar em algum lugar, que não sei qual, porque não sou advogado dele, não sou da intimidade dele para saber, ele tomou esse caminho. Ele me procurou e eu lhe disse: “Olha, Deputado, em qualquer lugar, em qualquer CPI, eu sei que eu sou convocado para ir lá, e eu irei”. E à Polícia Federal, porque tem determinados eventos, e eu já agendei esse encontro com o Dr. Zampronha, esses fatos que me vinculam, como Portugal, como V. Ex^a, serão analisados por esse prisma. A minha verdade é essa. Ela pode até ser contraditada. Minha verdade não, minha história. Eu vou colocar porque... Seria fácil se eu estivesse aqui mentindo. Não foi não. Foi sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, gostaria apenas... Porque eu me nego, de maneira peremptória, a passar recibo de ingênuo aqui. É evidente que essa história é arranjada. Isso está claro, claríssimo. E é um arranjo, em algum momento, primário, que demonstra uma força do Dr. Rogério Tolentino. É evidente que ao fazer, ao obrigar o Deputado José Mentor a reconhecer que prestou informações que não eram verdadeiras, emitiu um documento fiscal incorreto. E o que é mais grave ainda: do ponto de vista dos desdobramentos dessa questão, que não são bem o foco da nossa investigação, está confirmado que houve uma ligação direta com Marcos Valério. Então, isso ele vai resolver noutro foro, que não é aqui.

Gostaria de pedir a V. S^a, primeiro, a carta assinada pela Tolentino e Melo. Está assinada aqui. Foi o senhor que assinou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sou eu mesmo. Agora, recente, depois...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, tudo aquilo que o senhor não sabia, o senhor provou que o senhor sabia aqui, quando o senhor assinou essa carta.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas, Deputado, eu disse isso. Eu disse isso. V. Ex^a... Eu disse isso!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – OK! Ta bem, ta bem, Dr. Rogério. Isso o senhor vai resolver lá com a Receita Federal.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exatamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que solicitasse à Polícia Federal uma perícia nesses documentos; que solicitasse à Receita Federal que também fizesse a avaliação do ponto de vista das questões fiscais aqui levantadas e uma perícia em relação a estas duas correspondências aqui, porque as duas são com AR. Portanto, precisaríamos saber se elas efetivamente existiram, porque essa história está muito truncada e muito complicada, e o melhor seria confirmar que, verdadeiramente, este monte de carimbo que está aqui, esta etiqueta que está aqui é verdadeira, porque eu acho muito difícil, para não dizer impossível, Dr. Rogério, que o senhor, com a experiência que tem, com a forma acurada como trabalhou cada questão aqui, deixasse passar duas notas fiscais que significam R\$120 mil, que não eram de sua responsabilidade; eram de outra empresa. O senhor deixou isso ficar... Isto foi apropriado por sua empresa: o crédito tributário na declaração de renda... Quer dizer...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não só na declaração de renda como na própria declaração do escritório do Deputado José Mentor certamente vão estar lançados os mesmos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se foi lançado, eu terei o maior prazer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu tenho empresa. O maior cuidado que qualquer contador sério que não esteja envolvido em rolo, o maior cuidado é com documento fiscal. Ou seja, quando há qualquer equívoco, quando é peso, quando é valor, quando é data, é imediatamente a carta de correção, depois a carta de anuência, corrigindo o documento. Isso é primário em contabilidade. Portanto, se o senhor está há dezoito anos dando suporte para as empresas do

Marcos Valério, é evidente que o senhor conhecia isso, seu contador conhecia isso. Isso aqui é um grande rolo que agora... Eu não sei qual é o poder que o senhor tem, mas o senhor tem poder, porque, na minha opinião, o Deputado José Mentor, ao reconhecer, depois de ter deposto na Polícia Federal, que tinha prestado serviço para a sua empresa, que tinha nota fiscal, ao reconhecer que na verdade foi para a 2S, penso que a situação dele vai ficar muito complicada.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas, como já disse, isso é problema dele, é um julgamento que o Conselho de Ética da Casa vai fazer. Não é fato da nossa discussão. Gostaria apenas de, diante do Presidente, requerer a perícia, porque aqui não vamos passar recibo de ingênuo, e ninguém vai vir aqui contar uma história que não é possível de ser confirmada por documentos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, o maior poder que eu tenho é o da verdade. E a verdade é o que Deputado Mentor recebeu, e é isso que interessa a V. Ex^{as}. Esses documentos vistoriados, para mim, serão da maior felicidade, porque expedidos pelo escritório dele, se há algum problema, algum rolo, é rolo do escritório do Deputado. E o que interessa a V. Ex^aS é que o Deputado Mentor não foge. Ele recebeu R\$120 mil.

Então, o rolo, se existe, contabilmente, que fique pela responsabilidade do escritório dele, e a minha contabilidade aberta para eventual punição com relação à apropriação indevida de um crédito de R\$2 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Tolentino, o que causa espécie a nós todos é que toda essa história só veio à tona depois, quando não tinha mais como tapar o sol com a peneira.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas, Deputado, eu, Rogério Lanza Tolentino, fui convocado para vir hoje à presença de V. Ex^a, e o Deputado Mentor, há dois meses. E aí, ele tem... Sou obrigado, até como advogado, por força do hábito, a mudar o cachimbo de lado, a raciocinar que ele teria... Estaria desenhando uma linha de defesa perante o Conselho de Ética de V. Ex^{as}. Aí é outra história.

Não sei, Deputado. Acredito que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bom, mas o senhor é um advogado experiente. Eu também sou advogado...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu sei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E obviamente, se ele está buscando uma linha de defesa, ele não estava buscando a linha da verdade, porque se essa é a verdade, ela era... Ela não tem sofisma. É clara, cristalina, transparente, óbvia. Enfim, ela mata a charada. Como diria Sherlock Holmes: é elementar, meu caro Watson. Está claro, afinal de contas está ali um documento. Ele recebeu, não tem como negar que recebeu. Está provado que recebeu. Ato contínuo, admitiu que recebeu. Ação seguinte, ele se enrolou ao dizer o que recebeu, como recebeu, como veio, quem pagou, enfim, e agora, passado um tempo, vem essa história. E vem uma história, digamos, documentada, perfeita, acabada, definida, comprovada. É como se matasse a cobra, mostrasse o porrete e o couro do bicho estaqueado. Quer dizer, está tudo ali. E perguntamos: mas por que não mostraram antes? Se é tão cabal, se é tão definitivo...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, se V. Ex^a me permite, mostraram. Aí V. Ex^a me inclui. Eu estou mostrando hoje, quando recebi a convocação de V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, perfeito.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu nunca fui chamado, em momento algum, para discutir esse assunto. Por isso é que, logo num primeiro momento, agradei a oportunidade de esclarecer alguns fatos onde meu nome estava vinculado, e, de certa forma, equivocado em determinados momentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, mas...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já liguei para a Polícia Federal. E vou à Polícia Federal, porque eu me disponibilizei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, mas o caso mais grave...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Agora, o Deputado Mentor é um juízo de valor. A linha de defesa dele o obrigou, levando... Agora, o meu poder, como quis o Deputado Onyx Lorenzoni, é o poder da verdade. Esta é a minha verdade, está aqui: o Deputado recebeu, sim. Pronto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tomara. Eu torço. Torço até pelo Deputado José Mentor...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, eu também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi nosso colega.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Claro. Eu tenho por ele um respeito e admiração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Até porque o maior problema não é seu. O seu é um problema meramente contábil, meramente contábil e fiscal. E eu diria que pode ser sanado, enfim, corrigindo ali, fazendo os pagamentos, pagando as multas, enfim,... Agora, a questão do colega, do nosso colega, o Deputado José Mentor, é uma situação muito mais complexa.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato, é complexa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E me causa espécie. Ficamos impressionados, se ele tinha esse álibi, que é um álibi perfeito. Está ali, são duas notas fiscais, o serviço feito, a obra realizada, enfim, tudo concluído, recibo passado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu acho que nem é álibi. Sabe qual é a grande surpresa? Que ele imaginava que Tolentino e Melo iria salvar, porque é do Marcos Valério. Marcos Valério tem um terço dessa empresa de consultoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pau que dá em Chico dá em Francisco. Ele saía de um lado e caía do outro, e recebeu um cheque da 2S.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Então não tem jeito. Se eu quisesse escamotear, eu falaria: foi Rogério que contratou, como pessoa física, não é verdade? Então, o Deputado Mentor, até então quero crer, ele ficou sem saber o que fazer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu acho...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quando também, e de bom sentido, ele tomou conhecimento, ele, em nenhum momento,... Deputado, tenho que dar o testemunho: ele se encontrou comigo na segunda-feira, dia 12, em Belo Horizonte, às 19h30. Conversamos por uma hora, ele voltou a Belo Horizonte. Em nenhum momento, ele se furtou ou quis escorregar dessa responsabilidade dos pagamentos. Ele verificou e não quis, em momento algum, arranjo de natureza fiscal. E eu mostrei a ele: “Olha, mesmo que você quisesse, na Justiça, eu iria discutir”. “Sim, aí é um problema.” Mas ele não quis. “Será que...” “Não. O senhor recebeu por conta e ordem da 2S.” “A 2S é do Sr. Rogério Tolentino.” “Não é não. É do Sr. Marcos Valério, sim.” Então, a posição do Deputado Mentor, de integridade, que recebeu. O problema dele no Conselho de Ética é complicado agora. Ele omitiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É só esta questão, eu nem vou entrar no mérito se ele

recebeu dessa ou daquela, o importante é que ele recebeu, e recebeu, em tese, pelo que está se comprovando com a apresentação da documentação, por um serviço prestado, obra realizada, serviço certo, acabado, enfim, com recibo, com documentos. Bastava levantar isso que o assunto teria sido dissipado, teria sido concluído, e não teria nem que espichar conversa.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Concorde plenamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que ocorre é que nada disso se falou. E como é que, em sua consciência, não podia lembrar? “Não, espera lá! Recebi R\$120 mil. Mas R\$120 mil não caem do céu. Foi um serviço que eu prestei para esta ou para aquela empresa.” Até podia ter dúvida se era dessa ou daquela, mas não poderia ter dúvida do serviço feito. É isso que causa espécie. Sinceramente, torço para que esta documentação seja verdadeira. O Deputado Maurício Rands tem razão – e quero subscrever. A perícia se faz necessária não só nos documentos como nas assinaturas e, inclusive, nos documentos dos Correios que são envelopes, através de Aviso de Recebimento (AR), para que se comprovem datas, dias, enfim, para que se possa fazer essa experiência. Dando certo, felizmente, graças a Deus, um a menos. Agora, em sua consciência, a olho nu, na boa, é difícil de acreditar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, no âmbito do CPMI, V. Ex^{as} esgotam neste momento. O Deputado recebeu R\$120 mil. No âmbito do inquérito da Polícia Federal, se de repente pode ter havido alguma fraude em documentação fiscal, será da competência da Polícia Federal e da Procuradoria formular denúncia. Agora, no âmbito da CPMI, o Deputado Mentor não tem como fugir à realidade: ele recebeu R\$120 mil.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Deputado Gustavo Fruet, V. Ex^a vai dar continuidade?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou. E peço um pouco de compreensão porque faltam dois temas para provocar e uma avaliação que a Assessoria já fez com relação à Bônus-Banval. Serei breve, e abrirei a palavra, mantendo a liberalidade no debate.

Dr. Rogério, a Presidente do Banco Rural afirmou que o Sr. Marcos Valério era um facilitador para interlocução junto ao Governo. Da mesma forma, o Dr. Ricardo, do BMG, afirmou que o Sr. Marcos Valério tinha canais importantes também com o Governo Federal. O Banco Rural tinha interesse no processo de liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. O BMG – e é claro que isso é objeto de investigação também –, com relação ao crédito consignado, em especial para aposentados e celetistas nesse período.

Pergunto ao senhor, com relação à natureza do trabalho feito pela empresa Tolentino e Melo com o Banco Rural, e segundo informação da nota fiscal que recebemos, de 9 de fevereiro de 2004, houve uma prestação de serviço advocatício na área tributária, pelo que consta, pela empresa Tolentino e Melo, no valor de R\$654.762,00; e, no dia 1º de junho de 2005, houve outro pagamento do Banco Rural à empresa Tolentino e Melo, no valor de R\$115 mil, mas dessa vez por consultoria tributária. Pergunto se o Marcos Valério efetivamente era esse facilitador dos interesses do Banco Rural e do BMG e qual a natureza dos contratos, dos serviços que a consultoria Tolentino e Melo prestou ao Banco Rural.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Com relação à afirmativa da Presidente do Banco Rural de que o Marcos Valério era um facilitador, esse também é um juízo de valor que também vou me permitir não fazer, Excelência. Sabemos de todo o envolvimento do Marcos com essas situações e não me caberia fazer isso agora. É uma questão de relacionamento. Esse é um juízo de valor.

Com relação a esses serviços prestados, efetivamente alguns serviços foram prestados ao Banco Rural, serviço de assessoria tributária, que não tem nada a ver com Marcos Valério. Foram serviços prestados inclusive pelo nosso sócio José Roberto em questão de natureza tributária. Essa documentação, contrato sobre esse serviço, o que foi feito e o que foi recebido, o que foi pago, temos na nossa contabilidade. Se V. Ex^a me permite, amanhã mesmo ou depois de amanhã faço chegar às suas mãos. Eu não os trouxe porque não imaginei que seriam relevantes neste momento. Mas os documentos que, aliás, a quebra de sigilo já está com V. Ex^a fornecerei com o maior prazer. Com relação aos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor. Porque pedimos para o Banco Rural, e não nos mandaram ainda.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, mas eu lhe entrego.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só para esclarecer. A Tolentino e Melo é uma empresa de consultoria?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas ela também presta serviços na área da advocacia? No contencioso ou não? Ou só consultoria?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – No contencioso administrativo e consultoria tributária, ao Banco, porque eu tenho um colega de escritório na consultoria que é especialista nessa área e que já foi consultor de legislação tributária do Governo Federal.

Então, pontualmente se faz serviço nessa área a cargo do Dr. José Roberto Moreira de Melo. Esses serviços foram prestados. Estou lhe afirmando que existem contratos. Posso, nesta semana – porque eu vou à Polícia Federal –, passar por aqui e entregar, inclusive, na sua Secretaria ou nas mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Rogério, essa consultoria – a empresa – foi criada em 2002?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Em abril de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E só começou a prestar serviço para o Banco Rural em 2003?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Banco Rural já é da relação antiga, mesmo antes. Veja bem: o Dr. Zé Roberto, que é um colega e sócio nessa empresa de consultoria, é um prestador de serviço para as grandes empresas em Belo Horizonte na questão de natureza tributária, no contencioso administrativo. Ele, mesmo antes da Tolentino e Melo, já prestou serviços não só ao Banco Rural, como a outras grandes empresas de Belo Horizonte. Então, eu diria para V. Ex^a que a relação específica do Zé Roberto com o Banco Rural já existe há algum tempo até por força dele, no pessoa física, sem ter nada a ver, na consultoria, comigo ou com o próprio Marcos Valério. Mas desaguou agora, recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, na sociedade, começou em 2003?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Na sociedade, oficialmente, em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como quebramos o sigilo – não estamos discutindo o seu trabalho profissional e do seu escritório de advocacia –, qual o faturamento da empresa Tolentino e Melo, da consultoria?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A mídia, inclusive, já revelou. Em matéria publicada pela CBN ou pelo **O Globo**, ela traz esses faturamentos porque teve acesso a algumas notas. Nós também tivemos oportunidade de explicar o serviço. Então, vou me louvar em uma informação da própria mídia porque não tenho esses números. Aqui diz que houve um faturamento. A própria Dr^a Kátia já falou que houve um pagamento. Temos aqui: “De acordo com notas fiscais emitidas entre 3 e 22 de dezembro de 2003, dois milhões e seiscentos de consultoria; o Rural pagou seiscentos e cinquenta e quatro por serviço advocatício na área tributária, conforme nota fiscal emitida em 9 de fevereiro de 2004. A Tolentino e Melo recebeu ainda mais cento e quinze”. Esses dados são verdadeiros. Eu não tenho a comprovação fiscal que V. Ex^a tem na

quebra de sigilo, mas me comprometo a entregar pessoalmente a V. Ex^a ainda no curso da semana. Mas essa informação da mídia é oficial.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A que o senhor atribui, então, o aumento considerável do faturamento da empresa a partir de 2003, 2004 e o primeiro semestre de 2005? Só para lembrar: a consultoria foi criada em 2002?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Segundo dados de que dispomos, movimentou R\$64,6 mil. Em 2003, passou a movimentar R\$3,9 milhões; em 2004, R\$2,1 milhões; e, no primeiro semestre de 2005, R\$695 mil. Ou seja, a concentração de trabalho da consultoria se dá em 2003 até maio e junho de 2005, segundo os dados de que a CPMI dispõe. Coincidentemente, nesse período, passa a fazer consultoria justamente para o Banco Rural. E a Presidente do Banco Rural afirma que o Marcos Valério era um facilitador. Também é mais uma coincidência?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, há algumas coincidências. Às vezes, é difícil explicar determinadas coisas. Por exemplo, eu tenho, por informação da mídia, no CD-Rom de quebra de sigilo telefônico, 19 ligações internacionais recebidas. Vou comunicar a V. Ex^a – era meu intuito – que a filha do Dr. Zé Roberto, que é nosso sócio, é arquiteta urbanista e mora na Austrália desde 2002. Ela trabalha como arquiteta urbanista, casou-se e mora no exterior. Dois outros filhos do Zé Roberto estiveram no exterior fazendo excursão na Europa, de lado a lado, no ano passado. Então, eu não vi esses números, mas estou para lhe afirmar – e se criou uma certa expectativa de que a Tolentino e Melo recebeu 19 ligações internacionais, principalmente com Portugal, que esteve muito afluído – essa informação: Flávia, filha do Dr. Zé Roberto é arquiteta e mora fora, no exterior, há três anos. Acredito piamente que essas 19 ligações são dela para o pai. Então, existem algumas coincidências, sim.

Quanto ao Banco Rural – já disse a V. Ex^a –, o José Roberto Moreira de Melo, em Minas Gerais – e seria temerário falar do Brasil – é uma das maiores autoridades em questões tributárias de ordem administrativa, avalia autos de infrações, e não vou declinar nomes, porque são empresas que V. Ex^{as} conhecem bem, de projeção nacional, o José Roberto é consultor dessas empresas há muitos anos. Agora há uma coincidência porque pontualmente, às vezes, o cliente apresenta uma demanda de serviço. Agora, não há novidade. O José Roberto...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Olha só, Dr. Rogério, até em respeito ao sigilo e aos

dados do Dr. José Roberto, ele recebeu um valor significativo da consultoria a partir de 2003, ou seja...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele tem uma empresa dele, Deputado. Como eu tenho a Rogério Lanza Tolentino, na que eu faço a minha advocacia, ele tem a Moreira de Melo, em que ele trabalha há muitos anos, ele, sem vínculo comigo, ou com quem quer que seja. Agora, a consultoria cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, antes do senhor, o Marcos Valério não tinha feito nenhum outro serviço para o Banco Rural?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor, através do seu escritório, a pedido do Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Antes de 2003, quer dizer, começou a fazer com a consultoria.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Aliás, ao contrário. Exatamente, com a consultoria, criou-se chance de prestar um serviço, até mesmo porque agregou-se a essa consultoria uma experiência que o José Roberto tinha. O senhor está me entendendo? Quer dizer, o José Roberto agregou, e muito, e ele levou clientes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Em algum momento o senhor foi consultado ou ele sobre aquisição de título, sobre liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco ou sobre crédito consignado?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor, Deputado. Sei apenas porque o Marcos colocou as idas dele ao Banco Central, em um primeiro momento em que foi até o Deputado Virgílio Guimarães, quem conheço, com quem tenho relações pessoais, foi e havia esse objetivo de examinar e viabilizar a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco, e agregado veio até o Calmon de Sá, na questão do Econômico. Então esses são os fatos noticiados pela imprensa. Não participei dessas reuniões, não conheço o objetivo e o final

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento se o Marcos Valério esteve no Banco Central tratando dessa questão do Banco Mercantil de Pernambuco?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Isso foi público e notório, inclusive declarado por ele mesmo. Ele esteve com um diretor da área, ele até ontem falou na CBN sobre isso, e houve uma negativa, apesar de que havia algumas questões que nunca vi, parece que existem pareceres, discussões sobre juros, se é

indexação, essa coisa toda. Eu nunca vi, não conheço o assunto, mas o Marcos foi sim, foi tentar essa tratativa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, como publicitário, qual a legitimidade e qual o interesse dele de tratar de uma questão do sistema financeiro?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Marcos foi rotulado de publicitário pela mídia. Ele é empresário, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E conhece o sistema financeiro ou não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele já trabalhou em banco no sistema financeiro, é tanto que as empresas de publicidade de Minas Gerais têm uma rejeição quando ele se apresentava como publicitário, e ele sempre brincava: “Nunca me apresentei como publicitário. Tenho a publicidade como negócio. Sou sócio de duas agências de publicidade. Não sou publicitário. Publicitários são os meus sócios.” Então esse rótulo de “o publicitário Marcos Valério” foi em decorrência desses fatos e, na realidade, ele não gosta, não aceita. Ele prefere o rótulo de empresário, que ele o é, que é a atividade dele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E outras vezes ele já esteve no Banco Central tratando de questões referentes a Bancos?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputados, estive junto do Marcos Valério em várias oportunidades. No Banco Central não posso afirmar. Sei porque ele mesmo já afirmou que havia ido algumas vezes. Quantas vezes? Não saberia lhe precisar, mas que foi. Isso é público e notório, dito por ele mesmo

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A Dr^a Kátia também admitiu sociedade na RS Empreendimentos e Participações. Também na mesma linha pergunto para o senhor sobre uma consultoria realizada em 2004, na qual a sua empresa recebeu, Tolentino & Melo, recebeu R\$723 mil, qual a natureza desta consultoria?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi efetivamente da mesma forma que foi ao banco. Essa RS é uma empresa do banco, inclusive a própria Kátia declarou isso por ocasião dessas vindas aqui. É uma empresa que pertence ao Grupo Rural e a outro grupo poderoso em Minas Gerais, Grupo Cetrus. Há mais de 10 anos eles são donos dessa RS. Esse serviço também foi prestado nas mesmas circunstâncias, e, se V. Ex^a me permitir, vou trazer a documentação e o contrato, mas, para nós, se fala Rural, pouco importa se é a distribuidora, se é empresa agregada ao banco, importa sim que foi prestado um serviço ao Rural.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E havia efetivamente interesse junto ao Governo com relação ao controle do Banco Mercantil de Pernambuco ou dos títulos do Banco Econômico, por parte do Banco Rural, com a utilização dos serviços do Marcos Valério ou não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, com relação a serviços do Marcos Valério eu não sei informar a V. Ex^a. O interesse do Banco Rural sobre o Mercantil de Pernambuco ele até se legitima na medida em que o Banco Rural, por declarações do próprio banco e da sua presidente, detém 22% dessa situação. O interesse dele é legítimo. Agora, esta forma, confesso a V. Ex^a que não sei responder.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor sabe dessas informações porque foi veiculado ou porque o Marcos Valério em algum momento lhe consultou ou a consultoria ou o seu sócio na consultoria.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, esse serviço não faz parte da consultoria, primeiro porque ela extrapola o nosso nível de competência profissional. Essa demanda Banco Central, as questões que envolvem liquidação judicial são questões complexas, de natureza de Direito, que eu não tenho competência para isso, é uma advocacia especializada e eu não saberia afirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Rogério, antes de passar a palavra aos parlamentares, em cima daquela documentação que o senhor deixou, fizemos um cruzamento aqui, depois eu distribuo essa cópia também, mas se o senhor puder ajudar a esclarecer, vou lhe mostrar os valores. O Marcos Valério informa à Polícia Federal, eu já tinha até registrado, que ele enviou recursos via Bônus Banval, R\$900 mil para o PL, R\$750 mil para o PT do Rio de Janeiro, R\$120 mil para o PT do DF, R\$945 mil para o PT sem identificação, e R\$1.200 mil para o PP, totalizando R\$3.915.000,00. O senhor nos entregou hoje o empréstimo e a destinação dos recursos e a complementação do Marcos Valério via 2S e o retorno de 5.861. Na contabilidade do Marcos Valério, que ele entregou para a CPMI, ele aponta os R\$3.915.000,00 como débito para o PT e crédito da SMP&B, através de uma conta contábil de um mútuo da 2S Participações.

A pergunta é a seguinte: esse recurso repassado para a 2S Participações, pelo que o senhor contou, foi um recurso repassado de forma direta? Por que ele contabiliza como um empréstimo e como mútuo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, o senhor vai me desculpar, porque eu não sei responder a questão de ordem contábil. Essa planilha

que eu lhe trouxe hoje retrata uma realidade que me foi entregue por eles mesmos, a contabilidade oficial da 2S e que as informações que tenho se encontram disponibilizadas aqui na CPMI, na Polícia Federal e na Procuradoria.

Então, quando V. Ex^a me pergunta por que ele repassou para o PT, para isso ou para aqui, isso também eu não sei lhe informar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como advogado então, ele tinha um contrato de mútuo com a 2S, o senhor foi consultado, o senhor participou da elaboração desse contrato?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Esse esquema é um esquema contábil. Eu não participei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, o senhor desconhece que tem um contrato de mútuo entre a SMP&B e a 2S?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não saberia lhe informar. Tem um contrato assim, o dinheiro está lastreado na contabilidade assim ou assado... Essa é uma informação que eu não tenho, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Se o senhor puder perguntar para ele e depois nos esclarecer, e perguntar se isso é um empréstimo e se ele pretende receber esta devolução da Bônus Banval.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Da Bônus Banval já houve a devolução.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não naquele valor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O que eu posso adiantar para V. Ex^a e para os eminentes parlamentares é que a Polícia Federal, através de um órgão específico deles, de agentes com expertise em contabilidade, está em Belo Horizonte desde semana passada. Eles passaram três ou quatro dias na contabilidade da DNA, eles foram ao Banco Rural e estão na SMP&B e, se não me engano, já foram à Multiaction, ou seja, eles estão fazendo rastreamento contábil dessa pergunta que V. Ex^a me faz. A Polícia Federal está em Belo Horizonte há mais de semana, quatro agentes da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A nossa preocupação é que esta perícia seja antes inclusive da conclusão da CPMI. Mas eu pergunto, como advogado do Marcos Valério ou das empresas, se o senhor pode verificar por que está contabilizado como mútuo e se existe este contrato, ou é uma informação...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu posso indagar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Se houve ou não veracidade na informação que foi...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Como eu já disse a V. Ex^a, esta semana mesmo eu ainda pretendo ir à Polícia Federal, porque já contatei com o Delegado Zampronha, me disponibilizando exatamente para estabelecer alguns fatos que se mostram colocados de uma forma às vezes um pouco nebulosa. Eu devo voltar a Brasília quinta-feira ou sexta-feira ou no mais tardar semana que vem e posso fazer o contato com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Agradeço, Dr. Rogério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gostaria de esclarecer, aproveitando esta oportunidade. Quer dizer, houve transferências, com cheques nominais, para empréstimo à Bônus-Banval, é isso? Depois, houve restituição a essas empresas a título de quê? É o documento que foi entregue.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não consegui entender esse documento.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu posso explicar, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro que pode. Eu lhe agradeço.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, num primeiro momento, estabeleceu-se – quero crer – certa confusão com relação a Rogério Lanza Tolentino, que sou eu, advogado das empresas; a Tolentino & Melo, que é uma empresa de consultoria da qual o Marcos Valério também é titular de um terço, como eu; e a Rogério Lanza Tolentino, advogado, que sou eu na pessoa jurídica, perfeito?

Eu, Rogério Lanza Tolentino, tomei um empréstimo no BMG – só para que o senhor vá à origem e depois a gente evolua – tomei um empréstimo de R\$10 milhões. Talvez seja exatamente esse documento que V. Ex^a tem nas mãos. Esses valores foram creditados na minha conta, e eu os transferi para o Marcos Valério em três cheques: total de R\$9,9 milhões – estou só exemplificando, não estou citando número redondo – sendo dois cheques, que ele pediu, feitos diretamente e enviados à Bônus Banval, correto? Depois, ele...

Então, a contabilidade que o senhor tem aí e que pode gerar certa confusão é a seguinte: foram enviados à Bônus Banval dois cheques que foram emitidos

por mim e que têm origem nesse empréstimo bancário e outro...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Como?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Esse já é 2S dele. O meu dá três e pouco, porque é um cheque de dois milhões seiscentos e tanto e outro de setecentos e pouco. Esses cheques foram enviados à Bônus-Banval, onde houve determinados pagamentos – como eu respondi ao eminente Relator – que eu não sei afirmar para quem, mas foram por conta e ordem da questão paralela dele com o Delúbio.

O saldo desse valor, porque não se gastou essa totalidade lá, retornou à 2S. Quanto a essa movimentação contábil que ele me pergunta e que eu não sei responder, eles voltaram, através de vários pagamentos, Senador, da Bônus-Banval para a 2S do Marcos Valério. Essa é, de uma forma,...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Essas empresas não receberam. A Bônus-Banval retornou ao Marcos Valério o crédito que ele tinha, o saldo, porque ele mandou nove e só gastou três – vamos imaginar que fossem seis milhões. Eu vou fazer o que com esses seis milhões? Por que não se pagou mais? Ela devolveu ao Marcos Valério seis. Correto, na nossa linha de raciocínio? Esse dinheiro retornou a 2S através de vários pagamentos. Aí, a contabilidade da Bônus – não sei por que tipo de conveniência – mandou um cheque interno. Não foi direto um cheque de seis milhões da Bônus para a 2S, mas cheques internos que havia na Bônus-Banval.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Bônus-Banval pagou a essas empresas aqui; pagou e mostrou a nota, dizendo que a devolução seria através dessas empresas que estão aqui.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O senhor disse “pagou essas empresas” – eu não consegui entender.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Devolveu via pagamento a essas empresas.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Via essas empresas, chegou-se ao Marcos Valério. Se esse é o raciocínio de V. Ex^a, foi assim. Correto. Agora eu entendi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, Dínamo Distribuidora de Petróleo recebeu um milhão, setecentos e sete.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, recebeu não; mandou para o Marcos. Por que ela mandou eu não saberia responder ao senhor, só a contabilidade da Bônus. É essa talvez a minha dificuldade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Devolvia ao Marcos via essas empresas?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim. Veja bem, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – As empresas devolveram?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vou só exemplificar. Mandaram-se nove milhões para a Bônus, exemplificando, em três cheques. A Bônus efetuou alguns pagamentos de natureza política, que são os que nós sabemos e que o Deputado acabou de nominar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Três milhões e fração.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim. Houve uma sobra de caixa de seis milhões redondos. Esse dinheiro tinha de voltar para alguma pessoa. O Marcos pediu de volta: “Bônus, me retorne esses valores.” A Bônus, então, retornou ao Marcos, através de vários cheques que são de responsabilidade da Bônus com relação a eles. Esses cheques são de dentro da Bônus e chegaram à conta do Marcos Valério; foram compensados e viraram recursos que foram utilizados em outros momentos. Por isso, gera-se essa confusão, porque não guarda a relação: tirar dez milhões e gastar dez milhões. “Voltaram seis, caíram na 2S ou foram para a SMP&B que deu o cheque”. O cheque de seis voltou da Bônus-Banval, através de vários cheques, inclusive pequenos, que estão aqui nominados, de responsabilidade da Bônus-Banval, emitidos por João não sei das quantas, Antônio ou empresa, pessoa jurídica. O senhor está me entendendo? Mas voltou. Esse é o raciocínio. Aí eu não saberia responder por que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr. Enivaldo Quadrado disse que, na verdade, houve a autorização para a Natimar fazer a aplicação.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, eu não saberia contrariar a afirmação. Sei de se debater, de se desmentir na imprensa. Marcos Valério já afirmou, algumas vezes, que nunca autorizou nenhum tipo de empréstimo à Natimar, que ele não sabe o que é. Ele, por conta e ordem de Delúbio Soares, encaminhou um dinheiro para a Bônus. Fez os pagamentos. Houve uma sobra de caixa, vamos chamar assim. Ele pediu esse dinheiro de volta. Essa história da Natimar não existe no contexto do Marcos Valério, segundo ele. Pode até ser que passe a existir contabilmente, mas não existe. Essa história foi trazida pelo Enivaldo, da Bônus, também não sei a que título ele teria dito aqui, teria dito à Polícia Federal. Mas são aquelas coisas que

são contraditórias e que, num determinado momento, como, por exemplo, a Polícia Federal contabilmente, através de seus agentes, está checando isso tudo lá em Belo Horizonte e evidentemente que a verdade contábil vai aparecer e até a verdade verdadeira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o senhor sabe os seis milhões para onde foram, quando voltaram a Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não entendi, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando retornam, através dessas empresas, os seis milhões, qual é a destinação...?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, eu não sei precisar as datas, mas elas estão aí elencadas, se não me engano, porque esse documento me foi entregue. Eu não sei por conhecedor dos fatos contabilmente, pelas informações que eu tenho. Elas estão elencadas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para onde foram esses recursos, já que retornaram seis milhões?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, Senador, desculpa. Os cheques foram para a 2S e foram – vou usar uma expressão – reutilizados nos pagamentos de natureza política, porque essa é aquela contabilidade dos 55. Ele vai, volta, voltou. Aí tem que mandar. Veja bem, é igual à história. Se perguntou aqui – e eu vou colocar para V. Ex^a para exemplificar: “Como que você pretende cobrar do PT?” Eu não tenho um título executivo à questão que se Marcos Valério emprestou para o PT. Mas o Partido dos Trabalhadores alega que essa história de empréstimo é por conta do Delúbio, obra e graça do Delúbio Soares, da pessoa física, mas ele utiliza os valores para pagar débitos dos seus diretores. Foi para pagar no Rio Grande do Sul. Foi para pegar no Ceará. Não sei onde. Eu estou exemplificando. Em Brasília. Ora, isso em Direito, Senador – V. Ex^a sabe –, é no mínimo enriquecimento sem causa. O empréstimo é do Delúbio, mas serve para pagar conta interna, como se viu por conta e ordem para outras situações. Mas restrito isso – eu já discuti com alguns Parlamentares. Onde que você...? Eu sou um dos quatro advogados do núcleo de estrutura jurídica que tem que defender o Marcos Valério. Eu sou advogado das empresas dele. Sou amigo dele e sou sócio dele. Nos últimos sessenta dias, nós só passamos examinando o que fazer e o que iremos fazer. Nós entramos em São Paulo com uma ação contra o PT, de natureza ordinária. Eu preciso comprovar que eu, né?... o Marcos Valério passou esses 55 milhões para o PT. Eu não tenho isso líquido e certo ainda. O BMG tem para executar as empresas do Marcos Valério. O Rural tem.

Mas o Marcos não tem. Eu estou ameahando provas feitas aqui na CPMI, porque o Delúbio Soares admite, o Deputado José Dirceu admite numa entrevista à **Folha de S. Paulo**, e em outras circunstâncias, porque eu estou filtrando em depoimentos, e o próprio PT, quando simploriamente diz assim: “Ah, isso é coisa do Delúbio!” Tá bom! Mas pagou conta da instituição. Isso é público e notório. E esses depoimentos é que eu vou levar para a Justiça. No mínimo, isso é enriquecimento sem causa. Então, devolve para o Marcos Valério, que ele é credor desse dinheiro, para ele poder pagar a conta dele. O senhor está entendendo? Então, o Marcos Valério não tirou, através das empresas, 55 milhões. Ele tirou cinco e deu aqui... pagar, né? Entregou à Guaranhuns, que deu ao Valdemar Costa Neto, mas isso que deu ao beltrano, sicrano. Não, houve aquelas conveniências. Eu não imagino por quê. Porque eu não participei. Não era da minha intimidade. Assim, paga cem, não devolve. Paga depois de amanhã. Por isso é que é tudo muito tumultuado, muito confuso e, às vezes, o Deputado me pergunta ou o Senador: “Por que o fulano não fez?” Não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só mais duas perguntas. Só duas observações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu peço desculpas aos companheiros. Era apenas para esclarecer.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, é assunto interessante. Eu vou retomar. Gostaria que o senhor participasse.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só duas observações. Primeiro, por que, entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2003, o Marcos Valério repassa mais de 1,7 milhão sem ter feito empréstimo? Qual a origem desse recurso e qual o interesse dele nisso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, seria juízo de valor, mas eu quero crer que, se ele já estivesse... Seria razoável que ele estivesse emprestando e depois, quando saiu o empréstimo, igual ao cheque especial, que a gente entra e sai dele... Se o Marcos Valério... E eu não tenho esse número e se vê muito pela imprensa de se falar...

Veja bem: acha-se que o Marcos Valério não fez os empréstimos. O próprio Vice-Presidente da República fala que o Marcos Valério não fez aquele empréstimo, mas o Banco Central atesta a existência dos contratos, uma semana antes até de o Vice-Presidente da República falar que esses contratos não são verdadeiros. Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas só duas observações...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Agora, quando R\$1,2 milhão vai antecipadamente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Um e setecentos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ou setecentos, não importa. Eu quero crer que, se ele depois baixasse dez de empréstimo, esse R\$1,5 pagou aquilo que de repente o caixa dele comportava, porque a movimentação financeira das empresas é grande, em função de muitos clientes, e pode fazer aquilo que fazia com a gente mesmo: vai no cheque especial, volta e depois você cobre. Pode ser. É juízo de valor. Não gostaria de entrar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas é importante porque o senhor é advogado e tem certas coisas que o senhor sabe e outras sobre as quais o senhor não foi consultado. Então essa o senhor também não sabe?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não sei, e essa questão financeira não é da minha alçada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas ele faz os empréstimos que totalizam R\$55,3 milhões e repassa R\$55,9 milhões, e o valor bruto dos empréstimos não é o valor repassado, quer dizer, como ele vai arcar com essa diferença, qual a vantagem dele nisso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Confesso que não entendi a pergunta. O valor bruto, como?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Os valores dos empréstimos líquidos são menores que os valores...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, sim, porque deduzida a operação financeira da instituição bancária.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Exato. No valor bruto, ele retoma aproximadamente R\$55,3 mil, ou seja, não é o valor líquido que ele recebe para repassar, descontam-se as taxas e a CPMF. Ele repassa na contabilidade dele R\$55,9 mil. Qual a vantagem do Marcos Valério em fazer esse tipo de negócio? Por que ele fez isso? Só para atender um amigo? O senhor, como advogado, o que o senhor afirma?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Como advogado, é difícil responder isso. Seria uma operação que é difícil para mim. Agora esse é o tipo de pergunta que eu teria que perguntar para o Marcos Valério e trazer a resposta para V. Ex^a. É um juízo de valor que eu não sei fazer: qual a vantagem, o porquê. Essa é uma questão do Marcos Valério com o Delúbio. Eu não saberia, respeitosamente, responder a V. Ex^a porque não é a...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E, como advogado, como o senhor afirma, como o

senhor analisa? O seu cliente, o Marcos Valério, juntou, na Polícia Federal, documento, assinado pelo Delúbio, com os seguintes termos: “Pela presente, assumo junto a esse Banco, compromisso, irrevogável e irretratável, de garantir, como avalista e devedor solidário, todas as operações de empréstimos prestada com V. Sr^{as} com Rogério Lanza Tolentino e Associados Ltda. [ou seja, fala em nome da empresa da qual o senhor é sócio], Graffiti Participações, SMP&B Comunicação, DNA Propaganda e Partido dos Trabalhadores. Atenciosamente (...)”. Assina Delúbio Soares. Esse documento tem valor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, sabemos e seria uma heresia jurídica falar que ele seria um documento que respaldaria, em termos de uma fiança, uma garantia, ou um aval, a um contrato. Evidentemente que não, mas também é um documento que, a bem da verdade, pode subsidiar um procedimento ordinário na elaboração de provas lá na frente. Talvez isso atendesse a uma ansiedade natural dessa transação ou entre Marcos Valério ou entre Delúbio e os próprios credores. Também é uma história. Agora, juridicamente, se eu fosse advogado do BMG ou do outro Banco, é evidente que esse documento não atende, quem falar que atende é uma heresia jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas também nesse caso o senhor não foi consultado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Absolutamente. Se tivesse sido consultado, obrigaria que fossem no contrato, que pegassem o contrato no original e, como diz o outro, assinassem atrás, junto. Não houve isso. Então é um documento...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E qual a razão do Marcos Valério ter avalizado os empréstimos do PT junto ao BMG e ao Banco Rural? O senhor foi consultado sobre isso? Também não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não fui consultado. Essa operação também, depois de desenhada, vem a público. Não sei o motivo e por que isso foi tabulado. Seria também outra pergunta que não saberia responder a V. Ex^a. Não é nem questão de reserva profissional. Não sei responder.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então fica, além daqueles documentos, essas três perguntas para o senhor nos informar em uma próxima oportunidade...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O porquê? Mas vamos trazer o Marcos Valério...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, queria retomar um pouco, Dr. Rogério Tolentino, a

questão dos empréstimos, e acho, Deputado Gustavo Fruet, que começamos a ligar certas pontas que estão soltas, ao tomarmos depoimentos e começarmos a ter acesso a documentos importante.

O Dr. Rogério trouxe hoje aqui novas informações que tratam da transferência feita pelo Sr. Marcos Valério à Bônus-Banval, o que daria R\$9,783 milhões: R\$3,4 milhões da parte da Tolentino e o restante da própria 2S, que mandou. É só para recapitular. E, depois, parte desse dinheiro remetido à Bônus – Banval no valor de 5 milhões, 861 e 212, segundo...

O senhor está com as contas aí, se o senhor quiser acompanhar, para a gente ganhar tempo. Não sei se o senhor tem aí o... Tem aí, não é?

Então, na sua lista, são uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete empresas nomeadas, total de 3 milhões e 300, mais ou menos, elas receberam de... Elas mandaram dinheiro... A Bônus-Banval devolveu à 2S, nessa... Correto?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O senhor podia só repetir o valor, Deputado?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A lista que o senhor nos entregou tem aqui sete empresas que, somadas, deram em torno de 3 milhões e 300 devolvidos à 2S.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato, são sete empresas que constam dessa lista.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sete empresas. E depois tem depósitos diversos, que...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Diversos. Outras.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essas informações o senhor obteve onde?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Me foram entregues pela contabilidade do Marcos Valério.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Do Marcos Valério.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Me foi passada e evidentemente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas por que razão?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Porque eu viria aqui hoje e, perante V. Ex^{as}, eu iria explicar um empréstimo eu tomei e a que título dois cheques meus, Rogério, foram direto para a Bônus-Banval, quando até se discute, e o Senador ali indagou: Mas não foram para uma empresa chamada Natimar?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por que razão? Qual é a razão de o senhor trazer aqui um documento em que consta a devolução da Bônus Banval à 2S, se o senhor não tem nada a ver com isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, quero crer que a minha história tem que ter iní-

cio, meio e fim. Tomei um empréstimo e passei para a empresa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, acabou sua participação.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas, para justificar como que foi a remessa disso para a Bônus-Banval, está aqui esse balancete, V. Ex^a coloca essa lista que eu trouxe, mas é uma lista que eu, Rogério, não tenho responsabilidade sobre ela. São informações que me foram passadas, porque têm dois cheques aqui...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sei, mas, de que servem essas informações à sua defesa? Era isso que eu queria entender.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se não atende a V. Ex^a, desculpe-me. Entregaram-me como que fossem subsídios, em função dos valores. Agora, não sei para que eu trouxe. Trouxe porque eu tomei... a imprensa noticia que mandei, Deputado, o senhor me desculpa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Que o senhor mandou o dinheiro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato, então eu trouxe para mostrar: olha, mandou nessas circunstâncias. Agora, por que, como e onde, eu não saberia responder a V. Ex^a.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor mesmo disse que a sua participação foi encerrada com os 3,470 milhões.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Naquele evento do empréstimo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi devolvida alguma quantia para o senhor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A mim, ainda não. Sou devedor...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A Bônus-Banval não mandou nada para o senhor e nem a ninguém?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A mim, Rogério, não, porque isso tudo foi contabilizado na contabilidade chamada 2S. O senhor está me entendendo? Então, toda essa aqui, só para mostrar para os senhores, que esta coisa está contabilizada na empresa chamada 2S. Foi isso que constou oficialmente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor está adicionando elementos da 2S aqui.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Perfeito, pode ser dessa forma sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Dr. Enivaldo Quadrado, quando esteve depondo aqui, meu caro Relator, entregou-nos uma relação dos seus clientes, da Bônus-Banval, todos os seus clientes. E na relação de clientes que ele entregou, que está aqui em nossas

mãos, da Bônus-Banval, nenhuma dessas empresas, nem a Dínamo Distribuidora de Petróleo, nem a Lagat, nem a Capcom, nem a Lord, nem a Itafarma, nem a Pecuária Nova Horizonte, nem a Sigma, nenhuma delas era cliente da Bônus-Banval. Então, como vamos entender que a Bônus-Banval devolveu o dinheiro que ela recebeu para a 2S de gente, de pessoas, de empresas que não eram clientes dela?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato. Eu também indagaria como V. Ex^a.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, podemos inferir que essas empresas estão fazendo uma doação, estão repassando dinheiro para a 2S, que depois, como o senhor mesmo disse, redirecionou esse dinheiro para o PT. O senhor acabou de dizer, ao explicar ao Senador César Borges.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, foi essa a expressão.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Que o dinheiro foi reutilizado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi, voltou e reutilizado. Perfeito.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o que foi reutilizado pela 2S foi uma parte, foi reutilizada uma parte do que ele mandou. E a outra parte, pelo menos até onde sabemos, são empresas que estão bancando, mandando esse dinheiro, remetendo. Não é reutilização, não se trata de reutilização.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Saíram do caixa da 2S, entrou como empréstimo do BMG, esse dinheiro foi remetido a Bônus-Banval, a Bônus-Banval remeteu de volta uma grande parte dela, mas remeteu dinheiro que não era nem do empréstimo e nem de outra origem. Essas empresas podem estar sendo contribuintes da redistribuição ao qual o senhor se referiu, que foi para o PT. Não apenas os R\$3,3 milhões dela, como esses 2,669, em depósitos diversos, que não sabemos de onde vieram. Então, essa reutilização não é o caminho correto.

Mais do que isso, Sr. Relator, examinando a relação que foi entregue também pelo Sr. Quadrado aqui durante seu depoimento, é a relação a que se referiu o Senador César Borges, que, segundo o Sr. Quadrado, teriam sido autorizações emitidas pela Natimar, de propriedade do Sr. Ernesto Quaglia, uma empresa de Santa Catarina, que teria sido escolhida pelo Sr. Marcos Valério para ela colocar os investimentos. O Sr. Marcos Valério teria investimentos, tinha dinheiro para investir e não sabia onde investir, perguntou ao Sr. Enivaldo Quadrado e o Sr. Enivaldo Quadrado indicou a Natimar, que seria a empresa responsável pelas

ordens recebidas pela Bônus-Banval de destinação desses recursos que estão aqui elencados.

Uma das empresas – e estou contando isso porque acho interessante para o Sr. Relator ir alinhavando – que receberam recursos se chama Erst Ltda. Essa empresa recebeu da Bônus-Banval, em depósitos, R\$ 1,245 milhão nos dias 26/04 e 27/04. Ela recebeu R\$ 1,245 milhão. E quem é a Erst Ltda? Ela é a empresa sucedida pela Stoklos. A Stoklos é de propriedade dos irmãos Lúcio e Roberto Funaro, que foram sócios da Guaranhuns. Então, estamos estabelecendo as ligações da passagem desses recursos. A Stoklos, inclusive, recebeu do Sr. Marcos Valério R\$ 103 mil no dia 28/02/2005. E, assim como ela, existem outras empresas que receberam recursos. Estava checando aqui a relação dos dias 26 e 27 e percebi que boa parte delas é de empresas de publicidade. Então, a história não bate em hipótese alguma.

A Natimar, uma empresa que mexe com ouro, faz pagamentos, através da Bônus-Banval, a empresas de propaganda e de publicidade, exatamente no momento, no mesmo dia praticamente em que é liberado o dinheiro do Banco BMG, e o dinheiro é transferido para a Bônus-Banval.

Então, Sr. Sub-Relator, acho que é por aqui que nós devemos pesquisar melhor, porque tenho certeza de que vamos encontrar todo o caminho, toda a trilha que derrubará as versões montadas e remontadas a que estamos assistindo nos depoimentos têm sido dados aqui.

Uma das pessoas que receberam dinheiro da Bônus-Banval, via Natimar, é a Sr^a Deusa Maria da Costa Silva, que, descobrimos posteriormente, é a esposa do Sr. Najun Turner, ou ex-esposa do Sr. Najun Turner, o doleiro que está preso junto com o Toninho da Barcelona. E foi ele quem contou a Toninho da Barcelona que o ex-presidente Severino teria recebido R\$ 8 milhões depois de eleito, e que R\$ 3 milhões desses R\$ 8 milhões teriam sido arrumados pelo Sr. Dario Messer, que é um outro doleiro também envolvido nessa história e que, certamente, vai nos dar os esclarecimentos quando vier depor – eu já apresentei inclusive requerimento de convocação dos dois para esclarecermos essa situação.

Todas essas notícias, essas informações que o senhor nos trouxe acabam desaguando certamente numa situação muito mais ampla e que envolve outras pessoas.

Talvez, o senhor não tenha conhecimento, apesar de estar, como o senhor disse, há dois meses, diuturnamente, ajudando o Sr. Marcos Valério na defesa dele perante esses casos todos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se V. Ex^a me permite... Apenas no último tópico, com relação a esse lado contábil eu, infelizmente, não saberia responder. Com relação à colocação de V. Ex^a, de que nos últimos dois meses sou de uma equipe que estrutura defesa, não essa parte contábil que é liada dos contadores, das pessoas que são afinados com os números. Nós...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor não estrutura a defesa sem as informações financeiras e contábeis, não é, Sr. Rogério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas depois linkamos as pessoas, não é verdade? E nós estamos preocupados com a Procuradoria, com a Polícia Federal e uma série de eventos que estamos enfrentando de natureza jurídica – o senhor está entendendo? – e que demandam dos advogados, que somos quatro, com relação a esse dado. Essa parte contábil, inclusive para a compreensão de V. Ex^a, a própria Polícia Federal – porque isso são dados oficiais –, como disse, essa é uma situação, uma lista contábil que me entregaram para que eu pudesse esclarecer a V. Ex^{as} aqui. Não sei lhe informar da intimidade delas. A Polícia Federal está lidando com essas informações lá em Belo Horizonte já há uma semana. O senhor está me entendendo? Então, a questão que o Enivaldo disse e que o Marcos ou que a empresa disse, evidentemente, são contraditórias e elas vão desaguar, num determinado momento, numa realidade boa para um, ou má para o outro...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Rogério, o senhor sabe informar sobre algumas coisas e sobre outras, o senhor não sabe.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Concordo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso, certamente, é conveniência. Por exemplo, o senhor disse, no início do seu depoimento aqui, que foi o senhor quem tratou com o Deputado José Mentor os serviços jurídicos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não tratei; conversei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Conversei sobre os serviços jurídicos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Marcos que tratou com ele, e ele me procurou para falar: “Olha, o Marcos pediu que eu conversasse com você.” Então, a tratativa é um pouquinho diferente da conversa. A história já estava estabelecida, Deputado. Eu, simplesmente, a mantive. Essa é a verdade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, porque o Deputado José Mentor, quando depôs na Polícia

Federal, disse que não sabia que o senhor era sócio do Marcos Valério quando fez o contrato de prestação.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Acredito até que sim, pela dignidade do Deputado. Tanto que ele quis julgar na Tolentino & Melo, e ele se viu surpreso em saber que a Tolentino & Melo também pertencia ao Marcos. E eu o trouxe à realidade com relação aos pagamentos. Acredito sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor podia, então, falar um pouco como o senhor adquiriu o imóvel? O senhor já falou, mas eu gostaria que o senhor repetisse. Pode resumir, não há nenhum problema. Como foi que o senhor...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Da Ângela?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O imóvel da Sr^a Maria Ângela da Silva Saragoça.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Em determinado momento, Deputado, em uma das minhas idas ao PT, no café, Ivan Guimarães me perguntou – ele gostaria de adquirir o apartamento da Ângela, porque esse imóvel atendia a interesse dele, de repente pela localização, porque ele falou que gostaria de alugar para a mãe dele e ele não tinha condição financeira – se eu não gostaria de adquirir esse imóvel, porque eu estaria, de qualquer forma, ajudando a várias pessoas. Assim me foi colocado. Eu já vou tentar colocar da mesma forma que eu coloquei anteriormente. A Ângela era uma das ex-mulheres do então Ministro José Dirceu, naquele momento, e que eu imediatamente acolhi aquilo e comprei. Essa é a história.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor, então, comprou e ele foi imediatamente repassado ao Sr. Ivan Guimarães...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Repassado em que situação?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi alugado a ele?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi. O Ivan promoveu uma reforma nele, nós temos um contrato de locação em que ele é utilizado – a propriedade – pela mãe do Ivan. Essa é a realidade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E ele paga aluguel para o senhor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Paga aluguel, R\$650,00 é o valor do aluguel.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É ele mesmo quem paga? Ele já pagou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já. Paga. Ele teve uma carência em função de uma reforma preliminar que foi feita e esse contrato está em vigência, não sei se de 24 meses, qualquer coisa. Está em vigência. Evidentemente que não pretendo continuar com esse

imóvel **ad eternum**. Uma hora, eu vendo para o Ivan ou para quem se interessar por ele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas ele pagou..

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – No momento, a questão foi colocada ali: você quer ajudar a gente? Comprei... “ajudar a gente”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Ivan Guimarães depôs na CPMI e foi inquirido pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E aqui ele contou uma história diferente da do senhor. Então vou ler a história contada por ele:

“O SR. IVAN GUIMARÃES – No começo de 2003, eu estava procurando um apartamento pequeno para comprar. Procurei o serviço de imobiliária devidamente instalada em São Paulo. Essa imobiliária identificou alguns apartamentos, e um deles me interessou. Um dia, na sobreloja do Partido dos Trabalhadores, onde existe um café, eu estava conversando com o Sr. Rogério Tolentino, que eu já conhecia e que até aquele momento para mim era advogado do Sr. Marcos Valério, sócio do escritório Tolentino & Melo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor o encontrou no café. Quando foi isso?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Em abril de 2004. Eu o encontrei lá. Nós conversamos um pouco, eu falei da situação do apartamento e ele me disse que tinha interesse em ser investidor, que tinha interesse de ter um apartamento para locação. Depois, nós conversamos mais algumas vezes e ele decidiu comprar esse apartamento, eu reformaria o apartamento, ganharia uma carência e pagaria o aluguel do apartamento para um familiar meu. Passei o telefone dele para a imobiliária. Ele enviou os documentos e, no dia combinado, fomos todos à imobiliária. Eu o acompanhei. Eu o peguei no aeroporto e o levei na imobiliária para fazer a escritura. Até então [ele disse – o Sr. Ivan Guimarães] eu não sabia quem era o proprietário do imóvel, porque a imobiliária não permite que o comprador e o vendedor se encontrem. Nem o Sr. Rogério o conhecia.”

Quem está falando a verdade, então, aqui, no depoimento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu estou lhe afirmando que eu estou falando a verdade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então ele mentiu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mentiu.

Veja bem, Deputado: eu entro em casa, às oito horas da noite, e encontro comigo no Jornal Nacional. Surpresa. Apartamento da Ângela.

O Sr. Ivan Guimarães, antes de vir à CPMI, declarou também no **O Globo** um fato também totalmente diferente à realidade aqui, esta que estou lhe contando, que vou contar em qualquer lugar. Ele sabia que era Ângela, sim; me foi colocado que o apartamento... nem era Ângela, era uma ex-mulher do Ministro José Dirceu. Essa... falou: “Você não quer nos ajudar?” Nesse cafezinho que eu já... A história do Ivan é verdadeira quase na totalidade. Ele omite esse fato. Não vou falar que é mentira. Ele omite. Mas ele me levou...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, não omite. Isso é uma mentira. Ele prestou depoimento aqui na CPMI. Não estamos numa conversa de bar, de café.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Então, eu estou lhe falando que ele mentiu. Eu abri a porta do meu apartamento e dei de cara comigo no Jornal Nacional. No outro dia, estava aqui no **O Globo** e ele veio à CPMI, posteriormente, inquirido por V. Ex^a. Então, neste momento aqui, se V. Ex^a prefere, ele mentiu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Tem mais, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado Silvio Torres, já foram 20 minutos. Como há seis inscitos, peço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas acho importante. Estamos estabelecendo aqui uma contradição de...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não há menor a dúvida. Com toda a liberalidade, mas só para compreensão dos demais Parlamentares...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Deputado Arnaldo Faria de Sá perguntou: “O senhor não sabia que o apartamento era da ex-esposa do Sr. José Dirceu?” Ele falou: “Não, eu não sabia era da ex-esposa do José Dirceu.” Aí, o Deputado Arnaldo Faria de Sá pergunta novamente: “O senhor sabe que não deve mentir aqui, não é?” O Sr. Ivan Guimarães respondeu: “Sim”. Ele estava consciente de que não podia mentir.

O senhor se lembra do nome da imobiliária em que o senhor passou a escritura?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O nome da imobiliária, confesso a V. Ex^a que eu não sei direito, porque o Ivan tomou todas essas medidas, porque ele me pediu que fizesse...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor foi com ele à imobiliária?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Fui. Agora, veja bem, Deputado...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, eu pergunto se o senhor se lembra...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vou complementar a resposta. Ivan Guimarães, numa entrevista, ele disse...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, Dr. Rogério. Eu quero...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO –...que a Maria Ângela...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É verdade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por favor. Dessa vez, deixe-me fazer as perguntas. Depois, o senhor responde...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deixo. É porque estou lhe dizendo que a declaração dele... Ele sabia que era a Ângela...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Senão, o senhor quer induzir um pouco a minha...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não quero, não. Desculpe-me, Deputado. Não, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, eu queria saber se o senhor sabe o nome da imobiliária.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Seria temerário eu afirmar o nome da imobiliária agora. Eu não conheço assim, para falar que foi na Imobiliária “X”. O senhor está me entendendo? Mas foi numa imobiliária que o Ivan Guimarães me ligou, que o apartamento era da Ângela, que foi vendido etc. Tudo é verdade. Agora, eu falar para o senhor qual a imobiliária? Qualquer uma. Foi uma imobiliária. Isso é verdade verdadeira. O nome, prometo para o senhor que olho depois, mas não sei. Não sei. Para mim, isso foi irrelevante.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por uma questão de justiça, vou repassar aqui para o Deputado Arnaldo Faria de Sá continuar a indagação que S. Ex^a fez e de que certamente se lembra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, estou achando que, diante da arguição do Deputado Silvio Torres e da afirmação...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu tenho a anotação da imobiliária aqui, que eu não sabia, mas tenho escrito qual é. O senhor quer...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – ...do Sr. Rogério Tolentino, acho que V. Ex^a, de ofício, devia provocar uma acareação entre Ivan Guimarães e Rogério Tolentino, porque eu acho que essa seria a saída natural.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Com ele mesmo e a declaração dele para o Jornal **O Globo**.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O que tem de grave, apesar da importância da declaração no jornal e é claro que é relevante, é que

ele deu uma declaração em outros termos na CPMI. Então, aí, configurou-se o falso testemunho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Deputado Silvio Torres chamou atenção aqui para o falso testemunho de Ivan Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos tomar providência. O importante é continuar sendo mais objetivo nas perguntas e nas informações. Com todo o respeito; eu não tenho preocupação de horário...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É a última questão que estou abordando.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas há os demais Parlamentares.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É a última questão.

Qual o nome da imobiliária? O senhor disse que tem aí. Por favor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu tenho anotado. (Pausa.) Imobiliária Camargo Dias, na Rua Padre Chico, na Pompéia, São Paulo. Eu não tenho a menor idéia de identificação. Esse é o nome de lá.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tem o contrato de locação que o senhor firmou com o Sr. Ivan Guimarães?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tenho, sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor podia, então, deixar e disponibilizar...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deixo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por favor, para a sub-relatoria.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, o senhor quer a declaração no **O Globo**?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Relator. Já terminei a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Silvio.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Rogério, quantos imóveis o senhor tem?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu tenho esse apartamento em São...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Quantos imóveis o senhor tem? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, dez, vinte... Quantos? Um número.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, isso está na minha declaração de...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu estou lhe perguntando aqui. O senhor me diga: olha, são três, quatro, cinco, seis, dez...

Quantos imóveis o senhor tem?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Deputado: em Belo Horizonte, eu tenho dois apartamentos; tenho esse em São Paulo, e tem algumas propriedades em Ponte Nova, que são heranças da minha mulher. Estão na minha declaração de Imposto de Renda, mas eu não considero como minha, são de herança. Mas eu, Rogério, tenho dois apartamentos em Belo Horizonte e esse famoso apartamento de São Paulo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o senhor tem três apartamentos. Em uma vida profissional de quantos anos?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – De formado, trinta e três.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em trinta e três anos, o senhor adquiriu esses três imóveis.

A empresa Tolentino & Melo foi criada em 2002, correto?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Correto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual era o capital social dela?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Posso olhar? Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Claro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É uma empresa de assessoria. O sigilo dela está quebrado, Excelência. Toda a documentação de Tolentino & Melo está aqui na CPMI

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Eu sei. É só porque se o senhor é sócio, achei que o senhor saberia...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É uma empresa de consultoria, Excelência, que não tem ativos; ela tem um escritório alugado e nós que trabalhamos com prestação de serviço o ativo somos nós.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Certo, está bem.

O senhor lembra de quanto foi o faturamento do primeiro, do segundo, do terceiro ano?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu já disse ao Deputado Fruet, Excelência, que a mídia...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu estou substituindo o Deputado Fruet, que foi ao plenário

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A mídia já trouxe a público esse faturamento. Eu já disponibilizei para eles, está aqui à disposição da CPMI, e me comprometi a trazer, se eventualmente houvesse essa necessidade, contratos e as notas fiscais. Não tenho aqui de cabeça.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O.k. Quanto foi aproximadamente o faturamento em 2002, em 2003, em 2004? É isso o que eu quero saber.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu já passei para o Deputado Fruet e não quero cometer a indelicadeza de olhar na pasta dele...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é dono da empresa ou não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, eu estou lhe fazendo uma pergunta normal: quanto foi o seu faturamento em 2002? O primeiro ano de existência da empresa. Ela começou em março de 2002. Em dezembro de 2002, qual foi o faturamento da empresa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, esses dados estão aqui e eu não sei...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não sabe me dizer? Eu só quero que o senhor me diga.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu faturei em 2003, dois...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, 2002.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Em 2002, a empresa iniciou-se em abril...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, V. Ex^a não permite que eu responda.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só peço que o senhor responda; o senhor está querendo me enrolar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Estou tentando...

Qual motivo eu teria para lhe enrolar, Excelência? Nenhum.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, por favor, diga-me quanto foi.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Em 2002, quando constituímos a empresa, Excelência – ela é constituída em abril –, não sei lhe precisar com absoluta precisão, talvez um universo de R\$ 300 mil, o.k.?

Posteriormente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em 2003?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, o senhor me aperta sem me abraçar. Eu tenho os dados, podem ter sido 3 milhões ou 2 milhões e 800. Eu não tenho o número... Três milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Dr. Rogério, a minha função aqui, quer o senhor goste ou não, é exatamente querer saber do senhor o que o senhor tem a nos dizer.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não tem dissabor da minha parte. Eu tenho o maior prazer em fornecer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor informa e eu pergunto.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas se eu falo 2 milhões, V. Ex^a... não atende à sua necessidade. Eu passei o dado para o Deputado Fruet...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Diga-me quanto foi em 2003.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas eu vou lhe dizer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aproximadamente. Eu não preciso...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Talvez dois ou três milhões, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Dois ou três milhões – é um universo bem extenso. Em 2004?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Talvez esse universo também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De novo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pode ser.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E agora, no primeiro semestre de 2005? Isso é fácil de responder. Quanto foi? Este ano. O senhor assinou os recibos, e quanto foi?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não sou eu quem assina os recibos. Eu não trato da contabilidade da empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor vê o balancete da empresa todo mês. Eu vejo das minhas pelo menos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não sei lhe responder, mas lhe prometo que lhe dou uma resposta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem eram os seus principais clientes em 2003 e em 2004, os que mais depositaram na conta da empresa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, os clientes que foram nominados, inclusive pela imprensa...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso não me interessa. Eu quero saber quais foram os que depositaram o maior volume de dinheiro na sua conta, na conta da sua empresa, perdão.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, estou lhe respondendo. Já foi dito aqui que o Banco Rural, o Banco BMG...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto o Banco Rural pagou para o senhor no ano de 2003?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu não consigo lhe responder com essa precisão. Pois eu tenho os dados aqui. Se V. Ex^a me permitir...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Claro. Veja aí e diga.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas estou pedindo. V. Ex^a não permitiu. Está aqui. Falei que não quero cometer a indelicadeza de mexer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Deputado Silvio vai alcançar os dados para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – Esses dados são seus?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – São. Estão aqui... Falei que não queria ser indelicado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então diga quanto foi que o Banco Rural deu-lhe em 2003, em 2004.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não queria cometer a indelicadeza de mexer na pasta do eminente Relator, Deputado. Por isso é que eu...

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – O senhor está autorizado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – São documentos que o senhor trouxe para cá?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu disse ao Deputado Fruet que a imprensa noticiou quanto eu faturei, que era uma informação que eu me louvava na própria imprensa. E que os documentos fiscais...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não se pode louvar de quanto faturou pela imprensa, Dr. Rogério. Por favor, respeite a nossa inteligência.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Respeite a inteligência da mídia, que teve acesso às notas fiscais e publicou. Por isso falei: Deputado, tenho uma síntese da mídia que falou: “olha, ele faturou tanto...”

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor não está aqui para falar com as palavras do jornalista que escreveu a matéria. O senhor está aqui para falar do que fez, do que não fez, do que deixou de fazer e de onde atuou. Está aqui para assumir as suas responsabilidades. Não pode transferi-las ao jornalista.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não estou me furtando, Deputado. A informação precisa desse valor, coincidentemente, o jornal **O Globo** publicou, e eu me louvei nessa informação, sendo que, se V. Ex^a – também estou respondendo a V. Ex^a – entender, trago toda a documentação pertinente. Foram R\$ 2,667 milhões. O Rural pagou R\$ 654,764 mil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Em nove de fevereiro de 2004. Cento em quinze em primeiro de junho de 2005 – o que eu não sabia responder a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Espere aí. Isso é uma informação de notas fiscais a que a imprensa teve acesso. Estou perguntando-lhe outra coisa. Estou perguntando-lhe quanto o proprietário da Tolentino & Melo – o senhor é um dos proprietários e tem responsabilidade sobre a empresa – aproximadamente – sem precisão, porque só quero entender –, recebeu do Banco Rural em 2003? Quanto contratou de serviços da sua empresa? A mesma coisa em 2004. E quanto foi do BMG? Da imprensa eu já sei. Li as matérias da imprensa. Estou querendo o contrário. Estou querendo que, pela responsabilidade que tem como sócio titular da empresa, o senhor informe a esta CPMI quanto foram as contratações de um e outro banco. É simples.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, é tão simples que estou lhe tentando responder. A informação, em que pese ser da imprensa, é precisa porque...

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – O senhor confirma a informação da imprensa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Confirmo. É o que estou tentando dizer ao eminente Deputado. Já confirmei ao Deputado Fruet que a informação da imprensa é absolutamente correta. O foco da reportagem, Deputado, foi exatamente esse que V. Ex^a me pergunta. E indaguei ao eminente Relator se ele queria os documentos, que eu trouxesse. E ele disse que sim. Eu me reporte a ele e falei: trago ainda esta semana. Estou me louvando nisso aqui. É a resposta que tenho para lhe dar, com todo o respeito, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o Banco BMG pagou ao senhor R\$ 2,6 milhões. Certo? Isso foi no ano de 2003. Quanto o BMG pagou o senhor em 2004? Se o senhor não se lembra, quanto crê que foi?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, se V. Ex^a me permite. Essa questão... inclusive quando saiu essa nota, nós nos justificamos também pela imprensa. Esse detalhamento é feito por um colega que é o administrador disso: Dr. José Roberto, que tem controle sobre isso tudo. Não estou fugindo a lhe dar nenhuma informação, muito pelo contrário, Deputado. Mas eu gostaria que V. Ex^a me permitisse que eu lhe trouxesse todas essas informações porque elas estão aqui. Eu, Rogério, não vim preparado para lhe dar essa informação. Confesso minha falha. Se V. Ex^a quer me penalizar por isso, eu estou penalizado.

Não tenho, Deputado, essa informação, não porque não queira dar, porque eu estou aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando o senhor crê que os bancos pagaram-lhe no ano de 2004?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Os valores que eu confirmo aqui, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas aí é 2003, meu caro amigo. Eu quero saber 2004.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, Deputado, essa reportagem evolui e traz. O Deputado poderia....

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não traz. Ela só traz em 2004, do Banco Rural. Não traz o valor do Banco BMG.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se o senhor me permite, eu não sei agora, Deputado. Mas eu trago para o senhor amanhã. Eu lhe mando amanhã.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é sócio de uma empresa que o senhor não sabe quanto fatura?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu lhe trago essa informação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse grau de informação, responsabilidade e cuidado é o mesmo daquela em que o senhor recebeu duas notas fiscais, ficou com elas, o imposto recolhido, ficou com elas quase um ano e meio, e não fez a correção. É o mesmo grau de responsabilidade.

Durante toda a sua vida laboral, o senhor compra três imóveis, sendo que um deles o senhor compra de favor – aparentemente, pelas suas palavras –, para dar uma ajuda a uma pessoa que foi diretamente beneficiada pelo seu sócio. Ou seja, o Sr. Ivan Guimarães é o homem do Banco Popular que forneceu quase R\$ 30 milhões de publicidade para as agências do seu sócio. Aí eles pedem para ajudar a ex-esposa do Ministro José Dirceu. E aí essa solicitação é tão forte, e o senhor é tão sensibilizado pelos argumentos do Sr. Ivan Guimarães, que precisava do imóvel para acomodar a senhora sua mãe, que o senhor tira do seu bolso R\$ 115 mil para comprar um imóvel que, hoje, o senhor já não sabe se vai ficar ou não vai ficar, aí o senhor aluga esse imóvel, e ele tem lá um longo prazo de abatimento, onde não paga praticamente nada por mês. E eu não poderia compreender, primeiro, as consultorias – e isso nós vamos ter que avaliar –, porque a sua empresa deu não é um salto, ela é turbinada de 2002 para 2003 e 2004. Segundo, o senhor gosta muito das análises da mídia, segundo análises da mídia que foram ao mercado, aparentemente, há uma certa discrepância entre os valores usuais de mercado para as tais consultorias que a sua empresa, que o senhor

disse que deu, e o que a sua empresa recebe. Agora, da mesma forma, como dessa forma descuidada que o senhor trabalha com a sua empresa, aparentemente, o que eu não acho que é, eu acho que o senhor está fazendo o trabalho que lhe serve, é uma linha de defesa sua que eu tenho que respeitar, é um direito que o senhor tem, e eu respeito. Por outro lado, eu também posso entender que o senhor, daqui a pouco, pode ter servido de laranja para adquirir um imóvel numa triangulação, que, na verdade, era uma operação onde as empresas do Marcos se valeram daqueles R\$ 30 milhões de faturamento lá que caíram no colo da DNA, por conta do Banco Popular, que investiu muito mais em publicidade do que operou em crédito. E também posso pensar que, daqui a pouco, aqueles que empregaram, de maneira tão gentil, para também dar uma mão para o Ministro, eles podem ter acrescido valores às suas consultorias, e o senhor serviu para fazer uma operação de triangulação, que, assim, talvez no seu íntimo, ela tenha vazado, quando o senhor disse: “Olha, pode ser que um dia eu até venda para o Sr. Ivan Guimarães!”. Isso o senhor disse aqui, há pouco, no meio de uma conversa. Ou seja, primeiro, em nenhum momento, apareceu que o senhor desejava ou tinha qualquer... o senhor nunca referiu que o senhor sequer havia pensado em comprar imóvel em São Paulo, aí o que o senhor diz é que o senhor foi instado a dar uma mão. E, como era uma mão que poderia ter dividendos – aliás, com um tráfico de influência bastante evidenciado, as empresas do Marcos Valério conseguiram constituir um movimento financeiro em que o senhor, direta ou indiretamente, também se beneficiou, eu quero-lhe perguntar: está muito distante da realidade esse raciocínio ou, diante do seu comportamento, do seu depoimento, das histórias pregressas de Marcos Valério, do Sr. Ivan Guimarães, que sai, a pedido de uma gestão que foi uma tragédia do ponto de vista administrativo, e é recompensado com um salário de, aproximadamente, R\$ 40 mil em conselhos de administração de empresas controladas pelo Governo...

O senhor acha que tudo isso é coincidência, de uma grande obra do acaso, que o senhor é de uma sensibilidade, de uma grande humanidade, de uma fraternidade incomparável de que conhece uma pessoa de ocasião em eventos esparsos e o senhor tira do bolso gentilmente, paga à vista R\$ 125 mil e está tudo muito bem.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, evidentemente que a sua história, na forma como V.Ex^a enfoca o problema, ela é palatável, ela tem início, meio e fim. Mas nós precisamos distinguir aqui algumas situações.

Evidentemente, que eu já relatei e não enfiei a mão no bolso e gastei. Eu adquiri um imóvel a questão da laranja, vamos começar atrás para frente. Quando eu digo que o próprio Ivan pode comprar é uma questão que se eu quiser vender o imóvel o inquilino tem que exercer o direito de preferência. Se o Ivan quiser comprar eu vendo. Agora se V. Ex^a quiser junto comigo, nós afastarmos da teoria da laranja eu coloco o imóvel à disposição para quem V. Ex^a ou a imobiliária que V. Ex^a indicar para que nós possamos promover a venda, eu não tenho esse vínculo.

A questão da ajuda me foi solicitada em um contexto: quer dar um mãozinha? Eu não peguei cem mil meu e joguei fora. Eu adquiri um imóvel que eu pretendo... Evidentemente, se eu vender amanhã ele é um imóvel. A questão de prazo essa coisa toda... O contrato que foi feito de locação, ele também coloca uma situação que é absolutamente normal em contratos de locação. Pede-se uma determinada carência para que algumas reformas sejam feitas no imóvel e elas agregam as benfeitorias depois ao imóvel. Quanto a isso não tem o menor problema. Eu não sou nenhum bonzinho dentro desse contexto. Evidentemente, que me foi solicitado e eu atendi a esse pleito comprei. A questão, afasto também....

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só o Ivan que pede. O senhor não consultou o Marcos? Como é que o Ivan pede para o senhor. Ele não tem nenhuma relação consigo, a não ser eventual, o senhor mesmo disse aqui. Já há uma série de contradições entre o depoimento colhido entre o senhor e ele que vai acabar virando uma acariação entre dois...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado, é só para avisar que o seu tempo já passou, o Senador Alvaro Dias está aguardando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Desculpe, Sr. Presidente. Ok! Eu vou encaminhar...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, evidentemente, quando...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que o Sr Marcos Valério lhe disse quando o senhor falou ao Marcos Valério que o senhor Ivan Guimarães havia pedido para o senhor adquirir o apartamento para mulher do Ministro José Dirceu.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Sr. Deputado, quando se coloca a coisa dessa forma, eu atendi a esse pleito e isso já está embutido. Não me pediu por causa disso, é claro que está embutido que a transação estaria ajudando. Não tem nenhum santo aqui. Eu comprei. Essa é uma responsabilidade aqui nisso Rogério.

E em segundo lugar, com relação a prestação de serviços, evidentemente que os serviços foram re-

alizados e eu tive a oportunidade de explicar aqui, em determinado momento, que as coisas, às vezes, muda de patamar em função da demanda.

A questão de serviços prestados pelo nosso escritório à consultoria. Quando V. Ex^a fala assim “a sua consultoria” – e aí justiça seja feita, que poderia haver uma interferência até minha profissional, que não há, esses serviços específicos de questões de ordem tributária, são realizados pelo José Roberto que é um *expert* nesta área. Perfeito. Então, a questão de colocação de preço é de uma relatividade enorme. O senhor está entendendo? Então, as empresas cresceram?: Cresceram. Eles foram criadas com esse objetivo, Deputado. Agregou-se a esta consultoria também o que nós já tínhamos no passado. Eu já tive a oportunidade de dizer aqui que o José Roberto – e eu só evito de declinar nomes que são empresas que estão em curso de representatividade nacional – ele já assessorava na questão de ordem tributária de autos de infração e tudo. Agregou essa experiência. No passado, o José Roberto já trabalhava para o Rural. É claro que essa consultoria nasceu, e ela foi criada para se expandir. E ela se expandiu, perfeito? Ela cresceu dentro de um volume de absoluta razoabilidade, como o José Roberto tem outros clientes, como eu tenho, no meu exercício da advocacia, há muitos anos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deixe só eu fazer uma pergunta para o senhor, final: em algum momento houve complementação salarial para os clientes que contrataram a empresa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não entendi a pergunta. O que o senhor chama de complementação salarial?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Complementação salarial, ou seja, a empresa prestava serviço e teria algum retorno ao tomador do serviço, que contratava.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, entendi. Não, não existe isso, não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esta é a última pergunta, prometo: o que o Marcos Valério lhe disse quando o senhor falou que o Ivan pediu para comprar o imóvel? Qual foi a palavra que ele deu ao senhor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – *Ipsis literis*? “É com você, veja sua conveniência”.

O SR. PRESIDENTE (R) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente Silvio Torres, Srs. Parlamentares, serei bastante sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com licença, só para explicar à Senadora que

quem está inscrito na lista é o Senador Alvaro Dias em terceiro lugar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Cheguei antes, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – S Ex^a esteve aqui e saiu. Depois é o Deputado Pompeo de Mattos e então V. Ex^a, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Haviam-me dito que só havia o Deputado Onyx Lorenzoni na minha frente. Só.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E já é muito o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – Está aqui a lista, V. Ex^a pode conferir, Senadora.

Pois não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É que eu me retirei, Senadora, eu tinha outros compromissos, outras obrigações. Serei bastante sucinto, até porque não acompanhei o depoimento do Rogério Tolentino na sua inteireza, em função das outras atribuições nesta tarde.

Eu recebi uma denúncia de um funcionário da Usiminas, repleta de uma santa indignação, e me vi no dever de fazer algumas indagações relativamente à participação da Usiminas no que se chama de Valerioduto. Esse funcionário faz referência ao desvio de recursos da Usiminas. Já há notícias de políticos contemplados com doações da Usiminas para campanhas eleitorais através das agências do Sr. Marcos Valério. Esse funcionário estima em cerca de 17 milhões – eu creio que é um valor bastante expressivo –, nos últimos anos, a participação do Sistema Usiminas, incluindo a Cosipa, que é uma importância bastante significativa.

Indago ao Sr. Rogério Tolentino primeiramente se ele conhece Aluísio Monteiro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu conheci o Aluísio Monteiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É, que foi Gerente de Comunicação da Usiminas.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É, exato. Sei que é funcionário da Usiminas. Foi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por solicitação de Marcos Valério, segundo essa informação. É uma pessoa da intimidade do Sr. Marcos Valério.

Ao final da década de noventa houve um problema em que se exigiu sua demissão, exatamente em função do atendimento a um pleito de Marcos Valério. Ele pagou com recursos da Usiminas ao Sr. Marcos Valério um valor de R\$50 mil por uma missa de Natal. O fato veio a público, ele foi obrigado a se aposentar.

No lugar dele assumiu a Sr^a Ana Gabriela Dias Cardoso, ex-funcionária das empresas do Sr. Marcos Valério. O senhor conhece?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ana Gabriela Dias Cardoso.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não associo a pessoa ao nome. Não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Segundo essa denúncia, é ex-funcionária de Marcos Valério, que passou a desempenhar o mesmo papel.

Estou citando esses fatos porque há uma relação, obviamente muito estreita, explicitada nessas investigações, das agências de Marcos Valério com a Usiminas no repasse de recursos a campanhas eleitorais.

O senhor tem relação próxima com o Presidente da Usiminas, Sr. Rinaldo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Posso responder, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, o Presidente da Usiminas é uma pessoa notória. Eu o conheço por ser Presidente da Usiminas e não de relacionamento pessoal, como conheço V. Ex^a e não tenho relação pessoal. Sobre a questão da Usiminas, alguns fatos – e V. Ex^a não acompanhou o meu depoimento – eu advogo para a SMP&B há 18 anos, ou seja, num período anterior à entrada do Marcos Valério eu já atendia à SMP&B e alguns fatos temos conhecimento, por exemplo, o Aloísio é um funcionário da Usiminas mas acho que ele já estava na Usiminas bem antes do Marcos Valério adentrar na parte societária da empresa em 1996. Então, esses fatos envolvendo Usiminas, confesso a V. Ex^a que não conheço porque isso não está ligado a mim diretamente e não saberia informar a V. Ex^a absolutamente nada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. Delson Tolentino é seu parente?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, veja bem, a família Tolentino, ao que consta, é uma única, veio de Lençóis do Rio Verde, Espinosa do Norte da Bahia e o meu avô era primo primeiro do avô da D. Risoleta Neves e dizem que seria parente, mas não tenho proximidade. O Sr. Delson eu sei que existe, não o conheço, da mesma forma que me atribuem parentesco a outros parlamentares que evidentemente dizem que é uma única família porque é um sobrenome um pouco diferente e ele vem de Espinosa, do Norte de Minas. Não conheço o Sr. Delson Tolentino, nunca vi e se colocarem aqui não sei quem é, mas várias pessoas já me perguntaram se era meu parente, como me perguntam se o Governador de Minas é meu parente

O ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele é assessor do Sr. Rinaldo na Usiminas. E a gerente de custos e orçamento Sr^a Rita, é sua cunhada?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, a minha mulher tem uma irmã que separou do marido, que o cunhado se chama Marcos e é engenheiro e tenho na minha família 7 irmãos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa Sr^a Rita foi casada com o seu irmão?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Sr. tem, por acaso, o nome do meu irmão? Porque posso declinar os nomes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Os homens: Ronaldo, Rogério, Roberto e Rodrigo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A denúncia diz apenas casada com o irmão de Rogério Tolentino.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eles agregam uns parentescos que causam uma certa história, porque o Governador de Minas tem um Tolentino.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas é claro que se fosse a sua cunhada o Sr. saberia. Nós estamos apenas conferindo a procedência dessa denúncia e a veracidade dos fatos. É evidente que se o Senhor afirma que não é, tomo como verdade.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pode tomar como verdade que não é casada com irmão meu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na verdade, a denúncia diz respeito exatamente a esse envolvimento do Sr. Marcos Valério, das agências de publicidade com a Usiminas participando com recursos para a manutenção desse esquema de corrupção, esquema esse que vinha sustentando determinados setores da política.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O que sei lhe afirmar é que o Cristiano de Melo Paes, que é um dos sócios da SMP&P, tem uma amizade antiga com o Rinaldo, desde quando ele era um simples funcionário da empresa que foi privatizada e se tornou presidente. O Marcos Valério ingressou na empresa em 1996 e se o Rogério foi à Usiminas uma ou duas vezes tomar um café foi muito. Não conheço nada de Usiminas, a não ser que fica na Pampulha.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Torres. PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Matos

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Dr. Tolentino, a Tolentino e Melo, de que o senhor é sócio, recebeu do BMG R\$2.667.000,00 de consultoria tributária, recebeu do Banco Rural R\$654.702,00 por serviço advocatício na área tributária, recebeu mais R\$115.000,00 do

Banco Rural, em junho de 2005, pelo serviço de consultoria tributária, da RS Empreendimentos e Participações, leia-se Banco Rural, , recebeu em fevereiro e junho deste ano mais R\$ 723 mil. Em junho de 2003 e janeiro desse ano, a Tolentino & Melo recebeu da Minas Brasil, também por consultoria, R\$ 2.158 milhões. É um valor, se somarmos aqui, em pouco tempo, dá quase R\$ 7 milhões em um ano e pouco, só de consultoria. Estou com ciúmes.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, a coisa é colocada como consultoria e realmente soa com V. Ex^a entende. Mas, veja bem, a consultoria não é simplesmente neste nível. Existem alguns trabalhos que foram desenvolvidos com algum tempo. As questões tributárias hoje no País, principalmente envolvendo grandes grupos, têm uma cifra, Deputado, extraordinárias. Os autos de infração da Receita Federal são alguma coisa de extraordinário. O senhor há de convir, só a DNA, por exemplo, sofreu um auto de infração de 60 milhões, independente de qualquer coisa, um auto de infração equivocado. O planejamento tributário hoje, Deputado, V. Ex^a conhece bem, é um filão de mercado disputadíssimo. Os grandes tributaristas em Minas Gerais prestam assessoria de natureza preventiva, de analisar autos de infrações que sofrem esse procedimento e que são levados a julgamento na fase administrativa tanto pelo órgão julgador em primeira instância como o Conselho de contabilidade, e envolve planejamento tributário. Os números são realmente grandes, o serviço é grande, mas não é uma consultoria apenas de eu lhe dei uma assessoria, alguns conselhos e levei esses problemas. Há um serviço desenvolvido que demanda tempo, demanda responsabilidade. E tudo isso agrega ao preço final. O número é isoladamente um grande número. No contexto do serviço que foi realizado e do que ele representava para as instituições, ele é compatível e de absoluta razoabilidade. Gostaria que V. Ex^a entendesse dentro desse contexto. Isoladamente é um número extraordinário. No contexto é um número de absoluta razoabilidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Embora o senhor me explique, quero dizer ao senhor que não consigo...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, concordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – . e assim como não posso exigir do senhor maiores explicações. Qualquer pessoa em sã consciência, de capacidade de raciocínio mediano não vai entender nunca como uma empresa, trabalhando especificamente com esquema Marcos Valério, em um ano e pouco, recebe de consultoria, de conselho, de pare-

ceres, que não é uma coisa, sabemos bem, recebe R\$ 7 milhões. Isso é mais que roubado, desculpa. É uma coisa assim fantástica. Sabendo o esquema do Marcos Valério, fica todo mundo com dois pés atrás. É uma coisa impressionante.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, evidentemente, a colocação de V. Ex^a com relação a serviços prestados, não posso aceitar assim dessa forma. Vou só exemplificar para V. Ex^a: em 1994, eu pessoa física, fiz um inventário de uma das famílias ricas em termos de imóveis, recebi apartamentos de honorários, dinheiro, essa coisa toda. Às vezes você tem uma demanda que te atende financeiramente. A questão de advocacia, de assessoria é isso: você, às vezes, pode passar dez anos dentro de um contexto de absoluta razoabilidade. Isto neste mundo da prestação de serviço é razoável. A colocação de V. Ex^a, exatamente, causa espécie, é por isso que a história do Mentor é de repente quer se entender, porque onde fala o Marcos Valério hoje causa essa situação toda em função do que se estabeleceu aqui na CPMI, do que apareceu. Então, ninguém quer nenhum tipo de vínculo. O pai de Marcos Valério morreu, até para dar telefonema de pêsames é complicado. O senhor está me entendendo? É muito difícil e causa espécie. Concordo com V. Ex^a, mas não aceito a colocação. Veja bem, esta empresa nunca emitiu um cheque para favorecer alguém, Marcos Valério nunca assinou um cheque por ela e não foi, porque a contabilidade está aqui, o sigilo quebrado, pago alguma coisa. Os serviços foram pagos, se são altos, se não são, foram. A insinuação, a colocação de V. Ex^a, respeito, mas concordo, se V. Ex^a me permite.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom, está bom. Vou dizer para o senhor, posso até compreender, mas a população compreende?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Correto, as circunstâncias o obrigam...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O povo brasileiro que está assistindo, vendo, assim, diz: “Não, mas...”

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, Deputado. As circunstâncias obrigam. Eu respeito, mas não aceito a colocação com relação à imprensa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom. São muitos milhões. E para dar seqüência e consequência no que eu estou dizendo, o senhor fez um empréstimo de 10 milhões por meio da empresa? Da sua conta particular? Dos 10 milhões, esses?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, posso responder?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Fiz, não é porque eu sou bonzinho, não. O Marcos me pediu e esse empréstimo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, eu sei, eu sei. O senhor já deu...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Aqui, Deputado, é o único que está garantido com o CDB.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Pois é exatamente isso que eu quero falar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foi pedido e garantido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aí o seguinte, o Sr. Marcos Valério chegou para o senhor... Eu quero recompor isso. O senhor sabe que eu sou bancário, não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sou funcionário do Banco do Brasil.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tomei conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu conheço um pouco da intenção do banco.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sei, sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, somente para nos relacionarmos bem no diálogo. Aliás, nem precisa ser para entender disso. Qualquer cidadão... nem precisa ser.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, não! É questão que é...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Olha aqui, o senhor chegou... O Marcos Valério propôs um financiamento para o senhor de 10 milhões. Primeiro, causa espécie. Dez milhões não é pouca coisa. O que o senhor disse para ele? Vamos fazer um bate-papo. O que o senhor disse para ele? Faço ou não faço? Como é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A história é essa mas não é exatamente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A história eu já sei que o senhor disse para ele: faça. Topou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. O Marcos veio com uma história me sugerindo que ele iria tomar um empréstimo, se poderia ser e que havia uma garantia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu respondi: tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual era a garantia?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Um CDB de 10 milhões que está aplicado no BMG.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dez milhões. O que o senhor respondeu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tudo bem?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. É isso o que eu não consigo entender do senhor, um homem que eu tenho como inteligente e é inteligente. E, aliás, faz uma afirmação aqui proscrita! Proscrita. Eu vou chegar para o senhor...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, o débito está garantido pelo CDB, não sou eu que vou pagar, não. O BMG já penhorou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, então... Pior ainda.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas pior como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O quanto o senhor mais falar, mais vai se afundar, porque eu vou dizer para o senhor. Eu chego para o senhor e digo o seguinte: Dr. Tolentino, eu quero que o senhor faça para mim, em meu nome, para me passar o dinheiro, um financiamento de 10 milhões. O senhor vai dizer: mas, Deputado Pompeu... Eu digo: não, Dr. Tolentino, eu tenho um CDB que vai garantir esse financiamento. Qual é a resposta que o senhor me diz?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Para o senhor, com essa história não. O CDB é o seguinte, foi comprado... Existiu uma aplicação no próprio BMG que foi transformada num CDB, com aplicação; um contrato de penhor mercantil, não aquela carta vinculada. Ou seja, a estrutura jurídica toda formada. Assim foi tomado empréstimo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Porque o Marcos Valério eu não nego, é meu amigo e meu cliente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem. Eu entendi, eu entendi. Está bem. É seu amigo e seu cliente.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, mas o senhor não fez a pergunta óbvia para ele.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Qual?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que o senhor quer tirar 10 milhões no meu nome se o senhor tem 10 milhões no banco?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa é a pergunta.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Os 10 milhões não eram do Marcos Valério, Deputado. Os 10 milhões eram da Empresa DNA.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É a mesma coisa, doutor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim. Se é...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A mesma coisa, doutor. A Empresa do Marcos Valério, DNA, que é Marcos Valério, tinha na conta 10 milhões de reais. Tinha na conta. E pediu para o senhor fazer um empréstimo e deu em garantia o dinheiro que tinha na conta.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O povo não pode acreditar, em sua consciência, que alguém faça isso, doutor, e vou lhe explicar por quê. E aí eu falo na questão bancária. Por quê? Porque esse CDB rende 1% ao mês! Rende 1% ao mês. E o financiamento que o senhor fez eu não vi o contrato, mas deve ser 3% ou 3,5%; talvez 4% ao mês, não é? Qual é o juro? O senhor lembra o juro do financiamento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu não sei lhe responder. É a taxa bancária da instituição.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que o senhor acha que é, mais ou menos?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, esse empréstimo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mais ou menos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nem mais nem menos eu saberia lhe responder, Deputado. Eu...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É mais do que 4% ou menos do que 4%?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não sei lhe responder. Sabe por quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. Mas é o mínimo, quando se vai fazer um financiamento...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nunca me preocupou pela garantia que ele tem e eu estava atendendo a um cliente e a um amigo. Isso não me incomodou não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas se alguém chega para mim, doutor...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A questão é de ordem subjetiva, Deputado, que eu confesso...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Não é subjetiva.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Que eu não sei lhe responder assim. Por que, Rogério, você fez isso? Ele me pediu e eu atendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é de ordem subjetiva, doutor, é de ordem objetiva. Como alguém vai pedir para um amigo fazer um financiamento num banco dando como garantia o dinheiro que ele tem no banco? Mas se ele tem aquele dinheiro no banco, vai lá e gasta o dinheiro! Vai lá e gasta o dinheiro, ainda mais sabendo que...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, não sei lhe responder dessa forma. Não. Confesso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ah! O senhor não sabe mais eu sei.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Bom, aí há resposta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabe por quê? É lavagem de dinheiro, doutor. Lavagem de dinheiro. Ou seja, ele tira o empréstimo para dizer de onde vem o dinheiro que ele emprestou e depois paga o empréstimo com dinheiro mal havido, que aliás é o que o Banco BMG está executando agora. Na verdade, é elas por elas. Tanto que o senhor está tranqüilo e na boa porque o financiamento é no seu nome, mas tem a cobertura do dinheiro da empresa do Marcos Valério. Então, é tudo um jogo de figurinhas, de papéis. É um jogo de papéis.

Não entrou dinheiro, na verdade. Não entrou dinheiro. O banco não botou dinheiro. O banco emprestou para o senhor o dinheiro do Marcos Valério! Porque o Marcos Valério tinha dez milhões no banco. Então, o banco pegou os dez milhões do Marcos Valério e emprestou para o senhor, para o senhor emprestar para o Marcos Valério. É tudo em casa.

É por isso que nós precisamos parar de sermos hipócritas, senão eu passo aqui por bobo. E eu não sou bobo. Essa coisa que não dá para aceitar. Essa era a pergunta elementar que o senhor deveria ter feito: Mas, Dr. Marcos Valério está bem, eu faço, não tem problema, eu faço o financiamento, o senhor é meu amigo, meu cliente, eu confio no senhor, mas não cabe uma perguntinha aqui? Por que o senhor quer que eu faça um financiamento de 10 milhões no BMG, se o senhor tem 10 milhões BMG ao ponto que inclusive se dispõe

a dar garantia. Pega esses 10 milhões e gasta. Não fizeram isso, por quê?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, mais uma vez eu respeito a linha de raciocínio de vossa inteligência, ela é crível, eu não posso É aceitar dessa forma, eu discordo, porque foi feito obedecendo a esse critério. Houve o CDB. A pergunta eu não fiz, Deputado, eu estou lhe respondendo, eu não fiz a pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas ela cabia, era óbvia, não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – V. Ex^a entende que cabia, eu não fiz a pergunta, aí é de ordem subjetiva.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então eu vou lhe fazer uma pergunta objetiva: se o senhor tiver 10 milhões no banco em CDB aplicado, juro, correção monetária, taxas de um por cento e precisar de 10 milhões, o que o senhor faz? O senhor pega esses 10 milhões para pagar o que o senhor precisa pagar com os 10 milhões ou o senhor faz um empréstimo de 10 milhões e dá esses 10 milhões aplicados em garantia? A resposta é sua.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ta bom, Deputado, é preciso ver as circunstâncias do momento, aonde o senhor vai chegar, o que você está querendo, o que é. Eu não sei responder dessa forma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu fiz uma pergunta clara.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu acho que estamos no campo da suposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu fiz uma pergunta clara. O senhor me deve 10 milhões, vamos ser mais claros, o senhor deve a mim 10 milhões de reais, eu estou lhe cobrando 10 milhões de reais. O senhor tem na sua conta 10 milhões de reais para me pagar, e aí em vez de o senhor me pagar os 10 milhões que o senhor me deve, com o dinheiro que o senhor tem disponível na sua conta, aplicado em CDB, o senhor faria um empréstimo com juro mais alto para me dar esse 10 milhões e pagar a conta e deixava o outro aplicado garantindo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu não sei lhe responder sobre esse mecanismo financeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ta bom, ta bom.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – No dia 13 de setembro o Banco Central encaminhou uma resposta à CPMI historiando empréstimo, mostrando...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, tem nada a ver com o Banco Central. Isso é uma

coisa simples. Porque quem está assistindo, o Brasil está assistindo, quando estiver nos assistindo ...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Então, eu lhe responderia para não ficar sem resposta. Eu não vou tomar esses 10 milhões, alguém tomou, foi dessa forma, Deputado. Lamento, não sei responder a V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Começamos a nos entender um pouco.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O empréstimo foi feito dessa forma, por que e como não sei lhe responder. O Rogério...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor sabe que ... o senhor não faria isso, não é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não sei se faria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu não faria e ninguém em sã consciência faria.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas foi feito, a bem da verdade é essa a história. Aí é exatamente, eu volto a falar, respeito a linha de raciocínio de V. Ex^a, mas eu discordo com relação a ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Porque é uma triangulação.

Enfim, bom, nessa questão do apartamento da D^a Ângela Maria, quem está pagando o aluguel ao senhor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, o apartamento, eu deixei o contrato de locação, está locado à mãe do Ivan Guimarães.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ta, e ele está pagando?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pode ser a mãe ou o Ivan, o dinheiro chega.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ah?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O dinheiro é feito o pagamento, perfeito, agora, veja...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todo mês?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Todo mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a conta?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O depósito é feito na minha conta corrente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na sua conta?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Na minha conta pessoa física. Eu posso depois trazer os comprovantes para V. Ex^a, agora se o dinheiro sai do bolso da mãe do Ivan, eu não a conheço, é outra história.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não é o caso. É depositado mês a mês?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o valor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – R\$650,00. É o contrato de locação que acabei de entregar aqui o valor, tudo bonitinho como é feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o valor é esse?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Neste momento é esse, houve uma carência em função de uma reforma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor vai trazer os comprovantes de pagamento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se V. Ex^a pretende, sim, isso é o que eu estou dizendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, gostaria que fosse trazido. Porque a informação de que obtivemos é que não é pago.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não é, é... houve uma carência, aquilo que eu expliquei, que é usual no mundo locatício.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantos meses a carência?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se V. Ex^a me permitir eu ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, assim, um mês, dois meses.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quatro ou cinco meses, e é o contrato de locação para que fosse feita uma reforma. Perfeito, Deputado? Ele foi adquirido no final de ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes o senhor já recebeu dele? Quantos meses o senhor recebeu oficialmente?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dez meses, vinte meses?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pode.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Faz quanto tempo que foi locado? Quanto tempo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – V. Ex^a me pergunta, eu quero olhar o contrato, V. Ex^a não deixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode olhar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Me dá um segundo, eu não tenho ele em mãos, uma pergunta que eu não sei responder, mas eu lhe responderia depois, tranquilamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas tem mais de um ano de contrato?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele está nesse universo de um ano, Deputado, me dá um minuto, porque ele vai chegar à Mesa novamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ta bom, ta bom, mas a informação que temos é de que em um ano o senhor teria recebido três ou quatro meses e foram os últimos meses agora, só. Os últimos meses, depois que veio à tona.

Bom, quando o senhor esteve lá em Porto Alegre, aliás, em Portugal – Porto Alegre é a minha cidade – o senhor tratou de questões envolvendo a Varig, lá em Portugal?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Alguém da sua comitiva foi lá tratar de questões envolvendo a Varig?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não sei o que V. Ex^a chama de comitiva, porque estávamos eu e Marcos Valério apenas. Numa outra viagem, teria a presença do Emerson Palmieri. Quero saber que comitiva é essa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que o senhor sabe dessas... Alguma das duas comitivas teria tratado...?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor. Eu fui três vezes a Portugal, Deputado. Já esclareci no momento, mas V. Ex^a não estava aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, eu sei que o senhor foi. Mas, quanto à questão da Varig, o senhor nunca tratou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Desconheço totalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca tratou? Nem ficou sabendo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A informação que nós temos é que foram lá tratar coisas aí pra...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Não existe essa conversa. Foi tratado conta de Telemig Celular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para prejudicar a Varig.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para prejudicar ainda mais a Varig, que já está com dificuldade.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, me desculpa, mas não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outra questão: a mãe do Ivan Guimarães, presidente do Banco Popular - foi presidente -, usa o apartamento. Ele disse que iria comprar o apartamento do senhor; nunca lhe fez uma proposta?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, ainda não. Mas eu estou aberto à proposta. Veja bem, eu disse aqui, até de uma forma...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o valor do apartamento hoje?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não sei. Se eu quisesse vender para alguém que V. Ex^a indicasse, nós teríamos que ver o valor de mercado. Ele custou R\$115 mil. Pode valer os mesmos R\$115 mil, pode valer menos ou mais. Valor de mercado. Não sei lhe falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, porque o Ivan Guimarães tem bem condições de comprar. Ele ganha, só da empresa do Rio Grande do Sul, a Kepler Weber, R\$10 mil por mês para ir a uma reunião; ele ganha da Belgo Mineira mais R\$10 mil por reunião; ele ganha da Bombril mais R\$18 mil por mês para ir a uma reunião. Ele ganha R\$36 mil por mês! Mas, aí, precisa pagar aluguel de um apartamento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Desconheço.

Deputado, inclusive nós podemos, se V. Ex^a me ajudar, se o Ivan Guimarães quiser comprar, eu quero vender. Quer dizer, vendo tranqüilamente, porque ele tem disponibilidade para ser vendido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, Presidente, que meu tempo se esgotou e peço-lhe desculpas. Eu ainda tenho uma série de questões aqui para fazer. Quem sabe eu me reinscrevo? Mas só quero enfatizar aqui a impressão que me causa quando, só de consultoria, doutor - só quero concluir -, a Tolentino ganha, em um ano e pouco, em dois anos, R\$7 milhões só para dar parecer, dar consulta. Isso é uma coisa assim que deixa o Brasil impressionado. Deixa a nós, advogados, impressionados. Eu vejo tantos advogados do Brasil matando cachorro a grito...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E para uns chove dinheiro. Chove, chove, chove. Chove mais que o furacão.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, Deputado. Isso também não é verdade. Veja bem: advogado é igual a jogador de futebol; há um grande número que ganha muito pouco. Eu milito na advocacia, Deputado, há 33...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não. Jogador é craque. E tem advogado que não é craque. Só se for um craque diferente.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Deputado. É muito difícil a prestação de serviço. Às vezes, em determinado momento, com uma ou outra situação, você se dá por satisfeito por dois, ou três, ou quatro, ou cinco anos de labuta, como eu já lhe disse. É complexo isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu vou deixar de ser Deputado - sou advogado -, e quem sabe o senhor me contrata na banca lá? Ganhando R\$7 milhões em quatro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, Deputado. Nós trabalhamos com êxito. Se V. Ex^a quiser, eu o recebo, de bom grado, na nossa equipe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Risos.)

Está bom, doutor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Gustavo Fruet, até porque nós tivemos aqui uma situação assemelhada, de notas fiscais indevidas que deveriam ter sido glosadas e, posteriormente, anuladas e substituídas, eu queria perguntar se já foi atendida a solicitação feita pelo Deputado Maurício Rands, no depoimento do Sr. Daniel Dantas, relativa à Telemig Celular e à Amazônia Celular, para que elas enviassem a documentação comprobatória da correspondência trocada com a DNA e a SMP&B, em que estariam expostas as razões da glosa daquelas faturas, daqueles documentos que foram queimados em Brumadinho e Contagem. Aquelas faturas foram emitidas e não corresponderiam a serviços efetivamente prestados. Então, eu queria reforçar, porque hoje nós vimos a importância de determinadas situações como essa, com notas fiscais que têm tudo para ser notas fiscais frias, e nós precisamos ter essa confirmação. Então, eu queria fazer este apelo, porque hoje aqui ficou clara a necessidade de se fazer a legalização da contabilidade.

Eu queria começar com a história da ida a Portugal, porque esse é um assunto que, vira e mexe, aparece nas nossas oitivas. E, quanto mais eu penso sobre a ida a Portugal, mais fico com uma pulga atrás da orelha, por uma coisa que não bate. Não bate. Todo mundo vem aqui e diz que aquela viagem a... O Marcos Valério diz, o Palmieri diz, e não sei mais quem diz, agora o Sr. Tolentino também diz que foi para tratar da história da compra da Telemig pela Portugal Telecom, ou para garantir lá a questão da publicidade e tal.

Tem uma coisa interessante, que é a seguinte: a Portugal Telecom e a Telefónica, que é uma conjugada ali das empresas de telefonia, são proprietárias da Vivo. E a Vivo opera com uma tecnologia - estou aqui, inclusive, com a propaganda da Vivo - que é a tecnologia CDMA. E, para a Portugal Telecom comprar a Telemig, haveria um problema tecnológico bastante complexo, porque a Telemig já foi MMDA, inclusive aqui já foi dito que se gastou muito dinheiro para passar para a tecnologia GSM, e, se a Portugal Telecom comprasse a Telemig, teria que fazer a terceira mudança tecnológica.

Então, essa história de que a ida a Portugal tenha a ver com a compra, para mim, esbarra nessa questão tecnológica, que não é irrelevante; ela é pertinente. Então, é o seguinte: a ida... E não foi uma única vez. O Sr. Marcos Valério foi umas dez vezes a Portugal, pelos depoimentos. O Sr. Tolentino, pelo que está aqui nas reportagens e depoimentos, parece que foi três vezes a Portugal, acompanhando o Sr. Marcos Valério. Então, a negociação era mesmo a história da Telemig, ou era outra história? Por conta dessa inviabilidade tecnológica, dessa dificuldade tecnológica, eu não engulo que foi essa história da Telemig. Havia outros interesses.

Quero até registrar aqui: na primeira viagem a Portugal do Sr. Marcos Valério, ele teria se apresentado ao Presidente da Portugal Telecom, que, por um acaso, tem toda uma vinculação com o Banco Espírito Santo. A Portugal Telecom tem a vinculação com o sistema financeiro, com o Banco Espírito Santo. Isso foi feito por intermédio do Sr. Ângelo Calmon de Sá, que, por coincidência, tem interesses aqui no Brasil também - já apareceu isso em vários depoimentos - intermediados pelo Sr. Marcos Valério. Isso constou das agendas da Karina, etc. e tal. Haveria duas grandes intermediações com o sistema financeiro no Banco Central, do interesse do Sr. Marcos Valério, ou do interesse de outrem, de outras pessoas, de outros interessados. O Sr. Marcos Valério estava intermediando essas operações, a questão para o Banco Rural, do Banco Mercantil de Pernambuco, que é uma das coisas que estamos agora passando a observar um pouco melhor. E, no caso, para o Ângelo Calmon de Sá, é a questão do Banco Econômico, que os dois estão lá com problemas no Banco Central, de intervenção.

Então, eu queria perguntar ao Sr. Tolentino, já que ele acompanhou três vezes, se a coisa mesmo era com a questão da Telemig, que era a questão da Telefónica, ou era a questão bancária que estava por trás. Seria outro interesse, dada a dificuldade tecnológica de a Portugal Telecom comprar a Telemig, e a Telemig fazer a terceira mudança tecnológica? Ou seja, saiu de

MMDA para GSM e, se fosse comprada pela Portugal Telecom, pela Vivo, teria que ir para CDMA.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, V. Ex^a tem inteira razão de não engolir essa história da venda, nesse aspecto. Foi dito aqui pelo Sr. Daniel Dantas que uma situação que teria inviabilizado - isso ele disse na CPMI, nessa semana próxima passada – foi exatamente a mudança da Telemig Celular, do tal CDMA para o GSM, o que teria até criado uma situação de despesas com verbas publicitárias, pela mudança do sistema. Então, a bem da verdade, esse esquema, segundo Dantas, inviabilizou, porque o preço ficou diferenciado.

Pois bem, também a senhora deve ficar indignada, porque, na realidade, o Marcos Valério não foi essas dez vezes a Portugal. Ele foi quatro vezes: uma em outubro, quando teria se dado aquele tal encontro com o Ministro, ou ex-Ministro António Mexia. E, depois, três vezes, nas quais eu fui a essas viagens.

Nessas viagens, Senadora, não tinha como objetivo lidar com venda de Telemig Celular, apesar de ter sido noticiado dessa forma. Marcos Valério sabia, porque a imprensa toda sabia, os artigos econômicos já afirmavam isso, que Portugal Telecom – e o Sr. Dantas disse isso –, através das suas diretorias e dos seus advogados, conversavam em São Paulo, lá atrás, sobre a eventual venda desse segmento isolado de Minas Gerais chamado Telemig Celular - Portugal Telefônica e o grupo Opportunity, sobre venda. Marcos Valério se antecipou e tentava, de todas as formas, com a Portugal Telecom, no intuito de, na hipótese de vir a ser viabilizada essa venda...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, se não tinha a possibilidade tecnológica do proprietário, do Daniel Dantas...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - Senadora, não existia, porque isso...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... ele diz que não existia, por que é que Marcos Valério ia cuidar que ficasse para a SMP&B a publicidade da Telemig, que não tinha possibilidade de vencer?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, não. Senadora, parece que não está claro o seguinte: o que inviabilizou foi o preço, não foi o sistema. Aí as empresas se desinteressaram, porque o preço se alterou em função da mudança do esquema. As empresas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o Marcos Valério foi fazer outra coisa. O senhor o acompanhou três vezes. Foi fazer o que lá?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - Isso é o que estou tentando explicar, Senadora: a publicidade das telefônicas são muito interessantes. A maior...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o Marcos Valério se encontrou numa dessas... É porque eu tenho pouco tempo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - Eu sei. Não, Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Marcos Valério se encontrou com o Banco Espírito Santo lá, nessas três vezes que o senhor o acompanhou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - Senadora, nós fomos à Portugal Telecom, e, quando V. Ex^a coloca Calmon de Sá, por quê? Calmon de Sá, a pedido do Marcos – e ele afirmou isso na CPMI –, o Marcos pediu que apresentasse o pessoal para ele, e o Calmon tinha ligações do passado com a família que detém, porque o Banco Espírito Santo, coincidentemente, é acionista da Portugal Telecom, em grupo empresarial português. E o Calmon fez esse contato, onde o Marcos conheceu o Miguel Horta e Costa, que é o Presidente da Portugal Telecom.

A questão de venda da Telemig estava atrelada a uma questão de preço. Com a mudança do sistema, segundo já difundido, esse preço ficou inviabilizado. Marcos só queria publicidade...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor confirma essa questão do Banco Espírito Santo e desse interesse, dessa intermediação do Ângelo Calmon de Sá?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - O Banco Espírito Santo existe porque foi colocado e foi esclarecido que o Banco Espírito Santo é sócio – não sei qual o percentual –, da Portugal Telecom, que, por sua vez, é 50% da Telefônica.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Exatamente, toda essa liga.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Calmon de Sá aproximou o Marcos, porque o Calmon de Sá, individualmente, tem ligações com esse pessoal, porque eles já estiveram no Brasil, no passado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, é toda uma liga, não é? Aqui no Brasil, o Marcos Valério busca intermediar as negociações, a proximidade no Banco Central para ver se resolve o problema da intervenção no Banco Econômico, que é do interesse de Ângelo Calmon de Sá. Aí o Ângelo Calmon de Sá facilita a chegada do Banco Espírito Santo lá em Portugal, porque tem outros interesses aqui, tem uma suspeita de intermediação de recursos de seguradoras, do IRB, como foi veiculada...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Isso já foi desmentido, Senadora. Isso não é verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é engraçado: vai procurar o Banco Espírito Santo, então,

para tratar o quê? Porque a história da Telemig o senhor há de convir que...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não foi, Senadora. Não foi procurado o Banco Espírito Santo, não. A Portugal Telecom tem como sócio acionista o Banco Espírito Santo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele pediu ao Calmon de Sá...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT - SC) – Não. O publicitário Marcos Valério foi recebido pelo Sr. Ricardo Salgado, Presidente do Banco Espírito Santo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - Sim, Senadora. Veja bem. Primeiro, que também são duas condições. Existem dois Ricardo Espírito Santo, do próprio Espírito Santo. Mas a questão era apenas que o Calmon de Sá fez o contato, para que lhe fosse referendado o Horta e Costa, para atender ao Marcos Valério. E o Marcos Valério queria... O passo do Marcos Valério, Senadora, era maior do que a Portugal Telecom. Ele queria atender à Vivo, que é a maior anunciante do País, que é dominada pelas agências de São Paulo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí vai negociar isso lá em Portugal? É interessante.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Evidente, pois o controlador da empresa está em Portugal, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas eu não quero mais perguntar sobre isso, porque eu quero já dizer ao nosso Sub-Relator que eu acho que essa ida a Portugal tem muito, mas muito mais a ver com interesses do sistema financeiro do que com a questão de telefonia. Então, penso que essa é outra questão que poderíamos depois aprofundar.

Agora, queria passar um pouquinho para outras questões, porque o meu tempo não é muito, e eu tenho várias perguntas para fazer. Tem um programa na TV que é muito interessante, que se chama “Pequenas Empresas & Grandes Negócios”. E a empresa do senhor é, indiscutivelmente, esse tipo de pequena empresa, grande negócio, porque aqui, nas reportagens a que tivemos acesso, pela cobertura da imprensa, coloca-se assim: “A pequena estrutura da firma, onde comparece apenas um advogado por meio expediente, [...] teve um faturamento que, realmente, é bastante assombroso”. Inclusive já houve outros aqui que perguntaram a respeito das consultorias. Também há declarações na reportagem que eu tenho aqui: “O faturamento da Tolentino, com escritório na região sul de Belo Horizonte, saltou de R\$137 mil, em 2002, para R\$6,7 milhões, entre 2003 e 2004. Especialistas em Direito Tributário classificaram os valores dos serviços prestados de

exorbitantes e fora da realidade do mercado mineiro. A impressão que dá é que a empresa, de acordo com as notas fiscais emitidas entre 3 e 22 de dezembro de 2003, tinha o BMG e o Banco Rural como os grandes clientes da consultoria. Então, gostaria de saber, além do BMG e do Banco Rural, que outros clientes a empresa do senhor tinha, para saltar de R\$ 137mil para R\$ 6,7milhões?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, nessa mesma informação – e aí estamos louvando na mídia –, eles omitiram a Companhia de Seguros Minas Brasil. Certo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É a terceira grande cliente?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É o que consta pelo menos dessa informação que temos em mãos. Na época – isso foi em 7 de setembro –, nós colocamos uma nota e, evidentemente, comentamos sobre isso. É evidente que é um desconforto e anti-ético se comentar sobre o que se cobra um escritório ou outro, porque, há a questão subjetiva de que o profissional agrega. Do nosso profissional que tenho no escritório, que é o José Roberto, é uma das maiores autoridades em Direito Tributário. Ele já foi coordenador de legislação tributária do Governo Federal em 1992, ele atende as maiores empresas de Minas Gerais individualmente desde o passado, desde que ele se afastou do serviço público.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Todos os serviços são prestados através de contratos? Nós podemos solicitar os contratos para ver?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, a Tolentino & Melo teve o seu sigilo quebrado, está aqui...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma coisa é sigilo e outra coisa são os contratos, ou seja, se efetivamente os serviços são tão caros, a consultoria tão cara.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Estão disponibilizados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos ter um outro depoimento em seguida ao do senhor. O Banco Rural tinha uma série de situações que ele precisava resolver, fazer os pagamentos. Entre os pagamentos não muito adequados, houve inúmeros pagamentos ao Procurador Glênio Guedes, que atendeu a interesses do Banco Rural nas encuestas que o Banco teve no Judiciário e na questão tributária, na Receita etc. Há alguma ligação desses serviços necessários ao Banco Rural, que foram pagos, e essa tão cara consultoria tributária que a sua empresa prestou ao Banco Rural?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, há uma salada de informações no contexto dessa pessoa. A bem da verdade, o Dr. Glênio Guedes é um Procurador da Fazenda Nacional. As atribuições profissionais...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que recebeu mais de um milhão de propina.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu nunca fiz e a empresa nunca fez pagamento ao Sr. Glênio Guedes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não foi através da sua empresa então, dessa consultoria tributária que o escritório de V. S^a prestou que houve o pagamento do Sr. Glênio Guedes?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se V. Ex^a me permite, foi pago a Ramon Guedes um depósito e depois veio a se saber que ele tinha conta corrente com o pai. Ramon Guedes é advogado, o Sr. Glênio Guedes... a assessoria tributária não foi feita.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É só coincidência essa ligação familiar do cheque?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não há coincidência, é pai e filho. V. Ex^a, Senadora, quando contrata algum escritório de projeção em Brasília, as pessoas que trabalham nesse escritório não podem pagar o preço de ter um pai importante, que é ministro, que é isso ou aquilo, esse é o mundo jurídico...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu só quero deixar registrado...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, só um segundo, Senadora, há um equívoco...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu só quero deixar registrado que um dos principais clientes da consultoria tributária da sua empresa é o Banco Rural. Por coincidência, o Banco Rural precisa pagar o Sr. Glênio Guedes e existe um cheque com um parente ligado ao Sr. Glênio Guedes.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A história não é essa. Mas existe, Senadora, e está disponibilizado para V. Ex^a, serviços prestados por esse cidadão. Ele é pai do Glênio Guedes. Aliás, seria muito útil para esta CPMI...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, ali na família Guedes, são vários os que têm problemas com a Justiça.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Desculpe-me, Excelência, mas é uma questão da família dos outros...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, eu não posso falar muito de família, porque, semana passada, já tive problemas com isso.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Senadora, o Glênio Guedes tem atribuições de

procurador perante o Conselho de Recursos Financeiros do Sistema Nacional.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E facilitou a vida do Banco Rural horrores.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas isso é fácil da senhora comprovar, se pedir à Procuradoria-Geral da Fazenda...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós vamos ouvir o Sr. Glênio Guedes depois.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato, ele viria hoje...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu apenas quero fazer a ligação, se existe ou não, e o senhor terminou de dizer que existe...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Existe, não...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... uma ligação entre o pagamento ao pai do Sr. Guedes...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, bom, aí é diferente, né, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é, que coincidência, né? Toda essa coincidência, digamos assim então, porque o Rural precisava de ter “serviços” feitos pelo Sr. Guedes...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Essa ligação pode se tornar uma verdade verdadeira, Senadora, se a Senadora cotejar com o procedimento desse procurador junto a esse chamado conselhinho do Banco Central, se

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como ele será ouvido depois, vamos aprofundar a investigação...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É verdade. Aí poderia ver essa ligação ou não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... inclusive de toda a relação dos serviços com o pai dele.

Agora, queria falar um pouco a respeito de empréstimos, já que o senhor tomou um empréstimo – está aqui na lista dos empréstimos do Marcos Valério –, no dia 18 de fevereiro de 2000, de 27 mil. Depois...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Doutora Senadora, essa informação da senhora não procede, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu tenho aqui na quebra: Rogério Lanza Tolentino...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Qual o valor, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...um mútuo de R\$ 27 mil no dia 18/02/2000. Está na quebra do sigilo que a Assessoria me passou. Se houve algum erro...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, isso pode ser uma relação minha. R\$ 20 mil?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – R\$ 20 mil.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, sim. Isso pode...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – R\$ 27 mil.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, não. Eu sou advogado da SMP&B há 18 anos, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas na época...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sou advogado da empresa desde 1988, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas espera um pouco. Na época, o senhor era Juiz do TRE. O senhor foi juiz do TRE de 5 de agosto de 1998 a 4 de agosto de 2000. E o senhor pegou um empréstimo de R\$ 27 mil, no dia 18 de fevereiro de 2000, quando o senhor era juiz? Quando o senhor era juiz, o senhor pegou um empréstimo das empresas do Marcos Valério, como advogado? Como o senhor explica isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Doutora, explico, se V. Ex^a me permitir. Cometeu-se uma grande injustiça aqui com o meu nome e com o do Senador Eduardo Azeredo. Fui juiz, membro classista, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais no período de agosto de 1998 a agosto de 2000. Nesse período, Excelência – e V. Ex^{as} sabem muito bem –, não há impedimento para o exercício da advocacia. Não posso militar no Tribunal Regional Eleitoral. A imprensa, equivocadamente, e o *site* do Partido dos Trabalhadores, ainda noticia esse fato, diziam o seguinte: “sócio de Valério absolve Azeredo”. O que ocorreu, Senadora? Eu sou sócio de Marcos Valério numa empresa de consultoria, e não de advocacia, em 2002. Quando eu absolvi o Senador Azeredo, foi a prestação de contas dos dois mais importantes candidatos daquele pleito – Itamar Franco e Eduardo Azeredo –, a Juíza Federal Ângela Catão foi a relatora da prestação de contas de Eduardo Azeredo, e eu fui o relator da prestação de contas de Itamar Franco. V. Ex^a sabe perfeitamente bem e a nota dá: “a Corte Eleitoral, à unanimidade, aprovou as contas”. Ato contínuo diz que eu beneficiei Eduardo Azeredo na questão de propaganda. V. Ex^a sabe perfeitamente bem que o Eleitoral não julga se a propaganda é bonita ou é feia, é feita com qual gráfica e quanto custou. É a questão do calendário eleitoral: pode, não pode; santinho pode, bem público. Isso foi julgado e processos que foram feitos pela Corte, não foi por mim, Rogério. Terceiro fato, excelência, é muito importante. Dizem que advoguei no momento para Eduardo Azeredo ou envolvendo Eduardo Azeredo quando eu era juiz da Corte. Outra mentira escandalosa! Por quê?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Não é mentira escandalosa. O senhor acabou de dizer que o empréstimo de R\$ 27 mil – e veja bem, eu nem ia trazer...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Doutora, quando eu era juiz Eleitoral, eu era advogado da SMP&B e de outros clientes que a senhora nem imagina.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu nem ia trazer o assunto de que o senhor foi relator na Corte do TRE...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas a senhora colocou que eu era juiz do Tribunal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É claro. Para mim, parece-me...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Juiz jurista não tem impedimento da advocacia, Senadora. Juiz, classe jurista do Tribunal Regional Eleitoral, com muito orgulho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Veja bem, como foi o senhor mesmo que trouxe o assunto, por coincidência, o senhor foi relator desse processo no TER. Confere? Foi aprovado por unanimidade o seu parecer. Mas, por coincidência, a empresa envolvida na publicidade, que estava em debate, em julgamento é a empresa do Marcos Valério, o SMP&B.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Doutora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor advogava para o Marcos Valério, pegou dinheiro no dia 18 de fevereiro, ou seja, não há, no mínimo, no mínimo, um conflito de interesses? O senhor, como juiz...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...julgando um caso da Justiça Eleitoral, em que a empresa de publicidade é a mesma para a qual o senhor advoga, da qual o senhor é advogado...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... e não juiz.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, o Tribunal Eleitoral, as Cortes Eleitorais – e V. Ex^{as} são todos Parlamentares – não julgam quem fez a propaganda, se foi a gráfica da esquina ou o melhor publicitário do Brasil. Eles julgam...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor há que convir que é coincidência demais...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Coincidência, não, Doutora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ou, no mínimo, algo estranho.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu sou o advogado da empresa, Doutora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor tem relação.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu não tenho impedimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é, o senhor devia ter pedido impedimento. O senhor é advogado da empresa de publicidade...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A senhora tirou a palavra da minha boca. O único processo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor devia ter pedido impedimento e não pediu.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, me permita, um segundo. O único processo, Senadora, em que eu me dei por impedido, porque a SMP&B era minha cliente, foi um processo daquela propaganda de queimada da Cemig. Isso que se fala que eu absolvi o Azeredo por propaganda é mentira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor foi ainda advogado num outro processo, que pedia a quebra do sigilo bancário do Sr. Marcos Valério?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu tentei explicar, V. Ex^a não permitiu. Essa é a famosa questão do Enduro da Independência. Esse processo iniciou a partir de 2000, num processo investigativo, tomou o procedimento de ação na Justiça, em Belo Horizonte, em 2002, e, por foro privilegiado do Senador Eduardo Azeredo, encontra-se no Supremo Tribunal Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor advoga lá também.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhora. Isso não é questão eleitoral, não, Excelência. Isso é uma questão de ação de improbidade do Senador Eduardo Azeredo, Clésio Andrade e envolve as agências. Está aqui no Supremo, e aí, sim, eu sou advogado. Isso ocorreu em 2002. Fato lá atrás: Enduro da Independência, que todos os Governos de Minas sempre fez. Se esse teve uma conotação política, não sei. É uma tese de patrocínio/publicidade, mas eu não era Juiz da Corte aí, não. Eu já tinha deixado o Tribunal Eleitoral.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos voltar ao empréstimo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É por isso que eu queria fazer justiça...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos voltar ao empréstimo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – ...independente de questão partidária. É injusto com o Azeredo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Veja bem. Eu quero dizer que fique muito claro aqui. Quem trouxe o caso Eduardo Azeredo foi o senhor. Eu estava

apenas perguntando a respeito do empréstimo de R\$ 27 mil, tomado...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, doutora, eu vim aqui para a verdade e não para uma questão partidária.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...no dia 18 de fevereiro de 2000. Então, para que foi esse empréstimo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não foi empréstimo, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi o quê?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu advogo para a SMP&B há 18 anos. Não ganhei não foi só esses R\$ 27 mil, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aqui aparece como mútuo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na nossa quebra de sigilo aqui, mútuo, Sub-Relator – essa é a informação que nós temos –, é empréstimo, não é isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É, é.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então foi empréstimo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Que seja empréstimo, Excelência. Eu não vejo dificuldade nenhuma. Sou advogado da empresa, ganho dinheiro com eles. Dentre os meus clientes, Senadora, a SMP&B é uma das empresas que eu atendo há 18 anos e, pontualmente, a DNA. Tenho outros clientes pessoas jurídicas, tenho outros clientes pessoas físicas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos continuar falando de empréstimos. O senhor foi o advogado do Marcos Valério no empréstimo lá do Banco Rural? Aquele que começou em 98 e terminou só em 2003?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tudo guarda uma relação, não é, Senadora? Evidentemente, eu não fui advogado do Marcos Valério no empréstimo. Quando o Banco Rural acordou com o Marcos Valério e as empresas dele a situação que já foi aqui por demais relatada, o processo foi representado por mim, na condição de advogado do Marcos Valério e pelo advogado do Banco Rural, requerendo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer que o senhor participou daquela parte final? Aquela coisa que até agora ninguém entendeu.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Na parte final, nem eu. Não, não, eu quero explicar o seguinte: os advogados do Banco Rural e o Rogério Tolentino participaram de um evento muito singelo, que foi uma petição comunicando ao juiz que as par-

tes se entenderam e que requeriam o arquivamento do processo. Essa foi minha participação de advogado e a do Banco Rural. Então, o que eu entendo do processo é só eu...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem sabe o senhor consiga nos explicar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Explico.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O empréstimo é de 98, foi quase de R\$ 10 milhões, houve alguns pagamentos, foi renovado. Quando chegou em 2003, o débito era de quase R\$ 14 milhões. Aí há um acordo, veja bem, um acordo de um Banco, abrindo mão de cobrar R\$ 14 milhões e aceitando apenas R\$ 2 milhões.

O senhor pode nos explicar isso? Porque nós já perguntamos para Deus e todo mundo como é que acontece uma coisa dessas. Eu estou louca para achar um banco para o qual eu fique devendo R\$ 14 milhões e que ele aceite que eu pague apenas R\$ 2 milhões. O senhor pode me explicar como isso aconteceu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, se as partes, credor e devedor, se entenderam e não conseguiram trazer a V. Ex^a um entendimento com relação ao assunto, aos advogados do Banco Rural e das empresas... o papel que eles desempenharam nesse evento foi simplesmente a comunicação de que aquele processo eles tinham acordado. E isso foi feito...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas aí o senhor já era sócio do Marcos Valério. O senhor já tinha interesses, etc, conjuntos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas, não, não, não... Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o senhor não sabe como é que se consegue isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque nós queremos essa fórmula. Eu estou louca para descobrir essa fórmula de dever quatorze milhões e o banco aceitar...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vamos, vamos tentar explicar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O banco, não é? O banco aceitar só dois e ficar tudo bem.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É porque a Senadora... Eu vim aqui, inclusive, com o objetivo de tirar algumas dúvidas – como eu vou à Polícia Federal – de quem é Rogério Tolentino advogado e de quem é uma consultoria chamada Tolentino e Melo.

O Marcos Valério é só um sócio da empresa. Eu não tinha que saber. O advogado Rogério Tolentino foi

o advogado que, junto com um procurador do Banco Rural, promoveu o encaminhamento desse processo porque as partes se entenderam. E a nós, advogados, competia isso. Da mesma forma que em outro processo – talvez a senhora vá me perguntar – em que envolvia o Sr. Cláudio Mourão num débito dele. Então, a minha participação foi essa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, veja como é interessante... Porque o senhor foi juiz, no TRE, das contas cujo empréstimo – segundo as informações que temos – foi para pagar contas daquela campanha em que o senhor foi juiz...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – V. Ex^a parte de uma premissa equivocada. Vai desaguar numa conclusão absolutamente fora de propósito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, eu estou equivocada?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Está equivocada com relação à linha de raciocínio. Veja bem, Excelência, os procedimentos... Inclusive, se debatia muito isso na minha época em que eu compus a Corte... se a prestação de conta dos Parlamentares deveria ir à apreciação da Corte, ou não. Por quê? Porque esse era um processo meramente administrativo, onde o juiz não manifesta questão de ordem jurídica. Ele já vem pronto.

Então, para se dar amplitude e a dignidade do processo, esses processos vão à Corte. Tanto que eles são decididos no final dos julgamentos. Você fala assim: acolho – olha, Senadora, pelo menos na época... – o parecer da Douta Comissão de... porque tem um órgão específico. Então, não tem nada a ver.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem. Mas, veja bem...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Relator desse processo, se a senhora quer a informação, foi a Juíza Federal Ângela Catão, ela foi a Relatora do processo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas já que foi o senhor que trouxe a informação...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Senadora, é que já se passaram vinte e cinco minutos e tem ainda o Deputado Geraldo Thadeu que está inscrito. Eu só pediria celeridade. Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está bem. Porque se eu parar agora, vou me inscrever depois, porque eu tenho ainda várias perguntas.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas eu me proponho até fora da CPMI conversar com a doutora, para ela entender.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, deixe-me só terminar esta linha de raciocínio. Eu passo

a palavra para o Deputado e depois eu retorno, se o senhor me permitir.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, se for útil para o esclarecimento da senhora, eu me prontifico, após o término da reunião, tentar ainda lhe dar alguma explicação, porque às vezes, no calor da discussão, fica difícil. Estou inteiramente disponível. Eu não quero que fique um juízo equivocado sobre fatos e pessoas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu vou fazer outras perguntas. Eu apenas quero reafirmar, porque eu não ia entrar nessa linha de pergunta, entende? A minha pergunta era apenas a curiosidade do tal do empréstimo de dois mil. Aí, como o senhor trouxe... eu tinha a questão da dúvida de como juiz o senhor pudesse... o senhor mesmo disse que advogou...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Doutora, eu não sou juiz de carreira, porque senão nós vamos comprar uma premissa equivocada. Num momento da minha vida profissional eu compus o Eleitoral como Jurista.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas eu não quero mais debater, porque o senhor já me explicou que não há...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não há impedimento da advocacia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não há impedimento legal, apesar de eu entender que...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Entender o quê, Senadora? Nunca advoguei no Eleitoral.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... deveria ter um impedimento de foro íntimo.

Mas só para eu poder passar a palavra já para o Deputado. Depois eu estou reinscrita para poder fazer outras perguntas que tenho aqui. A informação – eu quero que o senhor me confirme – do processo onde o senhor atuou como relator... a acusação era de fazer propaganda eleitoral com verbas públicas, antes do período permitido por lei, nas eleições de 1998. É esse o processo de que o senhor foi relator?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Doutora, seria exigir demais deste advogado...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que o senhor se lembrasse disso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – ..., em 2005, lembrar de processo que durante dois anos eu participei. Principalmente porque eu entrei, Senadora, no Eleitoral no calor da discussão – V. Ex^a é de Minas – da campanha eleitoral.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, então...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Então, eu posso, se a senhora tem uma referência específi-

ca, com o maior prazer desarchivar qualquer processo eleitoral e trazer...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. Isso não tem nenhum problema. A própria CPMI pode fazer esse pedido. Agora...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, mas isso é para mostrar para a senhora que, se agora, me perguntar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É bastante interessante que a informação que eu tenho – e não posso jurar de pé junto que seja verdadeira...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu só quis...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a informação que eu tenho é essa...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Eleitoral não julga verba. Ele julga excesso, abuso de improbidade administrativa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, ali é utilização de verba pública...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se é publicidade é questão...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...antes do período permitido por lei nas eleições...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Aí, é outra história. Os processos são apurados. A publicidade é o calendário eleitoral. Nós sabemos disso, doutora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu só estou trazendo este assunto porque Vossa Excelência o fez e dizer que considero bastante interessante a coincidência que depois o senhor seja advogado exatamente no acerto astronômico de um empréstimo de R\$14 mil, aceito pelo Banco R\$2 mil, que é exatamente o empréstimo que tem as fortes suspeitas, indícios de ter sido o empréstimo na mesma modalidade que nós estamos discutindo, agora, os empréstimos do PT para pagar gastos de campanha de 1998 em Minas Gerais.

Eu passo já a palavra e me reinscrevo para falar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ouviu, Senadora? Eu advogo há 33 anos e não tenho como cliente apenas a SMP&B. Tenho vários clientes, pessoas físicas e jurídicas. Então, isso também é bom que a Senadora entendesse, porque às vezes fica dando a impressão que eu sou um advogado administrativo ou um funcionário das empresas. Não. Eu advogo para empresa antes mesmo de existir o Marcos Valério na sua composição societária.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Relator, Sr. Depoente, caros Parlamentares. Dr. Ro-

gério Tolentino, o senhor trabalhou quantos anos para a SMP&B?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu tenho, aproximadamente, 18 anos. Sou advogado da SMP&B desde 1988, 1989, até o presente momento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem era lá, na época, os proprietários da SMP&B?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quem me convocou pela primeira vez para ir à SMP&B para fazer uma avaliação de alguns contratos foi Maurício Moreira, que faleceu, posteriormente. À época eram Maurício Moreira, Ramon Cardoso e Cristiano Melo Paz que são os dois mesmos que ainda existem até hoje.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí, o... Depois, quando a SMP&B... O Marcos Valério entrou como sócio, foi quando o Cristiano estava com dificuldade na empresa e tudo, que faleceu o sócio dele... É isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A dificuldade não é só em decorrência da morte do sócio. A empresa já vinha atravessando um momento difícil. Ela criou uma agência em São Paulo, que, por mudanças de plano econômico, se deu mal. Estava em um momento complexo. Com a morte do Maurício, o quadro ficou muito complexo. Neste momento, as empresas enfrentavam problemas difíceis, e alguns ainda existem até hoje. Em 96 é que entra o Marcos Valério.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, a empresa Tolentino & Melo Assessoria Empresarial foi criada quando?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A Tolentino & Melo foi criada em abril de 2002. É recente, ela tem três anos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Na área de assessoria empresarial, né?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É uma empresa de consultoria. Não é um escritório de advocacia e tem-se feito uma série de confusões sobre isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Que consultorias eram realizadas? O tipo de consultoria.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu já tive a oportunidade de falar aqui algumas vezes. Alguns serviços foram prestados, especificamente na área tributária, por quê? Um dos sócios e, no bem da verdade, é o homem do dia-a-dia dessa empresa, que até se questiona: “nossa, como uma empresa com um funcionário?” Não. Não se trabalha dessa forma. Nós trabalhamos em parceria com outros advogados, outras situações. José Roberto Moreira de Melo é um especialista na área tributária e, então, algumas boas, grandes... E que o valor (eu já disse aqui uma vez ou duas vezes), ele se mostra muito expressivo na sua

individualidade, ele visto isolado, mas em colocando dentro do problema, na prestação de serviço, ele é compatível com o tipo de serviço que foi realizado. OK? Isto é, alguns serviços – e esse volume está aqui, já foram debatidos os faturamentos, estão aqui na Casa – foram prestados ao Banco Rural.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor pegava a causa e terceirizava o atendimento?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, não. Não existe causa nem terceirização.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não, você pegava a consultoria...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. É feita especificamente no escritório. Em alguns momentos...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem era o especialista?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – José Roberto Moreira de Melo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sócio?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É sócio.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Da Tolentino?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Da Tolentino & Melo Consultoria. Ele é um advogado, ele já foi Delegado da Receita Federal, ele é Professor de Direito Tributário, já foi Coordenador da Legislação Tributária, um especialista na área de autuação fiscal, inclusive na primeira instância. Então, muito serviço foi planejamento tributário e essas questões. Correto? Que, neste momento, a maioria das empresas...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor tem... Nesses documentos que o senhor apresentou à CPMI, da empresa, o senhor tem detalhadas essas consultorias...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tudo. Tenho, Deputado. Até mesmo porque foi quebrado o sigilo bancário. Algumas colocações já foram colocadas pelo eminente Deputado, já passei os documentos, e estão disponibilizados. Eventualmente, alguma coisa que possa agregar basta solicitar.

Esta empresa, só para o seu conhecimento, Deputado, o Marcos Valério nunca assinou um cheque por ela, ela nunca emitiu um cheque que servisse para pagamento de terceiro, notadamente nesse esquema político. Ela existe, o dinheiro que entrou está contabilizado, distribuído entre os sócios. Então, toda a documentação fiscal e financeira já se encontra aqui. Só para o conhecimento de V. Ex^a.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Dr. Tolentino, fica muito claro para mim que o Marcos Valério

era um operador de diversas áreas. Entrou para a área de publicidade, mas atuou, ao mesmo tempo, em outras áreas. Então, realizava seu trabalho, que eu acho que é um trabalho de ganhar dinheiro, de faturamento e isso para mim é muito claro. E pelas características de tudo isso aqui... O senhor viu a entrevista do Deputado José Dirceu na **Folha de S.Paulo**, de domingo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vi, sim senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor leu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Li.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Prestou bem atenção?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Bom, Deputado...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não, mas o senhor lembra bem dessa...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu confesso ao senhor que eu li a reportagem, agora se o senhor quer algum fato aí, o senhor tem que... Nós podemos...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É isso que eu quero.

Então, fica claro para mim que um dos operadores do caixa 2 do PT é sem dúvida nenhuma o Sr. Marcos Valério, que é uma peça fundamental. E acredito que, com todas essas ligações – Bônus-Banval, etc., com o senhor, também com as reuniões do PT, essa proximidade toda, o interesse dos senhores acho que é muito claro: é o de ganhar dinheiro, é de aproveitar oportunidades e faturar, entendeu? Não estou aqui criticando isso. Não é essa questão. Agora, aproveitou esse casamento que eu disse há poucos dias aqui no questionamento ao Sr. Ministro Luiz Gushiken, que é o projeto do Partido dos Trabalhadores, como aconteceu em várias questões políticas deste País, de revolução, de método, de guerrilha, de tortura e de desaparecimento. Agora estamos em um momento importante da vida política brasileira, quando, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores, com seu projeto de Governo, com o projeto de poder absoluto, usou o esquema de caixa 2 para conseguir chegar e se perpetuar neste poder. E os senhores, sem dúvida nenhuma, que participaram de todo esse esquema, não digo de envolvimento político, mas de captação de recursos, de levantamento de dinheiro, de fornecimento de dinheiro, de tudo isso vocês participaram. Está muito claro isso. Está muito claro. E eu vejo que foi escolhido o Sr. Delúbio como aquele que assumiu a causa. Se tiver que morrer, vai morrer pela causa, e acabou. Entendeu?

Então, eu vejo, Sr. Tolentino, que o senhor pode, dentro da sua condição, por exemplo, a questão desse

apartamento aí, tráfico de influência absoluto e total, o senhor quis ser gentil porque, agradando ali, o senhor teria o seu negócio tranqüilo, teria mais facilidade com mais tráfico de influência e tudo o mais. O senhor se aproveitaria de toda essa situação. O senhor não fez isso apenas porque achava que “Ah, sou muito amigo, gosto muito”. Não tem nada disso. Tinha o seu interesse, e fez dentro do seu interesse, que poderia muito bem esse Sr. Ivan comprar o apartamento, porque, pelas condições financeiras dele, pelo que ele ganha e recebe, por pertencer a esses conselhos, tudo isso, chegar lá.

Então, eu vejo que em tudo isso existe toda essa simbiose, todo esse co-relacionamento. O relacionamento é muito claro.

Outra coisa. Por exemplo, aqui tenho duas notas da José Mentor Advogados e Associados de R\$120 mil. Que serviços prestados foram esses?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já posso responder?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pode, pode.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vamos começar, então, de trás para frente, com o Mentor, não é?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pode, pode. Não tem problema nenhum. Do jeito que o senhor quiser. O senhor tem uma boa memória para algumas coisas, mas péssima para outras.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não. Eu não tenho péssima memória não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor é muito inteligente, muito preparado. E sei que o senhor é muito preparado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja, bem, Sr. Deputado. Eu não fui colocado, ainda, aqui, em nenhuma situação desconfortável. Eu não fui...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não estou colocando isso para o senhor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não é o senhor não. Eu estou dizendo em um contexto, porque o senhor está me elogiando. Eu não estou falando do senhor. Eu aqui nesta CPMI fui muitíssimo bem tratado, e nenhuma pergunta me foi colocada em uma situação incomoda em que eu poderia falar: “Eu me reservo a não responder”, em decorrência de que atuei como advogado, porque a Ordem me permite isso. Não. Ninguém me colocou em situação desconfortável, mas eu entendo, aceito o raciocínio de V. Ex^a, mas vou discordar em alguma coisa.

Veja bem. O Mentor... Hoje eu trouxe para a CPMI aquilo que a CPMI, na realidade, precisava ouvir. Porque, se eu trouxesse, Deputado... Eu expliquei, o Depu-

tado Ônyx Lorenzoni ficou um pouco agastado com isso, eu até entendo. O Deputado Mentor, em um primeiro momento... E eu não sei porque durante dois meses ele segurou a coisa: “Ah! Foi com o Tolentino”, até imaginando, Deputado, que, de repente, não haveria vinculação. Porque hoje, quando se fala em Marcos Valério, é um Deus nos acuda, não é verdade? Mas, na realidade, o Mentor esteve pessoalmente comigo, e explicou-se. Houve um mal entendido, e o Mentor hoje aceita que recebeu um cheque da 2S, não é nem da Tolentino & Melo. A 2S é uma empresa só do Marcos Valério. Ocorre que houve um problema de documentação fiscal, essas notas, que quando ele...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exato. O serviço existe, Deputado. O valor é certo. O tomador do serviço é que não é a Tolentino & Melo. Porque, se fosse, vamos dizer, para proteger o Deputado Mentor, é uma empresa do Marcos Valério. Ele se equivocou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas, Doutor, o senhor é um advogado, o senhor foi juiz, o senhor não pode falar que isto aqui é um equivoco, que uma nota fiscal no nome de uma empresa... Isto aqui é...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Olha, se eu emitir uma nota de prestação de serviços jurídicos contra a Rede Globo, ela vai me ligar e dizer: “Doutor, o senhor se equivocou, porque o senhor não trabalhou para mim, não”.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas isso aqui nunca foi notado, esse equivoco, então?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A Tolentino & Melo não, Deputado. Ele prestou esse serviço jurídico para a 2S, que é uma empresa do Marcos Valério.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E quem pagou foi a Tolentino?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quem pagou foi a 2S, do Marcos Valério.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas como é que esta nota aqui é Tolentino & Melo, Doutor?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, eu estou lhe afirmando: o Deputado Mentor, porque conversou comigo, Rogério Tolentino,... Eu gostaria que o senhor só entendesse o seguinte: neste momento em que o Marcos Valério tem este procedimento todo de CPMI, eu, Rogério, contratei alguns advogados, que são contratados pela 2S, que conversam comigo. O Deputado não quis entender, por exemplo, a questão contábil é uma, mas nós ficamos em uma estrutura jurídica de um turbilhão de coisas com o Marcos

Valério. Essa 2S é uma empresa do Marcos Valério, Deputado. Foi pago.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Doutor, deixe-me falar uma coisa: eu vejo que tudo isso, que se tiver problema com o Marcos Valério, com o senhor e tudo, será provavelmente a ordem fiscal, tributária, entendeu? Acho que o senhor... Mas, veja bem...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Politicamente, o Deputado Mentor recebeu do Marcos Valério R\$120 mil. Ele confessou isso. É essa a questão. Se nós formos distinguir os objetivos nossos aqui na CPMI... Fiscal.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, o senhor está falando que esta nota não é da Tolentino & Melo, que ele prestou serviço para a S&M.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor, para a 2S.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ah, 2S.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É um grande equivoco. Porque são algumas empresas que o Marcos têm: a SMP&B, a DNA, a Graffiti, que apenas detém, a Multiaction e uma outra, que lidaram com o Governo em termos de estratégia política.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele prestou serviços à 2S?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Prestou serviços à 2S.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tudo bem. E a nota saiu pela Tolentino?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ele emitiu. Ele esteve comigo...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem emitiu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O escritório de Advocacia José Mentor, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ah, sim.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O equivoco não é meu, é dele.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É dele?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deixe-me apenas relatar para que o senhor se aculture do assunto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Deputado José Mentor me procurou, em Belo Horizonte, no dia 12.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor sabe o que foi isso aqui ou não?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu já relatei isso aqui, inclusive.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ah, já está relatado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já, já, sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu não vou prolongar porque...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu também me coloco à disposição, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está, bem. Agora, fala a verdade. O senhor fez a compra do apartamento para atender a um pedido de amigo. De interesse.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O senhor respondeu para mim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bom. Então fica,... Ainda tem alguma coisa...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, inclusive eu vou me reportar. Já consta aqui nas notas taquigráficas, e depois eu vou até pedir, para interesse meu também. Eu disse isto, isto me foi solicitado: “Rogério, compra o apartamento, que o senhor está nos ajudando”. Foi dentro deste esquema. Eu não estou fugindo disso não, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Estou entendendo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Comprei. Está aqui, até brinquei se alguém... Não vamos ser hipócritas não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas está claro que foi isso. Sem dúvida, não estou aqui para defender o senhor não. Estou aqui para... Acho que está muito claro isso.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Muito obrigado. Nós estamos lidando com a verdade. O Deputado antes falou que eu tenho um poder, o poder que eu trouxe a verdade com relação ao caso do José Mentor e alguns outros para ele elucidar. Eu estou indo à Polícia Federal, Deputado, já agendei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sabe o que eu considero? Considero o seguinte: que quando de toda a aproximação do Marcos Valério com o Delúbio, o Delúbio eu falo que é o PT todo, pois todos eles sabiam, como o próprio José Dirceu, que eu estava perguntando ao senhor. Naquela entrevista de domingo, ele fala que toda a cúpula resolvia tudo junto, que tudo era discutido junto, e que todos sabiam, que tinha um que não sabia, mas era responsável. Imagina! Então, ficou muito claro que foi uma declaração de **mea culpa** pela metade. Está certo? Uma confissão de **mea culpa** pela metade aquela entrevista. E eu vejo, Dr. Rogério, que o senhor, o Marcos Valério, principalmente o Marcos Valério, e o senhor foi junto, viram no PT um bom filão, um bom cliente para ganhar dinheiro. E o PT viu

nos senhores um meio muito bom para se arrecadar dinheiro, para fazer dinheiro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu discordo veementemente de V. Ex^a com relação... Quando V. Ex^a me faz essa imputação de arrecadação de dinheiro. Assim... Eu digo, assim, porque não é verdade essa colocação. Eu discordo, assim, no diálogo que nós estamos travando.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim, claro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sabe por que, Deputado? Veja bem, se V. Ex^a me permite,

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não, sabe por que...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É dentro do contexto do empréstimo. É interessante porque senão eu esqueço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu não quero interromper o senhor não, mas deixe-me apenas explicar para o senhor poder fazer esse raciocínio.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah! Sim. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Depois, só para concluir, porque tem mais um Senador, nobre Deputado. Posso reinscrevê-lo. Da minha parte não há problema, mas só pela...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nós deixamos a Senadora trinta minutos. Portanto, peço mais dois minutos e concluo. Não vou me reinscrever. Pode ser?

Vejo o seguinte, veja bem: empréstimos vultosos; um dizia que assinou, mas não viu que tinha assinado, não tinha garantias. Como diz o Deputado Pompeo de Mattos, dez milhões tinha na conta, e está levantando dez milhões para ceder para outro. O senhor está me entendendo? Então, eu vejo que o BMG, o Banco Rural, isso tudo, está muito claro. Agora, quero dizer ao senhor, como disse aqui o Sr. Luiz Gushiken, que esse é um projeto de poder que foi abortado. E foi abortado porque há uma denúncia de suborno de R\$3 mil. Foi abortado.

Agora, o que eu não tenho dúvida nenhuma, e acho que o senhor não precisa ficar constrangido, é que o interesse do senhor é comercial, profissional. O do Marcos Valério é de ganhar dinheiro. O senhor está me entendendo? Agora vamos ter que apurar tudo, saber realmente o destino desse dinheiro todo. Isso aí, esse emaranhado com a empresa, a CPMI está contratando, vai descobrir, mais dia ou menos dia, e vai responsabilizar todo mundo. Mas o que o senhor puder colaborar com esta CPMI... Acho que o senhor pode colaborar em algumas coisas. Até acho que o senhor tem uma memória muito boa para ter correspondido

tranquilamente aqui para o nosso colega Deputado sobre nosso faturamento mensal, o senhor sabe.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabe. Eu tenho certeza que o senhor sabe, o senhor entendeu? Agora, eu vejo, Dr. Tolentino, o senhor é um dos advogados mais respeitados de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Muito obrigado pelo elogio. Justifica. Que bom!

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pois é. Mas tudo isso que aconteceu foi essa simbiose que houve de um de querer ganhar, querer faturar, querer ajudar,...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Deputado, por isso é que estou aqui... Veja bem,...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E ou outro aproveitou para chegar no projeto político que foi aportado.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Que bom ouvir isso em um final de noite. Sabe por que, Deputado? Sensibiliza-me profundamente V. Ex^a falar que eu sou um advogado respeitado em Minas Gerais. Há 33 anos que eu luto por isso. Meu envolvimento neste *affair* trouxe-me algumas situações de um certo desconforto profissional. Por isso é que estou aqui hoje de coração aberto, e disse ao Deputado Onyx Lorenzoni que meu poder era a verdade, quer queiram quer não queiram. Criou-se também um mito, Deputado, sobre o que é o Marcos Valério. A nossa defesa... Marcos Valério se limitou a 55 milhões. É um grande número? É. Atribui-se a ele um poder que Marcos Valério não tem. Marcos Valério repassou para o Partido dos Trabalhadores 55 milhões. O PT diz assim: “Ah! Isso é coisa do Delúbio. Nós não...” Mas o PT utiliza para pagar contas da sua instituição de diretórios. E atrás desse dinheiro nós estamos ajuizando o retorno dele, pois foi dado esse dinheiro, dado nesse sentido, repassado. Hoje as empresas sofrem execução...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pois não, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não teve empréstimo coisa nenhuma.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O Banco Central afirma...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não tem nada. É tudo mentira, Dr. Rogério. É tudo fraude. Tudo mentira.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Aí V. Ex^a está contrariando o Banco Central, que fiscalizou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não tem. Não tem.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Existe um documento, de 13 de setembro, em que o Banco Central, através da sua autoridade, afirma a existência dos contratos. Entre o “achismo” e a autoridade do Banco Central, neste momento, não sou obrigado...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Dr. Rogério, o senhor é um advogado preparado. Olha, se tem, por exemplo, algum banco que vai financiar uma empresa, quantos documentos, tudo o que tem de garantias absolutas que têm que ser dadas... Agora não, vai na conversa, sem garantia, sem nada, milhões e milhões. Tudo mentira. O vice-Presidente José Alencar falou que não acredita.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É por que ele não viu o relatório do Banco Central.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu ouvi. Eu assisti a entrevista dele. O Senador deve ter assistido. Eu assisti a entrevista. O Vice-Presidente falou que esses empréstimos eram todos fajutas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o Deputado José Dirceu confessou tudo isso aí. Agora, cabe à Justiça, à CPMI encaminhar depois ao Ministério Público para quem sugou dinheiro, para quem tirou a corrupção, e devolver esse dinheiro, e os culpados pagarem pelo criador. Eu não estou acusando o senhor não.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Obrigado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu acho que o senhor teve o seu papel, mas com o interesse do senhor. Mas que houve tudo isso, houve.

Senador, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Muito obrigado. Só um minutinho, Senador, antes de lhe passar a palavra, só para reforçar uma pergunta para esclarecer a questão do Glênio Guedes. Se o senhor puder explicar a relação e por que foram feitos os pagamentos, porque daí houve uma interrupção, e acho que não foi possível...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já deixo os contratos com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – São contratos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O senhor me dá um tempinho, enquanto eu respondo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Deputado eu vou perguntar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, eu passo a palavra ao Senador César

Borges, e peço ao senhor, Dr. Rogério, que esclareça essa relação.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, eu estava no calor do meu raciocínio, então...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, mas eu queria fazer a intervenção porque eu acredito que o senhor Rogério Tolentino deve entender muito bem que uma coisa é o formal, outra coisa é o informal. Formalizar um contrato para fazer simplesmente um nariz de cera para o Banco Central e a relação, para explicar, é uma coisa. Acho que até, infelizmente, lamentavelmente, não todos, claro, longe de mim generalizar, mas alguns advogados têm até a possibilidade de fazer isso muito bem feito.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Outra coisa é a informalidade. Eu acho que o que o Deputado quis dizer é o seguinte: esse empréstimo, na prática, não houve.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu entendi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é para se receber. Foi feito para ser criar um arcabouço de uma inverdade, mas que poderia ser dado como desculpa, lá atrás. Agora, que esse empréstimo está pago, dizer que agora vai se acionar o PT para pagar, eu acho que o PT já pagou de diversas formas, ou aqui ou lá fora, isso está pago. Agora, também faz parte do jogo de cena continuar dizendo: “Não, vamos processar o PT, e o PT vai ter que me pagar”. Esse é o convencimento de todos nós e, acredito, da sociedade brasileira. A maneira como esses empréstimos foram feitos, em momento algum, estão adequados a uma prática normal bancária, de segurança, de garantias, etc. Isso não convence a ninguém no País, muito menos a nós. Agora, damos o direito da defesa, de se armar uma explicação, mesmo que seja inverossímil. E ela está armada com, a meu ver, a participação até do Presidente da República, que concedeu aquela famosa entrevista em Paris, admitindo que caixa 2 é algo normal. Isso bate com a versão do Marcos Valério, com a versão do Delúbio Soares e do próprio Presidente da República, repudiada pela sociedade brasileira. E o próprio vice-Presidente, que diz que não acredita nessa versão. É uma versão montada com certa habilidade, mas sem verossimilhança.

Mas quero falar sobre a questão do Glênio Guedes, porque aí eu penso que a empresa de V. S^a está envolvida diretamente. Glênio Guedes, Glênio Sabadi Guedes, é um funcionário público. Ele, na verdade, é o Procurador da Fazenda Nacional. Ele ali estava repre-

sentando a Fazenda Nacional no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, não é isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Onde processos de valores altíssimos são avaliados, e seu parecer é importante para fazer um esclarecimento e até um juízo de razão aos membros do Conselho. É isso?

Pois o Sr. Glênio Guedes trabalhava para a sua empresa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já posso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pode. É a primeira pergunta.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vou colocar a questão do Glênio, como um todo. Inclusive, na semana... Se não me engano, dia 12 ou dia 13, um colega meu de escritório, o Dr. José Roberto, foi convidado e compareceu a uma sindicância que se instaurou contra o Procurador da Fazenda, o Dr. Glênio Guedes.

O Glênio Guedes vinha sofrendo um procedimento interno, ao que me consta, e coincidiu com essa situação. Não, o Glênio Guedes não presta serviço para esse escritório. Ele até viria aqui hoje e, ao que me consta, a Procuradoria da Fazenda tem atuação no “conselhinho”, que é o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, onde são julgados processos de interesse do sistema financeiro.

Vi até um requerimento aqui na CPMI, e até sugerir um debate aqui com não me lembro qual Parlamentar, e que fosse oficiado à Procuradoria todo esse período, porque isso já consta no próprio inquérito contra ele. Os processos... Porque o Glênio não tem, pelo formato, o estatuto do “conselhinho”, poderes de decisão. Ele oferece o parecer e eles... Perfeito, Senador, estou dizendo o seguinte: parece que já há um relatório sobre, de dois anos para cá, de todos que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...dos processos em que ele atuou...Foi solicitado sim, foi um requerimento meu...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Lá já está pronto. Porque meu colega foi à Procuradoria, explicar à Procuradoria esse envolvimento dele com o nosso escritório e tomou conhecimento lá.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, se ele não prestava serviço a V. S^a ou a seu escritório, como foram feitos depósitos no valor de R\$1,2 milhão da sua empresa para a conta da qual o Glênio Guedes é co-titular.

Qual é a razão da transferência desses recursos, R\$1,2 milhão em duas parcelas: uma de R\$500

mil para uma conta bancária no Banco de Boston, da qual o Procurador Glênio Guedes é co-titular juntamente com sua mãe e o pai, Ramon, e mais uma transferência de R\$782 mil, destinada à mesma conta, no final de 2003.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É verdade, Senador. Mas esse depósito, na nossa contabilidade, no nosso envio, não foi para Glênio Guedes. Para mim, foi uma surpresa, posteriormente, que ele era co-titular dessa conta. Ela foi feita para Ramon Guedes, que é o pai dele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E qual foi o serviço que o Ramon Guedes prestou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Existe o contrato em que ele e o José Roberto, há alguns anos, vêm trabalhando, e que teve a participação deles de parceria. Esse contrato eu já pedi ao eminente Relator, que eu encaminho aqui, porque eu não trouxe...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o papel dele era ser pai de Glênio Guedes nesse contrato. Era esse o serviço prestado por ele?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, é a colocação que V. Ex^a faz, e eu disse, assim de uma forma muito respeitosa, às vezes as situações são complexas. Aqui em Brasília, por exemplo, nós todos sabemos que os grandes advogados são de famílias de tradição da Magistratura. Às vezes, é complexo, lida-se com um advogado. Em Minas e na Bahia também deve ser assim: ele é filho de um desembargador, é primo, é uma situação complexa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é complexa, é simples, é tráfico de influência.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas pode acontecer sim, Senador. Quando eu quis dizer complexo é que é delicado...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que é praticado no caso do serviço prestado de Marcos Valério para Delúbio ou na compra do apartamento da ex-esposa do Ministro José Dirceu ou no caso dessa transferência.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não vou discordar de V. Ex^a. No caso específico do apartamento, admito: foi-me pedido e eu sabia o que eu estava fazendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque o Ramon, pelo que eu sei, que tipo de serviço ele prestaria?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nós temos tudo isso contratado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas qual tipo de serviço prestaria o Ramon?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Houve um determinado momento em que ele e o ele e o Zé

Roberto e vários escritórios que trabalharam com ele, Senador, a questão de créditos tributários que poderiam ser abatidos na questão de declaração de Imposto de Renda das pessoas jurídicas. A Receita hoje tem um processo disciplinado em que você apresenta esses créditos tributários. De repente, fica uma coisa muito solta, inclusive, precatórios de toda ordem. A Receita hoje faz uma avaliação em primeiro plano e aprova ou não, mas no passado houve um excesso, eles têm precatório até no quinto andar. Houve um trabalho elaborado com esse senhor – estou dizendo porque oficialmente é dessa forma – não tenho todos os dados, mas encaminho – e, em função da venda de créditos tributários que a entidade financeira ou a empresa pode utilizar no abatimento do débito dele com a Receita Federal, porque é uma compensação de créditos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E uma mera coincidência ele ser o pai do Glênio Guedes, que dava, no caso, o parecer no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu disse à Senadora Ideli e ela quis fazer também essa liga. Ela disse que essa liga fica feita, Senador, quando colocarmos – e aí, realmente, a teoria de V. Ex^a e da Senadora se comprovam – qual a participação e se houve efetivamente a participação do Glênio no trabalho dele. O senhor está me entendendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas são evidências, são coerências.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Evidências são, as evidências são.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Chega-se no ponto e na verdade diz-se: não, é coerente, é verdadeiro, mas não foi bem assim.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Os indícios são, na realidade, como V. Ex^a afirma. Os indícios levam a esse tipo e raciocínio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Tolentino e Melo pagou conta de celular, despesa de hotel e bilhete de passagem aérea ao Sr. Glênio Guedes?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não pagou?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Marcos Valério reconheceu que pagou.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, estou dizendo que não. Só respeitei a seqüência de V. Ex^a. A Tolentino e Melo não. A SMP&B pagou despesas do Glênio quando ele estava em Belo Horizonte e ele foi a Cepel, porque ele também mexe e gosta de cavalo. E houve o reembolso depois. Segundo foi colocado pelo Marcos e segundo foi colocado – estou

me louvando no segundo, não tenho conhecimento – o próprio Glênio em depoimento dele ao processo na Procuradoria da Fazenda, ele reembolsou a empresa, tenho conhecimento disso, por comodidade, pagou-se sim, não hospedagem, porque acho que em Belo Horizonte ele tem uma irmã, mas a ida por comodidade e ele esteve em Belo Horizonte e já se afirmou também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Passagem aérea.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – De passagem sim senhor, perfeito. Mas houve o reembolso, algo que me consta. Mas a Tolentino e Melo não, Senador. Eu até também deixei claro, uma situação que nos colocou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor é sócio dessa empresa SF Assistência Empresarial Ltda. Também?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Como se Chama?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – SF.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quando surgiu o Marcos Valério na CPMI apareceu um emaranhado de empresas, SF ou SR. Era uma empresa anterior que ele tinha, já foi dada baixa. Parece que era ele e um cunhado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor também era sócio?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor. Não fui sócio do Sr. Marcos Valério em nenhum empreendimento, a não ser nessa empresa de consultoria, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tolentino e Melo?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Tolentino e Melo. E sou advogado dessas empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor prestou algum serviço a membros do Governo ou figuras do PT como cliente dessas empresas?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, na Tolentino e Melo nós nunca tivemos. Estou falando da Tolentino e Melo Consultoria e eu, Rogério Tolentino, advogado, nunca prestei nenhum tipo de consultoria ou serviço jurídico algum a membro, dirigente político, etc. Não, senhor. A Tolentino e Melo não tem envolvimento nenhum político.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor se encontrou ou viajou algumas vezes com o Sr. Delúbio Soares ao Banco Rural?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu estive em algumas oportunidades com o Delúbio, já disse isso aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem mais do PT?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Foram aqueles encontros que aqui eu relatei de uma forma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E Sílvio Pereira?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, quando houve o apartamento, ali no cafezinho do PT. Não em reunião, Senador, de estar no PT, ir ali no cafezinho, onde eu conheci. Aí, sim. Eu tive alguns contatos com o Delúbio, fui ao PT, em Brasília, no Edifício Varig.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esteve com José Genoíno?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já cumprimentei, porque – seria até desnecessário – como Parlamentar, como nas vezes em que passei pelo Congresso e venho para conhecer Parlamentar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Ministro José Dirceu?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não conheço o Ministro José Dirceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor sabia dos entendimentos do Banco Rural com o Ministro José Dirceu, ou como advogado do Banco Rural?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, do Banco Rural não sou, não senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque o Banco Rural visitou o Ministro José Dirceu e fez pleitos perante ele.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não tenho conhecimento. Por isso fiquei na dúvida de qual o objetivo. Tenho conhecimento desses encontros que houve, foram confirmados pela Kátia que o Ministro – então Ministro, à época – teria se encontrado com a Kátia num evento em Belo Horizonte. Acho que ela esteve recentemente e confirmou isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aqui em Brasília.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – É. Do que foi tratado no momento desse não sei lhe informar não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor é advogado do Banco Rural?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor. Contra o Banco Rural. Eu já estive aqui e já fui questionado. Sou advogado das agências de publicidade; do Banco Rural, não.

A conta Tolentino & Melo Consultoria pontualmente prestou alguns serviços para o Rural, não o Rural jurídico.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor viajava nos aviões do Banco Rural?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Viajei algumas vezes, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Era cliente dos aviões. O senhor é quem era cliente dele?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não. Nem cliente dos aviões, Senador. Veja bem, estive em duas oportunidades com o José Augusto, que é um homem que não viajava muito nos aviões do Rural. Ele era muito visto no dia-dia de avião comercial. Eu estive em Brasília no dia, mas não fui, quando o Marcos Valério foi com o José Augusto no Banco Central. Já ficou claro também que foi apresentado na época pelo Deputado Virgílio Guimarães, e o José Augusto estava junto. Depois, pode ter havido mais alguma viagem com o José Augusto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor como sócio do Marcos Valério tinha conhecimento de todas as operações que o Marcos Valério fazia com o Sr. Delúbio, com o BMG, com o Banco Rural, inclusive as transferências para a Bonus Banval.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, já tive oportunidade de colocar que tive conhecimento depois. Não sei e só tomei conhecimento oficial do mecanismo de quem levou quem não levou. O dia-dia era um assunto ligado a Delúbio e a ele na intimidade, o senhor está entendendo? Mas assim “vou fazer isso”, “vou fazer aquilo”...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como advogado das empresas nunca lhe passou pela cabeça a obrigação profissional de alertá-lo para o grande risco jurídico desse tipo de operação, sobre a ilegalidade, como afrontava a legislação eleitoral brasileira e, inclusive, o Sistema Financeiro Nacional o fato de uma empresa de publicidade passar dinheiro para o Partido do Governo para que ele repassasse esse dinheiro a políticos outros, inclusive comprando votos no Congresso Nacional?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, tenho que dividir as colocações de V. Ex^a. Veja bem, a questão dos empréstimos evidentemente...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso não é empréstimo porque não há documentos. Pega-se o dinheiro da empresa e passa para um partido político e diz que é empréstimo.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vamos combinar o seguinte, Senador: eu sou obrigado a chamar de empréstimo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Caixa dois agora virou dinheiro não-contabilizado. É a mesma coisa.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, quando Marcos Valério oficialmente toma esses

empréstimos e, posteriormente, os transfere naquilo que o Delúbio chamou de recursos não...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Unclusive em nome pessoal?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Já tive oportunidade de explicar que foi tomado inclusive com garantia. Foi-me solicitado e eu permiti que isso fosse feito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como advogado, o senhor olha tudo isso e não tem uma reação com relação a isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Estou tentando explicar. Veja bem, Senador, estou tentando.

As colocações de V. Ex^a são com relação ao fato como um todo. Individualmente, com relação aos empréstimos, evidentemente as coisas de ordem jurídicas poderiam advir com relação a tudo. Agora, essa é a colocação de que ele é o dono da empresa e que ele e seus sócios entenderam de fazer a coisa dessa forma.

A questão que o senhor falou da justiça eleitoral, da qual temos algum conhecimento, é claro que para um Partido político é complexa a questão do caixa dois – porque virou um caixa dois para o Delúbio. Ele é oficial na contabilidade do Marcos Valério e das empresas dele, mas ele não é oficial quando chega lá fora. Na realidade, o que existe e com o que estamos lidando evidentemente e que pode no futuro ser comprovado dessa forma, Senador, é que se atribui ao Marcos Valério um poder que ele não tem. Ele manipulou R\$55 milhões. É um número e tanto. Evidente desaguou em tudo que V. Ex^a está colocando, em situações que foram diretamente partidárias e em pessoas físicas. Desaguou nisso, mas não passa. O evento Marcos Valério se resume a este aspecto, a toda essa movimentação que gira em torno desse número. O senhor está me entendendo?

Evidentemente, procura-se e busca-se – porque, se houve essa linha de raciocínio, poderia haver mais – se há recursos ali ou não. Mas nós juridicamente, pelo que temos conhecimento de que os advogados estão trabalhando e por tudo que foi feito que não pode sair da contabilidade que existe oficialmente, Senador, o que existe é exatamente esse contexto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não há irregularidades jurídicas nesse tipo de operação que foi praticada?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Quanto ao que existe juridicamente, por exemplo, com relação ao credor banco, a empresa é devedora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um repasse para um partido político que, por sua vez, re-

passava para outros políticos do próprio partido e de outros partidos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senador, evidentemente é uma situação que já se...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a tinha consciência que isso era uma prática ilegal. E, como advogado, deveria ter alertado. Ou tirou proveito dessa situação também?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, proveito, até fiquei devendo aqui uma resposta, não houve...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ou o aumento de faturamento de sua empresa?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, senhor. Eu já disse aqui que o aumento de faturamento evidentemente se deveu a serviços que foram efetuados. Eu mesmo, Senador, em 1994, fui advogado de uma família, que fiz o inventário, o primeiro apartamento que tive em 1994 ganhei como parte de pagamentos de honorários. Até então, nunca tinha tido uma remuneração expressiva como tanto. Estou sendo sincero com V. Ex^a. Em 1994, ganhei um carro como parte de honorários, porque a lei permite dessa forma, porque era um espólio enorme da família. Foi-me remunerado desse jeito. Então, há uma coincidência dessa consultoria. Como aqui têm algumas coincidências que evidentemente a gente fala: – Custa acreditar. Não acredito em Papai Noel.

A minha consultoria, Senador, recebeu dezenove ligações internacionais. Veja bem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso já ouvi.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A filha do Zé Roberto mora na Austrália. É coincidência demais. Tem hora que a gente não consegue explicar determinadas coincidências. Então, algumas são coincidências demais, outras a gente não consegue explicar, porque fica tão gritante. Você fala assim: – Aqui, o pessoal vai falar: Você está querendo enganar a gente?

Não, estou lidando com os fatos como tenho conhecimento, naquilo que participei, nos eventos que eu...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, sabe V. S^a que as coisas não acontecem por acaso, acontecem por uma determinação e por uma vontade das pessoas. Então, infelizmente, acreditamos aqui que tudo isso é uma grande armação e agora se procura apenas armar versões que possam proteger de possíveis ações as pessoas envolvidas. Agora, acho que V. S^a, como advogado, feriu até a ética da Ordem dos Advogados do Brasil quando não alertou e participou de certa forma desse tipo de artimanha de tomar dinheiro emprestado para repassar a partidos políticos.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Senador, essa questão da ética profissional – e até aqui, para mim, a oportunidade que recebi um elogio do Deputado, porque ele ouviu dizer, para mim isso é gratificante – tenho essa preocupação, que o único patrimônio que tenho é a minha advocacia. Eu brinco, eu não tenho atestado, certidão de nascimento, não sou de família de juristas tradicionais, sou o único advogado numa família onde tem médicos e engenheiros, eu fui o primeiro advogado. Então, a única coisa por que luto é pelo meu nome. Já tenho um filho que formou em advocacia este ano. Evidentemente, tive uma participação nesses eventos em função do apartamento, isso, aquilo, tomei um empréstimo. Isso, e a imprensa vinculando determinadas notas, isso para mim me colocou em um profundo constrangimento e fui obrigado a fazer umas colocações aqui que definitivamente não são questões de ordem partidária. É porque foi injusto com a questão de falar assim: – O sócio de Valério foi juiz eleitoral, absolveu o Azeredo. Não tem nada a ver, são situações distintas. Um momento em que compus a corte eleitoral como advogado, no exercício pleno de advocacia, o senhor está me entendendo? Que não há impedimento de eu ser ali indicado. Eu já compus lista sêxtupla na Ordem dos Advogados. Já fui assessor de desembargador oito anos, já fui advogado de grandes empresas do Brasil, dez anos na Construtora OAS, em Minas Gerais. Isso tudo é fruto de orgulho. Durante dez anos, fui responsável jurídico pela Construtora OAS, que é baiana, da terra de V. Ex^a. Então, houve uma “lincagem” comigo. Então, expliquei determinados fatos aqui para o Dr. Fruet, é claro que tenho uma conta para pagar. V. Ex^a mesmo adverte, uma questão ética que está até um pouco cinzenta. Estou coletando dados para me justificar perante o Conselho da Ordem. Se eu tiver que ser punido por alguma coisa de natureza ética, tenho que ser punido e vou aceitar isso com a maior tranquilidade.

Criou-se também umas situações um pouquinho distorcidas, sabe, Senador? Mas outras são essas mesmas. Enlencei para mim uns fatos que me trazem à CPML: é o apartamento da Ângela, é aquela coisa toda, o senhor está entendendo? Essa é a história que hoje é igual à do José Mentor. Com todo respeito, que é uma pessoa que me procurou. Conversamos longamente. Se é um problema fiscal, o Deputado Onix ficou assim um pouco... “Ah! há uma fraude de documentos.” Não há não. O Mentor colocou, coitado, e agora ele está politicamente aceitando. Foi o Marcos Valério que me pagou. O senhor está entendendo, Senador?

Eu tenho algumas questões. Para mim, hoje, estou lavando a alma. Eu me antecipei, Senador, e já contatei com o Dr. Zamprona, que é o delegado federal

encarregado do inquérito do mensalão, para que ele me ouça, porque existem esses fatos, essa viagem a Portugal. O que aconteceu. A questão do Hermes, ele mesmo pôs, ele mesmo desmente. Eu tenho algumas coisas que tenho que pagar por isso. O senhor está entendendo? Mas eu não estou, em função até...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas eu não estou, até em função...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço as informações, Sr. Presidente, e dou por encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Senador. A próxima inscrita é a Senadora Ideli Salvatti. O nosso tempo-limite é o início da votação na Câmara dos Deputados amanhã.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pelo amor de Deus, eu quero dormir ainda hoje, Deputado Gustavo Fruet.

Vamos continuar, ainda, na história dos empréstimos, que é um assunto muito estranho. Não é, Senador César Borges? Ninguém consegue entender muito bem.

Mas, antes de o Sr. Senador chegar, eu tinha perguntado ao Dr. Tolentino, porque ele foi advogado naquela negociação final em 2003, que encerrou aquele empréstimo de 1998 – aquele em que todos estamos querendo saber a fórmula pela qual um banco que tem a receber R\$14 milhões aceita receber apenas R\$2 milhões. Foi interessante, porque o Dr. Tolentino era advogado das duas partes naquele acordo e o Banco Rural é cliente dele, presta consultorias e o Sr. Marcos Valério, com suas empresas, também é cliente do Dr. Tolentino. Então, é uma assessoria que eu quero entender como se dava, porque ele era advogado. Os dois lados eram clientes dele.

Mas perguntarei sobre outros empréstimos, porque, na quebra dos sigilos bancários, no Banco Rural, aparece, de 2000 até 2005, vários empréstimos feitos pelas empresas ou pelo Sr. Marcos Valério, inclusive aquele que eu perguntei, em que o Sr. Rogério Lanza Tolentino teve, no dia 18 de fevereiro de 2000, de R\$27 mil. Pergunto se o Senhor tem conhecimento desses empréstimos e por que aconteceram.

O Sr. Cláudio Mourão Silveira teve um empréstimo de R\$15.570 no dia 24 de fevereiro de 2000. O Senhor conhece o Sr. Cláudio Mourão?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Conheço, sim, Senhora. Desculpe-me, Srª Senadora. Pensei que a Senhora estava num questionamento de ordem global.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, vou fazer...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Posso pontualmente responder. Conheço Cláudio Mourão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conhece de onde? Tem relações? O Senhor saberia explicar-nos por que esse empréstimo de R\$15.570 no dia 24 de fevereiro de 2000?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não tenho a menor idéia.

Srª Senadora, volto novamente a enfatizar que, se se parte de uma premissa equivocada, conclui-se também de forma falsa.

Eu não sou advogado do Banco Rural e das outras formas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas esses empréstimos foram feitos pelo Sr. Marcos Valério no Banco Rural, para essas pessoas.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, quando eu participei da desistência das ações, foi comunicado, a mim e a um advogado do Banco Rural, que deveríamos peticionar que as partes se entenderam e transacionaram isso. Também já foi exaustivamente colocado pelo próprio Marcos Valério. Então, o conteúdo do acordo e como foi não pertence aos advogados. Estou falando da forma processual.

Com relação a Cláudio Mourão, Srª Senadora, ele foi Secretário de Estado em Minas Gerais. Moro em Belo Horizonte há 51 anos e tenho 56 anos de idade. Cláudio Mourão foi Secretário de Estado e é um homem de confiança do Senador Eduardo Azeredo e no Governo Azeredo. Portanto, conheço Cláudio Mourão, como conheço vários Parlamentares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Senhor não saberia explicar-nos...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A origem do débito do Sr. Cláudio Mourão? Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque o empréstimo é bem próximo do que o Senhor pegou lá também. O senhor fala no dia 18 de fevereiro.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – A SRA. fala “o Senhor pegou”. Quem pegou?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Senhor tomou. Eu estou aqui com a quebra do sigilo. Aparece aqui um mútuo, inclusive com os dados e o seu documento de identidade, de R\$27 mil, no dia 18 de fevereiro de 2000. Logo em seguida, o segundo empréstimo feito pelo Sr. Marcos Valério no Banco Rural foi para o Sr. Cláudio Mourão no dia 24 de fevereiro de 2000.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Se o empréstimo do Sr. Marcos Valério foi para o Sr. Cláudio Mourão ou não, Srª Senadora, eu não tenho essas informações e não poderia.

Porém, com relação a Rogério e o que se colocou na contabilidade da SMP&B, sou advogado deles há

18 anos, eles me devem e pagam. A forma contábil... Eu sou um prestador de serviços autônomo. Não tenho vínculo de emprego. Sou autônomo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois, apresentaremos requerimento, Deputado Gustavo Fruet, dos contratos desses empréstimos, inclusive do contrato que, na quebra de sigilo, aparece como empréstimo do Sr. Rogério Tolentino...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Senadora. Só gostaria...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas deixe eu terminar.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Mas passa-se a falsa impressão de que são empréstimos que eu tomei no Banco Rural. Não. Aí é meu cliente, a SMP&B...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas foi o Marcos Valério que tomou no Rural.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Ah, não, do Marcos Valério, sim, é outra história.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Marcos Valério para o senhor.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Aí empresta ao Marcos Valério. Não sei responder, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Marcos Valério para o Cláudio Mourão, quinze mil quinhentos e setenta em 24 de fevereiro de 2000. Depois tem um outro de duzentos mil também para o Cláudio Mourão no dia 13 de novembro de 2001 e tem ainda um de cem mil no dia 05 de julho de 2001.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, eu não sei lhe informar isoladamente. Sei que existia um débito do qual Marcos Valério e o Sr. Cristiano eram avalista e, talvez, por esse eles tenham pago. Agora, esse, se é cem mil, tudo... Confesso à Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe dizer?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, eu não sei lhe informar. Para mim é difícil, é igual a falar, é difícil eu lembrar isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos avançar aqui.

Sofia Propaganda, o senhor conhece?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde? O que é?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Veja bem, Senadora, em determinado momento, existia uma agência de publicidade em Belo Horizonte chamada Sofia Propaganda. Essa empresa é uma empresa pe-

quena em que o sócio dela já tinha sido um publicitário que trabalhou durante muitos anos na SMP&B, chamado Rodrigo Simões e, aí, ele se tornou dono dessa empresa e não agüentou, desculpe a expressão, “tocar a empresa”.

Ofereceu à SMP&B que, por conveniência, em função de ter alguns clientes interessantes de empresas particulares, essa empresa foi agregada à SMP&B. Não sei se ela foi colocada em *stand by*, se eles compraram. Da mesma forma, aconteceu com uma chamada Feeling, que também tinha uns contratos com cera não sei o quê, uns contratos interessantes, Ricardo Eletros, propagandista de varejo muito fortes e então se agregou também à Feeling e passaram a ser diretores, porque tudo em agência de publicidade é diretor disso, diretor daquilo, diretor de não sei o quê e essas empresas ficaram em *stand by*, a Sofia e Felling posso lhe afirmar isso.

Os detalhes da coisa...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu tenho aqui a informação de que os sócios seriam Virgínia Braga Vasconcelos Simões e Ricardo Ribeiro de Carvalho, é isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Eu acabei de declinar o nome do Rodrigo Simões. Ao que me consta, Virgínia Simões seria a mulher dele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A esposa dele.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – O outro é qual?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ricardo Ribeiro de Carvalho.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Exatamente, eram os dois.

O Ricardo e o Rodrigo eram os donos dessa empresa. Eu não sabia que existia a mulher. Os dois passaram a ser funcionários diretores de área específica. O Ricardo eu conheço pessoalmente e o Rodrigo Simões conheço pessoalmente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aqui tem também empréstimo para a Sofia, cento e sessenta mil, dezenove de dezembro de 2001.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Sim, Senadora. Acredito que o empréstimo direto, alguma questão de composição de fluxo de caixa da própria empresa, mas neste momento já monitorada pela SMP&B que se tornou dona dela. Não tenho a menor dúvida de que é isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O outro empréstimo que quero saber também se o senhor conhece é de Bruno Bedineli Filho.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nessa também há um certo equivoco em relação a isso.

O Bruno é uma pessoa das minhas relações. É um empresário de Belo Horizonte e que foi avalista porque estão Cristiano, Bruno e o Marcos foram avalistas do Cláudio talvez porque sejam amigos do Cláudio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cláudio Mourão?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Seria o emitente e os três avalistas. Não, Senadora, eu tenho uma idéia mais ou menos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Cristiano, o Marcos Valério isso tudo tem uma liga, então?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não entendi. Como? Repita, por gentileza.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor mesmo falou que o Bruno...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, não, não. O Bruno é um amigo deles alheio à empresa. Ele foi avalista nesse título.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Avalista? Aqui aparece como um empréstimo também de duzentos e vinte mil, no dia 7 de janeiro de 2003.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Senadora, existe o empréstimo... Existiu o empréstimo no Banco Rural em que favorecia Cláudio Mourão, que, se não me engano, não vou lhe afirmar nesse exato momento, Marcos Valério, Cristiano Paz e esse Bruno seriam avalistas. O Bruno entrou, como se diz, “de graça” nesse negócio. Não tem vínculo nenhum com as empresas, nem nada. Tem pessoalmente... Inclusive estou dizendo a V. Ex.^a que ele também é das minhas relações no dia-a-dia de Belo Horizonte. Correto?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse empréstimo do banco Rural pode ser, na realidade, o empréstimo feito ao Bruno Bedineli no início de 2003, pode ser o pagamento que ele acabou fazendo como avalista ao empréstimo do Carlos Mourão, é isso?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Pode até ser, Excelência. Sabe por quê? Consta – e não sei se V. Ex.^a tem aí em mãos que – quando se busca em um informador judiciário o ajuizamento dessa ação, parece que o Bruno... Aí é uma questão de fórum. Coloca-o na frente: Bruno e Outros. E se você faz o levantamento da ficha toda, aparecem as outras. Eu acho que o Bruno teve a infelicidade dos serviços do fórum de Belo Horizonte – chama Siscom – tê-lo lançado em primeiro plano talvez por isso. Porque eu tenho até uma cópia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, porque ele aparece aqui vinculado à ação de execução movida pelo Banco Rural, na Justiça.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Da qual – também já adianto para V. Ex.^a – eu entrei com o processo de desistência. Eu peticonei naquele grande

contrato que V. Ex.^a diz e nesse do Bruno, porque eles chegaram a um entendimento lá: se pagou, não pagou. E eu também peticonei nesse processo. É por isso que fala: “Bruno Berdinelli e Outros”. Ele teve a infelicidade de encabeçar a lista, que deveria ser Cláudio Mourão, em tempos normais. Cláudio e outros.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Luiz Otávio Valadares. Um empréstimo aí de 289 mil, no dia 30 de abril de 2003.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Luiz Otávio Valadares, se não me engano e também não quero cometer equívoco, deve ser um político em Belo Horizonte, que atende pelo nome de Ziza Valadares. Já foi Deputado uma época. Ele é amicíssimo do Cláudio Mourão. Jogou no Atlético Mineiro. É uma pessoa extremamente conhecida em Belo Horizonte. Talvez possa ter uma ligação nesse empréstimo aí. Não sei lhe informar. Chama-se Ziza Valadares. Foi Deputado, e hoje não o é. Ele tem até um filho que é Parlamentar hoje, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ziza Valadares.

Bom, Sr. Presidente, depois eu vou apresentar o requerimento para a gente poder ter acesso a todos esses contratos, porque eu acho que são extremamente interessados e conectados com tudo o que nós estamos investigando: essa maneira de operar empréstimos que acabam não se pagando ou se pagando de formas extremamente estranhas.

Ainda eu teria algumas perguntas muito rápidas para fazer. Pelo noticiário, nós temos informações de que o seu Tolentino participou de reuniões na questão da Bônus Banval. O Sr. Quadrado afirmou que houve várias reuniões entre os sócios da Bônus Banval, o Valério e o advogado do Rogério Tolentino. Quando que houve essas reuniões e por que aconteceram essas reuniões? Qual era o papel do senhor nessas reuniões do Marcos Valério com a Bônus Banval?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Nenhuma participação. Nós vamos chamar de reuniões, se V. Ex.^a me permite. Passei algumas vezes lá na Bônus Banval, cafezinho. Foi colocado pelo... essa questão de imprensa. Aí fica um diz para lá e o Marcos Valério também já fez uma série de desmentidos – me permita colocar dessa forma. O Enivaldo diz que o Marcos Valério, em determinado momento, pretendeu comprar a Bônus Banval. Você está entendendo? O Marcos Valério pode até ter perguntado para o Enivaldo como é que funciona: “Como é que funciona a corretora? Como é que é isso?” Mas nunca quis comprar. Isso não é verdade. E esses encontros, essas reuniões... Nunca houve essas reuniões com o objetivo comum, Senadora. Estou-lhe afirmando categoricamente. Pas-

sei, sim, para tomar um cafezinho, para conhecer até onde que era a Bônus Banval, que funciona ali na Brigadeiro Faria Lima, perto do Shopping Iguatemi, entendeu? Então, fui, sim. Mas não tem reunião de assunto nenhum que mereça uma relevância para nós tentarmos debater aqui, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Parece que essa história de o senhor acompanhar o Marcos Valério em reuniões ou em nome dele é meio reincidente e antiga, né? Porque...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não entendi a colocação. Reincidente, como?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Reincidente, porque há vários casos aqui que o senhor acompanhou...

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, têm muitos, mas muitos, Senadora. Eu sempre viajava do lado do Marcos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor acompanha bem e tal.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Não, porque ele achava importante eu estar por perto, porque as empresas tinham um grau de dificuldade, Senadora, em função de alguns problemas, e isso me permitiu que fosse até Portugal com ele. Acompanhei, estive presente. Fui ao Partido de V. Ex^a várias vezes. Não participei de reunião. Fiquei no cafezinho. No edifício Varig, tomei muito cafezinho ali na entrada. Sempre estive do lado do Marcos Valério. É meu amigo, meu cliente e sócio numa empresa de consultoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos ver aqui outras notícias que aparece o senhor também fazendo reuniões em nome de...

A Folha de S. Paulo, de 19 de agosto, faz uma entrevista com o Sr. Marcos Valério e diz que, segundo as declarações do Sr. Nilton Monteiro ao Ministério Público, ele esteve com Marcos Valério no início de julho e que teria informações sobre depósitos, campanhas eleitorais e tal. E o Marcos Valério responde assim: “Vamos para com a onda de denunciismo, os nomes que eu tinha para revelar já revelei. O Cláudio Mourão pediu que eu recebesse o Nilton Monteiro, mas não o recebi. Meu sócio, Rogério Tolentino, e um advogado de nome Aloísio, o atenderam no meu lugar. Ele queria me vender a Barra da Tijuca, bairro do Rio, para esquentar dinheiro que ele achava que eu tinha.”

Isso apareceu numa entrevista na **Folha de S. Paulo**.

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Posso responder, Senadora? Essa é a coisa mais maluca que já aconteceu na minha vida...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Só um minutinho, deixa eu terminar, porque tem outro regis-

tro aqui ainda, na mesma linha, da **Folha de S. Paulo** do dia 15 de agosto. Trata-se de uma entrevista com o Nilton Antonio Monteiro, em que ele diz algo assemelhado a isto: **A Folha** pergunta se ele se encontrou com o Marcos Valério, e ele responde: “O Mourão me levou a uma reunião com ele, no escritório do Rogério Tolentino, em julho. Eles não tinham os documentos das contas, de 1998; quem entregou a eles foi o Mourão. Qual o motivo da reunião?” Aí o Monteiro disse: “O Valério estava preocupado porque precisava levantar de 40 a 60 milhões em notas. Participo de um negócio, um espólio de terrenos na Barra da Tijuca, e o meu cliente já ganhou precatórios de 500 milhões. O interesse do Valério era esquentar dinheiro que está fora. O meu cliente não topou.”

O que o senhor tem a declarar sobre essas duas reportagens da **Folha**?

O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Vou declarar, com o maior prazer. É a história mais fascinante, mais maluca de que já participei. Quando o Coaf, de uma forma até estranha, tomamos conhecimento do relatório do Coaf – eu pessoalmente, na própria Polícia Federal, que o Dr. Zampronha me mostrou – metade daquele relatório se dizia sobre uma empresa Graffiti, que não tinha nada a ver com o Marcos Valério. A imprensa noticiou. Então, houve um histerismo, Senadora, com relação a que o Marcos Valério estava com dinheiro em caixa e que ele precisava esquentar a saída desse dinheiro. Correto? Porque não se sabia ainda como sairia esse dinheiro; a mídia não tinha conhecimento. A senhora não tem idéia, Senadora,... Eu pessoalmente já dei uma entrevista inclusive para uma repórter do Estadão de casos curiosos que apareceram na imprensa, esse é o mais louco. Esse cidadão apareceu, ele tem direitos. Até a escritura é muito curiosa, porque remonta ao passado. Em termos jurídicos, ela... Eu li e ainda brinquei com ele: O que é que faço com os posseiros? Sabe o que são os posseiros? Aqueles prédios de luxo da Barra. Ele imaginava que o Marcos queria esquentar dinheiro. Apareceu no escritório, envolveu o Senador Eduardo Azeredo. Uma história maluca, que não tem início, meio e fim. Misturou fatos que são verdades, a situação da campanha de 98, e fez um legítimo samba do crioulo doido com relação a esses fatos. Esse eu sou testemunha. Quem atendeu? O sujeito começou a conversar com o Marcos, ele pediu licença e eu o atendi. Nunca vi tão gordo na minha vida. E depois soube até que esse cidadão era meio doidão mesmo. Senadora, foi a reunião mais louca de que já participei na minha vida. Ele quis me vender a Barra da Tijuca e mostrou documento. E eu brinquei com ele: O que faço com os posseiros? Ele entendeu que o Marcos Valério tinha 40 milhões para esquen-

tar, quando logo depois surgiu o que hoje é noticiário no Brasil: os 55 milhões desaguaram com dono, com nome e sobrenome. Eles queriam esquentar dinheiro para o Marcos justificar: Tomei de empréstimo e comprei gado. Isso não foi, o dinheiro desaguou politicamente. Mas naquele momento ninguém sabia disso. E a senhora não tem idéia de precatório, coisa doida que aparecia lá no escritório. Passei a não atender telefone porque eu não agüentava mais. Esses são os fatos sim, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Senadora.

Antes de encerrar, independente dos rumos da investigação, mas a pedido do Dr. Rogério, gostaria de consignar que o Dr. Rogério veio na condição de testemunha. Os sigilos quebrados referem-se à empresa de consultoria, na qual o Dr. Rogério é sócio do Sr. Marcos Valério. Portanto, não estamos investigando o Dr. Rogério na condição de advogado. Não quebramos o seu sigilo e não estamos investigando os trabalhos profissionais do seu escritório de advocacia para todos os fins, independente até de uma eventual certidão que S. S^a venha solicitar da Comissão.

Reafirmo que está remarcado para a próxima terça-feira, às 14 horas, o depoimento do Dr. Glênio Guedes, na próxima semana.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 4ª Reunião, realizada em 04/10/2005.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quarenta minutos, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Gustavo Fruet, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Ideli Salvati e Deputados Sílvio Torres, Asdrúbal Bentes, Arnaldo Faria de Sá, Eduardo Paes e Carlos Abicalil, reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO,

TO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Glenio Guedes, Procurador da Fazenda Nacional. O Deputado Arnaldo Faria de Sá solicita ao depoente o laudo médico como prova de sua licença médica, quebra de sigilo da conta conjunta e a convocação de seu pai Sr. Ramon Guedes Prestes de Moraes. A Senadora Ideli Salvati solicita em caráter sigiloso a quebra dos números dos telefones celular e acesso as datas dos depósitos bancários e pareceres dos laudos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quarta reunião da Sub-Relatoria da CPMI dos Correios.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se:

a) oitiva do Dr. Glênio Sabbad Guedes, que já se encontra conosco para o início dos trabalhos.

Inicialmente, esclareço que recebi ontem, do Dr. Glênio, uma solicitação para autorizar cópia do requerimento de criação da CPMI, eventual aditamento e ampliação do fato; da solicitação dessa CPMI, votada e motivada, da quebra do sigilo de conta bancária da sua família no BankBoston; prévia divulgação daqueles dados ocorridos no primeiro depoimento do Sr. Marcos Valério; dos documentos a respeito das transferências eletrônicas ocorridas nessa conta; e, por fim, do testemunho da Sr^a Karina Somaggio a esta Comissão.

b) determinar, com base no direito à preservação da imagem, com proteção hoje estabelecida no Código Civil, que o depoimento se dê em reunião secreta.

Com relação ao requerimento, depois até encaminhado a resposta formalmente ao Dr. Glênio. Primeiro, com relação às cópias do requerimento de criação e depoimento da

Sr^a Karina Somaggio, está deferido, mesmo porque revestidas de caráter público.

O SR. (Orador não identificado) – Mas a agenda também?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Todos os documentos. A agenda também.

Com relação a eventual requerimento de transferência de informações sigilosas sobre a sua família no BankBoston, são duas observações. A primeira é que não houve um pedido de quebra de sigilo nesta Comissão. Eu conversava, há pouco, com o Dr. Glênio e parece que há relação de uma informação que foi enviada pelo Coaf, vamos verificar, bem como não há indicação de quais seriam as pessoas da família que tiveram, eventualmente, o pedido quebrado, mas de qualquer maneira está prejudicado, até porque não houve esse pedido.

Com relação, também, à conta a ser especificada e com relação à reunião secreta, o Regimento prevê a possibilidade de reuniões reservadas havendo motivação ou encaminhamento por parte do Presidente ou de Líder, conforme o art. 27 do nosso Regimento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, com relação a isso, eu só queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Temos atendido esses pedidos quando se trata da possibilidade de o depoente acrescentar informações que não poderia fazer de modo público. Dessa forma, poderia colaborar com as investigações da CPMI. A não ser que o depoente tenha essa sugestão, não há, realmente, como considerar.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu suscitei ao Presidente pois há informações de mercado financeiro que, eventualmente, eu tenha que suscitar aqui. Então, a minha única preocupação é essa. Como sou muito conhecido no mercado financeiro, eventualmente tenha que entrar em informações sigilosas do mercado. Essa é a única preocupação que externei ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, diante do exposto, também com base no parecer que solicitei à Assessoria Jurídica, opino pelo deferimento da obtenção de cópias dos documentos solicitados e do depoimento da Sr.^a Fernanda, e pelo indeferimento de transformar a reunião em reservada.

Solicito, também, ao Dr. Glênio a gentileza de assinar o termo de compromisso. (Pausa.)

Vamos dar início, então.

Apenas para esclarecimento dos Parlamentares e do Dr. Glênio, todas as informações que pautam, to-

das as questões que serão relacionadas têm por base os documentos recebidos pela CPMI, bem como os depoimentos colhidos, em especial os do Dr. Rogério Tolentino e do Sr. Marcos Valério. Passo ao primeiro questionamento. Algumas até para constar.

Primeiro, Dr. Glênio, eu gostaria de saber, se o senhor puder prestar esclarecimentos, da sua vida profissional, qual a sua atividade profissional e que cargo ocupa atualmente.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Procurador da Fazenda Nacional, primeira categoria. Estava em exercício no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional há sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Glênio, quantas e quais contas bancárias V. S^a possui? Se possui contas em conjunto com terceiros, com quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Banco de Boston, Banco do Brasil e Real. No Real e no Banco de Boston, conta conjunta com os pais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dentre essas contas, qual foi a de maior volume financeiro movimentado nos últimos anos?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Boston.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual foi o montante aproximado movimentado nos últimos anos na conta conjunta com os seus pais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Aí não sei, não sei precisar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não tem o valor aproximado?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não tenho, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – V. S^a poderia afirmar a origem desses recursos movimentados, a que títulos eles se deram?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor quer que eu especifique as contas?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Banco do Brasil, basicamente recursos funcionais da Procuradoria; Banco de Boston e Banco Real, basicamente movimentação financeira dos escritórios de advocacia e dos meus pais: aposentadoria, honorários.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Especificamente, eu lhe pergunto, e V. S^a confirma. Com relação ao recebimento de dois depósitos da Tolentino e Melo, um de 790 mil e outro de R\$500 mil, e a um terceiro depósito de R\$120 mil, depositados, ao que consta, pelo seu pai, pergunto-lhe se confirma esses valores à época, se lembra. Só para constar,

também, o nome de seus pais e qual a origem desses depósitos.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor quer que eu comente cada um deles?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor. Pode ser.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Com referência, Presidente, ao valor de 120 divulgado pela imprensa, ele é originário de venda de imóvel. Eu trouxe, aqui, a escritura para o senhor, bem como o depósito realizado. Esse primeiro valor decorre, portanto, de produto de venda de imóvel e já antecipo ao Presidente que, de 2003 a 2005, três imóveis da família foram vendidos. No entanto, esse valor é oriundo da venda desse imóvel. Não sei se o senhor quer ficar com a prova.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim, por favor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Com referência, Presidente, ao valor segundo, de 782 – me parece que o senhor disse...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso. Não, 790 mil.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso. Ele é oriundo de honorários de trabalhos de advocacia realizados entre escritórios. Aproveito e faço tão-só ao senhor porque, quebrando o sigilo do meu pai, é a declaração de Imposto de Renda. Esse valor, na verdade, foi recolhido a maior.

Esse segundo valor, Presidente, decorreu desses serviços de escritório. Se o senhor quiser, eu posso comentar os serviços realizados.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Na sequência, vou lhe perguntar.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Devidamente tributados. Também antecipo ao Presidente que a própria Receita, já em diligência, considerou meu pai um sujeito passivo da obrigação tributária.

Há um contrato escrito de honorários, que já foi encaminhado ao processo administrativo disciplinar da minha Procuradoria, tentando exatamente separar o joio do trigo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só um parêntese, por gentileza.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Há um processo administrativo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Há um processo administrativo disciplinar, instaurado pela Procuradoria, do qual sou o principal provedor de provas, e também já antecipo ao Presidente que quebrei todos os meus sigilos para a Procuradoria. Não tenho necessidade de ocultar prova alguma, sou eu que forneço as

provas à Procuradoria, porque, para se ter uma idéia, foi aberto um processo administrativo baseado em notícias de jornal, então, de forma transparente, já venho fornecendo todas as provas à Procuradoria.

Portanto, esse contrato escrito... Também informo aos nobres Parlamentares que nem precisaria haver contrato escrito, porque contrato de honorários é não-solene, mas como se tratou de emparcelamento profissional desde de 2003, entenderam os parceiros de estatuir esse contrato. Portanto, ele já foi fornecido ao processo administrativo disciplinar, lá constando.

Também aproveitando o ensejo, esse contrato, Sr. Presidente, vai de 2003 a 2005 e é, basicamente, lastreado em operações entre os escritórios de teor tributário, na área de planejamento. Basicamente, créditos de compensação.

No decorrer desses trabalhos, Sr. Presidente, foram realizados pareceres na área trabalhista, previdenciária, tributária, bem como de diligências em várias empresas que estariam com seu crédito disponível para compensação.

Portanto, é basicamente o teor desses serviços. Como esse contrato se estende até 2005, também revelo ao Presidente que outros créditos são esperados. Que o Coaf, portanto, fique alerta que outros créditos vão, com certeza, chegar à conta que o Coaf revelou, mas basicamente é isso.

Portanto, já respondo também ao Presidente no que diz respeito aos outros valores então mencionados pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação a esse contrato de 790...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, o valor, o valor é de 790.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O valor é de 790. Quer dizer, ele foi feito entre o escritório...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não sei se é de 790. Parece-me que é 782.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tenho dois valores, por isso estou-lhe perguntando.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Parece-me que é 782.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eles foram feitos entre quais escritórios de advocacia?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ramón Guedes Associados e Tolentino e Melo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O escritório de advocacia Ramón Guedes é do seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só ele é o titular? Não há sócios?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não há sócios. Com uma equipe que trabalha com ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Certo. E esse contrato foi feito a partir de 2003 até 2005?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A Tolentino e Melo, segundo o Dr. Rogério, trabalha com compra e venda de créditos compensáveis.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Exatamente. E é bom esclarecer, Presidente, porque a imprensa tem a capacidade extraordinária de abraçar o fato e distorcê-lo, principalmente quando não conhece o assunto.

Essa Tolentino e Melo é de assessoria empresarial, não é uma empresa de advogados, exclusivamente de advogados. Na verdade, dela constam três sócios. Também já antecipo ao Presidente, porque será objeto também das minhas explicações, que o principal contato, na verdade, com Tolentino e Melo é o Dr. José Roberto Melo. Esse, sim, é o responsável por todas as operações de caráter jurídico do escritório e que, na verdade, é o nosso correspondente em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O Dr. José Roberto Melo é advogado, sempre foi advogado?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim. Ele foi servidor do Ministério da Fazenda, aposentado há dez anos, e hoje milita na área advocatícia.

Passo, inclusive, Presidente, ao senhor as declarações que venho pedindo ao Dr. José Roberto Melo.

Passo a ler para o senhor:

Em atendimento ao solicitado por V. S^a em 28 de julho corrente, prestamos as seguintes informações.

Essas informações, Presidente, são por mim solicitadas e encaminhadas ao PAD do Ministério da Fazenda.

Em 02 de janeiro de 2003, a Tolentino e Melo Assessoria celebrou com o Dr. Ramon Guedes, advogado residente no Estado do Rio de Janeiro, inscrito na OAB, contrato de prestação de serviço e consultoria tributária visando estudos e elaboração de pareceres e eventuais defesas administrativas judiciais relacionadas com o direito à apropriação de créditos diversos de natureza tributária por clientes ou pessoas jurídicas previamente selecionadas pelo contratante em BH. O citado contrato encontra-se em vigor no momento e tem duração de três anos, a contar de 1º de janeiro de 2003.

Em razão da conclusão do primeiro negócio, no valor aproximado de cinquenta milhões, pelo cliente pessoa jurídica selecionada pela Tolentino, foram feitas duas transferências eletrônicas de honorários em nome de Ramon Guedes, pela sua participação direta no citado negócio, que redundou numa compensação de tributos federais, feita pelo cliente pessoa jurídica.

Aqui, ele vai explicando o fundamento das operações, lastreadas no tipo de serviço apresentado. Esse documento já está também no PAD.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor pode deixar também, por favor?

A pergunta, Dr. Glênio, só para insistir: o José Roberto Melo é, portanto, servidor aposentado, funcionário do Ministério da Fazenda...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ex-funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ex-funcionário, mas profundo conhecedor do tema tributário?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim. E, na verdade, é importante deixar claro para a Comissão, e acabei, na verdade, omitindo esse dado: eu, Presidente, tenho especialização em quatro áreas, uma das quais é o Direito, em torno do qual gravitavam as demais – Direito, Letras, Filosofia. As pessoas me perguntam o tipo, o porquê do relacionamento com o Sr. Marcos Valério.

Na verdade, nunca neguei e, no primeiro ato, ao Ministério da Fazenda declarei que conheci – e conheço – o Sr. Marcos Valério, mas que, na verdade, o linguajar comum é com o Dr. José Roberto Melo, que, na verdade, é um ex-servidor do Ministério da Fazenda, aposentado há dez anos, que milita na área tributária e que conhecia toda a escola de Direito Tributário de Belo Horizonte.

Então, esse tipo de foco originou todo esse relacionamento e ele acabou-se tornando um parceiro profissional dos escritórios do Rio. Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou seja, mas é uma pessoa que conhece profundamente a matéria.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E qual a razão dele contratar escritórios pedindo estudos na área tributária?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A pergunta é pertinente. Na verdade, esses créditos que deram origem ao interesse do emparcelamento existem, basicamente, em três lugares: Rio, São Paulo e Porto Alegre, onde esses créditos, normalmente, se originam. Portanto, houve o interesse de contratar escritórios de

advocacia nessas áreas, nessas regiões, de modo que se pudesse fazer pesquisa de crédito, compensável. Depois, se o senhor quiser, posso dar uma explicação sobre a natureza do serviço prestado, porque, na verdade, envolvia... Não sei se o senhor quer que eu entre nisso agora.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sendo muito claro, considerando a experiência, o currículo do...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Profundamente conhecedor da área tributária e que precisava – e ainda precisa, e o contrato provavelmente será prorrogado – de escritórios que militem na área de Direito comercial, tributário, trabalhista. Por que isso? É importante explicar esses dados. Quando se realiza pesquisa de crédito, Presidente, também se avalia a higidez dessas empresas no que concerne ao passivo previdenciário e trabalhista. Normalmente, quando se usa a expressão *do diligency*, a gente imagina uma pesquisa da área financeira, por exemplo, de um banco sobre o outro, mas, na verdade, existe *do diligency* na área previdenciária e trabalhista. Então, quando esse tipo de crédito interessou aos escritórios, foi-se buscá-lo nas áreas onde ele existe, que são exatamente essas áreas: São Paulo, Rio e Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E esse trabalho feito pelo seu pai – eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a experiência do seu pai – foi feito em caso concreto ou abstrato? Defesa do conceito?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em ambos os lados.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E quais foram os clientes finais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, o contrante dos escritórios do Rio foi Tolentino e Melo. Esse é um ponto importante, é uma pergunta importante. Tolentino e Melo, no contrato assinado com os escritórios do Rio, contratou esses escritórios e lhes dava pareceres pelos dois lados. Agora, as empresas pesquisadas eram do Rio de Janeiro – empresas essas interessadas em comercializar seu crédito. Eram do Rio de Janeiro, ou de São Paulo, ou de Porto Alegre. Portanto, nunca houve um relacionamento direto entre os escritórios do Rio e os clientes da Tolentino e Melo. Na verdade, o cliente dos escritórios do Rio era a Tolentino e Melo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim, mas ela fazia consulta em cima de um caso concreto?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Dos dois lados. Então, por exemplo, havia consulta do... Um que eu lembro, porque realmente eu não participo. Eu apre-

sento. Eu não misturo os canais. Um que eu lembro é o Mineirão, é o Supermercado Mineirão, que é um dos clientes da Tolentino e Melo. Esse foi um caso em que houve a lavratura de um parecer concreto. Agora, a maioria dos pareceres eram realizados, eram lavrados no plano abstrato, quer dizer, perguntava-se a respeito de um tema – eu até apresentei, hoje, à Procuradoria os trabalhos realizados – e respondia-se, e pesquisavam-se crédito. Esse, basicamente, era o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou seja, além do trabalho jurídico, também um trabalho de natureza comercial?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E certificar-se de quem teria o crédito a fornecer e quem seria o destinatário final?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – E lhe adianta até a natureza desse tipo de planejamento: basicamente, envolvia empresas de exportação, Presidente, que gostariam de fazer planejamento tributário por intermédio de outras empresas, que seriam as empresas intermediárias, que venderiam a mercadoria e se aproveitariam do ICMS acumulado. Então, no mercado, você tem empresas de exportação tradicionais no mercado, que têm esse crédito de ICMS acumulado e que podem fazer planejamento por meio de empresas intermediárias, desde que essas empresas também tenham, no seu estatuto ou contrato social, a previsão desse objeto social, que podem fazer essa exportação e se aproveitar daquele crédito acumulado de ICMS. Esse era um dos casos que geravam pesquisa de crédito. E, como os escritórios do Rio têm muita empresa, seja fechada, seja em liquidação, que pode ter esse crédito, faz-se pesquisa em torno desses créditos lá nas empresas sediadas no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E no caso específico desse contrato de 782 mil?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – No valor?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No valor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tem a relação dessas empresas? O senhor pode fornecer o contrato de consultoria?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Tem a relação... Esse valor é resultado de um acumulado de serviços prestados entre os escritórios. Ele é o resultado disso. Aliás, o Dr. José Roberto Melo já prestou seu depoimento à Procuradoria e informou exatamente a natureza dessas operações, porque, para mim, fica até difícil entrar em detalhes, porque eu não partici-

po dessas operações interescritoriais. Eu não tenho esse domínio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas o senhor se lembra, no caso, desse mercado, supermercado?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, o Mineirão, que é um...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É porque nós pedimos todos os trabalhos de consultoria e, até agora, não nos foram enviados.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Como assim pediu?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nós pedimos quais foram os trabalhos que foram realizados nesse período e quais foram os contratantes.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor pediu a quem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ao Dr. Rogério Tolentino.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ah, bom. Então, pediu à pessoa certa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois é. Antes de avançar com relação até à empresa, o outro pagamento de R\$500 mil também se refere a honorários?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– De que natureza, a mesma?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, acredito que sim. Produto de serviços prestados entre os escritórios. É a minha dedução, também., mas se o senhor pediu isso ao Dr. Rogério, está bem pedido.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Porque nós pedimos as consultorias e não nós mandaram, ainda, e já faz um bom tempo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Então, ele deve estar...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quem apresentou o seu pai ao sócio da Tolentino e Melo ou ao Dr. José Roberto?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Através da sua relação com o Dr. José Roberto aqui em Brasília, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor é morador de Belo Horizonte? É nascido lá?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Tenho família em Belo Horizonte. Tinha uma irmã que morava em Belo Horizonte até 2005 e, agora, voltou ao Rio de

Janeiro, e os escritórios também advogam para cidades de Minas Gerais. São Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Está bem.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Existe uma tradição com Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E com relação ao Marcos Valério, qual o seu relacionamento com ele, qual a origem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O relacionamento com o Sr. Marcos Valério é de natureza muito simples. Na verdade, eu conheci o Cepel, que é um centro de equitação por excelência na América Latina, e quem pratica equitação normalmente quer conhecer o Cepel. Quando conheci o Cepel e os equitadores do centro equestre, foi ali que tive a oportunidade de conhecer o Sr. Marcos Valério e junto a ele estavam as mesmas pessoas que, hoje, compõem essa sociedade: o Dr. José Roberto, o Dr. Rogério. Ali foi o ponto de conexão e dali tudo começou.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Voltando um pouco, quer dizer, o escritório do seu pai ainda presta assessoria da mesma natureza para outros escritórios, em outros Estados ou mesmo em Minas Gerais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, na verdade ele advoga para os hotéis de São Lourenço, por exemplo. Os maiores hotéis de São Lourenço são clientes do escritório.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria que solicitasse ao depoente que se colocasse sentado. Afinal de contas, tem Parlamentares... O senhor pode responder pelo microfone.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Há um contrato entre o seu pai e a Tolentino e Melo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Em que base financeiras?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, é baseado em serviços prestados e dentro de um percentual de remuneração. Isso é calculado e pago de conformidade com os serviços prestados. Acho que o Dr. Rogério pode até fornecer esse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É, também se comprometeu a mandar o contrato. Não veio.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Repito: o senhor pediu à pessoa certa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois é, porque a Tolentino e Melo, segundo ele, foi

criada em 2002, mas ela teve um lucro e uma atuação fabulosa em 2003, 2004 e 2005.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E, nesse período, o que fica claro também é que, basicamente, os clientes da Tolentino e Melo são o Banco Rural e o Banco BMG. Então, por isso perguntei sobre a natureza, a base financeira do contrato, se tinha esse percentual em lucro.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sobre trabalho prestado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E, realmente, esses valores pagos são até muito semelhantes ao rendimento da própria Tolentino e Melo, nesse cruzamento. Quer dizer, no primeiro ano, são valores aproximados, há uma desproporção.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Acho que há uma explicação, Presidente. O senhor pode continuar a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Até para explicar, inclusive.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Vou ver se acho a explicação do Dr. José Roberto.

Saiu uma reportagem no jornal **O Globo** a respeito da Tolentino e Melo e o Dr. José Roberto explicou isso por escrito, enviou, mas **O Globo** não publicou o direito de resposta. Tenho aqui. Se o senhor quiser continuar a perguntar, vou ver se acho aqui a resposta que ele deu a essa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, enquanto isso, voltando à questão da conta: por que V. S^a tem essa conta conjunta com os seus pais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Motivos também prosaicos. Na verdade, eu sou o único solteiro na família e o único com habilidades e aptidões na área técnico-jurídica. E, portanto, por questões sucessórias e de planejamento familiar, sempre constei nessa conta.

Aproveito também o ensejo, Sr. Presidente, para mostrar ao senhor o que hoje os talões informam. Desde 29/11/2001. Portanto, é, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É Banco de Boston e Banco Real, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso, isso. Portanto, esse tipo de conta conjunta sempre foi resultado de um planejamento familiar e empresarial sucessório. Evita-se alvará no juízo de inventário, em caso de falecimento. Os motivos são esses. Movimentação financeira conjunta. Os motivos são esses.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A sua mãe tem participação no escritório ou não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nessa matéria também, afirma-se que foram firmados contratos em uma procuração com V. S^a, por parte dos seus pais. Ou não? Não há contrato para movimentação desses recursos, procuração?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, existem contratos... aqui, vale a pena aprofundar esse assunto. Existem contratos intra-familiares que me deram a condição de *trustee* da família; portanto, sou uma espécie de gestor fiduciário. Isso foi baseado no Código Civil, na área de contratos inominados, e também uma cláusula **pro amico eligendo**. Essa cláusula, na verdade, foi recentemente criada, é do Código Civil novo, e permite à pessoa realizar contratos com pessoas a declarar. Significa dizer: eu tenho, da parte dos meus familiares, a possibilidade de, na conclusão de um contrato, passar-lhes a titularidade, exatamente com base nessa **cláusula pro amico eligendo**, do Código Civil.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Isso está registrado no Código Civil ou é só um documento particular?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, é documento particular e intrafamiliar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Desculpe-me a curiosidade, mas o senhor acha tão necessário, em uma relação familiar, um contrato dessa natureza?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor tem que pedir desculpas mesmo pela pergunta, porque ela é de caráter privado, pessoal, mas é por problemas familiares com terceiros. Por esse motivo. E há um outro contrato também, um contrato gratuito com cláusula modal, em que existe da parte da minha família, não só a mim, mas também às outras irmãs, empréstimos, mas empréstimos modalizados. O que significa isso? Por isso que o contrato é gratuito, é de mútuo gratuito, contratos de mútuo gratuito de cláusula modal. Também é um contrato em que se prevê que o mutuário deverá investir em alguma coisa aqueles recursos mutuados. Isso explica também a questão “patrimonial”, que saiu nos jornais. Mas, quando o senhor me pergunta e pede até desculpas pelo teor privado, mas é realmente por questões privadas de família.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Em uma dessas declarações também, há a informação de que o seu pai desejou fazer uma espécie de fundo para adquirir imóveis e repartir com os filhos. Procede isso, ou não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – (Risos.) Isso veio de onde?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Uma das informações que a assessoria levantou.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, essa engrenagem é baseada nesse contrato de mútuo gratuito com cláusula modal, em que se passa a mim, no caso, o encargo de realizar esse tipo de investimento com os recursos mutuados. Também quero informar à Comissão que, nesse período, aventado pela imprensa, de 2003 a 2005, esses imóveis vendidos, Presidente... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, de qualquer maneira, precisa de procuração aqui, não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Como?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Aqui é necessário no registro, para a escritura, há a necessidade da procuração.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Procuração de quem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Do contrato com os seus pais.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, não. Esses são imóveis vendidos pelos meus pais, dos quais se originaram vários recursos financeiros. Apenas estou dizendo-lhe que a venda desses imóveis também produziu a dita reciclagem patrimonial. Então, não é uma coisa aleatória.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como é feito isso para fins de declaração junto à Receita Federal?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Mútuo familiar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Cada um consta com um percentual?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É apresentado no contrato para a Receita.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, a Receita, quando intima a parte, Presidente, na intimação, ela já faz a pergunta se há contrato de mútuo inscrito ou não, porque pode não haver, porque contrato de mútuo é, na verdade, também não-solene. Então, pode não haver contrato de mútuo. Mas o Fisco pergunta se há contrato escrito comprovando a origem dos recursos. É importante que haja dos dois lados, mutuante e mutuário, o registro dessa operação nas duas declarações.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu poderia ter acesso também?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É claro, está à disposição, por favor.

De quando é a data dos contratos e da procuração, Dr. Glênio?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Temos de 2003, temos de 2004...Não posso precisar se em 2005 existe esse...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o primeiro é de 2003?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O que tem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É de 1º de janeiro?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim. Há um de 1º de janeiro; outro de janeiro de 2004. Isso já vem fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o primeiro é no dia 1º de janeiro?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Depois vou explicar por que eu pergunto isso.

Voltando à questão do fundo. Ou seja, foram vendidos imóveis, eram imóveis dos seus pais...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Imóveis dos meus pais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E esse recurso entrou para ser administrado, e entre vocês e foi estabelecido esse contrato de mútuo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Exatamente, do qual eu, por instrumento, sou uma espécie de *trustee*, um gestor fiduciário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Recebe por isso, ou não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, aí é que está. Na verdade, a gente resolveu estabelecer um contrato de mútuo gratuito, com esta cláusula modal, até porque tecnicamente não se pode ter um contrato de mútuo oneroso com cláusula modal. Aí não faz sentido algum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Entendi. Isso é contraditório. Mas o primeiro, é possível ter cobrado o gerenciamento?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Exatamente, exatamente. Então, tenho obrigação de prestar contas a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Voltando ao seu pai.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual a data do contrato do seu pai com a Tolentino e Melo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Vai de 1º de janeiro de 2003, e ainda está em vigor, vai até o final deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou seja, mas há uma coincidência de datas aí.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Do primeiro contrato familiar, esse de mútuo, e do contrato que o seu pai faz com a Tolentino e Melo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, por virtude até da venda dos imóveis. Esses imóveis dos quais houve a geração de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou seja, com relação aos imóveis, não há nenhuma transação ou, vamos dizer, contrato de natureza diferente de uma mera escritura de compra e venda. Quer dizer, não há nenhum registro, na averbação do registro de imóveis não consta nada, é uma pura e simples compra e venda.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Salvante as escrituras imobiliárias, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ah, sim, mas nessas constas?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois é. Mas essas aí, quando estão registradas? É sobre essas que eu pergunto.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Novamente: há registro, até por força de lei, foram levadas as escrituras imobiliárias. Os instrumentos que temos regendo nossa família são instrumentos particulares.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois então, mas para efeito de averbação e registro público, é uma mera operação de compra e venda?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E só para Receita que foi feita essa informação?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Da administração do fundo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem. Isso também, enfim, acho que V. S^a não deve ter, mas com relação aos pareceres firmados pelo seu pai com a Tolentino e Melo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Se V. Ex^a já os solicitou ao Dr. Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – São quantos pareceres? O senhor tem idéia?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – São muitos, são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não tem... Nesse período de 2003 a

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Como eu não interajo, Presidente, não posso dar essa informação. Mas, repito, foi bem pedida.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Voltando a uma pergunta: qual a história do seu pai; a especialidade dele? Eu lhe pergunto isso de forma objetiva pelo seguinte: não é estranho que um auditor da Receita Federal, aposentado, com a história que tem, com a referência que tem, é uma pessoa reconhecidamente respeitada no mercado, precisar de um terceiro, independentemente de ser o terceiro de forma alguma para desqualificar, pelo contrário, o advogado é a pessoa mais qualificada para prestar um serviço dessa natureza, mas não seria justamente o contrário?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pertinentíssima! É que, na verdade, e acho que devo ter falado isso em algum momento, a carência dessa empresa de assessoria empresarial, da qual o Dr. José Roberto Melo é o responsável, pela qual ele é o responsável, na verdade, eles precisavam de escritórios no Rio com outras especialidades, exatamente para completar esse tipo de assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas veja, tive a curiosidade de levantar, e o Dr. Roberto foi o Coordenador de Normas e Tributação da Secretaria da Receita Federal, quer dizer, é a pessoa que, ao final, de certa maneira, durante muito tempo, foi o responsável pelo conhecimento dessa matéria.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – E é aposentado há dez anos não é? Repito: é um profundo conhecedor da área tributária.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem notícia de que ele contratou outros escritórios em São Paulo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Parece-me que sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não me lembro os nomes dos escritórios.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Em outros Estados?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Tenho a informação de que sim, de que eles têm esse hábito de contratar assessoria em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Continuando. E aqui já voltando a V. S^a, com relação a SMP&B. Aqui, com base também na declaração do Sr. Marcos Valério, pagou viagens aéreas, diárias em hotéis e contas telefônicas para V. S^a. Perguntar-lhe-ia: Quando, os valores e a razão?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, isso aí cabe uma explicação bem contundente. Na verdade, nego, como fiz na Procuradoria, preempto-

riamente que tenha tido celulares pagos pela SMP&B. Essa informação é totalmente inveraz. Nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Foi ele quem falou.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ele o quê?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Sr. Marcos Valério.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Celular?

Nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Contas?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Ce-

lular, Presidente, celular.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Falei telefone, e não celular. Olha, parece-me que ele falou telefone aqui.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. A informação que estou lhe prestando é que celular, nunca tive contas pagas, meu celular, contas pagas pela SMP&B. Isso nunca existiu. Isso aí repilo de forma categórica.

Com referência ao alegado das despesas da SMP&B, também informo a esta Comissão, e já venho prestando essa informação ao PAD, que, sim, utilizei os serviços da SMP&B como uma espécie de estrutura logística, e, imediatamente, reembolsava essas despesas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Como era feito esse reembolso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O reembolso era feito no Departamento Financeiro, e se procedia da seguinte forma: ou eu pedia ao Dr. José Roberto Melo para compensar, fazer um acerto de contas entre os escritórios – vou lhe providenciar o recibo dessa natureza, já pedi ao Dr. José Roberto Melo –, ou se efetuava o pagamento ao Departamento Financeiro da SMP&B, em dinheiro, ou eu fazia, ou através da minha família.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O acerto de contas que o senhor fala é um contrato entre a Tolentino e Melo e o escritório do seu pai, apesar de o senhor não ser sócio, mas fazia um acerto de contas. Ou seja, abatia do que seria pago ao seu pai, por um serviço profissional que ele prestou para a Tolentino e Melo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quais são os valores e quando foram feitos esses pagamentos? O senhor se lembra, tem uma idéia aproximada?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso eu posso lhe fornecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E dos pagamentos que eles fizeram, também do que o Marcos Valério...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso eu posso lhe fornecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Era a SMP&B que pagava, e não a Tolentino e Melo? O acerto de contas, a compensação, que era feita...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos adiante. Com o abatimento dos valores a serem recebidos pelo seu pai, quando – os valores e as datas?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E a razão.

O Marcos Valério é citado na CPMI como um facilitador. Isso ficou claro inclusive na palavra da Presidente do Banco Rural. A Dr.^a Kátia afirmou isso de forma taxativa, e também ficou com relação aos depoimentos do Dr. Ricardo Guimarães, do BMG.

Da mesma forma, ficou também evidenciado que, apesar de a Tolentino e Melo ser uma empresa de consultoria, fundada em 2002, ela só passou a ter atividade intensa a partir de 2003 e 2004, a movimentação bancária e financeira em decorrência possivelmente desses contratos, foi expressiva em 2004 e 2003.

Da mesma forma, o Dr. Rogério nos afirmou que os clientes principais dessas empresas são os Bancos Rural e BMG. Também solicitamos, e houve o compromisso, tanto do Banco Rural quanto do BMG, com o Dr. Rogério – isso já faz quase trinta dias do envio dessas consultorias feitas pela Tolentino e Melo para os bancos, mas, até agora não nos mandaram como também não nos mandaram os contratos.

Ficou também evidente sua relação pessoal com o Sr. Marcos Valério, em função de interesses outros, vamos dizer, em razão do Centro Hípico. A pergunta que lhe faço é a seguinte: na condição de membro do conselho de recursos – é por isso que faço toda essa relação – quer dizer, V. S.^a não deveria em casos – não quero nem entrar na discussão de eventuais pareceres formulados – mas em caso em que envolvessem o Banco Rural nesse período não há conflito de interesse?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Essa pergunta, Presidente, deve ser transportada para o contexto de época em que se deram as operações.

Existe, o senhor me permita a minha formação, um autor em filosofia, Gadamer, que trabalha com um livro **Verdade e Método**, um livro clássico, mas em que

estabelece exatamente a noção de horizonte hermenêutico, contexto de interpretação.

Eu acho muito fácil, hoje, a gente olhar para essa situação e verificar todos esses fatos que as Comissões estão levantando e realizar esse tipo de pergunta, Presidente. Agora, voltando àquela época que serve como diretriz hermenêutica para a gente avaliar o fato, eu até lembro de uma reportagem que saiu no jornal **O Globo** exatamente a que falava do celular e das despesas pagas. Logo abaixo, vem uma nota dizendo que a SMP&B e a DNA ganhariam, se não ganharam, prêmios de grandes empresas de publicidade etc. Para mim, dentro da minha ótica, naquele contexto, nunca existiu essa problemática que o senhor está levantando. Aliás, era uma diretriz que eu sempre aplicava no conselho de recursos. Eu acho muito fácil a gente querer examinar um processo administrativo à luz da legislação hoje vigente de lavagem, mas em épocas passadas, a legislação era outra, e, portanto, o controle menor.

Então, respondo ao senhor exatamente neste conceito: naquela época, isso para mim não existia. Não existia nada disso que V. Ex^{as} estão levantando, e não existia nem para a imprensa, nem para o Congresso. Isso, aliás, é um fato que tem de ser reconhecido, já o foi pela própria imprensa. A Miriam Leitão tem um artigo que fala exatamente disso: a imprensa dormiu e, por consequência, todos nós. Agora, eu não posso – repito –, Sr. Presidente, responder essa sua pergunta com os olhos de hoje. Naquela ocasião, para mim, não existia nada disso. Se existe, vocês vão dizer, a Justiça vai declarar. Mas, para mim, nada daquilo existia. O que existia, para mim? Existia um centro de equitação, que é uma referência na América Latina, e existia uma empresa de publicidade ganhadora de prêmios. O que eu podia deduzir disso?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Dr. Glênio, eu tomo sempre muito cuidado, sou muito objetivo e evito adjetivar e emitir juízo, mas a razão da presença de V. S^a aqui é essa. Estamos justamente perguntando se há esse conflito de interesses. É por isso que estamos lhe dando a oportunidade de expressar.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, por isso que estou respondendo, àquela época...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Pois é, mas aquela época não é o tempo agostiniano; estamos falando aqui em dois anos, ou seja, nesse período, pelo que o senhor declarou hoje, o senhor é que apresentou o seu pai ao Roberto Melo, quer dizer, o senhor sabia que ele era sócio do Rogério Tolentino. O senhor sabia que ele era sócio do Marcos Valério. Ou seja, não era uma relação só com o dono de uma

hípica, esse dono da hípica lhe pagou despesas que depois o senhor ressarcia.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, só uma correção, Presidente. Na verdade, quem efetuava o pagamento era a SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Pois é, mas do Marcos Valério.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, a pessoa jurídica da SMP&B efetuava o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Sim, sejamos objetivos, estamos falando pessoa física Marcos Valério, que tem várias empresas.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O que quero lhe dizer é que eu não tive benefício patrimonial algum nesse relacionamento, tanto que os ressarcimentos eram logo levados a cabo. Então, o que peço à Comissão – e tenho dito isso ao PAD – é que olhe com o contexto da época, não o de agora.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Até aqui, não estamos julgando V. S^a, pode ter certeza disso. Estamos analisando aqui eventual tráfico de influência por parte do Sr. Marcos Valério na intermediação de interesses do Banco Rural e do BMG. Acho que V. S^a até... Não estou julgando e não tenho conhecimento do processo administrativo, é de outra natureza. O que quero saber é a forma de operação do Marcos Valério. Então, estou lhe perguntando de alguém que, por meio de uma empresa, SMP&B, lhe pagou despesas. O senhor nos disse aqui que parte as despesas foram ressarcidas e parte delas com abatimento dos valores a serem recebidos pelo escritório do seu pai, que prestava serviços a Tolentino e Melo, que prestava serviço aos Bancos Rural e BMG. Como é que o senhor quer que a gente não faça uma relação direta? Não são fatos desconexos e não é um tempo distante, estamos falando de um ano e meio a dois anos.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não é um tempo distante, mas que sofreu uma reviravolta imensa agora. Então, para mim, a coisa é de um outro aspecto agora. Então, respondendo a sua pergunta, também de forma objetiva, não é possível a mim, agora, examinar com os olhos de hoje. É óbvio que eu teria... Quando houve a eclosão desse dito escândalo, ele me telefonou, relatando o problema e pedindo-me desculpas. Eu falei: “Desculpas por quê? O que está acontecendo?” E aí veio essa sucessão de eventos. Porque o relacionamento que eu levava em Belo Horizonte era, na verdade, com o Dr. José Roberto Melo e basicamente minha família, em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Então, vamos voltar ao tempo. O senhor sabia que

a Tolentino e Melo tinha como clientes prioritários o Banco Rural e o BMG?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Esse é o ponto. É isso que quero explanar para o senhor. Naquela ocasião, quando os escritórios foram apresentados, o contrato assinado foi entre Tolentino e os escritórios do Rio. Os escritórios do Rio prestavam serviços a Tolentino. Agora, eu não tinha idéia de quem seriam, venho a saber agora que uns dos clientes, por isso posso lhe relatar, é exatamente esse supermercado. Mas eu não tinha idéia e a mim não participava tê-lo, a existência desse tipo de cliente. Esse é o ponto. Então, respondendo a sua pergunta, naquela ocasião, eu não podia ver conflito de interesse, de modo algum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Desculpe-me a pergunta. No caso da Procuradoria, V. S^a tem impedimento para a advocacia? É anterior ou posterior a 1988 o seu ingresso na carreira?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O ingresso se deu em 1993 e, logo em seguida, foi promulgada lei complementar que gerava a vedação absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – E, antes, V. S^a exerceu advocacia consultiva ou contenciosa?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim, sim, em várias áreas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – E alguma vez, mesmo que informalmente, prestou esclarecimentos ou orientação a terceiros de como fazer a defesa perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional ou em outra instância administrativa?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, jamais, jamais, jamais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Vou lhe perguntar isso, também de forma muito objetiva, com toda a responsabilidade de quem ouviu a Presidente do Banco Rural, e quando perguntei isso para ela, e até quando conversamos, no dia de marcar, falei que iria lhe perguntar isso, enfim: o advogado José Carlos Dias falou que a relação eventual do Banco com V. S^a seria em razão de consultorias feitas ao Banco. Por isso, lhe pergunto se foi um equívoco dele ou se efetivamente isso aconteceu?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Vamos deixar isso aqui muito bem dilucidado: a minha função é de custos *juris* e unicamente no proferimento de pareceres. Nada mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Muito bem. Antes de passar a palavra, só para constatar, Dr. Glênio, tem sido até um procedimento nosso: V. S^a possui contas bancárias no exterior, imóveis no exterior?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A pergunta também foi feita pela Receita. Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Seus pais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Em algum momento V. S^a já fez remessa de recursos ao exterior?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – V. S^a recebeu recursos provenientes do exterior?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – V. S^a conhece ou conheceu Haroldo de Almeida Rego, vulgo Haroldo Pororoca, ou seu irmão, Cristian de Almeida Rego?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – V. S^a nunca teve contato com doleiro, nem seus pais?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – V. S^a já teve algum contato com Delúbio Soares ou Sílvio Pereira?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Então, está bem.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Depoente.

O senhor disse, há pouco, antes de iniciar a reunião, que o senhor não queria dar nenhuma declaração à imprensa, não queria falar com a imprensa porque o senhor está processando a imprensa. É isso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor podia dizer, então, que processo é esse, e relaciona-se com o nosso assunto aqui ou se é alguma coisa...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso, claro. São processos fundados em dano à imagem, e divulgação de fatos não verdadeiros. A imprensa, na verdade, de forma precipitada, ingressou numa seara que não conhece. Por exemplo, vou lhe dar um fato que, no meu entender, é gritante e... O senhor permite que eu consulte um...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Pois não, estou aguardando.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Esse aqui é o processo judicial movido contra o **JB**. O **JB** foi o

primeiro a apresentar a sua contestação. Estou processando o **JB** e o colunista que transmitiu a informação. E, por coincidência, o **JB** agora, neste mês, acaba de ser condenado em primeira instância, no caso do Fernando Collor de Mello, então, coincidentemente, saiu uma sentença também de dano à imagem. Mas o fato, Deputado, é que o **JB**, por exemplo – e ontem também processei **O Estado de S. Paulo**, entrei com uma ação contra **O Estado de S. Paulo** –, o **JB**, por exemplo, edita que moro no Country Residencial Service. Moro. É um dos três mais caros apart-hotéis do Rio de Janeiro. Na contestação, o advogado diz que o Dr. Glênio vivia, muda o verbo e o tempo. E ainda na voz de um dos seus jornalistas, o **JB** edita a seguinte informação, Deputado: “Entre 2003 e 2004, Glênio esforçou-se para merecer o mimo. Uma das atribuições do procurador da Fazenda é produzir relatórios – eu não produzo relatórios – que fundamentam decisões do conselho de recursos. Em dois anos, Glênio neutralizou três punições aplicadas ao Banco Rural pelo Banco Central. Em janeiro de 2004 – e aí o jornalista cita um exemplo concreto –, em janeiro de 2004, um parecer do procurador induziu o Conselho a anular multas de 1,9 milhões, por falta de controle na abertura de contas para depósito sob nome falso.”

Deputado, não sei se V. Ex^a receberam a planilha do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional com as informações a respeito dos processos dos quais participei no Conselho de Recursos. O senhor recebeu essa planilha?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, não a recebemos. Mas isso, talvez não haja necessidade de o senhor se estender tanto. O senhor falou que estava processando o **Jornal do Brasil** porque disse que o senhor teria atuado em favor de alguma empresa.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O **Jornal do Brasil** informa... E não vamos focar só no **JB**, porque fica até uma coisa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, estou... mas por ordem. Primeiro o **Jornal do Brasil** diz que o senhor atuou em favor de qual empresa, do Banco Rural?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É sempre Banco Rural e o que acho interessante é que os jornais... É isso que eu não entendo, a falta de cuidado dos jornalistas na apuração da informação. Eles vão nos casos em que eu nem sequer fui o parecerista, Sr. Presidente. É isso que me deixa extremamente revoltado, porque, além de o conselho de recursos – depois eu queria falar um pouquinho sobre o CRS-FN para vocês –, o CRSFN ser um órgão totalmente imune a esse tipo de informação editada na imprensa... Por que eu falo imune? Porque a dinâmica do CRSFN

é impeditiva de qualquer ato dessa natureza. E, além dessa dinâmica ser impeditiva, os pareceres, os casos citados pela imprensa eu não participei deles. O **Estado de S. Paulo** edita...

O senhor quer que eu termine, o senhor pode fazer pergunta.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, eu estou aqui com a notícia do **Estado de S. Paulo**, que o senhor, baseado em seu parecer, o conselho arquivou uma multa de R\$100 mil e a pena de inabilitação para administração bancária por três anos de três executivos do banco. Entre eles, o Vice-Presidente Augusto Dumont, que faleceu em 2004, que era “chegado” do Sr. Marcos Valério. Em 2004, segundo o mesmo jornal **Estado de S. Paulo** caíram duas multas, num total de 1,9 milhão, por falta de controle na abertura de contas para depósitos sob nome falso.

O senhor está me ouvindo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, mas estou mostrando para...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor tem que mostrar para mim, que sou eu que estou inquirindo o senhor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pode continuar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em novembro de 2004, foi acatado o recurso, mais uma vez fundamentado em parecer do senhor, contra a medida punitiva, cujo teor ainda não foi tornado público. Queriria que o senhor explicasse cada um desses casos, por favor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Bom, Deputado, não posso explicar porque não são meus. O senhor pode repetir as datas de cada desses casos?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agosto de 2003, R\$100 mil.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Dezoito de agosto de 2003, Procurador Ricardo Cuevas. Vamos lá, Deputado, 18 de agosto de 2003, Procurador Ricardo Cuevas, depoimento do Presidente da época da sessão, Dr. Boulevard Tarragor, a respeito desse processo. Peço também a juntada, Sr. Presidente. Além de ter o documento aqui, Deputado, informando que o parecer foi lavrado pelo Dr. Ricardo Cuevas, então parecerista da época, tenho aqui dois depoimentos. Eu tenho um depoimento do Presidente da sessão na época do julgamento em que ele diz que o Dr. Glênio nem sequer participou dos debates – embora presente na sessão nem sequer participou dos debates.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não teria emitido parecer?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Repetindo, Deputado, quem emitiu o parecer foi o Procurador

da época Dr. Ricardo Cuevas. Eu tenho o depoimento do Dr. Ricardo Cuevas, a Procuradoria da Fazenda dizendo que foi ele que emitiu o parecer e as razões pelas quais deu-se o resultado no conselho. E tenho um depoimento do Presidente da época, Dr. Boulevard, confirmando que não fui eu quem deu o parecer.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Como é que o senhor explica, então, que o senhor apareça nesse...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ao contrário, Deputado, eu quero que a imprensa me explique.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, o senhor pode ter uma... A imprensa pode explicar depois. Agora, como o senhor explica?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não tem explicação. O senhor quer que eu fale de um processo do qual eu não fui o parecerista. Eu não tenho a mínima condição de falar sobre isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A sua única participação foi ter assistido à sessão?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Exatamente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sem dar nenhum...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – E aí vai uma outra informação, também falsamente veiculada pela imprensa: a de que nesta sessão, por exemplo, eu não estava presente. Não só estava presente, Deputado, como nunca deixei, nunca faltei a uma sessão do CRFSN.

Portanto, respondendo de forma objetiva a sua pergunta, não fui o parecerista.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa de agosto de 2003?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E em janeiro de 2004? Duas multas no valor de R\$1,9 milhão?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em 21 de janeiro de 2004: parecerista, Dr. Ricardo Cuevas. As multas, de primeira instância, que tenho a mão, são 950, 950, 950. Todas convoladas em arquivamento. O recorrente foi o Banco Rural e Plauto Gouveia.

Não fui o parecerista.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Também não participou, não teve nenhuma participação?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nenhuma participação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em novembro de 2004, foi acatado um recurso também, segundo a imprensa, um parecer do senhor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em 17/11/2004: Procurador, Sr. Sérgio Augusto Pereira de Souza. Banco Rural, Guilherme Rocha Rabelo, Danton

de Alencar e José Augusto Dumont. As multas foram de R\$25 mil, todas convoladas em arquivamento. O parecer não foi meu e eu não participei dos debates.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Realmente, como o senhor, não consigo encontrar uma explicação. O senhor está processando, então, o jornal **O Estado de S.Paulo** por conta dessa notícia?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ontem, protocolei uma ação exatamente por causa dessa notícia.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Qual era a natureza específica, então, do seu trabalho no Ministério?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado e Presidente, quero deixar aqui, com a Comissão, os depoimentos levados a cabo no processo administrativo disciplinar, todos eles informando a respeito do meu comportamento, da natureza do meu parecer e a forma como eu me comportava. É importante deixar claro a esta Comissão – e desculpem o **juris lecto**, mas a gente tem esse vício – o parecer do Procurador no Conselho de Recursos tem natureza meramente opinativa, nunca foi vinculante. Os Conselheiros têm plena independência e soberania. Acho até que a imprensa fez uma **capitis diminutio** dos Conselheiros completamente indevida.

Aqui proveito, Presidente, para falar exatamente do CRFSN – um órgão criado há pouco mais de 20 anos; criado para julgar penalidades impostas pelo Banco Central – CVM, Cecex –, é a instância recursal nessa área do mercado financeiro. Não tenho conhecimento de outro órgão dessa natureza que seja superior ao CRFSN em matéria de contraditório e ampla defesa. Todos os advogados são de alta magnitude, recebidos da forma mais transparente possível; os pareceres passam por um controle prévio da Procuradoria-Geral, passam por uma sessão prévia no CRFSN e vão à discussão na própria sessão. Não consigo imaginar um outro Tribunal Administrativo de tamanha transparência, de tamanha impessoalidade, como o CRFSN. Quando informo a V. Ex^a que a dinâmica do CRFSN é impediante de qualquer prática como a veiculada pela imprensa, faço isso de forma apaixonada porque – aliás, o que mais me machucou em todo esse processo foi o arrebatamento do CRFSN. A imagem eu vou recuperar por vias judiciais, mas a imagem, a paixão que tenho pelo CRFSN e o que mais me machuca: é terem me afastado dele.

Mas, informo, Deputado, que todos os depoimentos prestados na Comissão, falam da minha conduta, falam da minha transparência e da forma como agia no CRFSN.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Consta também que o senhor teria tido um encontro, exatamente em julho de 2003, com o Sr. José Augusto Dumont e o Sr. Marcos Valério junto, mais especificamente, no dia 1.7.2003.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nunca tive esse encontro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse encontro consta da agenda da Sr^a. Karina.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso fazer um comentário sobre essa agenda?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, à vontade.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Interpelei a D. Karina, e também a estou processando civilmente, quero que ela confirme o que falou, especialmente no que atinha a funcionário do Banco Central. Teria maior orgulho de ser funcionário do Banco Central, mas não sou. Mas, quero que ela confirme em juízo o que ela informou.

Repilo, Deputado, qualquer encontro desta natureza e também informo que houve encontros por meio de advogados e não foram com José Augusto Dumont.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa agenda é a mesma que consta o pagamento das suas despesas, o agendamento de passagens. Então, o senhor está processando apenas pela parte que ela disse sobre o seu encontro com o Sr. José Augusto Dumont? Pelo pagamento das passagens, não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deixe-me explicar. Talvez o senhor não conheça o procedimento. Uma coisa é interpelação, outra coisa é ação cível por danos morais. Na interpelação, indagamos do interpelado se ele confirma ou não. Se ele confirmar, toma-se a medida adequada, que, no caso, é uma ação criminal. Se ele não confirmar, fica-se nisso. E a ação cível por danos morais é exatamente pelo prejuízo que ela vem me causando, da mesma forma como os jornais.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estou repetindo. Conheço o procedimento. Estou repetindo ao senhor a seguinte pergunta: as anotações que ela fez quanto às despesas que o Marcos Valério pagava, as despesas pessoais do senhor – quanto a isso o senhor não a está interpelando?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Numa das perguntas da interpelação, interpelo dizendo: confirma que a SMP&B pagou e não foi reembolsada por essas despesas? Essa é uma das perguntas da interpelação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor confirma que ela pagou?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Que a SMP&B pagou? Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Aí o senhor reembolsou a SMP&B, via, segundo, me parece, o senhor respondeu ao Deputado Gustavo Fruet, com acerto de contas do contrato do seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso, com abatimentos nos honorários devidos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O seu pai, então, transferia para o senhor essa despesa depois?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Era um acerto inter-escritorial.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas a despesa era sua e não do seu pai.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, o Dr. José Roberto Melo, pelo escritório, efetuava o pagamento e depois abatia.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso eu entendi. O seu pai pagava para o senhor e não cobrava do senhor?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Abatia-se do serviço prestado no escritório. Mas por que ele pagaria, não estou entendendo?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor prestava serviço junto?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, por que o senhor queria, que direito o senhor tinha de ser creditado?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Questão familiar, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estou perguntando e o senhor responde. Então, o seu pai pagava para o senhor?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É. É.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Como se fosse uma mesada, é isso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É isso, se o senhor quer chamar assim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor disse que não está entendendo. Eu que não estou entendendo por que seu pai pagaria sua despesa de viagem, o seu hotel, o seu consumo, enfim, e o tratava como filho único como o senhor mesmo disse?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Basicamente isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A sindicância já chegou ao fim, a sindicância que está apurando a sua ação ou não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não é sindicância, é um processo administrativo disciplinar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O processo administrativo disciplinar já chegou ao fim? Ele está apurando o seu procedimento?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado, o senhor está certo, deveria ter sido uma sindicância, mas abriram um processo administrativo disciplinar e já estamos na prorrogação – deve findar no final deste mês.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não sabe, obviamente, o resultado ainda, até porque não se findou? Ou o senhor já sabe?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não. Pelo procedimento da 8.112, ainda vou a interrogatório.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor ainda vai a interrogatório e vai responder inclusive por essas denúncias que os jornais publicaram e que o senhor disse que são falsas e que pelas quais o senhor está processando?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Já foram prestadas informações ao PAD.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor disse ao Deputado Gustavo Fruet que os contratos que o senhor fez de mútuo com o seu pai, sua família, não sei se irmãs também ou irmã, em que se estabeleceram relações familiares comerciais sobre as quais não há nenhuma taxação, nenhuma necessidade de pagamento de juros, é um mútuo, o senhor disse que isso foi motivado por questões pessoais, internas. E seria pelo fato de que o seu pai está sendo processado, segundo o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou, por estelionato e fraude contra a Previdência?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E da mesma forma, esse processo incluiu mais um familiar? Foi por essa razão que se estabeleceu isso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor pode falar sobre esse processo do seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não o conheço em detalhes, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não conhece?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não conheço o processo em detalhes.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Um processo na justiça federal por estelionato e fraude contra a Previdência, a partir da investigação do seu escritório; de indícios de irregularidades num posto do INSS em Copacabana. O endereço do escritório também figurava como sendo o do agricultor Agostinho Gomes, em nome de quem o INSS pagava aposentadoria fraudulenta em 1989. O senhor conhece?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado, conheço o processo, mas não os detalhes do mesmo; não conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor sabe qual é a atual situação desse processo ou não?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu acho que ele está em instrução probatória. Neste momento, em instrução probatória.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, esse processo não tem nada a ver com suas relações?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Afianço-lhe que não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só tem esse processo ou tem outros também que envolvam seu pai, sua mãe ou algum irmão?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Tem também a irmão que também foi condenada em janeiro deste ano a um ano e quatro meses de prisão por estelionato e fraude. Essa pena foi substituída na justiça federal por prestação de serviços à comunidade e pagamento de multa.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Confere.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Também a mãe foi apontada, à época, como beneficiária de aposentadoria irregular. É um processo que acabou envolvendo toda família e que foi motivado pela ação do escritório do seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Não é motivada, não. Fica difícil explicar porque não lembro dos detalhes. A propósito, Sr. Presidente, não vim aqui para responder a isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor transferiu para o seu pai tudo que se disse com relação ao Marcos Valério, aos pagamentos que caíram na sua conta. Foi o senhor que trouxe o seu pai para o meio deste processo. Não somos nós que estamos querendo investigar a vida da sua família.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado, o requerimento que criou a subrelatoria, o Requerimento nº 3, ele fala de Correios, investigação de atos dos Correios.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O que nos interessa é saber como o dinheiro foi parar na sua conta. São três aportes de recursos que vieram do Marcos Valério, três TEDs que o senhor é quem fez questão de frisar, o tempo todo, que tudo isso é da natureza de um contrato do seu pai de prestação de serviços com a Tolentino Associados.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Informo que não vim preparado para responder a essas questões, apenas isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Só quero justificar porque estou entrando nesse mérito.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado Silvio Torres, Dr. Glênio, a CPMI tem objeto claro e consta lá também a questão do financiamento de um esquema por meio do Sr. Marcos Valério. As perguntas são absolutamente pertinentes porque estamos investigando por que o Sr. Marcos Valério conseguiu justamente nos Bancos Rural e BMG os repasses de recursos. Há uma relação muito próxima do senhor e do seu pai, e esses fatos são muito graves, até são fatos que podem ser até de natureza pública.

Chamo a atenção porque, afinal de contas, são seus familiares. Eu saberia responder tudo – ou quase tudo – sobre o meu pai e minha mãe, principalmente num processo de natureza, desculpe, de natureza criminal.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Que envolve a família toda.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Presidente, novamente, não vim preparado para informar esse tipo de questão, só isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu fiz esta pergunta, vou voltar a dizer para o senhor, foi pelo fato de o senhor ter dito que teve de estabelecer, por meio de contratos familiares esses canais dos recursos.

Ainda sobre esse contrato que foi feito com o escritório Tolentino e Melo, o senhor disse que esse contrato foi feito verbalmente, que não havia um contrato por escrito?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não. O que afirmei é que a natureza jurídica...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não haveria necessidade de haver um contrato escrito?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse contrato existe?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Existe.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse contrato está disponível para a CPMI?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu ia pedir os contratos e para o senhor pedir para o seu pai, então, nos mandar o que foi objeto nas consultorias.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Está bom.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse contrato o senhor tem conhecimento dele? O senhor conhece detalhes dele? O senhor discorreu sobre ele, explicou qual é a natureza.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu não conheço, Deputado, como o senhor falou, detalhes. Isso que não conheço. Posso enviar para o senhor, Presidente, e os senhores comentariam.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor deve conhecer, porque teve a preocupação de buscar com o Sr. Melo uma correspondência que justificasse o recurso que o senhor recebeu.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não tenho detalhe, Deputado, da forma de remuneração. Disso eu não tenho conhecimento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas esse contrato, essa correspondência diz que o contrato foi firmado por três anos. O senhor mesmo acabou de confirmar. Então, isso o senhor sabe. Os valores estipulados no contrato são percentuais sobre o sucesso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, são percentuais sobre os serviços prestados.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E, na correspondência que foi aqui enviada, é dito que o primeiro recurso, no valor de 820, se não me engano, 782, em 4 de dezembro de 2003, e depois teve mais um de 367 mil em 12 de fevereiro de 2004. Ambos os pagamentos tiveram como credor a conta corrente do Banco Boston, que foi aquela que recebeu em nome de Ramon Prestes. Agora, diz aqui que o Sr. Ramon Prestes Guedes encaminhou cópia da declaração do Imposto de Renda do exercício de 2004, referente ao período de 2003, na qual consta o valor por ele recebido da Tolentino e Melo, declarado para fins de tributação.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Que seria, então, a comprovação de que se tratava efetivamente de um serviço prestado. O mesmo procedimento não ocorreu com o outro pagamento de fevereiro de 2004, que deveria, também, estar junto aqui.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, Deputado, é que essa correspondência é para...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É de julho de 2005.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Essa correspondência é para PAD, é para o Processo Administrativo Disciplinar, e, no PAD, foi perguntado apenas isso. Então, respondeu-se dessa forma por esse motivo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, porque aqui tenta explicar por que razão o senhor recebeu os recursos. Foi essa a razão da correspondência. Está dizendo que era por conta de um serviço prestado.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, Deputado, o PAD perguntou sobre a soma dos

dois primeiros, os 120 com os 782. É por isso que veio essa correspondência.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Aqui há uma falha. O senhor está entendendo o que eu estou dizendo, porque deveria ter sido, também, citado o mesmo documento fiscal que diz que teve na declaração de 2004 e não teve na de 2005, porque isso ajudaria o senhor a justificar também a mesma...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É que a falha deve ter sido da pergunta que o PAD fez, mais ou menos isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse primeiro negócio, no valor de R\$50 milhões, pelo cliente pessoa jurídica selecionado pela Tolentino e Melo. Aí foram feitos dois TEDs. Que negócio é, o senhor sabe dizer?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O Dr. Rogério explicou isso?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não explicou.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Também não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse negócio é o que justifica, vou repetir, os 782 mil e mais os 367, que são o objeto das acusações contra o senhor. O senhor não sabe o que é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. O objeto das acusações contra mim, não. Ainda não há propriamente acusações.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – São suspeitas – desculpe-me. Então, são objeto de suspeitas contra o senhor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Melhorou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, precisa melhorar a sua situação, não a minha. O senhor é quem precisa explicar. O senhor não sabe do que se tratam os R\$50 milhões?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, mas eu posso me comprometer com a Comissão e aprofundar melhor essa questão, porque, realmente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não veio preparado para isso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, eu não participo disso, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Lógico que o senhor participa. Tanto participa que o senhor está aqui. O senhor é a pessoa que mais participa desses R\$50 milhões.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Eu estou aqui, no meu entender, por outros motivos. Tenho de explicar à Comissão...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque o senhor recebeu aquele dinheiro na sua conta do Sr. Marcos Valério. Isso é o que o senhor tem de explicar à Comissão.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado, a conta, na verdade, pertence à minha família e quem a recebeu a recebeu por motivos justificados. Agora, vim aqui explicar porque eu não tenho nenhum relacionamento, como disse o Presidente, tráfico de influência, ou, como disse a imprensa, corrupção passiva. Eu vim preparado para explicar isso.

Vamos falar abertamente, Deputado. O que se está querendo construir? Que, na minha condição de Procurador, eu teria beneficiado o Sr. Marcos Valério no CRSFN. Isso que se está querendo, seja pela imprensa, seja pelo que se levantou, estabelecer, esse elo. Então, vim preparado – falo com muita sinceridade e transparência...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas existe também o Banco Rural, não é só o Sr. Marcos Valério. A ligação é o Banco Rural, sobre o qual pesam suspeitas de ter sido favorecido pelos seus pareceres, que o senhor nega.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pronto, agora o senhor resumiu o que eu queria falar. Eu vim aqui preparado para explicar a respeito da minha conduta no CRSFN e tentar clarificar que o que se levanta é impossível – o que não falta é depoimento, juntei ao presidente. É impossível esse tipo de elo! A dinâmica do CRSFN não só não permite, como os pareceres... Aliás, Deputado, eu lhe faço outra pergunta: como pode alguém – fico pensando nisso o tempo inteiro – pagar a uma outra pessoa que não tem, dentro das suas atribuições, o poder de chegar àquele resultado? Isso não entra na minha cabeça.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dr. Glênio, o que está difícil de entendermos também é essa negociação entre o escritório do seu pai com o escritório da Tolentino e Melo. Sinto muito, conheço um pouco dessa matéria e custo a acreditar que houvesse pagamentos dessa natureza da forma com que está sendo colocado nessa explicação. Não é convincente.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É só uma questão de prova.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas as provas, por enquanto, não são suficientes. Por isso continuamos a investigar o senhor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado, permita-me. Ninguém aqui esconde o fato de que se levantou a suspeita de que esses recursos seriam originários da minha atuação no CRSFN. Então, o que me pergunto sempre é isso: como pode alguém...? Eu queria agora entrar na mente de um corruptor ativo e

perguntar-lhe: você pagaria a um funcionário que emite pareceres não vinculantes, meramente opinativos, que passam por um controle prévio da Procuradoria-Geral e que vão a uma sessão prévia do CRSFN? Vão ao CRSFN em sessão pública, transparente e julgada por outros conselheiros? Eu, realmente, não entendo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agora, Dr. Glênio, o que todos nós estamos pensando é o seguinte: qual é a razão para que um Procurador da Fazenda tenha uma relação tão próxima a alguém como o Sr. Marcos Valério, que recebe o depósito deles na sua conta, que tem as suas passagens e diárias de hotel pagas e isso não significar nada mais do que uma amizade, um encontro, como o senhor disse, prosaico numa hipótese. Para nós é muito mais difícil entender do que para o senhor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso responder?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, o senhor está fazendo a sua consideração e estamos devolvendo ao senhor a nossa consideração.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O que o senhor levanta, Deputado, é, na verdade, muito comum no próprio CRSFN. É o que a gente chama de estudo das coincidências. Isso já foi objeto até de estudo no campo penal. É como aquele filme “Tempos Modernos”, do Chaplin, em que ele pega a bandeira e, imediatamente, dobra a esquina um grupo de paredistas e o leva à frente, o que o leva a ser acusado pelo ilícito. Isso é muito comum.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor atribui isso a uma coincidência?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu atribuo isso a uma azaridade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Com toda sinceridade, já estamos há três meses na CPMI e tudo que conseguimos obter de depoimentos como o do senhor é de que tudo não passa de coincidência. Para nós, é coincidência demais tantas coincidências! Por isso que temos essa dificuldade.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Daí o dever de apurar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria falar sobre os imóveis. O senhor apresentou aqui duas escrituras de venda de imóveis do seu pai, uma de R\$280 mil, em julho de 2003, a outra de R\$250 mil, em novembro de 2004, somando R\$530 mil. De acordo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, é algo aproximado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Aí o senhor, em 2005, adquiriu um imóvel no valor de R\$1 milhão, 630 mil, segundo consta aqui das informações.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Financeiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Que recursos o senhor utilizou para adquirir esse imóvel?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – “Dacionei” dois outros.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Como assim? O senhor podia explicar?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – “Dacionei”, por dação em pagamento...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quais? Esses o senhor não tem aqui.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O Ipanema Ville e um escritório da Barra. Dois imóveis.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – As escrituras do seu pai o senhor trouxe para provar que havia recursos para justificar esse pagamento?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Que os recursos não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E a sua, o senhor não trouxe? A escritura da sua dação?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Confesso, Sr. Presidente, que não esperava esse tipo de pergunta, mas todas essas escrituras foram fornecidas ao PAD.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa diferença de R\$750 mil é o valor desses dois imóveis que o senhor disse?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Trezentos e cinquenta mais duzentos e vinte. É. A imprensa divulgou que fora um só.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tinha dois?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É. A imprensa divulgou um.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E isso o senhor acumulou, eram imóveis pagos, com o salário de Procurador ou foi ajudado por alguém?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, o primeiro, o Ipanema Ville, com recursos da Procuradoria. A propósito, um juiz e um promotor também compraram nesse mesmo edifício, e um outro com recursos familiares.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o seu pai, além dos R\$530 mil, dos dois imóveis, ele lhe deu mais R\$350 mil? Quer dizer, passou ao senhor quase R\$1 milhão?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Esses R\$530 mil a que o senhor se refere são...?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – São os dois imóveis que o senhor trouxe a escritura aqui.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Esse imóvel que o senhor cita como comprado, a imprensa divulgou como adquirido e com definitividade, mas, na

verdade, ele foi financiado e a entrada foi, mediante dação em pagamento, com dois imóveis que não são esses; esses dois imóveis, objetos da dação, um deles adquirido mediante recursos próprios e o outro adquirido com recursos familiares. Esses dois imóveis é que foram “dacionados” na compra desse outro a que o senhor se refere.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, para o imóvel no valor de R\$1 milhão e 630 mil, o senhor utilizou esses dois imóveis que já eram de propriedade do senhor, só. E por que o senhor trouxe as duas escrituras do seu pai? Não entendi.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Para provar também a geração de receita nesse período, porque dá a impressão de que essa receita é exclusivamente lastreada nos honorários divulgados pela imprensa, mas não são.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas geração de receita de quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não só dos honorários advocatícios como também fa venda desses imóveis. O propósito de eu trazer essas escrituras aqui é que nesse espaço de tempo, Deputado, foram vendidos os imóveis dos meus pais, não só meus.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor acabou de dizer que não utilizou esse dinheiro para comprar o seu imóvel, desses dois.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, como entrada, não. Como entrada no financiamento, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou passar a palavra ao Senador César Borges. Só lembrando, Dr. Glênio, que é próprio do Parlamento um debate duro. Pedimos a consideração, a compreensão e o respeito aos Parlamentares no sentido de se poder estabelecer esse diálogo, que é franco e tem de ser. O objetivo aqui é buscar esse esclarecimento. Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

Sr. Depoente, Procurador da Fazenda Nacional. Temos de acompanhar o que sai na Imprensa Nacional, é nossa obrigação. V. S^a falou que está processando o **Estado de S. Paulo**, o **Jornal do Brasil**. O **Globo** também?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O **Globo**, o **Valor**, a **Folha**...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A **Folha de S. Paulo** também? Porque me pareceu que não tocou na **Folha**. A **Folha** foi bastante informativa com relação ao seu crescimento patrimonial, em reportagem da jornalista Andrea Michael, que está até

presente, e de Gilmar Penteado. Apesar de seu rendimento médio na Fazenda ser de R\$ 7.000,00 a R\$ 10.000,00... É isso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é mais que isso, não é? Houve a aquisição de doze imóveis e um aumento patrimonial que beira a cinco milhões. Inclusive, o **Jornal O Globo** também...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Andrea Michael e Gilmar Penteado? É essa?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está sendo processado também?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – No **O Globo**, Elenilce Botari e Marcelo Carnaval também fazem uma reportagem bem detalhada sobre seu aumento patrimonial, em que conseguiu, em quatro anos, erguer um patrimônio de cinco milhões em imóveis no Rio de Janeiro. Tudo isso começou a partir de 2001. Esses imóveis foram adquiridos a partir de 2001?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, dentro da reportagem, o primeiro foi em 2001.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso é verdade, então? A reportagem diz que, a partir de 2001, é que V. S^a comprou imóvel avaliado em R\$1 milhão e 400 mil, um duplex com dois quartos e um reversível, num dos pontos mais valorizados no Leblon, na Zona Sul.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Senador, o senhor quer que eu...?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, eu quero apenas que confirme se é verdade ou não.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É que a sua pergunta me leva a responder por que estou processando. A questão é a seguinte: a reportagem informa valores, primeiro, superestimados....

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Valores de mercado.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, se o senhor comparar com os de mercado, não são isso. Os imóveis foram adquiridos por financiamento e comprados na planta. Preços, portanto, bem menores. A imprensa divulga valores já superestimados e atualizados. Tanto que **O Globo** fala em 5 e a **Folha** falou em 7,3 ou vice-versa, alguma coisa dessa natureza. Não consegui entender tamanha discrepância. Mas não informou, por exemplo, que, na verdade, foram financiados, comprados na planta e muitos já “dacionados” em troca de outros. Hauri essa experiência, na verdade, através do patrimônio da família da minha companheira, que é toda lastreada também em flats

de aluguel etc. Eu hauri essa experiência e comecei a operar dessa forma. Mas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com esse rendimento mensal, não tem como comprar esses imóveis e pagá-los.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Mas quem falou que foi somente com esses recursos da minha Procuradoria?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram recursos, então, que vieram da sua família?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Mútuo familiar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Seu pai, então, tinha um contrato com a Empresa Tolentino e Melo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Tem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem esse contrato. Segundo informações, ele recebeu transferências que eu gostaria que V. S^a esclarecesse...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pois não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...as datas dessas transferências que foram feitas. Pelas reportagens também, elas chegam a valores que... No dia 24/10/2003, R\$120 mil.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Essa é a razão da entrega das escrituras. Esses R\$120 mil... Aí é um outro motivo pelo qual hoje processo a imprensa. Vendeu-se o imóvel, recebeu-se em dinheiro, foi-se e efetuou o depósito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vendeu o imóvel a quem? Essa é uma transferência que foi feita...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, não. Se o senhor olhar os documentos do Coafi, o depositante foi meu pai...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tolentino e Melo fez essa transferência de R\$120 mil pelo Banco de Boston, à conta da família Guedes, em outubro de 2003.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – R\$120, não. Aí é que está a inverdade. Os R\$120 tiveram como depositante o meu pai que, ao receber o produto da venda de um desses imóveis, foi ao banco e fez o depósito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não houve a transferência feita pela Tolentino e Melo para o Banco de Boston?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, de modo algum. Essa é uma das razões...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na conta da família?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. É a razão do processo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o valor de R\$782 mil em 12/03?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Houve transferência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Da Tolentino e Melo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O valor de R\$367 mil, feito em 12/02?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Transferência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E no dia 05/05, R\$500 mil?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Transferência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, isso totaliza aproximadamente R\$1,5 milhão?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É. Aproveito também o ensejo... Deputado, não é?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Aproveito o ensejo, Senador, para mostrar a minha indignação com a imprensa, quando o **Correio do Povo**...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Fico muito honrado em ser chamado de Deputado, mas é só para ser preciso no título.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Quando o **Correio do Povo**... O **Correio do Povo**, por exemplo... A imprensa, agora nas primeiras contestações, vem dizendo que a informação vem de vocês.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual informação?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Por exemplo, o **Correio do Povo** diz que foram R\$2,5 milhões...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Dos senhores, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É, dos senhores. O que acontecia? Duplicavam. Os 782 duplicados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, aqui, confirmados por V. S^a, tem R\$1,649 milhão...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Se é o resultado da...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Somando-se R\$782 mil mais R\$367 mil mais R\$500 mil.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a atribui ao estudo ou à teoria das coincidências essas

transferências e o fato de isso ter chegado às suas contas como transferência de seus familiares, de seu pai, por exemplo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nunca atribuí isso a coincidências.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor falou aqui sobre o estudo das coincidências.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Eu falei do estudo das coincidências com referência a estar nesse momento, naquele lugar, tendo ocorrido todo esse episódio. É isso que eu falo do estudo das coincidências.

O senhor me permita um breve aparte a respeito do pensamento indiciário? Na verdade, tudo isso aí, Senador, são indícios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Indícios.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso é... Não se pode tergiversar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – São evidências também.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – São indícios. A tecnologia jurídica chama de indícios. Qual é o problema dos indícios? O problema dos indícios não está nos indícios. Esses são conhecidos e prováveis. O problema dos indícios está na sua premissa maior. O indício é uma premissa menor. Agora, o problema dos indícios está na premissa maior. Então, no fato de o motorista do presidente ser acusado de atropelar alguém em Caxambu e esse motorista estar em São Lourenço, a premissa maior é que a pessoa não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo. Então, nessa hipótese, está afastada qualquer acusação. Agora, o problema é exatamente este: quando a premissa maior – que é uma máxima de experiência, um fato da vida – não consegue ser sustentada por esses indícios. Por outras palavras, qualquer contra-indício que eu apresentar, Senador, destrói o pensamento indiciário. Uma das teses no CRSFN é exatamente esta: pode-se punir alguém por indícios? Pode – jurisprudência criminal consagrada. Pune-se por indícios? Sim, mas, havendo um contra-indício, afastou-se a possibilidade de acusar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a tem de advertir nosso depoente de que ele pode estar cometendo o crime de desacato. Ele não é nenhum incauto e está tentando tergiversar, tentando querer ensinar procedimentos jurídicos, técnicas jurídicas, exacerbando a questão indiciária.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, eu gostaria que V. Ex^a, já que ele está sem advogado, o alertasse de que ele pode sair daqui preso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, recebo a manifestação até como reclamação.

Até o advirto, Dr. Glênio, de que entendo que o debate é duro e firme, mas peço objetividade e a compreensão com relação até o tratamento com os parlamentares.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Senador, o senhor permita apenas a minha forma de expressar, porque isso é um vício do próprio colegiado. Então, quando enfrentamos o advogado, acabamos tendo de argumentar, mas não foi nenhum...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A sua argumentação, para mim, não tem problema. Acho que V. S^a está usando de tergiversação.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a está tergiversando. Quanto a isso, não tenho a menor dúvida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico, é isso mesmo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Senador...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, é seu direito de tergiversar, mas não o acatamos como argumentação válida.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não houve, na minha fala, Senador, nenhuma atitude desrespeitosa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu só queria a confirmação também da notícia da **Folha de S. Paulo** que diz que o Procurador Glênio Guedes é titular da conta que recebeu dinheiro do publicitário Marcos Valério, filho do advogado Ramon Prestes Guedes de Moraes, que foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Rio por improbidade administrativa.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Questão **sub judice**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Seu pai foi condenado por improbidade administrativa quando foi presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em primeira instância e segunda. E o caso está **sub judice**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E ficou impedido, inclusive, de contratar com o Poder Público durante três anos ou dele receber benefícios, incentivos fiscais e creditícios?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – São os dizeres da sentença.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso está numa sentença nesse processo...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sub ju-dice.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, V. S^a tem um cargo, de que está momentaneamente suspenso, de Procurador da Fazenda Nacional. Não está exercendo, neste momento, nenhuma função na Procuradoria da Fazenda Nacional.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, a Procuradoria queria que eu voltasse a trabalhar normalmente, mas estou, na verdade, licenciado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por vontade sua ou por processo administrativo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não. Licenciado voluntariamente. Licença médica.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas há um processo administrativo – foi dito aqui – em curso.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em pleno curso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor acha comum, acha normal um Procurador da Fazenda Nacional utilizar-se de préstimos de empresas privadas para pagamento de suas contas pessoais, para posterior encontro de contas? Acha que isso é um procedimento normal para um Procurador da Fazenda Nacional que tem sua função no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional? O senhor acha normal que todos os procuradores tenham esse tipo de atitude? Isso é normal para os procuradores da Fazenda Nacional?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu não sei quanto aos procuradores que têm famílias de advogados. O que eu sempre levei em conta é que, tendo essa possibilidade, eu fazia uso, mas não de forma freqüente. Não havia um acerto de contas entre escritórios de forma freqüente. Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas foram feitos por V. S^a. V. S^a achou normal quando fez isso, quanto teve esse envolvimento com as empresas do Sr. Marcos Valério?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pelas lentes de interpretação da época, eu não via nenhuma anomalia. Como ninguém viu, não é?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Viu, claro. Estamos vendo isso.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Agora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É uma anomalia.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, agora, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque só agora veio a conhecimento público.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Agora. Pois é. Novamente, o que eu não entendo é como levar a julgamento um fato com as lentes de agora. Essa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – No Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, V. S^a dava pareceres.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Os projetos envolvem grandes somas.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Os projetos?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Os processos envolvem grandes somas.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, podem envolver.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Poderia relatar para nós processos em que o senhor deu parecer, em que período? Citar alguns exemplos desses processos?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor poderia precisar um pouco? Estou há sete anos no CRSFN.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nesse período, em quantos processos o senhor exarou parecer?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Centenas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem um bom relacionamento dentro do Conselho?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Conhece todos os membros do Conselho?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a pode chegar à conclusão de que V. S^a tem algum tipo de influência dentro do Conselho? Seu parecer é acatado, tem peso nas decisões? V. S^a, na sua influência interna – não quero chamar tráfico de influência –, pode influenciar uma decisão dentro do seu ponto de vista?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Qualquer procurador da Fazenda que ingresse no CRSFN pode ter esse condão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, processos de alta soma podem ter sido decididos diante de uma posição que foi adotada...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nunca. Repetindo. Vou-me explicar: na dinâmica do CRSFN, Senador, sobretudo casos que chamam atenção, casos que vamos chamar de clamorosos, passam por um controle prévio da Procuradoria-Geral, passam por uma sessão prévia do CRSFN e ainda vão à sessão

do julgamento. Portanto, podemos contabilizar aí, Senador, três etapas procedimentais antes de o recurso ser levado a julgamento. Agora, eu pediria, depois, que o senhor compulsasse os depoimentos que acabo de entregar ao Presidente. O senhor vai ver a opinião dos conselheiros, como eles se posicionam em relação à Procuradoria. Muitos chegam a dizer o seguinte: o que é decisivo é o voto do relator; isso é decisivo. A Procuradoria tem uma posição técnico-formal dentro do CRSFN, mas nunca teria o condão de influenciar um conselheiro. Isso está nos testemunhos de todos os conselheiros.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a acabou de reconhecer a sua influência.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, a minha, não. Qualquer procurador que ingresse no CRSFN pode ter essa influência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, a sua, como procurador, então.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O que estou dizendo ao senhor é o seguinte: os membros do CRSFN são independentes e soberanos, isso dito por eles próprios. Se o senhor me perguntar, o parecer de um PFN no CRSFN é condutor de resultado? Nunca.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, para que esse parecer?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Esse parecer é técnico-formal e tem o atributo de manifestar da parte...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Embasar a decisão dos senhores conselheiros...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Do ponto de vista da legalidade. Do ponto de vista da legalidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não acha que é muito importante esse parecer? Do contrário, não se faria necessário o procurador da Fazenda Nacional exarar parecer dentro do Conselho.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Senador, no Cade, antes de levar um caso a julgamento, quatro pareceres são apresentados. Nenhum deles é vinculante. São importantes? São importantes. São técnico-formalmente importantes, mas não quer dizer que influenciem o conselheiro do Cade.

Eu tenho um depoimento de um conselheiro do Cade dentre esses depoimentos que fala exatamente isso: que o que importa é o voto do conselheiro. Agora, do ponto de vista da legalidade, como manifestação do posicionamento do Ministério da Fazenda, sim, é técnico-formal; é técnico-formal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu vou também adiante com a conclusão de que é uma influência grande. Claro que não temos provas factuais com relação a esse tipo de tráfico de

influência, mas eu vejo aí uma evidência muito grande da presença de alguém que teve um enriquecimento como esse, que não é, do ponto de vista de valores, normal. Trata-se de um enriquecimento muito grande e que tinha toda essa influência, inclusive tratando com o Sr. Marcos Valério, que era um homem que financiava até partido político por intermédio de suas empresas; que ele também tinha um contrato.

Quer dizer, é muito coincidência para acharmos que tudo isso seja simplesmente meros indícios.

Acredito que V. Ex^a poderá aprofundar bastante, que esse é um norte, é um caminho, que, com certeza, dará resultados a esta Comissão.

No mais, agradecer a V. Ex^a e também ao Dr. Glênio pelas respostas que foram dadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dr. Glênio, só uma informação: em que fase está o processo administrativo disciplinar?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Está em prorrogação. A Lei nº 8.112 fala de 60 dias, prorrogáveis mais uma vez; portanto, deve findar no final deste mês.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Até, Senador César Borges, vamos solicitar, porque está dentro do prazo da CPMI, ao final, as conclusões.

E outra informação, Dr. Glênio: V. S^a afirmou que pediu licença médica, mas, na condição de representante da Procuradoria junto ao Conselho, quer dizer, V. S^a pediu afastamento também ou foi afastado pelo Procurador-Geral?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Pedi afastamento até que as investigações chegassem a um resultado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem. Se V. S^a quiser comentar, fique à vontade.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ao Senador, dois comentários: uma das perguntas que sempre fiz às testemunhas do PAD (processo administrativo disciplinar), e as testemunhas são todas minhas... Relacionei 45 testemunhas; podia relacionar todo mundo, mas só relatei 45. Foram deferidas 22, e todas elas informaram que nunca conheceram Marcos Valério, tampouco Dr. Glênio Guedes apresentou Marcos Valério ao colegiado. Sempre ressaltando, Senador, que a prova testemunhal, hoje, no Brasil, de prostituta, tornou-se a rainha das provas. Então, eu dou muito valor, hoje, a esses testemunhos, porque são reveladores do tipo de conduta que existia no colegiado.

Então, a primeira informação que lhe presto é essa: todas as testemunhas ouvidas – e a prova está aqui – falam que nunca tiveram...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, o senhor prestou atenção na expressão usada pelo depoente? O senhor prestou atenção?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Na expressão, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A testemunha, de prostituta, virou a rainha das provas. O que é isso, Presidente?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não é isso. Isso está nos livros de...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É, mas, de qualquer maneira, não estou emitindo juízo. Já adverti exatamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não tem que usar essa expressão, pô!

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso é jargão. Isso é jargão jurídico.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas não interessa se é jargão, pô! É jargão numa conversa normal de um parecer jurídico, mas a sua condição aqui não é de normalidade, pô! Presidente, ele está tomando conta do depoimento. Vamos enquadrar o moço aí, pô!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Para concluir, Dr. Glênio. Depois vou passar a palavra para o Deputado Arnaldo, recebendo, mais uma vez, a reclamação.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O segundo ponto, Senador, é que o Conselho é rotativo. Então, os conselheiros mudam; não são as mesmas pessoas. São dois mandatos, dois mais dois, e isso é importante, porque vai dinamizando e alterando a própria composição do colegiado.

Então, são essas duas informações.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você está de licença médica desde quando?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Desde... Estou indo para a segunda... Primeira prorrogação, trinta... Os primeiros trinta dias acabaram agora, e estou apresentando uma prorrogação agora de mais trinta, pedindo mais trinta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o seu problema de saúde?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, novamente, Deputado, não é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À vontade, não interessa o que eu sou. Responde, responde.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É mais o reflexo das reportagens.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, vamos lá, vamos lá. Qual o seu problema de saúde?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É mais o reflexo das reportagens em cima da minha condição psicológica. Fica difícil trabalhar pensando na...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, não tem nenhum problema físico?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Psicológico. De caráter psicológico.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem algum laudo, algum laudo psiquiátrico, algum laudo psicológico?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim, tenho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está aí esse laudo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, queria ver esse laudo, porque estou seriamente desconfiado de que esse é um atestado falso que ele está utilizando como artimanha para poder atrapalhar o andamento dos processos contra ele na Procuradoria.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu posso apresentar esse...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem firmou esse laudo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Um conceituado psiquiatra do Rio de Janeiro, Dr. Robalinho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Doutor?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Robalinho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, então não é psicológico, é psiquiátrico?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É porque a Procuradoria, no seu pedido, pede que eu estabeleça a CID, pede que eu estabeleça a descrição psicológica do meu comportamento, do que eu estou sentindo. Ela pede uma descrição minuciosa e, para isso, tem que consultar uma pessoa especialista. O Dr. Robalinho, além de psiquiatra, é também psicólogo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não está louco?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Defina a loucura.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não está louco?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, não precisa de um laudo psiquiátrico.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, é exigência da perícia, da junta médica da Procuradoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E, além desse atestado, o senhor passou por uma junta médica da Procuradoria para saber se havia necessidade de...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim. A pergunta é pertinente, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Presidente, eu não aceito isso aí. Está dizendo que a minha pergunta é pertinente. Sr. Presidente, ele não tem que saber se a minha pergunta é ... A minha pergunta pode até ser impertinente. Ele é que não pode ser impertinente, Presidente!

Julgar minha pergunta... A minha pergunta é pertinente ou não é pertinente, Presidente! O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado Arnaldo, eu também não quero entrar na condição de censor. Eu acho que V. Ex^a tem toda razão, tem todo direito de reclamar, mas eu não quero entrar na função de censor e acho que V. Ex^a está indo em um ritmo muito bom...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas ele vai dizer para mim que a minha pergunta é pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Aceito seu protesto também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é ele que tem de achar se a minha pergunta é pertinente ou não é pertinente. Eu posso até ser impertinente na pergunta. Ele é que não tem de ser impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu é que não quero ser impertinente nessa história. Então, eu devolvo a V. Ex^a para continuar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas o senhor também pode ser. Ele é que não pode, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está certo. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso responder, Deputado, só aquela...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À vontade.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Passei, sim, por uma junta médica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu tenho aqui a agenda da Karina, onde várias vezes consta reserva de hotéis, de passagens para Glênio Guedes. Glênio Guedes, 16 de agosto de 2003, Paulista Plaza; 17 de novembro, Glênio Peds, Ouro Minas; 15 de novembro, Terra Taurus; dia 30 de outubro, pas-

sagem Glênio Peres para encontro em Belo Horizonte. Não diz aqui, mas é o mesmo dia em que estaria em Belo Horizonte José Mentor e também Delúbio Soares. Dia 06 de novembro, Glênio Peres, Hotel Ouro Minas e localizador de duas viagens. Dia 03 de outubro... Todos esses dias que eu falei, só teve um dia que foi sábado. Todos os dias são dias de semana. Este aqui também é dia de semana: 03 de outubro, sexta-feira, Glênio Peres, duas vezes localizador; dia 17 de setembro, quarta-feira, dia de semana, Glênio, dois localizadores para Belo Horizonte – tem observação no dia anterior, 16 de setembro, terça-feira. Só que não tem menção de hotel.

Por que tantas menções nas agendas da Fernanda Karina de ida a Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília em dias de semana? O senhor não trabalhava na Procuradoria nesse período?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso? O trabalho no CRSFN é de dedicação exclusiva. Portanto, podemos fazer o parecer, seja no gabinete, seja em casa, seja no local em que nos aprover.

Com referência a essas viagens, eu não saberia dizer ao senhor o propósito. Realmente, não tenho essa idéia, até porque nunca tive acesso a essa agenda, mas o que eu posso lhe afirmar, Deputado, é que muitas vezes eu ia, seja para visitar a família... E a minha irmã, por exemplo, mora a 50 metros do Ouro Minas, ou morava, não é? Ela já voltou para o Rio de Janeiro. E, portanto, visitava a família com muita frequência. Isso para mim era normal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que, em vez de ficar no Ouro Minas, você não ficava na casa da sua irmã?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ficava. Às vezes, ficava. Às vezes, queria ficar no hotel. Isso variava muito. Às vezes, ficava, mas o motivo é basicamente é esse: temos dedicação exclusiva no CRSFN. Então... E eu era um dos mais adiantados em processo administrativo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que essa promiscuidade com Marcos Valério?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nunca houve promiscuidade com...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele paga a sua passagem de avião, faz a reserva do seu hotel, e você tem dedicação exclusiva? Então, qual é a lógica da história?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não há promiscuidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, bom. Não há promiscuidade. Então, qual é a lógica da história?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A lógica é a que eu já explicitiei aqui à Comissão. Para mim, era uma estrutura logística interessante de usar, até porque, muitas vezes, usei-a a serviço, a pedido do Banco Central. Eu ia até lá, porque... Há um problema no serviço público, Deputado, que é a disponibilidade das leis...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Um detalhe. Era uma logística à sua disposição e que atendia o interesse do serviço público?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, não. Era uma comodidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, bom. Comodidade. Melhor.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Era uma comodidade usar esse serviço. Era uma comodidade para mim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que serviço?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Essa coisa de pagar o bilhete, reservar a passagem. Isso era uma comodidade para mim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas qual o custo dessa comodidade?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O custo do... Eu reembolsava sempre. Para mim, era mais a comodidade mesmo. Era um serviço oportunizado e fácil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é um Procurador da Fazenda Nacional, é uma pessoa de nível, uma pessoa que tem preparo, tem condições de fazer avaliações e ilações. Nunca fez uma ilação de que isso poderia metê-lo em qualquer confusão?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, confesso que não. Confesso que não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Acha normal?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É normal... Era normal para mim naquela circunstância, de poder visitar a família, de poder passar o fim de semana em Belo Horizonte. Isso, para mim, era normal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E onde começou a sua amizade com Marcos Valério?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, começou no centro de equitação mesmo. Ali começou tudo.

Essa coisa da amizade, Deputado, vamos precisar aqui... Eu não tenho propriamente amizade com o Sr. Marcos Valério. Amizade é um conceito forte, não é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas você não tem amizade e tem essa dose cavalgar aqui de passagens, reservas, hotéis? E não tem amizade?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Ao longo do ano, um PFN no CRSFN viaja com muita frequência. Isso, para mim, não é cavalgar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas se você viaja com muita frequência, ou viaja às suas expensas, ou às expensas da Procuradoria, e não às custas de terceiros, que podem beneficiar-se indiretamente dessa situação.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Mas, na verdade, repito: reembolsava, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, nós vamos ter de quebrar o sigilo desse rapaz e verificar se, realmente, coincidem essas alegações, que eu tenho alguma dúvida.

Qual a idade de seu pai, hein, Glênio?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – 72.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Até porque, Sr. Presidente, companheiro Sílvio, a própria idade do pai dele, avançada, está deixando margem clara de que ele usava o nome do pai para se esconder nesse subterfúgio de ser um sócio oculto da Tolentino e Melo, colocando, no nome do pai, e negociando os pareceres por intermédio da Tolentino e Melo. Essa é a razão de a Tolentino e Melo, da qual faz parte a trupe do Sr. Marcos Valério, pagar as passagens dele, pagar a estada dele. Essas importâncias repassadas ao Sr. Ramon são distribuição de lucros ao sócio oculto; se não for o Ramon, é o Glênio, mas o Glênio, que não pode aparecer por ser procurador, coloca o pai dele nessa fria.

Eu estou achando, Sr. Presidente, Sr. Relator, que vamos ter de convocar o pai dele, convocar o pai dele. Eu lamento, uma pessoa de 72 anos, ter de expô-lo a essa condição, mas a frieza, a indiferença, a tergiversação do depoente nos obriga a isso. Vamos ter de convocar.

Aquele contrato da Tolentino é com o pai dele só ou tem mais alguém, Sr. Relator? Tem uma proposta. O que é?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tem uma correspondência. É só isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas a correspondência cita só o pai dele ou a mãe dele também?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É uma correspondência dirigida ao Sr. Dr. Glênio Sabbad Guedes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas tem um parágrafo ali embaixo que cita o pai e acho que a cita mãe também, não cita?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, fala dos honorários advocatícios em nome do

pai, Ramon Prestes Guedes de Moraes, e fala do contrato celebrado com o Dr. Ramon.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Fala de um contrato. É isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB –

PR) – Não, fala do contrato, mas não nós não temos o contrato aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, mas tem um contrato.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nós solicitamos o contrato às consultorias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Esta é a minha pergunta: o contrato é só com o pai; não tem a mãe, não?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não, eu perguntei até. O escritório é o pai, são sócios. Eu perguntei se a mãe tinha sociedade no escritório. Também afirmou que não. O contrato é com o pai. Eu já solicitei a cópia do contrato e todos os pareceres emitidos nesse período.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que seu pai está sendo processado por fraude, Glênio?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Parece-me, Deputado, que é reclamação de um cliente a respeito de um serviço prestado. Salvo engano, foi esse o motivo. Esse é um processo já longo. Ele está em instrução probatória.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas em que ano se deu esse evento? Aproximadamente.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – 2003 ou

2004.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não é tão antigo, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não

é, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você já era Procurador?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, cla-

ro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E, como procurador, seu pai tem um processo de fraude há três, quatro anos, e você: “me parece que é isso...” Ou parece que você não quer falar o que é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não, não. Salvo engano, o motivo que originou o processo foi a reclamação de um cliente. Parece que foi isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu não aceito essa expressão “parece” nem “salvo engano”, porque...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, é porque eu não quero precisar, Deputado, exatamente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas eu quero que você precise. Essa é a diferença.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, é que eu não tenho como precisar. O que eu me lembro é isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, requisito esses autos, porque está ficando claro que ele meteu o pai numa fria. Ele meteu o pai numa fria e vai ter de responder sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por acaso, o senhor tem o número dos autos ou onde está?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Posso fornecer. Posso fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem. Até para lembrar, porque, depois é a Senadora Ideli Salvatti, mas eu deferi aqueles documentos, o depoimento. Daí, fica o compromisso do contrato, das consultorias e dos autos desse processo criminal.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu posso fornecer o número.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pode ser o número. Nós solicitamos oficialmente para a Justiça.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você conhece servidores da Receita do Rio de Janeiro?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Servidores da Receita do Rio de Janeiro... Estou tentando lembrar os nomes de quem eu conheça lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, não precisa. Só se conhece ou não.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, conheço, conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Conhece uma pessoa que trabalha na Receita de nome Jorge?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Jorge... Jorge... O senhor tem...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ele trabalha com créditos tributários.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor tem o sobrenome dele?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não tenho. Só tenho esta informação: é o Jorge que trabalha com créditos tributários na Receita do Rio de Janeiro e que supostamente seria amigo do Sr. Glênio Peres.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Conheço só o Dr. Jorge Rachid só, mas esse aí.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você está conhecendo bem, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu o conheço. Ele esteve na posse do Procurador-Geral.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas é só da posse ou de contato que V. S^a conhece?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Só da posse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para esse dinheiro que veio do Sr. Marcos Valério para o seu pai, numa conta conjunta consigo, qual é a explicação?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor quer que eu explique a conta conjunta e a existência dela ou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quero que V. S^a explique tudo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A conta conjunta é por motivos, como já disse aqui, sucessórios e familiares. Sou o solteiro na família e teria condição de movimentar em caso de necessidade, num falecimento ou qualquer coisa dessa natureza.

Quanto à questão da verba divulgada, o fundamento são os honorários.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem conheceu o Sr. Marcos Valério primeiro? V. S^a ou o seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então V. S^a “meteu o seu pai nessa fria”?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O que o senhor quer que eu responda?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que V. S^a quiser.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Apresentei como motivo de “emparceramento” profissional. Repito, Sr. Presidente, o Dr. José Roberto...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Gostei: “emparceramento” profissional. Seria uma parceria profissional e V. S^a ficaria por trás?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela frente, ao lado, sorrateiro, escondido?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sr. Deputado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Fique à vontade.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Houve um contrato, um “emparceramento” profissional e, se possível, prorrogável.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a conhece esse contrato?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Se eu conheço o contrato?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, conheço as bases. Como falei aqui, não sei minudenciá-lo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Leu o contrato?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, já o li.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quantos cavalos há nesse contrato?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Como assim, Sr. Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se a sua amizade com o Sr. Marcos Valério é apenas em razão do relacionamento sobre cavalos e se é feito um contrato desse, V. S^a talvez possa mensurá-lo em termos “cavalares”.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Não há cavalos nisso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Respondendo as perguntas do Deputado Silvio Torres, quando V. S^a falava daquela diferença que o referido Parlamentar demonstrava entre o valor do imóvel anterior e do novo e que seria uma diferença grande, V. S^a disse que se utilizou de outros imóveis. Qual foi o termo jurídico que V. S^a usou?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Que os “dacionei” no financiamento desse outro?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que, em vez de falar dessa forma, V. S^a não diz que foi mediante dação em pagamento?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, eu aprendi esse termo com o pessoal do cartório. Eu também não conhecia na forma de verbo. Aprendi com o pessoal do cartório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas a impressão que dá, quando V. S^a fala “dacionei”, mascarando a dação, é de que se trata de uma tentativa de fuga.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É o termo usado na escritura. Eu aprendi com eles. Eu também não sabia, Sr. Deputado. O verbo eu não conhecia. Aprendi com o pessoal do cartório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu acho que você está tentando demonstrar uma certa ingenuidade, mas você não é nada ingênuo não.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não sou ingênuo, claro que não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado por reconhecer que você não é ingênuo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, de modo algum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas você é meio gênio, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Como assim? Gênio como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Gênio, pessoa que encontra soluções mirabolantes, encontra saídas e alternativas antes não pensadas, dentro do contexto jurídico é verdade, mas você é gênio, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu sou muito benquisto tanto pelo Banco Central quanto pela CVM.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E por que você é benquisto pelo Banco Central e pela CVM?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Porque, Deputado, eu sempre procurei, nos processos, buscar os motivos pelos quais a autarquia deliberava daquela forma. Eu tinha essa necessidade de correr atrás do fundamento, do motivo, e acabava falando com todos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E você fazia os pareceres que agradavam a quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Que agradavam à juridicidade, Deputado. O propósito de um Procurador no Conselho é o de fiscal da lei. Então, o nosso intento maior era, realmente, a legalidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você desenvolveu uma tese ao dar uma resposta ao Deputado Silvio Torres, e você dizia que, se você pudesse entrar na mente de um corruptor ativo, você teria uma determinada conclusão. E se você tivesse a capacidade de entrar na mente de um corruptor passivo, qual seria a sua avaliação?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A avaliação que eu fiz aqui, na verdade, é a mesma que cabe ao corruptor ativo. Eu não consigo imaginar como alguém poderia prometer algo se isso não é inerente às suas funções. É isso que eu não capto. Quer dizer, a mesma lógica eu usaria para o passivo, como o senhor se expressou. Eu não consigo ver esse encadeamento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você prefere ser ativo ou passivo?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Deputado, acho que, para esse tipo de pergunta, cabe a mesma resposta que dei há pouco. Eu tento entrar na mente de um ou, como o senhor acrescentou agora, o outro, e imaginar exatamente esta situação: como alguém poderia pagar ou receber nessa condição? Não existe, um PFN não tem essa potencialidade. Isto está bem expresso nos depoimentos, ele não tem essa potencialidade. Quero deixar isso bem claro para a Comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O conjunto de depoimentos que você tenta trazer a

seu favor foram de procuradores que você indicou, a relação foi sua.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – São procuradores, conselheiros, funcionários do Banco Central.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Mas quem os indicou? O rol de testemunhas foi você quem indicou. Você não pode querer se louvar nisso daí, porque foram pessoas que você indicou.

Por exemplo, se eu, numa necessidade aqui da nossa atividade parlamentar, pedir a indicação do Deputado Gustavo Fruet e do Deputado Silvio Torres, eles vão dar detalhes que eu sei que serão a meu favor. Quer dizer, então, que, para ser isento, teriam que se pronunciar testemunhas que eu não indicasse. É isso que eu quero dizer.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Mas são pessoas com as quais eu convivia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Está bom, está bom. Mas você está querendo se louvar nesses testemunhos como se fosse o HC perfeito. Não é, são pessoas com as quais houve um nível de convivência, nível de relacionamento, pessoas que não iriam deixá-lo numa situação ruim, concorda?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. É que essas pessoas, que vêm de camadas variadas, elas puderam testemunhar a respeito dessa minha conduta. Eu acho isso importante.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– De camadas variadas. Quais são essas camadas variadas?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O senhor tem procuradores, o senhor tem conselheiros, ex-conselheiros, gente de mercado, o senhor tem um presidente da Bovespa, o senhor tem uma pessoa ilustre da BM&F. Então, são pessoas que conviveram...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então não são camadas variadas!

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Quando falo em variedade, falo no sentido funcional: há procuradores, conselheiros. É nesse sentido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas uma camada de uma casta, não é como você colocou: uma camada em que a pessoa...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu considero uma casta de fato, um conjunto de pessoas privilegiadas e que, para mim, têm realmente uma forte carga de importância. Eu acho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E você se inclui nessa casta?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Eu acho que são pessoas privilegiadas no sentido de serem bem-instruídas, de boa colocação. É nesse ponto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se você não estivesse metido nessa confusão toda e tivesse tomado conhecimento do que está acontecendo com o Marcos Valério, o “valerioduto”, e do que ocorre com todas as empresas dele – o Centro Hípico, que é tão grato a você e está numa verdadeira degringolada com todos os problemas vividos por Marcos Valério –, se você não tivesse esse envolvimento, qual seria a sua avaliação de todo esse imbróglio?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Eu apuraria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não estou pedindo para você apurar. Estou pedindo a sua opinião.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Minha avaliação é esta: eu apuraria para ver onde estão os fatos. A minha avaliação é essa. Acho que a CPMI está cumprindo seu papel, está levantando os fatos, os documentos, está cumprindo seu papel. Está perfeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, vou parar por aqui porque estou sentindo que, lamentavelmente, é uma perda de tempo.

Precisamos convocar – falo isto de forma triste – o Sr. Ramon Prestes Guedes, uma pessoa de 72 anos que foi metida na confusão pelo Glênio. Precisamos quebrar o sigilo bancário porque está claro que, como disse o Senador César Borges, a tergiversação tem limite.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado.

Antes de passar a palavra à última oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti, passo a palavra ao Deputado Silvio Torres para uma breve intervenção.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria tirar uma dúvida com o Dr. Glênio quanto às três suspeitas levantadas sobre os seus pareceres.

O senhor aduziu que, na verdade, não deu parecer em nenhuma delas – foram aqueles três casos citados, do jornal **O Estado de S.Paulo**, a que o senhor se referiu. Gostaria de saber quais foram os três procuradores que deram parecer.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Dr. Ricardo Cueva e Dr. Sérgio Augusto Pereira de Souza.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nos três casos?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Dr. Ricardo Cueva, em dois; e o Dr. Sérgio Augusto, em um.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foram dois e um?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que peça ao depoente as escrituras de dação em pagamento que ele fez para comprar o apartamento em janeiro de 2005. Ele só trouxe a do pai. Gostaríamos de obter também essas escrituras.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pelo que anotei, para consolidar: a cópia dos contratos, as consultorias e a dação.

Faço-lhe uma consulta. Se o senhor aceitar, voluntariamente, existe a possibilidade de permitir a transferência dos sigilos, inclusive, dessa conta conjunta, para a CPMI em função da provocação e da possível formulação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Vou consultar os outros co-titulares.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desculpe-me, Senadora Ideli Salvatti. Faça-me uma carinha alegre para eu não ficar constrangido em fazer a pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou aguardando. Como V. Ex^a pôde perceber, hoje estou em paz.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Deputado Arnaldo Faria de Sá fez uma pergunta sobre o fato de o depoente estar viajando em dias de semana, quando deveria estar a serviço, como normalmente se faz. Aí o depoente respondeu que o trabalho dele é de uma natureza que lhe permite viajar e prestar os serviços apenas quando tem isso como tarefa. Foi isso, não é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, perfeito.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Minha última pergunta é a seguinte: quem pagava as suas diárias e passagens era a SMP&B, que depois era reembolsada, por meio do contrato que o seu pai tinha com a Tolentino e Melo Assessoria Empresarial. O senhor recebia também diárias e passagens pagas pelo Ministério da Fazenda na mesma viagem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, não recebia. Muitas vezes, essas viagens, fora de seção, também eram custeadas pelo Ministério da Fazenda porque, às vezes, íamos participar de um evento, de um seminário, mas não se acumulavam. Se entendi bem a sua pergunta...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não recebia duas vezes?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É certeza absoluta?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Podemos dizer que o senhor não está mentindo com relação a isso?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Não. Com certeza, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpas se eu repetir alguma pergunta já feita, mas é que, tendo em vista estarmos com várias atividades ao mesmo tempo e irmos um pouco a cada uma das oitivas, infelizmente, perdemos a seqüência.

Em primeiro lugar, gostaria de saber se o senhor conhece o Sr. Tolentino?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conhece?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – O Dr. Rogério Tolentino?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Dr. Rogério Lanza Tolentino?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde o senhor conhece o Sr. Rogério Tolentino?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Do trabalho entre os escritórios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De quais escritórios?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Da minha família, no Rio de Janeiro, e da Tolentino e Melo em Belo Horizonte.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há uma relação...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – De parceria profissional.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De parceria profissional. Em que termos?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Prestação de serviços jurídicos na forma de pareceres, pesquisa...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A empresa de sua família desenvolve que tipo de trabalho?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Área jurídica.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Área jurídica. E a Tolentino, área jurídica, e uma presta serviço para a outra...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A dele, na verdade, é uma assessoria empresarial, é algo mais amplo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mais amplo. Esses serviços entre as duas empresas, a do Tolentino e a de sua família, são realizados desde que época?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Contratualmente, desde o início de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Contratualmente, desde 2003?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor poderia nos informar qual o volume de recursos provenientes dos serviços prestados?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Os recursos a que a senhora se refere...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Financeiros. Qual o volume de recursos financeiros, de pagamentos efetuados? Quem paga serviços? É o Tolentino que paga para a sua família ou, ao contrário, é sua família que paga ao Tolentino?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. A minha família presta os serviços e o Dr. José Roberto efetua os pagamentos decorrentes dessas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em nome da Tolentino?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em nome da Tolentino e Melo Assessoria Empresarial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor sabe me dizer o volume, quanto movimenta essa prestação de serviços?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Com precisão, não, Senadora. Posso me valer do que foi divulgado pela imprensa, à exceção dos 120, que não têm nada a ver com isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O que são os 120? Não sei, desculpe-me.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A empresa divulgou o valor de 120 como se fora também pagamento para honorários e, na verdade, foi produto da venda de imóvel.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Produto da venda de imóveis. No depoimento do Sr. Tolentino, há uma coincidência entre os pagamentos, os serviços prestados – ou seja lá como podemos denominar o que o senhor fez para o Banco Rural –, com os pagamentos feitos pela Tolentino ao seu pai.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Quais são essas coincidências?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não estou aqui com os documentos, mas havia coincidências de épocas de pagamento.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A senhora não tem os exemplos aí?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não tenho. Infelizmente, não tenho.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Tenho comigo a... Aqui também não traz a... Eu queria entender, na sua pergunta, o seguinte: houve os ditos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Minha pergunta é muito simples. O pagamento de serviços da empresa do Sr. Tolentino à empresa do seu pai não acaba se caracterizando uma triangulação: era a maneira de pagar os seus serviços?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. Rejeito essa versão até pelo que já comentei aqui. Eu não...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os contratos que o senhor vai entregar são exatamente dessas prestações de serviços entre as empresas?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim. Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É isso o que vai comprovar?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim. Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos poder confirmar, inclusive com a quebra dos sigilos, o que está sendo dito. Deputado Fruet, além dos contratos, teremos de ter a quebra do sigilo da empresa. Será pedida, não é? Essa é a única maneira de se desmontar a tese, que ficou muito forte no depoimento do Sr. Tolentino, de que havia uma possibilidade de triangulação. Ou seja, a maneira de pagar os serviços prestados ao Banco Rural nos procedimentos internos, no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, era fazer a triangulação por intermédio do pai do Sr. Glênio Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Informo a V. Ex^a que o Deputado Arnaldo Faria de Sá sugeriu e eu solicitei ao Dr. Glênio que abrisse o sigilo espontaneamente. Ele se comprometeu a consultar os outros titulares da conta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Certo.

A outra questão é a seguinte: como o senhor justifica a transferência de R\$500 mil para uma conta no Banco Boston, do qual V. S^a é co-titular, vinda do Sr. Marcos Valério?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Essa transferência não veio do Sr. Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Veio de quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Parece-me que do Dr. Rogério, não foi?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Dr. Rogério Tolentino para uma conta no Banco Boston da qual V. S^a é co-titular?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Da qual minha família é co-titular.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sua família é co-titular. Quer dizer, é uma conta da qual o senhor faz parte inclusive?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor e mais quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Meus pais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Seus pais. Então, não há nem triangulação, não é? Vai para uma conta da qual o senhor também faz parte.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Em face da transparência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Facilita o serviço inclusive.

Há outra transferência no valor de R\$782 mil. Depois, houve outro depósito no valor de R\$120 mil. Tudo isso foi depositado em contas que o senhor detém em conjunto com familiares ou essas são só do senhor?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não, são em comum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sempre em comum?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa de R\$782 mil e a de R\$120 mil são do Tolentino também?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essas são de quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – A de R\$120 mil é a tal que originou a venda do imóvel.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do imóvel.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso. E a segunda é da Tolentino e Melo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer, a Tolentino e Melo depositou R\$782 mil e, depois, R\$500 mil na conta conjunta do senhor e do seu pai e... De mais quem?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Dos meus pais. Minha mãe.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O pai e a mãe?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sua mãe é sócia na empresa também?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a conta é conjunta com ela?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – É uma conta familiar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É uma conta familiar.

Um trecho de uma reportagem relata o seguinte:

“Um dia depois do depoimento de Marcos Valério, surgiu uma contradição. No depoimento, o empresário foi indagado sobre seu relacionamento com Glênio Guedes, o Procurador da Fazenda Nacional encarregado de julgar recursos contra o sistema financeiro. ‘Nunca houve qualquer saque de minhas empresas para o Sr. Glênio Guedes’, disse Valério. Na quinta-feira, 7, a **Folha de S. Paulo** revelou que, de acordo com dados do Coafi, foram feitas duas transferências de dinheiro para Guedes, totalizando R\$902 mil. Guedes já julgou processos envolvendo o Banco Rural. E Valério confirmou que tentou interceder no Governo em favor do Rural, disse que participou de uma reunião no Banco Central onde se discutiu a compra de ativos do Banco Mercantil de Pernambuco pelo Rural. ‘Mas entrei mudo e saí calado’, disse Valério. A atuação de Valério em favor do Rural foi confirmada pelo próprio banco numa nota divulgada na terça-feira.”

Nesse episódio, onde entram os serviços de V. S^a nas atividades desenvolvidas e relatadas aqui pelo *site* Terra, pelo Sr. Marcos Valério?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Banco Mercantil de Pernambuco?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Banco Mercantil de Pernambuco, Banco Rural.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor recebe R\$902 mil por serviço nenhum prestado?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Esses R\$902 mil têm sua origem, têm seu fundamento, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Esses R\$120 mil são da venda do imóvel de que lhe falei e o outro valor, resultante de trabalhos prestados entre escritórios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entre escritórios?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não do senhor?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor é citado na agenda e no depoimento de Fernanda Karina Somaggio à Polícia Federal. A secretária de Marcos Valério, entre abril de 2003 e janeiro de 2004, registrou, nesse depoimento aos policiais, a conta de um celular usado pelo senhor e que teria sido paga pela SMP&B.

O senhor confirma que um dos seus celulares teve conta paga pela SMP&B?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Claro que não. Não confirmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não confirma.

Quais são os números dos seus celulares desde 2003?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – 9987-2233.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde é esse celular?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Rio de Janeiro, 021.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse é o único celular que o senhor detém desde de 2003, nunca trocou de número?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, troquei de número, usei o de outras pessoas, principalmente por causa do assédio da imprensa. A imprensa ficou ligando, ligando o tempo inteiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, de outros titulares.

O senhor poderia nos fornecer os números de telefone de outros titulares, porque, se o senhor usou o telefone, se nós queremos fazer a investigação...

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Senadora, eu não posso fornecer o telefone de outros titulares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou solicitar, Deputado Fruet – claro que ele não pode fazê-lo aqui de público, tendo em vista que pertence a outras pessoas –, que ele possa fornecer, em caráter sigiloso à CPMI, o número de todos os telefones celulares que ele utilizou nesse período, seja de quem for.

O senhor teve celular pré-pago nesse período?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Depois do assédio da imprensa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois do assédio da imprensa, o senhor teve celular pré-pago.

O senhor confirma que não teve nenhum pagamento? Pergunto porque, na quebra do sigilo, isso vai aparecer.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso já foi fornecido à Procuradoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Houve uma tentativa de encontrar V. S^a, em seu apartamento no Condomínio Saint Tropez, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. O porteiro do prédio informou que V. S^a havia vendido o apartamento há menos de um mês. Isso é verdade? O senhor tinha um apartamento e vendeu esse apartamento tão logo começaram as denúncias?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não. O apartamento já estava em processo de venda bem antes do aflorar dessas denúncias.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já estava em processo de venda. O senhor tem como comprovar isso? Estava em alguma imobiliária?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim, sim, posso também juntar isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apresentar as provas, por favor, de que já estava... E qual foi o valor dessa transação comercial?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Senadora, foi uma transferência contratual, não me lembro com precisão os valores, porque a parte assumiu o contrato e deu a diferença.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não faz tanto tempo assim.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Mas posso informar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi agora, recentemente.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Faz três, quarto meses. Mas isso eu posso informar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Temos um outro trecho de reportagem que diz o seguinte:

“No Banco Central, dois processos administrativos, nos quais diretores do Banco Rural eram acusados de gestão fraudulenta, foram arquivados graças a pareceres do Procurador da Fazenda Glênio Guedes. Aquele mesmo procurador que recebeu R\$ 902 mil de Valério dias antes de assinar um documento inocentando os dirigentes do Rural”.

Os pareceres que V. S^a deu coincidem com os depósitos feitos na conta conjunta com o seu pai?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – V. Ex^a pode precisar para mim quais são os casos?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não os tenho aqui. O senhor vai me desculpar, mas o senhor é que tem que lembrar. O senhor deu parecer em dois processos administrativos do Banco Rural. Imagino que não sejam dois processos facilmente esquecíveis.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Não é que sejam esquecíveis, Senadora, é que, da relação publi-

cada pela imprensa a respeito desses processos, da maioria não fui o parecerista. Então, precisava que V. Ex^a me definisse quais são.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em quais processos envolvendo o Banco Rural o senhor deu parecer?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Olha, dei parecer em 29/3... Tenho aqui só a informação da sessão de julgamento: 29 de março de 2001; 19 de novembro de 2003 e 28/6/2005.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pena que o Deputado Fruet saiu, porque precisaríamos confrontar essas datas e as datas em que foram feitas as tais transferências – a dos R\$ 782 mil e a dos R\$ 120 mil. Uma foi em 2003 e, então, pode coincidir com data próxima ao julgamento de 19/11/2003.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Abicalil. PT – MT) – Assim que o Deputado Fruet retornar – deu uma saída muito breve –, poderemos compatibilizar as datas informadas das sessões com a eventualidade dos depósitos detectados ...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois seria importante que nós pudéssemos ter acesso ... Foram três pareceres, não é, Dr. Guedes?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 29/03/2001, 19/11/2003 e 28/06/2005. Isso aqui foi data de julgamento?

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O seu parecer deve estar acostado aos autos em datas anteriores. Então seria de fundamental importância, Deputado Carlos Abicalil, que pudéssemos ter acesso a esses processos para ver quando foram acostados aos autos esses pareceres, para podermos cotejar, confrontar com as prováveis datas das transferências ao país do Sr. Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Abicalil. PT – MT) – As datas dos pareceres e, provavelmente, o conteúdo. Não sei se já está de posse da CPML...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O conteúdo acho que seria também importante nós termos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Abicalil. PT – MT) – De todo modo que resta aqui, em função da orientação da Senadora Ideli, compatibilizar as datas que V. S^a informa ter havido sessões deliberativas em torno dos processos e o acesso a esses autos, de modo a conferir a coincidência ou não dos depósitos bancários detectados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Teria aqui ainda questionamentos a respeito de sigilo telefônico, fiscal e bancário. Parece-me que já há uma disposição

nesse sentido; se não houver, nós vamos apresentar os requerimentos para que possam ser feitos.

Teria aqui alguns questionamentos a respeito do patrimônio do depoente.

Reportagens dão conta de que o senhor formou um patrimônio de cerca de R\$ 5 milhões em imóveis no Rio de Janeiro em apenas quatro anos. Então eu queria que o senhor confirmasse a existência desse patrimônio e como o senhor conseguiu montá-lo em tão pouco tempo.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Na verdade, Senadora, esse patrimônio noticiado pela imprensa foi todo financiado, comprado na planta e não de conformidade com os valores superestimados pela imprensa. A imprensa pegou o valor como se fosse o valor atual, só que foram imóveis adquiridos no seu valor histórico, em planta, e muitos deles foram dados em pagamento para a compra de outros. E o valor noticiado, repito, é como se tivessem todos eles sido adquiridos com definitividade. Não o foram. Até há uma divergência de valores entre os jornais: um fala em R\$ 7 milhões, outro, R\$ 5 milhões. Mas basicamente é isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nada que a quebra do seu sigilo fiscal não possa esclarecer.

O SR. GLÊNIO SABBAD GUEDES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Abicalil seriam essas as questões que eu teria a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Abicalil. PT – MT) – Senadora Ideli Salvatti, as complementações serão encaminhadas ao Deputado Gustavo Fruet, que é Sub-Relator desta área dentro da CPMI, evidentemente já levando em consideração também os procedimentos anteriormente indicados pelo Deputado Silvio Torres e pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Não há mais oradores inscritos.

Agradeço a participação daqueles que vieram na condição de Parlamentares membros da CPMI e, ao mesmo tempo, a presteza do depoente.

Reafirmo a necessidade de que as informações comprometidas, entre elas aquelas de caráter privado, como a informação dos números dos celulares recentemente apontada e outras que foram afirmadas aqui como necessárias à CPMI, possam de pronto ser atendidas, seja pelo depoente, seja por iniciativas que couberem à CPMI ou a outros órgãos.

Agradeço a todos e desejo-lhes uma boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 5ª Reunião, realizada em 06/10/2005.

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quatro minutos, na sala dezenove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Gustavo Fruet, e ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares Senadora Ideli Salvatti e Deputado Arnaldo Faria de Sá, reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores Haroldo Bicalho e Silva (Operador de mercado financeiro), acompanhado de seu advogado Luiz Carlos Abritta, e Jader Kalid Antônio (Operador de Mercado Financeiro). O depoente Haroldo Bicalho apresentou o Hábeas Corpus de nº 86489 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove) e o Salvo-Conduto. O Deputado Arnaldo Faria de Sá solicita a transferência de sigilo bancário do primeiro depoente, que autoriza. E nada mais havendo a tratar, é encerrada a presente reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Sub-Relatoria de Movimentação Financeira com o objetivo de ouvirmos hoje o Sr. Haroldo Bicalho e, depois, Jader Kalid.

Nós vamos iniciar com o Sr. Haroldo Bicalho.

Faço duas comunicações: primeiramente, que originalmente a nossa reunião estava marcada para hoje, às 14h, mas, por decisão do Presidente da Co-

missão, decisão unilateral, houve a modificação para esse horário das 10h do dia de hoje. Entretanto, como ontem foi confirmada a audiência de hoje do Sr. André da Interbrazil, tivemos a coincidência de horários. E, apesar de já terem sido iniciados os trabalhos da Comissão ouvindo, no seu pleno, o Sr. André, vamos dar início ao trabalho da Sub-Relatoria em função também de os depoimentos haverem sido previamente marcados.

Informo que recebemos um salvo-conduto, exarado pelo Ministro César Peluzo, Relator do Habeas Corpus nº 86.849, em que é paciente Haroldo Bicalho e Silva e co-ator o Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o seguinte teor: “Salvo-conduto em favor de Haroldo Bicalho, brasileiro – aqui tem toda a sua qualificação –, para garantir ao paciente, sempre que convocado perante esta Comissão, o direito de se fazer acompanhar de advogado, o direito de não ser preso em decorrência da invocação do direito constitucional de não auto-incriminar-se, com a prerrogativa de permanecer em silêncio se da resposta à pergunta puder a seu critério ou a critério de seus advogados derivar-lhe risco de auto-incriminação”. Essa decisão é do dia 5 de outubro de 2005. E da mesma forma hoje o Presidente da CPMI recebeu uma cópia da liminar concedida também no referido **habeas corpus**.

Acompanham o Sr. Haroldo Bicalho o Dr. Luiz Carlos Parreiras Abrita e o Dr. Luiz Carlos Abrita, que são os seus advogados.

Nós vamos fazer uma inversão. Eu vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá antes de fazer as indagações, mas só consulto o Sr. Haroldo se gostaria de fazer uma intervenção ou, alternativamente, solicito também que, antes de iniciarmos, fazer uma apresentação com relação a sua atividade.

Com a palavra o Sr. Haroldo Bicalho.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo do que tem sido a praxe de depoimentos prestados nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, gostaria de apresentar-me a V. Ex^{as}. Meu nome é Haroldo Bicalho e Silva, sou natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, tenho 45 anos de idade, sou casado há vinte anos com Simone, com quem tenho três filhos: Bruno, de 18 anos; Daniela, de 15 anos; e Flávia, de 12 anos, respectivamente. Sou Bacharel em Engenharia Mecânica e Aeronáutica pela Universidade Federal de Minas Gerais, formado em 1982, e também Bacharel em Administração de Empresas, formado em 1983, com seis pós-graduações subseqüentes. Exerci atividades profissionais bastante variadas ao longo de minha vida, tendo sido sócio em alguns empreendimentos ligados à minha formação profissional, tais como en-

genheiro projetista, diretor administrativo e financeiro de concessionária de veículos, atividade agropecuária leiteira, sendo que a atividade corrente é de sócio de uma indústria de artefatos de couro.

Creio ser uma pessoa conhecida e querida na minha cidade, circunstância que, ao lado do apoio recebido de minha família, tem me ajudado a enfrentar os problemas decorrentes da chamada “Operação Farol da Colina”, em razão da qual cheguei a ser preso em agosto do ano passado. De lá para cá compareci a todos os atos do inquérito policial para os quais fui intimado, inclusive oferecendo material para exame grafotécnico.

As acusações vinculadas a minha pessoa pela mídia nego com veemência, como tenho negado desde o início por não possuir qualquer fundamento ou relacionamento com a realidade. Procurarei, assim, responder, na medida do possível e a minha maneira, aos questionamentos em torno do assunto.

Ainda com relação a esta matéria, já fui submetido a pelo menos dois interrogatórios perante a Polícia Federal, além de haver prestado outros depoimentos recentes na Corregedoria de Polícia de Minas Gerais.

Hoje, convocado por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, compareço perante V. Ex^{as} respeitosamente e ciente da minha condição de investigado. Assim, e exatamente por isso, peço desculpas aos Srs. e Sr^{as} Deputadas e Senadoras se algum questionamento não puder ser respondido ou se a resposta eventualmente oferecida não for plenamente satisfatória, rogando para que V. Ex^{as} tomem eventual impossibilidade de resposta ou sua aparente insuficiência ao desconhecimento do assunto.

Finalmente, quero dizer que faço votos sinceros de que os trabalhos desta CPMI sejam profícuos, pois confio que a apuração dos fatos levará a conclusões adequadas e decisões proporcionais e justas, neste foro parlamentar.

Obrigado.

Haroldo Bicalho e Silva.

Seis de outubro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Haroldo, porque o senhor foi buscar um salvo-conduto no Supremo Tribunal Federal?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Por orientação dos meus advogados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tinha medo de alguma coisa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não sei se tinha medo. Orientação mesmo. Não sei o porquê.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está chegando aqui e está percebendo que não tem nenhuma esquadra armada para lhe ouvir, quer dizer, a coisa está bem suave. A impressão que dá é que, se o senhor foi buscar um salvo-conduto, é porque deve alguma coisa e está com medo de que algo possa aumentar a sua incriminação.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, não creio que seja.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que você foi preso na Operação Farol da Colina?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Da minha parte foi um equívoco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você nunca mexeu com dólar?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estou aqui com uma matéria da **Folha de S. Paulo** de 08/7/2005, da Fernanda Krakovics, da sucursal de Brasília da **Folha**. Ela traz uma matéria sobre a Fernanda Karina, que confirmou no depoimento à CPMI que o publicitário Marcos Valério manteve contato com o doleiro preso pela Polícia Federal, na Operação Farol da Colina, e nesse depoimento ela dá indicação de que você era o doleiro.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Nunca tive contato com ela e nem com ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E com o outro doleiro que também teve ligação com o Marcos Valério, o Jader Kalid?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Jader só conheço socialmente de Belo Horizonte. Só.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nunca teve nenhum negócio com ele?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, não. Nos conhecemos de motocicleta; ele anda de motocicleta e eu também; só alguns encontros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor conhece Marcos Valério?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, vim conhecer por agora, sei quem é. Conheço muito o sócio dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual sócio?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Cristiano Paz.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual a sua ligação com o Cristiano Paz?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Cristiano é meu amigo desde de 1982, quando comecei a mexer com motocicleta, e ele sempre foi adepto; então, tivemos uma relação nos últimos vinte anos dentro desse meio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pelo menos admitir que você é amigo de um sócio de Marcos Valério você admite.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Admito, claro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é a sua atividade profissional, comercial?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Atualmente tenho uma indústria de couro; sou exportador de bolsa para Nova Iorque.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Desde quando você tem essa indústria?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Desde 2001.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E antes disso?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Antes disso eu tinha uma concessionária Fiat, de 1996 a 1999; tive uma empresa de engenharia, que foi de 1997 a 2001 e tive uma fazenda de leite – produzia um volume muito grande – de 2000 a 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Acho que, às vezes, a Polícia Federal pode cometer algum exagero, ou a imprensa pode cometer algum exagero, mas sempre tem um fundo de verdade. Esse fundo pode ser ampliado, pode ser aumentado. Por que se imputou a sua pessoa a essa atividade de doleiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – A situação foi a seguinte: comprei essa indústria de couro em 2001. O couro no Brasil é uma coisa muito cara, custa R\$60; R\$70 o metro quadrado. Tive informação muito segura de que no Sul – eu falo Argentina, Uruguai, Paraguai – o mercado de couro era muito barato. Então, me indicaram para montar uma empresa no Uruguai com o intuito de adquirir mercadoria no Uruguai. E tinha aquele papo de Mercosul, eu acreditava que o Mercosul teria realmente algum volume de negócio. Montei uma empresa chamada Ridox no Uruguai. Não sei porque razão os papéis dessa empresa foram parar em Nova Iorque; e aí que fui surpreendido com essa operação do Banestado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como era o nome dessa empresa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Ridox.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem era o sócio dessa empresa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Sócio eu, mas tem um amigo que é procurador, que assinaria por mim caso tivesse viajando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a sede da empresa, onde era?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – No Uruguai.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– No Uruguai?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – No Uruguai. Essa empresa, inclusive, até consta do meu Imposto de Renda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Qual foi a sua idéia ao abrir essa empresa? É uma *offshore*?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – A idéia era ampliar negócios no Mercosul, fazer compras de couro e aumentar o volume de negócios no mercado com o Mercosul, com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua empresa exportava para os Estados Unidos?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Isso. Continua exportando. É o meu principal negócio hoje.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Nessa exportação, você não tinha contratos de câmbio, facilidade de envolvimento com dólar e, por causa desse mercado exportador, acabou tendo contato com algum doleiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, não. Toda a minha exportação, desde que eu comprei essa indústria, desde que começamos a exportar, é 100% oficial, 100%. Tudo pelo Bradesco, tudo certinho a vida inteira. É uma indústria pequena, mas o mercado dela é o mercado de Nova Iorque.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Você montou ou comprou essa indústria?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Essa indústria eu comprei e foi quando incrementamos o mercado externo nela. Ela visava só ao mercado interno e...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No primeiro momento, você disse que montou. Agora você disse que comprou. Qual é a divergência?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Foi comprada. A empresa já tinha 19 anos, estava em dificuldade. E foi comprada a empresa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Qual o tipo de dificuldade que essa empresa tinha quando você a comprou?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Ela estava com dificuldade financeira, estava quase para fechar as portas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Você tinha capital suficiente para cobrir a dificuldade que ela tinha ou se socorreu de alguém?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não. Tinha. Tinha o capital suficiente. Não era um negócio grande, era um negócio promissor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Grande ou promissor, você lembra qual foi esse valor ou não?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Da ordem de R\$200 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Hoje qual é a situação dessa empresa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Ela faturava, à época, por volta de R\$1 milhão e hoje fatura por volta de R\$2 milhões, porque é muito variado durante o ano. Tem meses de faturamento maior, faturamento melhor, mas, este ano, deve fechar com R\$2 milhões de faturamento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Nesse inquérito da Polícia Federal, a informação que temos é que também ocorreu uma denúncia sua por evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Coincide essa informação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – De que teve uma denúncia?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Foi denunciado por evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Isso pode ser o inquérito que está em andamento lá. É isso?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Isso, isso.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Esse inquérito está em andamento. Eu estou respondendo e me defendendo, dizendo, provando que não tenho nada com isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Nunca lavou dinheiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Claro que não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Nem fez evasão de divisas?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Conhece Duda Mendonça?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Conhece Delúbio Soares?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Também não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Além do Cristiano Paz, quem mais o senhor conhece na SMP&B, DNA, Tolentino & Melo, nas empresas?

Do grupo Marcos Valério, o senhor conhece mais alguém?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Da turma da SMP&B eu conheço o Ramon, Ramon Cardoso, que é sócio do Cristiano, e conheço a Adriana Fantini, que é secretária dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua amizade é com o Cristiano Paz. Você conhece o Ramon Cardoso e não conhece Marcos Valério?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não. Eu já o vi algumas vezes, porque tem um restaurante em Belo Horizonte chamado Monti Cielo, que é na rua Sergipe, perto do escritório dele. Toda sexta-feira a turma de motocicleta almoça lá. Então, constantemente a gente está almoçando em uma mesa, e tem uma outra mesa em que almoçava... O Cristiano almoça com a gente e com a turma da SMP&B. E muitas vezes eu vi o Marcos Valério lá, o Marcos Valério, o Cristiano, o Ramon e outras pessoas. Mas não o conhecia assim, não. Cansei de ver, mas não conhecia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Depois que se tomou conhecimento de todo esse rolo que explodiu em torno de Marcos Valério, o Cristiano Paz, sendo um dos sócios dele e sendo seu amigo, qual a sua avaliação de tudo isso?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Fiquei com uma pena tremenda do Cristiano, porque ele é uma pessoa fantástica. Realmente, não dá nem para entender essa confusão maluca.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua pena é só do Cristiano, mas do Ramon e do Marcos Valério?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Do Ramon, sim, claro, mas eu não tenho muita ligação com o Ramon. Com o Cristiano, sim. E o Cristiano é uma pessoa de um coração enorme.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor acha que essas empresas do Cristiano e do Marcos Valério estão envolvidas em todos esses problemas?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Cristiano a vida inteira foi publicitário de renome e de sucesso. Pelo menos, bastante conhecido e bastante requisitado. E nunca foi... Sempre foi um cara fantasticamente inteligente para o ramo publicitário e extremamente incompetente para o lado administrativo-financeiro. Não sei quando esse Marcos Valério entrou lá para a empresa dele, parece que em 1997, 1998, não sei quando, para assumir essa área administrativo-financeira. E a notícia que eu tenho é de que Marcos Valério tinha influências com o Governo desde essa época. E automaticamente a SMP&B foi canalizada para esse tipo de coisa e o

Cristiano – coitado! – foi envolvido nessa história toda. Partido políticos, essas coisas, não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não quero duvidar da sua afirmação, mas há várias menções e várias citações de que Haroldo Bicalho é doleiro. Você acha que tantas pessoas iriam inventar essa informação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Desde que aconteceu esse episódio do Farol da Colina venho carregado essa pecha, vamos dizer assim. Está dureza!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você disponibilizaria o seu sigilo bancário?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Claro, sem problema; sem problema.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, acho que essa informação é relevante e devemos solicitar a Secretaria que tome a termo essa disponibilidade do Sr. Haroldo Bicalho de abrir mão do seu sigilo bancário, porque tenho várias informações de que ele é doleiro e ele está afirmando textualmente que não é. A única ligação pela qual ele supõe que esteja envolvido nesse problema todo é essa *offshore* que ele abriu no Uruguai para adquirir couro e, sendo ele exportador para os Estados Unidos, essa seria a razão pela qual ele está envolvido.

Gostaria de passar a palavra a V. Ex^a para que talvez tenha um pouco mais de percussão nessa procura, porque estou achando muito estranho. Tenho muitas informações de que Haroldo Bicalho é doleiro e as informações que temos que andar atrás e as várias informações que temos não estão batendo.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Vou na linha complementar do Deputado Arnaldo Faria de Sá em algumas questões, com o objetivo de aprofundar. Primeiro, o seguinte: o senhor já foi sócio do Banco Rural ou teve algum tipo de relação comercial com pessoas vinculadas ao Banco Rural?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Banco Rural, não. Fui sócio, de 2001 a 2004, da RS Empreendimentos e RS Financeira, na qual até o Banco Rural é majoritário, mas nunca teve a gestão – a gestão sempre foi do Grupo Seculus. Tenho sociedade com o pessoal da Seculus desde 1989, razão pela qual fui convidado para ser sócio dessa empresa; sempre tive menos do que 10%, mas nunca participação gerencial nela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No caso específico do Grupo Seculus, qual a atividade principal do Grupo e qual a área de atuação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Grupo Seculus atua em diversas áreas. A principal delas,

durante os 45 anos de existência do Grupo, foi o mercado joalheiro, no qual nem estão participando mais. Eles têm uma grande indústria de relógio, compraram recentemente a Mondaine, a Séculos Relógios, têm muita atividade no ramo imobiliário – loteamentos, condomínios –, que é um ramo do Grupo, têm prédios em Belo Horizonte. Outra atividade grande do Grupo é na área financeira, eles têm um banco que foi comprado há 2 anos, chamado Banco Emblema, eles têm uma financeira chamada Seculus Financeira; enfim, é um Grupo grande, antigo e tradicional. Fui sócio deles numa corretora de commodities, na concessionária e na RS, na qual não participo mais.

São tradicionalíssimos em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Insistindo ainda nessa questão do Grupo Seculus, quer dizer, o senhor nunca teve participação de gestão, mas, de qualquer maneira, tinha conhecimento de que o Grupo atuava no mercado financeiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sua primeira ligação com o mercado financeiro se dá a partir daí?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Tive gestão e uma empresa junto com eles, de 89 a 96, que foi a Seculus Commodities Corretora Mercantil, que era até muito forte no mercado de *commodities*.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento de aplicações ou investimentos da RS Empreendimentos e Participações no Banco Emblema, ligado ao Grupo Seculus?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Operações de aplicações na RS no Banco Emblema? Não sei. É possível, são do mesmo Grupo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Apesar de ser do Grupo Seculus e ter participado da sociedade da RS não tem conhecimento das aplicações no Banco Emblema?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É que recebemos aqui uma série de aplicações, principalmente em títulos, da RS aplicando no Banco Emblema.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Aplicando no Banco Emblema?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Aplicando no Banco Emblema, compra de CDBs nesse mesmo período. O senhor desconhece isso?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Desconheço. Não tenho gestão.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desconhece também que tipo de aplicação faz o

Banco Emblema no mercado, quais são as prioridades. Não sabe também?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Banco Emblema é um banco pequenininho de Minas, era do Dr. Geraldo Lemos, foi comprado pela Seculus há dois anos. Só conheço pessoas lá, mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor sabe por que foi comprado o banco?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Com o intuito de a Seculus aumentar a sua participação no mercado financeiro. Já tinha a Seculus Financeira, que foi fundada, acho que em 2001, aí compraram o banco para poder crescer realmente no mercado financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eles trabalham com o mercado externo. O senhor tem notícia?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – A Seculus importa muito relógios. Se exporta, não sei. Acho que não. Exportar, exporta. Mas acho que muito pouco. A importação é muito grande porque tem indústria em Manaus. Então, importa muitos relógios. Outra coisa não. Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento se eles usaram alguma vez ou o Banco Emblema ou o Banco Rural ou alguma subsidiária no exterior para esse tipo de operação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não sei. Eu nunca tive gestão nessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No caso do Grupo Seculus, para encerrar, sua participação lá era de 10%. Em que período foi?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Era de 9,8%. De 2001...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No Séculos?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não no Grupo Seculus. V. Ex^a está falando na RS?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, no Grupo Seculus.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – No Grupo Seculus não. De 89 até o ano passado, mas foram algumas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – De 89 até 2001?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Na Seculus Commodities eu tinha 20%, depois tivemos uma concessionária Fiat, que era a Seculus Veículos, em que eu tive 13,34%, 20% da nossa parte. Depois a RS, 9,8%.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação a essas outras empresas ligadas a Seculus, o senhor participava da gestão?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Ligadas a Seculus, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E nessa concessionária Fiat?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Na concessionária, sim. Eu era diretor administrativo e financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, era a única em que o senhor participava e tinha conhecimento das...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – A Seculus Commodities eu era praticamente o gerente dela até 96. Depois eu comprei uma concessionária e foi até 99, 2000. Depois não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No caso da Fiat, V.S^a era diretor administrativo e financeiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Administrativo e financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nesse caso, também cuidava das aplicações e investimentos da empresa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Da concessionária, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Da concessionária. Ela tinha relação comercial com o Banco Rural?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não sei... A concessionária tinha conta em alguns bancos. Talvez pudesse ter conta no Banco Rural, mas não... No Banco Real, eu sei que tinha muito movimento na época. Era em Betim, a concessionária era em Betim, perto da fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E no Banco Emblema?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, no Banco Emblema, nessa época, não tinha nada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Esse banco é um banco comercial?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É um banco comercial.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No caso da RS, Sr. Haroldo, o senhor foi sócio, como explicava, de 2001 até...?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Até 2004.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nós pedimos à Junta Comercial e, segundo consta nesse documento, o senhor se retirou em 22 de dezembro de 2004...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – De 2004.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Alteração contratual. Porém, esse registro se deu em 8 de abril de 2005. Qual a razão para essa distância?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Toda empresa que é uma SA, se você faz uma alteração contratual ou qualquer coisa que é feita, até você ter as atas para colocar em registro, é normal essa demora de tempo. Toda alteração que se faz em estatuto, demora para ser registrada. Isso é normal.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nesse período, o senhor detinha 9,8% de participação. É isso?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas tinha conhecimento da área de atuação da área da RS, pelo menos?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece Enivaldo Quadrado, sócio da Bônus-Banval?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual a relação comercial que a Bônus-Banval mantinha com a RS Participações e Empreendimentos?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Relação de Bônus-Banval com a RS?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Que eu saiba, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desconhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Segundo o apurado por esta Comissão, a RS recebia valores dessa corretora. V.S^a teria como esclarecer isso?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Eu não tenho a mínima idéia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor assinou os balanços da empresa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, balanços não. A única coisa que eu assino lá é alteração. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nada mais?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas tinha conhecimento, vamos dizer... Qual é a área de atuação da RS Empreendimentos e Participações?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Consignação em folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Fundamentalmente isso?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O negócio da RS é consignação em folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ela trabalhava com corretoras?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Que eu saiba, não. Ela trabalha no Brasil inteiro, no âmbito municipal, estadual e federal, de Porto Alegre a Manaus. A empresa tem 25 filiais e trabalha com consignação a vida inteira, desde 97.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor desconhece então, especificamente, qualquer relação com corretoras e, em especial, com a Bônus-Banval?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não conhece o Enivaldo Quadrado?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento se são do mesmo Grupo, a RS – Administração e Construção Ltda.?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nunca ouvi falar nessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou insistir numa pergunta que já foi feita pelo Deputado Arnaldo. V. S^a afirmou que não tinha relação com o Marcos Valério Fernandes, que a sua relação era com o Cristiano de Melo Paz. O David Rodrigues Alves, aquele policial de Minas, afirmou, em depoimento à Polícia Federal, que sacava valores na conta da SMP&B no Banco Rural, entregava os recursos para a Sr^a Geisa na agência da citada empresa de publicidade. O senhor conhece o David Rodrigues Alves?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Conheço, ouvi todo esse comentário pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor tinha relação com ele?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, eu o conheci em 1998. Eu tinha uma empresa de engenharia, de 1997 a 2001. Quando eu tive essa empresa de engenharia, no mesmo prédio, tinha um amigo meu que tinha uma empresa lá e esse David trabalhava lá. Foi quando eu o conheci. Constantemente, eu estava no escritório desse amigo meu e eu o via lá. Foi quando eu o conheci. No fim de 2002, a gente estava fazendo *trail*, algum evento em que eu estava com o Cristiano, ele tinha me consultado se eu conhecia alguém que pudesse fazer transporte de valores e tal. E eu falei: “Tem um cara que trabalhou com um amigo

meu. Posso procurar saber sobre ele.”. Procurei saber se se tratava de pessoa boa, de pessoa idônea, era um policial, indiquei, coloquei os dois em contato, não me lembro se um com o outro ou se o outro com o um. Nem sei se depois vieram a fazer algum negócio. Agora, fui surpreendido com essa confusão e pensei: que rolo foi esse em que o David se meteu?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quando o senhor fala em transporte de valores, o que era na época? O que seria esse transporte de valores? Era, enfim, pegar dinheiro em espécie...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não sabia. Agora que fiquei sabendo que era sacar dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor sabia que ele transportava valores, que o David...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nessa outra empresa ele era segurança, motorista, era um faz tudo, era uma empresa pequenina.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas quando o Cristiano falou, desculpe insistir nisso, é por causa dos depoimentos na Polícia Federal, quando o senhor fala em transporte de valores, por que indicar o David? Ele trabalhava numa empresa pequena, era policial...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É porque ele me perguntou se eu conhecia alguém para indicar, alguém que fosse de confiança. Aí fiquei sabendo dessa pessoa, que era policial, e indiquei a ele. Agora, qual a finalidade que ele queria na época eu não sabia, agora é que fiquei sabendo. Duvido até que ele soubesse na época.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O David prestou algum serviço ao senhor?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Aqui vou insistir, apesar do senhor já ter comentado. O que estamos investigando é a relação do Marcos Valério. Há questões que, claro, relacionam-se em função das atuais investigações em que o senhor está... Enfim, neste momento, está numa condição de investigado junto à Polícia Federal. Só para insistir, o senhor responde a algum processo por remessa ilegal de valores para o exterior?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Tem um inquérito na Polícia Federal sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só inquérito, não há processo?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É um inquérito que está na Polícia Federal, oriundo da operação do Banestado, a que estou respondendo. O assunto é esse.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E, apesar de o senhor ter essa relação com a RS Empreendimentos e com a Seculus, que trabalhavam também no mercado financeiro, alguma vez o senhor trabalhou com casa de câmbio? Contratou serviços de casa de câmbio?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não teve nenhuma relação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Com relação a essa relação, apesar de o senhor desconhecer a Bônus-Banval, o senhor tem alguma relação com a Barcelona Tour? Conhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, ouvi falar agora desse tal de Toninho.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E sua relação com o Cristiano de Melo Paz era só uma relação pessoal ou tinha um caráter comercial também?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não. Era pessoal, antiga. Na época, toda semana a gente saía junto de moto. Um cara fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Então, eu vou lhe perguntar, só para constar. Primeiro: há um depósito, um valor recebido por V. S^a, por parte do Cristiano de Melo Paz. O senhor se lembra disso? Tem conhecimento?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Um depósito dele? De que valor?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Dele, na sua conta. Um valor antigo.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Em minha conta?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Em sua conta, segundo a quebra de sigilo dele. Estou lhe passando em função da quebra de sigilo nas contas dele. É uma conta...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Dê-me a data e o valor, para ver se eu tenho uma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A que eu tenho registro aqui é de 15 de março de 2001, R\$41.230,00.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Quinze de março de 2001?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– De 2001. Isso, de acordo com a quebra de sigilo das contas bancárias do Cristiano.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Quarenta mil reais, ele pagando para mim?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pagando para o senhor.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Pode ter sido alguma motocicleta que eu vendi para ele, alguma coisa desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Um pagamento em cheque.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O Cristiano pagou para mim?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tipo de documento: um cheque, 8058, conta final 0910.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Pode ter sido uma moto ou um quadriciclo. Zero nove um zero é conta minha.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É um depósito nessa conta. Por isso que eu estou lhe perguntando...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É a conta do Bank Boston. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu não estou, eu não li, é esse extrato aqui. É que não consta, só tem o número da conta e da operação.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Está errado aqui, é 33671910. Troca esse número para três.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer que o senhor não lembra. Ah! Está aqui o banco e o código.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Aqui é três, tá?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor não lembra o que poderia ser essa operação aqui?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Tá. O senhor tem informação de o Cristiano ter trabalhado com casa de câmbio, remessa de recursos para o exterior?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Do Marcos Valério?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, vi essa confusão que eu vi pela mídia, que todo mundo ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor desconhece qualquer operação que possa ter feito. Em algum momento eles procuraram a sua consultoria em relação à aplicação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Investimento.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, eu nunca tive relação comercial com eles.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E o senhor tem notícia de eles terem procurado a RS Empreendimentos para algum tipo de operação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Até onde eu sei, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E com o Banco Emblema?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Se eles têm alguma relação com o Banco Rural ou Emblema.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Como o Banco Rural parece que sim, eles eram clientes há muitos anos, inclusive o Banco Rural é cliente deles, não é? Quer dizer, era uma agência do Banco Rural. Eles tem uma relação com o Banco Rural boa de clientes e dessa confusão aí não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor conhece Geiza Dias?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Geiza é a que apareceu aí ainda agora. Inclusive eu não conhecia a Geiza, estive com ela há pouco tempo e a reconheci. Tem uma festa que a gente faz uma vez por ano em Belo Horizonte, que é um jantar beneficente, e todo ano ela vai, porque a turma SMP&B compra convite e ela vai. Aí eu a conhecia há pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E a Simone Vasconcelos.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, não, a primeira vez que a vi foi aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Vou lhe fazer algumas perguntas aqui com relação às chamadas das quebras dos sigilos que tivemos. Por exemplo, chamadas originadas por Adriana Fantini Martins ao senhor. Eu vi que o senhor afirmou que...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Adriana eu conheço, é a secretária do Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É a secretária do Cristiano?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Tá. Simone Fantine. Chamadas para o Cristiano, evidente? Fim da sua relação com ele.

Chamadas da DNA Propaganda.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Cristiano era sócio lá, ele poderia estar lá e ter ligado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Chamadas, o senhor disse que não tem relação com Marcos Valério, não é?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E chamadas a partir do Marcos Valério?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Dele para mim?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dele.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, pode o Cristiano estar junto com ele e usou o telefone dele. Muitas ou não?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não. São quatro. E no telefone do Marcos Valério. Chamadas da SMP&B Comunicação.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Pode ter sido, eu, o Cristiano, Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eram só funcionários, quer dizer, mas esse volume de ligações é só por natureza pessoal?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Sim, eu sempre tive um relacionamento bom com ele, o Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Porque é uma coincidência o que eu vou lhe perguntar. Justamente no período de saques e depósitos na conta do Duda Mendonça, são com datas as ligações ao senhor. São 164 ligações. Por isso eu estou lhe perguntando.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Cento e sessenta e quatro?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, da SMP&B.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É a gente falava, mas nem tanto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois é, o senhor registrava no telefone, principalmente no ramal aqui, o principal, deve ser 9972-9977.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O meu número.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É o seu número? Desculpe. Da SMP&B: 9981-0581.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Telefone do Cristiano, 9981-0581. É isso vai ter a vida inteira, desde antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– 9954-7758.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É a que tem um número expressivo. Depois 9954-8313.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– 9954-7758. Aquele mesmo.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Também não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– 9954-8207.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– 9954-8273.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Também não conheço.

PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nós estamos investigando, talvez sejam telefones, ramais de PABX.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – 9972 é meu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Então, o senhor acha que é mera coincidência também. Quer dizer, são as chamadas do Cristiano.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – 9972 é meu.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Não, não, nas chamadas sim, desculpe, mas eu digo das... dos números que fizeram as chamadas, não que receberam. Quer dizer, não...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – 9981-5101 é o telefone dele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Quer dizer, seria mera coincidência então também. Não há nenhuma relação de ordem comercial, de tratamento de remessa de recurso ou coisa parecida?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Tá. Chamadas dessas pessoas que receberam do senhor: Adriana, enfim, fica explicado; da SMP&B o senhor ligava para o telefone do Cristiano?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Muito mais para ele. Do meu para ele com certeza dele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Telefone 3247-6622.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Esse telefone é da SMP&B, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Não, por isso que nós estamos investigando também, eu estou lhe perguntando.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Eu acho que é da Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Da dela. Um que vinha a chamada para o senhor, mas tem ligações suas para 9954-7758.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não conheço esse número.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– São chamadas, porque tem várias chamadas desse número para o seu telefone. Têm chamadas do seu telefone para o seu número.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É delas lá?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Por isso que eu estou lhe perguntando, também não tenho essa relação.

E 9954-8313?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Com relação ao Sr. Jader Kalid Antônio, quer dizer, qual é a sua relação com ele?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Mais sei quem é do que conheço. E há pouco tempo estive com ele. Teve um encontro de moto em Tiradentes, foi a última vez que eu vi. Estive com ele lá, então, mas não tenho relação com ele não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Quer dizer, nenhuma de ordem profissional, comercial?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Um senhor chamado Joseph Baka?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Uma pessoa diz que é muito conhecida em Belo Horizonte.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Não conhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– O Sr. João Bosco?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – João Bosco, o que mais?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Só esse nome. Também dizem que é uma pessoa muito conhecida em Belo Horizonte e que trabalha com o Banco Rural, com o Trade Link e IF Rural, Rural Internacional e Rural Europa.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – João Bosco?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– O senhor não tem relação com ele também?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Tem que saber qual João Bosco é.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Enfim, mas o senhor tem algum João Bosco que o

senhor conheça que tenha relação com esses bancos que eu lhe falei?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Com o Rural, Trade Link, etc? Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com o If Rural o senhor conhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Rural Internacional?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E Rural Europa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com esses bancos também o senhor jamais teve qualquer tipo de relação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, só com o Rural.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, com o Banco Rural em função da..?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Só de amizade mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com quem no Banco Rural?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Conhecia muito o José Augusto que faleceu, a esposa dele é amiga da minha. Quem mais, aí é gente de agência, não tem relacionamento assim não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desculpe, claro, é natureza pessoal, e qual é a razão do senhor ter saído da RS Empreendimentos e Participações?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Com essa vinculação do meu nome com o Banestado, com CPMI, com essa confusão eu ter sido preso, ficou uma situação chata para mim em relação a eles. Então, eu estava, de uma forma ou de outra, envolvido numa confusão que eu caí de pára-quedas nela e fiquei chateado e me senti assim na obrigação de sair. Eu estava achando que o meu nome estava ferindo a imagem deles, embora eu não participasse de nada, não tinha gestão, não tinha nada, mas ficava chato para mim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor já teve contato com S. Silva Pereira, que foi Secretário-Geral do PT?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Esse das confusões aqui?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Delúbio Soares?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nunca.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Porque aparece aqui na quebra do sigilo telefônico dele quatro chamadas para o senhor, do Delúbio.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Delúbio para mim?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Para o senhor.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, por isso que eu estou lhe perguntando.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Delúbio para mim?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No telefone 9972-9977.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, impossível.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Em 23 de julho de 2002, 23 de julho, todas quase no mesmo dia.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Delúbio?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por isso que eu estou lhe perguntando, enfim.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu tenho uma pergunta para fazer para o Delúbio depois, porque estou me baseando na quebra do sigilo telefônico do Delúbio Soares.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por isso que eu estou lhe perguntando, porque é o mesmo Delúbio que está sendo objeto de investigação.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Depois eu até lhe passo, sem problema.

Com relação até, seria importante se o senhor puder me ajudar entender. O senhor trabalhou com área de agência de viagem, compra de passagem aérea?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Constantemente compro passagem aérea.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, para uso pessoal das empresas?

O senhor trabalha com uma agência chamada From Brazil?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, trabalho com a Porto Velho Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece a agência From Brazil de Belo Horizonte?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não. From Brazil de Belo Horizonte? Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O endereço é na rua Cristina, bairro Siom, um bairro de Belo Horizonte.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não conhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não conhece, não tem a menor relação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – From Brazil não.

Trabalho com a Porto Velho Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Porto Velho Turismo, essa empresa trabalha com câmbio também?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, que eu saiba não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, o senhor afirmou para o Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu lhe perguntei do mercado financeiro, mas, enfim, em função desse procedimento da Polícia Federal, pelos dados da Polícia Federal, por isso que eu insisto, quer dizer, consta lá na investigação que o senhor trabalha com mercado de câmbio, trabalha com dólar. O senhor afirma que não opera?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não opero.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem algum empregada chamada Adriana e Januária?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Adriana e Januária?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nenhuma.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Já tive uma empregada chamada Adriana, mas a 15 anos atrás. Ela era secretária, não tinha nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, não confirma?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E nenhuma pessoa em momento algum usou o seu nome para trabalhar no mercado de câmbio?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Que eu saiba não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não também.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Usar o meu nome claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nem de suas empresas que o senhor tivesse participação?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E com relação a Zilmar Fernandes, que é sócia do Duda Mendonça, quer dizer, o senhor também não tem nenhuma relação com eles?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E já ouviu falar nessa conta Dusseldorf?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Agora pela imprensa, noticiado um mês, sei lá, ou dois, para cá.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A sua relação com Alberto Youssef? Conhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desconhece?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Já ouviu falar, sabe de Japa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Por mídia, há anos, fala-se nele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E de uma pessoa ligada a ele também chamada José Humberto?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E não tem notícia, quer dizer, dessas pessoas da relação da RS Empreendimentos ou do Grupo Seculus ou do Banco Emblema, que, em algum momento, tenham sido investigados com lavagem de dinheiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, com certeza não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E nesse período estavam na RS Empreendimento e Participações, quer dizer, o senhor tem registro

de alguma ação, alguma representação por parte do Banco Central?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, em relação à empresa lá? Não. Talvez uma fiscalização de rotina, o que é normal, mas que eu saiba não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dessa empresa do Uruguai, só para anotar o nome, é Riddox.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Riddox.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual é o nome do procurador dessa empresa?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Quem assinava junto comigo?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Isso.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Eu e Paulo Roberto Grapiúna Lima.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Grapiúna?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Paulo Roberto Grapiúna Lima.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O Grapiúna é daqui?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E quem era o procurador lá no Uruguai?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, lá não tinha procurador.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quem foi o cara que fez a conta?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – O senhor falou que tinha um procurador. Procurador seria o Paulo, é o Victor Reynoso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Victor...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Victor Reynoso, que é o cara que montou a empresa para mim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor sabe se tem alguma relação com a Liger, uma empresa no Uruguai? Liger S. A.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Liger? Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Esfort Trading?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Atenas Trading?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Bye-Bye Brasil Trading?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não. Todas essas são do Uruguai?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – São. E o senhor teve alguma operação ou tem conhecimento da RS ter trabalhado com uma instituição financeira no Uruguai chamada Externa IF Rural S. A.?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – A RS? Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Do Banco Rural, o senhor não tem conhecimento nenhum, até porque o senhor não tinha participação. A RS tem participação no Banco Rural, não?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – É uma empresa do banco, não sei qual, se é o banco, se é a seguradora do banco, alguma empresa do banco é detentora de 51% da RS. Não sei qual empresa do banco.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor não lembra também?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Ou é a seguradora ou o Banco Rural, não sei qual que é sócia da RS.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vou lhe perguntar... Por fim, só para... Em algum momento, o senhor se apresentou como consultor financeiro?

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E com o Ramon Hollerbach, o outro sócio do Marcos Valério, o senhor tem alguma relação ou só de natureza...

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Social e bem pequena. A minha esposa conhece a esposa dele, que é a Lica, e só.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está certo. Fundamentalmente é isso. Dessas empresas já lhe perguntei. Depois passo esses telefones do Delúbio, se o senhor puder fazer a gentileza de verificar. Enfim, se o senhor puder nos passar alguma informação. Da nossa parte, são esses os questionamentos. Agradeço. E daí vamos passar para a segunda etapa do depoimento. Agradeço também ao Dr. Luís, pai e filho, pela presença.

O SR. HAROLDO BICALHO E SILVA – Sr. Presidente, gostaria de requerer a V. Ex^a uma cópia da decisão do Supremo, do...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Do salvo-conduto? De qualquer maneira, como foi dirigido ao Presidente da CPMI, consulto e depois posteriormente encaminhamos. Está bem?

Está encerrado e, na seqüência, vamos ouvir o Sr. Jader.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Declaro reabertos os trabalhos para a oitiva do Sr. Jader Kalid Antonio, que se encontra acompanhado do seu advogado Dr. Ronaldo Garcia Dias.

Inicialmente, Sr. Jader, consulto se o senhor gostaria de fazer algum esclarecimento sobre as suas atividades pessoais ou apresentar um perfil sobre o seu trabalho. Por favor.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Sou consultor financeiro, sempre fui do mercado financeiro em Belo Horizonte, trabalhei em bancos, corretoras, trabalhei em mesa de ações, no mercado de *open marketing*, mesa de bolsa e de carteira de *open* também, na época. Depois montei uma *factoring* e, nos últimos quatro anos, montei uma consultoria financeira.

Então, é basicamente isso. Conheço bastante o mercado financeiro porque, desde o meu primeiro emprego, atuei nesse mercado. Então, sempre tive muita habilidade para mexer principalmente no mercado de ativos financeiros. Sempre dei boas consultorias, então, consegui até fazer uma carteira boa de clientes pelo bom resultado do meu trabalho. Então, é basicamente isso o meu serviço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Antes de senhor prosseguir – acabei invertendo –, eu pediria, Sr. Jader, que assinasse o termo de compromisso, por favor. (Pausa.)

Então, quer dizer, a atividade de V. S^a é como consultor financeiro. Desculpe-me a objetividade de perguntar isso: o senhor se considera doleiro ou já trabalhou com remessa de recursos para o exterior?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Pois é, foi divulgado aí na imprensa que eu seria doleiro. Eu não tenho atividade de doleiro. Eu recebo consultas de várias formas de investimento. Mexo com gente que mexe com dinheiro, geralmente empresários, a grande maioria empresários e pessoas físicas. Agora, não posso ser taxado como doleiro porque eu não tenho aquele serviço de leva e traz de dinheiro, fácil câmbio. O mercado todo mundo sabe que é lotado de... todo lugar tem doleiro. Então, existe uma procura. Acho que pouca gente no Brasil nunca entrou numa casa de câmbio, porque existe esse mercado paralelo. Até o Banco Central divulga! Dizem que o Banco Central tem até *dealer* no mercado de câmbio no Rio e em São Paulo.

E o mercado financeiro de Belo Horizonte é muito pequeno, é muito restrito, porque Belo Horizonte é uma cidade que... ela funciona basicamente... é uma

cidade de quase três milhões de pessoas, mas funciona com 250 mil pessoas. Então, é uma cidade que tem pouca gente de fora, então, acaba todo mundo se conhecendo. E aí a gente vai fazendo nome. O nome em Belo Horizonte é muito importante. A tradição do nome, a tradição da família é importante lá em Belo Horizonte. Então, por consequência, a gente recebe muita consulta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor tem alguma empresa... que o senhor faça... que o senhor trabalhe, a sua atividade?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Tenho a Panorama Consultoria Financeira. Montei essa empresa, é uma empresa pequena, com três funcionários, mas em julho eu saí de férias – sempre saio na segunda quinzena de julho. Aí quando voltei, o Marcos Valério soltou meu nome na imprensa. Aí eu virei igual um leproso, ninguém queria me ligar mais, entende? Ninguém queria me ligar achando que eu estava com o telefone grampeado, porque Belo Horizonte é pequena, como te falei. Todo mundo achou que... Lá em Belo Horizonte, sai seu nome no jornal, se é para coisa ruim, todo mundo te isola. Eu era requisitado, assim, para tudo quanto é evento social, e nem para velório eu estava sendo chamado nesses últimos três meses. Até o pai de um amigo meu morreu, tem uns dois meses, e fiquei sabendo agora. Ele nem me chamou.

Então, eles montaram essa operação de... o Marcos Valério falando que tinha me passado um determinado valor, que não procede. Fiz um estudo mais ou menos sobre isso, e essa conta não fecha de jeito nenhum. E eu já fiz estudo sobre esse mercado de câmbio, já estudei muito esse mercado de câmbio porque... Acho que é até um fato novo, que pouca gente divulga isso, sabe? Depois do Plano Collor, os títulos ao portador sumiram, acabaram os títulos ao portador e os cheques ao portador. E o País sempre funcionou com uma compensação paralela muito grande. Ou seja, antes disso... Um exemplo, vou dar um exemplo prático, que eu já vi no mercado, que é comum e todo mundo já viu. Quem falar que não viu está mentindo, porque... Por exemplo, antes você vendia um imóvel – a gente está no mercado financeiro e percebe isso muito fácil –, você vendia um imóvel de, um exemplo, R\$500 mil. Você pagava 250 por dentro e 250 por fora. Aí quem vendia, quem vendia recebia e ligava para o gerente lá no banco, por exemplo, e falava: aplica 250 mil ao portador, 250 mil nominal. Então, o dinheiro ficava ali no banco. Uma parte declarada e outra não declarada.

Depois do Governo Collor começou a haver muitos saques do banco e o pessoal que tinha o dinheiro não declarado ia para ativos reais e ativos financeiros não

declarados, ou seja, ia para... comprava ouro, dólar, papel moeda e comprava bens ou começava a reinvestir no mercado. A partir daí, houve um movimento muito grande, mas muito intenso, muito intenso mesmo, que foi... todos os grandes... começaram com os grandes bancos. Os grandes bancos imediatamente... Porque o banqueiro vive de quê? Ele compra e vende dinheiro o tempo todo. Todos os bancos montaram a divisão internacional. Por quê? Aí os gerentes começaram a investir, a visitar os clientes que tinham o dinheiro não declarado e faziam a proposta de abrir uma conta lá fora, mantendo o dinheiro na própria instituição, só que na divisão internacional. Era a área *private* do banco, justamente para não deixar o dinheiro sair dela, da instituição. Aí desencadeou todos os grandes e médios bancos abriram área internacional. Depois até os pequenos bancos também.

Esse movimento não é muito visível, mas eu percebi muito. Foi um movimento muito forte. O que aconteceu? Aí mudou o perfil de quem tem conta lá fora. Antes quem tinha conta lá fora eram os grandes, os grandes investidores, os grandes caixas dois. Aí mudou o perfil para classe média alta, teve a oportunidade de abrir contas no exterior a partir de US\$50 mil. Esse é um movimento que foi muito intenso e ficou em *off* porque fazia... Isso é uma rotina no mercado financeiro, esse movimento de... Porque o banco arrumou uma forma... Aí, na época, o dólar era um por um, houve uma valorização muito forte e atraiu muito esse tipo de investidor. Então, as carteiras na área internacional cresceram muito, mas não declaradas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, não declaradas para a Receita e para o Banco Central?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Como já não era quando era título ao portador em real. Só houve uma conversão para dólar, mantendo investimento... E isso era muito lucrativo para os bancos, sabe por quê? Porque os bancos remuneraram conforme o valor que você investe nele. Então, você investe pouco, o banco te remunera menos. Ou seja, ele tem um *spread* maior, formando uma carteira grande de pequenos clientes. É lógico que aumenta a rentabilidade do banco muito.

Então, esse mercado é muito concorrido. Esse mercado que trabalha em *off* não é muito visível, mas é muito concorrido e é muito grande. Ou seja, o perfil de clientes de médio porte de contas no exterior é muito maior do que a gente imagina. Mas era a alternativa.

Por isso que eu acho que o senhor, como Deputado... acho que vocês têm que estudar muito aquele plano de anistia, porque existe uma conotação de quem tem dinheiro lá fora está envolvido com dinheiro sujo. E lá fora não existe essa conotação. Dinheiro sujo

é dinheiro de tráfico de drogas, de tráfico de armas e, depois do 11 de Setembro, de terrorismo e de... Hoje está muito em... está muito visado o dinheiro de desvio público. Que não era também antes, porque na Suíça eles aceitavam muito... qualquer tipo de dinheiro. Mas ficou muito visado esse tipo de dinheiro.

Lá nos Estados Unidos, depois do 11 de Setembro, para você ter uma idéia, nos Estados Unidos existe caixa dois, muito caixa dois também, só que não existe conta laranja, não existe conta fantasma. O caixa dois, nos Estados Unidos, só para exemplificar, o caixa dois, nos Estados Unidos, ele girava na mala, papel moeda na mala. Depois do 11 de Setembro... Antes do 11 de Setembro, o cara, o empresário que tinha caixa dois fretava um avião, ia para a Suíça e depositava em dinheiro na Suíça. E tinha uma fila de banqueiros esperando ele. Ele só avisava lá, falava: estou chegando aí. Tinha uma fila de banqueiros – isso no mercado americano – esperando ele para depositar milhões de dólares. Depois do 11 de Setembro, não levanta nem uma pipa sem ser fiscalizada, nem uma asa delta levanta sem ser fiscalizada nos Estados Unidos. Aí o caixa dois lá ficou lá dentro, e houve um tipo de anistia. Nos Estados Unidos houve um tipo de anistia de dinheiro, em espécie, para ficar lá dentro. Quer dizer, foi uma medida inteligente.

É por isto que, assim, só para concretizar... só para definir melhor, eu acho que a gente tem que estudar essa hipótese de uma anistia do dinheiro não declarado, se o cidadão aqui comprovar que ele é um cidadão de bem.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos lá. Apesar da consultoria, vamos voltar ao nosso fato concreto aqui.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Mas é basicamente isto, é uma parte do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Entendi, mas, até em função disto, como é que o senhor operava, por exemplo, no caso de Minas Gerais? Fique à vontade, não há problema, mas há algumas questões fundamentais que teremos que passar.

É até interessante, por essa observação... No caso lá de Belo Horizonte, o senhor disse que o mercado era pequeno, praticamente todos se conhecem ou sabem da existência – não significando que tenham relação. Como era feita essa operação? O senhor utilizava os bancos mineiros, por exemplo, para esse tipo de operação no exterior? Abria-se uma conta usando uma agência no Brasil...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Não se abria. Isso aí partia do gerente do *private bank*, o gerente da área internacional, a partir da qualidade de cliente que tinha o dinheiro não declarado e tinha...

estava sacando e estava na iminência de sacar, ele oferecia esse tipo de abertura de conta. Mas, assim, foi um produto... Eu acho que quem iniciou, inclusive, quem iniciou isso e foi muito ativo nesse mercado foi o Boston. O Boston foi muito ativo nesse mercado porque ele fez um *marketing* muito bonito no Brasil, na época, como um grande banco – e, na época, nem era um grande banco no mercado americano –, e ele desenvolveu esse produto.

Aliado a isso, na época, houve também muita corrida de bancos. Existia muita boataria, existia um risco sistêmico de vários bancos quebrando no mercado financeiro. Aí houve essa atração também para os grandes bancos, tanto na área internacional quanto na área nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, mas, por exemplo, como Consultor, o senhor recomendava isso aos seus clientes?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Isso não partia de mim, não. Eu não tinha nem interesse em recomendar porque não havia remuneração para mim. Isso partia dos gerentes da área internacional, investindo direto. Agora, a logística para isso partia também dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E, no caso de Minas, no caso específico, por exemplo: o Banco Rural fazia esse tipo de operação também?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. No Rural eu não sei. No Rural eu não tenho conhecimento, não. Os grandes bancos, sim, com certeza, mas isso não existe determinado banco. Todo banco que tenha divisão internacional pratica esse tipo de... tem esse tipo de produto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor sabe que o Banco Rural tem um banco... o Banco Rural Europa tem uma relação comercial com bancos estrangeiros?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Tem, porque o Banco Rural está na faixa de banco médio. Então, partiram dos grandes bancos, depois os médios e alguns pequenos também.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer, o Banco Rural, então, também trabalha com esse tipo de operação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É bem provável que trabalhe.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu perguntei isso, enfim, já que o mercado é pequeno em Belo Horizonte e há esse relacionamento, eu pergunto se isso seria um nicho a ser explorado pelos bancos?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, mas aí é que está... Esse tipo de... O critério para escolher um

tipo de investimento desse é o critério de segurança, a princípio, primeiro ponto. Depois, remuneração; primeiro, segurança. Você analisa a segurança pelo porte do banco, pelo *reach* deles, pelo risco menor que o banco te dá, porque esse é um perfil de investimento a longo prazo, não é um perfil de... Esses bancos, inclusive, não abrem contas para movimentar, a pessoa movimentar, trazer e mandar dólares, não; eles abrem para investimento mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas esse tipo de operação é comum? Se precisar fazer uma compensação, vamos dizer, libera-se, transfere-se o crédito que está lá fora e libera o recurso aqui no Brasil, é isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É... aí tem que ser através de doleiro, no caso. Na realidade, tem alguns bancos que faziam o papel de doleiro. Isso, na realidade, é um papel de doleiro. Ele praticava, tirava o real, convertia e fazia uma remessa. Às vezes, o próprio banco tem um cliente do próprio banco que quer, precisa trazer US\$50 mil – um exemplo – e o outro está lá dentro querendo mandar. Ele faz o cruzamento interno.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por exemplo, o Marcos Valério faz isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não... Eu queria deixar claro que eu não conheço o Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu já vou perguntar... Foi por isso que perguntei, enfim, mas já vou chegar lá. O Marcos Valério, o senhor não sabe se ele faz isso, mas o Banco Rural faz esse tipo de operação? O senhor tem conhecimento?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É bem provável que faça, porque está na linha de... Porque, se ele tem área internacional, ele deve praticar esse tipo de operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor tem notícia de algum cliente seu, alguma pessoa que lhe consultou que tenha feito esse tipo de operação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Essa linha de clientes não era a minha especialidade, não, porque eu também não era remunerado por isso, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Então, por que o Marcos Valério cita a sua empresa, a Panorama?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, ele citou a minha empresa e ele citou a minha empresa como... Essa montagem que o Marcos Valério fez, ela não fecha em hipótese alguma. Primeiro: ele jogou um valor – parece-me que é de aproximadamente de 10

milhões – que eu teria recebido como consultor financeiro a pedido do publicitário Duda Mendonça, que eu não conheço e não... não tem jeito de... eu não tinha o menor contado com ele, nem com a sócia dele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só para lembrar, o Marcos Valério, de forma taxativa, afirmou que ele foi indicado pelo Duda Mendonça e pela Zimar Fernandes de Souza, com o objetivo de operacionalizar o pagamento no exterior das dívidas de publicidade do PT com as empresas de Duda Mendonça. Ele foi taxativo nisso.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É... mas eu acho que o Marcos Valério está com uma coleção de notícia falsa, então, eu nem considere isso, não. Ele está com uma coleção grande, muito grande. Eu nunca tive um contato pessoal com o Marcos Valério. O Marcos Valério para mim era uma sombra lá em Belo Horizonte, para maioria das pessoas. Ele não ficava muito... A gente ia em eventos sociais e... nunca tive um contato com ele, pessoal, nem no meu escritório, nem na empresa dele e nem em eventos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nunca o senhor falou com ele ou com sócio dele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, com o sócio já. Com o Ramon e com o Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E qual o tipo de trabalho que o senhor tinha com os sócios?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Cristiano, ele estava num período... Assim, eu não tenho datas precisas, mas entre... no ano de 2000, mais ou menos, dois mil e pouco, ele estava muito endividado no mercado. E eu fiz... Eu tinha uma *factoring*, ele me consultou, eu fiz uma consultoria para ele, indicando algumas *factorings* e algum... Eu fiz um levantamento dos bens dele, como ele poderia saldar aquelas dívidas. Ele estava muito endividado por quê? Porque ele era um gastador nato, ele sempre... era aquele perfil de empresário que gastava antes de receber.

E o Ramon é uma pessoa também mais ponderada, ele nunca esteve endividado, mas sempre teve contatos comigo...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas com o Marcos Valério o senhor teve contato pessoal ou não?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – De forma alguma. Nem com o Marcos Valério, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nenhum encontro junto com o Cristiano ou com o Ramon?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, nenhum encontro, com o Cristiano nem com o Ramon.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Então, por que ele ia criar essa história? Qual a intenção dele em colocá-lo nesse circuito?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu tenho uma suposição para isso que é a seguinte: na realidade, houve uma consultoria quando... Eu tenho duas hipóteses pra isso: o Marcos Valério... o Ramon me consultou uma operação de R\$2 milhões, na época, sendo para o mercado... para o mercado exterior, para fazer uma transferência internacional. Eu achei o valor muito alto e sugeri para ele fazer em torno de R\$500 mil, dentro dessa linha, porque eu tinha conhecimento de que alguns bancos poderiam sugerir pra ele algum tipo de... algum cliente querendo trazer, e ele mandaria. Porque, na época, os grandes doleiros do País estavam sendo fiscalizados. Então, eu falei: é muito risco você entrar no mercado de dólar, de doleiro, porque está havendo uma fiscalização. Eu não me recordo se já tinha ocorrido a Operação Farol da Colina, se foi antes ou depois. Realmente eu não me recordo. Mas já existia a CPMI do Banestado, que estava fiscalizando os grandes doleiros. Aí, na época, eu sugeri a ele evitar contatos com doleiros.

Agora, existe... eu suponho que essa operação de dez milhões que ele tinha que pagar para o Duda ele estaria... ele já teria feito referente a oito milhões e faltariam dois milhões para remeter. Ele estaria com alguma dificuldade. Ou ele estaria querendo... Na realidade, pelo que eu vi pela imprensa, aquela operação que foi feita para o Duda foi uma simples operação de doleiro. Ele foi trocando no mercado e mandando pra ele, pelo que eu vi na imprensa, que está bem picado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois é. Então, por que a Zilmar afirma que o senhor é que era o contato para pegar os recursos?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Ela não afirmou isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Desculpe. Para fazer a... Era o Davi, e para fazer o repasse dos recursos?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Pois é... Por isso é que não fecha, porque o policial Davi, eu nunca tive nem o menor contato com ele, nem por telefone, nem pessoalmente, então ele jogou... A minha hipótese é que ele estaria acobertando alguém... Porque nesse mercado é o seguinte: se ele tem operação internacional, se eu conhecesse a operação internacional dele, ele nunca falaria meu nome, porque ele tem que blindar a operação dele, ele tem que proteger a operação dele. Isso é uma prática normal. Se eu conhecesse a operação dele, ele não falaria meu nome em hipótese alguma, ele ia montar outro tipo de... ele ia fazer outro tipo de montagem para tirar meu nome

do... não aparecer meu nome, em hipótese alguma. Ele estaria na minha mão, assim... se eu fosse intermediador de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, mas eu insisto. Por que aparece seu nome, então? Tanto através da conexão do Davi quanto pelo Marcos Valério? Qual a razão? O senhor entrou com alguma interpelação? Está representando ele ou não?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Eu suponho que seja isso, ele estaria acobertando alguém...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quem? O Haroldo Bicalho?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não sei.

Eu não sei. Alguém que operou a conta dele. Porque, com certeza, ele tem operações internacionais. Agora, quem seria a chave para desvendar isso seria algum doleiro que tinha, que teria contato com ele, pessoalmente, alguém que fez remessa para ele, porque...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor conhece alguém, já que o mercado é pequeno, todos se conhecem em Belo Horizonte?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O mercado é pequeno, o mercado é pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois então, o senhor tem alguma suspeita, tem algum nome?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Em Belo Horizonte, existiam dois grandes doleiros, e o resto era pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quais eram os dois?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Os dois que foram... que estavam na lista da Operação Farol da Colina mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É que eu não estou com os nomes aqui, Sr. Jader. O senhor lembra os nomes?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, como eram os nomes dos... Quer dizer, os nomes a gente sabe, mas eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não tem problema. Aí é difícil...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Acho que é ruim a gente falar nomes, mas porque está na imprensa os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois é, mas é por isso que estou pedindo a contribuição do senhor. Eu não estou com os dados aqui, e é importante constar. Quer dizer, é da maior importância, porque o senhor afirma que o mercado é pequeno. Essa é a colaboração...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O mercado lá é muito pequeno, muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não vejo problema nenhum.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Belo Horizonte não tem giro. Hoje o mercado é concentrado, 70% nesse mercado, em São Paulo, 20% no Rio e o resto pulverizado no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas voltando: quais seriam os dois nomes então? Farol da Colina. Até porque, se já foi publicado, não há problema de ordem criminal nenhum para o senhor também.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, pela imprensa, é... A gente não pode ser leviano, mas se trata de falar nomes. Eu não gostaria de falar nomes, mas foi publicado em toda a imprensa os grandes doleiros do País.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas quais são? O senhor lembra de ter lido na imprensa, então, pelo menos? Quais são os nomes?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu não lembro o nome da empresa do... Como é que chama a empresa do Haroldo?

O SR. (Orador não identificado) – O nome dela eu não sei, com a qual ele operava eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas quais são os nomes que o senhor lembra? Algum indício? Alguma inicial? Alguma referência? Isso é da maior importância também, quer dizer, o senhor que é do mercado, conhece o mercado pequeno em Belo Horizonte...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Mas é muito chato falar nome, porque...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor não está emitindo juízo, é um fato. É isso. É um fato. É essa informação. Eu lhe asseguro: não há intenção nenhuma de nenhum procedimento de natureza criminal com o senhor em função disso. De forma alguma. É um fato. Quer dizer, o senhor é do mercado, conhece, por isso que a gente gostaria que o senhor declinasse, porque nos ajuda na investigação.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Na realidade, eu não sei se eles eram os operadores dele, mas os dois maiores estavam na Operação Farol da Colina.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas quais são?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, era... Quem foi preso no Farol da Colina, na Operação Farol da Colina, foi o Haroldo e o outro – eu não recordo o nome –, e o outro é o Camilo com o... Mas eu não sei se também... Eles estavam vendo. Isso não é fato... Isso é um fato público. Não sou eu que estou...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, mas, de qualquer maneira, o senhor fala, quer dizer, o mercado era concentrado em dois grandes doleiros em Belo Horizonte. É isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, basicamente sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quem são os dois? O Haroldo e o Camilo.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Haroldo é o Haroldo Bicalho. E o Camilo, o senhor tem o sobrenome dele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Haroldo é do Grupo Seculus, não é? O Haroldo Bicalho. E o Camilo, eu não sei o sobrenome dele, não. Eu não tinha nenhum tipo de relação com ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Antes de avançar... Quer dizer, no caso do Grupo Seculus, esse grupo trabalha também com remessa de recurso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Esse grupo é um grupo do mercado de jóias lá. É um grupo muito forte lá.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Certo. E o senhor tinha conhecimento de que o Haroldo Bicalho trabalhava com uma empresa chamada RS Participações?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. De jeito nenhum. Eu não tinha o menor relacionamento com... Só de eventos sociais, que a gente encontrava, mas a gente não tinha muito relacionamento, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas o senhor sabe como é que era o esquema de funcionamento do Haroldo?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer, o senhor como participante do mercado. Como é que ele atuava, ou seja, as conexões dele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Com que bancos que ele atuava? Como é que ele fazia a operação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não tenho a menor informação. Eu fiquei sabendo pela imprensa que tinha essa... A Bacon Hill, que era uma *offshore* com subdivisões. Eu não entendo exatamente... Eu não entendo muito dessa operação, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor nunca trabalhou também com a Beacon Hill?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. De jeito nenhum. Deus me livre!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Certo. E a ...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Trabalhado com a Bacon Hill... Senão eu estava na operação do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E desculpe-me até perguntar, Sr. Jader – é de ordem pessoal; se o senhor não quiser, o senhor não responde –, mas o senhor tem algum receito do Haroldo ou desse Camilo?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Eu não tenho receio nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– De ordem pessoal?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu não tenho esquema, eu não tenho esquema internacional, nem de doleiro. Eu não tenho nada. Eu tenho... O que tenho basicamente é minha carteira de... meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não, eu não estou afirmando que o senhor tem esquema, nem estou investigando isso.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas o senhor demonstra conhecer o mercado, conhecer as pessoas.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer, como consultor. Então, eu não estou pedindo para o senhor emitir juízo de quem está agindo certo ou errado.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O meu carro-chefe de negócios é: eu faço planos de aposentadorias e seguros para grandes empresas também. Eu faço seguro consignado, que é um sócio... Essa é uma operação muito interessante porque um sócio faz seguro... os dois sócios fazem seguro e a empresa paga a apólice deles pelo valor da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor trabalha com aposentadoria, seguro e trabalhou com *factoring*?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É. Eu tenho o *site* www.panoramaconsultoria.com, que fala só sobre investimentos e mercado de capitais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E o senhor prestou alguma assessoria para a SMP&B ou para a DNA?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Eu atendi o Ramon...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nas empresas, nunca? Nunca trabalhou para as empresas?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, nunca trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor trabalhou para o Ramon?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É. Para o Ramon, como consultor. Fiz uma consultoria para ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Do que foi a consultoria?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – A primeira consultoria era sobre... Ele estava endividado e, de repente, eles ficaram... mudaram de posição. Em vez de endividado, ficaram... Em vez de tomador, eles viraram doador, pelo que eu senti.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, o senhor prestou consultoria, mas, assim, qual o detalhe? O senhor não lembra, como consultor? Quer dizer, como ele mudaram assim de devedor para...?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Eu não acompanhei. Eu não tinha relacionamento de acompanhar. Eles não eram meus clientes cativos, não. Havia consulta. Eu recebia consultas de Belo Horizonte toda. Meu nome era muito forte até sair meu nome na imprensa. De repente, meu celular ficou até com teia de aranha, nem ligava. Meu celular tem... Eu recebi um prêmio da Telemig Celular. Está entre os mais antigos de Belo Horizonte, porque eu sou cliente e nunca mudei de celular. Nunca tive empresa em nome de laranja. Sempre foi tudo em meu nome, meu celular, minha empresa...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas, com o Ramon, como foi esse tipo de consultoria? O que ele queria saber?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Ramon me consultou sobre essa operação de R\$2 milhões, que seria para uma conta no exterior. Eu sugeri a ele não se envolver com grandes doleiros porque eles estariam sendo fiscalizados. Eu montei uma logística para ele fazer, a partir de R\$500 mil, a conversão para... olhando a área internacional de alguns bancos com que ele teria relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quais eram esses bancos?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Na época, ele me falou que ele tinha relação com o BankBoston.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Como foi feita essa operação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Aí eu não acompanhei. Não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor só sugeriu a forma de...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Teve outra coisa também. Ele me falou, na época, que ele tinha sido assaltado. O *motoboy* dele foi assaltado. Deu na imprensa que foram R\$50 mil, mas o *motoboy* foi assaltado em R\$500 mil. Ele comentou isso comigo. Aí

eu sugeri a ele – porque é normal, no mercado, pedir segurança privada – algum tipo de segurança privada, para fazer esses saques. Tem muito isso no mercado, muita empresa de segurança que sugere ex-policia, alguma coisa assim, para acompanhar os saques no banco. O risco de assalto era muito grande. Ele falou que mandou um motoqueiro, e foi assaltado no banco com R\$500 mil. Eu falei com ele que nunca vi um negócio desse na minha vida!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ele contratou o David Rodrigues Alves?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Aí eu não sei nada do David Alves. Não tenho o menor vínculo com ele nem de como ele participou desses saques. Não tenho a menor informação do Davi. Só que o Marcos Valério jogou... Porque a operação não fecha. Se são R\$10 milhões... O David já sacou eu acho que foi cinco, fez um saque de cinco. Se eu não conheço o David, como ele me deu R\$10 milhões? Não fecha nada com nada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, ou falta ou está sobrando dinheiro nessa história?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Está sobrando. E, se ele me deu, quero minha comissão também. Não é possível! (Risos.) Eu vivo disso. Mas ele não me deu comissão nenhuma! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por isso, eu lhe perguntei: o senhor não interpelou o Marcos Valério por isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Como interpe-
lar? Onde vou achar ele depois do... Ele só solta nota na imprensa! Minha mãe quer pegar ele. Minha mãe já falou que, se pegar ele na rua em Belo Horizonte, não sobra nada dele. Minha mãe e minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Em algum momento, o senhor já operacionalizou algum pagamento no exterior ou para o Ramon ou para o Cristiano ou para a empresa deles?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nunca?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E não tem contato nenhum com o Duda Mendonça.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Duda Mendonça, eu só conheci o Duda Mendonça quando ele saiu no jornal, na briga de galo. Eu nem tinha ouvido falar porque eu não acompanho esse negócio de publicitário. Quando ele foi pego lá na rinha de galo foi que fiquei sabendo o nome dele, só para você ter uma

idéia. Porque eu não tinha o menor contato. Não sei de onde... A partir daí, você vê que foi uma montagem. Eu não tenho o menor contato com o Duda Mendonça nem com a sócia dele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a Zilmar Fernandes de Souza, jamais falou com ela? Quer dizer, não tem nenhum contato?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Você estão dando muita credibilidade. Ele já inventou um monte de história, até que ele comprava boi. Depois, comprava... O que ele comprou mais? Boi, fazenda... Eu nunca vi comprar esse tanto de coisa. Ele não tem credibilidade nenhuma para falar isso de mim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem notícia se o Marcos Valério trabalha no mercado paralelo com remessa de recursos para o exterior?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não tenho notícia não, mas não é possível uma pessoa que gerou tanto dinheiro não tenha uma... Se ele gerou tanto dinheiro de caixa dois, ele deve ter uma reserva não declarada. Certamente, deve estar lá fora. Não tenho o menor contato.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não no caso dele, mas como pode funcionar isso? Por exemplo, ter uma conta no banco brasileiro e uma conta lá fora também, é isso? Como consultor, não no caso dele. Como pode funcionar isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Lá fora, é o seguinte: você pode alimentar uma conta lá fora convertendo os reais que você tem aqui com doleiro, lógico, e transferindo para lá, através de um doleiro, através de operação via cabo ou recebendo comissões lá fora do dinheiro que já está lá, que acho que é o mais provável que tenha alimentado esse caixa, pelo que estou acompanhando pela imprensa.

Acho que vocês estão até no caminho errado. O que alimentou essas... Acho que essa operação do Duda Mendonça está caracterizando operação de doleiro. Ele já tinha os reais. Acho que o Duda Mendonça foi tão bonzinho na CPMI, mas, se ele fosse 100%, ele tinha que chegar aqui com o extrato da conta que ele abriu no Bank Boston. Não é chegar com os documentos que ele recebeu. Ele foi tão transparente, mas não trouxe o extrato dele, que se tira até via internet.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nós pedimos. Só para apimentar: ele entregou os documentos...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Pois é, mas há apenas um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos voltar, mas quando ele faz a confirmação de pagamento, é um documento da Geisa dirigido ao Jader,

e ela afirmou que é o senhor. São dois documentos. É uma confirmação de pagamento do Bank Boston... São duas operações do Bank Boston.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É. Eu lembro disso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E ela afirma que foi o senhor que fez as operações: uma de US\$23 mil e outra de US\$100 mil.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – De US\$23 mil e US\$100 mil?

Não. Isso aí é que ela me pediu para conferir os documentos. Ela me falou na época que tinha uma mulher ligando para ela e apertando muito. O dinheiro não entrava na conta da mulher. Ela só me falou isso. Ela falou “A mulher é muito grossa. Você tem que me ajudar.” Eu não lembro data, eu não lembro de valores. Ela me mandou o fax e pediu alguém para mandar o fax para mim para eu conferir esses recibos porque ela não sabia falar inglês.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Uma é de 28 de junho e a outra, de 08 de agosto de 2003.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu não tenho registro de nada.

Na época, ela pediu para dar auxílio nesses faxes que ela teria recebido, para conferir se estava certo porque o dinheiro não entrava na conta da “mulher”, ela falava assim. Ela era muito grossa e ficava xingando ela ao telefone porque o dinheiro não entrava de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos esclarecer. Qual é a mulher?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Ela nunca falou que tinha uma mulher ligando, que ela tinha que pagar e que a conta não entrava de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desculpe-me, por favor.

Mas a Geisa lhe ligou, é isso? E ela estava falando com uma mulher no outro telefone.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Não era instantâneo, não. Ela me pediu um auxílio para ver porque tinha um monte de contas que ela tinha que fazer tipo uma conciliação, o dinheiro não entrava e ele não agüentava mais a grosseria da mulher xingando ela porque o dinheiro não entrava de jeito nenhum.

Isso é um documento de transferência internacional de um banco para outro. Eu falei “está certinho esse documento. Não tem erro não.”

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor leu que a conta é Dusseldorf, o beneficiário.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Pois, é. Na época ela me mostrou, mas eu não lembrava

dessa conta, não. Ela falou “eu lembrava que era no *Boston International*”.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Antes de chegar na conta, quem era essa mulher? Pode ser a Zilmar ou não?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Pode ser, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pode ser a Zilmar.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, tudo indica que é, uai.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas a Geisa nunca lhe afirmou isso.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – De jeito nenhum. Nunca falou nem um tipo de pagamento que era para esse...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por que ele ia colocar o nome dela e o seu nome aqui?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Porque ela me mandou uma fax para eu conferir. Ela mandou... Eu não lembro. Sinceramente, não lembro quem mandou, se foi alguém da SMP&B. Ela falou “vai receber uns faxes” e mandava para mim para conferir. Eu devolia para ela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor recebeu isso daqui. Era só uma consulta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu não lembro. Sei que passava alguns faxes, não lembro quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Podem ter outros então e não só esses?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, em meu nome são quantos?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, aqui só temos dois. É isto que eu lhe pergunto: se têm outros.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, eu não lembro, foi em 2003, quando que é aí?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – 2003.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, eu não tenho registro disso aí, assim, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas era comum ela ligar pedindo informação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Agora, eu acho... Vai por mim, eu acho que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por favor, fique à vontade.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Vocês têm que convocar aqui, estou falando sério, vocês têm

que convocar aqui o gerente internacional que abriu a conta do Duda, me escuta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quem que é?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não sei, eu não sei, mas certamente é de praxe, quando o gerente abre a conta, ele indicar o caminho para abastecer a conta. É dentro daquilo que eu te falei, porque o gerente está querendo captar o cliente. O banco quer o dinheiro, o banco quer dinheiro, não existe banqueiro padre. Gravem isso para vocês. Até o banqueiro que entregou a conta da Suíça, não sei de onde, do Maluf, está ganhando alguma coisa. Ou ele está ganhando um *spread* ou está esperando a conta antes ser repatriada, aí diminui a remuneração lá, para o banco ganhar mais, alguma jogada o banqueiro faz. Eu aprendi uma vida: o banqueiro não é padre, não é pastor, não é... ele quer é ganhar dinheiro, ele compra e vende dinheiro, então... O gerente ganhou alguma coisa, montou essa *offshore*, que é uma *offshore* que é uma modalidade de conta lá fora que é para longo prazo, não é para receber e voltar, porque é uma modalidade de conta que custa caro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois é. Quanto custariam, então, todas essas operações?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, esse tipo de conta...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, o senhor já deve ter visto o organograma aqui, né?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, como é que o dinheiro chegou lá.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, eu não tive interesse nem de ver o ... Porque eu vi pela imprensa, mas eu não entrei em detalhes, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tá. Então, por exemplo, o senhor demonstra que algumas coisas o senhor conhece profundamente e outras, não.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Conheço muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas eu pergunto o seguinte: mas como é que era o seu grau de relacionamento com a Geiza? Era comum a Geiza ligar: “Alô...?”

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Ela me fez várias consultas...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – “... eu estou com uma dúvida aqui sobre isso?”

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Nessa época fez depois que o Ramon me apresentou para ela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E daí o senhor recebia por isso, por cada consulta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, nessa, não. Nessa eu não recebia, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, mas por quais o senhor recebia? Quer dizer, mas por quais o senhor recebia?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Ah, isso foi uma consulta simples, foi um dia lá e depois ela me pediu...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois é, mas não foi um dia só, foram outros dias aqui.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É porque no mercado de Belo Horizonte, se eu negar uma consulta e ele falar “já me negou, esse cara”, aí nenhum cliente... Vai me fazer propaganda negativa de mim, para poder eu...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas então que tipo... quer dizer, o senhor fez uma consulta para o Ramon, pelo que o senhor falou até agora. Foram os dois milhões.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Isso foi lá na SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só? Só? Só uma?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Neste tipo de operação. Já fiz outras consultas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas que tipo de consultas?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Sobre mercado financeiro, sobre previdência privada, seguro, investimentos...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor recebia...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Para o Cristiano eu já fiz é o contrário: porque ele devia o mercado todo, mas não tinha ninguém para quem ele não devia. Aí ele vendeu o apartamento dele... Ele morava no nono, aí ele comprou... não, ele comprou a cobertura do prédio dele e não conseguiu pagar. Mas ele fazia tanto barulho, que todo o mundo achava que ele era milionário, mas ele estava era devendo, aí ele não conseguiu pagar a construtora, endividou, ele tinha fazenda, era um rolo danado, assim, mas é uma pessoa muito boa também, muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, então pode ter sido até um bom negócio para ele ter se associado ao Marcos Valério, que entrou com dinheiro na empresa.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pode ter sido até um...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Mas aí o que eu estou falando que...

O SR. (Orador não identificado) – Não, estou dizendo para ser mais objetivo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas então pode até ter sido um bom negócio para ele ter se associado ao Marcos Valério, que entrou com dinheiro na empresa.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, é certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Na época o senhor já fazia consultoria para ele ou não? Para o Cristiano?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Consultoria... ele ficava no sufoco o tempo todo, o tempo todo no sufoco, comprando tudo o que tinha na reta, mas não tinha para pagar, aí ele me consultava muito, porque na época eu tinha uma *factory*, eu tinha uma *factory* também.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas e aí? O senhor emprestou muito dinheiro para ele? Várias vezes?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não, eu não emprestei, não. Eu fiz uma composição, como ele... naquela composição que você vai...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas o senhor tinha negócio com ele? Mas o senhor já recebeu dinheiro dele? Como é que o senhor pagava a ele? Ou recebia dele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Ah, com certeza. Não, já recebi com *spread*. Indicava uma operação de empréstimo e ganhava um *spread* de... é tudo... o meu mercado tudo funciona em *spread*, eu indico e aí... indico um cliente para uma corretora, aí ela me manda um *spread*, tudo é zero vírgula alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Porque há pouco aqui depôs o Haroldo Bicalho. Ele negou que fosse doleiro, negou que tenha qualquer atuação nesse mercado e que desconhece todas essas pessoas.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, então ele não é doleiro, então. Se ele negou... então, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por exemplo, me desculpe lhe perguntar isso, Sr. Jader, que dá essa impressão desse receio, por isso é que eu lhe perguntei de todo esse cuidado que o senhor tem com relação a ele e a... O senhor chegou... só que nesse período de 2001 o Haroldo Bicalho recebeu um recurso do Cristiano e disse que isso se

devia à venda de uma moto. Neste mesmo período, temos dois registros de pagamento do Cristiano para o senhor, no valor de R\$25 mil e R\$24 mil. O senhor também vendeu moto?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não vendi nada para ele porque ele não pagava. Se eu vendesse, ele não iria me pagar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, qual a razão desse valor recebido?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não sei. Pode ser alguém que ele pagou, que estaria me devendo. Que a gente tem uma relação, temos vários amigos em comum. Pode ser que ele pagou alguém que estava devendo e este alguém estava me devendo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem uma boa relação com o Cristiano?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Cristiano é uma pessoa nota mil, ele e o Ramon. Inclusive ele é evangélico, hoje ele é uma pessoa que só pratica o bem. Acho que ele nunca fez mal para ninguém. Quem pratica o bem não tem nada a temer. Eu me considero nessa ala.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Especificamente aqui?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É sério. Se eu não praticasse o bem, mil pessoas me procuraram, antes do Marcos Valério me queimar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A razão desses depósitos, que tipo de operação poderia ser?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Do quê?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Essa de R\$25 mil.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Em que ano que foi?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dois de abril de 2002 e R\$24.935,00 em 7 de novembro de 2001.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Na época eu tinha uma *factoring*, era a Unicash Factoring. Eu montei uma *factoring*, mas deu um problema danado, porque eu fui assaltado. (Risos.) A *factoring* começou a subir igual foguete, dava fila, e eu não tinha segurança. Era eu, dois funcionários e duas filhas de um funcionário meu que eu sempre ajudei, uma faxineira e a outra ficava comigo lá. Aí chegou meia-noite, recebi um telefonema, o Francisco, o apelido dele é Ratão, ele me ligou meia-noite e falou: “Jader, eles roubaram o cofre”. Eles roubaram o meu cofre, o cofre lá da Unicash. Aí me soltaram aqui em Sete Lagoas. E a filha dele estava seqüestrada, igual àqueles assaltos de banco. Aí tinha R\$150 mil em cheques pré-datados, era a minha carteira toda que estava lá, e R\$22 mil em dinheiro. Eu

cheguei no escritório e estava tudo arrombado, eles levaram meu cofre inteiro e a filha dele ficou seqüestrada por um dia inteiro; seqüestraram à noite e soltaram no dia seguinte, até eles sumirem. Aí eu fechei a *factoring*, porque fiquei com medo. A gente sofre um tipo de assalto desse, a gente acha que o bandido conhece a gente, a família da gente, os filhos da gente, então a gente fica traumatizado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tinha essa relação com o Cristiano, e o Cristiano se reunia toda sexta-feira, segundo o Bicalho, ele esteve várias vezes às sextas-feiras com o Cristiano. O senhor encontrou alguma vez o Haroldo Bicalho?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Cristiano andava de moto *trail* com o Haroldo, eles eram da mesma turma. Lá em Belo Horizonte, o modismo é ser “treieiro”, porque não tem mar, e o asfalto lá tem mais buraco que asfalto, a pior estrada que tem é em Minas, então moto lá tem que ser para terra, tem uma turma de “treieiro” e o Cristiano era da turma do Haroldo, é de quadriciclo e...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor teve contato com o Haroldo? Qual a sua relação com ele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Contato pessoal, não. A gente nunca teve assim muita afeição um pelo outro. Mas a gente também nunca brigou.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas por saber que ele trabalha no mercado como doleiro, algum cliente seu o consultou ou já utilizou os serviços dele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É... Que eu me lembre, não. Mas é bem provável. Mas eu não me lembro de nenhum, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E é comum?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O Grupo Seculus é um império que tem em Belo Horizonte, que eles trabalham. Só que eles têm... eles mexem com exportação de jóias. Eu acho que é o maior do Brasil, né? É o maior... É o maior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, por exemplo, voltando ao Haroldo Bicalho então. E a participação dele na RES Empreendimentos...?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem alguma informação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Isso aí eu não conheço nada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E a relação dele com o Banco Rural?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, esse... Eu não conheço nada desse esquema aí.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas, no caso, o Banco Rural pode ser um banco hoje que faz esse tipo de trabalho, inclusive para os seus clientes, ou seja, faz uma operação...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Com compensação de recurso no exterior.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – A gama de produtos dos meus clientes não é basicamente essa linha, não. Eu sou realeiro. Não sou doleiro. Realeiro. Aí, depois... Ah, tem um detalhe: se eu fosse indicar dólar quando eu montei minha... falar: compra dólar que eu..., eu ia perder meus clientes todos porque o dólar despencou de... Chegou a R\$3,90, está dois e...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu não falo o dólar como investimento, o dólar como...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, na realidade, eu não aconselhava, mas...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por não ter origem do recurso. Fazer uma remessa para o exterior por não ter origem, não pelo investimento. Quer dizer, lhe consultaram sobre isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Isso aí é a coisa mais comum no mercado. Não... Todo o mundo consulta todo o mundo, porque formou...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, mas, por ser um mercado pequeno Belo Horizonte, por todos se conhecerem...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Formou aquele bolsão...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pergunta objetiva. Quer dizer, o Banco Rural faz esse tipo de pesquisa também?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu não posso falar isso do... do Banco Rural, que eu não... eu não tenho base para falar isso, não. Mas nessa área internacional. O Banco Rural é um banco muito agressivo. É um banco, assim, que eu acho que já... ele já superou vários impactos no mercado, porque ele... ele é o maior banco dos médios. Então, toda paulada que vem em cima dele. E o banqueiro é uma concorrência pior do que você imagina, porque o banqueiro quer massacrar o outro banqueiro. Então, é normal um gerente acabar com a raça do outro banqueiro, do outro banco. Sabe, o gerente de um banco falar mal do outro banco. Aí veio esse problema do Banco Santos... O Rural... Eu não sei como ele ficou de pé ainda, o Rural, depois do Banco Santos. Ele superou e aí veio esse escândalo aí também.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece uma agência em Belo Ho-

zizonte chamada From Brazil, que é uma agência de viagens?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – From Brazil, eu já ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor conhecimento se eles trabalham com câmbio paralelo, na Rua Cristina, Bairro Sion?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É até lá perto lá de casa. Pertinho, meio quarteirão lá de casa. Mas eu... eu não tenho contato nenhum lá, não. Eu não tenho muita... Aliás, mesmo quarteirão lá de casa. Meu bairro é estritamente residencial, mas tem essa agência aí. Mas eu não tenho muita informação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer, apesar de ser um mercado pequeno, o senhor não conhece, não sabe se eles trabalham com câmbio paralelo?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu posso saber ou não, mas eu não tenho certeza. Se eu falar, fica complicado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor conhece, já que são vizinhos lá, Adriana ou Januária, que possivelmente possam trabalhar nessa agência ou não?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu conheço na mesma forma de assim do... de eventos sociais. Ela está sempre em coluna social.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quem, a Adriana ou a Januária?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Adriana. Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E a Januária?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – A Januária eu acho que é irmã dela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer, mas elas trabalham na Agência From Brazil?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu acho que a agência é dela, né? Não é trabalha, não. Eu acho que a agência...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor sabe se o Haroldo Bicalho tem alguma relação com essa agência?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É... Não sei. Não sei, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E qual a relação da Adriana e da Januária com Haroldo Bicalho?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Aí, sinceramente, eu não sei, não. Deputado, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Porto Velho Turismo o senhor conhece?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Porto Velho Turismo conheço. Porto Velho Turismo é agência de viagem mesmo. É só viagem mesmo. Eu tenho certeza, porque é uma agência tradicional. Não é só fachada, não. É agência mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Joseph Baca?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Joseph Baca?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, Baca, não. Bacha.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Bacha. Quem é?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É... é... é... é... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Vamos lá. Joseph Bacha, quem é?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Ele é... Ele é assim... Ele é um operador mais tradicional de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Operador de?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Operador, assim, de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim, mas operador de mercado, doleiro?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É, dizem que é. Mas ele é o mais tradicional assim de... Eu nunca fiz negócio com ele também e não... Eu não cruzo muito com também assim... Não tenho muita afinidade com ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor sabe se ele tem alguma relação com o Haroldo Bicalho?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Eu acho que eles são até concorrentes ferrenhos. Concorrentes mesmo. É igual o Banco Itaú com o Bradesco.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o doleiro João Bosco, de Belo Horizonte também?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Conheço, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ele trabalha com...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu conheço assim de uns... Deve ter mais ou menos uns 10 anos que eu não o vejo assim no mercado. Porque o João Bosco foi Presidente da Associação de Distribuidores de Títulos e Valores, da Andima, e ele é muito conhecido lá, muito conceituado assim, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas ele trabalha também no mercado. E o senhor tem

informação se eles trabalham com os bancos, vamos dizer, com o Tradelink, IFRural, Rural Internacional e Rural Europa?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Essa operação Tradelink, eu não tenho a menor noção como é que ela funciona, essa aí. Eu vi... Ela ficou muito visível na imprensa. Eu não tenho a menor noção. Eu não tenho acesso a esse tipo de conta assim não, de conta de...

Isso aí, na realidade, são as contas bondes que eles falam. É a conta que é feita para receber e devolver. E outros doleiros usam ela, assim, fica uma conta... Eles falam conta bonde, no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor prestou esse serviço para o Cristiano, de caminho de envio de recursos para o exterior, os dois milhões? O senhor sabe se...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não, eu não enviei nem emprestei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, foi consultado. Não digo que o senhor enviou. Mas a pergunta é: o senhor sabe se ele enviou esse recurso para o exterior?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Pois é, eu acho que se tinha que pagar o Duda...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, não no caso do Duda. Estou falando daqueles dois milhões...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, mas isso está envolvido. Esses dois milhões fazem parte do... Porque, na época, eles me mostraram a conta do BankBoston, que eu só fui lembrar dela depois que eu vi o... Eles... Eu acho que eles já teriam pago oito...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Então, quando o senhor foi consultado pela Geiza, o senhor já tinha visto a conta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, o Ramon me mostrou uma conta no BankBoston e depois que eu... Eu presumo que seja essa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Essa conta Dusseldorf?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas quando? Nesse período dos dois milhões?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Nos dois milhões, na época. Foi na época.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas ele falou que era para pagamento, ou era uma transferência de recurso pessoal, para mandar para fora?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, era recurso... Na época ele comentou que seria uma operação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ele falou para quem era? O que era?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não, de jeito nenhum, ele falou que tinha que pagar, fazer um pagamento lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quer dizer, não disse para que era, para quem, mas disse que era no BankBoston e a conta chamava-se Dusseldorf?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, ele me mostrou a conta, mas eu não lembro se chamava Dusseldorf. Eu presumo que seria, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ele lhe deu acesso ao número da conta ou à senha da conta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Acesso, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor teve extrato dessa conta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu mostrei um caminho que seria esse, um caminho viável, para ele não correr risco, fazendo operações abaixo de R\$500 mil. Na época, eu não lembro, porque não foi bem consultoria, foi só uma consulta, sem a gente fazer um... Formalizar essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E nesse período, quer dizer, o senhor só recebeu consulta sobre essa conta, e, depois, a Geiza o consulta também sobre mesma conta e coloca no papel o seu nome e afirma, na Polícia Federal, que é o Sr. Jader.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A Geiza.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Mas a Geiza é... Eu trabalho para o Marcos Valério. Aí é difícil, porque...

Ela falou que esse aqui eu que...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Isso aí, que o senhor que fazia o depósito. E que o senhor tem acesso à senha dessa conta.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não tenho acesso, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Sim, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se o senhor me permitisse, eu queria fazer uma ponderação.

Eu estou terminando de sair da oitiva do... Até me fugiu o nome.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Do André ou do Bruno?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, do Bruno. É que só tem quatro coisas ao mesmo tempo. Lá do André, da Interbrazil. E ainda quero passar lá na sub-relatoria do IRB. Aí eu queria pedir se o senhor me permitiria, porque eu não quero fazer perguntas, eu quero fazer apenas uma ponderação e uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por favor, com a palavra V. Ex^a, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive eu tinha muitas perguntas a fazer ao Bicalho. Infelizmente, quando eu cheguei aqui, já tinha ido a oitiva.

Então, a ponderação que eu quero fazer é a seguinte, até porque, ontem, eu participei, não o tempo inteiro, da acareação lá na CPI dos Bingos, que acabou provocando inúmeros comentários, inclusive bastante ácidos, da imprensa, porque, realmente, aquilo foi algo pouco elucidativo, foi uma troca de acusações. E, do meu ponto de vista, acaba não contribuindo de forma significativa.

Porque uma acareação, para ser bem feita, tem que ser feita com técnica, com quem sabe fazer, num ambiente onde não tenha imprensa acompanhando, filmando, e com tantos atores, além dos envolvidos na acareação, intervindo porque ela perde totalmente seu foco, seu objetivo, eu diria até sua eficácia.

Quero dizer assim: tínhamos tido uma deliberação anterior, de que doleiro ia para a Polícia Federal, porque tem que ser tratado pela polícia mesmo, porque é caso de polícia a maneira como operam e o que fazem, como fazem e da forma que fazem. Então, o ideal seria ouvi-los lá. Infelizmente, foi mudada e a gente se submete. Agora, é o seguinte: a questão do Sr. Bicalho, do Sr. Jader, não dá mais para a gente ficar ouvindo, não dá mais. E rindo ainda, achando que é divertido o que estamos aqui assistindo.

Então, a proposta que quero fazer é que tenhamos uma acareação feita pela Polícia Federal, orientada por esta CPMI, do Sr. Jader, do Sr. Bicalho, do Sr. Davi, o policial que levava o tal do dinheiro, da Sr^a Simone, que era quem autorizava – segundo as declarações, depois que ela foi assaltada, ela passou a autorizar os saques –, do Sr. Cristiano, junto com o Sr. Marcos Valério. Só uma acareação feita pelos profissionais da área da Polícia Federal é que vai poder elucidar quem é que efetivamente está mentindo. Porque um diz que era o outro; o outro diz que era o um; o um diz que era uma; a uma diz que era não sei quem. E não vamos elucidar como houve a movimentação – e não foi pouca a movimentação, Deputado Fruet, foram quase seis milhões. Então, não é brincadeira. Ou seja, se estamos investigando o dinheiro do “valerioduto”, os 55 milhões, essa situação se reporta a mais de 10% do que estamos investigando do “valerioduto”.

Então, quero propor que parássemos, nesse caso que já está absolutamente identificado que tem que colocar um na frente do outro, para ver de forma competente, profissional, onde está a mentira, por onde que podemos pegar na confrontação, eu queria pedir que encaminhássemos um requerimento para que fosse feita uma acareação pela Polícia Federal envolvendo essas seis personagens, que volto a afirmar: Simone Vasconcelos, Cristiano, Davi, Marcos Valério, Bicalho e o Jader.

Agora, no caso do Bicalho, Deputado Gustavo Fruet, eu tinha uma série de perguntas a fazer, que, como não pude chegar a tempo aqui, quero transformar isso num requerimento para que essas perguntas possam ser feitas ao Sr. Bicalho junto à Polícia Federal, para complementar a nossa investigação. E mais: na CPMI do Banestado, aquela que não se concluiu, que tem relatórios, sei que no Relatório do Deputado Mentor há algumas páginas a respeito da movimentação da tal conta Lonton na Bacon Hill, onde o Sr. Bicalho está, mas enfiado, metido nessa movimentação de mais de US\$61 milhões, com telefone, com um monte de provas de ter sido o grande operador dessa remessa.

Então, depois vou transformar em requerimento, para que seja anexado, e que possamos cruzar os dados, inclusive pedindo a Polícia Federal, que detém todas essas informações, inclusive porque a Polícia Federal já encaminhou, fruto das investigações da Bacon Hill, a questão daquelas 3,5 mil pessoas que estão acusadas aí da remessa ilegal. Que possamos fazer o cruzamento, no caso do Bicalho, com a questão das investigações feitas pela CPMI do Banestado pela Operação Farol da Colina.

Por último, ainda quero transformar em requerimento, porque é assim: a Operação Farol da Colina da Polícia Federal prendeu doleiros, mas a investigação pode ter ramificação mesmo de pessoas que não tenham sido presas, mas que as informações contidas nas investigações possam elucidar alguns casos. Então, V. Ex^a citou inúmeros operadores – doleiro tem outro, se eu fosse o Macaco Simão, eu ia dizer que tucanaram o doleiro, operador de mercado... Que possamos fazer o cruzamento inclusive do envolvimento das pessoas que V. Ex^a está citando, e do próprio Jadir, que pode não ter sido preso na Operação Farol da Colina, mas, na investigação, pode ter indícios fortes de toda essa relação com os operadores não muito corretos do mercado.

Sr. Presidente, só queria deixar este registro e vou transformá-lo em requerimento. Penso que contribuiríamos mais com o avanço das investigações e com essa loucura que está ocorrendo no dia de hoje. Como sou suplente na CPI dos Bingos, tenho quatro lugares

para estar ao mesmo tempo. Talvez, se transferíssemos a oitiva para os profissionais da área da investigação, a Polícia Federal, tivéssemos mais resultado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Hoje todos estamos Nessa situação. A Comissão de Orçamento está funcionando, o Conselho de Ética. Cada um deve fazer o que pode na medida do possível, e isso foi acordado na CPMI, até me manifestei contrário pelo excesso. Até se pode constatar quem são os autores dos requerimentos com relação aos doleiros. Não há dificuldade nenhuma, tanto que já havia inclusive proposto que fosse a Polícia Federal – a primeira observação.

A segunda, recebo todas as solicitações para encaminhamento. É possível acrescentar outros nomes que estão sendo investigados.

Recebo também a solicitação para Haroldo Bicalho. Essa investigação deve ser aprofundada, mesmo porque nosso foco não é a atuação dele especificamente, que já está sendo objeto de inquérito na Polícia Federal. Estamos tentando de alguma maneira trazer uma contribuição para o esclarecimento dos fatos. É claro que, depois dos depoimentos, se constata, com raras exceções, a absoluta falta de dados que possam contribuir na investigação.

Estamos cumprindo um ritual, por vezes cansativo. Hoje, pela primeira vez, houve um lado hilário, no bom e no mau sentido, que serviu para mostrar também a dificuldade. Se não se ouve, está-se deixando de investigar; se se ouve, é natural da consequência. Só após essas oitivas, podem-se fazer determinadas afirmações.

Recebo a solicitação, considero-a absolutamente procedente, e vamos dar-lhe o encaminhamento.

Quanto à observação, claro que a recebo como crítica política que não discuto, até por estar presidindo, com relação à definição de doleiros – até me reservo com relação a essa resposta, com todo o respeito a V. Ex^a, evidentemente, e como membro do PSDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É que entrei no clima da brincadeira. Entende? Porque o Macaco Simão vive... Há aquela história da “morte ao tucanez”. Então, vira e mexe, ele dá os sinônimos das coisas mais absurdas, engraçadas, hilárias, e realmente doleiro virar operador de mercado, realmente eu entrei no espírito do Macaco. Nenhuma ofensa, viu, Deputado Fruet.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Enfim, recebo a observação como uma crítica política. Penso que às vezes a sátira e o humor têm um efeito devastador muito maior do que uma crítica contundente. Mas, depois que eu sair da Presidência, respondo-lhe.

Agradeço e consulto se V. Ex^a gostaria de fazer mais uma pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só poderia usar para contemporizar a outra campanha dele, que é a do “lulez”. Ele tem a “morte ao tucanez” e ao “lulez”. V. Ex^a pode me responder depois com um epíteto do “lulez”.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Combinado.

Para encerrar e para constar também, Sr. Jader, o senhor tem alguma relação, fez algum plano de previdência complementar para algum político que o senhor lembra que seja de Minas, algum dirigente partidário?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não tenho contato nenhum com político nem com Partido nenhum. Na realidade, até que não tenho porque ninguém nem me procurou, nenhum político, nenhum partido; se me procurasse, eu ia dar uma consultoria também, mas ninguém me procurou, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – No caso dessa conta Dusseldorf, insistindo, o senhor teve conhecimento dela por meio do Cristiano?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu tenho uma teoria sobre isso. Esse negócio do Marcos Valério, não, do Duda Mendonça falar que o Marcos Valério impôs abrir a conta, eu não acredito nisso, não. Vai por mim, porque esse tipo de conta não é uma conta imposta; abre-se esse tipo de conta com o intuito de poupança a longo prazo em moeda forte. Na realidade, é isso. Com um agravante: não declarado. Em vez de ele guardar no colchão, ele vai guardar lá fora, remunerado e tal. Então, não acredito nessa versão dele, não, de ele falar que... E o Marcos Valério piorou ainda porque falou que eu fui consultado pelo Duda, eu fui incumbido do Duda. Quer dizer, os dois estão... é um festival de contradição aí.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas essa conta, na sua avaliação, ela foi aberta para esse fim exclusivo ou já existia?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É por isso que acho que tem convocar esse gerente da área internacional. Chegar junto dele assim e falar: “abre o jogo aí, como é que é isso aí”?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como consultor, qual é a sua avaliação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Porque não é o perfil de conta de movimento. Ele falou: “Vou receber porque o Marcos Valério quer me pagar lá fora, e eu trago”. Não é esse tipo de conta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ou seja, esse tipo de conta, então, na sua avaliação, movimentou muito mais.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não movimentou. O intuito dele era ter essa conta como poupança de longo prazo, mesmo porque há taxas de *offshore* e custo anual para manter esse tipo de investimento, porque ele está blindando o nome dele. Não é para ele receber e pagar. Se ele receber e pagar, ele toma prejuízo. Ele vai receber em uma conta que é... Então ele mandava “Paga na conta do doleiro que o doleiro me dá o real aqui”. Vocês entenderam?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quanto seria o custo de manutenção dessa conta, de abertura e manutenção dessa conta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Esse tipo de conta, cada banco... O banco ganha muito em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só na média, não especificamente esse banco.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Para um banco, na área internacional, montar uma *offshore*, deve cobrar em torno de US\$4 mil e manutenção anual de US\$2 mil, que são debitados na conta. Ou seja, um valor pequeno não justifica ter uma conta, porque o rendimento em dólar ou em euro ou em alguma moeda é muito baixo, não cobre o custo de uma conta com valor pequeno, só com o valor alto. Tem que ser com valor alto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, não compensaria. E essa operação? Vou perguntar – se o senhor conhece, ótimo; o senhor conhece a firma – para ajudar a esclarecer. A maior parte do dinheiro foi transferido via Trade Link Bank.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Essa operação Trade Link, eu não tenho a menor noção de como ela funciona.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor é um consultor financeiro. Quer dizer, já tem notícia desse banco? O senhor conhece o BankBoston, falou que o BankBoston faz esse tipo de operação. O Trade Link Bank, o senhor conhece?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – O BankBoston tem agência, é um banco que trabalha de acordo com a legislação brasileira, mas tem a divisão internacional com relação àquilo que eu falei para o senhor. O intuito é para isto: levantar, oferecer um produto...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tudo bem, o senhor já explicou. Mas, quanto ao Trade Link Bank, qual a informação que o senhor tem? Por que é o banco que tem a maior remessa de recursos para essa conta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É um mistério. Para mim, é um mistério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece uma dessas empresas, SM Comex,

SM Import, e Deal Financial Corporation? Trabalhou com alguma delas?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Banco Rural Europa?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Deve ser, é da área internacional do banco, né?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer, o senhor tem notícia de algum cliente seu que trabalhe com o Banco Rural Europa, algum cliente de Minas?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nenhum?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Rural Internacional Bank?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Aí não sei, não sei porque há Rural International e Rural Europa. A conta do Rural Europa deve ser para operações em euro, porque ficou uma moeda muito procurada, né? Também quem entrou no euro levou...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas com relação a um desses bancos aqui, com uma operação normal, quanto que o banco cobraria aqui? Quer dizer, qual a intermediação? Pode, por exemplo, haver uma operação de compensação? Por exemplo, é transferido um crédito lá fora e simula-se um empréstimo aqui no Brasil, para liberação de recursos. O senhor, como consultor, tem notícia desse tipo de operação?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Pode acontecer de uma empresa ter o valor já lá fora e não ter sido operado por doleiro também. A empresa já paga... A pessoa tem a conta lá fora e já recebe lá fora de alguém que tenha conta. Não precisa passar via doleiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sei, mas para internalizar esse recurso, sem fazer declaração à Receita, qual a alternativa? Simples, a primeira, objetivamente, é trazer os dólares e converter em real. Pronto. Uma.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Aí via doleiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tá, a segunda: simular um empréstimo. É possível?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Ou via área internacional do banco, que, às vezes, está casando lá dentro mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas como se libera o recurso no Brasil? Como se justifica a liberação do recurso no Brasil?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, aí é paralelo, não?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Essa está compreendida. Mas me refiro a uma outra alternativa para legalizar esse recurso, para dar um aspecto de legalidade na origem do dinheiro.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Ah, aquela sugestão minha?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Poderia ser, por exemplo, um empréstimo bancário?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não conheço essa operação. Essa infelizmente não conheço, porque já é uma operação mais bem estruturada pelos bancos. Sinceramente, essa não conheço, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem notícia se algum desses bancos, por exemplo, o Trade Link tem relação comercial com o Banco Rural?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu vi na imprensa que teria.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o Banco Kanton?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Banco Kanton? Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Radial Enterprise?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Radial, vi na imprensa que era conta... Conta de qual banco que está falando aí?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, são duas: Radial Enterprise e o Banco Radial. Não sei se é o mesmo grupo. Por isso, estou lhe perguntando.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, tem a Radial, que é do João Bosco, mas não é banco, não. É empresa dele, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ah, essa que é dele? Desse de Minas Gerais?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, eu vi na imprensa que era dele. Eu nem sabia dessa empresa aí, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer que não conhece?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Ainda com relação a essa conta Dusseldorf, quando o Cristiano comentou sobre ela, ele lhe apresentou o nome da conta ou o número da conta?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Pois é. Eu não lembro do... Eu tenho certeza de que era no Boston International, mas eu não tenho certeza do nome,

não. Mas só podia ser. Não tinha jeito...Foi na mesma época.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Tem conhecimento se alguém tinha senha dessa conta? Alguém movimentou isso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Na realidade, não precisa de senha, não. Aí, é só a conta, para a pessoa transferir para uma conta. É como fazer uma TED de um banco para outro. Lá fora, faz um...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor, alguma vez, tem conhecimento de algum instrumento utilizado pela SMP&B ou por um dos seus sócios para enviar recursos para o exterior?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, eu, não diretamente. Se não tiver também... É muito provável que tenha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem notícia se o Sr. Haroldo Bicalho tem o esquema policial na mão dele ou não?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não. Eu não conheço esquema. É igual eu falei: eu tinha relacionamento só de alguns eventos em que a gente encontrava, mas não tinha um relacionamento muito próximo nem profissional com ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece Paulo Roberto Grapiúna Lima?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – É o que era sócio do Haroldo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas sócio no quê?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, o Paulo, eu fiquei sabendo, quando teve a Operação Farol da Colina, que ele foi preso junto com o Haroldo. Foi aí que fiquei sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Quer dizer que é sócio, mas não sabe em que tipo de atividade?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, aí, eu não sei, não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor conhece a empresa uruguaia Ridox?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor já trabalhou com um uruguaio chamado Victor Reinoso?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Não tenho nenhum contato no Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – O senhor tem contato com algum banco no exterior, com alguma *offshore* ou com alguma corretora?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Conhece Bônus-Banval?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Conheci a Bônus-Banval na CPMI, falando da Bônus-Banval. Vou dar uma dica para vocês aqui: 70% desse mercado giram em São Paulo. Com os grandes doleiros, eles vão desvendar muita coisa, porque doleiro grande é uma bomba nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas quais os nomes de doleiros grandes? O senhor citou dois de Minas, mas quem mais?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Ah, não, ainda é fichinha perto desses... Esses de Minas são grandes para Minas; mas, para o Brasil, é São Paulo, esses doleiros grandes. Em São Paulo, corre muito dinheiro. Existe uma câmara de compensação paralela muito grande no Brasil. É mais que todo mundo imagina. Por isso que eu falo: tem de mudar essa legislação tributária e fiscal do País e dar brecha para quem quer declarar esse dinheiro. Não adianta: ninguém vai consertar este País se ficar essa carga tributária. Ou o empresário cresce sonogando ou cresce com o dinheiro público. Como é que ele vai resolver o problema do País? Eu acho um absurdo. Eu, como consultor, penso: tem de aliviar a carga tributária e jogar uma anistia...Desculpe, não sei nem se posso fazer essa consultoria aqui...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pode fazer, se...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Mas eu acho que tem de partir desse princípio. A Alemanha fez – a Alemanha que tem as leis mais rigorosas –, a Itália fez. Partir para uma anistia, porque tem muita gente boa que está nessa situação de dinheiro não declarado, doido para trazer e está com medo de ir ao doleiro e trazer. Então, dá um pânico geral. Todo mundo está com pânico de falar no telefone. Tem gente que tem medo de ligar para a casa dele, de falar no telefone, porque o País virou a “grampolândia”. Todo mundo acha que está grampeado. E, aí, dá uma brecha e alivia para todo mundo, diminui a carga tributária. Os Deputados deviam ter este procedimento: diminuir a carga tributária e fazer uma anistia. Se provar que é um cidadão, que mora aqui em Brasília em dez anos, que tem empresa, pode trazer o seu dinheiro que está lá fora. O Dr. Ronaldo não tem dinheiro lá fora, não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Por fim, só para constar aqui, Sr. Jader. O senhor conhece Edson Machado Monteiro?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Luiz Eduardo Abreu?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Henrique Pizzolato?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não. Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Das chamadas do Cristiano, só para constar. O senhor recebia chamada dele...

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Recebia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Como pessoa física, como seu amigo, ou da empresa dele?

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Dele, da secretária dele, da empresa dele. Não sei. Está tudo no meu celular. Eu nunca desliguei meu celular. Ele fica ligado 24 horas por dia. É o celular mais antigo da Telemig.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Acho que é isso. Tem mais informação? Quer prestar algum esclarecimento final? Fica a seu critério.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Não, Deputado, acho que é só isso. No que eu puder contribuir, eu estou aí. O senhor é muito simpático, porque o senhor é muito objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado.

O SR. JADER KALID ANTÔNIO – Eu acho que vocês têm de pensar muito nisso que eu falei. Tenho filho adolescente e quero que eles prosperem aqui. Então, acho que vocês têm de mudar o País nesse sentido. Vai ferrar todo mundo, vai prender todo mundo; peçam a alguém para virar um empresário para verem a luta que é, o malabarismo financeiro que é para o cara pagar... Uma empresa de supermercado. Você monta um supermercado e, se você pagar todos os impostos, você vai gastar 70 anos para recuperar o capital. Gravem isso. Olhem que mensagem, porque é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está recebida a consulta. Então, agradeço. Declaro encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 16 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 6ª Reunião, realizada em 11/10/2005.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e dez minutos, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado **Gustavo Fruet**, e ainda com as presenças dos Senhores Deputados, Jorge Bittar, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Silvio Torres, Juíza

Denise Frossad, Ildeu Araújo, Carlos Abicalil, Eduardo Paes, Arnaldo Faria de Sá, Jamil Murad e Senadores Demóstenes Torres, Ideli Salvatti, Delcídio Amaral, Álvaro Dias, Romeu Tuma, Íris de Araújo e Deputado José Mentor não membro, reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informo que a presente reunião destina-se à oitava dos Senhores Najun Azario Flato Turner (Operador de mercado financeiro) e Carlos Alberto Quaglia (Operador de Mercado Financeiro), acompanhado por seu advogado Haroldo Rodrigues, a Presidência inicia os trabalhos e pede ao depoente, *Carlos Alberto Quaglia*. O Presidente suspende a sessão às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos o Presidente Senador Delcídio Amaral reabre os trabalhos com a presença do segundo depoente, Senhor *Najun Azario Flato Turner*, fazendo suas qualificações, em seguida o Presidente passa a palavra ao Relator Deputado Osmar Serraglio que faz inquirições ao depoente. Mostra uma carta dada pelo Toninho Barcelona, provando a intimidade que tinha com o depoente. O Presidente suspende os trabalhos às dezenove horas e vinte e nove minutos. Fica suspensa a reunião por cinco minutos e às dezenove horas e quarenta minutos reiniciam os trabalhos. O Presidente concede a palavra ao Deputado José Mentor para arguir o depoente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às vinte horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Declaro aberta a 6ª reunião da Sub-Relatoria da CPMI dos Correios com a pauta destinada à oitava dos Srs. Carlos Alberto Quaglia e Najun Turner.

O Sr. Quaglia já se encontra aqui, já assinou o termo de compromisso e está acompanhado por seu advogado Dr. Aroldo Rodrigues.

Esse depoimento na Subcomissão se deve aos requerimentos dos Deputados Silvio Torres, Onyx Lorenzoni e ACM Neto, e nós vamos adotar como procedimento... Eu vou iniciar com alguns questionamen-

tos, mas fica a palavra desde já aberta para os Parlamentares que queiram intervir, só havendo depois a necessidade de marcar tempo se estender ou houver um número maior de presentes.

Inicialmente, consulto o Sr. Quaglia e pediria para fazer a sua qualificação, nome, data de nascimento, tipo de atividade profissional que exerce, por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Boa tarde a todos os senhores e as senhores presentes.

Eu nasci na Argentina e moro no Brasil desde o ano de 1979. Morei alguns anos em São Paulo e depois me transferei para a Florianópolis. Posso-me definir como empresário. Sempre me tinha inclinado às atividades de exportação e importação atrelada sempre à parte financeira dessas operações. Encontro-me aqui hoje realmente surpreso, mas com o maior desejo de colaborar com V. Ex^{as} e ajudar vocês a esclarecer as coisas que precisam ser esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Sr. Quaglia, o senhor é o sócio proprietário da empresa Natimar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sou, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Quando foi fundada a empresa Natimar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu fundei ela no ano de 1993, em Florianópolis mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Em Florianópolis. E é só por curiosidade: qual o significado do nome Natimar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – “Nati” é o apelido de minha filha e “mar” tem a ver com Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Com relação aos fatos, e já entrando, Sr. Quaglia, em depoimento à Polícia Federal o senhor disse que os vários depósitos da Bônus-Banval na conta da Natimar no valor de R\$6,5 milhões foram por engano. Por que o senhor não exigiu imediatamente que fosse efetuado o estorno desse recurso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Essa é uma história longa, mas eu exigi, eu pedi isso, mas já tinha uma histórica operação com a operadora Bônus-Banval que sempre foi muito positiva para mim. Quando iniciei as operações com ele, no ano de 2003, ele me ofereceu vantagens que não poderia obter em outra operadora, foram várias: devolução de grande parte das notas de corretagem cobria, durante alguns dias, o saldo eventualmente negativo de minha conta que estava descoberto e me deixava preocupado, depositava margem de garantia para operações futuras, coisa que exige a Bolsa BM&F. E nossa atividade foi sempre muito bem, eu sempre recebia as notas de corretagem

corretas, que, na verdade, não são notas de corretagem da Bônus, são notas de corretagem da BM&F, mas que me chegavam através da Bônus. Sempre estavam corretas, de acordo com... E depois eu, por telefone, me informava da situação da conta. Às vezes, ficava negativa, e ela cobria efetivamente. Numa oportunidade, ele me falou de problemas – acho que ele chamou de logística – na tesouraria do caixa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Logística?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Logística na tesouraria do caixa da corretora e que, por essa razão, tinha depositado – e vai aparecer na contabilidade deles –, em minha conta valores maiores do que realmente tinha. Eu falei para ele que, no meu caso, não tinha problema, que era só estornar isso; se era um erro de caixa, que estornasse. Ele falou que não podia fazer isso porque estava sofrendo uma auditoria externa. Não me explicou de quem era a auditoria, eu também não entrei em detalhes, mas que não podia fazer esse estorno nesse momento por causa de uma auditoria externa. Mas ele falou para mim que podíamos deixar minha conta com saldo normal, resolver o problema, se eu permitia para ele repassar o saldo excessivo na minha conta, para outra conta dele. Eu acedi a isso, e assinei bastantes cartas de transferência para outra conta dele. Preciso declarar que uma conta numa corretora não é o mesmo que uma conta em banco; uma conta numa corretora é de absoluto controle da corretora, pois a contabilidade não está atrelada ao Banco Central como está, por exemplo, a conta corrente de um banco. Então, ele pode fazer o que bem entender. Mas não pensei, em nenhum momento, claro, que isso poderia ter haver com alguma coisa que pudesse me prejudicar, ou alguém. Simplesmente, de alguma maneira, estava ajudando ele, acedendo a isso, como ele me ajudava quando a vantagem que me oferecia eu não encontrava em outra corretora.

Neste momento, hoje, eu afirmo que só nesse valor que ele... Claro, a ele chegava a valores, não sei se em dinheiro vivo, ou a conta corrente bancária da corretora; e ele devia repassar esse valor para uma pessoa que não deve aparecer. Claro, essa é uma conclusão que estou fazendo hoje depois de todos esses acontecimentos. Ele simplesmente faz esse jogo e oculta o que está acontecendo. Isso durou bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Quanto tempo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu assinei carta acho que duas vezes; eu nem olhava realmente. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – O senhor falou que assinou duas vezes cartas.

Só para voltar. Quer dizer, ele não podia estornar o recurso porque estava sob auditoria.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sempre com auditoria interna.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Daí a primeira carta, depois que o senhor verificou esse depósito, quando foi? Quanto tempo depois?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Lembro do mês, foi junho, que ele me falou do tema, na realidade. Foi ele que me informou sobre o erro da contabilidade. Acho que foi em junho.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Depois o senhor assinou a primeira carta de transferência...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Foram várias.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Foram várias. Quantas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não saberia precisar agora, mas me lembro que eram várias porque até cansei de assinar. Normalmente eram de valores pequenos, mas não olhava muito para isso. Eu tinha uma relação de muita confiança para com o Sr. Nivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Mas ele mandou para o senhor uma quantidade e o senhor assinou sem ler, sem verificar o valor?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, eu lia por cima e como não conhecia essas pessoas e nem me correspondia conhecê-las, eu não fiz objeção; fiz isso em duas oportunidades. Depois ele insistiu e não quis mais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – O senhor não se lembra se foram cinco, dez, vinte, trinta?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Foram muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Cinquenta, sessenta?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, em torno disso.

Em junho de 2005, agora, o Sr. Nivaldo, da Bônus-Banval, me enviou por correspondência a meu endereço, em Florianópolis, um envelope com oitenta folhas para eu assinar, muitas das quais, já lhe afirmei, consegui ver elas no depoimento da Polícia Federal. Obviamente que não afirmei e nem entrei em contato com ele. Tentei ver ele em São Paulo, mas não quis me receber.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Depois o senhor não falou mais com ele, não teve mais encontro?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, depois de fevereiro, março deste ano nunca mais; encerrei minha operação nisso aí.

Não tinha nenhuma razão para falar, porque não me prejudicou em absoluta nas operações comerciais, financeiras; sempre foi muito certo nisso. As notas de corretagem que me enviava da BM&F correspondia com as operações que tinha feito. Mas em junho, deste ano, ele me envia por correspondência, sem nenhum esclarecimento, sem nenhuma ligação telefônica anterior, um envelope com setenta e oito – sei porque contei elas agora – cartas para eu assinar. Coisa que eu não fiz.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Essas setenta e oito cartas são além daquelas iniciais?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro, mas percebi muitas repetidas, sobretudo algumas que eu tinha solicitado, mas havia repetidas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Por exemplo, algum nome o senhor lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Deusa Costa, esposa do Sr. Najun.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Por que lhe chamou a atenção nesse momento e não antes?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, ao que me chamou a atenção na hora foi que, em junho, me enviara de novo, quando já tinha me falado cinquenta vezes que não. Para que queria mais agora se não estava fazendo mais operação com ele, ou seja, ele nem poderia mais manipular a conta?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Só voltando, então, antes de chegar nessa segunda etapa, apareceram 6,5 milhões a mais. O senhor emitiu cartas de transferência sem ler para quem eram e sem lembrar os valores?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Como o senhor declarou isso para efeitos fiscais e na BM&F se esses 6,5 milhões não eram seus? Como o senhor justifica?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Porque eu não preciso declarar isso para BM&F. O que importa, em meu caso com a BM&F, são as corretagens, as operações normalmente de *trade* que faço com a BM&F. A contabilidade do Sr. Nivaldo da Bônus-Banval não tem nada a ver com... Agora, se ele diz que fez operações com dinheiro que não era meu, vai ter de provar isso, contando compatibilidade entre esses ingressos errados em minha conta em notas da corretagem da BM&F.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Nós vamos chegar lá, mas eu queria ainda insistir: que vantagens o Sr. Nivaldo ofereceu para que o senhor aplicasse na Bônus-Banval, quer dizer, como funcionava a comissão de corretagem, o prazo de permanência do recurso, existia a cobrança ou não de juros dos valores descobertos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Qual era a comissão de corretagem?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A comissão de corretagem era de 80%. Se eu tinha de pagar 100 por corretagem, ele me cobrava 20. Isso não é muito estranho. Muitas corretoras fazem isso. As outras, sim, são mais interessantes. Eu poderia operar (*Incompreensível.*) na conta dele, na Bônus, ou a descoberto, até cinco dias, por R\$500 mil. Ele cobria. Imagino eu, como cobria: claro, tirava de outras contas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Além mais? Alguma com relação a determinados valores, CPMF?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – E margem de garantia. Ele me cobrava CPMF. Isso, sim, me cobrava.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– A partir de que valor? De todas as aplicações?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Até R\$500 mil. Podia ser de R\$10 até R\$500 mil. Quando ele fazia isso, ele me cobrava CPMF. Imagino que ele efetivamente pagaria.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Só para registrar, essa operação que está sendo atribuída ao senhor, que o senhor diz ter sido por engano, ela está se caracterizando como um ilícito bastante usual, inclusive, em várias operações, nós estamos verificando nessa investigação. O dinheiro frio entrava na corretora, seja de dentro do Brasil ou de fora, esse dinheiro é aplicado, paga imposto na fonte e sai limpinho em nome de um laranja. Em regra geral, todos estão apresentando essa mesma justificativa: que foi um engano. Como não foi possível ser feito o estorno, houve a emissão de transferência de recursos e, portanto, a conta fecha, não há problema com a Receita, com o Banco Central, não há problema com a BM&F. A partir daí, basta um cheque endossado para que seja sacado em nome do beneficiado sem maiores problemas. Quer dizer, o senhor, então, afirma de forma taxativa: não está envolvido nessa negociação. O senhor desconhece completamente todos os nomes?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Claro. Ele falou que era um erro de caixa dele. Eu entendi que acontecesse isso. Acreditei realmente nisso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Mas nunca o senhor tinha tido um problema antes dessa natureza com quem quer que seja?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Com nenhuma corretora. Jamais. Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– O senhor conhece Dário Messer?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Alberto Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Toninho da Barcelona?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Toninho eu cheguei a conhecer, sim. Há algum tempo atrás. Anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Qual a relação que o senhor teve com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Conheci ele socialmente, só.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Em Santa Catarina?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não. Em São Paulo. Em uma oportunidade, comprei uma passagem para ele e para a minha filha viajarem para a Espanha. Eu comprei a passagem deles. Essa foi a única operação comercial que eu tive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Haroldo Bicalho?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Haroldo Pororoca?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– O senhor reconheceu ter transferido recursos para Deusa Maria da Costa e Yuri Flato que são esposa e filhos de Najun Turner, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Qual a razão dessa transferência?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu conheço o Najun faz muitos anos, quando residia em São Paulo. Travei amizade pessoal com ele. Eu sei que Najun, pelo menos dentro do mercado, dos operadores de mercado que conheci, é o que mais conhecimento tem sobre todas as operações no mercado de risco, com opções na Bovespa e contratos de futuros na BM&F. Não sou muito entendido nisso, essa é a verdade.

Durante todo esse período, recebi assessoria e fiquei devendo dinheiro para ele. Claro que não houve nenhum contrato escrito entre nós dois, não precisávamos disso.

Essa transferência para Deusa e para Yuri é resultado de pedidos dele por pagamentos meus pela consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– E o senhor fez operações semelhantes para outras pessoas também nesses valores?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Só para ele?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, só para ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– O senhor já teve alguma sociedade com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Nunca? Nenhuma?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Segundo o Sr. Enivaldo Quadrado, a Bônus-Banval operava aplicando na Natimar em ouro e na BM&F, a pedido de Marcos Valério. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, eu não conheço o Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Consta que tanto a Tolentino, que é uma empresa da qual Marcos Valério tem sociedade, quanto a 2S, uma outra empresa da qual ele é sócio, depositaram – e essa informação que nos veio dele – 6,5 milhões de reais na conta corrente que a Natimar mantinha na Bônus-Banval. O senhor acha que também houve um erro na origem?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Estou achando que não é um erro. Acho que isso foi manipulado, isso foi uma utilização criminosa na Natimar, porque o Sr. Quadrado deveria precisar esconder isso. Não é a primeira vez que uma corretora comete fraudes e desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Como funciona isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Ele pode fazer, criar transferências porque não são contas bancárias, são contas internas da corretora. Ele pode fazer transferências, pode criar situações, pode anulá-las.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Qual a vantagem dele fazer isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A vantagem dele é lavar dinheiro, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Na sua opinião, é lavagem de dinheiro.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Mas, por que ele usaria justamente a Natimar e não uma outra?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A Natimar caiu como uma pelica, como uma luva na mão dele. Eu confiava muito nele, eu melhorei muito, gananciosamente, vou dizer, pela vantagem por ele oferecida. Para mim, é muito fácil trabalhar assim. Vendi um ativo em descoberto e não precisava tê-lo porque é obrigatório, porque ele o captava para mim. Podia ficar descoberto.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Por que ele faria essa operação de lavagem de dinheiro? Qual a razão dele ter que fazer essa operação? O senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, nunca falamos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Nunca se preocupou em saber?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Nunca falamos sobre isso, não pensei nunca que era lavagem de dinheiro. Essas são conclusões a que estou chegando agora, nesse momento. Mas quando eu assinava a carta nunca pensava nisso, se eu pensasse assim não teria feito. Posso ser desligado, mas não sou louco.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Justamente por isso que chamamos o senhor. Por isso acredito que o senhor não teria assinado sem conhecer. O senhor acha normal uma pessoa, com a experiência que o senhor tem, assinar tantas cartas de transferência em branco, suspeitando agora que se tratava de uma operação de lavagem de dinheiro? É usual isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas por que suspeito agora? Sobretudo por tudo o que aconteceu, senão não teria acontecido esta CPMI. E isso continua a passar por minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Vou voltar um pouco aqui para constar, Sr. Quaglia...

O senhor tem visto permanente no Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – O senhor tem visto permanente no Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Temos a informação de uma condenação pelo envio de 990 mil dólares de forma ilegal. A informação é a de que o senhor responde a um processo na Justiça federal por evasão de divisas, em virtude da existência de contas-laranja em nome de funcionários de suas empresas.

O senhor pode nos dizer exatamente quais as acusações que pesam e em que fase estão?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, estou respondendo a dois processos e não só a um... O senhor falou quanto?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Novecentos e noventa mil dólares.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não, esse é outro. O senhor estava se referindo primeiro a outras contas-laranja.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Isso, das contas-laranja. Não estou com a ordem aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Esse é anterior. No ano de 1987, 1988, fui contratado por uma empresa de turismo e câmbio que tinha sede em Florianópolis e filial em São Paulo. Mas era o contrário, na realidade, porque o dono real tinha escritório em São Paulo. Não mencionarei o nome do senhor a menos que o senhor me solicite. Mas a empresa chamava-se Brusatur&Câmbio Ltda. Fui contratado para trabalhar como gerente em Florianópolis. Aceitei, pois inicialmente estava precisando realmente e, em...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Em que ano foi?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em 1988 eu comecei. Não tínhamos de ter registro, a Brusatur não tinha registro no Banco Central para operar no mercado de taxas flutuantes. E todos os dias passávamos a posição para o BESC, que era um banco centralizador nessa região, sobre as operações realizadas. Efetivamente, também havia operações no mercado paralelo. Florianópolis é uma cidade muito especial. O câmbio paralelo está proibido, mas qualquer de S. Ex^{as} caminhar pela rua de pedestre Felipe Schmidt, que vai ver não um, mas vinte pessoas gritando câmbio! dólar! câmbio! dólar! De fato, está permitido, e acho correto isso, porque se Florianópolis recebe, ou melhor, recebia, durante os meses do verão, uma grande quantidade de estrangeiros, especialmente argentinos e uruguaios, que precisam cambiar dólares e não podem fazer... Claro, quem precisa cambiar US\$10 ou US\$20 e ficar numa fila de duas horas num banco... Então, isso é normal. A Brusatur, na qual eu trabalhava, também fazia isso efetivamente. Mas isso não seria problema. No ano de 1992, o dono da firma, o Sr. Hugo Garcia Kroger, fala com a pessoa que era meu parceiro para gerenciar a agência, e comigo, para nos dizer que ele vai sair do Brasil – ele era uruguaio – e ia para a Europa e que ia fechar a firma; que ou ficávamos sem trabalho ou assumíamos a firma, que ele ia nos cobrar um preço simbólico para pagar a perder de vista.

Depois que fizemos isso, pouco depois, começaram a aparecer situações fraudulentas em que esse senhor estava envolvido, mas não a empresa em si. Esse senhor arregimentava entre funcionários da Brusatur de Florianópolis e outros lugares, porque também tinha em São Paulo e em Balneário Camboriú, que, em troca de uma certa quantia em dinheiro, esses funcionários iam a São Paulo e abriam contas em seu nome, deixando cheques em branco para o Sr. Hugo. Bom, como ficamos donos da Brusatur, apesar do que foi depois de tudo isso, a lei recaiu sobre nós. O Sr. Hugo também foi condenado. Particularmente, há um recurso no STF do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Está lá?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – E nesse segundo caso dos 990 mil dólares?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Esses foram *travels-checks* que eu efetivamente comprei, com recursos basicamente de amigos argentinos que me ajudaram nessa operação. Estou sendo processado por falsidade ideológica. Disse que isso não é normal para turismo, não, efetivamente, uma pessoa que viaja por uma semana, duas semanas, a Buenos Aires, não precisa levar US\$990 mil. De toda maneira, esses US\$990 mil também não foram comprados de uma vez, mas durante dois ou três anos. Depois, revendi esses *travels-checks* ou utilizava... Eu utilizei muitas vezes em Buenos Aires como garantias adicionais para hipotecas, para garantias hipotecárias, durante pouco tempo. Isso eu deixava a lucro também. Essa é a verdade do fato. De fato, fui processado por isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – E há uma informação também de que o senhor co-réu.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Há uma informação também...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – ...só para registrar aqui, Sr. Quaglia, em que fase está esse processo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Esse dos dólares? Dos *travels checks*?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Isso.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Está ainda na 1ª Instância, ainda não transitou totalmente em julgado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Sim. Já há sentença?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – E a informação, se o senhor confirma, de que o senhor é co-réu junto com Najun Azario Flato Turner por remessa ilegal de 165 milhões e 200 mil dólares, durante cinco meses, no ano 2000. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O que posso confirmar é que fui incluído num processo, aqui em São Paulo, no qual também se encontravam o Sr. Najun e o Sr. Simon, só que não tinha nenhuma relação às causas pelas quais foram processados os Srs. Najun e seu filho; fui processado exatamente pelo mesmo delito que estou sendo processado novamente. E, apesar de ter apelado – por isso se chama duplicidade, eu não posso ser processado duas vezes pela mesma causa –, o Juiz de Florianópolis insistiu. Eu fui absolvido nesse processo de São Paulo em que também se encontram Najun e Simon. Repito, ele não está mais sendo processado por isso. Ele está sendo processado por uma empresa que ele tinha e da qual eu não participava e não conhecia. Eu não sei por que estava sendo processado pela compra de US\$900 mil de *travels checks* no mercado de dólar turismo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – V. S^a conhece o Juiz João Carlos da Rocha Mattos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não o conheço. Nunca fui processado por ele.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – É que foi ele que atuou no seu processo.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em qual?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Nesse da Junta...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu fui interrogado por uma juíza.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Lá em São Paulo também?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu fui interrogado por uma juíza nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Nesse caso, a partir da Operação Anaconda, a sentença foi anulada por suspeita de que a decisão foi obtida mediante pagamento. Por isso é que lhe perguntei se tinha alguma relação, se conhecia o Juiz João Carlos da Rocha Mattos.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, mas gostaria de esclarecer uma coisa, se a minha memória não me engana. Nesse processo eu saí absolvido, sim, mas Najun e Simon foram condenados; entraram com recursos, tanto pela Promotoria como por eles. Eu,

claro, não recorri, mas, de qualquer maneira, a Promotoria recorreu. Eu acho, não poderia afirmar, mas que eu saiba, não era esse senhor o juiz, mas era uma mulher, uma juíza. Foi ela que me interrogou.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Foi ela quem deu a sentença?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Eu tenho em minha casa a alegação final (*Incompreensível.*) que apresentei para pedir a duplicidade do processo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Está bem. V. S^a já teve alguma relação com a Corretora Split?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – De tipo comercial? Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Conhece? Já ouviu falar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu não sei, por isso perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Não lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Voltando à sua atividade, Sr. Quaglia, seu último negócio foi exportação de máquinas motoniveladoras e tratores para o Uruguai e Holanda, no ano de 2003, no valor de US\$14 milhões. V. S^a disse que tais produtos foram comprados pela empresa Discovery SRL, com sede no Paraguai.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Ao que parece, V. S^a recebeu os US\$14 milhões e só enviou US\$1 milhão em máquinas. Como o senhor conseguiu transformar essa diferença em empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Num primeiro momento, esse dinheiro chegou como pagamento antecipado de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Os US\$14 milhões?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. A idéia era fazer as exportações. Houve muita flutuação com o dólar e isso impossibilitou muito esse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Em 2003?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. A partir daí começou a queda do dólar. Para mim era mais fácil converter isso em empréstimo, se conseguisse um acordo com a Discovery. Eu pagaria em dinheiro. Não teria que comprar máquinas, porque isso me sairia mais caro em termos de dólares. Pagaria em dinheiro, pagando juros de praxe internacionais, 4,5% anuais. Aqui os juros são muito maiores. Eu poderia, nesse íterim, fazer aplicações no mercado financeiro

e obter lucros e devolver, como estão nas cláusulas contratuais, os valores.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR)

– Qual a natureza da empresa Discovery? Qual sua relação com eles?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A relação é muito antiga, vem do tempo de meu pai, que também era exportador na Argentina. Retomei o contato através de descendentes da Discovery que têm uma *trade* na Argentina. São operações de triangulações que são feitas no mundo inteiro... Esqueço-me do nome que é muito técnico... *trading*... Por exemplo, a Natimar é uma *trading*, porque eu não fabrico nada para exportar. Mas eu posso servir aos exportadores. Já fiz isso na Argentina antes de morar no Brasil. Através de uma *trading* de lá, eles me falaram que estavam necessitando de uma empresa sediada no Brasil para fazer negócios de exportação e importação com mercadorias brasileiras. Então, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas quem são os sócios dessa empresa, da Discovery, no Paraguai? O senhor pode nos dar os endereços, os contatos com essa empresa?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu preferia antes falar com eles, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas, então, fica o compromisso com o senhor de, por favor, nos prestar essa informação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero perguntar por que ele prefere não falar?

Qual seria a dificuldade de o senhor informar a origem dos recursos que o senhor internalizou no Brasil? Ao que consta, o senhor registrou no Banco Central, tem o registro no Banco Central. Acho que o senhor poderia nos falar, porque ninguém conhece essa empresa, não sabe qual empresa.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Estou pedindo isso por uma questão ética, pessoal. O nome da empresa é Discovery, tem registro no Banco Central daqui, porque ingressaram com dinheiro, mas dizer os nomes das pessoas... Acredito, sinceramente, que não faria diferença e é difícil para mim, pelo menos, falar nomes de pessoas quando está muito clara a operação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas qual é a dificuldade? Que questão ética está envolvida numa operação comercial que deve ser legal, deve ter sido legal lá no Paraguai, onde o senhor diz que buscou dinheiro, como aqui, no Brasil? Gostaria que o senhor explicasse para nós, é importante, porque estamos estabelecendo uma investigação sobre uma rede de contatos que passa por várias...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O sobrenome da pessoa fundadora da Discovery, há muito tempo, é Lamas. Não tenho certeza, mas Diego Lamas deve ser quem está agora no Paraguai. Mas a *trading* argentina também relacionada com isso. Foi por eles o recontato.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Diego Lamas seria a pessoa da empresa Discovery S.R.L.? Esse Sr. Diego Lamas foi seu contato?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Lamas, não. O meu contato foi com uma *trading* na Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas como é? O senhor pode explicar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – São muito normais no mercado de importação e exportação operações de triangulação. Existe uma empresa conhecida no Paraguai, existe uma empresa conhecida no Argentina, existe uma empresa conhecida no Brasil e em outros lugares, mas todas essas empresas têm possibilidade de fazer operações em todo o mundo, mas uma empresa com sede no Paraguai não pode simplesmente conseguir produtos brasileiros se não conta com uma empresa que fica no Brasil. Então, por isso fui me relacionar novamente com a Discovery, porque eles estavam precisando disso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Foi o Marcos Valério quem mandou fazer essa operação, numa forma de internalizar o recurso ou alguém?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu não conheço o Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só para consignar. A pergunta é a seguinte: o senhor apresentou um patrimônio de R\$500 mil e consegue um empréstimo de US\$13 milhões? Quem consegue isso no mercado? É normal isso? O senhor consegue, numa taxa de 4,5% e utiliza esse recurso eventualmente para aplicação no mercado brasileiro? Isso nem um pai faz para um filho.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Isso é normal.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É normal no mercado?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. O mercado se baseia muito na confiança. Além disso, existem propriedades que estão em direito sucessório na Argentina, de minha família, que, de alguma maneira, foram tomadas como garantia. Não chega a esse valor, mas foram tomadas como garantia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E esse empréstimo o senhor já quitou?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Qual o total, Sr. Quaglia?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O total que me falta está em torno de US\$6,5 milhões. Parei totalmente com isso, com esse trabalho, com essa atividade desde que começou a aparecer o meu nome, há um mês, um mês e meio, dois meses. Então, não tenho cabeça. Consegui, no Banco Central, um adiamento do ROF, do Registro de Operações Financeiras, e recomeçarei, se der tudo certo com as minhas operações, a partir de novembro, atendendo o prato até maio de 2006, que pretendo completar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– E essa diferença, Sr. Quaglia, o senhor aplicou aqui no mercado interno? Os US\$5,5 milhões?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Estou comprando na BM&F.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Em julho de 2004, o senhor afirmou que aplicou sete milhões de reais na Bônus-Banval. Confere?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Durante todo o ano. Sim, é difícil fazer, porque nunca são sete milhões juntos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Sim, durante um período.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E a origem desses recursos da Bônus-Banval, o senhor lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. A origem dos meus recursos na Bônus-Banval são desse empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Esse valor então equivale a ...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – É o dinheiro que eu utilizei para fazer operações da BMF e o dinheiro proveniente de empréstimo da Discovery, que primeiro foi pagamento antecipado de exportação e depois converti em empréstimo. Aí está um bom negócio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Daí, quer dizer, o senhor converteu empréstimo, internalizou uma parte desse recurso e aplicou na Bônus-Banval?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro. Na Bônus-Banval não, NA BMF.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Mas por meio da Bônus-Banval?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– E essa operação de exportação se efetivou?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Esse negócio da exportação das máquinas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Houve algumas exportações sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Ela se efetivou? O senhor lembra quantas foram vendidas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Foram quatro ou cinco máquinas, na realidade. Tenho que ver no registro, tenho toda essa boleta de exportações. Não lembro se foram quatro ou cinco máquinas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Para o Uruguai?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Algumas foram para Amsterdã, se não me engano duas, e algumas foram para o Porto de Montevideu, por indicação da Discovery. O mesmo pagamento que faz essa ... o pagamento que já comecei a fazer e que interrompi agora são feitos para as contas que a Discovery me indica.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Também no Paraguai?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não, as contas estão em diferentes lugares do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Qual o seu relacionamento com a empresa *offshore*, chamada Companhia de Inversiones Ambientales, sediada no Uruguai?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não tem relação?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– O senhor nunca foi procurador de nenhuma empresa que atua no Brasil, com sede no Uruguai?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Não teve nenhuma relação com a empresa Vega Engenharia Ambiental também?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Vou lhe perguntar aqui, Sr. Quaglia, sobre algumas empresas, só para constar, depois eu vou abrir a palavra na sua relação com as seguintes empresas: Brusa Turismo, o senhor já confirmou.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, Brusa Turismo é aquela em que eu fui processado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Sim, a Camptur Agência de Viagens e Turismo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não tem relação com o senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A Natimar Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Essa é a que estamos falando agora?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sim. Natimar Negócios e Intermediações Ltda.?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – É a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Natali Artigos de Praia Ltda.?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Natali é o nome da minha filha, naturalmente. Artigos de Praia Ltda foi uma ... depois de um ano de eu trabalhar aqui, no ano seguinte, não em 89, com minha mulher, montamos na praia, a praia de mais turismo em Florianópolis, chamada Canavieiras, montamos uma loja de compra e venda de roupas. Já comprava em São Paulo e vendia lá, e montamos a firma para isso. Não foi um grande sucesso, mas não foi mal também, para esse verão. Mas não continuamos trabalhando com ela.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Fechou. Qual o seu patrimônio, Sr. Quaglia? Quer dizer, que o senhor que fez todos esses empréstimos, com todo esse capital envolvido. Qual o patrimônio que tem registrado em seu nome?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O meu patrimônio pessoal é uma casa e um carro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A casa em Florianópolis, aquela que já foi divulgada?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o carro é um Santana 95?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Tenho mais outro carro que estava sendo financiado, que está sendo financiado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Certo. Por fim, quer dizer, aqui no Brasil o senhor foi sócio-procurador de alguma empresa, além dessas mencionadas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Além de Natali, da Brusa, não. Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem.

Passo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Deputado Onyx está inscrito primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Desculpe, Deputado Onyx.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando houve o depoimento aqui do representante da Bônus-Banval, ele deixou muito claro que a principal operação da Natimar era compra e venda de ouro.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, e dólar futuro também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, o senhor depôs aqui, respondendo aos questionamentos do Sub-Relator durante um bom tempo. O senhor não disse uma palavra sobre aquilo que, para a Bônus-Banval, para o sócio que veio aqui, era a principal operação da sua empresa.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A maioria das nossas operações foram em dólar futuro e ativo financeiro em ouro. É certo, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se o senhor pudesse estabelecer um percentual das suas operações, elas eram 10% em dólar futuro, 90% em ouro. Como é que operava? Porque a pessoa que veio aqui – a mesma sobre a qual vou perguntar-lhe algumas coisas a seguir – afirmou, em depoimento, que a principal operação da Natimar – até foi algo que, depois, causou-nos muita espécie, porque a origem da sua empresa é de alimentos – era ouro. Até questionei a ele se o próprio, com relação ao trânsito de todo esse dinheiro, investiria em ouro. Ele disse que não investiria, porque é um investimento que tem sentido com um tempo, um prazo. Não é um tipo de operação que era feito em relação àqueles recursos.

Então, quero que o senhor me diga qual o volume de operações da sua empresa que foi feito em ouro. Foram 10%, 15%, 20%, 5%, 50%?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – É difícil marcar, mas no mínimo 50%, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Uma auditoria feita nas contas da Bônus-Banval pela Bordin Consultores identificou duas empresas – Tolentino e Mello e a 2S Participações – que depositaram R\$6,5 milhões na conta corrente da sua empresa.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Perdão. O senhor se refere à conta corrente bancária?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – À conta corrente que o senhor mantinha na Bônus-Banval, da Natimar. Está lá no nome da Natimar.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Certo. Claro. É o que falei no princípio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E essas foram operações em um mês apenas. Quanto o senhor operou ao longo de 2004 com a Bônus-Banval?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Gostaria de responder em partes. Teria que ver no registro, porque eu teria que somar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aparentemente.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Uns R\$6 milhões, R\$7 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – R\$6 a 7 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O ano todo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E, em um mês, as duas empresas depositaram R\$6,5 milhões na sua conta? Então, em um mês, eles depositaram o que o senhor operou em um ano todo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas nenhuma empresa depositou R\$6 milhões na minha conta. Essa é uma opinião do Sr. Quadrado. Não é o que estou dizendo. Tentei explicar o que ele me explicou sobre erros de caixa da tesouraria da Bônus-Banval, que concluiu saldos excessivos na minha conta. Ele também nunca me falou dessas empresas. Ele não podia fazer estornos, como deveria ter sido feito, porque ele estava sofrendo na (*Incompreensível.*) externa. Como ele pode dizer agora isso?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós visualizamos uma série de documentos da Bônus-Banval, que davam como destino do dinheiro a Natimar, e alguns documentos da Natimar, que transferiam dinheiro para a Bônus-Banval e para outras pessoas. O que disse aqui o Sr. Quadrado é que a sua empresa atuava como receptora desses investimentos e, depois, através de cartas, que, segundo o depoimento dele, eram emitidas pelo senhor – o senhor aqui já disse que era ele quem levava as cartas para o senhor assinar; e ele, no depoimento, disse que a origem da carta não era dele, mas sua.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Temos uma discrepância, sem dúvida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Acho que temos uma mentira.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Como?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não acho que temos uma discrepância, mas uma mentira. As pessoas só mentem para encobrir alguma coisa. Quem é que está encobrindo o quê? É o senhor, com as suas operações, ou é o Sr. Quadrado, com as operações da Bônus-Banval, que quer jogar sobre os seus ombros a responsabilidade que talvez fosse dele?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Particularmente, tenho certeza que é a segunda opção.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual segunda opção?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A de que ele está usando a Natimar para incluir operações. Tenho certeza disso, porque não conheço o Sr. Valério, acho que o Sr. Valério já declarou que não me conhece. Então, é muito estranho tudo isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor tem a documentação que pudesse nos apresentar dessas operações que foram feitas? Porque, se o senhor comprou ouro, transferiu o dinheiro, vendeu ouro, tem que ter registro, o senhor operou com isso.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não poderia transferir esses registros para que pudéssemos, então, até voluntariamente, porque o sigilo da sua empresa foi quebrado.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, eu posso, mas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Seria até um auxílio seu com o corpo técnico da CPMI, no sentido de podermos confrontar com aquilo que vem lá da Bônus-Banval, para que possamos até ajudar a provar a sua eventual inocência, já que, pelo seu depoimento, o que estou entendendo é que o senhor foi usado nesse processo.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É isso o que o senhor quer dizer para nós? O senhor se sente utilizado pela Bônus-Banval...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...para tentar justificar operações que a Natimar aceitou fazer? E a minha outra pergunta é por que o senhor aceitou fazer operações? O senhor é muito inteligente, percebe-se desde o início da sua fala, é um homem experiente, o senhor fala de operações de triangulação entre três países que foi forçoso o Presidente desta sub-relatoria dizer que são operações de grande vantagem financeira, que, às vezes, nem pai faz para filho. Quem é capaz de operar 14 milhões nesse sistema é porque tem talento, e o senhor tem. Penso que não é justo o senhor pagar essa conta sozinho. Eu gostaria que o senhor ajudasse para que entendêssemos essa operação, porque está muito confusa para todos nós, e, se ficar muito confuso, o senhor vai acabar num processo em que terá de pagar a conta. Daqui a pouco, terceiros escapam, e o senhor, que já não é mais primário, terá suas penas avolumadas e vai gastar muito mais dinheiro com os advogados. Para estes é bom, é ruim para o senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Estou muito preocupado com isso. Todos os registros das operações pela Bônus-Banval estão registradas na BMF. O Sr. Quadrado poderá manipular a contabilidade interna de suas contas e não fazer de conta que é um banco, já, com isso, cometendo um delito. O que ele não pode fazer de jeito nenhum é manipular as notas de corretagem da BMF. Aí estão todas as minhas operações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem cópia dessas contas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro, e estão na BMF também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Podemos solicitá-las também, mas é um indício, se o senhor puder, peço até para providenciar isso.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim, sim, posso passar do meu computador e ver o que tenho e o que não tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A idéia que estamos trabalhando, Sr. Quaglia, é no sentido de que o senhor coopere conosco para o esclarecimento dos fatos. Na medida em que o senhor tenha essa... Por isso que eu disse, desde o início, são muitas as evidências contra o senhor. Hoje, o senhor, que se julga na condição de uma testemunha, e é como nós o enxergamos, o senhor vem aqui para prestar esclarecimento, colaborar conosco, o que foi armado do ponto de vista da Bônus-Banval, vão-lhe botar no banco dos réus. A chance que talvez o senhor tenha de inverter esse jogo, que já está armado para o senhor pagar a conta, é o senhor cooperar com a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui, o seu advogado sabe disso, ele tem espaço para construir provas, aqui tem espaço para fazer a divisão do que é que aconteceu por engano, daquilo que aconteceu por má-fé e dolo, por aquilo que o senhor tinha interesse em praticar, mesmo que ao arripio da legislação brasileira. Tudo isso tem espaço para ser discutido e ser compreendido aqui que pode lhe facilitar a vida mais adiante. Agora, quero deixar muito claro que, desde o depoimento dado aqui pelo Sr. Quadrado, em que ele esclareceu muito pouco e confundiu bastante, havia um destino para o dinheiro que ele recebeu ilegalmente do esquema Marcos Valério, esse destino era o senhor. O senhor, segundo as entrelinhas do depoimento dele, é quem operou, quem comprou, disse para quem ia entregar o dinheiro. A culpa está toda, literalmente, sobre seus ombros.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu sei disso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E como é que o senhor pode nos ajudar para reverter o seu

problema, o nosso é investigar e mandar para a Justiça, o seu é tentar escapar da cadeia. Como é que o senhor pode nos ajudar para fazer isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – **Já estou tentando fazer isso sendo transparente, dizendo a verdade, como vivi as situações. Agora, a solicitação de S. Ex^a do registro da BM&F, sim, efetivamente tem duas vias. Eu requeiro para eles, e não se vão a negar, ou eu mesmo os entrego. Posso entregar todos os que estão na mão do meu contador. Posso fazer isso na próxima semana.**

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Acho que isso seria uma manifestação de cooperação importantíssima e que nos ajudaria muito no confronto da documentação que a Bônus-Banval nos encaminhou, uma documentação que o senhor nos encaminha no seu depoimento hoje, os esclarecimentos que o senhor está dando aqui, que vão confrontar diretamente com aquilo que Bônus-Banval construiu como instrumento de defesa, em relação a esses recursos.

Vou transferir, Sr. Presidente, a palavra ao Deputado Silvio Torres, que tem algumas complementações e depois retorno, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Carlos, o senhor é doleiro?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Desculpe-me, mas um jornalista me perguntou isso faz pouco tempo, eu devolvi a pergunta para ele: o que é um doleiro? Mas vou responder, não estou fazendo um jogo. Se entendemos por doleiro alguém que opera com câmbio, não somente eu sou doleiro, todos, todo mundo é doleiro. Se doleiro é uma palavra pejorativa, que se refere àqueles que operam no mercado paralelo, não, não sou doleiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor opera com dólar de mercado legal, comprando, vendendo e transferindo? É isso que queremos saber.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro que sim. Vendi US\$14 milhões faz pouco tempo, que me deu a empresa anterior, meu credor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse dinheiro o senhor disse que veio legalmente, por meio de uma empresa no Paraguai e consta um registro de US\$14 milhões no Banco Central. Então, isso não é uma operação ilegal. Estou perguntando se o senhor opera com dinheiro não-declarado no Banco Central brasileiro.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. O que queria dizer antes é que esses US\$14 milhões que chegaram dessa empresa estrangeira eu converti

em reais, vendendo eles, operando, fazendo contratos de câmbio. Cinquenta foram ao Banco Central, fazendo-se negócio em dólar com ele, discutindo um preço melhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso já sabemos. A história que o senhor declarou à Polícia Federal e está repetindo dela aqui, é que o senhor resolveu se estabelecer no ramo de exportação de máquinas de tratores e que o senhor estabeleceu uma negociação com a empresa chamada Discovery e que essa empresa o senhor compraria as máquinas para ela e ela indicaria quem seriam os clientes dessa máquina. Foi isso, o senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor não conseguindo levar a frente o seu negócio, e o senhor debita isso a uma mudança na taxa de câmbio no Brasil, aí o senhor resolveu transformar aquilo que era um adiantamento, por conta de exportação, em um empréstimo. É essa a história que o senhor conta. Essa história é que nos interessa esclarecer. Em primeiro lugar, esclarecer a origem desse dinheiro. A empresa Discovery, que o senhor, no depoimento na Polícia Federal, disse que não sabia precisar o nome do dono da empresa, o senhor nos deu aqui o nome de um deles, que é o Sr. Diego Lamas. Existe mais algum nome nessa empresa Discovery? Pode dizer sim ou não.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Realmente existe, mas não conheço, porque pode ter vários sócios.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não conhece mais nenhum? Essa é que é a empresa responsável perante o Banco Central brasileiro pelo empréstimo que o senhor recebeu

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Pelo ingresso de dólares; sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o que tem a ver a *trade* argentina com essa história?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Me fizeram um contato com eles...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o que ela...? Mas contato para quê? Qual a razão desse contrato?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Porque...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem deu o dinheiro foi a empresa argentina?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, foi a Discovery, mas existem relações normais. Existem muitas relações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor faz de conta que a gente entende alguma

coisa. O senhor pode dizer o que é que a empresa argentina fez.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – É normal esse tipo de contato. Eu não sei. Isso realmente não sei, se Discovery passará alguma comissão para eles pelos lucros obtidos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como é o nome da empresa argentina?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Exportadora Seis de Novembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pode repetir, por favor?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Exportadora Seis de Novembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Seis de Novembro?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Seria essa, então, a responsável por mandar as máquinas para a Holanda ou para outro lugar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Não. Exportou a Seis de Novembro apenas fez o contato com a Discovery.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para quê?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Para que a Discovery fizesse negócio com Natimar. Porque a Discovery precisava de uma empresa exportadora e importadora sediada no Brasil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o senhor está rodando, rodando e não consegue... Infelizmente, não entra na nossa cabeça a relação que tem essa empresa argentina. Então, vamos esquecer a empresa argentina porque ela já passa a ser um pouco secundária.

Agora, o senhor disse que do negócio combinado de US\$14 milhões, o senhor não conseguiu completá-lo e apenas uma parte dele é que o senhor conseguiu exportar de máquinas. O senhor comprou essas máquinas no mercado interno brasileiro, é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E depois repassou à Discovery, que, por sua vez, repassou ao seus clientes na Holanda ou mais não sei onde. É essa história, confere?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Uruguai. Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Um milhão de dólares, foram quatro ou cinco máquinas que o senhor falou?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Uma matriz.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que máquinas são essas que em... que máquinas são essas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Elas são Caterpillar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Caterpillar. Motoniveladoras, segundo a sua declaração aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Sim. Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Moto-niveladoras.

Então, quatro ou cinco, o senhor disse que completou US\$1 milhão. Então...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas ali foi menos de US\$1 milhão; foi menos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está aqui escrito na sua declaração assinada na Polícia Federal.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu sei. Eu sei. Eu sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor hoje está mudando a declaração?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não é que eu esteja mudando, é que na atenção é...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O dólar, naquela época, estava a R\$3,50. Isso que o senhor alegou porque o senhor disse que foi uma variação de R\$2,50, estava a R\$3,50, por isso que o seu negócio não foi bem. Então a R\$3,50... quatro máquinas, o senhor, então, pagou US\$1 milhão, o senhor pagou US\$3,5 milhões por quatro máquinas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Três milhões e meio não. Ah! São reais, desculpa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah! É são reais. Três milhões de reais.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Mas foi menos. Então, sabe por quê? Porque o valor original foi R\$15,1 milhões. O valor original do...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O total que foi enviado. Foram quinze milhões...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Enviados para fora?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Enviado da Discovery para a Natimar foram R\$15 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas foram US\$14 milhões.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Acontece o seguinte: R\$15 milhões. Depois o empréstimo, quando foi convertido em empréstimo foram quatorze milhões e seiscentos mil. A diferença entre os dois tem a ver com as máquinas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Não bate. O senhor registrou a entrada de US\$14 milhões, Sr. Quaglia. O senhor não..

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Não registrei entrada de US\$14 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor deu no Banco, no Banco Central.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – No Banco Central estão registrados quinze milhões e cem mil como pagamento antecipado às exportações. Depois...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, a entrada. A entrada do dinheiro que veio da Discovery....

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, quinze milhões e cem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foram US\$14 milhões.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Quatorze, seiscentos é o empréstimo, o que ficou e converti em empréstimo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. O senhor declara que entrou a título de antecipação dos recursos para exportação. O empréstimo é uma segunda história. A declaração do senhor aqui e repetida na Polícia Federal é que o senhor recebeu US\$14 milhões a título de antecipação da Discovery para o senhor comprar as máquinas e depois remetê-las para a Discovery. O empréstimo é uma segunda história.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas é a mesma origem. É o mesmo dinheiro. Certo?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Não. É que o senhor está mudando. Querendo mudar os números.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sei. Sei. Sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A origem nós sabemos que é a mesma. O senhor está querendo mudar os números.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não é que esteja querendo mudar os números. V. Ex^a estou muito nervoso, estou muito tenso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu nervoso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, eu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ah! Mas se o senhor está nervoso... Quando a gente está contando a verdade não há preocupação. O senhor não precisa ficar nervoso. O senhor tem a declaração prestada na Polícia Federal.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor está sendo investigado por aquilo que o senhor acusa da Bônus-Banval que é por lavagem de dinheiro. O senhor já tem processo em andamento e inclusive já foi condenado. Se o senhor for condenado novamente, o senhor vai para a prisão. O senhor não vai poder responder em liberdade. Então, como disse o Deputado Onyx Lorenzoni, ou o senhor aproveita esta oportunidade para dizer as coisas que podem ajudá-lo a sair da situação ou o senhor vai se complicar mais. E eu estou percebendo que o senhor continua insistindo numa história que não bate em hipótese alguma. Não há hipótese de uma empresa estrangeira – seja no Paraguai, no Uruguai ou na Argentina – dar um crédito antecipado de US\$14 milhões para alguém cujo patrimônio pessoal é um carro Santana e mais algum dinheiro em caixa para essa pessoa pegar esse dinheiro e comprar máquinas no Brasil – no mercado brasileiro – e depois remetê-las. Essa história, o senhor desculpe, mas não cola nem se a gente colocar aquela cola mais potente que existe. Por isso é que o senhor vai acabar se comprometendo, porque tem outras investigações – o Deputado Gustavo Fruet, como Sub-Relator, vai se basear na documentação. O que o senhor está falando aqui – assim como os outros vêm aqui e falam – não é tão importante quanto os números, quanto os levantamentos que a CPMI está fazendo.

Então, a história que nós estamos querendo apurar é a origem do dinheiro que foi parar na conta da Bônus-Banval e depois redistribuída para irrigar um esquema de corrupção. É essa que é a nossa investigação, e a Natimar está no centro disso, está exatamente no centro disso. Ela, no nosso entender, se prestou – se confirmados os fatos que nós estamos averiguando – a fazer a entrada dos dólares no Brasil para, depois, aplicando na BM&F, transformando em real, ser distribuído. Essa é a história que bate. Agora, a sua declaração na Polícia Federal é totalmente preenchida com incoerências e contradições que não chegam. Por exemplo, Sr. Sub-Relator – ele disse, por exemplo, que ainda deve dinheiro do empréstimo para a tal Discovery e não sabe se deve US\$8 ou US\$10 milhões. Não é possível um empresário dizer que não sabe se deve US\$8 ou US\$10 milhões, US\$2 milhões de diferença.

Eu queria fazer uma outra pergunta para o senhor: quanto é que o senhor está comprado na BM&F?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O equivalente a US\$6 milhões.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Seis milhões de dólares?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Seis a seis e meio – não tem exato.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor disse que deve de oito a dez?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, está errado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está errado? O senhor vai refazer essa conta?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O que devo são seis e meio.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ah! Então, isso que o senhor declarou na Polícia Federal está errado?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, foi um erro meu. Realmente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Qual é o patrimônio da Natimar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Se considero como patrimônio o que a Natimar está comprando na BM&F, é isso aí.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, isso é o patrimônio. Isso dá – se o senhor está dizendo que são US\$6 milhões que o senhor deve e se o senhor multiplicar pelo valor do dólar atual – suponhamos que o senhor multiplica para R\$2,50, o senhor vai dever 15. Então, o senhor tem um patrimônio de 25 que o senhor está declarando. Então, o senhor tem 10 milhões a mais do que o senhor sabe.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Posso falar?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, pode falar.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Esses 10 milhões – está errado. E quando eu faço... Quando me perguntam, assim, rápido, por uma questão de mecânica, de reflexo me dizem: US\$10.00 é R\$30,00. Eu sei que não está 13.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor já sabe porque faz tempo, o senhor é um operador de mercado financeiro, então, não pode fazer essa confusão.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu sei. Mas acontece isso. Aliás, eu fiz esse cálculo calculando mais ou menos – dois e quanto? Sei lá... Não tinha neste momento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, afinal, o senhor tem um patrimônio de 25 milhões ou um patrimônio de 15 ou um patrimônio de 10 na Natimar? Quanto vale a Natimar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Se o patrimônio é o que eu estou devendo, é equivalente a US\$6 milhões.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É esse o patrimônio do senhor? Então, o senhor está zerado.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Resta para o senhor uma Santana Quantum e mais algum dinheiro no banco. Esse é o patrimônio que resta, pessoal.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – E, se consigo realizar as operações, como não vou devolver tudo junto, é possível obter lucro com movimentações financeiras.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Quadrado, quando esteve aqui, além de dizer que o senhor era a pessoa... que a Natimar era a empresa que alimentava todos aqueles depósitos que foram colocados, ele trouxe uma lista, que está em nossas mãos, de todos os documentos com o nome das pessoas e empresas que o senhor autorizou. Isso se refere à pergunta do Deputado Gustavo Fruet, no início, sobre os documentos que o senhor assinou. Todos os que foram apresentados aqui estavam assinados pelo senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Com a sua assinatura.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor reconheceu aquelas assinaturas como verdadeiras?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eram... o senhor calculou quantas eram? O senhor reconheceu. Da primeira vez, o senhor disse que assinou de cinco a dez e depois, agora, o senhor disse que, em junho deste ano, o senhor recebeu mais uma documentação.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, agora recebi de novo e muitas repetidas, mas realmente na Polícia Federal eu falei umas quinze. Mas foram muito mais. Além dessas quinze, há vinte e poucas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Vinte e poucas...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Que foram para a Deusa Costa Silva e uma ou duas para seu filho (*Incompreensível.*) não me deixam tão longe. É isso que estou querendo dizer. Mas, efetivamente, eu assinei muitas mais. E inclusive tenho cópia... ele me mandou de novo em junho. Posso apresentar para o senhor?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor teve acesso a essa lista? O senhor chegou a ver essa listagem que ele nos entregou?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, na Polícia Federal...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor foi inquirido sobre ela.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eles me mostraram cada folha assinada ou foi por aí... não sei...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor reconheceu como correta pelo menos parte dessa listagem?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Realmente a Sr^a Deusa e dois para o Sr. Iuri. Uma para uma empresa de veículo...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foram as únicas que o senhor reconheceu?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – .. que era para o Sr. Iuri.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Arnaldo José da Silva também?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não me pareceu, por isso que falei que não lembrava, mas não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Vou pular para uma outra questão, Sr. Sub-Relator, se o senhor me der um pouco mais de tempo, se não eu me reinscrevo e volto, porque eu tenho bastantes coisas ainda para esclarecer com ele. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Da minha parte, não há problema, mas como há Senadora Ideli Salvatti, eu passaria depois a palavra a ela e depois retorno porque não tem mais inscritos. De minha parte, não há constrangimento.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Consulto a Senadora Ideli se é possível lhe dar mais um tempo, porque aí não há problema.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não; então, eu vou passar para a Senadora. Depois eu retorno. Eu me reinscrevo. Eu me reinscrevo porque eu tenho muita coisa aqui para ver ainda.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado Onyx, ao microfone, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – São 139 autorizações que foram feitas e aqui não é uma coisa que fosse, a princípio, forjada. Pode até ter sido forjada na sua origem, mas o documento que nós temos aqui é um documento de uma consultoria. Ou seja, foi feita uma auditoria, que identificou 139 ordens que teoricamente teria saído da sua empresa – e o problema da Natimar é que o senhor não pode culpar ninguém porque o senhor é o único funcionário – transferindo esses recursos. Inclusive uma coisa

muito interessante aqui: como isso foi ano passado, eu acho que é possível que esteja na sua memória, né? Por exemplo, tem um cheque de cento e onze mil, outro de oitenta e oito, setecentos e sessenta, outro de cem mil, e um aqui bem interessante: R\$190 mil. Todos esses cheques tinham uma característica: o destinatário, o beneficiário era a Natimar, e esses cheques, pela sua ordem, e eles deveriam ser em branco para a Natimar. O senhor sacou esse dinheiro em boca de caixa, o senhor fez operações? Porque, se o senhor operava para terceiros...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, mas não entendo. Esses são cheques assinados por mim? Não.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Não, são cheques que, da conta que a Bônus-Banval disse que o senhor comandava, das operações que o senhor comandava, com autorização sua... Porque todo o discurso da Bônus-Banval é que todas essas 109 operações o senhor autorizou. Não foi mais ninguém, foi o senhor mesmo.

Aí, tem aqui um conjunto de operações que eu li, tem uma de R\$254 mil, de 11 de junho do ano passado, a outra, de R\$111 mil, de 30 de junho, a outra, de R\$88 mil, da mesma data, depois 13 de julho, de R\$100 mil, 13 de julho, de R\$190 mil. Isso tudo dá R\$740 mil e uns quebrados. Isso tudo foi sacado por ordem sua, excetuando a primeira, com um cheque em branco para a Natimar. Por que as outras todas tinham endereço e, tirando os R\$254 mil, numa conta muito rápida aqui, foram R\$490 mil, rigorosamente isso. Teoricamente, para o cheque não ser nominal, o cheque... O senhor sacou na boca do caixa? Era sem identificação esse cheque.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu não sei... Entre as novas notas de câmbio... E a Bônus-Banval, em junho deste ano, muitas delas, não são somente pedidos de TED. São pedidos, que quer que eu assine, solicitando emissão de cheques administrativos em branco.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas esses cheques vão para onde? Quer dizer, o senhor autoriza sacar da sua conta, da conta que a sua empresa opera setecentos e tantos mil, e isso é cheque – ta bem –, alguns deles cruzados e em branco. Aí eles lhe entregam o cheque e o senhor faz o que com o cheque?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas isso não foi certo. Não aconteceu isso.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Então o que aconteceu? O senhor nos explique para entendermos.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não sei que coisa fez... Sinceramente, não sei que coisa fez o Sr. Nivaldo. Para onde foram esses cheques?

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas na auditoria é com sua autorização. O senhor assinou lá o documento...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Assinado...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Quer dizer, eu só quero entender como uma pessoa inteligente como o senhor, experiente como o senhor, assina documentos de autorização que chegam a R\$9 milhões? O senhor tem um carro médio, uma casa no Rio Vermelho... Eu conheço o Rio Vermelho: é uma zona de classe média, nada... Média, média. Não é nada muito... Conheço bem lá. Aí o senhor, que é um homem que conhece negócios, o senhor faz operações vultuosíssimas, a ponto de convencer uma empresa paraguaia a lhe dar US\$14 milhões para o senhor operar, e aí o senhor assina só porque alguém lhe pediu? Só porque o Sr. Quadrado lhe pediu? Assina quase R\$ 10 milhões? O senhor tem tanto capital assim para correr esse risco? É isso que o Deputado Silvio Torres ficou aqui dizendo ao senhor que isso não bate.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não, não.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Quer dizer, isso vai estourar é nas suas costas.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu entendo, mas realmente a coisa foi assim.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas foi assim? O senhor assinou mesmo? Autorizou para que eles operassem esse dinheiro todo sob sua guarda, sua responsabilidade?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu assinei notas de transferências...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – E quanto o senhor ganhou para fazer isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Nada. Eu assinei notas de transferências entre a própria corretora Bônus-Banval, porque ele me dizia que não poderia fazer um estorno do dinheiro que ele erradamente tinha colocado na minha conta.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas ele colocou, enganado, R\$ 10 milhões na sua conta?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não sei. Eu não entendo a contabilidade dele. Eu nunca segui a contabilidade dele, interna, da Bônus-Banval.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas quando o senhor assina uma carta para transferir recursos para alguém...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sei, sei, sei.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – A responsabilidade é sua, não é de mais ninguém que está dentro desta sala.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Entendo, mas, como eu...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não fica com a cópia, pelo menos para dizer... O senhor nunca imaginou que, daqui a pouco, do dinheiro que o senhor operava, porque o senhor operava... Pelo que eu entendi, o senhor operava dentro da corretora, em uma conta corrente lá em que ele... O senhor disse. As palavras são suas: quando o senhor estava descoberto, era-lhe vantajoso operar com a Bônus porque a Bônus lhe cobria. O senhor, muitas vezes, operou sem ter o fundo, sem ter o caixa porque a Bônus-Banval bancava para o senhor. Era essa a razão da relação comercial que o senhor tinha com a Bônus. Aí o dono da Bônus lhe pede para assinar documentos com esse volume... Quero entender o que o senhor ganhou, porque não posso acreditar que uma pessoa assinasse de maneira irresponsável e não-remunerada um volume de movimentação financeira dessa ordem. Eu duvido.

Há dois caminhos para o senhor: ou, com o depoimento que o senhor presta, o senhor, cada vez mais, agrava sua situação, ou o senhor presta esclarecimentos, ajuda-nos a identificar quem verdadeiramente operou de maneira equivocada e ilegal para o senhor ter chance de se salvar. Como está sendo o seu depoimento e como vem o depoimento da Polícia Federal, eles lhe colocaram dentro de um caldeirão e a água vai ferver. Não é possível que o senhor não tenha nenhuma explicação para nos dar sobre R\$10 milhões, que operaram em seu nome e no da sua empresa.

O senhor é único funcionário da sua empresa. Aliás, essa é uma coisa muito estranha também, sobre a qual eu queria lhe perguntar. O senhor opera US\$14 milhões. A filial de São Paulo tem um prédio que abriga empresas virtuais, na Nove de Julho. Segundo depoimentos que o senhor obteve, o senhor fica até três meses sem aparecer na Nove de Julho. É verdadeiro isso? Funciona assim o seu negócio?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não é tanto, três meses.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Dois meses?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Dois meses. Sim. Sim.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Com todo respeito – não quero ofendê-lo, pois lhe tenho profundo respeito –, o senhor se acha um “laranja”? O senhor é “laranja” do Sr. Najun Turner? A Natimar é uma empresa de fachada, que serve para que ter-

ceiros operem? O senhor está oferecendo sua cara para baterem?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, mas...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim ou não?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, mas, efetivamente, eu dei ordem ao Sr. Nivaldo que podia aceitar operações na BM&F solicitadas por Najun Turner.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor podia repetir só para eu entender. Eu não ouvi, pois tocou o meu celular. Desculpe-me.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O Sr. Najun Turner, entre outras coisas, é uma pessoa de imenso conhecimento do funcionamento do mercado de risco, especialmente da BM&F. Eu já disse que havia pago consultorias a ele. Temos também relação de amizade. Em muitas oportunidades, muitas, eu pedi ao Sr. Najun que retirasse as corretagens da BM&F através da Bônus-Banval e depois ele me entregava. E também falei ao Sr. Nivaldo que podia aceitar negociações com o Sr. Najun, como fazia comigo, em nome da Natimar. Ou seja, pode comprar três quilos de ouro e, daqui a meia hora, vendê-los. Eu realmente nunca tive muita paciência para ficar, todo dia, em frente a um computador.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu estou entendendo que o senhor disse que o Sr. Najun Turner operava para o senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Operava em seu nome junto à Bônus-Banval.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – É isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Abusando um pouco da paciência e aproveitando a chegada do nosso Relator, qual a ligação entre a Natimar e a Eplo Trading? Essa empresa é do Espírito Santo e recebeu R\$153 mil da Bônus-Banval, segundo disse o Sr. Quadrado, a seu pedido. O senhor conhece a Eplo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Porque ela também recebeu dinheiro da 2S Participações, a mesma empresa que ajudou a colocar dinheiro na sua empresa. (Pausa.)

Senadora, se V. Ex^a quiser fazer seus questionamentos, por enquanto me sinto satisfeito.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O importante é registrar essa última afirmação, que eu acho

extremamente reveladora: o doleiro Najun Azario Flato Turner operava na BM&F, no mercado futuro, por conta do Sr. Carlos Quaglia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Ele tinha procuração, Sr. Quaglia?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não, não, não é preciso isso. Eu falo para Enivaldo tomar ordens de Najun e ele toma. Mas, como era conhecido Enivaldo, também...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nesse caso, o Najun podia estar tendo conhecimento dessa operação?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Da operação que ele fazia? Claro, que...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele é que fazia.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, dessa operação, especificamente, dos 10 milhões, que o senhor assinou. O senhor acha que o Najun eventualmente pode ter mandado fazer alguma aplicação?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, assinar por mim, não. Ora... Não, porque eu teria sabido disso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Bom, mas vamos aprofundar.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, Deputado Gustavo Fruet, que preside esta reunião, quero deixar registrado que a vinda do Sr. Quaglia para prestar depoimento nesta CPMI, em Santa Catarina provoca muita curiosidade. Até porque é o primeiro elo que aparece com alguém de Santa Catarina nas CPIs que estamos investigando. Então, os meios de comunicação estão muito interessados em acompanhar até aonde vai o envolvimento da Natimar e das demais empresas do Sr. Quaglia com esse esquema.

Tive a curiosidade de pedir para minha assessoria que fizesse um levantamento na Junta Comercial do Estado para levantar a origem da empresa do Sr. Quaglia, a Natimar, como ela se constituiu e foi se modificando ao longo do tempo. Talvez eu devesse ter tido a iniciativa de pesquisar as outras também, porque precisaremos tomar providências sobre a Brusatur. Está claro que vamos precisar, inclusive, fazer quebra de sigilo. E a outra empresa é a Camptur. São empresas que também mexem com dólares. Então, é importante para o nosso trabalho.

Mas, em primeiro lugar, pergunto ao Sr. Quaglia quem é o Sr. Jorge Henrique Mena.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Jorge Henrique Mena é um amigo meu que foi sócio da Natimar há alguns anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E ele entrou na sociedade? Ele mora onde? Entrou por quê?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Ele é amigo meu de longa data.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só por amizade?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entrou e saiu?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E por que é que ele entrou? Qual foi o motivo? Não foi só por amizade, até porque, pela alteração contratual, foi quando a sua empresa modificou significativamente o capital.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Originalmente, eu formei a empresa junto com minha esposa. Não nos demos bem e eu mudei para Jorge Henrique Mena. Depois mudei novamente para minha filha, que é minha atual sócia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas isso não fecha.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Por quê?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso não bate. Estou aqui com as alterações contratuais.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sua empresa foi constituída no dia 20 de julho de 1993, inclusive como microempresa.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Natimar Comércio de Produtos Alimentícios, com o capital de R\$10 mil.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Era para trabalhar com importação e exportação de alimentos, bebidas, artigos esportivos e de lazer. Nesse mesmo ano, ela deixou de ser microempresa, em 1993.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 1996, ela deixou de ser Natimar Comércio de Produtos Alimentícios e passou a ser Natimar Comércio de Serviços.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Passando a atuar com fotocópias e terceirização de serviços. Em 1999, quando entra o Sr. Jorge Henrique Mena, ela tem um salto de capital de R\$10 mil para R\$500 mil.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, a entrada do Sr. Jorge Henrique Mena coincide com a alteração, inclusive em termos de capital. E foi exatamente na entrada do Sr. Jorge Henrique Mena que

a empresa passou a trabalhar com compra e venda, importação e exportação de metais nobres e pedras preciosas.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ou seja, entra nesse ramo, que é o objeto, inclusive, da nossa investigação. E o Sr. Jorge Henrique Mena sai em 2000, ele fica pouco tempo.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas volta a sua esposa.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, volta a minha filha. Não, entra a minha filha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na alteração contratual do dia 8 de maio de 2000 sai o Jorge e entra a Lídia. A sua filha entra no dia 27 de fevereiro de 2002. Fica o capital de R\$500 mil. Por isso perguntei do Jorge Mena. Exatamente, quando ele entra, é que altera o capital, e depois não confere com o que o senhor está dizendo. Estou aqui com os documentos de todas as alterações, que passarei depois à CPMI. Na alteração do dia 8 de maio de 2000 sai o Jorge, entra a Lídia, mantém o capital de R\$500 mil – R\$300 mil para o Carlos, R\$200 mil para a Lídia – e a entrada da sua filha é só em 27 de fevereiro de 2002.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – No dia 30 de janeiro de 2003 é que é a abertura da filial na 9 de julho, essa que o senhor pouco vai lá, mas que opera de forma bastante significativa. Quando abre essa filial, veja bem que interessante, Deputado Onyx, a empresa passa a trabalhar com metais e pedras preciosas, máquinas e equipamentos, e volta aos produtos alimentícios. Ou seja, em 2003, a empresa passa a ter uma amplitude de um pouco de tudo que já fez. Então eu preciso saber por que o Jorge Henrique Mena entra exatamente na alteração, e depois ele sai e fica a grana. Qual é essa movimentação?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não há muita relação entre o capital e Jorge Henrique Mena. Eu precisei aumentar o capital da empresa, porque comecei a pensar realmente em fazer o trabalho de intermediação com operação de exportação e importação. Isso é real. Isso aconteceu nesse tempo, não foi de um dia para outro. Isso leva um processo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas se não foi o Jorge Mena o responsável pelo aumento do capital, quem foi? Ou o que o senhor fez para aumentar o capital?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Houve necessidade de aumentar o capital.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E de onde veio?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro que Jorge Henrique Mena teve a ver com isso e eu também tive a ver com isso. É a história da empresa. Depois Jorge Mena saiu, e eu não me lembrava dessa passagem que tinha voltado a minha esposa até entrar a minha filha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E é uma passagem longa, de 8 de maio de 2000 até 27 de fevereiro de 2002, são praticamente dois anos.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Se V. Ex^a observar bem no contrato, vai ver que há uma cláusula muito particular. Eu sou absolutamente o único responsável pela firma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás isso é impressionante! Como o Deputado Onyx falou é uma empresa de um funcionário só, porque em todas as operações contratuais – entra o Mena, sai a esposa, entra a filha – é o senhor quem executa tudo. Portanto, não temos nenhuma dúvida de que tudo que aparecer devido à quebra dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos....Até tenho dificuldade de fazer as perguntas, porque não temos a quebra dos sigilos das empresas todas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Senadora, já foi feito o pedido de quebra dos sigilos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já foi pedido, mas não chegou ainda. Agora, que o que vier é de responsabilidade do senhor, não tenho nenhuma dúvida, porque as alterações contratuais, a constituição, a alteração e as responsabilidades estão claríssimas, é o senhor e mais ninguém. Então, tudo que já foi perguntado aqui que o senhor diz que sim, diz que não, quem sabe, talvez, entretanto, assim como todas as documentações que chegarem à CPMI se confirmarem que foi executado pela Natimar, seja Natimar Produtos Alimentícios, Natimar Comércio e Serviços ou a Natimar Negócios e Intermediações, o responsável será um só: Carlos Alberto Quaglia. Eu não tenho nenhuma dúvida. E acho que é isso que está colocado.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero ainda fazer outras perguntas ao senhor. O Deputado Onyx está curioso sobre a sua retirada mensal. Eu incorporo a pergunta.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em todo esse tempo? Eu vivo com aproximadamente, dinheiro de hoje, R\$3 mil a R\$4 mil por mês. Isso varia muito, R\$3 mil, R\$4 mil, R\$5 mil, mas a média é essa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas para quem movimenta milhões, é pouco dinheiro.

Deputado Onyx, ajude-me. O Deputado tem perguntas. Estou dando os apartes necessários ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado.

Quando começou a empresa em 1993, se mantivesse a mesma média, como é que... Eu quero entrar na mesma linha da Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos pegar pelo topo, dinheiro de hoje. Se, desde início – vamos supor que ela tinha um capital social de R\$10 mil – a sua retirada fosse um terço do capital social, que é R\$ 3.000,00, o que penso ser impossível de fazer, mas vamos lhe dar o benefício de que o senhor fazia, em três anos, o senhor poderia ter amealhado, se não gastasse nenhum real, algo como R\$100 mil. Como é que ela pula de dez para quinhentos? Tem pertinência a observação da Senadora, quando desconfia, de maneira justificada, que o Sr. Jorge Henrique Mena...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que é argentino também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Capitalizou a sua empresa. Por que ele capitalizou de uma maneira tão intensa e, depois, ele se retira e deixa? Onde está a garantia do dinheiro dele? O senhor colocaria R\$500 mil numa empresa e, depois, sairia dela? Qual a garantia que as pessoas que ficariam teria de que o dinheiro seria seu?

A outra pergunta é: quando ele sai da empresa, a sua esposa o substitui apenas na composição social ou ela comprou a parte do Sr. Jorge? Quando é feito o aumento, qual é a parte do Sr. Jorge?

Desculpe-me, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem. Complementa bem.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em realidade, não foi Jorge Henrique Mena que colocou dinheiro. Fui eu mesmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor não nos disse ainda de onde saiu o dinheiro.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu tenho muitos amigos. Eu não sou brasileiro. Moro na Argentina e tenho família lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor está dizendo que o senhor recebeu contribuições para aumentar o capital de dez para quinhentos mil?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Podemos dizer assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A troco de que as pessoas dão contribuições para um aumento

de capital, sem que elas participem como sócia ou tenham garantia de retorno? Que tipo de serviços o senhor presta, então, a essas pessoas que não aparecem oficialmente na sociedade, mas colocam dinheiro na sociedade?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – São empréstimos pessoais de pessoas que confiam em mim. Toda minha vida, agi assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Confiam ou o senhor presta algum tipo de serviço?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Podem incluir essas coisas, mas basicamente é confiança. Toda minha vida vivi assim, aqui, na Argentina e onde eu fora viver.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu estou com muita vontade de constituir uma empresa assim, viu? Mas tudo bem.

Eu queria fazer ao Sr. Quaglia ainda a seguinte pergunta. O senhor já tem condenação pela Justiça Federal em algum processo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em primeira instância, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é o processo em que o senhor foi condenado em primeira instância?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Um processo de fatos acontecidos no ano de 1991, quando eu trabalhava para a empresa – essa que mencionamos hoje – Brusa Turismo e Câmbio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, mas qual é o motivo da condenação? O senhor foi acusado e condenado em primeira instância?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por ter cometido que crime?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Nessa empresa, cujo dono não era eu... Eu era funcionário...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem era o dono?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Hugo Garcia Kröger, uruguaio, com residência, nessa época, em São Paulo. Hoje, não sei. Essa empresa operava no mercado de turismo e de câmbio, efetivamente em Florianópolis. Fui contratado como gerente. A empresa estava registrada no Sisbacen, no Banco Central, com permissão para operar no mercado que, nessa época, se chamava de taxas flutuantes. Ou seja, era uma empresa de turismo que também podia comprar dólares perfeitamente e, depois, só declarava. Vender também podia. Mas, como falei hoje, realmente, também se faziam operações no mercado que não se de-

claravam. S. Ex^a conhece bem como funciona o câmbio em Florianópolis, sobretudo no verão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive, o senhor estava dizendo que é assim mesmo. Lá, no calçadão, têm de vinte a trinta pessoas ofertando câmbio. É assim mesmo.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro. E todas essas casas de turismo fazem o mesmo. Agora não existe mais isso, porque o mercado paralelo caiu muito. Mas esse não foi o problema do processo contra a Brusatur e contra a pessoa de que estamos falando, mas a existência de contas laranjas. Essas contas laranjas serão solicitadas por esse senhor, dono real e formal da Brusatur até fins de 1998, pela funcionária da Brusatur, em Florianópolis, em Balneário Camboriú e em São Paulo. Esses senhores, esses funcionários, abriam conta em São Paulo e enviavam regularmente talões de cheque em branco assinado para o Sr. Hugo Garcia, que não sei o que fazia, mas parece que não eram coisas muito legais.

Foi por isso que se iniciou o processo. O Sr. Hugo Garcia praticamente disse, antes que surgissem esses problemas, à pessoa que estava trabalhando comigo e a mim mesmo na Brusatur que ele ia embora do Brasil, que ia fechar e que ou ficaríamos na rua ou, se quiséssemos, ele vendia a Brusatur a perder de vista, coisa que aceitamos. Aceitamos para poder ser processado por ser dono da Brusatur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então deixe-me ver se entendi. A Brusatur está sendo processada por envio ilegal de recursos por utilização de laranjas.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – De contas bancárias.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De contas bancárias de laranjas. E o senhor está dizendo que o senhor comprou a Brusatur e é por isso que o senhor está incluído no processo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Essa foi a razão que alegou o juiz.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Senadora, quando ele comprou a Brusatur?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não comprei por nada, foi a perder de vista. Nós caímos na rede.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando e quanto? Quando?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em dezembro de 1992.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Dezembro de 92?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, é a data que aparece no registro da Junta Comercial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da Junta Comercial. E o senhor é proprietário da Brusatur até hoje?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E é por conta disso que o senhor está processado num processo que é de evasão ilegal e de contas laranjas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É isso? E o que é que isso tem a ver com o Juiz João Carlos da Rocha Mattos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Que eu saiba, nada. Não entendo isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem ligação nenhuma?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Foi um juiz federal da Comarca de Florianópolis que me condenou. Não lembro o nome agora, mas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque o recurso, o dinheiro, foi enviado depois de uma sentença do Juiz João Carlos da Rocha Mattos, que foi anulado posteriormente por suspeita de que a decisão fora obtida mediante pagamento.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas isso não se refere ao processo da Brusatur não, isso se refere a outro processo de que se falava antes, em que estava incluído também Najun.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, é outro processo, então?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, além do processo da Brusatur, o senhor está ainda em outro processo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – E mais em outro. Eu respondi a três processos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A três processos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me fazer a seguinte pergunta: são três processos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um é Brusatur, que é evasão e laranjas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O outro é o quê e por quê?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Falsidade ideológica por compra de US\$900 mil no mercado de dólar turismo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Falsidade ideológica. O processo da Brusatur é de que data?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Deve ter começado em 93.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 93. E o de falsidade ideológica?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Pela compra de US\$900 mil no mercado de taxa flutuante do dólar, do dólar turismo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse é de que data?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Esse é mais recente. Os fatos aconteceram entre 96 e 98.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entre 96 e 98. É nesse que tem a história do juiz?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o terceiro é o quê?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – O terceiro processo foi aqui em São Paulo, em que os réus eram o Sr. Najun Turner, o filho dele e eu, só que por causas diferentes, sem conexão entre si. Ele estava sendo processado pela utilização de uma, se não me engano, empresa em que ele tinha uma conta dessas chamadas CC-5, que não sei bem o que é. E eu estava sendo processado, nesse processo, exatamente pelo mesmo que estou sendo processado nesse outro dos US\$900 mil. Ou seja, fui processado duas vezes pelo mesmo delito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então é nesse aqui do Najun Azario Flato Turner e do filho que o senhor foi incluído também que tem a história da sentença do...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu estou sabendo disso agora, como falava hoje para o Sr. Relator. Quem me interrogou nesse processo foi uma juíza, uma senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Fruet, é o seguinte: talvez as pessoas estejam estranhando por que estou tentando ir tão atrás. Mas é porque a impressão que nos passa é de que é algo meio reincidente essa história de operar e ter processos, ilegalidade de remessa e tal. E como aqui há fortes indícios de que a Natimar possa ser uma empresa “laranja” também do esquema da Bônus-Banval, acho que é absolutamente relevante tentarmos entender o histórico, para podermos fazer a análise. Porque daí, quando chegar a quebra dos sigilos, vamos poder inclusive confirmar.

Eu só não poderia deixar aqui de registrar que me parece extremamente coincidente – inclusive comentei aqui com o Deputado Abicalil que foi estranho – que tenha ressuscitado pela boca do Sr. Juiz João Carlos da Rocha Matos ainda situação de fitas que ele

diz que ouviu, e que não tem mais para poder provar o que está na fita, envolvendo pessoas do atual Governo, exatamente quando esta CPMI chama o Najun Turner, que tem ligações históricas com sentenças do Sr. João Carlos da Rocha Matos. Então, foi coincidência demais, até comentei: é impressionante que, na semana em que aprovamos aqui, trouxemos a questão da convocação do Sr. Najun Turner, por esta ligação de novo, desse doleiro – que, aliás, precisaríamos ter informações melhores, não sei se temos em mãos para podermos fazer a oitiva, do processo do Farol da Colina, por que ele efetivamente foi pego. Porque tentei fazer o levantamento na CPMI do Banestado e aquela CPMI não chegou a aprofundar a história do Najun Turner. Mas havia fortes indícios de que ele estivesse envolvido nessa história de metais, de ouro, de pegar ouro em procedimento e talvez até pedras preciosas. E aí acaba tendo outra liga. Então, Deputado Fruet, podermos depois fazer essa ligação com a operação Farol da Colina.

Mas as minhas perguntas ficariam por aqui e acho que por esse histórico que chamo de ficha corrida, de processos que vêm desde 1991, 1992, 1993, 1996 e depois mais recente, agora este envolvimento, acho que fica bastante consolidado o indício da questão de atuar como “laranja” nos procedimentos.

E vou, depois, aguardar a oitiva do Najun Turner, porque entendo que talvez tenhamos que caminhar na mesma lógica que fiz na semana passada, de termos uma acareação feita não pela CPMI, mas pelos profissionais da área.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Obrigado, Senadora. Até por sugestão, vou solicitar depois... Temos o Sr. Najun – ele está preso, veio com escolta da Polícia Federal; então, vamos encerrar, depois, com o Deputado Silvio Torres, que é o Relator, que está presente; sou o sub-Relator, vamos dizer, um auxiliar da CPMI; e o nosso Relator – ele tem alguns questionamentos também. Vou pedir para o senhor depois aguardar. Vamos ouvir o Sr. Najun Turner e vou pedir para o senhor aguardar numa outra sala, até que o Sr. Najun Turner possa, depois, retornar, dentro dessa operação policial de deslocamento até Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Fruet, já encaminhei à Assessoria as alterações contratuais para que a CPMI possa ter acesso e, de repente, alguém mais especialista possa até fazer a análise, porque realmente me chamou muita a atenção a evolução toda, porque ela é preciosa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Obrigado, Senadora.

Então, com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, apenas um pequeno detalhe, porque eu queria um esclarecimento melhor.

V. S^a reconheceu que internalizou uma operação autorizada de US\$14 milhões, através de empréstimos da Discovery? Que tipo de garantias V. S^a ofereceu à Discovery nesse empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Na Argentina, faço parte de uma série de direitos sucessórios de familiares meus e tive uma relação muito antiga entre a Discovery e minha família. Meu pai, já falecido...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A Discovery não é paraguaia?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Meu pai, já falecido, também foi industrial e exportador e que tinha já conhecimento e relação entre eles...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tudo bem. Mas, especificamente, que garantias foram dadas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – **Garantia de propriedades lá na Argentina.**

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Na Argentina?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Oferecidas lá no Paraguai e na....

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – São garantias, como diria, de família e de confiança.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Inicialmente a Discovery estava disponibilizando aquele capital para que fosse feita uma compra de máquinas.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não somente de máquinas, as possibilidades eram várias, inclusive de metais preciosos, de pedras preciosas e semipreciosas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E uma parte V. S^a efetivamente exportou?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a poderia nos esclarecer melhor que máquinas foram essas e para onde foram exportadas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Poderiam olhar o registro, seria melhor. Mas posso dizer agora ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas V. S^a comumente exporta máquinas?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então se não é comum é mais fácil de lembrar.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu trabalhei nesse setor com assessores e despachantes alfandegários. Mas foram basicamente, se não me engano, quatro máquinas .

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Máquinas motoniveladoras?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não me lembro se as quatro eram motoniveladoras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De qualquer modo é um valor muito pequeno diante desse...Frente a US\$14 milhões, quatro motoniveladoras não correspondem a US\$ 1 milhão.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, não correspondem. Foi um começo. Nós pensávamos continuar exportando. E não somente máquinas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Essas máquinas eram produzidas onde?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – São máquinas caterpilla usadas, as que exportamos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Importamos ou exportamos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Exportamos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Máquinas usadas foram exportadas para a Holanda?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim da caterpilla. Esse é um negócio bastante normal. Vim a saber logo depois. A intenção era realmente trabalhar mais com produtos de maior valor agregado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Isso é uma coisa de certo modo recente, aconteceu em 2003, V.S^a tem como disponibilizar esses documentos para verificarmos qual empresa fez essa importação do Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim. Tenho as notas fiscais. As faturas, os despachos aduaneiros. Está tudo..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Já que V. S^a diz que tem muitas operações nesse sentido, V. Ex^a tem muitos outros registros de empréstimos externos registrados no Banco Central?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, eu não recebi nenhum outro empréstimo

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só esse empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E mesmo assim V. S^a não se lembra de detalhes dele.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Dos catorze ou quinze milhões de reais?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, esse primeiro não foi empréstimo. Começou sendo um pagamento antecipado de exportação. Como uma modalidade. Pagar antecipadamente os produtos. Eles estavam querendo botar um pé no Brasil, comprando produtos brasileiros. Eu servia para isso. Era uma relação familiar muito antiga.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Banco autorizou que V. S^a trouxesse US\$ 14 milhões para cá a título de antecipação de uma exportação que seria realizada.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – De exportação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ai V. S^a não exportou e ficou com o dinheiro convertido pela cotação normal, com dólar em valor oficial?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Ai convertemos o pagamento antecipado em empréstimo direto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E esse empréstimo está também registrado? V. S^a converteu isso no Banco Central em empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro, sem dúvida. É um *roff*, que se diz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas o senhor já apresentou isso à Polícia Federal?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não achei necessário, mas tenho aqui em Brasília a cópia. Não achei necessário realmente trazer documento desse tipo aqui, porque é muito fácil obter esses documentos. Não são sigilosos meus.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não é problema de sigiloso. É que V. S^a há de convir que está aqui exatamente porque estamos trabalhando em cima de moeda que com uma facilidade enorme aparenta uma negociação que não teria acontecido, foi uma simulação de uma exportação que não aconteceu. O Banco autorizou, tudo bem, e a exportação de máquina usada se converteu num dinheiro que V. S^a disponibilizou dentro do Brasil e começou a usar como quisesse.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, isso é real

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Isso é normal?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não sei, eu nunca tinha feito isso antes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a sabe que a partir daqui, com certeza, teremos acesso a toda a sua documentação bancária.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sem dúvida, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E insiste que só fez um ingresso oficial, registrado e é esse que está aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Podem haver outros, outros empréstimos, outros registros de operações financeiras, porque a coisa não funciona de maneira mecânica e imediata. É preciso fazer uma solicitação ao Banco Central para determinar a quantia em certas condições, que devem ser muito bem especificadas: quem é a prestadora, quem é a devedora, quais são as parcelas, quais são os juros. Então, se faz isso – eu já fiz isso; isso é real – sem ter o dinheiro na mão ainda. Mas na esperança de tê-lo, porque estamos nisso. Mas se passam 60 dias, se não efetiva, se cancela automaticamente.

Então, acontece isso com uma uruguaia. É possível que se encontre um registro, além desse que se está falando, de um empréstimo de mais ou menos US\$4 milhões. Mas não; isso não chega a ser efetivado, mas pode...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A Discovery opera com o que, lá no Paraguai?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A Discovery é uma empresa intermediária de exportação e importação, mas é uma empresa multinacional nesse sentido. Opera com diferentes tipos de produtos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a não quis dizer o nome de sócio. Mas terminou dizendo que Diego Lamas é sócio da Discovery.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim, é um deles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qual é o outro?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não sei os outros. Nem sei quantos sócios tem. Pode ter até dez, acho, segundo a legislação tanto argentina como paraguaia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É uma de responsabilidade limitada?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Alguma vez o senhor teve algum relacionamento, ou empréstimo, qualquer coisa relacionada a partidos políticos, a políticos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, particularmente não me interesse pela política nem pela ideologia. Em segundo lugar, sou estrangeiro. Tenho todos os direitos de um brasileiro, menos votar nem participar ativamente em política.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor conhece José Mentor?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Relacionamento pessoal não tive com ele. Se me perguntaram, como me perguntaram na Polícia Federal se conhecia o Sr. José Dirceu, eu falei que sim. Mas no sentido como é conhecido...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhecido de ter alguma vez algum contato, alguma negociação, ou conversaço.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Já, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Paulo Maluf?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhece o doleiro Jader Kalid?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB - PR)

– Obrigado, Deputado Osmar Serraglio.

Então, para encerrar essa primeira etapa, com a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – **Sr. Presidente, só para complementar um pouco o que o Deputado Osmar Serraglio estava perguntando sobre os empréstimos e sobre os tratores. Acho que, em primeiro lugar, é importante que se obtenha a documentação de compra e venda dos tratores a que o senhor se referiu e, segundo o seu depoimento, o senhor relatou US\$1 milhão para pagar quatro tratores usados, quatro máquinas usadas é excepcional. Mas, de qualquer forma, o senhor disse que tem os documentos e vai remetê-los.**

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Posso dizer uma coisa? Quando o senhor me falou antes disso, falei que não, que eu tinha me enganado, tinha falado em um momento de tensão, que não foi US\$1 milhão, que seria diferença entre 15,100 milhões, que foi o pagamento antecipado das exportações, e o 14,600, que se converteram em empréstimo. Ou seja, que estaria em torno de... Pode ser até que tenha ficado um saldo no ar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quanto?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – De 15,100 milhões, que foi o ingresso do contrato como pagamento antecipação de exportação, e o empréstimo, que foi de 14,600 milhões, há uma diferença de US\$600 mil. Não passa disso o valor das máquinas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está baixando para US\$600 mil. Sr. Relator, tem o depoimento

dele na Polícia Federal. Ele já mudou pelo menos umas dez. Fez umas dez correções no depoimento. Então, estamos assistindo a um novo depoimento. É importante que V. Ex^a prestasse bastante atenção.

O senhor já tinha intenção de trazer mais empréstimos para o Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – É. Eu tinha desejo de fazer isso. Mas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desejo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, quando o senhor trouxe os US\$14 milhões, o senhor não pensou em trazer como empréstimo. O senhor transformou em empréstimo posteriormente?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E, na mesma ocasião, o senhor pensou em trazer mais empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, na mesma ocasião, não. Há diferença de tempo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Depois disso, o senhor pensou em trazer mais empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Antes e depois.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – De onde? Do mesmo provedor?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, num caso, o único caso real, que acabo de relatar aqui, foi com a empresa uruguaia. Foi uma tentativa. Apresentei ao Banco Central um pedido de ROF, um Registro de Operação Financeira, para esse empréstimo, porque, uma vez aprovado, podia receber o dinheiro. Só que, se transcorressem 60 dias e não se efetivasse, automaticamente, o Banco Central cancelaria. Isso foi o que aconteceu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Qual era o valor?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Ao redor de US\$4 milhões.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. O que há, segundo informações que obtivemos, é que o senhor tinha registrado, no Banco Central, um pedido de empréstimo de US\$49 milhões.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Isso não existe.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não existe isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não é correta essa informação?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O único registro que o senhor tem no Banco Central, então, são desses US\$13 milhões ou US\$14 milhões e de mais esse outro do Uruguai?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Qual é o nome da empresa do Uruguai que o senhor queria trazer?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Se não me engano, mas Arcoman.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor se lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Não sei se é... Arcoman, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Arcoman?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Arcoman Trading Ltda.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Tra-ding?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E esse empréstimo que o senhor estava buscando no Uruguai era para quê?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Era para fazer operações no mercado financeiro, no Brasil.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi o Sr. Turner que apresentou o senhor à Arcoman, para o senhor trazer esse empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não entendi.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi o Sr. Turner que apresentou ao senhor a Arcoman para o senhor trazer o empréstimo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi ele.

É relevante, viu Sr. Relator, lembrar que o Sr. Najun Turner foi quem arquitetou a Operação Uruguai – aquela famosa Operação Uruguai.

O senhor alegou aqui também, na sua declaração à Polícia Federal, que, apesar de a Bônus-Banval ter creditado por equívoco US\$6,5 milhões na sua conta, e o senhor ter reclamado, e eles disseram que não poderiam corrigir, porque estavam sob auditoria; eles continuaram a creditar importâncias que não eram do senhor na sua conta. É correto isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E essa continuidade? Qual foi a alegação? Se primeiro era um equívoco, qual era a alegação da continuidade?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Foi a mesma. Ou talvez que nunca tiraram tudo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eles continuaram se equivocando, tirando dinheiro da sua conta?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Três vezes que me falam isso! Sim, foi um erro de caixa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas não foi uma vez. Uma vez foram 6,5 milhões. E depois?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu não sei os valores. Isso são manejos do Sr. Enivaldo Quadrado. Não estou por dentro das manipulações dele. Não sei de nenhum valor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O que o senhor quer dizer, então, é que ele continuou a depositar dinheiro na sua conta, sem a sua autorização?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – É. Isso continua acontecendo. E ele continua me pedindo que assine essas transferências – coisa que não fiz mais; fiz só uma vez e não fiz mais.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas ele continua dando o argumento de que não poderia estor-nar, porque a auditoria continuava na empresa dele.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. Cheguei a brigar com ele. Perguntei se, além de perder dinheiro, estava perdendo a racionalidade, porque ele também alegou graves problemas financeiros na Bônus-Banval, que foi obrigado a vender título patrimonial da corretora à própria BMF.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E aí ele...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas ele sempre falou – acho isso importante – que eu deveria continuar, porque ele tinha investidores muito fortes, que acreditavam nele. Ele me propôs fazer um contrato de mútuo com esse suposto investidor. Significa que eu...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Um contrato de mútuo sobre o valor que ele teria se equivocado e colocado em sua conta por engano?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, claro. O aberto, se pode fazer isso. Ele pode me transferir ou eu posso transferir. Eu falei que não, que ele estava louco, porque não conhecia nem seu investidor, nem seu credor, nem as pessoas que lhe deviam. Que não! Foi aí, praticamente, quando cortei minha relação com ele e com a Bônus-Banval. Apesar disso, meses depois, no mês de junho deste ano, me enviou, por correspondência, exatamente 78 cartas de transferência, com meu nome em baixo, todas perfeitinhas, para que eu assinasse e mandasse para ele – coisa que, obviamente, não fiz. Já não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor já tinha cortado as relações quando ele mandou

ao senhor documentos para o senhor assinar, relativos aos equívocos que ele tinha cometido. É isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim. Já tinha assinado antes, claro, mas....

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor já tinha assinado antes, aí o senhor continuou assinando mesmo depois de não ter mais nenhuma relação com a Bônus-Banval.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Mas não continuei. Depois que ele me mandou, em junho deste ano...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não assinou?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, claro que não. Ainda mais que ele mandou num envelope, sem nenhum esclarecimento, sem nada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não recebeu nem um ofício? O senhor recebeu um envelope com uma série de documentos?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Só para o senhor assinar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim. “Por favor, assinar”. Só.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não tem nenhum registro dessa correspondência entrando na sua empresa?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. Acho que nem sequer chegou por Sedex; acho que chegou por carta comum realmente. Tomara tivesse chegado por Sedex.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Najun Turner tinha, além de autorização para operar para o senhor, o dinheiro que o senhor tinha aplicado na Bônus-Banval, via Bônus-Banval, autorização para liberar depósitos em contas de terceiros?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Ele não podia fazer isso, porque a assinatura é só minha.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, mas a Bônus-Banval, o senhor mesmo acabou de dizer que ela liberava sem a sua assinatura.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, claro que sim, mas depois precisava de minha assinatura e por isso me solicitava que assinasse as cartas de transferências, muitas das quais assinei.

Mas quero dizer que nem o Sr. Najun nem ninguém poderia autorizar, de alguma maneira que fosse útil para o Sr. Quadrado, fazer transferências entre contas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas o senhor autorizou o Sr. Najun Turner também a usar o recurso para transferir para terceiros alguma vez?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não, claro que não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele nunca fez nenhum depósito em conta de terceiros na sua conta corrente?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. A única que fiz, com relação a ele, foi, de minha conta na Bônus-Banval, pedir transferência para sua esposa e para o seu filho. Isso, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor já falou sobre isso, o senhor alegou que se referia a um serviço que ele prestou ao senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A dívida com ele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Dívida. Essa dívida era por...

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Consultorias no mercado financeiro, entre outras coisas pelo que ele estava fazendo comigo, como ele estava me ajudando nas operações na Bônus-Banval.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor pagou, porque ele fazia essas operações na Bônus-Banval?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não é que ele vazia somente. Ele me ajudava a fazer. Ele tinha tudo na cabeça, ele sabia os valores de cinco ativos diferentes, ao mesmo tempo. Eu não acredito, é um gênio.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor deu carta branca a ele operar?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Para operar, sim. Para operar nisso, na compra e venda de ativos financeiros, claro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor também dava carta branca à própria Bônus-Banval para fazer isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não. A Bônus-Banval não pode vender ou comprar um ativo financeiro sem minha ordem. Isso não pode fazer.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sempre era o senhor quem decidia a compra e venda das ações?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Claro. Disso, sim, tenho o controle através da BM&F.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor fazia esse controle, através da BM&F, também por uma conta corrente que o senhor mantinha com a Bônus-Banval.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – A conta corrente que eu mantinha na Bônus-Banval, pelo visto, não, porque eu ligava e estava tudo bem. Depois, me falavam que tinha um problema de erro de caixa,

e coloram...Eu não tinha acesso à contabilidade. Ele pode manipular a contabilidade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Pela sua declaração à Polícia Federal, o senhor passou a investir na BM&F a partir do momento em que o senhor como empréstimo aquele dinheiro da Discovery. Esse foi o dinheiro que o senhor utilizou para aplicação. Correto?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso, segundo o senhor, foi durante o ano de 2004. Certo?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi quando o senhor passou a aplicar. O senhor não aplicava, antes, na BM&F?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, mas pequenas... sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Pequenas coisas.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Apliquei na corretora Banespa, pessoalmente, muito tempo também.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não conhecia a Bônus-Banval, até então?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu conhecia de nome, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas não tinha nenhum negócio com ela?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor começou a ter esse negócio a partir de 2004?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – No fim de 2003...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agora, a Bônus-Banval tem aqui uma conta corrente em seu nome, iniciada em 08.05.2002. Está aqui em nossas mãos o extrato da conta corrente da Natimar. A primeira operação foi uma operação de crédito de R\$246 mil. Aí, segue-se até a data de 13.9.04. Toda a sua movimentação que inclui, inclusive, a movimentação daquelas pessoas que receberam depósitos por conta do senhor, segundo ele.

Está aqui em nossas mãos.

Como é que era possível, então, como o senhor disse, tê-lo conhecido só no fim de 2003, o senhor ter começado a operar nesse período? Como o senhor explica isso?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu teria de constar se isso é real e se existem notas da BM&F em relação a essas datas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor nega que tenha começado a operar nesse período?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Em 2002?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – 2002. Mais especificamente, a primeira operação em 08/05/2002. Sequencial: 2002, 2003, 2004. Está toda ela aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu teria que ver em que mês.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Teria que ver? Como é que pode ter o equívoco dessa natureza, Sr. Relator?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Eu precisaria conferir em que mês. Se foi minha primeira operação de fechamento de câmbio do empréstimo, da entrada de U\$15 milhões.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A entrada do dinheiro, o senhor declarou que recebeu a quantia de U\$14 milhões no final de 2002.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Terminou, porque não foi só uma operação. Durou alguns meses. Não foi que me mandaram U\$15 milhões tudo junto. Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Olha o que o senhor declarou. O senhor declarou o seguinte: que o senhor... o último negócio estabelecido do senhor foi a exportação de máquinas motoniveladoras no ano de 2003.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi o último negócio do senhor. Agora, o senhor só obteve o dinheiro do empréstimo depois que o senhor encerrou o negócio de máquinas motoniveladoras. Aí que o senhor começaria a aplicar na BM&F. Agora, o senhor tem operações iniciadas em maio de 2002. Então, a sua história, afinal, a verdadeira qual é, porque o senhor, então, já vinha aplicando dinheiro com a Bônus-Banval desde 2002?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Duvido que em maio. Penso que precisaria haver esse registro, quando foi a primeira parcela, mas que tenha feito operação na BM&F no ano de 2002...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – São muitas. Não são poucas. São muitas. Tem uma relação enorme aqui. O senhor aplicou todo mês, vários dias do mês, quase todo dia, movimentou 100, 200, 375, 314. É bastante dinheiro. Não é pouca coisa. É bastante dinheiro. Movimentação inesquecível.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Sim, claro. Sim. É bastante dinheiro. E esse dinheiro só pode ter saído desse empréstimo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, mas, aí, o senhor declara que conheceu a Bônus-Banval só no final de 2003, 2004.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Que eu fiz o cadastro...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor já era. O senhor já conhecia o Sr. Quadrado. Com certeza, o senhor já o conhecia. Já operava via Bônus-Banval desde 2002 e, provavelmente, na nossa opinião, Sr. Relator, o Sr. Carlos Quaglia não controlava os negócios dele. Quem controlava, na verdade, era o Sr. Najun Turner. Está muito evidente. Está bem mais que comprovado. Basta comprovarmos agora nos documentos da quebra de sigilo. Tem mais uma questão, Sr. Relator, que acho que é importante. Infelizmente, a Senadora Ideli não trouxe de volta a minha lista aqui. Você tem aí para me emprestar? (Pausa.)

Entre as pessoas listadas que receberam dinheiro da Bônus-Banval em sua conta, supostamente por ordem do Sr. Carlos Quaglia ou por ordem do Najun Turner, está o Sr. Paulo Palmieri. O Sr. Paulo Palmieri é um empresário do Rio de Janeiro, que... Paulo Ferreira Palmieri. O senhor o conhece?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Paulo Ferreira Palmieri recebeu R\$128 mil no dia 27/04/2004, através de uma ordem do Banco Sudameris. Pelo sobrenome, chamou a nossa atenção. Então, acabei fazendo um contato pessoal com ele, e o Sr. Paulo Palmieri disse que não conhece a Natimar, nunca ouviu falar da Natimar, assim como nunca ouviu falar da Bônus-Banval também.

E declarações dele à Polícia Federal, que já o ouviu no Rio de Janeiro, Sr. Relator, dão conta de que ele tinha uma propriedade que vendeu e que recebeu parte dela em dólar, quarenta e poucos mil dólares, à época, e esse dinheiro ele trocou, no Rio de Janeiro, numa casa de doleiros, cujo proprietário era o Sr. Dario Messer. Então, estamos estabelecendo aqui uma nova vinculação do Sr. Dario Messer com esse esquema do Marcos Valério e da própria Natimar.

O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor nunca fez negócio algum com ele.

O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Dario Messer vai ser ouvido por nós. E acho que, se formos checar essa lista e ver quem andou fazendo troca de dólares, vamos descobrir outras ligações, também provavelmente do Sr. Dario Messer, e com a expectativa talvez de continuarmos. Quero encerrar, vamos ouvir o Sr. Najun, então, e, depois, voltamos.

É isso, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

Vou pedir uma gentileza, Sr. Quaglia, em função desse procedimento da segurança do Sr. Najun Turner, para o senhor aguardar a segurança, que o acompanhará a uma outra sala.

Mas vou reiterar aqui, então, os quatro pedidos, as notas de corretagem com a Bônus-Banval, a relação das empresas, dos sócios e os contatos que o senhor tem com a Discovery, a empresa paraguaia, e com a Arcoman Trading, no Uruguai. Certo. Quer dizer, essas relações.

Os contratos de câmbio que o senhor tem com o Banco Central, particularmente esta operação dos 14 milhões, como é que o senhor registrou isso e como é que está registrado o empréstimo. E, por fim, também, os contratos de venda dessas máquinas que o senhor exportou para o Uruguai e para a Holanda. Então, peço especial atenção.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Compra e venda, Sr. Relator!

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Compra e venda.

Sempre lembrando, até com atenção do seu advogado, o Dr. Haroldo, que o senhor prestou testemunho. Evidentemente, vamos confrontar essas informações com o que vamos levantar também junto aos órgãos competentes. Então, faço a advertência para que não se caracterize falso testemunho.

Agradeço a sua presença. Vou suspender e só chamo a atenção da segurança para que chame o Sr. Najun Turner, que está sob custódia da Polícia Federal. Evidentemente, temos de adotar todos os procedimentos que são designados.

Então, está suspensa a presente reunião.

(Suspende-se a reunião às 16 horas e 23 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 16 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dando continuidade à 6ª reunião da Sub-Relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios-Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vamos dar prosseguimento às oitivas programadas para o dia de hoje.

Acabamos de ouvir o Sr. Carlos Alberto Quaglia. Agora, iniciaremos a oitiva do Sr. Najun Azario Flato Turner, operador do mercado financeiro.

Estamos providenciando, Sr. Najun Turner, uma mesa para que o senhor fique melhor instalado. Peço

aos senhores um pouco de paciência até que essas providências sejam tomadas. (Pausa.)

Pediríamos que fizesse uma apresentação rápida do senhor, suas atividades. Depois, eu passarei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Concedo a palavra ao Sr. Najun Turner. Eu pediria que usasse microfone porque nós estamos gravando esta reunião.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Em primeiro lugar, boa-tarde para todo mundo, para os Deputados, Senadores, jornalistas. A minha apresentação: Eu sou uma pessoa que tem 55 anos, tenho seis filhos, que é a maior riqueza que tenho, estou no Brasil há mais de trinta anos. Como muitas vezes eu digo, eu sou brasileiro muito mais que outro, porque estou aqui o Brasil por opção. Mesmo com todos os obstáculos que apresentaram em minha vida, sempre agi de forma, seguindo os padrões que eu recebi em minha casa. Sou da religião pertencente ao povo judeu. Tenho quatro filhos nascido no Brasil e desenvolvi diversas atividades na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Passo a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Najun, V. S^a está preso em razão de que processo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Boa-tarde. Eu tenho vários processos, com o aparecimento do meu nome na Imprensa, no ano 1992, por vinculação ao *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Minha vida foi se transformando em vários processos que correm na Justiça Federal. Então, eu tenho vários processos em andamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mais há um especificamente em que V. S^a foi condenado?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu fui absolvido em primeira instância, condenado na segunda instância, que estou cumprindo, e tem mais um processo em 1993, que justamente foi a raiz dessa minha aparição em público. O Ministério Público abriu diversos processos e também fui condenado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse episódio em que V. S^a foi absolvido, o Juiz do processo era João Mattos?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, eu já fui absolvido em vários processos. Esse processo do Juiz João Rocha Mattos, em que fui absolvido, em realidade, é um processo que ele mesmo abriu no ano de 1992, em consequência do *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Simultaneamente, aqui em Brasília, foi aberto um processo e, no decorrer do

processo, foi demonstrado que não havia nenhuma operação ilegal que eu havia feito, mesmo confirmado pela própria Receita Federal. Fui absolvido em segunda instância, também, na própria Receita Federal. Mas, na apelação para o Ministério Público para o TRF-3, em São Paulo, em uma audiência, sem me haver intimado para o julgamento da apelação do Ministério Público, num relatório de dois minutos fui condenado a dez anos de prisão. Ainda não ingressei com apelação no STJ, mas o principal é o seguinte: confio no Judiciário e estou aguardando decisões das instâncias superiores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa reforma no Tribunal é relativa a uma absolvição do Rocha Mattos na primeira instância?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sei se a absolvição foi dada pelo juiz Rocha Mattos ou por outro juiz que estava... é referente ao processo da Quarta Vara Federal de São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nunca teve a curiosidade de saber quem foi o juiz que o absolveu?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Quem instruiu o processo foi o juiz Rocha Mattos; quem assinou a sentença não consigo me lembrar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem algum elo de amizade com a família Rocha Mattos?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Todo elo de aproximação que tive através do filho do Rocha Mattos foi esclarecido no Tribunal Regional Federal, onde fui já ouvido duas vezes, como testemunha do próprio Tribunal em processos que o juiz Rocha Mattos está por prevaricação, e esses depoimentos... o mesmo processo está em sigilo de justiça. Então, não seria uma forma apropriada minha falar de público sobre processos que estão sob sigilo de justiça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a não está impedido de esclarecer, num outro processo, se tinha amizade com a família Rocha Mattos, ainda que decorrente desse filho.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, senhor. Só conheci o Juiz Rocha Mattos depois de um ano e meio de ter um processo na Vara dele. O único relacionamento foi por um filho meu, no ano de 2001, que conheceu um filho dele e se travou uma certa amizade. E tudo começou porque fiz um convite a esse menino para assistir a um jogo que basquete, que é um esporte que tenho muita afinidade. Todo o relacionamento com o juiz foi demonstrado no processo que corre no TRF-3.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De que empresas V. S^a participa como sócio?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – No momento, não participo de nenhuma empresa como sócio nem como convidado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E anteriormente?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – No ano de 1983, fundei uma empresa que se chama Comércio Minério Najun, que estava autorizada pela Secretaria da Receita Federal a ... tem ato declaratório para compra de metais, e foi a única empresa em que tive participação no Brasil. A empresa foi fechada no ano de 92, 91.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De 1992 para cá, não foi sócio de nenhuma empresa?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, senhor. Aqui no Brasil, de nenhuma empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Toda a sua atividade comercial é em nome da pessoa física?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Todas as minhas operações foram sempre em nome da pessoa física. Justamente quando aconteceu a CPI do *impeachment*, quando o Sr. Cláudio Vieira se apresentou à CPI e justo deu a conhecer o meu nome, até esse momento eu era uma pessoa que atuava muito no mercado, mas pouca gente me conhecia. Talvez eu fui o maior investidor nos mercados da BM&F em ativos de ouro. Sempre operei como pessoa física e nunca utilizei de terceiras pessoas. Para o senhor ter uma idéia, neste processo que em segunda instância fui condenado, a própria Receita Federal investigou, durante três anos, mais de um milhão de operações minhas. Nunca foi constatada a utilização de nenhum ilícito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu a empresa Natimar Negócios e Intermediações?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que tipo de relacionamento comercial teve com essa empresa?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu conheço o Sr. Carlos Quaglia desde o ano 1985. Tive algumas operações no ano de 1985/1986. Depois, no ano 1995, realizei um serviço de consultoria sobre mercados financeiros e foi quando me encontrou novamente. De lá para cá, a partir de 1999/2000, várias vezes ele me consultou sobre comércio exterior, sobre operação em bolsa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Sr. Quaglia operava no comércio exterior, exportava, importava?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele trabalha no comércio exterior também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Natimar, o que V. S^a sabe sobre as atividades da Natimar?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – As atividades da Natimar que eu sabia... Em primeiro lugar, quero que conste para os senhores que me encontro preso num sistema carcerário de São Paulo e não tenho muita informação de depoimentos que deram aqui, desde o início. No presídio não entra jornal. A única informação que tenho, às vezes, é através da rádio AM. Qual foi a pergunta certa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação a Natimar, que operações V. S^a conhece que ela teria realizado? Qual a atividade da Natimar?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Nos últimos dois, três anos, as atividades que sei é que faz operações no comércio exterior, exportando mercadorias, e faz operações na BMF.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que mercadorias ela exporta?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exatamente, não... diversas mercadorias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por exemplo? Algumas delas.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É... é... maquinaria, tratores, diversas mercadorias. Não posso especificar porque não conheço exatamente. Nem toda a exportação que ele fez comentou comigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele comentou com V. S^a que teria feito exportação de tratores?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, isso conheço. Ele me explicou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que operação é essa que V. S^a conhece em relação à exportação de tratores? Poderia detalhar essa operação?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Detalhes eu não posso dar porque não conheço especificamente como são feitas. Sei que são operações no comércio exterior. Mesmo sobre exportação, não sou um grande entendido, mas tenho uma certa noção de como funciona a liquidação financeira das exportações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa operação em relação a tratores, V. S^a viu como sendo uma operação isolada? Ou era comum a Natimar exportar máquinas pesadas?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O problema não é que é algo comum. Na realidade, a Natimar deveria operar como se fosse uma *trade*. Essas operações com tratores surgiram... Quando a taxa de câmbio tem uma alta acentuada, em um curto período, os artigos no Brasil ficam desvalorizados em relação ao mesmo artigo em outros países, então se tornam baratos. Então, a pessoa busca qual é a melhor mercadoria para exportar, não tem que ser específica. Hoje, para exportar, uma empresa não tem que ter uma especificação por uma tal mercadoria. Procura qual a mercadoria que está desvalorizada e, aí, faz a operação.

Estou com a boca seca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não tem água ao lado do senhor?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, acabou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Providenciem a água.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Talvez eu esteja repetindo, talvez eu não esteja esclarecendo bem as suas perguntas ou (*Incompreensível.*) respostas, porque perdi contato com o mundo exterior. Então, tenho uma certa dificuldade em transmitir os pensamentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, estamos compreendendo perfeitamente. O que queremos, de certo modo, é verificar, em torno dessa operação de máquinas, até onde elas correspondem, efetivamente, a operações de exportações de máquinas ou até onde correspondem à internacionalização de dinheiro, empréstimos fictícios.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Qualquer operação de máquinas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais os países que V. S^a conhece que importaram máquinas usadas do Brasil?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Excelência, não posso especificar, mas toda exportação que se faz fica registrada num sistema da Receita Federal, que se chama Radar, e aí se verificará quem é o comprador, quem é o vendedor. Não conheço detalhes, mas acredito e tenho certeza de que são operações legais, transparentes, sem nada obscuro por trás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece uma operação de vulto, pelo menos aparente, em torno de U\$14 milhões, um empréstimo, na verdade, uma exportação que teria sido, inicialmente, travada pelo Sr. Quaglia? Tem notícia dessa exportação?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Tenho. Primeiro, é muito delicado falar em números por-

que há que ver em quanto tempo são esses números, se há um ingresso de uma vez só, se há soma de ingressos em um certo período, e tudo isso influi. São estratégias operacionais. Muitas vezes, você pode ter entrada de antecipação de recurso de exportações e, quando chega o momento de amadurecimento da operação, não é rentável. Por exemplo, muitas operações que se fizeram quando o dólar estava a 3,50, a 3,40, a 3,20, hoje, não são factíveis. Então, no Banco Central existe um mecanismo que você pode mudar empréstimos, contrato de câmbio tipo um, que seria um contrato de câmbio de pré-pagamento de exportação, para mudar para contrato de câmbio tipo quatro, que seria empréstimo. Isso se faz através de um ROF, que a sigla é Registro de Operações Financeiras, onde vai haver uma movimentação simulada na conta-corrente para gerar a CPMF.

Então, se você passa do contrato tipo um para o contrato tipo quatro e se enquadra dentro das exigências do Banco Central, ou seja, toda operação que é registrada tem seu prazo de amadurecimento, só que o dia de amadurecimento, quando chegou a época de recolher, não é interessante. Então, o exportador ou importador, ou quem trabalha no comércio exterior, abre diversas janelas para poder seguir enquadrando as operações.

É como a dívida brasileira, como falou Delfim Neto, há 20 anos: as dívidas não se pagam, administram-se. As pendências, as entradas, as saídas que se registram, que se fazem se vão administrando dependendo da situação financeira, o equilíbrio das operações, se uma mercadoria está desvalorizada ou não em relação ao mesmo artigo no exterior, ou dentro do Brasil.

Sou uma pessoa que, praticamente, nos anos de 86 e 87, antes que existissem o grande banco fazendo arbitragem internacional, operei muito, mas no silêncio, sem ter o conhecimento da imprensa, mas sim conhecimento do próprio Banco Central e da própria Receita Federal em arbitragens de ouro. Minha atividade foi muito grande, mesmo quando apareceu o meu nome no ano de 92, quando fui nomeado por Cláudio Vieira.

No começo, acharam que eu era um “laranja”, que eu era uma “acerola” – ma acerola porque ela vale por 15 laranjas, tem 15 vezes mais vitaminas que uma laranja. Então, quando foram ver a minha atividade na própria BM&F ou com as instituições em que eu operava, constataram que, realmente, eu fazia essa arbitragem. E tanto foi assim que essa operação que eu fazia, depois, quando o Banco Central implantou a arbitragem de ouro, foi baseada em cima de minhas operações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a atribui as suas dificuldades pessoais, que levantou agora há pouco em relação à situação atual em que se encontra, o lapso de fazer referência que se trata de um empréstimo fictício?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Sobre o relacionamento à Natimar? Acho que não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É que Vossa Senhoria, no decorrer da explicação, disse que se tratava de um empréstimo fictício. E depois disse “Non, fictício, non.” E requalificou. Isso seria um lapso daqueles que Vossa Senhoria disse que poderia ter no esclarecimento ou seria uma traição na linguagem?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não compreendi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ao V. S^a descrever a operação estilo da Natimar, disse que se tratava de um empréstimo fictício. Em seguida, V. S^a disse “Non, fictício, non.” E corrigiu. A pergunta é se isso decorreria... mas tudo bem.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, isso é importante, pois é uma acusação grave. Como vou falar de uma empresa fictícia se eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas isso está gravado. E V. S^a fez referência a isso.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas tão tem lógica nenhuma. O que eu falei, o que quero falar, é que muitas vezes o que você faz... o que é fictícia.. Acho que o senhor entendeu errado é o seguinte: quando você tem um contrato de câmbio tipo 1 em aberto com o Banco Central, por exemplo, você ingressa recursos no País, para uma empresa, para que a empresa mande a mercadoria no futuro, acho que tem 180 dias ou 360 dias para fazer a exportação física. Se a empresa não realiza essa exportação física, o Banco Central acende uma luz amarela e avisa “Olhe, CNPJ nº tal. Você está em aberto com a exportação física, que tem de vincular a contrato de câmbio tipo 1, fechado em tal dia.” Então, a empresa, se ele não interessa mais importar tal mercadoria, ele tem duas formas de transformar essa operação. Pode comprar, exportar através de uma *trading*, ou comprar direitos de exportação de uma *trading*, e ela vai vincular essa exportação com aquele contrato em aberto, ou pode fazer uma operação de trocar contrato tipo 1 por contrato tipo 4, tipo 3, para transformar aquela operação que está em aberto no Banco Central de exportação para uma operação de empréstimo financeiro. O que eu quis falar com fictícia é o seguinte: para fazer essa operação, tem de haver um movimento financeiro na conta, entre o banco que faz o contrato de câmbio e a empresa que está. Então, há uma movimentação finan-

ceira fictícia. Vamos supor que a empresa tem US\$100 mil em aberto. Então, ela vai mudar de tipo 1 para tipo 4. Vai fazer uma compra, no contrato n. 1, com o contrato n. 4, só que não há realmente isso. Há um crédito e um débito na conta corrente para gerar o CPMF, porque como o CPMF só pode ser cobrado quando há um saque na conta-corrente. Então, os bancos, pode simplesmente perguntar isso ao próprio Banco Central como se faz essa operação. Eu quis falar que é fictícia, porque não houve esse volume. Por exemplo, US\$1 milhão, seriam US\$2 milhões e 200 mil. Entram US\$2 milhões e 200 mil e saem US\$2 milhões 210 mil. Esse saque de US\$2 milhões vai gerar um CPMF. Então, esses US\$2 milhões que entraram e saíram são fictícios, são virtuais. Deu para compreender agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tormentosamente, talvez.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, isso é algo muito simples. É só perguntar a um técnico...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Essa conversão do tipo 1 para o tipo 4. Se eu tivesse inicialmente me dirigido imediatamente a uma operação tipo 4, o valor do dólar na conversão seria o mesmo? Em outras palavras, quando...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exato. Não há diferença. É uma taxa única. Não há diferença. Se o dólar está a 2,23 hoje – não sei quanto está – a 2,24 ou 2,25, é no comercial. Se eu tenho por contrato o tipo 1 ou o contrato tipo 4, a taxa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, no Banco Central.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A taxa é exatamente a mesma. A única variação é que se é feito com o Banco Bradesco, ele vai cobrar 2,2310. Outro banco vai cobrar 2,2308. Então, justamente se usa um corretor de câmbio para pegar a melhor taxa dentro do sistema flutuante. Não há diferença de taxas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a quer dizer que eu vou ao Banco Central, solicito o crédito para que eu possa exportar, o Banco Central autoriza a operação a um valor privilegiado, que é o dólar oficial, aí eu converto em empréstimo. Portanto, eu trago dinheiro para dentro do Brasil a dólar oficial e posso operar como se fosse dólar... vou operar, porque esse caso que nós vimos agora antes aqui é típico disso. Nós tivemos alguém aqui que nos disse que fez esse tipo de operação, converteu o empréstimo e o dinheiro passou a existir dentro do Brasil. Ele estava trabalhando com o dinheiro subsidiado pelo Banco Central, na medida em que ele fez a conversão pelo valor oficial.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Desculpe-me. Há um grande equívoco. Há uma grande confusão.

Primeiro, o exportador, o importador ou quem toma dinheiro não vai ao Banco Central, em absoluto. Quando você vai trazer dinheiro...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas que vá para... Não sei como é o nome; não me lembro. Mas a operação é feita pelo dólar oficial.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Só existe dólar oficial, no Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim. E daí ingressa, fica com o dinheiro convertido em real e passa a operar dentro do mercado aqui. Nós vimos agora. Volto a dizer: R\$30 milhões internalizados, a dólar oficial, e um operador de dólar emprestando a dólar no paralelo. Eu entendi isso até agora. Mas tudo bem.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Desculpe. Eu não estou entendendo a sua operação. A única coisa que funciona é desta forma. O exportador ou importador, ou o que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O exportador pode converter em empréstimo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele está obrigado. Quando o exportador faz um contrato de câmbio tipo 1 – isso em milhões de operações que se fazem, em um dia se podem fazer não sei, o próprio Banco Central tem... Quando se faz um contrato de câmbio tipo 1 não precisa prévia autorização do Banco Central. O que acontece? O banco que comprou os dólares do exportador vai emitir um contrato de câmbio. Esse contrato de câmbio recebe um número. Isso vai para o sistema dentro de Sisbacen – não sei exatamente o nome. Vai para o computador do Banco Central e diz: a empresa Fulano de Tal tem um contrato de câmbio de vinte e dois mil e quinhentos; vinte e três.

Quando passam cento e oitenta dias ou trezentos dias e o exportador não fez a exportação física da mercadoria, no Banco Central vai acender uma luz: olha, o contrato número tal não está...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entendi.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O círculo não está fechado. Está faltando vincular a exportação física. Se a pessoa não fez a exportação física por diferentes motivos, uma das engenharias – como queira chamar – ou as opções que o Banco Central dá, que a legislação permite, é transformar esse contrato de câmbio que não fechou o círculo em contrato de câmbio tipo 4 ou tipo 3. Não me lembro se 3 ou 4; acho que 4. E o que acontece? Fica novamente regularizada a operação.

Porque muita gente pensa que evasão de divisa é simplesmente quando uma pessoa manda dinheiro para o exterior de forma simulada. Também existe evasão de divisa quando você entra com o dinheiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que é esse caso.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Nesse caso, que eu saiba, não tem evasão de divisa, porque, se o Banco Central aceita a conversão de um contrato tipo 4, não há o que falar em evasão de divisa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, queria entrar um pouquinho no depoimento.

O que o Sr. Turner está... Nós estamos tentando entender a operação da Natimar, que acabamos de discutir. A primeira operação, o Sr. Carlos Quaglia informou que foi um adiantamento por conta de um contrato de exportação. Isso seria – no caso, o senhor está dizendo – o contrato tipo 1, que é uma garantia individual do contrato de exportação. O exportador é quem acaba dando as garantias, ou seja, aquele contrato de exportação é que garante, independentemente de o dinheiro ter entrado ou não. Pode entrar e pode aguardar. Não precisa entrar necessariamente naquele momento. Aí, só informa ao Banco Central. Tem de informar, tem de haver o registro. Correto?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Tudo tem de estar registrado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está tudo registrado. Quando a operação não se concretiza, aí o senhor está dizendo que há a possibilidade de transformar num contrato tipo 4. Não pode ser a mesma garantia, porque inviabilizou o negócio. Então, para se formar em empréstimo, a garantia tem de ser mudada.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Vou explicar. Isso de transformar um adiantamento de exportação...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em empréstimo.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – ...em empréstimo é um contrato particular entre as partes. O Banco Central não intervém absolutamente em nada. Se quero emprestar para fulano, o risco é de quem empresta. É algo particular. O beneficiado é o legítimo credor externo. Não há intervenção. Não estou entendendo muito, mas não adianta falar muito sobre...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A nossa busca de explicação, vamos ver se o senhor a entende. Queremos saber como alguém de fora empresta US\$14 milhões para alguém do Brasil que não dá nenhuma garantia, não tem patrimônio, não tem nenhum contrato, não tem nenhuma garantia financeira em outro local. O senhor está dizendo que isso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só queria acrescentar: não empresta, antecipa o pagamento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, num segundo momento, transformou-se em empréstimo.

O senhor está dizendo que isso é totalmente regular e que o Banco Central não intervém nisso?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É isso que o senhor quer dizer?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O que digo é o seguinte: para receber antecipação de recursos para exportação, tem de ser feito um contrato de câmbio tipo 1. O Banco Central não intervém, em absoluto, com relação a quais são as garantias e a quais não são as garantias. Se eu confio... Existem milhares de ações na Justiça, tanto aqui como no exterior, de pessoas que venderam mercadoria, receberam o dinheiro e não exportaram. Há milhares de processos no Banco Central que estão em forma irregular. Que eu saiba, a Natimar no Banco Central, não tem nenhum tipo irregular sobre contrato de câmbio.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estamos falando da segunda operação, que é aquela que se transformou em empréstimo.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A segunda operação... Há várias opções. Quando você faz antecipação de contrato, antecipação de exportação de mercadoria, para não ficar de forma inadimplente ante a Receita e o Banco Central, você tem várias opções para modificar. Você pode comprar direito de exportação de uma *trading*, e essa *trading* exporta, ou a empresa que está devedora exporta por conta...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas não é esse caso. Estamos falando apenas do empréstimo, do que se transformou em empréstimo.

Eu queria fazer uma pergunta direta: o senhor orientou o Sr. Carlos Quaglia nessa operação?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – São diversas operações.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor orientou o Sr. Carlos Quaglia nessa operação?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sei. Diz uma operação específica, que...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A da compra... A da exportação das máquinas e, depois, a da transformação desse dinheiro em empréstimo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em 2003.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER
– Ele me consulta várias vezes. Eu conheço várias pessoas que fizeram...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Mas, especificamente nessa, o senhor orientou? Não estamos querendo saber das outras.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER
– Orientar pode ser. Ele me pergunta vinte vezes por dia sobre operações. Não há uma forma...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em 2003, ele fez a negociação de US\$14 milhões para exportar moto-niveladora para o Paraguai com uma empresa chamada Discovery. Posteriormente, ele disse que não conseguiu viabilizar o negócio em virtude do aumento da taxa de câmbio, a que o senhor já se referiu no início, e ele transformou isso num empréstimo. A pergunta exige resposta “sim” ou “não”, se o senhor puder responder: o senhor orientou o Sr. Carlos Quaglia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER
– Eu orientei o Sr. Carlos Quaglia, porque ele recebeu uma comunicação do Banco Central de que tinha exportações físicas em aberto, de que tinham de vincular quais eram essas operações. Eu falei: “Tem duas formas: ou você compra mais mercadoria e exporta através de uma *trading*, compra os direitos da *trading*, ou transforma essa operação em um empréstimo, porque senão você vai incorrer em uma ilicitude”. E aí eu orientei como se faz a transferência de um contrato tipo 1 para um contrato tipo 4.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conhecia essa firma, a Discovery?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER
– Conheço, não precisamente. Conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Conhece?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER – Não especificamente ela. Conheço muitas empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem são os sócios da Discovery?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER – Os sócios verdadeiros, os que estão no contrato não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ela é estabelecida onde?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER
– Da Discovery, não sei a sede onde é. Acho que é no Paraguai ou a na Argentina. Não tenho exato...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Vou fazer um raciocínio hipotético, e V. S^a diz se ele falha em algum lugar.

Tenho dinheiro lá fora e pretendo internalizar. Abro uma firma lá fora e ajusto com alguém aqui dentro uma pretensa importação lá, exportação daqui. Ajusto alguém daqui que vá fazer uma exportação. Essa exportação não se concretiza. Eu mando o dinheiro lá

de fora para dentro, US\$14 milhões ou qualquer outro valor. Esse dinheiro vem para o Brasil, a exportação não se realiza. Aí eu vou ao Banco Central e não preciso fazer mais nada, mudar mais nada? É só dizer que agora isto aqui virou empréstimo e que o dinheiro está aqui dentro? Isso é perfeito, é legal, é normal?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER

– Eu não sei aonde o senhor quer chegar. Eu gostaria que o senhor fizesse a pergunta concreta, que vou corresponder concretamente, porque, se a pergunta se torna muito extensa, eu não tenho uma dicção muito boa e não tenho um vocabulário muito grande... Então, faça diretamente a pergunta, que vou responder e explicar como posso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu tenho dinheiro lá fora ilícito e quero internalizar. Eu abro uma firma lá fora, entabulo uma negociação com alguém aqui dentro, no Brasil. Digo assim: “Olha, preciso levar este dinheiro para dentro do Brasil. Vamos comprar algumas máquinas, vamos fazer alguma coisa, simular uma exportação”. O Banco Central autoriza – tudo legal – a exportação. A exportação não se realiza, o dinheiro é internalizado. Aí vou ao Banco Central e digo: “Olha, já passaram 180 dias, e realmente a exportação não foi possível. Agora, isso aí vai virar empréstimo, e o dinheiro fica aqui dentro”. Eu não preciso mudar nada das características dentro do Banco Central? Existem milhares, segundo V. S^a, de casos assemelhados. Isso é possível? Não estou falando que V. S^a tenha feito. Como alguém que opera, que sabe como as coisas funcionam, o senhor pode dizer se isso é possível?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER TUNER

– Olha, para ter valores no exterior, em um banco de primeira linha, não é dinheiro escuro. Hoje em dia, nenhum banco... Se você...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, no exterior, não existem só bancos de primeira linha.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Vou dar um exemplo. Fala-se muito de Uruguai. Primeiro, Uruguai não é paraíso fiscal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Não, pode vir das Ilhas Cayman, das Bermudas.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É muito fantasioso o que se fala sobre lavagem de dinheiro, que se abre conta em tal banco. Hoje, a dificuldade de abrir uma conta exterior é muito difícil, a mesma coisa aqui no Brasil. Até o ano de 1998, era muito fácil abrir uma conta; hoje, se há um movimento fora do padrão de qualquer conta corrente, o banco comercial informa imediatamente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a diz hoje, é a partir de quando? Porque estou imaginando que, em 2003, ainda era possível.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Acho que foi a partir de 1998, desde de que saiu a lei de lavagem de dinheiro no Brasil.

Se um banco mantém uma conta, e o correntista não tem capacidade ou não pode demonstrar sua origem, banco de primeira linha não vai aceitar essa conta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas nós não estamos tratando disso Sr. Najun.

O que queremos saber é – agora descendo para a operação concreta: a meu ver, V. S^a conhece a operação concreta a que nós estamos nos reportando, dessa exportação que iria acontecer de máquinas usadas, estranhamente, para a Holanda, comprando máquina...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Só uma interferência, Senador. Esse negócio de máquinas, se são usadas, o que acontece? Quando a taxa de câmbio num país sobe exageradamente num período curto, os ativos no Brasil ficam desvalorizados contra a moeda forte. Então, há aí um desarbiteramento de preços – podem ser máquinas usadas, pode ser...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesses últimos três anos, quando V. S^a se lembra de alguma coisa tão excepcional na mudança da cotação do dólar, na época mais ou menos tal, para a gente se orientar quando isso poderia ter acontecido?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Foi nos quatro meses anteriores à eleição presidencial de 2002, quando o mercado dos países emergentes, não só no Brasil, houve uma...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não aconteceu exatamente ao contrário? O dólar subiu?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Por isso. O senhor está me perguntando quando houve isso... Foi quatro meses, quando o dólar praticamente saiu de R\$2,70, R\$ 2,72 e chegou a R\$3,95.

O que acontece? Se você tem uma máquina, ou um navio, que vale R\$1 milhão; se o dólar está a R\$2,00, equivale a US\$ 500 mil; se, em dois meses, o dólar pula para R\$3,50 ou R\$4,00, esse navio, essa máquina, essa propriedade, o que seja, não se valoriza na mesma velocidade em que se desvaloriza o real. Então, esse ativo que você vai comprar, que custava R\$1 milhão, era US\$ 500 mil, com uma taxa de R\$4,00, passa a valer US\$250 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece alguma operação de ativo que tives-

se expressão? Algum ativo que tivesse sido alienado nesse período, aproveitando-se da cotação?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço empresas que exportaram naquele momento uma coisa que se chama prestobarba. Vamos supor: lá fora, o fabricante no México avalia em US\$0,70; aqui, valia R\$2,00. Com o dólar a R\$3,50, se aqui valia R\$2,00 passou a valer US\$0,40. Aí, exportaram milhares.

Tudo isso está registrado. Pode-se ver a quantidade de exportação que houve de mercadoria no ano de 2002, em ativos que hoje em dia não são exportados, simplesmente porque nós, a indústria que não tem competitividade para lá, torna-se cara, porque uma coisa... O que está acontecendo hoje com a indústria de calçados? Se um par de sapatos custava R\$35,00 a produção, naquele tempo, com o dólar a R\$3,50, era US\$10. Hoje, esse mesmo produto, o fabricante de Novo Hamburgo, não sei se o senhor é do Rio Grande do Sul...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Paraná.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Do Paraná. Hoje esse mesmo artigo que o fabricante dizia que custava R\$35 mais outros encargos, R\$40, se vai...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A agricultura está sofrendo isso.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A mesma coisa... A agricultura não sofreu tanto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, hoje.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ainda ela se salvou porque as *commodities*, lá fora, aumentaram em dólar, porque se não tivesse havido essa valorização, no exterior, em dólar, a agricultura estaria quebrada. Seria mais barato trazer soja do exterior do que plantar aqui. Então, quer dizer, a taxa de câmbio é fundamental. A taxa de câmbio, no comércio exterior de um país, é fundamental. O que acontece? Nesse momento, como a taxa de câmbio, com uma queda abrupta e ainda com um superávit comercial grande, com uma taxa de juro interno alta, com uma entrada enorme de recursos para aproveitar-se dessas taxas que se aplicam no Brasil, há uma sensação de uma situação cambial fantástica que não há. Vive-se em um mar de rosa, mas, na realidade, a vantagem, dentro de um ou dois anos, para o Brasil é que as *commodities* que o Brasil exporta se valorizaram muito lá fora e também hoje, no mundo, não há uma especulação contra os países emergentes, contra as moedas dos países emergentes, porque hoje estão mais preocupados com outros problemas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece a corretora Bônus-Banval?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço muito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Operou com ela? Transacionou com ela alguma vez?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Vou explicar: sou muito amigo do Sr. Enivaldo Quadrado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece desde quando o Enivaldo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço ele, fisicamente eu o conheço acho que desde o ano 1999 ou 1996, mas eu operava com ele desde os anos 90. Desde 1990, ele foi corretor, foi operador de diversas corretoras e, em várias ocasiões, eu fui cliente dele como pessoa física, sobretudo fui cliente dele quando ele estava na corretora Trade, em 1990, 1991, 1992.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mais recentemente?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Como cliente, como cliente de operações de Bolsa, no mercado... [*ininteligível*], a partir do ano 2000, não realizei mais. Mas tenho, praticamente do dia em que fui preso, tenho contato quase diário com ele. Talvez, na época em que eu fui cliente, devo ter sido o melhor cliente que ele teve em outras corretoras. Na Bônus-Banval, nunca operei para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Operava para quem?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Nunca fiz operações. O Enivaldo tem um... É só perguntar a ele. Eu não sei se ele já esteve aqui, se fez depoimento. Pode perguntar sobre a minha pessoa e...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Natimar, além de o senhor ser consultor do Quaglia, V. S^a teve alguma outra negociação, transação com ele? Há alguma explicação para sua esposa e filhos serem favorecidos por depósitos da Natimar?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Vou explicar. Com o Quaglia, já falei que tenho essa amizade há muito tempo. Orientei várias operações para ele. Com respeito a esse depósito que saiu nos jornais que foi para a minha senhora e para um de meus filhos, esses valores não correspondem à verdade, porque são depósitos feitos no correr de um período que vão de R\$2 mil a R\$4 mil. Estão tributados esses valores que entraram. Quem poderia explicar certamente é o próprio Enivaldo e o próprio Quaglia. Eu não... Vocês, desculpe, os senhores têm uma grande vantagem sobre o meu depoimento, porque eu desconheço o depoimento de qualquer...

O único depoimento que escutei na íntegra foi o de Jefferson, que escutei na Rádio AM-FM, depois, mesmo nas visitas que se realizam no presídio, meus familiares não me falam dessas coisas que saem nos jornais, mas tive conhecimento de algumas atitudes que atingiram algumas pessoas, tanto na Corretora Bônus-Banval como de outras pessoas que tinham bom relacionamento que vinham depor aqui na CPML.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Especificamente, esses valores que V. S^a fez referência, só tomou conhecimento agora há pouco tempo.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Que saiu no jornal foi quando saiu no jornal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Antes do jornal V. S^a não sabia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Que foram para a conta da minha senhora e de meu filho? Claro, como não vou saber se eu pedi para a conta dela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E correspondia a quê?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Corresponde a empréstimos, débitos que tinha o Sr. Enivaldo e também o Sr. Carlos Alberto Quaglia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Empréstimos que V. S^a procedeu em relação a ele cujos pagamentos eram feitos em nome de sua esposa e de seu filho?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É um empréstimo do Sr. Carlos Alberto Quaglia, eu não vivo do ar. O Sr. Carlos Quaglia, na medida que podia, ele me pagava – como ele tinha créditos a receber na Bônus me pagava pela Bônus. Muitas vezes, na própria Bônus, pode perguntar a qualquer de seus diretores, várias vezes, eu dava... Sou uma pessoa que tem... Fica feio falar de minha parte, mas acho que sou uma pessoa que entende bastante de mercado, geralmente, dava uma opção como fazer: “Acho que a mercadoria tal é arbitrada, acho melhor você comprar tal ativo, vender outro que está desarbitrado, isso produz um lucro”...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso V. S^a declarava no Imposto de Renda, essas consultorias do Quaglia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não declarava no Imposto de Renda, porque tenho umas diferenças no Imposto de Renda e estou inadimplente com o Imposto de Renda. Mas o dinheiro recebido tanto dessas pequenas parcelas – 3 mil, 4 mil – a totalidade chega um pouco mais, estão declarados nas pessoas que receberam. O valor que foi dado para um de meus filhos não foi 6 mil, foi 6 mil e mais uma ordem de 10 mil e poucos reais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que sabe sobre as atividades dele, trabalha em que, faz o quê?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Dario Messer é uma pessoa por quem tenho muito respeito, eu o conheço há mais de 16 anos. Trabalhei com ele, fiz operações com uma DTVM que ele tinha e também fiz umas operações com uma DTVM que ele tinha, naquela época, 90, 91. Depois, ele se tornou banqueiro, com banco comercial aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro, a família Messer, não sei se ele, especificamente, fazia parte. É uma honra para mim haver conhecido o pai dele – oxalá que esteja com boa saúde. Quero deixar esclarecido já que não pude falar com ele por telefone, uma pessoa que respeito muito.

Sou judeu, eles também. Semana passada, foi o *Rosh Hashaná*, o Ano Novo, depois de amanhã é o Dia do Perdão e todos esses anos ele, um *Shana Tová*, e tenho a sorte de estar me comunicando através do microfone.

O Dario Messer é uma ótima pessoa e sei que a partir de 96 ou 95 ele deixou de ter qualquer atividade aqui no Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desde 96 que ele não tem nenhuma atividade no Brasil?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mesmo por intermédio das empresas?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não tenho essas intimidades para saber quais são as empresas que ele tem, mas me lembro que nos anos de 96, 97 fiquei dois, três anos sem falar com ele e ele me comentou que se havia retirado do Brasil justamente por...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas ele opera ainda, ele tem interposto essas pessoas no Brasil que trabalham...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu não tenho conhecimento se ele tem, que empresas ele tem; a única coisa que sei é que foi vinculado, eu me lembro muito, o nome dele, um ano atrás ou dois anos atrás, e a imprensa do Rio dizia que ele fazia operações de câmbio. Não acredito, porque nunca fiz operação e não conheço ninguém que haja feito operação com Dario Messer. O que houve é que o pai dele, o Sr. Messer, que, hoje, tem mais de 80 anos, nas

décadas de 80, 90, trabalhou no mercado de câmbio, tinha credenciamento. É isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Dario mora aonde?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Que eu saiba mora no Rio de Janeiro. Os filhos dele moram no Rio, ele, especificamente, não sei se mora em Nova Iorque ou em outra região, em outro país. Não tenho assim uma afinidade, são coisas reservadas dele, não poderia informar sobre isso; a única coisa que posso informar é que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a antes da detenção costumava se encontrar com ele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Esporadicamente, eu me encontrava ou falava no telefone, ouvia...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqui no Brasil?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Se ele me chamava, eu não sabia onde ele estava, se estava no Rio de Janeiro, em São Paulo, se estava... Nós temos algo em comum...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desde 96, excluindo outros, V. S^a, especificamente, nunca teve nenhuma transação com ele, porque não perdeu nada no Brasil?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu, pessoalmente, não tive conhecimento, não fiz nenhuma operação com ele, fiz com ele, não com ele, com empresa ligada a ele, que era uma DTVM; depois, um banco, algumas operações. E, desde 96, volto a dizer, não sei se ele tinha participação societária nessas instituições...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em quais instituições?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Em DTVMs ou em bancos, não tenho, não sei, mas sei que até 96, 95, tinha algum tipo de atividade, mas não posso especificar exatamente, a única coisa que posso especificar é que muita gente que falou no Rio de Janeiro, aqui, que ele é doleiro, não conheço essa atividade dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E Alberto Youssef?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Alberto Youssef, nunca realizei operação com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhece-o?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço-o pessoalmente, nunca realizei, eu sei o histórico dele e, por esse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que histórico?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – ...histórico dele, ele respondeu a processos na Justiça Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por esse histórico que V. S^a conhece, justifica-se ele ser processado?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sou Ministério Público nem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a conhece...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – ...Judiciário...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não precisa ser Ministério Público para saber o que é lícito ou ilícito, qualquer cidadão sabe, V. S^a conhece o histórico dele. O histórico dele corresponde a lícito ou...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas o histórico que conheço é por meio de jornais, ele nunca me falou: faço tal operação ou além. Ninguém pode falar que fiz uma operação com ele, por não fiz. Então, não posso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E que histórico é que V. S^a conhece? Qual é atividade dele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Desculpa, não entendi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por esse histórico que V. S^a conhece dele, que atividade ele exerce?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A atividade que eu sei por processos que saíram na imprensa, nunca ele me falou: eu sou operador de câmbio do paralelo, ou eu sou operador de tal coisa. Sei que foi de operações de câmbio não autorizadas. E tenho mais...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Toninho da Barcelona, V. S^a conhece?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona, conheço-o há aproximadamente 23 anos, conheço-o bastante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Teve operações por seu intermédio ou com ele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – As operações que fiz com ele foram quase nulas. Fiz com ele algumas operações em 89, 90, mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E agora, mais recentemente?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Também ele... Eu fiz várias... Fica feio eu falar o que um não fez, porque quando um não faz uma coisa, que

não é comercial, vinculada a outro tipo de atitude que tive com ele... Ajudei bastante ele em momentos em que passou por dificuldades financeiras, não aportando capital, mas tratando de resolver alguns problemas criados por clientes dele. Isso foi em dezembro de 94. E várias vezes ele me perguntou sobre a sua situação, como deveria agir e...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse período em que V. S^a esteve e está detido, teve oportunidade de ter contato com ele na prisão?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Quando cheguei ao sistema penitenciário, na prisão em que estou, existem quatro raios e em quatro galerias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a esteve numa cela com ele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu estou no raio 4 e ele estava no raio 2. O raio 2 tem mais quantidade de pessoas por cela. No raio 4, naquele momento, havia menos habitantes. Hoje em dia, todos os raios estão completamente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a esteve numa cela com ele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – No dia 30 de maio ou 29 de maio, ele conseguiu... Eu pedi a ele que era melhor vir para a cela, para o raio em que nós estávamos, porque lá ele teria afinidade com outras pessoas. No dia 30 de maio ou 1º de maio, quando eu voltei do recreio, ele se encontrava, indicado pelo próprio funcionário do presídio, na minha cela, que é a 194, do raio 4.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez comentários com ele, na cela, alguma vez, sobre recursos que foram disponibilizados para políticos?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Vou explicar. O Toninho – eu o chamo de Bimba – sofreu muito com a prisão. Ele nunca aceitou a condenação. Ele acredita que as operações que fez não são operações ilegais. Isso criou nele o sentimento de uma grande injustiça. Um dos motivos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se V. S^a me permite, nós precisamos abreviar o tempo, porque muita gente vai querer fazer-lhe perguntas.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Isso é muito importante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Especificamente, houve comentários na cela, enquanto V. S^a estava lá com o Toninho, em relação a recursos financeiros que teriam sido pagos a políticos?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Na realidade, certa vez, ele começou a me contar uns problemas... Vou dizer. Ele estava com um recurso no Superior Tribunal de Justiça e estava muito ansioso por

uma decisão desse recurso. Ele queria converter os dois processos em que ele estava sendo condenado em 1ª Instância... O advogado dele fez a tese de que havia um crime contínuo. Quando ele veio para a cela – não me lembro se foi nos dias... – começou aquele bochicho sobre o problema da CPMI dos Correios, de Jefferson e tudo aquele negócio. Ele comentou e eu sei também que... (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a pode prosseguir explicando, porque o público...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Então, ele estava muito ansioso com essa decisão. Tanto que ele comentou que vai mandar a própria mulher dele vir aqui, no Superior Tribunal de Justiça para conseguir falar com o Ministro ou a Ministra que tinha esse processo, para mostrar a inocência dele. Eu falei a ele que achava que isso ele não devia fazer. Ele vai ser julgado não sei se por um mandado ou uma ação cautelar. Um dia de manhã, ele ficou apavorado. E eu perguntei: o que está acontecendo, Bimba? E ele me disse: saiu no jornal **O Estado de S. Paulo** uma notícia de que um cidadão, tenho o nome aqui, Rui Vicentini, saiu a notícia dizendo que o Rui Vicentini fez uma declaração dizendo que o Toninho Barcelona sabia de tudo, era o doleiro, o cambista do PT, que ele confidenciou, falando o Rui Vicentini, que ele confidenciou, o Toninho, quando estavam juntos na Custódia da Polícia Federal. Com essa notícia, ele ficou apavorado. Ele me comentou: justo neste momento em que vai ser julgado o meu recurso, começam a aparecer notícias, num jornal de alta circulação, a minha vinculação com esta CPMI, com negócio de político, com câmbio, com isso e aquilo. Ficou apavorado, falou com uma pessoa que também está presa lá, que conviveu na mesma cela que ele, no raio 2, que também veio para o raio 4, e comentou esse negócio, esse nome de Rui Vicentini. Essa pessoa falou que esse Rui Vicentini é um desqualificado, um chantagista, uma série de coisas, e Toninho falou: não tenho nada a ver, não conheço o PT, não conheço operação de câmbio ligada a esses políticos e querem me meter nesse problema. Ficou muito apavorado. Dois, três dias depois, teve a visita da família dele. Aí, comentaram que a imprensa toda estava diretamente na casa dele, da mãe dele, para tentar buscar informações. E eu falei, até comentei: no Talmud, está escrito que para toda descida tem uma subida. Talvez esse motivo que está te causando problema... Você pode se apresentar para dar um depoimento para mostrar que você não tem nada a ver, que não conhece, nunca fez nenhum tipo de operação com esses políticos. Transcorridos dois dias a mais, ele geralmente ficava na cela, não saía para o recreio. Fui fazer as minhas atividades no presídio e, quando voltei,

ele me disse: Najun, vieram duas pessoas, dois advogados em nome do PT para saber sobre essa notícia que saiu no **Estado de S. Paulo**. Falei para ele: Bimba, faz o seguinte, não dá nenhuma explicação para essa pessoa. Pode ser alguma coisa que estão preparando em cima de ti. Se você precisar fazer um depoimento na CPI para esclarecer certas coisas, procura um político, um Senador, fala com ele, explica a situação, que seja uma pessoa que não vá interpretar de forma diferente o que você disser e que vá dar chance a você dar tuas explicações desse acontecimento, dessas notícias, desse tal Rui Vicentino.

Esse foi o último que se falou sobre esse tema, justamente um, dois ou três dias depois, uma sexta-feira ele conseguiu uma visita dele com a mulher atual dele, no presídio, uma visita que ele parece que nunca havia visto a filha dele estava com muita saudade dele. A visita foi realizada às 3h, 3:30 da tarde, e às 4h se fecham as celas, todos ficam recolhidos nas celas. Ele voltou, eu perguntei como foi a visita. Ele estava muito emocionado, estava muito satisfeito por haver visto a filha. Uma hora depois aconteceu uma fuga no presídio, naquele momento o presídio foi... ficou nas mãos dos presos, às 08h, 09h da noite, depois todos ficaram no castigo.

No transcorrer desses dois, três dias, no momento em que a tropa de choque invadiu, invadiu não, entrou no raio quatro, nosso, depois de todas as revistas e a checagem das celas. Nós estávamos só de cuecas dentro da celas, é uma norma de quando entra o choque. De repente foi chamado, saiu na situação em que ele estava e não se soube o que havia acontecido. Houve uma sindicância dentro do presídio e, segundo informações que corriam lá, foi de que ele teve participação no motim. Me pareceu algo completamente fora da realidade, mais tarde eu soube que ele tinha sido mandado lá para o RR, presídio de segurança máxima no Abaré.

Transcorrido alguns dias, eu fui chamado nessa sindicância para testemunhar qual foi o comportamento de Antônio Claramunt no motim. Eu fiz a declaração, me responsabilizei de que no momento em que houve essa rebelião ele não participou absolutamente nada, estava muito assustado, escondido num recinto da cela e não acreditava que ele tivesse tido alguma participação.

Então, essa mesma sindicância concluiu que ele não teve participação. Não tenho certeza, mas eu sei que eu coloquei o meu testemunho para ele, para avaliar o que ele realmente havia feito no dia do motim.

Sobre os dias em que ele esteve comigo na cela, às vezes ele fala, troca idéias, troca dores, troca comentários. Exatamente tudo o que eu falei com ele e

ele falou comigo, não me lembro exatamente, mas eu gostaria de mostrar ao senhor uma carta que ele me deu dentro da cela. Tinha outra carta que lamentavelmente, depois desse... desse choque que... No presídio, geralmente a cada mês entra a tropa de choque, faz a fiscalização. Lamentavelmente outra carta que ele me havia feito se extraviou, mas para você poder constatar a intimidade que eu tinha com ele não no aspecto comercial, senão como amizade. Só interessaria uma parte da carta, porque a outra parte é uma parábola sobre o sofrimento. Passo a carta ao senhor.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Talvez possa demonstrar a amizade que tenho por Toninho. A data é de 4 de julho. Portanto, foram cinco dias depois de ele estar na minha cela. Pode-se ver que ela foi escrita no próprio *(Inaudível.)* Está com a data atrás e está assinada.

A parte de baixo é sobre uma parábola de dois rabinos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está chamando-me a atenção para que eu me concentre na parte inicial ou no final?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, só na parte inicial, porque a outra está... Se quiser, pode ler em público. Se o Toninho não se ofender...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “São Paulo, 04 de junho de 2005. “Caro Amigo, Foram tantas as vezes que você se fez presente em meus momentos de dor, pânico e sofrimento, aliviando sempre, com a sua sabedoria e dedicação gratuita, e tão poucas as chances de te dizer muito obrigado. Sou um sujeito, apesar de não aparentar, tímido, não sabendo usar o jeito certo e oportuno, mas saiba que sou um seu admirador pelo seu comportamento e conduta, para com os seus não só amigos, mas também conhecidos e família. Valeu! Estou lendo um livro que me fez lembrar de você.”

Aí vem a história dos rabinos.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Atrás está a assinatura. Então, o vínculo que eu tinha com ele não era comercial. Agora, você compreende que eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há um momento, na cela, em que o senhor teria conversado com ele sobre a Bônus-Banval, sobre Dario Messer. Houve isso?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Vou explicar. É muito importante a diferença entre uma conversa e uma carta, por escrito. Numa conversa, há o tom de voz, ou como uma pessoa se refere a outra. Ele pode ter certeza de que, na ocasião em que

se falou sobre Dario Messer, foi justamente – e ele sabe perfeitamente – sobre uma pessoa da qual se fala muito nos jornais, mas que não está no mercado há muito tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a falou com ele sobre a necessidade de o Dario contribuir para que um determinado montante pudesse ser pago em razão de algum político?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Como é a pergunta?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estão dizendo que eu falo diretamente, mas é porque não estou acostumado a induzir.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, pode falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o seguinte: nós temos a informação de que um determinado político teria recebido uma importância expressiva, e uma parte dessa importância teria sido através da Bônus-Banval. Como não tinha o suficiente, Dario Messer teria completado esse valor. Essas informações teriam sido prestadas pelo senhor ao Toninho Barcelona na cela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não procede. Se eu, até este momento, considerava-o amigo, agora desejo a ele toda a felicidade do mundo, mas fico estarecido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou ler para V. S^a:

“O doleiro Antônio Claramunt, vulgo Toninho Barcelona, contou ter ouvido de Najun Turner, na cadeia, que o ex-Deputado Severino Cavalcanti teria recebido R\$8 milhões, por meio da Bônus-Banval, para trabalhar em favor da aprovação de projetos do Governo. Turner teria dito que o dinheiro foi repassado pelo Líder do PP na Câmara, José Janene, que teria recebido da Bônus-Banval 1,5 milhão por mês para apoiar o Governo. O que V. S^a tem a nos dizer sobre isso?”

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Uma pergunta só, uma vez se espalhou, ele ter ouvido, a que se refere, que falei para ele ou que falei com outro preso e ele escutou?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A impressão que temos é de que V. S^a teria relatado isso a ele porque estavam juntos na cela. V. S^a teria comentado com algum outro?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – No Talmud se fala: “Uma palavra vale uma moeda; o silêncio vale duas”. Não vou aqui, eu queria ter em minhas lembranças o Toninho como o conheci, você tem que compreender que o Toninho, o fato de haver se ausentado do País quando estava procurado, uma série de problemas, não é o Toninho que todo mundo conhece.

Tenho muito respeito por Toninho, não vou discutir as interpretações dele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele teria...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – ...para mim, uma testemunha vale o que vê, não adianta fazer conjectura, ilações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele teria alguma razão para falar isso de V. S^a?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Olha, existe um processo na 6^a Vara Federal, no qual foi condenado, não só ele, mas o sócio dele e funcionários dele, a penas superiores à dele, só que estão recorrendo em liberdade, que existem gravações, ele falando sobre dinheiro de empréstimo a certo político, isso dito por ele para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que político?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu não poderia dizer porque ele não me falou o nome nem tenho interesse em saber. Mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está dizendo que ele declarou isso na 6^a Vara ou mencionou a V. S^a?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele me falou que existe uma gravação telefônica de Toninho falando com um funcionário dele ou com um sócio dele sobre tal pessoa que tem recursos em reais grandes e estava preocupado por esse empréstimo ou esse saldo devedor que teria tal cliente, cujo nome já foi pronunciado na CPI. Quem me falou isso foi justamente Toninho, mas não que não tenha sido absolutamente nada, porque ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele não lhe falou o nome?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele me falou o nome, mas teriam de perguntar a ele, isso foi algo particular de que ele falou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está como testemunha e, como testemunha, se ouviu um nome e lembra, tem o compromisso legal de anunciar.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – No ano de 92, vim aqui, numa CPI, e depois durante mais de dez horas. Fui ao Supremo Tribunal Federal, fiz um depoimento de mais de dez horas. Sempre que vim para declarar, tanto à CPI quanto a qualquer autoridade policial ou do Ministério Público ou audiência, nunca me amparei em nenhum **habeas corpus** porque não tenho absolutamente nada para esconder. Agora, se alguém me comenta algo, e sei que isso não é um crime... Acho que, do ponto de vista ético, ele não deveria comentar um segredo, que não é um segredo, é uma

coisa que está dentro do processo, está dentro de um depoimento que ele fez para o juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo. E simplesmente procurar ou perguntar a ele ou algo assim. Há um diálogo dele com outra pessoa dizendo que fulano de tal está com um saldo devedor muito alto em reais, o que é perigoso. Perigo nesse sentido, porque quando você trabalha numa instituição de empréstimo, cada pessoa tem um limite. Se o seu capital é 100, você não pode emprestar 75% do seu capital para outra pessoa.

Quero deixar claro que não quero esconder absolutamente nada, não tenho nada para esconder, porque até eu estava um pouco mais... Quando recebi, sábado, às cinco da tarde, a convocação para a CPMI, eu achava que iria haver uma acareação com a Bônus-Banval ou com outro tipo de pessoa. Foi uma surpresa quando vinha, no avião ainda, e comentei para as autoridades que me estavam custodiando que com certeza eu ia ter que dormir em São Paulo porque iria ser uma reunião muito ampla, muito larga.

Só um esclarecimento: Sobre o comportamento das pessoas, das amizades, como eu já falei, eu sou, pertencço ao povo judeu, nos fixamos muito em um livro que se chama Talmud. E no Talmud está escrito uma parte que diz que você conhece uma pessoa em três ocasiões: você conhece uma pessoa pelo copo, pelo bolso e quando está em ira. No copo, você pode ter um amigo, um conhecido, ele bebeu uma substância alcoólica e se transforma completamente; ele tem reações que nunca teria quando estivesse sem o copo. No bolso, você conhece a pessoa quando você tem algum tipo de sociedade ou quando tem que colocar a mão no bolso para pagar um prejuízo. Pois para pagar uma dívida você tem que ter duas condições: têm pessoas que têm vontade e não têm dinheiro; têm outras que têm dinheiro e não têm vontade. Então, você conhece através do bolso a atitude da pessoa quando tem que pagar um prejuízo ou quando tem que colocar para resolver esse problema. E o outro, quando a pessoa está com ira, está num estado fora de si. Acho que o Toninho, como eu o conheço, sofreu muito, porque ele foi retirado... Então, a transformação dele... Não se pode pegar em palavras o que fala a língua. Você sabe muito bem, o ser humano tem dois olhos, duas orelhas, duas narinas e uma boca. Justamente o ser humano fez com uma boca para que a língua fale menos. A língua é a arma mais grave, mais violenta que existe na humanidade. Você, com uma faca, tem que ter contato físico; com uma bomba de hidrogênio pode matar milhares, mas há um contato físico; uma língua o que se pode falar destrói a quilômetros. Então, não quero acreditar, quando uma pessoa não está completamente em seu equilíbrio emocional. Tanto assim

que me lembro de um depoimento que um Deputado da CPI falou: Oi, Toninho, você mudou de Bin Laden para o Papa Bento XVI. Há uma transformação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a assistiu à vinda do Toninho?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Escuta às vezes a rádio AM Jovem Pan. Não sempre, porque como lá existem antenas bloqueadoras às vezes se pega a onda, se pega às duas da manhã, três da manhã as notícias. Então, eu me lembro de algumas entrevistas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Antes de passar a palavra ao Deputado Sílvio, apenas para colaborar, Sr. Najun, gostaria de saber que relacionamentos de negócios que a Natimar tinha com a Discovery e com a Arcoman Trade a uruguaia.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Com a Arcoman Trade não tinha nenhum negócio. Vou explicar. Quando você faz empréstimo no exterior, tem que ser feito um ROF – Registro de Operação Financeira. Você entra no sistema do Banco Central e diz que vai ingressar “x” quantidade de divisas como empréstimo a uma taxa de juros *libor* mais meio por cento. Uma vez aprovado pelo Banco Central, o Banco Central registra em um número de ROF. O que acontece? Você pode fazer várias solicitações, mas se a divisa não entrou no prazo, creio, de sessenta dias, automaticamente esse registro se cancela, porque hoje no Brasil – não sei se mudou em dois meses, porque não tenho mais contato com as instruções, as Cartas Circulares do Banco Central ou do Comércio Exterior – o Real não é uma moeda convertida. A pessoa aqui não pode ter divisa guardada. O exportador não pode ter dólares em conta corrente sem convertê-lo. Então, o ingresso de divisa não é livre no Brasil, tem que ter um motivo. Então, essa é uma autorização do Banco Central. Então, essa autorização é muito... Não tem que ir no Banco, faz através do sistema, se fabrica um ROF. Então, você não pode somar a solicitação, porque isso se faz habitualmente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas o senhor já tinha trabalhado com essas duas empresas?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A Discovery, eu conheço. Diretamente, eu não trabalhei com a Discovery, mas conheço várias empresas que trabalharam com a Discovery.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor não tem o contato, o nome de quem fazia o contato na Discovery, o nome da pessoa que fazia esse trabalho?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu não sei porque.... Primeiro, isso muda muito. Você pode

obter... não sei quanto no exterior. Quando se capta dinheiro se capta através de bancos, instituições. Então, você não sabe quem é o legítimo. Quem é o Fulano ou Beltrano.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas, no caso da operação na parte administrativa, quem era o contato?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu não me lembro, não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nem na Arcoman. também não?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Arcoman nunca fez operações. Arcoman, me parece – vou explicar –, a única coisa que tem é uma solicitação, uma permissão de empréstimos que não se realizou.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor tem conhecimento se essas empresas trabalhavam com Trade Link Bank?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Com quem?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Trade Link Bank.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Acho que... não tenho certeza, mas.... Trade Link... Não sei se a Discovery... Não. Não posso... Mas se me dá uns dias eu posso informar para o senhor se essa empresa trabalhava com um banco no exterior com esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É importante.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A Arcoman posso dizer que não, porque nunca a Natimar realizou operação com ela. A única coisa que existe foi um ROF, talvez outro ROF que não se realizaram, simplesmente solicitação e automaticamente o próprio sistema cancela, automaticamente, se não há ingresso de recurso. Porque, volto a dizer, no Brasil, em toda operação, o Real não tem conversibilidade. Então, é monopólio do Banco Central a divisa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E dessas empresas, o senhor tem conhecimento? O senhor já trabalhou com o Banco Rural Internacional ou com o Banco Rural Europa?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não... De que banco o senhor fala?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Rural Internacional e o Banco Rural Europa.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E no MTB Bank?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não trabalhei. Conheço bem a história do MTB, e não trabalhei, nunca trabalhei...

Devo dizer, eu só tenho conta no exterior – no Uruguai – no ano de 88, 89 e 90, mas conheço bem... Você pode perguntar... O que estiver ao meu alcance – eu sou uma pessoa que conhece bastante...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu não investigo o uso com relação às suas contas e às suas aplicações. É porque o Sr. Carlos Alberto Quaglia afirmou aqui que lhe deu autorização, e o senhor poderia agir, em nome da Natimar, junto à Bônus-Banval.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Sei.

E o que tem a ver isto com o Trade Link ou o Banco Rural? Eu não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu estou lhe perguntando, como o senhor poderia agir em nome da Natimar se, eventualmente, o senhor trabalhou?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ao que eu saiba, a Natimar não tem conta no exterior. Só se ele tem uma conta... Que eu saiba, ele nunca me falou, e eu sei que, na época em que ele me consultava, não. Mas eu gostaria que qualquer dúvida, podem fazer a pergunta diretamente que eu vou contestar da melhor forma. Não tenho absolutamente nada para esconder e talvez eu seja a pessoa que comparece na CPMI mais tranquilamente porque não... Está nos jornais, **Folha de S. Paulo**, quando se falou isto sobre minha senhora, falaram que eu posso ser o dono da Natimar ou coisa assim...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas eu não estou lhe apontando por isto, até objetivamente...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu gostaria, para facilitar... O meu objetivo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Então, vamos lá, Sr. Najun, sendo bem objetivo. O que eu estou lhe perguntando é porque o Sr. Quaglia fez a afirmação há pouco, que o senhor agia e tinha total, e eu perguntei se ele lhe deu a procuração, ele falou que não, mas que o senhor tinha total liberdade para negociar, em nome da Natimar, junto à Bônus-Banval.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– É por isto que eu estou lhe perguntando, só para esclarecer. O senhor disse que não, pronto.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não só pode falar o Quaglia como qualquer operador da Bônus, não necessariamente o Enivaldo Quadrado. Qualquer operador, ou seja, o Carlos ligava para a Bônus, ou eu poderia ligar para a Bônus, ou (*Incompreensível*.) Então, por que passa? Os mercados não

são algo fixo, eles flutuam muito. Então, justamente, você pergunta várias vezes para buscar uma desarbitragem de um artigo...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– A Natimar avisou ao Banco Central que poderia receber, a partir de 2003, US\$49.4 milhões. Segundo registros do Banco Central, foram sete registros entre fevereiro de 2003 e abril de 2004, provenientes de duas *offshores* – a Discovery, do Paraguai, e a Arcoman Trading, do Uruguai.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não

existem esses ingressos de recursos e ficaram automaticamente cancelados – se chamam ROF – Registro de Operação Financeira. Eu possuía num computador... Se entrar na Natimar, acho que tem que se ter uma senha, e dizer: “Olhe, eu vou ingressar, peço autorização para ingressar um milhão...” A parte não precisa entrar com 1 milhão. Pode entrar parcelado, 100 mil ou 50 mil. Mas já entra, por quê? Porque uma vez que é outorgado o ROF, ele lhe dá um número. Quando o dinheiro ingressar no Banco, você vai dizer: “Olhe, tem essa autorização do ROF e tal...” Então, se o Banco está autorizado a fazer, oficialmente, o contrato tal; se não, o Banco devolve essa ordem, imediatamente, para a sua origem.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu me refiro aos recursos de que, efetivamente, houve ingresso, e não à autorização. Não há isto?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não

há isto. Não é para querer confundir. Acho que isto é uma somatória repetitiva de números, de autorizações. Esta é a coisa mais simples. É, simplesmente, pedir ao Banco Central: “Esses ROF foram concretizados ou não foram?” Se não, eles caem automaticamente. Só se ele fez com outra pessoa que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– E as outras origens de recursos movimentados na Natimar nesse período, 2003 e 2005. O senhor foi consultado também? Prestou ou não consultoria com relação a esses investimentos?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A

investimentos?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Feitos pela Natimar entre 2003 e 2005, no período anterior à sua prisão.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Troca-

mos. Seria executar várias operações através de várias corretoras, a principal, a que eu tinha acesso e que eu conhecia era a Bônus (*Incompreensível.*) muito no mercado de ouro e no mercado de dólar futuro. Tanto é assim que ele tinha que manter uma posição de dólar futuro porque ele tem (*Incompreensível.*) passivo em dólares. Com essa posição, ele teve um prejuízo

significativo. Mas isso é muito fácil comprovar através da nota de corretagem que a própria bolsa emite. E aí está especificado qual ativo se comprou, a que hora se comprou, quem foi a contraparte que vendeu...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – **E havia aplicação do Marcos Valério em ouro através da Natimar, não?**

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Uma vez uma pessoa me falou que, quando uma pessoa acha que faz o crime perfeito, comete vinte e quatro, deixa vinte e quatro indícios. Eu justamente pensava que ia haver uma acareação com a Bônus-Banval e na noite, lá no presídio, para quem só fica no silêncio na cela a partir do último filme da TV Globo ou de outro canal, eu preparei vinte e quatro perguntas para a Bônus-Banval para liquidar por vez esse problema de querer (*Incompreensível.*) uma empresa que não tem nada a ver com Valério, nem com o Marco, nem com o Fumanchu.

Então, eu me disponho porque os senhores são senadores e...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Olha, não... só um minuto, por favor. Com todo respeito, como nós também estamos lhe tratando. Eu não estou especulando; se o senhor fica indignado, ficamos mais eu e todo o Plenário. Acareação é feita só depois de ouvir as pessoas que apresentam contradição. Nós não poderíamos pedir acareação antes de ouvi-lo. É por isso que eu estou lhe perguntando. O senhor está tendo oportunidade para contestar o Enivaldo Quadrado, com quem o senhor tinha muita relação. Nós estamos partindo do pressuposto, também, de que o senhor veio aqui para colaborar e que o senhor tinha relação comercial com a Bônus-Banval. O Quaglia, que se diz o dono da Natimar, afirmou que o senhor tinha total liberdade para aplicar em nome da Natimar e aplicou na Bônus-Banval.

Então, eu não estou perguntando se o senhor aplicou com Fumanchu. Eu estou lhe perguntando é que o Enivaldo Quadrado afirmou taxativamente que havia essa aplicação de Marcos Valério. Não estou emitindo juízo; estou lhe dando oportunidade para o senhor esclarecer. O senhor está dizendo que não. Pode ser até, por sugestão de uma Senadora, Ideli Salvatti, que seja feita acareação. Isso vai ser decidido depois, se será aqui ou na Polícia Federal ou na Justiça Federal. Mas eu estou lhe perguntando objetivamente, sobre uma declaração do Enivaldo Quadrado, porque alguém mentiu. Então, essa explicação é que eu estou lhe pedindo.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu acho que eu respondi. É exatamente com a verdade que eu respondi. Não falei... não... nunca senti falar de

Marcos Valério, Valério Marcos, nem nunca escutei na Bônus o nome de Marcos Valério, Valério ou empréstimos... Tanto assim que eu freqüentava assiduamente a Bônus a partir de 2004, e eu vim me inteirar por jornal que trabalhava lá uma estagiária que era filha de um político. Eu nunca soube disso. Agora, a Natimar nunca investiu na Bônus. Nunca investiu na Bônus. Ela fez operação na BM&F, na Bolsa de Valores, e está tudo registrado nas notas de negociação.

Então, seria muito fácil demonstrar que, lamentavelmente, o Nivaldo, num momento de desespero, encaixou um dos clientes que ele tinha... E nesse caso foi a Natimar, que entrou como (*Incompreensível.*) Só por esse movimento que ele tinha, ele...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois é. E por que o senhor acha, então, que ele usou justamente a Natimar? Por que ele fez isso com o senhor, com a Natimar e com o Quaglia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Estado de... Não entendo, porque era muito simples pra ele falar: “Escuta, eu recebi empréstimo de fulano de tal porque a situação financeira da Bônus...” Por isso, em uma audiência pública, dar detalhes que são de sigilo da corretora ou podem acarretar prejuízos morais ou éticos para certas pessoas que são particulares dele. Mas a situação financeira da Bônus, eu sei perfeitamente como era. Tanto foi assim que, várias vezes, eu intervim para buscar uma solução financeira.

Então, se ele está com um passivo negativo, capta dinheiro de alguém para repassar para um cliente... Primeiro, isso é uma operação proibida. A Bônus não é instituição financeira que pode intermediar operação de empréstimo. Isso é a mesma coisa que...

Outra coisa, pelo que vi nos jornais, se o Marcos Valério captou empréstimo em reais no Banco Rural, a que taxa? Vai aplicar numa corretora em que a taxa é negativa de rentabilidade, esses ativos?... Teve rentabilidade negativa nos ganhos de 2004? Então, eu tomo emprestado a 2,5 ou 3% para atender prejuízo com 1% ou 2%, que seja. O importante é comparar o depoimento de que tirou o dinheiro e de quem o recebeu. Eu acho um absurdo se o Sr. Quaglia falou que conhece o Marcos Valério ou alguma vez teve conhecimento de algum tipo de operação com ele. Só se estão em outro planeta. É um absurdo tão grande...

Por isso preparei 24 perguntas que, com simples resposta. Você coloca numa pessoa, um funcionário do Banco Central, que seja auditor, só com a resposta, para ver cair em contradições, que são irreais, não podem existir.

Quando foi que ingressou dinheiro desse senhor de Belo Horizonte na conta da Bônus-Banval? Talvez com duas ou três perguntas, já que os senhores já

ouviram o depoimento dele, a Polícia Federal teve o depoimento deles... Em que período entrou dinheiro de Marcos Valério na conta da Bônus?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Já pedimos a quebra do sigilo e vamos checar isso também.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – E o próprio Marcos Valério não pode dizer em que data... Eu vou dar a situação, porque faz parte dessas perguntas que eu queria fazer, para demonstrar o óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas, sem entrar nessa operação, eu insisto nessa questão do Enivaldo Quadrado. Ele alega que o recurso era da Natimar, e ele apresentou uma série de documentos para o Sr. Quaglia assinar. O Sr. Quaglia afirmou que fez essa assinatura, foram quase, mais de 50 documentos, e que ele autorizou a transferência desse recurso para terceiro, porque, segundo ele foi informado por Enivaldo Quadrado, o dinheiro não poderia ser estornado, porque a Bônus-Banval estava submetida a uma auditoria. É usual isso? Quer dizer, o Sr. Quaglia assinar mais de 50 documentos, transferindo quase R\$10 milhões, sem ter a preocupação de saber por que fez aquilo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – As alegações que eles pediam, quando eles pediam as notas, as notas de... As cartas de transferência eram que a Bônus... Não era que a Bônus... A Bônus estava vivendo, no ano de 2004, prejuízos que vinham sendo arrastados, com prejuízos enormes que eles tiveram com um ou dois clientes. Então eles alegavam que estavam com uma fiscalização de auditoria e, contabilmente, havia sido lançado na conta da Natimar ou de outras... Então se pedia que deixasse algumas cartas para fazer... Que não se podia fazer o estorno e, sim, transferências.

É simplesmente perguntar a algumas dessas pessoas que receberam esses recursos da Bônus se conhecem a Natimar, e como a Natimar teria contato para saber para quem transferir dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, muitas foram ouvidas e nem conhecem a Bônus-Banval. E foram mais de 50 cartas de transferência. É usual isso?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Existe algo que não fecha.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois é, o que que não fecha? O senhor é da área. Essa colaboração que nós estamos lhe pedindo. A Bônus-Banval só fez essa operação com a Natimar, só com a Natimar. Ela deve ter vários outros clientes.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A única coisa que tem a Natimar são essas cartas de

transferência que foram pedidas. Acho que algumas cartas já estão... Não sei se o Carlos deixava algumas folhas em branco assinadas para transferência de ativos ou algo. Porque, às vezes, na Bolsa, você fica numa posição e precisa transferir um ativo para cobrir garantias de outra operação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Isso ele falou que não. Ele falou que assinou duas vezes em dois pacotes.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Pode perguntar a Carlos que, várias vezes, eu falei para ele: “Não assina mais nenhuma carta que a Bônus-Banval te peça nem a Nivaldo nem que jure por qualquer religião que professe”. Tanto foi assim que me comentei, através de um advogado meu, que a Bônus-Banval mandou para a casa dele mais de 50 ou 60 folhas para assinar de transferência para poder fechar sua contabilidade. E ele não assinou e mandou mais outros documentos. Eu venho falando para Carlos para não assinar absolutamente nenhum tipo de transferência, de estornos ou de coisa, não fazer absolutamente nada. Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Quando falei do estorno, falei do estorno de eventual recurso que estava na Bônus-Banval em nome da Natimar.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O Quadrado falou que não podia estornar.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele alega que, vamos supor, o Sr. Marcos ou tal empresa entrou 500 mil na conta da Bônus. Então, creditaram para a Natimar. Mas esse dinheiro não é da Natimar. Então, ele tem que fazer um estorno. Em vez de ele fazer o estorno: “Tenho que pagar a fulano, me faz uma carta de transferência”.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Isso está claro. Isso está claro. Mas por que o senhor acha que ele usou a Natimar?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sei. Talvez no desespero.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Mas logo contra a empresa para a qual o senhor presta consultoria?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Como?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Coincidentemente, a empresa para a qual o senhor presta consultoria?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Porque talvez, talvez... A Natimar é uma empresa que,

na Bônus, operou bastante. Ela escolheu. Talvez quis proteger outras empresas que ele tem como clientes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– O senhor saberia alguma por exemplo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sei. Vou explicar: no mercado financeiro de corretoras, você pode ter muita amizade com operador ou com dono. Nunca se vai comentar quem são os clientes porque 99% das corretoras, na teoria e na prática, vivem de quê? Da corretagem. Então, se eu fosse corretor e tivesse um cliente bom, por mais amigo que se é de fulano, não vou comentar porque posso perder o cliente. Ninguém é dono do cliente. O cliente vai aonde há desconto de corretagem maior. Você pode ser muito amigo de fulano, mas...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu entendi. Mas quero saber por que a Natimar. Eu quero que o senhor nos explique por que a Natimar. Eu entendo a operação. O Sr. Quaglia já explicou as alternativas. O senhor, como consultor...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Por que a Natimar? Justamente porque ele (*Inaudível.*) para dar saída a um recurso, já teria essas cartas assinadas. Mas, se ele fala que foram...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Depois. Ele assinou as cartas depois.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas se a Bônus-Banval está falando que o Marcos Valério aplicou na Bônus ou transferiu direito empréstimo para a Natimar, e a Natimar, depois, devolveu, que me mostre, nas notas de negociação, quais foram as operações que um terceiro aplicou na Natimar...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Já pedimos inclusive para o seu cliente Quaglia os contratos de operação. Inclusive à Polícia Federal, ele não entregou desde o depoimento dele.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O importante são as notas de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Isso com a Bolsa. Não. Eu digo os contratos de operação dele com o Banco Central, o empréstimo.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Isso não é vinculação a Bônus. Aí não vai encontrar nenhum elo da Bônus. O principal é que é um dos objetivos da CPMI é ver de onde veio e para quem foi o dinheiro que transcorreu ou algo assim, segundo eu tenho entendido. Então, essa explicação que a Bônus fala do dinheiro de Marcos Valério que entrou nessa conta, com certeza não é a Natimar. É alguém, algum cliente dele, ou, talvez... Para se ter uma idéia, a própria BM&F, só podia convocar, a BM&F, a Bônus, para (*Incompreensível.*) do ano 2003, se ele está com problema de liquidez. O título patrimonial da Bônus-Banval ela teve

que entregá-lo na BM&F, por saldos de inadimplência de clientes que não pagaram. Se eu estou com um passivo de cinco ou seis milhões de reais, pagando juros de mercado, e vem um cliente e aporta dinheiro, eu vou dar para outro ou vou utilizar para financiar o meu passivo? A Bônus não é instituição financeira, ela não pode intermediar operações de empréstimo. A Bônus-Banval é uma corretora de mercadorias fiscalizada pelo Banco Central. E ela não tem tantos assim. Um cliente que opera numa corretora não pode manter saldo negativo numa conta corrente ante a corretora de operação porque, senão, a CVM pode demonstrar que pode haver uma manipulação. Você tem que trabalhar com recursos seus, não pode trabalhar com recursos de intermediação, porque senão você cria um ativo irreal, e aí pode haver uma manipulação de preços em qualquer artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sem ser corretora é o que Marcos Valério afirma. Ele diz... Sem ser corretora é o que Marcos Valério tem feito. Ele diz que emprestou dinheiro dos bancos e, por sua vez, emprestou ao PT, sem ter autorização do Banco Central.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu acho que, quando sair o relatório da CPMI, a CPMI... Não necessariamente um deputado, um senador tem que saber como funciona e quais são as regras do mercado, como se dirige uma situação financeira. Mas acredito que a CPMI faz um relatório, vai encaminhá-lo para o Ministério Público, e ela vai pedir auditoria do Banco Central e vai ver quais são as irregularidades e, se há alguma irregularidade, vai ter que fazer... providenciar qual foi...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só para insistir para o senhor tentar nos ajudar. Sr. Najun, veja só, o Marcos Valério alegou o seguinte: através de uma empresa chamada Tolentino e Melo, o advogado dele faz um empréstimo de 10 milhões de reais, num sistema financeiro privado.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Quanto?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dez milhões de reais.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Quem...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Rogério Tolentino. É um advogado, que tem um escritório de advocacia e é sócio do Marcos Valério numa empresa de consultoria.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Só uma pergunta: e essa empresa, essa Tolentino, ela tomou emprestado no banco 10 milhões?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dez milhões.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – E ele... então o cadastro dele deve ser fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Para um banco...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Os outros empréstimos também... É impressionante.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Para um banco dar 10 milhões, para uma empresa, tem que ter um bom cadastro. Acho que no Brasil não se encontra empresa fácil de conseguir. De um banco só ou de vários bancos?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – De vários bancos: dois bancos.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Bom, aí...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Dois bancos.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – E os dois bancos um não sabia do outro... Porque insisto na linha do Banco Central: há um cadastro no Banco Central justamente para que não haja inadimplência nos bancos, quando empresta para uma empresa, ela... porque eu, vamos supor: eu sou o Banco do Brasil e emprestei para o senhor um milhão de reais; vai ao Banco Itaú e empresta um milhão de reais, são dois milhões. O Banco Central tem um controle de quanto é a posição exposta. Se eu cair, o Banco Central não diz: “Não, não empreste mais”. Você não tem que ter capital para suprir em caso de inadimplência, por exemplo, como aconteceu no Banco Santos, que emprestou a empresas... Então, o Banco Central disse: “Olha, eu não quero saber de seus negócios, se você empresta e não vai receber. Faça o que quiser com seu dinheiro, mas, se você perde, tem que ter as reservas no balanço para cobrir esses empréstimos que você não... duvidoso.”

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só para concluir...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É só uma intervenção nessa explicação dele. Agora, há a operação em que as garantias são dadas lá fora também, né?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É interessante essa pergunta que o senhor fez. Esse tipo de operação se fazia no ano 95/96. Chama-se fazer um... Desculpe, estou com problema de dicção, com dificuldade de palavras, porque na prisão você fala em outra linguagem, em outra gíria, então se perdem

as palavras certas para colocar. Não me lembro se se chama, era muito comum em 95, 96, fazer colateral, ou seja, eu deixo um milhão de dólares lá fora, você me empresta o equivalente aqui. Se dizem, e vou falar como fala Toninho, eu o escutei falar que um dos motivos da quebra do Banco Excel foi que ele emprestou muito dinheiro para pessoas que deixaram colateral lá fora. O que acontece? Hoje em dia, deixar uma colateral lá fora, se você deixa num período de um ano, você perdeu todo capital porque... Vamos supor, se você deixa um milhão de dólares para um banco... Se vou deixar no Banco do Brasil lá fora um milhão de dólares que equivale hoje a dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais. Lá fora, esse um milhão de reais me vai pagar uma taxa de 3,5% ao ano. Agora, desses dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais que estou tomando aqui, vou pagar uma taxa de 2%, 2,5% a 3% ao mês. Esse juro de 2%, 3% ao mês em um ano equivale a mais de 60%, 65%. Então, se eu mantenho esse colateral, eu perdi praticamente 65% do capital.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas se se trata de esquentar dinheiro, esse custo é até razoável.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mais fácil para esquentar o dinheiro seria burrice, porque você não está esquentando dinheiro, você está jogando dinheiro no ralo, porque tem um custo de *(Incompreensível.)*

Então, me lembro muito bem, em 1986, quando apareceu o Plano Cruzado, se lembram que havia limites de juros, os bancos podiam cobrar até 12%, os juros eram negativos? Na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, eu operava muito ouro e ouro futuro. Naquele tempo, o mercado era pequeno. Os bancos tinham uma mineradora que se chamava São Bento, que pertencia a um grupo sul-africano, e um operador de nome Bezerra, que foi operador também do Banco Central, que aconselhou ele que o ouro futuro que estava no Brasil estava com uma taxa de juros embutida muito alta, ou seja, se o ouro valia 100 e estava para 4 meses, daria 110, estava uma taxa de juros de 1,5% ao mês. E, no banco, ele poderia captar dinheiro do banco a menos de 1%. Então vende ouro futuro que a taxa embutida você vai ter uma boa rentabilidade financeiramente. Só que a taxa de juros estava negativa. Então se você comprava ouro futuro a três meses mais barato do que comprava a vista. Então é muito delicado. Porque esse acúmulo...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Najun, estamos imaginando um outro tipo de operação mais atual. A operação a qual nos referimos é a operação em que o dinheiro está lá fora e ele garante lá fora o empréstimo que é feito aqui. É vantagem para quem

está emprestando dinheiro aqui porque tem uma garantia real em dólar, recebe um juro, além do que se pode utilizar o mecanismo de internalizar este dinheiro, aplicar num mercado futuro ou coisa semelhante, como este que estamos discutindo, quando esse dinheiro é transformado, passa por uma outra empresa, aí você acaba equilibrando. É essa a alternativa.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Essa possibilidade na operação, deixar um colateral lá fora e tomar emprestado em reais, então o banco empregador está garantindo. Essa operação só é possível, só tem uma vida no período de um mês ou de 30, 40 dias. Além disso, ele se torna suicida para um prestador porque, depois do um ano, esses 2 milhões, 250 mil reais que emprestou passam a valer três milhões – vamos supor. E o dólar, com a taxa embutida, só tem uma garantia equivalente a 2,25 milhões.

Então, há um descompasso. Só se a pessoa segue injetando mais garantia, como se faz na bolsa, chamada de margem. Não. Você tem um milhão. Uma hora tem que mandar mais um, porque não está garantindo o dinheiro que eu lhe emprestei em reais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E se os empréstimos forem de curto prazo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Curto prazo até podem ser. Agora simplesmente é só perguntar ao Banco Central, que sabem todas as posições do banco, se sabem que tipo de empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Nós pedimos, e boa parte são empréstimos de 30 dias.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Sim, mas uma pergunta: são 30 dias renováveis?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Alguém, sim. Outros, liquidados.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Pois se fazem 30 dias para não dar talvez... o banco não tem condições de balanço para fazer empréstimo a longo prazo, porque sua captação está no dia-a-dia ou está na captação... Se o banco empresta em reais, ele está captando de outro. Então, ele capta a 30 dias. Ele pode captar a prazos mais longos e ele toma dinheiro, como fazia o Banco Santos, de fundações ou de instituições que aplicam assim para seis meses. Então, se eu estou captando a 30 dias, eu só posso emprestar a 29, porque, se nos 30 dias, eu não conseguir renovar meu empréstimo para cobrir, porque aos 30 dias eu tenho que pagar ao doador do dinheiro.

Portanto, não quer dizer que o empréstimo foi para 30 dias. É preciso ver a continuidade, justamente como falam daquele negócio da Natimar. A Natimar tomou emprestado. É a suma e as anulações muito... Agora, com o poder que tem a CPMI... Talvez a CPMI

tem mais poder que... Como chama? Bem, agora não lembro a palavra. É muito fácil pedir a funcionários do Banco Central que expliquem como funciona esse mecanismo ou os próprios bancos comerciais de primeira linha que não vão ter nenhum inconveniente...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Só para inverter, vamos pensar do outro lado agora, não na Natimar, na Bônus-Banval. O Dr. Rogério Tolentino veio aqui e afirmou que emprestou R\$10 milhões a uma instituição privada. Emitiu dois cheques de valores aproximados, que eu não estou com os dados em mãos, de R\$3,3 milhões, em nome da Bônus-Banval, e o restante ele entregou para o Marcos Valério, que, por sua vez, através de outra fonte de recurso...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Meu raciocínio está devagar.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem. Ele emprestou 10 milhões, passou 3,3 milhões, 3,2 milhões para a Bônus-Banval e o restante ele passou para o Marcos Valério, sócio dele numa outra consultoria. O Marcos Valério, por sua vez, através de outra fonte de recurso, que não o dinheiro desse empréstimo, repassa mais R\$6 milhões para a Bônus-Banval. Vem o Sr. Enivaldo Quadrado e afirma que havia uma aplicação em ouro. Bom, por isso que eu lhe perguntei. Na sequência, afirma que a Natimar mandou liquidar a operação a favor de determinadas pessoas indicadas por políticos que estão sendo investigados nessa operação e, ao final, afirma que, como foi suspensa essa operação, ele tinha que devolver para uma outra empresa do Sr. Marcos Valério, chamada 2S Participações, o valor aproximado de R\$5,9 milhões.

Eu queria que o senhor me ajudasse a explicar, a entender qual a lógica desse tipo de operação e por que o Nivaldo usa essa justificativa com relação à aplicação de recursos provenientes do Marcos Valério e com relação à Natimar determinar a liquidação, o pagamento em nome dessas pessoas.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Em primeiro lugar, quero felicitar o senhor por conseguir memorizar um emaranhado de operações...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Aqui se sonham números ultimamente.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Imaginem, se é difícil explicar, como será mais difícil fazer. Vamos ao mais fácil: ele fala que aplicou em barras de ouro uma parte e a outra parte deixou na corretora?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Na corretora.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Está bom. Essa parte que deixou nas aplicações em ouro, ele falou quanto foi o valor?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu tenho o valor aproximado. Eu não lembro, Regina, se nós teríamos condições de pegar lá.

Aproximadamente 4 milhões...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – E em que dia?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não tenho.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Junho de 2004.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É muito importante essa entrada de recursos na conta da Bônus-Banval, proveniente de toda esse emaranhado de operações, em que dia entrou, e, a partir desse dia, pedir à própria Bônus-Banval as notas de corretagem, já que falou que fez na conta da Natimar, quais são as compras que a Natimar fez, e aí se desnuda.

Se ele está falando que esse dinheiro que entrou foi para a compra de ouro e foi operado pelo cliente Natimar, é simples ver a nota de ouro, se há pelo menos compatibilidade para sustentar as entradas...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Nós só conseguimos na semana passada quebrar os sigilos e pedir essas informações. Isso vai levar uns 30, 60 dias.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas a Bônus não trouxe de livre e espontânea vontade?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não. Só trouxe a contabilidade, com essas indicações, sem juntar os comprovantes.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Uma vez, eu tive um advogado, que, lamentavelmente, não está mais entre nós, que me falou: Najun, quando a pessoa tem que explicar muito, e com muita documentação, explicar muito, já tem algo errado. Então, tem que explicar muito aqui para ter... Mas agora, quando voltar ao presídio, vou anotar de novo. Até posso deixar algumas perguntas para os senhores fazerem ou para a Polícia Federal fazer.

É muito importante o dia que entrou o recurso na Bônus-Banval, por meio do Marcos Valério, de uma auditoria de advogado, não sei o quê, e que operações fez o cliente que escolheu a Bônus, que seria a Natimar, se corresponde... Ou seja, se entrou R\$1 milhão e R\$1 milhão tem que comprar... Naquele momento, não sei, o ouro devia valer R\$36,00 – isso equivale a uma compra de 27 quilos, 28 quilos.

É muito importante, quando receberem as notas de negociação, de corretagem, não confundir que, na Bolsa, o padrão de contrato ouro é 250 gramas.

Então, se aparecerem dez contratos de AZ1, A1, dez contratos não são dez quilos; dez contratos são dois quilos e meio. E aí está muito fácil. Não tem muito mistério.

E por que, se os senhores já têm a data das entradas na conta da Bônus, é muito fácil pedir para o Carlos as notas de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu pedi hoje.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele se encontra aqui no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Encontra-se.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Talvez, simplesmente pegar as notas de tal período a tal período. Demora 2 segundos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Eu pedi a ele, com a maior brevidade, porque, com isso, nós vamos checar agora.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O advogado dele se encontra aqui?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Encontra-se. Não está aqui, mas está no Senado também.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É algo muito simples. Não sei quem falou aqui: entraram 4 milhões, entraram em 4 de junho de...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foram 6 milhões e meio no mês de junho que foram depositados pela Bônus-Banval na conta da Natimar.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas são muito importantes as datas da entrada do capital, porque nesse período, de maio e junho de 2004, a Bônus teve um prejuízo astronômico com um cliente que ficou inadimplente. E isso levou à venda do título patrimonial à própria BM&F, que ela comprou para pagar a seu agente compensador, que era a Corretora Teca.

Então, olha aqui, se estou quebrando... e vou dizer mais um detalhe: não me lembro da data, mas uma reunião, que acredito foi no mês de junho, ou maio ou junho, entre os sócios da Bônus comigo, para ver se eu tinha condições de arrumar um empréstimo para ele poder salvar o passivo que eles tinham com a BM&F, por meio de (*Incompreensível*.) compensação, porque não queriam que... Tenho uma admiração muito grande pelo Nivaldo, conheço-o desde que começou, é uma pessoa ótima...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por isso eu lhe pergunto, Sr. Najun: qual é a lógica,

que valores... Não vou ter condições de ter esses dados aqui, mas o Tolentino afirmou o seguinte: ele transferiu para a Bônus-Banval 3,46 milhões...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Uma coisa importante: não tanto o que falou Tolentino, porque Tolentino, na realidade, pagou. Então, não importa o que ele está falando. Ele pagou para a Bônus-Banval. Esse Tolentino confirma que foram aplicações em ouro?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Não. Mas por que o Enivaldo Quadrado... qual a lógica de ele fazer essa afirmação? Sabemos, e o senhor reforça isso, que é muito fácil desmontar essa tese que ele construiu. Só quando recebermos os dados, verificaremos se há ou não os contratos – é evidente. Mas por que o Enivaldo Quadrado ia criar uma operação dessa natureza? Qual a lógica dele para justificar esse recurso?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sei, porque, nesse período de maio ou junho, ele teve um prejuízo com um cliente que era de outra corretora enorme. Tanto foi assim que até saiu nos jornais, um, dois dias depois, o movimento que houve no mercado de índice na BM&F: o volume de contrato foi fora do padrão e houve uma alteração de preço significativa. A própria CVM investigou para ver se houve manipulação e foi constatado que não. Simplesmente, houve essa movimentação enorme porque o cliente teve de ter liquidada sua operação no mercado. Nesse mercado, se estou – vamos supor – com mil contratos de índice comprados, falta meia hora e não estou conseguindo sair e o mercado está caindo, e não tenho margem para no outro dia pagar isso, então, a operação se torna a mercado: liquida-se por qualquer preço para zerar a posição. Creio que foi no mês de maio ou junho e que o valor da inadimplência foi de aproximadamente esse valor aí – R\$5 ou R\$6 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Bom, vamos lá, para o senhor tentar nos ajudar aqui.

Então, expliquei-lhe que ele repassou dinheiro e, depois, a 2S Participações repassou um total de R\$6,3 milhões. O Rogério Tolentino afirmou que houve uma devolução de R\$5,861 milhões para a conta da 2S Participações, uma empresa da qual Marcos Valério é sócio, porque o Delúbio Soares suspendeu alguns repasses.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O importante, vou explicar: nem queiram entrar em política de PT, ou PSDB, ou qualquer outro. Eu gostaria de saber: quando o Tolentino mandou dinheiro para a Bônus? É muito importante. Em que data?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Na contabilidade dele, entre 24 de março de 2004 a 16 de junho de 2004.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ah,

não foi uma vez; foram várias.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB –

PR) – Na contabilidade dele, cinco vezes, durante três meses.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – To-

tal de?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB –

PR) – R\$3,915 milhões, mas há um detalhe, veja só: ele contabiliza isso como um mútuo com uma das empresas dele, chamada 2S Participações. Mas, na hora em que quebramos o sigilo bancário – falta o da Bônus-Banval, pois já quebramos o das empresas dele – e ouvimos o Rogério Tolentino, o que ele contabiliza nesse período como mútuo com uma das empresas dele se deu por meio de dois depósitos feitos pelo Rogério Tolentino, em dois cheques, que ele fez num determinado período, no valor de R\$3,46 milhões. Ele faz o empréstimo em abril de 2004, e o restante o Marcos Valério faz um repasse por intermédio de uma empresa dele chamada 2S Participações. Ao final da operação, segundo a declaração deles, por ordem do Delúbio Soares, nesse sistema de financiamento que estamos investigando, mandou suspender os pagamentos. O que faz a Bônus-Banval? Devolve para a 2S Participações R\$ 5,861 milhões. Mas veja de que maneira: ele faz depósitos....

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Em

que data?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Pois é, não estou com as datas de devolução.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Rela-

tor...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas

a 2S...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Só para

ajudá-lo, temos aqui as datas precisas de todos os depósitos feitas na conta da Bônus-Banval. O Banco do Brasil informou uma por uma, todos os dias, o que o Tolentino mandou e o que a 2S mandou.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Está bem. Porque olha como ele faz a devolução. Vamos localizar aqui. Ele faz a devolução em nome da Dinamo Distribuidora de Petróleo, La Gard do Brasil Ltda, Capcom Comércio e Importação Ltda, Lord Indústria e Comércio Ltda, Itafarma Importação...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER –

Como? Lord?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB –

PR) – Lord.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Se

escreve como?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Lord, como se escreve *lord* em inglês, Lord.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Por-

que teve uma corretora que foi descredenciada em 1992, 1993, que se chama Lord. Até deu um golpe no mercado, e até fui prejudicado em um valor muito alto. Valentins se chama.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB –

PR) – Mas aqui não está como corretora, Indústria e Comércio Ltda.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Tam-

bém porque tinha uma Lord credenciada junto ao BM&F, credenciada como purificadora de ouro, Lord, na cidade de Osasco, acho. Acho que deixou de existir no ano de 1993. Existem essas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR

) – Existem, segundo a informação.

Ele acrescenta ainda: Itafarma Importação e Exportação, Pecuária Novo Horizonte, Sigma Projetos Engenharia e Construção e depósitos diversos. Os depósitos foram feitos, essa devolução, a partir de...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essas

são as entradas.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– As entradas... as saídas. Vou localizar. Nesse período... mas ele utilizou essas empresas.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – O

principal... Não vamos ver quem são as fontes. O importante é, primeiro: o dinheiro que entrou na Bônus dessas pessoas tem sustentação através da nota de corretagem da Natimar? Porque isso – vou explicar – mesmo... vamos supor que a Bônus – e acho que não era o estilo dele, porque conheço o Nivaldo – queira dar uma do Banco Nacional... Você lembra que tinha umas contas correntes em que havia clientes que não tinham nenhum saldo e, contabilmente, o saldo era diferente para tapar o balanço, o prejuízo.

Então, isso é muito importante. Essas notas de negociação não podem ser adulteradas porque quem fornece as notas é o próprio mapa de operação da BM&F. Então não tem como alterar... O que podem fazer é dar uma nota para o cliente com essa operação verdadeira e deixar outra na contabilidade com as fictícias. Várias corretoras já fizeram isso.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por quê?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Por-

que se está usando um cliente de laranja, ou de acerola, sem ele saber. Vamos supor: eu fiz hoje, comprei dez contratos de ouro, mais dez contratos de (*Incompreensível.*), depois os vendi: fiz um movimento de

duzentos contratos (*Incompreensível*). Então, ele me dá a nota de negociação, eu vejo se os preços e as quantidades batem com o que a pessoa fez. Então, está ok? O financeiro está ok? No final do dia, se se ficou devendo R\$50 mil, vai e paga no outro dia, ou se tem um crédito a receber. A pessoa recebe. Então, bate. Mas a nota que fica na contabilidade pode ser diferente para bater com a contabilidade que ela está fazendo na tesouraria dela.

Já aconteceu muitas vezes – a própria moça pode testemunhar – de várias corretoras, que tinham cliente que tinham posição de ação ou de ativos, compraram e deixaram estocados em sua posição.

Então, mensalmente, a corretora mandava a nota de posição dela. Então, se ela manda exatamente como estava. Mas ela usou isso. Então, contabilmente, a contabilidade real da corretora é outra. Só que o cliente fica tranquilo. Não, recebi o extrato, tenho meus dez quilos.... Por isso, neste momento, a Bolsa, a cada seis ou sete meses, faz uma auditoria externa dizendo que o estoque de tal mercadoria ou de tal ação é tanto. E você confirma. Então, há um ou muitos desses tipos de fraude. As fraudes se repetem, não se extinguem; sempre... Tudo o que acontece no mercado são filmes repetidos, ou seja, a cada...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só mais uma pergunta. O senhor tem alguma relação com uma empresa chama Turner International do Brasil?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Gostaria de ter relacionamento com Turner de Nova Iorque.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Todos.

Por fim, naquelas assinaturas do Quaglia, ele assinou depois que houve a negativa do estorno. Segundo o Enivaldo, a Bônus-Banval estava sob auditoria. O Quaglia consultou o senhor para assinar essas cartas de transferência?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – E, por favor, por não assinar mais.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, mas antes de ele assinar. Na primeira vez, ele assinou mais de 50; não sabe o número exato. Ele falou que assinou duas vezes...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não me lembro. Algumas vezes, porque eu falei: “Enivaldo está falando que houve estornos e não pode fazer. Veja que cartas são.” Aí, depois, ele veio com um monte de cartas e eu disse: “Por favor, não assina mais nada, que não tem nada a ver”. E várias vezes, pode perguntar a qualquer operador de mesa da Bônus: sobre contabilidade, sobre isso, nunca falei. Tanto é assim que...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem... Então eu...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu vou explicar mais. Duvido. Não boto a mão no fogo. Duvido que essas operações que aparecem agora, esses empréstimos que ele fazia com Belo Horizonte, ou o que seja, talvez operadores que operavam lá nem estivessem sabendo desses clientes. Ora, também pelo sigilo, não?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está bem. A Senadora Ideli Salvatti foi premonitória quando falou da acareação. Mas, na seqüência, se for necessário, podemos fazê-la na Polícia Federal.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Talvez, para ajudar os senhores, posso deixar prontas as perguntas aqui e os senhores perguntam?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com certeza, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E eu repasso para a Polícia Federal as perguntas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com certeza, a Polícia Federal, com competência, colocar o quarteto – Marcos Valério, o Quadrado, o Najun Azario Flato Turner e o Quaglia, para ver quem é que mente mais ou menos.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Só uma informação: o Marcos Valério confirma o que fala Enivaldo?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não, é que ele foi ouvido antes. Nós não o ouvimos depois dessa declaração do Enivaldo.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Até eu gostaria de nem participar, porque isso é briga entre eles. Não quero participar de briga grande.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Bem, então, concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A primeira coisa que solicito é que o Sr. Turner nos remetesse as 24 perguntas que ele tem.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Tudo bem. Se o senhor entender minha letra, eu posso dar já. Agora está um pouco manchada com o café...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Relator já... Nessa relação da 2S Participações, tem as datas exatas de cada um. Se quiser, está disponível. Tem todos aqui.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Está escrito em “portunhol”. É difícil entender minha letra, mas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nós temos coisas mais difíceis para decifrar aqui do que a sua letra.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Se o senhor soubesse como temos que escrever lá dentro...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quando o senhor conheceu o Sr. Carlos Quaglia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Acho que de 1984, 1985, 1986...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor, desde então, continua tendo relações ininterruptas com ele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Eu o conheci em 1984, ou 1985. Acho que 1986, depois, não soube mais dele até que, em 1988, uma pessoa que teria escritório em São Paulo abriu uma agência em Florianópolis me falou: “tem um gerente ou operador que te conhece”. E eu perguntei “Como chama?”. “Carlos Quaglia”. “Ah, conheço.” Ele ficou morando em Florianópolis, gerenciando essa empresa e nunca mais teve... Não me lembro de ter falado mais com ele. E ele me procurou no ano de 1994, quando abriu um sistema de consultoria via telefone. Ele descobriu o telefone de minha filha ou de minha primeira senhora e entrou em contato, porque ele estava operando, naquele momento, ações, opções. Então, também houve esse encontro em Nova Itaipó. Primeiro, por telefone e, depois, tive bastante contato com ele sobre aplicações em 1998, 1999.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas ele não aplicava nessa época ainda? Não era aplicador.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Ele.. Vou explicar: existe no mercado de bolsas operações, engenharia financeira em que se usam opções de ativo contra posições a vista. São operações que se chamam *butterfly*, *condor*. Compra uma, vende duas, compra uma terceira. Então, sempre ele vinha consultando. Ficava grudado na corretora do Banespa em Florianópolis. Várias vezes já aconselhei...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agora, a empresa dele o senhor não se lembra que ele operava.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu me lembro que aconselhei: “Quaglia, não adianta”. Eu perguntei: “Você quer ganhar uma pequena fortuna na Bolsa?” Ele me falou: “Quero”. Aí, eu: “Sabe como se ganha uma pequena fortuna na Bolsa?” “Não.” “Você leva uma grande fortuna que fica pequena”. Ele ficou viciado na Bolsa nesse período.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor acompanhou essa operação dos R\$14 milhões, o senhor até se referiu a ela, o senhor mesmo já admitiu que o orientou como proceder nessa operação. Antes dessa operação, ele não aplicava na... A Natimar tra-

tava de outros negócios, vendia alimentos ou qualquer coisa semelhante.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não. Outras operações que ele fez, anterior ou depois, eu sei que ele aplicou muito em aplicações de ouro, em 1999, em 1998, em 2000...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele já aplicava em ouro nessa época?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Já, já.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque o que ele nos disse aqui é que ele não tinha...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Agora, eu não sei a vida dele. Praticamente, eu acho... Às vezes, passávamos períodos sem falar...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Na declaração dele à Polícia Federal, confirmada aqui, ele disse que passou a aplicar a partir de 2003, quando ele conseguiu levantar aquele dinheiro de...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, quando eu me refiro a aplicar, é operar...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Operar ...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Vou explicar. Eu tive problemas. Eles viram: “O Najun...” Eu cheguei a operar num dia... Ninguém vai acreditar, só que foi confirmado. Eu ficava grudado num telefone das 9h da manhã às 7h da noite. Eu fui o primeiro operador que arbitrava ouro São Paulo com ouro Londres. Ficava toda a madrugada. Num dia, eu cheguei a operar na BM&F, em um dia, mais de dez toneladas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o que gostaríamos de saber é o seguinte...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Desculpa. Então, quando me refiro a aplicar é operar. Então, pode-se fazer um baita movimento, mas a soma no final é praticamente...Vai ficar o prejuízo ou lucro. Então...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom. O senhor conhece o Sr. Quadrado há muito tempo. O senhor já conhecia a Bônus-Banval há muito tempo. O senhor mesmo disse.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, é assim: conheço há muito o Sr. Enivaldo Quadrado. Desde o ano de 1989, 1990...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E a Bônus-Banval?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheci a Bônus-Banval no ano de... janeiro, fevereiro de 2002, porque tinha um operador...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Qual é o nome dele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu não gostaria de falar, porque, senão, vai sair na imprensa. Não tem...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É Valdir

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exato.

Esse operador, Valdir, conheço anteriormente à Enivaldo, ainda numa antiga corretora que se chamava Pool Corretora, em 1989, 1990.

Então, o que acontece? Os operadores vão mudando de corretoras e eles levam uns clientes. Este Valdir ficou me “namorando” – entre aspas – para que eu seja cliente da corretora Trend, onde ele foi trabalhar. Ele me ligava todo dia, e eu não operava, até que um dia comecei a operar. Depois, na mesa, comecei a ter afinidade na Bolsa com Enivaldo Quadrado, que ele era operador da Trend. Aí, operei em 1991, em 1992. Depois, também operei com outra corretora em que ele foi trabalhar em 1995, 1996. Depois, não tive mais contato com o Enivaldo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi o senhor quem apresentou o Sr. Valdir ao Sr. Carlos Quaglia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Acho que sim. Só por mim, deve conhecer. Não tem outra...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque o Sr. Carlos Quaglia declara que ele começou a aplicar na Bônus-Banval por meio do Sr. Valdir.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exato. Deve ser num período de janeiro de 2002. Porque, por sua vez, depois o Valdir saiu da Bônus para ir para outra corretora. Eu falei para Quaglia seguir mantendo operacionalidade na Bônus...porque, a corretora para onde foi Valdir, eu não conheço seu dono ou algo assim. Então... Enivaldo é uma...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Quaglia declarou aqui – aliás, declarou também na Polícia Federal – que ele foi conhecer o Sr. Enivaldo Quadrado no final de 2003, 2004, apresentado pelo corretor Valdir. E declarou também que só passou a aplicar depois que ele conseguiu transformar aquele dinheiro da exportação em empréstimo. Então, aquele dinheiro foi o dinheiro de que ele se utilizou.

Agora, acontece que a Bônus-Banval, na conta corrente que ele tem da Natimar, começa em maio de 2002, ou seja, o Sr. Quaglia aplicava desde 2002. A minha pergunta é a seguinte, e o senhor vai poder responder. O senhor quer que seja direto, vou procurar ser. Era o senhor quem aplicava em nome da Natimar?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu vou explicar. Se o Enivaldo falou que a Natimar...Quando um não fala aplicar no mercado não quer dizer que...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Tem uma conta corrente.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Uma conta corrente...Foi em janeiro de 2002.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quem fazia? A Natimar?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A Natimar. Começou a operar...Acho que nem se chamava Banval. Acho que se chamava só Bônus. Aí também tem que ver se a contabilidade vem da Bônus... Por isso, uma das primeiras perguntas que eu falo para ele...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas é Bônus-Banval.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Bônus-Banval passou a se chamar mais tarde.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eles fizeram uma sociedade...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o extrato de conta corrente da Natimar que nós temos em mãos...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – ...não são exatos. Posso afirmar que foi em janeiro de 2002.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas era o senhor que aplicava?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não aplicava; operacionalizava.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas em nome da Natimar. Era isso que eu queria saber.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A Natimar aplicava. Então, às vezes ele não se comunicava. Então, ele me deu autorização para...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas ele não tinha dinheiro. É isso o que eu estou perguntando. Estou perguntando se era dinheiro do senhor.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não havia dinheiro. Era simplesmente...quando se fala aplicação. Muita gente diz: “...Fulano fez...eu fiz tanto movimento na Bolsa...”. Simplesmente, liquida-se por diferença. Não há uma aplicação assim: eu tenho R\$100 mil e deixei... Eu posso ter comprado no dia R\$10 milhões em ativos. Ou seja, R\$5 milhões eu comprei e R\$5 milhões eu vendi, e a soma é zero.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Nós estamos falando de operações que estão aqui descritas como liquidação, compra... Estão todas descritas em conta corrente. Isso não tem nenhuma complicação. É fácil de entender.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Está faltando. Começou em janeiro de...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A nossa dúvida é essa. A pergunta é simples e direta: era o senhor quem bancava a Natimar nessa operação?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, senhor. Não senhor. Eu vou explicar mais...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu só queria saber sim ou não.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É interessante explicar porque também pode vir um problema, talvez, dessas transferências...

Um dos motivos de a Natimar ter ido trabalhar com a Bônus é pelas vantagens... – eu não sei certo a palavra que se disse – que oferecia a Bônus. Então, se a Bônus dizia que se podia comprar um ativo; “se faltar dinheiro para liquidar uma operação, nós cobrimos; se você comprar ou se posicionar no mercado de futuro, nós emprestamos as garantias”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Quaglia já deu esse depoimento sobre por quais razões ele teria escolhido a Bônus-Banval. Ele disse, inclusive, que teve vantagens na comissão, que foi diminuída, e disse também que a Bônus-Banval ofereceu a ele a vantagem de bancar até R\$500 mil, descoberto, e também de bancar R\$1 milhão de garantia junto à BM&F, exatamente no período em que o senhor disse, e deve ser verdade, que a Bônus-Banval estava praticamente quebrada.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, estou falando que a...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas isso foi em 2003, 2004.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Está errado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não foi em 2002.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – A Natimar começou a operar com a Bônus. Naquela época, se não me falha, era Bônus. Aí, depois de um certo tempo, a Bônus se associou com outra corretora que se chama Banval. E, no ano de 2003, com um cliente que a Banval trouxe, que especulou no mercado agrícola de boi gordo, teve um prejuízo astronômico, não honrou os compromissos e creio que até hoje a Bônus-Banval está discutindo na Justiça o recebimento...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – São todos os períodos, Relator Gustavo Fruet. No mesmo período em que a Bônus-Banval estava “mal das pernas”, foi o período em que ela disse que o Sr. Marcos Valério foi apresentado a ela pelo Deputado José Janene, e que ele se apresentou como um possível comprador da Bônus-Banval e que teria ficado durante seis meses em conversações. Foi exatamente nesse período também que o Sr. Carlos Quaglia aportou R\$7 milhões, nesse

período, até junho de 2004, e, no mesmo período, os R\$6,5 milhões que vieram do Tolentino e da 2S.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está tudo aqui devidamente registrado.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Quem falou isso?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Há os depoimentos do Sr. Carlos Quaglia dizendo quando aplicou. Há o depoimento do Sr. Tolentino dizendo quando deu entrada no dinheiro. E o depoimento do Quadrado...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Talvez seja uma...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas isso tudo... Deixe-me...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas é importante.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É importante que a gente tenha o quadro claro.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Sim, mas o senhor já está passando...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A partir daí, quero entender a sua participação.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – ...está passando de premissa que não corresponde à realidade. Eu vou explicar. Se você traz dois operadores do mercado, vai começar a falar em um idioma que não... então, o Senador tem que entender quando se (*Inaudível.*). Então, é muito fácil, momentaneamente, ludibriar essa pessoa. Mas, depois, com os fatos, dá para demonstrar.

Vou falar: a Natimar nunca aplicou esse valor de sete milhões, de quatro milhões...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas quem declarou foi o Sr. Quaglia.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele está confundindo aplicações com operações. Essa é a diferença. Isso, (*Inaudível.*) simplesmente quando comecei meu relatório, eu falei que, quando se faz contrato tipo um ou dois (*Inaudível.*), na conta fictícia... não é fictícia...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – As palavras dele são as seguintes: “Acredita que aplicou na Bônus-Banval aproximadamente R\$7 milhões durante o ano de 2004.” Foi até bom a gente reler porque ele diz que acredita. Eu acho que ele acredita, porque não era ele quem manipulava. É por isso que ele fala que acredita.

Pelo que estou entendendo, o senhor sabe mais do que ele.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não é que sabe mais. São coisas técnicas. E eu entendo alguma coisa. Então, não existem aplicações; ele operou, ele tem que ter falado “operou”... são valores... Como eu falei na CPI do *impeachment* do Collor (*Incompreensível.*) em um dia, eu apliquei em três corretoras o equivalente a cinquenta milhões de dólares, algo assim. E a somatória de operações...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, ele foi muito claro que ele operou. Esse dinheiro era o dinheiro que aportou... É o resultado dos U\$13 milhões.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Para sua tranquilidade, eu penso não insistir muito nessa premissa... que a finalidade da CPMI é descobrir coisa nesse dinheiro de Marcos Valério... E nisso não há nenhum indício... Seria interessante, com esta pergunta que tenho preparada, perguntar... Ou, talvez...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Perguntar a quem, ao Quaglia?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Para quem explica... Não. O Quaglia, como vai explicar dessa turma de Belo Horizonte se ninguém conhece...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por enquanto, queremos saber o que o Sr. Quaglia disse, de onde veio o dinheiro dele e onde o dinheiro foi aplicado.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele tem dinheiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Que, por coincidência, o dinheiro dele foi o dinheiro que foi utilizado, segundo outros depoimentos, para irrigar aquele outro esquema.

Quero fazer mais uma pergunta ao senhor.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Só para... Não tem... O mais importante que o senhor tem que descobrir...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nós agradecemos. O senhor vai nos ajudar, mas deixe-me tentar avançar um pouquinho.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Desculpa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Relator está anotando e, com certeza, vai poder contar com a sua colaboração.

Foi o senhor quem apresentou a Arcoman Trading ao Sr. Carlos Quaglia para que ele tivesse nela uma possibilidade de buscar um novo empréstimo?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não... Isso não posso lembrar. Vou explicar como funcionava esse empréstimo. Existem investidores no exterior que querem aplicar no Brasil. Então, se tem um corretor ou uma corretora no Uruguai ou em Nova Iorque, diz-se: “Tenho tanto de caixa para aplicar.” Então, precisa-se

fazer um (*Incompreensível.*) então, ele tem que verificar...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Já entendi, o senhor já nos contou isso. Eu queria saber se o senhor apresentou o...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não houve apresentação porque...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor indicou?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Tampouco... Vou explicar: não existe indicação porque não há contato...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Quaglia depôs aqui agora há pouco e disse que estava buscando esse dinheiro, que acabou não entrando no Brasil...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É verdade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E que foi o senhor quem tinha indicado para ele.

Uma outra questão. Foi o senhor que indicou a Discovery também para ele?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele me perguntou sobre a Discovery em uma viagem que ele fez ao exterior. Ele me viu com umas coisas e eu falei: “Tanto é assim que tem que ver a outra parte também”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas foi o senhor quem indicou?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Fui um dos que indicou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conhece o Sr. Diego Lamas?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Não me lembro. É capaz que conheço por outro nome.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Seria o Diretor da Discovery?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Pode ser.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Pode ser.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É muito fácil. No próprio Banco Central, acho que tem uma carta da Discovery.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conhece uma empresa chamada Exportadora Seis de Novembro, uma *trading* da Argentina?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não me lembro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não conhece.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É muito importante falar assim “Conheço ou não”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque ela estava envolvida na mesma operação da Discovery.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor desconhece.

Queria falar um pouco sobre as transferências que foram informadas, realizadas pela Bônus-Banval para a conta da sua esposa e do seu filho. O senhor disse aqui, acho que eu perdi um pouco, não entendi muito bem a sua explicação, o senhor estava até meio irritado, parece que não teriam falado a verdade sobre o valor das transferências.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, o que eu tive conhecimento foi de uma transferência de R\$117 mil para a conta de minha senhora. Eu falei que devia ser a somatória de depósitos de R\$2 mil, R\$3 mil ou R\$4 mil de créditos que eu tinha recebido, tanto da Bônus, como da Natimar. Muitas vezes eu solicitava, às três e meia da tarde, quinze para as quatro, porque a conta de minha senhora sempre está descoberta por outros motivos financeiros, para Enivaldo que me emprestasse R\$2 mil, R\$3 mil, R\$4 mil. Acharam esquisito, e, num aniversário, um diretor da Bônus falou para a minha mulher “Vê se avisa para Najun que a sua conta está descoberta mais cedo, porque sempre fala às quatro horas da tarde”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esses recursos que somaram efetivamente R\$117.749,00 eram resultado de um débito que o Sr. Quaglia tinha com o senhor, por dinheiro emprestado e serviços prestados? Era o total dos débitos?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Era o total, não sei exatamente qual o valor, mas parte desse dinheiro era de débitos de Quaglia e também débitos que a Bônus, o Enivaldo particularmente tinham comigo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Deputado Silvio, só um minutinho, porque, como está dando interferência e está prejudicando a transmissão e a gravação, só vou substituir a bateria do microfone. Já já lhe devolvo a palavra, por favor! Depois, vou passar a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estávamos falando sobre esses recursos que foram depositados na conta da sua esposa e do seu filho. Esse pagamento o senhor deu por encerrado ou ele ainda deve algum dinheiro para o senhor?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Deve, tanto a Bônus, quanto o Enivaldo e o Quaglia, mas isso é coisa particular. Quero deixar bem esclarecido

que esse crédito que meu filho recebeu, de R\$6 mil, alguns jornalistas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – R\$6 mil. Está certinho.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu falo mesmo “portunhol”, e, às vezes, algum jornalista pode falar que é R\$100 mil.

Esse é um menino que tem 28 anos, e até um jornalista Macaco Simão fez uma crônica sobre ele, falando de flato, algo assim. Eu quero explicar o seguinte: na época não sei de 1700 ou 1800 na Rússia, na Polônia, na Alemanha, os judeus viviam em gueto e, por causa do anti-semitismo que havia, as autoridades daquela época escolhiam, davam uma lista de sobrenomes que os judeus podiam usar, e a maioria desses nomes eram pejorativos. Então, tem exemplo, tem Rorc, Cuergo, tem uma série assim. Um dos nomes era o nome Flato. Então, não foi por opção escolher o nome. Talvez seja uma marca de que pertencemos ao judaísmo.

Na época de 1890, 1880, tinha um médico Flato, na Polônia, que foi uma evidências maiores tanto na Polônia, como na Europa e na América, que teria o mesmo nome.

Esse menino Uri Flato tem 28 anos, é médico e está fazendo uma atividade bem sucedida e só trabalha na rede pública. Talvez esse jornalista, em seus porres que toma à noite, pode cair na UTI em que ele trabalha. Aliás, trabalha num dos melhores hospitais da cidade de São Paulo. Então, eu não gostaria mais que brincassem com esse nome, porque não sou palhaço, meu pai não foi palhaço e meu avô não foi palhaço. Isso é dirigido ao jornalista Macaco Simão, não sei como é que chama a coluna.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está registrado. Estamos querendo saber a origem desses depósitos porque eles constam de uma relação que o senhor Quadrado, seu amigo durante muito tempo, entregou aqui, dizendo que tinha depositado esse dinheiro por ordem do Sr. Carlos Quaglia.

Estamos só conferindo se isso realmente bate com o que o Sr. Quaglia fala, com o que o senhor fala e com o que o Sr. Quadrado fala, pois tudo isso certamente vai desaguar numa acareação necessária.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu fico mais tranquilo porque também, a esta altura, talvez se vai escutar que o Enivaldo falou que a turma de Belo Horizonte passou esse crédito para mim. É o único que estava faltando agora para completar esse quadro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nessa listagem, tem também transferências no total de

R\$113.300,00 para a Sr^a Rosa Alice Valente. O senhor a conhece?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não a conheço.

O SR. O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Bom, Sr. Relator, eu encerrei e já vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Eu faço a interrupção, e o pessoal acompanha a segurança. Depois, concederei a palavra ao Deputado José Mentor.

Está suspenso o trabalho.

(Suspende-se a reunião às 19 horas e 29 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 19 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a minha presença aqui se deve a um motivo distinto da oitiva do Sr. Najun Turner.

Pedi para falar agora porque tenho duas ou três pequenas questões que gostaria de aproveitar dos conhecimentos que V. S^a demonstrou ter no seu depoimento.

Depois que terminar, Sr. Presidente, gostaria de utilizar alguns minutos da palavra em função de outro assunto tratado em reunião anterior.

A primeira questão que gostaria que V. S^a esclarecesse é com relação a essa operação colateral, que foi usada durante um período, como o senhor disse, e que depois foi abandonada.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não foi feita por nós.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Refiro-me ao mercado. O mercado se utilizou muito dessa operação, que, depois, foi abandonada. E V. S^a se referiu aos motivos pelos quais isso aconteceu: a disparidade de juros, custo e o risco. Claro que, naquela ocasião, ainda de se tentou obter formas de alterar, como pagamento da diferença que garantisse o valor...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ajustar as garantias.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Exatamente. Ou até o complemento em moeda no estrangeiro que cobrisse a diferença no Brasil. Mas o que ocorreu depois foram as *offshore*, os empréstimos. O mercado optou por *offshore*, é isso?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, *offshore* é relativo, porque uma *offshore* é uma empresa que pode fazer qualquer tipo de negócio menos no

país onde foi feita. O que acontece? Hoje em dia ou nos últimos 10 anos, por mais que o senhor tenha experiência de ter visto as contas no Beacon Hill, no Banesbado, em todo aquele negócio, você vai encontrar que 99% não existem nomes em conta de pessoas físicas e, sim, em nome de pessoas jurídicas, que são uma *offshore*. Por uma exigência do sistema bancário, não se justifica uma pessoa física ter tal movimento. Então, uma *offshore* é como – lembro o plebiscito das armas – uma arma, que pode ser usada para o bem ou para o mal. Fica a critério de cada um que tem uma *offshore*. Agora, tem *offshores* que realmente escondem seus verdadeiros donos e seus verdadeiros negócios.

Mas, pela lei da lavagem, mesmo que no Brasil tenha sido de 1998 para cá, lá fora hoje é muito difícil abrir uma conta num banco sem ter uma justificativa para transferência de créditos e débitos. Então, usa-se a *offshore* por uma exigência do banco. Agora, tem empresas boas, tem *offshore* que são usadas para o bem e para o mal; tem corretoras boas, como em todas as atividades.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Eu me referi mais neste sentido: o Banco do Brasil tem *offshore* em Cayman com uma finalidade determinada, para fugir da tributação de determinadas operações. Isso é tudo legítimo, legal, sem problema algum. Outra coisa é usar *offshore* para esconder o verdadeiro dono do dinheiro e realizar operações cujo proprietário não tem condições de fazê-lo legalmente.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Eu duvido hoje em dia que alguém tenha uma *offshore*, que vá trabalhar lá fora em bancos e que sua movimentação não venha de nenhuma tolice também, porque tem operações que no Brasil são ilícitas e no exterior não são ilícitas. Por exemplo: operação de câmbio, evasão de divisas no Brasil são delitos; e, nos outros países, não são delitos. Fala-se muito da CC-5, Carta Circular nº 5, que depois passou a ser a 2.677 e que, agora, em 1º de março, foi revogada, por que foi isso? Na realidade, não é um atrevimento o que vou falar, mas os culpados de haver hoje ou naquele período contas CC-5 era o Legislativo, porque, no ano de 1962 – não me lembro exatamente, 1962 –, havia a Lei nº 4.131, que estabelecia que só se podia ser remetido para o exterior aquilo que se trouxesse. Então, vamos supor, a indústria automobilística trazia recurso para aplicar em uma fábrica, mas não tinha uma porta de saída para o exterior. Então, saiu essa lei, não me lembro exatamente se era Lei nº 4.131, que estabelecia que só pode sair o que tivesse entrado, isso os dividendos. Então, o que se passava? Todo o capital que entrava no Brasil tinha que ser registrado no Banco Central e depois teria autorização de sair quando achar melhor.

O que aconteceu? O Banco Central criou a Carta Circular nº 5 justamente para ter uma engenharia, com cartas circulares normativas, para poder disfarçar ou dar saída de recursos de pessoas que realmente precisavam. Por exemplo, vinha um funcionário de uma multinacional, que ficaria um mês trabalhando aqui e tinha que receber em cruzeiros, moeda nacional naquela época. O que sobrava do que ele ganhava aqui não podia ser remetido para o exterior, porque ele não trouxe oficialmente; eram recursos ganhos aqui. Tanto é assim que quando o Brasil assinou como sócio do Fundo Monetário Internacional, um dos artigos da Constituição do Fundo Monetário Nacional, acho que o art. 8º, dizia que todo o país que passasse a ser sócio do Fundo Monetário Internacional tinha que ter uma livre administração cambial. Só em casos extraordinários, os países integrantes do Fundo Monetário Internacional podem fechar a saída de recursos por problemas de caixa, por problemas cambiais. Só que, no Brasil, isso existe praticamente há mais de 55 anos e não foi modificado, porque aqui não há livre administração cambial.

Se hoje alguma pessoa ganha lá fora, ganha em algum cassino US\$30 mil, US\$50 mil, ou o que seja, ela não pode remeter ao Brasil sem ter um motivo. Ou seja, o dinheiro pode vir e automaticamente o Banco vai devolver porque o sistema brasileiro não tem autorização para ter moeda estrangeira ou receber recursos de fora por um motivo estabelecido, pode ser por doação.

Então, o Banco Central, por volta de 1980, foi aperfeiçoando essa engenharia para burlar essa lei e fez o que se chama transferência internacional de reais. Então, quando o Collor liberou cartão de crédito internacional, por exemplo, um cidadão brasileiro vai à Miami e faz uma compra de mil dólares, quando chega aqui é debitado em reais. Esse dinheiro que ele paga para o cartão de crédito vai para uma conta não residente, que faz com outro banco a transferência internacional de reais. Agora creio que, em 1º de março, se unificou a taxa flutuante. Então, agora, existe contrato de câmbio.

Aquele negócio que o senhor entende muito, por ter visto a questão do Banestado, toda aquele operação de Foz do Iguaçu, o que acontecia? A Circular nº 2.677 disse que a transferência entre reais pode ser feita com um banco no exterior que tenha reciprocidade em operação ou seu controle acionário sejam de pessoas de banco daqui. Por que diabos o Banestado tinha que ter um banco no Paraguai, que se chamava Banco del Paraná? Por quê? Porque ele fazia uma transferência de reais no Brasil e não tinha que dar, e o Banco Central não intervinha nessa operação, tanto

é assim que nem precisava fazer contrato de câmbio, simplesmente comunicava...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Parece que a origem dos reais era o Paraguai.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Como?

O SR. JOSE MENTOR (PT – SP) – A origem dos reais era o Paraguai.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Exatamente. O Sudameris, o Banco do Brasil não sei se tinha... tinha, mas pouco.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Mas veja só, a minha questão aqui é um pouco diferente, é só para ajudar na compreensão, também aproveitando a experiência do Banestado.

O fato é que *offshore*, não importa se é do bem ou do mal, é uma empresa constituída legalmente. Foi utilizada de muitas maneiras, comprando imóveis no Brasil, comprando participação acionária no Brasil, realizando empréstimos, como uma forma de reintroduzir os recursos que foram obtidos por sonegação fiscal ou não importa de que maneira. Recursos que saíram de maneira ilegal retornavam legalmente para o uso do proprietário. É nesse ponto que eu queria chegar para ajudar a investigação da CPMI. Necessariamente, não é outro dinheiro.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Tem um detalhe. Quando você usa uma *offshore* para ingressar recursos como empréstimo, não bate com o caso do Valério porque está tomando recursos em reais e fica devendo juros.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Quero chegar na variação. Depois disso, Sr. Presidente, qual é a variação? Há muito tempo no Brasil – eu era menino –, conheci a chamada operação a cabo, a Western...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Qual é o motivo do cabo?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – A Western, que é uma empresa tradicional, há muito anos – e sei por que meu pai mandava recursos, em São Paulo, para a mãe dele no Maranhão –, entregava cruzeiros, mil réis, na época. A Western recebia mil réis aqui e, via cabo, mandava um telegrama lá dizendo “pague a fulano de tal aí”. A pessoa ia no ponto da Western e recebia os mil réis. Essa era a operação cabo, histórica.

Depois das *offshores*, da operação a cabo no Brasil – e creio que é a essa investigação que V. Ex^a tem que se ater –, há entrega em reais no Brasil e de dólares no exterior. Não há remessa de dólares para o exterior. O operador do mercado paralelo tem estoque em reais no Brasil ou de dólares do Brasil – porque a operação vai e volta do mesmo jeito – e tem estoques em dólares lá fora. No hora em que você entrega aqui

R\$5 mil para o operador do mercado paralelo, ele entrega a seu filho que está estudando, à sua filha, ao seu parente, US\$2 mil. Não há circulação de moeda.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – É uma compensação.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Isso. Creio que, para essa investigação que V. Ex^{as} realizam, da Bônus-Banval, de Marcos Valério etc, há que se analisar um pouco melhor a operação do dólar cabo: a entrega de reais no Brasil e a entrega de dólares no exterior.

Quero aproveitar V. S^a, Sr. Najun...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Senhoria?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – É uma formalidade. V. S^a continua a ser respeitado. V. S^a chegou a conhecer as operações de compra de títulos do tesouro americano?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Conheço.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Como funciona isso?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Foram umas operações. Sabe por que motivo tem o nome de cabo?

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sim.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Porque a Western tinha um cabo transatlântico.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – É transatlântico. Exatamente.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Hoje seria via...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Internet.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não sou especialista. Sei que existem essas operações. V. Ex^a, se essa é a pergunta, já sabe a resposta.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sei.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Mas é uma engenharia financeira, assim como o Banco Central fez a engenharia financeira para burlar a Lei nº 4.131. Não me lembro exatamente se é 4.131, sei que começa com quatro. Existem várias empresas de ex-Ministros ou ex-autoridades do Banco Central que quando saem do governo são consultores e armam essas engenharias com o que seja. Existem, são permitidas ou eram permitidas. Se usavam empresas sérias, talvez o senhor saiba quais foram as empresas que foram usadas.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Alguns casos, uns poucos casos.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Creio que conhece bastante. Essas operações também não existem mais.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, é uma operação de engenharia.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Só mais um detalhe. Posso assegurar, mas não vou botar a mão no fogo, que não creio que Enivaldo, através da Bônus ou de suas empresas, tenha feito operações de câmbio não autorizada. Ele chegou a ter uma corretora de câmbio autorizada pelo Banco Central. Acho que ainda tem ou não foi adiante. Um detalhe importante – importante não, só a título informativo – que também quero deixar esclarecido é que, quando Antônio Claramunt – Toninho Barcelona, ou como chamam carinhosamente “Bimba” – se refere à Bônus, na ocasião em que conheceu ele, ele esteve comigo no escritório da Bônus, onde a intenção foram as lojas que ele tinha na cidade, e havia perdido credenciamento no Banco Central para operar em taxa flutuante, e a sua situação financeira, a do Toninho, não era boa no momento, ele iria alugar essas lojas para alguma instituição que poderia trabalhar em taxas flutuantes. E eu cheguei lá, na reunião, e estavam o Sr. Enivaldo e também o sócio dele, Breno, e falaram que, no momento, não tinham interesse. Mas um detalhe. Lembro-me que falaram para ele que “Seria bom também você abrir, se você consegue alguém que trabalha em taxa flutuante, abrir uma sucursal, uma agência, em Brasília.”

Esse é o único fato que eu conheço sobre Toninho com a vinculação com a Bônus-Banval. Simplesmente um encontro de querer locar as lojas, já que o Barcelona tem uma cartela de clientes muito grandes, mas para trabalhar realmente nas taxas flutuantes, compra e venda, registro no Banco Central...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, fiz essa intervenção, porque acho que aqui pode ser proveitoso para V. Ex^a e para as investigações. Quero dizer a V. Ex^a que, como disse o depoente, a engenharia financeira é muito mais sábia do que conseguimos, às vezes, entender.

Vou relatar a V. Ex^a, pela oportunidade, uma operação com títulos do tesouro americano que nada mais é do que uma operação cabo. Como nós descrevemos aqui. Entram reais no Brasil e recebem dólares do exterior. Só que são verdadeiras fortunas. Uma empresa toma dinheiro emprestado nos Estados Unidos, ou na Europa, não importa, compra títulos da empresa dele, também americana. Paga com os reais, com os dólares, perdão, que tomou emprestado. Recebe o título. Vende esse título para uma empresa brasileira e recebe em reais, no Brasil. A empresa brasileira vende o mesmo título para aquela empresa americana que vendeu para a primeira. Então, a empresa “A” vende o título para a empresa “B”, que recebe dólares. A empresa “A” vende o título para a empresa “C”, que recebe em reais no

Brasil. E a empresa “C” vende o mesmo título para a empresa “B” e recebe lá fora, em dólares. Os recursos saíram do exterior, passaram nas mãos da empresa “A”, da empresa “B”, e da empresa “C”.

Então, é como se fossem dólares de “A” para “C”. E, no Brasil, aliás, saíram de “C” para “A”, como se fossem reais de “C” para “A”. É um cabo com títulos sul-americanos.

Só que isso, Sr. Presidente, é feito no mesmo dia, com a triangulação. E pasme, V. Ex^a, imagine uma empresa estatal fazendo isso? Vou lhe mandar a cópia do relatório do Banestado para V. Ex^a entender essa operação.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Excelência, há mais um detalhe. Há empresas, agora existe um dos motivos que se pode mandar dinheiro para o exterior se chama disponibilidade no exterior. Há empresa, ou seja, o que significa? Que a empresa tem caixa e quer mandar aplicar e não acredita... É o tal (*Incompreensível.*) soberano do Brasil. Então, quero aplicar em um banco no exterior. O Banco Central dá essa autorização. Mas o banco que remete tem de ter o cadastro do cliente, que está em dia com a Receita Federal, a origem, e todo aquele negócio. Há empresas que remeteram, para disponibilidade no exterior, todo o seu faturamento de cinco anos. Então, esse negócio de disponibilidade no exterior... Na época que o senhor (*Incompreensível.*) Banestado, existiam esses bancos que faziam (*Incompreensível.*) no exterior. O que aplicava no exterior, para juntar se realmente era dele, era tudo que ele iria faturar durante quatro ou cinco anos. Mas de todos os detalhes o Banco Central sabe perfeitamente. Agora...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Aqui, a minha intenção foi de mostrar a Operação Cabo, que foi revigorada, inclusive com câmara de compensações entre operadores do mercado paralelo, que podem explicar algumas transações, pelo que eu vi da imprensa, que ocorreram aqui na...

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Outro detalhe, para sua tranqüilidade, já que o senhor é especialista em (*Incompreensível.*) e companhia, é...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Aqui eu sou especialista em me defender hoje.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Hoje não existe banco no exterior que atue como essas empresas, com esse tipo de apoio. Foram “intervenidos” e sabem o risco que dá, mesmo no sistema.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Eu queria aproveitar a presença de V. S^a aqui mais uma vez, porque teve uma passagem a que V. S^a se referiu, e eu queria entender. A mim também... e eu tive oportunidade de falar isso perante o Toninho da Barcelona.

Ele tem uma série de acusações que me faz, inclusive aquela de ter mandado dois advogados com ele, que não corresponde à realidade.

Mas, de qualquer maneira, como eu tive a oportunidade de falar pessoalmente com ele, não é o caso de tocar nesse assunto aqui.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Antes de... sobre os advogados que ele alega, ou disse que te viram no presídio, eu me lembro como hoje. Eu: “Toninho, não fala com ninguém. Se algum político precisar mandar um recado, não vai mandar um desconhecido. E tem cuidado que existe muita pilantragem. Você não está comunicado com o mundo exterior e não sabe o que está fazendo.”

Agora, não posso dizer se era ou não era. Acredito que não era. E tanto foi assim que eu quis perguntar a uma pessoa, outro preso que trabalha lá na frente, onde entram os advogados, como eram fisicamente, ou se tinha visto, ele não se lembra. Então...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – O interessante é que a anotação da entrada e saída do presídio não registra a presença dos advogados. Para nós vemos de que tamanha ordem é a discussão. Mas também não é esse o ponto central aqui.

A mim chamou a atenção – veja só o senhor – a mim chamou a atenção naquela notícia, menos essa referência aos advogados, ou à possibilidade de eu ter conhecido, o que também não é real, enfim, é o fato das condições da prisão dele.

O advogado, Sr. Presidente, fez – não sei se o senhor se lembra da **Revista Veja** que o noticiou – um registro muito forte. E o senhor aqui também se referiu a isso. Aquela simulação de que ele teria coordenado uma rebelião, financiado a rebelião, etc. E por conta disso ele foi colocado num regime especial de prisão, sem roupa, e foi não sei pra onde.

Então, eu cheguei à conclusão, Presidente, de que o Toninho da Barcelona estava seqüestrado no presídio para poder tomar uma certa posição.

E o senhor se referiu, agora há pouco, se eu entendi, que o senhor o teria orientado: “Olha, não (*Falha na gravação.*) com determinado Senador.” Quem é esse Senador?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Ele não se encontra presente, e isso eu não sei (*Falha na gravação.*) se poderia falar em público. Mas não (*Falha na gravação.*) ou seja, não tem nenhum problema. Mas é um Senador que eu recomendei a ele, porque sei que ele é uma pessoa que não ia desvirtuar ou tirar e (*Falha na gravação.*). O Senador seria o Senador Suplicy.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Pelo risco de vida do Toninho da Barcelona?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, não, não, não.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Pelas condições do presídio?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não. Foi porque quando ele ingressou (*Inaudível.*) para a minha cela, ele tinha um julgamento de uma medida aqui com a Ministra (*Falha na gravação.*) saiu uma matéria no **O Estado de S. Paulo** dizendo que um tal Rui Vicentini (*Falha na gravação.*) comentou que o PT tinha conta no (*Falha na gravação.*). Essa conta era Toninho Barcelona e que Toninho Barcelona confidenciou a ele, a esse Rui, nas dependências, quando eles subiram (*Falha na gravação.*) na custódia da Polícia Federal.

Esse papo que saiu nos jornais, o Toninho ficou completamente mareado, tonto, ficou desesperado e veio falar comigo e com outro preso que se encontra lá e que é muito conhecido de Toninho, mostrando “Olha o que estão aprontando, estão falando que sou doleiro do PT e (*Falha na gravação.*) e todo aquele primeiro quadro que apareceu de informações. Foi aí que falei que tem que ter cuidado (*Falha na gravação.*) está escrito no (*Falha na gravação.*)” Para demonstrar que muita coisa de que acusam você são irreais. Então já se falava em CPIs e em todo esse negócio. Eu disse “Se você precisa esclarecer (*Falha na gravação.*) notícia para (*Falha na gravação.*) Eu recomendo (*Falha na gravação.*) um monte de coisas, não sei quê.” Eu disse para ele “Se você quiser, procuro (*Falha na gravação.*), telefone, alguém para falar com você (*Falha na gravação.*) político que (*Falha na gravação.*) séria e idealista (*Falha na gravação.*) mundo é idealista, mas é difícil que haja mais idealista que o Senador Suplicy.” (*Falha na gravação.*) Depois que aconteceu a ele (*Falha na gravação.*) retirada do (*Falha na gravação.*) e, num determinado momento, encontro no **Jornal Nacional**: doleiro confirma não sei quê. Aí não entendi mais nada. E, lamentavelmente, não sei se ele fez acordo, ou se não o fez, tampouco quero saber, não quero (*Falha na gravação.*) linha de defesa. A única coisa que desejo a ele, como se fala no presídio, que ele faça a sua caminhada com suas próprias pernas, seja feliz, mas que não complique a vida de outra pessoa, que ele sempre foi uma pessoa honesta. Talvez essas operações (*Falha na gravação.*) Para a Justiça brasileira, nós somos ilegais, mas eticamente e moralmente não somos ilegais.

Então, é simplesmente isso.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sobre este assunto, eu termino, Sr. Presidente. Depois eu gostaria de falar com o Sr. Presidente e os demais Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Senhor Najun, consulto se o senhor quer dar mais alguma declaração porque as suas afirmações hoje vão totalmente contra as informações do Sr. Enivaldo Quadrado. Seria muito importante também até para o próximo esclarecimento, porque, da nossa parte, estamos acentuando agora o acesso aos documentos. A palavra sacrifício quer dizer sagrado ofício. Nós estamos cumprindo o sagrado ofício de repetir uma série de depoimentos. Muitos pouco contribuem; e outros muito apresentam uma enorme contradição. Quer dizer, o senhor demonstrou muita firmeza hoje, e é evidente que isso conflita, e nós vamos ter que esclarecer com o Enivaldo Quadrado. Eu consulto se o senhor gostaria de fazer mais alguma observação, mais algum esclarecimento.

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Esclarecimentos, eu ia fazer vários. É muito fácil esclarecer coisa. Talvez jornalistas ou os que vêm de fora acham que há uma confusão grande. Acredito que vai ser muito fácil demonstrar essas coisas que se implicam. Mas talvez o Enivaldo esteja me vendo pela televisão. Só quero falar para ele que simplesmente gosto muito dele, ele é um homem com “h”, sempre se comportou – ele teve muitos prejuízos na vida –, sempre se comportou, sempre afrontou as coisas. Eu acho que talvez ele esteja mal assessorado. Uma meia-verdade isso não é uma mentira completa. Então, só penso, de repente, até ele pode falar com a CPMI em particular e explicar esse empréstimo realmente como funcionou e que atue como atuou sempre ele na vida porque eu conheci ele. Não adianta criar falsas imaginações. É a única coisa que peço para ele.

E a outra coisa... Desculpa que minhas palavras são limitadas porque tenho uma série de problemas de oratória. Uma das poucas também entrevistas que, em parte, foi passada pela televisão comercial – acho que no canal da **TV Cultura** – foi o depoimento de Duda Mendonça. O que eu não entendi é por que agora tudo se bota em cima do PT. Estou querendo entender uma parte: se eles estavam devendo dinheiro para ele e ele estava precisando, para que iam solicitar entregar-lhe dinheiro no exterior se foi sacado, foi retirado dinheiro em reais no Brasil? Ou seja, vou retirar dinheiro no Brasil e vou comprar transferência via cabo, via (*Incompreensível.*) no exterior e depois vou trazer tudo de novo para aqui? Ou seja, estou em São Paulo, estou na Faria Lima, preciso ir à Paulista; eu vou à Brasília para voltar para a Avenida Paulista? Então, chama-me a atenção porque ele foi privilegiado aqui, porque vários deputados e senadores de quem ele fez a campanha o elogiaram como prestativo, todo aquele negócio. Acho que, das poucas pessoas que

acompanhei, a grande maioria veio contar história de carochinha.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Pois é, nesse caso, qual seria o custo de uma operação dessa com as contas que ele abriu e com as várias intermediações? Quer dizer, compensaria todo um trabalho desse num custo total quase... ele recebeu em torno de US\$3 bilhões?

O SR. NAJUN AZARIO FLATO TURNER – Não, o problema é que não entendo, se dão para ele, como ele falou: “Eles me dão a opção só para receber no exterior.” Ele não falou algo assim? O PT me devia não sei quantos milhões e só me dava a opção que eu recebia no exterior desse jeito; do outro jeito, vai tomar prejuízo. Aí eu deixei receber no exterior.”

Mas esse senhor de Belo Horizonte, Marcos Valério, ele fala que entregou cheques para sacar em bancos, para pagar isso. Então, por que já não pagou diretamente para ele em reais, ou em cheques, ou em (*Incompreensível*.)? Então, é coisa que não rima. Digo, falo mais isso, porque, como ele é uma pessoa muito vinculada aos políticos, na parte que ouvi, só ouvi elogios para ele, porque, lamentavelmente, ao final, só vai cair em quem depois? Ah, aquele que fez a operação de câmbio é o culpado de tudo. Agora quem recebeu e quem enviou... Aqui a CPMI se está (*Incompreensível*.) a hora do Dario Messer. Que Dario Messer tem a ver com essa história?

E também queria deixar esclarecido que na CPI do *impeachment*, eu não tive participação nenhuma – e foi esclarecido isso mil vezes – na famosa Operação Uruguai; a única coisa que eu fiz – e ficou comprovado – foram operações com o Sr. Cláudio Vieira e com Paulo César. O dinheiro, se veio da China, se veio do Uruguai, se veio de outro lugar, eu nunca soube. Naquele momento eram pessoas honestas, fiz operação, estava registrado.

Então, sempre essa rotulação “criador da operação Uruguai” me causou graves problemas na Justiça. Não porque fui inocentado, mas tem a imagem. E também a palavra doleiro. Não tenho nada contra doleiro, mas nunca fui doleiro. Então, tem muito jornalista jovem que, na época de 1992, 1993, tinha doze, treze anos, então se tem a imagem Najun: doleiro! Que me mostrem uma operação de dólar.

Agora, qualquer esclarecimento que eu possa dar, não importa de caráter de que, se de testemunha, ou algo, simplesmente isso.

Posso fazer uma coisa que não tem nada a ver com a CPMI? Tenho seis filhos, alguns faz tempo que não vejo, tem outro que não sabe que estou preso; mando um beijo muito grande para Rafael, Gabriel, Elias,

lure, Alexandre e Lana, e para os meus netos também que não conheço porque nasceram agora.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Está feito o registro.

Agradeço também a Polícia Federal pelo deslocamento.

Fica dispensado o Sr. Najun e a equipe da Polícia.

Obrigado Sr. Najun.

Concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT–SP) – Sr. Presidente, como disse, a minha presença aqui tinha o fim específico de prestar alguns esclarecimentos a V. Ex^{as} sobre reunião anterior em que esteve presente o Dr. Rogério Tolentino e em que fui citado em várias ocasiões.

Primeiro, eu queria registrar, Sr. Presidente, que, evidentemente, não podemos, salvo melhor juízo, raciocinar com as informações atuais sobre fatos pretéritos. Com as informações que temos hoje, fica fácil entender algumas situações pretéritas, mas quem viveu as situações pretéritas não tem as informações de hoje. Não que isso tenha qualquer implicação direta, mas simplesmente o conhecimento dos fatos não é o mesmo.

Na ocasião, conheci Marcos Valério, apresentado pelo PT, como publicitário, ele iria coordenar a campanha em várias cidades em São Paulo, de vários deputados, e eu era um deles. Também conheci o Dr. Rogério Tolentino como advogado do Sr. Marcos Valério. Foi nessa circunstância que eu o encontrei e o conheci, em outubro de 2003. Hoje sabemos de outras relações do Marcos Valério com o PT, com alguns dirigentes, mas na época isso não era conhecido. Também não há problema algum porque, repito, tanto o Sr. Marcos Valério quanto o Dr. Tolentino são pessoas muito afáveis, agradáveis, educadas, que tiveram um bom relacionamento comigo, não tem nada que os desmerecesse.

Mas o fato concreto é que aquilo que o Dr. Rogério Tolentino disse aqui, no meu modesto entender – eu ouvi três, quatro vezes a gravação –, no essencial, naquilo que é fundamental confirma tudo aquilo que venho dizendo desde as vésperas da notícia sair no jornal, porque, quando a imprensa me procurou soltei uma nota – que estou passando a V. Ex^{as} ao final da minha intervenção – que relata exatamente o que ocorreu.

Houve um contrato verbal para prestação de um serviço profissional do meu escritório, onde há vários advogados, uma contratação profissional para alguns estudos jurídicos. Esta contratação se deu através do Dr. Rogério Tolentino, e ele reafirmou isto aqui. Na carta que ele mandou por último agora, ele confirma

por escrito. Então toda a contratação foi através do Dr. Rogério Tolentino. Estipulamos o preço, realizamos o serviço, recebemos. Os dois valores, R\$60 mil cada um, foram recebidos em cheque, portanto, são valores com origem. O primeiro deles, de emissão do Dr. Rogério Tolentino, e o segundo, da 2S.

Na ocasião, ele me entregou, transferindo esse cheque que foi também depositado na conta do escritório. Então os dois valores têm origem e destino certo. Não houve qualquer saque no caixa de qualquer banco.

Na ocasião, foram emitidas notas fiscais, foram recolhidos impostos e esses documentos eu os trouxe – não sei se totalmente, tenho uma cópia –, e vou deixá-los com V. Ex^a para que fique registrado esse valor. Também foram registrados na contabilidade e no Imposto de Renda da empresa, enfim, sem nenhum problema.

Há alguns detalhes que, depois, se esclareceram. Hoje eu entendo a motivação e o porquê: em função, no primeiro momento, do pagamento pessoal do Dr. Rogério Tolentino, de um cheque, repito, de pessoa física que eu só vim a localizar posteriormente. Quando saiu a notícia, eu informei dos dois pagamentos a imprensa, embora a CPMI tivesse localizado um cheque da 2S. E eu disse que, quanto a esse pagamento, eu não sabia quem tinha feito o depósito, porque havia sido feito em Belo Horizonte. O depósito foi feito em Belo Horizonte, na conta do escritório do qual sou sócio. Depois localizei, através do Banco do Brasil, qual era o banco: Banco Itaú, a agência, o número do cheque. Então localizei, pela agenda da Secretária Fernanda Karina, que aquela conta era do Dr. Rogério Tolentino, era a conta pessoal dele.

O Dr. Rogério demorou cerca de 45 dias para informar ao nosso escritório quem era o beneficiário, contra quem deveria emitir a nota fiscal. É por isso que V. Ex^a vai ver, entre o pagamento e a nota, esse prazo. E também vai ver uma carta que eu estou lhe entregando, que cobra o CNPJ da pessoa física ou jurídica, o SIC da pessoa física ou o CNPJ da pessoa jurídica que deveria receber aquela transação.

Nós recebemos a informação por telefone. A secretária do escritório faturou o primeiro pagamento. Em julho, faturou o segundo pagamento. Acho que, aí, houve um equívoco, talvez o segundo – o primeiro foi nos informar que era Tolentino & Mello Assessoria Empresarial, o segundo foi não emitir a nota de correção logo em seguida.

Voltei a falar com o Dr. Rogério somente depois do meu depoimento na Polícia Federal, porque, Sr. Presidente, na época que vivemos, qualquer contato que tivesse sido registrado antes disso poderia ser

tomado como uma tentativa de fraudar algo que pudesse esconder a realidade dos fatos. Eu preferi ficar exposto, durante um período, a induzir a qualquer tipo de raciocínio nessa direção.

Disse ao Delegado Zampronha que iria procurar o Dr. Rogério Tolentino para que ele me autorizasse a fornecer cópia dos pareceres ou dos estudos que realizamos. Estive em Belo Horizonte a primeira vez, conversei com ele e lá ele me relatou esse problema que ele estava vivendo. E eu entendi perfeitamente, sem nenhum constrangimento, porque, conforme ele explicou, eu entendi que a Tolentino & Mello Assessoria Empresarial Ltda., embora o Sr. Marcos Valério participe dela com 30%, parece-me, tem uma existência muito antiga no mercado, tem um nome construído na praça de Belo Horizonte e em outras praças. O Dr. Rogério Tolentino, ao que entendi, não gostaria de vê-la envolvida em tais ou quais circunstâncias, esse é o primeiro aspecto. E o segundo aspecto é que ela não tem atividade junto a empresas estatais. Quem tem são as outras empresas: a DNA, a SMP&B e, depois, a 2S, que é mais nova.

Então, entendi que, por esses motivos, internamente, entre os sócios, ele, Marcos Valério e as empresas contabilizaram – esse é o detalhe importante, parece-me que ele estava um pouco nervoso aqui, não sei –, tanto o primeiro pagamento quanto o segundo na 2S. A 2S compensou o seu crédito porque ele pagou com um cheque pessoal, e a contabilidade já estava então lançada na 2S.

Com a busca e apreensão feita pela Polícia Federal, enfim, esse problema todo que estamos vivendo, a Contabilidade da 2S registra o primeiro e o segundo pagamentos.

Por conta disso, ele me disse que iria fazer uma carta de alteração do destinatário, e eu disse que não há problema algum, que eu ia ver só da legalidade, se eu podia, depois de tanto tempo, fazer a alteração. É uma carta de correção que, tecnicamente, é chamada. Ele, realmente, me mandou a carta de correção, e eu mandei a ele uma carta pedindo que ele autorizasse a divulgação dos trabalhos, recebi a resposta e, na primeira oportunidade que tive, na corregedoria da Câmara, apresentei os trabalhos que foram levantados.

Então, veja, V. Ex^a, depois disso, há outros detalhes que são secundários, do ponto de vista formal, mas, que no caso, são relevantes. Os comprovantes dos Correios, comprovantes de Sedex, os cartões de retorno, enfim, são detalhes que mostram a existência real desses acontecimentos.

Claro que sei que o investigador deve duvidar de todas essas coisas. Vi aqui parlamentares pedindo uma perícia, tanto nas notas quanto nos comprovantes.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que, se pudesse agilizar a perícia, isso nos ajudaria porque ela faz parte da defesa que estamos tratando na Câmara Federal. Do nosso ponto de vista, se V. Ex^a pudesse agilizar a perícia, para nós seria muito importante.

Deputado Gustavo Fruet, quem contratou o escritório foi o Dr. Rogério Tolentino; quem fez o primeiro pagamento foi o Dr. Rogério Tolentino com cheque pessoal.

Por um equívoco, o escritório do Dr. Rogério orientou o faturamento contra Tolentino & Melo dando CNPJ, endereço, etc., tanto é que faturamos a primeira e a segunda fatura, em junho e em julho.

Recebo uma informação da parte dele de que, contabilmente, por um acerto entre as empresas, quem recebeu o trabalho e, portanto, o custo do trabalho era a 2S. Eu disse que estava muito bem, que o senhor faça a carta de correção, eu já mandei para o contador que está analisando e, se não houver problema legal, vamos corrigir, não há problema algum com relação ao nosso escritório porque, na essência, o serviço foi contratado, o serviço foi executado, o pagamento foi realizado, os impostos foram recolhidos, todos à época, sem nenhuma outra divagação a respeito disso.

Veja V. Ex^a que não é mensalão, é um trabalho profissional de um escritório que, dentro da legalidade, foi contratado, prestou um serviço, recebeu, recolheu imposto e contabilizou. Não é Caixa 2, aliás, é o contrário, é Caixa 1 porque registramos em todos os livros contábeis necessários. Não há saque de nenhum tipo na boca de nenhum caixa, tem origem e tem destino.

Quero prestar esses esclarecimentos a V. Ex^a, porque algumas coisas continuam ainda causando incerteza. Veja, V. Ex^a, que eu ouvi aqui um: “Mas só apareceu agora”. Não, não apareceu agora. A nota que distribuí para a imprensa foi na véspera da notícia, acompanhada das duas notas fiscais. Naquele momento, eu não tinha os impostos; depois, na primeira oportunidade, juntei os impostos. Onde? Na CPMI dos Correios. Apresentei na CPMI dos Correios a nota da imprensa, as notas fiscais, todos os recibos de pagamentos dos impostos, Imposto de Renda, Cofins, enfim, todos aqueles que são necessários, e juntei a contabilização. Não é agora, não estou vindo aqui agora, depois, na CPMI. Não é verdade, não é verdade, não é quando o Dr. Tolentino apareceu com as coisas. Não é verdade. Houve um equívoco no relatório do relator, porque, primeiro, ele registrou como sendo 2 cheques da 2S. Não são 2 cheques da 2S: é um cheque do Dr. Rogério Tolentino que, depois, foi entre eles compensado, e um cheque da 2S. Segundo, juntei as notas fiscais, juntei os impostos, juntei os comprovantes e juntei os ARs, que remeti pelo Correio.

Não é uma coisa recente que apareceu agora por último para tentar apresentar milagrosamente uma resposta para os acontecimentos.

Mais do que isso, Sr. Presidente, não tenho nenhum problema de ter tido relações com o Sr. Marcos Valério, porque, se fosse com a 2S, seria 100% com o Sr. Marcos Valério, porque ele é o proprietário; se fosse com a Tolentino, seria 30% porque ele é proprietário de 30%. Uma coisa é verdade: eu não sabia lá que ele era nem de uma nem de outra, mas não tenho nenhum problema em ter prestado esse serviço para o Sr. Marcos Valério, por intermédio da 2S ou da Tolentino.

Essa explicação que estou dando, Sr. Presidente, a todos os demais membros desta CPMI é para deixar claro que, apesar, até posso entender o nervosismo porque tem passado o Dr. Rogério, no meu entender, ele não desmentiu nenhuma das afirmações que fiz. Talvez haja uma imprecisão aqui, um equívoco acolá, que estão esclarecidos por correspondência e registros que foram feitos.

Então, no meu modesto entender, salvo melhor juízo, não houve desconstrução da nossa versão inicial dada à véspera da notícia nem houve nenhum tipo de mentira ao Parlamento.

Era esse esclarecimento que eu queria prestar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Mentor, recebo e, evidentemente, vou encaminhar, inclusive, ao Relator e comunicar aos Parlamentares...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, só pela oportunidade. Estou lhe mandando também – um só, porque foram vários –, no caso, a **Folha de S. Paulo** de 23/07, que, num tom sarcástico diz: “Mentor tenta explicar cheque obtido”. Já com a informação de que foi o serviço prestado.”

Está aqui registrado pelo Jornal também.

Passo à mão de V. Ex^a, então, esses papéis.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Já mandou protocolar? Nesta CPMI, particularmente nesta Sub-Relatoria, o nosso foco é investigar os possíveis relacionamentos do Marcos Valério, as pessoas ligadas a ele e às suas empresas, com o Governo, e, evidentemente, com dirigentes de partidos do Governo, e justificar e tentar descobrir a origem do recurso.

Em momento algum, esta Comissão, da nossa parte, houve qualquer avaliação com relação à conduta de quem quer que seja, particularmente, dos Parlamentares.

É um foro competente...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Como o depoimento foi nesta Subcomissão, considere-o o foro adequado para esclarecer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Por isso, recebo, porque à medida em que os fatos vão surgindo, evidentemente, queremos aprofundar todas as investigações. E, se for do interesse de V. Ex^a, até posso encaminhar isso à Câmara, sem problema.

Com relação à perícia, como não foi formalizada, eu nem pedi, mas se for do interesse, posso solicitar e encaminhar à Polícia Federal para uma avaliação, insistindo que estamos investigando a relação do Sr. Marcos Valério, de suas empresas, com dirigentes de partidos e com o Governo. Mas recebo evidentemente o seu esclarecimento, vou comunicar ao Relator e pedir, depois, para comunicar também a todos os Parlamentares titulares e suplentes da CPML.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Informo que fica marcada para a semana que vem, terça-feira, na Sub-Relatoria de Contratos, os depoimentos do Sr. Hélio Rotemberg, da Alfa; do Sr. Fernando Leite de Godói, ex-Assessor da Empresa Brasileira de Correios; e do Sr. Mauro Farias Dutra, sócio da Novadata, a partir das 14h.

Na Sub-Relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil, o Sr. Wagner Costa Ribeiro, ex-funcionário do IRB, e o Sr. William da Costa Ribeiro, ex-Chefe do Setor de Cadastro do IRB.

E, na Sub-Relatoria de Fontes Financeiras, o Sr. Alberto Youssef.

Todos os depoimentos serão às 14h da próxima terça-feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h27min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 7ª Reunião, realizada em 18/10/2005.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Gustavo Fruet, e ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, César Borges, Flávio Arns, Romeu Tuma, Ônix Lorenzoni, Arnaldo Faria de Sá, Asdrúbal

Bentes, Jorge Bittar, Silvio Torres, Arnaldo Faria de Sá, Osmar Serraglio, Silvio Torres, Carlos Abicalil, Eduardo Paes, Antonio Carlos Magalhães Neto, Nélcio Dias, Geraldo Thadeu, Murilo Zauith, Jamil Murad, Dr. Rosinha e Nelson Meurer reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor Alberto Youssef (Operador de mercado financeiro), acompanhado por seu advogado Luis Gustavo Rodrigues A reunião está decretada reservada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezoito horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Srs. Parlamentares, vamos dar início à nossa reunião.

Declaro aberta a 7ª reunião da Sub-relatoria DNA, SMP&B e Fontes Financeiras da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Alberto Youssef, operador do mercado financeiro.

Deixo de convidá-lo para tomar assento, porque já está conosco à mesa o Sr. Alberto Youssef para os seus esclarecimentos.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que o Sub-relator, Deputado Gustavo Fruet, vai estar no Conselho de Ética e, por isso, pelo menos neste início, S. Ex^a não se fará presente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – S. Ex^a está se encaminhando ao Conselho de Ética, que hoje tem uma deliberação muito importante.

Informo aos Srs. Parlamentares que quiserem se inscrever para fazerem os questionamentos que a lista está na mesa.

Por se tratar de uma sub-relatoria, em que, de certo modo, afastamos alguns formalismos, quero começar, solicitando informações sobre se a testemunha já assinou o termo de compromisso.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Já assinei, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, V. S^a tem ciência de que a sua eventual não-correspondência com a verdade poderá importar em falso testemunho.

Sr. Alberto Youssef, costumamos iniciar as oitivas com um breve relato. Começamos pela qualificação de V. S^a e um relato simplificado de suas atividades, para que seja algo introdutório aos questionamentos que iremos fazer.

Esta é uma CPMI, uma comissão mista do Congresso Nacional, portanto, com Senadores e Deputados, que está investigando os contratos dos Correios e que se ampliou. Chegamos a um dos pontos de investigação que corresponde a fontes dos recursos que eventualmente tenham alimentado ou campanhas políticas ou propinas a Parlamentares. Nesse contexto, os operadores de mercado se fizeram presentes. V. S^a, como operador de mercado, foi, por isso, convocado. Agora, esperamos a sua colaboração.

Quero informar aos Parlamentares que temos ciência de que a testemunha que hoje aqui comparece tem uma interlocução com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal e vem prestando reiterados depoimentos, que – é bom que V. S^a saiba – ainda não temos, mas nós os teremos. Portanto, daí a fidelidade com que V. S^a haverá de se pronunciar aqui. Os fatos que forem aqui informados deverão corresponder àqueles que estão prestados lá, para evitar o rompimento do compromisso. Também, de alguma forma, V. S^a tem de entender que os que aqui estão não sabem daquilo que lá está relatado. Portanto, embora V. S^a imagine que já se saiba tudo, não se sabe. É isto que queremos: que V. S^a informe tudo que possa contribuir nessa investigação nossa.

V. S^a tem a palavra para se apresentar, para se qualificar e, inicialmente, fazer essas considerações sobre suas atividades.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nobre relator, todos as Deputadas, os Deputados, as Senadoras e os Senadores e fazer um breve relato das minhas atividades.

Fui operador de câmbio no mercado financeiro de 1992 a 2003. Devido a esses fatos, sofri uma investigação pelo Ministério Público Federal, pela Polícia

Federal. Fui preso, condenado, cumpri a minha pena, e ainda estou cumprindo.

Então, eu vim aqui em respeito a esta Casa, sem que possa prejudicar alguma pessoa que não tenha, no caso, se relacionado comigo ou com as minhas operações. Eu vim aqui para dizer a verdade e não a mentira.

Estou à disposição de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como V. S^a operava? Operava diretamente com clientes ou exclusivamente com doleiros, sendo uma segunda instância na operação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – A minha atividade foi sempre com os doleiros, e não com clientes finais. Dificilmente, eu atendia um cliente final.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse “dificilmente com clientes finais”, V. S^a teve alguma vez algum cliente – que conhecia à época ou que passou a conhecer depois – como sendo relacionado à política, a campanhas políticas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Olha, tudo que eu tinha a dizer a respeito desses fatos, eu disse ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e à Justiça Federal. Como o nobre Relator já disse, o senhor terá todos os meus depoimentos logo em breve, então o senhor vai poder relacionar...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas esta Presidência também disse que V. S^a deveria abstrair o fato de estar lá e agir como alguém que está pela primeira vez dando as informações para que todos nós saibamos. Nós precisamos que nos esclareça aquilo que já foi informado ao Ministério Público e à Polícia Federal em relação as suas atividades que, de alguma forma, envolviam políticos, campanhas políticas, Partidos Políticos.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Olha, volto a dizer, novamente, ao nobre Relator que, devido ao sigilo desses depoimentos, eu preferia ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a é testemunha, prestou compromisso. V. S^a não é um interrogado que possa se valer do silêncio. É diferente quem está sendo questionado de quem está sob compromisso de falar a verdade. É verdade que estamos solicitando de forma genérica que nos indique, mas iremos fazer, na seqüência, perguntas muito particularizadas, cujas respostas não podem corresponder a optar pelo silêncio.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Isso sim, nobre Relator. Estou querendo dizer com respeito ao que já disse ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal e à Polícia Federal, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a operou com pessoas – e eu sei que V.

S^a operou, não quero identificar –, mas V. Ex^a operou com políticos, com Deputados, não sei se com Partidos, com candidatos... Há um fato notório, até, lá, no Paraná, em relação a um evento em que V. S^a estaria com um cheque de um parlamentar no bolso. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Com respeito a esse fato de eu estar com um cheque no bolso, eu expliquei isso tudo ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal e à Polícia Federal. Não operei com aquele Parlamentar, com esse Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que explicaria a posse do cheque?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Foi explicado à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e a investigação segue em curso. Como isso está sendo televisionado para o Brasil inteiro e estão todos os repórteres aí, gostaria que V. Ex^a requeresse isso à Justiça Federal, à 2^a Vara Federal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está conduzindo esta Presidência a, eventualmente, tomar uma atitude mais drástica.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, creio que primeiro deveríamos nominar, dar os nomes das pessoas e localizar os fatos. V. Ex^a fez uma pergunta específica. Foi encontrado na posse do Sr. Alberto Youssef, quando já estava preso inclusive, um cheque, nominal ao Deputado José Janene, de R\$150 mil. Esse cheque estava sendo transportado por um advogado de Londrina, que é o Sr. Vandocir José dos Santos. Independentemente do que S. S^a tenha dito ou não ao Ministério Público, S. S^a está sendo inquirido. Veio como testemunha e deve nos responder. Caso contrário, vamos ter que dar outra forma a esse interrogatório. Creio que ele não pode vir aqui e dizer: “Tudo o que eu tinha para dizer já disse ao Ministério Público Federal.” Primeiro, ele não estará colaborando conosco, que é o sentido de sua vinda aqui; em segundo lugar, estará deixando V. Ex^a e os demais Deputados em uma situação em que serão obrigados a tomar uma outra iniciativa.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O depoente, Sr. Alberto Youssef, tem que saber que está sob juramento e que tem que responder às perguntas, até porque a questão do cheque que o Deputado Silvio Torres acabou de mencionar está na imprensa nacional. Não é segredo. Que S. S^a não possa declarar, agora, porque está sendo transmitindo pela televisão? Não é segredo

do isso. Todos os jornais de 2003 e de um período de 2004 divulgaram parte das atividades de V. S^a. V. S^a está aqui para responder. Está sob juramento. Não está aqui como um convidado que veio passear em Brasília. Então, é importante dar as respostas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, só quero agregar uma informação. Vejo que o Sr. Alberto Youssef está acompanhado de seu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É bom que, com a provocação de V. Ex^a, associe-me à idéia que sempre se fez. Precisamos que V. S^a diga qual é o nome do seu advogado no microfone.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Dr. Luiz Gustavo Flores.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. É importante que o Dr. Luiz Gustavo alertasse o seu cliente, primeiro, porque tudo o que S. S^a disser aqui e não for verdadeiro poderá agravar a sua situação. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem – e vamos confirmar por meio de uma consulta à nossa assessoria jurídica – condições de tomar providências. Não é admissível, Sr. Presidente, que o Sr. Alberto venha e, até de forma explícita, aberta, escancarada – e olha que esta Comissão já ouviu muita mentira, mas, quando há elementos, provas, é inadmissível que isso aconteça... Portanto, seria importante que o advogado esclarecesse o Sr. Alberto Youssef sobre suas responsabilidades perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tenho a impressão de que V. S^a já ouviu os Parlamentares. Os ânimos estão se exacerbando. Dessa forma, é preciso que V. S^a se conscientize de que está na condição de testemunha, com compromisso prestado, e de que, portanto, é preciso que, na medida em que seja questionado, efetivamente esclareça com espírito de verdade, norteado por esse espírito, sob pena de incidir em crime, ainda mais porque V. S^a já foi condenado – já cumpriu parte da pena, mas continua cumprindo. Perceba que isso pode ser uma quebra de cumprimento de pena, podendo retornar às regras precedentes a esse regime aberto. Mas eu vou ser bem mais objetivo também para evitar...

V. S^a conheceu, alguma vez teve alguma atividade com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguém preposto dele, alguma empresa que tivesse atuado em nome dele?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor conheceu Marcos Valério?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a opera onde? Qual é o âmbito da sua atividade, das suas transações?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu operava com os doleiros do mercado financeiro. Eu não tinha clientes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Doleiros de onde?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – De São Paulo, Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os principais doleiros de São Paulo e do Rio de Janeiro com os quais V. S^a operava?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu operava praticamente com 50% do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 50% do mercado de São Paulo e Rio de Janeiro?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não digo isso, do mercado em todo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que mercado, 50%?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Mercado financeiro, mercado financeiro do dólar paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, V. S^a disse que operava 50% praticamente do mercado, aí eu lhe perguntei...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Com os operadores do mercado, com outros operadores do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os principais que V. S^a transacionava de São Paulo e Rio de Janeiro? E do Paraná também. Os principais, os de maior expressão.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – O Toninho da Barcelona. Eu operei com o Kiko. Operei com Ben-zecry...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dario Messer.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu nunca operei com Dario Messer. Eu não conheço Dario Messer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe se Dario Messer tem alguém que... porque, de certo modo, ele se ausentou do mercado há um certo tempo. Quem estaria operando em nome de Dario Messer nesse contexto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Na época eu operava com o Kiko, no Rio de Janeiro. Agora, não posso lhe dizer se ele era operador de Dario Messer ou não. Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor ouviu falar no nome de Clark Setton?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Ele é o Kiko.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ah! Ele que é o Kiko? Ele não era alguém reconhecidamente ligado a Dario Messer?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Até onde eu sei ele assumiu a banca que foi do Dario Messer, há muitos anos atrás. É o que eu posso lhe dizer a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele assumiu como alguém que titularizava ou alguém que agia em nome, como substituto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu acredito que ele tenha comprado esta banca.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a operava com...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Operava com o Kiko.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessas operações V. S^a transacionava com contas no exterior.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Sim, onde os meus sigilos foram todos quebrados e foram todos identificados, tanto pela força-tarefa CC5 quanto pelo Juízo da 2^a Vara Federal Criminal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessas transações externas, V. S^a costumava operar com que contas? Ou com que *offshores* também?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu operei com várias contas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As principais?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – June International Corporation e Ranby International Corporation. Essas eram as principais contas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da para V. S^a falar mais lentamente para a nossa gravação captar?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Operei com a June International Corporation e com Ranby International Corporation.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Hang, “h”, “n”, “g” ou “h”, “u”?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – “R”, “a”, “n”, “b”, “y”.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essas operações e essas transações que V. S^a mantinha externamente, todas elas eram de recursos doleiros?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eram de recursos de doleiros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E agora eu lhe pergunto de forma muito clara sobre o seu compromisso. Não há recursos, se inves-

tigados os seus controles, recebidos de pessoas que não doleiros que V. S^a tenha aplicado no exterior?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Nobre Relator, vou explicar mais ou menos como funciona o mercado de câmbio paralelo no Brasil.

A partir do momento em que opero com um doleiro, uma terceira pessoa indica uma conta para que ela faça esse depósito, eu não sei quem é o cliente que a pessoa está depositando na minha conta. Eu identifico apenas o doleiro. Pode ser que a minha conta lá fora tenha pago ou recebido dinheiro de alguma pessoa política, servidor público ou pessoas desse gênero, mas não que tenha sido feita a operação diretamente com a minha pessoa. Por isso, foram identificados todos os meus arquivos, que foram apreendidos pela Polícia Federal. Foi feito um confronto de tudo o que foi operado nas minhas contas, e não foi encontrado nenhum político operando diretamente com a minha pessoa. Pode ser que tenha sido encontrado operando com uma terceira pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teve acesso a esse confronto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu trabalhei nesse confronto com o Ministério Público e a perícia da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E nesse confronto não foi identificado, agora excluindo diretamente com V. S^a, através desses doleiros, houve a identificação de algum político, algum partido político, alguém ligado a político?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Houve a identificação de uma conta na Suíça – a minha conta June pagou essa conta – dizendo que esta conta... O Procurador Sílvio Marques esteve em Curitiba, me ouviu e disse que aquela conta é do Sr. Maluf. Não posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Identificou qual valor teria transitado pela...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não lembro exatamente o valor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nem aproximado?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Acho que cerca de um milhão e pouco de dólares ou dois milhões e pouco de dólares, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que época essa operação teria acontecido?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Acho que foi em 1996 ou 1997, mas já foi identificada a pessoa que fez a operação. O Ministério Público e a Justiça Federal estão tomando as suas providências.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe quem é essa pessoa?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Sei o primeiro nome. O sobrenome eu não sei. Sr. Juca.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o nome dele ou apelido?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Acredito que seja o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem aplicou esse um milhão de dólares na Suíça, através de V. S^a, foi um senhor de nome Juca?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Ele não aplicou. Ele fez uma operação de câmbio...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Favorecendo Paulo Maluf?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – ...e pediu que fizesse o pagamento a esta conta na Suíça.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse Sr. Juca era um diretor da empreiteira de São Paulo, da Andrade Gutierrez?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor. Era um operador do mercado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não era nenhum empresário?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não era nenhum empresário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu queria insistir nesse detalhe porque os doleiros operavam, mas V. S^a, tanto pelas suas conversações particulares quanto pelas diversas ocasiões em que foi ouvido na Polícia Federal e no Ministério Público, com certeza deve ter identificado algumas situações que são aparte daquelas comerciais de empresas que se valem desse caminho do dinheiro externo, da CC5. Queremos que V. S^a nos ajudasse, identificasse, de toda essa colaboração que V. S^a tem prestado ao Ministério Público e à Polícia Federal, o que V. S^a lembra que tenha envolvido situações que nos interessam, políticos, campanhas políticas, partidos políticos, empreiteiras públicas – e aqui o Deputado Sílvio acabou de fazer referência à Andrade Gutierrez?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Pelo que lembro, só essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E mesmo em relação ao político Paulo Maluf, a única operação que V. S^a se lembra é dessa de um milhão? Volto a dizer...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, fiz várias operações com vários doleiros. Que eu me lembre...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Para essa conta na Suíça?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Para essa conta na Suíça, foi só essa operação. Se não me engano, foi paga em duas ou três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando essa aplicação foi feita, ainda que fosse por códigos, V. S^a sabia que era de Paulo Maluf?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor. Nem posso lhe dizer se a conta realmente é de Paulo Maluf ou não. Na verdade, o Procurador ou Promotor Sílvio Torres esteve me ouvindo e me relatou que aquela conta na qual fiz o pagamento se dizia ser de Paulo Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso coisa recente que V. S^a ficou sabendo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Coisa de dois anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a transacionou alguma vez com a corretora Bônus-Banval?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nenhuma operação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Nenhuma operação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma amizade com os titulares da Bônus-Banval?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Conheço o Sr. Enivaldo Quadrado e o Sr. Breno Fischber.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero só lembrar uma vez mais à nossa testemunha que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem plenas condições, e o seu advogado sabe disso...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só para esclarecer, o Deputado Eduardo Paes está com a palavra, para registro nosso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço e me desculpe.

...de tomar atitudes concretas em relação ao que diz o Sr. Alberto Youssef.

V. S^a está cumprindo sua pena em regime aberto, e o Código Penal é claro com relação aos elementos que podem transferir o regime. O § 2º do art. 36 deixa muito claro que o condenado será transferido do regime aberto se praticar fato definido como crime doloso. O depoente, portanto, não pode praticar perjúrio aqui. E esta Comissão pode, tem as duas alternativas, mudar esse regime, transferir esse regime, em flagrante ou comunicar ao Juízo que o executou. Portanto, quero alertar à nossa testemunha a respeito disso, acho que é importante, e o seu advogado deve saber disso, para que não tenhamos mais mentiras aqui, porque muitas das perguntas feitas aqui pelo Relator e pelos demais

Parlamentares são perguntas embasadas em provas documentais.

Era só esse esclarecimento, Sr. Presidente, e esperamos que isso não se repita mais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fica consignado mais uma vez essa advertência a V. S^a, que está aqui como se estivesse em Juízo, prestando esclarecimentos, sob compromisso, que podem importar em crime de falsidade testemunhal.

Consta que V. S^a realizou operações na ordem de 122 milhões somente com Toninho Barcelona. Segundo o Toninho, o PT utilizava-se de doleiros desde 1994 para enviar recursos ao exterior. V. S^a tem conhecimento desse tipo de remessa? V. S^a operava para Toninho Barcelona; Toninho Barcelona, através de V. S^a, procedia a transferências do Brasil para fora, ou externamente, entre contas externas, que tivessem beneficiado o Partido dos Trabalhadores?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Que eu saiba não. Eu tenho todas as minhas operações relacionadas que fiz com Toninho, tanto de venda, de compra, de troca, de pagamentos lá fora, de recebimentos lá fora, periciadas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal. Para mim, é uma novidade isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Richard Otterloo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Quero dizer que a minha contabilidade, toda, quando eu operava no mercado de câmbio, foi apreendida pela Polícia Federal, foi feita uma perícia em toda minha contabilidade e foram feitos confrontos com a minha conta lá fora e com as contas que eu operava de reais aqui no Brasil. Então, portanto, se tivesse aparecido algum político ou alguma outra pessoa nesse sentido, eu teria ficado sabendo. É isso que eu estou querendo dizer. Eu não estou aqui mentindo e não vim aqui, como o nobre Deputado Eduardo Paes já me alertou, a dizer mentira, mas eu também não posso aqui praticar uma inverdade. É isso que eu estou querendo dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Toninho Barcelona e, segundo o seu conhecimento, ele é uma pessoa que costuma falar a verdade?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Olha, eu conheço o Toninho da Barcelona desde 1993. Eu imagino o que o Toninho da Barcelona deve estar passando porque, pelo menos, parte do que ele passou e está passando eu já passei. Não tenho o Toninho da Barcelona como uma má pessoa, mas eu não posso lhe dizer e nem lhe afirmar que ele está dizendo a verdade. Com referência à minha pessoa, eu posso lhe garantir que ele está dizendo mentira sobre os fatos que ele disse aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em alguma outra situação, V. S^a identifica alguma outra mentira que ele tenha reconhecidamente proferido?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu estou dizendo sobre a minha pessoa. Sobre a minha pessoa e os fatos que ele relatou aqui, não é verdade o que ele disse.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses fatos que ele relatou, ele relatou há certo tempo. V. S^a teve acesso a esses fatos.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Tive.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E chegou a tentar conferi-los, enfim, esclarecer, tirar a limpo o porquê disso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Esclarecer com quem? Com o Toninho?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou com as situações, os registros de que V. S^a dispõe?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Com os meus registros. Tenho certeza absoluta de que o que ele disse sobre a minha pessoa não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há um nível de conhecimento que também pode ser uma forma de proteção que V. S^a se vale no sentido de dizer que as contas externas eram todas codificadas e que, daí, sequer V. S^a teria conhecimento a que se referiam, quais seriam os beneficiários. V. S^a tem, para início de raciocínio, algum porcentual? Vamos dizer, de 100 contas que existam lá fora ou de 100 transferências a que V. S^a tivesse procedido, há um porcentual disso em relação ao qual V. S^a saberia quem são? Ou desconhece absolutamente? Ou seja, o doleiro aplica, não há uma conversação... Nem os valores chamam a atenção? Nada lhe chamava a atenção para dizer: “Ah, quem está aplicando lá é tal ou qual pessoa ou empresa?”

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não. Não teria condições de identificar, até porque as *offshores* escondem o verdadeiro proprietário. Então, a maioria das contas pagas lá fora eram empresas *offshores*. Então, eu não teria como saber quem é o proprietário dessa *offshore*. Não tenho como saber.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais as *offshores*, assim, de maior uso de V. S^a?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Em que sentido? As que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As que mais transacionavam, mais remessas foram feitas ou transferiram...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – A maioria era de propriedade dos próprios doleiros do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Doleiros brasileiros?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E quais as de maior expressão que V. S^a lembra e em relação a quais doleiros? Desses nomes que V. S^a identificou...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Depolo, que era o Kiko...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Cada doleiro tinha uma *offshore*? Seria um raciocínio.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas eles se valiam de *offshores* em diversos países. Eles se valiam do mesmo nome nos diversos países, nesses paraísos, ou em cada um era uma denominação diferente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Acho que cada um tinha a sua *offshore*.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Depolo era do Kiko. Quem mais?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – O que acontecia, muitas vezes, é que várias pessoas do mercado, às vezes, tinham conta no mesmo banco. É só nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu ou conhece Richard Otterloo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – De nome. Nunca operei com ele no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De nome como sendo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Operador do mercado de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que local? São Paulo? Rio?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E a empresa Garanhuns? V. S^a já ouvir falar da empresa Garanhuns?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não conheço, a não ser pelos fatos dos acontecimentos agora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E por esses fatos que V. S^a tomou conhecimento, ainda que através da imprensa, conseguiu associar alguma informação que ligasse a V. S^a?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a diz que nunca operou com a Bônus-Banval, mas conhece o Enivaldo Quadrado. Como V. S^a chegou a ele se não operava empresa, enfim, não tinha nada comercial com ele?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Na verdade, é o seguinte. Os operadores de câmbio, a maioria conhece pessoas de corretoras e tudo o mais, porque, muitas vezes, você fica vendido no mercado paralelo e você faz um *head* no mercado futuro, na BMF. Então... mas nunca oportunidade de operar diretamente com ele. Então, é só nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor conhece o Sr. Lúcio Funaro?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca operou com ele também?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Nunca operei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor operou com algum doleiro de Belo Horizonte?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Operei com o Odilon Barcelar. Ele era de Belo Horizonte. Que eu me lembre, o único.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Haroldo Bicalho, não?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o outro Haroldo, que nesses dias deu o roteiro todo de como os doleiros procedem em um jornal de grande circulação? Haroldo de Almeida Rego Filho, conhecido como Pororoca? V. S^a o conhece?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca teve qualquer transação com ele? Nunca operou com ele?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, diretamente não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E indiretamente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não sei lhe dizer porque é aquilo que eu digo: no mercado de câmbio, às vezes, você opera lá na Bahia, e a operação final chega no Sul, em Foz do Iguaçu. Então, você não sabe quem é o tomador final.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essas operações, V. S^a centralizava onde enquanto operador, enquanto segunda instância nessas transações. Onde é que era a sua sede?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Em Londrina, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essas transações eram feitas por via *e-mail*, telefone, fax? Como é feita essa operação? Eu sou um doleiro do Rio de Janeiro e estou operando com V. S^a lá em Londrina. Como é que se documenta isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Tudo via telefone e fax.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessa apreensão de documentos de V. S^a houve a apreensão de fax ou algo que identificasse as operações que V. S^a realizou ao longo desses anos?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Todas as operações que realizei ao longo desses anos foram identificadas. Todas, sem exceção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todas em virtude de um registro de informática ou de documentos que serviam de correspondência entre aqueles que aplicavam e V. S^a?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Registros de informática.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em algum momento houve alguma dúvida sobre a fidelidade dos seus registros? Foi submetido a alguma...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Os meus registros foram submetidos à perícia da Polícia Federal e todas as informações contidas nele, informações dadas por mim, foram verdadeiras, sem exceção. Todas, sem exceção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Consta das operações da CC5 que o Governo do Paraná, em dezembro de 2002, abateu uma dívida de ICMS de 45 milhões da Copel junto à Receita Estadual. A Copel efetuou o pagamento com créditos fictícios da Ovepar (Óleos e Vegetais Paraná), em uma operação realizada a toque de caixa em dezembro. A operação foi fechada em três parcelas de 13,2 milhões, por créditos de ICMS, que supostamente a Ovepar teria direito. Entretanto, consta que V. S^a sacou uma dessas parcelas paga pela Copel em uma agência do Banco do Brasil, em Curitiba. V. S^a poderia explicar essa participação sua?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Realmente é verdadeira. Eu fiz parte dessa operação. Fui contratado na época por um empresário de Curitiba para que fizesse uma operação de troca de cheque por reais e, parte disso, em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Troca de cheques de quem?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Por reais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Cheques de quem?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Cheques, cheques administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim. De quem? Quem eram os titulares desses cheques?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Era uma empresa chamada Ovepar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da própria Ovepar os cheques?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Sim, senhor. Nominais à Ovepar, no caso. Eu não me lembro direito como eram os cheques. Já faz um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, nem pelo histórico todo em que se envolveu, V. S^a não se lembra de quem eram os cheques?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Sim. Na verdade, essa operação diz-se que foi uma venda de créditos tributários à Copel. A Copel pagou à Ovepar. Conseqüentemente me foram repassados esses cheques e eu os troquei por parte em dólares e parte em reais. Foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a participou da negociação com a Copel?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem fez essa negociação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu fui chamado para fazer a liquidação da operação. Como ela se conduziu e como ela se iniciou, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mesmo depois dessa sua singela participação, houve um inquérito, existem ações tramitando e V. S^a já foi ouvido diversas vezes e...

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Várias vezes. E já relatei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem mesmo assim V. S^a sabe nos esclarecer quem fez esse relacionamento da Ovepar com a empresa e essa negociação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Eu fiz essa negociação através de um colega de Londrina chamado Ademir Gouveia e através do Sr. Maurício, da Embraccon, onde me pediram para que fizesse essa operação. Depois que a operação foi feita, dois, três meses depois, veio se concretizar que a operação era uma venda de tributos frios.

Já prestei vários esclarecimentos nesse sentido, tanto ao Ministério Público Federal quanto ao Ministério Público Estadual e juiz estadual. Então, já foi esclarecido isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nós queremos que V. S^a nos esclareça, por isso nós o chamamos, senão nós pegaríamos os documentos e nem nos preocuparíamos com chamá-lo e nem tomaríamos tempo dos nossos Senadores e Deputados se não fosse o interesse em que nos esclarecesse aqui.

Eu quero anunciar a presença do nosso Vice-Presidente, Deputado Asdrubal Bentes, que suponho vá presidir. Eu cedo o lugar e fico fazendo o questionamento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. Ex^a pode continuar porque eu estou resolvendo um problema da outra Comissão. Somente vim aqui para ver como estava. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por enquanto estamos capengando diante das dificuldades da nossa testemunha, que reluta em avançar as informações.

Final, no fundo e no final, quem teria sido o beneficiado com essa negociação da Ovepar com a Copel? Evidentemente, havia interesses. Passado tanto tempo e ouvido tantas vezes – pessoas até foram presas, salvo engano – em relação a essas transações, V. S^a poderia nos dizer quem efetivamente procedeu a essa negociação e a quem beneficiava?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Olha, todas aquelas pessoas que estão denunciadas no processo foram beneficiadas disso. O meu...

Desculpa, nobre Relator. Eu tenho receio às vezes de dizer coisas aqui que possam vir...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas elas já estão no processo, basta simplificarmente nos dizer.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Elas já estão no processo. Já estão no processo. Todas no processo.

E essas pessoas, amanhã ou depois, são absolvidas ou não são comprovadas algumas coisas nesse sentido e elas virem e me denunciarem por calúnia ou por qualquer coisa nesse sentido. Isso está no processo. É objeto de investigação do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual. Tem pessoas importantes envolvidas nesse assunto. Já colaborei com a Justiça em todos os sentidos, e com a Procuradoria, e com a Polícia Federal. Então, creio que fica mais fácil...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse processo V. S^a...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, pela ordem. Parece-me que o depoente está disposto a falar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E tem receio...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele só está preocupado com as conseqüências do que ele venha a falar. Então, acho que V. Ex^a poderia sugerir a ele para que falasse em uma reunião reservada. Se ele está preocupado com uma eventual ação de calúnia, difamação, ou alguma coisa nesse sentido, numa reunião reservada ele não corre esse risco.

Então, acho que V. Ex^a poderia transformar parte da reunião em reservada para que ele falasse aquilo que ele sabe que pode falar, mas que está preocupado com uma eventual consequência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago de V. S^a, tendo ouvido o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, se efetivamente transformarmos a nossa reunião em uma reunião reservada, se V. S^a iria colaborar mais francamente com os questionamentos que estamos lhe formulando?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – A questão de transformar isso em uma reunião reservada acho que não viria ao caso, porque esses fatos são de conhecimento do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, de todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se eles são de conhecimento do Ministério Público Federal, não é...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então, fale. Não há risco mais de o senhor sofrer qualquer ação de calúnia. Se o senhor já contou para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal, basta o senhor repetir aqui. É o que o Relator disse: às vezes, temos paciência para ouvir, mas, não para ler, portanto, queremos ouvi-lo.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Veja bem, nobre Deputado Eduardo Paes, as investigações seguem em curso ainda. Então, é só nesse sentido. O receio é esse só, nenhum mais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso aqui é uma CPML de investigação também.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Ministério Público e a Polícia Federal solicitaram a V. S^a que não fizesse qualquer tipo de revelação aqui?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não houve isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não houve.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a revelou as informações que diz ter ao Ministério Público e à Polícia Federal?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Revelei e comprovei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, a revelação pública delas poderia atrapalhar as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Com certeza. É só nesse sentido.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então, Deputado Osmar, acho que a sugestão do ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá é mais do que pertinente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Parece que a razão não é o temor dele de ser processado por calúnia, injúria e difamação.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Na questão da Copel. Estou dizendo isso na questão da Copel.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A questão seria o problema de atrapalhar as investigações, tornar públicas as informações que ele pudesse nos prestar aqui. Portanto, acho que se faz necessário, para que os membros dessa Comissão tenham acesso a essas informações, que essa reunião passe por uma fase ou um período reservado para que possamos ter essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Reitero a questão formulada pelo Deputado Eduardo Paes, que também já lhe havia feito precedentemente. V. S^a, numa reunião reservada, falaria e informaria tudo que estamos pretendendo aqui buscar em relação aos fatos?

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Com relação a esse tópico, sim, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago ao Plenário se concorda que transformemos a reunião em reservada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É com relação só a esse tópico? Não entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Também não entendi. Será reservada para que tudo que questionemos...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Deveríamos tratar de tudo. Se for só um tópico, acho que fazer uma reunião reservada para tratar de um tópico, acho que também não tem muito sentido.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Acho que a questão que mais está pegando realmente é essa. Se houver algumas outras coisas, não tem problema, a gente enumera. Vamos terminar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Alberto, vou repetir aquilo que havia lhe dito. É compreensível a sua preocupação com relação às investigações. V. S^a prestou informações ao Ministério Público, à Polícia Federal, portanto a sua preocupação é perfeitamente compreensível. O que não é compreensível é o senhor aqui definir o que o senhor quer ou não quer informar.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Não, quero informar tudo que eu souber, a verdade. Só isso, mais nada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Exatamente. Então, os tópicos que o senhor tiver conhecimento.

O SR. ALBERTO YOUSSEF – Tudo que for verdade, não tem problema nenhum informar. O que for mentira, não vou informar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Suspendo a reunião por 5 minutos, para que possamos prosseguir numa reunião reservada.

(Suspende-se a reunião às 15 horas e 08 minutos.)

(Reabre-se e secreta-se a reunião às 15 horas e 14 minutos.)

(Encerra-se a reunião às 18 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FONTES FINANCEIRAS

Ata da 8ª Reunião, realizada em 16/11/2005.

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta e oito minutos, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado **Gustavo Fruet**, e ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares, Ideli Salvatti, Valdir Raupp e os Deputados Jorge Bitar, Eduardo Paes, Gustavo Fruet e Arnaldo Faria de Sá reúne-se a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destinaria-se à oitiva das Senhoras Solange Pereira de Oliveira (Secretária do Sr. Delúbio no PT), que não compareceu, apesar de a CPI ter desempenhado todos os procedimentos para sua convocação, nos dias quatro e onze de novembro, e solicita que seja expedido um novo mandato de convocação da mesma, e de Geíza Dias (Servidora da Área Financeira da SMP&B), que foi devidamente notificada e encaminhou pelo seu advogado um pedido de adiamento de seu depoimento por conta de um procedimento cirúrgico de retirada de um mioma, comprovado por um atestado, ficando seu depoimento a ser marcado quando ela tiver condições. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da

Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria De Sá. PTB–SP) – Declaro aberta a reunião da Sub-Relatoria de Contratos, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e consequências e atos delituosos, praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sr. Sub-Relator desta Comissão, Deputado José Eduardo Cardozo.

Convido a tomar lugar à Mesa, Sr. João Leite Netto, que vai prestar seus esclarecimentos. Informo que já se encontra sobre a mesa termo de compromisso do Sr. João Leite Netto.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o depoente, Sr. João Leite Netto, inclusive pela disposição com que teve de prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, aliás, coisa rara entre os depoentes que temos tido aqui ao longo dos tempos.

S. S^a veio a esta Comissão de livre espontânea vontade. Contatou-nos dizendo que poderia prestar os devidos esclarecimentos sobre específica agência franqueada do Estado de São Paulo que estava sob investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, minhas homenagens sinceras ao Sr. João Leite Netto pela disponibilidade e a certeza de que, obviamente, o comportamento de V. S^a será apreciado por esta Comissão na dimensão correspondente, evidentemente pela disponibilidade que V. S^a tão bem demonstrou em participar da nossa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria De Sá. PTB – SP) – Sr. Relator, sinto interrompê-lo, mas devo colocar em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Indago do Sr. João Leite Netto se ele quer fazer uso da palavra antes de ser inquirido.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, conforme V. Ex^a colocou no início, realmente me dispus, desde os primeiros momentos, quando soube do envolvimento de franqueadas dos

Correios. Sou franqueado dos Correios desde o ano de 2000; conheço a mecânica do franqueamento, do *franchising*, como queira.

Muito embora toda vida tenha sido jornalista, em 1988, após uma acirrada disputa pelo Senado com o nosso querido Senador Eduardo Suplicy, disputamos o Senado, achei que me deveria ausentar da política.

Mas tinha comigo, e tenho comigo até hoje, um grande amigo de mais de trinta de anos de companheirismo, Nilton Pinhal Nunes de Carvalho, a quem disse: preciso fazer outra coisa além do jornalismo, como sempre fiz. O jornalismo, como V. Ex^a bem sabe, é meio irregular. No aspecto jornalístico, muitos programas surgem e desaparecem. Muitos programas são tirados do ar pela simples vontade do dono de uma emissora que liga e diz: tire do ar, o programa acabou, cancele os contratos. Então é uma coisa que nos deixa inseguro apesar de tudo. Sempre mantive outra atividade fora essa, e naquele momento, o Nilton se propôs... eu disse: você vai procurar alguma coisa, vamos ver o que a gente vai fazer, não quero mais política, chega, depois dessa não agüento mais. E o meu querido amigo e companheiro Mário Covas me disse: João, realmente – ele já estava muito doente – pára com isso, você teve mais de três milhões de votos. Você teve muito mais que merece. Vai para casa. E achei, que depois do desaparecimento do Mário Covas, a política ficou muito vazia. E já não tinha dentro da política aquele braço forte, aquela pessoa que sempre me deu guarida e muito me ensinou em termos de comportamento humano.

Então, esse meu amigo saiu um dia e disse: “Vou procurar alguma coisa para fazer”. E a primeira coisa que surgiu, Excelência, foi uma franqueada, uma *franchising* do McDonald’s, sanduíche McDonald’s. Eu falei: “Vou virar vendedor de sanduíche”, mas era muito difícil, era um depósito inicial de 500 mil reais, depois você tinha que construir, era um negócio muito caro, não era para o meu bolso, nem de perto passava. Mas, daí, existe em São Paulo uma revista – acho que todos conhecem – chamada **Revista das Franqueadas**, uma coisa assim. E, lá, ele pesquisando aquilo, viu, entre as várias franquias, franquias de Correios. E ele me disse: “Olha, João, você é jornalista, já foi político, é bem relacionado, essa franquias, aquilo é interessante, você pode angariar clientes, conhece diretor de empresas, tal”. Falei: “Olha, eu não sei. Quanto é que vale isso? Como é que faz isso? Isso se vende, se compra, como é que é isso?” “Não, tem aqui algumas e tem algumas à venda”. “Então vamos procurar ver uma dessas”.

E contava a história das franquias; como é que era o negócio da postagem, que você recebe 10% dos Correios, aquela coisa toda, e tal. Eu falei: “Bom.

É interessante. Então, vamos ver isso aí”. Eu moro há mais de 20 anos em Alphaville. Sou, acho, que um dos mais... meu pai morava em Alphaville, minha mãe morava em Alphaville, minha irmã mora em Alphaville, minha família toda, toda a vida, morou em Alphaville. Então, eu passando, vi uma bandeira “Correios”. Falo para o Nilton: “Procura saber se essa aí é franquias ou não”. Porque, até então, eu nem sabia o que é que era franquias dos Correios ou não. Aí, ele me disse: “Não, essa aí é uma franquias; é uma franquias de Correios”. “Então, procura ver se o cidadão vende”. Até então, nem conhecia o proprietário dessa franquias. Ele procurou o dono da franquias e disse: “Olha, ele vende”. “Vamos, então, conversar”. Foi a primeira vez que eu tive contato com o antigo proprietário, Sr. Armando, que era o antigo proprietário da franquias que eu comprei.

Eu acho que me alonguei um pouco na explicação, mas esta é a razão pela qual eu fui parar dentro de uma franquias.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Mais um minuto.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Então adquiri a franquias. Tenho toda a documentação, que até me apressei aqui em tirar essa documentação, os contratos, tudo isso, e vou deixar à disposição, Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, me desculpem...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – É um jogo só ou dois jogos aqui?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. São vários jogos. Aí são contratos, contratos de locação...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Pois é. Mas é um exemplar só de cada um?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso. Eu não tive tempo...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu passo ao Relator.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em função do feriado, Sr. Relator, muita coisa não foi possível tirar cópia, aqui em Brasília estava difícil tirar xérox ontem. Esta foi, então, a razão pela qual eu acabei me tornando um franqueado de Correio. Isso foi no ano... 1998 terminaram as eleições... 1999... isso foi início de 2000, aproximadamente, conforme estão aí os documentos. E de lá para cá eu venho – ah, sim, uma coisa que talvez seja interessante, eu até vou deixar depois para as perguntas, quanto eu paguei, isso tudo está declarado, está tudo aí documentado, quanto paguei, quanto me custou, de que forma eu consegui, muito embora tendo saído de uma eleição de Senador, o que foi difícil conseguir pagar essa ... e não paguei até hoje o resto. Mas esse foi apenas um preâmbulo e estou à disposição para todas as perguntas e, já tendo assinado o

termo de compromisso, sabendo das consequências de qualquer falta da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra o Sr. Relator, o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço ao nobre depoente. Vou fazer algumas perguntas preliminares e depois consultar os Deputados e as Deputadas presentes se eventualmente desejam fazer uso da palavra, para que eu não monopolize, e depois, aquilo que for residual nas indagações eu retomarei a palavra e as arguições.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Saudade da nossa Deputada Denise Frossard, que está no pós-operatório e no pré-operatório.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É verdade. Está em curso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E dizem, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, para terror do Federer, eu estou me recuperando rapidamente. Vou julgar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá.) – Seja bem-vinda.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – De quem o senhor adquiriu a franquia do Shopping Tamboré?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – O Shopping Tamboré eu adquirei do Sr. Armando Cunha.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Armando Cunha.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Armando Cunha, que era o proprietário. Claro, hoje eu já sei mais ou menos a história da empresa, ele adquiriu de uma outra senhora que era chinesa ou coreana, Sr^a Teng. Tanto é que a empresa mentem o nome Expresso Postal Teng até hoje. Mas eu adquirei do senhor...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor sabe quando foi a primeira aquisição da franquia?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, senhor. Inclusive, nessa documentação que encaminhei a V. Ex^a consta que isso foi, se não me engano...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Três de novembro de 1993.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – De 1993, a data exata.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Três de novembro de 1993.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor tinha alguma relação com essa Sr^a Teng?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, nem a conheço.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Nem a conhece.

Posteriormente, a primeira alteração foi em 2 de janeiro de 1996?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso. Acho que entre eles.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aí, então, adquiriu o Sr. Antônio Vinholi, com 49,5%; e Armando Ferreira da Cunha, com 49,5%. Então, em 1996.

O senhor tinha alguma relação com esses proprietários anteriormente?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não conhecia até então.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não conhecia?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aí, em 15/11/96, a franquia é adquirida pelo Sr. Armando, com 99% e D. Maria Júlia Guerra da Cunha com 1%. O senhor seria proprietário aqui pela ligação que teria com Maria Júlia? É isso?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. D. Maria Júlia é esposa do Sr. Armando.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Por que o senhor não figura como proprietário?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu comprei delas abaixo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perdão, em 14/10/97.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, depois disso vem outra alteração.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Em 2000. Aí, depois, tem Valéria Amaral.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso, que é a minha esposa. Aí entro eu.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Sr. Armando e D. Maria Júlia adquiriram do S. Geraldo.

O senhor tem algum contato com o Sr. Armando e com a D. Maria Júlia?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, foi de quem eu comprei.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas conhecia antes?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, conheci exatamente nessa colocação que eu fiz.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Depois, entra D. Vanessa Ferreira da Cunha.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Que é a filha dele.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Que também o senhor não conhecia.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, nunca tinha visto.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aí, então, em 26 de abril de 2000, aparece o Sr. Ernesto Duarte, com 1%, e D. Valéria Amaral Gianodoli, que é a sua esposa.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso, aí que é o ponto. Se o senhor me permitir explicar.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Pois não, por favor.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Aí foi quando eu conheci o Sr. Armando e D. Vanessa, que era o nome da filha dele. Aí, nós adquirimos a Expresso Postal Teng, mantendo o nome Expresso Postal Teng, que existe até hoje com o mesmo nome, que era dessa senhora chinesa ou coreana. Adquirimos.

Valéria do Amaral Gianordoli, que é a minha esposa, 99%. Sr. Ernesto, aí entra na história do S. Ernesto, que eu preciso explicar – até, se não fosse trágico, seria cômico – com 1%. O Sr. Ernesto é uma pessoa que conheço – e de quem gosto muito, por sinal – desde 1978. Uma pessoa da melhor qualidade, uma pessoa humilde, uma pessoa honesta, uma pessoa muito bacana. A primeira vez, quando fui candidato a Deputado em 1978, esse homem pegou um pequeno armazenzinho que ele tinha, uma coisinha que vendia vara de pesca, transformou aquilo num comitê eleitoral e ajudou a me eleger, sem nunca ter me pedido, a não ser o material que ele pedia por telefone.

E o Sr. Ernesto é uma daquelas pessoas que na hora em que você precisa aparece e na hora me que você procura desaparece. Na vida da gente, na vida política de todos já deve ter surgido esse tipo de personagem. Eu acho que tinha até um dever de gratidão com esse homem. Quando eu adquiri a franqueada, falei assim: “Talvez seja uma oportunidade, é uma pessoa de confiança”. A minha intenção não é ficar atrás do balcão batendo carimbo de carta. Convenhamos, não ia ficar ali. Eu tenho um programa de televisão que me ocupava e ocupa 80% do meu tempo. Na época, o Cidade Alerta era líder de audiência no Brasil inteiro. Então, eu não podia ficar vendo quanta cartinha saía dali, obviamente. Mas, ao mesmo tempo, eu não era conhecedor do ramo e precisava ter alguém de absoluta confiança para estar ali, e essa pessoa é merecedora da minha confiança.

Então o que vejo: para trazê-lo na condição de empregado de alguma coisa – sabe? –, era uma pessoa já numa certa idade, eu disse a ele: “Não, Ernesto, você vem trabalhar comigo, vou-te dar 1%”, até porque precisava compor legalmente, juridicamente – todos sabemos –, a sociedade limitada: 99% da Valéria – Valéria do Amaral, que é jornalista também, minha mulher – e 1% ficou constando do... Isso representava – já vou até adiantar uma possível pergunta – para o Sr. Ernesto qualquer coisa em torno de R\$2,5 mil a R\$3 mil – eu tenho na contabilidade – por mês esse 1% desse cidadão. E aí fomos tocando com o Sr. Ernesto esse Expresso Postal Teng, que tanta dor de cabeça está me causando agora. Essa é a razão...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Por que o senhor não figurou na sociedade...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Exatamente... Primeiramente, Sr. Presidente, a primeira coisa que falei – alguém vai fazer essa pergunta, e pode parecer que seja um absurdo, e não é absurdo nenhum –, primeiramente, eu vivo numa união estável com a minha mulher, com a minha esposa, a jornalista Valéria do Amaral, há mais de 25 anos: com filhos, casa, declaração conjunta de Imposto de Renda, tudo declarado no Imposto de Renda, mas tenho três outros filhos do casamento anterior, porque depois me tornei viúvo – e aquilo eu acho que também não seria necessário –, mas quis mostrar às pessoas que eu queria deixar uma certa segurança a ela, e passamos 99%. Ela nunca me pediu, nunca me exigiu isso; muito pelo contrário, é independente, tem a profissão dela. E outra que não sou machista, confio no trabalho dela, da mulher. Acho que a mulher hoje em dia – não é... Em algumas ocasiões ela dá banho em muito marmanjo que tem por aí.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – As mulheres aqui sorriram todas.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não fui nunca machista – se permitem, não sei, mas estou na condição de testemunha, talvez –, mas temos um grande exemplo temos dentro desta sala: uma mulher com esse tamanhozinho todo foi a única, com um monte de homem tentando fazer o que ela fez, que acabou com o crime organizado do jogo do bicho no Brasil. Eu conheci, no Rio de Janeiro, no tempo que eu gravava o meu programa lá, grupo dos sete, grupo de ouro, grupo não sei do quê; formaram-se grupos e grupos, e foi uma mulher que fez isso. O País deve isso a ela. E a coisa parece que depois deixou de ser comentada, mas não vem o caso. Isso para mostrar que a mulher, quando se dispõe a fazer, faz melhor, muitas vezes, do que nós.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Acabou com os vinte e cinco grupos.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não me vou estender aqui, mas aquilo não é simplesmente um inocente jogo do bicho, aquilo abria o crime organizado para coisas muito piores – e ela sabe melhor do que nós do que estou falando. Mas então eu ficaria em cima destes dois: primeiro, a garantia dela no futuro – acho que isso é uma obrigação moral nossa; segundo, porque não posso achar que ela não teria capacidade – tem –, tinha mais disponibilidade de tempo do que eu. Até então, naquela ocasião, vislumbrava a hipótese de voltar para a política. Se eu tiver que fazer uma viagem, como é que faz? Isso depende...

Existe o manual do tal dos Correios – não vou criticar os Correios, mas algumas coisas vou dizer, sim, porque acho que, como brasileiro, sou obrigado a trazer para esta CPI, que acompanho e acho mesmo que vocês têm que ir a fundo nisso, tem muita coisa, corro o risco talvez de ficar antipático perante os Correios –, mas ali existe um espírito de cobrança, de ódio, um negócio muito corporativo, uma coisa difícil de se explicar realmente com relação aos Correios. E eles destilam todo o seu ódio, todas as suas frustrações em cima do franqueado. O franqueado, Sr. Presidente, é quase que uma vítima. Os Correios praticam ato de tremenda deslealdade com o franqueado. Eles roubam o cliente, eles praticam internamente, o que sabemos todos nós, a concorrência desleal. Eles mandam um elemento deles dentro do seu cliente, angariam este cliente para eles. Isso é caracterizada, no meu entender, uma concorrência desleal. E ele é muito rigoroso em minúcias. Essa agência, ela posta, digamos, chutemos um número, um Bradesco, um Banco de Boston, vai postar lá vinte milhões de objetos, que eles chamam. Existe uma outra agência na vila alguma coisa que posta dez cartinhas de namorado. A Tamboré e outras maiores lá – eu não me relaciono com outras maiores –, mas devem ter outras no nível da minha, têm o mesmo critério. Eu, postando dez milhões de documentos, naturalmente devo ter uma margem de risco muito maior do que outro que postou quatro ou cinco cartinhas de namorado lá no balcão. E não querem saber se a minha carta dobrou, se o envelope saiu.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Nada contra os namorados, não é?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Absolutamente nada. Se a carta foi mal colocada, se não foi fechada a barbeta, eu sou punido, e pecuniariamente. Eu tive problema financeiro, e estou aqui com o demonstrativo. Já deixei também uma parte com o senhor. Tem até um resumo aqui. Sabe os juros que os Correios co-

bram do franqueado? Vinte por cento, Deputada. Isso é abusivo; é criminoso. Eu tenho um débito – estou deixando aqui com os senhores –, eu tive um débito com a ECT, só fazer um rápido registro, um débito com a ECT. Eu corro todo o risco. Ele não corre risco nenhum. O contrato com o cliente é meu. O cliente perturba é a mim. Ele não quer saber dos Correios. Ele não tem risco nenhum. Eu corro 100% do risco. Eu tinha um débito com a ECT de R\$2.202.540,00, em dezembro do ano passado, Deputado. Pedi um parcelamento. A duras penas, estou pagando R\$91.772,00. Paguei dez prestações; quatorze prestações, perfazendo um total de R\$1,998 milhão. O meu débito era de R\$2,202 milhões. Atualizei agora. Já foram gerando um total. Eu devo ainda aos Correios R\$1,998 milhão.

Isso parece os negócios de antigamente, quando se comprava e pagava, pagava, pagava, pagava e devia mais ainda como mutuário. Acho que era da Caixa, algo assim. Isso não acaba nunca. Por quê? Aí vêm os critérios deles. Estou deixando todos os comprovantes, inclusive deles, as prestações. Eu me ative, muito preocupado, aos contratos. Vou deixar isso aqui também, Sr. Presidente, porque os comprovantes de recolhimento, os débitos todos, as multas. Eles cobram 10%. Daí, eles cobram mais 10%.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Relator...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Aqui tem um resumo. Então, é um absurdo. Eles judiam mesmo. A verdade é essa.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeito. O senhor tinha alguma atuação formal frente à agência franqueada? O senhor tinha algum tipo de atividade formal frente a ela?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – A documentação está aí. Eu sempre fui o administrador e o procurador.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor tinha uma procuração da ACF?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, com amplos poderes.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A sua esposa... houve um momento que deixou de ser titular da ACF? Isso bate com documentos que o senhor nos entrega. A sétima alteração, em 7 de abril de 2004.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Por que a sua esposa deixou de ser titular?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Quando isso ocorreu em...acho que deixei até aí com o senhor essa relação, no início. (Pausa.)

Quando foi? Foi agora, em 2002?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Foi em 2004.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em 2004. Não, não, em 2002.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor tem, em 2002, uma alteração.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Foi revogado como mandatário o Sr. (*Incompreensível.*) e nomeado outro mandatário, o Sr. Alípio dos Santos Filho.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aqui, em 2002, foi revogado.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas não houve alteração. A alteração, Dona Valéria Amaral entra em 26 de abril de 2000. Aí a sétima alteração, a representação, está aqui: Valéria, do contrato foi revogado o mandato outorgado ao Sr. João Leite Netto.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Então, confere exatamente o seguinte. Em 2002, eu estava com algumas dívidas, inclusive trabalhistas, porque nesse volume é um negócio muito ilusório. Faturamento eu já ouvi dizer até de R\$200 milhões. Meu Deus do céu, nunca chegou a isso, mas nem perto disso, nem metade disso! Cem milhões, vamos supor.

Esquecem as pessoas que, dos R\$100 milhões, a agência franqueada fica com 10%, ela fica com 10%. Na época, eu tinha 147 funcionários. Só de Confins, PIS, encargos sociais, salários...O aluguel que eu pago, só para V. Ex^{as} terem uma idéia, é de R\$33 mil por mês! E os Correios, se venceu no dia 15, ele não quer saber se o seu cliente pagou ou não.

Então, por exemplo, para eu entrar em algum banco, algum amigo, alguma empresa, vou citar nomes, C&A, não tem por que não dizer. Para ganhar a C&A, negociar com uma pessoa que qualquer centavo era importante – tem que ser e deve ser assim –, que me diz: “Qual é a minha vantagem, João, ao tirar a postagem de onde estava e passá-la para você? Se o seu preço é o mesmo – o preço é tabelado –, se você não pode mudar, qual é a vantagem?” Eu falei: “Como é que você paga?” Ele disse: “Eu pago de 15 em 15 dias”. Eu falei: “Então, você pode me pagar de 30 em 30”. Olha, é coisa de jornalista tentando ser comerciante.

Na hora, nós pegamos a C&A, que é uma das maiores postagens do Brasil. O que acontecia? No dia 16, eu tinha que pagar aos Correios. A C&A ia me pagar no dia 16 do outro mês. Meu Deus do céu, é coisa de maluco fazer um troço desse! Mas o que eu tinha de fazer? Eu recorria a banco, tomava o dinheiro do ban-

co e pagava os Correios. E ficava esperando receber da C&A. E assim eu digo, C&A, citei como exemplo, outras muitas nesse mesmo sentido.

Sr. Presidente, eu tenho um débito com o Bradesco de R\$3,5 milhões, com o Banco Real de R\$1,2 milhão, com o Banco Safra R\$1,3 milhão. Eu pago em torno de R\$265 mil, aquele sistema de garantia de contrato meu com o banco. Eu tenho débitos trabalhistas e fiscais.

Em 2002, alguns amigos me disseram: “João, você largou da política?” Eu falei: “Larguei, eu não agüento mais”. Até o meu próprio Partido: “Mas você teve mais de três milhões de votos, você tem uma responsabilidade. Você largou três milhões de votos pela janela e foi embora? Volta a ser candidato”. Eu não estava disposto, como não estou. Volto a dizer, não quero mais saber disso. Mas achei que, principalmente na minha região, eu deveria sair candidato, para ajudar principalmente alguns companheiros da minha região. A minha região é Itapeva, temos algumas prefeituras ali.

Aí eu disse, bom, com esse pepino dos Correios e com essas dívidas todas que eu tenho aqui, vou ter de vender isto aqui. Olha, Sr. Presidente, tentei vender aquilo durante muito tempo. Todos que se apresentavam queriam comprar a minha carteira. Queriam comprar os meus clientes, mas não queriam comprar a minha empresa. Então, se eu vendo os clientes e fico com esse débito, eu quebro de vez.

Daí, eu tenho um gerente que trabalha comigo desde o início, que já veio da gestão anterior, chamado Paulo Firmino, que chegou para mim e disse: “Olha, Dr. João, vamos tocar. A gente passa essa fase. Nós vamos pagar esses débitos. A gente paga isso, a gente paga tudo. Vai melhorar. Isso vai melhorar”. Porque o famigerado dos Correios, poucos anos antes, instituiu um negócio que é uma coisa absurda chamado FAC, que acho que é o pombo da discórdia de tudo isso, a mais brutal e desleal concorrência que se possa ter. Vou citar como exemplo... Sr. Presidente, não sei se outros franqueados estiveram aqui, não sei se sou o primeiro, não sei se falaram sobre isso. Não tenho relacionamento, nem faço parte da Associação. Mas o que essas pessoas têm de vir aqui dizer é o que está se passando com relação a essas franqueadas, porque a intenção é acabar com as franqueadas. Ótimo, acabem, mas não matem aos poucos, não matem da forma como estão matando. Vou citar um exemplo: eu tinha uma cliente chamada Embratel, todo mundo conhece. Isso está aí documentado. A duras penas conseguimos a Embratel. Houve uma série de exigências para se fazer aquele contrato: exigiu-se que tivesse um funcionário lá dentro, exigiu que fosse retirado em

determinado horário, exigiu que fosse postado em determinado horário, exigiu tudo isso.

Muito bem, para se conquistar o cliente foi feito tudo isso. Quando se mexeu com esse tal FAC, os Correios colocaram um elemento deles, Correios, dentro da Embratel. Acabei perdendo a Embratel para os Correios, que era 60% do faturamento dessa agência. Levou a Embratel, que era o meu sustentáculo. Eu fiquei desesperado com isso, daí comecei a entrar para banco, aquela coisa toda. Todo mundo conhece essas histórias, devem ser comuns a todas as empresas. E eu tinha do faturamento 10% E assim ela fez com a Embratel e com uma série de outros clientes.

Num determinado momento, não sei por que razão, porque não conheço ninguém da diretoria dos Correios – sei que o diretor de São Paulo é o Sr. Marco Antonio. Fui uma vez lá, para tomar puxão de orelha deles. Nunca vim aqui em Brasília, desculpem-me, mas nem sei o nome do Presidente dos Correios – em alguma ocasião alguém me falou que ele era do PDT do Rio Grande do Sul, mas não sei o nome. Então, talvez eu não seja comensal da cozinha deles. Mas um dia eu falei: vou passar a mão na minha pastinha, como um simples cidadão, e vou lá brigar com esses caras, vou brigar para saber o que é isso, o que vai acontecer. Na realidade, eles toda a vida usaram um facão na cabeça dos franqueados. Ah, sim, quando comprei a Expresso Postal Teng, chamaram-me nos Correios e me disseram: “O senhor sabe bem o que está comprando?” Assim mesmo, porque eles são desse tipo. Eu falei: “Não, não sei, porque não sou do ramo, nunca fui. Eu quero saber”. Primeiro, fizeram uma sabatina com a minha mulher, que era a titular. Um negócio até vexatório. Mas tudo bem. Eles disseram: “O senhor vai agora assinar um termo de que o senhor tem conhecimento de que ela vai existir só por dois anos.” Você é obrigado a assinar lá com eles. Por muita sorte, algum tempo depois, não sei o que aconteceu, prorrogaram por mais tempo, senão já teria acabado.

Então, a pior coisa que fiz na minha vida foi entrar nesse negócio. Estou saindo sem nenhum e devendo muito. Essa é a verdade.

Então, ele começou, acho até porque a franquia, talvez eles pretendam acabar com ela por alguma razão... Comenta-se tudo no mercado. Mas, então, eles não olham com bons olhos, em resumo, a tal das franqueadas.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Apenas para precisar para o depoente, para mim não ficou clara a razão pela qual a sua esposa saiu da sociedade em 2004 e a sua procuração foi revogada em 2002.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Exato. Aí, eu fui para uma campanha política.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Para Deputado Estadual?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Para Deputado Estadual para ajudar minha região. Aí, eu fui para a campanha. Como eu podia viajar o Estado de São Paulo todo – o que deveria ter feito e acabei não fazendo, fiquei só concentrado na minha microrregião – tendo de estar presente na agência?

Mas, nessa ocasião, já com esse negócio todo, esse Paulo Firmino, conforme eu estava dizendo a V. Ex^{as}, disse: “Não, não venda não”. E ele fez a cabeça do coitado do Sr. Ernesto: “Sr. Ernesto, por que o senhor não compra? Fica com as ações da D. Valéria. Eu tenho 20 anos de Correios, eu vou ajudá-lo, compra pelas dívidas”. Eu tinha dito: “Eu dou isto aqui...” Aliás, eu dou pelas dívidas até hoje. Fica pelas dívidas. E o Sr. Ernesto se entusiasmou com isso e disse: “Opa, legal, vamos lá. Dá, Paulinho?” “Dá”. “Vamos fazer”. E fizemos. Eu me liberei daquilo.

Um mês depois, Sr. Presidente, volto a dizer, o Sr. Ernesto é uma pessoa humilde... Ah, sim, o que ele fez? Para fazer a empresa, ele pôs 99% em nome dele e 1% em nome da filha dele. A filha dele que veio parar aqui na Comissão. Acho que essa menina nunca foi lá, nem sei, acho que ela nunca chegou a entrar lá.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Ela disse na CPI que não.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com 1% para ela poder compor com o pai uma Ltda. Tinha 1%, e o pai os 99%.

Passados uns dois meses, eu estava na cidade de Itaporanga, divisa com o Estado do Paraná, e começaram a me ligar: “Venha para São Paulo, venha para São Paulo” – eu estava num comício lá – “venha que o Sr. Ernesto baixou até hospital”. Eu falei: “Ai, meu Deus”. Vim correndo. O que aconteceu? O contador pediu-lhe um levantamento dos débitos, desses débitos que estão aqui. Uma pessoa humilde, que tinha um armazenzinho desse tamanhinho, foi consultar um advogado, segundo ele. O advogado, ao dar a resposta, reuniu a família inteira e disse: “Você quer morrer? Você quer ir para a cadeia? Você quer explodir? Você quer ser preso? Olha o débito que tem isso aqui?” O homem entrou em parafuso, foi parar no hospital, ficou doente, ele tem problema de diabetes. Eu falei: Bom, a primeira coisa que eu não quero é transferir a responsabilidade, muito menos para uma pessoa de quem eu gosto e muito menos colaborar para a má saúde do cara. Eu falei: “Não, Ernesto, pelo amor de Deus!” Fizemos uma reunião com ele em Belenzinho, Tatuaapé, fui até a casa dele, ele estava acamado e disse a

ele: “Ernesto, não tem por que, tudo bem, vamos desfazer o negócio. Reúne a sagrada família e pode dizer que ninguém está te impingindo a empresa. Você e o Paulo Firmino me fizeram essa proposta de ficar com a empresa, tudo bem, devolva-me, não há problema nenhum, não há nada”. E fui embora cuidar da minha campanha.

Quando eu voltei, o contador me passou... Eu falei: “Olha, avisa ao contador para transferir tudo para mim de novo”. Eu tinha também um procurador meu, um amigo particular que eu juntei até... Está aí a procuração? Está lá. Sr. Alípio.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Sr. Alípio dos Santos Filho.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso, era o procurador. Para ajudar os dois. Dá-me a empresa de volta e digo para o outro contador: “Arruma tudo, devolve, tira as ações, acaba com esse negócio do Ernesto, deixa ele sossegado, entrega ele para a família dele lá e deixa o pepino comigo”. Passados uns dias, eu cheguei lá e o contador disse: “Não pode, está aqui junto”. O cartório mandou devolver toda a documentação por falta da certidão negativa, junto à Receita Federal. Não pude, de novo, transferir para mim. Daí, fiquei mais desesperado ainda, porque não só isso, no meio da campanha, a família me infernizando, a família do Sr. Ernesto achando que eu tivesse feito um mal ao cidadão, quando muito pelo contrário, a minha intenção nunca foi essa e não é.

Falei: “Vamos consultar advogado...”

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A certidão negativa seria sua pessoal?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não; da empresa.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas a empresa tem a certidão negativa.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Isso foi posterior, isso foi em 2004.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A transação foi em 2004. Temos aqui a certidão negativa que foi emitida no dia 5 de abril de 2004. Válida até 5/10/2004.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Da onde é?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Do Ministério da Fazenda.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, Fazenda. Aqui, o cartório me devolve dizendo...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O seu documento está aqui.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – V. Ex^a me dá licença só um minuto?

Tem uma devolução do cartório...Esses aqui são os contratos...”Nota oficial de registro civil. Alteração

contratual. Declaro (...) da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional”. Está aqui o cartório e o registro.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor poderia me passar o documento para a Assessoria ir acompanhando?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor não apresentou a certidão porque não tinha? Tinha débito?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Estou inadimplente. Tenho débito, débitos fiscais lá. Pedi o parcelamento. Mas é demorado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT–SP) – É curioso pois a certidão que vem do Ministério da Fazenda diz que o senhor não tem débito.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Que bom. Então me empresta, porque o outro diz o contrário.

Tenho, tenho sim.

Outra coisa, daí para atender a essas necessidades, principalmente junto à família do Sr. Ernesto, o que eu fiz? Pedi a um advogado que me assessorasse, um colega mais afeito a esse tipo de coisa.

Ele falou: “João, pega a empresa de volta, enquanto não se pode transferir, você faz uma procuração em causa própria, porque a qualquer momento, assim que sanar o problema documental, você passa a empresa para o seu nome, para dar uma satisfação à família do Sr. Ernesto”.

Assim foi feita a procuração. Está aí.

Eu sou o administrador no momento.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Quer dizer, a empresa está em nome do Ernesto e da sua filha, até o momento?

O senhor é o procurador, embora seja o verdadeiro proprietário?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, sou o verdadeiro proprietário, com procuração passada, porque a qualquer momento, sanado esse tipo de compromisso fiscal, passo para o meu nome novamente. Só não o fiz por uma questão de impedimentos legal. Assumo totalmente, sou eu, eu que administrei. Não tem nada a ver com ninguém, sou eu mesmo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Indago da Deputada Juíza Denise Frossard se gostaria de começar a fazer as suas perguntas. Ainda tenho várias questões, mas, em homenagem a V. Ex^a, se assim desejar, eu gostaria, Sr. Presidente, de que S. Ex^a pudesse fazer a sua arguição.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria De Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, vou fazer algumas considerações para retornar ao senhor. Tenho acompanhado o Sr. João Leite Netto; tenho acompanhado essas questões das franquias. De uma forma, estabeleci um foco nisso, qual é a minha preocupação?

A minha preocupação são os dutos que permitem a colocação de pessoas na administração pública para produzir decisões administrativas que vão carrear recursos para campanhas políticas, para partidos políticos e para o bolso de alguns, dependendo do governante de plantão. É mais ou menos isso que, ao longo dos anos, vem sendo feito.

Eu tenho acompanhado com muita atenção a questão das franquias. Acho que estamos perdendo, Sr. Relator, o foco da questão das franquias. Ouvi aqui, nesse tempo que estive de licença médica, coisas como o senhor mesmo disse aqui: “Olha, estou quebrado. Olha, não me está dando lucro. Eles me maltratam, estão-me matando, matam aos poucos”. Eu tenho ouvido tudo isso. Agora, é preciso ter o foco. Estou tendo o foco aqui do ponto de vista público. Nós não estamos tratando de franquias comerciais ordinárias que são aquelas da lei – Deputado José Eduardo, me ajude, a Lei do Itamar, qual é o número dela?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A da franquia?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– A Lei das Franquias.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não me lembro o número dela.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Enfim, a Lei das Franquias, do Governo Itamar. Então, vamos por etapas: as franquias são necessárias, podem ser ampliadas por várias atividades – não estou discutindo isso –, mas a franquia do McDonald's é uma coisa, a franquia dos Correios ou até mesmo da Petrobras é outra. Então, estamos falando de um negócio público. Se fosse na área privada, seria um problema da empresa privada, e, mesmo assim, nenhuma transferência se faz sem que aquele que outorga o nome, a franquia feita entre as partes, este é o contrato de franquia. Nada se passa entre uma franquia do McDonald's, o franqueador e o franqueado, que não seja entre os dois; não se usa isso, e eu estou falando de negócios privados. Pois bem.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Entendi perfeitamente a pergunta que V. Ex^a vai fazer.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Vou-me espriar um pouquinho mais aqui, porque quero voltar ao foco.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – V. Ex^a quer que eu responda já essa parte? Eu já captei.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não formulei, estou exatamente restabelecendo o foco.

Então, quando não se faz assim – e é na área pública –, pratica-se uma imoralidade administrativa; esse é o nome. O que estamos vendo, portanto, é uma sucessão de imoralidades administrativas. Não estou imputando ao senhor.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Entendi perfeitamente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Estou fazendo o desenho.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Perfeitamente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Os Correios é uma empresa pública monopolista. Lá atrás, quando se fizeram as franquias, há várias e várias posições do Tribunal de Contas de que deveria ser uma atividade por licitação: 8.666; o que houve foi a entrega política, como era na minha área: os cartórios.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Exatamente, cartorialmente. Sem dúvida.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Eu tive um escrivão que ganhou um cartório porque, digamos, ele...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Foi feita uma aleluia – não é, Deputada? – para ser bem... Na ocasião, em noventa e pouco; eu soube disso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Em 1990.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em 1993.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Eu tive um escrivão que recebeu um cartório porque ele alcovitava um determinado Parlamentar. Estou falando a história do Brasil, e eu vivi.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Mas isso é histórico, porque o Getúlio também fez muitos prêmios desse tipo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas aí, agora não é justo que a sociedade pague por isso. Eu estava aqui... As transferências... Primeiro, a concessão se faz pelo critério da pessoalidade, quando a Administração Pública se pauta pela impessoalidade, um princípio administrativo, portanto, que foi ferido de morte. Outro princípio é que as transferências são feitas sem qualquer vigência de parâmetros.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – V. Ex^a me permitiria só um apartezinho para ilustrar o que V. Ex^a está colocando?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Perfeito.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – A concessão de um serviço...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Aqui o senhor não está como Deputado, não é?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, não, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O senhor pediu um aparte.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas é que somos tão poucos...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu queria colaborar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – ...e o objetivo é esclarecer porque...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sr. Presidente, eu queria apenas vir a colaborar com o raciocínio, que eu acho perfeito. Eu quero pegar um ponto, que talvez tenha passado despercebido, e é muito importante.

Qual é o critério para se entregar uma concessão da importância dos Correios para um cidadão? Essa senhora, enquanto me conste, pois não tive o prazer de conhecê-la pessoalmente, era inclusive estrangeira, Deputada. A SRA. Teng mal sabia falar português; em sociedade com o filho, que não sabia falar português.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – É a isso que eu chamo de imoralidade administrativa.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Como ela ganha isso?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Exatamente.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Como ela recebe? É uma estrangeira. Será que é permitido?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não. É a imoralidade administrativa, porque não há os critérios, a impessoalidade, a vigência de parâmetros, nada disso. Pois, bem. Não há qualquer transparência. É um negócio fechado. Agora, os contratos, e o senhor mesmo diz – não se preocupe, pois o senhor não é o único. Os que passaram aqui, e eu acompanhei do meu leito lá no hospital, vários, enfim, recebi os documentos, e todos tinham contrato de gaveta.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu não tenho. O meu, não. O meu é...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Há alguma forma?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – De alguma forma, chamamos isso de irregular. É o nome.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – De burla. É o nome?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não sei. Não...está declarado inclusive no meu imposto de renda.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Veja, nós, brasileiros, não gostamos de eufemismos.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu não sou português. Desculpe.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Nós gostamos de eufemismos. Mas, na verdade, é a burla. O serviço da administração pública é absolutamente transparente. Quem não quer fazer assim, não contrate com o ente público. Eu sou da vida pública há quase trinta anos. Quer dizer, na vida pública, sabemos que, primeiro, não se vai enriquecer. No caso, o meu. Sou funcionária pública. Se quer enriquecer, não é na vida pública.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Os princípios são outros. Quer dizer, a vida de um homem, de uma mulher de vida pública, é pública, por definição. O telhado há de ser de granito. E por aí vai.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – É preciso ser assim. Por isso é que hoje estamos vendo a tragédia que se desenrola, que não basta ser. Tem de parecer. Pois, bem. Vamos lá. Agora, se é esse o jogo, é preciso...não é um contrato de franquia, desculpe-me. Não estou falando isso em relação ao senhor. Estou falando em relação a tudo isso. Não estou me dirigindo especificamente ao senhor.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, não, não. Compreendo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Essa é a regra. É um contrato de imoralidade. Não vamos chamar de contrato de franquia. É contrato de imoralidade. Concordo plenamente. Agora, não há princípios constitucionais obedecidos, nenhum deles. Agora, curiosamente, tem um outro aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria De Sá. PTB – SP) – Deputada, desculpe-me. Eu só queria alertar ao depoente que ele não pode fazer comentários. Só se lhe for perguntado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Por mim, Sr. Presidente...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Desculpe-me, Sr. Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – ...o que ele tem feito até agora está me esclarecendo, porque o meu objetivo é esclarecer mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria De Sá. PTB – SP) – Com a sua concordância, eu retiro a minha objeção.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – u busco a verdade real. Mas, vamos lá. Então, o que tem aqui é uma...e aí vem, por exemplo, nós ouvimos aqui um jovem que ele disse “A minha franquia estava

falida.” E, um ano depois, ele tinha um faturamento de 140. Vai ser bom assim lá na China!

O SR. JOÃO LEITE NETTO – De São Paulo?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– De São Paulo. Aí, o que acontece na verdade? A franquia suga o que já é do ente público. É preciso uma vigência de parâmetro, porque isso é nosso. Eu pago 40% de impostos. O senhor também. Então, vou zelar pelo meu dinheiro. Ou, então, se os Correios são empresa pública, que continue. É preciso que não... então, o processo migratório, e aí chego às perguntas. Algumas só, viu, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – À vontade, juíza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

— Eu vou fazer algumas perguntas só, para me esclarecer, porque estou convencida de que deve haver a franquia. É a primeira coisa. Não tem nenhum critério. Agora, esses não são contratos de franquia. É contrato de imoralidade. Agora, vamos lá. Aqui, por exemplo, eu tenho valores de janeiro a julho de 2005, o serviço migrado da sua franquia, porque é sua. O senhor vem aqui e diz “Olha, de fato é minha.”

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É minha.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas está no nome do fulano e não constam dívidas. Não constam dívidas na sua franquia.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com os Correios?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, com o Imposto de Renda. Não constam.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – (Risos.) Não entendendo mais nada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Quer dizer, em 2004, não constam. Quando foi transferido...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, não, não, não. Sim, aí pode ser.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não consta. Então, o Sr. Ernesto, quando comprou, ele não assumiu 99% de dívida, porque ele não tinha dívida.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Inclusive eu tenho aqui... se a senhora me permite... o Banco Real... o Banco Bradesco, o Real e Safra, só aí dá 6 milhões.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, o senhor falou com a Receita Federal.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Também. Também.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Com a Receita, não tinha.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Há débitos fiscais.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Aqui não consta.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Pois é.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Disso, Sr. Relator, já requeiro esclarecimento.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – E eu me comprometo...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Bom, mas, então, o que é que acontece?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se o depoente pudesse trazer os débitos que não constam das certidões.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Posso. Posso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O que é que acontece aqui? O que acontece é que houve um serviço migrado...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT

– SP) – Deputada, talvez tenha esclarecimento.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Está esclarecido.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT

– SP) – Eram débitos do lucro presumido que, em 2004, não tinham sido lançados; só foram lançados em 2005, 14 de março de 2005.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Ah, bom.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Perfeito. Exato.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Por isso é que a informação que foi pedida pela assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB

– SP) – É atrás da Procuradoria.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT

– SP) – Mas, na verdade, pelo menos essas dívidas não constavam em 2004.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Quando se transferiu...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT

– SP) – Quando se transferiu.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É. Eu sabia existir.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois bem. Aqui, então veja. Então, não vamos perder de vista que isto é uma franquia pública...! Quem contrata uma franquia com os Correios está contratando com a coisa pública. Princípio de transparência... porque eu vi aqui todos que desfilaram, inclusive diretor comercial, levando...ah, eu queria colocar... vencer isso, aquilo. Quer dizer, eu vou fazer um negócio maior. Não é assim na área pública. Área pública tem de ter o princípio da transparência, da impessoalidade, os princípios administrativos, porque é a garantia, é a nossa garantia. Se quer fazer isso, vá fazer na área

privada. Não é na pública. Não pode emprestar para o meu amigo ali, tal, como foram dadas as franquias, como eram dados os cartórios.

Agora, eu estou vendo aqui que o senhor teve um serviço migrado enorme. Por que somente algumas ACFs conseguiram conquistar os grandes clientes dos Correios?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Esses grandes clientes eram meus.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Como assim?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eles me foram levados pelos Correios, quando instituído o FAC.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Quem levou para o senhor?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Os Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não, quem? Materialmente, quem na época?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, eles punham funcionários dentro do meu cliente. É aquilo que eu disse no início. A senhora talvez não estivesse... É o seguinte: eu...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não, só um minutinho, vou fazer a pergunta objetivamente.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Como é que o senhor conseguiu conquistar esses grandes clientes? Como é que eles foram... Algumas ACFs têm esses grandes clientes.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Têm. Então...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Como? Como?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Nós temos o corpo de contatos, como funcionam agências de publicidade. Tem um contato meu na C&A; outro vai no Bradesco...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Que já eram clientes dos Correios?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Mesmo das outras franqueadas. Há uma disputa do mercado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, mas esses clientes em algum momento eram dos Correios. Como é que vocês conseguiram pegar?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, eles não eram originariamente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Eles eram dos motoboys?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, eles eram nossos, das franqueadas. No caso da minha, quando eu comprei, já era meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu entendi o que a Deputada está querendo

dizer. Antes de ser das franqueadas, eles não eram dos Correios? Era isso o que ela estava querendo dizer.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, com certeza. Não tinha outra forma.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Como é que elas vieram para os senhores?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Porque foram os corretores que agenciaram isso. É a norma do mercado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Que corretores são esses? Norma do...?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Norma do mercado de franqueados. A franquia é uma coisa de comércio, comercial.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mercado de franqueados. Muito obrigada. É só isso.

Outra coisa: há um acordo Abrapost. Ele não foi respeitado, então?

O senhor pertence à Abrapost?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, senhora. Abrapost é associação?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– É.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Nunca fui. Não sei quem é o presidente. Desconheço. Se trouxer o presidente, que pode estar até presente aqui, eu não sei. Não conheço. Na minha gestão, pode ser em outra gestão, na minha não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Qual foi a participação percentual de clientes que migraram dos Correios na receita mensal da sua franquia em 2005?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em 2005?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Só 2005.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, 2005, estão voltando pra mim. O que me foi roubado em 2002, 2003...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Qual o percentual disso?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não tenho exatamente aqui, mas posso lhe dizer que aproximadamente... olha, se completou – eu estou fora de São Paulo já há uns dias – mas deve estar em torno de uns 80% e deverá chegar a 100%, Deputada. Se a senhora me permitir, deixe-me colocar. A senhora me permite só para colocar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não, não, só me interessa o valor.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, em números, a senhora diz?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mais ou menos, 80%?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – De 80%... Eu não tenho em números no momento, mas posso fazer chegar à senhora, mas tenho uma coisa mais ou menos próxima. Vamos chamar... eu tenho um levantamento que eu fiz aqui de agosto...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mais ou menos. Não precisa ser...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É, o faturamento aqui de agosto...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor ressalva que deve ser mais ou menos...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Mais ou menos, aqui, a comissão que nós recebemos dos Correios, em agosto, está aqui, foi de R\$1.267.150,00.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Qual a participação percentual de clientes que migraram dos Correios...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Que voltaram... A senhora está dizendo que...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– ...na receita mensal da sua ACF em 2005?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, esse número eu não tenho nesse... Esse aqui é o global que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O senhor podia encaminhar à Comissão?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Posso... Eu posso dar até com exatidão. Mas a senhora vê que o total de entrada foi R\$1.267 e saída R\$1.145. Quer dizer, tem um volume extraordinário e acaba não sendo...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor tem uma idéia se a empresa dos Correios ganhou ou perdeu com essa migração? A empresa...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu gostaria de estar do lado da senhora, mas um dia, se Deus quiser, vou me livrar disso, vou procurar, nós vamos investigar outros caminhos, aí na condição nem como político, mas como jornalista. Eu vou chegar lá. Porque não é possível que tenham feito o que eles fizeram de graça. Não é possível que não tenham interesses outros relacionados. Eu tomo da senhora... Tudo que a senhora falou eu concordo em gênero, número e caso. Dá impressão que eu até estou falando contra mim mesmo, mas não é. Concordo plenamente. Mas como existia à venda uma coisa legal, eu fui lá e comprei. Depois, é que comecei a colocar alguns reparos, como a senhora está comprando.

Mas vamos nos reportar a 2002, 2003, em que eles colocaram esse famigerado FAC. O que era esse FAC? Se eu tenho um cliente, Deputada, eu estou dentro das normas dos Correios, eu não posso dar desconto, eu não posso fazer nada. Eu estou engessado. Tenho de fazer todo serviço, assumir todo o risco. Não

posso dar benefício nenhum. Daí os Correios vão por trás, põem um funcionário dele no meu cliente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Que era dele?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, não era dele, Deputada. Meu cliente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não tinha franquias?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – A senhora diz antes de existirem as franquias?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, as franquias foram criadas exatamente para pegar um mercado que os Correios não pegavam.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso não pode, em 2003. Estou dizendo agora. Isso foi em 1993, em que foram criadas as franquias, se não me engano, 1991, 1992.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas isso deveria...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, porque os Correios têm o monopólio. Deveriam ter, pelo menos. Mas é o tipo do monopólio que não é para valer também. A senhora sabe que tem uma porção de courier funcionando por aí e eles não vão querer saber onde é que vão parar essas courriers. Courier é ilegal neste País.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Deixe-me só fazer uma pergunta ao senhor aqui. A utilização...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Concorda comigo? Courier é ilegal. O monopólio é dos Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A utilização da média histórica de 2002 foi vantajosa para sua franquia?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, senhora. Foi deficitária.

SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Agradeço à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu me reinscrevo para eventual...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Queria retomar algumas coisas que são importantes. Desde o depoimento da semana passada, quando veio aqui a Sra. Yamashita, se não engano...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Emily.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Emily Yamashita e a presidente da Abrapost, que muitas coisas

começaram a se esclarecer aqui. A primeira delas, e para mim foi um dado relevante, é que as franqueadas foram, na verdade, os franqueamentos, e talvez daí se explique a circunstância de ter sido concedido de uma forma talvez não cuidadosa ou não adequada, como, por exemplo, a 8.666, que tem o advento posterior...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Ilegal, se me permite.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas eu acho que, como à época não tinha regra, eu não posso falar ilegal. Eu posso falar ilegal depois da regra estabelecida.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Permita-me um aparte, Deputado Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Já tinha os princípios administrativos. Já tinha a Lei nº 8.666, que indicava a licitação e já havia, inclusive, indicação, desde o momento em que elas nasceram, do Tribunal de Contas da União, que vem, reiteradamente...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A Constituição Federal, inclusive, desde 1988 exige licitação.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – impondo a licitação. E a Constituição de 1988. Então, as regras já estavam todas lá.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero deixar claro que, na época, os Correios trabalhavam com uma perspectiva... Porque não tinham recursos, não conseguiam atender um mercado que estava atendido por um conjunto grande de empresas, que até hoje concorre, em menor grau hoje pela ação, inclusive, do corpo de 1.468 franqueadas...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mil?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – São 1.468 franqueadas.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em nível do Brasil, não é?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em nível do Brasil todo. E inclusive eu tive um cuidado... Estou apresentando um requerimento hoje chamando os presidentes de várias dessas entidades para que venham aqui nos explicar como é e por que elas operam. Existem muitos números, e um que dá conta de que são 17 mil empresas, que ocupam uma área de trabalho que seria a área de trabalho dos Correios e das suas franqueadas. Disputam o mercado.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – O senhor me permite?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Chegam a dizer, num documento, que pode chegar a 1,2 milhão de pessoas envolvidas nesse processo.

Eu acho uma demasia. Acho que esse número já é grande demais. Mas não importa. Nós vamos descobrir porque eles vão vir aqui, vão sentar igual ao senhor aí, para poderem nos explicar como é que essas operações funcionam.

Por outro lado, também há todo um outro ângulo de análise que eu acho importante ser visto. É o fato de que, para que as franqueadas possam deter os grandes clientes corporativos, há uma série de serviços – isso foi o que explicou...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – São os agregados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...que são desenvolvidos e custeados pelos franqueados. Ou seja, quem banca lá toda a estrutura que permite a impressão, separação, cadastramento, empacotamento, tudo isso...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Divisão de CEPs. O manuseio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O manuseio, que é uma agregação de serviços com os quais os Correios não correm nenhum risco com isso. O outro fato que ela trouxe aqui, que considero revelador, é o aspecto de que, se uma franquia recebe um determinado valor, um franqueado, por conta de um grande cliente, que não se limita aos bancos, hoje. Estão aí as grandes cadeias de supermercados e os grandes clientes de varejo.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Meu cliente C&A era um dos maiores.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nesse sentido, o que ela esclareceu? Que 90%, que é a parte do Leão, fica com os Correios, que não têm custo nenhum do valor do franqueamento.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Foi o que eu disse.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ou seja, daquilo que está incidido lá, os Correios ficam com 90%. O que ele repassa...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sem nenhuma responsabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sem nenhuma responsabilidade, sem nenhum custo de operação. Ou seja, remunera apenas a eventual distribuição posterior de uma máquina que já está estruturada. Não agrega nenhum funcionário a mais. Eu acho que esse é um... Comento isso, porque o que acho que, em alguns momentos, discutimos aqui foi o retorno à discussão ideológica de se tem de ter ou não franquia. Primeiro, então, eu já quero manifestar,

reiteradamente, que defendo o sistema de franquia. Eu acho que quanto mais a sociedade puder participar daquilo que é a atividade pública é melhor e serve para estabelecer controles. Compartilho da tese da Deputada Denise Frossard...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– **V. Exª me permite um aparte?**

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Agora, V. Exª poderia ser um franqueado. Poderia ser, em tese. Mas V. Exª não foi lá atrás porque não era um apaniguado. Então, quer dizer, o rompimento dos critérios é que me faz afirmar, Deputado Onyx, que o que nós temos examinado aqui – não vai aqui nenhuma culpa ao senhor, não estava lá em 90...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não, em absoluto. Concorde.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – E eu concordo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) –

Estou absolutamente... Mas o que temos é um festival, e não é de franquias, não, porque até na lei das franquias isso se dá com regras. Eu disse aqui: o McDonald's não vende a franquia; o franqueado não vende sem o McDonald's ir dar o seu *placê*. Isso aqui é um festival de imoralidade administrativa. Eu nunca vi igual a um negócio desses. Eu sou da área pública...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É anterior à lei das franquias.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Anterior à lei. Mas os princípios já estavam na Constituição etc e tal. Então, isso é uma barbaridade porque se perdeu o norte, o norte magnético é o ente público. Ou então acabe com ele. Eu não estou dizendo aqui que tem de acabar ou não tem de acabar. Estou dizendo que, se ele é um monopólio público, ele é meu enquanto patrimônio público e um centavo que saia dele, que migre, é um atentado, é um crime de lesa-pátria.

Obrigada, Deputado. Desculpe a interferência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aí, Deputada, com todo o respeito que eu tenho pela senhora e a admiração pelo seu trabalho, eu tenho uma divergência. Em nenhum momento, faço reparos à busca, correta e justa, que a senhora faz, que todos nós fazemos, do processo de conversão do sistema.

Agora, eu tenho uma premissa. Eu acho que o mais importante é o público. O ente público é meio para chegar no final, que é o cidadão. Essa é minha lógica. Então, o que eu quero defender aqui é o seguinte, eu acho – e é isso que eu quero discutir e solicitar a mesma coisa que eu pedi ao Presidente, porque é isso que estou preocupado em esclarecer, o que eu quero trazer para o debate: a questão do conceito das franquias. Eu sou daqueles que não aceitam discutir

que elas deixem de existir. Eu quero ajudar a sanear, corrigir, melhorar e, se for possível, ampliar, dentro do que a lei determina. Jamais porque o ente público por natureza é perdulário e incompetente. E aí podemos elencar toda a história brasileira recente na atividade econômica, naquilo que é a atividade econômica, na minha visão, e permite todos esses apaniguados. Quanto mais a sociedade entra, menor o espaço para o compadrio.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor me permite?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para a senhora, sempre, desde que eu tenha tempo depois de perguntar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como somos só nós dois, podemos enriquecer essa questão, na qual, pelo que estou vendo, não há discrepância. Eu também permito, é evidente que sim, eu vou até além. Eu acho que o Estado é um equalizador de iguais oportunidades. Melhor seria se ele se preparasse para deixar para a atividade direta dele o que fosse essencialmente do Estado. Então, essa é uma posição filosófica que eu tenho. Agora, é preciso que o Estado tenha mecanismos rigorosos, porque senão ele vai fazer, por exemplo, hoje, no nosso Estado, Deputado Onyx, nós estamos vendo – o senhor é um ativo e dos mais altos expoentes da CPMI dos Correios, em combatividade, em expressão –, por exemplo, já extraímos uma tragédia nacional. Não pode um Estado conviver com 19.202 cargos públicos de livre nomeação porque vai ser o duto por onde passa a corrupção. Não é verdade?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Neste e nos futuros.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– No futuro. Não adianta. Então, quer dizer, na Inglaterra são 120 cargos; na França, são 450 e, nos Estados Unidos, 745.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na Alemanha, são menos de 500.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, veja, acho que esta CPMI, se me permite, Presidente, abusando do aparte que nós estamos quase... Eu até gostaria que essas mesas, Deputado Onyx, fossem redondas, que nós seríamos os cavaleiros de Arthur, da Távola Redonda, poderíamos discutir com mais proveito para uma finalidade. Mas, por exemplo, nesse aspecto da administração pública, eu acho que a CPMI dos Correios tem uma enormíssima contribuição a dar, por exemplo, na questão das franquias, como fazer para mudar isso e obedecer aos reiterados relatórios do Tribunal de Contas.

Por outro lado, a área administrativa também, como V. Ex^a bem lembrou e trouxe um número que eu não tinha dos menos de quinhentos. Qual país?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Alemanha.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Alemanha. Eu não tinha esse número da Alemanha e agradeço a V. Ex^a. Quer dizer, tudo isso, eu acho que, neste momento, por isso que eu me animei, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE(Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – À vontade.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Este é o momento que nós temos. Talvez a CPI seja mais forte quando vê o desenho da corrupção, já que nós não somos aqui nem promotores nem delegados nem polícia nem nada disso. Concordo com o Ministro Abi-Ackel, que aqui nós não podemos indiciar ninguém. Só podemos pegar os nossos, os parlamentares. E a minha preocupação com as franquias é porque Marinho disse que atrás de cada franquia tinha sempre um deputado ou um senador. Ele não falou jornalista. Ele falou deputado e senador. Então, quer dizer, essa é a preocupação, porque, dada a falta de transparência, dado tudo isso.

Mas, desculpe esse monólogo. Peço perdão pelo excesso. Mas dizem os juristas, eu não sou uma, mas V. Ex^a é...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Lógico que é!

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E só comete o excesso quem está – como eu me sinto aqui – em legítima defesa (risos) do patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Para emburrecer a conversa, o seu tempo terminou.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu ainda nem perguntei...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu cedo a minha reinscrição para o Deputado Ônix.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O tempo da Deputada Denise está acrescido ao seu.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quis somente resgatar essa questão, porque, em algum momento, perpassou essa questão ideológica. Penso ser fundamental preservarmos,...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com certeza!

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – ...tenho 95% de pontos de identidade com a Deputada Denise

Frossard, e sei que S. Ex^a tem para comigo também. Mas, apenas para reiterar e agora vou objetivamente às perguntas, onde pode haver problemas, dentro deste universo dos franqueamentos.

Maurício Marinho disse que as máquinas digitais têm por escopo registrar todas as entradas e saídas de objetos das agências. E ele diz: “certamente há fraudes derivadas do não controle dos objetos postados nas agências franqueadas (...)”.

Declara, ainda, que “o controle está a cargo das áreas operacional e comercial, e que o não franqueamento de objetos é uma das fraudes; e que a franqueada informa somente o número de contrato e quantidade de objetos postados. Não é comum checar a declaração da franqueada com a quantidade de objetos que foram lançados por ela no tráfego postal (...)”.

Isso é problema. O que é postado; como é feito o controle; e que, eventualmente, a franqueada teria chance de não informar o número de objetos franqueados. E a outra parte é a seguinte – e aí, ele vem com uma complementação: “que há o problema do tal do cabeçote clonado. O cabeçote possui uma bobina, por onde o objeto postal passa, ficando impresso nele o nome da agência, a data e o valor. As franqueadas usam cabeçotes clonados no que se refere ao franqueamento à vista”.

A respeito dessas declarações dele, tudo o que falei até agora são declarações que ele deu aqui e também na Polícia Federal. Agora, as perguntas: como é feito o controle dos objetos postados na sua agência? Os Correios fazem vistoria nas máquinas? Quem é responsável por essas vistorias? Com qual frequência ela é feita? O senhor já teve notícia de algum tipo de favorecimento, alguma franqueada, por conta da área operacional ou comercial da ECT? Quantas máquinas digitais, porque, segundo ele disse também – teoricamente as novas, essas da Pitney Bowes ou da Unisys; essa da Pitney poderia ser modificada, mas que essas da Unisys são mais seguras...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, são totalmente seguras.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – As pergunta são: o número de máquinas que existem na sua empresa. O que o senhor pensa do por que dessas declarações do Sr. Maurício Marinho, jogando isso sobre os franqueados? Se ele tinha algum alvo específico, ou se havia algum alvo na Diretoria Comercial dos Correios? E se a sua franqueada já possui essas máquinas novas? É isto: esclarecimento sobre o procedimento do franqueamento; o controle; o mapeamento; como os Correios fazem para não ser passado na perna.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Nobre Deputado, V. Ex^a se utilizou de um arti-

fício. Esgotou o seu tempo com as perguntas. O tempo do depoente é o mesmo seu. Vou abrir uma exceção para permitir as respostas dele...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Até porque as perguntas são pertinentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – As suas perguntas poderiam ter caído no vazio.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Mas sei que V. Ex^a tem sensibilidade, sabe que tive o prazer de fazer um debate com a Deputada Denise Frossard, o que irá nos ajudar nos esclarecimentos...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Pelo seu empenho, pelo seu trabalho na CPI, vou relevar. Mas V. Ex^a se utilizou de um artifício anti-regimental.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Agradeço a compreensão e a grandeza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Já é o tempo da Deputada, não é nem o seu.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Está cedido!

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Então, vou me reinscrever para poder ceder um tempo para que a Deputada possa fazer as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – A inscrição está cassada.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – À vontade.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu até pediria à Deputada para acompanhar, porque aí há um ponto interessante.

Eu não posso falar pelas demais franqueadas, obviamente, até porque não me relaciono com outros franqueados, não os conheço, tenho outras atividades a cuidar fora da franquia. A minha agência tem o maior número de máquinas. No momento, tenho 26 máquinas. Para o senhor ter uma idéia, uma agência pequena, de médio porte, no máximo quatro; eu tenho 26 máquinas. O meu gerente, anteontem – aí que entra a parte de correio, porque esta CPMI tem de ter uma abrangência para sanar muita coisa. Aí que pedi a atenção da Deputada. Eu tenho 10 máquinas digitais apenas, Deputado. O meu gerente liga, implora, oficia, pede, já usou de todos os meios para que venham mais, porque a mim interessa essa máquina, porque o controle maior vai ser meu. Nessa máquina é impossível mexer. Mas os Correios não têm para entregar! Ora!

Aliás, quanto à aquisição dessas máquinas anos atrás, seria interessante uma conversa. Estou trabalhando com 13 máquinas mecânicas terríveis porque

os Correios não têm para entregar. E querem saber de outra, Deputado e Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Pela oportunidade. O senhor falou que tinha 26 máquinas, mas 10 mais 13 são 23?!

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Perdão, são 23 máquinas! Eu estou sob juramento, posso sair preso.

Mas aí, o caso é o seguinte, vejam bem: essas máquinas, segundo os entendidos do ramo... E volto a dizer que não sou entendido nesse ramo, Deputado. Foram adquiridas essas máquinas, Galaxy, de baixa qualidade, que não suportam o volume de trabalho; após cinco horas de funcionamento, ela começa a avermelhar, esquenta e pára! E você é obrigado a trabalhar com máquina mecânica. A gente não precisa ser muito esperto, não é? O senhor entendeu? E segundo consta, o preço pago por essas Galaxy é muito acima do que poderia custar uma máquina que, com quatro horas de trabalho, fica vermelha. E ela tem um período para ser religada. É como um helicóptero, ao ser desligado, precisa de 45 minutos para ser religado. A máquina é assim.

Agora, palavra de honra, não me consta que seja possível fazer. Até se fosse eu não estaria nesse miserê junto aos bancos, como eu estou, e também não o faria porque não é da minha formação. Mas não acredito que alguém possa – até porque, respondendo ao segundo item da sua pergunta – ficar aberto 24 horas. Se eu ficar aberto 24 horas – eu tenho dois fiscais. Talvez por ser a maior, eles ficam mais, pelo volume de faturamento. Tenho dois. Se eu ficar 24 horas de porta aberta, eu tenho dois caras ali dentro. Dos Correios, fiscais, que eles se chamam... Bom, a tradução é fiscal, vou no nome mais pomposo...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ele é mais que auditor, um negócio importante. Fica lá dentro, sentado, ao lado da máquina. Quem é que vai mexer nisso? Senhor auditor, com licença, vai lá tomar um cafezinho...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Só uma pergunta: depois que sai da sua empresa, quando chega nos Correios, ela sofre um outro...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, ela vai... Sim, claro, por peso, através do peso; é uma outra checagem. É distribuído em contêineres e aquela coisa toda. Então, quando ouço falar nisso, realmente, onde pode... porque com essas tais Galaxy é impossível. Já é quase impossível fazê-las funcionar, muito mais difícil deve ser mexer numa máquina dessa. As mecânicas, o que teria de fazer? Parar a máquina? Não sei. Desmontar a máquina na frente do fiscal? É meio fantasiosa essa

história. O negócio não está por aí. O negócio está em outros setores.

Outra coisa, completando a série de perguntas de V. Ex^a.

Os Correios, em uma pesquisa popular há bem pouco tempo, era a instituição que estava em terceiro ou quarto lugar em termos de credibilidade neste País. Então, essa preocupação que a senhora tem é muito justa e válida porque são raras as instituições com credibilidade neste País, infelizmente. Os Correios são uma delas...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Mas perdeu, não é?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não sei se hoje estaria na mesma posição no *ranking*. Nós temos o Corpo de Bombeiros, a Igreja, e os Correios vinham na frente. Eu me lembro, quando moleque, de que os Correios eram o orgulho nacional.

Então, quanto ao negócio das franquias, volto a dizer: se Deus quiser, vou vender a minha, vou encontrar algum louco. Quero me colocar junto a V. Ex^{as} como conhecedor desse lado, como colaborador desse lado, até como jornalista, para preservarmos uma instituição. Não é só um direito do povo, que é muito claro, mas os Correios são uma instituição nacional.

Mas, se também formos para o extremo de acabar com as franquias amanhã, os Correios não terão condições de absorver com a mesma qualidade que as franquias, porque, Deputada, se trata daquele ponto de que o Deputado falou muito bem: temos serviços agregados à simples postagem. Na separação de CEP, por exemplo, tenho lá 120 moças. O dia em que conheci aquilo lá, quase caí sentado. Falei: “Não é possível. Isso é desumano!”. Elas ficam, com pilhas e pilhas, num casulo, fazendo manualmente a conferência; elas ficam conferindo e colocando ali dentro. Ficam o dia inteiro fazendo aquilo. Isso tem um custo, e os Correios não fazem, eles querem receber limpinho, empacotadinho, dividido por CEP, dentro da caixinha, bonitinho.

Então, o meu medo, como cidadão brasileiro, é o de que, se acabarem as franquias – o fato de acabar ou não, para mim, não está interessando muito –, os serviços dos Correios vão piorar muito, porque, como empresa estatal que é, para admitir um funcionário, têm de fazer concurso público; para comprar uma máquina, têm de fazer licitação. A Lei nº 8.666 não é brincadeira; é uma guilhotina. Já dirigi uma empresa pública e sei o que é isso.

Então, vamos correr o risco de mexer em uma coisa que foi um dia – e Deus queira que continue – uma instituição nacional, os nossos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Nobre Deputado José Eduardo Cardozo, Sub-Relator, retorno-lhe a palavra.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Volto, então, à arguição, sem prejuízo de interrompê-la daqui a pouco, para permitir aos nobres Deputados que façam suas perguntas, para que eu não fique cansando os ouvidos do nosso Sr. Presidente.

O senhor se recorda quanto pagou pela aquisição da sua ACF?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Entre as dívidas que assumi, mais o que dei, foi em torno de R\$750 mil. Não chegou a R\$750 mil.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Foi em torno de R\$750 mil à época?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – À época, considerando o passivo que assumi, que era parcelado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor lembra de quanto era o passivo?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em torno de R\$650 mil a R\$700 mil. Já vinha com um passivo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – E esse passivo era oriundo de impostos ou de...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – De impostos trabalhistas. De Banco já havia alguma coisinha; era pouco, mas já havia.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeito. Por que o Shopping Tamboré nunca se associou à Abrapost, que é exatamente a associação que agrega os franqueados?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Anteriormente a mim, não sei qual a razão. Como ela já não era associada quando a comprei, não vi razão em me associar depois, até porque não sei o que essa Abrapost pode oferecer de auxílio, de vantagem, ou alguma coisa além de... E, depois, eu já estava com dificuldade de caixa. E ia pagar a Abrapost? Não sei nem qual a mensalidade! Mas nunca me interessei em ser associado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeito.

Quando o senhor a adquiriu, uma coisa que nos chamou à atenção foi o seguinte: a Juliana, quando veio aqui depor, ela falava de dívidas com a Receita...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – A Juliana é a filha...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Do Seu Ernesto.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Do Seu Ernesto. Sei.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Ela falava das dívidas com a Receita Federal. As dívidas com a Receita Federal são essas de 2005

que o senhor mencionou. Porque, na verdade, em 2004, não constam dívidas.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, não.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Daí me chama a atenção o porquê de não ter havido a transferência.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É que elas chegaram ao conhecimento **a posteriori**. Mas, antes, eu já sabia disso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – E já havia ações na Justiça?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Já, já. Várias.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Havia ações?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Várias. Até hoje...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Então, seria essa a razão?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Essas são as razões.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Shopping Tamboré tem um faturamento anual de quanto? É apenas para checar os números que temos aqui.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu posso trazer com exatidão para o senhor, porque tive a preocupação de mandar levantar na hora em que saí de lá. Eu tenho, por exemplo, aqui, o mês de agosto, que já foi fechado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O anual, o senhor tem?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, o anual eu não tenho, mas eu posso tomar por base...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeito.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Vamos dizer que seja em torno, tomando como base a comissão do mês de agosto, de R\$1,267 milhão. Vamos colocar aqui –esse mês é atípico, agosto – R\$1,1 milhão/mês.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Um milhão e cem mil reais por mês de comissionamento?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Comissionamento.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Porque temos um comissionamento anual da ordem de R\$12.260.269,00 e um faturamento total de R\$144.543.266,00.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É. Nem todas as postagens, Excelência, são de 10%; algumas são de menos ainda.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – São menores. Considerando esse comissio-

namento e esse faturamento total, qual é, digamos, o lucro líquido que o senhor obtém anualmente, tirando o seu endividamento?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu vou lhe dar aqui exatamente. É só fazer uma rápida continha. De R\$1,267 milhão para R\$1,145 milhão. Quanto é que dá isso? De R\$1,267 milhão para R\$1,145 milhão, são R\$122 mil. Só que aqui não constam as comissões dos corretores, que eu pago.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Como assim? Comissão dos corretores?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É porque funciona como uma agência de publicidade. O cidadão vai lá e me traz... A C&A – é uma hipótese – ou a Kibon do Brasil, que posta bastante... Então, eu dou comissão para ele por ter trazido. E todo mês, eles recebem a sua comissão, enquanto o cliente estiver na agência. É um repasse de comissão. Então, aqui, nesse mês de agosto – maravilhoso! –, sem contar os meus débitos todos, sobrou-me a quantia de R\$145 mil. Não dá para pagar um dos bancos. Não dá para pagar os Correios.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Esse endividamento da sua empresa se deve a quê?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ela já veio com esse débito. Depois, quando se instituiu...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Porque é uma receita boa. Não fosse o endividamento, seria uma receita boa, R\$145 mil/mês.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ela é ilusória demais. É aquele negócio, como se trabalha com o mundo... Como deve ser um martírio ser caixa de banco, pois ganha tão pouco e manipula aquele dinheiro todo! Deve ser uma coisa horrível. É o nosso caso. Nós manipulamos todo esse dinheiro, entra por aqui, entra por aqui, e entra aquele monte de dinheiro, e, na hora em que você vai ver, não sobrou nada. É um engodo isso aí! Veja bem...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor está para vender a sua franquia?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Estou.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Por quanto?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Pelas dívidas. Quem quiser assumi-la pelas dívidas... Mas, olha: vendo com prazer, mas não aconselho amigos a comprar, a não ser que mude, a não ser que esta CPI, realmente, desenvolva esse trabalho, e daí se moralize essa coisa aí. Não digo... Olha, eu, francamente...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas veja, apenas voltando: o senhor falou que o ganho mensal é de R\$145 mil, em torno disso.

Como o senhor chegou a esse endividamento? É isso que me espanta um pouco.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu já a comprei com certo endividamento. Depois, eu tentei, como eu expliquei aqui, ser mais esperto do que o rei e acabei tomando uma traulitada – perdoem-me a expressão! Por que isso? Para ganhar clientes, você tem de dar alguma coisa a mais, senão você não ganha os clientes. O cliente está lá... E me disse muito: “João, olha, eu gosto de você, sou seu fã. Assisto você na televisão. Que maravilha! Gosto do seu programa. Agora, por que eu vou tirar da agência que me serve e passar para a sua agência? Qual é a vantagem que você me dá?”. Não é nenhum desrespeito, eu ia até brincar, mas não é nenhum desrespeito... É um judeu, e acho que o judeu trabalha dessa forma. E está certo ele. Eu falei: “Olha, como é que você faz para pagar?” “Eu pago todo dia 15.” Eu falei: “Está bom. Então, vamos fazer o seguinte: eu te dou 30 dias”. Aí eu comecei a quebrar. Por quê? Os Correios não admitem que se ultrapasse o 16º dia. Se o cidadão postou no dia 14, você tem de pagar para os Correios no dia 16. Eles não perdoam. Agora, eu dou 30 dias e não tenho capital de giro, o que eu faço? Eu corro ao Banco, para saldar os Correios, porque senão vêm aqueles juros exorbitantes, multa de mora mais juros. Eles desconhecem a legislação totalmente. Então, aí começou a encalacrar, porque daí vira aquela bola de neve que ninguém segura. É ladeira abaixo mesmo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Hoje, a sua dívida bancária está em torno de quanto?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Bancária, tenho aqui, em torno, não, eu devo exatamente 3 milhões e meios para o Bradesco, devo 1 milhão e 200 para o Real e 1 milhão e 300 para o Safra, e pago, mensalmente, para o próprio Correio porque tenho um débito no Correio, aquele débito que passei a V.Exª, que é aquele que nunca acaba, porque, é tanto juro, que não acaba nunca...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu pago 91 por mês, paguei 10, o meu débito era 1 milhão e volta a ser o mesmo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aproximadamente, o débito total da sua empresa...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Falou que pagou 14 e não 10.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Quatorze prestações.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – É.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Então, e eu tenho o mesmo débito, do início. Eu não entendo. Aquelas contas da Caixa Econômica, de antigamente, você comprava um apartamento, você não acabava nunca, porque, aquilo ia rolando, rolando, rolando, não acaba nunca. Agora, eu quero saber, o critério. Qual é o critério que o Correio usa? Entendeu? Então, somando, tudo, Exª, respondendo mais detalhadamente a sua pergunta, estou, aqui, com 6 milhões em banco e 2 milhões nos Correios, que, embora eu tenha pago (*Incompreensível.*) voltou a ser 2. Esse é o total.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – 8 milhões.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Agora, quem que vai pagar, ainda que possa ser considerada a maior agência do Brasil, quem paga isso? (Pausa.) Mas, meu Deus do Céu, abraçaria, de coração. .

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Bem. Houve aquela migração de clientes que já for tocada pelo senhor...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Pois é, não sei se até respondi em detalhes.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Quais foram as gestões que o senhor fez para obter essa migração?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Nenhuma. Não conheço ninguém nos Correios. Não fui lá. Não sei...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor não veio falar aqui em Brasília?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É Marco Antonio... Não, é Marco Aurélio.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É o Superintendente, é o Marco Antonio.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Antonio, em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Isso.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, aqui também. Não conheço. Não sei nem quem é o Presidente.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor apresentou o pleito, como é que foi?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Nada. De repente, assim. Por isso, que eu digo...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Caiu do Céu, por sua (*Incompreensível.*)

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Caiu do Céu não. Aí, que é a coisinha que... Está faltando alguém chegar aqui, talvez até com um pouco mais – não é conhecimento, não –, talvez, até um pouco de menos pudor e tocar o dedo na ferida. Não foram bonzinhos, não, Deputada. Eles me roubaram 10%, e estão me

devolvendo 5%. A senhora entendeu? O meu cliente Embratel me dava 10% por mês. Eles levaram meu cliente, se “embananaram”, naturalmente, não tiveram competência de fazer, de agregar serviços, distribuir o CEP, de fechar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Aí é que eu discordo. O cliente era dos Correios.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Isso antes de eu comprar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois é.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Podia... Não...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor vê por um prisma. Pelo prisma público, era dos Correios.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Não. Estou dizendo comercialmente hoje. Concordo, plenamente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Aí é que está: isso não é uma coisa pública?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – E esse monopólio dos Correios é outra heresia.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas a empresa é pública. E ela é monopolista. Mais que isso, é uma empresa pública.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. A senhora não concorda? Essa CPMI também tinha que chegar lá.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Concordo analisar isso. Mas hoje a empresa é pública, o negócio é público, como qualquer Ministério desses.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, com certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então dizer que tomou, ela tomou do senhor? Não! Originalmente era nossa, dos Correios.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – (Risos.)

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– De legi ferenda **podemos alterar o que for...**

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Sim, sim, sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Podemos até fazer um parlamentarismo disso aqui. Não há problema nenhum.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu vou até modificar a minha posição.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O que, aliás, é até oportuno. Mas, de qualquer forma, o que quero dizer é que temos que lidar com a realidade, com o que é real agora.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com, certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O foco é público. Não vamos sair dele.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Eu vou até reformular a minha colocação.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Quer dizer, o senhor contratou com uma empresa pública.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – **Isso. Quando eu comprei...**

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Os princípios não de ser públicos.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com, certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– É Direito Administrativo.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Quando eu comprei, vamos ver, prestando um serviço público delegado, vamos colocar, por delegação do Sr. Correios, que mantém, hipocritamente, o chamado monopólio dos Correios, no Brasil, que é balela – não existe!... Eu aponto quinhentas *courries* para vocês aí concorrendo, e os próprios bancos fazem...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Se o senhor quiser eu cito um também. Na minha cidade do Rio de Janeiro, têm os *motoboys*...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não é uma *courrier*?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– ...que carregam inclusive a cocaína.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não é uma *courrier*?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– É o *courrier* da cocaína.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – *Courrier* da Cocaína? Aí, não. Agora, se mandar pelo Correio, não chega. Nesse ponto, não. Não chega a esse ponto, aí. Ou, talvez, sei, lá.

Mas o caso é o seguinte. Então, essa permissão desse serviço público estava sendo gerido, por delegação dos nossos Correios, na agência franqueada Tamboré... Pegaram um elemento do Correio, colocaram lá dentro da Embratel e levaram a Embratel para eles. Mas, naturalmente, nobre Deputado, é aí que vem o pulinho do gato. A Embratel disse: “Mas espera um pouquinho”. “Ah não! Você tem de separar por CEP; essa etiqueta tem de ser impressa, tem de ser colada assim.” A Embratel falou: “Mas o que vocês agregam?”. Então, as ACFs agregam esse serviço que o Correio não agrega.

Então, eles levaram e não conseguiram prestar ao cliente a qualidade de serviço que a ACF prestava. Então, o que eles fizeram? “Vamos devolver!” “Ah, não podemos fazer isso! Não dá! Não há 122 moças em pé ali fazendo isso!” E o cliente de volta... Só que devolveu e falou: “Agora, não são mais dez, viu? São cinco”.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT

– SP) – Mas o que nos chamou a atenção...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – O senhor, como jurista, não acha que isso não é uma concorrência desleal?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O que nos chamou a atenção, independentemente de qualquer coisa, é que essa devolução de clientes não foi uma política geral dos Correios; ela foi uma política parcial, exclusivamente beneficiando algumas ACFs. Como o senhor explica que essas ACFs tenham sido especificamente beneficiadas? Por exemplo, no Rio de Janeiro, houve indeferimentos, dizendo que não era conveniente; não houve uma devolução geral de clientes pela ACF de São Paulo. Por que só algumas?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Acho que é uma questão de qualidade de serviço. Imagino que seja isso. Nem sei em São Paulo quanto... Porque, para mim, só vieram aqueles que eles levaram. Não trouxeram um clientinho a mais bonzão. Nada. Só devolveram. Não sei qual o critério, não conheço o critério, não fiz gestão junto a ninguém. Não conheço quem é o responsável por esse setor. Não sei nada disso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Tem alguma outra ACF em sua região?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Que eu saiba, não. Até eu queria saber o critério para distribuição regional dessas ACFs. Como é que fica? Quando foi feita essa lei... Volto a dizer: originariamente, Sr. Relator, em 1993 – alguma coisa por aí –, como é que uma pessoa... Olha, estou até para dizer que essa senhora tivesse muito pouco tempo de Brasil. Ela é coreana ou chinesa ou alguma coisa assim. Ela e o filho foram premiados com a... Qual é a notabilidade, o saber, para representar um patrimônio público como era a agência de Correios e Telégrafos? É o ponto em que a senhora se bate. Qual é a notabilidade, qual é a tradição dessa senhora, que ganhou a concessão para representar a empresa mais...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Marinho disse isso. Ele disse que, na verdade, eram colocados laranjas, porque, por trás disso, havia sempre um parlamentar. Por isso é que eu segui...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Mas essa senhora era laranja de um parlamentar? Será que esse parlamentar, esse infeliz não tinha um brasileiro pelo menos para pôr? Sem nenhum preconceito... Mas seria um político muito burro de lançar a mão...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Está cheio disso. (Risos.)

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, bom! Eu sei que o meu foi pago a duras penas. Se eu soubesse disso, que era tão fácil...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Efetivamente – temos um dado aqui que quero checar com o senhor; foi um levantamento que fizemos –, o ganho da sua franquias, de janeiro a julho de 2005, com essa migração, foi em torno, na questão do comissionamento, de R\$1.249.559,00. Confere?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É porque fica dentro... Julho, o senhor falou?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – De janeiro a julho de 2005.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É o que mantém em agosto... E R\$1,267 milhão estão dentro dessa...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Banco Itaú, que migrou para a do senhor...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Que já era meu antes.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Todos os dois eram antes... O Banco Itaú migrou para a do senhor e trouxe um faturamento total de serviço da ordem de R\$124,797 milhões. O faturamento da ACF relativo ao serviço migrado foi de R\$30,716 milhões. A Comissão foi, só do Banco Itaú, de R\$909 mil. Depois, no Banco ABM Anglo Real, o faturamento foi de R\$34.595.290,00. O faturamento da sua ACF pelo serviço foi de R\$12 milhões. Recebeu pela migração do Anglo R\$339.660,00. Portanto, o total foi de...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Tudo certo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É isso mesmo? Confere?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É isso mesmo! Inclusive, está dentro dessa... Se não é o “santo Setúbal” ter mandado essas postais, eu estaria quebrado há muito mais tempo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O que nos chamou também a atenção é o seguinte: a Abrapost, à qual o senhor não pertence...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – ...tinha feito um acordo com os Correios. A Abrapost é a Associação Brasileira dos Franqueados, à qual o senhor não pertence...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – E o que chamou atenção é que esse acordo foi feito pela Abrapost antes da migração. E uma das cláusulas do acordo dizia o seguinte:

“Compromissos recíprocos entre a ECT e as ACFs:

- respeitar e preservar a manutenção de clientes já atendidos pela outra parte acordante, em face desses, não agindo ou se omitindo de qualquer forma, com o propósito de obter a execução dos respectivos contratos.”

Ou seja, houve um acordo entre ECT e as franqueadas para evitar a disputa.

O SR. (Orador não identificado) – Depois, não é?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Antes, antes. Foi isso que nos chamou a atenção. Antes, é feito um acordo entre a Abrapost e os Correios, e, depois disso, é que os Correios autorizam a migração para algumas franquias específicas desses grandes clientes.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Mas ele não é filiado da Abrapost?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Ele não é filiado.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Esse caso eu desconheço totalmente e até estranho. Não tinha conhecimento realmente disso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Ou seja, como eles já eram atendidos pelos Correios e como houve esse acordo, os próprios Correios desrespeitaram, em seu desfavor, o acordo que havia feito com a Abrapost.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Em desfavor? Como?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Porque ele passou clientes que ele atendia diretamente para as franqueadas, pagando comissionamento por isso.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Mas é que ele tirou clientes. Ele apenas devolveu.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas é que, naquele momento, em 2002, ele tirou. Aí foi feito o acordo de que ninguém tiraria mais nada de ninguém. E aí depois eles próprios, Correios, tiram...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Mas é que o cliente... Imagino, não estou falando... Eu até desconhecia. Imagino aquilo que eu citei aqui. O cliente falou assim: “Escuta, como é que eu ponho a etiqueta?” “Ah, não pomos!”

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O que chama a atenção é que não foi uma política geral, foi para alguns, porque, se fosse uma coisa geral...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, sim! Talvez, aí eu colabore. Nem todas as agências... Não sei quais receberam de volta. Nem todas agregam. Nem todas têm condição de agregar. E esse pessoal, os grandes clientes, interessa a eles que seja agregado. Entendeu? Não são todas que têm essa estrutura.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor acredita que o critério seria a agregação de serviços?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, sim, com certeza! Imagino. Desconheço, desconhecia, não conheço.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor não sabe qual foi o critério que levou os Correios a devolver os clientes...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, não. Se eu soubesse, eu ia entrar nisso para ver se pegava mais algum, fora os que ainda me levaram. Seria legítimo, então.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – No caso dele, o que deve tê-lo privilegiado é que não há nenhuma outra ACF na região dele.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com relação a isso, a minha região – talvez, o Sr. Presidente tenha-se lembrado – é uma região, hoje, Deputada... A senhora tem a felicidade de viver no Rio de Janeiro. Alphaville hoje se tornou um pólo – vamos dizer assim – onde se estão agregando a cada dia as diretorias. É questão de clima, de beleza, é aquela coisa. A Diretoria do Bradesco e a de todos esses Bancos ficam lá. E todos eles usam muito o serviço da Xerox do Brasil, que também está lá. Então, é muito mais cômodo postarem comigo ali, que estou mais perto. Não fica transitando. Aliás, a Embratel fazia assim. A Embratel, no contrato, numa ocasião, não sei se depois da renovação, fazia a exigência de que os documentos dela não ficassem transitando por uma questão de segurança.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas o senhor não coloca a sua máquina no local delas?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, não. Eu tenho a minha agência.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – A sua agência recebe todo esse volume? É isso que o senhor está querendo dizer?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Recebe lá. A Embratel... Eu mando buscar. O meu caminhão vai lá, pega, traz para a agência e faz todo o serviço, o manuseio...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Lá dentro da sua agência? É isso?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Dentro da agência. É isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Nenhum serviço seu é feito fora?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não e nem pode. As máquinas não podem sair lá de dentro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Desculpe, mas muita coisa não pode e é feita.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, sim! Concorro com a senhora.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Na sua avaliação, essa migração que foi feita trouxe algum tipo de ganho para os Correios? Porque, para nós, isso só trouxe prejuízo. Para os Correios, o senhor acha que trouxe ganhos?

Temos, por exemplo, uma avaliação: de todas aquelas migrações que foram deferidas por algumas das ACFs em São Paulo, R\$4.937.893,00, até julho de 2005, foram pagos pelos Correios, por força dessa migração para algumas franqueadas. O senhor considera, dentro da sua experiência, que isso trouxe algum tipo de ganho para os Correios?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Olha, eu vou dizer, Excelência, com toda a franqueza: eu não sei quem instituiu essa política desse tal do FAC. Não acredito que ele tenha... Eu acho que ele teve até prejuízo e não teve lucro com isso, não. Por que isso? Na medida em que ele leva o cliente para ele e presta um mau serviço ao cliente e é obrigado a devolver depois... Mas acontece que ele deu um desconto para tirar esse... Aí é que precisa ficar claro. Estou citando o CRA, porque é o que me vem. Não posso dar desconto, Deputado. Assino um contrato, no qual não posso dar um tostão de desconto, aí ele vai lá e pega o cara, o cidadão, o comerciante, legitimamente cuidando de seus interesses, e dá 30% de desconto para ele. Opa! Esse é o melhor negócio do mundo!

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Quem dá esse desconto?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – O Correio. Eu não posso dar nenhum tostão. Ele leva o cliente para lá.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor é o franqueado; ele, o franqueador. Ele dita as regras.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Estou dizendo quanto ao prejuízo que isso possa causar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Pela oportunidade, o Correio pode dar desconto de um cliente para outro?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Pode. Ele faz um contrato e dá o desconto que quiser. Eu não posso. Eu estou dentro das normas da cartilha do Correio, que é algo draconiano. Não sei se alguém já a trouxe para cá. Então, ele pode dar o desconto que ele quiser, pois ele quer ganhar o cliente e ganha. Depois, o cliente devolve da seguinte maneira: deu trinta. Não sei, se nessa continha de chegar, se não foi prejuízo para o Correio.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor me desculpe, mas tudo o que aprendi de empresa pública, de Direito Administrativo...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu também.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – ...de princípios administrativos de impessoalidade, de moralidade administrativa, de transparência administrativa e tudo isso não é nada disso. Eu vou-me embora daqui. Isso não existe aqui.

Sinto-me como "Alice no País das Maravilhas". Ou esse abismo é muito fundo, ou esse abismo não tem fundo, porque é uma loucura. Para que fazer lei então? O que estamos fazendo aqui? Fecha isso de uma vez! Acaba com tudo então, porque não é para cumprir nada, meu Deus do céu! O que é isso? Que loucura! Não é nada com o senhor, Sr. João! Desculpe-me.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu sei. Eu estou tentando traduzir os números.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Isso é um desabafo diante desse "pernas para o ar" neste País. Ou este País toma um rumo agora. Vou dizer uma coisa para o senhor: lá na minha banca, como juíza, eu acreditava que as leis são feitas para serem cumpridas e **pacta sunt servanda**.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu já acreditei muito nisso também.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Que bagunça é essa! Nunca pensei que pudesse ver tamanha bagunça! Que lambança!

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Direito Administrativo, Deputado, é um ramo surrealista do Direito.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – A lambança maior é dar desconto de um cliente para o outro. Eu também não acredito nisso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É surreal em certos momentos, mas, prosseguindo aqui, uma coisa que nos chamou, indago ao depoente, por esse manual draconiano que o senhor mencionou dos Correios, se, na forma de remuneração das franqueadas, seria necessário fazer um cálculo que partiria da média dos últimos seis meses de atuação.

Curiosamente, a Auditoria do Tribunal de Contas da União detectou que a fórmula de cálculo utilizada era uma que retroagia a 2002, o que praticamente dobrou o comissionamento das franqueadas em relação a esses clientes migrados.

Isso chamou-nos a atenção, porque, ao invés de se seguir o manual, por uma decisão da diretoria competente da área, foi autorizada essa forma de cálculo, que praticamente dobra. Então, por exemplo, um cliente como o Banco Itaú, segundo o manual, seriam R\$12.285.517,00. Pela média dos seis meses, seriam R\$7 milhões. Portanto, um excedente artificial de 4297, que, ao se aplicar ao comissionamento, dobra praticamente o que a franqueada deveria receber por esses clientes.

O senhor conhece essa média, ou sabe quem decidiu, ou como é que foi decidido isso?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Qual é o setor?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Foi o diretor da área competente.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – O que é? Deve ser financeiro?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não. Não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Comercial.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não conheço.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O Diretor Comercial Fioravanti.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Fioravanti, que aqui prestou depoimento.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Eu até desconheço.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Nós constatamos que não havia nenhum parecer jurídico, nem nenhum parecer econômico, sendo uma medida parcial, dada para alguns franqueados. Isso nos chamou profundamente a atenção.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, sim! Para alguns franqueados?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E o senhor foi contemplado. O senhor, entre eles.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É, porque, ou seja, não foi uma política geral. A migração foi dada para alguns.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É porque nem todos têm clientes grandes. Então, para aqueles que tinham clientes grandes. Seria isso?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não, porque, por exemplo, houve clientes grandes que tiveram o pedido de migração indefinido. Ou seja, houve dois pesos, duas medidas.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Olha, não estou defendendo não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Dê outro lugar, porque, senão, o depoente vai achar que eu estou ...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não, não, pelo contrário, o exemplo que me lembro de cabeça foi o do Rio de Janeiro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Nem conheço o do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Se me permite esclarecer...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Superintendente do Rio de Janeiro mostrou que era ruim para os Correios.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Mas, no caso do Rio de Janeiro, não houve a emigração a favor dos franqueados.

O SR. (Orador não identificado) – Não. Ao contrário.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Existe lá um critério interno deles em que, não sei, eles fazem uma avaliação por pontos de qualidade, regularidade.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor conheceu o Diretor Comercial Fioravanti?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – E nem o Sr... como é? Marinho, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Maurício Marinho.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Esse é aquele lá do... Ah, não. Não tive o desprazer.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – (*Incompreensível.*)

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Bem, o senhor não tinha ciência, então, dessa diferença de formas (*Incompreensível.*).

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, vou até conferir lá nos meus negócios, porque eu posso até estar sendo passado para trás sem saber. Isso me interessa.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Uma das perguntas que eu teria para fazer ao senhor é exatamente esta: se fosse seguido o manual dos Correios, em que o senhor receberia praticamente...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Ah, não! Esse manual não estabelece os benefícios ou não. Estabelece...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Estabelece a forma de cálculo.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – ...as punições.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não, não. Há um manual dos Correios, que se chama Manual de Comercialização e Atendimento dos Correios, que estabelece essa regra. E, praticamente, o comissionamento que o senhor receberia por esse cliente seria a metade do que o senhor recebe. Se fosse a metade do que o senhor recebe, interessaria pagar esses clientes?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não interessaria.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Com certeza não.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Por quê?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Porque o custo operacional nosso é muito grande. Nós só podemos funcionar porque agregamos valores, entendeu?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Claro.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Daí não compensaria.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aí não compensaria.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Quer dizer, já nós estão dando 5%, ainda nos tiram mais isso? Ah, nossa! Qual é a vantagem?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aqui a assessoria faz um quadro interessante que diz o seguinte: o total de serviço realizado, R\$39.596.862,94 – R\$11 milhões, mais R\$28.378.000,00, mais comissionamento que deveria ser pago, que seria de R\$464.987,00 -, quer dizer, se fosse utilizada a média histórica correta do manual, seria de R\$464.987,00. Foi pago R\$1,246 milhões, ou seja, a fórmula lhe permitiu receber R\$800 mil aproximadamente a mais.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – A mais?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A mais. (Pausa.) Isso nos espantou.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – E a mim também. Até me comprometo, à guisa de colaboração...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – ... a checar isso.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – ...para ver esse números, se... o que deve ter agregado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Aí o senhor devolveria...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Hein?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – ...o que o senhor recebeu a mais.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não, porque eu devo ter sido pago pelo serviço de agregado. É isso que eu queria saber, mas, se não fosse legal, devolveria sim. Já fiz isso antes.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor tem outras ACFs ou é só essa?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Não, pelo amor de Deus! (Risos.)

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Nunca teve outras ACFs?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Nunca! E jamais terei!

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Há algum documento que comprove aquela transação de volta da ACF para o senhor? Porque o senhor disse que não conseguiu registrar.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso. Eu tenho... Acho que passei ao senhor...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Está aqui o documento.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Está aí.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Uma das coisas que nos chamou a atenção aqui, voltando àquele assunto, é a falta de capacidade financeira do Sr. Ernesto Duarte e da Dona Juliana Azeredo para adquirir, porque eles têm uma renda inferior a R\$10 mil, o que nos fez presumir que ele estava atuando em nome de alguma outra pessoa, que não em nome próprio.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Nem meu nome.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – No seu nome?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Era eu mesmo. Não tem outro nome, só o meu.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Quer dizer que, no período que o senhor justifica a transação para ele, era porque o senhor...

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Exatamente. Olha, se for no rigor, quando eu comprei, também não tinha um grande lastro, porque estava sem o programa de televisão e tinha perdido a eleição. Quer dizer, não teriam vendido a mim também.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Bem, o Sr. Ernesto Duarte assumiu a dívida com a Receita Federal para ter 99% das cotas da ACF.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Isso. Não só essas. Todas as dívidas que existiam.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Todas.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Tudo. É lógico.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Peço ao Sr. Presidente que passe aos reinscritos, para que eu possa ouvi-los e complementar o que mais fosse necessário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu quero fazer uma pergunta: o senhor é “laranja”?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Aliás até um jornal de São Paulo publicou isso, que eu seria “laranja”. Então, eu seria o “laranja” mais burro que conheço na minha vida. Eu sou “laranja” de mim mesmo, porque eu sou “laranja” da minha mulher, com quem convivo, talvez por falta de capacidade minha, por mais de 25 anos, com filho, com netos e tudo mais. Eu sou “laranja” de 99% dela, que são meus. Quer dizer, é o “laranja”

mais absurdo que já vi na minha vida. Não sou “laranja” de ninguém. Não tenho “laranja” nenhum e sou eu mesmo dono da Shopping Tamboré.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Continua ainda com a sua atividade de jornalista de televisão?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Continuo felizmente. Estou num canal de televisão de São Paulo, mas devo ir para um outro canal voltar a fazer um programa muito conhecido, se me permitem, não sei se posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – À vontade.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – O SBT reporta, porque volta ao ar novamente, onde já estive. Fiquei dez anos na Rede Globo, no Jornal Nacional da Globo. Fui o primeiro repórter daquele Jornal, mas eu era bem mocinho estou até hoje na profissão. Estou há 35 anos na profissão. Continuo e, se Deus quiser, vou sair fora dessa ACF (Agência dos Correios Franqueada) e voltar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Essa sua atividade de jornalista de televisão lhe deu algum ganho na sua ACF?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Até citei um caso especificamente de um empresário, que se tornou meu amigo em função da profissão, e consegui pegar algumas postagem da empresa dele. Assim também aconteceu com outros, com alguns empréstimos também. Não tenho por que negar, pois isso não é nem tráfico de influência, porque não tenho nenhum cargo público. Alguns bancos só me parcelaram, jogaram para a frente, por relacionamento, sabendo que tenho boa intenção e vou pagar todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Durante o tempo em que dirigiu a Estatal de São Paulo, foi cumulativo com a sua ACF?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Uma das razões por que é interessante. Esqueci de dizer no início que, por convite do meu saudoso amigo Mário Covas, presidi, pelo maior período que um presidente ficou, a 4ª estatal do Estado de São Paulo, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Qual o período?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – De 95 a 98.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Não foi coincidente com o período da sua ACF o da Cosesp então?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Não. Eu não tinha nada com a ACF, mas fazia programa de televisão. Estou vendo alguns colegas. Em uma ocasião, Deputada Denise – eu acho até que é um ensinamento -, como Presidente da 4ª estatal do Estado, tinha nível de Secretário de Estado, e o salário deste é de apenas R\$6.000,00 na minha época. O Mário Covas me perguntou se eu iria continuar na televisão, e eu disse que iria porque a lei me permitia. Nada fora da lei. Sou jornalista formado, registrado em nossa federação dos jornalistas. Pelo item de divulgação cultural, podemos exercer um cargo público e sermos jornalistas, assim como posso ser professor ou alguma atividade dessa. Ele me perguntou por quê, e eu disse que era para sobreviver com o salário que ele me pagava.

No mesmo mês em que assumi, eu assinei um contrato com a Rede Record de Televisão, no valor de R\$120.000,00 por mês, e ganhava R\$6.000,00, como Presidente de uma estatal.

Então, as pessoas perguntam: que tipo de neurose leva o homem a essa função? Se me permitam, o que ganha um Deputado Federal para viver nesta Brasília?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor me permite uma observação?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Claro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O Estado, realmente, leva a essa distorção. Esse ponto é muito interessante, porque, muitas vezes, precisamos de bons técnicos, mas não conseguimos pagar, de dentro do Estado, o que valeria o mesmo. Só vejo, como uma política a ser sugerida, por exemplo, uma coalizão de um Governo que tem de fazer alguma coisa, aquilo que foi feito nos Estados Unidos – **One dollar man** –, pegam-se os melhores técnicos e combinam: “você vai ganhar um dólar para você dar esse serviço ao país, até o país se reerguer e poder pagar o valor de mercado”. Quanto é que vale um Greenspan? Eu não sei quanto é que ganha um Palocci, mas deve ganhar uma miséria.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Deve ser R\$8.000,00. Não deve estar longe disso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – É o que nós ganhamos.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Então, veja bem, Deputada, só para concluir, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir. Então, fiz questão, durante toda a minha gestão dentro do Governo, de manter o meu programa de televisão até o fim. Nas reuniões, o Mário Covas costumava brincar: “Ah, esse aqui é rico. Olha quanto

ele ganha? Olha o carro que ele comprou? Olha onde ele mora?” E eu brincava com o Mário, porque que ele me dava essa oportunidade, pois sou uma das personalidades mais sérias deste País, quero dizer isso, um dos homens mais dignos, limpos, sérios, deste País. Eu falava: “Olha Mário, eu fico lá das seis às oito da noite e, às oito e meia, estou na Cosesp de volta, despachando, para poder ter esse pouco que tenho aqui. Ao contrário de alguns companheiros que têm aquilo, não têm a recíproca de quanto estão ganhando e têm muito mais do que eu tenho.”

A minha avó mineira velha dizia o seguinte: “Quem bode cria e cabra não tem, tem que explicar da onde vem.”

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Sr. Relator, mais alguma colocação?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Já deu o tempo dele com a Deputada Denise Frossard, já perdeu o dele. Um minuto e meio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só que isso é um tema recorrente, que precisamos questionar. A sua franquia prestou serviços de postagem para políticos ou partidos políticos na eleição do ano passado?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Nem à minha.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só uma pergunta. O senhor teve relacionamento ou contato com alguma destas pessoas: Marcelo Sereno, Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Marcus Vinicius, Arthur Watscheck?

O SR. JOÃO LEITE NETTO – Gostaria de ter tido. Não participei do “Valerioduto”, nunca dei essa sorte na vida. Só participei de atividades com o Mário Covas que não davam nem para comer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Pela oportunidade, quem participou deu azar e não sorte.

O SR. JOÃO LEITE NETTO – É? Não sei. Como diz a Deputada, muita coisa, neste País, temos de pensar e repensar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essas perguntas ficam no tempo que V. Ex^a me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Você foi cumpridor do Regimento.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11/01/2006.

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e vinte minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Heloisa Helena, Romeu Tuma, e dos Deputados Jorge Bittar, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Juíza Denise Frossard, Jamil Murad, Sílvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio e Geraldo Tadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Pedro Evandro Ferreira e senhora Magda das Chagas Pereira. Compareceu também a esta reunião o Doutor Paulo Alves Martins, Gerente de Investimento, que prestou seus esclarecimentos perante esta Sub-Relatoria. A Deputada Juíza Denise Frossard registra questão de ordem e solicita ao Sub-relator que distribua documentação inquirição dos depoentes. O Presidente convida a mesa a depoente Magda das Chaves Pereira que se fez acompanhar por seus advogados Gustavo Rocha OAB/DF 13.422, Renato Ramos, OAB/DF 20.562, Andréia Légora Machado, OAB/RJ 127.044, bem como pelo Senhor Paulo Alves Martins, Gerente de Investimento da Prece. Após questionamentos dos Senhores Parlamentares membros, a Presidência decide ouvir o Senhor Paulo Alves Martins, Gerente de Investimento da Prece, na condição de colaborador e registra que posteriormente será necessário ouvi-lo condição de convocado. Ato contínuo a Presidência registra o recebimento de Medida Cautelar em Habeas Corpus nº 87740 e concede a palavra à depoente para seus esclarecimentos, em seguida é iniciada a inquirição pelos Senhores Parlamentares logo após a equipe

de advogados dos depoentes disponibiliza documentação intitulada “Inconsistências do Relatório Parcial” da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão. A Deputada Juíza Denise Frossard registra a necessidade de investigação aprofundada sobre o Gerente Paulo Alves Martins, uma vez que o mesmo responde todas as questões em substituição aos depoentes convocados. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos a reunião se torna reservada para continuação do depoimento da Senhora Magda das Chagas Pereira e para o início do depoimento do Senhor Pedro Evandro Ferreira. A Presidência, em atendimento a solicitação formulada pelos Advogados dos depoentes, determina à Secretaria da Comissão que faça constar em ata os nomes dos seguintes assessores que permaneceram na reunião em sua fase reservada: Pedro Fernandes (EY), José Francisco Compagno (EY), Jefferson Ricardo Carvalho (EY), João Domingos Martins Villas (EY), Ana Beatriz Ferreira Groba (Câmara dos Deputados), Eduardo Luiz Agostim M. Stephens, Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (TCU), Fabiola Caixeta Moraes de Freitas (PFL-CD), Felipe Ohana (PFL-CD), Paulo Eduardo de Freitas (BACEN), Jackson Luiz S. Vasconcelos (Gab. Juíza Denise Frossard), José Eduardo Marzagão (Assessor Sen. Delcídio Amaral), Andréas Berguer (EY), Douglas Ricci de Siqueira (EY). Encerra-se a presente reunião às vinte e uma horas e vinte e um minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SEGUE ABAIXO TRANSCRIÇÃO LITERAL:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL

BENTES (PMDB-PA): Primeira reunião da Sub-relatoria de Fundos de Pensão da CPMI criada pelo requerimento número 3/2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A presente reunião destina-se a oitiva do senhor **Pedro Evandro Ferreira** e da senhora **Magna das Chagas Pereira**. Os dois presentes, mas antes de solicitarmos o ingresso ao recinto, o nosso Relator Deputado ACM Neto pretende fazer uma breve exposição pelo que lhe concedo a palavra.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, Deputado Asdrubal Bentes, nobre Deputado Carlos Willian, Sub-relator dessa CPI, Deputado Gustavo Fruet, Deputado Eduardo Paes, senhores parlamentares, prezados

amigos da imprensa. Eu havia, senhor Presidente, solicitado para que a fase inicial dessa nossa reunião de hoje, servisse também para a realização de um balanço de como andam os trabalhos da análise de informações por parte da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. A despeito de termos tido nessas últimas duas semanas uma ausência de Audiências Públicas, no entanto os dados foram todos eles sendo processados e analisados, para que novas informações pudessem ser produzidas. Eu, antes de chegar nesse balanço, queria, no entanto, tecer um comentário sobre a reunião promovida pela ABRAPP no dia de ontem em São Paulo, que reuniu cerca de onze dirigentes de Fundos de Pensão. Exatamente as fundações que estão sendo objeto da investigação e da análise por parte dessa CPMI. Eu quero repudiar, eu quero contestar e quero condenar a atitude e o comportamento da ABRAPP, afinal de contas em nenhum momento essa Sub-relatoria quis se colocar em oposição aos Fundos de Pensão, muito pelo contrário, essa Sub-relatoria procurou se deixar aberta de forma democrática e transparente, para discutir cada um dos pontos do trabalho que está sendo realizado com os fundos de pensão, com as corretoras, com os agentes de mercado, com os órgãos reguladores. E não foi por outro motivo que compusemos uma força-tarefa da qual participam a BMF, a BOVESPA, a Secretaria de Previdência Complementar, o Banco Central, o Tribunal de Contas da União, e não foi por outro motivo que contratamos uma consultoria externa para analisar de forma técnica e qualificada as informações. Então, o que eu posso depreender desse comportamento dos fundos de pensão é que está havendo uma tentativa de politizar o debate, o que não contará com reciprocidade por parte da Sub-relatoria, nós continuaremos realizando um trabalho técnico, extremamente cuidadoso, seguro e eu quero aqui reafirmar a minha confiança plena em tudo que foi feito até agora e, sobretudo num resultado final que nós pretendemos apresentar a essa CPMI, quando da conclusão das nossas investigações. Muitos Fundos de Pensão tem questionado o fato de não ter acesso às informações. Eu quero dizer que todos e quaisquer envolvidos nesta investigação que me pediram audiência aqui foram recebidos na sala de reuniões da CPMI, os esclarecimentos foram dados e as informações foram prestadas. Existem dados que são de caráter sigiloso e que são imprescindíveis para o processo investigativo, esses serão concedidos e apresentados no dia em que cada um dos dirigentes dos Fundos de Pensão forem chamados para prestar os seus esclarecimentos a CPMI. Então eu quero dizer que não há nenhuma sonegação de informações por parte da CPMI, muito pelo contrário, todos os nossos dados

são dados públicos que estão à disposição não apenas dos Fundos de Pensão, mas de toda a sociedade brasileira. Queria também, senhor Presidente, pedir a V.Exa. e pedir ao Deputado Osmar Serraglio, que juntamente com Sub-relatores e o Presidente Delcídio nós possamos fazer uma consulta ao Supremo Tribunal Federal, uma consulta nos seguintes termos: O que é que pode, e o que é que não pode ser levado ao conhecimento público a partir do manuseio dos dados sigilosos? Por que isso? Porque hoje nós recebemos uma decisão do Ministro Nelson Jobim, respeitável Presidente do Supremo Tribunal Federal que em sede de hábeas corpus, legitimamente apresentado pelos investigados, que são depoentes, na sede deste hábeas corpus, proíbe que sejam divulgados documentos sigilosos em sessão pública. Muito bem, há aí uma pergunta: O que é a divulgação de documento sigiloso? Ao meu ver a divulgação de documento sigiloso é o que? é você pegar o cheque de uma pessoa e publicar. é você pegar o extrato bancário, o extrato do cartão de crédito, ou a cópia do demonstrativo financeiro bancário e publicar. Agora toda e qualquer CPI ela trabalha em grande parte com documentos sigilosos. Analisando, processando, examinando e quando de forma competente chegando à conclusões. Esse, por exemplo, é o cerne do trabalho da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Agora, por que é que eu faço essa pergunta? Porque jamais passou pela cabeça de qualquer membro dessa Comissão dar publicidade a documentos sigilosos, mas eu pergunto, será que nós podemos privar a sociedade brasileira, cada cidadão de ter acesso as informações conclusivas fruto do exame desses dados sigilosos? Para mim nem a decisão do Ministro Jobim, nem qualquer outro pronunciamento do Supremo Tribunal Federal até o presente momento foi claro neste sentido. Eu, por exemplo, gostaria brevemente de ler para os senhores a decisão do Ministro Celso de Melo no mandado de segurança 25717/2, cujo impetrante foi o senhor Renato Luciano Galli que é investigado pela Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Em um determinado momento da sua decisão diz o Ministro Celso de Melo, transcrevo: “Não se desconhece que a Comissão Parlamentar de Inquérito, embora dispondo de competência constitucional para ordenar a quebra de sigilo de dados reservados não pode, agindo arbitrariamente conferir indevida publicidade a registros sobre os quais incide a cláusula de reserva. Derivada do sigilo bancária, do sigilo fiscal e do sigilo telefônico.” Ocorre, no entanto, e chamo a atenção dos senhores, ocorre no entanto que essa vedação somente inibirá a CPI nos casos em que inexistir justa causa, que autorize a divulgação por esse órgão de informação legislativa dos

dados informativos a que deve ter legítimo acesso, ou seja, quando inexistir justa causa, e aí vem o Ministro, foi por tal razão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal ao julgar o mandado de segurança 23452 cujo Relator foi o próprio Ministro Celso de Melo deixou assentado no tema em questão que a preservação da confidencialidade dos registros sigilosos poderá deixar de existir se e quando houver justa causa que legitime embora excepcionalmente o ato de... Tal como sucede naquelas hipóteses, em que a revelação dos documentos reservados constitua numa imposição infundada, irrelevante motivo de interesses públicos. Então a interpretação do Ministro Celso de Melo é clara, que se pode dar conhecimento de dados sigilosos quando houver justa causa, quando houver interesse público. Eu nem quero aqui pedir o apoio dos senhores para que essa interpretação seja literalmente adotada pela CPMI, mas eu quero sugerir sim que nós tenhamos condições de ao final das análises exaustivas de documentos sigilosos, quando conclusões existirem nos tenhamos condições de divulgar as conclusões, de mostram qual é o volume de problemas, de irregularidades, onde estavam, quem foram os responsáveis. Então eu deixo aqui essa sugestão para que possamos fazer uma provocação oficial ao Supremo Tribunal Federal. E entrando propriamente, Senhor Presidente, senhores parlamentares no balanço do trabalho desses últimos 15 dias, eu gostaria de informar a CPMI que nós concluímos definitivamente a análise sobre os investimentos feitos pelos 14 Fundos de Pensão, com seus respectivos fundos exclusivos em títulos públicos federais. Lembro aos senhores que em dezembro nós tínhamos analisado a partir do ano de 2003 e ainda sim de forma não completa, agora a análise está completa e corresponde ao período de 2000 a 2005, essas informações estarão sendo disponibilizadas ao longo do dia de hoje para senhores parlamentares da CPMI. Não darei conhecimento a imprensa, justamente porque não há ainda assentado qual deve ser o comportamento da CPI a luz de inexistir uma posição clara com relação a isso. Senhores parlamentares, no entanto, todos eles hoje terão acesso a conclusão do exame dos títulos públicos federais. Com relação às operações com derivativos. Vale dizer, e eu queria aqui fazer uma breve digressão porque talvez essa tenha sido a maior polêmica, veja os senhores, na reunião de dezembro nós fizemos uma parte aberta e depois tivemos que fechar, porque os documentos, os dados eram sigilosos, o que é que aconteceu? Todas as explicações sobre a conclusão que levava aquele volume de perdas foram dadas na sessão sigilosa. Contudo, depois, eu acho que faltou a informação para que a imprensa pudesse colocar as coisas nos seus devidos

lugares. Aí eu vi algumas confusões de conceito, e a mais recorrente dela foi confundir perda com prejuízo. Hora nenhuma nós falamos que era prejuízo, nós colocamos perdas, e eu quero dizer que depois da depuração dessas informações do mercado de derivativos, depois de analisar, reanalisar, examinar e reexaminar nós chegamos ao mesmo valor, portanto o montante que foi apresentado de perdas é um montante real, é um montante confirmado e é um montante que vai ser o ponto de partida para a nossa investigação, outra coisa que deve ser dita, muitos, sobretudo os Fundos de Pensão, questionaram como é que se podia apresentar conclusões, ora, eu disse os parlamentares aqui são testemunhas, que nós estávamos ali diante do ponto de partida e não do ponto de chegada. Que aquele documento devia ser a base para que a investigação, ela fosse procedida, que ninguém tomasse conclusões até porque na prestação de contas que fiz não tinha uma linha conclusiva, na prestação de contas que fiz não tinha a imputação de responsabilidade a quem quer que fosse. Que isso tudo seria objeto da apuração ao longo do nosso trabalho. Só que eu queria explicar aos senhores, quais são os critérios que serão utilizados para o exame daquele manancial de informações do mercado de derivativos, e eu pediria aos meus colaboradores da Ernest e Yang que por favor, projetassem uma tabela que nós fizemos de caráter genérico que será aplicada para os 14 Fundos de Pensão. Não chegou ainda? É o equipamento, é? O equipamento está com um certo problema está a caminho. Então nós definimos os critérios para trabalhar sobre aquela base de perdas verificadas no mercado de derivativos, vamos aplicar esse mesmo critério que vai ser hoje apresentado para os 14 Fundos de Pensão que estão sob o nosso exame. Eu vou deixar essa matéria, por enquanto, no aguardo para que a gente não atrase a minha explanação e tão logo o equipamento chegue a gente volta a ela. Bom, com relação aos contratos, os senhores se lembram que nós fizemos um rol de perguntas para os Fundos de Pensão sobre alguns contratos que foram selecionados. Algumas das respostas, poucas delas, no entanto, já chegaram a CPMI, a maioria ainda não chegou. E eu queria pedindo a atenção do Relator Osmar Seraglio fazer aqui uma observação pela primeira vez, não ainda em caráter de crítica, mas em caráter de apelo. Eu gostaria de apelar a Secretaria de Previdência Complementar para que fosse mais presente no nosso trabalho, eu entendo que houve 2 períodos de colaboração da SPC, um primeiro período até o qual havia um representante aqui designado com assento na força-tarefa as coisas estavam fluindo muito bem, esse representante teve que se distanciar porque foi

transferido para um outro Estado e de lá para cá nós não estamos conseguindo contar com apoio e a colaboração da SPC, isso tem nos trazido alguns problemas. Eu não estou aqui fazendo críticas contundentes ao comportamento de Secretaria de Previdência Complementar ainda, eu estou pedindo, no entanto, que haja uma atenção por parte da SPC no sentido de reforçar o apoio ao nosso trabalho dos Fundos de Pensão. Como vem acontecendo de forma muito prestativa e diligente por parte do Banco Central, da CVM, da BOVESPA, da BMF e do Tribunal de Contas da União. Há um item que ficou excluído, há um item que ficou excluído da primeira apresentação que diz respeito aos investimentos imobiliários, eu gostaria de relatar aqui para os senhores como é que está a situação disso. Então, nós buscamos obter as informações a partir dos dados da DAIEA que significa demonstrativo analítico de investimento e enquadramento das aplicações. Nós estamos elaborando uma lista de compras e vendas de imóveis durante o período de janeiro de 2000 a agosto de 2005. Está sendo feita uma análise macro das carteiras imobiliárias, com o enquadramento conforme a resolução do CMN número 3121, levando em consideração o percentual de participação das carteiras imobiliárias no total dos investimentos das EPPCs(F), também analisando a flutuação dos valores de imóveis ao longo do período que está sendo investigado. Estamos, analisando o rendimento dos investimentos imobiliários, e a nossa perspectiva é para a partir da próxima semana preparar um questionário com a solicitação de informações as EPPCs(F), sobre investimentos imobiliários que passarão a ser objeto prioritário do nosso exame. Então, toda a fase de seleção dos investimentos imobiliários está sendo concluída, conforme esses critérios que eu acabei de anunciar, a nossa perspectiva é para que a partir da semana que vem assim como foram feitos nos contratos de prestação de serviços, quando há dúvidas sobre os investimentos imobiliários nós vamos gerar questionários e a partir desses questionários nós vamos obviamente, nas oitivas dos diretores dos Fundos de Pensão, procurar elucidar essas questões. Com relação aos títulos privados, qual foi o procedimento que nós adotamos? Como há uma agenda de depoimentos, eu procurei casar a conclusão dos títulos privados de acordo com a vinda do diretor de fundo de pensão para a CPI. Então hoje, por exemplo, nós temos o exame completo da carteira de investimentos da PRECE em títulos privados, esse exame está concluído, ele vai dar um demonstrativo de questões que envolvem negociações de debêntures e também negociações de CDBs. Esses dois títulos privados foram objeto da investigação no caso da PRECE, conclusões foram

obtidas estarão a disposição ao longo do dia de hoje aos senhores parlamentares da nossa CPMI. Com relação aos títulos privados cujo nome a gente pode dar de debênture, senhores vão ver que vai responder a uma lógica parecida no procedimento, porém muito inferior no que se refere ao volume daquilo que aconteceu nos títulos públicos, são negociações que em geral envolvem corretoras e/ou bancos onde debêntures foram negociadas com preços completamente incompatíveis com aqueles praticados pelo mercado que pode ter gerado uma perda para o fundo de pensão. No caso do CDBs, eu queria dar a explicação de como é que nós procedemos. Primeiro nós recorremos a uma avaliação de mercado sobre a taxa de risco de cada instituição financeira. Foi selecionado o rating da MOODS(F). Ele tem uma classificação a partir de letras, então, por exemplo, AAA, três As representa créditos da mais alta qualidade e de risco mínimo. AA, 2 As representa crédito de alta qualidade e baixo risco. E aí ele vai classificando até a letra C, são 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, são 9 patamares, são 9 índices de classificação da taxa de risco. Feito isso, nós procuramos identificar a classificação das instituições financeiras que transacionarem CDBs com os Fundos de Pensão, ou seja, as instituições em que os Fundos de Pensão investiram nas suas carteiras em CDBs. E aí fizemos uma análise envolvendo os principais bancos, certo? E vamos perceber, fruto dessa análise, e no caso específico nós estamos tratando aqui da conclusão que foi feita para a PRECE, na semana que vem estará concluída a da NÚCLEOS que serão os próximos diretores de investimento ouvidos, e assim, consecutivamente faremos de cada um dos fundos de pensão. Então no caso da PRECE já há uma conclusão e há um indicativo de algumas negociações que envolvem CDBs, onde houve a compra de CDB de instituição que oferecia um altíssimo risco de mercado, com um retorno muito inferior ao que se pode considerar como pelo menos conservador. Demonstrando claramente que foram investimentos mal feitos. Os números serão apresentados na sessão reservada e disponibilizados para os senhores parlamentares ao longo do dia de hoje, mas eu posso garantir que fica claro que houve investimento em CDB de instituições financeiras classificadas como de alto risco no mercado e com o retorno completamente descabido pelo risco que a instituição oferecia. Já temos aí pronto? Para finalizar eu quero dar explicações sobre os derivativos e aí então retornar a palavra ao Presidente para ele fazer o convite aos senhores depoentes. Esse quadro que os senhores vão ver ele está todo codificado, os senhores vão perceber que tem corretor A, B, C, D, E, F fundo hipotético, porém é um caso concreto, esse é um caso

concreto que se verifica etc... Mas eu não estou identificando justamente por esse receio de não descumprir com a necessidade de respeitar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Podemos apagar a luz, por favor? Não é possível melhorar um pouco a qualidade da imagem, não? Bom, eu vou tomar a liberdade para vim para aqui para perto.

>> [Risos].

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Para poder explicar melhor chegue um pouco mais para cá. Bom, não tem jeito. Se houvesse, se houvesse, se houvesse uma caneta a laser ficaria melhor porque eu estou até tendo dificuldade de ler daqui, mas não tem problema. Vamos... Vamos continuar, então. O que é que ocorre? Aquele volume que nós chamamos de perda, o que é que ele representa? Porque muitos até agora não entenderam o que é que ele representa, certo? O que é que ele representa? Ele representa a análise do primeiro dia da operação, isso a gente tinha colocado, nos interessa saber o primeiro dia da operação e não a cadeia, porque é no primeiro dia da operação onde há margem para se fazer manobras no mercado, atribuindo para um certo lado determinados valores e para um outro lado outros determinados valores, a partir desse primeiro dia o mercado com a sua dinâmica, ele acaba tomando conta dos procedimentos. Bom, diante daquele volume de perdas, o que é que nós fizemos? Os senhores podem ver, existem 2 quadros, o quadro da esquerda, alô, melhor. Existem 2 quadros, o quadro da esquerda ele demonstra os ajustes negativos. O quadro da direita, ele vai demonstrar os ajustes positivos que não nos interessa para a investigação, mas que eu fiz questão de apresentar porque ele vai reforçar a tese do nosso trabalho no campo negativo. Então os senhores podem ver, mercado. Nós examinamos 643 mil 228 operações. Muito bem, quando há de se atribuir o valor, o que é que ocorre? Você vai atribuir o valor positivo para alguém e o valor negativo para uma outra parte, que se pode chamar de contra parte. Então você tem o valor positivo de um lado, o valor negativo do outro. Percebam quando os Fundos de Pensão cuja quantidade de operações são 110.304 operações, no mercado de derivativo da BMF, percebe-se que a atribuição de resultados negativos em 54% das vezes em termos de quantidades de operação, o que corresponde a 39% do movimento total. As atribuições de resultados positivos ocorrem em 93 mil 963 operações que correspondem a 46% da quantidade de operações total, porém com um valor maior de 61%. Muito bem, diante desse quadro, o que é que nos interessava saber? O que é que estava por trás daquele volume de perdas verificadas? Para identificar o que poderiam ser e o que

não seriam irregularidades. Para diante das possíveis irregularidades desenvolver toda uma investigação. Estamos aqui diante de um exemplo hipotético, porém real, sem os valores. Uma certa EPPC, um fundo de pensão que está sendo examinado, por trás das perdas verificadas nesses Fundos de Pensão a gente fez uma análise em cima das corretoras, muito bem, o que é que se verifica, senhores podem ver que neste caso deste fundo de pensão em análise, em exame, quando ele perde, quando lhe é atribuído o resultado negativo, isso ocorre de forma concentrada em uma quantidade de 10 corretoras. Quando ele ganha, portanto, quando lhe é atribuído o resultado positivo, isso se dilui num total de outras 36 corretoras. Eu não posso, não quero e não vou dizer o nome das corretoras que iria, até gostaria, mas não posso em respeito ao sigilo, mas essas corretoras que estão aqui, a maioria delas são exatamente aquelas que estão sendo investigadas pela nossa CPMI, e pior, senhores vão ver, quando essas corretoras estão operando com esse fundo de pensão, há em quantidades de operações 89% de atribuição de resultados negativos. Ou seja, de 100 operações analisadas, quando essas corretoras estão transacionado com aquele fundo de pensão, de 100 operações a cada 100 operações, 89 tem resultado negativo para o fundo. Mas o pior, sabe qual é o montante disso? 97% do valor, ou seja, quando essas 10 corretoras entram para operar com esse fundo de pensão hipotético, ele perde, a ele é atribuído 97% das vezes do volume total dos valores negativos. Claro que seria muito melhor se a gente pudesse trabalhar aqui com números reais, certo, mas vamos pensar em 100 milhões. E eu quero apenas como hipótese, OK? Então em 100 milhões negociados você tem atribuição, quando essas corretoras estão operando de 97 milhões de valores negativos para os Fundos de Pensão. Os senhores vão ver que os valores positivos são superiores e tem que ser, o Fundos de Pensão tem que ter em desempenho, obviamente pela sua carteira, pela sua força de entrada no mercado muito superior do ponto de vista positivo do que negativo. Mas não, eu insisto não nos interessa o positivo, nos interessa saber o que está por trás do negativo. E quando a gente percebe que por trás do negativo está a recorrência de corretores nesse volume aqui, então certamente a gente pode deduzir que problemas sérios devem existir, a próxima, por favor. Aí o que é que nós fizemos? Isso vai ser aplicado para todos os Fundos de Pensão, esse modelo, tá? O que é que nós fizemos a seguir, aqui os senhores podem ver o desempenho das corretoras, das mesmas 10 corretoras, certo? Listadas acima com as EPPCs em geral, porque ali era o quê? A corretora com um fundo, aqui são essas 10 corretoras com todos os fundos. Percebe-

se que em 74% das operações são atribuídos valores negativos aos Fundos de Pensão, o que corresponde a 67% do montante. O que significa dizer que essas corretoras elas em algumas das vezes não operaram apenas para um só fundo de pensão. Vai aparecer as corretoras operando com outros Fundos de Pensão. A que vem o dado mais gritante na minha opinião. Eu pergunto: Como é que essa corretora se comporta quando ela não opera com fundo de pensão, quando ela está operando com o mercado? Aí a gente percebe que quando ela está operando com o mercado a atribuição de valores negativos de com aquele fundo específico era de 89% com todos os fundos é de 74% cai para 46%. Quando ela opera com o mercado, o que significa dizer é que ela realmente quando está operando com os Fundos de Pensão tem um comportamento diferente. [Risos]. O líder Rodrigo chama de sorte, bom, é claro que. Mas então é isso. Essa será a nossa forma de análise, o nosso critério de análise sobre os derivativos. Existe o campo positivo, existe estará no relatório com certeza, todo ele está processado, estamos aqui mostrando os seus percentuais. Certo? Não há de se levar em consideração isso, os Fundos de Pensão tem dito muito, o hedge cambial, não está em discussão o hedge, o que nós estamos examinando é o que está por trás da atribuição de valores negativos no processo de alocação. Então que fique claro, a explicação está aí. Existe, um, nós já temos esses dados concluídos de quase todos os Fundos de Pensão, no caso do fundo PRECE essas informações serão disponibilizados para os senhores ainda hoje conforme esse comprometimento que eu assumi. Senhor Presidente, com isso, com isso, Senhor Presidente, eu agradeço a V.Exa. e informo que podemos dar início a oitiva dos nossos depoentes.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Sub-relator, uma questão ordem aqui. V.Exa. disse que passaria as mãos, seria bom que o material viesse antes da oitiva.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputada, eu queria informar a senhora o seguinte: Nós vamos disponibilizar para todos os parlamentares no momento em que a nossa Audiência Pública se transformar em reservada, sigilosa.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Ou seja, antes da oitiva.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante, durante a oitiva.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, porque para questionar uma testemunha eu tenho que ter alguma... Esses dados que foram pedidos exatamente para isso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Vamos, eu queria sugerir Deputada Denise que nós começássemos com os depoentes e tão logo, nós fôssemos fotocopiando, a gente disponibilizaria, agora muito cuidado, porque era outra coisa, ver o Deputado Asdrubal, na última vez.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Só complementar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A minha prestação de contas naquela última vez, no mínimo foi parar na internet nos sites de comunicação. Por quê? Porque nós distribuimos entre os parlamentares e automaticamente caiu na mão da imprensa, e depois quem acaba tendo que responder por isso é o Sub-relator, para não incorrer esse tipo de suspeita, eu tenho procurado agir com muito cuidado e muito critério, eu tenho o receio é claro que eu faço o apelo para os parlamentares, cada um sabe das suas responsabilidades e deveres, para agir com muito cuidado no manuseio desses dados. Eu vou distribuir, mas pediria que tivesse muito cuidado porque senão daqui a pouco a imprensa não, adianta ser.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu complemento a minha colocação da seguinte forma: Eu quero reinquirir as testemunhas. Para isso nós pedimos uma série de documentos os quais eu preciso para até me informar como vou reinquirir-las. Evidentemente que se são documentos sigilosos cada um de nós aqui está responsável pelo sigilo deles. E caso haja um rompimento do sigilo que haja a investigação então, mas o que não podemos é ficar sem os documentos para reinquirição muito senhor Sub-relator e parabenizo a V.Exa. pela explanação escorregitíssima.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a palavra pela ordem o Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Na verdade essa situação jurídica não é muito confortável para a CPMI. Mas eu aprendi nos meus primeiros dias de direito que decisão judicial a gente acata. Então a decisão do Ministro Nelson Jobim pelas formalidades e pela forma que foi concedida essa liminar, e eu queria chamar atenção de V.Exa., e isso não se trata do caso em loco(F), do caso agora, mas trata-se também de caso passado e de casos futuros, que a decisão do Ministro em uma outra audiência fechada que os dados sigilosos não poderiam ser divulgados, houve um vazamento dos dados sigilosos por parlamentares dessa CPMI. Então eu gostaria de chamar atenção de V.Exa.. Que a responsabilidade pela divulgação aos dos

atos conforme a decisão do Ministro é de responsabilidade e assim como aguarda também desses dados são de responsabilidade do Presidente da CPMI. E caso os dados aqui divulgados e a serem distribuídos por parlamentares forem divulgados para a imprensa, quebrando e descumprindo uma determinação judicial, se isso vier a acontecer eu acredito que se isso vier a acontecer, não estou dizendo, mas já houve, isso serve também para as próximas, se houver algum mandado judicial que isso não deve acontecer. E se isso ocorrer o parlamentar deverá ser responsabilizado, inclusive perante o Conselho de Ética. Então a responsabilidade de V.Exa. é muito grande na condução desse processo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu agradeço o alerta de V.Exa. mas quero dizer-lhe que estou perfeitamente consciente das minhas obrigações. Certo de que todos os parlamentares também têm a responsabilidade de saber preservar o documento sigiloso de maneira que eu agradeço à V.Exa., mas vamos dar início à oitiva, tá?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): É porque senão quanto mais fala, mais a curiosidade aumenta, da imprensa e da sociedade dos parlamentares, é algo tão retumbante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Quer dizer desde já que a pedido do Sub-relator, nós vamos dividir a oitiva em duas partes, a primeira será pública, exatamente quando os dados que podem ser divulgados estarão a disposição de todas, e a segunda será reservada quando que teremos que pedir a evacuação do recinto, por pessoas que não integrem a Comissão e a partir daí os dados serão disponibilizados aos parlamentares. Então solicito a assessoria que traga a senhora Magda das Chagas Pereira para tomar assento à Mesa e iniciarmos a sua oitiva.

>> Senhor Presidente, pela ordem, o senhor está fazendo uma inversão de pauta, porque na pauta a primeira oitiva é do Pedro Evandro Ferreira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A ordem dos fatores não altera o produto, atendi no caso o requerimento do...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria justificar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu não tenho objeção eu só queria ser justificado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E gostaria de justificar, nós estamos fazendo... A convocação dos diretores de forma temporal. Ou seja, nós estamos regredindo no tempo a senhora Magda ela foi a última diretora de investimentos da PRECE, então a nossa proposta é que

ela seja a primeira arguida. O senhor Pedro, ele foi, foi penúltimo diretor da PRECE, ele será o seguinte, e amanhã nós vamos respectivamente até chegar o ano de 2000 então esse é o critério Deputado Carlos Willian o critério da convocação foi esse inclusive, quando convocamos, convocamos primeiro a Magda depois o senhor Pedro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sem objeção, respeitando o brilhante trabalho de V.Exa..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senhora Magda. Senhora Magda das Chagas Pereira comparece a essa Comissão na condição de testemunha e vem acompanhada do seu... De investigada e vem acompanhada de seu advogado. Antes de passarmos a palavra à investigada para os seus esclarecimentos iniciais quero alertar que ela vem protegida por um hábeas corpus, uma liminar concedida em pedido de hábeas corpus pelo Ministro Nelson Jobim. Exatamente para lidar, assegurar a garantia constitucional do direito ao silêncio com a extensão consubstanciada nessa cláusula inclusive quanto a confidencialidade de dados sigilosos dos pacientes e de terceiros. Por conseguinte vossa senhoria poderá silenciar quando achar conveniente e quando julgar que o seu depoimento poderá lhe ser prejudicial. Então iniciando, gostaria que o seu advogado declinasse o nome e a OAB para efeito de registro e para a futura ata.

DR. GUSTAVO ROCHA: Gustavo Rocha OAB DF 13422.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A seguir concedo a palavra para a senhora Magda das Chagas Pereira para que faça a sua qualificação e também os seus esclarecimentos iniciais. Sinta-se inteiramente a vontade sem nenhum constrangimento o que nós gostaríamos é que vossa senhoria prestasse uma grande colaboração aos nossos trabalhos. Que estará colaborando também para informar à sociedade brasileira que tanto nos cobra a apuração desses fatos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Boa tarde, meu nome é Magda das Chagas Pereira, eu sou diretora, fui diretora financeira da PRECE, sou administradora de empresa. Eu fui diretora financeira no período de 19 de julho de 2003 a setembro de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Deseja fazer mais alguns esclarecimentos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não, prefiro aguardar se alguém tiver alguma pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Então, concedo a palavra ao

Deputado ACM Neto, Sub-relator para a sua inquirição inicial na parte pública.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu ouvi da nobre depoente que é formada em administração de empresas. Eu gostaria que se possível ela pudesse discorrer em pouco mais sobre a sua experiência profissional, sobre o seu currículo acadêmico, sobre as suas qualificações profissionais e técnicas?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Bom, eu sou funcionária da companhia estadual de águas e esgotos há 25 anos, e sempre exerci funções a nível de gerenciamento, fui Presidente de Comissão de Licitação, fui chefe de divisão de transporte, fui superintendente de Recursos Humanos, fui assistente de Recursos Humanos e trabalhei na área financeira também da CEDAE e tenho 25 anos de empresa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Como foi o processo de indicação da senhora para compor o Conselho da PRECE e conseqüentemente para ocupar o cargo de diretora financeira desta fundação?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Bom, de membro do Conselho, como indicada da patrocinadora foi a empresa que me indicou. Como, para dirigir para ser diretora financeira o Presidente da instituição me convidou por ter sido também do quadro da empresa e indicou o meu nome a patrocinadora que me designou para ser a diretora financeira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando foi o, quer dizer, qual o período e exatamente quando a senhora foi indicada para compor o Conselho e depois quando foi indicada para ocupar o cargo de diretora financeira, me parece que a senhora já disse que foi no dia 19 do 7 de 2003, mas quando é que a senhora compôs o Conselho então?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: O Conselho foi por pouco tempo, foi em junho, não fiquei acho que nem um mês como conselheira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Menos de um mês?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Por um mês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria, os diretores da PRECE, todos eles compõem o Conselho ou não?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A indicação da senhora, como senhora disse foi feita pelo Presidente da entidade a senhora pode declinar o nome do Presidente que a indicou?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Doutor Ubiratã de Gusmão Campeiro Melo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora tem, ou já teve alguma filiação partidária?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu queria fazer aqui algumas perguntas de caráter técnico, porém que são obviamente perguntas de natureza genérica, e que eu espero contar com as respostas da senhora. Considerando que a EPPC que a senhora representa ou representou no período de sua gestão é objeto de acompanhamento e regulamentação por parte da secretaria de Previdência Complementar. O que inclui o estabelecimento de limites às políticas e procedimentos de investimentos e seleção de parceiros. Entendemos que a PRECE, a princípio deve encontrar-se em plena conformidade com as normas e políticas de governança recomendadas, bem como com a regulamentação vigente. Com base nessa premissa eu gostaria de saber, na opinião da senhora, no período que a senhora respondeu pela diretoria financeira, qual foi o perfil dos investimentos de ativos da PRECE? Um perfil mais conservador, um perfil mais agressivo, qual era o perfil, qual era a orientação da diretoria financeira para os investimentos do fundo de pensão?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Para ser mais agressivo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a orientação era sempre que possível ter uma postura mais agressiva consequentemente admitindo correr maiores riscos para obter resultados mais expressivos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Com certeza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como eram definidas as metas de rentabilidade anual dos investimentos durante a sua gestão?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não entendi.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como eram definidas as metas de rentabilidade anual dos investimentos na época da sua gestão?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Bom, nós tínhamos um comitê de investimentos, não é? Na PRECE e que eram trazidas as propostas, pelo geren-

te de investimentos e que nós discutíamos, analisávamos e submetíamos em reunião de diretoria e em conselho deliberativo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, as metas de rentabilidade a cada ano eram evidentemente discutidas por todo o Conselho?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Por todo o Conselho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A partir de uma orientação vinda da diretoria que a senhora respondia, diretoria de Finanças e pelo que entendi havia uma recomendação do gerente de investimentos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Isso, a proposta vinha do gerente de investimento, que eu era diretora financeira, nós conversávamos, debatíamos ele apresentava as devidas justificativas e depois de ter esgotadas todas as situações submetíamos ao comitê estratégico.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora me disse que a recomendação era para que a PRECE tivesse um perfil mais agressivo nos seus investimentos, essa recomendação ela perdurou por todo o período que a senhora respondeu pela diretoria ou houve alguma alteração devido a certo fato que pode ter eventualmente levado uma mudança nessa diretriz?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, sempre foi a de adotar uma postura agressiva. É isso. Muito bem. O item 13 do anexo um da política de investimentos da própria PRECE que diz respeito a testes comparativos e de avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos, esse item apresenta a seguinte menção quando ao acompanhamento dos investimentos da instituição, abro parênteses para transcrever aqui um item da política de investimentos da própria fundação diz o item 13 “A PRECE manterá uma política de avaliação de risco dos ativos geridos por terceiros, visando aferir o grau de liquidez e segurança dos investimentos. Também fará acompanhamento das rentabilidades obtidas por seus gestores em relação a taxa média gerada pelo mercado em ativos similares”. Esse tipo de acompanhamento era efetivamente realizado pela PRECE, ou seja, a diretoria financeira a quem cabia acompanhar os investimentos feitos por terceiros, previsto na política da empresa, fazia esse acompanhamento?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Nós tínhamos o administrador, que contratava os gestores e o gerente de investimentos fazia esse acom-

panhamento e que nos passava através de relatório mensalmente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então por parte da PRECE, quem fazia o acompanhamento dos investimentos geridos por terceiros era o gerente de investimentos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: O gerente de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora pode declinar o nome dele?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Paulo Martins.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Paulo Martins. Desde quando o Paulo Martins é gerente de investimentos da PRECE o senhor pode dizer?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Eu chego em 2003 e encontrei o Paulo Martins e permaneci com ele, já encontrei o Paulo Martins.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante todo o tempo que exerceu a diretoria era o Paulo Martins?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Já cheguei e encontrei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele realizava efetivamente esse acompanhamento?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Realizava.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora concorda que era um dever da diretoria da senhora, até pôr razão da política da PRECE de acompanhar investimentos feitos da gestão de terceiros?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Com certeza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, em relação a gestão de investimentos em carteira própria, perguntaria: Quais os critérios para escolha ou seleção dos gestores?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Nós escolhíamos o administrador, a seleção era do administrador. A PRECE não intervia na escolha dos gestores, quem escolhia era o administrador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago a senhora, no período que a senhora exerceu as suas atividades, porque nós estamos aqui separando, existem os investimentos em carteira própria e a responsabilidade direta da PRECE, existem os investimentos dos fundos exclusivos, e cada um desses fundos exclusivos tem o seu gestor. No entanto os investimentos em carteira própria tam-

bém podem ser realizadas a partir de gestores. Então que a senhora quer me dizer é que em todos os investimentos, e aí eu já estendo a pergunta, tanto nos de carteira própria, tanto neles que eram administrados por terceiros, quem escolhia os gestores era a administradora, é isso que a senhora afirma?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Administrador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a PRECE não foi o responsável pela seleção dos gestores?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Pelos gestores não, pelo administrador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto qual foi o critério de seleção do administrador?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Bom, aí eu gostaria se possível o gerente Paulo Martins está presente se o senhor...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu convidaria o Paulo Martins a que tomasse assento e pudesse ocupar um lugar aqui na nossa bancada, aqui, poderia ser aqui, talvez.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, Senhor Presidente, eu gostaria que qualificasse o senhor Paulo Martins, quem ele é, de que forma que ele está presente aqui na CPMI, eu não lembro de convocação se é para colaboração, alguma forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): O senhor Paulo Martins tem a palavra V.SA. para a sua qualificação, com relação a participação dele, não houve realmente uma convocação formal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve um apelo do próprio Deputado Carlos Willian por isso é estranha a pergunta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): é para esclarecer ao Plenário quem é a pessoa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só para saber em que condição ele vai estar respondendo as perguntas isso é outro para o conhecimento do nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Imagino que na condição de gerente administrativo integrando a diretoria que ela, gerente de investimentos, integrando a diretoria e sobre a orientação dela, eu creio que se integravam as ações daí porque ele poderá nos trazer alguns bons esclarecimentos e subsídios. Agora, diante da polêmica instaurada e consulto o Plenário se autoriza.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Presidente, pela ordem a questão é fácil,

a depoente chama a colaboração de um possivelmente subordinado seu em auxílio ao princípio da verdade real. Então, não há nenhum, evidentemente os advogados estão aí eu estou dizendo que ela chama para complementar o depoimento dela. E ele pode esclarecer e da mesma forma ele dirá o que ele pode responder e o que ele não pode responder, independentemente de pedido de habeas corpus. Porque ele deverá dizer os limites dele, é claro, isso é a lei, os códigos de processo traçam isso. Evidentemente que isso existe a exemplo da não está aqui nenhuma, nenhuma comparação a exemplo da chamado do co-réu, não é o caso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A vasta experiência judicante de V.Exa. sempre nos tem socorrido competentemente de forma que nós agradecemos a V.Exa. mais uma vez.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu que agradeço, Senhor Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Consultando o Plenário, Senhor Presidente, também não existe nenhuma contrariedade, só mostrando que existe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu acho que não há necessidade nem de consultar diante dos esclarecimentos prestados pela nobre Deputada Denise Frossard, eu gostaria que o senhor Paulo.

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Eu só poderia fazer uma colocação antes?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Pois não tem V.Sa. a palavra?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Eu pedi a participação do gerente Paulo Martins porque sobre a minha diretoria tinha mais outras diretorias, eu tinha a gerência de informática, não só expert em informática sou usuária, tinha a gerência de controladoria e tinha a gerência de planejamento estratégico. Então a pessoa que foi qualificada, que foi escolhida, foi qualificada para posto, para a gerência é a Paulo Martins que vai poder colaborar aqui com a Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradecemos a V.Sa. e pedimos ao senhor Paulo Martins que faça a sua qualificação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que também decline para essa CPMI o período que exerce ou exerceu a gerência de investimentos da PRECE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Boa tarde o meu nome é Paulo Alves Martins, eu sou economista a mais de 20 anos e trabalho na PRECE desde janeiro de 2003 até a presente data.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Abril de 2003?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Janeiro

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ainda exerce a função de gerente de investimentos?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntei a nossa depoente exatamente qual foi o critério de seleção da administradora. Foi então aí que ela pediu a colaboração do senhor, eu gostaria que o senhor pudesse nos responder.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, eu queria corrigir alguma distorção que houve, quando se fala em carteira própria e fundo exclusivo tem uma diferença bastante grande. Então, a definição dos gestores de fundos exclusivos é feito pelo, a indicação é feita pela gerência do investimentos que é submetido ao comitê estratégico composto por três diretores, por mim no caso o gerente de investimentos e pelo membro do Conselho deliberativo representante dos participantes, e dessa forma é aberta a discussão e aprovado ou não cada gestor de cada fundo exclusivo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora e a seleção do administrador?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Da mesma forma, porém como o cargo é de uma relevância um pouco maior é submetido também ao Conselho deliberativo que a instância máxima da entidade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): mas, quer dizer, dentro da PRECE a gerência de investimentos ela selecionava um administrador e submetia ao Conselho, apenas isso, não havia um processo de cotação, não havia um processo de identificação no mercado daqueles que poderiam dar melhor retorno, cobrar uma menor taxa de administração.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Toda a análise é feita pelo comitê estratégico, vários, vários, logicamente fugiam de investimentos de qualquer entidade é muito assediado por várias entidades instruções financeiras propondo negócio cabe ao gerente levar ao comitê e a avaliação de vários gestores assim é feito o processo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante o período que o senhor responde pela gestão da gerência financeira de investimentos, quem foram, ou quem foi, ou quem é o administrador contratado pela PRECE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Foi em janeiro de 2003 quando eu assumi o posto, quem era o administrador da PRECE era o BANCO SANTOS, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O BANCO SANTOS.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Quando eu assumi e detinha uma, uma concentração de atividades como administrador, como controlador que esse cargo é muito importante porque ele é responsável pelos relatórios encaminhados aos órgãos, CVM, Banco Central e SPC ele era o precificador dos títulos e ele era o gestor dos fundos, então ele precificava o CDB dele mesmo, dizendo se era bom ou se era ruim para ele mesmo comprar. Então essa postura era adotada por nós--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso até o final de 2002?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Até a assunção da minha administração.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E depois quando o senhor assumiu o BANCO SANTOS ainda ficou por algum período?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Não ele foi interrompido imediatamente das atividades iniciou-se um processo de seleção no mercado de administradores e de gestores, a qual V.Exa. fez, mencionou. E, na época era para um banco de maior porte após recorremos ao mercado chegamos ao MELLO BRASCAN que é um banco que trabalha para várias entidades e foi levado ao conselho deliberativo e, para surpresa nossa, esse o banco foi preterido em função da substituição por ele mesmo 4 meses antes pelo BANCO SANTOS de forma litigiosa, então o Conselho preteriu MELLO BRASCAN de forma que ficamos sem opção de bancos maiores para a administração dos fundos. Na época os bancos que fazem esse trabalho, os maiores bancos do país, bancos ITAÚ e Bradesco que hoje fazem serviço de administração fiduciária dos fundos, não faziam a época, então coube-nos recorrer ao mercado, sugerimos ao Conselho vários bancos menores, porém nós focamos as instituições que não eram bancos, que não tinham risco de crédito, que não emprestavam, dinheiro que não tinham risco de quebra por isso a escolha foi da QUALITY. A QUALITY assumiu, uma instituição pequena, apesar de ser pequena ela não incorria em risco de crédito, ela não emprestava dinheiro. Foi aberto, não foi ela a indicada, foi ela e outros bancos menores, e o Conselho achou por bem pela apresentação, pela qualidade, pela expertise que ela tinha em área previdenciária na escolha da QUALITY e que permanece até a presente data, existe um processo em estudo de reformulação, mas até a presente data permanece a QUALITY.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A QUALITY é a administradora de toda a carteira da PRECE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Administradora, porém não gestora. Só fazer uma ressalva: ela é ad-

ministradora dos fundos exclusivos, não da carteira própria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não da carteira própria, dos fundos exclusivos. Eu, posteriormente, perguntaria sobre fundos exclusivos, mas voltando à carteira própria... A responsabilidade pela definição da estratégia de compra e venda de ativos financeiros em carteira própria, certo? Pensando aí em todos os mercados, SELIC, CTIC(F), Bovespa e BMF, de quem era a responsabilidade por essa definição da compra de ativos?

SR. PAULO ALVES MARTINS: O processo é parecido, me é chegado todo o tipo de proposta de negócio e é encaminhado ao comitê estratégico um parecer meu com estudos, todo o tipo de análise é feito, dependendo do artigo que se esteja intencionado em negociar, sempre mirando o mínimo atuarial. É bom deixar claro que um fundo de pensão não pode privar de parâmetros de mercado financeiro comum, o fundo de pensão não visa lucro a qualquer preço, ele visa primeiro manter o poder de compra do participante. Então o critério de avaliação de rentabilidade é um pouco diferenciado dos bancos e dos demais mercados financeiros.

>> Mas Dr. Paulo, a sua diretora disse que o fundo era agressivo. O senhor desculpe, se o fundo é agressivo ele está operando nos patamares de mercado não nos patamares do cálculo atuarial dos fundos, o senhor me desculpa.

SR. PAULO ALVES MARTINS: A minha presença aqui é justamente--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria que ficasse mais claro, doutor Paulo, o seguinte: quem era o responsável pela definição?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Respondendo a V.Exa., a minha presença aqui é exatamente para isso, para corrigir alguma distorção que antes da minha entrada tenha ocorrido. Eu corrijo a posicionamento da ex-diretora, a posição não é agressiva, ela é moderada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já que o senhor está aqui eu também tenho que fazer perguntas ao senhor. O senhor antes de assumir a gerência de investimentos. Antes de assumir a gerência de investimentos da PRECE, onde é que o senhor trabalhou?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu sou economista há mais de 20 anos e prestei serviço há várias instituições, a vários, o banco multi--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor trabalhou ou prestou serviço de alguma natureza para a QUALITY?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Prestei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Antes de assumir a gerência de investimento?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, em que período?

SR. PAULO ALVES MARTINS: 2002.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Em 2002. Então o senhor prestou serviços para a QUALITY em 2002 assumiu a gerência de investimentos em 2003 e aí em 2003 o BANCO SANTOS ele deixa de ser o administrador por problemas que o senhor já relatou e aí então a QUALITY é escolhida administradora da PRECE?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, ainda sobre a mudança do administrador, o senhor falou aqui uma coisa que é de alta gravidade e que o exame dos nossos dados já revelam, que o BANCO SANTOS precificava CDBs e vendia para a própria PRECE, é isso?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, sim, ele avaliava o risco dele mesmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ele avaliava o risco dele mesmo. E evidentemente, e muito provavelmente ele não se comportava dentro desse padrão de orientação da política de investimentos, que como o senhor disse é em padrão mais conservador e moderado, é isso?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então ele colocava em risco o BANCO SANTOS como indicador da PRECE, colocava em determinados momentos em risco o patrimônio da empresa nos investimentos que sugeriria.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Por esse motivo foi substituído.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Por esse motivo foi substituído, existem outras irregularidades pontuais específica e concretas que o senhor possa nos identificar sobre a gestão do BANCO SANTOS, como administrador?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu não falei irregularidades, era pelo menos uma administração conflitante e desconfortável, se fosse irregular os órgãos fiscalizadores já teriam apontado isso como a SPC, CVM e Banco Central, então não disse aqui em termos de irregularidade. Tão logo assumimos, nós identificamos que apesar da QUALITY ser uma instituição pequena e como administradora não cabia a ela acumular outras funções, então ela ficou apenas como administradora e contratamos o banco ITAÚ como o

precificador(F), ele o banco ITAÚ que diz qual o preço que vale determinado ativo, ele tem um complexo matemático de que qualquer ativo que entre na carteira o banco ITAÚ diz se está no preço ou não e ele liquida a operação ou não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O banco ITAÚ é custodiante da PRECE desde quando?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Ele é custodiante desde 2001, é bom deixar claro as funções sob cada contrato, custodiante é a pena guarda de títulos, é a função que eu exercia antes com o BANCO SANTOS, ao assumirmos ele passou a ser além de custodiante, o precificador e o controlador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu perguntaria a minha pergunta tem que ser.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho custodiante desde 2001 e precificador?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quando o BANCO SANTOS saiu, não é isso?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A minha pergunta é para a diretora, as perguntas que farei na sequência são todas para ela na impossibilidade dela responder então... Sobre o acompanhamento, sobre o monitoramento da rentabilidade das operações em carteira própria, quem que realizava esse controle dentro da PRECE? A senhora pode me dizer quem realizava o acompanhamento e o monitoramento da rentabilidade?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Era o gerente de investimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor pessoalmente fazia o acompanhamento.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Com que periodicidade eram feitas essas avaliações.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Diariamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Diariamente?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quais os critérios índices que eram adotados para os diferentes mercados, em renda fixa e renda variável.

SR. PAULO ALVES MARTINS: A avaliação é de modo abrangente inicialmente, quer dizer, se não atingiu o mínimo atuarial o patamar razoável de mercado, abre-se a atenção para... Se abriu não teve nada

que chamou a atenção não há motivos para ter uma atenção maior, pelo menos o que é além do rotineiro. Quando havia algum indício de que algo não estava bem, a gente começa a descer a níveis de mercado saber onde está a distorção. Então logicamente que a locação em renda variável em bolsa é um valor muito pequeno, a entidade considera um alto risco em torno de 20%, e a parte 80% incluindo imóveis e ouças operações, aluguéis de imóveis que a PRECE tem um volume expressivo o comparativo é sempre inicialmente o mínimo atuarial, é manter o poder de compra do participante, se isso não tiver atendendo ao contento, nós vamos fazer uma análise mais profunda.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, é evidente que um volume tão expressivo de investimentos verificou-se distorções. O senhor disse que em determinados momentos algumas distorções eram verificadas e aí procurava-se apurar a natureza dessas distorções.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu não disse que houve, quando ocorriam se ocorriam eram apurados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca houve?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Ao longo do meu período o mínimo atuarial foi atendido, nesses últimos três anos, em detrimento dos três antecessores, nos últimos 6 anos, os últimos três foram os únicos que apresentados superávit.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação, nós, só para informação dos senhores membros nós vamos voltar a tratar de uma série de coisas que dizem respeito aos investimentos em carteira própria, porém em um momento reservado, porque com os exemplos concretos, o que fica mais ilustrativo para essa CPMI.

DEPUTADO RODRIGO MAIA (PFL-RJ): Deputado neto o dar uma informação, eu consultei agora o mercado, só para informar o Banco do Brasil, o banco pactual, o UNIBANCO, o CITIBANK e o DRESDNER BANK(F) são administradores de carteiras de fundo de pensão desde 2003.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, em relação a gestão dos investimentos dos fundos exclusivos, a minha pergunta é para senhora. Durante a gestão da senhora, quais os critérios que foram utilizados para promover essa descentralização ou distribuição como queira chamar da parte de ativos da PRECE que deveria ser designada para o manuseio, operação e trabalho por parte de fundos exclusivos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Se V.Exa. me permite, prefiro que o gerente responda.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha eu queria apenas fazer uma observação, eu compreendo que o gerente de investimentos da senhora tem todos os conhecimentos técnicos, agora a senhora foi a convocada ele está aqui para nos algumas informações adicionais que possam subsidiar. Eu gostaria, sinceramente que a senhora pudesse nos dar as respostas e se ele achar que deve acrescentar alguma informação então ele acrescenta, porque senão nós teremos que rediscutir a convocação da a senhora, a senhora não pode ser diretora de Finanças de um fundo de pensão sem poder nos dar essas respostas, afinal de contas ele era o seu subordinado.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Exatamente, ela, só uma breve observação, Deputado ACM Neto, a não ser que ela deixe claro, que pode ser deixado claro que ela não se sente suficientemente capacitada a responder e que é absolutamente natural, pode ser estranho, mas pode dizer, então, a senhora vai ter todo o direito de dizer isso. Não me sinto suficiente preparada para responder por tanto quem tem que responder é, isso significa para todos os setores, todos os efeitos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu repito a pergunta, se a senhora achar que não tem condições de responder?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não tenho condições de responder prefiro que o meu gerente responda.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, seu Paulo.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu gostaria que a pergunta fosse repetida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante o período que o senhor respondeu e responde pela gestão da gerência de investimentos da PRECE, quais os critérios utilizados para a descentralização a distribuição de parte dos ativos do fundo, essa parte que é delegada para os fundos exclusivos qual o critério?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Essa estrutura já foi encontrada por nós ao assumirmos, esses fundos já estavam lá toda essa estrutura de fundo exclusivo já foi encontrada não foi adotada por nós e foi mantida, porém com essas alterações que foram passadas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso dos fundos exclusivos quem indicava os gestores pelo que já nos foi dito era a fundação.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais os critérios de seleção dos

gestores dos fundos exclusivos que foram adotados pela PRECE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Como eu já disse inicialmente todo o tempo chega proposta, chega convite, chegam visitas de gestores, são avaliados mediante performance, eu não posso deixar de dizer que o fator de conhecimento conta muito, ainda mais para mim que tenho mais de 20 anos de mercado, instituições com situações iguais de rentabilidade terão uma ligeira prioridade se tiver um conhecimento melhor se tiver uma empatia melhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, então a PRECE através da gerência do senhor selecionava o gestor do fundo exclusivo e essa decisão sequer era submetida ao Conselho, porque apenas foi submetida ao Conselho a escolha da administração não é isso?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Exatamente apenas ao comitê estratégia.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o nível hierárquico máximo, até o qual ia a discussão da escolha dos gestores dos fundos exclusivos?

SR. PAULO ALVES MARTINS: O comitê estratégico de investimentos, apenas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eram os representantes da PRECE que faziam parte desse comitê?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Um membro do representante dos participantes e do Conselho deliberativo, três diretores e a gerência de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, como é que era feito o acompanhamento da gestão desses fundos exclusivos, ou seja, são recursos da PRECE que estavam delegados a terceiros, esses terceiros que nós chamamos aqui de gestores, que foram selecionados pelo próprio fundo de pensão e que tinham obviamente a incumbência de promover a seleção dos investimentos desses recursos. Eu pergunto, como é que era feito o acompanhamento dessa postura dos gestores, dos investimentos que ele selecionavam do retorno que esses investimentos davam, como é que era feito o acompanhamento por parte da PRECE?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Os fundos eles são... A gestão não é compartilhada, ela é discricionária é um termo, para quem conhece sabe o que estou falando, onde quer dizer que ela tem total liberdade dentro do regulamento, dentro da legislação, dentro da política de investimento. Cabe ao administrador ficar atento aos regulamentos de cada fundo, a política de investimento da entidade e cabia ao ITAÚ, cabe ainda até hoje, todo ele, ele, além de fazer precificação, ele

faz o risco da carteira, qualquer desvio, existe alguns termos muito técnicos que é o $\text{var}(F)$ que é a DNP, divergência não planejada, que são instrumentos que são dotados diariamente de qualquer desvio de rentabilidade ou de risco, isso é acusado pela administradora que é a QUALITY pelo ITAÚ que está sobre o contrato e que é delegado a ele esse controle.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O senhor Sub-relator pela ordem, eu pratiquei uma intervenção quando a senhora diretora financeira chamou o seu gerente, portanto o seu subordinado dizendo que ela poderia fazê-lo. Mas eu estou vendo um caso aqui ímpar, curioso porque quem está respondendo é ele. E ela está aqui na condição, eu estou submetendo a V.Exa. à isso, ela está aqui na condição de investigada. Naturalmente tendo a condição de não responder aquilo que for contra ela. E o senhor gerente que é a pessoa que quer dizer, que é o primeiro caso que eu estou percebendo, me desculpa, mas eu sou muito franca, de laranja. É um caso de laranja, por quê? A senhora foi nomeada pela diretoria da CEDAE, a senhora disse aqui. Quando a senhora falou do seu currículo eu não percebi formação em área financeira. Eu não percebi, de modo que quando a senhora chamou o seu gerente ele está respondendo, seu Sub-relator, então a minha indagação a V.Exa. eu submeto a sua reflexão, se a ele não pode ser dada a condição também de investigado já que eu brinquei aqui no início, e disse uma chamada de co-réu, mas é co-indiciado, foi exatamente isso que eu quis dizer, porque ela chamou-o e esse chamamento jurídico tem o nome de chamado de co-indiciado. Então, porque senão fica muito a vontade ele responder e numa condição livre, solta, então esta, eu não percebi nela a senhora me perdoe, mas eu não percebi na a senhora um credenciamento na área financeira. Quer dizer, a senhora tinha experiência em administração financeira, eu não sei? Então quando ela chama e só ele responde nós temos que definir essa situação, senhor Sub-relator.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputada Denise, na linha da senhora eu queria até fazer aqui um parêntese na lógica das nossas perguntas para questionar a doutora Magda de fato quais eram as atribuições dela como diretora financeira da PRECE no período de 2003 a 2005, quando exerceu as suas atividades?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: A minha formação é administração de empresa, a minha função era de administradora de empresa, e eu a minha primeira vez que estou presente em uma situação dessa, não estou me sentindo a vontade, estou nervosa por isso que pedi que a pessoa que está, que é o especialista, eu não estou especialista em investimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu que todas as decisões adotadas pela gerência de investimentos devia passar pelo crivo, pela concordância, pela aceitação da senhora.

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Me era apresentada todas as propostas justificadas, conversadas, todos os esclarecimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, como é que a senhora tinha então, condições de dar o veredicto, como é que tinha condições de formar o convencimento sobre as decisões que lhe eram submetidas se a senhora aqui nos revela que está lhe faltando conhecimento técnico para enfrentar este assunto?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Nós tínhamos consultores também na PRECE, que nos prestavam todo o acompanhamento e todo esclarecimento, além do gerente de investimentos contratados pela PRECE.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não é porque nos estamos numa situação, veja, a partir... Primeiro que pode parecer estranho, pode ter qualquer uma outra adjetivação que possamos fazer, mas existe uma situação clara determinada, tem o diretor financeiro que vai responder que já está automaticamente na condição de investigado óbvio, se ele passa a responder tudo e a depoente diz claramente que não se sente capacitada não é só objetivamente por condições, é evidente que qualquer pessoa ninguém gostaria de estar na posição de V.Sa., senhora Magda, é constrangedor, proporciona nervosismo para qualquer pessoa, ninguém queira aqui se mostrar maior do que não é. Realmente isso é estabelecido para qualquer pessoa, mas a senhora deixou claro que não se sente capacitada tecnicamente para responder. E o seu gerente financeiro já está fazendo para quaisquer fins, não tem mais o que acontecer aqui. A não ser que a gente, não, é só por economia a não ser que a gente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Pela ordem, pela ordem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que nós temos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Podemos caracterizar...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A participação do Paulo Martins.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A palavra está com a Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Se pode fazer qualquer coisa, se pode encaminhar um

requerimento, o próprio Relator já deixou claro aqui, inclusive com tranqüilidade e com humildade ele deixou aqui claro, a situação que todas as pessoas por adjetivação que queiramos fazer ou não, mais ou menos agressiva tem uma situação concreta, quem sabe é o gerente financeiro, ele está aqui, vai responder, inclusive sob qualquer circunstâncias futura. Porque senão, é só apresentar um novo requerimento, olha, como é que vai fazer isso é um novo requerimento para que ser apresentado para que ele venha, a partir do momento que ela chamou...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A única coisa que precisamos fazer é a caracterização do depoente, exatamente é só isso que precisamos fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A palavra continua com a Senadora.

DEPUTADO RODRIGO MAIA (PFL-RJ): Eu quero complementar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu tenho uma solução a dar que vou submeter ao Plenário.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Submeter como não existe possibilidade, como não existe...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu entendo que se a investigada convocou o seu auxiliar para assessorá-la. Tudo o que ele falar ela é a responsável. Daquilo até que a incriminar?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em que condição ele está.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou com a senadora Ideli...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Pela ordem, a palavra.

DEPUTADO RODRIGO MAIA (PFL-RJ): Senhor Presidente eu acho que é uma questão simples, é claro que a questão do gerente de investimentos tem que ser resolvida até porque há um grande conflito de interesses na posição dele que foi funcionário da QUALITY depois contratou a própria QUALITY como administradora do fundo de pensão, inevitavelmente ele é ou será investigado a não ser juridicamente como se resolve isso, se ele fica como... Agora alguma caracterização tem que ser dada, se de ato ela não tem condições de tecnicamente responder, ela passe... É melhor uma informação correta do que nós não termos as informações.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Presidente, eu queria só...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra pela ordem, ao

Deputado Pannunzio, vamos organizar, todos terão direito a falar pela ordem, apresentar as suas questões.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Complementar e V.Exa..

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): A Senadora Heloísa Helena, me perdoe Denise Frossard muito na linha da que a senhora disse, mas divergindo de um ponto, eu entendo que claramente no caso quem está sendo investigada é a senhora Magda, ela por razões de estratégia de defesa ou por total ignorância dos fatos o que seria catastrófico, seria analisado porque teria sido designada diretora do fundo de pensões, mas ela se nega a responder. Agora eu entendo que o seu gerente financeiro o faz aqui na condição de depoente espontâneo, portanto testemunha, testemunha.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Corretíssimo, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Não vamos confundir os papéis porque vai ficar mais difícil a atuação da CPI e vamos ter que fazer uma outra sessão para repetir aqui os propósitos dessa mesma, era isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra a Deputada Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Presidente só para complementar o meu pensamento que eu coloquei ali, a questão é apenas jurídica, ela nitidamente é o que eu disse mesmo, ela foi colocada ali pelo Presidente Ubiratan de Melo, não sei quem colocou os outros diretores, se ela conhece, mas seja como for, da diretoria financeira ela não entende. Então é um caso que na linguagem comum é chamado de laranja. Ele, seu subordinado é quem sabe. Então ela chamou, evidentemente que ele não pode sentar-se ali porque... O acessório segue o principal, a partir do momento que o senhor senta aí é preciso deferir a ele o compromisso legal de dizer a verdade sobre o falso testemunho, artigo 312 do Código Penal, é crime fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo policial, judicial administrativo ou em juízo arbitral. E cuja pena de um a três anos de reclusão e tem as formas qualificadas e atenuadas, mas é preciso qualificá-lo e deferir a ele esse compromisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vou ouvir todos e depois vou decidir porque não há apenas um pela ordem, há uma questão de ordem certo? Apenas não foi solicitado como tal, mas a Mesa a recebe, recebe as manifes-

tações como questões de ordem que eu vou decidir. Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Presidente, o encaminhamento dado pelo Deputado Pannunzio complementado agora pela Deputada Denise Frossard, ele me parece o mais racional e adequado, a caracterização imediata do senhor Paulo como testemunha, ele poderá nos ajudar e muito porque fica cingido ao fato da impossibilidade de prestar falso testemunho e com uma vantagem adicional, ele tem hábeas corpus. O que facilitará e muito o trabalho dessa Comissão. Portanto a caracterização como testemunha, senhor Presidente, nos parece que resolve o problema e permite o curso da sessão dessa Sub-relatoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Deputado Onyx com a palavra o último inscrito Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, caros colegas, Senhor Presidente nós estamos vendo aqui, que foi o meu objetivo primeiro, para solicitar qual seria a participação do Paulo Martins, mesmo tendo acertado para a ACM Neto, que era para contribuir com a CPMI, e até falei com ele que isso seria uma sugestão que eu daria até em off, lamentavelmente ele tornou público, mas isso aqui não tem problema nenhum, está colaborando. O que eu queria dizer para o senhor é o seguinte: Nós estamos aqui como depoentes, nós estamos com uma estratégia completamente diferente do que acontece nessa casa. Primeiro: Faça uma Audiência Pública para depois torná-la privada, eu acho que quanto aos membros da CPMI não tem problema nenhum. O que é que vai acontecer? Nós temos outros depoentes, vai continuar com a reunião privada com ela ou retira todo mundo e depois volta para o outro? Então isso não está no regimento. Ou é um ou é o outro. E nós estamos notando que existe por parte dos depoentes a sensibilidade em colaborar com essa CPMI. Trazendo, inclusive, um gerente para poder esclarecer as perguntas que não, por ventura a depoente não tiver condições de prestar. Segundo, senhor Presidente, nesta condição também eles estão com hábeas corpus. Não, a liminar, com a liminar. Eu gostaria de saber primeiro porque é que a depoente, a senhora Magna solicitou essa liminar? A senhora não sente tranqüila, eu gostaria de saber, Presidente, porque a senhora solicitou?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Solicitei por ser um direito meu.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Foi a senhora que solicitou?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Meu advogado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O advogado da senhora. Então, senhor Presidente, ela pode se silenciar mas mesmo assim ela está colaborando e trouxe um assessor para poder responder. No início com a concordância da Deputada Denise Frossard. Terminando, Senhor Presidente. Conclusão. O que nós estamos querendo é o esclarecimento do fato, agora falar que o colaborador gerente administrativo convidado para estar aqui é laranja. Eu não concordo com essa expressão. E gostaria, pois é? Não é laranja. E outra, senhor Presidente, concluindo. Não há possibilidade aqui neste Plenário em transformar o senhor gerente administrativo, o senhor Paulo Martins nem em depoente nem em testemunha, porque para ser testemunha e para ser depoente tem que ter assinado por um parlamentar, ou por Relator, ou por V.Exa. uma convocação aprovada pelo Plenário, notificado, citado para ele poder estar nessa condição. Então eu gostaria de clarear o seguinte: Ou ele continua auxiliando a doutora Magda e por mim não tenho nenhuma objeção quanto a isso, porque o que nós queremos eu tenho certeza também que o Sub-relator ACM Neto o que ele quer é o esclarecimento dos fatos. Então para esclarecimento dos fatos é preferível que ele responda, mas desde de que a senhora Magda esteja consciente que a senhora tem que concordar com que ele está falando.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem, senhor Presidente, é sobre o andamento mesmo dos trabalhos, é pela ordem embora tenha todo uma complexidade...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a V.Exa. a palavra pela ordem e a seguir eu vou decidir.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Porque é sobre o andamento dos trabalhos, independente da polêmica jurídica sobre a classificação em depoente e testemunha ou investigado, que realmente tem todo um debate a ser feito, porque a convocação para ele vir na condição de... Poderia, inclusive, alterar o depoimento dele, buscar ações. Mas então, a minha proposta concreta é que ele continue falando. Ele vai continuar falando, auxiliando ou não e depois, a essas alturas do campeonato, depois ele poderá vir ou como testemunha, ou como depoente ou como investigado com requerimento aprovado, não tem mais jeito, a essa altura já não tem mais jeito, então continua falando e se houver problemas depois ou nas quebras de sigilo, ou das futuras condições que ele estiver aqui para depor isso vai acabar sendo esclarecido. Então, para ajudar nas investigações...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço, Senadora e vou de-

cidir. Entendo que a vinda a essa Comissão do seu Paulo Martins foi atendendo a uma solicitação da sua ex-diretora para auxiliar lá no seu depoimento. Como tal, tudo o que ele disser aqui em resposta ao Sub-relator e aos nobres parlamentares será tido como de responsabilidade da sua diretora, ex-diretora. Porém, nós não podemos, aí me desculpem, embora um advogado provinciano, mas os mesmos livros de direito.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Protesto, V.Exa. é muito experiente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Os livros que a eminente Denise Frossard leu e estudou, eu li e estudei. Então não posso ferir em nenhum momento o direito de defesa de quem quer que seja, eu não posso também impingir ao seu Paulo Martins a condição de testemunha, salvo se ele espontaneamente o aceitar nesse momento. Poderemos fazê-lo depois atendendo a um requerimento aprovado pelo Plenário e convocado na forma do regimento e na forma da lei. Fora isso eu não aceitarei. De maneira que a investigada está protegida por uma liminar em hábeas corpus, ela poderá silenciar poderá não responder. E aí a colaboração efetiva que está sendo prestada pelo seu Paulo Martins vai ser postergada para uma outra data, simplesmente por uma filigrana jurídica, quando nós poderíamos ouvi-lo perfeitamente e tirar os subsídios que essa Comissão precisa ter. Agora eu não posso forçar o seu Paulo Martins a aceitar a condição de testemunha, daí porque vou indagar-lhe V.Sa. aceita firmar um termo compromisso para funcionar como testemunha nesse momento agora sobre as pena da lei?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu vim como colaborador e sobre tal continuarei sobre qualquer aspecto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Indago então ao plenário se preferem continuá-lo a ter ele como colaborador ou se preferem que nós formalizemos uma convocação, e indago ao Relator que é quem está dirigindo os trabalhos no momento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de informar que o critério de convocação que nós selecionamos foi justamente a partir do período de 2000 a 2005 todos aqueles que tinham ocupado de diretoria financeira, não passava pela nossa cabeça que pudesse acontecer um problema dessa envergadura, porém o que eu que nesse momento e pela celeridade dos trabalhos, o que nós precisamos é das informações. Então eu gostaria de manifestar a minha opinião favorável a permanência do seu Paulo Martins.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Perfeito, Senhor Presidente, por mim também de acordo, reservando naturalmente o direito da convocação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quero apenas dizer que dirigirei todas as perguntas para a doutora Magda e a cada uma delas que ela afirme que não tem condições de responder e aí o senhor Paulo Martins poderá fazê-lo. Então doutora Magda...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o processo e o objetivo dessa Subcomissão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também Senador Tuma. Doutora Magda, nós discutimos o acompanhamento, o monitoramento da gestão dos fundos exclusivos. Então, como é que a PRECE procurava se resguardar de instrumentos e meios para ter a garantia de que os recursos investidos pelos fundos exclusivos estavam de fato sendo bem aplicados, estavam tendo os retornos devidos?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Eu queria antes de responder a pergunta, eu só queria esclarecer como eu já coloquei que eu ao tinha somente a gerência de investimentos sobre a minha diretoria. Eu tinha outra diretoria. E não estava na diretoria na condição de laranja, simplesmente sou funcionária de carreira da companhia estadual de águas e esgotos e eu trouxe senhor Paulo Martins que é a pessoa, é o especialista na área para poder atender, foi no intuito de ajudar, colaborar então eu passo a resposta ao seu Paulo Martins.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Doutor Paulo, por favor.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Desculpe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós estamos, inclusive, nesse momento questionando o senhor sobre o acompanhamento da gestão dos fundos exclusivos.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim. Iniciei a minha resposta que inicialmente os fundos são livres dentro de um regulamento, legislação dentro de um controle de risco e feito pelo banco ITAÚ e QUALITY coma administradora é responsável por ficar atenta a todos os desvios, desde que não haja o desvio em relação a risco ou a vulnerabilidade da carteira não há o que nenhuma mudança de acompanhamento deverá ser feita, a não ser que haja alguma mudança discrepante de rentabilidade ou algo parecido, esse controle é diário assim foi cego seguido, tanto que foi um modelo...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acompanhava.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, diariamente e é um modelo que mostrou ser correto tanto que os três anos foi superavitário, em detrimento aos três anteriores que foram deficitários.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor evidentemente concorda com a política de diretrizes da própria PRECE, que esses recursos administrados pelos gestores dos fundos exclusivos são recursos da fundação e que por tanto deve haver por parte da fundação um diligente acompanhamento das suas aplicações.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Esse acompanhamento é feito, vou voltar a repetir, ele é feito em princípio na rentabilidade. A QUALITY sob o contrato o ITAÚ sob o contrato tem a obrigação de controlar riscos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto a PRECE ela confiava estritamente no posicionamento da QUALITY e do ITAÚ.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, e nos órgãos fiscalizadores, a SPC nos audita freqüentemente, a SPC recebe relatórios trimestrais e temos auditoria de gestão dos investimentos e a todo o tempo somos submetidos a toda a ordem de fiscalização e que até então não havia tido nada que não chamasse atenção.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Doutora Magda se por algum motivo negociando em qualquer dos mercados um dos fundos exclusivos apresentassem um problema nessa negociação que poderia ser ou não derivado de uma irregularidade, mas um problema evidente, ou seja, um descompasso com a realidade do mercado. A senhora diria que a PRECE tem meios de controle para identificar se possivelmente teria ou não ocorrido esse tipo de problema?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Excelência passo para o Paulo Martins responder.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Volto a falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nós não estamos ouvindo a depoente, ela não poderia falar mais próximo do microfone ou aumentar o volume.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, eu fiz uma pergunta, eu fiz para a doutora Magda, mas ela passou para o senhor.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, eu não comecei a responder...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse caso não foi dado ainda?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senador a partir do momento

que ele está como assessor e colaborador a responsabilidade é dela pelo que ele responder.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, doutor Paulo.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Toda a operação ela é... O modelo hoje adotado pelo ITAÚ, que é o nosso precificador e que estamos revendo esse modelo, não há como ser detectado on-line no ato de investimento da operação qualquer ato de discrepância de preço isso a entidade, o cotista dos recursos. Isso é feito, infelizmente hoje o que nós estamos corrigindo é feito em D mais 1 um termo também não sei se é de conhecimento de V.Exa., mas é sempre no dia posterior. Não houve, que eu me lembre, ao longo desses três anos nenhuma operação que fosse detectada em D mais 1 alguma discrepância algum fato anormal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, na visão da PRECE todas as operações no período que o senhor responde pela gestão financeira, todas as operações realizadas pelos fundos exclusivos através dos seus gestores ocorreram com a devida regularidade e com a devida normalidade é isso?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Não, nós contratamos o ITAÚ para isso, temos órgãos fiscalizadores a entidade não pode responder por todas as operações de 8 fundos exclusivos de 700 milhões ao longo de três anos, há uma infinidade de operações onde a gente não pode assumir a responsabilidade e a legalidade de cada operação, mas nada chamou atenção, os órgãos, todo o controle, todo o arcabouço montado pela entidade para garantir as operações nada foi acusado, eu queria fazer uma parte.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora em se verificando hipoteticamente a presença de possíveis irregularidades envolvendo a gestão dos fundos exclusivos. V.Sa. há de convir que teria que ser uma obrigação da PRECE identificar as regularidades, sim?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Não, a PRECE não é a precificadora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Seria do ITAÚ.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Seria das entidades contratadas e dos órgãos fiscalizadores.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, pensando na preservação do patrimônio da PRECE, estritamente pensando na preservação do patrimônio da PRECE, certo? Então aí eu perguntaria ao senhor, quem seria o responsável por identificar essa irregularidade?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu volto a explicar são 8 fundos exclusivos, são 500 milhões de re-

ais envolvidos, e a PRECE não tem como olhar cada operação se o preço praticado é em preço acima de mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pergunto, o ITAÚ é QUALITY e de quem seria a responsabilidade.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Do ITAÚ QUALITY e órgãos fiscalizadores.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os órgãos fiscalizadores, obviamente cada um tem as atribuições, mas eu queria assistir nessa pergunta porque tem sido usual os fundos de pensão argumentarem que não tem responsabilidade sob a gestão dos recursos dos fundos exclusivos, eu queria ler mais uma vez eu acho que é didático, é oportuno, o item 13 do Anexo 1 da política de investimentos da PRECE que diz que: “A PRECE manterá uma política de avaliação do risco de artigos geridos por terceiros visando aferir o grau de liquidez e segurança dos investimentos. Manterá senhor Paulo uma política de avaliação de risco dos ativos geridos por terceiros, sempre procurando preservar a segurança dos investimentos. Fará o acompanhamento da rentabilidade obtida e de todas as outras situações que envolvem essa gestão.” Então eu perguntaria mais uma vez ao senhor sendo redundante para ser claro e obter uma resposta clara, pensando no patrimônio do segurado da PRECE, então seria o ITAÚ como o precificador. E a QUALITY como administradora os responsáveis é isso?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, eu queria fazer uma aparte a resposta do Rodrigo Maia em relação ao administrador da carteira, é bom deixar claro que o comitê estratégico e o Conselho Deliberativo ao aprovar a QUALITY, foi em janeiro de 2003, e nessa época nem o Banco do Brasil, nem o Bradesco nem o ITAÚ os maiores bancos do país, faziam esse trabalhos facilmente comprovado qualquer ligação é... Os bancos menores eu não tive acesso e outros bancos... Vamos deixar claro que a administração fiduciária não estamos falando aqui de gestão. Então é bom voltar no tempo, janeiro de 2003 realmente não existiam os bancos citados, CITIBANK, BOSTON por exemplo, não faziam esse tipo de serviço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Paulo, como é que foi o processo de escolha do senhor para assumir a gerência de investimentos da PRECE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Foi pela patrocinadora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CEDAE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Enviei o currículo eu fui convidado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o diretor?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Para a diretoria da CEDAE, doutor Caruso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor atribui a Caruso a responsabilidade pela seleção do seu nome.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Foi o meu primeiro contato.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A partir daí...

SR. PAULO ALVES MARTINS: A partir daí eu fui submetido a uma bateria de processo recrutamento curricular, de entrevista através de uma empresa que eu não me recordo o nome, depois submetido a diretoria da PRECE a conselho deliberativo e posterior a aprovação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante o período do senhor nós percebemos que há uma expressiva mudança nos gestores dos fundos exclusivos. Então, existem situações em que o mesmo fundo exclusivo passa por vários gestores. O senhor poderia nos justificar o porquê dessas mudanças na gestão de alguns fundos exclusivos.

SR. PAULO ALVES MARTINS: É o critério inicial adotado que é de performance e rentabilidade, todo o tempo o comitê estratégico se reúne para avaliar a rentabilidade e com periodicidade não obrigatório a qualquer tempo ou a má performance era punida com a troca de gestores e isso está comprovado nas atas dos comitês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período do senhor foi verificado má gestão em que situações?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Má gestão não baixa performance e houve a troca do gestor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que situações?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Performance a baixo do mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero saber concretamente.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Não em linha com os outros fundos e não em linha com o mercado, apenas rentabilidade mensal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo menos que o senhor citasse dois exemplos concretos de mudanças de gestão.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu não tenho dados de cabeça ao longo de três anos, mas por exemplo, se um fundo atingiu uma rentabilidade muito inferior

em detrimento aos outros demais esse foi trocado eu não posso precisar datas nomes nem números.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria a nossa assessoria que nos trouxesse a lista completa dos gestores dos fundos exclusivos da PRECE. Muito bem, eu vou tentar ajudar o senhor para ver se a gente consegue... Por exemplo, no fundo exclusivo Roland Garros, a gente percebe que houve uma mudança na gestão desse fundo e que o atual gestor é o BCSul Verax, mas que antes dele foi a LAECO ASSET, e me parece que durante um determinado momento a própria QUALITY, QUALITY CCTVM. O senhor poderia me dizer se nessa mudança houve a detecção de alguma, algum resultado abaixo da rentabilidade?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Eu não poderia afirmar isso com total clareza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se eu lhe mostrasse a relação completa com todos fundos exclusivos com todos os gestores, o senhor poderia me dizer em quais as mudanças decorreram de resultados insatisfatórios para a fundação?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Não saberia dizer, deixar também claro que se em algum momento a QUALITY co-gestora, ela como responsável legal faz parte da transição de troca dos gestores. Quando há a destruição do gestor ela assume até que seja escolhido um novo para que seja nomeado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É temporário, eu sei. Agora nós temos aqui de todos os fundos exclusivos da PRECE, em quase todos eles houve mudança na gestão no período do senhor, a gente pode perceber aqui o flush midle, o Hamburg (F), o Lisboa, Lisboa inclusive com um número excessivo de mudanças me parece que a QUALITY como transitória, depois o BANCO CRUZEIRO DO SUL, o Banco BMC a QUALITY Asset e o Banco BMC novamente, me parece que esse fundo nem sequer tem gestor, pelo menos é essa a informação que eu tenho. Depois o Monte Carlo com mudanças, o Roland Garros, o Stutgard (F), Wimbledon, Roma Energia 2 e mais outros 2 fundos, PRECE 1 e PRECE 2. Eu pergunto ao senhor, como se verifica em quase todos os fundos uma mudança expressiva na quantidade dos gestores, a que se pode atribuir isso? Que tipo de conclusão a CPI pode tirar dessa mudança expressiva dos gestores?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Isso configura o não vínculo com nenhum tipo de gestor, isso requer a mostra e transparência ou que seja oxigenação na carteira e troca de cultura de gestão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acrescenta o novo parâmetro, o senhor tinha dito que o parâmetro era...

SR. PAULO ALVES MARTINS: Esse é o principal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): mas existiram onde não houve o alcance da rentabilidade esperada pela PRECE.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Alguns fatos por exemplo como tratamentos, eu como gerente tenho que ter uma boa relação com o gestor, se isso não corria era suficientemente bastante para ser encaminhado ao comitê para a substituição.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de documentação a PRECE possui, se atas, se ofícios do senhor, mas que tipos de documentação a PRECE possui para atestar as razões pelas quais um gestor estava sendo retirado das suas atribuições e um novo gestor estava sendo escolhido.

SR. PAULO ALVES MARTINS: A ata dos comitês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todas as atas dos comitês possuem a justificação pelas modificações dos gestores.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sugere a troca, eu não posso afirmar se todos eles têm um motivo muito claro. Porque foi claro desde o início que faz parte da transparência a troca, o rodízio de gestores não obrigatoriamente por um motivo contundente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria ao senhor...

DEPUTADO RODRIGO MAIA (PFL-RJ): mas o rodízio deve ter uma sistemática permanente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Questão de ordem, senhor Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu gostaria de buscar o regimento, “os membros não integrantes da CPMI mesmo sendo líder terão o direito em participar apenas uma vez no período de cinco minutos”. Então, não tenho nada contra a participação do líder Rodrigo Maia.

DEPUTADO RODRIGO MAIA (PFL-RJ): Você tem medo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não aceito o senhor falar isso, o senhor me respeita, o senhor me respeita e respeita o regimento. O senhor pode falar durante cinco minutos uma única vez na sessão, é só, senhor Presidente, porque nós membros da CPMI estamos prestando atenção no

raciocínio lógico e inteligente do... Receba aí o futuro, do Deputado e Relator ACM Neto e aí nós todos aqui por trás bombardeado com perguntas a palavra está aí na Mesa é só para colocar ordem e peço desculpa ao líder Rodrigo Maia, peço desculpa a ele, é só questão de colocação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa. a sugestão e solicito aos nobres parlamentares que a palavra está assegurada ao Sub-relator ACM Neto daí porque solicito que aguardem a ordem de inscrição para se manifestarem. Todos, inclusive os titulares.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, senhor Presidente, a doutora Magda, quando a gerência de investimentos percebia que era oportuna a mudança dos gestores dos fundos exclusivos, essa informação era levada para senhora?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Era apresentada para mim sim senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os argumentos eram esboçados para a senhora?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Eram esboçados pelo gerente de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de instrumentos a senhora possuía para assegurar a senhora como diretora e principal responsável que aquela decisão estava sendo tomada de forma correta, devida e para o bem do próprio fundo de pensão?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: A decisão não era tomado por mim era para o comitê estratégico, ele trazia a proposta, conversávamos, debatíamos quando tinha mais dúvida chamava o nosso consultor que nós tínhamos consultor dentro da PRECE e submetíamos ao comitê, não seria eu diretora financeira que autorizava ou não qualquer...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): mas a senhora participava da tomada de decisão?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: São três diretores, quando eu estava na casa eu participava, quando não estava não era restrito ao diretor financeiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Solidariamente todos respondiam por isso?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: No comitê de investimentos são três diretores.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o diretor financeiro compõe pre-sumo eu o comitê?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Não especificamente, se eu estivesse na casa eu participava, mas sempre na proposta que apresentava era sempre primeiramente para mim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento na discussão do comitê houve divergência com relação a essa mudança dos gestores dos fundos exclusivos, ou seja, o gerente encaminhou uma proposta e houve alguma imposição, algum debate, enfim em algum momento de todas as mudanças de gestores dos fundos exclusivos houve divergência de decisão ou foram todas tomadas com unanimidade com a concordância geral?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Unanimidade, divergência não. Conversarmos e debatíamos para melhor entendimento dentro do comitê.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, quem era, doutora Magda o responsável pelo compliance dos investimentos em relação aos regulamentos do fundo de pensão PRECE?

SRA. MAGDA DAS CHAGAS PEREIRA: Como eu já coloquei eu estou nervosa e trouxe o senhor Paulo para colaborar e peço que ele responda. Se o senhor concordar.

SR. PAULO ALVES MARTINS: A QUALITY.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. A QUALITY então fez todo o compliance durante todo esse período.

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E antes da QUALITY o BANCO SANTOS como administrador também tinha essa incumbência?

SR. PAULO ALVES MARTINS: Sim, pelo que me consta eu não estava na entidade, mas pelo que me consta sim.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Apenas para esclarecer os pobres mortais qual é o significado da expressão compliance?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, o compliance é o acompanhamento da conformidade que se faz, você tem o regulamento dos fundos com todas as determinações da política de investimentos e deve se verificar se o procedimento está de acordo com o regulamento. Isso é o que se chama de compliance.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado Poderia me fazer um esclarecimento, desculpa é só para acompanhar, desde quando a ausência isenta de responsabilidade de alguém que oficialmente pertence ao comitê?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senador fez uma pergunta eu incorporei ao meu questionário.

SR. PAULO ALVES MARTINS: O comitê é composto por três diretores, ele não é composto de forma nominal são três diretores o gerente de investimento e o membro do Conselho Deliberativo. Questões de responsabilidade... A ata é assinada para quem está presente. A PRECE tem mais do que três diretores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): três para a decisão.

SR. PAULO ALVES MARTINS: No mínimo três, são três diretores cinco membros e tem que ter a maioria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. porque essa é a parte mais importante da nossa Audiência Pública, da nossa audiência de CPI eu gostaria de solicitar a V.Exa. que por favor, transformasse a sessão em reservada porque agora nós vamos tratar evidentemente.

>> Questão de ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vou fazer uma sugestão a V.Exa.. Nós temos a parte pública e depois a reservada, evidentemente que há vários inscritos aqui, que naturalmente vão indagar sobre--

>> Questão de ordem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É justamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vejam bem até onde eu quero chegar. Nós vamos chegar agora à parte reservada, evidentemente que se nós deixarmos os Deputados para fazerem a inquirição pública depois de ouvir o que é reservado corre o risco de vazar porque é reservado. Daí porque eu pretendo, primeiro que nós concluamos a audiência pública e depois transformemos em privada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Ou então a oitiva, a oitiva da depoente pelos seus parlamentares será toda ela feita na parte reservada. Certo assim? Concordam?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, questão de ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, aliás, pela ordem, senhor Presidente. Olha, eu, Senhor Presidente, foi o que eu disse aqui no início. Esta sessão da CPMI ela está fugindo todas as regras das demais, concluindo, senhor Presidente,

então o seguinte, se houve uma primeira parte que foi pública e foi questionada para depoente, eu não abro mão de também fazer os meus, fazer as minhas indagações e as minhas perguntas publicamente, se a reunião foi dividida em duas tem que ser dividida em duas por completo. Ela fez e responde as perguntas dos Deputados, e posteriormente reservada também continua e aí eu pergunto para o senhor outra coisa. Outra coisa, senhor Presidente, como que vai ser? Nós temos outro depoente, agora todo mundo sai e continua, depois o outro vem, todo mundo sai, depois todo mundo sai e todo mundo entra.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de fazer sugestão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu não abro mão de fazer os questionamentos de acordo com o regimento da casa e a colaboração de V.Exa..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Já ouvi V.Exa., vou ouvir o nobre Relator e a seguir decidirei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria lembrar antes de mais nada, aos prezados parlamentares que nós estamos apenas cumprindo uma decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. Que determinou que o manuseio de toda e qualquer informação sigilosa referente a PRECE fosse feito em uma sessão reservada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): , mas os meus questionamentos não são sigilosos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputados Carlos Willian se V.Exa. puder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu solicito aos nobres parlamentares que quando a palavra estiver com alguém que respeitem a palavra. Pelo contrário perdemos o controle.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente pela ordem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu compreendo, eu compreendo que estamos diante de um episódio inusitado, até então nós não fomos obrigados a fechar nenhuma das nossas sessões por tratar de temas que vão ser objeto da arguição dos depoentes e em virtude desses temas terem caráter de documento sigiloso. Então de fato nós estamos diante um episódio inédito, lamento que tenhamos fazer isso, eu acho que a sessão deveria ser pública, quero reafirmar, agora o que eu sugiro Presidente como encaminhamento que nós possamos passar para a indagação reservada que os senhores parlamentares todos eles possam em seguida fazer

os seus questionamentos, certo? Creio eu que teria que ser em caráter reservado também, afinal de contas trataremos das informações apresentadas, não é? Finalizaríamos com a doutora Magda, finalizaríamos com a doutora Magda e depois chamaríamos o próximo depoente eu acha que esse é o encaminhamento mais lógico, pensem os senhores há um só depoente, nós não podemos fazer duas rodadas de perguntas, há uma única rodada de pergunta, e há um só depoente, nós temos que vencer todas as perguntas do primeiro e depois passar para a segundo depoente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Ouvi atentamente o Deputado Carlos Willian, ouvi o nobre Relator e agora estou sendo açoitado por uma tremenda dúvida. Todos os dois depoentes vêm tratar do assunto PRECE. Evidentemente nós estamos numa reunião pública, entraremos na reservada onde assuntos que vão ser ventilados na próxima audiência poderão ser tornados públicos, mesmo aqueles que forem reservados. Daí porque eu creio que a prudência nos diria que nós suspenderíamos a oitiva da dona Magda nessa parte pública, faríamos a parte pública com o outro depoente e a seguir iríamos para a reservada. Aí não haveria como vazar os depoimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, eu queria apenas esclarecer...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agora eu sou escravo do regimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian eu acho que a gente está diante de um problema que pode ser fácil resolvido se senhores parlamentares da CPMI entenderem porque temos dois diretores aqui, os documentos sigilosos que serão apresentados que é a parte significativa da nossa arguição, no caso da a senhora Magda corresponde ao período pelo qual ela estava na diretoria de investimentos, o senhor Pedro terá o mesmo caráter, a mesma qualidade, será o mesmo documento, porém com outras informações, pois estas sim referentes ao período que ele era o diretor de investimentos. E pelo que a gente percebeu, como gerente de investimentos dos fundos de Pensão é quem tinha de fato maiores responsabilidades na área, eu acho até que a Audiência Pública do senhor Pedro, ela será uma audiência rápida porque nós não vamos repetir todas as perguntas que aqui foram feitas, eu acho que a gente muito mais vai querer saber qual eram as responsabilidades, o comportamento dele que diferenciava o da senhora Magda porque muitas das respostas já foram dadas pelo seu Paulo Martins, o que a gente precisa

mesmo é entrar na sessão reservada para tratar dos números que são contundo entes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Recebo a ponderação de V.Exa., mas quero ouvir o Deputado Onyx Lorenzoni que tem uma questão de ordem a apresentar.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): O artigo 194 do regimento, Presidente, o artigo 194 do regimento do Senado que diz aqui claramente que após uma reunião secreta ao final dela haverá uma decisão sendo debate entre os membros da comissão se serão publicados o resultado dessa sessão secreta ou não, se os pareceres e demais documentos constantes do propósito será publicizado ou não. A previsão regimental existente, ela é ampla no que diz respeito a questão de dados sigilosos. E fica na decisão pessoal de cada parlamentar a utilização das informações recebidas de caráter sigiloso, fica sob sua responsabilidade parlamentar, se usa ou não usa em público. Há uma corrente já defendida por ilustres parlamentares desta casa, que dizem que há obrigação do parlamentar de não abafar. Há obrigação do parlamentar de delatar a sociedade. Porque nós somos eleitos para buscar a verdade. E jamais somos eleitos para sermos cingidos a ocultar a verdade. Portanto, inclusive, quando um parlamentar vaza dados sigilosos, esse parlamentar apenas responde por penas administrativas do exercício do mandato parlamentar como não falar no pequeno expediente ou no grande expediente não há nenhuma outra previsão de pena ao parlamentar, exatamente pela discussão que sempre existiu se não é dever primeiro do parlamentar preservar a verdade preservar a justiça, preservar o direito da sociedade da sociedade da informação. Portanto eu tenho reservas com esta questão das reuniões sigilosas e ao trato de documentos sigilosos porque há inclusive uma discussão conceitual sobre essa questão. E eu quero reafirmar à V.Exa. que seria muito mais lógico nós darmos continuidade a oitiva da a senhora Magda do seu assessor, o senhor Paulo, concluir o trabalho, estaremos de posse dos dados sigilosos que vão ser apresentados e o próximo depoente será como disse o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, muito mais rápido, muito mais expedito e creio que V.Exa. com os cuidados que tem tomado salvaguardará a determinação judicial e cada parlamentar é dono do seu mandato e exerce o seu direito de revelar ou não sobre as penas da lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Assiste razão em parte a V.Exa. no que tange ao artigo 193 do regimento. Porém, nós estamos diante de uma decisão judicial. Que nos cumpra acatar. Não temos porque discutir. Nas informações

que serão prestadas aí sim nós poderíamos discutir, mas no momento nós temos que cumpri-la. E é o que nós vamos fazer. Vamos cumprir a decisão judicial, agora quero dizer a V.Exa.s que o artigo 144 é taxativo quanto as documentos de natureza sigilosa. Parágrafo único diz o seguinte. “Houve a inobservância do caráter secreto confidencial ou reservado de documentos de interesse de qualquer Comissão. Sujeitará o infrator a pena de responsabilidade apurada na forma da lei”, vejam bem, no caso da Comissão, se houver um vazamento hoje o Presidente da Comissão ou da reunião, o Presidente da reunião é o Deputado Asdrubal Bentes e será ele quem será, quem deverá ser responsabilizado na forma da lei. Até porque, Senadora Heloísa Helena eu disse que sou advogado de província, mas costumo respeitar o que aprendi nos bancos da faculdade.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): O senhor quer adivinhar o que eu estou falando, eu vou me inscrever.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu apenas sigo o exemplo de V.Exa. quando vejo por outro eu adivinho o pensamento, eu adivinhei quando V.Exa. fez o gesto de, digamos assim.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Vou pedir o artigo 14 não, tem jeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. tem todo o direito e eu cederei, agora entendo que nós corremos um grave risco de tornar público algo que é reservado secreto e sigiloso se nós, se nós decidirmos concluir esta oitiva para iniciar a outra. Mas como eu me curvo ao Plenário que é soberano.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Apenas para corroborar a procuração de V.Exa. e talvez encontrar uma solução, me parece muito fácil nós estamos aqui numa oitiva a senhora Magda e debaixo de uma decisão do Supremo Tribunal Federal numa liminar, nem numa decisão, de uma liminar mas nós temos que cumpri-la.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Decisão liminar, mas é decisão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. está absolutamente correto, mais ainda, como a sessão ela não, o que possa transcorrer aqui numa próxima sessão não é eventualmente uma declaração isolada ou singular de um parlamentar há o risco de amanhã ou depois termos complicações do não acatamento de uma decisão do Poder Judiciário, portanto a sugestão que eu faço aqui e peço atenção aos meus pares, é o seguinte, senhor Presidente,

transformemos toda a sessão, a partir de agora na sequência com a senhora Magda e a do próximo em sessão secreta e ponto final aí nós vamos ter resolvido a questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Submeto a soberana decisão do Plenário aqueles que tiverem de acordo com a propostas do Pannunzio permaneçam como estão, aprovada agradeço a V.Exa. pela luz que trouxe a essa presidência.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. vai me permitir aqui que tantas vezes com muita humildade que o caracteriza se colocando como advogado de província que diria eu que sou engenheiro de província.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): mas soube construir perfeitamente a engenharia para construirmos a solução..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Faz bem o cálculo de projeção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A partir deste momento a reunião passa a ser reservada, eu solicito com as minhas escusas à imprensa e aos demais que se retirem para...

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Presidente é reservada ou secreta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Reservada. Exatamente. A Senadora Heloísa Helena ainda quer valer-se do artigo 14.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não, é uma coisa muito objetiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A presidência agradece.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): é porque a V.Exa. ficou o tempo todo a se justificar de que iria formalmente responder por qualquer, formalmente até pode ser, mas V.Exa. [Risos] Não precisa ter essa preocupação porque a gente sabe exatamente como é que funciona o parlamento, os parlamentares sabem a responsabilidade que tem e efetivamente isso nem, com certeza isso nem irá acontecer. Embora, saibam todos qual é a visão que eu tenho em relação à documentos secretos, eu não faço parte, Deputado Osmar da Sub-relatoria de vazamento, não faço parte. Mas eu acho um profundo cinismo o acobertamento de determinadas informações que de fato acobertam para, não divulgam para objetivamente acobertar e impedir a punição dos criminosos delinqüentes de luxo.

Encerra-se a presente reunião às vinte e uma horas e vinte e um minutos.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

(SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 12/01/2006.

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e dez minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Ideli Salvatti, Heloisa Helena, Romeu Tuma, e dos Deputados Jorge Bittar, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Juíza Denise Frossard, Silvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio e Geraldo Tadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Pedro José Mercador Mendes (Prece) e Ricardo Afonso das Neves Leitão (Prece). O Senador Romeu Tuma sugere que faça convite ao dirigente da Interpol para se fazer presente a esta comissão. Senadora Heloísa Helena enfatiza a necessidade dos órgãos fiscalizadores tanto do judiciário como da comissão de fiscalização e controle do Senado sejam mais atuantes. O Deputado Carlos Willian fala sobre a divulgação de documentos sigilosos da Prece, a mesa fez sua explanação quanto ao procedimento das sessões, no momento em que devam ser consideradas “abertas” ou “secretas”. O Presidente convida à mesa o depoente Pedro José Mercador Mendes que se fez acompanhar por seus advogados Gustavo Rocha OAB/DF 13.422, Renato Ramos OAB/DF 20.562 e Andréia Legosa OAB/RJ 127.044, e concede a palavra ao depoente para seus esclarecimentos, após o que é iniciada a inquirição pelo sub-relator. É sugerido pelo sub-relator junto à mesa, que seja realizada uma sessão secreta. É posto em votação ao plenário onde por maioria é concedida realização da sessão secreta, às quinze horas e quarenta

e dois minutos. É reaberta a sessão para o público, às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, sendo convidado a sentar-se à mesa o Senhor Ricardo Afonso das Neves Leitão, para, em seguida, fazer suas qualificações e após ser inquirido pelo sub-relator. Às dezoito horas e um minuto é solicitada a evacuação do plenário pela imprensa. A Presidência, em atendimento a solicitação formulada pelos Advogados dos depoentes, determina à Secretaria da Comissão que faça constar em ata os nomes dos seguintes assessores que permaneceram na reunião em sua fase reservada: José Francisco Compagno (EY), Jefferson Ricardo Carvalho (EY), João Domingos Martins Villas (EY), Ana Beatriz Ferreira Groba (PFL-CD), Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (TCU), Felipe Ohana (PFL-CD), Paulo Eduardo de Freitas (BACEN), Soarestes Soares dos Santos (EY), Vanessa Gonçalves Bonadú (EY), Glória Maria de Queiroz Chaves (SPC) e José Tarciso (DPF). Encerra-se a presente reunião às dezoito horas e vinte minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SEGUE ABAIXO TRANSCRIÇÃO LITERAL:

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com as graças de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Sub-Relatoria, de Fundos de Pensão, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento de número 03/2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se à oitiva dos senhores **Pedro José Mercador Mendes e Ricardo Afonso das Neves Leitão**. Eu gostaria, antes de abrir os trabalhos, de só fazer algumas observações aqui, que nós julgamos pertinentes. Em primeiro, só lembrar a V.Exas., que no dia 17 de janeiro de 2006, na terça-feira, na Sub-Relatoria de Contratos, coordenada pelo deputado José Eduardo Cardozo, nós ouviremos os senhores Francisco Marques Carioca, Marcus Valérius Pinto Pinheiro de Macedo e Reginaldo Reges Menezes Fernandes. Na mesma terça-feira, na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, ouviremos como convidados, o Dr. Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal, e o Dr. Antenor Pereira Madruga Filho,

Chefe do Departamento de Recuperação de Ativos, da Sub-Relatoria, essa coordenada pelo deputado Onyx Lorenzoni. E na Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, coordenada pelo deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, ouviremos às 14h, o Dr. José Rafael Oliveira da Silva, da NUCLEOS, o Dr. Fernando César Brás Teixeira, da NUCLEOS, e o Dr. Gildásio Amado Filho, da NUCLEOS, também. Portanto, no dia 17 de janeiro, a Sub-Relatoria de Contratos, de Normas e de Fundos de pensão, irão promover oitivas, a de Contratos às 14h, a de Normas às 10h, e a de Fundos de Pensão às 14h. No dia 18 de janeiro de 2006, quarta-feira, nós ouviremos no pleno da CPMI, o Dr. José Roberto Salgado, Vice-Presidente do Banco Rural, às 11h da manhã. E nós pretendemos fazer a partir das 9h, uma reunião administrativa para votar requerimentos importantes para as investigações. Portanto, na quarta-feira da próxima semana, nós teremos uma reunião administrativa às 9h, e às 11h a oitiva do Dr. José Roberto Salgado, Vice-Presidente do Banco Rural. Nesse mesmo dia também, na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, às 14h, ouviremos o Dr. Sérgio de Moura Soeiro, da corretora EURO, o senhor Jorge Luiz Gomes Chripim, também da Corretora EURO, o senhor João Luis Ferreira Carneiro, da Corretora EURO, o senhor Júlio Victor Bittencourt Fabbriani, da corretora DILLON, e o senhor Luiz Cláudio Lins Fabbriani, da Corretora DILLON. No dia 19 de janeiro, quinta-feira, nós teremos oitivas da Sub-Relatoria de Normas, tendo como convidado o Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Adílson Motta e na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão às 14h, a de Normas às 10h, e a de Fundos de Pensão às 14h, os senhores Alexandre Gastaldel Leonardo, da QUANTIA, o senhor Lauro José Serra de Gouvêa, da QUANTIA, o Senhor Joaquim Cândido de Gouvêa, deve ser da QUANTIA também, o senhor Isaac Sassoun, da LAETA e o senhor César Sassoun, da LAETA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente, pela ordem, me perdoe--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria, a nossa equipe técnica, que, por favor, redirecionasse das 14h para as 11h, da manhã. Porque, como são muitos depoentes, vai ficar apertado para ouvir todo mundo de tarde, apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, alteraremos. E aí, eu peço à secretaria da CPMI, alteraremos essas oitivas da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, para as 11h, em função do número de pessoas a serem ouvidas. E agora, nós

entramos na terça-feira, no dia 24 de janeiro de 2006, terça-feira, Sub-Relatoria de Normas, com o convite ao Dr. Paulo Lacerda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu queria até, pela ordem, se V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Hoje, eu fico agradecido, ao deputado Onyx, que permitiu que eu participasse na inicial de uma reunião com o pessoal do BANCO CENTRAL e outros órgãos, que ele estava trabalhando, visto a alteração no cronograma da Sub-Relatoria aqui, e ele levantou a tese da importância do representante na INTERPOL. Eu pergunto, se poderia (...falha no áudio...) da INTERPOL, porque essa movimentação financeira externa, tem um bom relacionamento internacional através da INTERPOL. Se V.Exa. autorizar, Dr. Onyx, eu falo com o Paulo para trazer, com ele, o dirigente da INTERPOL brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ótimo. Eu acho, que é uma proposta muito importante, Senador Tuma, e nós só gostaríamos depois, do nome, até para constar da nossa agenda, do diretor da INTERPOL. No mesmo dia, na terça-feira, também no dia 24/08 às 11h, nós ouviremos o senhor Alexandre de Ataíde Francisco, que foi a pessoa que apresentou uma série de denúncias com relação à PRECE, e ouviremos também o senhor Christian de Almeida Rego, operador do mercado financeiro, na mesma terça-feira, só que no horário de 11h. Enquanto, a Sub-Relatoria de Normas às 10h, e a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, às 11h--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu queria só...O problema de horário. Eu acho que o senhor deputado ACM Neto e V.Exa., tem razão. Nós vamos entrar numa fase de votação da pauta, de convocação extraordinária. E hoje cedo, eu vi na secretaria pilhas e pilhas, que podem ter votação nominal, interrompendo o andamento. Então, quanto mais cedo se começar, nós provavelmente teremos mais fôlego, para poder--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, colocaremos...Por sugestão de V.Exa., Senador Tuma, então, colocaremos às 10h, também, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, na terça-feira. Na quarta-feira, dia 25, nós ouviremos às 11h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão para --

>> Só para deixar perfeita, a informação que V.Exa. está dando, nessa mesma terça-feira, às 14h30, estará conosco o Dr. Sérgio Fernando Mouro, Juiz da 2ª Vara Federal do Paraná, que vai contribuir com a Sub-Relatoria de Normas, nesta mesma segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas não está incluído aqui--

>> Não, não, é que foi acertado agora de manhã, não deu tempo de colocar. É só... para que fique perfeita, a sua informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok. No dia 25, volto a repetir, no dia 25 de janeiro, às 10h, nós ouviremos os senhores Ermino Cecchetto Júnior e Jorge Luiz Monteiro de Freitas, diretores da REAL GRANDEZA, às 10h, na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão. Às 10h do dia 26 de janeiro ouviremos o Ministro Waldir Pires, como convidado na Sub-Relatoria de Normas; e na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, a senhora Rogéria Costa Beber, também às 10h da manhã, em função até das ponderações que o Senador Tuma apresentou, nós vamos antecipar essas oitivas. No dia 31 de janeiro de 2006, nós ouviremos às 10h, na Sub-Relatoria de Normas, o Dr. Cláudio Weber Abramo, da ONG TRANSPARÊNCIA BRASIL, como convidado. Às 10h. E na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, vamos ouvir o Dr. Josevã Pereira dos Santos, da JEAP, às 10h do dia 31 de janeiro. No dia primeiro--

>> Presidente, só também para aperfeiçoar, porque foi confirmado às 11h30 da manhã. Nem isso, meio-dia, Dr. Laércio Cherosin, ele é Presidente da APCON, Cherosin, desculpe. Ele é Presidente da APCON, que são os auditores do Tribunal de Contas dos Estados e da União. E ele colaborará conosco nesta mesma terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, registrado aqui pela Mesa. Agora, a agenda do dia primeiro. No dia primeiro de fevereiro, também às 10h, isso é uma quarta-feira, nós ouviremos às 10h, na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, os senhores Breno Fichberg e o senhor José Pompeu de Campos Neto, da Corretora BONUS BANVAL. E no dia 02 de fevereiro, na Sub-Relatoria de Normas, ouviremos o Dr. Davi Falcão, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BANCO CENTRAL, o Senhor Edson de Araújo Lobo, gerente geral da Unidade de Gestão de Segurança do BANCO DO BRASIL. Os dois também como convidados, e na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, às 10h também, o Dr. José Carlos Batista da Guaranhus. Portanto, nós temos agendas já definidas, e os convites já feitos e também as convocações, até o dia 02 de fevereiro. Incluindo as Sub-Relatorias e incluindo o pleno da CPI. Eu gostaria, também, aqui de registrar. Hoje, eu recebi pela manhã, a visita do Presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com os seus diretores, que vieram nos apresentar, o Senador Álvaro Dias que acompanha esse assunto bem de perto, que fizeram uma exposição de motivos, so-

bre aquele relatório do Tribunal de Contas da União, e que nós distribuiremos as justificativas da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aos demais Parlamentares da CPMI dos Correios. Recebemos também, a visita hoje, da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, que se colocaram absolutamente à disposição da CPMI dos Correios, para prestar todos os esclarecimentos necessários, e colocando uma equipe técnica, que vai sempre estar a postos para atender a CPMI dos Correios, naquilo que ela julgar importante. Quero também registrar aqui, porque isso foi divulgado pela imprensa, em função de contratos da SMP&B e de contratos da DNA, no que se refere ao Ministério, do antigo Ministério de Esporte e Turismo, o Ministro Walfrido vai encaminhar um ofício a CPMI, mostrando claramente, que o recém-criado Ministério do Turismo opera com outras agências de publicidade. Então, ele está fazendo uma exposição de motivos para dividir muito bem, aquilo que competia ao antigo Ministério do Esporte e Turismo, e aquilo que corresponde efetivamente, ao atual Ministério do Turismo, que foi criado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, feitas essas --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, ainda com referência à visita do Presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, eu tive a oportunidade de acompanhar a audiência, como também estava presente o Relator da CPI, o Deputado Serraglio, e eu queria, em primeiro lugar, fazer o registro que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, completa hoje 145 anos de existência, de excelentes serviços prestados ao Brasil. Então, fazer este registro, deve ter bolinho lá, eu não sei. Não nos trouxeram bolinho, nem convite para a festa de aniversário, a não ser que o Delcídio tenha recebido convite, fora ali do oficial da--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não tive essa satisfação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não. Presidente, mas, da conversa com o Presidente da Caixa, além da documentação que ele trouxe, que foi entregue já ao Ministro Adílson Motta, Presidente do Tribunal de Contas, que V.Exa. já disse que vai disponibilizar, eu acho muito importante, porque junto, nessa documentação, que foi entregue pela Caixa ao Presidente do Tribunal de Contas, aonde faz todas as colocações, as explicações a respeito das polêmicas aqui levantadas, pelo debate aí, a respeito da operação da compra da carteira do BMG, mas, há também um posicionamento da FEBRABAN, a respeito dessa polêmica, e eu acho

que é muito importante todos nós termos ciência do posicionamento, tanto da Caixa, quanto da FEBRABAN, sobre esta questão. Mas na conversa com o Dr. Jorge Matoso, nós tivemos a oportunidade, e aí eu queria chamar a atenção do Deputado Onyx Lorenzoni, porque no caso deste relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, que ainda não é definitivo, não está concluído, não tem votação, não tem deliberação, ele é preliminar, a Caixa Econômica não foi ouvida. O técnico do Tribunal de Contas, não executou as diligências necessárias e devidas, na Caixa Econômica, para poder consubstanciar o seu relatório. Então, na conversa já surgiu uma idéia, que para nós é muito importante, de que a gente possa até socializar, de que na Sub-Relatoria das Normas, nós pensemos em algo que torne obrigatório o contraditório, em toda e qualquer etapa de processo de investigação do tribunal. Porque, muitas das coisas, que muitas vezes aparecem num relatório preliminar, se fosse dado o direito de contraditório, talvez isso tudo já se desmanchasse e economizaríamos tempo, desgaste... Se tudo isto que a Caixa, eu já tive oportunidade de observar, se tudo o que a Caixa está apresentando aqui em contradição, em contraditório ao que o relatório preliminar do Tribunal de Contas apresentou, talvez nós não tivéssemos tido toda essa polêmica, e não tivéssemos tido todo esse desgaste, para uma instituição, como eu tive a oportunidade de dizer, completa hoje 145 anos, de excelentes serviços prestados no país. Então, eu acho que nós deveríamos estar bastante atentos, porque, inclusive, o deputado Serraglio colocou isso de forma muito contundente, de que talvez a gente devesse se debruçar a respeito desse tipo de procedimento, porque, pelos melhores serviços que o Tribunal de Contas da União prestem ao país, eles também não são imunes à falhas e, inclusive, há interesses. Então, eu acho que a gente deveria apreciar isso com mais atenção.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu pediria depois, a palavra sobre o assunto, se V.Exa. permitir--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Eu também, pela ordem, senhor Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas, é um segundo, só--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): É...Mas, eu também...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria, por favor, nós temos dois depoentes, Senador Tuma, que já havia pedido, Senador Álvaro Dias, Senadora Heloísa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não é para contrariar a Senadora Ideli, não, é porque ela está preocupada, mas, realmente, é uma instituição que

merece o nosso respeito, mas o Tribunal de Contas analisa documentos para informar o Congresso. Ela é um órgão informativo do Congresso Nacional. Então, ele não faz inquérito, ele faz uma apuração de análise de contas, de contabilidade, de despesa, e chega à conclusão, e requer todas as informações que precisar. Não pode ter contraditório. A defesa prévia será no julgamento, que é feito pelo Congresso. O Congresso tem as comissões especiais, temáticas, que fazem a análise das contas que o Tribunal de Contas manda para cá, na infra-estrutura, fiscalização e controle. É lá, que pode o Senador, que for o Relator requisitar qualquer outra informação, que possa melhorar a sua análise na conclusão do processo. Então, é difícil fazer um contraditório, porque não se trata do inquérito--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, Senador, se o senhor me permite, mas pelo menos, o técnico que vai elaborar o relatório--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eles não são obrigados a fazer diligência, só se ele sentir falta de--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não é de bom senso? Teve a dúvida, ir procurar o órgão, sob o qual--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Depende do analista e depende do Ministro--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E fica se criando, às vezes, uma situação que não tem base--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quem vai fazer a investigação, são os técnicos, Presidente. Os técnicos que fazem. O Relator é um Ministro, que pode aceitar ou não, ou pedir outras diligências. Quer dizer, a gente criar um mecanismo legal de obrigatoriedade de fazer a diligência, eu acho um pouco arriscado para nós, porque nós temos o poder de analisar, e até de arquivar o processo, de rejeitar. Então, fica difícil. Eu estou só analisando de forma prática o que eu tenho sentido durante a minha trajetória, na polícia. Só para... Desculpa-me, por ter interrompido--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito importante, Senador Tuma, também, como é importante, não só os comentários de V.Exa., Senador Tuma, mas também as ponderações da Senadora Ideli. Senador Álvaro. Eu pediria só, a questão do tempo, para que a gente não avance demais no horário. Por favor.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente Delcídio, apenas dizer que o Senador Tuma tem total razão. A responsabilidade final não é do Tribunal de Contas da União, nesse e nos demais casos em que colabora realizando competentes auditorias. A responsabilidade é desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Independentemente, da auditoria realizada

pelo TCU, o Senado que tem consultores extremamente qualificados, já através destes consultores, nos oferece um relatório a respeito desta operação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com o BMG. Então, pessoalmente, tenho já uma posição firmada a respeito dessa situação, e é evidente que eu não vou concordar com a FEBRABAN. Eu não poderia esperar da FEBRABAN, outro tipo de comportamento, a não ser o de preservar o mercado, os seus associados, os seus colaboradores, enfim. Eu teria, ao acreditar numa posição oficial da FEBRABAN, eu teria que acreditar também que o cabrito pode cuidar da horta. Seria o mesmo que colocar o cabrito cuidando da horta. Me desculpem, não é a FEBRABAN que vai determinar a posição oficial e final, relativamente a essas operações suspeitas. Não há o propósito de quem quer se seja nesta Casa, nas duas Casas do Congresso Nacional, de enfraquecer a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, como instituição. É o maior Banco público da América Latina, todos nós desejamos preservar, tem uma função social relevante, e esse comportamento de investigar com rigor, tem exatamente esta dimensão, a de preservar uma instituição preciosa, para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Não é porque alguns diretores erram, pecam, cometem ilícitos, praticam improbidade administrativa, que nós vamos evidentemente, em função dessa necessidade de preservar a instituição, ignorar os fatos. Ao contrário, e mais uma vez, lamentar que a direção da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com muito nervosismo, se precipite, tentando desqualificar os auditores do Tribunal de Contas, e tentando também desvirtuar os objetivos, de quem aqui no Congresso Nacional investiga, concluindo que houve uma ilação de natureza política, como na realidade não há nenhuma ilação de natureza política, o que há é uma conclusão técnica, relativamente aos procedimentos adotados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Então, para concluir, senhor Presidente, o que eu solicito como integrante desta Comissão--

[soa a campanha].

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): É uma dedicação especial, dos técnicos que prestam serviço a esta Comissão, um empenho especial, eu repito, no sentido de que a análise desta questão seja a mais cuidadosa possível, e que a postura adotada seja a mais rigorosa. É isso que se recomenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, desculpe-me, o Tribunal de Contas aceita defesa prévia?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Claro que tem.

[soa a campanha]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ela não rejeita, faz parte do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos ter todas as condições necessárias, Senador Tuma, de inclusive, discutir isso com absoluta tranquilidade--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senhor Presidente, que é uma pessoa de bem, conhece as suas áreas, tanto o Congresso como--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Heloísa, encerrando, que eu já vou chamar, o Dr. Pedro José Mercador Mendes.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não, mas é claro que nós temos todo o tempo do mundo, até porque o Relator não irá, nem a lavagem do Bonfim, não vai, já decidiu. Não, é só, também no sentido de contribuir com esse debate. Eu acho que, assim, tanto o Senador Tuma, como o Senador Álvaro Dias, que inclusive, tem um projeto impedindo, que haja a privatização da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e do BANCO DO BRASIL, e as ponderações feitas pela Senadora Ideli. Então, infelizmente o que acontece, infelizmente mesmo o que acontece, é que muitas vezes, os Parlamentares, eles passam a ter uma posição ou um questionamento, ou uma observação sobre determinado setor público, quando ele, de alguma forma está estabelecendo um procedimento investigatório, que de alguma forma possa balançar as estruturas políticas do Governo que se serve. Os grandes problemas, o grande problema do Congresso Nacional, é que também as comissões de fiscalização e controle, elas não funcionam. O Congresso Nacional, embora ele tenha como tarefa nobre, à fiscalização dos atos do Executivo, infelizmente ele não cumpre essa tarefa nobre, a não ser quando o amontoado de escândalos é tanto, que a sociedade pressiona, para o Congresso Nacional abrir Comissão Parlamentar de Inquérito, que realmente é o único instrumento, que por ter poder de investigação próprio das autoridades judiciais, e, portanto, quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico, pode cumprir essa tarefa. Agora, as Comissões de fiscalização e controle da Casa, que também, Senador Delcídio, V.Exa. sabe disso, e todos nós sabemos, as comissões de fiscalização e controle do Senado, elas têm uma prerrogativa que pouco é usado, porque geralmente o Parlamento, presta o serviço sujo à sociedade e o serviço promíscuo aos chefes do Executivo, e não abre os procedimentos investigatórios que podiam abrir. Procedimento, a estrutura de um procedimento investigatório no âmbito de uma comissão de fiscalização, e controle do Senado, é algo muito sério,

com eficácia, especial, preciosa, comprovada. Infelizmente, isso não acontece. E em relação aos Tribunais de Contas, como aqui já foi dito, Além disso, é claro, que se há ressalvas e problemas em relação a um ou outro caso, como relatado pela Senadora Ideli, é uma outra coisa, agora que o problema dos Tribunais de Contas, perante a sociedade, é justamente, não a rigidez, mas às vezes a flexibilidade exagerada, em função das conveniências dos chefes de Executivo do plantão, ou das relações políticas promíscuas que são estabelecidas. Então, é extremamente importante, que haja uma clara independência dessa estrutura, como órgão auxiliar dos procedimentos investigatórios do Congresso Nacional ou do Poder Legislativo, de uma forma geral. É só, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senadora Ideli. Eu quero chamar na Mesa, a diretora aqui, dos trabalhos, eu quero chamar o senhor Pedro José Mercador Mendes.

>> Não poderia ser os dois juntos, Presidente, talvez, eu não sei—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o sub-Relator...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senador Tuma, eu vou aproveitar para pedir perdão aos baianos, espero contar com a compreensão de todos, porque hoje é a lavagem do senhor do Bonfim, mas, no entanto, nós estamos num período de convocação, esta CPI precisa avançar. Eu acho, que ficaria muito complicado em chamar os dois, são períodos completamente distintos, nós teríamos que fazer abordagens muito próprias, com relação a um e a outro, e eu acho, que hoje a dinâmica, vai ser mais (?) do que a de ontem, então, eu preferiria fazer, um a um, Senador Tuma, apesar de compreender que o ideal, é que os dois pudessem chegar juntos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É, só para entendimento dos trabalhos, nós vamos tentar ser, o mais sério possível, mesmo porque, eu garanto que se o deputado ACM Neto, não conseguir ir para a lavagem do nosso Senhor do Bonfim, ele vai conseguir chegar a tempo de enxugar—

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não consegui, não. Eu já perdi, a lavagem já aconteceu. ...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, ontem eu chamei a atenção, desculpa, não chamando a atenção para se ater, ou seja, para observar o Presidente em exercício, o nosso

que tem inclusive desempenhado muito bem o papel de Vice-Presidente e às vezes presidindo essa Casa, sob a responsabilidade da decisão do Supremo Tribunal Federal onde existe uma liminar que proíbe a divulgação dos dados sigilosos da PRECE. Eu não estou aqui fazendo defesa da PRECE. Já disse ontem, mesmo porque a minha política é feita em Minas Gerais, não tem nada a ver com o Estado do Rio de Janeiro. Ocorre. Senhor Presidente, que nós somos legisladores, nós é que fazemos as leis. E ontem foi demonstrado um total descumprimento da legislação. Primeiro, porque antes mesmo de começar os trabalhos do senador, do futuro e hoje Deputado ACM Neto, os relatórios com os dados sigilosos já tinham sido entregues à imprensa e alguns Deputados já estavam dando entrevista falando sobre esses dados sigilosos. Veja bem, senhor Presidente. Entregando, pois bem senhor Presidente ontem, na minha opinião de parlamentar, de advogado, pós-graduado em Administração Pública, não foi convincente os relatórios apresentados mostrando os prejuízos para o fundo de pensão da PRECE. Pelo contrário, pelos depoimentos que ontem foram prestados mostraram que existe uma regra em administração de fundos onde um dia ganha e outro dia se perde. Aí, senhor Presidente, os dados demonstrados não correspondem com a realidade ontem apresentada, na minha opinião dos depoentes aqui. Aí eu indago V.Exa. e ontem também houve, nunca acontecido nessa CPMI, primeiro, dividir a audiência em duas partes, primeiro em pública e depois fechada. Para mim não existe nenhuma dificuldade em ser aberta, eu acho que deveria até ser, porque os dados sigilosos têm que ser mantidos em sigilo. Agora hoje eu estou vendo que está caminhado da mesma forma. Uma parte aberta e outra parte fechada, e são dois depois depoentes. Primeiro depõe um, depois pede-se pra se retirar, depois volta, começa com outro depois para se retirar, eu acho que nós temos, que tínhamos que ter uma forma única de trabalhar. Primeiro ouve as sessões em outras... Então eu gostaria de saber de V.Exa. qual o procedimento que vai ser adotado, porque que vai ser, gostaria de deixar claramente sabido por todos porque que vai ser dividido em duas partes e terceiro, qual que é o amparo legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero responder a V.Exa., Deputado Carlos Willian, primeiro eu recebi do Supremo Tribunal Federal aqui uma correspondência, aliás, idêntica à correspondência de ontem exarada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, que garante o hábeas corpus ao senhor Pedro José Mercador Mendes e ao senhor Pedro Evandro Ferreira, e simplesmente registra que em função dos dados

sigilosos, quer dizer, quando os dados sigilosos vierem a ser apresentados aqui, isso não pode acontecer numa sessão pública. Esse é a missiva do Ministro Nelson Jobim encaminhada a essa CPI hoje. Portanto nós vamos fazer, vamos começar os nossos trabalhos, vamos inclusive separar os depoentes que estão aqui acompanhados de seus advogados, Gustavo Rocha o OAB-DF 13422, Renato Ramos o OAB-DF 20562 e a senhora André Legora o OAB Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro? Ah, Rio de Janeiro 127044. Então aquilo que for ocorrer sem apresentação de dados sigilosos, nós vamos fazer a sessão aberta. Quando nós entramos.

>> Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): No debate, nas discussões e principalmente nos questão amantes a serem apresentados pelo Sub-relator e pelo relator, aí necessariamente nós vamos ter que fazer uma sessão fechada.

>> Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Esse procedimento já foi adotado, V.Exa. veio um pouco depois, mas nós já adotamos esse procedimento em outras oitivas que foram aqui realizadas pela CPMI dos Correios. Portanto, a decisão do Deputado Asdrubal Bentes ontem ela não foi uma decisão excepcional. Isso já ocorreu em outras ocasiões.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quem decide o que é sigiloso ou não? É o Sub-relator ou é o depoente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, nenhum dado, os dados que vão ser utilizados aqui principalmente para os questionamentos, aquilo que tiver associado às quebras de sigilo, são dados sigilosos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então a identificação é do Sub-relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A identificação é da Mesa Diretora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu posso tranquilizar o senhor, afinal de contas assim como aconteceu ontem, nós teremos primeiro...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Aliás V.Exa. foi brilhante ontem, eu não estou discutindo...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é só para explicar a V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A sociedade tem que saber o que está acontecendo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para explicar a V.Exa., nós temos uma primeira etapa que eu diria que a de hoje será até maior que a de ontem, que será aberta e logo em

seguida quando começarmos a manusear os dados sigilosos, aí eu proponho no momento adequado que se feche a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou passar a palavra ao Doutor Pedro José Mercador Mendes para uma explanação inicial, dados principais, enfim, e depois eu passo a palavra ao sub-relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Com a palavra, o Dr. Pedro José mercador Mendes.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Em primeiro lugar, eu queria dar boa tarde aos senhores e senhoras Senadores e Senadoras e também a Mesa.

>>(?) Há Deputados e deputadas aqui também.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Desculpa, desculpa. E desde já eu me coloco à disposição dos senhores com todo o carinho e respeito para responder tudo aquilo que for perguntado e que eu tiver condições. Eu queria fazer uma apresentação do meu currículo na empresa, SEDAI. Meu nome é Pedro José Mercador Mendes tenho 47 anos de idade, sendo 28 anos dedicados ao serviço público estadual, especificamente na companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro, aonde praticamente... Não. Na época não tinha concurso. Fui, ao longo do tempo. Nesse período, a minha formação, eu sou economista. Nesse período em que estive e estou ainda na empresa, ocupei diversos cargos na área administrativa, financeira, de planejamento, ocupei assessorias de diretoria, sempre galgadas na área financeira de planejamento e de administração.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): OK... O senhor não encerrou ainda não?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Se me permite, eu participei da diretoria financeira e administrativa da PRECE que é o Fundo de Pensão da CEDAE, no período compreendido entre 3 de janeiro a 6 de agosto de 2002. A minha indicação ela foi curricular, eu competi de mais seis ou sete companheiros e devido ao tempo que eu tinha de empresa, e a experiência em diversas áreas, na área financeira, eu fui convidado e aceitei o convite entendendo que seria uma experiência nova e que iria também fortalecer o meu currículo profissional. Fechei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria antes de passar a palavra para o Sub-relator Deputado ACM Neto, eu sei que está muito tranquilo hoje com o tempo, é só dispensar a leitura da ata da primeira reunião e submeter à aprovação os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a ata. Eu quero passar a palavra para o Sub-relator, Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, senhor relator Osmar Serraglio, nobre depoente Dr. Pedro, senhoras e senhores Parlamentares. Dr. Pedro, o senhor assumiu em janeiro de 2002, à época, quem era o Presidente da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Dr. Armando Costa. Ah não, sim, desculpa. Na minha gestão era o Dr. João Batista Torres, que era o diretor Presidente. Perdoe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor João Batista Torres exercia a Presidência da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Desde 3 de janeiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, ele entrou com o senhor.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi composta toda uma diretoria em janeiro de 2002?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exato.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem diretamente fez o convite para que o senhor assumisse a diretoria financeira?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: A diretoria da CEDAE. A minha indicação foi curricular.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu pergunto ao senhor. A diretoria da CEDAE representada por quem?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Pelos diretores da época que eram o Dr. Alberto Gomes, eu não me recordo no momento, não tenho em mente a diretoria completa, mas era o Dr. Alberto Gomes, o diretor Presidente, os outros eu não me recordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante o depoimento da Dra. Magda das Chagas Pereira, no dia de ontem, ela nos afirmou que a PRECE era subordinada à diretoria financeira da CEDAE. O senhor confirma essa afirmação?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: A PRECE ela tem uma ligação ínfima com a diretoria porque os recursos, as consignações são repassadas através da diretoria da CEDAE à PRECE.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Propriamente da diretoria financeira.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Financeira da CEDAE à PRECE. Existe uma afinidade...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia nos descrever em breves palavras como era essa relação entre a diretoria financeira da CEDAE e o corpo diretor da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: No período em que estive lá, a diretoria financeira era que repassava os recursos de consignações, dívidas e aluguéis, e quando isso não ocorria, a diretoria financeira tinha a outorga de fazer a cobrança, o que faz muito acontecer. Não sei se isso satisfaz a sua resposta.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além da diretoria financeira, havia alguma outra diretoria da CEDAE que tivesse uma interface mais próxima com os dirigentes da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, então se nós pudéssemos pensar na estrutura hierárquica e funcional da CEDAE, era justamente a diretoria financeira a responsável por essa relação com a diretoria da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: A relação da diretoria financeira da CEDAE com a diretoria da PRECE era puramente administrativa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito, então... A pergunta é exatamente nesse sentido.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: As decisões do fundo da PRECE era de cunho próprio da diretoria, dos conselhos e dos comitês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as principais atividades, diria eu que responsabilidades que o senhor tinha na condição de diretor financeiro da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: As responsabilidades da diretoria financeira e administrativa eram zelar pelos ativos, pelo patrimônio da PRECE, tratar e ordenar despesas de custeio, bem como as despesas operacionais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor foi convidado para ocupar o cargo de diretor financeiro da PRECE, o senhor já tinha alguma experiência com o mercado financeiro, com produtos que são manuseados no mercado financeiro em geral, mais propriamente, o senhor já tinha alguma experiência na área de investimentos financeiros?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não excelência. Mesmo porque a CEDAE ela é uma empresa que tem no seu, na sua atividade fim, o saneamento básico, bem como a produção e a distribuição de água, no Estado do Rio de Janeiro e alguns municípios.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu faria apenas uma observação que deve ser registrada. Eu acho que ao longo desse período que nós já estamos detectando, foram convidados para ocupar a diretoria financeira da PRECE profissionais que tinham inclusive uma vasta experiência curricular na CEDAE, porém que não possuíam propriamente uma proficiência nessa área de investimentos que me parece ser a mais importante dentro do arcabouço da diretoria financeira e do fundo de pensão em si. Eu perguntaria ao senhor quem era o gerente de investimento?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor relator só um parêntese. A diretoria financeira é o coração do fundo e nesse caso de um fundo que tem dinheiro público. Porque é a viúva que está lá dentro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor relator, o senhor me permite um aparte?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria aos nobres Parlamentares que não fossem feitas interrupções porque senão inclusive acaba faltando uma sucessão lógica.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Somente dessa vez eu peço a contribuição de V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu gostaria de perguntara a V.Exa. se pudesse completara a pergunta, o seguinte. Porque que na diretoria do CEDAE não contrata no mercado, vamos dizer um profissional competente? Porque me parece, bom, porque que não contrata um profissional competente para ser diretor? Ou seja, não contrata no mercado?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na diretoria do CEDAE?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): CEDAE não, do no fundo de pensão da CEDAE, na PRECE. É o caso que o senhor disse que ele tem vasto conhecimento, mas não tem experiência. Porque que não tem diretor com experiência?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, essa pergunta V.Exa. Tem que dirigir ao Presidente respectivamente da CEDAE e da PRECE ao longo dos períodos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A diretoria no caso dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não cabe a mim lhe dar essa resposta, ao menos que a pergunta seja...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, é para o senhor perguntar a ele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está incorporada, é para incorporar a minha pergunta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Porque os diretores, que passaram por aqui ontem, que ocupou o cargo do senhor...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian eu gostaria de retornar, ele vai responder a pergunta de V.Exa., para que nós não interrompamos a exposições do Sub-relator, se não aí os trabalhos começam a ficar bastante confusos na condução.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu agradeço a oportunidade senhor Presidente, e prometo não fazer mais intervenção, a não ser que seja de extrema urgência, e aprovado por V.Exa.. Então, senhor Pedro Mendes, ontem teve uma diretora que estava aqui, a senhora Magda, que foi até injustamente falado que era laranja. Depois teve um outro diretor...

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Senhor Presidente, eu fui mencionada aqui...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não mencionei o nome de ninguém.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Eu disse que era uma laranja e é.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian, nós vamos...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor deixa-me concluir a pergunta que o senhor já autorizou?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): E eu provei que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian nós vamos até para não conturbar os trabalhos eu vou voltar à palavra ao Sub-relator Deputado ACM Neto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu só quero dizer a V.Exa. que aqui é uma Comissão parlamentar com deputados de iguais condições, aqui não tem juiz e aqui não tem réu! Aqui não tem sentença não! Aqui as coisas são Parlamentares.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Quantas vezes eu for mencionadas eu responderei a V.Exa. Deputado!

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A senhora como juíza deve ter ouvido que eu não falei nomes.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Eu não sou juíza, eu sou Deputada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ta bom, então a senhora aqui não tem sentença não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu retorno a palavra ao Deputado ACM Neto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Gostaria que fosse incorporada a V.Exa. a minha pergunta.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Senhor Presidente. Fui eu a única pessoa que disse que era laranja e provei, portanto eu não admito essa chamada aqui não. Laranja no sentido comum da palavra, que estava ali para esconder o gerente que era.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Laranja no sentido comum é pra chupar, Laranja no sentido comum é pra chupar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu retorno ao Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero com muita tranqüilidade, Dr. Pedro, saber do senhor quem foi o gerente de investimentos durante o período que o senhor exerceu a diretoria financeira da PRECE? Durante todo o período?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Rui Pinto

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante todo o período?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Durante sete meses, o período que eu estive lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor foi afastado da diretoria financeira, o senhor Rui Pinto também foi?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Também.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao que o senhor atribuiu o seu afastamento da diretoria financeira da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Eu atribuo o meu afastamento a uma mudança de direção da empresa, que naquele momento não se sentia confortável com a diretoria atual que não havia sido indicada por eles, e o meu afastamento se deu em função de uma renúncia. Porque foi feita uma proposição de uma mudança estatutária, de uma mudança estatutária. Respondendo a pergunta do nobre Deputado, o cargo de diretoria Executivo da PRECE, estatutariamente só pode ser ocupada por funcionários efetivos da empresa. Isso está no estatuto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu queria explorar um pouco mais os motivos da demissão do senhor porque a gente percebe o seguinte. O senhor ocupou o cargo financeiro até agosto de 2002.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Perdão, 6 de agosto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então até agosto. Por um brevíssimo período de tempo o Dr. Renato que era o então Presidente acumulou as funções de diretor financeiro. O Dr. Renato presume que foi indicado ao mesmo tempo Presidente e diretor financeiro é isso?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ele ocupou essa função de agosto de 2002 até dezembro de 2002. O senhor confirma?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Supostamente sim, excelência.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque logo em seguida, em janeiro de 2003 assumiu o Dr. Pedro que ontem esteve aqui conosco. O senhor vê por trás da decisão de afastá-lo da diretoria financeira algum viés de natureza política?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Pode ser. Não teria como avaliar nesse momento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor faria uma associação desse afastamento do senhor, da diretoria financeira, ao fato de que naquele período, mais propriamente a partir de abril, houve uma mudança do controle partidário do Governo do Estado do Rio de Janeiro?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem atribuiu a isso?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sim, do meu ponto pessoal de vista.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós queremos saber justamente o ponto de vista do senhor. Eu lhe faria também uma pergunta importante. Durante o período que o senhor foi diretor financeiro, quem era a instituição responsável pela administração dos recursos da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: DREYFUS MELLO BRASCAN.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): MELLO BRASCAN. Eu depois voltei a essa indagação. Durante o período que o senhor exerceu a diretoria, a orientação que lhe era repassada em termos de política de investimentos, era para adotar uma postura mais agressiva ou mais conservadora?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, exatamente a orientação nós não obtivemos, e sim o corpo da PRECE, o corpo institucional e técnico viu que naquele momento a economia do país não ia bem, em função dos resultados da ocor-

rência do atentado terrorista em 11 de setembro que resultou no ano de 2002, foi um ano dramático para o mercado financeiro e... Perdão, o senhor pode repetir a pergunta?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntei ao senhor o que perfil...

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: A sim, sim, o perfil eram dois segmentos, nós incorporamos, adequamos à nova estrutura aonde tinha somente um administrador com dez segmentos de rentabilidade, e os fundos eram extremamente conservadores e outros eram moderados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor fala fundos, o senhor está se referindo aos fundos exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Aos fundos exclusivos, obviamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Associando imediatamente outra pergunta, eu indagaria ao senhor o seguinte: Como era definida a estratégia de distribuição dos recursos entre carteira própria e fundos exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, basicamente carteira própria, nós fomos empossados em janeiro, o mercado naquele período era de extrema volatilidade, carteira própria nós operamos com um valor muito pequeno, rediando(F) uma operação de relativos e índices, para ver o resultado, o resultado foi positivo, chegamos à conclusão, se eu não me engano foi durante dois meses, chegamos a conclusão que essa não era a nossa atividade enfim, Haja vista... Já existia uma contratação terceirizada, tanto para administrar quanto para gerir os recursos, isso seguindo a política de investimentos pré-determinada para 2002 que foi traçada em 2001, mas só implementamos a política e solicitamos ao administrador que criasse o regulamento dos fundos, visualizando um mercado com tamanha volatilidade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E foi a MELLO BRASCAN quem elaborou esse regulamento?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente. Não foi no meu período, foi anterior que nós implementamos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia informar desde quando a MELLO BRASCAN era administradora da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, não vou lhe dar uma data precisa, mas se não me engano julho de 2001, não tenho certeza desta

data. Mas enquanto estive lá como diretor, tivemos a MELLO como administrador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Agora pelo que eu entendi o que o senhor acabou de nos dizer durante o período que exerceu a diretoria, houve uma prioridade para que os recursos fossem descentralizados, ou seja, transferida a sua administração para os fundos exclusivos, onde o gestor de cada fundo exclusivo definiria a modalidade de investimento é isso?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não, a modalidade já estava definida conforme eu expus a pouco, os fundos conservadores e moderados. A política ela já definia como aquele período seguinte, ou seja, 2002, iria se comportar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avaliou a administração da MELLO BRASCAN durante o período que ela prestou serviços para PRECE que coincide efetivamente com o período da sua diretoria?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Na minha opinião, boa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No entanto, quando o senhor saiu, que houve uma mudança de diretoria, a MELLO BRASCAN também deixou de ser administradora.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E houve uma substituição pelo Banco Santos o senhor confirma?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor tem exatamente o conhecimento ou informações ou pelo menos eu diria que percepções de o que motivou a PRECE quando da mudança de diretoria, a também estabelecer uma alteração na administração? Saindo da MELLO BRASCAN e indo para o Banco Santos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Eu atribuo a dois motivos básicos. O motivo, acredito eu, político e de estratégia da direção que estava assumindo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, obviamente a estratégia nós iremos argüir aqui o diretor que será convocado, mas também deve ter havido uma motivação política para a substituição da MELLO BRASCAN pelo Banco Santos.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, essa é a minha opinião, é a minha sensibilidade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda de acordo com a sensibilidade do senhor, essa decisão foi acertada?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Perdão, eu não entendi.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda de acordo com a sua sensibilidade, essa decisão de mudar os administradores foi acertada?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não, comigo não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se foi correta ou não foi correta essa decisão, se foi bom ou não para o fundo?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: No meu ponto de vista, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia nós dizer exatamente quem foi o responsável pela escolha do Banco Santos como administrador?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não, V.Exa., eu não saberia, porque eu havia me afastado da PRECE e retornado às minhas atividades na empresa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o senhor nos disse aqui que na opinião do senhor, essa mudança da MELLO BRASCAN para o Banco Santos, ela não foi Benfica para o fundo. O que te leva a ter essa percepção?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Conforme eu falei para V.Exa., a minha opinião particular. O Banco Santos naquele momento já não era bem visto no mercado, o Banco Santos apresentava um risco razoável a qualquer carteira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O gerente atual de investimentos da PRECE esteve aqui conosco, o senhor Paulo Martins, nos disse ontem que na opinião dele havia uma concentração de atividades do Banco Santos na administração dos recursos da PRECE, seja pela influência nos gestores, nos administradores e precificadores. O senhor compartilha dessa opinião?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não compartilha?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a visão do senhor dessa possível concentração com o Banco Santos justamente no período que sucedeu à sua diretoria?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, no período que sucedeu a minha gestão frente à diretoria financeira da PRECE, como eu já falei para V.Exa., eu retornei às minhas atividades da empresa e não acompanhei mais o desenvolver das ações da PRECE.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda que o ano de 2002 do ponto de vista financeiro foi o pior de toda a história da PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Concorde.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ontem também o senhor Paulo Martins nos afirmou que durante o ano de 2002 o fundo sofreu uma rentabilidade negativa de aproximadamente 30%. Houve 7% de redução do patrimônio líquido, mais 20% a menos de alcance na meta de rentabilidade. Ou seja, 22%. Somado vai dar perto de 30%. Por tanto o ano de 2002 foi o pior ano da PRECE, pelo menos no ponto de vista contábil, é evidente que não há como se afirmar que foi o ano que registro maiores perdas ou maiores prejuízos, enfim. Eu perguntaria ao senhor, A que o senhor atribuiu já que o senhor é responsável por seis meses.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sete meses.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sete meses desse ano de 2002. Então o senhor era o diretor financeiro durante sete meses do pior ano contábil da PRECE. Como é que o senhor poderia nos dividir essas responsabilidades, como o senhor poderia explicar esse resultado extremamente negativo para o ano de 2002?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Atribuo à parte desse período a questão sete doze avôs de período do ano que estive à frente a diversos fatores. Eu vou, se me permite elencar alguns deles aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por Favor.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: O resultado do último trimestre de 2001 em função do atentado terrorista às torres gêmeas influenciou drasticamente a economia americana com reflexos na economia do mundo todo, principalmente os países emergentes, em especial o Brasil. Nós tivemos uma alta volatilidade do mercado. Ocorreu uma precificação dos ativos determinada pelo Banco Central nesse período também. O risco Brasil ele saiu de 400 pontos para 2000 pontos. O dólar chegou a 2,90, isso no meu período, e considerando que a alavancagem da disputa eleitoral à Presidência da República, contribuiu bastante pela indefinição que tinha naquele momento.

Eu atribuo esse período de sete meses em que estive à frente a esses fatores, agora, os meses seguintes, eu não tenho como mensurar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor há de convir que menos 30% é muito.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Perdão deixa-me aliar mais um fator. A bolsa caiu 30% nesse período, nesse sete meses.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indagaria o senhor. E como é que isso pode ser visto à luz do desempenho de quase todos os outros fundos de pensão que nesse mesmo ano apesar de terem enfrentado as mesmas dificuldades econômicas, muitos deles conseguiram alcançar a sua meta atuarial, e superar a rentabilidade prevista. A PRECE ela me parece que nesse ano foi a campeã de não alcance de rentabilidade, será que os outros também não enfrentaram a mesma situação da economia, não passaram pelas mesmas dificuldades, não estavam jogando no mesmo mercado, não estavam operando na mesma situação?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, eu atribuiria esse fato como eu já falei aqui os sete meses, a alta volatilidade, as condições de mercado e principalmente o ano de 2002, eu não fechei o ano, eu só, eu fui diretor financeiro durante sete meses.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora como é que era feito esse acompanhamento do alcance da meta de rentabilidade? Era mensal esse acompanhamento?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Era mensal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, então fazendo um corte até o mês de agosto, claro que se era mensal o senhor como diretor financeiro fazia esse acompanhamento. O que o senhor diria? Fazendo um corte até o mês de agosto.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Foi negativo em função desses fatores que eu já elenquei aqui, principalmente a queda da bolsa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Contribuindo em que percentual desses 30% final que foi registrado?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Eu não tenho essa informação no momento V.Sa., a V.Exa. perdão, mas posso solicitar ao fundo, eu não tenho como enxergar, visualizar o balanço aqui agora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo o senhor não querendo, nós já percebemos isso, fazer muitos comentários a res-

peito da diretoria que o sucedeu, mas o senhor acha que durante esse período de setembro até dezembro de gestão dos seus sucessores, foram os mesmos fatores econômicos aos quais o senhor recorre agora para apresentar uma defesa técnica, foram os mesmos fatores econômicos que contribuíram para essa rentabilidade negativa de 30% ou pode ter havido uma gestão temerária, pode ter havido uma gestão perigosa dos seus sucessores que acabou agravando esse não alcance da meta de rentabilidade do fundo?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, eu não julgaria gestão de temerária, mas eu gostaria de acrescentar que logo após a minha saída e a definição da situação do país em relação a quem iria assumir o controle, a bolsa teve uma elevação esplendida. O meu período foi ruim, mas depois o movimento de bolsa foi muito bom, teve superávit, eu não sei mensurar no período se o prejuízo maior foi concentrado nesses cinco meses, eu não tenho com mensurar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso imagino que a nossa equipe técnica tenha condições de fazer, afinal de contas nós estamos tendo acesso a todo o balanço da PRECE e o que será feito até o final dessa CPI. Eu perguntaria: Durante esse período que o senhor respondeu pela diretoria, o Banco Santos realizava alguma atividade já com a PRECE, mesmo que não de administrador que isso a gente percebeu que passou a ocorrer logo depois desse período, mas há alguma atividade, o Banco Santos ele era ou foi o gestor de alguns dos fundos exclusivos? Enfim. Houve algum tipo de relação profissional do Banco Santos com a PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Houve.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo? O senhor pode especificar?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: O Banco Santos era gestor logo assim que assumi a diretoria da PRECE. E num espaço muito curto de tempo, nós retiramos ele de gestor da carteira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era o gestor da carteira própria?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Herdada. Não. Ele era gestor de um dos fundos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ah, de um dos fundos exclusivos. Isso o senhor então está me dizendo que era anterior o período anterior a 2002.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quando o senhor chegou, afastou o Banco Santos.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente, quase que imediatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Afastou por que?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: O Banco Santos não atendia o que nós estávamos propostos a implementar na PRECE, ou seja, os fundos, uma gestão especificamente conservadora e os fundos moderados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu faço um outro registro para conhecimento dos parlamentares da CPI, eu quero usando das palavras do Dr. Pedro, ressaltar que efetivamente a gestão dos fundos exclusivos passa por um monitoramento e por acompanhamento, tanto é que o senhor nos afirma agora, que quando assumiu a diretoria em 2002, percebendo que o Banco Santos como gestor não atendia a política da empresa, determinou a substituição do Banco Santos. O senhor tomou conhecimento que o Banco Santos... É muitos CDBs do Banco Santos foram comprados pela PRECE no ano de 2002?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: É... No meu período não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, eu perguntei no ano de 2002. O senhor tomou conhecimento dessa informação?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem informação de que logo após o período que o senhor deixou de ser diretor, a PRECE investiu substancialmente na carteira do Banco Santos, inclusive provisionou cerca de 11 milhões, segundo informações do senhor Paulo Martins, para perda nesse mesmo ano?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não, não tenho essa informação, mesmo como eu já citei aqui excelência, a partir da minha destruição(F) da diretoria da PRECE eu voltei às minhas atividades e não acompanhei a evolução de implementos da PRECE.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): À época da sua diretoria, quem fazia a precificação para a PRECE?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Era o administrador contratado. A MELLO BRASCAN.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era a MELLO BRASCAN?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exatamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E na época o Itaú já era o custodiante?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas do ponto de vista técnico, quando o senhor exerceu as funções de gestor financeiro, que tipo que de acompanhamento fazia sobre o desempenho tanto do precificador como do custodiante?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: O acompanhamento era feito através de relatórios enviados pelo administrador. Existia a política de investimento e o regulamento para cada fundo. Qualquer intenção ou ato de desenquadramento, automaticamente era detectado pelo compliance do MELLO BRASCAN e até mesmo pela própria PRECE, D mais um. Desculpa V.Exa. o D mais um é um dia seguinte ao outro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como era definida a estratégia de compra e venda dos ativos financeiros ainda pensando em carteira própria?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, como eu falei aqui e já falei agora, carteira própria ela teve uma sobre vida de dois meses. Nós operamos com derivativos e índices para reinar(F) as operações e logo em seguida como eu já falei também, vimos que não era a atividade fim, e deixamos por conta dos gestores especializados e contratados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, já que no período do senhor, o senhor alega que a prioridade foi para os fundos exclusivos, eu então lhe perguntaria: Quais foram os critérios adotados para a escolha dos gestores dos fundos exclusivos durante o período do senhor?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Durante o meu período, o critério adotado era o critério do mercado ou seja a melhor rentabilidade daqueles gestores e a melhor performance e Bancos de primeira linha.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor fazia a sua avaliação com a sua equipe técnica do desempenho de diversas instituições no mercado, para ver quais eram as mais saudáveis, as que melhor poderiam trazer retorno para os recursos do fundo e assim prosseguir as escolhas.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Perfeitamente. Colocou muito bem Excelência.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ontem o senhor Paulo Martins afirmou aqui que o critério de seleção dos gestores dos fundos exclusivos pelo menos no período dele, passava também pela afinidade, pela relação pessoal, e evidentemente que nos deixa preocupados um fundo de pensão que está sujeito a tratar de recursos de terceiros não ter critérios objetivos para escolha dos seus gestores. Durante o seu período, ocorreram muitas substituições de gestores desses fundos exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: No início sim. Sim porque a instrução normativa 28 e 29 exigia do Banco Central que os fundos de pensão se adequassem à nova realidade. A PRECE naquele momento, quando lá cheguei, ela tinha vários, eu não me recordo agora qual era a formatação, ela tinha vários administradores e vários gestores, e o modelo adotado até então na política de investimento, era um administrador e vários gestores, ou seja, toda a gestão ficava concentrada num único administrador. Porque que houve a troca dos gestores? Porque alguns bancos não aceitaram ficar abaixo do administrador MELLO BRASCAN, como o Bradesco, o Itaú e outros mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, tendo em vista essa quantidade expressiva de substituições, eu pergunto ao senhor: Todas as escolhas de gestores dos fundos exclusivos elas passaram pelo crivo do senhor?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não. A escolha dos gestores ela era, não passava pelo meu crivo, e sim pelo crivo do comitê tático de investimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor fazia parte?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Que eu fazia parte. Eu, mais 3 diretores executivos, o gerente de investimento, um membro do Conselho deliberativo, e Secretários e mais um consultor também para auxiliar nos trabalhos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente qual era a flexibilidade que o gerente de investimentos, o senhor Rui tinha para sugerir nomes de instituições para ocuparem a posição de gestores?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Nenhuma.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma. Diferente por tanto do período que sucedeu ao senhor, período em que o Dr. Paulo Martins atual gerente de investimentos da

PRECE, ele pessoalmente e ele aqui nos disse isso, que a responsabilidade era pessoal dele. Escolhia e escolhe os gestores e levava à diretoria financeira e posteriormente ao comitê financeiro.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, se me permite um aparte, cada gestão tem um critério próprio. E como nos entendíamos que o MELLO BRASCAN apesar de não ter sido contratado na minha gestão, era um banco de primeira linha, estava ranqueado entre os 50 primeiros bancos de primeira linha, nos entendemos que o MELLO seria a melhor estaria preparada para oferecer a PRECE dentro do que nós queríamos com a maior segurança. Não entendi.

>> Outros bancos faziam a administração?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não, só o MELLO BRASCAN.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com eram documentados as decisões de escolhas dos gestores e de eventuais substituições?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Através de atas do comitê estratégico.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como era feito o controle da rentabilidade dos investimentos promovidos por esses gestores em cada um dos fundos exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: O controle é feito pelo administrador MELLO BRASCAN, através de seu compliance e de seu controle efetivo das operações, aos quais ele dava ciência à diretoria da PRECE.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora de que forma a diretoria da PRECE acompanhava esse acompanhamento da MELLO BRASCAN? Porque me parece muito fácil transferir a responsabilidade para os administradores, mas no final os recursos não são dos administradores, os recursos pertencem ao Fundo de Pensão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu pergunto, não era feito nenhum tipo de monitoramento? Quer dizer, confiava-se plenamente na posição adotada pela MELLO BRASCAN?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência confiava-se sim, mas ao mesmo tempo fazia-se o monitoramento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que forma?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Através dos relatórios. O MELLO tinha um compliance com as operações dos gestores ao ato da liquidação, essas operações passavam pelo seu compliance e ele com-

parava ao regulamento dos fundos, se aquele fundo podia exercer aquela operação, se estava de acordo com a política de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a MELLO tinha o seu compliance do mais?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não institucionalizado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não acha que qualquer Fundo de Pensão que movimenta um volume expressivo de recursos precisa ter uma estrutura bem composta de compliance?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, isso é uma questão de custo, de operação, de manutenção. Um compliance, para você ter um compliance dentro de um Fundo de Pensão no momento em que eu estive lá, teria que ter uma estrutura profissional capacitada de alto nível. E nós naquele momento, como tínhamos uma gestão terceirizada e o MELLO já era muito bem referenciado no mercado, nós delegamos a ele essa missão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para fazer uma comparação, eu às vezes percebo o seguinte: É a mesma coisa Senadora Heloísa Helena, nós entregarmos o nosso dinheiro para o gerente do banco e não acompanharmos a forma como esse gerente do banco está aplicando o nosso dinheiro. Porque evidente que dentro de uma estrutura de um Fundo de Pensão é preciso ter um compliance com uma estrutura que possa com todo o rigor acompanhar a aplicação dos recursos. Mas vamos em frente.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: E meu também, que eu sou participante.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia me dizer quais indicadores eram determinados para os gestores dos Fundos Exclusivos como meta de rentabilidade?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Excelência, os regulamentos dos fundos como eu já elenquei que eram o moderado e o conservador...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu pergunto os indicadores propriamente de mercado.

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: CDI e BOVESPA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): CDI e Bovespa?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Exato.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, por exemplo, no CDI, qual

era a expectativa de retorno que a PRECE orientava para os gestores dos Fundos Exclusivos ao investir em CDI?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: De atingir a meta, ou seja, ficar na linha do CDI ou de acordo com a performance do gestor, de acordo com a política que ele fosse adotar de investimento ele tivesse uma performance maior ou acima da linha do CDI. Se me permite, excelência, a gestão das carteiras da PRECE era exclusiva, não era compartilhada, a diretoria não tinha numa gerência sob as ações de seus gestores e seu administrador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Evidente que eu compreendo que os diretores da PRECE não poderiam entrar no dia-a-dia das decisões de seus gestores, agora acompanhá-las evidente, é imprescindível que isso fosse feito. E por isso eu pergunto ao senhor: Diante de um acompanhamento desse desempenho dos gestores, houve algum momento em que se percebeu a má gestão por parte de alguma dessas instituições que administravam os Fundos Exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Não, mesmo porque os fundos estavam enquadrados no regulamento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto não houve no período do senhor a detecção de nenhum problema do desempenho desses Fundos Exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Com certeza não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor mesmo me disse aqui que um elemento fundamental para a definição do gestor é justamente a sua credibilidade, é aquilo que ele pode oferecer de retorno para a PRECE. Havia na diretoria financeira a preocupação de acompanhar os órgãos reguladores de mercado, sobretudo a CVM e a SPC e Banco central para verificar se em alguns desses órgãos existiam procedimentos que levantavam suspeitas sobre possíveis instituições que em tese retirariam parte da sua credibilidade e portanto enfraqueceriam a possibilidade delas serem gestoras dos Fundos Exclusivos?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sem dúvida excelência.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então evidente que à medida que uma instituição de mercado ela passa a ser alvo de uma investigação de um órgão regulador, ela passa

também a não contar mais com a mesma confiança por parte do Fundo de Pensão?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Sem dúvida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem dúvida?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Considerando o fato de que a PRECE ela não só acompanha as instituições reguladoras como também ela é acompanhada e fiscalizada por essas instituições, a SPC a...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. E como é que se deu esse acompanhamento das instituições, sobretudo a secretaria de previdência complementar durante o período do senhor, houve algum tipo de procedimento administrativo, algum auto, algum tipo de investigação que a secretaria de previdência complementar tenha realizado na PRECE durante esse período da sua gestão?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES: Com toda a segurança, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a transformação dessa reunião em secreta para que nós pudéssemos dar segmento e adentrar nos dados sigilosos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Ouço o Plenário a respeito da solicitação do ilustre Sub-relator ACM Neto. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Presidente, eu gostaria de propor que abrisse possibilidades para o Plenário em questioná-los e inquiri-los desde que não fosse também sobre dados sigilosos, porque aí a oportunidade seria dada para todo mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: A oportunidade V.Exa. terá a exemplo do que aconteceu ontem

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois é senhor Presidente, ontem foi uma sessão, hoje é outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Mas as normas devem ser repetidas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, como nós queremos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: O rito deve ser o mesmo, não temos porque mudar o rito. A não ser que o Plenário autorize. Ouça o Plenário.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Não vejo o porque, senhor Presidente. O que fizemos ontem não houve problema algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Ilustre senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que ontem foi seguir um ritmo muito bom, tranquilo e com bons resultados. Eu acho que o Deputado concordará e fará as suas perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Senadora Heloísa Helena permanece o mesmo sistema de ontem?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Para mim é absolutamente insignificante. Se existem questões secretas, fica, se é para ser aberta, saiba até V.Exa. que é exatamente o que eu penso sobre questão secreta, imagina em relação ao Fundo de Pensão. Agora como tenho decisão judicial, embora eu já tenha dito várias vezes aqui, entendo a posição do Presidente e do relator, embora eu tenha dito sempre que eu não cumprio qualquer decisão judicial, me desculpe minha querida juíza maravilhosa, não cumprio qualquer decisão, até porque eu sempre pensei como...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Senadora prega a desobediência civil, é grave isso.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Eu penso como os velhos humanistas espanhóis, a mesma lei deve ser flexível para o fraco, firme para o forte, implacável para o quanto mais. E no Brasil onde, não tenho dúvida e já tive a oportunidade de dizer isso várias vezes, conheço Juízes, Promotores, não estou nem falando da Denise, juízes, promotores, pessoas que estão no judiciário, que são ameaçadas de morte, que são assassinados, que enfrentam a estrutura e o poderio econômico, mas lá também está a mesma promiscuidade, a mesma situação putrefata que também está no Congresso Nacional, no palácio do planalto e em outros lugares também. Então só para fazer um registro, uma ressalva, que eu sempre faço. Agora, nesse caso específico, para mim tanto faz, meu querido.

>> Eu só queria dizer que estou pronto para ser preso com a senhora.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Ainda bem que eu sou só deputada aqui, é bom frisar, eu sou só Deputada Federal. Porque se aqui estivesse como juíza, a situação já seria outra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Mas não para mim. Mas não para mim. Seria outra para você.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ): Claro que para você não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: A Senadora Heloísa Helena abstraída à putrefação.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Mas é que o mau cheiro é isso mesmo. Eu sou da área de saúde eu sei o que é a estrutura putrefata.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu como voto vencido eu acompanho. Agora eu aproveito a oportunidade para pedir aqui desculpas à Deputada Juíza Frossard que eu realmente a pouco tempo atrás me exaltei um pouco e sem motivação. Mas quero deixar claro o meu apreço, trabalho e admiração pelos serviços que ela prestou como juíza e que agora presta como Deputada Federal. Muito obrigado, eu acompanho o voto da maioria do Plenário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Diante da decisão do Plenário, eu solicito à imprensa que evacue aqui o recinto as nossas escusas.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Deputado Asdrubal, até antes que eu esqueça e eu sei que isso é absolutamente compatível com o trabalho de V.Exa. é só que no momento o pessoal da imprensa, especialmente os fotógrafos estão solicitando e eu sei que não haverá problema nenhum da parte V.Exa. apenas para eu não me esquecer, que quando na troca dos depoentes, eles possam entrar para fazer as fotos que são necessárias, porque se não pronto, e a primeira parte será aberta...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Adotaremos o mesmo critério de ontem. No momento em que entrar o segundo depoente, nós abriremos um espaço para a imprensa fazer as imagens. Solicito à assessoria que verifique a situação dos gravadores, telefones. Solicito ao som que colha o material e depois faça o lacre da fita. Por obsequio, vamos cerrar as portas. Declaro reaberta a reunião atendendo o apelo do relator, vamos suspender novamente a reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Declaro reaberta a reunião e convido o senhor Ricardo Afonso das Neves Leitão para tomar assento à Mesa. Solicito à assessoria que abra as portas para que a imprensa possa fazer as imagens e logo a seguir, retirar-se para darmos prosseguimento aos trabalhos. Senhor Ricardo, V.Exa. comparece a esta Comissão protegido por uma liminar em medida cautelar de habeas corpus concedida pelo eminente ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal que lhe assegura o direito de silenciar se achar conveniente.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Pretendo responder tudo e ajudar essa Comissão. Essa liminar simplesmente foi orientada pelos advogados. Então estou aqui à disposição dos senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Agradecemos a boa-vontade de V.Sa. e solicitamos que faça a sua qualificação e preste os esclarecimentos iniciais.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Pois não. Eu vou fazer só um breve histórico, vou procurar ser o mais sucinto, uns dez minutos. Eu tenho 38 anos de empresa dentro da área de saneamento, sendo 35 anos, eu fui na área de gerência e de que chamam lá, que é o jargão de superintendência. Tive uma atuação na área de coordenação que ficava ligada à área financeira que cuidava da parte de estudos de viabilidade global, a parte de estudos de tarifa, a partes também que, projetos também que transcendiam as demais superintendências. Também fiquei bem oito, nove anos na superintendência comercial da companhia. Passei também pela área de recursos humanos, também tive oportunidade já de trabalhar no Fundo de Pensão PRECE na década de 90, se não me falha a memória, como Presidente do Conselho curadores, participei também do Conselho Fiscal e assim foi a minha carreira dentro da companhia. Sou economista, tenho um curso de MBA Executivo, a companhia brindou em função do meu trabalho, um curso na COPEAD(F), tenho esse curso que já foi realizado há mais de uns dez anos. Hoje estou aposentado e estou aqui prestes a ajudar. Gostaria de falar um pouquinho do meu período da fundação, que ela inicia isso em 1999. Quando eu cheguei à fundação em 1999, nós tínhamos um déficit atuarial em 99 que graças a pequenas medidas e políticas adotadas em 99 nós conseguimos reverter esse déficit que estava na ordem de 43 para 15 milhões e 900 reais foi o superávit dentro do mês, dentro do exercício de 99. Esse tipo de medida ela se caracterizou basicamente porque a fundação na época trabalhava com fundo abertos aonde as taxas administrativas eram mais caras, etc... E nós adotamos a implementação dos Fundos Exclusivos e tendo essa rentabilidade, também em 99 a bolsa de valores ajudou bastante essa performance. Quanto em 99 também ao chegar lá, esses comitês hoje que falam aqui dentro das sessões foram comitês institucionalizados em 1999. Nós criamos os comitês estratégicos, tático e operacional. Não tinha dentro da fundação anterior a 99. Existiam estudos, mas não sua implementação efetiva dentro disso. Quando também em 99 quando foi a minha chegada lá, a diretoria era composta como uma diretoria administrativa e financeira, ela hoje em dia, o estatuto mudou, hoje é aberta a diretoria financeira e administrativa. Quer dizer, o peso era um peso mais significativo em função dessas atividades mais diversas. Tinha de atuar na área financeira e tinha de atuar num problema sério administra-

tivo que a companhia não recebia por seus repasses necessários e obrigatórios para as taxas extraordinárias para compor o fundo. Isso daí acarretava confissões de dívidas que não eram cumpridas depois, porque as confissões de dívidas eram simplesmente realizadas, feitas através de garantias, garantias de uma estação de tratamento, ou de algum imóvel, que não, para a fundação, não tinha o menor interesse ficar, se não pagasse, ficasse com uma estação ou outra coisa parecida desse teor. Só para ter uma idéia, em 1999, nós tivemos uma, um fechamento de confissão de dívida de 128 milhões de reais. Então o que acontecia isso? Fazia-se a confissões de dívidas, zerava o débito, começava de novo a nova dificuldade no ano de 2000, do não pagamento das taxas etc... E nós buscávamos de novo as outras confissões de dívidas. Só para ter uma idéia os senhores, no ano 2000, mais ou menos uma ordem de 25 milhões de reais tinham de ser pagos aos participantes, e nesse pagamento, nós tínhamos, realmente de tirar até de alguns investimentos para poder fazer o cumprimento do pagamento. Quer dizer, ou seja, piorando até as performances. Apesar disso, apesar das crises do ano 2000, que teve a crise da Rússia, a crise do Nasdaq, a companhia, a fundação fechou ainda o ano de 2000 com um superávit. Um superávit acumulado dos balanços, pode constar, os senhores podem consultar os balanços, são 29 milhões de superávit no mês de dezembro. Então o que aconteceu no ano 2000? No ano 2000, nós estávamos já com esse desenho de problema da confissão de dívidas, nós já tínhamos feito uma verificação em 43 instituições financeiras para escolher 15 entre elas. Isso consta dentro dos comitês. Para que aquelas que apresentassem mais segurança, mais rentabilidade, modernidade, mais vamos dizer assim, sem o risco do fundo, para o fundo. Então, conclusão: 2000 nós fizemos esse estudo, essa performance, esse tipo também paralelo a esse questionamento junto à patrocinadora. Quando nós entramos em 2001, o mercado já se dizia, apesar que 2000 a bolsa caiu 10%, nós tivemos superávit. Agora quando chegou em 2001... Só para der ter uma idéia, caiu uma bolsa lá em cima, nós tivemos um ganho real só de bolsa de 70 milhões. Agora quando chegou no ano de 2001, o início de 2001 foi um início bastante otimista, é só verificar as revistas Exames do passado no início vocês vão verificar, que analistas falam em bolsa disso 24, 34, 37 e 44, nunca ninguém imaginava que nós íamos ter crise da Argentina com o problema do dólar, Turquia e Coréia, apagão, Torres Gêmeas, e aí realmente a situação de todas eu creio da maioria das fundações vieram a se agravar. Nesse momento de 2001, eu consegui em meados de 2001, em agosto, fazer um documento de-

finitivo com a empresa. Esse documento definitivo com a empresa, através de banco Itaú, era de uma conta, essa conta, era uma conta que ele sacava automaticamente de uma conta da companhia e ia direto para a conta da PRECE. Foi feito através de um estudo de um advogado Dr. Sérgio Andreas que me ajudou muito nesse sentido, e aí nós ficaríamos, quer dizer, como eu tinha uma experiência do outro lado na área comercial, com eu tinha trabalhado na área comercial e a parte financeira, eu sabia quando é que os recursos da companhia chegariam sem realmente prejudicar o seu fluxo de caixa para pagamento de pessoal, de despesas gerais e de consumo. Então eu sabia que realmente havia uma concentração da arrecadação daquele determinado dia que não prejudicaria a companhia e daria uma garantia efetiva de recebíveis. Esse contrato foi feito em 2001 e 2001 nós fechamos quer dizer, com uma confissão de dívida que era um montante em torno de 500 milhões de reais, sendo que 200 eram bilhões mais ou menos eram de confissões de dívidas passadas, acumuladas, e de 500 era também de uma reserva de planos novos que era o plano PRECE dois que também foi dentro desse período de 99 e 2001 foi equacionado, nós tínhamos um convênio com a patrocinadora e não um plano autorizado, um plano registrado vamos dizer assim, pela SPC. Esse plano conseguiu ser registrado, esse plano conseguiu ser feito através dessa confissão de dívida. E assim deu maior tranquilidade para os seus participantes. Essa foi uma luta que não foi não foi muito simples. No final do ano 2001, nós tínhamos um outro problema agravante que era a luta dos bancos, dos fundos junto com os problemas da receita federal do imposto de renda e da sua tributação. Perde isso e teve de se pagar. Teve de pagar a fundação como criteriosa, ela reservava esse dinheiro para pagamento. Infelizmente esse pagamento ele foi, esse pagamento ele foi provisionado a maior, vamos dizer assim. E na hora de pagar o pagamento de imposto de renda em dezembro, o Governo deu uma série de facilidades chamava o rets(F), que permitia pagar em seis parcelas sem correções, sem juros. Então esse tipo de procedimento foi aceito na outra administração, foi assinado nessa de 2001, mas eu já não estava mais em janeiro de 2002, então foi aceito. E esse pagamento de imposto de renda tinha sido por uma questão criteriosa subestimado o valor e nós tínhamos de retornado 10 milhões para dentro do próprio exercício de 2001 que não foi feito que eu já não estava mais lá e obviamente esse valor foi para o resultado de 2002, e não de 2001 que veio prejudicar o fechamento do ano de 2001. Com essas partes iniciais e outras coisas que eu tinha anotado aqui quando eu estava esperando, eu abro e dei-

xo, e fico à disposição dos senhores para qualquer questionamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Agradecemos a V.Sa. pelas informações iniciais. Informamos à imprensa que ainda vai permanecer aberta até o momento em que o relator achar necessário cerrar as portas para a parte reservada. Então com a palavra o senhor relator.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu começaria indagando ao Dr. Ricardo.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente como foi o seu processo de escolha para exercer o cargo de diretor financeiro da PRECE?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Pois não, sua excelência. Como eu contei aqui num breve relato da minha vida profissional, eu sou do setor de saneamento e pertencia a outras associações, vigilância sanitária e tudo, nesse período de vivência eu tive nesses 38 anos, hoje eu estou aposentado, eu tive a oportunidade de trabalhar na área financeira durante bem uns 15 anos, eu tive oportunidade de trabalhar dentro da área comercial, outros tantos anos, na área de planejamento também que eu tinha me esquecido que era o que estudava as tarifas da companhia, que faziam estudos de viabilidade global e através de coordenações que eram projetos específicos. Isso tudo, e a parte também na época eu era muito convocado para ser assim de conselhos fiscais dentro até da própria fundação, fui do Conselho Fiscal, eu tive uma pouca também que eu cheguei a ser Presidente do conselho curadores da fundação também. Quer dizer, em função, como o estatuto da empresa, como já dito aqui anteriormente, ela só permite que, agora esse estatuto foi mudado, porque antigamente nem aposentado poderia ser diretor ou Presidente, hoje o é. O estatuto exigia que fosse um funcionário de carreira da empresa e essa minha indicação ela foi exatamente nascedora de conversa e pessoas e até amigos e me chamando. E eu realmente eu já estava prestes a me aposentar, eu já estava querendo era ir embora para casa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 99 foi dado início a um novo Governo no Rio de Janeiro.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu, então que esse novo Governo ele modificou a estrutura de diretores da

CEDAE, a patrocinadora da PRECE. E como consequências, houve também uma alteração no quadro diretivo da própria fundação. Essa minha premissa ela é verdadeira?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Olha, falar que vamos dizer assim, uma companhia do estado se tiver sem vinculações, vamos dizer assim políticas, eu acho que é praticamente impossível, porque ela vive, principalmente a CEDAE que ela vive diariamente junto com a comunidade. Quer dizer, é o seguinte, o próprio serviço dela de levar saúde às comunidades, ela interage com muito mais intensidade do que até outras empresas de diferentes. Está entendendo? Eu acredito que sim. Eu concordo, lógico.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem. Então eu queria apenas reendossar a minha primeira pergunta.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Porque não me pareceu claro. Quem propriamente fez o convite para que o senhor assumisse a diretoria financeira da PRECE? Eu entendi que o senhor tinha qualificação, que era um profissional experimentado na área financeira. Porém eu gostaria que se possível o senhor nos dissesse exatamente de quem partiu o convite para que o senhor assumisse a diretoria.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-

RJ): Só um parênteses, aqui senhor relator. Ele foi de 99?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

é sim senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Até 2001

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-

RJ): É 99 houve a transição do governo e houve inclusive aquela não privatização da CEDAE.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Exato, isso eu ia falar.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-

RJ): Que se passou em um momento até traumático, não sei. Enfim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu gostaria que o senhor pudesse retornar a pergunta.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu agradeço a lembrança de V.Sa., V.Exa., perdão. É o seguinte. Realmente em 1999 nós já tínhamos vivido vários tipos de processo de privatização na época do Marcelo Alencar e outros processos de privatização perto, em 99 realmente nós tínhamos também esse tipo de processo de privatização que estava iminente

e próspera para ser privatizado. Inicialmente eu recebi esse convite de um colega meu, eu não sou vinculado a nenhum tipo de Partido político, não porque eu tenho vamos dizer assim, talvez até por falta de convite, vamos dizer assim. Mas eu não tenho nada de contrário a nenhum tipo de Partido político. E então o que acontece? Nessa parte da privatização, existiam as coligações dentro do Partido, que são as normais, e eu fui convidado por um não é bem até, porque eu participei muito de associações. E um colega meu me chamou, falou para mim: “Vamos lá, vou botar teu nome com a Presidência da companhia”, porque quem nomeava era o Presidente da companhia “eu falei não, tudo bem, eu entrego o meu currículo etc... Até o momento não tinha nenhum tipo de Partido político me indicando.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Tudo bem, agora tem duas colocações que precisam ser melhores esclarecidas, primeiro: Exatamente quem foi esse colega que convidou o senhor para ocupar o cargo de diretor?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Esse colega era Presidenta do Conselho. Ele me convidou, depois eu fiquei vamos dizer assim, ciente. Porque o que acontecia naquela região?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pode declinar o nome dele?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Posso. César. Tinha uma conotação política muito forte dentro do contexto todo, porque em função da privatização, nós tínhamos uma ligação junto aos sindicatos, muito exigentes, os sindicatos eles eram, vamos dizer assim gerenciados pelo Partido Comunista Brasileiro, do PC do B e eu não sou filiado de lá, eles tinham sua influência também em negar, em preterir algum nome que fosse para a Presidência da companhia como outros Partidos também teriam. Mas eu não tinha um convite formal de nenhum partido nenhum momento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o senhor falou em uma coligação de partido.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Mas eu não sou de Partido nenhum, porque naquela época, era dessa maneira o desenho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Dentro dessa ótica de haver uma coligação de Partidos.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu cito o Partido Comunista Brasileiro, porque o Partido Comunista brasileiro ele era o mais atuante dentro das não privatizações, dentro da companhia.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Perdão desculpe. Falei PC do B. Desculpe.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Desculpe, mas...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Desculpe...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Dr. Ricardo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Não, está corretíssimo. Eu sei que não foi por má-fé, de jeito nenhum. Eu não tenho dúvida que não foi. Eu só fiz a correção por conhecer, desculpe viu?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Para você poder clarear um pouco mais...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Mas eu não recebi nenhum convite formal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Qual é o nome completo do Dr. César?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

César Scherer.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ele tinha alguma vinculação partidária?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Na época que ele me convidou não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E depois?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não sei. Desliguei-me de lá do fundo depois me aposentei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o senhor teve, apesar de a indicação ter sido de natureza política, mas o senhor teve que se reportar? Teve que se dirigir?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, não tive que me reportar, nem me dirigir a ninguém. Nesse sentido eu tenho a consciência tranquila. Eu tentei fazer o melhor que estivesse ao meu alcance, sendo um homem do saneamento, homem que sempre tentou trilhar um caminho de correção, vamos dizer assim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Senhor Presidente eu quero abrir uma exceção em nossa regra. O Deputado Carlos Willian ele tem que se ausentar em breve e me pediu para fazer duas perguntas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Eu não sei se defiro ou indefiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor Presidente o senhor hoje está muito simpático de branco, simbolizando a paz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL

BENTES: Em homenagem ao Senhor do Bonfim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito obrigado, aliás, o Senador vai conseguir enxugar o santo, e eu vou com o meu celebrar em Belo Horizonte. Doutor Ricardo, tudo bem? Muito obrigado pela presença do senhor aqui.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Foi um prazer receber a convocação, imediatamente mandei, tentei arranjar um fax para vocês mandar um fax direto na minha residência, onde eu resido há 25 anos no mesmo lugar. Depois eu só tive o incômodo de ligar e pedir as passagens.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois bem, quando falo do PC do B me dá uma saudade da minha colega Vereadora, Hoje Deputada estadual Jô Moraes de Belo Horizonte. Veja só, o senhor conhece o Deputado Estadual Edmilson Valentim?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Que partido ele é?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

PC do B.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): PC

do B? Eu procurei alguma reportagem lá no meu gabinete, casualmente porque quando fala PC do B eu me lembro que me parece não me lembro qual o jornal.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Que a contratação do senhor na PRECE se deu pela indicação do Deputado Estadual Edmilson Valentim, do PC do B. Esse fato é verdadeiro?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu não tive nenhum tipo de formalidade de dizer “você vai ser não sei o que. Vou levar teu currículo, nada disso”. Eu simplesmente entreguei meu currículo a um colega, na época era uma diretoria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas houve alguma interferência desse Deputado Estadual Edmilson Valentim?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Alguna apresentação, alguma forcinha, algum telefonema?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, olha aqui, se ele fez, fez por vontade própria. Porque eu ao contrário eu estava relutante em querer ser, porque eu já tinha sido convidado em outras épocas e já tinha dito não, mas nessa época eu estava prestes a me aposentar. Eu não sou de Partido nenhum, não vou dizer que...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor é bem relacionado ao Deputado Edmilson Valentim?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não sou filiado ao PC do B.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não filiado. O senhor convivia com o Deputado?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, eu não convivo com Deputado saindo indo no cinema. Não tenho nada com a parte do Deputado. Eu não tenho nada de querer assim denegrir as imagens de ninguém, nem principalmente do Deputado. Ele é uma pessoa, o Partido comunista, PC do B, também é um Partido que nas suas origens era uma origem que não me envergonharia de cidadão, de ter participado desse movimento, na minha época ou de estudante ou de qualquer outra coisa, mas eu não fui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor não se relacionava com ele?

SR. PEDRO JOSÉ MERCADOR MENDES:

Não, como eu disse para o senhor, eu estava em uma fundação, aonde a parte da fundação...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor já disse.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu só queria perdi ao depoente, para intervir um pouco, eu acho que o depoente tem o direito de dar os seu esclarecimento, agora, eu só gostaria que o senhor fosse objetivo, porque é importante a gente ter o foco nas perguntas.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Ta bom, então o seguinte o que acontece com o fundo? Ele não é só um fundo que você está gerenciando os investimentos, dentro daquele fundo nós temos um setor de empréstimos para os empregados, nós temos um setor de auxílio funeral, nós temos um setor de auxílio de material escolar. Isso tudo era vinculado aos sindicatos que fiscalizavam, e obviamente o Edmilson Valentim ou outros eram ligados para saber o que está acontecendo. Mas não na parte administrativa, financeira dentro da empresa. Isso Dr. Carlos, eu falo que não. Pelo menos comigo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Já aproveitando a pergunta do senhor Carlos Willian, eu perguntaria ao senhor também que tipo de relação o senhor guarda se é que existe alguma, com o Vereador Fernando Gusmão do PC do B.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Nenhuma. Esse daí eu nem... Se eu olhar assim na rua, eu sei quem ele é, mas o que acontece? Com as inaugurações, é importante saber que eu era, continuava sendo empregado da patrocinadora. Eu ia todas as inaugurações que a companhia o realizavam. Então

nessas ocasiões estavam presentes vários Deputados, vários Vereadores. E naquela ocasião cumprimentava bom dia, boa tarde, boa noite e pronto. Mas é em função das minhas visitas que eu era funcionário e era convocado, vamos dizer assim dessa maneira.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está certo. O senhor sabe porque os senhores eram do mesmo partido?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Quem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O Deputado Estadual Edmilson Valentim e o senhor também disse que era filiado ao PC do B?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, eu não sou filiado, ao PC do B. Não sou filiado de nenhum partido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor conhece o senhor Aroldo Almeida Rego?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Nunca estive pessoalmente, nunca estive com esse senhor, esse cidadão. A única vez que eu ouvi esse nome foi em jornal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Em jornal. Em 2000 o senhor estava lá como diretor da PRECE?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

2000 e 2001 eu estava como diretor da PRECE apagando aqueles incêndios como eu te falei. Uma dívida de 500 milhões da patrocinadora, imposto de renda para ser negociado, e tentando fazer, mesmo assim conseguimos fazer um superávit em 2000 e em 1999 também.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Parece que o incêndio do senhor não foi muito bem apagado não. Nem 2001 e nem 2002. Reflexo de 2001 possivelmente, porque a rentabilidade... Não está fechada a sessão, não, não posso divulgar estes dados.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Por mim pode falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não, é a Justiça que não permite.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Pode ser aberto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Tanto o Deputado Estadual para poder fiscalizar, como o senhor disse que ele fazia.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, fiscalizar não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É o

senhor disse que ele dava uma olhada, fiscalizava...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Portanto o senhor também como bombeiro, está deixando a desejar. Porque o período de... Mas de qualquer forma eu agradeço ao senhor, agradeço o nobre Deputado Antônio Carlos Magalhães, que o Senhor do Bonfim o proteja e eu vou para o meu Celebrai lá em Belo Horizonte.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que me proteja e me perdoe pela minha ausência.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Eu te agradeço essas perguntas que me dão oportunidade de esclarecer. Eu sou uns dos mais interessados que as coisas seja esclarecidas porque eu tenho certo do seguinte, meus que são meus amigos de 30 anos, continuarão meus amigos, meus vizinhos que são 25 anos aonde eu moro que é um apartamento normal, meu imposto de renda está aí para vocês, se vocês quiserem examinar, e eles vão continuar meus amigos. Eu não tenho a menor vergonha de ter pertencido ao quadro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de retomar a minha ordem.

>> Deputado, eu só quero entender. Havia uma aliança naquele período entre o PC do B e o Garotinho, é isso? Eu acho que foi isso que eu entendi.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Rodrigo Maia, com respeito que tenho a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO MAIA: Eu fui citado Presidente, agora eu vou ter que falar. Deixa eu lhe dizer meu caro líder, simpático, elegante, inteligente, bom orador eu faço política em Belo Horizonte, na grande Belo Horizonte, eu não tenho política no estado do Rio de Janeiro. E como política também, eu nunca vi um Partido político como ele perguntou. Então pelo o que o Deputado quis dizer, Carlos Willian, o PC do B fez aliança com o garotinho, eu não sei, mas eu acho que o senhor deveria perguntar de outra forma se for o caso, o PC do B fez aliança com outro Partido? Porque eu nunca vi aliança de pessoa com partido, pelo menos para eleição. Pois não, muito obrigado. É só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Provocações à parte, eu devolvo a palavra ao relator.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu espero poder deixar esse calor da disputa política mais para o fim das nossas investigações. Mas continuemos. Dr. Ricardo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Eu vou solicitar ao Dr. Ricardo que seja o

mais objetivo nas suas respostas, que às vezes a prolixidade às vezes pode até prejudicá-lo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Mas desde que ele se sinta tranqüilo com a resposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Claro. Ele está protegido inclusive por uma liminar e se quiser poderá deixar de responder. Poderá silenciar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Ricardo, eu perguntaria ao senhor o seguinte. O senhor demonstrou aqui ter experiência na área financeira, mas até o momento em que foi chamado para assumir a diretoria da PRECE, o senhor já tinha executado algum tipo de atividade propriamente de mercado que envolvesse investimentos, que envolvesse as características principais do mercado financeiro?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Um não seria muito simples, mas eu não sentiria a vontade de falar não, porque na verdade é não, porque eu era de um setor de saneamento e no meu, vamos dizer assim, a situação da empresa, a dívida já correspondia a 50% do patrimônio. Ela ia quebrar antes de qualquer problema de investimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da empresa você diz o fundo?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: O fundo. Então o equacionamento da dívida era uma exigência de Brasília, nos estávamos com um plano lá que nós tínhamos um problema da paridade que também foi feito dentro desse período que era a paridade, que era uma coisa complexa, era uma coisa que tinha que discutir com o sindicato toda hora, que era uma para um que foi feita na minha época com muita dificuldade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, o senhor...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Mas não tinha experiência nenhuma em mercado e nem, nunca comprei ações na minha vida, não tenho ações na minha vida. A única ação era 157 há muitos anos atrás.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que exerceu a gestão de investimentos durante o período que o senhor foi gestor financeiro?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: A gestão de investimento foi feita uma seleção de candidatos. Vinham candidatos de todas as áreas, geralmente até de áreas de colegas indicando um ou outro tal para o currículo e foi feita uma seleção e foi escolhido um rapaz.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Qual é o nome dele?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Chama-se André Figueiredo, que eu não conhecia.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): O senhor não conhecia o Dr. André Figueiredo?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Não, até aquele momento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Mas evidente que a partir do momento que ele foi selecionado para ocupar o cargo de gerente de investimento o senhor passou a conhecê-lo?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Passei a conhecê-lo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): O senhor sabe se o André Figueiredo teve algum tipo de relação de natureza política com alguém? Como é que se deu exatamente essa escolha do André Figueiredo? O senhor nos disse que, só me permite concluir a pergunta. O senhor nós disse que uma série de candidatos foram sugeridos e que a seleção foi feita e o nome do senhor André Figueiredo foi escolhido. Evidente que devem ter existido alguns elementos que determinaram essa escolha. Eu perguntaria ao senhor: Exatamente quais foram os elementos que tiveram um fator preponderante para escolha do senhor André Figueiredo?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Olha, já se passaram uns seis anos nisso. Quer dizer, vou tentar me lembrar. Porque é o seguinte, obviamente, a escolha de um gerente de exame de peso a gente tinha que escutar tom os demais diretores, as pessoas, e escutar no sentido de verificar ao currículo de cada um, e o currículo dele era o currículo que mais se enquadrava naquela época à situação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): O senhor sabe das atividades pregressas do senhor André Figueiredo no mercado?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Não me lembro mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Aonde é que ele trabalhava, quais eram os parceiros...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Infelizmente agora eu desconheço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Eu queria informar essa CPI que figure um dossiê que nós recebemos, que indicação do senhor André Figueiredo ela se deve em grande parte a uma sugestão do Haroldo de Almeida Rego.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Esse senhor eu não conheço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Conhecido pororoca. E, além, disso também consta que o Ministério Público ele tem uma vasta investigação sobre o Haroldo de Almeida Rego e que nesta investigação há conexões com o senhor André Figueiredo. Na pergunta que o Deputado Carlos Willian e o senhor disse que não conhece o Haroldo então eu não vou.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Não sei quem é.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Durante quanto tempo o André Figueiredo, exerceu a gerencia de investimentos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Ele ficou de meados de 99, 2000 e 2001. Creio eu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Foram períodos coincidentes o senhor diretor financeiro e ele gerente?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
O que acontece? Quando chegou em 99, eu tenho filosofia de resultados. Os resultados estavam saindo, 99, 2000, e em 2001 também. Aí depois eu pedi também para, já era dezembro de 2001 pedi para me retirar que eu estava cansado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Lhe faço uma pergunta.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu a diretoria, quem era o responsável pela administração da PRE-CE? Ou seja, quem era a instituição contratada para realizar a administração dos recursos da PRECE?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Ela tinha uma carteira própria, e tinha fundos abertos era esse desenho está entendendo? Que eu não me lembro mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Mas ela não um administrador?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Não me lembro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Só para conhecimento do senhor, já está aqui constatado que em 2002.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:
Não 2002 sim, mas estou falando em 99.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Se o senhor me permitir, eu queria pedir muito educadamente que me permitisse concluir as perguntas. Então, fazendo uma remissão histórica, nós termos a QUALITY como atual administradora, antes da QUALITY o Banco Santos e antes do Banco Santos a MELLO BRASCAN. Eu queria saber se o

senhor trabalhou com a MELLO BRASCAN como administradora ou se antes da MELLO BRASCAN e no período que o senhor foi diretor financeiro existiu outra administradora? Era a MELLO BRASCAN

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não a MELLO BRASCAN foi contratada, na minha época quando apareceu aquele levantamento das 43 entidades financeiras etc... E ela foi escolhida porque ela estava com, tinha uma e essa em administração legal. Era que eu estava mais preocupado para.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que se deu esse processo de definição pela MELLO BRASCAN? Obviamente nessa decisão não participaram dela o senhor como diretor financeiro, os integrantes do comitê financeiro, mas também o Conselho deliberativo, que me parece que tem que aprovar pelo estatuto da PRECE, e foi aprovado pelo Conselho deliberativo. Foi feita alguma cotação no mercado, algum levantamento de acordo com os índices, a taxa de administração, os retornos que ela poderia produzir. Quais os critérios principais para a escolha da MELLO BRASCAN.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: O

principal mesmo era expertise e era novidade dentro do mercado que ela estava iniciando. Nós tínhamos partido na frente em 2001 contratando como custodiante o Banco Itaú e o DREYFUS BRASCAN para cuidar dessa parte de administração legal. Obviamente houve, nós já tínhamos estado em 2000, 99, já tendo identificado mais de 43 instituições financeiras e verificado qual era o tipo de desenho que nós estávamos querendo. Eu estava querendo dentro da minha filosofia, eu queria uma empresa que ela tivesse essa expertise já que eu não sou um homem de mercado, que ela pudesse me dar garantia que as coisas estavam sendo realizadas dentro dos seus regulamentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então o senhor teve um papel preponderante na decisão pela MELLO BRASCAN.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Sem dúvida, eu era o diretor da Casa, sem dúvida eu tive.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): à época, o senhor André Figueiredo participou também da discussão, da análise, da avaliação da MELLO BRASCAN?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Ele fazia parte dos comitês que foram criados, institucionalizados na minha época.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia a MELLO BRASCAN até a substituição?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu até a sua substituição eu não sei porque ela se deu depois de 2002.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Até o período que o senhor era diretor financeiro.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eles estavam em fase de estruturação, em fase de busca de mecanismos, de controles, de preços, de precificações, essas coisas todas. Eu achei, eu não achei nada, achei dentro do normal os relatórios que eles vinham nos encaminhando dentro dos... Estabelecidos, não tenho nada contra eles.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu perguntaria ao senhor exatamente qual era a relação institucional à época do senhor da diretoria da PRECE com a diretoria financeira da CEDAE. Essa pergunta na verdade eu fiz ao depoente anterior e quero repeti-la porque precisa ficar claro ao longo do tempo como é que exatamente a CEDAE influenciou na PRECE e que a diretoria tinha de fato essa ingerência funcional sob a PRECE.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, é porque a diretoria da CEDAE naquela época não era diretoria financeira, vamos dizer assim, era uma diretoria administrativa/financeira. E ela congregava dentro da estrutura, ela congregava a parte da assistência médica da empresa, que vem ser a empresa de assistência médica e a parte também da PRECE. Ela que tinha uma grande ligação junto à PRECE em função até dos relacionamentos financeiros entre as duas diretorias.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor nos informou que quando assumiu a diretoria financeira, encontrou praticamente uma situação caótica.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, não digo caótica. Eu estou falando, eu disse que encontrei um déficit atuarial que poderia ser um déficit em função da...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Em 98 o déficit tinha sido de 43 milhões, e o senhor em 99 conseguiu alcançar um superávit de 15 milhões e 900. Exatamente isso.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu vou me refrescar a minha memória aqui, se me permite, nobre Deputado. Eu, exatamente. Em 98 tinha um déficit, desculpe, de 27 milhões e 900, então o que aconteceu? Deu um superávit de 15. Ou seja, o superávit na realidade foi de quarenta e poucos a diferença, para tampar os 27, deixa eu pegar a maquininha para ajudar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Deixo eu ajudar o senhor, porque na verdade a nossa investigação ela só tem isso no ano de 2000.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, eu sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O objetivo é apenas fazer um condicionamento histórico.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, então eu prefiro, vou seguir o seu caminho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E aí o senhor nos informou um problema no final de 2001, onde houve um provisionamento para perda e que na verdade esse provisionamento foi superior à perda real, é isso?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, esse provisionamento de 2001, ele refletiu no resultado, primeiro que o ano de 2001 foi um ano atípico e nós nem vamos mais falar, já falaram sobre as Torres Gêmeas e tudo aqui mais. Mas o que aconteceu? Além desses fatores de bolsa ter caído, etc... Em 2001, em setembro a bolsa caiu 17%, tem reflexo dentro da companhia, nós tínhamos um problema de pagamento, uma discussão jurídica de imposto de renda. De imposto de renda. Quer dizer, então o imposto de renda era uma discussão que se as fundações deveriam pagar o imposto de renda ou não. Isso depois a companhia vinha, criteriosamente provisionando esses valores para pagamento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E aí negociou com o Ministério da Fazenda.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Tinha um haver. Esse haver novamente, essa diminuição, poderia ter ficado dentro do exercício de 2001, mas não foi, ficou para 2002 que eu já tinha saído de lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu pergunto para o senhor o seguinte, no período em que o senhor exerceu a diretoria financeira qual era o perfil predominante dos investimentos da PRECE? A orientação era para ter uma postura mais agressiva ou mais conservadora, moderada?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Olha, basicamente nossos fundos eram moderados. Mais para moderado. Não era tão, quer dizer, obviamente que tinha uma, vamos dizer assim, podia mesclar um tom, mas assim não todos eles, mas a maior parte era moderada. Que eu me recorde.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nós vimos aqui que a partir da diretoria do senhor, houve uma decisão da PRECE de descentralizar os seus investimentos diminuindo o vo-

lume de investimentos em carteira própria e ampliando o volume feito a partir dos Fundos Exclusivos. Me parece então que se a afirmação do Dr. Pedro que o sucedeu estiver correta, havia até então uma prioridade que era dada aos investimentos em carteira própria. O senhor confirma isso?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Olha, não. Eu não sei quanto uma regulamentação da SPC quanto a isso. Eu não sei, não me recordo no momento, mas teve alguma coisa da secretaria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas então no período do senhor.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu teria de...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A concentração dos investimentos era na carteira própria da PRECE.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Nós tínhamos investimentos, nós estávamos totalmente enquadrados, isso eu posso te garantir.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu compreendo. Eu só queria saber percentualmente qual era a proporção.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

O senhor está falando uma coisa de cinco anos, cinco anos e meio atrás.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o senhor era o diretor financeiro, presumo que pelo menos genericamente, não quero que o senhor me dê números exatos, genericamente eu queria saber se a prioridade da política de investimentos era para carteira própria ou...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Nós tínhamos nas atas dizendo tudo para renda fixa, muita coisa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu compreendo. Os investimentos em renda fixa e variável podem ser feitos tanto por carteira própria como através da descentralização com fundos exclusivos. Eu só pergunto ao senhor o seguinte: Qual era a prioridade? Era carteira própria ou era os Fundos Exclusivos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

O que acontecia? Eu, particularmente, os Fundos Exclusivos eles tinham mais expertise em termos de acompanhamentos e de regulamentações junto aos órgãos fiscalizadores. Nós tínhamos dado, mantivemos uma carteira própria, fizemos a carteira própria com aderência à bolsa, e fizemos os Fundos Exclusivos. Partimos para os Fundos Exclusivos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Tudo bem, mas o senhor não sabe nos informar exatamente em que ordem de prioridade.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Ordem de prioridade não senhor. Desculpe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Porque a afirmação do Dr. Pedro foi justamente de que para buscar mais eficiência, ter melhores resultados, a diretoria que o sucedeu priorizou os investimentos terceirizados por fundo exclusivos. Que nos faz presumir então que até o período do Dr. Pedro, portanto no seu período, os investimentos eram em carteira própria. Mas muito bem. Como é que se discutia as metas de rentabilidade dentro do comitê financeiro, quais eram os parâmetros definidores das metas de rentabilidade?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Ora, eram criadas as partes das variações da BOVESPA, do CDI, esses backing-marketings(F), tinha uns limites para serem seguidos e qualquer variação daquele sentido, sinalizava uma vermelha.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas é natural que houvesse uma estratégia para compra e venda de artigos financeiros.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Sim, nós tínhamos uma estratégia de compra e venda de artigos financeiros e também tínhamos uma preocupação com o não recurso da patrocinadora, para a gente também ter de tirar dos fundos esses pagamentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas muito bem. Como é que essa estratégia ela foi construída e depois como é que havia um controle do retorno desses investimentos feitos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Esses controles eram realizados através desses comitês, formalizados em atas dentro da fundação. Mas era um controle permanente?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eram um controle periódico, sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): permanentes. Então como o senhor disse aqui, em qualquer ocasião quando houvesse em retorno abaixo do esperado, a luz vermelha acendia.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Geralmente sim. Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E durante o período do senhor quantas vezes a luz vermelha acendeu, ou que casos, o senhor, por favor, nos exemplifique algum desses casos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Perdão, nobre Deputado. Eu não me lembro mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nenhuma mais?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu já estou aposentado a 2 anos. São coisas que aconteceram a 5 anos atrás, é muito esforço. Eu vim até essa CPI sem saber os números, o que eram.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Porque é evidente que quando se prioriza a carteira própria mais do que em qualquer outra situação, é preciso ter um sistema extremamente rigoroso de controle, afinal de contas é o fundem si que está ali operando. Aí eu pergunto ao senhor. Quem é que dava o comando para as operações? Como é que isso era feito? Por que havia uma definição e a partir daí uma execução. Eu queria que o senhor então distinguisse para mim e para a CPI, como é que se procedia essa definição e a sua conseqüente execução.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

As ações eram compartilhadas, voltadas mais pela gerência de investimento. O que acontece? Dentro da parte operacional, eu não entrava. Eu ficava dentro da parte do comitê estratégico.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Que meios o senhor utilizava para acompanhar o desempenho das atividades do senhor André Figueiredo, o seu gerente de investimento?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Os relatórios que eram encaminhados inclusive para todos os órgãos reguladores e também para dentro de todas as reuniões do Conselho de Administração de curadores da empresa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Agora, a voz do mercado que acabava tendeu diria que uma importância decisiva para definir esses investimentos era do senhor André Figueiredo?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não digo na sua totalidade, porque ele poderia levar, por que nós tínhamos outros consultores também. Não era só um consultor lá dentro. Quando foram criados os comitês, nós agregamos outros consultores para enriquecer e criar polêmica dos investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como o senhor também nos disse que adotou a política de descentralização dos investimentos, eu pergunto ao senhor o seguinte: Quais foram os critérios utilizados para definição dos gestores dos Fundos Exclusivos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Antes, só um lembrete que vai também me recordando aqui de uma pergunta anterior, que eu sei que tinha uma legislação do SPC que tinha uma resolução que era 28 e 29 que não permitia a figura do administrador, era tudo em carteira própria antigamente, antigamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas durante a sua gestão houve essa mudança.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Houve.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E naturalmente tendo havido mudança na regulamentação na SPC, o fundo PRECE deve ter procurado se ajustar a essa nova regulamentação que autorizou a descentralização dos investimentos através dos Fundos Exclusivos. Essa foi uma providência adotada tão logo a regulamentação foi modificada. É isso?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Isso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Então coube à diretoria do senhor fazer a escolha dos primeiros gestores dos Fundos Exclusivos da PRECE.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Perfeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A definição da quantidade dos fundos, de como é que eles iriam se compor e os primeiros gestores. Então a origem da operação da PRECE com os fundos exclusivos, foi justamente na diretoria do senhor. Então eu queria saber exatamente os critérios que determinaram a composição dos Fundos Exclusivos, sobretudo a seleção dos seus gestores.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Sim. Como foi dito antes, foram examinados 43 instituições. Eu já estou afastado a cinco anos da fundação e não tenho em meu poder as atas dos comitês e que fariam todos os desenhos e as necessidades para cumprimento daqueles fundos que foram escolhidos. Eu só me lembro que vários deles chegaram até ter prêmios em termos de revista Exame, como melhor fundo exclusivo de ano. Isso daí eu posso te assegurar pelo menos uns quatro ou cinco fundos foram premiados nesse sentido. É o que eu posso ajudar o senhor nesse momento. V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No dia de ontem, o Dr. Paulo Martins nos afirmou e essa foi a compreensão da CPI que o critério de seleção mais recente dos gestores dos Fundos Exclusivos passa até por um grau de subjetividade grande porque respeita a afinidade com o Fundo de Pensão etc... Já o Dr. Pedro que esteve conosco hoje disse que não, que procurava avaliar a situação do mercado, procurava a verificar credibilidade de cada instituição, verificando por tanto que tipo de retorno poderia dar aos recursos que estavam sendo manuse-

ados pela PRECE. Eu pergunto ao senhor exatamente quais eram os parâmetros.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Afinidade não tinha nenhuma. O problema todo era realmente de estabilidade fundo, quer dizer, de credibilidade do fundo, da instituição em si e obviamente as propostas de rentabilidade tudo e tinha os parâmetros lá que é de taxa de administração baixa ta certo?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como era realizado o controle do retorno trazido por esses gestores dos Fundos Exclusivos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Eles eram todos encaminhados para o setor de investimento. Depois dentro dos comitês, dentro das reuniões do Conselho, apresentavam seus resultados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que obviamente passavam por uma checagem do gerente de investimentos...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Inicialmente lá tinha um grupo de gerente de investimentos, como também os seus consultores.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um grupo não, tinha um gerente.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Tinha um gerente de investimentos...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que era o André Figueiredo.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Mas tinha os consultores também e tinha gente que dava apoio a ele também que tinha conhecimento. Pessoas da própria Casa. Vamos dizer assim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o que tem me deixado mais angustiado, Dr. Ricardo, é ao seguinte. A gente percebe que a PRECE depois de três, esse é o quarto depoimento, a gente percebe que a PRECE tinha e tem até hoje me parece, um sistema de fiscalização e controle muito precário. E aí me ocorre de fazer mais uma vez depois de ter feito três perguntas aos três diretores, sobre o compliance. Os senhores se preocuparam em montar um compliance, sobre tudo quando teve que haver essa diversificação e essa descentralização dos investimentos?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Quando foram montados os fundos de investimento, eu sei que isso daí deve estar registrado lá, foram mais de 43 instituições. Nós levantamos dados por dados, tiramos os parâmetros de mercado, a variação de todas as partes. Quer dizer, é isso que eu posso informar ao senhor no momento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas então na ocorrência de um baixo

desempenho, de um retorno insatisfatório, os senhores não tinham como fazer essa detecção e tomar as providências?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Tínhamos sim porque existiam reuniões, podiam ser diárias, podiam semanais ou reuniões extraordinárias, em função da volatilidade do mercado, essas reuniões se estreitavam mais porque tinham outras situações para serem resolvidas tão importantes quanto e que isso daí obviamente se houvesse alguma detecção de algum fundo da performance...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Aconteceu algum exemplo concreto no período da gestão do senhor?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Fatalmente sim, mas eu não me recordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor não se recorda?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não me recordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Se eu fornecesse ao senhor uma lista completa da substituição dos gestores que aconteceram durante o período do senhor, o senhor teria como fazer essa lembrança?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Eu posso tentar, mas eu não te garanto. Eu posso tentar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Na época do senhor, a PRECE em algum momento recorreu ao auxílio de alguma auditoria externa? Porque o senhor me disse que inclusive recebeu...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Auditoria externa? Bom, nós tivemos várias auditorias de atuarial, auditoria externa? Não sei, não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor se recorda de determinados procedimentos que tenham ocorrido por parte dos órgãos reguladores no sentido de levantar dúvidas a respeito da gestão da PRECE durante esse período que o senhor era diretor?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não quando eu estava lá, porque quando eu estava lá não, eu não recebi nenhum tipo de intimação, eu creio. Quando eu estava lá... Não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Depois o senhor foi chamado a responder?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o senhor há de convir que...

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, depois que eu estava lá eu fui chamado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Em que ocasião?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Foi para o ano de... Foi respondido e foi, vamos assim dizer, inocentado, vamos dizer assim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas foi a secretaria de previdência complementar?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Não, a secretaria de previdência complementar nunca me multou em nada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quem é que instaurou esse procedimento ao qual o senhor foi chamado e que teve que se pronunciar?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Deixa eu ver qual foi o órgão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A CVM?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

CVM.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): a CVM. Qual era o fundamento desse inquérito, enfim, desse procedimento investigativo?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

Olha, já faz um certo tempo né? Quer dizer, eu realmente eu sei que era voltado para exatamente na época de setembro de 2001, entre setembro de 2001 eu outubro, quando houve aquele problema das Torres Gêmeas. E houve uma averiguação da CVM sobre as operações, mas não eram de nossa responsabilidade. Era quem estava gerenciando isso na época. Eu já tinha saído de lá, mas não nessa época. Era o DREYFUS BRASCAN.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu solicito à nossa assessoria que verifique se esse procedimento da CVM já se encontra em poder da CPI. Caso contrário, vamos providenciar um requerimento para solicitar a CVM que nos encaminhe. Mas senhor Ricardo me diga uma coisa, como é que o senhor interpreta a responsabilidade dos dirigentes de um fundo de pensão quanto à aplicação dos recursos pelos Fundos Exclusivos? O senhor poderia responder?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO:

De alta responsabilidade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De alta responsabilidade, ou seja, quando os recursos são descentralizados, quando os gestores dos Fundos Exclusivos realizam investimentos insatisfatórios como o recurso é da fundação dos seus beneficiários, então conseqüentemente a diretoria do fundo deve responder por essa gestão dos seus recursos. O senhor concorda?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Estou tentando aqui responder no que eu posso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou perguntando qual é a visão do senhor, porque mais uma vez entre os diretores da PRECE nós vemos que há uma distinção de visões. O senhor Paulo e a senhora Magda eles acham que a responsabilidade é toda do administrador, dos gestores e do precificador.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não, o administrador...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só se o senhor me permitir concluir. Já o Dr. Pedro que esteve aqui hoje conosco de forma na minha opinião correta, ele compreende que a responsabilidade é também dos dirigentes do Fundo de Pensão. Independente da responsabilização imputada aos gestores e administradores.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: é compartilhada, né?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu pergunto isso porque é um preâmbulo importante para logo mais quando nós mostraremos ao senhor alguns investimentos, algumas aplicações feitas por Fundos Exclusivos e que naturalmente o senhor poderá nos ajudar. Pergunto ainda ao senhor: O senhor conhece, teve algum tipo de contato enfim, com senhor Marcelo Sereno?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. Com a senhora Benedita da Silva?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o senhor Luiz Paulo Viveiro de Castro?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vou citar aqui alguns nomes que o

senhor pode confirmar ou não se conhece. Senhor Alexandre de Ataíde Francisco?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Murilo de Almeida Rego.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Cristian de Almeida Rego.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cristiano Costa beber.

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor teve conhecimento da mudança da MELLO BRASCAN com quem trabalhou pelo Banco Santos na condição de administrador da PRECE. Eu pergunto ao senhor: Na sua avaliação, se é que o senhor tem elementos para nos ajudar nessa pergunta. Na sua avaliação, comparativamente, o desempenho da MELLO BRASCAN, do Banco Santos, a partir do resultado produzido por ambos para a PRECE, como é que se poderia qualificar uma e a outra gestão?

SR. RICARDO AFONSO DAS NEVES LEITÃO: Não posso te ajudar nisso, eu não sei te informar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu solicito mais uma vez lamentando como lamentou a Senadora He-loísa Helena, ontem eu fiz essa lamentação, para que nós possamos fechar a sessão cumprindo a decisão do ministro Nelson Jobim e assim passemos para a fase de questionamento sobre documentos sigilosos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES: Em obediência à determinação judicial, solicito à imprensa que abandone a sala momentaneamente. Peço à assessoria que depois verifique a existência de gravadores, celulares com gravadores, e cerre as portas para que iniciemos a reunião reservada. Rogo também ao serviço de som que grave e depois providencie o lacre para que nós os rubriquemos juntamente com os advogados do depoente.

A sessão passa a ser secreta às 18 horas e 01 minuto

A sessão secreta é encerrada às 18 horas e vinte minutos.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

(SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO)

Ata da 3ª Reunião, realizada em 24/01/2006.

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e nove minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Osmar Serraglio e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Valdir Raupp e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Mauricio Rands, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Arnaldo Faria de Sá e Silvio Torres, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores José Raphael Oliveira da Silva, Fernando César Braz Teixeira e Gildásio Amado Filho (servidores da Núcleos). Em seqüência, a Presidência passa a palavra ao Sr. José Raphael para seus esclarecimentos. Em seguida, ele apresenta slides com todo o conteúdo de suas declarações. Após seus esclarecimentos, o presidente da mesa passa a palavra ao sub-relator Antônio Carlos Magalhães Neto, que pede a presidência da mesa para que o depoente Gildásio Amado Filho venha depor a esta comissão como investigado. Pedido aceito. O relator inicia seus questionamentos ao depoente. Após questionamentos do relator, o depoente responde as perguntas relatando que o processo de indicação para os cargos foram de patrocinadores. O Deputado Carlos William requisita à presidência que providencie uma cópia dos documentos relativos a dados específicos da Núcleos para todos os parlamentares que estão nesta Comissão. Pedido aceito. Pela ordem de inscrição, o Deputado Carlos William. Pela ordem de inscrição o Deputado Jorge Bittar. Após responder todos os questionamentos, o Presidente dispensa o depoente. O presidente da mesa convida para tomar acento a mesa o senhor Gildásio Amado Filho. O Presidente comunica ao depoente que ele foi convocado a depor

nesta Comissão na condição de investigado e permite ao mesmo que faça seus esclarecimentos iniciais. A seguir passa a palavra ao Sub-relator para sua arguição. Pela ordem de inscrição, Deputado Carlos Willian, solicita que esta CPMI, encaminhe a Núcleos cópias de documentos do Banco West-hals, que comprovem operações de recursos financeiros. Na quinta-feira estaremos aprovando requerimentos e além desses, o Deputado Carlos Willian ainda solicita a inclusão de requerimentos de convocação da senhora Fabiane, para prestar esclarecimentos na Comissão, quer também passar às mãos do Presidente cópia de boletos para melhores esclarecimentos da empresa Núcleos referente a lavagem de dinheiro e convênio com o DPVAT. Às dezoito horas e cinqüenta e oito minutos fica suspensa a reunião. Às vinte horas e seis minutos foi reaberta a sessão para oitiva do senhor Fernando César Braz Teixeira. Em seqüência, a Presidência passa a palavra ao depoente para sua qualificação. Aos parlamentares o depoente diz que trabalhou por vinte e três anos na Empresa Núcleos. Às vinte horas e vinte e oito minutos fica suspensa a reunião que reabre às vinte horas e trinta e sete minutos, dando continuidade a oitiva do Sr. Fernando. Encerra-se a presente reunião às vinte e uma horas e cinqüenta e quatro minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da Sub-relatoria de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento número 3 de 2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a mesa, as atas das reuniões anteriores, as quais coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Considero aprovada. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a oitiva dos senhores José Raphael Oliveira da Silva, Fernando César Brás Teixeira e Gildásio Amado Filho. Convido, desde logo, para tomar assento à mesa o senhor José Raphael Oliveira da Silva, diretor financeiro da NUCLEOS, Instituto de Seguridade Social para seus esclarecimentos. Anuncio aos presentes que o senhor José Raphael Oliveira da Silva já firmou o compromisso legal.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pois não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Peço a palavra apenas para esclarecimento no sentido de que seguindo a lógica que foi aplicada na semana retrasada quando ouvimos os diretores de investimento da PRECE, eu gostaria de propor que realmente logo no início ouvíssemos o senhor José Raphael, em seguida, ouviríamos o senhor Gildásio e por último ouviríamos o senhor Fernando César Brás Teixeira. Pela ordem decrescente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pois não. Senhor José Raphael, inicialmente, Vossa Senhoria faria uma qualificação pessoal para os nossos registros e na sequência se tivesse alguma coisa que pretendesse antecipar enquanto alguém que, de alguma forma, já sabe a razão pela qual aqui está, poderia se manifestar e logo em seguida o Sub-relator, deputado Antônio Magalhães Neto que é o responsável por essa Sub-relatoria irá conduzir o questionamento. Está Vossa Senhoria com a palavra com o prazo liberado.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Boa tarde. Boa tarde a todos. O que eu vou propor é que eu faça uma apresentação, minha apresentação como foi solicitado e uma apresentação histórica do que aconteceu no NUCLEOS, a fim de subsidiar a apuração dessa CPMI. Como já falado, o meu nome é José Raphael Oliveira da Silva, tenho 30 anos, sou solteiro, economista, formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com a MB(F) em controladoria de finanças pela Universidade Federal Fluminense, eu tenho curso de extensão complementar pela PUC do Rio de Janeiro e tenho uma experiência de 8 anos em fundos de pensão. A minha história no NUCLEOS, ingressei em 1997, como estagiário, em 2000 eu passei para auxiliar administrativo dois, em 2001, assim que eu me formei passei para economista, em 2003 eu fui alçado a gerência de seguridade supletiva, aonde o presidente da época era o senhor Ronaldo Bufo, em 2005, recentemente, fui alçado a diretor financeiro interinamente a princípio no dia 31 do 8 de 2005 e, efetivamente, em 14 do 9 de 2005. Vou fazer uma breve explanação sobre o NUCLEOS para situarem a todos, o NUCLEOS é patrocinado por 4 empresas, 3 de economia mista, sendo a ELETRONUCLEAR, INB, NUCLEP e o próprio NUCLEOS. O NUCLEOS possui participante em mais da metade de todos os Estados do Brasil. Nós temos aproximadamente 2.500 participantes ativos, onde a patrocinadora mais representativa é a ELETRONUCLEAR próximo a 43% e estamos

próximos de 900 aposentados. A receita previdenciária do NUCLEOS/mês, beira em torno de 1 milhão e 600 e despesa em torno de 1 milhão e 200, número apresentado é de um milhão e 300 porque ele está com pagamento de décimo terceiro de auxílio-doença. O patrimônio do NUCLEOS gira em torno de 529 milhões, onde o foco central dessa apresentação vai ser o programa de investimentos que gira em torno de 506 milhões. Os 506 milhões do programa de investimento, a grande parte, a maioria, perto de 85%, está no segmento de renda fixa, onde são 428 milhões seguidos de renda variável apenas com 8% próximo de 41 milhões. O grande montante de renda fixa que é a renda fixa são 428 milhões, podemos chamar atenção para 2 pontos, primeiro para título público, que os títulos públicos com vencimento que variam entre outubro de 2005 até março de 2045. É esse montante é de 252 milhões, ou seja, é mais da metade do total do meu programa de investimentos. Temos debêntures também que são títulos de empresas privadas que gira em torno de 135 milhões. Títulos públicos federais que eu vou estar daqui a pouco entrando mais nesse detalhe, nós já podemos abrindo aquele número de 252 milhões, já podemos perceber 2 pontos interessantes. O primeiro é que nós temos dos 252 milhões, 120 milhões são títulos para vencimento em 2024 e 2045 e 52 milhões são títulos com vencimento em 2031. Então o que eu posso, a conclusão que nós chegamos é que ter dos 252 milhões, aproximadamente, 173 milhões são títulos de longuíssimo prazo. A nossa carteira de renda variável é bem modesta como tinha dito, aproximadamente 41 milhões, onde o grande percentual está num fundo exclusivo, 25 milhões e nós temos dois fundos de participação, um da CRT que é a concessionária RIO-TERESÓPOLIS e outra da PCH que é de pequenas centrais Hidrelétricas, que é em torno de 15 milhões. A nossa carteira de ações que é aquele fundo exclusivo titânio, dos 21 milhões é um outro fato a ser registrado, apenas 61% das ações contidas desse, nesse fundo são atrelados ao índice Bovespa, ou seja, mesmo o meu bento marc(F) sendo Ibovespa, mais de 30% dessas ações não foram adquiridas, não são ações que estão vinculadas ao índice Bovespa. A diretoria que eu estou compondo hoje, ela ingressou no NUCLEOS como eu falei agora em setembro de 2005 e uma das primeiras coisas foi auditar, providenciar algumas auditorias. E a primeira, a auditoria que nós... O plano de auditoria que nós realizamos se compõe 68% do total do programa de investimento e foi subdividido em títulos públicos que foi todos os títulos públicos foram auditados, no total de 172 milhões e o resultado vou estar apresentando aqui ainda há pouco porque essa auditoria já foi finalizada, de de-

bêntures 150 milhões, aproximadamente, a auditoria também já foi finalizada, estarei apresentando daqui a pouco, faltando apenas que é o próximo passo, a auditoria na carteira de renda variável que é a menor que é em torno de 21 milhões. Agora vou começar a contar o histórico do NUCLEOS e o marco de onde eu inicio esse histórico, vai ser julho de 2003, por que julho de 2003? Julho de 2003 é quando toma posse a antiga diretoria do NUCLEOS, essa que saiu agora em agosto de 2003. E por que foi escolhido isso? Por questões que, primeiro, foi a diretoria que sofreu já 5 arrotações(F) da Secretaria de Previdência Complementar e a diretoria que está contida dentro do relatório de auditorias das patrocinadoras com algumas propriedades, tá? Então em 7 de 2003 assume como presidente do NUCLEOS o senhor Paulo Roberto Almeida Figueiredo, diretor financeiro o senhor Gildásio Amado filho e diretor de benefícios o senhor Abel de Almeida. O registro está na ata, na nonagésima sétima ata de reuniões do Conselho Deliberativo. Aí já vou me adiantando ao Sub-relator, que todos os documentos citados estarei entregando.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, inclusive iria solicitar a Vossa Senhoria que possa disponibilizar tanto a apresentação, porque me parece muito didática como também os documentos em anexo.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Eu estou... Eu tenho apresentação e estarei disponibilizando, bem como todas as documentações citadas na apresentação como mais algumas documentações que eu vou estar relatando para o senhor que eu estou entregando, ok?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente me permite um aparte? O senhor já está com esse material disponibilizado?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Está disponibilizado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Se pudesse dar uma cópia para a gente fazer algumas observações, poderia?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que eu estou entendendo, o pleito do deputado Carlos Willian é no sentido de Vossa Senhoria disponibilizar a apresentação. Porque me parece que os anexos são muitos documentos que ainda terão que ser protocolados pela própria CPI.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Físico eu tenho dois apenas. Eu vou disponibilizar um CD para a Comissão, o físico eu posso estar passando já para os senhores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós pedimos para produzir, não tem problema nenhum.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Em 8 de 2003, 5 dias após ou 6 dias após assumir, mudar a diretoria do NUCLEOS, assumo como gerente financeira a senhora Fabiana Carneiro Carnaval Castro, ta? E no final do ano a rentabilidade do fundo foi de 33,51%. Onde o que mínimo atuarial, ou seja, a meta que o fundo precisava era 17%. Ou seja, foi um resultado bastante expressivo. Porém, vale ressaltar que a política de investimento que proporcionou essa rentabilidade foi uma política de investimento aprovada no final de 2002 pelo então diretor financeiro, o Fernando Brás Teixeira que vai... Que é um dos depoentes. Outro fato relevante que eu vou passar para os senhores, é que percebemos que houveram algumas transferências de gestores de fundo assim que a nova diretoria assumiu. Eu vou estar passando um breve histórico qual foi essas transferências. O fundo Zircônio foi criado logo 3 meses depois no banco industrial da TVM e esse fundo é de 97 milhões. Era de 98, são valores de 2004, de 97 milhões. O fundo Urânio, dois meses depois que assumiu a nova diretoria eles transferiram do Pactual para o BNP PARIBAS e 3 meses depois de tirarem do Pactual, eles voltaram, tiraram do BNP PARIBAS e voltaram para o Pactual. 4 meses após eles tiraram do Pactual e transferiram para o Banco Santos, com a intervenção do Banco Santos ele foi para o EXOUBI (F). O fundo titânio de 28 milhões ele foi criado em 12 de 2003 também, foi a nova diretoria que criou, foi criado no Pactual, 6 meses depois ele foi transferido para o BANCO PROSPER e 4 meses, 5 meses após ele foi transferido para o banco BMC. O fundo MONAZITA de aproximadamente 75 milhões, ele estava na ABN pela diretoria anterior, pelo Banco Real e 4 meses depois que a diretoria assumiu, ela transferiu do ABN para o EXOUBI (F). O megawatt de 23 milhões ele estava no Bradesco e 4 meses após a diretoria assumiu transferiu para o BMC. O fundo EUROPIO é o fundo que sempre existiu no Banco Brasil, acho que aproximadamente uns 10 anos, esse não teve transferência. O fundo IB institucional é de 35 milhões, valores da época. Ele foi um fundo criado também em dois meses depois que a diretoria assumiu e esse fundo é um fundo de participação em dois outros fundos. Sendo esse o fundo de participação, o fundo ARBOR FI MULTIMERCADO LP e GLOBAL VESQUI(F) PLUS FI MULTIMERCADO. Outros dois fundos de participação, fundo de energia PCH que é pequenas centrais hidrelétricas de 3 milhões e fundo CRT que é concessionária Rio-Teresópolis de 12 milhões. Todos também, o PCH em 9 de 2004 e o CRT

em 12 de 2003. Após todas essas transferências de fundo, o resultado alcançado em 2004 foi de 5,98% onde o mínimo atuarial era de 12 e meio. Ou seja, se atingiu apenas 47% do mínimo atuarial. No final do ano quando começou a aparecer.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para o senhor, só para fixar, segundo Vossa Senhoria afirmou, a rentabilidade em 2003 registrada foi de?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: 33, aproximadamente 33%.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Superando o mínimo atuarial definido pela diretoria em 2002?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Resaltando porque existe uma política de investimento dos fundos de pensão que tem que ser apresentado anualmente, ela tem que ser seguida. Então a política de investimento de 2003 é uma política que a diretoria que assumiu teve que acompanhar até o final do ano, apesar dela ter assumido no final do ano, mas foi uma política de investimento aprovada pela diretoria anterior. Essa política, essa política de investimento de 2004 já foi aprovada pela nova diretoria, a nova diretoria da época que foi no final do 2003. Tá? É com esses números aparecendo, se tem, começa um processo de discussão muito grande onde que é marcado por dois pontos. O primeiro inicia a auditoria das patrocinadoras. As patrocinadoras vão dentro do NUCLEOS realizar uma auditoria. E inicia também um confronto entre o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva. É confronto que pode ficar claro nessas, eu peguei como só exemplo, são muito mais atas, peguei 3 atas como exemplos que os senhores mesmos foram perceber o confronto. Isso já em dezembro de 2004. Em 4 de 2005, o então presidente, senhor Paulo Roberto Almeida Figueiredo, renuncia ao cargo de presidente do NUCLEOS para assumir a presidência de uma das patrocinadoras do NUCLEOS. A Eletronuclear. O senhor Abel de Almeida que era então diretor de benefício passa a acumular a função de presidente do NUCLEOS. Em 5 de 2005, inicia a auditoria da secretaria de previdência complementar no NUCLEOS. Essa secretaria pelo que eu tomei conhecimento, foi realizada em quase todos os fundos que era basicamente para dois, dois pontos. Um ponto era Banco Santos e o outro ponto era a CGPC-13, que é uma regulamentação que os fundos teriam que cumprir. Porém, o Conselho Deliberativo sabedor dessa auditoria que ia ser realizada pela secretaria, vem a Brasília se reunir com o secretário, solicitando que essa auditoria não se prendesse apenas a esses dois pontos, que a auditoria percorresse o NUCLEOS como um todo. Em 6

de 2005, as patrocinadoras INB e ELETRONUCLEAR, indicam novos representantes para o Conselho Deliberativo visto que tinha acabado o mandato de dois membros. E em 7 de 2005 está concluído o relatório de auditoria das patrocinadoras, onde os principais pontos apontados no relatório de auditoria foram: Elevada concentração, aproximadamente, 64% dos valores da carteira terceirizada apenas em 2 bancos, sendo esses o EXOUBI (F) e industrial. Decisões equivocadas na escolha de gestores e alocação de recursos. Operação de hedge, sem embasamento técnico registrado no NUCLEOS que resultou num desembolso de 7,1 milhões. Participação no fundo de cotas da CRT em percentual superior estabelecido pela resolução CMN 3121. Só para esclarecimento, essa resolução coloca que o máximo que se pode ter é 25% do fundo e o NUCLEOS adquiriu 100% desse fundo. E ele concluiu com indícios de favorecimento a banco, a alguns bancos. Em 7 de 2005, a antiga, a gerente da época, gerente financeira é Fabiana Carneiro Carnaval Castro foi exonerada dia 25 do 7, mantendo como analista de investimento, tá? Por ter se tornado público via imprensa que ela era prima de Christian de Almeida Rego, sócio da ARBOR gestão de recursos, que é o gestor do fundo ARBOR que o NUCLEOS possuíam no fundo de participação e filho do Haroldo de Almeida Rego. Essa matéria saiu no jornal no dia 25 do 7, senhor Relator, também estará disponível todas as matérias que estarei citando. Em 8 de 2005, a antiga diretoria demite apenas 5 dias, logo 5 dias após a exoneração, demite a analista de investimento que não era mais gerente, Fabiana Carneiro de Carnaval Castro. Em 8 de 2005, o Conselho Deliberativo determinou que a Diretoria Executiva corrigisse todas as não conformidades e impropriedades apresentadas no relatório de auditoria das patrocinadoras. No mesmo mês, em 8 de 2005, o senhor Abel de Almeida que, e o senhor Gildásio Amado Filho, presidente interino e diretor financeiro, respectivamente, foram exonerados do cargo, foram exonerados não, desculpa, pediram exoneração dos cargos. E o Conselho Deliberativo no mesmo dia exonerou o senhor Abel de Almeida da diretoria de benefícios. Lembrando, que o senhor Abel de Almeida acumulava as duas funções. Assumindo o cargo para presidente senhor Marcos da Rocha Elias e para diretor financeiro e diretor de benefícios o senhor José Raphael Oliveira da Silva. Ambas as deliberações tomadas por unanimidade pelo Conselho Deliberativo. Em 8 de 2005, assim que a nova, e aí a atual diretoria do NUCLEOS assumiu, ela dá início a transferências de todos os fundos para novos gestores. Conforme já havia sido recomendado pelo Conselho Deliberativo em 31 do 5 de 2005. E o único processo,

apesar do Conselho Deliberativo ter solicitado ou ter recomendado desde 31 do 5, o único processo que tinha iniciado era o processo da transferência do Zircônio que estava saindo do industrial ITVM para o Bradesco, isso iniciou em 1 do 8 a finalização desse processo já foi na nossa gestão. Todas as outras transferências foi na gestão atual do NUCLEOS. Onde o fundo urânio saiu do EXOUBI (F) e foi para o ABN, o titânio saiu do BMC e foi para o Unibanco, o megawatt foi da BMC e foi para a ABN. O MONAZITA que estava no EXOUBI (F) está em processo por avaliação por pretendentes gestores. Alguns gestores já foram consultados, esse fundo foi recusado por alguns gestores, por algumas coisas que vou estar apresentando. O IB institucional que era aquele fundo que tinha participação do ARBOR, ele foi encerrado assim que nós assumimos a diretoria. Em 9 de 2005, final da renovação de todo o quadro funcional da área de investimento do NUCLEOS, ou seja, assim que a diretoria assumiu, ela renovou todo o quadro da área de investimento. Em 12 do 9 de 2005, a diretoria que era então interina no NUCLEOS, ele faz um relatório de diagnóstico para o Conselho Deliberativo. Esse relatório de diagnóstico foi elaborado em 12 dias e as principais conclusões desse relatório elaborado por mim e pelo senhor Marcos Elias foram: Alta concentração, 35% do programa de investimentos em títulos públicos, com negociações realizadas entre janeiro de 2004 e julho de 2005 com vencimentos em 2024, 2031, 2045, marcados no vencimento sem estudos técnicos de passivo. O que desrespeitava a política de investimento aprovada pela própria Diretoria Executiva anterior e pelo Conselho Deliberativo. E mais, essas aquisições na época, haviam indícios que elas foram compradas com ágio, ta? Eu estou falando que na época eram indícios porque foram apenas 12 dias que o relatório foi elaborado e isso foi feito por amostragem. O outro ponto do relatório foi a alta concentração em debêntures de pouca expressão no mercado financeiro. E o outro ponto importante é que a carteira de investimentos em renda variável estava desalinhada com o Benchmark. O que é isso? O nosso Benchmark era Ibovespa e mais de 30% da nossa carteira não estava... As ações que estavam dentro da carteira não pertenciam ao índice. É importante salientar que toda essas questões que foram apresentadas agora, não haviam sido constatadas anteriormente. Nesse mesmo relatório de diagnóstico, a atual diretoria do NUCLEOS, ela fez uma série de recomendações para o Conselho Deliberativo. Sendo elas: Redistribuir os ativos dos fundos quando da troca de todos os gestores, visando uma melhor rentabilidade com administração discricionária. O que eu quero dizer com isso? É que como o fundo do porte

do NUCLEOS, onde a área de investimento nós entendemos que não pode, não pode ter operações internas devido ao porte do fundo. Então nós passamos a responsabilidade pelos gestores e cobramos eles por tal e assim que tem que ser a gestão. Acompanhar a performance dos fundos para atender as metas estabelecidas, através de reuniões periódicas com os novos gestores a fim de avaliar a performance atual e diminuir futuros posicionamentos. Realizar alterações nos relacionamentos dos fundos visando minimizar riscos e atingir metas estabelecidas na política de investimento, uma vez que a política de investimento claramente tinha sido desrespeitada pela diretoria anterior. Aplicar os critérios de seleção e instituição que atendem ao NUCLEOS de forma transparente, eficiente, ou seja, estabelecermos um critério de escolher gestores para administrar o nosso fundo, ta? Se os senhores perceberam, todos os gestores são de grande porte, depois da transferência. Reduzir custos com negociação de taxas de administração e diminuição de recursos de gestão compartilhada. Controlar e fiscalizar o conjunto de operações para obter melhor transparência e alcance das metas. Definir o perfil de todos os fundos de acordo com as metas previstas, e aí vale um outro comentário, nós percebemos muito claramente que todos aqueles fundos que eu nomeie não possuíam um perfil, era um aglomerado de ativos sem nenhuma vocação, ta? Esse é um dos pontos principais agora, blindar os fundos visando seu enquadramento ao perfil preestabelecido através de alteração dos regulamentos, ou seja, pegar todos os regulamentos dos fundos e fazer uma blindagem para que não se... Dando um viés do qual era o tipo de transação que poderia ser feito dentro de cada fundo. Transferir as debêntures para a carteira própria com o intuito de reduzir as despesas administrativas, uma vez que essas debêntures provavelmente serão levadas até o vencimento visto que não existe um mercado secundário para elas no Brasil, então não tem o por que eu deixar isso na mão de um gestor ganhando taxa de administração, se ele não vai poder operá-la. Reativar o Comitê de Consultivo de Investimentos CCI com uma nova regulamentação. Isso foi um outro ponto. Relatos que eu tenho do passado é que o Comitê Consultivo de Investimento na verdade eram um Comitê Consultivo de Investimento, porque o que era apresentado para eles anteriormente? Era apenas um trabalho já pronto, apresentavam as aplicações feitas no passado e a nova diretoria o que ela colocou, é que o comitê tem que ser reativado mas para tomar decisão junto com a diretoria, aonde tem que ser aplicado os recursos e assim tem sido feito já. E avaliar as debêntures e as ações das empresas especializadas. Todas as

recomendações dadas por essa nova diretoria do NUCLEOS, todas foram acatadas pelo Conselho Deliberativo e todas já estão sendo executadas. Em 14 de 2005, acontece nomeação definitiva da Diretoria Executiva do NUCLEOS, ficando o senhor Marcos da Rocha Elias como presidente e o senhor José Raphael Oliveira da Silva como diretor financeiro e esse último, acumulando interinamente a função de diretor de benefício. No mesmo dia, em razão da recente renovação parcial dos membros do Conselho Deliberativo, foi escolhido um novo presidente do Conselho Deliberativo, o advogado, o advogado Norman Vítor Walter Hime, pertencente aos quadros de patrocinadores ELETRONUCLEAR. Em 9 de 2005 ocorre a conclusão da auditoria da secretaria da previdência complementar. O NUCLEOS até o momento não recebeu esse relatório da secretaria, então não posso tecer nenhuma manifestação sobre ele. Em 10 de 2005, a nova diretoria envia a carta a todos os gestores dos fundos proibindo-os de efetuar qualquer operação que tenha como contraparte todas as corretoras investigadas pelas CPMIs, qualquer CPMI que seja. Em 10 de 2005 também enviamos a carta aos gestores que ainda não haviam sido transferidos proibindo-os de fazer qualquer transação financeira, seja de compra ou venda de ativo. Essas cartas citadas também estarão disponíveis, senhor Relator. Pode passar? Em 10 de 2005, o Conselho Deliberativo aprova os novos membros do CCI e o CCI volta aos seus trabalhos. Também no mesmo mês, em 10 de 2005 o NUCLEOS contrata a KPMG, para auditoria das aquisições de títulos públicos federais de longo prazo, feitas entre 2004 e 2005 essas aquisições com vencimentos em 2024, 2031, 2045 sem estudos técnicos de passivo e em desrespeito, o que desrespeitava a política de investimento. O outro ponto é que existia um indício de compra com ágio. 15 dias depois, já no mês de novembro de 2005, a KPMG apresenta o relatório dela. Onde as principais conclusões do relatório da KPMG foram: O cenário mais pessimista apresenta: E aí eu abro aspas porque a conclusão da KPMG, “um custo de aquisição excedente de 22,7 milhões.” O que a KPMG está dizendo é o seguinte, é que eu poderia ter comprado esses títulos por um valor menor que eu estaria economizando até 22,7 milhões. Outra conclusão: Em todos os cenários estudados, o NUCLEOS incorreu no pagamento de títulos públicos acima do valor médio e mínimo de mercado. O que resultou em um prejuízo no ato da aquisição. A maioria das transações foram realizadas através das corretoras Euro DTVM, 31% e Quantia DTVM, 47% das transações, ou seja, apenas 2 corretoras transacionaram 78% do total dessas compras. Aí, senhores, senhor Relator, considerando o que determina

o artigo 63 da Lei Complementar 109 de 2001, que prevê a responsabilização dos dirigentes por prejuízo que causarem, seja por ações ou por omissão, considerando o artigo 79 do decreto 4942/103, que prevê aplicação de penalidade para administradores de entidades que deixarem de adotar as providências para apuração de responsabilidade e quando for o caso, deixarem de propor ação regressiva contra dirigentes e terceiros, que deram causa a dano ou prejuízo a entidade e considerando ainda que no caso em questão não se justifica a alegação de risco natural de mercado, já que os investimentos das entidades fechadas de previdência complementar exigem análise acurada de risco nos termos do artigo 59 da resolução CMN 3121, o Conselho Deliberativo e a diretoria do NUCLEOS resolveram adotar um rol de providências que foram os seguintes: Encaminhar o relatório da KPMG ao advogado externo do NUCLEOS visando a propositura de ação judicial contra os 3 ex-dirigentes Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Gildásio Amado Filho, Abel de Almeida, assim como a ex-gerente financeira Fabiana Carneiro Carnaval Castro, para o ressarcimento aos institutos de prejuízos constatados. Encaminhar um relatório da KPMG à secretaria de previdência complementar para que a mesma promova as medidas cabíveis no âmbito governamental, encaminhar um relatório da KPMG às patrocinadoras ELETRONUCLEAR E INB, para que as mesmas promovam as medidas administrativas internas que julguem cabíveis no âmbito disciplinar em relação aos seus funcionários de carreira. Encaminhar o relatório da KPMG para a ciência da patrocinadora NUCLEP e do Conselho Fiscal do NUCLEOS. Dia 25 de novembro, em cumprimento das obrigações legais estatutárias já relatadas e seguindo a orientação do escritório de advocacia especialmente contratado para cuidar do assunto, em razão não mais do aparente, mas da efetiva constatação da aquisição com ágio de títulos públicos federais de longo prazo, a atual Diretoria Executiva do NUCLEOS ingressou na Justiça Federal com uma medida cautelar na 22ª Vara Federal, visando essencialmente a produção antecipada de provas para o processo responsabilizando os ex-dirigentes. Também em novembro, começa a ser expedido pela secretaria os 5 autos de infração para a diretoria anterior. Foram eles: Em 10 do 11 de 2005, auto de infração 22/0558, que foi em relação aos investimentos no Banco Santos onde o volume de aplicação foi de 7,1 milhões. Em 30 do 11 auto de infração 27/05-71, por não respeitar políticas de investimento. Em 2 do 12 de 2005, o auto de infração da secretaria número 32/05-10, por operações compulsões flexíveis, sem a existência prévia de procedimentos de controle e de avaliação de risco de

mercado e dos demais riscos inerentes às operações para esse tipo de derivativo. O custo da operação foi de 7 milhões. Auto de infração SPC 33/0574, aquisição de 100% de um fundo de participação, como havia salientado anteriormente, o máximo seria 25%. E o último auto, quinto, o auto de infração de secretaria 34/0537, que é o auto referente aos títulos públicos, onde a KPMG apurou um prejuízo de até 22,7 milhões. Eu tomei a liberdade de tirar a conclusão do auto de infração da secretaria, que eu vou estar lendo para os senhores. A contumácia de compras efetuadas pelo preço máximo, representando um acréscimo que oscila entre 3 e 28% sobre preço mínimo praticado no dia, além de vendas efetuadas pelo preço mínimo, ou mesmo abaixo deste, mostra que os negócios foram conduzidos com intuito de prejudicar o NUCLEOS. Isso é a conclusão da secretaria de previdência complementar. Em 9 de 12 de 2005, o NUCLEOS contrata também a KPMG e aí seria, foi para auditar as debêntures e o certificado de termo de energia elétrica, que foram... Essas compras iniciativas foram realizadas entre 2003 e 2005. A grande fatia são as debêntures que é 146 milhões. Em complemento também as providências adotadas, já em janeiro de 2006, o NUCLEOS ingressou com ação indenizatória buscando a recuperação do prejuízo causado nas operações de aquisição de títulos públicos federais no montante de 22,7 milhões. A ação foi ajuizada na 22ª Vara Federal do estado do Rio de Janeiro, sob o número 2006.51.01.001018-0, responsabilizando também a então gerente financeira. Seu Sub-relator, vou estar disponibilizando também todas as ações que eu estarei citando aqui. Em 12 de janeiro de 2006, o NUCLEOS encaminha ao Procurador da República do estado do Rio de Janeiro, notícia de crime sobre os fatos que se encontram relacionados aos problemas detectados com investimento da instituição. De modo que seja feita a competente avaliação e adotadas as providências cabíveis pelo Ministério Público. Também no mesmo dia, o NUCLEOS contrata a PPS PORTFOLIO PERFORMANCE, empresa credenciada pela CVM, para efetuar uma análise das debêntures em relação a rentabilidade/risco. No dia 13 de janeiro a KPMG apresenta o relatório dela com as conclusões em relação às aquisições de debêntures. E as principais conclusões do relatório foram: No cenário mais pessimista apresenta uma apuração do custo de aquisição excedente, de aproximadamente 3 milhões de reais. Em todos os cenários estudados, o NUCLEOS incorreu no pagamento acima do valor mínimo e/ou médio de mercado. O que resultou num prejuízo no ato da aquisição. Das 26 compras, cujos preços unitários puderam ser comparados com de outras transações re-

alizadas no mercado secundário, o NUCLEOS praticou preço unitário máximo em 25. Nas aquisições das CTES e nas debêntures, o rating desses papéis eram BRCC, o que era proibido pela política de investimento do NUCLEOS. Então, senhores, considerando que determina o artigo 63 da Lei Complementar 109 de 2001, que prevê a responsabilização dos dirigentes por prejuízos que causarem seja por ações ou por omissão, considerando que o artigo 79 do decreto 4942-03 prevê a aplicação de penalidade para os administradores de entidades que deixarem de adotar as providências, para a apuração das responsabilidades e quando for o caso, deixarem de propor ação regressiva contra dirigentes e terceiros, no que deram causa ao dano e prejuízo à entidade. Considerando... Não, tem complemento, só teve alguma falha. Não, estava no mesmo, só apagou. Vou continuar já. Considerando que no caso em questão não se justifica a alegação de risco natural de mercado, já que os investimentos das entidades fechadas de previdência complementar exige análise acurada de risco nos termos do artigo 59 da resolução CMN 3121, a diretoria do NUCLEOS, em conjunto com o Conselho Deliberativo, resolvem adotar um rol de procedimentos que foram eles: Encaminhar o relatório da KPMG ao advogado externo no NUCLEOS, visando complementar as providências já em curso, relativa a responsabilização dos ex-dirigentes. Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Abel de Almeida, assim como a ex-gerente financeira Fabiana Carneiro Carnaval Castro, para o ressarcimento ao instituto dos prejuízos constatados. Encaminhar um relatório da KPMG a secretaria de previdência complementar, que a mesma aprove as medidas cabíveis no âmbito governamental. Encaminhar o relatório da KPMG às patrocinadoras ELETRONUCLEAR e INB, para que as mesmas promovam as medidas administrativas internas, que julguem cabíveis no âmbito disciplinar em relação aos seus funcionários de carreira. Encaminhar o relatório da KPMG para a ciência da patrocinadora NUCLEP e do Conselho Fiscal do NUCLEOS. No dia 19 de janeiro é apresentado pela PPS PORTFOLIO PERFORMANCE a análise que ela tinha feito que o núcleo solicitou em relação às aquisições de debêntures. Os principais pontos do relatório dessa consultoria foram: Das 16 debêntures analisadas, 12, ou seja, 75%, não apresentam retorno compatíveis com o risco. Em relação ao montante, aproximadamente 116 milhões, 79% do total de investimento nesse segmento, não apresenta retorno compatível com o risco. E apenas 3 debêntures, Cesp, Ulbra e Triunfo que representa 51% do montante do total de investimento nesse segmento, os retornos de todas as 3 são insuficientes para o nível de risco dos papéis. A Dire-

toria Executiva, a atual Diretoria Executiva querendo dar continuidade... Começando um trabalho de transparência que nós pregamos, tomou duas medidas, mais duas medidas que vou estar citando para os senhores. A primeira foi disponibilizar para todos os membros do conselho consultivo de investimento, para o Comitê Consultivo de Investimento e para todos os membros do Conselho Deliberativo, uma senha pessoal onde cada membro pode agora, através de senha pessoal, consultar os investimentos do NUCLEOS diariamente e todos os investimentos. Mensalmente, o NUCLEOS divulga na sua página todos os investimentos efetuados pelo NUCLEOS, para ciência de todos os participantes. A Diretoria Executiva também decidiu cadastrar o NUCLEOS na SepitNet(F) visando a realização de compra e venda de ativos através de plataforma eletrônica. Isso é um pontapé inicial, tem que ser bastante desenvolvido, mas já conversamos com os nossos gestores já com o intuito de obrigá-los a operar na plataforma eletrônica visto que com essa transação via plataforma eletrônica as transparências das operações é total. E finalizando, senhores, eu vou pedir para desconsiderar o título ali rentabilidade, porque teve uma mudança de valor depois da apuração, considerar só a tabela, por favor, de janeiro a agosto, a rentabilidade, de janeiro a agosto por quê? Por conta de que diretoria passada ainda estava no NUCLEOS. O mínimo atuarial nesses 8 meses foi de 7,40 e o programa de investimento atingiu 4 e 38, ou seja, apenas 59% do mínimo atuarial. De setembro a dezembro, o mínimo atuarial foi de 367, ou seja, a meta que tinha que se alcançar de 367 e o programa de investimento bateu 5 e 46, ou seja, 148% do mínimo atuarial, do mínimo atuarial nesse período. Infelizmente, devido o prazo ter sido apenas de 4 meses não conseguimos bater meta, porém o resultado influenciado significativamente pelo resultado do final do ano, chegou próximo a meta atuarial e isso foi apenas com algumas medidas saneadoras, visto que ainda estamos num processo de apuração dentro do NUCLEOS. Senhores, senhor relator é isso, essa a apresentação, esse esclarecimento e agora fico à disposição para as perguntas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Eu só quero agradecer essa, o esforço seu em trazer algo tão elaborado que facilita, com certeza, os trabalhos dessa Comissão e tendo em conta que o sub-relator quer fazer logo as considerações passe a palavra.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agradeço a V.Exa., queria fazer uma consideração inicial no seguinte sentido. Os 3 depoentes do dia de hoje assinaram termo de compromisso.

Me parece que do ponto de vista jurídico as testemunhas devem assinar termo de compromisso, os investigados não. Eu entendo que o senhor José Raphael e o senhor Fernando César, estão aqui na qualidade de testemunhas, não de investigados. Mas o senhor Gildásio Amado Filho é investigado da CPI. E por todos os motivos já expostos, inclusive endossados pelo senhor Rafael, me parece que não há outra caracterização para ele que não a de investigado. Então eu gostaria de fazer essa distinção, porque os três assinaram termo de compromisso, mas nós devemos fazer a diferenciação caracterizando o senhor José Raphael e o senhor Fernando César como testemunhas e o senhor Gildásio Amado Filho como investigado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Eu acolho essas ponderações e, tendo em vista, a situação diferenciada do senhor Gildásio, eu solicito a assessoria que desconsidere o termo de compromisso, uma vez que virá como investigado e por isso mesmo sob os auspícios da nossa legislação não tem compromisso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem obrigação de assinar o termo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Não tem o compromisso de a tudo responder, sobre modo, naquilo que possa lhe afetar enquanto investigado. Com que sorte, não só essa Comissão, essa Subcomissão, mas com certeza o país, todos nós esperamos que tenha e se conduza de forma a que a veracidade venha à lume e que permita que nós conheçamos efetivamente o que o senhor Gildásio quando aqui vier, souber e que assim contribua a esse trabalho eficiente que a nossa Sub-relatoria, através do deputado ACM Neto vem conduzindo. De qualquer forma, esgotada essa fase unilateral de apresentação, eu passo a palavra ao sub-relator para que ele conceda os questionamentos de praxe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, senhor relator e presidente. E quero fazer uma observação inicial no sentido de ressaltar positivamente o comportamento que a atual diretoria da NUCLEOS vem tendo com relação às investigações em geral, que estão sendo realizadas pela CPMI, mas principalmente comportamento que a atual diretoria vem tendo no sentido de tentar apurar todas as eventuais irregularidades que tenham acontecido internamente neste fundo de pensão, a fim de procurar definir aqueles que foram os responsáveis e, evidentemente, e de forma conseqüente, determinar a sua responsabilização jurídica. E acho que essa apresentação feita pelo senhor José Raphael é um exemplo disso. Senhor José Raphael é o atual diretor

financeiro de investimentos da NUCLEOS, nos traz aqui um diagnóstico bem claro, bem objetivo e que vai contribuir com esta CPI no sentido de fazer um histórico de todos os principais problemas que aconteceram neste fundo de pensão, sobretudo, nos anos de 2003 e 2004. Recentemente, eu fiz questão de citar numa reunião que aconteceu em São Paulo promovida pela Abrape, onde o único representante de fundo de pensão que destoou, reconhecendo que havia problemas, foi o presidente da NUCLEOS. E de forma absolutamente coerente, o senhor José Raphael vem aqui e nos traz esse trabalho que será integralmente incorporado à investigação da CPI, integralmente incorporado e que vem nos dar tranquilidade e confiança na linha de investigação que foi proposta e estabelecida. Porque os números eles vão se mostrar exatamente os mesmos. Há uma diferença aparente naquilo que foi apurado em títulos públicos, mas que depois eu vou explicar porque, exatamente nós estamos falando de números que são coincidentes. O nosso número é superior porque a nossa base de análise foi superior a que a própria NUCLEOS teve acesso e acho que a nossa base também vai ajudar para que a NUCLEOS tenha condições de chegar a um volume total daquilo que foi verificado como perdas nas operações com títulos públicos. Mas eu me sinto na obrigação de fazer esse registro porque a gente percebe que se todos os dirigentes dos fundos de pensão tivessem esse mesmo propósito, essa mesma disposição, comportamento parecido com o que está tendo o senhor José Raphael nesta CPI, certamente, nós já teríamos uma série de questionamentos respondidos e ao invés de estar nesse confronto com os nossos trabalhos, os fundos estariam colaborando com a investigação. Me sinto, portanto, senhor relator, na obrigação de fazer esse registro e passo então aos questionamentos ao senhor José Raphael. Alguns são de praxe e eu gostaria de iniciar, senhor José Raphael, entendendo um pouquinho melhor exatamente como se deu a indicação do senhor para assumir a diretoria financeira da NUCLEOS. Eu entendi perfeitamente que o ex-diretor foi afastado, justamente quando se detectou essa série de irregularidades cometidas, mas eu queria entender um pouquinho melhor como é que foi a escolha do senhor. Por que o José Raphael foi escolhido para assumir a diretoria e exatamente quais foram os fatores que preponderaram nessa escolha?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: No dia 31 e aí eu vou estar repassando também o que eu escutei, porque eu fui colocado pelo Conselho Deliberativo e acredito que tenho que fazer minhas as palavras deles porque me colocaram no cargo, lógico que eu também tenho a minha opinião o por que, mas no

dia 31 do 8 quando houve o afastamento da diretoria anterior, eu fui chamado em torno de 7:30 da noite, aproximadamente, na sala de reunião do conselho, e sendo feito o convite. Sendo feito o convite por alguns aspectos, é o primeiro que eu era então gerente de uma área de passivo, eu era gerente da área de seguridade, onde eu cuidava da folha de pagamento, do pagamento dos aposentados e da parte que eu cuidava do passivo do fundo. E no relatório de auditoria da patrocinadora que deve ter aproximadamente 400 páginas ou 500 páginas, só tinha duas das diretorias que eu... Das 400 apenas 2 páginas, eram de coisas cotidianas sobre a minha gerência. E também foi, aí volto a falar, são palavras do Conselho Deliberativo que o meu reconhecido trabalho perante os participantes, eles colocavam que meu nome passaria confiança para eles, visto que eu era um gerente bastante reconhecido, assim como presidente, o Marcos Elias, com o trabalho junto aos participantes. Como eles queriam e devido a minha formação, a minha formação sou economista com OMBI em finanças, eles me viram nesse papel. De estar assumindo a diretoria financeira. E o outro ponto é uma questão mais técnica que eu acho que tem que se levar em consideração, fundos de pensão no meu ponto de vista, relator, é para pagar aposentadoria. Então é essencial que um diretor de financeiro conheça passivo do fundo, conheça os compromissos do fundo e isso eles enxergaram e isso, modéstia à parte, eu conheço bem. Então foram esses fatores que me levaram a diretoria financeira. Vale ressaltar, que eu sou funcionário do fundo, não vim de nenhuma das empresas de economia mista conforme todos os diretores passados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, me parece claro, que houve então um elemento muito forte na escolha do senhor, que foi a confiança dos patrocinadores. Pelo trabalho que o senhor já realizava como gerente de seguridade supletiva do próprio fundo.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: É, eu posso, eu posso garantir que houve confiança dos membros do Conselho Deliberativo. Porque como a decisão foi tomada pelos membros do Conselho Deliberativo, foram eles que me nomearam. Quanto aos presidentes das patrocinadoras, eu nunca tive com eles, apesar que já tive com eles posteriormente e eles deram todo o aval do trabalho que está sendo realizado, passaram para a gente que trabalho é esse, tem que ser feito, porém no momento da posse que foi a pergunta eu não sei lhe dizer se houve ou não influência dos presidentes de patrocinadora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período que senhor exercia a ge-

rência de seguridade, Evidentemente, vinha também acompanhando todos esses problemas que aconteceram na diretoria financeira da NUCLEOS. Sobre tudo, com os péssimos índices dos investimentos feitos pelo fundo de pensão. Como é que o senhor via esse desempenho, não na qualidade de diretor, porque não era, mas na qualidade de gerente de seguridade supletiva? Quer dizer, se nós pudéssemos identificar um elemento que fosse determinante para esse péssimo desempenho, o senhor identificaria má gestão, o senhor identificaria desconhecimento do ex-diretor sobre a área que dominava ou poderia afirmar que houve de fato má-fé, que houve interesses secundários, interesses de caráter econômico na gestão do ex-diretor, o senhor Gildásio? Porque veja, eu estou fazendo essa pergunta, me perdoe, para completar, eu não estou perguntando a alguém que não era do fundo e que, de repente, assumiu a diretoria financeira, estou perguntando a alguém que já exercia o cargo de gerente de seguridade supletiva, portanto, já acompanhava o ambiente, o clima e as coisas como aconteciam dentro do fundo de pensão.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Então são duas partes na resposta, a primeira é quando, eu estava lá dentro na gerência de seguridade eu tomei conhecimento, eu não tinha conhecimento de qual eram os investimentos porque isso não era repassado mas tinha conhecimento do resultado final. E isso eu via com grande preocupação até porque eu era responsável pelo pagamento dos aposentados e sabia qual era a meta que tinha que ser batido e ficou evidente na minha cabeça que era incompetência. Porém, após eu assumir, e aí a gente está tendo uma preocupação muito grande, é que na justiça nós temos duas etapas, a primeira da materialização e na segunda da autoridade. Materialização eu acho que está... Cabe a diretoria do NUCLEOS, cabe a diretoria do fundo de pensão é trazer à tona tudo que aconteceu. Eu estar falando se houve algum interesse que não seja o interesse dos participantes, eu não, infelizmente eu não posso afirmar, mas eu espero que o Ministério Público, a justiça venha chegar a essa conclusão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No mínimo, então, está configurada a má gestão do senhor Gildásio, porém--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Os resultados falam por si.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Porém não se pode descartar que ele tenha sido movido por interesses econômicos de certos grupos.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Eu não tenho, não posso chegar a essa conclusão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de entender um pouco melhor como é que funciona, Né? Sobre tudo os procedimentos decisórios na estrutura da NUCLEOS, ou seja, que tipo de autonomia tem a diretoria financeira, como é a relação do diretor financeiro com o gerente de investimentos? Por sua vez, como é que se discute as políticas de investimentos do fundo, política de rentabilidade, de centralização dos investimentos, enfim, a política como um todo. Eu queria entender como é que se dá essa discussão, como é que são feitos esses procedimentos, sobre tudo à luz da diretoria financeira com as suas atribuições, que eu sei que abaixo de si tem a gerência de investimentos também.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: São também, são praticamente duas respostas, senhor Sub-relator. Primeira é o do passado, o do passado eu acho que seria o doutor Gildásio Amado vai poder fazer a ponderação dele, e como eu não participava da diretoria de financeira de investimentos eu não vou poder saber relatar. O que eu posso, o único fato que aí esse eu posso relatar é que o Comitê Consultivo de Investimento, eu sei porque membros do passado estão no comitê atual, relataram que não, que quando o assunto chegava em pauta as aplicações já tinham sido feitas, na verdade eles até brincavam, falavam que não era um Comitê Consultivo de Investimento que é Comitê Informativo de Investimento, apenas recebiam a informação, isso é apenas o que eu posso relatar do passado. Como é feito hoje? Hoje nós temos um Comitê Consultivo de Investimento onde que mensalmente, primeiro, é elaborado pela gerente financeira um fluxo de caixa com tudo o que vai entrar, com todos os... todas as receitas que vão entrar no NUCLEOS, para uma perspectiva futura, toda essa receita é levada ao Comitê Consultivo de Investimento para decisão de todos eles. Não existe autonomia, hoje não existe autonomia da gerente financeira, estar definindo algumas premissas de aplicação. Eu costumo brincar nas reuniões do Comitê Consultivo de Investimento que, e essa reunião é gravada, eu gosto de escutar a palavra: tá aprovada a proposta? Porque é a diretoria com base nesse fluxo de caixa, com a perspectiva de receita de curto e longo prazo faz uma proposta porque aí é meu dever como técnico fazer uma proposta de investimento, porém, ela também hoje passa pela aprovação do Comitê Consultivo de Investimento. Sem essa aprovação isso volta a ser discutido até Comitê Consultivo de Investimento, diretoria financeira e a gerente financeira que não, hoje não tem muita autonomia, ela na verdade é uma técnica me auxiliando para formular a proposta, não é realizada. Uma vez aprovada pelo Comitê Consultivo de Investimento é

dado conhecimento ao Conselho Deliberativo do Investimento. E o resultado disso é, pode ser conferido com grande facilidade visto que, foi disponibilizado uma senha pessoal para cada membro do Comitê Consultivo de Investimento, para cada membro do Conselho Deliberativo que eles conseguem ver dia-a-dia todas as aplicações do NUCLEOS, ou seja, eles conseguem ver se o que foi definido na reunião está sendo praticado pela diretoria, porque o órgão executor é a diretoria do NUCLEOS. Então um resumo é isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, isso vale tanto para os recursos administrados em carteira própria como para os recursos geridos nos fundos exclusivos?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: No de carteira própria, nós temos muito pouco, tempos praticamente debêntures que vamos ter que esperar investimento porque ela não tem grande negociação. A gestão terceirizada, na verdade, hoje ela é discricionada, ou seja, é toda de responsabilidade dos gestores, porém, nós temos reuniões mensais com cada um deles para discutir qual é, qual é, o que eles estão vendo do mercado, o que eles estão, o que eles pretendem fazer com os recursos participantes e a gente leva o posicionamento do Comitê Consultivo de Investimento para ver se, para ver se está de acordo com os administradores. Quando verificado que isso não está de acordo, nós transferimos de gestores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, excetuando essas debêntures que têm, Vossa Senhoria disse, um vencimento de longo prazo, todos os outros investimentos hoje são feitos através dos fundos exclusivos. Ou seja, a orientação da diretoria financeira é para priorizar estritamente os investimentos terceirizados?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Em fundos exclusivos discricionários, ou seja, a responsabilidade é do gestor, nós nos reunimos antecipadamente para discutirmos o que, o que o NUCLEOS entende como entende de investimento, entende sobre os investimentos, lógico que o objetivo tem que ser comum do gestor, porém a responsabilidade é dele, e cobramos o resultado. Botamos meta e cobramos o resultado do gestor. A linha é essa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há uma relação então direta entre a diretoria financeira e também o Comitê de Investimentos com os gestores dos fundos exclusivos?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Sim, existe uma reunião, o Comitê de Investimento não participa da reunião com os gestores apenas porque são empregados das estatais, um pouco complicado por questões de logística. Mas a diretoria sim, men-

salmente, se reúne e conversa todo mês com todos os gestores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria poderia afirmar que na gestão que o antecedeu não houve qualquer critério para a seleção dos gestores dos fundos exclusivos?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Afirmar eu não posso, mas não foi localizado, porque quando, quando nós assumimos essa nova diretoria nós fomos, na primeira coisa que pensamos, vamos criar um critério de escolha de gestores. E primeira coisa, vamos procurar dentro de casa para ver se já existia um critério de escolha de gestores e não foi localizado dentro de fundo nenhum critério técnico por alguém assinado ou por qualquer coisa que seja. Então eu não posso afirmar que tenha algum critério técnico de escolha de gestores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém hoje há?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Hoje há, todos os nossos gestores estão entre os 5 maiores bancos do país.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o critério definido foi prestigiar as principais instituições financeiras, em tese, imagino eu que pela credibilidade que elas gozam no mercado, é isso?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Credibilidade, segurança e rentabilidade que elas estão sendo cobrados pela rentabilidade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse curto período de tempo que o senhor administra a diretoria financeira, houve mudança, alguma, pelo menos, de gestores dos fundos exclusivos?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Todas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, eu pergunto depois, porque eu sei que o senhor recebeu os fundos exclusivos e pelo que eu vi na apresentação alterou todos os gestores.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Todos os gestores, só um gestor, um está em aberto porque nós estamos tendo dificuldade. Por quê? Porque é um fundo basicamente de INTN e estamos tendo dificuldade de arrumar um gestor. Antes de eu assumir, já tinha dado início uns 3 dias antes o primeiro processo de transferência, apenas eram conversas que foi finalizado por atual gestão. O resto todos foram transferidos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora depois que houve essas nova

seleção não houve nenhuma outra modificação desses gestores selecionados.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Nenhuma outra modificação. Nós estamos, e aí está sendo discutido alguns assuntos, porque como vem acontecendo muita coisa ao mesmo tempo, mas tem uma avaliação trimestral de cada gestor que hoje vai ser discutido no Comitê Consultivo de Investimento se troca ou não. E aí, tendo como base, o que o Conselho Consultivo de Investimentos junto com a Diretoria Executiva pensa em relação ao investimento, se está aliado com o que o gestor está propondo e se a rentabilidade está sendo suficiente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como o senhor disse que pelo menos mensalmente promove o acompanhamento dos resultados apresentados por esses gestores, eu imagino então que o senhor se filia à tese que é a minha, particularmente é a minha, de que o fundo de pensão, sobretudo, os seus diretores, têm responsabilidade direta sobre os recursos que são aplicados através dos fundos exclusivos e através dos seus gestores.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Sem dúvida.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Isso é uma matéria que eu faço questão e farei sempre de colocar nas nossas indagações porque infelizmente alguns diretores de fundos de pensão, para se ausentar da responsabilidade pelos maus resultados auferidos na gestão dos fundos exclusivos, simplesmente dizem: Olha, isso aqui não é comigo. Mas o senhor acho que sabidamente, de forma correta, promoveu um sistema de acompanhamento e concorda que é de responsabilidade do fundo. Quem é que faz a custódia?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: É

todo o HSBC.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Todo o HSBC?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Todo.

Toda a custódia da NUCLEO--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Toda a custódia da NUCLEO. Desde quando o senhor poderia--?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Des-

de, se não me engano, meados de 2004. Inclusive, é importante salientar, que quando eu falei que nós entregamos uma senha pessoal para cada membro do Comitê Consultivo de Investimento e para cada membro do Conselho Deliberativo, ele não está consultando a base do NUCLEOS não, ele está consultando direto o custo diante, ou seja, ele tem uma transparência total, porque não é o Rafael que está dizendo, olha, o recur-

so está aplicado em X, Y, Z, está indo no custo diante e está vendo no custo diante, onde esse recurso está aplicado e a parceria com a HSBC.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Que orientação tem sido transmitida para os gestores dos fundos exclusivos em termos do perfil dos investimentos? Eu sei que Vossa Senhoria assumiu uma diretoria, tendo que enfrentar uma situação difícil. De maus resultados para o fundo de pensão. Tendo em vista essa realidade, os gestores dos fundos Exclusivos, eles têm uma orientação para assumir uma postura mais conservadora e moderada ou mais agressiva?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Ini-

cialmente foi extremamente conservadora. Posso até relatar que assim que eu assumi eu falei: Não se move nada a não ser LFT que é título público de curtíssimo prazo com intuito de tomar pé da situação. Alguns fundos são muito prejudicados na rentabilidade, visto que tem essas NTN's de longo prazo. Outra questão do, da rentabilidade do fundo, é que foi extremamente conservador, com o intuito de tomar pé da situação e tomar as medidas mais a longo prazo. Esse mês de janeiro foi o primeiro mês que eu conversei com um gestor, abrindo um pequeno percentual para aplicação em renda variável. Ou seja, eles estavam até, nós tínhamos passado, eles são os gestores, são discricionários, mas que a posição da diretoria do NUCLEOS que não deveria nem se aplicar em renda variável nesses primeiros meses até a gente tomar pé da situação. Porque acredito que não poderia ser outra, devido ao quadro que nós encontramos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Existe uma estrutura de compliance dentro da diretoria financeira ou dentro do fundo de pensão? Como é que é feito esse controle, certo, da conformidade? Do ponto de vista interno da NUCLEOS. Se é que é feito.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Nun-

ca existiu uma área de compliance no NUCLEOS. O que eu posso falar para o senhor é que está sendo... Já foi proposto pela nova diretoria do NUCLEOS uma mudança de organograma no fundo onde vai ser criado uma área de controladoria, mas isso como é matéria estatutária, está passando para o Conselho Deliberativo, patrocinadora, mas nunca houve uma área de compliance, ou de controladoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Inclusive eu quero, nobre Deputado Osmar, informar a V.Exa., que uma das sugestões que pretendo fazer no trabalho final desta Sub-relatoria, é no sentido de que, ou por aprimoramento Legislativo ou por uma resolução da SPC, enfim, isso ainda iremos

analisar, nós praticamente obriguemos a que todos os fundos de pensão tenham internamente uma área de compliance. Uma estrutura montada por força de obrigação legal, para fazer o controle de conformidade da aplicação dos seus recursos. Senhor Raphael, como o senhor é gerente, então eu imagino, conhecia bem a estrutura da NUCLEOS, antes de assumir a diretoria financeira, o senhor teria como nos dizer como é que se deu o processo de indicação e de assunção ao cargo do senhor Gildásio Amado Filho? O diretor o que antecedeu?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: O que eu posso afirmar é que foi, eles assumiram em, final de 2003, em julho de 2003 e isso... A posse é dada por legislação pelo Conselho Deliberativo, mas que houve indicação das patrocinadoras, é o máximo que eu posso afirmar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia dizer se houve ou não uma forte conotação de natureza política para que o senhor Gildásio Amado Filho chegasse ao cargo de diretor financeiro?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Como, como eu sou técnico da área há 8 anos assim como presidente há 10 anos e não sou partidário, apesar de ter minhas convicções políticas, eu acho que todo brasileiro tem que ter, mas não sou expert no assunto. Historicamente, o que eu posso falar, eu não vou falar do NUCLEOS, eu vou falar historicamente do sistema, acontece uma ou outra. Agora eu acredito que a pergunta, acho que o Dr. Gildásio Amado Filho acho que seria a pessoa mais indicada para responder.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, por dever de obrigação, preciso fazê-la para o senhor também. E com relação a escolha da então gerente, a senhora Fabiana Carnaval. O senhor teria alguma informação para nos trazer sobre esse processo de escolha dela para gerência de investimento?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: A informação que eu tenho, aquela repassada, que ela veio ter se tornado público e a público, e aí eu me incluo que foi a notícia do Valor Econômico, que ela é sobrinha de Almeida, Almeida Rego.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, que a sua ligação, dela no caso, da Fabiana com o senhor Haroldo Almeida Rego e com Christian e com a família, teve um peso decisivo para que ela chegasse a gerência?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Não posso afirmar que teve o peso, o conhecimento que eu tenho é que ela é efetivamente sobrinha dele. Agora

se ele indicou ou não, e ela foi exonerada do cargo porque isso veio à tona.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque isso veio à tona. Então, obviamente, não era uma relação de parentesco normal. Ou seja, a atual diretoria dirigente que foi, procurou afastar eventual interferência que pudesse sobre ela estar acontecendo. Bom, eu vi aqui a exposição do senhor, nós temos aqui critérios diferentes para abordar o mercado de derivativos. O senhor chegou a um valor de 7 milhões, fração que obviamente a partir dos cálculos feitos pela KPMG, me parece, é isso?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: 7 milhões na questão da operação de derivativos foi apenas o custo de uma operação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma única?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Uma única que na verdade aquilo é o prêmio da operação, que quanto foi pago e que não havia nenhum estudo técnico que foi encontrado e eu particularmente como economista quando vi a transação não consegui chegar por que aquela transação foi feita. Apenas uma única transação. E outro ponto também a questão das NTNS--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O prêmio foi pago a quem? Só para--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Qual foi a corretora, eu não sei, não consigo lhe falar de cabeça Sub-relator, mas seu eu tiver--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está na apresentação, será?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Seria muito importante--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Se não tiver na documentação eu encaminho à CPMI os documentos em relação a esse prêmio da, dos 7 milhões. Também, voltando a esse assunto, as diferenças de valores, que se não me engano as NTNS, em relação as NTNs a CPMI chegou um valor de 28 milhões e a KPMG chegou a 22, a resposta é muito simples para isso, primeiro já foi dada que é o período é diferente, primeiro ponto, segundo ponto, é que a CPMI também viu vendas e o NUCLEOS não viu as vendas, a KPMG por enquanto só viu compras e o terceiro que, se não me engano, a CPMI tomou como base a ANDIMA, não? É o que NUCLEOS pegou como base o Banco Central, as realizações do Banco Central. Então deve ser esses dois pontos. Períodos diferentes e compra e venda, coisa o que NUCLEOS só tinha visto compra.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Depois eu vou entrar nos títulos públicos, a gente vai esclarecer porque, de fato, o critério é o mesmo e os números serão coincidentes ao final, não resta dúvida. Mas, então seria importante Vossa Senhoria afirmar nessa operação o pagamento de 7 milhões de prêmios, que isso realmente não está no escopo de investigação nossa. O que nós fizemos no mercado de derivativos? Nós apuramos o que poderiam ser as perdas, ou seja, os ajustes negativos atribuídos ao fundo no primeiro dia da operação. Para entender o que é que estava por traz desse ajuste negativo. Ele poderia ser um ajuste negativo normal, como existe o ajuste positivo ao final do primeiro dia ou não. E para a nossa, eu diria, surpresa talvez, mas certamente para confirmação nossa de que existiam problemas, o que a gente percebeu? Que há uma concentração de ajustes negativos com algumas corretoras ou havia com algumas corretoras. Então enquanto os ajustes positivos para o senhor ter uma idéia, eram feitos com um total de 46 corretoras, os ajustes negativos predominantemente foram feitos com 5 corretoras. Então quando o fundo tinha o ajuste negativo no final do primeiro dia operando com derivativos, isso acontecia sempre com 5 corretoras. Certo? E aí o que a gente percebe? Existem casos, como por exemplo, a operação da ARC(F) DTVM LTDA, em que 100% das operações, foram 110 operações, 100% das operações implicaram em ajuste negativo para a NUCLEOS, certo? Eu não vou aqui, eu não estou obrigado, mas eu não vou por uma questão de cuidado, revelar os números. Não vou. Resolvi não revelar os números. Agora, quero e vou fazer, vou disponibilizar para o senhor integralmente todas as informações para que o senhor possa complementar na apuração que faz. Agora, eu perguntaria, vou citar aqui o nome de 5 corretoras e perguntaria ao senhor se alguma delas chamou a atenção em operações com a NUCLEOS ao longo desse período que o senhor já está, porém, das investigações que foram feitas. Fator Dória Atherino?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Cruzeiro do Sul?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): ARC (F), já citei.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Citou.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nova Invest.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): XAIM (F)?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA: Não.

Mas o XAIM (F), eu lembro de ter visto alguma coisa em relação ao NUCLEOS no passado, mas não lembro exatamente o que é. Mas o XAIM (F) eu já vi em alguma transação de NUCLEOS, não agora, na nossa gestão, na gestão passada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): é evidente que todos esses problemas que nós estamos tratando aqui, dizem respeito ao período que antecede a gestão do senhor. Até porque o limite do trabalho da CPI é agosto de 2005 e o senhor assumiu em setembro de 2005, o senhor aqui é apenas testemunha do que está acontecendo. Mas então eu vou encaminhar ao senhor porque o senhor pode ver o seguinte e vai verificar que há essa recorrência no ajuste negativo concentrado com essas 5 corretoras e quando a gente faz uma análise do desempenho dessas 5 corretoras com o mercado, é uma coisa completamente discrepante, é assustador. Então, quando eles operam com o mercado eles estão, na maioria dos vezes, dentro da lógica normal do que acontece. Quando é com a NUCLEOS não e isso é o que é objeto da nossa investigação, depois eu vou passar para o senhor. Bom, então com relação aos títulos públicos eu queria fazer essa seguinte observação. Nós realizamos uma análise que foi baseada em toda a cadeia negocial, certo? Então, nós analisamos a evolução dentro daquele período, normalmente, de um dia, certo? De um dia daquela negociação do título público. Como o senhor já antecipou aqui, nossa base foi a da Selic que abrangeu o quê? O ano de 2000 até o ano de 2005. E analisamos tanto compra como venda. E aí, obviamente, incluindo aquilo que foi em carteira própria e aquilo que foi realizado pelos fundos exclusivos. A informação que nós temos é que o espectro de abrangência do trabalho da KPMG foi menor do que o da CPML e o senhor confirma aqui.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA DA SILVA:

Foi de fevereiro de 2004 a julho de 2005, se não me engano.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pois é, ela não alcança o ano de 2003, que vai registrar uma perda representativa e todo ano de 2004. Então eu não tenho dúvida nenhuma, a minha dúvida é zero no sentido de que os dados serão estritamente coincidentes. E eu vou disponibilizar toda a nossa base para Vossa Senhoria para que possa entregar a KPMG e a sua diretoria, a fim de estabelecer essa confirmação. Eu não vou citá-los aqui inte-

gralmente, mas o senhor vai chegar a conclusão que o que falta, principalmente, nesse relatório da KPMG, me parece que é uma parte do ano de 2004. Certo? E aí a gente verifica o seguinte, que duas corretoras principalmente tiveram, está no próprio relatório, tiveram um desempenho despadronizado, que não pode se dar a má gestão apenas, isso daí é uma afirmação o que relator faz com segurança do que está dizendo. Faço com segurança do que estou dizendo. Isso verificamos com a PRECE, estamos verificando com a NUCLEOS. E quando a gente for ver. Existem inclusive coincidências nas operações de determinadas corretoras. A análise de títulos públicos federais ela implica, sobretudo, esses dois fundos, Prece e NUCLEOS. Mas então, chegamos ao nome da TUFA, que também é conhecida como EURO e da QUANTIA. O que é que passa na cabeça do senhor, como atual diretor financeiro, o que é que pode ter acontecido para que essas duas corretoras tenham sido as donas dos bilhetes premiados da NUCLEOS? Porque veja, me perdoe, o senhor tem os números ou parte deles, eu tenho aqui os números completos, mas essas duas corretoras somadas elas vão dar quase que a totalidade das perdas verificadas com a NUCLEOS nesse período. E nós não estamos falando de pouco dinheiro não, são quase 30 milhões de reais em dois anos, num período, praticamente, de dois anos. Então eu queria saber, na visão do senhor, o que é que pode estar por traz da EURO e da QUANTIA para elas terem sido as sortudas.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Primeiro o que me causou grande estranheza quando eu vi no relatório da KPMG, que 78% das transações, e aí não são as de perdas todas, porque teve transações que foram dentro do padrão normal, 78% foi a contraparte da QUANTIA e a EURO. E nunca foi feito a análise... Nas perdas se dá quase a totalidade, pode ser que os 22% que não foram a grande parte seja. Agora o que eu posso afirmar é com grande estranheza--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso de manter o sigilo, de tentar manter o sigilo, eu queria mostrar aqui ao senhor para o senhor verificar o quanto representa a soma dessas duas corretoras. Eu depois encaminharei para o senhor. Mas o senhor pode ver que então o volume de operações em termos da quantidade, 78% das operações, mas certamente o volume das perdas--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Das perdas podem ter sido só nas duas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor relator me permite, relator presidente da seção.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Na ausência do... Veja só, essas empresas a EURO e a QUANTIA elas estão amparadas por liminar, por sigilo bancário?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, nós quebramos o sigilo de ambas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá, mas elas estão amparadas por liminar a não divulgação?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, que eu saberia não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então eu gostaria de fazer a V.Exa. um apelo, pelo seguinte, até agora, inclusive nas liminares decididas pelo Supremo, V.Exa. fez exposição em quadro, o material foi divulgado, para as que estavam--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sessão reservada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, já foi distribuído para a imprensa, inclusive. E antes o senhor até expôs e não colocou o nome, mas estava todo mundo depondo sobre aquele fundo de pensão que foi amplamente divulgado. Então por que o motivo de não mostrar essas que não estão amparadas por liminar, já que até agora a imprensa e também todos os parlamentares tomaram conhecimento das transparências que V.Exa. quer dar ao processo, do senhor ter essa preocupação em não divulgar. E solicito que o senhor providencie uma cópia agora pelo menos para os membros da CPMI que estão aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos, sem dúvida alguma uma cópia para todos os membros da CPI será prontamente disponibilizada. O que é que ocorre? Todas as transações elas não dizem respeito ao período do senhor José Raphael. O nosso, o nosso colaborador deste momento. Elas dizem respeito ao próximo depoente. A minha idéia é para o próximo depoente confrontar o senhor Gildásio com todos os números de que nós dispomos. E com relação à distribuição, será feita imediatamente, eu peço a assessoria que providencie uma cópia de todos os dados que são específicos da NUCLEOS, que não foram apresentados até agora, até porque existem operações que não vieram sequer ao conhecimento do público e que nós consolidamos para o dia de hoje.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não, agradeço, agora entendo que será para o próximo depoente, muito obrigado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o fato é esse, o fato é que nós temos a concentração de perdas com essas duas

corretoras. Aí eu perguntava ao senhor, enfim, o que é que está por trás da QUANTIA e da EURO, o que elas fizeram para merecer tanto dinheiro assim da NUCLEOS no então momento em o que senhor Gildásio era diretor?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Infelizmente eu não vou poder afirmar o que é que está por trás. A única coisa que eu posso garantir--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem nem informação? Desconfiança, um dia não parou para pensar?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Os problemas são tantos no NUCLEOS de apuração de algumas coisas, se eu começar, para entrar nessa seara do que estava por trás e aí eu volto aquele discurso que eu fiz, quando nós entregamos a notícia de crime ao Ministério Público para apuração, vou esperar o Ministério Público nos dizer o que é que tem por trás disso. O fato é o seguinte, e sendo bem técnico que é o que tange a minha carreira, 78% foram feitos do rol de avaliação que a KPMG viu, foram essas duas corretoras, mas apenas materializamos o processo, quanto a autoridade, o que é que está por trás disso a atual diretoria ainda não se preocupou com isso. Até se preocupou sim, em estar divulgando, ter entrado com uma ação judicial indenizatória e ter entrado no Ministério Público e partindo do princípio sim, quem tem que julgar e quem tem que falar para onde foi, quem está por trás disso, nós acreditamos sim, que é a justiça, é caso de justiça.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque eu só chamo a atenção e espero que a CPI também possa apesar do tempo exíguo, dizer quem está por trás disso. Até porque os dirigentes tanto da QUANTIA como da EURO já estão convocados para prestar depoimento. E quando eu insisto, quando se verifica problemas em geral envolvendo os fundos de pensão com títulos públicos federais que a gente mira, principalmente, dois fundos que é a Prece e a NUCLEOS, certo, exatamente as mesmas corretoras estão envolvidas com esses ganhos milionários. Porém, vamos em frente. Bom, atualmente, o senhor me disse que ficou um resíduo uma carteira própria de debêntures. Fora esse resíduo, existe alguma pretensão por parte da diretoria financeira de investir na compra de debêntures, continuar investindo na compra de debêntures através de recursos da carteira própria?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Nenhuma compra nem carteira própria, nem carteira terceirizada porque nós já em conversa naquelas reuniões periódicas de gestores terceirizados nós já colocamos

que a diretoria não pretende compra nenhuma de debêntures qualquer empresa que seja.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando a gente analisa aqui, nós chegamos inclusive ao mesmo número que o senhor, na questão das debêntures. Me parece que é o mesmo número, 100 mil reais de diferença.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: O período sim, porque das debêntures foi de 2003 até 2005.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, então chegamos exatamente ao mesmo número que nos deixa mais uma vez extremamente confortados. E os problemas maiores aconteceram justamente no ano de 2004, me parece que não há nenhuma dúvida com relação a isso.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: O relatório da KPMG que relata, que tem a memória de cálculos quando chegou aos números está sendo entregue, então essa Comissão vai poder fazer o confronto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí eu vou fazer a pergunta sobre algumas corretoras, na verdade duas delas que aparecem aqui nas operações de debêntures nós já citamos que são EURO e QUANTIA, o que pode se perceber que não foi apenas com títulos públicos. Mas o senhor tem alguma notícia sobre a Brasil Central?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Vou até fazer um esclarecimento, um dos grandes problemas que a diretoria do NUCLEOS tem encontrado é quanto a documentação. Só um exemplo, eu tive que, antes do HSBC o nosso custodiante era o Citibank e nós tivemos que desembolsar um valor para ele disponibilizar documento que, teoricamente, teria que estar dentro do NUCLEOS. Todas essas análises que foram feitas quase nenhuma foi documento encontrado no arquivo do NUCLEOS. Partimos sempre de ajuda do HSBC ou do Citibank, pouquíssima ajuda dos gestores antigos. Então, inclusive no relatório da KPMG que está sendo entregue em relação as debêntures, está lá claro que não foi analisada a contraparte, ou seja, não foram analisadas as corretoras porque ainda não conseguiu uma documentação para que seja analisada. Então qualquer nome de corretora em relação a debêntures eu não vou poder passar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Eu só citaria, para o conhecimento do senhor, que os principais problemas aqui se verificam com a Brasil Central, com a EURO, com o Banco BRJ, com a QUANTIA, já citada, e com a Nominal. Mas o senhor sairá daqui hoje ainda com todos esses dados que eu faço questão de lhe repassar. Inclusive aqui para o senhor ter uma idéia a gente tem pormenorizadamente já a definição das cadeias

negociais, portanto não vai haver nenhuma dificuldade de identificação. E até por cada um dos fundos. Passo a seguir. Bom, o senhor já fez uma referência, mas é evidente que nos deixa estarecido os investimentos feitos pelo MEGAWATT FI MULTIMERCADO NUC e pelo URANIO FI MULTIMERCADO no Banco Santos. O senhor mesmo disse que foram pro visionados para perda cerca de 7 milhões de reais.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Exatamente, 5 milhões em debêntures da PROCID que é a holding e 2 milhões em CDB.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente, 1,8 milhões de CDB. Agora, por exemplo, com relação ao CDB o que se verifica? O antecessor de Vossa Senhoria, estou querendo aqui a tabela do Banco Santos, só um minutinho. A tabela exclusiva do Banco Santos. Enfim, mas o antecessor de Vossa Senhoria determinou uma ordem de compra de CDBs do Banco Santos no valor de 1,8 milhões, se eu tiver errado vocês, exatamente, no dia 12 do 11, no dia 11 do 12 de 2004, aqui não foi CDB, foi cota da FIF, foram um milhão e 800 mil reais adquiridos no Banco Santos. Para os que não sabem, o dia 11 do 12 do 4 é exatamente o dia da intervenção do banco. Então no dia da intervenção do banco, 12 do 11, tá. Porque o sistema anterior estava no formato americano, esse aqui já está no brasileiro, está certo. Então no dia 12 do 11 de 2004, que foi o dia da intervenção do Banco Santos, foram investidos pelo NUCLEOS um milhão e 800 mil reais em conta de FIF no banco. A que se pode atribuir o banco, no dia do seu fechamento, obviamente que todo o mercado já sabia o que ocorreria com o Banco Santos, logo em seguida, e no entanto, a diretoria financeira da NUCLEOS dá uma ordem de que se coloque um milhão e 800 mil reais no Banco Santos naquele mesmo dia. Isso, só para esclarecer o senhor, somado, certo a outras aplicações tanto em CDB como em cota da FIF que no total dão 8 milhões 274 mil e 500 reais, que a CPI analisou.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Dentro do, do processo de avaliação do Banco Santos e também é um que nós estamos avaliando, o único documento e aí eu posso dar nome quem foi o responsável pela aplicação e eu estou entregando também para a CPI, é uma análise de investimento assinada pelo analista de investimento senhor Walter Cool(F), assinado de 4 de maio de 2004, recomendando a aquisição de dois milhões em CDBs do Banco Santos pelo prazo de 180 dias a uma taxa X. Um único documento vindo da instituição em relação a qualquer análise de compra de CDB ou de debêntures da PROCID. Como não tenho o documento para avaliar o porquê, não sei lhe dizer o porquê que foi comprado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque realmente quando a gente faz uma estratificação só no Banco Santos, a gente vai perceber que num período de primeira aquisição de CDB foi no dia 4 do 5 de 2004. Não é? Depois tivemos uma outra no dia 29 do 10 de 2004 e duas cotas FIF, uma no dia 18 do 10 e uma no dia 12 do 11, e o volume total vão dar 8 milhões 274 mil e 500 reais. Mas se percebe que tudo isso foi concentrado em 2004, o pior ano do fundo, quer dizer, o ano com maior problema do fundo e existem coisas que, realmente, são inexplicáveis. Óbvio, que as perguntas serão direcionadas para o nosso próximo interrogado, esse sim, investigado da CPI senhor Gildásio. E aí a gente percebe, fizemos também uma avaliação dos CDBs em geral, das aplicação em CDB, assim como tinha de debêntures, fiz esse parênteses para tratar de Banco Santos agora volto para as aplicações em geral de CDB. A gente percebe realmente que a NUCLEOS acabou investindo em CDBs de instituições que não tinham grande credibilidade no mercado cuja taxa de risco era relativamente alta com um retorno incompatível. Ou seja, eu tenho dito isso sempre, quanto maior o risco, maior tem que ser o retorno.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Sem dúvida.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E no entanto percebe-se que a NUCLEOS ela exatamente optou pelo outro caminho. Optou pelo caminho de correr maior risco e de ter menor retorno com certas instituições que são justificáveis. Nós temos aqui a lista completa, depois eu passarei para as mãos do senhor. Claro que é chover no molhado porque o senhor já constatou isso, nesse documento que nos trouxe aqui. Porém, não sei se o senhor tem essa informação, nós temos aqui a lista completa das CDBs. E perguntarei, já estou concluindo, Sr. Presidente, eu perguntaria, o senhor já trabalhou em alguma corretora de valores antes de entrar no--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Não, meu histórico profissional é toda no NUCLEOS, exceto, um ano, um ano não, alguns meses, 9 ou 10 meses, próximo de um ano que eu fui estagiário da ELETRO-NUCLEAR. Fora isso, o meu histórico profissional todo, desde estagiário, foi no NUCLEOS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe se dos atuais membros da diretoria da NUCLEOS algum deles teve, na sua vida pregressa, experiência de atividades em operadores de mercado antes de entrar para a fundação?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Não. A atual diretoria do NUCLEOS é composta por mim e pelo Marcos. Eu estou acumulando duas diretorias. O Mar-

cos é atuário e está no segmento de fundo de pensão há 25 anos e só como atuário de fundo de pensão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito até porque a ansiedade de ouvir o senhor Gildásio é muito grande também.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Nós temos dois oradores inscritos. Eu passo a palavra ao deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sr. Presidente, diante das--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, só mais uma pergunta, me perdoe.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Fique a vontade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Porque na quantidade grande de coisas aqui me faltou. Eu só queria, o Presidente da NUCLEOS recentemente afirmou que dentro da contabilidade da fundação, somando-se os vários mercados, chegava se a um número aproximado de 36 milhões de perdas que o NUCLEOS teve. Eu queria saber, o senhor confirma este número de 36 milhões de perdas da fundação NUCLEOS?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Esse número que ele chegou é fácil. 22 milhões de NTN com mais 7 milhões de Banco Santos, 29. Com mais 7 milhões da operação do hedge 36. Ele não tinha ainda o número da debênture porque o relatório ficou pronto posteriormente à declaração dele. Então eu já subiria para 39.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): 39. 39 milhões já apurados pelo próprio fundo.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Isso é número apurado pelo fundo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Certamente isso vai dar uma majoração quando Vossa Senhoria e a diretoria puder ter acesso aos dados dos títulos públicos completos, imagino eu. Sr. Presidente, devolvo a palavra ao deputado Carlos Willian, agradeço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Muito obrigado. Sr. Presidente, eu acredito que os principais questionamentos foram feitos pelo nobre Sub-relator e quanto ao senhor José Raphael muito pouco nós temos a acrescentar. Eu só gostaria de saber a sua opinião pessoal, com esta nova diretoria, pôs fim à farra chamada “farra pororoca”? Por quê? Concluindo. ARBOT(F), ASSET era corretora e trabalhou com a NUCLEOS. A Fabiane Carneiro foi gerente financeira, depois ela foi diretora financeira. A Fabiana Carneiro é

prima do Christian Pororoca, é irmão do Murilo, é irmã não, é sobrinha do Murilo, filho do Pororoca e também sobrinha do Haroldo Neto que também é filho. E que também é filho do Haroldo Filho Neto que é filho do Haroldo Filho. Ou seja, ele é feito do Haroldo Filho. E na verdade o seu nome é Haroldo Neto. Então, vejam só, e aí vem a família toda ligada que inclusive existem documentos na época, na compra de ações, em uma ponta Maria das Graças que é ex-esposa do Haroldo Filho que é mãe do Haroldo Filho Neto, do Murilo, da Cristiane e tia da Fabiana. Então vejam só, hoje nós temos no jornal o Correio Brasiliense, mas nós vamos adiantar mais a frente isso aí, dois relatórios que um é o relatório o número um, que está aqui nas minhas mãos. Onde fala da corretora SAFIC. E a CVN só não concluiu o inquérito dessa construtora porque eles alegam que no final eles alegam de que está comprometida por uma ausência de controles, verificada em cada uma das inspeções nas corretoras. Vejam só, a CVN que é o órgão, vamos dizer, fiscalizador. Ocorre que pesquisando a Internet com mais uns dois telefonemas no máximo, eu consegui chegar aos documentos que são as boletas que comprometem essas transações onde a CVN inocentou a SAFIC. E senhor relator, veja só, nós também temos um outro relatório e eu chamo atenção aos nobres relatores, Deputado Osmar Serraglio, e ao deputado Antônio Carlos Magalhães que é pior ainda, que é lavagem de dinheiro feito através da “família pororoca”. Que isso consta--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Deputado, V.Exa. depois poderia encaminhar tudo isso?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Encaminho para V.Exa., encaminho para V.Exa.. No documento número um da CVN mostra que através de compras feitas através da SAFIC e quem era sócio dessa SAFIC que era acionista e inclusive funcionário era o filho do Pororoca. E ele atendia o pai, e que o pai comprou algumas ações em nome de terceiros, o que é proibido, e isso hoje está na Folha de São Paulo, no valor de 3 milhões e 100 mil reais. Ocorre, senhor relator, que desses 3 milhões e 100 mil reais pagos através de cheques de terceiros, 70% dessa compra foi feito pela Fenaseg, convênio DPVAT. Ou seja, a Fenaseg com o convênio DPVAT jogou no ralo através de lavagem de dinheiro, que é o que está comprovado aqui, 2 milhões e 27 mil reais. É o mesmo DPVAT que este mês teve um aumento de quase 5% e que nos últimos 4 anos teve aumento de quase 50%, mesmo os acidentes nas cidades brasileiras tendo sido diminuídos. Então eu pergunto ao senhor uma opinião pessoal que, como bem disse o nosso relator, ACM Neto, nós vamos transcorrer isso agora com mais detalhes através do

Gildásio Amado Filho, o senhor acha que a gestão de V.Exa. e... De Vossa Senhoria e essa nova diretoria é o fim da farra dos Pororocas dentro da NUCLEOS?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Eu não falo que só o fim da farra dos Pororocas como o fim da farra de qualquer um que seja, primeiro os indícios que nós tínhamos fortes era da gerente financeira que não está mais no quadro e do fundo que era administrado por eles que já foi extinto. Tá? Esses eram os dois vínculos claros. Quanto a qualquer farra que seja, estão extintos sim até porque estamos pregando, a diretoria nova, alguns mecanismos de controle e estamos fazendo mais, não estamos querendo tornar isso mecanismos de controle da gestão Raphael, Marcos, Elias, não, estamos querendo que isso vire mecanismo de controle da instituição que seja perpetuado através do Conselho Deliberativo em todas as gestões por vir, porque não Adianta acabar uma farra agora e vir outra depois, mas eu afirmo que acabaram todas as farras.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Presidente, eu dou como encerrado. Eu só gostaria de solicitar porque dentro dessas, dentro dessas futuras análises de farras dos, vamos dizer, dos Pororocas, e nós sabemos que o problema de saúde do nosso Sub-relator e ainda vem agora já restabelecido, eu, existe alguns depoimentos ligados à “família Pororoca” e que não foram ainda remarcados e até mudando a ordem um pouco do que já estava sendo feito. Mas, com certeza, vão ser remarcados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria esclarecer ao deputado Carlos Willian que infelizmente na semana passada eu estava de licença médica, então não foi possível acontecer os depoimentos que estavam previstos. Contudo, qual foi o critério que governou a decisão dessa Subrelatoria. Nós precisamos de formas premente ouvir os diretores da NUCLEOS, daí que para esta terça-feira eu fiz questão de agendar a vinda deles, fiz questão de manter também os diretores do fundo de pensão Real Grandeza que estão previstos para amanhã. Na quinta-feira eu aí procurei começar restabelecer aquela linha. Então o Alexandre era o primeiro, o Alexandre Ataíde que é um denunciante, já na semana que vem há uma perspectiva da gente reagendar o Christian de Almeida Rego que é da “família Pororoca”, a qual o senhor faz referência, e a Rogéria Costa Beber ela não está ainda agendada por quê? Porque o requerimento dela não foi aprovado. Então nós precisamos ter uma reunião administrativa para poder aprovar esse requerimento. Tão logo isso aconteça, o requerimento está pronto, porém não aprovado. Ela será agendada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nós temos uma provisão possível de uma reunião administrativa na próxima quinta-feira pela manhã. O próximo orador inscrito é o Deputado Jorge Bittar a quem eu concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu, na verdade, eu cheguei atrasado, então não pude acompanhar, será que é esse que está esse barulho? Parou porque desligou. Já está desligado. Na verdade, então, eu desejo alguns esclarecimentos para que eu possa me situar e acompanhar o prosseguimento das investigações que envolvem a NUCLEOS. Eu dei uma olhada rápida aqui no relatório que acabei de receber na apresentação que Vossa Senhoria fez, eu gostaria então só de entender, a KPMG fez uma auditoria em títulos públicos que constatou perdas da ordem de 22--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: De até 22, de até 22,7 milhões, traça alguns cenários, todos os cenários houveram perdas, no cenário mais pessimista houveram perdas de até 22,7 milhões. São 3 cenários--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Cenário mais pessimista.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para esclarecer, Deputado Bittar, porque esse foi um tema recorrentemente tratado aqui, o número da KPMG é um pouco inferior ao nosso por dois motivos, o período foi menor, eles não levaram em consideração o ano de 2003 e parte do ano de 2004 e depois eles só trataram de compra por parte do fundo NUCLEOS e de títulos públicos. Eles não trataram de venda.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Operações de venda. Tá. Então isso no que diz respeito a renda fixa, assim, no pior cenário, que significaria maior perda neste período só com operações--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: De título público, apenas NTN.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Apenas NTNs. NTNs em operações de compra?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Apenas de compra.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Compra. 22,7. Bom, posteriormente existe aqui informação, Banco Santos é CDBs?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Banco Santos são 5 milhões de debêntures da PROCID que é a holding do Banco Santos e 2 milhões aproximadamente de CDBs.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): CDB. No total de 7 milhões, né? Sim. E, por fim, tem aqui auto de infração da SPC, operações com opções flexíveis. Isso significa mercado de futuros?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Isso, é que na verdade teve uma... A secretaria na auditoria que ela fez dentro do NUCLEOS ela viu uma operação de derivativos, só que não estava lastreado com nenhum, primeiro que ela não conseguiu entender, não é nem isso, ela não conseguiu nenhum estudo técnico que comprovasse a necessidade, o auto é exatamente isso, a necessidade dessa aplicação. E aí me perguntando particularmente se eu também consigo enxergar a necessidade eu já respondo que não.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Tá, perfeito. Eu acho que são essas as informações que eu gostaria. Porque as demais eu acompanhei. Eu gostaria que nós pudéssemos receber as informações de V.Exa. também. É só, muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu indago o senhor José Raphael Oliveira da Silva se teria alguma coisa que gostaria de acrescentar?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Só uma declaração curta, é que esse momento me preocupa muito porque nós temos, acima de tudo, defender o sistema de previdência complementar. Quando eu faço esse relato, me preocupa muito, porque não podemos esquecer que nós estamos falando de pessoas físicas que entraram dentro de um segmento e, ou por má gestão ou por qualquer coisa que seja, ocorreram esses problemas. Mas não podemos esquecer que fundo de pensão, paga milhões de aposentadorias em dia por mês nesse país, existem milhões, o NUCLEOS é responsável hoje por aproximadamente 9 mil vidas, que são mais de 3 mil participantes e com dependentes, chegam próximo a 9 mil vidas. Então eu só peço e aí também eu levo esse comunicado à imprensa, vamos tomar cuidado. Fundos de Pensão é um segmento que tem que ser defendido a qualquer custo porque ele é muito importante, visto que, é um formador de poupança de longo prazo e esse país necessita disso e visto que, ele cria milhões de rendas para milhões de brasileiros que viram consumo. É extremamente necessário que acima de qualquer pessoa física o sistema não seja abalado. É extremamente necessário esse trabalho que seja feito, seja, se tiver mais alguma maçã podre no saco que seja retirada também, mas acima de tudo, não se pode manchar um segmento com a importância que tem o segmento de Previdência Complementar nesse país.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Senhor relator, só uma informação. Só para ficar muito claro,

apenas o reforço de uma pergunta que foi feita pelo Sub-relator ACM Neto. Acerca da gerente financeira, que vem a ser sobrinha de um operador conhecido do mercado financeiro. Vossa Senhoria desconhecia esse parentesco durante todo esse período que Vossa Senhoria--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Tomei conhecimento via jornal. Vi a matéria no jornal do Valor.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mas ele já era funcionário.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Era funcionário do NUCLEOS.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Nenhum?

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Nenhum, tomei conhecimento através do jornal.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Gostaria de saber o testemunho sobre isso.

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Testemunho. Tomei conhecimento via jornal em matéria do Valor Econômico dia 27.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Em geral, os funcionários, os dirigentes--

SR. JOSÉ RAPHAEL OLIVEIRA SILVA: Todos os funcionários.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu agradeço a sua participação, senhor José Raphael de Oliveira e Silva. Ao mesmo tempo que nós também, você já pode ter percebido isso, que nós também temos essa mesma preocupação. Daí porque estamos investigando as atividades dos Fundos de Pensão. Vossa Senhoria está dispensado com o agradecimento do congresso. Eu aproveito para convidar desde logo para tomar assento à mesa o senhor Gildásio Ama Filho. Aqui está Ama. Me perdoem, Gildásio Amado Filho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só pediria a assessoria que pudesse recolher todos os documentos que foram trazidos pelo senhor José Raphael e que, preferencialmente, fossem entregues ao Paulo Roberto que é funcionário da nossa CPI para que ele pudesse autuar e depois compartilhar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Estou devolvendo a lista de inscrição, eventualmente, algum parlamentar quiser se inscrever, está a disposição. Ótimo, tudo bem. Senhor Gildásio, nós desejamos agradecer o seu comparecimento e, ao mesmo tempo, a nossa praxe de condução é uma apresentação inicial. E nós estamos, como Vossa Senhoria não estava presente no depoimento precedente e como, de alguma forma, através de uma

provação de reflexão pelo nosso Sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, a Mesa concluiu que pelas circunstâncias que envolvem Vossa Senhoria na investigação que estamos procedendo, embora tivesse espontaneamente firmado o seu compromisso, nós não o estamos considerando como testemunha, de forma que o seu compromisso está sendo considerado inutilizado, vez que nós o consideramos como também um dos investigados. E como estava dizendo, a nossa praxe é que inicialmente a pessoa que compareça faça uma, a sua qualificação pessoal, relate algo que entenda relevante antes que se iniciem os questionamentos, assim como ao final nós daremos a oportunidade a quaisquer outras considerações que, eventualmente, pretenda realizar junto ao plenário. De forma que Vossa Senhoria está com a palavra, peço a qualificação inicial e as considerações, evidentemente, relacionadas ao objeto da investigação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu gostaria de iniciar com uma declaração inicial. Antes de saber que eu estava sendo já indiciado, né? Mesmo como convocado já tinha preparado uma declaração.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é indiciado. Me perdoe, o senhor não está sendo indiciado, não sei se o senhor usou esse termo.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu usei, eu usei investigado. Desculpe. Foi erro meu de gravação. Mas mesmo como convocado, eu tinha preparado uma declaração inicial nos seguintes termos: Todo o meu constrangimento, nervosismo por estar aqui resultam do fato de ser convocado, agora investigado, quando jamais extraí qualquer vantagem do cargo e muito menos permiti que alguém se locupletasse com meu sentimento. Sempre pautei pela minha vida para jamais ser convocado ou suspeito em qualquer âmbito. Por essa diretriz, de vida ilibada, fui escolhido para o cargo diretor financeiro do NUCLEOS. É o que demonstra o meu currículo profissional e meu pequeno patrimônio pessoal. Eu aproveito e passo às mãos de V.Exa. uma declaração transferindo meu sigilo bancário, telefônico e fiscal para a CPI. E vou falar rapidamente quem eu sou. Eu sou estatístico de formação. Fui para a INB, antiga NUCLEOBRAS, oriundo da PUC, onde fui professor em horário integral, coordenador do ensino estatístico da universidade, diretor da Diretoria de Ensino e registro da PUC. Fui empossado na diretoria do NUCLEOS pelo Conselho Deliberativo juntamente com Paulo Roberto de Almeida Figueiredo e Abel de Almeida em primeiro de agosto de 2003. Cabendo ao Paulo a presidência e ao Abel a diretoria de benefício. O Conselho Deliberativo na época era constituído por 6 membros. 3 indicados pelos patrocinadores e

3 eleitos, sob a presidência exercida pelo conselheiro indicado pelas patrocinadoras, o economista João Manoel Gonçalves Barbosa da INB, tendo por demais membros titulares os senhores Márcio Ferraz, indicado pela NUCLEP e Paulo Augusto Gonçalves indicado pela ELETRONUCLEAR. E representantes eleitos pelos participantes e assistidos, os senhores Neilde de Souza Jorge, André Luiz Fernandes de Almeida e Martin Duarte Filho. Nas conversas para composição da diretoria, estava previsto que caberia a NUCLEP indicação do diretor financeiro. No entanto, após discutir o assunto, o Conselho Deliberativo preferiu indicar meu nome, por possuir currículo mais adequado. O presidente das indústrias nucleares do Brasil, INB, senhor Luiz Carlos Vieira, encaminhou formalmente meu nome para o diretor financeiro do NUCLEOS, ao Conselho Deliberativo do Instituto, o qual aprovou, por unanimidade, na nonagésima sétima Reunião Extraordinária realizada em 30 do 7 de 2003. Na INB ocupei vários cargos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Em setembro fui eleito diretor do sindicato dos estatísticos do município do Rio de Janeiro, com mandato de 3 anos sendo reeleito no período seguinte. Em março de 90 fui demitido da empresa e readmitido em agosto de 90. Face as negociações do representante dos sindicatos signatários do acordo coletivo. No retorno, fui lotado na gerência de recursos humanos. Em 91 ingressei na chapa da diretoria da associação dos empregados da NUCLEOBRÁS que foi eleito para o biênio 91, 92, integrei também as chapas reeleitas para os biênios 93, 94, 95, 96. Em 92 cursei o programa de pós-graduação em nível de especialização e Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas, concluindo o referido programa com conceito A em todas as disciplinas. No trabalho que desenvolvi na disciplina gestão de recursos humanos e relações de trabalho veio a ser aplicado na INB em 1994. Ainda em 94 fui eleito para a Diretoria Regional do banco intersindical dos estudos estatísticos sócio-econômicos, Dieese. Sendo eleito pelos meus pares da direção para exercer a coordenação regional, função para a qual fui reeleito em 95 e 96. Em 95, 96 participei de um curso promovido pela empresa para formação de profissionais na área licenciamento e supervisão de radioproteção com carga horária de 900 horas, distribuídas entre estudos, mensais, estudos dirigidos, cursos no instituto de radioproteção e dosimetria. O certificado de conclusão foi entregue em fevereiro. Concluindo este curso, fiz estágio no IEN, instituto de engenharia nuclear, fui cedido para o IEN em outubro de 97, aonde tive a oportunidade de escrever trabalhos, realizar palestras, participar de treinamento para auditores internos da qualidade, sendo eleito secretário da

recém criada assessoria para a gesto pela qualidade. Fiz cursos de auditorio líder de gestão pela qualidade, participei de cursos de avaliação das práticas de gestão segundo os critérios de excelência do prêmio nacional de qualidade, PNQ. No âmbito do projeto excelência da pesquisa tecnológica desenvolvido pela Associação Brasileira de Instituição de Pesquisas Tecnológicas com o apoio do CNPQ. Participei, ministrei treinamento para auditores internos da qualidade, escrevi artigos para revistas Banas Qualidade desempenho das pessoas. Ainda em 2001 conclui o Curso de Especialização MBI em gestão pela a qualidade total na Universidade Federal Fluminense, com a publicação de monografia sobre um sistema de controle balanceado de indicador de desempenhos, aplicado a um instituto de pesquisa tecnológica na área nuclear. Em 2002 representei trabalho em grupo clima organizacional no IEN, indicador crucial para excelência no congresso da ABIPIT, pesquisa tecnológica para inovação das empresas realizadas em Curitiba. Em 2003, ao retornar para INB fui indicado para a diretoria do NUCLEOS. Eu passo esses currículos também.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria pode prosseguir livremente se deseja se antecipar a informações que com certeza lhe serão solicitadas.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim. Eu vou aproveitar então a oportunidade para ir adiantando, certamente, a resposta de algumas perguntas que me farão. Uma delas é com relação a esse prejuízo que houve no NUCLEOS em 2004. Quando na realidade não houve prejuízo nem perda, o NUCLEOS teve um lucro, como comprova o balanço que eu vou lhe entregar à Mesa também. A questão, em primeiro lugar o NUCLEOS, seu patrimônio em 2004 cresceu 31 milhões, passando de 452 milhões para 483 milhões, conforme acusa seu balanço patrimonial em 31 de 12 de 2004. Igualmente, o seu programa de investimento cresceu 5,98, sendo, no entanto, atingir sua meta atuarial de 12,5, deixar de atingir a meta atuarial em um ano não significa necessariamente que a entidade deixará de honrar os seus compromissos de longo prazo. Maimone(F) advogados associados apresenta observações interessantes sobre as conseqüências jurídicas do não atingimento da meta atuarial. É comum a rentabilidade em determinado ano ficar abaixo da meta atuarial e superá-la em ano seguinte ou mesmo em ano anterior. Exemplo típico o NUCLEOS vivência nos anos 2003, 2004. Em 2003 a rentabilidade do NUCLEOS chegou a 33,51%. Praticamente o dobro da meta atuarial que ficou em 17%. Computando-se em 2003 e 2004 conjuntamente, a rentabilidade alcança o percentual de 41,46%, enquanto a meta atuarial

atinge 31,64%. Cabe salientar que no período da minha gestão iniciada em agosto de 2003 até dezembro de 2004, o rendimento do NUCLEOS ficou em 21,82 contra 17,94 pela meta atuarial. Cabe salientar que as patrocinadoras INB e NUCLEP possuíam um débito de contribuição da ordem de 223 milhões, segundo o balanço 2004, cuja a ação de cobrança foi impetrado em 2002 pelo escritório Adacir Reis Advogados. Não atingir a meta atuarial no NUCLEOS infelizmente não se constitui em novidade. Conforme se pode ver na tabela a seguir, onde a pena dos 9 anos considerados, dos últimos 9 anos, apenas 3, um deles em minha gestão, atingiram a meta atuarial. 1997, 1999 e 2003. Por incrível que pareça, o programa de investimento desses 9 anos acumulado, apresenta um programa de investimento superior a meta atuarial. Isto porque, em alguns anos, quando a meta atuarial foi vencida, o foi com os valores muito acima, como foi o caso de 2003 na minha gestão. E em casos em que ele foi abaixo da meta atuarial, o foi por pouco tempo. Também passo esses valores à Mesa. Gostaria de ficar com o balanço porque eu provavelmente daqui a pouco eu tenho que ---

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Também se valer disso depois na sequência passar, não tem problema.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro, está ótimo. Uma das questões que vão levantar, que os jornais vivem falando muito é com relação ao Banco Santos. Em que o NUCLEOS teve uma perda de 7 milhões. E o que representa, o que representou na ocasião 1.46% do patrimônio da entidade. O Banco Santos aparentava a todo o mercado financeiro quando ele foi, quando nós compramos esses papéis, ele aparentava todo o mercado financeiro e aparecia nos jornais e revistas especializadas como sendo um banco que administrava recursos de terceiros da ordem de 3 bilhões segundo a agência de risco gozava de boa e sólida liquidez financeira. Em outubro de 2004, a revista Banco Hoje anunciou o Banco Santos como sendo o banco do ano na avaliação de entidades empresariais. Exatamente quando a seguir ele foi, sofreu intervenção. As aplicações relativas diretrizes do relacionamento anexo a resolução do Banco Central, número 3, foram realizadas dentro do que foi estabelecido na referida resolução e seguindo o que foi estatuído na política de investimento para o ano de 2004. As carteiras de cada fundo eram extremamente diversificadas, nos dois fundos. Desconfigurando por completo o que se poderia chamar de concentração. A AUSTIN RATING concedeu a mais para a primeira série da oitava emissão de debêntures da PROCID, classificando-a como de baixo risco de crédito. A PROCID era o sustentáculo do Ban-

co Santos. O fundo URANIO rendeu em 2004, 6,88%, por conta da decisão conservadora do custodiante e controlador de provisionar para perda a totalidade das aplicações do Banco Santos, 7 milhões. Com essa provisão, em novembro a rentabilidade no mês ficou em 8,06, se for desconsiderado o mês de novembro o URANIO registraria uma rentabilidade de 6,25% em 11 meses, contra 15,88 do CDI. Se o NUCLEOS não tivesse aplicado em papéis do Banco Santos, os quais foram adquiridos segundo normas da política de investimentos da resolução 3121, o fundo não registraria essa perda. Há um artigo do doutor Renato Faria Brito, quem vai pagar as dívidas do Banco Santos? Que hoje essa discussão é muito grande por todos aqueles que tiveram esses prejuízos e que eu transcrevo aqui: “O Banco Central possui autoridade para requerer aos bancos que cancelem ativos de má qualidade, devolva ou implemente que planos que fortaleçam suas posições capital.” E diz ainda: “O Banco Central do Brasil, quando age contemplando operação danosa ou nos casos de sua omissão, deve responder pelos prejuízos causados mas sempre dentro de uma relação de causa e efeito em virtude da lesão que permite infundir aos investidores e poupadores. Cresce a tendência de se imputar ao Banco Central conotação de responsabilidade objetiva quando demora em implementar as medidas inadiáveis para sanear as empresas em dificuldade. Foram quase 3 centenas de credores dos fundos de investimento do conglomerado Banco Santos. O Banco Central do Brasil e a Comissão de valores mobiliários deveriam se responsabilizar, ser responsabilizados pelos prejuízos sofridos em decorrência, dentre outros motivos, da intervenção tardia desses órgãos nas empresas do banqueiro Edmar Cid Ferreira. O Banco Central já estava investigando o banco há vários meses, o que dava um pouco de tranquilidade. Já que os investidores confiavam nesta instituição BC. Até então, a informação que tinham era de que as regras da CVM do Banco Central existia e funcionava para a proteção dos investidores de fundos. Foram diversos fundos de pensão, fundos de investimento, pessoas físicas e um batalhão de investidores que junto com o Banco Central e a Comissão de valores mobiliários, órgãos incumbidos de prever, mensurar e tomar providência intempestivas em relação a ativos podres, também foram enganados e as autoridades, acredito, agiram com demora. Além da completa observância das diretrizes contidas no anexo a resolução 3121 do Banco Central, o parecer 2502 de 2005 emitido pelo Conselho Fiscal que é o órgão da fundação incumbido de cobrar irregularidades na administração e o parecer dos auditores independentes Trevisan em hipótese alguma condenaram as práticas

adotadas pela administração do requerente. E recentemente, na quarta-feira dia 11, nos jornais, já estão publicando que as entidades estudam processar o Banco Central por perda no Banco Santos. Então com relação ao Banco Santos eram esses os esclarecimentos que eu gostaria de prestar. A KPMG foi contratada pelo NUCLEOS, pela atual direção do NUCLEOS para fazer um levantamento das aplicações em NTN, B e C. Ela apresentou um relatório em que é muito comentado como aquele que levanta informações a respeito de um prejuízo elevadíssimo de 22 e poucos milhões. Analisando este relatório, tem a introdução, o objetivo e fontes de informação, item 3, limitações e confiabilidade, confienciabilidade. Nas limitações, o trabalho desenvolvido tem natureza eminentemente investigativa, não é conclusiva. Essa colocação é importante porque nas conclusões ele apresenta a hipótese das seguintes naturezas: [TOSSE]Desculpe. Item A: “Na hipótese de compra de títulos públicos pelo preço mínimo auferido no dia da aquisição.” Aí ele apresenta um volume financeiro de 106 milhões. B: “Na hipótese de compra de títulos públicos pelo preço unitário médio auferido no dia da aquisição.” Já sai do mínimo e vai para o médio. C: Na hipótese de compra de títulos públicos e preços unitário médio auferido no dia da aquisição que excluiu as compras destinada as carteiras dos fundos.” Não fala em preços máximos, é interessante que ele fala em preços mínimos e em preço médio, mas preço máximo ele não fala. Eu como estatístico, não preciso ter experiência no campo para saber que as coisas deveriam avançar nesse tipo de composição. Se eu tenho um valor mínimo, tem um valor médio, obviamente eu tenho valores superiores a este, a essa média, caso contrário, jamais chegaria a uma média. E ele continua: “Ao confrontarmos o preço unitário de aquisição com o preço unitário médio.” E faz comparações deste tipo. Ora, uma situação muito importante no caso de fundos de pensão é que nós não compramos títulos que tenham a necessidade do momento. Isto é, nós não compramos o título para aquele momento. Nós compramos um título para longo prazo. O preço de aquisição dele se atender às condições estabelecidas na nossa política de investimento, quais sejam, o mínimo atuarial, elas estão bem compradas. E elas, isso vai demorar anos, normalmente são títulos para 10 anos ou mais. E quando ele coloca essas questões, eu fico olhando como é que pode um relatório com base e hipótese, apresentar conclusões que sejam usadas como definitivas para se concluir. Acredito que aqui deveria ter uma investigação bem mais profunda no que se deva fazer. Não há mercado secundário. Um dos fatores importantes nessas aquisições é o seguinte, quando o Banco Central lança um

título, ele lança por certos valores elevados e as grandes corretoras, distribuidoras e os próprios bancos, são aqueles que vão adquirir esses títulos. As entidades de menor poder aquisitivo elas não conseguem, na maioria das vezes, comprar nestes leilões. Então elas vão comprar a posteriori e isto, realmente, é uma prática que existe neste mercado. Que não é um mercado, tá? Ele é um antro de negociação. Eu falo que existe uma diferença entre negociação e mercado, que mercado é o de Bolsa de Valores, por exemplo, que todo dia tem lá os seus preços, sobe, desce com as variações. Este não, esses títulos são lançados esporadicamente, este dito mercado secundário é apresentado em qualquer ocasião, seja por quem for, comprador e vendedor, que negociam entre si a aquisição destes papéis. Então isto realmente é uma situação que exige uma profundidade maior de, para se avaliar se houve de fato prejuízos. Pode até ter havido, não discordo disso. Mas o que eu posso garantir é que nós compramos sempre com o mínimo atuarial. Todos os papéis que vieram para a minha mão serem assinadas, as compras, eles tinham um IGP-M, um IPCM, mais uma taxa que ultrapassava a meta atuarial. E sendo papéis soberanos, do governo, não havia como não comprar um título desses para aplicar para um fundo a longo prazo. Então, dentro dessa linha de raciocínio, é que nós fizemos essas compras. E eu adianto, no momento, que com exclusão de um único caso que eu vou apresentar aí, eu não fiz uma venda sequer de papel. Eu, diretor do fundo, NUCLEOS, não fiz sequer uma venda. E aí eu teria que explicar uma composição dos nossos, das nossas aplicações. Um fundo de pensão como o nosso, ele varia um pouco de outros fundos, mas em tese eles têm a mesma composição. Eles terceirizam as suas aplicações. Ao terceirizar essas aplicações eles contratam bancos, eles contratam entidades financeiras para gerir o seu dinheiro. São os fundos de investimento. Estes fundos de investimento eles são escolhidos por uma série de critérios e, no nosso caso, todos os critérios que foram impostos não só pela legislação, pela 3121, pela 108109 e pela nossa política de investimento, foram todos eles observados. E essas transferências que nós passamos para estes fundos na responsabilidade, eles compram e vendem. Estes papéis que eu digo que eu assinei a compra, eu e mais um outro diretor, nunca um único diretor só, ou eu e o presidente, ou eu e o diretor de benefícios, eles eram passados para estes fundos que tinham por norma da CVM o poder de rejeitar caso quisesse. A CVM ela atribui a responsabilidade de compra e venda dos papéis deste fundos a eles, fundos. Nós podemos discutir, tanto que nós temos uma, começamos a desenvolver uma política de gestão não

discricionária, para podermos aproximar mais destes fundos. Porque antigamente a nossa conversa com estes fundos, praticamente inexistia. Eu me lembro quando eu entrei tinha um banco grande que estava saindo, uma semana antes estava saindo porque ele agia como os demais bancos grandes, não davam a menor pelota para as requisições e os pleitos dos fundos de pensão. Telefonemas que não eram respondidos, solicitações que não eram atendidas, etc. A venda que eu digo que eu fiz como diretor, consta da ata de reunião tricentésima quinquagésima segunda, reunião de diretoria, foi aprovada e era sobre papéis da Supla, que tem rentabilidade IGP-M mais 6% e seus títulos não possuem nenhuma liquidez, houve duas tentativas para trocá-los em leilão do BACEN e nos papéis mais líquidos, porém sem sucesso, afinal de contas, conseguimos vender esses papéis e nessa venda então este dinheiro foi aplicado em outras, em outras atividades, em outros valores. Então isso é o que eu queria também passar essa questão de compras. Obrigado. Nas administrações não discricionárias que nós passamos a dar uma ênfase maior, nós não deixamos de usar os critérios anteriores que eram os critérios estabelecidos pela, por uma resolução, se não me engano, 79, uma gestão anterior, em que impingia uma série de controles, que eram critérios eliminatórios, critérios classificatórios na escolha destes substitutos, destes bancos. O Banco Santos, por exemplo, quando ele substituiu o Banco Pactual, ele passou por este crivo e ele concorreu, na ocasião, com uma série de outros fundos. O Bradesco, tá, foi um dos que concorreram com ele. Esse também eu vou passar para a Comissão. Os jornais, eu não sei se a título de fazer pura manchete, colocaram uma informação do atual Presidente do NUCLEOS, em que nós vendemos papéis da Petrobrás para comprar da Ulbra. Não foi bem assim. Os papéis da Petrobrás eram debêntures, elas foram distribuídas em setembro de 2003, aprovada numa reunião de Diretoria Executiva, mas quando nós fizemos a composição de dois bancos, né? De dois fundos, porque nós não tínhamos condições de gerir aqueles papéis diretamente. A nossa estrutura era muito pequena para que tivéssemos ainda a capacidade, o tempo necessário para esse tipo de pesquisa. Então nesta ocasião, nós fizemos um levantamento e contratamos dois bancos, o Banco Paribas e o Banco Industrial e dividimos estes papéis. E neles estavam 14 mil debêntures da Petrobrás que foram transferidas para estes dois fundos. Isto foi aprovado pela reunião de diretoria e foi aprovado pelo Comitê Consultivo de Investimento e pelo Conselho Deliberativo. E os papéis da Ulbra, Universidade Luterana do Brasil, é a maior instituição de ensino do Rio Grande do Sul, fundada

há mais de 30 anos. Suas unidades de ensino também se encontram em outros 5 estados, este ramo de atividade é menos sensível a risco estrutural intrínseco às incertezas da economia brasileira. Seu maior risco é com a inadimplência das mensalidades. A AUSTIN ASSIS concedeu Rating A e a SE Rating concedeu BRBBB mais. Suas debêntures são atualizadas pelo IGP-M acrescido de uma remuneração de 12,68% ao ano, pagas mensalmente. A amortização está prevista para ser feita em 8 parcelas de 12,5% anuais sucessivas, sendo que a primeira em janeiro deste ano já foi paga bem como juros mensais. Na reunião da Diretoria Executiva da centésima quinquagésima segunda realizada em 12 de dezembro de 2003, foi autorizada a aquisição de 3 milhões em debêntures da Ulbra num total, o que veio a se efetivar em 18 de dezembro de 2003. Também essas debêntures foram adquiridas em agosto de 2004 e acumularam uma rentabilidade de 5.1% no período de agosto a setembro de 2004, contra um índice do CDI e da Selic, índice de correção da ALFT no mesmo período.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sr. Presidente, pela ordem.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu pediria primeiro--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Mais ou menos imagino o que vocês pretendem.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu só queria comunicar ao nosso depoente, o senhor Gildásio, que muitas das questões que ele antecipa aqui são objeto das nossas indagações. E ficaria eu acho que muito mais produtivo para o esclarecimento da CPI que esta Subrelatoria pudesse conduzir de acordo com aquilo que vem sendo a linha investigativa e à medida que surgirem os fatos ele então possa apresentar as suas razões. Porque senão nós vamos acabar incorrendo numa repetição. Até porque também, pode ser que outros fatos por ele trazidos, não interessem exatamente a investigação dessa CPI. Eu apenas traria essa ponderação, obviamente, e me colocando aqui à disposição para ouvir o senhor Gildásio em tudo que ele queira dizer, o tempo que for necessário. Fica completamente a critério dele, apenas penso que seria mais didático e mais produtor se nós pudéssemos conduzir os questionários a partir daí ele então traria suas explicações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Indago do deputado Carlos Willian se também seria nesse mesmo sentido?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

É nesse mesmo sentido, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):

Sr. Gildásio, na verdade, quando nós convidamos pessoas, evidentemente, não é para que sustente o que está escrito porque a escrita toda, creio que Vossa Senhoria dispõe, basta que nos transfira e nós iremos com o devido tempo estudar e nos aprofundar. A apresentação em cima, uma apresentação oral onde é muito *en passant* se faça referência aquilo que diz respeito ao objeto da investigação. Isso não significa de forma nenhuma que Vossa Senhoria não possa ao tempo em que for questionado, consultar todo o material que dispõe, prestar os esclarecimentos que entender sejam os cabíveis, mas de qualquer modo eu acho procedente a ponderação do Sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães no sentido de que nós possamos dar uma certa agilidade a essa nossa audiência, de forma que decidindo favoravelmente a essa formulação, eu peço escusas a Vossa Senhoria e passo desde já a palavra ao Sub-relator para que conduza segundo a sua linha de investigação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu agradeço, nobre relator. E quero aqui reafirmar que foi por sugestão minha, que procurei caracterizar o senhor Gildásio na condição de investigado e não de testemunha, a meu ver, em favor do depoente e não em seu desfavor. Afinal de contas, os principais problemas detectados no fundo NUCLEOS dizem respeito ao período em que o senhor Gildásio era o diretor financeiro e então me parece inequívoco que nós devemos, inclusive, dar ao depoente os benefícios próprios daqueles que são investigados. E entrando imediatamente na nossa linha de questionamento, eu queria que o senhor confirmasse ou negasse. É verdade que pesou na indicação para o senhor para a diretoria financeira a palavra do então presidente do INB, da INB, Indústria Nucleares do Brasil, o senhor Luiz Carlos dos Santos Vieira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO:

O Presidente da INB foi quem formalmente indicou o meu nome, mas como eu coloquei inicialmente, o grupo de companheiros que compunham o Conselho Deliberativo é que levou o meu nome a ele. Ele era composto de João Manoel, funcionário da INB, Neilde Souza Jorge, funcionário da INB. Márcio Ferraz, funcionário da NUCLEP. André de Almeida, se não me engano, também da NUCLEP. Martinho que é um funcionário aposentado da ELETRONUCLEAR e mais um outro que eu não estou me lembrando agora de cabeça.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria então entender um pouco melhor como é que se deu esse processo de confirmação do nome do senhor. Quer dizer que os conselheiros da NUCLEOS levaram o nome do senhor para o Dr.

Luiz Carlos dos Santos Vieira afim de que ele indicasse o senhor para assumir a diretoria financeira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sugeriram o meu nome. Estavam procurando um nome para indicar. Estava havendo uma composição. Essa composição ela... Nós temos 3 patrocinadores, a INB, a NUCLEP e a ELETRONUCLEAR. Então estava havendo uma composição para a indicação, não só dos conselheiros que eles já tinham sido indicados um mês antes, e eles estavam... Pelo nosso Estatuto, é o conselho quem indica, que nomeia a diretoria. E eles estavam procurando os nomes para essa composição. E saiu o nome do Paulo Roberto Figueiredo para Presidente, que tinha sido diretor de benefício na administração anterior. Saiu o nome do Abel de Almeida para diretor de benefício, que era da ELETRONUCLEAR e a discussão estava com o nome da NUCLEP. Este nome, nessa discussão, inclusive, com os companheiros da NUCLEP, eles preferiram que procurasse o meu nome.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor já tinha algum tipo de relação com o senhor Luiz Carlos dos Santos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, conhecia o Luiz Carlos do movimento, nunca tive maiores aproximações com ele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do movimento? O senhor podia esclarecer um pouco melhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O Luiz Carlos foi Presidente do Sindiminas, sindicato da Vale do Rio Doce. Este sindicato eu sou filiado a ele como empregado da INB. Então ele ia fazer as palestras, e a defesa dos acordos coletivos. Então eu o conhecia. Eu era diretor de associação de empregados da INB. Eu tenho uma relação com ele profissional do movimento como a gente coloca.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia informar quando é que o Dr. Luiz Carlos assumiu a presidência da INB?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Exatamente não, mas foi no ano de 2003.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2003. O senhor tem conhecimento das relações de amizade do senhor Luiz Carlos dos Santos Vieira com um importante dirigente do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, o senhor Marcelo Sereno?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não tenho conhecimento. Eu não tenho a intimidade com o Vieira que, teoricamente, eu teria. Eu posso dizer que até depois que eu saí da direção do NUCLEOS eu passei a encontrar com o Vieira com mais frequência do que

antes. Antes eu encontrava esporadicamente. Passava meses sem vê-lo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas então o senhor não saberia nos informar nenhum tipo de vínculo que exista entre o senhor Vieira e o senhor Marcelo Sereno.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não sei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Quando o senhor foi chamado a ocupar a diretoria financeira.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Só fazer uma conclusão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu estive uma vez, eu conheci o Marcelo Sereno, eu fui duas vezes eu estive com o Marcelo Sereno uma foi numa festividade em Jacarepaguá onde eu moro, em que vários companheiros me pediram para acompanhá-los, ajudaria no trajeto, né? E o Vieira lá estava. O Neilde estava, outros companheiros, né? Estavam. E a segunda vez eu tive contato com ele foi na posse da diretoria dos empregados da CPRE que ele estava presente também. Então essas duas vezes que eu tive contato direto com o Marcelo Sereno. E sei que o Vieira tinha esse contato com ele, mas mais do que isso eu não sei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque a informação que nos chega é que o senhor Vieira, Luiz Carlos dos Santos Vieira, ele alcançou o posto de presidente da INB por uma indicação, um apoio político do senhor Marcelo Sereno. Talvez o senhor tivesse esse conhecimento, mas o senhor disse que não sabe informar.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não tenho esse conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois eu voltarei para algumas questões que também envolvem aí pessoas com influência ou que podem ter tido influência na diretoria financeira. Mas continuando, quando o senhor foi convidado para ocupar o cargo de diretor financeiro da NUCLEOS, quais foram as atribuições que imediatamente lhes foram repassadas? Ou seja, quais eram as suas responsabilidades, as suas competências como diretor financeiro da NUCLEOS?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tinha a parte burocrática, assinatura de papéis, compras de material, essas coisas todas e os investimentos. Todas as assinaturas, fosse a compra de um lápis, fosse de um investimento de 10 milhões, tinham que passar por dois diretores. Essa era uma das minhas responsabilidades. Analisar no caso das aplicações financeiras com a área financeira, essas, esses trâmites. Eu tinha

que receber pessoas, tá? Um fundo de pensão o que, o que tem de firmas querendo vender seus produtos, fundos creditícios e papéis, é uma gama grande. A secretária tem que selecionar essas pessoas, ela até uma vez me sugeriu que eu passasse a receber este tipo de pessoa duas vezes por semana, porque senão eu praticamente não iria fazer outra coisa a não ser ficar recebendo essas pessoas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas só para nós entendermos claramente, quando o senhor se refere a essas pessoas que o procuravam, o senhor está também fazendo aí referência as corretoras ou mais propriamente instituições financeiras, a bancos, enfim. O que é que essas pessoas representavam? Que instituições estavam por trás dessas pessoas?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Bancos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bancos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Corretoras não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bancos que queriam vender seus títulos para o NUCLEOS.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Fundos de pensão, isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então havia sempre uma procura grande dessas instituições ao senhor como diretor financeiro?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor assumiu em agosto de 2003.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu quem era o gerente financeiro? De investimentos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O, nessa ocasião foi colocada a Fabiana de Castro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela entrou, só para entender do ponto de vista temporal, ela entrou exatamente quando o senhor entrou?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, eu entrei no dia primeiro ela entrou no dia 5. No dia primeiro foi uma sexta-feira, dia 5 foi uma terça-feira. Ela entrou, o Presidente Paulo Figueiredo me procurou e disse: “Olha, nós fizemos aqui uma arrumação na casa”. E na área financeira não havia gerente, o diretor financeiro estava respondendo pela gerência na ocasião. A gerente tinha saído algum tempo atrás e não me lembro porque razão. E ele disse que no banco de dados ele

tinha visto o currículo da Fabiana como um bom currículo. Inclusive, alguém que tinha passado pela ICATU. Que é uma firma de renome no setor. Se eu teria algum problema em aceitar essa moça. Eu disse: Não, não teria problema algum porque se eu não aceitasse a moça nós vamos ter que fazer um levantamento para procurar outra pessoa, então se ela for boa ótimo, se não for a gente troca mais tarde. E ela se revelou uma funcionária muito boa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, uma funcionária muito boa.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A partir de 2003 tivemos uma rentabilidade, desculpa, só para concluir.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, é porque houve uma manifestação da nossa platéia aí. Bom, aí eu perguntaria ao senhor, quem que então teve, eu entendi um pouco a sistemática da escolha dela, mas quem é que teve um papel preponderante na confirmação do nome dela? Por meio de quem o nome dela foi apresentado?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A mim e pelo Paulo Figueiredo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo Paulo. Que era o então presidente, diretor presidente da NUCLEOS.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Assumiu a presidência junto comigo no dia primeiro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor teria como me confirmar se o senhor Paulo Figueiredo tem ligações partidárias com o PC do B do Rio de Janeiro?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, eu não posso lhe afirmar isso. O que eu posso dizer é que eu tenho informações que ele teria. Mas eu também já tive informações de que ele também não era filiado ao PC do B. Então eu nunca discuti isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, enfim, foi o senhor Paulo Figueiredo que obviamente apresentou o nome dela e depois o senhor avaliou o currículo, constatou que era uma pessoa qualificada para ocupar o cargo e a confirmou como gerente.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor então nos explicasse como era essa relação funcional do senhor na qualidade de diretor e dela na qualidade de gerente. Ou seja, como é que se dividiam essas atribuições, que nível de autonomia a senhora Fabiana tinha, quais eram as principais atribuições da senhora Fabiana e que meios o senhor tinha para controlar o desempenho das atividades da senhora Fabiana como gerente de

investimentos que, aliás, até o senhor já reputou uma boa profissional, então, evidente, que se o senhor pode qualificá-la como uma boa profissional, há de nos ajudar nessa explicação de como eram as atividades dela, que tipo de autonomia tinha e como é que ela estava hierarquicamente subordinada ao senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Com relação a boa, tem um conceito muito subjetivo, eu posso dizer que uma vez fui questionado por um conselheiro se ela era competente. Eu disse inegavelmente ela é competente, não há dúvida nenhuma, pelo passado dela aqui, ela demonstrou ser competente. Ele não me perguntou outra coisa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só uma curiosidade, a que título e por que ele estava em dúvida sobre a competência? Por que ele fez essa questão?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso já foi no final quando nós estávamos com o resultado negativo em 2004 e que ele me fez essa pergunta. Foi nessa época que ele fez essa pergunta, e eu respondi dentro dessa linha. Por quê? Porque ela me comprovou uma competência em 2003 colocando praticamente uma meta atuarial, uma rentabilidade o dobro da meta atuarial. Então eu achei que isso foi uma competência dela. E aí eu gostaria de explicar qual era a minha, respondendo a sua pergunta, com duas, duas questões. Uma, quando eu fiz essa MBI gestão pela qualidade total, eu estudei muito a diferença entre gestão da qualidade e controle da qualidade. Há uma diferença muito grande entre os dois. O controle da qualidade é alguma coisa muito restrita a uma certa área. A gestão é mais ampla, ela envolve todos os demais setores de uma própria empresa. E eu fui para lá com esse propósito, como diretor fazer uma gestão e não fazer um controle. O controle seria feito pelos dois gerentes, o gerente da área financeira e o gerente da contabilidade. E eu fiquei grato, muito surpreso, gratamente surpreso ao ver que a estrutura do NUCLEOS já contemplava essa idéia. A diretoria financeira ela tinha duas gerências subordinadas, a gerência financeira e a gerência de contabilidade. E a estrutura da diretoria financeira era estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva e implantar as políticas e normas a serem adotadas nas atividades financeiras do instituto. Promover o planejamento, a programação, a coordenação e o controle de prazos e custos financeiros a atividade do NUCLEOS. Orientar, supervisionar as atividades dos gerentes e sua área de atuação. Fixar padrões e metas operacionais para operações, aplicações em renda fixa, em renda variável e em fundos de investimento e em operações, aplicações no mercado imobiliário em fundos de investimento. E as atribuições da gerência

financeira. Executar e controlar as operações, aplicações em renda fixa. Executar e controlar as operações, aplicações em renda variável. Executar e controlar as operações, aplicações em fundos de investimento. Executar e controlar as operações, aplicações no mercado imobiliário. Executar e controlar as aplicações financeiras de curtíssimo prazo. Controlar dividendos, bonificações, subscrições e outros rendimentos oriundos de outras aplicações, desenvolver análises técnicas de mercado, análises estruturais, correspondentes da elaboração do plano de investimento. Então.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O regulamento da Casa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Estatuto acaba nos levando a crer, e eu queria que o senhor confirmasse ou não, que havia uma grande autonomia no exercício das funções por parte da gerência de investimento, é isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Grande não, ela tinha autonomia sim, mas ela não podia fazer uma compra de papel sem que passasse pela diretoria. Todas as compras--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, quem fazia a análise sobre os investimentos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ela, ela como responsabilidade da gerência financeira. Ela e a área dela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela preparava a análise e levava para o senhor.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso, eu avaliava. Em aprovando, levava para um outro diretor aprovar. Dois assinavam as compras e elas eram feitas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor pudesse fazer aqui uma comparação, o senhor afirmaria, poderia afirmar que a senhora Fabiana tinha mais conhecimento e mais experiência em toda essa área de investimentos em mercado do que o senhor tinha, até pelas funções que exerceu progressivamente?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro que sim, ela era uma técnica da área, eu era um diretor, um gestor, eu não era um especialista na área. Agora eu tinha que ter a competência de saber se aquilo era bom ou mal, a visão global do assunto. Ela como técnica ela me dizia que... E algumas vezes eu rejeitei certas propostas porque eu vi que não eram adequadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia exemplificar?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não me lembro. Eu não me lembro, me perdoe.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso daí é documentado?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, isso era uma instituição pequena, isso era verbal. Ela me trazia aqui, tá? Trazia aqui os papéis.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe o senhor mas é uma instituição que manuseia e que administra e que é responsável por recursos públicos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim. Tudo bem.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por recursos de terceiros, dos seus segurados, então não se pode, com base na informalidade, eu acho que esse é um princípio que não se coaduna com o princípio vigente na lei pública.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Mas eu não falei na informalidade das definições e sim das negações. A negação, né? É negável. Agora todas as aprovações, sem exceção, estão devidamente assinadas e dentro dos trâmites previstos nas nossas normas internas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor em setembro de 2005 foi afastado da diretoria financeira ou então--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu pedi demissão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pediu demissão.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tentando exatamente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que fez para pedir demissão?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Exatamente esta crítica que estava havendo ao NUCLEOS sucessivamente. Eu achei que aquela diretoria necessitava ser mudada para afastar da direção aquelas críticas. E nada melhor do que substituir, colocar novos diretores. Que não teriam o vínculo com aquela, com aquele passado que estava sendo levantado pelos jornais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que se insistisse na tentativa de permanecer na diretoria, fatalmente, poderia perder o apoio das patrocinadoras?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, aí seria uma ilação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pergunto se o senhor acha. Então há espaço para ilação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: [Risos] Eu não sei, não pensei neste caso. Eu pensei mais em mim, eu achei que eu já não estava em condições físicas

de agüentar isso. Eu tenho tido um atendimento médico muito intenso para poder continuar sobre um ritmo de tensão tão grande quanto eu estava passando. Eu não cheguei a consultar o Vieira foi uma falha minha que foi ele que me indicou, eu deveria ter consultado previamente bem como os outros Presidentes da 4 patrocinadoras. Mas não fiz.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria ao senhor, a quem que o senhor também atribui a saída da Fabiana Carneiro da gerência financeira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei, não faço idéia. Ela diz que apresentou um currículo lá e esse currículo foi analisado. Não tenho idéia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, ela pretendia permanecer na gerência. Só que com a nova diretoria ela foi afastada, é isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Com essa nova agora?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim que ela foi afastada antes ou depois da saída do senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Foi antes, fui eu quem a demiti. Quando soube pelos jornais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor a demitiu?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Exatamente. Quando eu soube pelos jornais do grau de parentesco dela com o tal do Haroldo Pororoca, né? Realmente eu não tive outra coisa a fazer a não ser afastá-la da gerência. E confirmado o fato, ela foi demitida. Por quê? Porque ela feriu o código de ética. Ela jamais poderia, como gerente financeira, ser parente de um investidor do padrão deste tal de Haroldo Pororoca.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o padrão dele?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: [Risos] O que os jornais dizem é que é um padrão de investimentos de alto potencial financeiro e de interferência muito grande em diversos, em diversas entidades financeiras.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que o fundo ARBOR FI MULTIMERCADO LP--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sabia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --tinha no fundo um dos seus sócios o Christian de Almeida Rego.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Christian de Almeida Rego ele é sócio da ARBOR gestão de recursos que, por sua vez,

que por sua vez tem a participação ou tinha, no caso, no fundo ARBOR FI MULTIMERCADO LP.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nós temos um fundo que tem as cotas deste ano.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na época do senhor.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei se continua. Mas não sabia de que este fundo tinha, tinha como sócio o Christian. E se soubesse eu também não, eu desconheço essas pessoas... Cristiano--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Haroldo e não conhece o Christian?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não. Eu conheço o Cristiano e o Haroldo a partir do momento que comecei a ler nos jornais. Eu não conhecia nenhum dos dois antes. Quando os jornais começaram a colocar essas questões, que eu realmente me posicionei e foi aí que eu afastei a Fabiana.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me parece que há um paradoxo porque o Christian Almeida Rego é filho do Haroldo.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo? E primo, ambos são primos da Fabiana. A Fabiana por mais de dois anos foi gerente financeira acompanhando, inclusive, o período o que senhor era diretor financeiro.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos diz que afastou a senhora Fabiana quando soube que ela era prima do senhor Haroldo, do Pororoca. Pelo feito que ele tinha no mercado. E não teve essa mesma preocupação de saber das relações do senhor Christian, filho dele, não é primo, é filho, que era no fundo um dos sócios, certo, de um fundo da NUCLEOS?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não conhecia os sócios de todos os fundos do NUCLEOS. Não conhecia e não via como responsabilidade minha, na medida, de que este fundo tinha, este fundo, se não me engano, era que como é o nome dele, fundo de cone?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fundo ARBOR FI MULTIMERCADO.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Este era um fundo, cujo um dos nossos fundos tinha cotas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nós tínhamos cotas nestes fundos. Estes fundos eles tinham autonomia para comprar essas cotas. E a informação que

eu tinha é que ele estava indo bem, ele estava com resultados acima da meta atuarial. Então, eu investigar a questão da composição societária desses fundos, eu investigar os balanços dessas entidades seria interferir no papel do Banco Central. Eu não recebia nenhuma comunicação da CVM ou do nosso banco custodiante e controlador e muito menos do Banco Central a respeito dessas composições.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que a relação de parentesco da senhora Fabiana com o Haroldo era, é motivo suficiente para o afastamento dela?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro, claro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por esse conceito que o senhor tinha do Haroldo.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Do Haroldo e do Cristiano, isso saiu na mesma matéria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, eu estou questionando o senhor.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Na verdade saiu nas duas, seja o primo ou tio, eu achei aquilo um absurdo, eu fiquei atônito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor afastou a Fabiana completamente ou ela continua exercendo alguma função?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, no início nós afastamos e eu assumia gerência financeira porque ela negou o fato. Ela no início ela negou o fato de não conhecer o Christian, não tinha relações e tal. Depois, ficou ruim para ela e conversei com mamãe, mamãe disse que é um primo, tal bom, então nós demitimos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Queria só entender melhor o seguinte, ela foi afastada da gerência e depois ela passou a exercer a função de analista de investimentos, não é isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, é ela ficou lá no aguardo, em banho-maria como se diz.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa atividade analista.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso não demorou mais de uma semana, tá? Ela quando deu essa informação, foi estarrecedor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que de fato ela desconhecia a relação de parentesco, sendo ela, tendo ela trabalhado no ICATU, sendo uma pessoa do mercado, conhecendo o mercado--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não acho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela poderia desconhecer a relação

de parentesco com o senhor Haroldo Almeida Rego e com o senhor Christian que são operadores do mercado?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não acho, mas ela sabe. Eu não acho. De maneira nenhuma, no mercado pequeno eu acho que todo mundo se conhece. Porque depois quando eu saí, conversando com pessoas do mercado a este respeito, todos eles diziam que sabiam disso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, por acaso, descobriu depois também ou então antes, quem sabe, que ou se o Dr. Paulo Figueiredo, o então diretor Presidente também tinha relação com a família Rego?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Haroldo e senhor Christian.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vale lembrar que foi ele que recomendou o nome da Fabiana para o senhor desconhece?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desconhece completamente. O senhor já ouviu falar em Rogéria Costa Beber?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No Cristiano Costa Beber?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Também não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Daqui a pouco eu chego nos dirigentes das corretoras. O senhor Marcelo Sereno, ele admitiu à imprensa ter feito indicações, segundo ele, apenas para cargos da NUCLEOS. Obviamente, nós daremos o direito ao senhor Marcelo Sereno de convocado para esta CPI que será, apresentar os seus esclarecimentos. Mas existem notícias da imprensa que dão conta que ele admite ter indicado cargos na NUCLEOS. Que não havia feito em outras PPCs, mas que na NUCLEOS sim. O senhor já nos disse em que condições o senhor conheceu o senhor Marcelo Sereno. Mas muito bem, existe uma operação de leilão da RIOPREVIDÊNCIA, para a venda dos direitos de crédito da carteira mobiliária do Banerj, que foi apurada e divulgada, inclusive, pelo jornal Folha de S. Paulo, em sua edição de 18 do 12 de 2005, e após descrevo era o modos operantes das inúmeras transações, esse jornal afirma o seguinte, abre aspas: “Indícios de que houve ingerência política em pelo menos uma fase do processo, quando o negócio foi oferecido aos fundos de pensão.” O jornal relata ainda: “Em outubro do ano passado o ex-secretário de comunicação do PT e ex-assessor de José Dirceu na Casa Civil, Marcelo

Sereno, telefonou para Vossa Senhoria, então diretor financeiro do NUCLEOS, e pediu que ligasse para um representante da ASM ASSET MANAGEMENT. O senhor Fernando Barros Teixeira. O ex-presidente do NUCLEOS, Paulo Figueiredo, confirmou ter recebido Teixeira em uma audiência a pedido do senhor Marcelo Sereno.” Então, eu indago a Vossa Senhoria, alguma vez o senhor já recebeu algum telefonema do senhor Marcelo Sereno?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nunca.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca foi feito qualquer pedido por parte do senhor Marcelo Sereno?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Aí eu vou lhe dizer que eu não recebi telefonema dele mas estava na minha mesa um bilhete de que para receber fulano de tal, entre parênteses, pedido de Marcelo Sereno.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era fulano de tal?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Era esse aí, tal de Fernando--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Fernando, esse bilhete foi escrito por quem?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Provavelmente alguma das secretarias.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por alguma das secretárias?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Provavelmente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo senhor Fernando Teixeira, Barros Teixeira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor chegou a receber o senhor Fernando Barros Teixeira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Recebi junto com o Paulo Figueiredo. Recebemos juntos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente em que pleito o senhor Barros Teixeira levou para o senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ele queria nos vender um fundo creditício e, mas era com a aplicações em TR, o que a nossa política de investimentos não permite. Então, não aceitamos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então não houve a concretização do pleito do senhor Fernando Barros Teixeira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que aconteceu esse pedido e esse encontro?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Deve ter sido em torno de uma semana, alguma coisa 10 dias, por aí. Não posso precisar exatamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse tipo de abertura do senhor Marcelo Sereno para lhe fazer a solicitação de uma audiência, ele se dava pela relação do Marcelo Sereno com o Paulo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não sei, eu estranhei muito. Em primeiro lugar porque eu nunca despachei desta forma. As informações que eu recebia eram verbais da secretária: “Fulano de tal ligou para você e quer conversar contigo.” Aí eu religava. Por escrito, que eu me lembre, este foi o único caso. Não teve outro caso, tanto que quando um jornalista me perguntou a este respeito, acho que foi da Folha de S.Paulo eu disse a ele: “Olha, isso daí não é a minha prática, eu não ajo dessa forma.”

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas o senhor me disse que não tinha uma relação muito próxima do Marcelo Sereno.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: E não tenho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E não tem. Então para que ele tivesse abertura para lhe pedir uma audiência para tentar vender um produto, evidentemente, que isso tinha que se basear numa relação dele com alguém da NUCLEOS.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei, o senhor me perdoe, excelência, discordar de V.Exa., mas eu acho que qualquer representante do governo brasileiro, seja de que poder, que me pedisse uma audiência, eu iria recebê-lo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor Marcelo Sereno, como representante do governo brasileiro, que trabalhava na Casa Civil, lhe fez esse pedido.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: É o que está escrito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi nesse caráter o que senhor atendeu?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Foi nesse caráter que eu atendi.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já conhecia o senhor Fernando Barros Teixeira?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nunca o vi.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nunca ouvi falar, nunca tinha visto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era uma pessoa completamente fora do, enfim, do espectro de relações de Vossa Senhoria. Eu queria informar, Vossa Senhoria nos entregou aqui de 96 a 2004, um demonstrativo comparando o programa de investimento e a meta atuarial, ou seja, enfim, a rentabilidade auferida pelo fundo NUCLEOS. E é lamentável que em um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove anos, que em 9 anos, dos 9 anos analisados em apenas 3 anos a NUCLEOS tenha alcançado resultados de rentabilidade positiva. Que tivessem, que tivessem superado ou alcançado ou superado a meta atuarial. O senhor me disse que pediu a exoneração por conta própria. Mas o senhor deve saber que a atual direção da NUCLEOS, ela adotou uma série de providências no sentido de tentar apurar a responsabilidade pelas perdas por elas já confirmadas. Porque antes de ouvir o senhor, nós ouvimos o atual diretor, o senhor José Raphael, que já reconhece, já reconhece perdas no valor de 39 milhões. Que a meu ver, serão inclusive superiores depois que fizermos a contabilização geral. O senhor procurou desacreditar o relatório da KPMG, mas nós vamos chegar em títulos públicos mais a frente. Eu queria saber se o senhor mantém a afirmação que fez de que a Fabiana é uma grande gerente, foi uma grande gerente, tendo ela em 2004, tendo ela em 2004 a meta atuarial prevista, estou usando o próprio documento do senhor, podia usar o que me foi entregue aqui pelo atual diretor, a meta prevista 12,50% e, no entanto, só realizou 5,98. Ou seja, 47,84% do mínimo atuarial. O senhor acha que uma diretora de um fundo de pensão, tendo uma gerente e aí o senhor também como diretor porque o senhor é responsável.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode ter registrado um resultado tão inexpressivo como esse no ano de 2004? A que o senhor atribui esse resultado?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Aí tem várias perguntas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque, o senhor vai poder responder no tempo que quiser. Eu estou lhe perguntando isso porque nós não estamos nessa CPMI prioritariamente examinando a rentabilidade dos fundos. Nós não estamos examinando prioritariamente o alcance de meta atuarial, mas o senhor me trouxe aqui papel, onde mostra que no ano de 2003, um de três anos em 9 que o fundo superou a meta atuarial. Agora, evidentemente, que confrontar todos os números com o

que foi registrado no ano de 2004, há um depoimento completamente desfavorável com base nos fatos, né? A então diretoria do senhor. Então eu queria saber a que é que se deve isso, a que o senhor atribui isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: É claro que eu como diretor financeiro, tenho a minha responsabilidade de nisso. Quando nós chegamos em 2004 com este resultado de 2003 tão favorável, a minha credibilidade no trabalho dessa gerência financeira foi muito grande. E, obviamente, eu me senti mais a vontade com relação ao trabalho que ela vinha fazendo. Acontece que 2004 foi um ano totalmente diferente de 2003. Logo de início, a bolsa teve uma queda muito grande. Nós tínhamos previsto fazer investimentos, voltar mais nossos investimentos para a renda variável. E aí a renda variável começou a cair. E isto foi, foi se dando de tal forma que as coisas só vieram a se reverter no final do ano. Quando na véspera nós mudamos para a renda fixa. E aí a renda variável subiu, isso foi em outubro. Então realmente 2004 nós tivemos uma dificuldade muito grande com relação a nossos resultados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lembrando que o ano de 2004 registrou o maior crescimento nos últimos anos da economia brasileira. Então, enquanto todo mundo ganhou muito, enquanto a economia cresceu a níveis aproximados de 5% do seu PIB, o fundo da NUCLEOS teve uma rentabilidade negativa. Mas muito bem, se nós fôssemos para o ano de 2005, por exemplo, eu queria então o que senhor me explicasse, por que de janeiro a agosto, tendo um mínimo atuarial definido de 7,40%, o desempenho realizado da diretoria do senhor foi de 4,38? Representando, se comparado com o ano anterior, até um percentual mais grave porque foi 59, é melhor, melhor um pouco, mas enfim, foi 59,19% do mínimo atuarial definido, e aí quando houve a mudança na diretoria, estamos falando de uma mesma situação econômica, não houve nenhum revés, o ano é o mesmo, quando há uma mudança na diretoria, há também uma mudança no perfil da rentabilidade do fundo de pensão. Então o que era negativo, então a definição era de 7 e 40, né? O senhor realizou 4,38. E aí depois, na diretoria subsequente, já se vê uma realização superior. Então eu queria que o senhor explicasse.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Que bom isso. Porque quando eu saí, já saí fazendo propostas de modificações de todos os nossos fundos. E isso tem um ato de diretoria que coloca isso e foi plenamente divulgado. E teve alguns bancos que tiveram dificuldade até para aceitar isto. Porque eles estavam vendo um comprometimento muito grande que tinha sido feito no passado. E este comprometimento, eu não interrompi a minha gestão nessa ocasião, e pelo que eu soube,

ele estava com muita dificuldade de ser devidamente alcançado ainda este ano, tanto que já houve declarações dessa diretoria no início dos seus trabalhos de que este ano não teria condições de atingir a meta atuarial. Não sei se eles conseguiram melhorar isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A informação é que--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O que eu tenho visto hoje nos jornais, é que os títulos públicos estão sendo muito bem valorizados. O que vai facilitar muito o crescimento da nossa rentabilidade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A informação da diretoria atual, é que o ano de 2005 ficou comprometido no alcance da meta justamente pelo problema registrado até agosto, que ao ver da atual diretoria é insanável. Estou apenas aqui reproduzindo, era insanável, já passamos do ano, estou aqui reproduzindo do que ouvi porque eu recebi um documento vasto do atual diretor. Mas o senhor sabe que a atual diretoria da NUCLEOS ingressou com ação indenizatória.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ouvi dizer.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na qual o senhor figura como réu, um sujeito passivo, ao lado de outros ex-dirigentes.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ainda não fui intimado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ainda não foi intimado. Como é que o senhor avalia essa decisão da atual diretoria? O senhor se acha injustiçado? Foi uma perseguição? O senhor tem algo a esclarecer à justiça?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O que eu apresentei até hoje, certamente, é que eu vou apresentar quando receber essa intimação. Provavelmente, com um pouco mais de detalhe e com um pouco mais de apoio jurídico. Mas, em princípio, eu não posso ir contra os fatos. Em 2004 a minha direção apresentou um resultado pífio com relação a rentabilidade. E isso eu, como diretor, respondo principalmente por isso. Tá?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora o senhor sabe que o que está em discussão aqui, não é apenas o resultado apresentado. Porque o resultado pode se dar exclusivamente por má gestão.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, em uma palavra muito clara, por incompetência do gestor. Mas pode haver alguma coisa a mais, e longe de mim aqui nesse momento querer imputar a responsabilidade ao senhor pelo que houve, se é que houve a mais. Mas que algum responsável há com certeza não, tenho dúvida. E de-

pois vou mostrar aqui os dados mais detalhados para que o senhor possa confirmar. Quer dizer, visualizar e quem sabe confirmar isso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu já ouvi falar a respeito desses dados. Eu fiquei estarelecido.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor aguardasse, nós vamos ter a oportunidade para tratar de cada um deles. Ainda de uma forma genérica, que perfil a diretoria do senhor definiu como prioritário para os investimentos? Um perfil mais moderado ou um perfil mais agressivo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Moderado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Moderado, ou seja, preferencialmente investir em aplicações que dessem um risco menor.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para o fundo de pensão.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que era dividida na gestão do senhor as aplicações. Em carteira própria e através dos fundos exclusivos? Como é que se deu essa priorização, né? Seja para os investimentos realizados pelo próprio fundo, seja para aqueles que eram descentralizados e transferidos para os gestores dos fundos exclusivos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Praticamente a mesma política, em carteira própria a gente ficava sem movimentação grande. Nas carteiras dos fundos exclusivos, nós acompanhávamos os trabalhos e ficávamos recebendo as informações. Um dos pontos que antes eu via como importante, era não influenciar a curtíssimo prazo na substituição de pessoas. O fato da gente ter resultados negativos, um, dois, três, quatro meses sucessivos, isso não significava que eu deveria fazer uma movimentação de pessoal por aí. Por quê? Porque estes dados que eu lhe mostrei, dos 9 anos, revelam exatamente isso, em que pesa a gente ter resultados negativos em alguns anos, em outros a gente tem positivo. E isto é o que se passa quando a gente faz aplicações a longo prazo. Se nós fizermos mais aplicações, certamente nós iríamos consertar e já estávamos começando a consertar. E quando eu cheguei a conclusão de que na minha gestão eu não poderia mais ter a autoridade para continuar agindo dessa forma, eu apresentei a minha demissão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria ao senhor o seguinte, quais foram os critérios para a seleção dos gestores dos fundos exclusivos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ora, tem critérios, eu acho que eu tenho aqui... Nós temos critérios classificatórios, nós temos critérios... teria que... Olha, eu não tenho aqui a mão, mas nós tínhamos critérios classificatórios e critérios eliminatórios. Os critérios classificatórios--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor puder falar um pouco mais próximo ao microfone, agradeceremos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Os critérios classificatórios, eles envolviam o poder de, do banco, o volume que ele possuía. Os fundos de pensão que ele administrava, a quantidade deles, os resultados apresentados. E nos, nos Ratings que ele tinha e que os fundos tinham, e este Rating é uma outra questão muito complexa nessa área. Mas, enfim, eu poderia um pouco mais devagar tentar achar essa relação de todos esses critérios.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber mais do ponto de vista prático. Como se chegou a esses gestores? Nós temos aqui pelo menos o nome de alguns deles, né? Pactual, BNP PARIBAS, Banco Santos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Todos eles por meio dessas concorrências.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Prosper, hein?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Todos eles por meio dessas concorrências.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o que percebemos aqui é que alguns dos gestores dos fundos exclusivos ligados a NUCLEOS eram instituições que não gozavam de tanta credibilidade no mercado, que não tinham uma posição tão avantajada no mercado. E a diretoria que sucedeu ao senhor, simplesmente, determinou como uma das primeiras providências a alteração de todos os gestores dos fundos exclusivos. Por que o senhor acha que isso aconteceu? O senhor acha que os fundos exclusivos vinham sendo bem geridos, que as escolhas foram bem feitas no momento que o senhor era diretor? Que era satisfatório o retorno dos investimentos feitos pelos fundos exclusivos de investimento a partir da gestão dessas instituições que administravam esses fundos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não foi bem assim não. O que eu vi, excelência, é que um pouco antes da minha gestão, os grandes bancos não se preocupavam com os fundos de pensão. Tanto que quando eu entrei, uma semana antes, o Banco Itaú tinha sido substituído, porque apresentou o resultado mais baixo de todos os nossos fundos exclusivos. Logo depois, o Banco Bradesco, na nossa gestão, também

foi excluído por falta total de dedicação. Hoje em dia, ou já há algum tempo, que o Banco Bradesco mudou a sua equipe e ele passou de ser de uma agressividade muito grande. Eles nos procuraram com muita frequência. Nós propusemos até que ele viesse a ser um destes novos gestores, não sei se a diretoria atual conseguiu isso, mas eu acho que sim. Por quê? Porque houve uma evolução na mentalidade dos bancos. O mercado de fundos de pensão passou a ser um mercado interessante. Então eles começaram a dar um atendimento melhor. Por exemplo, aquela política de não discricionária, que nós implantamos, quer dizer, implantamos, que nós enfatizamos, ela teve para nós uma importância muito grande na medida em que a gente pode passar a conversar com os bancos a respeito dos investimentos e das aplicações, coisas que eram praticamente impossíveis quando eu entrei e um pouco antes. E aí este tipo de evolução eu acho muito proveitoso para os fundos de pensão de um modo geral e fico satisfeito em saber que a direção atual conseguiu trabalhar com os fundos de investimentos sob a gestão destes bancos de grande porte.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, a despeito da falta de interesse alegado pelo senhor dos bancos de grande porte naquele período, de terem uma relação mais próxima com os fundos de pensão, eu queria que o senhor avaliasse a performance dos gestores dos fundos exclusivos no período o que senhor era diretor financeiro.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Os nossos fundos de renda fixas, os resultados deles foram muito bons. O fundo EUROPIO em 2004 ele apresentou, o EUROPIO era administrado pelo Banco do Brasil. Ele apresentou uma rentabilidade de 16 e 45. Quando o Ibovespa estava em 15,21. E o CDB em 15 e 88, que era o benchmark de renda fixa. O LANTÂNIO deu 14 e pouco, o MEGAWATT, que teve uma queda grande foi para 6,99. O MONAZITA ficou com 17, o Banco Institucional Faq, ficou com 16 e pouco. Eu acho que era este que tinha o ARBOR e o Urânio que teve uma queda grande, 6 e pouco. E o ZIRCÔNIO, na renda variável é que teve um resultado extremamente negativo, 21,6%.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas em linhas gerais como é que o senhor avalia?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O ZIRCÔNIO ele teve uma, uma, uma responsabilidade no hedge que foi feito para pegar todos os fundos de renda variável. Este hedge ele é uma proteção que se faz para que se a perda, se a queda for muito grande a gente deixa de ter essa perda. E isso custou, se não me engano,

7 milhões. E, obviamente, isso foi um dos fatores que comprometeu esse tipo de ação. Agora estes resultados realmente não foram, não foram tidos como bons resultados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, em linhas gerais, os gestores dos fundos exclusivos no período que o senhor foi diretor financeiro não responderam tão satisfatoriamente como a diretoria esperava.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Em 2004, em 2003 responderam.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, 2004.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: 2004 não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de controle havia por parte da diretoria de Vossa Senhoria sobre esses investimentos que eram feitos pelos fundos exclusivos através dos seus gestores. Ou seja, existia um acompanhamento permanente, era debatido, era discutida as metas? Afinal de contas, o ano de 2004 o senhor acaba de reconhecer que foi um ano extremamente insatisfatório no desempenho desses fundos exclusivos. Então eu queria saber que forma de controle era estabelecida ao longo do ano para, eventualmente, se necessário, que deveria ter acontecido e não aconteceu, a mudança de direção, a mudança de orientação, né? Ter se chamado a atenção desses gestores ou até mesmo ter se modificado esses gestores.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Mensalmente, nós tínhamos, a gerência financeira elaborava um relatório sobre o valor de todos os fundos, em que pé eles estavam. Este, este, este relatório era encaminhado, o relatório gerencial de investimento. E ele informava tudo o que vinha sendo, o que vinha ocorrendo nos fundos. O nosso custodiante encaminhava diariamente aos carteiros da movimentação dos dias anteriores. E isso era analisado pela gerência financeira. E isso, a gerência financeira, não me passava este resultado. E na medida do que eu, quando cobrava, recebia este relatório gerencial com aquelas quedas e sempre com explicações atenuantes daqueles valores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E essas explicações eram tidas como suficientes para que o senhor entendesse que era um desempenho normal? O senhor nunca pensou em tomar uma providência corretiva?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Pensei, pensei. E inclusive conversei com a diretoria na medida em que a idéia não era só uma medida corretiva de substituição. Porque isso, se hoje eles fizeram e deu certo, não necessariamente é a única solução que existe. Um fundo de longo prazo não se modifica, não, a sua estrutura

de um momento para o outro. Não se faz uma modificação em função de algum resultado. Nós fizemos uma, um direcionamento de aplicação. Este direcionamento em 2004 ele sofreu um revés, nós imaginamos que este revés não iria demorar tanto tempo. Quando chegamos a conclusão de que estava demais, foi em setembro, outubro, nós mudamos, saímos da renda variável e fomos para a renda fixa. E aí o resultado foi exatamente o contrário. A renda variável subiu e a renda fixa caiu. Então esse comprometimento que nós tivemos aí, desse péssimo resultado, ele deve muito a este comportamento final de outubro, novembro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, eu perguntei ao senhor se medidas corretivas eram adotadas para eventualmente modificar a gestão dos fundos exclusivos e o senhor disse que não, que--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Desculpe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor disse que acompanhava, o senhor nos disse que, inclusive registrava em muitas oportunidades os resultados negativos, mas que como eram investimentos de longo prazo, o senhor entendia como algo normal da dinâmica do mercado. É isso? Só para entender.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: É, exatamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, eu vejo uma contradição, por exemplo aqui, com o que aconteceu no fundo URANIO. Em 23 do 9 de 2003, há uma modificação na gestão, ela passa do Pactual para o BNP PARIBAS. Em 19 do 12 de 2003, portanto, 3 meses depois, passa do BNP PARIBAS novamente para o Pactual. Em 27 do 4 para 2004 sai do Pactual e passa para o Banco Santos. E aí o Banco Santos só deixa de ser o gestor quando há a intervenção, na verdade, foi logo depois da intervenção, no dia 15 do 12 de 2004 que passou então a gestão para o WestLB. Então vamos pegar o fundo URANIO como exemplo. O que é que justificou essa mudança tão expressiva nos gestores deste fundo? Eu queria que o senhor pudesse nos dizer com mais, com mais atenção, sobretudo, focando em duas coisas. O por que dessa mudança muito rápida de Pactual para BNP PARIBAS e voltando para a Pactual, e depois porque deixou de ser o Pactual e foi ser Banco Santos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O Pactual eu me lembro, é uma pena que eu não tenho aqui a documentação dessas modificações todas, que é um volume grande que eu não trouxe. Mas o Pactual eu me lembro, o Pactual depois de ter aceitado o regulamento, ele nos procurou e comunicou que não iria mais continuar com a política de gestão não discricionária. Simplesmente,

eu procurei até no, nos arquivos, no regulamento se havia alguma penalidade que a gente pudesse implantar, mas não havia. Tivemos que aceitar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Queria explorar um pouco mais, não há então a justificativa que a gente possa ter como concreta para explicar essa mudança, essas mudanças. Ou o senhor não se recorda, não tem--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Como eu disse, eu não me recordo dessas mudanças. Eu me lembro que nós, só foi na época de janeiro de 2004, a Fabiana entrou de licença maternidade. E aí eu fiquei com um analista financeiro recém ingresso, que não tinha ainda condições para poder trabalhar com a flexibilidade que se faria necessário. E nós não tínhamos condições de contratar outro. Então se foi em janeiro foi isso. Eu não trouxe essa documentação que existe, que foi feita, foi inclusive objeto de uma, de uma auditoria das patrocinadoras, e eu tenho este material todo pronto para poder dar essas informações, que por sinal, acredito que V.Exa. já tenha isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria falar um pouco sobre o Banco Santos com o senhor agora.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Pois não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, em 2004, nós vemos aqui o seguinte: Nós temos o fundo URANIO que eu acabei de citar, que era administrado pelo Banco Santos e o MEGAWATT FIF NUC(F), administrado pelo banco BMC. Certo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há um registro no ano de 2004, de que a NUCLEOS perdeu aproximadamente 7 milhões com o Banco Santos. Sendo que, se a gente estratificar isso, a gente pode afirmar aqui que o URANIO FIF perdeu 1,8 com CDB e 3 milhões com debêntures da PROCID. E que o MEGAWATT perdeu 2 milhões de debêntures da PROCID. Certo? A soma disso vai dar algo em torno de 7 milhões. A primeira coisa que eu pergunto ao senhor, o senhor acha que é razoável o Banco Santos, ser o gestor do urânio FIF NUC e vender para esse próprio fundo os seus títulos? CDBs e debêntures? O senhor não vê que existe aí uma operação claramente suspeita? Essa é a primeira pergunta.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sob o meu ponto de vista ético, claro que sim. Mas essa prática o Banco Santos fazia e o Banco Santos ele tinha uma rentabilidade e ele tinha uma pujança nos fundos de pensão muito grande. Quantidade de fundos de pensão que foram, que sofreram perdas com a intervenção do Banco Central é uma quantidade muito grande. Tanto

que hoje em função da postura que o Banco Central teve de ficar quase um ano no Banco Santos fazendo investigações e não tomando decisões, não alertando os investidores, aquilo passou uma imagem de que as coisas estavam indo muito bem. Tanto que próximo da intervenção ele estava permitindo fazer aplicações de empréstimos em outras áreas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Porque a gente verifica, desculpa, a gente verifica que 76% das aplicações feitas pela NUCLEOS, elas foram realizadas um mês antes da intervenção que o Banco Central procedeu no Banco Santos. Sendo que, existe uma doutor Gildásio, feita pela diretoria de Vossa Senhoria, no valor de 1,8 milhões, que ocorreu no dia da intervenção. O senhor acha razoável que--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não foi no dia não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sim senhor, houve uma compra de 1,8 milhões em cota FIF do Banco Santos no dia da intervenção, no dia 12, no dia 12 do 11 de 2004, que foi o dia da intervenção. 1,8 milhões. Se nós somarmos o valor total das aplicações no Banco Santos, dão 8 milhões 274 mil e 500 reais. Desses 8 milhões 274 mil e 500 reais, 7 milhões foram provisionados para perda, certo. E aí a gente percebe que 76% das aplicações no Banco Santos foram realizadas em até um mês antes sendo que uma no dia da intervenção. Queria saber que justificativa se pode apresentar para esse tipo de decisão. Quer dizer, primeiro há, na minha opinião, uma operação suspeita. O Banco Santos como gestor de um dos fundos exclusivos da NUCLEOS, ele decide comprar títulos dele próprio, dele próprio. Títulos depois que representariam perdas para o fundo de pensão e não há nenhum controle. Não há nenhum tipo de acompanhamento. O URANIO FIF NUC administrado, gerido pelo Banco Santos fez isso, está aqui, são os números que mostram. Agora eu acho que mais grave ainda ou tão grave quanto, é difícil mensurar a gravidade, é admitir, é admitir que a NUCLEOS tenha adquirido títulos do Banco Santos no dia da intervenção. Será que o mercado não sabia que o Banco Santos estava à beira de sofrer essa intervenção? Será que isso não chegou ao conhecimento da gerente do senhor, do próprio, do senhor próprio como diretor financeiro?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, certamente que não chegou. Por isso eu lhe afirmo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): De quem é a responsabilidade então?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim, é minha, mas não chegou a mim e não chegou também a uma

série de outros bancos. O Santos do Banco Central, o fundo do BNDES. Outros fundos que foram prejudicados com essa intervenção. E tem vários fundos que dessa natureza.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Só para informação, no dia são apenas 2 fundos, o senhor, o fundo da NUCLEOS e, salvo melhor juízo, não quero errar, Real Grandeza.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, no dia eu não tenho essa informação, os 8 milhões eu também não tenho essa informação. A ação que a SPC, no auto de --

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor pode ver aqui a lista completa das aplicações realizadas pelo fundo que o senhor dirige no Banco Santos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim, quem é que deu essa lista aqui?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Essa lista foi obtida a partir da quebra de sigilo bancário do fundo no período que estamos analisando. O senhor pode ver 4 do 5 de 2004, CDB no valor de 2 milhões. 29 do 10 de 2004 CDB no valor de um milhão e 800, 18 do 10 de 2004 cota FIF de 2 milhões 674. E no dia da intervenção, 12 do 11 de 2004 cota FIF no valor de um milhão e 800 mil reais. Esses são dados do Banco Central.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Bom, então tem alguma divergência com os valores da secretaria de previdência complementar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Qual?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Compra de CDB do Banco Santos, isso no auto de inflação dela que eu vou passar para V.Exa., URANIO FIF comprou CDB do Banco Santos em 29 do 10 no valor de mil e 800, um milhão e 800. Um milhão e 800. Com vencimento previsto para 27 do 4 de 2005. Essa aplicação foi afetada pela intervenção do Banco Central do Brasil em 12 do 11. Quer dizer, então não foi no dia. Isso não foi no dia. As outras aplicações que eu tenho--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu lamento informar, eu lamento informar, os nossos dados são todos com base nas informações da CETIP que nos foram transferidas, aqui nós temos uma análise completa. A SPC certamente pode não ter tido acesso a todas as operações. Então, eu tenho absoluta convicção de que nesse momento e a SPC tem nos ajudado nesse trabalho, nesse momento o nosso trabalho é mais abrangente, até porque os nossos poderes são muito maiores do que a SPC dispõe isoladamente.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro, claro. E eu gostaria de investigar isso melhor porque a informação que nós tínhamos lá na NUCLEOS coincidiu com esse da SPC, nós informamos esses valores, 7 milhões, as nossas defesas, apresentações foram neste valor, eu posso verificar aqui das aplicações, aplicação foi feita em 12 do 7 quando foram adquiridas 1.060 debêntures da PROCID, está aqui, 7 do 6. 12 do 7. Estes valores todos eu vou lhe passar porque está havendo uma divergência de informação. Eu não tenho essas informações. 8 milhões eu não tenho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor admitiria investir recursos pessoais, próprios no Banco Santos no dia da intervenção dele? O senhor compraria CDB do Banco Santos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro que não, não faria nem como diretor. Essa acusação realmente ela ultrapassa os limites. Eu não fiz.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não há acusação, existe aqui uma constatação fática, nós estamos aqui trabalhando com dados da CETIP, são dados oficiais, certo, que foram elaborados e examinados pela CPI. Então está aqui o registro, é um fato. Eu, inclusive, procurei inverter a lógica do trabalho dessa Subrelatoria, antes de começar os depoimentos eu procurei ter um tempo suficiente para que os dados fossem examinados, a fim de que Vossas Senhorias, diretores dos fundos, quando aqui viessem, tivessem condições de com mais clareza saber como é que se portou o fundo de pensão nessa determinada operação, nesse mercado. Está aqui. O senhor receberá, não se preocupe, uma cópia a fim de que possa buscar alguma explicação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, pois não.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: E eu confesso que eu estou estarecido porque esses dados estão ultrapassando todos os limites das informações que eu tinha. Mas, ao receber essas informações, eu vou analisá-las. E acredito que possa poder contestá-la veementemente. Alguma coisa aconteceu aí.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Espero que sim. Agora, o senhor acompanhava o desempenho do Banco Santos como administrador do URÂNIO?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Mensalmente eu acompanhava. Mensalmente com esses relatórios.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor nunca fez qualquer observação ou nunca lhe chamou a atenção o fato de que a NUCLEOS, através desses dois fundos exclusivos

vinha investindo em títulos do Banco Santos, isso nunca chamou a atenção do senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, a PROCID sempre chamou atenção e ela vinha fazendo isso. Tanto que essa aplicação de mil e 800 foi feita em 10 do 8 em CDBs, era para ser uma renovação de dois milhões e não de mil e 800, é que nós retirando 200 para poder colocar no cartão card. No Banco Carcos(F) que nós estamos fazendo um cartão de aplicação no banco e que o diretor Raphael, hoje, era quem estava à frente deste trabalho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, existe uma notícia publicada na Folha de S.Paulo no dia 12 do 12 de 2005, com a seguinte chamada: “Edmar pagava propina a fundo de pensão.” É a chamada da Folha de S.Paulo. E aí, o que é que a gente percebe? As informações colhidas nessa matéria e em outras, colhida na imprensa, dão conta de que no dia 15 do 7 de 2005, a secretária do senhor Edmar Cid, não, aqui há um problema na data. É uma outra matéria do dia 15 do 7 de 2005 que dá conta o seguinte, que a secretária do senhor Edmar Cid Ferreira, proprietário do Banco Santos, mandou entregar aos cuidados do, abro aspas, “senhor Paulinho, 76 mil 125 reais nesse endereço, devendo inclusive mencionar a senha: “CITA, C-I-T-A, CITA”, Tal valor corresponde a 2% dos 3 milhões 44 mil 934 reais que a NUCLEOS havia comprado de debêntures da PROCID, holding do Banco Santos. Então nós temos aqui não apenas a partir de uma única veiculação da imprensa, mas de várias, agora cito essa específica da Folha de S.Paulo, a suspeita levantada de que o senhor Edmar Cid Ferreira, proprietário do Banco Santos, ele tinha o hábito de pagar propina para os diretores da NUCLEOS. E aqui faz uma referência ao senhor Paulinho.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Para os diretores da NUCLEOS me perdoe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estimo eu, deixa eu concluir, estimo eu que o senhor Paulinho seja o senhor Paulo Figueiredo. Então diretor presidente da NUCLEOS. Eu estimo que o senhor, como já nos disse aqui, um homem que tem a vida limpa, não possa concordar com esse tipo de afirmação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, eu discordei veementemente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ok.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Jamais me sujeitaria a receber uma propina dessa! Não receberia outras coisas, não receberia passagem para ir a São Paulo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor acha que algum outro integrante da diretoria da NUCLEOS pode ter recebido.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Também não... Olha, hoje eu não respondo por outras pessoas. Eu acho que não, mas não posso responder. Eu já fui casado, já me separei, quando eu casei acreditava que era para toda a vida e não foi. Então eu hoje não acredito nas pessoas com aquele grau de crença que eu já tive quando mais jovem. Acho que as coisas se, cada um tem sua formação, sua ética e seus limites. O que eu posso dizer é que comigo isto jamais ocorreria, jamais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe se o senhor Paulo Figueiredo tinha relações de amizade com o senhor Edmar?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Relações funcionais?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Edmar, o senhor já me disse que muitos representantes de várias instituições financeiras procuraram a diretoria para vender seus produtos. O senhor Edmar alguma vez procurou a diretoria do-- se o senhor me permitir concluir. Alguma vez o senhor Edmar procurou a diretoria da NUCLEOS para vender algum produto do Banco Santos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, ele não, quem procurava era o representante dele, o representante--.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode declinar o nome desses representantes?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não me lembro agora, os últimos contatos estavam sendo feitos com o Raphael, pena que ele não está mais aqui no momento. Ele estava tratando com relação a --

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não era a área do Raphael isso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim mas ele que estava tratando, essa área de aplicações era com a Fabiana.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então era a Fabiana quem tinha um contato direto com--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Com as aplicações.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os representantes do Banco Santos.

Eu queria... A BM&F, até a pedido aqui do nosso Deputado Carlos Sampaio, já foi providenciada a projeção... Carlos Willian, desculpe Deputado. Se pudéssemos diminuir as luzes facilitaria bastante. Eu queria ir para o período específico do Paulo. Do Paulo não, do Gildásio. Nós fizemos um corte de agosto de 2003.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não estou enxergando, excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou sentar aqui ao lado do senhor para lhe ajudar. Se o senhor Relator me permitir. Nós fizemos um corte de agosto de 2003 a setembro de 2005. Qual é o nosso propósito aqui com o mercado de derivativos? É saber o que é que estava por trás dos ajustes negativos feitos no primeiro dia nas operações de BM&F. Houve, inclusive, uma interpretação equivocada da imprensa de que nós estaríamos falando de prejuízos, não! Nós procuramos constatar as perdas, perdas significa ajuste negativo no primeiro dia. Existe o lado dos ajustes positivos. Mas, o que é que a gente percebeu? No período do senhor. Certo? Num total de 25 corretoras, num total de 25 corretoras, quando há a ocorrência do ajuste negativo, isso se verifica exatamente com 4 corretoras. Como o senhor pode perceber ali. O senhor pode ver aqui, talvez aqui visualize melhor, aqui, com essas 4 corretoras, as 5 corretoras de mercadoria, a XAIM (F), a Nova Invest e a ARC. E quando o ajuste é positivo para o fundo, isso se dá num universo bem mais amplo de 21 corretoras. Então nós temos 4 corretoras promovendo os ajustes negativos e 21 corretoras promovendo os ajustes positivos. Quando a gente vai analisar, eu chamo a atenção para a quantidade de operações e os valores das operações, a gente percebe que nós estamos falando de 82% das operações, representando um montante total de 90%, no caso da primeira corretora, no caso da segunda 85% das operações representando um montante de 96%. No caso da terceira 75% das operações representando um montante de 78% e no último caso, apesar do valor das operações ser menor do que as anteriores, os senhores podem ver, são 394 mil e 94 reais, mas há um fato extremamente curioso porque em 100% das operações o ajuste é negativo em todas as vezes para o fundo que Vossa Senhoria dirigia. E são 110 operações. Se fossem 2, 3, operações tudo bem. Mas são 110 operações. Isso significa dizer, por exemplo, no caso da primeira, para não criar injustiças, das 5 corretoras de mercadorias, isso quer dizer que quando ela operou, são 254 operações, a cada 100 operações, ou a cada 10 como a gente queira mensurar, mas a cada 100, 82 operações tiveram ajuste negativo para o NUCLEOS. Representando 90% do montante. Eu queria primeiro saber o seguinte, qual

era a relação da diretoria financeira com as corretoras que operavam no mercado para o fundo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nenhuma. As corretoras, nenhuma. A diretoria do fundo não tinha relação com as corretoras. Quem tinha relação com as corretoras eram os fundos de investimentos, os fundos exclusivos. Recentemente eu pedi à diretoria atual do NUCLEOS, uma relação das corretoras que nós temos e eles me deram uma relação que eles tinham de corretoras que foi com base no levantamento feito pela KPMG. Por quê? Porque o fundo, ele não trabalha com corretoras. Quem trabalha com corretoras são estes fundos de investimentos. Então eu acho que essas coisas, esses valores que eu estou impressionado com a ordem de grandeza deles e com essa ordem de participação deles, eu acho que isso tem que ser muito bem investigado, porque isso daqui está não só afetando o NUCLEOS, como certamente deve estar afetando outros fundos, como está comprometendo muito as pessoas. Eu não tenho nenhuma informação a respeito disso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece completamente.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Completamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são os representantes daquelas corretoras ali?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Até fui procurar estes 4 aqui, se está nessa lista que a KPMG apresentou. Não estão. As 4 não estão nessa lista. É óbvio que essa atual gerente iria perguntar aos demais fundos, quais corretoras trabalhavam e aí certamente deve surgir essas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda bem que o senhor reconhece a gravidade do problema.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, eu reconheço e faço questão, insisto e espero que isso daqui vá até o fim!

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A atual diretoria detectou no mercado de derivativos o pagamento de um prêmio no valor de 7 milhões, em uma determinada operação segundo a opinião do senhor Raphael, que é o atual diretor, um prêmio injustificado, sem qualquer razão de ser. E inclusive, na contabilidade total desses 39 milhões de perda, está contabilizado, estão contabilizados os 7 milhões referentes a esse prêmio. O senhor saberia nos dizer que operação foi essa?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, desconheço, preciso receber essas informações para poder ana-

lisá-las. Mas me sinto completamente impressionado com isso. O que nós tínhamos nos contratos com estes fundos de investimentos eram colocações no sentido de que quando tinham resultados positivos haveria um prêmio. Mas este prêmio acho que nós não tivemos nenhuma, nenhum destes fundos com colocações tão grandes a ponto de permitir uma premiação de 7 milhões. Eram parcelas bem menores. Eram percentuais pequenos a respeito dos ganhos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa é uma informação a mais, até porque não faz parte do nosso critério de investigação, analisar a remuneração, pelo menos a priori, analisar a remuneração pelos prêmios. Claro que algo já detectado no fundo e que chegou à CPI oficialmente através do depoimento do atual diretor, terá que ser objeto da nossa análise e não será desconsiderado. E eu espero que depois o senhor possa nos trazer o esclarecimento a respeito dessa operação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu vou pedir a ele que me encaminhe também isso daí para eu saber do que se trata, porque eu desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vi o que senhor ficou indignado--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Muito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA):--com relação ao relatório da KPMG. Que registrou 22 milhões, aproximadamente, de perdas nas operações de títulos públicos federais. O senhor fez aqui uma série de comentários, que ele não era conclusivo, etc.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Posso?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu sou estatístico de formação. Eu vi o relatório da KPMG apresentando valores mínimos, médios. Sempre que a gente tem o valor médio, obviamente, nós temos valores superiores que senão a gente não chega calcular um valor médio. E ele não apresenta nenhum valor máximo, ele apresenta valores mínimos, valores médios. Eu acredito que se tivesse valores máximos, provavelmente, as aplicações ficariam em torno dessa média até o máximo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Mas eu fiz essa crítica que é uma crítica puramente técnica.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor aceitaria então um trabalho que levasse em consideração a análise da cadeia negocial no mesmo dia da operação, transacionando

a mesma quantidade de títulos, estamos tratando, obviamente, do mesmo título e em que houvesse uma variação expressiva, na compra e venda desses títulos, tendo como parâmetro o preço unitário, ou seja, o preço do dia. O senhor aceitaria?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, eu posso até aceitar, mas deixa eu prestar um outro esclarecimento. As nossas compras, elas eram feitas em função das nossas taxas. Eu não via quais eram os valores com os quais o Banco Central tinha lançado o... Eu não sabia quais os valores que o Banco Central tinha lançado nos seus títulos públicos. Muitas vezes, quando nós tentávamos comprar, nós não conseguíamos. Então nós comprávamos no chamado mercado secundário. Aqueles que compravam do Banco Central repassavam, obviamente, com valores superiores aos que eles tinham comprado. Se estes valores chegassem às nossas mãos com taxas que ultrapassassem a meta atuarial, nós então comprávamos. E isto era assinado por dois diretores. Primeiro, pelo diretor financeiro que aprovava a compra, que vinha com a aprovação da gerência financeira e com o outro diretor que era o Presidente, o Paulo, que era o diretor de benefícios, o Abel.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu fiquei preocupado quando o senhor procurou desacreditar o valor registrado, o montante registrado no relatório da KPMG porque o nosso foi superior. Então, evidente, que se o da KPMG poderia suscitar alguma dúvida, imagine algum documento que--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A Metodologia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, aí que eu quero pedir ao nosso amigo da Ernest & Young que, por favor, leve até a cadeia negocial, vamos em frente. Vai ficar difícil, a próxima, aí. Vai ficar difícil para o senhor ver, como vai ficar difícil para qualquer um ver. Porém eu vou mais uma vez pedir ao Relator escusas para ficar do lado do senhor. Então espera aí que eu preciso trazer minhas coisas aqui. No caso da KPMG, evidente, que o senhor não teve acesso às cadeias negociais. Eu aqui vou lhe mostrar dados que são concretos, dados que são inquestionáveis, que são fruto das operações feitas pelo fundo de pensão da NUCLEOS e que eu queria ver se o senhor teria alguma explicação. Vamos buscar esse primeiro aqui que é mais expressivo. No dia 23 do 11 de 2004, foram negociadas NTNBS com um vencimento para 2045. Foram 4 mil NTNBS, o senhor pode ver aqui, 2045. Nós temos aqui a Brasil Central vendendo para a TUFA (F) a um preço unitário de mil e 4 reais e 57 centavos. Depois nós temos a TUFA (F),

no mesmo dia, negociando a mesma quantidade de títulos, é o mesmo título, mesmo dia, não houve variação, nós temos aqui a TUFA (F) vendendo para o ZIRCÔNIO, que é um dos fundos exclusivos, o senhor pode ver as mesmas 4 mil unidades, só que já por um preço unitário de 1.286 e 85 centavos. Só nessa operação, o fundo exclusivo da NUCLEOS pagou 1 milhão 129 mil 131 reais a mais do que deveria ter pago em considerando-se a primeira negociação. É aceitável no mesmo dia, e a nossa avaliação só é o mesmo dia. É aceitável dentro de um mesmo dia uma variação no preço unitário pequena. Preferencialmente na casa dos centavos, podendo ir até a casa dos reais, mas dificilmente passando disso, porque nós estamos falando de títulos de longo prazo, de alta liquidez! Que não variam como variaram. Mas muito bem, se fosse uma coisa isolada, eu até compreenderia. Então um dia por um desacerto, etc. Mas o senhor vai ver nessa tabela que estamos aqui na NUCLEOS, que em 2004 as perdas verificadas ultrapassam a casa dos 13 milhões e em 2005, no período o que senhor foi o gestor, o diretor financeiro, porque a nossa investigação só vai até agosto de 2005, as perdas registraram, registradas foram na casa de 14 milhões 606 mil. Sendo que, o que chama mais a atenção ainda, além do volume expressivo, é a mesma coisa, senhores Parlamentares, já expliquei isso, que nós estivéssemos aqui, suponho, isso vamos supor, pega uma caneta BIC que é um produto que tem pouquíssima variação no mercado, eu estou fazendo aqui um exemplo bem grosso, mas que eu acho que vale. Eu pego vendo 4 mil unidades de caneta ao Deputado Carlos Willian a um determinado preço, depois o deputado vende essas 4 mil unidades no mesmo dia por esse preço mais 20%.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deixa eu só acabar de explicar. Uma caneta BIC que é um produto de alta liquidez, que não tem nada a ver com o mercado que nós estamos tratando, não é título público, eu só estou fazendo aqui um exemplo de grosso modo, de uma coisa que tem liquidez, ela suporta uma variação pequena no mesmo dia, em se tratando da mesma quantidade, a mesma marca, etc. E nós estamos falando aqui de variações que superaram a casa de 20%. Só que, se isso, e eu insisto, tivesse acontecido esporadicamente, eu acho até que era aceitável. Só que sempre quem vendeu a caneta BIC, no caso, sempre quem vendeu o título público para a NUCLEOS e quem saiu ganhando foram duas corretoras e apenas duas corretoras. A TUFA (F) e a QUANTIA. Eu teria uma série de outras operações com esse mesmo tipo de variação que superam a casa de um milhão de reais em um dia, que estão aqui re-

gistradas e o senhor depois vai ter o direito de levar consigo. Eu vou aqui, eu queria concluir para depois eu lhe passar a palavra, eu queria um exemplo na próxima página, ninguém vai ver mas já foram distribuídos os... Vamos aqui a 2005. A gente não tem aqui só a descrição de qual é o título, eu queria até chamar a atenção da nossa assessoria, mas o senhor pode ver o seguinte, nessa operação aqui o banco Pactual vende para a nominal DTVM, 14 mil unidades, um preço unitário, e esse exemplo ele é clássico, a um preço unitário de mil e 36 reais e 6 centavos. É uma operação normal de mercado. A nominal DTVM vende os mesmos títulos, a mesma quantidade, para a QUANTIA por mil e 36 reais e 17 centavos. Senhores, na primeira cadeia, a diferença de preço foi de exatamente 11 centavos. A QUANTIA, por final, no mesmo dia, os mesmos títulos, vende para o ZIRCÔNIO que é um fundo exclusivo da NUCLEOS, por mil 315 reais e 56 centavos. Nessa operação, em um dia só, a NUCLEOS teve um prejuízo e eu vou chamar de prejuízo de 3 milhões 912 mil 977. Num dia só! E aqui fica mais ilustrativo porque a gente tem duas operações acontecendo, uma normal com a variação normal no preço unitário e outra com a variação inexplicável do preço unitário. E quem é que aparece na ponta ganhadora? É a QUANTIA. E sempre quem é que vai aparecer na ponta ganhadora é a TUFA (F), QUANTIA ou EURO, como queiram chamar, são duas corretoras que ganharam milhões com a NUCLEOS. Então, se é que existe alguma explicação para isso, porque eu acho que não existe, eu queria que o senhor pudesse nos dar.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Há uma, há uma explicação sim. Eu não se ela é de fato, essa investigação acho que tem que ser aprofundada porque se isso ocorreu, realmente, foi muito dinheiro perdido. Mas eu quando assinava as compras, eu assinava não olhando para o valor anterior da outra, essa informação eu não tinha. Eu não podia comparar se a outra foi comprada por mil e 500 ou mil e 300. Quando me chegava, digamos, para comprar por mil e 300, eu verificava se a minha meta atuarial estava sendo atendida. Se eu tinha ali o IGP-M, mais tantos por cento superior a minha meta atuarial, eu comprava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe, mas o consolidado, eu não queria recorrer a meta atuarial porque esse não é um referencial nosso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Desculpe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas já o que senhor recorreu, eu vou recorrer. Eu queria lembrar o senhor qual foi o déficit atuarial do senhor em 2004 e qual o déficit atuarial do senhor em 2005.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não precisa dizer.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O que eu estou dizendo é que quando me vinha o papel à minha frente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor participava da definição da compra desse papel?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei se era desse papel.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, títulos públicos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: As compras de títulos públicos eu participava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a senhora Fabiana?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ela trazia para mim com a aprovação dela, todos os que ela aprovava ela trazia para mim. Eu analisava o papel. E o meu critério de análise era o meta atuarial e valor que ele estava apresentando e o prazo. Se isso fosse atendido, eu autorizava e encaminhava para o outro diretor. Agora, se isso era muito superior a outros que foram vendidos no próprio dia pela mesma corretora, eu desconhecia este fato. Eu não posso fazer essa comparação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu lhe faço a seguinte pergunta.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O que eu posso imaginar é exatamente o que todos estamos imaginando. É que havia aí, não digo um complô, mas havia aí uma procura pelo NUCLEOS para comprar estes papéis e que ele tinha uma facilidade para isso. Feita por quem? Aí é que eu acho que as coisas precisam ser mais aprofundadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, então o senhor participava dessa avaliação da compra de papéis. Então, obviamente, o senhor sabia de quem estava comprando.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu acho que sim, eu teria que rever aqueles papéis que eu recebia. Eu recebia uma folha que estavam todas as informações.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu imagino o seguinte, se vou fazer uma compra nesses volumes que estão aqui registrados e já o que senhor participava dessa definição, o senhor tinha que saber de quem estava comprando.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro, claro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor sabia que estava

comprando da QUANTIA e da EURO. Porque foi dela o que senhor comprou, das duas.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não me lembro destes nomes e eu não me lembro--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor não sabia de quem estava comprando.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: As corretoras eu não entrava, eu comprava esses papéis, eu dava ordem de compra desses papéis para os fundos. O meu papel, como diretor financeiro, junto com outro diretor da casa, era dar ordem de compra para os fundos de investimento. Então eu não chegava às corretoras.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas então eu queria só que ficasse muito claro, se o senhor sabia ou não sabia de quem o senhor estava comprando.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, nesse sentido da corretora não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que sentido era? O senhor me disse que sabia o que estava comprando, mas era razoável que no montante como esse o senhor também soubesse de quem estava comprando.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, eu estava autorizando ao fundo de investimento a adquirir aquele papel por aquelas características. Agora de quem ele estava adquirindo isso daí, não constava na informação que vinha para mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor não sabia de quem comprava?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sabia. Eu autorizava o fundo a adquirir aquele papel por aquele valor. Porque ele estava acima do, da nossa meta atuarial.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que são razoáveis essas negociações que estão aqui na frente do senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha que eu estou impressionado com isso. Eu acho que não. Acho que não. Acho que vender títulos dessa forma é escolher alguém que é mais fácil de vender preço mais elevados, qual meta atuarial deles? tanto, baixa um pouquinho e vende.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que eu percebo é que existe--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Mas eu não faço não, tenho idéia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente percebe que houve um direcionamento para que a NUCLEOS comprasse títulos

públicos, certo, de duas corretoras que é a QUANTIA e a EURO por um preço unitário que era completamente desfavorável ao fundo de pensão. Está aqui detectado, comprovado, é inquestionável, se tem uma coisa que é típica e é irrefutável são essas operações com títulos públicos. Então, mesmo com essa consolidação de perdas verificadas não houve, a luz vermelha não acendeu na diretoria, não estava acontecendo nenhum problema, tudo estava bem com as operações de títulos públicos, é isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nós não conhecíamos essas comparações. O que nós conhecíamos é o que eu estou dizendo, o que nós conhecíamos era quanto aquilo renderia para o fundo. Aquela taxa de IGP-M mais tanto, estava acima da nossa meta atuarial, sim. Então sendo um título soberano, podemos comprar com tranquilidade, não havia risco. Aquilo ali iria ser--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor tivesse que atribuir a responsabilidade por esses negócios desastrosos feitos com títulos públicos através dos fundos exclusivos da NUCLEOS, a quem o senhor atribuiria? Porque nós estamos dizendo que em dois anos, a NUCLEOS pagou cerca de 30 milhões de reais a mais por títulos públicos que, portanto, poderiam ter sido negociados por 30 milhões de reais a menos. Ou 29, enfim, porque eu estou aceitando as variações de preço dentro do padrão de mercado. O que eu não posso aceitar são 30 milhões de reais. Então, de quem foi essa responsabilidade? Porque o senhor há de convir que foram 30 milhões de reais dos recursos do fundo de pensão de Vossa Senhoria, portanto, dos recursos dos segurados da NUCLEOS que foram aí desperdiçados. Nós não estamos falando de ilação, nós estamos falando de fatos concretos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim, mas fato concreto com essa metodologia diferente aí--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem, não tem, o senhor me perdoe, não tem outra metodologia para analisar o título público a não ser verificar o preço unitário na sua cadeia negocial no dia da negociação e verificar a variação. Teria a ANDIMA, porém, se nós fôssemos verificar pela ANDIMA, certamente, as complicações para os fundos da NUCLEOS seriam maiores do que as já verificadas. E como alguns outros fundos questionaram a utilização da ANDIMA, nós preferimos recorrer ao preço unitário.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não sei o que dizer, porque as nossas aplicações eram em função das nossas metas atuariais. Atendidas, nós realizávamos. Não atendidas, não realizadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não atendo ai meta atuarial em 2004 e 2005. Por mais que queira aceitar esse argumento do senhor --

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Neste papel, quando me vinha um papel para ser comprado, “vamos comprar 3 milhões em NTB, mais 7 ou 8%, tá?” vamos, vamos comprar. Por quê? Porque ele ultrapassava os limites da nossa meta atuarial que era 6% do INPC. Então dentro dessa linha eu comprava aquele papel, agora isso no conjunto global, nós viemos a ter um prejuízo grande--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um desembolso desnecessários de quase 30 milhões de reais.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tá bom, mas eu não poderia nessa ocasião de saber.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, deveria ter a obrigação, era responsável pela administração dos recursos do fundo.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não poderia, me perdoe, eu sou responsável sim. Mas este tipo de levantamento eu não poderia fazer. Como é que eu ia levantar quanto é que estava sendo vendido aquele título pelas outras corretoras? Eu não ia comprar nunca, porque só o tempo de ficar pesquisando eu teria, perderia dias e dias.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O levantamento poderia fazer, poderia ser feito através do próprio índice da ANDIMA. Então um dia antes você, o senhor, desculpe, teria o referencial e poderia fazer. Porque o que eu não entendi é o seguinte, há uma situação híbrida, então por um lado o senhor participava da decisão de compra do título. Por outro lado, o senhor não sabia de quem estava comprando. Porque se o senhor dissesse que não participasse e transferisse toda a responsabilidade para os gestores dos fundos exclusivos, eu iria discordar porque a minha tese não é essa, porque eu acho o que diretor financeiro de qualquer fundo de pensão tem a responsabilidade por todos os recursos aplicados, essa é a minha tese, quero sustentá-la até o fim. E o seu sucessor aqui esteve e isso confirmou. Mas, seja como for--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu também concordo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda, então seja como for, há uma situação híbrida, inexplicável. O senhor não conhece nenhum proprietário nem da QUANTIA e nem da EURO.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. Certamente que não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que a sua, então gerente de investimentos, gerente financeira a senhora Fabiana, ela tinha conhecimento dessas corretoras?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Agora, realmente, eu fico numa dúvida muito grande. Eu não sei. Eu não posso fazer uma afirmação neste nível, mas hoje não a contrataria por falta de credibilidade nela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o nível de acompanhamento que ela estabelecia dessas operações de títulos públicos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Acompanhamento diário.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela tinha mais elementos que o senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tinha, ela tinha todas as informações do nosso custodiante que encaminhava no dia seguinte as aplicações do dia anterior.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, diferentemente do senhor, eu estou partindo do pressuposto o que senhor está falando a verdade, diferentemente do senhor é impossível, é impossível que a senhora Fabiana desconhecesse isso aqui. É impossível que a senhora Fabiana desconhecesse que as compras estavam sendo feitas com a QUANTIA e com a EURO?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Se era informação do custodiante para nós é impossível sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É impossível.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Se o custodiante desse o nome da corretora da qual tinha sido comprada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos para debêntures, por favor. Está aqui. Os nossos números são praticamente os mesmos que foram apurados pela auditoria da KPMG, me parece, selecionada pela atual diretoria com relação às debêntures. Aqui, nós temos o senhor pode ver, a descrição do que foram verificados em carteira própria e nos vários fundos exclusivos da NUCLEOS no MEGAWATT, no URÂNIO, no MONAZITA, no ZIRCÔNIO e no FIF EUROPIO. E aqui está o resumo das corretoras que ganharam, cerca de 2 milhões 800 mil em fração. Então, primeiro queria que o senhor me dissesse como é que eram definidas as aplicações em debêntures. Como é que eram feitas as discussões, quais os parâmetros, quais os critérios definidos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Da mesma forma que os títulos de governo. Da mesma maneira. Eles eram escolhidos dentro dessa, destes critérios,

gerência financeiro analisado trazia as informações, as propostas para a diretoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu analisava e encaminhava para outro diretor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então da mesma forma, o senhor não sabia de quem estava comprando?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: As debêntures sabia porque as debêntures da firma tal, debênture da empresa tal.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então sabia, sabiam quais eram as corretoras que estavam operando?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Corretoras não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não? Mas eram informações o que custodiante, salvo melhor juízo HSBC dispunham para a senhora Fabiana, gerente.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Diariamente para o dia anterior.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor, também com essas corretoras que aqui lhe apresento o nome, nenhuma delas lhe diz nada?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, eu não conhecia a corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a sistemática apurada nas debêntures é muito parecida com a apurada nos títulos públicos federais. E verifica se aqui, sobretudo, com a EURO, o senhor pode ver o seguinte, que a EURO e a QUANTIA aparecem novamente, aqui com as operações com debêntures, mas que há um destaque especial para o Banco BRJ.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei nem que banco é esse.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos aqui todas as cadeias negociais das operações com debêntures, eu não vou explicar porque exatamente é muito parecido com a sistemática. Essa parte aqui do Banco Santos nós já discutimos. Em geral, a nossa análise sobre... O senhor me disse que a orientação que o senhor recebia é para que promovesse investimentos mais conservadores.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro. Era essa a nossa linha de ação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor acha razoável que a NUCLEOS tenha, em parte, concentrado os seus investimentos na aquisição de títulos de instituições que

não gozam de tanta credibilidade no mercado e que, portanto, oferecia um risco maior?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Quais, por exemplo?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos aqui uma série delas. Um exemplo seria até desnecessário, porque um exemplo já foi aqui exaustivamente tratado que foi o Banco Santos. Né? Mas teríamos alguns outros exemplos, o Banco Prosper, enfim, há uma concentração em instituições de menor porte, instituições financeiras de menor porte, em detrimento das grandes instituições nacionais, as grandes instituições oferecem um retorno, as vezes, menor, porém, um risco muito menor, infinitamente menor. Né? E não há dúvida, é indubitável que as aplicações em títulos privados foram mal feitas, sobretudo, porque pelo menos 7 milhões o senhor já reconheceu aqui do Banco Santos foram provisionados para perda.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim. Sim, mas, como também já disse e já saiu no jornal os fundos prejudicados, provavelmente, entrem com uma ação contra o Banco Central. Pela demora com que ele teve em fazer a intervenção e nos deixar acreditando que as coisas corriam bem.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Gildásio, é evidente que essa CPI, essa Subrelatoria, ela não concluirá os seus trabalhos sem antes buscar caracterizar a responsabilidade jurídica de dirigentes e ex-dirigentes de fundos de pensão. Existem dois fundos que até o presente momento se destacaram pela expressividade dos problemas. Um fundo foi a PRECE, nós já ouvimos aqui alguns dos seus diretores, existem aí outros que serão ouvidos e o outro fundo foi a NUCLEOS. Esses dois, eles são confirmadores, eu insisto, do acerto dos nossos critérios. A NUCLEOS, sobretudo, por quê? Porque os nossos números eles batem rigorosamente com os números apurados pela atual diretoria, através da consultoria que contratou, da KPMG. Certo? Então é indubitável. O problema existiu, ponto. A perda ocorreu, ponto. Houve, eu diria, aqui uma extrema irresponsabilidade, no mínimo, na gestão dos recursos dos segurados. Só que o nosso objetivo é saber quem é o principal responsável. E o senhor se filia à minha tese de que os diretores do fundo, e eu quero tratar de forma solidária, eles respondem pelos recursos administrados nos fundos exclusivos, geridos pelos fundos exclusivos. E eu queria, por último, antes de encerrar as minhas palavras, franquear ao senhor a possibilidade de forma muito clara, transparente e até mesmo para o senhor se ajudar, porque é isso que a gente quer que o senhor possa se ajudar, então franquear a possibilidade

que o senhor pudesse nos indicar se é que o senhor tem condições, quem foi ou quem foram os responsáveis por essas perdas verificadas na NUCLEOS. A última coisa que nós queremos aqui é promover injustiças com quem quer que seja. O senhor não seria a primeira pessoa a fugir à nossa regra. Mas a gente precisa perquirir essa responsabilidade, o senhor era o responsável da área porque era o diretor financeiro e acima do senhor havia também a responsabilidade do senhor Paulo Figueiredo, então diretor Presidente, abaixo do senhor a senhora Fabiana, né? Então eu queria, por último, dar a oportunidade ao senhor para que o senhor de forma muito clara, falando a verdade, eu insisto, coloquei o senhor na condição de investigado para que o senhor não tivesse que assinar o termo de compromisso, certo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, mas eu entreguei aí.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, mas o ponto de vista técnico, eu fiz isso para fazer justiça. Então eu queria franquear por último ao senhor essa possibilidade, que o senhor nos dissesse que tipo realmente de interferência houve, né? Como é que isso pode ter se operado, quem são os responsáveis por essas perdas que a NUCLEOS teve.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Bom, com relação ao Banco Santos, nós tivemos aqui uma divergência de metodologia com relação aos 7 mil com os 8 mil e com relação a intervenção do Banco Central. Eu não vou me repetir porque eu já deixei isso informado. Com relação a KPMG eu também já dei a informação do porquê que eu acho que aqueles dados, na hipótese, não são fatos conclusivos, são em valores investigativos e não conclusivos. Com relação as demais, eu desconheço, vou tomar ciência, vou pedir ao Presidente que está ali presente que me passe essas informações para que eu possa me posicionar e mesmo porque eu vou receber, como já fui informado, uma intimação com uma ação por essas perdas. Eu vou ter que me defender. Mas uma coisa eu digo, realmente, eu sou, fui diretor durante este período e, obviamente, eu respondo por esta posição. Mas isso tudo que foi me colocado aí, essas, valores, isso totalmente desconhecido. Eu desconhecia e desconheço estes valores, eu não faço idéia do que é que tinha por trás dessas corretoras. E acho que isso tem que ser muito bem investigado porque muita gente deve ter ganho dinheiro com isso e certamente não foi a diretoria ou pelo menos não foi o diretor financeiro do NUCLEOS, tá? O meu patrimônio, como eu deixei, apresentei aí, eu tenho um patrimônio muito pobre, é meia casa porque ela é comprada com a companheira e um carro.

Este que é o meu patrimônio. Quem achar alguma coisa a mais, que me leve para a cadeia ou faça o que quiser. Mas, de qualquer maneira, isso me deixa estarecido e obviamente eu vou ter que me preocupar mais ainda e me aborrecer muito mais porque eu vou ter que procurar advogados, analisar as questões, vou ter que procurar essas questões, vou ter que ver tudo isso, porque eu faço questão absoluta de que isso não termine mais uma vez em pizza neste país. Eu faço questão que isso vá à frente porque isso prejudica não só particularmente a mim, como outros companheiros sérios como não só os participantes do NUCLEOS, como ao país de um modo geral. A população brasileira está precisando, realmente, de credibilidade. E uma Comissão como essa se conseguir chegar aos resultados que ela se propõe a chegar, vai realmente ser benéfica para o país.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu teria uma última pergunta, Sr. Presidente, o senhor nos disse aqui que se tivesse que escolher hoje a senhora Fabiana não mais a escolheria para gerente financeiro, não é isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Disse isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que ela traiu a confiança do senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não tenho credibilidade nela. Eu não tenho nenhuma acusação, nenhum fato que me permita acusá-la. Apenas que eu não tenho credibilidade em contratar uma pessoa que tenha este grau de parentesco que ela tem.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Paulo Figueiredo continua gozando da confiança do senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não tenho nada contra o Paulo Figueiredo. A minha política com relação ao Paulo Figueiredo é o trato pessoal. Eu não sei, em termos de, eu acho que o trato pessoal é muito ríspido, tá? Então eu não trabalharia mais com ele por causa deste tipo de relacionamento. Mas eu não posso, de maneira nenhuma, levantar qualquer questão com relação a credibilidade dele em gestão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os senhores tiveram muitos choques, durante o período o que senhor era diretor financeiro e ele diretor presidente?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, muitos choques não, mas nós tivemos as nossas rusgas, se não diárias, semanais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em função de questões internas?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Bobas, bobas, bobas. Picuinhas, picuinhas. Como, por exemplo, com

o Marcos Elias aí eu podia rebater algumas acusações que ele faz disso, daquilo, de papel que me deu, que não tem lá e que a gerente hoje diz que ela não tem o papel porque a gerência anterior sumiu com todos os papéis. Eu tenho outras informações, mas eu acho que isso é picuinha não, tem por que, isso não leva a nada. A gente pode até conversar pessoalmente sobre isso, mas não engrandece, não transforma as coisas aonde elas devem ser levadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concludo, senhor relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Nós temos oradores inscritos. Passo a palavra a deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Acho que está sendo muito importante a contribuição e a colaboração do senhor, mesmo que pese alguns pontos obscuros e alguns fatos que o senhor não se lembra, que o senhor não tomou conhecimento. E isso hoje no Brasil está muito normal. Das coisas onde o ordenador de despesa é o responsável e ele não tem conhecimento, não tem conhecimento dos números, não tem conhecimento dos fatos, ter se esquecido e coisas dessas natureza. O senhor já disse como foi a colocação do senhor no cargo. Deixa eu perguntar ao senhor, o senhor tem relacionamento com algum político de algum partido? O senhor conhece algum político?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quais os políticos o que senhor conhece de influência?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Mas relacionamento nenhum.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quais que o senhor conhece?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu conheço o Bittar que é do Rio de Janeiro, o Jorge Bittar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não é conhecer por jornal, por essas coisas, que já se relacionou dentro do trabalho, que já conviveu, que já atendeu.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não atendi.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Conheci como político de, de passeata como o Chico Alencar também.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor considera que entre a Fabiana e o presidente o senhor foi vendido, vamos dizer assim, na situação? Em algumas operações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, isso seria uma ilação, mas eu, muitas vezes, vi os dois conversando sobre assuntos financeiros. Mas... O presidente como o presidente, ele tinha essa autoridade de conversar com quem ele quisesse.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está certo. O banco HLB ou WestLB, ele era um administrador de um fundo exclusivo na gestão do senhor, né?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá. O senhor se lembra de ter assinado algum documento onde o banco WestLB se eximia das responsabilidades da realização de operações no mercado financeiro?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. Eu estou dizendo que eu me lembro dessas aplicações que eu fazia com o outro diretor, aí a gente eximia o banco daquela responsabilidade por aquela compra daqueles papéis. Mas nesse sentido não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, é esse sentido que eu estou perguntando.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, nesse sentido--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor, a pergunta é: O senhor lembra de ter assinado algum documento aonde o senhor eximia a responsabilidade do banco pela realização das operações? Porque o banco era o administrador, o senhor assinava um documento dando isenção ao banco pela responsabilidade de alguma das operações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, nós tínhamos o contrato com o banco. Dentro do contrato--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não o contrato, o senhor eximia o banco de alguma operação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Além do contrato não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor determinou ou tem conhecimento que a senhora Fabiana tenha assinado este documento?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Também não tenho conhecimento não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, esse documento o senhor sabe que se existir é um documento que é um procedimento que não é legal, inclusive fora das normas da CVM?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Acredito que sim, ele existe?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Existe, senhor relator, eu gostaria de deixar constado em ata e eu vou fazer esse requerimento na próxima sessão administrativa, solicitando ao banco WestLB que encaminhe os documentos que, onde os diretores ou a diretora ou a gerente financeira dá, exime ou tira, exime a responsabilidade do banco pelas operações financeiras.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Deputado Carlos, só para entender melhor, o senhor também tem informação de que esse documento teria sido assinado pelo Dr. Gildásio?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não, é assinada pela diretoria. Agora como a senhora Fabiane, eu acredito que ela não tenha competência para assinar um tamanho dessa envergadura e ela sendo subordinada a ele, eu acho que aí existe uma co-responsabilidade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): É possível que esse documento, inclusive, conste das informações que foram trazidas pelo Dr. José Raphael. Ele trouxe aqui um volume grande de informações, que ao que me parece tenta traduzir todas essas irregularidades. Então é possível que esse documento inclusive esteja aí. Vamos verificar, se não, V.Exa. pode preparar o requerimento e a gente aprova.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então tá. Outra situação, Sr. Presidente, que, senhor Relator, Sr. Presidente, senhor Gildásio, é que a “família Pororoca”, a família do, a família do senhor Haroldo Filho, ela é muito grande e o senhor e todos eles envolvidos no mercado. O Haroldo Filho é da SAFIC, o Murilo é ligado também, O Haroldo Filho é sócio, parece-me que de gaveta, a Rogéria Beber é esposa e laranja do Murilo Filho. O Christian Filho é ligado a ARBOR. E aí sucessivamente. Até nós chegarmos a Fabiana Carneiro, que é prima do Cristiano, do Murilo e do Haroldo que são do mercado, conseqüentemente, sobrinha do Haroldo Filho, vulgo Pororoca. E o senhor que é um homem que foi de mercado, o senhor estava lá, administrando, o senhor tinha que estar, e o senhor mesmo me recordo, há pouco tempo atrás, disse que o mercado é pequeno, todos se conhecem. Como que uma gerente com um grau de parentesco tão íntimo, com tantas pessoas do mercado, o senhor só foi ter conhecimento de que ela tinha esses graus de parentesco, depois quando saiu na imprensa? Só concluindo, nenhuma dessas pessoas visitaram o senhor, nenhuma das pessoas de bancos que iriam procurar o senhor para investimento, o senhor não sabia que a ARBOR ela era ligada ao Cristiano que é primo da Fabiana? Como que ela consegue esconder esse

parentesco esse período todo? Num mercado tão pequeno como o senhor disse que é esse.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Bom, eu no início eu li meu currículo resumidamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então o senhor olhou sobrenome, o nome do pai, da mãe?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Li o meu currículo Vitae.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pensei que olhou o currículo dela, desculpa.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: No meu currículo eu nunca tinha trabalhado no mercado financeiro. Eu não sou um homem de mercado financeiro. Então eu não conheço o mercado financeiro. Eu não conheço as pessoas. Então eu não, se me perguntar se eu conheço essa lista de nomes que o senhor citou, que V.Exa. citou aí, realmente para mim são totalmente desconhecidos. Alguns eu conheço de jornal. Por essas informações que têm saído aí.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está certo. A Fabiana, já disse, é prima de Cristiano Almeida Rego que era sócio da ARBOR gestão de recursos, que operava na gestão do senhor. Quer dizer, pelo menos uma empresa da ARBOR que geriu alguns recursos, eu acho que o senhor ou ela sabia quem era ou pelo menos ela deveria falar: “Olha, isso daí é de um primo meu, nós estamos gerenciando recurso, tal.” Alguma coisa nesse sentido.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nunca ela falou.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Nunca disse. Então o seguinte, os fundos exclusivos da NUCLEOS aplicavam recursos em cotas do fundo ARBOR FIF, gerido pela empresa da família Almeida Rego. De quem foi a decisão de investir nesse fundo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Do gestor do fundo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Foi da diretoria da NUCLEOS ou dos bancos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Dos fundos de investimentos. Do fundo de investimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não acha estranho que uma gama de milhares de fundos de investimentos geridos pela mais renomada instituição nacional, que é a NUCLEOS e internacional vá colocar um fundo, um recurso em uma set sem expressão nenhuma? Porque não tem, o senhor há de convir comigo que ela não tem expressão. Pelo tamanho da NUCLEOS.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Até que resultados que ela apresentou foram positivos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então se tiver resultado positivo--

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, não é fato.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sei.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não é fato, acho que tem outros princípios morais--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Segundo foi publicado na imprensa havia uma mesa de operações paralela, que funcionava na ARBOR gestão de recursos e era formado por Murilo de Almeida Rego, Christian de Almeida Rego, Carlos Eduardo Carneiro Lemos e Cristiano Beber. O Cristiano Beber, o senhor conhece? Não? Carlos Eduardo Carneiro Lemos? O senhor sabia que tinha essa mesa de operações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A maioria deles aparecia como beneficiário em operações suspeitas com relações a NUCLEOS e seus fundos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor não tinha conhecimento desta operação paralela?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro que não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor sabia das informações que os bancos gestores, principalmente, o banco industrial apenas registravam as ordens dadas por este grupo para dar uma aparência legal às operações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, o senhor conhece a corretora LIQUIDEZ?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A SAFIC?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, corretoras eu praticamente não conheço nenhuma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá.

O senhor tem conhecimento que, pelo menos depois que senhor saiu, para o mercado mesmo sem conhecer, o senhor tem conhecimento que a CVN ela, ela intimou a Corretora LIQUIDEZ e o senhor Christian de Almeida por indícios de operações fraudulentas em operações flexíveis?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor não tem conhecimento?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então o senhor também não tem conhecimento que estas, a continuidade deste inquérito só terminou por ausência de documentos que comprova a movimen-

tação na bolsa dessas empresas? Também o senhor não deve ter conhecimento.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, eu não acompanhei mais essas matérias.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu

gostaria de solicitar ao nobre Relator, ao nobre Presidente e eu vou requerer, mas eu gostaria que fosse constado, eu vou lhe trazer a apreciação dos nobres pares, a solicitação a CVN de cópias do processo da forma que estão contra a Corretora LIQUIDEZ e contra, conseqüentemente, o senhor Christian de Almeida Rego que foi cliente dessa construtora. Dessa corretora. E conseqüentemente também, inclui-se a SAFIC. E aí, senhor nobre Relator, a SAFIC, ela acaba tendo uma ligação direta com o senhor Arnaldo César Coelho, diretor da LINK CM. E essa LINK tinha ligação com o senhor Cristiano de Almeida. E existe um requerimento de minha parte solicitando a quebra do sigilo bancário, telefônico e etc. Da corretora LINK que já está nessa casa, inclusive a quebra de sigilo e a convocação. Eu gostaria, senhor nobre Relator Osmar Serraglio, com a permissão do deputado ACM Neto, que nós pudéssemos pelo menos levar a apreciação do plenário na próxima reunião. E também solicitar a CVN--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): CVM.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

CVM o processo em andamento contra essa corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria, no rol--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Aproveitando os requerimentos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Só sugerir também, de antemão, Deputado Osmar, que nós incluamos as convocações imediatas do senhor Paulo Figueiredo e da senhora Fabiana Carnaval. Eu acho que é imprescindível termos os dois depondo aqui para fecharmos, né? Todo o mapa dessas possíveis irregularidades que envolviam a NUCLEOS.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E

aí, nobre Relator, eu gostaria de acrescentar também, que a Comissão de valores mobiliários, ela encerrou também este relatório dizendo que a ausência completa de controles verificada em cada uma das inspeções nas corretoras envolvidas, inviabilizou por completo o exame na distribuições de negócios. Ou seja, as boletas internas. Eu vou passar a apreciação da Mesa essas boletas internas, vou passar a apreciação da mesa essas boletas internas, porque talvez com essas boletas que a CVM tiveram dificuldade de encontrar, ela possa agora realmente concluir este processo in-

investigativo e realmente poder punir essas empresas. Porque hoje, inclusive--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Posso registrar como um documento apresentado por V.Exa.?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Faz favor, faz favor, gostaria só de solicitar a CVM se ela reconhece como autêntica essas cópias.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço, desde já, ao Paulo Roberto, que entre em contato com o Garcia que é o representante da CVM na nossa Força Tarefa, a fim de que ele possa, inicialmente, atestar a autenticidade desse documento e, posteriormente, que ele possa ter essa informação para o seu controle interno assim como também que essa informação possa ser compartilhada com toda a nossa equipe técnica para a sua análise.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. E aí, Sr. Presidente, caro Relator, eu chamo a atenção para uma das coisas importantes dessa sub-comissão e a responsabilidade sobre toda o colegiado dessa Comissão, como V.Exa., Osmar Serraglio, como Relator, nobre Deputado ACM Neto como Sub-relator, que aprofundando um pouco mais e inclusive conforme a publicação no jornal que está aqui hoje, Folha de S.Paulo, alvo da CPMI é suspeita, alvo de CPMI é suspeito de lavar 3 milhões. E eu fui ao site da CVM, da Comissão de valores mobiliários e consegui buscar lá um relatório onde mostra claramente, já um relatório finalizado, e mostra que uma lavagem de dinheiro, e apresenta o pagamento feito ao vulgo senhor Pororoca que vira e mexe ele está em todas essas irregularidades, aparentemente, e já dita como ilícitas. O senhor Haroldo Filho recebeu cheques de terceiros para liquidar compras de títulos e aqui tem o número do cheque que ele recebeu e pagou com cheque de terceiros, que isso é proibido pela legislação. Isso já diagnosticado e detectado. Isso fere a lei 9613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem e ocultação de bens. E dentre elas, nós detectamos aqui que 70% dessa transação dita lavagem de dinheiro, ou seja, 2/3 foi apenas um cheque da FENASEG, convênio DPVAT. Ou seja, o DPVAT que a cada ano sobe 5%, mesmo os acidentes automobilísticos caindo a cada dia no país, onde deveria diminuir o DPVAT, é um imposto sofrido que a maioria dos brasileiros pagam por este seguro, aplicou um cheque de 2 mil 027, 2 milhões 027 mil 770 reais e 28 centavos, ou seja, ele é responsável por 70% no que está aqui. Então, Sr. Presidente, eu também vou levar a apreciação dos nossos colegas na nossa próxima reunião, uma solicitação de informação a FENASEG para saber se ela, ela dá, ela concorda ou não e se este cheque realmente foi emitido e entregue para o

senhor Haroldo Filho. Se isso realmente constituir, aí eu acredito que o tempo que tem para essa Comissão em apurar e continuar apurando esses fatos delituosos nos fundos de pensão vai ser maior ainda. Porque diante desses todos fatos aqui apresentados, esses relatórios, eu nem tenho dúvida nenhuma, principalmente em relação a esta família grandiosa que opera e trabalha unido neste ramo de investimentos, principalmente, com fundos de pensão, que não vamos ter dúvida nenhuma de que eles tiraram, tiveram benefícios e para continuar nesses benefícios eles apoiaram financeiramente a agentes e partidos políticos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Pois não, eu só encareço de V.Exa. em relação as diversas ponderações que trouxe à baila, que verifique se eventualmente alguns desses requerimentos necessitam de votação nominal, inclusive esses dados que foram encaminhados à Mesa, se eles dependem de sigilo, que tudo isso seja formalizado porque nós pretendemos ter uma reunião na quinta-feira pela manhã.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): E nós já estamos aqui desde as 14 horas ininterruptamente. Temos mais um senhor que será ouvido, o senhor Fernando César Brás Teixeira, mas inclusive nós da Mesa sequer tivemos oportunidade de registrar nossa presença no plenário da câmara, de forma que eu suspendo por até as 19 e 30 essa reunião quando nós retomaremos e concluiremos a pauta do dia. O tempo em que eu agradeço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para esclarecer.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A Vossa Senhoria o comparecimento, os seus esclarecimentos e também, desde logo, deixo evidenciado que nós realmente retomaremos os serviços e o prosseguimento da nossa oitiva às 19 e 30.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, às 19 e 30, para esclarecimento geral, nós vamos ouvir o senhor--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Fernando César Brás.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fernando César Brás, que é justamente o diretor financeiro da NUCLEOS que antecedeu ao período do doutor Gildásio. Então, nós, segundo a nossa lógica, ouvimos primeiro o senhor Raphael, estamos ouvindo agora o senhor Gildásio e vamos,

logo em seguida, ouvir o senhor Fernando Brás que é o antecessor do senhor Gildásio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Está suspensa a reunião.

Sessão suspensa às 18h59

Sessão reaberta às 20h05

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Cumprida a nossa obrigação, que aqui também não deixa de ser outra, nós damos prosseguimento à nossa reunião. Com a palavra, o eminente Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, senhor Presidente e Relator. Doutor Fernando, o senhor acha que o que pesou, fundamentalmente, para a confirmação do nome do senhor como Diretor Financeiro, então, foi a experiência do senhor nas atividades na INB?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já tinha alguma vivência mais direta com a área de investimentos financeiros?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, a minha experiência na área financeira é de uma empresa industrial. E tinha a experiência na área comercial, na área de suprimentos, fora a experiência administrativa, mas, na área financeira, basicamente, é de uma empresa industrial, administração de fluxo de caixa, contas a pagar contas a receber. E quando eu assumi o núcleo, existia lá uma equipe que já vinha sendo mantida há algum tempo, uma estrutura já montada. O que eu precisei fazer foi ir me apoiando, como eu disse, o núcleo não tem estrutura para fazer uma gestão direta de toda a carteira, mantendo os gestores que lá estavam, que vinham apresentando resultados satisfatórios; instituímos regras para as substituições desses gestores, quando isso tivesse que ocorrer, em função do rodízio que nós pretendíamos fazer, em função da rentabilidade desses gestores, ou seja, eles... O nosso objetivo, ao instituir a regra de que cada um, que um gestor, o gestor de pior rentabilidade seria substituído, era no sentido de que eles buscassem uma melhor rentabilidade para o instituto, dentro de regras bastante conservadoras de aplicação. Existia um regulamento para esses fundos, que foi aprovado pelo CCI, pela diretoria executiva do núcleo, que era adequado à legislação, que era a Resolução CMN, do Conselho Monetário Nacional, 28/29, na época, bastante conservadora, pela característica da instituição, uma instituição que lida, que lida com compromisso de longo prazo, com a poupança coletiva, tem que ter uma gestão conservadora. E os regulamentos que nos

aprovamos para todos os fundos, eles eram iguais para todos, as regras valiam para todos, era bastante conservador e adequado às normas vigentes, à legislação vigente. O que nós poderíamos conseguir, um pouco mais de rentabilidade dentro desse, de um cenário de segurança, de risco, de não assumir riscos desnecessários, era fazer com que o gestor buscasse um algo mais, além daquela meta que estabelecemos para ele. Porque senão, mesmo se, se eles não conseguissem, o pior deles seria substituído, mesmo que desse rentabilidade superior à meta; e os critérios para substituição foram os critérios que já esclareci aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive, eu queria registrar, até porque para a parte da nossa indagação, logo a seguir, que o senhor, de todos os diretores ouvidos até o presente momento, foi o único que me apresentou, objetivamente, os critérios definidos para a seleção dos gestores dos fundos exclusivos, até mesmo para a seleção de corretores que viriam operar em mercado de ações. Nós já ouvimos dirigentes de um outro fundo de pensão, que é a PRECE, já ouvimos, aqui, um ex-Diretor da NUCLEOS, e todos eles foram extremamente evasivos e genéricos na afirmação de critérios para a seleção de gestores dos fundos exclusivos. O senhor está sendo o primeiro que, inclusive documentalmente, nos traz aqui o elenco desses critérios. No que confirma, no que confirma--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu tenho as atas, há vários critérios, isso permaneceu durante toda a nossa gestão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente.--O que confirma que os resultados obtidos pelo Fundo de Pensão, eles são fruto do maior ou do menor rigor com que se procura estabelecer a política de investimentos, o controle das pessoas que estão manuseando os recursos. Isso aí eu acho que é uma confirmação que, inclusive, fica muito patente naquilo que a CPMI apurou sobre a gestão do senhor. Mas, o senhor nos dizia que, quando chegou à diretoria financeira, não tinha uma grande vivência na área de investimentos, de operações em geral realizadas no mercado. Presumo eu, e se eu estiver correto, que o senhor confirme, se eu estiver equivocado, que o senhor me corrija, presumo eu que o gerente financeiro que estava subordinado ao senhor era a pessoa que tinha maior conhecimento técnico dessa área, estou certo ou não?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É, a pessoa que cuidou da gerência financeira na maior parte da minha gestão, porque, durante alguns meses, o gerente que lá estava continuou, mas depois ele preferiu voltar para patrocinadora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o gerente no período em que o senhor assumiu a diretoria?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Era o Eugênio Toledo Mechas (?), que é oriundo da patrocinadora, era empregado da INB também, que estava lá há alguns anos. E, depois de alguns meses, preferiu voltar para a patrocinadora. A pessoa que era a segunda da estrutura da gerência financeira tinha uma experiência anterior de mercado financeiro, tinha trabalhado em corretora e, no período que eu estive lá, nesses três meses, eu avaliei que ela tinha condições.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como era o nome da pessoa?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Virgínia... O nome completo eu não sei, mas eu posso passar depois, ao final, eu acho que eu tenho--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O primeiro nome era Virgínia?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Virgínia. Ela tinha uma experiência anterior na área, no mercado financeiro, tinha trabalhado em corretora de ações, e esse perfil era, era adequado para a necessidade da NUCLEOS porque, na realidade, a nossa carteira de renda fixa era terceirizada. Tínhamos gestores profissionais que nos davam o suporte, os subsídios e tinham a meta a cumprir, dentro de regulamentos, como eu já disse, ela tinha um conhecimento maior na área do mercado variável, que era a nossa carteira própria. E, então, eu avaliei, na época, até em função da necessidade que a NUCLEOS tinha, de reduzir custeio administrativo; nós temos uma limitação, e a NUCLEOS é um fundo pequeno, temos limitações de gasto na estrutura administrativa, nós preferimos não contratar uma pessoa para o lugar do gerente que tinha saído e promovemos a Virgínia, sem repor a vaga. Então, ao mesmo tempo, reduzimos o nosso custeio administrativo e mantivemos a estrutura que, na nossa avaliação, era adequada à necessidade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela exerceu a gerência financeira durante todo o período do mandato do senhor?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Todo o período.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, lhe confesso que, de todas as minhas curiosidades, a maior e que eu expressarei agora, diz respeito à saída do senhor. Nós sabemos que o mandato do senhor iria até setembro de 2004--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Hum-hum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --No entanto, o senhor interrompeu

o seu exercício na diretoria financeira em agosto de 2003, um ano antes. O que é que motivou a saída do senhor da diretoria financeira da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: A mudança de gestão nas patrocinadoras, a mudança de governo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, em 2002, houve uma eleição. Em 2003, houve a assunção de um novo governo e, portanto, de novas estruturas de poder e foi justamente com essa mudança que o senhor saiu?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Sim, é a avaliação que eu faço, em função da administração que nós vínhamos fazendo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, só para entender claramente, porque essa é a minha opinião, pode ser também a do senhor. Então, o que motivou a saída do senhor foi um desejo político de um novo governo que, portanto, tinha novos administradores nas patrocinadoras, de mudar a gestão do fundo de pensão da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É isso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso? Eu queria que o senhor pudesse nos dizer um pouco mais do ambiente dessa mudança. Como é que isso aconteceu? O senhor foi chamado pela nova direção das patrocinadoras? Quem é que procurou o senhor, que tipo de conversa eles tiveram? Como é que isso foi colocado? Como é que isso foi abordado? Porque o senhor, sustentando aqui resultados que, ao seu ver, nós vamos ainda tratar pormenorizadamente de cada mercado, mas resultados, aparentemente pelo menos, não negativos para o fundo e, de repente, há uma mudança de governo e se desconsidera um trabalho técnico que estava sendo feito e, por um desejo político, o senhor é chamado a deixar o seu cargo? Como é que foi esse ambiente, como é que as coisas se processaram? Se o senhor puder nos relatar, historicamente, como é que a coisa aconteceu?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Desde a minha nomeação, até a minha saída, houve a mudança da legislação que mudou a forma de indicação dos diretores da, dos dirigentes de fundações. Anteriormente, as patrocinadoras, o estatuto era que determinava a forma de indicação. No meu caso, os presidentes das patrocinadoras se reuniam, cada um indicava o seu representante, havia um consenso e os três nomeavam os dirigentes. Havia um conselho deliberativo que fazia a gestão, o mapa, a gestão estratégica do instituto, fazia o acompanhamento e tal e esse conselho deliberativo funcionou com esse papel

ao longo da nossa gestão. Com a mudança da lei, a 108109, no caso mais específico a 109, o conselho deliberativo passou a ser o responsável pela nomeação dos dirigentes dos fundos. Esse conselho é composto por três membros indicados pelas patrocinadoras e três eleitos, sendo que, obrigatoriamente, por força da legislação e do próprio Estatuto do NUCLEOS, que se adaptou à legislação, a presidência do Conselho pertencia a um dos indicados das patrocinadoras e a presidência tem o “voto de Minerva”. Quando houve a mudança na patrocinadora, porque a mudança na patrocinadora demorou um pouco mais a acontecer, só aconteceu em maio, e a mudança na NUCLEOS veio dois meses e meio depois, de dois a três meses depois. A relação mais direta com o conselho era feita pelo Presidente, que é o que representa o instituto, a fundação, no caso, institucionalmente. Chegou a mim a informação de que havia o desejo do conselho de mudar a administração. Eu exerço cargo de confiança há quase 18 anos na INB, uma empresa estatal, e sei que cargo de confiança pertence a quem nomeia. E quando chegou a informação de que haveria mudança, nós, prontamente, eu e o Ronaldo Bufo, que era o Presidente à época, que tinha sido nomeado junto comigo, acatamos, colocamos o nosso cargo à disposição, já que é um cargo de confiança. Mudou a gestão da empresa, nós não éramos eleitos, nós tínhamos sido indicados pelas empresas. Na realidade, as empresas é que têm o controle dos fundos, através do conselho deliberativo. Nós acatamos, naturalmente, o desejo de substituição e voltamos para as nossas patrocinadoras. Assim que houve a mudança, eu retornei à INB para exercer minhas funções lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Naquele momento, salvo melhor juízo, o Presidente da INB, indicado já pelo novo governo, que é o atual governo, o Governo do Presidente Lula, era o senhor Luis Carlos dos Santos Vieira.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Certo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Foi ele quem chamou o senhor para comunicar que a patrocinadora pretendia indicar uma outra pessoa?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, o Presidente do conselho deliberativo da NUCLEOS falou com o Presidente da NUCLEOS, o meu colega de diretoria, Ronaldo Bufo, e eu fui comunicado. Foi feita uma reunião do conselho deliberativo, onde nós fomos chamados e o processo foi formalizado nessa, em duas reuniões do conselho deliberativo; na primeira, colocamos o cargo à disposição; na segunda, eles

nomearam, exoneraram, nos exoneraram e nomearam a nossa diretoria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é segurado da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Desde que entrei na empresa, há 22 anos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, como segurado, já estou perguntando como segurado, não como dirigente, como segurado, de que forma o senhor enxerga as perdas registradas por este fundo de pensão nos anos de 2003 e de 2004, perdas estas apuradas pela CPMI, porém, já reconhecidas pela atual diretoria da NUCLEOS, eu vou ficar com o número da atual diretoria da NUCLEOS, que é algo em torno de 40 milhões; então, são 40 milhões de reais dos segurados da NUCLEOS, portanto, que também fazem parte de uma reserva do senhor. Então, como segurado, eu queria saber qual é a impressão do senhor sobre essas perdas registradas em 2003 e 2004?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA:

Quando eu assumi a NUCLEOS, uma das, além da minha postura profissional, de fazer um bom trabalho, que eu sempre procurei fazer nos cargos que eu exerci, eu tinha um, como é que eu vou dizer, um objetivo maior. Porque eu sabia da responsabilidade de cuidar da poupança coletiva de pessoas que eu conheço há 20 anos, que são meus colegas de trabalho. Eu estou lá há muito tempo, tem pessoas que estão lá todo esse tempo comigo e, quando eu fui indicado, eu me conscientizei de que isso era uma responsabilidade a mais que eu tinha em relação à gestão desse recurso. Então, o que eu já faria, normalmente, de procurar fazer a melhor gestão possível, dentro das minhas limitações, das minhas condições, eu tive essa preocupação. Porque estava, além de estar tratando da minha poupança, da minha economia, da minha aposentadoria, estava tratando da aposentadoria dos meus colegas e até amigos que eu tenho dentro da empresa. Como segurado, vejo com muita preocupação essas perdas que, na realidade, são 40 milhões que trocaram de mãos e considero inaceitáveis. Porque não é necessário ser um especialista de investimentos para fazer uma gestão conservadora. A gestão de um fundo de pensão, ela é feita, basicamente, hoje em dia, com o mercado oferecendo serviço de gestão terceirizada, profissional, que dá um apoio de análise, de suporte técnico para que você entenda o cenário daquele momento, para tomar as decisões, para fazer um plano de aplicações dos recursos; você não precisa ser um especialista da área, basta você ter uma linha, uma diretriz, uma visão de qual é o seu papel ali. O NUCLE-

OS, como qualquer fundação, tem que ter, precisa ter uma gestão conservadora porque nós estamos tratando da poupança coletiva, estamos tratando com compromissos de longo prazo. Daqui a 40 anos, espero estar usufruindo dos recursos que estão lá, do patrimônio do NUCLEOS. Eu acho inaceitável, eu fico preocupado, como segurado e fiquei preocupado desde o primeiro momento, quando vi pelos informativos as mudanças na carteira do NUCLEOS, o que estava acontecendo, venda de Petrobrás, compra de debêntures de crédito privado, que é um risco desnecessário você assumir, e considero inaceitáveis.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na avaliação do senhor e aí já não mais como segurado e sim como ex-diretor, o desempenho da diretoria que sucedeu ao período da gestão do senhor é um desempenho condenável?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Inaceitável.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inaceitável. O senhor já nos disse, aqui, que credita a mudança da direção da NUCLEOS a razões de natureza política pela mudança de governo--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu não diria política, mas de gestão. Houve uma mudança de gestão, que tem um caráter político maior. Houve uma mudança de governo sensível, uma mudança realmente forte. E houve uma mudança de gestão. Nesse caso, como o cargo é de confiança, a gestão, a nova gestão--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: -- Optou por fazer a substituição, colocando pessoas, naquele cargo, da sua confiança, nesses cargos que são de confiança.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem informações, ou pelo menos ouviu comentários, sobre a nomeação do senhor Luis Carlos Vieira para a presidência da INB? Se ela teve e respeitou a um caráter político-partidário, se houve, eu diria, que um desejo, sobretudo, de segmentos ligados ao Partido dos Trabalhadores, para que o senhor Luis Carlos Vieira chegasse à presidência da INB? E eu lhe pergunto isso, e talvez o senhor tenha condições de responder, porque ele, como Presidente da patrocinadora, que tinha a incumbência de também indicar um membro para compor a diretoria da NUCLEOS, mas, além disso, como Presidente da empresa da qual o senhor era e é funcionário, então, o senhor tem informações sobre a nomeação do seu Luis Carlos Vieira? Se ela respeitou a essa lógica política, e

se essa lógica política tinha uma relação direta com interesses do Partido dos Trabalhadores?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É, na realidade, o que houve com a mudança de governo foi uma mudança, não podemos fugir da palavra, política. Então, na INB não foi diferente. Eu não sei de nenhuma vinculação direta, se o ex-Presidente Vieira é filiado ou não ao PT, mas a gente... Eu ouvi, mas não posso afirmar--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas são esses tipos de comentários?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu não posso afirmar, mas que eram, eram indicações políticas em função da mudança de governo. Eu não sei, exatamente, se do PT ou de outro partido da base, de qualquer outro partido, mas que houve uma mudança de gestão, em função da mudança de governo; houve isso na INB, como houve nas outras estatais também.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com essa mudança da INB, das patrocinadoras, já constatamos aqui, houve a mudança na direção do fundo de pensão e passou a assumir a diretoria, presidência, o senhor Paulo Figueiredo que, segundo as nossas informações, era, e é capaz de ser, de continuar sendo, muito alinhado com o PCdoB do Rio de Janeiro e também com o PT. O senhor tem essas informações?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Tenho. Ele foi, ele era o diretor eleito, na época. Foi colega de, da diretoria, durante a nossa gestão. Ele era o diretor de benefícios e eu... Ele era realmente filiado ao PCdoB.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era filiado ao PCdoB?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: A informação que eu tenho é essa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era filiado ao PCdoB. Muito bem, com relação ao senhor Gildásio Amado Filho que foi propriamente o sucessor do senhor, eu indagaria-- Algum problema ou não? Eu sei que está tendo votação, mas eu sugeriria, Deputado Osmar, que a gente não interrompesse, que a gente pudesse prosseguir, depois justificaremos ao Presidente Aldo. Os trabalhos da CPI, eu acho que são tão importantes quanto as votações. --Bom, então eu perguntaria, mais propriamente sobre a escolha do senhor Gildásio Amado Filho, o senhor acha que também ele pode ter respondido a interesses partidários?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Acho que sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mais propriamente interesses partidários de que sigla? Do próprio PCdoB, do PT?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu não tenho essa informação, eu não... O Gildásio é funcionário da INB, também, já há algum tempo, mas não tenho proximidade para saber, exatamente, se ele é filiado de algum partido, mas ele era diretor de sindicato, tinha uma atuação política dentro da empresa, então, eu acredito que essa nomeação também tenha esse caráter.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, a gente poderia constatar, se eu tiver equivocado, o senhor me corrija, que até o período do senhor, havia um prestígio ao critério técnico e o senhor foi escolhido dessa forma; que, no entanto, com a mudança de governo, com a assunção de uma nova estrutura de poder, inverteu-se essa lógica e que a meritocracia, ela deu espaço à indicação político-partidária?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É fato.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): É fato?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Na INB isso aconteceu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu não tenho dúvida que esse fato também está associado ao péssimo resultado que a NUCLEOS apresentou, justamente no período em que foi ocupada partidariamente. Mas eu indagaria ao senhor: Então, nós vimos que o senhor Paulo Figueiredo foi uma indicação partidária, o senhor Gildásio foi uma indicação partidária, e a indicação da senhora Fabiana, chegou alguma informação ou algum dado ao conhecimento do senhor, que lhe permitisse nos trazer, aqui, algum tipo de luz, no sentido de entender a escolha da Fabiana para gerente de investimentos, gerente financeira da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não tenho essa informação porque, a partir do momento-- Ela não tem nenhum vínculo com a INB, não tinha nenhum vínculo com a INB. --A partir do momento que eu deixei a NUCLEOS, eu perdi completamente o contato. Fui desempenhar minhas funções na INB e acompanhei as atividades na NUCLEOS pelos informativos que eram divulgados, pelos resultados. Então, essa informação eu não, não tenho condições de prestar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor confirma que esses critérios que foram adotados no período da sua gestão, seja para a escolha de gestores dos fundos exclusivos, seja para escolha das corretoras, que esses

critérios simplesmente foram rasgados pela diretoria que o sucedeu?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: A informação que eu tenho é oriunda do relatório da auditoria que foi realizada quando a NUCLEOS apresentou um resultado pífio, em 2004, que ficou um terço, vamos dizer assim, da meta. É que não, por esse relatório que a nova, a atual diretoria da NUCLEOS-- Quando eu soube da minha, da minha convocação por essa Comissão, eu pedi para ter informações, que alguma coisa tinha em casa ou de memória, mas as informações mais consistentes eu não tinha porque eu estava afastado há dois anos do Instituto. Então, a atual administração, para que eu subsidiasse a minha vinda aqui, me forneceu uma cópia desse relatório. Pelo relatório, pelo que eu li do relatório, esses critérios foram abandonados, completamente, após agosto de 2003.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor, durante algum momento, a partir da saída da diretoria financeira, teve informações, teve algum tipo de sinalização no sentido da ingerência, mesmo que indireta, que estava sendo exercida pelo senhor Marcelo Sereno, dirigente do PT, então assessor da Casa Civil, nas decisões da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: O que eu sei, é o que foi publicado pelos jornais. Como interessados que somos, os participantes da NUCLEOS e eu, como ex-diretor, obviamente, um interesse maior e outras pessoas que também acompanham de perto, a gente começou a acompanhar os acontecimentos e eu recebi, li nos jornais ou recebi matérias dos jornais, falando sobre esse tipo de ingerências, mas só o que foi publicado nos jornais porque, como eu disse, depois que eu saí da NUCLEOS e retornei para a INB, fui desempenhar minhas atividades, e não tive nenhum acompanhamento mais próximo, a não ser aquele de participante via informativos e o que é publicado pela imprensa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu questionaria ao senhor: Nos corredores da INB, nas conversas informais dos funcionários de carreira, das patrocinadoras e também da própria fundação, existia esse tipo de comentário, quer dizer, essa dúvida era suscitada? Pergunto, em caráter informal, é claro que, a partir do momento em que a imprensa divulga, torna-se de conhecimento público. Mas eu perguntaria ao senhor se, dentre a equipe de funcionários, havia esse tipo de comentário, de uma possível ingerência ou de interesses ou de intervenções do senhor Marcelo Sereno na NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Em cima das notícias de jornais, sim. Das notícias que fo-

ram publicadas, sim, as pessoas, nós conversávamos, trocávamos idéias, perguntávamos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses comentários, eles se verificavam já a partir do final de 2003?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não sei, não saberia dizer. Ficaram mais intensos a partir do momento que os resultados que a NUCLEOS apresentou mostraram que havia alguma coisa errada e, a partir do momento em que a imprensa passou a cobrir esse tipo de assunto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, constatado o problema, verificadas as perdas, anunciadas as perdas, até porque não se tinha como omitir do balanço, sobretudo de 2004, uma rentabilidade tão inexpressiva, então, diante desse quadro, diante desse cenário, nos comentários, nas conversas entre os funcionários era, eu diria que normal que surgissem dúvidas sobre a interferência do Marcelo Sereno, que pudesse ter contribuído para essas perdas.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Baseado no que foi era publicado, sim. Todas os comentários que eu ouvi eram baseadas nas informações que eram publicadas pela imprensa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além dessa interferência do Marcelo Sereno, e eu quero, de antemão, afirmar que já estava convencido da necessidade de convocá-lo, e que pretendo votar, na próxima reunião administrativa, um requerimento para, imediatamente, agendar a vinda do senhor Marcelo Sereno aqui, acho que já temos elementos suficientes para isso. Mas além da influência do senhor Marcelo Sereno, nesses comentários, nessas conversas, enfim, existiam outros nomes que apareciam também, de dirigentes partidários ou de dirigentes do próprio governo, que pudessem estar tendo uma influência nas decisões da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nome mais comentado era do Marcelo Sereno sempre os comentários eram em torno dele?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria ao senhor o seguinte: Os recursos de renda variável eram geridos diretamente pela fundação. Como é que se dava esse processo de discussão das decisões de como, quando e onde aplicar? O senhor já nos disse, aqui, que o perfil era um perfil conservador, moderado, cujo objetivo principal era proteger a poupança dos segurados. Eu

queria saber, na prática, como é que esse debate se dava, como era a relação da diretoria do senhor com a gerência de investimentos, ou seja, com a gerência financeira, como é que isso, depois, era repassado para o comitê de investimentos, ou seja, quais os procedimentos corriqueiros e habituais para a decisão dessas aplicações em renda variável?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Bom, a gerência financeira tem um papel operacional.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Por gentileza, fale bem próximo ao microfone.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: A gerência financeira tem um papel operacional e técnico, mas a gestão é responsabilidade do gestor financeiro e eu não abro mão do meu papel. Nós tínhamos uma consultoria contratada, que já encontramos lá, era uma empresa de consultoria tradicional no mercado, Lopes Filho, que já tem, na época, eu acho que já tinha mais de 20 anos de tradição. É uma consultoria que não é corretora, não opera no mercado, ela é uma consultoria técnica que faz análise de empresas. Publica, divulga relatórios aos seus clientes e presta consultoria quando solicitada. Nós tínhamos uma carteira, periodicamente nós pedíamos uma análise dessa carteira a essa consultoria para avaliar a situação de cada papel, o preço justo, e fazer a nossa, a nossa avaliação em cima disso. Tínhamos as análises de cenário de economia, da conjuntura econômica, que nós nos utilizávamos dos departamentos econômicos, dos bancos que nós tínhamos como gestores de renda fixa, além do próprio departamento econômico da consultoria de ações, e fazíamos a nossa decisão, propúnhamos, fazíamos propostas de alocação de recursos e, num determinado momento, nós entendíamos que poderíamos alocar um pouco mais de recursos em renda variável, em função do cenário para bolsa, um cenário mais positivo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, era feito um acompanhamento rigoroso?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Era. Para que nós pudéssemos fazer as propostas, nós tínhamos um acompanhamento, uma análise, com apoio desses profissionais que nos contratávamos, pagávamos pelo serviço. No caso do gestor de renda fixa, pagávamos através da taxa de administração dos fundos e, no gestor de renda variável, nós pagávamos um valor fixo, mensal, com uma contra-prestação de serviços, que era a entrega de relatórios e a presença, nas reuniões do comitê, quando solicitado. Então, em cima dos critérios que nós adotamos, nós tínhamos, em cima de uma decisão estratégica de aumentar ou diminuir a alocação de recursos em Bolsa, em função

do cenário que era, da análise de cenário que nós tínhamos, com base nesse respaldo técnico que nós tínhamos dos nossos gestores, nós fazíamos a proposta, no caso, a diretoria financeira, eu pedia à gerência financeira para desenvolver os trabalhos e eu fazia a proposta, com base no trabalho operacional, no trabalho técnico feito, apresentava a proposta ao Comitê Consultivo de Investimentos. Essa proposta era discutida, o Comitê se reunia regularmente, mensalmente e definiam-se lá, quantidades, preços de venda ou de compras, intervalos de preço que nós poderíamos operar e, ao longo do mês, nós executávamos aquelas operações, de acordo com que foi, que era definido no Comitê Consultivo de Investimentos e apresentávamos contas, mensalmente, a esse comitê, que era composto da própria diretoria executiva da NUCLEOS, mais dois representantes do conselho deliberativo, que eram suplentes do conselho deliberativo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como nós vimos, a prioridade máxima foi dada para investimentos conservadores. Quando surgia uma boa oportunidade para se fazer investimentos mais arrojados, que implicariam num risco maior, é evidente que isso não podia acontecer sem uma autorização expressa e uma determinação categórica, no sentido de confirmar a possibilidade de fazer aquele investimento por parte da diretoria do senhor.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Nas verdade, as propostas eram da minha diretoria. Todo o trabalho técnico, de análise, era feito pela minha diretoria; eu à frente do processo, com apoio da minha equipe e com o apoio dos profissionais contratados. E esse material era apresentado ao comitê consultivo de investimentos e, uma vez aprovado, nós executávamos aquilo que tinha sido, que tinha sido aprovado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o senhor já nos apresentou, aqui, os critérios para a seleção dos gestores dos fundos exclusivos. Eu lhe perguntaria se, nesse período que o senhor foi o diretor financeiro, se o senhor verificou a necessidade de promover muitas alterações nesses gestores?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, na realidade, os gestores que nós encontramos lá, eram gestores, na maioria deles, representados por bancos de primeira linha, e havia uma situação, que depois precisou ser mudada, até por força da nova legislação, no sentido de que a NUCLEOS aplicava em fundo aberto. Só que, quando você aplica num fundo aberto, um fundo de prateleira, que qualquer investidor pode fazer aplicação, você não tem o controle do que está dentro da carteira e a legislação, ela estabelecia limites para tipos de papel, categoria de risco

de cada papel. E a NUCLEOS, e as fundações, não vou dizer nem a NUCLEOS, porque era um processo, era o que acontecia em todo o mercado, nós precisamos, ao longo da nossa administração, adequar esses fundos a essa legislação. Ou seja, transformamos fundos abertos em fundos exclusivos, reduzimos de 13 gestores para oito gestores, num primeiro momento, e cinco a seis gestores num segundo momento, somente de fundos exclusivos. Nesse processo, nós estabelecemos como os resultados anteriores eram satisfatórios. E os resultados que nós vimos, que os gestores apresentavam, porque nós contratávamos os gestores para fazer a gestão para a NUCLEOS. A responsabilidade dos resultados, dentro da situação, era dos gestores; nós não tínhamos ingerência. O que nós fazíamos, era estabelecer regras composição de carteira e fazer o acompanhamento de rentabilidade porque a NUCLEOS não tem estrutura para acompanhar operação a operação. Por isso, a necessidade de contratar os gestores; nós acompanhávamos a composição da carteira e a rentabilidade e, tentando otimizar os resultados, nós estabelecemos a regra de que, ao final de um período, no caso seria um ano, o gestor de pior rentabilidade seria substituído por um novo gestor, seguindo aqueles critérios em busca de um *plus*, aí, de um ganho a mais dentro do cenário, dentro de uma política conservadora de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deve saber que a diretoria que o sucedeu promoveu uma mudança bem expressiva dos gestores dos fundos exclusivos, invertendo a lógica que determinava uma opção preferencial para as instituições de primeira linha no mercado. Então, renunciou-se a essa prioridade e acabou-se dando prioridade a gestores, eu diria que, de segunda ou terceira ou quinta linha, o senhor sabe disso?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu acompanhava pelos informativos porque, pela legislação, a cada trimestre as fundações têm que divulgar o seu, a composição dos seus investimentos. E isso era, eu acompanhava pelos informativos que a própria NUCLEOS era obrigada a divulgar. E eu observei isso: A mudança de perfil, vamos dizer assim, tanto nas aplicações em debêntures de carteira própria, quanto nos fundos de investimento. E a mudança que houve, no sentido de terceirizar a gestão de renda variável que também foi feita.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nos chama especial atenção e eu imagino que deva ter chamado a do senhor também, o fato de que Banco Santos passou a ser gestor de um dos fundos exclusivos da NUCLEOS e, como tal, vendeu títulos do próprio banco para esse fundo. Não

foi apenas esse fundo, salvo melhor juízo, o Urânio, não foi apenas o Urânio que comprou títulos do Banco Santos, na verdade, outros fundos exclusivos da NUCLEOS também compraram títulos do Banco Santos. Porém, no caso do Urânio, o Banco Santos era o gestor e vendeu títulos seus para o próprio fundo. Isso seria uma prática admitida na época que o senhor era diretor?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Jamais?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Nem a contratação do Banco Santos nem a colocação de papéis, em função do risco que o título de crédito privado embute. As opções que o mercado oferece, que são, basicamente, os títulos públicos, elas são...O maior tomador de dinheiro do país é o governo, é o Governo Federal, o Tesouro, que coloca os seus títulos e tem um risco mínimo. Enquanto essa opção existir, qualquer outro título, qualquer outro tipo de aplicação, vai envolver um risco maior. E, especialmente o risco de crédito privado. Na realidade, quando eu compro um título de uma instituição financeira, de uma empresa, uma debênture, na realidade, eu estou emprestando dinheiro a uma instituição privada e isso embute um risco que, na minha visão, não cabe a uma instituição, uma fundação, salvo situações excepcionais de avaliação de risco muito favorável que precisa, deve ter uma gestão conservadora, fazer. Eu não faria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe o por quê dessa predileção da diretoria que o sucedeu pelo Banco Santos?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não faz a menor idéia?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, tecnicamente não se justifica pra mim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez chegou algum tipo de informação ao senhor, de que poderia estar havendo um beneficiamento por parte do Banco Santos a diretores da NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque existe uma denúncia de que

o Banco Santos estaria pagando propina a diretores da NUCLEOS para que esses mesmos diretores favorecessem--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Desculpe, eu tenho essa informação que foi publicada, essa informação eu sei, porque foi publicada na imprensa, eu li a matéria a respeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém comentários--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Sobre isso não existiam?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Até a publicação, até a publicação da matéria não tinha nenhum conhecimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Gildásio Amado Filho nos trouxe, aqui, um documento que traça um comparativo ano a ano, a partir de 1996 até 2004, do programa de investimento e da meta atuarial, ou seja, meta atuarial *versus* o que foi realizado efetivamente pelo fundo. E ele nos trouxe, aqui, como uma informação louvável, o que eu não acho, que desses nove anos, em apenas três a NUCLEOS registrou uma rentabilidade que superou a sua meta atuarial e, aí, evidentemente, ele procurava se defender, chamando a atenção para o ano de 2003, que foi um desses anos, certo, que era um ano que estava sob a gestão dele. Mas, então, o seguinte: No período do senhor, a gente verifica que, em 2001 e 2002, a NUCLEOS teve metas atuariais definidas e não alcançadas, queria dizer aqui ao senhor para ver se o senhor confirma?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Confirmando.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2001 a meta atuarial era de 16% e o realizado foi de 13,56%?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Hum-hum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que em 2002 a meta atuarial era de 21,62% e que o realizado foi de 15,43%. Eu queria saber quais as razões que motivaram, em 2001 primeiro, depois em 2002, o não-alcance da meta atuarial, por parte da NUCLEOS? De antemão, quero reconhecer que, nesse documento, o senhor faz uma citação ao ano de 2002, como um ano de grande instabilidade econômica, de grande variação no mercado, de risco muito mais alto para todos os investimentos - obviamente isso tem que ser considerado - mas eu queria que o senhor pudesse detalhar, de forma mais precisa,

o que de fato motivou o não-alcance da meta atuarial, primeiro em 2001 e, depois, em 2002.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Sendo um pouco simplista, mas depois eu vou ampliar a explicação, na realidade, a Bolsa sofreu muito, não só em 2001, como em 2002. Em 2001, coincidentemente, eu assumi a NUCLEOS no dia dois de setembro; no dia 11, aconteceram os atentados. Isso derrubou as Bolsas no mundo todo e a Bolsa, ela é, ela é um componente importante da carteira de investimentos de uma fundação. A NUCLEOS, historicamente, aplica em torno de 15 a 25% dos seus recursos em ações. No exterior, esse percentual é infinitamente maior. Por que isso? Porque, no Brasil, nós temos uma taxa de juros, uma renda fixa bastante elevadas. Então, o mercado de risco, que é a Bolsa, embora seja um mercado de risco transparente, porque as operações em Bolsas são muito bem controladas pela instituição Bolsa de Valores, você tem condições de avaliar o preço de compra, o preço de mercado, minuto a minuto, se a operação que você está fazendo está dentro do preço de mercado, e envolve uma quantidade muito grande de operações, que representam exatamente o preço de mercado naquele momento. Então, a nossa carteira tinha, historicamente, entre 15% e 25%. Com a bolsa negativa, que, na realidade, em 23 meses, a bolsa só rendeu 5,2%; nós conseguimos uma rentabilidade em torno de 27%, trabalhando com uma carteira de bastante liquidez, empresas de primeira linha, com boa política de dividendos e fazendo uma movimentação dinâmica, aproveitando as oscilações do mercado com ações de primeira linha. Ou seja, se uma dessas operações não fosse bem-sucedida, eu tinha, estava mantida a liquidez. Ou seja, não era, não estávamos trabalhando com o mico, com o papel sem liquidez no mercado ou sem possibilidade de recuperação. Porque era só uma questão de momento, em função do mercado; papéis como Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Bradesco, Itaú, Gerdal, ou seja, primeira linha mesmo. Então, o que, de forma mais simplista, fez com que nós não atingíssemos a meta atuarial, foi o fraco desempenho da Bolsa no período considerado. Mas não é só isso; o mínimo atuarial é definido pelo INPC mais 6%, ou seja, inflação mais uma taxa de juros. Ele também é influenciado, quer dizer o resultado, a comparação com o mínimo atuarial é influenciado pela taxa de juros real que está sendo praticada no momento. Em 2002, o que é que aconteceu? Nós tivemos um aumento de inflação, a queda Bolsa e também um aumento de inflação; a queda da Bolsa, em função da tensão pré-eleitoral. Com isso, a nossa meta ficou super avaliada, vamos dizer assim, a nossa meta pulou para 18%, por que a inflação

chegou ao pico de 12, 13% e a nossa meta era de 12 mais seis. Com isso, o juro real diminuiu muito; hoje, nós temos um juro real, nós estamos falando de uma inflação de cinco e meio, seis por cento, uma taxa de juros da ordem de 17%, que é a meta, o CDI de 17, 18%. Então, na realidade, o juro real, as taxas de hoje, eles me permitiriam um bom desempenho satisfatório da Bolsa, bater a meta atuarial sem problema. Mas, num ambiente inverso, ou seja, o juro real baixo, ou seja, na realidade, na comparação com a meta atuarial, nós tínhamos uma renda fixa rendendo 17, 18%, contra uma meta atuarial de 17, 18%. O fato de a Bolsa estar muito aquém desses percentuais, ou seja, com desempenho muito fraco, fez com quem, mesmo batendo as metas de cada carteira, que, na minha visão, a comparação sobre a eficiência da gestão de investimento tem que ser feita com a meta de cada carteira. A comparação com a meta atuarial tem que ser, é uma necessidade das instituições porque a meta atuarial é a correção do passivo, é o índice que corrige o passivo. Então, as fundações têm que perseguir que o seu ativo esteja andando em linha, esteja rendendo em linha com o seu passivo, mas, em alguns momentos, isso não é possível, mesmo que se consiga atingir as metas para cada carteira, no caso, a renda fixa e a renda variável. E as fundações também têm outros tipos de investimentos que não estão diretamente ligados a, vamos dizer assim, à gestão financeira, que é a carteira imobiliária, que também tem uma influência na rentabilidade do instituto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só fiz essa indagação ao senhor para, justamente, provocar uma resposta e lhe perguntar se o senhor acharia razoável que, no ano de 2004, tendo uma meta atuarial definida de 12,51%, a NUCLEOS, efetivamente, só tenha conseguido realizar 5,98?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Se não me engano, 2004--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2004 foi o ano de maior crescimento da economia brasileira--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: E a Bolsa

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Provavelmente, na última década, e a Bolsa subiu muito.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Pra mim, é completamente, como é que eu vou dizer, inaceitável ou tecnicamente, não é aceitável esse tipo de--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, porque eu não tenho dúvida de que

nós estamos tratando, aqui, de dois pesos e de duas medidas distintas. O senhor Gildásio quis colocar todos os anos como podendo estabelecer uma comparação linear, o que é impossível. Não se pode, jamais, desprezar e desconsiderar a realidade econômica do país, em cada um desses períodos e desses exercícios. Mas, eu ainda lhe indagaria o seguinte: O senhor Gildásio veio aqui e nos disse que a Fabiana, a então gerente financeira, podia ser considerada como uma profissional competente porque, em 2003, houve uma definição de meta atuarial de 17% e que o fundo realizou 33,51%. O senhor foi diretor até agosto de 2003?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Hum-hum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, no entanto, o diretor que o sucedeu pretende chamar para si e para o seu período todos os louros dessa aparente e, em tese, respeitável eficiência em 2003. Eu queria que o senhor nos explicasse isso, se ele está certo ou errado?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu discordo completamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu gostaria, por favor, que o senhor pudesse nos dizer.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: A Bolsa, em 2003, eu não tenho os números de cabeça porque, quando eu saí da NUCLEOS, eu voltei para a INB e fui desempenhar atividades administrativas na INB. E por mais que a gente se interesse pelo o assunto, a gente acaba se afastando um pouquinho do tema, não é? E eu não tenho as informações aqui, mas, o senhor deve ter, nos relatórios, o desempenho do Ibovespa, em 2003. E, pelo que eu li do relatório da auditoria, em 2003, a Bolsa teve um desempenho excepcional. A NUCLEOS não conseguiu superar, atingir a meta para a carteira de renda variável. Então, para mim, na carteira de renda variável, a gestão não foi satisfatória porque eu considero satisfatória quando você, no mínimo, empata ou chega perto da meta para que aquela carteira. Com uma Bolsa com desempenho extraordinário, e você conseguindo atingir essa meta da Bolsa, com certeza você vai superar o mínimo atuarial.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E até cedê-lo eventualmente?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Em grande escala.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Então, para mim, não é razoável dizer que é uma gestão eficiente atingir o mínimo atuarial, como também

não é razoável dizer que é uma gestão ineficiente não atingir o mínimo atuarial. Porque, para mim, o que tem que ser comparado é a rentabilidade da carteira com o Benchmark, que é a meta, o referencial para aquela carteira, no caso de renda fixa é a taxa Selic, é a CDI, que são muito próximas, ou o Ibovespa, que seria uma meta conservadora, porque o Ibovespa representa em torno das 50 principais ações da Bolsa de Valores e, com isso, ela traz junto a liquidez, ou seja, nós estamos falando de 50 ações, 50 principais ações em termos de liquidez. Então, nós estamos falando de investimentos, aplicações com um grau de conservadorismo, com um grau de risco, grau de risco atrelado ao mercado, ou seja, risco natural do mercado, da conjuntura econômica. Não, especificamente, de um risco específico de um papel, de uma aposta, ou coisa parecida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na verdade, eu só trago essa discussão porque nós recebemos, aqui, em tese, como um documento de defesa, essa tabela tratando sobre a meta atuarial. Na verdade, não está no critério de análise de exame da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão qualquer discussão que envolva rentabilidade dos Fundos de Pensão e alcance de meta atuarial. Nós fizemos uma distinção muito clara, com o objetivo de analisar o desempenho do fundo e cada um dos mercados, para saber como é que se procedeu aos investimentos e quais foram os retornos obtidos a partir desses investimentos. O senhor, inclusive, nas suas palavras, acaba reforçando o acerto da nossa estratégia porque eu também acho que alcance de meta atuarial, que rentabilidade positiva não quer dizer, necessariamente, eficiência na gestão do fundo. Então eu quero concordar, inteiramente, com que o senhor está dizendo. Mas, partindo mais propriamente para o mercado de derivativos, o senhor não vai ter nada a me dizer, provavelmente, vai até estranhar. Porque é muito bom a gente poder comparar um cenário de normalidade e de regularidade com o cenário de irregularidade, de anormalidade. Porque, aí, as distinções são feitas com toda a clareza. Nós fizemos uma avaliação, doutor Fernando, de como, em geral, as corretoras se comportaram no período da sua gestão. O que nos interessa, na avaliação do mercado de derivativos, é saber os ajustes positivos e negativos feitos ao final do primeiro dia da operação. Aquilo que é ajuste negativo, a gente chama de perda, aquilo que é ajuste positivo a gente chama de ganho. E o próximo passo é entender o que é que está por trás daquelas perdas, certo? Que não significam prejuízos. Quando a gente percebe, no período do senhor, as corretoras, em geral, elas têm um comportamento completamente condizente, compatível com o padrão de mercado.

Completamente. Nós ainda selecionamos, fizemos questão de selecionar, aqui, cinco corretoras que apresentavam um pouco mais de distorção, mas, quando a gente vai ver, são valores aceitáveis, uma quantidade de operações também aceitável. Coisa essa que não se verificou na gestão que o sucedeu, que está aqui, mais uma vez, Deputado Osmar Serraglio, a constatação prática de que existem problemas reais por trás dos ajustes negativos feitos nas operações de BMF. Por que, eu perguntaria ao senhor, o senhor acha que seria razoável, razoável que uma corretora, operando recursos da NUCLEOS, na BMF tenha, em 100% dos casos, são 110 operações, atribuído os piores resultados para a NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não. E, no caso, dentro da filosofia que nós adotamos lá, esse tipo de operação nem seria feito porque nós fizemos uma gestão conservadora. Então, a única coisa que nós admitíamos que os nossos gestores fizessem, dentro de um limite muito pequeno, se não me engano 10%, eram operações de proteção, com derivativos visando à proteção da carteira com garantia. Então, nenhuma operação de risco, de--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na verdade

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: --De especulação, seria feito pelo regulamento que eles estavam, que os gestores estavam obrigados a cumprir. Se fizessem diferente, a NUCLEOS teria instrumentos para responsabilizar os gestores e buscar o ressarcimento de eventuais perdas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na verdade, quer dizer, eu queria afirmar isso com toda a clareza, até porque estamos transmitindo, ao vivo, essa sessão, nós podemos considerar tanto as operações “hedgiadas” (F), como as operações não “hedgiadas” (F). Até porque o hedge não é um elemento que esteja sendo avaliado para o nosso critério investigativo, o que nos interessa saber é a recorrência dos ajustes negativos, que não ocorreu no período do senhor e que, depois, vem a ocorrer com algumas corretoras que, inclusive, estão sendo objeto da investigação da CPMI. Então, a gente pode perceber claramente e eu vou, inclusive, usar sempre esse exemplo do período do senhor, que o desempenho das corretoras, na sua gestão, comparado com o desempenho na gestão que o sucedeu, condena as operações em BMF feitas pelo seu sucessor. O senhor sabia que a NUCLEOS foi o segundo fundo que registrou maiores perdas nas operações com títulos públicos?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive, essa notícia já foi, inclusive, veiculada pela imprensa.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, eu sei que houve perdas, tomei conhecimento, mas que era o segundo, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O segundo. São perdas que, consolidadas, nos dão um valor aproximado de 30 milhões de reais. A gente percebe, aqui, que no ano de 2002, não se verificam, 2001, não se verificam problemas, 2002 não se verificam problemas, 2003 também não se verificam problemas; que os problemas estão concentradíssimos nos anos de 2004 e até agosto de 2005, que é o nosso objeto de investigação. É inequívoco, e eu queria ouvir isso do senhor, essa confirmação, que houve uma mudança de direcionamento por parte da diretoria financeira na orientação que transmitiu e que acabou acarretando, seja em operações de carteira própria, mas, principalmente, nas operações de fundos exclusivos, essa perda de, aproximadamente, 30 milhões de reais com títulos públicos. É inequívoco que houve uma mudança de--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Eu posso dizer que houve uma mudança de filosofia, de estratégia. Nós também aplicávamos em títulos públicos, então, e a nossa rentabilidade foi plenamente satisfatória.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No entanto, o resultado era outro?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: --Então, se eu entendi bem a sua afirmação--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A minha pergunta, quer dizer foi uma afirmação, uma constatação minha--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: --Houve uma mudança--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Que gerou uma pergunta.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: --De filosofia, em termos de riscos, nós tínhamos uma gestão conservadora e a gestão passou a ser, a assumir determinados riscos, papéis com uma avaliação de risco maior. Houve uma--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É que, espere aí, se o senhor me permite interromper, não é o caso, exatamente, aqui, dos títulos públicos--

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: --É porque, na realidade, aí, eu acho que tem mais a ver com o preço pago--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso, essa é a discussão.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: -- Porque o título público, ele têm uma cotação de mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor jamais admitiria pagar por um determinado título, no mesmo dia, no mesmo dia, um valor 20% superior ao que uma outra instituição pagou, nesse mesmo dia, pelo mesmo título.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Bom, tem que fazer uma ressalva aí. A gestão da nossa carteira de renda fixa, ela era terceirizada. Completamente. A responsabilidade por todas as operações era dos gestores, que eram profissionais, tinham, existia um regulamento a ser cumprido e uma meta a ser atingida, que era acompanhada e essa, os resultados se mostraram satisfatórios, dentro desse cenário. Então, o que, nós não fazíamos operações e nem interagíamos com os gestores. Eles tinham--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas havia um controle?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Havia um acompanhamento da composição da carteira e da rentabilidade—

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: -- É uma regra a ser cumprida, regra essa, adequada à legislação, na época, a Resolução, Resolução do Conselho Monetário Internacional 2829, sobre o limite para título público, o limite para título privado, para pré e para pós, pré e pós fixado e a responsabilidade era do gestor e nós fazíamos um acompanhamento--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, por esse acompanhamento, jamais os fundos exclusivos poderiam registrar, em operações de títulos públicos, perdas nesse volume?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Nesse volume não, porque o que é que aconteceria? Num primeiro momento, qualquer operação mais significativa iria refletir na rentabilidade e nós, então, iríamos procurar saber o que é que estava acontecendo. Então, o nosso controle era em cima do resultado, como os resultados eram satisfatórios, a gente não teve problemas. Agora, se acontece uma operação significativa que afetasse o resultado de determinado fundo, ele seria chamado a explicar e nós, então, entraríamos—

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: --Na composição da carteira, nas operações, iríamos pedir explicações e, então, tomar as medidas que fossem necessárias. Agora, como gestor de uma carteira, de carteira própria, no caso debêntures ou carteira de

renda variada, eu nunca pagaria além do preço de mercado porque todos os mercados, hoje, ainda mais os mercados que uma fundação deve operar, eles têm mecanismos de avaliação de preço de mercado. A Bolsa, ao fazer uma operação, você enxerga, na tela, quais são as ofertas de compra e de venda para aquele papel, naquele momento e você identifica qual é a sua operação saindo. E você consegue imprimir aquilo e deixar documentado que você comprou pelo preço de mercado do momento. São milhares de operações acontecendo ao mesmo tempo, ou seja, é o real preço de mercado, é a liquidez do mercado garantindo essa realidade. Em outros mercados, debêntures, existem também registro das operações e as condições, se você faz uma compra no mercado secundário, de saber se está pagando ou não o preço justo por aquele papel, caso você queira assumir o risco de comprar o papel,

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Se for uma, uma compra no mercado, no lançamento, ou seja, no mercado primário, aí você avalia o risco do emissor, avalia a taxa que está sendo oferecida, dentro das duas necessidades de rentabilidade. Mas, na nossa gestão, nós não, nós não, a não ser as ações, os papéis negociados em Bolsa, nós não fizemos investimentos em debêntures que não fossem em papel de risco soberano, que, no caso, é a PETROBRÁS, foi a única operação dessas que nós fizemos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito, risco mínimo, risco mínimo?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É, dentro de um valor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, eu apenas chamo, mais uma vez, a atenção para esse desempenho das operações de títulos públicos porque, o que é que se verifica? Isso já é uma constatação da Sub-relatoria. Até 2003, havia um controle do desempenho dos fundos exclusivos, do desempenho dos seus gestores. A partir da mudança de direção, com a mudança de governo, com a partidarização da NUCLEOS, o que é que se verifica? Se verifica, simplesmente, o esquecimento desse controle e se abre espaço para a verificação de perdas, como essas, sem que tenha havido qualquer tipo de posicionamento mais criterioso por parte da diretoria. Eu não tenho dúvida, não tenho dúvida nenhuma, que essas perdas, aqui, elas só ocorrem em dois ambientes: Ou de extrema gestão ineficiente, ou de extrema gestão inescrupulosa; só em dois ambientes. No ambiente da ineficiência, se pode querer

creditar à falta de acompanhamento. Ainda assim, há uma caracterização de má gestão e deve-se responsabilizar o dirigente. No de falta de escrúpulos, aí, então, a coisa fica muito mais grave, mas eu coloco isso por quê? Porque, no mínimo, está configurada a precária gestão que se estabeleceu no fundo NUCLEOS, nos anos de 2003, 2004, a partir de agosto de 2003 até setembro de 2005, quando houve essa mudança. Todas as outras constatações, Deputado Osmar, nos demais mercados, elas vão seguir essa mesma lógica do que a gente verificou nos derivativos, do que nós verificamos nos títulos públicos, então, isso vale para as debêntures, isso vale para os CDBs, mostrando, claramente, que, a partir de 2003, de agosto de 2003, houve uma mudança completa na política de investimentos do fundo, determinando riscos inaceitáveis e verificando retornos incompreensíveis. Eu perguntaria, ainda, ao senhor, não usarei esses exemplos dos outros mercados porque não são do período do senhor, e, como eu disse, seguem as mesmas lógicas. O senhor teve, o senhor teve conhecimento, informação de que, a partir da gestão do senhor Gildásio, à frente da diretoria financeira e da a senhora Fabiana, na gerência de investimentos, que houve o favorecimento de determinadas instituições do mercado? O senhor teve informações nesse sentido?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, favorecimento...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De corretoras?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe diz alguma coisa, a presença expressiva das corretoras Euro e Quantia, operando com a NUCLEOS e gerando perdas para a NUCLEOS?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem essa informação? O senhor deve ter lido na imprensa, embora eu queira saber se o senhor tem alguma informação adicional para nos oferecer, no sentido de interesses da família Almeida Rêgo, sobretudo do senhor Haroldo de Almeida Rêgo Filho, conhecido como “Pororoca”, do seu filho Cristian de Almeida Rego, que são primos da Fabiana, que foi diretora, gerente de investimentos. Então, o senhor tem notícias ou informações da ingerência, das interferências que eles podem ter exercido no período em que a Fabiana foi a gerente?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem essa informação?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É, o acompanhamento que eu fiz, como ex-diretor e como, principalmente, como participante, como associado, foi o acompanhamento dos documentos divulgados, obrigatórios por lei, e do que se publicou em jornal, e esses nomes, eu não me lembro deles, nem de ter lido em jornal. Talvez...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, eu queria, Deputado Osmar, encerrar esse depoimento, agradecendo a presença do senhor Fernando e, fazendo uma última constatação, clara, de que me parece que esse dia foi muito produtivo; termos ouvido os três diretores foi extremamente importante, no sentido de chegar a uma conclusão de que a NUCLEOS, ela, até agora, mostrou que realmente teve três períodos diferentes na sua história: Um, até agosto de 2003, outro de agosto de 2003 até setembro de 2005, onde os problemas se verificam, onde a interferência partidária se verifica, onde os interesses políticos começam a se verificar e outro, logo a seguir, a partir de setembro de 2005, quando uma nova diretoria assumiu e tomou providências saneadoras, no sentido de tentar apurar e verificar as irregularidades cometidas. Eu quero, aqui, apenas dizer que nós pretendemos, apesar de saber que o tempo é exíguo para essa Sub-relatoria, mas nós pretendemos, até o nosso prazo, final de março, caracterizar, claramente, quem foram os responsáveis, de fato, por essas irregularidades na NUCLEOS, e vamos, evidentemente, depois, acompanhar o trabalho do Ministério Público e do Poder Judiciário, no sentido de punir os responsáveis pelas suas incorreções.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Senhor Fernando, eu lhe faria uma última indagação. Quem depôs precedentemente à V.Sa., o senhor Gildásio, nos trouxe uma notícia que talvez tivesse sido lida, mas eu não havia constatado, no sentido de que, eventualmente, o Banco Central possa vir a ser, a CVN, possam vir a ser responsabilizados por não terem advertido, enfim, tomado alguma providência, relativamente ao Banco Santos, até, especificamente, em relação à NUCLEOS, que teria operado no próprio dia da intervenção. E, numa das manifestações de V.Sa., agora há pouco, deu a entender que V.Sa. não adquiriria do Banco Santos. A pergunta que lhe faço é: Nas circunstâncias, colocando-se no lugar e no período do Gildásio, V.Sa. acha que ele, se

fosse inteligente, a despeito do Banco Central e da Comissão de Valores Imobiliários, ele teria meios? Havia informações transitando? De alguma forma, ele não foi suficientemente vigilante?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: É, um dos mecanismos que nós temos, no mercado de avaliação de investimentos, e isso nós também usávamos para a seleção de gestores, embora o fato de ser gestor da nossa carteira não implique em risco, porque os títulos, hoje, eles ficam custodiados de forma centralizada, em instituição contratada; na realidade, o que existe é uma prestação de serviço de gestão de carteira. Então, mesmo assim--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Especificamente em relação ao Banco Santos?

SR. FERNANDO CÉSAR BRAZ TEIXEIRA: Não, eu estou querendo ampliar o conceito porque, independentemente, mesmo apesar disso, ou seja, o risco não estar no gestor, nós adotávamos como critério avaliar o risco da instituição financeira, ou seja, levávamos em conta a avaliação de risco publicada por empresa especializada e estabelecíamos um padrão de risco mínimo, que seria o baixo risco de crédito de longo prazo. E, até onde eu sei, à época das aplicações, no final de 2004, quando surgiu, eu procurei me informar, a avaliação do Banco Santos é uma avaliação de risco inferior, que seria de baixo risco de crédito com de médio prazo, de curto prazo, e com ressalvas no relatório de avaliação de risco. A NUCLEOS tinha uma empresa contratada que era a *Riskbank*, que fazia, na nossa gestão, as avaliações de risco das instituições financeiras, nós usávamos essas informações. Em função desse critério, nós não investiríamos, não contrataríamos o Banco Santos como administrador e, muito menos, compraríamos papel, título de crédito do Banco Santos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Nós queremos agradecer a sua participação, agradecer aos parlamentares e à imprensa e, sobretudo, o nosso sub-Relator, que conduziu com maestria, como sempre, essa investigação. E, amanhã, nós, eu declaro encerrada, anunciando que, amanhã, nós prosseguiremos com novas reuniões da Sub-relatoria, a partir das 11 horas e da de contratos, a partir das 14 horas. Boa-noite a todos.

Sessão encerrada às 21h54

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

(SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO)

Ata da 4ª Reunião, realizada em 25/01/2006.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e quarenta minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Aelton Feitas, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Wellington Salgado e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Arnaldo Faria de Sá e Sílvia Torres, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Ermindo Cecchetto Junior (acompanhado de seu Advogado Dr Carlos Silveira) e Jorge Luiz Monteiro de Freitas. Em seqüência, a Presidência convida para compor à mesa o senhor Ermindo, que vem na condição de testemunha. Pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto faz alguns esclarecimentos. O Presidente passa a palavra ao depoente para seu depoimento. O senhor Ermindo Cecchetto faz uma breve apresentação e em seguida seu advogado também se apresenta a todos os presentes. Com a palavra o Sub-Relator, Antonio Carlos Magalhães Neto, para seus questionamentos ao depoente. O Sub-Relator solicitou ao depoente que quando terminar a auditoria interna na empresa que seja enviada a cópia para a Comissão. O Presidente convida o senhor Jorge Luiz para compor a mesa, e informa que o mesmo vem na condição de investigado. O Sub-Relator faz seus questionamentos iniciais. A seguir, o Relator apresentou, através de vídeo, mapas contendo aplicações feitas pela Real Grandeza, na qual foram questionadas ao depoente como funcionavam estas aplicações junto às corretoras. O senhor Jorge Luiz responde as perguntas do Relator. Pela ordem de inscrição, Deputado Carlos William, indaga o depoente. O

Deputado Carlos William passa às mãos do presidente escritura de apartamento do Benito Siciliano – que era Gerente Coordenador dos Analistas com documentos originais, e fala sobre a condenação por dez anos do mesmo. Com a palavra o Relator, que ressalva a falta de equipe para analisar as quebras de sigilo e faz um apelo para que seja requisitado ao Banco Central um ou dois técnicos para incorporar neste trabalho ou requisitar ao consórcio para analisar os dados das corretoras para agilizar os trabalhos da CPMI. Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Jorge Bittar, que faz questionamentos sobre os CDBs. E diz que estão proibidos de fazer aplicações em grandes e médios bancos. Encerra-se a presente reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI, criada através do requerimento número 3 de 2005 do Congresso Nacional. Para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos senhores Ermindo Cecchetto Júnior e Jorge Luiz Monteiro de Farias, digo, Jorge Luiz Monteiro de Freitas. Convido para tomar assento a Mesa o Sr. Ermindo Cecchetto Júnior.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente eu peço a palavra Pela Ordem, apenas para repetir um procedimento que fizemos ontem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem V.Exa. a palavra Pela Ordem nobre Relator.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço gostaria apenas de caracterizar a participação de cada um dos depoentes no dia de hoje. Eu entendo que o Sr. Ermindo Cecchetto Júnior, ele vem aqui na qualidade de testemunha. E como testemunha, ele deveria assinar o termo de compromisso, se é que já não o fez. Contudo, o Sr. Jorge Luiz de Freitas vem aqui na qualidade de investigado.

E como tal, não deve estar obrigado a assinar o termo de compromisso. Então, eu gostaria de fazer essa distinção, porque do ponto de vista jurídico e regimental ela deve ser analisada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço ao Deputado ACM pelos esclarecimentos. E esclareço ao Sr. Ermindo que na condição de testemunha, tendo assinado o termo de compromisso, ele se compromete nos termos do Artigo 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei a dizer a verdade. No que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do Artigo 5º, Inciso XLIII da Constituição Federal. Sabedor disso, eu passo a palavra a V.Sa. para a sua qualificação e indago se faz acompanhar de Advogado?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Faço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Ele poderá tomar assento à Mesa, se assim o quiser. Então, solicito a V.Sa. que preste os esclarecimentos iniciais. Depois solicitarei ao nobre causídico que faça a sua qualificação também. Então com a palavra o Sr. Ermindo Cecchetto Júnior?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Deputado Excelentíssimo Deputado Asdrúbal Bentes, desculpe, Excelentíssimo Sr. Relator Dr. Deputado Osmar Serraglio, Excelentíssimo Sr. Sub-relator da parte de Fundos de Pensão, Antônio Carlos Magalhães Neto, a dos senhores Senadores, senhores Deputados, meu cordial bom dia. Meu nome é Ermindo Cecchetto, eu ou brasileiro nato, tenho 58 anos, sou casado pai de três filhos, sou aposentado e estou presentemente Diretor de Investimentos da REAL GRANDEZA Fundação de Previdência e Assistência Social no Fundos de Pensão, instituído por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS, e posteriormente com a admissão também da ELETRO-NUCLEAR, função de uma sucessão trabalhista que houve no momento anterior na minha empresa patrocinadora. Eu há pouco mais de cinco meses atrás, eu aposentado que estava em casa vendo o desenrolar, assistindo o desenrolar dessas Comissões, assistindo desenrolar de toda *affair* pela TV Senado, eu pensava o constrangimento que passavam os depoentes aqui perante os senhores. E eis que a vida deu uma reviravolta de bom tamanho, e eis me aqui hoje imbuído do mais intenso propósito de colaborar com a Comissão, trazer algum esclarecimento a mais que a Comissão precise, que o Sr. Sub-relator, Sr. Relator, Sr. Presidente precise. Eu estou à disposição dos senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Sa. e concedo a palavra ao Dr. Carlos Silveira, para que faça a sua

qualificação, inclusive, com número de sua inscrição na OAB. E de que Estado.

DR. CARLOS SILVEIRA: Sr. Presidente, Sr. Relator, meu nome é Carlos Silveira eu sou Advogado e inscrito no OAB sob a inscrição 57415, estou acompanhando o Dr. Ermindo Cecchetto, sou Consultor Jurídico da FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA também e atuo no Rio de Janeiro. Cumprimento a todos os presentes e à Mesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Feitos os esclarecimentos iniciais, concedo a palavra ao Sr. Relator, se assim o desejar, Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, apenas para anunciar que quem fará a condução dos questionamentos será o eminente Deputado ACM Neto, Sub-relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com os nossos votos de feliz retorno ao batente, depois de estar adoentado por alguns dias quero manifestar a nossa alegria de tê-lo de volta ao nosso convívio para dirigir com dinamismo e competência essa Subcomissão. Concedo a palavra a V.Exa, Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, Sr. Presidente, e digo a V.Exa. que na semana passada, impossibilitado que estava de me fazer presente a esta CPMI, fiquei acamado assistindo as audiências e bastante agoniado. Eu quase me vi na hora de entrar na televisão [risos]--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu só faço uma recomendação para o ano, não esqueça de ir a lavagem da escadaria do Senhor do Bonfim. [risos] V.Exa. não foi, e veja o que aconteceu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, tive que pagar a minha penitência [risos], mas muito bem, eu cumprimento a V.Exa, cumprimento ao Deputado Osmar Serraglio, cumprimento ao Sr. Ermindo Cecchetto o nosso depoente. E informo que seguindo o padrão, que foi adotado com a Fundação PRECE e com a Fundação Núcleos, nós procuramos convidar a essa CPMI Os Diretores Financeiros e De Investimentos da REAL GRANDEZA. Estamos seguindo exatamente o mesmo comportamento, ouvindo o Sr. Ermindo Cecchetto, que é o atual Diretor. Eu até pediria a confirmação dele, porque me parece que ele assumiu justamente em agosto de 2005?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Exatamente, está fazendo hoje cinco meses que estou, que eu assumi a Fundação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 25 de agosto de 2005, então ele vai

poder nos prestar os esclarecimentos sobre o momento atual, sobre a situação como encontrou a Diretoria Financeira da REAL GRANDEZA e em seguida nós vamos ouvir o Sr. Jorge Luiz Freitas, Ex-Diretor que vem prestar depoimento a esta CPMI, na qualidade de investigado, porque é justamente sobre o seu período que recaem todas as nossas principais dúvidas com relação às operações desse Fundos de Pensão. A primeira pergunta que faço ao Sr. Ermindo Cecchetto a respeito da experiência profissional dele, se ele pudesse nos fazer um breve histórico da sua vida pregressa, sobretudo das funções que desempenhou, e que levaram que adquirisse experiência e *know-how* na área financeira. E que, por conseguinte, acarretou no convite feito para que ele assumisse a Diretoria Financeira da REAL GRANDEZA.

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Pois não, eu entrei em FURNAS no, em outubro de 1972 e trabalhei em FURNAS por pouco mais de 30 anos de serviço, sempre alocado ao Fundos de Pensão de FURNAS. Então, na verdade eu cheguei na indústria de Fundos de Pensão antes da, antes da própria regulamentação dela. A regulamentação de Fundos de Pensão é do final da década de 70 e eu cheguei para trabalhar em Fundos de Pensão, antes disso começar. Dentro, nesse instante eu percorri dentro da estrutura da FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA, eu cheguei com mero, um mero assistente financeiro, como um assistente financeiro e percorri, galguei todos os postos, pouco a pouco. Ao sendo que fiquei durante um largo período da minha vida, como assistente do Diretor na época chamava-se Diretoria de Finanças. Era a Diretoria que não só fazia investimentos, mas também se preocupava com toda a parte financeira da Fundação, tesouraria, contabilidade. E nos últimos quatro anos de minha vida na FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA, mais precisamente de agosto de 99 a dezembro de 2002, por aposentadoria de um assistente do Superintendente, eu fui convidado a ser assistente do Diretor Superintendente. A nomenclatura mudou, hoje é Diretor Presidente, antes era Diretor Superintendente eu fui ser, galguei o último passo na carreira burocrática, eu sou Engenheiro formado há muitos anos. Há mais de 30 anos, dois anos depois de formar em Engenharia, eu me formei em Administração de Empresas. Em dezembro de 2002, como tive a oportunidade de lhe afirmar, eu me aposentei na empresa. E durante os três anos de dezembro no ano de 2002 até agosto de 2005, eu estava realmente aposentado, gozando o ócio da aposentadoria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que foi formulado o convite

para que o senhor assumisse a Diretoria Financeira da REAL GRANDEZA?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: O convite para assumir a Diretoria da REAL GRANDEZA, foi-me feito pelo atual Presidente da REAL GRANDEZA, que tinha sido em um momento anterior tinha sido contemporâneo meu na Fundação REAL GRANDEZA. Ele foi um Diretor eleito pelos participantes, na época era a Diretoria De Bens, Diretoria De Seguridade. Ele foi um Diretor eleito, trabalhamos juntos, ainda que Diretorias diversas, e eu penso que ele com isso, ele guardou ou terá guardado uma boa impressão de mim, conhece a minha capacidade, conhece o meu conhecimento sobre a indústria de Fundos de Pensão, e penso que o meu convite tenha partido a partir daí.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O então Diretor-Presidente levou o nome do senhor a patrocinadora, no caso a FURNAS e então a indicação foi confirmada?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Exatamente, só chamando a sua atenção que na nossa, atual legislação de regência dos Fundos de Pensão estabelece que a posse, ou o mandato dos Diretores é prerrogativa dos Conselhos Deliberativos. Então o meu nome foi colocado no Conselho deliberativo, formalmente o Conselho deliberativo aprovou o meu nome.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando me foi feito o convite, o então Diretor Presidente de FURNAS, da REAL GRANDEZA, me perdoe, apresentou os motivos pelos quais havendo a substituição na Diretoria?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Sim, na verdade o motivo claro, foi à renúncia dos Diretores anteriores, a antiga Direção da Fundação, a Direção anterior toda ela renunciou. Esse foi o motivo cristalino.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entre o então o Diretor-Presidente, ele praticamente também assumiu o seu cargo quase que no mesmo período que o senhor assumiu a Diretoria Financeira?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Exato, se não me engano, uma semana antes.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma semana anos houve uma composição de uma nova Diretoria. Eu perguntaria ao senhor: Que ambiente o senhor encontrou, logo no primeiro momento que assumiu a Diretoria Financeira? Sobretudo à luz do desempenho da Diretoria, que o antecedeu, no que se refere aos vários investimentos que estavam sob os seus cuidados?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Bom, logo imediatamente quando eu cheguei, eu encontrei, o senhor há de convir que em função das ocorrências,

que a Fundação REAL GRANDEZA tinha vivenciado um tremendo prejuízo com a aplicação no Banco Santos, que no momento estava ainda sobre intervenção existiu, existia um terrível mal estar na Casa. Foi um momento, foi um momento de resgate da imagem, resgate da alta, da alta imagem dos funcionários, dos meus funcionários, dos funcionários de maneira geral na casa, que estavam muito machucados, com todo o episódio e com toda a exposição da Fundação nos jornais. Eu penso que isso explica talvez, um pouco da minha chegada como o Diretor Financeiro, na medida que eu tinha sido um ex-colega deles ou tinha vivenciado com eles momentos melhor, momentos mais agradáveis. E penso que isso foi o último, em termos propriamente dito de investimento encontramos obviamente a Fundação toda aplicada, alguns investimentos de boa qualidade, outros investimentos de menor qualidade. Mas a primeira medida que foi tomada pela Direção, foi então solicitar uma auditoria geral na Fundação, para que a gente pudesse realmente se interar de como estava a Fundação, de quais eram os reais problemas da Fundação REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi uma auditoria interna ou a contratação da empresa independente?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não. Foi uma auditoria não interna, nem empresa independente. Foi uma autoria das patrocinadoras a quem cabe, nos casos dos Fundos de Pensão ligadas a empresas estatais fiscalizarem as próprias fundações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas em linhas gerais, o senhor nos diria que a situação, que o senhor encontrou era uma situação ruim?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não. Eu não diria que é uma situação ruim, eu diria que é uma situação em que, nós temos alguns problemas, estamos tentando resolver que existem. Tivemos um prejuízo no passado, sobre o qual podemos fazer pouca coisa, algo pior já foi aconteceu, o prejuízo no mercado financeiro quando ocorrem, normalmente são difíceis resoluções. Temos uma carteira, que eu diria, de boa qualidade imediatamente a primeira medida que nós tomamos na Diretoria foi que digamos assim, fazer um vôo, fazer uma migração para uma administração de excelente qualidade em termos de risco, em termos de qualidade dos investimentos. Então imediatamente paramos de investir qualquer coisa, em qualquer título privado e migramos a partir daí, em todos os vencimentos com todas as novas disponibilidades para títulos governamentais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda que a Diretoria

que o antecedeu ela teve um perfil eminentemente arriscado na minha opinião de certa forma, até irresponsável ao priorizar os investimentos da Fundação em títulos privados de Instituições financeiras, que não estão rankiadas pelos diversos *ratings* de mercado, como aquelas que gozam de maior credibilidade?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: É bastante difícil ter uma opinião concreta, absoluta a respeito disso. Obviamente, que a situação naquele momento em que eles fizeram essas aplicações, não são a situação de hoje, não é o que nós sabemos hoje. Talvez tenha havido alguma exposição ao risco. Mas é difícil a mim, hoje passar, sabendo o que eu sei de hoje, conhecendo o desenrolar das histórias nesses um ano, um ano e meio, é um pouco difícil criticar a administração anterior. Os Fundos de Pensão, regra geral eles lutam, eles oscilam entre a necessidade de absoluta segurança nos seus investimentos e a necessidade de obter rentabilidades grandes, elevadas, e isso aqui às vezes torna o administrador, talvez um pouco afoito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é inegável que quando o senhor assumiu a Diretoria Financeira houve uma mudança de orientação, já aqui expressa pelo senhor, quando da determinação de que se priorizasse os títulos públicos, os títulos governamentais em detrimento dos títulos privados. Então, nós poderíamos considerar que a partir da assunção do senhor ao cargo de Diretor Financeiro, houve uma política mais moderada na aplicação dos recursos da REAL GRANDEZA do que havia anteriormente?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Eu diria ao senhor que certamente concordaria com sua colocação em toda a extensão. Apenas, coloco que isso significa que a Fundação REAL GRANDEZA está perdendo alguma rentabilidade. Não existe almoço grátis, não existe a possibilidade da gente juntar só qualidade, tudo tem um custo na vida. O custo dessa migração desse vôo para a qualidade, é sem dúvida nenhuma uma perda de rentabilidade; que eu me proponho a ocorrer para colocar a casa em ordem. Eu imagino que no momento futuro, provavelmente uma outra gestão terá que começar a se expor um pouco mais do que eu estou me propondo fazer.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque me parece inegável e também me parece inequívoco, que o senhor quando assumiu a Diretoria, ao tempo em que toda uma nova Diretoria passou a exercer as suas funções na REAL GRANDEZA, isso se deu, em parte, e talvez como elemento principal, em virtude de um desempenho condenável da Diretoria anterior?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não há dúvida nenhuma.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não há dúvida nenhuma. Porque senão não teria que ter havido mudanças?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Sem dúvida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a Diretoria anterior teve um desempenho condenável. O senhor chegou para arrumar a casa. O senhor disse que chegou para arrumar casa. Em agosto de 2005. Para mudar o clima, para retomar a confiança dos funcionários, dos segurados etc. Eu perguntaria ao senhor. Quais foram as primeiras medidas, do ponto de vista prático que o senhor procurou adotar, mudando as determinações daquilo que vinha sendo a política da Diretoria Financeira. Obviamente o senhor já disse uma, migrar da prioridade em títulos privados para títulos públicos, mas eu queria saber de outras providências que o senhor considerou urgentes, imediatas, imprescindíveis e que precisavam ser adotadas em caráter absolutamente imediato e que o senhor teve que adotar para mudar esse cenário e para arrumar a casa?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Pois não, obviamente existe um rol de medidas, algumas das quais ainda estão em gestação, ainda estão em implementação. A gente não consegue fazer tudo no primeiro dia. Eu gostaria de citar, entretanto, como uma das as medidas que eu acho talvez, a mais importante, além obviamente da migração para os títulos públicos, a migração para papéis de menor risco foi a regularização das funções do Comitê de Investimento. As decisões na FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA são colegiadas em diversos níveis de colegiados. Então, em termos de investimentos o nível mais baixo seria o Comitê de Investimento e a partir daí, a Diretoria executiva e depois numa última esfera o próprio Conselho deliberativo. O Comitê de Investimento até por causa da... Dos episódios e da, do asoberbamento(F) que a Fundação REAL GRANDEZA estava e está vivendo, eles estavam com um funcionamento um pouco irregular. Então, quando eu cheguei na casa o Comitê de Investimento, que tinha como obrigação fazer uma reunião nos primeiros dias do mês para decidir os investimentos do mês, ele estava com uns dois meses de atraso, o número exato de meses, não...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem realizar as reuniões?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Sem realizar as reuniões. A primeira medida que eu fiz foi atualizar essa posição e institucionalizar que o Comitê de Investimento, passe a se reunir na última terça-feira

do mês, então a partir exatamente de setembro, que foi de fato o meu primeiro mês na casa, nós passamos a realizar as reuniões para os meses seguintes, para decidir o que fazer no mês seguinte, na última terça-feira do mês anterior. Certamente alguns dirão que é uma medida simples, uma medida, mas foi uma medida de muita força, até eu imagino até de uma força de exemplo porque passa, passamos a reconsiderar, passamos a novamente a dar consideração ao Comitê de Investimentos e a fazer ele de fato participar. Em mercado financeiro não há verdade absoluta, as verdades cada um tem a sua verdade, cada um tem o seu estilo de administração. E eu acho existência do Comitê de Investimento, se justifica na medida em exatamente várias cabeças possam pensar e pensam melhor do que uma apenas uma cabeça. por mais certa que a cabeça possa estar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para entender melhor um pouco essa sistemática, eu queria que o senhor me dissesse quem integra, quem são os integrantes do Comitê de Investimento?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: O Comitê de Investimento hoje é formado pelos Diretores da FundaCasa(F), por um representante--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelos Diretores, da todos os Diretores da REAL GRANDEZA?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Da REAL GRANDEZA. Por um representante indicado pela Associação Dos Aposentados, dos participantes aposentados, por um representante indicado pela Associação Dos Participantes Ativos. E mais um representante do Conselho Deliberativo. O Comitê, a própria maneira de funcionamento do Comitê de investimentos, inclusive, passando pela, por essa composição, é uma daquelas medidas que a Diretoria da Fundação REAL GRANDEZA pretende implementar, pretende mudar, pretende aprimorar. Mas ainda não tivemos tempo hábil para fazer isso. Eu imagino que mais um, dois meses, teremos alguma mudança, alguma novidade a esse respeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentro da estrutura da Diretoria do senhor, presumo eu que abaixo do senhor exista um Gerente de Investimentos?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: A rigor nós temos dois Gerentes de investimentos, um Gerente de análise de investimentos e um Gerente de operações de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa estrutura ela já se estabelecia na Direção anterior?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Já estava estabelecida na gestão anterior.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os Gerentes, os dois Gerentes da área de investimentos, eles foram modificados quando o senhor assumiu ou o senhor manteve os Gerentes da gestão anterior?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não, eles foram modificados na minha gestão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o critério de escolha dos novos Gerentes?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Os novos Gerentes foram pessoas com quem, eu tinha trabalhado no primeiro momento que eu estive na Fundação REAL GRANDEZA, ou melhor, no grande momento que eu tive na Fundação REAL GRANDEZA, nos 30 anos que eu estive lá. Em determinado momento, no final da vida eles foram meus contemporâneos, e eu nessa necessidade de mudar a cara, mudar uma certa tranquilidade, propus a Diretoria executiva e Diretoria executiva concordou, que a gente trocasse todo o corpo gerencial da Diretoria de investimento, com isso eu troquei os dois Gerentes e o meu assistente, a minha, um assistente por uma assistente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu que esses Gerentes da área de investimentos, eles tenham experiência no mercado como um todo. Ou não? São pessoas que conhecem ou que não conhecem o mercado com as suas diversas operações, com as nuances de cada um dos mercados onde a REAL GRANDEZA opera?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Eu tenho a certeza que sim, Sr. Deputado. Tenho a certeza de que independentemente da minha gestão, a Fundação REAL GRANDEZA está plenamente capacitada em termos gerenciais, para tocar a missão daqui para frente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perguntaria ao senhor, o senhor nos disse que imediatamente determinou a realização de uma auditoria. Na verdade as patrocinadoras determinaram a realização de uma auditoria. Em que pé está essa auditoria? Ela já foi concluída, ainda está sendo realizada? Existe a identificação concreta de problemas na gestão anterior? Já existe a identificação de responsáveis por esses problemas? Se o senhor pudesse nos dar um panorama, eu diria até que com alguma riqueza de detalhes, de qual é a situação dessa auditoria que foi realizada na REAL GRANDEZA?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Lamentavelmente eu não posso lhe antecipar muita coisa no momento. Essa Diretoria ainda está inconclusa, ela

foi uma auditoria ampla, sei que na parte administrativa a auditoria já terminou já apresentou seu relatório, mas ainda na parte investimento, que é o foco da nossa entrevista aqui ela ainda não está conclusa, está ainda--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe uma previsão para a conclusão dessa auditoria?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Eu diria que imediata. Eu imagino que essa semana ainda, a gente já tenha essa auditoria conclusa o sistema--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu... Por favor, claro.

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Um minuto, por favor, o sistema de auditoria na minha patrocinadora é o seguinte: Eles fazem a auditoria e discutem previamente o relatório, com a área auditada. Já temos agendada a discussão dessa reunião, para exatamente quinta-feira, quando eu espero estar de volta a Casa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Eu solicitaria que V.Sa, e faremos obviamente, formalmente, a partir de um requerimento da CPI, que tão logo esteja finalizada essa auditoria, ela possa ser encaminhada para a nossa Comissão Parlamentar De Inquérito, o que eu não tenho dúvida nenhuma, que nós chegaremos a muitas conclusões coincidentes. De fato, nós estamos debruçados aqui na análise dos investimentos realizados no período que antecedeu a direção de V.Sa, nós já temos uma série de informações que, inclusive, eu vou apresentar a V.As. Mas seria fundamental nós termos acesso a essa auditoria, a fim de que um trabalho possa subsidiar o outro.

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Pois não, ela certamente será, a previsão será reenviada para os senhores. Eu acho que é desnecessário dizer aqui, mas me permito ser redundante, a Direção da qual eu participo está imbuída dos mais elevados propostos de colaborar com a Comissão, certamente os senhores terão todos os dados que nos solicitarem, assim como já tiveram no ano passado com alguns dados que essa Comissão pediu à Fundação REAL GRANDEZA, nós tratamentos de agilizá-las com o menor prazo possível.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom. Eu perguntaria ao senhor de que forma a atual Diretoria Financeira e o Comitê de Investimentos, que me parece que essa deve ser uma discussão levada ao Comitê de investimentos. De que forma foi tomada a decisão de composição e de divisão, por que não dizer? Dos ativos da REAL GRANDEZA, ou seja, a priorização para investimentos em carteira

própria e investimentos realizados através dos fundos exclusivos, que são geridos por terceiros. Então, eu queria que o senhor pudesse nos dizer aqui, se houve também alteração nesse campo, da realidade que o senhor assumiu para a realidade atual, e como é que a atual Diretoria vê essa divisão de investimentos realizados em carteira própria e de investimentos realizados através dos fundos exclusivos?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Bom, a esse respeito não houve mudança nenhuma entre a Diretoria que passou, e a nossa Diretoria, o que existe, e os senhores tem que ficar ter cuidado sobre esse aspecto, é que fundos exclusivos para cada Fundação é uma realidade diferente. A realidade lá na minha Fundação, é que fundo exclusivo é apenas um, por assim dizer, um receptáculo, um estoque de papel, onde se os investimentos da Fundação REAL GRANDEZA, os fundos exclusivos da Fundação REAL GRANDEZA, foram quando eu cheguei lá e são até hoje apenas quatro fundos exclusivos, um é administrado pelo Itaú, um pelo Bradesco, um pela Safra e outro pela Banco Votorantim. Mas, desses fundos exclusivos de forma formal ou informal, existe uma absoluta co-responsabilidade da administração da com a casa com os fundos exclusivos. A ponto que no maior deles, existe uma cláusula que diz claramente que a Fundação REAL GRANDEZA, e o gestor ambos podem vetar qualquer movimentação de papéis, de papéis nos fundos que sejam julgados inconvenientes. Então REAL GRANDEZA assume a responsabilidade, administração assume a responsabilidade integral por todos os papéis, por toda a gestão dos fundos exclusivos. Deixo esclarecer, que eu falo isso para minha gestão de agosto para cá; e essa foi uma situação que eu encontrei lá e que ainda não mudamos. Também não gosto dessa solução. Eu tenho alguma dificuldade de trabalhar na área do cinza, para mim as coisas ou são pretas ou são brancas. Eu acho que fundo exclusivo, quando você contrata um fundo, você contrata um gestor, você contrata a expertise desse gestor, mas, na Fundação REAL GRANDEZA não é assim, essa é mais uma outra modificação que nós pretendemos fazer no momento seguinte, mas penso que essa terá um prazo mais longo. Porque, se não me engano, em agosto ou outubro desse ano acaba a CMPF, para os estoques de investimentos. Então essa modificação para a gente eventualmente, migrar para uma carteira administrada ou por um fundo exclusivo discricionário por parte do gestor vai esperar exatamente esse momento para a gente fazer essa migração.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, então nós podemos a partir dessa afirmação do senhor, que foi muito útil, concluir que

a maioria dos investimentos são feitos em carteira própria?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: 100% dos investimentos é feito sob responsabilidade da Fundação REAL GRANDEZA, isso eu concordo com sua colocação. Apesar de que, parte bastante grande desse investimento, cerca 70% desses investimentos, estão em fundos exclusivos. Que é uma maneira que a Fundação usou no passado para escapar, da CPMF, mas a responsabilidade por estas movimentações da Casa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E eu confesso a V.Sa. que considero fundamental, que todos os Fundos de Pensão eles tenham responsabilidade sobre os recursos geridos pelos fundos exclusivos. Porque na verdade o recurso é um só, o recurso é da Fundação. Evidente que a REAL GRANDEZA pode se adaptar para ter uma política de maior descentralização, dando maior autonomia aos gestores desses fundos, mas me parece que não deve, e nenhum fundo deve, isso é uma coisa que eu tenho pregado de forma muito permanente, nenhum fundo deve se eximir da responsabilidade pela aplicação dos recursos através dos fundos exclusivos. O que, aliás, é uma justificativa de tantos outros nessa linha, mas a gente percebe, como o senhor disse aqui, que a política da REAL GRANDEZA é diferente. Pelo que o senhor disse os gestores desses fundos, são Instituições financeiras de grande porte, são Instituições financeiras muito bem conceituadas e posicionadas no mercado, e, portanto, também sólidas na sólidas na execução das suas atividades nesses quatro fundos.

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: É verdade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu a Diretoria Financeira, havia alguma estrutura interna de análise de conformidade, ou seja, havia algum tipo de *compliance* mesmo que informal, quer dizer, que tipo de estrutura existia dentro da Diretoria Financeira para acompanhar o desempenho dos investimentos que eram realizados pela Fundação?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Dentro Diretoria de investimentos, dentro do setor... Da divisão da gerência de operações financeiras, existe um pequeno subgrupo que se encarrega dessa parte. Essa também é uma das modificações que a gente pretende fazer em um prazo imediato, institucionalizar, levar esse grupo à eventualmente um órgão de *compliance*, um órgão de controladoria claramente separado das demais funções.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu imagino que o senhor deve

ter acompanhado pela imprensa, mas me sinto na obrigação de revelar que essa CPMI, essa Sub-relatoria ela está analisando o desempenho dos Fundos de Pensão, das 14 fundações, nos mais diversos mercados. Quando a gente analisa a performance da REAL GRANDEZA no mercado de derivativos, a gente percebe que não há uma prática verificada em outras fundações, quando da análise dos ajustes ao final do primeiro dia, não há uma recorrência de concentração em determinadas corretoras para ajustes negativos em detrimento de uma dispersão dos ajustes positivos. Então, no mercado de derivativos, eu considero que a gestão que antecedeu o senhor, ela teve um desempenho dentro daquilo que se pode entender como normal como padrão do mercado. Então, não há essa desconfiança, na prática dos ajustes negativos e positivos feitos por corretoras. Como o senhor mesmo sabe, também nós não identificamos problemas que envolvam REAL GRANDEZA com os títulos públicos, até porque não era a prioridade da política de investimentos da empresa. Então, não há registros de problemas com títulos públicos. Mas aí vamos aos títulos privados. E a gente percebe que os títulos privados existem muitos problemas de fato. Eu pediria que nós pudéssemos descer aqui o telão, para fazer uma apresentação, os números, se é que estamos prontos para isso. Na verdade, antes de entrar nos títulos privados propriamente, eu queria fazer uma menção aqui a títulos da dívida agrária, que foram adquiridos a REAL GRANDEZA investiu 9,2 milhões em TDAs, no período dentro Diretor que o antecedeu, do Sr. Jorge Freitas. Nós sabemos que os TDAs são títulos de elevadíssimo risco de crédito, não é? E historicamente eles apresentam recorrentes problemas. Então, em tese, não há uma recomendação para que as fundações, que devem ter um perfil mais moderado de investimento, para que elas apliquem em TDAs. E aí, eu queria ir um pouco além, chamando a atenção do seguinte: Quando a gente percebe quem foi o emissor desse TDA, a gente suscita uma dúvida adicional, por quê? Não sei se o senhor tem esses números, mas foram adquiridos dois TDAs de uma mesma corretora, foi a emissora desses dois TDAs, essa corretora é a QUANTIA DTVM(F), a QUANTIA DTVM(F) é uma das corretoras que está no centro da nossa investigação nessa CPMI, já tendo apresentamos problemas com a PRECE, já tendo apresentado problemas com a NÚCLEOS, e agora apresentando problemas nessa emissão de TDAs para a REAL GRANDEZA. Eu quero nesse caso apenas pedir a V.Sa. que se, imagino que já é objeto de análise da auditoria, mas se não for que leve também em consideração essa aquisição feita de TDAs da QUANTIA DTVM(F). O total dessas aquisições é de, como eu disse ao senhor, 9,2 milhões aproxima-

damente posso depois lhe passar e vou lhe passar os dados completos. Podemos... A respeito disso aqui eu até perguntaria, faz parte da intenção da atual Diretoria Financeira de continuar investindo em TDAs?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não, eu diria que no momento não faz parte da intenção da atual Diretoria investir em TDA. O senhor há de convir que a Casa está, a Casa tem que passar por uma fase em que além de sermos excelentes, temos que aparecer excelentes, além de parecermos honestos, temos que parecer sermos honestos. O TDA é efetivamente um título de pouquíssima liquidez de mercado e como tal, ele pode dar margem a erros, a enganos, ou até a má-fé, a qualificação fica, é preciso analisar operação a operação, mas a gente não pode se dar ao luxo de errar. A Fundação REAL GRANDEZA eu diria que até que tudo se serene, até que tudo seja esquecido a Fundação REAL GRANDEZA não pode errar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso que eu chamaria atenção o senhor pode ver ali, nós temos o valor total, eu vou repassar para o senhor, mas a Instituição emissora é a QUANTIA(F), e essa corretora como nós já vimos ela está aparentemente envolvida em uma série de problemas que já estão sendo investigados por essa CPMI?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria pedir--

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Eu só, se o senhor me permite a bem da precisão, eu não diria que a QUANTIA(F) é a entidade emissora. Os TDAs, apesar de tudo, são títulos emitidos pelo Governo, provavelmente a operadora que nos vendeu--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor está certíssimo, quando eu e digo aqui pode ser aí um problema de terminologia. Emissora no sentido de que foi ela quem negociou a venda dos TDAs para a Fundação REAL GRANDEZA no momento em que a Fundação adquiriu os TDAs. Oportuna a observação e ali uma questão apenas terminológica. Eu queria que a gente pudesse passar, por favor. Eu vou pular debêntures, porque eu vou deixar para falar de debêntures, quando a gente abrir, especialmente para falar de Banco Santos. Vamos, no mês a mês. Vamos ao primeiro no consolidado, depois a gente vai ao mês a mês que é o que interessa mais. Esse não, O outro... Aplicações em CDBs entre 2000/2005. Primeiro eu vou fazer essa demonstração para o senhor, depois eu vou particularizar mês a mês no período que nos interessa análise, então a gente percebe um número extremamente expressivo

de aplicação da REAL GRANDEZA, em CDBs nesse período de cinco anos, que é objeto da investigação da CPMI. E como é que a gente percebe a distribuição dessas aplicações? Então nós temos ali o BMG, com 195 milhões 670 mil, que representa 17,4% do total. O Banco Santos, com 188 milhões 487 mil 892. O Banco Rural com, 185 milhões 150 mil. O banco Único com 141 milhões. O Banco Alfa, com 109 milhões, o BMC com 74. E assim sucessivamente. Eu quero primeiro destacar que uma coisa é patente nesses números. Houve ao longo dos últimos cinco anos, uma decisão discricionária da Diretoria que antecedeu ao senhor, ou das Diretorias que o antecederam, de priorizar, sobretudo de Instituições financeiras que oferecem e ofereciam alto risco. Instituições financeiras que ofereciam alto risco. E fica claro, a partir de uma verificação das três Instituições financeiras, que lideram esse o BMG o Santos e o Rural. Mas enfim, uma análise completa de todas essas Instituições financeiras, pode nos deixar absolutamente claro que não há aí Instituições da primeira linha do mercado. Então, além dessa concentração em títulos privados, verificada, foi uma concentração, eu diria que, expressiva nessas Instituições financeiras que representam ou que representavam um certo risco na avaliação do mercado. Eu queria dar segmento. Não, antes de... Você está fechando o Banco Santos, vamos mês a mês, mudar um pouquinho aqui a... Você tem o CDB mês a mês, aí de todos os bancos ou só tem BMG rural?

>> [Inaudível].

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há?! Então vamos mudar. Volte aqui para... Tá. Volte então, vamos começar, vamos para o Banco Santos logo. Então está aqui: Perdas com aplicações e CDBs do Banco Santos. Aí a gente percebe, as de que ações financeiras da REAL GRANDEZA, registraram e isso está registrado na demonstração financeira da REAL GRANDEZA, o senhor deve ter esse número. Perdas 153 milhões referentes a aplicações em CDBs do Banco Santos. Eu nem sei se isso poderá ser amortizado, aí ao longo dos anos de gestão do senhor, mas me parece que é um prejuízo irreparável. E a gente analisa, é importante chamar atenção para a divisão dos anos. A gente analisa, claramente que você tem ali outubro de 2002, 25 milhões, maio de 2003, 22 milhões. Outubro de 2003, 22 milhões, dezembro de 2003, 12 fiscal, junho de 2004, 15 milhões, agosto de 2004, 25 milhões. Vai dar um total de 121 milhões 767. Porém, adicionado, qual é a diferença? Só porque me fugiu agora?

>> [Inaudível].

>> 127, mas a transferência do...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É a correção.

>> Juros proporcionais no período de aplicação e a--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, se a gente for analisar o valor nominal mais é 121 milhões 767... Mas houve um provisionamento para perda de 153 milhões e 600 mil reais. Isso é assustador, o senhor concorda?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Concorde.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria entender, se o senhor passo puder me ajudar a entender, certamente o Sr. José, o Sr. Jorge Luiz vai poder nos ajudar muito mais, mas será que existe alguma explicação para esse montante de investimentos feitos no Banco Santos?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Eu penso que ele será melhor, poderá falar melhor a respeito a acrescentar óbvio diria que eu não faria, mas a verdade temos que botar a situações em determinados momentos, hoje é muito fácil para eu dizer não faria honestamente, tudo deu errado, nada deu certo um prejuízo que eu concordo com o seu adjetivo é um prejuízo assustador realmente para a Fundação REAL GRANDEZA. E eu pediria para os senhores procurarem saber os motivos com que assim foi agido com Diretor que me antecedeu, e provavelmente até com os outros Diretores que o vieram--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): O senhor está sugerindo que nós investiguemos? Essa Diretoria atual não investigou, não tem nada que indique o que aconteceu, o porquê dessa conduta da Diretoria precedente?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Não há uma auditoria--

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Por enquanto eu não tenho nenhum indício, de que porque isso aconteceu apesar de me parecer exagerado, eu não sei porque aconteceu, não tem explicação nenhuma--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem imagina?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Nem imagino.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos agora a BMG e Rural. Quando a gente analisa a BMG e Rural, a gente percebe o seguinte, e é muito curioso. Nessas aplicações em CDBs, e nesse momento eu queria chamar atenção, sobretudo, porque aqui existem jornalistas, e eu ainda não estou querendo fazer nenhum tipo de ilação, eu

ainda não estou querendo fazer nenhum tipo de conexão com as demais investigações que são realizadas por essa CPMI, e que recaem sobre o BMG e Rural, mas a gente percebe o seguinte: Que no caso do BMG setembro e outubro de 2004 demonstram compras de CDBs que somadas totalizam 95 milhões de reais. E que no caso do Rural, no caso do Rural, essas aquisições elas começam, em maio de 2004 há uma aquisição de 24 milhões, de CDBs em maio de 2004, e em agosto de 2004 há uma aquisição de CDBs do Rural de 62 milhões de reais, isso significa que foram adquiridos do BMG 95 milhões e do Rural 86 milhões de reais em CDBs. Totalizando, totalizando, aí sim, aí nós temos ali os outros, no caso dos outros são todas as outras compras de CDBs que aquele número de 336 vai bater exatamente com aquela tabela inicial, que eu mostrei ao senhor. Por que eu destaquei Banco Santos, BMG e Rural? Primeiro para mais uma vez evidenciar a opção por bancos que oferecem um risco maior. Depois para caracterizar, que os investimentos maciços na compra de CDBs, feitos pela REAL GRANDEZA estão concentrados nos anos de 2003 e 2004, nos bancos: Santos, BMG e Rural. Eu, por enquanto, Sub-relator Deputado Osmar Serraglio, não quer fazer nenhum tipo de conexão, mas é muito estranho, V.Exa. concorda? Muito coincidente. Muito coincidente. Bom, eu passarei todos esses dados para o senhor.

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Pois não. Eu tenho alguns dados obviamente eu não estou... Eu imagino que a essa altura do campeonato, o senhor seja mais Diretor de Investimentos das Fundações, seja o candidato natural a ser Diretor de Investimento da minha Fundação [risos]. Pelo seu conhecimento da matéria, provavelmente o senhor tem razão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): [risos]. Eu queria dizer só o seguinte a CPI, ela dispõe de elementos de poderes, muito expressivos no que significa a análise das movimentações financeiras. Então nós, efetivamente quebramos o sigilo de todas as 14 fundações. E, é a partir da quebra de sigilo que nós temos condições de enxergar esse quadro, entendeu? Por isso, inclusive, que eu disse ao senhor que eu quero ter acesso a essa conclusão da auditoria e quero dar acesso a Diretoria da REAL GRANDEZA a todas as informações que nós levantamos. Porque eu acho que esses dois trabalhos eles podem--

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Se complementar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se complementar. Eu acho que a gente pode produzir um trabalho muito significativo, para a Fundação e para o país.

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Sem a menor dúvida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que eu acho o propósito nosso, é o propósito do senhor. Agora, o senhor também não desconfia porque essa concentração em BMG e Rural?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não. Não desconfio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem nenhum palpite sequer... Eu imagino que não tenha condições mesmo, o senhor estava aposentado. Eu só estou fazendo a pergunta porque ela vai ter que ser direcionada obrigatoriamente para o Sr. Jorge Freitas. Muito bem. Eu acho que me darei por satisfeito temporariamente, franqueando a possibilidade para que os demais integrantes da CPMI possam fazer os seus questionamentos e antes de encerramentos a indagação do senhor Cecchetto, eu possa ser que eu volte e faça alguma outra pergunta. Por enquanto eu devolvo a palavra a V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado Deputado ACM. Indago ao Relator Osmar Serraglio se deseja fazer alguma intervenção. Passo então a palavra ao único inscrito Deputado Carlos Willian pelo prazo de dez minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não, Sr. Presidente, eu abro mão dos meus questionamentos. E assim como o nobre Sub-relator ACM Neto, nós estamos ansiosos para ouvir o depoente que vai ser agora o Sr. Jorge Luiz. Portanto, eu abro mão, e sugiro a V.Exa. que esse prazo de dez minutos meu seja cumulativo no próximo. Muito Obrigado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): [risos] É justo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): [risos] Compreendo a ansiedade de V.Exa, mas peço que contenha a ansiedade que ela não é uma boa conselheira, e às vezes faz até mal a saúde. Agradeço então a presença do Sr. Ermindo, os esclarecimentos que aqui prestou, que certamente são muito importantes para o trabalho nosso ilustre Relator e dessa Comissão--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, me perdoe, antes de V.Exa. encerrar, eu queria fazer mais um questionamento eu não poderia deixar de fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria deixar o senhor muito à vontade para me responder ou não, esse questionamento por dois motivos: Primeiro porque, pode ser que o senhor não tinha condições de por desconhecer a

informação. Segundo porque, pode ser que o senhor do ponto de vista ético se ache impedido de responder. Fique muito à vontade. Mas é de conhecimento desta CPMI que o Sr. Jorge Luiz Freitas, ex-Diretor Financeiro, e assim como ele o quadro de dirigentes da REAL GRANDEZA que antecedeu ao período do senhor, que eles tinham fortes vínculos de natureza política. Que as suas indicações tiveram uma participação forte também de partidos políticos, o senhor tem alguma informação nesse sentido?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Não, eu não tenho nenhuma informação nesse sentido. Até porque, como colocaram aqui eu estava aposentado, estava em casa, e, obviamente, e até porque minha vida inteira transcorreu, minha vida inteira útil, profissional transcorreu dentro da REAL GRANDEZA. Eu fiz uma absoluta questão de quando me aposentar, romper os vínculos com a REAL GRANDEZA, com FURNAS, porque senão teria sido muito mais difícil do que foi, a minha aposentadoria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito obrigado.

>> Estamos às ordens?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Muito obrigado a REAL GRANDEZA...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou lhe passar todos os dados, tá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Somos colegas. É sempre bom. Neto um abraço, prazer?

SR. ERMINDO CECCHETTO JÚNIOR: Um abraço prazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Jorge Luiz Monteiro de Freitas. Solicito à assessoria que o introduza no recinto. Indago ao Sr. Jorge Luiz se faz acompanhar de Advogado? -Oi sim, Eurípedes eu estou Presidindo a CPI agora, me ligue--

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Então solicito então a V.Sa. que na qualidade de investigado, faça a sua qualificação e preste os esclarecimentos iniciais, se assim o desejar. Com a palavra V.Sa.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Jorge Freitas, de formação Administrador e Advogado, com especialização em Administração Financeira; e de julho de 2003 a agosto de 2005, Diretor de Investimentos da Fundação REAL GRANDEZA, nomeado pela patrocinadora instituidora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Não deseja prestar nenhum esclarecimento inicial, só a qualificação?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Apenas o fato de que eu já saí da Fundação em agosto, mas com apontamentos, anotações minhas e acervo pessoal, eu estou preparado para responder a qualquer indagação, qualquer questionamento que os senhores resolvam fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): O Sr. Relator Osmar Serraglio, deseja V.Exa. fazer alguma intervenção? Não desejando, passo a palavra ao nosso ilustre Sub-relator ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agradeço Sr. Presidente, cumprimento Sr. Jorge, o nosso depoente, Deputado Osmar mais uma vez, senhores parlamentares. E eu indagaria ao Dr. Jorge, exatamente qual o seu currículo do ponto de vista dos cargos que exerceu, do ponto de vista da experiência que acumulou, do ponto de vista das funções que desempenhou, sobretudo ligadas a área financeira, antes do período em que assumiu a Diretoria da REAL GRANDEZA. V.Sa. as assumiu a Diretoria, me parece que entre julho e agosto de 2003, então se V.Sa. pudesse nos fazer aqui um breve relato da experiência profissional de V.Sa. do período que antecede a agosto de 2003, eu agradeceria?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Pois não. Eu sou, pelo menos até dezembro de 2002 quando eu me aposentei, eu era empregado de carreira de FURNAS Centrais Elétricas Empresa De Energia no Rio de Janeiro, onde eu entrei em 1972, trabalhei, portanto, 30 anos. E lá eu tive a oportunidade de correr toda a carreira, todos os cargos e funções da carreira, dos postos hierárquicos da empresa. Eu entrei como Auxiliar Administrativo e me aposentei no maior cargo da empresa como Superintendente. Especificamente em relação à Fundação REAL GRANDEZA em 2000 mais precisamente no ano de 2000, eu fui convidado pelo então Presidente considerando que havia uma situação complicada na Fundação REAL GRANDEZA de equilíbrio atuarial. E eram situações recorrentes, porque a patrocinadora a cada três, quatro anos era chamada a aportar novos recursos, recursos vultosos; eu fui convidado pelo Presidente, eu era Secretária Geral da Sociedade nessa época, para coordenar um grupo de trabalho, dedicação integral, para tentar identificar as razões, as causas dessas... Desse desequilíbrio atuarial e por conta disso, nós ficamos cerca de dois anos trabalhando e eu como Coordenador do grupo até 2002 pelo menos, quando todas as questões associadas ou ligadas à Fundação REAL GRANDEZA

foram exaustivamente estudadas por nós da patrocinadora instituidora, com participação da segunda patrocinadora, Eletronuclear, com participação de membros dos sindicatos de aposentados e de ativos, com participação também efetiva, da Diretoria de então da Fundação REAL GRANDEZA, onde ao final nós conseguimos, num acordo com as patrocinadoras, com a aprovação dos Ministérios interessados costurar um acordo que buscavam a solução definitiva para o problema de equilíbrio atuarial da Fundação. Esse acordo ele está sendo ainda cumprido, ele foi negociado por um prazo relativamente extenso de 144 meses, e que na nossa avaliação, imagino que de forma definitiva, nós resolvemos o problema de equilíbrio atuarial da Fundação, talvez por isso pela minha participação efetiva durante dois anos, como Coordenador do grupo, e mesmo após no exercício ainda de 2001. Trabalhando efetivamente participando de reuniões, assembleias para explicar a engenharia financeira que havia sido negociada para buscar esse equilíbrio, que envolvia também o oferecimento de dois novos planos para os empregados, ativos e já aposentados, participantes da Fundação. Nessas palestras eu também comparecia como Coordenador do grupo e a minha experiência em relação à Fundação REAL GRANDEZA surgiu daí. No aspecto da Diretoria que eu ocupei, pela minha formação de Administração Financeira, que suponho também, que tenha sido fundamental para a escolha e indicação do meu nome.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então no ano de 2000, se é que eu entendi bem, o senhor passou a acompanhar mais de perto o desempenho da Fundação REAL GRANDEZA, para buscar uma solução a um desequilíbrio atuarial verificado, tentando assim evitar que a patrocinadora continuasse aportando recursos no fundo e este acompanhamento foi até 2002, ou seja, V.Sa. de 2000 a 2002, procurou arrumar a casa no sentido da situação do desequilíbrio atuarial ali adquiriu experiência--

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Até 2000.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até 2000 e?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Até 2000. Em 2001, ainda participando das reuniões, assembleias--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esse acompanhamento foi de 2000 a 2001?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: 2001.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entendi. Quando é que o senhor exerceu a Superintendência de FURNAS?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Na estrutura da empresa, o cargo de Superintendente eu exerci foi a minha última ocupação como Superintendente de Recursos Humanos, para uma situação delicada e complicada na empresa nós estávamos numa greve de algum tempo e eu recebi a incumbência de assumindo a Superintendência de tirar a empresa da greve, mas outros três pontos que eu tinha que negociar e--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o período?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Foi em 2002, já em julho de 2002 até dezembro de 2002, quando eu, mas eu então era Assistente do Diretor e Substituto eventual do Diretor de Administração da época.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu esse processo de indicação do senhor para a superintendência de Recursos Humanos?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nós tínhamos uma situação delicada na empresa, uma greve já de algum tempo--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A escolha em si eu pergunto--

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Na realidade eu, antes de ir para o gabinete da Diretoria como Assistente Substituto eventual do Diretor eu tive uma passagem pela Superintendência de Recurso. A minha origem, e a partir de 1990 eu saí de uma Diretoria Técnica para uma Diretoria de Administração, onde nós tínhamos a Superintendência de Recursos Humanos fui chefe de um Departamento de Administração e Pessoal, fui Assistente do Superintendente da época e fui para o Gabinete, fui Secretário Geral da Sociedade, convidado para assumir a Assistência do Diretor da época. Nessa situação de greve, é que me pediram então que eu voltasse para os Recursos Humanos com quatro missões, que era negociar um Plano de Cargos e salários um concurso público que estava sendo muito solicitado, sair da greve e um outro que eu agora não me recordo. E, aliás, atingir os quatro pontos que haviam me solicitado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que o senhor nos diz aqui, o senhor credita, me parece, se eu tiver equivocado, por favor, me corrija, mas o senhor credita a indicação para a superintendência de Recursos Humanos, como depois em 2003 a indicação para Diretoria Financeira a questões que envolvem apenas a experiência profissional do senhor, ou seja, que o mérito profissional

do senhor determinou a ocupação desses dois cargos importantes, um em FURNAS e o outro na REAL GRANDEZA, é isso?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Única e exclusivamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pergunto ao senhor, em alguma dessas indicações, sobretudo na indicação de 2003, quando o senhor passou para a Diretoria Financeira da REAL GRANDEZA. Houve algum tipo, mesmo que tênue, de interferência de natureza política? O senhor teve que recorrer para buscar o apoio de algum partido político, de algum agente político, de algum ocupante de cargo político, a fim de ter o seu nome confirmado para a Diretoria da REAL GRANDEZA?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem relações de amizade pessoais com algum político, sobretudo do Rio de Janeiro?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nenhuma, nenhuma relação de amizade ou nem de conhecimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com nenhum político?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nem de conhecimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem de conhecimento?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nem de conhecimento. Apesar de conhecê-los, evidente pela sua atuação--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Claro, conhecimento público é evidente, pela televisão por jornais, mas eu digo de conhecimento pessoal com nenhum?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nenhum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero ser até mais preciso nessa indagação, porque nós temos notícias de que quando o senhor assumiu o cargo de Diretor Financeiro da REAL GRANDEZA, pesou também o apoio, ou aceitação ou a concordância de dois partidos políticos: Um que era o PT, que teria tido um peso decisivo para a confirmação do seu nome. E outro que teria o sido o PTB. O senhor me deu aqui uma resposta categórica.

Agora, eu particularizando com relação a PT e PTB, o senhor confirma o que disse anteriormente?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Confirmo o que disse anteriormente. Não conheço e nem, não tive notícias de que houvesse qualquer participação de partidos indicando ou apoiando o meu nome.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Diretor Presidente da REAL GRANDEZA, no período que o senhor exerceu suas funções, era o Sr. Marco Antônio Carvalho Gomes, o senhor confirma?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Confirmando.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que ele foi autuado pela Secretaria de Previdência Complementar, que levantou uma série de suspeitas sobre o desempenho dele como Diretor-Presidente, o senhor tem conhecimento?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Tenho, eu mesmo fui autuado pela SPC--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que o senhor foi, eu chegaria um pouco adiante eu vou tratar da autuação da SPC em seguida. O senhor saberia nos dizer e o Sr. Marco Antônio Carvalho Gomes tem ligações políticas, partidárias com qualquer dos partidos políticos em funcionamento no Brasil?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: O Sr. Marco Antônio Gomes, que era o Presidente na mesma época em que eu lá estive, historicamente é uma pessoa bastante envolvida com o movimento sindical no Rio de Janeiro. A pessoa com a participação muito séria no movimento sindical, daí que rendeu, inclusive, para ele um convite nosso ainda na época que eu trabalhava na patrocinadora, para que ele participasse também desse grupo de trabalho, buscando uma solução para a REAL GRANDEZA, até porque nós entendíamos que era fundamental contarmos nesse grupo, com alguém que tivesse trânsito, acesso aos empregados porque era um assunto convencimento difícil porque envolvia direitos, os direitos de Fundos de Pensão que não tratam apenas de... Não são direitos transitórios, são direitos para a vida toda, então nós dependíamos de alguém que tivesse essa penetração e que fosse também tido como uma pessoa séria, naquele momento, porque é um assunto bastante delicado; e o Sr. Marcos Gomes foi convidado por nós para fazer parte do grupo. Assim como o atual Presidente da Fundação REAL GRANDEZA, que também participou desse mesmo grupo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então essa militância sindical do Sr.

Marco Antônio, evidentemente o aproximou de militantes políticos do PT, principalmente, mas também do PCdoB; agora em destaque do PT. O senhor confirma isso?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: É de conhecimento meu e também depois confirmado pela--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento de que a indicação do nome do Sr. Marco Antônio ela passou por uma recomendação política do PT?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, senhor. Eu suponho que em função da composição política do momento, eu que trabalhei na empresa até dezembro de 2002, tive que participar de algumas reuniões no momento de transição da empresa, já que o governo recém eleito, então, era do PT, eu participei de algumas reuniões, inclusive, aqui em Brasília e o Sr. Marcos Gomes sempre foi uma pessoa que nós tínhamos como certo que ele ocuparia uma função de destaque em FURNAS, que era a empresa patrocinadora. Não sabíamos se ele, qual seria a função dele, aliás, como ele teve umas funções dentro da patrocinadora de bastante responsabilidade e se saiu muito bem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então com a vitória do Presidente Lula, com a mudança de governo era dado como certo que o Sr. Marco Antônio exerceria um cargo de confiança importante, na estrutura pelo menos de FURNAS. Foi o que o senhor acabou de dizer?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Exato, porque em dezembro de 2002 a empresa ofereceu um famigerado plano de demissão voluntária, e como é uma empresa já com empregados em final de carreira, é uma empresa de energia elétrica então tem condições especiais de aposentaria, as pessoas se aposentam com menos tempo de trabalho efetivo, cerca de 80% dos Gerentes da empresa, aderiram esse plano de desligamento voluntário. 100%, para não dizer que 100%, menos um Superintendente, quer dizer, quase todos os Superintendentes aderiram ao programa de desligamento voluntário e por conta disso, os Gerentes que já ocupavam funções da hierarquia da empresa, tiveram oportunidade de galgar e ascender na carreira foi exatamente o que aconteceu com o Sr. Marcos Gomes, ele já era um Gerente, um Gerente conceituado na empresa e teve oportunidade dele para assumir novos desafios e novas funções.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas da forma como o senhor nos afirmou aqui, pareceu muito claro que antes mesmo de haver a confirmação do Sr. Marco Antônio, já se tinha como certo, foram palavras do senhor, que ele

ocuparia um cargo de confiança importante na estrutura de FURNAS, obviamente pelas suas vinculações com o Partido dos Trabalhadores. Que era o partido que venceu o Governo naquele ano. Se dava como certo por isso.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não sei se seria só esse o requisito principal, ou seria esse o requisito principal para que ele passasse a ocupar novas funções. Eu acho que ele já é--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi um requisito que pesou?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Muito provavelmente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque de fato é inegável, que o Sr. Marco Antônio, ele foi indicado para a Presidência de FURNAS, para a Diretoria-Presidência da REAL GRANDEZA por uma recomendação, por uma aceitação do PT, isso é inegável, mas com a confirmação do senhor me parece importante registrar esse fato. Tanto ele, como o senhor, foram autuados pela SPC, e foram condenados ao pagamento de uma multa no valor de 20 mil reais?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Hum-hum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além dessa condenação foram inabilitados, para exercer funções na Diretoria de Fundos de Pensão por dez anos. O senhor me disse logo no início, que em 2000 e de 2000/2001 foi chamado arrumar a casa e para resolver um problema de rentabilidade da Fundação?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, de desequilíbrio atuarial e em função de premissas atuariais--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Cecchetto que sucedeu o senhor, nos disse que foi chamado para arrumar a casa, que foi convidado para ocupar a Diretoria Financeira e que toda uma nova Diretoria foi composta justamente, porque a situação era de insatisfação com o desempenho da Diretoria do senhor. Somada essa insatisfação, percebe-se que existe já um procedimento oficial adotado pela Secretaria de Previdência Complementar, no sentido de detectar irregularidades, não apenas isso, mas como também, e principalmente, de imputar uma pena ao senhor e aos então companheiros de Diretoria. Farei algumas perguntas dito isso a primeira delas: Exatamente a quê o senhor credita a sua saída da direção da REAL GRANDEZA? Qual foi o elemento preponderante, qual foi o elemento principal que determinou a saída do senhor da Diretoria da REAL GRANDEZA? Essa é a minha primeira pergunta.

Em seguida teremos outras a respeito, inclusive, dessa autuação da SPC?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: A autuação da SPC na realidade ela não foi dirigida apenas ao Marcos Gomes e ao Jorge Freitas Diretor de investimentos, mas sim a toda Diretoria. Vou chamar a atual que era, estava lá até agosto de 2003 a Diretoria anterior, todos os membros do... Nós tínhamos lá um Comitê de investimentos chamado CIRG todos os membros do CIRG, o CIRG era composto pela Diretoria executiva da Fundação REAL GRANDEZA, por um membro indicado pelos aposentados, um indicado pelos ativos, um representante do Conselho deliberativo; e na nossa gestão um representante do Conselho Fiscal. Ainda que esse não tivesse voto, as decisões do CIRG eram todas em função dos projetos, das propostas que eram apresentadas aos CIRG, essas decisões... O projeto só ia adiante, só era levado a cabo se houvesse a aprovação unânime dos participantes do CIRG, e este então era o momento das decisões, a Presidência do CIRG era presidida pela Presidente da Fundação REAL GRANDEZA, na verdade toda a Diretoria foi autuada, a Diretoria anterior também foi autuada, os membros do CIRG foram autuados e o Gerente de análise de investimentos da época foi autuada. A partir de uma avaliação e aí eu discordo acho que no momento oportuno--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Discorda da avaliação da SPC--

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Discordo. Sim sem dúvida, eu tenho todos os elementos. Acho que no momento oportuno, se tiver a possibilidade eu posso falar sobre isso, do contrário essa questão está sendo discutida em série administrativa. Nós já apresentamos um recurso, ao conselho de gestão, e aguardamos ainda o julgamento desse recurso. Eles partem do princípio de que nós aplicamos no Banco Santos. Banco cuja intervenção foi decretada em novembro de 2004, recursos que excederiam as orientações e as normas internas, da Fundação REAL GRANDEZA, de limites para a aplicação em bancos privados. Fundamentalmente é esta a questão que a SPC levanta, que nós teríamos usado *ratings* que não nos permitiriam, aplicar recursos da ordem dos recursos que nós aplicamos efetivamente no Banco Santos, em bancos privados teríamos alguma limitação. Eu tenho alguns elementos, e são esses elementos que eu uso, aliás, todos nós usamos na defesa, e a expectativa é que no Conselho de gestão esse assunto possa ser melhor debatido e melhor compreendido.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então na interpretação de V.Sa, o elemento determinante para a sua saída, foi exata-

mente esse procedimento da SPC. Eu queria entender do ponto de vista temporal.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saiu antes da conclusão?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Do mandato.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do mandato certamente, mas, eu pergunto antes da conclusão desse relatório da SPC?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: A Fundação REAL GRANDEZA, eu mesmo, eu sou um participante. Eu sou um aposentado da patrocinadora instituidora. Um participante, tenho interesse direto nos resultados da Fundação, e a Fundação diariamente no Rio de Janeiro, não sei se em outros locais, ela passou a ser citada em jornais de grande circulação em revistas até de circulação nacional, passou a ser citada quase que diariamente nos jornais. E chega uma hora que, e mais o Marcos Gomes, o Dr. Marcos Gomes que era o nosso Presidente, e aí eu não sei lhe informar eu estava voltando de uma reunião, que eu tive na ABRAP(F) e cabe aqui um comentário: Eu era o Coordenador de um grupo Ad hoc(F) da ABRAP(F), tirado numa reunião logo após a decretação de intervenção do Banco Santos, para negociar com interventor, ainda época interventor Dr. Vanio Aguiar, com a participação de dirigentes regionais de fundos, só para que o senhor ter uma idéia, foram 56 fundos de pensão que tinham recurso aplicados no Banco Santos na ordem de 716 milhões. E eu fui indicado Coordenador chamavam Presidente, mas na realidade do coordenador do grupo Ad hoc(F), que a partir da intervenção, da decretação da intervenção passou a se reunir quase que semanalmente, em algumas situações diariamente, para tratar das questões associações ao Banco Santos. Quando eu retornava de uma viagem dessa já no mês de agosto, porque as reuniões eram feitas em São Paulo, perdão... Eu fui informado de que o Dr. Marcos Gomes teria renunciado, a partir da renúncia do Dr. Marcos Gomes, eu tenho um pouco de experiência, eu tenho 53 anos, eu entendi que também a minha situação não... Haveria porque continuar insistindo, seria de todo o conveniente até para a Fundação que houvesse uma modificação, uma nova Diretoria, para pelo menos... Quem sabe, fosse até a oportunidade dos Diretores que saíam para aqueles que estavam lá chegando pudessem de forma mais tranqüila, conduzir a Fundação REAL GRANDEZA já que nós estávamos bastante naquele momento pressionados por aquelas notícias--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda que houve uma perda de confiança dos patrocinadores com relação à Diretoria que o senhor compunha da REAL GRANDEZA?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não. Nunca ouvi da Diretoria da patrocinadora, se bem que também é fato e há que se comentar, que a patrocinadora naquele momento também passava um momento importante de envolvimento na mídia, momento de facilidade e nós por conta da aplicação do Banco Santos que fizemos. E por conta da intervenção do banco, nós também fomos envolvidos nessa, nesse momento conturbado, particularmente no Rio de Janeiro, e que determinou, inclusive, o afastamento de alguns Diretores da patrocinadora e um pouco mais tarde a nossa saída... Vale dizer que nós também renunciemos ao mandato, eu e o Diretor de administração e Finanças que tinha ficado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O atual Diretor Dr. Cecchetto nos afirmou que encontrou com a casa desarrumada, o senhor concorda que deixou a casa desarrumada, ou seja, o senhor concorda com essa afirmação do atual Diretor Financeiro da REAL GRANDEZA?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu discordo frontalmente. Até porque o Dr. Ermindo Cecchetto, eu fiz a minha carreira em FURNAS durante os 30 anos, ele fez a dele, quase 30 anos na REAL GRANDEZA, ele se desligou da REAL GRANDEZA em dezembro de 2002 ele teve uma atuação preponderante e bastante importante na própria Diretoria de administração, perdão na Diretoria Financeira que depois se tornou Diretoria de investimentos quando assumi houve essa mudança, ele extinguiram, jogaram uma parte da Diretoria Financeira na Diretoria de administração, parte de tesouraria, contabilidade e criaram uma Diretoria de investimentos que foi a que eu ocupei. O Dr. Ermindo Cecchetto até dezembro de 2002 exerceu um papel preponderante na Fundação REAL GRANDEZA, qualquer questão que tivesse que ser tratada, imagino, e depois como assistente do Diretor do Superintendente, não acredito que ele esteja se referindo a algo que surgiu depois de dezembro de 2002, até o retorno dele agora, em agosto de 2005.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas depois nós teremos a oportunidade de fazer uma demonstração aqui para o senhor, também me parece que é inquestionável, grande parte dos problemas registrados por maus investimentos feitos pela REAL GRANDEZA, estão concentrados no período que o senhor era o Diretor.

Nós vamos ter a oportunidade de enfrentar esse tema, discutindo caso a caso--

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Ótimo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas então, a que o senhor atribuiria essa afirmação Sr. Cecchetto de que a casa estava desarrumada ele foi muito cuidadoso, eu faço questão de ser coerente pelo que foi dito por ele procurou não fazer muitas ilações, porém, ele teve que reconhecer que havia um problema na Diretoria da REAL GRANDEZA, e que a troca dos Diretores, dos dirigentes, se deu por causa desse problema, a que o senhor atribui a afirmação dele?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Eu desconheço (?), na realidade o que aconteceu depois da minha saída, um pouco antes nós tínhamos uma situação, só... No contexto da minha chegada na Fundação REAL GRANDEZA, depois de me aposentar em dezembro de 2002, eu fui indicado nomeado Diretor de investimentos da REAL GRANDEZA, e lá chegando ainda que não tivesse contato nenhum ou conhecimento das pessoas que estavam compondo a Diretoria de investimentos, técnicos, analistas, Gerentes, eu procurei me interar da situação da Fundação REAL GRANDEZA, lendo relatórios, as atas de reuniões, e fiz isso num período bastante longo para trás para me interar. Eu que tinha participado ativamente até 2000 pelo menos, e ainda durante 2001 das questões que envolviam a Fundação REAL GRANDEZA, conhecia bastante da Fundação, conhecia muito da Fundação. Mas, evidente também que depois de 2001 e até 2003, quando eu cheguei lá em agosto, eu precisava me interar das coisas que estavam acontecendo na Fundação. Li todos os relatórios emitidos pela Diretoria de então, todos as atas de reuniões do CIRG, todos os projetos que foram aprovados; me interei da se aquelas aplicações, se estavam de acordo com as políticas aprovadas, se essas políticas tinham sido levadas à aprovação do SPC, se havia ali aderência às normas. Como um Diretor chega, aliás, eu quero dizer também que eu não levei ninguém para trabalhar comigo, não levei um assistente, ainda que pudesse, eu não convidei ninguém para trabalhar comigo. Ao contrário, eu resolvi prestigiar as pessoas que estavam lá já trabalhando há mais de 12 anos, inclusive. O que ele pode se referir é que nesse meio-tempo, isso aconteceu também logo na minha chegada, havia algumas referências a pessoas que já estavam já compunham aquela, aquela gerência, a gerência da Diretoria de investimentos e que acabaram sendo afastadas dos seus cargos. Muito provavelmente, o que o Ermindo quer se referir é que quando ele chegou lá o Gerente

de análise de investimentos não trabalhava mais, ele tinha sido demitido--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor pode declinar o nome dele?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Benito Siciliano, um outro ex-Gerente que quando eu cheguei, ele era um assistente da Diretoria, apenas com a responsabilidade de minutar, redigir as atas das reuniões, ele também estava sendo objeto de uma aferição--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pode declinar o nome dele?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Jerônimo Monteiro. Ele estava sendo objeto de uma Comissão interna que nós nomeamos na Fundação REAL GRANDEZA, só que eu saí e não consegui acompanhar o resultado do trabalho dessa Comissão, mas soube que ele foi demitido também--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor quer concluir, por favor.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Atribuo, e tem mais, havia a indicação do lugar do Gerente

de análise de investimentos, esse Sr. Benito Siciliano um outro nome, que segundo eu soube, logo após a minha saída também foi desligado a empresa, muito provável o Dr. Ermindo Cecchetto, queria se referir, a dificuldade que certamente ele encontrou ao chegar e encontrar a Diretoria sem essas pessoas eram de certa forma fundamentais aos trabalhos que ali eram realizados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Bom eu então queria tratar um pouquinho mais sobre esses dois senhores que acabaram de ser citados. A começar pelo Sr. Benito Siciliano. Quando o senhor assumiu a Diretoria Financeira da REAL GRANDEZA, ele já estava lá?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Há 12 anos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Na gerência de investimentos?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Ele foi admitido em 1992 e na gerência pelo menos... Desde 99 eu não sei lhe informar com certeza, nem convicção, mas eu imagino por 99.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ele foi mantido na gerência de investimentos?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu cheguei, ele já era, e eu fiz questão de prestigiar as pessoas que já ocupavam os cargos e mantive.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguém lhe fez algum tipo de pedido para manutenção do Benito na gerência de investimentos?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi uma decisão única e exclusiva do senhor?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Mantê-lo como Gerente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Na verdade quando eu cheguei, a minha intenção, aproveitando o conhecimento dele, ele já atuava trabalhando bastante no mercado eu queria trazê-lo para a Diretoria e colocar um Gerente. Mas não tínhamos, isso é, um processo demorado porque envolvia uma empresa especializada para buscar pessoa com esse perfil. Então, naquele momento nós optamos por mantê-lo na gerência de análise de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Hã... Esta CPMI teve acesso a um dossiê elaborado pelo Sr. Alexandre Ataíde Francisco. Nesse dossiê, ele faz uma série de denúncias sobre irregularidades em Fundos de Pensão. O Sr. Alexandre Ataíde Francisco será o nosso depoente de amanhã. Mas muito bem. O senhor não tem obrigação de conhecê-lo, ele é um operador do mercado financeiro. E dentre essas inúmeras irregularidades que ele aponta, ele trata de alguns problemas referentes a REAL GRANDEZA, certo? Denuncia que os senhores Haroldo de Almeida Rego Filho e Murilo de Almeida Rego tiveram participação decisiva em algumas operações que a REAL GRANDEZA realizou. Sobre tudo, sobre tudo nessas operações de aquisição de títulos do Banco Santos. Completo a minha afirmação, dizendo ainda que nesse mesmo dossiê o Sr. Alexandre Ataíde ele afirma que o Haroldo “Pororoca”, como é conhecido, ele contava com apoio do Sr. Benito. Ou seja, Sr. Benito, Gerente da área de avaliação dos investimentos, ligado ao Sr. Haroldo Rego, vulgo “Pororoca”, teria favorecido a interesses do Sr. Haroldo junto a REAL GRANDEZA, dentre os quais a priorização que foi dada à aquisição de títulos do Banco Santos. Eu que-

ria que nos deixássemos ainda para detalhar o Banco Santos, para um pouco mais à frente, só que eu queria concentrar nessa cadeia de relações. Então nós temos aqui Sr. Benito que era o Gerente, nós temos aqui o Sr. Haroldo “Pororoca”, que é um operador do mercado, com os seus filhos e parentes, não é? E nós temos aqui o Banco Santos, em tese favorecido, e um denunciante, que é Sr. Alexandre Ataíde que até então é denunciante. Amanhã será ouvido, pode ser que traga provas, que traga elementos que convença essa CPI. A respeito desse cenário e levando em consideração que o senhor acabou de nos afirmar que o Cecchetto, atual Diretor Financeiro, quando diz que a Casa estava desarrumada, que existiam problemas, podia estar se referindo a situações que envolviam diretamente o Sr. Benito--

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Ou a saída dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou a saída dele, eu queria então que o senhor me dissesse exatamente, que tipo de autonomia tinha Sr. Benito para tomar decisões? Queria que o senhor me dissesse, se o senhor sabe das relações do Sr. Benito com o Haroldo Rego e com outros operadores de mercado em geral? Queria que o senhor me dissesse, se o senhor sabe também de vinculações do Benito com dirigentes políticos? E ao fim queria que o senhor me explicasse os motivos da saída do Sr. Benito.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Não. Desconheço totalmente qualquer tipo de relacionamento de seu Benito com políticos, ou com, esse senhor que o senhor se refere, Haroldo “Pororoca”, eu conheci também pela imprensa exatamente na época em que o nome das fundações, principalmente as fundações REAL GRANDEZA e NÚCLEOS, eram citadas nos jornais do Rio, esse nome surgiu algumas vezes, não sei se havia ou se há relação dele, nunca soube... Em relação a esse senhor. Em relação ao Banco Santos, o tipo--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor disse que não sabia se o Benito tinha relação com Haroldo?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Qualquer tipo de relação, eu não posso, eu desconheço totalmente. Em relação às aplicações que eram feitas pela Fundação REAL GRANDEZA, essas decisões eram todas submetidas às reuniões mensais do CIRG, Comitê de investimentos, essas aprovações, se unânimes, eram levadas para a gerência de operação que fazia então as aplicações que haviam sido aprovadas. Em relação ao Banco Santos, o que há de fato é que, uma decisão anterior a nossa chegada de julho de

2003 da Diretoria, e registrada em ata, aproveitando uma situação de aumento do risco-país, ainda naquela época em torno de 700 pontos, para se beneficiar de juros que estavam sendo oferecidos em operações no mercado, tentar antecipar ou resgatar aplicações que haviam sido feitas com juros menores, e buscar se beneficiar com... Negociando os juros maiores, que estavam sendo oferecidos por conta do momento que nós estávamos vivendo particularmente no mercado financeiro, foi assim que nós chegamos lá. E essas operações do Banco Santos, até para que não houvesse nenhum tipo de ingerência da Diretoria ou do próprio Diretor de investimentos, elas assumiam, a partir do momento da aprovação elas assumiam um caráter de impessoalidade, elas eram tratadas diretamente pela gerência de operações, que bidava(F) ou buscava com as Instituições, com os bancos em que a Fundação, com que a Fundação operava para que ele volume de recursos, qual o retorno que eles ofereceriam. É verdade também, isso seu tiver a oportunidade de mostrar, nós trabalhamos na Fundação REAL GRANDEZA com que nós chamamos de taxa mínimas de atratividade, que é a equalização de todas as referências que são utilizadas normalmente no mercado, para operações no mercado financeiro: TJLP, CDI, IGP, INPC... Até porque os nossos planos eram regulados INPC, mas 6 IGP mais 6. Então, eu não poderia, nunca ter qualquer tipo de rendimento que fosse inferior aqueles previstos nos planos de complementação de aposentadoria. E mais, eu não poderia sequer negociar apenas a remuneração nessas bases. Porque na equalização da taxa mínima da atividade, se o CDI tivesse pagando mais e como durante muitos meses ocorreu e hoje ainda ocorre, pagar mais do que o INPC eu teria necessariamente, obrigatoriamente que buscar, buscar esses recursos para remunerar no mínimo na equalização com CDI com TJLP, SELIC que também era bastante utilizada, pela Fundação REAL GRANDEZA. Decidida à forma macro aprovada na Diretoria e na política de investimentos, que era submetida anualmente o Conselho Deliberativo que é o órgão máximo de decisão gestão da Fundação, para evitar que houvesse qualquer tipo de ingerência, essas autorizações eram passadas para as áreas, que operavam dentro dos limites numa área de *compliance*, ainda que não fosse uma área da estrutura formal da empresa, na área de *compliance* para ver a aderência à adequação dos limites e essas operações eram feitas. Evidente que eles não poderiam contar com bancos de primeira linha, porque os brancos de primeira linha ofereciam valores inferiores àquele indicados pela política de investimentos, aqueles a que nós estávamos obrigados a submeter os nossos investimentos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem querer interromper o senhor só solicitaria, para o bom prosseguimento da nossa audiência, no sentido de que essa justificativa, sobre a aquisição de títulos privados o senhor pudesse dar no momento que nós entrássemos justamente nesse tempo específico. Porque senão o senhor vai ter que repetir, eu sugeriria que o senhor pudesse dar nesse momento porque ficaria mais organizado, mas então da pergunta que lhe fiz, eu insistiria em saber sobre a saída do Benito. O que é que motivou, o que é que estava por trás, que suspeitas existiam?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Na realidade, a alegação e a prerrogativa da demissão, era exclusiva do Presidente da Fundação, a prerrogativa da admissão e demissão da Fundação REAL GRANDEZA é prerrogativa exclusiva do Presidente da Fundação. A alegação, a informação que eu tive e confirmada numa reunião que nós fizemos com os empregados da patrocinadora é de que houve quebra de confiança, perda de confiança.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em virtude de?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Certamente em relação as aplicações que foram feitas no Banco Santos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quebra de confiança?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Esse foi o motivo alegado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ele seria o principal responsável?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Ainda que fosse um Gerente de análise de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse que as decisões eram todas colegiadas, porque eram tomadas pelo Comitê de investimentos?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Sim, mas eram decisões que tratavam de orientação geral dos recursos da Fundação. A partir desse momento, até para que não tivesse nenhuma atuação mais dos Diretores da Fundação, e até dos membros do CIRG ou do Conselho deliberativo, eles estavam liberados para operar dentro daqueles limites que tinham sido autorizados e aprovados pela--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que pode ter havido, de fato um beneficiamento pessoal do Sr. Benito em virtude dessa relação dele com o Banco Santos?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu diria que numa situação normal, em que valores

foram contratados, se não fosse a decretação da intervenção, nós estaríamos recebendo os recursos lá aplicados. Não me parece razoável, que um banco ofereça, como o Banco Santos ofereceu, quando ele foi consultado e, ele bidou(F) a Ambide(F) 1 e 80, 1 e 50, ou a Ambide(F) mais 1 e 80 não me parece que um banco que remunera, oferece de retorno este valor e se dispõe a dividir ou pagar qualquer tipo de benefício a quem quer que seja--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor não concorda com esses rumores que envolveram a saída do Benito? Pela quebra de confiança.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Os rumores que envolveram a saída do Benito, não são rumores que ele teria se beneficiado das aplicações feitas pela Fundação no Banco Santos. A única alegação, e dita numa reunião pública com bastante gente, empregados da patrocinadora, era de que houve quebra de confiança.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas evidentemente que a quebra de confiança, ela tem que ser fundamentada por algum fato concreto. E na minha opinião, algum fato sério, que o fato teria sido esse motivador da quebra da confiança?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: A gerência de análise de investimento era responsável pelos trabalhos de análise de risco bancário e todos os trabalhos que fundamentavam e davam base para as aplicações da Fundação REAL GRANDEZA, e ele era o Gerente dessa área. Nos trabalhos que nós recebíamos mensalmente nessas reuniões do CIRG, o Banco Santos, e eu tenho esses elementos, se tivermos oportunidade, eu posso até mostrar. Até a véspera da decretação da intervenção era tido como um banco de baixo risco de crédito, com *rating A*, pelo menos uma Instituição habilitada e autorizada a funcionar no país, por uma segunda Instituição BAA, que também era para o baixo risco de crédito para aplicações a longo prazo. Eu acho que convém também citar, em relação ao Banco Santos e não sei também se BMG e Rural vai ser objeto da nossa--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certamente.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Provavelmente. É que a Fundação REAL GRANDEZA exatamente por conta das reuniões que nós fizemos buscando uma solução que fosse definitiva para o problema de desequilíbrio atuarial, nós conseguimos negociar com as patrocinadoras, FURNAS, Eletronuclear, contratos de confissão de dívidas. Porque eram dívidas associadas a responsabilidade das patrocinadoras.

Pelo desequilíbrio atuarial em função de premissas autorais, que não estavam sendo praticadas na Fundação, eram contratos de longo prazo. Então a Fundação REAL GRANDEZA, ela não necessitava no momento que nós chegamos. E no momento anterior, logo após a contratação dessa dívida, ela não necessitava de recursos líquidos, imediatos, porque houve mais ou menos o casamento de passivo e ativo dessa dívida. Essa dívida paga mensalmente pela patrocinadora era quase suficientemente, quase faltando muito pouco para que a Fundação pagasse todos os seus compromissos mensais de complementação de benefício para aposentados e as suas despesas normais. Então, por conta disso a Fundação não necessitava mais buscar aplicações de curto prazo - até porque remuneravam menos. Ela precisava, sim, buscar e sempre, ela não tinha recursos líquidos para aplicar os recursos viriam sempre que houvesse vencimento de operações e aqueles recursos que não seriam mais então necessários para pagamentos das suas despesas normais, seriam reinvestidos e aí se aproveitando a situação de mercado, com taxas melhores, mais compatíveis com o momento que nós estávamos vivendo no mercado financeiro naquele momento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, certamente nós retomaremos a discussão. Eu não vou me debruçar sobre ela, porque eu apresentarei aqui um perfil dos investimentos em títulos desses bancos e aí a gente vai poder aprofundar isso melhor. Agora ainda sobre o seu Benito. Dentre essas denúncias que foram encaminhadas para a CPI, uma delas da conta de que ele teria uma ligação forte com o Sr. Marcelo Sereno, que é dirigente do PT do Rio de Janeiro, o senhor confirma essa existência de relação?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu desconheço. O Marcelo Sereno eu sei também porque, esses assuntos eram quase que diariamente citados no Rio de Janeiro. Marcelo Sereno é do Partido dos Trabalhadores não me consta, eu desconheço que o Sr. Benito tenha qualquer relação com o Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor já teve algum tipo de contato com o Sr. Marcelo Sereno?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Nunca.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem conversou, nada parecido?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Nada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Com relação ao Sr. Jerônimo Monteiro de Sá, primeiro queria saber qual era a relação dele com o senhor, se era uma relação meramente profissional ou se tinham relação pessoal?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Meramente profissional.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Meramente profissional... O senhor sabe que existe uma suspeita de enriquecimento ilícito dele?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Sim, sei. Foi objeto da Comissão que nós instauramos, interna na Fundação REAL GRANDEZA, em função das denúncias ou das notícias que anunciavam que ele teria um patrimônio incompatível com--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E esse procedimento interno foi concluído?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Eu suponho que sim, eu já não estava mais na Fundação, nós demos um prazo de 30 dias para que a Comissão concluísse os seus trabalhos, eles solicitaram a dilatação, que esse prazo fosse para 45 dias e foi exatamente no momento que eu me desliguei da Fundação. Mas certamente eles concluíram os trabalhos. Eu não sei qual é o resultado desse trabalho, mas sei que o Sr. Jerônimo foi afastado da Fundação REAL GRANDEZA--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor acha que essas denúncias de enriquecimento ilícito, elas são procedentes?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu

conversei com o Jerônimo, ele... E na conversa que nós tivemos e foi bastante franca, ele praticamente demonstrou que tinha condições para fazer o negócio que fez, porque envolvia um imóvel que ele tinha comprado recentemente, e a alegação é de que ele não teria vendido o anterior para obter recursos para compra de novo. Ele me disse que através de empréstimos da família e coisas desse tipo ele teria conseguido os recursos suficientes para a compra daquele apartamento, mas não sei qual foi o resultado dos trabalhos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quais eram exatamente as funções do Sr. Jerônimo na estrutura da Diretoria Financeira?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: De

burocracia, a mais chata possível que era de redação das atas das reuniões do CIRG. Era quase que a transcrição das conversas que eram travadas, das discussões que eram mantidas nas reuniões do CIRG.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nada além disso?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Ne-

nhuma outra atribuição, pelo menos no momento que eu cheguei lá, até no momento que eu me desliguei da Fundação REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria pedir para que a gente pudesse começar a expor os números. Farei para o senhor a mesma observação que fiz para o Dr. Cecchetto, essa Sub-relatoria, ela tem examinado o desempenho das Fundações nos mais diversos mercados, a fim de apurar e de identificar possíveis irregularidades em qualquer desses mercados. No mercado de derivativos, portanto, no mercado de BMF, o nosso objetivo sempre é identificar a recorrência de ajustes negativos feitos por certas corretoras que poderiam com isso trazer perdas para os fundos de pensão. Exame esse feito apenas no primeiro dia da operação. Analisando o mercado de derivativos, nada nos chama atenção que mereça um destaque maior, no que se refere ao desempenho da REAL GRANDEZA. No mercado de títulos públicos também não, e pelo que nos disse aqui o Sr. Cecchetto de fato, não era política da Diretoria do senhor investir em títulos públicos, a prioridade foi toda concentrada no investimento de títulos privados.

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Posso falar?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu aí faria uma pergunta, já deixando o senhor falar, o seguinte: O senhor considera que em geral a política de investimentos do seu período, ela foi mais conservadora e moderada, ou ela foi mais agressiva e arrojada, já dando a oportunidade para o senhor responder?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Extremamente conservadora, as aplicações de títulos públicos de compra ou de venda sempre leilões primários, vale dizer sempre através do Banco Central, nunca através de corretoras ou operadoras, buscando o mercado secundário e só para que o senhor tenha idéia, a Fundação REAL GRANDEZA, sempre, historicamente, sempre se manteve acima da média em aplicação de títulos públicos risco soberano e na nossa gestão esse valor, esse limite chegou a 73% dos nossos recursos. Mas também há um limite. Ainda que nós tivéssemos possibilidade de aplicar até 100% dos recursos da Fundação em títulos públicos, não me parece razoável e pelo menos nós buscando sempre equalizar com as demais fundações, manter apenas aplicações de títulos públicos. Então, nós sempre estivemos acima da média em relação a títulos públicos. Pelo menos na minha gestão, nós, os recursos

líquidos quando chegavam eram sempre investidos em títulos públicos e sempre em leilões primários. Eu me refiro em relação ao Banco Santos e novas operações que tenham sido feitas sempre recursos que já estavam investidos e venceram e foram renovados, eventualmente. Ou outros recursos que para manter o patamar de aplicações em títulos privados dentro da renda fixa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor nos diz aqui então que a prioridade era para um comportamento mais conservador?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Sempre.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, então a primeira indagação que lhe faço é: É compatível com o comportamento conservador a aquisição de TDAs, que são títulos de dívida agrária, no valor aproximado de 9 milhões de reais, feitas no período do seu exercício. É negociação essa, intermediada pela corretora QUANTIA, corretora esta investigada pela CPI, pela ocorrência de irregularidades em vários Fundos de Pensão, inclusive, na PRECE e na Núcleos que aqui já foram examinados. Senhor pode ver aqui, o senhor sabe que os títulos da dívida agrária, não são recomendados para aqueles que querem exercer uma política conservadora?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Perfeito eu concordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Aliás, eu diria que não são recomendados para a carteira de Fundos de Pensão?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu concordo--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que se verifica essas duas operações? Como é que justifica?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu não autorizei e custo a crer que tenha sido feito durante a minha gestão. Eu não tenho mais elementos eu disse que estou há cinco meses, pelo menos afastado Fundação, talvez não tenha todos os elementos aqui especificamente em relação a isso. Mas eu garanto que durante a minha gestão eu não negocie TDAs, ainda mais desse valor, muito mais com QUANTIA. Eu estou me referindo a agosto de 2003 a agosto de 2005.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor conhece a corretora QUANTIA?

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS: De nome, porque ela apareceu algumas vezes, QUANTIA, TURFA(F), CQJR isso algumas vezes, eu tive conhecimento também pela imprensa de que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria pedir a assessoria apenas para confirmar o período exato da aquisição dessas TDAs. Nos chega a informação de que foram adquiridas no período do seu exercício, porém lhe darei o benefício da dúvida. E vamos confirmar essa informação. Eu queria recorrer primeiro ao *rating*. Vamos aqui, só para a gente verificar o seguinte, nós precisávamos recorrer ao algumas agências que pudesse avaliar o risco dos bancos, recorremos ao *rating* da MUDES(F), que é uma agenda reconhecida no país inteiro.-

SR. JORGE LUÍZ MONTEIRO DE FREITAS:

Sem dúvida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor pode ver ali a classificação das letras, ela impõe uma determinada qualificação para a Instituição está sendo analisada. De AA à C em ordem decrescente, verifica-se também um decréscimo do risco da Instituição, e aí o seguinte. Segundo a agência MUDES(F), o Banco Santos, ele tem a avaliação B, avaliação B significa representa créditos de alto risco. O Banco Santos representa créditos de alto risco. O Banco Rural tem, tinha uma avaliação no período BA, até 2004, em 2005 caiu para B. BA significa: Representa créditos com risco substancial. E a B que é em 2005, é exatamente igual a do Banco Santos que representa crédito de alto risco. O BMG tem uma classificação B A igual a do Banco Santos, que representa créditos de alto risco. O BMG tem uma classificação BA igual ao do Banco Santos através desse *rating* da agência MUDES(F), e por ele o BMG representa créditos com risco substancial. Eu vou focar inicialmente nessas três Instituições: Banco Santos, BMG e Rural. Os três bancos são classificados pela agência MUDES(F) ou de risco substancial ou de alto risco, dito isso eu pediria a tabela geral. Aí, muito bem, nós temos o impacto de 2000 a 2005, claro que logo em seguida eu particularizar para o período do senhor. Mas, o senhor pode ver que de 2000 a 2005 quando tratamos de CDBs, estamos falando apenas de CDB. Porque no Banco Santos ainda há adicionalmente problema de debêntures, mas tratando de CDBs, percebe-se que os investimentos feitos pela REAL GRANDEZA, eles representam uma prioridade total e inequívoca para instituições financeiras classificadas como de pelo menos risco substancial. E isso está sendo dito por uma empresa que é respeitada no mercado. O senhor pode ver, no montante a avaliado, o que BMG é o campeão nesse período com 195 milhões, que o Banco Santos vem em segundo com 188 milhões, que o Banco Rural vem em terceiro com 185 milhões, e assim sucessivamente. E quando a gente foca nessas Instituições, a gente percebe que todas

essas instituições, são instituições ou de médio, ou de médio a pequeno porte do mercado, e não há aí na aquisição de CDBs feita pela REAL GRANDEZA a demonstração de Instituições de grande porte. Me parece que uma política conservadora, que senhor acabou de nos afirmar que era a diretriz da sua Diretoria, ela impõe como regra básica, eu não sou do mercado, mas ela impõe como regra básica e qualquer um consegue entender isso, que se prestigie, que se privilegie investimentos em instituições que ofereça um risco pequeno, se a política é conservadora ela é incompatível com instituições que oferecem alto risco. Quando se percebe que se analisa a aquisição de CDBs feitas pela REAL GRANDEZA, pode se verificar a prioridade que foi dada a Instituições que oferecem alto risco, mas vamos adiante até o período só do senhor. Como o Banco Santos ele é mais polêmico, quer dizer a gente vai ter outras perguntas eu queria começar pelo BMG e pelo Rural. Mas vamos ficar aí, esse quadro está bom, aí eu parto para BMG e Rural depois volto para a Banco Santos. Esse quadro é o quadro de aplicações em CDBs, feitas no período do senhor. Em 2004, no BMG, foram 95 milhões. Em 2004, no Banco Rural, foram 86 milhões. Em 2004, no Banco Santos foram 40 milhões. Então, a gente percebe que no período do senhor, no período do senhor... Nós temos 95 milhões na carteira do BMG, 86 milhões na carteira do Rural, e 74 milhões 650 na carteira do Banco Santos. Eu aí peço o fracionamento mês a mês começando pelo BMG e Rural, está aqui. O senhor há de convir que esse é o período do senhor?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: É.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo? Então BMG o que é que se verificou? Investimentos em CDBs do BMG em setembro de 2004, da ordem de 55 milhões. Em outubro de 2004, da ordem de 40 milhões, o que somados totalizam 95 milhões, número exatamente igual aquele que eu havia apresentado. Banco Rural--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: É possível, primeiro atacar o BMG--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já vou lhe permitir. Banco Rural: Maio de 2004, 24 milhões, agosto de 2004, 62 milhões. Totalizando os 86 milhões que nós que havíamos apurado, antes de lhe passar a palavra eu farei a mesma observação que fiz no depoimento que lhe antecedeu. Ainda não quero estabelecer correlações diretas entre essas aquisições de títulos do BMG e do Rural com aquilo que está sendo investigado por essa CPMI, e que diretamente traz para o centro das nossas atenções, essas duas Instituições financeiras.

Mas me parece, me parece indubitável que há aí uma certa suspeita que precisa ser analisada, no sentido de que o BMG e o Rural, passaram a ter investimentos feitos pela REAL GRANDEZA, somente a partir de 2004. Então, antes de 2004, não existiam investimentos da REAL GRANDEZA em títulos do BMG e do Banco Rural. Existiam no Banco Santos. E nós vamos discutir isso mais adiante, mas não existiam no BMG e no Rural. E é obviamente, muito duvidoso que os valores e os montantes sejam dessa ordem, vistos aqui pela avaliação que a gente acaba de colocar. Quer dizer, eu chamo a atenção do período, o período que o senhor foi o Diretor. Então analisando aquela lista dos *ratings*, analisando essa priorização que se deu a BMG e Rural eu queria, o senhor pudesse nos explicar o motivo disso, como é que as discussões elas se deram? Como é que os debates ocorreram? Por que é que se escolheu BMG e Rural, certo? Depois a gente trata do Banco Santos.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Agora eu preciso mais, então, eu vou ter que falar dos 3 bancos, Banco Santos, BMG e Rural, primeiro para dizer--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor quer então, que eu apresente os dados do Banco Santos?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, eu vou passar rapidamente. O senhor que sabe--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor quer tratar dos 3 bancos conjuntamente?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, não... Pelas informações que o senhor deu, de *rating*. O senhor usou da MUDES(F), eu também tenho algumas--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu vou fazer o seguinte, para lhe facilitar vamos logo ao Banco Santos, aí senhor fala dos três. Volte àquele gráfico ali. Aqui é o seguinte, olha, a gente fez um gráfico das aplicações de CDBs dos Bancos BMG e Rural, certo? No período do senhor.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Perfeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quer dizer, é um gráfico evolutivo. A gente percebe a priori inexplicável, ali justamente de junho à agosto de 2004. Essa curva ela é clara, esse gráfico ele é claro, certo? Estamos falando de CDBs--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Só CDBs.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para que fique muito claro, CDB. En-

tão há uma super elevação, super crescimento do BMG e do Rural nesse período de junho à agosto de 2004. Voltemos por favor, ao Banco Santos, está aqui... Se verifica é que, eu procurei também o período do senhor para ser obviamente coerente. É que em outubro de 2003, foram feitas aquisições de CDBs de 22 milhões, que dezembro de 2003 de 12 milhões 650, que em junho de 2004 de 15 milhões, e que em agosto de 2004 de 25 milhões. Totalizando 74 milhões 650 mil reais. Sendo que a REAL GRANDEZA perdeu efetivamente, 153 milhões de reais com o Banco Santos. Esses dados são da própria Fundação, houve o provisionamento para a perda, então no global, avaliando-se inclusive, o período que antecede a gestão do senhor. Certo? Verifica-se esse montante, são 121 milhões em valores nominais; porém, houve um provisionamento adicional--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Pela valorização dos títulos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Justamente pela valorização dos títulos e por se considerar os juros, que podem ter incidido nesse período. Então muito bem, eu não quero... Se o senhor quiser pode fazê-lo claro explicar as razões que justificam ou que justificaram os motivos do Banco Santos, que antecedem ao período do senhor... Mas eu, para ser coerente com o senhor, estou aqui apresentando o período do senhor. São 74 milhões 650 mil reais, então nós temos do Banco Santos esse valor de 74 milhões, nós temos do BMG, no período do senhor, só para reforçar. Volte ali... BMG, aqui, então BMG 95 milhões, Banco Rural 86 milhões, e Banco Santos 74 milhões 650 mil. Que somados a outros 80 milhões que foram adquiridos de CDBs em outras Instituições financeiras, totalizam 336 milhões no período do senhor, sendo que esses 74.650 estão sendo considerados como perdas reais; e esses 95 do BMG e 86 do Rural são na nossa opinião suspeitos, a priori e por si só eles são injustificados, e eu queria que o senhor nos explicasse tudo isso à luz de uma firme decisão que a Diretoria do senhor tomou de adotar uma política conservadora de investimentos.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A política conservadora que eu me refiro, ela na realidade, não parte da Diretoria de investimentos é determinada pelo órgão máximo de gestão da Fundação, que é o Conselho Deliberativo ela consta da política de investimentos, ela está registrada e eu tenho que perseguir e atender aquela obrigação. Eu estou submetido a uma orientação geral, através da política de investimentos, aprovada no Conselho Deliberativo. As condições de aplicação de investimentos em instituições de baixo risco de crédito, está determinada e orientada na política

de investimentos. As condições em que nós temos que buscar, interpretar se a Instituição ela oferece baixo, médio, ou alto, até porque eu estou impedido pela política de investimentos em fazer aplicações que oferecem médio ou alto risco de crédito, para longo prazo, que era o caso. Só para lembrar que, nós estamos falando sempre em longo prazo, porque a Fundação ela em relação as suas necessidades mensais, de caixa ela está perfeitamente atendida com Contratos de Dívidas das patrocinadoras. Recursos novos, então, poderiam ser oferecidos ao mercado e bastava que nós através do *compliance* aplicássemos o que a política efetivamente determinava. A política de investimentos. Em relação ao *rating*, agora eu vou precisar manusear aqui algumas informações--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fique totalmente à vontade?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Obrigado. Em relação ao Banco Santos, aliás, eu primeiro gostaria de dizer que eu logo que assumi na REAL GRANDEZA, quando eu fiz a avaliação, até para interar das coisas que estavam acontecendo, da aderência às normas, da legalidade das operações, das aplicações já apurava em 2003, informações sobre os bancos que nós operávamos. Não eram bancos de primeira linha; e eu já disse que em bancos de primeira linha ainda que pela nossa vontade fosse colocar todos os recursos em bancos de primeira linha, eu não estaria atendendo a premissa fundamental, a orientação principal do Conselho Deliberativo, que era perseguir remuneração que fosse maior do que IGP mais 6. IGP mais 6, eu lembro agora em 2005 o IGP caiu por uma questão da performance da economia, mas em 2003 e vinha já de 2002, era uma meta difícil de ser alcançada. IGP mais 6. E eu digo mais, tínhamos que equalizar pela TMA, que é a taxa mínimas de atratividade. Eventualmente nem IGP mais 6 seria suficiente para remunerar os investimentos da Fundação --

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe interromper. O senhor falou nem que o senhor quisesse poderia complementar nas instituições, mas o que a gente percebe é o contrário a regra total e inequívoca é a concentração nas pequenas instituições, não se verifica as grandes instituições?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, pelo contrário, eu não poderia buscar investir porque eu teria o retorno inferior aquele determinado--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso se compatibiliza com uma determinação da Fundação de ser conservador--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Orientação geral. Opção conservadora--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, para BMG, Rural e Santos é ser conservador?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Opção conservadora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para a BMG Rural e Santos é ser conservador?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A política eu trouxe... Se o senhor quiser, eu posso deixar... Claramente eles indicam a condição, que o baixo risco de crédito devo ver ser considerado em relação as instituições que o senhor citou: o Banco Santos, eu trouxe *ratings* de 6 de março, perdão, junho de 2003 então pouco antes da minha chegada a Fundação. E trouxe também de setembro de 2004, porque a decretação da intervenção se deu em novembro, então eu trouxe um pouco antes. E trouxe mais algumas informações da véspera, o *ratings* Banco Santos pela AUSTIN RATING, e o senhor há de concordar, que uma empresa também de avaliação de riscos, autorizada a funcionar no país, que há a regra, a condição que o Conselho Monetário Nacional e a própria SPC, indicam para que essas instituições sejam consideradas em relação aos riscos. O Banco Santos, em junho de 2003 tinha solidez financeira, classificação A e baixo risco de crédito. E aí eu também me permito na legenda, dizer que “A” o banco apresenta solidez financeira intrínseca boa, são instituições dotadas de negócio seguro e valorizado, boa situação financeira atual e histórica, o ambiente empresarial setorial podem variar sem, porém, afetar as condições de funcionamento do banco, o risco é muito baixo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que nós temos informações que o Banco Santos, ele pagou a esta agência para ter essa classificação?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Aí alguém tem que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. E é a única agência de risco do país, que classifica o banco de primeira linha. E o senhor veja a discrepância da classificação dela, para a classificação da MUDES(F), que coloca o Banco Santos como representando o crédito de alto risco. Mas vamos tirar a prova dos 9, vamos buscar outras classificações, agora, posso lhe garantir que na classificação--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A classificação da MUDES(F) que o senhor se referiu é DA-A2. A legenda que eu tenho, podemos ter alguma situação discordando, mas eu posso também depois buscar me inteirar melhor, DA-A2 demonstra uma capacidade de crédito na média, em relação aos outros

emitentes locais da MUDES(F) e da AUSTIN risco é muito baixo, em relação ao Banco Santos, ainda em relação ao Banco Santos, em janeiro de 2004--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, talvez os fatos falem mais alto, e não foi por outro motivo que o Banco Santos acabou sofrendo intervenção e gerando uma perda de 153 milhões para a Fundação que o senhor dirigia?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Para a Fundação REAL GRANDEZA e mais 55 fundos que perderam, ou que pelo menos nesse momento estão questionando os seus créditos na ordem de 716 milhões, em relação ao Banco Santos, especificamente em relação ao Banco Santos, eu quero lembrar que eu estou trouxe... O Banco Central em setembro de 2004, quer dizer, dois meses antes da intervenção, ele comunicava a aprovação do aumento capital social, do Banco em 41 milhões de reais, a substituição da Diretoria para uma Diretoria profissional e uma demonstração inequívoca de saúde financeira do banco, era o que dizia o Dr. Grigor(F) recém nomeado Presidente do banco. Da mesma forma em janeiro de 2004 foi indicado, foi indicada a empresa do senhor Antoninho Marmo Trevisan, para fazer a avaliação Banco Santos, que é uma empresa idônea e reconhecidamente capaz nesse ramo. Todas as indicações eram de que o Banco Santos, aliás, eu lembro bem, e o senhor deve recordar, na semana da intervenção, a intervenção aconteceu numa sexta-feira, num sábado numa grande revista de circulação nacional indicava que o Banco Santos estava abrindo as suas agências para varejo, quer dizer, pessoas físicas, coisa que até então não existia, era um banco só para pessoas jurídicas. Em relação ao Banco Santos então, nós temos ainda apenas a questão da MUDES(F), a MUDES(F) na minha legenda é de que DA-A2 demonstra capacidade de crédito na média em relação aos outros (?) locais, e a AUSTIN que sempre a longo prazo, o risco é muito baixo, em relação a BMG a AUSTIN RATING novamente, em dezembro de 2003, colocava a mais baixo de risco crédito para longo prazo e confirmava esses *ratings* até próximo a minha saída. A FEET(F) RATING, o segundo *rating* que eu trago dava BB mais. Só para o senhor ter uma idéia da legenda--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que um Fundos de Pensão, tem que zelar pelos recursos dos seus segurados e que a orientação principal é de estabelecer uma política conservadora, deve buscar se basear nas agências *ratings* mais conservadoras também, ou seja, naquelas que procuram mais rigor na classificação das Instituições bancárias?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não me parece que entre agências de classificadores de risco autorizadas a funcionar no país, pudesse haver qualquer tipo de--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, está demonstrando que há--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Então... Eu tenho as informações da FIT(F) RATING, AUSTIN RATING... Não tenho a da MUDES(F), porque todos esse aqui é acervo meu pessoal, eu não tenho acesso a informações da Fundação... Mas eu estou mostrando para o senhor, que o Banco BMG e pela FIT(F) RATING e pela AUSTIN RATING, tinha A+, o que significa baixo risco de crédito para longo prazo, mesmo BB+ para longo prazo, também significando baixo risco de crédito. Agora, em relação aos valores investidos que o senhor mostrou, eu só queria, isso me disponho a deixar para o senhor e para sua equipe, em relação aos recursos investidos na minha gestão no BMG no Banco Rural, não houve acréscimo de um centavo novo, eu tenho mais aqui uma informação de que dinheiro novo em 2003 no BMG e no Rural, Zero, de aplicações de recurso novo, eram recursos, como eu já disse era uma decisão já da Diretoria anterior, aproveitar uma situação de mercado, que oferecia remuneração melhor e maior do que aquela que estava sendo atribuída àqueles títulos. E a decisão foi de que se resgatassem antecipadamente aqueles títulos e que aqueles recursos fossem novamente oferecidos e os bancos que bidaram(F) ofereceram... Eu não posso resgatar recursos e investir por menos. Eu teria sempre que investir por mais, e os recursos foram reinvestidos. Então, de recursos novos na minha gestão no BMG e no Rural em 2003, Zero, nem um centavo, dinheiro novo em 2004, no BMG 12 milhões de reais. E no Rural menos 6,7 milhões; o que significa que na realidade, houve um resgate dos valores que eram aplicados anualmente ou eram mantidos naquelas Instituições BMG Rural, o senhor disse que antes de 2003, não havia nenhuma aplicação, ao contrário que as aplicações que foram feitas em 2004 o seu gráfico inclusive, o da sua equipe indicava isso, eu digo que não. Precisamos novamente, eu infelizmente não tenho os elementos, mas a Fundação certamente tem as informações e poderá repassá-las, mas eu afirmo que já no ano de 2001, muito antes do ano de 2000, os recursos da Fundação aplicados eram da ordem de 2,21%--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para perguntar ao senhor, eu estou vendo o demonstrativo, nós aqui estamos nos referindo estritamente CDB?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Apenas CDBs, CDBs e RDBs. No caso do BMG, era um RDB que nós fomos obrigados a elevar o vencimento, a única diferença CDB, a única diferença do CDB para o RDB. Aliás, o senhor falou em debêntures, nós não temos debêntures no Banco Santos, são CDBs puros. Com operações diretas com o banco. Em relação a BMG e Rural, então, se o senhor observar da minha chegada a REAL GRANDEZA, por isso que eu falo que recursos líquidos no BMG, nós temos 12 milhões, aumentou de 2,47% para 3% dos valores investidos. Então, já desde 2000, nos bancos BMG e Rural.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor me permite, há um registro aqui de 9 milhões 441 mil 871 reais, em debêntures de investimento em carteira própria referentes ao ano de 2004?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Debêntures do Banco Santos?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Banco Santos, sim senhor.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu desconheço, são CDBs puros com o banco, não existe nenhum tipo... Nós tínhamos um fundo, que é o fundo DOLFIN, que era um FAC(F) exclusivo, todo ele constituído de títulos públicos, mesmo com a decretação da intervenção ao do Banco Santos, nós resgatamos integralmente os nossos recursos. Não tem debêntures em operações do Banco Santos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor precisa verificar isso, porque aqui há um registro claro desses quase 10 milhões de reais em 2004.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Na minha gestão eu afirmo, mas eu gostaria que se fosse possível, a sua equipe também me ajudasse nesse sentido com a Fundação REAL GRANDEZA para apurar, se nesse período houve um tipo de operação de debêntures. Eu afirmo que não. Mas, apenas historicamente para mostrar que já desde 1998 com o BMG, na realidade a relação comercial com esses bancos na Fundação REAL GRANDEZA é de muito tempo antes. Banco Santos era de 93, Banco Rural 99, no BMG de 94. E eu então afirmo que nos anos de 2003, 2004 que eu estive a frente da Fundação REAL GRANDEZA, nenhum recurso novo foi aplicado no Banco BMG. Nenhum recurso novo foi aplicado no Banco Rural.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acabou--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Em 2004 recurso novo, recursos novos no BMG: 12,6 milhões; e no Rural desinvestimento(F) de 6.7 milhões

- em relação as exercícios anteriores. Essas informações estão todas aqui, e CDB e RDBs... A diferença do CDB e o RDB é que o RDB eu sou obrigado a elevar o vencimento. E o CDB porque nós não resgatamos o CDBs, eu insisto que a política de aplicação da Fundação REAL GRANDEZA face a sua adequação, em relação aos contratos de dívida assinados com as patrocinadoras de conforto com as suas necessidades de caixa para os próximos 12 anos, permitiram que a Fundação buscasse fazer aplicações sempre de longo prazo, não mais privilegiar curto prazo, até porque a remuneração é menor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para uma observação que eu acho importante, muito importante. Eu concordo com os números que o senhor traz em relação ao BMG de 12 milhões de recursos novos em 2004 e constam aqui. Porém, é inquestionável que no período do senhor houve uma decisão da Diretoria de V.Sa, de comprar esses CDBs que totalizam 95 milhões do BMG, poderia ser feita uma outra opção--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim a senhor, poderia ser feito uma outra opção. O senhor só me disse que resgata, resgata. Verificando a classificação de risco, pode optar por comprar a CDB do Bradesco, Itaú, de qualquer outro banco... Mas optou por comprar do BMG e Rural. Essas aquisições podem até representar, no caso do BMG o senhor está correto, renovação de investimentos, de aplicações anteriores que podiam não ter sido feitas.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Perfeito. Em relação as bancos eu já disse a partir do momento que a Diretoria decidiu antecipar resgates, para se beneficiar de um momento mais favorável da economia, que oferecia retornos maiores, essas, esses resgates foram efetuados, as taxas que nós tínhamos com essas aplicações já eram conhecidas, Ambide(F) pelo menos mais 1,2, eu tenho essas informações se o senhor quiser. Eu não poderia nunca renovar por valores inferiores, àqueles que os títulos tinham sido originalmente negociados. Ambide(F) mais 1 e 2 a entidade, a instituição oferece Ambide(F) mais 1,5 e a decisão é pessoal, ela não vem sequer o conhecimento do Diretor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela poderia ter sido tomada de forma distinta, no sentido de se investir nesse banco ou se investir numa forma diferenciada claro que sim, claro que o valor do título não vai mudar, mas a quantidade da aquisição evidentemente que sim. E aí, me perdoe dizer, é uma decisão do fundo que está adquirindo.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Sem dúvida. Se o senhor tivesse acesso--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode não ser do senhor, mas é da Fundação--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Certamente não era minha--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode não ser do senhor, mas é da Fundação.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Da Fundação como um todo, e até para verificar que houvesse qualquer tipo de ingerência, eu já falei e estou repetindo. Mas, em relação a essas operações se nós tivéssemos oportunidade, eu infelizmente não tenho esses documentos de interpretar os boletos das operações. Os bancos que bidavam(F), ofereciam, porque todos os bancos eram chamados a oferecer, seus retornos, para aquele volume de recurso que estava sendo colocado pela Fundação REAL GRANDEZA. Os bancos de primeira linha sequer ofereciam, sequer bidavam(F). Porque, se nós estávamos resgatando recursos que tinham sido investimentos originalmente Ambide(F) mais 1,2, eles de antemão, que pagam 98% de CDI, e todos nós sabemos disso, não poderiam pagar sequer 1,2 que nós negociamos originalmente, quanto mais aumentar como era a proposta da Diretoria que eu tive que atender. Então, as decisões impessoais, não tinham nenhum tipo atuação, e isso que estava falando, se o senhor tiver oportunidade de conhecer os boletos, o senhor ia ver que o BMG supondo, ganhou porque ofereceu a melhor condição, o segundo era o Rural o terceiro era o Santos, muito provavelmente o quarto fosse um Paine(F), eu estou dizendo sem ter acesso ao documento. Mas exatamente, como possivelmente, ia acontecer e os bancos de primeira linha não cotam não, cotaram--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até para lhe ajudar duas informações aqui, com relação às debêntures, a gente considera Banco Santos, porque são debêntures da PROCID. O senhor sabe que a PROCID é controladora do Banco Santos--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A Fundação REAL GRANDEZA não tinha debêntures da PROCID.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com certeza sim, me perdoe lhe dizer... Nós temos acesso de todos os dados da movimentação financeira, e esses dados são absolutamente corretos. Eu acho que, vou encaminhar, o dado completo para a Fundação e o senhor vai ter a oportunidade de apreciar--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu afirmo que nós não tínhamos debêntures, pode até que antes, antes em 2000... Antes da intervenção possivelmente, antes de 2003, inclusive, possivelmente algum debêntures da PROCID poderia fazer parte do portfólio da Fundação, mas foram resgatados--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para me socorrer de uma outra fonte de *rating*, que eu acho que é um debate importante, quando a gente analisa a ATLANTIC RATING, certo? Ela Prevê aqui os *ratings* de curto e de longo prazo, nós estamos falando de investimento de longo prazo. BMG, BBB, BBB significa denota um adequado risco de crédito, todavia, mudanças adversas nas condições dos negócios econômicas e financeiras, têm maior probabilidade de afetar capacidade de pagamento dessas obrigações no prazo esperado. Então, aqui, por exemplo, se a gente recorrer a ATLANTIC, percebe-se que o risco é da aplicação de longo prazo também, há um risco considerável.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Então me permita--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela, por exemplo, não classifica o Banco Santos, o Banco Rural ela classifica, ela classifica o Banco Mercantil do Brasil, o Banco Panamericano e o PAINOR(F), acho que todos esses--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: O senhor me permita oferecer, então, o senhor falou da ATLANTIC, eu já falei da AUSTIN RATING, A+ em relação ao BMG. E a FIT RATING, também BBB+ que na avaliação deles, são considerados como baixo risco de crédito, sobre a ótica da Resolução 2829, 3121 que se seguiu a 2829. É verdade que não há uma equalização, de *ratings* entre essas agências de *ratings* autorizadas a funcionar no país, mas o senhor há de convir que o cuidado da REAL GRANDEZA de confirmar os *ratings*, ainda que o senhor tinha se referido a ATLÂNTIC RATING, a AUSTIN RATING e essa informação eu não tenho, e se for verdade eu acho que algo muito grave ocorreu. Mas, estou dando a demonstração do cuidado e do zelo da Fundação REAL GRANDEZA, em buscar Instituições que tivessem classificação de risco como a determinada na sua política de investimentos. Como determinada na sua política de baixo risco de crédito. Eu tenho também aqui do Banco Rural a AUSTIN e a FIT com a mesma denominação,(?) BBB, o BMG é BBB + na escala da FIT, é um pouco melhor que o Banco Rural, mas todos que fossem de BBB menos, quer dizer inferior ainda ao *rating* da FIT. São considerados como baixo de risco de créditos, sobre a ótica da 2829 da 3121. Eu tenho aqui... Eu tenho a escala de *rating*, eu estava procurando e

achei, porque eu trouxe muita, muita cópia, não é... Da MUDES(F) que confirma, a que eu lhe informei através dessa planilha que eu tinha montado. O BAA significa que são emitentes ou emissões classificadas BAA, demonstram capacidade de crédito na meta, em relação aos emitentes locais. Escala nacional de *rating* de longo prazo, mas de fato não há uma equalização de avaliação de *ratings* entre essas agências. Agora, em relação às aplicações BMG e Rural, não se confirma aquela informação de que apenas em 2004, nós teríamos feito... Eu entendo até as razões, porque esse período está sendo bastante.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, veja, eu procurei até então não fazer nenhum tipo de ilação. Eu fiz questões observar que ainda, eu ainda tenho todo o cuidado ao procurar fazer conexões, entre esses investimentos apurados no BMG e no Rural com todas as outras investigações que estão acontecendo na CPMI e que trazem esses os dois bancos para o centro das nossas atenções.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu entendo perfeitamente, eu entendo exatamente.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se preocupe, porque esse Sub-relator não está preocupado nesse momento com isso. Procurarei obviamente, fazer uma análise completa de todos os fundos, olhando o BMG e Rural nós vamos apresentar isso, já temos... Estamos fazendo fundo a fundo, mas já temos o global porque evidentemente a partir daí se pode talvez fazer algumas ligações, mas não agora.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Então eu estou afirmando, e sob o compromisso já que eu assinei, logo que cheguei. Que dinheiro novo em 2003, nesses bancos zero! Dinheiro novo em BMG e Rural.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade. O senhor está certo, nesse aspecto senhor está certo. Em 2003 o senhor está certo, 2004 nós estamos divergindo.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu estou com o *rating*, do Rural e Santos do MUDES(F), mas não tem necessidade não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o meu *rating* aqui também é da MUDES(F) eu já lhe citei é o que nós estamos adotando. O senhor teria alguma coisa mais a acrescentar ou eu posso continuar nas perguntas?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, eu acho que em relação aos pontos que o senhor levantou, eu não sei se respondi a todos. Temos uma questão, que eu acho que merece ser levantada das debêntures da PROCID, eu acho que é fundamental

que a REAL GRANDEZA se manifeste em relação as demais informações eu--

>> Só um minutinho, Sr. Presidente... Será que seria possível, meu caro Deputado ACM Neto, nós obtermos uma cópia para que a gente possa acompanhar melhor as informações?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Primeira coisa nós oferecemos, eu pediria a nossa assessoria que assim como fizemos para a PRECE, assim como fizemos para a NÚCLEOS, fizéssemos no caso da REAL GRANDEZA a separação dos dados que estão sendo apresentados, para que eles pudessem ser oferecidos aos parlamentares. Dos dados não é do questionário aqui, são dos dados.

>> Questão de Ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho pergunta a fazer, mas V.Sa, tem Questão de Ordem tem prioridade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não era nem Questão de Ordem, era Pela Ordem, mas pode continuar, mas pode continuar eu não quero atrapalhar o raciocínio de V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço Deputado Carlos Willian-

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Só... Ainda em relação ao Banco Central, só para tentar esgotar, porque aí eu já me preparo para outras perguntas e outros questionamentos. Em 2004, o Banco Central aprovou no meio do ano, uma emissão de títulos do exterior de 100 milhões de dólares, não me parece razoável que o Banco Central tenha liberado a emissão de títulos dessa ordem, desse valor sem analisar o balanço do banco. Tinha autorizado recentemente, a mudança da Diretoria do banco, uma Diretoria profissional. E na medida que ele autoriza, na medida que autoriza o acréscimo de capital de 41 milhões, era mais ou menos o que representaria de insuficiência para atender os índices de Basiléia que são as condições que orientam a performance de um banco. Mas, só para concluir, quando foi decretada a intervenção, nós fizemos um trabalho interno na Fundação para, supondo que, e a informação que nós tínhamos é que naquele momento o banco estava sendo negociado, e que parece que depois não foi possível levar adiante, naquele momento, com as informações de balanço que nós tínhamos, as insuficiências apontadas indicava um déficit de 700 milhões, e nós apuramos que neste caso, a nossa perda seria inferior ao ganho que a Fundação REAL GRANDEZA auferiu nos anos, e mesmo nos últimos anos, com as aplicações feitas pelo Banco Santos. Só que infelizmente, de 700 milhões, e eu tive a oportunidade de participar ativamente como

coordenador do grupo Ad Hoc(F) da ABRAP(F). Com o interventor, esse número passou para 2 bilhões e 200 milhões. E aí, infelizmente--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, ainda sobre o Banco Santos, o jornal Folha de São Paulo no dia 12 de dezembro de 2005 trouxe uma matéria cujo título era: "Edmar pagava propina a Fundos de Pensão". Na matéria são apontados expressamente, os Fundos de Pensão envolvidos no esquema, dentre eles estão a NÚCLEOS, e a REAL GRANDEZA. No caso da REAL GRANDEZA, esse mesmo jornal traz a seguinte informação "O fundo que mais perdeu recursos com a quebra do Banco Santos, o REAL GRANDEZA é o que aparece associado ao maior valor de propina anotado nesses 15 dias de caixa 2. No valor de 450 mil reais, correspondente a 3% da aplicação feita em CDB do Banco Santos de 15 milhões de reais". Como acontece com esse tipo de documentação. A informação aparece de forma cifrada e raríssimos nomes são mencionados. No caso do REAL GRANDEZA a instrução para página da aplicação é lacônica: "Valor a ser liquidado até 02 de julho no Rio 450 mil". Isso é matéria da Folha de São Paulo...

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu vi.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deve ter visto, dia 12 de dezembro, então indago a V.Sa. tinha noção desse esquema?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não tinha noção e acho mesmo... Eu li a matéria vi, eles reproduziam foto dos boletos, os boletos falavam realmente em comissões, mas o boleto que mostra a operação da REAL GRANDEZA, um boleto oficial da operação da REAL GRANDEZA dos valores com o Banco Santos. Não há, eu li atentamente, vi a foto do boleto, não há menção, eu agora estou em dúvida se há menção à Comissão, mas que pagar no Rio, Deputado, eu acho que não é o da REAL GRANDEZA. Tinha de fato uma alusão e era um boleto oficial do banco da operação, que eu não sei qual é a data da operação, e tinha uma informação de Comissão. Mas eu não posso sequer imaginar que essa Comissão fosse para qualquer pessoa ou dirigente da Fundação REAL GRANDEZA, ou gerente, seja lá o que for.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem sequer o Sr. Benito, que segundo V.Sa. nos afirmou aqui foi afastado por quebra de confiança?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Aí eu não posso, eu não posso afirmar, mas eu custo a crer que um banco que tenha negociado, a menos que

o banco ao negociar aquela taxa, já soubesse que ele ia quebrar, ofereceu a taxa que era impagável e... Mas eu não posso, porque isso é uma exercício--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Edmar Cid Ferreira?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Das notícias e não tenho muito apreço por ele não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não tem apreço?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Pelas notícias de jornal. Nunca tive qualquer contato com ele, nem com qualquer dirigente do Banco, para falar a verdade desde que eu cheguei em julho de 2003, eu recebi nenhum representante de Instituição financeira sozinho, sempre acompanhado de um assistente e de mais um representante ou de uma gerência ou de outra. E mais, bastava ligar para a secretaria e marcar, agendar porque a agenda na parte da tarde era livre para receber qualquer pessoa que se, que quisesse conversar com o Diretor da Fundação REAL GRANDEZA. Nunca recebi um dirigente sozinho; do Banco Santos nunca recebi nenhum dirigente nem acompanhado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quem do Banco Santos fazia a interface junto a REAL GRANDEZA, e com quem era feita essa interface? Se não era com o senhor, era com alguém!

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A

informação que eu tenho é que o Banco Santos funcionava de uma forma de células, mas isso... Eu só soube disso já depois, freqüentando o Banco Santos, mas já com o Dr. Vanio Aguiar, o interventor. Ele funcionava com células e cada célula tinha um Diretor. E a célula que atendia o Rio de Janeiro, e se não me engano era Rio, Espírito Santo, Minas, eu posso estar enganado, era um Diretor do banco. Que eu nunca recebi na Fundação REAL GRANDEZA. Mas era a pessoa que certamente era solicitada quando--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas esse Diretor do banco procurava quem na REAL GRANDEZA?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Os contatos não são pessoais, suponho que não houvesse nenhum tipo de contato pessoal na Fundação REAL GRANDEZA. Como eu já disse a Fundação não tinha recursos líquidos disponíveis para aplicações, a Fundação REAL GRANDEZA era, tinha, as suas necessidades de caixa atendidas com contrato, que era pago mensalmente para patrocinadora, eventuais recursos, esses sim eram oferecidos pela tesouraria da

Fundação só vinham ao meu conhecimento, após a operação realizada e a Mesa que buscava--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor também acha que o Dr. Edmar, ele não teve qualquer contato, qualquer relação, ou algum tipo de convivência com o então Diretor-Presidente da REAL GRANDEZA, o Sr. Marcos Antônio?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Nenhum, nenhum! Este eu afirmo, nenhum! O Gomes esteve comigo, logo após a decretação da intervenção, até porque não nos orgulhamos desse título, éramos os maiores investidores do banco. E nós fomos atendidos pelo Dr. Vanio Aguiar logo no início de dezembro e no mês de dezembro nós continuamos visitando o Banco Santos para, já sobre intervenção para entender melhor o que estava acontecendo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Os senhores não se orgulham desse título agora, mas durante todo o período consideravam que o Banco Santos era uma Instituição, segundo o *rating*(?)--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: De

baixo risco de crédito--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): De baixíssimo risco. E que, portanto, merecia ter esse volume de investimentos que teve. O mesmo se aplica para o BMG e para o Rural, ou seja, o senhor me disse aqui que em tese, guiado pelo princípio da impessoalidade, não existia uma relação--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Direta.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Entre o representante do Banco Santos e um representante da REAL GRANDEZA, não existia, é o que o senhor acabou de nos dizer, ou seja, o Diretor-Presidente da REAL GRANDEZA que o Diretor financeiro, não é? Que o seu conselho, enfim que todo o corpo diretivo investiu de forma prioritária em seus recursos no Banco Santos, no entanto, aquilo ali era uma coisa quase que inanimada. Mas o mesmo se deu no Banco Rural e BMG, ou seja, a prática era a mesma ou algum dirigente de um desses dois bancos, de uma dessas duas Instituições teve relação ou interface com qualquer dos dirigentes da REAL GRANDEZA?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Ne-

nhuma relação. A menos, já depois, quando o Banco BMG e o Banco Rural começaram a ser citados em matérias, principalmente na mídia do Rio de Janeiro, a iniciativa do Presidente da Fundação foi de convocar uma reunião com dirigentes desse banco, para tentar antecipar os resgates dos valores ali investidos. Diga-se de passagem, estão sendo pagos nos vencimentos

sem que tenha havido qualquer tipo de prejuízo para a Fundação. Ao contrário, com retornos que, que eu me refiro ao exercício de 2005, já que os títulos públicos são indexados a IGP e o IGP exercício de 2005 teve uma performance negativa em pelo menos 5 meses certamente são essas operações realizadas com bancos, com o BMG Rural e outros títulos privados e mais a valorização da carteira de renda variável que vai garantir a Fundação REAL GRANDEZA atingir sua meta atuarial. Esses títulos estão sendo pagos com retorno excepcionais nos seus vencimentos. Nenhum prejuízo foi causado a REAL GRANDEZA em relação... Eu nenhum contato direto foi mantido com dirigentes desses bancos, a menos, como eu já disse, após o momento em que esses bancos passaram a ser citados na imprensa, a iniciativa do Presidente da Fundação foi convocá-los para tentar antecipar os resgates daqueles valores. Acontece que a Associação Brasileira de Bancos Comerciais, numa reunião, até para proteger os bancos associados, orientou no sentido de que fossem respeitados os vencimentos... Eu tenho a cópia da circular, a Associação Brasileira de Bancos Comerciais orientou claramente no sentido até para proteger os bancos fossem respeitados os contratos. Levados aos vencimentos, mas que não, ficava a critério de cada banco atender a solicitação de resgates antecipados. Porque houve uma demanda enorme de solicitações nesse sentido, porque os bancos de segunda linha passaram a sofrer pressões violentas, colocando sobre risco mesmo a saúde financeira dessas Instituições. Diga-se de passagem, que mesmo nessa condição, o BMG fechou o seu balanço com um lucro bastante expressivo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para encerrar a minha participação, eu perguntaria ao senhor sobre os investimentos em geral feitos pelo REAL GRANDEZA no período do senhor, no que se refere as FIDICS(F) como é que se comportaram esses investimentos?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Certamente o senhor está se referindo a um FIDIC(F) feito com a o Banco BMG de empréstimos consignados, empréstimo a funcionários públicos, empréstimo consignados. O Banco BMG foi a primeira Instituição, ainda são operações recentes no mercado, o Banco BMG foi o primeiro ofertou as fundações se não me engano em maio de 2004, ainda que seja, tenha a sua origem em 2003, mas apenas em maio de 2004 eles ofereceram, pelas agências de *rating*, e são duas agências *rating* que classificavam esses títulos, que foram oferecidas há várias fundações; e a Fundação REAL GRANDEZA teve também a oportunidade de comprar uma parte, são avaliações de triplo A. Triplo

A muitos, ou muito poucos investimentos no Brasil tem essa classificação. Eu diria que o risco é zero. Eu tenho até uma transparência aqui que diz que o risco é zero; ainda o que Banco Central numa circular conhecida, diga que existem poucas opções de investimentos no Brasil, poupança CDB, RDBs, FIP, FACS(F)... E que por mais baixo que seja o risco existe um risco, o próprio Banco Central fala no caso do FIDIC(F) ele é um triplo A, risco zero, eu infelizmente nesse mar--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque nós não temos os dados, esse vai ser um trabalho... Está e em curso esse trabalho da análise dos FIDICS(F) da REAL GRANDEZA, sabe-se apenas por notícias veiculadas na imprensa que no ano de 2000, a partir do ano de 2004 me parece, mais fortemente, houve um investimento expressivo desta Fundação em FIDICS(F) da REAL GRANDEZA, por isso que estou lhe questionando de forma genérica--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Fizemos aplicação no FIDIC(F) 2. Depois eles lançaram o 3, com as mesmas garantias, triplo A variação de duas agências de *rating*, retornos expressivos eu insisto, que a Fundação REAL GRANDEZA em função da sua política de investimentos... A Diretoria de investimentos no caso, ela é obrigada a perseguir um rendimento que é um função da taxa mínima de atratividade equalizada, em função CDI, IGP, INPC mais 6. Então, eu não posso remunerar ou buscar aplicar Instituições que ofereçam menos que essas taxas são informadas e aprovadas nas reuniões do Conselho Deliberativo. Em relação ao Banco Santos sem querer lhe cortar eu só queria dizer que, como disse, eu cheguei em 2003 na Fundação sozinho eu prestigiei as pessoas da empresa, aquela é uma empresa privada, as pessoas que já estavam lá eu mantive são pessoas, que, diga-se de passagem, estão lá ainda hoje, a menos dessas modificações que eu já me referi, da saída do gerente de análise de investimentos, desse senhor Jerônimo, que redigia apenas as atas, um trabalho burocrático e maçante, mas eu quero dizer que as pessoas que eu encontrei lá, são pessoas que estão lá hoje. As mesmas pessoas que orientaram todas as aplicações da Fundação no passado, são as que continuam orientando as aplicações da REAL GRANDEZA atualmente. Profeta do fato consumado nós conhecemos vários. Eu entrei em 2003 e disse que trabalhei e trabalhei muito. Em 99, 2000 e 2001, em função dos problemas que eu já me referi do desequilíbrio atuarial, participei de reuniões em verdadeiras assembléias com empregados, com a saída em massa dos gerentes... Deputado Bittar, fez um trabalho na época ainda do movimento sindical muito importante em FURNAS e sabe do valor e da qualidade

dos profissionais da empresa. Essas pessoas quase todas se aposentaram, elas tem a sua associação, que é uma associação fortíssima no Rio de Janeiro, a associação dos aposentados. São pessoas que recebem, esmiúçam as informações da política, os relatórios são trimestrais, informam, abrem as informações, aplicação por aplicação valor por valor, percentual das aplicações em relação de investimentos totais, renda fixa, variável, transparente essas pessoas esmiúçam, eu quero dizer que eu entrei lá em 2003, nunca houve um registro sequer sobre a qualidade das aplicações, sobre as Instituições e que nós aplicávamos, nós e as Diretorias que me antecederam. Queiram ou não de 94 para cá, e eu já disse que nós temos relações comerciais com esses bancos desde 1993, 99 no caso Rural e no 94 no BMG, queiram ou não, e foram quatro Diretorias nesse período, eu fiz parte da última ou da penúltima, não há sequer um registro, uma linha de preocupação em relação a qualidade dos investimentos, não há sequer uma manifestação sobre as Instituições que operam. Eu quero dizer que quando eu fui negociar a participação da REAL GRANDEZA num grande projeto com a Petrobrás. Que na avaliação da *rating* certamente tem avaliação melhor que o risco soberano, ou tinha, agora o risco soberano melhorou substancialmente, eu tive que participar de uma Assembléia com 16 profissionais de alto escalão da empresa para justificar uma aplicação na Petrobrás. Eu quando fui negociar pessoalmente com a BNDES, tive que juntar outro batalhão de profissionais de alto nível, para justificar a aplicação desse recurso. Foi o que nós fizemos, buscamos a aplicação em ativos de que trouxessem resultado e a segurança e a liquidez necessária. Nunca houve registro dessas pessoas, sobre qualquer preocupação ou mácula ou dúvida, em relação à qualidade dos investimentos e as Instituições que nós aplicávamos. O profeta do fato consumado, e é isso que eu digo, eu não me orgulho. Eu, quando me aposentei em dezembro, eu disse que só tinha do que me orgulhar nos 30 anos que eu trabalhei naquela empresa, onde eu ocupei todos os cargos da hierarquia da empresa. Não tinha nada do que envergonhar e muito pouco do que me arrepender, eu saio da REAL GRANDEZA. Eu entendi que era o momento da minha saída, antecipei a saída não, e digo, não me orgulho, infelizmente não posso orgulhar da Fundação REAL GRANDEZA ter esse volume de recursos. Mas não tenho do que me envergonhar, não tenho do que me arrepender e estou aqui à disposição para o que, essas questões que foram colocadas e que eu tenho dúvida, me desculpa, vamos, eu preciso apurar isso mais e preciso da colaboração da REAL GRANDEZA para isso. Para isso preciso ter acesso as informações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): É e eu queria, V.Sa. soubesse também, que nós aqui não temos absolutamente nenhum tipo de interesse de crucificar ninguém. Até porque, a priori, todos aqui são considerados como inocentes, até que nós constatem as suas devidas responsabilidades. Nós não vamos fugir ao princípio da Impessoalidade, que tem sido dominante nos trabalhos desta Sub-relatoria. Evidentemente que, ninguém aqui está sendo profeta de fato consumado. Eu acho apenas que além de tudo isso que nós mostramos, que no mínimo, no mínimo, na minha opinião... Quem fala aqui é o Sub-relator, no mínimo há uma constatação clara de má gestão, em virtude de que se priorizou títulos que ofereciam altíssimo risco, e não foi por outro motivo, que a REAL GRANDEZA perdeu 153 milhões de reais. Esses números, eu insisto, são da contabilidade do próprio fundo com operações do Banco Santos e acredito eu, não é por outro motivo que a Secretaria de Previdência Complementar, um órgão do Governo, portanto, também a priori, insuspeito, autuou toda a Diretoria, inclusive, o senhor, aplicando a pena máxima prevista no Regulamento desta Instituição, imputando assim além de uma multa de 20 mil reais, uma inabilitação por dez anos para exercer qualquer atividade na área de Previdência Complementar. Eu apenas coloco isso porque são constatações fáticas. Essa é a primeira observação minha de que a meu ver, uma Instituição que deve ter um perfil conservador não pode ter na sua carteira os investimentos prioritários nessas Instituições financeiras, que nós acabamos de apresentar, mas fora isso todos o resto é constatação fática e demonstrada. Se o senhor quiser fazer algum comentário, eu ainda tenho uma última pergunta antes de--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Não é só para prioritariamente, a opção da Fundação REAL GRANDEZA, eu já disse que nós temos 73% dos nossos recursos de renda fixa aplicados em títulos públicos, comprados sempre em leilão primário e as negociações sempre feitas através do Banco Central. Em relação a SPC, eu não posso, a minha condição hoje é de defesa. A verdade é que eu estou me defendendo. E a minha defesa foi encaminhada ao Conselho de gestão que é o órgão máximo. O órgão máximo de decisão daquele órgão. Mas, eu entendo que o momento que nós vivemos, ou o momento que nós vivíamos pode ter de certa forma influenciado para que o resultado fosse aquele. Eu espero, eu espero não, a minha formação é essa, eu sou Advogado, eu tenho certeza de que em sede administrativa essa decisão não for revista, no Judiciário certamente ela será. E eu tenho dossiê com as todas essas questões. Mas, infelizmente era momento ou é um momento, eu não

sei se já passou... Em que alguma resposta precisava ser dada e de forma muito rápida. E me parece que foi o que foi feito. Até porque havia naquele momento no jornal alguma informação envolvendo a própria, próprio órgão de fiscalização.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor então está colocando sob suspeição a decisão da SPC?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, eu não posso colocar em suspeição porque eu estou me defendendo, mas eu acho que havia um clamor. E eu espero, conto com a revisão dessa decisão no Conselho de gestão. Ainda que esse Conselho seja todo ele composto por dirigentes de Fundações, subordinados a fiscalização do órgão a que eu estou me referindo. Mas eu tenho certeza. Agora, ainda em relação a REAL GRANDEZA, eu queria só dizer, assim, sem abusar de que mesmo com provisionamento integrado dos recursos 153 milhões, não mais os 121 financeiros, mas com os juros e todas as, o pagamento principal mais o retorno previsto, ainda sim foi possível a REAL GRANDEZA na nossa gestão, a Diretoria que saiu, fechar o exercício de 2004, em dezembro, superando com folga a meta atuarial. O que equivale dizer que em momento nenhum, ficaram comprometidos os recursos garantidores de reservas técnicas que são os recursos para pagamento de complementação de benefício de aposentados e participantes, nós batemos a meta é 1649 e a meta era 1250.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse debate não pertence(F) a esta Sub-relatoria, por um motivo nós não estamos discutindo e nem nunca discutimos, nem para a REAL GRANDEZA, nem para nenhuma outra Fundação, certo. O alcance, ou a superação das metas atuariais, ou muito menos as rentabilidades registradas no fim do exercício. Isso não está em discussão, agora, não se quer desconsiderar os 153 milhões de reais que certamente estariam nesse momento acrescidos ao patrimônio da Fundação se não tivesse, se não tivesse sido provisionados.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: O senhor vai entender porque eu me referi a isso, e aí a sua equipe vai entender. E eu vou usar isso como uma técnica *ária di(F)*, não leve isso como um elemento, mas, é só para dizer se eu não tivesse investido no Banco Santos, tivesse então deixado os recursos, os tais 153 milhões, mas ao contrário tivesse buscado opções em bancos de primeira linha que remunerariam o nosso investimento a 98% do CDI. Eu muito provavelmente não alcançaria nem os 1649 que nós fechamos na meta atuarial é uma tecnicidade? É. O eu quero dizer é o seguinte, eu coloquei 150, não co-

loquei porque eram recursos que vinham desde outubro de 2002, mas como o senhor falou era 70 milhões na nossa gestão? Sim. Mas, se nós não tivéssemos investido no Banco Santos, tivéssemos perseguidos bancos de primeira linha risco soberano, nós não teríamos chegado sequer aos 1649 é só por entender o porque que eu me referia à meta atuarial.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está certo. A última pergunta Deputado Osmar, até porque eu sei que eu acho que bati o recorde, duas horas de questionamento. Mas é importante, porque dá para a gente esclarecer muitas coisas. Eu queria uma rapidíssima avaliação do senhor sobre a gestão que o antecedeu, não é? O senhor foi levado a Diretoria em agosto de 2003, substituindo toda uma outra Diretoria, eu queria uma avaliação do senhor sobre o desempenho dos Diretores, dos dirigentes do período anterior a agosto de 2003.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A Fundação REAL GRANDEZA, ela, e eu não tenho autorização deles para falar, mas eu vou falar das minhas convicções. A Fundação REAL GRANDEZA historicamente, ela tem um passado de sucesso. Eu recebi a Fundação REAL GRANDEZA em agosto de 2003, ela é, a Fundação era décima do país, eu recebi ela como a oitava Fundação no ranking de resultados para a Fundação. Nós fechamos o exercício de 2003, como a segunda em rentabilidade, na renda variável e primeira em renda fixa, renda fixa lastreado basicamente uns 73% em títulos públicos, a Fundação REAL GRANDEZA historicamente nunca participou de nenhum negócio desses que nós mais tarde viemos a conhecer, mas eu estou me referindo a *resorts, shoppings* porque não faz parte da cultura da Fundação REAL GRANDEZA, até pelo nível e pela qualidade dos empregados das patrocinadoras. Que questionam a participação, sempre questionaram, e nós não aceitamos participar em nenhum tipo de risco que excedesse o risco que é normal, normal da natureza de operação. Eu não posso falar da gestão da Diretoria, mas eu afirmo que eu recebi a Fundação REAL GRANDEZA, como sendo a oitava dos 214 Fundos de Pensão instalados ou em funcionamento do país, como a oitava em retorno dos seus investimentos. E fechei o ano de 2003 em segundo, e primeiro em renda fixa. E não fosse, a quebra do Banco Santos, nós repetiríamos a performance sem na nossa avaliação, me desculpe, na nossa avaliação sem que estivéssemos submetendo os nossos investimentos a risco excessivo ou além daquele determinado pelos nossos conselheiros e pela política de investimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Relator Deputado Osmar, que

preside essa Sessão, eu agradeço e me dou por satisfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Nós temos oradores inscritos. Eu passo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Osmar, Presidente dessa Sessão e Relator Deputado Osmar Serraglio, caro Sub-relator, sua Excelência Deputado ACM Neto, às duas horas realmente foi o puxado, mas foram muito bem aproveitadas, V.Exa. está de parabéns. Eu só pretendo agora contribuir um pouco com a minha participação e questionar o Sr. Jorge Luiz. Senhor Jorge, quando o senhor foi nomeado para o cargo de Diretor, o senhor se sentia que estava preparado e era competente para exercer o cargo?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu, numa discussão com o Marcos Gomes, que era o nosso Presidente, eu disse para ele que três pessoas, e eu estou me referindo a uma família de 11 mil participantes, três pessoas naquele momento importante para a vida da Fundação tinham condições de assumir a condução dos trabalhos. E falei isso para ele, ele era uma delas. Eu aqui me perdoe, sem modéstia, eu me incluo entre uma das três.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Porque não é o que publicou na época os sindicatos que pertencem ao setor--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Em que data?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Os sindicatos, inclusive, numa publicação intersindical disseram o seguinte: "Se os trabalhadores de FURNAS tivessem sido ouvidos sobre essas escolhas, certamente não referendariam as escolhas, o nome do Sr. Jorge Freitas para exercer a Diretoria de investimento". Depois fala que sabem que o senhor não tem experiência na área de investimentos. Que é setor vital para garantir as aposentadorias. Mas, foi só um comentário na época. Eu indago ao senhor, porque é que o senhor saiu mesmo da Diretoria?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Eu renunciei no dia 24 de agosto de 2005.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): No dia 24 de agosto o senhor renunciou. Mas eu gostaria de esclarecer ao senhor, que no dia 12 de agosto de 2005, publicado no Diário Oficial da União na segunda-feira, dia 15 de agosto, saiu a decisão do secretário da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, onde existia ou existe um processo. E a decisão é número 1105 do Processo Administrativo 44.000/205-94 ao auto de infração é 05, 5.9 em relação ao senhor, ele diz o seguinte: Primeiro. Em relação a Jorge Luiz Monteiro de Freitas devidamente qualificado

nos autos afastar preliminarmente e no mérito julgar procedente o auto de infração número 05, aplicando a multa pecuniária de 20 mil reais cumulada com a pena de inabilitação, pelo prazo de dez anos. Então, eu acho que não é totalmente um pedido de demissão do senhor. Eu acho que é uma interdição ou então uma... O senhor ficou inabilitado para exercer?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não senhor, posso falar?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Na realidade não é assim que acontece, essa infração nós fomos de fato autuados, o Deputado já se referiu a essa autuação. Mas oferecidos o recurso em 15 dias, ele tem efeito suspensivo, aguarda-se o julgamento do mérito, ainda que em sede administrativa, pelo próprio órgão e após pelo Conselho de gestão, que é o órgão máximo de decisão da SPC. Significa dizer que eu poderia ficar até o final do meu mandato, Deputado. O efeito suspensivo só acaba, ou decai, se no mérito fosse julgado procedente o auto de infração e a multa e a inabilitação. Em relação à nota, Deputado, da inter-sindical certamente, e o senhor deve estar se referindo a algo no início lá, deve ser 2003, certamente havia aí alguma motivação, e eu declino aqui de qual seria a motivação. Aliás, eu fui acusado por esses mesmos sindicalistas, de que eu era a pessoa de confiança do governo Fernando Henrique Cardoso, no processo de privatização de FURNAS. Infelizmente, a gente não sabe as razões, desconhece a motivação, ainda mais depois de trabalhar 30 com essas pessoas. Eu quero dizer como Superintendente de RH eu negociava diariamente com esses dirigentes que assinaram essa nota, e certamente fizeram com alguma motivação, eu não sei lhe dizer o porquê.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Entendo e eu particularmente não estou aqui para discutir a competência de V.Exa, só fiz uma referência. Qual que era o papel do Sr. Benito Siciliano, uma vez que o papel do Jerônimo Sá, o senhor explicou com mais profundidade, do que propriamente o trabalho do Sr. Benito Siciliano, e a indicação dele para o cargo, quando o senhor chegou, ele já estava e o senhor o manteve?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Isso ele era empregado da empresa desde 92. E já era gerente de análise de investimentos, como eu falei, mas sem ter certeza, possivelmente já desde 99. E, como eu disse, eu cheguei lá sozinho, prestigiei as pessoas que lá estavam, são profissionais habilitados, capacitados, todos com cursos em que os a habilitavam e os qualificavam para aquelas funções, aliás, já disse

também, são os mesmos que continuam lá, a menos dessas alterações saída do Sr. Benito, Sr. Jerônimo da Fundação. As funções dele, como gerente, era coordenar os trabalhos dos analistas que em síntese são de fato, os responsáveis diretos pelas análises que são feitas a cada projeto que é oferecido, ofertado, submetido a REAL GRANDEZA para aplicação dos seus recursos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A responsabilidade era em conjunto do senhor e deles?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Muito mais. Todos os projetos que eram analisados nesta, nesse, nessa Gerência, eram submetidos a aprovação de um Comitê de investimentos e eu já me referi aqui, e só era aprovado pela unanimidade dos representantes, seja da Diretoria Executiva, seja do Conselho Deliberativo, seja do representante dos empregados, seja do representante dos ativos. Se houvesse um voto discordando, o projeto sequer iria adiante, ele era de pronto rejeitado. Se qualquer membro do CIRG(F) entendesse conveniente, prudente, convocar responsável por aquele, por aquela análise, o analista ou mesmo a pessoa que estava colocando aquele projeto no mercado, nós marcávamos nova reunião para que fossem feitos os esclarecimentos, dadas as explicações e se por acaso os membros do CIRG(F) se mostrassem satisfeitos aquele projeto deveria ser aprovado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhece--

>> Só rapidamente. Qual era a composição desse Comitê de Investimentos quem dele participava?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Os membros da Diretoria Executiva da Fundação REAL GRANDEZA, todos, um representante dos empregados da ativa, um representante dos empregados aposentados pela associação dos aposentados de FURNAS, um membro do Conselho deliberativo e na nossa gestão um membro do Conselho Fiscal. O membro do Conselho Fiscal não tinha voto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece a relação do Sr. Benito Siciliano com Carlos Eduardo Lemos, sobrinho do Haroldo "Pororoca", que também é ex-gerente da PRECE?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não conhece?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhecia as operações de opções flexíveis feitas

tas pela Fundação através do Sr. Benito Siciliano com o Sr. Carlos Eduardo, através da NOVO INVESTI?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Não senhor, na minha gestão NOVO INVESTI nem participou do--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Mas o senhor não conhecia?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, não, estou ouvindo agora pela primeira vez.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhecia as operações de opções flexíveis feitas pelo Sr. Benito Siciliano com o Sr. Carlos Eduardo Lemos através do BNP PARIPAS, através de um operador chamado Kent Oz?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Não, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não? Quais as relações e os negócios--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Deputado... Do BNP PARIPAS, acho que já teve algum tipo de operação na REAL GRANDEZA, mas certamente não na minha gestão e eu não sei precisar em que época--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Era feito com o Benito Siciliano, com esse Sr. Carlos Eduardo Lemos, que é sobrinho do Haroldo "Pororoca", que também é Ex-Presidente da PRECE?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Desconheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ex-gerente que eu disse, Ex-gerente da PRECE--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Desconheço, não conheço a pessoa e desconheço qualquer tipo de operação que tenha sido feita.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Não conheço a pessoa e desconheço qualquer tipo de operação que tenha sido feito.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quais as relações de negócio da Fundação com a Banco Santos onde era pública, era pública e isso era na época do senhor as operações com o Banco Santos, a relação do Sr. Benito Siciliano com o senhor Rivaldo Ferreira, que é sobrinho do Sr. Edmar Cid Ferreira. Eu gostaria que o senhor puxasse pela memória, porque o mercado todo sabe disso. E o senhor era o --

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A

minha memória é prodigiosa, Deputado. Eu já puxei não conheço essa pessoa, desconheço qualquer tipo de relação disse que nunca recebi qualquer dirigente e não sei se receberam lá algum tipo empregado. Certamente as operações feitas no Banco Santos, na Mesa eram feitas através de empregados ou operadores do Banco Santos. Não sei se é esta a pessoa,

mas eu não conheço e desconheço qualquer tipo de operação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhece as relações da Fundação com a SINTONIA DISTRIBUIDORA?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual a influência do Dimas Toledo na Fundação?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Nenhuma, o Sr. Dimas foi Diretor de FURNAS, patrocinador da instituidora e na Fundação REAL GRANDEZA nenhuma. Certamente nas questões que nós tivemos que negociar com a patrocinadora e ele como participante também nos ajudou muito. Eu estou me referindo a 1999, 2000 para buscar uma solução para um problema grave e crônico da Fundação REAL GRANDEZA e mais nada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Que operações de opções flexíveis foram feitas que o senhor lembra, e em quais corretoras no período do Sr. Benito Siciliano, que me parece que é o período do senhor todo?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Operações flexíveis, feitas pelo Benito... O Benito era gerente, eu já disse, desde 99, e não tenho aqui elementos para dizer antes de 2003 as coisas que foram feitas, mas eu garanto que de operações flexíveis na minha gestão o Sr. Benito não fez.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhece a relação do Sr. Benito Siciliano com os doleiros, os famosos Jorge, Davis e Raul Davis?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Eu tomei conhecimento por leitura de jornal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Por leitura de jornal?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Ele não era mais empregado da Fundação REAL GRANDEZA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhece uma conta, ou já ouviu falar na conta do Sr. Benito Siciliano no Merry Leash(F) de Nova Iorque da qual ele é titular ou beneficiado chamado Estanhoren(F)?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Nunca ouvi falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Uma conta chamada Estanhoren(F) do Banco Siciliano no Merry Leash(F), aliás do Benito Siciliano?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

A ser verdade, eu acho que, essa é uma situação que precisa ser melhor apurada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Nós vamos chegar lá, o senhor sabia que o Sr. Benito Siciliano tinha outras contas no exterior, nos bancos Safra... e outras contas no exterior nos bancos Safra, Rural, UBS e Factual?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Não, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não. O senhor sabia que o Benito Siciliano comprou uma cobertura na Zona Sul do Rio de Janeiro, aliás, antes perguntar o senhor, qual que era o salário aproximadamente do Sr. Benito Siciliano?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Em torno de 9 mil reais. Eu posso estar errando, de 7 a 9 mil reais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

7 mil reais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu estou ouvindo tudo, eu estive ali atrás para conversar com nossos consultores. Eu pediria a V.Exa. que todas essas informações que V.Exa. dispõe que foram ontem aqui apresentadas, sobre alguns dados da NÚCLEOS, e que agora estão sendo também apresentadas, mas acerca nesse momento do Sr. Benito, que V.Exa. possa nos disponibilizar essas informações, seria muito importante. Eu quero dizer que desde já a partir do que, pude depreender do depoimento do Sr. Jorge, e do que a gente percebe que envolve, que cerca o Sr. Benito, ele será convocado para depor nessa CPML. Eu peço, inclusive, a nossa assessoria, que dentre os requerimentos que estão sendo preparados para a próxima reunião administrativa de convocação inclua, por favor, o do Sr. Benito Siciliano.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois bem, nobre Relator a minha idéia é colaborar e atendendo o seu pedido. Um salário 6 mil reais, aproximadamente 7 mil reais, ele comprou uma cobertura na Zona Sul do Rio de Janeiro avaliada em 2 milhões de dólares. É em nome de uma sociedade Sr. Relator, em nome de uma sociedade Uruguai Aragona que é uma *offshore* que ele tem, lá no Uruguai. Eu aproveito e passo as mãos do nobre Relator como solicitado, uma cópia da escritura desse apartamento de 2 milhões de dólares e solicito ao Presidente em exercício, o nobre Deputado Osmar Serraglio, que eu aproveito para fazer um parênteses para elogiar V.Exa. da forma combativa, competente e principalmente democrática atendendo todos os anseios da criação dessa CPML, e que de forma interpartidária, tem, não tem faltado

com a verdade nessa CPMI e a fundo decidindo em apurar todos os fatos que são apresentados. Inclusive elogiando a V.Exa. pela matéria publicada numa revista de final de semana, onde o senhor coloca sem retoque, todos os passos e as investigações feitas nessa CPMI, que eu gostaria de fazer essa abertura para reconhecer o trabalho que V.Exa. vem fazendo. Então tem aí, nobre Presidente em exercício, Relator Osmar Serraglio, eu gostaria que a CPMI providenciasse, gostaria que a CPMI providenciasse, por favor, uma avaliação de um apartamento, deste apartamento e também que buscasse os originais para que fosse comprovado a autenticidade desse documento. Pois bem, o senhor sabia dos vários imóveis comprados pelo senhor Jerônimo Sá, dentre eles o seu gerente também que ganha 7 mil reais, entre vários imóveis um luxuoso apartamento no condomínio Golden Green(F) na Barra da Tijuca Estado do Rio de Janeiro, coincidentemente vizinho dos “Pororocas”, só o condomínio deste apartamento é maior do que o salário dele de 7 mil reais. Tem heliporto, quadra de tênis, etc. O senhor tinha conhecimento?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Por notícia de jornais e daí a Comissão que nós criamos internamente para que ele se defendesse, porque era, até porque na medida que essas notícias saem nos jornais, o próprio Ministério Público ele está obrigado a apurar, mas mesmo assim nós criamos uma Comissão interna, composta de empregados da patrocinadora, membros do Conselho Deliberativo, infelizmente eu saí e não sei o resultado, sei que ele foi demitido da empresa, não sei o resultado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bois bem, Senador, receba aí a profissão, Deputado Osmar Serraglio, nobre Relator eu gostaria também de passar a cópia da escritura, onde somente o Condomínio é o valor do salário deste senhor Jerônimo. Não, é outra. Esse aqui coincidentemente são vizinhos do “Pororoca”, até na compra de apartamentos são vizinhos, gostaria de passar para V.Exa. e solicitar as mesmas providências.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu gostaria de indagar ao--
>> Desculpe, Deputado Osmar, só...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só me preocupo no sentido de que todas essas informações que não constam destes documentos, que se V.Exa. puder no esforço pessoal organizá-las num papel e repassá-las para a Sub-relatoria, porque seria fundamental. Primeiro para prepararmos o questionário do Sr. Benito, depois para darmos seguimento a nossa investigação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Pois bem, é um prazer em ajudá-lo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Se por acaso teve a oportunidade de ter acesso a essa sindicância, que ele fez referência. Se não teve, seria interessante que nós concordáramos com a requisição--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Deixe-me dizer. Deixa eu terminar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Nós concordaremos com a requisição--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Eu vou terminar e no final eu vou requerer se V.Exa. permitir. A secretaria da Previdência Complementar emitiu a notificação de número 3031, acerca da compra de títulos da dívida agrária superfaturadas. O senhor conhece esse assunto?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:
Olha, logo que eu assumi a REAL GRANDEZA em agosto de 2003, eu fui visitado uma fiscal do TCU, com o tipo de denúncia semelhante, eles tiveram lá trabalhando com a Fundação REAL GRANDEZA, por pelo menos 6 meses, outros meses manuseando e depurando as informações eu recebi recentemente, o resultado dessa auditoria do TCU dizendo, determinando o arquivamento dos autos e não tendo sido apurado nada em relação a TDAs e tinham outras duas, se não me engano, eu por acaso tenho também cópia se o senhor quiser posso deixar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Essa outra é a seguinte: Existe atuação da secretaria de previdência complementar, envolvendo a REAL GRANDEZA e a corretora ÁGORA SENIOR, em relação a operações, com opções de Petrobrás nas bolsas do Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive, eu tenho aqui, bom, o senhor tem conhecimento também dessa outra atuação, é essa que o senhor e refere?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:
Não, não, o senhor sabe a data? Petrobrás na minha gestão não fizemos. Só fizemos uma operação com a Petrobrás, foi uma operação exitosa(F) que não tem nada a ver com opções.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Bom, o senhor conhece as operações de compra das operações da CONGÁS a preço de 50% superiores ao do mercado?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: É a segunda que estava me referindo está no relatório da TCU--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Possível ou comprovada a irregularidade?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não, ao contrário determinado o arquivamento dos autos por não terem constatado irregularidade nas operações, eu acho que é 99?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: É, mas foi instaurado em 2000.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa pergunta o senhor deve conhecer, mesmo porque eu já relatei aqui o senhor conhece de condenação do Sr. Benito Siciliano com a suspensão de 10 anos das atividades ligada a gestão de intermediação de ativos?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E aqui tem, senhor nobre Presidente, meu caro Relator, neste mesmo processo estão penalizados até o presente momento, não está transitado em julgado, como disse o Dr. Jorge, o Sr. Jorge Luiz Monteiro, o Sr. Benito e mais outras quatro pessoas.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: São 11 no total.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 11 pessoas.

>> [Inaudível].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já tem? Pois bem. O senhor conhece o processo da SPC também acerca da operação com a corretora SENIOR, onde no mesmo dia tem uma compra e uma venda, a venda duas vezes mais cara, que, inclusive, é a título da Petrobrás, que foi da seguinte forma: A Sra. Akeile(F) Lemos que é esposa do senhor, AKeile(F) Lemos que é esposa do senhor, de tanto eu falar com acaba sumindo, viu... E que é, deixa eu buscar aqui o papel. Aqui é que está virado, muito obrigado, Deputado. O senhor conhece, queima até a mão a gente tem que deixar de lado, o senhor conhece Akeile(F) Lemos, que ela é esposa do Sr. Carlos Eduardo Lemos, sobrinho do Haroldo “Pororoca”, e o senhor conhece então a operação em que ela como operadora da corretora SENIOR, que inclusive, Sr. Presidente, já foi pedida quebra e transferência de sigilo, transferência de sigilos bancário fiscal e telefônico dessa corretora SENIOR, e eu gostaria que na próxima reunião nós tentássemos dar uma prioridade para ver se nós conseguíamos aprová-la, onde houve uma operação. Só terminando sua Excelência. Onde houve uma operação que a Sra. Akeile(F) Lemos, esposa desse Sr. Carlos, que é parente do Sr. “Pororoca”, ela comprou um título na Petrobrás no Rio de Janeiro, no mesmo dia eles compraram na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro a Petrobrás a 10,20, a 10 reais e 20 centavos uma quantidade de 30 mil, e no mesmo dia, ou quase

imediatamente eles venderam o mesmo título na Bovespa a 22 reais e 47 centavos, ou seja, uma diferença de 368 mil reais. Em questão de horas. E, segundo dizem, houve uma propina de 257 mil reais que eu não posso garantir. Essa operação deu origem no processo da SPC. O senhor tem conhecimento?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não conheço nenhum processo da SPC envolvendo--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Operações de opções.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria prestar um esclarecimento--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: A data o senhor tem para me ajudar?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A data eu tenho, a... Pagamento de propina, e tal, deixa eu ver se eu consigo buscar a data aqui. 10,20 taxa de 2,69, o lote, tem um lote tem devolução, corretora na data de 11 de agosto de 1999.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Infelizmente eu não tenho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É porque o processo foi a *posteriori*--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos, primeiro é preciso verificar exatamente o período que as concorrências se registraram, porque, tudo que for anterior a 2000 não pertence ao nosso trabalho, depois é importante também eu chamar atenção dessa Comissão, especialmente ao Deputado Osmar Serraglio, nós temos como foco precípua de investigação, os Fundos de Pensão, a sua análise de movimentação financeira toda está sendo feita e há um compromisso dessa sub-relatoria de ir até o 10 de fevereiro concluir todos os mercados. Não deixar nada em aberto, só que nós não temos hoje mão-de-obra, nós não temos hoje equipe que possa concomitantemente, eu quero alertar isso a CPI, possa concomitantemente fazer uma avaliação detalhada nas corretoras, estamos com esse problema, problema objetivo, por falta de equipe mesmo, afinal de contas, o volume de informações dos Fundos de Pensão é tão grande que consome toda a consultoria que está ao nosso serviço e que também consome toda a atenção da nossa força-tarefa. Então, eu faço aqui um apelo para que o Deputado Osmar Serraglio, certo. Como coordenador principal dos nossos trabalhos na Comissão de Relator geral, possa pensar uma... duas alternativas de providência, uma seria a solicitar oficialmente ao Banco Central, que nos encaminhasse um ou dois ou mais técnicos, provavelmente mais 2 técnicos, que pudessem se incorporar a esse trabalho, tratando apenas da análise da movimentação financeira das corretoras,

certo. E alternativamente caso essa possibilidade ela não se mostre viável, eu também sugeriria requisitarmos a MOORE STEPHENS e a VILAS RODIL que é o consórcio que está dando suporte ao trabalho de movimentação financeira da CPMI, para que eles pudessem também analisar os dados das corretoras. A *priori* Deputado Eduardo Paes se posicionou contrariamente, por afirmar que o trabalho também já estava ocupando toda a equipe, da VILAS RODIL e da MOORE STEPHENS, se isso for verdade que eu imagino que pode ser daí eu pediria a V.Exa. e o Presidente Delcídio que solicitasse ao Banco Central, um pouco mais de ajuda, talvez mais dois técnicos para agente entrar nessa Seara. Porque senão Carlos Willian, nenhuma outra sugestão de quebra de sigilo pode ser feito. Porque se a gente não dá contas de analisar as corretoras que estão quebradas, por um motivo, porque a CPI, tem que acabar entre o final de março e o início de abril, nós corremos contra o tempo. E a Sub-relatoria foi criada cinco meses depois, com relação a Fundos de Pensão vamos cumprir tudo não vai faltar nada, com relação às corretoras, a gente precisaria desse esforço adicional.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu me somo as suas palavras Deputado ACM Neto para que talvez uma situação, um problema desse de Recursos Humanos não possa tirar o brilho tão merecido do relatório final dessa Sub-relatoria. Sr. Presidente, eu acho que já foi questionado, eu vou requerer V.Exa, eu vou requerer que na CVN o processo do Sr. Benito Siciliano, que ele foi inabilitado por 10 anos, ele e o Sr. Jorge, mas eu acredito que o senhor já tem cópias então não há necessidade. Uma cópia da notificação 3031 sobre a compra de títulos da dívida agrária. Agora, o que vou pedir, e eu gostaria de assinar em conjuntamente com o Deputado ACM Neto, com V.Exa, ou os senhores assinarem junto comigo. As transferências do sigilo bancário do Sr. Benito Siciliano, inclusive, a sociedade que ele tem no exterior, no Uruguai da Aragona, onde está comprado o apartamento de 2 milhões de reais. E, conseqüentemente, a convocação dele para prestar esclarecimentos nessa CPMI. Agora, Sr. Presidente, primeiro da sociedade Aragona, e depois da conta do Banco Merry Leash(F), a conta Stanhori(F) que é--

>> Faltou um L.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É porque inscreveram errado e me desculpe eu não o negócio.

>> [Inaudível].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está certo para ser preciso a assessoria minha não colocou e eu também não entendo de banco exterior

e acho que o senhor também não, só pela cultura do inglês. Desculpa, eu fui me desculpar acabei [risos]. Acredito que o senhor também não [risos].

>> [Inaudível].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está certo. E aí, Sr. Presidente, com essa quebra do Sr. Benito Siciliano, inclusive, dessas contas no exterior, essa da Stanhori(F), eu acredito que nós vamos descobrir essa roubalheira que existiu, supostamente dos funcionários de FURNAS, mas nós vamos encontrar nessas contas os depósitos onde possivelmente... Esses dividendos fraudulentos tirados de funcionários que esperam com responsabilidade a grandeza da sua aposentadoria devam lhes faltar futuramente. Estas as solicitações que eu faço.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quero parabenizar o Deputado Carlos Willian pela profundidade com que vem estudando as questões relacionadas aos fundos, e a investigação que vem procedendo. E concedo a palavra ao eminente Deputado Jorge Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu gostaria de ter algumas informações, obter algumas informações complementares. Pelo que já foi visto aqui, seja pelo nosso Sub-relator e agora pelas informações solicitadas, apresentadas e solicitadas ao nosso depoente aqui pelo, pelo Deputado Carlos Willian. O então gerente financeiro, gerente de investimentos da Fundação REAL GRANDEZA, parece ser no mínimo uma figura polêmica. E isso guarda muito semelhança com que nós vimos no depoimento da NÚCLEOS onde havia também um gerente de investimentos, aliás, uma gerente de investimentos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fabiana Carnaval--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Também, igualmente polêmica. Guardando por sua vez melhor com que acontecia na PRECE. Onde Diretores, alguns melhor, outros não tão bem informados aqui apresentaram sua visão sobre esse problema a pergunta que eu faço Sr. Jorge Luiz, é até onde, até onde ia a autonomia do Sr. Benito Siciliano para tomar decisões? Que tipo de decisões ele podia tomar? Com que grau de autonomia? Ou todos, porque o senhor se referiu ao comitê de investimentos é o comitê amplo, amplíssimo todas as decisões eram tomadas pelo comitê de investimentos, qual era o suporte para a decisão, como eram fundamentados os processos... Instruídos os processos para que eles fossem à decisão sua, como Diretor e do Comitê?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: O Sr. Benito era o Gerente da área de análise e investimentos. Todos os projetos, todos os processos, todos

os negócios que eram ofertados, oferecidos a REAL GRANDEZA assim como todas as fundações, elas têm um caminho, ela entra ou diretamente pela gerência, ou eventualmente pela Diretoria. Como eu me referi, a partir do momento que eu cheguei eu franqueei, abri a possibilidade de eu mesmo receber as pessoas que eventualmente tivessem negócios a oferecer para a Fundação, recebi algumas pessoas sempre acompanhado de outras pessoas me ajudando, me assessorando. Mas eu diria que entrando então pela gerência de análise de investimento, havia uma primeira análise uma filtragem, porque já estavam definidas pelo conselho deliberativo, aprovado na reunião do CIRG(F) por unanimidade e referendada pelo Conselho deliberativo, órgão máximo de decisão da vida da Fundação. Quais os parâmetros os limites, os preceitos que tinham que ser observados, os riscos, taxa mínima de atratividade, então já tinham a primeira análise--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O senhor admite que seja como Diretor, os demais Diretores ou mesmo o comitê de investimentos dependendo de como um determinado, uma determinada proposta de investimentos seja apresentada, o senhor pode eventualmente ser levado a tomar uma decisão que não seja eventualmente a melhor possível. Uma decisão que não esteja não seja a mais adequada cotejando as diversas opções de mercado, eu vou dizer, porque na... Crítica que a SPC faz à Fundação REAL GRANDEZA, durante aquele período, uma delas é que havia aplicações, isso está também relatório do nosso Sub-relator, e aqui houve aplicações em CDBs por prazos excessivamente longos, se comparados com os prazos usuais. Normalmente se aplica CDBs 30, 60, 90 dias coisas desse tipo... E havia prazos longos, será que as informações estavam precisas na sua, quando, quando uma determinada proposta de investimentos vinha ou elas poderiam eventualmente estar diluída num conjunto de informações que não permitissem uma percepção clara de certos aspectos de um determinado investimento. Eu digo isso, porque posso imaginar um volume muito grande de decisões, de investimentos etc, a minha preocupação é saber até onde vai a responsabilidade clara do gerente de investimentos, não é? E onde começam as responsabilidades dos dirigentes?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Pois não, em operações, só para insistir no que eu já falei, a Fundação REAL GRANDEZA, por ter uma situação equilibrada de caixa, casando necessidades de recursos ativo e passivo, pagamento de complementação de aposentadoria, ela não precisava recorrer a aplicações de curto prazo, até porque remuneram menos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS:

Balizado por uma baixa mínimas de atratividade, que tínhamos que perseguir só conseguíamos isso negociando prazos mais longos. No CDB os prazos são de até dois anos. Diga-se mais, em relação aos CDBs os prazos são alongados, até para que se beneficiassem o investidor da redução das alíquotas do Imposto de Renda, que não é o caso--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Esses prazos alongados representaram remuneração significativamente superiores?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Porque para um banco, uma entidade que tem a garantia é de que aqueles recursos ficarão entesourados por dois anos, ao invés de rodar 30, 60, 90 dias se dispõe a pagar certamente, um retorno muito maior do que as aplicações de curto prazo.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E as aplicações de prazo mais longos são usuais também, entre os aplicadores?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: São usuais. Ainda que a SPC questione, mas ela se baseia apenas num trabalho de risco bancário que é de uma Consultoria que nós mantínhamos, a Whisky(F) Bank, só trabalha com avaliações de até 360 dias, isso para título soberanos, título do Governo Federal, se eu quisesse comprar como compramos, títulos de 2031 eu não posso considerar a avaliação do Whisky(F) Bank eu acho que aí é que infelizmente, essa é uma questão complicada, espinhosa para todos nós. Mas em relação as CDBs a verdade é que definidos esses critérios a operação ela é voltando então vou repetir ela adquire um caráter de impessoalidade que nem ao Diretor da área é dado conhecimento, ao menos depois da operação feita. Era sim, porque em fevereiro por determinação do Dr. Gomes as operações só poderiam ser feitas e passou assim a ser feita, após a aprovação prévia do Diretor da área. E suponho que até hoje estejam tratando dessa forma, até então não. Como eram operações que adquiriam esse caráter de impessoalidade, a própria Mesa, cuja as operações são gravadas, bidava(F) no mercado dizendo qual o volume de recursos, já sabia qual era a taxa mínima que ela necessitava, isso oferecido pelo *compliance*, qual o limite da Instituição sobre o patrimônio líquido e a possibilidade da gente operar com a Instituição, fechava a operação e vinha para a ratificação, mas a operação já fechada, vinha para a ratificação do Diretor de investimentos. Apenas em relação a CDBs e RDBs, todas as demais operações exigiam a autorização prévia por unanimidade dos membros do comitê de investimentos. Nenhuma, e outra se fosse de valor maior do que 1%, ou dos recursos garantidores

tem uma escala de 1 a 5%, aí obrigatoriamente nós teríamos que submeter até a aprovação *in limine*. Ao final dos membros do Conselho deliberativo se fosse mais do que, até os 5% dos recursos garantidores, nós baixamos para 3%--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O Sr. Benito Siciliano, como o senhor disse, exerceu função de gerente financeiro desde 1992?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não. Ele era empregado da empresa desde 1992, ele era analista como os demais, se não me engano em 199... Eu posso estar enganado, 99 eu acho que ele foi indicado, o gerente da área ou se aposentou, era um empregado de FURNAS.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Ele era analista de investimentos, fazia parte da equipe?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Da Fundação REAL GRANDEZA. Assim como o atual gerente que entrou para substituí-lo, era um analista, um dos melhores da área hoje é a gerente da área.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A demissão, a exoneração do Sr. Benito Siciliano é anterior a eclosão de todo o processo mais crítico que tivemos aqui.

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Fevereiro de 2004.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Foi em fevereiro de 2004, não é isso? Ela decorreu de uma avaliação sobre o trabalho dele?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Hã... Na realidade, se nós tivéssemos apenas que nos ater a avaliação trabalho dele, era uma situação mais delicada. Até porque, até então, ele era um dos responsáveis junto com a equipe, junto com os demais membros que compunham as gerências pelos sucessos, mais a verdade é que face ao resultado desse problema que tivemos com o Banco Santos, na avaliação do Presidente e a prerrogativa era dele. Eu até ponderei na época, disseram que eu teria de alguma forma exercido pressão para que ele não fosse demitido e não é verdade, eu ponderei na época de que logo, nós contratamos uma empresa para fazer a auditoria dos trabalhos e disse mais, que se fosse apurado qualquer irregularidade ou qualquer ilegalidade o ônus da demissão seria meu, eu demitiria Sr. Benito Siciliano. Como nós tínhamos prazo para esse trabalho ser concluído, eu achava que isso daria rapidamente, mas o Presidente entendeu e eu concordei e era a prerrogativa exclusiva dele, por quebra de confiança demiti-lo imediatamente. E ele foi demitido.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu gostaria só que o senhor, acerca dos títulos de renda fixa, eu gostaria que o senhor repetisse rapidamente com

que agências os senhores trabalhavam para avaliação de risco dos títulos?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: [inaudível]... Ele levou os documentos, mas se quiser eu deixo à política de investimentos da Fundação REAL GRANDEZA que é submetida e eu gostaria de dizer o seguinte: Eu entrei em agosto de 2003, já praticamente terminado o terceiro trimestre. Entramos no último semestre, trimestre, essa política já estava elaborada. E eu recebi a política pronta e poderia alterá-la na seguinte. Assumindo uma função dessa, não é possível fazer grandes modificações sob pena de se questionar caso o resultado a verdade é que o resultado acabou sendo melhor empresa--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Havia uma política de avaliação de risco, uma rotina, uma, enfim?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Não são os coloridos que o senhor, ali claramente na política de investimentos estabelece quais as agências de *rating* que nós estamos autorizados a aceitar, para classificar investimentos de baixo, médio e alto risco. E eu reforço o que eu já disse, nós estamos impedidos, proibidos pela política de investimentos de fazer aplicações Instituições de médio e alto risco. Então.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Pela política de investimentos da Fundação?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Exatamente. Já dizia, desde 2002 eu tenho, se o senhor quiser eu posso deixar, dizia as agências de *ratings* autorizadas a funcionar no país, como determina a resolução do Conselho Monetário Nacional, e ela é clara: FIT(F), MUDES(F), AUSTIN, e infelizmente a SPC usou uma empresa que era uma consultora nossa, da Fundação REAL GRANDEZA, que sequer estaria elencada, sequer estaria relacionada para autuar, sendo que eles diziam que era médio risco, tinha que aplicar menos, quando eu jamais poderia usar aquela, eu estaria descumprindo a política se eu usasse aquela. Assim eu estaria descumprindo a política, eu não estou autorizando, não é nem estar autorizado, eu estava impedido de usar aquela informação, que a verdade, sequer vinha ao conhecimento da Diretoria era um documento interno de análise de investimento.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Agora, para cada investimento era recolhidas avaliações de riscos de quantas agências?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Os processos, as ofertas de negócios é assim para todas as fundações, ela já vem acompanhadas com pelo menos uma avaliação de *rating*, e lá nos exigimos duas. Normalmente de uma, mas lá nos exigimos duas.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): No caso do Banco Santos especificamente, quais eram os *ratings* que os senhores tinham? E os valores o senhor tem como informar agora ou não?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Tenho, O Sr. (?) ele levou infelizmente, mas eu tenho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar a gente até discutiu bastante esse assunto, eu só queria registrar mais uma vez que há uma diferença enorme da interpretação que é dada pelo nobre depoente, daquela que é tida como válida pela Sub-relatoria. Nós recorremos a agência MUDS(F), não é? E dentro da própria agência MUDS(F) há uma divergência entre as avaliações. Porque a avaliação do Banco Santos, do BMG e do Rural, pela agência MUDS(F), na nossa interpretação, e é uma tabela oficial, impõe um risco elevadíssimo para essas três Instituições.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A MUDS(F) era a única que avaliava, fazia a avaliação de *ratings* do Banco Santos, ou BMG e Rural--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não, V.Exa. não entendeu, diversas agências nacionais promovem essa avaliação--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Que bom que se tenha avaliação de várias agências para que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, nós da CPI recorremos a uma situação que é respeitada e acreditada no país. E mais, uma Instituição que tem por hábito sempre agir de forma cautelosa, mais conservadora.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): V.Exa. não acha que seria conveniente--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu já disse aqui, já disse que a gente pode, nós podemos recorrer a quantas agências forem necessárias para determinar o nivelamento de cada Instituição, apesar de que no Banco Santos eu acho que os fatos podem até falar mais alto.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É verdade, mas se a avaliação, porque pode ser, há a possibilidade, é verdade o que Banco Santos estava mal, tanto é verdade que quebrou. Mas pode ser que houvesse ou por maquiagem ou por algum outro tipo de manipulação, informações imprecisas que algum bloqueio que impedisse que as agências pudesse fazer uma avaliação mais precisa da Instituição. Estou levantando uma hipótese apenas. Já que o nosso depoente aqui hoje disse que, enfim, a avaliação que eles tinham é que aplicação no Banco Santos era uma aplicação razoavelmente segura--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Desde junho de 2003 e até as vésperas mesmo da

intervenção e a última que eu tenho é de setembro de 2004 a AUSTIN RATING e lá dentro uma segunda que era a AUSTIN ASIS... Ambas com *rating* A que é baixo risco de crédito, no caso da AUSTIN RATING e a outra *rating* A risco muito abaixo, e tem da MUDS(F) que é muito--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então era AUSTIN, qual era a outra?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: AUSTIN RATING.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Como é o nome da segunda?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: AUSTIN ASIS

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): São duas de mesmo nome AUSTIN.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. não estava presente, eu informei a essa Comissão Parlamentar de Inquérito jamais em caráter conclusivo, porque é uma denúncia de que o Banco Santos teria pago para a AUSTIN a fim de obter a que obteve.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É uma afirmação grave, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma denúncia, não é uma afirmação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A ser comprovada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E não é uma afirmação desse Relator, é uma denúncia que chegou a essa Sub-relatoria e precisa ser verificada--

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Na escala da MUDS(F) na escala nacional *ratings* de longo prazo BAA é a legenda da própria MUDS(F) emitentes ou emissões classificadas como BAA, demonstram capacidade de crédito na média em relação aos outros emitentes locais. E BAA baixo risco de crédito. E da mesma forma, sempre para o BMG, para o Rural em relação as aplicações nessas Instituições nós temos sempre dois *ratings*, duas análises de risco eu quero dizer mais, essas empresas, constam da política de investimentos da REAL GRANDEZA, não são contratadas nossas. Só para que torna-se ainda que haja essa notícia, elas não são contratadas nossa, esses *ratings* são públicas, a contratada nossa era a única que não está relacionada.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Durante sua gestão, enfim, houve o episódio que envolveu as aplicações no Banco Santos, houve alguma, as demais todas, como o senhor disse, só para confirmar o senhor se eu entendi bem, as demais todas produziram

remuneração adequada para a Instituição, não houve, houve alguma outra perda?

SR. JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS: Nenhuma outra perda, nenhum outro prejuízo, ainda as Instituições estejam submetidas diariamente a essas notícias. O que poderia de certa forma abalar e abalou a sua credibilidade de mercado, o último balanço divulgado demonstra, ou mostra uma rápida análise que a saúde financeira é bastante considerável, nenhum prejuízo foi causado a REAL GRANDEZA, os vencimentos, nos vencimentos dos resgates estão sendo efetuados com retornos substanciais para a Fundação. E disse, e afirmo que tendo em vista a situação do IGP nos cinco meses do ano de 2005 negativo, não é? Por conta da melhora da economia e os nossos títulos são quase todos eles rastreados pelo IGP. Essas operações é que propiciaram, eu ainda não tenho a notícia não sei qual o valor, mas que certamente propiciaram que a Fundação superasse a sua meta atuarial.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Estou satisfeito. Muito obrigado senhor, obrigado Sr. Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Discordância nisso.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Agradeço ao seu comparecimento, os seus esclarecimentos, Sr. Jorge Luiz Monteiro de Freitas. Agradeço a todos que acompanharam a nossa reunião. E nada mais havendo a tratar encerro avisando que amanhã nós teremos às 10h00, a Sub-relatoria de Normas com o Ministro Waldir Pires e às 10h00 essa Sub-relatoria ouvindo o Alexandre Ataíde Francisco.

Sessão encerrada às 15h43

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 5ª Reunião, realizada em 26/01/2006.

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e sete minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Arnaldo Faria de Sá e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Delcídio

Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Feitas, Valdir Raupp, Romeu Tuma e dos Deputados Carlos Abicalil, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Gustavo Fruet, Inaldo Leitão e Alberto Fraga, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Alexandre Athayde Francisco, que vem na condição de testemunha, depor a essa CPMI. O Deputado Arnaldo Faria de Sá indaga se o depoente vem acompanhado de advogado e o mesmo responde que não. Com a palavra o Sub-Relator, Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicita que o senhor Alexandre Athayde se apresente, antes de começar a ser questionado. O depoente faz uma breve apresentação e fala, inclusive, que tem recebido ameaças de morte desde que seu nome foi envolvido na CPMI e comprova com Boletins de Ocorrência que a Polícia está ciente disso. Ele continua, fala de como era o seu trabalho na Real Grandeza, e com quem trabalhava, explica detalhadamente como ocorreram as quatro ameaças de morte que recebeu desde que denunciou a quadrilha que roubava fundos, por fim se põe a disposição dos parlamentares para qualquer esclarecimento e entrega uma série de documentos a serem apreciados pela Comissão. A sessão foi suspensa por cinco minutos às onze horas. Reaberta a reunião às onze horas e quatro minutos, o Presidente recebe do depoente um relatório do depoimento que ele fez à Polícia Federal e os demais documentos que o senhor Alexandre trouxe. O Sub-Relator inicia seus questionamentos. Entregou a essa Comissão uma fita recebida de terceiros, que tem como conteúdo gravações comprometedoras, na qual afirma que retirou cinco cópias da mesma. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto faz uma apresentação de slides com vários esquemas das denúncias de Alexandre Athayde para que o depoente confirme, ou discorde por possíveis erros encontrados. Reunião novamente suspensa, às doze horas e vinte e quatro minutos. Reaberta a reunião às treze horas e dez minutos. Com a palavra o Deputado ACM Neto inquirindo o depoente. Dep. ACM Neto informa que requererá a convocação do sr Arlindo e do Senhor Edemar Cid Ferreira, ex-presidente do Banco Santos. O depoente confirma as suspeitas de risco de vida, e deverá ser enquadrado no programa de proteção à testemunha. Tomou a palavra o Dep. Gustavo Fruet. Voltou à palavra ao Dep. ACM Neto. Com a palavra o

Dep. Carlos Willian inquirindo a testemunha. O Deputado ACM Neto informa que na próxima semana haverá as seguintes reuniões: os Proprietários da Laeta, Geap, Euro Bonos Banval e Guaranhuns. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e um minuto. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Declaro aberta a quinta reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criado através do requerimento número 3 de 2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Antes do início dessa reunião, eu queria cumprimentar publicamente o nosso Sub-relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto pelo seu aniversário, mesmo assim está aqui entre nós. Parabéns, não só da Mesa como de todos aqueles que acenam com a cabeça positivamente. Parabéns, Deputado Antônio Magalhães Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se à oitiva do Sr. Alexandre Athayde Francisco, solicito à assessoria que faça entrar o Sr. Alexandre Athayde Francisco. Esta reunião destina-se à oitiva do senhor Alexandre Athayde Francisco, já está entregue à Mesa o termo de compromisso conforme o artigo 203 do Código de Processo Penal devidamente assinado pelo senhor Alexandre Athayde Francisco. Indago do senhor Alexandre Athayde Francisco se está acompanhado de advogado?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra o Sub-relator Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente Deputado Arnaldo, senhor Deputado Carlos Willian. Senhor Alexandre Ataíde, inicialmente eu indagaria ao nobre depoente que comparece a esta Sub-relatoria na condição de testemunha, se ele gostaria de fazer uma apresenta-

ção inicial, pedindo a ele, evidentemente, que faça sua qualificação, um breve histórico profissional e deixando à vontade para tecer qualquer comentário de caráter introdutório para que então, a gente possa dar segmento aos questionamentos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu queria agradecer aí a presença dos nobres Deputados e senadores. Vim nessa CPI por conta minha mesmo, por uma coisa que aconteceu comigo e entre uma pessoa que.. Mais tarde, eu vou entregar a todos os senhores, uma relação de documentos que vai explicar bem isso. No momento, o que eu queria dizer é o seguinte. Que desde que eu entrei com esse negócio de, dar entrevista a jornais e fui chamado para CPI, eu andei recebendo ameaças de morte. Recebi duas que foram, inclusive, postas. Eu levei à delegacia que estão aqui comigo, e depois tive uns telefonemas meio esquisitos, mas tudo bem, para mim correu como indiferente. A minha presença aqui é o seguinte. Tudo começou, não havia nem necessidade de eu ter vindo aqui, nem pensaria em vir, mas houve o seguinte: houve o briga entre eu e o filho do Haroldo de Almeida Rego, o “Pororoca”, e depois dessa briga eu achei que eles estavam se manifestando de uma maneira super-pesada, dizendo, inclusive, que conheciam pessoas influentes dentro do governo, que o pai conhecia Ministro. Eu indaguei a ele nesse dia, lá no Fashion Mall, no Gula-Gula onde eu estava almoçando com um amigo meu, Arlindo Magno, que foi até também diretor da PRECE, se não me engano indicado pelo Zé Dirceu, assim ele me falou. Depois saiu e foi para.. Aliás, como não quis fazer certas coisas que não interessavam a ele, ele começou a jogar duro com o pessoal, e o pessoal achou melhor tirá-lo. E entrou no lugar dele uma outra pessoa que foi indicada pelo Haroldo, como muitas outras pessoas são indicadas por ele, mas são indicadas quando algum político.. Porque eu trabalho no mercado. Peguei o mercado, na época que você podia chegar numa Fundação apresentar um bom trabalho, ou até mesmo conversar de manhã com a pessoa aqui em Brasília que chegava a tarde o jornal, e você falava alguma coisa. Até teve um caso de uma venda de papéis que a pessoa aqui da FUNCEF não sabia que tinha dado um dividendo, e eu falei para ela: “Olha, não vende nesse preço porque você está vendendo papel a menos de um real”. E era assim que você ganhava as Fundações naquela época, era prestando um serviço. E de repente isso mudou. Começou a ficar na mão de políticos, alguns políticos, maus políticos. E era super-difícil, aliás, era impossível você chegar e pegar uma ordem numa Fundação, mesmo que você tivesse anos de mercado, mesmo que dissesse: “Olha, eu vou fazer um trabalho bom para você, eu vou te telefonar todo dia”. Isso não

adiantava nada. E isso ficou mais ou menos na mão do Haroldo, e depois ficou também na mão dos filhos dele, do Murilo e do Christian. E aí essa briga culminou no seguinte: ele achou que eu estava atrapalhando as operações dele na REAL GRANDEZA. Na época, quem estava lá se não me engano era o Benito, aliás, não me engano não, era o Benito. E uma das posições tomadas pelo Arlindo Magno, que é um amigo meu que foi da PREVI, do Conselho Deliberativo, uma pessoa corretíssima, tanto é que eu nunca fiz negócio com ele. Foi o seguinte: ele começou a querer, a ser pressionado, a fazer certos negócios. Isso, dentro da CEDAE, porque ele era diretor da CEDAE. Depois saiu foi para como eu falei para a REAL GRANDEZA. Na REAL GRANDEZA --

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia, me perdoe, repetir o nome dele?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É Arlindo Magno, é a minha testemunha, inclusive, nessa briga que eu tive com o filho do Haroldo. Por que ele veio...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual o nome desse filho do Haroldo?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Murilo de Almeida Rego.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nobre relator, aproveitando que o senhor fez uma intervenção, poderia saber qual a época na CEDAE?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Que ele esteve?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. Esse caso que o senhor disse da intervenção?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Foi na época dali da Benedita.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Na época da Benedita Governadora?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Da Benedita com o Severino e o.. Como é? O Marcelo Sereno.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, da época Benedita Governadora. Mas eu digo o Presidente da PRECE, o senhor não lembra, não é?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não, isso não, porque eu não tocava nesses assuntos com ele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): À vontade.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Então, ele foi para a REAL GRANDEZA, e um dia chegou para

mim e falou: "Pó, o negócio lá está difícil, está sendo muito difícil de tocar aquilo lá, porque não..." Eu tinha dito que só iria para lá se o Benito saísse e todos os outros mais, mas não consegui. Nesse meio tempo ele disse: "Eu só entro se o Benito sair." Que era o diretor financeiro, para o cargo que ele foi. Na época, se não me engano, acho que ele foi indicado, não sei, indicado pelo Jorge Bittar. E aí aconteceu o seguinte: como ele não conseguiu pôr as pessoas que ele --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você lembra que época foi essa?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A REAL GRANDEZA?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A época da indicação.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: De época eu acho que vai ficar meio difícil para lembrar, mas foi 2003. Aí ele falou: "Não vou ficar não, porque está uma pressão muito grande, eles querem fazer lá as coisas e eu não vou assinar". Mas nisso o Presidente da REAL GRANDEZA, era uma pessoa também que estava com ele por não.. Para querer resolver aquele problema da REAL GRANDEZA, de pararem com aquelas especulações malucas e mais um monte de *day trades* e outras operações que acabam gerando caixa dois. E acabou que esse Presidente que estava com ele também foi mandado embora. Quando esse Presidente foi mandado embora ele saiu também. Mas tudo começou, de eu querer tomar essa atitude, com a briga que eu tive com o Christian lá no Fashion Mall quando eu estava almoçando num sábado, num lugar onde nunca na minha vida me envolvi com nada, todo mundo me conhece lá. Mas ele entrou me xingando e tal, e como eu estava com essa pessoa almoçando, eu fui lá perguntar a ele o que é que estava havendo, nem pensei que fosse acontecer o que aconteceu. Aí disse que eu não estava fazendo o papel de homem, que eu estava mexendo com gente influente no governo, que eu estava atrapalhando as operações deles, e que o pai dele era amigo de Ministro. Eu falei: "Qual Ministro? Zé Dirceu, o Gushiken?" "É pode ser o japonês, sim." Eu falei: "Ah é? Tá bom. E aí o que vocês vão fazer o quê?" "Não por eu posso até arrumar um jeito de sumir com você." E eu falei: "Você está querendo me dizer o quê? Que eu vou ser o próximo Celso Daniel? Só que eu não tenho nada a perder, o teu pai já acabou comigo". Aí ele me disse: "Mas é bom você parar, porque se você não parar o negócio vai ficar ruim para você". Aí eu disse: "Por quê? Por causa de mais pessoas? Marcelo Sereno, Gusmão, que você financiou campanha?" E por aí foi. E falei mais para ele. Falei: "Olha, se essas pessoas são realmente in-

fluentes, você não estaria aqui brigando comigo.” E para mim influentes ou não, parecia até que eu estava com a o meu *feeling* de operador de bolsa. “Se as pessoas se meteram com vocês, muito pouco tempo eles vão durar”. E foi o que aconteceu. Em menos de um ano está todo mundo debaixo da mesa. E eu estou aqui com quatro ameaças de morte, mas tudo bem. Eu tenho no mercado 38 anos. Passei por algumas corretoras. Tive a honra de trabalhar, o meu primeiro emprego foi na DENASA dos sogros do Juscelino Kubstichek. Cansei de subir com ele às oito horas da manhã no elevador. Era uma pessoa maravilhosa. Trabalhei lá oito anos e de lá fui para outras instituições até começar a trabalhar para mim mesmo. E estou até hoje aí. Mas no ano de junho ou julho de 2000 eu tive uma operação com o Haroldo que se dizia meu amigo, trinta e seis anos, trinta e sete, porque eu conheci ele na DENASA. Foi operação que eles costumam fazer, não de roubo, operação que você corre traz de um papel, procura saber sobre a empresa, o que é que está acontecendo, pergunta. Eu tenho muita gente no mercado, analista muito bons, inclusive, até de Fundações que não são aproveitáveis, não sei por quê. Fui a várias pessoas que poderiam bancar operação. Não conseguindo, acabei contra a minha vontade, indo ao Haroldo. Ele aceitou a operação, e eu falei: “Olha, o papel está subir porque vai ser vendido e tal”. “Ah, mas eu não gosto”. A maioria das pessoas que eu procurei não gostava do Canhote(F), que era dono da SIL(F). Bom, conclusão: ele aceitou a operação. Uns meses depois, um mês, o papel bateu um preço que eu achei que era razoável. Tínhamos comprado na faixa de nove e cinquenta, e o papel bateu quase dezoito reais. Isso porque tinha muita gente achando que o papel ia subir muito e estava fazendo compra do papel para renda fixa nos Fundos de risco, nos Fundos de renda fixa, comprando papel de bolsa, que ia dar um bom percentual de lucro, muito mais do que na renda fixa com papéis de governo. Mandeí vender. Quando uma operadora ligou pra mim e falou: “Alexandre, o papel está batendo dezoito reais, nem sei por que”. Eu tinha fechado a dezesseis e cinquenta. Liguei para ele e falei: “Vende tudo”. “E a notícia que ia sair? Não sei o quê?” Eu falei: “Não precisa notícia nenhuma, já chega. Não tem notícia nenhuma. Chega! Vende!” Disse pra mim que tinha vendido depois de uns três dias ou quatro dias, porque ele estava operando um anexo, então era difícil de operar, de vender. Então, conclusão: seis dias depois eu comecei a imprimir ele. O papel foi a vinte e um ele me disse que tinha vendido a dezoito e cinquenta. Eu falei: Está bom, não tem problema. Ganhamos, deixa os outros ganharem, tem que ser assim mesmo. Já tem uma outra

operação, que e acho que caiu demais.” Que era a Eletrobrás na época. “Eu acho melhor a gente mudar de papel, vamos para a Eletrobrás.” E aí ele começou a me enrolar, me enrolar. Acabou que a CVM por um problema que o Canhote(F) teve na Itália com a SIL(F) tirou o papel de negociação durante quatro meses. E quando voltou, voltou vendendo a quatro reais. Eu tinha entre 20 e 30%. Porque quando eu fato as consultorias eu cobro um percentual, porque eu estudo o papel. Meu trabalho é esse. Além de operador também sou consultor técnico de bolsa. Principalmente de bolsa. Às vezes também eu dou os meus palpites, sei lá, o dólar subiu demais, a bolsa caiu demais, a sete mil e oitocentos pontos achei que o bolsa era para comprar, porque o dólar estava três e noventa, acertei. Acertei também achando que Petrobrás também a cento e dezoito era bom. Muitas pessoas tinham me dito, bons analistas, que o papel talvez batesse cento e sessenta, e bateu. Hoje está quase duzentos. Não comprei nenhum porque depois que começou esse negócio de Haroldo, Murilo e Christian realmente eu me afastei do escritório para não botar o escritório com os meus sócios numa coisa que era particularmente minha. Aí aconteceu o seguinte: eu votei no Presidente Lula. Agora, quando eu vi e soube no mercado que o Haroldo, o Christian e o Murilo estavam no governo como operadores deles, primeiro eu fiquei boquiaberto. Porque, inclusive, um amigo meu chegou e disse para umas duas pessoas: “Estão pegando para as pessoas piores do mercado. É só perguntar sobre eles no mercado. Eles não são de pegar e ganhar na gordura do papel, no ganho, no lucro do papel, não. Eles vão lá e metem a mão mesmo é na caixa mesmo”. Inclusive, às vezes o Murilo falava isso: “Tem que acabar com essas Fundações, mesmo. Mas acabar mesmo, quebrar com elas todas”. Não é o meu caso, porque a minha mãe, o meu pai era do Banco do Brasil, a minha mãe é pensionista do Banco do Brasil. Também não é a minha maneira de ser. Acompanhar um papel que muita gente está comprando, volume grande, tudo bem, isso eu posso fazer e erro também. Agora, inclusive, fui chamado duas vezes, uma vez para a REFER e outra vez para a PRECE. Não aceitei por isso, porque eu sabia que se eu fosse para lá era para roubar. Eu preferi ficar quieto e continuar com a minha amizade com eles. Com a minha amizade. Porque amizade deles comigo não existe. E aí culminou de depois dessa briga, que ele falou, o Christian tinha falado para mim que não ia ficar assim. Eu falei: “Não vai ficar assim não, agora vai ficar é pior, porque até o momento eu não estava nem pensando em você, nem em Murilo, eu estava pensando. Já estava até esquecendo o teu pai. Mas, agora não. Agora eu vou andar atrás de você”.

E aí foi quando eu comecei. Algumas pessoas no mercado souberam que eu sabia certas coisas já do Haroldo, porque eles estavam atrás do Haroldo. Dei uma entrevista para a Valor, depois uma para o Estadão, mas não houve uma repercussão, não. Inclusive, numa delas o Haroldo mente dizendo que desconhecia o Marcelo Sereno. O Marcelo Sereno foi à Angra no casamento do Christian, mas não foi convidado não, foi por um amigo. O cara sai do Rio para ir para casamento em Angra é complicado, não é? E sem conhecer o dono da casa? Bom, conclusão: eu comecei a dar essas entrevistas, não houve uma grande repercussão. Tinha umas pessoas de algumas revistas querendo falar comigo, da Época, Isto é. Uma vez fizeram uma entrevista comigo no SBT, mas eu acho que nem saiu. Também não me preocupei se ia sair ou não, mas eu queria era pôr para fora o que eu estou falando aqui. E aí aconteceu o seguinte: eu comecei a querer saber se aquilo ia ficar por ali mesmo, porque amigos meus diziam: “Pôxa, você não vai conseguir nada com isso, os caras são muito fortes, conhecem todo mundo, conhecem Ministros, conhece todo mundo. O que você vai arrumar? Você não vai arrumar nada”. Eu falei: “Bom, alguma coisa eu vou arrumar, ao menos eu vou falar”. Nisso, eu conheci, tive um telefonema do Hugo Braga do Correio Braziliense, que queria fazer uma entrevista comigo. Foi feita. Eu tinha pedido que fosse feita *in off*, porque eu não queria aparecer. Essa entrevista foi no sábado, na sexta, se não me engano, ou sábado. A do sábado sairia sem ser naquele domingo, no outro domingo. E o Hugo Braga como todo o jornalista ficou lá atrás do Murilo, atrás do Christian, atrás do Haroldo, só que essas pessoas mudam de telefone de casa e de tudo, e dizem que não estão a toda hora. Então, ele conseguiu o telefone da casa do Murilo. Quando ligou foi a hora que o Murilo não estava. Dois minutos depois o Murilo me liga dizendo que ia me quebrar que ia matar, que ia mandar me matar, que eu fosse lá para o Fashion Mall que ele ia me arrebentar e ia mandar uma.. “Você vai morrer, cara! Tu vai morrer! Agora você vai morrer!” Eu falei: “Tá bom. Tudo bem. Você quer que eu vá lá para o Fashion Mall? Lá para o Gula Gula? Agora é o seguinte: Você vai estar blindando que nem a tua Mercedes que tu pagou quinhentas pratas nela? Quinhentos mil reais? Porque se você não tiver blindado, eu vou te machucar. Eu não vou brigar mais com você, não”. Por sorte minha não foi. Eu tinha dito a ele: “Olha, agora eu vou sair daqui, quando eu te esperar, e vou para a delegacia, para a décima quinta dizer que você me ameaçou de morte”. Está aqui o depoimento. Aí ele me disse simplesmente o seguinte: que não tinha medo de polícia, nem delegado, nem delegacia. Usando as palavras dele, que

delegado para ele era, entre aspas, aquela palavrazinha. Fiz questão depois de esperá-lo, de ir na décima quinta e registrar nova queixa, como eu já tinha registrado a do Christian. Registrar nova queixa do Murilo. E registrei e disse: “Olha, bota aí o que ele falou: que o delegado.. Não tem medo de polícia”. E aí quando eu dei o endereço deles, Vieira Solto, Avenida Sernambetiba. O inspetor chegou para mim e falou: “Quer dizer que ele falou isso, que não tem medo de polícia, que não tem medo delegacia, delegado para ele é porcaria?” Para não falar outra coisa. E moram tudo aí na Vieira Solto. Aí o inspetor disse pra mim: “Você sabe o quanto eu ganho com vinte e três anos de trabalho? Eu falei: “Eu imagino, deve ser uma miséria”. Ele falou: “Mil e trezentos reais”. Eu falei: “É por isso é que está assim. O Brasil está assim por causa disso. Um policial ganhar mil e trezentos reais com vinte e três anos de carteira e ver eu dando parte de uma quadrilha que rouba Fundações”. E não é de hoje não, é de muito tempo. É só levantar. Levantar o que eles têm, o Imposto de Renda etc etc, principalmente da Rogéria Costa Beber, que é mulher do Murilo. Porque o Murilo não tem nada no nome dele. Tem quatro apartamentos no Golden Green. Então, uma hora lá ele disse pra mim: “Você está é com inveja”. Eu falei: “Olha Murilo, eu não estou com inveja de nada, não. Eu sempre gostei e fui feliz com que eu tenho, e com o que sou até hoje”. “Você está morrendo de fome”. Eu falei: “Eu não estou morrendo de fome, não. Eu estou morando com a minha mãe, graças ao teu pai. Agora, morrer de fome morreriam vocês quando eram pequenos, porque eu emprestava dinheiro para o teu pai para comprar comida para vocês”. Eu era auxiliar de bolsa, que foi como eu entrei na bolsa, como auxiliar de bolsa, depois eu passei para operador. E depois disso tudo acabou que tive uns telefonemas dados por certas pessoas aí dizendo para mim relaxar. O próprio Haroldo mandou o advogado dele ligar para o meu, que é o Alexandre, que é meu amigo, por isso que eu estou lá no escritório dele. Ele está me assessorando, que é George Tavares, e não veio comigo porque eu não tenho dinheiro para pagá-lo. E ele não vai também trabalhar de graça e deixar outras coisas, só se eu viesse com ele de caminhão, mas não dava, e como o Senado aqui só paga a minha passagem e não paga do advogado, eu vim sozinho. Bom, aí estou aqui. A maioria, eu acho que essa CPI aí pra mim está sendo uma coisa espetacular, e mostrou o seguinte: que as pessoas que eram muito fortes e poderosas, hoje estão todas aí sem poder até freqüentar um botequim. Eu não. Eu freqüento qualquer lugar. Eu ando em qualquer lugar do Rio de Janeiro, e eles sabem disso. Até para me matar eles sabem onde é que eles me matam.

Mas.. O momento hoje, eu valho mais morto, valho oitocentos mil, e vivo eu não valho nada. Porque o senhor Haroldo acabou com a minha vida. Não tem nada de vingança, não tem nada. Ao contrário. Hoje, três meses para cá fui levado por uma pessoa para um lugar que hoje eu estou rezando por eles, e entrego a Deus, entrego a Deus o que tem que fazer. Por mim até teria parado com isso agora, mas já que começou, vamos até o final. E estou muito bem agora, graças a Deus. Voltei a operar, a procurar meus papéis. E estou devagarzinho morando com a minha mãe, mas não estou passando fome, como eles falaram, e nem tenho inveja de nada, nem de ninguém. E mais uma vez foi provado o seguinte: que todo o forte encontra um mais forte. Encontraram a CPI. Ou sei lá, encontraram o Roberto Jefferson. É só

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor disse que tem alguns documentos para entregar. O senhor podia fazer a entrega?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É, mas eu queria pôr em.. Eu posso ter uns minutos para pôr direitinho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Tem. Pode ter.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Por que assim facilita mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pode ter.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Posso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sessão está suspensa por cinco minutos.

Sessão Suspensa às 11h

Sessão Reaberta às 11h04

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Estão reabertos os trabalhos de oitiva do senhor Alexandre Athayde Francisco. Ele está entregando cópia do seu depoimento à Polícia Federal. Sr. Alexandre, esse relatório que o senhor está entregando refere-se a quê?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Refere-se a uma auditoria feita por essa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): PROL(F)

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A PROL(F), na COPEL(F) mostrando as operações feitas pelas pessoas indicadas pelo Haroldo, inclusive, um amigo dele, o Paulo Aníbal. Aí mostra tudo: as mentiras. O Jorge Moura, não. O Jorge Moura é ao contrário. Foi assediado durante muitas vezes pelo

próprio Murilo para entregar um bilhão e quatrocentos de títulos que o governo tinha pago à REFER, que devia, pagou com títulos, que ele queria fazer em fundo exclusivo. E o Jorge Moura falou: “Graças a Deus eu não aceitei nada de você e não vou fazer isso”. Mas a insistência foi muito grande, inclusive, por pessoas influentes. Eu acho que o próprio Jorge Moura vai falar quando for chamado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra o senhor Relator.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, senhor Alexandre, lamento que concomitantemente ao depoimento de V.Sa. esteja acontecendo neste Congresso Nacional o depoimento do Ministro Waldir Pires e do Ministro Antônio Palocci que naturalmente, despertam um interesse e uma atenção maior por parte dos parlamentares e por parte também da imprensa. Eu tinha absoluta certeza da importância e da conveniência da presença de V.Sa. aqui entre nós, assim como também acho que o Deputado Arnaldo, tendo em vista que antes mesmo desse Sub-relator apresentou o requerimento de convocação de V.Sa. Confesso, também, que fiquei muito preocupado quando o senhor aqui como testemunha da nossa CPMI revelou ter sido ameaçado de morte. Então, a primeira de todas as minhas perguntas é a seguinte. Como é que se deu de fato essa ameaça? Quantas vezes elas ocorreram? E se o senhor tem algum elemento para poder atribuir à autoria dessas ameaças a quem quer que seja.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: As ameaças a princípio partiram do Christian. Um Natal horrível que eu tive com ele, que por um acaso eu, quando ele pulou em cima de mim, eu bati com as minhas costelas e fracturei a quinta e a sexta costela num extintor de incêndio que tinha no chão do próprio Fashion Mall. É uma verdadeira vergonha. Eu sou uma pessoa que vi aquele garoto nascer. Quer dizer, quando eu vi aquilo, eu falei: “Pôxa, o cara nem respeitar uma pessoa que o ajudou”. E a mãe dele também, que ficava numa casa na Santo Amaro que não tinha porta e nem portão. Às vezes ele ligava para mim para me pedir: “Pó, vem para cá que eu estou com medo”. E olha que não tinha a favela que tem hoje lá, não. E eu, às vezes, saía de coisas que eram muito melhores para mim para ir lá ajudá-los. Ainda falei para ele assim: “Como é que você fala assim comigo, rapaz? Eu te vi nascer”. “Não interessa, você tem dúvida que eu te arrebento?” Eu falei: “Tenho. Tenho total dúvida. Porque não é assim, não”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além além dessa ameaça do Christian--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Teve a ameaça depois de uma pessoa que se intitulou, nessa noite mesmo, me ligou às duas horas da manhã, como representante da família Almeida Rego. Eu marquei com ele lá no próprio shopping. Aí veio com a mão, assim, parecendo que estava armado e tal, querendo me pensar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era essa pessoa?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu nem me lembro mais o nome do cara. Um sujeito lá que eu nem me lembro mais, mas se intitulava representante da família Almeida Rego. Só que eu cheguei para ele falei: “Olha, chega para lá porque eu não gosto de homem encostando em mim, não, principalmente se você estiver armado. Porque se você estiver armado você me dá logo um tiro. Agora, não fica aí tentando mostrar arma para mim não, porque arma para mim é indiferente”. E aí ele me disse que o Christian tinha exagerado, que era um garoto novo, que não tinha falado nada daquilo. Eu falei: “Não, falou sim. Claro que falou! Falou, falou! Falou que me mataria, que sumiria comigo, eu estava com gente influente, na hora da raiva...” “Mas na hora da raiva...” “Eu sei, mas na hora da raiva fala-se coisas que não deve se falar. Ele não devia falar que era amigo de pessoas influentes no governo, e que eu estava atrapalhando as operações dele de Fundos de Pensão”. Eu falei: “Operações não. Roubos, não é? Vocês roubam. Vocês são praticamente o seguinte: ladrões de Fundação. Quando vocês não estão roubando, porque não tem Fundação, vocês tiram férias”. Então, eu disse isso para ele. Eu falei: “Olha, então você.. Não adianta”. Eu falei para ele: “Não adianta, o que ele falou, falou. Está falado. Me ameaçou de morte”. E disse que o pai dele era influente também. E acredito que seja mesmo! Uma pessoa que tem praticamente quase duzentos milhões de reais, que ele diz que tem, deve ter, roubando Fundação, assim. Só lá no Banco Santos, imaginem: quatro meses! Está aqui nessa aqui, que depois cada um de vocês, Deputados, Senadores, poderão ler. Está bem explicadinho. Porque eu não falo por mim, eu estou falando pelo mercado. O mercado há quatro meses não compraria nem uma cadeira do Banco Santos, quanto mais cento e cinquenta milhões que a REAL GRANDEZA comprou de títulos do Banco Santos! Imagina qual foi a comissão de uma operação dessa! E na PREVI agora, também teve uma operação me disseram, que tem o dedo do ex-Ministro Gushiken que foi a venda da CESITA, e que tem que se tomar muito cuidado com essa venda,

porque já tem mais duas prontas para serem vendidas. Essa venda não passou pelo Conselho Deliberativo da PREVI. Não foi feito um leilão que normalmente é, porque eu já fiz um tipo de operação dessa, que é de setenta e duas horas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Essas duas vendas a mais que você está falando é da CESITA também?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Já está na ponta da agulha: EMBRAER, que é o melhor que papel que a PREVI tem em carteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): E a outra?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: E a outra, se não me engano, eu não me lembro se é a BRAHMA, que não é mais BRAHMA, agora é AMBEV. E tem uma outra também que eu não me recordo agora. Quando me falaram eu não prestei muita atenção. E aconteceu o seguinte. Essa operação foi passada. E a CESITA, o comprador foi a SELOR(F) que é uma siderúrgica belga, uma das maiores do mundo. Tinha um comprador paulista, eu não sei, uma corretora paulista que estava interessada na compra do papel, e ficou a ver navios. Porque quando viu o negócio foi fechado. Presumo eu que foi fechado porque tinha uma Comissão embutida. Se fosse para leilão quem levasse não precisava pagar comissão para ninguém. Poderia pagar a comissão à pessoa que intermediou esse comprador, que aí sim, é uma comissão normal que é paga pela própria Fundação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para nós organizarmos. O senhor ainda se refere à venda desses papéis da CESITA pela PREVI?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Certo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem leilão?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Sem ter sido feito leilão, e sem o Conselho Deliberativo, que está aqui também escrito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na visão do senhor quem foi o principal beneficiário dessa venda?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não sei. Só pode ter sido o partido. Se teve o interesse do ex-Ministro Gushiken. O Sérgio Rosa nada mais é que a sombra do Gushiken.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, o senhor me permite?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Pelo menos falado no mercado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor Presidente, o senhor me permite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Rapidamente para não atrapalhar o andamento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só para saber e colaborar. Porque se eu não puder fazer interferência eu vou até retirar e esvaziar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. vai ter o momento de V.Exa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então está certo. Mas aproveitando a oportunidade, senão passa por escrito Deputado ACM Neto. Eu gostaria só de saber o valor desses papéis da CESITA aproximadamente?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: O valor que eles venderam foi quarenta e dois um fundo tinha dado. Quarenta e dois e cinquenta. E aí foi coberto por quarenta e cinco. E esse fundo falou que queria ir para o leilão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quarenta e cinco milhões?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Quarenta e cinco reais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por papel?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Por papel. Mas o total da operação foi setecentos e quarenta e cinco milhões. [Soa a campainha] Qualquer Comissãozinha de 1% dá setenta e quatro milhões.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aproveitando a interrupção do Deputado Carlos Willian. V.Sa. está nos afirmando que na negociação desses papéis da CESITA que totalizam 700 milhões de reais houve uma ingerência para que não se procedesse o leilão direta do ex-Ministro Luiz Gushiken?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Não estou afirmando isso. Estou dizendo que eu ouvi de mercado foi isso. E foi o que aconteceu realmente. O papel não passou por leilão. Inclusive, aqui eu estou trazendo uma da revista da PREVI que a minha mãe recebe porque é pensionista, uma explicação do Sérgio Rosa, que não tem... Totalmente descabida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pretendo dar segmento, mas é inevitável a gente tentar esclarecer melhor. O senhor nos afirmou aqui que a família Almeida Rego através do Haroldo, do Christian, do Murilo, e dos seus...

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Da Rogéria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E dos seus agregados. O senhor nos

afirmou que eles mostraram um esquema para roubar os Fundos de Pensão?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É. Era assim que o Murilo falava.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse esquema para roubar os Fundos de Pensão à luz do que o senhor tem de conhecimento. Ele contou com a participação de políticos do PT?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Deve ter contado. Porque... Contou.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Contou ou não contou?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Contou. Pelo menos o que se fala no mercado é que o ex-Ministro Gushiken manda na PREVI, na FUNCEF e em outra Fundação que eu não me recordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós sabemos o que é que se comenta no mercado e na imprensa também, mas—

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Inclusive, uma pessoa que trabalhou com ele num banco foi indicada para uma dessas Fundações. Isso aí todo mundo sabe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, eu quero saber o seguinte: da vivência do senhor. Afinal de contas, o senhor é um operador do mercado, conhece o mercado, conhece a família Almeida Rego, apresentou uma série de denúncias que eu farei questão de tratar um pouco de cada uma delas. Mas à luz da experiência do senhor, o senhor pode afirmar que a família Almeida Rego se colocou a serviço de políticos do PT para juntos ganharem em detrimento de perdas dos Fundos de Pensão?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Com certeza. Tanto é que o próprio advogado do Haroldo ligou para este meu advogado, que é o Alexandre, agora não me recordo o sobrenome dele, que é um amigo meu, que está fazendo isso para mim de graça, não pôde vir comigo justamente porque eu não posso pagá-lo, que é do escritório o Jorge Tavares, que é um escritório conceituado, ligou para ele dizendo o seguinte: “Olha, segura o cara aí porque de repente eu vou compensar ele com os problemas que eu trouxe para ele. Compensar financeiramente as perdas que ele teve”. E ficou por aí mesmo. Nem conversar sobre as perdas, conversou, porque é de maneira geral já sabido por todo o mercado quem é o senhor Haroldo de Almeida Rego. Ele não gosta de pagar ninguém.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor o seguinte: o senhor fez referências aqui ao ex-Ministro Luiz Gushiken. Então, de acordo com as palavras do senhor Christian, do senhor Murilo e do senhor Haroldo, eles

diziam contar com o apoio e com o suporte do ex-Ministro Luiz Gushiken?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É. Não sou eu que estou dizendo. Ele mesmo me disse.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso que eu pergunto ao senhor. Eles diziam isso?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Ele mesmo me disse no dia da briga, lá. O pai dele... Eu estava atrapalhando porque ele conhecia pessoas influentes no governo, inclusive ministros. Então, eu perguntei a ele: “Que Ministro? O Zé Dirceu? O Gushiken? Quem mais? São esses?” Ele falou: “É pode ser o japonês”. Eu falei: “Tá bom. Então, eu quero te dizer o seguinte: que se eles estão tratando com vocês eu não tenho menor dúvida que eles vão ter vida curta”. E foi o que aconteceu. Em Menos de 8 meses caiu todo mundo aí.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do ex-Ministro Luiz Gushiken, que outros políticos do PT poderiam ter, ou tinham, efetivamente relações com a família Almeida Rego?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: O Marcelo Sereno com certeza. Ele está até aqui. Olha. Está até aqui. Ele diz que foi convidado por um amigo. Agora, você ir a um casamento em Angra dos Reis convidado por um amigo? Eu acho meio difícil, não é? E pelo que me falaram - me falaram - porque eu conheço pessoas em Angra, também, que tinham outras personalidades do governo do PT.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não é um simples comparecimento a um casamento, me perdoe V.Sa., que pode caracterizar um vínculo não pessoal, porém, aqui na seara profissional e com objetivo de cometer irregularidades. Então, eu só lhe digo isso. Porque é importante que a gente possa delinear claramente quem no PT e quem eventualmente no governo poderia estar ajudando a família “Pororoca”, a família Almeida Rego a construir esquemas ilícitos em Fundos de Pensão. Porque o senhor foi muito categórico quando afirmou que eles se juntaram para roubar os Fundos.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Claro. É isso mesmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, se eles se juntaram para roubar os Fundos eles precisavam contar com apoios importantes...

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Claro, para indicações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Apoios importantes e influentes dentro das Fundações.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Dentro das Fundações, não. Fora das Fundações. Porque não adianta. O que está acontecendo é o seguinte: Não adianta tirar Presidente nem diretor de Fundação, eles põem outras pessoas lá, igualzinhas às outras, que aceitam fazer o que eles querem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, exatamente. Quando eu digo dentro das Fundações é porque o senhor está querendo dizer que eles--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Então, o que a gente tem que saber é o seguinte. O que eu não sei é: quem são os políticos que dão condições, carta branca para ele indicar pessoas, como indicou lá na COPEL(F).

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor falou aqui do Gushiken. Já falou do Marcelo Sereno? O senhor acha que--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu acho o ex-Ministro Zé Dirceu também era uma dessas pessoas. Tanto é que o Marcelo Sereno era o braço direito dele. E tem uma fita aqui também, que do dia dessa confusão e que eu fui chamado lá para conversar, eu falei com ele, e falei não a verdade. Aliás eu falei a verdade. Eu gravei. Eu falei: “Eu gravei essa conversa que eu tive com você, só que essa fita está com o Hugo.” Uma fita pequeninha. Agora, aí ele chegou para mim, essa pessoa que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIAS DE SÁ (PTB-SP): Hugo, é o Hugo Braga?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Hugo Braga. Só que essa pessoa que se diz representante da família Almeida Rego, falou: “Fita por fita, então escuta essa aqui”. E me deu. Eu na hora disse que não queria: “Eu não quero fita nenhuma. Eu quero o que o Haroldo acerte o que ele me deve”. Aí ele disse o seguinte: “Não. Fica com a fita”. “Bom, vou ficar, então”. “Não, não. Me dá a fita”. Eu falei: “Não. Vou ficar com a fita agora”. (Risos) E esse aqui é o seguinte. Parecia mesmo uma brincadeira. Só que aqui é o seguinte: essa fita não é completa. É uma fita que está só um pedaço para que eu saísse do circuito. Mas eu acho que essa fita aqui saiu pela culatra.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diz o quê essa fita?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Essa fita mostra o seguinte: que se foi a pessoa que se diz representante do Haroldo e do Murilo me dá uma fita que foi gravada sem ordens de Juiz, ou seja, uma fita arapongada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas qual é o conteúdo da fita?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A fita é uma conversa do Arlindo, na época que era da CEDAE com o Presidente da CEDAE, forçando o Arlindo a descolar mais dinheiro dentro da Fundação. Para quem? Para o Governo Benedita.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para o governo Benedita do PT?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: E outra coisa. Aqui também. Aqui mostra o seguinte: que foram grampeados telefones da casa do Arlindo, do trabalho e o celular, inclusive o do Jorge Bittar, que está aqui nessa fita. Agora tem que saber quem é o araponga que fez isso aí. Porque isso é crime. Só pode saber se o Murilo disser quem foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Agora não é mais Aaponga, agora é Carcará?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Carcará?

Sr. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): É.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Mas isso aí foi antes do Lula ganhar as eleições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): A Comissão está recebendo uma fita das mãos do senhor Alexandre Athayde Francisco, que diz que recebeu essa fita de terceiros e que tem gravações.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: De terceiros, não. Da própria pessoa representante do Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor sabe quem é?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Não guardei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Terceiros. E que tem conversas gravadas de outras pessoas sem autorização judicial. Eu passo a fita às mãos do Sub-relator ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço Senhor Presidente. De antemão informo que providenciaremos a degravação da fita e vamos verificar na CPMI quais são os meios para testar sua autenticidade.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Inclusive, Deputado, eu queria já dizer o seguinte. Uma jornalista do Estadão teve uma vez comigo...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe. Alguém mais tem essa fita?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Que eu saiba não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa fita é única? Quer dizer, ela foi entregue apenas uma cópia para o senhor, e o senhor está repassando para a CPMI?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Eu tirei cópia. Eu tirei cinco cópias, e uma das cópias eu dei até para o Arlindo escutar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deu para o próprio Arlindo?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É. Falei: “Olha só como é que esses caras são canalhas”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Como você reproduziu as fitas?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: No próprio gravador lá de casa. (Risos) Só que a fitinha do Hugo Braga eu não consegui, porque aquilo tem que ter um gravador pequeno. Eu já falei: “Hugo Braga, me dá essa fita que tem a minha conversa com o tal sujeito que foi compor comigo”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Vou ter que convocar o Hugo Braga, viu?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: O Hugo Braga não vai gostar não. (Risos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): O Hugo está ali.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Ah, Hugo Braga. Cadê a minha fitinha? (Risos)

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero restabelecer a ordem. Efetivamente eu tenho aqui um cronograma de perguntas que sempre acaba sendo alterado em virtude dos fatos trazidos pelo depoente, de fato que aqui nós temos uma denúncia grave. Vamos examinar o conteúdo dessa fita para verificar exatamente a dimensão do problema. Eu perguntaria muito propriamente a V.Sa. o seguinte. Nós tivemos acesso a um dossiê que foi elaborado por V.Sa. de punho, e nesse dossiê V.Sa. faz uma série de denúncias, dentre as quais afirma que o senhor Haroldo de Almeida Rego e o senhor Marcelo Sereno teriam montado um esquema de desvios de recursos dos Fundos de Pensão por meio da empresa ARBOR, faz uma citação específica à empresa ARBOR. Então, a primeira pergunta que lhe faço. Quem eram os sócios da empresa ARBOR?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Se não me engano era o próprio Haroldo, o Murilo, o Christian e acho até o Roberto que é o...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as atividades realizadas pela empresa ARBOR?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Nessa época eu não saberia te dizer quais eram. Eram simplesmente o seguinte: era um asset que captava recursos junto às Fundações para fazerem Fundo Exclusivo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fundos Exclusivos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É. Que os Fundos Exclusivos têm um banco que não deixa, vamos dizer, entre aspas fazer besteira, mas no fundo, no fundo quem opera esse Fundo é o próprio gestor do Fundo, no caso eles. Então, o senhor vai ver aí, Deputado, nesse negócio da CROWN(F) o que acontece passando pela ação, comprando um papel, vendendo e depois a própria Fundação comprando esse papel com prejuízo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em um trecho desse dossiê, quando trata do caso ARBOR V.Sa. diz o seguinte: “Essas perdas das Fundações é ganho das corretoras, mas evidentemente, como são apenas parte do canal do roubo, as corretoras ficam com pequena parcela do ganho. A parte grande vai para os partidos. Um dos caminhos entre as corretoras e os partidos se dá por meio de doleiros”. Então, o senhor faz referência a um esquema que envolve corretoras, que envolve os Fundos de Pensão e que envolve o beneficiamento de partidos, inclusive, com a participação de doleiros. Eu perguntaria se o senhor pode nos esclarecer com exatidão e preferencialmente exemplificando que Fundos de Pensão podem ter sido alvo desse esquema montado? Que corretoras podem ter participado desse esquema? Que doleiros podem ter intermediado essa negociação? E principalmente, que partidos podem ter sido beneficiados?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: O que eu falei não foi bem isso que está aí, não. O que eu tinha dito é o seguinte. Essas operações que elas acabam contribuindo com o caixa dois são feita dentro das Fundações, e se utiliza corretoras que não ficam, às vezes, com o dinheiro, não. Às vezes ela fica com a corretagem, mas geralmente se usa uma distribuidora que tira o papel daqui, da Fundação, põe nas distribuidoras. O papel fica um tempo lá. Depois o papel é puxado ou dependendo também pode ser posto para baixo o papel, por preço inferior, é passado para outra corretora por essa distribuidora que é onde fica o lucro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode nos dar exemplos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: O exemplo que eu dou pode ser até dessa própria CESITA que teve uma ponta compradora e outra vende-

dora. Em algum lugar ficou essa diferença, porque se não tinha sido posta a leilão. Qual o problema de fazer o leilão? O leilão é sempre bem-vindo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas o senhor não se refere exatamente a nome de corretoras? Eu queria saber.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não, corretoras... Corretoras eu realmente não sei qualificá-las. Porque eu estou meio afastado do mercado desde que eu comecei a ver o Haroldo e os seus filhos como operadores, tipo um Marcos Valério, mas só que de Fundação. E também não estava bem durante esse período que ele teve esse problema comigo, com a BOMBRIL eu fiquei realmente meio doente, posso dizer assim. Então, eu não estava dando muita atenção a nada de mercado, não. Eu estava meio parado. Agora, só fui dar quando eu vi que eles estavam realmente representando Fundos de Pensão, e indicando pessoas para Fundos de Pensão. Aí eu fiquei mais alerta. Quando houve a briga aí sim, dali eu parti. Falei: “Agora sim, agora eu vou. Agora eu vou correr atrás”. Outro dia mesmo eu li um jornal que trazia, se não me engano quatorze corretoras ou doze corretoras. Eu acho que eu tenho aqui, inclusive, as distribuidoras também. Estão aqui também. Não é que eu soube. Eu soube, soube e vi também no jornal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem esses nomes?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Está aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode nos passar, por favor?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: O problema é achar. E outras coisas, não é, Deputado? O próprio Pizzolato que eu tive o desprazer de conhecer por pouco tempo. Ele parecia o dono da verdade. Nem receber você, ele recebia na Fundação. Está aí, não é? E está aqui a fotografia dele. Ele explicando numa revista da PREVI tudo aquilo que ele não é. Só que agora até a gravata borboleta ele não usa mais. Que era o símbolo dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o que é que o senhor Pizzolato é?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Ele era Conselheiro Deliberativo da PREVI.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é porque o senhor diz tudo que ele não é. Então naturalmente o senhor--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Ele diz aqui nessa revista aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A função que ele exerceu nós sabemos.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Ele diz aqui nessa revista aqui que a Fundação tem que ter um caráter próprio, não pode haver influência de terceiros, e que primeiro os associados, os previdenciários, e uma série de outras coisas que ele naquela época endurecia e cortava Corretoras, porque estavam operando mais o menos. Aliás, a PREVI ela não opera há quase oito anos. Esse ganho que saiu da PREVI é simplesmente o seguinte: o mercado estava sete mil pontos foi para trinta e seis mil pontos. É o ganho de mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que o senhor Pizzolato teve participação direta em irregularidades nos Fundos de Pensão?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Claro que teve. Teve até na ANACONTA ele foi posto para ser a pessoa que comandava o caixa de marketing do Banco do Brasil. Tanto é que ele pediu aposentadoria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As ações dele como ex-diretor de marketing do Banco do Brasil estão sendo bastante examinadas pela CPMI, e muitas revelações já foram feitas. Mas me interessa saber se o senhor teria algum detalhe para nos revelar de participação do senhor Henrique Pizzolato em irregularidades envolvendo propriamente os Fundos de Pensão.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Que eu saiba não. Que eu tenho escutado deu força para certas coisas que a Fundação não queria fazer.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que coisas, por exemplo?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A venda de papéis. Não vendia. Teve uma operação muito séria dentro da PREVI que foi a venda da ITAÚSA, na época do... Agora eu não me lembro o nome. Era um Presidente. Inclusive, o Conselho Deliberativo foi contra, porque quando você compra o papel ON e principalmente controle, você paga muito mais por esse papel, para ter o controle da empresa. E foi vendido abaixo para o próprio Itaú. E nessa época eu soube que os analistas achavam que não era época de vender a ITAÚSA. E para a PREVI a ITAÚSA estava num preço de dois e cinquenta e foi vendida a um e vinte. Um mês depois o papel estava a quatro reais. Então aconteceu...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve participação do senhor Pizzolato na decisão de venda?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Me disseram que ele ajudou na ordem de tirar o papel da carteira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando à ARBOR. Eu queria entender melhor exatamente como a ARBOR pode ter operado e obtido resultados indevidos a partir, obviamente, de um esquema ilícito que envolva Fundos de Pensão. Porque o senhor faz várias referências a ARBOR nesse documento que preparou.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Eu realmente faço várias referências, não, Deputado. E outra coisa, da ARBOR, a única coisa que eu sei é que era de propriedade do Haroldo, do Murilo, do Christian e do Roberto. Agora, o que eu sei e afirmo é que eles tinham pessoas de inteira confiança deles em várias Fundações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eram as pessoas e em que Fundos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Na própria PRECE teve várias pessoas. Na NUCLEOS teve uma sobrinha dele, Fabiana. Está tudo aqui também. Na PRECE teve, primeiro teve o André e no final agora teve o primo dele, o Eduardo, que ficou lá três meses. O mercado é meio complicado, porque uns falam: “Pô, os caras levaram vinte milhões, outros dizem que levaram quarenta.” Só sei que a PRECE é um poço sem fundo. Eles estão na PRECE há muito tempo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós depois entraremos em cada Fundo. O senhor faz também referências a possíveis contribuições da ARBOR para campanhas eleitorais no Rio de Janeiro. O senhor poderia nos dar maiores informações à respeito de recursos que tenham sido transferidos da ARBOR para candidatos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não, não. Isso aí deve ter sido algum erro de matéria. Porque eu isso eu não... Não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor faz referência no seu documento. Eu tenho até ele aqui em minhas mãos.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu também tenho aqui. Todo ele aqui. Ele foi até...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é muito sério. O senhor fala em um milhão e meio para campanha... O senhor fala em dois milhões para campanha de dois candidatos do PT à Prefeito do Rio de Janeiro que teriam sido destinados da ARBOR.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não, da ARBOR não. Eu acho que o que foi tirado para campanha na época da Benedita lá na PRECE, eu não sei

o valor, mas deve ter sido expressivo. Agora, eu não sei se foi a ARBOR, se foi outra corretora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos falar da família Almeida Rego. O senhor tem algum conhecimento sobre contribuições declaradas ou não, naturalmente não declaradas, principalmente, que tenham sido feitas pela família Almeida Rego para candidatos, para políticos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu tenho porque li eles mesmo falando. Eles mesmo falaram que contribuíram, mas contribuíram com uma quantia irrisória por dentro. Agora por fora eles não falam. É claro que houve por fora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que houve por fora? Houve por fora para quem?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Quem bancou a campanha do Fernando Gusmão foi o Murilo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o Murilo?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Foi. E bancou a do Lindberg também antes do Gusmão. Aí o Lindberg depois foi querer ser Deputado sozinho naquele partido dele, inclusive, o Fernando Gusmão, acho, um dia conversando falou que ele tinha sido mordido pela mosca azul.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que ano isso aconteceu?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não me recordo, Deputado. Agora, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além dessas duas campanhas, alguma outra que o senhor possa fazer referência?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Não sei porque eu não estava mais em contato com eles. Nessa época ainda estava em contato com eles, via, freqüentava, ia lá no Golden Green, o Fernando Gusmão ia lá tomar banho de piscina. Isso aí todo mundo sabe. Em Brasília mesmo, na academia de tênis ficava lá em Lindberg, Murilo etc. Bancou a campanha dele para Deputado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. nos disse aqui que esse esquema montado pela família Almeida Rego já vem de algum tempo.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Certo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que V.Sa. pudesse explicar melhor. Quando é que eles exatamente começaram a se aproveitar de Fundos de Pensão? Com quem esse aproveitamento se deu no período anterior a 2003?

Porque a partir de 2003 o senhor esclareceu que teria sido um esquema com o Partido dos Trabalhadores. Agora, antes o senhor teria como nos dizer?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Porque geralmente o Haroldo quando conseguia fazer algum contato ou começar a ganhar dinheiro, ele geralmente procurava ficar sozinho. De todas essas vezes que ele fez esses contatos eu praticamente estava brigado com ele. Briguei uma vez com ele. Briguei, de modo a não falar com ele durante 5 anos. Depois ele me procurou. E depois, agora que vai para 5 anos outra vez. Desde de 2000, junho de 2000 quando teve a operação da BOMBRIL.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o senhor Pedro Bragança?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Conheço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem informação sobre algum serviço que tenha sido prestado para este cidadão no qual o Ministro Luiz Gushiken tenha algum tipo de envolvimento?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Pelo que eu soube... Eu soube de umas pessoas que estavam...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é o seu Pedro Bragança?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É uma pessoa que era cliente de mercado. Era muito rico, mas depois perdeu o dinheiro dentro do mercado, normalmente. E hoje tem uma... Às vezes, se não me engano, ele contata umas acompanhantes.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele o quê?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Contata umas acompanhantes para servirem de acompanhantes para certas pessoas. E aí foi me dito que tinham visto o Pedro levando umas meninas e que tinham visto o Ministro Gushiken.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas tinham visto aonde? Em que situação?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Lá naquele heliporto da Lagoa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Pedro com o ex-Ministro Gushiken?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Me disseram que viram o Pedro levar as meninas e tal, e que o Gushiken estava lá. Devem ter ido para Angra.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou fazer referência aqui a alguns nomes e eu gostaria que V.Sa., por favor, pudesse me dizer se os conhece ou se sabe se eles têm algum tipo de participação seja com a família Almeida Rego, seja em irregularidades que envolvem Fundos de Pensão, enfim. O senhor Lucio Bolonha Funaro?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não conheço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor José Roberto Funaro?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Também não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Renato Luciano Galli?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor José Carlos Batista, proprietário da Corretora Garanhuns?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Garanhuns... Eu só fiquei sabendo sobre Garanhuns, Corretora, quando o Presidente Lula ganhou as eleições, e que um amigo meu me disse que a maioria das operações seriam feitas por intermédio dessa corretora, que era de um amigo do Zé Dirceu. Só isso que eu sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos esclarecer um pouco melhor. Quando o Presidente Lula ganhou a eleição um amigo seu lhe informou que as operações seriam realizadas--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Maioria das operações seriam--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que operações?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Operações de bolsa. Operações que arrecadariam Fundos, ou seja, trariam à tona aí um caixa dois. Ou seja, operações de venda ou compra de índice, que pode se fazer todo dia em nome de laranjas, ou mesmo a própria corretora de repente uma distribuidora, por intermédio de uma distribuidora comprar um papel, depois botar os Fundos para comprarem e puxarem o papel. Várias operações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto a V.Sa. Quem seria o amigo do ex-Ministro Zé Dirceu?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu não conheço. Só ouvi falar dessa Garanhuns que iria ser o carro chefe das operações do PT.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o senhor Marcos César de Cássio Lima da corretora QUALITY?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor David Jesus, também da QUALITY?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Jorge Luiz Gomes Chrispim da Corretora EURO?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Eu sempre fui muito de operar na corretora que eu opero. Opero desde que entrei em 83.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a corretora?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Corretora PROSPER (F). E eu não sou muito dado a fazer visitas. Nunca fui a outras corretoras. E meu negócio era com clientes. Saía do meu serviço, ia para casa, ia fazer uma ginástica ou encontrar com amigos meus fora do mercado de capitais. Nunca fui de sentar com pessoas de outras corretoras ou principalmente visitar outras corretoras. Porque no meu tempo isso era até proibido.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda sim eu continuarei lhe fazendo perguntas sobre alguns nomes vinculados a corretoras porque caso eles sirvam de lembrança para que o senhor possa nos trazer alguma informação, então o senhor me informe. O senhor Isaac Sassoun da LAETA?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): César Sassoun também da LAETA?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Também não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Breno Fischberg da BONUS-BANVAL?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Também não, mas sei que essa corretora fez bastante negócio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de negócios?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Operações de bolsa. Era uma das corretoras que atuava bem no mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas atuava participando de negócios regulares e padronizados ou irregularidades?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Deputado, aí realmente eu nem computador tenho em casa. Quer dizer, quando eu parei de ir ao escritório realmente... A única coisa é que foi me informando foi de

peessoas que falaram: “Pôxa, essa BONUS-BANVAL faz miséria, não sei o quê, compra papel a preço barato, vende a preço mais caro e etc”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor Lauro José Senra Gouvêa da QUANTIA?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Joaquim Cândido de Gouvêa da QUANTIA?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Alexandre Gastadel Leonardo da QUANTIA?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ângela Celeste de Almeida Costa da CRUZEIRO DO SUL?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. CRUZEIRO DO SUL eu sei que é um banco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): É, mas também tem a corretora. Luis Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Esse é do BANCO CRUZEIRO DO SUL.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas também não lhe diz nada a respeito de--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Também não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria que a gente pudesse descer. Será que a gente pode usar o slide?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Obrigado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Está preparado? Eu queria aquele primeiro, o slide 2. Não, não. O outro, o anterior. Esse. Nós procuramos organizar aqui um pouco, se é que fizemos bem a leitura do que o senhor escreveu na sua denúncia. Então, nós tentamos organizar ou resumir como é que poderia funcionar o esquema. Eu preciso entender melhor para poder dar prosseguimento nos nossos questionamentos e depois na investigação. Então, na nossa visão teria ali a família Almeida Rego que ao lado do senhor Marcelo Sereno, dirigente do PT do Rio de Janeiro, participariam da indicação de pessoas para ocupar cargos importantes em determinados Fun-

dos de Pensão, que em alguns casos seria o diretor presidente, que em outros casos seria o diretor financeiro, e que poderia ainda acontecer situações onde o responsável pela operação das irregularidades era o Gerente Financeiro do Fundo, a partir daí, operando nos diversos mercados ocasionaria perdas para o Fundo e resultados positivos para certas Instituições, que por sua vez, teriam ligação direta com a família Almeida Rego e com o senhor Marcelo Sereno. Essa leitura está correta? Tem algum equívoco? E se tem algum equívoco que reparos o senhor faria?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Equívoco não tem não. Mas o problema do diretor financeiro, do gerente financeiro é aquilo que eu falei com senhor, Deputado. Isso aí vem indicado pelo Haroldo e pelo Murilo, que são pessoas que fazem o que eles determinam fazer. Inclusive, o próprio André que era da PRECE, nisso tudo aqui que eu trouxe está o nome dele completo está respondendo ao Ministério Público. E lá na COPEL(F), o Presidente da COPEL(F) também está respondendo ao Ministério Público. E o Haroldo fica como sempre afastado como uma pessoa eminência parda.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Vamos falar então da PRECE. Porque o senhor faz referências a alguns Fundos de Pensão, principalmente a PRECE, a REAL GRANDEZA e a NUCLEOS.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Perfeitamente. Na NUCLEOS, inclusive, a própria sobrinha com ele estava lá como diretora financeira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Então, vamos detalhar cada um Fundos.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: E saiu, agora. Não está mais. Mas isso não quer dizer que possa pôr uma outra pessoa que faça alguma coisa que esteja interessada em fazer uma coisa errada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Quando é que a família Almeida Rego efetivamente se aproveitou com esquemas ilícitos da PRECE? Em que período?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Se eu não me engano foi do Garotinho, até depois... Acho que houve algum problema entre eles. Ele ficou sem operar esse--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
NETO (PFL-BA): Entre eles quem?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Entre o Garotinho e o Murilo. Ficou quase um ano sem operar esse Fundo. Só foi operar quando entrou a Benedita.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Qual era a relação do senhor Murilo com o ex-Governador Garotinho?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A relação eu não sei. Eu sei que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor acaba de nos dizer que aconteceu um problema entre eles.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Me falaram que... Isso eu estou dizendo, Deputado, é o que a gente escuta no mercado, que o Murilo tinha ficado com seiscentos mil reais que deveria ter feito uma doação, uma coisa e não fez.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Para quem?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Para o partido do Garotinho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Para o partido o Garotinho. Quanto isso?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Na época que ele era Governador.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Na época em que era governador? Então, o senhor quer me dizer que a família Almeida Rego operava na PRECE, deixou de operar e depois voltou a operar?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Voltou a operar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Voltou a operar em que circunstâncias?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Como circunstâncias?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Porque se o senhor nos diz aqui--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: As circunstâncias deles é essa. É fazer dinheiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não. Não é isso. Não é isso. Pergunto o seguinte. Voltou a operar porque houve uma mudança no controle da PRECE? É isso?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Houve. Houve uma mudança.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Justamente naquele período em que assumiu o Governo do Estado?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A Benedita.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A senhora Benedita da Silva?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: A Governadora Benedita. Perfeitamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, nesse período a família Almeida Rego voltou a operar na PRECE?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Voltou. Operou uns quatro meses na PRECE, a pessoa que foi indicada para lá como diretor financeiro foi o Dudu, que é primo do Murilo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Carlos Eduardo Lemos?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Carneiro. Carlos Eduardo Carneiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então o Carlos Eduardo ele é primo do Haroldo e do Murilo?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: É primo do Murilo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não pela família Rego?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Não. Pela família da mãe do Christian e do Roberto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, o senhor atribui a indicação do Carlos Eduardo à recomendação do Murilo e do Christian?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Perfeitamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Perfeitamente. O senhor acha que o Carlos Eduardo então, no período que exerceu a Gerência de Investimentos da PRECE ele operou esquemas irregulares para favorecer a família Almeida Rego?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Claro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E quem mais ganhou com isso?

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Aí eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor acha que esse favorecimento também foi--

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Esse tipo de favorecimento é um favorecimento que é feito em lugares que você não tem acesso. Eu não era mais amigo, nem freqüentava mais a família Almeida Rego. Agora, o que eu ouço falar é que o Dudu ficou rico, hoje é dono de Haras, por isso que eu lhe disse, é muito fácil é só levantar o que esse pessoal tinha antes de entrar para a Fundação e o que tem agora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem.

SR. ALEXANDRE ATAYDE FRANCISCO: Eu acho que abrir o sigilo bancário desse pessoal, merece.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor. A confirmação do nome do Carlos Eduardo para gerente de investimentos da PRECE ela se deu a partir de uma indicação do senhor Marcelo Sereno? A quem, a quem o Murilo e o Christian--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Recorreram?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ah, claro! Deve ter sido o Marcelo Sereno, porque ele tinha poder para isso. Ele era o assessor do Zé Dirceu, pô! Era o braço direito do Zé Dirceu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período vamos esclarecer as coisas, no período o Zé Dirceu era Deputado Federal e Presidente do Partido dos Trabalhadores, nós estamos falando de 2002. Então o Marcelo sereno pelo que eu sei não era assessor do Zé Dirceu?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, mas ele, Marcelo Sereno e o Manoel Severino já estavam fazendo campanha de recolhimento de caixa para a campanha da Benedita sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da Benedita sim, muito bem é uma outra coisa?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Da Benedita e é lógico do Lula também, não é? Quatro meses depois houve a candidatura, não houve? Eu não sou muito chegado à política não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem a gente não poder é muito importante a gente procurar ser o mais preciso possíveis, porque evidentemente o senhor está tratando de pessoas públicas e--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De nomes que são nacionais e a gente precisa ter, claro que tipo de beneficiamento pode ter acontecido. O senhor afirma que Almeida Rego, a família Almeida Rego através do Marcelo Sereno se aproveitaram da PRECE para recolher recursos a fim de subsidiar a campanha de Benedita. O senhor afirma isso?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Afirmo. Da PRECE só não, da PRECE, da Fundação onde estava a sobrinha dele, que eu acho que era a NUCLEOS, se não me engano, e outras fundações mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): mas a senhora Fabiana, nós vamos

chegar a NUCLEOS, ela passa a trabalhar na NUCLEOS em 2003.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tudo bem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ali Benedita não era mais candidata.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não. Claro que não, não estou falando disso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos procurar.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu acho que a época da Benedita foi só PRECE.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi só PRECE. O senhor fez referências a campanha do Presidente Lula, o senhor teria algum elemento para poder confirmar isso?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Elemento não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É apenas uma imaginação do senhor?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É uma conjecturação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com base em quê?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Base que estava se captando.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estava se captando recursos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Recursos. O partido topo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O partido todo em 2002, aí o senhor imagina que uma parte dos recursos pode ter ido para a campanha do Presidente Lula?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Acho que sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é uma imaginação?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não é imaginação, é uma... É o que eu sinto, o que eu sentia na época.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ouviu falar teve alguma testemunha nesse sentido?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ah, sim. Ouvi falar, mas ouvi falar no mercado, que o pessoal estava captando dinheiro para ele, etc. Por intermédio de vários lugares que você, que se capta dinheiro, em preiteiras, devedores de água da CEDAE. Etc.etc.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse mesmo período que o Carlos Eduardo--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Vantagens que davam... Houve até uma operação que eu soube grande com a Coca-Cola que se chegou a sair na Veja. Um advogado da Coca-Cola chamado navegante, que eu acho que eles deviam a CEDAE uns 22 ou 23 milhões e isso deve ter sido sanado. Agora, como foi eu não sei, não é? Não estava dentro da--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando ao nosso objeto de análise que são os fundos, e continuando na PRECE. No período que o senhor Carlos Eduardo era o gerente de investimentos, ocupava a diretoria geral acumulando com a diretoria financeira o senhor Renato Guerra.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Esse eu não conheci não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse o senhor não tem a menor referência a respeito?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, fiquei sabendo apenas por um amigo meu do mercado que opera, dizendo: “Pôxa, o Dudu está lá na PRECE”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele período na própria--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Que o Dudu era das cinco corretoras, se não me engano depois foi da... Uma outra corretora que eu não me lembro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele mesmo período, um período curto de 5 meses no final de 2002. Houve uma mudança na administração dos investimentos da PRECE. A empresa MELLON BRASCAN foi substituída pelo Banco Santos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Hum-hum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse mesmo período, a PRECE comprou títulos do Banco Santos, investiu no Banco Santos. Porque é que eu falo a respeito do Banco Santos? Porque depois nós vamos verificar que na NUCLEOS e na real grandeza, também aconteceram operações prestigiando o Banco Santos a partir, aparentemente de uma decisão dos gerentes e diretores financeiros.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Do conhecimento do Haroldo e do Murilo e dos donos do Banco Santos dos diretores--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me permita perguntá-lo. Eu pergunto

ao senhor, qual era relação da família Almeida Rego com o Banco Santos? Que tipo de benefícios a família Almeida Rego tinha supostamente, supostamente, colocando os seus aliados nos diversos fundos para adquirir títulos do Banco Santos. Como é que se dava isso? Como é que a família Almeida Rego ganhava com o Banco Santos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ganhava nisso que o Deputado acabou de falar, saiu da, o... O gestor que era na época o MELLON BRASCAN, não deveria estar aceitando certas operações que envolveria muito risco e poriam os diretores, os gerente do MELLON BRASCAN. Porque o MELLON BRASCAN como o Banco Santos e outros é justamente para isso, tomar conta dos fundos exclusivos para que eles não, não exagerem nos riscos operacionais, quando esses riscos tomam um vulto muito grande eles ligam para o gestor e avisa: “Não vai passar essa operação, não pode passar essa operação”. Quando mudaram é porque alguma coisa houve de facilidade com o Banco Santos, não é? Que não estava havendo com o MELLON BRASCAN, que eu sei que é um gestor que, de boa confiança.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas então o senhor entende que a família Almeida Rego através dos seus aliados nos Fundos de Pensão, induzia para que houvesse uma decisão desses mesmos fundos de adquirir remissão último do Banco Santos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Perfeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto. Onde é que eles ganhavam? Quando é que eles ganhavam? Que benefício eles tinham e o que é que eles recebiam do Banco Santos para fazer esse tipo de ingerência?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Recebia que ninguém comprava esses títulos, ninguém comprava esses títulos, esses títulos essas incomparáveis. Agora certos títulos incomparáveis também são compráveis dependendo da comissão que --

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É nisso que eu quero chegar, é exatamente como é que eles ganhavam, eles ganhavam na Comissão como é que eles ganham?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Na Comissão, Comissão, falei muito bem ter chegado para o Banco do Santos e dito para ele, você vai quebrar, eu compro 150 milhões de CDB do teu banco e te dou 10 milhões, para um cara que vai quebrar e aceita esse tipo de operação não é mau negócio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além de ganhar nas comissões existia alguma outra forma?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Aí é o seguinte. O que é que acontece? Sai um papel dizendo que a corretora, a corretora não, a Fundação comprou 150 milhões desses títulos, só que ela comprou 150 milhões, mas isso aí não entrou dentro do banco, o banco já estava quebrado praticamente, isso aí entrou no bolso de algumas pessoas que se beneficiaram com isso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são essas pessoas?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu não sei isso aí... Agora que o Haroldo e o Murilo tinham ascensão ao Banco Santos, tinham.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe como quem é que eles relacionavam no Banco Santos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O Haroldo com o Presidente, o Murilo com o diretor chamado, se não me engano Jorge não sei o quê, não me lembro o nome.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Haroldo se relacionava diretamente com o Presidente Edmar?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente percebe olhando aquilo ali que no caso da PRECE estariam identificadas as pessoas, sobretudo o Carlos Eduardo, ali naquela parte da gerência financeira?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Primeiro o André. Que foi num outro, numa outra época que ficou quase 4 anos lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O André Figueiredo? André Figueiredo também foi indicado pela família Almeida Lima?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Perfeitamente, pela família Almeida Rego.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de relação?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: E hoje estava respondendo ao Ministério Público.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor Carlos Eduardo era primo do Murilo e do Christian e o André?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O André porque o pai tinha trabalhado com o Haroldo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O pai do André tinha trabalhado com o Haroldo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Na Carioca, uma corretora que ele tinha no Rio de Janeiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas só para entender claramente o André Figueiredo ele foi funcionário da PRECE num período em que o Governador Antony Garotinho estava a frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Só que nesse mesmo período o senhor diz que a família Almeida Rego ela já tinha construído esse esquema?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Perfeitamente. Agora quem se beneficiou. Aí eu não posso saber, não é? Só quem estava dentro dessas operações e como eu lhe disse, Deputado, geralmente quando--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha, só para entender, o senhor acha que a família Almeida Rego ela estabeleceu uma relação de servir ao grupo, ou ao próprio, ou a alguém ligado ao ex-Governador Antony Garotinho, assim como o fez, segundo alegações já confirmadas pelo senhor, com a ex-governadora Benedita da Silva através do Marcelo Sereno? Ou seja, as relações eram as mesmas ou havia diferenças?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não havia diferença não, o que eles sabem fazer é isso aí mesmo, esse tipo de operação. Que o Murilo até chamava de flexíveis. Que não dão, não dá problema de CVM nem nada por quê? Porque são operações feitas com títulos do governo, títulos CDBs, debêntures e essas coisas não passam, passam direto você tira de uma corretora, põe numa distribuidora e a um preço, sai da corretora num preço abaixo de mercado vai para essa corretora, para essa distribuidora e sai dessa distribuidora 2, 3 dias depois, as vezes até no mesmo dia, porque fazem tanta lambança que... Com um preço realmente de mercado e nessa distribuidora é que fica o lucro. Agora para onde vai e para quem vai--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos exemplo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Aí o jeito é investigar. É a investigação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria fazer uma demonstração aqui para ver se é exatamente a isso que o senhor está se referindo.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem exemplo aí de slide de título público? De compra e venda de título público com diferença de... Enquanto a gente providencia.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É tem--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós falamos da PRECE, falando um pouco da NUCLEOS.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Essa eu não conhecia, só sei que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor afirmou que a Fabiana Carnaval--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Sim, claro. Fabiana Carneiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carneiro Carnaval ou Carnaval Carneiro.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela é prima do Murilo e do Christian?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Perfeitamente e foi indicado logicamente para esse lugar pelo Haroldo e pelo Murilo, agora quem deu força para que o Murilo e o Haroldo indicassem a Fabiana, aí eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor enxerga--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A única coisa que eu sei, é que naquela briga que eu falei há tempo, eles disseram que eles amigos de pessoas influentes dentro governo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor enxerga um dedo também do senhor Marcelo Sereno na indicação da Fabiana para a NUCLEOS?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, aí eu não posso dizer, porque essa eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor imagina que foi alguém do governo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Claro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles recorreram alguém do governo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Claro, claro, tanto é que ele--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é esse alguém o senhor imagina quem seja?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu imagino que sejam pessoas ligadas que conseguiam ter forças de mudar, de repente uma pessoa que tivesse lá como estava lá na época na PRECE, na PRECE não, na CEDAE o Arlindo Magno tirou ele para por

uma outra pessoa que aceitasse fazer coisas que não deveriam fazer, que está aí nessa fita. A pressão do Presidente sobre eles, dizendo: Não, mas a gente tem que arranjar mais dinheiro, onde é, pode arranjar, ele disse não tem mais dinheiro, acabou só se eu tirar dinheiro do...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Presidente da CEDAE ou da PRECE?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Presidente da CEDAE.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sobre o Arlindo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Sobre o Arlindo, porque o Arlindo era diretor financeiro da CEDAE, dizendo para pagar tal empreiteira primeiro. Aquele negócio que todo mundo sabe. Empreiteira leva 10 anos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pedindo para tirar dinheiro em favor de quem?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, que estava precisando, está precisando de dinheiro para a campanha, está aí na fita. E aí o Arlindo--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Precisando de dinheiro para a campanha?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Dizendo não posso mais, inclusive não paguei esse, estou atrasado 2 meses ou 1 mês com a PRECE. Que a mantedora é a CEDAE, que manda o dinheiro para a PRECE. Então não tem de onde mais tirar. Não tem. "Mas não dá um jeito? Águas de Niterói". Eu não sei, tem que ver lá, é isso aí a conversa. Que eu também fiquei até estupefato de me darem uma fita dessas, porque essa fita ao invés de prejudicar o Arlindo Magno, mostrava que ele não ia fazer uma coisa dessas, que ele disse, ele chegou a falar o seguinte só se eu não comprar mais produtos químicos para a água do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do Arlindo, do então Presidente da CEDAE--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Que era que uma correta e saiu de lá também.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas quem faz a pressão sobre o Arlindo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Era um outro Presidente que saiu, depois entrou um outro Presidente na--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode nominar?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Esse Presidente que eu estou dizendo que era um bom Presidente, e que se juntou com o Arlindo foi o da REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós estamos falando da CEDAE.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não da CEDAE eu não conhecia.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa fita quem que exerce a pres-são sobre o Arlindo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O Pre-sidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Presidente da CEDAE, na época isso se refere a 2002?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É, an-tes da, antes da... Do ganho, do ganho das eleições do Lula que eu votei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, além--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: E fiquei estupefato--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --da voz do Presidente da CEDAE e do senhor Arlindo, existe mais alguma outra voz nessa fita?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tem do Jorge Bittar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstância?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Con-versando, chamando para um almoço. O que eu quero dizer que essa fita essa fita foi grampeada, e foi gram-peada pelos Almeida Rego e isso é crime, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando a questão da NUCLEOS-

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Agora essa fita tem um pedaço porque a fita inteira.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, pela ordem nós estamos tendo votação nominal no Plenário, já é a segunda votação que nós perdemos, será que poderíamos ceder 5 minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Olha. Eu faço até uma sugestão, se for de comum acordo do Relator a gente suspende então. Então, eu vou pedir para confirmar a votação, porque já teve uma primeira votação, parece-me que é a segunda.

>> (Inaudível)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Mas Deputado, aí é regra geral. Como não é uma sessão deliberativa, senão suspende todas as sessões nesse caráter.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Podemos suspender por 5 netos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Só para confirmar se terminou a ordem do dia, senão nós suspendemos para que haja a votação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Vamos lá justificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Então, está suspensa por cinco minutos. Pronto.

Sessão Suspensa às 12h24

Sessão Reaberta às 13h07

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Está reaberta a sessão com a palavra o Sub-relator, Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, peço desculpas, por-que o que seriam 5 minutos se tornaram mais de 20. Porém, nós tínhamos que cumprir com o nosso dever parlamentar de participar das votações. Eu quero re-tomar onde eu deixei, nós falávamos inicialmente da NUCLEOS, depois de termos falado da PRECE. Na NUCLEOS o senhor afirmou que a indicação da Fabia-na teria sido feita a partir dos vínculos de parentesco dela com a Família “Pororoca”. Eu perguntaria ao se-nhor: Acima da Fabiana estava o Gildásio que era o diretor financeiro da NUCLEOS, o senhor tem algum tipo de suspeita ou de informação sobre a participação do Gildásio também?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma? Então na estrutura da NU-CLEOS, a pessoa que supostamente favorecia a esse esquema do por “Pororoca” era a Fabiana?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Per-feitamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso estava limitado a ela?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A ela.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Falando em REAL GRANDEZA. Nós, ontem aqui ouvimos o senhor Jorge. Ouvimos o senhor Jorge, que era diretor financeiro da REAL GRANDEZA e abaixo dele estava o Benito Siciliano. Como gerente de investimentos.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Quem mandava naquela Fundação era o Benito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era o Benito?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ele ficou 12 anos lá, entrou governo, saiu governo e ele continuou lá. E para sair, só saiu dessa maneira, com o, com a indicação do Arlindo dizendo o seguinte: “Eu só vou para a REAL GRANDEZA e esse cara sair, se o Benito sair.” E saiu e o Arlindo me falou que no dia que ele ia sair da REAL GRANDEZA, veio correndo de São Paulo o Delúbio e o Marcelo Sereno para tentar não deixar o Benito sair.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então para que fique claro o senhor Delúbio Soares e o senhor Marcelo Sereno--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Vieram de São Paulo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De São Paulo para o Rio, não é isso? Para pedir?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Pedir não, para quase que exigir que ele não saísse.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para exigir a permanência do Benito. Então a permanência do Benito foi exigida por Delúbio Soares e Marcelo sereno?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: E palavras que eu soube numa festa do Benito, era que o Arlindo era um maluco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me diga uma coisa. Qual é a relação do Benito com os “Pororocas”?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu acho que demorou bastante para eles se entrosarem, mas acabou se entrosando deve ter sido politicamente, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Benito também favoreceu na REAL GRANDEZA negócios com o Banco Santos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Claro, só essa operação de 150 milhões foi o Benito que fez. E ele era bastante técnico para não fazer uma operação dessas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bastante técnico?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ele era. Isso ele era. Agora deve ter sido obrigado e...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do Benito na estrutura da REAL GRANDEZA, quem mais pode ter participado desse favorecimento?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tinha outras pessoas que operavam lá, o tal de Jerônimo, todo mundo que foi mandado embora no período do --

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que o senhor tem a dizer sobre o Jerônimo, porque me parece que segundo o depoimento ontem de senhor Jorge, ele é responsável--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu soube que ele comprou um apartamento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era responsável pela elaboração das atas?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É. Eu não sei, só sei que do Jerônimo eu sei que... Soube que ele tinha comprado um apartamento num condomínio daquele perto do Golden Green e que na época lá o Arlindo botou eles todos para fora--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ele, o Jerônimo, o Daniel, todo mundo que participava lá da daquela estrutura. É aí que eu acho que o Murilo ficou achando que tinha o meu dedo naquilo, coisa que eu não tinha nada, eu não participei de nada daquilo. Ao contrário, eu não estava nem pensando em REAL GRANDEZA, não estava pensando em nada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem mais detalhes de porque o senhor Delúbio Soares e o senhor Marcelo Sereno pretendiam, não só pretendiam, mas fizeram muito esforço para garantir a permanência do Benito?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que poderia movê-los, o senhor sabe?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Só pode ser operações que saiam algum dinheiro para o partido, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operações que saiam dinheiro para o partido?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ou para o bolso de alguém, não sei. Outra coisa eu não sei, não vejo razão para, para tê-lo mantido lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além da PRECE onde o senhor se referiu mais propriamente ao Carlos Eduardo e ao André Figueiredo. Além da NUCLEOS onde o senhor se referiu a Fabiana Carnaval, além da REAL GRANDEZA onde o senhor se referiu a Benito, ao senhor Benito?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A Fabiana eu apenas soube que ele estava na NUCLEOS por intermédio de amigos meus.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora as 3 fundações?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu falei pronto, então está atuando também lá, é sobrinha dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora as 3 fundações o senhor tem notícias, tem referências, tem conhecimento sobre regularidades que envolvam alguma outra Fundação?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tem aí da COPEL que eu estou te dando.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse material que o senhor trouxe?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O material aí e a outra da REFER junto com o Jorge Moura que foi bastante assediado pelo Murilo para fazer esse fundo exclusivo de 1 bilhão e 400, de papéis do governo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na REFER quem era a pessoa do Murilo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não tinha ninguém lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diferente das outras fundações não havia?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não conseguiu, ele tentou pelo Jorge Moura e o Jorge Moura não aceitou em hipótese alguma.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas irregularidades consumadas na REFER, o senhor tem notícia de alguma?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu tenho em outras épocas, mas outras épocas que eles operavam lá na REFER.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do ano de 2000 para cá não?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Que eu saiba não, pode ser que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É importante, doutor Alexandre, que nós possamos detalhar um pouco mais as operações de mercado que eram realizadas pelos Fundos de Pensão, envolvendo os Fundos de Pensão, e que supostamente poderiam produzir resultados indevidos para determinados grupos privados, mais propriamente para o grupo do “Pororoca” ao qual o senhor faz referência. O senhor nos citou aqui um exemplo que é bem típico de algo que a CPI já detectou, que aconteceu com tí-

tulos públicos e com debêntures. Onde dentro de uma cadeia negocial havia uma corretora e/ou distribuidora que negociavam uma determinada quantidade de títulos públicos, normalmente títulos de longo prazo com um certo preço unitário, e quando esses títulos eram repassados, na maioria das vezes porque a operação que envolvia o fundo era o fundo comprando, então quando eram repassados para os fundos, os fundos pagavam um preço muito acima do que o previsto no mercado. Eu não queria abrir o detalhe das operações, até porque no caso da PRECE a gente está proibido de fazer. Tá? Agora eu queria citar o nome aqui de pelo menos 3 corretoras que recorrentemente aparecem como beneficiárias, não é? Dessas operações de compra e venda de títulos públicos, envolvendo os Fundos de Pensão a que o senhor se refere. Então nós temos a EURO. Que era a antiga TUFA?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Que eu não conheço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor não conhece. Nós temos a QUANTIA?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Também não conheço.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor não conhece. Nós temos a DILLON?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Também não conheço. Tudo corretoras novas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor também não conhece. E muito bem, mas percebe-se claramente que essas corretoras elas participavam. Ai eu pergunto: Nessas operações de títulos públicos ou de debêntures que tem uma sistemática muito parecida, como é que o senhor acha que os “Pororocas” ganhavam?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tirando de repente um título que, da própria carteira da Fundação--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Veja como os fundos perdiam, nós já sabemos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Claro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso foi verificado.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tirava da Fundação com uma taxa inferior ao mercado, depois passava por uma distribuidora e dessa distribuidora vem vindo o mercado ou vendia para outra Fundação até acima, com taxa acima do mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei a minha pergunta não é essa, a

minha pergunta não é essa. Isso explica a forma como os fundos perderam, mas o senhor alega que a família Almeida Rego através das indicações que fizeram nos fundos. Criaram essa sistemática, essa era uma das formas do beneficiamento deles, como os fundos perderam a gente já sabe, eu quero saber como eles ganharam, o senhor tem e essa informação?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, mas que ganharam, ganharam você tira pelo Deputado, o senhor tira pelo patrimônio do Haroldo e do Murilo e do Christian que não tinham nada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque veja. Eu insisto na indagação, porque analisando os diversos mercados, nas operações de BMF com derivativos títulos públicos, enfim, a gente percebe que há a recorrência da participação de algumas corretoras, eu citei o nome das corretoras aqui para o senhor, certo? E o senhor doce se essas corretoras?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Logicamente eles não iriam fazer jamais com uma corretora que eu conheço ou que eu tenha uma maneira de sondar ou de checar. Isso aí ficou praticamente desde a época de 2000, que eu deixei de me relacionar com ele, jamais fariam nada com a corretora que eu conhecesse alguém, isso aí, tanto é que essas corretoras são todas novas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos aqui informações de que o senhor Haroldo de Almeida Rego, ele negociou papéis através da SAFIC CVCFA?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Corretora dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Principalmente através da SAFIC. O que é o senhor pode nos dizer a respeito da SAFIC?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A SAFIC era uma corretora dele, era dele a corretora, fez muito negócio com o pessoal da PREVI numa época.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que época?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Época do João Bosco e do Jair Bilac.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Bosco e Jair Bilac eles ocupavam que posição na PREVI?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Jairo Bilac era o Presidente e o Bosco o diretor financeiro. Mas quem terminava as coisas lá era o João Bosco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): João Bosco.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Madeiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor tem informações de como é que se procederam essas operações da SAFIC com a PREVI? Se há irregularidades de que forma elas--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ouvi dizer que faziam muito swap. Operações de swap, praticamente só isso. E hoje o Bosco está rico e o Bilac também.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além da PREVI a SAFIC a serviço do Haroldo, ela operou para outras, outros Fundos de Pensão?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ah, não sei. Nessa época eu estava totalmente afastado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estava totalmente afastado?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Estava. Ao ponto dele me dizer que a SAFIC não era dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós encontramos operações na Bolsa de Valores, em que no mesmo dia o senhor Haroldo de Almeida Rego filho, através da corretora NOVA INVEST CVM comprou papéis a preços mais baixos do que a PRECE. Não é? Nós temos aqui um demonstrativo.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A NOVA INVEST ele operava mesmo, com a NOVA INVEST.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nesse demonstrativo nós temos obviamente a partir dele algumas suspeitas, eu perguntaria especialmente sobre a NOVA INVEST, o senhor tem conhecimento de operações irregulares que o senhor Haroldo "Pororoca" tenha realizado através da NOVA INVEST?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu acho que qualquer operação que o Haroldo faça é irregular. Tanto faz NOVA INVEST qualquer uma é irregular.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por mais que--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por mais que eu queira--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não tem jeito é irregular mesmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por mais que eu queira dar crédito ao que o senhor diz, eu acho que muitas--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sou eu não, o mercado todos sabe disso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que muitas das informações que o senhor está trazendo aqui são importantes, po-

rém obviamente também carecem de comprovação, porque nós precisamos reunir uma série de--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Mas Deputado, o mercado de ações e de mercado financeiro é muito complicado de se mostrar alguma coisa, principalmente o mercado de derivativos porque não tem boleto. A CVM nem vê essas operações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além da SAFIC, da NOVA INVEST, da corretora carioca no passado, existe alguma outra corretora que o senhor possa mencionar que tenha operado para o senhor Haroldo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sei, eu acho que eu tenho escrito aqui algumas corretoras, mas eu não me recordo não. Sei que a maior parte era a NOVA INVEST.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Maior parte é a NOVA INVEST?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: NOVA INVEST, se não me engano SÃO PAULO CORRETORA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda com relação a REFFER, o senhor faz referências a supostas pressões que uma senhora de nome Ivonete, sofria do Haroldo quem é a senhora Ivonete?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ivonete era a diretora financeira a muito tempo da PORTOS, aliás da REFFER, aliás, nem era da REFFER, da Portos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não era da REFFER, era da PORTOS. A Ivonete?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Haroldo recorria a ela solicitando o quê?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Aceitar certas operações que ele fazia.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ela aceitava?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ela era obrigada a aceitar, senão ele destituía ela.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela era obrigada por quem?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Pelo Haroldo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas ele utilizando que tipo de coação, quem é que dava suporte para essa coação que ele exercia sobre a Ivonete?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tinha muita gente que dava suporte nessa época para o Haroldo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Especificamente sobre a PORTOS, no caso da Ivonete?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu não sei, eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando a PREVI. O senhor já nos falou aqui sobre o João Bosco e o Jair Bilac, o que é que o senhor teria dizer a respeito do Fábio Fausi?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Fausi.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fausi?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O Fábio também foi outro que entrou na PREVI pobre e saiu rico. Agora as operações dele com o Haroldo, eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor chama o Álvaro Barcelos Ex-presidente da FUNCEF de “Famoso Mão Branca”. Porque esse apelido?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Porque tinha aquela--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele também, na visão do senhor cometeu irregularidades na época?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Na FUNCEF não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Tanto é que hoje está sem dinheiro nenhum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. V.Sa. menciona mais uma vez no documento que preparou, que a família Rego contava com ajuda do senhor Ricardo, espécie de boy, para realizar depósitos em dinheiro em agências bancárias, dinheiro esse provenientes das operações irregulares realizadas junto a Fundos de Pensão. Muito bem, eu queria que o senhor pudesse nos dar mais detalhes sobre a atuação do senhor Ricardo e de onde saíam esses dinheiros, para quem, esse dinheiro, para quem ele ia, enfim, que nos desse informações precisas sobre essa afirmação que fez no dossiê?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, aí no dossiê isso aí não está, não é bem assim, o que eu

disse foi que por duas vezes eu fui pagar uma, alguma conta minha na agência do Banco Boston no Olegário Maciel e encontrei com o Ricardo com... Da primeira vez com três e da segunda vez com duas mochilas cheias de dinheiro. Isso eu--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor viu?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu afirmo e vi. Inclusive o pessoal não contava o dinheiro na mão não, era naquela maquininha mesmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Ricardo era o boy do “Pororoca”?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu ainda brinquei com o Ricardo, falei: “A roubalheira está grande.” Ele ficou quieto e desconversou, porque--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas duas mochilas de dinheiro--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Só podem ser de dinheiro totalmente ilegal, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem nenhum dado que possa--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não tenho, não tenho porque eu estava totalmente afastado deles, não é? E afastado, totalmente afastado deles.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então não há como se fazer nenhum tipo de--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Há o seguinte, eu mostro aí a conta que eu acho que foi depositada esse dinheiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na conta de quem?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Da mulher do Murilo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da Rogéria?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Da Rogéria. Só podia ser na conta dela, porque ela tinha conta no Banco Boston. É só levantar o sigilo bancário dela como foi levantado o meu, para ver essas entradas e saídas de dinheiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. afirmou nesse documento também, que a senhora Sandra Carneiro, Sandra Carneiro, é a Sandra carnaval?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, é a mãe da Fabiana e irmã da graça que foi também--.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É carnaval também, ela é mãe da Fabiana?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Foi posta na REFER, a épocas atrás pelo Haroldo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que período? O senhor sabe?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não me lembro faz muito tempo, foi 12, 15 anos atrás.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor disse que juntamente com Hermes Figueiredo, chefe de Mesa, a Sandra Carneiro desvio montantes significativos de recursos da REFER, é isso?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Sim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desviou como? O senhor sabe como é que se operava --

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Mas o Hermes, nada mais era do que um operador, fazia o que mandavam, era um operador que fazia o que se mandava.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é o que “Pororoca” ganhava nessas operações?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Puxando papéis, vamos dizer hoje papel está, vamos dizer tem um papel, vamos dizer Ipiranga, hoje, está um papel fácil de puxar que não tem muita negociação, o volume é pequeno, puxava e depois vendia para outra Fundação, pronto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para eu entender aqui, a Sandra Carneiro da REFER, ela é mãe da Fabiana que trabalhou na NUCLEOS e é também mãe do Carlos Eduardo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse ponto é inquestionável que os “Pororoca” tiveram uma possibilidade grande de infiltrar a família nos Fundos de Pensão, porque a Sandra trabalhou na REFER.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sua filha Fabiana na NUCLEOS, o seu filho Carlos Eduardo na PRECE, em todos aconteceram problemas.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Foi quando eu fiquei realmente abismado quando eu soube disso que a Fabiana estava na NUCLEOS, eu falei: “Pô, até no PT ele conseguiu chegar?” Eu votei no Lula, hein?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me diga uma coisa, quando o senhor fala da REFER, o senhor faz referências ao nome do operador Nagi Nahas(F)?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não faço não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não confirma isso?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Nada disso. Ao contrário eu acho que ele foi, era uma pessoa, era um... Como é? Um investidor que o mercado mal ou bem precisa. O problema foi o crédito que foi dado para ele, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em determinado trecho do seu dossiê, e se não for procedente o senhor, por favor, me corrija, o senhor afirma que o lucro realizado a partir dessas operações irregulares era creditado a laranjas. E que um desses laranjas teria sido em determinado momento o seu irmão Guilherme de Ataíde Francisco?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Perfeitamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor confirma esse?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Confirmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que atuou o Guilherme Francisco?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sei, de repente ele tinha, ele tinha uma conta lá na SAFIC e devem ter feito alguma operação no nome dele, alguma coisa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Seu irmão foi laranja do “Pororoca”?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É isso, eu acho que numa conta de 5 mil reais, se não me engano.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me diga uma coisa. O senhor tinha relações de amizade com pororoca, o senhor disse que os ajudou etc. A que se deveu exatamente esse rompimento, o que motivou o rompimento do senhor com a família Almeida Rego?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Motivou aquilo que eu tinha explicado ao senhor ainda agora, antes, o que motivou foi essa operação de Bombril em julho de 2000, que eu tinha dado a informação para certas pessoas que não aceitaram por causa do dono da Sírío que era dono da Bombril, que era o Canhoto(F), mas ele aceitou a comprar o papel. E no final o papel subiu e ele não vendeu. Não vendeu porque ele tinha me dito que tinha vendido a 18,50 durante 10 vezes me disse isso, e o papel bateu 21 reais e ele continuou com o papel, isso me chamou a atenção quando o filho dele, que hoje nem está no mercado que é uma

pessoa, essa pessoa maravilhosa, me perguntou se valia a pena comprar Bombril para carteira de renda fixa. Eu falei: “Não, não porque eu acabei de vender tudo que eu tinha para o teu pai.” Mas aí me chamou atenção, eu falei ele não vendeu, foi quando eu comecei a pressionar ele e ele começou a escapar de mim e duas semanas depois o papel saiu de negociação, por causa de um problema que teve lá na Itália na Sírío e passou 4 meses sem negociar, quando voltou a negociar, voltou a 5 reais o vendedor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí houve um interesse--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Aí realmente eu fiquei. Eu comecei a andar atrás dele e me motivou, claro aí ficar louco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí houve um interesse contrariado do senhor de natureza econômica. Alguma outra ocorrência depois dessa?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com essa mesma característica?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Nunca mais falei com ele, ele sumiu de mim a 5 anos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na folha 27 do seu documento, o senhor afirma o seguinte: “Na REFER o Haroldo pororoca teria feito uma operação de opções, que resultou em 4 milhões de prejuízo e que a CVM não teria investigado o caso, a mando dos senhores Eduardo e Marcelo Sereno.” Eu queria que o senhor explicasse melhor isso.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Isso aí eu vi no jornal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então isso aqui não é uma afirmação do senhor, o senhor leu?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu li no jornal e soube dessa operação pelo mercado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na folha 28 V.Sa. se refere a BBD--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: No mercado e pelo Jorge que é... Jorge Moura.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na folha 28 V.Sa. se refere a BBDTVM e diz o seguinte: “ Na BBDTVM o dono era o senhor Gushiken, com o nosso bom Ministro Palocci. Que com o seu sócio em Ribeirão Preto, o senhor Luiz Eduardo Valente, iriam fazer juntos com o Ralf Barquet e com o senhor Vladimir.” Penso que Poletto.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: é.
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): “Uma verdadeira, ou um verdadeiro

caixa dois, que iria deixar os esquemas do senhor Marcos Valério como formiguinhas em comparação a este.” Essa é a afirmação do senhor, queria que o senhor explicasse melhor, porque o senhor faz referências a BBTVM e a um esquema supostamente que envolve o senhor ex-Ministro Gushiken, atual Ministro Palocci e faz a afirmação de que Luiz Eduardo Valente seria sócio de Palocci com Ralf Barquet e Vladimir Poletto em Ribeirão Preto, que esquema é esse de caixa dois que envolve a BBTVM?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu imaginei que sairia uma coisa dessas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor imaginou, embora contivesse alguma informação mais consistente?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu imaginei, claro porque o Presidente da BBTVM, era, trabalhou com o Palocci num banco lá de Ribeirão Preto, e o Valente, ele tinha uma, quando o Palocci era prefeito ele tinha uma, uma empresa de informática com o Palocci. Só isso que eu sei, mais nada.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais nada sobre a BBTVM?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na folha 30 do seu dossiê, o senhor diz o seguinte: “Hoje tenho total certeza do envolvimento do Marcelo Sereno e do Manoel Severino com o endosso de José Dirceu, das manipulações em fundações.”

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Perfeitamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): “Hoje tenho total certeza”--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O Manoel Severino não, porque ao mano selo Severino foi ser Presidente da Casa da Moeda e o que ele andou fazendo lá eu não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Manoel Severino também ingeria nos Fundos de Pensão?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu não sei, pode ter sido.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor diz, tem total certeza do envolvimento?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não, o Manoel Severino eu não falei não, isso aí não tem--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O endosso do senhor José Dirceu o senhor confirma?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Confirmando, totalmente. Totalmente, porque quando ele foi tirado da PRECE o Arlindo foi tirado da CEDAE, quis mandar uma carta para ele, eu falei: “Arlindo você não vai passar um recibo disso, né? Você acha que o Marcelo Sereno te tirou daí sem a capitulação do Zé Dirceu? Eles não te querem aí, pronto, não vai fazer isso.”

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu quero desde já comunicar também e solicitar a nossa assessoria, que incluía na lista de requerimentos a convocação do senhor Arlindo para vir a esta CPMI. O senhor acha que toda essa relação que a família “Pororoca” estabeleceu com o Banco Santos, podia ter também ações no sentido de... Ações eu digo ocorrências, fatos, no sentido de pagar, do Banco Santos pagar propina a dirigentes de Fundos de Pensão?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ah sim, o Banco Santos fazia qualquer negócio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quero comunicar também e sei que vai dar barulho, mas quero desde já também dizer que será convocado o senhor Edmar Cid Ferreira Ex-presidente do Banco Santos, para prestar depoimentos a essa CPMI. É Cid Ferreira, não é? Acho que é. Bom, para concluir, eu já estou concluindo, senhor Presidente, Deputado Gustavo Fruet. Eu anotei aqui algumas coisas que o senhor disse no início da sua, do seu depoimento e me chamou atenção especialmente o fato de que o senhor faz referências, e nós já exploramos isso, mas eu repito, o senhor faz referências ao senhor Gushiken, ao Marcelo Sereno, ao senhor José Dirceu, como se o senhor tivesse de fato conhecimento de que essas figuras públicas agiram sistematicamente dentro de uma operação montada para aproveitamento nos Fundos de Pensão. Eu quero lhe perguntar mais uma vez e será a última. Além das deduções pessoais que o senhor faz, e também além daquilo que lhe disse o “Pororoca”, existe algum outro elemento, algum outro dado, alguma outra informação que possa nos ajudar a chegar a essa conclusão da ingerência de dirigentes do PT, de dirigentes do governo, dos Fundos de Pensão com o propósito de obter vantagens indevidas e obviamente colocando dentro desse esquema o “Pororoca” ou até outras pessoas em instituições?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, eu, essas coisas todos começaram a acontecer na minha cabeça, a partir daquele dia que o Christian me disse que ele tinha influência no governo e com Ministro e outras pessoas. Mas que na época eu já sabia que tinha com Marcelo Sereno.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ainda continua temendo

pela sua integridade física, o senhor disse que foi ameaçado de morte.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Fui, está aqui, olha.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor continua tendo receio de que essas ameaças possam--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Até queria um porte de arma se possível. Porque depois de duas ameaças de morte o cara merece um porte de arma.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto isso porque eu já concluí, Deputado Gustavo Fruet, na verdade o senhor como testemunha dessa CPI, evidentemente que passa também a poder gozar de proteção policial, para que se evite qualquer tipo de ameaça a sua integridade física, evidente que essa ameaça tem que ser constatada do ponto de vista fáticos, não pode ser uma mera declaração, mas se assim o for, eu até recomendo que se apure, se averigüe exatamente como é que as ameaças aconteceram, porque nenhum de nós quer colocar em risco a integridade física de uma testemunha dessa CPMI. Eu encerro. Deputado Gustavo Fruet?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Antes eu gostaria--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os parlamentares vão--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Uma delas é essa aqui, olha. A do Christian está com o meu advogado que dia 9 de Março ele vai ser julgado, dia 9 de março, que ele faltou agora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço que o senhor, por favor, organize todos os seus documentos e possa nos passar?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu vou passar tudo para vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Obrigado Deputado ACM Neto. E vamos fazer todo o empenho para terminar a Sessão em tempo de V.Exa. merecidamente comemorar o seu aniversário na sua cidade Natal. Eu até peço ao Alexandre para depois deixar todos esses dados consolidados, eu encaminho ao Presidente Delcídio e na sequência à Polícia Federal. Antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Willian eu só pediria, se for possível um esclarecimento com mais detalhes da operação que o senhor apresenta em relação à COPEL.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, a COPEL, eu só li o documento, o dossiê que foi feito pela Crow(F). Agora isso foi me dado pelo Jorge Moura, que quer vir aqui a CPI, quer ser chamado, viu Deputado ACM Neto, está louco para vir aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. Agora eu queria que o senhor soubesse, assim como também o doutor Jorge Moura e tantos quantos que essa Sub-relatoria tem um critério de definição dos depoentes e que não basta que ele queira vir, é preciso que nós compreendamos que é necessária a vinda dele e se assim o for, no momento certo ele será chamado?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É, mas nessa operação de 1 bilhão e 400, sendo assediado para ter um favorecimento financeiro, teve, está querendo vir sim. E foi assediado não foi uma vez não, varia vezes pelo Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Eu passo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Obrigado, senhor Presidente, senhor Alexandre, depois nós vamos analisar as documentações apresentadas. Porque muitas das coisas que foram tragas pelo senhor, são mais num testemunho pessoal, vamos analisar o documento junto com o nobre Relator para ver. Mas o verdadeiro motivo do senhor estar aqui e ter feito essas denúncias não provocadas, mas denúncias espontâneas, inclusive da imprensa. Teve que ter um motivo forte para uma briga com o parceiro que o senhor inclusive disse que ajudou a alimentar os filhos dele no início de vida.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Na época, não é.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual que é o motivo mesmo da briga?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Foi essa operação de Bombril, que ele nega veemente que não houve, mas todo o mercado sabe dessa operação, inclusive todo o pessoal de uma distribuidora, que na época eu estava trabalhando que se chama, eu não me lembro o nome. Mas o mercado todo sabe dessa operação de Bombril. Eu não dei só para ele o Bombril, eu dei para todo mundo achando que o mercado... Para pessoas amigas, comprei para clientes, só não comprei pra mim. Para mim eu não comprei nenhuma porque eu tinha comprado com ele. Ele tinha bancado essa operação. Agora 5 anos eu fiquei tentando conversar com ele e não consegui. Agora a partir dessa briga que eu tive com o Christian, eu resolvi realmente botar para frente e comprar a briga e pôr até pessoas que não tinham nada a ver comigo, que nunca me fez mal nem nada como o Marcelo Sereno, mas--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor era muito íntimo deles, da família.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eram 36 anos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhece alguma conta dele no exterior, da família “Pororoca”, ou de algumas pessoas que facilitassem os trabalhos dele?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ele sempre me deu uma intimidade reservada, tanto é que na casa dele eu só ia quando era chamado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor disse que o senhor na reportagem do jornal Correio brasiliense, que o senhor Benito Siciliano era o homem do “Pororoca”. E ele teria contribuído com o valor entre 40 a 70 milhões para o caixa do grupo.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Na operação de--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quais essas operações e que grupo é esse?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, na operação do Banco Santos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Na operação do Banco Santos?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Só essa aí que eu--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Que grupo é esse?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: O grupo que hoje governa o país.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Grupo político?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: é.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quais os Deputados e Senadores, que o senhor acha que são amigos, ligados à família dos “Pororocas”?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Mais uma vez eu vou lhe dizer que as pessoas dos Senadores e Deputados foram falados pelo próprio Christian para mim naquele dia de extrema irritação. Tanto é que foram procuradas as 2 horas da manhã do mesmo dia, para dizerem o seguinte, ele extrapolou, mas ele estava nervoso, não era bem aquilo que ele falou que não tinha falado nada disso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Essas pessoas são do relacionamento deles? Edmilson Valentin?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor conhece o Edmilson Valentin?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não. Conheço de vista.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Só de vista?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: é.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eles não são do relacionamento deles?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Fernando Gusmão?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Ah, o

Fernando Gusmão é do relacionamento deles.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Fala mais perto do microfone, por favor.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É, é do relacionamento deles.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É do relacionamento deles?

>> (Inaudível)

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É. Não, inclusive eles mesmos disseram no jornal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o Lindberg Farias?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Também.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual é o relacionamento mesmo do Lindberg com a família?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Na época o Murilo bancou a primeira candidatura a Deputado para o Lindberg.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E agora na Prefeitura?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Eu soube pelo jornal, ou outro meio qualquer que eu não me lembro qual, que eles disseram mesmo que tinham... Eu acho que foi até por esse jornal aqui mesmo que está aqui em mãos, que eles tinham contribuído um com 15 mil, outro com 5 mil.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Murilo de Almeida Rego tem alguma ligação atual na Prefeitura do Lindberg Farias?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sei, não sei não, mas soube que tinha, estavam querendo se infiltrar lá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): No fundo de pensão da Prefeitura de nova Iguaçu?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não sei, no fundo ou alguma coisa lá, alguma obra, alguma coisa, queriam fazer, não é? Porque--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A família--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Financia campanha depois quer de volta, não é.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A família ela operava bem com essas corretoras, SA-FIC?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A SAFIC era do Haroldo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Era do Haroldo. ÁGORA SENIOR?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): ÁGORA?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): CRUZEIRO DO SUL.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A SAFIC, o senhor conhece algum político que atrapalha ou trabalhou na SAFIC.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum político que trabalhou, que tem ligação?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não porque eu nem sabia que a SAFIC era do Haroldo, eu vim saber depois, ele nunca me falou, durante anos e anos ele nunca falou que a SAFIC era dele. Eu nem sabia que ele tinha essa corretora.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor disse também no Correio Brasiliense, se não me engano que a mulher do Murilo Rego, que inclusive já está com um requerimento a ser aprovado nessa Comissão, ela também assim como esse funcionário, ela recebia mochilas de dinheiro?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, eu não disse isso, eu disse que as mochilas de dinheiro que eu vi dentro do Banco Boston, só poderiam ser para depósitos na conta dela.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece a Sociedade Aragona, é uma empresa do Uruguai de propriedade do senhor Benito Siciliano?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não? O senhor conhece uma conta do senhor Benito Siciliano do Maron Lynch(F) com a sociedade Stanhore(F). O senhor ouviu falar? Tem conhecimento?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, eu só vi o Benito uma vez que eu fui fazer uma visita e como sempre fui, como sempre o Benito recebia todo mundo, mas só fazia o que determinava alguém ou alguma pessoa que o manteve lá 12 anos dentro da Fundação, uma coisa difícil.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nessas operações que o senhor fazia com senhor Haroldo, e algumas consideradas até o presente momento ilegais, o senhor obteve lucro, o senhor participou, o senhor era sócio?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, eu só fazia operações que eu achava, estudava um papel ia pedir uma, para que ele bancasse, se ele queria bancar a operação, uma consultoria minha e com ganho meu. Mas jamais entrei numa operação desse tipo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor está fazendo tratamento médico alguma coisa de saúde?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Se eu estou?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor tem algum problema, está fazendo algum tratamento psiquiátrico, alguma coisa assim?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, depois desse problema que eu tive com o Haroldo eu realmente fiquei muito, saí do meu, da minha, do meu equilíbrio, entendeu? E tive que procurar um médico e estou tomando, aliás, estava tomando, agora estou parando devagar. Estava tomando um ansiolítico e um antidepressivo, que a minha vontade mesmo era matar ele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tomara que o senhor continue tomando. Senhor Presidente, muito obrigado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Gustavo, eu teria uma pergunta a fazer, que faltou, sobre o relacionamento do dileiro Dario Messer com o Haroldo “Pororoca”?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, o que eu sei do Dario Messer com o Murilo, com o Haroldo, é que eles tiveram uma briga porque o Haroldo ou o Murilo, não me lembro, ficou devendo a ele quatro milhões de reais, ou seja, ele também se servia de bancar operações e deve ter dado errado e...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe de outros dileiros que tenham?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe? Presidente eu queria agradecer dizendo o seguinte, que na semana que vem nós fizemos uma pequena alteração na agenda. Então na segunda-feira teremos sessão da Sub-relatoria, onde vamos ouvir os proprietários da corretora LAETA. Na terça-feira vamos ouvir, vamos ouvir o diretor da GEAP, pela manhã e pela tarde vamos ouvir os proprietários da Corretora EURO. Na quarta-feira vamos ouvir os proprietários da BONUS-BANVAL. E finalmente na quinta-feira vamos ouvir o senhor José Carlos Batista da GARANHUNS. Então temos uma agenda bastante cheia, repleta de oitivas, com corretores principalmente, mas também com a GEAP e eu estou informando isso

porque tanto a LAETA como a EURO foram introduzidas na agenda no dia de ontem e é importante que os senhores parlamentares saibam que segunda-feira nós teremos sessão às 14 e 30, portanto aqueles que queiram se fazer presentes serão muito bem-vindos e contribuirão muito para os trabalhos da nossa CPML, eu agradeço muito a V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Só uma última intervenção Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Me passou aqui despercebido, ficou uma esqueça dúvida em relação a PRECE, ao Arlindo que era o diretor, que semana passada depôs aqui o gerente da época dele, que não me lembro o nome mas só sei que o sobrenome é leitão. Os fatos que o senhor mencionou aqui foram exatamente na PRECE em que época? E se esse Arlindo era ligado a algum partido político, alguma pessoa política, a quem se deve a nomeação dele, se ele representava alguma coisa política. No microfone, por favor?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Deve sim, o Zé Dirceu.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ao Zé Dirceu?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Repita, por favor. Desculpe.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: A nomeação do Arlindo e saída dele, que ele ficou 6 meses só se deve ao Marcelo Sereno.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E isso foi na época--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Por quê? Porque ele não queria compactuar com certas coisas que logicamente não me disse, mas não... Não deveriam ser coisas corretas. Agora, a PRECE sempre foi um feudo do PC do B.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): PC do B. Sempre foi um feudo, ou seja, a indicação política era do PC do B. É porque o senhor tinha mencionado *en passant* rapidamente, sobre um possível relacionamento com a diretoria da PRECE com o Governador garotinho.

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Agora?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. No início do trabalho o senhor disse isso, e--

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: É. Realmente, ele operou, o Murilo operou lá na época do Governador garotinho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, ele foi diretor antes, também?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Quem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Arlindo?

SR. ALEXANDRE ATAÍDE FRANCISCO: Não, não. O Arlindo não, o Arlindo só foi diretor 6 meses da CEDAE, não foi nem da PRECE. Não foi nem do fundo de pensão não, foi da CEDAE.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não havendo mais nada a tratar agradeço a presença do senhor Alexandre, cumprimento o nosso aniversariante e declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 14H01

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 6ª Reunião, realizada em 30/01/2006.

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às quinze horas e trinta e oito minutos, na sala 06 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. E com a presença dos Deputado Carlos Willian, Carlos Abicalil. Reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Cezar Sassoun e Isaac Sassoun, que vem na condição de testemunhas, para prestarem esclarecimentos perante essa Sub-relatoria. Os depoentes vêm acompanhados pelo advogado Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira. Os senhores Cezar e Isaac Sassoun, respectivamente, fizeram uma breve apresentação pessoal, esclarecendo que estão a disposição dos Senhores Parlamentares para serem questionados. O Sub-relator inicia os seus questionamentos sobre as opera-

ções da Empresa Laeta com os fundos de pensões. Pela ordem de inscrição o Deputado Carlos William faz seus questionamentos. O Sub-relator pretende aprovar os requerimentos de convocação do senhor Edmar Ferreira e convocar o Sr Lúcio Bolonha Funaro para a próxima semana. Encerra-se a presente reunião às dezessete horas e quarenta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 6ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número 3, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa, a ata da reunião anterior, a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos senhores Cezar Sassoun e Isaac Sassoun, ambos figuram como sócios-proprietários da Corretora LAETA. Imediatamente, convido para tomar assento à Mesa, os Srs. Cezar Sassoun e Isaac Sassoun. Esclareço, também, que, tanto o Sr. Cezar, como o Sr. Isaac, já assinaram o Termo de Compromisso, e, como estão presentes a esta CPMI, na condição de testemunhas, estão, portanto, também obrigados a falar a verdade e a responder as perguntas que lhes forem dirigidas. Estão, também, aqui, as procurações assinadas por ambos, dando poderes para o seu Advogado, cujo nome é Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira, OAB-Minas Gerais 12698. Queria esclarecer, também, que, logo após a conclusão da oitiva, eu vou apresentar aos senhores a agenda para a próxima semana, ela inclui algumas propostas novas e, também, estarei à disposição para esclarecer qualquer motivação da agenda. Nós temos aqui o hábito, Sr. Cezar e Sr. Isaac, de, logo no início dos nossos trabalhos, transferir a palavra para os depoentes, a fim de que eles tenham liberdade para prestar qualquer tipo de esclarecimento, possam fazer suas identificações pessoais e profissionais, possam relatar um pouco das suas histórias, como profissionais, e que, evidentemente, se assim lhes convier, têm o direito de tecer comentários a respeito do motivo que provocou a convocação de ambos e que faz com que ambos estejam, hoje, na nossa CPMI. Nós vamos ter

o hábito de, todas as Corretoras que serão ouvidas, trazer aqui os seus sócios, a fim de que eles tenham a oportunidade de, conjuntamente, se sentar à Mesa da CPMI, porque nós não temos como saber quais são as proficiências de cada um, antecipadamente, daí, que, ambos terão o livre direito de se manifestar e de responder as perguntas que digam respeito, exatamente, às suas atividades rotineiras à frente da empresa que figuram como sócio. Então, eu passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Cezar Sassoun, dando essa liberdade de se manifestar.

SR. CEZAR SASSOUN: Muito boa tarde, Srs. Senadores e Deputados, senhores e senhoras, eu queria, antes de tudo, fazer um pequeno resumo da minha profissão e de como cheguei até aqui, na LAETA. Como dá para perceber, pelo sotaque, eu nasci no Egito, uns 62 anos atrás, e, nós tivemos que migrar, no ano de 57, devido à guerra do Canal de Suez, e, fomos muito bem acolhidos por esse país, a partir do ano de 57, quando nos estabelecemos aqui em São Paulo. Eu comecei a trabalhar no mercado financeiro, mais ou menos, no ano de 68, e depois montei uma primeira distribuidora que se chamava DAYCOVAL, a partir do ano de 70, e isso culminou, no fim, na criação de um banco, nos anos de 89, que também se chamava DAYCOVAL, do qual eu me desliguei no ano de 92, e, a partir do ano de 92, como não tinha muita oportunidade, comprei a LAETA, que eu montei e comecei a trabalhar, em 92, com a equipe, sendo que, nosso forte eram os títulos do Governo e, mais os títulos denominados em dólar, essa, no mercado de atacado de bancos e grandes fundos. A partir do ano de 2000, nós compramos uma Corretora na BM&F e tentamos começar a trabalhar e pegar clientela, e tudo isso aí, mas era uma atividade paralela, a nossa maior atividade foi sempre a negociação de títulos governamentais, e chegamos a ser, entre os cinco maiores negociadores, tanto que, chegamos a um momento a fornecer os preços para a ANDIMA, para o próprio Banco Central, os preços da negociação diária, mas, esse mercado diminuiu um pouco, no ano passado, devido à retirada dos títulos denominados em dólar e o mercado se retraiu. A partir daí, nós estamos trabalhando só com títulos denominados em correção monetária e o mercado ficou muito pequeno, mas, devido às denúncias que foram feitas nos jornais e as coisas que escaparam, o nosso mercado se retraiu completamente, e, atualmente, nós estamos sem poder trabalhar e a Corretora se retraiu a ter de uns 40 empregados, atualmente, tem só três, e, a gente às vezes se pergunta, por quê tudo isso aí. Então, ao lado disso, eu estou às suas ordens, para qualquer esclarecimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concedo o mesmo direito, ao Sr. Isaac Sassoun, caso queira se pronunciar.

SR. ISAAC SASSOUN: Senhoras e senhores, eu estou ligado a outras atividades, porque não estou ligado à LAETA, um pouquinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Isaac havia esclarecido que ele, apenas, figura como sócio.

SR. CEZAR SASSOUN: Não sócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sócio?

SR. CEZAR SASSOUN: Ele só é Diretor estatutário. Ele é empregado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Figura como Diretor estatutário da Corretora LAETA, então, as principais perguntas serão dirigidas ao Sr. Cezar. Sr. Cezar, quais as principais atividades que o senhor realiza, à frente da LAETA? O senhor, como proprietário da Corretora, evidentemente, é o responsável principal por ela, mas, eu gostaria de saber um pouco do dia-a-dia do senhor, à frente das atividades da sua Corretora.

SR. CEZAR SASSOUN: Principalmente, em uma política macroeconômica e a supervisão das operações feitas durante o dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor supervisiona todas as operações da Corretora?

SR. CEZAR SASSOUN: Praticamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perguntaria ao senhor. Com quais Fundos de Pensão a sua Corretora operou, nos últimos cinco anos?

SR. CEZAR SASSOUN: De cabeça, eu não poderia responder, mas, seria fácil lhe mandar, mais tarde, um relatório de todos os Fundos de Pensão que operava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia, pelo menos, nos dizer aqueles que apresentam um volume mais expressivo de operações?

SR. CEZAR SASSOUN: Tampouco. Não lembraria agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não saberia dizer?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, como é que ocorre o processo de contratação da Correto-

ra LAETA, para realizar operações com Fundos de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Os Fundos de Pensão, na verdade, são clientes comuns, como todos os outros e eles operam, principalmente, através da Mesa. Geralmente, quando eles dão ordens, eles ficam ligados no telefone, até a ordem ser cumprida. Ou, eles podem dar uma ordem a mercado num certo preço, então, ela fica conosco até ela ser cumprida, porque o mercado não ocasiona a possibilidade de cumprí-la.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, em geral, as ordens eram recebidas pela Corretora LAETA--

SR. CEZAR SASSOUN: Pela Mesa da Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela Mesa da Corretora, diretamente, a partir de alguém que estava na ponta dos Fundos de Pensão.

SR. CEZAR SASSOUN: Na ponta da Mesa do Fundo, que podia dar as ordens.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, normalmente, quem é que estava habilitado para dar as ordens, pelos Fundos de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Quem estava habilitado? Eles habilitam, eles indicam. Mas, assim, de cabeça, eu não poderia lhe indicar, poderia, também, isso ser visto e, quem que dava as ordens para cada fundo. Isso não é difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso dos fundos exclusivos, as ordens de compra e venda de papéis, elas eram dadas pelos gestores dos fundos exclusivos ou, havia, também, a participação de algum dirigente dos Fundos de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, dirigente, não. Geralmente, pelos gestores ou por alguém que eles indicavam, da Mesa deles e, cada fundo tem gestor e administrador, como o senhor já sabe bem, e o custodiante e o banco liquidante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, o senhor tinha, ou tem contato, com algum dirigente de fundo de pensão, conhece algum dirigente, tem alguma relação profissional ou pessoal com algum dirigente de Fundo de Pensão? E, quando eu falo dirigente, pode exercer o cargo de diretor, de gerente de investimentos, ou qualquer outro posto importante, dentro da estrutura funcional de Fundos de Pensão.

SR. CEZAR SASSOUN: Não, não tenho nenhum. Só conhecia, de nome, o gerente de um dos Fundos de Pensão, que era Paulo Martins.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Paulo Martins da PRECE.

SR. CEZAR SASSOUN: Da PRECE. Mas, não conheço ele, só de nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só de nome. Existia algum tipo de monitoramento, ou de questionamento, dos Fundos de Pensão, sobre as operações realizadas pela Corretora, em nome desses fundos, principalmente, sobre os preços que eram negociados?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Não existia nada. Geralmente, os preços, são os preços de mercado, porque, quando é feito na bolsa, se o preço está fora, a operação não será registrada, ou então, ela é posta em leilão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, não havia nenhum monitoramento feito, por parte dos Fundos de Pensão, mais diretamente ligado ao desempenho da Corretora LAETA na compra e venda, no mercado?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, porque a Corretora operava, só no mercado, operava, só ordens. Ela não tinha direito nem de opinar, nem de deixar, nem nada. Nós não temos o direito de opinar nas operações dos Fundos, nem sabemos do que é que eles fazem, nós somos, simplesmente, cumpridores de ordens.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, com isso, eu posso subentender que os preços de compra e venda dos papéis eram, totalmente, e, previamente, conhecidos pelos Fundos de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Previamente, não. Se lhe dá ordem no mercado, como é que ele vai saber o preço? Se ele está dando ordem “Compra tanto a preço de mercado”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, o senhor me disse que não tinha como participar, de nenhuma forma, do estabelecimento desses preços.

SR. CEZAR SASSOUN: Claro que não, se é uma ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu lhe pergunto: Antes de os negócios serem realizados, concretizados e consumados, os Fundos de Pensão tinham conhecimento de por quanto estaria sendo comprado ou vendido determinado título?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quem tinha conhecimento?

SR. CEZAR SASSOUN: Ninguém. Ele era feito no momento da ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos aos casos concretos, em breve, e aí, talvez V.Sa. tenha condições de me explicar certas situações em que a Corretora de V.Sa. se encontra com uma situação bastante suspeita, envolvendo os fundos. Mas, enfim... Como funcionava a operação de compra e venda de títulos públicos para os Fundos de Pensão? Ou seja, quando a LAETA participava da cadeia negocial da compra e venda de títulos públicos e que havia um Fundo de Pensão, ou atuando em carteira própria, ou através de um fundo exclusivo, como é que isso se dava?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não entendi a pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero saber o seguinte: Pensando numa cadeia negocial de compra e venda de título público, a LAETA, de repente, vendendo uma determinada quantidade de títulos públicos para um Fundo de Pensão. O ajuste do preço, o acerto do preço unitário da venda daquele título para o Fundo, como é que ele era feito? Era feito pela Corretora de V.Sa. diretamente com um representante do Fundo, com o gestor do Fundo exclusivo? Como é que isso se dava?

SR. CEZAR SASSOUN: Ele, geralmente, quando queriam comprar alguma coisa, eles entrariam na nossa Mesa, e perguntariam: “Tem tal vencimento de papel? A que preço que é?” Tudo isso aí. Aí, a gente faria uma oferta, do preço, e, eles comprariam, ou não comprariam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Agora, a oferta era feita pela Corretora...

SR. CEZAR SASSOUN: Pela Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De V.Sa?

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, em geral, havia uma negociação, do ponto de vista do Fundo de Pensão, dizer: “Olha, pra mim, esse preço aqui está muito elevado, nós precisamos negociar um pouco a menos”, quer dizer, existia—

SR. CEZAR SASSOUN: Existia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse tipo de ajuste?

SR. CEZAR SASSOUN: Existe. Existe, porque-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, era feito.

SR. CEZAR SASSOUN: É. No mercado. Eles podem achar barato, podem achar caro, então, eles fazem uma contra-oferta, geralmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha conhecimento da política de investimento dos Fundos de Pensão, quando operava com eles, ou seja, se aquele determinado fundo tinha um perfil mais agressivo ou mais conservador, quando estava operando nos diversos mercados?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não participava desse tipo de...

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles não tinham esse tipo de informação?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ocorreu algum caso, em que o próprio Fundo de Pensão determinasse qual era o melhor preço a ser comprado ou a ser vendido, do papel? Porque o senhor me disse que oferecia um papel, e a negociação era feita. Agora, eu lhe pergunto: Já houve algum caso, em que o Fundo de Pensão, ele partisse para o mercado dizendo que preço ele gostaria de pagar?

SR. CEZAR SASSOUN: Ele pode. Eu não lembro de cabeça, mas, ele pode falar. Eu compraria tantos, a tal preço, e, se nós acharmos, a gente oferece para eles, se não achar, a gente não volta. É a lei da oferta e da procura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez a Corretora de V.Sa. foi acionada por algum dirigente de Fundo de Pensão, no sentido de questionar determinadas operações que estavam sendo realizadas?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, que eu saiba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso nunca ocorreu?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Existia alguma obrigatoriedade de a Corretora apresentar, periodicamente, um resumo das transações realizadas com determinada fundação ou em nome de determi-

nada fundação, indicando os resultados, gerados naquelas operações?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso não acontecia?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O acompanhamento era feito pelos gestores dos Fundos exclusivos, era feito pelos administradores, então, a Corretora, em si--

SR. CEZAR SASSOUN: Nós não temos o direito de intervir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. Que o senhor não tem o direito de intervir, o senhor já esclareceu, mas, o senhor não era obrigado, também, a apresentar nenhum tipo de prestação de contas--

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Das operações?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perguntaria ao senhor: A Corretora realizava algum tipo de acompanhamento dos preços praticados nas transações de compra e venda de títulos, em especial, debêntures e títulos públicos, em relação aos preços médios de mercado? Ou seja, a pergunta é: Havia uma determinada negociação e, certo preço prevalecia naquela negociação, a LAETA fazia um acompanhamento do preço negociado, com o preço médio do mercado, no dia? Era feito esse acompanhamento?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, especial, não. Geralmente, esse acompanhamento é feito na hora do fechamento do negócio, porque é feito a preços de mercado, geralmente. Então, se teve oportunidade, é que o preço estava dentro do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, eventualmente, quando isso não tenha ocorrido, ou seja, quando o preço negociado tem apresentado uma distorção muito grande com a média do mercado no dia, não havia algum tipo de alerta, quer dizer, a Corretora não tinha como controlar essa discrepância, essa distorção? Porque, aconteceu e, nós vamos mostrar que aconteceu.

SR. CEZAR SASSOUN: É. Pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu pergunto ao senhor: Dentro de um ambiente de anormalidade,

que tipo de providências a Corretora adotava? Se é que adotava alguma.

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Não tenho conhecimento desses casos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não adotava nenhuma...

SR. CEZAR SASSOUN: Providência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma providência. O Sr. Lúcio Bolonha Funaro, ele aparece como sendo um dos grandes participantes em transações da Corretora LAETA, houve, até, quem publicasse matérias na imprensa, atestando que Sr. Funaro seria um “sócio virtual” da Corretora LAETA. Eu perguntaria, então, ao senhor: Qual é, de fato, a relação do Lúcio Bolonha Funaro com a Corretora de V.Sa. por que é que V.Sa. acha que, sobretudo, no mercado, existam esse tipo de rumores de que ele poderia ser um “sócio virtual” da Corretora LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não sei por que é que existem esses rumores, mas, ele é um bom cliente nosso. Ele começou a trabalhar com a gente em, mais ou menos, 2002, e fazia bastantes negócios, e, só isso aí que eu posso lhe dizer. Ele era nosso cliente. Era, porque, agora diminuiu muito, não trabalha mais, quase.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Quando é que houve essa diminuição da frequência de atividade do Funaro, com a LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Mais ou menos... Este ano, devido à situação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Este ano, nós estamos em 2006.

SR. CEZAR SASSOUN: 2005, desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando de 2005?

SR. CEZAR SASSOUN: A partir, mais ou menos, de... Março, abril.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que essa diminuição das atividades, do Funaro com a LAETA, pode ter relação direta com uma série de denúncias que envolvem o Sr. Funaro e pode ter relação direta com o fato de estarem atribuindo a ele situações que exorbitariam, apenas, de um cliente da Corretora? Tem a ver, uma coisa com a outra?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Eu não sei. Isso deveria ser perguntado a ele. Mas... Não tem nada a ver, quer dizer, isso, ele deve estar, agora, procurando

arrumar a vida dele, devido a essas... Como se diz... Essas denúncias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia nos detalhar quais eram as principais operações que o Sr. Funaro fazia com a LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Não tenho assim... Exatamente, ele operava no mercado da BM&F, talvez, o índice e, talvez, contratos de dólar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Contratos de dólar e índice.

SR. CEZAR SASSOUN: E índice.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, ele figurava como comprador ou como vendedor?

SR. CEZAR SASSOUN: Isso, precisa ver. Não dá para saber. Às vezes, como vendedor, às vezes, como comprador. Isso muda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor tinha relações pessoais com o Sr. Funaro?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu falo com ele. Ele é, mais ou menos... Como é um grande cliente, a gente se fala bastante, talvez, uma vez por dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma vez por dia.

SR. CEZAR SASSOUN: É. Quando ele trabalhava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que o senhor começou a operar com o senhor Funaro?

SR. CEZAR SASSOUN: Aproximadamente, em 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2002.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a partir de 2002, até março, abril de 2005. O senhor acha que o Sr. Funaro, eventualmente, pode ter usado a Corretora do senhor, sem o seu conhecimento, para construir operações onde existiam irregularidades?

SR. CEZAR SASSOUN: Isso não está do meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, o senhor tem algum tipo de desconfiança que isso possa ter acontecido, ou, é completamente descartável essa possibilidade?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Está descartada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na visão do senhor, está descartada. O senhor, naturalmente, tem conhecimento de um processo administrativo da CVM, cujo número é 2004/543. Esse Processo Administrativo, ele, basicamente, faz referência a operações atípicas da LAETA, em opções flexíveis de IBOVESPA e dólar futuro, com, e sem período. Muito bem, exatamente, o que o senhor Funaro negociava com a Corretora do senhor, que são opções flexíveis e dólar futuro, foram os objetos do envolvimento do senhor, nesse processo da CVM, e, nesse processo da CVM, aparecem como clientes da LAETA, citados, o Eduardo Cosentino da Cunha. Quem é Eduardo Cosentino da Cunha?

SR. CEZAR SASSOUN: É um cliente da LAETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é proprietário de alguma Corretora?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, que eu saiba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele sempre operou como pessoa física?

SR. CEZAR SASSOUN: Também não sei, não saberia lhe dizer. É preciso verificar isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aparece o Sr. Lúcio Funaro, que nós, aqui, já citamos, cliente do senhor, aparece um cliente não identificado, porque não teve, naturalmente, o seu sigilo quebrado, aparece assim: Cliente 229, por conta da FER. FER é uma Corretora que está sendo investigada pela CPI. O senhor conhece a FER?

SR. CEZAR SASSOUN: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as principais transações da Corretora FER, com a LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: A Corretora FER, ela não tinha corretora na BM&F, então, ela transmitia ordens para a LAETA, para operar na BM&F. Ela foi nosso cliente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aparece, também, o Sr. Sérgio Guaraciaba Martins Reinas. O que é que o senhor me diria do Sr. Sérgio Guaraciaba?

SR. CEZAR SASSOUN: Ele trabalhou lá, ele foi operador, conosco, e, ele trabalha, às vezes, por conta própria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, ele tem um volume expressivo de operações com a LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Teve um volume, mas não expressivo. Trabalhou com a LAETA, mas não é expressivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Ricardo Luiz Sussmann(F).

SR. CEZAR SASSOUN: Sussmann(F). Também, ele era operador na LAETA e trabalhou por conta própria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, por final, aparece o ROLAND GARROS FIF, que é um fundo exclusivo da PRECE. Todos esses, eram os clientes de V.Sa. quando desse procedimento instaurado pela CVM, que indica operações atípicas, envolvendo a LAETA. Então, muito bem.

SR. CEZAR SASSOUN: Muito bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diante disso, V.Sa. diria que os procedimentos operacionais da Corretora LAETA estão em concordância com o arcabouço normativo que regulamenta o segmento de intermediação financeira, de forma a evitar circunstâncias que possam dar origem a eventos associáveis à lavagem de dinheiro, ocultação de beneficiários e descumprimento fiscal?

SR. CEZAR SASSOUN: Essa pergunta...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A minha pergunta é: Se a LAETA, ela tem as suas precauções para se enquadrar no arcabouço normativo que evite, que evite a associação das atividades da Corretora com lavagem de dinheiro, ocultação de beneficiários e descumprimento fiscal?

SR. CEZAR SASSOUN: É claro. Nós trabalhamos sempre dentro das normas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve algum período em que tais procedimentos não se enquadravam?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não houve?

SR. CEZAR SASSOUN: Não houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, a que é que V.Sa. atribui esse inquérito, esse Processo Administrativo, instaurado pela CVM, que acusa a empresa de V.Sa. de uma série de práticas, consideradas como atípicas e irregulares.

SR. CEZAR SASSOUN: Por exemplo? Eu quero saber qual é a prática irregular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Posso dizer todas.

SR. CEZAR SASSOUN: Pode.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operações atípicas, identificadas na LAETA: Um: Práticas fiscais e contábeis adotadas, as opções da LAETA em opções flexíveis de BOVESPA, com, e sem garantia, foram caracterizadas como não usuais, por envolver a renúncia de um resultado, da ordem de seis milhões, superior ao patrimônio da Corretora. Então, a primeira, são práticas fiscais e contábeis irregulares. A segunda, adulteração das notas de negociação com opções flexíveis na BM&F, por ação e iniciativa da LAETA, foram realizadas adulteração de notas e negociações com opções flexíveis. Existem sérios indícios de transferências de recursos, sem motivação econômica insustentável, ou seja, operação fraudulenta. Três: Controles internos e cadastros de clientes, ineficácia da LAETA de implementar e fazer cumprir controles internos eficazes, no sentido de manter o cadastro de seus clientes de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor. *Day trades* realizados por clientes da LAETA. Então, são contratos que, somente foram registrados posteriormente à execução e os clientes dessas operações de *day trades* são, como eu já disse aqui, o Sr. Eduardo Cosentino da Cunha, Lúcio Bolonha Funaro, FER Corretora; Sérgio Guaraciaba Martins Reinas; Ricardo Luiz Sussmann(F) e o ROLAND GARROS FIF. Conclusão: Das responsabilidades: Responsabilizados pelas obrigações previstas, o Sr. Cezar Sassoun, presumo eu, que, V.Sa, Diretor da LAETA, à época dos fatos, ficam, dessa maneira, sujeitos a penalidades previstas no Artigo 11, da Lei 6.385, uma vez que, o cadastro de clientes dessa distribuidora e o registro das ordens, assim como, a conduta adotada pela LAETA, ao adulterar as notas de negociação da BM&F, não estão registrados. A adulteração das notas de negociação, com opções flexíveis, da BM&F, com possível infração no disposto do Artigo 9º, da Lei 7.492, de 86 e do Artigo 15 da Resolução da CVM 1.120, de 86. Presumo eu, que V.Sa. tenha conhecimento desse procedimento administrativo da CVM.

SR. CEZAR SASSOUN: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o que V.Sa. me diz a respeito dele?

SR. CEZAR SASSOUN: Em primeiro lugar, essa operação, na qual nós perdemos os seis milhões, nós ainda estamos tentando recuperar esse dinheiro, agora, é muito difícil, porque trata-se de um cliente do exterior e não estamos conseguindo... Ele praticamente

quebrou, então, está difícil recuperar esse dinheiro. Em segundo lugar, quanto à adulteração das notas, é uma nota só que se refere à mesma operação, e, na qual nós recebemos... Como esse cliente tinha um saldo na FER, ele não ia pagar o diferencial que ele perdia, naquele dia, então, nós aceitamos receber esse saldo em troca... Como primeiro pagamento do prejuízo. Acontece que, esse saldo que nós recebemos, nós refizemos a nota por esse saldo que foi, realmente, o que nós recebemos. Nós não podemos lançar uma nota da BM&F, lançando seis milhões, quando nós não recebemos os seis milhões, então, nós fizemos a nota de acordo com que foi feito na contabilidade. É o que foi feito, foi tudo liquidado através da BM&F, eles estão sabendo e estão fazendo, agora, um jogo sujo contra a gente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. acusa a BM&F de estar fazendo jogo sujo, de que ordem?

SR. CEZAR SASSOUN: É claro. Em primeiro lugar, isso aqui está na CVM, já. Não precisava estar aqui. Isso está sob sigilo, não precisava estar na CPI. Não duvido das intenções da CPI, está tudo bem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Eu quero... Eu quero interromper V.Sa. mas...

SR. CEZAR SASSOUN: Mas, o senhor está agindo como fiscal da CVM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero interromper V.Sa, mas, quem diz aqui o que tem que estar ou não estar aqui na CPI sou eu e são os parlamentares, membros dessa CPMI. Não é V.Sa. Nos interessa todos os procedimentos da CVM, que é um órgão regulador do mercado, e que tem colaborado com a CPMI, transferindo para cá essas informações, assim como, a BM&F, eles não motivam, absolutamente, nenhum requerimento, quem os motiva são a CPMI, então, V.Sa. por favor, tenha mais cuidado com as colocações que faz.

SR. CEZAR SASSOUN: Sem dúvida. Desculpa. O que eu quero dizer é que isso aí já está sendo fiscalizado e está sendo falado com a CVM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, nem por isso, deixa de ser importante para a análise da CPMI. Eu quero saber, exatamente, como é que se deu essa operação, em que a LAETA foi responsável por um prejuízo de seis milhões.

SR. CEZAR SASSOUN: A LAETA não foi responsável pelo prejuízo, a LAETA ia ganhar seis milhões nessa operação, e não recebeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eram os envolvidos?

SR. CEZAR SASSOUN: Os envolvidos eram clientes da FER, que, tinha vendido umas opções, e não respeitou, quer dizer, na data da liquidação, ele não honrou a liquidação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. poderia explicar quem é que era o cliente da FER, que não honrou essa operação? Não, isso eu não posso falar. Isso aí, o senhor tem... O senhor tem da BM&F, mesmo. Está com o senhor, já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Falando na FER, V.Sa. pode nos explicar o desconto concedido a ela, evento associado a uma transação de que se iniciou em agosto de 2003, relativo a uma operação de opções flexíveis em favor do cliente não residente ALEGRO(F) CV, operação esta, que, no vencimento, não foi liquidada pela FER, e que, em seguida, a LAETA registrou um novo contrato, em 17 de setembro de 2003, com vencimento em 18 de fevereiro de 2004. Consta que, ao final dessas operações, a FER seria devedora de--

SR. CEZAR SASSOUN: Seis milhões. São aqueles seis milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, então--

SR. CEZAR SASSOUN: É a mesma operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso que eu pergunto a V.Sa.—

SR. CEZAR SASSOUN: O que aconteceu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ALEGRO(F) era este cliente, para o qual a FER estava operando?

SR. CEZAR SASSOUN: É. Ele não pagou, não honrou, a primeira vez. Então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CEZAR SASSOUN: Ele pediu para prorrogar, que foi agora em setembro, como o senhor viu aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi solicitada a prorrogação, de 17 de setembro de 2003, para 18 de fevereiro de 2004.

SR. CEZAR SASSOUN: Ele já não conseguia pagar, naquele tempo, e, naquele tempo, o diferencial daria, talvez, uns dois milhões, mas, nós aceitamos prorrogar, aí, quando ele prorrogou para fevereiro, o mercado foi, ainda, contra ele, mas ele não pagou, do mesmo jeito. Esse desconto trata-se daquilo que eu falei, a FER nos mandou o que ele tinha em conta

corrente e, nós aceitamos, como primeiro pagamento do prejuízo que, talvez, iríamos cobrar mais tarde, recuperar mais tarde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, efetivamente, houve um prejuízo de seis milhões, tomado pela empresa de V.Sa.--

SR. CEZAR SASSOUN: Não é prejuízo, deixei de ganhar. É diferente. Diferente do que perder dinheiro do capital. Eu deixei de ganhar seis milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, esse “deixei de ganhar”, quem ficou na outra ponta, foi a FER ou foi a ALEGRO(F)?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, é a ALEGRO(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ALEGRO(F). A FER foi uma mera intermediária dessa operação?

SR. CEZAR SASSOUN: É. Por isso que nós não conseguimos receber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que atitudes V.Sa. está tomando para recuperar esses seis milhões, que lhe são devidos?

SR. CEZAR SASSOUN: Nós já tentamos, várias vezes, o contato com o suposto dono da ALEGRO(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é o suposto dono da ALEGRO(F)?

SR. CEZAR SASSOUN: Nós não sabemos. Não conseguimos achar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Onde é que fica situada a ALEGRO(F)?

SR. CEZAR SASSOUN: A ALEGRO(F), eu acho que é na Holanda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na Holanda? Agora, o senhor faz uma operação dessa monta, sem buscar as precauções devidas para saber das garantias que lhe podem ser dadas, a partir do cliente que está na outra ponta?

SR. CEZAR SASSOUN: Existe isso aí, no mercado, ter um mercado com garantias, e sem garantias, e, no começo, eu fiz uma operação pequena, o risco, para mim, é só o preço das opções.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse risco está avaliado em quanto?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não lembro. Uns duzentos mil reais, cem mil reais, não sei, não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso, o senhor, efetivamente, perdeu?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, não perdi, eu recebi um pedaço do dinheiro, no final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor recebeu quanto?

SR. CEZAR SASSOUN: Aqueles duzentos e cinquenta mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Duzentos e cinquenta mil?

SR. CEZAR SASSOUN: É, duzentos e poucos mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, o senhor deixa de ganhar seis milhões, e é como se isso não tivesse trazido um impacto forte, na empresa do senhor. O senhor não está preocupado em ir atrás desses seis milhões?

SR. CEZAR SASSOUN: Nós fomos atrás, não conseguimos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí, se deu por satisfeito?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, estamos, ainda... Ele está tentando, ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem, está tentando?

SR. CEZAR SASSOUN: O Advogado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Advogado do senhor?

SR. CEZAR SASSOUN: É, o meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, o que é que a FER vem fazendo, para colaborar com a recuperação desses seis milhões?

SR. CEZAR SASSOUN: A FER... Praticamente, nada. A FER fechou, ela não está mais trabalhando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, não há nenhuma responsabilização dos--

SR. CEZAR SASSOUN: Não. São operações sem responsabilidade, elas são registradas na bolsa, mas, sem responsabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. entende como sendo regular a ocorrência de ordens de operação, emitidas após o encerramento do Pregão?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é regular?

SR. CEZAR SASSOUN: Não é regular. Mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o que diria da realização de compra e venda, sem as respectivas ordens da contraparte?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não estou ao par.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós estamos falando de duas coisas. Primeiro, da ocorrência de ordens de operação, as ordens, elas são emitidas depois que o Pregão fechou. É a primeira coisa. Depois, nós estamos falando da realização de compra e venda, sem a respectiva ordem da contraparte. São duas diferentes ações, as duas são irregulares. V.Sa. concorda?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não estou ao par, também. Preciso ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto, em tese, primeiro.

SR. CEZAR SASSOUN: Em tese, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As duas são irregulares. Muito bem. Agora, V.Sa. sabe que a LAETA, e sobre a LAETA recaem as duas acusações, de ter realizado, de ter emitido ordens, depois que o Pregão fechou e de ter emitido ordens de compra e venda, sem que a ordem tivesse tido correspondência na contraparte?

SR. CEZAR SASSOUN: Não estou ao par. Mas, eu posso verificar, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não está a par?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu posso citar aqui, o seguinte, o relatório em análise, ele aponta vários casos desse, na LAETA.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Posso citar as ordens 3461, 2572, 4688, 2573, 2570, e, por aí, lá vai. Ou seja, uma série de ocorrências, com essas duas irregularidades, e, V.Sa. me diz que a empresa de V.Sa. cumpre, fielmente, tudo aquilo que prevê os regulamentos e as normas legais? Como é que V.Sa. então, me explica essa incongruência, essa distorção?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu preciso verificar lá. Eu verifico para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe um proce-

dimento instaurado contra a empresa de V.Sa. e V.Sa. não conhece os detalhes desse procedimento?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não está preocupado com esse procedimento?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, eu vou me defender, pelo que tiver de se defender, vamos nos defender.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. é acusado por um órgão regulador de lavagem de dinheiro, e não se preocupa com isso?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não lavei dinheiro nenhum, isso o senhor é que está falando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Não sou eu quem falo--

SR. CEZAR SASSOUN: Quem falou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem está levantando essa suspeita, são os órgãos reguladores, com os procedimentos que foram instaurados e que nós temos acesso.

SR. CEZAR SASSOUN: Nós vamos nos defender.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. mantém as suspeitas que levantou, sobre uma perseguição, por parte da bolsa? À empresa de V.Sa.?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não comento isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi V.Sa. que nos disse, aqui.

SR. CEZAR SASSOUN: Pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, não é, ou pode ser?

SR. CEZAR SASSOUN: Não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é?

SR. CEZAR SASSOUN: Não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é. Então, V.Sa. aqui se manifestou, talvez, extrapolando, aqui (?).

SR. CEZAR SASSOUN: É, estava nervoso, talvez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para especificar um pouco mais, ainda no âmbito das irregularidades, envolvendo ordens das transações e seus registros, em sete de maio de 2004, o Fundo ROLAND GAR-

ROS é um fundo exclusivo da PRECE, adquiriu cinco contratos de dólar futuro, às 09h13, mas, a ordem só foi registrada às 16h59. Estou, aqui, trazendo um exemplo claro, para o senhor tentar reavivar sua memória. Neste mesmo dia, indica o relatório da CVM, o ROLAND GARROS adquiriu mais vinte contratos de dólar futuro, embora a LAETA não tenha apresentado as respectivas ordens, em 21 de maio de 2004, o fundo ROLAND GARROS adquiriu dez contratos de dólar futuro, sem respaldo das respectivas ordens de compra. Isso não seria uma das formas de se eleger ganhadores, de acordo com o sistema de conluio?

SR. CEZAR SASSOUN: Sistema de conluio? O que é que é isso aí?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, eu presumo, que essas operações aqui, elas passaram, e V.Sa. nos disse aqui, por um conhecimento da LAETA, é claro, e do Fundo ROLAND GARROS. Nós vamos ter que buscar os responsáveis, no Fundo ROLAND GARROS, se o gestor, se o administrador. Agora, não registrar a ordem imediatamente, esperar passar-se um tempo enorme, não é uma forma de você escolher quem vai ganhar e quem vai perder?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, pode ser um erro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós estamos diante de um vício do processo de alocação. V.Sa. teria a obrigação de registrar, imediatamente, a ordem, e não registrou. Por que é que não registrou a ordem?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu preciso verificar, Deputado. Eu não sei. Eu não fico na Mesa. Eu sou Presidente da companhia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não controla as pessoas que operam sua Mesa?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Controlo no fim do dia, mas não controlo operação por operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, vamos entender. Como é feito esse controle ao fim do dia?

SR. CEZAR SASSOUN: Ao fim do dia, eu verifico as notas, se foram tiradas de todas as operações e a parte financeira, e só. Essa parte ela fica no (?).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E V.Sa. não tem como, evidentemente, no caso que for, verificar distorções na operação da Mesa de V.Sa.?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem?

SR. CEZAR SASSOUN: Não tenho. Só se for uma coisa grande, mas, uma coisa pequena... Vamos falar que, cinco lotes, não é uma ordem muito grande no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós aqui, exemplificamos 35 contratos, sendo que, 25 contratos, feitos um dia e, 10 contratos, em outro.

SR. CEZAR SASSOUN: Em outro dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existem uma série de outras ordens, portanto, de outros negócios, que foram realizados com essa mesma característica.

SR. CEZAR SASSOUN: É difícil verificar, mas, podemos verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando V.Sa. tomou conhecimento desse procedimento da CVM, qual foi a reação de V.Sa.?

SR. CEZAR SASSOUN: Qual foi a reação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, porque--

SR. CEZAR SASSOUN: Nós respondemos ao procedimento da CVM. Já está respondido. Tem uma... Coisa de defesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. se considera totalmente isento de qualquer responsabilidade de todos esses fatos que foram levantados pelo procedimento administrativo da CVM?

SR. CEZAR SASSOUN: Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se considera isento?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu posso (?)... Eu nem sabia disso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. V.Sa. sabia, tanto sabia, que disse que—

SR. CEZAR SASSOUN: Soube depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Respondeu.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece os termos do Artigo, 16 da Lei 9.311?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Artigo 16, ele faz referência às aplicações financeiras de renda fixa e variável, e aí, ele diz o seguinte: “Serão efetivadas, somente, por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação ou do mu-

tuário, ou por cheque de sua emissão”. E aí continua. Bem como, aqueles da instrução CVM 311, os termos da instrução CVM 311, que trata da caracterização das operações, no âmbito da Lei 9.613, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Muito bem. No que dispõe o Artigo 16, Incisos IV e V, sobre intermediação e distribuição de valores mobiliários, verificamos o seguinte: “O recebimento de recursos de terceiros, para liquidação de operações em nome dos clientes da Corretora, contribui para que as operações contemplem características que possam contribuir para burlar a identificação dos efetivos envolvidos e/ou beneficiários. Em outras palavras, acolher recursos de terceiro para saldar a posição de seus clientes é um procedimento associado à lavagem de dinheiro”. V.Sa. concorda com esse entendimento da CVM?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não concorda?

SR. CEZAR SASSOUN: Não concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que discorda?

SR. CEZAR SASSOUN: Discordo, porque, se dinheiro é jogado na conta desse outro cliente, aí pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como? Explique melhor, por favor.

SR. CEZAR SASSOUN: Se é transferido da conta de um para o outro, diretamente, aí sim, ela tem razão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. E Então? Nós estamos procurando saber o seguinte: V.Sa. acolheu recursos de terceiros e usou aqueles recursos para saldar posições de outros clientes. Isso é considerado lavagem de dinheiro. V.Sa. concorda?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Eu não usei de recursos de um para saldar a conta do outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos entender, aqui, algumas situações.

SR. CEZAR SASSOUN: Vamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 12 de março de 2004, seiscentos mil reais, da ROYSTER SERVIÇOS S.A... Essa empresa, me parece, que é de propriedade do Sr. Lúcio Bolonha Funaro. V.Sa. concorda?

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, seis-

centos mil reais, da ROYSTER, foram acolhidos pela LAETA, para a quitação da posição do cliente ERSTE BANKING EMPREENDIMENTOS LTDA. A que é que o senhor atribui? Recursos da ROYSTER, seiscentos mil reais, em 12 de março de 2004, terem servido para a ERSTE.

SR. CEZAR SASSOUN: Mas, eles pediram, para fazer isso aí. O senhor tem que perguntar para ROYSTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Funaro pediu...

SR. CEZAR SASSOUN: Pediu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A V.Sa. para transferir recursos...

SR. CEZAR SASSOUN: De uma para outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De uma para outra. Da ROYSTER para a...

SR. CEZAR SASSOUN: ERSTE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ERSTE.

SR. CEZAR SASSOUN: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Em 14 de abril de 2004, sete milhões, seiscentos... Sete milhões... Me perdoe, setenta e seis mil, quinhentos e três reais, do ERSTE BANKING, foram acolhidos pela LAETA, para quitação das operações da ROYSTER, ou seja, agora—

SR. CEZAR SASSOUN: É o contrário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais uma vez, a gente tem as duas empresas, a ERSTE e a ROYSTER.

SR. CEZAR SASSOUN: Eles, também, pediram para fazer isso aí. Tem as cartas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode haver, por parte dessa extensão do Sr. Funaro, de utilizar dessas empresas, ora uma quitando em benefício da outra e vice-versa, pode existir aí, interesse em ocultar alguma coisa?

SR. CEZAR SASSOUN: Como é que eu vou responder pelo Sr. Funaro?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor, como operador do mercado e com a expertise que possui.

SR. CEZAR SASSOUN: Não, eu não sei, não posso lhe responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Novamente, em 3 de maio de 2004, cento e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais do ERSTE BANKING, foram acolhidos, de novo, em favor da ROYSTER. Em 30 de abril de 2004, cento e trinta e três mil e duzentos e vinte reais, do ERSTE, saldaram a posição do Sr. Lúcio Bolonha Funaro. Este fato se repetiu em 3 de maio de 2004, no valor de quarenta e seis mil e seiscientos e vinte, em 7 de maio de 2004, igualmente, com cento e sessenta e um mil e setecentos reais. Houve, também, acolhimento de recursos da ROYSTER, em favor do Sr. Lúcio Funaro, em 10 de maio de 2004, cento e trinta e sete mil, cento e trinta reais, e, 11 de maio de 2004, cento e noventa e o oito mil e oitocentos e setenta reais. Todas essas operações, consideradas como suspeitas e atípicas pela CVM. A que é que o senhor atribui isso?

SR. CEZAR SASSOUN: A ROYSTER é do próprio Sr. Lúcio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que é.

SR. CEZAR SASSOUN: Então. Precisa perguntar para ele. Está tudo lançado na contabilidade dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, eu lhe pergunto: De repente se o Sr. Lúcio Funaro solicitasse ao senhor para fazer uma operação, que não estava padronizada com o regulamento da CVM, o senhor faria?

SR. CEZAR SASSOUN: Claro que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, por que fez?

SR. CEZAR SASSOUN: Mas, isso aqui é transferência de dinheiro, de uma conta para outra, que ele está pedindo, com uma carta, sendo que, as duas contas são dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha todo esse controle das solicitações feitas pelo Sr. Lúcio Funaro, com as cartas, com os registros, tudo...

SR. CEZAR SASSOUN: Temos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além dessas empresas, que nós aqui citamos, ROYSTER, ERSTE BANKING, e do Sr. Lúcio Funaro, esse tipo de operação aconteceu, se repetiu em outras ocasiões?

SR. CEZAR SASSOUN: Não saberia lhe dizer agora, mas, podemos verificar. Às vezes eles pedem. Ele tem mais uma firma que se chama STOKLOS(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): STOKLOS AVENDIS(F). Correto?

SR. CEZAR SASSOUN: Correto. Ele pode ter tido. O dinheiro é dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entre janeiro e julho de 2002, a LAETA atuou como titular, para carteira própria, em quatro contratos de opções de vendas flexíveis de dólar, sem garantia à BM&F, contra o lançador, que foi a CORRETORA SÃO PAULO. Nestes quatro contratos, a LAETA pagou prêmios, no valor total de quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e noventa reais: Contrato 20101929-9, com o prêmio de noventa e oito mil, Contrato 20301717-0, com prêmio de oitenta e nove mil, Contrato 20500489-0, com prêmio cento e oitenta e quatro mil e duzentos e quarenta e Contrato 20700834-5, com o prêmio de cento e oitenta e três mil e cento e cinquenta reais. Insisto, um valor total de quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e noventa reais. Interessante, que, em todos os contratos, os preços de exercício eram, substancialmente, inferiores àqueles do preço *spot*. Quem estruturava estas operações?

SR. CEZAR SASSOUN: Ninguém estruturava. Eu não sei o que é que o senhor quer dizer com preço de exercício. Estava baixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou demonstrar ao senhor...

SR. CEZAR SASSOUN: Em primeiro lugar, nós temos que por uma coisa clara.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CEZAR SASSOUN: Essas operações foram feitas, com opções de venda. Essas opções de venda funcionam, quando o mercado cai. E o mercado, nas quatro vezes dessa operação, subiu. Então, o preço de exercício não podia ser exercido, porque dava mais prejuízo. Eu estava especulando que o dólar ia cair, e o dólar subiu em todo esse tempo aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho aqui o detalhamento das operações e posso--

SR. CEZAR SASSOUN: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Posso lhe mostrar, todas estão aqui, envolvendo, sempre, a CORRETORA SÃO PAULO.

SR. CEZAR SASSOUN: A CORRETORA SÃO PAULO é só intermediadora, ela tinha um cliente que... Normalmente, essas operações foram seguidas, porque eu continuei tentando recuperar o dinheiro, esperava o dólar cair e, meu *timing* foi completamente errado. Infelizmente, eu devia ter feito essas operações, seis meses depois, porém, cada vez que... O preço de exer-

cício era 2,28 e o preço do... era 2,38. Então, não valia a pena exercer, senão eu perderia mais dez centavos. O senhor entendeu, ou não entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entendi, claro.

SR. CEZAR SASSOUN: Entendeu. Então, por que é que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não, a pergunta não é essa. A pergunta é a recorrência. A gente verifica o seguinte--

SR. CEZAR SASSOUN: Eu continuei a especulação, para tentar recuperar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quanto é que senhor realizou, de perda?

SR. CEZAR SASSOUN: Quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e noventa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para sua Corretora?

SR. CEZAR SASSOUN: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo, colocado contabilmente, lançado contabilmente, essa perda--

SR. CEZAR SASSOUN: Sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na sua Corretora?

SR. CEZAR SASSOUN: Isso aqui é liquidado através da BM&F.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não poderia, aí, estar havendo uma transferência de recursos, por meio da CORRETORA SÃO PAULO?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, nenhuma, de nenhum jeito. Isso aqui é pago, através da BM&F, não tem cheque nenhum, é... Liquidações de todo dia, da BM&F.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, essas operações aqui, elas também foram alvo de investigação, e, o senhor está sabendo.

SR. CEZAR SASSOUN: Foram alvo, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se fossem completamente regulares, elas não estariam dentro de um procedimento administrativo, da Instituição, como suspeitas.

SR. CEZAR SASSOUN: Elas podem parecer suspeitas, mas não são suspeitas. Tem que ser provado tudo isso aí e, uma pessoa pode especular e,

na bolsa, é normal. Ele tem prejuízo, o que é que ele vai fazer?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que...

SR. CEZAR SASSOUN: É proibido ter prejuízo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não é proibido ter prejuízo, porém, é difícil de explicar, pelos prazos em que essas operações aconteceram--

SR. CEZAR SASSOUN: Que prazos? Cada vencimento a gente jogava mais para frente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sempre envolvendo a CORRETORA SÃO PAULO, de um lado, e, estando a CORRETORA SÃO PAULO como--

SR. CEZAR SASSOUN: Ele tinha um vendedor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, conclua. Eu vou deixar o senhor concluir.

SR. CEZAR SASSOUN: O senhor tem razão, era sempre a CORRETORA SÃO PAULO, mas, é que ele tinha um vendedor. Geralmente, essas operações são feitas com dois especuladores, um que pensa que vai subir, e outro, que pensa que vai cair. E ele tinha um mesmo vendedor, não sei que vendedor que tinha, mas, ele atuava bastante nesse mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, V.Sa. há de convir que, no mínimo, poderiam não ter realizado essa perda de quinhentos e cinquenta e quatro mil reais.

SR. CEZAR SASSOUN: Mas... Sem dúvida, mas se eu fizesse essas operações, hoje, eu ganharia sete milhões de reais, ou dez, ou vinte. O dólar foi de 3,40 para 2,20. Quanto é que eu ganharia, se fizesse um ano depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que, as suspeitas do mercado a respeito dessas operações, que aqui estão, elas indicavam em duas linhas, ou de transferência de recursos, por meio da CORRETORA SÃO PAULO, ou daquela famosa e conhecida operação “esquenta-esfria” na qual, de um lado, alguns precisam apresentar perdas fictícias, para reduzir encargos fiscais, e outros precisam esquentar recursos sem origem conhecida. O senhor sabe que essas foram as duas suspeitas.

SR. CEZAR SASSOUN: Existe. Mas isso aqui, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor acha

que isso aqui foi, apenas, uma escolha errada que V.Sa. fez?

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas isso?

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que, a mesma CORRETORA SÃO PAULO, serviu para intermediar uma série de operações do Sr. Lúcio Bolognha Funaro?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Eu sei que ele era cliente lá, só, mas, não sei quais são as operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Sr. José Carlos Batista?

SR. CEZAR SASSOUN: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele também operou com a LAETA.

SR. CEZAR SASSOUN: Operou com a LAETA, um tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na pessoa física?

SR. CEZAR SASSOUN: Na pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sempre operou na pessoa física?

SR. CEZAR SASSOUN: Sempre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabia que o Sr. José Carlos Batista, dono da Corretora GUARANHUNS, também, é cliente da CORRETORA SÃO PAULO?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu soube pelos jornais, na verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabia que nós fizemos uma análise, que demonstra uma coincidência muito suspeita do volume de operações, dessas pessoas, com a Corretora de V.Sa. e com a CORRETORA SÃO PAULO?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Reforçando, assim, a suspeita. Eu quero dizer aqui, que é suspeita, o senhor está tendo oportunidade de apresentar as suas razões, mas, demonstrando aqui a suspeita de que poderia estar havendo uma transferência de recursos.

SR. CEZAR SASSOUN: Não estou sabendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece, esteve ou está associado, e aí eu vou falar aqui—

SR. CEZAR SASSOUN: Vários nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma série de nomes, que figuram sempre como clientes de certas Corretoras, que operam no mercado de opções flexíveis de dólar. A PULLNET(F) S.A?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece?

SR. CEZAR SASSOUN: PULLNET(F), Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Investidor estrangeiro, com sede no Uruguai.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Marcelo de Abreu Borges?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente da PULLNET. UTC ENGENHARIA S.A.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. Wellington Luiz Silva Correia.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também, não. Ed Vartu Jean(F).

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ari Teixeira de Oliveira Ariza.

SR. CEZAR SASSOUN: Ariza?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Ariza, não, não sei quem é Ariza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ari Teixeira... Ele é operador autônomo, trabalhou com a CORRETORA SÃO PAULO--

SR. CEZAR SASSOUN: Ah, o Ari? Eu conheço o Ari. Ari. Ariza, não sei quem é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. É porque o nome dele é Ari Teixeira de Oliveira Ariza.

SR. CEZAR SASSOUN: Ah, conheço ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhece ele. Ele realizou operações com a LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. Mauro Lanca Freitas Vale.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Francisco Vargas e Silva.

SR. CEZAR SASSOUN: Também, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria... Vamos agora passar para os problemas com os derivativos, as operações na BM&F. Partindo do princípio que os investimentos encontrados futuros têm seus preços ajustados ao final do dia, em que são negociados e, que esses ajustes podem ser positivos, ou negativos, nesse mesmo dia, o senhor acredita que uma negociação no mercado futuro oferece probabilidades iguais de ocorrência de ajustes positivos ou negativos no primeiro dia, considerando um horizonte extenso de pregões?

SR. CEZAR SASSOUN: Se pode ser positivo, ou negativo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que a probabilidade, ela é de 50%, para um lado e para outro. Os ajustes, então, podem ser positivos ou negativos.

SR. CEZAR SASSOUN: Está certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. concorda com isso?

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Informaremos ao senhor, alguns dados sobre a performance das transações realizadas pela LAETA com alguns Fundos de Pensão, envolvendo contratos futuros, durante a sua gestão e, gostaríamos de ouvir--

SR. CEZAR SASSOUN: A minha gestão, não. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, durante a... é, porque o senhor é o sócio.

SR. CEZAR SASSOUN: [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A sua gestão--

SR. CEZAR SASSOUN: A gestão do Fundo.[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, do senhor,

como proprietário e do Fundo, na nossa investigação de cinco anos.

SR. ISAAC SASSOUN: É. Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só... Eu vou fazer diferente. Vai trazer um prejuízo para os jornalistas, mas, como nós temos aquela proibição, com referência à PRECE, eu não vou apresentar os demonstrativos, vou apenas comentar e apresentá-los, pessoalmente, ao Sr. Cezar. Esse primeiro quadro, ele mostra o desempenho de cinco Fundos de Pensão com o mercado, incluindo as operações da LAETA, ou seja, o seu desempenho geral, desses cinco Fundos de Pensão, isso aqui é só um demonstrativo. Esse segundo, demonstra o desempenho dos Fundos, dos mesmos cinco Fundos, com as corretoras, excluindo a LAETA, ou seja, quando esses Fundos de Pensão, a NÚCLEOS(F), a POSTALES(F), a PRECE, a SERPROS e a SISTEL operam com outras corretoras, que não a LAETA, eles têm esse desempenho aqui. Como é percentual, eu não tenho problema de falar o percentual, eu, só não posso, mostrar os números, mas a NÚCLEOS(F), ela tem, de ajuste negativo, em geral, 60%, correspondendo a 38 % dos valores negociados, A POSTALES(F), 74%, correspondendo a 71% dos valores negociados, a PRECE, 59% das operações, correspondendo a 39% dos valores negociados, a SERPROS, 68% das operações, correspondendo a 88% do valor negociado, a SERPROS 52% das operações, correspondendo 35% dos valores negociados e a SISTEL, 57% das operações, correspondendo a 39% dos valores negociados, de ajuste negativo. Aí, vem o que nos interessa, que é o desempenho desses Fundos de Pensão, quando eles operam com a Corretora LAETA, ou seja, os ajustes negativos e positivos, ao fim do primeiro dia, feitos nas operações intermediadas pela Corretora LAETA. E, aqui, eu vou chamar a atenção de V.Sa. principalmente, para dois Fundos de Pensão, que foram aqueles que registraram o maior volume de problemas com a Corretora LAETA. Nos referimos à PRECE e à SISTEL, então, a PRECE e a SISTEL foram os dois Fundos de Pensão que, em volumes absolutos, apresentaram a maior quantidade de ajustes negativos na BM&F, nessa ordem, a PRECE, primeiro e a SISTEL, em segundo. E, não por acaso, nas duas Fundações, aparecem, recorrentemente, nas suas operações a Corretora de V.Sa. Então, eu chamo a atenção aqui para o caso da PRECE, são 3732 operações, com ajustes negativos.

SR. CEZAR SASSOUN: (?) contratos, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É. Com ajustes negativos. Do outro lado, 1087 com ajustes positivos,

não vou falar os valores, V.Sa. pode ver aqui, pelo respeito ao sigilo. Só que, o que é que acontece no caso da PRECE? Em 77% das operações, da LAETA com a PRECE, os ajustes são negativos para a PRECE, correspondendo a 76% dos valores negociados, no caso da SISTEL, a situação ainda é mais grave, o senhor pode ver aqui, 3201 operações, para um lado, 668 para o outro, os valores estão aqui. Em 83% das operações, os ajustes são negativos para a SISTEL, isso, correspondendo a 88% dos valores negociados, então, nós apuramos as perdas que os Fundos tiveram, que são os ajustes negativos a eles atribuídos, e nos interessava saber o que é que estava por trás daqueles ajustes negativos para entender se era algo normal, ou anormal, à luz do mercado. E, no caso da PRECE e da SISTEL, o que é que a gente percebe? Que, em, aproximadamente, 80%, no caso da SISTEL, pouco mais, no caso da PRECE, um pouco menos, mas, em geral, em 80% das operações com esses Fundos de Pensão, a LAETA promove ajustes negativos ou participa--

SR. CEZAR SASSOUN: Desculpe. Nós não promovemos nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero que V.Sa. espere eu concluir. Ou, pelo menos, participa de operações em que os ajustes negativos são atribuídos para os Fundos de Pensão. Fiz mais, para ajudar V.Sa. Procurei fazer uma análise, no caso da PRECE e da SISTEL, ano a ano, para saber como foi o desempenho desses dois fundos no mercado de derivativos. O senhor pode ver aqui, no caso da PRECE, 2000, não registra problemas com a LAETA, com as operações que envolvem a LAETA, 2001, eu diria que, dentro, completamente, dentro de um padrão de mercado, 50% das operações, que correspondem a 49% dos valores, 2002, sem problemas. No caso da PRECE, os problemas se verificam, se registram em 2003 e 2004, principalmente, pelos volumes, mas, também, em 2005. Então, V.Sa. pode ver que as operações no mercado de derivativos, que envolvem o Fundo de Pensão PRECE, elas apresentam ajustes negativos para esse fundo, operações que estão envolvidas a corretora de V.Sa, depois vamos apurar as responsabilidades, é por isso que eu quero que V.Sa. sempre, espere eu concluir, mas, V.Sa. pode ver, 2003, 2004 e 2005 são os anos dos problemas. Com a SISTEL, 2000 sem problemas, 2001 sem problemas, e aí os problemas, eles se verificam, substancialmente, em 2002, 2003 e 2004, porém, chamo a atenção para o ano de 2003, que é um ano com um volume muito grande de operações, envolvendo a SISTEL, já 2005, não vai ter problema. Então, toda essa análise foi feita para nós

entendermos porque, de 2002 a 2004, principalmente, essas operações de BM&F, elas registraram ajustes negativos para o Fundos de Pensão, e, nelas, estavam envolvidas a Corretora LAETA. Diante desse quadro, diante desses dados, nós não estamos aqui fazendo ilações, nem suposições, são dados concretos, eu perguntaria ao senhor, como é que se pode explicar esse percentual tão elevado de ajustes negativos, promovidos para as Fundações, nas operações em que a LAETA participa?

SR. CEZAR SASSOUN: A LAETA participa, simplesmente, como Corretora. A LAETA não participa nas tomadas de decisões de venda, nem de compra, desses fundos todos. O senhor deixa a entender que a LAETA ganhou o que os Fundos perderam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu não deixo a entender.

SR. CEZAR SASSOUN: O senhor fala que participa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não fiz nenhuma observação. Eu estou apenas partindo de um dado concreto, todas elas são operações em que a LAETA participou, todas, isso aqui é um dado concreto, meu senhor, então, nós estamos diante, aqui, de operações que a LAETA participa e que os ajustes negativos são feitos para os Fundos, eu quero saber por quê? Se o senhor não tem responsabilidade, me diga de quem é.

SR. CEZAR SASSOUN: A responsabilidade é dos gestores, que deram essas ordens dos Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dos gestores dos Fundos?

SR. CEZAR SASSOUN: Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nos casos de operação em carteira própria?

SR. CEZAR SASSOUN: Que carteira própria?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o fundo está operando de carteira própria, de quem é a responsabilidade?

SR. CEZAR SASSOUN: É dele mesmo, ele é que dá as ordens. É o próprio gestor, que dá as ordens, nós não damos ordens nos Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a seleção dos ajustes, negativos e positivos, foram feitas a partir de ordens dadas pelos fundos?

SR. CEZAR SASSOUN: Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a LAETA não tem nenhuma responsabilidade nisso?

SR. CEZAR SASSOUN: Claro que não. A LAETA não dá ordem nos fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, meu senhor. Eu estou fazendo uma referência, é importante o senhor entender, aos ajustes feitos ao final do primeiro dia de operação, positivos para um lado e negativos para outro. O senhor acha que... Então, como é que se explica essa recorrência, nas operações que a LAETA participa?

SR. CEZAR SASSOUN: O senhor, ainda, precisa perguntar por que o gestor deu aquelas ordens naqueles dias, e daquele jeito. Eu não posso saber. Eu simplesmente—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é suspeita?

SR. CEZAR SASSOUN: Faço as ordens... Não, não é suspeita e não posso discutir a ordem, também. Se ele me manda vender... E, eu acho que é uma ordem meio catastrófica, eu tenho que vender, eu não posso discutir com ele. Nós somos obrigados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E de quem é a responsabilidade pelo processo de alocação?

SR. CEZAR SASSOUN: O processo de alocação do que? Do prejuízo do primeiro dia?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CEZAR SASSOUN: É do mercado. Vamos supor que ele tenha comprado mil contratos, se o mercado subiu, ele tem que receber dinheiro, se caiu, ele tem—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, não é isso que está--

SR. CEZAR SASSOUN: De quem é a responsabilidade, então?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é isso que está em questão. O que está em questão... E, aqui vou trazer um outro quadro comparativo, quando a LAETA, Corretora de propriedade de V.Sa, está operando com esses dois Fundos, principalmente. Com a PRECE e com a SISTEL, que foram os fundos que apresentaram o maior volume de ajustes negativos, então, quando a LAETA opera com esses dois Fundos, os ajustes negativos são, todos, atribuídos ao Fundo e, os ajustes positivos, a uma outra parte. Certo? É isso que estou dizendo. Eu lhe pergunto: Por que é que quando a

LAETA opera com o mercado em geral, o percentual de atribuição dos ajustes positivos e negativos é diferente? Eu posso lhe mostrar aqui. Nas operações do senhor com o mercado, em 50% delas, os ajustes são positivos para um lado e, negativos para outro. Correspondendo, nesse caso, a 48% dos valores negociados de ajustes, então, isso, que é 50%, que é o correto, é o padrão do mercado, muda, e, quando a gente fala da PRECE, ou quando a gente fala da SISTEL, o que é 50% do desempenho aqui, passa a ser, no caso da PRECE 77% de ajuste negativo, correspondendo a 76% do valor e, no caso da SISTEL, 83% de ajuste negativo, correspondendo 88% do valor. Eu quero que o senhor me explique, por que é que a LAETA, operando com o mercado, ela, nas suas operações e... Não estou querendo atribuir responsabilidades ao senhor, mas, nas operações que a LAETA está envolvida, os ajustes são normais, estão padronizados, respeitam a lógica, e, com os Fundos PRECE e SISTEL, não.

SR. CEZAR SASSOUN: Continuo dizendo, eles deram essas ordens, naquele tempo. A responsabilidade é deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a responsabilidade é dos Fundos de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Dos gestores dos Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Não existe nada que levante alguma suspeição do porquê da concentração, no caso da PRECE, nos anos de 2003 e 2004 e, no caso da SISTEL, nos anos de 2002 e 2003?

SR. CEZAR SASSOUN: Não poderia responder a essa pergunta. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe?

SR. CEZAR SASSOUN: Não existe, não. Eles podem ter trabalhado mais com a gente do que com outras Corretoras. Isso pode acontecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, eram gestores dos fundos exclusivos que faziam a escolha de com que Corretoras operar, ou essas escolhas eram feitas pelos próprios Fundos de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Pelos gestores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelos gestores?

SR. CEZAR SASSOUN: E pelos administradores, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E pelos administradores. Nós temos, também, aqui, uma análise sobre operações que envolvem títulos públicos. Eu tinha lhe explicado, aqui a nossa linha de observação, qual é? Uma variação substantiva, no valor negociado de cada título público, dentro de um mesmo dia. Muito bem. Registram-se problemas aqui, envolvendo a LAETA com a PRECE e com a PETROS. Como esse valor da PETROS, na minha opinião, é um valor não muito expressivo, eu vou ficar fiel, aqui, ao que se verifica na PRECE. Por dever do sigilo, eu não posso lhe dizer os números, mas, o senhor pode ver, quanto, no acumulado, se registra de perdas para a PRECE, em 2003, com a LAETA, aqui, apenas, com a LAETA porque esse volume é muito maior, e, em 2004, o senhor vê aqui, esses dois números. Muito bem. Ainda adiante, se o senhor quiser, eu posso lhe dar um demonstração de um exemplo prático de uma operação. Nós temos aqui, no dia 4 de fevereiro de 2004, sendo negociados títulos NTNC, com vencimento para primeiro de julho de 2017, aí vem aqui a PRECE Previdência Complementar, e vende para a LAETA. Aqui nós temos a quantidade, e, aqui, nós temos o preço, depois, a LAETA vende para a QUANTIA, com uma pequena variação, depois a QUANTIA passa esse mesmo título para o FIXA, CCTV M, já com uma elevação completamente incompatível com o mercado. Eu perguntaria: O senhor acha que pode ter havido, aqui, uma manipulação da QUANTIA, para que a QUANTIA pudesse ganhar esse resultado de, nessa operação, eu não posso citar, mas, o senhor pode ver aqui, num dia só?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não posso lhe dizer nada sobre a QUANTIA. Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor, no caso, aqui, a LAETA, a PRECE comprando para a LAETA.

SR. CEZAR SASSOUN: Não, vendendo para a LAETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Desculpe. Vendendo para a LAETA, a PRECE vendendo para a LAETA, nessa operação aqui--

SR. CEZAR SASSOUN: Nós ganhamos algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. Como é que era verificada a ordem de negociação do preço?

SR. CEZAR SASSOUN: Geralmente, a gente vê se tem um comprador, e a que preço ele pode comprar, e, aí, a gente informa, por exemplo, à PRECE, a Mesa informa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A PRECE poderia ter vendido para o FIXA(F), essa mesma quantidade de títulos pelo valor que a QUANTIA vendeu, e não pelo valor que ela vendeu à LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Não posso lhe dizer. Não sei. A PRECE não trabalha, talvez, com essa Corretora, não sei. Ou essa Corretora tem um cliente, em especial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A PRECE, ela trabalha com a QUANTIA, e bastante.

SR. CEZAR SASSOUN: Mas, não trabalha com a FIXA(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas, o senhor pode perceber que a PRECE aqui vendeu títulos, com um preço muito inferior ao que, no mesmo dia, a QUANTIA vendeu para a FIXA(F).

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não posso saber o que é que é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem como—

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Como verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Explicar?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sabendo que, os títulos da dívida agrária são de difícil negociação no mercado, quem é que realizava, na PRECE, quem é que determinava as ordens de compra e venda desse papel, com a LAETA? Foram negociados TDAs, que, em 2004 o volume dá...

SR. CEZAR SASSOUN: Seis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse valor, aqui, eu não posso falar—

SR. CEZAR SASSOUN: (?).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2005, esse—

SR. CEZAR SASSOUN: Esse valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Montante. Como é que eram feitos esses acertos para compra e venda de TDA?

SR. CEZAR SASSOUN: Pela própria Mesa da PRECE, ou do fundo que vendia. Ele ligava para nossa Mesa e perguntava: “A que preço posso vender?” Tudo isso, e, possivelmente, a nossa Mesa trabalhava e achava um preço para ele poder vender.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me diga uma coisa importante: Quando o gestor do Fundo exclusivo lhe dava um comando para definir o ajuste, voltando um pouco à BM&F, porque me ocorreu aqui, então, quando ele lhe dava o comando para fazer o ajuste, em determinado momento, V.Sa. não desconfiou que estava havendo uma recorrência de ajustes negativos para o Fundo de Pensão?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não desconfiou?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, não desconfiei. E os Fundos de Pensão, eles pagam...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Jamais verificou é essas distorções?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, porque a gente não entra nas operações deles, eles podem estar vendendo aqui, e comprando na outra corretora, e, muitas vezes, eles fazem de papéis diferentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. concorda que os títulos da dívida agrária não são os papéis mais recomendados para aquisição, por parte de Fundos de Pensão que, em geral, devem ter um perfil conservador na sua atuação no mercado?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não posso opinar sobre títulos da dívida agrária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não acha, também--

SR. CEZAR SASSOUN: Mas eles são um pouco arriscados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. também, não acha suspeito que, analisando o mercado de derivativos, nesses ajustes negativos, a LAETA apareça, título público, mesmo que, num volume não tão grande, a LAETA apareça. TDA, a LAETA apareça. Porque essa expressividade tão grande de negociações da PRECE, principalmente, nos diversos mercados, e da SISTEL e a LAETA, participando disso? Havia alguma preferência?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, eles eram nossos clientes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso da PRECE, quais os Fundos exclusivos, quais os gestores dos Fundos exclusivos tinham um volume mais expressivo de negócios com a LAETA?

SR. CEZAR SASSOUN: Precisamos verificar tudo isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não teria como precisar?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, agora não, mas, se o senhor quiser, podemos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Haroldo de Almeida Rego Filho?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. Nem ninguém da sua família. A família Pororoca.

SR. CEZAR SASSOUN: Pororoca, não. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece?

SR. CEZAR SASSOUN: Só pelo jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só pelo jornal. Nós já falamos, aqui, do Sr. Lúcio Funaro. Além do Lúcio Funaro, eu lhe pergunto: O pai dele, José Roberto Funaro, já operou com o senhor?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Renato Luciano Galli.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sócio dele. Também, não. Especificamente, no caso da PRECE, como é a relação da LAETA com a administradora QUALITY?

SR. CEZAR SASSOUN: É relação puramente comercial. Eles davam as ordens pelos fundos que eles administravam, dos quais eles eram gestores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Parece que a QUALITY só era gestora de um dos Fundos exclusivos, administradora de todos, porém, gestora de um ou dois, da PRECE. Então, era nessa medida?

SR. CEZAR SASSOUN: Eles davam as ordens.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era nessa medida?

SR. CEZAR SASSOUN: Nessa medida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. Jorge Luis Gomes Crispin?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Proprietário da EURO Corretora?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O João Luiz Ferreira Carneiro, também, da EURO?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Sra. Helenice Honório Morales, NOVINSVEST?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. José Oswaldo Morales, também, da NOVINSVEST.

SR. CEZAR SASSOUN: Conheço. Ele é o dono da NOVINSVEST.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operaram muito, juntos?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não fizera--

SR. CEZAR SASSOUN: A NOVINVEST é nossa representante na BM&F, para as liquidações. Ela é... Como se diz? Nosso agente financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E Sr. Breno Fishberg, da BÔNUS BANVAL?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu conheço ele, do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do mercado. E Já operaram juntos, em alguma oportunidade?

SR. CEZAR SASSOUN: A BÔNUS BANVAL operou conosco, um tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando?

SR. CEZAR SASSOUN: Quando ela fechou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando ela fechou, eles passaram a operar--

SR. CEZAR SASSOUN: A operar, um pouco, com a gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, isso deve ter acontecido em 2004.

SR. CEZAR SASSOUN: 2004, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, em 2004 pode-se verificar um volume de operações da BÔNUS BANVAL.

SR. CEZAR SASSOUN: Muito pequeno. Não é grande. Tipo assim, dez, quinze contratos por dia, ou cinco—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por dia.

SR. CEZAR SASSOUN: Eram para clientes deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, quer dizer, para entender bem, assim como, no caso do Sr. José Carlos Batista, na BÔNUS BANVAL, também, houve operações em 2004, feitas pela LAETA.

SR. CEZAR SASSOUN: Ele foi nosso cliente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tanto o Batista - a GUARANHUNS, também, foi?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, a GUARANHUNS, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só o Batista, pessoa física.

SR. CEZAR SASSOUN: Pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a BÔNUS BANVAL, pessoa jurídica.

SR. CEZAR SASSOUN: Pessoa jurídica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque eles ficaram descredenciados, não foi isso?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, eles devolveram a carta, tiveram problema de dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da BM&F.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe pergunto também, o senhor operou para o Sr. Nagi Nahas?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. CEZAR SASSOUN: Nunca. Para não lhe dizer, nunca, somente na DAYCOVAL, em 92. Acho que não entraram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece Dario Messer?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Richard Otterloo?

SR. CEZAR SASSOUN: De nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só de nome. E Alberto Yussef?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não conhece.

SR. CEZAR SASSOUN: Não conheço. E, o senhor, me desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece—

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não tenho...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, claro. O senhor conhece, ou tem relação com algum político, com alguém que exerça um cargo público ou função política?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com ninguém.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum vínculo político?

SR. CEZAR SASSOUN: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu encerro, nesse momento e... Onde é que está a ordem, aqui, dos inscritos? Só um minuto. E, vou passar a palavra, ao primeiro orador inscrito, o Deputado Carlos Willian. V.Exa. tem a palavra, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado. Sr. Cezar, os meus questionamentos são poucos, mesmo porque, eu não entendo muito de mercado financeiro, a não ser o que a gente acompanha, através de imprensa e através dessa CPMI, mesmo tentando pessoas dessa própria Comissão me ligar ao mercado, eu não entendo nada, e, nem tampouco, conheço ninguém e nem faço defesa de ninguém, nesta CPMI, nem de grupos, nem nada. Mas, no início do depoimento, o senhor começou a dizer e, depois o senhor voltou atrás, sobre a CVM. No início achou que estava sendo perseguido e depois disse que não estaria sendo perseguido. Eu gostaria de saber o seguinte: O senhor está sendo perseguido ou não está sendo perseguido? Ou se não estiver sendo perseguido ou deixando de ser perseguido, o senhor está sendo prejudicado ou deixando de ser prejudicado pela CVM? Eu queria ressaltar ao senhor o motivo dessa pergunta, porque na BM&F tem um processo contra o senhor, e, eu gostaria, depois, de continuar, mas vamos ficar, primeiro, nesse primeiro questionamento.

SR. CEZAR SASSOUN: Voltando àquela pergunta, era sobre a BM&F que eu me queixei, e não, sobre a CVM. E...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor disse que estava sendo investigado por todo mundo.

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Pela CVM.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá.

SR. CEZAR SASSOUN: E o processo que eu tenho é na CVM, não tenho mais processo na BM&F.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas, teve.

SR. CEZAR SASSOUN: Não tive.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei.

SR. CEZAR SASSOUN: Só... E, inclusive, já entregamos a carta, nós não somos mais corretores na BM&F. Agora, o que eu acho, às vezes, um pouco demais, é a BM&F entregar todas as informações de alguma coisa que é sigilosa, e ela já entregou isso aqui, na CVM. Então, é por isso, só, que eu falei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o senhor considera a BM&F dedo-duro?

SR. CEZAR SASSOUN: Um pouquinho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É? Delatora?

SR. CEZAR SASSOUN: Não, delatora, não falei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Certo. Dedo-duro é delatar.

SR. CEZAR SASSOUN: Ela não delatou, ela talvez seja um pouco dura demais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei. Bom, o senhor acha que a BM&F, ela está fazendo um trabalho de, realmente, como o senhor disse aí, entregar, somente, as corretoras que ela tem interesse, ou as corretoras que realmente existem processos dentro da CVM... Como que o senhor analisa isso?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não posso responder disso aí, porque não sei nada, como eles estão agindo, atualmente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas, o senhor é um homem de 15 anos de mercado.

SR. CEZAR SASSOUN: Mais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mais.

SR. CEZAR SASSOUN: De 40 anos de mercado. Mas, com a CVM--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O que é que se fala no mercado, principalmente das menores Corretoras?

SR. CEZAR SASSOUN: Se fala que a CVM queria limpar um pouco o mercado, dessas Corretoras independentes e menores. Talvez obedecendo a alguma pressão, não sabemos de quem e, realmente as Corretoras pequenas estão tendo muita dificuldade para sobreviver, porque, atualmente, qual é o cliente que vai trabalhar com a Corretora independente, quando ele tem todas essas facilidades como qualquer Corretora de banco? Então, o problema está aí. E, atualmente, a BM&F, ela está sob o domínio das Corretoras de banco, que a ela só, fazem 80% do movimento, então, por aí o senhor tem uma idéia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor considera, então, que é um extermínio de mercado, ou um extermínio de Corretoras, que não fazem os trabalhos dentro das normas, e acaba atrapalhando o mercado e tirando a credibilidade no mercado?

SR. CEZAR SASSOUN: Também é difícil dizer isso aí. Não posso lhe dizer nada. Difícil opinar. Mas, está difícil para sobreviver às pequenas Corretoras independentes. Isso, eu tenho que falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mesmo as que não têm problema de indisciplina?

SR. CEZAR SASSOUN: Bom, os nossos problemas de indisciplina, são problemas de trabalho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Esse processo que o senhor tem lá na CVM, o senhor já tomou conhecimento dele, das acusações, por escrito?

SR. CEZAR SASSOUN: Já. já fizemos a defesa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já fez a defesa?

SR. CEZAR SASSOUN: Já.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor acha que ele está correto, ou que existe uma perseguição?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Não existe perseguição. Pode parecer... Não poderia dizer que é perseguição, eles estão seguindo, talvez, pelo livro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Dentro da sua defesa, o senhor acha que eles estão certos?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não estão certos.

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Eu provei que as operações são legítimas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, pelos dados que o senhor acompanhou aí, apresentado pelo ilustre Sub-relator, sobre o mercado de derivativos, os ajustes negativos ocorridos no trabalho do senhor como corretor, principalmente na... Foi

bastante destacada, a QUALITY e a PRECE. Esses ajustes negativos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): PRECE e SISTEL.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): PRECE e SISTEL. Esses ajustes negativos, esses percentuais, eles se dão, somente, em quantidade de operações ou, monetariamente, ele corresponde a esses percentuais, também.

SR. CEZAR SASSOUN: Isso, não sei como lhe responder.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor viu o relatório. O relatório está aí?

SR. CEZAR SASSOUN: É o número de operações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Aí, é só por número de operações?

SR. CEZAR SASSOUN: É.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Aí, então, não fala, monetariamente?

SR. CEZAR SASSOUN: Fala. Em tantas operações, tanto dinheiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, o senhor pode tornar dar uma olhada aí, e o senhor tem condições de nos dizer.

SR. CEZAR SASSOUN: Mas, qual é a sua pergunta, de novo?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu quero saber o seguinte: Se nesses ajustes negativos que o senhor teve, operando para esses Fundos de Pensão, os percentuais aí apresentados, que o senhor teve vistas, eles são só em quantidade, número de operações ou, monetariamente, também, o senhor teve esse valor?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu posso explicar ao Deputado Carlos Willian, porque fui eu que apresentei os dados ao nobre depoente. Na verdade, se V.Exa. quiser vir aqui, porque o da PRECE eu preferi não... Os dois, eu preferi não falar dos volumes. Agora eu posso dizer o seguinte, Deputado, no caso da PRECE, para ficar muito claro, por favor, ano a ano, aqui, V.Exa. pode ver, no caso da PRECE, aqui são a quantidade de operações e aqui são os valores negociados. Em 2000, não há problema, em 2001, 50%, 49% dos valores negociados, ou seja, está dentro do padrão de mercado, 2002, também, não há problema. Aí vem: 2003, 2004 e 2005. V.Exa. pode ver, no caso de 2003, 81% das operações, correspondendo a 79% dos valores, no caso de 2004, 76% das operações, correspondendo a 72% dos valores e, no caso de 2005, 76% das operações, correspondendo a 88% dos valores,

até agosto, que é o período que nós estamos examinando, com esses valores aqui, que V.Exa. pode ver, totalizando isso aqui. [soa a campainha] E, no caso da SISTEL, 2000 e 2001, sem problemas, assim como, 2005, também, sem problema, V.Exa. pode ver que os problemas maiores estão concentrados em 2002 e 2003. No caso de 2002, é 100% do valor negociado, são 95% das operações, com 100% dos valores negociados, no caso de 2003, são 86% das operações, com 95% dos valores negociados, e V.Exa. pode ver a expressividade dos valores. V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É, depois de ver os dados, nós compreendemos, então, que não é só em números de operações, são valores negociados. Quanto aos clientes do senhor, o senhor não nominou todos e, talvez, não saberia, mas só para... Para termos de informação, talvez, se nós dissermos o nome, o senhor saberia se seria cliente do senhor ou não. Além desses que já foram citados aqui, o IMG já foi cliente do senhor?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é IMG, Deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Banco. Banco do Brasil, IMG. Banco do Brasil.

SR. CEZAR SASSOUN: Banco do Brasil é cliente meu.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É cliente do senhor.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Banco Pactual.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Banco Garantia?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Banco Garantia, sim. Ele operava nos títulos públicos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É.

SR. CEZAR SASSOUN: É. Não, ou se foi cliente nosso na BM&F, talvez, foi muito pouco.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pelo que a BM&F apresentou para o senhor, sobre os seus supostos problemas, que o senhor está em defesa, o senhor concorda que a BM&F, ela está com bastantes informações e a base de dados dela é consistente e confiável?

SR. CEZAR SASSOUN: É. Ela tem todas as informações, todo dia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Por que é que o senhor não lucrou nessas operações?

SR. CEZAR SASSOUN: Qual operação?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Essa operação que o senhor disse aí, que o senhor teria um cliente do exterior, onde houve uma... Como o senhor já disse que não foi uma perda.

SR. CEZAR SASSOUN: Porque a operação não foi liquidada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não ganhou seis milhões de reais.

SR. CEZAR SASSOUN: A operação não foi liquidada no vencimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa operação, esse cliente, é órgão público? Tem alguma coisa a ver com essa CPMI, alguma coisa nesse sentido?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. É cliente do exterior.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, é cliente do exterior, não tem nada a ver com a linha de investigação dessa CPMI...

SR. CEZAR SASSOUN: Sem dúvida.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o processo que o senhor tem na BM&F, também, é referente, somente, a essa operação ou a outras operações?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Somente a essa operação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Somente essa operação. Na BM&F. Diferente do da CVM. Só para...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom. O senhor tem processo na CVM?

SR. CEZAR SASSOUN: Tem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está em andamento?

SR. CEZAR SASSOUN: É esse que nós falamos hoje.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual?

SR. CEZAR SASSOUN: Esse, nós acabamos de falar. Um processo de opções.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ah, de opções.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor já tomou conhecimento das denúncias?

SR. CEZAR SASSOUN: Já tomou e já fez a defesa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já fez as defesas? O senhor acha que está sendo injustificado pela BM&F ou pela CVM?

SR. CEZAR SASSOUN: Eu só acho que as informações não deveriam... Como se diz... Serem di-

vulgadas, antes de decidir se tem culpa ou não tem culpa. Por causa disso, agora, nós não estamos conseguindo mais trabalhar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas, aonde estão sendo divulgadas essas informações?

SR. CEZAR SASSOUN: Nos jornais. Nos ornaís. Apareceu uma informação que eu tenho um problema na CVM e não sei o que lá... Apesar que isso aqui é sigiloso. Como é que apareceu?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Processo da CVM não é público?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ninguém tem que tomar conhecimento.

SR. CEZAR SASSOUN: Ninguém. Ao contrário, ele é sigiloso até ser julgado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o senhor tomou alguma decisão sobre isso, sobre essa—

SR. CEZAR SASSOUN: Não, até agora, não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sobre essa quebra de sigilo?

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É norma da BM&F, manter isso sob sigilo? É lei?

SR. CEZAR SASSOUN: É norma. Deveria ser.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o senhor não vai tomar nenhuma medida jurídica.

SR. CEZAR SASSOUN: Atualmente, não. Vou tomar, mas, não sei quando e como.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tudo bem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu teria ainda alguns questionamentos complementares--

SR. CEZAR SASSOUN: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao Sr. César. Analisando aqui, as operações de títulos público, nós temos um outro exemplo, em que a LAETA, ao invés de comprar do Fundo, ela está vendendo para o Fundo. O senhor pode ver aqui, nesse dia 18 de março de 2003. Títulos com vencimento para primeiro de julho de 2017. Aqui, o Banco Daycoval, ele vende para a LAETA, o senhor está vendo aqui o preço unitário da venda: São dez mil títulos, dando um valor total, que o senhor pode ver aqui, eu não posso fazer referência, porque é um dado da PRECE, sigiloso. Nesse mesmo dia, o mesmo título é vendido da LAETA para a PRECE Previdência Complementar, e, o senhor pode ver aqui, uma elevação substantiva no preço unitário, que

dá uma diferença, dessa ordem aqui. O senhor pode enxergar esse número aqui?

SR. CEZAR SASSOUN: Pode.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu pergunto: Essa operação, em específico, como é que foi ajustado o preço unitário desses títulos públicos?

SR. CEZAR SASSOUN: Foi oferecido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi oferecido por esse preço ou a PRECE...

SR. CEZAR SASSOUN: Não, foi oferecido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A LAETA arbitrou esse preço aqui.

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Eu não posso lhe dizer, porque, o senhor vê... Que data que é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 18 de março de 2003.

SR. CEZAR SASSOUN: Eu não posso lembrar. Nós fizemos centenas de operações, mas, normalmente, a gente oferece o lote e diz o preço e, se o gestor está interessado, ele fecha ou não fecha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Mas, podemos, então, considerar que a LAETA, nessa operação, ganhou isso aqui?

SR. CEZAR SASSOUN: Ganhou. Pode considerar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ganhou mais de quinhentos mil reais. Em um dia. E se ganhou, alguém perdeu.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CEZAR SASSOUN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Porque se a PRECE tivesse comprado esse mesmo título do Banco Daycoval, teria pago, exatamente isso, ou menos.

SR. CEZAR SASSOUN: Mas esse é o nosso trabalho. Comprar e vender títulos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Mas, um título com um vencimento de 2017 é um título de longo prazo, que tem alta liquidez e que a variação do seu preço é pequena.

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Desculpe. Numa variação pequena, num título de 14 anos, dá um preço razoável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em um dia.

SR. CEZAR SASSOUN: Em um dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na mesma situação do mercado, com as mesmas características, o senhor acha que é razoável um Fundo de Pensão pagar milhares de reais a mais do que, nesse mesmo dia, esse mesmo título, não é outro, com a mesma quantidade, foi negociado. O senhor acha razoável?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Porque esse que vendeu, talvez, vendeu muito barato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que esse é um “negócio da China”?

SR. CEZAR SASSOUN: Não é da China, não [risos]. É do Brasil. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, talvez, lá não aconteça esse tipo de coisa.

SR. CEZAR SASSOUN: Mas, é preço de mercado. Isso eu não posso responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é preço... O preço de mercado, o preço unitário a gente vê qual é, se a gente pegar o referencial da ANDIMA, que não está em discussão, a gente vai ver que ele se aproxima muito do preço de mercado e, no entanto, a PRECE paga um preço muito mais alto, no mesmo dia, pelo mesmo título, com o mesmo vencimento, na mesma situação econômica de mercado, comprando da LAETA.

SR. CEZAR SASSOUN: Isso precisa, de novo, perguntar para o gestor, como é que ele compra um título que deu tanto %, mas, esse percentual é pequeno, porque é um título longo, de 14 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, aqui, o problema, mais uma vez, está--

SR. CEZAR SASSOUN: No que comprou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o gestor. É claro que o problema está com ele, porque ele poderia ter pago esses milhares de reais a menos--

SR. CEZAR SASSOUN: Se ele conhecesse... Se ele trabalhasse, diretamente, com o Banco Daycoval, mas ele não trabalha e, às vezes o Banco Daycoval não acha comprador. Então, esse é que é nosso papel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu discordo de V.Sa, porém, acho que a responsabilidade, neste caso aqui, é muito maior de quem determinou a compra do que de V.Sa. que vendeu por um preço bem razoável, ganhando essa bagatela aqui, em um dia. Eu queria

perguntar a V.Sa. o seguinte: Como se dá a estruturação de uma operação de opção flexível de dólar?

SR. CEZAR SASSOUN: A estruturação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CEZAR SASSOUN: Ela, geralmente, é feita no mercado, entre mesas de operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CEZAR SASSOUN: Os operadores falam: “Eu preciso comprar tal opção flexível, com tal vencimento, talvez, poderia pagar tal preço e, dá uma volta, geralmente, tem nesse mercado, uns 10, 12, que operam, quando acha a contraparte, ele fecha a operação e, essa operação é registrada na BM&F, se os preços não estão certos, ela não é registrada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe pergunto: Quando essas operações são feitas sem garantia da bolsa, a LAETA é que assume o risco de crédito?

SR. CEZAR SASSOUN: A LAETA assume.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A LAETA assume. Então, nesses casos--

SR. CEZAR SASSOUN: Depende da... Se ela compra ou vende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CEZAR SASSOUN: Se ela compra, o risco dela é somente a parte que ela paga pelas opções.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quando vende...

SR. CEZAR SASSOUN: Quando vende, não. Ela é obrigada a pagar, se ela perder. Então, o risco é dela, todo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, nesses casos, a LAETA conhecia e dava crédito à outra parte que estava negociando.

SR. CEZAR SASSOUN: Não, mas, não conhecia ela. Eu estava negociando através de uma corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CEZAR SASSOUN: Então, eu não conheço o cliente, mas tenho uma confiança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso, por exemplo, da Corretora SÃO PAULO, onde a LAETA correu um risco, e que depois levou a uma perda. Naquele caso--

SR. CEZAR SASSOUN: Qual é o risco que correu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa.--

SR. CEZAR SASSOUN: Eu comprei opções. O meu risco é o preço das opções.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. E perdeu quinhentos e cinquenta e quatro mil reais, me parece.

SR. CEZAR SASSOUN: Tá bom, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, a pergunta que faço é: V.Sa. sabia que a Corretora SÃO PAULO estava ali operando, agora, pergunto além, V.Sa. tinha conhecimento de quem poderia estar dando as ordens do lado da Corretora SÃO PAULO?

SR. CEZAR SASSOUN: Não. Claro que não. É um cliente dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe pergunto mais uma vez, porque isso, para mim, não ficou claro, afinal de contas, a gente se debruçou sobre operações em que a Corretora SÃO PAULO estava envolvida.

SR. CEZAR SASSOUN: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existiram outras, na mesma modalidade, em que a LAETA tenha perdido, assim como perdeu para a Corretora SÃO PAULO, e eu queria saber, se existiram, quem eram as corretoras envolvidas nessas operações.

SR. CEZAR SASSOUN: Não, não teve outros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só houve essa, com a Corretora SÃO PAULO.

SR. CEZAR SASSOUN: Que eu lembre, só teve essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só essa, com a Corretora SÃO PAULO.

SR. CEZAR SASSOUN: Só essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. poderia nos dizer se o Lúcio Funaro, ele figurava como um dos maiores clientes de V.Sa.?

SR. CEZAR SASSOUN: Ele era um bom cliente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um bom cliente. Agora, em volume de negociações, ele estava entre os maiores?

SR. CEZAR SASSOUN: Estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estava.

SR. CEZAR SASSOUN: Teve uma época que estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Justamente, 2003 e 2004.

SR. CEZAR SASSOUN: Mais para 2002, eu diria. 2002, 2003, talvez. Não saberia, também, dizer, de cabeça, precisa verificar. Mas, ele teve uma época que fazia bastante movimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bastante movimento. E, em geral, só para que fique muito claro, as ordens eram dadas pessoalmente por ele.

SR. CEZAR SASSOUN: Eram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pessoalmente.

SR. CEZAR SASSOUN: Pessoalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Inclusive, quando as empresas dele, como a ROYSTER, o ERSTE e outras, inclusive, quando essas empresas estavam operando.

SR. CEZAR SASSOUN: Ele é que dava a as ordens.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O comando vinha dele.

SR. CEZAR SASSOUN: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto a nossa assessoria se tem uma previsão de quanto tempo nós ainda precisamos, para ter aqui a relação completa, porque aí, eu suspenderia por cinco minutos, e retomaria. Falta apenas a última parte do interrogatório, que é um documento que nós fizemos, das operações em que o Lúcio Funaro é cliente da LAETA, para o senhor tirar algumas dúvidas nossas.

SR. CEZAR SASSOUN: Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Antes de suspender, eu gostaria de me reinscrever, Sr. Sub-relator,

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, V.Exa. já está reinscrito, e tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Cezar, analisando as palavras do depoimento de V.Sa. aqui, e eu gostaria de chamar a atenção do nobre Sub-relator, Deputado ACM Neto, que duas coisas já estão—

>> [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Duas coisas já estão passando, pelo menos, pelo meu entendimento. Segundo, sem, ainda, mais a surpresa que nós vamos ter aí da ligação do Sr. Lúcio Funaro com essas supostas irregularidades. Este é um caso que não tem discussão, eu acredito. O outro, também, é onde V.Sa. disse que, se não for perseguição, as pequenas corretoras estão sendo massacradas pela BM&F.

SR. CEZAR SASSOUN: Não pela BM&F, pelo mercado, pela situação do mercado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então, eu chamo a atenção ao nobre Sub-relator, o seguinte: Fazendo estudos de Deputados, fazendo estudo através de internet, fazendo estudo de corretoras que trabalham no mercado, nós apresentamos aqui, a quebra de sigilo da MULTI-ESTOQUE(F), da LINK, da MÁXIMA e da MAGLIANA(F). Todas essas, ligadas a dirigentes da BM&F, que, ainda, não veio a este plenário. Para que não haja dúvida, eu como membro, também, dessa CPMI e como autor desses requerimentos, eu vou fazer um trabalho para que na próxima convocação, na próxima reunião plenária para discutir estes e outros, também, requerimentos que ainda não foram apreciados, deveriam ser apreciados, para que essas corretoras, também, mostrassem o seu papel e deixassem, sem dúvida nenhuma, a sua idoneidade, dentro do mercado. Porque o que está me passando, e eu não estou querendo fazer nenhuma ilação referente a isso, mas é o que estou supondo, é que possa estar havendo uma delação premiada. A outra, é que não pode mais, e aí eu faço um apelo a V.Exa, nobre Relator, que nós não podemos mais, porque me parece, a assessoria pode me dizer se já está aprovado, primeiro, aprovar, também, o depoimento do Sr. Benito Siciliano, nessa Sub-comissão, que eu já apresentei o requerimento. Segundo, se o Sr. Lúcio Funaro já está convocado e aprovado. O senhor poderia fazer uma consulta. Não está?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Lúcio Funaro, o requerimento dele já foi aprovado e eu garanto a V.Exa. que, na semana que vem, ele estará sentado nos bancos da CPMI.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então, eu faço um apelo para que esse Sr. Lúcio Funaro venha depor o mais rápido possível nesta CPMI, pois todos os dados que estão sendo traçados, recaem, diretamente, a ele. Então, eu acho que ele deveria ser

trago aqui, o mais rápido possível, para poder elucidar todos estes assuntos que recaem contra sua pessoa. E aí, também, sobre estas corretoras, que ainda não foram analisados, esta situação da quebra dos sigilos, ainda mais, que uma revista, a nível nacional, já colocou a Corretora LINK, também, nas suas matérias, como, talvez, umas suspeições em negócios com o Banco do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero, antes de encerrar, a respeito dos comentários do Deputado Carlos Willian, também, fazer aqui algumas afirmações. Primeiro, eu quero reafirmar a minha total crença de que a BM&F faz um trabalho importante para o país, que é um órgão que tem rigorosos sistemas de controle, que se pauta pela impessoalidade, e quero, também, reafirmar o meu agradecimento à colaboração que nós vimos tendo, ao longo desses últimos meses, da BM&F. A BM&F não produziu nada, que não tivesse sido por requerimento aprovado e por solicitação feita desta CPMI. O que eles têm procurado fazer é, com prontidão, exatidão e com presteza, conceder todas as informações e eu não admito que se levante qualquer suspeita sobre as intenções da BM&F, que nunca demonstrou qualquer subjetivismo nas suas ações. A BM&F tem tido uma ação objetiva, limitada às suas competências e responsabilidades. Se nós solicitamos documentos, cabe à BM&F encaminhar os documentos. Da mesma forma a CVM, o Tribunal de Contas da União, o Banco Central e a BOVESPA. Segundo: Quero dizer que não vejo motivação em alguns requerimentos apresentados pelo Deputado Carlos Willian, de quebra de sigilo de determinadas corretoras. Com relação à Corretora LINK, diante, inclusive, dos fatos verificados esta semana, no final de semana, trazidos pela revista Época que terão que ser confirmados ou não, que serão apurados, diante desses fatos, se eles procederem, se esses fatos se confirmarem, nós iremos propor a quebra de sigilo da Corretora LINK. Agora, as outras quebras de sigilo não guardam fundamentação com o objeto da nossa investigação, e não serão feitas, pelo menos, não se depender deste Sub-relator. V.Exa. tem o direito de trazer para o plenário desta Comissão e, se tiver votos de aprovar. Mas, terá o meu aparecer contrário e terá minha objeção, como condutor destes trabalhos. Porque, nós temos uma linha investigativa, e não é colocando sob suspeita e na berlinda os principais representantes das instituições, que nós vamos avançar para lugar nenhum. É evidente, que, se sobre essas pessoas pairassem suspeições ou dúvidas, elas seriam as primeiras a virem, diretamente, para a investigação. Mas, enquanto não houver uma denúncia fundamentada, enquanto não houver uma denúncia

consistente, que ateste a existência de irregularidades, envolvendo essas corretoras, elas não terão seu sigilo quebrado, porque nós precisamos respeitar as instituições, primeiro, de regulação do mercado e, segundo, as instituições privadas sobre as quais não existem suspeitas ou dúvidas. Quero, ainda, afirmar que o Deputado Carlos Willian se refere à convocação do Sr. Funaro. Já está aprovada e será marcada para a semana que vem. Nós vamos anunciar a agenda da semana que vem. Com relação ao Sr. Benito, nós iremos apresentar como um requerimento conjunto de V.Exa. meu e, muito provavelmente, do Deputado Osmar Serraglio, a convocação dele, assim como, a convocação da Sra. Fabiana Carnaval Carneiro, assim como, a convocação do Sr. Carlos Eduardo Carneiro Lemos, assim como, a convocação do Sr. Renato Guerra e de tantas outras pessoas, que já se mostraram fundamentais de comparecer a esta CPMI. Quero informar, também, que nós estamos, nós orientamos, no dia de hoje, a nossa assessoria, no sentido que procure agilizar, ao máximo, a conclusão das operações que envolvem o Sr. Lúcio Funaro com o Banco do Brasil, para ter um aparecer claro sobre a matéria veiculada na revista Época, para buscar confirmação dessa matéria ou não, se for o caso. Então, nós solicitamos à assessoria que se debruce, prioritariamente, sobre isso, porque, caso elas se confirmem, vão reforçar a necessidade da vinda do Sr. Lúcio Funaro, nós vamos, obrigatoriamente, ter que trazer aqui, também, os responsáveis pelo Banco do Brasil, à época hora do ocorrido, assim como, também, da Corretora LINK, que virá prestar depoimento, Deputado Carlos Willian. Com certeza. E, se isso se confirmar, terá o seu sigilo quebrado, por propositura deste Sub-relator. Quem proporá a quebra de sigilo, será este Sub-relator. Quero, ainda, informar que estamos encaminhando a convocação do ex-presidente do Banco Santos, o Sr. Edemar Cid Ferreira, e, a nossa perspectiva é que, se aprovada a sua convocação na próxima reunião administrativa, ele também possa vir. Então, a agenda da semana que vem, ela terá, prioritariamente, e os dias eu depois fornecerei para os nobres parlamentares, ela terá, prioritariamente, a presença do Sr. Lúcio Bolonha Funaro, ela terá, prioritariamente, a presença do então Diretor do Banco do Brasil para essa área, das operações que foram denunciadas pela revista Época, ela contará com a presença do Sr. Renato, do Sr. Carlos Eduardo Lemos, da Fabiana, do Christian Almeida Rego, que será agendado para a semana que vem, do Carlos Eduardo, acho que já fiz referência aqui, e, também, do Sr. Edemar Cid Ferreira. Nós estamos fazendo um esforço para cumprir com o cronograma de trabalho desta CPMI como um todo. Nós fizemos, até

o dia de hoje, dez oitavas, até o fim dessa semana, serão mais nove, então concluiremos 19. A perspectiva é termos mais nove oitavas para a semana que vem e mantermos esse ritmo até o final dos nossos trabalhos, para podermos concluir, tudo, até o final de março. Não havendo mais o que tratar--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu gostaria de, também, manifestar sobre as posições que V.Exa. colocou, referente a este parlamentar e ao trabalho deste parlamentar. Eu não vou polemizar, só vou justificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

E, mesmo assim, eu sei que o horário está avançado, mas, inclusive, é regimental, porque eu fui citado por várias vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo que não fosse, V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não. Primeiro, eu gostaria que o senhor acrescentasse na agenda, também, a Sra. Rogéria (?) se ela já foi...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Será chamada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Será chamada?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O requerimento não foi aprovado, ainda. Será votado na reunião administrativa dessa semana e será chamada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não. Eu gostaria de salientar, caros Deputados, caro Relator, de que, em momento nenhum, eu estou colocando em dúvida o trabalho do Sub-relator, Deputado ACM Neto, pelo contrário, acho que é um trabalho eficaz e um trabalho competente. Segundo: Os órgãos que apóiam e ajudam esta CPMI, eu não estou colocando em dúvida nenhum deles, inclusive a BM&F e nem a Bolsa, nenhum deles, eu estou colocando. O que eu estou convocando, apresentando um requerimento, e isso não cabe a um parlamentar, nem ao Presidente, nem ao Relator, nem Sub-relator, analisar ou não, cabe ao plenário analisar e aprovar. O que eu estou apresentando e já apresentei, desde o início, principalmente, referente à LINK Corretora, é o que a

revista já está demonstrando e, eu acredito que para o plenário, isso já é fato notório e suficiente para que se peça a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Quanto às outras corretoras, existe justificativas. É só ler as justificativas, que a gente vai entender, ou seja, no meu caso, que fiz as convocações. Obviamente, não é o ponto de vista de todos. Mas, na próxima reunião administrativa eu farei questão de ler o requerimento, de ler a justificativa do meu requerimento e pedir destaque para que ele venha ao plenário, indiferente de acordo. Aí, cada parlamentar vai fazer a defesa da convocação, da quebra de sigilo, indiferente do que cada um interpreta, do que cada um analisa e, também, indiferente do que está pedindo este Deputado, em seu requerimento. Então, eu volto a dizer que não estou aqui fazendo nenhuma referência à Instituição BM&F e nem à instituição Bolsa, nem tampouco à Polícia Federal, nem tampouco a nenhum órgão, nem ao Tribunal de Contas da União. Os requerimentos apresentados, são de corretoras, que, várias vezes, foram citadas aqui nessa CPMI, que, no mercado já, também, foram citadas e, principalmente, recentemente, numa revista de final de semana. Portanto, meu nobre Relator, eu quero aqui fazer referência ao seu trabalho, em dizer que, por parte deste Deputado, não existe nenhuma dúvida da lisura, da coerência, que V.Exa. está conduzindo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço e quero, também, agradecer em público o acompanhamento que V.Exa. vem tendo desse trabalho da Sub-relatoria, afinal de contas, todas as reuniões dos Fundos de Pensão V.Exa. está presente, V.Exa. acompanha do início ao fim. Quero dizer, apenas, que vamos divergir com relação a algumas fundamentações e, democraticamente, vamos ter a oportunidade de debater no plenário no dia da votação e V.Exa. vai sustentar o requerimento de sua autoria, eu vou sustentar a minha objeção e vamos, democraticamente, decidir com o voto majoritário. Eu quero que V.Exa. tenha absoluta certeza que, sempre que houver razão para que uma nova corretora ou para que uma nova pessoa jurídica ou pessoa física seja incluída na nossa investigação, o será. No caso da LINK Corretora, me parece que há razão, e V.Exa. vai ter o meu apoio para convocação, para quebra de sigilo e outras coisas mais. E, quando, também, eu assim não entender, V.Exa. terá a minha divergência democrática. Não havendo mais o que colocar, eu agradeço a presença do Sr. Cezar e do Sr. Isaac, do seu Advogado, Dr. Antônio, e, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 17h47.